



ANOS
UFMG
1927 - 2017

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Anais do Encontro da Associação de Educação e Pesquisa
em Ciência da Informação da Ibero-América e Caribe



Maria Aparecida Moura
Fabício José Nascimento da Silveira
(orgs.)

**X EDICIC – ANAIS DO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE
EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DA ÍBERO-AMÉRICA E CARIBE**

1ª edição

Belo Horizonte
ECI/UFMG
2017

A532

Anais do Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da
Íbero-América e Caribe. / Maria Aparecida Moura e Fabrício José Nascimento da Silveira,
organizadores. – Belo Horizonte (MG): ECI, UFMG, 2017.

2217 p. 30 cm.

Livro eletrônico

ISBN 978-85-65609-07-4

1. Ciência da Informação. I. Moura, Maria Aparecida (Org.). II. Silveira, Fabrício José Nascimento da (Org.). III. Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Íbero-América e Caribe (10. : 2016 : Belo Horizonte, MG).

CDD 020

APRESENTAÇÃO

Em sua X edição, o EDICIC - Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Ibero-américa e Caribe, realizado no Brasil e sediado pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG), adotou como marco norteador de suas discussões o tema “Patrimônio, Mediações Sociais e Tecnologia: diálogos interdisciplinares”. Desdobrando-se em dez eixos temáticos, o evento concretizou-se em 3 (três) dias de intensos debates, nos quais participantes brasileiros e internacionais puderam trazer a público suas pesquisas e debater problemáticas clássicas e contemporâneas que pautam a Ciência da Informação em sua dimensão e interface interdisciplinar.

O X EDICIC preocupou-se em promover maior integração entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciência da Informação no contexto da Ibero-américa e Caribe, incentivando o estabelecimento de acordos entre universidades que possuem cursos de pós-graduação com o intuito de fomentar o intercâmbio entre seus alunos e pesquisadores.

Ao incorporar como eixos centrais as temáticas vinculadas à Arquivologia e à Museologia a EDICIC – enquanto Associação de Educação e Pesquisa – possibilitou que o evento se convertesse em ponto de referência comum entre as instituições de ensino e pesquisa que buscam ampliar e fortalecer o diálogo entre essas áreas e a Ciência da Informação na Ibero-américa e Caribe.

Nesse sentido, a presente publicação objetiva, não apenas dar visibilidade à produção acadêmica gerada para o evento, mas, sobretudo, suscitar novas discussões que façam avançar o Estado da Arte da Ciência da Informação tanto no contexto nacional quanto em termos da comunidade Ibero-americana. Numericamente, constituem o conjunto geral desta publicação 5 (cinco) conferências e 114 (cento e quatorze) artigos que contemplam de forma abrangente tanto a temática “Patrimônio, Mediações Sociais e Tecnologia”, quanto inúmeras outras vinculadas às áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Documentação.

Por fim, e atentando para a dimensão identitária, geopolítica e cultural que orienta a sociedade científica assinalamos que, em termos de formação humana, o X Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Ibero-américa e Caribe não se limitou à esfera científica stricto sensu (pesquisadores e professores universitários), uma vez que alunos de graduação, de mestrado e doutorado, e também a comunidade em geral puderam participar ativamente das palestras e relatos de pesquisas que compuseram sua programação geral. Nesses termos, ao reunir em um mesmo contexto sujeitos oriundos de diferentes regiões brasileiras e de países como Argentina, Uruguai, Paraguai, Cuba, Colômbia, Costa Rica, México,

Portugal e Espanha (só para citar alguns), o X EDICIC contribuiu para a divulgação e o acesso a novas temáticas e abordagens de pesquisa nos diversos eixos temáticos cobertos pelo evento. Além disso, ao promover o encontro com pesquisadores de referência, ampliou as possibilidades de diálogo no contexto formativo nacional e ibero-americano.

Esperamos, pois, que essa publicação possa circular, gerar novos debates e tornar visível a intensa e rica produção de conhecimento em Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Documentação produzida na Ibero-américa e Caribe.

A todos, boa leitura.

MARIA APARECIDA MOURA

Presidente do X EDICIC

FABRÍCIO JOSÉ NASCIMENTO DA SILVEIRA

Vice-Presidente do X EDICIC

FICHA TÉCNICA

DIRETORIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (MANDATO 2014-2017)

Carlos Alberto Ávila Araújo
Adalson de Oliveira Nascimento

DIRETORIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (MANDATO 2017-2021)

Terezinha de Fátima Carvalho de Souza
Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

EQUIPE ORGANIZADORA

Maria Aparecida Moura (Presidente)
Fabrício José Nascimento da Silveira (Vice-Presidente)
Cíntia Aparecida Chagas Arreguy (Membro)
Marta Eloísa Melgaço Neves (Membro)
Carlos Alberto Ávila Araújo (Membro)

COMITÊ CIENTÍFICO

Adalson de Oliveira Nascimento - ECI/UFMG
Adriana Bogliolo Sirihal Duarte - ECI/UFMG
Alcenir Soares dos Reis - ECI/UFMG
Ana Amélia Lage Martins - FMC/Prefeitura de Belo Horizonte
Ana Maria Cardoso - FUMEC
Ana Maria Sant'Ana – UFSCar
Ana Paula Soares Pacheco - ECI/UFMG
Ana Paula Silva - Secretaria Municipal Adjunta de Modernização/Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia - UFPE
Aparecida Maciel da Silva Shikida - Fundação João Pinheiro
Benildes Coura Moreira Santos Maculan - ECI/UFMG
Carlos Alberto Ávila Araújo - ECI/UFMG
Carlos Miguel Tejada Artigas - UCM/España
Carlos Henrique Marcondes - UFF
Cristina Dotta Ortega - ECI/UFMG
Cynthia Roncaglio - Faculdade de Ciência da/UNB
Dulce Amélia Neves - UFPA
Edmir Perrotti - ECA/USP
Eliane Cristina de Freitas Rocha - ECI/UFMG
Elias Sanz-Casado - Universidad Carlos III de Madrid/España
Ernest Abadal Falgueras - Facultad de Biblioteconomía y Documentación de la Universidad de Barcelona/ España
Evelyn Goyannes Dill Orrico - UNIRIO
Fabrício José Nascimento da Silveira - ECI/UFMG
Gilda Maria Whitaker Verri - UFPE

Giulia Crippa - USP Ribeirão Preto
Gustavo Silva Saldanha - IBICT/RJ - UNIRIO
Helena Maria Tarchi Crivellari - ECI/UFMG
Henriette Ferreira Gomes - ICI/UFBA
Jesús-Pedro Lorente - Universidad de Zaragoza/España
José Antonio Moreira - Universidad Carlos III de Madrid/España
José Maria Jardim - UNIRIO
Juan Carlos Fernández Molina - Universidad de Granada/España
Júlia Gonçalves da Silveira - ECI/UFMG
Juliana de Assis Horta - UFRJ
Kátia Lúcia Pacheco - BU/UFMG
Letícia Julião - ECI/UFMG
Lídia Silva de Freitas - UFF
Ludmila Salomão Venâncio - Fundação João Pinheiro
Lourdes Santos de Paz - Universidad de León/ España
Marco Antônio de Almeida - USP/Ribeirão Preto
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - UNIRIO
Maria da Conceição Carvalho - ECI/UFMG
Maria Guiomar da Cunha Frota - ECI/UFMG
Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG
Maria Gladys Ceretta Soria - Universidad de la República/Uruguai
Maria Luiza de Almeida Campos - UFF
Marília Xavier Cury - USP
Marta Lígia Pomim Valentim - Unesp/Marília
Monica Erichsen Nassif - ECI/UFMG
Norma Catalina Fenoglio - Universidad Nacional de Córdoba/Argentina
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior - Unesp/UFLA
Renato Pinto Venâncio - ECI/UFMG
Rodrigo Moreno Marques - FUMEC
Ronaldo Ferreira Araújo - UFAL
Rubens Alves da Silva - ECI/UFMG
Ruleandson do Carmo Cruz - UFMG
Suely Moraes Ceravolo - UFBA

EQUIPE DE APOIO

Amanda dos Santos da Paixão, Ana Cláudia Ribeiro, Christiano Benvindo dos Santos, Cláudia Márcia, Edgar Gonzaga, Élide Pieri, Eliezer Marcelina, Gabrielle Francinne Tanus, Lisandra Guerrero Perez, Lucas Fernandes, Luiz Henrique Loureiro, Rosana Matos da Silva Trivelato, Wagner Resende Alves, Walisson da Costa Resende

EDITORIAÇÃO

AMI Comunicação & Design



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Encontro da Associação de Educação
e Pesquisa em Ciência da Informação
da Ibero-América e Carib



SUMÁRIO CLICÁVEL: CLIQUE
NOS ITENS DO SUMÁRIO PARA
NAVEGAR ATÉ OS ARTIGOS

Sumário

19 Conferências

- 20 Multi, inter e transdisciplinaridade – onde estamos e para onde vamos? **IVAN DOMINGUES**
- 35 A ciência da informação no cruzamento de fronteiras.
MARIA NELIDA GONZALEZ DE GOMEZ
- 62 Historicidad y conformación epistemológica de la ciencia de la información.
RADAMÉS LINARES-COLUMBIÉ
- 74 Papel de la biblioteca pública en la recuperación de la memoria local y el fortalecimiento del tejido social.
ORLANDA JARAMILLO
- 88 Archivos y memoria: relación con la evaluación de los Documentos.
NORMA CATALINA FENOGLIO

Eixo 01

104 Comunicação científica e estudos bibliométricos

- 105 A compreensão e a prática da coautoria na área da matemática: um estudo da comunidade de bolsistas PQ1.
CARLA MARA HILÁRIO (UNESP), LIDYANE SILVA LIMA (UNESP), MARIA CLÁUDIA CABRINI GRÁCIO (UNESP).
- 118 A contribuição da sociologia da ciência para a comunicação científica: uma proposta de análise informacional para o campo da Geoquímica. **VERÔNICA DE SOUZA GOMES (UNIRIO/UFF), LIDIANE DOS SANTOS CARVALHO (UNIRIO/FIOCRUZ).**

- 137 Análise bibliométrica e linguística da escrita científica na área de ciência e tecnologia de alimentos e a indexação temática. **VANIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES** (UFRJ), **MARIA JOSÉ VELOSO DA COSTA SANTOS** (UFRJ), **THÚLIO DIAS GOMES** (USP).
- 162 Análise estratégica do serviço de referência do ponto de vista do bibliotecário. **MARCIA DELFINO HAYAXIBARA** (USP), **IEDA PELÓGIA MARTINS DAMIAN** (USP).
- 181 As políticas públicas de informação expressas na produção científica brasileira em ciência da informação. **JULIANA LAZZAROTTO FREITAS** (UNESP), **LEILAH SANTIAGO BUFREM** (UNESP).
- 198 Estudo bibliométrico da Sur revista internacional de direitos humanos: uma proposição de indicadores de contexto dos autores. **ANA CLÁUDIA RIBEIRO** (UFMG).
- 211 Estudos bibliométricos aplicados à definição da política pública de educação no estado de Minas Gerais: o caso das diversas temáticas de educação inclusiva. **ROGÉRIO LUÍS MASSENSINI** (UFMG), **RENATA KELLY ALVES FONSECA** (FJP).
- 231 Inteligência organizacional e os métodos de monitoramento ambiental: uma análise cienciométrica. **EMEIDE NÓBREGA DUARTE** (UFPB), **ADELAIDE HELENA TARGINO CASIMIRO** (UFPB), **JOSÉ DOMINGOS PADILHA NETO** (UFPB).
- 250 ¿La proximidad geográfica y las raíces culturales juegan un papel importante en la colaboración científica?: El caso de España, Portugal y Brasil en el área de sostenibilidad y eficiencia energética. **DANIELA DE FILIPPO** (UC3M), **CLAUDIA DANIELE DE SOUZA** (UC3M), **ELÍAS SANZ CASADO** (UC3M).
- 271 Panorama da pesquisa em ciência da informação no Brasil: análise dos autores mais citados no ENANCIB. **ELIANE CRISTINA DE FREITAS ROCHA** (UFMG), **CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO** (UFMG).
- 292 Patentes e informação tecnológica: a concepção de Buckland e diálogos interdisciplinares. **MARIA APARECIDA PAVANELLI** (UNESP), **ELY FRANCINA TANNURI DE OLIVEIRA** (UNESP).
- 309 Periódicos científicos do estado de Minas Gerais (Brasil): panorama e a proposição de uma nova política. **PEDRO HENRIQUE RIBEIRO TORRES** (UFMG), **RENATA KELLY DE ARRUDA**, **SÉRGIO DIAS CIRINO**, **MARIA JÚLIA VALE**, **THALITA RODRIGUES**, **KELLY DIAS VIEIRA**
- 320 Portal de periódicos da UFMG: aspectos de visibilidade dos periódicos científicos. **CARLA CRISTINA VEIRA DE OLIVEIRA** (UFMG), **BÁRBARA DE OLIVEIRA MARQUES DOS SANTOS** (UFMG), **BRUNO FERNANDES MAGALHÃES DE OLIVEIRA** (UFMG), **ISABELLE CAROLINE DAMIÃO CHAGAS** (UFMG), **LEANDRO CASTELLA CÉSAR** (UFMG), **PRISCILA NARDY DOS SANTOS** (UFMG), **VANESSA PASTORINI FELISBERTO** (UFMG), **SÉRGIO DIAS CIRINO** (UFMG).

- 336 XVI ENANCIB: análise da produção acadêmica dos pesquisadores do programa de pós graduação em ciência da informação da Universidade Federal de Minas Gerais. **ANNA KAROLINE PACHECO TEIXEIRA DE ARAÚJO** (UFMG), **ELAINE DIAMANTINO OLIVEIRA** (UFMG).

Eixo 02

352 Docência e os novos perfis do profissional da informação

- 353 A formação universitária para profissionais de informação: análise comparativa de tendências na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. **FERNANDA MARIA MELO ALVES** (UC3/UFBA), **EMILCE SENA CORREA** (UNA), **NELLY CALDERÓN** (UNA).
- 376 Consultoria informacional no Brasil: um mercado potencial para o profissional da informação. **DAVID OLIVEIRA DE CARVALHO** (UFPE), **SÍLVIO LUIZ DE PAULA** (UFPE), **ANTÔNIO DE SOUZA SILVA JÚNIOR** (UFPE).
- 400 Estudos de usuários: contribuições para a formação do arquivista e efetivação de políticas públicas de acesso. **GLÁUCIA APARECIDA VAZ** (UFMG).
- 421 Ferramenta para gerenciamento da produção de materiais do curso de biblioteconomia em EAD. **ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO** (UFRI), **MARIZA RUSSO** (UFRI), **NYSIA OLIVEIRA DE SÁ** (UFRI), **JOSÉ ANTONIO GAMEIRO SALLES** (UFRI), **GUSTAVO FELIPE SABA SERRA** (UFRI).
- 434 Práticas profissionais em ciência da informação: uma revisão na literatura brasileira. **JORGE SANTA ANNA** (UFES).
- 462 Representação e descrição documental na atualidade: uma realidade em busca de novos métodos e teorias. **CÍNTIA DE AZEVEDO LOURENÇO** (UFMG).

Eixo 03

474 Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação

- 475 A coleção e seu labirinto: a coleção memória da Biblioteconomia e a epistemologia histórica dos estudos Biblioteconômico-informacionais no Brasil. **GUSTAVO SILVA SALDANHA** (IBICT/UNIRIO), **AMANDA CHRISTINA SALOMÃO MANGUEIRA** (UNIRIO), **DIOGO XAVIER DA MATA** (UNIRIO), **CAIO CABRAL CASCELLI** (UNIRIO).

- 491 A difusa fronteira entre o público e o privado e a ressignificação da biblioteca pública na contemporaneidade. **EDMIR PERROTTI** (USP), **LUCIANA TAVARES DIAS** (USP).
- 514 A interdisciplinaridade nos domínios epistemológicos da ciência da informação com as ciências cognitivas. **JOSÉ CARLOS SALES DOS SANTOS** (UFBA).
- 533 Caminhos da pesquisa científica em ciência da informação. **LUZ SANTOS CHARLEY** (USP), **MARIVALDE MOACIR FRANCELIN** (USP).
- 547 Diálogos entre arquivologia e ciência da informação: identificando paradigmas em um arquivo. **JORGE SANTA ANNA** (UFES).
- 570 Historiadores e arquivistas: um novo diálogo suscitado pelo documento digitalizado. **HERCULES PIMENTA DOS SANTOS** (UFMG), **RENATO PINTO VENÂNCIO** (UFMG).
- 592 O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **CRISTINA DOTTA ORTEGA** (UFMG).
- 617 Relações entre a arquivologia e a ciência da informação: alguns apontamentos. **GABRIELLE FRANCINNE TANUS** (UFMG).
- 638 Subsídios teóricos da psicologia em estudos do comportamento informacional de usuários. **JOSÉ CARLOS SALES DOS SANTOS** (UFBA).

Eixo 04

652 Gestão e Avaliação de Documentos Arquivísticos

- 653 A gestão e a avaliação de documentos em organismos produtores de serviços de saúde. **GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA** (UFBA), **LOUISE ANUNCIAÇÃO FONSECA DE OLIVEIRA** (UFBA), **FRANCISCO JOSÉ ARAGÃO PEDROZA CUIHA** (UFBA), **HERNANE BORGES DE BAROS PEREIRA** (SENAI-CIMATEC/UNEB).
- 670 A natureza arquivística dos formulários eletrônicos do sistema nacional de informações e indutores culturais. **ANAHI ROCHA SILVA** (UNESP), **MARIA JOSÉ VICENTINI JORENTE** (UNESP).
- 690 Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação, classificação e avaliação no contexto do programa de gestão de documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, PGD-RJ. **ANA CELIA RODRIGUES** (UFF).
- 713 O arquivo invisível: a política pública arquivística no município de belo horizonte a partir da visão de gestores públicos. **CINTIA APARECIDA CHAGAS ARREGUY** (UFMG). **RENATO PINTO VENÂNCIO** (UFMG).

Eixo 05

734 **Indústria Criativa e Cultural**

- 735 Economia criativa e TIC no desenvolvimento sustentável da pós-modernidade brasileira. **JOANA GUSMÃO LEMOS** (UFPR), **MARIA JOSÉ VICENTINI JORENTE** (UNESP).
- 755 Experiência de consumo na arte contemporânea. **GIULIA CRIPPA** (USP), **IEDA PELÓGIA MARTINS DAMIAN** (USP).

Eixo 06

774 **Mediação Social e Cultura da Informação**

- 775 A bibliotecária dinamarquesa: novo paradigma para a mediação e apropriação da informação. **AMANDA LEAL DE OLIVEIRA** (USP).
- 791 A competência informacional para avaliação de fontes no contexto digital: um estudo de caso sobre o sistema de bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. **DÉBORA SAMPAIO LEITÃO** (UFBA), **MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA BARREIRA** (UFBA).
- 808 A leitura literária no contexto da universidade. **DAMARIS QUEIROZ BARRETO** (UFC), **LIDIA EUGENIA CAVALCANTE** (UFC).
- 828 Abordagem clínica da informação: a alma encantadora das bibliotecas e a força da marca Google. **MARIA L AMORIM ANTUNES** (UFMG), **CLAUDIO PAIXÃO ANASTÁCIO DE PAULA** (UFMG), **ADRIANA BOGLIOLO SIRIHAL DUARTE** (UFMG).
- 857 Análise do marketing digital em arquivos públicos nacionais da América Latina. **LUAN HENRIQUE GIROTO** (UNESP), **TAYNARA DE OLIVEIRA ALMEIDA** (UNESP), **ROSÂNGELA FORMENTINI CALDAS** (UNESP).
- 878 Bibliotecas escolares “escolanovistas” discursos e experiências em mediação da leitura. **MARCUS VINICIUS RODRIGUES MARTINS** (UEMG), **ALCENIR SOARES DOS REIS** (UFMG).
- 898 Competências para a busca e o uso da informação por estudantes de Ensino Médio (educação de jovens e adultos) na cidade de Ribeirão Preto/SP. **MAVI GALANTE MANCERA** (USP), **CLÁUDIO MARCONDES DE CASTRO FILHO** (USP).
- 918 Comportamento de busca de informação de pesquisadores na área de educação da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO. Sede académica argentina). **HELEN DE CASTRO SILVA CASARIN** (UNESP), **MARÍA CECILIA CORDA** (FLACSO).

- 935 Comportamento informacional do professor: uma análise textual. **LÍVIA FERREIRA COUTINHO ALONSO** (UCP/UFJF).
- 955 Contribuições da mediação da informação e da competência em informação para a construção de inteligência organizacional. **JULIETE SUSANN FERREIRA DE SOUZA** (UNESP), **HELOÁ CRISTINA CAMARGO DE OLIVEIRA** (UNESP), **SELMA LETÍCIA CAPINZAIKI OTTONICAR** (UNESP), **MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM** (UNESP), **OSWALDO FRANCISCO DE ALMEIDA JÚNIOR** (UNESP).
- 969 Dificuldades de busca de informação científica de pesquisadores da área de educação. **THAÍS GUEDES FERREIRA** (UNESP).
- 985 Expedições no Amazonas: a busca por equipamentos culturais, o caso da cidade de Tefé. **SORAIA PEREIRA MAGALHÃES** (UNIVERSIDADE DE SALAMANCA).
- 1005 Impacto da competência em informação no compartilhamento da informação e do conhecimento em organizações empresariais. **SELMA LETÍCIA CAPINZAIKI OTTONICAR** (UNESP), **JULIETE SUSANN FERREIRA DE SOUZA** (UNESP), **CRISTIANA PORTERO YAFUSHI** (UNESP), **HELOÁ CRISTINA CAMARGO DE OLIVEIRA** (UNESP).
- 1020 Mediação: interdomínios entre ciência da informação e educação. **LEILAH SANTIAGO BUFREM** (UNESP), **ELY FRANCINA TANNURI DE OLIVEIRA** (UNESP), **POLLYANA ÁGATA GOMES DA ROCHA CUSTÓDIO** (UNESP).
- 1037 Mediação cultural e biblioteca: ações para a apropriação cultural e desenvolvimento social. **ALESSANDRO RASTELI** (UNESP), **ROSÂNGELA FORMENTINI CALDAS** (UNESP).
- 1055 Mediação da informação: afinando o foco na arquivologia. **JOÃO ARLINDO SANTOS NETO** (UEL/UNESP), **SUELI BORTOLIN** (UEL).
- 1071 Mediação social e cultura da informação: acesso e uso das TIC e da informação nos processos de fragmentação da subjetividade. **SÉRGIO RODRIGUES SANTANA** (UFPB), **ELIANE EPIFANE MARTINS** (UFPB), **LAELSON FELIPE SILVA** (UFPB).
- 1093 Movimentos sociais, redes de mediação e dispositivos de informação: a experiência neozapatista. **BIANCA RIHAN** (IBICT/UFRI).
- 1110 O arquivo como instrumento mediador de informação e cultura para a sociedade: a I exposição do acervo do CEFET/RJ Campus Angra dos Reis. **ISABELA COSTA DA SILVA** (CEFET/RJ).
- 1124 Redes sociais nos estudos da informação em movimentos sociais negros. **ERINALDO DIAS VALÉRIO** (UFG).
- 1137 Responsabilidade social da ciência da informação na transferência da informação científica nos repositórios digitais nos ambientes de EAD. **ELIENY DO NASCIMENTO SILVA** (UFBA), **MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA BARREIRAO** (UFBA), **MAÍRA SALLES DE SOUZA** (UFBA), **FRANCIS MIRANDA ALVES** (UFBA), **VAGNA FELÍCIO VIDAL** (UFBA).

- 1155 Seminários cultura e mídia: 20 anos.
LUIZ TADEU FEITORA (UFC).
- 1173 Storytelling e mediação da informação no cenário jurídico. **RAYARA BASTOS RAY** (UFC), **LIDIA EUGENIA CAVALCANTE** (UFC).
- 1200 Uso das mídias sociais para mediação, acesso e compartilhamento da informação. **NOADYA TAMILLYS DE OLIVEIRA DUARTE** (UFPB), **ROBERTO VILMAR SATUR** (UFPB), **RAQUEL DO ROSÁRIO SANTOS** (UFPB).
- 1219 Velhice e redes sociais na internet: um estudo de práticas informacionais no facebook. **BÁRBARA LUISA FERREIRA CARNEIRO** (UFC), **ANTONIO WAGNER CHACON SILVA** (UFC). **JEFFERSON VERAS NUNES** (UFC).
- 1240 Vidas entre/vistas: a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa como lugar de identidade e enraizamento.
FABRÍCIO JOSÉ NASCIMENTO DA SILVEIRA (UFMG).

Eixo 07

1263 Memória Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

- 1264 Africanos e afrodescendentes nas estantes: na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. **GUSTAVO TANUS** (UFMG).
- 1285 Biblioteca Pública Distrital de Sousas Guilherme de Almeida: confluências entre museologia social e infoeducação. **JULIANA MARIA DE SIQUEIRA** (MIS/CAMPINAS, ULHT).
- 1304 Ciência da informação e a preservação do conhecimento indígena.
PÉTALAH AUGUSTO LOTTI (UFMG).
- 1320 Ciência da informação e patrimônio cultural: dois campos em questão.
VITÓRIA GOMES ALMEIDA (UFPB), **GRACY KELLI MARTINS** (UFCA),
- 1338 Colecionar livros: um modo de reapropriar o passado.
ADMEIRE SANTOS SUNDSTRÖM (UNESP).
- 1350 Curadoria e comunicação pública da ciência: “práticas discursivas” em museus de história natural. **SABRINA DAMASCENO SILVA** (UFRB).
- 1370 Educação patrimonial: o bibliotecário no processo de resgate da memória. **RAFAELA PEREIRA DE CARVALHO** (UFC), **GABRIELLY PAMELA LOPES SOEIRO** (UFC), **MARIA AUREA MONTENEGRO ALBUQUERQUE GUERRA** (UFC).
- 1385 Estudo comparativo do padrão de descrição de informação e MARC 21 em material tridimensional. **MILENE ROSA DE ALMEIDA MOURA** (UFSCAR), **LUZIA SIGOLI FERNANDES COSTA** (UFSCAR).

- 1406 Fragmentos de memória da biblioteconomia baiana. **JAIRES OLIVEIRA SANTOS** (UFBA), **MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA BARREIRA** (UFBA).
- 1423 Gestão de instituição cultural dedicada à memória da farmácia: desafios do trabalho interdisciplinar. **LUCINÉIA MARIA BICALHO** (UFMG), **GERSON ANTONIO PIANETTI** (UFMG).
- 1444 Imagem fotográfica na imprensa de guerra: uma ferramenta de memória. **BRUNO HENRIQUE MACHADO** (UNESP), **MARIA LEANDRA BIZELLO** (UNESP), **TELMA CAMPANHA DE CARVALHO MADIO** (UNESP).
- 1462 Laboratório multiusuário para acesso e apropriação do patrimônio científico e cultural. **MARCOS GALINDO** (UFPE), **CELLY BRITO LIMA** (UFPE),
- 1474 Memória institucional e a escrita da memória coletiva. **MARIANA ESCHER TOLLER** (UNESP), **MARIA LEANDRA BIZELLO** (UNESP).
- 1483 Pioneirismo e ação no registro do patrimônio imaterial no Brasil: a experiência da discoteca Oneyda Alvarenga. **ANA PAULA SILVA** (UFMG).
- 1505 Políticas de memória e arquivos da repressão e da resistência: desafios para o acesso à informação pública na Argentina e no Brasil. **MARIA GUIOMAR DA CUNHA FROTA** (UFMG).
- 1523 Refletindo sobre as instituições arquivísticas e a complexidade. **BRENDA COUTO DE BRITO ROCCO** (UNIRIO), **BIANCA COUTO DE BRITO** (UFRJ).
- 1539 Repositórios digitais sustentáveis: o projeto eletromemória. **MÁRCIA CRISTINA DE CARVALHO PAZIN VITORIANO** (UNESP), **VÂNIA MARA ALVES LIMA** (UNESP).
- 1555 Tecnologia e concepções de patrimônios e de serviços culturais: reflexões exploratórias. **MARCO ANTONIO ALMEIDA** (USP), **IEDA PELÓGIA MARTINS DAMIAN** (USP).
- 1576 Trabalhos de memória e de justiça: uma análise comparativa das leis de acesso à informação no Cone Sul. **ROGÉRIO LUÍS MASSENSINI** (UFMG).

Eixo 08

1597 **Museologia, Informação e Documentação Museológica**

- 1598 A espetacularização da informação em museus de ciência. **DANIEL VIANA DE SOUZA** (UFPEL).

- 1611 Curadoria digital: recursos de design da informação para websites de museus. **MARIANA CANTISANI PADUA** (UNESP), **KAREN KIPNIS** (UNESP), **NATALIA NAKANO** (UNESP), **MARIA JOSÉ VICENTINI JORENTE** (UNESP).
- 1633 Los memes de internet: desafíos y oportunidades para la ciencia de la información y la museología. **LOURDES GARCÍA AGUIRRE** (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA).
- 1653 Políticas de gestão de acervos: um estudo de caso. **RAQUEL AUGUSTIN** (UFMG), **CÁTIA RODRIGUES BARBOSA** (UFMG).

Eixo 09

1668 Organização da informação e do conhecimento

- 1669 A dimensão conceitual da organização do conhecimento no universo científico da ISKO: uma análise temática dos congressos dos capítulos norte-americano e francês da International Society for Knowledge Organization - ISKO. **ANDRE YNADA DOS SANTOS** (UNESP), **JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES** (UNESP).
- 1684 Arquitetura da informação em aplicações móveis: estudo exploratório no cenário brasileiro. **MARIA APARECIDA MOURA** (UFMG), **BRENDA VASCONCELOS ATTALLA** (UFMG).
- 1704 Aspectos temáticos da aplicabilidade de ontologias em catálogos bibliográficos online. **ROBERTA CRISTINA DAL EVEDOVE TARTAROTTI** (UNESP), **MARIÂNGELA SPOTTI LOPES FUJITA** (UNESP), **WALTER MOREIRA** (UNESP).
- 1721 Da organização da informação à apropriação de saberes: acesso e uso da informação. **HILDENISE FERREIRA NOVO** (UFBA), **BRUNA LESSA** (UFBA), **IVANA APARECIDA BORGES LINS** (UFBA), **LUÍS CARLOS BARBOSA DE JESUS** (UFBA), **MAÍRA SALLES DE SOUZA** (UFBA).
- 1741 Fanfictions: um estudo sobre a dialogicidade entre o fã e a classificação. **JÉSSICA RIBEIRO MAMEDE** (USP), **DEISE SABBAG** (USP).
- 1758 Formação e desenvolvimento de coleções em acervos bibliográficos: revisão sistemática da literatura no Brasil à luz da Brapci. **JORGE SANTA ANNA** (UFES).
- 1784 Gestão de acervos de imagens digitais: utilização do padrão de metadados IPTC Core. **CAMILA RIBEIRO VALERIM** (UDESC).
- 1805 Gestão de conteúdo corporativo: uma análise conceitual. **MARCELLO BAX** (UFMG), **LUIZ GUSTAVO FERREIRA** (UFMG), **LIVIA TEIXEIRA** (UFMG), **ALEXANDRE MAGNO TEIXEIRA** (UFMG).

- 1821 Linguagens de indexação em bibliotecas universitárias brasileiras: diagnóstico preliminar das regiões sul e sudeste. **MARIA CAROLINA ANDRADE E CRUZ** (UNESP), **LUCIANA BEATRIZ PIOVEZAN DOS SANTOS** (UNESP), **MARIÂNGELA SPOTTI LOPES FUJITA** (UNESP).
- 1836 Mapeamento de domínios do conhecimento: uma proposta metodológica. **ROSANA PORTUGAL TAVARES MORAES** (UFF), **MARIA LUIZA DE ALMEIDA CAMPO**, (UFF).
- 1856 Os problemas da informação dos projetos na esfera pública. **ANTONIO DE SOUZA SILVA JUNIOR** (UFPE), **MARCOS GILSON GOMES FEITOSA** (UFPE), **BRUNO CAMPELLO DE SOUZA** (UFPE), **SILVIO LUIZ DE PAULA** (UFPE).
- 1876 Operacionalizando a análise de domínio da produção científica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro por meio do conceito de comunidade de prática. **MIRIAM GONTIJO DE MORAES** (UFRJ).
- 1894 Organização de acervos bibliográficos: apontamentos de uma experiência em EAD. **MARILUCY DA SILVA FERREIRA** (UFPE/FUNDAJ), **ANTÔNIO CARLOS MONTENEGRO** (FUNDAJ).
- 1906 Organização do conhecimento e recuperação de informação: contribuições das ontologias para interfaces de resultados de buscas em sistemas de recuperação de informação. **FABRICIO BAPTISTA** (UNESP), **EDBERTO FERNEDA** (UNESP), **WALTER MOREIRA** (UNESP).
- 1924 Organização e representação do conhecimento: uma reflexão sobre a função mediadora dos sistemas de organização do conhecimento. **ISABELA SANTANA DE MORAES** (UNESP), **WALTER MOREIRA**, (UNESP).
- 1937 Siglas em saúde: metadados terminológicos para representação e recuperação da informação em arquivos de prontuários do paciente. **VIRGINIA BENTES PINTO** (UFPE), **FABIANA DA SILVA FRANÇA** (UFPB), **ODETE MAYRA MESQUITA SALES** (UFPB), **FRANCISCA ROSALINE LEITE MOTA** (UFAL).
- 1946 Utilização de ontologias em interfaces: contribuições, perspectivas e desafios. **MARCIA CRISTINA DOS REIS** (UNESP), **EDBERTO FERNEDA** (UNESP), **WALTER MOREIRA** (UNESP).

Eixo 10

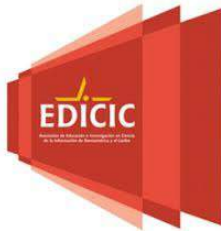
1966 **Tecnologias da informação e Gestão do Conhecimento**

- 1967 A construção de glossários e wikipedias especializadas: a emergência do saber coletivo no ensino a distância. **RENATA ANGÉLICA FRANÇA MENDES** (UFMG).

- 1988 A implantação de um projeto de GED/ECM sob o olhar de um bibliotecário: o caso La Empresa Concer. **DAYANNE DA SILVA PRUDENCIO** (UFRJ/BICT), **RAFAELA SOUZA OLIVEIRA** (CONCER).
- 2007 A presença de recursos da Web 2.0 Nos sistemas de automação de bibliotecas: uma sugestão de interface. **MÁRCIO BEZERRA DA SILVA** (UNB), **LUANA GOMES DIAS** (UNB), **HALLISON PHELIPPE LOPES DE CASTRO** (UNB), **ZENY DUARTE DE MIRANDA** (UNB).
- 2020 A web semântica no brasil: um estudo bibliométrico sob o olhar da ciência da informação. **CINTIA BRAGA FERREIRA PINHEIRO** (UNESP), **ELY FRANCINA TANNURI DE OLIVEIRA** (UNESP).
- 2036 As interconexões entre a gestão do conhecimento e a arquitetura da informação: uma reflexão sobre o uso estratégico de portais corporativos nas organizações. **NARJARA BÁRBARA XAVIER SILVA** (SEBRAE/CNPQ), **RAQUEL DO ROSÁRIO SANTOS** (UFBA), **NOADYA TAMILLYS DUARTE** (UFPB).
- 2054 Capital intelectual: reconhecimento como agregador de valor nas empresas inovadoras. **MARA INEZ CORRÊA DE SOUZA PIRES** (UFMG), **JULIO CÉSAR PEREIRA DE CARVALHO** (UFMG).
- 2066 Estudo de aderência entre padrões de representação de dados sobre entidades. **FERNANDO DE ASSIS RODRIGUES** (UNESP), **RICARDO CÉSAR GONÇALVES SANT'ANA** (UNESP).
- 2085 Fatores influentes da socialização informacional para a criação de conhecimento no setor de eletro-eletrônicos brasileiro. **CÁSSIA REGINA BASSAN DE MORAES** (FATEC GARÇA), **LUANA MAIA WOIDA** (FATEC GARÇA), **ANDRÉIA ABREU** (FATEC GARÇA), **DEISE DEOLINDO SILVA** (FATEC GARÇA), **MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM** (UNESP).
- 2105 Gestão da informação e do conhecimento para biblioteca universitária: aplicação de instrumento. **MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA COSTA** (UFC), **FÁTIMA PORTELA CYSNE** (UNILAB), **ADRIANA NÓBREGA DA SILVA** (UFC).
- 2120 *Knowledge graph*: um estudo dos processos realizados pelo mecanismo de busca semântico. **CAIO SARAIVA CONEGLIAN** (UNESP), **ANA MARIA JENSEN FERREIRA DA COSTA FERREIRA** (UNESP), **SILVANA APARECIDA BORSETTI GREGORIO VIDOTTI** (UNESP), **JOSÉ EDUARDO SANTAREM SEGUNDO** (USP).
- 2138 O papel das ontologias para a interligação de dados governamentais abertos: uma investigação sobre o tema na literatura. **LUCAS DE LIMA ROCHA** (UFF), **MARIA LUIZA DE ALMEIDA CAMPOS** (UFF).
- 2156 Políticas de preservação digital em bibliotecas universitárias brasileiras. **MAGNA LOURES DE FARIAS** (UFRJ), **MARIA IRENE DA FONSECA E SÁ** (UFRJ).

- 2177 Sistema de gestão arquivística de documentos na Embrapa: uma análise dos requisitos do E-ARQ Brasil no sistema eletrônico de informações. **LIDIANE MARQUES DE FREITAS** (UEL), **ANA CRISTINA DE ALBUQUERQUE** (UEL).
- 2198 Tecnologia e cultura da convergência: produção e uso do livro eletrônico no contexto das bibliotecas universitárias públicas brasileiras. **CAROLINA DE SOUZA SANTANA MAGALHÃES** (UFBA).

X EDIÇÃO 2016 BELO HORIZONTE **Conferências**



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Conferência de abertura

MULTI, INTER E TRANSDISCIPLINARIDADE – ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?¹

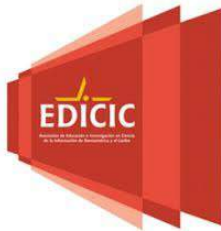
Ivan Domingues²

Resumo: Pretende-se abordar certos aspectos epistemológicos da multi, da inter e da transdisciplinaridade, focalizando as dificuldades de estabilizar os conceitos e o contexto histórico de seu surgimento: a multidisciplinaridade – ao que parece – sem endereço certo, a interdisciplinaridade patrocinada pela OCDE e a transdisciplinaridade pela UNESCO. Em seguida, procura-se fazer o levantamento dos principais resultados e conquistas das abordagens pluridisciplinares (na acepção abrangente, retoricamente empregada, não lógica ou conceitual, abarcando as três supra). E, por fim, junto com essas experiências, a questão do *ethos* do cientista pluridisciplinar é colocada, tendo ao fundo a fratura da ética da ciência tradicional provocada pela fragmentação das disciplinas, pelo avassalamento da expertise e pela taylorização do conhecimento.

Palavras-chave: Multidisciplinar, Interdisciplinar e Transdisciplinar. Ética e ciência. Responsabilidade individual e coletiva. Exigência de transparência e riscos.

¹ O presente texto é uma versão modificada de uma conferência apresentada na abertura do VI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, que foi publicada na revista Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 7, n. 2 – pp. 11-26, 2012. Aqui, efetua-se a inserção de um resumo e de Palavras-chave, bem como a supressão das notas de rodapé, constantes por equívoco na versão original e consideradas pelo autor impertinentes, por serem soltas e em certa medida aleatórias.

² Filósofo. Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

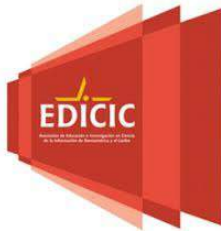
UFMG

É com prazer que estou aqui para proferir a conferência de abertura deste X EDICIC - Encontro da Associação de Educadores e Pesquisadores de Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação e Documentação da Ibero-América e Caribe que está se iniciando hoje e que com certeza dará a vocês aqui presentes, provenientes de diferentes pontos do país e de fora dele, uma excelente oportunidade para trocas científicas e acadêmicas.

O tema do qual vou tratar na conferência é a questão da multi, da inter e da transdisciplinaridade – onde estamos e para onde vamos?, O mote que vai guiar as minhas reflexões são duas frases de Popper que aparecem em *O universo aberto: um argumento pelo indeterminismo*, publicado em 1982: “Eu não acredito em especialização e em especialistas. Ao emprestarmos demasiado respeito ao especialista, nós estamos destruindo a comunidade de aprendizagem, a tradição racionalista e a ciência ela mesma” (POPPER, K. *The Open Universe: An Argument for Indeterminism*. London: Hutchinson, 1982, p. 8).

Ao fazer esses comentários iniciais, de saída eu quero deixar claro que não sou especialista nesse campo do conhecimento, como Popper não julgo que deveria sê-lo ou que o *expert* deva ser reverenciado, e tampouco tenho as respostas para as questões que vão transparecer ao longo de minha fala. Sou apenas um estudioso da matéria com frequentes incursões em seus diferentes aspectos, tendo já publicado livros e *papers*, assim como participado de inúmeros eventos e iniciativas com a propósito de discutir e difundir a transdisciplinaridade, porém sem nestas incursões ter aprofundado o assunto a ponto de me considerar um *expert*. Sou apenas um curioso e o pouco que percorri ao tomar esse caminho me faz, como eu dizia, um estudioso. Um estudioso – acrescento eu agora – com uma gama variada de interesses, desde os interesses propriamente epistêmicos, em razão de minha formação de epistemólogo e de minha área de origem, filosofia, até os interesses ligados à política acadêmica e científica. Sinal desses interesses em política acadêmica e científica foi meu trabalho como Assessor da CAPES com a função de ajudar na elaboração do PNPG 2011-2020, tendo entre outras coisas coordenado as discussões sobre a pós inter/multidisciplinar.

Voltando ao tema da conferência, eu gostaria de precisar que até recentemente eu procurei evitar me envolver, ao focalizar o multi, o inter e o transdisciplinar, nas questões



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

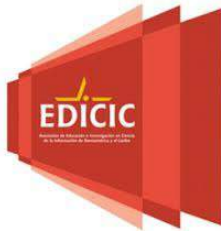
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

relativas ao ensino, tendo-me concentrado exclusivamente na pesquisa. A razão era muito simples: como todo mundo sabe, o ensino é por demais conservador, ultradisciplinar, os Departamentos funcionam como verdadeiros cartórios, e há os problemas dos concursos e dos diplomas. Então, o terreno do ensino é pouco ou nada favorável a experiências extra-disciplinares e à livre cooperação dos campos do conhecimento. Como disse a americana que ganhou em 2010 o Prêmio Nobel de Medicina: “O mundo tem problemas; as Universidades, Departamentos” – e eu acrescentaria: “Já os Departamentos têm disciplinas e as disciplinas os especialistas, verdadeiros guardas da cancela”, e aí as coisas ficam difíceis, muito difíceis. Em contrapartida, por ser mais plástica e mais aberta a experimentações, inclusive a experimentos que fracassam e não levam a lugar algum, a pesquisa em princípio seria mais favorável, e poderia abrir novos caminhos para o conhecimento. Com isso não quero dizer que a pesquisa e órgãos como o CNPq não sejam disciplinares. Em grande extensão são, sim, e muito; porém, a pesquisa é algo indeterminada e mais plástica, favorecendo experimentações e transgressões. A condição, para se introduzir o trans ou o inter, é simplesmente trocar o foco nas matérias e nas disciplinas, com suas fronteiras e demarcações, pelos temas e problemas, quaisquer que sejam eles, especialmente aqueles gerados fora do campo disciplinar, nas interseções das disciplinas e nas interfaces das diferentes áreas do conhecimento.

Foi com este pensamento, com os olhos voltados para a pesquisa, que criamos aqui na UFMG, em 1999, o IEAT. Precisamente, um Instituto de Estudos Avançados e Transdisciplinares, abarcando todas as áreas do conhecimento, e lá se foram 12 anos, com o Instituto se espalhando pela Universidade, porém restringindo-se à pesquisa, ontem quando foi criado, hoje em suas diferentes frentes de atuação.

Mais recentemente, por ocasião da elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, levada a cabo pela CAPES, eu tive de deixar minhas reservas de lado ao coordenar, como eu disse, os trabalhos sobre a Pós-graduação multi e interdisciplinar. Vale dizer, ao coordenar os trabalhos em nível de assessoria técnica, com a participação de vários colegas das mais variadas áreas do conhecimento, inclusive a participação de Arlindo Phillipi Jr. Achei a experiência riquíssima, minha visão dos problemas viu-se profundamente matizada bem como alterada em importantes aspectos, e não foi sem convicção que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

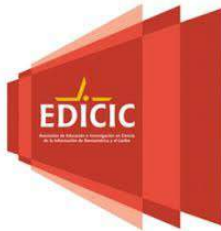
UFMG

recomendei uma especial ênfase nas ações da CAPES, no próximo decênio, tanto na criação de novos cursos quanto no adensamento de pós-graduações *stricto sensu* multi e interdisciplinar já existentes. Não sei se vocês sabem, o conjunto do documento foi aprovado pelo Conselho Superior da CAPES, inclusive a recomendação de priorizar a Pós multi e inter, foi sancionado pela Presidência da República como parte do Plano Nacional de Educação e foi recentemente publicado pela Agência por ocasião da comemoração dos seus 60 anos. Quem quiser ter o documento de dois volumes, é só solicitar e será atendido. Meu sentimento, ao concluir esse trabalho, é que a área multi e interdisciplinar, que foi a que mais cresceu nos últimos tempos no sistema da CAPES, deverá crescer mais ainda nos próximos anos. E o que é importante: tendo vencido a barreira da criação e da quantidade, ao conseguir uma considerável massa crítica e se espalhar por todos os pontos do país, o desafio maior agora será introduzir o crivo da excelência e vencer o desafio da qualidade – coisa que fatalmente vai acontecer, a julgar pelas iniciativas em curso.

Vou parando por aqui. Estou considerando essas coisas pessoais para dar a vocês uma ideia de onde eu venho, das minhas experiências sobre o assunto e dos meus interesses particulares. Continuo com reservas a respeito do trans na área do ensino, e não vejo maiores problemas em propor uma pós-graduação interdisciplinar, uma vez que a interdisciplinaridade já tem cidadania nos programas de Pós mundo afora, e na Pós o ensino deve estar fundado na pesquisa. O que há de novo quanto à minha entrada pessoal, é que ao longo desse tempo fui levado a trabalhar uma significativa literatura sobre a inter e a transdisciplinaridade, especialmente norte-americana, a qual me ajudou a aprofundar na matéria e a firmar convicção a respeito da boa política nessa área do conhecimento.

Desse conjunto, deixando de lado outras referências importantes trabalhadas no passado, como o *Manifesto da Transdisciplinaridade*, de Basarab Nicolescu e Edgar Morin, para ficar com os dois mais conhecidos, eu destacaria:

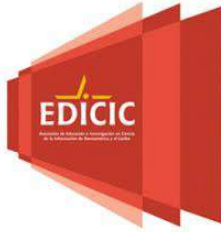
- KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinary - History, Theory & Practice*. Detroit: Wayne State University, 1990.



- KLEIN, Julie Thompson. *Crossing Boundaries: Knowledge, Disciplinarity and Interdisciplinarity*. Charlottesville: U. P. of Virginia, 1996.
- KLEIN, Julie Thompson et al (orgs). *Transdisciplinarity: Joint Problem Solving among Science, Technology and Society*. Boston / Basel / Berlin: Birkhauser Verlag, 2001.
- KLEIN, J. Th. “*Interdisciplinary and complexity: An Evolving Relationship*”. [E.CO](#) Special Double Issue, vol 6, nos. 1-2, Fall 2004.
- NOWOTNY, H. et al. Mode 2 Revisited: “The New Production of Knowledge”. *Minerva* 41, p. 179-194, 2003 (Printed in the Netherlands).
- POMBO, O. et al (org.). *Interdisciplinaridade - Antologia*. Porto, Campo das Letras, 2006.
- SOMMERVILLE, M. A & RAPPORT, D. (Orgs.). *Transdisciplinary: Recreating Integrated Knowledge [Advances in Sustainable Development]*. Oxford, EOLSS Publishers, 2000.

Dito isso, vou tratar da questão que nos foi proposta: Multi, Inter e Trans – onde estamos e para onde vamos? Para aplainar o terreno, vou propor algumas definições, provisórias e, como tais, sujeitas a revisões, coisa que eu considero normal, por não acreditar que o mundo caiba numa frase ou num conceito.

Por *disciplina*, à qual o multi, o inter e o transdisciplinar tacitamente se referem, entendo a matéria ou o campo do conhecimento, acepção já conhecida dos romanos, a exemplo de Cícero, ao se referir ao ensino, à educação e à ciência, abarcando tanto a matéria ensinada quanto o método e o sistema ou a doutrina. A esses aspectos cognitivo e intelectual, acresce um conjunto de acepções morais e mesmo políticas, também retidas pelos romanos, ao tratarem da disciplina militar, da organização política e de aspectos da ética. Na era moderna, nas diferentes línguas, essas acepções são mantidas e ampliadas, como mostra o francês ao pôr em evidência as ideias de direção moral e de influência intelectual nas relações



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

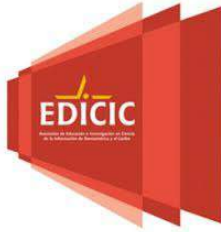
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de discipulagem (Fénélon: “Demócrito, depois de ter permanecido por longo tempo sob a disciplina de Leucipo”), bem como de regra e de punição, ao designar uma espécie de chicote (“fouet” em francês), usado para flagelar e se mortificar (“coups de discipline” ou simplesmente “discipline” como encontrado em Molière). No plano cognitivo e intelectual, já em fins da Renascença, a noção se expande e passa a designar as diversas áreas do conhecimento, referindo-se às especialidades e às matérias que constituem a ciência, a filosofia e a arte. Quem quiser aprofundar este ponto, eu recomendo o artigo de Heinz Heckhausen intitulado “Disciplina e interdisciplinaridade” e publicado no livro organizado por Olga Pombo, a que eu me referi antes, no início de minha exposição. Lá vocês encontrarão um conjunto de critérios e características das disciplinas, como o domínio material, o nível de integração teórica, os métodos de análise, as aplicações práticas e a contingência histórica, ponto ao qual voltarei daqui a pouco (p. 79-84).

Quanto ao *multi*, ao *inter* e ao *transdisciplinar*, noções que têm ao centro a disciplina e que só fazem sentido se referidas a ela, está em jogo um fenômeno típico da modernidade tardia, caracterizado pela tentativa de aproximar os campos disciplinares e promover onde for possível a fusão dos mesmos. A julgar por Julie Thompson Klein, já referida antes e considerada autoridade no assunto, as principais diferenças podem ser sumariadas assim: 1 – O multidisciplinar consiste na justaposição das disciplinas e sua natureza é essencialmente aditiva, não integrativa (p. 56): de fato, pode-se dizer, a justaposição é mais do que colocar lado a lado, pois o que é buscado é a aproximação das disciplinas e o compartilhamento das informações, como ocorreu nos laboratórios da Bell Telephone nos anos 40, levando a importantes descobertas na área do transistor (ponto de contato, de acordo com Klein, p. 58). 2 – O interdisciplinar, por sua vez, consiste na cooperação das disciplinas, está fundada em genuínos grupos de trabalho (*teams work*) e sua natureza é integrativa. Tal vai ser a definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo a qual a interdisciplinaridade visa a mútua integração de conceitos, terminologias, métodos e dados em conjuntos mais vastos, repercutindo na organização do ensino e da pesquisa (p. 63). Os exemplos são inúmeros, com destaque para o projeto Apollo (p. 61), e bastante diversificadas as vias para chegar lá: Piaget sublinhando a assimilação recíproca dos conhecimentos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

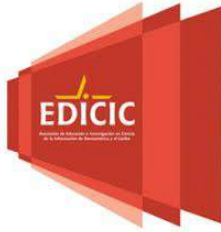
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

disciplinares, Alpert considerando o problema como a base fundamental da cooperação e Gusdorf acreditando que o *team work* é essencial (p. 63). 3 – Por fim, o transdisciplinar, com ambição consideravelmente maior, consiste na tentativa de ir além das disciplinas (trans = além e através) e sua índole é transgressiva, levando à quebra das barreiras disciplinares e à desobediência das regras impostas pelas diferentes disciplinas. Assim, segundo Klein, a transdisciplinaridade é mais “compreensiva em escopo e visão”, tendo como objetivo fornecer sínteses teóricas abrangentes capazes de unificar o conhecimento, a exemplo da teoria dos sistemas, do neo-evolucionismo, da complexidade, do behaviorismo, do estruturalismo e do marxismo. Além dessas teorias ou correntes do pensamento, não faltaram disciplinas ou melhor super ou supra-disciplinas candidatas ao posto, como a antropologia, a cibernética e a própria filosofia. Porém, diferentemente das experiências inter e multi, bem pesadas as coisas, não é possível ainda apontar experiências unificadoras trans bem sucedidas, e de fato, mesmo em ações menos ambiciosas, as abordagens transdisciplinares são bastante raras (p. 68), devido à exigência de promover a dupla coordenação horizontal e vertical da pesquisa (p. 69). Trata-se então, entre os partidários de um programa forte da transdisciplinaridade, mais de um novo paradigma do que de uma atitude, de um método ou de um olhar.

Penso que já é suficiente. O essencial é entender que o disciplinar, o multi, o inter e o trans são formas de organização e difusão do conhecimento e, como tais, não tem nada de necessário ou sacrossanto. De fato são criações históricas e culturais, e enquanto tais contingentes. Julie Klein observa sobre este ponto que “não há uma inevitável progressão da ‘multidisciplinaridade, passando pela ‘interdisciplinaridade’, até a ‘transdisciplinaridade’” (p. 71). Quanto à disciplina, Piaget em mais de uma ocasião sublinhou a artificialidade das barreiras das áreas do conhecimento, como as que separam a psicologia da biologia, e são conhecidas – acrescento eu – as circunstâncias em que foram criadas as disciplinas de metafísica, de obstetrícia e de sociologia: a metafísica, termo da linguagem corrente empregado pelos eruditos gregos para designar os livros de Aristóteles que estavam dispostos depois das obras de física (meta-física); a sociologia, referida em Harvard ao Departamento que tinha Sorokin como *head*, à diferença do de “relações sociais”, que ficou com Parsons e que vivia às turras com Sorokin; a obstetrícia, dividida em obstetrícia I e II, solução



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

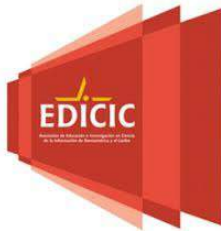
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

encontrada pela Universidade de Viena para acomodar os conflitos entre dois grupos de médicos que se digladiavam e ameaçavam o futuro da Universidade.

Ainda sobre as circunstâncias em que foram formatadas as propostas inter e transdisciplinares, eu gostaria de precisar duas coisas. Sobre a interdisciplinaridade, o fato de que ela teve como a principal “promoter” a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), sediada em Paris e conhecida como clube dos ricos. Foi a OCDE que organizou em 1970, na cidade de Nice, França, um importante colóquio internacional sobre a Interdisciplinaridade, cujas principais contribuições, Jean Piaget à frente, foram reunidas e publicadas mais tarde, em 1972, no livro seminal *Interdisciplinarity: Problems of Teaching and Research in Universities* [Interdisciplinaridade: Problemas de ensino e pesquisa em universidades]. E foi também a OCDE que apoiou a realização em 1975-1976 de um seminário pós-doutoral sobre a interdisciplinaridade na Universidade Estadual de Pennsylvania, nos Estados Unidos, resultando no segundo livro de referência da área intitulado *Interdisciplinarity and Higher Education* [Interdisciplinaridade e ensino superior] e editado por Joseph Koklemans (1979). Em contrapartida, a transdisciplinaridade teve como principal patrocinadora a UNESCO, desde a realização de colóquios e congressos, até o apoio a grupos de pesquisa. Em 1994 a UNESCO organizou a 1º Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, realizado em Arrábida, Portugal, resultando na importante publicação intitulada *Carta da Transdisciplinaridade*, liderada por Basarab Nicolescu e Edgar Morin, e com dezenas de signatários de diferentes partes do mundo. Inclusive do Brasil. Mais tarde, em 1998, a divisão de Filosofia e Ética da UNESCO co-organizou o Colóquio sobre Transdisciplinaridade de Royaumont, uma bela abadia cisterciense que fica nas proximidades de Paris, resultando no importante livro *Transdisciplinarity: reCreating Integrated Knowledge* [Transdisciplinaridade: reCriando conhecimento integrado], editado por Margaret A. Sommerville & David Rapport. Por fim foi a vez do Colóquio de Zurich, em 2000, quando a UNESCO se associou à Swiss National Science Foundation [Fundação Nacional Suíça de Ciência], à Swiss Federal Institute of Technology [Instituto Federal Suíço de Tecnologia], à Brown-Boveri, etc, dando origem ao livro *Transdisciplinarity: Joint Problem Solving among Science, Technology and Society* [Transdisciplinaridade: Resolvendo junto problemas entre



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

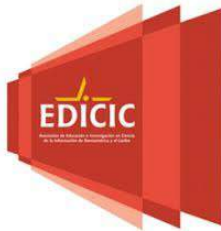
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ciência, tecnologia e sociedade] , publicado um ano depois (2001), tendo Julie Klein como uma das editoras.

Esses eventos, que foram seguidos e precedidos por outros com propostas parecidas, inclusive no Brasil, em Vila Velha, ES, 2005, sem dúvida são da maior importância e ajudam o estudioso a compreender as coisas. Ao comparar as duas abordagens, descobrirá que Julie Klein, uma das estrelas da interdisciplinaridade e mundialmente conhecida graças a seus dois importantes livros, teve uma participação de proa nos Congressos da Transdisciplinaridade realizados em Zurich e em Royaumont, evidenciando que não vem ao caso opor sem mais as duas perspectivas, sendo a clivagem em realidade uma falsa dicotomia e podendo a inter ser considerada amiga da transdisciplinaridade. A diferença é de escopo e de lastro, podendo a inter ser considerada mais instanciada e normalizada, ao passo que a trans é coisa de ciência pós-normal e pouco lastreada, segundo Julie Klein, mais uma promessa remetida ao futuro do que uma realidade efetiva. Assim, o lema que comandou as diretrizes da OCDE é a ideia segundo a qual “O interdisciplinar de hoje é o disciplinar de amanhã”. Este é o caso da bioquímica, por exemplo, interdisciplinar ontem e ciência normal e disciplinar hoje, no meio de outras tantas ciências disciplinares dentro e fora da biologia. Em contraste, Jean Piaget, ele mesmo uma das estrelas do primeiro congresso sobre a interdisciplinaridade, como eu já comentei, discrepava dessa divisa e propôs algo diferente: “O interdisciplinar de hoje é o transdisciplinar de amanhã”, ou ao menos abre o caminho que nos leva até lá.

Na origem das duas experiências e mesmo da abordagem multidisciplinar, que de uma maneira ou de outra procura aproximar as disciplinas, está aquilo que os estudiosos chamam de inflação do conhecimento e pulverização da ciência numa infinidade de disciplinas, associadas à Babel das línguas e ao choque das duas culturas, de um lado a humanística, de outro a científica, que ignoram uma à outra e não falam a mesma linguagem. Esta situação de imenso desconforto foi produzida desde a metade do século XIX e foi agravada ao longo do século XX, até chegar ao século XXI. Para se fazer uma ideia da situação em fins dos anos 80, Julie Klein apresentou no Congresso Mundial sobre a Transdisciplinaridade realizado em Arrábida, Portugal, em 1994, as cifras, e voltou a elas num instigante artigo publicado em 2004 com o título de *Interdisciplinary and complexity: an involving relationship*



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

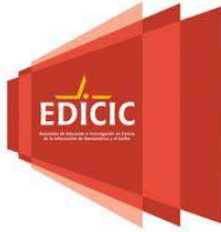
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

[Interdisciplinaridade e complexidade: uma relação envolvente]: 8530 campos do conhecimento em 1987 e cerca 4000 disciplinas em 1990 (cf. p. 3). Na mesma época, num esforço de agrupar esse conjunto, o CNPq operava no Brasil com 868 áreas de especialidades, muitas vezes justapondo-as e não exatamente integrando-as. Hoje, passados mais de 20 anos, os campos do conhecimento assim como as disciplinas com certeza aumentaram mais ainda e o próprio CNPq foi levado a tentar reagrupá-los mais de uma vez, como agora ao encomendar a tarefa à CGEE, devendo o processo continuar indefinidamente. O resultado é o desconforto já experienciado à época de Chesterton, no início do século XX, levando-o dizer, como lembrou Gusdorf, que “o especialista é aquele que sabe cada vez mais sobre um domínio cada vez mais restrito, de modo que a sua realização perfeita é saber tudo de nada” (Olga Pombo, p. 19). Daí as tentativas de achar um remédio e vencer o mal-estar, verdadeira patologia no entender de muitos, buscadas através da aproximação de disciplinas e da fusão de áreas do conhecimento.

Sobre esse ponto, o *pendant* entre dividir e agrupar parece que está relacionado tanto com a natureza da mente humana, que ao pensar e conhecer as coisas opera com a ajuda da análise e da síntese, quanto com a finitude da espécie humana e do aparelho perceptivo intelectual. Não podemos abraçar ou vislumbrar o todo, mas divisá-lo a partir de certa perspectiva, espacial e temporal, e para percorrer um conjunto maior, demarcado e delimitado, devemos percorrer a parte. Não tem jeito: o conhecimento não está dado de antemão, trata-se de uma conquista e, como tal, depende das operações de análise e síntese. A pulverização do conhecimento em disciplinas e a divisão da ciência em áreas ou domínios têm a ver com isso: trata-se da análise. A análise é o modo como o conhecimento se inicia e a via que leva à ciência, justamente através de distinções, divisões e relações. Porém, o caminho da ciência não é contínuo e linear: para se poder avançar na caminhada será preciso de tempos em tempos parar, retroceder e retomar os resultados, coligindo-os e sistematizando-os – operações da síntese, a qual, a bem da verdade, não é o contrário da análise ou o seu oposto, mas o seu avesso e o complemento. Como dizia Bergson, o espírito de síntese não é senão o espírito de análise ampliado e desenvolvido. É aqui que reside o problema no meu modo de ver: as ciências modernas, ao chegarem à modernidade tardia, levaram as potências da análise



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

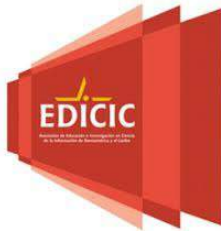
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

a distâncias e a territórios nunca percorridos e avistados antes; mas, ao fazê-lo, não fizeram a viagem de volta para recolher e sistematizar os resultados e não ativaram as potências da síntese, de modo que só avistaram a parte e perderam de vista o todo. Ora, é justamente a visão do todo ou o sentido sinóptico das coisas de que falava Platão que a abordagem inter e mais ainda transdisciplinar estão procurando estender à ciência.

Lévi-Strauss disse um dia, ao comparar sua mente de antropólogo com a do indígena primitivo, que ambos têm uma coisa em comum: ambos têm uma cabeça holística, ou melhor “neolítica”, como ele preferia. Um pouco esta é a situação de cada um de nós. Temos uma cabeça holística e sofremos da nostalgia do todo. Esta é também a situação do conhecimento. Contudo, o *holos*, o todo e o conjunto integram e abarcam as partes. Por seu turno, o conhecimento é uma conquista, conquista das partes e, também, do todo. O desafio hoje, depois de a ciência fazer a viagem de ida e conquistar territórios vastíssimos, arrancando-os da ignorância um a um e dispondo-os uns ao lado dos outros, é prosseguir a viagem, fazer a meia-volta e dar a visão do todo, visão perspectivada certamente, mas de conjunto, de alguma forma.

Ao chegar a esse ponto, é hora de perguntar pelas conquistas e os resultados das abordagens multi, inter e trans - disciplinares. Não é exagerado dizer que as conquistas são de perder de vista e tudo leva-nos a acreditar que o cômputo aumentará mais ainda nos anos que virão. Para ficar com alguns poucos, mas emblemáticos exemplos na área da pesquisa podemos mencionar o projeto Manhattan, o programa do Transistor da Bell Telephone e o Instituto Pasteur, de Paris, no campo multidisciplinar; o projeto Apollo da Nasa e a descoberta do DNA, no campo interdisciplinar, o primeiro contando com um clérigo no *team work* (porque sabia fazer boas perguntas) e o último, sem *team work*, mas obra de uma dupla, biólogo um (Watson) e físico outro (Crick), e que se apoiaram no trabalho de outra dupla rival, Maurice Wilkins e Rosalind Franklin, ele biofísico de formação e ela com sólidos conhecimentos de química: a decifração do DNA foi sem dúvida uma das maiores realizações da ciência do século XX; estava em jogo fundir a genética e a química, e a maioria dos biólogos ignorava a química e vice-versa; este foi o caso de Watson, que era biólogo e zoologista, não sabia nem uma coisa nem outra, e por isso teve de adquirir as duas – o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

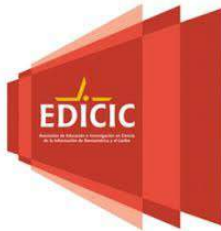
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

exemplo de Watson e do DNA não é uma exceção, mas a ilustração de um mesmo modelo, e foi assim que um grande contingente de ciências hífenizadas foi criado no curso do século XX, como a bio-química, a bio-física, a físico-química, a sócio-linguística, etc., espécies de joias da coroa da interdisciplinaridade e que depois perderam o hífen; já no campo transdisciplinar, o mais recente dos três, podem ser citados a teoria dos sistemas complexos, o Instituto de Santa Fé na Califórnia e as pesquisas em meio ambiente, cidades e saúde em diferentes cantos do planeta. Para além do trans, da pesquisa e dos megaprojetos, deve-se mencionar as experiências no ensino, ou melhor nas universidades, e o que não faltaram e não faltam são projetos e iniciativas levados a cabo nas melhores universidades do mundo, podendo ser citados Harvard, Stanford, MIT, Berkeley, Columbia e Chicago nos Estados Unidos, assim como as iniciativas e projetos em diferentes pontos da Europa, como a Escola dos Anais na França, o Centro de Epistemologia Genética fundado por Piaget em Genebra (Suíça) e o programa de Biosfera da UNESCO, sediada em Paris, porém de alcance mundial. Quem quiser saber mais detalhes, no tocante a programas, instituições e linhas de pesquisa, poderá consultar os livros de Julie Klein: as informações são abundantes e convincentes (Ver p. ex. *Interdisciplinarity _ History, Theory & Practice*, p. 47-48, 49-51 e 169-172, onde se encontra um levantamento de instituições, programas de pós-graduação e revistas). Por fim, numa atmosfera de grande flutuação conceitual, vez que muito do que é dito da inter pode ser estendido à trans e vice-versa, o jornal *A Folha de São Paulo* publicou recentemente uma matéria sobre a criação em Harvard e no MIT de laboratórios multi/inter/transdisciplinares voltados para a inovação tecnológica, desde aplicativos para celulares até campanhas para combater a malária da África (Harvard), bem como voltados para o combate ao câncer, a exemplo do Centro David H. Koch (MIT), cuja equipe conta no seu núcleo duro com psicólogos, cientistas, médicos e engenheiros especialistas em nanotecnologia (FSP, 13/06/11, Cotidiano, C5).

Estas conquistas e iniciativas são sem dúvida importantes, mas as dificuldades persistem, as disciplinas e as barreiras vão continuar existindo, fossos continuarão sendo cavados, e junto com os obstáculos e os abismos haverá o incitamento à tentativa ou à necessidade de estabelecer pontes e superá-los. Mas não nos iludamos. Não há e não haverá



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

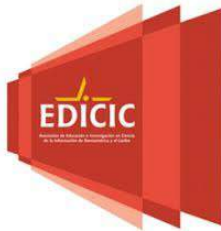
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

facilidades. Primeiro porque não há passagem direta do disciplinar ao multi, nem deste ao inter e ao transdisciplinar. A passagem deverá ser aberta e as pontes deverão ser erguidas a golpes de força. Há uma parábola indiana que nos ajuda a avaliar o estado de coisas e a situação do especialista, segundo Gusdorf. Ao retomá-la, digo que o contexto são os tempos antigos e trazido o exemplo para os dias de hoje poderá parecer politicamente incorreto. Longe de mim, entretanto, de querer censurá-la, e isto por entender que a mensagem é boa e tem um fundo de verdade. Trata-se da história de quatro cegos que se depararam com um elefante e tentam, ao apalpar diferentes partes de seu imenso corpo, compreender de que espécie de coisa elas são ou fazem parte. Assim, “cada um toca uma parte; um pretende que o elefante é uma folha muito grande, porque agarrou a orelha do animal; o outro que encontrou a pata pretende que o animal tem a forma de uma coluna; o ventre do animal faz pensar numa jarra bojuda e a tromba lembra uma grossa serpente”. Gusdorf pensa que “tal como o cego do conto, o especialista toma a parte pelo todo, pronto a sustentar que o todo não existe ou é incognoscível” (Olga Pombo, p, 48).

A essa dificuldade soma-se o conservadorismo dos indivíduos e das instituições. Em pleno século XVII essa situação já inquietava Leibniz, meio desiludido da humanidade depois de anos e anos de luta em favor da unificação do conhecimento, e em vão: “O gênero humano, considerado na sua relação com as ciências que servem ao nosso bem-estar, parece semelhante a uma multidão que marcha confusamente nas trevas sem ter nem chefe, nem ordem, nem palavra, nem outras marcas para regular a marcha e para se reconhecer. (...). É fácil ver que o que mais nos poderia ajudar seria juntar os nossos trabalhos, partilhá-los com vantagem e regulá-los com ordem; mas, presentemente, o que acontece é que ninguém se arrisca ao que é difícil, ao que não foi ainda desbravado, e todos acorrem ao que os outros já fizeram, ou copiando-se entre si, ou combatendo-se eternamente” (Leibniz, *Die Phisophische Schriften*, ed. Gerhardt, t. VII; apud Gusdorf, in: Olga Pombo. P. 43-44). Não é exagerado dizer, com a escala e a profusão do conhecimento alcançadas nos dias de hoje, que a situação apontada por Leibniz se agravou mais ainda, ao se ver acrescida dos males do “publish or perish”, desconhecidos do filósofo e que se espalharam por toda parte, trancando os indivíduos nas disciplinas, tornando-os mais e mais conservadores e submetendo-os a um



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

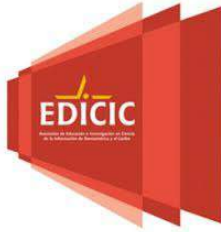
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

novo tipo de taylorismo: o taylorismo acadêmico ou intelectual. Por isso, mais do que treino ou adestramento, com vistas à aquisição de uma habilidade, a habilidade para tratar de grandes problemas e enfrentar mega-desafios, a busca do novo e a disposição de abraçar a causa multi, inter e transdisciplinar exigirão um novo *ethos* e uma espécie de conversão moral. Todavia, o *ethos* da ciência e do intelectual está fraturado, depois de serem avassalados pelo mercado e o *business*, e deverá ser recomposto ou refeito. Esta é a situação. Mas como? Vou voltar a essa questão daqui a pouco.

Antes, porém, eu gostaria de comentar a última parte do título da conferência: onde estamos e para onde vamos? Acho que já respondi: estamos no meio da confusão, sem saber ao certo para onde ir, com o *ethos* fraturado e pisando um terreno dominado pela disciplina, que veio para ficar e é uma das unidades do conhecimento, digo da organização do conhecimento no ensino e da pesquisa, e que dá ensejo a tentativas de transgressão e superação, mas mantendo-a no *core* do conhecimento: simplesmente está em jogo o multi, o inter e o trans – *disciplinares*, e não outra coisa, o anti ou o não-disciplinar. Esta situação, em que a divisão do conhecimento em disciplinas e áreas guarda um paralelismo com a divisão do trabalho, parece ser impulsionada pela própria dinâmica do conhecimento, ao se ver às voltas com a necessidade de recortar o real, ainda que aplicando-lhe os mesmos métodos e que a natureza da mente seja a mesma, como viu Descartes. Há, porém, um segundo fator que, a se acreditar em estudiosos como Julie Klein e Helga Nowotny, parece atingir de cheio a abordagem transdisciplinar, e de resto bem mais do que as outras, a multi e a inter: trata-se do modo de produção de conhecimento de tipo II, que diferentemente do tipo I, caracterizado por cindir conhecimento e sociedade e separar ética e ciência, trata de atar aqueles dois, formata o conhecimento socialmente robusto e interpela pela responsabilidade individual e coletiva dos cientistas. Este é o lado belo da coisa e de pronto reconhecido pelos partidários da transdisciplinaridade, como Julie Klein, Helga Nowotny e Michael Gibbons, que não hesitam em fazer do trans um dos traços fundamentais do modo II. Mas há um outro lado, nada róseo e mesmo *dark*, uma vez que o apelo ao social e à responsabilidade coletiva do cientista vai junto com aquilo que Strathern chamou de “terror da transparência”, fundado na profusão dos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

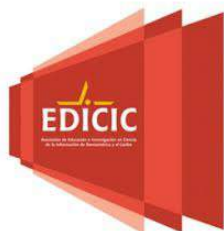
UFMG

ritos de verificação e controle típicos de uma sociedade auditada, que também se estenderam à sociedade do conhecimento.

Entendo que na raiz deste processo está o conhecido fenômeno da judicialização da política e seu avesso, a politização do judiciário, tendo como agentes os tribunais e os órgãos de controle que, ao procurarem combater os vícios da confusão do público e do privado, levando os indivíduos, os políticos e os cientistas a privatizarem o público, promoveram a publicização do privado e a anulação das diferenças das esferas do Estado, da sociedade e do indivíduo. Penso que a saída para essa excecência do direito não está na ética utilitarista, ao procurar maximizar os ganhos e minimizar os danos, ao escolher o privado contra o público, mas na ética republicana, vale dizer, não na ética republicana tradicional, porém na ética republicana refundada que, em vez de identificar o público com o estado e a política, interpõe entre o indivíduo e o estado, dilatando o público, a esfera mais ampla do social e do cultural.

É o que procurei mostrar em artigo publicado recentemente na França e que sairá em breve no Brasil, onde eu trato do intelectual público, da ética republicana e da fratura do *ethos* da ciência.

Entendo que, se não é onde estamos e a realidade em que vivemos, é para onde deveríamos ir e a bela causa a exigir o melhor de nós, se quisermos atar ética, conhecimento e sociedade.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Mesa Redonda: A Ciência da Informação na Ibero-América e Caribe: diálogos interdisciplinares

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CRUZAMENTO DE FRONTEIRAS¹

Maria Nelida Gonzalez de Gomez²

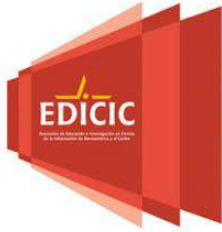
1 INTRODUÇÃO

Os estudos da informação formam parte das mudanças das matrizes paradigmáticas das ciências contemporâneas. Mudanças que são consistentes com o deslocamento *do conhecimento, da comunicação e da linguagem* de seu *locus* investigativo prévio, no domínio reflexivo dos estudos filosóficos e humanísticos, conforme modos de olhar históricos, genealógicos ou interpretativos, para compor um domínio de construção de objetos ao que se aplicam metodologias explicativas, de concepção e modelização. Ao mesmo tempo, as tecnologias digitais vão compor o domínio investigativo das ciências humanas e sociais (como quando se pergunta pelas “humanidades digitais”), além de providenciar recursos procedimentais inovadores (como na e-ciência e na ciência aberta e colaborativa). Em sua própria constituição, os estudos da informação surgem num cruzamento de fronteiras, e o entendimento dessa posição, na formação histórica das ciências e das técnicas, seria parte importante daquilo que será objeto de sua crítica e reflexão.

O que agora se coloca em discussão não seriam, porém, *as mudanças dos estudos da informação*, em relação mais ou menos homológica com o que acontece a outras ciências humanas e sociais, igualmente vinculadas a grandes questões e constelações teóricas contemporâneas; pelo contrário, *são as mudanças e incertezas que estão reformulando os ciclos infocomunicacionais e infodocumentários da informação*. As mesmas mudanças que estariam no cerne dos acontecimentos que, entre outras coisas, afetam ou desestabilizam os

¹ Agradecemos ao Prof. Alexandre de Carvalho comentários e revisão.

² Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestre em Ciência da Informação pela mesma universidade, em Convênio com o IBICT (1982), graduada em Filosofia pela Universidad Nacional del Litoral, hoje Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Aposentada desde junho de 2010, segue colaborando em atividades docentes na Pós-graduação em Ciência da Informação no PPGCI-UFF.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

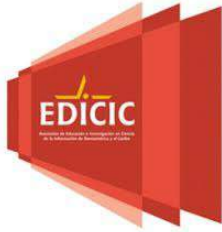
arcabouços normativos da produção de conhecimentos perturbam processos coletivos de tomada de decisão e parecem esvaziar as narrativas morais da vida cotidiana.

Para Cope e Kalantzis (2009), as transformações nos modos prévios de produção e comunicação dos conhecimentos, consolidados desde a Modernidade, estariam gerando um mal-estar epistêmico que afetaria de maneira específica a publicação científica, seja por sua crescente imersão na economia de mercado, seja pelo questionamento dos procedimentos correntes de avaliação.

Luciano Floridi (2010) e Taddeo; Floridi (2016) destacam a insuficiente indagação acerca da forte assimetria do desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais e o minguado conhecimento que temos sobre seus efeitos, suas orientações prospectivas e sobre algumas possíveis alternativas.

Para Alistair Duff (2008), as propostas e idealizações de uma Sociedade da Informação ter-se-iam defrontado com uma crise normativa, cujos principais sintomas são a crise dos direitos autorais, a crise dos direitos à privacidade e a “brecha digital” que agrega uma nova desigualdade informacional às formas prévias de injustiça epistêmica. Para Duff, o insucesso da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação seria uma expressão dessa crise, já que aos conflitos geopolíticos e à falta de acordo sobre as normas técnicas, soma-se a falta de consenso sobre os valores a orientarem o futuro (DUFF, 2008).

As incertezas contemporâneas não se esgotam, porém, na desestabilização dos sistemas de produção, comunicação e avaliação dos conhecimentos científicos, nem, de modo geral, nos marcos regulatórios dos processos coletivos de tomada de decisão. Os conflitos e as incertezas que afetam os Estados e as nações, assim como as segmentações sociais e econômicas de suas populações são redesenhados em seus contornos e complexidade quando se defrontam com problemas e situações que acontecem no cruzamento de fronteiras entre as culturas plurais. Com diversas genealogias civilizatórias, resulta difícil mesmo denominá-las, porque qualquer escolha de denominação opacifica outras muitas possibilidades de sentido, no processo redutor da tradução. O discurso da globalização não tem substituído as narrativas binárias, norte-sul, ocidente-oriente, metrópole-colônia, centro-periferia, sem que exista discordância sobre qual seja algo em comum, no qual fiquem claras semelhanças e diferenças. É nesse cenário desconfortável e, munidos de categorias insatisfatórias, que tratamos de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

entender como os fluxos informacionais podem transvasar as fronteiras das normas e linguagens.

Ao mesmo tempo, falar material e metaforicamente de territórios e fronteiras e de relações transversais tem hoje mais de uma justificativa: clima, meio ambiente, epidemias, migrações geram cojunturas de interdependência, sejam culturais, sociais ou científicas, que incluem, mas excedem as vias abertas pelas tecnologias nômades e pelos mercados econômicos. Seriam essas relações de interdependência e suas matrizes assimétricas, as que vão demandar acordos, convenções, estratégias reguladoras e soluções jurídicas e políticas, mas sem dispor de um juiz ou tribunal, reconhecido pelas partes, capaz de dirimir conflitos e garantir equidade procedimental e normativa (LATOURE, 2016).

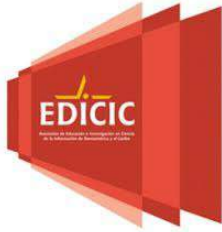
Os modos de atribuição de valor e validade, sendo plurais e por vezes conflitivos, afetam particularmente a comensurabilidade dos marcos normativos que, em cada esfera de atividade, condicionam, facilitam ou restringem os fluxos de informação entre seus participantes, e se manifestam com ênfase nas múltiplas figuras do cruzamento de fronteiras: paradigmáticas, culturais, linguísticas, econômicas e sociais.

Nesse quadro, como assunto de preocupação, em geral, nos países da América Latina, e de modo específico, nos estudos da informação, nos perguntamos se hoje estaríamos frente a um novo movimento de distribuição da autoridade e do poder que, afetando a configuração dos regimes vigentes de informação, coloca em nossa agenda de pesquisa e de reflexão o que significa hoje entender, trabalhar, agir, em zonas policêntricas, ao mesmo tempo em que subsistem situações que requerem cruzamento de alguma forma de fronteira.

2 SOBRE RELAÇÕES E FRONTEIRAS

Traço diferencial que se destaca nas sociedades modernas e contemporâneas e impulsiona seus processos incrementais de diferenciação, a “demarcação e cruzamento de fronteiras”, como expressão conceitual e como dispositivo operacional, perpassa a aventura civilizatória, manifestando-se na geopolítica, nas línguas e nas gramáticas, assim como nos modos de produção dos conhecimentos.

Escolhemos, assim, incluir a questão do estatuto epistemológico dos estudos da informação, disciplinar ou interdisciplinar, numa questão maior, que denominamos a questão



do duplo vínculo e do traçado das fronteiras. Com essa orientação, pensamos que os desafios das ações de informação hoje podem entender-se como os desafios de um trabalho nas fronteiras (ou de trabalhar “às fronteiras”).³

Fronteiras podem ser estabelecidas entre países e entre disciplinas, na defesa da autonomia da autoridade científica; e, às vezes, para denunciar que as que existem são fracas, permeáveis (e, assim, para estimular a produção de fronteiras fortes, bordas duras); também para anunciar que não existem fronteiras definidas, e, então, para propor que novas fronteiras sejam inventadas, ou, pelo contrário, para festejar sua falta.

Assunto de conferências internacionais, como a CEPE - *Computer Ethics: Philosophical Enquiries Conference* (2011), essa questão das fronteiras tem o peso e a poliglossia das questões melhor encaminhadas pela filosofia.

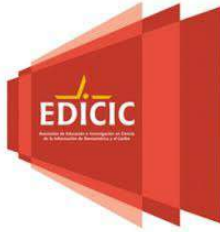
Em certo sentido, é ainda possível afirmar que a tradição europeia de filosofia política (que engloba referências à política, ao direito e à ética) tem-se baseado, em toda a modernidade, na questão do estabelecimento de limites (DURANTE, 2013, p. 1, tradução nossa).

Em primeiro lugar, se traçar uma fronteira é criar uma diferença e uma tensão entre dois lugares, elas também outorgam propriedade e residência a um lugar, onde o pertencimento ancora a identidade e a cidadania.

A questão das fronteiras pertence à história da paz e das guerras, da legitimação e dos conflitos (MAGNOLI, 2008). A Iberoamérica tem seu desenho colonial no tratado de Tordesilhas (1494) e o desenho e configuração geopolítica europeias tem um traçado estabilizado no Tratado de Westfalia (1648), conforme o princípio de soberania dos Estados Nacionais. Aconteceria que, após demarcação e diversas fases de reformulação das fronteiras dos Estados nacionais, hoje se está desenhando um cenário pós-westfeliano (DURANTE, 2013; BRAMAN, 2017).

De acordo com Massimo Durante (2013), as figuras políticas da modernidade estão assentadas numa relação conflituosa com seus princípios de legitimação.

³ Escolha feita antes do Brexit (outubro de 2016), o assunto, com tantas dimensões epistêmicas, culturais e políticas, despertava nele mesmo significativas questões informacionais.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Por um lado, a autonomia foi pensada como um atributo "universal" da vontade (como por exemplo, em Kant). Por outro lado, a capacidade de dar-se a si mesmo a lei foi concebida como uma atividade que é "contingente" com respeito ao contexto em que ocorre. Em outros termos, somos capazes de universalizar os princípios (máximas) de nossas ações somente dentro dos universos (ou seja, os contextos ou as culturas) em que são enunciados e estabelecidos (DURANTE, 2013, p. 2, tradução nossa).

Europa teria lançado o enunciado civilizatório que envolveria a todos nos dilemas do duplo vínculo: no empenho de constituição de formas de coordenação da ação coletiva sem garantias meta-sociais (antes fornecidas pelos fundamentos aristocráticos ou eclesiásticos), o princípio de soberania dos Estados nacionais assentaria sua legitimidade na figura do cidadão-legislador, o qual assume a obrigatoriedade da nova ordem normativa sob a pressuposição racional de ser "auto-nomos" (aquele que se dá a lei a si mesmo).

O cidadão autônomo, princípio constitutivo dos estados constitucionais e da ética democrática, assume assim uma dupla condição: por um lado, portador de uma potência legisladora formalmente universal, e por outro, sujeito ao exercício regulado da norma, conforme sua posição numa configuração singular e histórica das relações sociais e políticas: a nação, a comunidade europeia, o mercosul, o ocidente idealizado e o sul invisibilizado, ou seja, no lugar singular desde onde as pessoas podem (ou não) exercer a atribuição formal de autonomia.

Desse modo, a pessoa tem a obrigação do cumprimento das normas que por princípio seriam referendadas por ela mesma, como cidadão-legislador: "Nesta perspectiva, a responsabilização decorre da autonomia" (DURANTE, 2013, p. 2). Ao mesmo tempo, cada um é chamado a agir e a justificar seu comportamento num quadro de interações, condições e normas específicas e diferenciais, vigentes no entorno sociocultural e jurídico em que atua; trata-se de condições e normas dependentes de contexto.

A demanda formal de universalização das normas se defronta assim, de modo inevitável, com o caráter singular e eventual do espaço-tempo de sua interpretação e seu exercício: isto se reproduz nas normas éticas e morais ou nas normas técnicas e sociais que aspiram à generalização procedimental das práticas científicas, sendo que, ao mesmo tempo, os plurais jogos do ensino e da pesquisa desorganizam tanto as árvores do conhecimento das agências de financiamento quanto as grades curriculares dos sistemas educacionais.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Nas últimas décadas, as narrativas sobre a irrupção de novas energias civilizatórias, atribuídas às tecnologias de informação e comunicação, como fator de impulsão, têm acentuado o caráter relacional das formações sociais e suas configurações em redes, alavancadas ou possibilitadas pelas redes “interativas e a distancia” da Internet e da Web. Seja como efeito de novos sistemas de mundialização, seja pela desativação ou fragilização das identidades e das demarcações estruturantes de instituições, territórios, campos, jurisdições, tudo pareceria direcionar-se a uma maior suavidade (ou dissolução) das fronteiras e limites. O cenário, porém, é mais complexo, e podemos considerá-lo um cenário transicional, onde são desafiados desde a impenetrabilidade jurídica e espacial dos Estados soberanos, até os modelos estabilizadores da cartografia, e se faz necessário colocar em questão “a articulação dos contextos, da autonomia, das normas e da responsabilização (*accountability*) ” (DURANTE, 2013, p. 4).

É interessante observar que questões de limites e fronteiras têm ganhado atualidade, apresentando múltiplas fases, ora antigas e negligenciadas, ora emergentes e pouco conhecidas. Com o retorno das questões de fronteiras, cabe lembrar o alerta do Brexit e outras reações dos afetados negativamente pelos processos de globalização, não somente no Sul, mas em países que pertencem às elites do sistema econômico mundial. Um episódio circunstancial, exemplar de eventos emergentes, seria o impacto de um dos mais extensos ataques cibernéticos que, atingindo quase 100 países⁴, colocou em cena outra figura da mundialização, por vulnerabilidade e não por interesse, acordo ou adesão. Se as possibilidades e os limites do Estado estão em estrita correspondência, cabe lembrar um “(...) crescente questionamento da previsibilidade, inteligibilidade e controle de seu domínio de intervenção, incluindo o próprio domínio da informação” (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 186).

De maneira mais incisiva, Braman (2017) afirma que são as novas ferramentas das políticas informacionais, que denomina de modo geral como “operações cibernéticas”, as que

⁴ Como amostras dos efeitos do ataque cibernético que alcançou mais de cem países, escolhemos um dos títulos do jornal *The Guardians*, de 12 de maio de 2017, sobre o impacto que teve sobre o sistema inglês de saúde: “NHS seeks to recover from global cyber-attack as security concerns resurface”. In: <https://www.theguardian.com/society/2017/may/12/hospitals-across-england-hit-by-large-scale-cyber-attack>. No Brasil, no jornal O Globo, de 13 de maio de 2017, destacamos o título “Ataque cibernético mundial levou INSS a suspender atendimento no Brasil”, in: <https://oglobo.globo.com/economia/>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

teriam desestabilizado o “momento westfaliano”, forma política que alinhava a soberania dos estados nacionais num sistema-mundo relativamente estabilizado:

O "momento westfaliano" foi o período durante o qual os estados seculares estabeleceram características articuladas dentro do sistema, como suas fronteiras em relação aos outros, e reificaram suas características conforme este tipo de forma política. (BRAMAN, 2017, tradução nossa).

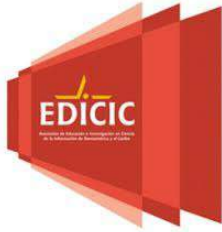
Conforme Braman (2017), esse sistema geopolítico passaria hoje por um período de turbulência, que afecta profundamente as relações entre o Estado, a sociedade e as ordens legais estabelecidas, sem que possam demarcar-se com clareza as jurisdições do local, o regional, o global, nem se delimitar o que seja público e privado. Ao mesmo tempo, os Estados empreendem esforços para reconstituir uma nova ordem wetsfaliana, enfrentando o desafio de construir “fronteiras cibernéticas”, ainda que nada garanta o sucesso dessas tentativas. A geografia e o controle do território seriam de novo assunto importante da política (DURANTE, 2013).

De algum modo, o que hoje se apresenta como um assunto de preocupação do sistema-mundo está no cerne do atual e antigo desafio dos sistemas e ações de informação: lidar, por um lado, com os grandes marcos da política, da economia, da cultura, e com as pretensões de universalidade ou as premissas genéricas da lógica, da linguística, das tecnologias, sendo que só poderão ser operacionalizados conforme as demandas e recursos de atores e situações singulares, subordinadas a premissas existenciais.

É nesse cenário que as questões acerca da validade e comensurabilidade de normas, leis, padrões, regras, usos, julgamentos de valor e sua expressão e efeitos sobre ações e processos de informação ficariam associados às perturbações das articulações e limites que dinamizam ou seguram os fluxos de informação.

Conforme Wallerstein (1995), criar fronteiras, demarcando “categorias”, “setores” ou “jurisdições”, é sempre uma decisão social com consequências na distribuição de poder e de recursos. “E o que foi criado pela sociedade pode ser anulado pela sociedade” (WALLERSTEIN, 1995, p. 340).

É nesse cenário que propomos repensar os desafios e orientações dos estudos da informação.



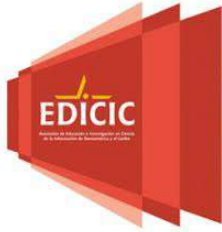
3 RETOMANDO A IDÉIA DE FRONTEIRAS COMO ASSUNTO DOS ESTUDOS SOCIO-EPISTÊMICOS DA INFORMAÇÃO

Existe uma conexão intrínseca entre as regras compartilhadas, tácitas ou explícitas, culturais e técnicas, e as ações humanas de comunicação e informação. Para Massimo Durante (2013), trata-se de uma relação constitutiva, porque não existiriam normas políticas, legais e morais que seriam independentes dos modos humanos de interação e comunicação, nem seria possível interação e comunicação sem compartilhamento de códigos e normas.

Para Nissenbaum, *não existem arenas da vida que não sejam governadas por normas de fluxo de informação* (NISSENBAUM, 2004, p. 119). Em princípio, as *normas informacionais* regulam o fluxo ou distribuição de informação, estipulando quando e onde uma informação é apropriada, e quais os movimentos preferências de deslocamento das informações, de um a outro contexto (NISSENBAUM, 2004; OSTROM, 2010).

Podemos dizer, de maneira geral, que numa formação social, os contextos normativos têm relações constitutivas e de interdependência com os regimes vigentes de informação, sendo que regras e normas nunca são privadas, e as ações comunicativas e informacionais só obtêm sucesso se os agentes que as realizam têm em comum, ao menos, alguns códigos, normas e regras. Em consequência, nas atividades científicas e acadêmicas, nos programas de internacionalização da pesquisa, nos projetos inter e transdisciplinares, nos sistemas avaliativos que devem aferir o desempenho da produção e comunicação científica, assim como em qualquer caso em que os julgamentos de validade se apliquem em contextos plurais e heterogêneos e conforme qualquer figura da diferença, as questões normativas estarão no cerne do problema de transposição de fronteiras: culturais, linguísticas, sócio-epistêmicas, econômicas, geopolíticas.

A pergunta pela interdisciplinaridade, nos estudos da informação, reproduz uma questão que se repete em diversos cenários. As demandas de ações de reunião, de estabelecimento e justificação de vínculos, em geral esquecem que, no ponto de partida, aconteceu alguma forma de fratura, distância ou dissociação. A pergunta pela re-união de conhecimentos e conhecedores (interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, colaboração) não é independente de uma pergunta prévia pela própria divisão. De modo mais geral, quando se fala, por exemplo, de estreitar vínculos entre ciência e sociedade, já temos naturalizado os



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

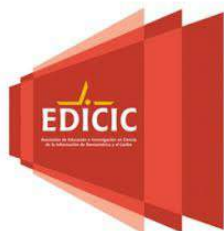
princípios de demarcação que fizeram da produção dos conhecimentos científicos uma atividade diferenciada e distanciada do nicho sociocultural de sua origem (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003).

Por outro lado, questões que demandam o enfeixamento de diferentes garantias empíricas e argumentativas, dispersas em múltiplas especialidades e competências, teriam ido gerando, de fato, movimentos paralelos e compensatórios de integração, visando a composição dos conhecimentos previamente diferenciados. Pressupomos, ainda, que esse movimento de reunião não tem sido sempre adequadamente registrado nas estruturas administrativas, nas idealizações epistemológicas nem nos manuais de metodologia, apesar de serem problematizados os modos de agregação de prévia segmentação.

As humanidades e ciências sociais, por exemplo, têm deixado seus traços interpretativos nos mais diversos campos disciplinares, mesmo nas engenharias ou as ciências da computação, ainda que seus aportes ficassem encapsulados e sob a chancela do domínio de incorporação. E vice-versa, o estado de desenvolvimento das ciências exatas, da computação e das engenharias e suas interações com os modos de produção, tem um alto poder explanatório sobre mudanças das práticas sociais e de seus meios, compondo assim o espaço de demarcação do objeto de pesquisa, entre outras áreas, nos estudos da mídia e da documentação. Os cruzamentos de fronteiras, temáticas, metodológicas, disciplinares, teriam sido assim mais frequentes que o reconhecido e registrado, conforme as grades curriculares e as categorias epistêmicas instituídas.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que o cruzamento de fronteiras não implica necessariamente uma relação permanente ou duradoura entre duas áreas disciplinares em sua inteira extensão. As relações acontecem por vezes em alguns temas, incitadas por algumas questões, em circunstâncias específicas. Small (2016) considera que as especialidades interagem com outras esferas do conhecimento por relações inter-temáticas, enquanto as formações interdisciplinares resultam de uma imaginação analógica. O que equivale a dizer que se trata de relações não dedutíveis por uma lógica formal ou causal, sendo *a priori*, imprevisíveis...

Em segundo lugar, a formação disciplinar e as especialidades, caracterizadas por um ponto de vista diferenciado, produzem um olhar organizador excludente que não conseguiria atender à complexidade existencial dos domínios de construção de seus objetos, seja no



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

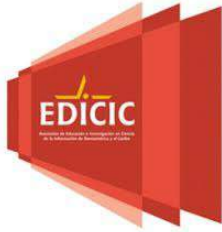
UFMG

mundo natural ou social, seja em processos que visam a generalização de interesse ou em casos que requerem tomada de decisão e resolução de problemas envolvendo populações. Fora dos programas espaciais da *Big Science*, são muitas as demandas de colaboração entre formas plurais de conhecimentos e competências: para desbravar surtos epidemiológicos, equacionar problemas climáticos e ambientais, desenvolver grandes projetos público-privados, como a construção de barragens, entre outros.

Cabe observar que os processos (opostos ou complementares) de diferenciação e de agregação dos conhecimentos têm duas dimensões de maior visibilidade: a *política*, que segmenta e agrega os sistemas de produção e distribuição dos conhecimentos conforme quadros regulatórios, jurídicos e administrativos, decisões orçamentárias e políticas aplicáveis às jurisdições específicas, como saúde, meio ambiente, ciência e a tecnologia; e a *sócio-epistêmica*, que distribui os conhecimentos em categorias formais, gnoseológicas e institucionais, como *disciplina*, *interdisciplinaridade*, *transdisciplinaridade* ou *campo e domínio*.

Se o ponto de vista político e o epistêmico não são facilmente dissociáveis nem mesmo em função da análise, ao menos é possível identificar situações específicas em que tem sido colocada em questão a segmentação e dispersão da atividade científica e seus resultados, dando lugar a programas explícitos de reconstrução de vínculos e de promoção de ações de composição de saberes: a) do ponto de vista de uma “administração científica”, conforme orientação preferencial da convergência dos conhecimentos e das informações, no escopo e abrangência de agências do governo; b) do ponto de vista educacional e científico, como revisão e superação das grades acadêmicas instituídas; c) do ponto de vista da possibilidade de relações científicas e educacionais entre diferentes experiências civilizatórias, trazidas à tona seja pelos movimentos de mundialização econômica e tecnológica, seja por eventos de vulnerabilidade que afetam regiões e populações.

Um dos programas de instauração ou restauração de vínculos, significativo para os estudos contemporâneos da informação, será resultado do reconhecimento, no contexto do pós-guerra, do papel estratégico dos sistemas e serviços de informação científica, a serem incluídos no escopo e na abrangência institucional do Estado e como domínio específico de políticas, sob o lema de “segurança e desenvolvimento”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

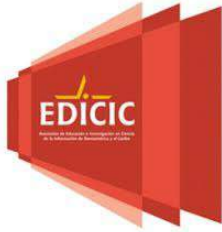
UFMG

Se em 1950 os Estados Unidos criaram a National Science Foundation (NSF), agência que assumiria a oferta de estímulo e recursos à pesquisa básica, será no início da década de 1960 que o Relatório Weinberg coloca em evidência um novo contrato entre a ciência, o Estado e a sociedade, instaurando o programa da ciência estratégica ou orientada por missão (HELLSTROM & JACOB, 2012; GONZALEZ DE GOMEZ, 2002; 2003). No documento intitulado “*Attributes and Problems of the Information Transfer Chain and of Information Systems*” (1963), conhecido como Relatório Weinberg, o físico nuclear lança a proposta da *Big Science*, reunião finalista e unificadora dos conhecimentos em torno de grandes projetos de interesse nacional e social. Esperava-se que a nova concepção da administração científica faria desaparecer as fronteiras entre as já velhas categorias de Ciência pura e Ciência aplicada, e permitiria resolver os dois grandes dilemas da sociedade: a insuficiência das fontes de energia, o “*dilema energético*”, e os desajustes da capacidade humana de entendimento frente aos excedentes de um meio ambiente semântico em expansão, o “*dilema informacional*” (WEINBERG REPORT, 1963).

Será no segundo capítulo do relatório que Alvin Weinberg refere-se expressamente ao dilema informacional, sendo que além da pluralidade e dispersão dos conhecimentos nas especialidades, a mediação informacional reproduzia a dispersão, já que a literatura científica de cada especialidade estava vinculada a sistemas de informação específicos, desenhados para atender de maneira diferenciada a cada comunidade de pesquisa. O “dilema informacional” do relatório Weinberg colocava em evidência o duplo movimento de formação dos conhecimentos científicos, uma tendência à produção especializada, num processo crescente de diferenciação e afunilamento das perspectivas, e uma demanda de reunião, buscando enfeixamento de pontos de vista e competências, atendendo à complexidade dos assuntos e problemas.

Essa pluralidade e dispersão das ações e resultados da pesquisa demandava a operação de um “*switching system*” que seria providenciado pelas dinâmicas da informação, moduladas pela “*Information chain*” (WEINBERG REPORT, 1963, p.12).

É nesse mesmo momento que as ações de informação, que indexam as ações e produtos da pesquisa, passam a integrar o domínio das ações política e administrativamente significativas e, em consequência, a partir desse momento, a política e a gestão da informação formarão parte do mesmo plano decisório e prospectivo ao qual pertencem a política e a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

gestão da ciência e da tecnologia. Shera & Cleveland (1972) remetem ao *Weinberg Report (US President's Science Advisory Committee)* para confirmar que as agências de governo assumem a responsabilidade pelos recursos de informação nos mesmos termos em que aceitam a responsabilidade pelas políticas de desenvolvimento científico (SHERA & CLEVELAND, 1972).

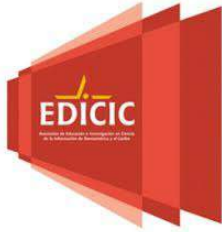
A atribuição de uma finalidade estratégica à pesquisa teria vários efeitos. O ponto de vista segmentador das especialidades e das disciplinas recebe então uma nova instância de integração conforme a ótica dos grandes laboratórios nacionais de pesquisa e dos empreendimentos de pesquisa induzida, planejados e monitorados pelas agências de administração científica. Conforme o mesmo Weinberg, se a questão da validade dos conhecimentos é assunto da filosofia da ciência ou da epistemologia, o valor que define prioridades e distribuição de recursos é assunto da política e gestão científica.

Os termos “*big science*” e “ciência orientada por missão” designam assim uma vinculação pragmática de especialistas, gestores, agentes do Estado e das indústrias, reunindo sob uma mesma meta conhecimentos e recursos, como nos grandes programas da “conquista espacial”. A pesquisa estratégica ou orientada por missão implica instâncias decisórias externas à tomada de decisão dos próprios cientistas.

No cenário da formulação de políticas de informação, naquele perfil Estado-cêntrico, a UNESCO promove a formação dos sistemas nacionais de ciência nos países do Sul e a formação de sistemas nacionais de informação científica e tecnológica. No Brasil, cabe lembrar, a criação do Conselho Nacional de Pesquisa-CNPq e posteriormente, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação-IBBD. As novas instituições de informação e pesquisa alargavam o projeto de modernização administrativa dos governos de Vargas e preparavam o país para o novo ciclo de industrialização, sob as premissas de segurança e desenvolvimento (Cf.: ODDONE, 2006; CNPq, 2017: <http://cnpq.br/a-criacao>).

Um efeito secundário dessa sobredeterminação da pesquisa científica em contextos estratégicos seria a perda da transparência (efetiva ou subentendida), a opacificação de uma ciência que se figurava universal, enquanto pública.

Cabe enfatizar que sob esse olhar estratégico da “inteligência científica”, se produz uma reformulação do projeto das especialidades, não em função de uma unificação, ontológica, de seus objetos ou, metodológica, de suas práticas, mas conforme valores trans-



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

científicos. Direcionada por pragmáticas governamentais, num novo envolvimento em cenários concorrenciais e sujeita a regras de sigilo, a ciência verá comprometido seu halo de transparência e universalidade, assim como será afetada em sua pressuposta comunicabilidade, pressuposição que seria herança da confiança filosófico-iluminista no uso público da razão.

Esse processo de opacificação da ciência e de distanciamento das demandas sociais, tal como percebido nos anos sessenta, terá reflexo na proliferação de teorias críticas (KUHN, 1975; LAKATOS, 1998; FEYERABEND, 1989; MARCUSE, 1964/2013), e será ratificada e retificada por uma reviravolta dos estudos da ciência que começam a olhar a produção dos conhecimentos científicos como práticas sociais heterogêneas, contingentes, sujeitas a interesses e objeto possível da antropologia (GEERTZ, 1988; LATOUR, 2000).

A problematização e superação pragmática das fronteiras, entre ciência básica e aplicada, entre razão pública e normas de sigilo e segurança, que eclode no período da guerra fria, dará lugar assim a dois meta-discursos sobre a ciência com iguais pretensões de totalidade: um, do ponto de vista estratégico, gerado pela administração científica e pelas políticas do Estado; outro, construído do ponto de vista crítico, abrange a releitura pós-empiricista da epistemologia e ganha logo um viés afirmativo na teoria ator-rede e, de modo geral, nos estudos sócio-antropológicos da ciência.

Um novo meta-discurso, propositivo e abrangente, sobre os sistemas de produção e comunicação dos conhecimentos científicos, surge na década de 70. Ele problematiza os efeitos da organização dos conhecimentos em grades disciplinares, as quais geram a dissociação dos conhecimentos entre si e com respeito às demandas sociais, e apresenta como reversão desse modelo a “interdisciplinaridade”. A proposta tem em perspectiva a restauração da comunicabilidade dos saberes, proporcionando um solo comum para a educação e a cultura, e acredita em novos modos de problematizar e superar a rigidez das fronteiras - agora traçadas pelas grades curriculares.

Uma das metas do movimento pela interdisciplinaridade seria a renovação das universidades, num momento em que as mesmas enfrentam crises reiteradas, com acontecimentos significativos, nos anos sessenta, em Paris, em Berkeley, na América Latina - ainda que com diferentes bandeiras e demandas. A interdisciplinaridade se apresentava, de maneira geral, como forma de superação da especialização excessiva e como alternativa capaz



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de melhorar as relações – tidas como distantes - entre a universidade e a sociedade. Se para alguns existe uma demanda de maiores aportes da educação superior ao desenvolvimento econômico, para outros, trata-se de um esforço para responder, no espaço universitário, a uma das crises de legitimação dos regimes capitalistas (FOLLARI, 1995).

Em 1969 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) realiza em Nice, na França, a *First International Conference on Interdisciplinarity*. Ela tem como tema principal o papel da interdisciplinaridade na universidade moderna, dando ênfase ao caráter interdisciplinar das ciências sociais. Em sua formalização acadêmica, será construído um discurso epistemológico, de cunho “internalista”, preocupado em definir e categorizar as principais modalidades de superação da segmentação sobre o pano de fundo de uma irrealizada universalidade da ciência. Cabe lembrar que o problema das segmentações e fronteiras teria como uma de suas expressões mais importantes a perda de comunicabilidade das práticas plurais e acadêmicas de pesquisa, pela inexistência de uma língua comum ou de um modo de tradução possível das linguagens especializadas - o que era visível mesmo nas ciências humanas e sociais e suas tradições hermenêuticas. Para Foucault (1999), antes do século XVIII, a Filosofia, como o “sistema de comunicação dos saberes, uns em relação aos outros”, era o solo comum de organização dos saberes. Para o autor, a busca de uma *mathesis universalis*, de um “instrumento formal” ou arcabouço metodológico que validaria todas as ciências particulares tinha colocado em marcha um processo de dissociação, dando início à demarcação que buscava autonomizar a ciência da filosofia, mas que logo estabeleceria uma das mais mentadas (e quiçá pouco explicadas) diferenças: a das ciências “exatas e naturais” e das ciências “humanas e sociais” (FOUCAULT et al., 1999). De fato, sistemas e recursos de informação surgiram, nesse cenário, com a promessa de vinculações e sínteses que as linguagens científicas não conseguiriam por si mesmas: a informação e os serviços de informação ofereceriam operações e instrumentos de reunião que trabalhariam as “faltas” das linguagens e suas terminologias especializadas...

A partir da década de 1990, as demandas de re-união ressurgirão em diversas direções. O programa da “transdisciplinaridade” acompanha movimentos ético-políticos que buscam novas definições de algo em comum onde ancorar o compartilhamento de conhecimentos; nessa direção, a transdisciplinaridade implica a dissolução de fronteiras epistemológicas entre disciplinas, mas também entre as formas institucionais, tradicionais e locais de geração de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

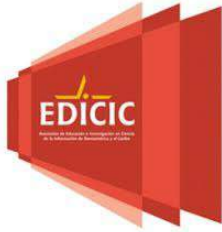
saberes. No cerne trata-se de uma dinâmica ainda em busca de resolução, que tem em suas fileiras filósofos, ecologistas, empreendedores de grandes projetos, gestores das novas economias do conhecimento, promotores dos movimentos da ciência aberta e colaborativa. À diferença da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade, as redes de colaboração fariam surgir não só novos modos de gerar e compor conhecimentos, mas novos coletivos de conhecedores.

Entre as primeiras e mais importantes expressões das novas tendências, estaria o *Premier Congrès Mondial de la Transdisciplinarité*, realizado no *Convento da Arrábida*, em Portugal, em 1994, promovido por um Grupo de Estudo da Transdisciplinaridade da UNESCO. Contou com mentores como Basarab Nicolescu e Edgar Morin, instaurando como pilar do projeto transdisciplinar o princípio da imprevisibilidade, propulsor do pensamento da complexidade.

Outro evento, o *Congresso Internacional de Locarno*, realizado na Suíça, entre 30 de abril e 2 de maio de 1997, foi dedicado a pensar a transdisciplinaridade na universidade.

O cenário, sem dúvida, é bastante complexo. Constelações teóricas e metodologias formais aspiram a proporcionar recursos explicativos a mais de um recorte disciplinar, e isso é frequente nas ciências humanas e sociais, ainda que não exclusivamente. Outras teorias transbordariam as grandes áreas do conhecimento, como a cibernética e a teoria da complexidade, com amplas pretensões explanatórias sobre as ciências humanas, as ciências naturais e as ciências da vida.

A questão da transdisciplinaridade ficará também mais engajada com questões éticas-políticas. A transdisciplinaridade, para alguns, teria origem num mal-estar epistêmico que busca a junção dos desafios da ciência e as demandas dos direitos humanos, almejando a superação de exclusões e assimetrias: das tradições orientais e ocidentais, das tradições indígenas e coloniais, em fim, como resistência a formas privilegiadas e dominantes de conhecimento que reconhecem uma única definição dos gêneros, cânones e procedimentos de formação do conhecimento, considerando inferior toda outra tradição ou alternativa. Como proposta transgressora, visa a desenvolver modos plurais e participativos de produção de conhecimentos. De fato, as questões da transdisciplinaridade pareceriam ter sido subsumidas, hoje, pelas figuras inclusivas da ciência cidadã, “ciência ao ar livre” e nas experiências de ciência aberta e de produção colaborativa dos conhecimentos científicos (APPEL et al., 2016).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

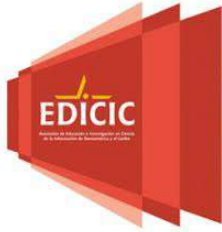
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Entre os diferentes projetos de superação de segmentações e fronteiras, além do modelo estratégico, como o da ciência orientada por missão, onde o Estado tem um papel de destaque, e das versões da inter e transdisciplinaridade, onde a educação e a cultura têm certa prioridade, nas últimas décadas são densos e novos os vínculos da economia e do conhecimento, ao ponto de, para muitos, substituir ou sobredeterminar toda outra forma de vinculação. O papel e efeito dos conhecimentos, como fator desencadeante de uma nova ordem econômica, têm sido assim objeto de numerosos estudos. Nos anos 70, a ênfase foi colocada na mudança dos processos de trabalho. Braverman publica, em 1974, *Labor and monopoly capital: the degradation of work in the Twentieth Century* e Daniel Bell publica, em 1973, *The coming of post-industrial society*, onde apresenta seus conceitos de informação como recurso e do conhecimento como *commodity*. Gorz (2005) destaca alguns dos termos que designariam as novas relações do conhecimento, o valor e o capital: para os anglo-saxões, uma *knowledge economy*; para os alemães, uma *Wissensgesellschaft*; para os franceses, um *capitalismo cognitivo*; para muitos, uma *sociedade do conhecimento* (GORZ, 2005, p.15). Em todos os casos, as tecnologias de informação terão um papel constitutivo na composição de redes de atores e de conhecimentos. Para alguns, propiciariam a superação das formas e as hierarquias da divisão social do trabalho, como na concepção de Virno de um *General Intellect*, como figura das potências intelectuais coletivas. O crescimento dos “ofícios da linguagem”, no setor de serviços, seria expressão antecipatória de mudanças que, no entendimento de Virno, excederiam as expectativas e condições da economia pós-fordista. Para outros, as agregações associativas de conhecimentos, compondo redes heterogêneas de agentes, meios e mediações, seguiriam o rumo clarividente dos interesses purificados em estratégias concorrenciais orientadas ao sucesso.

Se a releitura das mudanças dos modos de produzir e comunicar conhecimentos, a partir da perspectiva econômica, faz suas apostas de progresso futuro nas tecnologias e nos mercados, ao mesmo tempo, outros programas ou movimentos transdisciplinares, com maior ênfase em áreas de problema - como meio ambiente, clima, agricultura familiar-, vêm abrindo maior espaço às questões ético-políticas.

Com uma perspectiva política e histórica específica, os estudos conhecidos como pós-coloniais questionam as teorias lineares do progresso (e dos fracassos), como se todas as experiências humanas e civilizatórias estivessem se encaminhando numa única direção,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

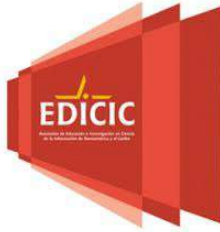
UFMG

perseguido a realização de uma mesma, única e antecipável figura de finalização. Na historiografia indiana contemporânea, autores como Chakrabarty (2000) fazem a releitura da experiência colonial a partir da premissa da pluralidade das histórias do poder que não poderiam reduzir-se à história universal do capitalismo ocidental, nem de suas elites, nem de suas populações ditas subalternas (CHAKRABARTY, 2009; ELIBIO JUNIOR et al., 2015; LIMA, 2015b).

Os processos de mundialização que alcançam as mais díspares regiões e populações, a maior parte das vezes por vulnerabilidade antes que por opção, geram novas figuras de relação e conflito, mas que não têm correspondência necessária com as representações lineares das teleologias históricas ou da naturalização evolutiva, nem com modelos dicotômicos e binários. Ao mesmo tempo, muitas vezes as teorias assumem certa clarividência sobre assuntos que excedem suas bases de garantias empíricas e argumentativas. Difícil prescindir de termos geopolíticos abrangentes, como *ocidente*, *euro-americano*, *oriental*, ou mesmo pretensamente historiográficos, como *pós-colonial*, ou fugir de estereótipos conforme os quais se fazem teorias nos países centrais e “se coletam dados” nas periferias (LAW; LIN; 2017).

Em todos os casos, seja por pressão de áreas de problemas, seja pelas lutas e os conflitos que provocam ou são provocados pelos deslocamentos das populações, seja por expansão da própria ciência, os movimentos de cruzamento de fronteiras, em suas diversas figurações históricas e discursivas, se defrontam com uma questão crucial que incide em cheio nas ações e fluxos de informação: como estabelecer, em relações interculturais, a comensurabilidade de normas, de valores, de interesses, de procedimentos e de tradições dos implicados em processos tanto de tomada de decisão quanto de reconhecimento e aceitação de evidências?

Para Law, a teoria ator-rede, em sua vertente associacionista, permitia a seus atuantes deslizar-se sem atrito do centro à periferia e vice-versa. Law, um dos criadores da sociologia da tradução, e seus parceiros nos estudos da medicina chinesa, em diversas co-autorias, encaram o problema de “transladar” sentidos e experiências em relações que envolvem alteridades culturais: neste caso, entre as ferramentas teóricas e operacionais dos Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias (STS) “Euro-americanas” e o que denominam “medicina chinesa”:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

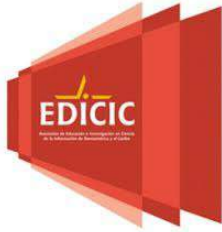
O que, por exemplo, vai contar como evidência? Como seria essa evidência? Em que se tornaria o "empírico"? ..., no entanto, é claro que tudo o que surgiu de tais experiências seria necessariamente um híbrido fabricado (crafted), simultaneamente conectado e desconectado de suas origens chinesas, por um lado, e dos STS Euro-Americanos contemporâneos, por outro. Para usar o conceito proposto por Morita, a noção teria o status de uma dobradiça entre contextos remodelados, contextos que, no passado, costumavam ser separados. (LAW; LIN; 2017, p.259, tradução nossa).

Agregamos, em conformidade com os próprios autores, que mesmo os termos “práticas” e “contextos”, em processos de pesquisa interculturais, perderiam o aval semântico das comunidades linguísticas e epistêmicas que tem dado ancoragem a seu uso e operacionalização.

3.1 Informações, garantias argumentativas e construção de evidências

Os estudos informacionais, além do interesse por questões epistêmicas e políticas, acerca dos cruzamentos de fronteiras científicas e disciplinares, compartilham com os estudos sociais e antropológicos o interesse pelas fronteiras culturais e simbólicas. Lamont e outros (2001, 2002) entendem como “fronteiras simbólicas” as demarcações que incluem algumas pessoas, grupos, populações, coisas, ao mesmo tempo em que excluem outras, e o fazem mediante normas de interdição, padrões, atitudes e práticas culturais, assim como pelas distinções internas dos sistemas de classificação, em seus diversos usos e manifestações. Essas vinculações e demarcações simbólicas, estabelecidas como operações de inclusão/exclusão socioculturais, exerceriam efeitos concretos de poder. Do ponto de vista das ciências sociais, Lamont e Molnár (2002) elencam os campos semânticos em que são estabelecidas “fronteiras” simbólicas: identidades sociais e coletivas; etnias, gênero; profissões, conhecimentos científicos; comunidades e identidades nacionais.

Informação, comunicação, documentação, ora entendidas como processos de mobilização de sentidos, ora como estabilizadores de discursos instituídos, seriam ao mesmo tempo operadores e expoentes das funções e dos efeitos que a demarcação de fronteiras exercem sobre as práticas intersubjetivas e os usos sociais da linguagem. E um dos efeitos seria justamente a incomensurabilidade das regras, normas e códigos que regulam os fluxos informacionais.



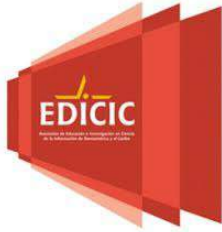
Um dos conceitos que dão visibilidade ao problema, é o de “autoridade epistêmica”, aplicável aos usos da informação como objetivação simbólica de testemunhos e evidências. É no quadro dessas atribuições, que ações e recursos de informação tenderiam a produzir/reproduzir as autoridades epistêmicas vigentes nos regimes de informação dominantes em sua esfera de intervenção.

Os estudos da informação e da documentação privilegiaram as práticas de informação que têm como fontes de conhecimento as palavras dos outros, preferencialmente escritas e registradas em inscrições documentárias. Com esse ponto de partida, Patrick Wilson (1983) introduz o conceito de “autoridade cognitiva”, atualizado nas últimas décadas por diversos autores, como Rieh e Belkin (1998), Gloria Origgi (2008), Huvila (2013), entre outros.

Wilson, em seu livro, *Second-hand Knowledge: An Inquiry into Cognitive Authority*, diferencia o saber adquirido através de nossa experiência direta, pelo entendimento e interpretação de nosso encontro com o mundo, e aquele que adquirimos por intermédio dos outros. Para Wilson, autoridade cognitiva seria aquela que é conscientemente reconhecida pelas pessoas que são influenciadas por ela, aceitando que se trata de alguém que conhece aquilo que sustenta conhecer. Conforme Wilson, requer o reconhecimento, por terceiros, que alguém tem autoridade para falar sobre um assunto. Difere assim da autoridade administrativa, imposta de cima para baixo numa escala de posições hierarquizadas.

Origgi (2008) questiona qual a responsabilidade epistêmica que assumimos ao aceitar informações « de segunda mão » (WILSON, 1983). Origgi, buscando apoio nos estudos de Putnam, faz observar o deslizamento das linguagens especializadas nos usos cotidianos da linguagem, focalizando práticas que alargam as famílias de significados, contornam o rigor dos códigos padronizados e suavizam as fronteiras terminológicas. Lembra as afirmações de Putnam sobre a “distribuição do trabalho linguístico”: Posso usar, assim, o termo « alumínio » para referir-me ao material com que foram construídas as panelas, mesmo que não conheça as especificações que diferenciam o alumínio do aço, porque esse uso do termo tem a garantia do conhecimento que os peritos em metais têm em minha comunidade linguística; seria um uso por “deferência” com o saber especializado. O que se denomina informação ou documento teria uma relação preferencial com o uso « deferente » e não referencial da linguagem?

Em outra perspectiva, Bourdieu define “a autoridade científica”, tendo como ponto de partida sua concepção do “campo”, como espaço social estruturado pelas lutas concorrenciais



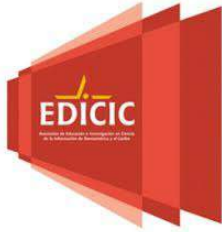
travadas por atores sociais em disputa pela definição e apropriação de um valor específico que, no campo científico, consiste no “monopólio da autoridade científica”:

... definida, de maneira inseparável como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendido enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BORDIEU, 1983, 122-123).

Não seria o objetivo deste trabalho avançar no entendimento crítico dessa formatação agônica dos campos, nem revisar os múltiplos desdobramentos teóricos e metodológicos que ampliam e atualizam sua concepção⁵. A ampla discussão do modelo do campo, na sociologia contemporânea, além de dar visibilidade à gênese contemporânea do conceito, ajudará a expor, com maior clareza, os problemas que surgem quando tratamos de entender os modos de produzir e comunicar conhecimentos, especificamente, quando for requerido o cruzamento de fronteiras ou a reformulação de limites. A perspectiva oferecida pela sociologia da reprodução, e suas ferramentas heurísticas, pareceriam reforçar os efeitos dissociativos da autoridade das elites especializadas. São priorizadas, assim, as estratégias concorrenciais, que a sua vez, seriam funcionalmente necessárias para a formação de competências e a afirmação da autonomia do campo, culminando no monopólio da autoridade científica. Em síntese, a dinâmica do campo conduziria ao endurecimento das fronteiras em relação a outros agentes e campos disciplinares e em relação a outros campos da atividade social. Se esse for o melhor diagrama das práticas de pesquisa e das práticas acadêmicas, como poderíamos superar os limites dos cânones e experiências de nossa própria cultura epistêmica e nos comprometermos com as premissas pluralistas da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, internacionalização e interculturalidade?

Usamos o termo de “autoridade epistêmica”, em lugar de “autoridade cognitiva” como recurso de generalização, incluindo mas indo além do sujeito psicológico da cognição; o entendemos como reconhecimento de competência ao conhecer de quem conhece sem diferenciar *a priori* leigos ou especialistas, enfatizando seu caráter de construção social. Traduzimos assim a questão da (in)comensurabilidade de linguagens, normas e paradigmas, como a questão da constituição de formas de “autoridade epistêmica distribuída”, onde os

⁵ Usamos, em outro trabalho, o conceito de “intercampo”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

processos de validação e tomada de decisão sejam (ou são) resultado da articulação de plurais saberes e vereditores.

Neste ponto, podemos retomar e expandir as questões de Law e Lin (2017) sobre como construir, reconhecer e aceitar evidências em situações interculturais, agora somando situações que abrangem a pesquisa e a academia em circunstâncias onde mais de uma orientação de valor e mais de uma figuração de autoridade epistêmica demandarão a validação de um saber, de uma informação e de qual seja a previsão de futuro.

Bastaria, porém, abandonar a ilusão do observador onisciente, capaz de sustentar um saber inapelável sobre a verdadeira natureza do real?

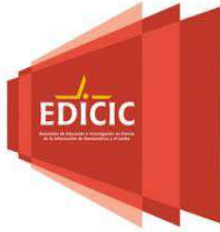
Seria seu oposto e superação a constituição de diferentes figuras de uma autoridade epistêmica distribuída conforme a qual seríamos capazes de vincular testemunhas diversas e plurais, pontos de vista e vereditos?

Seriam as redes tecnológicas os caminhos abertos aos múltiplos fluxos da informação ou, como as estradas romanas, as malhas poderiam convergir, todas elas, em uma mesma direção?

A pergunta pelas possibilidades e modalidades de uma autoridade epistêmica distribuída conduz a outra pergunta: quem e como se assume, nesse cenário complexo e de transições imprevisíveis, as responsabilidades de conhecer?

Judith Simon (2015) destaca a responsabilidade do conhecer numa realidade hiperconectada, onde são reformuladas infraestruturas epistêmicas e as relações de poder-conhecimento. Dependeríamos cada vez mais, e de diversas maneiras, de uma composição complexa que não só reúna agentes humanos e não humanos, além de tecnologias e ambientes sócio-técnicos cada vez mais complexos, mas também que exija dar atenção a duas perspectivas em relação às responsabilidades epistêmicas: em primeiro lugar, do ponto de vista de sujeitos de um conhecer responsável, agindo dentro desses sistemas sociotécnicos; e em segundo lugar, no ponto de vista da governança, na perspectiva dos que projetam e governam sistemas sócio-técnicos, onde é preciso ficar atentos às responsabilidades de desenvolver modelos, meios e recursos que habilitem o exercício do conhecer responsável nas esferas privadas, públicas e coletivas (SIMON, 2015).

Como um dos desafios atuais, Simon agrega a questão da imputabilidade moral dos agentes artificiais. De acordo com Floridi e Sanders (2004), algo pode qualificar-se como



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

agente, se mostra interatividade, autonomia e capacidade de adaptação, ou seja, sem que nem vontade nem intenções sejam consideradas atribuições necessárias de uma agência.

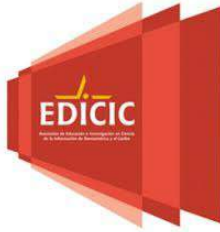
Tal conceito de "moralidade sem intencionalidade" (FLORIDI et SANDER 2004, p.349) permite o endereçamento da agência a entidades artificiais (tais como algoritmos), bem como de coletivos que podem formar entidades próprias (como empresas ou organizações). Outro mérito de sua abordagem reside na desvinculação da agência moral e da responsabilidade moral: uma entidade não-humana pode ter que "prestar contas" (*accountability*) se qualificável como agente, ou seja, se age de forma autônoma, de forma interativa e adaptável. No entanto, não pode ser responsabilizada, porque a responsabilidade exige intencionalidade (SIMON, 2015, p. 57).

O perguntar de Judith Simon sobre quem ou onde se assentam as responsabilidades epistêmicas contemporâneas, nos cenários *onlife*, alerta justamente sobre os desafios do exercício intencional da tomada de decisão, por agentes humanos, assumindo a responsabilidade do conhecer, em suas vidas singulares, e a responsabilidade da governança das novas infraestruturas epistêmicas, em esferas privadas, públicas e coletivas, desde seu *design* a sua implementação, e com o direito a demandar, das agências artificiais e corporativas, a prestação de contas pelos efeitos de sua intervenção sobre o mundo natural e social.

4. CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

O olhar interdisciplinar da Ciência da Informação na paisagem cultural ibero-americana estaria sendo desafiado pela demanda de reflexão sobre o traçado e o cruzamento de fronteiras disciplinares, profissionais, institucionais, culturais, geopolíticas sob os princípios da responsabilidade e da autoridade epistêmica distribuída.

Se às vezes falamos de "fragilidade de fronteiras", parece que queremos torná-las mais fortes e marcadas. Se falamos em cruzá-las, devemos entender se isso significa desativá-las ou gerar algum movimento, concepção, ação trans-fronteira. De maneira mais geral, e como alguns dizem, hoje, a proposta é fazer um trabalho de fronteira (*boundary work*). E, ao mesmo tempo, uma chamada de atenção sobre os vínculos. O trabalho na fronteira é um olhar retido na questão das responsabilidades e dos vínculos.



Perguntar-nos-emos muitas vezes se possuímos e formamos as capacidades de equidade e pluralismo que, sem nos esquecermos das desigualdades e conflitos, nos habilite para entender e atender as demandas infocomunicacionais na perspectiva de configurações culturais policêntricas e heterárquicas, no horizonte epistêmico e moral do conturbado mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

APPEL, Andre Luiz, MACIEL, Maria Lucia and ALBAGLI, Sarita. "A e-Science e as novas práticas de produção colaborativa de conhecimento científico." **Revista Internacional de Ciencia y Sociedad**. Madrid, v. 3, no. 1, p. 41-52, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. São Paulo: Ática, p. 122-155, 1983.

BRAMAN, Sandra. Emanations of the informational state: Cyber operations and the difficulties. **First Monday**, Volume 22, Number 5 - 1 May 2017. Disponível em <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/7870/6295>

BUSH, V. **Science, the endless frontier: a report to the president by Vannevar Bush, Director of the Office of Scientific Research and Development**. Washington: United States Government. Printing Office, 1945.

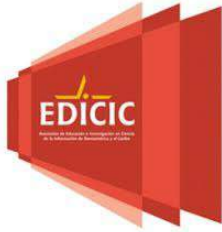
CEPE -Computer Ethics: Philosophical Enquiries conference. In: **International Association for Ethics and Information Technology (INSEIT)**. Disponível em: (<http://inseit.net>).

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. Signs of epistemic disruption: Transformations in the knowledge system of the academic journal. **The future of the academic journal**, p. 13-61, 2009. doi: <http://dx.doi.org/10.5210/fm.v22i15.7870>. Acesso em 01-06-2017.

DUFF, Alistair. The normative crisis of the information society. **Cyberpsychology: journal of psychosocial research on cyberspace**, v. 2, n. 1, 2008.

DURANTE, Massimo. How to cross boundaries in the information society: vulnerability, responsiveness, and accountability. **ACM Sigcas Computers and Society**, v. 43, n. 1, p. 9-21, 2013.



ELIBIO JÚNIOR, Antônio Manoel; LIMA, Marcos Costa; DE ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno. Provincializar a Europa: a proposta epistemológica de Dipesh Chakrabarty. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, p. 61-79, 2015.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FLORIDI, Luciano. **Information** – A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2010.

FLORIDI, Luciano. Distributed morality in an information society. **Science and engineering ethics**, v. 19, n. 3, p. 727-743, 2013.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Informação, poder e política: novas mediações tecnológicas e institucionais**. Brasília: Unesco; Ibict- GARAMON, 2011. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1062/2/informacao_conhecimento_e_poder.pdf

GÓNZALEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O contrato social da pesquisa: em busca de uma nova equação entre a autonomia epistêmica e autonomia política. In: **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação - v.4 n.1, 2003.

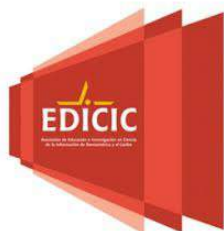
GORZ, André. **O Imaterial. Ciência valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005

HELLSTRÖM, Tomas; JACOB, Merle. Revisiting ‘Weinberg’s Choice’: Classic tensions in the concept of scientific merit. In: **Minerva**, v. 50, n. 3, p. 381-396, 2012.

HUVILA, Isto. In Web search we trust? Articulation of the cognitive authorities of Web searching. **Information Research**, v. 18, n. 1, p. 18-1, 2013.

JANTSCH, Ari P.; BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KLEIN, J. T. Unity of knowledge and transdisciplinarity: contexts of definition, theory and the new discourse of problem solving. In: **International encyclopedia of life support systems**. Oxford, UK: Eolss Publishers, 2001. Disponível em: <<http://www.eolss.com/>>. Acesso em: 14 maio 2004.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

KLEIN, Julie Thompson. The Transdisciplinary Moment (um). **Integral Review**, Vol. 9, No. 2, p 189-199, 2013

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAKATOS, I. **História da ciência e suas reconstruções racionais**. Lisboa: Edições 70, 1998.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The study of boundaries in the social sciences. IN: **Annual review of sociology**, v. 28, n. 1, p. 167-195, 2002.

LAMONT, Michele; PENDERGRASS, Sabrina; PACHUCKI, M. Symbolic boundaries. In: **International encyclopedia of the social and behavioral sciences**, v. 23, p. 15341-47, 2001.

LATOURETTE, Bruno. Onus Orbis Terrarum: About a possible shift in the definition of sovereignty. In: **Millennium**, v. 44, n. 3, p. 305-320, 2016.

LAW, John; Wen-yuan Lin. The Stickiness of Knowing: Translation, Postcoloniality, and STS. In: **East Asian Science, Technology and Society: An International Journal**. Vol. 11, p. 257–269, 2017.

LIMA, Marcos Costa. **As teorias do desenvolvimento**: a propósito dos conceitos de centro e periferia. In: **Século XXI**, 6.1: 13-24. 2015(b)

MAGNOLI, Demétrio. **História da Paz**: os tratados que desenharam o planeta. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSE, Herbert. **One-dimensional man**: Studies in the ideology of advanced industrial society. Routledge, London, 2013.

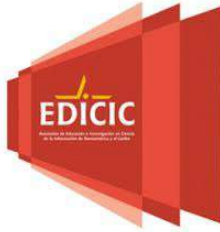
MOODY, J. The structure of a social science collaboration: disciplinary cohesion from 1963 to 1999. **American Sociological Review**, v. 69, n. 2, p. 213-38, Apr. 2004.

MORIN, E. Articular os saberes. In: ALVES, N.; GARCIA, R. L.(Org.) **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

NICOLESCU, B. **La transdisciplinarité**: manifeste. Paris: Editions du Rocher, 1996.

NOWOTNY, Helga. Frontier research in the social sciences and humanities: What does it mean, what can it mean. In: **Humanities and Social Sciences: Intersections and Joined Paradigms**, ISSC-ICPHS workshop. 2009.

NOWOTNY, Helga; SCOTT, Peter; GIBBONS, Michael. Re-thinking science: mode 2 in societal context. In: **Knowledge creation, diffusion, and use in innovation networks and**



knowledge clusters. A comparative systems approach across the United States, Europe and Asia, p. 39-51, 2006.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a06.pdf>>.

ORIGGI, Gloria. Trust, authority and epistemic responsibility. In: **Theoria**. Revista de Teoría, Historia y Fundamentos de La Ciencia, v. 23, n. 1, p. 35-44, 2008.

PAGALLO, Ugo; DURANTE, Massimo. Legal memories and the right to be forgotten. In: **Protection of Information and the Right to Privacy-A New Equilibrium?**. Springer International Publishing, 2014. p. 17-30.

RIEH, Soo Young; BELKIN, Nicholas J. Understanding judgment of information quality and cognitive authority in the WWW. In: **Proceedings of the 61st annual meeting of the american society for information science**. 1998. p. 279-289.

SANZ-MENÉNDEZ, L. (Org.). Interdisciplinarity as multidimensional concept: its measure in three different research areas. In: **Research Evaluation**, v. 10, n.1, p. 39-50, Apr. 2001. Disponível em: <<http://www.iesam.csic.es/doctrab2/dt-0104.htm>>. Acesso em: mar. 2005.

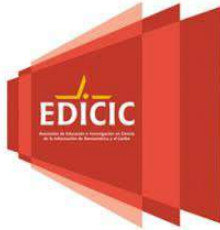
SARACEVIC, Tefko. Evaluation of evaluation in information retrieval. In: **ACM: Proceedings of the 18th annual international ACM SIGIR conference on Research and development in information retrieval**. p. 138-146, 1995.

SHERA, J. H., & CLEVELAND, D. B. (1972). History and foundations of information science. In: **Annual Review of Information Science and Technology**, 12, 249-275.

SIMON, Judith. Distributed epistemic responsibility in a hyperconnected era. In: **The Onlife Manifesto**. Springer International Publishing, 2015. p. 145-159.

TADDEO, Mariarosaria; FLORIDI, Luciano. The Moral Responsibilities of Online Service Providers. In: **The Responsibilities of Online Service Providers**. Springer International Publishing, 2017. p. 13-42.

VELHO, L. **Cooperação em ciência e tecnologia no Mercosul: síntese final**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia; Washington: Organização dos Estados Americanos, 1997.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

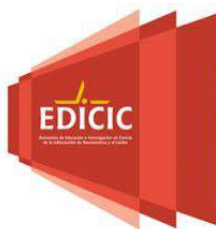
UFMG

VIRNO, Paolo. **Gramática da multidão**: para uma análise das formas de vida contemporâneas. Santa Maria, 2003. Disponível em: <http://www.nodo50.org/ts/editorial/gramatica%20de%20la%20multitud.pdf>.

WALLERSTEIN, I. What are we bounding, and whom, when we bound social research? In: **Social Research**, n. 6, no.4, p.839-56, 1995.

WILSON, P. **Second-hand knowledge: An inquiry into cognitive authority**. Westport, CT: Greenwood Press. 1983.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 1996.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Mesa Redonda: A Ciência da Informação na Ibero-América e Caribe: diálogos interdisciplinares

HISTORICIDAD Y CONFORMACIÓN EPISTEMOLÓGICA DE LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN

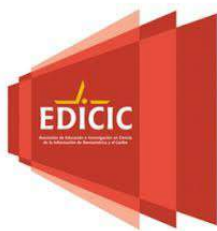
Radamés Linares-Columbié¹

Resumen: Esta presentación tiene el propósito de realizar un acercamiento a una lectura epistemológica de la Ciencia de la Información en sus coordenadas históricas. El esquema explicativo girara en torno al valor metodológico de determinadas variables, tales como: geopolítica y cambio informacional en la constitución histórica de la Ciencia de la Información, entre otras. A su vez, se examinaran algunos intentos sistematizadores de un pensamiento en la Ciencia de la Información. Por último, se anotaran las propuestas caracterizadoras más notables de este campo de conocimiento.

Esta exposición está dirigida a intentar una aproximación al análisis de algunas de las peculiaridades del proceso de construcción de la Ciencia de la Información; en el cual buscamos examinar no solo el objeto de estudio propio de esa disciplina, sino también los características de sus estudios históricos, así como los supuestos en los que descansan las diversas visiones teóricas y conceptuales que se han desarrollado en este nuevo espacio de conocimiento.

Los esbozos históricos en cualquier terreno están acompañados de un rasgo distintivo: su carácter aproximado, estos siempre adolecen de la imposibilidad de agotar su objeto de análisis. La aproximación histórica de la Ciencia de la Información que se pretende exponer, está

¹ Licenciado en Historia y Doctor en Ciencias de la Información. Profesor de la carrera de Bibliotecología y Ciencias de la Información de la Universidad de la Habana.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

acompañada de la no exhaustividad; los acontecimientos que la reflejaron, no fueron todos, las coordenadas en que se situaron respondieron a la perspectiva o enfoque de este autor.

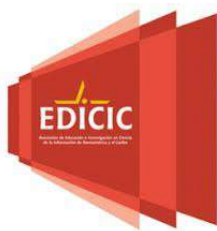
En consecuencia, las consideraciones que siguen irán en la dirección que anotara los elementos esenciales que identifican a la denominada “Ciencia de la Información” tal y como esta se originó y desarrolló en Estados Unidos de Norteamérica, que fue el espacio físico, político, económico, científico, tecnológico y teórico donde formalmente se constituyó en 1962.

Los discursos que estructura la Ciencia de la Información se dan en las múltiples dimensiones que la distinguen; de interés serán aquellos que intentan construir la sustentación teórica y conceptual de este espacio. Son varias las maneras de adentrarse en esta dimensión, estos apuntes trataran de abordar la historicidad de esta problemática, donde se privilegiara la búsqueda de las proposiciones teóricas explícitas e implícitas de los conceptos y teorías que el campo postula, en el marco de las coordenadas históricas correspondientes.

La Ciencia de la Información en sus años de existencia como dominio de conocimiento ha tenido una inevitable y moderada lectura desde el ángulo epistemológico, estos acercamientos han sido consecuentes con un principio; cualquier campo de conocimiento en su trayectoria no puede dejar de recurrir a la Epistemología como base para la reflexión sobre su construcción teórica.

El proceso de construcción de este nuevo campo de conocimiento se asienta en momentos de indiscutible complejidad, no solo desde los conocidos entornos políticos, económicos y sociales, sino que en el terreno académico y científico también corren tiempos donde predomina la turbulencia, en múltiples sentidos.

El advenimiento de la Ciencia de la Información en el escenario del siglo XX no puede ser explicado si solo nos enmarcamos en el conjunto de acontecimientos propios de ese siglo que, sin lugar a dudas, condicionaron en gran medida el proceso de surgimiento de esta nueva disciplina. Si los antecedentes más distantes, de la Ciencia de la Información, se remontan a los siglos XVI al XIX, los más cercanos se inscriben en el entorno informativo que se deriva de la Segunda Guerra Mundial y su posguerra. En el mundo que emerge en 1945 desaparece Europa como primer actor internacional y se estrena la bipolaridad EE.UU.-Unión Soviética,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

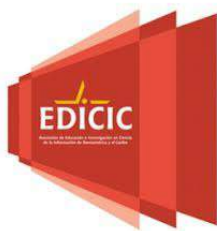
superpotencias por su capacidad económica, territorial, demográfica y militar, esta última determinada por la posesión y monopolio norteamericano de la bomba atómica hasta 1949, fecha en la que los soviéticos declaran dominar la tecnología nuclear.(Hobsbawm 1998).

La investigación científica, adjunta al proceso bélico, desencadenó una exacerbada producción de documentación e información, contexto en el que Vannevar Bush publica su célebre artículo *As we may think*², en el que expone sus ideas en torno al problema del crecimiento de la información en ciencia y tecnología y alega cómo resolver su organización, almacenamiento y recuperación.

Más de un historiador de la Ciencia de la Información, si bien identifican a la Documentación fundada por Paul Otlet y Henri La Fontaine en 1934 como uno de los antecedentes de la nueva materia informativa, no siempre están de acuerdo en delimitar la influencia documental en el espacio norteamericano (Buckland, 1996). Mas allá de la polémica, no parece haber dudas en que si bien en 1937 se funda el *American Documentation Institute*, la influencia real de la Documentación europea comenzó a ser notable alrededor de los años 50, expresada de una manera particular en la existencia del movimiento de bibliotecarios especializados y la creación en estos años de la *Information Retrieval* (Recuperación de la Información), estos acontecimientos asumen directa o indirectamente a la Documentación europea en sus características y propósitos esencialmente orientados hacia la búsqueda e implementación de prácticas que los distanciaran de los saberes de la Bibliotecología clásica.

A su vez, se constituye formalmente en 1950, por Calvin Mooers la “*Information Retrieval*” o (*Recuperación de Información*) como uno de los eslabones fundamentales del proceso que condujo a la ulterior aparición del nuevo dominio de conocimiento informacional, esta sería un área que aborde *los aspectos intelectuales de la descripción de información y sus especificaciones para la búsqueda, además de cualquier sistema, técnica o instrumento que se utilice en la operación.* (Saracevic 1999,13). Donde es remarcable el papel de las tecnologías computacionales en las operaciones propias de la búsqueda y recuperación de información,

² Este artículo, publicado en 1945, es uno de los textos fundadores de la Ciencia de la Información.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

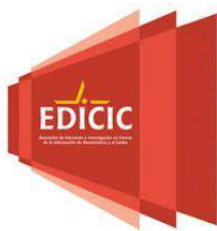
tecnologías que acompañaran posteriormente a la futura Ciencia de la Información como uno de sus aspectos medulares.

Con esta plataforma obra la fundación de la Ciencia de la Información, en el marco de dos conferencias celebradas en el Instituto Tecnológico de Georgia, entre octubre de 1961 y abril de 1962. Los encuentros se centran en aspectos pedagógicos, aunque no se excluyen los problemas en torno a la denominación de la parcela en surgimiento. Robert Taylor³ propone la primera definición del nuevo campo de conocimiento; *La Ciencia de la Información se encarga de los mensajes almacenados o registrados, de su creación como documentos, de su propagación y uso. La disciplina posee dos características científicas: un componente de ciencia pura que investiga el objeto sin considerar sus aplicaciones y un componente de ciencia aplicada que desarrolla productos y servicios.* (Taylor 1966, 6).

Desde sus años fundacionales hasta nuestros días, esta disciplina ha sido definida, entendida, desde las mas diversas posturas; pese a ello, algunas de estas definiciones se han convertido en paradigmáticas, una de ellas es la de Harold Borko, considerado como uno de los padres fundadores de esta nueva área de conocimiento, este autor en el año 1968, afirma que: *la Ciencia de la información (...) investiga las propiedades y comportamiento de la información, las fuerzas que rigen su flujo y los medios de procesarla para su óptima accesibilidad y aprovechamiento.* (Borko 1968, 2).

En cambio, los años finales del siglo XX constituyen para la Ciencia de la Información una fase de ruptura y diferenciación como expresión de la evolución de una ciencia en formación, una suerte de crisis de desarrollo. Las circunstancias económicas y tecnológicas de esos años favorecen situaciones únicas para el universo informativo. La economía neoliberal acrecienta el proceso de mercantilización de la información ya que las tendencias privatizadoras, típicas de ese modelo económico, descartan toda posibilidad de que la información sea un recurso o producto al servicio de todos. Se cierra la posibilidad de considerar la información un bien público y entra en el mercado como cualquier otra mercancía.

³ Considerado el primer autor norteamericano que sistematizó los principios esenciales de la naciente Ciencia de la Información.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

De otra parte, la vigencia del modelo naturalista, científicista y positivista en el terreno del conocimiento declina a lo largo del siglo XX. Esta crisis abarca el sistema global de los conocimientos y de las ciencias, y particularmente las ciencias sociales reproducen, desde su realidad, las turbulencias que afectan la totalidad del saber.

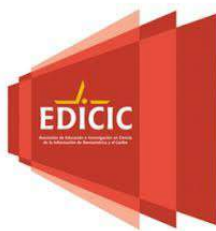
Las ciencias sociales, desde el siglo XIX hasta el período que se estudia, busca constantemente su afirmación como conocimiento científico. Primero estudia la sociedad desde los principios epistemológicos y metodológicos acordes con las concepciones dominantes desde el siglo XVI, asumiendo los fenómenos sociales como “cosas”, restringidas a sus dimensiones externas, observables, objetivas y mensurables. Luego reivindica una perspectiva epistemológica y metodológica específica, propia para el ser humano y alternativa al modelo naturalista y positivista.

La Ciencia de la Información de esta etapa está sumergida en ese sistema de coordenadas, desde el cual gestará nuevas visiones y conceptualizaciones. Las ofertas de este segundo momento de la trayectoria histórica de esta materia se distancian de los pretextos elaborados en el período anterior, y en ellas la información, como objeto de estudio, deja de ser un concepto aislado y comienza a asociarse con el conocimiento y la comunicación.

El cambio se establece cuando se afirma que el problema fundamental de la Ciencia de la Información es *facilitar la comunicación efectiva de la información deseada entre el generador y el usuario humano*. (Belkin 1978, 28).

En 1992, Tefko Saracevic entiende que *la Ciencia de la Información trata los problemas de la efectiva comunicación de conocimiento y registros de conocimiento entre seres humanos en el contexto de usos y necesidades sociales, individuales e institucionales, de información*. (Saracevic 1992, 7).

Esta línea continúa afirmando la inserción de los problemas de esta disciplina en las ciencias sociales, e incluye la noción de conocimiento como concepto meridiano en la apreciación sobre el carácter de esta ciencia que, junto con la comunicación, es uno de los términos más asociados a la información desde los inicios de esta etapa.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Casi cerrando el siglo XX, se generaliza que *la Ciencia de la Información estudia el mundo de la información registrada y producida por la acción humana*. (Bates 1999, 5). Se ratifica una pertenencia inequívoca al mundo humano y social, pero no se eliminan las interrogantes sobre el carácter de esta materia, dados sus vínculos con campos de conocimiento como las tecnologías de la información.

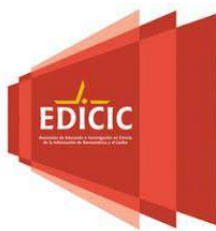
La Ciencia de la Información se plantea su pertenencia a las ciencias sociales, ante todo, como una expresión de las transformaciones de finales del siglo XX, etapa que se cuestiona la hegemonía del conocimiento científico de corte positivista, cuando las ciencias sociales se distancian de ese modelo y cuando la información como fenómeno es comprensible solo si se inserta en determinados espacios económicos, sociales y culturales.

De las consideraciones anteriores se deriva que uno de los factores concluyentes en la aparición y desarrollo de la Ciencia de la Información es la estrecha vinculación establecida entre los cambios de la situación informacional en el contexto norteamericano y determinantes circunstancias económicas, políticas, tecnológicas y científicas; esta conexión está en la base del decursar histórico de este campo.

El proceso de construcción identitaria de la Ciencia de la Información estuvo marcado, en sus instantes fundacionales, por la marcada influencia que sobre este espacio tuvieron los modelos de conocimiento impuestos por la modernidad; no siendo así, en otras fases de su historia que se caracterizaron por el distanciamiento de esas concepciones científicas y por el progresivo acercamiento a las concepciones dominantes en las ciencias sociales.

De otra parte, diversos estudios, en los límites de la Ciencia de la Información, en la búsqueda de un esclarecimiento de este campo han elaborado propuestas apoyados en concepciones que tratan de puntualizar las tendencias o características que han predominado en un periodo u otro de su conformación; se destacan en esta intención las perspectivas desde los denominadas paradigmas que han estado vigentes y han tenido determinada capacidad para influir e incidir en su decursar.

Uno de los primeros estudiosos de la Ciencia de la Información que colocó en el escenario epistemológico de este campo la utilización del vocablo paradigma, como herramienta de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

explicación y comprensión de esa dimensión de la realidad en ese espacio, lo fue el investigador Rafael Capurro . Este autor, afirma [...] *Mi tesis es que la ciencia de la información nace a mediados del siglo XX con un paradigma físico, el cual es cuestionado por un enfoque cognitivo idealista e individualista, siendo este a su vez reemplazado por un paradigma pragmático y social [...]*” Capurro (2003,3).

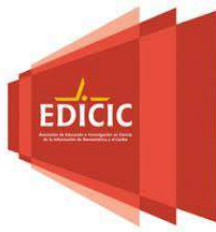
Esta sucesión de paradigmas son el centro de su visión de la historia de la epistemología en la Ciencia de la Información y en consecuencia ofrece los elementos de juicio que le permiten desarrollar este punto de vista. Acorde con el esquema de R. Capurro, el rasgo identificador del paradigma físico (vigente en la etapa originaria de este campo) no es otro que la creencia en la posibilidad de un conocimiento objetivo y verdadero. Por lo tanto, la Ciencia de la Información, estructurada desde las posiciones de la objetividad, se expresa en:

- la creencia de que su basamento teórico era la Teoría Matemática de la Comunicación de C. Shannon y W. Weaver⁴. Ese intento de sustentación teórica fue infructuoso; ante todo por lo inadecuado de la concepción teórica elegida a las realidades del campo informacional.
- una conceptualización de la información sustentada en la denominada objetividad. Se defiende la idea que la información es algo objetivo y mensurable como cualquier objeto físico (Fernández-Molina 1994).

Desde finales de los años 70 del siglo XX se materializa la entrada del enfoque cognitivo, bajo la influencia de la psicología cognitiva⁵ en la Ciencia de la Información. Esa mirada,

⁴ Shannon y Weaver despliegan en 1948 un modelo lineal de comunicación, un proceso de transporte de información de un punto A (emisor) para un punto B (receptor). Justifican que la información, una vez codificada en señales por un emisor, es transmitida a través de un canal para ser decodificada por un receptor y de este modo, el proceso comunicacional se reduce a un asunto de vialidad, en el cual los mensajes se tratan como señales que deben ser codificadas y decodificadas y en donde la información se entiende como la libertad de escoger, de seleccionar un mensaje”.

⁵ La psicología cognitiva se constituyó en 1956 como una tendencia en este campo. Sus propuestas develan y jerarquizan la dimensión subjetiva y significativa de la experiencia psicológica, como explicación del mundo interior de los sujetos. Se colocan en primera línea procesos mentales como, la memoria, representación, atención, lenguaje.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

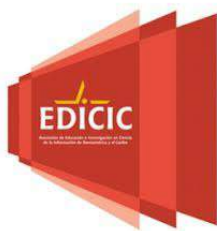
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

paulatinamente se califica como la presencia de un paradigma cognitivo en este campo. Bajo su impronta, la Ciencia de la Información se concentró en el sujeto individual, activo transformador de la información en conocimiento.

Nicholas Belkin y Bertran Brookes son considerados los introductores de este enfoque. En todos los casos se intenta desde esta postura abordar la problemática informacional, así se proponen visiones cognitivas de:

- la noción de información y su vínculo con el conocimiento. Se entiende que:
“[...] *la información es aquello que afecta o cambia el estado de la mente [...]*” (Saracevic 1999); “[...] *algo subjetivo [...]*” (Fernández-Molina 1994). “[...] *El significado de un mensaje es producido por el receptor a través de la mediación de sus estructuras cognitivas [...]*” (Ørom 2000). “[...] *La información como <<eso>> que modifica la estructura de conocimiento [...]*” (Brookes 1980)
- la figura del usuario de información, ahora como componente esencial de la actividad informativa. El *sense-making* es la propuesta teórico metodológico mas relevante de la presencia cognitiva esta esfera...
- “[...] *entiende a la información como un dato incompleto al cual el individuo atribuye sentido a partir de la intervención de sus esquemas interiores. Coloca al usuario en la cima de su interés, aboga porque el comportamiento de la búsqueda y uso de información esté modelado por el universo cognitivo del usuario, rechaza el uso exclusivo de las variables socio-demográficas y dicta que el sistema de información se subordine a los intereses del usuario[...]*” (Dervin 1983)
- En esta dimensión se producen los escasos intentos en la Ciencia de la Información por proponer consideraciones teóricas propias, es el caso de la celebre “ecuación general de la ciencia de la información” de B. Brookes o del denominado “estado anómalo del conocimiento” de N. Belkin.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

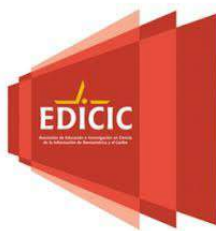
Por último, desde finales de los años 90 del siglo XX y los años que corren del XXI, ha entrado en este escenario un nuevo paradigma, denominado social, siguiendo la propuesta de paradigmas de R. Capurro. Uno de sus rasgos distintivos fue la crítica a la exclusión en lo cognitivo de los entornos sociales y culturales en que participa el individuo. (Hjørland 1995).

El papel del componente social y cultural como elementos esenciales en la comprensión y explicación de este espacio de conocimiento, es la nota particular de este paradigma. Es destacable en los marcos de este paradigma, la creación, desarrollo e implementación de una propuesta teórica considerada como la más influyente desde este marco paradigmático. Se trata del “*análisis de dominio*”, propuesta desde el año 1995 por Birger Hjørland y Hanna Albrechtsen.

En síntesis apretada, el paradigma físico postula la incidencia de posiciones objetivistas, científicas y tecnicistas en la conformación de esta área en sus años originarios. Al igual, que el paradigma cognitivo se caracteriza por realzar la subjetividad como criterio rector; mientras que el paradigma social alude a la relevancia que alcanzan las construcciones teóricas que enfatizan el peso de la sociedad y la cultura en este proceso.

La triada paradigmática elaborada por Capurro ha recibido algunos cuestionamientos, así se dice que...” [...] *No existen tres paradigmas en Ciencia de la Información, como supone Capurro (2003).... Sustentar el desarrollo del área a partir de una secuencia paradigmática físico, cognitivo y social, sería decir, según la visión de Kuhn (1975), que un paradigma fue anulando a los otros paradigmas en periodos no cumulativos, lo que realmente no ocurrió; o que hubo un consenso general alrededor de cada teoría, lo que tampoco existió o existe, dada la profusión de trabajos de revisión y crítica...o que la Ciencia de la Información pasó por tres periodos estables de ciencia normal, algo que nos parece tampoco ocurrió, ya que la propia definición de Ciencia de la Información sigue siendo tema de debates[...]*”... (Traducción libre) Saldanha (2008, 70).

El esquema de Capurro ha tenido a lo largo de estos años una significativa expansión en los estudios epistemológicos de la Ciencia de la Información, dado que es innegable la presencia, prevalencia e influencia de posturas positivistas, científicas, cognitivas y sociales a lo largo del proceso de conformación histórica de este campo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Finalmente, debe anotarse que la Ciencia de la Información en su proceso de fundación y continuidad ha buscado legitimarse como un cuerpo de conocimiento. Para ello, desde sus años fundacionales fue propuesta como ciencia interdisciplinaria, entre otros componentes que la fundarían como un campo de conocimiento propiamente dicho.

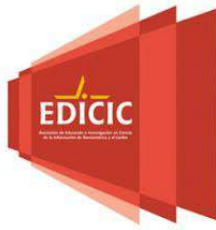
La teoría y práctica interdisciplinaria es uno de los elementos distintivos del quehacer intelectual de nuestro tiempo, su presencia desde su creación ha sido una constante en la Ciencia de la Información. Harold Borko y Tefko Saracevic son unos de los primeros autores que reflexionan sobre este aspecto y colocan en este escenario la importancia de este rasgo de la Ciencia de la Información. La interdisciplinariedad es una necesidad en el campo informacional. No es posible enfrentar el estudio del segmento de la realidad propio de la Ciencia de la Información sin la contribución de conceptos, procedimientos y teorías provenientes de otras áreas cognoscitivas que interceptan la información.

La Ciencia de la Información se autodefine interdisciplinaria, pero en la práctica este carácter no tiene la dimensión dialógica debida. Es por lo cual, una de las urgencias de este cuerpo de conocimientos es evidenciar que existe para otras esferas del saber, es imprescindible ofrecer, crear conceptos, teorías, metodologías, procedimientos con capacidad para incidir, trascender mas allá de ese entorno

A manera de conclusión

Uno de los factores concluyentes en la aparición y desarrollo de la Ciencia de la Información es la estrecha vinculación establecida entre los cambios de la situación informacional en el contexto norteamericano y determinantes circunstancias económicas, políticas, tecnológicas y científicas; esta conexión esta en la base del decursar histórico de este campo.

El proceso de construcción de la identidad de la Ciencia de la Información estuvo marcado, en sus instantes fundacionales, por la marcada influencia que sobre este espacio tuvieron los modelos de conocimiento impuestos por la modernidad; no siendo así, en otras fases



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

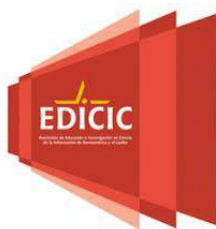
UFMG

de su historia que se caracterizaron por el distanciamiento de esas concepciones científicas y por el progresivo acercamiento a las concepciones dominantes en las ciencias sociales.

La triada paradigmática confirmadora de la producción de conocimientos teóricos y prácticos en la Ciencia de la Información, se sucedieron a lo largo de la historia de este campo, permitiendo las aceptaciones y rechazos que paulatinamente han permitido la estructuración de ese espacio. Este suceder paradigmático no implica que necesariamente haya existido un proceso de sustitución progresiva; sino que, en rigor, en uno u otro aspecto se produce una especie de coexistencia paradigmática

BIBLIOGRAFÍA

- BATES, M (1999). El sustrato invisible de la Ciencia de la Información. **Journal of the American Society for Information Science & Technology** 50(12): 1043-1050.
- BELKIN, N (1978). Information Science and the Phenomena of Information. **Journal of the American Society for Information Science** 27: 197-204.
- BORKO, H (1968). Information Science. What is it? **American Documentation**. 19(1): 3-5,
- BROOKES, B. C. (1995). The foundations of Information Science. Part IV. Information Science: the changing paradigm. **Journal of Information Science** 3: 3-12
- BUCKLAND, M (1991). . Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science** 42: 351-360.
- BUSH, V (1945) As we may think. **The Atlantic Monthly** 176(1): 101-108.
- CAPURRO, R. (2003). **Epistemología y Ciencia de la Información** Retrieved 3 February, 2012 from <http://www.capurro.de/enancib.htm>
- DERVIN, B. and M. Nilan. (1986) Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology** 21: 3-33
- FERNÁNDEZ-MOLINA, J.C. (1994). Enfoque objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, 17(3), 320-331



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

HJØRLAND, B. & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, 46(6), 400-425.

HOBSWABM, E (1998). **Historia del siglo XX** / E. Hobswabm.— Argentina: Grijalbo Mondadorim.— 597p.— T. 2.

KUHN, T.S. (1971). **La estructura de las revoluciones científicas**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica

LINARES, R. (2005). **Ciencia de la información: su historia y epistemología**. (Bogotá, D.C.: Rojas Eberhard, Ltd.)

ØROM, A. (2000). Information Science, historical changes and social aspects: a Nordic outlook. **Journal of Documentation**, 56(1), 12-26.

SALDANHA, G. S (2008). **Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein**. (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SARACEVIC, T (1992). **Information Science**. *Journal of the American Society for Information Science & Technology* 50 (12): 1051-1063.

TAYLOR, R. S (1966). Aspectos profesionales de la Ciencia y la Tecnologia de la Información. **Annual Review of Information Science and Technology**.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



X EDICIC - 2016



Mesa Redonda: Cultura, memória e mediações sociais: apropriações e saberes institucionais no contexto Ibero-americano

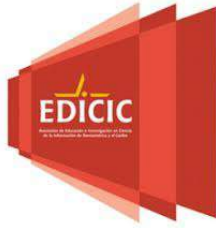
PAPEL DE LA BIBLIOTECA PÚBLICA EN LA RECUPERACIÓN DE LA MEMORIA LOCAL Y EL FORTALECIMIENTO DEL TEJIDO SOCIAL

Orlanda Jaramillo¹

Las bibliotecas levantadas entre la gente, a la vuelta de los recovecos de la ciudad, en los barrios sobre los cuales fueron elevadas barreras de exclusión, adquieren un valor supremo porque encarnan el patrimonio vivo y hablan en todos los tiempos: conservan el pasado, relatan el presente y son la plataforma del futuro.

Resumen: En los estudios de bibliotecología son recurrentes las reflexiones en torno a la relación entre la función social de la biblioteca pública, la recuperación del patrimonio local y el fortalecimiento de la identidad, desde una perspectiva que aboga por la responsabilidad de ésta institución en el fortalecimiento y difusión del patrimonio y la memoria local; patrimonio que puede ser amenazado o potenciado según su uso, por los avances en materia de tecnología de la información y la comunicación (TIC) y su implementación en el funcionamiento y servicios de la biblioteca. En la recuperación del patrimonio y la memoria local, el Servicio de Información Local o Sala Mi Barrio es un servicio estratégico en la biblioteca pública, éste permite generar procesos de identidad en la comunidad a partir de la recuperación, organización, difusión y suministro de los materiales que le permiten a la comunidad conocer su pasado, interpretar el presente y desde este conocimiento enfrentar con mayor asertividad el futuro.

¹Profesora e investigadora. Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia, Apartado Aéreo 1226, Medellín, Colombia. Bibliotecóloga, Especialista en Gerencia del Desarrollo Social-Universidad Eafit. Doctora en Educación-Universidad de Antioquia. orlanda.jaramillo@udea.edu.co



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

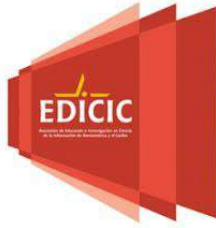
UFMG

INTRODUCCIÓN

En la perspectiva de apoyar a los procesos que contribuyen al fortalecimiento del tejido social y la recuperación del patrimonio local de una comunidad, se reconoce la capacidad y el impacto positivo que tiene la biblioteca pública y se expone la responsabilidad que tiene esta institución en la definición e implementación de procesos sociales; en correspondencia con su función histórico-social de ser la institución representativa en la promoción y difusión del legado intelectual de una comunidad o región, en su misión de favorecer procesos de transformación tanto en los individuos como en la sociedad; con la recuperación, organización y difusión del patrimonio bibliográfico y documental de las comunidades; y desde la consideración de este patrimonio bibliográfico, tanto como memoria registrada y como bien público base para la construcción social y cultural. Patrimonio que está disponible en la biblioteca pública en el Servicio de Información Local o Sala Mi Barrio, que tiene por objetivo recuperar la memoria social y fortalecer la identidad de la comunidad a la que presta sus servicios.

Cultura, memoria y patrimonio

La comprensión de los procesos, actores y acontecimientos relevantes de una sociedad, así como los factores para que los integrantes de la misma se sitúen en el tiempo, está dada por el reconocimiento de los valores contenidos en las prácticas sociales y en las manifestaciones individuales y colectivas; prácticas y manifestaciones que hacen visibles las formas sociales, las significaciones de las palabras y de los objetos materiales como símbolos distintivos de los pueblos, que por medio de taxonomías fundan los discursos de la identidad local, regional y nacional. De esta manera, es ineludible el vínculo entre los conceptos de manifestaciones culturales, memoria, identidad y patrimonio; los cuales componen un entramado cultural que se diversifica, en tanto las valoraciones de estos conceptos aparecen en contextos institucionales e ideológicos y dan cuenta de la apropiación social de una parte del entorno socio-cultural y de su acumulado simbólico inmerso en la compilación de las representaciones heredadas, preservadas y difundidas (Jaramillo, 2014).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

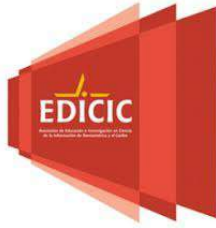
UFMG

Del mismo modo, las relaciones que se forman entre historia, cultura y memoria, en un espacio determinado, es lo que define el tipo de patrimonios y los usos de los mismos. La memoria es el proceso social mediante el cual un grupo o comunidad reconstruye sus acciones en el tiempo, desde la consideración de las identidades y alteridades dentro de un sistema de representaciones y que subyacen en los registros que existentes en lugares o territorios, funcionales o simbólicos, lo que se ha denominado vehículos o artefactos de la memoria, como son las bibliotecas, los archivos, los museos, los monumentos, las edificaciones, entre otros, que a su vez pueden ser considerados patrimonio.

La visión restringida, antigua, monumental y artística de patrimonio ha sido superada con la incorporación del concepto de valor cultural que abarca un vasto campo de la vida social e intelectual, y que está constituido por el conjunto de activos sociales, de carácter cultural, que le dan a un grupo humano sentido, identidad y pertenencia. El patrimonio contiene un valor para el conocimiento del pasado y la comprensión del presente, por lo que su transmisión hace parte esencial de la herencia cultural; como son los materiales bibliográficos y documentales, que tienen lugar en la biblioteca pública -en adelante BP-, institución que desde su función y responsabilidad social, le apuesta a la recuperación, organización y conservación del registro del patrimonio documental de la comunidad para dar cuenta de la cultura en todas sus expresiones con el fin de fortalecer las identidades culturales, dinamizar los procesos de participación ciudadana y comunitaria; pues el patrimonio genera sentimientos de identidad y establece vínculos con la memoria colectiva. Así, las memorias locales construidas mediante espacios de intercambio y conexión de ciudadanías, como es la biblioteca pública, logran establecer diálogos que fortalezcan el tejido social.

La biblioteca pública: mediadora del patrimonio y la memoria

En las dos últimas décadas la sociedad, y con ella las bibliotecas y la profesión bibliotecaria, ha sufrido significativas transformaciones, la mayoría, producto de una revolución tecnológica que ha creado la denominada “sociedad de la información”; a partir de la cual se impuso una revolución ideológica, cultural y económica, y con ella la aplicación de las



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

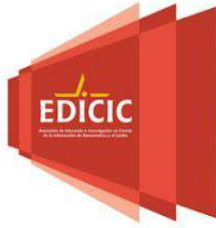
UFMG

tecnologías de la información y la comunicación -en adelante TIC- en todos los espacios de la vida y la sociedad, que transforman las dinámicas bibliotecarias demandando nuevos servicios y usos de la biblioteca, que obliga a cambiar las formas de trabajo y adaptarse a los nuevos modelos. En este contexto, la biblioteca ha dejado de ser exclusivamente el centro que preserva las colecciones para ser una institución en movimiento, que busca integrarse en el entorno al que pertenece y ser dinamizadora de la cultura.

Actualmente, la biblioteca pública, es el centro donde las comunidades tienen participación y visibilidad; uno de los factores que incide en esta situación es el creciente uso de las TIC, las cuales permiten que grandes cantidades de información circulen en diferentes medios de comunicación permitiendo el registro y visibilidad de los aspectos cotidianos, que de otro modo se perderían a través del tiempo. En este sentido, la apuesta de la biblioteca pública a la integración social y la proyección cultural, se cristaliza en la generación de contenidos que conllevan a la recuperación y recreación de la memoria mediante la consolidación de saberes y prácticas, que no sólo dan cuenta de la historia, sino que además, posibilita una apropiación de la cotidianidad que se construye en el día a día y que está cargada de significados que enriquecen el capital cultural y permiten a la comunidad ser protagonista de su propia historia. Contenidos que hacen parte de las colecciones locales y a su vez del Servicio de Información Local en la BP, las cuales muestran la riqueza y la diversidad cultural de la comunidad.

Colecciones locales

A BP como institución social, tiene un importante papel con la memoria de su localidad mediante la recuperación, conservación y difusión de los materiales relacionados con la historia de la comunidad y de las personas; en consonancia con lo establecido en las Directrices IFLA para el desarrollo de los servicios bibliotecarios públicos: *La biblioteca pública debe ser una institución fundamental de la comunidad en la que se encuentra en lo que se refiere al acopio, la preservación y la promoción de la cultura local en todas sus modalidades* (Directrices IFLA, 2001, p. 14); donde se da especial importancia a la cultura local y al papel que la biblioteca juega en su dinamización. También recomienda incluir, en las colecciones locales, diferentes tipos de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

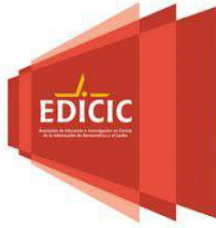
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

soportes, formatos y materiales: *periódicos locales, regionales y nacionales; información sobre la comunidad; información oficial, comprendida la de autoridades locales y relativa a ellas; documentación sobre la historia local; documentación genealógica y recursos en el idioma principal de la colectividad* (Directrices IFLA, 2001, p. 45). En esta misma línea, la Ley de Bibliotecas Públicas establece: *Las bibliotecas públicas velarán por el desarrollo de una colección y dotación de información local que contenga de manera especial las obras publicadas por los autores de su respectiva jurisdicción territorial* (Ley 1379 de 2010, p. 7). Estas directrices y normativas, aparte de ser instrumentos para hacer efectivo y fortalecer el patrimonio de la Nación, establecen una significativa relación entre biblioteca pública, patrimonio y comunidad, desde la responsabilidad que ésta institución tiene de recuperar, conservar, organizar y difundir los bienes de interés cultural. Así, el desarrollo de colecciones locales se convierte en una de las principales estrategias para la recuperación, conservación y difusión del patrimonio bibliográfico y como herramienta para la:

Construcción y reconocimiento de una identidad y diversidad cultural de la comunidad (...) para contribuir a una sociedad más participativa que reconozca su pasado y pueda participar en su futuro (...) Democratizar el acceso al disfrute de la creación cultural local a un nivel regional y nacional (...) Integrar un proyecto colectivo de recuperación de la memoria del país, registrada y publicada desde las regiones (Marín P., 2012, p. 2).

La colección local está conformada por materiales con la historia de la comunidad, las obras de autores, creadores y artistas de la localidad y por la información sobre temas y asuntos de interés o que tengan un especial significado para la comunidad; estos materiales se constituyen en patrimonio bibliográfico de la biblioteca pública, que propicia un espacio de encuentro e intercambio de saberes que fortalecen los procesos comunitarios, el tejido social, la recuperación de la memoria colectiva y la identidad cultural. Memoria consignada en la memoria escrita, fotográfica y filmica de la comunidad, y partir de la cual la biblioteca pública permite reconocer, explorar y desarrollar habilidades que los integrantes de la comunidad tienen, pero que no habían tenido la oportunidad de descubrirlo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

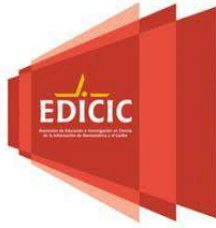
Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

La colección local es la principal estrategia de la biblioteca pública para cumplir con su rol de conservación de las colecciones referentes a un territorio y, por extensión, a la comunidad, de la que es, hace parte y orienta sus servicios. En este sentido, conservar y difundir todo lo relacionado con el presente y el pasado de una comunidad, en cualquier soporte y formato, es el principal propósito de la colección local, con la finalidad de facilitar el estudio y análisis de los distintos aspectos locales para que la comunidad pueda conocer y profundizar en sus raíces, mantener, recuperar y difundir su identidad; como también para ser un importante referente del patrimonio, por ser fuente de información de primera mano que ayuda a la recuperación y construcción de la memoria de la comunidad. Memoria que es altamente vulnerable en los actuales momentos de globalización y de confrontaciones sociales, pues en tiempos de crisis sociales, la destrucción del patrimonio de la comunidad es una maniobra de poder, ya que es una forma de borrar su memoria y romper el vínculo que tienen los sujetos con su tradición, lo que se traduce en el debilitamiento del tejido social de una comunidad.

Frente a estas situaciones, se hace necesario plantear estrategias para que el patrimonio bibliográfico-documental sea una herramienta de resistencia frente a los procesos de globalización, de homogeneización cultural o de pérdida de identidad; y también como una forma para integrar al patrimonio las expresiones y representaciones simbólicas de los nuevos grupos sociales, como son las poblaciones desplazadas que necesitan reconstruir sus arraigos, su memoria y ayudarlos a su adaptación-reconstrucción al nuevo entorno social. En otras palabras, para preservar el patrimonio como una forma de resistencia frente a los procesos de dominación, como una forma de afirmar la identidad ante la tendencia que amenaza la homogenización de la cultura, y en consecuencia, para reafirmar el sentido de la individualidad y de la diferencia desde nuestras raíces que, en última instancia, es lo que nos distingue de los otros. Preservación de la que se ocupa el SIL, al igual que de otros registros de circulación marginal, permitiendo que la biblioteca abra espacio a la diversidad de culturas, de contenidos, de hechos significativos o de memorias, pues *“La producción bibliográfica de otras entidades y asociaciones cívicas suele ser de corte más crítico con la exposición de realidades específicas del municipio. Su temática y*



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

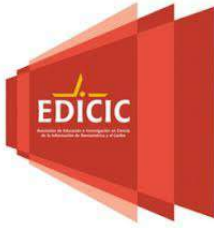
UFMG

producción es desigual y dispersa pero suele acumular una gran riqueza informativa (Fornas Carrasco, p. 57).

Para comprender el tema de la memoria desde la BP y de la responsabilidad que tiene, es pertinente señalar varios aspectos de la Ley 1448 de 2011, Ley de Víctimas y de Restitución de Tierras; Ley que expresa la necesidad de recuperar la memoria histórica, como insumo fundamental para reconstruir el tejido social, a partir de la reconstrucción de la memoria, de las experiencias, proyectos, programas y la creación de los archivos y documentos bibliográficos. También define una serie de derechos de las víctimas del conflicto armado, como son: Derecho a acudir a escenarios de diálogo institucional y comunitario, Derecho a la información sobre las rutas y los medios de acceso a las medidas que se establecen en la Ley de Víctimas y Derecho a la dignidad que se ejerce desde el uso de los demás derechos.

Historias contadas, memorias presentes: la experiencia de las Salas Mi Barrio

La Sala Mi Barrio es el espacio donde se promueven nuevos mapas culturales para la recuperación de las memorias, el reconocimiento de las identidades locales y el reconocimiento de una historia común que pertenece a la comunidad y que da cuenta de su legado histórico. Los programas y actividades responden a las demandas culturales, recreativas, artísticas, y a las dinámicas organizativas de los habitantes del área de influencia de la biblioteca; allí tienen lugar las tertulias, charlas, intercambios de saberes, exposiciones artísticas, conversatorios y mesas de trabajo realizadas con el ánimo de compartir y construir conocimiento de manera colectiva, haciendo énfasis en el trabajo comunitario y el fortalecimiento de la organización social. Para Quiñónez Zapata (2009), entre las técnicas o dispositivos de activación de la memoria y de reconstrucción, que buscan recrear sentidos, vínculos e identidad colectiva, desde la biblioteca pública, están:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

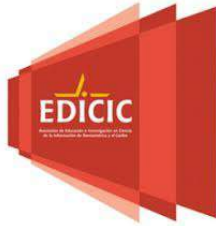
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- *Colcha de retalhos*: Poner en evidencia sentimientos, expresiones y vivencias de los sujetos en relación con sus prácticas y maneras de interactuar con la realidad social.



Tomada de: <http://eltallerambulante.tumblr.com/>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

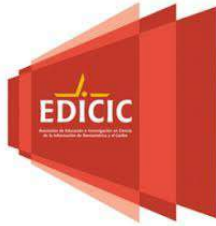
UFMG

- *Mural de situaciones:* Posibilita describir situaciones, develar sus causas y poner en evidencia procesos en los cuales los sujetos y los grupos han estado o están involucrados; se permite expresar ritmos de vida y temporalidades.



Tomada de: <http://servicios.educarm.es>

- *Foto historia:* Las fotografías producen una imagen que se muestra después en una especie de diálogo aplazado con las personas que la narran, ellas no tienen significado en sí misma, su sentido es exterior a ellas y está esencialmente determinado por su relación afectiva con su objeto (lo que muestra) y con su situación de enunciación (con el que mira), no muestra un objeto o una persona sino su huella, su índice, y en un intento por captar lo real. Incita a traspasar las evidencias, a romper el marco de lo obvio para conseguir lo que está detrás.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

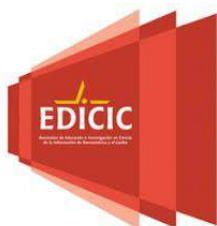
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG



<http://alonsobmx.blogspot.com.co/2012/04/collage-sobre-la-historia-de-la.html>

- *Cartografía:* Las cartografías son dibujos de lo que significa para las personas el espacio y el tiempo en los que habitan, en los mapas aparecen elementos que son importantes para los sujetos, y por medio de ellos, expresan los intereses y familiaridades que vienen con su entorno. Como toda forma de escritura y textualización, los mapas no son neutrales; expresan un desde dónde y para qué se mira, y es por eso que manifiestan claramente las jerarquizaciones, homogenizaciones, visibilizaciones e invisibilizaciones en las que se evidencian o esconden concepciones de la realidad social.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

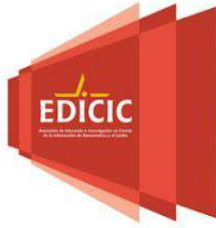
UFMG

- *Talleres:* (Pintura, dibujo, escritura, sentidos, recorridos) excelente estrategia del ejercicio de la memoria y de la construcción de las identidades de sujetos y colectivos, donde se generan interacciones sociales (Quiñónez Zapata, Erika Johana, 2009).



<http://ntrzacatecas.com/2016/06/30/preparan-talleres-en-bibliotecas-publicas/>

- *Programa Limonativos:* Biblioteca Pública El Limonar (Medellín-Colombia). Construcción de identidad local para sensibilizar y fomentar la recuperación de la memoria del barrio. El Programa se desarrolla en torno a la Web 2.0 y sus contenidos son documentados por la misma comunidad de jóvenes y adultos mayores (Ortiz, Shirley Giovanna, 2014).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

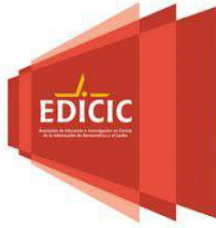
UFMG

CONCLUSIONES

Los temas de patrimonio, memoria e identidad cultural obligan a ver el patrimonio tanto desde lo que ya existe, como desde la forma cómo se está constituyendo, en donde la BP actúa como institución mediadora de los procesos de recuperación, organización, mantenimiento y difusión de las memorias locales para el reconocimiento y la identidad de las comunidades y para la construcción del tejido social.

La biblioteca pública desde los ideales de libertad, igualdad, fraternidad y justicia para todos, juega un papel en la recuperación del patrimonio local, en la divulgación de los valores, conocimientos, tradiciones, costumbres y formas de interpretar el entorno; y avanzar en la circulación y creación de contenidos informacionales que permitan la concientización de los ciudadanos, la creación de una ciudadanía activa y el fortalecimiento de la identidad cultural y el tejido social. La sociedad de hoy demanda bibliotecas híbridas; la híbridas que pasa por lenguajes, medios y tecnologías, pero también por la integración de las diferentes tipologías de colecciones, las cuales puede ser una herramienta de resistencia a los procesos de aculturación, homogeneización cultural o de pérdida de identidad, y como una forma de integrar las colecciones locales a las expresiones y representaciones simbólicas de grupos sociales emergentes. De igual manera, la biblioteca pública debe crear estrategias que permitan a los ciudadanos la apropiación de información y conocimiento en función de la proyección de su propio desarrollo, de la construcción del tejido social y del fortalecimiento de la identidad cultural de su comunidad.

La biblioteca pública es un espacio dinamizador de las memorias que permite resignificar, reconocer, apropiar el territorio; de ahí su papel como productora y posibilitadora de memorias locales; como mediadoras en la recuperación de identidades, propiciando la construcción de experiencias y memorias colectivas. Por ello, la recopilación de memorias debe acompañarse con la producción de contenidos y con la difusión, circulación, apropiación y preservación de los mismos, en el sentido dinámico del término.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Informação de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Finalmente, hace falta mayor reflexión y debate frente a la relación existente entre la memoria, la identidad y la biblioteca pública; en este debate es fundamental dinamizar el Servicio de Información Local en función de la recuperación de la memoria e identidad cultural de las comunidades, y del fortalecimiento del tejido social a partir del registro de la memoria y del desarrollo de actividades en torno a la apropiación y difusión de patrimonio local. Debate que demanda la responsabilidad social del bibliotecario frente a problemas sociales emergentes.

BIBLIOGRAFÍA

Fornas Carrasco, Ricardo (2002) La Biblioteca Pública Municipal y los Servicios de Información Local. **Métodos de Información**. Vol. 9 - Nº 51 (Julio).

IFLA/UNESCO (2001). **Directrices IFLA/UNESCO para el desarrollo del servicio de bibliotecas públicas**. [En línea] Recuperado el 6 de agosto 2012, de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124654s.pdf>

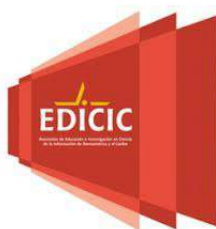
Jaramillo, Orlanda & Marín-Agudelo, Sebastián (2014) **Patrimonio Bibliográfico en la Biblioteca pública: Memorias locales e identidades nacionales**. El profesional de la Información. Vol. 23, no. 4 (julio-agosto).

Marín Pedraza, Myriam (2012). **Las colecciones locales y regionales y el depósito legal, fuentes principales para la recuperación del Patrimonio bibliográfico colombiano**. Bogotá: Biblioteca Nacional de Colombia.

UNESCO. (2002) **Memoria del Mundo: directrices para la salvaguardia del patrimonio documental**. Paris. <http://portal.unesco.org/>

Ortiz, Shirley Giovanna (2014). **Las Bibliotecas de Medellín conectan territorios**. <http://bibliotecamedellin.gov.co/content/uploads/2015/07/>

Quiñónez Zapata, Erika Johana (2009). **Salas mi barrio: construcción de memoria colectiva. Informe de práctica profesional**. Medellín: Universidad de Antioquia. Departamento de Sociología, Informe de Práctica.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Mesa Redonda: Cultura, memória e mediações sociais: apropriações e saberes institucionais no contexto Ibero-americano

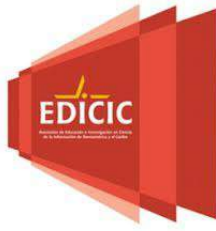
ARCHIVOS Y MEMORIA: RELACIÓN CON LA EVALUACIÓN DE LOS DOCUMENTOS

Norma Catalina Fenoglio¹

Resumen: La conexión entre archivos y memoria, sus vínculos con la identidad y con el patrimonio documental pueden estudiarse con distintos enfoques y desde diferentes perspectivas. En esta presentación elegimos estudiar la relación entre la evaluación -proceso técnico fundamental de la gestión documental- y la constitución del patrimonio documental -esencia de la identidad y la memoria histórica de una comunidad-, a partir del análisis de tres términos básicos: memoria, información y valor. La evaluación es una de las funciones archivísticas esenciales, no sólo porque el aumento de los documentos generados en los últimos años torna inevitable la destrucción de un porcentaje de ellos al cabo de un cierto tiempo, sino porque de la decisión que se tome dependerá la constitución del patrimonio documental y, por ende, la formación de la memoria colectiva. De allí la importancia de la elección del método y los criterios a aplicar. Al ejecutar este proceso, es necesario considerar el contexto de producción, la naturaleza del documento, el soporte y los costos de conservación, así como el interés del usuario, los nuevos usos de la información y las diferentes formas de acceso, sin olvidar de garantizar la autenticidad de la información que se brinda; pero, fundamentalmente, es indispensable tener en cuenta el valor de los documentos.

Palabras-clave: Evaluación documental; archivos – memoria; valor - patrimonio documental.

¹ Licenciada en Archivología, Universidad Nacional de Córdoba. Máster en gestión documental y administración de archivos, Universidad Internacional de Andalucía, España. Profesora titular en la cátedra “Selección Documental” en la Escuela de Archivología, Universidad Nacional de Córdoba.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

INTRODUÇÃO

La conexión entre los archivos y la memoria, los archivos y la identidad, los archivos y el patrimonio documental pueden estudiarse con distintos enfoques y desde diferentes perspectivas, en especial teniendo en cuenta al usuario y las actividades educativas, culturales y de difusión, dado que el rol fundamental del Archivo es –desde siempre- conservar para servir. En nuestro caso, analizaremos la relación entre estos conceptos, fundamentalmente el de memoria, y una función archivística concreta, la evaluación documental, sobre la base del valor de los documentos y la noción de información.

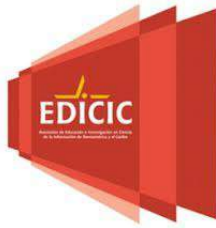
Reflexionar sobre las ideas y el significado de los términos identidad y memoria, además de los de información y valor –que a primera vista tienen solo una connotación técnica- incide en la tarea archivística, en especial en la evaluación de los documentos, como responsabilidad específica de los archiveros, toda vez que hoy los grandes interrogantes sobre identidad remiten a la cuestión de la cultura y expresan la resultante de las diversas interacciones entre la identidad del yo, las instituciones, y el macro entorno social.

Para ello, revisaremos las definiciones dadas a estos términos por diferentes autores y en distintos ámbitos, para tratar de encontrar el vínculo que los une.

Archivos y memoria

En el marco de los procesos de globalización y la gigantesca revolución cultural que vivimos, las Ciencias Sociales conciben la identidad, como construcción que tiene en cuenta al “otro”, un nosotros que debe diferenciarse de un “ellos”. Tratándose de la identidad, este concepto alcanza su verdadero valor en relación a la noción de “diferente” (FENOGLIO y BUSTOS, 2008).

Archivos y memoria son términos relacionados con mucha frecuencia. Esto se debe, probablemente, al concepto de *lieux de mémoire* (lugares de memoria o sitios de memoria) acuñado por Pierre Nora. No obstante, es un concepto que debe tomarse con cuidado, por cuanto, como declara el mismo reconocido historiador y filósofo francés:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



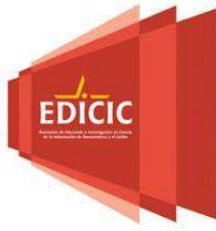
La memoria es el recuerdo de un pasado vivido o imaginado. Por esa razón, la memoria siempre es portada por grupos de seres vivos que experimentaron los hechos o creen haberlo hecho. La memoria, por naturaleza, es afectiva, emotiva, abierta a todas las transformaciones, inconsciente de sus sucesivas transformaciones, vulnerable a toda manipulación, susceptible de permanecer latente durante largos períodos y de bruscos despertares. La memoria es siempre un fenómeno colectivo, aunque sea psicológicamente vivida como individual. [...] La memoria depende en gran parte de lo mágico y sólo acepta las informaciones que le convienen. (CORRADINI, 2006)

De este párrafo se pueden inferir diferencias fundamentales entre memoria y archivo, por cuanto las características básicas que deben tener los archivos (entendidos como conjunto de documentos) son autenticidad, integridad y fiabilidad de la información que contienen, así como valor probatorio, lo que no se condice con lo imaginado, lo mágico, ni con la vulnerabilidad a la que se refiere Nora.

Si nos remontamos a la antigüedad, podemos recordar que el filósofo griego Sócrates predijo - como expresa Abby Smith Rumsey (2016) - que la invención de la escritura llevaría a la ignorancia y hasta a la muerte de la propia memoria, cuando advirtió que escribir "generará el olvido" y "parecerá que la gente sabe muchas cosas, cuando en realidad es ignorante y hostil".

Desde un punto de vista mucho más técnico, Hilary Jenkinson también asignó a los archivos un rol de “memoria artificial” con el razonamiento de que los documentos sirven para que el archivero o el administrador “no dependa de su propia memoria, sino que encuentre un resumen de todo lo que se ha hecho en el pasado sobre ese asunto en sus ficheros” (JENKINSON, *apud* PIGGOTT, 2007, p.407). De ese modo, según este autor, el documento escrito alivia la memoria del administrador porque “recordar realizando un registro significa realmente que después se puede olvidar con más seguridad” (PIGGOTT, 2007, p.430) y la intención de la producción de documentos es dejar constancia de algo al futuro. Paralelamente, siguiendo este criterio, el archivero adquiere el rol de “co-creador” de la memoria colectiva.

Por su parte, Angelika Menne Haritz se refiere a la memoria como un fenómeno social, no técnico, y afirma:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

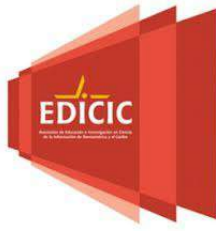
La memoria no es un objeto, como un libro o una grabación, que pueden ser almacenados. Ambos son útiles a la hora de hacer posible la memoria, pero no pueden reemplazarla. La memoria sucede cuando es necesitada. Utiliza toda clase de fuentes disponibles que puedan contar su historia. Todas ellas son aprovechadas para los propósitos de la memoria según el caso, y la atención no está puesta solamente en lo que está presentado y ofrecido como fuente. (MENNE-HARITZ, 2001, p.58)

Según esta profesional alemana, los archivos no almacenan memoria, sino que ofrecen la posibilidad de crearla. Considera que la función de los archivos es prevenir la amnesia, que nos permiten construir memoria, refinarla, corregirla o reasegurarla cuando es necesario, y que

el principal servicio que ofrecen los archivos a las sociedades globales emergentes es el acceso al material en crudo para la memoria y de ese modo garantizan la capacidad de construir y dar forma a la memoria de una manera que nos ayude a comprender los problemas del presente y prepararnos para el futuro. (MENNE-HARITZ, 2001, p.59)

Concuerdan con esta apreciación Ramón Alberch Fugueras y José Ramón Cruz Mundet (2002, p.150) cuando afirman que “los documentos obrantes en los archivos constituyen los elementos fundamentales para la recuperación y la preservación de la memoria histórica”. Por nuestra parte, aceptamos esta idea pero coincidimos con Michael Piggott (2007, p.428) en que “el archivo solo no representa la memoria corporativa de una organización”. Del mismo modo, la memoria -tanto individual como colectiva- está condicionada por la historia vivida. Esto significa que la memoria trasciende el archivo, por su relación con el pasado y también con el presente, así como por su dimensión social y colectiva, que adquirió relevancia especialmente en la segunda mitad del siglo XX, con relación a hechos traumáticos vividos en algunos países por algunos grupos sociales.

Muy interesante es, al respecto, la opinión de Pierre Nora (2003, p.48) quien, al referirse a la misión de los archivos en la sociedad contemporánea, afirma que “hemos convertido al archivo en depositario de nuestra identidad”. Este autor distingue tres edades: la edad notarial y utilitaria, la edad histórica y documental y la edad de la memoria y la identidad, y agrega:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

El archivo es, en efecto, la interfase, el lugar de encuentro y de conflicto entre dos formas de nuestra memoria contemporánea: la memoria vivida y la memoria documentada, la memoria directa y la memoria indirecta, inmediata y mediata, la memoria del testimonio y la de la historia científica, la memoria viviente y la memoria reedificada, memoria caliente y memoria fría. (NORA, 2003, p.48)

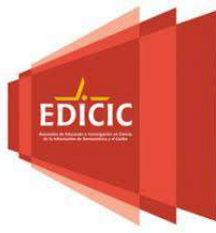
Por su parte, Jacques Le Goff (*apud* COX, 2003, p.59) afirma que el documento “no es un material objetivo, inocente y puro, sino que expresa el poder que ejerce la sociedad del pasado sobre la memoria y sobre el futuro: es el documento lo que permanece”.

Vemos así, que sin que se confundan, los conceptos de memoria y de identidad se relacionan con el de archivo en forma paralela, si bien el término memoria tiene también otro uso sumamente común, y es el relacionado con las tecnologías, estrechamente conectado con los de “información” y “conocimiento”.

Información y valor

El término información es polisémico y puede entenderse de diferentes maneras, según la disciplina desde la que se lo estudie. Está ligado y se relaciona con conceptos como los de entropía, control, significado, dato, sistema, transmisión, técnica, comunicación, conocimiento, y lo utiliza tanto la física como la informática y el periodismo; la biología como la psicología, la filosofía y el marketing; la lógica como la matemática y la archivología; la documentación, como la estadística y la comunicación social, entre otras.

En los últimos años, fundamentalmente como consecuencia del desarrollo de internet, la información se ha convertido en un bien de consumo cotidiano e indispensable para casi todas las personas y organismos al punto que el reconocido matemático estadounidense Norbert Wiener (1988, p.17-18) aseveró que “vivir de manera efectiva significa poseer la información adecuada”. Asimismo, hablamos normalmente de “sociedad de la información” y de “era de la información”, así como de las “autopistas de la información”, del “procesamiento de la información” y del “acceso a la información”, sin que nos cuestionemos a qué hacemos referencia cuando utilizamos este término.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

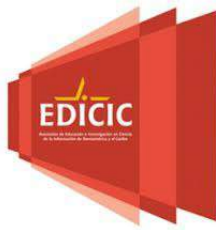
Desde la filosofía de las técnicas de la información, uno de los grandes estudiosos de este tema, el francés Gilbert Simondon (2013, p. 151-152) considera que la noción de información no es unívoca y que, en un sentido, es “aquello que para ser transmitido, debe estar por encima del nivel de los fenómenos de puro azar, como el ruido”. Blanco y Rodríguez (2015, p. 99-100), por su parte, encaran la necesidad de considerar a la información como un asunto de transmisión de mensajes y afirman que “la información no es una cosa, sino la operación de una cosa que llega a un sistema y produce allí una transformación”.

Para la archivología, el concepto está ligado al documento de archivo y al proceso de comunicación, acercándose a la idea de “información como conocimiento” que mencionan los citados Blanco y Rodríguez.

José María Jardim (2010, p.92) distingue las nociones de documento administrativo e información administrativa; recupera la idea de Luis Domínguez respecto de que “la administración hace la información, trata la información, crea la información y difunde la información. Y produce los documentos” y considera necesario diferenciar documento administrativo como concepto jurídico e información, cuyo carácter es inmaterial. Para este autor brasileño la información es un recurso estratégico con una serie de elementos distintivos, entre ellos que “la información no tiene poder por sí misma: éste se deriva de sus diversos grados (y formas) de uso o de no uso en el marco de las luchas dentro del Estado”. (JARDIM, 2010, pp. 66-67)

José Ramón Cruz Mundet (2006, pp. 118-119) considera que la información con la que trabajamos los archiveros es diferente a la utilizada por otras ciencias, por su naturaleza y porque está delimitada por tres paradigmas tradicionales: la procedencia, los valores y los caracteres diferenciadores de los documentos, por lo que propone hablar de “información archivística”, cuyas características definatorias y condiciones indispensables simultáneas son:

- Es información interna, producida de forma necesaria e inevitable por personas físicas o jurídicas en el desarrollo de sus actividades.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

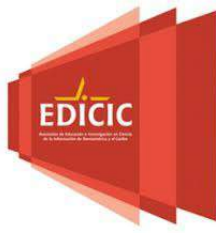
UFMG

- Es información previsible, fruto de procesos establecidos, ya procedimientos administrativos, ya procesos de negocio, ya gestión de actividades propias de las personas físicas, en las que no interviene la voluntad creativa.
- Es información reglada en su producción, uso y conservación. En efecto, tanto la producción de los documentos, como su utilización (tramitación, acceso, obtención de copias) y su conservación (guarda permanente o temporaria) está regulada por normas legales de carácter público o por normativas internas de las organizaciones privadas.

Según este reconocido archivero español, los documentos y la información propias de otras disciplinas vecinas, como la bibliotecología y la documentación, no cumplen estas tres condiciones, porque “son el resultado de actividades voluntarias y creativas o científicas, no son previsibles porque no están preestablecidos y su regulación es variable y rara vez va más allá de la defensa de la propiedad intelectual e industrial o de la protección del patrimonio bibliográfico”. (CRUZ MUNDET, 2006, p.119)

Una característica que une las diferentes definiciones radica en que la información tiene significado en tanto y en cuanto se trasmite, por algún medio o con la intervención de una máquina y provoca una reacción (retroinformación o *feedback*) en el marco de un proceso de comunicación, el cual, en la actualidad, está estrechamente ligado a la tecnología.

Es interesante comprobar que Simondon, al hablar de las máquinas, utiliza vocablos normalmente usados por la archivología en el tratamiento documental. Así, dice que “la máquina es capaz de conservar durante un tiempo muy largo documentos monomórficos”, habla de “la función de conservación de la máquina” y aclara que la máquina “no tiene la facultad de seleccionar formas”, insiste en que “la memoria de las máquinas es la del soporte” y que “la memoria de la máquina es la del documento” (SIMONDON, 2013, pp. 138-141). Dice, asimismo, que el valor de la información se relaciona con quien la recibe y con el conocimiento que éste tenga del asunto informado. En tanto, los archiveros, en el proceso de evaluación documental, seleccionamos documentos, independientemente de su soporte, sobre la base de su valor, que definimos como “cualidad o conjunto de cualidades que determinan el grado de utilidad de un



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

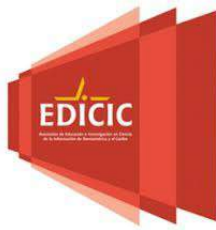
documento de archivo para satisfacer las necesidades o proporcionar seguridad o tranquilidad, tanto a la entidad productora como a la sociedad en general” (FENOGLIO, 2013, p. 60), con el objetivo de solucionar, no solo el problema del “volumen documental sino de volumen de información”. (HEREDIA HERRERA, 2006, p. 53)

Otra particularidad de la información archivística es su estrecha relación con el documento de archivo, que tiene valor probatorio o evidencial y por ello, tiene cuatro requisitos o cualidades básicas:

- autenticidad (un documento auténtico es aquél del que se puede probar que es lo que afirma ser; que ha sido creado o enviado por la persona de la cual se afirma que lo ha creado o enviado; y que ha sido creado o enviado en el momento que se afirma),
- fiabilidad (un documento fiable es aquél cuyo contenido puede ser considerado una representación completa y precisa de las operaciones, las actividades o los hechos de los que da testimonio),
- integridad (un documento íntegro es aquel que está completo e inalterado) y
- disponibilidad (un documento disponible puede ser localizado, recuperado, presentado e interpretado). (FERNÁNDEZ CUESTA, 2012).

En cuanto al valor, habitualmente seguimos la teoría de Schellenberg (1985) y hablamos de valor primario y secundario. El primero es aquel que se encuentra directamente asociado al fin para el cual se produjo el documento y el segundo es el que trasciende el motivo de creación. Según Schellenberg los valores dependen, entonces, del tipo de usuarios de los documentos: internos o externos. Afirma que los documentos públicos se crean para responder a ciertos fines: administrativos, fiscales, jurídicos u operacionales. Estos usos son, evidentemente, de primera importancia. Manuel Vázquez (1982 y 2004) considera que son aspectos o perspectivas del Valor Primario y habla de Valor Primario aspectos: administrativo, legal, jurídico, económico, contable o técnico.

En cuanto al Valor Secundario, Schellenberg dice que los documentos deben ser conservados en forma definitiva si tienen valores que perduran después de su utilización corriente



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

y si estos valores son reconocidos por otros usuarios, más allá del usuario interno o corriente. Considera que para conservarlos en forma permanente debe existir una razón diferente a aquella relacionada con su producción, y que estas razones pueden ser oficiales o culturales. Para este profesional, los valores de los documentos son concurrentes y no sucesivos. En realidad, el valor primario es el valor inicial de los documentos, ligado a su origen, y el valor secundario es algo así como un “valor agregado”, que no sustituye al valor inicial.

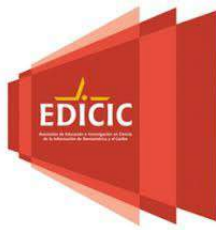
Al definir el Valor Secundario dice que está ligado a dos cuestiones: a) el testimonio que contienen de la organización y el funcionamiento del organismo productor y b) la información que contienen sobre las personas, los organismos, los objetos, los problemas, las condiciones, etc. en los cuales está implicado el gobierno.

En este sentido Carol Couture (1997) señala que esta finalidad cultural, patrimonial o de investigación está ligada a la condición de testimonio. Y este valor testimonial se aleja del concepto de Hilary Jenkinson que utiliza el término “evidencia”, con el sentido de prueba, es decir, con el significado de establecer la verdad de un hecho, mientras que Couture le ve un alcance más amplio y considera que el término testimonio es más abarcativo porque confirma la veracidad de lo que se ha visto, entendido, percibido o vivido. Es decir, el testimonio implica un “a posteriori” de la prueba que la evidencia no implica necesariamente.

En el proyecto “Evaluación de Documentos en Iberoamérica”² conocido como Grupo FIED³, se planteó, desde lo teórico conceptual, el alcance del término “valor” y nos preguntamos si lo que tradicionalmente se denomina valor primario y valor secundario son efectivamente valores o se trata de ámbitos de valoración. Se trató de razonar si es más exacto considerar que, “en el ámbito primario de valoración, concurren los valores administrativo, legal y contable para la determinación de la vigencia administrativa y el plazo precaucional” y no que el valor primario puede ser administrativo, legal o contable; y, de igual manera, si “en el ámbito secundario de

² Proyecto desarrollado entre 2009 y 2013, con el aval de PCOM/ICA, con la participación de 20 profesionales de 8 países: Argentina, Brasil, Colombia, Costa Rica, España, México, Perú y Uruguay.

³ FIED es la sigla de FORO IBEROAMERICANO DE EVALUACION DE DOCUMENTOS, nombre que se dio a la reunión anual del equipo de investigación.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

valoración, se identifican los valores evidencial e informativo” y no que el valor secundario puede ser informativo, histórico, testimonial o evidencial. (FENOGLIO, 2013, p. 104)

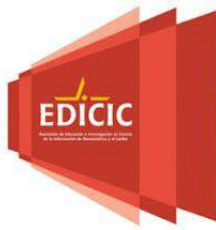
Dicho de otro modo, el objetivo de encontrar y delimitar el valor de un documento es poder determinar el plazo de guarda, o sea, necesitamos conocer si un determinado documento es útil a la administración, o a los fines contables o legales, porque lo es y por cuánto tiempo conservará esa utilidad para decidir cuánto tiempo lo vamos a conservar y dónde lo conservaremos.

Patrimonio documental y el proceso de evaluación de los documentos de archivo

El patrimonio documental puede definirse técnicamente como el conjunto de documentos de valor permanente, que sirven como fuente de información para mostrar la identidad, para estudios de cualquier naturaleza y que constituyen la memoria de un pueblo. Desde el punto de vista sociológico, se puede decir que es una imagen de la sociedad, la herencia que cada generación transmite a las siguientes. Se trata de una noción que tiene una trascendencia esencial en los archivos y su consolidación es fundamental para utilizar la información, para fomentar la memoria, la identidad y el conocimiento. (ALBERCH, 2001)

En efecto, los documentos administrativos –producto de la gestión de las organizaciones- comienzan a integrar el patrimonio documental de una entidad cuando son conservados en función de sus valores y, así como existen documentos de archivo cuyo valor patrimonial es conocido desde el momento mismo de su producción (convenios, actas, leyes, por ejemplo), muchos otros (comprobantes de pagos menores, fichas de control de asistencia, entre otros) serán eliminados al término de su valor administrativo y, por lo tanto, no llegarán nunca a constituir patrimonio.(FENOGLIO,

Dicho de otro modo: el documento administrativo debe evaluarse y del resultado de la valoración depende que el documento - o la serie - se conserve o no, es decir, pase a constituir el patrimonio documental y pueda ser utilizado para conocimiento, como memoria o para descubrir la identidad.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

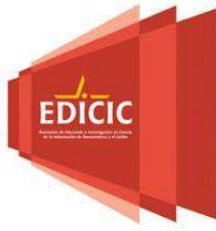
UFMG

La evaluación de los documentos es, como hemos dicho en otras oportunidades, uno de los procesos más delicados de la gestión documental contemporánea, debido a que el aumento exponencial de documentos producidos en los últimos años torna inevitable la destrucción de un porcentaje de ellos, al cabo de un tiempo determinado y la falta de espacio se convierte, muchas veces, en un factor determinante de esta destrucción. Esta cuestión no es nueva, puesto que, hacia 1971, Aurelio Tanodi planteaba ya la estrecha relación existente entre la evaluación y la consulta de los documentos y afirmaba que para realizarla se requieren “grandes esfuerzos, serios estudios y sistemática planificación, con el fin de llegar a soluciones satisfactorias”.(TANODI, 1971, p.21)

Disminuir lisa y llanamente la masa documental no es, ni debe ser, el objetivo del archivero, tampoco es posible seleccionar sin haber reflexionado y valorado previamente. Evaluar es un proceso que incluye tres etapas: la valoración, la selección y la disposición final o ejecución de la decisión, que puede ser la transferencia al Archivo definitivo o la eliminación. En la primera se determinan los valores inmediatos y futuros de los documentos y, de acuerdo a ello, se decide su destino final: almacenamiento o destrucción; valorar es, como afirma Terry Cook (2003, p.87), determinar lo que el futuro conocerá de su pasado, que es nuestro presente.

Esa valoración conlleva un juicio, que depende de múltiples factores: legales, administrativos, contextuales, metodológicos, incluso ideológicos o emocionales, que requieren objetividad y múltiples conocimientos de parte del archivero. Por ello, se han enunciado teorías, formulado criterios y diseñado métodos para reducir la subjetividad en esta tarea, establecer “patrones o normas de valor en función de las cuales formular un juicio” (RIEGER, 1985, p.243) o “lineamientos generales para guiar al archivista”. (SCHELLENBERG, 1985, p.251)

En los últimos años, se observa un anticipo temporal de la evaluación y su inclusión en el proceso de elaboración de los documentos, en el cual el archivero se presenta como asociado al productor y al informático; es decir, este proceso que tradicionalmente se concretaba en la etapa intermedia de los documentos, ha avanzado en el tiempo y es posible valorar los documentos incluso antes de que se produzcan, en la etapa de planificación, como se propuso para los documentos digitales. Así, tanto la vigencia como el destino final quedan asociados a cada serie desde el momento de su creación.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

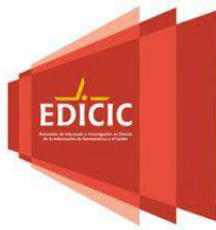
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

La complejidad de la tarea reside, entonces, en determinar el valor presente y futuro de una serie o de un documento de archivo. Básicamente, el debate debe girar en torno al concepto de valor y, más allá de si es primario o secundario, pensar y considerar, al momento de valorar y decidir el destino final, el contexto de producción, la naturaleza del documento, el soporte y los costos de conservación, pero también el interés del usuario, los nuevos usos de la información y las diferentes formas de acceso, sin olvidar de garantizar la autenticidad de la información que se brinda. Tener en cuenta el caudal de información que posee en cuanto a la entidad productora, su estructura, sus funciones y actividades, así como respecto de las personas involucradas en los documentos y analizar la complementariedad entre las series, sin descuidar las cuestiones netamente técnicas, como la inteligibilidad de la información, si se trata de documentos en mal estado de conservación o si el soporte requiere de equipos no disponibles.

Al respecto, Terry Cook (1996) sostiene que los archiveros han pasado de ser guardianes pasivos del resultado documental que dejaron los productores a convertirse en activos partícipes de la creación del patrimonio archivístico, es decir, han pasado de custodiar, de forma supuestamente imparcial, los documentos heredados, a convertirse en agentes mediadores, conscientes de su propia dimensión histórica en el proceso de creación de los archivos y la formación de la memoria.

En este sentido, el desarrollo del trabajo archivístico técnico depende, en buena medida de las decisiones que se tomen en el proceso de evaluación, de ahí que la selección de los documentos considerados sin valor secundario sea frecuentemente objeto de polémica entre archiveros e historiadores, quienes se encuentran – muchas veces – en polos opuestos en el proceso de formación del patrimonio documental. En efecto, mientras los primeros consideran necesario aplicar criterios de selección documental con miras a controlar la cantidad de documentos a conservar, dando una solución institucional a diversos problemas derivados de su producción, los historiadores, en general, pugnan por la conservación del mayor número de documentos, para garantizar la integridad de la información para sus fines de investigación. Cabe recordar, al respecto, a Jean Favier (1978, p.556 -557) cuando afirmó que el documento de archivo constituye una fuente para la historia sin que quienes lo redactaron hayan tenido en



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

cuenta ese objetivo y que “es imposible adivinar lo que los historiadores de mañana pedirán a nuestros sucesores que encuentren entre lo que hemos decidido conservar.

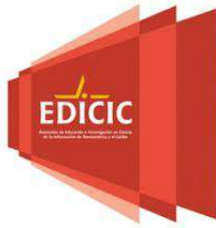
PALABRAS FINALES

Un pueblo, una institución, un país no pueden vivir el presente ni proyectar un futuro sólido y próspero sin recordar, sin hacer memoria constante del pasado que lo definió. Las generaciones que nos han precedido han construido nuestro presente, así como nosotros construimos para las generaciones que vendrán.

Vivimos momentos de cambios que también afectan a los archivos y la gestión de los documentos. Por una parte, producimos más información de la que podemos consumir y más rápidamente que en los anteriores periodos históricos. Por otra parte, el paso del pasado analógico a lo digital actual nos obliga, como profesionales, a responder a estos nuevos desafíos sin duda apasionantes. Finalmente, el rol de los archivos ha cambiado: entendidos antaño como simples depósitos de documentos, de laboratorios de historia cerrados, de poco interés social y cultural, hoy son centros de proyección cultural y comunitario, encargados de revelar, difundir y divulgar el patrimonio documental. Esos tres cambios fundamentales, tienen relación directa con la evaluación de los documentos.

Tenemos la certeza de que las generaciones futuras seguirán necesitando documentos; que deben ser auténticos, fiables, usables e íntegros; y, desde otro punto de vista, que el acceso a los documentos y a la información es el camino seguro hacia la libertad de los pueblos.

Seleccionar siempre es un riesgo y conlleva implícitamente, la necesidad de una renuncia. Toda selección conlleva una arbitrariedad. Es un reto que debemos enfrentar con fundamentos sólidos porque, como dijo Abby Smith Rumsey (2016): “el almacenamiento de la información no es memoria en sí misma. La buena memoria requiere poder seleccionar lo que es importante y olvidar el resto”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BIBLIOGRAFÍA

ALBERCH FUGUERAS, Ramón y CRUZ MUNDET, José Ramón. **¡Archívese! Los documentos del poder. El poder de los Documentos**, Madrid: Comunicación, Alianza Editorial, 2002.

ALBERCH, Ramón. Archivos, memoria y conocimiento. In ALBERCH, Ramón *et al.* **Archivos y cultura: manual de dinamización**. Gijón: Ed. Trea, 2001, pp.13-26.

BLANCO, Javier y RODRIGUEZ, Pablo. Sobre la fuerza y la actualidad de la teoría simondoniana de la información. In BLANCO, J., PARENTE, D. *et al.* (coord.). **Amar a las máquinas: cultura y técnica en Gilbert Simondon**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015, pp.95-120.

COOK, Terry. Interacción entre la teoría y la práctica archivística desde la publicación del manual holandés, en 1898. In **Actas del XIII Congreso Internacional de Archivos**. Beijing, 1996. Madrid.

COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción político-social sobre el gobierno. **Tabula, Revista de Archivos de Castilla y León**, Nº 6: El refinado arte de la destrucción: la selección de documentos. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León (ACAL), pp.87-102. 2003.

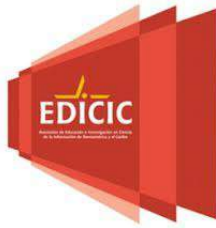
CORRADINI, Luisa. “No hay que confundir memoria con historia”, dijo Pierre Nora. In La Nación Cultura, miércoles 15 de marzo de 2006, **Diario La Nación**, Buenos Aires. Disponible en <http://www.lanacion.com.ar/788817-no-hay-que-confundir-memoria-con-historia-dijo-pierre-nora>. Consultado el 16/08/2016.

COUTURE, Carol. Las Tablas de Plazos de Conservación: Fundamentos teóricos y estado de las prácticas. **JANUS 1998.1 - LLIGALL 12. Revista Catalana d'Arxivística**, pp.164-189, 1997.

COX, Richard J. “La valoración como un acto de memoria”. **Tabula, Revista de Archivos de Castilla y León**, Nº 6: El refinado arte de la destrucción: la selección de documentos. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León (ACAL), pp. 51-73, 2003.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **La gestión de documentos en las organizaciones**. Madrid: Pirámide, 2006.

FAVIER, Jean. Les archives d'hier à demain: continuité et mutations. Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Âge, Temps modernes, T.90-2, p.549-561, 1978. Disponible en http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mefr_0223-5110_1978_num_90_2_2458. Consultado el 11/07/2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

FENOGLIO, Norma C. Evaluación / patrimonio documental: una relación necesaria. In II CONFERENCIA ANUAL DE ARCHIVOS, ICA: ARCHIVOS E INDUSTRIAS CULTURALES. 2014, Girona. **Anales electrónicos**. Disponible en <http://www.girona.cat/web/ica2014/ponents/textos/id17.pdf>. Consultado el 02/04/2016.

FENOGLIO, Norma Catalina (coordinadora) **Evaluación de documentos en Iberoamérica**. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2013.

FENOGLIO, Norma y BUSTOS, Gloria. Archivos: memoria e identidad. Disquisiciones desde la archivística y el análisis del discurso. **Revista del Archivo Nacional**, San José, Costa Rica, Año LXXII – Número 1-12, pp.73-84, enero a diciembre 2008.

FERNÁNDEZ CUESTA, Francisco. Al servicio de la transparencia. El papel de los archiveros y la gestión documental en el acceso a la información pública. In **MEI**, II, Vol. 3, nº 5, pp. 153-166, 2012. Disponible en <http://www.metodosdeinformacion.es/mei/index.php/mei/article/viewFile/IIMEI3-N5-153166/768>. Consultado el 01/04/2016.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **¿Qué es un archivo?**, Colección Archivos Siglo XXI –I, Gijón: Ediciones Trea, 2006.

JARDIM, José María. **Políticas y sistemas de archivos**. México: Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos, 2010.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access - the reformulation of an archival paradigm". **Archival Science**, Kluwer Academic Publishers, Netherlands, pp. 57-82, 2001.

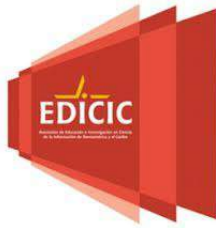
NORA, Pierre. Missions et enjeux des archives dans les sociétés contemporaines. **COMMA** 2003.2/3, ICA, Paris, pp.47-49, 2003.

PIGGOTT, Michael. Archivos y memoria. In AAVV. **Archivos: Gestión de registros en sociedad**, Col. Tendencias, 6, 3000 Informática, Cartagena: Ayuntamiento. Concejalía de Cultura, Cap.12. 2007.pp.405-441,

RIEGER, Morris. Técnicas modernas de retirada de documentos y normas de evaluación. **La Administración Moderna de Archivos y la Gestión de Documentos: el Prontuario RAMP**, Programa General de Información y UNISIST, UNESCO. Paris, pp.239-249. 1985.

SCHELLENBERG, T. R. Principios de evaluación de archivos. **La Administración Moderna de Archivos y la Gestión de Documentos: el Prontuario RAMP**, Programa General de Información y UNISIST, UNESCO. Paris, pp.250-259, 1985.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo, 2013.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SMITH RUMSEY, Abby. Cómo preservar la memoria cultural en la era digital. In **Huffington Post**, 27/07/2016. Disponible en http://www.huffingtonpost.es/abby-smith-rumsey/memoria-cultural-era-digital_b_10964946.html. Consultado el 16/08/2016.

TANODI, Aurelio. Una voz de alarma: el expurgo. **Revista del Archivo General de la Nación**, Año I, Nº 1, Buenos Aires, pp.17-23, 1971.

VAZQUEZ MURILLO, Manuel. **Administración de documentos y archivos. Planteos para el siglo XXI**, Buenos Aires: Alfagrama Ediciones, 2004.

VAZQUEZ MURILLO, Manuel. **Manual de Selección Documental**, Córdoba, 1982.

WIENER, Norbert. **Cibernética y sociedad**. Buenos Aires: Sudamericana, 1988.

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Eixo 01

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Comunicação científica e estudos bibliométricos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

X EDICIC - 2016



Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

A COMPREENSÃO E A PRÁTICA DA COAUTORIA NA ÁREA DA MATEMÁTICA: UM ESTUDO DA COMUNIDADE DE BOLSISTAS PQ1

LA COMPRESIÓN Y LA PRÁCTICA DE LA CO-AUTORÍA EN EL ÁREA DE LAS MATEMÁTICAS. UN ESTUDIO SOBRE LA COMUNIDAD DE INVESTIGADORES ACADÉMICOS BECARIOS PQ1

Carla Mara Hilário, UNESP
Lidyane Silva Lima, UNESP
Maria Cláudia Cabrini Grácio, UNESP

Resumo: A coautoria frequentemente está relacionada à visibilidade que as copublicações detêm no meio acadêmico, e por ser uma atividade de cooperação e união de esforços, ideias e conhecimentos. A escolha dos coautores, geralmente, é condicionada a estrutura da organização de cada domínio, que pode representar uma instituição, uma área ou um país. Neste contexto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a compreensão e a prática da coautoria entre os bolsistas PQ1 da área da Matemática no Brasil, identificando a opinião dos bolsistas PQ1 da Matemática quanto ao número de autores que potencializa a produção científica na área e o número mais comum de coautores em suas pesquisas. De forma específica objetiva analisar a produção científica dos participantes da pesquisa com a finalidade de verificar a coesão entre compreensão, opinião e prática científica na área, quanto a coautoria. Para tanto, identifica os 140 pesquisadores bolsistas de produtividade em pesquisa nível 1 do CNPq da área da Matemática registrados no site do CNPq e enviou para o e-mail destes pesquisadores um questionário gerado a partir do *software Survey Monkey*. Para melhor compreensão da prática da coautoria entre os bolsistas PQ1 da área da Matemática, o Currículo Lattes dos participantes também foi verificado. Houve retorno de 23,2% dos pesquisadores, que participaram respondendo o questionário e o resultado obtido para o número que potencializa a produção científica na área foi de 2 a 3 autores para 96% (22) dos respondentes. A maioria dos bolsistas PQ1 da área da Matemática declarou que seus principais coautores são docentes de instituições estrangeiras, seguidos por docentes de outras instituições. Identifica na produção científica dos participantes que a autoria dupla e tripla foi o tipo mais recorrente entre suas publicações, valor próximo ao identificado para o número que potencializa a produção científica na área da Matemática, segundo a opinião dos participantes da pesquisa., e que os principais coautores em pesquisas identificados nas publicações são docentes de instituições estrangeiras, seguidos por docentes do mesmo departamento. Considera que há coesão entre compreensão, opinião e prática da coautoria na área da Matemática uma vez que os resultados para principais coautores e numero usual de coautores se assemelham a compreensão de seus atores, e conclui que os resultados obtidos indicam a existência de um padrão específico de comportamento condicionado à estrutura da organização da área, mas também evidencia a autonomia do pesquisador, para atuar da forma mais adequada às suas necessidades.

Palavras-chave: Coautoria na matemática. Colaboração Científica. Coautoria na ciência.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Resumen: La co-autoría a menudo se relaciona con la visibilidad que tiene copublicaciones en el mundo académico, y es una actividad de cooperación y los esfuerzos conjuntos, las ideas y el conocimiento. La elección de los co-autores generalmente se condicionó la estructura organizativa de cada dominio, que puede representar una institución, una zona o un país. En este contexto, la investigación tiene como objetivo principal analizar la comprensión y la práctica de la co-autoría entre los investigadores becarios PQ1 de la área de Matemáticas en Brasil, la identificación de la opinión de los becarios PQ1 de las matemáticas sobre el número de autores que mejora la producción científica en el área y el número común de los co-autores en sus investigaciones. Objetiva analizar específicamente la producción científica de los participantes de la investigación con el fin de verificar la coherencia del conocimiento, la opinión y la práctica científica en el área, sobre la co-autoría en su área. Por lo tanto, identifica los 140 investigadores becarios PQ1 del CNPq del área de las matemáticas y se envió al correo electrónico de estos investigadores un cuestionario generado por el software Survey Monkey. Para entender mejor la práctica de coautoría entre los becarios PQ1 del área de las matemáticas, también se observó sus publicaciones Currículo Lattes. Tiene retorno de 23,2% de los investigadores que participaron en responder al cuestionario y el resultado obtenido para el número que aumenta o mejora la producción científica en el área fue de 2 a 3 autores a 96% (22) de los encuestados. La mayoría de los investigadores becarios PQ1 de las matemáticas afirmaron que sus principales co-autores son profesores de instituciones extranjeras, seguidos por los profesores de otras instituciones. Identificar en la producción científica de los participantes que la doble autoría y triple era el tipo más frecuente de sus publicaciones el mismo valor identificado por el número que aumenta la producción científica en el área de las matemáticas, en opinión de los participantes en la encuesta. Y eso principales coautores en las publicaciones de investigación se identifican en la enseñanza de las instituciones extranjeras, seguido por los mismos profesores del departamento. Considera que existe cohesión entre la comprensión, la creencia y la práctica de la co-autoría en las matemáticas ya que los resultados de los principales coautores y número habitual de los coautores se asemejan a la comprensión de sus actores, y concluye que los resultados indican la existencia de un patrón específico comportamiento condicionado a la estructura organizativa de la área, sino que también hace hincapié en la autonomía del investigador para actuar de acuerdo con sus necesidades.

Palabras-clave: Co-autoría en la Matemática. Colaboración Científica. Coautoría en la ciencia

1 INTRODUÇÃO

A colaboração científica é um processo de interação entre indivíduos envolvidos em pesquisa a fim de produzir um novo conhecimento. Assim, a colaboração acontece a partir da aproximação destes indivíduos que, a princípio, se comunicam informalmente trocando informações, experiências e formando redes de colaboração científica, que em muitos casos resultam em trabalhos publicados em coautoría.

A coautoría, portanto, é o resultado da colaboração, isto é, da íntima cooperação entre os parceiros, mais íntima e mais ativa do que a simples troca de materiais, informação e comentários (VANZ; STUMPF, 2010). São coautores os indivíduos responsáveis pela execução do trabalho, aqueles que colaboram intensamente para a elaboração da pesquisa e assumem a responsabilidade de seu conteúdo por meio da assinatura conjunta, de modo de possam, em qualquer instância, apresentar e defender a ideia original da obra.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

De acordo com Katz e Martin (1997) os trabalhos produzidos por dois ou mais autores tendem a ter mais visibilidade no meio acadêmico, já que se compõem da soma de conhecimentos, além de propiciar o compartilhamento de informações entre eles próprios e possibilitar o aprofundamento de abordagens, produzindo trabalhos de melhor qualidade, e contribuindo para o avanço de uma área.

Ainda que os conceitos de colaboração científica e coautoria sejam tratados como termos designados a diferentes atividades, a forma mais utilizada de medir a colaboração na ciência tem sido por meio da análise de coautorias. Smith (1958) foi um dos primeiros estudiosos a medir o aumento das pesquisas em colaboração na literatura científica, usando como unidade de medida as coautorias. Além disso, esta técnica tem sido utilizada com sucesso por muitos pesquisadores das áreas de bibliometria e da cientometria para investigar a colaboração entre pesquisadores, instituições e países (VANZ, 2009).

Para Abbasi, Wigand e Hossain (2014) a rede de coautoria representa uma das formas de colaboração entre os pesquisadores que inclui interações em atividades científicas e ação coletiva para realizar pesquisas, produzindo resultados na forma de uma publicação. Portanto, as normas sociais e a construção de confiança entre os pesquisadores, ao longo do tempo, através de colaborações, constituem uma forma de capital social acadêmico-científico. Em outras palavras, quando os pesquisadores colaboram em projetos em que partilham quantidades substanciais de conhecimento, é formado um estoque de conhecimento que beneficia mutuamente os pesquisadores envolvidos (DIERICKX; COOL, 1989 apud ABBASI; WIGAND; HOSSAIN, 2014).

Os pesquisadores Wang e Hicks (2014) consideram que a organização autônoma e autorregente da ciência moderna é uma característica distintiva entre os outros sistemas de organização. Para os autores, grande parte das equipes de pesquisadores é voluntária, e os cientistas têm uma autonomia substancial para criar, manter, reestruturar, e dissolver suas equipes.

Pensando nisso, considera-se que a escolha dos coautores, geralmente, é condicionada a estrutura da organização de cada domínio, que pode representar uma instituição, uma área ou um país. Entende-se que cada domínio compõe-se de hábitos e padrões pertinentes às suas características e especificidades, e na ciência, este processo também influencia na interação entre os pesquisadores, a escolha de seus colegas e sua forma de atuar.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Com base no exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a compreensão e a prática da coautoria entre os bolsistas PQ1 da área da Matemática no Brasil. De forma específica, busca-se identificar a opinião dos bolsistas PQ1 da Matemática quanto ao número de autores que potencializa a produção científica na área e o número mais comum de coautores em suas pesquisas. Objetiva-se, ainda, analisar a produção científica dos participantes da pesquisa com a finalidade de verificar a coesão entre compreensão, opinião e prática científica na área, quanto às atividades de coautoria.

Busca-se, nesta pesquisa, contribuir para o fortalecimento da compreensão e visualização do comportamento colaborativo na ciência brasileira, uma vez que esse comportamento reverte-se em cooperação para o desenvolvimento das atividades de pesquisas, cujos resultados geram créditos acadêmicos, assim como ampliam a possibilidade de visibilidade científica e oferecem subsídios para reflexões relativas às proposições de Políticas Científicas no Brasil.

A escolha de analisar a área da Matemática decorre de importantes estudos realizados anteriormente na ciência *Mainstream*, com destaque para a obra de Glänzel (2003), que servirá como um parâmetro de avaliação do comportamento colaborativo na ciência brasileira, especificamente na área sob análise. No universo dos pesquisadores brasileiros, destacam-se os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, por se tratar de um grupo que concentra um segmento altamente significativo do pensamento científico no país, em função do grande peso e relevância para o avanço do conhecimento dos pesquisadores brasileiros (ALMEIDA, 2005).

Destaca-se, ainda que ao analisar a coesão entre a compreensão e a prática da coautoria permite ampliar o foco das análises dessa natureza, uma vez que os estudos de coautorias têm focado somente os resultados de um domínio e seu impacto na comunidade, e não a prática de cooperação e as formas de agrupamento que precedem a publicação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar a análise da pesquisa, identificaram-se no *site* do CNPq os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa nível 1 da área da Matemática, vigentes em 2014. A busca, realizada no dia 1 de agosto de 2014, resultou em 140 bolsistas e em seguida, realizou-



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

se a busca dos e-mails profissionais desses pesquisadores nos *sites* das instituições em que estão vinculados.

Construiu-se um questionário eletrônico a partir do *software Survey Monkey*, contendo questões referentes ao número usual de coautores e quem são os principais coautores em suas pesquisas. Solicitou-se, também, que os pesquisadores manifestassem seu interesse em participar do estudo e sua ciência dos objetivos e procedimentos da pesquisa, assim como da sua participação voluntária, para que o estudo pudesse atender as exigências do Comitê de Ética em Pesquisas da instituição em que o Projeto de Pesquisa se vincula.

Os questionários foram enviados para o *e-mail* os pesquisadores via *Survey Monkey*, e do total de 140 bolsistas PQ1 da área, houve sucesso no envio do questionário somente para 99 endereços, em razão da ausência de endereços e falhas de envio. A partir deste procedimento, houve 23 respostas, ou seja, 23,2% dos pesquisadores participaram respondendo o questionário, possibilitando a construção de três tabelas referentes à: número de coautores que potencializa a produção científica na área, número usual de coautores em suas pesquisas; e principais coautores em suas pesquisas.

Ainda, para melhor compreender a prática da coautoria entre os bolsistas PQ1 da área da Matemática, verificou-se o Currículo Lattes de cada participante (respondente do questionário) desta pesquisa, identificando: detalhes sobre a formação acadêmica do pesquisador, publicações de artigos, livros, capítulos de livros, e trabalhos completos em anais de evento, no último triênio de avaliação do CNPq (2010-2012), correspondente ao período de avaliação para candidatos a bolsas de produtividade em pesquisa vigentes de 2014.

Os dados obtidos a partir da busca realizada no Currículo Lattes foram organizados por tipologia documental e tipo de autoria. Criou-se uma lista no Excel contendo 127 trabalhos, e os tipos de autoria em que foram realizados. Em um documento do Word, com a lista de referências das publicações, identificou-se qual a relação dos bolsistas PQ1 participantes da pesquisa, com seus coautores, a fim de identificar os principais coautores nas pesquisas dos respondentes, e verificar a coesão entre a compreensão e a tendência da prática da coautoria em suas publicações.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES



Inicialmente, os bolsistas PQ1 da área da Matemática, que participaram desta pesquisa, foram questionados sobre sua participação em pesquisas colaborativas. Dos 23 respondentes, 96% (22) respondeu que já atuaram em coautoria com outros pesquisadores, enquanto somente um (1) pesquisador respondeu não ter experiências em pesquisas colaborativas. Todavia, ao verificar suas publicações no Currículo Lattes, nota-se que ainda que este pesquisador embora publique sozinho parte considerável de suas produções, também publicou em coautoria no último triênio (2010-2012), especialmente com orientandos de pós-graduação.

Tabela 1 - Opinião dos bolsistas PQ1 da Matemática sobre o número de autores que potencializa a produção científica na área.

Nº de autores	Respondentes	(%)
Autoria simples	-	-
2 a 3 autores	22	(96)
4 a 5 autores	1	(4)
6 ou mais	-	-
Total	23	(100)

Fonte: elaborado pelo autor

A Tabela 1 apresenta o posicionamento dos pesquisadores respondentes em relação ao número de autores que considera potencializar a produção científica na área. Nota-se que para os bolsistas PQ1 da área da Matemática este número é de 2 a 3 autores para 96% (22) dos respondentes, e somente um pesquisador PQ1 declarou que grupos com 4 a 5 autores potencializam a produção científica. Os valores identificados se assemelham ao resultado obtido por Glänzel (2003) ao analisar a produção científica internacional das áreas de Matemática, Química e Biomédicas. O autor relata que Matemática tem seu ápice de produtividade em pesquisas de autoria dupla, ressaltando que a produtividade diminui quando total de coautores excede o nível (número médio) de cooperação.

Neste contexto, destaca-se que para a Matemática é privilegiado o trabalho em equipe, como aquele mais produtivo, em lugar do trabalho individual, todavia consideram que as equipes devem ser pequenas.



A Tabela 2 apresenta as respostas dos bolsistas PQ1 quanto ao número mais comum de coautores em suas pesquisas. Observa-se que, na Matemática, a maioria (65%) dos pesquisadores respondeu que costuma publicar seus trabalhos assinados por duplas e trios.

Tabela 2 - Número mais comum de coautores nas pesquisas dos pesquisadores PQ1 da Matemática

Nº comum de coautores	Respondentes	(%)
Autoria simples	5	(21)
2 a 3 autores	15	(65)
4 a 5 autores	4	(17)
6 ou mais autores	-	(-)
Total	23	(100)

Fonte: elaborado pelo autor

Dos respondentes, 17% afirmaram que publicam em grupos de 4 a 5 coautores, enquanto a autoria simples foi citada por 21% (5) dos pesquisadores participantes, embora somente um pesquisador tenha respondido que não trabalha em grupo, quando questionados sobre suas experiências em pesquisas colaborativas. Tal fato sugere que nem toda colaboração, ou participação em pesquisas colaborativas, resultam em copublicações, evidenciando a distinção entre os termos colaboração científica e coautoria, tratados na literatura científica como termos designados a diferentes atividades (KATZ; MARTIN, 1997; VANZ; STUMPF, 2010).

Ainda, nota-se que resultados encontrados para a área alinham-se à observação de Smith (1958), para o qual trabalhos teóricos geralmente produzem publicações com menos coautores do que os trabalhos experimentais. Nota-se que o número de autores que potencializa a produção científica nas três áreas é o mesmo identificado para o número usual de coautores em pesquisas, respectivamente, o que indica entendimento sobre a temática e comportamentos condizentes às suas perspectivas.

Observa-se, ainda, que os resultados obtidos para os tipos de autorias identificados como aqueles que potencializam a produção científica e número mais comum de coautores nas pesquisas dos participantes, revelam que as relações entre os pesquisadores, consideradas nesta pesquisa como ações que garantem a identidade do sistema de colaboração, são condicionadas à estrutura de suas organizações. Esta estrutura, representada pela forma de



trabalhar da área evidencia a característica auto-organizada do domínio, de modo a conferir uma tendência no tamanho dos grupos formados pelos pesquisadores, condicionada à estrutura da organização e os padrões de comportamentos implícitos neste grupo.

A Tabela 3 apresenta os principais coautores declarados pelos bolsistas PQ1 da área da Matemática. Nesta questão, ressalta-se que os pesquisadores tinham a possibilidade de escolher mais de uma opção.

Tabela 3 - Principais coautores em pesquisas declarados pelos bolsistas PQ1 da Matemática.

Principais coautores	Respondentes	(%)
Alunos de graduação	3	(14)
Alunos de Pós-graduação	9	(39)
Docentes da mesma instituição	9	(39)
Docentes de outras instituições brasileiras	11	(50)
Docentes de instituições estrangeiras	16	(73)

Fonte: Elaborado pelos autores

A maioria dos bolsistas PQ1 da área da Matemática (69%) declarou que seus principais coautores são docentes de instituições estrangeiras, seguidos por docentes de outras instituições, com 48%. Observa-se a prática de pesquisas endógenas foram menos indicadas pelos pesquisadores, totalizando 21 indicações ao somar a coautoria com docentes do mesmo departamento e alunos. Esses resultados vão ao encontro da observação de Subramanyam (1983), que argumenta, a partir dos resultados de Frame e Carpenter (apud SUBRAMANYAM, 1983), que as ciências básicas como a matemática, física, e química são aquelas que mais realizam colaboração internacional.

A escolha dos principais coautores dos participantes da Matemática evidencia também uma espontaneidade do processo de interação dos cientistas, pois embora haja uma tendência geral para a área, há variação interna nas áreas quanto às escolhas dos coautores, indicando autonomia e auto-organização no processo de escolha para selecionar suas equipes. Destaca-se que o processo de escolha pode ser condicionado tanto pelas características e necessidades da pesquisa, quanto pelas preferências pessoais do pesquisador, que frequentemente envolve as motivações que levam os pesquisadores a trabalhar em equipes.



A produção científica declarada nos Currículos Lattes dos participantes desta pesquisa, no último triênio de avaliação do CNPq (2010 a 2012), somaram 147 produções, sendo: 122 (83%) artigos, 5 (3%) livros, 15 (10%) Trabalhos completos em Anais de Evento e 5 (3%) capítulos de livro.

Tabela 4 - Tipo de autoria das publicações dos bolsistas PQ1 da Matemática

Tipo de autoria	Nº de artigos	Nº de Livros e Capítulos	Nº de Trabalhos em Anais	Total	(%)
Simple	12	2	2	16	(10,8)
2 a 3 autores	76	7	8	91	(61,9)
4 a 5 autores	32	0	5	37	(25,1)
6 ou mais autores	2	1	-	3	(2,0)
Total	122	10	15	147	(100)

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da Tabela 4 observa-se que a tendência dos pesquisadores da área da Matemática é de publicar artigos em periódicos científicos. A autoria dupla e tripla foi o tipo mais encontrado entre as publicações dos bolsistas PQ1 participantes da pesquisa, destacando-se em todas as tipologias documentais, uma vez que 61,9% de toda a produção dos participantes da pesquisa foram realizadas entre 2 e 3 autores, seguida da autoria quadrupla e quádrupla, representada em 25,1% das publicações. Ressalta-se que o valor identificado é próximo ao número que potencializa a produção científica para os bolsistas PQ1 da Matemática, bem como o número usual de coautores em suas pesquisas, conforme as Tabelas 1 e 2.

Ainda que nenhum pesquisador da área da Matemática tenha indicado a autoria simples como o tipo que potencializa a produção científica na área, na Tabela 2, observa-se que 21% declararam publicar individualmente, todavia, somente 10,8% da produção identificada no período analisado, são de autoria simples.



A Tabela 5 apresenta a categoria dos coautores identificados na produção científica dos participantes da pesquisa, a partir da análise do Currículo Lattes. Nota-se que os docentes e pesquisadores de instituições estrangeiras são os principais coautores identificados na produção científica dos bolsistas PQ1 da área da Matemática, representando 36% dos coautores, seguidos dos docentes da mesma instituições, com 26,1%, e os docentes de outras instituições, representando 20,1% dos coautores.

Tabela 5 - Categorias de coautores identificados na Produção científica dos Bolsistas PQ da área da Matemática

Coautores	Artigos	Livros e Capítulos	Trabalho em Anais	Total	(%)
Autoria simples	14	3	-	17	(6,6)
Alunos de graduação	-	-	-	-	-
Alunos de Pós-graduação	13	2	9	24	(9,3)
Docentes da mesma instituição	53	5	9	67	(26,1)
Docentes de outras instituições brasileiras	49	2	3	54	(20,1)
Docentes de instituições estrangeiras	86	2	6	94	(36,7)
Total	215	14	27	256	(100)

Fonte: elaborado pelo autor

A produção científica dos bolsistas PQ1 da área da Matemática apresenta uma tendência próxima das respostas dos pesquisadores quanto à indicação dos principais coautores, no entanto, com valores distintos daqueles identificados ao analisar a produção científica. Entre os participantes da pesquisa 73% consideraram que seus principais coautores são docentes de instituições estrangeiras, mas somente 36,7% dos coautores foram identificados nesta categoria, são realmente docentes ou pesquisadores de instituições estrangeiras.

Os docentes de outras instituições compõem a segunda categoria indicada pelos bolsistas PQ1 da Matemática, com 50% das respostas. Porém, na produção científica



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

analisada, esta categoria representa 20,1% dos coautores identificados. Assim, os docentes da mesma instituição indicados como principais coautores dos participantes da pesquisa (39%), foi a categoria que obteve o valor mais próximos identificados na produção científica, que foi de 26,1% dos coautores.

A transição dos pesquisadores entre as Instituições foi um dos aspectos observados ao analisar o Currículo Lattes dos pesquisadores. Aqueles que tinham como coautores seus colegas de departamento continuaram trabalhando em colaboração com os mesmos autores, o que indica que a colaboração nestes casos foi motivada por proximidade, e iniciada como colaboração endógena.

Os alunos de pós-graduação foram indicados por 39% dos participantes da pesquisa, todavia, representam somente 9,3% dos coautores identificados nas publicações de Artigos, Livros, Capítulos de Livros e Trabalhos completos em Anais de evento. É possível que os orientandos e alunos de Pós-graduação sejam mais colaboradores do que coautores, por isso a ausência de copublicações.

Destaca-se, ainda, que ao analisar o Currículo Lattes dos participantes da pesquisa, bem como de seus coautores, identificou-se que, em vários casos, o bolsista PQ1 foi orientador ou orientado pelo seu coautor, e atualmente são colegas de departamento ou atuam em instituições distintas, mas continuam trabalhando em conjunto. Este fato ocorreu principalmente com os participantes de maior maturidade acadêmica, que estabelecem relações com seus orientandos mesmo após duas ou três décadas da defesa da tese. Nestes casos, nota-se que a parceria se iniciou com o intuito de treinamento de novos cientistas e se consolidou no decorrer do tempo, com a especialização e a maturidade acadêmica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este estudo, observou-se que a prática da coautoria em pesquisas na área da Matemática se alinha aos indicadores da ciência *Mainstream*. A partir da análise dos questionários e da produção científica, foi constatada a proximidade entre o número de coautores para a área da Matemática no Brasil (2 e 3 coautores), e o número identificado por Glänzel (1 e 2 coautores) ao analisar a ciência internacional, e próximo ao número médio (2,2) identificado por Beaver e Rosen (1978) para a área da Física, também uma ciência exata.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Considera-se que houve pouca dispersão nas respostas dos bolsistas PQ1 da área da Matemática quanto ao número usual de coautores em suas pesquisas, o que pode indicar certa uniformidade nos tipos de pesquisa da área (de natureza, teórica), com a construção do conhecimento realizado de forma mais semelhante, com metodologia dedutiva e bastante estruturada para obtenção dos resultados. Este resultado também indica foi possível atender os objetivos propostos nesta pesquisa por meio da metodologia adotada, tanto na associação das técnicas utilizadas: a compreensão por meio do questionário enviado aos Bolsistas PQ1 e a prática científica declarada por estes pesquisadores em seus Currículos, quanto na validação do comportamento colaborativo dos pesquisadores da área da Matemática, uma vez que os resultados obtidos na compreensão e na prática científica foram compatíveis e pouco variáveis.

Conclui-se que os resultados obtidos nesta pesquisa indicam a existência de um padrão específico de comportamento, condicionado à estrutura da organização da área, como destaca Merton (1973), que tende a orientar os pesquisadores no processo de interação para a produção do conhecimento, mas por outro lado, evidenciam-se as preferências individuais dos pesquisadores quanto à: forma de agrupamento; como a necessidade de cada pesquisa; e as preferências ao selecionar seus coautores e formar grupos, destacando a proposta de Thomas Kuhn (1962) sobre a conduta individual dos cientistas, influenciada por normas cognitivas.

REFERÊNCIAS

ABBASI, A.; WIGAND, R. T.; HOSSAIN, L. Measuring social capital through network analysis and its influence on individual performance. *Library & Information Science Research*, n. 36, p. 66-73, 2014.

ALMEIDA, C. C. de. *Campo da Ciência da Informação: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil*. 2005, 395 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102010/212813.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 de out. 2013.

BEAVER, D. D.; ROSEN, R. Studies in scientific collaboration: part I: the professional origins of scientific co-authorship. *Scientometrics*, Budapest, v. 1, p. 65-84, 1978.

GLÄNZEL, W. *Bibliometrics as a research field: a course on theory and application of bibliometric indicators*. Bélgica, 2003. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

[viewdoc/download?doi=10.1.1.97.5311&rep=rep1&type=pdf](#)>. Acesso em: 9 de janeiro de 2011.

KATZ, J.S.; MARTIN, B.R. What is research collaboration? *Research Policy*, Amsterdam, n. 26, p. 1-18, 1997.

KUHN, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

MERTON, R.K. *The Sociology of Science*. University of Chicago Press, 1973.

SMITH, M. The trend toward multiple authorship in psychology, *American Psychologist*, v. 13, p. 596 - 599, 1958.

SUBRAMANYAM, K. Bibliometric studies of research collaboration: a review. *Journal of Information Science*, Brighton, v. 6, n. 1, p. 33-38, 1983.

VANZ, S. A. de S.; STUMPF, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, n.2, p.42-55, maio./ago. 2010.

VANZ, S. A. S. *As redes de colaboração científica no Brasil*. 2009. 204 f.. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Comunicação científica e estudos bibliométricos

A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA PARA A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE INFORMACIONAL PARA O CAMPO DA GEOQUÍMICA

**Verônica de Souza Gomes, UNIRIO/UFF
Lidiane dos Santos Carvalho, UNIRIO/FioCruz**

Resumo: Esta comunicação apresenta conceitos que compõem a proposição de uma metodologia teórica e conceitual para a interpretação de estudos de comunicação científica que empregam técnicas bibliométricas. Trata dos critérios empregados para a construção do conhecimento e contextualização da unidade de análise, aplicando os conceitos centrais da Sociologia da Ciência de Pierre Bourdieu e Robert Merton, que buscam compreender as relações e os domínios do poder por meio de elementos que conectam atores aos campos científicos e a dimensão simbólica da reputação destes. Como campo empírico elege-se o Programa de Pós-Graduação em Geociências (Geoquímica) da Universidade Federal Fluminense, por envolver a produção de conhecimento científico que resulta em desenvolvimento tecnológico para áreas diversas.

Palavras-chave: Sociologia da Ciência. Comunicação científica. Campo científico. Bibliometria. Geoquímica.

Abstract: This paper shows concepts that put together the proposition of a theoretical and conceptual approach to the interpretation of scientific communication studies employing bibliometric techniques. It broaches with the used criteria for the knowledge's construction and context analysis unit, applying the Pierre Bourdieu and Robert Merton core concepts of Science Sociology, which seeks to understand the relationships and power domains through elements that connect experts to fields scientific and symbolic dimension of these reputation. As empirical field is elected Graduate Program in Geosciences (Geochemistry) from Universidade Federal Fluminense, to involve the scientific knowledge's production resulting in technological development for various areas.

Keywords: Sociology of Science. Scientific communication. Scientific field. Bibliometrics. Geochemistry.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A Ciência, como campo social, reúne elementos que expressam as práticas cotidianas de seus atores, neste sentido, são as ações dos atores que formam as estruturas sociais da Ciência. Como Ciência Social Aplicada, a Biblioteconomia, vem desenvolvendo instrumentos para avaliação de práticas sociais a partir da literatura científica publicada. Estas medidas de análise e mensuração da informação vêm sendo empregadas para o estudo das práticas dos atores científicos, por meio de indicadores de produção científica.

A perspectiva relacional da Ciência emerge da Sociologia do Conhecimento e vem sendo apropriada por estudos de Informação e Comunicação das práticas científicas nos trabalhos de Marteleto (1994, 2000, 2001a, 2001b); Marteleto e Carvalho (2015). A complexidade da prática científica compreende avaliar o impacto social das suas práticas. Tal tarefa envolve de acordo com Carvalho (2014) empregar critérios quantitativos e também qualitativos, incorporados por meio da sociologia a fim de aprofundar a compreensão sobre o comportamento da ciência.

Esta abordagem envolve relacionar aspectos da ação de pesquisa, considerando a interação humana por meio da comunicação estabelecida entre os atores, o principal elemento de conectividade entre teoria e prática do fazer científico. Deste modo, a proposta metodológica para a realização desta pesquisa reúne abordagens teóricas e metodológicas que convergem entre si, no sentido de “colocar em evidência” a estrutura social que emerge das práticas científicas dos atores do campo da Geoquímica no Programa de Pós-Graduação em Geociências (Geoquímica) – PPG-Geo da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Para estudo do campo da Geoquímica elege-se a proposição analítica de Pierre Bourdieu e Robert Merton que estão ancoradas no pressuposto da legitimidade da Ciência. Estas proposições reúnem um conjunto de normatização das práticas científicas, a avaliação por pares, a produção científica, os ritos, os colégios invisíveis, premiações na academia, entre outros dispositivos sociais que mensuram o mecanismo de poder. Há também os dispositivos técnicos que estão relacionados às operações e tecnologias utilizadas nos processos de comunicação. As plataformas tecnológicas possuem como exemplos as bases de dados e os periódicos eletrônicos, que permitem a promoção, acesso e uso da informação científica. Nesta perspectiva, as construções do prestígio intelectual estão ligadas ao *habitus* e depende do tempo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

e do investimento dos pesquisadores (BOURDIEU, 2011). De acordo com Robert Merton (1970) e Bourdieu (2011) uma das formas do pesquisador obter reconhecimento social, é através do seu capital social. A produção científica reúne um arcabouço normativo e tecnológico que sustenta a interação que ela requer. A Comunicação Científica é a disciplina que se ocupa de realizar o estudo destes dispositivos sociais e técnicos empregados pelos pesquisadores em suas ações de informação durante sua prática científica.

Desta forma, esta comunicação tem por objetivo apresentar conceitos que compõem a proposição de uma metodologia teórica e conceitual para a interpretação de estudos de comunicação científica que empregam técnicas bibliométricas. Como campo empírico de proposição analítica, escolheu-se o Programa de Pós-Graduação em Geociências (Geoquímica) da UFF, porque este campo envolve a produção de conhecimento científico que resulta em desenvolvimento tecnológico para áreas diversas como ambiental e mineração. Os conceitos centrais da Sociologia da Ciência de Pierre Bourdieu e Robert Merton são retomados nesta proposição para o entendimento das relações e de domínio do poder, que se dão por meio de elementos que conectam atores aos campos científicos e a dimensão simbólica da reputação dos atores.

2 METODOLOGIA

Além da busca por teóricos que abordassem o tema da pesquisa e que dessem o subsídio na discussão das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), realizou-se também uma pesquisa documental para levantar a história e as principais atividades do PPG-Geo da UFF. Assim, a pesquisa trata dos critérios empregados para a construção do conhecimento e contextualização da unidade de análise, aplicando os indicadores de disposições políticas de Pierre Bourdieu e aspectos concernentes ao capital científico, como formação universitária, indicadores de prestígio e notoriedade científica. Esta primeira etapa reúne elementos para futuramente ampliarmos o conhecimento sobre as características e tendências dos pesquisadores do campo da Geoquímica do PPG-Geo da UFF, por meio das técnicas bibliométricas e análise de redes sociais (ARS) para elucidar as relações desses atores nos estudos de redes de conhecimento neste campo.

Elege-se as técnicas bibliométricas, como método, porque ela nos fornece a possibilidade de “[...] conhecer, pelo estudo das publicações, o desenvolvimento de área



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

determinada da ciência, em âmbito geográfico específico, com recortes relativos a temáticas, materiais ou períodos específicos” (BUFREM; PRATES, 2005, p.13). A metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) segundo Carvalho (2014, p.103-121) pode ser conjugada com as técnicas bibliométricas para compor um método de investigação empírica para análise informacional das estruturas de comunicação científica.

3 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE CT&I

Segundo Meadows (1999, p.48) a ciência “progredir à medida que o tempo passa não apenas pela acumulação de mais dados, mas também por proporcionar percepções mais gerais e mais elaboradas da natureza de nosso mundo.” Com os avanços da ciência surgem novas subdivisões das áreas, disciplinas, e o aprofundamento do conhecimento das áreas.

Para Targino (2000, p.2), a ciência procura “desvendar e compreender a natureza e seus fenômenos, através de métodos sistemáticos e seguros.” Contudo por ter resultados provisórios, sem caráter permanente dos sistemas explicativos, acaba inserindo-se “num processo ininterrupto de investigação, o que faz da ciência uma instituição social, dinâmica, contínua, cumulativa.” Também ressalta que esta influencia nas convicções, leis, hábitos da humanidade, expandindo de forma permanente e contínua os alcances do conhecimento.

A relação entre a ciência e a sociedade, para Targino (2000, p. 2) se apresenta de forma dinâmica e interativa pois [...] a “ciência determina mutações sociais e, ao mesmo tempo, recebe da sociedade impactos que a (re) orientam em busca de novos caminhos, que lhe possibilitam responder novas demandas e assumir novas prioridades.” Desta forma, em termos conceituais, a visão de Targino (2000, p.2) categoriza a ciência como o “conjunto de procedimentos transformadores advindos da vinculação ciência-tecnologia e de seus resultados inscritos no meio ambiente” e “[...] envolve acepções distintas e aos mesmo tempo próximas [...]”.

Existem vários estudos que apontam para o crescimento da produção científica do Brasil nas últimas décadas, que além de observar o crescimento percebe-se desafios significativos quanto ao desenvolvimento de políticas em CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), principalmente nas universidades por serem as principais produtoras de informação científica e tecnológica no país (SANTIN; BRAMBILLA; STUMPF, 2013).

Desta forma, analisar e avaliar a produção científica, o comportamento, as características de uma determinada área do conhecimento tornam essencial para o planejamento de políticas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

científicas nacionais e institucionais. Além de contribuir significativamente para a gestão e o desenvolvimento de um campo científico (SANTIN; BRAMBILLA; STUMPF, 2013). Nesta linha, Velho (2011, p.129) desde meados do século XX quando iniciou o processo de implantação da política de CT&I, a forma com que elas atuam “são comuns aos países que desenharam e implementaram políticas explícitas para estimular a produção e utilização de conhecimento científico e tecnológico”. A implantação das políticas de C&T visa criar um ambiente inovador por meio da aproximação das universidades e empresas (MAZOCCO, 2014), contudo esses ambientes possuem diferentes interesses – as universidades buscam novas fontes para expandir o aparato científico, enquanto as empresas buscam competências “Técno-científicas” nas universidades preocupadas com a forma que irão atuar no mercado tão competitivo que a todo tempo querem inserir novos produtos no mercado.

Velho (2011) apresenta um panorama da evolução da política de CT&I e destaca que no período Pós-Guerra até início dos anos 60 a ciência era tida como “motor do progresso”. Nessa época o Estado era o principal financiador da ciência, os cientistas tinham autonomia nas decisões a serem tomadas, na distribuição de recursos. Não havia necessidade de se prestar conta à sociedade visto que “o sistema de revisão por pares estava selecionando a melhor pesquisa”, o que já era desejado por todos. E tinha como foco o fortalecimento da capacidade de pesquisa e a formação de recursos humanos, o ofertismo.

A autora destaca que pelas décadas de 60 e 70, a ciência ao mesmo tempo em que apresentava solução de problemas também era a causa de alguns. Nessa época alguns autores “sugeriam que havia externalidades negativas associadas aos resultados e às aplicações da ciência e da tecnologia”, enquanto outros “autores mais amplamente lidos - como a bióloga Rachel Carson, inspiradora do movimento ambientalista” abordavam seriamente questões relacionadas aos riscos envolvidos nas tecnologias. E também devido ao fato de considerarem “que a ciência e a tecnologia são inerentemente imbuídas de valores e frequentemente problemáticas em termos dos impactos que acarretam na sociedade.” Isso tornou a ciência e a tecnologia objetos de estudos, bem como suas relações com a sociedade, e deu “origem aos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia. Esse contexto social foi fundamental para a mudança na concepção de ciência.” Assim, a CT&I acabava por direcionar e mostrar a demanda da produção dos cientistas, identificando quais as prioridades da “Política” do país.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



Foi desenvolvido nas décadas de 80 e 90 um novo conceito de ciência, devido os processos de globalização da economia, a ideologia da liberalização (privatização...), se inspirando no Consenso de Washington. A ciência é vista como fonte de oportunidade estratégica, o conhecimento é produzido a partir de influências de uma rede complexa de atores e de interesses, em que mais de 70% não eram da área acadêmica (formada por políticos, servidores públicos, entre outros). Na CT&I as pesquisas são desenvolvidas a partir de programas estratégicos, feitas de forma colaborativa com foco na política de inovação e o seu sucesso não é mais medido apenas pelo número de publicações ou citações, mas por novas metodologias que estimem os impactos econômicos e sociais, e por novos instrumentos que detectem oportunidades como *foresight*.

Chega-se no século XXI, em que a Ciência é tida para o bem da sociedade, onde o conhecimento é produzido por uma rede de atores, com uma grande diversidade. Há uma nova concepção de ciência sendo delineada, que “admite que existem muitas formas diferentes de conhecimento e que estas se relacionam de forma variável e assimétrica.” A Ciência será sempre o resultado de uma produção coletiva, e “a ciência é culturalmente situada e construída, e incorpora conhecimentos locais, abrindo espaço para estilos nacionais de produção, ao lado dos universais.” (VELHO, 2011, p.145). Deste modo, como efeito de realidade, começa a existir uma preocupação para o desenvolvimento de mecanismos que avaliem os impactos sociais da ciência considerando a participação pública, e também que amplie a revisão por pares. Este “controle de qualidade” elucidado por Velho (2011, p.147) considera os interesses sociais, econômicos e políticos e a excelência acadêmica. Desta forma os processos de Ciência, Tecnologia e Inovação devem, segundo a autora, coordenar e gerir as pesquisas, com “uma base científica independente” e com o foco na política de bem-estar.

Velho (2011, p.148) conclui que “a evolução histórica da Política de CTI está fortemente correlacionada com a evolução do conceito dominante de ciência. Ou seja, é o conceito dominante de ciência que “modela” a lógica da política de CTI.” As fases ou paradigmas identificados no processo de evolução da política de CT&I, advém da concepção de ciência que define o foco, os instrumentos e as formas de gestão implementadas.

Já os cientistas também acreditam “que a obtenção de informações confiáveis sobre o mundo implica um método racional, quantitativo, que acumule dados por meio de observações e experiências, interpretando-os com uma estrutura teórica apropriada” (MEADOWS, 1999,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

p.48). E a pesquisa só progride quando há uma mescla de trabalho prático e teórico, pois torna-se mais fácil descobrir as regularidades existentes e a partir desta identificação é possível fazer previsões e buscar possíveis soluções.

4 SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA E OS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Devido à necessidade da procura por novas explicações aos inúmeros questionamentos levantados durante a vida, a ciência se apresenta em constante mudança (VALÉRIO; BERNARDINO; SILVA, 2012, p.158). A ciência é um conhecimento que faz parte da construção da humanidade, e busca entender o que é e o que não é científico. A relação entre ciência e comunicação científica está ligada a produtividade, na contribuição da construção da ciência por meio de trabalhos científicos, que confirmem situações de teor significativo para aqueles que precisam. No Brasil as universidades tornaram-se as principais produtoras de conhecimento científico, seguindo assim o modelo alemão, e são nelas onde se concentra o maior número de pesquisadores e investimentos no desenvolvimento de pesquisas e projetos, principalmente nos curso de pós-graduação.

Deste modo, a fim de apresentar e informar os resultados alcançados das pesquisas realizadas, os pesquisadores utilizam diversas maneiras na divulgação das mesmas – que de acordo com Meadows (1999, p.135) “Para a comunicação eficiente de informações científicas, as fontes formais impressas devem ser complementadas com as fontes informais (geralmente orais)”, desde livros, artigos de periódicos, capítulos de livros, trabalhos de encontros científicos, entre outros. Assim, quando se adquire conhecimento por meio de uma metodologia científica, resultado de pesquisas realizadas por cientistas e pesquisadores, aumenta-se de forma considerável as chances de que nosso conhecimento sobre determinado assunto seja correto (MUELLER, 2000, p.21).

Bourdieu teórico sociólogo, aborda a sociologia do conhecimento com três conceitos fundamentais: Campo, *habitus*, e Capital, ou seja, utiliza como método de análise os campos sociais, representado por meio dos campos científicos, capital científico, os contextos das lutas para uma melhor posição no campo e autonomia desses campos. Bourdieu (2011, p.13) “produz uma sociologia crítica que procura compreender as relações entre cultura, ciência, escola, mídia e reprodução social”, levando a uma grande reflexão no campo das áreas humanas e sociais.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



Para Bourdieu (2011) toda seleção é também uma separação e “eleição” dos “eleitos”. Ele mostra os obstáculos e dificuldades enfrentadas para sobreviver numa luta que é de “todos contra todos”, ao mesmo tempo em que se ajuda o outro, vira-se concorrentes. E “constrói uma espécie de topografia social e mental do mundo universitário” procurando nas suas classificações, mostrar dois polos de uma mesma estrutura institucional que se opõem: polo de saber (liberdade acadêmica) e polo de poder (responsabilidade social). Fazendo uma análise particularmente fria e penetrante do meio universitário. Porém as escolhas sucessivas podem levar a determinar o universo das propriedades dos mais “poderosos” ou “importantes” (universitários).

A construção erudita de acordo com o autor é formada por diferentes indicadores adquiridos de uma forma lenta e difícil, oriunda de diferentes posições de poder e das pessoas tituladas como “poderosas”. Faz-se o uso de um conjunto de propriedades para identificar e até classificar os universitários, bem como as características da experiência prática do campo universitário, buscando assim construir a identidade e apreciar a individualidade dos mesmos.

Segundo Bourdieu (2011, p.31) “o trabalho de construção do objeto delimita um conjunto finito de *propriedades pertinentes*, instituídas por hipótese em *variáveis eficazes*, cujas variações estão associadas às variações do fenômeno observado, e define assim a população dos *indivíduos construídos*, caracterizados pela posse em graus diferentes dessas propriedades.” Formando assim critérios de pertencimento e de hierarquia nos campos universitários, associados a interesses antagônicos.

Bourdieu (2011, p.65) acentua que “mais que indícios da integração social e da adesão à ordem dominante, é preciso levar em conta indicadores da distância, variável segundo as sociedades e os momentos, entre o campo universitário e o campo do poder econômico ou político de um lado, e de outro o campo intelectual”. Observa-se no *campo universitário* – o crescimento da autonomia desse campo ao longo do séc. XIX (deixa-se o lado político para ser um mestre selecionado e especializado), enquanto no *campo intelectual* – o início de um distanciamento, professores “dotando-se de uma metodologia específica, tendem a romper com as tradições mundanas da crítica.” Fala das diferentes imposições dos campos de poder político e econômico para o intelectual.

O campo universitário reproduz o campo do poder em sua estrutura, por conta da sua autonomia, e de ser um espaço de diferenças entre posições. E conforme Bourdieu (2011, p.78)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



ele “é organizado segundo dois princípios de hierarquização antagônicos: a hierarquia social segundo o capital herdado e o capital econômico e político atualmente detido se opõe à hierarquia específica, propriamente cultural, segundo o capital de autoridade científica ou de notoriedade intelectual”.

Bourdieu (2011, p.87) relata o papel da herança social na “reprodução de todos os corpos que têm relação com a reprodução de ordem social”, mostrando que a diferença da herança profissional de acordo com as faculdades e as disciplinas esta relacionada ao: capital simbólico (assegura uma relação duradoura por estar ligado a um nome próprio); e ao capital cultural (menos objetivado e formalizado, volta-se para às disposições e à experiência de uma arte construída ao longo do tempo).

O autor apresenta dois diferentes tipos de faculdades: “faculdade superior” – proporciona ao governo influência sobre o povo (teologia, direito e medicina), as mais controladas por ele e menos autônomas, porém formadora de usuários comuns do saber; “faculdades inferior” – dominantes na ordem cultural, sem eficácia temporal, está abandonada às suas próprias leis (ciência histórica e empírica ou ciência racional pura), fazendo assim uma separação das competências sociais e das competências técnicas.

Bourdieu (2011, p.98) conta que o progresso das faculdades, das disciplinas científicas “corresponde à substituição de uma necessidade científica socialmente arbitrária por uma necessidade social cientificamente arbitrária (um arbitrário cultural)”, ou seja, ser reconhecida perante a sociedade. Quando a homogeneidade dos *habitus* tendem a crescer no meio das diferentes faculdades, “é sem dúvida porque a necessidade de estabelecer na unidade social do grupo a unidade intelectual da *communis doctorum opinio* se impõe mais fortemente quando a coerência propriamente científica é mais incerta e a responsabilidade social do corpo é maior”.

Assim a produção do conhecimento se tornou um dos objetivos primordiais das faculdades, que procuram uma posição melhor e aumentar sua hierarquia social. Onde o poder universitário é de um lado fundado no acúmulo de posições, que controla outras posições e os seus ocupantes, e de outro lado no prestígio científico que só investe na atividade de pesquisa – de um princípio de hierarquização mais equilibrado. Que a notoriedade intelectual é a única espécie de capital que as faculdades “inferiores” possuem, seus poderes são propriamente sociais.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Para Bourdieu (2011, p.107) o que define o *peso social da instituição* é a soma dos atributos de seus membros “que, em contrapartida, caracteriza cada um de seus membros genética e especificamente – na medida em que sua posição na instituição depende ainda mais da posse ou da não posse de uma propriedade quando esta contribui mais ainda para caracterizar a posição da instituição.” Por fim, entende-se que uma população construída é composta por critérios, ou seja, dos poderes que obtêm ao longo da “carreira”. E que esta luta de imposição ou não da hierarquização, faz com que haja sempre uma discussão, disputa entre aqueles que aderiram ou não a tais princípios.

De acordo com Bourdieu (2011, p.115) o “capital universitário se obtém e se mantém por meio da ocupação de posições que permitem dominar outras posições e seus ocupantes, como todas as instituições encarregadas de controlar o acesso ao corpo” consultivo das universidades. Causando assim uma relação de dependência difusa e prolongada. E até onde cada agente pode chegar? O “peso” do seu poder vai depender dos atributos que possui, das trocas que pode obter mediante suas diferentes posições, isso pode ser de forma geral ou pessoal. Eles podem exercer um “imenso poder de controle e de censura” no campo universitário. Assim, segundo Bourdieu (2011, p.118) “o capital vai ao capital, e a ocupação de posições que conferem peso social determina e justifica a ocupação de novas posições, elas também fortalecidas pelo peso do conjunto de seus ocupantes.” Acaba que o acúmulo das posições “é a condição das mudanças de serviços entre poderosos que permitem constituir e manter clientelas” (BOURDIEU, 2011, p.120).

O acúmulo do capital universitário de posições demanda de tempo, o que faz com que “a estrutura do campo se manifesta aos agentes sob a forma de uma carreira real” (BOURDIEU, 2011, p.120). Essa distância de tempo faz com que haja uma competição entre os agentes (uma luta de todos contra todos nos concursos), que contribui para a reprodução da ordem. Desta forma Bourdieu (2011, p.122) coloca que “o exercício do poder acadêmico supõe a aptidão e a propensão, socialmente adquiridas, para interpretar possibilidades oferecidas pelo campo”. Envolve também uma cumplicidade, uma submissão. A autoridade do poder universitário “está fundada nas expectativas de carreira: só se mantém quando se relaciona a algo” (BOURDIEU, 2011, p.123).

Bourdieu (2011) fala das relações de dependência, que as mesmas dependem das estratégias, das posições e disposições entre os que possuem os mesmos interesses. Visto que o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

poder universitário está relacionado à custa de um gasto de tempo, o agente está sujeito a ter que participar de diversos “eventos”, que também é uma condição para acumular capital simbólico, por meio de uma reputação de honorabilidade. Ou seja, o sucesso científico e o prestígio intelectual estão ligados ao *habitus*, pela forma com que as pessoas se apresentam e se dispõem.

Fala-se que os reprodutores do conhecimento (cultura) priorizam as pesquisas e por isso dificilmente ocupam posições de poder nas universidades, devido à demanda de tempo que lhes seria cobrada e a diminuição de suas orientações. Preferem os títulos de reconhecimento “intelectual” e a disposições de poder no campo intelectual. Bourdieu (2011) relata que esses professores que seguem para o lado das pesquisas tentam escapar quase totalmente das imposições que tendem a ser dominantes nas faculdades (disciplinas, programas, públicos numerosos). Podendo os mesmos “explorar objetos novos de interesse de um pequeno número de futuros especialistas”.

Apesar dos conflitos que acabam criando a oposição estrutural não se exclui a cumplicidade e a complementariedade. Ainda para Bourdieu (2011, p.153) tanto “no campo do poder ou no campo universitário tomado em seu conjunto, não há aqui dominação absoluta de um princípio de dominação, mas coexistência concorrencial de vários princípios de hierarquização relativamente independentes”. Ao mesmo tempo em que os poderes são concorrentes eles também são complementares. Assim, os conflitos existentes fazem surgir uma ruptura, quase igual a que houve em 68.

Merton (1970, p.7) é outro sociólogo que tratava da “preocupação pela ação recíproca da teoria social e da pesquisa social, e daquela de codificar tanto a teoria substantiva quanto os processos de análise sociológica, especialmente da análise qualitativa.” Aborda a teoria de médio alcance – que serve de guia às pesquisas empíricas. É uma intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, que busca explicar o que está sendo observado, descrever os pormenores que não foram generalizados. Diferente de Bourdieu que aplica o prestígio a um único autor, mesmo que o mesmo tenha se valido do conhecimento de outros, para Merton esse prestígio estaria ligado às relações sociais, na formação de grupos que juntos dão lugar a inferências, esses grupos são chamados por Merton (1970, p.52) de a teoria de grupos de referência – que parte da ideia “de que o indivíduo toma os padrões de outras pessoas significativas como base para uma auto avaliação”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

5 O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS (GEOQUÍMICA) DA UFF

Na área do conhecimento da Geociências encontra-se a geoquímica, termo apresentado pela primeira vez em 1838 pelo químico e professor da Universidade de Basel Christian Friedrich Schönbein no artigo “Sobre os motivos das mudanças de cor que os corpos sofrem sob o efeito do calor” (LICHT; MELLO; SILVA, 2007, p.18), entretanto, a geoquímica só se tornou uma ciência reconhecida e verdadeira a partir dos primeiros registros no mundo em 1935, com os trabalhos do cientista alemão Viktor Moritz Goldschmidt (chamado ‘pai da geoquímica moderna’). Por volta do ano de 1938, o pesquisador brasileiro Djalma Guimarães, começa a acompanhar de perto os trabalhos desenvolvidos por Goldschmidt, e inicia suas pesquisas com os minerais, no Serviço Estadual da Produção Mineral da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais – SPM, e contava com grandes cientistas de Ouro Preto e alemães como Alfred Schaeffer e Otto Roche. De acordo com Dutra (2002) nessa época as pesquisas eram mantidas por insignificantes dotações de orçamento do Estado, pois ainda não haviam sido criadas as agências financiadoras existentes atualmente. Em 1951 o CNPq estava começando a se estruturar.

Apesar dos avanços da área, foi na década de 60 que a geoquímica brasileira obteve um melhor desempenho a nível nacional. Começaram os investimentos na área como: montagem de laboratório de geoquímica na Universidade da Bahia, por meio do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) com a colaboração do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS); lançamento do Plano Mestre Decenal pela DNPM em 1965; iniciou-se eventos na área onde as ideias tratadas apontavam a valiosa colaboração que a geoquímica vinha contribuindo para as demais ciências da terra; tinham ao seu alcance equipamentos analíticos sofisticados. Nessa época, segundo Velho (2011) a ciência era vista como aquela que buscava a verdade por meio da razão e da experimentação, e tinha como objetivo “garantir a extensão do conhecimento verificado”. Desta forma, o conhecimento científico só poderia ser produzido por cientistas treinados para tal objetivo. Por basear se em alguns fundamentos de Robert Merton sobre as normas da ciência, espera-se um o comportamento dos membros da comunidade de pesquisa para garantir a produção de conhecimento livre de valores e de influências sociais.

Contudo, foi na década de 70 que ocorreu os maiores investimentos e o crescimento na área da Geoquímica no Brasil, onde pode-se destacar: a implantação do primeiro curso de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

mestrado em geoquímica na Universidade da Bahia com o apoio de vários órgãos federais; o surgimento de importantes laboratórios para atender a demanda das pesquisas analíticas – Laboratório de Análises Mineraias (LAMIN) criado em 1972 na CPRM, Geologia e Sondagens S.A. (Geosol), Sociéte General de Surveillance (SGS) e a Geoquímica; a utilização sistemática da geoquímica de exploração mineral por grandes empresas estatais na realização de mapeamentos geológicos, prospecção geofísica e prospecção geoquímica, como a Companhia de Pesquisas e Recursos Mineraias (CPRM), Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás), Rio Doce Geologia (DOCEGEO) e a Petrobras Mineração (PETROMISA), por empresas estaduais como Companhia Baiana de Pesquisas Mineraias (CBPM), Metais de Goiás S.A. (METAGO), Metais de Minas Gerais S.A. (METAMIG), Mineraias do Paraná - Mineropar S.A., etc., e investimentos por outras empresas particulares e multinacionais; o desenvolvimento de programas de computação voltados ao atendimento de grandes bancos de dados geoquímicos, como o Sistema Estatístico de Amostragem Geoquímica (SEAG) criado pela CPRM, que serviu de modelo para as grandes empresas nacionais que atuaram com prospecção geoquímica; o surgimento do Centro de Pesquisas da Petrobras (CENPES) devido as buscas de campos petrolíferos. Mediante tudo o que estava acontecendo, viram a necessidade de organizar um grupo de cientistas voltados para a geoquímica a nível exploracionista e acadêmico.

E conforme Velho (2011, p.140) nessa época a concepção de ciência passou a ser de que fosse ‘dirigida’, controlada – em que os cientistas deveriam trabalhar em grupos, e que os mesmos não tivessem mais total autonomia com relação às pesquisas, mas que fossem “levados a trabalhar em problemas relevantes para a sociedade (particularmente o mercado).” A relação entre a ciência e a tecnologia passa a ter ênfase na demanda. E nesse contexto, as empresas detinham a capacidade de julgar as demandas do mercado e assim decidir que tipo de ciência iria precisar. Para Dutra (2002, p.190) a ocorrência da demanda crescente por uma análise específica era “um indicativo de que estava acontecendo um refinamento na execução dos projetos de exploração geoquímica no Brasil”.

Mas o que é a Geoquímica? De acordo com Goldschmidt (1958, tradução nossa) a “geoquímica moderna estuda a distribuição e os montantes dos elementos químicos em mineraias, minérios, rochas, solos, águas e da atmosfera, e a circulação dos elementos da natureza, com base em propriedades de seus átomos e íons.” E por ser uma área interdisciplinar contribui e se relaciona com outras áreas como: da astrofísica a física nuclear e atômica para a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

geologia, oceanografia, e biologia. Para Goldschmidt (1958) a contribuição mais importante para a Geoquímica pode vir da mineralogia, cristalografia e da química.

Para Fersman (1966) a geoquímica tem a missão “em seguir e esclarecer o destino e o comportamento, na Terra, dos elementos químicos constituintes da Natureza que nos rodeia.” Ainda segundo o autor, “a Geoquímica estuda os processos químicos que se desenvolvem na Terra.” E a partir de estudos “das leis que regem as combinações dos elementos e dos minerais, verificadas a diferentes prestações e temperaturas nas diversas zonas da crosta terrestre, constitui os problemas de que se ocupa a Geoquímica moderna”.

Desta forma, a partir do que foi apresentado sobre a área da Geoquímica, é feito um breve histórico do campo empírico desta pesquisa – Programa de Pós-Graduação em Geociências (Geoquímica) da Universidade Federal Fluminense. O Programa é um dos mais tradicionais de Pós-Graduação na área de Geociências do Brasil, foi criado como Departamento de Geoquímica da Universidade¹, subordinado ao Centro de Estudos Gerais, foi criado pela resolução nº 42/70 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF, sendo implantado em 12 de setembro de 1972, por decisão da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação (COMPEG) passando a constituir o Departamento único do Instituto de Química, ao qual vinculou-se a Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geoquímica (a nível de Mestrado), implantado por um grupo de professores do Departamento de Química da UFF, membros do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. A ideia do grupo em relação a criação do mestrado estava fundada no fato de que, pela primeira vez no Brasil, o curso não iria estar integrado a um Departamento de Geociências como de costume, mas sim junto a um Instituto de Química (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1984).

De acordo com Universidade Federal Fluminense (1991), o Programa de Pós-Graduação em Geociências (Geoquímica) teve seu início “com filosofia e linhas de pesquisa mais voltadas para a prospecção geoquímica”. Sendo um dos cursos de Pós-Graduação mais antigo da instituição. Desde o início de sua criação o PPG-Geo foi marcado pela contratação de diversos doutores de formação interdisciplinar (químicos, geólogos, biólogos, engenheiros químicos, entre outros).

Após a formação do grupo de docentes e pesquisadores por volta dos anos 80, houve a redefinição dos temas e áreas dos projetos antes abordados pelo PPG-Geo. Nessa época, o

¹ Informações retiradas do relatório do acordo CAPES/COFECUB de 1985.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Programa acreditava que por meio da sua linha de pesquisa “Geoquímica Ambiental”, contribuía em muito “para o conhecimento científico do “background” geoquímico advindo da poluição, para a formação de especialistas, constituindo base indispensável à análise do impacto ambiental”. E a partir de 1985, com o recredenciamento do curso, e a consolidação das pesquisas na área de Geoquímica Ambiental viu-se a necessidade de estimular os alunos para estudos no nível de doutoramento, dessa forma houve a contratação de professores doutores visando à necessidade em tempos futuros. O processo de criação do curso de Doutorado foi concluído em 1990, aprovado pelos Conselhos de Ensino e Pesquisa e Universitário da UFF e em março de 1991 teve início a primeira turma do doutorado, cuja área de concentração foi a Geoquímica Ambiental.

A diversificação e a abrangência tornaram a geoquímica uma ferramenta que pode ser utilizada por muitos campos da pesquisa científica, e que serve para auxiliar na prevenção ou remediação de problemas que envolvem as atividades humanas. De tal modo, o PPG-Geo vem desenvolvendo suas pesquisas no enfoque multi e interdisciplinar, incluindo aspectos básicos e aplicados, antes mesmo do reconhecimento nacional da necessidade deste tipo de abordagem. De acordo com Novo (2007) “as relações interdisciplinares do domínio da Geoquímica Ambiental se dão através dos estudos que vão das Ciências Exatas e da Terra as Ciências Humanas”. Ainda coloca “que o trabalho interdisciplinar permite, uma síntese simplificadora marcada pela visão das pesquisas que abarcam: questões lógicas e racionais, instrumentais, e até mesmo, subjetivas como as questões relacionadas à Gestão Ambiental”, tornando a pesquisa interdisciplinar, singular e com muitos enfoques.

No presente ano, o Programa alcança 44 anos de atividades acadêmico-científicas direcionadas à formação de Recursos Humanos, propiciando a formação de talentos e prestando relevantes serviços ao sistema produtivo nacional, através da nucleação de grupos formados em outras instituições como UENF, UFMA, UFAC, UFBA, UFC, INPE, UnB, UFRJ, UFRRJ, PUC-RIO, USP, UFRN, UNICAMP, UESB, CPRM e CETEM. Além disso, a existência do curso e sua analogia com a ciência e a sociedade, considerando seu interesse de mercado, suas ações de comunicação e seu papel dentro da sociedade, proporciona uma visão ampla do campo de pesquisa que compõe o PPG-Geo da UFF, que segundo Bourdieu (2011, p.38) quem sabe “não se possa fazer de fato avançar o conhecimento do campo científico a não ser servindo-se da ciência que ainda se tem pela frente para descobrir e superar os obstáculos à ciência que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



estão implicados no fato de aí se ocupar uma posição, e uma posição determinada.” E o Programa foi classificado como nível 6 na última avaliação realizada pela CAPES (2013) e conta com um corpo interdisciplinar com 22 (vinte e dois) docentes. O PPG-Geo tem uma grande representatividade não só no contexto institucional, como também nacional e internacional.

6 CONCLUSÕES

O esforço de aplicação desta metodologia complexa de análise informacional dos campos científicos, desenvolvida e validada por Carvalho (2014); Marteleto e Carvalho (2015) está em desenvolvimento e envolve como campo empírico o Programa de Pós-Graduação em Geociências (Geoquímica) onde considera-se os seguintes indicadores bibliométricos e de autoridade científica para análise, são eles: formação, Instituição de doutoramento e nome do programa, ano do doutoramento, *status*, palavras-chave, bolsa de produtividade em pesquisa (financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/MCTI).

Para a proposta teórico metodológica elucidada, parte-se do pressuposto desenvolvido por Robert K. Merton e Pierre Bourdieu de que a prática científica envolve um conjunto de agenciamentos de seus atores/pesquisadores, por exemplo, os estudos focados na sociologia do conhecimento problematizam a dimensão simbólica da atividade científica, por meio de uma reputação de honorabilidade. A apropriação do conceito de honorabilidade, é particularmente importante, como categoria de análise teórica, para a avaliação do impacto social dos produtos da ciência e como contributo para os estudos de comunicação científica, porque pode proporcionar a compreensão do contexto social da produção científica. Neste sentido, faz-se importante, considerar como os atos de reconhecimento e inter-reconhecimento característicos da ciência, carregam consigo a potência de provocar mudanças nas condições de existência do homem. Deste modo, propõe-se considerar nos estudos de Comunicação Científica em campos do conhecimento, e especialmente ao conciliar técnicas bibliométricas, os estudos históricos que elucidem o contexto político e econômico da constituição do campo em si *per si*.

A partir da abordagem teórico metodológica aqui proposta aplicada ao estudo da institucionalização do Programa de Pós-Graduação em Geociências (Geoquímica) mapear-se-á os fatores históricos que influenciaram a produção científica, os atores que mobilizaram e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

institucionalizaram o Programa de Pós-graduação em Geoquímica da universidade formação, a relação entre tempo de doutoramento e a aquisição de capital científico, a relação entre produção, capital científico e autoridade científica e as premiações concedidas na forma de bolsas de produtividade em pesquisa (financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/MCTI). Espera-se que esta metodologia relacional de análise qualitativa possa ser replicada por outros estudos que empreguem técnicas bibliométricas para estudos de Comunicação Científica.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Tradução Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. 312 p.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago. 2005.

CARVALHO, Lidiane dos Santos. **Informação e genética humana: o sequenciamento de uma cultura científica**. 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Documento de área 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2015.

DUTRA, Cláudio V. A geoquímica analítica em Minas Gerais: de Gorceix ao Geolab: a contribuição do ITI. **REM: Revista Escola de Minas, Ouro Preto**, v. 55, n. 3, p. 185-192, jul./set. 2002.

FERSMAN, A. E. **Geoquímica recreativa**. Tradução de R. Argentiére e Elba M. do Amaral. [S.l.]: Fulgor, [1966]. p. 11-15.

GOLDSCHMIDT, V. M. **Geochemistry**. London: Oxford, c1958. p. 1-10.

LICHT, Otavio Augusto Boni; MELLO, Carlos Siqueira Bandeira de; SILVA, Cassio Roberto da (Eds.). **Prospecção geoquímica: depósitos minerais metálicos, não-metálicos, óleo e gás**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Geoquímica; CPRM, 2007. p. 13-152.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MAZOCCO, Fabricio José. **Políticas de C&T e comunicação: patentes como instrumento de divulgação**. 2014. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Tradução de Antonio Angenor Briquet de lemos. Brasília: Briquet de Lemois Livros, 1999. 268 p.

MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. p. 51-151.

MARTELETO, Regina Maria; CARVALHO, Lidiane dos Santos. Health as a Knowledge Domain and Social Field: Dialogues with Birger Hjørland and Pierre Bourdieu. **Knowledge Organization**, Wurzburg, Alemanha, v. 42, n. 8, 2015.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de Redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001a.

MARTELETO, Regina Maria. Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, fev. 2001b.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-137, jul./dez. 1994.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete S.; CEDÓN, Beatriz V.; KREMER, Jannette M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. [21]-34.

NOVO, Hildenise Ferreira. **A elaboração de taxonomia: princípios classificatórios para domínios interdisciplinares**. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2007.

SANTIN, D. M.; BRAMBILLA, S. D. S.; STUMPF, I. R. C. Produção científica em neurociências da UFRGS indexada na *Web of Science*: 2000-2009. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 66-84, 2013.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Programa de Geoquímica Ambiental. **10 anos de pesquisa em meio ambiente**. Niterói: Editora Universitária, 1991. 72 p.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

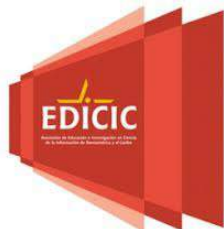
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Consolidação da infraestrutura do Programa de Geoquímica**. Niterói, RJ: [s.n., 1984]. 109 p. (Projeto PADCT).

VALÉRIO, E. D.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. da. A produção científica sobre os(as) negros(as) nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 151-169, 2012.

VELHO, Léa. Conceitos de Ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, jan./abr. 2011, p. 128-153.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E LINGUÍSTICA DA ESCRITA CIENTÍFICA NA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E A INDEXAÇÃO TEMÁTICA

Vania Lisboa da Silveira Guedes, UFRJ

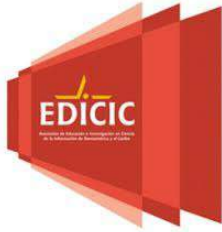
Maria José Veloso da Costa Santos, UFRJ

Thúlio Dias Gomes, USP

Resumo: Este estudo analisa o discurso científico na Ciência e Tecnologia de Alimentos. O estudo situa-se na fronteira entre a Linguística e a Ciência da Informação, compreendendo a aproximação da Teoria de Gêneros Discursivos e Teoria Lexical, na Sociolinguística, com as leis de Zipf e Ponto de Transição de Goffman, na Bibliometria, e análise de domínio e indexação, na Ciência da Informação. Objetiva (i) analisar léxico-morfologicamente a escrita de gêneros científicos, em domínio especializado do conhecimento; (ii) quantificar a frequência de palavras na escrita científica, do ponto de vista bibliométrico; (iii) estimar graus distintos de carga semântica de nominalizações deverbais com função de índice temático. A amostra constituiu-se de 6 (seis) artigos em língua portuguesa publicados no periódico Ciência e Tecnologia de Alimentos, no triênio 2010-2012. Para a seleção dos artigos, estabeleceu-se que pelo menos um dos autores deveria ser ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para cada artigo, realizaram-se cálculos matemáticos e estatísticos visando à projeção dos seguintes produtos: $r \times f = C$, total de palavras, total de palavras distintas, índice médio de repetição de palavras, ponto e região de transição de Goffman; palavras com alta carga semântica. Os artigos apresentaram em média 3079 palavras, sendo considerados suficientemente longos em conformidade com a Lei de Zipf. As leis de Zipf não se aplicaram aos artigos analisados. Entretanto, observou-se que baixos *ranks* (altas frequências) associam-se a palavras com alto conteúdo semântico, sustentando estudos anteriores. Em 83,3% (cinco) dos artigos, a aplicação do Ponto e Região de Transição de Goffman se revelaram satisfatórias. Observou-se uma tendência da Ciência e Tecnologia de Alimentos em editar artigos em língua inglesa, em coautoria com pesquisadores de instituições distintas. Conclui-se que os resultados obtidos contribuem para ampliação da teoria e prática da indexação na Organização do Conhecimento.

Palavras-chave: Escrita Científica. Gêneros Discursivos. Nominalizações Deverbais. Leis de Zipf. Ponto de Transição de Goffman. Indexação Temática.

Abstract: This study analyzes the scientific discourse about Food Science and Technology. The study is located on the border between Linguistics and Information Science and proves to approach the Gender Discourse Theory and Lexical Theory, in Sociolinguistics, with the Zipf's laws and Goffman Transition Point, in Bibliometrics, and the domain analysis and indexing within Information Science. Study aims to (i) analyze scientific writing lexicon and morphologically; (ii) quantify the frequency of words in scientific writing, the bibliometrics point of view; (iii) estimate different levels of semantic load nominalizations deverbial with thematic index function. The sample consisted of six (6) articles in



English published in Food Science and Technology journal in the period of 2010-2012. To select the articles, it was established that at least one of the authors should be linked to the Federal University of Rio de Janeiro. For each article, there were mathematical and statistical calculations to projecting the following products: $f \times r = C$ (First Zipf's Law), total words, different words; average rate of repetition of words; Goffman transition point and region; words with high load semantics. The articles had an average of 3079 words being considered sufficiently long in accordance with Zipf's Law. The Zipf laws did not apply to analysed articles. However, it was observed that the lower ranks (high frequencies) are associated with words with a high semantic content, supporting previous studies. In 83.3% (five) of texts, the applications of Goffman Transition Point and Region have proved satisfactory. There was a trend of Food Science and Technology area in editing articles in English, co-authored with researchers from different institutions. It is concluded that the results contribute to the expansion of the theory and practice of indexing in the Knowledge Organization.

Keywords: Scientific Writing. Genre Theory. Deverbal Nominalization. Zipf Laws. Goffman Transition Point. Subject Indexing.

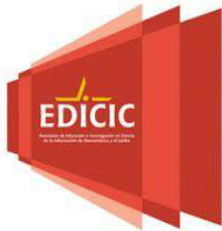
1. INTRODUÇÃO

Este trabalho fundamenta-se na pesquisa desenvolvida por Guedes (2010), publicada em sua tese de doutoramento, e em estudos desenvolvidos por Guedes & Santos (2012), onde são analisadas a função de índice de nominalizações deverbais no discurso científico, do ponto de vista linguístico e bibliométrico.

Nesse sentido, o trabalho apresenta resultados preliminares de pesquisa ligada ao Projeto *Análise bibliométrica e linguística do discurso científico na área de indústria de alimentos, editados em artigos de periódicos* do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As atividades de pesquisa foram realizadas entre agosto de 2012 e abril de 2013 sob a orientação de professores do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ.

O projeto de pesquisa procura contribuir para o desenvolvimento de teorias, métodos e instrumentos de Organização de Conhecimento, especialmente no que se refere à obtenção de maior compreensão das convenções estabelecidas para a produção do discurso científico, com propósito comunicativo, na de Ciência e Tecnologia de Alimentos.

A motivação para o desenvolvimento do presente estudo se deve, especialmente, a questões que nortearam o estudo de Guedes (2010), como também Guedes; Mollica; Leal (2011), Santos & Guedes (2013) e outros, que buscaram ratificar a aproximação inovadora de



abordagens teóricas e metodológicas da Teoria Lexical na Linguística com leis da Bibliometria na Ciência da Informação (doravante, CI), com o propósito de contribuir para o processo de reconhecimento do grau de informatividade da escrita científica e a indexação de assunto. Assim, sob o ponto de vista teórico e metodológico, o trabalho se fundamenta sobretudo na Análise do Crítica do Discurso Científico, Teoria Lexical e Teoria dos Gêneros, na Linguística, assim como na Bibliometria e Indexação Temática na Organização do Conhecimento na CI.

Em suma, a pesquisa, fundamentada em Guedes (2010), desenvolve uma análise bibliométrica e linguística do discurso científico, editados em artigos de periódicos na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos, apontando as frequências de uso de estruturas linguísticas relevantes, do ponto de vista da indexação temática na CI.

2. OBJETIVOS

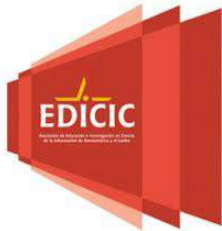
Os objetivos delineados para o desenvolvimento da pesquisa, divididos em geral e específicos, são mencionados a seguir.

2.1. Objetivo Geral

- ✓ Analisar bibliométrica e linguisticamente o discurso científico na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos, editados em artigos de periódico, para identificar regularidades na produção e uso de estruturas linguísticas relevantes na escrita científica com propósito comunicação.

2.2. Objetivos Específicos

- (i) analisar léxico-morfologicamente a escrita de gêneros científicos, em domínio especializado do conhecimento;
- (ii) quantificar a frequência de palavras na escrita científica, do ponto de vista bibliométrico;
- (iii) estimar graus distintos de carga semântica de nominalizações deverbais com função de índice temático;
- (iv) ratificar o que a literatura sobre análise do discurso em gêneros de pesquisa afirma acerca da escrita científica; cooperar com a ampliação do arcabouço teórico-prático de análise e indexação temática da informação;



(v) demonstrar a importância da análise da regularidade na recorrência de estruturas linguísticas na escrita científica para o desenvolvimento de sistemas de recuperação da informação na CI.

3. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

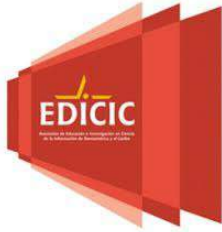
3.1. Morfologia, léxico e análise da escrita científica em gêneros discursivos

A morfologia é uma subárea em Linguística, que versa sobre a estrutura das palavras. (Spencer, 2003), Câmara Jr. (1985) compreende que a palavra morfológica abrange palavras lexicais, como nome, adjetivo e verbo, classes abertas, e palavras funcionais, como preposição, conjunção e determinativos, classes fechadas. O léxico, segundo Dubois *et al.* (2007, p. 364), é “o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor etc.” Do ponto de vista lexico-morfológico, a nominalização refere-se ao “conjunto de processos que formam substantivos a partir de adjetivos e, sobretudo, de verbos” (Basílio, 2007, p.78), Basílio (1999) salienta que a nominalização deverbal pode ter função designadora, usando o significado básico do verbo para designar conceitos, processos etc., como ocorre na linguagem científica (Guedes, 2010).

Pelo uso sistemático da linguagem, as pessoas e as sociedades têm sempre organizado e transmitido conhecimento, significado e experiências, por meio de modos particulares de comunicação. Sob essa perspectiva, as culturas letradas preservam conhecimentos editando artigos de periódicos, cartas, livros, artigos de jornais, mapas, weblogs, e-mails entre outros tipos de gêneros textuais.

A análise de gêneros discursivos que circulam em culturas letradas é baseada em duas abordagens centrais: (i) os aspectos de um grupo similar de textos dependem dos contextos sociais de criação e uso, (ii) esses aspectos podem ser descritos relacionando um texto a outros similares e às escolhas e restrições que condicionam a produção de textos, ou seja, o contexto de produção.

Andersen (2008), ao apontar na interface da CI com a Linguística, lembra que a pesquisa é uma atividade reconhecida como um empreendimento social, no qual os textos escritos são a principal manifestação. Ele salienta que as formas de comunicação, concebida como gêneros, são partes inerentes da organização de qualquer cultura porque estruturam e sustentam



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

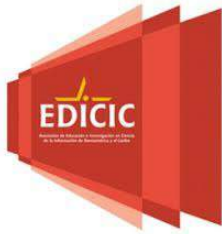
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

significados institucionalizados na sociedade. A Teoria dos Gêneros revela, segundo o autor, que as atividades humanas e as produções discursivas são importantes fatores de organização da comunicação e do conhecimento em contextos específicos. Hyland & Salager-Meyer (2008) mencionam que a escrita é um elemento chave na formação de realidades sociais e identidades pessoais e institucionais, em quase todos os domínios, incluindo-se os domínios de discurso científico. Os autores defendem ainda que na comunicação científica bem sucedida os autores buscam *encaixar* sua escrita em um mundo social particular, visando à aprovação de seus pares. Como resultado, os gêneros científicos têm atraído crescente atenção como fontes de informação sobre a escrita científica das comunidades de discurso acadêmico. As práticas discursivas, do ponto de vista da Teoria de Gêneros, definem o campo de conhecimento e *como* o conhecimento é agregado e codificado (Bazerman, 1988; Bazerman, 2006; Hyland 2009).

Swales (1990) acrescenta que a principal característica para a definição de gênero é o objetivo comunicativo compartilhado pelos membros da comunidade. O objetivo comunicativo constitui um conjunto de razões para o estabelecimento do gênero. Essas razões por sua vez moldam a estrutura esquemática do discurso e influenciam e impõem limites à escolha de conteúdo léxico-morfológico e de estilo. Nesse sentido, Bazerman (1988) defende que a teoria dos gêneros nos auxilia a navegar pelos mundos complexos da comunicação escrita e das atividades simbólicas. Guedes & Mollica (2013) mencionam que a “embalagem da informação” portanto não é aleatória, considerando-se especialmente as abordagens teóricas e descritivas sobre gênero discursivo e seu conteúdo léxico-morfológico.

Em síntese, a análise gêneros investiga como através do uso recorrente de formas convencionalizadas os indivíduos desenvolvem relações, estabelecem comunidades e processam suas tarefas. Nesse sentido, os gêneros são então os efeitos da ação de agentes sociais individuais tanto do ponto de vista histórico quanto de contextos particulares. (Kress, 1989). A Teoria de Gêneros Discursivos baseia-se na ideia de que as diferenças e as similaridades nos aspectos linguísticos e retóricos de textos permitem classificá-los como um gênero discursivo ou outro. Para sistematizar essas classificações, as pesquisas vêm apontando tais aspectos em gêneros discursivos distintos.



Na CI, alguns estudos recentes vêm apontado a importância da aproximação da análise de discurso em textos científicos e teoria de gêneros com a Bibliometria na CI como contribuição para análise e indexação temática da escrita científica.

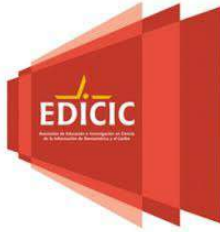
Sob a perspectiva da análise de domínio na Organização do Conhecimento, Hjørland (2002), fundamentado em modelos sociocognitivos, considera onze abordagens da análise de domínios, que são:

- ✓ produção e avaliação de guias da literatura e assuntos;
- ✓ produção de classificações especializados e de tesouros;
- ✓ pesquisas sobre indexação e recuperação da informação em domínios especializados;
- ✓ estudos empíricos de usuários em diferentes áreas de assunto;
- ✓ produção e interpretação de estudos bibliométricos;
- ✓ estudos de gêneros de documentos em domínios do conhecimento;
- ✓ estudos críticos e epistemológicos de diferentes paradigmas, hipóteses e interesses em domínios do conhecimento;
- ✓ estudos terminológicos, linguagens para fins especiais e análise do discurso em áreas específicas do conhecimento;
- ✓ estudo de estruturas e instituições na comunicação científica em um domínio do conhecimento;
- ✓ análise de domínio, investigando a cognição profissional e inteligência artificial;
- ✓ estudos históricos de serviços e estruturas de informação nos domínios do conhecimento.

Nesse campo do conhecimento, são de interesse especial para esse estudo (i) pesquisas sobre indexação e recuperação da informação em domínios especializados;(ii) produção e interpretação de estudos bibliométricos;(iii) estudos de gêneros de documentos em domínios do conhecimento;e (iv) estudos terminológicos, linguagens para fins especiais e análise do discurso em áreas específicas do conhecimento.

3.2. Leis de Zipf e ponto de transição de Goffman na Bibliometria

Na Bibliometria, as Leis de Zipf e o Ponto de Transição de Goffman estão relacionados com a indexação temática da escrita científica. A Primeira Lei de Zipf diz que



“o produto da ordem de série(r) de uma palavra, pela sua frequência (f) é aproximadamente constante (C). Enunciou assim que:

$$r \times f = C$$

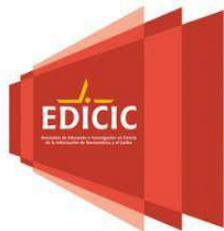
Estudos sobre a aplicabilidade da lei indicam que ela somente se aplica às palavras de alta frequência. Para palavras de baixa frequência (alta ordem de série), Zipf propôs uma segunda lei, revisada e modificada por Booth. A lei de Zipf-Booth enuncia que, em um texto, várias palavras de baixa frequência (alta ordem de série) têm a mesma frequência. Booth, ao modificá-la, a representa matematicamente da seguinte forma:

$$\frac{I_1}{I_n} = \frac{n(n+1)}{2}$$

Esses dois comportamentos distintos definem as extremidades da lista de distribuição de palavras. Assim, é razoável ocorrer uma região de transição do comportamento das palavras de alta frequência para as palavras de baixa frequência. Goffman, segundo Pao (1978), admitiu que, nessa região de transição, estariam as palavras de maior carga semântico de um texto. De acordo com Goffman, para delimitar essa região, a expressão da Segunda Lei de Zipf teria que fornecer o comportamento típico das palavras de alta frequência, isto é, o número de palavras que têm frequência n tenderia a 1. Substituindo-se, na expressão da Segunda Lei de Zipf-Booth, I_n por 1, obtém-se :

$$n = \frac{-1 + \sqrt{1 + 8I_1}}{2}$$

Ao valor de n assim determinado dá-se o nome de Ponto de Transição (T) de Goffman. O Ponto T de Goffman determina graficamente a localização onde ocorre a transição das palavras de baixa frequência para as de alta frequência. Ao redor desse ponto, existe uma região com probabilidade de concentrar as palavras de alto conteúdo semântico e, portanto, aquelas que seriam usadas para indexação temática de um texto. Goffman apresenta, com o Ponto de T , a primeira oportunidade de se decompor um texto sintaticamente, focando sua indexação.



Rouault; Antoniadis & Lallich-Boidin (1987) destacam que a aplicação das Leis de Zipf possibilita a delimitação de três zonas em qualquer índice e que as fronteiras entre elas não são claras. Segundo os autores, a primeira zona é constituída de formas com um número elevado de ocorrências. Ela contém, acima de tudo, palavras cuja presença deve-se a razões de sintaxe e poucos representantes das categorias de substantivos, adjetivos, verbos etc... Já a segunda zona, na opinião de Rouault, Antoniadis & Lallich-Boidin (1987), se caracteriza, sobretudo, pelo fato de conter uma quantidade maior que a primeira zona de representantes de categorias morfológicas “informativas”, tais como: substantivo, verbo etc. A terceira zona contém as formas que jamais serão utilizadas como palavras-chave. A parte mais importante da terceira zona é composta por formas que ocorrem uma única vez no *corpus* e que representam freqüentemente 50% das formas distintas. Rouault; Antoniadis & Lallich-Boidin (1987) ressaltam, nessas zonas, a segunda e o final da primeira que se caracterizam pela presença de palavras com potencial para representação temática.

Essa pesquisa aplica as Leis de Zipf e o Ponto de Transição de Goffman, a *corpora* em Ciência e Tecnologia de Alimentos, para a delimitação da região de concentração de palavras com alta carga semântica. Após, são consideradas a Teoria Lexical e a Teoria do Gênero Discursivo no âmbito da análise crítica do discurso, na Linguística, para a investigação das freqüências de uso e produtividade de nominalizações deverbais relevantes do ponto de vista da indexação temática.

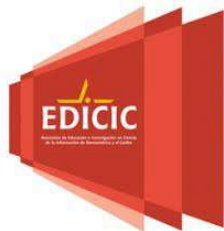
4. METODOLOGIA

Seleção da amostra e os procedimentos metodológicos foram embasados em Guedes (2010).

Assim, a amostra foi definida em artigos em língua portuguesa editados em um título de periódico da área de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Para a seleção do título de periódico, estabeleceram-se os seguintes critérios:

- (a) título de periódico indexado na *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*¹;

¹ A SciELO indexa coleções de títulos de periódicos e coleções de livros que compõem bases de dados de países da América do Sul, América Central, América do Norte, África, Europa, em diversas áreas do conhecimento. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em 27 de junho de 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

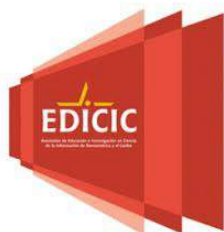
- (b) título de periódico brasileiro;
- (c) título de periódico com edição de artigos em língua portuguesa;
- (d) título de periódico avaliado com estrato A1 ou A2, no Qualis, na área de avaliação Ciência e Tecnologia de Alimentos, no período de 2012;
- (e) artigos de periódico editados no triênio 2010-2012, incluindo os publicados em suplementos especiais.

4.1. Processo e Seleção do título de periódico para a pesquisa

Na *Scientific Eletronic Library Online*, foram encontrados 4 títulos de periódicos que tratam de ciência e tecnologia de alimentos, abaixo relacionados, com os editores e *International Standard Serial Number (ISSN)*. Inicialmente, foi analisada a política editorial de cada periódico, na intenção de identificar o idioma de publicação. O *Brazilian Journal of Food Technology* publica artigos em português, em espanhol e em inglês. O *Brazilian Society of Chemical Engineering* e o *Journal of The Brazilian Chemical Society* editam artigos apenas em língua inglesa. Por sua vez, o *Ciência e Tecnologia de Alimentos* publicou artigos em português, em espanhol e em inglês até 2011. A partir de 2012, o periódico passou a editar artigos apenas em língua inglesa. Assim, apenas os periódicos *Brazilian Journal of Food Technology* e *Ciência e Tecnologia de Alimentos* se enquadram no critério de edição de artigos em português. Foi consultado o sistema WebQualis² para os resultados obtidos na avaliação dos periódicos pela CAPES. Na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos, o *Journal of Food Technology* obteve estrato B5, ao passo que o *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, B2. Observou-se que nenhum dos periódicos obteve estratos A1 e A2, conforme os critérios de amostragem previamente estabelecidos. Diante disso, optou-se por selecionar o periódico cuja avaliação tenha sido mais próxima de A2. Assim, o periódico *Ciência e Tecnologia de Alimentos* foi selecionado. Após, foi selecionada a amostra de artigos para se proceder a análise.

4.2. A coleta de dados

² O WebQualis da CAPES é um sistema que registra a classificação de títulos de periódico, segundo critérios QUALIS estabelecidos por áreas do conhecimento. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> Acesso em: 27/06/2015



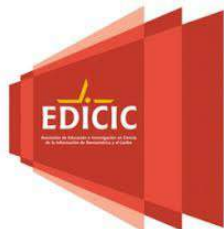
Em uma planilha do *software Microsoft Office Excel 2007*, foram catalogados artigos publicados no triênio 2010-2012. Além do título do artigo, foram incluídas informações a respeito do volume e número de publicação, bem como os idiomas do resumo e do texto. As informações a respeito do idioma dos resumos foram coletadas visando a possíveis estudos futuros sobre questões relacionadas à acessibilidade da base. O Quadro 1 resume as informações obtidas durante a coleta de dados.

ARTIGOS EDITADOS NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS								
Volume	Número	Idioma						Totais
		Resumo			Texto			
		EP	SP	ES	P	E	S	
30	1	38	0	2	21	18	1	40
30	2	38	0	0	23	15	0	38
30	3	40	0	0	26	14	0	40
30	4	39	0	0	12	27	0	39
30	E	37	3	0	30	7	3	40
31	1	40	0	0	7	33	0	40
31	2	40	0	0	4	36	0	40
31	3	39	0	0	0	39	0	39
31	4	27	0	0	0	27	0	27
32	1	30	0	0	0	30	0	30
32	2	30	0	0	0	30	0	30
32	3	27	0	0	0	27	0	27
32	4	30	0	0	0	30	0	30
2010		192	3	2	112	81	4	197
2011		146	0	0	11	135	0	146
2012		117	0	0	0	117	0	117
2010		97,5%	1,5%	1,0%	56,9%	41,1%	2,0%	42,83%
2011		100,0%	0,0%	0,0%	7,5%	92,5%	0,0%	31,74%
2012		100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	25,43%
Total		455	3	2	123	333	4	460
		98,9%	0,7%	0,4%	26,7%	72,4%	0,9%	

Quadro 1. Artigos editados na Revista Ciência e Tecnologia de Alimentos de acordo com o idioma da publicação

Conforme apresentado no Quadro 1, no triênio 2010-2012, foram publicados 460 artigos no periódico Ciência e Tecnologia de Alimentos. Dentre esses, 123 (26,7%) foram editados em português (P), 333 (72,4%) em inglês (E) e 4 (0,9%) em espanhol (S).

Tendo em vista o grande número de artigos publicados em língua portuguesa, foi estabelecido mais um critério para filtrar artigos e compor a amostra. Ou seja, foram selecionados



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

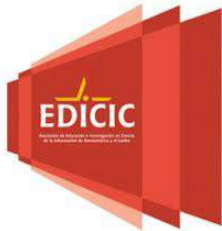
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

os artigos com, no mínimo, um autor afiliado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tais informações foram extraídas dos currículos resumidos dos autores editados nos artigos. Dos 123 artigos publicados em língua portuguesa, foram encontrados 6 artigos. A seguir, os dados sobre os 6 artigos selecionados foram incluídos em planilha do *Software Microsoft Office Excel 2007*, com informações sobre autores e respectivos vínculos institucionais, títulos dos artigos, volumes e números dos fascículos.. Assim, foi composta a amostra da pesquisa, representada no Quadro 2.

Artigos em português de autoria afiliada à UFRJ publicados na Ciência e Tecnologia de Alimentos no triênio 2010 e 2012						
	Autor	Dep.	Inst.	Título	v.	n.
1	Guimarães, R. R. Freitas, M. C. J. de Silva, V. L. M. da	DNBE	UFRJ	Bolos simples elaborados com farinha da entrecasca de melancia (<i>Citrullus vulgaris</i> , sobral): avaliação química, física e sensorial	30	1
2	Valente, A. M. Alexandre, V. M. Cammarota, M. C. Freire, D. M. G.	PPGCAL DEB DEB PPGCAL	UFRJ	Pré-hidrólise enzimática da gordura de efluente da indústria de pescado objetivando o aumento da produção de metano	30	2
3	Mauro, A. K. Silva, V. L. M. da Freitas, M. C. J.	INJC	UFRJ	Caracterização física, química e sensorial de cookies confeccionados com farinha de talo de couve (FTC) e farinha de talo de espinafre (FTE) ricas em fibra alimentar	30	3
4	Mathias, S. P. Rosenthal, A. Gaspar, A. Deliza, R. Slongo, A. P. Vicente, J. Masson, L. M. Barbosa, C.	DTA CTAA DTA LASI EQA DTA DEQ DME	UFRRJ EMBRAPA UFRRJ EMBRAPA UFSC UFRRJ UFRJ UFRRJ	Alterações oxidativas (cor e lipídios) em presunto de peru tratado por Alta Pressão Hidrostática (APH)	30	4
5	Augusta, I. M. Resende, R. M. Borges, S. V. Maia, M. C. A. Couto, M. A. P. G.	EQ DTA DCA EQ EQ	UFRJ UFRRJ UFLA UFRJ UFRJ	Caracterização física e química da casca e polpa de jambo vermelho (<i>Syzygium malaccensis</i> , (L.) Merryl & Perry)	30	4
6	Souza, M. de L. M. de Gonçalves, E. B. Silva, O. F. Farias, A. X. de Cavalcanti, A. L. da S.	NPPN EMBRAPA DE DE DE	UFRJ EMBRAPA UERJ UERJ UERJ	Verificação intralaboratorial da performance obtida em método de determinação de ocratoxina A por purificação em coluna de imunoafinidade e cromatografia líquida de alta eficiência usando café	30	Sulp. 1

Quadro 2. Artigos em português de autoria afiliada à UFRJ publicados na Ciência e Tecnologia de Alimentos no triênio 2010 e 2012



4.3. Processamento dos dados

Os artigos selecionados foram submetidos à contagem de suas frequências de palavras por meio da utilização do *software RankWords 2.0*, desenvolvido pela empresa MechanicWords³. O processamento do *corpus* pelo *software* seguiu os seguintes critérios utilizados por Guedes (2010), estabelecidos por Goffman ao orientar pesquisa de Miranda Pao (1978):

- (a) excluir títulos dos artigos, nomes, afiliações e títulos dos autores, resumos, palavras-chave, sumários, referências, notas de rodapé, bibliografias, agradecimentos, tabelas, gráficos, ilustrações, diagramas, equações e pontuação; e
- (b) considerar citações como parte dos textos e formas flexionadas das palavras como palavras distintas.

O *software* produziu três colunas assim distribuídas: (a) palavras; (b) frequência em ordem decrescente de ocorrência e (c) *rank* das palavras. A coluna (a) diz respeito às palavras ocorrentes no texto. A coluna (b) se refere à quantidade de vezes em que as palavras ocorrem no texto. A coluna (c) indica a posição que a palavra ocupa em relação ao total de palavras, considerando a sua frequência.

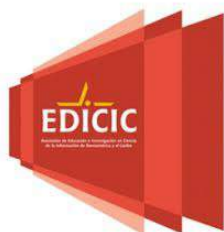
4.4. Aplicação de leis bibliométricas

A aplicação das leis bibliométricas e descrição dos resultados seguiram os padrões apresentados em Guedes (2010), tanto do ponto de vista estrutural quanto da linguagem. Assim, efetuou-se cálculos matemáticos e estatísticos a partir do transporte dos resultados obtidos no *RankWords 2.0* para planilhas do *software Microsoft Office Excel 2007*, para a projeção dos seguintes produtos: $r \times f = C$, total de palavras, total de palavras distintas; o ponto T de Goffman;; *ranking* das palavras válidas de alto conteúdo semântico.

O total de palavras foi calculado mediante a soma da frequência (*f*) de palavras distintas. O total de palavras distintas corresponde ao último número de ordem de série (*r*).

A delimitação da região de transição de Goffman, pela projeção acima do mesmo número de palavras que ocorreram abaixo do Ponto T de Goffman, permitiu a identificação de

³ O *software RankWords 2.0* está disponível no site: http://download.cnet.com/Rank-Words3000-2279_4-10909564.html. Acesso em: 27 de março de 2015. No mesmo site, pode-se obter a licença para o seu uso.



palavras de alto conteúdo semântico em relação aos temas e subtemas abordados nos textos componentes dos *corpora*. Por palavras de alto conteúdo semântico são consideradas os substantivos, os adjetivos e os verbos, bem como eliminadas preposições, conjunções, artigos, pronomes e verbos auxiliares, conforme mencionados por Goffman.

4.5. Identificação de nominalizações deverbais

Para cada artigo coletado, foram identificadas no *ranking* de palavras a frequência de uso e a produtividade das nominalizações deverbais formuladas de acordo com $[X] v \rightarrow [[X] v -\text{ção}] N$, $[X] v \rightarrow [[X] v -\text{mento}] N$, $[X] v \rightarrow [[X] v -\text{ncia}] N$ e $[X] v \rightarrow [[X] v -\text{agem}] N$, produzindo uma nova lista de categorização de nominalizações deverbais contabilizadas de acordo com a sua construção morfológica e recorrência. Após, essas nominalizações foram analisadas do ponto de vista de suas funções de índice na indexação temática.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

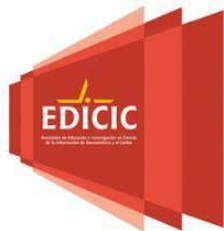
Artigo 1

Guimarães, R. R., Freitas, M. C. J. de & Silva, V. L. M. da. (2010). Bolo simples elaborados com farinha da entrecasca de melancia (*Citrullus vulgaris*, sobral): avaliação química, física e sensorial. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 30 (2): 354-363.

Quadro 1. Referência do Artigo 1 componente da amostra

O Artigo 1 (Quadro 1) reúne um total de 3703 palavras, contendo 1020 palavras distintas que equivalem a aproximadamente 27,5% do total de palavras. A frequência média por palavra, isto é, o índice médio de repetição de cada palavra no *corpus* analisado é de aproximadamente 3,63.

A aplicação da Primeira Lei de Zipf, considerando como palavras de alta frequência as que se situam na ordem de série (r) igual ou menor que 5 ($r \leq 5$), apresentou desvios da média de 390,2, para mais, de 1,52 % ($r=3$), de 22,75% ($r = 3$), e, para menos, de 16,94% ($r = 1$), de 9,35% ($r = 2$) e de 8,65% ($r=5$). A aplicação da Segunda Lei de Zipf ($n \leq 5$), onde $n = f$, apresentou desvios, para menos, de cerca de 19,61% ($n = 2$), 29,41% ($n = 3$), 24,84% ($n = 4$) e 33,82% ($n = 5$).



O Ponto T de Goffman localiza-se aproximadamente na frequência 34 (34,48). Pela projeção para baixo do mesmo número de palavras que ocorre da frequência 39 (onde ocorrem 2 palavras, *para* e *farinha*), um total de 32 palavras é identificado. Nessa região, são identificados 24 itens como preposições, artigos, conjunções, pronomes e verbos auxiliares. Essas palavras foram excluídas na medida em que o objetivo do estudo é a investigação temática dos termos na Região de Transição de Goffman. Assim, foram verificados os itens FEM (farinha de entrecasca de melancia), bolo, bolos, farinha, contendo, fibra, controle, teste e provadores, que são de alta carga semântica em relação aos temas e subtemas abordados no artigo em análise que integram o título e/ou o resumo e/ou as palavras-chave do artigo 1.

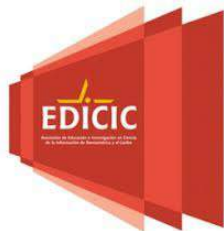
A análise das estruturas léxico-morfológicas nominalizadas no artigo 1 revelou a superioridade no padrão de formação de nominalizações deverbais com o sufixo *-ção* sobre os números de ocorrências de cada padrão investigado. Com o sufixo *-ção*, foram identificadas 46 bases distintas que ocorreram 129 vezes, com frequência média aproximada de 2,8, correspondendo a cerca de 80,1% do total de ocorrências (161) dos diferentes sufixos e a cerca de 68,7% do total de bases distintas (67). O sufixo *-mento* foi ligado a 10 bases distintas que ocorreram 21 vezes, com frequência média 2,1, correspondendo a cerca de 13,0% do total de ocorrências (161) e a cerca de 14,9% do total de bases distintas (67). O sufixo *-agem*, com 2 bases, ocorreu 2 vezes, com frequência média 1, correspondendo a cerca de 1,2% do total de ocorrências (161) e a cerca de 2,9% total de bases distintas (67). O sufixo *-ncia*, com 9 bases distintas, foi empregado 9 vezes, com frequência média 1, correspondendo a cerca de 5,6% do total de ocorrências (161) e a cerca de 13,4% do total de bases distintas (67).

Artigo 2

Valente, A. M., Alexandre, V. M., Cammarota, M. C. & Freire, D. M. G. (2010). Pré-hidrólise enzimática de gordura de efluente da indústria de pescado objetivando o aumento da produção de metano. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 30 (2): 483-488.

Quadro 2. Referência ao artigo 2 componente da amostra

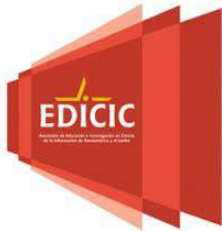
O Artigo 2 (Quadro 2) reúne um total de 2975 palavras, contendo 851 palavras distintas que equivalem a aproximadamente 28,6% do total de palavras. A frequência média por palavra, isto é, o índice médio de repetição de cada palavra no corpus analisado é de aproximadamente 3,5.



A aplicação da Primeira Lei de Zipf, considerando como palavras de alta frequência as que se situam na ordem de serie (r) igual ou menor que 5 ($r \leq 5$), apresentou desvios da média de 329,2, para mais, de 14,86 % ($r = 1$), de 22,2% ($r = 3$), de 13,2% ($r = 5$) e, para menos, de 30,0% ($r = 2$) e de 9,91% ($r = 4$). A aplicação da Segunda Lei de Zipf ($n \leq 5$), onde $n = f$, apresentou desvios, para menos, de cerca de 1, 22% ($n = 2$), 30,5% ($n = 3$), 47,15% ($n = 4$) e 14,63% ($n = 5$).

O Ponto T de Goffman localiza-se aproximadamente na frequência 31 (30,8). Pela projeção para baixo do mesmo número de palavras que ocorre da frequência 31 (onde ocorrem o artigo os e a sigla PES), um total de 20 palavras é identificado. Nessa região, são identificados 17 itens como preposições, artigos, conjunções, pronomes e verbos auxiliares. Essas palavras foram excluídas na medida em que o objetivo do estudo é a investigação temática dos termos na Região de Transição de Goffman. Assim, foram verificadas as palavras hidrólise, produção, efluente, tratamento e horas, assim como a sigla PES (preparados enzimáticos sólidos), que são de alta carga semântica em relação aos temas e subtemas abordados no artigo em análise e que integram o título e/ou o resumo e/ou as palavras-chave do artigo 2. Observou-se ainda no artigo 2 que o controle da variação de número de alguns substantivos flexionados, formas no singular e no plural, permitiria que essas palavras se situassem na Região de Transição de Goffman (Exemplo: efluente/efluentes).

A análise das estruturas léxico-morfológicas em foco recorrentes no Artigo 2 revelou a superioridade no padrão de formação de nominalizações deverbais com o sufixo *-ção* sobre os números de ocorrências de cada padrão investigado. Com o sufixo *-ção*, foram identificadas 44 bases distintas que ocorreram 130 vezes, com frequência média aproximada de 2,9, correspondendo a cerca de 74,7% do total de ocorrências (174) dos diferentes sufixos e a cerca de 71,0% do total de bases distintas (62). O sufixo *-mento* foi ligado a 14 bases distintas que ocorreram 40 vezes, com frequência média 2,8, correspondendo a cerca de 30,8% do total de ocorrências (174) e a cerca de 22,6% do total de bases distintas (62). O sufixo *-agem*, ligado a 2 bases distintas, ocorreu 2 vezes, com frequência média 1, correspondendo a cerca de 1,2% do total de ocorrências (174) e a cerca de 3,2% total de bases distintas (62). O sufixo *-ncia*, ligado a 2 bases distintas, foi empregado 2 vezes, com frequência média 1,



correspondendo a cerca de 1,5% do total de ocorrências (161) e a cerca de 3,2% do total de bases distintas (62).

Artigo 3

Mauro, A. K., Silva, V. L. M. da & Freitas, M. C. J. de. (2010). Caracterização física, química e sensorial de cookies confeccionados com Farinha de Talo de Couve (FTC) e Farinha de Talo de Espinafre (FTE) ricas em fibra alimentar. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 30 (3): 719-728.

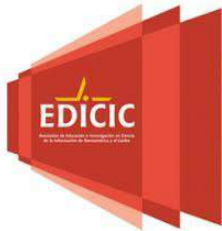
Quadro 3. Referência ao artigo 3 componente da amostra

O Artigo 3 (Quadro 3) reúne um total de 3883 palavras, contendo 1067 palavras distintas que equivalem a aproximadamente 27,4% do total de palavras. A frequência média por palavra, isto é, o índice médio de repetição de cada palavra no corpus analisado é de aproximadamente 3,6.

A aplicação da Primeira Lei de Zipf, considerando como palavras de alta frequência as que se situam na ordem de serie (r) igual ou menor que 5 ($r \leq 5$), apresentou desvios da média de 392,6, para mais, de 11,1 % ($r = 2$) e de 8,24% ($r = 5$), e, para menos, de 3,1% ($r = 1$), de 13,8% ($r = 3$) e de 6,74% ($r = 4$). A aplicação da Segunda Lei de Zipf ($n \leq 5$), onde $n = f$, apresentou desvios, para menos, de cerca de 18,7% ($n = 2$), 9,9% ($n = 3$), 28,2% ($n = 4$) e 33,9% ($n = 5$).

O Ponto T de Goffman localiza-se aproximadamente na frequência 34 (34,5). Pela projeção para baixo do mesmo número de palavras que ocorre acima da frequência 34 teve frequência 35???, um total de 26 palavras é identificado. Nessa região, são identificados 17 itens como preposições, artigos, conjunções, pronomes e verbos auxiliares. Essas palavras foram excluídas na medida em que o objetivo do estudo é a investigação temática dos termos na Região de Transição de Goffman. Assim, foram verificados as palavras *cookies*, farinha, fibra, valores e experimentais, que são de alta carga semântica em relação aos temas e subtemas abordados no artigo em análise e que, com exceção de valores, integram o título e/ou o resumo e/ou as palavras-chave do artigo 3.

A análise das estruturas léxico-morfológicas nominalizadas em foco recorrentes no Artigo 3 revelou a superioridade no padrão de formação de nominalizações deverbais com o sufixo *-ção* sobre os números de ocorrências de cada padrão investigado. Com o sufixo *-ção*, foram identificadas 37 bases distintas que ocorreram 75 vezes, com frequência média aproximada de 2,0, correspondendo a cerca de 62,5% do total de ocorrências (120) dos



diferentes sufixos e a cerca de 60,7% do total de bases distintas (61). O sufixo *-mento* foi ligado a 13 bases distintas que ocorreram 23 vezes, com frequência média 1,7, correspondendo a cerca de 19,2% do total de ocorrências (120) e a cerca de 21,3% do total de bases distintas (61). O sufixo *-agem*, ligado a 2 bases, ocorreu 5 vezes, com frequência média 2,5, correspondendo a cerca de 4,2% do total de ocorrências (120) e a cerca de 3,3% total de bases distintas (61). O sufixo *-ncia*, ligado a 9 bases distintas, foi empregado 17 vezes, com frequência média 1,8, correspondendo a cerca de 14,2% do total de ocorrências (120) e a cerca de 14,8% do total de bases distintas (61).

Artigo 4

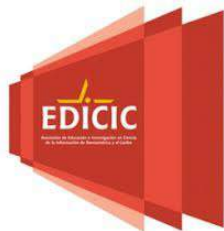
Mathias, S. P., Rosenthal, A., Gaspar, A., Deliza, R., Slongo, A. P., Vicente, J. et al.. (2010). Aletrações oxidativas (cor e lipídios) em presunto de peru tratado por Alta Pressão Hidrostática (APH). *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 30 (4): 852-857.

Quadro 4. Referência ao artigo 4 componente da amostra

O Artigo 4 (Quadro 4) reúne um total de 2745 palavras, contendo 887 palavras distintas que equivalem a aproximadamente 32,3% do total de palavras. A frequência média por palavra, isto é, o índice médio de repetição de cada palavra no *corpus* analisado é de aproximadamente 3,0.

A aplicação da Primeira Lei de Zipf, considerando como palavras de alta frequência as que se situam na ordem de série (r) igual ou menor que 5 ($r \leq 5$), apresentou desvios da média de 291,, para mais, de 9,9 % ($r = 3$) e de 15,3% ($r = 5$), e, para menos, de 17,59 % ($r = 1$), de 11,40% ($r = 2$) e de 4,1% ($r = 4$). A aplicação da Segunda Lei de Zipf ($n \leq 5$), onde $n = f$, apresentou desvios, para menos, de cerca de 27,7% ($n = 2$), 21,2% ($n = 3$), 49,6% ($n = 4$) e 40,6% ($n = 5$).

O Ponto T de Goffman localiza-se aproximadamente na frequência 33 (32,8). Pela projeção para baixo do mesmo número de palavras que ocorre acima da frequência 33, um total de 17 palavras é identificado. Nessa região, as palavras identificadas correspondem a preposições, artigos, conjunções, pronomes e verbos auxiliares. A Região de Transição de Goffman neste artigo não apresentou nenhuma palavra de alto conteúdo semântico. Observou-se ainda no artigo 4 que o controle da variação de número de alguns substantivos flexionados,



formas no singular e no plural, permitiria que essas palavras se situassem nessa região (Exemplo: amostra/amostras). Nesse caso (artigo 4), esse controle provavelmente influenciaria no cálculo percentual dos textos em que a aplicação da fórmula do Ponto T e do mecanismo de delimitação da Região de Transição de Goffman se revelou satisfatória, ou seja, de 83,3% (cinco artigos) para 100% (seis artigos).

A análise das estruturas léxico-morfológicas nominalizadas em foco recorrentes no Artigo 4 revelou a superioridade no padrão de formação de nominalizações deverbais com o sufixo *-ção* sobre o número de ocorrências de cada padrão investigado. Com o sufixo *-ção*, foram identificadas 42 bases distintas que ocorreram 95 vezes, com frequência média aproximada de 2,2, correspondendo a cerca de 68,3% do total de ocorrências (139) dos diferentes sufixos e a cerca de 67,7% do total de bases distintas (62). O sufixo *-mento* foi ligado a 11 bases distintas que ocorreram 31 vezes, com frequência média 2,8, correspondendo a cerca de 22,3% do total de ocorrências (139) e a cerca de 17,7% do total de bases distintas (62). O sufixo *-agem*, ligado a 3 bases, ocorreu 7 vezes, com frequência média 2,3, correspondendo a cerca de 5,0% do total de ocorrências (139) e a cerca de 3,3% total de bases distintas (61). O sufixo *-ncia*, ligado a 6 bases distintas, foi empregado 6 vezes, com frequência média 1, correspondendo a cerca de 4,3% do total de ocorrências (139) e a cerca de 9,7% do total de bases distintas (61).

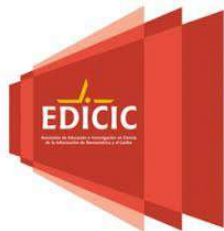
Artigo 5

Augusta, I. M., Resende, J. M., Borges, S. V., Maia, M. C. A. & Couto, M. A. P. G.. (2010). Caracterização física e química da casca e polpa de jamba vermelho (*Syzygiummalaccensis*, (L.) Merryl& Perry). *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 30 (4): 928-932.

Quadro 5. Referência ao artigo 5 componente da amostra

O Artigo 5 (Quadro 5) reúne um total de 2421 palavras, contendo 783 palavras distintas que equivalem a aproximadamente 32,3% do total de palavras. A frequência média por palavra, isto é, o índice médio de repetição de cada palavra no *corpus* analisado é de aproximadamente 3,0.

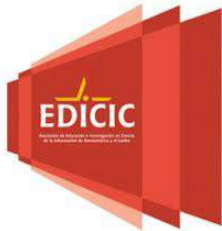
A aplicação da Primeira Lei de Zipf, considerando como palavras de alta frequência as que se situam na ordem de série (*r*) igual ou menor que 5 ($r \leq 5$), apresentou desvios da média



de 455, para mais, de 14,7 % ($r = 5$), e, para menos, de 4,0 % ($r = 1$), de 8,9% ($r = 2$), de 5,0% ($r = 3$) e de 0,3% ($r = 4$). A aplicação da Segunda Lei de Zipf ($n \leq 5$), onde $n = f$, apresentou desvios, para menos, de cerca de 10,0% ($n = 2$), 47,5% ($n = 3$), 41,7% ($n = 4$) e 28,1% ($n = 5$).

O Ponto T de Goffman localiza-se aproximadamente na frequência 30 (30,4). . Pela projeção para baixo do mesmo número de palavras que ocorre acima da frequência 30, um total de 22 palavras é identificado. Nessa região, são identificados 14 itens como preposições, artigos, conjunções, pronomes, símbolos matemáticos e verbos auxiliares. Essas palavras foram excluídas na medida em que o objetivo do estudo é a investigação temática dos termos na Região de Transição de Goffman. Assim, foram verificados os itens casca, g (grama), frutos, jambo, polpa, mg (miligrama), teor e fruto, que são de alta carga semântica em relação ao artigo em análise e que, com exceção de teor, integram o título e/ou o resumo e/ou as palavras-chave. Observou-se ainda no artigo 5 que o controle da variação de número de alguns substantivos flexionados, formas no singular e no plural, permitiria que essas palavras se situassem nessa região (Exemplo: fruto/frutos).

A análise das estruturas léxico-morfológicas nominalizadas em foco recorrentes no Artigo 5 revelou a superioridade no padrão de formação de nominalizações deverbais com o sufixo *-ção* sobre o número de ocorrências de cada padrão investigado. Com o sufixo *-ção*, foram identificadas 37 bases distintas que ocorreram 70 vezes, com frequência média aproximada de 1,8, correspondendo a cerca de 63,6% do total de ocorrências (174) dos diferentes sufixos e a cerca de 64,9% do total de bases distintas (57). O sufixo *-mento* foi ligado a 15 bases distintas que ocorreram 34 vezes, com frequência média 2,2, correspondendo a cerca de 30,9% do total de ocorrências (110) e a cerca de 26,3% do total de bases distintas (57). O sufixo *-agem*, ligado a 4 bases, ocorreu 5 vezes, com frequência média 1,2, correspondendo a cerca de 4,5% do total de ocorrências (110) e a cerca de 7% total de bases distintas (57). O sufixo *-ncia*, ligado a 1 base distinta, foi empregado 1 vez, com frequência média 1, correspondendo a cerca de 0,9% do total de ocorrências (110) e a cerca de 1,8% do total de bases distintas (57).



Artigo 6

Souza, M. L. M. de, Gonçalves, E. B., Silva, O. F., Farias, A. X. de e Cavalcanti, A. L. da S.. (2010). Verificação intralaboratorial da performance obtida em método de determinação de ocratoxina A por purificação em coluna de imunoafinidade e cromatografia líquida de alta eficiência usando café. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 30 (1): 187-204.

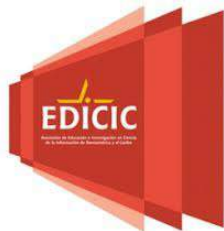
Quadro 6. Referência ao artigo 6 componente da amostra

O Artigo 6 (Quadro 6) reúne um total de 2748 palavras, contendo 845 palavras distintas que equivalem a aproximadamente 30,7% do total de palavras. A frequência média por palavra, isto é, o índice médio de repetição de cada palavra no *corpus* analisado é de aproximadamente 3,2.

A aplicação da Primeira Lei de Zipf, considerando como palavras de alta frequência as que se situam na ordem de série (r) igual ou menor que 5 ($r \leq 5$), apresentou desvios da média de 254,2, para mais, de 1,4 % ($r = 2$), de 6,8 % ($r = 3$), de 3,16% ($r = 4$) e de 6,0% ($r = 5$), e, para menos, de 22,6 % ($r = 1$). A aplicação da Segunda Lei de Zipf ($n \leq 5$), onde $n = f$, apresentou desvios, para menos, de cerca de 28,0% ($n = 2$), 24,0% ($n = 3$), 53,9% ($n = 4$) e 42,4% ($n = 5$).

O Ponto T de Goffman localiza-se aproximadamente na frequência 32 (31,8). . Pela projeção para baixo do mesmo número de palavras que ocorre acima da frequência 32, um total de 23 palavras é identificado. Nessa região, são identificados 16 itens como preposições, artigos, conjunções, pronomes, símbolos matemáticos e verbos auxiliares. Essas palavras foram excluídas na medida em que o objetivo do estudo é a investigação temática dos termos na Região de Transição de Goffman. Assim, foram verificados os itens μg (micrograma), kg (quilograma), padrão, faixa, limite, trabalho e significativo, que são de alta carga semântica em relação ao artigo em análise e que, com exceção de significativo, integram o título e/ou o resumo e/ou as palavras-chave.

A análise das estruturas léxico-morfológicas nominalizadas em foco recorrentes no Artigo 6 revelou a superioridade no padrão de formação de nominalizações deverbais com o sufixo *-ção* sobre o número de ocorrências de cada padrão investigado. Com o sufixo *-ção*, foram identificadas 38 bases distintas que ocorreram 118 vezes, com frequência média aproximada de 3,1, correspondendo a cerca de 76,6% do total de ocorrências (154) dos



diferentes sufixos e a cerca de 69,1% do total de bases distintas (55). O sufixo *-mento* foi ligado a 5 bases distintas que ocorreram 14 vezes, com frequência média 2,8, correspondendo a cerca de 9,1% do total de ocorrências (154) e a cerca de 9,1% do total de bases distintas (57). O sufixo *-agem*, ligado a 3 bases, ocorreu 4 vezes, com frequência média 1,3, correspondendo a cerca de 2,6% do total de ocorrências (154) e a cerca de 5,5% total de bases distintas (55). O sufixo *-ncia*, ligado a 9 bases distintas, foi empregado 18 vezes, com frequência média 2, correspondendo a cerca de 2,6% do total de ocorrências (154) e a cerca de 16,4% do total de bases distintas (55).

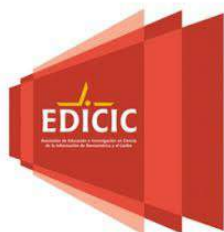
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção discute os resultados apresentados na seção anterior. Dessa forma, é discutida a aplicação das Leis de Zipf e da delimitação da região de Transição de Gofmann aos artigos componentes da amostra. Identifica regularidades encontradas durante o processamento dos dados, ratificando o que a literatura diz sobre artigos de periódicos científicos.

Entre os artigos que integram a amostra, o maior reúne 3883 palavras e o menor, 2421. A média de palavras reunidas foi equivalente a 3079 palavras, podendo ser considerados textos suficientemente longos, em conformidade com o estabelecido pela Lei de Zipf, os artigos com 3000 ou mais palavras (Pao, 1978). O índice médio de repetição de palavras é equivalente a 3,3. O quociente de palavras distintas pelo número de palavras variou entre 27,5% e 32,3% (*cf.*Figura 1). Observou-se certa regularidade na proporção de palavras distintas em relação ao total de palavras dos textos, permitindo inferências sobre os padrões de escrita em artigos científicos.

Tabela 1. Quocientedo número de palavras distintas pelo total de palavras

	Artigos Analisados						Média
	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3	Artigo 4	Artigo 5	Artigo 6	
Palavras	3703	2975	3883	2745	2421	2748	3079,2
Palavras Distintas	1020	851	1067	887	783	845	908,8
%	27,5%	28,6%	27,5%	32,3%	32,3%	30,7%	29,5%



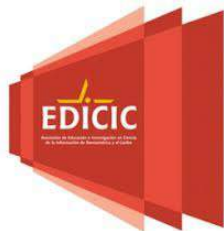
A aplicação da primeira Lei de Zipf não trouxe resultados satisfatórios para a pesquisa. Os desvios da constante (C) variou entre 30% para menos e 15,3% nas palavras com alta ordem de série (r). Observa-se também nesta região que as palavras de baixos *ranks* (altas frequências) se associam a palavras de baixo conteúdo semântico, com exceção de FEM (r = 5) no artigo 1 e de *cookies* (r = 5) no artigo 3. Tais observações sustentam estudos anteriores (Guedes, 1994; 2010; Pao, 1978).

A segunda Lei de Zipf também não resultou em uma aplicação satisfatória. Em todos os artigos foram observadas diferenças entre os valores previstos e os valores observados para a frequência (f). Na frequência 4 (f = 4), os desvios chegaram a 98,6%, no artigo 3, e a 117,1%, no artigo 6, em relação aos valores previstos. Os desvios previstos da frequência (f) em relação variaram em todos os artigos.

Tabela 2. Aplicação da Segunda Lei de Zipf em artigos de Ciência e Tecnologia de Alimentos

N ≤ 5	Valor Previsto						Valor Observado						Desvio					
	Segunda Lei de Zipf						Artigos						Valor previsto/Valor observado (%)					
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A1	A2	A3	A4	A5	A6
I ₁	612	492	613	556	480	521	612	492	613	556	480	521	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I ₂	204	164	204,3	185,3	160	173,7	164	162	166	134	144	125	24,4	1,2	23,1	38,3	11,1	39,0
I ₃	102	82	102,1	92,7	80	86,9	72	57	92	73	42	66	41,7	43,9	11,0	27,0	90,5	31,7
I ₄	61,2	49,2	61,3	55,6	48	52,1	46	26	44	28	28	24	33,0	89,2	39,3	98,6	71,4	117,1
I ₅	40,8	32,8	40,9	37,1	32	34,7	27	28	27	22	23	20	51,1	17,1	51,5	68,6	39,1	73,5

Em suma, as leis de Zipf não se aplicaram satisfatoriamente nos artigos em foco. Em 83,3% (cinco artigos) dos textos, a aplicação da fórmula do Ponto T e do mecanismo de delimitação da Região de Transição de Goffman se revelou satisfatória. Ademais, observou-se uma crescente tendência do domínio da Ciência e Tecnologia de Alimentos em editar artigos em língua inglesa e em coautoria com pesquisadores de instituições distintas. Provavelmente, esses fatos sugerem a tentativa de internacionalização da ciência brasileira, além da colaboração das instituições de pesquisa no Brasil.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

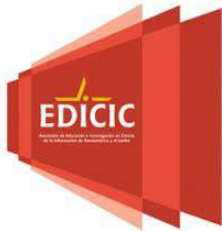
Conclui-se que os resultados obtidos nessa pesquisa contribuem para a ampliação da abordagem teórica e prática dos processos de indexação temática no âmbito da organização do conhecimento, especificamente para o processamento do procedimento de indexação e busca em sistemas semiautomáticos de representação e recuperação da informação.

A pesquisa ratifica as conclusões e reflexões mencionadas na tese de doutoramento de Guedes (2010) sobre a função de índice temático da nominalização deverbal na escrita científica, ampliada em estudos desenvolvidos por Guedes & Santos (2013), assim como Guedes, Santos & Barbosa (2013; 2015) em *corpora* distintos, como escrita de cartas científicas e discurso em aula de Química (Base de Dados do PEUL/UFRJ).

Assim, conclui-se que, para os artigos analisados, a aplicação das Leis de Zipf não se verificou satisfatoriamente. Entretanto, observam-se baixos *ranks* (altas frequências) associados a palavras de baixo conteúdo semântico como artigos, preposições, conjunções, verbos auxiliares etc. como mencionado na literatura. As razões devem ser investigadas, considerando, por exemplo, coautorias, número total de palavras empregadas, adequação da linguagem e exigências da comunidade discursiva em Ciência e Tecnologia de Alimentos no que tange à escrita de artigos científicos.

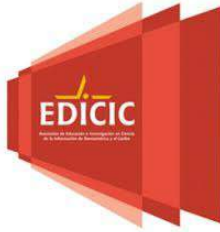
No entanto, a investigação das frequências de uso das nominalizações deverbais na Região de Transição d Goffman revelou-se satisfatória em cinco artigos. Assim, os achados de pesquisas apontam para a importância da análise léxico-morfológica da produtividade e frequência de uso de nominalizações deverbais no discurso científico, sobretudo para comprovar que as nominalizações em *-ção*, na escrita científica na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos apresentam alta densidade de informação.

Finalmente, o presente estudo contribui para o refinamento do método bibliométrico de indexação em análise, sobretudo no que se refere à identificação do conteúdo informativo de artigos científicos e tecnológicos.



8. REFERÊNCIAS

- Andersen, J. (2008). The concept of genre in the information studies. *Annual Review of Information Science and Technology*, 42, p. 339-367.
- Basílio, M. M. de P. (1980). *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.
- Basílio, M. M. de P. (1999). *A morfologia no Brasil: indicadores e questões*. D.E.L.T.A., 15 (special issue): 53-70.
- Basílio, M. M. de P. (2007). *Teoria Lexical*. 8. ed. São Paulo: Ática. (Série Princípios, 88).
- Bazerman, C. (2006). *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Editora Cortez.
- Bazerman, C. (1988). Reporting the experiment: the changing account of scientific doings in the philosophical transactions of Royal Society, 1665-1800. In Bazerman, C. *Shaping written knowledge: the genre and activity of the experimental article in science*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- Câmara Jr., J. M. (1985). *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão.
- Dubois, J., Giacomo, M., Guespin, L., Marcellesi, C., Marcellesi, J.-B. & Mervel, J.-P. (2007). *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix.
- Guedes, V. L. da S. (2010). *Nominalizações deverbais em artigos científicos: uma contribuição para a análise e a indexação temática da informação*. Tese de Doutorado em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Guedes, V. L. da S. (1994). Estudo de um critério para indexação automática derivativa de textos científicos e tecnológicos. *Ciência da Informação*, 23 (3): 318-326.
- Guedes, V. L. da S., Mollica, M. C. de M. & Leal, M. B.. (2011). Produtividade léxico-morfológica em artigos científicos em língua portuguesa numa perspectiva interdisciplinar. In: *Congreso Internacional de la Asociación de Linguística y Filología de la América Latina*, 16. Alcalá de Henares, Madrid: ALFAL.
- Guedes, Vânia Lisbôa da Silveira; Santos, Maria José Velloso da Costa.. Recorrência de nominalizações deverbais em resumos de cartas científicas em língua portuguesa e a indexação temática. *Linguística*, Madrid, v. 29, p. 37-57, 2013. Disponível em: http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/29_1_linguistica_037_057.pdf Acesso em: 10 de maio de 2014.
- Guedes, Vânia Lisboa da Silveira; Barbosa, Maria de Fátima de Oliveira ; Santos, Maria José Velloso da Costa. *Investigação da regularidade e produtividade de nominalizações deverbais em cartas científicas em língua portuguesa*. In: Fernanda Ribeiro & Maria Elisa Cerveira (Org.). (Org.). *Informação e/ou conhecimento: as duas faces do Jano*. 1ª ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - CETAC. MEDIA ISKO, 2013, v. 1, p. 276-288. ISBN: 978.989-8648-10-5
- Guedes, Vânia Lisbôa da Silveira; Barbosa, Maria de Fátima de Oliveira ; Santos, Maria José Velloso da Costa. Bibliometrics study of the use frequencies nominalizations in Brazilian Portuguese language in scientific letters: contribution to the subject indexing. In: *PROCEEDINGS OF THE QUALITATIVE AND QUANTITATIVE METHODS IN LIBRARIES INTERNATIONAL CONFERENCE*, 7. Paris: Institut Universitaire de Technologie/Université Paris Descartes, 2015 (No prelo)
- Hjørland, B. (2002). Domain analysis in information science: eleven approaches - traditional as well as innovative. *Journal of documentation*, 58 (4): 422-462.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- Hjørland B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(6), 400–425.
- Hyland, K. (2009). *Academic discourse: english in a global context*. New York: Continuum International Publishing Group.
- Hyland, K. & Salager-Meyer, F. Scientific writing. (2008). *Annual Review of Information Science and Technology*, 42 (1), p. 297-338.
- Kress, Gunther (1989). *Linguistic processes in sociocultural practice*. Oxford: Oxford University Press.
- Mollica, M. C. de M. & G., Vânia L. da S.. (2013). Mudança no fluxo informacional e gêneros discursivos. In Albagli, Sarita (Org.). *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília, DF: IBICT: 216-235.
- Pao, M. L.. (1978). Automatic text analysis based on transition phenomena of word occurrences. *Journal of the American Society for Information Science*, 29 (3): 121-12.
- Rouault; Antoniadis & Lallich-Boidin (1987). *Linguistique automatique: applications documentaires*. Berne: Peter Lang. (Sciences pour la communication, 17).
- SPENCER, Andrew. Morphology. In: ARONOFF, M.; REES-MILLER, J. (Ed.) *The handbook of linguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2003. cap 9. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=0aFqBR0MrgC&pg=PA715&dq=ARONOFF,+M.%3B+REES-MILLER&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=ARONOFF%2C%20M.%3B%20REES-MILLER&f=false Acesso em: 27/05/2015.
- Swales, J. M. (1990). *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

X EDICIC – 2016



Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SERVIÇO DE REFERÊNCIA DO PONTO DE VISTA DO BIBLIOTECÁRIO

ANÁLISIS ESTRATÉGICO DEL SERVICIO DE REFERENCIA DESDE EL PUNTO DE VISTA DEL BIBLIOTECÁRIO

Marcia Delfino Hayaxibara, USP
Ieda Pelógia Martins Damian, USP

Resumo: A biblioteca contemporânea busca proporcionar o acesso e a busca por informações na velocidade que a comunidade na qual está inserida necessita. As bibliotecas universitárias, em particular, complementam tal objetivo com a finalidade de apoiar o ensino e a pesquisa por meio de seus acervos e serviços, facilitando o acesso a informação. Dentro dos serviços prestados pelas bibliotecas universitárias está o serviço de referência e informação que potencializa os recursos da biblioteca, pois o profissional responsável, o bibliotecário de referência, faz a ligação entre o leitor e o documento do qual necessita, com economia de tempo para este. Dentro deste contexto, encontra-se a Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto, cuja missão é assegurar acesso à literatura científica a todos os cursos de pós-graduação e de graduação do campus em questão. O presente estudo fez uso de um levantamento bibliográfico com a finalidade de conhecer a biblioteca universitária; conceituar o serviço de referência e informação e conhecer o papel de bibliotecário de referência. A matriz SWOT foi utilizada como ferramenta de análise estratégica para identificar a situação da biblioteca central da Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto. Por meio dos resultados alcançados, foi possível concluir que o serviço de referência e informação na biblioteca pesquisada facilita a busca e o acesso por informações procuradas pelos usuários. Observou-se que os bibliotecários enfrentam desafios no exercício de suas funções, superados por suas experiências, conhecimentos e habilidades.

Palavras-chave: Serviço de Referência e Informação. Bibliotecário de Referência. Matriz SWOT. Biblioteca Universitária.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Resumen: La biblioteca contemporánea busca proporcionar el acceso y la búsqueda por informaciones a la velocidad de la comunidad en la cual está involucrada necesita. Las bibliotecas universitarias, en particular, complementan tal objetivo con la finalidad de apoyar la enseñanza y la investigación por medio de sus colecciones y servicios, facilitando el acceso a la información. Dentro de los servicios prestados por las bibliotecas universitarias están el servicio de referencia e información que potencializa/aumenta los recursos de la biblioteca, pues el profesional responsable, el bibliotecario de referencia, hace la ligación entre el lector y el documento del que necesita, con economía de tiempo para este. Dentro de este contexto, se encuentra La Biblioteca Central de la Universidad de San Paulo, campus de Ribeirão Preto, cuya misión es garantizar el acceso a la literatura científica a todos los cursos de pós-graduação y de graduação del campus en cuestión. El presente estudio realizó una revisión bibliográfica con el fin de conocer la biblioteca universitaria; conceptualizar el servicio de referencia e información y conocer el papel del bibliotecario de referencia. La matriz SWOT que se utiliza como herramienta de análisis estratégica para identificar la situación de la biblioteca central de la Universidad de São Paulo, campus de Ribeirão Preto. a través de los resultados obtenidos, fue posible concluir que el servicio de referencia e información en la biblioteca de investigación facilita la búsqueda y el acceso de informaciones consultadas por los usuarios. Se observó que los bibliotecarios enfrentan desafíos en el ejercicio de sus funciones, superado por sus experiencias, conocimientos y habilidades.

Palabras-clave: Servicio de Referencia e Información. Bibliotecario de Referencia. Matriz SWOT. Biblioteca Universitaria.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas são, segundo Anzolin e Correa (2008), instituições que existem desde os tempos remotos, onde se guardavam informações de forma desordenada e aleatória, o que dificultava a busca por quem delas precisavam. Com o aumento da busca por orientação, as bibliotecas se adequaram, surgindo novas modalidades de guardar as informações, o que desencadeou a necessidade de dar resposta a um mundo mais informado, exigindo a ação do profissional bibliotecário para o bom aproveitamento do tempo e de recursos em prol dos usuários. As bibliotecas passaram por mudanças, acompanhando o contexto no qual estavam inseridas, e para melhor atender e orientar o usuário surgiu o Serviço de Referência e Informação (SRI).

O SRI e o bibliotecário de referência têm, de acordo com Nunes e Mota (2012), suas origens na metade do século XIX, nos Estados Unidos, como consequência da expansão do Ensino Fundamental e da Biblioteca, local de apoio às instituições de educação e ensino. Este fato se deve ao aparecimento de determinados elementos, como por exemplo: ajudar os estudantes e leitores a fazer as melhores seleções no universo da informação recolhida e demonstrar o valor da existência da biblioteca. O SRI sofreu sucessivas alterações desde o seu surgimento como forma de adaptar-se à evolução da sociedade, com a finalidade de dar resposta a uma clientela cada vez mais informada (NUNES; MOTA, 2012).

Dentro desta perspectiva, na Universidade de São Paulo (USP), a Biblioteca Central USP Ribeirão Preto (BCRP-USP) vem contribuindo, de modo significativo, para engrossar as fileiras das bibliotecas universitárias que procuram oferecer o SRI de modo cada vez mais aprimorado aos seus usuários. A BCRP-USP, de acordo com o portal da Universidade de São Paulo (2014), faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi/USP), que possui 44 bibliotecas que atendem docentes, alunos, funcionários das diversas Faculdades da Universidade de São Paulo (USP), e, sendo pública, atende também os usuários externos que necessitam de informações.

Neste cenário, se torna muito importante identificar as fraquezas e forças existentes na prestação do SRI, assim como as ameaças e oportunidades que surgiram e continuam surgindo. Transformar fraquezas em forças e ameaças em oportunidades são verdadeiros desafios para os



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

bibliotecários de referência, porém, fontes reais de construção de importantes benefícios para todos os envolvidos na oferta do SRI quer sejam usuários, bibliotecários e a própria biblioteca (BASTOS, 2014).

A finalidade deste estudo é identificar os principais pontos estratégicos dos SRI na BCRP-USP por meio da utilização da ferramenta matriz SWOT, para conhecer os pontos fortes e fracos inerentes à rotina destes serviços e também, conhecer as ameaças e oportunidades que a BCRP-USP enfrenta diante da realidade e necessidades dos seus usuários, tornando possível melhorar a mediação, buscando a excelência. Esta possível melhora na maneira como o profissional bibliotecário realizará seu trabalho vai permitir, além de bons produtos e serviços oferecidos, estreitar a relação do usuário com o acesso físico e acervo virtual, a busca das informações, especialmente pelo fato da facilidade desta busca se tornar um incentivo a mais pela leitura, fundamental para aquisição de conhecimento e cultura, o que permite a integração do indivíduo na sociedade.

Os dados deste trabalho foram coletados por meio de entrevistas realizadas com os bibliotecários de referência da BCRP-USP, com o objetivo de reunir informações sobre o problema aqui pesquisado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Biblioteca Universitária

A biblioteca, como descreve Morigi (2005), sofreu diversas transformações no decorrer de sua história: no início, tinham livros grandes e pesados, o acesso era restrito, com falhos sistemas de recuperação e acesso. Na atualidade, o conceito de biblioteca como um depósito de livros trancados muda e passa a ser uma biblioteca que disponibiliza informações em várias formas, cujo o acesso pode ser feito por todos e que se preocupa com a comunidade em que está inserida e para qual destina seus serviços. A biblioteca moderna trouxe também o bibliotecário como um profissional reconhecido (MILANESI, 2002).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Devido a sua abrangência, as bibliotecas foram se diferenciando umas das outras de acordo com as atividades e serviços disponibilizados. Os tipos de bibliotecas relatados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (BIBLIOTECA NACIONAL, 2006), definidos pelas funções que a biblioteca exerce e serviços oferecem são:

- Biblioteca Centro de Referência: biblioteca especializada que atua com o foco no acesso, disseminação, produção e utilização da informação para um determinado público. Muitas delas não possuem acervo próprio e trabalham exclusivamente com a referência;
- Biblioteca Comunitária: espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro. É criada e mantida pela comunidade local, não tem vínculo com o Estado;
- Biblioteca Escolar: atende os interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha de acordo com o projeto pedagógico da escola;
- Biblioteca Especializada: é voltada a um campo específico do conhecimento, seu acervo e seus serviços atendem às necessidades de informação e pesquisa de usuários interessados em uma ou mais áreas específicas do conhecimento;
- Biblioteca Nacional: tem por função reunir e preservar toda produção bibliográfica do país. Toda produção bibliográfica do país deve ser enviada para a Biblioteca Nacional;
- Biblioteca Pública: tem por objetivo atender através de seus serviços e produtos, diferentes interesses de informação e leitura da comunidade na qual está inserida, colaborando para elevar o acesso à informação e leitura, de forma gratuita;
- Bibliotecas Públicas Temáticas: bibliotecas especializadas em um determinado assunto ou área. Sendo biblioteca pública, diferenciam-se das bibliotecas especializadas por atender a todos os públicos, como crianças e pessoas com necessidades especiais;
- Ponto de Leitura: espaços de incentivo à leitura e acesso ao livro, criados em comunidades, fabricas, hospitais, presídios e instituições em geral;
- Biblioteca Universitária: tem por objetivo apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Atende alunos, professores, pesquisadores e comunidade acadêmica em geral. É vinculada a uma unidade de ensino superior, podendo ser uma instituição pública ou privada.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

As bibliotecas universitárias, segundo Cunha (2010), são organizações complexas, multifuncionais e com uma série de procedimentos e serviços que foram desenvolvidos através das décadas. O seu propósito fundamental de facilitar o acesso ao conhecimento para que o usuário possa realizar sua aprendizagem permaneceu inalterado (CUNHA, 2010).

Sendo as bibliotecas universitárias, de acordo com Amante (2010), parte da universidade, a atuação dos bibliotecários deve ocorrer de maneira inovadora, de modo que possa provocar mudanças, objetivando as demandas exigidas pelo ensino superior.

A biblioteca universitária oferece aos estudantes, pesquisadores e professores coleções especializadas. Por ser especializada numa área do conhecimento, a biblioteca universitária é estrutura mais parecida com um serviço especializado de documentação (ACCART, 2012).

Na concepção de Carvalho (2004), é atribuída à biblioteca universitária a responsabilidade de armazenamento e circulação de informações produzidas para que sejam preservadas para a futura socialização do conhecimento que é, na sua essência, a finalidade de repassar para outras gerações o que foi produzido dentro da instituição e no mundo, de forma que assim todo conhecimento possa ser preservado e repassado aos usuários.

Este conhecimento proporcionou o crescimento das universidades em importância e quantidade, sendo a Biblioteca Universitária de fundamental importância no desenvolvimento social, econômico e cultural. Este é o tipo de biblioteca que mais cresceu, pois para dar suporte ao ensino, pesquisa e extensão é preciso de bibliotecas universitárias eficientes em seus produtos e serviços (CARVALHO, 2004).

Aprender a decifrar os inúmeros caminhos para o acesso a fontes de informações científicas se tornou, de acordo com Ferreira (2012), atribuição não apenas das instituições formais de educação, mas, especialmente, das bibliotecas universitárias.

Para que as bibliotecas universitárias pudessem se expandir e com a finalidade de facilitar o acesso e a busca da informação, o SRI também expandiu seus meios para melhor suprir as necessidades e expectativas dos usuários.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2.2 Serviço de Referência e de Informação

Conforme relata Grogan (2001), o SRI deve ocupar lugar de destaque em comparação com as demais atividades funcionais na biblioteca, pois possui a característica de envolver uma relação pessoal de proximidade entre o bibliotecário de referência e o usuário, e a satisfação encontrada por saber que o esforço realizado será aplicado a uma necessidade de um consulente. O SRI, ainda conforme o autor, possibilita maximizar o potencial de recursos da biblioteca, pois favorece o uso coletivo dos registros de conhecimentos acumulados e permite o encontro de quem deles precisam.

O SRI permite, de acordo com Accart (2012), oferecer uma resposta integral ou os meios de responder a uma consulta, permitindo instruir o usuário sobre o uso das ferramentas de pesquisa disponíveis, a fim de que a resposta procurada seja encontrada por ele mesmo, tornando-o um pesquisador autônomo. A orientação do público é um benefício direto que o SRI proporciona, pois o bibliotecário de referência conhece perfeitamente as fontes e os recursos de informação disponíveis no local e sabe se orientar nos índices e sumários, e uma vez conhecida a referência do documento, é preciso conhecer a classificação adotada para localizá-lo.

A sistematização das principais funções que um serviço de referência deve desempenhar foi apresentada por Mangas (2007), que pela importância está na base dos serviços oferecidos pela biblioteca: acolher com qualidade ou receber com simpatia os usuários de um serviço pode ser decisivo para fazer a ponte entre a biblioteca e a comunidade a quem serve; informar resolve as perguntas e as pesquisas dos usuários, e orientar dentro da biblioteca na localização das obras ou indicar a seleção de uma obra.

O SRI possui três objetivos gerais na concepção de Accart (2012): (1) apresentar uma imagem positiva da instituição através do cuidado dispensado quanto ao lugar físico, organização do espaço, contar com pessoal qualificado, dando ao SRI uma identidade própria; (2) atingir a excelência na recepção, orientação e pesquisa de informação; e (3) ser intermediário entre uma necessidade de informação e as fontes de informação, valendo-se de todos os recursos disponíveis para melhor atender às necessidades de informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2.3 Bibliotecário de Referência

O bibliotecário de referência é, segundo Galvão e Mueller (2004), o reflexo do contexto sócio-político globalizado: um profissional holístico, flexível, criativo dinâmico e proativo, e para tal, é de grande importância que as instituições formadoras destes profissionais preocupem-se com os currículos dos cursos para formarem modernos profissionais, capazes de fornecer a informação certa, ao cliente certo.

O trabalho do bibliotecário de referência, como profissional da informação especializada, caracteriza-se em dar assistência ao usuário direta ou indiretamente, usando os mecanismos e ferramentas disponíveis para acessar as informações solicitadas pelos usuários.

A importância do bibliotecário de referência também é destacada por Mangas (2007) que diz que o sucesso do SRI depende muito das competências técnicas e das qualidades humanas do bibliotecário responsável.

Para Accart (2012), o profissional de referência deve possuir certas competências, tais como: formação sólida, cultura geral, conhecimento da área de atuação, domínio dos métodos utilizados e dos instrumentos disponíveis para ajudá-lo na execução das tarefas.

O bibliotecário de referência como profissional da informação que trabalha inserido na sociedade do conhecimento, precisa estar, conforme ressalta Neves (2000), aberto ao aperfeiçoamento de suas habilidades emocionais, cognitivas e comportamentais.

Como descreve Castro Filho (2013), as habilidades como boa comunicação interpessoal, responsabilidade, percepção das necessidades da organização, espírito de liderança, competência ou capacidade de trabalhar em grupo, conhecimento do ambiente de trabalho, distinguir e localizar as informações relevantes, conhecimento de bases de dados, ter flexibilidade no que diz respeito à atualização profissional constante, são desafios, indispensáveis para formar o perfil do bibliotecário de referência (CASTRO FILHO, 2013).

2.4 Matriz SWOT

A palavra SWOT é composta pelas siglas no idioma inglês das palavras: Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities), Ameaças (Threats). Na



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

literatura não há registros detalhados da origem da matriz da análise SWOT. Segundo Públio (2008), essa matriz é um modelo de análise criado pelos professores Kenneth Andrews e Roland Christensen, da Harvard Business School.

Tarapanoff (2001) relata que a prática da análise da matriz SWOT existe há mais de três mil anos, conforme consta na epígrafe do pensador no livro “A arte da guerra” de Sun Tzu viveu por volta de 500 a.C: “concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças”. Para o autor, a análise SWOT tem como objetivo uma análise interna e externa em qualquer que seja a organização, sempre buscando identificar os elementos chaves para a gestão da organização.

As oportunidades e as ameaças dizem respeito ao ambiente externo, as áreas sobre as quais a organização não exerce interferência, mas que vive suas consequências e desdobramentos no dia-a-dia. Porém, as forças e as fraquezas se relacionam com aspectos do ambiente interno, e, são, portanto, os pontos sobre os quais as organizações precisam trabalhar (PÚBLIO, 2008).

Damian e Silva (2014) salientam que a análise SWOT pode proporcionar a melhoria do SRI por ser uma metodologia de fácil utilização, que permite conhecer o ambiente da organização com uma visão panorâmica, buscando definir estratégias com o propósito de reduzir ou eliminar os pontos fracos que causam riscos, manter os pontos fortes e ampliá-los, além de aproveitar as oportunidades e diminuir as ameaças.

Vários autores como Ribeiro Neto (2011), Silva et al. (2011), Feil e Heinrichs (2012), Lorenzon et al. (2013) utilizaram a matriz SWOT em seus estudos e destacam que a matriz é uma ferramenta adequada para identificar vantagens competitivas, podendo ser utilizada por qualquer organização com a finalidade de potencializar seu desempenho.

A escolha de utilizar a matriz SWOT no presente estudo deve-se à facilidade de aplicação, e especialmente por determinar as fragilidades e os potenciais não utilizados, que permitem desenvolver planos de ações pela BCRP-USP.

Em relato de caso Libardi et al. (2010) apresentaram a BCRP-USP como uma biblioteca diferenciada, que contribui com a prestação de serviços, facilitando o acesso à informação científica, composta pelos acervos das 07 faculdades do Campus de Ribeirão Preto, a saber: Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Faculdade de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto e o Curso de Música de Ribeirão Preto, possuindo 17.200 teses, 110.000 livros, mais de 5.000 títulos de revistas nacionais e estrangeiras (com um total de 500.000 volumes).

O crescimento de 118,6% dos alunos na última década provocou a necessidade de expansão do acervo e também do espaço físico, que ocorreu de 2001 a 2010, transformando a BCRP-USP em um espaço integrado de estudo acessível, confortável e agradável, estreitando a relação entre o usuário e a informação (LIBARDI et al., 2010).

Neste cenário, se torna muito importante identificar as fraquezas e forças existentes na prestação de SRI, assim como as ameaças e oportunidades que surgiram e continuam surgindo.

Devido à grande quantidade de recursos de informações disponível, se fazem necessários mecanismos que representam os caminhos de acesso e busca aos produtos e serviços fundamentais para que as bibliotecas sejam dinâmicas em transmitir conhecimento, ou seja, o serviço de referência e informação.

A BCRP-USP é uma biblioteca universitária subordinada ao Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo - SIBi/USP, composto por um conjunto de 44 bibliotecas, instaladas junto as unidades dos serviços campi da Universidade de São Paulo e possui oito bibliotecários distribuídos nas seguintes áreas de atuação: bibliotecário de aquisição e tombamento; bibliotecário de processamento técnico; bibliotecário de referência e bibliotecário gestor (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015).

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foram utilizadas bases de dados para a busca de artigos de referência, entre as mais utilizadas estão: Base de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Após a revisão da literatura abordando os conteúdos relacionados ao SRI, ao Bibliotecário de Referência, à matriz SWOT e à BCRP-USP, os dados foram coletados por meio de entrevistas realizadas com os bibliotecários de referência da BCRP-USP. A pesquisa qualitativa identifica o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

problema e a sua delimitação por meio da imersão do pesquisador na vida e no contexto, tanto no passado como nas circunstância presente que delimitam o problema (CHIZZOTTI, 2005).

Um planejamento prévio à coleta de dados foi realizado com a finalidade de organizar a sequência da pesquisa, que segundo Tarapanoff (2001) e Oliveira (2004) inclui:

- estabelecer uma lista de pessoas chaves da organização BCRP-USP que neste estudo são os bibliotecários de referência. A opinião destes bibliotecários serviu de base para identificar os pontos fortes; pontos fracos; as ameaças e as oportunidades, que compõem a matriz SWOT, lembrando que o bibliotecário de referência conhece a missão, o objetivo e a visão da BCRP-USP;
- realizar entrevistas individuais, esta particularidade permitiu o levantamento de todas as informações sob o ponto de vista da BCRP-USP, ora representada por cada bibliotecário de referência.

Depois de realizar as entrevistas, as informações foram organizadas de modo a estruturar a matriz SWOT, agrupando o que foi relatado como positivo dentro da BCRP-USP, como as forças, e o que foi declarado como negativo como as fraquezas. O que foi declarado como bom e positivo no ambiente externo foi agrupado no quadrante das oportunidades e o que foi apresentado como potenciais pontos de atenção foi agrupado no quadrante das ameaças.

Priorizar as questões, estabelecer qual dentre as questões levantadas pelos bibliotecários tem prioridade sobre as demais. A própria matriz SWOT agrupa as situações relevantes na lista das ideias dos bibliotecários.

4 RESULTADOS

Uma matriz baseada nos quadrantes da matriz SWOT foi desenvolvida, conforme demonstrado na tabela a seguir, composta pelos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças identificados por meio das entrevistas realizadas.



Tabela 1: Análise SWOT foi realizada por meio dos dados das entrevistas junto aos bibliotecários do serviço de referência da BCRP-USP.

Oportunidades (O) - (externas)	Ameaças (A) - (externas)
O1- tornar-se uma biblioteca universitária de excelência O2- oferecer bom atendimento O3- ampliação dos serviços de referências O4- atualização profissional	A1- política de não contratação A2- instabilidade econômica
Forças (Fo) - (internas)	Fraquezas (Fr) - (internas)
Fo1- informações disponíveis Fo2- disponibilização de recursos para a realização do serviço de referência (computador, internet, base de dados, telefone, etc.) Fo3- existência de normas e políticas internas para o atendimento do usuário do serviço de referência Fo4- a importância que o bibliotecário atribui ao serviço de referência Fo5- o conhecimento dos bibliotecários Fo6- a confiança que os usuários depositam nos bibliotecários Fo7- os serviços de qualidade disponibilizados aos usuários Fo8- a interação de qualidade entre usuários e bibliotecários Fo9- o atendimento individualizado do Fo10- a experiência dos bibliotecários Fo11- disponibilização de recursos tecnológicos	Fr1- recursos humanos insuficientes Fr2- a não renovação de importantes bases de dados e periódicos, recursos fundamentais para a satisfação das necessidades informacionais dos usuários

Fonte: desenvolvido pelas autoras.

Na sequência, foram realizados os seguintes cruzamentos: (Ameaças x Fraquezas); (Ameaças x Forças); (Ameaças x Oportunidades); (Fraquezas x Oportunidades); (Oportunidades x Forças) e (Fraquezas x Forças).

A realização dos cruzamentos visa identificar a existência de relação entre pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças identificados com a finalidade de conhecer o ambiente da BCRP-USP, conforme Damian e Silva (2014), e criar ferramentas estratégicas defensivas, de acordo com Silva et al (2011), que podem proporcionar a melhoria do SRI e que podem causar impacto no presente e no futuro da BCRP-USP.

Ao realizar o cruzamento entre os fatores do quadrante Ameaças com os fatores do quadrante Fraquezas foi possível identificar que a política de não contratação reforça sobremaneira a situação negativa causada pela falta de recursos humanos. Do mesmo modo, a instabilidade econômica também é nociva ao serviço de referência.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Diante desta situação, conforme Grogan (2001) salienta, a ação realizada pelos bibliotecários de referência possibilitou maximizar o potencial de recursos, que no caso da BCRP-USP, continuará sendo a realização de cursos na sala de aula, direcionados a grupos maiores de usuários, onde o bibliotecário atinge um número expressivo de pessoas, sem a perda de qualidade, reduzindo desta maneira a ação pontos fracos.

Em relação ao cruzamento realizado usando os fatores Ameaças e Forças, Tarapanoff (2001) relata que as organizações precisam trabalhar para manter os pontos fortes e até ampliá-los, além de diminuir as ameaças. As ameaças que podem surgir devido a não contratação de novos bibliotecários de referência, e da instabilidade econômica podem agir diretamente contra as forças da BCRP-USP, entre estas: a disponibilidade de recursos para realizar o serviço de referência (sala de aula); a presença, o conhecimento e a experiência dos bibliotecários que fazem a diferença para neutralizar tais ameaças, que na visão de Silva (2005) usam os mecanismos e ferramentas disponíveis para exercer a função de orientador, contribuindo para satisfazer a busca de informações pelos usuários.

Diante do cruzamento realizado entre Ameaças e Oportunidades identificou-se que a política de não contratação é nociva para a BCRP-USP, que assim como qualquer organização, não tem como evitar a existência das ameaças, mas pode neutralizá-las com suas forças com o intuito de continuar oferecendo um bom atendimento, ampliando os serviços de referências, com os bibliotecários sempre buscando atualização profissional para que a BCRP-USP tenha a oportunidade de tornar-se uma biblioteca universitária, um centro de excelência e informação (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2014). Este contexto está de acordo com Silva et al (2011), que utilizou o planejamento estratégico da análise matriz SWOT. A BCRP-USP fez uso desta estratégia para observar a possibilidade de potencializar a ação dos bibliotecários de referência, explorando as oportunidades.

Uma vez realizado o cruzamento entre os fatores citados como Fraquezas e Oportunidades, foi possível constatar que a falta de recursos humanos pode impedir a BCRP-USP de oferecer um bom atendimento, de ampliar os serviços de referências e, especialmente de tornar-se uma biblioteca universitária de excelência. A matriz SWOT apresentou-se como uma excelente ferramenta de análise, pois a sua aplicação permitiu identificar fatores, que de acordo com Feil e Heinrichs (2012) foram peças chaves no plano de ação adotado pelos bibliotecários de referência. E Accart (2012) destaca que o SRI tem o objetivo de apresentar



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

imagem positiva da instituição, valendo-se de todos os recursos disponíveis para atender às necessidades de informações.

Para defender-se das fraquezas, as forças existentes que causam impacto no presente e no futuro da BCRP-USP devem continuar sendo mantidas e ampliadas como, a utilização da sala de aula pode multiplicar o trabalho do bibliotecário ao atingir um número maior de usuários e desta maneira, minimizar os problemas causados pela insuficiência dos recursos humanos. A não atualização de importantes bases de dados e de periódicos pode ser atenuada pela busca das informações desejadas em outras bases de dados.

Lorenzson et al (2013) sinalizaram que a aplicação da matriz SWOT é fácil de ser realizada e que permite equilibrar e melhorar o desempenho da organização. Ao relacionar as Oportunidades com as Forças identificadas no modelo da BCRP-USP, foi possível verificar que o uso das forças como o conhecimento e a experiência dos bibliotecários são capazes de permitir a prestação de serviços de referência de qualidade, levando a BCRP-USP à excelência.

Ao relacionar as Fraquezas e as Forças, cabe ressaltar a contribuição de Silva (2005) que destaca que no exercício de suas funções, o bibliotecário utiliza seus conhecimentos para facilitar o contato do usuário com as informações que este procura. A BCRP-USP tem como maior diferencial o foco na prestação de um bom serviço de referência. Outro ponto forte é a existência de recursos para a realização do serviço de referência (sala de aula) que possibilita multiplicar o trabalho do bibliotecário. Dentre outros fatores (força), o conhecimento e a experiência dos bibliotecários fazem a diferença para neutralizar as fraquezas existentes.

Partindo da premissa que a BCRP-USP tem como visão ser um centro de excelência que atenda às necessidades e expectativas dos usuários com qualidade e eficiência, os bibliotecários de referência, diante das ameaças e fraquezas, deveriam elaborar um plano de ação para minimizar os efeitos nocivos da política de não contratação, e por consequência um número insuficiente de recursos humanos, usando seus conhecimentos e experiências para otimizar seu tempo e simultaneamente facilitar o acesso a informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

5 CONCLUSÕES

As bibliotecas universitárias com suas complexidades, possuem serviços especializados, e dentre estes, está o SRI para facilitar o acesso e busca das informações pelos usuários. Neste contexto encontra-se BCRP-USP, uma biblioteca universitária diferenciada, cujos bibliotecários de referência desempenham um papel fundamental para estreitar a distância entre o acervo e o usuário. Este estudo permitiu conhecer as forças e fraquezas inerente à BCRP-USP, juntamente com as ameaças que sofre do meio externo e as oportunidades que este lhe oferece.

Para compreender como se dá a dinâmica do enfrentamento entre fraquezas, forças, ameaças e oportunidades a análise SWOT foi a ferramenta estratégica escolhida para permitir vislumbrar as inúmeras possibilidades de estratégias que deveriam ser contempladas pela visão da BCRP-USP.

Os resultados obtidos neste estudo mostram que as estratégias possíveis baseiam-se no fortalecimento do uso dos recursos disponíveis para realizar o SRI, do conhecimento e da experiências dos bibliotecários de referência, possibilitando neutralizar a questão da insuficiência dos recursos humanos da política da não contratação, visando levar o conceito de excelência em SRI a BCRP-USP.

Com a finalidade de facilitar o acesso à informação e oferecer um atendimento satisfatório, o bibliotecário de referência enfrenta desafios constantes para manter a qualidade e eficiência do SRI. Toda organização precisa avaliar periodicamente suas forças e fraquezas com a finalidade de manter um aprimoramento da capacidade de adaptação rápida para contar com a confiabilidade de resposta às ameaças e oportunidade agindo potencializar sua capacidade de inovar.

Buscar solução e estabelecer o que deve ser feito é um desafio. Para alcançar os objetivos estabelecidos, é preciso esforço, ou seja, um compromisso contínuo que os bibliotecários assumiram para que a BCRP-USP seja um centro de excelência e informação.

O plano de ação elaborado pelos bibliotecários e colocado em prática, otimiza seu tempo para ensinar aos usuários, orientando-os na busca e no uso das informações, priorizando os recursos disponíveis para a realização do SRI (sala de aula). Os bibliotecários também usam suas experiências na busca das oportunidades de comunicar e divulgar o SRI, indo até às salas de aulas dos cursos de graduação das faculdades do Campus da USP de Ribeirão Preto.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Diante desta realidade, a análise SWOT pode contribuir por ser um instrumento estratégico capaz de apresentar sugestões à BCRP-USP enquanto organização, visando aperfeiçoar o SRI da mesma.

REFERÊNCIAS

ACCART, J-P. **Serviço de referência:** do presencial ao virtual. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

AMANTE, M. J. **Bibliotecas universitárias:** conhecer para valorizar. Lisboa: 2010.
Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1907/1/10%20Congresso%20BAD%20Amante.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2015.

ANZOLIN, H. H.; CORRÊA, R. L. T. Biblioteca universitária como mediadora na produção de conhecimento. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 8, n. 25, p. 801-817, set./ dez. 2008.

BASTOS, M. **Análise SWOT (matriz):** conceito e aplicação. Disponível em:
<<http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>>.
Acesso em: 26 jan. 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas:** histórico SNBP. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.bn.br/snbp/historico.html>> Acesso em: 15 abr. 2015.

CARVALHO, I. C. L. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias.** Rio de Janeiro: Intertexto, 2004.

CASTRO FILHO; C. M. de (Org.). Olhares sobre o profissional da ciência da informação. In: CASTRO FILHO, C. M. de; FARIA, A. C. C.; SANTOS, D. de S. dos (Org.). **O Bibliotecário como profissional da informação:** o mundo do trabalho, habilidades e competências. São Paulo: Todas as Musas, 2013. cap. 1, p. 9-30.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2005.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CUNHA, M. B. da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.11, n. 6, dez/2010.

DAMIAN, I; P. M.; SILVA, M. R. Análise estratégica do serviço de referência virtual. **Revista Ibersid**, v. 8, p. 125-130, 2014.

FEIL, A. A.; HEINRICHS, A. **Aplicação da análise da matriz Swot em 5 agências de atendimento de uma cooperativa de crédito situada no Vale do Taquari RS. Revista Eletrônica de Administração (online)**, Franca, v. 11, n. 1, p.1-2, 2012.

FERREIRA, V. B. Decifrando o mapa da mina: capacitação de usuários de biblioteca universitária no acesso a bases de dados. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 1-9.

GALVÃO, S.; MUELLER, S. P. M. (Org.). **Profissional da Informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004.

GROGAN, D. J. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

LIBARDI, L. M. S. de O. et al. Modernização e adequação do espaço físico da Biblioteca Central do campus de Ribeirão Preto/USP: relato de caso. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 16.; II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS SIBDB, 2., 2010, São Conrado, **Anais...**, 2010. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/posters/final_157.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.

LORENZZON, H. S., et al. A utilização da matriz SWOT como ferramenta estratégica: um estudo de caso em frigorífico da região. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA SALÃO DO CONHECIMENTO, 31, 2013, Juí. **Anais...** Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/2059>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

MANGAS, S. F. A. Como planificar e gerir um serviço de referência. **Biblios**, Lisboa, n. 28, p. 1-37, abr./jun. 2007.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MORIGI, V. J. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan./dez., 2005.

NEVES, E. da C. **Novo perfil do profissional da informação**. Campinas: Universidade Católica de Campinas, 2000. Disponível em:
<http://www.geocities.ws/biblioestudantes/texto_71.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2015.

NUNES, M. B.; MOTA, A. S. S. M. O serviço de referência nas bibliotecas públicas em Portugal: estado da questão e proposta de análise de acordo com as directrizes da RUSA e da IFLA. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS (BAD), 9, 2012, Lisboa. **Actas...** Lisboa: 2012. Disponível em:
<<http://www.bad.pt/publicações/index.php/congressosad/article/view/413>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico conceitos, metodologia, práticas**. São Paulo: Atas, 2004.

PÚBLIO, M. A. **Como planejar e executar uma campanha de propaganda**. São Paulo: Atas, 2008.

RIBEIRO NETO, E. **Análise SWOT: planejamento estratégico para análise de implantação e formação de equipe de manutenção em uma empresa de segmento industrial**. 2011. 33 f. Tese (Doutorado) - Curso de Gestão Estratégica da Manutenção, Produção e Negócios. Departamento de Núcleo de Pós Graduação, Faculdade Pitágoras, São João Del Rei, 2011.

SILVA, A. A. da. et al. A utilização da matriz SWOT como ferramenta estratégica: um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo. In: **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA SEGeT**, 8., 2011, Resende, RJ. **Anais...** Resende: 2011. Disponível em:<<http://cetir.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2015.

SILVA, F. C. C. da. **Bibliotecários especialistas: guia de especialidade e recursos informacionais**. Brasília: Thesaurus, 2005.

TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: UnB, 2001.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

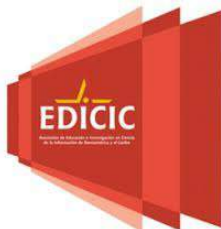
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Sistema Integrado de Bibliotecas. **DEDALUS**: banco de dados bibliográficos da USP. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/sibi>>. Acesso em: 16 abr. 2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Prefeitura do Campus USP de Ribeirão Preto (PUSP-RP). Biblioteca Central USP Ribeirão Preto (BCRP). **Acervo**. 2014. Disponível em: <<http://www.bcrp.pcarp.usp.br/info4-acervo.asp>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Sistema Integrado de Bibliotecas Universidade de São Paulo (SIBiUSP). **SIBiNet**: Portal de serviços do SIBiUSP. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.usp.br/sibi/>>. Acesso em: 16 jan. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO EXPRESSAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

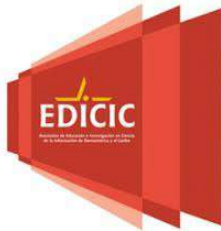
Juliana Lazzarotto Freitas, UNESP

Leilah Santiago Bufrem, UNESP

Resumo: Considera o papel da Ciência da Informação (CI) para a reflexão sobre a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas de informação, especialmente na esfera pública. Analisa as dimensões temáticas e de autoria relacionadas às políticas de informação na produção científica de CI no período de 1972 a 2013. Parte de um corpus de 71 artigos extraídos da Base de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) para a geração de indicadores de produção e para a análise de conteúdo. Elabora categorias temáticas conforme os enfoques das pesquisas encontrados no corpus. Identifica os autores mais representativos do tema na literatura, os autores mais citados por estes, os tipos de autoria e os tipos de estudos predominantes. Verifica que os estudos teóricos predominam com 55% do corpus em detrimento aos empíricos, com 45%. Demonstra que os enfoques prioritários são relacionados à Política Nacional de Informação Ciência e Tecnologia (ICT), em segundo posição as políticas de cunho educativo/formativo, seguidas das políticas científicas em terceira posição. Mostra que a produção científica sobre o tema tem crescido significativamente nos últimos anos e que o periódico mais produtor é a Revista Ciência da Informação com 25,4% das publicações, o primeiro periódico da área. Aponta que a quantidade de autores transeuntes, que publicaram apenas uma vez sobre o tema, é expressiva. Conclui que os estudos, de modo geral, buscam expressar a crítica ao processo histórico de implementação das políticas nacionais de informação no país e também de analisar o êxito de planos, programas e políticas de inclusão social que vêm sendo proporcionados pelo governo, como alternativa para permitir à sociedade que acompanhe a evolução tecnológica e a inovação nos setores produtivos. No entanto, o corpus, com menor ênfase, indica tendências à criação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de informação em áreas prioritárias.

1. INTRODUÇÃO

As políticas de informação no Brasil vêm sendo delineadas historicamente mediante a intervenção do Estado e de modo integrado à ciência e à tecnologia como fator estratégico de desenvolvimento e inovação. Pode-se dizer que elas se constituem em domínio relativamente autônomo que emergiu no cenário do pós-guerra, já associado “às políticas de ciência e tecnologia”, conforme argumenta González de Gómez (2002, p. 27).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

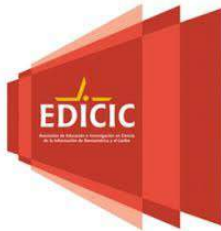
Na tentativa de expor uma sucinta contextualização da Política Nacional de Ciência e Tecnologia, em que se fundamentou e como foi organizada no Brasil, remonta-se ao artigo de Silva e Garcia (2014) sobre as etapas deste processo histórico. Segundo as autoras, o aumento da produção científico-tecnológica no período pós-guerra apontava a necessidade da informação como insumo para transformar conhecimento em bens e serviços. Nesse cenário, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura estimulou o estabelecimento de “instituições, sistemas e políticas nacionais de informação científica e tecnológica em diversos países”. (SILVA; GARCIA, 2014).

O período de 1950 a 1970 foi marcado pela criação dos organismos que se incumbiram da formulação das políticas públicas no Brasil e pelo início da reorganização das atividades de ciência no país, o que também significa dizer que a área de Ciência da Informação (CI) começou a se estabelecer aqui. Criaram-se, nesse período, o Conselho Nacional de Pesquisa (1951), a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1951) e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (1954), que no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento do país (II PND) foi transformado em IBICT (1976), e conforme relata Silva (2005, p. 22), “assumiu várias missões do extinto Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT)” criado em 1971, no planejamento e coordenação do setor de Informação em Ciência e Tecnologia (ICT) no país. O novo órgão contribuiu expressivamente para a institucionalização da CI no país, sendo que uma das contribuições foi a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação da área.

A implantação destas políticas, procedidas do contexto político brasileiro, buscou, prioritariamente, o fortalecimento dos planos de governo e resultou na descontinuidade desses planos e políticas, bem como reflete até hoje, em algumas de suas deficiências.

Conforme Araújo (1985, p. 17), a história da ICT no nosso país “acompanha o desenvolvimento das forças produtivas desde a Colônia”, e “nesse processo, a organização espacial da ICT segue o mesmo padrão de localização do setor produtivo, apresentando uma estrutura polarizada”.

Para a autora, o que pode constituir-se em mecanismo para superar as desigualdades regionais e reorganizar a ocupação do espaço brasileiro na área de ICT é uma política de descentralização de recursos governamentais e uma estratégia de comunicação que articule as unidades de ICT. (ARAÚJO, 1985).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

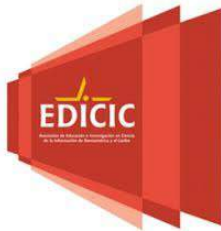
Vale destacar que, em relação à implementação da infraestrutura tecnológica nacional para desenvolvimento dos planos e política de informação, nos países desenvolvidos como Estados Unidos e Canadá, conforme Silva (2005, p.24) houve um “movimento visando consolidar as áreas de informática, redes, telecomunicações [...] partindo então, da P&D para a indústria e promoção de serviços”. Já, segundo o autor, para outros países, como o Brasil por exemplo, houve um movimento no sentido inverso, para “abrir os serviços de telecomunicações” a fim de “encurtar o período de acomodação à nova realidade” (SILVA 2005, p. 24), isto é, priorizando inicialmente o desenvolvimento da infraestrutura para a prestação de serviços e a indústria, chegando-se à P&D como resultado. Logo, “grande parte da infraestrutura tecnológica utilizada na implantação da Sociedade da Informação” [...] em países como Brasil advêm dos núcleos norte-americanos de pesquisa. (SILVA, 2005, p. 24).

A conjuntura definida nesse contexto de implementação de políticas de informação científica e tecnológica refletiu no estabelecimento da denominada Sociedade da Informação na década de 1990. Segundo Takahashi, “a motivação de iniciativas nacionais na linha do que hoje denominamos ‘Sociedade da Informação’ foi explicitamente econômica, ou industrial com um forte viés econômico” (TAKAHASHI, 2000, p. 108).

Analisar a trajetória das políticas públicas no Brasil ao longo das últimas décadas é segundo Dias (2012, p. 26) um desafio, pois além de ser tarefa complexa devido aos múltiplos fatores que influenciam o objeto em questão, é uma fonte de reflexões sobre as “especificidades da dinâmica de elaboração de políticas públicas em um contexto periférico, aspecto compreensivelmente ignorado pela literatura produzida nos países centrais”.

Logo, as deficiências que se verificam no presente momento em relação à formulação, planejamento, aplicação e avaliação das políticas de informação no país, bem como a infraestrutura tecnológica para informação e comunicação, cuja dissonância restringe a interoperabilidade de sistemas de informação, comprometendo o acesso à informação, são resultantes do processo histórico de consolidação das políticas de informação no país. Souza (2006) afirma em relação aos países em desenvolvimento, em especial os da América Latina, que na maioria desses países:

[...] ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. (SOUZA, 2006, p. 21).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Em paralelo à formulação das políticas de informação no país, o movimento de pesquisadores buscando a institucionalização da área de CI foi marcado pela aproximação de outras áreas que necessitavam resolver seus problemas de informação e comunicação.

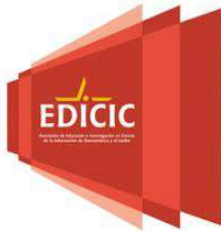
Nesse sentido, as questões atinentes à produção, organização e comunicação da ciência foram mais evidentes nas ciências que tinham maior prestígio no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do país, com especial destaque para a área agrícola e de saúde, cuja produção científica e técnica se ampliava significativamente, em especial com a criação de sistemas de informação nestas áreas, como a Embrapa e a Bireme. (LIMA, 1993; PIRES-ALVES, 2008). Logo, pode-se afirmar que a evolução da CI como área de pesquisa também decorreu das apropriações que os agentes estruturantes de tais áreas realizaram dos processos de produção e comunicação da informação científica em seus respectivos domínios de conhecimento.

Embora estas questões possam ficar despercebidas na própria CI como aspecto positivo para o fortalecimento dessa área que perpassa outras áreas há pesquisas em sua produção científica que visam contribuir com os processos de comunicação da informação em diferentes domínios do conhecimento, e também com temas concernentes às políticas de informação.

Ao considerar que a informação é agente de transformação social, corrobora-se o importante papel exercido pelos profissionais e cientistas da informação nas políticas de informação. Portanto, presume-se que a práxis da área transcende os aspectos da produção, organização e comunicação da ciência, voltando-se também às políticas sociais. Acredita-se que a área pode contribuir concretamente com a produção, gestão e avaliação das políticas, promovendo o acesso à informação, a inclusão social e o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica.

Com base nessas premissas, pode-se afirmar a necessidade de autoconhecimento da produção científica da CI sobre políticas de informação, favorecendo assim, a compreensão de questionamento sobre como os autores da CI tratam as questões relativas às políticas de informação e em quem se fundamentam para tanto.

Questionam-se então, quais as contribuições da CI para as políticas de informação em ciência e tecnologia. Como objetivo geral, analisam-se as dimensões temáticas e de autoria relacionadas às políticas de informação na produção científica de CI a fim de compreender



como a área se apropria do referido contexto e em que parâmetros ou direcionamentos temáticos tem contribuído para a implementação de políticas voltadas à informação. Para tanto, parte-se da construção de um *corpus* sobre o tema, da identificação dos autores mais representativos e os tipos de autoria encontrados, bem como da organização de um quadro analítico referente aos focos temáticos dos artigos.

O estudo justifica-se de modo especial por permitir visualizar, na produção periódica científica da área, algumas ilustrações das principais problemáticas relativas às políticas públicas de informação no Brasil, dos temas e das correntes categorizadas nessa literatura, destacando as tendências mais marcantes e as possíveis perspectivas de evolução desse domínio.

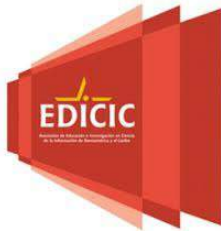
2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Analisa um conjunto de artigos extraídos da Base Referencial de artigos de periódicos em Ciência da Informação (Brapci), cuja cobertura abarca toda a literatura periódica científica nacional da área de CI, sobre políticas públicas e políticas de informação, no período abrangido entre os anos de 1972 e 2013. A busca foi realizada nos campos título, palavra-chave e resumo, contemplando as expressões: “política de informação”, “política científica”, “política pública”, “política em ciência e tecnologia”, “política de ciência e tecnologia”, “política em C&T” e “política de C&T”.

Eliminando-se as duplicatas, obteve-se um total de 74 artigos e após a leitura dos resumos, eliminaram-se os artigos não pertinentes ao tema, restando 71 textos.

É importante salientar que, como estratégia de pesquisa, utilizou-se a contagem completa dos autores. Ela consiste na atribuição de um valor inteiro para cada um dos autores e coautores. (URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, 2002). Em decorrência dessa opção, o número total de artigos foi artificialmente aumentado de 71 (títulos diferentes) para 121 (número de autorias). Já, na atribuição de categorias temáticas para análise de conteúdo, utilizou-se a contagem total de artigos do *corpus*.

A fase da análise, iniciada a partir da categorização dos estudos do *corpus*, exigiu uma leitura de seu conteúdo, regida pela consciência de que classificar, como argumentam Durkheim e Mauss, não significa somente constituir grupos, mas "dispor estes grupos



segundo relações muito especiais", tais como as de coordenação e subordinação, inclusão, dominação, ou seja, ter a consciência de que o processo "implica uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível nem nossa consciência nos oferecem o modelo" (1981, p. 403).

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

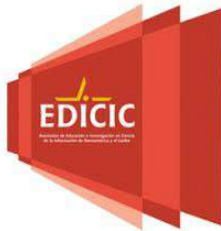
Para integrar a análise no contexto da produção e disseminação científica acerca das políticas de informação, considerou-se relevante apresentar os pesquisadores mais profícuos na temática na área de CI e os autores mais citados por eles. O *core* de autores que publicam sobre o tema políticas de informação na literatura periódica de CI, nos últimos 41 anos, constitui-se por seis autores, cuja produção se evidencia a partir de duas publicações no período, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Autores mais representativos

Autores	Número de artigos	Número de artigos (%)
PINHEIRO, M. M. K.*	6	8,4%
SILVA, T. E. da*	4	5,6%
MAGNANI, M. C.*	3	4,2%
GARCIA, J. C. R.	2	2,8%
SENRA, N. C.*	2	2,8%
VIEIRA, A. S.*	2	2,8%
TOTAL	19	26,7%

Fonte: As autoras(2014).

Das 121 autorias encontradas no *corpus* de 71 artigos, conforme o modelo de contagem de autoria descrito na metodologia deste estudo, 52% delas são individuais e 26,7% são produzidas pelos autores mais representativos. Destes autores, os cinco marcados com asterisco apresentam autoria individual nas pesquisas.

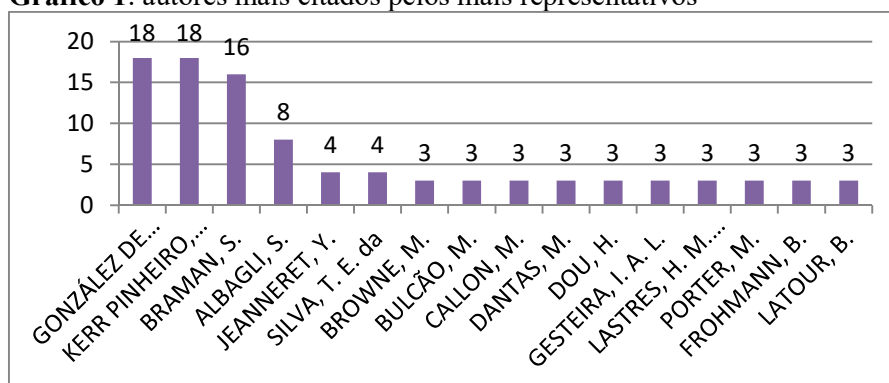


Observa-se que 102 das 121 autorias publicaram apenas um artigo, resultando em uma quantidade expressiva de autores transeuntes e em um índice de transitoriedade de 84,2%. Considerando que a política de informação é um domínio de conhecimento autônomo, observa-se que não há um núcleo consolidado de autores na área que represente uma elite numericamente produtora sobre o tema.

A produção em autoria única se evidencia especialmente nos estudos teóricos, que representam 55% do *corpus* em detrimento aos estudos empíricos com 45%. Ao considerar que os estudos teóricos demandam familiaridade com o tema, em especial quando considerados os contextos históricos relatados nestes estudos, é comum que esses autores tragam reflexões teóricas sob a ótica diacrônica da formulação das políticas de informação no país. Ao se deparar com essa realidade na literatura da CI, constata-se que a área tem se apropriado do tema como objeto de estudo desde o início de sua institucionalização no país.

Em relação aos autores mais citados pelos autores mais representativos do tema, observa-se Maria Nélide González de Gómez em primeira posição, seguida de Marta Macedo Kerr Pinheiro e de Sandra Braman. Vale ressaltar que dos autores que apresentaram mais de duas citações, conforme Gráfico 1, quatro estão relacionados à área de CI no Brasil, destacando-se como autoras mais produtoras da literatura sobre o tema Pinheiro e Silva.

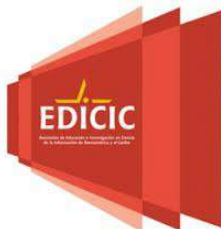
Gráfico 1: autores mais citados pelos mais representativos



Fonte: As autoras (2014).

Nota-se uma distribuição irregular das pesquisas sobre o tema nos periódicos da área. O periódico que congrega maior número de artigos sobre o tema é a Revista Ciência da Informação, liderando o *ranking* da Tabela 2, com 25,4% do total de artigos.

Deve-se destacar o fato de que esta é a mais antiga revista da área. Foi criada em 1972 pelo IBBD, atual IBICT e foi “o primeiro periódico científico da América Latina dedicado



exclusivamente a discutir problemas de geração, controle e transferência da informação diante de uma nova era dessa ciência” (REVISTA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2014). Em sua política editorial declara que o tema “Política de Informação” passou a ser discutido com maior ênfase, entre outros temas como bibliometria, comunicação científica e representação da informação, na década de 1980.

Tabela 2: *Ranking* dos periódicos mais profícuos na temática (1972-2013)

Periódico	Incidência	(%)
Ciência da Informação	18	25,4%
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	4	5,6%
Perspectivas em Ciência da Informação	7	9,9%
Informação & Sociedade: Estudos	5	7,0%
Transinformação	3	4,2%
Biblionline	4	5,6%
Inclusão Social	4	5,6%
Encontros Bibli	2	2,8%
ETD - Educação Temática Digital	3	4,2%
Liinc em revista	3	4,2%
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	3	4,2%
Revista de Biblioteconomia de Brasília	3	4,2%
DataGramZero	2	2,8%
Informação & Informação	2	2,8%
Ponto de Acesso	2	2,8%
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	2	2,8%
BIBLOS	1	1,4%
Em Questão	1	1,4%
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	1	1,4%
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	1	1,4%
Total	71	100

Fonte: As autoras (2014).

Observa-se, também, com a distribuição cronológica de artigos no Gráfico 2, que houve um crescimento gradual da produção científica sobre o tema até o fim da década de 1990, decaindo de 0,95% a 0,62% de 2000 a 2009. Já, de 2010 a 2013, esse crescimento se acentua, considerando que as medidas obtidas são proporcionais ao número total de artigos produzidos em cada período.

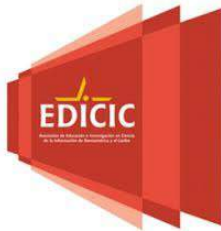
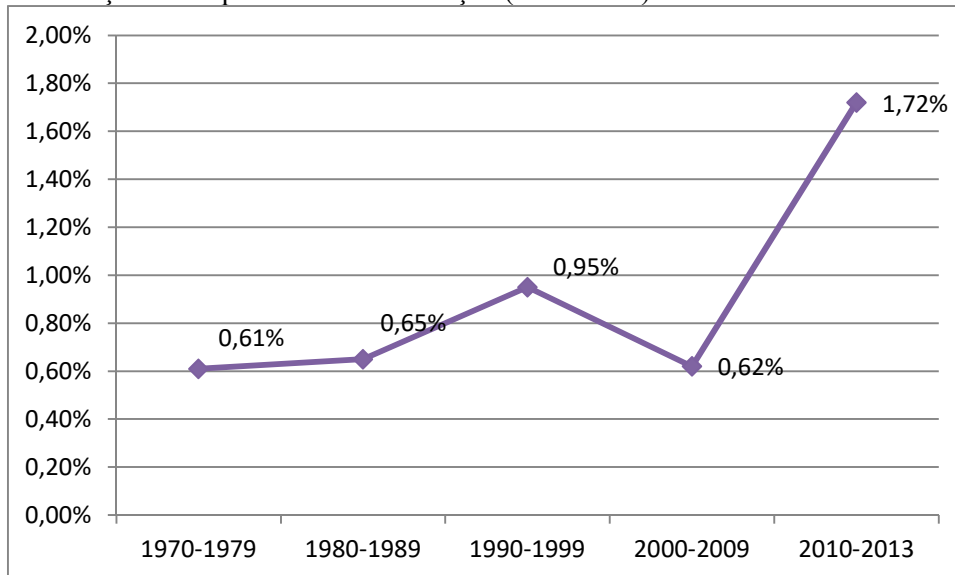


Gráfico 2: Evolução da produção científica periódica de Ciência da Informação sobre políticas de informação (1972-2013)



Fonte: As autoras baseadas na quantidade anual de artigos publicados - extraída da Brapci (2014).

Em relação às apropriações realizadas pelos pesquisadores, concernentes às políticas de informação, estabelecem-se aqui categorias baseadas nos contextos e finalidades das políticas de informação, encontradas nos artigos do *corpus*, como modo de organizá-lo e analisá-lo, a saber:

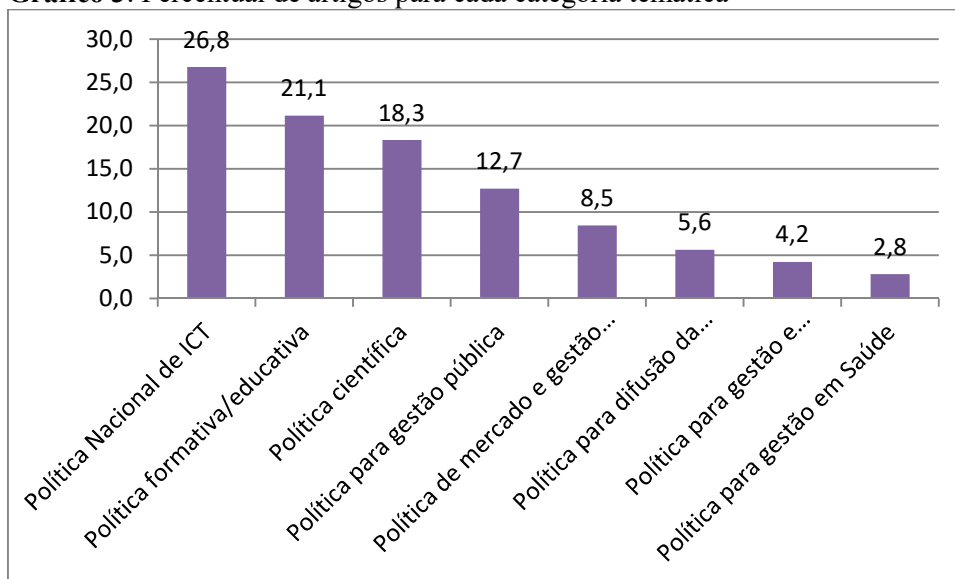
- a) política nacional de ICT;
- b) política formativa/educativa;
- c) política científica;
- d) política para gestão pública;
- e) política de mercado e gestão de empresas;
- f) política para gestão e desenvolvimento cultural;
- g) política para difusão da diversidade cultural;
- h) política para gestão em saúde.

É importante salientar que a saúde é a única área do conhecimento tratada no *corpus* que vem a ocupar um dos grupos temáticos. Embora com pequeno número de artigos, evidencia-se a sua importância, especialmente por contemplar questões relacionadas ao desenvolvimento social.

Entretanto, a categoria com maior número de artigo conforme Gráfico 3, é referente à Política Nacional de Informação, Ciência e Tecnologia. Essa categoria apresenta pesquisas teóricas que relatam o contexto histórico das políticas de informação em nosso país e da criação dos principais órgãos destinados a tais incumbências. Nesta categoria há predominância de estudos teóricos em detrimento aos empíricos, com sete incidências a mais que os últimos.

Os estudos teóricos predominam também nas categorias: política científica, política de informação para gestão pública, e política para o mercado e gestão de empresas. Em contrapartida, os empíricos se expressam mais significativamente nas categorias política para gestão e desenvolvimento cultural, política formativa/educativa e política para difusão da diversidade cultural.

Gráfico 3: Percentual de artigos para cada categoria temática

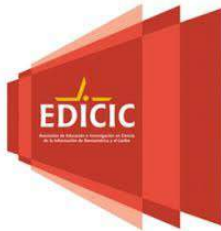


Fonte: As autoras (2014).

Descreve-se sucintamente a seguir, os aspectos priorizados em cada categoria:

Política nacional de ICT

Este grupo trata prioritariamente de relatar a constituição das políticas de informação e tecnologia no Brasil bem como de descrever o papel de órgãos como IBICT. Alguns deles enfatizam o papel da CI como mediadora destas políticas, apontando o processo de construção do seu documento; também descrevem a responsabilidade social da CI com o monitoramento



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

e avaliação das políticas públicas de informação. Já, os estudos empíricos deste grupo analisam aspectos específicos das normativas relacionadas à disseminação e acesso à informação no país, como por exemplo, questões da lei de direitos autorais e de assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro.

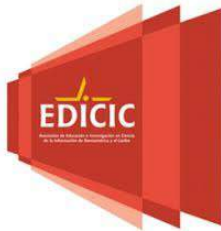
Os estudos adequados a este grupo também contribuem para a crítica ao processo de construção das políticas públicas, e apontam, a partir de visões históricas, a necessidade de aprofundamento nos processos de controle e avaliação destas políticas por parte da Ciência da Informação. As reflexões ensejam ações que reforcem o papel da área nesse sentido.

Política formativa/educativa

Este é o segundo grupo com maior número de artigos, depois do grupo sobre *Políticas de ICT* e apresenta quantidade privilegiada de estudos empíricos, no quais são realizadas análises de ações, projetos e políticas do governo de cunho educativo, relacionado à inclusão digital, às ações de bibliotecas voltadas ao ensino e à inclusão informacional. Outros estudos deste grupo também tratam das políticas para o ensino à distância.

A produção de pesquisas empíricas na área de políticas para educação e formação de cidadãos são basilares na construção de uma sociedade apta a lidar com as tecnologias de informação e comunicação. Esse indício da literatura em CI se mostra como uma tentativa de contribuição da área para que a sociedade possa acompanhar o desenvolvimento tecnológico que lhe é imposto, assim como, apresenta uma forma de relevar os contextos regionais e locais com pesquisas voltadas às comunidades e regiões específicas. A discussão sobre atender demandas regionais e locais de informação fez parte das considerações realizadas nos documentos relativos à Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI).

Outra questão pertinente é que os estudos com este foco temático para as políticas revelam que há uma preocupação em reverter as fragilidades decorrentes das políticas nacionais de ICT, as quais agravaram o abismo social e a quantidade de excluídos da chamada sociedade da informação, reforçando os aspectos relativos ao desenvolvimento econômico do país.



Política científica

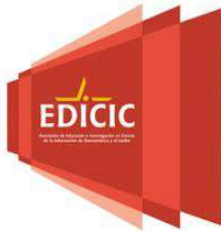
Os estudos que constituem este grupo remetem-se ao repensar sobre os modos de mensuração da produção científica, à geração de indicadores para tomada de decisão na ciência. Conforme Mugnaini, Jannuzzi e Quoniam (2004) a produção de indicadores quantitativos em ciência, tecnologia e inovação vêm se fortalecendo no país nos últimos anos, e a necessidade de se dispor de instrumentos para definir diretrizes, alocar investimentos e recursos para formular programas e avaliar de atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico no país tem sido reconhecida pelos governos e pela comunidade científica. (MUGNAINI; JANNUZZI; QUONIAM, 2004, p. 123).

Também, na mesma categoria, porém em menor quantidade, destacam-se artigos voltados à dimensão sociológica do fazer ciência, apresentando evidências de que as políticas científicas tendem a ponderar a ciência como reflexo da produção de bens. Fato este, que pode ser corroborado pelos estudos empíricos encontrados nesta categoria, cujos focos voltam-se à política científica para investimento nas áreas de engenharias e ciências exatas.

Embora as pesquisas empíricas acima mencionadas sejam especialmente importantes no desenvolvimento do país, pode-se aferir que as visões críticas encontradas no grupo são essenciais ao processo de reformulação de políticas científicas para que estas se adequem ao *ethos* de cada área do conhecimento e para que a ciência seja repensada no sentido de compreender seu papel social.

Política de informação para gestão pública

Este grupo revela expressivamente a necessidade de políticas de gestão da informação na esfera pública, não somente para promover o acesso da informação pública aos cidadãos, mas também para melhorar os fluxos e processos de informação internos e que promovam a integração das esferas federais, estaduais e municipais, consequentemente promovendo a geração de informações mais fieis as realidades dos sistemas de educação, saúde, segurança, entre outros. Também foi abarcado no grupo, especificamente nos estudos empíricos, análises relacionadas ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), ao Programa de Governo Eletrônico Brasileiro, que busca a transparência de informações, acessibilidade, dados abertos, entre outras possibilidades, mas que conforme as pesquisas, tais ações parecem não



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

se concretizar de modo esperado; e análises da organização de conselhos deliberativos partidários de políticas públicas, ensejando a participação popular nas políticas públicas.

Observa-se que as dificuldades e os desafios que permeiam o contexto de gestão da informação pública não decorrem apenas da ausência de recursos e infraestrutura, mas também do interesse político, fator decisivo para o desfecho destas questões. Essa ideia está presente na obra de Dias (2012, p. 231) especialmente em relação à racionalidade gerencial assumida pela política científica e tecnológica brasileira, nos últimos anos, como algo dado e não questionável. Essa ênfase deveria ser revista já que já que reforça o quadro histórico de pouca aderência da política à realidade brasileira.

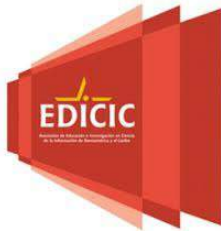
Política de mercado e gestão de empresas

Este grupo é representado por estudos teóricos relacionados à gestão da informação que tratam das seguintes temáticas: as políticas de informação como agente de cultura organizacional, os indicadores para monitoramento da competitividade tecnológica de empresas, as informações estatísticas como base para criação de políticas de mercado, a infraestrutura nacional de serviços de informação, documentação e bibliotecas como fontes de informação para empresas.

Já, os estudos empíricos, que aparecem com menor incidência, tratam de casos de política de informação para criação difusão de conhecimento em empresas e de instrumentos para fomento às atividades de ciência e tecnologia pelo órgão incumbido de controlar as atividades de comércio, indústria e prestação de serviços no país.

Constata-se, com a observação destes estudos, que pesquisas têm sido realizadas no sentido de promover a integração das atividades das empresas com a pesquisa, já que o cenário atual de mercado exige especialização e conhecimentos específicos para criação de diferencial competitivo. Entretanto, estes estudos parecem não adequar-se completamente à realidade da maioria das empresas de nosso país que, segundo pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação –Cetic (2012), fazem uso da estrutura básica tecnológica para acesso à rede e uso de recursos disponíveis.

Corroborando as constatações, segundo relatório disponibilizado pelo Comitê Gestor da Internet (2012), “apesar da crescente demanda por profissionais e serviços de tecnologia da informação nas empresas brasileiras, a maioria delas ainda não possui uma área específica de



tecnologia da informação ou informática”. Pouco mais de 34% das empresas apresenta uma área ou departamento de TI e esse percentual cai para 23% entre as empresas de pequeno porte (CGI, 2012, p. 237).

Política para difusão da diversidade cultural

Os artigos desta categoria são menos representativos numericamente no corpus e de cunho prioritariamente empírico. Estes apresentam ações para criação e difusão da diversidade cultural, isto é, políticas públicas de disseminação da diversidade cultural e democratização do acesso à informação sobre cultura de diferentes povos no Brasil.

Considera-se que esta é uma causa condizente com a realidade do país, cujo território constitui-se de uma larga dimensão espacial e de uma grande diversidade cultural.

Política para gestão e desenvolvimento cultural

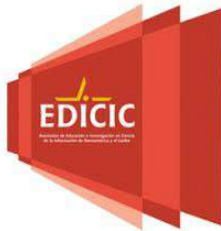
Esta categoria, assim como a anterior, relativa à política pública para criação e disseminação cultural, também é menos expressiva numericamente e de cunho predominantemente empírico. O fato pode ser resultante de que as preocupações com as políticas no país voltam-se às questões de base, ficando a cultura em plano secundário.

Corroborar-se tal afirmação por indícios concretos desta literatura, em que uma das políticas para desenvolvimento e gestão cultural mencionada, refere-se à Espanha em estudo sobre os indicadores para monitoramento e avaliação de estratégias de cultura e desenvolvimento na Cooperação Espanhola. No âmbito brasileiro há um estudo relacionado ao patrimônio arquivístico, visando políticas públicas para sua difusão e buscando o acesso para a apropriação deste patrimônio pela sociedade.

Políticas para gestão em saúde

Apesar de esse grupo ter sido criado para adequar dois estudos relacionados às políticas públicas de informação em saúde encontrados na literatura de CI, destaca-se aqui, a necessidade de políticas de informação voltadas à saúde para a construção de uma sociedade instruída sobre esse aspecto essencial do qual depende a vida humana.

Observa-se a necessidade de sistemas de informação em saúde que atendam as demandas da população que usufrui de serviços de saúde e de informação. Ademais, sistemas



que atendam as demandas dos servidores públicos, dos governos e das comunidades científicas, minimizando assim as respectivas demandas por informações que fundamentem decisões políticas e científicas nesse domínio.

Neste grupo, a pesquisa empírica refere-se especificamente à qualidade de informação para elaboração de políticas de informação em saúde condizentes com a realidade. Já, a pesquisa teórica reflete a preocupação com a política de informação e informática em saúde.

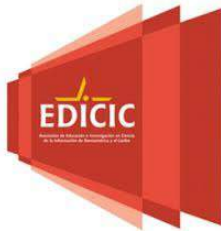
Por se apresentar na produção científica de CI, outro indício da importância da área de saúde em relação às políticas públicas é evidenciado por Barros (2003) quando relata que:

No Brasil, os conselhos paritários e deliberativos, estabelecidos através de Leis Federais, regulamentadoras de artigos da Constituição Federal de 1988, se consolidaram, especialmente, em três áreas de domínios de política: infância e adolescência, **saúde** e assistência social. (BARROS, 2003, p. 59, negrito meu).

Segundo o autor, “apesar da criação, em alguns municípios e estados, de conselhos importantes em outras áreas como orçamento, meio ambiente, situação da mulher e educação”, (2003, p. 59), apenas as três referidas áreas acima apresentam um ordenamento jurídico que determina sua criação em todas as esferas de poder: federal, estadual e municipal e que lhes confere o caráter deliberativo sobre a política pública (BARROS, 2003, p. 59).

De acordo com documento relativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, o direito à saúde inclui a não discriminação por raça, sexo, cor, idioma ou religião, considera o caráter individual e social, a igualdade [...] e o acesso a recursos efetivos para que a população possa obter tratamento. (PIDESC, 2000 *apud* TEJADA, 2008, p. 23, tradução minha). Do mesmo, conforme Tejada, o direito à saúde leva em conta fatores básicos como o acesso a alimentos saudáveis, nutrição, moradia adequada, água potável, condições sanitárias, condições de trabalho adequadas, de meio ambiente saudável, acesso à educação e informação em saúde.

Considerando que o Estado deve assegurar recursos mínimos para o financiamento de serviços públicos de saúde, e que a saúde não está somente vinculada à cura de enfermidades, mas a sua prevenção e também está integrada a outros direitos humanos, a área deve ter espaço consolidado na discussão sobre as políticas públicas e percebe-se que a literatura sobre o tema na CI não é expressiva no que concerne às políticas desse domínio.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que as análises sobre a produção científica podem revelar tendências de pesquisa e fundamentar decisões em relação às políticas científicas e políticas públicas de informação, especialmente quando secundadas pelo uso dos estudos métricos da informação. Esta modalidade de pesquisa foi evidenciada nos diferentes grupos temáticos: política nacional de ICT; política formativa/educativa; política científica; política para gestão pública; política de mercado e gestão de empresas; política para gestão e desenvolvimento cultural; política para difusão da diversidade cultural e política para gestão em saúde, visto que informações estatísticas e indicadores fundamentam decisões em diferentes contextos relacionados às políticas de informação.

Comprova-se que a produção na área sobre o tema tem crescido significativamente nos últimos anos, e que as demandas sociais por políticas públicas de informação, que criem, regulamentem e avaliem programas e ações do governo nesse sentido, tem tomado espaço prioritário nas reflexões da comunidade acadêmica.

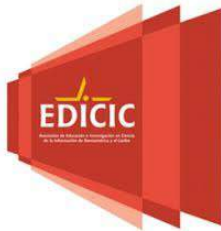
Ensejou-se, com a realização desta pesquisa, mais uma aproximação com o que se concretiza teórica e empiricamente como política pública na área de CI, graças à expressão temática desse domínio específico na literatura periódica produzida no Brasil. Foi possível observar, por meio das categorias temáticas, o que efetivamente se pesquisa sobre políticas públicas na área e o que é resultante de relatos de estudos empíricos em realidades específicas, quando se distinguem os estudos teóricos dos empíricos

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. M. R. H. A organização espacial da informação científica e tecnológica no Brasil. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 1985.

BARROS, J. C. Aspectos comunicacionais e informacionais nas novas relações entre sociedade civil e Poder Público: o caso dos Conselhos Deliberativos de Políticas Públicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. especial, p. 58-71, jul./dez. 2003.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET – CGI. **Pesquisa TIC domicílios e empresas**. 2012. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2012.pdf>>. Acesso em 14 ago. 2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

DIAS, R. B. **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas, S P: Editora da Unicamp, 2012.

DURKHEIM, É.; MAUSS, M. Algumas Formas Primitivas de Classificação (1903) In: MAUSS, Marcel, **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

LIMA, M. F. B. F. Produção científica: revisão parcial da literatura brasileira com ênfase na área agrícola. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, 1993.

MUGNAINI, R.; JANNUZZI, P. M.; QUONIAM, L. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, 2004.

PIRES-ALVES, F. Informação científica, educação médica e políticas de saúde: a Organização Pan-Americana da Saúde e a criação da Biblioteca Regional de Medicina – BiremeCiênc. **Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n. 3, 2008.

REVISTA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Rio de Janeiro: IBICT, 1972-. Quadrimestral.

SILVA, E. M.; GARCIA, J. C. R. Política de Informação Científica e Tecnológica no Brasil. **DataGramaZero - Revista de Informação**, v.15, n.4, ago. 2014.

SILVA, F. M. A informação científica e tecnológica brasileira no âmbito da sociedade da informação: uma análise das iniciativas governamentais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 2, n.2, p. 18-30, jan./jun. 2005.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília:Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

RODRÍGUEZ TEJADA, C. M. Derecho a la atención en salud. In: MARÍN, G. M.; ARANA, G. A. C. (Org.) **Políticas públicas en salud**: aproximación a un análisis. Antioquia: Facultad Nacional de Salud Pública “Héctor Abad Gómez” - Universidad de Antioquia, 2008. p. 21-27. Disponível em:
<<http://guajiros.udea.edu.co/fnsp/cvsp/Políticas%20publicas%20en%20salud.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, R. A Lei de Lotka na Bibliometria Brasileira. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 14-20, maio/ago. 2002.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

X EDICIC



Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA SUR REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS: UMA PROPOSIÇÃO DE INDICADORES DE CONTEXTO DOS AUTORES

BIBLIOMETRIC STUDY OF SUR INTERNATIONAL JOURNAL ON HUMAN RIGHTS: A PROPOSITION OF AUTHORS CONTEXT INDICATORS

Ana Cláudia Ribeiro, UFMG

Resumo: O presente estudo tem por objetivo caracterizar os autores da Sur Revista Internacional em Direitos Humanos. Como procedimento foi adotada a pesquisa de natureza quali-quantitativa, exploratória, descritiva e análise bibliométrica. Os dados sistematizados foram: titulação, afiliação institucional e nacionalidade dos autores de artigos publicados entre 2010 e 2014. De natureza empírica, o corpus da pesquisa é estabelecido em 134 artigos científicos, totalizando 157 autores. Os resultados apontam que: no caso da titulação, o curso de Direito é predominante, entretanto, observa-se também a confirmação dos laços interdisciplinares com outras áreas. A diversidade de cursos que compõem as pesquisas vem para auxiliar a articulação do desenvolvimento do conhecimento produzido. No caso da afiliação institucional, a maioria dos autores pertencente à Universidade, com 46%, seguida da Organização não Governamental com 38%, o Estado ficou com 13% e a Instituição privada com 3%. A categoria Nacionalidade foi agrupada por continentes, sendo que a maioria, com 65%, pertence às Américas, seguida da África com 13%, Ásia 11% e Europa também com 11%. Observa-se que a produção científica não está diretamente relacionada à densidade demográfica de cada país. No continente americano, a atividade científica encontra-se concentrada no Brasil, o que é explicado pelo fato da revista estar vinculada ao país. Conclui-se que a contribuição da variável autor (titulação, afiliação e nacionalidade) sinaliza as particularidades da área, que devido sua fonte inesgotável de abordagens, precisa olhar para dentro dos próprios atores que geram ciência. E assim, que seus próprios pesquisadores possam refletir o campo, afim de fornecer desenvolvimento para a área de Direitos Humanos no Sul Global.

Palavras-chave: Bibliometria; Direitos Humanos; Produção Científica.

Abstract: This study aims to characterize the authors of Sur - International Journal on Human Rights. As a procedure was adopted the methodology: qualitative and quantitative, exploratory, descriptive and bibliometric analysis. The systematised data was: degree, affiliation and nationality of the authors, published between 2010-2014. The empirical corpus of the research is composed of 134 scientific articles, totaling 157 authors. The results show that: in the case of degree, the Law School is predominant, however, also confirm the interdisciplinary links with other areas. The diversity of courses that emerged in the research helps to articulate the development of the knowledge produced. In the case of institutional affiliation, most part belongs to the University with 46%, followed by non-governmental organization with 38%, the state represents 13% and private institution just 3%. The nationality of the authors were grouped by continents and the majority, with 65%, belongs to America, followed by Africa with 13%, Asia 11% and Europe also with 11%. It is observed that the scientific production is not directly related to the population density of each country. In the Americas, scientific activity is concentrated in Brazil, which is explained by the fact that the magazine be linked to the



country. In conclusion, the author variable contribution (degree, affiliation and nationality) indicates the particularity of the area, and due to its inexhaustible source of approaches it is necessary to look into the authors themselves who generate science. And so that the own researchers have to reflect the field in order to provide development for the Human Rights in the Global South.

Keywords: Bibliometrics; Human Rights; Scientific Production.

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, afirma-se na comunidade internacional a concepção da universalidade dos direitos. Tratava-se de um contexto do pós-guerra, no qual era preciso constituir formas de proteção aos direitos dos indivíduos, não atreladas exclusivamente ao pertencimento a um Estado Nação. Por um lado, os Estados em guerra haviam se tornado, muitas vezes, os principais responsáveis por graves violações de direitos humanos e crimes de lesa humanidade, cometidos durante as duas grandes guerras mundiais. Por outro lado, as guerras geraram sujeitos e grupos sociais errantes, sem território, perseguidos ou deslocados de forma violenta e arbitrária para territórios já ocupados por outros povos, como nos conflitos entre Israel e Palestina. Naquele contexto foram então elaboradas, assinadas e ratificadas importantes Convenções Internacionais de Direitos Humanos, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), e os pactos: Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos; e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966. A partir deste processo de universalização, o interesse e a demanda por pesquisa na temática dos Direitos Humanos se ampliou na Europa e nos Estados Unidos. Outro movimento importante foi a regionalização dos direitos. Nas Américas, por exemplo, foi formulada e amplamente ratificada entre os países deste continente, a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos (1969), cujo propósito é consolidar um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais dentro de instituições democráticas. E a Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um dos órgãos do Sistema Interamericano responsáveis pela promoção e proteção dos direitos humanos. Já a Corte Interamericana de Direitos Humanos é um órgão judicial autônomo, cujo propósito é aplicar e interpretar a Convenção Americana de Direitos Humanos e outros tratados de direitos humanos. No entanto, ainda pouco se conhece sobre a produção acadêmica do Sul Global. Isto se explica pelo fato histórico de diversos países da América do Sul e da África, terem passado por ditaduras militares, guerras civis e *regimes segregacionistas* nas últimas



décadas. A experiência democrática é relativamente recente nestas regiões e a consolidação do Estado Democrático é algo fundamental para possibilitar a garantia dos direitos humanos.

Nesta perspectiva é que se justifica a relevância da realização de pesquisas bibliométricas para avaliar a produção em direitos humanos no Sul Global. Este artigo situa-se nesta perspectiva, e tem como objetivo caracterizar a produção da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos, a partir da análise dos autores que nela publicaram entre 2010 e 2014. Ressalta-se que esta pesquisa faz parte de dissertação de mestrado em fase de andamento, que além da variável autor considera a variável intrínseca de conteúdo e uma variável externa da revista: o editor.

Assim, é propícia a realização desta investigação dos autores a partir da análise bibliométrica da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos. Espera-se que o estudo contribua para as discussões sobre os limites e possibilidades de aplicação das técnicas bibliométricas já consagradas e amplamente utilizadas nos domínios da Ciência da Informação. Este estudo justifica-se pela relevância do assunto, tanto no âmbito da produção científica, como também pela representatividade da revista no Hemisfério Sul.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: TECNOCIÊNCIA E BIBLIOMETRIA

Para compreender uma comunidade científica é preciso, antes de tudo, entender a dinâmica da ciência. Segundo Portocarrero (2004, p.209) a ciência só pode ser entendida a partir da determinação social do seu conteúdo.

Na ciência não existe uma verdade absoluta. Os cientistas são influenciados por sua posição social e o contexto sociocultural no qual estão inseridos. Assim, a perspectiva teórica de ciência, que norteia a presente investigação, se afasta das concepções positivistas e pós positivistas que advogam a neutralidade do pesquisador e a objetividade estrita como imperativo da relação sujeito objeto.

De acordo com a experiência de estudos de Latour (2000, p.103):

[...] Examinei a anatomia da literatura técnica e afirmei que essa era uma maneira prática de cumprir minha promessa inicial de mostrar os componentes heterogêneos que constituem a tecnociência, inclusive os sociais. Mas convém prever a objeção de meu leitor (semiótico): "O que você quer dizer com 'social' ?" - diz ele indignado. "Onde estão o capitalismo, a classe proletária, a guerra dos sexos, a luta pela emancipação das raças, a cultura ocidental, as estratégias das perversas



multinacionais, o militarismo, os tortuosos interesses dos *lobbies* profissionais, a competição por prestígio e prêmios entre os cientistas? Todos esses elementos são sociais, e isso você não mostrou com todos os seus textos, truques retóricos e tecnicidades! (LATOURET, 2000, p.103)

Segundo Araújo (2009, p.24): “do ponto de vista metodológico, Latour afirma que a única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos é seguir os cientistas em ação” [...].

A análise da produção do conhecimento permite criar métodos confiáveis para mostrar à sociedade como uma determinada área vem se desenvolvendo, suas tendências e o comportamento de uma comunidade. Para Macias-Chapula (1998, p.135), a Bibliometria vem se apresentando como uma ferramenta capaz de auxiliar na observação do “estado da ciência e da tecnologia através da produção da literatura científica como um todo, em um determinado nível de especialização”.

A comunicação científica é fundamental para a ciência, pois possibilita que as descobertas sejam divulgadas. Conforme destaca Dias (2002, p.8), a comunicação científica possibilita a disseminação do conhecimento científico a outros cientistas, que poderão utilizá-lo para desenvolver outras pesquisas, para corroborar ou refutar os resultados de pesquisas anteriores, ou estimular novas perspectivas naquele campo de interesse, além de possibilitar também o estabelecimento de novas disciplinas e campos de estudos, abrindo, dessa forma, novas fronteiras do conhecimento.

Estas técnicas permitem analisar e avaliar os processos relacionados à atividade científica, criando métodos confiáveis para mostrar como uma determinada área vem se desenvolvendo. Vanti (2002, p.152-153) afirma que a avaliação da produtividade científica, por exemplo, deve ser um dos elementos principais para o estabelecimento e acompanhamento de uma política nacional de ensino e pesquisa, uma vez que permite um diagnóstico das reais potencialidades de determinados grupos e/ou instituições.

Segundo Santos e Kobashi (2009):

É crescente, portanto, a consciência de que os estudos da ciência não podem se orientar por critérios meramente quantitativos. A incorporação da sociologia e da história da ciência inaugura a aproximação entre estudos quantitativos e estudos qualitativos. Atualmente, os trabalhos de mapeamento cognitivo da ciência se colocam como tendência importante para aprofundar a compreensão sobre a dinâmica da ciência. (SANTOS; KOBASHI, 2009).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

A bibliometria vem para beneficiar as pesquisas sobre Direitos Humanos, fornecendo subsídios para discussão entre os pesquisadores interessados na temática, em termos de desenvolvimento e amadurecimento como campo científico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada seguindo o levantamento de: titulação acadêmica, afiliação institucional e nacionalidade dos autores, referentes aos artigos da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos, dos volumes e números produzidos entre 2010 e 2014. De natureza empírica, o corpus da pesquisa é estabelecido em 134 artigos científicos, totalizando 157 autores. Sendo assim, a pesquisa é caracterizada como quali-quantitativa, exploratória e descritiva.

A pesquisa é quali-quantitativa, pois segundo Figueiredo e Souza (2008), este tipo de procedimento favorece o cruzamento das informações e, conseqüentemente, dá ao pesquisador maior confiabilidade em suas conclusões, à medida que amplia o horizonte do objeto de estudo.

3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1.1 TITULAÇÃO ACADÊMICA DOS AUTORES

A partir da perspectiva da análise de titulação dos autores, é possível construir uma categoria de contexto sócio-político. Segundo Frota e Ribeiro (2015): "Como a produção em Direitos Humanos é heterogênea e interdisciplinar, é possível compor as áreas de conhecimento que mais vêm contribuindo com a temática de Direitos Humanos".

De acordo com Castanha, Hilário e Grácio (2013) no processo de análise dos autores, a análise bibliométrica propicia uma visualização objetiva da atuação e do impacto científico de um grupo de pesquisadores. Estas análises apresentam-se como procedimentos confiáveis, que utilizam indicadores de produção e a relevância de autores, periódicos, instituições e países, nas diferentes áreas do conhecimento.



Tabela 01 - Graduação dos autores

Curso	Total
Administração	1%
Agronomia	1%
Antropologia	1%
Arquitetura	1%
Ciência Política	6%
Direito	55%
Economia	4%
Enfermagem	1%
Filosofia	2%
História	4%
Jornalismo	2%
Letras	1%
Medicina	1%
Psicologia	1%
Relações Internacionais	8%
Sociologia	11%
Teatro	1%

Fonte: dados da pesquisa

Dos 157 autores foram totalizados 168 titulações acadêmicas, pois alguns autores possuíam mais de uma graduação: 55% dos autores possui graduação em Direito, seguidos de Sociologia 11%, Relações Internacionais 8%, Ciência Política 6%, História e Economia 4% cada Filosofia e Jornalismo com 2% cada e, por fim, totalizando 1% cada, os cursos de: Administração, Agronomia, Antropologia, Arquitetura, Enfermagem, Letras, Medicina, Psicologia e Teatro.



Tabela 02 - Mestrado do autores

Curso	Total
Administração	3%
Agronomia	1%
Antropologia	2%
Ciência Política	14%
Ciências da Saúde	1%
Direito	51%
Economia	1%
Filosofia	5%
História	2%
Psicologia	2%
Relações Internacionais	8%
Sociologia	9%

Fonte: dados da pesquisa

Na formação em pós-graduação, 121 autores possuem o título de mestrado nas seguintes áreas: Direito 51%, Ciência Política 14%, Sociologia 9%, Relações Internacionais 8%, Filosofia 5%, Administração 3%, História 2%, Psicologia 2%, Antropologia 2%, Agronomia 1%, Ciências da Saúde 1% e Economia 1%.

Tabela 03 - Doutorado dos autores

Curso	Total
Antropologia	2%
Ciência Política	20%
Ciências da Saúde	3%
Direito	52%
Filosofia	3%
História	3%
Relações Internacionais	6%
Sociologia	11%

Fonte: dados da pesquisa

Dos 157 autores analisados, 64 possuem formação de doutoramento, dentre eles, 52% em Direito, seguidos de Ciência Política 20%, Sociologia 11%, Relações Internacionais 6%, Ciências da Saúde 3%, Filosofia 3%, História 3% e Antropologia 2%. Mesmo que o curso de Direito seja predominante, observa-se também a confirmação dos laços interdisciplinares com



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

as outras áreas citadas. A partir da análise do título de doutorado, representada pela tabela 03, é possível observar um aumento dos outros cursos na formação dos autores.

De acordo com Bobbio (2007), a Ciência Jurídica tem necessidade de estabelecer novos e mais estreitos contatos com as Ciências Sociais. Sinal de que a sociedade atravessa um período de profunda transformação. Os juristas estão saindo de seu esplêndido isolamento. Esta necessidade de ampliar os próprios horizontes, é acompanhada pela obscura consciência de que o Direito não ocupa mais aquele posto privilegiado que fora atribuído por uma longa tradição no sistema global da sociedade.

A importância da diversidade de cursos, é tratar sobre ângulos diferentes acerca dos direitos humanos. O Direito terá um olhar jurídico e legislativo da aplicabilidade dos direitos humanos. O curso de Relações Internacionais visa ao estudo das relações políticas, econômicas e sociais entre diferentes países e que tenham como locus o sistema internacional. A Ciência Política dedica-se aos estudos das instituições políticas e aos fenômenos políticos de um dado governo. A Sociologia e Antropologia possuem um viés de estudo da organização e do funcionamento das sociedades humanas e das relações sociais, e suas instituições, e também a análise de determinados comportamentos sociais.

Por ser de diferentes áreas do conhecimento, leva o autor a pensar e agir em diferentes sentidos, resgatando o caráter de correlação e atuação existente nos Direitos Humanos. Sendo assim, a diversidade de cursos que compõem as pesquisas vem para auxiliar a articulação do desenvolvimento do conhecimento produzido.

O indicador de contexto dos autores permite à comunidade científica, e aos próprios pesquisadores, refletir sobre a evolução da área e o caminho que estão tomando no que é relativo a determinados assuntos. Isto auxilia na pesquisa em si, pois a visualização da área permite o acompanhamento acerca do desdobramento de estudo, cooperando com o desenvolvimento científico.

3.1.2 AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL

Gráfico 01 - Afiliação institucional dos autores



Fonte: dados da pesquisa

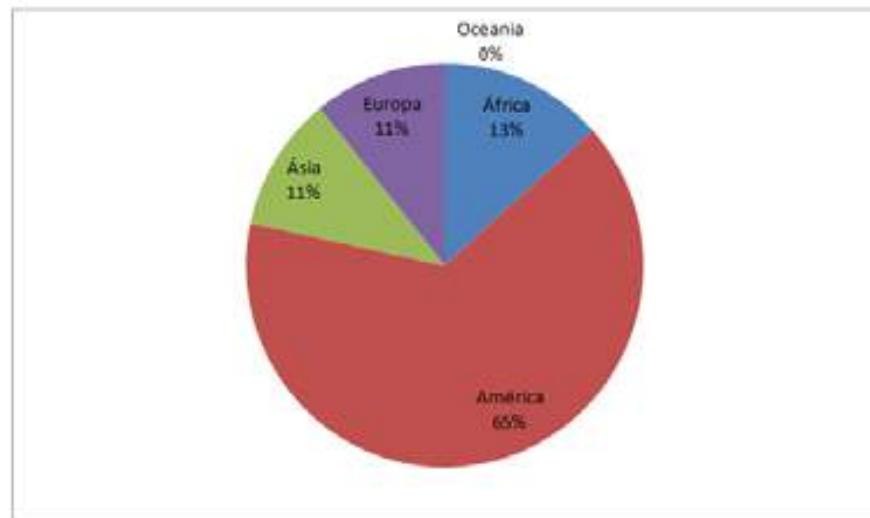
A categoria de afiliação institucional aponta que é alto o índice de participação dos autores vinculados à Universidade 46%, como também de Organização não Governamental (ONGs) 38%. Ademais, o Estado ficou com 13% e Instituição Privada com 3%.

Com base neste resultado é possível observar uma tendência saudável da revista, pois mistura diferentes instituições nas pesquisas. Para a área de Direitos Humanos, é importante tanto o olhar do autor que estuda a teoria como o que trabalha na prática, ou em ambas, transformando a revista em um meio de comunicação de grande e construtivo intercâmbio.

É possível verificar ainda, que apesar de ser uma revista relativamente nova –12 anos de publicação–, já se tornou referência de pesquisa, informando pessoas e organizações que trabalham em defesa dos direitos humanos e oferecendo um veículo consolidado de comunicação e divulgação científica.

3.1.3 NACIONALIDADE DOS AUTORES

Gráfico 02 - Distribuição geográfica dos autores agrupada por continentes



Fonte: dados da pesquisa

A categoria de nacionalidade dos autores que produzem conhecimento em Direitos Humanos, foi agrupada por continentes, sendo que a maioria, com 65%, pertence à América, seguida da África com 13%, Ásia 11% e Europa também com 11%. Oceania não registrou nenhum autor.

Tabela 04 - População por continente

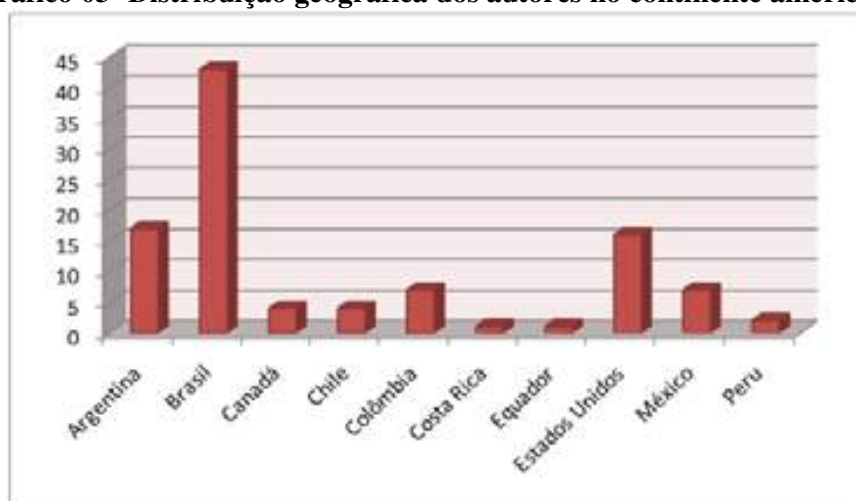
Continentes	Área (Km ²)	Nº de países	População
Ásia	43.608.000	49	4.166.700.000
América	42.960.000	35	940.300.000
África	30.335.000	54	1.033.000.000
Europa	10.498.000	49	732.800.000
Oceania	8.923.000	15	35.800.000

Fonte: ONU (Organização das Nações Unidas)

O continente asiático é o maior em área territorial e também em população, possuindo os dois países mais populosos do mundo, China e Índia. O continente africano é o terceiro em área territorial e o segundo em população. A Oceania é o menor tanto em território quanto de população. Portanto, observa-se que a produção científica não está ligada aos países mais populosos.

A seguir, no gráfico 03, especificou-se os países do continente americano, a fim de relativizar a intensidade da frequência da nacionalidade em relação ao total de autores concentrados nesta região.

Gráfico 03 -Distribuição geográfica dos autores no continente americano



Fonte: dados da pesquisa

Observa-se no gráfico 03, que os autores mais produtivos são de nacionalidade brasileira 42%, seguidos dos Estados Unidos 16% e Argentina também 16%. Logo após vêm Colômbia e México 7% cada, Canadá e Chile 4% cada, Peru 2% e Costa Rica e Equador com 1% cada.

Deste modo, a atividade científica em Direitos Humanos encontra-se bastante concentrada no Brasil. O Brasil compreendeu uma porcentagem pelo menos duas vezes maior, se comparado com Estados Unidos e Argentina. Esse resultado explica, pelo fato da revista estar localizada no Brasil, também é um desafio para a Sur, expandir sua representação, para que não seja configurado um comportamento endógeno. E que assim tenha um olhar heterogêneo sobre as regiões do Sul Global. Para o avanço da ciência, é importante a troca de informações de autores de diferentes nacionalidades, a fim da renovação e avanço para a área dos Direitos Humanos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a questão dos autores se inicia em acompanhar o desdobramento e apontar tendências, pois analisar os atores é refletir sobre o própria produção científica em Direitos Humanos. É necessário estudar as características gerais e específicas de cada área do conhecimento para estabelecer formas de visualização que contemplem as particularidades de cada área.

Deste modo, este trabalho buscou traçar o perfil dos autores da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos, a fim de compreender sua grande heterogeneidade e complexidade, que se conformem com aspectos específicos da temática. A contribuição da variável autor (titulação acadêmica, afiliação e nacionalidade) evidencia as particularidades dessa área, que devido sua fonte inesgotável de abordagens, precisa ainda olhar para dentro dos próprios atores que geram ciência. E assim, compreender seus avanços, para que seus próprios pesquisadores possam refletir sobre essas variáveis, fornecendo um desenvolvimento para a área de Direitos Humanos no Sul Global.

O artigo sinaliza também a necessidade de incrementar pesquisas sobre a produção científica em Direitos Humanos, tanto nacionais como internacionais. Apontando a necessidade de gerar uma base real, com vistas à construção de uma comunidade científica consolidada. E assim, desenvolver e ampliar este tema, que é de extrema importância para valorização da existência humana.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira. **Apropriações de Bruno Latour pela ciência da informação no Brasil**: descrição, explicação e interpretação. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-7UUQGN/ppgci_ronaldo_2009.pdf?sequence=1>. Acesso em: março de 2016.

BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função**: novos estudos de teoria do direito . Barueri, SP: Manole, 2007.

CASTANHA, R. C. G.; HILÁRIO, C. M.; GRÁCIO, M. C. C.(2013). A produção científica do Brasil, da Espanha e de Portugal: análise bibliométrica na área de Matemática no período 2001-2010. **In: VI Encontro Ibérico EDICIC 2013**: Globalização, Ciência, Informação: Atas.Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CETAC. MEDIA, 370-381.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

DIAS, E. J. W. **O específico da ciência da informação**. O campo da ciência da informação : gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Introdução aos direitos humanos**. Campinas, SP: Alínea, 2012.

FROTA, M. G. C. ; RIBEIRO, A. C. . Análise da metodologia em estudos bibliométricos: uma proposição de indicadores de contexto. In: **José Augusto Chaves Guimarães; Vera Dodebei. (Org.). Organização do conhecimento e diversidade cultural**. 3. ed. Marília: FUNDEPE, 2015, v. 3, p. 507-517. Disponível: <<http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Organiza%C3%A7%C3%A3o-do-Conhecimento-e-Diversidade-Cultural-ISKO-BRASIL-2015.pdf>>. Acesso em: 25 abri. 2016.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/342>>. Acesso em: 03 março de 2014.

ONU. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.un.org/>>. Acesso em: 10 março de 2016.

PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SANTOS, R. N. M. KOBASHI, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendências em pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.155-172, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/21>>. Acesso em: 15 março de 2015.

SUR Revista internacional de direitos humanos. São Paulo: Conectas,2015. Disponível em: <<http://www.surjournal.org/sobresur19.php>>. Acesso em: 10 abril de 2016.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.2, p. 152-162, maio./ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000200016&lang=pt>. Acesso em: 15 maio de 2015.

WORMELL, I. Informetria: explorando bases de dados como instrumentos de análise. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 210-216. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/367>>. Acesso em: 25 março de 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

ESTUDOS BIBLIOMÉTRICOS APLICADOS À DEFINIÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS: O CASO DAS DIVERSAS TEMÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

STUDIES BIBLIOMETRIC APPLIED THE DEFINITION OF PUBLIC POLICY OF EDUCATION IN MINAS GERAIS: THE CASE OF THE VARIOUS ISSUES OF INCLUSIVE EDUCATION

**Rogério Luís Massensini, UFMG
Renata Kelly Alves Fonseca, FJP**

RESUMO: O delineamento e a execução de políticas públicas, entre elas as de educação, são etapas que estão diluídas uma na outra. Os instrumentos de planejamento construídos e revisados ao longo de um ciclo governamental – PPAG e LOA – são exemplos desse processo dinâmico e complexo, envolvendo atores do governo, da sociedade e do mercado. Na busca de conciliar interesses e atender aos *enforcements* legais, como a garantia do acesso à educação a grupos específicos e a promoção de valores como tolerância e respeito no ambiente escolar, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais conta com a Coordenação de Modalidades e Temáticas Especiais. Este artigo constitui-se em um estudo da articulação existente e daquela que é possível obter-se entre as equipes que compõem essa coordenação. Para tanto, foram realizados encontros com as equipes para conhecimento de suas propostas de ação e categorização destas em eixos temáticos usando o programa *XMind*. Esse mapeamento possibilitou ainda a análise da rede composta pela coordenação, com a construção de grafos no programa *Ucinet*, representando a articulação efetivamente executada e aquela desejável entre as seis temáticas. Os resultados apontam para as possibilidades de realização conjunta das ações. Uma realidade a ser perseguida para a busca de resultados mais efetivos com a política educacional e para o emprego racional dos recursos públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública de Educação; Análise de Redes Sociais; Plano Plurianual de Ações Governamentais; Estudos Bibliométricos; Ciência da Informação.

ABSTRACT: The design and implementation of public policies, including the education, are steps that are diluted together. planning instruments built and revised over a government cycle - MPGA and LAB - are examples of this dynamic and complex process involving government actors, society and the market. In seeking to reconcile interests and meet legal enforcements, such as ensuring access to education for specific groups and the promotion of values such as tolerance and respect in the school environment, the Secretary of State of Minas Gerais Education has the Arrangements and Coordination Special Issue. This article is in a study of the existing joint and one that can be obtained between the teams that make up such coordination. To this end, meetings were held with the teams to knowledge of their proposals for action and categorizing these into themes using the *XMind* program. This mapping also allowed the analysis of the network of the coordination with the construction of graphs in *Ucinet* program, representing the joint effectively performed and that desirable among the six themes. The results point to the possibility of carrying out joint actions. A reality to be pursued in the search for more effective results with educational policy and the rational use of public resources.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

KEYWORDS: Public Education Policy; Social Network Analysis; Multiannual plan for government action; Bibliometric studies; Information Science

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados obtidos a partir da análise das ações governamentais, nas diversas modalidades¹ e temáticas² da educação inclusiva, que compõem a política pública de educação no Estado de Minas Gerais.

O objetivo foi identificar as dificuldades que implicam o processo de interação entre as áreas executoras da política pública de educação, procurando contribuir para o desenvolvimento de estruturas orientadas para a busca dos objetivos comuns dessa política. Afinal, promover a interação entre as áreas responsáveis pela execução dessas ações governamentais mostra-se de extrema relevância para se atingir uma educação pública universalizada com qualidade para todos os cidadãos.

A mudança de governo, nas eleições de 2014, fez com que a Secretaria de Estado de Educação *ressignificasse* as suas ações governamentais, por meio de instrumentos legais de revisão de políticas públicas, utilizando-se do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI (2016-2027) e do Plano Plurianual das Ações Governamentais – PPAG (2016-2019)³, o que tornou possível o fortalecimento/inclusão de temáticas que não eram, até o momento, consideradas ações de governo no Estado.

O PPAG⁴ traz em sua estrutura o Programa 010: Diversidade e Inclusão do qual fazem parte as seguintes ações governamentais:

- ▶ Ação 4066/4075: Educação Indígena,
- ▶ Ação 4079/4115: Educação Quilombola,
- ▶ Ação 4021/4051: Educação do Campo,
- ▶ Ação 4053/4063: Educação Especial.

Já o Programa 213: Convivência Democrática apresenta as seguintes ações governamentais:

- ▶ Ação 1159/1160: Afroconsciência,

¹ Modalidades apresentam características particulares/específicas de ensino.

² As temáticas são relativas ao tema ensinado.

³ Ver mais sobre PMDI e PPAG no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão: <http://www.planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento>

⁴ Ver mais sobre as ações governamentais no sítio eletrônico: http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/ppag/2016-2019/Planejamento/Volume_II_Final_v2.pdf



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- ▶ Ação 1161: Educação, Convivência Democrática e Participação Social (Educação em Direitos Humanos e Cidadania).

Essas temáticas perpassam toda a Educação Básica, Ensino Fundamental e Médio, compondo a política pública de educação juntamente com outras ações governamentais da Secretaria de Estado de Educação.

Para Janete Azevedo (2004, p. 5) “[...] em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente”.

A transformação dessas modalidades e temáticas em ações governamentais, com previsão orçamentária e atividades detalhadas, é uma das justificativas da seleção delas para a análise. Deste modo, essas ações já mencionadas acima passam a compor o PPAG, sendo detalhadas as receitas na Lei Orçamentária Anual – LOA (2016), após o início do processo de elaboração dessas ações que foram fortalecidas/incluídas pela mudança de governo.

Assim, parte-se de tais ações governamentais da Secretaria de Estado de Educação, como nosso principal referente, mas não o único, tendo como objeto a análise da definição da política pública de educação em Minas Gerais.

Cabe ressaltar que existem nesses instrumentos legais outras ações governamentais, inclusive referentes à educação, e que aquelas propostas e desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Educação têm recebido um olhar diferenciado, buscando fortalecê-las de forma a contribuir para uma educação de qualidade, atendendo as metas previstas no Plano Nacional de Educação – PNE⁵. Porém, por questões metodológicas, que serão explicadas no tópico de metodologia, apenas as ações atribuídas às temáticas e modalidades especiais foram selecionadas para análise.

E, quanto ao Plano Estadual de Educação, a proposta realizada por meio do Projeto de Lei no PL 2.882/15 é que se construa esse instrumento legal a partir das consultas públicas e reuniões com especialistas de educação, de forma a municiar a Comissão de Educação da

⁵ O documento intitulado *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do PNE* pode ajudar a compreender as nossas necessidades educacionais. Ver mais no sítio eletrônico: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Paulo Lamac, como também a Secretaria de Estado de Educação.

Os próximos tópicos apresentam a revisão de literatura, que discute as principais ideias sobre a análise de Redes Sociais – ARS, para, depois, descrever os passos metodológicos deste trabalho. Em seguida são apresentados os resultados e algumas considerações sobre eles de forma a contribuir para a elaboração da política de educação no Estado de Minas Gerais.

REVISÃO DE LITERATURA

Este tópico apresenta as discussões que algumas áreas do conhecimento, dentre elas a Ciência da Informação, têm realizado sobre Análise de Redes Sociais e a aplicação dessa metodologia de análise sobre determinados objetos de estudo, que se mostram pertinentes às ciências sociais aplicadas.

Redes Sociais e Fluxo de Informação

A Ciência da Informação, como afirma Moura (2006), constitui-se em um campo de estudo da “informação ancorada no tecido social” (p. 5), ou seja, dos fluxos informacionais e das construções de sentido a respeito das representações da realidade - semiose. Por se tratar de um processo interativo e permeável a novos estímulos, assume-se que a atribuição de sentido a um fenômeno está constantemente em formulação, numa “cadeia de semiose (ou semiósica)” (ZILLER e MOURA, 2010, p. 327). À estrutura na qual ocorre a dinâmica de constante significação Moura (2006) chama de “rede de atos de enunciação semiósica” (p. 5), na qual cada interpretante do signo torna-se ele mesmo em um novo, ao transferir a ele sua representação mental sobre um mesmo fenômeno, que pode ser – e quase sempre será – diferente ou ampliada em relação às demais.

Ao ressaltar a variável interativa no processo de produção de sentido, a Ciência da Informação aponta para a característica de incerteza quanto ao consenso na construção e na interpretação dos signos, ou seja da informação. Isso porque “a informação se faria presente em um abstrato jogo de trocas materiais e simbólicas entre sujeitos ocupantes de um lugar social específico e inseridos em uma cultura corrente” (ANDRADE, 2008, p. 45).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Assim, a autora destaca que a interface entre os interpretantes, sendo permeada por variáveis como seu contexto social e suas vivências, atribui aos fenômenos estudados pela Ciência da Informação o caráter complexo, uma vez que denota “as falhas nos determinismos de sistemas de recuperação da informação” (ANDRADE, 2008, p. 46). A isso Ziller e Moura (2010, p. 329-330) acrescentam:

[...] a relação sógnica e a semiose se dão a partir do reconhecimento do signo como tal, o estabelecimento de semioses pode se dar de maneira oposta àquela prevista por quem cria ou trata o signo ou mesmo pode se dar a partir de elementos não criados ou tratados para representar algo.

Aqui é importante resgatar o uso do termo “redes de atos de enunciação” para compreender como ocorre, na prática, o processo de semiose, a atualização do signo (informação) “na interface com o sujeito” (MOURA, 2006, p. 2).

Trata-se, portanto da articulação de atores sociais em situações cotidianas, de socialização, ou intencionais, visando ao alcance de objetivos comuns – as redes sociais (MARTELETO, 2010). Estas se constituem em estruturas complexas, que integram, entre outros elementos, “as representações humanas e sociais” (MARTELETO, 2010, p. 33), favorecendo o intercâmbio informacional e, conseqüentemente, a semiose.

Marteletto (2000) acrescenta que as redes sociais são uma característica de sociedades complexas, com elevado grau de especialização, o que leva a relações de dependência entre seus membros, e referem-se “à sociedade como um conjunto diverso de relações e funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras” (p. 78).

Essa especialização à qual a autora se refere encontra exemplo nas estruturas organizacionais do mercado, da sociedade civil e também do serviço público, sendo esse último grupo o objeto de estudo desse trabalho.

Nesse sentido, Jacobi (2000), em concordância com Marteletto (2000) e Migueletto (2001), aponta para o fato de que as redes são uma forma de articulação que difere das estruturas verticalizadas e hierárquicas por prescindirem de um núcleo e atuarem numa lógica em que é necessário solidariedade, consenso, negociação e deliberação.

As redes se inscrevem numa lógica que demanda articulações e solidariedade, definição de objetivos comuns e redução de atritos e conflitos baseados numa acumulação disruptiva de problemas, considerando as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

características complexas e heterogêneas da sociedade (JACOBI, 2000, p. 134).

Isso, tendo em vista que as organizações públicas são estruturadas por unidades que nem sempre operam em convergência e “cujos membros desenvolvem coalizões e disputas não apenas dentro das agências e entre elas, mas também com diversos agentes externos ao Estado” (MARTIN, 1991, apud MIZRUCHI, 2009, p. 135).

Esse estudo procura apresentar a aplicabilidade da articulação estatal em redes para formulação e implementação de políticas públicas, propondo “compreender as relações sociais entre agentes dentro e fora das agências estatais para explicar o desenvolvimento da política governamental” (MIZRUCHI, 2009, p. 135).

Portanto, para demonstrar a pertinência da apropriação dessa temática ao caso abordado, faz-se necessário estabelecer a relação entre o ciclo de políticas públicas e a forma de organização em redes de trabalho no serviço público, explicados no próximo tópico.

Articulações organizacionais em redes de políticas públicas

As políticas públicas constituem-se na forma por meio da qual a administração pública atende às demandas apresentadas a ela pelos diversos atores presentes na sociedade – cidadãos, agentes políticos, movimentos organizados, mercado, etc.

Por se tratar de um processo que visa a conciliar esses interesses diversos, que em muitos casos são, também, conflitantes, é que um modelo *top down*, ou seja, de construção de um plano de ação dentro de um núcleo burocrático, que não é passível de discussão e constante reformulação, revela-se pouco adequado. Essa é uma visão míope ancorada no ideal weberiano que

[...] está ancorada em um *policy environment* caracterizado por informação perfeita, recursos ilimitados, coordenação perfeita, controle, hierarquia, clareza de objetivos, *enforcement* de regras perfeitas e uniformes, linhas únicas de comando e autoridade, além de legitimidade política e consenso quanto ao programa ou política (SILVA e MELO, 2000, p. 8).

Os autores sugerem, em contrapartida a esse ideal, que o desenho de políticas públicas seja entendido como não linear e complexo, devendo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

incluir a identificação dos atores que dão sustentação à política e mecanismos de concertação e negociação entre tais atores” avançando para uma estrutura que se assemelhe a “redes complexas de formuladores, implementadores, stakeholders e beneficiários que dão sustentação a política (SILVA e MELO, 2000, p. 13).

Assim, vista por essa perspectiva, a formulação de políticas públicas se mistura e é permeada pelas outras etapas do ciclo, bem como pelos atores considerados precipuamente responsáveis por cada uma delas. Tem-se, então, um movimento dinâmico de construção coletiva, como descrito por Procopiuck e Frey (2009, p. 12):

Sob esta ótica as políticas públicas, ou de caráter público, resultam de processos sociais interativos que buscam acordos entre grupos com diferentes graus de capitalização social e política, muitas vezes, com interesses divergentes, com o intuito de ajuste de ações de atores estatais e extra-estatais dentro de um jogo multipolarizado de forças em direção ao atendimento de demandas específicas da sociedade ou de setores societais.

Essa mudança de cenário na compreensão do ciclo de políticas públicas é um reflexo das transformações sociais e tecnológicas ocorridas com o advento da Globalização e da Era da Informação (CASTELLS, 2005), ampliando as trocas informacionais, a interdependência e a permeabilidade das instituições às influências ambientais. A administração pública, por sua vez, não se encontra imune a essas transformações. Pelo contrário, é atingida por elas de maneira considerável.

Tendo em vista a complexidade do ciclo de políticas públicas que se deve, em parte à existência de uma disputa de interesses entre os atores, e também às mudanças descritas por Castells (2005), Migueletto (2001) defende que o modelo de organização em redes, caracterizado pela autora como alternativo às interações e fluxos informacionais previstos na hierarquia do organograma, pode ser aplicado nas instituições do serviço público, uma vez que uma de suas características é a interdependência entre os atores que as compõem. Isso pressupõe o cultivo de valores como deliberação, consenso, flexibilidade e horizontalidade – bases do modelo de gestão em redes.

Contudo, embora a gestão em redes seja um modelo que amplia as possibilidades de alcance de melhores resultados (MIGUELETTTO, 2001),

o desenvolvimento de novas formas de governança para orientar a formulação e implementação de políticas públicas envolvendo atores com diferentes interesses em ambientes com tendência à instabilidade e à



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

complexidade se sobressai como desafio (PROCOPIUCK e FREY, 2009, p. 688).

Isso pode ser justificado em certa medida pelo apego à estrutura hierárquica definida no organograma, que conforma os fluxos informacionais e os processos de tomada de decisão. O caso apresentado, no tópico resultados, é um exemplo desse desafio.

Análise de Redes Sociais: uma rede de investigações?

Há uma triangulação de técnicas para a obtenção, tratamento, análise e montagem dos grafos, em que se utiliza das técnicas da etnografia como observação participante, questionários e entrevista de profundidade, juntamente relacionada à ARS, para se obter uma visualização da realidade investigada.

A ARS tem se apresentado como um campo de encontro interdisciplinar para várias áreas do conhecimento que buscam, em comum, analisar o espaço e o sujeito sociais em seu contexto histórico, o que enriquece tais investigações.

As contribuições da análise de redes sociais permitem observar igualmente como as diferentes tradições disciplinares incorporam suas bagagens metodológicas e técnicas em alguma fase de uma investigação que acrescenta entre as suas etapas da ARS⁶ (CABALLERO, 2005, p. 8).

Deste modo, metodologias e técnicas da sociologia, da antropologia e da psicologia contribuem para o desenvolvimento de pesquisas sociais, construindo uma rede de investigações que colabora para uma visualização mais próxima da realidade analisada.

Caballero (2005) aponta que o grande valor existente nessa pluralidade é a possibilidade de se utilizar de técnicas qualitativas e quantitativas para realizar a coleta e depois a análise dos dados, a partir de uma triangulação teórica, metodológica e técnica, interessante à ARS.

Nosso argumento a respeito tem sido conduzido rumo a um caminho de múltiplas direções, assumindo uma pluralidade que caracteriza os objetos

⁶ Las aportaciones del análisis de redes sociales permiten observar igualmente cómo diferentes tradiciones disciplinares incorporan sus bagajes metodológicos y técnicos en alguna fase de una investigación que añade entre sus etapas el ARS.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

habituais do conhecimento nas ciências sociais e, neste caso, os mesmos objetos (e sujeitos) de conhecimento da ARS⁷ (CABALLERO, 2005, p.20).

Assim, a aplicação da metodologia de ARS sobre os dados coletados através de técnicas etnográficas contribui para uma visualização mais próxima da realidade, tanto quantitativamente quanto qualitativamente.

Não obstante, a ARS nos apresenta, a partir de sua metodologia, a possibilidade de visualizar uma rede conceitual, com compreensões de diversos grupos de atores sociais sobre um mesmo problema: *Como elaborar ações governamentais conectadas em uma rede institucional? Como conectar conceitos de ações governamentais em elaboração/inclusão?*

Na busca por responder questionamentos sobre conceitos interconectados “Wersig apresenta sua proposta de abordagem dos problemas de informação para a ciência da informação, com três tipos de modelos e respectivas bases teórico-metodológicas” (WERSIG, 1993 apud FREIRE E ARAÚJO, 2001, p. 2), partindo da construção teórica através da consideração de conceitos existentes no campo científico contrapondo com conceitos presentes na realidade social dos sujeitos envolvidos no processo analisado. Aborda, em seu segundo modelo a *reformulação científica de inter-conceitos*, os conceitos fundamentais necessários para a compreensão da área científica.

E, Wersig (1993) irá finalizar os três modelos com o *entrelaçamento de conceitos científicos*, com a interação e a reestruturação dos conceitos dentro de um espaço possível a construção de uma rede conceitual, que responderia à necessidade de análise dos conceitos existentes para um mesmo termo. Essa teoria, de Wersig (1993), apresentada através de seus três modelos contribui para a análise conceitual das ações governamentais, com a interação entre os conceitos de cada ação governamental, buscando contribuir para a elaboração dessa rede conceitual e da política de educação.

Deste modo, a metodologia de análise de rede conceitual partiria da teoria desenvolvida por Wersig (1993) para a área de Ciência da Informação, construindo redes possíveis.

⁷ Nuestra argumentación al respecto ha sido conducida más hacia un camino de múltiples direcciones, asumiendo la pluralidad que caracteriza a los objetos de conocimiento habituales de las ciencias sociales y, en este caso, a los mismos objetos (y sujetos) de conocimiento del ARS.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Dessa forma, seria tecida uma proto-rede de conceitos básicos em ciência da informação, a partir da qual outros indivíduos ou grupos poderiam encontrar e entretecer outros fios soltos, fazendo a rede ainda mais inclusiva e mais apertada, de modo a aumentar seu caráter científico. No texto, Wersig desenvolve sua "rede" a partir da idéia de uma mudança real no papel do conhecimento para indivíduos, organizações e culturas. Dessa forma, acredita, é possível entretecer os fios conceituais urdidos em outros campos científicos no tear da ciência da informação (FREIRE e ARAÚJO, 2001, p. 2-3).

Assim, analisar os conceitos das ações governamentais torna-se importante para a compreensão do processo educacional, contribuindo tanto para a área de Educação quanto para a área de Ciência da Informação.

Estudos realizados por Gerarde Avalor (2007), *Redes semânticas de la pobreza*, nos sugerem possibilidades de se analisar, também, o processo educacional a partir de uma análise semântica – conceitual – enquanto representação de um objeto pelo pensamento que o significa.

Avalor (2007) menciona a importância de visualizar as redes que se formam em torno dos termos que se pretende analisar. Busca-se visualizar as redes construídas a partir dos grupos de atores sociais envolvidos com as ações governamentais, onde esses também são responsáveis pela construção desta rede conceitual.

Essa rede semântica seria capaz de auxiliar na visualização dos possíveis cenários de conflitos entre os atores, a partir dos conceitos aplicados pelos mesmos ao termo analisado, que no caso de Avalor (2007) trata-se da pobreza.

Avalor (2007) nos chama a atenção para a importância que o discurso tem como construtor da realidade. Os discursos praticados pelos atores sociais a partir da defesa de suas visões de mundo sobre a educação, ou seja, defesa dos conceitos de educação (do Campo, Indígena, Quilombola, Especial e Direitos Humanos e Cidadania) é que possibilitam a construção de uma realidade social.

Então, busca-se visualizar se há uma relação forte na rede entre os discursos praticados pelos atores da Secretaria de Estado da Educação. Afinal, faz parte do pertencimento do sujeito a uma rede conceitual reforçar os vínculos sociais – interações e relações.

As redes sociais, para Tomaél (2005, p. 102) “sempre pressupõem agrupamentos, são fenômenos coletivos, sua dinâmica implica relacionamento de grupos, pessoas, organizações ou comunidades, denominados atores.” Os grupos se formam a partir das afiliações entre os



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

atores sociais ou mesmos subgrupos. Os grupos geralmente se formam a partir de interesses em comum, construindo redes sociais que buscam responder a um determinado problema que envolve a todos.

As interações, que movimentam as redes, são representadas por relações sociais, econômicas, de trabalho, etc., que, essencialmente, possibilitam o compartilhamento de informação e de conhecimento. Dependendo dos interesses que movimentam as interações na rede, esta pode ser seccionada em grupos que geralmente são profícuos para a própria rede, isto por mobilizarem atores que estejam envolvidos com uma temática específica. Favorecem, igualmente, ligações entre atores com o poder de direcionar os fluxos de informação a indivíduos que partilham de interesses comuns, proporcionando maiores condições para a inovação (TOMAÉL, 2005, p. 102).

A ARS proporciona avaliar a centralidade informacional dos atores sociais, levando-se em consideração “a quantidade de elos que se colocam entre eles”. E, pode-se visualizar a partir da centralidade informacional, quando um ator encontra-se em determinado ponto da rede recebendo uma quantidade maior de informações devido a sua centralidade na rede.

O fluxo informacional entre grupos e principalmente entre a sociedade e o estado acontecem devido às mediações realizadas pelas redes sociais que se estabelecem, contribuindo para a formação de novas redes entre grupos sociais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi qualitativa, com aplicação de pesquisa-ação e instrumentos bibliométricos. Foram realizadas análises documentais (PMDI, PPAG, LOA, Planos de Trabalho), entrevistas e observações participantes durante as reuniões de delineamento das Ações Governamentais previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado de Minas Gerais – PPAG/2016-2019. Após as entrevistas e observações, as informações levantadas foram lançadas nas ferramentas de análise de redes.

Deste modo, os passos metodológicos deste trabalho iniciam-se a partir do acompanhamento das reuniões com as equipes responsáveis pela elaboração das ações governamentais para os anos de 2015 e 2016, ou seja, o planejamento das áreas, norteado pelo PMDI, pelo PPAG e pela LOA, desde o início de 2015. Isso é o que torna possível a revisão/inclusão de ações de Educação do Campo, Indígena, Quilombola, Afroconsciência,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Especial e em Direitos Humanos e Cidadania como Ações Governamentais no PPAG/2016-2019.

O próximo passo foi registrar as definições que tais atores davam para esses processos educacionais, utilizando-se de ferramentas de registro textual – editores de texto (*Word* da *Microsoft*), como também de ferramentas de registro de ideias e imagens – editores de mapa conceitual (*Xmind* da *Softonic*⁸).

Assim, durante as reuniões várias informações foram registradas tanto no *Word* quanto no *Xmind*, gerando um volume de documentos e mapas conceituais sobre as ações governamentais. Tais informações foram apresentadas no tópico de resultados, em que foram analisadas e discutidas, para considerações, que objetivam contribuir com a elaboração da política pública de educação.

A partir dessas informações e da observação durante as reuniões com as equipes responsáveis pela elaboração das ações governamentais, utilizando-se de outra ferramenta especializada na análise de dados provenientes de redes sociais (*Ucinet* da *Analytic Technologies*⁹), foram construídos grafos que apresentam as conexões entre tais ações.

O passo seguinte foi analisar tanto as imagens geradas no *Xmind* quanto os grafos gerados no *Ucinet*, aplicando o quadro teórico revisado no tópico de Revisão de Literatura, para buscar compreender o processo de elaboração das ações governamentais – aspecto que motivou o empreendimento desse trabalho.

Deste modo, o próximo tópico apresenta os resultados sobre o caso das políticas de inclusão promovidas pela Coordenação de Modalidades e Temáticas Especiais da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

RESULTADOS: O caso das diversas temáticas da educação inclusiva

Os resultados obtidos foram frutos de observações no dia a dia dos trabalhos e de registros realizados durante mais de 20 horas de reuniões com os atores responsáveis pela elaboração das ações governamentais referentes às modalidades e temáticas especiais de

⁸ Há vídeos demonstrativos de como utilizar o *Xmind* no sítio eletrônico: <http://www.xmind.net/demos/>

⁹ O tutorial disponível pode auxiliar os interessados em conhecer como utilizar o *Ucinet*. Para tanto, ver mais no sítio eletrônico: <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

educação – Afroconsciência, Educação Indígena, Educação Quilombola, Educação do Campo, Educação Especial e, não menos importante, Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Estas ações representam conquistas no campo dos direitos, uma vez que tratam de grupos sociais que, por vezes, são esquecidos pelo Estado e pela sociedade. Mas, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰ busca proteger.

Aqui já é possível identificar sinais da possível e profícua interface entre as temáticas em foco nesse estudo, uma vez que, quando o Estado garante o direito de acesso à educação aos indígenas, aos quilombolas, aos afrodescendentes, aos camponeses, aos portadores de necessidades especiais, o que se está praticando é a proteção dos direitos humanos. E, portanto, construindo a Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Pode-se até sugerir que esta última modalidade deveria desempenhar papel aglutinador, perpassando e integrando as ações das demais.

Os encontros que possibilitaram a obtenção dos resultados aqui sistematizados tiveram sua motivação na necessidade de reflexão sobre como estavam dispostas as ações das diversas temáticas educacionais dentro do quadro da política de educação do Estado de Minas Gerais, objetivando tornar claras para as seis áreas os planos de trabalho de todas elas e as possibilidades de atuação conjunta no desenvolvimento do planejamento anual.

Um dos desafios foi compreender a execução dessas ações governamentais de forma sistêmica, para que elas fossem pensadas e executadas conjuntamente, o que pode fortalecê-las junto à comunidade de pais e estudantes. E, ainda, tornar o papel dos profissionais da educação, especialmente dos professores, mais razoável de ser desempenhado, alinhado às ações governamentais.

É importante ressaltar que essa articulação, além de cooperar para o alcance de melhores resultados na execução da política educacional, possibilita a eficiência do gasto público. O planejamento e a execução das formações de profissionais da educação em cada temática pode ser um exemplo das possibilidades de economia com diárias, e também com o tempo desses profissionais.

Deste modo, foram realizadas as reuniões com os atores, que descreviam a dinâmica das ações de forma que ao lançar as ideias no *Xmind* o que se visualizou foram as interações das temáticas educacionais, conforme mapa 1.

¹⁰ Sobre Direitos Humanos ler os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Foram criadas algumas categorias ou eixos de forma que se conseguisse enxergar as interações presentes entre as ações, buscando contribuir para a elaboração das atividades em comum. As categorias/eixos são:

1. FORMAÇÃO: Educação em Direitos Humanos e Cidadania; Educação do Campo; Educação Indígena; Educação Quilombola;
2. EVENTOS: Educação do Campo; Educação Indígena; Educação Quilombola;
3. EXPANSÃO DO ATENDIMENTO: Educação em Direitos Humanos e Cidadania; Educação do Campo; Educação Indígena;
4. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS: Afroconsciência; Educação do Campo; Educação Indígena; Educação Quilombola;
5. GESTÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA: Educação em Direitos Humanos e Cidadania; Educação Quilombola;
6. AÇÕES PEDAGÓGICAS INOVADORAS: Afroconsciência; Educação em Direitos Humanos e Cidadania; Educação Quilombola;
7. JUVENTUDE E TERRITORIALIDADE: Afroconsciência; Educação do Campo; Educação Indígena; Educação Quilombola;
8. AMPLIAÇÃO DO ACERVO LITERÁRIO: Educação do Campo; Educação Indígena.

As oito categorias que agruparam as ações governamentais, que dizem respeito às temáticas, passam nesse momento a auxiliar no processo de elaboração das atividades comuns a essas temáticas.

No entanto, ainda mostra-se desafiador o trabalho de se executar tais ações governamentais de forma sistêmica, pois apenas o desenho não é o suficiente para a execução de atividades tão complexas, com vistas a atender à sociedade do Estado de Minas Gerais. O que pode ser explicado pelo referenciado na revisão da literatura sobre o processo de semiose (MOURA, 2006), uma vez que o relato de cada equipe, registrado e transformado em informação para as demais, passou a fazer parte de uma rede semiótica e tornou-se sujeita a constante atribuição de sentido (ZILLER e MOURA, 2010).

Isso foi sentido de maneira prática no momento de classificação das ações propostas por cada temática nos oito eixos definidos. Embora eles tenham sido construídos coletivamente e com base nas ações que foram apresentadas por cada equipe, a significação atribuída a cada eixo variou de equipe para equipe, ocasionando momentos de realocação das ações. Processo que continua ocorrendo, durante a produção desse relato.

Assim, utilizou-se tanto do *Xmind* quanto do *Ucinet* para que se pudesse visualizar as possíveis interações/conexões entre essas ações de forma a contribuir para análises futuras e revisões no momento de se reelaborar o planejamento (PPAG/LOA) dessas ações e de seu detalhamento para 2017. Por meio do *Ucinet* procurou-se demonstrar as conexões iniciais



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

entre as ações, conforme grafo 1. Algumas ações apresentam-se, em um primeiro momento, desconexas das demais, implicando em obstáculos à execução sistêmica delas, ou até mesmo em duplicação de esforços das equipes.

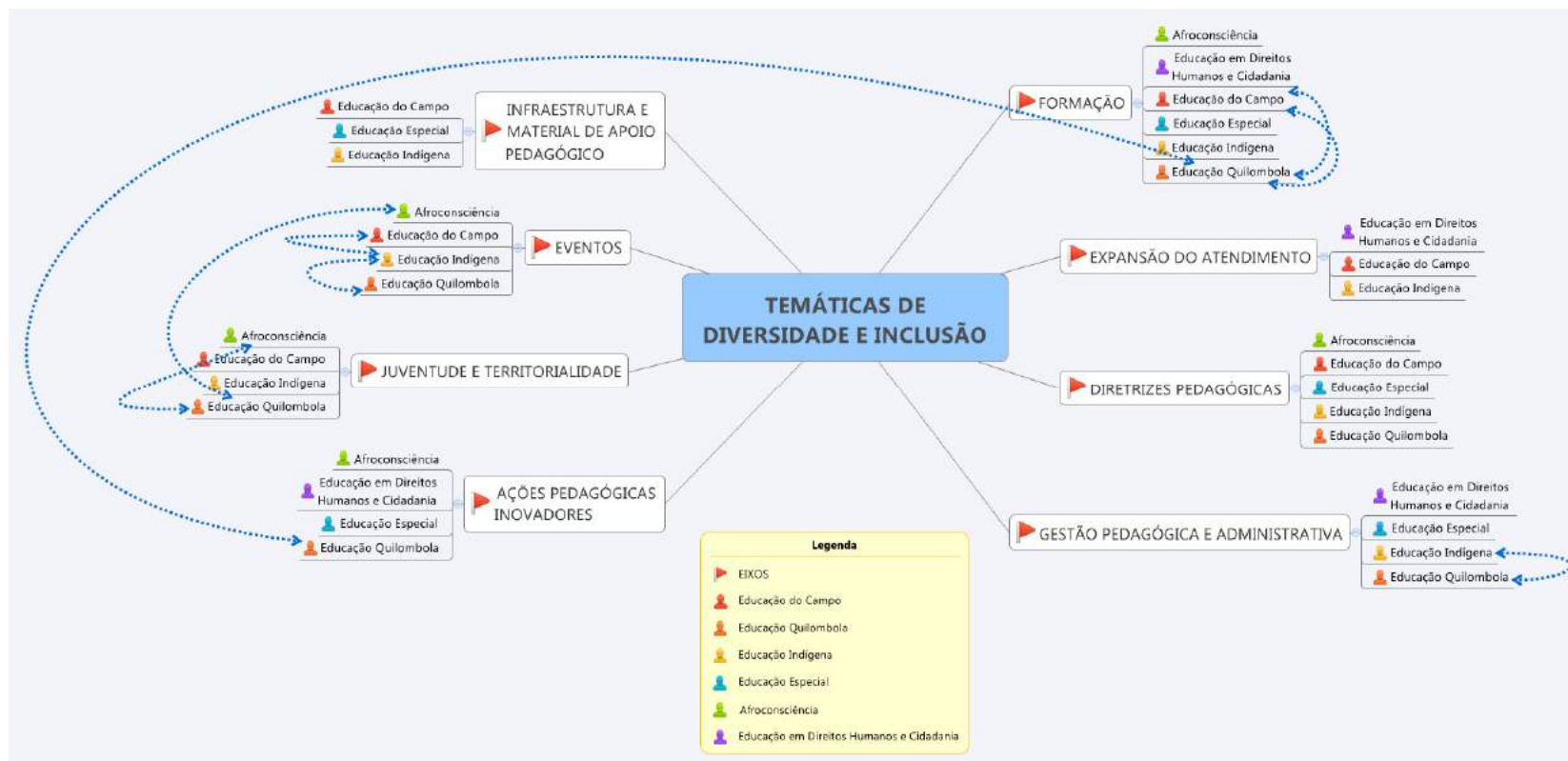
Vê-se que duas equipes não representam *nós* na rede desenhada. Isso é especialmente importante pelo fato de uma delas – Educação em Direitos Humanos e Cidadania – ser aquela já identificada nesse trabalho como detentora de potencial para fomentar o trabalho articulado, tendo em vista que os aspectos relativos ao acesso à educação, com respeito às especificidades geográficas, culturais, intelectuais, anatômicas e até econômicas, tratam de garantir um direito fundamental e formar cidadãos conscientes de suas liberdades e de seus deveres. Essa é uma das evidências do desajuste entre o ideal representado no mapa 1 e a realidade descrita no grafo 1.

Deste modo, o grafo 2 apresenta uma visão sistêmica da execução em que as ações governamentais encontram-se conectadas entre si, ou seja, a situação ideal, como representada no mapa 1. Os triângulos representam cada uma das seis equipes, enquanto os círculos são as ações comuns que foi possível identificar pelo *Xmind*.

O mapa conceitual elaborado no *Xmind* revelou-se uma ferramenta útil para orientar e motivar o trabalho conjunto das equipes, ao destacar o número de ações comuns, que visam a alcançar o mesmo público e que compartilham os mesmos objetivos. No entanto, ainda não foi internalizada por cada temática a lógica de trabalho conforme os eixos definidos, levando à constante discussão sobre a aplicabilidade destes ao planejamento das ações, e ao trabalho de convencimento e mobilização para a adoção de um direcionamento comum para o trabalho das seis equipes.

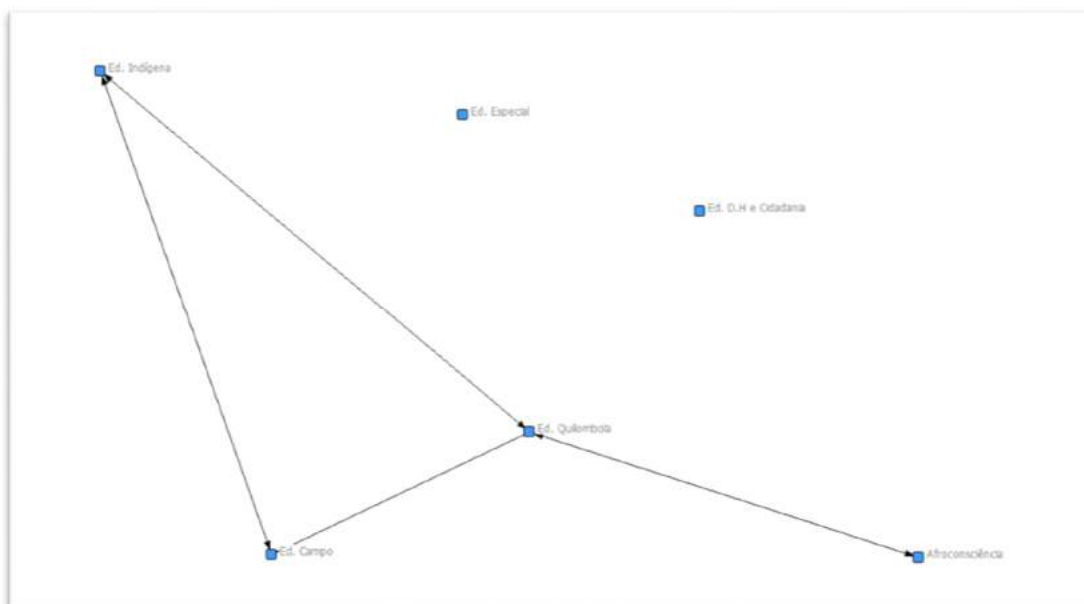
Há um maior número de conexões possíveis de serem realizadas e que podem contribuir para que se consiga realizar as atividades conjuntamente – esforços são realizados de maneira integrada.

Mapa 1: Temáticas Educacionais



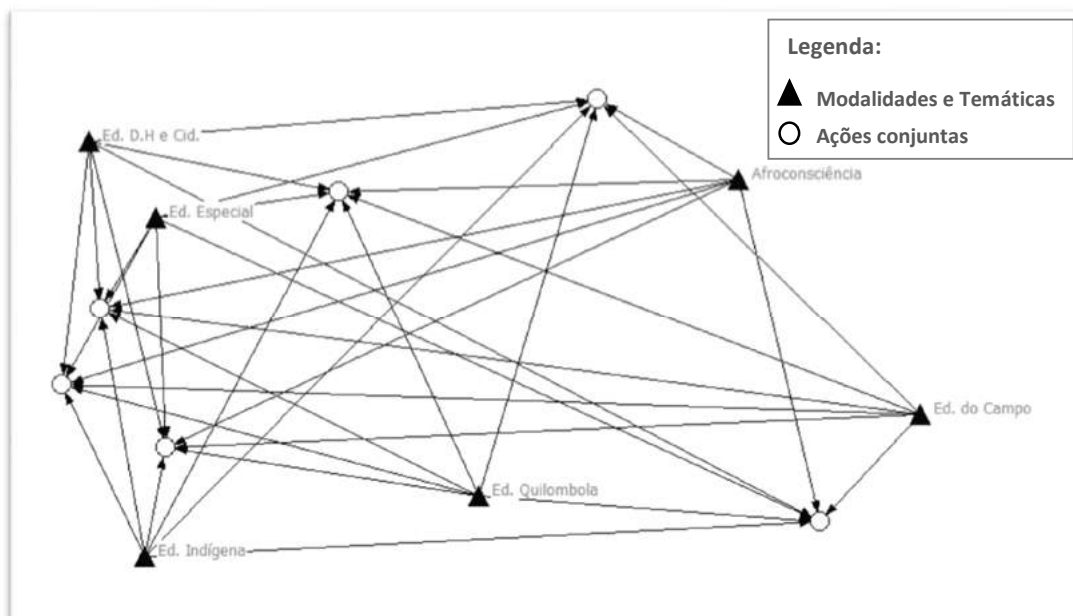
Fonte: Mapa elaborado pelos autores a partir das informações coletadas durante as reuniões.

Grafo 1: Conexões entre as temáticas



Fonte: Grafo elaborado pelos autores a partir das informações coletadas durante as reuniões.

Grafo 2: Possíveis conexões entre as modalidades e temáticas



Fonte: Grafo elaborado pelos autores a partir das informações coletadas durante as reuniões



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CONSIDERAÇÕES

O estudo realizado com as modalidades e temáticas especiais da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais demonstrou a aplicabilidade da ARS para a compreensão do desenho institucional existente, com os entraves para a concretização de uma rede que responda pela definição e pela execução da política pública, aproximando-se das representações humanas e sociais. A ARS pode contribuir tanto para melhorar o desenho institucional, no Estado de Minas Gerais, quanto para o fortalecimento da metodologia de análise de redes, na Escola de Ciência da Informação.

Deste modo, destaca-se a distância entre a rede ideal – em que as ações comuns são aglutinadoras dos esforços dessas temáticas, e a estrutura que se observa atualmente, com poucas interações entre as equipes, em especial com duas temáticas sendo vistas à margem da rede construída. A sugestão é que, para o fortalecimento dessa rede, sejam fortalecidas as articulações e a solidariedade entre as ações, com a definição de objetivos comuns que possam contribuir para a redução de atritos e conflitos.

Considera-se importante o entendimento dos Direitos Humanos e Cidadania como um ator aglutinador das demais modalidades e temáticas, tornando possível uma visão sistêmica de uma educação inclusiva. O objetivo do esforço empreendido foi contribuir para o desenvolvimento de estruturas orientadas para a busca dos objetivos comuns da política pública de educação, respeitando as especificidades de cada área.

Reconhece-se a relevância e distinção de cada temática, e acredita-se, como a teoria da ARS defende e o estudo demonstra, que a articulação delas deixará ainda mais evidentes as peculiaridades e sutilezas de cada uma, oferecendo valiosas possibilidades de troca e aprendizado.

Assim, a visão sistêmica a partir da rede, poderia auxiliar no processo de elaboração das atividades comuns e da execução das ações governamentais, resultando em planejamentos mais coerentes com a realidade social que se pretende impactar e, por consequência, em resultados mais efetivos para os cidadãos que demandam respostas para os problemas sociais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Graziela Correa de. **Nós em Rede**: informação, corpo e tecnologias. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-7KAQ6D>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

AVALLE, Gerardo. Redes semánticas de la pobreza. La Argentina del 2001. **REDES** - Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol.13,#8, Diciembre, 2007. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol13/Vol13_8.pdf> . Acesso em 23 Set. 2009.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3d. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

CABALLERO, Estrella Gualda. Pluralidad teórica, metodológica y técnica en el abordaje de las redes sociales: hacia la “hibridación” disciplinaria. **REDES** - Revista hispana para el análisis de redes sociales, Vol.9#1, Dic., 2005.

CASTELLS, Manoel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manoel; CARDOSO, Gustavo. **A Sociedade em Rede**: do conhecimento à ação política. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005. p. 17-30. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-à-acção-política>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

FREIRE, Isa Maria, ARAÚJO, Vânia M. R. Hermes. Tecendo a rede de Wersig com os indícios de Ginzburg. **DataGramaZero**, v.2 n.4 ago, 2001.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p.131-158, 2000. Bimestral. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6353>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p.71-81, 2001. Quadrimestral. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/187/1/MARTELETOCI2001.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

_____. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v. 3, n. 1, p.27-46, 2010. Bimestral. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/26/56>>. Acesso em: 17 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MIGUELETTO, Danielle Costa Reis. **Organizações em Rede**. 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Centro de Formação Acadêmica e de Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf?sequenc>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 2, ed. esp. p.1-17, Jul/Dez. 2006. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp3p1/430>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr, MOURA, Maria Aparecida. A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais: princípios e perspectivas. In: PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; MOURA, Maria Aparecida; SILVA, Helena Pereira; JAMBEIRO, Othon; ANGELO, Edna da Silva; ALBUQUERQUE, Heloisa Helena Fernandes Soares de; CÂMARA, Mauro Araújo. **Observatório da inclusão digital**: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007.

PROCOPIUCK, Mário; FREY, Klauss. Articulações organizacionais em redes de políticas públicas no ciberespaço: o caso da política de difusão social de TICs em Porto Alegre e Curitiba. **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 51, p.687-706, Out/Dez. 2009. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v16n51/05.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

SILVA, Pedro Luiz Barros, MELO, Marcus André Barreto de. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **NEPP - UNICAMP**. cad. n. 48, p. 1-13. Campinas: 2000. Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/nepp_2.5/pdfs/livrosdonepp/pdfs/caderno48.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

TOMAEL, Maria Inês, ALCARA, Adriana Rosecler, DI CHIARA, Ivone Guerreiro. Das redes sociais à inovação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, ago. 2005.

WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine. **Social network analysis**: methods and applications. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, 1993.

ZILLER, Joana; MOURA, Maria Aparecida. Semiose e fluxos informacionais: os agenciamentos coletivos e a condição de usuário em ambientes digitais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.324-340, set. 2010. Disponível em: <<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/369>>. Acesso em: 17 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL E OS MÉTODOS DE MONITORAMENTO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE CIENCIOMÉTRICA

INTELIGENCIA ORGANIZACIONAL Y LOS MÉTODOS DE MONITOREO AMBIENTAL: UN ANÁLISIS SCIENTOMETRICAL

Emeide Nóbrega Duarte, UFPB
Adelaide Helena Targino Casimiro, UFPB
José Domingos Padilha Neto, UFPB

Resumo: O monitoramento ambiental em organizações pode ser compreendido como o processo de obtenção e uso da informação sobre fatos, eventos, tendências e relacionamentos existentes entre as variáveis do ambiente externo que afetam direta ou indiretamente o desempenho organizacional ao longo do tempo. O objetivo deste artigo é identificar as metodologias adotadas para monitoramento ambiental, veiculadas nos artigos de periódicos produzidos pelos pesquisadores doutores dos grupos de pesquisa da área de Inteligência Organizacional. Como método, se caracteriza como um estudo do tipo documental, realizado no ambiente da web, por meio da produção científica, com uso da cienciometria. Os grupos em Inteligência Organizacional com seus pesquisadores doutores foram recuperados. Nos resultados referentes aos títulos dos periódicos mencionados nos Currículos Lattes dos pesquisadores, vários artigos foram produzidos, sendo parte destes localizados como pertinentes ao tema. Entre os artigos, foram mencionadas 7(sete) metodologias de monitoramento ambiental, com destaques para análise de cenário, o clipping e o mapa de informação.

Palavras-chave: Monitoramento organizacional. Inteligência organizacional. Cienciometria.

Resumen: El monitoreo ambiental en las organizaciones é entendido como el proceso de obtención y utilización de información sobre hechos, acontecimientos, tendencias y relacionamentos entre las variables del entorno externo que afectan directa o indirectamente el desempeño organizacional a través del tiempo. El propósito de este artículo es identificar las metodologías utilizadas para monitoreo del medio ambiente, transmitidos en artículos de periódicos producidas por los investigadores de doctorado de los grupos de investigación de la inteligencia organizacional. Como método, se caracteriza como investigación documental, realizado en el entorno web a través de la producción científica, con la utilización de la cienciometría. Los grupos que estudian la inteligencia organizacional con sus doctores investigadores han sido recuperados. En los resultados que refieren a los títulos de publicaciones periódicas mencionadas en los Currículuns Lattes de os científicos, muchos artículos fueron producidos de manera relevante para el tema. Entre los artículos, se mencionan siete (7) los métodos de monitoreo del medio ambiente, con énfasis en el análisis de escenarios, el clipping y el mapa de información.

Palabras-clave: Monitoreo organizacionall. Inteligencia Organizacional. Cienciometría.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

Os resultados obtidos em pesquisa anterior, intitulada “Caracterização e expectativas dos grupos de pesquisa em Inteligência Organizacional: formação de redes de cooperação” despertaram a curiosidade e a necessidade de aprofundar os estudos sobre Inteligência Organizacional, de forma que uma nova proposta para caracterização dos grupos de pesquisa em Inteligência Organizacional em ciência da informação, em nível nacional, foi realizada visando conhecer as publicações em periódicos científicos criadas pelos pesquisadores doutores dos grupos de pesquisa.

Ciente de que, antes de qualquer tomada de decisão, no âmbito do planejamento estratégico, recomenda-se monitorar o ambiente visando não somente identificar a informação, mas usá-la acertadamente como princípio básico da inteligência organizacional. Sobre monitoramento ambiental, Choo (1998) argumenta que o conceito engloba o de Inteligência Competitiva (IC) ou Organizacional (IO) nas dimensões de aquisição da informação tendo em vista um horizonte temporal.

O monitoramento ambiental em organizações pode ser compreendido como o processo de “aquisição e uso da informação sobre fatos, eventos, tendências e relacionamentos existentes entre as variáveis do ambiente externo que afetam direta ou indiretamente o desempenho organizacional ao longo do tempo”, segundo Oliveira e Mondlane (2008).

Entre as técnicas de monitoramento ambiental, Kahaner (1997) propõe: análise *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threads*), *Benchmark*, *Data Mining* e *Text Mining* para monitoramento externo. E ainda sugere o uso de *Balanced Scorecard* (BSC), gestão da informação e do conhecimento (GICO) e *Business Intelligence* (BI) para a análise do ambiente de informações interno das organizações. (CAPUANO *et al.*, 2009)

Entendemos que os grupos de pesquisa são responsáveis pela investigação de temáticas relevantes no âmbito científico, conduzem o debate e acirram o saber-fazer, contribuindo, sobremaneira, para a construção de conhecimentos.

Segundo a plataforma Lattes, o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil é um projeto desenvolvido no CNPq, desde 1992. Constitui-se em bases de dados que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividades no país. O Diretório mantém uma base corrente, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes dos grupos. As informações



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

contidas nesse diretório dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos, às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, os setores de aplicação envolvidos, à produção científica e tecnológica, entre outros. Esses grupos de pesquisa inventariados estão localizados em universidades, institutos de pesquisa científica, institutos tecnológicos, etc.

Os grupos de pesquisa, portanto, podem ser entendidos como unidades originadas e componentes dos mais variados tipos de instituições de amplitude nacional.

Considerando-se as vantagens dos grupos de pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES, 2010), em seu Relatório do Seminário de acompanhamento e avaliação dos programas da área de Ciências Sociais Aplicadas (CSA), ressaltou aspectos positivos e recomendações a serem considerados pelos Programas de pós-graduação, por pesquisadores e grupos de pesquisa em Ciência da Informação (CI) que podem ser úteis para o crescimento dos ambientes informacionais.

Entre os grupos destacam-se a colaboração entre programas realizada por meio de projetos de pesquisa; fortalecer os grupos de pesquisa; desenvolver estratégias de colaboração por meio de projetos, eventos, disciplinas comuns, mobilidade e outros; inserir os alunos em grupos de pesquisa e projetos acadêmicos; ressaltar publicações, ações conjuntas e projetos de pesquisa que envolvam mais de uma instituição; entre outras vantagens.

Em outra fase de pesquisa, continuando os estudos, foi desenvolvida a pesquisa “Monitoramento do ambiente informacional do grupo de pesquisa ‘Informação, Aprendizagem e Conhecimento (GIACO)’ por meio da adoção de ferramentas de Inteligência Organizacional”, em dado momento em que outras abordagens foram suscitadas, tendo em vista os resultados obtidos.

Com base nos achados dessa pesquisa, surge o interesse em conhecer as metodologias voltadas para o monitoramento do ambiente nas organizações, que são adotadas pelos estudiosos e provavelmente registradas na produção científica dos pesquisadores envolvidos nesta temática. Esse interesse foi motivado pelo monitoramento ambiental já experimentado anteriormente e a demonstração das competências dos pesquisadores por meio da atuação nas linhas de pesquisa diretamente vinculadas com os conhecimentos metodológicos imprescindíveis à realização de monitoramento organizacional.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Sendo assim, a inquietação em aprofundar as pesquisas anteriores é definida pela seguinte questão de pesquisa: Que metodologias são adotadas pelos gestores que vêm investindo no monitoramento ambiental das organizações buscando avaliar o contexto onde acontecem os eventos internos, considerando as mudanças sociais e econômicas no ambiente externo?

A hipótese que orienta o desenvolvimento desta pesquisa é fundamentada no seguinte pressuposto: a produção científica dos que estudam o assunto atores e dos gestores que conduzem as pesquisas, revelam os conhecimentos metodológicos necessários para a obtenção de eficiência e eficácia no monitoramento ambiental nas organizações.

Considerando os elementos abordados, pretendemos alcançar nesta pesquisa o objetivo de identificar as metodologias adotadas para monitoramento ambiental, veiculadas nos artigos de periódicos produzidos pelos pesquisadores, doutores dos grupos de pesquisa em Inteligência Organizacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa ora proposta está ancorada na Ciência da Informação (CI), que estuda entre outras questões, a aplicabilidade, o uso, as interações entre as pessoas, a organização e os sistemas de informação. Por ser considerada uma ciência interdisciplinar, conforme Silva e Ribeiro (2002), inclusive com a Administração como ciência, acomoda a gestão da informação e do conhecimento (GIC), como uma forma de aproveitar da melhor forma possível o conhecimento das pessoas, auxiliando no processo de tomada de decisão, que se sustenta no processo de Inteligência Organizacional Competitiva.

A CI tem apresentado progressos em pesquisas que focalizam a gestão da informação (GI), a gestão do conhecimento (GC) e a IC, que são áreas interdisciplinares com a Ciência Administrativa. Barrancos e Duarte (2013) confirmam em pesquisa, que a GC é parte integrante interconectada da IC, favorecendo a utilização do conhecimento individual e corporativo, de forma a refletir uma tomada de decisão mais acertada no âmbito das organizações.

Neste contexto de pesquisa, focaliza-se não só a informação, a aprendizagem e o conhecimento como demais temas que subsidiam a Inteligência Organizacional.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2.1 Inteligência Organizacional e monitoramento ambiental

A IO é uma área interdisciplinar e sua constituição epistemológica e aplicada recorre principalmente a conhecimentos de administração, ciência da informação, ciência da computação e economia. Não há clara delimitação entre diferentes termos adotados em diversos países e fases, nem de conceitos correlatos: gestão do conhecimento, gestão estratégica, Inteligência Competitiva, inteligência de marketing, inteligência de negócios, inteligência econômica, inteligência empresarial, informação estratégica, inteligência organizacional, monitoramento tecnológico e planejamento estratégico. (PINHEIRO, 2005). Nesta pesquisa, adota-se, inclusive, a terminologia Inteligência Competitiva Organizacional (ICO).

A definição de ICO está muito ligada à noção de processo, conforme segue: "objetiva agregar valor à informação, fortalecendo o processo de crescimento organizacional. Nesse sentido, a coleta, tratamento, análise e contextualização de informação permitem a geração de produtos de Inteligência" (CANONGIA, 1998, p.2-3). Os sistemas de ICO devem ser considerados como investimentos para as organizações. Entre os seus benefícios destacam-se: redução da incerteza na tomada de decisão, evitar surpresas, prever as grandes mudanças estruturais e prevenir surpresas tecnológicas, identificar ameaças e oportunidades, assim como, melhorar o planejamento de curto e longo prazos. (COELHO *et al.*, 1997).

Entre os demais passos do processo de ICO: identificar os "nichos" de inteligência internos e externos à organização; prospectar, coletar os dados, informações e conhecimento produzidos no entorno da organização; selecionar os dados, informações e conhecimento relevantes; armazenar os dados através de TI e informações tratadas; disseminar e transferir os dados, informações e conhecimento de alto valor agregado para o desenvolvimento inteligente das pessoas e da organização; criar mecanismos de *feedback* da geração de novos dados, informações e conhecimentos para a retroalimentação do sistema.

Não existe visão única do que seja informação. O que se verifica é uma diversidade de conceitos, sem um consenso. No âmbito organizacional, a informação ganha enfoque, pois é elemento fundamental para a formação da ação.

Mattelart (2006) afirma que a palavra 'informação' significa o mesmo que *intelligence*. Na perspectiva de Davenport e Prusak (1998), a informação está presente em todas as atividades da sociedade conferindo poder em nível individual e nas organizações, funcionando como instrumento de atração aos empreendimentos. Por sua vez, Miranda (1999, p.285) conceitua



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informação como sendo "dados organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisão".

No ambiente para aprendizagem, segundo Monteiro e Falsarella (2007), as atividades envolvem a obtenção de informação, a resolução de problemas, a criação de novos produtos, a transferência de tecnologia e métodos, a visão compartilhada, as boas práticas e a distribuição de informações. A aprendizagem organizacional apresenta um conjunto de conhecimentos registrados, que deve ficar à disposição da organização para uso em atividades rotineiras ou em novos projetos, inclusive nos de Inteligência Organizacional.

No processo de aprendizado mútuo, o conhecimento é considerado como fator essencial, adquirido por meio da busca e do uso da informação. Valentim (2007) refere que o conhecimento construído por um indivíduo alimenta a construção do conhecimento coletivo e, por outro lado, o conhecimento coletivo alimenta a construção do conhecimento individual, em ambientes organizacionais. Amorim e Tomaél (2011) ratificam que o conhecimento dentro da organização é construído por meio da coletividade, em que as pessoas compartilham informações e experiências que são transformadas em conhecimento, que constituem o aprendizado e o desenvolvimento organizacional. Esses processos conduzem à Inteligência Organizacional.

As metodologias mencionadas neste texto estão ligadas ao processo de monitoramento ambiental em organizações, que Campos (2007) citando Aguilar (1967), e Choo e Auster (1993) define como a aquisição e o uso de informação sobre eventos e tendências no ambiente externo de uma organização que podem auxiliar os executivos a planejarem futuros cursos de ação desta.

Entre essas metodologias, os autores mencionam a análise de cenário. Para contribuir na compreensão é preciso que entendamos o conceito de cenário. Godet e Durance (1993, p.26) explicam este como "um conjunto formado pela descrição de uma situação futura e pela cadeia de acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura". Existem dois tipos de cenário que Godet e Durance (1993) classificam, como: cenários exploratórios e cenários de antecipação ou normativos. Os cenários exploratórios partem de tendências passadas e presentes e conduzem a futuros verossímeis, enquanto os cenários de antecipação ou normativos são construídos a partir de imagens alternativas do futuro, desejados ou temidos, e devem ser concebidos de maneira retroprojectiva.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O Clipping como metodologia de monitoramento citada por Lemos e Nassif (2015) é uma palavra de origem inglesa que significa corte ou recorte e que tem como objeto de estudo o monitoramento de notícias, ou seja, este serviço seleciona os conteúdos noticiados pela imprensa nos suportes impresso, eletrônico e online. Lemos; Barbosa; Borges (2011) citando Mafei (2007) afirmam que o clipping é uma ferramenta de medição do retorno obtido para a divulgação de determinado fato ou evento. Pode ser considerado como um conjunto de informações veiculadas na imprensa que são de interesse de uma organização e que ajudam a avaliar a exposição dos concorrentes e do setor de atuação e evidenciar a imagem do cliente na mídia, com as devidas percepções de quando e por que ela se altera.

Com o avanço das tecnologias da informação, as organizações inteligentes começaram a criar sistemas de informação para depositar e compartilhar suas informações, assim, tornando os seus processos de negócio e tomada de decisão automatizada no meio digital. Os sistemas de informação, na sua maioria, são desenvolvidos nas organizações e tem como objetivo atender às necessidades do nível operacional da empresa, oferecendo relatórios detalhados ou listas com dados relacionados, segundo Moresi; Ramos; Prado (2010) ao citarem Laudon e Laudon (2004). Com base nessas afirmações, o mapa de informações pode ser conceituado como meios metafóricos por meio dos quais se podem entender a informação que vem de fontes exteriores.

Para obtenção de conhecimentos sobre as metodologias adotadas no monitoramento ambiental, a produção científica veiculada em periódicos foi a escolhida como fonte de informações.

2.2 Produção científica: artigos de periódicos em evidência

Pode-se visualizar também, os estudos de inteligência no âmbito da produção e comunicação científicas, no sentido de trocar experiências por meio de informações disponibilizadas em documentos tradicionais e documentos na *web*.

A produção científica gerada por um pesquisador de qualquer área precisa ter um compromisso social e ser conhecida como de utilidade para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Lourenço (1997 *apud* DUARTE, 2004, p. 42) considera a produção científica como a “produção documental sobre um determinado assunto de interesse de uma comunidade científica específica, que contribui para o desenvolvimento da Ciência e para a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

abertura de novos horizontes de pesquisa, independentemente do suporte em que está veiculada”.

A partir daí, já podemos perceber que a pesquisa é um processo interminável, algo processual, considerando que, na realidade, sempre vai existir o que descobrir. O importante é que os resultados da pesquisa sejam divulgados para que se mantenha o progresso da Ciência com a geração de novos conhecimentos.

Leite e Ramalho (2007) destacam que a produção científica é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento do saber científico, que coloca como inviável a Ciência, sem a sua existência. Weitzel (2006, p. 84) destaca que se multiplicam os canais de comunicação e informação em busca da necessária eficiência, em especial, quanto a sua velocidade e confiabilidade na disseminação dos resultados, devido à grande importância para a comunidade acadêmica e científica. Witter (1999) afirma que, ao analisar e discutir a produção científica, as universidades e os centros de pesquisas procuram desempenhar o seu papel na sociedade.

Dada a essa importância, percebemos que a produção científica vem sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores, que analisam o documento. Leite e Ramalho (2007) destacam alguns meios de comunicação da produção científica, tais como: teses, dissertações, periódicos científicos, bibliografias, catálogos, base de dados, livros, capítulos de livros, anais de eventos, entre outros.

Ao apresentar a concepção de pesquisa e de produção científica, Duarte (2004) utiliza-se também de Kuhn (2003), que explica que a Ciência caminha pela troca de paradigmas, alegando que novas ideias põem em crise um paradigma em vigor. Dessa forma, os paradigmas vão se substituindo e trazem consigo uma nova visão da práxis científica, incorporando novos temas prioritários, técnicas e métodos, hipóteses e teorias, num ciclo contínuo e permanente.

Esta pesquisa, portanto, nasce no campo teórico da Inteligência Organizacional e se materializa no registro da produção de artigos científicos elaborados pelos pesquisadores dos grupos de pesquisa nesta área, ora delineada nos seguintes procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à natureza, esta pesquisa caracteriza-se como sendo de abordagem quantitativa e qualitativa e um estudo do tipo documental realizado no ambiente da web. Os documentos de formato eletrônico que foram analisados correspondem à produção científica dos pesquisadores



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

que estão atualmente cadastrados nos grupos de pesquisa sobre Inteligência Organizacional e Competitiva no campo da Ciência da Informação, encontrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, da plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Tais grupos foram escolhidos pelo critério de busca por descritores, caracterizando a amostra como intencional (GIL, 1999).

Segundo Witter (1990), a pesquisa documental é aquela cujos objetivos ou hipóteses podem ser verificados por meio da análise de documentos, bibliográficos ou não, requerendo procedimentos metodológicos (coleta, organização, análise de dados) compatíveis com os mesmos. Segundo Gil (1999), as fontes documentais são muitas vezes capazes de proporcionar ao pesquisador dados relevantes, para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos só é possível a investigação social a partir de documentos, de qualquer natureza.

O presente trabalho corresponde a um estudo de nível exploratório-descritivo, oportunizando uma abordagem mista, de forma que possa viabilizar novas pesquisas científicas. Ressaltam-se como dimensões teóricas, a reflexão sobre Inteligência Organizacional e Monitoramento Ambiental, além da Produção Científica com uso da cienciometria.

Embora a pesquisa envolva a produção científica dos pesquisadores, de forma mais abrangente, como delimitação da pesquisa, este artigo enfoca a produção referente aos artigos de periódicos elaborados pelos pesquisadores doutores, membros dos grupos de pesquisa estudados, que focalizam as técnicas de monitoramento ambiental.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A coleta dos dados da pesquisa iniciou-se com a busca dos grupos de pesquisa que recuperassem os termos Inteligência Competitiva (IC), Inteligência Organizacional (IO), Inteligência Competitiva Organizacional (ICO) e Inteligência Organizacional Competitiva (IOC) em suas linhas de pesquisa e, posteriormente, a identificação dos pesquisadores doutores componentes de tais grupos. A identificação dos grupos e dos pesquisadores foi realizada no Diretório dos grupos de pesquisa no CNPq.

Complementando essas informações foi possível, organizar, analisar e averiguar a produção dos participantes dos grupos em estudo. Vale ressaltar que as informações são atualizadas sempre que os pesquisadores inserem novas informações em seus Currículos Lattes.



Isto significa explicar, que a coleta de dados foi realizada durante o período de janeiro a março de 2016. De forma que, novas informações poderão ter sido adicionadas aos currículos depois desta data.

4.1 Identificação dos grupos e seus pesquisadores

Os dados preliminares relacionados aos grupos de pesquisa foram coletados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, por meio de busca na base corrente dos grupos através de uma consulta parametrizada. Alguns grupos foram caracterizados como “não atualizados”, isso se deve à falta de revisão realizada pelos líderes e dos participantes dos grupos e de suas respectivas realizações.

De início, utilizaram-se os termos Inteligência Organizacional e Inteligência Competitiva. Foram recuperados 17 grupos em Inteligência Organizacional e Inteligência Competitiva com 132 pesquisadores doutores, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Grupos de pesquisa e pesquisadores doutores

Grupos de pesquisa	Pesquisadores Doutores	%
Lab4u	30	22,72
Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional	14	10,64
Gestão do Conhecimento e Prospecção em Saúde	13	9,84
Inteligência Organizacional e Competitiva	10	7,57
Informação na sociedade contemporânea	10	7,57
Inteligência & Inovação	08	6,06
GPINFO - Grupo de Pesquisa em Informação	08	6,06
Gestão da Informação e do Conhecimento	07	5,35
Núcleo de Informação em Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade	06	4,54
Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gestão da Informação, do Conhecimento e da Tecnologia de Informação	06	4,54
ITI-RG - Inteligência, Tecnologia e Informação	05	3,78
Inteligência Cooperativa em Redes Sociais Complexas	05	3,78
Instituto de pesquisa Biblion	04	3,03
Interfaces: Informação e Conhecimento	03	2,27
Gepas - Grupo de ensino, extensão e pesquisa em arquivologia e saúde	01	0,75
Inteligência e Conhecimento: Memória, Tecnologia e Organização da Informação	01	0,75
Inteligência Competitiva com Enfoque Empreendedor	01	0,75
Total	132	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.



Entre os pesquisadores doutores estão inseridos os líderes dos grupos e demais pesquisadores credenciados com nível de doutorado.

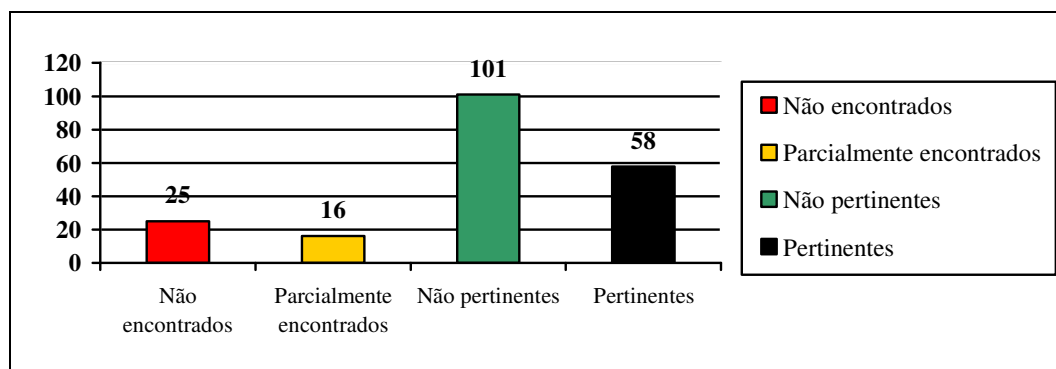
É perceptível a abordagem da Gestão da Informação e do Conhecimento e da Tecnologia de Informação nas denominações dos grupos, determinando a relação direta com os estudos sobre Inteligência Organizacional. Outras abordagens estão presentes como: a memória, empreendedorismo, redes sociais e Inovação, numa demonstração da interdisciplinaridade do tema.

4.2 Seleção dos artigos com abordagens sobre metodologias de monitoramento

Para identificar na produção científica registrada no Lattes, os estudos que estivessem ligados à temática das metodologias de monitoramento, foram selecionados os artigos de periódicos pelos seguintes termos: monitoramento ambiental, prospecção e Inteligência, Inteligência Organizacional, Inteligência Empresarial, Inteligência Competitiva Organizacional, entre outros termos semelhantes, que indicassem relações com o tema.

O gráfico 1 apresenta os resultados referentes a recuperação dos artigos publicados pelos integrantes dos grupos.

Gráfico 1 - Recuperação dos artigos



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Pelo gráfico 1 percebemos que dos 200 artigos que foram produzidos pelos membros dos grupos, perfazem uma média de 1.51, por autor. Na realidade, apenas 75 dos pesquisadores publicaram sobre o tema em estudo.

Com estes títulos encontrados foi possível buscar na *web* os artigos completos, para que após uma leitura minuciosa fosse possível extrair as metodologias ambientais. Algumas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

dificuldades foram encontradas na recuperação dos artigos, determinando as seguintes características como:

a) Artigos não encontrados: foram 25 artigos de periódicos, que não foram encontrados no ambiente *web*. Isso talvez tenha acontecido devido ao ano de publicação dos artigos ou em virtude das revistas científicas não possuírem cópias virtuais;

b) artigos parcialmente encontrados: no total de 16, foram artigos publicados, que possuíam apenas uma parte para livre acesso. Possivelmente, isso pode ter acontecido em razão das revistas possuírem arquivo completo pago, ou o autor preferiu preservar o conteúdo de seu artigo. Geralmente, a parte encontrada era o resumo. Neste caso de busca foram recuperadas, apenas, as partes do artigo (ora resumo, ora palavras-chave), sendo o texto, restrito ao acesso privado ou apenas disponível através da compra do periódico.

c) artigos acessíveis no ambiente *web*: que se subdividiram em pertinentes e não pertinentes. Foram considerados pertinentes os que continham métodos de monitoramento ambiental, no total de 58 e, os artigos não pertinentes, no total de 101; foram os que possuíam os termos pesquisados em seu título, mas que não trabalhavam as técnicas de monitoramento ambiental em seu escopo.

Apesar de ter sido localizado 58 títulos pertinentes, um deles não apresentava o título do periódico, por este motivo foram considerados 57 artigos como pertinentes ao tema, conforme Tabela 2.



Tabela 2 - Títulos de periódicos que contem artigos sobre monitoramento ambiental

Títulos dos periódicos	Frequência	%
1. DataGramZero	6	10,52
2. Perspectivas em Ciência da Informação	6	10,52
3. Transinformação	4	7,01
4. Informação & Informação	4	7,01
5. Ciência da Informação	3	5,26
6. Prisma.com	3	5,26
7. Revista Digital de Biblioteconomia e ciência da informação	3	5,26
8. Encontros Bibli	3	5,26
9. Organizações e sociedades	2	3,53
10. Parcerias estratégicas	2	3,53
11. Revista de Ciências da Administração	2	3,53
12. Revista Inteligência Competitiva	2	3,53
13. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	2	3,53
14. Brazilian Journal of Information Science	1	1,75
15. Cadernos de Pós Graduação em Administração de Empresas	1	1,75
16. Competitive Intelligence Magazine	1	1,75
17. Em Questão	1	1,75
18. Gestão e conexões	1	1,75
19. Ibersid	1	1,75
20. Informação & Sociedade: Estudos	1	1,75
21. Information Research	1	1,75
22. Interfaces científicas	1	1,75
23. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	1	1,75
24. Revista de Biblioteconomia de Brasília	1	1,75
25. Revista de Negócios	1	1,75
26. Revista dos Mestrados Profissionais	1	1,75
27. Revista Sodebras	1	1,75
28. GC Brasil	1	1,75
Total	57	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Observação: o cálculo percentual foi feito tomando como base os 28 títulos de periódicos

Os resultados referentes aos 28 títulos dos periódicos e 57 artigos localizados, demonstram que os mais incidentes foram DataGramZero, Perspectivas em Ciência da Informação, Transinformação e Informação & Informação, numa demonstração de que nestes títulos estão bem evidentes as comunicações na área de gestão, na perspectiva da Ciência da Informação, embora existam títulos específicos, como: Revista Inteligência Competitiva e *Competitive Intelligence Magazine*.



A fase seguinte da pesquisa foi a análise dos artigos de periódicos recuperados no Currículo Lattes dos pesquisadores, em busca das metodologias de monitoramento ambiental em organizações. A busca dos artigos foi feita no ambiente *web*.

Em relação aos temas pertinentes, foram 57 os artigos de periódicos científicos, que efetivamente foram trabalhados nesta pesquisa. Deles foram extraídas as metodologias adotadas para monitoramento ambiental.

4.3 Identificação das metodologias para monitoramento ambiental

Com a utilização dos critérios baseados na sistemática da pesquisa, foi possível fazer um levantamento das metodologias de monitoramento recuperadas nos artigos de periódicos dos pesquisadores doutores, inicialmente encontrados, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Metodologias para monitoramento ambiental

Metodologias abordadas nos artigos	Frequência	%
1. Análise de cenário	27	58,69
2. <i>Clipping</i>	05	10,86
3. Mapa de informação	05	10,86
4. Monitoramento ambiental na <i>web</i>	02	4,36
5. <i>SWOT</i>	02	4,36
6. <i>Technology roadmapping</i>	02	4,36
7. Análise de vínculo	01	2,17
8. Diagrama Belluzo	01	2,17
9. <i>Foresight</i>	01	2,17
Total	46	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Entre os 57 artigos pertinentes e analisados, verificamos que 46 deles realmente se referiram a metodologias para monitoramento ambiental. De forma que, a contribuição para a pesquisa está representada nos resultados apresentado na Tabela 3.

Esta Tabela traz à vista as principais metodologias encontradas na produção científica dos pesquisadores doutores. As metodologias de maior incidência nos artigos foram as seguintes: Análise de cenário (58,69%), *clipping* e mapa de informação com (10,86%), e entre as menores incidências, surgiram o monitoramento ambiental na *web*, *swot* e *technology roadmapping* com 4,36%.

Entre essas metodologias, os autores adotaram mais intensamente a análise de cenário.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Sobre cenários, Godet e Durance (1993) apresentam dois tipos, a saber: cenários exploratórios e cenários de antecipação ou normativos. Durante a coleta de dados, nesta pesquisa, não foi possível identificar quais dos tipos de cenário foram adotados nos artigos.

Analisar o cenário de uma organização seria, usar diretrizes e métodos voltados para o cenário organizacional, para o desenvolvimento competitivo de uma organização, o que, logicamente, possa justificar a preferência por sua adoção.

O Clipping como metodologia de monitoramento destacada por Lemos e Nassif (2015) e por Lemos; Barbosa; Borges (2011) pode ser considerada como um conjunto de informações veiculadas na imprensa que são de interesse de uma organização e que ajudam a avaliar a exposição dos concorrentes e do setor de atuação, além disso, permite evidenciar a imagem do cliente na mídia, com as devidas percepções de quando e por que ela se altera. A metodologia clipping aparentemente destaca-se pela objetividade no registro e na percepção das informações de interesse da organização.

O mapa de informação, destacado por Moresi; Ramos; Prado (2010) ao citarem Laudon e Laudon (2004) permite a coleta de informações e tomada de decisão automatizada no meio digital, facilitado pelo uso de tecnologias avançadas para o entendimento da informação que vem de fontes exteriores.

Vale ressaltar que no presente artigo, embora tenha acontecido uma tendência à adoção destas três metodologias com maior incidência, todas são relevantes como achados de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por funcionalidade destacar quais metodologias ambientais que são adotadas pelos pesquisadores atuantes na área e que são mencionadas na produção científica dos doutores integrantes dos grupos de pesquisa sobre Inteligência Organizacional. Esta proposta realça o papel dos grupos de pesquisa, como propulsores da inovação científica, sobretudo no âmbito da academia.

Foram recuperados 17 grupos de pesquisa em Inteligência Organizacional e Inteligência Competitiva, perfazendo 132 pesquisadores doutores. Os resultados referentes aos 28 títulos dos periódicos mencionados nos Currículos Lattes, 200 artigos foram produzidos pelos membros doutores e, 57 artigos localizados foram pertinentes ao tema. Entre estes artigos, 46 adotaram as metodologias buscadas nesta pesquisa.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Para monitoramento ambiental, na ótica de Inteligência organizacional, a metodologia predominante como Análise de Cenário, busca descrever uma situação ambiental com o intuito de passar para uma situação futura. O *Clipping* significa recortar informações referentes ao monitoramento de notícias e, o Mapa de informação é considerado um método de organizar categorias de informação e apresentá-las, tanto com propósito de referência como para aprendizagem.

Entre as metodologias consideradas relevantes foram adotadas: o monitoramento ambiental na *web*, que busca informações mais recentes no meio digital; a análise SWOT para analisar os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Assim como, O *technology roadmapping*, para mapear informações sobre pessoas e atividades para inovação; a análise de vínculo para identificar os vínculos dos envolvidos numa determinada situação; o diagrama Belluzo adotado na identificação das necessidades de informação das organizações e; a metodologia *foresight*, para observar as tendências indicando o papel dos processos contínuos de negócios de Inteligência Organizacional para o desenvolvimento da visão de futuro.

Considerando as limitações da pesquisa, no sentido de localização dos artigos na íntegra na *web*, sugerimos que outras pesquisas possam ser realizadas a partir da utilização dos dados coletados e disponibilizados neste artigo, que poderão completar as informações obtidas possibilitando a geração de novo conhecimento sobre metodologias adotadas para o monitoramento ambiental nas organizações.

REFERÊNCIAS

AMORIM, F. B.; TOMAÉL, M. I. Gestão da informação e do conhecimento na prática organizacional: análise de estudos de casos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.8, n.2, p. 1-20, jan/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/465>>. Acesso em: 28 abril 2016.

BARRANCOS, J. E.; DUARTE, E. N. Inteligência Competitiva e as Práticas de Gestão do Conhecimento no Contexto da Administração e da Ciência da Informação: revelações da produção científica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, n. 38, p. 107-126, nov. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n38p107>>. Acesso em: 28 abril 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CAMPOS, L. F. B. **Monitoração ambiental realizada por empreendedores em empresas incubadas e graduadas:** um estudo empírico. 2007. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2007. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-79CN8E/mestrado_luiz_fernando_de_barros_campos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 abril 2016.

CAPES. **Resultados da Avaliação 2007:** Triênio 2004/2006. Disponível em:

<<http://conteudoweb.capes.gov.br>>. Acesso em: 22 abril 2016.

CAPUANO, E. A. *et al.* Inteligência competitiva e suas conexões epistemológicas com gestão da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 19-34, maio/ago 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000200002>. Acesso em: 21 abril 2016.

CANONGIA, C. Sistema de inteligência: uso da informação para dinamização, inovação e competitividade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA, 1, 1998, Florianópolis, **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 1998. Disponível em: <<http://www.ciberetica.iaccess.com.br/anais/doc/claudiacanongia.doc>>. Acesso em: 08 maio 2012.

CHOO, C. W. **Information management for the Intelligent organization.** 2ed. New Jersey, Information Today, 1998

COELHO, G. M. **Intelligence competitive comme support a la competitive des entreprises bresiliennes:** formation de ressources humaines et assistance technologique. Marseille, 1997. 50p. Dissertação (Mestrado), Univ. Aix-Marseille III.

DAVENPORT, Thomas H; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial:** como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DUARTE, Emeide Nóbrega. **Análise da produção científica em Gestão do conhecimento:** estratégias metodológicas e estratégias organizacionais. João Pessoa: 2004. 300f. Tese (Doutorado em administração). Universidade Federal da Paraíba.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODET, M.; DURANCE, P. **A prospectiva estratégica para as empresas e os territórios.** DUNOD. 201 p. Disponível em:

<http://www.idsust.com.br/emailmkt/Prospectiva_GodetDurance_Vebook.pdf>. Acesso em: 29 abril 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

LEITE, C. M. W.; RAMALHO, F. A. Produção científica: um estudo com professores universitários. **Biblionline**, v.1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/Arquivos/Arquivo3.pdf>>. Acesso em: 01 março 2016.

LEMOS, A. B.; NASSIF, M. E. Avaliação do monitoramento de notícias: a perspectiva do usuário final. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/2673/1913>>. Acesso em: 29 abril 2016.

LEMOS, A. B.; BARBOSA, R. R.; BORGES, M. E. N. O monitoramento de notícias como ferramenta para a inteligência competitiva. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/490>>. Acesso em: 29 abril 2016.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. Edições Loyola, São Paulo, 2006.

MIRANDA, R. C. da R. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.3, p.284-290, set./dez. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 28 abril 2016.

MONTEIRO, Nabor. A.; FALSARELLA, Orandi Mina. Um modelo de gestão da informação para aprendizagem organizacional em projetos empresariais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n.2, p. 81-97, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/284>>. Acesso em 28 abril 2016.

MORESI, E. A. D.; RAMOS, R. G. C.; PRADO, H. A. Mapeamento de informações organizacionais: um estudo na Embrapa. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 2, maio/ago., 2010. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/488/468>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

OLIVEIRA, P. H; JOÃO, H. F. C. E; MONDLANE, N. S. A. Contexto competitivo, monitoramento ambiental e tomada de decisão estratégica: o caso dos micro e pequenos varejos da Região do Barro Preto em Belo Horizonte. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a09v37n2.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

PINHEIRO, L. V. R. Inteligência competitiva como disciplina da Ciência da Informação e sua trajetória e evolução no Brasil. In: STAREC,C.; GOMES,E. B. P.; CHAVES, J. B. L. **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005. cap. 2, p.17-32.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SILVA, A. K. A; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2.ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007. 278 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. Fluxo da informação científica. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da. (Org.). **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 81-114.

WITTER, G. P. Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informação. **Estudos de Psicologia**: revista do Instituto de Psicologia da PUCCAMP, v.7, n.1, p.5-30, jan./jul.1990.

_____. (Org.). **Produção científica em psicologia e educação**. Campinas: Alínea, 1999.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

¿LA PROXIMIDAD GEOGRÁFICA Y LAS RAÍCES CULTURALES JUEGAN UN PAPEL IMPORTANTE EN LA COLABORACIÓN CIENTÍFICA?: EL CASO DE ESPAÑA, PORTUGAL Y BRASIL EN EL ÁREA DE SOSTENIBILIDAD Y EFICIENCIA ENERGÉTICA

DOES THE GEOGRAPHICAL PROXIMITY AND CULTURAL LINKS HAVE AN IMPORTANT ROLE IN SCIENTIFIC COLLABORATION?: THE CASE OF SPAIN, PORTUGAL AND BRAZIL IN ENERGY EFFICIENCY AND SUSTAINABILITY

**Daniela De Filippo, UC3M
Claudia Daniele de Souza, UC3M
Elías Sanz Casado, UC3M**

Resumen: Este trabajo propone el análisis de las relaciones de colaboración científica entre España, Portugal y Brasil a través del estudio de las publicaciones en revistas internacionales y la participación en proyectos competitivos. Se ha focalizado en el campo de la Sostenibilidad y Eficiencia Energética (en concreto en “Ahorro Energético”) dado que es un campo prioritario para los tres países. Se pretende detectar si el idioma y la cercanía geográfica contribuyen a la colaboración. Se ha utilizado una metodología cuantitativa y se utilizaron dos fuentes de información: la base de datos de publicaciones Web of Science y la base de proyectos CORDIS. Tras obtener los principales indicadores de actividad científica: evolución de la producción, especialización temática, colaboración internacional, se han comparado los resultados de la producción general de cada país con los del tema estudiado. Se observa que la producción se ha incrementado considerablemente en los últimos 15 años concentrándose en el quinquenio 2011-2015. España y Portugal muestran alta intensidad en este campo y Brasil mantiene posiciones similares que en el total de su producción. Aunque los temas de interés son similares para los tres países, se advierten diversos perfiles de actividad dado que Brasil presenta una orientación más volcada a la publicación en revistas nacionales y en portugués. En cuanto a la colaboración, el vínculo más fuerte se produce entre España y Portugal siendo especialmente relevante para este último ya que representa el 8% de su producción. Aunque en número absoluto de publicaciones y proyectos, la relación no parece muy intensa, un análisis temporal muestra que los lazos de colaboración se han ido incrementando a lo largo del tiempo. España se ha convertido en el principal colaborador para Portugal y ambos van ganando posiciones entre los socios principales de Brasil. Es evidente que las políticas nacionales y regionales (proyectos europeos, convenios bilaterales) han contribuido en este incremento y se prevé que esta colaboración se intensifique.

Palabras-clave: Eficiencia Energética. Colaboración científica. España. Portugal. Brasil.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Abstract: This paper proposes the analysis of the scientific collaboration between Spain, Portugal and Brazil through the study of publications in international journals and participation in competitive projects. The study focuses on the field of Sustainability and Energy Efficiency (specifically in "energy saving") since it is a priority area for the three countries.

The aim is to detect if the language and geographical proximity contribute to increasing collaboration. It has used a scientiometric methodology and two sources of information were used: the Web of Science database with international publications and CORDIS database with information about research projects. First we have obtained the main indicators of scientific activity: annual evolution of production, thematic specialization and international collaboration. Then we have compared the results of the overall production of each country with the subject studied. The results show that production has increased considerably over the past 15 years, mainly in the period 2011-2015. Spain and Portugal show high intensity in this field and Brazil maintains similar positions that in total production.

Although the topics of interest are similar for all three countries, diverse activity profiles are detected because Brazil has a more focused publication in national journals and in Portuguese. Data relating to collaboration show that the strongest links occurs between Spain and Portugal being particularly important for the latter as it represents 8% of its production.

Although in absolute number of publications and projects, the relationship does not seem very intense, a temporal analysis shows that collaborations have been increasing over time. Spain has become the main partner for Portugal and both countries are improving positions among the main partners of Brazil. It is clear that national and regional policies (European projects, bilateral agreements) have contributed to this increase and is expected to intensify this collaboration.

Keyword: Energy Efficiency. Scientific collaboration. Spain. Portugal. Brazil.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUCCIÓN

La Sostenibilidad y Eficiencia Energética es un sector clave en el desarrollo de la economía de un país ya que los ahorros energéticos conllevan ahorro económico. Asimismo, se producen impactos socioeconómicos positivos relevantes al generarse nuevas actividades económicas. En este sentido, el desarrollo del mercado de productos y servicios vinculados con la Eficiencia Energética y el propio ahorro energético generado se ven reflejados en un incremento del Producto Interior Bruto (PIB) y del empleo. Además, existen otros beneficios de tipo ambiental como el ahorro en el uso de recursos naturales o la reducción de emisiones de dióxido de carbono. Si a esto se suma la reducción de la dependencia energética exterior, se advierte que estamos ante un sector de vital importancia económica y estratégica.

Como se ha mencionado, uno de los aspectos que generan mayor interés para el estudio de este tema, es su relación con la Sostenibilidad energética y el uso de recursos renovables. Este punto ha sido crucial para la puesta en marcha de políticas de investigación, desarrollo e innovación (I+D+i) nacionales e internacionales, de hecho en la Unión Europea (UE) existe un gran interés en la promoción del uso de fuentes de energías renovables. Este interés se especifica, por ejemplo, en la legislación a la Directiva 2009/28 / CE del Parlamento Europeo sobre el fomento del uso de energía procedente de fuentes renovables y que se esboza en un conjunto de metas a alcanzar para el año 2020. Por otra parte, la OCDE plantea una toma de conciencia en relación con la importancia de los desarrollos sostenibles a través de diversos programas que permitan mejorar su estudio y promoción, especialmente en el campo del crecimiento sostenible y del llamado "crecimiento verde" (OCDE, 2011; OCDE, 2012). Las decisiones políticas en materia de energía renovable en la UE son cada vez más importantes y un reflejo de ello es el aumento de la generación y el consumo de energía a partir de fuentes alternativas, con un crecimiento continuo en los últimos años, aunque todavía están lejos de alcanzar la meta establecida para el año 2020 (SANZ-CASADO et al., 2014).

El desarrollo de políticas globales es un reflejo de que este tipo de problemas no pueden entenderse únicamente a escala nacional, dada la naturaleza transfronteriza de los mismos y la necesidad de soluciones multinacionales o regionales. Sin embargo, las particularidades de cada contexto hacen que, tanto las problemáticas como los ámbitos de actividad Científica y Tecnológica, difieran considerablemente de un país a otro en función de las necesidades locales.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



Esta tensión entre lo global y lo local hace necesario contar con herramientas y metodologías específicas para el análisis. Por lo tanto, teniendo en cuenta estas consideraciones, proponemos abordar el estudio del sector de la Sostenibilidad y Eficiencia Energética a través de métodos cuantitativos.

En este sentido, las características constitutivas de este sector - tales como la transversalidad, interdisciplinariedad y dinamismo - lejos de resultar negativas, lo convierten en un atractivo objeto para ser abordado desde la perspectiva de los estudios cuantitativos de la información.

Tradicionalmente la comunicación científica ha sido la vía principal para transmitir nuevo conocimiento entre los científicos y académicos de todas las disciplinas, especialmente a través de publicaciones científicas. Mediante el estudio y análisis de esta vía de comunicación formal ha sido posible conocer los desarrollos e innovaciones más recientes y detectar los principales actores involucrados en los procesos científicos. Dada la relevancia que la ciencia y la tecnología han ido adquiriendo en nuestras sociedades, cada vez ha cobrado mayor importancia el análisis de la actividad científica a partir del estudio de las publicaciones científicas y de las patentes. En este sentido, la cuantimetría y la bibliometría se han convertido en uno de los modelos centrales para analizar, medir y evaluar diferentes aspectos de la actividad científica (CALLON, COURTIAL, PENAN, 1995). Entre sus usos más frecuentes están el análisis de la productividad científica (de investigadores, grupos, instituciones, disciplinas o países), así como del estudio de su impacto en la propia comunidad científica. Sin embargo, ha tenido otras aplicaciones más innovadoras como la detección de nuevos frentes de investigación y campos emergentes, el análisis de temáticas de interés en las distintas disciplinas, el estudio de la conformación de redes de colaboración entre diferentes actores institucionales, la identificación de nichos de investigación, etc.

Además de la utilización de publicaciones y patentes como fuentes de información, el análisis de los proyectos de investigación también resulta una herramienta interesante, ya que aporta datos sobre las líneas de investigación propuestas y las aceptadas y permite conocer aspectos relevantes de la investigación que se está desarrollando actualmente. Asimismo el análisis de los proyectos realizados al amparo de los diferentes programas de I+D+i competitivos permite valorar el balance entre la investigación científica básica e investigación aplicada, la atención prestada a las líneas o a fuentes de investigación de carácter emergente, a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



la investigación interdisciplinar o a la investigación con componentes transfronterizos, como es el caso de ciertos problemas medioambientales o socioeconómicos (PLAZA, 2001).

En vistas de estas potencialidades en este trabajo nos proponemos analizar la actividad científica en Sostenibilidad y Eficiencia Energética a partir de las publicaciones en revistas indexadas en la base de datos internacional y multidisciplinar *Web of Science* (WoS) y de los proyectos obtenidos en convocatorias competitivas de la Unión Europea. Se hará especial hincapié en la actividad científica de España, Portugal y Brasil. De este modo se pretende identificar cuál es la contribución de cada país en este campo, cuáles son sus principales temas de interés en esta área y que actores son los más relevantes. Se pondrá especial énfasis en el estudio de la colaboración científica que estos países establecen entre sí dado que ciertos factores como la proximidad geográfica o el hecho de compartir determinadas raíces culturales, como el idioma, suelen promover e intensificar la colaboración (FRAME, CARPENTER, 1979; KATZ, MARTIN, 1997). Uno de los principales interrogantes que nos hemos planteado da título al trabajo ya que será nuestro objetivo central corroborar si la proximidad geográfica y las raíces culturales juegan un papel importante en la colaboración científica.

2 FUENTES Y METODOLOGÍA

Se han utilizado dos fuentes de información. Las publicaciones científicas se recogieron de las revistas indexadas en la base de datos internacional y multidisciplinar *Web of Science* (WoS). A pesar de las conocidas limitaciones de esta fuente en cuanto a sus sesgos temáticos, idiomáticos y geográficos, presenta ventajas con respecto a otras que la hacen adecuada para el estudio. Entre ellas, ofrece información desagregada por disciplina y permite identificar subáreas dentro del tema elegido. Asimismo, incluye la adscripción institucional de todos los autores de los documentos, lo que resulta fundamental para el análisis de la colaboración científica que es el foco de este trabajo. El período de estudio elegido ha sido 2000-2015 para contar con un volumen suficiente de documentos.

Por otro lado la información sobre proyectos europeos se ha obtenido de la base de datos CORDIS (2016) que es el principal portal y repositorio público de la Comisión Europea para difundir información sobre todos los proyectos de investigación financiados por la UE y sus distintos tipos de resultados. Se ha seleccionado el Séptimo Programa Marco (7PM) porque cuenta con líneas específicas sobre el tema elegido y se ha comprobado que la información de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

esta convocatoria está completa. Aunque se trata de proyectos destinados a países de la Unión Europea, en los últimos años se ha abierto la convocatoria a terceros países, entre ellos Brasil. Por lo tanto resulta relevante saber si los vínculos de este país con Portugal han sido suficientes para establecer colaboración científica a través de la participación conjunta en proyectos internacionales.

La metodología seguida se ha desarrollado en diferentes etapas.

2.1 Publicaciones científicas

En primer lugar se seleccionó la producción científica de los tres países en WoS utilizando la estrategia de búsqueda (CU¹= SPAIN OR CU=Portugal OR CU=Brazil). Se ha trabajado con el período 2000-2015 (PY²=2000-2015) y con las publicaciones de la Colección Principal (*Core Collection*) seleccionando las tres bases de datos principales: *Science Citation Index* (SCI), *Social Science Citation Index* (SSCI) y *Arts and Humanities Citation Index* (AHCI).

Por otro lado se identificaron las publicaciones sobre el tema usando la siguiente estrategia y sus variantes para cada término:

TS³=”Sustainability” OR TS=”Energy efficiency” OR TS=”Energy storage” OR
TS=”Energy saving”

Para la selección de términos se realizaron pruebas previas para definir una estrategia muy acotada y se unificaron criterios con las palabras clave usadas por los proyectos europeos en este ámbito por lo que el objeto de estudio se enfoca a la producción en Ahorro Energético. Tras la recuperación de documentos se eliminaron aquellos que no pertenecían al ámbito de estudio (aproximadamente 1200 documentos). A continuación se construyó una base de datos relacional en MySQL con las publicaciones y tras depurar y normalizar la información, se obtuvieron los principales indicadores bibliométricos.

- **Indicadores de actividad (por país y año):** número de documentos; porcentaje sobre el total del mundo; idioma de publicación; revistas de publicación.

¹ CU=País - Busca países en el campo Direcciones de un registro.

² PY=Año de publicación - Busca en el campo Fuente publicada.

³ TS=Tema - Busca términos de tema en los campos Título, *Abstract* y Palabras clave de autor.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- **Indicadores de especialización (por país y año):** número y porcentaje de documentos por categoría disciplinar; interdisciplinariedad (porcentaje de solapamiento entre disciplinas).

- **Indicadores de colaboración (por país y año):** número y porcentaje de documentos en colaboración internacional; colaboración bilateral y trilateral.

2.2 Proyectos europeos

Para identificar los proyectos relevantes se ha consultado la información de la base de datos CORDIS por los campos: programa, tipo de contenido, tema y país. Se han seleccionado los resultados del Séptimo Programa Marco coincidentes con la tipología “resultados de proyectos” y se ha elegido como temática “Ahorro Energético” por ser una de las más cercanas con el ámbito estudiado.

Se ha descargado la información completa sobre este tema y se ha construido una base de datos relacional con información de cada proyecto: I.D. (Identificación), título, acrónimo, fecha de inicio y fin, financiación recibida, institución líder, instituciones participantes, países participantes, sub-temáticas, *abstract*, palabras clave.

A partir de la información obtenida se han obtenido los siguientes indicadores:

- Número de proyectos por país
- Aportación de cada país al total del área
- Especialización temática (análisis de correspondencia entre países y temas)
- Redes de colaboración entre países

3 RESULTADOS

3.1 Publicaciones científicas

Los resultados muestran que España cuenta con 4.671 documentos relacionados con el tema Sostenibilidad y Eficiencia Energética. Estos valores posicionan el país en el séptimo puesto del mundo, mientras que Portugal está en la posición 26 con 1.187 publicaciones y Brasil en la 14 con 2.725 documentos. A pesar de la importancia estratégica del sector de la Sostenibilidad y Eficiencia Energética, las publicaciones representan porcentajes muy bajos con respecto a la producción total de cada país, ya que no superan el 0,75% (Tabla 1).

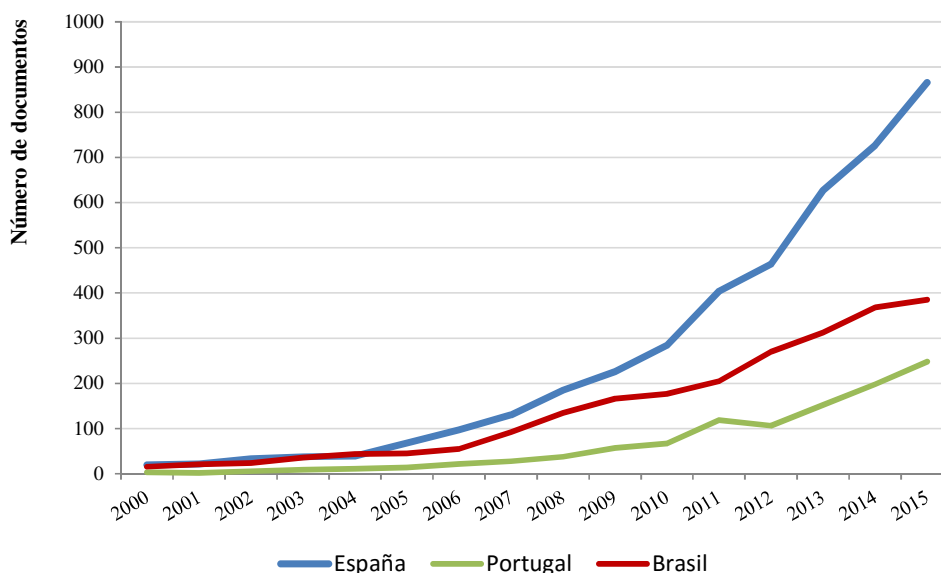
TABLA 1 – Producción científica de España, Portugal y Brasil en Eficiencia Energética

País	España	Portugal	Brasil
N doc en WoS	788.614	159.818	494.492
N doc Sostenibilidad y Eficiencia Energética	4671	1187	2725
% SOST-EF-EN / Total doc WoS	0,59	0,74	0,55

Fuente: Elaboración propia a partir de WoS, 2000-2015

En la figura 1 se muestra la evolución temporal de la producción científica en Sostenibilidad y Eficiencia Energética en cada uno de los países y se puede apreciar que dos tercios de la producción se ha publicado en el último quinquenio. Si bien ha habido un crecimiento destacado en la producción de los tres países, el mayor incremento anual ha sido el de Portugal con un promedio del 41% anual (Figura 1), seguido de España (30%) y Brasil (25%).

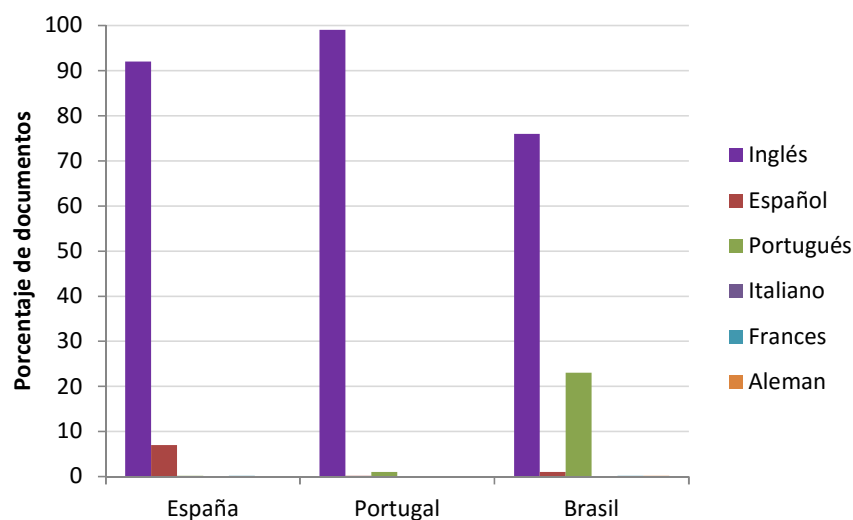
FIGURA 1. Evolución anual del número de documentos en Sostenibilidad y Eficiencia Energética en España, Portugal y Brasil



Fuente: Elaboración propia a partir de WoS, 2000-2015

El idioma de publicación predominante ha sido el inglés, sin embargo, Brasil ha publicado casi una cuarta parte de su producción en idioma local (portugués), mientras que en Portugal estos porcentajes no superan el 1% y en España llegan al 7% (Figura 2).

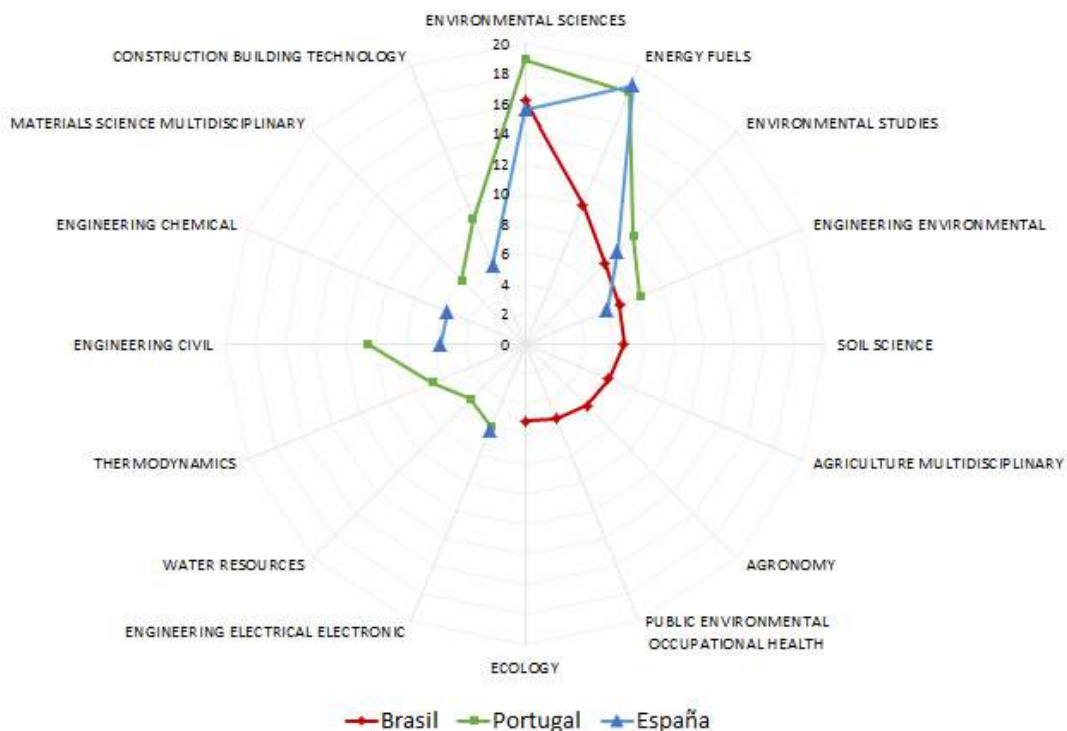
FIGURA 2. Distribución de documentos en Sostenibilidad y Eficiencia Energética por idioma



En cuanto a las revistas de publicación en el tema estudiado, la primera en España y Portugal es *Energy & Building*, mientras que en Brasil no está entre las 15 primeras. *Journal of Cleaner production* es una de las más relevantes para los tres países pero en el resto de revista sólo se evidencia un perfil similar de publicación entre España y Portugal. Brasil publica con una marcada orientación hacia medios nacionales entre los que destacan: *Revista Brasileira de Ciencia do Solo*; *Revista Brasileira de Zootecnia* y *Ciencia Saúde Coletiva*.

Con respecto a la especialización temática la diversificación de categorías ha sido muy alta (hasta 200 categorías en España, 159 en Portugal y 177 en Brasil). Sin embargo, si se consideran las que concentran más de un 10% de la producción destacan *Energy Fuels*; *Environmental Science*; *Engineering Civil* y *Environmental Studies*, aunque con diferentes proporciones en cada país. En la Figura 3 se muestran las categorías con más del 5% de la producción en cada país.

FIGURA 3. Distribución de la producción en Sostenibilidad y Eficiencia Energética por país y temática (>5% de la producción)



Fuente: Elaboración propia a partir de WoS, 2000-2015

Al analizar la información referente a la colaboración internacional en este campo (Tabla 2), se observa que Portugal presenta los porcentajes más elevados tanto en el total de su producción en WoS (49%) como en las publicaciones sobre Sostenibilidad y Eficiencia Energética (46,6%). España mantiene proporciones similares en ambos conjuntos documentales (en torno al 39%), mientras que Brasil presenta mayor proporción de colaboración en la producción sobre Eficiencia Energética.

TABLA 2. Distribución de la colaboración internacional por país

País	España	Portugal	Brasil
Colab Internac. en Sostenibilidad y Efic. Energética	1803	553	913
% Colab internac en Sostenibilidad y Eficiencia Energética	38,60	46,59	33,50
% Colab internacional en WoS	39,84	49,06	28,54

Fuente: Elaboración propia a partir de WoS, 2000-2015



Si se tiene en cuenta la colaboración entre estos tres países de manera bilateral se observa que el mayor volumen de documentos en WoS se produce entre Portugal y España (18.591 publicaciones), lo que representa casi un 12% de la producción total de Portugal y un 2% de la de España. Aunque también es importante en cuanto a volumen la producción entre Brasil y España (13.752 documentos), está no es muy relevante en el total de documentos de cada país.

En cuanto a la colaboración trilateral, en el período analizado se han detectado 1.906 documentos WoS firmados por los tres países. Estas publicaciones representan un 2,5% de todos los documentos en colaboración internacional de Portugal siendo el 1,35% para Brasil y el 0,6% para España.

Al focalizar en el campo de la Sostenibilidad y Eficiencia Energética, se aprecia que también cobra significancia la producción bilateral Portugal-España aunque el peso de esta última sobre la producción del primero es menor que en el total de documentos WoS (Tabla 3). En cambio, en cuanto a la colaboración trilateral, sólo se ha detectado 1 documento firmado por los tres países.

TABLA 3. Comparación de la colaboración bilateral en el total de producción WoS y en Eficiencia Energética

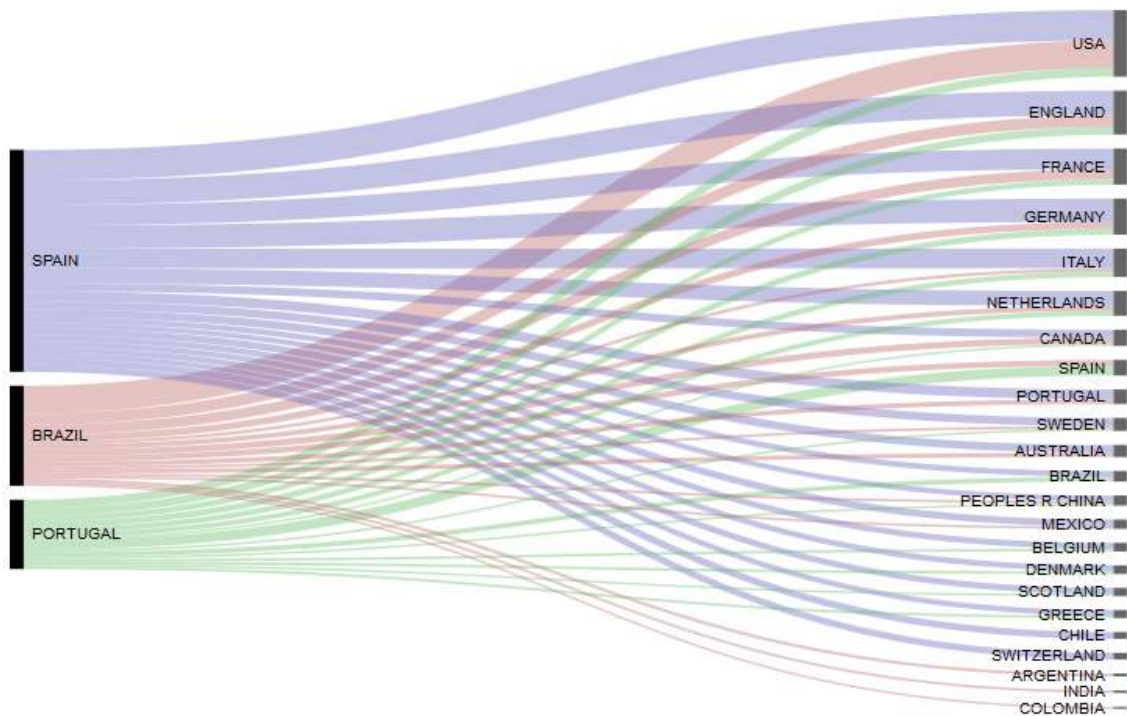
Colaboración	Total documentos en WoS			Doc sobre Eficiencia Energética		% Colab en EF/total doc en EF	
	N doc	% Colab. en total docs país 1	% Colab. en total docs país 2	N doc	% Colab. en total docs país 1		% Colab. en total docs país 2
BRAZIL-ESPAÑA	13.752	2,78	1,70	68	2,49	1,45	0,49
BRAZIL-PORTUGAL	8.175	1,65	5,11	51	1,87	4,30	0,62
PORTUGAL-ESPAÑA	18.591	11,63	2,30	104	8,70	2,27	0,56

Fuente: Elaboración propia a partir de WoS, 2000-2015

La Figura 4 muestra las relaciones entre los países en el ámbito temático estudiado. La visualización permite apreciar con mayor claridad las relaciones entre países, a través del ancho de las líneas, que es proporcional el número de documentos en colaboración. Se hace evidente la importancia que tiene para Portugal la colaboración con España, ya que es el primer socio por número de documentos. Sin embargo, para España, Portugal está en el puesto 7 y Brasil en el

16. Por su parte para Brasil, España se ubica en la posición 6 y Portugal en la 8, colaborando más con Estados Unidos, Inglaterra, Francia y Holanda.

FIGURA 4. Distribución de la colaboración en Sostenibilidad y Eficiencia Energética por país (principales colaboradores)



Fuente: Elaboración propia a partir de WoS, 2000-2015

3.2. Proyectos europeos

La convocatoria del Séptimo Programa Marco de la Unión Europea ha concedido 25.630 proyectos, de ellos 256 corresponden al tema “Ahorro Energético”. Este tema ha estado presente en proyectos de 8 programas, siendo los más numerosos “Energy” y “Technology of the Information and Communication (TICs)”. Dentro de esta temática España ocupa una posición de relevancia (cuarto puesto del mundo) con 135 proyectos. Portugal ha obtenido 33 (puesto 16), mientras que Brasil, como socio de un estado colaborador también está presente participando en 2 proyectos.

Si se consideran los temas a los que se vincula cada país, se puede apreciar que España tiene una posición central con una distribución orientada hacia *Energy Saving* y *Environmental Protection*, mientras que Portugal se relaciona con *Network Technologies*, *TICS* y *Energy Storage*. Brasil no aparece en el mapa por su escaso volumen de proyectos aunque su participación se relaciona con *Energy Saving* y *Energy Storage* (Figura 5).

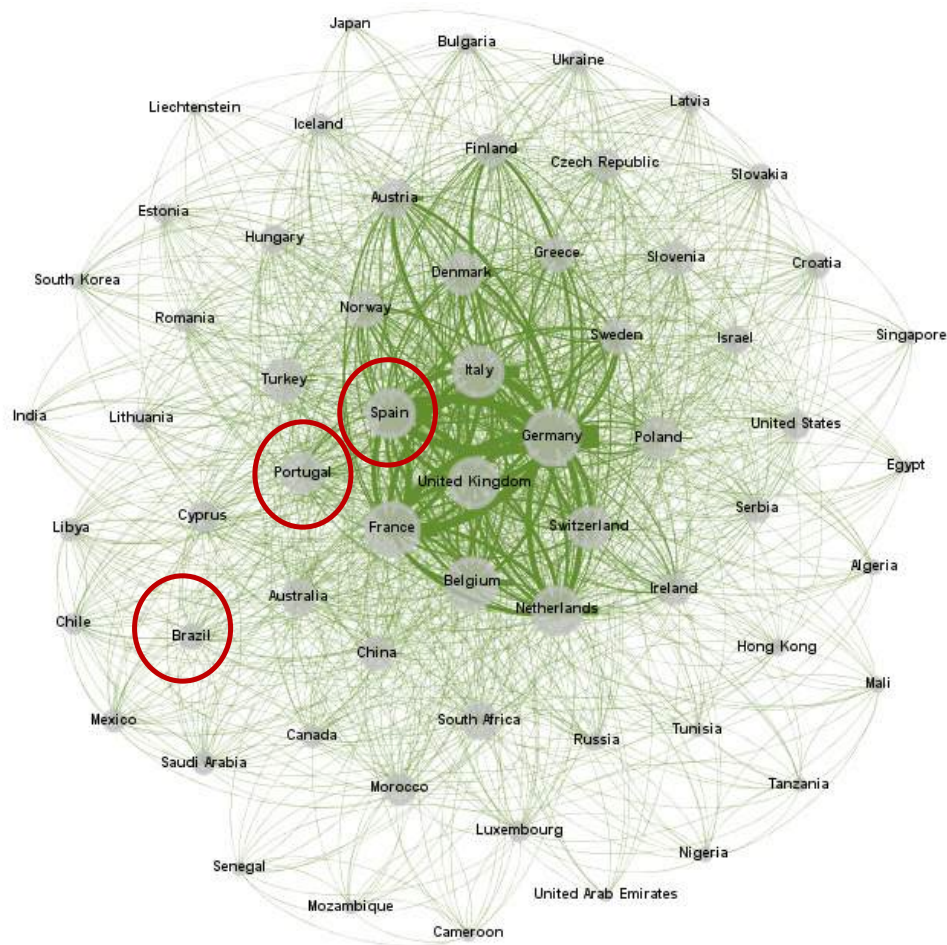
FIGURA 5. Análisis de correspondencia entre países y temáticas



En cuanto a la colaboración, los proyectos europeos son principalmente una actividad de intensa interacción entre países. El promedio de países por proyecto en el área de Ahorro Energético ha sido de 6. En este sentido España ha participado en proyectos de entre 3 y 19 países mientras que Portugal lo ha hecho en promedio con 8 países, participando en redes de entre 4 y 19 proyectos. Brasil ha colaborado en 2 proyectos de grandes redes (12 y 19 países) e las que fue socio de España y Portugal. Las redes de colaboración muestran que España está en

una posición bastante central con fuertes vínculos con los grandes países en cuanto a volumen de proyectos: Alemania, Reino Unido, Francia e Italia. Portugal está algo más alejado del centro pero con importantes vínculos con España, mientras que Brasil, a pesar de su participación en un escaso número de proyectos, tiene vínculos con numerosos países (Figura 6).

FIGURA 6. Red de colaboración de países en la categoría “Ahorro Energético”



Fuente: Elaboración propia con datos obtenidos de la base Cordis

En cuanto a la participación conjunta de los tres países, esta se produce en los dos proyectos en los que participa Brasil. Por su parte, la colaboración entre España y Portugal ha estado presente en 25 proyectos lo que representa un 80% de los proyectos en los que colabora Portugal y un 18,5% de aquellos en los que participa España.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

4. DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

Los resultados obtenidos permiten detectar que la producción de los tres países en Sostenibilidad y Eficiencia Energética es destacada ya que al comparar la distribución de las publicaciones del mundo en WoS por país, frente a las realizadas en este campo, se observa que España pasa de la posición 9 a la 7. Portugal, que se ubica en la posición 31 del mundo por publicaciones WoS, es el que más avanza de los tres, ya que en Sostenibilidad y Eficiencia Energética alcanza el puesto 26. Por su parte, Brasil, se mantiene en el mismo rango con el puesto 13 del mundo por producción total y 14 en el área estudiada (THOMSON REUTERS, 2016).

La información sobre publicaciones en WoS muestra que los tres países cuentan con diferentes perfiles de actividad. Es posible advertir una mayor similitud entre España y Portugal, ya sea por el tipo de revistas donde difunden los resultados, por el idioma de publicación y por la orientación temática que presentan. Por su parte, Brasil, parece más enfocado a la difusión en revistas nacionales y en portugués a pesar de coincidir con los otros dos países en las disciplinas de publicación. Esto quizá pueda explicarse por el impacto que han tenido diversas políticas científicas y tecnológicas que han promovido la internacionalización de la actividad científica (SOUZA et al., 2015). Los cambios en los sistemas de evaluación de los investigadores y el énfasis puesto en la apertura internacional han favorecido la publicación en revistas indexadas y el ingreso a las bases de datos WoS y SCOPUS de numerosas revistas brasileñas que son una de las principales vías de difusión para los investigadores del país.

Esta presencia de Brasil en el ámbito científico internacional también se advierte a partir de los datos obtenidos con respecto a la participación en proyectos europeos. Mientras en el Quinto Programa Marco fue socio de 51 proyectos, en el Sexto estuvo presente en 99 y llegó a 171 en el Séptimo (CORDIS, 2016).

En este sentido, un factor clave en los proyectos europeos es la intensa colaboración internacional debido a los beneficios que esta conlleva como la posibilidad de complementar capacidades para abordar ciertos temas específicos y compartir grandes equipos e instalaciones. Asimismo, los avances en las TICs, la disponibilidad y facilidad para la movilidad, el reconocimiento por parte de los investigadores y las instituciones de la eficacia y eficiencia de la colaboración para la mejora de la calidad, la aceleración de la innovación y la competitividad,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

han hecho que esta sea uno de los elementos centrales de la actividad científica en los últimos años (SEBASTIÁN, 2004).

Son muchos los autores que, desde hace décadas, han profundizado en el estudio de la colaboración científica desde el punto de vista bibliométrico dadas las ventajas que la colaboración representa en cuanto al aumento de la visibilidad (LEWISON, 1991; NARIN, STEVENS, WHITLOW, 1991), a la relación positiva entre el incremento del número de autores y el de citas (BRIDGSTOCK, 1991; PERSSON, GLANZEL, DANNEL, 2004; ADAMS et al., 2005) o a la importancia de la participación de instituciones extranjeras para aumentar el impacto de los documentos (VAN RAAN, 1998; GÓMEZ, FERNÁNDEZ, SEBASTIÁN, 1999; GOLDFINCH, DALE, DE ROUE, 2003). Esto ha llevado a que se incrementen las políticas de cooperación internacional para potenciar las ventajas de la colaboración.

Una evidencia en el entorno europeo ha sido los Programa Marco que han modificado el perfil de actividad y de publicación de la mayoría de los países. A finales de la década de los 90 se mencionaba que, si bien la interpretación del porcentaje de co-publicaciones es compleja, se puede considerar que una colaboración internacional en torno al 30% refleja un equilibrio razonable entre una buena capacidad de producción científica basada en recursos propios, junto a una apertura hacia la colaboración con otros países. Porcentajes más elevados de colaboración internacional podrían mostrar una excesiva dependencia de grupos extranjeros (FERNÁNDEZ, GÓMEZ, SEBASTIÁN, 1998). Junto a estas cifras se preveía ya el impacto que tendrían los Programa Marco incentivando la colaboración entre los países de la región y aumentando los porcentajes de colaboración internacional. Esto se hizo evidente pocos años después dado que, en el caso de España, a principios de la década del 2000 su colaboración internacional alcanzaba el 31% y en 2007 era ya del 37% (DE FILIPPO, MORILLO, FERNÁNDEZ, 2008). En 2015 los porcentajes ya superan el 51% y se produce especialmente con países europeos. Es interesante destacar que la colaboración con Portugal ha ido ganando mayor relevancia a lo largo de los últimos años ya que en el año 2000 era el socio número 13 para España mientras que en 2015 ha pasado a la posición 8 (THOMSON REUTERS, 2016).

Por su parte, Portugal, siguió una trayectoria diferente ya que contaba con una tasa de colaboración internacional muy elevada (54% en el año 2000) y esta se ha ido estabilizando en torno al 45% en los últimos años. Lo más destacado es la variación de su perfil colaborador que ha modificado sus principales socios y en este marco, España ha cobrado una posición



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



relevante. De ser el socio número 4 en el año 2000, ha pasado al primer puesto, desplazando a Estados Unidos en 2015 (THOMSON REUTERS, 2016). Esta situación se ha venido advirtiendo a través de diversos estudios que han mostrado que en ciertas regiones de cercanía geográfica (Galicia en España y el Norte de Portugal) las publicaciones en colaboración se han cuadruplicado en el período 2005-2010 (SANZ-CASADO et al., 2012).

Los resultados obtenidos en este estudio nos han mostrado que la relación entre ambos países se ha ido fortaleciendo e incrementando con el paso del tiempo. Posiblemente las políticas europeas y la proximidad geográfica han jugado a favor de esta interacción. Tanto en la producción general como en el área específica de la Sostenibilidad y Eficiencia Energética se advierte que, sin embargo, los beneficios de esta colaboración parecen tener mayor relevancia para Portugal, al menos en cuanto a volumen de producción. Una posible explicación es la mayor fortaleza científica de España que es uno de los países más potentes en el campo analizado por lo que se convierte en un socio muy atractivo para Portugal. En este sentido es importante tener en cuenta consideraciones como la de Kim y otros. (2006) quienes mencionan la importancia del contexto en el que la colaboración se produce porque pueden existir vínculos “simétricos”, en la que participan países con un grado de desarrollo científico y técnico similar y en la cual la aportación de cada investigador o institución es parecida, y la “asimétrica”. En un sentido similar, Glänzel y Schubert (2001) señalan que, si bien en términos generales la colaboración internacional suele aportar beneficios, éstos no se distribuyen de la misma manera entre los países colaboradores.

En este contexto es fundamental preguntarse cómo analizar la colaboración de Brasil ya que en pocos años ha pasado de ser un país emergente científicamente a jugar un rol protagónico en el panorama académico internacional. En el año 2000 sus publicaciones en *Web of Science* tenían a España como socio número 6 con un 1,8% del total de la producción y a Portugal en el puesto 12 con el 0,9%. Quince años más tarde ambos países han logrado una posición destacada ya que España se ubica en el tercer puesto con un 4,6% de la producción de Brasil y, Portugal, en el puesto 8 con el 2,7%. Esta situación también se reproduce con porcentajes similares en el ámbito de la Sostenibilidad y Eficiencia Energética (THOMSON REUTERS, 2016).

En el caso de Brasil, una de las estrategias que quizá más impacto ha tenido para favorecer la colaboración internacional ha sido el programa Ciencias sin Fronteras, promovido



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

por el Ministerio de Educación (MEC Brasil), con el fin de enviar entre 2011 y 2015 más de 100.000 estudiantes brasileños para estudiar en las universidades más destacadas del mundo. Las ingenierías y tecnologías son las áreas prioritarias del programa y su objetivo es la formación de recursos humanos de alta cualificación “para asegurar el crecimiento económico con la justicia social y la sostenibilidad ambiental” (BRASIL, 2016). Este interés de Brasil por la internacionalización y su apuesta hacia la sostenibilidad ambiental se reflejan, por ejemplo, en el volumen de publicaciones científica sobre Energías Renovables siendo el segundo país Iberoamericano, después de España, por número de documentos con un importante foco en la producción sobre biocombustibles (CENTRO ARGENTINO DE INFORMACIÓN CIENTÍFICA Y TECNOLÓGICA, 2012).

Este punto de encuentro entre ambos países ha llevado a la firma conjunta de convenios para intercambio de investigadores y estudiantes de posgrado. Entre los más destacados se encuentran los proyectos financiados por la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior (CAPES) y el Consejo Nacional de Desenvolvimento Científico y Tecnológico (CNPq), por parte de Brasil, con el Centro para el Desarrollo Tecnológico Industrial (CDTi) y la Dirección General de Política Universitaria del Ministerio de Educación de España. Un hito importante en la cooperación bilateral – en temas relacionados con la Sostenibilidad y Eficiencia Energética – ha sido el encuentro en el año de 2007 del entonces presidente de Brasil Luiz Ignacio Lula da Silva con el gobierno de España y la comunidad académica y empresarial. En dicho encuentro se sentaron las bases para discutir cómo acudir a agentes financieros a la hora de obtener fondos para promover proyectos bilaterales orientados a la generación de energía a partir de fuentes renovables.

En el caso de colaboración con Portugal en campos afines, la relación no parece tan intensa. Sin embargo, la intención de colaboración se ha manifestado en el Primero Seminario Internacional Portugal-Brasil sobre Políticas y Experiencias en Eficiencia Energética, organizado en 2011 en el ámbito de la Iniciativa Energía para la Sustentabilidad (EfS) de la Universidad de Coímbra, una organización conjunta entre dos unidades de investigación: el Instituto de Ingeniería de Sistemas y Computadores (INESC) de la Universidad de Coímbra y el Grupo de Estudios del Sector Eléctrico (GESEL) de la Universidad Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



Para culminar, a partir de los datos obtenidos y la información consultada es posible concluir que se evidencia un incremento sostenido en la colaboración entre España, Portugal y Brasil. Si bien en términos de valores absolutos esta puede parecer poco relevante, hay que destacar que España se ha convertido en el socio preferente para Portugal y se disputa la segunda posición (con Reino Unido) como socio de Brasil. Para ambos países España es un foco de atracción por su importante desarrollo científico y tecnológico y parece potenciarse en determinados ámbitos geográficos en los que la cercanía con Portugal tiene un importante papel. Evidentemente las políticas regionales y bilaterales han sido un factor decisivo que se refleja en numerosas acciones conjuntas y, cada vez más, también en las publicaciones.

Quizá pudiera esperarse una interacción mayor entre Brasil y Portugal por los lazos históricos y culturales que comparten aunque en este sentido, ya se ha advertido que el idioma no es un elemento que esté contribuyendo a la colaboración entre ambos. Sin embargo, los dos países van mejorando sus posiciones como socios y quizá las recientes políticas implementadas en Brasil muestren en breve resultados que evidencien el incremento de la colaboración entre ellos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, J. D.; BLACK, G. C.; CLEMMONS, J. R.; STEPHAN, E. Scientific teams and institutional collaborations: evidence from U.S. universities, 1981-1999. **Research Policy**, v. 34, n. 3, p. 259-285, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ciência sem Fronteiras**. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>> Acesso em: 23 maio 2016.

BRIDGSTOCK, M. The quality of multiple authored papers. A resolved problema. **Scientometrics**, v. 21, n. 1, p. 37-48, 1991.

CALLON, M.; COURTIAL, J. P.; PENAN, H. **Cienciometría: la medición de la actividad científica: de la bibliometria a la vigilancia tecnológica**. Gijón: Trea, 1995.

CENTRO ARGENTINO DE INFORMACIÓN CIENTÍFICA Y TECNOLÓGICA. **La investigación y el desarrollo en energías renovables en Iberoamérica: situación actual y tendencias**. Argentina: RICYT, 2012.

CORDIS. **Servicio de Información Comunitario sobre Investigación y Desarrollo**. Disponível em: <http://cordis.europa.eu/projects/home_es.html> Acesso em: 23 maio 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



DE FILIPPO, D.; MORILLO, F.; FERNÁNDEZ, M. T. Indicadores de colaboración científica del CSIC con Latinoamérica en bases de datos internacionales. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 31, n. 1, p. 66-84, 2008.

FERNÁNDEZ, M. T.; GÓMEZ, I.; SEBASTIÁN, J. La cooperación científica de los países de América Latina a través de indicadores bibliométricos. **Interciencia**, v. 23, n. 6, p. 328-336, 1998.

FRAME, J. D.; CARPENTER, M. P. International research collaboration. **Social Studies of Sciences**, v. 9, p. 481-497, 1979.

GLÄNZEL, W.; SCHUBERT, A. Double effort=Double impact? A critical view at international co-authorship in chemistry. **Scientometrics**, v. 50, n. 2, p. 199-214, 2001.

GOLDFINCH, S.; DALE, T.; DE ROUE, K. Science from the periphery: Collaboration network and 'Periphery effects' in the citation of New Zealand Crown Research Institutes articles, 1992-2000. **Scientometrics**, v. 57, p. 321-337, 2003.

GÓMEZ, I.; FERNÁNDEZ, M. T.; SEBASTIÁN, J. Analysis of the structure of international scientific cooperation networks through bibliometric indicators. **Scientometrics**, v. 44, n. 3, p. 441-457, 1999.

KATZ, J. S.; MARTIN, B. R. What is research collaboration? **Research Policy**, v. 26, p. 1-18, 1997.

KIM, E.; KEUM, D.; SONG, Y.; HUNG, Y. **The Effects of Leadership Characteristics on the Performance of R&D Projects**. PICMET Proceeding 9-13 Julio, Estambul, 2006.

LEWISON, G. The advantages of dual nationality. **New Scientist**, v. 130, p. 5051, 1991.

NARIN, F.; STEVENS, K.; WHITLOW, E. S. Scientific cooperation in Europe and the citation of multinational co-authored papers. **Scientometrics**, v. 21, n. 3, p. 313-323, 1991.

OCDE. **Towards Green Growth**. Paris: OECD, 2011.

OCDE. **Greening Development: Enhancing Capacity for Environmental Management and Governance**. Paris: OECD, 2012.

PERSSON, O.; GLÄNZEL, W.; DANNELL, R. Inflationary bibliometric values: the role of scientific collaboration and the need of relative indicators in evaluative studies. **Scientometrics**, v. 60, n. 3, p. 421-432, 2004.

PLAZA, L. Obtención de indicadores de actividad científica mediante el análisis de proyectos de investigación. In: ALBORNOZ, M. **Indicadores Bibliométricos en Iberoamérica**. Buenos Aires: RICYT, 2001. p. 63-70.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SANZ-CASADO, E.; LASCURAIN, M. L.; MORENO MARTÍNEZ, L.; SERRANO LOPEZ, A. E. **La ciencia en Galicia**. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2012.

SANZ-CASADO, E.; LASCURAIN-SANCHEZ, M. L.; SERRANO-LÓPEZ, A.; LARSEN, B; INGWERSEN, P. Production, consumption and research on solar energy: The Spanish and German case. **Renewable Energy**, v. 68, p. 733-744, 2014.

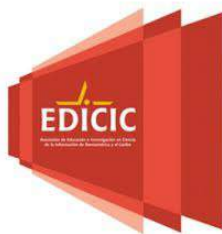
SEBASTIÁN, J. Marco para el diseño de indicadores de internacionalización de la ciencia y la tecnología. In: ALBORNOZ, M. **El estado de la ciencia**. Principales indicadores de ciencia y tecnología Iberoamericanos/Interamericanos 2003. Buenos Aires: RICYT, p. 55-61, 2004.

SOUZA, C. D.; DE FILIPPO, D.; SANZ-CASADO, E. Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) na atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização. **Em Questão**, v. 21, n. 3, set/dez. 2015.

THOMSON REUTERS. **Journal Citation Report**. 2016.

UNIVERSIDAD DE COIMBRA. Políticas e Experiências em Eficiência Energética Seminário Internacional Portugal-Brasil. (2012)Coimbra: Energia para a Sustentabilidade (Energy for Sustainability, EfS), 8-9 de Setembro 2011. Disponível em:
<http://www.uc.pt/en/org/inescc/org_scientific_events/P3E/livreto_p3e> Acesso em: 23 maio 2016.

VAN RAAN, A. The influence of international collaboration on the impact of research results: Some simple mathematical considerations concerning the role of selfcitations. **Scientometrics**, v. 42, n. 3, p. 423-428, 1998.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

PANORAMA DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL:

ANÁLISE DOS AUTORES MAIS CITADOS NO ENANCIB

***PANORAMA DE LA INVESTIGACIÓN EN CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE
BRASIL: ANÁLISIS DE LOS AUTORES MÁS CITADOS EN EL ENANCIB***

Eliane Cristina de Freitas Rocha, UFMG

Carlos Alberto Ávila Araújo, UFMG

Resumo: Apresenta um retrato da produção científica brasileira em Ciência da Informação por meio da análise de referências bibliográficas presentes em publicações do principal evento de pesquisa da área no Brasil – o ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação) – promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), no período 2007-2014. Foi realizada contagem dos autores nos ENANCIBs, com apresentação dos 15 mais referenciados em cada grupo de trabalho, analisando-se sua nacionalidade, contemporaneidade, pertencimento à Ciência da Informação e taxa de renovação. Identificou-se que a Ciência da Informação brasileira é marcada por alta referência a autores nacionais (54,6%), contemporâneos (65,8%), pertencentes ao campo (64,8%) e com alta taxa de renovação (61,2%), sendo identificada ainda uma grande discrepância entre os dados de acordo com os grupos de trabalho. Há predominância de abordagens próprias para os problemas informacionais locais, dada a presença expressiva de autores brasileiros e institucionais como os mais referenciados.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Brasil. Análise de citação. ENANCIB.

Resumen: Presenta un cuadro de la producción científica en Ciencia de la Información desde una análisis de las citas en las publicaciones del principal encuentro de investigación en Ciencia de la Información en Brasil - el Enancib (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - Encontro Nacional de Investigación en Ciencia de la Información) - realizado por la ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - Asociación Nacional de Investigación y Posgrado en Ciencia de la Información) en el período 2007-2014. Se realizó el recuento de los autores en ENANCIBs, con la presentación de los 15 más citados en cada grupo de trabajo, el análisis de su nacionalidad, contemporaneidad, pertenencia a la ciencia de la información y la tasa de renovación. Se identificó que la ciencia de la información en Brasil está marcada por una elevada tasa de citas de autores nacionales (54,6%), contemporâneos (65,8%), que pertenecen al campo (64,8%) y con alta tasa de actualización (61, 2%), y también identificó una gran discrepancia entre los datos de acuerdo con los grupos de trabajo. Hay un predominio de los enfoques propios a los problemas locales de información, dada la importante presencia de autores brasileños e institucionales como los más citados.

Palabras-clave: Ciências de la Información. Brasil. Análisis de citas. ENANCIB.



1 INTRODUÇÃO

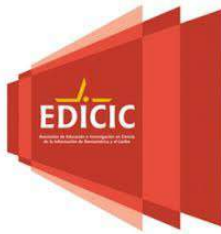
Este artigo procura entender como a pesquisa no campo da Ciência da Informação (CI) tem se desenvolvido ao longo dos últimos oito anos no Brasil em suas vias institucionalizadas, a partir do estudo das publicações realizadas no evento de maior envergadura da área no Brasil – o ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação), organizado pela ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação).

Para alcançar tal intento – saber como a pesquisa em CI tem se desenvolvido – este artigo abordará, em sua primeira seção, um breve histórico da institucionalização da CI no Brasil, com destaque para o papel do ENANCIB, e, em sua segunda seção, apresentará resultados de um trabalho empírico de análise das publicações dos ENANCIBs dos anos de 2007 a 2014, com a devida explanação da metodologia de análise. Em sequência, são apresentadas considerações finais sobre o caminhar da pesquisa em CI no Brasil.

2 BREVE HISTÓRICO DA PESQUISA EM CI NO BRASIL E DO PAPEL DO ENANCIB

O desenvolvimento de uma ciência envolve, em grande medida, agregação de questões de pesquisa emergentes com sua posterior institucionalização – formação de grupos de pesquisa, acolhimento no campo universitário (ELIEL; SANTOS, 2007). A institucionalização social da Ciência da Informação no Brasil é associada ao “estabelecimento dos cursos de pós-graduação e dos grandes sistemas de informação que pretendiam potencializar o fluxo de informações científicas no país” (ELIEL; SANTOS, 2007; ARAÚJO, 2014). Neste sentido, a trajetória da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil tem sido associada, entre outras questões, ao papel de protagonismo do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), criado em 1954, e que passou a se denominar Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia a partir de 1976 até os tempos atuais. Um dos importantes marcos para a pesquisa em CI no Brasil foi a institucionalização do Mestrado em Ciência da Informação pelo IBBB em 1970, visando a “atualização dos professores de Biblioteconomia do país e à introdução de novos conceitos filosóficos de classificação e tecnologia aplicados aos processos da informação” (COUZINET; SILVA; MENEZES, 2007).

Ainda na década de 1970, veio a se somar à iniciativa de criação de cursos de pós-graduação na área de CI do IBBB outras propostas de pós-graduação no âmbito da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

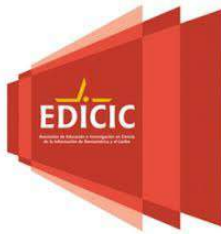
UFMG

Biblioteconomia e da Documentação – áreas fortemente ligadas ao desenvolvimento da CI no Brasil (ELIEL; SANTOS, 2007, COUZINET; SILVA; MENEZES, 2007): a) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP que tinha a Ciência da Informação como área de concentração em 1972; b) mestrado em Biblioteconomia da UFMG, em 1976; c) mestrado em Biblioteconomia da PUC de Campinas em 1977; d) mestrado em Biblioteconomia da UFPB, em 1978 (com interrupção de atividades no período de 2001 a 2006); e) Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da UnB em 1978.

A consolidação da pesquisa em Biblioteconomia e CI pelos programas de pós-graduação contou com um importante marco – a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), no ano de 1989, que ocorreu, segundo Freire e Alvares (2013) e Barreto (2009), por ocasião do X Encontro Nacional de Cursos de Pós Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

A partir da década de 1990, vários cursos de pós-graduação em Biblioteconomia mudaram sua designação para Ciência da Informação, e a partir de 1994, a ANCIB passou a organizar eventos de caráter científico para divulgação de pesquisas realizadas pela CI no Brasil – os Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) – que objetivavam aglutinar as linhas de pesquisa inicialmente presentes nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação brasileiros. Até o final dos anos 2000, são contabilizados onze programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil e outros quatro programas de mestrado multidisciplinares que relacionam a CI com outras áreas, como as de saúde; memória social; ciência, tecnologia e sociedade (SOUZA; STUMPF, 2009). No ano de 2016, constam cadastrados, em áreas interdisciplinares ou das ciências sociais aplicadas I, vinte programas de pós-graduação (mestrado, doutorado e mestrado profissional) relacionados à CI cadastrados na Plataforma Sucupira da CAPES. Os ENANCIBs espelham, em grande medida, a produção dos programas de pós-graduação brasileiros em CI (FREIRE; ALVARES, 2013) e progressiva diversificação da participação de outras instituições com o avanço da oferta de cursos de pós-graduação na área e em outros campos de contato multi, inter ou transdisciplinares.

Ao todo, foram realizados dezesseis ENANCIBs desde o ano de 1994, quando ocorreu a sua primeira edição na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Daquele evento até o mais recente, os trabalhos de pesquisa são apresentados por grupo de trabalho (GT), o qual



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

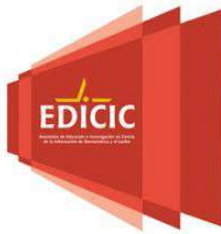
aglutina pesquisadores em temáticas de pesquisa considerados relevantes para a área. A composição dos GTs é dinâmica e seu arranjo contemplou incremento de grupos, exclusão de outros e mudanças de nome e significado de alguns deles. Na próxima seção artigo, serão apresentados em maiores detalhes os grupos de trabalho atualmente em vigência.

3 MÉTODO

Foram acessados os anais de todos os ENANCIBs de 2007 a 2014 e contabilizadas as referências bibliográficas presentes na lista de referências em cada artigo por GT para identificação dos autores mais referenciados. A coleta de dados se referiu a dois momentos distintos: a) de 2007 a 2011 com o método de contagem fracionada da produção dos autores, dividindo-se a produção nos casos de coautoria; b) de 2012 a 2014 com contagem absoluta dos autores mais referenciados, isto é, contando-se uma produção para cada um dos autores de cada artigo. A coleta foi realizada por alunos ao longo do trabalho com uma disciplina de graduação denominada “Fundamentos da Ciência da Informação” em dois momentos distintos (e por professores e alunos distintos)¹, o que não permite que as contagens destes períodos sejam somadas. Apesar das diferenças de metodologia para a contabilização dos autores mais referenciados em cada GT, o panorama apresentado retrata com fidelidade o referencial bibliográfico adotado em pesquisas da área.

A seguir foi feita uma tabela destacando-se os quinze autores mais referenciados em cada GT, no período 2007-2011 e depois 2012-2014. Com esse resultado, realizou-se uma análise considerando quatro fatores: 1) procedência dos autores, indicando-se os casos de autores brasileiros ou com carreira realizada no Brasil, em comparação com autores estrangeiros ou com carreira realizada em outros países (autoria institucional foi marcada separadamente); 2) contemporaneidade ou não das referências bibliográficas dos autores citados (considerou-se que as fontes relacionadas a autores cuja produção científica citada fosse posterior ao ano 2000 seriam enquadrados como “recentes” e autores com fontes cuja produção referenciada fosse anterior a essa data considerados “antigos” e, no caso de autoria institucional considerou-se que “não se aplica”); 3) pertencimento ou não dos autores citados à Ciência da Informação, verificado com análise do currículo dos autores citados, se têm produção científica e/ou

¹ Nossos sinceros agradecimentos aos alunos da disciplina Fundamentos da Ciência da Informação ministrada para os cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais que contribuíram para a coleta de dados desta pesquisa, especialmente a Filipi Oliveira e Lilian Brum.



formação específica no campo da CI (casos de autoria institucional foram considerados como “não se aplica”); 4) taxa de renovação, utilizando-se como base uma comparação entre os autores presentes no primeiro período analisado com os autores presentes no segundo período

3.1 Grupo de trabalho 1(GT 1)– Epistemologia da Ciência da Informação

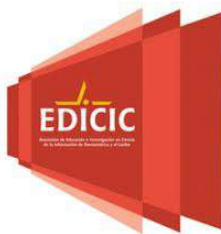
Tem como ementa: “Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Constituição do campo científico e questões epistemológicas e históricas da Ciência da informação e seu objeto de estudo — a informação. Reflexões e discussões sobre a disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, assim como a construção do conhecimento na área”.

TABELA 1 - Autores mais referenciados no GT 1

2007-2011(em 97 trabalhos)		2012-2014(em 70 trabalhos)	
PINHEIRO,L.V.R.	84,53	GONZALEZ DE GOMEZ,M.N.	59
GONZÁLEZ DE GÓMEZ,M.N.	82,5	CAPURRO,R.	34
SARACEVIC,T.	57	FOUCAULT,M.	32
CAPURRO,R.	53	FROHMANN,B.	22
FOUCAULT,M.	51	WERSIG,G.	17
BOURDIEU,P.	41,33	FREIRE,I.M.	16
HJØRLAND,B.	39	HABERMAS,J.	16
JAPIASSU,H.	31,5	POMBO,O	16
FROHMANN,B.	31	SILVA,A.M.	16
WERSIG,G.	27,5	HJØRLAND,B.	13
WITTGENSTEIN,L.	27,5	PINHEIRO,L.V.R.	13
HABERMAS,J.	25	SMIT,J.W.	13
BUCKLAND,M.K.	23	AGAMBEN,G.	11
BARRETO,A.A.	21,5	FONSECA,M.O.	11
SHERA,J.H.	21	THIESEN,I.	9

Fonte: dados da pesquisa.

Nas referências do GT 1, somando-se os dois períodos, identifica-se um terço de autores brasileiros (10) e dois terços de autores estrangeiros (20). Trata-se da menor proporção de autores nacionais encontrada em todos os GTs. São 17 autores classificados como contemporâneos (56,6%) e 13 como tradicionais (44,4%), estando os contemporâneos (com obras referenciadas a partir do ano 2000) apenas um pouco abaixo da média (65.8% de autores contemporâneos). Entre os autores mais citados, destacam-se os que discutem os paradigmas da CI e regimes de informação (Capurro, Frohmann, González de Gómez, Wersig, Silva), bem



como discussões sobre inter e transdisciplinaridade (Pinheiro e Saracevic pela CI, Pombo e Japiassu de outras áreas). Um total de 21 autores (70%) citados pertencem à CI – valor acima da média, que foi de 64,8%, havendo ainda a participação de autores ligados principalmente à filosofia e sociologia (Foucault, Bourdieu, Habermas e Wittgenstein). A taxa de renovação foi de sete autores, isto é, 46,6% das citações (enquanto a média foi de 61,2%).

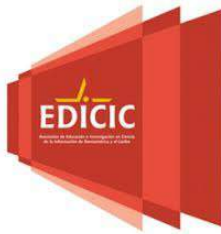
3.2. Grupo de Trabalho 2(GT 2)– Organização e representação do conhecimento

Tem como ementa: “Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias da informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional”.

TABELA 2 – Autores mais referenciados no GT 2

2007-2011(em 125 trabalhos)		2012-2014(em 93 trabalhos)	
DAHLBERG,I.	84	CAMPOS,M.L.A.	42
CAMPOS,M.L.A.	70,3	DAHLBERG,I.	40
LARA,M.L.G.	65,11	HJORLAND,B.	38
LANCASTER,F.W.	53	SMITH,B.	28
GUIMARÃES,J.A.C.	51,98	RANGANATHAN,S.R.	24
FUJITA,M.S.L.	47,64	GUIMARÃES,J.A.C.	20
HJORLAND,B.	42	FUJITA,M.S.L.	18
RANGANATHAN,S.R.	40	LARA,M.L.G.	18
GUARINO,N.	30,83	ALMEIDA,C.C.	17
KOBASHI,N.	26,1	GOMES,H.E.	15
CABRÉ,M.T.	25	IFLA	14
VICKERY,B.C.	24	LANCASTER,F.W.	12
MORIN,E.	23	KOBASHI,N.Y.	11
GOMES,H.E.	22,67	ALMEIDA,M.B.	9
TALAMO,M.F.G.M.	22,43	GARCÍA GUTIÉRREZ,A.	9

Fonte: Dados da pesquisa.



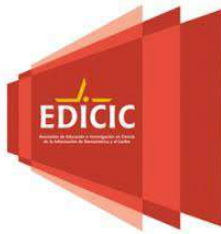
Nas referências do GT 2 há 15 autores brasileiros, 14 estrangeiros e um institucional. Isso significa 51,7%, desconsiderando-se a autoria institucional, um valor um pouco abaixo da média, que foi de 54,6%. São 22 autores classificados como contemporâneos (75,8%) e 7 como tradicionais (24,1%), estando os contemporâneos (com obras referenciadas a partir do ano 2000) significativa acima da média (65,8% de autores contemporâneos). A maior parte dos autores mais citados são autores que participam do GT (Campos, Guimarães, Lara, Fujita) com destaque para os estrangeiros Dalhberg, Ranganathan e Hjørland. Entre os assuntos de destaque estão teoria do conceito, análise de domínio, linguagens documentárias, teoria da classificação e organização do conhecimento em hiperdocumentos. Um total de 25 autores (86,2%) citados pertencem à CI – segundo maior valor absoluto e percentual significativamente acima da média, que foi de 64,8%. Entre os autores que não pertencem à CI destacam-se aqueles ligados às ciências da linguagem (como Guarino). A taxa de renovação foi de cinco autores, isto é, 33,3% das citações, a menor entre todos os GTs.

3.3. Grupo de Trabalho 3(GT 3) – Mediação, circulação e uso da informação

Tem como ementa: “Estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência, bem como relacionados à construção e ao avanço do campo científico da CI, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem com contribuições teórico metodológicas diversificadas em sua constituição”.

TABELA 3 – Autores mais referenciados no GT 3

2007-2011(em 96 trabalhos)		2012-2014(em 77 trabalhos)	
BRASIL	50	MARTELETO,R.M.	36
LÉVY,P.	46	ALMEIDA JÚNIOR,O.F	23
MARTELETO,R.M.	36,83	WILSON,T.D.	16
CASTELLS,M.	31	ARAÚJO,C.A.Á.	15
GONZÁLEZ DE GOMÉZ,M.N.	30	CAPURRO,R.	14
FREIRE,I.M.	25,49	CHOO,C.W.	11
CANCLINI,N.G.	24	FIGUEIREDO,N.M.	11
WILSON,T.D.	21,5	FERREIRA,S.M.S.P.	9
MORIN,E.	20,66	GASQUE,K.C.	9
BARRETO,A.A.	18	DERVIN,B.	7



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

FREIRE,P.	18	HJØRLAND,B.	7
BOURDIEU,P.	17,5	RECUERO,R.C.	7
CHARTIER,R.	17,5	CASTELLS,M.	6
VERGUEIRO,W.	16,83	CUNHA,M.B.	6
DUDZIAK,E.A.	15,5	PRIMO,A.	6

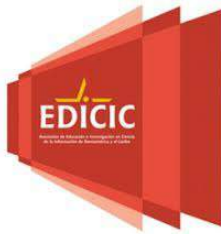
Fonte: Dados da pesquisa.

No GT 3 foram encontrados 16 autores brasileiros (55,1%), 13 autores estrangeiros (44,8%) e uma autoria institucional, estando os valores muito próximos da média (54,6% de autores brasileiros). São 20 autores classificados como contemporâneos (68,9%) – com produção referenciada a partir de 2000 – e 9 como tradicionais (31,3%), estando apenas um pouco acima da média (65,8% de autores contemporâneos). Nas primeiras posições encontram-se autores brasileiros membros do GT (Marteleto, Almeida Jr., Freire, Araújo) ligados a temáticas como redes de informação, mediação da informação, terceiro setor e estudos de usuários. Foram 19 autores (65,5%) citados pertencentes à CI – valor ligeiramente acima da média, que foi de 64,8%. Entre os autores de fora da CI citados destacam-se os pertencentes à sociologia (Castells, Lévy) e comunicação (Recuero, Primo), A taxa de renovação foi de doze autores, isto é, 80% das citações – a maior encontrada entre os Gts.

3.4. Grupo de Trabalho 4(GT 4) – Gestão e informação do conhecimento

Tem como ementa: “Gestão de ambientes, sistemas, unidades, serviços, produtos de informação e recursos informacionais. Estudos de fluxos, processos, uso e usuários da informação como instrumentos de gestão. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional no contexto da Ciência da Informação. Marketing da informação, monitoramento ambiental e inteligência competitiva. Estudos de redes para a gestão. Aplicação das tecnologias de informação e comunicação à gestão da informação e do conhecimento”.

No GT 4 verificou-se 12 autores brasileiros (41,3%), 17 estrangeiros (58,2%) e uma autoria institucional. Foi a segunda maior presença de autores estrangeiros encontrada. São 20 autores classificados como contemporâneos (68,9%) – com produção referenciada a partir de 2000 –, segundo maior valor encontrado, e 10 como tradicionais (34,4%). Destaque, nesse grupo e nesse perfil, para autores como Choo e Davenport, estrangeiros, e Valentim e Barbosa, brasileiros e membros do GT, todos relacionados com gestão do conhecimento e planejamento



estratégico. Um total de 22 autores (75,8%) citados pertencem à CI – terceiro valor mais alto verificado, bem acima da média, que foi de 64,8%, havendo autores principalmente da área de administração (Prusak, Nonaka e outros). A taxa de renovação foi de 8 autores, isto é, 53,3% das citações – valor próximo da média que foi de 61,2%.

TABELA 4 – Autores mais referenciados no GT 4

2007-2011(em 104 trabalhos)		2012-2014(em 92 trabalhos)	
CHOO,C.W.	87,16	VALENTIM,M.L.P.	45
DAVENPORT,T.H.	51,48	CHOO,C.W.	40
VALENTIM,M.L.P.	37,23	PRUSAK,L.	28
BRASIL	33	DAVENPORT,T.H.	26
BARBOSA,R.R.	31,83	BARBOSA,R.R.	19
PRUSAK,L.	28,33	MARCHAND,D.A.	16
TARAPANOFF,K.	26,65	OLIVER,G.	12
GONZÁLES DE GÓMEZ,M.N.	26,5	NONAKA,I.	11
WILSON,T.D.	23,25	AMARAL,S.A.	10
NONAKA,I.	21,13	WOIDA,L.M.	8
LE COADIC,Y.F.	20	BARRETO,A.A.	7
MARTELETO,R.M.	19	DERVIN,B.	7
AMARAL,S.A.	18	ROLLINS,J.D.	7
DRUCKER,P.	18	TOMAÉL,M.I.	7
FULD,L.M.	18	CURRY,A.	6

Fonte: Dados da pesquisa.

3.5. Grupo de Trabalho 5(GT 5) – Economia e política da informação

Tem como ementa: “Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital. Ética e informação. Informação e meio ambiente”.

Nas referências deste grupo há 15 autores brasileiros (55,5%), 12 estrangeiros (44,4%) e três autorias institucionais – sendo uma delas, o governo brasileiro, a referência mais citada nos dois períodos analisados. O valor para autoria brasileira está abaixo da média. São 20 autores classificados como contemporâneos (74,0%) – com produção referenciada a partir de 2000 –, segundo maior valor absoluto e maior proporção encontrada, bem acima da média de 65,8%.



Autores membros do GT são os mais citados (González de Gómez, Jardim, Albagli). Um total de 14 autores (51,8%) citados pertencem à CI – valor significativamente abaixo da média, que foi de 64,8%. Entre os autores de fora da área citados encontram-se aqueles ligados à filosofia, economia e sociologia, como Foucault, Habermas, Castells, Lévy e Marx. A taxa de renovação foi de 9 autores, isto é, 60% das citações (muito próxima à média de 61,2%).

TABELA 5 – Autores mais referenciados no GT 5

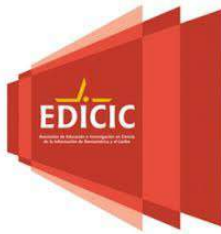
2007-2011(em 97 trabalhos)		2012-2014(em 69 trabalhos)	
BRASIL	94	BRASIL	60
GONZÁLEZ DE GOMEZ,M.N.	55,5	HABERMAS,J.	35
CASTELLS,M.	41	GONZÁLES DE GÓMEZ,M.N.	34
JARDIM,J.M.	35,32	JARDIM,J.M.	18
BARRETO,A.A.	30,33	FOUCAULT,M.	14
ALBAGLI,S.	28,98	SANTOS,N.B.	12
AUN,M.P.	23,63	FREIRE,I.M.	11
BOURDIEU,P.	23	MARTELETO,R.M.	11
LÉVY,P.	23	CASTELLS,M.	10
BRAMAM,S.	21	MARX,K.	9
HABERMAS,J.	21	NEGRI,A.	9
IBGE	20	BARDIN L.	8
SILVA,H.P.	14,35	FROHMANN, B.	8
DANTAS,M.	14	ALBAGLI,S.	7
COCCO,G.	13,65	FRANKLIN,B.	7

Fonte: Dados da pesquisa.

3.6. Grupo de Trabalho 6(GT 6) – Informação, educação e trabalho

Tem como ementa: “Campo de trabalho informacional: atores, cenários, competências e habilidades requeridas. Organização, processos e relações de trabalho em unidades de informação. Sociedade do Conhecimento, tecnologia e trabalho. Saúde, mercado de trabalho e ética nas profissões da informação. Perfis de educação no campo informacional. Formação profissional: limites, campos disciplinares envolvidos, paradigmas educacionais predominantes e estudo comparado de modelos curriculares. O trabalho informacional como campo de pesquisas: abordagens e metodologias”.

Nas referências do grupo há 20 autores brasileiros (74,0%) de autores brasileiros, 7 autores estrangeiros (25,9%) e três autores institucionais – um deles, o governo brasileiro, foi o

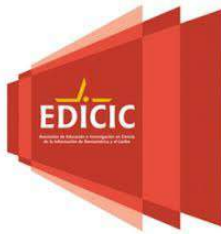


mais citado nos dois períodos em análise. Trata-se do maior valor de autores brasileiros encontrado na pesquisa. São 21 autores classificados como contemporâneos (77,7%) – com produção referenciada a partir de 2000 – e 6 como tradicionais (22,2%). É o segundo maior valor absoluto e a maior proporção encontrada de autores contemporâneos. Entre os autores mais citados estão aqueles que participam do GT (Souza, Freire, Cunha, Crivellari) que estudam o ensino (currículos, projetos pedagógicos) ou o mercado de trabalho (marcos regulatórios) em biblioteconomia e CI. Há outros autores não membros do GT, brasileiros, também muito citados (Valentim, Mueller, González de Gómez, Dudziak, Marteleto) relacionados a outras temáticas como competência informacional e dimensão social da informação. Um total de 20 autores (74,0%) citados pertencem à CI – valor acima da média, que foi de 64,8%. De fora da CI há autores ligados à sociologia e filosofia (Bourdieu, Morin e Elias). A taxa de renovação foi de 12 autores, isto é, 80% das citações – a maior junto com o GT 3 e o GT 11.

TABELA 6 – Autores mais referenciados no GT 6

2007-2011(em 67 trabalhos)		2012-2014(em 49 trabalhos)	
BRASIL	69	BRASIL	36
SOUZA,F.C.	42	FREIRE,I.M.	20
VALENTIM,M.L.V.P.	24,49	GONZÁLES DE GÓMEZ,M.N.	15
CUNHA,M.V.	23,25	BOURDIEU,P.	12
MUELLER,S.P.M.	17,16	DUDZIAK,E.A.	11
CRIVELLARI,H.M.T.	16,65	KUHLTHAU,C.C.	9
TARAPANOFF,K.	15,33	MARTELETO,R.M.	9
BARRETO,A.A.	15	RECUERO,R.	7
GUIMARÃES,J.A.C.	13	ALMEIDA JÚNIOR,O.F.	6
MORIN,E.	13	ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH	6
CASTRO,C.A.	12	CLOT,Y.	6
SOUZA,R.A.	11	ELIAS,N.	6
SARACEVIC,T.	10,5	MORAES,M.B.	6
BERAQUET,V.S.M.	10,33	MUELLER,S.P.M.	6
DUDZIAK,E.A.	10	BARDIN,L.	5

Fonte: Dados da pesquisa.



3.7. Grupo de Trabalho 7(GT 7) – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação

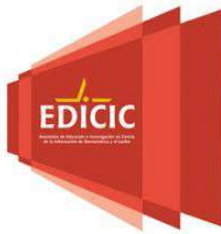
Tem como ementa: “Medição, mapeamento, diagnóstico e avaliação da informação nos processos de produção, armazenamento, comunicação e uso, em ciência, tecnologia e inovação. Inclui análises e desenvolvimento de métodos e técnicas tais como bibliometria, cientometria, informetria, webometria, análise de rede e outros, assim como indicadores em CT&I” (FREIRE; ALVARES, 2013).

Nas referências do GT7 há 19 autores brasileiros (63,3%) e 11 autores estrangeiros (36,6%). É a segunda maior incidência de autores brasileiros em números absolutos. Igualmente 19 autores contemporâneos – com produção referenciada a partir de 2000 – (63,3%) foram encontrados – havendo 11 autores tradicionais (36,6%) – valores muito próximos aos da média, 65,8% e 31,4% respectivamente. Entre os autores mais citados há muitos, como no GT 6, que são ativos participantes do GT (Mueller, Vanz, Bufrem, Oliveira e Stumpf) que estudam principalmente comunicação científica e bibliometria. Um total de 27 autores (90%) citados pertencem à CI – o mais alto valor encontrado na pesquisa. A taxa de renovação foi de 9 autores, isto é, 75% das citações – significativamente maior que a média, 61,2%.

Tabela 7 – Autores mais referenciados no GT 7

2007-2011(em 87 trabalhos)		2012-2014(em 82 trabalhos)	
MUELLER,S.P.M.	46,3	MUELLER,S.P.M.	30
MEADOWS,A.J.	39	VANZ,S.A.S.	25
PINHEIRO,L.V.R.	28,65	MEADOWS,A.J.	21
OLIVEIRA,M.	21,16	BUFREM,L.S.	20
BARRETO,A.A.	20	STUMPF,I.R.C.	16
STUMPF,I.R.C.	19,49	SPINAK,E.	14
BUFREM,L.S.	19	HJØRLAND,B	11
HJORLAND,B.	18,16	KOBASHI,N.Y.	11
SOLLA PRICE,D.	17	GLÄNZEL,W.	10
GONZÁLES DE GOMEZ,M.N.	16,5	MUGNAINI, R.	9
VELHO,L.	16,33	ARAÚJO,C.A.Á.	8
VANTI,N.A.P.	15,53	SANTOS,R.N.M.	7
MACIAS-CHAPULA,C.A.	15	BOURDIEU,P.	6
ROBREDO,J.	15	CRANE,E.J.	6
SPINAK,E.	15	PACKER,A.	6

Fonte: Dados da pesquisa.



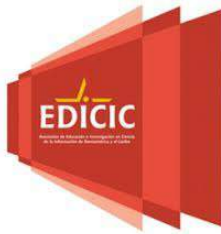
3.8. Grupo de Trabalho 8(GT 8) – Informação e Tecnologia

Tem como ementa: “Estudos e pesquisas teórico práticos sobre e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação em ambientes digitais”.

Nas referências do GT 8, há 11 autores brasileiros, 14 estrangeiros e cinco institucionais. Verifica-se aqui a segunda menor quantidade de autores brasileiros e a segunda maior quantidade de autoria institucional. A proporção de autores estrangeiros (56%) é superior à média da pesquisa, de 45,3%. São 15 autores classificados como contemporâneos (57,6%) – com produção referenciada a partir de 2000 –, valor abaixo da média (68,5%). Há uma diferença muito grande entre os autores mais citados num período e no outro. Há um número considerável de autores ligados à epistemologia da CI (Saracevic e Le Coadic, estrangeiros, e Robredo, González de Gómez e Barreto, brasileiros) e outros propriamente ligados ao impacto das tecnologias nos serviços e sistemas de informação (Cunha, Santos, Sayão). Um total de 16 autores (64%) citados pertence à CI – valor muito próximo à média da pesquisa, de 64,8%. Entre os autores que não pertencem à CI destacam-se aqueles ligados à área de computação (Nielsen, Berners-Lee) e a abordagens sociológicas sobre as tecnologias (Lévy, Castells). A taxa de renovação foi de 11 autores, isto é, 73,3% das citações, bastante acima da média encontrada (61,2%).

TABELA 8 – Autores mais referenciados no GT 8

2008-2011(em 66 trabalhos)		2012-2014(em 68 trabalhos)	
LEVY,P.	30	W3C	15
SARACEVIC,T.	22	SARACEVIC,T.	14
GONZALEZ DE GOMEZ,M.N.	21,5	SANTOS,P.L.A.C.	13
BRASIL	14	MORVILLE,P.	12
FREIRE,I.M.	13,33	NIELSEN,J.	12
NIELSEN,J.	12,5	BERNERS-LEE,T.	11
ROBREDO,J.	11	SAYÃO,L.F.	10
BARRETO,A.A.	10,5	DAHLBERG, I.	8
MORVILLE,P.	9,5	LE COADIC,Y.F.	8
CUNHA,M.B.	9,33	DAVENPORT,T.H.	8
LE COADIC,Y.F.	9	ALVES,R.C.	7
CASTELLS,M.	8	GIL,A.C.	7



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

DIAS,C.A.	8	INTERNATIONAL ORGANIZATION OF STANDARDIZATION	7
HJORLAND,B.	7,5	RIBEIRO,C.J.S	7
BUNGE,M.	7	INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS	6

Fonte: Dados da pesquisa.

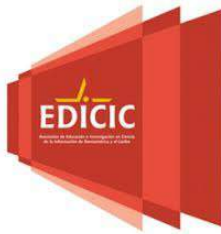
3.9. Grupo de Trabalho 9(GT 9) – Museu, patrimônio e informação

Tem como ementa: “Análise das relações entre o Museu (fenômeno cultural), o Patrimônio (valor simbólico) e a Informação (processo), sob múltiplas perspectivas teóricas e práticas de análise. Museu, patrimônio e informação: interações e representações. Patrimônio musealizado: aspectos informacionais e comunicacionais”.

Nas referências do GT 9 há 15 autores brasileiros, 10 estrangeiros e 5 institucionais. A incidência de 60% de autores brasileiros está um pouco acima da média (54,6%). As autorias institucionais têm uma presença muito significativa. São 16 autores classificados como contemporâneos – com produção referenciada a partir de 2000 – (64%) e 9 como tradicionais (36%), estando os contemporâneos praticamente na média (65,8% de autores contemporâneos). Os temas trabalhados pelos autores mais citados relacionam-se com museologia, documentação museológica, expografia e também sobre interdisciplinaridade com a CI – notadamente entre autores brasileiros e contemporâneos. Um total de 8 autores (32%) citados pertencem à CI – é, junto com o GT 10, o menor valor absoluto. Entre os autores que não pertencem à CI destacam-se aqueles ligados à Museologia (Scheiner, Cury, Chagas, Granato, Mairesse, Desvalles) e sociologia, história e filosofia (Bourdieu, Lévy, Habermas, Le Goff). A taxa de renovação foi de 8 autores, isto é, 53,3% das citações, abaixo da média verificada (61,2%).

TABELA 9 – Autores mais referenciados no GT 9

2009-2011(em 42 trabalhos)		2012-2014(em 62 trabalhos)	
SCHEINER,T.C.M.	39,25	BRASIL	52
PINHEIRO,L.V.R.	19,83	SCHEINER,T.C.M.	46
BRASIL	17	LIMA,D.F.C.	40
LIMA,D.F.C.	17	CURY,M.X.	27
CARVALHO,R.M.R.	16	PINHEIRO,L.V.R.	24
LÉVY,P.	16	BOURDIEU,P.	21
ICOFOM LAM	12	GRANATO,M.	21



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

IPHAN	12	DESVALLÉES,A.	16
ICOM	11	MAIRESSE,F.	14
CHAGAS,M.S.	9,83	HABERMAS,J.	8
LOUREIRO,M.L.N.M.	9,5	LOUREIRO,M.L.N.M	8
ORLANDI,E.P.	8	CARVALHO,R.M.R.	7
FREITAG,B.	7	FAUPIN,S.	7
LE GOFF,J.	7	LOURENÇO,M.	7
POMIAN,K.	7	LÉVY,P.	6

Fonte: Dados da pesquisa.

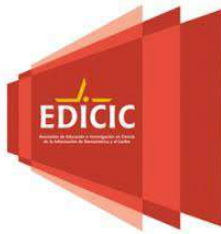
3.10. Grupo de Trabalho 10(GT 10) – Informação e Memória

Tem como ementa: “Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social. Pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas do binômio ‘informação e memória’. Memória coletiva, coleções e colecionismo, discurso e memória. Representações sociais e conhecimento. Articulação entre arte, cultura, tecnologia, informação e memória, através de seus referenciais, na contemporaneidade. Preservação e virtualização da memória social”.

Entre as referências do GT 10 percebe-se que os autores no topo da lista no primeiro período se repetem no segundo. No total, há 11 autores brasileiros, perfazendo 44% do total – abaixo da média de 54,6%. São 10 autores classificados como contemporâneos – com produção referenciada a partir de 2000 – (40%), muito inferior aos valores encontrados em todos os demais GTs e bem abaixo da média (65,8%). Autores estrangeiros e tradicionais como Halbwachs, Le Goff, Nora, Foucault, Benjamin e Ricoeur têm maior destaque, indicando temáticas como memória, discurso, poder, ideologia e experiência. Um total de 8 autores (32%) citados pertencem à CI – é, junto com o GT 9, o menor valor absoluto. Entre os autores que não pertencem à CI destacam-se aqueles mencionados acima, ligados à história, filosofia, sociologia e hermenêutica. A taxa de renovação foi de 8 autores, isto é, 53,3% das citações, abaixo da média verificada (61,2%).

TABELA 10 – Autores mais referenciados no GT 10

2011(em 58 trabalhos)		2012-2014(em 73 trabalhos)	
HALBSWACHS,M.	23	LE GOFF,J.	27
Le Goff,J.	18	DODEBEI,V.L.D.	21
DODEBEI,V.L.D.	17	NORA,P.	21



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BRASIL	15	RICOEUR,P.	20
NORA,P.	15	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS	
BARRETO,A.A.	13	BRASILEIROS	19
AZEVEDO NETTO,C.X.	11,5	AZEVEDO NETTO,C.X.	19
LEMOS,A.	10	FOUCAULT,M.	19
FREIRE,I.M.	8,99	CORTE INTERAMERICANA DE	
PÊCHEUX,M.	8,5	DERECHOS HUMANOS	18
BOURDIEU,P.	8	BRASIL	15
HUYSSSEN,A.	8	BENJAMIN,W.	13
ORLANDI,E.P.	8	HALBWACHS,M.	13
MARTELETO,R.M.	7,5	ABREU,R.	10
FOUCAULT,M.	7	MARTELETO,M.R.	10
		LATOUR,B.	8
		BELO HORIZONTE	7
		SILVA,A.M.	7

Fonte: Dados da pesquisa.

3.11. Grupo de Trabalho 11(GT 11) – Informação e Saúde

Tem como ementa: “Estudos das teorias, métodos, estruturas e processos informacionais, em diferentes contextos da saúde, considerada em sua abrangência e complexidade. Impacto da informação, tecnologias, e inovação em saúde. Informação nas organizações de saúde. Informação, saúde e sociedade. Políticas de informação em saúde. Formação e capacitação em informação em saúde”.

No GT 11 verificou-se 19 autores brasileiros (86,3%). Foi o maior valor encontrado em termos percentuais, muito acima da média encontrada (54,6%). Neste GT também se verificou a maior incidência de autoria institucional (8), acima até da quantidade de autores estrangeiros (3). Também a incidência de autores contemporâneos (18), perfazendo 81,8%, foi a maior proporção encontrada na pesquisa, muito maior do que a média, 65,8%. A quantidade de trabalhos apresentados é muito menor (por ser o GT mais recente) e este fato tem impacto nos resultados. São muito poucas citações e torna-se difícil encontrar tendências, sendo os autores mais citados brasileiros contemporâneos (Moraes, González de Gómez, Marteleto) que promovem alguma ligação entre a CI e o campo da saúde. Um total de 14 autores (63,3%) citados pertencem à CI – valor próximo à média (64,8%). A taxa de renovação foi de 12 autores, isto é, 80% das citações – a maior junto com o GT 3 e o GT 6.

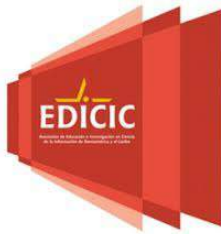


TABELA 11 – Autores mais referenciados no GT 11

2011(em 13 trabalhos)		2012-2014(em 37 trabalhos)	
FOUCAULT,M.	4	BRASIL	39
MUELLER,S.P.M.	3,5	MARTELETO,R.M.M.	8
BRASIL	3	MINISTÉRIO DA SAÚDE	8
FIOCRUZ	3	GONZÁLEZ DE GÓMEZ,M.N.	7
GONZÁLEZ DE GOMEZ,M.N.	3	LEFÈVRE,F.	7
MORAES,I.H.S.	3	MORAES, I.H.S.	7
GUIMARÃES,M.C.S.	2,33	ARAÚJO,C.A.Á.	6
ABNT	2	BIREME	6
GOMES,S.L.R.	2	BRAZIL,V.	6
MARCONDES,C.H.	2	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	6
MINAYO,M.C.S.	2	HABERMAS,J.	6
OLIVEIRA,M.	2	Kerr Pinheiro,M.	6
PACKER,A.L.	2	LEFÈVRE,A.M.C.	6
PELLEGRINI FILHO,A.	2	OMS	6
WILLINSKY,J.	2	LIMA,C.R.M.	5

Fonte: Dados da pesquisa.

4 ANÁLISE

No cômputo geral, não há referências coincidentes com a lista de autores mais influentes arrolada por Bauer; Leydesdorff; Bornmann (2015), referente aos “twenty-one authors who contributed with four or more articles on the list of top-1% highly-cited papers in the LIS category”. A lista de autores encontrada também não coincide com a lista encontrada por Arquero Avilés (2002), que analisou a produção científica espanhola entre 1975 e 1984. Os resultados são diferentes considerando-se o período de tempo analisado.

Verificou-se, de maneira geral, que foram citados 163 autores brasileiros (54,6%) e 135 autores estrangeiros (45,3%). Tal resultado aponta uma considerável endogenia. Deve-se lembrar, contudo, que o país possui 11 programas de pós-graduação em CI – sendo a área contemplada também em outros 9 programas de áreas como informação e saúde, comunicação, gestão da informação, memória social, biblioteconomia, arquivologia e museologia. Existem atualmente 30 periódicos científicos brasileiros na área. Isso faz com que exista um significativo volume de produção nacional, o que aumenta as possibilidades de sua citação – principalmente em temáticas exclusivamente nacionais, como o ensino e o mercado de trabalho, políticas e marcos regulatórios, arranjos sociais e institucionais. No estudo de Aharony (2011) sobre os dez principais periódicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no período de



2007 a 2008, a autora estudou a distribuição geográfica dos autores e encontrou que os da América do Sul são citados em apenas 1,48% dos trabalhos. Uma interpretação deste dado é que a pesquisa brasileira tem visibilidade apenas local. No estudo de Arquero Avilés (2002), a autora encontrou um grande número de citações a autores institucionais e também uma grande fragmentação das citações, o que coincide com nosso estudo.

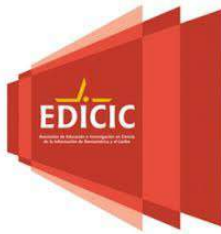
Em relação à época de produção dos autores citados, percebe-se uma grande incidência de autores classificados como contemporâneos (197, perfazendo 65,8%), encontrando-se 102 autores tidos como tradicionais (102, isto é, 34,1%). Tal fato aponta para a pouca acumulação de conhecimento na área, por um lado, na medida em que referenciais mais antigos são menos utilizados. Por outro lado, o surgimento de novas temáticas e problemáticas faz com que os referenciais mais antigos tenham pouca pertinência para a compreensão dos fenômenos e processos estudados na área.

A terceira análise realizada se deu em relação ao pertencimento ou não de autores citados ao campo. Foram encontradas 194 referências de autores da CI (64,8%), o que é um indicador da alta multi ou interdisciplinaridade que caracteriza a área. Este dado é divergente do encontrado por Aharony (2011), que apontou 39,8% de autores mais citados pertencentes ao campo.

As 105 referências de autores de outras áreas (35,1%) têm maior relação com ciências sociais e humanidades (sociologia, comunicação, filosofia e administração). Este dado converge com o estudo de Bauer; Leydersdorff e Bornman (2015) que aponta a predominância de filiação dos 23 autores mais influentes do campo no mundo aos campos da “Social Science, general” (17), “Economics & Business” (3), “Computer Science” (2) e “Engineering” (1).

A taxa de renovação encontrada foi de 101 autores (61,2%). Isso significa uma alteração imensa nos resultados encontrados, considerando-se que o período analisado é muito pequeno. Deve-se ressaltar que foram computados apenas os 15 autores mais citados, ou seja, a renovação se deu não de autores citados na contagem absoluta, mas apenas entre aqueles mais citados.

Outra análise realizada foi a contagem dos resultados separada por grupos de trabalho. Nela se evidenciou um comportamento muito distinto entre os grupos. Alguns têm clara predominância de autores estrangeiros (GTs 1, 8 e 10, relacionados à epistemologia, tecnologia e memória), outros de autores brasileiros (GTs 6, 7 e 11, relacionados a educação e trabalho,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

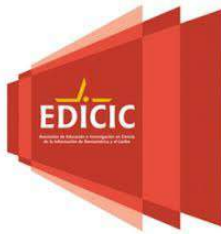
UFMG

comunicação da informação e saúde). Há GTs com uma ampla maioria de autores contemporâneos citados (GTs 2, 5, 6 e 11, relacionados com organização da informação, políticas de informação, educação e trabalho e saúde), sendo que em apenas um houve maioria de autores tradicionais (GT 10, memória). Os GTs 1, 2, 6 e 7, relacionados com epistemologia, organização da informação, educação e trabalho e comunicação científica) foram os que mais apresentaram autores da própria CI como autores citados. No outro extremo, os GTs 3, 9 e 10 (relacionados com mediação, museu e memória) tiveram as maiores incidências de autores citados de outras áreas. E, por fim, a taxa de renovação se deu com menos incidência nos GTs 1 e 2 (epistemologia e organização da informação) e com maior volume nos GTs 3, 6 e 11 (mediação, educação e trabalho e saúde).

A diversidade temática da pesquisa em CI observada nas ementas e autores dos GTs encontra relativa convergência temática com as pesquisas realizadas em CI no mundo. No estudo de Bauer; Leydesdoff e Bornman (2015), os artigos tidos como mais influentes da CI entre os anos de 2002 a 2012 versam sobre “collection and exploitation of information in clinical practices; the use of internet in public communication and commerce; and scientometrics”, temáticas abordadas nos grupos 11, 3, 4 e 7 dos ENANCIBs. Também os três principais interesses de pesquisa em CI apontados por Aharony (2011) relativos à “information technology, methodology and social information science” são contemplados. Por fim, a lista das doze major áreas da CI apresentadas por Feather e Sturges (2013) coincide com as temáticas dos GTs de 1 a 8.

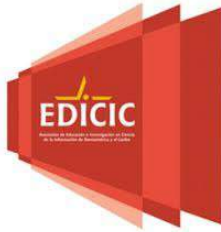
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados revelam que a pesquisa em Ciência da Informação no Brasil tem sido feita com fundamentação prioritariamente em autores nacionais, contemporâneos e pertencentes ao campo, com alta taxa de renovação. Percebe-se uma singularidade da pesquisa brasileira no que tange aos autores citados, mas não em relação ao desenho das temáticas de pesquisa. Esta característica tanto pode indicar contribuições inéditas do campo da CI brasileira quanto a necessidade de maiores interlocuções no campo internacional.



REFERÊNCIAS

- AHARONY, N. Library and Information Science research areas: A content analysis of articles from the top 10 journals. **Journal of Librarianship and Information Science**, v.44, n.1, p. 27–35, 2011.
- ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014.
- ARQUERO AVILÉS, R. Autores más citados en publicaciones periódicas del área de biblioteconomía y documentación: España, 1975-1984. **El profesional de la información**, v.11, n.6, p. 436-441, 2002.
- BAUER, J.; LEYDESDORFF, L.; BORNMANN, L. Highly-cited papers in Library and Information Science (LIS): Authors, institutions, and network structures. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, 1 Jun. 2015, DOI: 10.1002/asi.23568
- BARRETO, A. A. Olhar sobre os 20 anos da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação (ANCIB). **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.3-28, jan./dez. 2009.
- COUZINET, V.; SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. A Ciência da Informação na França e no Brasil. **DataGramZero Revista de Ciência da Informação** v.8 n.6 dez/07.
- ELIEL, R. A. ; SANTOS, R. N. M.. Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área. In:
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2007. 1 CD ROM.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2007. 1 CD ROM.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2008. 1 CD ROM.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2009. 1 CD ROM.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2010. 1 CD ROM.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2011. 1 CD ROM.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2012. CD ROM.

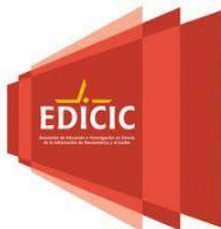
ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2013. CD ROM.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2014. Disponível em <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/programacao/anais-do-xv-enancib>> Acesso em 15 mai 2015.

FEATHER, J.; STURGES, P. (Eds.). **The International Encyclopedia of Information and Library Science**. London: Routledge, 2013.

FREIRE, I. M.; ALVARES, L. 25 anos da ANCIB: relato sobre sua história e contribuição para a área da Ciência da Informação no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.6, n.2, jul./dez. 2013.

SOUZA, R. F.; STUMPF, I. R. C. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, número especial, p. 41-58, 2009.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

PATENTES E INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA: A CONCEPÇÃO DE BUCKLAND E DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

PATENTES Y INFORMACIÓN TECNOLÓGICA: LA CONCEPCIÓN DE BUCKLAND Y LOS DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARIOS

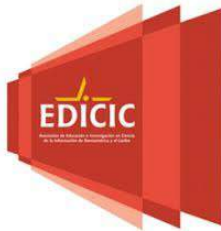
Maria Aparecida Pavanelli, UNESP

Ely Francina Tannuri de Oliveira, UNESP

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar os dados relativos aos registros de patentes do Instituto de Química (IQ) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), de 1980 até agosto de 2015. De forma mais específica, objetiva analisar os inventores/coinventores de patentes, os departamentos e áreas mais produtivas, relacionando-as à concepção de Buckland - conhecimento, processo e coisa nas patentes - como fonte de informação tecnológica, e destacar as patentes como resultantes de áreas interdisciplinares. Como procedimentos de pesquisa, a partir do documento fornecido pela Agência UNESP de Inovação (AUI), analisar a relação de todas as patentes depositadas em nome do IQ/UNESP, como também levantar, na *Derwent Innovations Index* da *Web of Science*, a base de dados de patentes internacionais mais abrangente, no período de 1980 a 2015, para verificar quantas patentes estão indexadas em nome dos inventores mais produtivos do IQ/UNESP. Neste estudo, trabalha-se com os indicadores de produção de patentes, na abordagem de Buckland. As patentes são resultantes de um conjunto de informações que designam objetos, bem como dados e documentos, porque são consideradas fonte de informação tecnológica. Construíram-se tabelas, destacando os dados relativos aos inventores/coinventores internos e externos à UNESP. As temáticas também foram associadas aos autores. Em relação aos resultados, apontam-se os inventores e áreas mais produtivas, destacando-se a área de Ciências Exatas e da Terra, com ênfase em Física, Química e Ciências da Saúde, e mostra a contribuição e inserção da UNESP (IQ) na ciência e tecnologia mundial.

Palavras-chave: Patentometria. Patentes. Buckland.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo analizar los datos relativos a los registros de patentes del Instituto de Química (IQ) de la Universidad Estatal Paulista (UNESP), de 1980 a agosto del 2015. De forma más específica, objetiva analizar los inventores / coinventores de patentes, los departamentos y las áreas más productivas, relacionándolas a la concepción de Buckland: el conocimiento, el proceso y la cosa en las patentes como fuente de información tecnológica y también destacar las patentes como resultado de áreas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

interdisciplinares. Como procedimentos de investigação, a partir do documento proporcionado por la Agencia UNESP de Innovación (AUIN), analizar la relación de todas las patentes presentadas en nombre de IQ / UNESP, así como levantar en el *Derwent Innovations Index* de la *Web of Science*, la base de datos de informaciones de patentes internacionales más amplia a nivel internacional, en el periodo de 1980 a 2015 para verificar cuántas patentes están indexadas en el nombre de los inventores más productivos de IQ / UNESP. En este estudio, se trabaja con los indicadores de producción de patentes en el enfoque de Buckland. Las patentes son el resultado de un conjunto de informaciones que designan objetos así como datos y documentos, porque son considerados como una fuente de información tecnológica. Se construyeron tablas, destacando los datos relativos de los inventores / co-inventores internos y externos de UNESP. Las temáticas también se asociaron con los autores. En relación a los resultados, se destacaron los inventores y las áreas más productivas, especialmente el área de Ciencias Exactas y de la Tierra, con énfasis en Física, Química y Ciencias de la Salud y la contribución y se muestra la inclusión de UNESP (IQ), en la ciencia y la tecnología mundial.

Palabras clave: Patentometria. Patentes. Buckland.

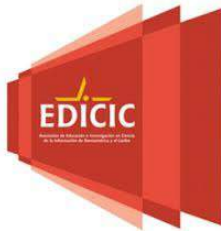
1 INTRODUÇÃO

O registro de patentes é considerado um termômetro que afere o índice do desenvolvimento de pesquisa e inovação dos países. As patentes são consideradas indicadores relevantes para se avaliar a capacidade do país em transformar o conhecimento científico em produtos ou inovações tecnológicas.

A Patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgados pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. (Instituto..., 2009).

As universidades têm fundamental importância no processo de Inovação Tecnológica, além das instituições de pesquisas, empresas e indústrias, que também depositam as patentes. Os dados sobre depósitos de patentes nas universidades revelam tendências importantes relativas à atividade de proteção intelectual, à especialização de certas universidades e à parceria universidade-empresa (Póvoa, 2006).

A expansão do ensino superior no Brasil, a partir da década de 1970, e a criação dos cursos de pós-graduação *Strictu sensu* incrementaram a pesquisa e invenções nas diferentes áreas do conhecimento, e surgiram os primeiros procedimentos dedicados a estudar os indicadores da produção científica, voltados inicialmente para a Bibliometria e depois para todas as suas subáreas - Cienciometria, Webometria, Patentometria e a Altmetria -, além da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

mais ampla delas, a Informetria. De todas elas, a Patentometria, que analisa as patentes, foi uma das últimas a se desenvolver.

Esse conjunto de procedimentos que se constitui em subáreas denomina-se estudos métricos da informação e se aplica às diferentes áreas da ciência e tecnologia. Fornece informações que permitem traçar o perfil do contexto em estudo, auxiliando no planejamento e na tomada de decisões para as políticas industrial, pública e científica, tornando-se recurso insubstituível para avaliação da ciência construída. Aplica-se também às patentes, objeto deste estudo.

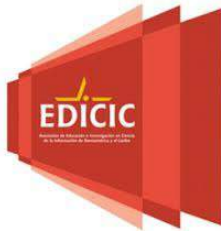
Na abordagem de Buckland, as patentes são resultantes de um conjunto de informações que designam objetos, bem como dados e documentos, porque são consideradas fonte de informação tecnológica. Isto posto, pode-se relacionar a concepção de Buckland - conhecimento, processo e coisa nas patentes - como fonte de informação tecnológica, e destacar as patentes como resultantes de áreas interdisciplinares.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os dados relativos aos registros de patentes do Instituto de Química (IQ) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), de 1980 até agosto de 2015, sob a ótica do tratamento que Buckland dá à informação, de forma a fornecer a visibilidade de integração das mesmas. De forma mais específica, objetiva analisar os inventores/coinventores, departamentos e áreas mais produtivas, utilizando as patentes como fonte de informação tecnológica; relacionar a concepção de Buckland às patentes, como fonte de informação tecnológica; e destacar as patentes como resultantes de áreas interdisciplinares. Propõe-se, ainda, a partir de bases internacionais de patentes, verificar a presença da ciência e tecnologia da UNESP (IQ) em âmbito mundial, por meio da avaliação da presença de pesquisadores brasileiros em bases de dados internacionais.

Destaque-se que a UNESP concentra diversas áreas do conhecimento e é uma das universidades, no Brasil, que possui maior destaque em sua produção científica e tecnológica. É uma instituição presente em todas as regiões do Estado de São Paulo (Brasil), distribuída por 24 cidades, totalizando 34 faculdades e institutos. Possui 154 opções de cursos de graduação e 232 programas de pós-graduação.

O IQ atualmente é composto por 89 docentes, mantém 2 cursos de Graduação (Química e Engenharia Química) e Programas de Pós-Graduação (Química e Biotecnologia).

O primeiro pedido de patente depositado em nome do IQ foi feito em 1980.



Justifica-se esta pesquisa, especialmente, pela necessidade de se conhecer e dar visibilidade aos registros de patentes no âmbito do IQ/UNESP, já que o mesmo é a unidade da UNESP com maior presença de registros; entender as patentes no contexto da teoria de Buckland, vista como resultados e “coisa” das áreas interdisciplinares; e, principalmente, avaliar o alcance das patentes do IQ/UNESP em âmbito de internacionalização da tecnologia e inovação.

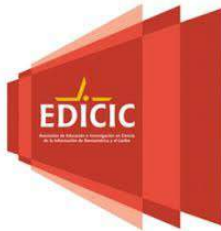
2 PATENTES COMO FONTE DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA: CONCEPÇÃO DE BUCKLAND E INTERDISCIPLINARIDADE

Michael Keeble Buckland é professor emérito da Universidade de Berkeley – School of Information – e codiretor da Iniciativa Cultural Atlas Eletrônico. Nasceu em 1941 e cresceu na Inglaterra, tendo iniciado seus trabalhos na área da Informação como estagiário em biblioteca. Formado em História, pela Universidade de Oxford, em 1965, e em Biblioteconomia, pela Universidade de Sheffield, em 1972, mudou-se para os EUA e, em 1998, foi presidente da American Society for Information Science and Technology (ASIST) (INCID, 2011).

Embora tenha escrito vários artigos, três deles se destacam: *Information-as-Thing* (1991); *What is a “document”?* (1997); *What is a "digital document"?* (1998). Os interesses de Buckland incluem: serviços de biblioteca, recuperação da informação, heranças culturais e o desenvolvimento histórico da gestão da informação. Foi um dos pesquisadores em Ciência da Informação a recuperar e propagar as ideias de Paul Otlet (1868-1944) e Suzanne Briet (1894-1989), nos Estados Unidos (ARAÚJO, 2010).

Para Buckland (1991), a informação vista como consenso é, algumas vezes, tão forte quanto o status dos objetos, especialmente documentos, transformando a informação em algo inquestionável.

Ainda na percepção do mesmo autor, a informação é processo tanto na condição de recurso para a aprendizagem quanto na condição do processamento de dados, em que ela é preparada para a disponibilização em um sistema de informação, e é entidade quando ela se torna conhecimento ou um produto informacional.



Quando a informação é intangível, está implícita a relação da informação com o conhecimento, empregada por muitos autores para dar sentido ou à informação ou ao conhecimento (TOMAÉL, 2005, p. 30).

Buckland (1991) distingue três principais usos da palavra informação, esquema que se tornou influente entre os estudiosos do campo da Ciência da Informação:

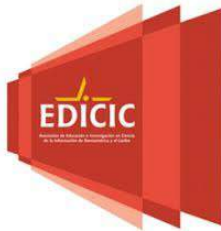
- a informação como processo: acontece quando alguém é informado e aquilo que se conhece é modificado;
- a informação como conhecimento: corresponde ao conhecimento comunicado a respeito de algo; denota aquilo que é percebido em informação como processo;
- a informação como coisa: é usada para designar objetos, bem como dados e documentos, porque são considerados informativos.

O autor Murguia Marañom (2011) entende que a Informação como conhecimento, na visão de Buckland (1991), se expressa naquilo que é apreendido pelo receptor na etapa referente à informação-como-processo, ou seja, no processo de aquisição da informação. Neste conceito, a informação como processo e como conhecimento é vista como intangível, pois pode gerar apenas conhecimento tácito, que dificilmente pode ser percebido, manipulado ou recuperado por sistemas de informação; e por último, ao lançar o termo informação-como-coisa, pretendeu trabalhar a informação física, tangível e possível de ser tratada por sistemas de informação.

O progresso contínuo na tecnologia da informação permite melhoria na habilidade de fazer descrições físicas, por exemplo, os documentos, os quais são definidos por Buckland (1997) como algo que ensina ou informa sobre alguma coisa. De qualquer forma, o autor não rejeita concepções discordantes, pois, segundo ele, com diferentes definições podem-se obter várias ideias.

A aplicação da proposta de Buckland dentro do cenário das patentes torna-se relevante, na medida em que pode contribuir principalmente para a geração de novas patentes. A distinção oferecida pelo autor nos âmbitos tangíveis (ideias) e intangíveis (a concretização da ideia tendo aplicabilidade industrial) se explicita da seguinte forma: na medida em que a informação como coisa é a informação materializada, ela é passível de recuperação e uso.

Assim, só existe o processamento e armazenamento de informação na medida em que haja informação como coisa, por exemplo, patentes como fonte de informação, pois, a partir



de uma patente depositada, podem surgir várias outras patentes como forma de atualização e/ou modificação. Como afirmado anteriormente, com diferentes definições pode-se obter uma variabilidade de ideias, como ponto de partida de novos estudos, que oferecem informações constantemente atualizadas dentro do contexto de informação, para geração do conhecimento e inovação tecnológica.

É importante ressaltar que, para Buckland, a informação como conhecimento, ao ser externalizada, é novamente materializada e transformada em informação como coisa, gerando o espiral do conhecimento.

Na visão do autor, podem-se relacionar as informações derivadas dos documentos de patentes da seguinte forma:

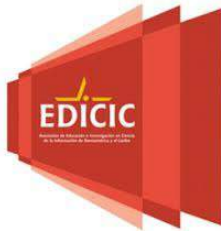
- como processo: o conhecimento gerado dará início ao nascimento de uma patente (nascimento da ideia e a concretização da mesma);
- como conhecimento: produz todo o procedimento de novas informações e pesquisas, a partir da redação da patente;
- como coisa: o documento registrado como patente será fonte de informação tecnológica atualizada, o qual dará início a novos estudos, constituindo assim o documento registrado como ponto de partida para novos estudos e inovações.

O pedido de patente é um documento legal, deve ter uma redação clara e precisa contendo relatórios, reivindicações, resumo, desenhos e listagens sequenciais (quando for o caso), ou seja, para que haja produção do conhecimento deve-se ter a informação.

Na analogia de Buckland, a combinação gerada entre os algoritmos, funções e conceitos promove a constituição de um recurso documental, tornando-se uma espécie de documento dinâmico. Isto resgata a visão de Otlet, ao observar que a mecânica de um brinquedo educativo deve ser considerada como um tipo de documento. Essa condição contradiz os documentos elaborados em suportes físicos de papel. Estes ainda consistem nas origens etimológicas do convencional termo “documento”.

A documentação de patente é a mais completa entre as fontes de pesquisa. Estudos revelam que 70% das informações tecnológicas contidas nestes documentos não estão disponíveis em qualquer outro tipo de fonte de informação (INSTITUTO..., 2015).

Por outro lado, como se colocam as patentes no campo disciplinar?



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Rompendo os limites das disciplinas e do conhecimento estanque, separados uns dos outros, a interdisciplinaridade oferece uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitude na procura do contexto do conhecimento, buscando o ser como pessoa integral. A interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas (BICALHO; OLIVEIRA, 2011). Ela implica na articulação de ações disciplinares que buscam um interesse comum. Dessa forma, a interdisciplinaridade só será eficaz se contribuir para se atingir metas educacionais previamente estabelecidas e compartilhadas pelos responsáveis pela instituição escolar.

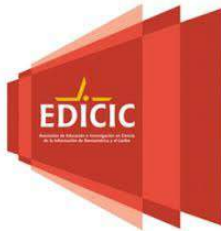
A interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e pauta-se numa ação em movimento. Pode-se perceber esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressupostos a transformação e a incerteza. Considera-se interdisciplinar o que é comum a duas ou mais disciplinas ou áreas do conhecimento. Um domínio interdisciplinar é aquele que visa agrupar diversas áreas do conhecimento, seguindo um objetivo comum. O foco no conceito de interdisciplinaridade aqui considerado é o espaço de intersecção ou conjunção apropriado de uma ou mais áreas, de modo a constituir um espaço para o estabelecimento de relações interdisciplinares e colaborativas entre essas áreas (BUFREM; FREITAS, 2015).

3 INDICADORES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INVENÇÃO

As patentes registradas, ou aquelas em que foram solicitados os registros, estão entre os principais indicadores de produção do conhecimento tecnológico. Segundo Mueller (2008, p. 32), “a contagem de patentes para avaliar tecnologia guarda semelhança com a contagem de artigos para avaliar a ciência, inclusive com o emprego da bibliometria”.

Além dos indicadores de produção, há os de ligação e citação. Nesta pesquisa, trabalha-se somente com os indicadores de produção.

Os indicadores bibliométricos auxiliam na avaliação da produção científica e tecnológica. São baseados no cálculo do número das publicações por tipo de documento, por área do conhecimento ou país. O indicador básico é o número de publicações, que procura refletir características da produção ou do esforço empreendido, mas não mede a qualidade das



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

publicações. Os indicadores de participações percentuais, taxas de crescimento, meia-vida de publicações, entre outros, fazem parte do conjunto de indicadores de produção. Neste trabalho, os indicadores de produção se expressam pelo número de patentes produzidas pelos diferentes pesquisadores, nas diferentes categorias e temáticas diversas.

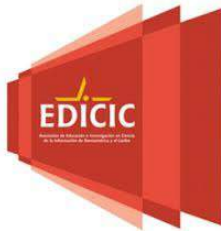
De acordo com Macias-Chapula (1998, p. 135), “atualmente, os indicadores da atividade científica estão no centro dos debates, sob a perspectiva das relações entre o avanço da ciência e da tecnologia, por um lado, e o progresso econômico e social, por outro”.

Spinak (2003) trata os indicadores de patentes, tendo por base as seguintes variáveis: a quantidade de patentes, o crescimento da quantidade de patentes, a distribuição de patentes e a prospecção do crescimento por áreas, permitindo identificar quais os segmentos com maior fluxo de inovação.

Neste estudo, trabalha-se com os indicadores de produção de patentes, na abordagem de Buckland. As patentes são resultantes de um conjunto de informações que designam objetos, bem como dados e documentos, porque são considerados do conhecimento e na articulação de ações disciplinares que buscam um interesse comum, que rompe as divisas entre as disciplinas, por meio da interdisciplinaridade, de forma a garantir a construção de um conhecimento globalizante.

Considerando-se as patentes como fonte de informação tecnológica, que se colocam na vizinhança de diferentes áreas do conhecimento, de forma a constituir um domínio interdisciplinar, a criação de patentes acaba por agrupar diversas áreas do conhecimento, seguindo um objetivo comum, de forma a constituir um espaço para o estabelecimento de relações interdisciplinares e colaborativas entre as áreas.

Complete-se, ainda, que a busca de produtores e pesquisadores brasileiros nas bases internacionais remete às questões de internacionalização da ciência, tecnologia e inovação, produzida no Brasil. Compreende-se por internacionalização da ciência e tecnologia brasileira o fato de a ciência construída e gerada no Brasil tornar-se universalmente acessível e visível por meio de publicações. O processo de internacionalização da ciência articula-se com as especificidades de cada área, país ou instituição. Articula-se com fatores, tais como: sua historicidade, culturas de publicação e invenções na área, políticas e instrumentos de internacionalização estabelecidas, entre outras.



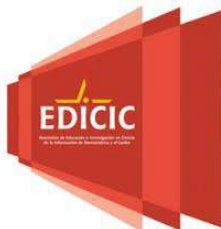
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir do documento fornecido pela AUIN (Agência UNESP de Inovação), foi relacionado no software Excel, todas as patentes depositadas em nome do IQ/UNESP, de 1980 até agosto de 2015. Num primeiro momento foram verificados todos os registros existentes que estão em nome da UNESP, totalizando 240, sendo que, deste total, 66 patentes (27,50%) são de autoria e/ou coautoria do IQ. Percebe-se que no IQ só constam Patentes de Invenção (PI), mas com grande representatividade de parcerias institucionais entre as diferentes instituições da UNESP e parcerias entre a UNESP e instituições diversas.

Em seguida, após o uso da ferramenta “Filtro” dentro do referido *software* neste documento, no campo “inventor”, foram construídas tabelas e feitos cálculos onde se apresentaram os dados relativos à frequência de registros de inventores e/ou coinventores mais produtivos, frequência de inventores e patentes por departamentos, pesquisadores e frequência de patentes indexadas na *Base Derwent* e departamentos mais produtivos com patentes indexadas.

Na questão referente a atividades de ciência e tecnologia internacionalizadas, verificou-se aqui a presença na internacionalização da produção científica, por meio da presença da ciência e tecnologia brasileira nas grandes bases internacionais. Foi realizada uma pesquisa na base *Derwent Innovations Index* da *Web of Science*, que é a base de dados de informações de patentes internacionais, com maior abrangência mundial, no site http://apps-webofknowledge.ez87.periodicos.capes.gov.br/DIIDW_GeneralSearch_input.do?product=DII&DW&SID=4DryAxogocdxcdVfks&search_mode=GeneralSearch.

A busca foi realizada através do campo **pesquisa: inventor** (inserindo o nome de cada pesquisador) *and depositante* Univ Estadual Paulista, no período de 1980 a 2015, para verificar quantas patentes estão indexadas em nome dos inventores mais produtivos. Tomou-se como critério para determinar os inventores mais produtivos, aqueles com pelo menos três patentes, objetivando avaliar a presença da tecnologia brasileira internacionalmente.



5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

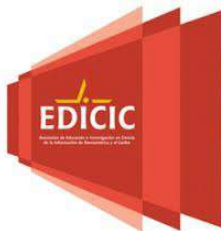
A Tabela 1 apresenta os inventores e/ou coinventores mais produtivos. Das 66 patentes registradas, os autores aparecem em uma frequência de 96 vezes. Tem-se por hipótese que a maioria das patentes registradas pertence a pesquisadores que fazem coautoria ou invenção entre si e muitas vezes são do mesmo departamento; ou, ainda, devido ao caráter interdisciplinar da criação de patentes, há troca de informações entre pares de outros departamentos. Todas as patentes estão na área de Ciências Exatas e da Terra, com ênfase em Física, Química e Ciências da saúde, nas subáreas de Química Orgânica, Físico-Química, Química Geral e Inorgânica, Bioquímica e Tecnologia Química e Química Analítica.

TABELA 1 – Inventores mais produtivos

Inventor e/ou coinventor	Freq.	Inventor e/ou coinventor	Freq.
Vanderlan da Silva Bolzani	12	Henrique Celso Trevisan	1
Sidney José Lima Ribeiro	11	Leandro Martins	1
Younes Messaddeq	8	Maria Lúcia G. da C. Araújo	1
Elson Longo da Silva	7	Rubens Molinari	1
Cecília Laluece	6	Antonio T. Vicente Adorno	1
José Arana Varela	5	Assis Vicente Benedetti	1
Paulo Roberto Bueno	5	Helena Redígolo Pezza	1
Alberto Jose Cavalheiro	4	Júlio César Rocha	1
Eduardo Maffud Cilli	3	Maria Valnice Boldrin	1
Reinaldo Marchetto	3	Adelino V. de Godoy Netto	1
Antonio Carlos Massabni	3	Antonio Eduardo Mauro	1
Dulce Helena Siqueira Silva	3	Marcelo Nalin	1
Wagner Vilegas	3	Regina Célia Galvão Frem	1
Oswaldo Garcia Júnior	2	Leonardo Pezza	1
José Anchieta Gomes Neto	2	Lucia Maria Xavier Lopes	1
Ian Castro-Gamboa	2	Maysa Furlan	1
Alírio de Carvalho	1		
Total			96

Fonte: Elaboração própria

Os registros de patentes em nome do IQ-Araraquara totalizam 66, sendo a unidade da UNESP a que apresenta maior número de registros de patentes, coincidindo com a origem institucional do pesquisador mais produtivo, com 12 patentes registradas. Acrescente-se que o Instituto de Química de Araraquara é responsável por 27,50% dos registros de patentes da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

UNESP.

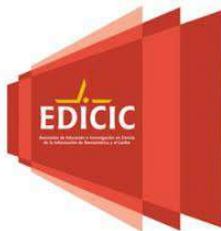
As parcerias entre as instituições da UNESP são representadas por coautorias entre os docentes do IQ dentro do departamento de origem e os demais departamentos da Instituição, além de outras unidades da UNESP, com caráter interdisciplinar, tais como: Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara, Faculdade de Odontologia de Araraquara, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Instituto de Biociências de Rio Claro, Campus do Litoral Paulista de São Vicente e Faculdade de Medicina de Botucatu.

As parcerias extraunesp, de acordo da listagem fornecida pela AUIN, são as parcerias também com caráter interdisciplinar, com Instituições tais como: Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Fundação Instituto de Ensino para Osasco, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade de Campinas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de São Paulo, University of Genève e University of Oxford.

A pesquisadora Vanderlan da Silva Bolzani, professora titular do IQ, destaca-se na produção de patentes em Química de Produtos Naturais, é responsável por 12 patentes (18,18%), sendo considerada a pesquisadora com maior número de patentes registradas do IQ. Os pesquisadores Younes Messadeq e Sidney José Lima Ribeiro destacam-se em Materiais Fotônicos e possuem 11 (16,67%) e 8 (12,12%) registros, respectivamente. Elson Longo da Silva - com destaque em Cerâmica e Nanotecnologia - possui sete registros (10,60%), é professor vinculado à Pós-Graduação no IQ de Araraquara, e ainda Cecília Laluce - professora Titular aposentada e colaborada na Pós-Graduação - com destaque em Genética de Leveduras, é responsável por seis registros (9,09%).

Os pesquisadores José Arana Varela, com destaque em Cerâmica e Nanotecnologia, e Paulo Roberto Bueno, com destaque em Nanotecnologia e Biotecnologia, são responsáveis por cinco registros cada um (7,58%); Alberto José Cavalheiro – com destaque em Química de Produtos Naturais - é responsável por quatro patentes (6,06%).

Pode-se destacar que, apesar de os primeiros pesquisadores da Tabela 1 apresentarem um número considerado de registros, há uma grande dispersão nos demais, quando a maioria apresenta somente um registro.



Mesmo que cada pesquisador tenha uma temática mais central, esta avizinha-se com outras, com caráter interdisciplinar, talvez devido à especificidade da própria área de química que se avizinha, de forma mais próxima ou mais remota, com diferentes áreas do conhecimento, otimizando assim as parcerias institucionais.

Analisando as concepções de Buckland, pode-se enfatizar que as ideias e a concretização das mesmas, sendo passível de recuperação e uso, são importantes fontes de informação e, considerando as parcerias que se podem formar, constituem fonte de conhecimento interdisciplinar, tornam-se mais ágeis no que se referem às referências obtidas, remetendo a novos estudos, conhecimentos e tecnologias.

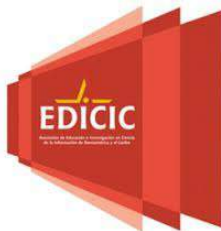
A seguir, apresenta-se a Tabela 2 com a frequência de inventores e patentes por departamentos. Das 66 patentes registradas, há uma frequência de 96 autorias entre os 33 docentes que possuem patentes, numa média de 2,91 patentes por docentes.

O Departamento de Química Orgânica apresenta uma média de 3,38 patentes por pesquisador, sendo o departamento com o maior número de frequência de inventores com patentes registradas, em um total de 8 inventores/coinventores responsáveis por 27 patentes, Assim, esse departamento, pela própria natureza da pesquisa que realiza (Química de Produtos Naturais), destaca-se na quantidade de registros realizados. O Departamento de Química Geral e Inorgânica apresenta uma média de 3,71 patentes por pesquisador, com 7 inventores responsáveis por 26 patentes.

TABELA 2 – Frequência de inventores e patentes por Departamentos

Departamentos	Nº Inventores	Nº PI registradas	Média por pesquisador
Química Orgânica	8	27	3,38
Química Geral e Inorgânica	7	26	3,71
Físico-Química	5	19	3,80
Bioquímica e Tecnologia Química	9	19	2,11
Química Analítica	4	5	1,25
Total	33	96	

Fonte: Elaboração própria



O Departamento de Físico-Química apresenta média de 3,80, com 5 inventores responsáveis por 19 patentes. Em quarto lugar está o Departamento de Biotecnologia e Tecnologia Química, com média de 2,11 patentes por pesquisador, onde 9 inventores são responsáveis por 19 patentes. Por último, o Departamento de Química Analítica com 1,25, com quatro inventores responsáveis por cinco patentes.

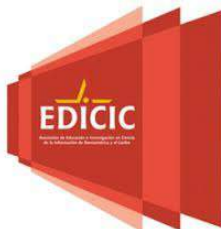
A Tabela 3 apresenta a frequência de patentes e o número de patentes de cada inventor, que foram indexadas na Base *Derwent Innovations Index* da *Web of Science*, portanto avalia a presença das patentes brasileiras em bases internacionais, promovendo e disseminando as criações brasileiras em patentes e invenções em âmbito mundial.

A análise desta tabela mostra os pesquisadores mais produtivos e as patentes que foram indexadas na base *Derwent*. Destaca-se que nem sempre o pesquisador mais produtivo é aquele que se torna mais visível internacionalmente.

Assim, O pesquisador Elson Longo da Silva, responsável por 7 patentes, com 6 indexadas (85,71%), tem grande visibilidade internacional, publicou mais de 983 artigos em revistas internacionais e tem Índice H igual a 59. É seguido por Younes Messaddeq, responsável por 8 patentes, possui 5 indexadas (62,50%), é orientador no doutorado, é Doutor em Química dos Estados Sólidos pela Université de Rennes I, França, em 1990.

TABELA 3 - Pesquisadores e Frequência de Patentes Indexadas na Base *Derwent*.

Inventor	Frequência de Patentes.	Patentes indexadas Derwent	Porcentagem de indexação
Vanderlan da Silva Bolzani	12	2	16,66 %
Sidney José Lima Ribeiro	11	2	18,18 %
Younes Messaddeq	8	5	62,50 %
Elson Longo da Silva	7	6	85,71 %
Cecília Laluze	6	2	33,33 %
José Arana Varela	5	2	40,00 %
Paulo Roberto Bueno	5	5	100,00 %
Alberto Jose Cavalheiro	4	2	50,00 %
Reinaldo Marchetto	3	2	66,66 %
Antonio Carlos Massabni	3	3	100,00 %



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Dulce Helena Siqueira Silva	3	1	33,33 %
Wagner Vilegas	3	3	100,00 %
Eduardo Maffud Cilli	3	0	0

Fonte: Elaboração própria

Outros, no entanto, apesar de menor número de frequência de autorias de patentes, possuem todas as patentes nas bases internacionais, como Paulo Roberto Bueno, com 5 patentes indexadas na base, é professor Adjunto no IQ, possui 166 artigos publicados e índice H de 29, tendo mais de 3300 citações em publicações internacionais; Antonio Carlos Massabni, professor Titular aposentado e colaborador no IQ, possui 84 trabalhos publicados e 197 trabalhos apresentados em eventos; e Wagner Vilegas, professor Titular, com 298 trabalhos publicados e Índice H 27. Esses dois últimos têm três patentes cada um, todas indexadas na base *Derwent Innovations Index* da *Web of Science*. Os dois primeiros pesquisadores marcam, com maior destaque, a presença brasileira na ciência e tecnologia mundial

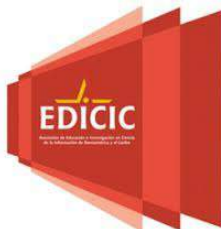
Na Tabela 4, registram-se os departamentos mais produtivos, ou seja, as patentes dos pesquisadores mais produtivos, com pelo menos três patentes indexadas em bases internacionais.

TABELA 4 – Departamentos mais produtivos com patentes indexadas

Departamentos	Patentes	indexadas	%
Química Geral e Inorgânica	22	10	45,45 %
Química Orgânica	22	8	36,36%
Físico Química	17	13	76,47 %
Bioquímica e Tec. Química	15	4	26,66%

Fonte: Elaboração própria

A análise da Tabela 4 destaca o departamento de Físico-Química com o maior percentual de patentes indexadas, seguida por Química Geral e Inorgânica e, a seguir, por Química Orgânica, mostrando uma relativa presença na ciência e tecnologia brasileira, em âmbito mundial, embora não se tenha o total geral do percentual de patentes da base naquela grande área.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

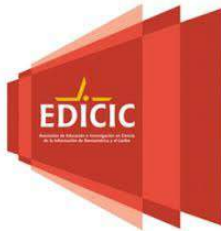
A presente pesquisa tornou visíveis as patentes dos pesquisadores do IQ, registradas em nome da UNESP, bem como aqueles pesquisadores que têm suas patentes indexadas em bases internacionais e que internacionalizam a ciência e tecnologia produzidas no Brasil. O IQ é a unidade mais produtiva da UNESP, com 66 registros, correspondendo a 27,50% dos registros, destacando-se os pesquisadores da área de Química.

Utilizando a concepção de BUCKLAND nos documentos de PATENTES, remete-se à informação como coisa, ou seja, a informação é usada para designar objetos ou estudos, bem como dados e documentos, gerando patentes que são consideradas fontes de informação tecnológicas, ampliando o conceito de patentes, fundamentando-se em referentes próprios da Ciência da Informação. Além disso, a documentação de patente é a mais completa entre as fontes de pesquisa, e a aplicação da proposta de Buckland, no cenário das patentes, enriquece o conceito de patentes, na medida em que as ideias e a concretização das mesmas, sendo passíveis de aplicabilidade industrial, se materializam a ponto de serem recuperadas e usadas.

A presença da ciência e tecnologia do Brasil é marcada na ciência *mainstream*, por meio do Instituto de Química de Araraquara, objeto deste estudo, destacando-se a importância de estudos dessa natureza se estenderem às instituições em âmbito do Brasil.

Tendo como referência o IQ de Araraquara, as áreas possuem domínios interdisciplinares, já que a invenção de uma patente nem sempre está ligada a uma única área, e existe ainda uma tendência de maior proximidade e articulação entre elas, até mesmo incentivada por agências de fomento. A interdisciplinaridade reflete neste contexto como uma forma de abrir possibilidades de novos métodos de articulação entre as diversas áreas e ampliar a coautoria de registro de patentes, com interesses comuns.

Espera-se que esta pesquisa sirva de subsídios para estudos futuros, especialmente para a questão da análise da internacionalização dos registros de patentes no Brasil.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na ciência da informação. **Inf. & Soc.:Est.**, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010

BICALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. A teoria e a prática da interdisciplinaridade em Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, 2011.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, Jun. 1991.

BUCKLAND, M. K. What is a “document”? **Journal of the American Society For Information Science**, v. 48, n. 9, p. 809-809, 1997.

BUFREM, L. S. E. ;FREITAS, J. Aproximações entre Educação e Ciência da Informação (1972-2014): análise diacrônica da produção científica de um interdomínio. In : **Desafios y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital:** Actas Del VII Encuentro Ibérico Edicic 2015. Madrid : Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2015.

INCID. Entrevista: Michael Buckland. **R. Ci. Inf. Doc.**, v. 2, n. 1, p. 230-242, jan./jun. 2011

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Patente**. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/pasta_oquee>. Acesso em: 17 ago. 2009.

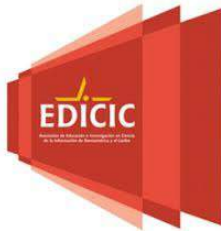
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Busca de Patentes Online**. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/busca_de_patentes_online>. Acesso em: 21 mai. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Busca de Patentes** . **Disponível em:** <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/informacao/busca-de-patentes>. Acesso em: 19 ago. 2015

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MUELLER, S. P. M. Métricas para a ciência e tecnologia e o financiamento da pesquisa: algumas reflexões. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, p. 24-34, 2008. Número especial.

MURGUIA MARAÑÓN, E. I. Percepções e aproximações do documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 42-53, jul./dez. 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

PÓVOA, L. M. C. **Depósito de patentes de universidades brasileiras (1979-2004)**. 2006.

Disponível em:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A006.pdf> Acesso em: 17 dez. 2008.

SPINAK, E. **Indicadores cientiométricos de patentes: aplicaciones y limitaciones**. 2003.

Disponível em:

<http://www.redhucyt.oas.org/ricyt/interior/normalizacion/III_bib/Spinakppt.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

TOMAÉL, M. I. **Redes de Conhecimento: O Compartilhamento da Informação e do Conhecimento em Consórcio de Exportação do Setor Moveleiro**. 292 f. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2005.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016



Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

**PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (BRASIL):
PANORAMA E A PROPOSIÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA**

***SCIENTIFIC JOURNALS IN THE STATE OF MINAS GERAIS (BRAZIL):
OVERVIEW AND PROPOSITION OF A NEW POLICY***

**Pedro Henrique Ribeiro Torres, UFMG
Renata Kelly de Arruda
Sérgio Dias Cirino
Maria Júlia Vale
Thalita Rodrigues
Kelly Dias Vieira**

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo subsidiar a criação de uma política de periódicos para o estado de Minas. A proposta está ancorada em dois princípios: da universalidade e da excelência. O princípio da universalidade orienta a política no sentido de incentivar e garantir o acesso livre ao conhecimento publicado nos periódicos, também orientando a política no sentido da manutenção e do aprimoramento da diversidade dos periódicos. O princípio da excelência orienta a política no sentido de garantir a melhoria qualitativa dos periódicos, orientando também no sentido de incentivar a criação de condições para a plena internacionalização dos periódicos. Na primeira etapa da pesquisa será feito um diagnóstico dos periódicos e, numa segunda etapa, a proposição de uma política. Espera-se criar uma proposta de política que permita o desenvolvimento dos periódicos tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Palavras-chave: Periódicos científicos; Publicações científicas; Política de Ciência e Tecnologia.

Abstract: This research aims to subsidize the creation of a policy for the scientific journals in the state of Minas Gerais (Brazil). The proposal is anchored on two principles: universality and excellence. The principle of universality guides the policy to encourage and guarantee free access to knowledge published in scientific journals and also guiding the policy towards maintaining and enhancing their diversity. The principle of excellence guides the policy to ensure the qualitative improvement of the journals, and also guiding to encourage the creation of conditions for the full internationalization of the journals. The first phase of the research is designed for a diagnosis of the journals and in a second phase to propose a policy. It is expected to create a proposal of a policy for the development of the journals both nationally and internationally.

Key words: Scientific journals; Scientific publication; Policy of Science and Technology



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa: “Política de Periódicos para Minas Gerais: projeto de apoio à melhoria qualitativa dos periódicos científicos do Estado de Minas”¹ tem como objetivo final subsidiar a criação da Política de Periódicos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e como meta a qualificação dos periódicos do Estado, em consonância com a missão e valores desta instituição.² A proposta está ancorada em dois princípios: da universalidade e da excelência. O princípio da universalidade orienta a política no sentido de incentivar e garantir o acesso livre ao conhecimento publicado nos periódicos, também orientando a política no sentido da manutenção e do aprimoramento da diversidade dos periódicos no que diz respeito às áreas de conhecimento, aos gêneros discursivos, às vinculações institucionais - Sociedades Científicas, Programas de Pós-graduação, Associações Profissionais, Departamentos, etc. Já o princípio da excelência orienta a política no sentido de garantir a melhoria qualitativa dos periódicos, orientando também no sentido de incentivar a criação de condições para a plena internacionalização dos periódicos.

Os últimos três editais (2012, 2013 e 2014), divulgados pela FAPEMIG, para obtenção de apoio financeiro por parte das publicações através do Programa de Apoio a Publicações de Periódicos Científicos, totalizaram um investimento de R\$3.097.914,70. A título de exemplo, no edital publicado em 2014, 65 periódicos submeteram propostas solicitando apoio à FAPEMIG. Desses, 40 foram contemplados com valores entre R\$ 4.284,00 e R\$ 89.325,60. A análise das propostas contempladas possibilita alguns recortes importantes para a reflexão futura sobre a política de periódicos a ser

¹ Esta pesquisa teve seu início em janeiro de 2015 e a primeira fase tem seu término previsto para dezembro de 2015.

² Missão e valores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, estão disponíveis em: < <http://www.fapemig.br/pt-br/institucional>>. Acesso em 25 de maio de 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

construída. O quadro apresentado a seguir, por exemplo, apresenta a distribuição, em 2014, dos valores por instituição:

**QUADRO 1 – Propostas Aprovadas em 2014:
instituições e valores**

Instituição	Valores em reais
UFMG	R\$ 385.560,00
UFV	R\$ 240.653,65
UFTM	R\$ 89.325,60
UFU	R\$ 74.949,00
PUC	R\$ 67.260,00
FAJE	R\$ 39.304,00
UFLA	R\$ 35.059,50
UFJF	R\$ 29.490,00
UFOP	R\$ 25.200,00
UFSJ	R\$ 18.039,00
Total Investido	R\$ 1.004.840,75

Outro recorte importante é referente à repartição geográfica de recursos financeiros dentro do Estado de Minas Gerais. O gráfico abaixo apresenta a distribuição destes de acordo com as propostas aprovadas no mesmo edital citado acima. Percebe-se que os periódicos científicos localizados na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte foram os que mais se beneficiaram e observou-se, em um universo de doze mesorregiões, a ausência de recursos financeiros em oito delas, como, por exemplo Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce. Cenário que suscitou questionamentos que fazem parte da justificativa desta pesquisa e serão contemplados durante seu processo investigativo: onde estão os periódicos científicos produzidos em Minas Gerais? Eles estão concentrados em alguma (s) mesorregião? O gráfico a seguir, apresenta a distribuição dos recursos previstos no Edital FAPEMIG *Programa de Apoio*



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciência de la Información de Iberoamérica y el Caribe

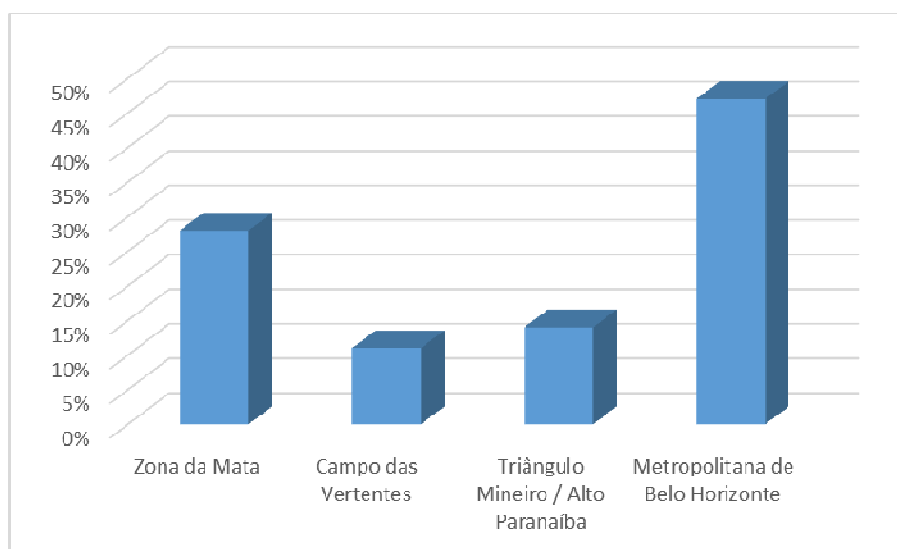
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

a publicações científicas e tecnológicas: publicação de periódicos científicos institucionais no ano de 2014.

GRÁFICO 1 – Distribuição de recursos do Edital FAPEMIG 05/2014

Por mesorregião do Estado de Minas Gerais



Esta concentração de recursos, tanto em instituições como em determinadas regiões, oferece-nos material a reflexões e análises. Permitem a formulação de questões tais como: há uma política que norteia de forma racional o investimento em determinado periódico considerando-se critérios objetivos previamente definidos? Quais são as metas específicas da FAPEMIG em relação ao investimento feito? Quais são as ações objetivas realizadas para atingir tais metas? Quais são os resultados apresentados pelos periódicos que foram contemplados em anos anteriores? Tais perguntas levam a uma reflexão mais ampla em relação à otimização do uso dos recursos da FAPEMIG no âmbito do financiamento dos periódicos em Minas Gerais. A proposta desta pesquisa é fornecer dados e análises criteriosas que possam orientar uma política de periódicos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

consistente, atual e robusta que oriente as ações da FAPEMIG no apoio e no financiamento de periódicos em todo o Estado de Minas Gerais.

A primeira etapa desta pesquisa é a realização de um diagnóstico dos periódicos científicos do Estado de Minas Gerais, ação inédita no país e passo primordial na busca pela identificação da qualidade balizada por critérios internacionais, respeitando as características das diferentes áreas do conhecimento às quais os periódicos se filiam e de inclusão orientada pela diversidade de produções no que diz respeito à área do conhecimento, vinculação institucional e localização geográfica.

Nesta primeira fase da pesquisa será possível, tanto definir as diretrizes orientadoras da política de periódicos de Minas Gerais, como identificar, analisar e organizá-los no portal de periódicos em Minas Gerais, a ser criado. Entretanto, é importante esclarecer que o sucesso da política dependerá de ações contínuas a serem executadas ao longo dos anos seguintes para a manutenção e aprimoramento dos resultados obtidos nesta primeira fase. Assim, é importante que seja prevista dotação específica de recursos para que a política seja mantida e constantemente aprimorada.

A seguir, apresentaremos algumas discussões acerca de temas que envolvem a comunicação científica atual e apresentaremos resultados parciais do diagnóstico dos periódicos científicos em Minas Gerais.

2 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: CENÁRIO ATUAL

A divulgação do conhecimento científico, através de publicações periódicas é contribuinte essencial para o desenvolvimento da sociedade e para construção desse conhecimento (Stefano, Casarotto Filho, 2015). O conhecimento público propicia a legitimação do pesquisador e seus achados além de ser determinante na disseminação do conhecimento de determinada área. Essa legitimação oferecerá uma ciência



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



“certificada”, que atua como canal de divulgação, mas também como um arquivo da memória científica do país, do estado ou da instituição (Mueller, 1999).

Diante de todas as transformações recentes nos meios de comunicação, principalmente diante das novas funcionalidades oferecidas pela Internet essas funções não se alteraram, mas novas possibilidades de divulgação e acesso se mostram acessíveis. A aceleração das comunicações desencadeia o quase instantâneo compartilhamento de informações e interligação entre instituições e pesquisadores, referendando sua visibilidade. Stefano e Casarotto Filho (2015) apresentam dados de estudos³ que no ano de 2001 já apontavam o aumento do impacto da circulação online em comparação à fonte impressa.

O modelo de periódicos científicos eletrônicos determinam algumas características e o uso de ferramentas e estratégias metodológicas específicas: periódicos eletrônicos podem ser cópias exatas das versões impressas, disponibilizadas em formatos PDF, HTML, etc. Segundo Santos (2010) se enquadram nesse formato a maioria dos títulos periódicos existentes. Outros formatos podem agregar recursos adicionais como a navegação em hiperlinks e recursos multimídia. Entre as vantagens proporcionadas pela disponibilidade online de periódicos científicos destacamos a maior rapidez na produção (comunicação com autores e pareceristas), divulgação, disseminação da informação e distribuição⁴, eliminação de custos de impressão e distribuição física, maior acessibilidade e visibilidade. Para Cruz *et al.* (2003) a

³ Stefano e Casarotto Filho (2015) citam estudos realizados por Steve Lawrence, que apontaram que a circulação eletrônica dos artigos aumenta aproximadamente 366% as citações online e, relação à mesma fonte impressa. Artigo disponível em: < <http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/lawrence.html>>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

⁴ A publicação dos artigos tão logo o manuscrito aprovado seja editado, é apontada nos *Procedimentos de Publicação no SciELO* como uma prioridade. A modalidade de publicação avançada de artigos (PAA) ou *Ahead of Print* (AOP) publica artigos separadamente antes da composição dos números. Quando o conjunto dos artigos estiverem publicados compõe-se o número correspondente. Um dos objetivos é contribuir para o avanço da pesquisa científica por meio da rápida comunicação dos resultados. Documento disponível em: < <http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=60>>. Acesso em: 21 de maio de 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

introdução de novas tecnologias nessa área tem influenciado os serviços de busca e acesso a publicações. Esse cenário também aponta para o fortalecimento do acesso aberto como forma de acesso à informação, primordial ao avanço científico.

Nesse cenário, um ponto primordial vem à tona: o grande volume de informações em circulação. A compreensão de critérios que validam e qualificam um periódico científico é fator determinante. Santos (2010) sugere que

Esse fato gera problemas para monitorar e controlar a produção, tendo em vista a necessidade de se estabelecer um padrão de qualidade compatível com as exigências de produção do conhecimento útil ao desenvolvimento científico, tecnológico e social dos países. Desse modo, não basta publicar, é fundamental que o material produzido seja localizado, lido e aceito, isto é, que seja avaliado. (SANTOS, 2010, p. 44)

São os processos de avaliação que certificam as publicações, fornecendo à comunidade acadêmica subsídios para identificação de periódicos científicos de mérito e destaque dentro de determinada área. Os aspectos a serem considerados quando se avalia um periódico científico permeiam não apenas a qualidade de seus artigos, mas o cumprimento de normas nacionais e internacionais e aspectos relacionados à gestão editorial. A padronização ocasionada pela avaliação possibilitaria a indexação do periódico em bases de dados referenciais e de sua área de conhecimento, permitindo maior acesso a informação de qualidade. O interesse dos editores na avaliação de seus periódicos também se refere à concessão de financiamentos via agências de fomento e agências públicas que apoiam atividades de pesquisa no país, como a FAPEMIG.

3 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS MINEIROS: LEVANTAMENTOS INICIAIS

O diagnóstico que consiste na identificação dos periódicos científicos do Estado e sua vinculação institucional – Instituições de Ensino Superior, Associações Profissionais, Sociedades Científicas, etc. - foi o primeiro passo de nosso levantamento.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na primeira etapa buscamos identificar as IES mineiras que poderiam abrigar a publicação de periódicos trabalhou-se a partir do e-mec⁵, sistema eletrônico do MEC de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Esse sistema possibilita organizar os dados a partir de diferentes critérios. Inicialmente as IES foram organizadas por Unidades de Ensino localizadas em cidades mineiras o que resultou em uma listagem com mais de 1600 IES. Percebeu-se que muitas destas unidades eram apenas extensões de alguma IES de maior porte, assim, optou-se por selecionar apenas as sedes das IES que ofertam cursos em Minas Gerais chegando a uma listagem com 343 IES.

Outro procedimento adotado foi o levantamento junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, centro da rede ISSN⁶ no país, dos identificadores solicitados por instituições sediadas no Estado de Minas Gerais. O levantamento retornou um total de 2064 periódicos identificados por ISSN em Minas Gerais, entre folhetos técnicos, revistas comerciais e periódicos científicos. Considerando a abrangência destes dados, em uma primeira fase, optou-se por selecionar todos os periódicos científicos. Realizou-se a pesquisa por informações básicas em sites de busca, como *Google* e sites das instituições responsáveis pela publicação. No procedimento de “limpeza” desses dados, os critérios iniciais para entrada foram definidos:

- Ter periodicidade, ISSN impresso e/ou eletrônico, ser editado como meio de proporcionar à comunidade científica um canal formal de comunicação e disseminação da produção técnico científica por meio de artigos;
- Meio de disponibilização: possuir qualquer tipo de informação online;
- Pertença: ser editado no Estado de Minas Gerais.

⁵ Disponível no endereço < <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 21 de maio de 2016

⁶ O ISSN (*International Standard Serial Number*), sigla em inglês para Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas, é o código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada. Esse número se torna único e exclusivo do título da publicação ao qual foi atribuído, e seu uso é padronizado pela ISO 3297 (*International Standards Organization*).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A partir desses critérios, chegamos em um número de 1020 periódicos científicos, que estão sendo cadastrados mediante critérios de entrada e permanência mais específicos:

1. Disponibilização: o periódico deve possuir URL ativa com informações mínimas a seu respeito;
2. Acesso aberto: deve permitir consulta gratuita a seu conteúdo;
3. Atualidade: nesse critério avalia-se se o periódico encontra-se em atividade ou inatividade. Para isso, considera-se como atual aquele periódico que publicou pelo menos até o ano de 2014. Para garantir o retorno do maior número de dados diagnósticos - ou a transitoriedade dessa condição - o cadastro conta com a opção “ativo” e “inativo”, onde publicações que atendam aos dois critérios de disponibilização e acesso aberto, mas não estão ativos no momento também façam parte do levantamento.

Neste sentido estima-se que será possível apresentar um panorama dos periódicos científicos em circulação a partir do Estado Minas Gerais.

4 CONCLUSÕES

Nesta primeira etapa da pesquisa deparamo-nos com uma grande diversidade de produções no que diz respeito à área do conhecimento e vinculação institucional. Nossa busca procurará desenhar um cenário da produção da área no Estado, identificando a localização dessa produção a nível de entidades produtoras – Instituições de Ensino Superior, Associações, Sociedades Científicas – localização quanto a região do Estado, fornecendo subsídios para estudos de fluxo da comunicação científica no Estado.

Nesta primeira fase desta pesquisa deparamo-nos com uma grande quantidade e diversidade de periódicos científicos no que diz respeito à área do conhecimento, vinculação institucional e localização geográfica.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Visando subsidiar a construção da Política de Periódicos da Fapemig esta busca desenhará um cenário da produção de periódicos científicos no Estado, identificando a localização dessa produção a nível de entidades produtoras – Instituições de Ensino Superior, Associações, Sociedades Científicas – localização quanto a região do Estado, fornecendo subsídios para estudos de fluxo da comunicação científica no Estado, bem como da qualidade desta produção.

Apesar da pesquisa estar ainda em seu momento inicial já é possível prever que a quantidade e qualidade das informações disponíveis e que serão sistematizadas ao longo da pesquisa, poderão servir de referência para ampliar a compreensão do cenário da produção científica em Minas Gerais. A construção do portal de periódicos além da visibilidade desta produção permitirá uma troca efetiva entre os diferentes atores envolvidos com esta produção.

A melhoria qualitativa das publicações periódicas científicas mineiras, rumo a excelência, o livre acesso ao conhecimento publicado e criação de condições para a internacionalização dessas publicações já se apresentam como propostas significativas para a construção da Política de Periódicos da FAPEMIG.

REFERÊNCIAS

CRUZ, A.A.A.C. *et al.* Impacto dos periódicos eletrônicos em bibliotecas universitárias.

Ciência da Informação, Brasília, v.32, n.2, 2003

MUELLER, S.P.M. O círculo vicioso que prende periódicos nacionais.

DataGramZero: revista de Ciência da Informação, Brasília, n. zero, 1999.

SANTOS, Solange Maria dos. **Perfil dos periódicos de Ciências Sociais e de Humanidades**: mapeamento das características extrínsecas. 2010. Dissertação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

(Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

STEFANO, N.R.; CASAROTTO FILHO, N. **Avaliação da gestão de periódicos científicos sob a abordagem de capital intelectual**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

**PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFMG: ASPECTOS DE VISIBILIDADE DOS
PERIÓDICOS CIENTÍFICOS**

***PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFMG: VISIBILITY ASPECTS OF SCIENTIFIC
JOURNALS***

**Carla Cristina Veira de Oliveira, UFMG
Bárbara de Oliveira Marques dos Santos, UFMG
Bruno Fernandes Magalhães de Oliveira, UFMG
Isabelle Caroline Damião Chagas, UFMG
Leandro Castella César, UFMG
Priscila Nardy dos Santos, UFMG
Vanessa Pastorini Felisberto, UFMG
Sérgio Dias Cirino, UFMG**

Resumo: Este artigo apresenta um panorama sobre a visibilidade dos periódicos científicos integrantes do Portal de Periódicos da UFMG. A partir disso, o trabalho objetiva ressaltar a importância da visibilidade interna e externa das publicações para que os títulos alcancem a excelência proposta pela Política de Periódicos implementada na instituição em 2015. Foram analisados dados obtidos por meio de informações disponíveis nos sites dos 62 periódicos do Portal, do SciELO, da Capes e do CNPq sobre a indexação, publicação de artigos em línguas estrangeiras, divulgação dos periódicos em redes sociais, distribuição dos títulos por área de conhecimento e análise do Qualis Capes.

Palavras-chave: Portal de Periódicos. Visibilidade. Periódicos Científicos. Comunicação Científica.

Abstract: This article presents an overview about visibility of scientific journals which compound the Portal de Periódicos da UFMG. Furthermore, this work aims to highlight the importance of internal and external visibility for the publications to achieve excellence according to the Journal's policy, implemented in 2015. We analyzed data collected through information available on the websites of the 62 journals of the Portal and on the websites of SciELO, Capes and CNPq. The data analyzed were about indexation, publishing of articles in foreign languages, journals promotion in social networks, area distribution of the journals and Qualis Capes analysis.

Keywords: Journals' Web Portal. Visibility. Scientific Journals. Scientific Communication.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A produção científica de um país, de uma universidade, de uma área do conhecimento, ou mesmo de um pesquisador está diretamente ligada à visibilidade dos periódicos e, conseqüentemente, dos artigos que divulgam um conhecimento e/ou o resultado de uma pesquisa. Nesse sentido, a visibilidade da publicação dos professores e/ou pesquisadores de uma universidade é fundamental para possibilitar abrangência e relevância à produção científica dessa instituição.

Com a tecnologia da informação e as iniciativas do movimento de acesso livre, surgiram os portais de periódicos. Estes se organizam mediante a utilização de *softwares* de arquivos abertos que possibilitam que diferentes áreas do conhecimento reúnam, em um único espaço virtual, a coleção de periódicos científicos de uma instituição.

Perante o desafio de agrupar em um único espaço os periódicos científicos de qualidade da Universidade Federal de Minas Gerais, e ao mesmo tempo estruturar uma política de periódicos perene e robusta, em 22 de outubro de 2015, nasceu o Portal de Periódicos da UFMG. Tal portal, criado pela Diretoria de Produção Científica (DPC) da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq), é um dos principais produtos da Política de Periódicos e tem por objetivos promover visibilidade interna e externa aos 62 periódicos¹ da instituição.

Além disso, a política de periódicos da UFMG segue os princípios de inclusão e de excelência que direcionam as ações relacionadas à qualificação dos profissionais e busca o aprimoramento dos periódicos científicos, como é possível inferir a partir do trecho a seguir.

Instituída com o intuito de aumentar a visibilidade dos periódicos produzidos no âmbito da Universidade, a Política de Periódicos da UFMG está ancorada em dois princípios – inclusão e excelência. O primeiro pauta o respeito à diversidade de áreas, temáticas, objetivos e formas de organização das publicações, enquanto o princípio da excelência orienta a política para garantir espaços de qualidade já existentes na Universidade, bem como fomentar e respaldar ações de melhoria dos periódicos, com base em critérios nacional e internacionalmente constituídos. (PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFMG).

Logo, com base nos princípios da referida Política, este artigo visa a fazer um breve panorama sobre os aspectos associados à visibilidade dos periódicos presentes no Portal da

¹ Abrangidos pela política são 62 periódicos, entretanto, a Universidade conta com um quantitativo maior.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

UFMG. Tal panorama inclui referências teóricas sobre o assunto e estatísticas específicas dos periódicos dessa instituição. Foram considerados aspectos de visibilidade tais quais indexação, publicação de artigos em línguas estrangeiras, divulgação dos periódicos em redes sociais, entre outros.

2 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

O primeiro periódico surgiu na França em 1665, intitulado *Journal des Sçavans*, logo após Londres publicou *Philosophical Transactions*, que foi o primeiro com característica de científico e que possuiu o processo de revisão de pares. Ressalta-se, desde o início, como função dessa publicação, o papel de registrar a memória, cancelar a qualidade e testemunhar a autoria e a produção científica (GUANÃES, 2012). Ademais, salienta-se que, em 1894, foi lançada a Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais², o segundo periódico científico mais antigo do Brasil e o primeiro editado no âmbito da UFMG.

Apesar de os periódicos estarem em constante aprimoramento desde então, é a partir do século XIX que as mudanças em relação ao formato se estabelecem (utilização de resumos, referências ao final do artigo etc.). O crescimento acentuado da quantidade de periódicos, no século XIX, se deu pelo surgimento de alguns dedicados a resumos, como forma de divulgar os artigos de forma sucinta e facilitar a avaliação de sua pertinência para os pesquisadores. No entanto, para Meadows (1999), os periódicos dedicados a resumos estão mais pautados na área de ciências naturais do que na de humanas, apesar de ao longo do tempo os resumos se consolidarem como parte dos artigos.

Neste mesmo período, surgem os índices e bibliografias com o objetivo de facilitar o acesso aos artigos nos periódicos. O primeiro surgiu em 1879, *Index Medicus*, seguido pelo *Chemical Abstracts* e *Biological Abstracts*, os quais seriam os precursores das bases de dados bibliográficas (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006).

É interessante notar que, durante o período de 1900 a 1960, houve um aumento considerável no nível da educação, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido. Por consequência, sucedeu um aumento de estudantes de doutorado, o que impactou no

² Fonte: <<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/announcement/view/12>>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

número de artigos publicados e no crescimento da comunidade científica. Para Meadows (1999) é preciso considerar diversas questões ao analisar esse crescimento como

[...] o que constitui um 'periódico científico'. Por exemplo, devem-se incluir nessa categoria periódicos que publicam apenas artigos de revisão bibliográfica? De qualquer modo, que proporção de pesquisas originais uma revista deve conter para que seja computada como periódico científico. [...] (MEADOWS, 1999, p.15)

O autor também fala sobre a criação e a extinção dos periódicos que podem ser registradas nos catálogos editoriais ou não. Além disso, fenômenos como divisão e fusão de títulos afetam a quantidade de periódicos existentes, sem mencionar aqueles que permanecem inativos por determinado tempo. Ainda segundo Meadows (1999), levando em conta os fatores descritos sobre a dificuldade de verificação desses dados, em 1951 existiam 10.000 títulos no mundo, já em 1987 existiam 71.000, um aumento de cerca de 610%, o que ilustra o considerável aumento da produção científica nesse período.

Os avanços tecnológicos do século XX permitiram o surgimento do periódico no formato eletrônico. Em um primeiro momento, como uma simples reprodução do modelo impresso. Entretanto, com a dinâmica dos recursos possíveis pela tecnologia, surgem novos modelos de periódicos com a gestão eletrônica da editoração, bem como aspectos de navegabilidade, usabilidade, interação e hipertextos que essa nova mídia disponibiliza. Independente do formato, seja impresso ou eletrônico, observa-se que o periódico mantém seu propósito de comunicar conhecimento. “A publicação de uma descoberta científica é fator crucial para a legitimação da ciência. Quando submete um artigo à avaliação, o pesquisador busca atribuir visibilidade ao seu trabalho” (BOMFÁ, 2009, p. 20). Nesse sentido, no contexto da comunicação científica é prática do autor identificar o alcance do periódico em sua área de conhecimento antes de submeter seu artigo.

3 VISIBILIDADE DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

A visibilidade da produção científica ou de um pesquisador está associada, dentre diversos fatores, à visibilidade dos periódicos científicos. Packer e Meneghini (2006) ressaltam que quanto mais visível é um periódico, assim também será a produção científica nele publicada. Os autores ainda destacam que a visibilidade dos periódicos tem duas dimensões, a primeira é ser referência em uma disciplina ou área temática, e a segunda é ser



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

indexado por índices de prestígio nacional ou internacional. É fundamental, portanto, analisar as diversas influências pertinentes a essa visibilidade.

Gruszynski (2007) mostra que a noção de visibilidade é estratégica para o desenvolvimento editorial de um periódico. Deve-se considerar a clareza do *layout* de uma publicação, *web design* e acessibilidade, que são aspectos importantes no planejamento editorial, tanto quanto as questões de qualidade e credibilidade, também intrínsecas a um periódico de referência. Contudo, a autora alerta que a visibilidade depende da capacidade de a publicação ser acessada em bases de dados e índices.

Em consonância, Castro (2011) destaca que a indexação de periódicos científicos em bases de dados confere, a estes, maior visibilidade, na medida em que pesquisadores filtram suas buscas nessas bases, aumentando a chance de que artigos publicados em periódicos indexados sejam mais facilmente encontrados. Gonçalves, Ramos e Castro (2006) acrescentam que a indexação de periódicos tem ainda uma importância que, num âmbito mais geral, confere mais que visibilidade, atribuindo, também, maior segurança quanto ao registro, às formas de acesso e à preservação da memória, posto que a importância da indexação se estende ao controle bibliográfico da produção científica nacional.

Considera-se como referência a base de dados do SciELO³ (*Scientific Electronic Library Online*), que é uma biblioteca eletrônica com uma coleção selecionada de periódicos científicos, como projeto desenvolve uma metodologia para preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica. O documento elaborado pelo SciELO, em 2014, *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil*, estabelece diretrizes para melhorar a qualidade e a visibilidade dos periódicos. Um dos aspectos abordados é a internacionalização por meio da publicação de artigos em outros idiomas e a participação de estrangeiros na comissão editorial e autoria.

A internacionalização das pesquisas é importante, principalmente, pelo caráter do “conhecimento cumulativo” da ciência, no qual novas pesquisas se tornam viáveis e são produzidas a partir de outras, de maneira que a colaboração entre autores é imprescindível

³ Informação disponível em <<http://www.scielo.br>> acesso em 17 de maio de 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

para a produção de conhecimento. Nesse sentido, o documento do SciELO traz como critério a publicação de artigos em inglês. A recomendação varia conforme a área do conhecimento, sendo que a orientação é que, em média, no mínimo 60% dos artigos, de um periódico, sejam publicados nesse idioma, considerando um desvio de 40% a menos e 25% a mais.

Outro ponto abordado pelo documento do SciELO estabelece que os periódicos devem contar com um plano operacional de marketing e divulgação. A partir dessa estratégia, entre outras exigências, o uso de redes sociais tornou-se um dos critérios para a entrada e permanência dos periódicos na coleção. O documento estimula a inserção dos periódicos não apenas nas redes sociais mais populares, como *Facebook*, *Twitter* e *Myspace*, mas também em outras plataformas destinadas à comunicação científica, por exemplo, *Academia.edu*, *Mendeley*, *ResearchGate* e *ResearchID*⁴.

Para além das redes sociais, os portais possibilitam a visibilidade dos periódicos científicos das universidades, como mostra o estudo de Ferreira e Caregnato (2014). As autoras se propuseram a analisar os atributos e as características que promovem a visibilidade das publicações do Portal de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Elas partiram da premissa de que a visibilidade não é formada por um único atributo e analisaram, além da indexação de periódicos em bases de dados, fatores como: publicação eletrônica na Internet, acesso aberto, idiomas de publicação do periódico, e os índices e bases de dados nacionais e internacionais que os indexam.

Nesse sentido, os portais influem no aumento da visibilidade tanto das próprias produções quanto das instituições das quais são originárias, contribuem para o fortalecimento do sistema de comunicação científica, "expandindo o acesso aos resultados da investigação e assumindo o apoio aos editores e a responsabilidade da disseminação e preservação dos periódicos da instituição" (RODRIGUES; FACHIN, 2010, p. 38).

4 PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFMG

Os portais de periódicos científicos de Acesso Livre tornaram-se possíveis com o uso dos *softwares* de Arquivo Aberto, os quais permitem agrupar o conjunto de periódicos

⁴ Segundo o documento, a "presença na Web e nas redes sociais é medida pelos indicadores fornecidos pela companhia Altmetric.com." (SciELO, p. 25).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de diferentes áreas do conhecimento de uma mesma instituição. Os portais de periódicos⁵ têm como objetivo principal ajudar os pesquisadores a encontrarem informações específicas acerca de autores, títulos, temas etc. Servem, também, como filtro de informações mais relevantes para os usuários, pois as apresentam por meio de uma interface única (GARRIDO; RODRIGUES, 2010). De acordo ainda com as autoras,

Um portal de periódicos científicos e acadêmicos, além de ter características próprias (centralizador de informações relevantes, padronização, segurança), também exige uma organização institucional, a fim de registrar a identidade da produção científica da instituição. A instituição de ensino ou pesquisa tem responsabilidades institucionais técnicas (pela preservação dos dados, tipos de arquivos) e operacionais (cursos, suporte, padrões, serviços) (GARRIDO; RODRIGUES, 2010, p.62).

Nesta perspectiva, a UFMG criou, em 2015, a Política de Periódicos, a qual promove, junto à comunidade específica de editores, algumas ações para melhorar a qualidade e a visibilidade dos periódicos, além de possibilitar a formação da equipe de editores e demais participantes da estruturação de um periódico. Dentre as atividades identificadas por meio de uma avaliação sistemática e contínua dos periódicos, observou-se a demanda por cursos que abordassem diagramação, indexação, normalização, Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), dentre outras demandas acompanhadas pela incubadora de periódicos.

Com o intuito de identificar e analisar fatores de visibilidade dos periódicos do Portal de Periódicos da UFMG, foi realizada uma pesquisa de natureza quali-quantitativa que utilizou por método o levantamento de dados, no período de fevereiro a maio de 2016, junto ao conteúdo disponível no próprio site e redes sociais dos periódicos científicos. Ademais, para complementar a análise, foram realizadas pesquisas no Portal de Periódicos da Capes, no SciELO e na plataforma Sucupira para avaliar o Qualis.

⁵ Há diferença entre portais de periódicos e repositórios. Enquanto o primeiro é próprio para publicações científicas validadas pelos pares e indexadas em base de dados de diferentes áreas do conhecimento, os repositórios disponibilizam as mais diversas publicações acadêmicas das instituições.



4.1 PERIÓDICOS INDEXADOS EM BASES DE DADOS

A indexação dos periódicos nacional e internacionalmente é primordial para a visibilidade dos periódicos. A tabela abaixo apresenta, por área do conhecimento, a quantidade de periódicos indexados, em média, em bases nacionais e internacionais.

TABELA 1 - Periódicos Indexados e Média de Indexadores Nacionais e Internacionais

ÁREA DO CONHECIMENTO ⁶	QUANTIDADE DE PERIÓDICOS INDEXADOS	Nº MÉDIO DE INDEXADORES NACIONAIS	Nº MÉDIO DE INDEXADORES INTERNACIONAIS
Ciências Exatas e da Terra	-	-	-
Ciências Biológicas	1	0	7
Engenharias	1	0	2
Ciências Agrárias	2	3	3
Outros	2	0	2
Ciências da Saúde	3	1	4
Ciências Sociais Aplicadas	5	1	7
Ciências Humanas	10	2	3
Linguística, Letras e Artes	11	4	5
TOTAL	35	1	4

Fonte: Portal de Periódicos da UFMG, CNPq e sites dos periódicos do Portal de Periódicos da UFMG

Na TAB. 1, é possível inferir que mais da metade dos periódicos da UFMG se encontra indexada. Porém, destaca-se o fato de que cerca de 44% não estão indexados. É interessante observar, além disso, que há uma maior tendência de indexar os periódicos em

⁶ Área do conhecimento conforme classificação do CNPq.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

fontes internacionais em detrimento das nacionais. Percebe-se uma predisposição dos editores a buscarem indexadores internacionais com o intuito de alcançar maior visibilidade para as suas publicações.

4.2 PERIÓDICOS DA UFMG DISPONÍVEIS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal Capes) é referência no contexto do ensino superior brasileiro. Este tem por objetivo a democratização e internacionalização do conhecimento científico, sendo, no Brasil, a principal fonte de consulta de pesquisas e publicações desenvolvidas no âmbito acadêmico. Baseado nisso, foi feito um levantamento da quantidade de periódicos encontrados no Portal Capes.

TABELA 2 – Periódicos do Portal de Periódicos da UFMG presentes no Portal Capes

Periódicos	%
Presentes	55
Não presentes	45

Fonte: Portal de Periódicos da Capes

Inferese, a partir dos dados acima, que mais da metade dos periódicos incluídos no Portal da UFMG estão presentes no Portal Capes. Entretanto, a existência de quase 45% que não são encontrados no Portal demonstra que há um desafio no sentido de promover esforços para ampliar a visibilidade dos periódicos da UFMG.

4.3 PERIÓDICOS DA UFMG INDEXADOS NO SCIELO

Devido à representatividade da base de dados do SciELO, uma vez que ela propõe promover os periódicos produzidos pelas instituições nacionais dos países ibero-americanos e da África do Sul⁷ no cenário internacional, e ao rigor dos critérios para entrada na coleção, é relevante verificar quais periódicos do Portal da UFMG estão indexados no SciELO.

⁷ Consultado em 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica.



TABELA 3 - Periódicos indexados no SciELO

ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANTIDADE DE PERIÓDICOS
Ciências Agrárias	1
Ciências da Saúde	1
Ciências Sociais Aplicadas	2
Linguística, Letras e Artes	2
Ciências Humanas	4
TOTAL	10

Fonte: Plataforma SciELO

No levantamento realizado na base de dados SciELO, conforme a TAB. 3, 16% dos periódicos da UFMG estão indexados nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. É importante salientar que determinadas áreas do conhecimento da base SciELO encontram-se saturadas, não comportando novas indexações de periódicos, conforme afirmou Abel Packer, diretor do SciELO (2016). Além disso, observa-se que nem todos os periódicos têm interesse em serem indexados na base por diversos fatores, tais como a não adequação aos critérios por ela propostos.

4.4 CLASSIFICAÇÃO DOS PERIÓDICOS DA UFMG NA PLATAFORMA SUCUPIRA (QUALIS CAPES)

O sistema de avaliação por meio do Qualis encontra-se inserido na plataforma Sucupira da CAPES e tem por objetivo principal avaliar a qualidade dos periódicos, conferindo maior transparência e confiabilidade para toda a comunidade científica. A atribuição de qualidade aos periódicos é uma política do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), cuja nota varia entre A1 (mais atrativo) à C (menos atrativo). Para ser atribuída uma nota, são levadas em consideração informações acerca de hexogenia do periódico (artigos e corpo editorial), fator de impacto e se o mesmo cumpre as regras pré-estabelecidas de periodicidade. No contexto dos periódicos do Portal da UFMG, a notas que são atribuídas a eles pelo Qualis servem como parâmetro para identificar possíveis deficiências dos periódicos.



TABELA 4 – Avaliação Qualis dos periódicos

ÁREA DE CONHECIMENTO	QUALIS (VALORES ABSOLUTOS)								
	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	Não possui
Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Engenharias	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ciências Exatas e da Terra	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Ciências Agrárias	-	1	-	-	-	-	1	1	1
Outros	-	-	-	-	-	1	1	-	1
Ciências da Saúde	-	-	-	2	-	2	-	-	2
Ciências Sociais Aplicadas	-	2	4	-	-	-	2	1	5
Linguística, Letras e Artes	4	3	0	2	1	0	1	1	3
Ciências Humanas		3	1	3	3	1	3	1	1

Fonte: Plataforma Sucupira, Qualis 2014

Dentre as grandes áreas do conhecimento, a única que possui periódicos com Qualis A1, o mais alto na classificação, é a de Linguística, Letras e Artes, com 4 periódicos. Já com Qualis A2, o segundo mais alto, apresenta uma distribuição mais ampla, tendo um periódico das Ciências Exatas e da Terra, um das Ciências Agrárias, dois das Ciências Sociais Aplicadas, três da Linguística, Letras e Artes e igualmente três das Ciências Humanas. Portanto, os estratos A1 e A2 somam quatorze periódicos, o que equivale a cerca 22% dos periódicos reunidos no Portal da UFMG. Valor percentual pouco acima deste refere-se aos periódicos sem Qualis, que totalizam quinze.

O que se observa, portanto, é a necessidade de ações por área do conhecimento, bem como ações que abarquem o conjunto de periódicos, seja para mantê-los em boas classificações, seja para galgarem degraus.

4.5 CONCENTRAÇÃO DE PERIÓDICOS POR ÁREA DE CONHECIMENTO DO CNPQ



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos periódicos do Portal da UFMG por área do conhecimento.

TABELA 5 – Periódicos por área de conhecimento da CNPq

ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANTIDADE DE PERIÓDICOS
Ciências Biológicas	1
Engenharias	1
Ciências Exatas e da Terra	2
Ciências Agrárias	3
Outros	3
Ciências da Saúde	6
Ciências Sociais Aplicadas	14
Linguística, Letras e Artes	15
Ciências Humanas	17
TOTAL	62

Fonte: Portal de Periódicos da UFMG e CNPq

Com base na tabela acima, é possível perceber que a maior concentração de periódicos pertence, respectivamente, às áreas de Ciências Humanas, de Linguística, Letras e Artes e de Ciências Sociais Aplicadas, sendo que essas três áreas juntas somam 74% dos periódicos (46 títulos). Já as demais áreas, que incluem as Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias Agrárias e outras, representam, juntas, 26% do total (16 títulos). Curiosamente, esses dados se opõem aos demonstrados por Meadows (1999), em seu livro *A comunicação científica*, no qual o autor sugere que a publicação da área de Ciência e tecnologia, correspondente às áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde e Ciências Agrárias, é superior à das demais áreas.

4.6 PERIÓDICOS QUE PUBLICAM ARTIGOS EM OUTROS IDIOMAS

Os periódicos da UFMG se atêm à tendência da internacionalização e a grande maioria publica artigos científicos em outros idiomas (Alemão, Italiano, Francês, Espanhol e Inglês). A tabela abaixo reúne as informações sobre esse tópico.



TABELA 6 – Periódicos que aceitam artigos em outros idiomas

IDIOMA	QUANTIDADE DE PERIÓDICOS
Alemão	1
Italiano	3
Não informa	6
Não aceita	7
Francês	14
Espanhol	29
Inglês	42

Fonte: Sites dos periódicos que constam no Portal de Periódicos da UFMG

Como é possível perceber na TAB. 6, dos 62 periódicos, 42 (68%) publicam em inglês. Deve-se ressaltar que, dentre os periódicos do Portal da UFMG, encontram-se periódicos que publicam em mais de uma língua.

4.7 REDES SOCIAIS

Conforme explorado anteriormente, as redes sociais são um poderoso instrumento de visibilidade para os periódicos científicos e próximo de um terço dos reunidos no Portal da UFMG possuem Facebook, conforme apresentado na TAB. 7.

TABELA 7 – Periódicos que possuem perfis em redes sociais

REDE SOCIAL	%
Facebook	31
Não possuem	64
Citação no Facebook ⁸	5

Fonte: Facebook (consulta realizada em maio de 2016)

O levantamento dos dados permitiu perceber, no que tange à visibilidade dos periódicos nas redes sociais, que apenas 31% dos periódicos possuem Facebook. Entretanto, o Portal de Periódicos assume a postura de "rede social" dos periódicos

⁸ Os periódicos possuem citações dentro do Facebook, entretanto não formalizam-se como uma página em si.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

científicos, existe, ali, um filtro dos periódicos que proporciona uma acessibilidade facilitada. Foi verificado, até o momento do levantamento, que nenhum dos periódicos analisados utilizam redes sociais acadêmicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em visita aos sites dos periódicos reunidos no Portal de Periódicos da UFMG, é possível perceber que alguns deles falham em apresentar de forma objetiva, ou simplesmente não apresentam, informações desejáveis no que tange aos padrões de qualidade de publicações científicas reconhecidos internacionalmente, dentre eles o próprio SciELO. Em acordo com Gonçalves, Ramos e Castro (2006), foi considerado que tais falhas decorrem não só por causas institucionais ou econômicas, mas, também, devido ao desconhecimento desses padrões e à sua devida importância.

O Portal de Periódicos da UFMG expressa o reconhecimento institucional de tais dificuldades e, ao mesmo tempo, constitui-se enquanto instrumento para colaborar com a superação destas rumo à excelência. Como forma de administrar tais dificuldades e visando a uma atividade de aceitabilidade das publicações científicas nos padrões solicitados pelas bases indexadoras, dentro do proposto pela Política de Periódicos, a Diretoria de Produção Científica oferece cursos de aperfeiçoamento das equipes editoriais. Considera-se, como exemplo de atividade, o curso oferecido em dezembro de 2015, cujo tema, *Redes sociais e periódicos científicos*, foi trabalhado conforme solicitações propostas pelo SciELO. Foram oferecidas, além disso, durante o primeiro semestre de 2016, palestras relativas ao *1º Ciclo de Formação de Editores*, nas quais o Portal trabalhou questões específicas: *Entrada e permanência na base SciELO*, *Crítérios para indexação em base de dados*, *SEER*, *Bases de citação e Bibliometria e Fator de Impacto*.

Entretanto, compreende-se que parte do empenho dos periódicos científicos a se adequarem, ou não, à demanda da Política. Devido a isso, encontra-se divergências entre a qualidade dos periódicos, um problema a ser encarado. Vale salientar, também, a importância da manutenção do site dos periódicos e das informações ali contidas, as quais podem ser utilizadas em pesquisas, evitando incongruências entre informações atuais e as apresentadas por eles.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

REFERÊNCIAS

BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto. **Modelo de gestão de periódicos científicos eletrônicos com foco na promoção da visibilidade**, 2009. 238f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Facebook. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes; CAREGNATO, Sônia Elisa. Visibilidade de revistas científicas: um estudo no Portal de Periódicos Científicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **TransInformação**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 177-190, maio/ago., 2014. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/2452/1857>>. Acesso em: 12 maio 2016.

GARRIDO, Isadora dos Santos; RODRIGUES, Rosangela Schwarz . Portais de periódicos científicos online: organização institucional das publicações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.2, p.56-72, maio./ago. 2010.

GONÇALVES, Andréa; RAMOS, Lucia M. S. V. C.; CASTRO, Regina C. F. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: Poblacion, D.A.; Witter, G.P.; Silva, J.F.M. (Org.). **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p.165-190.

GRUSZYNSKY, Ana Cláudia. A edição de periódicos científicos eletrônicos: desafios para a visibilidade da ciência na Web. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30 2007, Santos. [**Anais Eletrônicos...**]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ana_Gruszynski/publication/242462158_A_edio_de_peridicos_cientficos_eletrnicos_desafios_para_a_visibilidade_da_cincia_na_Web_1/links/0f317534c198b8ae71000000.pdf>. Acesso em 10 maio 2016.

GUANAES, Pcv ; Guimaraes, Mcs. **Perspectivas em Ciência da Informação**, 2012 Jan-Mar, Vol.17(1), pp.56-73

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 1999.

PACKER, Abel L. MENEGHINI, Rogério. Visibilidade da produção científica. In: POBLACIO, Dinah Aguiar , WITTER, Geraldina Porto, SILVA, José Fernando Modesto da (org.). **Comunicação & Produção Científica: contextos, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. cap.6, p. 237 -259.

PACKER, Abel. **Critérios para entrada e permanência no SciELO. Belo Horizonte**, Universidade Federal de Minas Gerais, 20 de abril de 2016. (Comunicação oral).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Plataforma Sucupira da Capes. Disponível em:
<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 13 maio 2016.

Portal CNPq. Tabela de Áreas do Conhecimento. Disponível em:
<<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>.
Acesso em: Acesso em: 27 abr. 2016.

Portal de Periódicos da Capes. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome>. Acesso em: 13 maio 2016.

PORTAL DE PERIÓDICOS DA UFMG. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/periodicos/sobre/>>. Acesso em: 13 maio 2016.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; GARCIA, Cristiane Luiza Salazar. Portais de Periódicos científicos: a situação das Universidades de Santa Catarina. In: ENANCIB, 15, 2014, Belo Horizonte. **Além das Nuvens: expandindo as fronteiras da ciência da informação**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2014.

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; FACHIN, Gleisy Regina Bories. **Portal de Periódicos Científicos: um trabalho multidisciplinar**. Transição, Campinas, v. 22, n.1, p. 33-45, jan/abr., 2010.

SciELO. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 19 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

X EDICIC – 2016



Área Temática: Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos

**XVI ENANCIB: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS PESQUISADORES
DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

***XVI ENANCIB: ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE
POSTGRADUATE PROGRAM OF SCIENCE INFORMATION AT FEDERAL
UNIVERSITY OF MINAS GERAIS***

**Anna Karoline Pacheco Teixeira de Araújo, UFMG
Elaine Diamantino Oliveira, UFMG**

Resumo: Os eventos científicos são canais tradicionais e fundamentais no sistema de comunicação científica, pois criam a possibilidade de interação entre os pares, importante para a validação e disseminação do conhecimento produzido. Neste trabalho, pretende-se analisar o principal evento brasileiro da área de Ciência da Informação, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB. Em especial, identificar as contribuições dos trabalhos apresentados por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG (PPGCI-UFMG) na décima sexta edição do evento, realizado em 2015. Apresenta a frequência de trabalhos apresentados por Grupos de trabalho (GT), os temas recorrentes e os autores mais citados. Como resultado da pesquisa, aponta-se a presença do PPGCI-UFMG em todos os GT's do ENANCIB 2015, com uma média de 2 (dois) artigos por GT. Foram 299 (duzentos e noventa e nove) artigos apresentados nesta edição do evento, sendo que 26 (vinte e seis) são de pesquisadores do PPGCI-UFMG. Os indicadores adotados neste levantamento permitiram uma melhor visualização da produção científica dos pesquisadores do PPGCI/UFMG no ENANCIB 2015, apontando as tendências de pesquisa do programa na atualidade e a distribuição dessas tendências de acordo com os GT's pertencentes ao evento.

Palavras-chave: Comunicação científica. Eventos científicos. Ciência da Informação. ENANCIB.

Abstract: The scientific events are traditional and fundamental channels in the scientific communication system, because they create the possibility of interaction between pairs, important for the validation and dissemination of the knowledge produced. In this work, we intend to analyze the main Brazilian event of Science Information in the National Meeting of Research in Information Science - ENANCIB. In particular, identify the contributions of the papers presented by researchers of the Postgraduate Program of Information Science (PPGCI-UFMG) in at the sixteenth edition of the event held in 2015. It presents the frequency of papers presented by Working Groups (WG), themes recurrent, most cited authors. As a result of the research, points to the presence of PPGCI-UFMG in all ENANCIB's Working Groups. There were 299 (two hundred and ninety nine) articles presented in this edition of the event, and 26 (twenty-six) are researchers PPGCI-UFMG. The indicators adopted in this survey allowed better visualization of scientific production of researchers PPGCI /UFMG in 2015, pointing out the research trends of the program at the present time and the distribution of these trends.

Keywords: Scientific Communication. Scientific Events. Information Science. ENANCIB.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1. INTRODUÇÃO

Uma área do conhecimento se desenvolve por meio de vários canais de comunicação científica. Estes canais têm por objetivo divulgar e validar o conhecimento produzido. A comunicação é tão importante quanto a própria pesquisa, pois esta só será legitimada após ter sido avaliada e aceita pelos pares. Assim, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do sistema de pesquisa científica (MEADOWS, 1999).

Mueller (2006) considera que o sistema de comunicação científica é a infraestrutura da comunidade científica, uma vez que garante o acesso às pesquisas validadas pelos pares que já foram publicadas, evitando redundâncias e preservando a autoria das pesquisas.

A comunidade científica historicamente criou estratégias para fazer circular a informação por ela produzida. Os canais mais adotados para a disseminação das descobertas feitas pela comunidade científica foram, principalmente, através dos artigos publicados em revistas científicas e de apresentações em eventos científicos.

Os eventos científicos, em sua especificidade, “são estruturas formais que propiciam o encontro de pessoas com interesses comuns numa determinada área do conhecimento, com objetivo de intercâmbio e/ou comunicação” (GOMES, 1981, p. 72). Nesses espaços é possível visualizar o crescimento e as tendências do campo do conhecimento a ele pertencente.

Neste trabalho, pretende-se analisar o principal evento brasileiro da área de Ciência da Informação, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB. Em especial, identificar as contribuições dos trabalhos apresentados por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG na décima sexta edição do evento, realizado em 2015.

2. A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A comunicação científica visa, basicamente, à disseminação de informações especializadas entre os pares, com o intuito de tornar conhecidos, na comunidade científica, os avanços obtidos (resultados de pesquisas, relatos de experiências, etc.) em áreas específicas ou a elaboração de novas teorias ou refinamento das existentes.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Garvey¹ (1979, apud TARGINO, 2000, p. 10) considera a comunicação científica como “as atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação, desde a hora em que o cientista tem a ideia da pesquisa até o momento em que os resultados de seu trabalho são aceitos como parte integrante do conhecimento científico”.

A divulgação da comunicação científica pode acontecer de forma oral (seminários, palestras, conferências, apresentações em congressos) ou de forma escrita (resumos em congressos, teses, dissertações, revistas, anais completos de congressos com artigos completos, livros, etc...). Já os canais da comunicação científica se divide em formais e informais. A comunicação informal faz uso dos canais informais que inclui, na sua maioria, comunicações de caráter mais pessoal ou que se referem à pesquisa ainda não concluída, como comunicação de pesquisa em andamento e certos trabalhos de congressos. A comunicação formal se utiliza de canais formais, como são geralmente chamadas as publicações com divulgação mais ampla, como periódicos e livros. Enquanto os canais informais permitem um bom nível de interação com o pesquisador, os canais formais tradicionais geralmente não prevêm isso (MEADOWS, 1999).

O conjunto dessas publicações, denominada literatura científica, permite a exposição constante das pesquisas ao julgamento de seus pares, em busca de um consenso que garanta a sua confiabilidade. Assim, toda área científica não pode existir sem literatura científica, tendo em vista que sem o aval dos seus pares, o conhecimento resultante da pesquisa conduzida pelos cientistas não será validado e não será considerado científico (ZIMAN, 1979). Esse sistema inclui, portanto, todas as formas de comunicação que os cientistas utilizam para enriquecer e validar as pesquisas, o que contribui para desenvolver o conhecimento nessa determinada área.

3. EVENTOS CIENTÍFICOS

Os eventos científicos é um dos veículos de produção e disseminação de informações relativas ao progresso da ciência. É no espaço dos eventos que novas relações são estabelecidas entre os pares de uma determinada comunidade científica. Para Campello (2000) os eventos podem desempenhar diferentes funções: (1) encontros como forma de

¹ GARVEY, W.D. **Communication**: the essence of science. Oxford: Pergamon, 1979.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

aperfeiçoamento de trabalhos; (2) encontros como reflexo do estado-da-arte; (3) encontros como forma de comunicação informal.

Os eventos científicos assumem um papel de grande importância no processo da comunicação científica na medida em que a transmissão de novos conhecimentos é repassada de maneira mais rápida à comunidade científica que aqueles veiculados pelos meios formais de comunicação.

3.1 Eventos científicos na área de Ciência da Informação

Na Ciência da Informação (CI) os eventos científicos correspondem a grande parte das contribuições para o desenvolvimento da área, apesar de não ocuparem o mesmo status que os periódicos científicos. Mueller (2008) analisa que cada área do conhecimento faz uso de tipos de publicação diferentes como canais preferenciais para divulgação e validação do conhecimento que produzem. Ainda segundo a autora, estudos mostram que as Ciências Naturais e Exatas dão preferência ao artigo científico, as Engenharias e Tecnologias preferem os encontros científicos e as Ciências Sociais se utilizam tanto de artigos quanto de livros e capítulos de livros. Assim, pode-se observar que a CI, enquanto uma Ciência Social, também privilegia a publicação de artigos e capítulos de livros.

A evolução da área de Ciência da Informação no Brasil e no exterior tem propiciado o desenvolvimento de vários eventos científicos, com apresentações de resultados de pesquisa enriquecedores, revelando um amadurecimento necessário para a consolidação da área como uma ciência promissora.

Dentre os principais eventos da área de CI, citamos os de abrangência internacional: *International Conference on Conceptions of Library and Information Science – COLIS*; *International ISKO Conference*; *Encuentro de la Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC)*; Encontro Anual da ASIST (Associação para a Ciência da Informação e Tecnologia); Colóquio Internacional da Rede MUSSI; *Electronic Resources & Libraries*; *International Conference on Digital Libraries*; *International Conference on Education, Training and Informatics – ICETI*; *International Conference on Society and Information Technologies (ICSIT)*; *Congreso Internacional de Información*; Encontro de Diretores e Docentes de Biblioteconomia e CI do Mercosul;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Integrar: Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de documentação e Museus;

Já os eventos que tem direcionado as pesquisas em CI em âmbito nacional são: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB); Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria (EBBC); Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD); Seminário Nacional das Bibliotecas Universitárias (SNBU); Seminário em Ciência da Informação (SECIN) e Encontro Nacional de Ciência da Informação (CINFORM).

3.1.1 O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB

O ENANCIB é promovido anualmente pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e constitui no principal evento de pesquisa em CI do Brasil. O evento consiste de um foro privilegiado para apresentação e discussão da pesquisa científica em Ciência da Informação, congregando estudantes, pesquisadores e programas de pós-graduação nacionais.

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação – ANCIB é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em junho de 1989 numa ação conjunta de alguns Cursos e Programas de Pós-Graduação da área no país. Tem por objetivo acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil e, desde sua criação, tem atuado como uma instância de representação científica e política para o debate das questões pertinentes à área de informação.

As atividades da ANCIB se compõem em: Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), fórum de debates e reflexões que reúne pesquisadores interessados em temas especializados da Ciência da Informação, organizados em Grupos de Trabalho (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2016).

Os Grupos de Trabalho (GT's) são recortes que representam áreas temáticas da Ciência da Informação e são coordenados por pesquisadores com expressivo reconhecimento dentro da especialidade do grupo de trabalho. Esses grupos podem ser reformulados, desmembrados ou a criação de novos grupos, na tentativa de representar demandas da área de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Ciência da Informação. Atualmente, os GT's estão organizados em onze grupos e definidos da seguinte forma:

GT 1 Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação

GT 2 Organização e Representação do Conhecimento

GT 3 Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

GT 4 Gestão da Informação e do Conhecimento

GT 5 Política e Economia da Informação

GT 6 Informação, Educação e Trabalho

GT 7 Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

GT 8 Informação e Tecnologia

GT 9 Museu, Patrimônio e Informação

GT 10 Informação e Memória

GT 11 Informação & Saúde

O ENANCIB é um evento peculiar orientado à comunidade científica da Ciência da Informação, com a programação focada essencialmente na apresentação de pesquisas concluídas ou em andamento. Ao longo dos anos, os GT's sofreram e ainda sofrem influência das mudanças do campo. Assim, o surgimento ou a extinção de GT's reflete a própria dinâmica da CI, ou seja, configura-se tanto para as perspectivas futuras quanto para abordagens que já foram superadas.

4. O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – UFMG

Criado em 1976, originalmente com o nome de Pós-graduação em Biblioteconomia, o programa iniciou-se com o mestrado na área de Administração de bibliotecas. Em 1997 foi implementado o curso de doutorado em Ciência da Informação e, neste momento, o programa passou a ser denominado Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI, *online* 2016).

O PPGCI é um programa multidisciplinar que busca a construção de um saber comum, com aporte de diversas áreas do conhecimento. Tem como objetivo principal “formar profissionais com capacidade de reflexão crítica sobre as teorias e práticas de organização,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

disseminação, gestão e uso da informação, em uma abordagem interdisciplinar baseada em uma visão específica dos pesquisadores e dos profissionais da área” (PPGCI, *online*, 2016).

O PPGCI integra-se na área de concentração Produção, Organização e Utilização da Informação. As pesquisas desenvolvidas no âmbito do programa estão vinculadas a três linhas de pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC); Informação, Cultura e Sociedade (ICS); Organização e Uso da Informação (OUI). A linha GIC dá ênfase nos aspectos gerenciais, tecnológicos e comportamentais relacionados com necessidades, busca e uso da informação e do conhecimento, principalmente em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor. A linha ICS concentra-se na problemática informacional, ao apreender a informação sob uma perspectiva crítica, que envolve um processo de reflexão e interlocução entre os diferentes aspectos presentes na informação, ou seja, seus elementos históricos, culturais, políticos e sociais. Já a linha OUI volta-se para os estudos sobre a organização e o uso da informação, entendidas como funções básicas nas unidades de informação, sejam elas no contexto físico ou digital (PPGCI, *online*, 2016).

5. OBJETIVOS

O presente trabalho busca identificar a representatividade dos pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFMG) através dos trabalhos apresentados no XVI ENANCIB (2015). Em especial, pretende-se verificar quais os autores foram mais citados; as tendências temáticas por palavras-chave e quais GT's possuem maior concentração de pesquisadores do PPGCI-UFMG. Além disso, constatar se houve trabalhos do PPGCI-UFMG produzidos em cooperação com outras instituições/universidades.

6. CORPUS E MÉTODO DA PESQUISA

Os artigos apresentados no XVI ENANCIB (2015) pelos pesquisadores do PPGCI-UFMG foram objetos do presente trabalho. Para tanto, recuperamos os artigos apresentados a partir de uma busca no sítio eletrônico oficial do evento que pode ser representada pelo seguinte caminho: acesso ao sítio eletrônico do ENANCIB 2015 > ANAIS > Apresentações e Autores. Considerando a ausência de uma opção de recuperação da informação por



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

instituições as quais os autores eram vinculados, optamos por fazer busca manual. Assim, foram visualizados todos os artigos disponíveis no sítio eletrônico.

6.1 Etapas da pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa trilhou as seguintes etapas: 1) levantamento e seleção dos artigos do XVI ENANCIB, apresentados por pesquisadores do PPGCI-UFMG; 2) seleção das palavras-chave dos artigos que compõem o universo deste estudo; 3) levantamento dos autores mais citados nas bibliografias; 4) contagem e análise das palavras-chave através de planilhamento; 4) ilustração gráfica dos resultados da pesquisa.

7. RESULTADOS

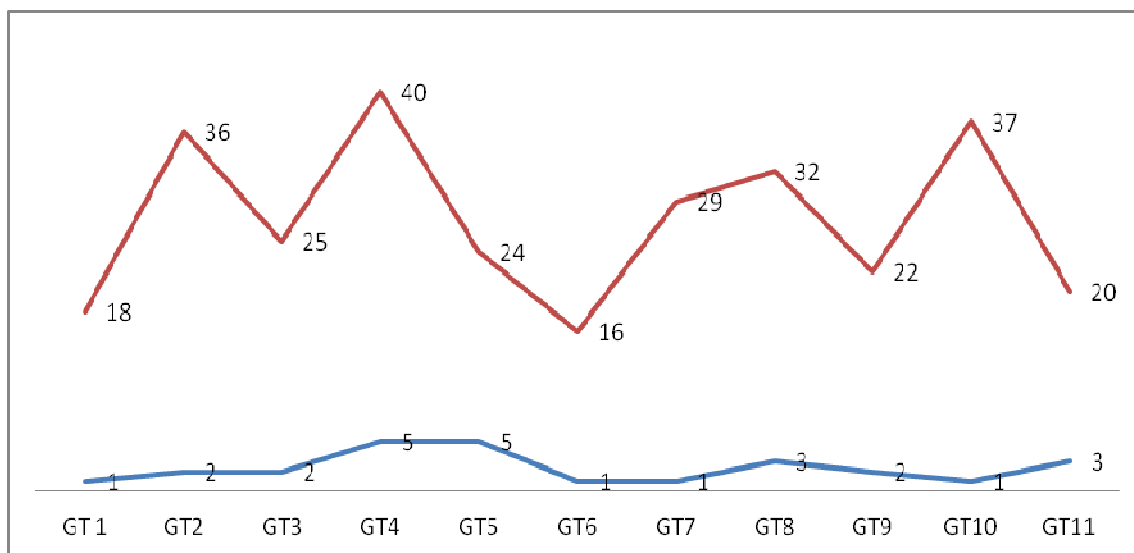
Para um curso de Pós-graduação a produção científica é tão basilar quanto às próprias disciplinas ofertadas. Considerando a importância mencionada do Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação e o seu destaque como um dos maiores eventos acadêmicos na área de Ciência da Informação no Brasil se faz necessário analisar a contribuição dos pesquisadores do PPGCI-UFMG no referido Encontro.

Um dos produtos mais visíveis da pós-graduação é constituído pela produção bibliográfica. Parte-se do pressuposto que a pós-graduação desenvolva pesquisas e que estas sejam divulgadas: a pesquisa que não é divulgada não passa a ter uma existência social e, portanto, em nada contribui para a geração do conhecimento na área (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, *online*).

No total foram encontrados 299 (duzentos e noventa e nove) artigos sendo que desse grupo 26 (vinte e seis) eram trabalhos apresentados por discentes e docentes do PPGCI-UFMG. Nesse compasso, 8.69% dos artigos referidos na aba denominada “Anais” no sítio eletrônico do ENANCIB 2015 foram oriundos de discentes e docentes do PPGCI-UFMG.

No GRAF.1 ilustra-se a representatividade numérica dos artigos publicados por GT no XVI ENANCIB, assim como a quantidade de artigos encontrados por GT dos pesquisadores do PPGCI-UFMG.

GRÁFICO 1 – Número de artigos por GT's



Fonte: elaborado pelas autoras, 2016.

Nota: A primeira linha refere-se ao número de artigos encontrados por GT. A segunda linha é o número de artigos encontrados por GT dos pesquisadores do PPGCI-UFMG.

Proporcionalmente, o GT 5 “Política e economia da informação” foi o que obteve o maior número de publicações por membros do PPGCI-UFMG, sendo 5 (cinco) artigos em um total de 24 (vinte e quatro) trabalhos apresentados pelo programa no evento. Por sua vez, o GT 10 “Informação e Memória”, em proporção, obteve o menor número de publicações por membros do PPGCI-UFMG, sendo 1 (um) artigo para um total de 37 (trinta e sete) trabalhos publicados.

Em todos os 11 (onze) GT's do ENANCIB 2015 houve publicações de discentes e/ou docentes do PPGCI-UFMG. Com a média de 2 (dois) artigos por GT, tal informação tende a demonstrar dois fatos: (1) a importância para os membros do PPGCI-UFMG em publicar no evento destinado especificamente à área da Ciência da Informação; (2) a pluralidade de pesquisas produzidas em contextos interdisciplinares.

No QUADRO 1 observa-se que 4 (quatro) artigos, nos GT's 2, 4 e 11 foram produzidos em cooperação com discentes ou docentes de outras universidades ou instituições.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

QUADRO 1 – Trabalhos do PPGCI-UFMG produzidos em cooperação com outras instituições

Artigo	GT	Cooperação
Consenso e garantia no contexto digital: entre as interoperabilidades efetivas e possíveis	02	UFMG e UFRJ
Competência Informacional em ambientes de trabalho: uma nova abordagem	04	UFMG e UNILESTE
A gestão de conteúdo corporativo em empresa do setor elétrico: um relato de caso	04	UFMG e CEMIG
A informação em oncologia na era do Big Data	11	UFMG e Centro de Quimioterapia antibalística e imunoterapia

Fonte: elaborado pelas autoras, 2016.

A importância da participação em determinado evento tem cunho subjetivo e dependerá do contexto acadêmico do pesquisador, entretanto a pluralidade das pesquisas produzidas em contextos interdisciplinares confunde com a própria natureza interdisciplinar da Ciência da Informação. Grande parte dos pesquisadores compreende a CI como um campo teórico-prático capaz de cooperar e se desenvolver a partir de inúmeros contextos.

Entendimentos mais recentes, contudo, têm dado conta de que esse é o movimento interdisciplinar da Ciência da Informação: fazer dialogar, dentro dela, as contribuições das diferentes áreas de conhecimento. Assim, direcionados pela especificidade do olhar informacional promovido pela CI, conceitos oriundos de áreas díspares como Psicologia, Linguística, Computação, Sociologia e outras são ressignificados na CI, num processo de apropriação que é, ele próprio, a dinâmica interdisciplinar da área (ARAÚJO, 2014, p. 14).

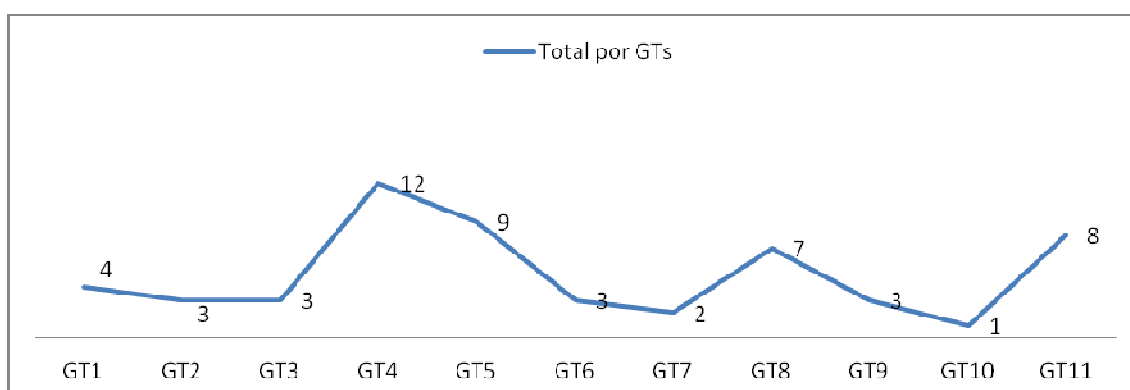
A grande maioria dos artigos publicados por membros da PPGCI-UFMG foi realizado em co-autoria, isto é, grande parte das pesquisas foi elaborada por mais de um autor, o que pode ser um indicativo de entrosamento entre os membros do Programa a partir de suas linhas de pesquisa ou a interação entre as mesmas. Outro indicativo possível é a escolha de trabalhos para serem apresentados que tenham mais de um Autor, entretanto essa possibilidade pode ser



considerada menos possível uma vez que não existem estudos profundos indicando que a qualidade de trabalhos acadêmicos é proporcional ao número de autores.

O número de pesquisadores do PPGCI-UFMG distribuídos por GT's pode ser observado no próximo gráfico.

GRAFICO 2 – Distribuição dos pesquisadores do PPGCI-UFMG por Grupos de Trabalho



Fonte: elaborado pelas autoras, 2016.

Apesar do gráfico acima apontar que o GT 4 denominado “Gestão da Informação e do Conhecimento” possui o maior número de autores, em termos matemáticos a maior média de autores por GT é vista, no QUADRO 2, no GT 1 “Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação” que possui 04 (quatro) autores por artigo.

QUADRO 2 – Média de autores por GT dividido pelo número de artigos

GT 1	GT 2	GT 3	GT 4	GT 5	GT 6	GT 7	GT 8	GT 9	GT 10	GT 11
4	1,5	1,5	2,4	1,8	3	2	2,33	1,5	1	2,66

Fonte: elaborado pelas autoras, 2016.

Na análise realizada não foi constatado grande número de palavras-chave comuns. Assim, das 117 (cento e dezessete) palavras-chave apontadas, pelos autores dos artigos que são membros do PPGCI/UFMG, apenas 6 (seis) coincidiram. Entretanto, observamos que as palavras-chave podem ser resultado de um desdobramento conceitual, consideradas objeto da mesma temática.



QUADRO 3 – Palavras-chave recorrentes

Palavra-chave	GT	Quantidade de vezes citada
Big Data	1 e 11	2
Capes – Portal de Periódicos	3 e 8	2
Ciência da Informação	1 e 6	2
Competência informacional	3 e 4	2
Gestão da Informação	4 e 9	2
Políticas de Informação	5	2

Fonte: elaborado pelas autoras, 2016.

No que tange a análise da bibliografia dos artigos produzidos pelos discentes e docentes do PPGCI/UFMG é interessante pontuar que foram observadas citações tanto de um grupo de autores, quanto de um autor específico. Além disso, outras fontes de informação como legislação, conteúdo empresarial, resoluções de organismos internacionais e orientações genéricas foram devidamente apontadas nas bibliografias.

Por questões metodológicas atinentes a objetividade de levantamento de dados, optamos por excluir da contagem todas as bibliografias citadas que não fossem periódicos, livros e trabalhos acadêmicos. Analisamos apenas as bibliografias cujo autor foi devidamente identificado. A partir desse quesito, foram encontradas 414 (quatrocentos e quatorze) obras citadas. Desse número, existe repetição de autoria, ou seja, uma obra diferente dividida por autores que já publicaram outras obras em conjunto. Também identificamos obras do mesmo autor sendo citadas mais de uma vez. No QUADRO 4 aponta-se os autores mais citados.

QUADRO 4 – Bibliografia: autores recorrentes

Autor/Autores	GT	Número de vezes citada
ARAÚJO, C. A. Á.	3 e 4	3
BATES, M.	1 e 8	2
BEALE, T; HEARD, S.	11	2
BERNERS-LEE, T.	1 e 10	3
BIZER, C.; HEATH, T.; BERNERS-LEE, T	1 e 10	3
BODENREIDER, O	2 e 11	2
CHARTIER, R.	9	2
DESVALLÉES A.; MAIRESSE, F.	9	2



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

DOYLE, C. S.	3 e 4	3
DURAND, G.	3	2
FLORIDI, L.	1	2
GRANATO, M.	9	2
HUTCHINS, E.	4	3
KEOHANE, R.O.	5	2
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.	4 e 11	2
LANCASTER, F. W.	3, 8 e 11	4
LANKHORST, M.	4 e 8	2
LLOYD, A.	2	2
LOUREIRO, J. M. M.	9	2
MAFFESOLI, M.	3	2
MASSAD, E. MARIN, H. F.; AZEVEDO NETO, R. S.	11	2
MENESES, U. T. B.	9	3
MEYER, A. M.; BASCH, E.	11	2
POMIAN, K.	9	3
SALTON, G.	8	2
SARACEVIC, T	1, 4 e 5	3
SAVOLAINEN, R.	3 e 4	2
SMITH, B.	2 e 11	4
SPITZER, K. L., EISENBERG, M. B. & LOWE, C.A.	3 e 4	2
TOFLER, A.	5	2
TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R.	3	2
VICKERY, B. C.	1 e 2	2
WIERINGA, R.	8 e 11	2

Fonte: elaborado pelas autoras, 2016.

Dos autores mais recorrentes, nota-se que F. W. Lancaster e B. Smith receberam o maior número de citações no conjunto de artigos produzidos pelo PPGCI-UFMG.

No QUADRO 5 pode-se observar que 42 (quarenta e dois) pesquisadores do PPGCI-UFMG apresentaram artigos no ENANCIB 2015. Destaca-se o pesquisador Maurício



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

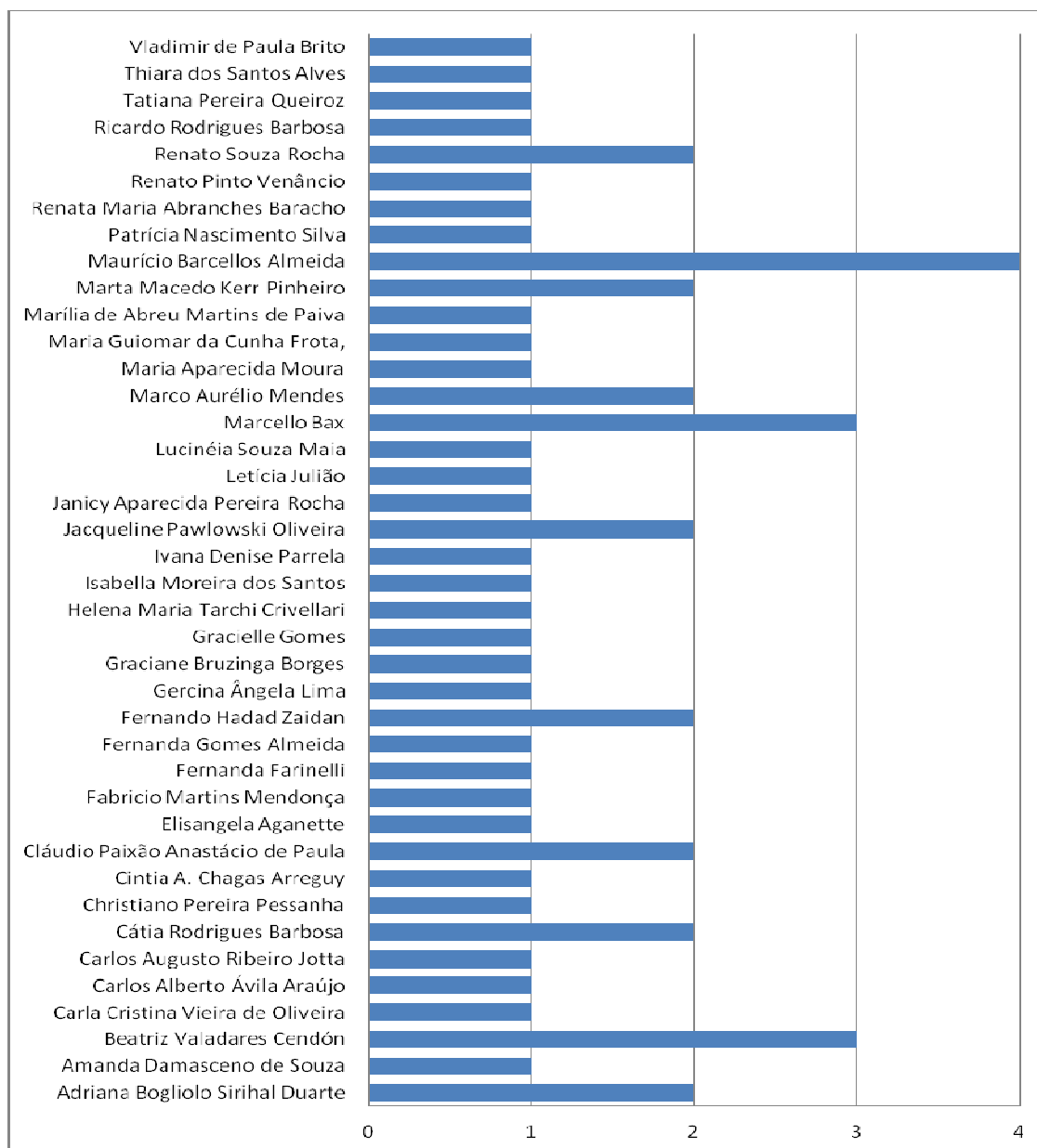
Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Barcellos Almeida com 4 (quatro) trabalhos apresentados; Beatriz Valadares Cendón e Marcello Bax, com 3 (três) cada um.

QUADRO 5 – Pesquisadores do PPGCI/UFMG e o total de artigos publicados



Fonte: elaborado pelas autoras, 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa relatados neste artigo permitiram demonstrar que, de modo geral, o ENANCIB mostra-se como um evento fomentador da área, tendo em vista a pluralidade de questões discutidas.

Os indicadores adotados neste levantamento permitiram uma melhor visualização da produção científica dos pesquisadores do PPGCI/UFMG no ENANCIB 2015, apontando as tendências de pesquisa do programa na atualidade e a distribuição dessas tendências de acordo com os Grupos de Trabalho do evento.

Percebeu-se o ENANCIB como evento rico em dados a serem explorados nas mais diversas pesquisas sobre Cientometria e áreas afins. Considera-se pertinente a realização de outras pesquisas, nas quais possam acrescentar mais indicadores e somar outros recursos para o aperfeiçoamento e aprofundamento futuro da análise destes dados. Percebe-se que a amostra pode apresentar mudanças de resultados caso os trabalhos selecionados fossem analisados na íntegra. No entanto, os resultados aqui obtidos podem instrumentalizar pesquisas comparadas, tendo em vista que não foram analisadas outras edições do evento, no intuito de averiguar a existência das tendências aqui apontadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. O que é ciência da informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ANCIB. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Encontros científicos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap.4, p. 55-72.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa, Paraíba. **Anais...** João Pessoa, Paraíba: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015>>. Acesso em: 28 mar. 2016



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

GOMES, Hagar E. Como vai o sistema de comunicação na Ciência da Informação? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 71-73, 1981. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/163/163>>. Acesso em: 28 mar. 2106.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Cap.1, p. 21-34.

_____. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. O estudo do tema comunicação científica e tecnológica no Brasil: tendências e perspectivas na área de Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/Article/11>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://ppgci.eci.ufmg.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SMIT, J.W; DIAS, E. W; SOUZA, R. F. Contribuição da Pós-graduação para a Ciência da Informação no Brasil: uma visão. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.3, n.6, dez. 2002. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/110/1/RosaliDatagramazero2002.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, Paraíba, v, 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. 164 p.

Eixo 02

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Docência e os novos perfis do profissional da informação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Docência e os Novos Perfis do Profissional da Informação

**A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO:
ANÁLISE COMPARATIVA DE TENDÊNCIAS NA ARGENTINA, BRASIL,
PARAGUAI E URUGUAI**

***LA FORMACIÓN UNIVERSITARIA PARA PROFESIONALES DE INFORMACIÓN EN
EL MERCOSUR: ANALISIS COMPARATIVO DE TENDENCIAS EN ARGENTINA,
BRASIL, PARAGUAY Y URUGUAY***

**Fernanda Maria Melo Alves, UC3/ UFBA
Emilce Sena Correa, UNA
Nelly Calderón, UNA**

Resumo: Apresenta-se o estado atual da oferta formativa de ensino superior em Ciências da Informação em quatro países do MERCOSUL, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A investigação baseia-se na literatura disponível em bases de dados especializadas e nas informações dos *sites* de instituições educativas e associativas. Os resultados apresentam oferta formativa heterogênea, em relação a respeito à origem, número, designação, nível, modelos e diplomas. O conhecimento da situação contribui para definir estratégias de cooperação entre instituições de ensino dos países analisados, orientados para a integração regional, de acordo com os marcos da Rede Acadêmica em Biblioteconomia e Ciências da Informação no MERCOSUL.

Palavras chave: Formação; ensino superior; MERCOSUL; Cooperação.

Resumén: Se presenta el estado actual de la oferta formativa de enseñanza superior en Ciencias de la Información en cuatro países del MERCOSUR, Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. La investigación se basa en la literatura de bases de datos especializadas e información de las *webs* de instituciones educativas y asociativas. Los resultados plantean una oferta de formación heterogénea en lo que toca al origen, el número, la designación, el nivel, los modelos y los títulos otorgados. El conocimiento de la situación contribuye para la definición de estrategias de cooperación entre las instituciones educativas de los países analizados orientados hacia la integración regional, según los marcos de la Red Académica en Bibliotecología y Ciencias de la Información en el MERCOSUR.

Palabras clave: Formación; Enseñanza superior; MERCOSUR; Cooperación.

1 Introducción

Las universidades son responsables por preparar los profesores, investigadores y estudiantes para obtener, estructurar y organizar nuevos conocimientos, por lo que la comunidad educativa necesita de un conjunto de competencias, habilidades y actitudes, herramientas estratégicas para la resolución de paradigmas y problemas planteados por la vida en sociedad y la ciencia y para la actualización y mejora de la nueva enseñanza/aprendizaje.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

El presente estudio inicia un proyecto sobre la integración en la enseñanza superior en el MERCOSUR, en lo que toca al desarrollo de habilidades y competencias necesarias para afrontar con éxito las exigencias del mercado laboral en rápida evolución en la sociedad del conocimiento y del aprendizaje. Se tienen en cuenta publicaciones de organismos nacionales e internacionales, estudios centrados en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, información de las páginas *web* de sus instituciones de enseñanza superior y profesional, reuniones nacionales e internacionales de organizaciones del área, como la labor de la Red Académica en Bibliotecología y Ciencia de la Información en el MERCOSUR.

2 Bases conceptuales del estudio

El presente estudio se apoya, conceptualmente, en algunos planteamientos y recomendaciones relacionados con las tendencias que plantea la educación superior en el siglo XXI. Esta preocupación se ve reflejada en distintas publicaciones de la UNESCO (1998, 2003) en torno a la necesidad de las instituciones de educación superior afrontar los desafíos más urgentes, como la actualización permanente de los profesores, de los contenidos y del currículo; la introducción de redes electrónicas para el aprendizaje; la traducción y adaptación de las principales contribuciones científicas; la modernización de los sistemas de gestión y dirección; la integración y complementación de la educación pública y privada, así como de la educación formal, informal y a distancia.

Según Delors (UNESCO, 1996), la educación debe estructurarse en torno a cuatro pilares del conocimiento: aprender a conocer, es decir, adquirir los instrumentos de la comprensión; aprender a hacer, para poder influir sobre el propio entorno; aprender a vivir juntos, para participar y cooperar con los demás en todas las actividades humanas; y, por último, aprender a ser, un proceso fundamental que une los tres elementos anteriores. Esta concepción permite descubrir, despertar e incrementar las posibilidades creativas del “tesoro escondido” de cada uno de nosotros, con las que se obtienen determinados resultados (experiencia práctica, adquisición de capacidades diversas, fines de carácter económico) y la realización personal.

El informe de la OCDE (2009) reconoce que el desarrollo social y económico exige que los sistemas educativos ofrezcan nuevas habilidades y competencias, que permitan a los aprendices beneficiarse de las nuevas formas emergentes de socialización y contribuir



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

activamente al desarrollo económico, bajo un sistema cuyo principal componente es el conocimiento. Para la Definición y Selección de las Competencias (DeSeCo), en el mismo documento agrupa habilidades y competencias en las categorías que siguen:

- Habilidades funcionales TIC, que incluyen habilidades relevantes para un buen uso de las diferentes aplicaciones.
- Habilidades TIC para aprender, que incluyen habilidades que combinan las actividades cognitivas y de orden superior con habilidades funcionales para el uso y manejo de los estas aplicaciones.
- Habilidades propias del siglo XXI, necesarias para la sociedad del conocimiento donde el uso de las TIC no es una condición necesaria.

Un estudio internacional, realizado en la Open University (Brennan et al. 2008), abarca diecisiete universidades de distintos países en el mundo, condensó sus problemas en cinco áreas temáticas: la educación superior y las necesidades de la sociedad del conocimiento, la educación superior y el logro (o prevención) de la equidad y la justicia social, la educación superior y sus comunidades: interconexiones e interdependencias, la dirección y gobierno de la educación superior y la diferenciación y la diversidad de las formas institucionales y las funciones profesionales.

Dando continuidad a la investigación, se añadieran otros aspectos (Brenda y Singh, 2011), que complementan los resultados anteriores: los cambios en los contextos sociales, las implicaciones para la educación superior, los mecanismos de interacción entre la educación superior y la sociedad y el impacto de la educación superior en la sociedad, hecho que interesa a todas las instituciones de enseñanza superior del mundo.

Para facilitar la formación de los profesores en el nuevo contexto informacional, y teniendo en cuenta su papel fundamental en la enseñanza/aprendizaje, se delinean recomendaciones (UNESCO, 2011), dirigidas hacia la integración de un sistema formal de educación. Se presenta un cuadro muy completo, compuesto por un abanico de metas curriculares amplias y habilidades de enseñanza a ellas asociadas, las cuales reflejen las competencias centrales a adquirir, y por los resultados esperados.

En el mismo sentido, García (2010) reconoce una nueva geopolítica mundial del conocimiento, altamente estratificada, que implica alta concentración de conocimiento y absorción de talentos en algunas regiones y países, articuladas con la relevancia del



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conocimiento en la economía global, donde el capital intelectual es el factor de producción más importante para la innovación de las economías. La combinación de estas y otras dinámicas, el valor estratégico del conocimiento y las características de deslocalización e interactividad instantánea del mismo, presentan situaciones distintas y muy complejas de inclusión y exclusión de los beneficios del conocimiento, que hasta ahora, al menos en teoría, han sido considerados un bien de la humanidad.

3 Metodología aplicada

El presente estudio, cuyo objetivo es presentar el estado actual de la formación universitaria para profesionales de información en el MERCOSUL, de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, por lo que tiene carácter informativo. Para alcanzar sus objetivos, se efectuó primero una revisión de la literatura en bases de datos especializadas, que permitieran construir la fundamentación conceptual de la investigación. En seguida, se buscaran documentos oficiales en los *sites* de instituciones educativas y asociativas, que nos permitieran encontrar la información disponible y evidenciar la perspectiva adoptada.

Luego, para facilitar la lectura de la información obtenida, se organizó su presentación de la siguiente forma: enumeración de los países en orden alfabético, explicación resumida del trayecto formativo en información de cada país, presentación de las instituciones educativas por orden alfabético, descripción de los cursos en cuadros, por orden alfabético, y según los distintos niveles de enseñanza, graduación y pos-graduación (master y doctorado).

4 El estado actual de la oferta formativa de enseñanza superior en Ciencias de la Información en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, países del MERCOSUR

El Tratado de Asunción (1991) destaca la educación como un factor fundamental en el proceso de integración regional. El Programa III de su Plan para el Desarrollo Educativo Regional del MERCOSUR incluye el compromiso de la creación de un organismo coordinador integrado por los Ministerios de Educación de cada país miembro, destinado a establecer un sistema común de información educativa y construir la compatibilización



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

académica, jurídica y administrativa, formado por diversos grupos de trabajo especializado en diversas áreas temáticas (Guimarães, 2003).

Asimismo, la compatibilización de dichos sistemas educativos logra alcanzar, entre otros aspectos, la coordinación de los planes de estudio, la unificación de contenidos curriculares, la duración y el perfil profesional de las distintas carreras, la validación de los títulos y certificados académicos, el establecimiento de normativas para el reconocimiento de reválidas y las equivalencias y títulos (Anselmi, 2003), tendientes a facilitar la movilidad de los estudiantes y profesionales (Bouzas y Faneili, 2003).

En la clasificación de la UNESCO (2013) para la educación y formación, la Ciencia de Información (0322) pertenece al campo Periodismo e Información (032), incluso, a su vez, en las Ciencias Sociales (3), y abarca Biblioteca, Información y Archivos. Para Borko (1968), dicha disciplina investiga las propiedades y comportamiento de la información, su flujo y los medios de su procesamiento para una. Tiene que ver con el conocimiento relacionado con el origen, la recogida, la organización, el almacenamiento, la recuperación, la interpretación, la transmisión, la transformación y la utilización de la información

Por lo tanto, la educación superior en el área de Ciencia de Información en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, cuyo objetivo es preparar el profesional de información, debe ser cada vez más cualificada, adecuada a las necesidades de los usuarios y basada en el uso de las nuevas tecnologías (Pirela y Peña, 2005). Luego de analizar la oferta educativa de nivel superior, ofertada en los cuatro países en estudio, se generaron distintos cuadros explicativos, que pasamos a presentar.

ARGENTINA

La formación en Ciencias de Información en Argentina es objeto de estudio de distintos investigadores (Sena y Santos, 2004; Laudano et al., 2011; Artaza, 2013). Según Barber (2000) y Tiratel (2007), la enseñanza sistematizada bibliotecológica se inició en 1922, en la Escuela de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, la primera escuela argentina y la primera de nivel universitario en América Latina. Su creación se concretó gracias al apoyo de la UNESCO y a Carlos Víctor Penna, entonces Jefe de su



División de Bibliotecas, Documentación y Archivos. Las mismas investigadoras trazan la evolución de la enseñanza ofrecida, dividiendo en cuatro etapas, correspondientes a distintas orientaciones pedagógico-didácticas.

Otros hechos comprueban el papel pionero de Argentina en las Ciencias de Información, que han contribuido para el desarrollo de sus profesionales y del país:

- La creación del Centro de Estudios Bibliotecológicos en 1943, una Sección del Museo Social Argentino, y de su *Revista Bibliotecología*, publicada hasta 1955, la primera de las publicaciones periódicas sobre el tema.
- El establecimiento del Instituto Bibliotecológico de la Universidad de Buenos Aires (UBA), en 1941, actual Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas (INIBI), responsable por la *Revista Información, cultura y sociedad*.
- Las Jornadas Bibliotecarias Argentinas, realizadas a partir de 1951, el primero de muchos otros eventos.
- La creación de la Asociación de Bibliotecarios Graduados de la República Argentina (ABGRA) en 1953, la primera del área.
- La publicación del Proyecto de Ley sobre el estatuto del profesional en bibliotecología y documentación en 2005.
- La creación de cursos en distintas instituciones de enseñanza superior y de asociaciones profesionales en todas las regiones del país, que promueven numerosas actividades y eventos regularmente.

Tabla 1: Cursos de graduación en el área de Ciencias de Información en Argentina

Nombre de la Institución	Nombre del curso/Site	Año de Creación	Unidad académica	Título Otorgado	Duración del curso
Universidad de Buenos Aires (UBA)	Bibliotecología y Ciencias de la Información, http://filo.uba.ar/contenidos/carreras/biblio/	1922	Facultad de Filosofía y Letras	Licenciado, (con distintas orientaciones)	5 años
Universidad Nacional del Nordeste (UNNE)	Ciencias de la Información, http://www.unne.edu.ar/estudiando/carreras_grado.php	s/d	Facultad de Humanidades	Licenciado (orientado en Bibliotecología y Archivística)	5 años



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Universidad Nacional de Misiones (UNM)	Bibliotecología. http://www.fhycs.unam.edu.ar/content/view/2068/41/	2009	Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales	Licenciado	4 años
Universidad Nacional de Córdoba (UNC)	Archivología http://www.ffyh.unc.edu.ar/carreras-de-grado/escuela-de-archivologia	1960	Escuela de Archiveros	Licenciado	5 años
	Bibliotecología y Documentación, http://www.ffyh.unc.edu.ar/carreras-de-grado/escuela-de-bibliotecologia	1960	Escuela de Bibliotecología	Licenciado	5 años
Universidad Nacional de La Plata (UNLP)	Bibliotecología y Ciencias de la Información, http://www.unlp.edu.ar/articulo/2010/6/7/planes_de_estudio_humanides_licenciatura_en_bibliotecologia_y_ciencias_de_la_informacion	s/d	Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación	Licenciado	5 años
Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP)	Bibliotecología y Documentación http://www.mdp.edu.ar/humanidades/documentacion/planlicbibydoc.html	1993	Facultad de Humanidades	Licenciado	5 años
Universidad Nacional de Cuyo (UNCYUO)	Documentación y Gestión de la Información, http://educacion.uncuyo.edu.ar/paginas/index/documentacion-y-gestion-de-la-informacion	s/d	Facultad de Educación Elemental y Especial y	Licenciado	4 años y medio

Fuente: Páginas *web* del Ministerio de Educación y de las instituciones educativas

Tabla 2: Cursos de posgrado en el área de Ciencias de Información en Argentina

Nombre de la Institución	Nombre del curso/Site	Año de Creación	Unidad académica	Título Otorgado	Duración del curso
Universidad de Buenos Aires	Maestría en Bibliotecología y Ciencias de la Información http://posgrado.filo.uba.ar/maestr%C3%ADa-en-bibliotecolog%C3%ADa-y-ciencia-de-la-info	2013	Facultad de Filosofía y Letras. Secretaría de Posgrado	Magister	2 años
	Doctorado en Bibliotecología http://posgrado.filo.uba.ar/doctordo-en-bibliotecolog%C3%ADa	s/d	Facultad de Filosofía y Letras. Secretaría de Posgrado	Doctor	

Fuente: Páginas *web* de las instituciones educativas y profesionales



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Al analizar los datos disponibles, se concluye que:

- En Argentina, la formación en las instituciones de enseñanza superior en Ciencias de Información es la primera en América Latina, en 1922, ofrecida en la Escuela de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA).
- Se nota alto nivel de homogeneidad en el título de los cursos de grado, el de licenciado, pero alguna heterogeneidad en la duración de los mismos.
- Es distinta la denominación de las unidades académicas, debido a sus distintas estructuras administrativas y de su contexto didáctico-pedagógico-científico.
- La formación se dicta, en mayor medida, en modalidad presencial, siendo que la Universidad Nacional de Mar del Plata tiene implementada la Licenciatura en Documentación y Gestión de la Información, presencial y a distancia, mientras que la Universidad Nacional del Litoral solo en modalidad a distancia.
- La UBA ofrece un Programa de Posgrado, con Maestría y Doctorado.

BRASIL

La mayoría de los autores consultados, tales como Oddone (2005), Souza (2009), Stumpf (2009) y Tanus (2013), admiten que, en la segunda mitad del siglo XX, se transformó la formación tradicional, ofrecida por las instituciones patrimoniales brasileñas, la Biblioteca Nacional, el Archivo Histórico Nacional y el Museo Nacional, en una formación renovada, para responder a las demandas de las instituciones públicas y empresas privadas y a la presión de las asociaciones profesionales, asociada al aumento exponencial de la información científica y tecnológica.

Nogueira, Jovanovich y Albuquerque (2015), Cardoso y Calixto (2010), Souza y Ribeiro (2009) y Almeida y Batista (2013) apuntan algunos hechos que reflejan la preocupación en acompañar el desarrollo informacional de otros países:

- En 1954, la creación del el Instituto Brasileño de Bibliografía y Documentación (IBBD), que en 1972 cambió de designación para Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (IBICT).
- En 1970, la creación de la Maestría en Ciencia de Información en el Instituto Brasileño de Bibliografía y Documentación (IBBD) y de la revista *Ciencia de la*



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Información, en 1972, asociada a la referida maestría, y que abre camino al apareamiento de otras publicaciones periódicas.

- En 1989, la creación de la Asociación Nacional de Investigación y Posgrado en Ciencia da Informação e Biblioteconomía (ANCIB), la primera, y la Asociación Brasileña de Educación en Ciencia de la Información (ABECIN).
- En 1992, el primero doctorado en Ciencias de Información, iniciado en la Escuela de Comunicación y Artes de la Universidad Federal de Rio de Janeiro.
- Los marcos legales que rigen la profesión de bibliotecario, archivista y museólogo, bien como los que regulan la enseñanza superior, en general, y, la educación en la Ciencia de Información, en particular.

Tabla 3: Cursos de graduación en el área de Ciencias de Información en instituciones públicas (estatales) en Brasil

Nombre de la institución	Nombre del curso	Año de Creación	Unidad académica	Título Otorgado	Duración del curso
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Biblioteconomía-Gestión de Información, http://www.faed.udesc.br/?id=108	1973	Departamento de Biblioteconomía	Bachiller	4 años
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	Arquivística, http://www.marilia.unesp.br#!/graduacao/cursos/arquivologia/	2003	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4 años
	Biblioteconomía, http://www.marilia.unesp.br#!/graduacao/cursos/biblioteconomia/	1997	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4 años
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Arquivística, http://arquivologiauepb.com.br/curso/sobre-o-curso/	2006	Departamento de Arquivologia	Bachiller	4 años
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	Biblioteconomía, http://www.uespi.br/preg/departamentos/fluxograma_cursos/4-Curriculos%20Biblioteconomia.pdf	2002	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Bachiller	4 años
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Arquivística, http://www.uel.br/ceca/cin/	1997	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4 años
	Biblioteconomía, http://www.uel.br/ceca/cin/	1992	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4 años



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Universidade de São Paulo (USP)	Biblioteconomía, e Ciências da Informação e da Documentação, http://www5.usp.br/ensino/graduacao/cursosoferecidos/biblioteconomia/	2003	Departamento de Biblioteconomia e Documentação	Bachiller	4años
---------------------------------	---	------	--	-----------	-------

Fuente: Lubisco y Melo (2015), INEP (2015) y páginas *web* de las instituciones educativas

Tabla 4: Cursos de graduación en el área de Ciencias de Información en instituciones públicas (federales) en Brasil

Nombre de la institución	Nombre del curso	Año de Creación	Unidad académica	Título otorgado	Duración
Universidade de Brasília (UnB)	Arquivística, http://arquivologia.fci.unb.br/	1990	Faculdade de Ciências de Informação	Bachiller	4años
	Biblioteconomia http://www.biblioteconomia.fci.unb.br/index.php/graduacao.html	1962	Faculdade de Ciências de Informação	Bachiller	6años
	Museología http://www.museologia.fci.unb.br/	2009	Faculdade de Ciências de Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Arquivística http://www.ccsa.ufpb.br/dci/contenets/paginas/arquivologia	2008	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	5años
	Biblioteconomía, http://www.ccsa.ufpb.br/dci/contenets/paginas/biblioteconomia	1983	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Biblioteconomía, http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ichca/graduacao/biblioteconomia	1998	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes	Bachiller	4años
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Biblioteconomía, https://biblioteconomia.fic.ufg.br/	1980	Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia	Bachiller	4años
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Arquivística, http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/	2009	Escola de Ciência da Informação	Bachiller	4años
	Biblioteconomía y Gestión de Información, http://colgradbiblio.eci.ufmg.br/	1963	Escola de Ciência da Informação,	Bachiller	4años
	Museología, http://colgradmuseo.eci.ufmg.br/	2010	Escola de Ciência da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Biblioteconomía, http://estudante.ufpe.br/graduacao/#Recife	2008	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal de	Biblioteconomía, http://www.biblioteconomia.uni	1963	Departamento de	Bachiller	4años



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Rondônia (UNIR)	r.br/portal/		Biblioteconomia		
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Arquivística, http://arquivologia.ufsc.br/	2009	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
	Biblioteconomía, http://biblioteconomia.ufsc.br/inicio/	1973	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
	Museología, http://museologia.ufsc.br/	2009	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Arquivística, http://w3.ufsm.br/arquivologia/	1976	Departamento de Documentação	Bachiller	4años
Universidade Federal de São Carlos (UFSC)	Biblioteconomia e Ciência da Informação, http://www.bci.ufscar.br/	1994	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Biblioteconomia e Documentação, http://cienciainformacao.ufs.br/	2008	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Arquivística, https://www.ufba.br/cursos/arquivologia	1997	Instituto de Ciência da Informação	Bachiller	4años
	Biblioteconomía y Documentación, https://www.ufba.br/cursos/biblioteconomia-e-documentacao	1958	Instituto de Ciência da Informação	Bachiller	4años
	Museología, http://www.ffch.ufba.br/spip.php?article234	1969	Departamento de Museologia	Bachiller	4años
Universidade Federal do Ceará (UFC-Juazeiro do Norte)	Biblioteconomia, https://si3.ufc.br/sigaa/public/departamento/portal.jsf?lc=pt_BR&id=820	2006	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Biblioteconomía, http://www.ufc.br/ensino/guia-de-profissoes/585-biblioteconomia	1964	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Biblioteconomia, http://www.biblioteconomia.ufma.br/	1969	Departamento de Biblioteconomia	Bachiller	4años
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Biblioteconomia, http://www.ufmt.br/ufmt/site/secao/index/Rondonopolis/2861/1509	2000	Instituto de Ciências Humanas e Sociais	Bachiller	4años
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)	Arquivística, http://www.ufrgs.br/fabico/graduacao/arquivologia	1999	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Bachiller	4años
	Biblioteconomia, http://www.ufrgs.br/fabico/graduacao/biblioteconomia	1949	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Bachiller	4años
	Museologia, http://www.ufrgs.br/fabico/graduacao/museologia	2008	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Bachiller	4años



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Universidade Federal do Paraná (UFP)	Gestão da Informação, http://200.238.171.19/gi/graduacao	2006	Departamento de Ciência e Gestão da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, http://pr1.ufrj.br/index.php/cursos-de-graduao-mainmenu-124/157-cursos/b/104-biblioteconomia-e-gesto-de-unidades-de-informao-cbg	2005	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	Bachiller	
	Biblioteconomia http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/bacharelado-matutino	1983	Escola de Biblioteconomia	Bachiller	4años
	Biblioteconomia, http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/licenciatura	2002	Escola de Biblioteconomia	Licenciado	4años
Universidade Federal do Rio Grande (UFRG)	Arquivística, http://www.arquivologia.furg.br/	2008	Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Bachiller	4años
	Biblioteconomia, https://biblioteconomiafurg.wordpress.com/	1974	Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN)	Biblioteconomia, https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000006	1997	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Arquivística, http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=301	1999	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Bachiller	4años
	Biblioteconomia, http://www.ufrgs.br/fabico/graduacao/biblioteconomia	1947	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Bachiller	4años
	Museologia http://www.ufrgs.br/fabico/graduacao/museologia	2008	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Bachiller	4años
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Arquivística, http://www.uff.br/iacs/site/grad_arquiv.html	1978	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años
	Biblioteconomia, http://www.uff.br/iacs/site/grad_biblio_doc.html	1967	Departamento de Ciência da Informação	Bachiller	4años

Fuente: Lubisco y Melo (2015), INEP (2015) y páginas *web* de las instituciones educativas

Tabla 5: Cursos de graduación en el área de Ciencias de Información en instituciones privadas (religiosas y comunitarias) en Brasil

Nombre de la institución	Nombre del curso	Año de Creación	Unidad académica	Título otorgado	Duración
Centro Universitário	Arquivística, http://www3.unifai.edu.br/curs	2015	s/d	Bachiller	3años



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Assunção (UNIFAI, SP)	os/graduacao/arquivologia				
	Biblioteconomía, http://www3.unifai.edu.br/cursos/graduacao/biblioteconomia	2004	s/d	Bachiller	3 años
Centro Universitário de Formiga (UNIFOR, MG)	Biblioteconomía, http://www.unifor.br/graduacao/biblioteconomia.html	2004	s/d	Bachiller	3 años
Faculdades Anhanguera (Sorocaba, SP)	Biblioteconomía, http://anhanguera.com/graduacao/cursos/Bibli_.php	s/d	s/d	Bachiller	4 años,
Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC, Santo André, SP)	Biblioteconomía, http://www.fainc.com.br/index.php/servi%C3%A7os/item/128-biblioteconomia.html	s/d	s/d	Bachiller	3 años
Faculdades Integradas Santa Teresa D'Ávila (FATEA, Lorena, SP)	Biblioteconomía, http://www.fatea.br/site/graduacao/bacharel/biblioteconomia.html	1979	s/d	Bachiller	3 años
Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP, SP)	Biblioteconomía e Ciência da Informação, http://www.fespsp.org.br/cursos/25/biblioteconomia_e_ciencia_da_informacao	1940	Faculdade de Biblioteconomía e Ciência da Informação	Bachiller	3 años
Instituto de Ensino Superior (FUNLEC, Campo Grande, MS)	Biblioteconomía, http://www.funlec.com.br/index.php/graduacao/biblioteconomia	2008	s/d	Bachiller	3 años
Pontifícia Universidade de Campinas (PUCAMP)	Biblioteconomía, https://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/cursos/biblioteconomia/	1945	Faculdade de Biblioteconomía	Bachiller	4 años,
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	Biblioteconomía, http://www.unochapeco.edu.br/biblioteconomia	2011	s/d	Bachiller	4 años y medio

Fuente: Lubisco y Melo (2015), INEP (2015) y páginas *web* de las instituciones educativas

Tabla 6: Cursos de posgrado en el área de Ciencias de Información en instituciones públicas y privadas en Brasil

Nombre de la institución	Nombre del Programa	Tipo de posgrado ofrecido
Universidade de Brasília (UnB)	Posgrado en Ciencia de Información, http://www.ppgcinf.fci.unb.br/	Maestría académica y Doctorado
Universidade de São Paulo (USP)	Posgrado en Ciencia de Información, http://www3.eca.usp.br/pos/ppgci	Maestría profesional y Doctorado
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Posgrado en Ciencia de Información, http://www.uel.br/pos/ppgci/	Maestría académica



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)	Posgrado en Ciencia de Información, http://www.faed.udesc.br/?id=660	Maestría profesional en Gestión de Unidades de Información
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	Posgrado en Ciencia de Información, http://www.marilia.unesp.br/#!/posci	Maestría académica y Doctorado
Universidade Federal da Bahia UFBA	Posgrado en Ciencia de Información, http://www.ppgci.ufba.br	Maestría académica y Doctorado
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Posgrado en Ciencia de Información, http://www.ccsa.ufpb.br/ppgci	Maestría académica y Doctorado
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Posgrado en Ciencia de Información, https://www.ufpe.br/ppgci/	Maestría académica
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Posgrado en Ciencia de Información, http://pgcin.paginas.ufsc.br/	Maestría académica y Doctorado
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Posgrado en Ciencia de Información, http://www.dci.ufscar.br/	Maestría académica
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Posgrado en Biblioteconomía, http://ppg-pmus.mast.br/inicio.htm	Maestría Profesional
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Posgrado en Ciencia de Información, http://www.ppgci.ufrj.br/	Maestría académica y Doctorado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Posgrado en Comunicación e Información, http://www.ufrgs.br/ppgcom	Maestría académica y Doctorado
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Posgrado en Ciencia de Información, http://www.ci.uff.br/ppgci/	Maestría académica y Doctorado

Fuente: Lubisco y Melo (2015), Cardoso y Calixto (2010) y páginas *web* de las instituciones educativas

Observando la formación ofrecida en los distintos niveles, se nota que:

- El Brasil ofrece cursos de nivel superior en Ciencias de Información desde los mediados del siglo XX.
- Existe alto nivel de homogeneidad cuanto al título otorgado, el de bachillerato, y un número reducido de licenciaturas, así como en la duración de los cursos de grado, 4 años en las instituciones públicas y de 3/4 en las privadas.
- Es distinta la denominación de las unidades académicas que ofrecen la formación de grado, públicas y privadas, resultante de su orientación didáctico-pedagógico-científico y de su estructura administrativa.
- Se ofrece una única oferta formativa a distancia, el Bachillerato en Biblioteconomía en la Universidade Comunitária da Região de Chapecó, institución privada.
- Es distinta la denominación de los títulos otorgados (maestrías académicas y profesionales, con predominancia en Ciencias de Información), y de las unidades académicas que los ofrecen.
- Distintas universidades ofrecen estancias de Pos-doctorado.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Concordamos con Cardoso y Calixto (2010), al afirmar que el sistema brasileño de educación superior es heterogénea y está representado por dos modelos: uno predominantemente transmisor de conocimientos, comunes a escuelas aisladas y algunos sectores de las universidades privadas, y otros productores de conocimiento, presentes en las universidades públicas.

PARAGUAY

Distintos investigadores se han preocupado en analizar la formación en Ciencias de Información en Paraguay. Le tocó a las principales unidades documentales y al movimiento asociativo las primeras actividades formativas.

La Asociación de Bibliotecarios del Paraguay (ABIPAR) fue creada en mayo de 1961. Se trazaron sus fines y propósitos con el objeto de jerarquizar y dignificar la profesión en todos sus aspectos, y el de elevar el nivel y la categoría de sus miembros frente a los demás profesionales, promoviendo la Bibliotecología en todo el ámbito nacional.

En julio de 1974, con los desarrollos del área, se remonta la creación de la Asociación de Bibliotecarios Graduados del Paraguay (ABIGRAP), donde los primeros egresados de la Escuela de Bibliotecología de la Universidad Nacional de Asunción vieron la necesidad de nuclearse en una asociación para lograr los siguientes objetivos: propender al progreso profesional de todos los asociados mediante el mutuo apoyo y colaboración organizando al efecto congresos, conferencias, seminarios, y toda actividad profesional y cultural que tienda a mejorar la situación y calificación de los bibliotecarios, reglamentar la profesión bibliotecaria en el Paraguay, estableciendo derechos y obligaciones de los bibliotecarios, con el fin de jerarquizar la profesión (Escobar y Calderón, 2006).

Para tener una visión general de la educación superior de las Ciencias de Información en Paraguay, seguimos con los mismos autores, Escobar y Sena (2005, 2011).

- En 1971, inicio de la enseñanza de la Bibliotecología a nivel universitario en Paraguay, año en que se crea la Escuela de Bibliotecología, dependiente directamente del Rectorado de la Universidad Nacional de Asunción.
- Entre 1973 y 1976, se concretó el Proyecto de Mejora de Gestión Curricular: Enseñando métodos y materiales de enseñanza para la Escuela de Bibliotecología, con



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

la asistencia técnica y financiera de la OEA, se inició en 1973 y se llevó a cabo en 1975 y 1976.

- En 1977, la primer reforma curricular del Plan de Estudio el curso de tres años, dando prioridad a las disciplinas de Catalogación y Clasificación.
- En 1983, el nuevo Plan de Estudio, de acuerdo con las recomendaciones de la Reunión de Directores de Biblioteca y Documentación de 1976.
- En 1987, la Resolución N ° 2.418, que hace la Escuela de Bibliotecología dependiente de la Escuela Politécnica.
- En 1992, la nueva reforma curricular, adaptada al nuevo contexto nacional.
- En el 2003, el nuevo Plan de Estudios, elaborado en base a las recomendaciones realizadas en siete encuentros regionales de Directores y Docentes de Escuelas de Bibliotecología del MERCOSUR.
- En 2010, se inicia el Programa de Postgrado en Ciencias de la Información, que ofrece la Maestría en Ciencias de la Información. En el mismo año, se crea el Grupo de Investigación en Ciencias de la Información (GICI).
- En 2012, dentro del mismo Programa de Postgrado, se habilita el Curso de Especialización en Gestión Documental y Administración de Archivos,
- En 2014, se da un cambio de denominación de la Maestría en Ciencias de la Información, que pasa a denominarse: Maestría en Gestión de la Información y la Investigación, con un nuevo el Plan de estudios.

Tabla 7: Cursos de grado y posgrado en el área de Ciencias de Información en instituciones públicas y privadas

Nombre de la Institución	Nombre del curso/Site	Año de Creación	Unidad académica	Título Otorgado	Duración del curso
Universidad Nacional de Asunción	Licenciatura en Ciencias de la Información, http://www.pol.una.py/?q=node/180	1971	Facultad Politécnica	Licenciatura	4 años y medio 9 semestres
	Programa de posgrado, Especialización en Gestión Documental y Administración de Archivos, http://www.pol.una.py/?q=node/807	2012	Facultad Politécnica	Especialista	9 meses (presencial)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Programa de posgrado, Especialización en Gestión de la Investigación y la Información, http://www.pol.una.py/?q=node/807	2012	Facultad Politécnica	Especialista	9 meses (presencial)
Programa de posgrado, Maestría en Gestión de la Investigación y la Información, http://www.pol.una.py/?q=node/807	2010	Facultad Politécnica	Máster	2 años (presencial)

Fuente: páginas *web* Ministerio de Educación y de las instituciones educativas

Podemos concluir esta apartado, llamando la atención para:

- El reducido número de cursos de enseñanza superior ofrecidos, grado y posgrado, en Paraguay, siendo la universidad Nacional de Asunción la única a impartirlos.
- La modalidad de formación ofrecida es la presencial.
- La preocupación de los responsables en regular adaptar regularmente los planos de estudio en los distintos niveles, para acompañar los cambios en el mercado laboral y las necesidades del país.

URUGUAY

Dos grandes momentos dan nota de la preocupación de los gobernantes uruguayos cuanto a la documentación existente en el país, la creación, en 1816, de la Biblioteca Pública, la cual dio origen a la Biblioteca Nacional de Uruguay en 1938, y el Archivo General de la Nación en 1926. Con ambas instituciones se reestructuraban los servicios públicos documentales existentes hasta la época en Uruguay. Para cumplir su misión y ejecutar los servicios ofertados, se formaron en ellas profesionales.

El desarrollo de la actividad documental e informativa en el país requirió una formación cada vez más profesional y actualizada, objetivo alcanzado, según Santestevannúm (2005) a través de la Asociación de Bibliotecarios Diplomados del Uruguay (1945), que cambió su designación, primero para Asociación de Bibliotecarios del Uruguay (1962), luego para Asociación de Bibliotecólogos y Afines del Uruguay (1978), y, finalmente, Asociación de Bibliotecólogos del Uruguay (1990 a la fecha).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Paralelamente, se crearan los cursos en la enseñanza superior. Seguimos a Ceretta (2005), Sanz y Valentim (2008) y Sabelli (2008) y UDeLAR (2012), que presentan un panorama general de la enseñanza y la investigación en Ciencias de Información, ubicados en la Universidad de la República (UDeLAR).

- La historia de la formación de nivel superior remonta a principios de los años cuarenta del siglo pasado.
- En 1945, se creó la Escuela Universitaria de Biblioteconomía, cuyo fin principal fue la profesionalización de la actividad bibliotecaria en el país, integrada en la UDeLAR, primero dependiendo de la Facultad de Ingeniería, luego de la Facultad de Ciencias Económicas y de Administración y, a partir de 1959, del Consejo Directivo Central de la UDeLAR.
- Cambió su designación, ahora Escuela Universitaria de Bibliotecología y Ciencias Afines, y actualizó su currículo en el año 1959 y luego para su nombre actual, Facultad de Información y Comunicación en 2013.
- La Facultad de Información y Comunicación es la única institución encargada de la formación académica superior en dos áreas de la Ciencias de la Información, en Montevideo y Paysandú, siendo ofrecidas dos carreras de grado (Bibliotecología, y Archivología) y una maestría en común.
- Además, la Facultad de Información y Comunicación es responsable por la publicación de la *Revista Informatio*, desde 1995, y por la organización de distintos eventos.

Tabla 8: Cursos de graduación y posgrado en Ciencias de Información en Uruguay

Nombre de la Institución	Nombre del curso/Site	Año de Creación	Unidad académica	Título Otorgado	Duración del curso
Universidad de la República (UDeLaR)	Bibliotecología, http://www.eubca.edu.uy/licenciatura_en_bibliotecologia	1987	Facultad de Información y Comunicación	Licenciado	4 años
	Archivología, http://www.eubca.edu.uy/sites/default/files/text/ensenanza/listado%20archivos%20de%20pr%C3%A1ctica.pdf		Facultad de Información y Comunicación	Licenciado	4 años



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

	Maestría en Información y Comunicación, http://www.prodic.edu.uy/institucional/historia	2009	Facultad de Información y Comunicación	Maestro	s/d
--	--	------	--	---------	-----

Fuente: UDeLAR (2012) y *web* de la Facultad de Información y Comunicación

Observando la formación disponible, podemos concluir el siguiente:

- La oferta educativa en Ciencias de la Información en Uruguay es reducida, y se limita a los cursos de enseñanza superior ofrecidos, grado y posgrado, por la UDeLAR.
- La Facultad de Información y Comunicación imparte los cursos en la modalidad presencial en Montevideo y Paysandú.
- La formación ha sufrido cambios en su designación, nivel y currículo para adaptar regularmente los cursos a los cambios en el mercado laboral y las necesidades del país.

5 Conclusión

La educación superior en Ciencias de Información en el MERCOSUR es divulgada en distintas encuentros y publicaciones. El conocimiento de la oferta formativa en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay permite coleccionar las siguientes conclusiones:

- Se demuestran avances en el área de Ciencias de Información, cuando se comparan los resultados alcanzados en el presente estudio con los registrados en estudios anteriores.
- Los datos alcanzados plantean una oferta de formación heterogénea en lo que toca al origen, el número, la designación, el nivel, los modelos y los títulos otorgados.
- Por un lado, las instituciones académicas deben garantizar la democratización del acceso a la información de calidad y adecuada a las necesidades de sus usuarios.
- Por otro lado, deben aumentar las competencias y habilidades de los profesionales para conseguir crear conocimiento para desarrollar el bien estar social y las sociedades sustentables.
- Los eventos del área de Ciencias de Información son muy útiles porque permiten encuentro de docentes, investigadores y responsables de los cursos para intercambio de experiencias en lo que toca la formación y su actualización.
- Además, el estado actual de la oferta formativa puede facilitar la toma de estrategias para optimizar la articulación e integración de la Red Académica en Bibliotecología y Ciencias de la Información en el MERCOSUR.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

REFERÊNCIAS

- Artaza, C. H. (2013). La compatibilización de las carreras de documentación de la Argentina al MERCOSUR: análisis de sus niveles de armonización curricular. *Investigación bibliotecológica*, 27 (60), may./ago. 2013. Disponible en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187358X2013000200004. [Consultado: 2 de mayo de 2016].
- Anselmi, S. C. (2003). Situación actual de la enseñanza bibliotecológica a nivel universitario en la Argentina. En: *World Library and Information Congress: 69th IFLA General Conference and Council*, 1–9 August, Berlín, v. 69, pp 1–19.
- Borko, H. (1968). Information science: What is it? *American Documentation* 19(1), 3–5.
- Bouzas, R.; Faneili, J. (2003), *MERCOSUR: integración y crecimiento*, Buenos Aires, Fundación OSDE.
- Barber, E. (2000). Estudios de Bibliotecología y Ciencia de la Información, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. p. 152-168. En: *Actas del V Encuentro de EDIBCIC*. Granada, España, del 21 al 25 de febrero de 2000.[Consultado: 2 de mayo de 2016].
- Singh, M.; Little, B. (2011). Learning and engagement dimensions of higher education in knowledge society discourses. En: Brennan, J. y Shah, T. *Learning and Higher Education and Society in Changing Times: looking back and looking forward*. Disponible en <https://www.open.ac.uk/cheri/documents/Lookingbackandlookingforward.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].
- Brennan, J.; Enders, J., Musselin, C., Teichler, U.; Valimaa, J. (2008). *Higher Education Looking Forward: An Agenda for Future Research*. CHERI. Disponible en <https://www.open.ac.uk/cheri/documents/Lookingbackandlookingforward.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].
- Cardoso, A. M.; Calisto, J. A. (2010). Modelos de formação em Ciência(s) da Informação: estudo comparativo entre Brasil e Portugal. *BAD Actas*. Lisboa, v. 10. Disponible en <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/164>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].
- Ceretta, G. (2005). La educación y la investigación en bibliotecología en el Uruguay: estado actual y perspectivas de futuro. En: Martínez Arellano, F.F. y Calva González, J. J. *Actas del Seminario INFOBILA*, México, D. F., UNAM, CUIB.
- CMSI. *Declaração de Princípios. Construir a Sociedade da Informação: um desafio global no novo Milênio*, 2003. Disponible en http://www.fbln.pro.br/downloadable/pdf/CMSI_declaracaoprincipios_Genebra2003.pdf. [Consultado: 2 de mayo de 2016].
- Escobar, M. (2012). *La agremiación de bibliotecarios en el Paraguay. Asociación de Bibliotecarios Graduados del Paraguay*. 2ª. Ed. Ampliada y actualizada. San Lorenzo, Paraguay: Asociación de Bibliotecarios Graduados del Paraguay, Disponible en <http://www.pol.una.py/abigrap/LibroAGREMIACION.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Escobar, M.; Sena, E. N. (2011). Conexión de la Universidad con su contexto social: responsabilidad social en la gestión, docencia e investigación de la Facultad Politécnica de la Universidad Nacional de Asunción. Encuentro de la Asociación de Educación e Investigación en Ciencias de la Información de Iberoamérica y el Caribe, San Paulo. Revista *EDICIC*, 1, 2. Disponible en [http://www.edicic.org/revista/index.php?journal=RevistaEDICIC&page=article&op=view&path\[\]=31](http://www.edicic.org/revista/index.php?journal=RevistaEDICIC&page=article&op=view&path[]=31). [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Escobar, M.; Sena, E. N. (2005). *Evaluación del impacto de los egresados de la carrera de bibliotecología de la Facultad Politécnica en el medio social y laboral. Seguimiento correspondiente al periodo 1996-2003*. Disponible en <http://sdi.cnc.una.py/catbib/documentos/183.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

García, C. G. (2010). Nueva geopolítica mundial del conocimiento. En: *Educación superior comparada. El Protagonismo de la Internacionalización*. Unesco/CENDES/ende. Disponible en http://www.carmengarciaguadilla.com/articulos/2010_ESC_capI.pdf. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Guimarães, J. A. C.; Rodrigues, M. E. F. (2003). A dimensão pedagógica da pesquisa nos cursos de Biblioteconomia do MERCOSUL: reflexões sobre uma trajetória de harmonização curricular. *Cadernos BAD*, Lisboa, n. 1, pp. 52-73. Disponible en <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/856>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Disponible en <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. [Consultado: 2 de mayo de 2015].

Laudano, C. N.; Planas, J.; Corda, M. C. (2013). Planes de estudios vigentes de carreras universitarias de bibliotecología en Argentina: análisis de aspectos comunicacionales y tecno-informáticos. *Actas de las 3ª Jornadas de Intercambios y Reflexiones acerca de la Investigación en Bibliotecología*, La Plata, 28-29 de noviembre de 2013. La Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata. Disponible en <http://jornadabibliotecologia.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-2013/actas-2013/laudano.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Múnera, M. T.; Giraldo, Y. (2011). Los procesos de evaluación educativa en América del Sur. En: Escalona, L. *La evaluación de la educación bibliotecológica en América Latina*, México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad). Disponible en <http://libros.metabiblioteca.org/bitstream/001/212/8/978-607-02-2142-2.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Nogueira, E. C. T.; Jovanovich, E. M. S.; Albuquerque, A. C. (2015) *Ciência da Informação: momentos históricos no Brasil e em Portugal*. Disponible en <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3021/982>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

OCDE (2009). *Habilidades y competencias del siglo XXI para los aprendices del nuevo milenio para los países de la OCDE*. Disponible en http://recursositic.educacion.es/blogs/europa/media/blogs/europa/informes/Habilidades_y_competencias_siglo21_OCDE.pdf. [Consultado: 2 de mayo de 2016].



Pirela, J.; Peña, T. (2005). Nuevos desafíos para la formación del profesional de la información: un enfoque de competencias. En: *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, biblioteconomía e información*, núm. 38 (19), págs: 118-139, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, Universidad Nacional Autónoma de México. Disponible en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187358X2005000100007. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Pirela M. J.; Peña, V. T. Nuevos desafíos el profesional de la información frente al surgimiento de la cibersociedad: un enfoque de competencias. *Investigación Bibliotecológica* 2005, 18 (38). Disponible en: <http://www.invenia.es/oai:dialnet.unirioja.es:ART0000044338> [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Sabelli, M. (2008). La investigación en las ciencias bibliotecológicas y de información en Uruguay: construyendo una concepción integradora de la investigación, la enseñanza y la extensión universitaria. *Informatio*, 11/13, 39–62. Disponible en <http://informatio.eubca.edu.uy/ojs/index.php/Infor/article/view/80>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Santestevannúm, R. Asociación de Bibliotecólogos del Uruguay: apuntes de su historia. *Informatio*, 7-10 (2005) Disponible en <http://informatio.eubca.edu.uy/ojs/index.php/Infor/article/view/115>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Sanz, E.; Valentin, M. (2008). EUBCA Informe de expertos internacionales. Disponible en http://www.prodic.edu.uy/sites/default/files/informe_expertos_internacionales.pdf. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Sena, E. N.; Ferreira dos Santos, V. (2004). La formación de los profesionales de información en el Mercosur. *Investigación Bibliotecológica*, 2004, vol. 18, no. 37, p. 9-22. Disponible em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187358X2004000300009. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Souza, T. B.; Ribeiro, F. (2009) Os cursos de ciência da informação no Brasil e em Portugal: perspectivas diacrônicas. *Informação & Informação*, Londrina, v. 14 (1), p. 82-102. Disponible en <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/3149/2892>. DOI: 10.5433/1981-8920.2009.v14n1p82. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Tanus, G. F. (2013). *Cenário acadêmico institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponible en <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECIC-9BXF7S>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Tiratel, S. R. (2007). Reflexiones en torno de un aniversario. *Información, cultura y sociedad*, n. 16. Disponible en http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/inibi_nuevo/n16a01.pdf. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

UNESCO (2014). Disponible en <http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/isc-ed-fields-of-education-training-2013.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

UNESCO (2013). *ISCED Fields of Education and Training 2013 (ISCED-F 2013)*. <http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/isc-ed-fields-of-education-training-2013.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

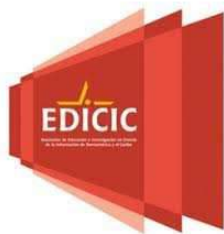
UFMG

UNESCO (1998). *Declaración mundial sobre la educación superior en el Siglo XXI: visión y acción*. Disponible en http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_spa.html. (Consultado: 01-09-05). [Consultado: 2 de mayo de 2016].

UNESCO (1996). La educación encierra un tesoro. *Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la Educación para el Siglo XXI*. Presidida por Jackes Delors, Madrid: Santillana. Disponible en http://www.unesco.org/education/pdf/DELORS_S.PDF. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

UNESCO (2003). *Declaración de Quito sobre el rol de las universidades en la Sociedad de la Información*. Disponible en <http://tecnologiaedu.us.es/cuestionario/bibliovir/quito.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].

Wilson, C.; Grizzle, A., Tuazon, R.; Akyempong, K.; Cheung, C. (2011). *Alfabetización Mediática e Informacional. Curriculum para profesores*. UNESCO 07. Disponible en <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002160/216099S.pdf>. [Consultado: 2 de mayo de 2016].



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Nome da Área Temática: Docência e os Novos Perfis do Profissional da Informação

CONSULTORIA INFORMACIONAL NO BRASIL: UM MERCADO POTENCIAL PARA O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

CONSULTORÍA EN INFORMACIÓN EN BRASIL: UN MERCADO POTENCIAL PARA EL PROFESIONAL DE LA INFORMACIÓN

David Oliveira de Carvalho, UFPE
Sílvia Luiz de Paula, UFPE
Antônio de Souza Silva Júnior, UFPE

Resumo: Analisa as consultorias informacionais do Brasil, mapeando geograficamente as consultorias existentes e identificando os serviços oferecidos. Discute o setor de serviços no Brasil, o setor de consultorias com as tipologias e os elementos éticos envolvidos no processo de prestação de serviços, abordando também o setor de consultoria informacional e as habilidades profissionais requeridas para o consultor. Trata-se de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, tendo a coleta de dados desenvolvida por meio de pesquisa na *web* durante os meses de agosto e setembro de 2015. Na análise dos dados foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e categorização. Quanto aos resultados, a pesquisa ressalta a importância e a contextualização das consultorias informacionais em uma época de produção cada vez mais acelerada da informação, abordando aspectos relacionados ao profissional da informação como consultor, suas características e habilidades. Por fim, a pesquisa mostra que existe um amplo campo para a atuação do profissional da informação na prestação de serviços no Brasil, propondo linhas de prosseguimento para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Consultoria organizacional. Consultoria informacional. Consultoria documental. Profissional da informação.

Resumen: Se analiza la consultoría en información en Brasil, mapeándose geográficamente su existencia e identificándose los servicios que se ofrecen. Se analizan el sector de servicios en Brasil, el sector de consultoría con las tipologías y elementos éticos involucrados en el proceso de prestación de servicios, así como el sector de consultoría de información y las habilidades profesionales necesarias para los consultores. Se utiliza un enfoque cualitativo, exploratorio y descriptivo, desarrollado a través de una búsqueda en la *web* durante los meses de agosto y septiembre de 2015. Se utilizan técnicas de estadística descriptiva y categorización para el análisis de los datos. Los resultados resaltan la importancia y la contextualización de las consultorías en información en una época caracterizada por la producción cada vez más acelerada de información, enfocándose en los aspectos relacionados con el profesional de la información como consultor, sus características y habilidades. La investigación muestra que hay un campo amplio para la práctica profesional en la prestación de servicios de información en Brasil y propone posibles líneas de investigación.

Palabras-clave: Consultoría organizacional. Consultoría en información. Consultoría documental. Profesional de la información.



1 INTRODUÇÃO

O profissional da informação tem em sua formação básica a habilidade de lidar com informações em diversos aspectos e suportes, administrando-as, organizando-as, disponibilizando-as para fins de utilização e, assim, produção de conhecimento. Por esse prisma, a internet tem cada vez mais ganhado espaço e modificado a forma como a sociedade tem buscado e recuperado informações. E esse aspecto de evolução tecnológica no qual a Internet tem se desenvolvido, tem gerado uma preocupação cada vez maior com relação à produção e fluxo de informações. É justamente nesse contexto que o mercado de serviços tem se tornado um campo em potencial para o profissional da informação com a aplicação de seus conhecimentos de tratamento de informações, com a prestação de consultorias informacionais.

Em um ambiente cada vez mais competitivo e necessitado de mão de obra especializada, as organizações do primeiro, segundo e terceiro setores estão investindo na contratação de consultorias (pessoa física e/ou jurídica) – como se pode observar no decorrer da pesquisa apresentada – principalmente para ações emergenciais, temporárias e sem vínculo empregatício para resolução de problemas, com foco em auxílio em tomadas de decisões necessárias.

Ao se analisar estudos de teóricos como, por exemplo, Paz (2011), Donadone (2001; 2003) Donadone e Sznelwar (2004), Oliveira (2003) e Crocco e Guttman (2005), observa-se que a presença de consultores no âmbito empresarial é cada vez mais recorrente; logo, a busca dos serviços prestados pelas consultorias é constante; o que indica um aumento, não só no número das contratações de funcionários pelas consultorias, mas também aumento no faturamento, assim como em investimentos tecnológicos que supram as necessidades dos contratantes visando excelência, eficiência e rapidez nos serviços prestados. Diante do comportamento do mercado de serviços no Brasil, buscando atender organizações de vários portes, o consultor pode ser pessoa física, freelancer ou MEI (Microempreendedor Individual), bem como pessoa jurídica de grande porte.

É nessa perspectiva que os profissionais da informação estão percebendo que existe um vasto campo no mercado de trabalho ainda pouco explorado: a consultoria voltada para a informação e documentação; visto que informação e documentação (física ou digital) estão cada vez mais em processo de produção e carente de profissionais habilitados para trabalhar com os mesmos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A atividade do consultor informacional e documental, como o nome já propõe, tem sua execução orientada para suprir as empresas-clientes, basicamente, em busca e recuperação de informações, gestão de documentos, produção de informações, uso e disseminação da informação, dentre outras. Sobre tal aspecto Crispim e Jagielski (2001, p. 149) afirmam que “As organizações estão sentindo necessidade de alguém capacitado e conhecedor do tratamento da informação”.

Embora profissionais da informação possuam habilidades necessárias para o bom desenvolvimento de atividades de consultoria informacional, faz-se necessário estudos para compreender aspectos do comportamento específico do mercado que contribuam com o direcionamento de investimentos. É importante salientar que o presente estudo não busca reproduzir toda a complexidade da atual realidade, mas visa expressar a compreensão dos serviços de consultoria no Brasil, a fim de responder as seguintes questões: como está se comportando o mercado de consultoria informacional no Brasil? Será o mercado informacional um campo em potencial para a atuação do profissional da informação?

De modo dissertativo e argumentativo, a presente pesquisa se mostra como uma análise do que tem ocorrido no setor de serviços nos últimos tempos; aborda historicamente o desenvolvimento das consultorias nas últimas décadas; traz dados que possam contribuir para o resultado analítico da pesquisa; mostra conceitos e tipologias de consultoria; e mais obstinadamente o mapeamento das consultorias informacionais no Brasil, identificando seus principais serviços de forma geográfica, criando, assim, um diretório que possa servir para melhor entender o setor no mercado de trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O setor de serviços

O setor de serviços aponta dados que estimulam os diversos profissionais que pretendem investir na área. Segundo dados do IBGE publicados em novembro de 2014, o setor apresentou um crescimento de 8,3% na receita operacional líquida no ano de 2012 – com relação ao ano anterior -, que corresponde a R\$ 1,1 trilhão, total. Além disso, o setor respondeu por 12,0 milhões de pessoas ocupadas e pagou R\$ 227 bilhões em salários, retiradas e outras



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

remunerações. Foram mais de 1,2 milhão de empresas atuantes. Outros dados estimuladores é o aumento da massa salarial (6,9%) e número de pessoas ocupadas (5,6%).

Os dados da PMS (Pesquisa Mensal de Serviços) apresentam o mês de fevereiro de 2015 com um aumento de 0,8% na receita nominal, em comparação ao mesmo mês do ano de 2014, tendo um acumulado em 12 meses de 4,7%. Além disso, os serviços no qual a consultoria está inserida teve um aumento de 3,7% no acumulado em 12 meses.

Dos onze Estados que obtiveram crescimento (incluindo o Distrito Federal), sete deles são da Região Nordeste. O que mostra que a região tem potencial no desenvolvimento do setor, já que em janeiro do mesmo ano dos dezoito Estados (incluindo o Distrito Federal) que obtiveram crescimento significativo, os dois maiores foram Rio Grande do Norte com 9,2% e Ceará com 7,2%.

Ainda com relação ao mês de janeiro de 2015, os dados indicam um aumento nas atividades dos Serviços Técnico-profissionais, quando comparado ao mesmo mês de 2014: aumento de 9,7% e um acumulado em 12 meses de 9,5%. Já o crescimento do Setor de Serviços como um todo cresceu 1,6% (comparado ao mesmo mês de 2014) e 5,4% no acumulado em 12 meses, segundo dados do IBGE. Tal característica evolutiva do setor mostra o potencial que o mesmo possui para aqueles que pretendem ingressar na área de consultoria, em especial o consultor informacional. Apresentados os números que expressam o Setor de Serviços e o subsetor onde está inserido o serviço de consultoria, a seguir apresenta-se a seção de consultoria.

2.2 Consultoria

A partir do advento da administração científica, que pregava a busca por um sistema de produção perfeito, surgiu a possibilidade de atuação de profissionais externos detentores de um conhecimento específico. Estes profissionais poderiam auxiliar as organizações na resolução de problemas originados no processo de expansão que buscavam auxílio técnico, especialmente contábil e jurídico (DONADONE, 2003).

Uma vez que as organizações não funcionam isoladamente, precisam refletir constantemente sobre si mesmas, a fim de manterem um alto grau de competitividade no mercado. A consultoria, então, surge como uma das formas encontradas por estas para se atualizarem.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A literatura aponta diferentes perspectivas sobre o objetivo e o papel do consultor. Czander e Eisold (2003), Gbadamosi (2005) e Massey (2000) defendem um método diretivo, em que o objetivo da consultoria é oferecer soluções e opções de mudança para os executivos das organizações contratantes. Sendo a consultoria um sistema de conhecimento baseado na expertise do consultor. Para tanto, aspectos relativos ao ambiente, tamanho, estratégia, tecnologia são considerados para que sejam feitas recomendações sobre a complexidade, formalização, centralização, locus de controle, entre outros (BALIGH; BURTON; OBEL, 1996).

Todavia, o trabalho de prescrição gera um risco para o consultor (e seus clientes), o de adotar novas técnicas sem ter um entendimento claro de como estas se relacionam com os principais modos de mudança organizacional. Em função deste aspecto, Weidner e Kass (2002) conceituam a consultoria como um serviço de aconselhamento, do consultor para o cliente, ajudando o cliente a efetuar uma mudança construtiva. Argyris (1970) defende a interdependência do cliente, de modo que a atenção do consultor deve ser em como manter a autonomia do cliente, para que ele possa se tornar capaz de diagnosticar e solucionar seus problemas. Esta visão julga o cliente como unidade auto-responsável e que tem obrigação de manter o controle do seu próprio destino.

Schein (1990) corrobora com as visões acima, ao afirmar que a principal tarefa do consultor é ajudar o administrador a se tornar um diagnosticador de modo que este atue no sentido de apoiar o cliente para que tome suas próprias decisões. Para isto, o autor defende o espírito questionador, como forma de manter o cliente trabalhando ativamente nos seus problemas. Além disso, um contrato psicológico deve ser firmado para deixar claras as expectativas e responsabilidades de cada um neste processo. Chelliah e Davis (2010) reafirmam o impacto das expectativas psicológicas no sucesso da relação consultor-cliente. Para Sturdy (2009) a consultoria não mais pode ser vista como uma aplicação de uma metodologia pré-determinada.

Atualmente o mercado de consultoria tem se mostrado crescente. Segundo a *Worldwide Management Consulting Services Industry*, publicação da Barnes Reports (2012) houve um incremento no total de empregados na área, além do total da receita das empresas nas principais economias do mundo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No Brasil, a partir da década de 1980 houve uma impulsão do mercado de consultoria, principalmente fortalecidas pelos processos de privatizações e fusões de empresas estatais brasileiras. A ascensão no mercado de consultorias se manteve nas décadas seguinte ampliando o número de empresas atuantes e áreas de especialização, tal qual a informacional. Álvarez e Alcolea (2004) apontam o crescente desenvolvimento da integração das tecnologias da informação nos negócios, a importância que está tomando a gestão da informação, a documentação e o conhecimento no mundo empresarial e a consciência dos empresários e responsáveis das empresas sobre este tema, tem produzido uma demanda crescente na busca de soluções práticas de gestão documental das empresas.

E, para o profissional da informação que pretende ingressar neste ramo de atuação, faz-se necessário entender como se dão suas ações no mercado de trabalho, visto que uma das principais características é a intangibilidade do serviço prestado.

2.3 Consultoria informacional

Tsai, Chang e Chen (2006) ratificam a necessidade do compartilhamento rápido e ilimitado das informações nos processos organizacionais. A informação processada é a essência do conhecimento e deve ser posta efetivamente no gerenciamento. A partir do fato que o conhecimento organizacional requer alto grau de customização, o gerenciamento do conhecimento se torna uma questão importante.

Nesse contexto das consultorias um ponto de atenção passa a surgir, como administrar informações e como fazer para identificar, buscar e recuperar as informações mais pertinentes a uma área, projeto ou organização?

Outras dificuldades também se apresentam muito fortemente neste contexto. Algumas delas são: arquitetura da informação, disseminação da informação, manuseio de bases de dados, guarda de documentos impressos antigos e digitalizações, destruição segura de documentos (impressos e digitais), organização de unidades de informações, dentre outras. Para assessorar nessas dificuldades que, em especial, norteiam as questões de administração de informações, atuam as consultorias informacionais, também conhecidas por consultorias documentais. Para Ruesta e Huidobro (2000). A consultoria informacional pode ser definida como um serviço de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

apoio a empresas para desenhar políticas de gestão da informação, definir estratégias para sua implantação e propor soluções sobre o tema

Por definição, neste trabalho será adotado o entendimento de consultoria informacional como espaço de atuação para um profissional da informação. Nas palavras de Milano e Davok (2009, p.258) “O consultor informacional trabalha com o intelecto, com a capacidade de análise e síntese e com inúmeras variáveis componentes do conjunto de problemas importantes para o desfecho de uma avaliação técnica correta.” Para Okorafor (2010), um processo de implantação de uma mudança, seja em qual área for, pode passar de uma forma melhor quando conduzida por um especialista, neste caso um consultor.

De um modo geral as consultorias informacionais são formadas por pessoas jurídicas e/ou físicas, profissionais da área da Ciência da Informação, que têm percebido o mercado de serviços como um campo em potencial para o desenvolvimento de atividades que vão além das técnicas comumente desenvolvidas no mercado e aprendidas no âmbito acadêmico.

Dentro da perspectiva de interligação da Ciência da Informação com as demais áreas que possuem em comum a “informação”, percebe-se um mercado cada vez mais abrangente em consultorias voltadas para questões informacionais e com uma riqueza imensa em decorrência da necessidade de profissionais habilitados em tratamento da informação.

De acordo com Machado (2001, p. 17) “o mercado almeja ou necessita de profissionais que saibam organizar e disponibilizar os dados, para que se possa utilizar informações oportunas, na hora apropriada de acordo com suas questões”. Neste mesmo sentido Crispim e Jagielski (2001, p. 146) afirmam que “as organizações estão sentindo necessidade de alguém capacitado e conhecedor do tratamento da informação. A concorrência, qualidade e exigência do mercado, exige rapidez e exatidão da informação”. Um elemento importante é trazido por Dixon e Dougherty (2010) ao estabelecerem a linguagem adotada entre os atores do processo como meio para entendimento das necessidades do cliente e a partir deste ponto a definição clara dos objetivos para que as demais etapas da consultoria informacional possam ser efetivas.

A atividade do consultor não é imprescindivelmente presencial. Isso depende da necessidade do cliente e dos serviços disponíveis fornecidos pelo consultor ou empresa de consultoria. Com relação às atividades presenciais e físicas da consultoria informacional, são algumas: guarda de documentos, destruição segura de documentos físicos e informações digitais, organização de documentos, identificação de problemas e soluções de acervos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

(empresariais, pessoais, de unidades de informações, bibliotecas, arquivos), treinamentos de usuários, treinamentos de profissionais da informação, organização de informações digitais, inventário de acervos, desenvolvimento de políticas de unidades de informações, higienização de acervos, dentre outras inúmeras atividades possíveis.

Assim, a consultoria informacional trabalha suprindo as necessidades informacionais de seus clientes, facilitando, guiando, provendo com subsídios necessários, a fim de auxiliar na identificação do problema existente, na identificação da alternativa de solução, promovendo mudança e economia. Na relação consultor-cliente Argyris (1970) relata que há um limiar tênue que deve ser buscado para a construção de um dos principais elementos para que o processo funcione, que é a confiança entre os atores envolvidos no processo. Outro ponto na relação que não pode ser deixado de lado é trazido por Adams e Zanzi (2005) ao abordar a importância da transferência do aprendizado e do desenvolvimento da autonomia do cliente em detrimento a modelos de dependência mantido por correntes de consultores.

Ruesta e Huidobro (2000) mapearam a tipologia dos serviços oferecidos pelas empresas que prestam serviços de consultoria da informação. São destacados: detectar os problemas informacionais que podem ser gerados a priori e a posteriori nos processos de introdução de ferramentas de informática e realizar a intermediação entre as necessidades dos usuários finais e os analistas e programadores de sistemas; aportar soluções aos circuitos de informação associados aos processos de trabalho, os procedimentos e aos sistemas de organização empresarial; analisar o impacto da informação na empresa, em suas relações com os clientes e fornecedores e nos mecanismos de comunicações com seu entorno; adaptar as técnicas e estratégias de marketing e comunicação a novas filosofias de clientes ou usuários como recuperadores de informação; expor uma visão essencial no desenho dos conteúdos e a estruturação da informação das páginas na web e as intranets de maneira que adquiram um nível ótimo de usabilidade, e; determinar a influência dos hábitos de utilização da informação dos indivíduos dentro das organizações para a confecção de políticas de recursos humanos e conhecimento.

Por outro lado, o fator “informação” também é favorável na competitividade do mercado que se encontra sempre em aquecimento. Ter informações não significa muito, mas ter informações corretas no momento correto pode significar passos à frente da concorrência. A



partir dessa perspectiva de consultoria informacional, percebe-se que há um mercado disponível para a atuação do profissional da informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao se estruturar esta pesquisa, acredita-se que a abordagem qualitativa é a maneira adequada para investigar o tema estudado em busca da satisfação dos objetivos. O objeto da pesquisa são as consultorias informacionais brasileiras.

Adotou-se como classificação metodológica aos fins a pesquisa exploratória e descritiva com base em Gil (2002). Tem como eixo exploratório a investigação do problema, tornando-o explícito, diante de uma área do conhecimento ainda pouco explorada (consultoria informacional); em sua propriedade descritiva, visa à descrição das características do fenômeno “consultoria informacional” como um campo em potencial para a atuação do profissional da informação a partir de uma visão geral da consultoria até uma mais peculiar, assim, seguindo uma linha descritiva histórica e situacional no âmbito nacional.

Quanto a coleta dos dados, foi realizada por meio de acesso à Internet, foram realizadas buscas pelas consultorias informacionais. Os buscadores utilizados foram: Google, Ask Brasil e Bing. Também foram realizadas buscas em redes sociais utilizando os termos indexadores desta pesquisa, tendo em vista a recuperação de informações principalmente relativas a consultores autônomos. Foram selecionadas as seguintes redes: Facebook e Twitter.

Constituíram-se as pesquisas em horários diversos e dias diversos, não possuindo um cronograma de buscas por períodos ou dias da semana, visto que não são variáveis pertinentes e implicáveis ao resultado da revocação e alcance dos objetivos desejados.

Foram utilizadas buscas básicas que são aquelas sem recursos avançados, e analisadas quantas páginas revocativas fossem necessárias, sem quantidade mínima ou máxima. Foram considerados dados válidos na pesquisa pelas consultorias informacionais nos buscadores, aquelas empresas que possuíam URL próprio (endereço eletrônico na Internet), como critério de inclusão na amostra. Mesmo que mencionadas em outros sites, não foram consideradas, pois poderiam apresentar informações não correspondentes à realidade das empresas em questão.

Efetivando a investigação, tanto nos buscadores quanto nas redes sociais, utilizaram-se como termos indexadores: “consultoria informacional”, “consultoria documental”, “consultoria



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de informações”, “consultoria de documentos”, “consultoria em gestão da informação”, “consultoria em biblioteconomia” e “consultoria em ciência da informação”.

As informações analisadas para o alcance dos objetivos específicos foram: nome da empresa e logotipo, elementos identitários, endereço eletrônico, cidade e UF, contatos, região de localidade e serviços. Considerou-se como nome a forma de apresentação das empresas, podendo ser nome fantasia ou razão social, visto que esta variável não interfere nos resultados da pesquisa, pois compreende também consultores autônomos.

Tais informações foram analisadas a partir de uma observação sistemática, agrupando os serviços por grupos, bem como agrupados os estados e regiões do Brasil. Como critério de exclusão, foi aplicado às empresas que não apresentaram pelo menos os serviços disponíveis e UF. Desta forma, das dezenas de empresas encontradas, apenas vinte e três foram consideradas válidas para esta pesquisa. Para além das observações predeterminadas, colocou-se um campo extra de notas gerais para comentários que pudessem apresentar relevância para os resultados da pesquisa. Por exemplo: clientes, layout, dentre outros mais.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para este trabalho, são consideradas consultorias informacionais brasileiras todas aquelas que, mediante critério de seleção mencionado nos procedimentos metodológicos, estejam em funcionamento em território brasileiro, não sendo uma variável de inclusão ou exclusão sua origem nacional ou internacional, visto que o foco da pesquisa se concentra no mercado de consultoria informacional como um todo no âmbito nacional.

Obeve-se através de pesquisa documental na web, conforme estabelecido nos procedimentos metodológicos, o resultado revocativo de vinte e três empresas de consultoria informacional e documental brasileiras.

Após a coleta dos dados, pôde-se perceber o quanto é extenso o campo de serviços oferecidos pelas consultorias informacionais, assim, existindo um grande mercado para atuação do bibliotecário; e que tais atividades profissionais vão além do estereótipo de um profissional de biblioteca, remetendo-se a um profissional da informação.

Também se percebeu na análise dos serviços do diretório apresentado que não há uma atribuição comum aos serviços oferecidos por esse tipo de consultoria, de modo que alguns



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

serviços recebem de empresas diferentes, nomes dessemelhantes; além de que não há uma tendência no segmento, visto que os serviços oferecidos variam nos catálogos analisados.

Mesmo existido perfis empresariais (pessoa jurídica ou física) nas redes sociais, não foram identificadas empresas de consultorias informacionais e documentais brasileiras que pudessem ser utilizadas para esta pesquisa, mediante critério de exclusão exposto.

Foram encontradas algumas, mas as mesmas não forneciam informações que embasassem análises comparativas, tampouco serviços ou dados regionais. A justificativa para a utilização das redes nesta pesquisa está assegurada no perfil autônomo em que muitos consultores exercem suas atividades. Deste modo, esperava-se encontrar perfis correspondentes aos mesmos com explicitação dos serviços e localidade, mas poucas informações haviam e não forneciam suficiência para a utilização nesta pesquisa.

Na tentativa de obter tais dados, foram enviadas mensagens com solicitação das informações básicas necessárias para a inclusão das mesmas neste estudo, porém nenhuma resposta foi recebida.

Do total das vinte e três consultorias recolhidas, observou-se que nove estão instaladas na Região Sudeste (39%), sete na Região Sul (30%), cinco na região Nordeste (22%) e duas na Região Centro-Oeste (9%). A Região Norte não foi representada nesta pesquisa, pois não houve revocação de informações correspondente à mesma nos buscadores utilizados.

Com base nestes dados, pode-se afirmar que o Sudeste possui mais que um terço das consultorias informacionais do Brasil, assim como o Sul representa quase um terço, enquanto o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte juntos somam menos de um terço do total, juntos.

O Sudeste tem sua maior representação no Estado de São Paulo. Das nove consultorias que atuam na Região, quatro têm suas instalações no Estado Paulista; Minas Gerais possui três, e Espírito Santo e Rio de Janeiro apenas uma, cada. Todos os Estados da Região têm representação. O Estado de São Paulo também é um dos dois que aparecem com maior número de consultorias informacionais em todo o território nacional, além do Estado do Paraná.

A Região Sul que comporta sete das empresas de consultoria tem sua distribuição com maior expressão no Estado do Paraná, que é também uma das duas maiores representações no país; o mesmo responde por quatro consultorias. Já Santa Catarina apenas uma e Rio Grande do Sul duas; contudo, todos os Estados da Região têm representações.



O Nordeste tem a segunda menor expressão no que se refere às consultorias informacionais brasileiras. Apenas três dos nove Estados da Região apresentam consultorias informacionais. São eles: Sergipe, com apenas uma consultoria; Rio Grande do Norte com duas e Ceará também com duas.

A Região Centro-Oeste tem a menor demonstração das consultorias informacionais brasileiras. Apenas dois dos quatro Estados têm representação, e para cada um deles, apenas uma consultoria aparece como dado revocativo. São eles: Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. O Quadro a seguir mostra os Estados e suas respectivas regiões.

Quadro 01 – Número de consultorias informacionais por Estados do Brasil

Região	%	Estado	Quantidade	%
NE	22%	Ceará	2	9%
		Rio Grande do Norte	2	9%
		Sergipe	1	4%
S	30%	Paraná	4	17%
		Rio Grande do Sul	2	9%
		Santa Catarina	1	4%
SE	39%	São Paulo	4	17%
		Minas Gerais	3	13%
		Espírito Santo	1	4%
		Rio de Janeiro	1	4%
CO	9%	Mato Grosso do Sul	1	4%
		Distrito Federal	1	4%

Fonte: Dados coletados, 2015.

No tocante a identificação dos serviços oferecidos, não há na literatura definições específicas que correspondam aos serviços das consultorias informacionais; o que existe é um grande espaço que permite a interpretação dos serviços como sendo aqueles que estão ligados aos aspectos informacionais; principalmente quando ligados à Ciência da Informação.

Desta forma, notou-se durante a pesquisa que alguns serviços assumem nomes e expressões diferentes; assim como um determinado nome pode assumir um grupo de vários



serviços, principalmente quando se trata de um processo, como o de processamento técnico, por exemplo, ou de consultoria para um processo específico.

Percebida esta característica, agrupou-se os serviços segundo as definições da Classificação Brasileira de Ocupações-CBO na “descrição sumária” dos profissionais da informação, dividindo os serviços em oito grupos e apresentou-se os serviços por nomes que possam representar todas as abordagens disponíveis pelas vinte e três consultorias analisadas.

Os oito grupos são: 1- Disponibilizar informações em qualquer suporte; 2- Gerenciar unidades; 3- Tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; 4- Disseminar informação como objeto a fim de facilitar o acesso e geração do conhecimento; 5- Desenvolver estudos e pesquisas; 6- Desenvolver ações educativas; 7- Desenvolvimento de serviços de acessória e consultoria; e 8- Outras atividades técnicas relacionadas.

O Grupo 1 – “Disponibilizar informações em qualquer suporte”, é caracterizado pelos serviços relacionados aos mais variados suportes físicos e digitais, embora a maioria pesquisada apresente aspectos digitais. Ao total, foram agrupados todos os serviços apresentados pelas empresas em 18 categorias. Sendo: Inclusão de dados em bases; organização de arquivos fotográficos (e iconografia geral); digitalização de documentos e birô de digitalização; Fornecimento de scanners e softwares; soluções em GED (Gestão Eletrônica de Documentos); - microfilmagem; arquitetura da informação e inteligência documental; migração de dados; armazenamento virtual de dados e backup (CLOUD); elaboração de documentos (dossiês, memorandos, resumos, PowerPoint e afins); elaboração de vocabulário controlado e índices (tesauro); elaboração e manutenção de currículos; revisão ortográfica; elaboração de fichas catalográficas; leitura de informações; sinalização para bibliotecas e unidades de informações; serviços de assinatura a fontes de informações; normalização de trabalhos acadêmicos (segundo a ABNT).

O Grupo 2 – “Gerenciar unidades” está representado neste estudo pelos serviços de gerenciamento e suporte às unidades de informações, documentos e processos; além de softwares que também apoiam essas ações, projetos, normas e terceirização de serviços. Os serviços apresentados pelas empresas coletadas estão agrupadas em 8 categorias. Sendo: organização e estruturação de bibliotecas, documentos e arquivos; software de gerenciamento documental; armazenamento e gestão de documentos, informações e conteúdos; gerenciamento de unidades de informações, bibliotecas e processos; terceirização de serviços (Outsourcing);



elaboração e implementação de Tabela de Temporalidade Documental (TTD); projetos de preservação; elaboração de normas e procedimentos de processos documentais.

O Grupo 3 – “Tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais”, está caracterizado nesta pesquisa pelos serviços de produção técnica desenvolvidas nas unidades de informações ou para as mesmas. Todos os serviços apresentados pelas empresas coletadas estão agrupadas em 4 categorias. Sendo: tratamento técnico do acervo (carimbagem, etiquetagem, plastificação, tombamento e afins); digitação; recuperação de dados; conservação e restauração de documentos.

O Grupo 4 – “Disseminar informação como objeto a fim de facilitar o acesso e geração do conhecimento”, é representado nesta pesquisa pelos serviços e processos que promovem a organização de informações afim de proporcionar o acesso às mesmas. Os serviços apresentados pelas empresas coletadas estão agrupadas em 8 categorias. Sendo: seleção de documentos; catalogação; classificação; indexação; clipping; criação e aplicação de taxonomia; recuperação de informações; atendimento ao público.

O Grupo 5 – “Desenvolver estudos e pesquisas; realizar difusão cultural”, está representado nesta pesquisa de forma abrangente pelos serviços que são desenvolvidos por análises, diagnósticos de acervos e documentos, pesquisas, estudos, desenvolvimento de políticas institucionais e que também envolvam questões culturais. Todos os serviços apresentados pelas empresas coletadas estão agrupadas em 7 categorias. Sendo: levantamento bibliográfico; diagnóstico do ambiente e do acervo; estudo do acervo e de memória; inventário; desenvolvimento de políticas e estratégias; promoção de ações culturais; estudo de usuários.

O Grupo 6 – “Desenvolver ações educativas”, tem seus serviços voltados para questões que envolvem educação, treinamento, cursos e afins. Todos os serviços deste grupo foram agrupados em 3 categorias. Sendo: cursos para profissionais das áreas da Ciência da Informação; emissão de certificados; workshop e treinamentos.

Os serviços que compreendem o Grupo 7 – “Desenvolvimento de serviços de assessoria e consultoria”, como o título já menciona, tem suas atividades voltadas para os serviços de aconselhamento, identificação de problemas, proposição de soluções em arquivos, bibliotecas e unidades de informações; além de processos normativos, implantação de unidades e planejamentos. Os serviços deste grupo foram dispostos em 5 categorias, sendo: consultoria e assessoria de arquivos, bibliotecas e gestão documental; planejamento de unidades de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informações/centros de documentação; implantação de arquivos, bibliotecas físicas e digitais; suporte técnico; implantação de procedimentos normativos.

Os serviços que correspondentes ao Grupo 8 – “Outras atividades técnicas relacionadas.”, corresponde aos serviços que, segundo análise, não fazem parte diretamente dos demais grupo, contudo são apresentados pelas consultorias coletadas na pesquisa. Agrupou-se os serviços pelas semelhanças, dispostos em 5 categorias, sendo: higienização de acervos e manutenção física de materiais; transferência física de acervos de bibliotecas e arquivos; destruição segura de documentos; guarda de documentos físicos; prevenção de furtos.

Abaixo um panorama dos serviços oferecidos pelas vinte e três empresas analisadas, ordenadas pelos serviços, dos menos ofertados aos mais ofertados, de acordo com a quantidade de empresas que oferecem.

Quadro 02– Classificação dos serviços ofertados

Grupo	Serviços oferecidos	Qtde de empresas que oferecem o serviço	%
1	-Inclusão de dados em bases	1	1,7%
1	-Organização de arquivos fotográficos (e iconografia geral)	1	1,7%
1	-Fornecimento de <i>scanners</i> e <i>softwares</i>	1	1,7%
1	-Migração de dados	1	1,7%
1	-Revisão ortográfica	1	1,7%
1	-Sinalização para bibliotecas e unidades de informações	1	1,7%
1	-Serviços de assinatura a fontes de informações	1	1,7%
2	-Projetos de preservação	1	1,7%
2	-Elaboração de normas e procedimentos de processos documentais	1	1,7%
3	-Recuperação de dados	1	1,7%
4	-Recuperação de informações	1	1,7%
4	-Atendimento ao público	1	1,7%
5	-Promoção de ações culturais	1	1,7%
5	-Estudo de usuários	1	1,7%
7	-Planejamento de unidades de informações/centros de documentação	1	1,7%
7	-Suporte técnico	1	1,7%
8	-Prevenção de furtos	1	1,7%
1	-Elaboração de fichas catalográficas	2	3,4%
1	-Leitura de informações	2	3,4%
2	-Armazenamento e gestão de documentos, informações e	2	3,4%



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

	conteúdos		
3	-Conservação e restauração de documentos	2	3,4%
4	-Seleção de documentos	2	3,4%
4	-Clipping	2	3,4%
4	-Criação e aplicação de taxonomia	2	3,4%
5	-Estudo do acervo e de memória	2	3,4%
5	-Inventário	2	3,4%
6	-Emissão de certificados	2	3,4%
6	-Workshop e Treinamentos	2	3,4%
7	-Implantação de procedimentos normativos	2	3,4%
8	-Transferência física de acervos de bibliotecas e arquivos	2	3,4%
1	-Microfilmagem	3	5,1%
1	-Armazenamento virtual de dados e <i>backup</i> (CLOUD)	3	5,1%
1	-Elaboração de vocabulário controlado e índices (tesauro)	3	5,1%
1	-Elaboração e manutenção de currículos	3	5,1%
2	- <i>Software</i> de gerenciamento documental	3	5,1%
3	-Digitação	3	5,1%
4	-Classificação	3	5,1%
5	-Desenvolvimento de políticas e estratégias	3	5,1%
8	-Destruição segura de documentos	3	5,1%
1	-Elaboração de documentos (dossiês, memorandos, resumos, <i>PowerPoint</i> e afins)	4	6,8%
2	-Gerenciamento de unidades de informações, bibliotecas e processos	4	6,8%
2	-Terceirização de serviços (Outsourcing)	4	6,8%
4	-Catalogação	4	6,8%
5	-Diagnóstico do ambiente e do acervo	4	6,8%
3	-Tratamento técnico do acervo (carimbagem, etiquetagem, plastificação, tombamento e afins)	5	8,5%
4	-Indexação	5	8,5%
6	-Cursos para profissionais das áreas da Ciência da Informação	5	8,5%
8	-Higienização de acervos e manutenção física de materiais	5	8,5%
1	-Soluções em GED (Gestão Eletrônica de Documentos)	6	10,2%
1	-Arquitetura da informação e inteligência documental	6	10,2%
1	-Normalização de trabalhos acadêmicos (segundo a ABNT)	6	10,2%
2	-Elaboração e implementação de Tabela de Temporalidade Documental (TTD)	6	10,2%
5	-Levantamento bibliográfico	6	10,2%
7	-Implantação de arquivos, bibliotecas físicas e digitais	7	11,9%
8	-Guarda de documentos físicos	7	11,9%
1	-Digitalização de documentos e birô de digitalização	11	18,6%



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

7	-Consultoria e assessoria de arquivos, bibliotecas e gestão documental	14	23,7%
2	-Organização e estruturação de bibliotecas, documentos e arquivos	16	27,1%

Fonte: Dados coletados, 2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançado o objetivo geral proposto, a pesquisa conclui-se quanto à análise do comportamento do Setor de Serviços no Brasil no que diz respeito às consultorias informacionais em especial.

Percebe-se no Brasil, como um todo, uma presença ainda pouco expressiva das consultorias informacionais. Os estados mais expressivos estão localizados nas regiões Sudeste (39,14%) e Sul (30,44%); os pouco expressivos são das regiões Nordeste (21,73%) e Centro-Oeste (8,69%); e a região Norte aparece com nenhuma expressão.

Destaque para os estados do Sul e Sudeste, todos apresentam, pelo menos, uma consultoria; enquanto as demais regiões que apresentam consultorias não as têm em todos os seus estados, o que pode ser considerado um aspecto positivo para quem deseja investir na área. Porém, se apresenta também como um ponto de atenção, pois se faz necessário um estudo de mercado para entender melhor o porquê da existência de poucas empresas do ramo, porque a ausência de consultorias informacionais pode ser um fator de pouca demanda do mercado.

Os objetivos específicos propostos também foram alcançados em nível de satisfação. O mapeamento das atividades prestadas pelas consultorias permite a identificação de um portfólio dos principais serviços, expressa um vasto campo de atuação potencial para os profissionais da informação, particularmente os bibliotecários, que pela análise dos serviços oferecidos parecem ser os principais agentes neste segmento. Da perspectiva do mercado, uma vasta gama de possibilidades se apresentam, principalmente para novos formados pela necessidade de pouco investimento de capital, haja vista o produto intangível oferecido (informação), sua possibilidade de atuação remota, além de expressar uma gama de agilidades que compreendem sua formação acadêmica.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na identificação dos serviços e criação do portfólio, a satisfação se deu pelo encontro da diversidade de desempenho expressos composto por 58 serviços possíveis, onde muitos dos mesmos não necessitam ser presenciais.

A quantificação dos dados das Regiões do Brasil expressou as diferenças quantitativas da presença das consultorias. Embora esse fator possa estar atrelado à indexação das mesmas nos buscadores utilizados, o que também resulta como sugestão para futuros estudos.

De acordo com as definições que esta pesquisa se embasa da tipologia das consultorias (sendo externas e internas), segundo Orlickas (2002) e Oliveira (2003), percebe-se que todas as empresas oferecem serviços que compreendem as definições externas, e algumas são profissionais autônomos que trabalham *Home Office*, segundo as definições estabelecidas por Orlickas (2002) nesta pesquisa.

A atuação das consultorias informacionais analisadas não dispensa sua aplicação de prestação de serviços no que diz respeito aos demais perfis de atuação de consultorias, podendo, por exemplo, atuar como consultoria associada, consultoria exclusiva, consultoria de pacote, consultoria artesanal, e consultoria especializada.

Desta forma, esta pesquisa conclui que no Brasil há um campo potencial para a atuação em prestação de serviços de consultoria informacional, a partir de sua formação acadêmica para lidar com fluxo de informações e processos a fim de administrá-las, organizá-las e disseminá-las para serem utilizadas, recuperadas e acessadas; além de que informações estão presentes nos três setores: organizações públicas (Governo), organizações privadas e organizações não governamentais.

Como sugestões a quem se interessa por prosseguir a pesquisa estão: a) Identificar os fatores principais pelos quais muitas empresas de consultorias informacionais não aparecem na revocação dos buscadores utilizados nessa pesquisa, primariamente identificados como deficiência na indexação; b) Identificar os softwares utilizados pelas consultorias analisadas nesta pesquisa para trabalhos que envolvem aspectos digitais; c) Identificar os principais softwares disponíveis no mercado para auxiliar na prestação dos serviços das consultorias informacionais; d) Desenvolver estudos de empreendedorismo aplicado às consultorias informacionais; e) Realizar pesquisa de mercado para compreender a pouca expressão das consultorias informacionais no Brasil; f) Criar um modelo de consultoria informacional; g) Estudar as consultorias informacionais de outros países e desenvolver análises comparativas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Dentre as limitações da pesquisa, embora haja conhecimento da existência de algumas empresas de consultoria informacional, inclusive com suas páginas publicadas na web, não foi possível recuperá-las nos buscadores pesquisados por existir uma deficiência na indexação das empresas na rede de Internet. Talvez seja um problema de impossibilidade causada pelas empresas que hospedam os sites das consultorias; e a outra hipótese desse problema é a própria falta de atribuição de termos indexadores dos criadores das páginas na rede aos seus sites, o que pode provocar uma discussão um tanto grandiosa, por se tratar de empresas e profissionais da informação que acabam não utilizando recursos informacionais em sua área de atuação. Contudo, tal discussão não é abordada nesta pesquisa, de modo que se sugere, para melhor análise das causas, realizar pesquisas peculiares.

Outra limitação encontrada na pesquisa é a falta de teoria específica às consultorias informacionais. O material encontrado para o desenvolvimento da pesquisa mostra o quanto a academia precisa desenvolver estudos na área. Embora existam, abordagens teóricas específicas ainda são escassas.

Um outro problema da pouca literatura existente é que não apresenta um grupo taxativo de serviços que compreendam a consultoria informacional. Assim sendo, deixa uma margem para uma interpretação ampla; embora se tratando de informações, subentende-se que são serviços correlatos. Esta questão também pode ser atrelada ao desenvolvimento tecnológico, que está sempre em crescimento e evolução, provocando, assim, também constantes mudanças na perspectiva da Ciência da Informação e serviços decorrentes da mesma ao mercado.

Algumas empresas não apresentam informações precisas, nem dados completos que acabam comprometendo análises, principalmente quando há necessidade de comparação. Um exemplo disto é a falta de informação quanto à localização geográfica das empresas, o que não favorece a satisfação dos objetivos de análise regional.

REFERÊNCIAS

ABIB, G. A qualidade da informação para a tomada de decisão sob a perspectiva do sensemaking: uma ampliação do campo. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39 n. 3, p.73-82, set./dez., 2010.

ADAMS, Susan M; ZANZI, Alberto. The consulting career in transition: from partnership to corporate. **CareerDevelopmentInternational**. Vol. 10, No.4, 2005.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ÁLVAREZ, Antonio Paños;.ALCOLEA, Pedro Garrido. Estudiodel modelo de productos y servicios de las empresas de serviciosdocumentales. **Anales de documentacion**, No. 7, pg. 199-213, 2004.

ARAÚJO, R. C. P.; CARVALHO, A. V. Consultoria informacional: campo de trabalho emergente para o profissional da informação. In: XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação. **Anais...** São Luis: EREBD, 2011.

ARGYRIS, Chris. **Intervention, theory and methods: a behavioral science view**. San Francisco: Jossey-BassPublishers, 1970.

AZEVEDO, F. C. Consultoria empresarial de serviço social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 318-338, abr./jun. 2014.

BALIGH, Helmy H; BURTON, Richard M; OBEL, Borge. **Organizationalconsultant: Creating a useabletheory for organizational design**. *Management Science*; Dec 1996.

BARNES REPORTS. **Worldwide Management Consulting Services Industry: industry&market series**. C. Barnes &Co, 2012.

BLOCK, P. **Consultoria: o desafio da liberdade**. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em fevereiro, setor de Serviços cresce 0,8%**. 2015. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2871&busca=1&t=fevereiro-setor-servicos-cresce-0-8>>. Acesso em: 02 maio 2015.

_____. Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 12 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CES 492/2001**. Brasília, 2001. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/49201FHGSCCLBAM.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações: profissionais da informação**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>> . Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Pesquisa Brasileira em mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014.



_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAS 2012: Receita operacional líquida dos serviços cresce 8,3% e chega a R\$ 1,1 trilhão.** 2014. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2765&busca=1&t=pas-2012-receita-operacional-liquida-servicos-cresce-8-3-chega-r-1>>. Acesso em: 02 maio 2015.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Receita dos Serviços cresce 1,6% em janeiro.** 2015. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2848&busca=1&t=receita-servicos-cresce-1-6-janeiro>>. Acesso em: 02 maio 2015.

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia. **Resolução CFB nº 42 de 11 de janeiro de 2002.** Disponível em: <<http://www.crb14.org.br/UserFiles/File/C%C3%B3digo%20de%20C3%89tica%20Bibliotec%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2015.

CHELLIAH, John; DAVIS, Douglas. But do youlikeyour (expensive management) consultant? **Journalof Business Strategy.** Vol. 31 No. 2, 2010.

CRISPIM, A. C.; JAGIELSKI, S. K. Consultoria e o profissional da informação: um campo em expansão. **Associação Catarinense de Bibliotecários – ACB,** Santa Catarina, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 146-155, 2001. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/364>>. Acesso em: 11 maio 2015.

CROCCO, L.; GUTTMANN, E. **Consultoria empresarial.** São Paulo: Saraiva, 2005.

CZANDER, William; EISOLD, Kenneth. **Psychoanalytic perspectives on organizational consulting:** Transference and counter-transference. *Human Relations*; Apr 2003.

DIXON, Maria A.; DOUGHERTY, S. Dougherty. Managing the Multiple Meanings of Organizational Culture in Interdisciplinary Collaboration and Consulting. **Journalof Business Communication.** Vol. 47 No. 1, 2010.

DONADONE, J. C. O mercado internacional de consultorias nas últimas décadas: crescimento, diversificação e formas de disputa. **Caderno de Pesquisas em Administração,** São Paulo, v. 1, n. 2, p.1-15, abr./jun. 2003.

_____. J. C. Os hunos já chegaram!:dinâmica organizacional, difusão de conceitos gerenciais e a atuação das consultorias. 2001 144 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____. J. C.; SILVEIRA, F. Z; RALIO, V. R. Z. Consultoria para pequenas e médias empresas: as formas de atuação e configuração no espaço de consultoria brasileiro. **Gest. Prod.,** São Carlos, v. 19, n. 1, p. 151-171, 2012.



_____. J. C.; SZNELWAR, L. I. Dinâmica organizacional, crescimento das consultorias e mudanças nos conteúdos gerenciais nos anos 90. **Revista Produção** v. 14, n. 2, 2004.

FERNANDES, E. N. N. C.; PIRES, E. A. N. O bibliotecário consultor: perfil profissional. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 62-73, 2012.

GBADAMOSI, Gbolahan. Ritualism, symbolism and magic in consultancy practice: An exploratory investigation. **Management Decision**, v. 43, n. 9, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, M. A. Consultoria. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 91-98, Abr./Jun, 1991.

IBCO – Instituto Brasileiro de Consultores de Organização. **Código de Ética do Consultor Organizacional da IBCO**.

KURB, M. **Consultoria: um guia para a profissão**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KURB, M. **Management Consulting: A guide to the profession**. Geneva, International Labour Office, 2002.

MACHADO, E. O. **Procedimentos para o bibliotecário abrir sua pequena empresa de prestação de serviço**. São Carlos: EdUFScar, 2001.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, O. S. Gestão contábil-administrativa nas organizações do terceiro setor. **QUALIT@S Revista Eletrônica**. v. 6, n. 2, 2007.

MASSEY, Claire. **Organisational Consultants: when practice overtakes theory**. *Organization Development Journal*; Spring 2000.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

MILANO, M. C. D.; DAVOK, D. F. Consultor de informação: serviços prestado por empresas de consultoria nas áreas de Biblioteconomia e gestão da informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.14, n.1, p.253-278, jan./jun., 2009.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de consultoria empresarial**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

OKORAFOR, G. F. Project Consulting and Stakeholders Management in Developing Economies. **Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business**. Vol. 1, No. 9, 2010.



ORLICKAS, E. **Consultoria interna de recursos humanos**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

PAULA, A. P. P; WOOD JR., T. Dilemas e Ambiguidades da 'Indústria do Conselho': um Estudo Múltiplo de Casos sobre Empresas de Consultoria no Brasil. RAC-Eletrônica, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 171-188, Maio/Ago. 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_732.pdf>. Acesso em: 12 maio 2015.

PAZ, J. A. Consultorias.org: quem são e quais fatores propiciaram sua gênese. In: XXXV Encontro da ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2011. p. 1-17.

PEREIRA, M. J. L. B. **Na cova dos leões: o consultor como facilitador do processo decisório empresarial**. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

PÉREZ, Antonio Hernández; MATEOS, David Rodríguez. Lasnuevascompetenciasdelprofesional de lainformación: delcontrol de documentos alagestióndelconocimiento. En: **Jornadas Españolas de Documentación**–Fesabid, 2000. Bilbao:Universidaddel País Basco, 2000, pg. 89-98.

RUESTA, Bustelo, Carlota; HUIDOBRO, Elisa García-Morales. **La consultoríaenorganización de lainformación**. El profesional de lainformación, 2000, Vol. 9, No. 9, pg. 4-10.

SCHEIN, E..A General PhilosophyofHelping: ProcessConsultation. **Sloan Management Review**. Vol. 31, No. 3, 1990.

SEBRAE. **Comece certo: consultoria**. 2. ed. São Paulo: 2010.

SERASA EXPERIAN. **Google lidera top 10 buscadores preferidos por usuários de Internet em dezembro, de acordo com dados da Hitwise**. 2014. Acesso em: 13 mar 2015. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/google-brasil-lidera-top-10-buscadores-preferidos-por-usuarios-de-internet-em-dezembro-de-acordo-com-dados-da-hitwise/>>.

SILVA JUNIOR, A. S. S. et al. Consultoria Organizacional: qual a relação existente entre a atuação do consultor e o sucesso da aprendizagem dos integrantes da organização cliente? In: III Encontro de Administração da Informação. **Anais...** Porto Alegre: 2011.

STURDY, Andrew Sturdy. Popular Critiques ofConsultancyand a Politicsof Management Learning? **Management Learning**, Vol. 40, No. 457, 2009.

TSAI, Chih-Hung; CHANG, Ching-Liang; CHEN, Lieh. A Case StudyofKnowledge Management Implementation forInformation Consulting Company.**InternationalJournalof The Computer, the Internet and Management** Vol. 14.No.3, pg 60-78, 2006.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. **Biblioteconomia**. [20--?]. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/proacad/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=138>. Acesso em: 15 maio 2015.

VALENTIM, M. L. P. **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

WEIDNER, C. Ken & KASS, Eli E. **Toward a theory of Management Consulting**. In: BUONO, Anthony (ed.) *Developing knowledge and value in management consulting*. Greenwich, Connecticut: Information Age Publishing, 2002, p. 169-207.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Docência e os novos perfis do profissional da informação

ESTUDOS DE USUÁRIOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA E EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO

THE IMPORTANCE OF USERS STUDIES FOR ARCHIVIST'S PROFESSIONAL DEGREE

Gláucia Aparecida Vaz, UFMG

Resumo

Este trabalho é parte de um projeto de mestrado em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais. Este estudo busca demonstrar, de acordo com as atribuições dos arquivistas, sua formação profissional e práticas profissionais, de que forma as abordagens dos “Estudos de Usuários” podem contribuir para melhoria dessas práticas. Procura demonstrar as mudanças de seu papel dentro da sociedade diante de novas demandas informacionais. Abre reflexões sobre a Lei de acesso e a realidade brasileira. Apresenta um histórico dos estudos de usuários dentro da arquivologia, e procura demonstrar as contribuições desta disciplina para a efetividade das políticas de acesso.

Palavras-chave: Arquivologia. Estudo de Usuários. Políticas de Acesso. Formação do Arquivista.

Abstract

This paperwork is part of a master's degree project in Information Science, at the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). The study aims to demonstrate, accordingly with the archivists's powers, their professional degree and practices, in which way the approaches from the “Users Studies” can contribute to upgrade the same practices. Aims to show the changes in their role among the society, facing new informational demands. It opens reflections regarding the Access Law and the Brazilian reality. Introduces a historic of the users studies inside the archivology, and tries to demonstrate this field's contributions for the effectiveness of the access's policies.

Key Words: Archivology. Users Studies. Access's Policies. Archivists formation.

1 Introdução

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais, serão apresentados a seguir parte dos resultados obtidos. Neste período de transição, de um paradigma custodial para um paradigma de acesso, as discussões sobre a composição curricular dos cursos de Arquivologia no Brasil tem se tornado cada vez mais frequentes.

As reflexões dos currículos dos cursos de arquivologia no Brasil iniciaram-se em 1995, na I Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia, organizada por José Maria



Jardim e Maria Odila Fonseca, que mais tarde transformou-se em Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ's) que teve sua primeira edição em 2010, retomando as discussões sobre composição do currículo e formação profissional. (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011).

Desde então inúmeros estudos sobre o tema foram realizados. Foi realizada uma revisão de literatura dos principais estudos sobre o tema, procurando observar a presença de disciplinas voltadas para os “Estudos de usuários”. Percebeu-se que esta disciplina é oferecida em poucos cursos, em alguns compondo um “tronco comum” com o curso de Biblioteconomia, deixando de abordar necessidades específicas dos usuários de arquivos. É importante destacar que grande parte dos cursos ainda estão concentrados nas reformas de seus currículos, buscando uma “harmonização” entre os cursos em todo o país, respeitando as especificidades regionais.

Foram consideradas também para a composição dessa pesquisa as leis nacionais referentes à regulamentação da profissão de arquivista (Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978); a lei de acesso (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011); a lei de arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991); a Declaração Universal dos direitos Humanos, onde aparece pela primeira vez a garantia de acesso à informação como direito fundamental, e as disposições da Constituição Federal de 1988, no inciso XXXIII do artigo 5º que prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo, ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Neste estudo busca-se demonstrar, de acordo com as atribuições dos arquivistas, sua formação profissional e práticas profissionais, de que forma as abordagens dos “Estudos de Usuários” podem contribuir para melhoria dessas práticas.

2 Objetivos gerais e específicos da pesquisa:

Dentro dessa concepção, a pesquisa proposta tem como objetivo geral analisar como se estruturam as disciplinas sobre “Estudos de Usuários” nos 16 cursos de



Arquivologia do Brasil e investigar de que forma podem colaborar para ampliar o acesso aos arquivos. Como objetivos específicos delineou-se:

- Avaliar se a atual estrutura das disciplinas sobre “Estudos de Usuários” atendem às necessidades específicas da Arquivologia;
- Conhecer a visão dos professores que ministram a disciplina sobre a mesma;
- Demonstrar de que forma os “Estudos de Usuários” podem contribuir para a promoção do acesso;
- Avaliar os impactos da Lei de Acesso à Informação nas práticas arquivísticas;
- Apresentar novas propostas de mediação e difusão da informação em arquivos;
- Compreender as diferenças no uso e usuários de arquivos.

3 Metodologia

Para avaliar a inserção, a estrutura e a importância das disciplinas voltadas para a temática de estudos de usuários nos cursos de arquivologia do país, buscou-se primeiro localizar e entrar em contato com coordenadores dos cursos ou com os professores responsáveis em ministrar essas disciplinas. Na época da pesquisa que foi realizada entre 2013 e 2015, haviam 16 cursos de arquivologia no país, mas apenas oito aceitaram participar da pesquisa: Universidade Júlio Mesquita- Campus Marília, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Amazonas.

Para a coleta de dados optou-se pela aplicação de entrevista semi-estruturada, composta por 17 questões que abordavam temáticas desde conceitos sobre arquivologia e arquivista até temáticas mais atuais, como por exemplo o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação e o atendimento aos usuários remotos. Após a coleta dos dados, foi realizada uma sistematização e em seguida análise das entrevistas por meio da avaliação das categorias criadas do conteúdo coletado.

4 O problema de pesquisa



As discussões sobre a composição curricular dos cursos de Arquivologia no Brasil, tem se tornado cada vez mais frequentes. Diversos trabalhos vêm sendo desenvolvidos no Brasil, desde 1995, com a I Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia, que inaugura a produção de pesquisa voltadas para a formação do arquivista no país. Os trabalhos apresentados até o momento buscam mapear as contribuições de área correlatas à arquivologia na sua estruturação curricular. Este estudo pretende, portanto, voltar-se para análise de uma disciplina, para demonstrar sua estrutura atual e de que forma ela pode ajudar na efetivação de políticas de acesso. De acordo com Jardim (1999) existem poucos estudos sobre estudos de usuários em arquivos, a ausência de manuais que tratem da temática também é destacado pelo autor, que chama atenção para a necessidade de abertura de uma agenda de investigação mais profunda sobre o assunto. O que pretende-se é desenvolver material que possa ser utilizado para um aprofundamento da temática na área.

O papel que o profissional de arquivo exercia na sociedade tomou um novo formato, para além do tratamento dos arquivos, inicialmente os permanentes em seguida os arquivos correntes e intermediários. Sua função atinge uma nova dimensão e o arquivista passa a interagir com toda a estrutura organizacional das instituições, atuando como gestor da informação arquivística, com o objetivo primordial de atender à administração, mas também de zelar e proteger a memória e a cultura nacionais, além de produzir conhecimento através de pesquisas científicas. (MARIZ, 2012, p. 12).

O arquivo é uma unidade de informação conectada com a sociedade ao qual pertence e compõe cada vez mais um sistema complexo e interconectado. Por ser uma unidade de informação conectada e integrada à comunidade que o cerca, é extremamente necessário ao campo compreender, ou até mesmo “criar” metodologias que possam atender cada usuário, dentro das especificidades de cada um. A abertura dos arquivos, a criação de uma Lei de Acesso, faz com que o arquivo abra suas portas e janelas para um novo horizonte. No Congresso Internacional de Arquivos de 1996, Ketellar já assinalava a necessidade dos profissionais abrirem as janelas dos depósitos arquivísticos e do pensamento profissional, que deveria dirigir suas práticas para os usuários. (KETELLAR, 1996).

Nota-se então que há muito tempo os profissionais de arquivos e pesquisadores da área vem chamando para a necessidade de se reconhecer o usuário como fator primordial em todo o processo da gestão documental. Há uma emergência em realizar estudos voltados para as especificidades dos arquivos, que diferencia-se de outras unidades de



informação. Os avanços tecnológicos fazem que o arquivo saia do “seu lugar” (Jardim, 1999), cria novos tipos de usuários, o desenvolvimento de novas práticas profissionais, transformando o arquivo em uma unidade dinâmica.

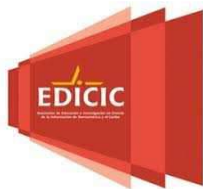
O arquivista hoje exerce a função de mediador, promovendo a relação entre sujeito (cidadão) e objeto (informação) (Batista, 2014). A mediação cultural consiste em construir um ambiente agradável e “familiar para o sujeito, para que ele possa absorver ao máximo as potencialidades de seu objeto, procurando dessa forma sanar as necessidades de informação dos usuários. E indo um pouco mais além, entender as necessidades que não são explicitadas pelo usuário. Considera-se neste trabalho que as metodologias dos estudos de usuários podem ajudar de forma positiva na construção de todo esse processo.

5 O acesso aos arquivos: contextualização do tema

A pesquisadora Menne-Haritz (2001) coloca como ponto crucial para a mudança de um paradigma custodial para o pós-custodial o fim das divisões entre blocos socialistas e comunistas no mundo. No Brasil, podemos tomar como referência os avanços em relação ao acesso à informação obtidos com o fim do regime militar. A abertura dos arquivos só foi possível após a abertura política de muitos países, visto que grande parte dos documentos era de responsabilidade da administração pública, ficando a cargo do governo criar suas políticas de acesso.

A partir dessas mudanças estamos diante de um novo paradigma, que Menne-Haritz chama de “paradigma do acesso”, que surge “transformando o lugar das diferenças, entre passado e futuro dentro do pensamento arquivístico” (MENNE-HARITZ, 2001, p.60, tradução nossa). As investigações, interpretações, e combinações de dados dentro do arquivo, produzem informação em forma de novo conhecimento procurando responder as questões do usuário.

O objetivo é o uso. Precisamos estar sempre atentos a esse fato. Identificação, aquisição, descrição e todo o resto são simplesmente os meios que usamos para atingir essa meta. Eles são ferramentas. Precisamos empregar todas essas ferramentas habilmente, mas se, após avaliar meticulosamente, arranjar, descrever e conservar nossos documentos,



ninguém vem para usá-los, então nós desperdiçamos nosso tempo (COUTURE, 2003, p. 379).

De acordo com Costa (2011, p. 22), “o acesso é elemento indispensável para se compreender a relação entre instituição arquivística e usuário”. Taylor (1984) considera que o mais importante serviço de uma instituição arquivística pode proporcionar é a disponibilização dos materiais demandados pelo usuário.

Os arquivos nasceram com a força de uma representação da herança cultural de uma nação (os arquivos nacionais) e com a promessa de preservação dos registros dos acontecimentos “do presente e do futuro”, evitando assim, que se somassem à coleção de ruínas do passado. “O respeito creditado aos arquivos nacionais advém da função de guardião de dos documentos produzidos pelo estado, por conseguinte, responsável pela proteção dos direitos e interesses do povo neles registrados” (COSTA, 2011, p. 23).

Os historiadores e os processos de investigação histórica “pressionaram” a abertura dos arquivos para consulta à suas coleções. O interesse cultural foi o baluarte dos historiadores para impor a abertura dos arquivos. A partir de 1830, a École des Chartes abriu cursos de paleografia e diplomática promovendo o que Silva *et al.* (1999) denominaram “movimento de renovação da historiografia [...] e graças aos qual se assiste a uma forte valorização das fontes históricas e da pesquisa nos arquivos” (SILVA *et al.*, 1999, p. 108). Segundo Costa (2011, p.24), “[...] até a primeira metade do século XX não se observam mudanças substantiva com relação à abertura dos arquivos ao público. O direito à informação só foi cogitado em 1948, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela Assembleia Geral das Nações Unidas.”

Conforme o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948 “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

A Declaração dos Direitos do Homem representou a formalização legal do acesso à informação, porém, ainda ficou a cargo de cada nação regulamentar como se dará o acesso. O acesso passa a ser então um “acordo” estabelecido entre o Estado e o povo.

Mas, de modo geral, de acordo com Costa (2011, p. 24), quando se fala de “acesso a informações de arquivo, o direito do cidadão encontra limitações em todos os países, uns



mais, outros menos”. Segundo Duchein (1983, p. 7), as restrições mais comuns decorrem de obrigações do Estado, tais como:

- Resguardar o direito dos cidadãos a respeito de sua vida privada;
- Proteger a segurança dos estados e suas relações multilaterais e bilaterais;
- Garantir ordem pública e a segurança dos cidadãos e, em particular, de perseguir os culpados por crimes e delitos e impedir-lhes que prejudiquem a sociedade;
- Proteger a propriedade intelectual;
- Proteger o segredo industrial e comercial;
- Em se tratando de arquivos privados, garantir o direito de livre uso dos bens privados por seus proprietários.

Diferentemente de registros documentais encontrados em bibliotecas e museus, os documentos de arquivo produzido por autoridade pública no exercício de suas funções deve ser administrado pelo Estado. Compete então ao Estado interferir na administração desses documentos sob o argumento da proteção a intimidade, ao bem-estar do cidadão, da defesa nacional e da propriedade intelectual. Os arquivos públicos são gerados primeiro por necessidades administrativas e de governo e não para servir de fonte de informação à terceiros. Então, de acordo com esta raciocínio, a função de disponibilizar informação para a população seria uma função secundária dos arquivos. (COSTA, 2011, p. 24).

Com base na Constituição de 1988, Bastos e Araújo (1989), criaram um quadro com o objetivo de demonstrar as garantias reais de acesso possíveis de acordo com a legislação brasileira:

Quadro 1: Realidade jurídica documental, com base na Constituição da República Federativa do Brasil

Tipo	Característica	Acesso
Arquivo de documentos governamentais	Documentos produzidos por autoridade pública	Consulta franqueada nos termos da lei
Arquivo de documentos patrimoniais(de valor histórico)	Documentos públicos de importância histórica produzidos por autoridade pública	Acesso pleno(constitucional)
Arquivo público de informações cadastrais privadas	Cadastro de referência de atos individuais privados de efeitos públicos	Sigiloso Acesso ao cadastro
Arquivo público de informações de interesse para a segurança do Estado e da sociedade	Cadastro de referência e dados do governo	Sigiloso
Banco de dados de informações cadastrais privadas	Cadastro de caráter público sobre atos individuais privados de efeitos sociais	Sigiloso Aberto ao cadastro

Fonte: BASTOS; ARAÚJO (1989, p. 27).



Desde a criação deste quadro em 1989, houve algumas mudanças significativas no cenário de acesso à informação no país. Em 2000 a lei de responsabilidade fiscal-lei complementar 101 de 2000- começaria a mudar a forma que a administração pública deveria se comportar em relação a divulgação de seus atos. Em 2009 a lei complementar 131 acrescenta dispositivos à lei 101, estabelecendo procedimentos de divulgação de despesas e receita para conhecimento da população.

Após nove anos em tramitação no Congresso, a Lei de Acesso à informação-Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011- foi aprovada, representando a adesão do país a um novo regime de informações, demonstrada pela adesão de vários países nesse sentido. É interessante destacar aqui, que na mesma data de promulgação da Lei de Acesso à Informação, também foi promulgada a Lei de Criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528), com o intuito de abrir os arquivos de processos do período da ditadura militar brasileira (1964-1985).

O arquivista deve atuar portanto como mediador. A mediação cultural então “é uma ação de produção de sentido que se contrapõe à intermediação e à transmissão neutra de signos. O arquivista então, assumindo sua postura de mediador, coloca o sujeito (cidadão) e o objeto (informação), em uma relação em que o sujeito não se sinta estranho ao objeto, tornando esta relação mais “familiar”.

Ainda há muito o que avançar neste sentido, mas a regulamentação de uma lei de acesso à informação é um prenúncio de uma vontade de caminhar rumo a promoção de cidadania e de concretização de uma democracia plena.

Honório e Damasceno (2006 *apud* COSTA, 2011, p. 28) consideram prejudiciais os limites burocráticos a que são submetidos os arquivos públicos tais como: horário de atendimento limitado ao horário comercial; deficiência dos instrumentos de controle intelectual dos fundos arquivísticos depositados nos arquivos permanentes; deficiências na interação entre arquivo público, custodiador dos documentos de valor permanente, e administração pública produtora e responsável pelos documentos em fase corrente e intermediária; falta de espaço físico e condições adequadas de armazenamento e preservação; carência de infra-estrutura para atendimento ao usuário. Costa (2011), ainda destaca que soma-se a esses fatores a falta de infraestrutura dos arquivos públicos, comum em países como o Brasil, para a organização dos seus acervos.



Outro fator importantíssimo levantado por Costa (2011) é a falta de habilidade do usuário em utilizar os instrumentos de recuperação da informação nos arquivos: guias, catálogos, inventários e índices. Esses instrumentos de pesquisa são obras complexas, especializadas e de difícil elaboração a ponto de não serem inteligíveis aos usuários de arquivo. É por isso que o arquivista deve se sentir responsabilizado por essa incompreensão das ferramentas que elabora. Cabe ao profissional de arquivo, o treinamento do seu usuário para possibilitar que ele tenha acesso pleno à todas as informações disponíveis.

Diante do que foi exposto fica claro que nos últimos anos, o Brasil avançou no processo de democratização da informação. A implantação de leis e normas para que os arquivos se voltem para a questão do acesso é essencial. Mas é preciso que o governo haja buscando ferramentas para que a lei de fato funcione. Além de problemas burocráticos ainda existentes, a falta de estrutura e de profissionais qualificados ainda são fatores impeditivos importantes na questão do acesso. A necessidade de criação e aplicação de políticas de preservação e conservação dos acervos dos arquivos também é emergencial. Este momento é propício para buscas de soluções e renovação da esperança de um país que desfruta de uma democracia de fato e de direito

6 Sistematização e análise dos dados

Dos dezesseis cursos investigados no período de 2013 a 2015, apenas um, o da Universidade Federal Fluminense(UFF) não oferta uma disciplina voltada para Estudos de Usuários em seu currículo. A disciplina é ofertada como obrigatória nos cursos da Universidade Federal de Santa Maria(UFSM), Universidade Estadual de Londrina(UEL), Universidade Federal do Rio do Sul(UFRGS), Universidade Júlio Mesquita-Campus Marília(UNESP), Universidade Estadual da Paraíba(UEPB), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É ofertada na modalidade optativa na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro(Unirio), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Sendo que em dois cursos são ofertadas duas disciplinas



voltadas para a temática dos Estudos de Usuários: na UFBA; com as disciplinas “Marketing em serviços de informação” e “Ação cultural e educacional nos arquivos”; e na UFES; onde são ofertadas as disciplinas “Estudo de público da Informação” e “Estudo de Usuário”. A duração das disciplinas em todos os cursos variam de 30 a 60 horas.

Essa disciplinas aparecem sob diversas denominações, além da expressão “Estudos de Usuários”, aparecem também em seus títulos as palavras “Marketing”, “Difusão”, “Usuários da Informação” e “Estudo de Público”.

Após análise do conteúdo das entrevistas, foram elaboradas 11 categorias: 1)Habilidades Profissionais, 2)Formação Acadêmica, 3)Harmonização dos currículos, 4)Acesso, 5) Sociedade e Arquivo 6)Ações de Marketing e mediação cultural, 7)Uso e Usuários de Arquivos, 8)Usuário remoto, 9) Desenvolvimento dos Estudos de Usuários na Arquivologia, 10) Contribuições dos Estudos de Usuários para a Arquivologia, e 11) Bibliografia para Estudos de Usuários.

Na categoria “Habilidades profissionais” foram relatadas quais as habilidades profissionais que o arquivista deve ter para atender as demandas da sociedade atual. As habilidades consideradas como fundamentais foram de gestor, a capacidade de dialogar com a sociedade e a capacidade de dialogar com outras áreas de conhecimento.

A categoria “Formação Acadêmica” buscou avaliar se a formação atual oferecida nas universidades, na visão dos entrevistados, consegue atender as demandas e habilidades profissionais exigidas pelo cenário atual. Dos oito entrevistados, três responderam que consideram que o curso na sua situação atual em suas respectivas universidades conseguem formar profissionais capazes de atender a todas as demandas exigidas do arquivista. Os demais consideram que os cursos ainda não preenchem todas as lacunas.

A categoria “Harmonização dos currículos” avalia a resposta dos entrevistados em relação a posição de cada um diante de uma proposta de harmonização entre os currículos dos cursos de arquivologia no país. Todos os entrevistados veem a harmonização entre os currículos dos cursos de arquivologia de maneira favorável, porém com ressalvas, destacando a importância de respeitar as especificidades regionais.

A categoria “Acesso” demonstra quais são as barreiras que dificultam o acesso aos arquivos para os usuários atualmente e demonstra também seus relatos a respeito dos impactos ou avanços na área em decorrência da aprovação da Lei de Acesso à Informação



em 2011. Foram consideradas como barreiras que dificultam o acesso, a falta de profissionais qualificados atuando nos arquivos, instrumentos de pesquisa muito complexos e a limitação de dias e horários para atendimento.

A categoria “Sociedade e arquivos” surge quando quatro entrevistados apontaram como veem hoje a relação da sociedade com os arquivos e com os documentos dos arquivos, identificando, na opinião deles, uma sociedade que ainda desconhece sobre seus direitos de acesso à informação.

A categoria “Ações de marketing e mediação” analisou as respostas dos entrevistados quando questionados sobre o que o arquivista poderia fazer para diminuir esse desconhecimento atribuído à sociedade, de forma mais específica, ao cidadão comum em relação aos arquivos. Dos oito entrevistados, sete apontaram as ações de divulgação dos serviços dos arquivos através de todas as ferramentas disponíveis e ainda a implementação de ações de mediação cultural, buscando iniciar um processo de educação de usuários desde os primeiros anos escolares.

A categoria “Uso e usuários de arquivo” engloba a visão dos entrevistados a respeito das diferenças entre o uso e usuários da informação arquivística. Os oito entrevistados acreditam que existe diferença entre os usuários de um arquivo, o uso que fazem da informação e que cada um tem uma necessidade diferente que deverá ser atendida pelo arquivo. Os entrevistados relataram que essas diferenças estendem-se aos usuários de arquivos de acordo com a idade do acervo: corrente, intermediário e permanente.

A categoria “Usuário remoto” reúne a opinião dos entrevistados sobre as mudanças que as TIC’s (Tecnologias de Informação e Comunicação) tem feito na arquivologia, de forma especial nos serviços dos arquivos, com a chegada de um novo usuário, o usuário remoto. Todos os entrevistados afirmam que essas novas tecnologias trazem mudanças para a arquivologia, que a mudança é essencial para acompanhar novas formas de ter acesso à informação. Os avanços das tecnologias de informação e comunicação tem impulsionado mudanças em unidades de informação de modo geral já há algum tempo. Várias iniciativas tem sido realizadas procurando aproveitar ao máximo as potencialidades da Web, como por exemplo os repositórios digitais. Este tipo de iniciativa, que foi possibilitado através principalmente da internet, transformou de forma drástica a



comunicação científica. A internet possibilitou ainda a parceria entre pessoas que jamais se encontraram, mas hoje podem se comunicar em tempo real de vários lugares do mundo.

Na categoria “Desenvolvimento dos estudos de usuários na arquivologia”, cinco entrevistados acham que o desenvolvimento desses estudos ainda encontram-se em um estado incipiente, e atribuem isso a preocupação apenas com a parte técnica dos arquivos. Outros dois entrevistados acreditam que a temática sobre usuários não se encontra em estado incipiente na arquivologia, mas afirmam que é preciso avançar.

Na categoria “Contribuições dos estudos de usuários para a arquivologia”, todos os entrevistados acreditam que as metodologias dos estudos de usuários podem contribuir muito para melhorar o acesso aos arquivos. Destacaram ainda que os estudos de usuários em arquivos podem funcionar como um método de avaliação das instituições arquivísticas, mostrando dados que possibilitem mudar ou melhorar os serviços oferecidos.

A categoria “Bibliografia para estudos de usuários” buscou analisar a bibliografia utilizada nos seguintes aspectos: área de conhecimento e grau de dificuldade para encontrá-las. A bibliografia sobre usuários utilizada pelos professores entrevistados vem da ciência da informação, biblioteconomia e em menor número da arquivologia, o que demonstra mais uma vez a necessidade de aprofundamento dessa temática.

7 Perspectivas

De acordo com a literatura apresentada sobre a temática dos estudos de usuários de arquivos e com os resultados obtidos a partir das entrevistas com professores e coordenadores dos cursos de arquivologia, é possível perceber que:

- Pesquisas sobre os estudos de usuários de arquivos ainda se encontram em um estado incipiente;
- A inserção das disciplinas com essa temática nos cursos podem contribuir de maneira significativa para o avanço dos estudos de usuários na arquivologia;
- O arquivista deve apresentar características de um bom gestor, mas deve também atuar como mediador da informação;
- O arquivista é consciente da importância do acesso, porém suas práticas ainda estão mais voltadas para os documentos e para os sistemas;



- O estado tem parcela de responsabilidade nas dificuldades de acesso, mas é importante destacar que a compreensão das necessidades dos usuários é responsabilidade do arquivista;
- Ações de difusão e marketing nos arquivos podem contribuir para diminuir a invisibilidade dos arquivos diante da sociedade;
- Cada usuário apresenta uma necessidade, de acordo com cada tipo de arquivo. Apesar de uma preocupação das instituições em atender as determinações da LAI no que diz respeito aos arquivos correntes com o acesso à documentação comprobatória, o arquivista deve fortalecer ações para que os arquivos históricos sejam também acessados pelos cidadãos comuns e não apenas por pesquisadores.
- As novas tecnologias deverão ser incorporadas para o aperfeiçoamento dos serviços que já são oferecidos, mas não devem ser consideradas como único recurso para alcançar os usuários;
- Os estudos de usuários podem dar ao profissional a dimensão da complexidade de cada usuário e ajudá-lo a compreender o sujeito inserido em diversos ambientes sociais.
- Os estudos de usuários podem contribuir para o desenvolvimento de ferramentas de busca mais eficientes e eficazes.

8 Considerações finais

Todas as considerações levantadas até aqui tem o intuito de nos levar a refletir sobre os avanços no pensamento arquivístico em seu arcabouço teórico e prático em relação ao acesso. Partindo da construção dos currículos dos cursos de nível superior, é evidente a necessidade de além de serem flexíveis, de se manterem constantemente atualizados, observando-se as demandas do mercado de trabalho. O diálogo entre universidade e associações profissionais ainda estão em um processo de construção, e o seu fortalecimento depende das ações dos profissionais da área. Deve-se no âmbito acadêmico sempre se refletir, assim como já foi proposto nas teorias pós-críticas do currículo, sobre o privilégio de determinados grupos de disciplinas ou não. O currículo deve ser visto como reflexo das necessidades de uma sociedade e de seu contexto histórico. As deficiências na



formação do arquivista no que diz respeito a preocupação com o usuário, conforme apontado por Souza (2011), a preocupação com o objeto físico da informação, o suporte, hoje é apenas parte de todo um processo de gestão documental, e não uma prioridade nos fazeres profissionais.

As pesquisas sobre os currículos dos cursos de arquivologia no país, desenvolvidos até o momento, demonstram que nos últimos vinte anos houve transformações significativas, apontando para um quadro de desenvolvimento bastante positivo. Essas transformações demonstram a mutabilidade do currículo, e que os profissionais e os pesquisadores estão cada dia mais envolvidos e atentos com as novas demandas sociais. Além do aumento do número de cursos, que é perceptível desde o trabalho pioneiro de Jardim (1995), onde existiam apenas quatro cursos, até o trabalho de Marques (2011), onde já são apresentados 15 cursos, e o trabalho mais recente de Arreguy, Negreiros e Silva (2013), onde são avaliados os 16 cursos oferecidos atualmente; é notório o avanço sobre a preocupação com a difusão da informação. No estudo de Marques (2011), apenas três universidades ofereciam disciplinas voltadas para estudos de usuários, hoje apenas uma universidade ainda não incluiu essa temática em sua matriz curricular.

O acesso sempre foi preocupação do arquivista, mas com um foco mais voltado para a elaboração de ferramentas e organização do acervo, do que propriamente com o usuário. Essa característica levantada por Jardim e Fonseca (2004), mostra-se em um cenário de imensas transformações. Se antes estes mesmos autores também detectaram uma baixa produtividade sobre o tema na área, hoje esses trabalhos estão sendo produzidos. A ausência de discussão sobre o usuário durante a graduação também está sendo contornada, o que refletirá em um aumento da bibliografia específica da área.

A função social do arquivista já está estabelecida desde a regularização da profissão em 1978. Além disso, várias associações profissionais em todo o mundo também reconhecem e estabelecem essa função como primordial no desenvolvimento de suas atividades. Essa pesquisa vem confirmar a sua importância como um transformador social, no momento que é capaz de levar ao cidadão comum, a informação que precisa, e também a consciência de que os arquivos são parte do processo da construção de uma memória coletiva.



As áreas de atuação profissional são amplas e em cada instituição, seja pública ou privada, seja em arquivos permanentes, correntes ou intermediários, o arquivista deve agir como um gestor da informação, preocupando-se em todo o processo com sua atividade fim principal: o acesso. É necessário destacar que a preocupação com a custódia, ou com o documento não significa excluir ou diminuir a preocupação com a difusão, na verdade um complementa o outro.

No Brasil, a Lei de Acesso à Informação, não vem apenas consolidar direitos, mas oferece aos arquivos e principalmente ao profissionais, a oportunidade de divulgarem os serviços oferecidos, e de consolidarem o diálogo entre arquivo e sociedade, colocando o arquivo como instituição indispensável no estabelecimento de uma democracia plena.

As novas tecnologias não devem mais ser ignoradas, devem ser absorvidas pelas instituições a fim de dinamizar os serviços e criar outros capazes de atender o usuário remoto. O uso dessas tecnologias podem ajudar de maneira eficaz tanto na ampliação de possibilidades de acesso, quanto na preservação e conservação do acervo. O marketing, a organização de exposições são ações que podem auxiliar na difusão da informação, principalmente no alcance do usuário potencial.

Se há vinte anos atrás, o cenário sobre o avanço dos estudos de usuários na arquivologia ainda se encontrava adormecido, hoje pode-se dizer que os arquivistas realizam todas as suas atividades para que as necessidades do usuário sejam atendidas. A compreensão do comportamento, dos processos cognitivos que envolvem uma busca de informação, são essenciais para a elaboração de políticas de acesso. A mediação da informação também é um termo que já faz parte do discurso arquivístico, possibilitando a criação de programas de treinamento capazes de atender as especificidades de cada usuário.

Diante disso, é inegável a contribuição dos métodos e técnicas dos estudos de usuários na formação do arquivista com um perfil mais dinâmico e envolvido com o meio onde atua. A aplicação desses métodos podem contribuir para a elaboração de ferramentas mais amigáveis, para o uso potencial e eficiente das novas tecnologias, para a divulgação dos acervos institucionais, para a ampliação das possibilidades de acesso, para o desenvolvimento de políticas de acesso, para a ampliação do conceito e dos tipos de usuários, para a criação de manuais específicos para atender as demandas dos usuários de



arquivos nas suas três fases, e para o desenvolvimento de um programa de treinamento do usuário. Espera-se que este trabalho possa contribuir para o avanço de movimento que sai de um modelo de "arquivos direcionados para os arquivistas" para "arquivos direcionados para os usuários"(JARDIM; FONSECA, 2004).

Referências

- ALA. American Library Association. Presidential Committee on Information Literacy: Final Report. 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/presidential.cfm>> Acesso em: 12 ago. 2010.
- ALEGBELEYE, G. Designing the archival education curriculum: what experience from what experiences from what disciplines, why and how ? **Archivum**, Paris, CIA, 39: 284-296, 1994 *apud* BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Os desafios da formação profissional dos modernos arquivistas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 47-52, 2002.
- ARAÚJO, Carlos A.A.. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e documentação UFGRS**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 213-238, jan./jun. 2013.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Subsídios para um Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2014.
- ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS QUEBEQUENSES. Disponível em: <<http://www.archivistes.qc.ca/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- ÁVILA, R. F. de; SOUSA, R. T. B. de. A aporia dos estudos de comportamento informacional na arquivística. **Cenário Arquivístico**, Brasília-DF, v. 4, n. 1, p. 41-53, jan./jun., 2011.
- BASTOS, A. W. C.; ARAÚJO, R. C. de. A legislação e política de arquivos no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 4/5, n. 2/1, p. 19-13, jul./dez., 1989 / jan./jun., 1990.
- BATISTA, C. L.. Mediação e apropriação: questões do direito de acesso à informação. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). *A construção social do acesso Público à Informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BELLOTTO, H. L.. A profissão e o ensino da arquivologia. **Boletim do arquivo**, São Paulo, v.1, n.1, p.11-18, 1992.
- BELLOTTO, H. L.. Os desafios da formação profissional dos modernos arquivistas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 47-52, 2002.
- BELLOTTO, H. L.. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. I.
- BLAIS, G.. Accès aux documents d'archives: etat des lieux. **Etude RAMP**. Paris: Unesco, 1995 *apud* ÁVILA, Rodrigo Fortes de; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A aporia dos estudos de



comportamento informacional na arquivística. **Cenário Arquivístico**, Brasília-DF, v. 4, n. 1, p. 41-53, jan./jun., 2011.

BORRÁS, J.. Las relaciones entre archiveros y productores de documentos. **Archivo de La Universidad Pompeu Fabra**, Espanã, Marzo, 2001. Disponível em:<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/5576/1/A7-01.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BOTTINO, M.. A interdisciplinaridade na graduação em arquivologia. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFF, 1995

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília, 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J.F. de; DOURADO, L. F.. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, ago. 2001. p.16 p.17 p.18

CESARINO, M. A. da N.; VIANNA, M. M. O Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFMG. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 19, n. especial, p. 37-67, 1990. P.51

CHESNAIS, F.. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOO, W. C.; DETLOR, B.; TURNBULL, D.. "A behavioral model of information seeking on the Web - Preliminary results of a study of how managers and IT specialists use the Web. Proceedings of the ASIS Annual Meeting., n. 35, p. 290-302, 1998.

COSTA, M.G. da. Acesso aos arquivos públicos: aspectos jurídicos e práticos. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 22-31, jan./ jun., 2011.

COUTURE, C.; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Canel. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. Brasília: FINATEC, 1999.

COUTURE, C.. *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Canadá: Presses de l' Universitédu Québec, 2003.



CUNHA, M. B.. Metodologia para estudo dos usuários da informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-19, 1981.

CURY, C. R.J.. Reforma universitária na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 101, p. 3-19, jul. 1997.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. Paris, 1948. Disponível em:
<<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 15 ago. 2014

DERVIN, B. An overview of sense-making research: Concepts, methods and results to date. Paper presented at the International Communication Association Annual Meeting, Dallas, TX. May, 1983.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 21, p.3-33, 1986.

DOOLEY, J. Subject indexing in context. **American Archivist**, Chicago, v. 55, p. 344-354, 1992 *apud* ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e documentação UFGRS**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 213-238, jan./jun. 2013.

DOURADO, L. F.; CATANI, A. M. (Orgs.). **Universidade pública: Políticas e identidade institucional**. Campinas/Goiânia: Autores Associados/Editora da UFG, 1999.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. Políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M. (Orgs.), **Universidade pública: Políticas e identidade institucional**. Campinas/Goiânia: Autores Associados/Editora da UFG, 1999, p. 5-22

DOWLE, L.. Agenda de investigación sobre La disponibilidad y uso de los archivos. **Foro Archivístico**, Mexico, n.4. jul./dec. 1992.

DUCHEIN, M.. *Obstacles to the access, use and transfer of information from archives: a RAMP study*. Paris: Unesco – General Information Programm; Unisist, 1983.

DUCHEIN, M.. “La profesión de archivero entre el pasado y el future”. **Revista Catalana d’Arxivística**, Lligall. n.4, p. 13-24, 1991.

DUCHEIN, M.. Archives, archivistes, archivistique: definitions et problématique. In: DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. *La pratique archivistique française*. Paris: Archives Nationales, 1993. p. 19-39.

DUDZIAK, E. A.. Competência Informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Informação & Informação**, Londrina, v.15, n.2, p.1-22, jul./dez. 2010.

ELLIS, D.. A Behavioral Model for Information Retrieval System Design. **Journal of Information Science**, Cambridge, n. 15, p. 237-247, 1989.

FIGUEIREDO, N. M. de. *Estudos de usos e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 1994.



GAGNON-ARGUIN, L.. Les courants de pensée sur l'archivistique au Québec. In: L'ARCHIVISTIQUE: son histoire, ses acteurs depuis 1960. Saint-Foy: Presses de l'Université du Québec, 1992.

GONZÁLEZ TERUEL, A.. *Los Estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales*. Gijón: Treas, 2005.

HARVEY, D.. *Condição pós-moderna*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HONORIO, C.da C.; DAMASCENO, E. A.. O direito à informação e os métodos de divulgação de arquivos e seus acervos. In CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, II, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS, 2006 *apud* COSTA, Marli Guedes da. Acesso aos arquivos públicos: aspectos jurídicos e práticos. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 22-31, jan./ jun., 2011.

ICA.ORG - Conselho Internacional de Arquivos. Disponível em: <<http://www.ica.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2014a.

ICA.ORG - Congresso Internacional de Arquivos. Disponível em: <<http://www.ica.org/12593/about-annual-conference/annual-conferences.html>>. Acesso em: 15 ago. 2014b.

JARDIM, J. M.. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. Caderno de Textos. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFF, 1999.

JARDIM, J.M.; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

JIMERSON, R. Redefining archival identity: meeting user needs in the information society. **American Archivist**, Chicago, v. 52, p. 332-340, 1989 *apud* ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e documentação da UFRGS**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 213-238, jan./jun. 2013.

KURTZ, C. M.S.. *O usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação*. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KUHLTHAU, C. C. Inside de Search Process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, DC, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

LANCASTER, F W.. *Information retrieval systems: characteristics, testing and evaluation*. 2. ed. New York: Willy-Interscience, 1979.



LE COADIC, Y. F.. Usage et usagers de l'information. Paris: Nathan, 1997.

LIPETZ, B. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 6, p. 3-32, 1970 *apud* GONZÁLEZ TERUEL, Aurora. Los Estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: Treas, 2005.

MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). *A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília: Thesaurus, 2011.

MARTÍN-POZUELO, M.P.. Los entornos y documentos electronicos? Efecto Edison para la información archivística. **Punto de acceso**. Salvador, BA, v. 3, n. 1, p. 6-33, abr. 2009. p.31

MATA CASTILIÓN, J.M.. La situación profesional de los archiveros latino-americanos. **Boletim Anabad**, Madrid, v. 31, n. 2, p.235-248, 1981 *apud* SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. *Arquivista: visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília: Starprint, 2011.

MENNE-HARITZ, A.. Formation en archivistique: pour répondre aux besoins de la société Du XXI e siècle. In: CONGRÉS INTERNACIONAL DES ARCHIVISTES, 12, 1992, Montreal, Texte de conférence... Montreal: [s.n.], 1992.

MOURA, M. A. (Org.). *A construção social do acesso Público à Informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

NEGREIROS, L.; ARREGUY, C.; SILVA, W.. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de arquivologia: a experiência do curso de arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. **Anais...** V Congresso Nacional de Arquivologia. Salvador, 2012.

PAES, M. L.. *Arquivo: teoria e prática*. 7ª: reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PAIVA, M. A. M.. Os arquivos e o acesso à informação pública no Brasil: desafios e perspectivas. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). *A construção social do acesso Público à Informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PUGH, M. J. The Illusion of omniscience: subject access and the reference archivist. *American Archivist*, Chicago, v. 45, p. 33-44, 1982 *apud* ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e documentação da UFRGS**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 213-238, jan./jun. 2013.

RENÉ-BAZIN, P.. *Qui assurera La formation et comment? Avons-nous besoin d'un institut européen*: Janus, v.2, p. 227-229, 1992.

RIFKEN, J.. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho*. Trad. de Ruth Gabriela Bahr, São Paulo, Makron, 1995.

ROUSSEAU, J.Y.; COUTURE, C.. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.



ROSSEAU, J.Y.; COUTURE, C.. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SHELLENBERG, T. R.. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1973 *apud* JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SILVA, A. M. *et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.. “Formação, perfil e competências do profissional da informação”. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. (8º estoril, 2004). *Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re) inventar a profissão*; actas, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Estoril, Lisboa. Cd-rom (2004). Disponível em: <<http://www.apbad.pt>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SILVA, Denise de Almeida. Arquivos: uma abordagem sobre o termo usuário. **Cenário Arquivístico**, Brasília-DF, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jun., 2011.

SILVA, T. T.. *Documentos e de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

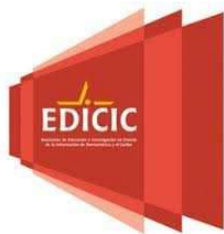
SOUZA, K. I. M.. *Arquivista: visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília: Starprint, 2011.

TÁLAMO, M. F.. *Informação: organização e comunicação*. IN: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO, 1, 1996. **Anais...** Niterói: Eduff, 1996.

TAYLOR, H.A.. *Los servicios archive y el concepto de usuário*: studiodel RAMP. Paris: UNESCO, 1984 *apud* COSTA, Marli Guedes da. Acesso aos arquivos públicos: aspectos jurídicos e práticos. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 22-31, jan./ jun., 2011.

WILSON, T.D. On user studies and Information needs. *Journal of Documentation*, 37 (1): 3-15, March 1981.

WILSON, I. Strategies for communication. *Journal of the Society of Archivists*, Paris, v.16, n. 1, p. 55-69, 1995.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Docência e os Novos Perfis do Profissional da Informação

FERRAMENTA PARA GERENCIAMENTO DA PRODUÇÃO DE MATERIAIS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA EM EAD

HERRAMIENTA PARA LA GESTIÓN DE LA PRODUCCIÓN DE MATERIALES PARA EL CURSO DE BIBLIOTECOLOGIA.

Ana Maria Ferreira de Carvalho, UFRJ
Mariza Russo, UFRJ
Nysia Oliveira de Sá, UFRJ
José Antonio Gameiro Salles, UFRJ
Gustavo Felipe Saba Serra, UFRJ

Resumo: Apresenta ferramenta para gerenciamento do fluxo de produção para elaboração de materiais didáticos para disciplinas de cursos de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância. O projeto compreendeu as seguintes etapas: concepção, planejamento, execução, controle e fechamento. Especificamente, o Módulo Produto foi desenvolvido para apoiar o acompanhamento da realização de ações, a distância, relacionadas aos materiais didáticos desenvolvidos. Como resultado, observa-se que 41 disciplinas possuem conteúdos elaborados e apreciados por especialistas da área, o que significa que 80% das disciplinas foram contempladas com seus conteúdos produzidos. Tem-se que 26 disciplinas já foram avaliadas pela Comissão Técnica e tiveram seus pareceres disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o que representa 51% do total de disciplinas previstas no projeto em curso. Acresce, ainda, que já foram disponibilizados 20 conteúdos atualizados a partir do parecer da Comissão Técnica, o que representam 39% do total de conteúdos que deverão ser produzidos. Os resultados demonstram que a adoção de estratégias de gerenciamento permitiu um melhor acompanhamento dos processos e melhor embasamento para a tomada de ações. Ao mesmo tempo, ter as informações necessárias sempre atualizadas foi fundamental para conhecimento da situação atual de um projeto e para a realização das futuras ações. O Módulo Produto se mostrou como um relevante conjunto de recursos que apoiou o gerenciamento deste projeto e permitiu atingir um número expressivo de materiais didáticos desenvolvidos.

Palavras-chave: Educação a distância. Biblioteconomia. Materiais didáticos. Ferramentas de gestão.

Resumen: En este artículo se presenta una herramienta para la gestión de flujo de producción para la elaboración de material didáctico para enseñanza en los programas de educación a distancia de licenciatura en Bibliotecología. El proyecto incluye las siguientes etapas: diseño, planificación, ejecución, control y cierre. De modo específico, el módulo de producto fue desarrollado para apoyar el seguimiento de la ejecución de las acciones, a distancia, en relación a los materiales didácticos desarrollados. Como resultado, se observa que 41 disciplinas han desarrollado contenido y apreciado por los expertos en el campo, lo que significa que 80% de las disciplinas estaban contempladas con los contenidos producidos. Hemos visto que 26 disciplinas han sido ya evaluadas por el Comité Técnico y sus opiniones están disponibles en el Entorno Virtual de Aprendizaje (EVA), que representan el 51% de las disciplinas previstas en el proyecto actual. Además, han sido puestos a disposición 20 contenidos actualizados de las opiniones del Comité Técnico, que representan el 39% del total que se producirá. Los resultados demuestran que la adopción de las estrategias de gestión ha permitido



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

mejor monitoreo de los procesos y una mejor base para la adopción de medidas. Al mismo tiempo, tener la información necesaria siempre al día es esencial para el conocimiento de la situación actual de un proyecto y la realización de acciones futuras. El Módulo Producto se muestra como un conjunto relevante de características que ha apoyado la gestión de este proyecto y fue capaz de lograr un número significativo de materiales educativos desarrollados.

Palabras-clave: Educación a distancia. Bibliotecología. Materiales didácticos. Herramientas de gestión.

1 INTRODUÇÃO

Uma tendência da educação no século XXI é a ampliação da oferta de cursos de bacharelado, na modalidade a distância, por meio das instituições de ensino superior. Indivíduos podem, agora, contar com mais flexibilidade de horário e de local para realizarem seus estudos. Neste cenário, materiais didáticos passaram a ter características particulares em seus desenhos e na forma de exposição de seus conteúdos programáticos.

A construção de materiais didáticos, para cursos da modalidade a distância, é um dos itens de grande relevância para o sucesso do curso. Envolve um conjunto de atores, atividades, prazos, profissionais e recursos financeiros, que precisam ser constantemente gerenciados a fim de garantir a construção de materiais didáticos de qualidade.

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar as principais etapas do desenvolvimento de uma ferramenta para apoio ao gerenciamento da produção de materiais didáticos para disciplinas de cursos de bacharelado em Biblioteconomia, na modalidade a distância. É uma proposta inovadora, que integra os recursos da ferramenta desenvolvida aos recursos presentes no Moodle.

2 O PROJETO BIBEAD

O projeto “Fomento ao Desenvolvimento de Materiais Didáticos e de Apoio ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a Distância” (BibEaD) se constitui em um projeto gerenciado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com vistas ao acompanhamento da produção de materiais didáticos para elaboração dos conteúdos das disciplinas do curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade à distância. A matriz curricular deste curso engloba 57 disciplinas distribuídas em oito eixos temáticos da área de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Biblioteconomia. Ressalta-se que desses oito eixos, o eixo zero corresponde a disciplinas de caráter geral, cujos conteúdos já haviam sido produzidos para outros cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), órgão vinculado à CAPES, e, portanto, não fazem parte do escopo do BibEaD.

Todo o material didático é produzido a distância e conta com o apoio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), criado pela equipe do BibEaD. Este AVA utiliza a Plataforma Moodle, um software livre, composto por um conjunto de recursos que permitem a interação dos atores com outros participantes e com conteúdos por eles produzidos e outros de apoio. Complementando o AVA, foi desenvolvido e implementado o Módulo Produto, que objetiva facilitar a entrega de produtos, o acesso aos produtos entregues e a visualização da situação dos mesmos. A interação com o Módulo Produto alimenta um banco de dados de onde são extraídos relatórios que contêm as informações necessárias para apoio à gestão desse projeto.

Um conjunto de profissionais atua na produção de materiais didáticos para as disciplinas. Os *Autores* são os responsáveis por escrever o material didático. Os *Leitores* são os responsáveis por apreciar e apresentar considerações sobre o material escrito. A *Comissão Técnica*, formada por docentes nomeados pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e instituída por portaria da CAPES, é responsável por avaliar os conteúdos dos materiais didáticos. *Designers Instrucionais*, *Designers Gráficos*, *Ilustradores* e *Revisores de Prova* são responsáveis por adaptarem esses materiais a uma linguagem compatível com a modalidade a distância, no que se refere à escrita e à forma de apresentá-los aos alunos. A *Comissão de Gerenciamento*, nomeada pelo Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), instituída por portaria da UFRJ, é responsável pela gestão de todos os recursos e processos necessários à produção dos referidos materiais didáticos.

3 GESTÃO DE PROJETOS COMO ESTRATÉGIA PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS

A gestão de projetos se faz necessária na medida em que se almeja construir produtos de qualidade, em prazos determinados. Menezes (2009, p.7) comenta que a vantagem da qualidade traduz a capacidade de fazer as coisas certas, evitando perdas e retrabalhos. Com o



projeto de produção de materiais didáticos para o curso de bacharelado em Biblioteconomia, foram adotadas ferramentas de gestão como estratégia para apoiar a construção de materiais didáticos, as quais deveriam atender às premissas determinadas no Projeto Pedagógico do curso elaborado pelo CFB.

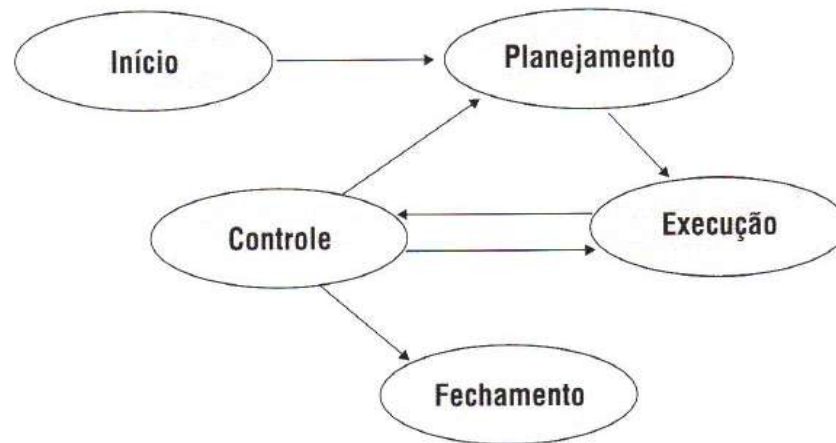
No caso do BibEaD, a produção de materiais didáticos é entendida como um projeto, com base nas definições de Vargas (2005) e Menezes (2009). Segundo Vargas (2005, p.7), um projeto consiste em “uma sequência clara e lógica de eventos, com início, meio e fim, que se destina a atingir um objetivo claro e definido, sendo produzido por pessoas dentro de parâmetros predefinidos de tempo, custo, recursos envolvidos e qualidade”. Também para Menezes (2009), um projeto é um empreendimento único, que deve apresentar um início e um fim claramente definidos e que, conduzido por pessoas, possa atingir seus objetivos respeitando os parâmetros de prazo, custo e qualidade.

Sobre a adoção da gestão de projetos como estratégia, Menezes (2009, p.7) comenta que agir sobre os fatores técnicos, sobre os recursos humanos e sobre a estrutura organizacional deve permitir melhoria nos processos produtivos e nos processos decisórios, de modo a realizá-los com maior produtividade e qualidade.

Como vantagens da gestão de projetos, Vargas (2005, p.18) destaca que esta facilita a tomada de decisões, pois permite conhecer várias informações para apoiar ações, e evita surpresas durante a execução dos trabalhos, uma vez que o monitoramento das atividades permite prever possíveis problemas.

Para Menezes (2009, p.63), o desenvolvimento de um projeto ocorre mediante vários processos básicos que se sobrepõem, sendo eles: *início* ou *concepção*, *planejamento*, *controle*, *execução* e *fechamento*. No processo *Início ou Concepção* são definidos os objetivos e produtos que devem ser desenvolvidos no projeto. No processo *Planejamento* são detalhados o escopo do projeto, atividades, prazos, custos e qualidade. O processo *Execução* é o responsável por fazer com que as atividades planejadas sejam realizadas. Este ocorre em conjunto com o processo *Controle* e pode acionar o processo *Planejamento* para reformular itens com base nos resultados monitorados. No processo *Controle* é realizado o acompanhamento do desempenho das atividades. O processo de *Fechamento* está relacionado às atividades conclusivas do projeto, encerramento de todas as atividades e relacionamentos entre atores. A figura 1, a seguir, apresenta os processos e suas relações.

Figura 1- Processos básicos para o desenvolvimento de um projeto



Fonte: (MENEZES, 2009, p.64)

O ponto final reconhecível de uma atividade é definido por Sommerville (2008, p.65) como um marco, sendo os produtos, resultados de atividades, geralmente considerados como tais. A ocorrência de marcos, finalizando as atividades, permite verificar o andamento do projeto.

4 IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS

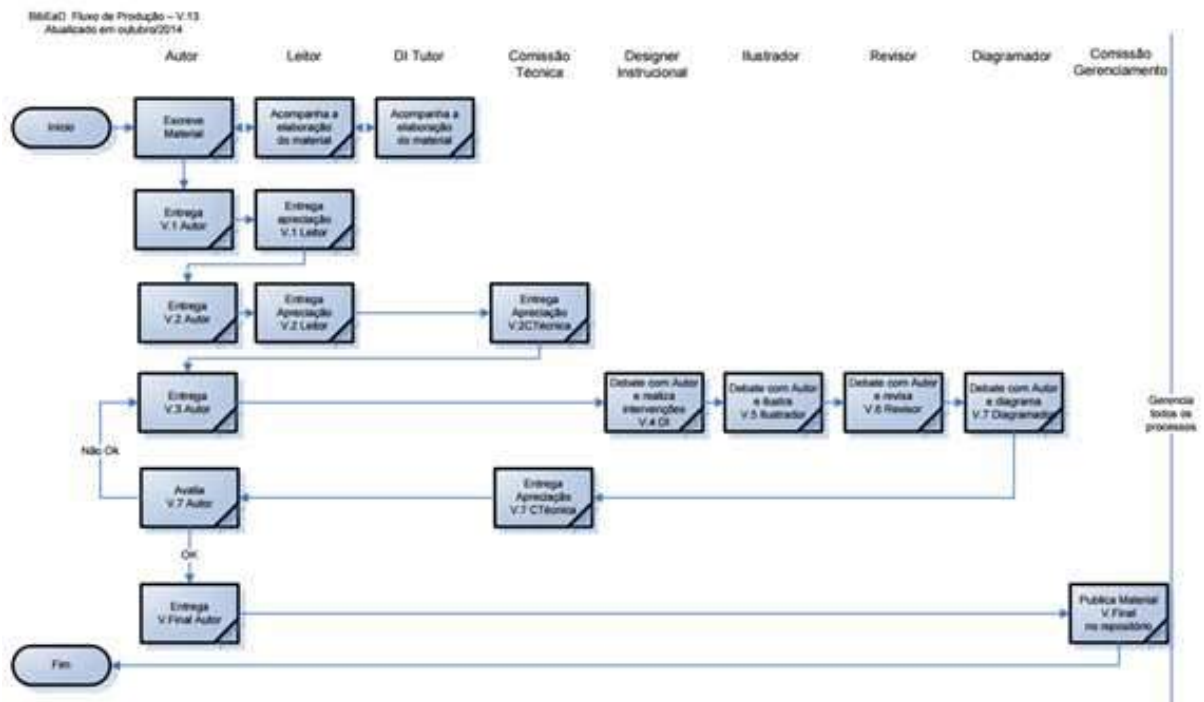
Com a finalidade de apoiar o desenvolvimento dos materiais didáticos de qualidade, foi definido, como estratégia fundamental, o gerenciamento do projeto da produção dos mesmos. A estrutura do gerenciamento adotada seguiu os processos básicos apresentados por Menezes (2009, p.64), já mencionados acima: *Início* ou *concepção*, *Planejamento*, *Execução*, *Controle* e *Fechamento*.

No processo *Início*, foi estabelecido o objetivo geral do projeto, que é produzir materiais didáticos destinados à oferta do curso de bacharelado em Biblioteconomia, na modalidade a distância.

No processo *Planejamento* foi definido o escopo do projeto. Em uma visão macro, foram estabelecidas as atividades, os prazos e os atores que participariam do projeto, dando origem a um cronograma de atividades para o desenvolvimento do Projeto. Em uma visão mais específica, foi estabelecido o documento Fluxo de Produção, delimitando as sequências

de ações a serem seguidas por atores para a produção dos materiais didáticos e seus respectivos produtos. O fluxo da produção é descrito na figura 2, a seguir, a qual é apresentada de forma ampliada no apêndice. Na parte superior da figura, são destacados os atores envolvidos no processo de produção do material didático. Os retângulos localizados abaixo dos atores indicam suas respectivas ações e as setas mostram a sequência das ações a serem realizadas entre o início e o fim deste projeto. Este documento permite representar, de forma clara, as funções desempenhadas pelos atores deste projeto.

Figura 2 - Fluxo da produção do material didático



Fonte: Elaborada pelos autores

As informações descritas no Fluxo de Produção deram origem à estrutura de interação implementada no AVA do BibEaD. Neste ambiente, no Espaço Produção, os atores podem realizar as ações definidas no documento Fluxo de Produção, interagindo com o grupo, consultando outros materiais e entregando seus produtos.

No processo *Execução*, são realizadas as atividades voltadas para a produção dos materiais didáticos. Após a alocação dos atores em suas respectivas disciplinas e orientação sobre a produção das mesmas, definidas em Edital próprio, procede-se à seguinte dinâmica: Autor escreve a primeira versão do material didático. Leitor apresenta considerações sobre a



primeira versão. Autor escreve a segunda versão do material didático, incorporando as considerações do Leitor. Leitor apresenta considerações sobre a segunda versão escrita pelo Autor. Comissão Técnica apresenta considerações sobre a segunda versão escrita pelo Autor. Autor escreve a terceira versão do material didático, incorporando as considerações do Leitor e da Comissão Técnica. A partir do resultado deste fluxo, Designer Instrucional, Designer Gráfico, Ilustrador e Revisor de Prova interagem com o Autor para elaboração do material educacional com linguagem adequada para a modalidade a distância, dando origem à versão definitiva do material. Após aprovação, pelo Autor, do material desenvolvido, esta versão é armazenada em um repositório, que será disponibilizado pela CAPES para as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), que se candidatarão à oferta do curso de bacharelado em Biblioteconomia, na modalidade a distância.

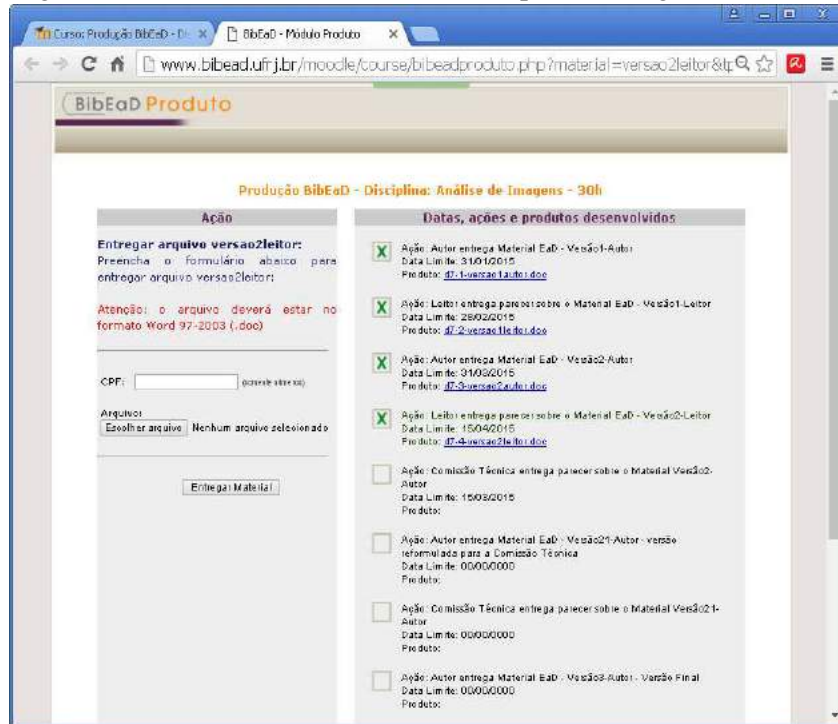
O processo *Controle* é realizado em paralelo ao processo *Execução*. No processo *Controle*, o andamento das atividades de cada disciplina é monitorado pela Comissão de Gerenciamento. Os produtos entregues em cada atividade funcionam como marcos de controle (SOMMERVILLE, 2008, p.65), os quais sinalizam o término da atividade. Novos planejamentos poderão ocorrer em função de atividades interrompidas por desligamento de atores (Autor ou Leitor), dando origem à nova execução, visto que as etapas desse projeto obedecem a um ciclo contínuo.

No processo *Fechamento*, dados serão contabilizados, as situações das disciplinas serão descritas em relatórios de acompanhamento e um repositório disponibilizará os produtos finais de cada disciplina, nomeados como materiais didáticos.

5 MÓDULO PRODUTO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS

O **Módulo Produto** foi desenvolvido para apoiar o acompanhamento da realização de ações, a distância, relacionadas com os materiais didáticos desenvolvidos. Uma de suas funções é servir como interface para a entrega de produtos pelos atores, conforme representado na figura 3 a seguir.

Figura 3 - Módulo Produto como interface para a entrega de conteúdos

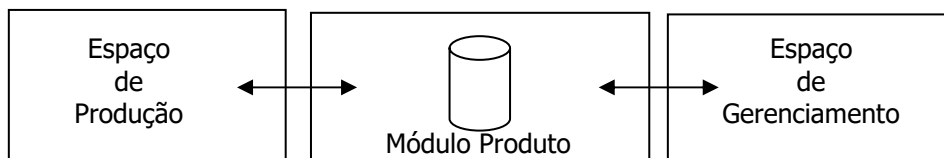


Fonte: Elaborada pelos autores

Este módulo, elaborado pela equipe de Tecnologia da Informação (TI), composta por técnicos da UFRJ, que assessora o projeto BibEaD, em conjunto com a Comissão de Gerenciamento, foi codificado na linguagem de programação PHP e utiliza o banco de dados MySQL em sua concepção. Funciona acoplado à estrutura de programação do AVA do BibEaD (Moodle), nos espaços Produção e Gerenciamento. Uma das características do Moodle, que facilitou a compatibilidade e a interação computacional com o Módulo Produto, refere-se ao fato de ser um software de código de programação aberto.

Todos os conteúdos entregues pelos atores no AVA do BibEaD, com apoio do **Módulo Produto**, alimentam um banco de dados sobre o qual são extraídos relatórios que contêm diversas informações que apoiam as ações gerenciais. O Módulo Produto faz interação com o AVA do BibEaD, nos Espaços Gerenciamento e no Espaço Produção, conforme mostra a figura 4.

Figura 4 - Módulo Produto e sua interação com o AVA do BibEaD



Fonte: Elaborada pelos autores

Já o Espaço Gerenciamento, utiliza os conteúdos armazenados no banco de dados para disponibilizar informações em um conjunto de relatórios que permitem acompanhar, com base nos marcos de controle, a situação do projeto no todo e de cada disciplina. No Espaço Gerenciamento do AVA, foram implementados relatórios que apresentam diversas visões sobre o andamento do projeto de produção de materiais didáticos. A estrutura do Relatório Geral de Produtos apresenta tanto a visão macro do projeto quanto visões específicas de cada disciplina (FIGURA 5).

Este relatório apresenta a relação das disciplinas, organizadas por períodos acadêmicos e os produtos relacionados às mesmas. A cada entrega do material realizado por um ator, o relatório é alimentado, automaticamente, registrando sua data de postagem e disponibilizando o acesso ao conteúdo deste produto. Na estrutura, as colunas representam o ator e a versão do produto a ser entregue, datas da entrega realizada informam a situação da disciplina e apresentam acesso para o produto entregue. No final de cada coluna é apresentada a quantidade de produtos entregues.

Figura 5 - AVA do BibEaD – Estrutura do Relatório Geral de Produtos

Período da Disciplina	Disciplina / Produto	Autor V.1	Leitor V.1	Autor V.2	Leitor V.2	Comissão Técnica V.2	Autor V.3
1	Disciplina1 Autor1 / Leitor1	datadeentregaAV1	datadeentregaLV1	datadeentregaAV2	datadeentregaLV2	datadeentregaCTV2	datadeentregaAV3
1	Disciplina2 Autor2 / Leitor2	datadeentregaAV1	datadeentregaLV1	datadeentregaAV2	datadeentregaLV2	datadeentregaCTV2	datadeentregaAV3
.....							
N	DisciplinaN AutorN / LeitorN	datadeentregaAV1	datadeentregaLV1	datadeentregaAV2	datadeentregaLV2	datadeentregaCTV2	datadeentregaAV3
--	TOTAL DE PRODUTOS	Quantidade de Entregas AV1	Quantidade de Entregas LV1	Quantidade de Entregas AV2	Quantidade de Entregas LV2	Quantidade de Entregas CTV2	Quantidade de Entregas AV3

Fonte: Elaborada pelos autores



6 RESULTADOS DO GERENCIAMENTO NO PROJETO BIBEAD

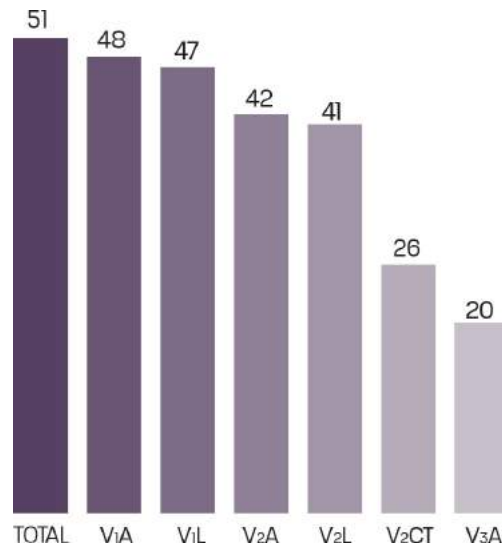
Como definido por Sommerville (2008), na gestão de projetos, a conclusão de uma atividade é reconhecida por marcos, que em geral são representados por produtos entregues dentro de prazos estabelecidos e que permitem verificar o andamento do projeto. Neste trabalho, os marcos são representados por produtos que devem ser entregues por cada um dos atores envolvidos na elaboração, apreciação e avaliação dos conteúdos produzidos para as 51 disciplinas previstas.

A partir dos dados inseridos e atualizados automaticamente no Módulo Produto, a cada entrega de material didático, assim como os dados sumarizados para integrarem os relatórios de acompanhamento e de controle da entrega dos mesmos, obtêm-se informações gerenciais. Estas informações subsidiam a Comissão de Gerenciamento no acompanhamento do cumprimento das etapas previstas no fluxo da produção do material didático (figura 2), assim como na tomada de decisões que busquem garantir a continuidade das atividades e a solução de eventuais problemas.

A seguir são apresentados os resultados obtidos a partir dos dados capturados e processados pelo Módulo Produto e disponibilizados para visualização no Relatório Geral de Produtos. Estes resultados representam os produtos (material didático e pareceres) entregues desde o início da produção até a 3ª versão elaborada por cada um dos Autores, após a 1ª avaliação da Comissão Técnica de Biblioteconomia. Neste estágio, aqueles materiais que não necessitarem de ajustes complementares estarão prontos para a atuação de especialistas em EaD que adaptarão o conteúdo às características do material didático para o ensino a distância.

O gráfico 1, a seguir, apresenta a quantidade de produtos entregues em cada uma das etapas previstas no fluxo da produção ao longo do tempo, representando os marcos da conclusão de cada atividade. Como já explicitado, o objetivo é produzir material didático para 51 das 57 disciplinas elencadas no Projeto Pedagógico do Curso.

Gráfico 1- Produtos entregues ao longo do tempo



Fonte: Elaborado pelos autores

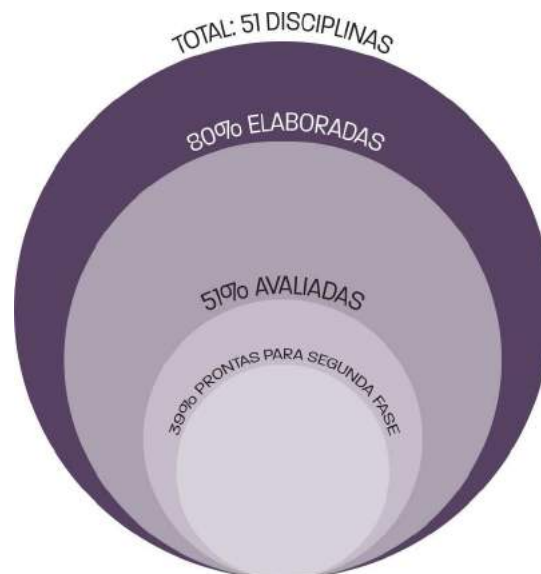
A primeira atividade do fluxo é concluída com a entrega dos conteúdos elaborados pelos Autores. Analisando o gráfico 1, percebe-se que foram entregues 48 produtos, referentes à 1ª versão deste material (V₁A). A próxima atividade é concluída com a entrega dos pareceres elaborados pelos Leitores, após avaliação do conteúdo. Nesta etapa foram entregues 47 produtos, referentes ao 1º parecer elaborado pelo Leitor (V₁L). A terceira atividade representada no fluxo é concluída com a entrega da 2ª versão do material elaborado pelo Autor (V₂A), a partir das considerações feitas pelo Leitor. Nesta etapa foram entregues 42 produtos. A seguir, foram entregues 41 produtos, referentes ao 2º parecer o Leitor (V₂L) sobre as ações do Autor à luz do 1º parecer, encerrando a quarta atividade do fluxo. A seguir, a quinta atividade corresponde à avaliação do produto (V₂A), feita pela Comissão Técnica de Biblioteconomia, considerando também o parecer (V₂L). Os produtos desta etapa correspondem aos 26 pareceres da Comissão Técnica (V₂CT) entregues no ambiente AVA e que orientarão os Autores nos ajustes finais do conteúdo. A sexta e última atividade representada no gráfico corresponde à entrega da 3ª versão do material elaborado pelo autor (V₃A), a partir das considerações feitas pela Comissão Técnica. Foram entregues 20 produtos nesta etapa.

Importante ressaltar que, neste trabalho, as atividades estão associadas a cada um dos autores, que devem observar os prazos para a entrega de seus respectivos produtos. Pode-se

observar que, para alguns atores, algumas atividades ainda não foram concluídas, tendo em vista que os produtos esperados ainda não foram entregues.

Observa-se que 41 disciplinas possuem conteúdos elaborados e apreciados por especialistas da área. Isto significa que 80% das disciplinas foram contempladas com seus conteúdos produzidos. Tem-se que 26 disciplinas já foram avaliadas pela Comissão Técnica e tiveram seus pareceres disponibilizados no AVA, o que representa 51% do total de disciplinas previstas no projeto em curso. E, finalmente, já foram disponibilizados 20 conteúdos atualizados a partir do parecer da Comissão Técnica, o que representam 39% do total de conteúdos que deverão ser produzidos. O gráfico 2 apresenta esses dados.

Gráfico 2 - Estado dos conteúdos das disciplinas em percentuais



Fonte: Elaborado pelos autores

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou o desenvolvimento do Módulo Produto, fundamentado em conceitos básicos de processos de um projeto, e a integração deste com o AVA Moodle. Esta integração possibilitou a alimentação automática do banco de dados, nas ações realizadas pelos atores, e permitiu a disponibilização de informações sempre atualizadas, as quais apoiaram as ações gerenciais do projeto. Processos foram monitorados, problemas foram



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

identificados antecipadamente e soluções foram tomadas de forma imediata. A adoção do Módulo Produto, aliada às ações gerenciais, foi uma estratégia determinante para atingir a produção do desenvolvimento de 80% dos materiais didáticos das 51 disciplinas previstas.

Com o resultado apresentado, é relevante ressaltar que a adoção destas estratégias de gerenciamento no desenvolvimento de projetos permitiu melhor acompanhamento dos processos e melhor embasamento para a tomada de ações. Ao mesmo tempo, ter as informações necessárias, sempre atualizadas, foi fundamental para conhecimento da situação vigente do projeto e para a realização das futuras ações. Ressalta-se que a utilização desta ferramenta se constitui em um relevante conjunto de recursos, que permitiu a obtenção de resultados positivos no projeto.

Por fim, considera-se que a metodologia empregada poderá ser aplicada em outros projetos, desde que sejam observadas suas especificidades.

REFERÊNCIAS

MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de projetos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de projetos**: estabelecendo diferenciais competitivos. 6. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

SOMERVILLE, Ian. **Engenharia de software**. 8. ed.. São Paulo: Addison-Wesley, 2007.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Docência e novos perfis dos profissionais da informação

PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA REVISÃO NA LITERATURA BRASILEIRA

PRÁCTICAS EN CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN: UNA REVISIÓN A LA LITERATURA BRASILEÑA

Jorge Santa Anna, UFES

Resumo: Tematiza a Ciência da Informação e suas relações com o profissionalismo. Objetiva apresentar práticas profissionais advindas da Ciência da informação e sua contribuição com as profissões da informação. Além disso, a pesquisa explora conceitos e características principais inerentes à área da Ciência da Informação. Os procedimentos metodológicos pautaram-se em revisão de literatura em artigos publicados em periódicos do âmbito profissional. Após análise e discussão, tendo 31 artigos selecionados para revisão, constatou-se que a Ciência da Informação fomenta inúmeras práticas profissionais, tais como: fazeres técnicos, voltados à produção, tratamento e armazenamento; ampliação do ciclo informacional, a qual se estende à questão da disseminação, do acesso e do uso da informação; práticas de comunicabilidade, interatividade e recuperação da informação; práticas de gestão da informação e seus fluxos; trabalho interdisciplinar em meio à atuação autônoma, inovadora e audaciosa; ações a favor do usuário, conhecendo seu perfil, necessidades, limitações e seu comportamento; prestação de atendimento personalizado e qualificado; e, por fim, ações de inclusão social, por meio de práticas interventivas, as quais viabilizem a construção da cidadania, desencadeando uma sociedade mais inclusiva, democrática e igualitária. Essas práticas demonstram a concepção técnica e humanista inerentes à Ciência da Informação, por conseguinte, caracteriza esse campo do conhecimento como uma área social em prol da adequação do fator humano, enquanto principal elemento do contexto social.

Palavras-chave: Informação. Novas tecnologias. Acesso e uso à informação. Ciência da Informação. Práticas profissionais em Ciência da Informação.

Resumen: thematicises Ciencias de la Información y sus relaciones con profesionalismo. Tiene como objetivo presentar las prácticas profesionales de ciencias de la información y su contribución a las profesiones de la información. Además, la investigación explora conceptos y características del área de ciencias de la información clave. Los procedimientos metodológicos se basan en la revisión de la bibliografía de los artículos publicados en el campo profesional. Tras el análisis y discusión, con 31 artículos seleccionados para su revisión, se encontró que la ciencia de la información fomenta numerosas prácticas profesionales, tales como: obras técnicas, se centró en la producción, procesamiento y almacenamiento; expansión del ciclo de la información, que se extiende a la cuestión de la difusión, el acceso y uso de la información; prácticas de comunicabilidad, la interactividad y la recuperación de información; prácticas de gestión y sus flujos de información; trabajo interdisciplinario a través de la acción autónoma, innovadora y audaz; acciones en favor del usuario, a sabiendas de su perfil, necesidades, limitaciones y comportamiento; ofrecer un servicio personalizado y cualificado; y, por último, las acciones de inclusión social a través de prácticas intervencionistas, que permiten la construcción de la ciudadanía, lo que provocó una sociedad más inclusiva, democrática e igualitaria. Estas prácticas demuestran la concepción técnica y humana inherente a la ciencia de la información, por lo tanto, caracteriza a este campo del conocimiento como un área social en favor de la adecuación del factor humano como el principal componente del contexto social.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Palabras clave: informação. Nuevas tecnologías. El acceso y uso de la información. Ciencias de la Información. Las prácticas profesionales en Ciencias de la Información.

1 INTRODUÇÃO

As necessidades sociais constituem o ponto de partida para a formação e desenvolvimento de práticas profissionais. Tais práticas estão emaranhadas a um corpus teórico, metodológico e pragmático, o qual sustenta a consolidação de uma profissão, formada por agentes envolvidos a favor de uma ou mais causas, tendo em vista, promover a resolução de problemas inseridos em um contexto humano-social.

Ora, as sociedades humanas estão em constantes transformações, o que ocasiona às profissões uma frequente dinamicidade quanto às formas de atuação. Essas formas devem ser pautadas em descobertas, tendo em vista provocar a evolução do conhecimento científico, tornando-o capaz de solucionar problemas inerentes às relações sociais. Portanto, há uma intensa relação, de complementaridade, entre profissão e ciência.

As profissões, em grande parte, constituem produtos oriundos com as descobertas científicas, estando ambas relacionadas ao aperfeiçoamento do conhecimento, de modo a provocar melhores condições de vida às sociedades. A diferença entre essas duas entidades diz respeito, grosso modo, ao reconhecimento legal instituído no sistema normativo das sociedades acerca dos trabalhos desenvolvidos: enquanto a ciência para existir não precisa de regulamentação para exercício profissional, as profissões, por sua vez, precisam estar legalmente reconhecidas pelos órgãos controladores que regulamentam as leis trabalhistas.

As ciências para se consolidarem precisam, tão somente, de possuir um conjunto de agentes que comungam interesses de investigação similares e que, através de métodos específicos, promovem descobertas, objetivando solucionar problemáticas. O fazer científico constitui um conjunto de atividades de pesquisa, sendo essas fundamentadas em métodos lógicos e consistentes, devidamente aprovados por especialistas, os quais garantirão legitimidade aos resultados obtidos e divulgados (MUELLER, 2003).

As profissões, por sua vez, embora estejam irmanadas ao fazer científico, difere-se por estarem sustentadas em uma jurisdição. Segundo Abbott (1998), essa jurisdição inerente a cada tipo de profissão constitui sua garantia de reconhecimento no sistema social e, dessa



forma, permitirá que cada profissão estabeleça seu monopólio em atividades específicas a serem realizadas junto à sociedade.

No entendimento de Cunha (2006, p. 146), essa jurisdição apontada por Abbott (1998) representa uma forma estratégica de controle estabelecida pelos órgãos defensores da profissão. Além disso, esse controle é determinado, em grande parte, pelo domínio das abstrações que geram a prática profissional. Portanto, quanto maior a capacidade de abstração teórica de uma profissão, mais sólida ela será no sistema social e profissional. Assim, “[...] a habilidade das profissões em manter sua jurisdição ou seu espaço resulta, dessa forma, em parte, do prestígio do seu sistema de conhecimento”. Cunha (2006) discorre ainda que cada profissão se relaciona com a sociedade através de um contrato implícito, o qual lhe garante o direito exclusivo do exercício profissional, que, por sua vez, proporciona à sociedade, segurança na qualidade e eficiência dos produtos e serviços oferecidos.

Cunha (2006), analisando diversas teorias acerca da profissionalização, ensina que as profissões estão em constante desenvolvimento, com o intuito de adequar-se às tendências sociais. Portanto, os campos profissionais adentram-se em um dinamismo frequente, de modo que enquanto umas profissões desaparecem, outras surgem e ainda algumas são reformuladas, considerando os novos desafios existentes na sociedade.

Mueller (2004), ao discorrer sobre o processo evolutivo da Ciência da Informação e o papel dos profissionais da informação na sociedade moderna, recorre à teoria de Abbott (1988) e esclarece que as profissões, de uma forma em geral, estão inseridas em um contexto de competitividade, havendo disputa de poder entre os diversos campos profissionais. Assim, a profissionalização acontece em meio à busca por argumentos que justifiquem a sua aceitação e reconhecimento na sociedade, permeado por um processo ideológico e rival (MUELLER, 2004).

Salienta-se que o aspecto inter, trans e multidisciplinar de uma profissão pode acarretar à fusão entre determinadas profissões, como também pode estabelecer os limites de atuação de cada campo, sendo esses instituídos e reconhecidos por meio da jurisdição específica de cada campo (MUELLER, 2004).

No caso da Ciência da Informação, sobretudo no âmbito de Brasil, a falta de delimitação (limites) no que se refere ao relacionamento com outras áreas da informação acarreta à Ciência da Informação sua ampla abrangência, por conseguinte, ocasiona



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

dificuldades de consolidação como profissão consolidada como acontece com a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, por exemplo (ARAÚJO, 2014).

Assim, a Ciência da Informação manifesta-se, na prática, como uma grande área, a qual viabiliza conhecimento teórico e prático para as demais profissões que lidam com a informação e que, tradicionalmente, possuem corpus profissional e jurisdição devidamente reconhecidas e instituídas legalmente (ARAÚJO, 2014).

Importante considerar que a Ciência da Informação representa uma ciência moderna e em desenvolvimento, oriunda principalmente do avanço tecnológico, das novas formas de se tratar e disseminar informação e das preocupações com o uso dessa informação (ARAÚJO, 2014). Com os avanços conquistados pela Biblioteconomia, nas últimas décadas, diversas teorias propostas pela Ciência da Informação foram absorvidas pela Biblioteconomia, acarretando novas práticas bibliotecárias, as quais foram sentidas, principalmente, através da formação profissional oferecida pelas escolas de Biblioteconomia do Brasil (SOUZA, 2006).

Com efeito, entende-se que a Ciência da Informação manifesta-se como um campo complementar às práticas profissionais de áreas da informação, principalmente quanto à Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia (SMIT, 2000), pelo menos no contexto brasileiro. Esse fato, talvez, seja o motivo que justifica as dificuldades em profissionalizar a Ciência da Informação, sendo ela uma área incorporada, principalmente, à Biblioteconomia, conforme demonstra a Classificação Brasileira de Ocupações, ao categorizar os bibliotecários como profissionais da informação (BRASIL, CBO, 2002).

Portanto, os bibliotecários são profissionais da informação, tendo suas práticas ampliadas a partir da contribuição advinda da Ciência da Informação. Para Ribas e Ziviani (2007), esses profissionais usufruem de um conjunto de práticas profissionais amplas que requer uma atuação cada vez mais difusa, contemplando diferentes instâncias e contextos, relacionando-se com diferentes profissionais, na busca pelo tratamento, armazenamento, recuperação e uso da informação, em prol de uma sociedade mais inclusiva.

Entende-se, aqui, que a Ciência da Informação viabiliza práticas a serem exercidas por profissões a ela relacionadas, principalmente, quanto ao fazer bibliotecário. No entanto, outros profissionais também são beneficiados com as propostas teóricas e metodológicas advindas da Ciência da Informação, tais como os museólogos, documentalistas e jornalistas (LE COADIC, 2004).



Nesse enfoque, entende-se que no contexto brasileiro, segundo Barbosa (1998), a legislação que regulamenta o exercício profissional dos profissionais da informação não se encontra em sintonia com as novas realidades com as quais se deparam esses profissionais multifacetados. Observam-se, com grande frequência, práticas diferenciadas e a concretização de ambientes transprofissionais.

Todavia, mesmo havendo desvios e incoerências no universo da profissionalização, o que se sabe é que a Ciência da Informação tem contribuído com a produção de conhecimento, haja vista resolver problemas inerentes ao crescimento da informação na sociedade. Sua característica metodológica e epistemológica tem proporcionado avanços ao viabilizar práticas profissionais inovadoras (ARAÚJO, 2010).

Assim sendo, alguns questionamentos surgem: o que caracteriza a Ciência da Informação como área de conhecimento? Que práticas profissionais são geradas a partir dos estudos em Ciência da Informação? Que campos profissionais são mais contemplados com essas práticas?

Logo, este texto objetiva apresentar práticas profissionais advindas da Ciência da informação e sua contribuição com as profissões da informação. Além disso, a pesquisa explora conceitos e características principais inerentes à área da Ciência da Informação. Metodologicamente, utilizou-se revisão de literatura em artigos publicados nos últimos anos em revistas científicas brasileiras, que abordem a temática em apreço, de modo a refletir sobre as práticas profissionais promovidas pela Ciência da Informação e que são percorridas na literatura brasileira.

2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS E CONCEITOS INERENTES À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação caracteriza-se, em um primeiro momento, como uma ciência cujo objeto de estudo está pautado na informação, seja ela manifestada em diferentes formas documentais e disseminada em diversos canais de comunicação, atuando como insumo básico para fomentar estratégias para produção de conhecimento, resolução de problemas e formulação de estratégias (VALENTIM, 2002).



Sendo assim, a informação, na sociedade atual, assume diferentes funções e características, refletindo o contexto em que é produzida e gerenciada. Portanto, fala-se em informação tecnológica, informação industrial, informação científica, dentre tantas outras abordagens e nomenclaturas (MCGARRY, 1999).

Devido a essa importância e abrangência que a informação assume a cada dia, é preciso reformular as técnicas de tratamento, armazenamento e disseminação, haja vista, não apenas adentrar-se ao suporte tecnológico que registra a informação, mas também é preciso entender um conjunto de forças, de condições e elementos que perfazem o contexto informacional. Portanto, é com essa desvinculação da informação ao suporte e sua dinamicidade em diferentes contextos que a Ciência da Informação ganha espaço para se desenvolver (BORKO, 1968).

Assim, resumidamente, considera-se que:

A Ciência da Informação, nascida formalmente em 1962, em uma reunião do Georgia Institute of Technology, é **uma área científica**, com identidade e unidade na perspectiva epistemológica e que abrange componentes aplicados tais como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Gestão da Informação e os Sistemas Tecnológicos de Informação, todas elas centradas sobre um mesmo objeto de estudo e de trabalho – **a Informação** –, **contextualizado em diferentes ambiências e serviços** (ARAÚJO, 2010, p. 82, grifo nosso).

A história evolutiva das profissões e ciências que lidam com a informação fornece uma acepção acerca das influências que as transformações sociais e tecnológicas, assim como a mudança no conceito de arquivo, biblioteca e museu - os quais deixam de serem considerados, tão somente, como entidades custodiadoras de documentos - proporcionam uma compreensão na ampliação de problemas, o que fez nascer uma nova ciência, chamada de Ciência da Informação (ARAÚJO, 2014).

Assim, percebe-se que o nascimento dessa ciência está ligado ao desenvolvimento de algumas áreas como a Bibliografia, a Biblioteconomia e Documentação. Por isso, constata-se um certo a-historicismo no que se refere à trajetória evolutiva da Ciência da Informação. Tal área está imbricada ao desenvolvimento tecnológico vivenciado no período da Segunda Guerra Mundial, atreladas à evolução dos recursos e canais de comunicação (RUSSO, 2010).

Concomitante a esses acontecimentos, a evolução dos sistemas informatizados voltados não apenas mais para armazenar a informação, mas, principalmente, para disseminá-la, traz à tona um novo olhar ao processo de recuperação da informação, logo, viabiliza novas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

práticas a serem realizadas no ambiente digital, tendo em vista tornar a informação mais acessível (RUSSO, 2010).

Em Araújo (2014), tem-se que, além das transformações vivenciadas nas áreas da informação, contextualizadas aos acontecimentos históricos e revolucionários dos séculos XIX e XX, deve-se considerar, também, uma nova preocupação surgida, em que representou uma reviravolta em todas as profissões, a preocupação com o uso da informação, por conseguinte, a valorização que é atribuída ao usuário ou cliente dos serviços e produtos oferecidos na sociedade.

Desse modo, despontaram-se dois grandes acontecimentos, que, em linhas gerais, podem ter sido o alicerce para a gênese e expansão da Ciência da Informação: o novo conceito de documento e a preocupação com o uso da informação. Tais acontecimentos estão associados ao aparecimento da Documentação, sendo que novas técnicas foram desenvolvidas a fim de permitir maior acessibilidade aos documentos existentes nos acervos documentários.

Nesse enfoque, a Ciência da Informação tem em seu bojo central,

[...] Em primeiro lugar, uma preocupação não com a custódia, a posse dos documentos, mas com a sua circulação e sua disseminação da maneira mais produtiva possível. Depois, o foco não propriamente nos documentos (registro físico), mas em seu conteúdo objetivo ou, dito de outro modo, na informação contida nos documentos (ARAÚJO, 2014, p. 111).

A mudança de paradigma do documento para a informação, bem como a preocupação com o uso da informação foram questões que não estavam inseridas nas propostas até então defendidas pelas disciplinas da informação. A Ciência da Informação configura-se como uma disciplina científica, cujo objetivo é produzir produtos e serviços a fim de garantir o acesso e a utilização da informação, no intuito dela acarretar conhecimentos, competências e inovação, atendendo necessidades específicas e das mais variadas (RUSSO, 2010).

Ora, entende-se que a preocupação e estudo da informação constituem uma das principais características que identificam e demarcam o campo estendido à Ciência da Informação. Além dessa característica, somam-se outras duas, que são: a interdisciplinaridade e a sua relação com a tecnologia da informação e comunicação (SARACEVIC, 1996).

No que se refere à interdisciplinaridade, o autor supracitado acredita que tal área do conhecimento é interdisciplinar por natureza, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ser completada. No que diz



respeito ao avanço tecnológico, considera-se que essa ciência está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a Ciência da Informação, como ocorre também em outros campos. Em sentido amplo, o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial (SARACEVIC, 1996).

Considera-se, ainda, outrossim, que a Ciência da Informação também se caracteriza e se destaca por contribuir com a evolução das sociedades, apresentando-se, nesse contexto, como uma disciplina humana, tendo, por sua vez, o importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia. Essas características ou razões constituem o modelo para compreensão do passado, presente e futuro da Ciência da Informação e dos problemas e questões que ela enfrenta (SARACEVIC, 1996).

Com efeito, considerando as questões discorridas por Saracevic (1996) a respeito das características da Ciência da Informação e sua relação com as transformações sociais, sobretudo na ampliação da informação na sociedade, reflete-se que:

[...] foi a convergência dessas questões que possibilitou à Ciência da Informação ampliar seu quadro de compreensão para além da dimensão física e quantitativa da informação. A Ciência da Informação não nasceu como uma ciência tipicamente social, mas identificou-se ao longo dos anos com o escopo das ciências sociais à medida que se orientou para uma postura em que os **sujeitos passaram a ser vistos como o principal ator e objetivos** dos chamados sistemas de informação, e que métodos e conceitos das ciências humanas e sociais foram aplicados para o seu estudo (ARAÚJO, 2014, p. 122, grifo nosso).

Conseqüentemente ao avanço tecnológico, novas técnicas de representação da informação, tendo em vista a recuperação da informação, foram geradas, havendo a necessidade de constante gestão dos sistemas informatizados que funcionam como verdadeiros mediadores na busca da informação, mas que requer a intervenção humana para que esse processo se consolidasse de forma efetiva (ALVES *et al.*, 2007).

A Ciência da Informação, portanto, relaciona-se com a recuperação da informação, estando ligada à Ciência da Computação. Nesse enfoque, sua conceituação pode ser definida como a área do conhecimento que desenvolve métodos, técnicas, ferramentas e instrumentos de trabalho no intuito de viabilizar a geração, organização, processamento, recuperação e o uso da informação em diferentes canais e ambientes de comunicação (ALVES *et al.*, 2007).

Ora, devido a sua característica relacional com outras disciplinas, ciências e profissões, constata-se seu caráter inter, trans e multidisciplinar. Logo, a Ciência da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Informação constitui, na prática, uma ciência ou área do conhecimento que viabiliza subsídios para auxiliar as práticas profissionais exercidas em diversas profissões, sobretudo em profissões tradicionais, o que viabiliza a necessidade de reformulação no processo de formação profissional (FROEHLICH, 2009).

Em virtude dessas caracterizações e conceitos inerentes à Ciência da Informação e seu aspecto epistemológico e científico como se apresenta no Brasil, além da falta de jurisdição a ela atribuída, presume-se que os resultados oriundos das investigações dessa ciência diluem-se em meio às diferentes práticas profissionais, de diferentes campos do saber. Portanto, discorrer acerca das práticas profissionais viabilizadas por essa ciência e sua contribuição com a profissionalização será objeto de análise da revisão de literatura realizada na seção seguinte.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo está alicerçado em uma revisão sistemática da literatura publicada no Brasil, cujo tema seja Ciência da Informação e profissionalismo. De modo geral, esta modalidade de metodologia tem a proposta de realizar um levantamento ou mapeamento teórico, tendo em vista detectar debates e contribuições sobre um determinado tema pesquisado (ECHER, 2001).

Portanto, o estudo mapeia o que vem sendo publicado na literatura brasileira, por meio de artigos científicos, que contemplem a temática deste estudo. Através do levantamento realizado, disponibilizaram-se os documentos encontrados de forma esquematizada em um quadro, para, posteriormente, realizar as análises do conteúdo de cada publicação, a fim de encontrar reflexões acerca do objeto deste trabalho que é “as práticas profissionais em Ciência da Informação”.

Optou-se em investigar os artigos publicados, apenas, nos periódicos indexados na base de dados referencial de artigos de periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), sendo selecionados, tão somente, os periódicos que publicam, preferencialmente, textos oriundos de atividades profissionais. Sendo assim, recorreu-se a periódicos gerenciados por associações profissionais, como a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBD) e a Revista ACB. Recorreu-se, também, a um terceiro periódico, qual seja, Revista



Biblionline, gerenciada por um curso universitário¹. A escolha desses periódicos deveu-se ao fato de eles priorizarem trabalhos relacionados ao âmbito da prática profissional.

Após escolha dos periódicos, recorreu-se aos processos de busca e recuperação dos trabalhos, sendo esse processo realizado no catálogo eletrônico dos referidos periódicos. Após recuperação, os artigos foram analisados a fim de serem selecionados, caso abordassem aspectos relacionados à temática de pesquisa. Ao final, a amostra foi apresentada em forma de quadro.

3.1 REVISÃO DE LITERATURA

Os descritores utilizados para busca e recuperação dos artigos no catálogo desses periódicos foram os seguintes: “Ciência da Informação” e “Profissional da informação”. Através da busca-se, obtiveram-se os dados constantes no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Processo de busca, recuperação e seleção de artigos a compor a amostra de pesquisa

Periódico	Descritor utilizado	Itens recuperados	Itens Selecionados	Itens selecionados por periódico	Total da amostra
Revista ACB	Ciência da informação	28	4	7	31
	Profissional da informação	13	3		
Revista Biblioteconomia e Documentação	Ciência da informação	26	6	16	
	Profissional da informação	39	10		
Revista Biblionline	Ciência da informação	18	4	8	
	Profissional da informação	11	4		

Fonte: o autor (2016).

Importante discorrer que, a seleção dos artigos foi realizada por meio do processo de análise do título, do resumo e das palavras-chave de cada item recuperado. Os artigos selecionados foram, apenas, aqueles que possuíam os descritores presentes nas referidas partes dos artigos.

¹ Esclarece-se, aqui, que a RBBD é gerenciada pela Federação Brasileira de bibliotecários, cientistas da informação e instituições (FEBAB); a revista ACB pela Associação Catarinense de bibliotecários e a Biblionline é gerenciada pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. No que se refere à avaliação da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), essas revistas possuem as seguintes atribuições avaliativas: B1, B2 e B1, respectivamente.



Além desses critérios, recorreu-se à leitura do resumo, da introdução e conclusão de cada artigo, mesmo que esses não possuíssem os respectivos descritores. Dessa forma, garantiu-se uma amostra mais consistente quanto ao assunto central investigado.

A fim de tornar mais ilustrativo, apresenta-se, por meio do quadro 2, a sistematização dos 31 artigos selecionados, contendo alguns dados como: nome do periódico, autor, título e data da publicação. Os artigos estão separados por periódicos, sendo alocados em ordem crescente por ano de publicação.

Quadro 2 – Demonstrativo da amostragem de pesquisa – 31 artigos selecionados

PERIÓDICO	AUTOR (ES)	TÍTULO	ANO PUBLICAÇÃO
Revista ACB	SOUZA, Francisco das Chagas	As diferentes práticas bibliotecárias brasileiras e sua relação com o futuro da educação profissional	1996
	OHIRA, Mria de Lourdes Blatt; OLIVEIRA, Sueli Ferreira Julio de	Utilização de tecnologias de informação pelas bibliotecas da área jurídica de Florianópolis – SC	1997
	SOUZA, Francisco das Chagas	Interatividade comunicacional no terceiro milênio	1997
	BLATTMANN, Úrsula; RADOS, Gregório J. Varvakis	Bibliotecários na sociedade da informação: mudança de rótulos, funções ou habilidades?	2000
	CALDIN, Clarice Fortkamp	Atuação do bibliotecário diante da globalização da informação	2011
	CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; ZAMBAN, Debora; OLIVEIRA, Viviane Martins Arruda de	Blogs sobre biblioteconomia e a ressignificação da profissão no Brasil: uma análise do blog bibliotecários sem fronteiras	2013
	SANTA ANNA, Jorge; PEREIRA, Gleice	Ampliando o campo de atuação bibliotecária: o bibliotecário como consultor informacional	2014
Revista Brasileira de Biblioteconomia e	SCHWEITZER, Fernanda	Os novos perfis dos profissionais da informação nas bibliotecas universitárias	2007
	BARROS, Daniela Melaré Vieir	Ambientes mediatizados para a formação continuada dos profissionais da informação	2007
	CARVALHO, Kátia de; REIS, Marivaldina Bulcão	Missão do bibliotecário: a visão de José Ortega y Gasset	2007
	ROCHA, Maria Meriane Vieira; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de	Educação continuada de profissionais da informação: perfil da ação de bibliotecários de instituições de ensino superior privado no município de João Pessoa – PB	2007
	VAN DER LAAN, Regina Helena; ALVORCEM, Rochelle Martins	A terminologia expressa no discurso dos especialistas da área da ciência da informação: um estudo de caso	2007
	MOREIRA, Jonatan; CARVALHO, José Oscar	Estudo de métodos e técnicas da ciência da informação aplicáveis à educação a distância	2008



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Documentação	Fontanini de BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; GROSCH, Maria Selma	A formação do leitor através das bibliotecas: o letramento e a ciência da informação como pressupostos	2008
	FERNANDES, Marcia Leite	O cognitivismo na CI: a leitura de Ingwersen e a passagem do modelo matemático ao cognitivo	2011
	SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes	Análise sobre o desenvolvimento do campo de estudo em informação científica e técnica nos Estados Unidos e na antiga União Soviética durante a guerra fria (1945-1991)	2012
	MEDEIROS, Jackson da Silva	Considerações sobre a informação na terceira ordem da ordem: um olhar a partir dos paradigmas da Ciência da Informação	2012
	SIQUEIRA, Jessica Camara	Ciência da Informação: personagem da pós- modernidade	2012
	ISHIKAWA, Maria Inês Garcia; BELLUZZO, Regina Célia Baptista	Práticas inclusivas para deficientes visuais, baseadas na informação e conhecimento: reflexões e ações	2013
	ALVES, Claudio Augusto; DUARTE, Emeide Nobrega	Cultura e informação: uma interface complexa e definidora na vida das organizações	2014
	TANUS, Gabrielle Francinne de S.C.	Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da ciência da informação: de usuário a sujeitos pós-modernos	2014
	SANTOS, Raquel do Rosário; DUARTE, Emeide Nóbrega; LIMA, Izabel França de	O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital	2014
	SANTA ANNA, Jorge; PEREIRA, Gleice; CAMPOS, Suelen de Oliveira	Sociedade da informação x biblioteconomia: em busca do moderno profissional da informação (MIP)	2014
Revista Biblionline	SANTANA, Vanessa Alves; AQUINO, Mirian de Albuquerque	A responsabilidade social e ética e a inclusão de afrodescendentes em discursos de profissionais da informação em universidade pública	2009
	ARAÚJO, Claudialyne da Silva; SILVA, Edcleiton Bruno Fernandes da; SILVA, Alzira Karla Araújo da	Práticas de leitura e competências profissionais do bibliotecário: um estudo a partir dos trabalhos de conclusão do curso de biblioteconomia / UFPB	2010
	SILVA, Marco Donizete Paulino da et al.	Estudo dos processos do setor de reclamações da ideal transporte urbano coletivo	2010
	ARAÚJO, Claudialyne da Silva; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro	A responsabilidade social no projeto "estação do livro": leitura na praça	2012
	FREIRE, Isa Maria; LIMA, Aline Poggi Lins de; COSTA JUNIOR, Maurício Pereira da	Mídias sociais na web: de olho na CI para capacitação acadêmica e profissional	2012
	CABRAL, Alice; LUCAS, Elaine de Oliveira	Serviço de referência no ambiente second life (SL)	2013



	DANTAS, Esdras Renan Farias; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro	Do tradicional ao atual conceito de responsabilidade social da ciência da informação	2013
	CAVALCANTI, Ivanilda Bezerra Cavalcanti; ARAÚJO, Claudialyne Silva; DUARTE, Emeide Nóbrega	O bibliotecário e as ações culturais: um campo de atuação	2015

Fonte: o autor (2016).

Analisando cada um dos artigos, obedecendo-se a ordem a que se apresentam no quadro 2, tem-se a pesquisa de Chagas (1996), cuja temática proposta pelo autor abordou as mudanças ocasionadas às práticas bibliotecárias, em virtude das transformações sociais vivenciadas nas últimas décadas do século XX.

O autor apresenta uma reflexão acerca do dinamismo que permeia o universo profissional para os profissionais da informação, principalmente para os bibliotecários. Considera, portanto, que os fazeres profissionais da atualidade, embora conservem muitas práticas tradicionais, ampliaram-se, de modo que a profissão vislumbra-se com um futuro promissor, havendo necessidades de conscientização entre profissionais, órgãos de classe e demais defensores da profissão.

Grande parte das mudanças ocasionadas às profissões deve-se, sobremaneira, ao avanço da tecnologia, nas últimas décadas. Essa discussão é apresentada na pesquisa de Ohira e Oliveira (1997), principalmente quando mencionam a realidade vivenciada por unidades de informação especializadas, sobretudo àquelas ligadas a uma intensa geração e fluxo de informação, como nos centros de informação jurídica.

Assim, é importante que os profissionais da informação da área jurídica dominem as técnicas e metodologias para gerenciar a informação que permeiam o contexto jurídico, sendo que esses profissionais tenham experiências na utilização das novas tecnologias de informação, e principalmente, preocupados em se capacitarem para enfrentar as exigências do mercado de trabalho, através dos cursos específicos, visando o atendimento aos usuários e as necessidades das instituições onde atuam (OHIRA; OLIVEIRA, 1997).

Uma das principais característica que deve ter os profissionais que lidam com a informação nesses novos tempos diz respeito à capacidade de interatividade que devem ter, seja com demais profissionais, tecnologias, instituições e diferenciados usuários da informação (CHAGAS, 1997). Assim como refletiram Ohira e Oliveira (1997), Chagas (1997) também acredita que a tecnologia é a “mola propulsora” que viabiliza novas práticas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

profissionais, de modo a acarretar novas formas de comunicação no mundo moderno, por conseguinte, interferindo nas atitudes e comportamentos dos usuários. Daí, a preocupação dos profissionais se amplia para além dos fazeres técnicos, condicionando novas reflexões acerca de fatores cognitivos e humanísticos.

Portanto, a tecnologia, ao mesmo tempo que substitui o fazer humano por processos mecanizados, desperta novas necessidades, principalmente no que se refere ao uso da informação. Assim, essas transformações constituem a delimitação de novos paradigmas, em que o rompimento “[...] de valores referente aos aspectos do ambiente organizacional, das pessoas, das atividades e do uso de novas tecnologias se interagem provocando um contínuo aprender do ser humano” (BLATTMANN; RADOS, 2000, p. 42).

Outra mudança provocada pelo avanço tecnológico e que afetou os fazeres dos profissionais da informação diz respeito à atuação integrada e holística que esses profissionais devem possuir. Ou seja, segundo a pesquisa de Caldin (2011), a tecnologia aproximou as pessoas e as práticas, por conseguinte, desperta o trabalho em equipe e a cultura da colaboração, o que exige capacidade reflexiva, pró-ativa e interventiva dos profissionais em suas práticas cotidianas.

Corrêa, Zamban e Oliveria (2013) acreditam no papel inovador do bibliotecário em face da incorporação das tecnologias aos fazeres profissionais. Citam, como exemplo, a gestão de blogs, um veículo de comunicação capaz de proporcionar uma imagem profissional muito mais positiva por meio de uma atuação presente e relevante na sociedade digital, quebrando estereótipos e construindo uma nova dimensão do que deve e pode ser o bibliotecário na atualidade.

Com efeito, as tecnologias proporcionam mudanças radicais. No entanto, esse fato deve ser considerado como uma oportunidade de crescimento no âmbito profissional, especialmente àquelas profissões que lidam com a informação, possibilitando o aparecimento de novas práticas diluídas em um mercado amplo, difuso e interdisciplinar. A ampliação dos fazeres bibliotecários para além das tradicionais bibliotecas, podendo o profissional atuar de forma autônoma, prestando serviços variados no mercado da informação, certamente, representa contribuições oriundas com essas mudanças (SANTA ANNA; PEREIRA, 2014).

De qualquer forma, o foco de atenção deve estar no usuário da informação, de modo que serviços e produtos oferecidos estejam em conformidade com as necessidades desse



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

personagem. Desse modo, os profissionais da informação devem ser verdadeiros educadores quanto ao uso dos recursos informacionais oferecidos nas unidades de informação, principalmente àquelas em que há intenso fluxo informacional voltado para pesquisa, ensino e extensão, como nas bibliotecas universitárias (SCHWEITZER, 2007).

Ora, percebe-se a importância da educação voltada ao usuário e ao próprio profissional. Para Barros (2007), devem-se trabalhar estratégias pedagógicas, tendo em vista, um melhor acesso e uso da informação armazenada em diferentes suportes e acervos. O profissional da atualidade deve oferecer serviços de capacitação e aprimoramento a seus usuários, assim como também, deve capacitar-se a fim de ampliar suas competências para atender diferentes perfis, necessidades e variados desafios impostos pela sociedade.

Não resta dúvida de que, a sociedade globalizada está permeada por desafios a serem superados, o que consolida uma missão para os profissionais da informação, em virtude do dinamismo que a informação tomou nesse contexto inovador. A missão desse profissional deve ser a de facilitar os meios de acesso e uso da informação, considerando as mudanças e possibilidades ocasionadas pelas tecnologias digitais. Assim, confirma-se a preocupação humanística do profissional, a qual assume uma missão em benefício da coletividade, ou seja, oferece contribuições para o desenvolvimento humano e social (CARVALHO; REIS, 2007).

A partir do valor que a informação assume nesses novos tempos e a ampliação dos fazeres e práticas informacionais, evidencia-se que os profissionais da informação, em destaque os bibliotecários, devem investir na formação continuada. Para Rocha e Araújo (2007), através de pesquisa realizada em instituições particulares de João Pessoa, os bibliotecários redeseñvem ações de educação continuada (cursos de mestrado, especialização, participação em eventos etc.). Além disso, importante discorrer que essas ações têm se concentrado no manuseio de tecnologias de informação e postura gerencial.

Além das questões humanas, sociais, gerenciais e tecnológicas apontadas até aqui, deve-se considerar, também, novas estratégias a serem utilizadas pelos profissionais que atuam no âmbito do tratamento técnico da informação. Na atualidade, esses fazeres não devem se preocupar, tão somente, com o armazenamento documental, mas deve-se, outrossim, centrarem-se na recuperação da informação. Desse modo, para que os sistemas de recuperação da informação auxiliados pelas novas tecnologias tenham eficiência, deve-se utilizar instrumento de controle do vocabulário de forma adequado, de modo que se possam



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

registrar a linguagem especializada e as possíveis variações terminológicas (VAN DER LAAN; ALVORCEM, 2007).

Os métodos e técnicas de recuperação da informação devem favorecer a autonomia do usuário, permitindo-lhe ampla possibilidade de busca e acesso às coleções armazenadas nos acervos, sejam eles físicos quanto digitais. No que se refere à busca e recuperação de informação nos ambientes digitais, o trabalho profissional na elaboração de interfaces amigáveis permite uma maior aproximação dos usuários, rompendo-se limitações temporais e espaciais (MOREIRA; CARVALHO, 2008).

Nesse sentido, observa-se uma missão desencadeada pela Ciência da Informação, qual seja, permitir maior aproximação da informação aos seus usuários. Portanto, segundo o estudo realizado por Becker e Grosch (2008), o profissional atual deve atuar na formação de usuários autodidatas, que sejam capazes de entender as ferramentas disponíveis e utilizá-las em favor da localização e melhor aproveitamento informacional.

Novamente, detecta-se a visão e preocupação cognitiva da Ciência da Informação, a qual se sustenta em um modelo paradigmático, cujo foco é o uso da informação e o comportamento do usuário nesse contexto. Segundo Fernandes (2011), a grande contribuição da Ciência da Informação está no fato de viabilizar a passagem do modelo matemático ao ponto de vista cognitivo, tendo como objetivo central, a partir dessa transformação, gerar mudança de uma abordagem de acesso à informação centrado na informação para a de acesso à informação centrado no usuário.

A importância em viabilizar o acesso e uso da informação, de modo a agregar valor para o sujeito, desencadeando um contexto de competitividade e busca constante ao conhecimento, é consequência das transformações provocadas com o fim da Segunda Guerra Mundial e a partir das tendências competitivas oriundas da Guerra Fria. A Ciência da Informação nasce a partir dessa preocupação em tornar a informação cada vez mais fácil de ser armazenada, acessada e utilizada, haja vista provocar mudanças no contexto humano e social de quem a utiliza (SANTOS JUNIOR, 2012).

Nesse sentido, os paradigmas inerentes a esse campo do conhecimento são amplos, de modo a contribuir com o surgimento de novas práticas profissionais, sobretudo no âmbito das novas tecnologias. De acordo com a tese de Medeiros (2012, p. 113), pode-se entender que tal área “[...] evoluiu de forma a tratar a informação primeiramente de forma quantitativa,



posteriormente de forma a avaliar os processos cognitivos individualizados dos usuários e, por fim, buscando agregar contexto social aos sistemas de recuperação da informação”.

A Ciência da Informação é, pois, uma ciência da contemporaneidade, ou seja, uma área em expansão, a qual constitui um importante personagem para a evolução e permanência de inúmeras profissões na sociedade atual. Sua contribuição está no fato de proporcionar teorias e fundamentações suficientes para provocar descobertas a inúmeros problemas enfrentados pelo mercado da informação (SIQUEIRA, 2012).

Em virtude da importância que a informação possui no desenvolvimento humano e social, afere-se que a Ciência da Informação, diante de uma sociedade em que predominam ideias liberais e democráticas, coloca-se a serviço da consolidação da cidadania, o que garante o aspecto social presente nos paradigmas e fundamentos dessa ciência. Assim, desperta-se a viabilidade de práticas profissionais que condicionem uma sociedade mais inclusiva para todos (ISHIKAWA; BELLUZZO, 2013).

Além das questões inclusivas, discute-se o papel da informação quanto à sobrevivência das organizações em um contexto competitivo e mutante. De acordo com os estudos de Alves e Duarte (2014), as organizações devem considerar a informação, assim como as forças que sustentam o seu fluxo, como a principal preocupação, o que requer novos métodos de trabalho e novos modelos de gerenciamento.

Semelhante ao trabalho de Ishikawa e Belluzzo (2013), Tanus (2014) considera que a Ciência da informação está embasada em um paradigma sociocultural. Para essa autora, o objeto de estudo da área está nas pessoas, ou seja, nos sujeitos pós-modernos, o que requer a atuação profissional voltada para questões cognitivas e comportamentais.

No entendimento de Santos, Duarte e Lima (2014), as profissões da informação devem, a princípio, preocuparem-se com o acesso à informação, por conseguinte, viabilizar a inclusão social dos sujeitos, favorecendo o acesso às tecnologias, como também ao desenvolvimento de habilidades e competências associadas ao uso desses recursos. Nesse enfoque, não resta dúvida de que, o sujeito informado torna-se atuante na busca e exigência de seus direitos, dessa maneira, é responsabilidade social dos profissionais da informação atuar no processo de inclusão desses sujeitos para gerar conhecimento.

A atuação interdisciplinar em prol de uma prática profissional mais humanizada, social e cultural não deve ser a única abordagem das ciências que lidam com a informação. Essas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

constituem uma das competências dos profissionais da informação que, para serem inovadores, deverão adotar outras competências, comungando uma mistura de habilidades, de forma a desencadear uma atuação híbrida, em diferentes contextos (SANTA ANNA; PEREIRA; CAMPOS, 2014).

Um exemplo de prática social, cultural e humanizada é apresentada na pesquisa de Santana e Aquino (2009), para quem, os profissionais modernos devem orientar-se por meio de uma responsabilidade social e ética, cujo objetivo seja consolidar uma sociedade mais igualitária, sem preconceitos ou quaisquer tipos de discriminação, sobretudo com indivíduos afrodescendentes. Os autores acreditam que os profissionais devem buscar conhecimentos interdisciplinares, promovendo a disseminação da informação, atividade que norteia as ações dos profissionais da informação.

A construção de uma sociedade democrática, cidadã e igualitária é também discorrida no estudo de Araújo, Silva e Silva (2010). Consideram que a leitura, especialmente, na sociedade da informação, representa uma prática informacional que possibilita a construção do conhecimento sustentado pela aprendizagem, auxiliando a formação cidadã.

A construção cidadã, em grande parte, é sustentada pelo acesso à informação e conhecimento. No estudo de Silva e outros (2010), apresenta-se a importância de se estabelecer modelos de gestão e práticas profissionais de tratamento informacional de modo a melhorar o fluxo informacional de uma organização de transporte coletivo. Se todas as fases do ciclo documentário forem devidamente gerenciadas, certamente o fluxo da informação proporcionará melhoria na tomada de decisões, bem como tende a garantir melhor qualidade nas informações fornecidas a colaboradores e clientes no ambiente organizacional.

A atuação do profissional no sentido de promover ações das mais variadas, a partir de planejamento e projetos que despertem o incentivo à leitura e o gosto pela cultura e pelo conhecimento é de viável importância. Portanto, cabe ao profissional da informação desenvolver ações planejadas de práticas de leitura e de responsabilidade social culminando em um processo contínuo de inclusão e cidadania (ARAÚJO; GARCIA, 2012).

Não resta dúvida de que os novos recursos oriundos com o avanço tecnológico contribuem para que novas ações sejam realizadas, e se manifesta uma maior aproximação entre a informação e o usuário. Assim, segundo relatam Freire, Lima e Costa Júnior (2012), o uso das tecnologias, através da criação e disponibilização de produtos e serviços no ambiente



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

digital, contribui na satisfação do usuário quanto na divulgação dos produtos e serviços mantidos pelos profissionais.

Com o uso dos recursos disponibilizados no ambiente digital, as práticas profissionais ampliam-se para o ambiente web, sustentando a formação das bibliotecas digitais, as quais garantem inúmeros benefícios aos usuários. Dentre esses benefícios, o serviço de referência virtual, por exemplo, constitui uma estratégia viável, tendo em vista garantir maior aproximação do usuário com as práticas informacionais, assim como visa a garantir maior satisfação e qualidade ao que é ofertado (CABRAL; LUCAS, 2013).

Com efeito, percebe-se a interdisciplinaridade e amplitude inerente à Ciência da Informação, a qual viabiliza inúmeras práticas profissionais que contribuirão para uma efetiva gestão da informação em diferentes contextos. De acordo com Dantas e Garcia (2013, p. 4, grifo nosso), essa área manifesta-se como ciência social, tendo a missão de identificar, por meio de pesquisas, “[...] a viabilização de recursos informacionais, tecnológicos ou não, que almejem atender as necessidades dos sujeitos, seja pelo **tratamento, disponibilização, acesso e uso da informação**”.

Entende-se que essas práticas ao viabilizarem a informação com qualidade, objetivam, *a posteriori*, promover aprendizado e transformação pessoal e social, logo, estão ligadas à cidadania e à cultura de uma dada coletividade. Portanto, percebe-se a importância que as áreas da informação possuem para com o progresso das nações, assim como defende Cavalcanti, Araújo e Duarte (2015), ao mencionarem o importante papel das ações sociais e culturais que podem ser desenvolvidas em diferentes unidades de informação e centros de cultura. Consideram as autoras que as ações culturais são produtos da própria sociedade, por isso, representam uma oportunidade do profissional engajar-se com as causas sociais, aumentando sua valorização e reconhecimento em prol de uma sociedade democrática, igualitária e cidadã.

3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os 31 artigos analisados abordam reflexões semelhantes acerca do papel que a Ciência da Informação desempenha no cenário contemporâneo, principalmente com o



desenvolvimento tecnológico, o qual promoveu a expansão da produção informacional, assim como sua valorização na sociedade. Em linhas gerais, analisando as contribuições que essa ciência viabiliza aos fazeres profissionais no âmbito da indústria da informação, afere-se algumas práticas percorridas nos parágrafos seguintes.

Primeiramente, é preciso considerar uma maior aproximação dessas práticas no bojo da Biblioteconomia, conforme relatado por Souza (1996), o qual destaca uma prática híbrida direcionada à atuação do bibliotecário, que se sustenta por meio de uma prática profissional humanista e outra prática bibliotecária racionalizadora.

A questão dos **fazeres técnicos, voltados à produção, tratamento e armazenamento** (ciclo informacional) é relatada em quase todos os estudos (OHIRA; OLIVEIRA, 1997; VAN DER LAAN; ALVORCEM, 2007; SANTA ANNA; PEREIRA, 2014, dentre outros), sendo que essa preocupação não constitui uma novidade, uma vez que já permeiam as práticas tradicionais das profissões que lidam com a informação.

A **ampliação do ciclo informacional, a qual se estende à questão da disseminação, do acesso e do uso da informação** é apresentada em alguns estudos (BLATTMANN; RADOS, 2000; SCHWEITZER, 2007; CALDIN, 2011). Assim, a Ciência da Informação fomenta uma atuação que extravasa, tão somente, o acesso, mais viabiliza a apropriação e geração de conhecimento pelo usuário.

Com efeito, pensar nas possibilidades de disponibilização da informação no ambiente eletrônico, em virtude dos novos recursos oferecidos nesse espaço cria preocupações mais abrangentes, como a questão da **comunicabilidade e interatividade**, como também, viabiliza novos métodos para **recuperação da informação**, sobretudo com o desenvolvimento de sistemas de recuperação integrados e disponibilizados no ambiente web (SOUZA, 2007; MOREIRA; CARVALHO, 2008; SIQUEIRA, 2012; SANTA ANNA; PEREIRA, CAMPOS, 2014).

Não resta dúvida de que, a tecnologia proporciona novas formas de atuação profissional. Com isso, ampliam-se as práticas, os métodos, as técnicas, sendo necessário estabelecer **modelos de gestão** para que a informação se propague em meio a **fluxos bem delimitados e monitorados**. Essas práticas consolidam a participação dos profissionais da informação no contexto empresarial e em outros ambientes que demandem **gestão da informação**, sendo necessária a constante capacitação profissional (BARROS, 2007;



CARVALHO; REIS, 2007; ROCHA; ARAÚJO, 2007; SILVA, 2010; SANTOS; JUNIOR, 2012).

Observa-se com essa expansão, uma prática profissional desinstitucionalizante, ou seja, realizada além dos ambientes tradicionais como nas unidades de informação, assim como defendeu Lancaster (1983). Assim, a Ciência da Informação viabiliza práticas profissionais em que demandem **trabalho interdisciplinar** com o auxílio das novas tecnologias na resolução de diferenciados problemas, o que consolida uma **atuação autônoma, inovadora e audaciosa** por parte do profissional, atuando em diferentes ambientes, instâncias e contextos (CORRÊA; ZAMBAN; OLIVEIRA, 2013; FREIRE; LIMA; COSTA JUNIOR, 2012; SANTA ANNA; PEREIRA, 2014).

Portanto, observa-se a ampliação de práticas profissionais direcionadas às profissões que lidam com a informação. Essa expansão além do tratamento técnico viabiliza um novo paradigma a ser considerado pelas profissões da informação, ou seja, deixa-se de centrar apenas no documento/informação para **adentrar-se ao usuário**, fato esse que envolve questões cognitivas e comportamentais (CARVALHO; REIS, 2007; FERNANDES, 2011; TANUS, 2014).

A preocupação com o acesso e uso da informação, logo, o foco das atenções direcionado ao usuário constitui, outrossim, uma das preocupações dos estudos desenvolvidos pela Ciência da Informação. Entender o **comportamento desse personagem e compreender suas necessidades** são estratégias que promovem a qualificação dos produtos e serviços oferecidos, tendo em vista a melhoria contínua das práticas realizadas (BECKER; GROSCH, 2008; ARAÚJO, SILVA.; SILVA, 2010; ARAÚJO; GARCIA, 2012).

Nesse contexto, os serviços oferecidos de modo a compreender a realidade do usuário, bem como a **prestação de atendimento personalizado e qualificado** constituem ações que demonstram o papel social da Ciência da Informação. Portanto, não resta dúvida do valor que as unidades de informação adquirem ao oferecer condições para conhecer o usuário e propor melhorias que gerem satisfação (ARAÚJO; SILVA; SILVA, 2010; CABRAL; LUCAS, 2013; DANTAS; GARCIA, 2013).

Por fim, ao considerar a realidade e necessidades dos usuários, práticas devem ser fomentadas no sentido de identificar as dificuldades e limitações que problematizam, de alguma forma, o acesso à informação, como relatado nos estudos sobre a questão da **inclusão**



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

social (SANTANA; AQUINO, 2009; MEDEIROS, 2012; ISHIKAWA; BELLUZZO, 2013). Sendo assim, através dessa nova concepção social, as profissões, seus profissionais e a Ciência da Informação tomam como base em suas **práticas interventivas**, propor soluções para inúmeros problemas, de modo a tornar a sociedade cada dia mais **inclusiva, democrática, igualitária** e, principalmente, que fomente a cidadania no contexto social (ALVES; DUARTE, 2014; SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014; CALVALCANTI; ARAÚJO, DUARTE, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da revisão de literatura foi possível caracterizar e conceituar a Ciência da Informação, considerada como área do conhecimento que gerencia a informação através de diferentes tecnologias e em todas as instâncias e contextos informacionais. Constatou-se que essa ciência ainda carece de uma identidade própria, assim como inexistente um sistema de jurisdição a seu favor. Desse modo, os estudos científicos dessa área viabilizam inúmeras práticas profissionais, contribuindo para o desenvolvimento das profissões que lidam com a informação, tendo maior aproximação com a Biblioteconomia, mas também contribuindo com o desenvolvimento da Arquivologia e Museologia.

Em linhas gerais, os artigos analisados nesta revisão apresentaram como principais práticas profissionais viabilizadas pela Ciência da Informação: fazeres técnicos, voltados à produção, tratamento e armazenamento; ampliação do ciclo informacional, a qual se estende à questão da disseminação, do acesso e do uso da informação; práticas de comunicabilidade, interatividade e recuperação da informação; práticas de gestão da informação e seus fluxos; trabalho interdisciplinar em meio à atuação autônoma, inovadora e audaciosa; ações a favor do usuário, conhecendo seu perfil, necessidades, limitações e seu comportamento; prestação de atendimento personalizado e qualificado; e, por fim, ações de inclusão social, por meio de práticas interventivas, as quais viabilizem a construção da cidadania, desencadeando uma sociedade mais inclusiva, democrática e igualitária.

Percebe-se, com base nas práticas citadas, que a Ciência da Informação coloca-se a serviço das profissões da informação, realizando estudos acerca dos problemas abrangentes que permeiam a sociedade, e que, tradicionalmente, não eram preocupações primordiais



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

dessas profissões. Portanto, a Ciência da Informação configura-se como uma ciência auxiliar, contribuindo para a evolução, inovação, aperfeiçoamento e permanência de muitas profissões no mercado competitivo da atualidade.

Constata-se, também, o aspecto multifacetado dessa ciência ao propor diferentes concepções para as profissões na sociedade: uma concepção tecnicista, em que pese os fazeres técnicos, mecânicos, regidos por regras, tecnologias e procedimentos, e uma concepção humanista, direcionada ao ser humano e suas limitações como elemento natural e social, adentrando-se a aspectos cognitivos e comportamentais. Nessas duas vertentes, confirma-se que a Ciência da Informação manifesta-se como ciência social, a qual converge para o desenvolvimento da sociedade e adequação do fator humano enquanto elemento principal desse contexto.

REFERÊNCIAS

ABBOTT. **The system of professions**: na essay on the division of expert labour. Chigago: The University of Chicago Press, 1988.

ALVES, Rachel Cristina Vesu. Ciência da Informação, Ciência da Computação e Recuperação da Informação: algumas considerações sobre os métodos e tecnologias da informação utilizados ao longo dos tempos. **Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, p. 28-40, 2007. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8410>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ALVES, Claudio Augusto; DUARTE, Emeide Nobrega Duarte. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 2-20, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/275/285>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173 - 189, jul./jun. 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Guest/Downloads/4744-23580-4-PB.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Claudialyne da Silva; SILVA, Edcleyton Bruno Fernandes da; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Práticas de leitura e competências profissionais do bibliotecário: um estudo a partir dos trabalhos de conclusão do curso de biblioteconomia / UFPB. **Biblionline**, João Pessoa, n. esp., p. 117-125, 2010. Disponível em:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/9630/5243>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

ARAÚJO, Claudialyne da Silva; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. A responsabilidade social no projeto "estação do livro": leitura na praça. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 110, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/12478/8642>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Perspectivas profissionais e educacionais em biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 53-60, jan./abr. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n1/07.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

BARROS, Daniela Melaré Vieir. Ambientes mediatizados para a formação continuada dos profissionais da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p.56-66, jul-dez. 2007. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/70/59>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; GROSCHE, Maria Selma. A formação do leitor através das bibliotecas: o letramento e a ciência da informação como pressupostos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 35-45, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/59/79>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BLATTMANN, Úrsula; RADOS, Gregório J. Varvakis. Bibliotecários na sociedade da informação: mudança de rótulos, funções ou habilidades? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.5, n.5, 2000. Disponível em: <<file:///C:/Users/Guest/Desktop/344-1460-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações**. 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=2612-05>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CABRAL, Alice; LUCAS, Elaine de Oliveira. Serviço de referência no ambiente second life (SL). **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 61-73, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/13569/9594>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CALDIN, Clarice Fortkamp. Atuação do bibliotecário diante da globalização da informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.1, p. 381-390, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/785/pdf_56>. Acesso em: 28 mar. 2016.



CARVALHO, Kátia de; REIS, Marivaldina Bulcão. Missão do bibliotecário: a visão de José Ortega y Gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p.34-42, jul./dez. 2007. Disponível em:

<<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/63/58>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

CAVALCANTI, Ivanilda Bezerra Cavalcanti; ARAÚJO, Claudialyne Silva; DUARTE, Emeide Nóbrega. O bibliotecário e as ações culturais: um campo de atuação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 21-34, 2015. Disponível em: <

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/16626/14651>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

CUNHA, Mirian Vieira da. As profissões e as suas transformações na sociedade. In: _____; SOUZA; Francisco das Chagas de (Org.). **Comunicação, gestão e profissão: abordagens para o estudo da Ciência da Informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 141-150.

DANTAS, Esdras Renan Farias; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Do tradicional ao atual conceito de responsabilidade social da ciência da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 3-18, 2013. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/15281/10157>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul. 2001.

FARIAS, Gabriela Belmont de; VITAL, Luciane Paula. Informação para negócios e políticas de informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 87-98, jan./jun., 2007. Disponível em:

<<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/497/642>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FERNANDES, Marcia Leite. O cognitivismo na CI: a leitura de Ingwersen e a passagem do modelo matemático ao cognitivo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.7, n.2, p. 140-155, jul./dez. 2011. Disponível em:

<<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/157/204>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FREIRE, Isa Maria; LIMA, Aline Poggi Lins de; COSTA JUNIOR, Maurício Pereira da. Mídias sociais na web: de olho na CI para capacitação acadêmica e profissional. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 175-184, 2012. Disponível em: <

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14202/8108>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

FROEHLICH, Thomas. Velhos princípios, novas aplicações: a evolução das profissões da informação. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena. **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009, p. 89-109.

ISHIKAWA, Maria Inês Garcia; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Práticas inclusivas para deficientes visuais, baseadas na informação e conhecimento: reflexões e ações. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.9, n.2, p. 147-164, jul./dez.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2013. Disponível em: < <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/255/266> >. Acesso em: 28 mar. 2016.

LANCASTER, F. W. Future librarianship: preparing for an unconventional career. **Wilson Library Bulletin**, v. 57, p. 747-53, May 1983.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MCGARRY, Kevin. **O Contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a informação na terceira ordem da ordem: um olhar a partir dos paradigmas da Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 102-115, jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/189/232> >. Acesso em: 28 mar. 2016.

MOREIRA, Jonatan; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Estudo de métodos e técnicas da ciência da informação aplicáveis à educação a distância. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, nova Série, São Paulo, v.4, n.2, p. 15-32, jul./dez. 2008. Disponível em: < <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/103/121> >. Acesso em: 28 mar. 2016.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Profissional da Informação na ótica de Abbott. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004.

_____. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELO, Bernadete dos Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 21-35.

RIBAS, Cláudia S. da Cunha; ZIVIANI, Paula. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusive. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 47-57, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/638/1614>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

ROCHA, Maria Meriane Vieira; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Educação continuada de profissionais da informação: perfil da ação de bibliotecários de instituições de ensino superior privado no município de João Pessoa – PB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p.89-99, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/62/55>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

RUSSO, M. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.



SANTANA, Vanessa Alves; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A responsabilidade social e ética e a inclusão de afrodescendentes em discursos de profissionais da informação em universidade pública. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1/2, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/3945/3110>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SANTA ANNA, Jorge; PEREIRA, Gleice. Ampliando o campo de atuação bibliotecária: o bibliotecário como consultor informacional. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 163-173, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/956/pdf_96>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SANTA ANNA, Jorge; PEREIRA, Gleice; CAMPOS, Suelen de Oliveira. Sociedade da informação x biblioteconomia: em busca do moderno profissional da informação (MIP). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 68-85, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/293/293>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SANTOS, Raquel do Rosário; DUARTE, Emeide Nóbrega; LIMA, Izabel França de. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279/289>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes. Análise sobre o desenvolvimento do campo de estudo em informação científica e técnica nos Estados Unidos e na antiga União Soviética durante a guerra fria (1945-1991). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 130-157, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/217/233>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<file:///C:/Users/Guest/Desktop/235-630-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

SCHWEITZER, Fernanda. Os novos perfis dos profissionais da informação nas bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 80-88, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/45/50>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SILVA, Marco Donizete Paulino da et AL. Estudo dos processos do setor de reclamações da ideal transporte urbano coletivo. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 56-74, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/7525/5522>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SIQUEIRA, Jessica Camara. Ciência da Informação: personagem da pós-modernidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.1, p. 14-33,



jan./jul. 2012.. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/186/217>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SMIT, Johanna W. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Lígia (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 119-134.

SOUZA, Francisco das Chagas de. As diferentes práticas bibliotecárias brasileiras e sua relação com o futuro da educação profissional. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <<file:///C:/Users/Guest/Desktop/307-1272-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. Interatividade comunicacional no terceiro milênio. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 2, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/racb/article/view/317/364>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. O discurso sobre a educação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil: caminhos teóricos-metodológicos para a compreensão. In: CUNHA, Mirian Vierira da; SOUZA; Francisco das Chagas de (Org.). **Comunicação, gestão e profissão: abordagens para o estudo da Ciência da Informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 151-172.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C. Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da ciência da informação: de usuário a sujeitos pós-modernos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 144-173, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/290/384>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1-13, ago. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

VAN DER LAAN, Regina Helena; ALVORCEM, Rochelle Martins. A terminologia expressa no discurso dos especialistas da área da ciência da informação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p.107-115, jul-dez. 2007. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/53/54>>. Acesso em: 29 mar. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Docência e os novos perfis do profissional da informação

REPRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOCUMENTAL NA ATUALIDADE: UMA REALIDADE EM BUSCA DE NOVOS MÉTODOS E TEORIAS

REPRESENTATION AND DESCRIPTION DOCUMENTARY TODAY: A REALITY IN NEW SEARCH METHODS AND THEORIES

Cíntia de Azevedo Lourenço, UFMG

Resumo

A área da representação descritiva, em especial da Catalogação vem passando por um processo de inovação e atualização para melhor de adequar à nova realidade informacional. Entretanto, muitos cursos de Biblioteconomia no Brasil têm negligenciado o ensino dessa disciplina, relegando-a a um segundo plano. Esse artigo tem por objetivo resgatar a discussão da importância do ensino e da pesquisa nessa área para a formação do profissional da informação moderno. Mostra a importância de se rever o processo de evolução da área e uma atenção maior nas pesquisas na atualidade.

Palavra-chave: Catalogação. Representação descritiva. Formação do profissional da informação

Abstract

The area of descriptive representation, especially cataloguing has been undergoing a process of innovation and upgrading to better suit the new informational reality. However, many librarianship courses in Brazil have neglected the teaching of this subject, relegating it to the background. This article aims to rescue the discussion of the importance of teaching and research in this area for the professional training of modern information. It shows the importance of reviewing the development process of the area and more attention in the current research.

Keyword: Cataloging. Descriptive representation. Professional information training.

1 INTRODUÇÃO

Existente desde os tempos antigos, o ofício de bibliotecário sofreu várias transformações, por séculos e séculos, sempre se adequando às demandas sociais de informação, à preservação dessa informação e as novas tecnologias de armazenagem e organização da informação.

Esse profissional passou gradativamente de detentor e “protetor” do conhecimento humano a organizador e disseminador desse conhecimento. Aprendeu a trabalhar com novos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

suportes de informação e a buscar uma melhor forma de recuperar informações para uso de toda e qualquer pessoa.

Dentre as tecnologias de organização da informação, passou desde elaborador de listagens, cada vez mais especializadas, até organizador e gestor de bases de dados cada vez mais sofisticadas. E nesse processo desenvolveu várias técnicas e metodologias para uniformizar e padronizar as formas de registro de cada item bibliográfico e/ou documental, com a finalidade de melhorar a recuperação da informação.

Entretanto, quando se discute a formação do profissional da informação, em particular do bibliotecário, eventualmente algumas afirmações e um ataque específico ao ensino da catalogação nos cursos de biblioteconomia, podem ser ouvidos entre os pesquisadores de organização da informação, como por exemplo: “catalogação não é importante... poderia ser retirada do currículo”.

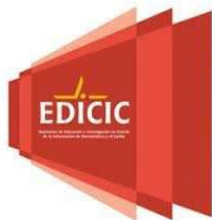
Essa afirmação é preocupante e mostra uma necessidade de maiores estudos que permitam um entendimento mais profundo sobre a importância da catalogação na organização e tratamento de informação.

Nesse sentido o presente trabalho busca elaborar um olhar mais profundo sobre a catalogação e sua divulgação em um espectro mais amplo, contribuindo para o seu resgate e atualização, apresentando a catalogação em sua concepção mais ampla e sua importância cada vez mais latente nesse novo universo de catálogos e bibliotecas on-line.

2 UM POUCO DE HISTÓRIA

Desde os primórdios da história da humanidade o homem vem criando e aplicando técnicas e métodos para organizar, controlar, armazenar e preservar os registros do conhecimento humano, originando e desenvolvendo, no decorrer dos séculos, a biblioteconomia, tal como hoje nós a conhecemos.

Os primeiros profissionais da informação foram os estudiosos da antiguidade, dentre os quais sempre é lembrado Calímaco, o famoso bibliotecário responsável pela organização da Biblioteca de Alexandria. Já durante a Idade Média foram os religiosos que assumiram a função de copiar, armazenar e preservar a produção literária e científica de sua época, no mundo ocidental.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os suportes físicos da informação também evoluíram, dos tabletas de barro, passando pelos papiros e os primeiros livros em pergaminho. Nessa época, toda a produção literária e científica era constituída de manuscritos, sendo muito reduzido o número de livros, devido ao alto custo de sua produção artesanal. Foi com a invenção da imprensa que este quadro se reverteu, iniciando-se o fenômeno denominado de “explosão bibliográfica”, caracterizado pelo crescimento exponencial dos registros de conhecimento, tendo como consequência o barateamento da produção livreira, o surgimento dos primeiros periódicos, dos multimeios diversos, culminando em nossos dias com a criação e desenvolvimento da internet e das bibliotecas digitais.

Neste contexto, a representação e descrição documentais têm acompanhado a evolução das bibliotecas e dos subsequentes processos de organização e recuperação da informação. Nas bibliotecas da antiguidade, esses processos se restringiam a simples listas, sem uma organização prévia, que muitas vezes continham apenas títulos e autores dos documentos e livros listados. Esta situação se estendeu até a Idade Média, quando surgiram os primeiros catálogos, ainda em forma de listagens, culminando com o catálogo de fichas, por ocasião da Revolução Francesa, quando a falta de papel obrigou os bibliotecários da época a utilizar cartas de baralho para seus catálogos (MEY, 2009), originando-se dessa limitação os catálogos em fichas das bibliotecas, instrumento amplamente utilizado nos dois últimos séculos.

Nesse mesmo contexto, cumpre que se ressalte que foi a partir do século XIX que a representação e descrição documentais começaram a se constituir em foco de estudos na área da biblioteconomia, quando em 1853 Charles Jewett, preocupado com a necessidade de padronização e de desenvolvimento de técnicas e normas de catalogação, propôs a primeira teoria da prática da catalogação e defendeu a criação de um catálogo universal, semente inicial da atual catalogação cooperativa (JENG, 1997, p.119).

Ainda durante o século XIX, surgem os primeiros códigos de catalogação em diferentes países, sem entretanto, ainda não existir um código universal a ser adotado por todos os países do mundo, fato que dificultava o estabelecimento de redes de catalogação e resultava em esforços isolados e repetitivos quanto ao desenvolvimento de uma teoria de descrição documental. Somente em 1967 surge a primeira edição do AACR, Anglo American Cataloguing Rules, que colaborou com a efetiva padronização da representação descritiva documental. Desta raiz inicial de catalogação padronizada, surgiram ainda na década de 1960,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

o formato MARC para padronização de catálogos automatizados; e, na década de 1970 as normas para descrição bibliográfica conhecidas como International Standard Bibliographic Description (ISBD).

Nas décadas de 1980 e 1990, com o desenvolvimento das tecnologias computacionais, a necessidade e a forma de se catalogar começa a ser questionada, assim como a importância de suas normas e padrões. Com o advento da *internet* e das bibliotecas digitais, esses questionamentos se tornaram mais intensos e relevantes, surgindo a necessidade de uma teoria mais sólida para a catalogação, que até hoje vem se firmando em normas e padrões consolidados na prática biblioteconômica tradicional, estes repetidos mecanicamente por gerações sucessivas de catalogadores, sem maiores e mais profundas reflexões.

Embora o reconhecimento formal de bibliotecas digitais seja relativamente novo, é conhecido o fato de que algumas bibliotecas tradicionais, especialmente nos países econômica e tecnologicamente mais desenvolvidos, já trabalham com as tecnologias de processamento eletrônico de dados, desde que começaram a organizar e oferecer acesso a bases de dados referenciais *online*, e que os denominados OPAC's (*On-line public access catalogs*) passaram a ter uma maior presença no contexto de bibliotecas, ambos os fenômenos que, em escala de maior intensidade, remontam ao final dos anos de 1960 e início dos anos 1970.

O advento do mundo digital vem ocasionando novas mudanças no trabalho de autores e bibliotecários, fazendo com que estes se envolvam com as novas possibilidades tecnológicas diretamente incidentes nos processos de produção, armazenagem, tratamento e recuperação de documentos e informações, alterando de forma radical seus processos de trabalho e produtos finais. Em decorrência de mais essa ruptura, ensejada pela tecnologia, compartilham hoje do mesmo espaço de produção os autores de textos, sons e imagens, geradas em todos os recantos do mundo civilizado, juntamente com profissionais dedicados às tarefas de organização de conjuntos específicos de informações e de criação de meios para recuperá-los.

Uma das principais conseqüências da implantação e desenvolvimento da plataforma *www* e da *internet*, é o fenômeno da desterritorialização do documento, ou seja, o fato de passar o documento a ter sua materialidade desvinculada da forma física anterior, assumindo a forma digital que possibilita uma organização espacialmente integrada de textos, imagens e sons. Como produtos desse complexo cenário, encontra-se na *web* um ilimitado e cambiante universo constituído de novos documentos, os denominados objetos digitais. O meio digital



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

em nossos dias pode ser visto como o espaço sem precedentes para o registro e recuperação de documentos textuais, sonoros e imagéticos, espaço esse que, ao ensejar uma enorme gama de possibilidades de armazenagem, memória e formatos, passou também a requerer novos elementos facilitadores de sua recuperação. Nesse novo contexto os objetos e seus catálogos não se encontram separados, mas compartilham o mesmo espaço – o espaço digital.

E é nesse novo e atual cenário que este artigo pretende refletir sobre a prática e as regras de representação descritiva documental no contexto atual - regras essas que muitas vezes não estão sendo devidamente consideradas nos cursos de graduação e de formação de bibliotecários especializados - numa tentativa de se refletir sobre os princípios básicos de uma teorização consistente e atualizada desse processo considerado essencial para a organização de acervos de conhecimentos.

3 DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA NA ATUALIDADE

A representação descritiva tem sido desenvolvida, segundo os autores consultados, com base na prática da catalogação e da bibliografia, sempre com a preocupação principal de identificar os elementos essenciais e complementares necessários para uma representação documental satisfatória e universal. Para isso, os catalogadores e estudiosos vêm aperfeiçoando formatos que incluem áreas de descrição e pontuações padronizadas, com o objetivo de reduzir a barreira do idioma entre os catalogadores e usuários de informação e de possibilitar o reconhecimento eletrônico dos diversos elementos constantes da descrição.

3.1. A “caixa-preta” denominada catalogação

Diferente do ofício de bibliotecário, a catalogação, como nós a entendemos atualmente, não existe desde a antiguidade. Pode-se dizer que ela foi sendo construída com o tempo. Nos primórdios das bibliotecas, sempre existiu a necessidade de se ter o controle dos itens que se possuía, mas apenas com o objetivo que guardar e preservar esses suportes do conhecimento humano, garantindo que chegassem às mãos e às mentes de futuras gerações. Esse controle era feito em forma de inventário.

Foi somente durante a idade média que as primeiras listagens estruturadas surgiram no interior das bibliotecas monásticas e da nobreza, sendo que somente em 1389, no convento St.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Martin, em Dover, Inglaterra que se tem notícia do primeiro catálogo como entendemos hoje. Ainda em forma de listagem, trazia abaixo de cada obra listada o seu conteúdo e uma análise de suas partes, que hoje são chamadas de entradas analíticas (MEY, 2009).

A forma de organização em fichas surge somente na Revolução Francesa e em 1791, surgindo assim o primeiro código de catalogação, bem simples curto e prático. É somente no fim do século XIX que a biblioteconomia assume a configuração que tem até os dias de hoje. É nesse período que surgem os primeiros teóricos da catalogação: Anthony Panizzi, que desenvolveu 91 regras de catalogação para o British Museum, na Inglaterra; Charles Jewett com o código do Smithsonian Institute, nos Estados Unidos; Carl Dziatzko com as Instruções Prussianas para catalogação; e Charles Ami Cutter idealizador das regras para o catálogo dicionário (MEY, 2009).

3.2 Mas o que é realmente a catalogação

Podemos dizer que catalogação, é o processo técnico do qual resulta o catálogo, mas não é só isso. Se limitarmos a catalogação apenas à confecção dos catálogos estaremos tendo uma percepção reducionista de sua importância.

Antes de mais nada, são regras para a descrição bibliográfica (primeira parte do AACR2R) e para atribuição de pontos de acesso normalizados (segunda parte do AACR2R) com a finalidade de garantir a padronização das entradas e melhorar a recuperação da informação.

Mais do que simplesmente listar alguns itens descritivos de uma obra independente de seu suporte físico, as regras de catalogação encontradas no AACR2R e atualmente atualizadas no RDA, informam ao profissional bibliotecário os critérios para definir se uma obra tem uma autoria conhecida ou não, como reconhecer uma autoria efetiva, como proceder com obras sem autoria definida, entre outras questões que tornam uma atividade aparentemente “fácil”, uma grande fonte de dúvidas.

Sem uma normalização para se decidir tais questões, cada base de dados atualmente teria um nome de uma pessoa escrito de mais de uma forma diferente, ou mesmo uma autoria atribuída erroneamente a uma obra aonde essa pessoa seria apenas um colaborador.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Além dessas questões descritivas, que aparentemente são simples, existe a questão dos pontos de acesso, também normalizados pelo código de catalogação, como por exemplo: quando uma autoria é atribuída a um órgão público, como é a forma correta de “nomear” essa instituição como detentora da autoria de uma obra?

Mesmo coisas simples como atribuir uma obra a uma editora ou a outra, qual a data de publicação de uma obra, como registrar o nome da coleção ou série a que uma obra pertence, como identificar a autoria da coleção da autoria de cada obra na coleção, entre outras questões, são respondidas pelo código de catalogação.

Portanto esse instrumento, mais do que uma regra para se “fazer fichinhas” é um manual de normalização que irá garantir um trabalho em uníssono, de bibliotecários e outros profissionais da informação no mundo, para que tanto os catálogos em fichas, quanto os novos catálogos *on-line*, tenham um padrão de maneira a garantir uma melhor recuperação da informação.

Os catálogos são mais úteis como instrumentos de comunicação, quando adotam uma linguagem padronizada, isto é, um mesmo código de catalogação em âmbito internacional.

Sendo o catálogo um meio e não um fim, o usuário ou o público a que se destina deve ter o privilégio de ser convenientemente por ele atendido, mesmo contrariando os preceitos aos quais estão ligados os catalogadores.

Contudo, nos cursos de formação de catalogadores, o conteúdo sobre o assunto limita-se a definir catalogação e catálogos, as áreas de descrição de uma representação bibliográfica, os tipos de catálogos e o formato MARC, para catalogação automatizada. Entretanto, a consolidação teórica destes conceitos e desta prática fica esquecida, o que tem levado muitos alunos e até mesmo muitos profissionais a questionar a necessidade do ensino e até mesmo da observação destas regras na organização da informação. O ensino da catalogação tem se apresentado desvinculado da realidade prática atual e, principalmente, isento de uma teoria sólida que a sustente e lhe dê a importância devida.

Esse enfraquecimento tem suas bases na repetição de uma prática que deu certo quando surgiram os primeiros documentos multimídia (discos, fitas cassete, fitas VHS, microfilmes etc), mas que tem apresentado inúmeras dificuldades no caso dos documentos eletrônicos existentes na internet e em especial nas bibliotecas digitais: a transposição das



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

áreas de descrição utilizadas para documentos impressos (livros, periódicos etc) para a representação descritiva de documentos eletrônicos.

Como a teoria que sustenta estas áreas de representação descritiva é frágil, sua transposição para as necessidades atuais de representação de documentos eletrônicos tem se apresentado problemática: como saber se um documento eletrônico está suficientemente descrito, para que este possa ser recuperado eficientemente no universo das bibliotecas digitais? E esta situação se torna mais crítica quando os profissionais da informação são questionados sobre a necessidade de uma determinada área de descrição e estes, muitas vezes não possuem elementos teóricos suficientes para convencer os profissionais da informática, que por seu lado também vêm trabalhando empiricamente na criação e desenvolvimento de bibliotecas digitais.

Esta fragilidade teórica, nos dias atuais, tem levado a representação descritiva em bibliotecas digitais a um evidente retrocesso: como nos primórdios da catalogação, quando cada país tinha seu próprio código, hoje as diversas iniciativas de bibliotecas digitais existentes na internet têm desenvolvido padrões próprios de descrição documental, com a utilização de diversos padrões de metadados, processados em aplicativos que se utilizam de linguagens também diversas (html, xml etc).

Enquanto instituições ligadas às práticas biblioteconômicas, trabalham no desenvolvimento de formatos de representação descritiva, baseados no formato MARC, outras instituições não ligadas à biblioteconomia desenvolvem formatos próprios baseados em suas necessidades práticas e específicas.

Alguns elementos descritivos são iguais, como autor, título e assunto, porém outros podem ser completamente diversos e específicos de cada biblioteca digital. Frente a esta realidade, a descrição documental volta ao estágio inicial da diversificação de padrões, tornando-se essencial a busca por uma nova padronização, adequada às necessidades das bibliotecas digitais e da internet, por isso atualmente o AACR2R foi reformulado, surgindo um novo código de catalogação – o RDA.

Como Klim (1981) já preconizava, a catalogação se constitui em parte essencial do tratamento da informação de qualquer unidade de informação, e já a tempos vem merecendo uma maior atenção dos profissionais da informação no que se refere a sua teorização, para a criação do que ele chamou de “catalografia”, ou seja, a teoria da representação descritiva.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A estruturação da representação documental e da catalogação como uma base teórica consistente e coerente trará para a biblioteconomia maior credibilidade perante as demais áreas da ciência da informação, pois mostrará efetivamente o quanto esta prática é atual e relevante.

Sua relevância poderá ser identificada se analisarmos a representação documental como forma de integração e padronização, necessária ao gerenciamento de bancos de dados informacionais tanto de bibliotecas tradicionais, quanto de bibliotecas digitais.

Segundo Keen (1996) a falta de integração e padronização cria inovações tecnológicas “isoladas”, comprometendo a integração dos sistemas informacionais e gerenciais de uma empresa, que busque a inovação e a vantagem competitiva através do uso das tecnologias de informação.

E é através deste raciocínio que percebemos a importância da representação documental na biblioteconomia moderna, pois é ela que nos fornece os parâmetros de padronização de nossos sistemas bibliográficos, para que eles possam se integrar a outros sistemas de outras unidades de informação e também, ao sistema dos outros departamentos e setores de uma empresa ou instituição.

Atualmente, sabemos que mesmo as bibliotecas tradicionais têm abandonado seus catálogos manuais em detrimento de sistemas gerenciadores de bancos de dados bibliográficos poderosos e eficazes, como nos lembra Keen (1996, p. 38).

“Com os SGBDs, os dados ficam organizados da mesma forma que os livros de uma biblioteca. Informações como nomes e endereços ficam armazenadas num único lugar, em fita ou disco. Os softwares gerenciadores de bancos de dados possuem um recurso equivalente ao índice de autores e assuntos das bibliotecas. Os programas de processamento de transações ou geração de relatórios requisitam o registro desejado, que o SGBD se encarrega de localizar, da mesma forma que os leitores utilizam o catálogo de fichas da biblioteca para localizar a prateleira e o código específico do livro desejado.

As bibliotecas catalogam os livros por título e assunto, porém não por capítulo. A evolução dos SGBDs vem permitindo o aprofundamento do nível de indexação — como se as bibliotecas indexassem os livros por frase ou palavra-chave.”



Portanto, podemos afirmar que as nossas “antiquadas” teorias de catalogação e representação descritiva, que, pode-se dizer, consistiam em técnicas manuais refinadas de gerenciamento de dados, são mais atuais e relevantes do que nunca, pois se em um sistema manual, que dependia do raciocínio lógico, representativo e associativo humano, a falta de padronização já dificultava a recuperação de informações pelos usuários e bibliotecários, o que não poderá causar a um sistema de gerenciamento de dados informatizado.

A representação documental pode não ser mais necessária para a confecção de um sistema de gerenciamento de dados manual (fichas catalográficas ou bibliografias), mas ainda é extremamente importante enquanto:

- a) fonte de identificação de formatos padronizados de entrada de dados como autor, título, assunto etc., que evitam a duplicidade, a polissemia, a sinonímia e a ambigüidade de nomes e termos em um sistema de recuperação de informação; e
- b) fonte de referência para quais os campos ou metadados serão necessários para uma perfeita representação descritiva de um dado item em um sistema de gerenciamento de dados bibliográficos.

Portanto o retomar das práticas de representação documental é de vital importância para as pesquisas de tratamento da informação em bibliotecas digitais, mas necessitam de um melhor embasamento teórico para que sua aplicabilidade não seja comprometida por inconsistências que possam danificar o bom funcionamento dos atuais sistemas de gerenciamento de dados bibliográficos automatizados.

Atualmente as instituições ligadas à ciência da informação mundial tem desenvolvido padrões para a representação descritiva de objetos digitais, através da utilização dos metadados (dados sobre dados, ou simplesmente etiquetas de contextualização dos dados) possíveis de serem inseridos através das linguagens de marcação.

Estes padrões refletem um esforço conjunto tanto da biblioteconomia, quanto da ciência da computação, em definir um formato de descrição documental para objetos digitais, com o objetivo de melhorar a recuperação da informação, principalmente no ambiente das bibliotecas digitais, além de facilitar a preservação destes documentos eletrônicos.

E é neste esforço conjunto que uma representação descritiva mais consistente teoricamente poderá ser de grande contribuição, auxiliando em uma melhor integração entre



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

as diversas bibliotecas digitais e destas com a *web* mais amplamente, melhorando a recuperação da informação realizada pelas máquinas de busca, através da padronização de entradas de dados e de metadados descritivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação descritiva tem tido, no decorrer da história da biblioteconomia, uma importância fundamental: a de manter a consistência na catalogação e na referência bibliográfica e a de eliminar a barreira do idioma entre os profissionais da informação e os usuários da informação. Além disso, o contato com a enorme diversidade de casos previstos nas normas de catalogação, possibilitam aos alunos e profissionais da área da biblioteconomia um conhecimento amplo, até mesmo exaustivo, da tipologia documental multimídia disponível, matéria prima de seus trabalhos de organização de bibliotecas tradicionais ou digitais.

Este enfraquecimento teórico acompanhado, nos últimos anos, de um retrocesso na prática da catalogação hoje tão necessária à criação de bibliotecas digitais, pode levar a biblioteconomia a dois polos distintos: ou a representação documental perderá toda a sua consistência e padronização, colaborando para a fragmentação do conhecimento existente no ambiente da internet e das bibliotecas digitais, destruindo assim, todo o objetivo de integração informacional entre as unidades de informação do futuro; ou a representação documental será repensada e teoricamente fortalecida para atender a esta nova necessidade de “representação informacional”, latente nas bibliotecas digitais, contribuindo para a universalização do conhecimento humano.

Portanto, é mister que os profissionais e estudiosos da informação se empenhem na reestruturação dos formatos de representação bibliográfica, mas também, fortaleçam a base teórica destes formatos, para que eles possam melhor atender as necessidades informacionais e de intercâmbio entre as bibliotecas digitais de maneira efetiva e eficaz.

A biblioteconomia e suas teorias de tratamento da informação nunca foram tão atuais e necessárias quanto nestes tempos modernos, onde a inovação e a vantagem competitiva requer uma atuação integrada, profissional e cooperativa.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Além disso, o novo código de catalogação, o RDA (Resource Description and Access), traz uma concepção do registro bibliográfico mais ampla e virtualmente mais consistente, uma vez que revê as práticas de descrição além do pragmatismo do fazer bibliotecário, indo além para a descrição de um recurso como um todo em diferentes ambientes de recuperação da informação, como catálogos de editoras, arquivos, museus, livrarias e qualquer outro núcleo de coleção de recursos informacionais.

O novo código de catalogação, o RDA (MERING, 2014) traz um olhar mais amplo e complexo para a descrição de itens bibliográficos de qualquer tipo ou natureza, permitindo que o profissional da informação elabore uma descrição mais coerente e consistente com as necessidades tanto dos catálogos eletrônicos, quanto de todo o tipo de repositório digital de informação, como: bibliotecas digitais, bases de dados bibliográficas, fontes de informação e repositórios institucionais, entre outros.

REFERÊNCIAS

JENG, Ling Hwey. Knowledge, technology, and research in cataloging. In: SHEARER, James R. ; THOMAS, Alan R. **Cataloging and classification: trends, transformations, teaching, and training.** Hardcover: Haworth Press, 1997. p.113-127.

KEEN, Peter G. W. **Guia Gerencial para a tecnologia da informação.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.

KLIM, I. L. Developing a theory of bibliographic description. **Scientific and Technical Information Processing**, n.1, p.50-58, 1981.

MERING, Margaret. **The RDA workbook: learning the basics of Resource Description and Access** . Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

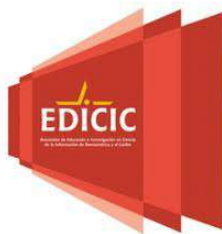
MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural.** Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2009.

OLIVER, Chris.; LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. **Introdução à RDA: um guia básico.** Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

Eixo 03

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação

**A COLEÇÃO E SEU LABIRINTO: A COLEÇÃO MEMÓRIA DA
BIBLIOTECONOMIA E A EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA DOS ESTUDOS
BIBLIOTECONÔMICO-INFORMACIONAIS NO BRASIL**

***LA COLECCIÓN E SU LABERINTO: LA COLEÇÃO MEMÓRIA DA
BIBLIOTECONOMIA Y LA EPISTEMOLOGÍA HISTÓRICA DE LA INVESTIGACIÓN
BIBLIOTECOLÓGICA EN BRASIL***

Gustavo Silva Saldanha, IBICT/UNIRIO

Amanda Christina Salomão Mangueira, UNIRIO

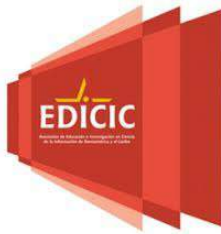
Diogo Xavier da Mata, UNIRIO

Caio Cabral Cascelli, UNIRIO

Resumo: A Coleção Memória da Biblioteconomia, sediada hoje na Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, é fruto da doação da Fundação Biblioteca Nacional, e refere-se objetivamente à composição de ferramentas didáticas para o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil constituído nesta instituição em 1911. O objetivo do estudo aqui apresentado é discutir a singularidade inicial da Coleção, a partir de sua manifestação descritiva, tendo como elementos observáveis o tempo, a temática e as autorias. Fruto de um estudo mais amplo, interessado no percurso que vai da preservação à apropriação epistemológica da Coleção, a reflexão dialoga, na perspectiva teórica, com Didi-Huberman e a condição de “vazio” das obras de arte, transportada aqui para um modo de ver e de apreender o desafio epistemológico-historiográfico que as obras, em sua singularidade, e a Coleção, em sua pretensa unidade, nos prova e nos inquieta. As primeiras impressões conclusivas demonstram a configuração deste vazio, fundado desde a ausência de estudos sobre a Coleção à dinâmica labiríntica do acervo inexplorado.

Palavras-chave: Coleção. Coleção Memória da Biblioteconomia. Biblioteca Nacional do Brasil. Epistemologia histórica.

Resumen: La *Coleção Memória da Biblioteconomia* de la Biblioteca Central de Biblioteca Central de la Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, es el resultado de una donación de la Fundación Biblioteca Nacional de Brasil, y se refiere objetivamente a la composición de las herramientas de enseñanza para el primer curso brasileño de bibliotecología. El objetivo de este estudio es examinar la colección en su singularidade, a partir del manifestación descriptiva, analizando los elementos tiempo, temática y autoría. La investigación tiene un plano más amplio, interesado en la ruta que va desde la preservación a la apropiación epistemológica de la colección. Para el punto de vista teórico, utilizamos Didi-Huberman y la condición de "vacío" de obras de arte, transportado aquí para un modo de ver y



entender el reto epistemológico-historiográfico. Las primeras impresiones concluyentes muestran la configuración de este vacío, fundada por la ausencia de estudios sobre la colección y su dinámica histórica.

Palabras clave: Colección. Coleção Memória da Biblioteconomia. Biblioteca Nacional do Brasil. Epistemologia histórica.

1 INTRODUÇÃO

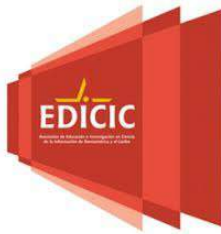
O que vemos só vale – só vive – em nossos olhos pelo que nos olha. Inelutável porém é a cisão que separa dentro de nós o que vemos daquilo que nos olha. Seria preciso assim partir de novo desse paradoxo em que o ato de ver só se manifesta ao abrir-se em dois. (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 29)

Em sua reflexão sobre as obras de arte do minimalismo, o teórico francês Georges Didi-Huberman (1998, p. 29) nos chama a atenção para um modo específico de olhar, ou, em termos específicos, para a capacidade de perceber que o olhar é, fundamentalmente, uma abertura para direções que podem se multiplicar. Um paradoxo se instala no ver: aquilo que observamos igualmente nos observa, nos perscruta, nos admira e-ou nos oculta. A história desta pesquisa inicia-se com a cisão do olhar diante de uma coleção: o que vê em nossos olhos enquanto nos observa a Coleção Memória da Biblioteconomia (CMB), presente na Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)?

A experiência do olhar em Didi-Huberman (1998) aponta para a tentativa de compreender, na arte minimalista, objetos, coisas, traços, que se apresentam em seu vazio.

[...] **coisas a ver de longe e a tocar de perto**, coisas que se quer ou não se pode acariciar. **Obstáculos, mas também coisas de onde sair e onde reentrar**. Ou seja, **volumes dotados de vazios**. Precisemos ainda a questão: o que seria um volume – um volume, um corpo já – que mostrasse, no sentido quase wittgensteiniano do termo, a perda de um corpo? O que é um volume portador, mostrador de vazio? Como mostrar um vazio? E como fazer deste ato uma forma – uma forma que nos olha. (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 29, grifo nosso)

Diante da coleção encontramos, inicialmente, duas grandes linhas demarcatórias de fundo didi-hubermaniano: “coisas a ver de longe”, a grande narrativa oculta da coleção; “coisas a tocar de perto”, as obras, os exemplares em seu formato retangular fechadas, à espera. Representam, a coleção e seus componentes, grandes “obstáculos” ao modo de ver e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ao modo de pensar na epistemologia histórica do pensamento biblioteconômico-informacional, mas, como aponta Didi-Huberman (1998), coisas que nos permitem entrar e reentrar, fonte inesgotável de reflexão.

A condição da coleção nos interessa, pois, inicialmente, como um “vazio” no sentido didi-hubermaniano, e está aqui a questão de pesquisa que nos acossa: o que nos conta esta coleção enquanto arranjo de indícios, blocos de conteúdos (quase) intocados? A condição da ausência quase absoluta de estudos sobre esta coleção remonta diferentes problemas da Biblioteconomia & Ciência da Informação (BCI) no Brasil, aportes para a justificativa deste trabalho, dentre eles, os furos historiográficos, os apagamentos bio-bibliográficos, os silêncios institucionais.

Destaca-se, no percurso de enfrentamento do vazio desta coleção, o estudo de Weitzel (2010), dando continuidade aos seus estudos anteriores (WEITZEL, 2002), orientados para a compreensão da história da disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções no contexto brasileiro. Observamos que, no âmbito da pesquisa científica em BCI, trata-se do primeiro e praticamente solitário estudo no Brasil que abordou diretamente a CMB. Contudo, a apropriação se deu, como demonstrado, sob a preocupação de abordar a coleção e seus volumes como parte de um corpus que permitiria responder à questão da disciplina destacada, objeto de estudo da pesquisadora. Não estava representada, pois, a coleção como objeto central do estudo.

Outra investigação, realizada em 2013, partiu igualmente de indícios da CMB para explorar horizontes de pesquisa mais amplos. Saldanha & Alvares Junior (2013), a partir do acervo histórico do *Library Journal* presente na coleção, propuseram um estudo sobre a prática de indexação de artigos científicos no pensamento biblioteconômico-informacional no século XIX. A procura, insistimos, do modo semelhante, não era estudar “a coleção”, mas explorar seus volumes, seus componentes, tencionando-os para outros cenários de reflexão, neste caso, os enfoques históricos da teoria da representação temática.

A percepção sobre a ausência de estudos da coleção tem, objetivamente, uma condição crítica mais ampla. A eleição de objetos de investigação ou as dissimulações dos delineamentos de objetos constituídos ao longo das lutas científicas, vide Bourdieu (2012, 2013), e das promessas contidas nas grandes narrativas teóricas, vide Kuhn (1975), no escopo dos estudos informacionais, afasta a coleção e seus componentes como foco analítico da BCI.

Exatamente neste sentido, Murguía (2009) alertava para a necessidade de uma abordagem do livro para além da informação, noção-conceito-objeto clássico adotado pelo campo sob a influência do pensamento anglófono.

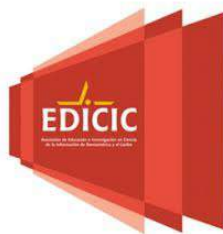
Dadas estas condições, no sentido que procuramos aqui explorar, a coleção pode ser vista (e, distintamente, esta coleção assim nos olha) como um fato epistêmico: a CMB nos diz um tempo, um espaço, um solo epistemológico, um conjunto de ideias ora dispersas, ora sincronizadas, além sub-coleções de noções e de conceitos dispersos, submersos, sobrepostos, fragmentados. Pensar nosso modo de constituição institucional, curricular, metodológica, teórica, passa pela compreensão deste vazio epistemológico-histórico. O exercício realizado pela obra de Weitzel (2002) diz muito sobre isto: a partir de um conjunto de fragmentos (palavras, títulos, capítulos) podemos reconstituir movimentos sub-disciplinares, horizontes metodológicos, decisões políticas.



Figura 1. Registro fotográfico de 2016 de parte da Coleção Memória da Biblioteconomia.

Fonte: Banco de imagens do Grupo de pesquisa Ecce Liber: Filosofia, Linguagem e Organização dos Saberes

Não tocados, não observados, os “volumes” nada mais são do que objetos minimalistas didi-hubermanianos puros: portadores de vazio que se mostram através do próprio vazio (em nosso caso, a coleção encerrada em si mesmo, sem alguém para observar).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A CMB sustenta-se no Rio de Janeiro como uma grande dúvida: afinal, o que nos olha, o que nos observa em seus volumes fechados a Coleção Memória da Biblioteconomia?

2 SOBRE COMO ADENTRAR O LABIRINTO: narrativa histórico-metodológica

A história desta pesquisa resulta dos exercícios de diálogo entre teoria e prática desenvolvidas pelo grupo de pesquisa “Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização do saberes”, interessado em repensar conceitos, abordagens, métodos, práticas, instituições, biografias tecidos no âmbito da vivência biblioteconômico-informacional. Tendo entrado em contato com a CMB no ano de 2012, a partir de diálogos entre docentes e discentes da UNIRIO, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o grupo elaborou um conjunto de direções para a intervenção na coleção, discriminado a partir de etapas que visavam à passagem do polo da preservação à compreensão epistemológica.

Em termos pontuais, encontramos o seguinte percurso: Política de preservação; Apropriação descritiva; Descrição ampliada; Apropriação temática; Mapeamento conceitual; Compreensão epistemológica. Entre 2013 e 2015, os participantes da imersão no vazio da coleção realizaram duas visitas técnicas, uma oficina de preservação e a disciplina de Tópicos Especiais em Representação Descritiva, com o intuito de efetivar as primeiras aproximações coerentes à CMB.



Figura 2. Registro fotográfico intervenção do grupo de pesquisa na Coleção Memória da Biblioteconomia em 2015.

Fonte: Banco de imagens do Grupo de pesquisa Ecce Liber: Filosofia, Linguagem e Organização dos Saberes

No âmbito macro da intervenção, o resultado final esperado da etapa final, “compreensão epistemológica”, é, dado o conjunto descritivo-temático da coleção reconhecido, e finalizado seu mapeamento conceitual, conhecer o que nos conta o fato



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

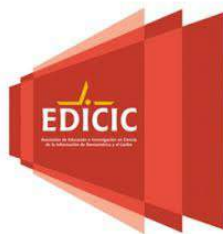
UFMG

epistêmico (o vazio de uma teoria aplicada do conhecimento) revelado por esta coleção. O fruto maior, projetado como utopia metodológica, é a construção do que o grupo trata hoje como Centro de Estudos Históricos e Epistemológicos da Biblioteconomia Brasileira (CEHEBB), exercício de projeção máxima da experiência em curso, cuja concretude está em estabelecer uma “oferta de sentido” ao vazio da CMB e lançar o desafio para novas interpretações advindas de diferentes tradições de pesquisa.

Para este momento, a etapa que propomos discutir é a “apropriação descritiva”, que trata de identificar, mapear e analisar a estrutura da CMB hoje, ainda em seu vazio, na identidade fria e silenciosa dos volumes fechados, ou seja, o modo mais objetivo de seu olhar para o pesquisador que ali aporta. Neste sentido, observamos pontualmente, aqui, as questões temporais, temáticas e autorais da Coleção, segundo sua representação descritiva.

3 AS DIREÇÕES DO LABIRINTO

A CMB, sediada hoje na Biblioteca Central da Unirio, é fruto DA doação da Fundação Biblioteca Nacional, e refere-se objetivamente à composição de ferramentas didáticas para o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil constituído nesta instituição. Segundo Weitzel (2010), Rubens Borba de Moraes registra a formação inicial da coleção a partir da doação do Salão de Referência, com um total de 200 obras em 254 volumes, ampliando-se posteriormente através de compra, doação e permuta. Este “desenvolvimento da coleção” consolida a totalidade do acervo chamado atualmente CMB, transferido para UNIRIO em 1969, quando o curso, conforme Weitzel (2010) relata, é transferido para a então Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG). Atualmente o acervo conta com 693 registros. A identidade visual dos registros de propriedade abaixo remonta parte do processo “migratório” da CMB.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG



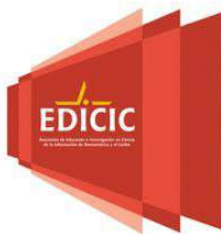
Figura 1. Identidade visual dos registros de propriedade da Coleção Memória da Biblioteconomia.
Fonte: Coleção Memória da Biblioteconomia.

Para apresentação dos dados, a escolha prioritária da ordenação alfabética dos registros é resultado de nossa procura pela visualização qualitativa, antes de quantitativa, buscando compreender os registros existentes enquanto unidades conceituais como potenciais epistêmicos iniciais, indícios de uma configuração teórica. Após a tabulação dos 693 registros por idade, assunto, assunto nome-próprio e forma, as primeiras considerações são aqui apresentadas.

- O labirinto no tempo

Em linhas gerais, observamos que grande parte das obras encontradas do século XIX até o início do século XX, sobretudo no idioma francês, referem-se a livros das chamadas “origens humanistas” (fontes vinculadas a tradições da Arte, da História e dos estudos literários), enquanto os livros de meados do século XX até a década de 1970, muitos em língua inglesa, correspondem obras de fundo “mais tecnicistas”, visto ser a época em que a influência americana tecnicista penetrava na biblioteconomia brasileira. Em seus limites, a Coleção apresenta como obra mais antiga aquela pertencente à classificação temática “Impressão – França – História”, do ano de 1740; a mais atual, em contrapartida, pertence ao assunto “Tesouros”, sendo publicada em 1979.

A divisão através dos séculos nos demonstra a primeira visualização geral da Coleção, quando considerado seu labirinto temporal. A TABELA 1 apresenta a estrutura do acervo distribuído entre os séculos XVIII, XIX e XX:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

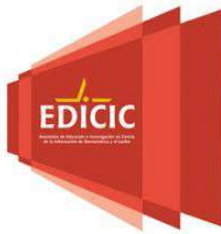
Século	Quantidade de obras
Século XVIII	3
Século XIX	95
Século XX	568

Tabela 1. Obras por século na Coleção Memória da Biblioteconomia.
Fonte: Os autores.

À primeira vista, a objetividade de tais dados brutos demonstra que o curso de Biblioteconomia, criado em 1911 e iniciado em 1915, provavelmente contou com uma estrutura bibliográfica ampla, do acervo da Biblioteca Nacional, para além da coleção que futuramente chegou até a CMB. O foco central no século XX da constituição da Coleção sugere um desenvolvimento rápido do acervo ao longo do crescimento do ano nas décadas que se seguem à criação. Outra observação analítica possível está na relevância, ao mesmo tempo, de um rico acervo do século XIX, ou seja, o reconhecimento, o recolhimento e o “uso”, a princípio, de uma produção teórico-técnica advinda do século anterior, de caráter internacional, aplicada ao contexto brasileiro, obras estas raramente presentes nas reflexões da pesquisa teórica e empírica da BCI futuramente. Quando discriminados por décadas a demarcação temporal de nascimento das obras (TABELA 2) ilumina outras características da idade da Coleção.

Décadas	Quantidade de obras	Décadas	Quantidade de obras
1740-1749	1	1880-1889	18
1760-1769	1	1890-1899	20
1790-1799	1	1900-1909	32
1800-1809	1	1910-1919	16
1810-1819	3	1920-1929	33
1820-1829	3	1930-1939	79
1830-1839	3	1940-1949	117
1840-1849	4	1950-1959	112
1850-1859	7	1960-1969	141
1860-1869	17	1970-1979	38
1870-1879	19		

Tabela 2. Idade dos itens da Coleção Memória da Biblioteconomia por década.
Fonte: Os autores.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

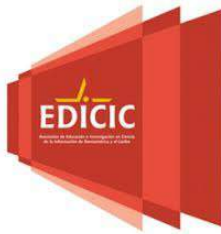
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Percebemos aqui o crescimento exponencial de livros entre 1940 à 1969, em relação ao período anterior. Isto se coaduna, em termos sócio-históricos, com o período posterior ao aparecimento da escola paulista de Biblioteconomia e a transformação do modelo de desenvolvimento da formação biblioteconômica da Biblioteca Nacional, após a passagem, ainda em 1940, de Rubens Borba de Moraes pela instituição. O desenvolvimento de um novo acervo específico para o curso, atualizado e orientando também para outras perspectivas, que não apenas aquelas “humanistas”, teria conduzido a esta multiplicação. Registra-se também as três décadas de destaque, 1940, 1950 e 1960, como o período que antecede, prepara e vivencia a regulamentação da profissão, com a Lei 4.084, de 1962, bem como vivencia a construção do currículo mínimo para a formação biblioteconômica. Neste sentido, o desenho do acervo que ali se avoluma, em grande medida, responde por uma ânsia de “profissionalização” e “cientifização” do discurso no pensar e no fazer, manifesto na expressão quantitativa objetivada no crescimento da Coleção.

- A temacidade labiríntica

Reconhecendo a totalidade de registros da composta por 693 obras, divididos em 356 assuntos conforme a estrutura da representação descritiva atual, adotamos como critério a elaboração da visualização de dados que abarcassem assuntos que tivessem 3 ou mais registros, destinando os assuntos que possuísem 1 ou 2 registros bibliográficos à categoria “Outros”. No entanto, é válido citar que a decisão deu-se devido à grande extensão da Coleção, que abarca 263 assuntos com apenas 1 obra, 43 assuntos com apenas 2 obras e 50 assuntos com 3 ou mais registros. O GRÁFICO 1 apresenta a estrutura da temacidade da Coleção.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os termos que contemplam 6 registros em cada assunto, como “Bibliotecas – Serviço de referência” e “Língua portuguesa – Dicionários”, não abarcam nem 1% da Coleção, chegando à aproximadamente 0,9%. Por sua vez, os seguintes termos possuem apenas 5 obras de cada assunto, contemplando apenas 0,7 da Coleção: “Administração de empresas”; “Bibliotecas”; “Bibliotecas – Arquitetura”; “Biblioteconomia – Estudo e ensino”; “Documentação”; “Língua francesa – Dicionários – Português”; “Literatura brasileira – História e crítica”; “Literatura – História e crítica”; e, por fim, “Livros – Conservação e restauração”.

Como visto, afora os assuntos de maior destaque quantitativo, a maior parte do acervo corresponde à barra “Outros”, abarcando 312 assuntos que contém apenas 1 ou 2 registros, totalizando 351 obras e aproximadamente 51% da Coleção. Isto é, mais da metade do acervo possui assuntos com apenas 1 ou 2 registros. Considerando-se os 50 assuntos tabulados, observa-se que os termos que possuem mais registros bibliográficos são os seguintes: “Biblioteconomia” (30 obras); “Bibliografia” (18 obras); “Bibliofilia” e “Livros – História” (15 obras). É necessário considerar, de imediato, a profunda linha fronteira desta primeira figuração classificatória, cuja subjetividade abre os canais de sobreposição entre os conteúdos presentes nas obras identificadas sob as categorias previamente listadas.

Dadas as primeiras impressões, é possível depreender uma forte influência do chamado “caráter humanístico” da Coleção, que conta, em grande parte, com obras relacionadas à “corrente humanista” da Biblioteconomia mencionada em Castro (2000) e Fonseca (2007), sobretudo oriundas do século XIX. Dessa forma, torna-se objetiva a compreensão da fundamentação francesa do primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil, pelo menos até meados do século XX.

Contudo, posteriormente, quando da influência da “vertente tecnicista norte-americana” no Brasil, disciplinas referentes à catalogação, classificação, serviço de referência, entre outros, foram ganhando força na Biblioteconomia brasileira, relação esta manifestada pela transformação da Coleção. Tal fato pode ser observado tendo por base a própria CMB, que demonstra uma gama de obras relacionadas à “vertente tecnicista” que influenciaram também os primeiros cursos de Biblioteconomia, sendo algumas delas: “Catalogação” (15 obras); “Classificações bibliográficas” (14 obras); “Livros de referência – Bibliografia”; e “Cabeçalhos de assunto” (11 obras).

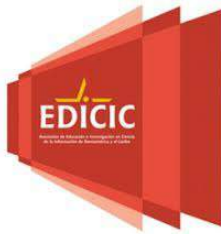
- O labirinto dos assuntos-forma

Já no que se refere a compreensão dos assuntos por forma, encontramos a predominância do papel das bibliografias na construção das fontes referenciais do acervo. O GRÁFICO 2 apresenta os dados estruturais dos assuntos-forma:



Gráfico 2. Assuntos-forma estruturais da Coleção Memória da Biblioteconomia.
Fonte: Os autores.

Com base no gráfico supracitado, no que se diz à identificação dos assuntos de acordo com sua forma, dos 693 registros emitidos pelo relatório Sophia, 176 obras possuem algum formato explicitado distinto das obras de conteúdo, isto é, 25% da Coleção compõe o acervo referencial. Destas obras, 76 estão em formato “Bibliografia”, correspondendo à aproximadamente 11% do acervo. Esse valor contempla a maior parte da Coleção, que se encontra em formato “Bibliografia”. Em seguida, encontram-se os “Dicionários”, observados em 54 registros, abrangendo em torno de 7,8% do acervo. Os “Catálogos”, por sua vez, correspondem à aproximadamente 2,3% da Coleção, contemplando 16 itens. Já as “Biografias” respondem à 13 obras da Coleção, abarcando em torno de 1,9% do acervo. Ainda, os “Manuais, guias, etc” somam 7 registros, isto é, apenas 1% da Coleção. A “Biobibliografia” conta com somente 3 itens do acervo, totalizando apenas 0,4% da Coleção. Os “Dicionários e enciclopédias” contemplam apenas 2 obras, somando quase 0,3% do



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

acervo. Por fim, os formatos referentes às “Sínteses, compêndios, etc”; “Discursos, ensaios, conferências”; “Vocabulários, glossários, etc”; “Guias” e “Relatório”, chegam nem à 1% da Coleção, totalizando 0,15% da Coleção, bem como 1 obra relativa à cada forma.

Desse modo, é possível depreender que a CMB, no que se refere à compreensão dos assuntos-forma, conta, em grande parte, com bibliografias e dicionários, totalizando ambas 130 registros, das 693 obras pertencentes ao acervo, isto é, em torno de 19%. As obras encontradas em outro formato, por sua vez, abrangem cerca de 6% da Coleção.

A presença da Bibliografia guarda, na sua amplitude-forma diante do acervo de referência da CMB, um grande foco de indagações sobre a constituição do pensamento biblioteconômico-informacional brasileiro. É reconhecida a relevância histórica do conceito de “bibliografia” para a elaboração dos conceitos de “documentação” e “ciência da informação”, emancipados aqui e acolá como noções disciplinares. O uso do termo e suas manifestações na Coleção revelam a importância do significante e de sua aplicação na formação do bibliotecário no início do século. Trata-se, claramente, mesmo diante do primeiro contato com o vazio que nos olha da CMB, uma presença tanto teórica quanto metodológica da bibliografia.

- O labirinto das responsabilidades autorais

De acordo com o levantamento e a análise, identificamos que a grande parte das obras possui uma variação autoral que não permite a identificação de um “autor-cânone”, uma fonte de autoridade recorrente e replicada, sendo inexpressiva a possibilidade de reconhecimento de um veio de fundamentação teórica pautado em uma autoria. Por sua vez, quando adentramos o labirinto das instituições responsáveis por publicações, as possibilidades abrem alguns importantes pontos para inflexão.

Das 698 obras da CMB, 76 são fruto de publicações institucionais. As obras estão divididas entre 33 entidades diferentes, sendo 11 brasileiras e 22 estrangeiras. A instituição que mais publicou obras foi a própria Biblioteca Nacional (Brasil), com 17 obras publicadas, característica esta inexistente em toda a experiência de ensino e pesquisa subsequente da formação na BCI, ou seja, uma relação editorial orgânica fomentada diretamente pela própria instituição de formação (faz-se aqui a exceção de alguns momentos históricos do Instituto



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

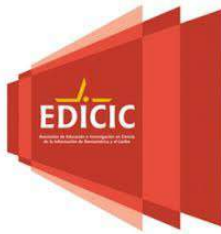
UFMG

Brasileiro de Bibliografia e Documentação e outros casos pontuais, advindos do meio universitário).

A segunda instituição responsável pelas obras da coleção é a *Library of Congress*, com 15 obras. Em terceiro, temos o governo brasileiro identificado com 6 obras publicadas. Em quarto, encontramos as instituições *American Library Association* e *Bibliothèque Nationale* (França), ambas com 3 obras publicadas. Em quinto, temos as instituições Biblioteca Apostólica Vaticana, Biblioteca Nacional (Portugal), *Bibliothèque Royale de Belgique*, e Unesco, todas com 2 obras publicadas.

Encontramos ainda as seguintes instituições *American Association of School Librarian*, Arquivo Nacional (Brasil), Associação Brasileira de Normas Técnicas, Biblioteca Nacional (Panamá), Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, *Colloque des Bibliothèques Nationales d'Europe*, *Congrès International des Bibliothécaires*, *Congresso Regional sobre Documentação*, Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus (SP), *Federacion Internacional de Documentacion*, IBGE, Instituto Internacional de Cooperação Internacional, *Instituto Nacional de Racionalización del Trabajo (España)*, *International Federation for Documentation*, *International Union for the Protection of Literary and Artistic Works*, *Library Building Plans Institutes*, *Louisiana Library Asociacion*, Real Gabinete Português de Leitura (Brasil), SUDENE, Universidade de São Paulo e *Western Reserve University*, todas com apenas 1 obra publicada.

A narrativa político-geográfica destas instituições e suas configurações históricas nos contam outra face do labirinto da Coleção que nos olha. Trata-se de um potencial aberto que permite a identificação de indícios singulares na narrativa da CMB, quando comparada com as transformações sócio-históricas da BCI ao longo do século XX. Por exemplo, em que medida a presença de obras anglófonas nos faz repensar a dinâmica de construção dicotômica entre um pretenso “humanismo” e um pretenso “tecnicismo” na formação biblioteconômica? A curiosa posição da *Library of Congress* neste contexto parece sugerir uma grande centelha no cenário ainda obscuro da CMB.



4 ÚLTIMAS REFLEXÕES SOBRE O LABIRINTO QUE NOS OLHA

Analisando obras de arte minimalistas, Didi-Huberman (1998) nos permite um convite, aqui, ao potencial epistemológico de uma coleção de livros, como todas coleções, formada por um conjunto de objetos retangulares, fechados, cobertos de vazios quando não interpretados. Trata-se de perceber o que há de contradição e de confirmação, de passado e de presente em cada obra e em sua inter-singularidade.

O exercício do primeiro contato com o labirinto das obras da CMB nos remonta a crítica aos “pensamentos binários” feita pelo teórico da arte, nos convoca ao momento do impacto, quando percebemos que algo nos olha, nos admira:

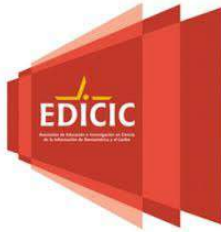
É o momento em que o que vemos justamente começa a ser atingido pelo que nos olha – um momento que não impõe nem o excesso de sentido (que a crença glorifica), nem a ausência de crítica de sentido (que a tautologia glorifica). É o momento em que se abre o antro escavado pelo que nos olha no que vemos. (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 77)

Os dados descritivos da Coleção Memória da Biblioteconomia apontam para um olhar sobre nós, colocados dentro do campo biblioteconômico-informacional, ainda repleto de vazios – não tratamos aqui das lacunas entre dadas visões historiográficas, mas grandes volumes de formas e conteúdos ainda inexplorados. Ainda está silenciosa a grande narrativa oculta da Coleção, aguardando faces que procurem se expor diante dela. Reafirmamos que, em um primeiro momento, os furos historiográficos, os apagamentos bio-bibliográficos, os silêncios institucionais ali estão ainda. E repetimos: uma certa coleção sustenta-se no Rio de Janeiro como uma grande dúvida sobre aquela que é considerada a primeira formação biblioteconômica latino-americana: afinal, o que nos olha, o que nos observa em seus volumes fechados a Coleção Memória da Biblioteconomia?

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: ed. da UFSC, 2013.

CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à Biblioteconomia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

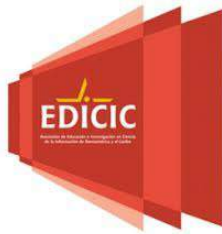
KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MURGUIA, Eduardo I. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. *Enc. Bibli.: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, ISSN 1518-2924, Florianópolis n. esp., 1. sem. 2009.

SALDANHA, G. S.; ALVARES JUNIOR, L. de S. O mundo é o assunto: epistemologia da indexação no século XIX. In: I CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL - Informação e/ou conhecimento: duas faces de Jano, 2013, Porto. Anais... Porto: Universidade do Porto, 2013.

WEITZEL, Simone R. Desenvolvimento de coleções no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1949). *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 130, p. 111-220, 2010.

WEITZEL, Simone R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. *Perspect. cienc. inf.*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61 - 67, jan./jun. 2002.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Epistemologia da Ciência da Informação

**A DIFUSA FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO E A
RESSIGNIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE**

***LA DIFUSA FRONTERA ENTRE LO PÚBLICO Y LO PRIVADO Y LA
RESIGNIFICACIÓN DE LA BIBLIOTECA PÚBLICA EN LA CONTEMPORANEIDAD***

Edmir Perrotti, USP

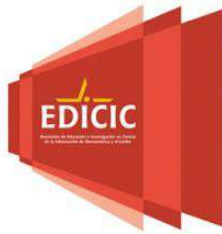
Luciana Tavares Dias, USP

Resumo: A partir das aproximações feitas entre os modelos de bibliotecas e livrarias, este artigo busca problematizar as relações entre o público e privado na discussão sobre a adoção de modelos de mercado aplicados ao processo de redefinição das bibliotecas na contemporaneidade. Tendo por objetivo contribuir para a construção de referências conceituais e metodológicas necessárias aos processos de renovação e redefinição das bibliotecas – considerando-se a demanda pela ampliação de novos públicos – buscaremos discutir as relações entre cultura e mercado, espaço público e cidadania e as dimensões educativa e formativa da biblioteca nos processos de apropriação cultural, a partir de uma explanação teórica acerca dos conceitos apresentados.

Palavras-chave: 1. Bibliotecas; 2. Espaço Público 3. Infoeducação; 4. Mediação Cultural; 5. Apropriação Cultural.

Resumen: A partir de los acercamientos realizados entre los modelos de bibliotecas y librerías, este artículo busca problematizar las relaciones entre lo público y lo privado en el debate sobre la adopción de modelos de mercado aplicados al proceso de redefinición de las bibliotecas en la contemporaneidad. Teniendo como objetivo contribuir para la construcción de referencias conceptuales y metodológicas necesarias a los procesos de renovación y redefinición de las bibliotecas – considerándose la demanda por la ampliación de nuevos públicos – buscaremos discutir las relaciones entre cultura y mercado, espacio público y ciudadanía y las dimensiones educativa y formativa de la biblioteca en los procesos de apropiación cultural, a partir de una explicación teórica respecto a los conceptos presentados.

Palabras-clave: 1. Bibliotecas; 2. Espacio Público; 3. Infoeducación; 4. Mediación Cultural; 5. Apropiación Cultural.



1 INTRODUÇÃO

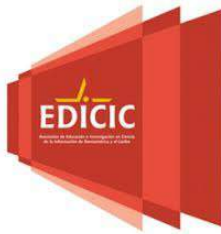
Ao se tratar de questões relevantes, referentes à leitura e à formação de leitores, tem sido recorrente, tanto na mídia como em reuniões intelectuais, tomar as chamadas livrarias *megastores* como referência à renovação de bibliotecas no Brasil. Segundo tal discurso, as semelhanças existentes entre as duas instituições - ambas tratam de livros, leitores e outras questões interligadas e próprias da cultura escrita - autorizariam a adoção pelas bibliotecas das lógicas que presidem a criação e funcionamento das *megastores*. Em outras palavras, a “economia das trocas simbólicas” poderia ser abarcada sem dificuldades pela “das trocas mercantis”, já que os elementos que aproximam tais instituições viabilizariam fusões e diluições cada vez mais frequentes na *era da informação*.

Como é inerente à retórica que opera por analogias e que está na base das mencionadas aproximações, diferenças são suprimidas sob tal discurso homogeneizante. Desse modo, a partir da redução discursiva operada, parte-se do princípio de que as bibliotecas estariam condicionadas ao sucesso, caso seguissem modelos bem-sucedidos de *megastores* culturais contemporâneas.

Como o próprio nome diz, as livrarias *megastores* contemporâneas caracterizam-se como grandes superfícies destinadas ao comércio de livros. Dada sua amplitude, são capazes de reunir no mesmo espaço atividades culturais diversas, agregando valor simbólico aos atos comerciais. Daí apresentarem-se como “empórios culturais” vivos e dinâmicos, com múltiplos eventos, como palestras, conferências, peças teatrais, exibição de filmes, lançamentos que contam, muitas vezes, com celebridades da mídia, dentre outras ações.

Sem subestimar o valor sociocultural das *megastores*, é legítimo, contudo, refletir e questionar as colocações feitas no sentido de se pautar as necessárias transformações das bibliotecas em nosso tempo pelos mesmos princípios que vêm orientando as das livrarias. Não haveria distinções que as singularizariam? Seus objetivos específicos não tornariam inviável, na prática, qualquer redução de uma à outra? A sobrevivência das bibliotecas estaria condicionada à cópia dos modelos de animação cultural das livrarias?

Nessa perspectiva, mais que uma questão meramente formal, a questão que se coloca é se a lógica da cultura - que pautou a criação e o desenvolvimento de bibliotecas como as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

públicas e as escolares- pode ser absorvida *in totum* pela lógica do mercado, sem problemas para o pensamento, a criação de conhecimento e de cultura.

Face às demandas contemporâneas, como atuar no sentido de tornar a biblioteca um organismo vivo, atuante, capaz de acolher e reconhecer diferentes vozes e caracterizar-se como um espaço aberto, onde sujeitos de diferentes procedências e condições possam se expressar e se comunicar.

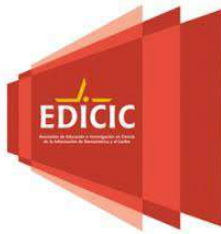
Pretendemos, portanto, penetrar mais profundamente nesse universo movediço das fronteiras entre os campos sociais da cultura e do mercado, por meio de prospecção e exame das singularidades entre bibliotecas e livrarias, a fim de retirar daí elementos para uma resposta necessária e fundamental à renovação e redefinição das bibliotecas na contemporaneidade.

2 LIVRARIAS E BIBLIOTECAS: APROXIMAÇÕES E SINGULARIDADES

As transformações históricas, ocorridas especialmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, trouxeram cenários novos, de dimensões globais, aos vários campos sociais. Em decorrência, relações tradicionais entre, por exemplo, cultura, economia, educação, política entraram em crise e, ainda hoje, assistimos a um movimento incessante de redefinição de territórios, de fusões e refundações de campos, o que dificulta, muitas vezes, a percepção de linhas divisórias que, apesar de tênues, continuam existindo entre os fenômenos sociais e suas respectivas e inescapáveis lógicas.

Nesse sentido, se dinâmicas simbólicas e de mercado estreitam vínculos cada vez mais fortes, nas chamadas *sociedades da informação*, a cultura letrada, seus processos e dispositivos tradicionais, como as bibliotecas e as livrarias, não escaparam dessa dinâmica geral de transformações que abarcam todas as esferas implicadas na produção, distribuição e recepção de conhecimento e cultura.

Em função disso, questões relacionadas ao livro, à leitura às bibliotecas foram e continuam sendo perpassadas com intensidade e complexidade crescentes pelos influxos econômicos, políticos, técnicos que caracterizam a nova ordem mundial. Com a presença cada vez mais acentuada e marcante dos mercados globais em todas as esferas da vida social, fronteiras que separavam, por exemplo, instituições públicas de cultura (como Bibliotecas e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

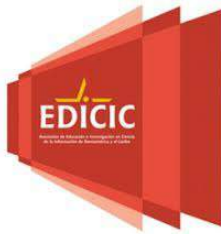
Museus) de instituições comerciais, vão se tornando cada vez mais opacas, pouco visíveis, o que leva o senso comum, na pressa que caracteriza os tempos atuais, a passar por cima de diferenças que seriam essenciais e irredutíveis, servindo como marca distintiva dos fenômenos a que estão ligadas.

Desse modo, as livrarias *megastores* seguem tais trilhas, ao realizarem atividades culturais como contação de histórias, lançamentos de títulos inéditos ou reeditados, bate-papos com escritores etc. As dimensões do negócio, os novos modos produzir, distribuir, consumir cultura obrigam as *megastores* a racionalizar, profissionalizar, marcar seus processos com métodos firmes de gestão cultural, extremamente distantes do improvisado caótico de pequenas livrarias com, por exemplo, a emblemática *Shakespeare and co*¹, mantida essencialmente pela paixão aos livros e à Literatura de sua antiga dona, Sylvia Beach

Nessa perspectiva, a questão que se coloca é a das fronteiras, se, num mundo que se globaliza, preservamos e prezamos as distinções ou não; se cultivamos ou não as singularidades; se abandonamos ou continuamos a considerar os limites entre territórios e suas especificidades, mesmo se tênues.

Convém ressaltar, nesse ponto, que, conforme destacou Bourdieu (2007), ao analisar os fundamentos sociais (sobretudo políticos e econômicos) das atividades de simbolização, a sociedade é como um campo de batalha das relações de força da área da significação. Assim, se a construção do mercado da cultura, do ponto de vista histórico, é fenômeno relativamente recente, produzido pela modernidade, a transformação dos objetos culturais em produtos de consumo, sujeitos às leis de mercado, alterou definitivamente o *ethos* do mundo simbólico, atrelando-o a dinâmicas materiais até então desconhecidas. A partir da modernidade, as disputas não se darão apenas entre o campo cultural e o político, entre os artistas e os reis, por exemplo. Elas incluirão, também, a dimensão das trocas comerciais, abrindo novo ciclo no curso

¹ A *Shakespeare and Co.*, foi uma livraria criada nos anos 20 em Paris pela escritora, editora e patronesse Sylvia Beach. Nesse período, a livraria foi um importante polo cultural da cidade, promotor de diversos saraus, cafés literários, trocas e encontros intelectuais, tendo entre seus frequentadores nomes como: Gide, Hemingway, T.S. Eliot, Joyce, escritor que deve a Beach a publicação da primeira edição de *Ulysses* (BEACH, 2004). A livraria fechou as portas em 1941 pois já não tinha como se sustentar financeiramente e também em função da crise gerada antes do estopim da Segunda Guerra Mundial. Desde 1991, com autorização de Beach, George Whitman, deu o nome de *Shakespeare and Company* à sua livraria, em que administrou-a até 2011, quando morreu, aos 98 anos de idade. Atualmente, uma réplica da *Shakespeare and Co.* funciona em outro endereço, em frente à igreja de Notre-Dame, em Paris.



histórico. Nesses termos, não se trata de demonizar nenhum dos campos, mas sim de entender a importância da lógica que move cada um e possibilidades de articulação crítica entre eles, sem reduções simplistas, portanto, de um ao outro.

3 A CULTURA: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Para pensarmos historicamente os conceitos de público e privado, é relevante remetermos ao surgimento da cidade-estado na Grécia Antiga em que a distinção entre a esfera de vida privada e a da vida pública corresponde, respectivamente, às esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas (ARENDDT, 2007). Dessa forma, para os gregos, a vida pública era o lugar para o exercício do diálogo no plural (espaço da palavra e da ação) – cuja existência permite o aparecimento da liberdade:

Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão (ARENDDT, 2007, p.41).

Nesse contexto, é importante destacar que apenas os cidadãos tinham acesso à esfera pública e, por serem homens livres e com propriedades, não precisavam trabalhar para garantir o seu próprio sustento e de sua família, garantindo, dessa forma, seu acesso e dedicação à esfera pública. Dessa forma, a vida pública e a vida política na *polis* era caracterizada da seguinte forma:

O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis* (ARENDDT, 2007, p.35 e 36).

Contraopondo-se à esfera pública, a esfera privada era caracterizada pelo espaço do doméstico, da vida em família, do trabalho escravo e das atividades a serviço da subsistência do indivíduo. A esfera privada era organizada de modo a conferir ao chefe da casa poderes



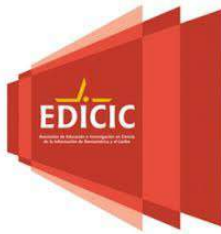
incontestes e despóticos (ARENDR, 2007). Desse modo, observamos que a ideia de espaço público na Grécia Antiga está associada à ideia de espaço do diálogo.

Nesse contexto, o sociólogo Zygmunt Bauman retoma essa ideia das esferas pública e privada da *polis* grega para discutir esses conceitos na contemporaneidade. O autor destaca que existem muitos lugares nas cidades contemporâneas que podemos chamar de “espaços públicos” e estes, contudo, se afastariam do modelo ideal de espaço civil (BAUMAN, 2001). Assim, o autor aponta para duas categorias de *espaços públicos, mas não civis* nas cidades contemporâneas. A primeira categoria está ligada a elementos da arquitetura desses espaços que tem o propósito de inspirar respeito e desencorajar a permanência. A exemplo da primeira categoria de espaços públicos, mas não civis, Bauman destaca a praça *La Défense*, em Paris que chama a atenção pela falta de hospitalidade, com edifícios grandiosos que circundam a praça enorme e vazia e que trazem a sensação de que o espaço é para ser admirado e não visitado e ocupado (BAUMAN, 2001).

A segunda categoria do *espaço público, mas não civil*, de acordo com Bauman, “se destina a servir consumidores, ou melhor, a transformar o habitante da cidade em consumidor” (BAUMAN, 2001, p. 114). Dessa maneira, o autor exemplifica que espaços que consideramos “públicos”, como *shoppings*, cafés e salas de concertos, são locais partilhados por consumidores que encorajam a ação e não a interação. Assim, nesses espaços, a “tarefa é o consumo, e o consumo é um passatempo absolutamente individual, uma série de sensações que só podem ser experimentadas – vividas – subjetivamente” (BAUMAN, 2001, p. 114). Dessa maneira, mesmo que esses locais possam estar cheios de pessoas, os lugares de consumo coletivo não trazem consigo elementos constitutivos da ideia de coletividade e civilidade como o diálogo e a negociação. Seriam espaços que causam a falsa impressão de comunidade, lugares em que não é preciso negociar, “pois todos tem a mesma intenção” (BAUMAN, 2001).

O autor destaca que essas categorias de *espaço público, não civil*, têm em comum – além de não serem espaços pensados para o diálogo e para a interlocução entre as pessoas – serem espaços pensados para minimizar a interação e os conflitos, cada um a seu modo.

Tais espaços utilizam estratégias que visam ou o exílio, a aniquilação do outro (eugenia) ou ainda, a aniquilação de sua alteridade, como resposta ao mesmo desafio que é o de evitar o enfrentamento e o encontro com pessoas estranhas, sendo locais marcados pela



falta de habilidade da civilidade nas sociedades contemporâneas. Nessa perspectiva, Bauman destaca:

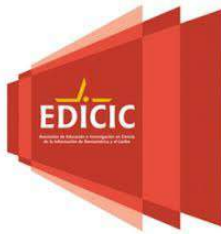
A incapacidade de enfrentar a pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões classificatórias, ao contrário, se autoperpetuam e reforçam: quanto mais eficazes a tendência à homogeneidade e o esforço para eliminar a diferença, tanto mais difícil sentir-se à vontade em presença de estranhos. (BAUMAN, 2001, p.123)

É possível observar, desse modo, que o que caracterizava a esfera pública ateniense como o lugar para o exercício do diálogo no plural, aos poucos se altera nos espaços públicos das cidades contemporâneas. Nessa perspectiva, Hannah Arendt (2007) já apontava para uma alteração na Sociedade Moderna que inicia uma série de mudanças, tais como: 1) sua inicial substituição da ação praticada na *polis* grega pela ação do estado; 2) sua posterior substituição do governo pessoal pela burocracia (que a autora aponta como “governo de ninguém”); 3) com o desenvolvimento das *Ciências Econômicas*, nascem as *Ciências do Comportamento*, fato que “indica claramente o estágio final dessa evolução, quando a sociedade de massas já devorou todas as camadas da nação e a conduta social foi promovida a todas as áreas da vida” (ARENDR, 2007, p. 55).

Arendt chama essa série de mudanças de “ascensão do social” que consiste na “ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública” (ARENDR, 2007, p. 47). Desse modo, a autora aponta como principal característica dessa “privatidade” moderna, a função de proteger o que é íntimo e destaca:

Logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza. (ARENDR, 2007, p.78)

A autora aponta para a contradição deste moderno conceito de governo, em que a única coisa que as pessoas têm em comum umas com as outras, são seus próprios interesses privados. Desse modo, o que a autora destaca é que a distinção bem delineada entre público e privado, foi um fenômeno histórico, típico dos estágios iniciais da era moderna, e que



progressivamente apresenta sua extinção, a submersão de ambas na esfera do social (ARENDDT, 2007), categoria que é de ordem diversa e não se confunde com a pública, segundo a autora.

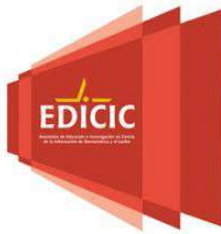
Embora o movimento para a globalização dos mercados tenha sido iniciado após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, e o qualitativo “global” já estivesse sendo desenhado por volta da década de 60, o conceito de *globalização* foi se consolidando apenas na fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo na década 80 (MELLO, 2007). Desse modo, o autor destaca as principais características desse novo conceito:

Pode ser associado, de modo significativo, a um novo ciclo de expansão do capital, em escala produtiva e financeira proeminentemente planetária, que, para se firmar impõe a desregulamentação dos mercados de trabalho e a revisão dos estatutos tradicionais dos Estados Nacionais com vistas numa maior flexibilidade do movimento transfronteiras dos investimentos lucrativos (MELLO, 2007, p.429).

Nessa perspectiva de mercados globalizados, a política neoliberal começa a deitar raízes desde meados dos anos 80, quando minimizou o papel do Estado no plano da cultura, assumindo apenas o patrimônio histórico enquanto monumentalidade oficial celebrativa do Estado e colocando órgãos públicos de cultura a serviço de padrões definidos pela indústria cultural e seu mercado (CHAUÍ, 2006). Desse modo, Chauí destaca que a ideologia neoliberal adota modelos econômicos como modelo de gestão a partir da “compra de serviços culturais oferecidos por empresas que administram a cultura a partir dos critérios do mercado, alimentando privilégios e exclusões” (CHAUÍ, 2006, p. 68).

Nesse contexto, a autora refere-se a um aspecto importante acerca da expressão neoliberal “parceria com a iniciativa privada”. Segundo ela, tal parceria só é possível de ser realizada (salvo honrosas exceções, como a autora enfatiza) se traz consigo dividendos econômicos, prestígio e reforço ou manutenção de seus privilégios:

[...] a iniciativa privada, isto é, o mercado, tenta operar segundo sua lógica e, portanto, esperar lucros da atividade cultural, definir padrões culturais determinados pelo consumo e pela passividade, privatizar o órgão público e desconsiderar suas diretrizes básicas da Cidadania Cultural: a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação dos sujeitos culturais. (CHAUÍ, 2006, p. 75).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

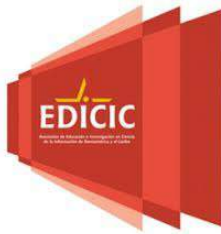
Desse modo, Chauí introduz o conceito de cidadania cultural como direito dos cidadãos, sem confundi-los com as figuras de consumidor ou contribuinte, recusando a perspectiva neoliberal no sentido de manter a independência do órgão público e da cultura face às exigências do mercado e das privatizações do que é público (CHAUÍ, 2006).

Em uma perspectiva semelhante, Klein (2003) propõe uma globalização humana para responder à globalização corporativa com o propósito de contestarmos os valores (no sentido simbólico) da globalização, destacando três valores essenciais a serem resguardados: o conhecimento, se opondo a mera reunião de informações; o espaço público, no lugar do espaço comercial ou privado; o compartilhamento, em oposição à relação de compra e venda. A autora aponta ainda para o atual estágio da globalização, que não atua simplesmente no comércio de bens materiais (como tradicionalmente ocorria, antes das fusões entre a esfera pública e a privada), mas também em setores que eram considerados públicos, não destinados ao comércio.

Assim como Chauí, Klein defende, portanto, a delimitação do que é de uso público e aponta para os riscos do que ela chama de “mania de privatização” e das parcerias público-privadas. Nessa perspectiva, a autora destaca que tal “mania” chegou a todos os aspectos da vida humana, como a saúde, a educação, o acesso à água potável, a diversos segmentos da cultura e também está chegando às bibliotecas. Para a autora, essa é a essência do livre-comércio: “ter a certeza de que nada é oferecido de graça” (KLEIN, 2003).

Dessa maneira, Klein apresenta uma série de exemplos de bibliotecas que passaram por algum processo de privatização de seus serviços em diferentes países e cita problemas graves que comprometem a autonomia da área, como editores e livreiros que veem o livre acesso a livros e jornais como uma ameaça aos seus lucros. A autora cita dois casos emblemáticos: o primeiro referente a uma declaração dada pelo Presidente da Associação dos Editores dos EUA, Pat Schroeder, ao *Washington Post*, afirmando que há questões sérias com os empréstimos gratuitos das bibliotecas; e o segundo refere-se ao próprio governo dos EUA, anunciando que irá aceitar licitação para serviços de bibliotecas no país (KLEIN, 2003).

Nesse contexto, Klein enfatiza que quanto mais estiverem borrados os contornos entre bibliotecas e livrarias *megastores*, mais as empresas multinacionais poderão reivindicar seus espaços com legítima participação do mercado. Destaca ainda que as redes de livrarias podem se aproximar das bibliotecas em sua aparência a até em algumas ações, mas que o conceito de



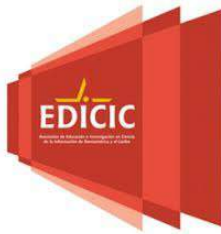
marketing irá trabalhar os valores do mercado globalizado e não valores como o conhecimento, espaço público e compartilhamento.

Desse modo, chegamos a uma questão importante do que compreendemos como espaço público, ou seja, um lugar para a prática que Bourdieu (2007) chamou de “economia das trocas simbólicas” e para o exercício de uma cultura cidadã. Nesse sentido, a questão dos espaços público e privado é, sobretudo, questão política, de modo que a questão fundamental é, qual o sentido dado ao equipamento/dispositivo cultural: local para a apropriação de sentidos e criação de conhecimento e cultura ou para o comércio e o consumo de bens culturais como finalidade precípua?

No que tange à função pública da biblioteca, Perrotti e Pieruccinni (2008), defendem a biblioteca como espaço para o diálogo, para a negociação e para a criação de significados, contrapondo-se aos espaços do consumo apontados por Bauman, os quais visam, quando muito, a minimização dos conflitos por meio de um divertimento pleno. Desse modo, os autores defendem a apropriação cultural como função que se distingue da noção de assimilação cultural, entendendo que a apropriação é uma atividade de invenção e de produção de sentidos e não exercício de redução do si mesmo no outro ou vice-versa. Nessa perspectiva, pensam a biblioteca como espaço de acolhimento, contrapondo-se ao espaço eugenista da aniquilação do outro. O conceito de apropriação a que se referem está associado à noção de propriedade simbólica, ou seja, a propriedade entendida como categoria de ordem moral, psicológica e afetiva. Decorre daí a defesa de espaços comprometidos com o exercício do protagonismo:

[...] nossas opções pelo *protagonismo cultural* refutavam, por princípio, compreensões correntes em vários discursos sobre a cultura e que situam os sujeitos sociais não em posição de protagonistas, mas de *usuários*, quando não, *clientes*, *consumidores* culturais. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p. 61).

Nesses termos, apropriação cultural implica uma atitude cognitiva e também relacional (de sociabilidade), contempla uma dimensão material e objetiva, mas, não se restringe a ela, envolvendo processos imateriais e subjetivos essenciais à sua realização. Assim, apropriação cultural afigura-se como categoria ambivalente, colocando em tensão a dupla dimensão material e imaterial dos objetos culturais (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008).

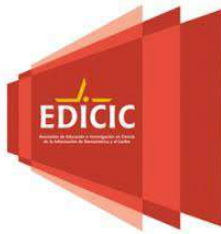


Além de conceito, a apropriação cultural apresenta-se para os autores, como um novo paradigma a ser desenvolvido no campo da cultura. Ele tenderia a superar limitações contidas no “paradigma da difusão cultural” que historicamente o precedeu e dá sinais de esgotamento, face às realidades atuais. O discurso do “acesso à informação”, assim como as “políticas de oferta cultural” aparecem, assim, como insuficientes e incapazes de promover o desenvolvimento de protagonistas, sujeitos que não apenas consomem informação, mas atuam e criam significados em relação *com o mundo e para* o mundo, compreendido, portanto em sua dupla dimensão: privada e pública.

4 BIBLIOTECAS E SEUS PARADIGMAS: CONSERVAÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO

Como as bibliotecas da Antiguidade, as primeiras bibliotecas monásticas da Alta Idade Média eram pautadas pelo paradigma da conservação, na medida em que, cada mosteiro possuía sua biblioteca particular e os livros eram tratados como verdadeiras relíquias, a partir do trabalho artesanal de seus escribas (RICHÉ, 2000). Aos poucos, esses livros artesanais foram se impondo como bens preciosos e os monges “contabilizavam seu capital pelo tamanho e qualidade de suas bibliotecas” (MILANESI, 2002, p. 23).

Ainda na Idade Média, mas já em direção à Renascença, surgem as primeiras Universidades, ainda sob a tutela de ordens religiosas, mas a caminho da laicização. As bibliotecas vão, aos poucos, extravasar os limites do âmbito da religiosidade e avançam por outros territórios (MILANESI, 2002). Desse modo, na chamada Renascença Carolíngia, não apenas os clérigos ou monges tinham acesso e posse dos livros; também os leigos, os reis carolíngios (que eram letrados) quiseram formar suas bibliotecas, de modo que, “em todos os grandes centros culturais do Império, os livros eram conservados em grande número” (RICHÉ, 2000, p. 252). Após esse período em que os rolos de pergaminho e, na sequência o códex, que eram guardados como obras de arte nas bibliotecas da Idade Média, o livro em papel - com as transformações da sociedade da pré-Renascença – “projetou-se como um instrumento fundamental para a circulação das ideias” (MILANESI, 2002, p. 25), passando de um bem caríssimo para iniciados e de propriedade de nobres e de ordens religiosas, a bem progressivamente mais acessível e de disseminação mais ampla.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

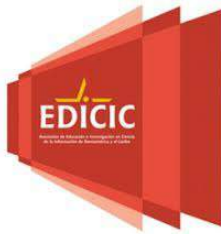
Nessa perspectiva, a imprensa de Gutemberg surgiu para incrementar o barateamento da produção de livros, bem como sua disseminação e popularização. Em consequência dessa proliferação das obras impressas, houve a criação e ampliação de bibliotecas, a fim de abrigar essa massa de publicações, mas também de disseminá-las, sobretudo após o século e a filosofia das luzes. (MILANESI, 2002).

Desse modo, foi necessário repensar o espaço físico da biblioteca, na medida em que “as pequenas salas com livros acorrentados e com ar de capela não eram mais suficientes” (MILANESI, 2002, p. 26). Houve também uma mudança na configuração de seus acervos, que de religioso e reservado a instrumento de conhecimento segmentado, passou a refletir a ideia de coleção, com diversidade de assuntos, iniciando um período não mais centrado nas transcendências religiosas, mas sim, no homem e na natureza. Nesse contexto, Milanesi aponta para outras mudanças no âmbito da biblioteca no período da Renascença, somado às produzidas pela imprensa e a proliferação dos livros:

[...] as bibliotecas buscaram novas formas de organizarem seu acervo. Se antes, os manuscritos eram separados por língua, depois, os impressos foram ordenados por assuntos. O aumento progressivo de impressos exigiu dos bibliotecários a invenção de novos meios para vencer o caos que ameaçava confundir de vez os que precisam encontrar nos livros respostas para a suas dúvidas ou, simplesmente, elevar-se (MILANESI, 2002, p.27).

Nesse momento, a biblioteca afasta-se de sua preocupação central com a conservação e acumulação, passando a ocupar-se da infindável tarefa de manter o controle e de dar um sentido ao crescente volume de publicações. Em meio a esse “caos bibliográfico”, o caminho escolhido para manter a biblioteca imbuída de sentido histórico social foi o da especialização. Desse modo, o conhecimento é fracionado em partes cada vez menores “permitindo aos acervos e aos serviços atenderem à demanda especializada” (MILANESI, 2002, p.30) e tendo a ideia do universal, substituída pelo particular.

Em um período subsequente, o Iluminismo europeu também é caracterizado pelo crescimento vertiginoso do impresso, com a difusão cada vez maior do livro. A oralidade perde terreno diante do impresso, de modo que “todo o século XVIII passa, assim, pelo escrito e pelo impresso, transformados em veículos obrigatórios. Diante dessa pressão,



compreende-se até que ponto a biblioteca se apresenta como uma necessidade para acolher todos esses livros” (GOULEMOT, 2000, p. 259).

Nesse processo, entre reunir e controlar o crescente volume de impressos e ao mesmo tempo, atender aos objetivos Iluministas de difundir o conhecimento, nasce o projeto enciclopédico, cujo objetivo era, de acordo com Diderot, “reunir os conhecimentos esparsos na superfície da terra; expor seu sistema geral aos homens que virão depois de nós, a fim de que os trabalhos dos séculos passados não tenham sido trabalhos inúteis para os séculos porvir [...]” (GOULEMOT, 2000, p. 262).

Nesse contexto, a *Enciclopédia* foi concebida para ser “o livro dos livros” (GOULEMOT, 2000) com o propósito de abarcar todo o conhecimento do mundo e difundi-lo para um número maior de pessoas, de maneira a romper com a ideia medieval de biblioteca e livro como guardiã da memória, substituindo-a pela de difusão do conhecimento. Para o Iluminismo, difundir a cultura era um princípio fundamental à construção de uma nova ordem histórica que sucedia à ordem medieval. A *Enciclopédia* nesse quadro é emblemática de uma nova era, “produto nascido não mais sob o signo da conservação, mas sim da difusão cultural” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p. 62).

Assim, em uma perspectiva historicamente mais próxima, o século XIX vê nascer o ideal de “bibliotecas públicas”, na Inglaterra dos anos 1850, quando seu desenvolvimento industrial, em processo de acelerado, demanda novos saberes e fazeres das massas trabalhadoras. As *public libraries* possuem três aspectos que as distinguem das anteriores: “mantida integralmente pelo Estado; com funções específicas e com a intenção de atender a toda sociedade” (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 66).

Assentando-se inicialmente em perspectiva assistencialista, própria da tradição filantrópica inglesa, a Biblioteca Pública ganha, assim, legitimidade social, ao se apresentar como instituição a serviço da inserção de camadas menos instruídas da sociedade num mundo letrado e urbano em franca expansão e que vivia as transformações próprias do industrialismo. Surgidas com propósitos compensatórios, as bibliotecas públicas vão se expandir, na Inglaterra, na Europa continental e Estados Unidos, oferecendo acesso a informações e conhecimentos até então negados a diferentes segmentos populacionais, meio de integrá-los “via assimilação cultural” e não por meio de superação das desigualdades concretas que estão



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

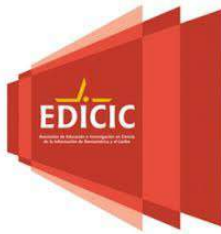
na origem da repartição social entre os que produzem e os que consomem conhecimento e cultura. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p. 62).

No que tange as bibliotecas brasileiras, Almeida Júnior (2013) destaca que é possível afirmar que até hoje esse tipo de biblioteca não alterou suas concepções em relação à dicotomia entre preservação e disseminação. Aponta que bibliotecas centradas em seus acervos possuem concepções ultrapassadas e conservadoras da biblioteca pública. Por não atenderem às necessidades atuais da população, estariam fadadas ao desaparecimento ou, poderíamos acrescentar, ao menos, ao desaparecimento simbólico, por estarem desconectadas das necessidades, dos desejos da sociedade e do tempo em que estão inscritas.

Desse modo, em meados do século XX, em função dos quadros histórico-culturais que emergiram no pós-segunda guerra mundial, tal direção começou a ser questionada não só teoricamente, mas também na prática. Os campos da Informação, da Educação, da Cultura passaram a deslocar “o olhar para além dos horizontes da transmissão de informações, condição que lhes permitiu descobrir os usuários e os aprendizes como sujeitos dos processos simbólicos de que participam, tratando-os não mais como mera projeção dos desígnios da emissão” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p. 53). Nesse período, no Brasil, ocorrerá, por exemplo, a adoção da “*pesquisa escolar*” como estratégia pedagógica que confere ao aluno uma participação ativa nos processos de ensino e de aprendizagem, alterando sensivelmente as concepções e as práticas tradicionais de uso da informação pela escola” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p. 54). As bibliotecas públicas e escolares vão tendo que se adaptar às mudanças, embora em ritmo extremamente lento, entre outras razões, por falta de políticas públicas para a área.

Assim, novas demandas são feitas às bibliotecas públicas, tomadas como “suporte, complemento e apoio” (ALMEIDA JUNIOR, 2013, p. 70), para a educação formal. No contexto das bibliotecas públicas brasileiras da segunda metade do século XX, por muitos anos, estas estiveram relegadas quase que exclusivamente ao atendimento escolar, ou como Luiz Milanesi afirmou na década de oitenta: “a biblioteca pública é a biblioteca escolar que não existe” (MILANESI, 1984, p. 11).

No que tange à função da biblioteca como centro de informação e sua importância no período pós-guerra, no ano de 1974, nos Estados Unidos, o então presidente da *Information Industry Assiciation*, Paul Zurkowsky, cunha o termo *Information Literacy* em um relatório



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

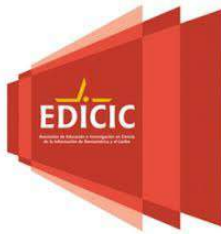
UFMG

apresentado à *National Commission on Libraries*, salientando a importância de se ensinar as pessoas, de maneira mais ou menos universal, como processar informações. No Brasil, a concepção ganha relevância em 2011, com a “Declaração de Maceió” inscrita em um conjunto de outros manifestos que reivindicavam uma série de políticas e projetos para a biblioteca pública, centrando suas discussões para as novas funções dessas bibliotecas “nas emergentes sociedades da informação, destacando sua responsabilidade em alfabetização informacional e aprendizagem permanente” (PASSOS, 2013, p. 34).

Passos assinala, contudo, que a *Information Literacy* apresenta uma “abordagem inscrita na herança do pensamento positivista e funcionalista que tem no produtivismo a chave de interpretação das relações sociais, da cultura e da educação” (PASSOS, 2013, p. 37). Tal como em outras abordagens que buscam reunir Informação e Educação, como resposta a realidades apresentadas pela Sociedade do Conhecimento, a *Information Literacy*, apresenta aproximações significativas e representa um avanço indiscutível em relação às posições reinantes até então. No entanto, as premissas que a orientam “não conseguem representar ruptura epistemológica, capaz de vencer o dualismo que separa historicamente os campos (da informação e da educação) e que vem acarretando dificuldades de várias espécies aos processos de apropriação simbólica” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p. 54 3 55).

Assim como a abordagem adotada pela *Information Literacy*, o Manifesto das Bibliotecas Públicas, realizado pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), em 1994, por intermédio da *International Federation of Library Associations* (IFLA), apresenta a biblioteca pública em uma perspectiva difusionista e pautada nos ideais iluministas de “democratização cultural”, sem chegar nunca, todavia, a encarnar os objetivos de “democracia cultural”, distinção fundamental, proposta, entre outros, por autores como Darras e Caune² em que distinguem “política de oferta” e “políticas de apropriação cultural”, sendo as primeiras centradas nas ações distributivistas do Estado e as segundas na apropriação ativa e afirmativa dos signos pela sociedade.

² DARRAS, B. Étude des conceptions de la culture et de la médiation. MEI « Médiation et information », Paris, n.19, 2003. Disponível em: http://www.mei-info.com/wp-content/uploads/revue19/ilovepdf.com_split_4.pdf. Acesso em: 07 set. 2015.
CAUNE, J. *La démocratisation culturelle. Une médiation à bout de souffle*, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble, 2006, p. 99.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

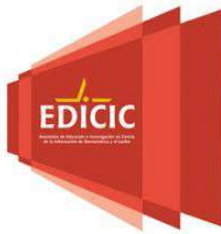
Desse modo, de acordo com o documento, a biblioteca pública apresenta-se como porta de acesso local ao conhecimento que fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais, assumindo as funções de educação, cultura e informação, da mesma forma que é agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres. (MANIFESTO, 1994).

No Brasil, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, tendo como objetivo principal o fortalecimento das bibliotecas públicas. Após a criação do SNBP, a Biblioteca Nacional publicou, em 1995, um manual que buscou atender aos apelos feitos, em 1994, durante o “IV Encontro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas”, destacando questões apresentadas no Manifesto da IFLA/ Unesco sobre bibliotecas públicas. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

Desse modo, a Fundação Biblioteca Nacional, amparada em tal Manifesto, define o papel da Biblioteca Pública na atualidade como “a mais democrática instituição de caráter cultural e educacional”, baseada na “igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 17).

Essas diretrizes serviram de base para compreender a biblioteca contemporânea, tal qual a conhecemos hoje, com o seu livre acesso, aberta a toda a população e com maior parte dos materiais disponíveis a todos os usuários; sua multiplicidade de materiais (livros, CD’s, DVD’s, jornais e revistas), com uma série de serviços de apoio à educação e formação do cidadão em todos os níveis, de promoção e incentivo à leitura, de formação do leitor. A Biblioteca Pública que passa a ser compreendida como dispositivo educacional, cultural e de convivência.

Contudo, mesmo com essas mudanças realizadas nos discursos e nas práticas de algumas bibliotecas públicas, podemos observar que todas essas políticas apresentam objetivos muito vagos, pautados no desgastado termo da democratização e na política de oferta, com o foco nos acervos ou na distribuição cultural, esquecendo-se, muitas vezes, do compromisso com a educação, a ampliação do atendimento e reconhecimento de necessidade



e expectativas da demanda. Desse modo, Donnat (2011) enfatiza o problema de políticas baseadas exclusivamente na oferta cultural e o que podem acarretar:

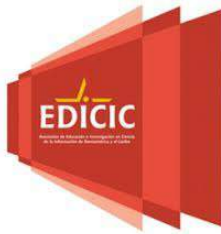
Permanecem assim convencidos de que as pessoas às quais se dirigem estão prontas para aderir aos modelos que lhes são propostos: para eles, o desejo de cultura está sempre lá, presente, mesmo que mudo, escondido atrás dos “maus hábitos” (a televisão, a rotina ou as mentalidades que, como sabemos, evoluem sempre lentamente) ou represado por coerções materiais (o preço, a distância da oferta etc.) que bastaria superar para que a “revelação” ocorresse (DONNAT, 2011, p.23)

Nessa mesma perspectiva, Perrotti e Verdini (2008) também apontaram para as limitações de políticas pragmáticas e de oferta, como no exemplo das práticas de distribuição de livros, travestidas de políticas de leitura. Assim, os autores enfatizam que a distribuição, se indispensável, vira *distributivismo*, ou seja, trata os bens culturais como se fossem um bem material qualquer, sem considerar sua dimensão simbólica e sua natureza específica implicando formas de mediação que não se esgotam no acesso físico aos objetos culturais. Para formar leitores que se apropriem da dimensão simbólica dos escritos, completam os autores, é necessária uma “tarefa muito mais complexa que a simples distribuição física de livros, implicando mediações socioculturais que necessitam ser mobilizadas – e mobilizadoras –, para que os materiais distribuídos sejam efetivamente apropriados em suas múltiplas dimensões culturais” (PERROTTI; VERDINI, 2008, p. 2).

Daí a necessidade de superação do paradigma acesso/difusão cultural nas políticas e práticas das bibliotecas, considerando-se que novas configurações e funções podem conviver com princípios culturais herdados da modernidade, refazendo-os, contudo, em novos sentidos. Daí a proposta das “estações do conhecimento”, concebidas no âmbito da apropriação cultural, compreendida em sua dimensão de apropriação simbólica.

Nesse contexto, Pieruccini apresenta a biblioteca para crianças e jovens a partir da ideia de dispositivo, como segue:

A biblioteca para crianças e jovens é um dispositivo complexo, constituído por elementos heterogêneos: arquitetura e ambiente, técnicas e tecnologias, processos e produtos, regras e regulamentos, conteúdo materiais e imateriais, responsáveis por sobrepor significados aos significados por ela guardados, constituindo elementos de sua natureza (PIERUCCINI, 2004, p. 37).



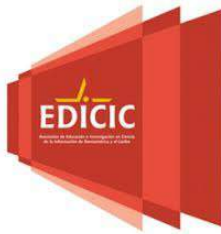
Desse modo, a biblioteca é pensada pela autora como espaço para a criação de significados, tendo a apropriação cultural como objetivo e norte orientador, distinto da difusão/ assimilação cultural, na medida em que a apropriação é uma atividade de invenção e de produção de sentidos e que está intimamente ligada ao conceito de protagonismo. A apropriação implica “o investimento do sujeito na ação por ele realizada, movido por forças vitais do desejo e da vontade” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008, p. 73 e 74).

Dada a complexidade contemporânea, apropriar-se de informação e cultura implica domínio de saberes e fazeres que não se dão apenas de modo informal. É preciso, em decorrência, “infoeducar”, de forma sistemática, embora não escolarizada, a fim de permitir aos sujeitos apropriarem-se não só de conteúdos, mas dos percursos e trânsitos necessários para se navegar nos caminhos turvos dos oceanos da informação, sem se perderem no emaranhado de signos que caracterizam a contemporaneidade (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008).

Caberia, assim, às bibliotecas assumir papel educativo de orientar, de forma programática e sistemática, para o domínio de saberes metainformacionais indispensáveis à apropriação da “cultura da informação” característica de nossa época. Sob tal perspectiva, diferentemente do que vem ocorrendo com as abordagens funcionalistas que vem caracterizando a “information literacy”, a Infoeducação não seria apenas um modo de adaptação às “tecnologias intelectuais” de nossa época. É, antes, a formação de uma atitude afirmativa face à cultura, exercida no aqui e agora dos diferentes contextos culturais, por protagonistas sintonizados com valores situados além das esferas da vida privada, mesmo se as incluam. Não se busca, portanto, o estímulo à formação de consumidores culturais; antes, a cidadania cultural, isto é, o estabelecimento de relações afirmativas, criativas e criadoras com a cultura e seus processos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à confusão dos discursos e à diluição por eles operada entre os conceitos de livrarias *megastores* e bibliotecas, todavia, se há semelhanças que as aproximam, há objetivos, finalidades distintas que acabam configurando ordens igualmente distintas e que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

não permitiriam às bibliotecas seguirem o modelo de renovação comercial, próprios das livrarias.

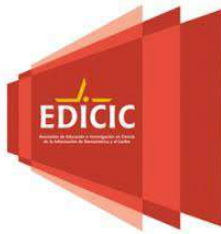
Nesse sentido, ainda que possam conviver, complementar-se, comércio e cultura são categorias que jamais podem se reduzir completamente uma à outra, face aos objetivos que lhes são próprios e distintivos, mesmo nos tempos atuais. Se uma livraria não pode, no limite, ceder completamente à “tentação” culturalista, abandonando sua vocação econômico-financeira, da mesma forma, uma biblioteca não pode ceder à “tentação mercadológica”, sem se constituir em templo de consumo, mesmo se imaterial.

Um ponto a ser destacado como crise de identidade das instituições culturais diz respeito às novas demandas históricas, especialmente as decorrentes das heterogeneidades dos públicos das instituições culturais como as bibliotecas. Nessa perspectiva, Perrotti e Pieruccini (2008) nos aponta para a importância de rompermos o paradigma da difusão cultural, pois, na contemporaneidade, teríamos outra demanda paradigmática, ou seja, o paradigma da apropriação cultural como resposta aos limites dos paradigmas precedentes, entendendo a biblioteca como um espaço em que o sujeito não apenas “assimila”, mas “se apropria” da cultura.

Nesse sentido, a biblioteca passa a ter que reorganizar seus processos em todos os níveis, já que não se trata mais de apenas ofertar, dar acesso aos bens culturais, transmitir repertórios, mas de mediá-los, de reconhecê-los, de atuar no sentido de que eles não só circulem, mas que estabeleçam diálogos, negociações com públicos diferentes, heterogêneos e que estão em busca não somente de informações, mas, sobretudo de expressão, de afirmação cultural – de reconhecimento identitário.

Se o paradigma da apropriação cultural é exigência especial dos novos tempos, o que temos observado, por outro lado, é que, em parte, as bibliotecas não superaram o paradigma da difusão cultural, a que se submeteram nos chamados tempos modernos, continuando, em sua maioria, a operar, ainda, segundo uma perspectiva patrimonialista ou difusionista que coloca em primeiro plano os acervos, os bens culturais, seja para conservá-los ou divulgá-los. Estes devem ser assimilados e não apropriados pelos sujeitos.

É importante destacar que as livrarias *megastores*, por suas próprias condições, apresentam uma tendência a incorporar estratégias de marketing cultural inovadores, para ampliar a difusão de seus produtos junto ao público consumidor. Sendo assim, mesmo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

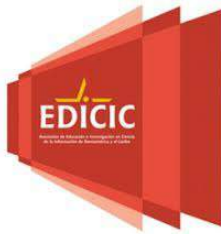
UFMG

envolvendo-se obrigatoriamente com as questões culturais, talvez seja possível dizer que livrarias oferecem livros e outros objetos culturais a serem comprados; bibliotecas, oferecem repertórios a serem apropriados.

Desse modo, é interessante pensarmos no sentido profundo dos vários discursos que conferem às novas concepções de livrarias papel de referência para a renovação das bibliotecas, uma vez que não se trata simplesmente da desconstrução de um discurso, mas da construção de referências teóricas e metodológicas para a definição e organização da vida sociocultural.

Um ponto a ser destacado que talvez responda à confusão nos discursos que fundem modelos de livrarias e bibliotecas, é o fato de que boa parte das bibliotecas no Brasil opera segundo o paradigma da difusão cultural referido, reduzindo às dimensões de marketing suas importantes dimensões educativa, formativa e cultural. Nessa perspectiva, as bibliotecas necessitam, por exemplo, extrapolar suas ações para além das atividades exclusivamente pontuais - ligadas à lógica do evento - incorporando, efetivamente, ações ocasionais a processos educativos e culturais regulares e contínuos. Em outras palavras, demandam-se das bibliotecas políticas educativas e culturais permanentes e consistentes, capazes de criar elos importantes e necessários entre os sujeitos, o conhecimento e a cultura.

Assim, as bibliotecas devem ir além da dimensão distributivista, assumindo uma dimensão relacional em que está implicada uma série de ações e atitudes voltadas para a apropriação cultural, atuando de modo distinto às livrarias no sentido de que não é um espaço apenas para a ação, como Bauman (2001) pontuou ao falar dos espaços sociais, mas não-civis. Sob esse aspecto, as livrarias estariam mais próximas dos “templos de consumo” a que Bauman se refere, destacando que sua intencionalidade primeira é a relação de compra e venda dos produtos por sujeitos que já possuem uma proximidade com a cultura escrita. Tal relação “de consumo” pode ser percebida na própria organização dos livros no espaço das *megastores*, na permanência de cada título nas estantes em destaque. Só ficam aí enquanto vendem bem. Outro ponto importante que marca a distinção das livrarias *megastores* em uma perspectiva dos “templos de consumo” é o caráter implícito, porém presente, de distinção social que apresentam. Ali, nem todos os públicos são bem-vindos ou têm atendimento idêntico. A preferência é dada sempre a potenciais consumidores e é este o traço que os identifica e homogeneiza aos olhos da instituição.



Se, evidentemente, referimo-nos a livrarias no exterior e no Brasil comprometidas com aspectos que extrapolam as relações econômicas; se não se trata, portanto, de ignorar o papel cultural inclusive das livrarias *megastores*, da atualidade, não há, portanto, como deixar de apontar e reconhecer a intencionalidade, a vocação e as dinâmicas que identificam e distinguem, ao menos conceitualmente, cada instituição. Dessa forma, é possível vislumbrar critérios que permitem avaliar suas políticas e práticas, direcionando-as para caminhos que apontem para seus objetivos e fins próprios.

Conclui-se, portanto, que a implantação de um modelo único de biblioteca, ou seja, de grandes bibliotecas públicas que seguem os padrões das livrarias *megastores*, como modelo único para todas as bibliotecas parece ser tão questionável quanto o modelo único das livrarias *megastores*. A apropriação cultural demanda tempos, espaços, relações especiais e diferenciadas que necessitam ser consideradas pelas instituições culturais.

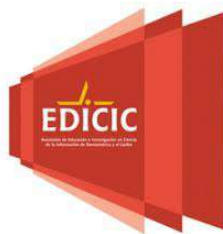
Nessa perspectiva, talvez não exista (ou não deva existir) um único modelo a ser adotado para todas as bibliotecas públicas, livrarias ou instituições culturais. A pluralidade, a diversidade parece ser o caminho mais indicado nesse sentido. Daí ser de fundamental importância que a sociedade e os pesquisadores da área estejam atentos quanto às identidades (ou novas identidades) das bibliotecas e instituições culturais, pois corre-se o risco de discursos homogeneizantes ganharem a cena cultural, reduzindo-a ao mínimo denominador comum das operações funcionais, deixando de lado aspectos identitários fundamentais que dão lastro tanto à cultura como a nós próprios.

Se a biblioteca precisa ser ressignificada, é necessário que estejamos atentos aos princípios que a constituem como instituição educativa e cultural, legitimando seu lugar na esfera pública, comprometida com o diálogo, a apropriação, o protagonismo e a criação cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. – Londrina : Eduel, 2013.1 Livro digital. Disponível em:
http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf

ARENDDT, Hannah. **As esferas pública e privada. A condição humana**. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 31 a 88.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEACH, Sylvia. **Shakespeare & Company: uma livraria na Paris entre-guerras**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva: 2007.

CAUNE, Jean. **La démocratisation culturelle. Une médiation à bout de souffle**, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble, 2006, p. 99.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DARRAS, B. **Étude des conceptions de la culture et de la médiation**. MEI « Médiation et information », Paris, n.19, 2003. Disponível em: http://www.mei-info.com/wp-content/uploads/revue19/ilovepdf.com_split_4.pdf. Acesso em: 07 set. 2015.

DONNAT, O. **Democratização da cultura: fim e continuação?** *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n.12, p.19-34, 2011. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001829.pdf>

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. – Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000. Disponível em: http://consorcio.bn.br/consorcio/manuais/manualsnbp/ArquivoFinal28_08.pdf

GOULEMOT, Jean-Marie. **Bibliotecas, enciclopedismo e angústia da perda: a exaustividade ambígua das Luzes**. In: BARATIN, M; JACOB, C (direção). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2000.

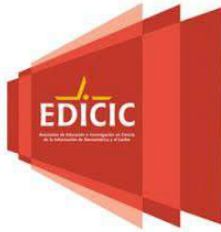
KLEIN, N. **Why Being a Librarian is a Radical Choice**. Dissident Voice, New York, 15 Jul. 2003. Disponível em: < http://www.dissidentvoice.org/Articles7/Klein_Librarian.htm>. Acesso em: 14.Set.2015.

MELLO, Alex Fiuza de. **Globalização**. In: WILLIAMS, R. **Palavras-Chave**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007. Verbete, Apêndice, p.429-431.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê Editorial. 2002.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984,

PASSOS, Marcos Paulo de. **O ato lúdico de conhecer: a pesquisa como processo dialógico de apropriação de dispositivos informacionais e culturais**. 2013. 125f. Dissertação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

(Dissertação de mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M.L.G, FUJINO, A. NORONHA, D.P. (orgs) **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2008. p.46-97

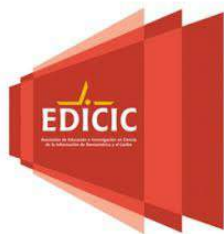
PERROTTI, E.; VERDINI, A. S. . Estações do conhecimento: espaços e saberes informacionais. In: Lucília Maria Sousa Romão. (Org.). **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Alfabeta, 2008, p. 13-40.

PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. São Paulo: Editora 34, 2013.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca da informação em educação**. Tese de Doutorado. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

UNESCO. **Manifesto da Ifla/ Unesco sobre Bibliotecas Escolares**. Paris, 1999. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>

UNESCO. **Manifesto da Ifla/ Unesco sobre Bibliotecas Públicas**. Paris, 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação

A INTERDISCIPLINARIDADE NOS DOMÍNIOS EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COM AS CIÊNCIAS COGNITIVAS

INTERDISCIPLINARITY IN EPISTEMOLOGICAL DOMAINS OF INFORMATION SCIENCE WITH COGNITIVE SCIENCE

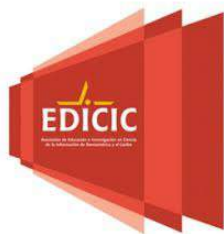
José Carlos Sales dos Santos, UFBA

Resumo: O movimento da interdisciplinaridade consiste em promover confluências de disciplinas orientadas à compreensão de fenômenos da realidade. Com o conhecimento seccionado, a ciência encontrou entraves para solucionar problemas complexos no âmbito natural e social. Como os domínios disciplinares não cumpriam satisfatoriamente o âmago do conhecimento humano, uma solução consistiria em confluir conceitos e metodologias provenientes de determinados domínios dos saberes para resolver determinadas demandas sociais. Pautadas nestas premissas, a presente comunicação objetiva analisar as fronteiras discursivas da interdisciplinaridade da Ciência da Informação (CI) com as Ciências Cognitivas (CC), prerrogativas à compreensão dos domínios epistemológicos do fomento a pesquisas em 'informação'. Para cumpri-lo, engendraram-se revisões acerca dos conceitos de informação e conhecimento, no âmbito da CI, e debates críticos relativos à interdisciplinaridade. As análises teórico-conceituais indicaram que a interdisciplinaridade considera a convergência de perspectivas de disciplinas, autorizando o compartilhamento equânime de conceitos e metodologias. As considerações finais evidenciaram que a interdisciplinaridade resguarda responsabilidades, ética e procedimentos criteriosos para refutar equívocos terminológicos devido à insipiência dos saberes.

Palavras-chave: Epistemologia. Interdisciplinaridade. Ciência da Informação. Ciências Cognitivas.

Abstract: The interdisciplinarity is to promote convergence between disciplines oriented to understanding phenomena of reality. With transected knowledge, science found barriers to solve complex problems of natural and social environment. As sectioned disciplinary areas not satisfactorily fulfilled the core of human knowledge, one solution would be to conflate the concepts and methodologies from certain areas of knowledge to meet certain social demands. Guided these premises, this communication aims to analyze the frontiers of interdisciplinarity of Information Science (IS) with the Cognitive Sciences (CS) prerogatives to understand the epistemological domain of fostering research in 'information'. To meet the goal, engineered to discussions about the concepts of information and knowledge within the IC, and critical discussions on interdisciplinarity. The theoretical and conceptual analysis indicated that interdisciplinarity considers the convergence of perspectives of disciplines, allowing the equitable sharing of concepts and methodologies. The final considerations show that interdisciplinarity safeguards responsibilities, ethics and procedures for judicious terminology refute misconceptions due to the immaturity of knowledge.

Keywords: Epistemology . Interdisciplinarity. Information Science. Cognitive Sciences.



1 INTRODUÇÃO

Compreender a operacionalização da cognição humana remonta à Filosofia de Platão e Aristóteles, e permeia os interesses de pesquisas de campos do conhecimento mais contemporâneos, como a Psicologia, Neurociências, Ciência da Computação, Inteligência Artificial e Ciência da Informação (CI). A informação associada a estruturas cognitivas prévias de indivíduos autoriza a elaboração de novos saberes, mas também emergem problemáticas que permeiam estudos relativos à compreensão da mente, ou seja, como os sujeitos percebem, interpretam e apreendem o mundo. Assim, compreender os processos mentais de assimilação e acomodação de informações situa com propriedade os estudos e os domínios das Ciências Cognitivas (CC), anteriormente reservadas às elucubrações filosóficas acerca pensamento e conhecimento humanos.

Como a ciência presume a incorporação de revoluções nos paradigmas¹ pertinentes a tempos e espaços específicos, postulados por métodos que autorizam evidenciar resultados provisórios da realidade, as CC partem de modelos e contribuições de diversos campos de saberes. Entretanto o *modus operandi* da ciência emerge um problema de contorno teórico, que permita demarcar as pesquisas e as observações, ou seja, aumentar o conhecimento humano alicerçado em métodos apropriados. O problema de demarcação consiste em encontrar mecanismos que diferenciem as teorias empíricas científicas das teorias pseudocientíficas, e para solucioná-lo o autor indica o critério de falsificabilidade, correspondendo à submissão da teoria científica a testes empíricos genuínos que resultem em refutações – solução popperiana orientada ao problema de indução. O problema de demarcação constitui a procura de critérios para demarcar a essência científica das teorias, distinguindo-as das disciplinas não científicas.

Anunciadas as prerrogativas filosóficas e científicas do conhecimento humano, a presente comunicação objetiva analisar as fronteiras da interdisciplinaridade da Ciência da Informação (CI) com as Ciências Cognitivas (CC), compreendidas nos domínios epistemológicos de fomento a pesquisas em ‘informação’. Para cumprir o referido objetivo, engendraram-se discussões acerca dos conceitos de informação e conhecimento e debates

¹ No livro *A estrutura das revoluções científicas*, Thomas S. Kuhn (2013) endossa que as ciências evoluem a partir de modelos, representações e interpretações do mundo (paradigmas) que elaboram problemas e evidenciam soluções modelares orientadas à comunidade científica.



críticos relativos à interdisciplinaridade. As análises teórico-conceituais, contidas na seção orientada às discussões entre a CI e a CC, indicaram que a interdisciplinaridade considera a convergência de perspectivas de disciplinas, autorizando o compartilhamento equânime de conceitos e metodologias. As considerações finais evidenciam que a interdisciplinaridade resguarda responsabilidades, ética e procedimentos criteriosos para refutar equívocos terminológicos devido à insipiência de determinados saberes.

2 UMA EPISTEMOLOGIA PARA OS ESTUDOS INFORMACIONAIS

A informação constitui o sustentáculo à história da humanidade, interferindo no processo de elaboração social, cultural, econômico. Com o cessar da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento dos primeiros computadores – utilizados no âmbito militar e acadêmico – e a proveniência da CI, como disciplina na metade do século XX, o conceito de *informação* alcança diversas conotações e complexidades inerentes aos contornos epistêmicos da palavra. As tensões conceituais do termo *informação* revelam uma dinâmica à significação das palavras no processo histórico, e os contornos semânticos para a compreensão do mundo em momentos específicos. As tecnologias da informação e comunicação, especificamente a rede mundial de computadores, representada pela internet, caracterizaram o desenvolvimento da sociedade engendrada na informação que supera o tempo e o espaço, anteriormente pré-definidos.

Na perspectiva das discussões conceituais de informação, Capurro e Hjørland (2007) discutem as origens latinas e gregas do termo. No *Thesaurus Linguae Latinae*, publicado em 1900, encontram-se indicações detalhadas da utilização dos termos *informatio* e *informo*, que remonta a Virgílio (poeta romano clássico, 70-19 a.C.) ao século XIII. Contudo, a utilização ontológica de *informatio* tornou-se obsoleto nas línguas modernas, que herdaram a palavra latina, transfiguraram-na em *information* (ressalta-se, entretanto, que conservou-se o significado epistemológico). Infere-se que a obsolescência do sentido ontológico, no decorrer da história, corresponderia ao declínio da filosofia escolástica da Idade Média, especificamente com o surgimento da ciência empírica moderna inglesa, com John Locke e David Hume.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Acomodada na filosofia empirista, a informação parecia descrever os mecanismos de sensação humana, ou seja, os objetos presentes no mundo real *informam* ao sentido. Os autores argumentam que a sensação difere da forma, pois a primeira relaciona-se ao aspecto sensorial e a segunda ao intelectual. *Informado* significava “moldado por”, posteriormente substituído por “relatos recebidos de” devido à mudança do *locus* de ação (do cosmo para a consciência), “o sentido do termo mudou de unicidade (forma em Aristóteles) para unidade (de sensação)”. O empirismo, entretanto, não concebia formas intelectuais pré-existentes que não a própria sensação, deslocando-se “da estrutura para a essência, da forma para a substância, da ordem intelectual para os impulsos sensoriais” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.159), em contraposição ao conceito ontológico medieval de *moldar a matéria*.

Assim, o termo *informação* evidencia uma dinâmica repousada e vinculada à significação das palavras no processo histórico, assim como os contornos semânticos para a apreensão do mundo em tempos e espaços específicos. A interferência do processo histórico no conceito de ‘informação’ constitui o objeto de investigação na CI, e alicerça-se nos sistemas de construção, comunicação e uso diversificados da informação, a partir de disciplinas como a biblioteconomia, documentação, jornalismo e, posteriormente, a psicologia, informática, sociologia das ciências e outras. Para Buckland (1991), o termo informação apresenta três dimensões conceituais: (a) a informação como processo, que corresponde à deliberação de informar, quando o sujeito conhece e modifica as estruturas cognitivas prévias; (b) a informação como conhecimento (intangível), que a imputa o caráter de reduzir incertezas/ lacunas preexistentes nestas estruturas (há situações, contudo, que a informação poderá recrudescer, e muito, as incertezas) e; (c) a informação como coisa (tangível), que correspondem a expressões, descrições ou representações registradas. Os conceitos supracitados estão anunciados na seguinte figura-síntese:



Quadro 1. Quatro aspectos conceituais da informação

INTANGÍVEL	TANGÍVEL
Entidade 2. Informação como conhecimento Conhecimento	3. Informação como coisa Dados e documentos
Processo 1. Informação como Processo Tornando-se informado	4. Processo da Informação Processamento de dados

Fonte: Buckland (1991). Tradução do autor.

O conhecimento e a informação como conhecimento (intangível) e a informação como coisa (tangível) distinguem-se no processo e na materialidade, respectivamente. Considera-se, entretanto, que o conhecimento poderá ser representado, com códigos, sinais, dados, documentos, filmes, e somente a representação deste conhecimento constitui-se como a ‘informação como coisa’, que interessa especialmente aos estudos de sistemas de informação. Assim, as tecnologias da informação apresentam como objeto a concepção de produtos, sistemas e serviços que viabilizem a construção, processamento e comunicação; ou na equação resumida a ‘informação como processo’ intencionaria informar os sujeitos (uso da informação – usuários), potencializando a elaboração de conhecimento (informação como conhecimento).

A partir da perspectiva cognitiva, Brookes (1980) desenvolve a equação fundamental com o intuito de estabelecer os conceitos de informação e conhecimento na CI. No artigo *The Foundation of Information Science*, B. Brookes discute os problemas epistemológicos que remontam a teoria de Platão e a formalização lógica de Aristóteles, perpassando pela teoria do conhecimento. No enlace argumentativo, o autor indicava que a ‘informação’ comportava dificuldades conceituais e, no circuito das ciências sociais, a CI debruça-se com afinco nas interações correspondentes aos processos mentais e físicos, assim como nas modalidades objetivas e subjetivas do pensamento humano. Com o propósito de conceituar o termo ‘informação’, o autor recupera a concepção de conhecimento objetivo popperiana, e revela que CI deveria superar a teoria subjetiva do conhecimento. O estudo objetivo do conhecimento justifica a legitimidade para a instituição de uma nova ciência.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Como a informação provoca alterações conceituais no indivíduo, e potencializa determinadas correspondências com conteúdos prévios às estruturas cognitivas destes, a sua apreensão poderá sinalizar resoluções de problemas. A informação, então, carece de atribuição de sentido para auxiliar na elaboração de conhecimento; considerar a ausência e estruturar mecanismos para a sua recuperação em sistemas e processos informacionais também autoriza aos indivíduos constatar e superar os ‘espaços’ ou ‘deficiências’ cognitivas, denominados por Belkin (1980) de estado anômalo de conhecimento (o *Anomalous States of knowledge*). O propósito é sobrelevar as lacunas humanas para responder às situações-problema que emergem, a partir do reconhecimento da insuficiência ou inadequação.

Considerando o conceito de estado anômalo de conhecimento, Brookes (1980) elaborou a ‘Equação Fundamental da Ciência da Informação’, representada da seguinte maneira: $K [S] + \Delta I = K [S + \Delta S]$. A equação representa uma estrutura prévia de conhecimento ($K [S]$) e a mudança deste estado anômalo para novas estruturas, concebida por $K [S + \Delta S]$ e com interferência da informação ΔI . O ΔS indica o resultado das modificações ocorridas nas estruturas cognitivas dos indivíduos, no contexto social. Considerada como pseudo-matemática, a estrutura da equação descreve de maneira compacta a concepção dialógica de informação e conhecimento no processo de operar novos saberes. O ΔI (informação) poderá, segundo o autor, apresentar efeitos variados em diferentes estruturas de conhecimento, que dependerá da observação sensorial; ressalta também que a apreensão da informação em estruturas de conhecimento poderá superar um complemento, mas sim estabelecer acomodações que correlacionem estruturas ou conceitos previamente admitidos.

As problemáticas relativas à circulação, mediação e comportamento de insumos informacionais, e os possíveis desdobramentos pertinentes à produção, organização, representação e disseminação de conteúdos, interessam ao escopo epistemológico da CI. Apesar de circular e pertencer a diversos domínios do conhecimento humano, o fenômeno informação encontra prerrogativas seguras nesta disciplina para desenvolver estudos que cumpram as necessidades sociais, com desígnios particulares de investigação. Procura, sobretudo, a comunicação de informações contextualizadas e orientadas a indivíduos, organizações e instituições, considerados terminologicamente como usuários, para cumprir as necessidades informacionais e superar as lacunas presentes no lastro cognitivo (no caso dos



indivíduos) e na estrutura da cultura estratégica (no caso das organizações e instituições sociais).

O domínio da CI representa, assim, a disseminação específica de conteúdos produzidos e previamente registrados em sistemas tecnológicos de armazenamento, i.e., recupera informações acumuladas no decorrer da história da humanidade para satisfazer possíveis lacunas cognitivas dos usuários. Os avanços científicos e técnicos acumulados no século XX ocasionaram uma ‘explosão informacional’; episódio que anuncia o desenvolvimento da CI como campo interdisciplinar de conhecimento que, para Japiassú (1975), corresponderia a interações e métodos intrínsecos às disciplinas envolvidas, pois os objetos de análise aparecem, alteram, desaparecem ou, a partir das conveniências sociais, podem ser enfatizados.

Os fatores históricos supracitados conduziram, segundo Saracevic (1996) e Capurro (2003), a estudos teóricos e experimentais acerca da informação, a estrutura do conhecimento e o comportamento humano diante da informação (estudo de usuários); a interação homem-computador; a relevância, utilidade e obsolescência da informação, consubstanciadas a medidas e métodos de avaliação dos sistemas de recuperação de conteúdos, dentre outros. O paradigma fisicista, que analisava a natureza, as manifestações, os resultados e os processos da recuperação da informação (RI), desloca-se, na década de 1970, para o usuário e as possíveis interações. As necessidades e o comportamento informacionais dos indivíduos alcançam, a partir deste período, uma representatividade nas pesquisas empreendidas na Ciência da Informação.

3 O DOMÍNIO DAS CIÊNCIAS COGNITIVAS

Para Dupuy (1996) as ciências cognitivas, que admitem o conhecimento como reprodução, simulação e representação, remontam ao emblemático artigo do matemático britânico, Alan Turing, o ‘*On computable numbers, with an application to the entscheidungsproblem*’, publicado em 1936. O artigo enunciava as bases da denominada ‘nova ciência da mente’, e propunha a resolver um problema de lógica da decisão proposto por David Hilbert (*Entscheidung*). A. Turing apresenta uma formalização matemática de noção abstrata de máquina, como memória, estados e transições, definida de ‘máquina de



Turing'. O referido artigo também evidenciava uma máquina de Turing 'universal', que apresentava a competência de imitar, mimetizar, reproduzir e simular comportamentos de máquinas de Turing particulares, que propunha copiar cada faculdade particular da mente, i.e., uma máquina de Turing universal reproduz qualquer máquina de Turing particular, e suas variantes.

Mas o movimento cibernético do século XX consolida o projeto desta nova disciplina, com o artigo assinado por Arturo Rosenblueth, Nobert Wiener e Julian Biglow, intitulado de '*Behavior, purpose and teleology*'. Importante salientar que a citada pesquisa estava tutelada pelo matemático estadunidense, Warren Weaver, e co-assinada por Claude Shannon, e correspondia à Teoria Matemática da Comunicação (*The mathematical theory of communication*). O artigo assume como objetivo definir o estudo comportamental dos fenômenos naturais para classificá-los, considerando o comportamento como uma modificação do objeto observada externamente. A cibernética prevista no artigo corresponde aos dispositivos que convertem mensagens de entrada (*input*) em mensagens de saída (*output*), impedindo de restringi-los à concepção behaviorista de estímulo-resposta devido à noção de *feedback*.

Os cientistas envolvidos nesta empreitada, como matemáticos, engenheiros e neurobiólogos, propunham construir uma Ciência preocupada com o funcionamento da mente humana, e Dupuy (1996), Gardner (2002) e Andler (2006) relatam a história dos esforços intelectuais dos 'pioneiros da cognição'. Com os dados históricos advindos das dez Conferências de Macy, entre os anos de 1946 a 1953, os autores analisam exaustivamente as principais tendências das ciências cognitivas. Como a constituição de novos domínios do conhecimento causa incertezas e conflitos epistemológicos, a composição desta 'nova ciência' não poderia ser diferente. Os autores recuperam o particular confronto do psiquiatra Warren McCulloch com o matemático John Von Neumann, no Symposium de Hixon, em 1948. Os problemas corresponderam a perspectivas de modelos particulares de ciências compreendidos McCulloch e von Neumann, como a Teoria Lógica e Geral dos Autômatos e as bases biológicas e psicológicas dos sujeitos.

Os desafios relativos à constituição dos contornos epistemológicos sempre permearam as ciências, principalmente àquelas surgidas no século XX, e as controvérsias representam uma oportunidade para consolidar as discussões e avançar o conhecimento. Sem a vantagem



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

da dúvida não haveria motivos para prosseguir em pesquisas, e os saberes estariam condicionados a orientações obsoletas, com validade duvidosa. Os debates representam uma oportunidade ao progresso das ciências, à elaboração de problemas de investigação e à procura de soluções que cumpram os anseios sociais. A interdisciplinaridade e as inovações tecnológicas também constituem dispositivos essenciais ao avanço das ciências e à redução de incertezas pertinentes ao tempo e espaço específicos, e as CC pautam-se em concepções para afiançar o *corpus* e *status* científico, com a compreensão da mente.

No lastro das discussões científicas, Gardner (2002) apresenta cinco ‘síntomas’ da ciência cognitiva alicerçadas em pressupostos centrais e aspectos metodológicos/ estratégicos que correspondem às características da referida ciência, como: as origens nos problemas filosóficos clássicos, as representações, os computadores, atenuação aos aspectos relacionados ao afeto, contexto, cultura e história e confiança nos estudos interdisciplinares. Estas características contribuirão para fundamentar determinadas discussões da presente comunicação, principalmente no que tange à centralidade do computador e à interdisciplinaridade nas CC. Importante ressaltar que os debates empreendidos até então apresentam imbricações teóricas e conceituais pertinentes ao tema de investigação proposto neste *paper*.

H. Gardner considera os problemas filosóficos clássicos como elementos-chave da ciência cognitiva contemporânea, como os debates elucubrados pelos filósofos gregos. Contudo esta proposição apresenta controvérsias. O autor aponta que determinados cientistas cognitivistas reconhecem, com facilidade, a relevância e a inevitabilidade de formulações filosóficas para a ciência, enquanto outros consideram o campo de atividade filosófico irrelevante, ou mesmo prejudicial, ao esforço da ciência cognitiva. Parece distante estabelecer um acordo referente à relevância dos escritos filosóficos clássicos, como *Mênon* de Platão, *Cogito* de R. Descartes e *A crítica da razão pura* de I. Kant. As aludidas controvérsias diminuem no momento do reconhecimento da Filosofia no processo de identificar problemas pertinentes à mente e conhecimento humanos, assim como reflexões acerca do âmbito e da natureza da ciência cognitiva.

A característica seguinte equivale ao nível da representação, que o cientista apreende-se com entidades representacionais, como símbolos, regras, imagens, e explora as maneiras que as entidades analisadas comportam-se ou contrastam-se. Este nível procura explicar a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

diversidade do comportamento, ação e pensamento humano. Entretanto os críticos da concepção representacional advêm das escolas comportamentalistas, e admitem que a construção da mente (representação mental) apresenta problemas basilares. Segundo os críticos, o sentido mais coerente condiz em defender estruturas neurológicas ou comportamento manifestos, em detrimento a ideias, conceitos ou regras; e insistir no nível representacional é enganador, desnecessário ou incoerente. As discussões teóricas contemporâneas entre cientistas cognitivistas equivalem à conceituação adequada das representações mentais. Enquanto uma corrente de pesquisadores endossa a representação mental caracterizada, geralmente, por proposições ou enunciados, a segunda propõe a representação mental semelhante à figura (ou imagem); mas ambas aceitam a evidência da representação dos processos mentais correlacionados ao sistema nervoso central (apesar de manterem desacordos concernentes à relevância da ciência do cérebro para a investigação da cognição).

Com o advento dos computadores, nas primeiras décadas do século XX, possibilitou libertar e reestruturar os estudos preocupados com a compreensão da mente, servindo de modelo ao pensamento humano. O computador constitui um instrumento primordial ao trabalho da ciência cognitiva, devido às situações elaboradas por cientistas que simulam determinados processos cognitivos no computador. A inteligência artificial, construída a partir da simulação do computador, é considerada como a disciplina central nas CC, mas com algumas ressalvas dos campos da linguística e psicologia. Para aumentar as ressalvas relativas ao computador e à inteligência artificial nos domínios das ciências cognitivas, os neurocientistas ainda indicam que cérebro independerá dos modelos computacionais intervenientes; os antropólogos consideram que o pensamento humano reside nas causas históricas e culturais.

Para consolidar a ciência cognitiva e refutar aspectos que inviabilizem respostas adequadas aos problemas de investigação, os cientistas cognitivistas atenuam – mas não refutam – a centralidade dos afetos, dos contextos que circundam os pensamentos ou das análises históricas e culturais. Os críticos mais radicais do cognitivismo sustentam que o afeto, a história e o contexto nunca poderão encontrar potência na explicação científica devido às dimensões humanísticas ou estéticas, e que poderiam reincidir no domínio de outras disciplinas ou práticas. Em contrapartida, os estudos interdisciplinares autorizam uma solução



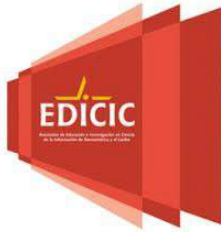
ao progresso das CC, recuperando conceitos e metodologias de outras ciências para matizar o próprio escopo de investigação.

Os diversos posicionamentos, contradições e celeumas, orientados à compreensão das CC, correspondem a intentos científicos para fortalecer o campo do conhecimento. Para Gardner (2012, p.74), a “perspectiva sistemática, lógica e racional da cognição humana, que dominou a literatura inicial da ciência cognitiva, não descreve adequadamente [...] o comportamento e o pensamento”, por isso reclama por modelos ‘verdadeiros’ do pensamento indicado. Apesar de envolver disciplinas da psicologia cognitiva, inteligência artificial e filosofia, citadas anteriormente, a fronteira da ciência cognitiva também envolve outras disciplinas, como a CI. Interessa à presente comunicação, então, discutir os principais aspectos interdisciplinares entre as CC e a CI para justificar a inserção desta pesquisa nos domínios epistemológicos da informação.

4 A INTERDISCIPLINARIDADE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COM AS CIÊNCIAS COGNITIVAS: ANÁLISES TEÓRICO-CONCEITUAIS

O movimento da interdisciplinaridade consiste em promover a integração de disciplinas orientadas a compreender fenômenos da realidade. Com os saberes compartimentalizados, paradigma marcante do século XX, a ciência encontrou profundos desafios para atender os problemas complexos oriundos do mundo natural e da sociedade. Como as disciplinas isoladas não cumpriam satisfatoriamente o âmago das proposições e necessidades humanas, a solução seria confluir conceitos e metodologias provenientes de determinados domínios do conhecimento para cumprir determinadas demandas e superar a deficiência da fragmentação oriunda da concepção moderna de ciência.

As CC e a CI estruturaram-se e consolidaram-se em propostas e vantagens da interdisciplinaridade, e continuam a perquirir correspondências epistemológicas com novas disciplinas. Os arranjos determinados pelos domínios do conhecimento humano visam a concentrar esforços para responder a problematizações multifacetadas evidentes em estudos contemporâneos. As respostas a complexidades do pensamento interferem diretamente no aumento exacerbado da disciplinarização, e a especialização permite o trânsito de conteúdos destes domínios, com aportes teóricos e práticos, com a intenção de apreender as interações



entre natureza e indivíduo/sociedade, conhecimento racional e sensível, assim como saberes aparentemente distantes na essência, mas indissociável na elaboração do sentido da realidade. Diferente da pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade procura a articulação e a integração dos resultados alcançados com a confluência das disciplinas envolvidas.

A complexidade supracitada compõe um desafio ao conhecimento, limitando-o à explicação simples. Edgard Morin (2010, p.190) endossa que:

O conhecimento complexo procura situar seu objeto na rede à qual se encontra conectado. De maneira inversa, o conhecimento simplificador visa conhecer isolando seu objeto, ignorando, portanto, o que liga a seu contexto e, mais amplamente, a um processo ou a uma organização global. O conhecimento complexo objetiva reconhecer o que liga ou religa o objeto a seu contexto, o processo ou organização em que ele se inscreve.

Assim, a simplificação do pensamento e o agravo da disciplinarização dificultam a apreensão da complexidade inerente à realidade. O desafio é conceber da realidade uma pretensa totalidade, sem preterir as concepções que ampliem a sua compreensão aproximada. O conhecimento admite perspectivas multidimensionais, próprias de suas construções epistêmicas, e requer disciplinas que componham um mosaico, uma trama, para unificá-las a um propósito científico. A simplificação deturpa e malogra os saberes, distanciando-os da essência das coisas, da percepção do mundo e da criticidade intelectual. Integrar as diferentes e legítimas categorias do conhecimento humano, que ultrapasse o campo científico, como as artes, a religião e a filosofia, também constitui uma importante estratégia para conceber na realidade, apreendendo-a. A interdisciplinaridade poderá cumprir estas prerrogativas.

Considerando os pressupostos e os desafios ao conhecimento, Pombo (2004; 2005; 2006) admite que a interdisciplinaridade revela incompreensões conceituais, inclusive perspectivas díspares e instáveis que permeiam especialistas da área. Diante deste cenário, a autora propõe uma definição para o termo ‘interdisciplinar’ e matiza argumentações terminológicas orientadas a palavras evidenciadas no prefixo *multi* ou *pluri*, *inter* e *trans*. A multidisciplinaridade ou a pluridisciplinaridade corresponde ao mínimo de coordenação entre as disciplinas, direcionadas, mas sem correspondências, a sujeitos e objetos de investigação. Na multidisciplinaridade acontece a justaposição e/ou paralelismo de disciplinas para atender a determinados problemas epistemológicos. As pesquisas pluridisciplinares direcionam



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

esforços para compreender as relações das disciplinas envolvidas no processo de análise da realidade, contribuindo para a transferência de informação e elaboração de conhecimento.

A interdisciplinaridade considera a convergência de perspectivas de disciplinas, autorizando o compartilhamento equânime de conceitos e metodologias que contribuam para a associação e percepção comum. A interdisciplinaridade procura, conjuntamente, o desenvolvimento de novos conhecimentos repousados nos movimentos disciplinares. A articulação das disciplinas, nos primórdios da modernidade, parecia improvável ou impossível de suceder, devido à dificuldade e à ausência de diálogos ocasionados pela disciplinarização, mas as ciências desenvolvidas na contemporaneidade indicam os primeiros esforços superados, apesar da permanência de dúvidas relativas à efetividade do emprego da interdisciplinaridade em pesquisas e estudos. A sua utilização deverá resguardar responsabilidades, ética e procedimentos criteriosos para refutar equívocos terminológicos devido à insipiência dos saberes.

A categoria ‘transdisciplinaridade’ também procura alcançar o conhecimento implicado na realidade. No *Manifesto da Transdisciplinaridade*, Basarab Nicolescu (1999) adverte que a transdisciplinaridade não representa uma disciplina, mas uma abordagem que resgata ao indivíduo novas perspectivas de conhecer. O prefixo *trans* indica, segundo o autor, uma imbricação multidimensional de disciplinas, e objetiva a compreensão do mundo presente orientado à unidade do conhecimento, ou seja, procura transgredir do legado da modernidade pautado no binarismo/dualidade cartesiano. A ausência da unidade do conhecimento motiva B. Nicolescu a remeter à revolução quântica, que questiona a concepção de realidade em contraponto à abstração, e à informática. Salienta-se, entretanto, que os referidos avanços incrementaram os inúmeros campos dos saberes e o sentido individual e social da existência humana.

O posicionamento interdisciplinar adotado na presente comunicação corresponderá à relevância das relações entre a CI com as CC, considerando a interpenetração destas disciplinas como a somatória para compreender determinadas temáticas orientadas à ‘informação’ e ao ‘conhecimento’. A análise detalhada das implicações interdisciplinares nas referidas ciências constituirá o marco teórico-conceitual preparatório para anunciar referidas temáticas, como as necessidades informacionais de usuários, as fontes e sistemas de informação, a relevância da cognição no processo de recuperação e uso de conteúdos. A



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

interdisciplinaridade poderá representar a estrada condutora no desenvolvimento de pesquisas no âmbito da CI.

O caráter interdisciplinar da CI confere à diversidade de pesquisadores, profissionais e estudiosos – como bibliotecários, engenheiros, cientistas da computação, psicólogos, empresários – preocupados com o aumento considerável do volume de informações. As contribuições das diversas áreas do conhecimento imputaram pesos variados à formação e à estruturação da mencionada ciência, aspecto essencial à introdução e permanência da interdisciplinaridade. Como aludido, o termo ‘interdisciplinar’ corresponde ao conceito e prática de caráter cambiante entre disciplinas tradicionais; caracteriza-se pela permanente interação colaborativa orientada à construção do conhecimento. Assim, a interdisciplinaridade procura catalisar áreas específicas de diversas disciplinas com o intuito de compreender, colaborativamente, fenômenos complexos a determinada área de conhecimento – caso analisados isoladamente.

Como campo interdisciplinar, a CI comporta disciplinas importantes para a compreensão de problemas e fenômenos informacionais advindos da sociedade. Desta forma, Seracevic (1996, 1999) recupera e discute quatro campos do conhecimento que estabelecem relações indispensáveis com o desenvolvimento da citada ciência: (a) biblioteconomia, (b) ciência da computação, (c) comunicação e (d) ciência cognitiva (incluindo a inteligência artificial, como indicado anteriormente). O campo comum entre a biblioteconomia e a CI consiste em responder aos anseios informacionais da sociedade, incluindo a preocupação comum com os problemas de utilização dos registros gráficos. Embora relacionados, a biblioteconomia e a CI constituem campos diversos (como a agenda de pesquisas estas áreas).

A interface interdisciplinar com a ciência da computação reside na aplicação de computadores, e da computação, no processamento e recuperação eficiente da informação, a partir de estudos sistemáticos dos processos algorítmicos. A relação da ciência da computação e a CI assenta, atualmente, em pesquisas acerca da evolução das bibliotecas digitais, com uma abordagem tecnológica, no início da década de 1990. Devido ao vultoso investimento de agências governamentais, este fenômeno atraiu a atenção de cientistas da computação, assim como profissionais e estudiosos advindos de diversas disciplinas. Os referidos campos evidenciam um componente significativo associado à representação da informação, provendo uma perspectiva, abordagem e paradigmas caracterizados às pesquisas em CI, como a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

formação acadêmica continuada. Com a comunicação, a CI possui interfaces e dimensões aproximativas respaldadas no interesse na comunicação humana, na confluência de determinadas correntes de pesquisa, no potencial de cooperação da prática profissional e dos interesses comerciais e empíricos.

As CC, para Saracevic (1995, 1996, 2009), compreendem um campo interdisciplinar recente à CI, e incorpora, como indicado, a psicologia, filosofia, antropologia, ciência da computação, a linguística, i.e., disciplinas interessadas na compreensão dos processos cognitivos no cérebro, a estrutura funcional da mente e da inteligência, percebida como manifestações mentais. Assim, duas áreas da ciência cognitiva que interessam diretamente a CI: a inteligência artificial (IA) e a interação homem-computador. Apesar de ambas também interessarem à ciência da computação, Saracevic (1996, p.51) admite que a

[...] importância determinante da ciência cognitiva reside na interação de enfoques extremamente diferenciados no tratamento de questões acerca do cérebro e da mente, das humanidades às ciências da vida, das ciências sociais às matemáticas, da lógica às engenharias. Embora [os referidos domínios do conhecimento interessem potencialmente] a CI, o mais próximo é constituído pelas questões levantadas e soluções tentadas na IA.

Com estudos focalizados nos usuários da década de 1970, as CC contribuem deliberadamente com as investigações acerca do comportamento informacional de indivíduos que perscrutam conteúdos, com os aspectos relacionados a pesquisas orientadas no cérebro e mente. A representação do conhecimento constitui o centro da ciência cognitiva, considerando as faculdades da mente associadas às propriedades de sistemas de processamento da informação. A mente comporta uma habilidade de representar a realidade condizente às experiências, conferindo-lhe uma intencionalidade particular. As imbricações interdisciplinares entre as CC e CI empreenderam novos contornos às investigações, conferindo ao usuário o protagonismo no processo da recuperação da informação.

Para determinar as preferências teóricas, a presente comunicação focaliza, prioritariamente, nos aspectos cognitivos na perspectiva das Ciências Sociais Aplicadas, apesar de considerar a importância da abordagem biológica e física do processo de ‘conhecer’, discutido pelos chilenos Maturana (2001) e Maturana e Varela (2001). As dimensões cognitivas do conhecer, na perspectiva social, condizem às idiosincrasias, ao acúmulo de experiências de vida e a inserção dos indivíduos no contexto sócio-ideológico. Os



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

indivíduos identificam e apreendem informações como as percebem, e as parametrizam a partir dos próprios mapas cognitivos, considerando as estruturas de raciocínio, nível educacional, condições sociais, culturais e econômicas. Percebem-se uma miríade de possibilidades para regular e especificar os processos cognitivos, e legitimando a multiplicidade de percepção do indivíduo em relação à realidade.

Abordagem encontrada com recorrência no campo da informação, o cognitivismo equipara a mente ao computador que processa informações. Para Rozados (2003, p.88), a essência da abordagem cognitivista corresponde aos estudos de comportamento informacional e recuperação de conteúdos, que poderá receber “o aporte dos estudos e das abordagens desenvolvidas nas Ciências Cognitivas, possibilitando maior profundidade especialmente às pesquisas de necessidades de informação.”. A necessidade de informação, marcada pelo cognitivismo, constitui um aspecto importante à CI. As CC, assim, desempenham um papel relevante na compreensão da apropriação e construção de conhecimento nos indivíduos.

Estudar o comportamento humano relativo à interação do usuário na recuperação da informação revela a centralidade do paradigma cognitivo na CI. A Recuperação da Informação (RI) constitui uma atividade que comporta a representação, armazenamento e pesquisa de informações específicas aos anseios dos usuários, sempre engendrada nas estruturas cognitivas dos indivíduos que perscrutam conteúdos em sistema de recuperação. As complexidades e a relativa incipiência de pesquisas brasileiras que abordem a interdisciplinaridade destes campos carecem de investigações permanentes. O resultado reflete no aumento considerável de pesquisadores da CI interessados na temática acima discutida, como as comunicações de Gomes (2001), Lima (2003), Borges et al (2003; 2004), Neves (2006), Venâncio e Borges (2006), Andalécio e Souza (2008), Pinheiro e Silva (2009), Varela (2010), Bicalho e Oliveira (2011), Varela, Barreira e Barbosa (2012), dentre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com discussões relegadas tradicionalmente à filosofia, a despeito do corpo/ alma e matéria/mente, a ciência assume a condição de investigar o conhecimento da mente. Mas mente humana não constitui uma “produção da mente”, tornando-se incapaz de conhecer-se. Assim, a convergência e a contribuição de diversas disciplinas para reforçar as pesquisas



cognitivas representaram um avanço relevante à compreensão da mente e a elaboração do conhecimento. A psicologia cognitiva, a linguística, a neurobiologia, a lógica e a antropologia constituem as principais disciplinas que contribuem às referidas investigações, sem preterir fatores emocionais inerentes aos sujeitos. O paradigma clássico das ciências cognitivas, apesar de pautada na ‘metáfora do computador’, antecede a teoria funcionalista computacional que distingue o ‘programa’ (*software*) do material (*hardware*).

No âmbito das elucubrações dos domínios teórico-conceituais do fenômeno ‘informação’, as CC compreenderam o ânimo interdisciplinar com CI nas análises dos processos de elaboração e sedimentação de conhecimento para perceber aspectos relacionados às necessidades e comportamentos humanos. A interdisciplinaridade esteve caracterizada pela permanente interação colaborativa orientada à construção do conhecimento; o propósito primeiro é interpretar as complexidades apresentadas pela realidade, e encontrar soluções provisórias às incertezas humanas. As CC constituem campos interdisciplinares recentes à CI, e envolve a psicologia, filosofia, antropologia, ciência da computação e linguística – disciplinas interessadas em processos cognitivos do cérebro, a estrutura da mente e a inteligência, percebida como manifestações mentais de indivíduos. A interdisciplinaridade, assim, resguarda responsabilidades, ética e procedimentos criteriosos para refutar equívocos terminológicos devido à insipiência dos saberes, consideração patente ao crescente interesse de pesquisadores em investigar as correspondências entre a CI e as CC.

REFERÊNCIAS

ANDALÉCIO, Aleixina Lopes; SOUZA, Renato Souza. Ciência cognitiva e ciência da informação. **Informação & Informação**. Londrina, v.13, n.1, p. 72-80, jan./jun, 2008.

ANDLER, Daniel. Cognitive science in France. In: L. Kritzman, ed., **The Columbia History of Twentieth Century French Thought**, New York: Columbia University.

BELKIN, Nicholas J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **Canadian Journal of Information Science**, n.5, p.133-143,1980.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.16, n.32, p.1-26, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336>>. Acesso em: 25 out. 2015.



BORGES, Mônica Erichsen Nassif (*et al.*). Estudos cognitivos em ciência da informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia. Ciência da Informação, Florianópolis, n.15, 1º sem., 2003. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/147/14701502.pdf> > Acesso em: 25 out. 2015.

BROOKES, Bertram Claude. The foundation of information science. **Journal of Information Science**, v.2, part.I, p.125-133, 1980.

BUCKLAND, Michel. Information as thing. **Journal of American Society of Information Science**. v.42, n.5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. Disponível em: < http://www.capurro.de/enancib_p.htm >. Acesso em: 11 jan. 2016.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/54/47> >. Acesso em: 09 out. 2015.

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GARDNER, Howard. **A nova ciência da mente**: uma história da revolução cognitiva, Trad. Inês Ricardo. Lisboa: Relógio d'Água, 2002.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação - v.2 n.4 ago/2001. Disponível em:< http://www.dgz.org.br/ago01/Art_04.htm >. Acesso em: 25 out. 2015.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.77-87, jan./abr. 2003.

MATURANA, Humberto R. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Trad. Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MATURANA, Humberto R. VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Athena, 2001.

MORIN, Edgard. **Meu caminho**: entrevistas com Djénane Kareh Tager. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NEVES, Dulce Amélia. Ciência da informação e cognição humana: uma abordagem do processo de cognição. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.1, p.39-44 jan./abr. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a05.pdf> >. Acesso em: 22 out. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

NICOLESCU, Basarad. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Triom: São Paulo, 1999.

PINHEIRO, Edna Gomes; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Relação dialógica entre conceitos nas Ciências Cognitivas e na Ciência da Informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v.3, n.3, p.240-257, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008228&dd1=d3d36>>. Acesso em: 22 out. 2015.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: _____. **Interdisciplinaridade, humanismo, universalidade**. Porto: Campo das Letras, 2004. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/pontofinal.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

_____. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v.1, n.1, março 2005, p.3-15. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/186/103>>. Acesso em: 25 out. 2015.

_____. Práticas interdisciplinares. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.15, jan/jun 2006, p.208-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a08v8n15.pdf>>. Acesso em: 25 out.2015.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf> Acesso em: 22 out. 2015.

_____. Information science. In: BATES, Marcia J.; MAACK, Mary Niles (Eds.) **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Taylor & Francis. p. 2570-2586, 2009.

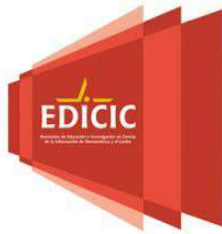
_____. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, 50 (12), 1051-1063, 1999. Disponível em: <<https://comminfo.rutgers.edu/~tefko/SaracevicInformationScienceELIS2009.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, p.36-41, 1995.

VARELA, Aida. Dimensão das relações entre a ciência da informação e as ciências cognitivas: caminhos percorridos e a percorrer. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v.20, n.2, p.51-64, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4024/4357>> Acesso em: 22 out. 2015.

VARELA, Aida Varela; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Aportes da cognição na construção de processos de organização, recuperação e uso da informação. **Actas del X Congreso ISKO-España**, 2012. Disponível em: <http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/11626/1/CC_132_art_27.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

VENÂNCIO, Ludmila Salomão; BORGES, Mônica Erichsen Nassif. Cognição situada: fundamentos e relações com a Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia**, Florianópolis, v.11, n.22, p.30-37, 2º sem. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p30/362>>. Acesso em: 22 out. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação

CAMINHOS DA PESQUISA CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

WAYS OF SCIENTIFIC RESEARCH IN INFORMATION SCIENCE

Luz Santos Charley, USP

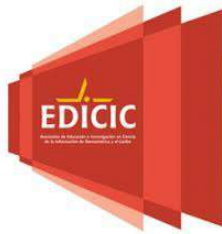
Marivalde Moacir Francelin, USP

Resumo: O principal objetivo do presente trabalho é apresentar uma análise sobre os caminhos para a definições de uma metodologia de pesquisa na Ciência da Informação. Como objetivo secundário procura levantar uma discussão sobre a ideia de intradisciplinaridade. A situação problemática indica que a falta de conhecimento dos trajetos de uma pesquisa dificulta a própria ação de conhecer. Supõe, como principal hipótese, que o conhecimento desses caminhos depende da atitude do pesquisador. Como segunda hipótese, defende que existe a possibilidade de um autoconhecimento ou de uma linguagem comum através da ação intradisciplinar. A pesquisa é exploratória, com base em revisão de literatura. Na revisão discute a definição de metodologias, os caminhos da pesquisa e suas variações, os paradigmas e seus objetos. Conclui que a multiplicidade temática da Ciência da Informação é um indicativo para aprofundar a hipótese da intradisciplinaridade.

Palavras-chave: Metodologia. Paradigmas Epistemológicos. Intradisciplinaridade. Ciência da Informação.

Abstract: The main objective of this paper is to present an analysis of the paths to the definitions of a research methodology in Information Science. As a secondary objective seeks a discussion on the idea of intradisciplinarity. The problematic situation indicates that the lack of knowledge of the paths of research hinders the action itself to know. It is supposed, as the main hypothesis that the knowledge of these ways depends on the researcher's attitude. As a second hypothesis argues that there is the possibility of a self knowledge or a common language through intradisciplinary action. The research is exploratory, based on literature review. In the review discusses the definition of methodologies, research paths and its variations, the paradigms and their objects. It concludes that the thematic multiplicity of Information Science is indicative to deepen the intradisciplinarity hypothesis.

Key words: Methodology. Epistemological Paradigms. Intradisciplinarity. Information Science.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

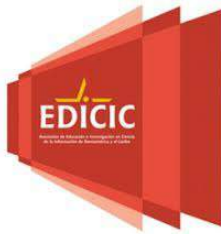
UFMG

1 INTRODUÇÃO

Como um dos aspectos pragmáticos da ciência, solucionar um problema, traz consigo algumas definições importantes. Para tanto, procura-se apresentar os principais tópicos que são avaliados na escolha de uma metodologia de pesquisa. De acordo com Vega-Almeida, Fernández-Molina e Linares Columbié (2009, p. 1) “O uso de propostas teóricas-metodológicas extra e intradisciplinares para o estudo das transformações que se manifestam em uma área do conhecimento constitui um aspecto essencial para uma melhor interpretação de suas peculiaridades [...]”. Estes tópicos podem variar, mas de uma forma em geral não há pesquisa científica sem: o problema, as hipóteses, qual metodologia escolher, o tipo de pesquisa a realizar, qual o paradigma epistemológico que se associa, qual (ou quais) objeto (s) de estudo, a definição do tema e qual a estrutura da pesquisa.

Parte-se do exemplo, dado por Solomon (2010, p. 3) sobre a história do reino da Certilândia, que diz que “[...] só se pode de fato solucionar um problema quando se tem consciência de sua natureza e é ele formulado com precisão dentro de um contexto previamente estabelecido.” O processo científico em si, nesta visão, seria uma sequência de soluções de problemas e esclarecimentos contendo uma linguagem comum. Seria algo parecido com o “[...] movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento” (GONZALÉZ DE GÓMEZ, 2000). Este é um movimento que parte do indivíduo, mas, age dentro de um campo específico, que busca solucionar o problema identificado pelo pesquisador.

Os problemas, suas hipóteses e soluções cabem dentro de uma linguagem (ou vocabulário) comum, condicionados por uma metodologia da pesquisa. Para Tálamo (2004, site) “[...] o método proporciona concentração de esforços e segurança para a obtenção de um fim, o qual, no caso da investigação, é o conhecimento que se propõe como interpretação adequada e pertinente ao problema posto de início”. Identifica-se o vínculo entre a solução de um problema e a necessidade de definição metodológica, além de uma linguagem comum com outros pesquisadores da área.



2 DEFINIR UMA METODOLOGIA: ISSO É ATITUDE

A metodologia é tão importante quanto o resultado de uma pesquisa científica. Conforme Braga (2007, p. 18), “[...] além de garantir o correto desenvolvimento da pesquisa, a metodologia adequada tem a função de atestar o caráter científico”. Ainda, segundo a autora, a metodologia indica a forma de obtenção de dados, o cuidado que o cientista teve em analisar as informações obtidas e sua relação com este todo, isto é, “[...] não estão em jogo apenas os resultados, mas quais foram os meios e os procedimentos adotados pelo pesquisador ou pela pesquisadora para alcançá-los”. Quanto mais clarificada e determinada esta metodologia, mais adequada ao campo científico ficará a pesquisa.

O objetivo da definição da metodologia é para que a pesquisa científica identifique a diferença entre objeto teórico e objeto empírico, agregando neste movimento a temática, ou o domínio da linguagem comum dentro do campo científico específico. Assim, numa analogia com os campos de estudos da informação e seguindo a linha proposta por Barreto (1994), a distribuição, o uso e a assimilação da informação são condicionados às competências contextuais, semânticas e cognitivas dos usuários. Logo, o objeto de análise deve ser comunicado a partir de um vocabulário próprio, característica importante do fazer científico. Para Bufrem (2013), a pesquisa científica “[...] é resultado de um contexto dinâmico de produção e reprodução do conhecimento”. Este conhecimento se dá em um “plano de meta-informação” onde, segundo a perspectiva de González de Gómez (2000), se “[...] definem os critérios, os contextos e as categorias que controlam as relações de uma informação com outras informações e com os domínios de produção social de conhecimentos”.

Como contextos dinâmicos de produção de conhecimentos, onde as relações de informação fazem-se cada vez mais complexas em domínios sociais e institucionais do saber e da ciência, as soluções de problemas exigem modelos rigorosos e criativos. Como escreveu Najmanovich (2004, p. 34), “[...] estamos começando, ainda que timidamente, a sacudir-nos com o jugo desse feitiço metódico, a navegar nos mares da incerteza e da criatividade.” Então, para solucionar problemas (e obter um resultado científico sendo rigoroso e criativo ao mesmo tempo) é necessário criar hipóteses e a consistência dessas hipóteses é verificada por meio dos sistemas de crenças (os vocabulários e conhecimentos da área). Assim, de acordo com Tálamo (2004), “O exercício investigativo supõe a associação entre trajeto sistemático e



criatividade: apenas o trajeto sistemático redundará na repetição enquanto que o exercício criativo isolado poderá se perder nas possibilidades infinitas de evolução, deixando ao largo o objetivo especificado do processo.”

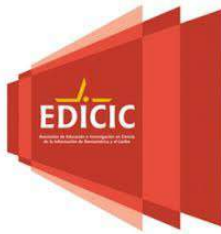
Para atender estas características é necessário determinar formas de pesquisa e o pesquisador utiliza-se dos métodos científicos para tanto. Como afirma Braga (2007 p.17), “[...] um projeto deverá conter definições sobre a linha, o tema, a pergunta, o problema, a fundamentação teórica e a metodologia a ser adotada”. Logo, para Tálamo (2004, grifo nosso), “[...] o método é uma maneira de pensar e agir - é uma *atitude* - para a obtenção de resultados que permitam a efetiva solução de problemas, isto é, a obtenção de um fim.” A primeira atitude importante é ter a certeza que a metodologia é primordial para o processo científico, acompanhado de uma linguagem comum do campo onde atua.

3 O CAMINHO DA PESQUISA

O método é uma forma de se atingir um determinado fim, ou no sentido etimológico do termo, é um caminho. De acordo com Tálamo (2004), “A palavra método origina-se do grego *metá* (ao lado) e *odós* (caminho) e significa o caminho ou procedimento para obtenção de um fim.” Se, de um lado, no campo das teorias contemporâneas busca-se não estabelecer métodos fechados, de outro, na prática científica, busca-se deixar claro, além do resultado, os meios e os procedimentos para levantamento de dados e sua análise.

Na visão de González de Gómez (2000), uma metodologia é um movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento e para isso cria a tematização das condições de produção do objeto de conhecimento, representando-os por meio do domínio epistemológico e político que legitima condições de produção do objeto de pesquisa.

Para definir a metodologia é realizado um planejamento que descreva o processo de levantamento e processamento das informações da pesquisa acadêmica. Afinal, de acordo com Braga (2007, p. 23), citando Bauer e Gaskel, “[...] o pesquisador precisa ter noção mais clara das vantagens e desvantagens das diferentes correntes de métodos e dos diferentes métodos dentro de uma corrente para que possa fazer uma escolha adequada à sua própria



pesquisa [...]”, assim, o processo de planejamento possibilita que o pesquisador defina estes pontos que são tematizados no interior de uma ciência.

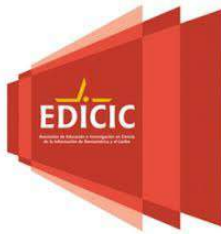
4 UMA ESCOLHA: VARIAÇÕES

Planejamento é função primordial na pesquisa científica. Dando início ao projeto de pesquisa, ele permite criar familiaridade com o tema e define a abordagem teórica, ou seja, a linha, o tema, a pergunta, o problema, a justificativa, os objetivos e a fundamentação teórica e metodologia a serem aplicadas (GIL, 2002, p. 19; SEVERINO, 2010, p. 129). Segundo Braga (2007, p.24) “[...] o pano de fundo da seleção metodológica é o planejamento embasado em alguns princípios norteadores e na reflexão do pesquisador, pois não é defensável a ideia de que exista um método específico, correto e único na pesquisa qualitativa.” Esta é uma ponderação própria do pesquisador em relação ao problema que busca resolver. Deve-se, ainda, considerar o aspecto de ciência socialmente aplicada, ou seja, focando na realidade social do uso e impactos da informação.

Sobre o processo de definição metodológica, Braga (2007, p.24) destaca ainda outros aspectos relevantes para a seleção de uma metodologia para a pesquisa: tipo da pesquisa, paradigma e pergunta de pesquisa. O Quadro 1 apresenta alguns tipos de pesquisa que são usados na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Não se trata de consenso conceitual da área, mas ajuda a categorizar pesquisas que já foram realizadas e que ainda estão em andamento.

QUADRO 1. Tipos de pesquisa

Tipo	Características	Objetivos	Resultados	Técnicas
Exploratória	Pouco ou nenhum estudo anterior	Procurar padrões	Indica Pesquisas Futuras	Entrevistas, pesquisa-piloto, grupos focais, análise de conteúdo
Descritiva	Identificar características de problema ou questão	Descrever comportamento dos fatos ou fenômenos	Indica características de problemas	Questionários, entrevistas, softwares de análises



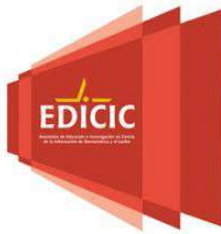
Analítica, Exploratório ou Causal	Analisa e explica o motivo ou razão de fatos e fenômenos	Descreve características, fatos e fenômenos	Descobrir relação de causa ou efeito, entre fatos ou fenômenos	Técnica do incidente crítico, diário, grupos focais, entrevistas, observação, análise, questionário, software
Preditiva	Aplicada a situação futura	Analisar, prever fenômenos, prever probabilidades de ocorrência de fatos	Situação futura	Mesma que exploratória

Fonte: Quadro resumo de tipos de pesquisa, adaptado de Braga (2007)

A definição do tipo de pesquisa deve condicionar o planejamento, trazendo uma metodologia vinculada a esta definição, possibilitando a contextualização em um paradigma epistemológico, num tema específico e tendo um objeto reconhecido na comunidade científica da área. Para cada objetivo de investigação há um modelo que pode ser definido. Por exemplo, como a pergunta é muito importante, pode-se entender que ela está diretamente ligada ao objetivo. Ou seja, a forma como a pergunta será feita está ligada diretamente aos objetivos da pesquisa. Assim, de acordo com o Quadro 1, se a pergunta está procurando indicar padrões do objeto a ser analisado, o melhor tipo é uma pesquisa exploratória. A metodologia então deverá englobar as técnicas empregadas neste tipo de pesquisa (entrevistas, pesquisa-piloto, grupos focais, análise de conteúdo). O projeto, portanto, já poderá prever a publicação de alguma obra ao final, já que este tipo de pesquisa tem pouco ou nenhum estudo anterior.

5 PARADIGMA EPISTEMOLÓGICO: INTERDISCIPLINARIDADE A SEU FAVOR

Existem muitos pontos de vista e interpretações sobre os paradigmas epistemológicos da Ciência da Informação. Em um sentido aplicado, conforme demonstra o Quadro 2, no processo metodológico os paradigmas definem posições teóricas e científicas do pesquisador, condicionando, inclusive, métodos e técnicas de pesquisa.



QUADRO 2. Paradigmas Científicos

<i>Paradigma ou Abordagem</i>	<i>Como é aplicada</i>	<i>Intenção</i>
Positivista	Distante do contexto, fatos, causas ou efeitos, sem subjetividade.	Desenvolvimento de teorias, formula hipóteses, criação de associações, mensuração
Fenomenológico	Realidade social está dentro do pesquisador	Subjetiva, humana, pode criar novas teorias

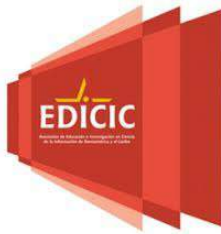
Quadro resumo de paradigmas e abordagem, adaptado de BRAGA (2007)

Dadas as características sociais de uso, geração e comunicação da informação, cabe entender ambos paradigmas e utilizá-los da melhor forma nos processos científicos. Já em relação à epistemologia da Ciência da Informação, Carvalho e Crippa (2013, p. 242) confirmam o deslocamento entre o caráter positivista e fenomenológico ao falarem que

É constante a afirmação de que ela [a Ciência da Informação] pertence ao ramo das ciências pós-modernas, devido ao seu caráter interdisciplinar. Mas, ao mesmo tempo, existem vários estudos epistemológicos que buscam e questionam o objeto da área, aproximando a mesma de uma das características principais das ciências modernas.

A visão de que a interdisciplinaridade é utilizada como uma justificativa para uma abordagem pós-moderna é recorrente. A Ciência da Informação, dizem Smit e Tálamo (2007, p.56), “[...] não raro recorre à ‘interdisciplinaridade’ como álibi de cientificidade”. Esse ponto fica mais evidente quando se tratava de “tomar de empréstimo” termos, conceitos e métodos sem a devida troca entre disciplinas.

Outra argumentação comum era a de que a Ciência da Informação era interdisciplinar porque ela prestava, para todas as demais áreas do conhecimento científico, serviços de informação. Estudos mais rigorosos sobre a ideia de interdisciplinaridade (da necessária existência de um processo teórico e conceitual de ‘mão dupla’ entre as disciplinas envolvidas) começaram a diagnosticar a inexistência de práticas interdisciplinares entre a Ciência da Informação e as demais ciências, na medida em que apenas a Ciência da Informação ‘tomava de empréstimo’ conceitos e métodos de outros campos, sem se fazer notar por eles. Entendimentos mais recentes, contudo, têm dado conta de que esse é o movimento interdisciplinar da Ciência da Informação: fazer dialogar, dentro dela, as contribuições das diferentes áreas de conhecimento. (ARAÚJO, 2014, p. 14)



Conforme a citação já existe entendimento no campo que permite dizer que a interdisciplinaridade é uma característica da Ciência da Informação e pode-se utilizar esse recurso em nos processos científicos desde que estejam evidenciados nas metodologias aplicadas.

A forma de fazer ciência, por meio de um método, e seu vínculo a um paradigma epistemológico, também reflete a forma como as soluções de problemas e teorias podem ser relacionadas ao campo de pesquisa da Ciência da Informação. Assim, o objeto epistemológico também ancora as discussões e elaborações da prática científica. É importante, portanto, declarar sempre que possível em qual abordagem epistemológica se está trabalhando.

6 OBJETO: MUTATIS MUTANDIS

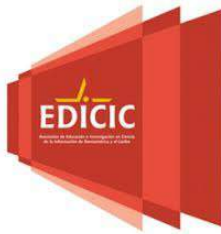
Pode-se afirmar que o objeto da Ciência da Informação é a informação (ROBREDO, 2003, p. 103), mas também é possível afirmar que este objeto não é algo único, pois representa várias visões sobre a informação.

Tomando como ponto de partida o princípio de que a informação organizada é o objeto de estudo da Ciência da Informação e ampliando esta visão do objeto, González de Gómez (2000) destaca a posição de que, frente ao mundo,

A CI [Ciência da Informação] é sujeita as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, em conformidade com as quais se constituem, se controlam, se reproduzem e se transformam as práticas, as atividades, as tecnologias, os recursos, as instituições e os atores que intervêm na geração, tratamento, transmissão e uso da informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000)

Sendo a informação o objeto em comum dentro da ciência, ela se mostra sempre vinculada a alguma ação. Para Rendón Rojas (2012, p. 5),

A área estuda as ações intencionalmente realizadas com o fim de promover o uso qualificado da informação. Pode-se dizer que estas ações estão voltadas a aguçar ou potencializar nas pessoas percepções sobre os objetos do mundo. Trata-se de objetos transformados em documentos, de tal modo que a função da área pode ser definida como a de construir documentos, visando realizar a mediação entre objetos potencialmente informativos e pessoas potencialmente usuárias da informação.



Portanto, a relação que se dá entre a informação e seu uso social ou individual também delinea o objeto, pois o paradigma já condiciona um conjunto de objetos relativos à informação. Para a Ciência da Informação, também são, em certa medida, os objetos que fundamentam seus paradigmas. Posição que parece se fundir com a apresentada por Araújo (2014, p. 27) sobre o conceito de “olhar informacional”:

A história da Ciência da Informação tem sido, pois, a história da diversidade. Modelos de compreensão distintos, campos de estudo diversos, variados objetos empíricos têm evidenciado a inexistência de um corpo teórico unificado e acabado. Alguns veem nesta condição um sintoma de imaturidade ou fragilidade. Mas, na verdade, tal característica pode ser vista também como uma potência, um aspecto intelectualmente estimulante.

Cabe, a cada pesquisador, no momento de planejar sua pesquisa, a escolha do recorte no objeto e sua orientação paradigmática. Esse pode parecer um problema, mas não é, pois, a orientação paradigmática durante a prática científica é um indicativo de critério na produção científica.

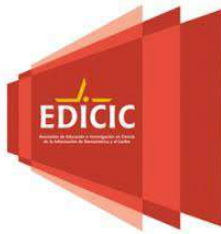
7 DEFINIR O TEMA COMO CAMINHO METODOLÓGICO: POR QUE NÃO A INTRADISCIPLINARIDADE?

É importante ressaltar alguns pontos importantes em relação à definição de temas de pesquisa. O tema é parte integrante da metodologia e do projeto científico, desdobrando-se em objeto quando se discute o processo de sua escolha no interior de uma disciplina.

O tema é um ponto importante, onde o pesquisador participa interferindo no conhecimento existente, incluindo um avanço no que existe em relação ao que é registrado no campo específico e no objeto de pesquisa.

González de Gómez (2000) afirma que

As escolhas temáticas e metodológicas da pesquisa geram uma ‘cascada’ de ações, onde as perguntas iniciais geram respostas e novas perguntas. O programa de pesquisa trabalha assim na construção de famílias de perguntas que não são nem totalmente contínuas nem totalmente descontínuas: age, por tanto, pelo deslocamento significativo do esforço do pensamento.

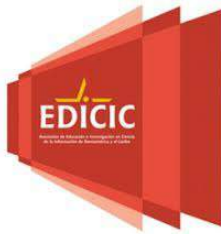


É uma progressão do conhecimento existente e, como afirma ainda González de Gómez é necessário que “[...] o excedente de informação que resulte da pesquisa tenha de fato um caráter interdiscursivo ou transdisciplinar de cunho informacional”. Este seria um preceito a se buscar ao definir o tema da pesquisa planejada para o campo da Ciência da Informação.

Na área há uma série de taxonomias ou listas com levantamentos de temas tratados em eventos científicos, evidenciando assim o foco das pesquisas e do desenvolvimento do “fazer científico”. Por exemplo, Riecken (2006) estabelece cinco eixos da Ciência da Informação. Eles são apresentados no Quadro 3.

QUADRO 3. Levantamento de temas na Ciência da Informação

Os 5 Eixos ou Visões da CI =>	O Fenômeno da Informação	Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação	Operacionalização com o Uso da TIC	Necessidade Social	Informação como Recurso Estratégico
Principais Ciências de Base=>	Filosofia, Matemática, Lógicas (Clássicas e Não Clássicas)	Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação, CI tradicional	Ciência da Computação, Informática, TIC, Administração de Dados	Ciências Sociais, Educação, Psicologia	Administração, Gerenciamento dos Sistemas de Informações e do Recurso Informação
Foco	Representação, Organização e Fluxos da Informação e do Conhecimento	Controle de Papéis/ Documentos /Acervo / Suporte	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	Necessidades Sociais de Informação	Uso estratégico da Informação e Gestão da Informação e do Conhecimento
Embasamento Teórico	a) Teoria do conhecimento; Fenomenologia b) Teoria Geral da Informação; c) Filosofia e Lógicas; d) Matemática; e) Teoria dos Jogos; f) Filosofia das Ciências; g) Linguagem/ Linguística; h) Representação sintática e semântica; Arquiteturas Conceituais i) Semiótica ou Semiologia); e j) Ontologias.	a) Estudos Relativos ao Ciclo Informacional; b) Bibliometria; c) Cienciometria; d) Informetria; e) webometria; Teoria da Comunicação f) Marketing; g) Fundamentos de Arquivologia, Documentação e Biblioteca; h) Hipertexto; e i) Disponibilidade e Acessibilidade.	a) Teoria Geral da Informação; b) Cibernética; c) Teoria de Jogos; d) Teoria Geral dos Sistemas; e) Bancos de Dados; f) Engenharia de Software; Modelagem de Sistemas Transacionais; Arquitetura de Sistemas de Informação; g) Ciência da Computação, e h) Administração de Dados; e i) TIC;	a) Sociedade em Rede; Sociedade da Informação; Sociedade do Conhecimento ; Governo Eletrônico; b) Embasamento Teórico Oriundo da Psicologia; c) Teorias da Educação; Processos de Cognição; e d) Evolução Social.	a) Teoria da Administração e Planejamento Estratégico e Tático-Operacional; b) Gerenciamento de Sistemas de Informação (MIS); c) Gerenciamento de Projetos (Project Management – PM); d) Gestão Ecológica da Informação; e e) Modelo e Gestão de Sistemas Gerenciais; Modelagem de



			arquiteturas tecnológicas.		Sistemas Gerenciais.
--	--	--	----------------------------	--	----------------------

Fonte: Riecken (2006, p. 59)

Outro exemplo é de Oddone e Gomes (2004) que apresentam uma taxonomia com dez categorias temática, divididas em subcategorias, conforme pode ser verificado no Quadro 4.

QUADRO 4. Categorias temáticas na Ciência da Informação

01. Aspectos teóricos e gerais da ciência da informação	Bibliometria, cienciometria, infometria; Biblioteconomia comparada; Biblioterapia; Conceitos de biblioteca; Ética e ciência da informação; Fundamentação epistemológica; História da arquivologia, da biblioteconomia, da documentação e da ciência da informação; História do livro e das bibliotecas; Interdisciplinaridade; Leis bibliométrica; Metodologia da pesquisa; Origem e evolução da ciência da informação; Pesquisa científica; Teoria dos sistemas; Teorias e conceitos de informação; Outras questões teóricas
02. Formação profissional e mercado de trabalho	Avaliação de cursos; Currículo, metodologia e programa de ensino; Formação profissional; Profissional da informação; Profissões e mercado de trabalho.
03. Gerência de serviços e unidades de informação	Arquivos; Automação de unidades de informação; Avaliação de bases de dados; Avaliação e desenvolvimento de coleções; Avaliação de serviços e de unidades de informação; Balcão de informações; Consórcios; Compartilhamento de recursos; Comportamento gerencial; Custos; Estilos gerenciais; Gerência de recursos informacionais (GRI); Gerência organizacional; Gestão da qualidade; Inteligência competitiva; Marketing; Monitoramento ambiental; Motivação; Pesquisa de mercado; Planejamento, organização e gerência de serviços e de unidades de informação; Processo decisório; Recursos financeiros; Recursos humanos; Serviços de extensão bibliotecária; Sistemas de informação gerencial; Estudos sobre outros serviços e unidades de informação.
04. Estudos de usuário, demanda e uso da informação e de unidades de informação	Caracterização e comportamento do usuário; Educação e treinamento de usuários; Hábitos de leitura; Necessidades de informação; Oferta, demanda e transferência de informação; Uso e impacto das novas tecnologias de comunicação e informação; Usos da informação e de unidades de informação
05. Comunicação, divulgação e produção editorial	Atividade editorial; Avaliação de periódicos; Divulgação científica; Documentação científica; Editoração/publicação eletrônica; Estudos bibliométricos, cienciométricos e infométricos; Estudos da produção e da produtividade científica; Estudos de autoria; Estudos de canais, veículos, ciclos e modelos de comunicação; Estudos de citação; Estudos sobre fontes de informação; Indicadores de produtividade científica; Jornalismo científico; Literatura cinzenta; Normalização; Produção editorial de impressos; Produção do texto científico; Publicações oficiais
06. Informação, cultura e sociedade	Alfabetização digital; Biblioteca, cultura e sociedade; Centros populares de documentação e comunicação; Democratização da informação; Inclusão/exclusão informacional; Informação, ação cultural e cidadania; Sociedade da informação.
07. Legislação, políticas públicas de informação e de cultura	Depósito legal; Direitos de propriedade intelectual; Economia da informação; Indústria e mercado cultural; Indústria e mercado da informação; Informação ambiental; Informação científica e tecnológica; Informação para indústria e negócios; Informação tecnológica; Política científica e tecnológica; Política cultural; Política de informação; Política de informação científica e tecnológica; Política editorial; Transferência de tecnologia
08. Tecnologias da informação	Bases de dados; Bibliotecas virtual, digital e eletrônica; CD-ROM; Hipertexto e hiperídia; Mecanismos de busca (<i>search engines</i>); Redes eletrônicas de informação; Sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos (GED); Sistemas especialistas;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

	Sistemas para automação de unidades de informação; Tecnologias de inteligência competitiva; Outros sistemas e tecnologias de comunicação e informação.
09. Processamento, recuperação e disseminação da informação	Análise documentária; Catalogação/catalogação cooperativa; Classificação; Controle bibliográfico; Desenvolvimento de coleções; Elaboração de resumos; Indexação (manual e automática); Linguagens documentárias; Normalização; Metadados; Preservação e conservação; Retirada e descarte; Recuperação da informação; Seleção e aquisição; Tesouros; Videotexto
10. Outros assuntos correlatos e outros	Análise do discurso; Arquitetura da informação; Comunicação social; Design da informação; Informática; Linguística; Telecomunicações.

Fonte: Oddone e Gomes(2004)

Nesses dois exemplos dos Quadros 3 e 4, é possível verificar a diversidade temática da área da Ciência da Informação, mostrando ainda mais necessária a abordagem metodológica aplicada na pesquisa científica.

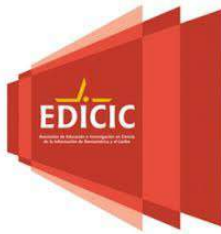
A amplitude temática é uma característica da Ciência da Informação e deve ser utilizada a favor de todo pesquisador da área. Essa riqueza de assuntos deveria possibilitar, inclusive, a prática da intradisciplinaridade, onde temas diversos do campo podem ser recombinaados, gerando novos conhecimentos com assuntos tratados dentro da própria Ciência da Informação.

Por exemplo, como a arquitetura da informação pode ser utilizada na gestão arquivística de documentos digitais? Ou como fazer o estudo da mediação em arquivos que tradicionalmente não se preocupam com esta relação com o usuário? De que forma a linguagem documentária pode ser utilizada como ontologia em sistemas de gestão informacional?

São temas gerados dentro da Ciência da Informação, em suas variantes, e que podem sinalizar novos caminhos de pesquisa e questionamentos. Isso não representa um abster-se da interdisciplinaridade, já que esta faz parte das principais características da Ciência da Informação, mas seria uma maneira de reutilizar, de forma inovadora, o conhecimento gerado dentro da própria área.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MAIS CAMINHOS A EXPLORAR

Tentou-se abordar alguns pontos basilares e que demandam atenção na definição de metodologia para a pesquisa científica na Ciência da Informação. Foram apresentadas



algumas decisões a serem tomadas num planejamento, desde a identificação de um paradigma epistemológico até a definição de um objeto e um tema.

Com isso, fica claro que a prática científica embasada em metodologia faz sentido numa realidade de pesquisa e de práxis acadêmica, sendo necessário seu domínio para o desenvolvimento da área. Características importantes da própria Ciência da Informação, como a interdisciplinaridade, não são restritivas e fixas, pelo contrário, possibilitam movimentos e novos arranjos, dos quais foi destacou-se a intradisciplinaridade.

Deve-se afirmar que não se está dizendo que há um esgotamento da extradisciplinaridade na Ciência da Informação. Pelo contrário, esse parece ser um movimento que não se esgota e que pode ser que esteja se ampliando e se sofisticando cada vez mais. O que se procurou fazer neste trabalho é levantar uma questão sobre os conhecimentos já desenvolvidos na Ciência da Informação e relacioná-los numa ideia de tema. Na hipótese aqui defendida, ainda que em fase de aprofundamento, essas relações temáticas podem apresentar paradigmas de pontos de vista intradisciplinares. Um recurso para observar esses paradigmas seria analisar as inter-relações da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia no contexto da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em:

<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_01.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado.

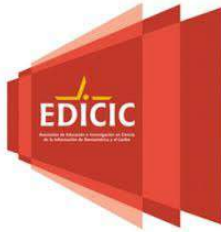
Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38.

BUFREM, Leilah Santiago. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação.

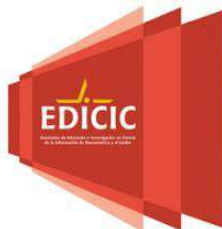
Datagramazero, v. 14, n. 6, dez. 2013. Disponível em:

<http://www.dgz.org.br/dez13/F_I_aut.htm>. Acesso em: 28 jul. 2014.

CARVALHO, L A; CRIPPA, Giulia. Ciência da informação: histórico, delimitação do campo e a sua perspectiva sobre a área da comunicação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 241-251, out./dez. 2013



- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZALÉZ DE GÓMEZ, Maria Néida. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Datagramazero**, v.1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_art.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.
- NAJMANOVICH, Denise. O feitiço do método. In: GARCIA, Regina Leite. (Org.). **Método, métodos, contramétodo**. São Paulo: Cortez, 2003. p.25-62.
- ODDONE, Nanci; GOMES, Maria Yêda Falcão Soares de Filgueiras. Os temas de pesquisa em Ciência da Informação e suas implicações político-epistemológicas. CIFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação, **Anais...** v. 5, 2004.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 2012
- RIECKEN, Rinalda Francesca. Frame de temas potenciais de pesquisa em Ciência da Informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 43-63, jan./jun. 2006.
- ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.
- SALOMON, Délcio Vieira. Homem – ser problematizador. A aventura do interrogador em torno de si mesmo. In: _____. **A maravilhosa incerteza: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo de pensar, pesquisar e criar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 1-10. (Coleção Ferramentas).
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. A Pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **Datagramazero**, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr04/F_I_art.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.
- TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; SMIT, Johanna W. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 1, n. 1, p. 33-57, jan./jun. 2007.
- VEJA-ALMEIDA, Rosa Lidia; FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos; LINARES COLIMBIÉ, Radamés. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la información: una sistematización. **Information Research**, v. 14, n. 2, 2009.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação

**DIÁLOGOS ENTRE ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
IDENTIFICANDO PARADIGMAS EM UM ARQUIVO**

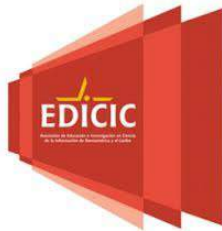
***DIÁLOGO ENTRE ARCHIVOLOGÍA Y DOCUMENTACIÓN: IDENTIFICACIÓN DE
PARADIGMA EN UN ARCHIVO***

Jorge Santa Anna, UFES

Resumo: Tematiza as relações existentes entre Arquivologia e Ciência da Informação à luz dos paradigmas que sustentam ambas as áreas. Objetiva identificar os paradigmas observados em um arquivo público, a partir dos paradigmas norteadores dessas ciências, conforme elucidados na literatura. Com esse propósito, realiza-se revisão de literatura acerca da temática, bem como estudo de caso em um arquivo da Administração Pública Estadual. Esse estudo foi conduzido por meio da técnica de observação e entrevista ao gestor da unidade. Os resultados obtidos demonstraram que o arquivo público, embora venha se modernizando, incrementando em suas práticas algumas características dos paradigmas descritos pela Ciência da Informação, a grande maioria dos fazeres arquivísticos é sustentado pelos paradigmas oriundos da Arquivologia. Portanto, dos sete paradigmas identificados, cinco são oriundos da Arquivologia que são: foco no documento; atenção à custódia; acervo histórico e institucional; produção de documentos secundários; e, pouca preocupação com o usuário. Dois paradigmas são viabilizados pela Ciência da Informação, a saber: preocupação com a recuperação da informação e o processo de informatização. Evidencia-se que a preocupação com o acervo, suporte e tratamento técnico são paradigmas das ciências documentárias, os quais estão em consonância com o paradigma físico existente na área da Ciência da Informação, o que deduz ser a Ciência da Informação uma evolução das ciências documentárias. Essa inferência remete ao desenvolvimento de estudos futuros, a fim de gerar conclusões mais científicas.

Palavras-chave: Arquivologia. Ciência da Informação. Paradigmas.

Resumen: Tematiza la relación entre el Archivo y Documentación de la luz de los paradigmas que sustentan ambas áreas. Tiene como objetivo identificar los puntos paradigmáticos observados en un archivo público, de los paradigmas de estas ciencias de guía, tal como se explica en la literatura. Para este propósito, se llevó a cabo una revisión de la literatura sobre el tema, así como un estudio de caso en un archivo de la Administración Pública del Estado. Este estudio se realizó mediante la técnica de la observación y la entrevista al gerente de la unidad. Los resultados mostraron que el archivo público, aunque se moderniza, aumentando sus prácticas de algunas características de los paradigmas descritos por la ciencia de la información, la gran mayoría de los archivos doings con el apoyo de paradigmas procedentes de los Archivos. Por lo tanto, los siete puntos paradigmáticos identificados, cinco son de los Archivos que se centran en el documento; atención a la custodia; acervo históricos e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

institucionales; producción de documentos secundarios; y poco interés para el usuario. Dos paradigmas están habilitadas de Ciencias de la Información, a saber, la preocupación por la recuperación de la información y una fuerte tendencia hacia la informatización. Es evidente que la preocupación por el acervo, y el tratamiento de apoyo técnico son paradigmas de las ciencias documentales, que están en línea con el paradigma físico existente en el área de Ciencias de la Información, que deduce la Ciencia de la Información una evolución de las ciencias documentales. Esta inferencia conduce al desarrollo de futuros estudios con el fin de generar más conclusiones científicas.

Palabras-clave: Archivos. Ciencias de la Información. Paradigmas.

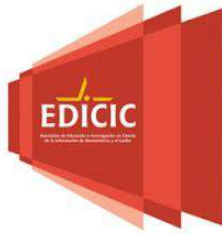
1 INTRODUÇÃO

Uma das características essenciais das sociedades humanas diz respeito à capacidade de transformação. O homem atua de uma forma interventiva no meio em que vive, haja vista buscar condições mais adequadas e apropriadas a seu convívio. Assim, ao longo dos tempos, as sociedades vão se evoluindo, por meio da adesão a novas condições e tendências oriundas das descobertas e conquistas humanas.

Essa busca pelo desenvolvimento constitui o alicerce da sociedade, sendo que nas relações estabelecem-se padrões a serem seguidos por uma coletividade, o que facilita as interações e favorece a busca por objetivos similares. O estabelecimento de padrões que norteiam as atividades de um grupo específico é percebido, principalmente, no âmbito científico.

A ciência busca o conhecimento, o qual garante o desenvolvimento da sociedade. Por meio de diversas áreas do saber, grupos são formados e constituídos, de modo a viabilizar algum tipo de contribuição aos desafios impostos pelo meio natural quanto social. Essas áreas manifestam-se nas práticas sociais por meio das profissões, as quais são pautadas em fundamentos e princípios científicos suficientes para garantir legitimidade e reconhecimento nas intervenções realizadas.

A fim de se consolidarem como organismos legítimos e constituídos, bem como garantir melhorias no meio social, as profissões comungam dos mesmos valores, princípios, concepções e intenções. Para tanto, sustentam-se em padrões ou modelos devidamente aceitos e seguidos por um grupo específico, denominados de paradigmas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

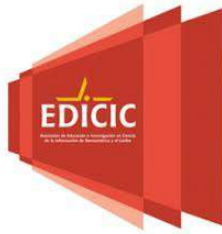
Os paradigmas estão presentes em todas as áreas do conhecimento, por conseguinte, insere-se no meio profissional. Esses paradigmas são estabelecidos com base nas tendências e desejos requeridos pela sociedade, logo, observa-se que as profissões devem reformular seus paradigmas constantemente, de modo que possam sobreviver diante de contextos mutantes, sobretudo com as transformações da sociedade moderna, assim como apontou o estudo de Cunha (2006).

As práticas profissionais devem acompanhar o progresso científico gerado com as ciências nas quais estão vinculadas, de modo que a sociedade perceba as contribuições dessas práticas na resolução de problemas e obstáculos oriundos da vivência social. Assim, os paradigmas que sustentam as áreas, segundo a tese de Kuhn (2009), devem estar em constante dinamismo, que por sua vez, quaisquer mudanças nesses paradigmas devem ser refletidas nos fazeres profissionais, o que demonstra a necessidade constante de transformações no exercício profissional.

Com efeito, a instabilidade do mercado globalizado tem gerado mudanças em todos os segmentos sociais, principalmente com o desenvolvimento e uso das tecnologias de informação e comunicação, cujo reflexo desse uso tem viabilizado a explosão da informação. Nesse contexto, segundo Valentim (1995), todas as profissões assumem novos valores e reformulam seus paradigmas, sendo que as profissões da informação não devem fugir a essa regra, que, não se configura apenas como uma tendência, mas sim, uma obrigatoriedade.

As profissões que lidam com a informação – aqui consideradas como tais profissões, a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, áreas inseridas em um universo maior denominado de Ciência da Informação, conforme nos ensina Smit (2000) - tendo ela como objeto de estudo, estão em constante processo de aprimoramento de suas práticas, em que a interdisciplinaridade, o uso de novas tecnologias e a redefinição no conceito de informação têm desencadeado mudanças na forma como as unidades e serviços de informação atuam na atual sociedade (OLIVEIRA, 2005).

A informação desvinculada de seu suporte acarreta outros problemas e interesses de estudo, em que novas práticas são demandadas a partir da análise dos fluxos e canais de comunicação envolvidos durante todo o ciclo informacional. Além disso, a informação adquire novas percepções, sendo considerada como coisa, como processo e como conhecimento, um insumo básico para determinar a tomada de decisões nos mais



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

diferenciados contextos, sejam eles sociais, culturais, políticos e institucionais (RIBEIRO; SILVA, 2008).

Essa dinâmica atribuída à informação, segundo proferido pelos autores supracitados representou uma reviravolta para as unidades de informação, sobretudo no que se refere à tomada de decisões em organizações das mais diferenciadas, o que determinou mudanças radicais à Arquivologia, em virtude da nova concepção atribuída aos arquivos.

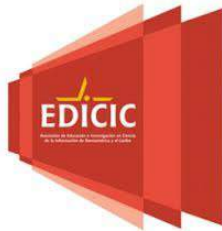
A Arquivologia, segundo Santa Anna (2015), constitui uma das áreas que dialogam com a Ciência da Informação, sendo que as teorias e princípios propostos por essa grande área viabilizam reformulações nas práticas profissionais dos arquivistas. Segundo Araújo (2014), a Arquivologia insere-se no universo da Ciência da Informação, havendo grandes pontos de aproximação, no entanto, em ambas as áreas, observam-se diferenças entre os paradigmas que as sustentam.

Segundo Oliveira (2005), a Ciência da Informação é uma área em expansão que intervém em todas as etapas do ciclo informacional, desde sua produção até seu acesso e uso. Portanto, a Ciência da Informação surge como uma tentativa de permitir que a informação materializada em diversos documentos possa ser disseminada na sociedade, tendo em vista a geração de novos conhecimentos. Por isso, entende-se, segundo Borko (1968), que essa ciência atrela-se, mais intensamente, com o uso da informação e a gestão dos fluxos e forças que permitem a tramitação dessa informação.

No entendimento de Araújo (2014), a Arquivologia está relacionada ao armazenamento de documentos em diversos suportes, como também insere-se no paradigma do acesso, ao viabilizar novas formas de processamento e distribuição da informação em diversos canais e mídias, sendo necessário atuar na gestão dos canais e fluxos de informação, haja vista garantir o acesso, seja para fins de memória, ou para fins institucionais, na tomada de decisões, ou ainda, para valorizar e permitir o enriquecimento cultural.

Araújo (2014) constatou as possibilidades de aproximação como também os limites de atuação de cada uma dessas áreas. Com efeito, conclui-se que as áreas estão em constante evolução, tendo os limites de atuação respeitados e, ao mesmo tempo, práticas profissionais são compartilhadas, proporcionando contribuições recíprocas.

A partir dessa relação e considerando a necessidade de mudanças das práticas profissionais com base na reformulação paradigmática, questiona-se: que paradigmas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

sustentam a gestão de um arquivo? Quais as contribuições dos paradigmas da Ciência da Informação e da Arquivologia na formulação de práticas profissionais de arquivistas? O arquivo tem adotado os paradigmas de quais dessas áreas?

Essa vertente de pesquisa torna-se necessária em virtude das transformações que ocorrem na sociedade, o que desperta o interesse de investigação nas unidades de informação. Estudo realizado por Vieira e Ardigo (2015) identificou os paradigmas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em uma biblioteca especializada, concluindo que a maioria dos paradigmas estabelecidos nesse ambiente é oriundo de fazeres técnicos propostos pela Biblioteconomia.

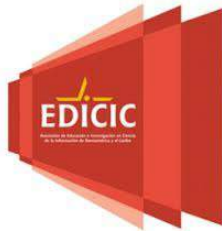
Sendo assim, este artigo versa sobre a relação entre Arquivologia e Ciência da Informação, cujo objetivo é identificar os paradigmas observados em um arquivo público, a partir dos paradigmas que sustentam a Arquivologia e a Ciência da Informação elucidados na literatura. Para atingir esse objetivo, realiza-se revisão de literatura da área, bem como estudo de caso em um arquivo da Administração Pública Estadual.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 OS PARADIGMAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ELUCIDADOS PELA LITERATURA

A Ciência da Informação tem suas origens a partir da Segunda Guerra Mundial, especificamente no ano de 1962, tendo em vista atender as necessidades instituídas no período pós-guerra, sobretudo no que se refere à competitividade estabelecida entre as nações, na tentativa de estabilizar a economia e eliminar os prejuízos oriundos com o grande conflito mundial (SIQUEIRA, 2012).

A disputa por hegemonia entre as superpotências mundiais, Estados Unidos e antiga União Soviética, período denominado de Guerra Fria, despertou a necessidade desses países investirem em altas tecnologias, no intuito de ampliar as possibilidades de comunicação desses países com o restante do mundo. É por meio dessa necessidade infocomunicacional que novos valores foram atribuídos à informação (SIQUEIRA, 2012).



A partir de então a informação passou a ser o recurso primordial na obtenção de conhecimento e de poder, haja vista a capacidade desse recurso em provocar inovação. Percebeu-se a necessidade de investir em altas tecnologias, de modo que a produção de um país, por conseguinte, seu desenvolvimento social e econômico, não estava mais ligado à indústria, mas sim à capacidade de desenvolver sistemas informatizados, munidos de inteligência artificial, capazes de gerar e transmitir informações em proporções gigantescas, sem considerar os impedimentos tempo-espaciais (RUSSO, 2010).

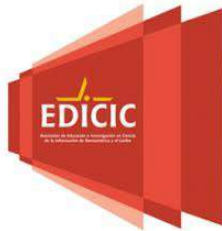
Nesse contexto, a informação ganhou outra dimensão como ampliou o seu valor e reconhecimento na sociedade, como um recurso inovador, fato esse que despertou maior valorização nas unidades de informação, como investimento em tecnologias para subsidiar os trabalhos desenvolvidos em arquivos e bibliotecas (ORTEGA, 2004).

No entanto, segundo essa autora, os processos de trabalho realizados nesses ambientes não eram suficientes para atender as exigências, necessidades e perspectivas da sociedade. O trabalho desenvolvido nessas unidades, sobretudo nas bibliotecas, estava pautado em uma concepção muito tecnicista, centrada no documento e seu suporte, o que não permitia práticas voltadas à gestão da informação e sua tramitação em diversos canais e fluxos.

Sendo assim, uma nova ciência é proposta nesse contexto, ou seja, uma ciência que extravase os procedimentos técnicos comumente realizados em bibliotecas. Uma ciência que acompanhe a informação em todo o seu ciclo de vida, desde sua produção, incluindo seu processamento e armazenamento, como, principalmente, sua disseminação, acesso e uso, contribuindo, dessa forma, para a geração de conhecimento (SARACEVIC, 1996).

Na visão de Araújo (2014, p. 111), *a priori*, a Ciência da Informação não tem preocupação com a custódia ou posse dos documentos, mas com “[...] a sua circulação e sua disseminação da maneira mais produtiva possível. Depois, o foco não propriamente nos documentos (registro físico), mas em seu conteúdo objetivo ou, dito de outro modo, na informação contida nos documentos”.

Oliveira (2005) lembra que a grande diferença da Ciência da Informação está em sua ampla capacidade de entender a maneira como a informação é usada, o que não representa uma atividade fim das tradicionais unidades da informação. Ou seja, para essa autora, tal ciência define um escopo de atuação ainda não contemplado pelas ciências documentais, as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

quais se sustentam em paradigmas voltados ao tratamento do suporte documental e não na informação que nele está contida.

Borko (1968) enfatiza que a Ciência da Informação traz em seu bojo a prática da gestão, interferindo em todas as etapas necessárias para que a informação gere conhecimento. Assim, a Ciência da Informação está alicerçada no acesso e no uso da informação, tendo também a missão de estudar todas as propriedades e característica desse recurso, além das forças que governam o seu intenso e contínuo fluxo.

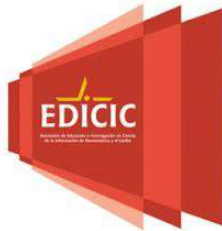
Sendo assim, constata-se que:

Nas últimas quatro décadas a Ciência da Informação apresentou contribuições que influenciaram o modo como a informação é manipulada na sociedade e pela tecnologia e também permitiu melhor compreensão para um rol de problemas, processos e estruturas associados ao conhecimento, à informação e ao comportamento humano frente à informação. A CI desenvolveu um corpo organizado de conhecimentos e competências profissionais ligados às questões informacionais. Os fatos demonstram a veracidade dessas conclusões (SARACEVIC, 1996, p. 60).

Observa-se que a Ciência da Informação, conforme apontado pelo autor acima mencionado, sustenta-se em práticas mais complexas, envolvendo além do tratamento documental, o entendimento acerca do comportamento do usuário quanto ao uso da informação, sua recuperação e manuseio para produção de conhecimento e de inovações. Assim, evidencia-se uma maior preocupação com os usuários ou sujeitos informacionais e o uso da informação no contexto social, o que a evidencia como uma área social, conforme expresso na obra de Araújo (2014, p. 122) ao mencionar que essa ciência

[...] não nasceu como uma ciência tipicamente social, mas identificou-se ao longo dos anos com o escopo das ciências sociais à medida que se orientou para uma postura em que os **sujeitos passaram a ser vistos como o principal ator e objetivos** dos chamados sistemas de informação, e que métodos e conceitos das ciências humanas e sociais foram aplicados para o seu estudo (ARAÚJO, 2014, p. 122, grifo nosso).

Importante considerar que o foco está na geração de produtos e serviços em informação, independente da forma como são oferecidos. A informação é vista como um processo que se dinamiza em meio a fluxos que precisam ser gerenciados, tendo as tecnologias da informação importante papel nesse contexto.



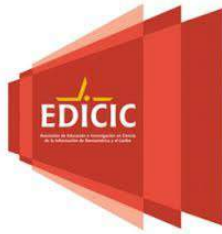
Portanto, a Ciência da Informação, segundo Ortega (2004) e Siqueira (2012), consolidou-se a partir de três importantes fenômenos, que são: o crescimento da interdisciplinaridade, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação - notadamente com a gênese da disciplina recuperação da informação - e a expansão da documentação. Assim, segundo as referidas autoras, essas disciplinas exerceram e exercem importante contribuição para que os paradigmas da Ciência da Informação fossem instituídos, por conseguinte viabilizaram o crescimento e consolidação dessa ciência na sociedade pós-modernidade.

Para Saracevic (1996), a Ciência da Informação possui fortes relações com as tecnologias da informação, sendo que o desenvolvimento dos atuais sistemas informatizados de recuperação da informação representa uma alternativa para que os fluxos de informação sejam mapeados, permitindo, dessa forma, um gerenciamento efetivo da informação, como também ampliaram-se as possibilidades de busca e recuperação da informação, considerando-se as avançadas estratégias, instrumentos e técnicas destinadas a esse propósito.

Com base nessas características e especificações da Ciência da Informação, entende-se, portanto, que essa ciência sustenta-se em três distintos paradigmas: físico, cognitivo e sociocultural, os quais viabilizam diversas abordagens para fomentar os estudos acerca dessa ciência como área do conhecimento, que são: abordagem tradicional, alternativa e sociocultural, o que demonstra, por meio dessas distintas abordagens, o aspecto interdisciplinar dessa ciência (CAPURRO, 2003).

Para o referido teórico o paradigma físico, o qual viabiliza a abordagem tradicional, é aquele em que a informação é estudada como um objeto tangível, o que evidencia a importância aferida ao suporte documental, manifestando-se, nesse paradigma, as técnicas, instrumentos e metodologias de tratamento, processamento e organização de documentos em acervos documentais.

O paradigma cognitivo, correspondente à abordagem alternativa, considera a informação como um insumo dinâmico, em constante movimento, ou seja, a informação é caracterizada não como coisa, mas como processo, o que demonstra sua utilização para diferentes finalidades. Nesse aspecto, considera-se a informação como um construto que viabiliza a produção de conhecimento, configurando-se diferentes fluxos e canais de informação (CAPURRO, 2003).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Por sua vez, o paradigma sociocultural, pautado na abordagem sociocultural, corresponde à informação como produtora de conhecimento, sendo que esse conhecimento não pode ser medido, uma vez que está armazenado nas pessoas, constituindo o que se denomina de conhecimento tácito, fruto de experiências, vivências e habilidades pessoais. Nessa concepção, considera-se a preocupação com questões cognitivas, abordando-se estudos e práticas profissionais no contexto do acesso à informação e o comportamento do usuário quanto ao uso dessa informação (CAPURRO, 2003).

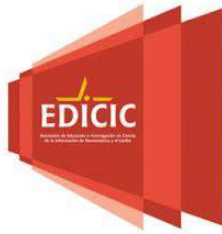
Mesmo possuindo essas peculiaridades e paradigmas específicos, nota-se, segundo Araújo (2014), grandes possibilidades de aproximação com as áreas que comungam do mesmo objeto. Assim, a Ciência da Informação é uma área científica, com identidade e unidade na perspectiva epistemológica e que abrange componentes aplicados tais como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Gestão da Informação e os Sistemas Tecnológicos de Informação “[...] todas elas centradas sobre um mesmo objeto de estudo e de trabalho – a **Informação** –, **contextualizado em diferentes ambiências e serviços**” (ARAÚJO, 2010, p. 82, grifo nosso).

Especificamente, quanto à relação da Ciência da Informação com a Arquivologia, Santa Anna (2015) sinaliza a importância de se redefinir os paradigmas da Arquivologia, uma vez que, em muitos contextos de atuação profissional, percebe-se uma intervenção voltada, tão somente, para o armazenamento e custódia dos documentos, desconsiderando-se o valor que a informação arquivística poderia exercer.

Segundo esse autor, a Ciência da Informação pode ser melhor dialogada com a Arquivologia, no sentido de fomentar práticas profissionais mais abrangentes, considerando-se a dinamicidade provocada com a desvinculação da informação ao seu suporte. Com isso, os profissionais e as unidades arquivísticas inserem-se em um contexto de reconstrução dos produtos e serviços arquivísticos a serem oferecidos a seus usuários.

2.2 PARADIGMAS DA ARQUIVOLOGIA ELUCIDADOS PELA LITERATURA

A Arquivologia tem suas raízes a partir da importância conferida aos arquivos, principalmente após a Revolução Francesa, os quais passaram a ser considerados como centros de desenvolvimento social por serem unidades voltadas para a memória social e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

cultural de uma dada sociedade, o que caracteriza um aspecto historicista aos arquivos dessa época, tendo o Estado como principal agente na gestão dessas unidades (LOPES, 2000).

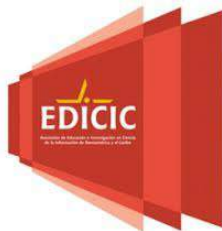
No entanto, essa constitui a abordagem tradicional da Arquivologia, uma vez que seu desenvolvimento é acentuado no decorrer do século XIX, através da elaboração de técnicas e instrumentos capazes de conferir tratamento técnico aos documentos custodiados nos arquivos públicos (RIBEIRO; SILVA, 2008).

Para Araújo (2010), um dos marcos decisivos da Arquivologia diz respeito à elaboração dos manuais para tratamento de acervos documentários, tendo em vista tornar os documentos sistematizados e propensos a serem recuperados. Para esse autor, com base em Silva (2008), são marcos decisivos a formalização do conceito de fundo (o princípio do respeito aos fundos, de Natalis de Wailly, de 1841) e o *Handeigling voor het ordenen en beschrijven van Archieven* (conhecido como o “Manual dos holandeses”), de 1898. Seguem-se outros manuais, como os de Jenkinson, publicado em 1922, e o de Casanova, publicado em 1928. Esse modelo privilegia a dimensão patrimonial de acervos custodiados para servirem à produção historiográfica.

Os documentos armazenados nos arquivos são caracterizados conforme a função a que se destinam dentro de um contexto específico. Nessa vertente, tem-se a obra de Schellenberg (1973), com sua ênfase no valor primário dos documentos. Assim, a Arquivologia é fundamentada em duas teorias, a que considera o arquivo sob uma perspectiva historicista e a que o considera como um centro de tratamento e distribuição de documentos para fomentar as atividades sociais, econômicas e políticas no Estado Moderno (ARAÚJO, 2010). Para esse autor, a Arquivologia, nesse enfoque, passa a conviver com duas tendências dicotômicas, sendo essa cisão superada apenas na década de 1980, com os trabalhos de autores como Couture, Gagnon-Arguin e Rousseau, ligados à Universidade de Montreal, que propõem a integração da gestão de documentos e da arquivística histórica de forma a se ter uma ciência que engloba todo o ciclo de vida dos documentos.

Assim, os documentos armazenados em arquivos são considerados como

[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes), socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA; RIBEIRO, 2008, p. 37).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

As duas correntes que fundamentaram o nascimento da Arquivologia Moderna, qual seja, Arquivologia Tradicional e a Arquivologia Integrada, estão fundamentadas em paradigmas distintos, ou seja, observa-se o paradigma da memória social e cultural, atrelado ao paradigma da custódia, preservação e armazenamento documental, tal como visto pela abordagem historicista/tradicional. Já a abordagem integrada manifesta-se por meio da gestão dos fluxos em que a informação arquivística é conduzida, desde seu nascimento, até seu descarte ou guarda permanente.

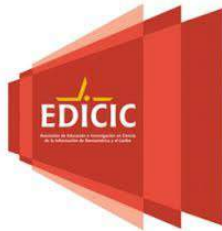
Assim, é importante considerar que a proposta defendida pela segunda vertente, ou seja, a Arquivologia Integrada, não refuta ou exclui a primeira, ao contrário, no decorrer do século XX, a Arquivologia veio se consolidando como disciplina e ciência, melhorando os processos de trabalho demandados em arquivos e centros de documentação (RIBEIRO; SILVA, 2008).

No entendimento de Azevedo Pinto (2016), assiste-se, na atualidade, uma ciência que viabiliza práticas profissionais diversificadas, tais como a gestão documental, a avaliação, seleção e eliminação de documentos, os problemas da acessibilidade e comunicabilidade dos mesmos, os efeitos do aparecimento de novos suportes, de novas formas de produção e circulação, a questão da relação documento/informação.

Ainda de acordo com a tese do autor supracitado, considera-se que, nos dias atuais, o conceito de documento, de arquivo, assim como os papéis atribuídos à Arquivologia tem sido revistos, sendo que essa área tem se manifestado como fortemente atrelada e sustentada por concepções oriundas da Ciência da Informação. Assim,

O conhecimento de um arquivo já não se esgota na aplicação de técnicas e procedimentos padronizados (ordenar, descrever a forma e o conteúdo dos documentos, instalá-los e cotá-los), ou na apresentação descritiva do inventário ou catálogo. A Arquivística apresenta-se como **uma ciência da informação social** que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi)-fechados), quer na sua estruturação interna e dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente (SILVA apud AZEVEDO PINTO, 2016, p. 2, grifo nosso).

Araújo (2014) também corrobora com a ideia de aproximação entre Arquivologia e Ciência da Informação, no entanto, descreve alguns paradigmas que não são integralmente compartilhados entre as duas áreas. Segundo esse autor, a Arquivologia tem suas origens nas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

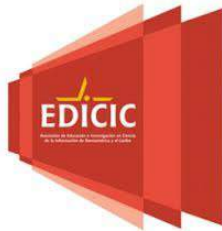
ideias de posse do documento e reconstituição dos patrimônios arquivísticos nacionais, sendo que o prestígio de uma nação ou reconhecimento está na valorização atribuída a seus arquivos.

Outro paradigma existente no âmbito da Arquivologia diz respeito ao tratamento do registro de cada momento da vida social e também com as tensões resultantes das constantes dinâmicas de manipulação e repressão de memória. Não se pode deixar de mencionar os questionamentos de Terry Cook, segundo Araújo (2014), a respeito da nova proposta para a Arquivologia em que a concepção de documento passa a ser entendida sob o viés da autoridade, da evidência e da verdade, assim como também apontou os estudos de Suzana Briet (1951).

Não resta dúvida de que a entrada na Sociedade da Informação e os reflexos desencadeados pela evolução tecnológica geraram modificações no modo de se pensar o arquivo, bem como ampliou os fazeres arquivísticos. Essas modificações são refletidas por Cook (2012), as quais dialogam, também, com as propostas advindas da Documentação, conforme expôs Otlet (1977), considerado como pai dessa disciplina. Assim, reflete-se que o documento não deve ser visto somente por suas características físicas, mas também por seu conteúdo, bem como a informação nele contida, a qual pode ser distribuída a inúmeros contextos e instâncias o que viabiliza um novo posicionamento e intervenção do arquivo e do profissional que o gerencia.

Cook (2012) enfatiza uma nova atividade profissional, à medida que o objeto de trabalho do arquivista deixa de ser o documento para ser a informação e sua capacidade transformadora. Assim, segundo esse autor, uma profissão enraizada no Positivismo do século XIX, muito mais do que em estudos anteriores ligados à Diplomática, resultou em estratégias e metodologias que já não são viáveis num mundo pós-moderno e computadorizado. Desse modo, o autor destaca a intervenção do profissional no contexto da informação, atuando como mediador e propagador da informação, de modo que o arquivo insira-se em um paradigma pós-custodial, em que o acesso, disseminação e uso da informação sejam as bases sustentadoras do fazer arquivístico.

Essa teorização proposta por Cook (2012), não resta dúvida de que enriquece a prática profissional, de modo a romper velhos paradigmas e estabelecer novos modelos, a fim de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

tornar a profissão mais reconhecida e valorizada. Portanto, de acordo com estudo pragmático realizado por Azevedo Filho,

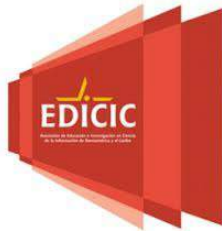
Na linha de uma Arquivística/Ciência da Informação, que tem como objeto a informação social, identificamos o arquivo como um sistema de informação, posicionamo-nos como um arquivista cientista e profissional da informação que, recorrendo a uma nova metodologia de abordagem, procura cada vez menos estabelecer e impor regras operativas e cada vez mais conhecer e compreender o fenômeno e o processo informacional, para depois apresentar as soluções mais adequadas (AZEVEDO PINTO, 2016, p. 5).

Cook (2012) salienta o papel do arquivo na sociedade, haja vista, permitir que o conhecimento seja gerado, o que viabiliza desenvolvimento pessoal e social. A participação dos arquivistas em projetos que viabilizem a cultura na sociedade, assim como o desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão da informação no âmbito social, cultural e institucional, também constituem tendências emergentes no âmbito do pós-modernismo.

Essas práticas que extrapolam a custódia e o mero tratamento e gerenciamento documental são vistas como interferentes na reformulação de paradigmas e na consolidação de práticas inovadoras, segundo a pesquisa de Santa Anna (2015). Semelhante a esse autor, Azevedo Pinto (2016) defende que a Arquivologia na modernidade ampliou o seu campo de atuação, aproximando-o do campo da Ciência da Informação, fortalecendo as relações interdisciplinares de modo que, os arquivistas inserem-se em um paradigma dinâmico, voltado, sobremaneira, ao uso da informação, sendo necessária a aquisição de novas competências, habilidades e atribuições a esses profissionais.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que conduziram esta pesquisa, tendo em vista o problema de pesquisa e o objetivo previamente formulado, foram a revisão de literatura e o estudo de caso. A primeira modalidade de pesquisa diz respeito à análise - por meio da leitura e resumos de textos bibliográficos devidamente publicados, tais como livros e artigos científicos - na literatura especializada a respeito dos temas paradigmas na Arquivologia e na Ciência da Informação. Já o estudo de caso constitui um tipo de investigação realizada em um



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ambiente específico, por meio de técnicas variadas, a fim de coletar dados sobre um fenômeno, processo, objeto ou atividade, considerando o contexto situacional.

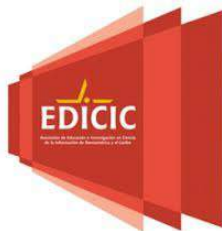
Para realização da revisão de literatura, recorreu-se à busca de livros e artigos que versam sobre a temática, considerando como ambientes de busca, o acervo de uma biblioteca universitária, para os livros, e a base de dados Google Acadêmico para os artigos. De modo geral, após a recuperação dos artigos, a fim de depurar a amostra, realizou-se leitura prévia dos materiais recuperados, sendo que os que não se relacionavam com a temática foram devidamente descartados. Em linhas gerais, destacam-se como principais autores selecionados e utilizados na revisão, no caso dos livros: Araújo (2014), Oliveira (2005), Ribeiro e Silva (2008), Russo (2010) dentre outros. Para os artigos, destacam-se como principais teóricos: Araújo (2010), Azevedo Pinto (2016), Cook (2012), Ortega (2004), Santa Anna (2015), Siqueira (2012) dentre outros.

O ambiente *in loco* que sustentou o estudo de caso foi um arquivo público estadual. Utilizou-se como técnica de pesquisa, a observação, sendo realizadas no local, três visitas consecutivas. A observação foi conduzida por meio de um roteiro contendo em forma de tópicos os principais paradigmas da Ciência da Informação e da Arquivologia. Para cada tópico, anotava-se se havia ou não manifestação de cada paradigma nas práticas arquivísticas realizadas na referida unidade de informação. Além da observação, a fim de proporcionar esclarecimentos quanto às dúvidas geradas na observação, no último dia de visita, realizou-se uma entrevista com o arquivista da unidade, sendo realizadas perguntas abertas.

Após coleta dos dados, as informações adquiridas foram sistematizadas em um quadro, de modo que fosse possível visualizar a identificação do paradigma na realidade estudada. Além dessa identificação, procedeu-se às discussões acerca das informações coletadas com demais resultados de pesquisas contemplados na literatura da área de Arquivologia e Ciência da Informação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das observações e entrevista realizadas no contexto de um arquivo público, foi possível identificar, através das práticas arquivísticas realizadas, alguns paradigmas que constata a concretização de alguns paradigmas pertencentes à Arquivologia quanto à



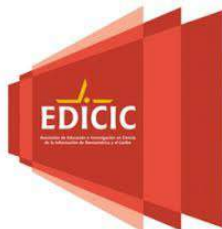
Ciência da Informação, considerando os principais paradigmas dessas áreas, percorridos na literatura consultada.

Os procedimentos metodológicos utilizados estão de acordo com a recomendação de pesquisa proposta por Vieira e Ardigo (2015), ao realizarem estudo de caso em uma biblioteca especializada de uma instituição educacional, em que foram identificados mais paradigmas pertencentes à Biblioteconomia do que à Ciência da Informação. Os autores sugeriram a realização de outros estudos de caso, tendo em vista a análise a diferentes unidades de informação.

O quadro 1, a seguir, demonstra o paradigma identificado, a área a qual pertence cada um deles, bem como as atividades realizadas que justificam essa identificação.

Quadro 1 – Identificação dos principais paradigmas nas atividades arquivísticas e sua relação com as áreas da Arquivologia e Ciência da Informação

Paradigma	Área a qual o paradigma está contido	Justificativa	Principais atividades realizadas ou demais evidências
Foco no documento e suas características físicas do que na informação nele contida	Arquivologia	A unidade possui como principal objetivo o tratamento técnico dos documentos.	Classificação, indexação, descrição e arranjo de documentos
Prioridades nas práticas de armazenamento ou custódia documental	Arquivologia	Sistematização do acervo impresso por meio de caixas específicas. Reparos em documentos danificados.	Organização por ordem alfabética dos documentos. Identificação nas caixas. Serviço de higienização e pequenos reparos. Gestão da tabela de temporalidade.
Pouca preocupação com os usuários	Arquivologia	A maioria das atividades realizadas gira em torno da gestão de documentos e do acervo. A única atividade em	Atendimento telefônico e presencial. Visitas orientadas a



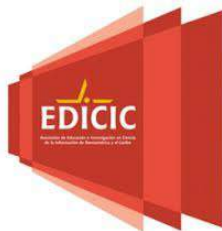
X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

		<p>prol do usuário refere-se ao atendimento e auxílio prestado aos usuários no momento da busca dos documentos. Total ausência de treinamentos, estudos de usuários e de outros serviços relacionados à humanização.</p>	<p>historiadores e pesquisadores.</p>
<p>Acervo formado por documentos institucionais e históricos</p>	<p>Arquivologia</p>	<p>O arquivo possui documentos oriundos das atividades desenvolvidas pela organização, como também documentos referentes à história da empresa e da cidade onde está inserida.</p>	<p>1 - Documentos administrativos: atas, relatórios, projetos, correspondências, notas fiscais etc; 2 – Documentos históricos: cartas, portarias, decretos, ofícios, fotografias etc.</p>
<p>Foco às questões relacionadas à recuperação da informação</p>	<p>Ciência da Informação</p>	<p>A gestão do acervo não está pautada, tão somente, na organização e custódia dos documentos, mas há uma forte preocupação com a recuperação da informação, sobretudo quanto ao desenvolvimento de softwares especializados para gerenciamento, como também, a utilização de vocabulários controlados para facilitar a recuperação do item.</p>	<p>Elaboração e manutenção constante do banco de dados, do sítio institucional, dos equipamentos tecnológicos, e das linguagens documentárias.</p>
<p>Processo de informatização</p>	<p>Ciência da Informação</p>	<p>Embora a preocupação maior esteja em torno do acervo em papel, inúmeros esforços e ações vêm sendo realizadas</p>	<p>Digitalização de fotografias e demais documentos antigos. Construção do</p>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

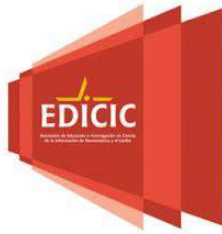
		para formação do acervo digital, de acesso online, como também melhoria dos sistemas informatizados que mantêm esses acervos	acervo digital. Ampliação das estratégias de busca ao documento no catálogo eletrônico.
Produção de documentos secundários (complementares) para viabilizar o tratamento dos documentos primários	Arquivologia	A elaboração de subprodutos que auxiliem às atividades de tratamento e localização dos itens incorporados ao acervo.	Elaboração da tabela de temporalidade. Construção de manuais de serviço.

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Por meio da análise do quadro 1, constata-se, *a priori*, a realização de atividades específicas dos arquivos, estando essas atividades relacionadas com as concepções tradicionais que viabilizaram a formação e institucionalização da área arquivística na sociedade. Isso se justifica, principalmente, quando se discute acerca do objetivo principal ou foco das atividades realizadas, quais sejam: tratamento técnico de documentos impressos, considerando suas características físicas e de estética, conforme é realizado nos processo de classificação, indexação, descrição e arranjo de documentos. Identifica-se, nessas atividades e tendências, o paradigma técnico que sustenta a Arquivologia quanto a Biblioteconomia e Museologia, assim como defendeu Araújo (2014) e Oliveira (2004).

Identificou-se, também, que está relacionada aos paradigmas da Arquivologia, a prioridade ao armazenamento ou custódia documental, sendo identificadas como principais atividades a organização por ordem alfabética dos documentos, a identificação nas caixas, o serviço de higienização e pequenos reparos, e, por fim, a gestão da tabela de temporalidade. A esse respeito, Ribeiro e Silva (2005) consideram que a Arquivologia, a princípio, apoia-se na construção de técnicas e métodos para organização de documentos, no entanto, deve-se viabilizar, também, sua preocupação com a informação contida nos suportes, o que provoca uma aproximação com a Ciência da Informação.

Nota-se, também, como paradigma, a pouca preocupação com o usuário da informação. As poucas atividades que relacionam com o fator humano, pelo menos, de uma forma direta, diz respeito ao atendimento telefônico e presencial, visitas orientadas a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

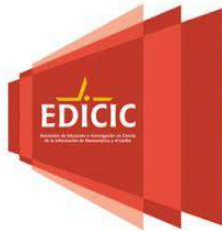
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

historiadores e pesquisadores. Para Araújo (2014), o usuário da informação constitui um dos principais elementos considerados pela Ciência da Informação, sendo que nas demais ciências documentárias, como na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, embora novos paradigmas dimensionam essas áreas para uma tendência humanista, a preocupação maior está ligada à tradição, em que o foco das atenções está no documento e não no seu usuário. Estudar o usuário, assim como o comportamento informacional, representa uma forma de humanização, estando atrelada, no âmbito da Ciência da Informação, aos paradigmas cognitivo e sociocultural, o que afere a essa área, seu caráter social, conforme mencionado na pesquisa de Capurro (2003).

Novamente, percebeu-se evidência com os paradigmas da Arquivologia, os diferentes itens que compõem o acervo informacional, sendo esse formado por documentos institucionais e históricos. O estudo de Lopes (2000) descreve que os arquivos são entidades que devem representar as instituições a que estão ligadas, armazenando, segundo Briet (1951), documentos que viabilizem a pesquisa, a prova e confronto. Ribeiro e Silva (2005) consideram os arquivos modernos como sistemas semiabertos e que congregam documentos de variadas formas e com finalidades das mais específicas, sendo que o uso desses documentos e a informação nele contida representam uma expansão para o fazer arquivístico.

Notou-se haver esforços despendidos em prol da recuperação da informação, sobretudo pelo intenso planejamento e engajamento da equipe multidisciplinar que está desenvolvendo um acervo informatizado, a ser gerenciado com o uso do Software Sophia. O arquivo possui uma equipe de três profissionais ligados à área de Tecnologia da Informação, que, em colaboração com o arquivista visa tornar o acervo cada vez mais habilitado à recuperação. A esse respeito, tem-se o estudo de Silva (2013), quando afirma que o levantamento dos tipos documentais, expressos nos instrumentos de busca, a elaboração de instrumentos para gestão dos documentos, assim como os processos de guarda e disseminação da informação, além de facilitar a compreensão do documento no momento da recuperação da informação, demonstra o refinamento da elaboração do trabalho, bem como do conhecimento adquirido mediante uma pesquisa sobre os documentos. A utilização das tecnologias da informação, principalmente, a preocupação com a recuperação documental constitui um ponto que se aproxima do paradigma da Ciência da Informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

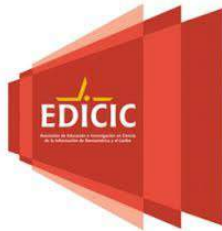
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Diante dessas inovações quanto ao interesse por tecnologias avançadas, assim como a tentativa de digitalizar boa parte dos documentos impressos, visando sua preservação e acesso, percebe-se que o processo de informatização está sustentada em um paradigma mais próximo da Ciência da Informação, uma vez que essa ciência, segurando Saracevic (1996), caracteriza-se por sua forte interdisciplinaridade e relacionamento estabelecido com as tecnologias digitais. Assim, de acordo com as informações coletadas no estudo de caso, tem-se que o arquivo investe nessa empreitada, pois realiza digitalização de fotografias e demais documentos antigos; está em fase de construção do acervo digital, como também estuda projetos para ampliar as estratégias de busca ao documento no catálogo eletrônico. A esse respeito, desde a década de 1990, Jardim (1992) defende a ideia de que a informatização dos arquivos despertará um maior uso dessa instituição, uma vez que as redes eletrônicas desencadeiam novas formas de sociabilidade e facilitam a construção de canais infocomunicacionais, portanto, segundo esse autor, através dos arquivos informatizados, prevê-se uma nova geração de pesquisadores, familiarizada com aplicações informáticas, em que serão estabelecidas novas demandas de consulta por meio eletrônico aos arquivos.

O último paradigma identificado nesta pesquisa refere-se a uma das atividades básicas e tradicionais da Arquivologia, que, segundo Otlet (1937), refere-se a novos produtos gerados a partir do tratamento técnico realizado em prol da organização dos acervos. Esses produtos são denominados por esse autor de “documentação secundária”, tais como ficha de registros dos documentos, tabelas e manuais para armazenamento, resumos, resenhas etc., e constituem, segundo Ortega (2004), um dos principais fazeres realizados em unidades de informação que tentam organizar seus documentos por meio da sistematização de acervos. No âmbito da Arquivologia, essas tendências evidenciam a consolidação de um paradigma técnico e custodial, em que a preocupação tem sido conferida com maior intensidade, ao elemento físico, como nos ensinam Ribeiro e Silva (2008). As principais atividades que justificam a presença desse paradigma no arquivo aqui analisado são: elaboração da tabela de temporalidade e de manuais de serviço.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

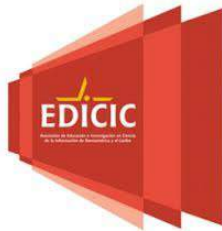
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa foi possível discorrer acerca dos principais paradigmas que sustentam a área da Arquivologia e da Ciência da Informação, e a identificação desses paradigmas presentes nas atividades que permeiam o cotidiano de trabalho de um arquivo público.

Em linhas gerais, de acordo com a literatura, a preocupação com o documento e suas características físicas, assim como as metodologias para sistematização, organização e armazenamento desses documentos em acervos constituem atividades arquivísticas por excelência, o que caracteriza a concretização de um paradigma técnico, físico e custodial. Por sua vez, a transferência de atenção do documento à informação nele contida, logo, o foco no usuário e suas necessidades, assim como o uso das tecnologias que viabilizem melhor sistematização dos acervos e da disseminação da informação através de redes eletrônicas evidencia o aperfeiçoamento do paradigma físico utilizado nas ciências documentárias, através de um paradigma cognitivo e sociocultural, pautado na interdisciplinaridade, na informatização e na humanização.

Através das técnicas de observação e entrevista *in loco*, constatou-se que o arquivo público, embora venha se modernizando, incrementando em suas práticas algumas características dos paradigmas descritos pela Ciência da Informação, a grande maioria dos fazeres arquivísticos são sustentados pelos paradigmas oriundos da Arquivologia. Portanto, dos sete paradigmas identificados, cinco são oriundos da Arquivologia que são: foco no documento; atenção à custódia; acervo histórico e institucional; produção de documentos secundários; e, pouca preocupação com o usuário. Dois paradigmas são viabilizados pela Ciência da Informação, a saber: preocupação com a recuperação da informação e o processo de informatização.

Esses resultados eram previsíveis e desejados, uma vez que a grande maioria das práticas arquivísticas é realizada nos arquivos. No entanto, o crescimento da Ciência da Informação deve representar uma contribuição para as ciências documentais, de modo que as unidades de informação da atualidade ampliassem as práticas realizadas, reformulando seus paradigmas, a partir das contribuições da Ciência da Informação, fato esse que tornaria a área e a unidade de informação cada dia mais adaptativas, inovadoras, reconhecidas e valorizadas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

na sociedade pós-moderna, como desejam, preconizam e vislumbram inúmeros teóricos da pós-modernidade.

Embora não tenha sido intenção imediata, o estudo também confirma forte aproximação da Arquivologia com a Ciência da Informação, uma vez que os fazeres arquivísticos são sustentados por meio dos paradigmas de ambas as áreas. Além disso, evidencia-se que a preocupação com o acervo, suporte e tratamento técnico são paradigmas das ciências documentárias, os quais estão em consonância com o paradigma físico existente na área da Ciência da Informação, o que deduz ser a Ciência da Informação uma evolução das ciências documentárias. Uma profunda discussão desse relacionamento entre paradigmas e a evolução da Ciência da Informação à luz das ciências documentárias viabilizam o desenvolvimento de estudos futuros.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173 - 189, jul./jun. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Guest/Downloads/4744-23580-4- PB.pdf>. Acesso em: 1 maio 2016.

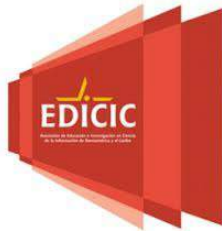
_____. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

AZEVEDO PINTO, Maria Manuela Gomes de. **O novo paradigma da arquivística: um estudo de caso**. 2016. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3090.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968.

BRIET, Suzanne. **What is Documentation?** 1951. Disponível em: <<http://ella.slis.indiana.edu/~roday/what>>. Acesso em: 5 maio 2016.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos.

Informação Arquivística, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

Disponível em: <

<http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>>. Acesso em: 5 maio 2016.

CUNHA, Mirian Vierira da. As profissões e as suas transformações na sociedade. In: _____; SOUZA; Francisco das Chagas de (Org.). **Comunicação, gestão e profissão**: abordagens para o estudo da Ciência da Informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 141-150.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992. Disponível em: <

<http://www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/novastecnologiasJNETO.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2016.

KUNT, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. Ed. São Paulo: Perspectivas, 2009.

LOPES, Luiz Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

OLIVEIRA, Marlene de (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Ed. UFMG, 2005.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**: introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal. Paris, 1937. Disponível em:

<<http://www.conexaorio.com/bit/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002048&dd1=05069>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiros de. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 3. ed. - Porto: Afrontamento, 2008.

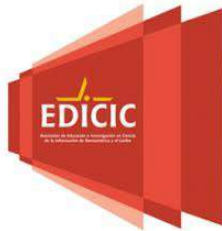
RUSSO, M. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTA ANNA, Jorge. A Arquivística no universo da Ciência da Informação: práticas profissionais em (re)construção. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 5-18, 2015.

Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/25204/15175>>. Acesso em: 5 maio 2016.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em:

<<file:///C:/Users/Guest/Desktop/235-630-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

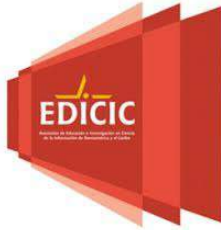
SILVA, Marina Selina Soares. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n3/11.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2016.

SIQUEIRA, Jessica Camara. Ciência da Informação: personagem da pós-modernidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.1, p. 14-33, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/186/217>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SMIT, Johanna W. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Lígia (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Assumindo um novo paradigma na Biblioteconomia. **Informação & Informação**, p. 2-6, 1995.

VEIRA, Diego de Castro; ARDIGO, Julibio David. Paradigmas da biblioteconomia e ciência da informação: estudo de caso em uma unidade de informação especializada. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 124-137, jan./abr., 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Guest/Downloads/Dialnet-ParadigmasDaBiblioteconomiaECienciaDaInformacao-5026067.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação

**HISTORIADORES E ARQUIVISTAS:
UM NOVO DIÁLOGO SUSCITADO PELO DOCUMENTO DIGITALIZADO**

***HISTORIANS AND ARCHIVISTS: A NEW DIALOGUE EMERGED FROM THE
SCANNED DOCUMENT***

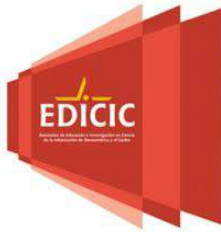
Hercules Pimenta dos Santos, UFMG

Renato Pinto Venâncio, UFMG

RESUMO: O conceito Documento, nos últimos trinta anos, vem constituindo um novo centro de debates como objeto da Ciência da Informação. O presente texto objetiva apresentar reflexões e resultados parciais da pesquisa de doutorado “Redocumentarização do documento de valor histórico: impactos da inovação tecnológica nas tradições historiográfica e arquivística”, período 2014 a 2018. O ponto de partida são as necessidades informacionais produzidas na contemporaneidade a partir dos novos procedimentos tecnológicos, procurando questionar a noção polissêmica de documento, refletir sobre os seus limites, desejando contribuir para alargar a compreensão desta amplitude. Pretendemos elucidar a relação entre as tradições historiográfica e arquivística frente a inovação tecnológica informacional, a partir do documento histórico tratado digitalmente, por meio da Redocumentarização. Estamos considerando que as mudanças estruturais no processo informacional causadas pela digitalização dos documentos e pela mediação eletrônica trouxeram impactos definitivos na configuração dos documentos – inclusive em sua estrutura interna e lógica de funcionamento –, além de impactar as possibilidades e formas de pesquisa histórica e a prática arquivística. A metodologia de levantamento de dados para a estruturação do estudo de caso pretendido é a das entrevistas semiestruturadas. No desenvolvimento da pesquisa temos comprovado a existência de impactos positivos, assim como negativos. Tem ficado claro que um diálogo mais específico entre os profissionais das áreas focadas é o melhor caminho para amenizar os impactos que sejam considerados negativos, além de elucidar os limites, possibilidades e demandas acadêmico/profissionais de historiadores e arquivistas.

Palavras-chave: Organização da Informação; Documento; História; Arquivologia; Redocumentarização.

ABSTRACT: The concept of Document, in the last thirty years, has constituted as a new center of debates as an object of the area of Information Science. This paper aims to present reflections and partial results of the doctoral research “Redocumentarização do documento de valor histórico: impactos da inovação tecnológica nas tradições historiográfica e arquivística”, period of development 2014 to 2018. The starting point are the information needs produced nowadays from the new technological procedures, seeking to question the polysemic notion of document, reflect on its limits, in order to contribute to broaden the understanding of this magnitude. We intend to elucidate the relationship between historiography and archival traditions related to the technological innovation,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

from the historical document digitally treated by the Redocumentarization process. We are considering that the structural changes in the information process caused by scanning of the documents and the electronic mediation brought definitive impacts on documents setting - including its internal structure and operation logic - as well it affects the possibilities and forms of historical research and the archival process. The data collection methodology for structuring the required case study are the semi-structured interviews. During the research development, we have proven the existence of positive impacts, as well as negatives. It has become clear that a more specific dialogue between professionals of both focused areas is the best way to mitigate the impacts that is considered negative, and clarify the limits, possibilities and demands academics / professionals of the historians and archivists.

Keywords: Information Organization; Document; History; Archivology; Redocumentarization.

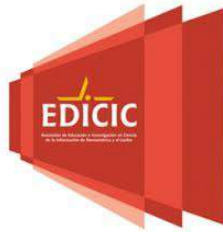
1 INTRODUÇÃO

É notório que o conceito de documento, nos últimos trinta anos, vem constituindo um novo centro de debates como objeto da Ciência da Informação (CI). O movimento também nomeado de "neodocumentação" ou "redocumentalização" apresenta o deslocamento da "informação" como objeto de estudo para o "documento", constituindo a "materialidade da informação" (FROHMANN, 2008). Isto alimenta os estudos das práticas sociais da informação com suas consequências e efeitos, além de uma maior proximidade entre diversas áreas que lidam com o documento, como a História, a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia e a Documentação. Pelo fato de a informação ser a base de estudos e trabalhos para a CI, entendemos ser fundamental conhecer mais sobre o suporte no qual ela se apresenta, o documento, e a forma como ele tem se manifestado em diferentes épocas.

O presente texto apresenta reflexões e resultados parciais da pesquisa de doutorado "Redocumentarização do documento de valor histórico: impactos da inovação tecnológica nas tradições historiográfica e arquivística", período de 2014 a 2018. Exporemos os objetivos da pesquisa e apresentaremos resultados iniciais baseados em uma ampla revisão de literatura internacional e na análise preliminar das entrevistas realizadas com historiadores brasileiros. A pesquisa, em seu todo, tem o objetivo de realizar entrevistas com historiadores e pesquisadores da área de documentação no Brasil e na Espanha¹.

Para Svenonius (2000, p. 8), na literatura da Organização da Informação, se observa uma aproximação do sentido de documento com o conceito de suporte: "Informação é uma abstração, mas os documentos que a contêm estão expressos em algum meio". Alguns desses

¹ No momento atual, estamos desenvolvendo a etapa brasileira.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

meios, como citado pelo autor, poderiam ser tradicionais, como, por exemplo, papel, pedra, couro argilas, pergaminhos, livros etc. Mas, em nossa pesquisa interessa o documento materializado na tela dos computadores, ou qualquer outro dispositivo digital: o documento eletrônico².

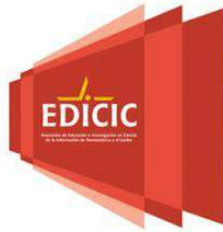
O ponto de partida são as necessidades informacionais da contemporaneidade. Necessidades essas, supridas a partir dos novos procedimentos tecnológicos. Na pesquisa, procura-se questionar a noção polissêmica de documento, refletir sobre seus limites, desejando contribuir para alargar a compreensão desse objeto. Ao final da investigação em curso pretendemos elucidar a relação entre as tradições historiográfica e arquivística frente à inovação tecnológica informacional, a partir do documento histórico tratado digitalmente, por meio da Redocumentarização³. O processo de Redocumentarizar compreende uma perspectiva de estudo pouco difundida no Brasil, a qual entendemos representar um novo olhar sob o método de documentação: organização documental e processos de difusão arquivísticos.

A CI engloba a área de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação. Sabe-se que o campo de estudos da Ciência da Informação tem seus pilares temporais colocados tanto no passado, em pesquisas históricas e epistemológicas, quando no presente, procurando estudar o universo digital, a informação e as mediações. Na CI contamos com noções tradicionalmente usadas para caracterizar os atores e os objetos envolvidos nos processos ligados à informação, tais como o documento, o ciclo documental e a organização da informação servindo-nos como subsídio para refletir sobre a migração dos documentos de valor histórico para o ambiente digital.

Nossa perspectiva está focada na Organização da Informação, um dos campos de atuação da CI, que busca selecionar e fornecer, dentro da massa de informações veiculadas, as

² Optamos por utilizar o termo “documento eletrônico” (DE), por avaliar ser esta a mais ampla denominação em ambientes tecnológicos, referindo-se ao suporte informacional que requer dispositivos eletrônicos para sua leitura, escrita e reescrita, ou edição se preferir. Difere-se, assim, do denominado “documento digital”, que de acordo com Codina (2000), seria a informação codificada em *bits*, já que o documento digital é apenas uma possibilidade de documento eletrônico.

³ Redocumentarizar significa tratar um documento, ou coleções documentais, rearticulando os conteúdos segundo o uso ou a interpretação do usuário. Trata-se de uma série de procedimentos que objetivam transpor o documento tradicional para o meio digital.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

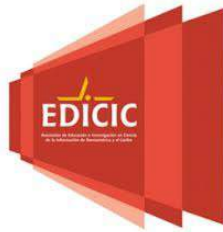
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informações de que o usuário necessita, no momento em que este as solicita (GUINCHAT & MENO, 1994). Buscamos compreender qual tem sido a concepção do documento histórico digitalizado, quando pensado sob o espectro disciplinar da Arquivologia, partindo da perspectiva elaborada pelo movimento dos *Annales*. Os historiadores dos *Annales* criticaram o método de análise das fontes/documentos que se baseava apenas na superficialidade fenomênica expressa nos documentos oficiais escritos, ou em seu conteúdo textual.

Seguindo na linha de pensamento que envolve a transposição do suporte documental para o meio digital, Moreira et al. (2007) afirmavam que a digitalização era apresentada como um caminho complementar em relação às soluções para a preservação e o acesso a documentos históricos. Este processo foi considerado como complementar, por não ser possível substituir a técnica da microfilmagem diante da não validade legal do documento digitalizado, ao passo que o documento microfilmado seria aceito como documento legal. Mas, entendemos que não se trata mais de algo complementar, pois a digitalização é atualmente o processo mais utilizado. Esse tipo de reformatação possibilita restringir o acesso ao documento original, liberando para consulta apenas o material digitalizado, propiciando uma preservação mais segura. O documento digitalizado possibilita, ainda, o acesso remoto, sendo dessa maneira uma poderosa ferramenta de democratização das fontes do conhecimento histórico.

Para Meyriat (1981), todo objeto pode ter a função de transmitir informação, trazendo o entendimento de noção mais ampla que a de documento escrito, possuindo este uma dupla origem: a) objeto criado para ser documento e; b) objeto cuja função documental foi atribuída posteriormente. Nosso interesse de discussão e pesquisa se situa em maior grau nas considerações a respeito da segunda origem, por seu valor e significado poder ser atribuído posteriormente pelo emissor como pelo receptor da mensagem objetivada. O interesse de obter informação tem papel fundamental para se considerar um objeto como documento ou se constituir em fonte de informações para a pesquisa histórica, que considera como documento qualquer traço ou indício da produção cultural humana. A concepção social atribuída por Meyriat (1981) é percebida quando o autor justifica que a função informativa de um objeto se manifestará num dado sistema, ao ser incorporado e organizado, e essa função informativa será responsável por transformar o objeto em documento. A vontade do produtor do objeto de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

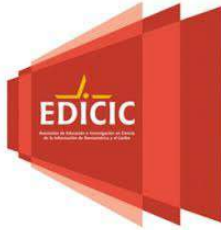
transmitir informação dependerá da interpretação do receptor da informação, consulente ou usuário do sistema.

Teoricamente, buscamos revisar a evolução conceitual do Documento o observando como uma instância⁴, na perspectiva prévia do entendimento de que o documento, durante o século XIX, período marcado pelo avanço científico, ganhou *status* de objeto científico por meio daquela que é considerada por seus estudiosos como a primeira das ciências sociais, a História. Da mesma forma, o documento faz parte do quadro conceitual da CI, apresentando a materialidade e a susceptibilidade de inscrição ou registro informacional como características principais - além de ser objeto de estudos teóricos e práticos da disciplina Arquivologia.

Com o advento de ferramentas tecnológicas digitais, o acesso a informações de diferentes naturezas passa a ocorrer em uma escala cada vez mais veloz. Esta considerável diversidade faz com que seja cada vez mais imperativo o olhar que se dirige para o universo da Web, especialmente, visando a caracterizar e analisar os seus fenômenos. Assim, preocupa-nos o fato de que, muitas vezes, as inovações tecnológicas podem apresentar propostas alçadas rumo a expectativas de futuro que venham a desconsiderar alguns procedimentos tradicionais que interferirão seriamente nas possibilidades analíticas e interpretativas. Defendemos o pressuposto de que é necessário conhecer profundamente os conceitos que alicerçam a teoria científica e apreender quais instrumentais teóricos metodológicos a orientam presentemente, os relacionando a uma tradição, uma vez que é sabido que os procedimentos científicos nas ciências humanas e sociais surgem vinculados a uma base filosófica, como é o caso da História e da Arquivologia.

Ressaltamos, ainda, que as aspirações desta discussão estão de acordo com as benesses que o documento digital traz para a preservação e organização da documentação. Queremos melhor entender o fato de que as mudanças estruturais no processo informacional causadas pela digitalização dos documentos e pela mediação eletrônica trouxeram impactos definitivos na configuração dos documentos – inclusive em sua estrutura interna e lógica de funcionamento. Como temos constatado, tais fatores impactam nas possibilidades e formas de pesquisa histórica. Estamos caminhando com o objetivo principal de relacionar e refletir sobre os possíveis impactos positivos e negativos do fenômeno tecnológico conjugado às tradições em foco.

⁴ Característica de algo que é iminente, ou algo que pode vir a acontecer, neste caso assumir o “valor de”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

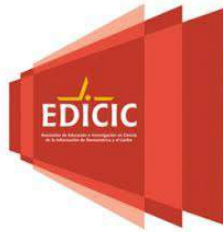
2 CONCEPÇÕES DA NOÇÃO DE DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA

Os processos do ciclo documental ao qual o documento é submetido estão vinculados a uma estrutura institucional que avaliará a sua relevância e o modo como ele será disponibilizado ao usuário. À exceção de sua característica material, o suporte, um documento não possui características intrínsecas, dadas por natureza e independentes do contexto em que esteja atrelado. O contexto é que influencia qual o teor e o significado que poderá ser atribuído às informações contidas em um documento, encontradas de maneira explícita ou implícita pela análise do historiador.

Sabe-se que, em diferentes épocas históricas, e de acordo com as condições materiais e de conhecimento alcançadas, as instituições especializadas adotaram diferentes técnicas para facilitar o acesso das pessoas às informações organizadas. A gênese do processo de Documentação remonta ao final do século XIX, a partir do aumento da produção bibliográfica, da pesquisa científica e do surgimento de novos suportes. Fatores que originaram o desenvolvimento de novas técnicas para a organização e a administração da informação. Ortega (2009) diz que a Bibliografia, que até então se dedicava a essa organização, não dava mais conta das novas demandas. Para Otlet (1997) a Documentação surge concomitante às atividades da biblioteca pública e das práticas documentais apresentando o diferencial de “acompanhar o documento desde o instante em que ele surgia da pena do autor até o momento em que impressionava o cérebro do leitor” (OTLET, 1997, p. 115)⁵.

A fonte de informação, ou o documento de caráter histórico, precisa ser contextualizado ao ser organizado para a sua disponibilização e acesso em um sistema de informação institucionalizado, adquirindo o valor social de fonte documental e, portanto, de documento histórico, de acordo com as necessidades de interpretação do fazer historiográfico atual. O fazer historiográfico no começo do século XX passou a ser baseado em uma noção documental ampliada, ao se questionar os tipos de informação intrínseca que estes artefatos culturais podem conter, especialmente, de conteúdo histórico. Para compreender a noção de

⁵ Otlet propõe o uso da palavra “documento”, considerando um teor mais abrangente, como forma de não limitar seu conceito a uma tipologia. O “documento” poderia representar algo em que o conhecimento pudesse ser registrado e do qual se observe alguma propriedade informativa.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

documento hoje, é preciso considerar que a herança histórica é a base para o entendimento do que é o documento digital.

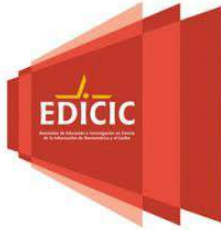
A partir do século XIX, momento do crescimento da importância científica adquirida pelo documento em sua forma mais tradicional, consolida-se o positivismo. Para melhor entender a concepção estrutural da ciência positiva é importante saber que Auguste Comte⁶ propôs ligar os fatos históricos, tomando como base as classificações realizadas nas ciências da natureza de maneira a adaptá-las ao social e tornando-as mais complexas, pois o método geral das classificações lhe permitiu maiores progressos. Seguiam-se as hierarquias taxonômicas das famílias, espécies e gêneros, além das demais, na busca da apreensão, por meio da observação das relações político-sociais. Assim, esse método adaptado da Biologia seria aplicável a qualquer ciência. Na perspectiva de Comte, o passado seria tomado como objeto de estudo para a previsão do futuro e o presente se condicionaria às interpretações da história e de previsões objetivas, guiadas pelas observações das leis naturais, consideradas neutras e responsáveis pelo andamento da marcha da civilização em direção evolutiva ao “progresso” (COMTE, 1972).

Seguindo a linha de pensamento iniciada por Auguste Comte, um dos desdobramentos da História Científica foi a determinação da dita “História Positivista” ou Metódica, a qual teve como um de seus mais expressivos precursores o historiador alemão Leopold von Ranke. A “História Positivista” de Ranke tinha como princípio escrever a história como realmente ela teria acontecido buscando o “apelo à objetividade” (GAY, 1990, p. 70). Ao observar e considerar como um problema o fato da História estar sendo reescrita em demasia, Ranke propôs que a narrativa e o registro histórico fossem provenientes da pesquisa sobre fontes documentais primárias, ou seja, dos documentos de arquivo. Ranke criticava os pesquisadores que utilizavam fontes secundárias para a escrita da História, assim, Ranke colaborou para que o arquivo⁷ passasse a ser o lugar por excelência do historiador.

Para Gay (1990, p. 75) a perspectiva historiográfica fundada por Ranke significou os princípios essenciais para a pesquisa histórica, pois consistia “no estatuto único e privilegiado do documento de época [se acreditando que] apenas ele detinha a chave da verdade histórica”. Segundo este autor, a partir de então, atribuiu-se ao documento de arquivo o estatuto de

⁶ Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, filósofo francês considerado o fundador da Sociologia e do Positivismo (COMTE, 1972).

⁷ O caráter oficial do documento de arquivo lhe atribuiu o privilégio de confiabilidade para a narrativa histórica.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

autenticidade e de fidedignidade, com as pesquisas históricas se baseando “nos relatos de testemunhas oculares e nas fontes mais autênticas e mais imediatas”. Desta forma, a contribuição de Ranke à historiografia⁸ está “em sua visão enaltecida dos documentos” (Gay, 1990, p. 74).

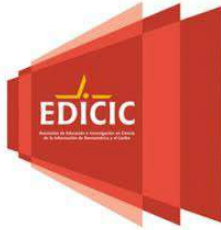
É importante ressaltar que o problema não está na utilização dessas fontes, mas na compreensão de que elas poderiam ser as únicas válidas para a escrita da História, a partir do contato, apenas, com o seu conteúdo textual. Considerar somente o método da crítica textual de documentos de arquivo leva a algumas limitações conceituais de documento histórico, no sentido de que a fonte histórica seria o texto, ou documento escrito, para a geração de outro texto. Para Chartier (1978, p. 517), a História Positivista considera que o documento escrito seria o seu “início-fim”, uma vez que os historiadores dessa corrente acreditavam que, para além dos textos, não existiria história pensável⁹. Esse universo historiográfico foi definido através de várias expressões: História Científica, História Metódica, História Tradicional, História Historicizante ou Historicismo, História Rankeana e História Positivista, consideradas pelo movimento dos *Annales* como formas de classificar os modelos historiográficos que, até o início do século XX, predominavam nas atividades de ensino e pesquisa. Dentre estes termos, o uso de “História Positivista”, para Chartier (1978, p. 516), obteve maior aceitabilidade, porém denotando sentido negativo por se referir à forma que “não convém para fazer história”. Tal situação acabou por depreciar a filosofia positivista proveniente de Auguste Comte.

No início do século XX, as críticas à História política multiplicaram-se. Nos Estados Unidos, James Harvey Robinson¹⁰, por exemplo, defendeu a criação de uma “Nova História”, caracterizada por considerar uma ampla variedade de fontes documentais, como “qualquer

⁸ A dita “História Positivista” surgiu como uma resposta ao então modelo de história elaborado por retóricos, moralistas e historiógrafos oficiais. Assumiu, assim, a tradição da crítica historiográfica. Este campo passaria a existir a partir das informações que os documentos oferecessem, os quais deveriam ser reunidos buscando um número significativo de fatos em documentos primários e autênticos e em seus elementos internos e externos. Sua narrativa deveria estar livre de teorias especulativas, formulação de hipóteses ou problematizações, procurando distanciar-se do saber filosófico.

⁹ A apropriação do documento como fonte histórica fora reconhecida academicamente e explicitada com a noção de História Metódica, ou dita Positivista, de Ranke. Esta corrente possui harmonia com o chamado “espírito positivo”, proveniente das ideias de Auguste Comte, mas adquiriu, disciplinarmente, características específicas. Foi em busca de relegar a História ao *status* de área científica que Ranke propôs o aperfeiçoamento do método por meio da consulta às fontes documentais e o desenvolvimento de uma teoria histórica.

¹⁰ James Harvey Robinson, historiador norte-americano, um dos fundadores da “nova história” que ampliou consideravelmente o alcance dos estudos históricos em relação às ciências sociais.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra” (ROBINSON *apud* BURKE, 1997, p. 20). Na Alemanha, por sua vez, um vigoroso movimento teórico de inspiração neokantiana dá origem à sociologia histórica, que tem em Weber seu autor principal, inaugurando uma vertente analítica de compreensão e explicação do passado através de conceitos ou ideias-tipos (ARON, 1953, p. 81-122). A partir destas ideias temos, em parte, o pano de fundo que deu base de formulação para o movimento que revolucionou a historiografia do século XX, denominado por muitos teóricos de Escola dos *Annales*¹¹.

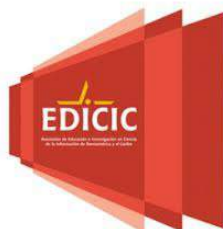
O *Annales* está centrado em duas posições básicas e permanentes, como o emprego do ponto de vista das ciências sociais e a prática da interdisciplinaridade, embora possuindo enfoques diferentes. O movimento foi norteado por algumas diretrizes como a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história problematizante, o enfoque da história de todas as atividades humanas e não apenas a história política, ou seja, uma história total ou das estruturas; além da colaboração com outras disciplinas em uma proposta interdisciplinar com a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, linguística e antropologia, entre outras. Com o tempo o movimento dos *Annales* passou a ser reconhecido como um modelo historiográfico, pois

pouco a pouco os *Annales* converteram-se no centro de uma escola histórica. Foi entre 1930 e 1940 que Febvre escreveu a maioria de seus ataques aos especialistas canhestros e empiristas, além de seus manifestos e programas em defesa de “um novo tipo de História” associada aos *Annales* – postulando por pesquisa interdisciplinar, por uma História voltada para problemas, por uma História da sensibilidade (BURKE, 1997, p. 38).

O movimento dos *Annales*, atualmente denominado de Nova História (em francês *Nouvelle histoire*)¹², surgiu no intuito de se contrapor ao paradigma tradicional ou à História dita Positivista de Ranke. Passa-se a entender que, para se obter entendimentos satisfatórios sobre esses efeitos, o historiador necessitaria realizar mediações de outras ordens (BURKE, 1992, p.14). A própria História passa a ser entendida como historização das ciências sociais.

¹¹ A nova concepção historiográfica proposta pelo movimento dos *Annales* é base para esta proposta de estudo, pois, por meio dela, podemos apreender de que maneira se deu a ampliação conceitual de documento no universo da cultura material.

¹² A Nova História passou a se preocupar com a totalidade da história humana, estudando temáticas variadas como a infância, a morte, a loucura, o corpo, a feminilidade, por exemplo. Abriu-se uma imensa gama de objetos a serem investigados, os quais eram considerados socialmente irrelevantes pela História Positivista.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O enfoque desloca-se, dessa forma, do documento para o problema de pesquisa. Assim, é importante deixar claro que a definição de fontes documentais tradicionais, ou os documentos de arquivo, como acessados pela História Positivista se apresentou como um problema de ordem metodológica para os idealizadores dos *Annales*. Apesar de estes historiadores não desconsiderarem esse tipo de fonte para a escrita da História, a crítica se voltava, propriamente, à forma como este tipo de fonte documental era instrumentalizada para a escrita da história. De acordo com Le Goff (1994), esta crítica à instrumentalização das fontes documentais oficiais, ou de arquivo oficial, perpassou do fim do século XIX ao início do XX, momento mais expressivo das abordagens por meio dos estudos filosóficos positivistas.

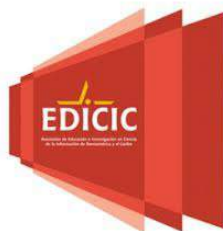
Para tal construção historiográfica, os problemas relativos às fontes e aos métodos foram solucionados quando os historiadores empreenderam novas perguntas sobre o passado, escolhendo novos objetos de pesquisa, buscando novos tipos de fontes pela necessidade de suplementar os documentos oficiais, preocupando-se em coletar maior variedade de evidências nos mais variados suportes e formatos. Ao ampliar o conceito de documento como fonte de pesquisa histórica, os historiadores dos *Annales* empreenderam a crítica aos documentos contribuindo com um grande nível de sofisticação, por exemplo, ao expor as limitações do documento de arquivo, pois os registros oficiais geralmente expressam o ponto de vista oficial, ou seja, as formas de poder dele emanado¹³.

Ainda dentro da discussão sobre a ampliação da noção de documento histórico, Le Goff (1994) conceitua o que seria “um novo documento”, considerando todo documento como um monumento:

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica (LE GOFF, 1994, p. 549).

Este conceito buscou refutar a hipótese, difundida com a Diplomática na posição de “ciência auxiliar” da História e com a “História Positivista”, de que o documento oficial seria idôneo e portador de objetividade. Para o autor, o documento/monumento está presente no

¹³ Entendemos que a documentação clássica, escrita ou visual, englobe amplos setores culturais, mas dando a eles uma imagem refletida, subjetiva e já interpretada, o que necessita, portanto, de uma compreensão que vai além do que está registrado.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

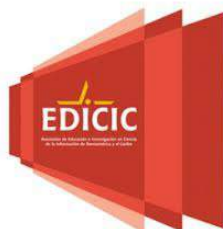
inconsciente cultural, pois é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação e representar uma intencionalidade inconsciente, a qual deve ser criticada pelo historiador¹⁴.

Escarpit (*apud* SANTOS, 2013, p. 117) aborda o aspecto temporal, chamando a atenção para o fato de que, escritor e leitor encontram-se em momentos históricos distintos quanto ao período físico e humano:

(...) considerando o documento um objeto de informação perceptível pela visão ou pelo tato, dotado de dupla independência temporal: ‘sincronia’, quando a mensagem interna é autônoma e não é uma sequência linear do evento, mas uma justaposição multidimensional de traços; e ‘estabilidade’, quando o objeto de informação é autônomo e não é só um evento inscrito no curso do tempo, mas um suporte material que pode ser conservado, transportado, reproduzido.

Meyriat (1981) apresenta considerações sobre o documento, se alinhando às necessidades historiográficas contemporâneas. O autor considera o documento como um artefato de caráter durável, que carrega informação e comunicação. Pensando assim, o documento não seria um mero dado, mas o produto de uma vontade de informar. Desta maneira, o artefato pode ser considerado como documento, mesmo que a vontade de seu criador não tenha sido esta. A definição de documento vista assim não se impõe como uma evidência inicial, ela depende dos pontos de vista e dos métodos de abordagem documental. Nem todo objeto tem em sua natureza a função de se tornar um suporte de informação, tal função pode lhe ser atribuída em determinado contexto, mesmo que sua função principal não seja esta. O documento gerado por intenção tem o objetivo de privilegiar uma função informativa, comunicando experiência, investigação, hipótese ou teoria de seu autor. O documento por atribuição é um objeto criado, inicialmente, com propósitos outros que o de documentar oficialmente. Esse, posteriormente, pode ser elevado a esta condição se tornando um objeto de informação para um ou mais indivíduos que requerem a sua capacidade informativa. O movimento dos *Annales* repensou essa capacidade informativa, pela necessidade de satisfazer muitas perguntas históricas que os documentos oficiais não conseguem responder; no limite, métodos de história quantitativa e serial, desenvolvidos por esse movimento historiográfico, dissolveram a própria noção de fato histórico, deslocando a

¹⁴ O documento na condição de manifestação do passado, de forma voluntária ou involuntária, torna-se monumento por interessar à memória coletiva trazendo em si uma intencionalidade inconsciente que será objeto da crítica do historiador.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

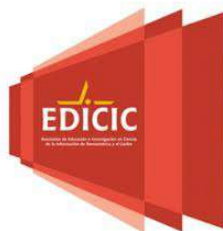
análise para a interpretação dos movimentos de longa duração ou conjunturais expressos nas curvas de gráficos (CHAUNU, 1978).

Nesse contexto, cabe discutir os efeitos, na pesquisa historiográfica, do documento que foi digitalizado. Pois, estes são/serão de igual interesse para o estudo da história, se valendo da interpretação e dos métodos historiográficos e arqueológicos para a formulação de perguntas, buscando apreender os fenômenos que configuram o inconsciente coletivo e suas práticas culturais de determinada época. Tal proposição surge da preocupação de se buscar, efetivamente, entender se a digitalização permite esta abordagem, levando em consideração a tradição da crítica historiográfica, empreendida a partir da noção ampliada das fontes de pesquisa para a narrativa histórica cultural, conforme o conceito dos historiadores dos *Annales*.

O que nos impulsionou para a construção desta reflexão é a percepção de que inumeráveis avanços tecnológicos foram produzidos, viabilizando projetos de organização informacional, da mesma forma que incalculáveis esforços no campo da pesquisa e na produção de saberes foram realizados para o estabelecimento de métodos de investigação solidificados cientificamente. Para o historiador o documento pode ser interpretado e instrumentalizado socialmente de maneira diferente daquela convencionada a partir da sua interpretação inicial, de sua espécie e da sua tipologia documental. Neste movimento, ao menos duas problemáticas se cruzam na presente discussão. A primeira diz respeito à Redocumentarização e suas eventuais consequências para a construção do conhecimento e; a segunda se refere ao fazer historiográfico baseado na concepção ampliada de documento de valor histórico quando esta depende dos acervos digitalizados.

3 DISCIPLINAS QUE ESTUDAM, TRATAM E ORGANIZAM O DOCUMENTO

A Documentação partiu da explosão documental no fim do século XIX e o posterior desenvolvimento no século XX de técnicas para a gestão e a recuperação desses documentos. A disciplina Análise Documental (AD) está inserida no campo da Organização da Informação e se dedica à análise, síntese e representação da informação documental, abriga em seu escopo a Documentação e a Diplomática, reunindo elementos teóricos importantes para pensarmos o conceito de documento no contexto prático disciplinar da Arquivologia e da História. A AD



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

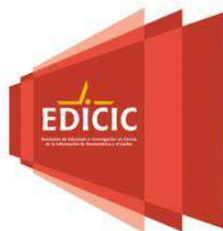
nasce dos estudos da Documentação, tendo como principal objetivo analisar e representar, para fins documentais, o conteúdo temático do documento. O estudo da AD tem seu objeto de ação prática residente no Documento, ou seja, no assunto temático nele contido ou na sua informatividade.

A AD permeia os limites do trinômio do universo informacional: produção, organização e uso. Pela ordem e disposição desse processo, a atividade de organização atua e se destaca como aquela que ocupa uma posição mediadora. No contexto da Documentação, a organização visa a resgatar os elementos documentais que permitam suas identificação e recuperação, podendo ressaltar os aspectos extrínsecos, de natureza formal; ou intrínsecos do conteúdo informacional.

O documento diplomático é concebido como sinônimo de documento arquivístico valorizado histórica, jurídica e administrativamente; sendo igualmente caracterizado pelos elementos extrínsecos e os elementos intrínsecos. Na AD, o processo de identificação e seleção do conteúdo documental decorrente da etapa analítica acontece a partir do procedimento prévio de leitura documental e, principalmente, de um processo de identificação de conceitos (GUIMARÃES, 2003). Nesse momento, o analista dispõe de uma série de estratégias metacognitivas de análise, dentre as quais, o método diplomático desempenha um papel de destaque.

Para Smit & Guimarães (2001) os documentos são fruto de um conjunto de procedimentos objetivando expressar o conteúdo destes para facilitar a recuperação da informação. Enquanto um produto documental decorre de uma etapa analítica propriamente dita, ou seja, uma “análise dentro da análise” (GUIMARÃES, 2003); o outro advém de uma etapa, ulterior, de síntese, seja por intermédio de uma condensação, seja por meio da representação em linguagens documentais, como cabeçalhos de assunto, notações classificatórias, descritores de tesouros, etc. Entendemos que o seu objetivo é propiciar precisão no processo de recuperação da informação.

A coleta e a organização de documentos produzidos por um único indivíduo, ou uma instituição, ao longo de sua vida ativa, resultantes de um processo documentário de uma existência longa ou curta, simples ou de grandes variações de atuação, constitui um Arquivo. Arquivo, no sentido da reunião de documentos ligados aos mais diversos tipos, precisamente por causa da sua origem ou armazenamento circunstancial. O ponto alto a se



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

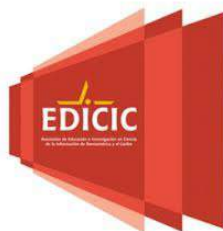
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

considerar é a sua singularidade, ou seja, o fato de que o documento original é único e, por conseguinte, a sua desapareição representa perda total, uma vez que, em princípio, não são produzidos de forma múltipla, mesmo que haja cópias, principalmente quando encontradas em locais diferentes, pois cada uma é passível de gerar um novo significado. O segundo ponto diz respeito ao seu condicionamento no espaço e no tempo, como resultado de uma atividade pública ou privada, que o circunscreve completamente em atividade similar às que são feitas como resultado produzido em mesmo espaço e tempo. A condição dependente dos atos jurídicos, administrativos, comercial e/ou familiares desenvolvidos ao longo dos anos, dos séculos, dotando os documentos apresentados de características muito particulares, constituindo séries de relacionamentos por unidades e elementos, os tornando facilmente identificáveis e orgânicos, como conjuntos e unidades de formação de complexos de milhares de documentos mais simples.

Para processá-los, organizá-los, classificá-los, descrevê-los e disponibilizá-los, estaremos diante do trabalho dos arquivistas, que estudam sua forma e substância para alavancar cada um dos seus elementos em diferentes fases do seu tratamento, seja em ambientes produtores, nos arquivos onde eles serão guardados e preservados, e nas ocasiões em que o seu uso, ou consulta, será solicitado. A análise de cada documento é feita de tal modo que, uma vez estudado, pode ser considerado como disponível para qualquer tipo de trabalho. A análise documental, utilizando a disciplina Diplomática é uma tarefa imperativa para a base de processamento de documentos, e, portanto, sujeita a um arquivista, um especialista que deve conhecer o processo. Caso realizado de outra forma, podem se tornar ineficientes as tarefas de organização, classificação, descrição e disponibilização dos documentos, ou, substantivamente, todo o trabalho arquivístico.

Os sistemas de arquivos gerenciam documentos de forma a garantir o acesso e a preservação destes. Um sistema de arquivos pode integrar diferentes funções e operações, gerando serviços de informação. Para que esse processo ofereça serviços relevantes, a organização do seu sistema precisa partir de objetivos bem definidos, métodos específicos e funções administrativas. Assim, os Arquivos são unidades que tratam documentos de uma forma científica, a fim de constituir peças metodicamente gerenciáveis de documentos que os homens produziram e produzem.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

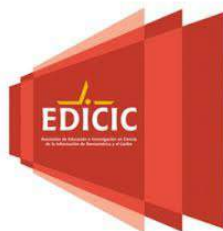
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Refletindo sobre os métodos acima relacionados uma das questões que buscamos entender empiricamente é se havendo um valor maior atribuído aos aspectos objetivos do processo de análise, como proposto pela Diplomática e pela Análise Documental, isto desconsideraria os aspectos materiais, subjetivos e sociais necessários para o fazer historiográfico atual? Pois, como afirma Rendón Rojas teríamos um “documento elaborado e/ou de interesse de um especialista que entra na jurisdição do profissional da informação documental” (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 128). Especialista este, responsável por inserir o documento em um determinado sistema informativo de modo a institucionalizá-lo, agregando-lhe informação ao representá-lo, ao organizá-lo e ao torná-lo acessível ao usuário. O documento passa a ser um produto de um profissional intermediário que atua com uma ação intencional, guiado por técnicas e estruturas de análise fundamentadas cientificamente. As ações deste profissional da informação documental institucionalizando, agregando informação ao representar o documento, o organizando e tornando-o acessível ao usuário atribui novos sentidos ao documento inicial, pois poderá o coloca dentro de um contexto específico diferente do de sua proveniência, podendo, assim, eliminar características importantes para o fazer historiográfico. Após esta gama de procedimentos o documento adquire personalidade dentro do sistema de informação documental.

Queremos dizer que, se o profissional responsável por esta ação não levar em consideração que para o historiador qualquer objeto pode ser eleito como documento histórico, ou fonte de informação, o especialista tenderá a um tratamento documental sem levar em consideração a importância do contato com os atributos físicos do documento. Para o historiador esta fonte de informação tem muito a dizer, observando-se além de seu conteúdo textual. Podemos apresentar um exemplo simples sobre o que queremos salientar, sendo o mais comum de se encontrar: ao se microfilmar e depois digitalizar o microfilme (segundo a denominada estratégia híbrida, muito frequente em relação aos documentos textuais dos arquivos públicos), um papel, “amarelado” pelo passar do tempo é transformado em tons de cinza e disponibilizado assim no sistema, sem registrar os aspectos que apresentam os desgastes pelo tempo. Nesse processo de organização e disponibilização dessa documentação em meio digital, desconsiderando-se a importância que elementos como estes possuem para determinados tipos de pesquisas históricas, estar-se-ia considerando apenas o conteúdo textual como importante para as análises futuras. Ter contato com esses elementos importa para o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

historiador que precisa observar os elementos físicos apresentados pelas fontes elencadas para a sua análise subjetiva que tem foco nos indícios que a materialidade do objeto apresenta. Mais importante ainda é que isso é acompanhado, na maioria das bases de dados, pela apresentação dos documentos, um a um, sem se reportar a seus nexos orgânicos arquivísticos em dossiês ou processos.

O que temos obtido sobre essa nossa preocupação junto aos historiadores entrevistados até o momento, é o entendimento de que a problemática existe. Ainda, demonstram concordância de que um diálogo mais específico entre os dois profissionais será o caminho para amenizar tais impactos.

4 RESULTADOS PARCIAIS: IMPACTOS E REFLEXÕES

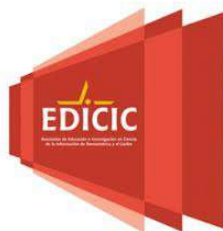
Como resultados parciais apresentamos dados provenientes das entrevistas¹⁵ realizadas com os pesquisadores brasileiros da área da História¹⁶, denominados na pesquisa pela abreviatura “HB00”. De uma forma geral, percebemos que para esses pesquisadores o documento digitalizado possibilita o contato com as suas informações via rede de computadores, como a Internet, permitindo um maior acesso e agilidade às solicitações de conteúdo pelo público em geral. Estes profissionais consideram esse fator algo de fundamental importância para o processo de universalização do acesso aos documentos e ao incremento das pesquisas.

Observamos a importância atribuída ao fato de que os acervos digitalizados trazem novos significados para a pesquisa histórica. A tecnologia digital colabora para a possibilidade de pesquisas antes inexistentes. Os documentos são os mesmos, mas a tecnologia digital traz novas possibilidades. Ao longo dos últimos 10 anos¹⁷ contata-se o início de um processo que nos permite a possibilidade de ter acesso mais facilitado à

¹⁵ Os entrevistados, diante do roteiro semiestruturado das entrevistas, foram orientados a discorrer livremente a partir de seus pontos de vista e em relação a especificidade de seus objetos e métodos de pesquisa. Com esta liberdade buscamos obter depoimentos mais variados em relação à temática enfocada pela pesquisa.

¹⁶ As reflexões aqui apresentadas são baseadas nas análises das entrevistas com 6 professores/pesquisadores que também atuam na pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, departamento de história. Os professores elencados para as entrevistas são todos formados na área de história por volta ou antes dos anos 1990, momento a partir do qual a Internet começou a se popularizar.

¹⁷ A partir da denominada Web 2.0 passamos a contar com a disponibilização de grandes conjuntos digitalizados, pois antes havia restrições técnicas que exigiam a digitação, e não digitalização, dos acervos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

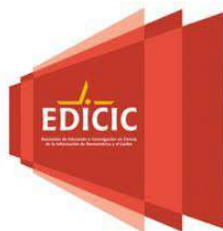
documentação, pelo fato de se estabelecer uma rede que é acessada em qualquer parte do planeta com as pessoas podendo trocar e intercambiar informações de diversas naturezas. Ao longo desse período, passamos a contar com arquivos colocados à disposição dos interessados sem haver necessidade de grandes investimentos financeiros para consultá-los.

Os historiadores enfatizaram uma perceptível alteração nos fundamentos do ofício historiográfico e em seus objetos de pesquisa. Um exemplo específico é que essa realidade arquivística virtual nos possibilitou empreender uma história de perspectiva comparada (metodologia apontada especificamente por HB01 e HB04). Passamos a contar, no campo da historiografia, com a possibilidade efetiva de se fazer uma história global comparada. Anteriormente, seria necessário o deslocamento dos pesquisadores ao longo de muitos anos, o que ainda seria insuficiente para o levantamento de um aporte documental tão amplo como o que podemos contar neste momento. Este movimento passou a ser algo que podemos fazer do gabinete da universidade, ou até mesmo, na tranquilidade de casa, em qualquer dia e horário da semana.

Consideramos como um dos principais objetivos desta pesquisa o levantamento de elementos empíricos que fundamentem um diálogo entre as áreas elencadas, no caso História e Arquivologia, em torno do que consideramos como impactos negativos. A saber, esta pesquisa foi configurada em função de buscar o esclarecimento da hipótese de que: pode haver limitação na captação de informações ao se lidar com acervos digitais que não fornecem todas as referências possíveis sobre o documento original como origem, materialidade, estado de conservação atual etc¹⁸? Sabemos que estes elementos são fundamentais para determinados tipos de pesquisas históricas, mais detidamente aquelas que dependem do contato com a materialidade do documento para a construção de uma narrativa sobre determinados fatos históricos. Essa narrativa vai depender da análise que o Historiador fará do documento nos casos em que sua leitura não é direcionada apenas para o conteúdo textual de um documento de arquivo, por exemplo. Pois, a materialidade desses objetos também são testemunhas do passado, e se tornam fontes de pesquisa para uma cultura do material, quando o historiador atribui a elas tal estatuto.

Queremos dizer que, determinados tipos de documentos exigem que o historiador tenha contato com o original, que os possa vistoriar em busca de constatar alguma falsificação

¹⁸ Algo que pode ser constatado ao se visitar alguns acervos disponibilizados virtualmente.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ou outras interferências na sua originalidade. Nestes casos o tipo de papel, o tipo de objeto utilizado na escrita e o tipo de tinta empregado são elementos importantes para as percepções e perguntas que esclarecerão as hipóteses de certos tipos de investigações históricas.

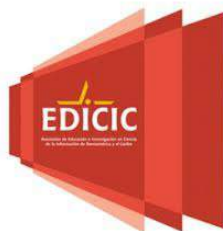
É importante para o historiador saber exatamente o que ele está manipulando. Mapas, por exemplo, via internet, você encontra imagens em alta resolução, mas antes de publicar algo, um dos historiadores entrevistados, denominado HB04, afirma que “não publica suas observações antes de ir até o original”. Este profissional diz que, principalmente na cartografia, a sutileza da cor, da pigmentação e a letra, interfere no resultado final da sua análise. E esses são elementos que dificilmente pode-se ter certeza de sua autenticidade sem contato com o original.

Apontando como impactos negativos, esse mesmo historiador (HB04) considera que: “essa digitalização acelerada pode ser muito traiçoeira. No Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, há documentos que não são legíveis online e demandam a ida ao original. Talvez, nem sempre, mas muitas vezes o original tem mais clareza”. Assim, podemos ver que a digitalização de documentos de valor histórico quando realizada tecnicamente fora dos padrões recomendados acabará por fornecer um efeito inverso aos benefícios que poderíamos obter com tal processo. No exemplo que encontramos no Arquivo Histórico Ultramarino¹⁹, para ilustrar tal proposição, pode-se constatar que mesmo estando diante de uma digitalização com resolução de 300 dpi (valor recomendado no documento “Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes”²⁰, da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conarq para a geração das matrizes digitais), o conteúdo textual deste mapa é ilegível. E, continua ilegível mesmo se valendo do recurso de ampliação da imagem, online ou em seu próprio computador. A utilização de um editor profissional de imagens, como por exemplo o Photoshop, também não nos permitiu a leitura das informações textuais.

Podemos oferecer mais um exemplo, recorrendo a um documento que propiciará a narrativa de uma História da Leitura. Em determinados casos, dos objetos elencados como

¹⁹ “Mapa de Delimitação da Fronteira Sul do Zambeze: Mapa do Distrito de Tete - Trabalhos de 1904”. Disponível em <<http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD27789>>, acesso em 10 mai. 2016.

²⁰ Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf> acesso em 10 mai. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

fontes para este perfil de pesquisa interessará saber se existe alguma rasura, se houve alguma sobreposição de informação, o tipo de papel utilizado, em que época foi escrito o documento e se foi escrito em uma única época, ou em temporalidades diferentes e se houve inserções de conteúdo textual no documento posteriormente, sem se esgotar nessas observações. Note que também as dimensões desse documento dizem muito sobre a possibilidade de sua circulação ampla ou mais restrita: é o caso de um livro de bolso, ou de um material de dimensões e peso maiores.

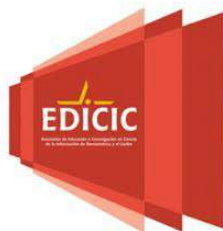
Tais questões variam muito na natureza de cada pesquisa, mas o historiador tem que estar atento a esse tipo de indícios. Muitas vezes, o pesquisador pode se sentir seduzido pelo fato da documentação estar de fácil acesso via internet, acabando por desconsiderar a ida ao original. É importante deixar claro que, nos tipos de pesquisas que têm seu foco estabelecido apenas no conteúdo textual dos documentos históricos, pode ser que seja desnecessário o contato com o documento original. Mas, enfatizamos que para determinados tipos de pesquisa o contato com a materialidade é fundamental. Além deste fator, entendemos que mesmo pesquisas que se interessam inicialmente pelo conteúdo textual, pode acontecer do pesquisador deixar de perceber algum fator físico que altere de alguma forma na percepção dos dados inscritos. Também, consideramos que o contato físico com o documento propicia novos estímulos para outras análises que não foram previamente consideradas.

Considerando interferências variadas, técnicas e/ou metodológicas, nossa hipótese inicial vem sendo corroborada: a digitalização dos documentos de valor histórico impacta positivamente, tanto como negativamente, no fazer e no método historiográfico indicado pela metodologia dos *Annales*²¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a amplitude conceitual de documento proposta na Documentação, quando pensada em diálogo com a dimensão adotada pela historiografia, pode colaborar para trazer novos subsídios teóricos para se pensar o desenvolvimento disciplinar das áreas que têm o conceito de Documento como objeto de estudos e trabalhos práticos, bem como para os

²¹ Como explicamos anteriormente, o *Annales* preconizou a ampliação da crítica aos documentos oficiais, entre diversos outros fatores.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

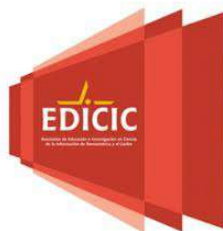
UFMG

métodos de pesquisa em História. Tal diálogo deve colaborar no entendimento do documento como categoria nos programas de investigação da CI e a elucidar os impactos no fazer historiográfico quando se buscará consultar fontes de pesquisa digitalizadas, seja de acesso remoto ou local.

A evolução das tecnologias de informação tem permitido, por meio de sistemas de busca, encontrar um documento específico dentro do imenso repositório que é a Internet, por exemplo, com buscas por grau de relevância e não apenas por grau de ocorrência. Para que isto impacte positivamente no fazer historiográfico pode ser necessário indexar estes documentos para além da utilização das palavras-chave referentes ao seu conteúdo textual, por meio de um processo que não desconsidere os indícios investigativos que a materialidade do documento original, em sua concepção mais ampliada dentro da cultura material, pode fornecer ao profissional da história. Algo como se se pudesse contar com um tratamento arqueológico na disponibilização de uma matriz digital. Assim, uma preocupação que nos moveu a esta proposta é saber até que ponto, a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de informação, o aspecto ontológico do documento está sendo valorizado e se as discussões sobre a inovação do suporte da informação se sobrepõem àquelas acerca da tradição teórica do campo da historiografia.

Buscamos com esta pesquisa, entre outras contribuições, trazer para o campo de discussões temas como sistemas e serviços de organização da informação proveniente do contexto digital, estudando fenômenos informacionais a partir da perspectiva dos sujeitos que produzem, organizam, recebem, disseminam e interpretam informações em um contexto específico, relacionado neste caso ao documento de valor histórico. Acreditamos que a partir desse debate será possível lançar novas perspectivas teóricas sobre a importância do Documento para as áreas do conhecimento que lhe possuem como objeto de estudos e trabalhos, evidenciando a relação interdisciplinar que provém das demandas sociais relativas à preservação e à atualização da memória coletiva.

Entendemos que um diálogo mais específico entre os profissionais das áreas focadas é o caminho para amenizar os impactos que sejam considerados negativos e desenvolver entendimentos sobre os limites, possibilidades e demandas acadêmicas/profissionais de historiadores e arquivistas. Buscamos acalorar o debate entre os profissionais que atuam de forma prática e teórica com o objeto Documento com a intenção de estabelecer reflexões



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



efetivas. O entendimento mútuo dos problemas concernentes ao fazer historiográfico e dos procedimentos arquivísticos colaborará para entender problemas, estabelecer padrões e orientações para melhor aproveitamento desse ferramental tecnológico.

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. **La sociologia alemana contemporanea**. Traduzido por Carlos A. Fayard. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1953.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997. 154p.

_____. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. História positivista. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p. 516-518.

CHAUNU, Pierra. **Histoire quantitative, histoire sérielle**. Paris: Armand Colin, 1978.

CODINA, L. **El libro digital y la www**, Madrid, Taurus, 2000.

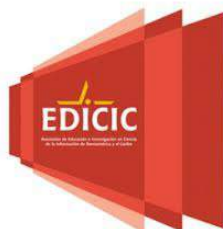
COMTE, Auguste. **Opúsculos de Filosofia Social: 1819-1828**. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1972.

ESCARPIT, Robert. **L'information et le document: L'information et la communication**. Paris: Hachette, 1991.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L., MARTELETO, R.M., LARA, M.L.G. de (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. SP: Cultura Acadêmica; Marília; Fundepe, 2008. p. 19-34.

GAY, Peter. **O Estilo na História** : Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, J.M.; LOPES, I.L. (Org.) **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

GUINCHAT, Claire; MENUU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e da documentação**. Brasília: MCT: CNPq: Ibict, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Traduzido por Bernardo Leitão et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. (Coleção Repertórios).

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation: revue de l'Association Internationale de Bibliologie**, Noyers-sur-Serein, n. 14, p. 51-63, 2. trim., 1981.

MOREIRA, A. et al. Digitalização de manuscritos históricos: a experiência da Casa Setecentista de Mariana. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 89-98, 2007.

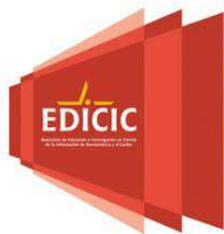
ORTEGA, C. D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, n. especial, p.59-79, 2009.

OTLET, P. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1997.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2.ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005.

SMIT, J. W.; GUIMARÃES, J.A.C. Análise documentária. In: SMIT, J. W.; LIMA, Y. D. **Organização de arquivos**: XV Curso de especialização. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2001.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação

O CONCEITO DE DOCUMENTO EM ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA SEGUNDO AS DISCIPLINAS CONSTITUINTES DO CAMPO

THE CONCEPT OF DOCUMENT IN THE BIBLIOGRAPHIC APPROACH BY MEANS OF THE DISCIPLINES WHOSE CONTRIBUTIONS CONVERGE IN THE FIELD

Cristina Dotta Ortega, UFMG

Resumo: Bibliografia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação apresentam, cada uma a seu modo, e influenciando-se uma à outra, o campo que tem por objeto a mediação documentária em abordagem bibliográfica. Na perspectiva de vertentes constituintes do campo, estas disciplinas permitem um conceito de documento no sentido de objeto empírico sobre o qual recaem os procedimentos. O objetivo é tratar da construção do conceito de documento por meio das disciplinas cujas contribuições convergem para o campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica. Como metodologia, recorreu-se à exploração de literatura que discute o documento pelas disciplinas citadas, buscando estabelecer equivalências e realizar contrapontos. O primeiro tópico apresenta uma construção histórica do conceito de documento em Documentação, durante o século XX, em especial, em solo francês, desde sua concepção por Paul Otlet, depois por Suzanne Briet, e posteriormente por Jean Meyriat; o segundo tópico perpassa as disciplinas Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação, em torno do conceito de documento em perspectiva empírica ou científica, e a Ciência da Informação no que tange aos aspectos que herda das disciplinas que a precederam; e o terceiro tópico busca aprofundar o conceito de documento, em abordagem bibliográfica, estabelecendo algumas relações com ideias propostas para este conceito em abordagem arquivística e museológica. Conclui que predomina abordagem bibliográfica sobre documento que enfatiza a instância tipológica do objeto e normatizadora de sua descrição, menos que aquela baseada no caráter simbólico dos procedimentos e de seu produto final.

Palavras-chave: Abordagem bibliográfica do documento. Documentação. Biblioteconomia. Bibliografia. Ciência da Informação.

Abstract: Bibliography, Library Science, Documentation and Information Science present, each in their own way and influencing one another, the field that is engaged in documentary mediation in the bibliographic approach. In view of the constituent parts of the field, these disciplines enable a concept of document in the sense of empirical object on which falls the procedures. The objective is to treat the construction of the concept of document by means of the disciplines whose contributions converge in the field of documentary mediation actions in the bibliographic approach. The methodology employed was a search of the literature that discusses the document in the aforementioned disciplines to seek to establish equivalences and perform counterpoints. The first part provides a historical construction of the concept of document during the twentieth century, in particular on French soil, from its conception by Paul Otlet, then by Suzanne Briet, and then by Jean Meyriat; the second part intersects the



disciplines of Bibliography, Library Science and Documentation around the concept of document from an empirical or scientific perspective, and the aspects that Information Science inherited from the disciplines that preceded it; and the third part, which seeks to deepen the concept of document in the bibliographic approach by establishing some relationships with ideas proposed for this concept by archival and museological approaches. It is concluded that the predominant bibliographic approach to the document emphasizes the typological instance of the object and the normalizing of its description, unless that is based on the symbolic character of procedures and of the final product.

Keywords: Bibliographic approach to document. Documentation. Library Science. Bibliography. Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Bibliografia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação desenvolveram-se no tempo por meio da ênfase em um ou outro aspecto, a depender de contingências políticas e culturais, além de técnicas e tecnológicas, de cada época e lugar, apresentando entre si distanciamentos, convergências e aproveitamentos. Essas disciplinas contemplam, cada uma a seu modo, e influenciando-se uma à outra, o campo que tem por objeto a mediação documentária em abordagem bibliográfica. As ações de mediação são realizadas concretamente por meio de procedimentos específicos, na forma de proposição de mensagens, entre objetos e pessoas no contexto das atividades em que estas estão envolvidas. O objetivo do campo é o da apropriação dos conteúdos pelos sujeitos que foram destinatários das mensagens produzidas. Os procedimentos são realizados de modo a colocar o objeto em um outro lugar (simbólico), implicando transformação que conduziu à denominação própria, qual seja, documento. Na perspectiva de vertentes constituintes do campo, essas disciplinas permitem um conceito de documento, no sentido do objeto empírico sobre o qual recaem os procedimentos.

O objetivo deste trabalho é o de tratar da construção do conceito de documento por meio das disciplinas cujas contribuições convergem para o campo das ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica. A proposta se justifica uma vez que, em campos aplicados, ou seja, voltados à formulação de soluções a demandas sociais, o estudo dos objetos empíricos é condição necessária ao seu desenvolvimento.

Como metodologia, recorreu-se à exploração de literatura que discute o documento pelas disciplinas citadas, buscando estabelecer equivalências e realizar contrapontos. Em função do acúmulo decorrente do conhecimento subjacente à prática profissional e do



conhecimento acadêmico, pode-se falar em campo próprio, ou seja, singular, mas não é possível discorrer sobre ele sem estudar as vertentes que o constituíram e que, de algum modo, explicam suas contínuas segmentações. Estudos realizados no âmbito destas disciplinas que não respondem pela historicidade das ações de mediação documentária foram desconsiderados, uma vez que, metodologicamente, tanto olhares convergentes quanto divergentes contribuem para a construção de um conceito, mas disso depende que haja algum nível de compartilhamento de questões.

A estrutura do trabalho foi elaborada como segue. O primeiro tópico trata de uma construção histórica do conceito de documento, para o que foi privilegiada a proposta da Documentação, por Paul Otlet, na Bélgica, do final do século XIX para o XX, com desenvolvimento neste período e depois, na França, com Suzanne Briet, da Biblioteca Nacional e, mais tarde, com Jean Meyriat, no contexto dos estudos em torno da denominada Ciências da Informação e Comunicação (*Sciences de l'Information et de la Communication-SIC*). A busca por um termo genérico relativo ao objeto em questão, independente de sua diversidade tipológica ou suporte material, e a constatação do desenvolvimento do conceito durante o século XX, justificam essa escolha. O segundo tópico perpassa as disciplinas Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação, em torno do conceito de documento em perspectiva empírica ou científica, e a Ciência da Informação no que tange aos aspectos herdados das disciplinas que a precederam. O terceiro e último tópico busca aprofundar o conceito de documento em abordagem bibliográfica, estabelecendo algumas relações com o documento em abordagem arquivística e museológica, a partir das categorias documento por intenção e documento por atribuição.

2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE DOCUMENTO

Segundo desenvolvemos anteriormente (ORTEGA; LARA, 2010), é no contexto da proposta da Documentação, na passagem do século XIX para o XX, em especial pelo belga Paul Otlet, que o conceito de documento é trabalhado como tal, por indicar maior capacidade de generalização. Junto com Henri Lafontaine, Otlet preocupa-se com a necessidade de um controle bibliográfico universal que, ao fornecer informação a todos, funcionaria como instrumento que conduziria ao respeito mútuo e à paz entre os povos. Otlet, em seu *Traité de*



Documentation, publicado em 1934, ressalta a Bibliografia como descrição de documentos, mas defende a Bibliologia, que de modo relacionado, representava uma ciência e uma técnica gerais do documento (1996, p. 9). Segundo Fayet-Scribe (2001, p. 52), nos artigos publicados entre 1905 e 1917, Otlet foi abandonando a palavra bibliografia em proveito das palavras documentação e informação, e no *Traité*, ele fez uso da palavra Documentologia para designar o campo do conhecimento que propõe ultrapassando as palavras Bibliografia, Bibliologia e Documentação.

Otlet propõe uma grande mudança de perspectiva quando desenvolve a ideia de que tudo pode ser um documento. Ele apresenta os documentos a partir da diversidade de objetos e ambientes existentes, ressaltando, por exemplo, os documentos audiovisuais que estavam em franco desenvolvimento no século XIX. Livro e documento constituem para ele “um suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais (OTLET, 1996, publicação original de 1934, p. 43). Segundo Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 305), Otlet adota a forma ‘livro ou documento’, mantendo a primeira palavra apenas em regime de conservação dos usos. Considera os livros, no entanto, como termo genérico para manuscritos e impressos de toda espécie, constituindo em seu conjunto a memória materializada da humanidade, por excelência, os órgãos da conversação, da concentração e da difusão do pensamento, devendo-se considerá-los como instrumentos de pesquisa, de cultura, de ensino, de informação e de recreio, pois são o receptáculo e o meio de transportes das ideias (p. 43).

Suzanne Briet, bibliotecária da Biblioteca Nacional da França e considerada discípula de Otlet, trata do conceito na perspectiva anterior, mas agora no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em sua pequena obra *Qu'est-ce que la documentation?*, publicada em 1951. Adota a expressão ‘produção documentária’ (BRIET, 1951, p. 24-25) para indicar a produção de documentos secundários pelas organizações de documentação a partir dos documentos iniciais (os quais seriam criados pelos autores e conservados pelas organizações de documentação). Assim, após a afirmação de Otlet de que tudo pode ser um documento e de sua caracterização como matéria e conteúdo, Briet estabelece algumas condições para que um objeto seja considerado documento, por meio das perguntas: Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Briet responde que não, pois apenas o são as fotografias e os catálogos das estrelas, as pedras de um



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico (p. 7). O exemplo é mais desenvolvido na sua famosa explanação sobre o antílope encontrado na África, cuja informação é divulgada na imprensa e comunicada na Academia de Ciências, o animal é colocado no jardim zoológico e catalogado, quando morto é empalhado e conservado no museu, a seu respeito faz-se uma primeira monografia, depois comendo uma enciclopédia especializada, e então uma enciclopédia geral, ambas catalogadas numa biblioteca. Briet afirma que o antílope catalogado é um documento original e os outros documentos são secundários ou derivados (p. 7-8). As condições de representação e de mudança de lugar original do objeto permitem entender a ideia de Briet, mas nos leva a questionar a necessária mudança de lugar geográfico, já que se trata antes da proposição de um lugar simbólico ao objeto por meio de procedimentos de significação. Como exemplo, uma fotografia não pode ser considerada um documento por ela mesma, pois depende dos procedimentos citados.

Atribuímos a terceira contribuição para a construção do conceito de documento ao grupo de pesquisadores formado na década de 1970 em torno de questões de leitura, comunicação e documentação, comendo o campo das Ciências da Informação e da Comunicação, na França. Simultaneamente, na década de 1980, autores espanhóis como Sagredo e Izquierdo, entre outros, desenvolveram concepções semelhantes, em que se enfatiza o papel do uso do documento como tal e incorpora-se a questão da utilidade do documento. A literatura espanhola é tributária da construção francesa do termo documento, apresentando construção peculiar sobre Documentação, entre outros por considerá-la em sua relação com a produção científica. Podemos dizer que a noção de documento proposta pelos primeiros documentalistas (Otlet e Briet) foi aprofundada e atualizada pelos pesquisadores franceses e espanhóis nas décadas seguintes.

O grupo original das Ciências da Informação e da Comunicação tem em Robert Escarpit um de seus principais representantes. Em obra originalmente publicada em 1976 (ESCARPIT, 1991, p. 123-126), Escarpit define o documento como um objeto informacional visível ou palpável, dotado de uma dupla independência com relação ao tempo: a sincronia e a estabilidade. A sincronia se refere à independência interna da mensagem, não como uma sequência linear de eventos, mas uma justaposição multidimensional de traços, enquanto a estabilidade é observada na independência global do objeto informacional, não no sentido de um evento inscrito na passagem do tempo, mas de um suporte material do traço que pode ser



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conservado, transportado e reproduzido. Se um evento se produz, um documento foi produzido, existe, é conhecido e previsível. Para Escarpit, o documento se explica por ser suscetível de uma leitura, ou seja, de uma exploração em função de um projeto a realizar, conduzindo não apenas a uma reativação do evento, mas a uma produção informacional nova.

Mas é Jean Meyriat quem se debruça sobre o documento, em artigo fundador do conceito na perspectiva das ações de mediação documentária. O autor organiza a questão do ‘ser documento’ em duas categorias, posteriormente formuladas como documento por intenção e documento por atribuição.

Meyriat (1981, p. 51) parte do entendimento de que uma definição de documento depende das noções que cobrem seus termos derivados, relacionando-se, portanto, com os pontos de vista e os métodos da Documentação e da Documentologia. De modo similar à definição de Otlet quanto à matéria e aos dados intelectuais, para Meyriat, as duas noções são inseparáveis uma da outra, e sua conjunção é essencial nesta definição, sendo uma de natureza material (o objeto que serve de suporte) e a outra conceitual (o conteúdo da comunicação, isto é, a informação). Para ele, o documento pode ser definido como um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar (sendo que a comunicação pode ser repetida) e que é durável. Servir para comunicar não é característica inerente, de tal modo que o documento pode ser todo e qualquer objeto (como colocou Otlet), mas o mesmo deve estar encarregado da função de transmitir uma mensagem (p. 52). O lugar simbólico, e não o lugar físico, é necessário ao documento, a despeito dos exemplos elucidativos de Briet: não é necessário sequer que os objetos sejam reunidos para informar, como no caso do arqueólogo que utiliza como documento os objetos que ele descobre em seu lugar de pesquisa, porque eles lhe fornecem informações sobre os grupos humanos que os fabricaram e utilizaram (p. 52).

A compreensão do conceito de documento implica, segundo Meyriat (1981), que a documentação constitui um sistema técnico-social, no sentido de um conjunto de elementos ligados entre si de modo a serem interdependentes e arranjados com vistas a alcançar um objetivo, o de obter informação. O sistema técnico-social é composto pelos seguintes elementos: seres humanos, essencialmente as pessoas ou grupo de pessoas que buscam informação e eventualmente seus auxiliares ou intermediários; os objetos materiais, os documentos e as ferramentas ou máquinas empregadas para tratar estes documentos; e os



processos ou "*savoir faire*" técnicos necessários a este tratamento (p. 57). Meyriat discorre sobre o objeto da disciplina, concluindo que "todos os elementos do sistema técnico-social da documentação e as inter-relações que os unem são objetos privilegiados para nossa disciplina" (p. 58).

A partir da ideia de que todo objeto pode tornar-se documento, Meyriat (1981) propõe distinguir os objetos que são projetados desde a origem para fornecer informação, como os cartazes ou fitas magnéticas, e aqueles que são encarregados de desempenhar este papel depois ou subsidiariamente (p. 52). Segundo Meyriat, a comunicação pressupõe o emissor e o receptor da mensagem, ambos habilitados a fornecer-lhe uma significação, o que resulta em duas situações diferentes: em uma delas, emissor e receptor fornecem a significação conjuntamente em um acordo prévio entre um e outro sobre a informação atribuída ao documento, como quando um especialista escreve um artigo destinado a ser lido por outros especialistas do mesmo ramo; na outra, o documento foi produzido, por exemplo, para uma função estética. O autor explica que, nas duas situações, a função atribuída será necessária, pois a vontade de obter uma informação é elemento necessário para que um objeto seja considerado documento, apesar de a vontade de seu criador ter sido outra (p. 52-53). De outro modo, afirma que "o documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar – a segunda ao menos sendo sempre necessária" (p. 54). Meyriat considera ainda que "esse papel ativo do receptor pode modificar no tempo a função informativa de um mesmo objeto" e que a capacidade informativa do documento não é esgotada pelos usos já realizados (p. 53).

Tomando como base Meyriat (1981) e contemporâneos, o documento é: objeto produzido ou não com intenção de ser documento (produção do documento); e objeto que pode funcionar como documento, pois seu uso como tal é que determina que assim o seja (uso do documento). Além disso, a função de informação do documento pode mudar no tempo (uso do documento no tempo). Deste modo, um documento produzido com esta intenção não é definitivo para uma situação de 'ser documento' pois disso depende que o mesmo seja abordado enquanto tal, assim como, abordagens iniciais são reformuladas no decorrer do tempo.

Meyriat discorre sobre a categoria documento por intenção no contexto da disciplina de que trata. Considera que há objetos que têm em comum o fato de serem documentos, ao



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

menos virtualmente falando. Dito de outro modo, os documentos produzidos para comunicar aos destinatários uma mensagem informativa são destinados a ser documentos. A filmologia, iconologia, discologia, bibliologia, e outras, são voltadas a estudar tipos específicos de documentos, enquanto paralelamente, o conhecimento descritivo dos objetos produzidos pelo sistema correspondente é realizado, respectivamente, pela filmografia, discografia, iconografia, bibliografia. Meyriat retoma o termo Documentologia no sentido de uma generalização das disciplinas anteriormente nomeadas, que se ocupa do estudo do sistema de produção e distribuição de todos os documentos por intenção, independentemente de sua utilização, documentária ou outra. Assim, entende que a Documentologia é um discurso científico sobre as categorias de documentos, sobre as quais não há um discurso particular, como no caso das disciplinas específicas. Por sua vez, a documentografia designa o estudo enumerativo, descritivo e classificador de todo tipo de documento (MEYRIAT, 1981, p. 59-60).

Segundo Couzinet, Régimbeau e Courbières (2001, p. 467-506), o conceito proposto por Meyriat foi desenvolvido por Fondin, em 1995, sob os termos documento por intenção e documento por atribuição, os quais hoje estão incorporados à produção científica francesa. Para uma precisão do termo documento por intenção, o próprio Meyriat retoma a questão e a desenvolve 25 anos depois. Para Meyriat (2006, p. 12), como todo produto da atividade humana, o documento surge no lugar (imaterial) e no momento em que se reencontram os diversos sistemas sociais ou técnico-sociais de que é derivado. O documento por intenção, no entanto, é somente aquele especialmente produzido para veicular a informação, de tal modo que, se o autor produz um livro ou um artigo, o documentalista legitima este livro ou artigo como documento, inserindo-o em processos de circulação, por meio de atividades que se articulam às de outros grupos, como editores e livreiros. Meyriat explica que o documento por intenção é produto de ao menos dois sistemas, aquele que produz o objeto e aquele que emite a informação inscrita sobre esse objeto, chamando a atenção para o risco de uma ambiguidade para a compreensão deste termo (2006, p. 13). Por fim, sintetiza sua análise sobre o documento por intenção do seguinte modo: o documento não é um simples veículo da informação, antes interagindo com a mesma já que lhe é consubstancial, ou seja, seu elemento constituinte; o documento possui um autor que não pode ser ignorado e que tem uma



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

intenção de comunicar que se traduz no objetivo atribuído ao documento; esse autor é um ser social que, na sociedade em que vive tem muitos papéis que podem, cada qual, impor-lhe limitações diferentes; e todo documento se inscreve em um sistema específico da comunicação, que visa um objetivo próprio (2006, p. 26).

Considerando o documento como um objeto que significa, podemos falar em ao menos três níveis de significação: a produção dos documentos com intenção informativa ou a partir de objetos que não foram criados com esta intenção; as propostas de significação pelos documentalistas sobre aqueles documentos a um público; e a significação que ocorre no processo de apropriação da informação realizada pelo usuário. O segundo nível de significação é de responsabilidade do documentalista (em abordagem bibliográfica, arquivística ou museológica) e de outros que realizam direta ou indiretamente os procedimentos documentários de que tratamos. Nos três níveis há processos interpretativos. O primeiro e o segundo níveis de significação são emblemáticos da sociedade mediada em que vivemos, tendo no terceiro nível o objetivo e motivação dos anteriores.

Para uma maior compreensão do documento no contexto do campo, recorreremos à distinção entre os dois primeiros nível de significação do documento e o terceiro, acima descritos. Como tratamos em Lara e Ortega (2012, p. 381), “a abordagem linguístico-semiótica permite propor o documento como signo, um objeto que tem forma e conteúdo (HJELMSLEV, 1975), que representa algo para alguém, sob algum aspecto ou capacidade (PEIRCE, 1977)”. Enquanto signo, o documento é uma construção, uma leitura do real sob determinada perspectiva. A leitura do objeto que o transforma em documento para o sistema segue uma política de informação que privilegia perspectivas institucionais e comunidades discursivas potenciais. O documento é tornado pertinente a partir da seleção, da descrição formal e da atribuição de descritores ou outras unidades de classificação e indexação, enquanto atividades de organização da informação, as quais são seguidas dos demais procedimentos documentários. As atividades documentárias são resultado de uma série de escolhas pois os documentos são organizados em categorias por meio de aspectos que são priorizados frente a outros, implicando uma construção que é permeada de elementos ideológicos (LARA ; ORTEGA, 2012, p. 381-382).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Mas, a interpretação realizada pelos usuários é outro momento: ela é influenciada pelas mensagens propostas por meio de procedimentos documentários sobre objetos, mas não é determinada por elas. Não há relação de correspondência direta entre as mensagens sobre objetos e sua interpretação mas, o estudo das diversas apropriações realizadas pelos usuários (ou não realizadas) contribui como modo de avaliar e reorientar os procedimentos documentários. Por outro lado, as reflexões francesa e espanhola sobre o documento, de que tratamos, salientam a recepção. Ao considerar o processo de comunicação, tem-se que o documento é um produto de uma relação que envolve emissor, interlocutor e contexto. Um objeto é um documento apenas se considerado o mapa de configurações a partir dos quais ele pode tomar forma fazendo sentido para alguém (LARA ; ORTEGA, 2012, p. 385).

3 ENTRE A CONSTRUÇÃO EMPÍRICA E CIENTÍFICA DO DOCUMENTO

Os objetos sobre os quais procedimentos de seleção, ordenação, representação e preservação são realizados tiveram sua conceituação construída no tempo no contexto das práticas em que estes procedimentos ocorriam. Segundo o pesquisador mexicano Miguel Ángel Rendón Rojas (2005, p. 134-136), a palavra *biblos*, em seu sentido original no pensamento grego e helenista, designava o material com que eram fabricados os objetos sobre os quais se escrevia, passando, depois, a indicar os próprios objetos. Esses objetos eram rolos de papiro ou pergaminho (na Antiguidade) e códices (na Idade Média), pois ainda não existiam os livros produzidos pela imprensa como conhecemos hoje. Segundo Rendón Rojas, a palavra *biblos* era adotada no sentido de objetos com informação objetivada, feitos para serem lidos, portanto, objetos de conservação e transmissão de informação. O autor afirma haver uma certa subestimação do sentido histórico da palavra *biblos* e suas palavras derivadas, como biblioteca e *Bibliotecología* (de acordo com o uso na América Espanhola), e que a palavra pode ser interpretada como documento (no sentido abarcador que definimos aqui), ou seja, incluindo não só o livro em seu sentido contemporâneo, enquanto objeto de determinada forma e elementos que o estruturam, mas todo tipo de objeto operado segundo fluxos informativos por meio de sistemas e atividades específicas.

A ideia de um objeto ao qual se atribuía valor cultural era motivo para sua coleta, preservação, ordenação e representação, práticas essas realizadas desde os primeiros ensaios



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de acervos coletados. Assim, podemos dizer que a prática documentária realizada durante séculos tinha no seu cerne uma conceituação de documento, a partir da qual, tanto no âmbito da consolidação da Bibliografia quanto da Biblioteconomia, de meados do século XIX ao XX, alguns tipos de objetos passaram a ser eleitos como documentos.

Na Bibliografia, o livro é central, embora os objetos de registro que o precederam também sejam considerados. Dois enfoques predominaram em seu desenvolvimento e consolidação durante o século XIX, segundo Araújo (2015, p. 120): o primeiro associado à produção e difusão de instrumentos de registro, adotados na mediação da cultura escrita, como os inventários, catálogos e bibliografias produzidos na era manuscrita e impressa; e o segundo ocupado com o estudo da fisicalidade do livro, quanto aos seus aspectos intrínsecos (relacionados à produção editorial) e aos seus aspectos extrínsecos (no que tange aos exemplares produzidos e às intervenções dos leitores), considerando a ideia de que a forma determina seu sentido e seus modos de apropriação. Segundo o autor, trata-se, respectivamente, de uma Bibliografia bibliotecária e de uma Bibliografia material. Balsamo (1998, publicado originalmente em 1984) considera a Bibliografia um dos campos da atividade do complexo sistema de comunicação social, cujo surgimento relaciona-se à formação de bibliotecas abertas ao público, nas quais diferentes cânones bibliográficos encontraram aplicação (p. 11 e 13). Tratando dos desenvolvimentos tecnológicos e sua influência no fazer bibliográfico e na concepção da disciplina, Balsamo discorre sobre a invenção da imprensa até a era da tecnologia eletrônica, a qual teria causado mudanças tão profundas que deram a impressão de uma interrupção da tradição bibliográfica quando, de fato, mudaram apenas os instrumentos e os modos de elaborar e recuperar a informação (p. 14). O autor afirma, no entanto, que mudanças significativas ocorreram com a Bibliografia. Durante o século XX, em função da dificuldade de controlar o crescimento exponencial da produção e do surgimento de documentos diferentes do livro, da revista e do periódico, o primeiro perdeu a centralidade que teve durante séculos, embora não de modo absoluto, levando a que a Bibliografia entrasse em crise. Para Balsamo, atualmente, a Bibliografia continua exercendo seu papel por meio de outras formas nascidas dela, como os *abstracts* adotados no controle bibliográfico temático, além de permanecer como mecanismo da memória secundária da informação (p. 14-16).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na Biblioteconomia, a lista de objetos adotados é amplificada para outros tipos de escritos, mas também audiovisuais, entre outras tipologias documentais, ainda que a primazia do livro permaneça, refletindo seu papel no registro do conhecimento. Quanto aos tipos de objeto privilegiados, a consulta à literatura técnica e aos manuais é um caminho para sua identificação, uma vez que, neles, encontra-se arrolada a lista de recursos ou fontes informacionais adotadas, seguida de algum tipo de caracterização em nível formal e da prescrição proposta para sua descrição. Outra possibilidade é a observação empírica que permite identificar as soluções realizadas pelos bibliotecários frente às demandas sociais, as quais demonstram o tratamento de objetos diversos em termos tipológicos e de suporte, refletindo a complexa sociedade em que vivemos. A consolidação da Biblioteconomia pode ser identificada no século XIX até meados do XX, período em que se deu de modo mais efetivo a sistematização dos procedimentos na forma de manuais e outros textos, quais sejam, os de ordenação de documentos em bibliotecas e os de produção de catálogos de seus acervos. Assim, a disciplina se constituiu a partir de procedimentos realizados no âmbito de espaços denominados bibliotecas, de tal modo que a biblioteca marca empiricamente sua identificação.

Os modos de produção de bibliografias influenciaram a catalogação em bibliotecas, já que estes espaços funcionaram como aplicação dos métodos da Bibliografia. Os conteúdos específicos da Bibliografia foram perdendo terreno mas, boa parte deles foi incorporada, de algum modo, à Biblioteconomia, como ocorreu nos cursos de graduação no Brasil, e são presentes nos sistemas de informação científica.

A Documentação, proposta na passagem do século XIX para o XX, apoia-se na Bibliologia e recoloca a Bibliografia e a Biblioteconomia, considerando os avanços das duas. Base desta proposta é a ideia de abrangência para todo e qualquer objeto como passível de ser abordado como documento, posteriormente desenvolvida por meio da busca pela explicitação das condições em que ocorre a mudança de estatuto de objeto a documento. O termo documento passa a ser adotado para indicar o objeto que é eleito para a execução dos procedimentos – sendo essa escolha o primeiro procedimento que lhe é imputado –, mas é propriamente o produto destes procedimentos, por este motivo, chamados de procedimentos documentários. No decorrer do século XX, o termo foi desenvolvido em solo europeu sob a incorporação dos conceitos de informação e comunicação e do reconhecimento dos métodos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

da Documentação para uma compreensão do documento. Os estudos de linguagem passaram a ser adotados para uma fundamentação e operacionalização dos métodos documentários, na perspectiva de que os procedimentos e os instrumentos devem conduzir a um processo de significação que objetiva a comunicação. Recursos tecnológicos também são explorados nos Congressos de Documentação e nas diversas publicações em nome desta disciplina, na primeira metade do século XX, envolvendo microfilmagem, técnicas de reprografia e mecanização da busca de documentos.

O conjunto de ideias organizadas sob o nome Ciência da Informação, proposto nos Estados Unidos, em meados do século XX, predominou frente a movimentos semelhantes ocorridos na Europa central e oriental, no mesmo período, que apresentaram outros vieses devido à influência da Documentação nestes países (LÓPEZ YEPES, 1995, como tratamos em ORTEGA, 2009, p. 14). Na proposição inicial da Ciência da Informação estadunidense, o termo documento construído na Europa não foi considerado. Fondin (2005) trata dessa orientação predominante da Ciência da Informação, afirmando que o interesse de pesquisadores em técnicas de tratamento, armazenamento, busca e difusão de documentos e seus conteúdos para fornecer informação a um certo público partiu para uma abordagem mais global sobre informação que acabou por gerar indefinição e ambiguidade. Considera que as contradições são evidentes na pesquisa em Ciência da Informação atual e explicam as divergências de pontos de vista expressos por um número cada vez maior de pesquisadores da disciplina. A partir deste quadro, Fondin pergunta qual especificidade científica a Ciência da Informação reivindica em torno do objeto informação, uma vez que ela não pode pretender estudar igual e simultaneamente o sistema primário e o sistema secundário de produção e difusão da informação, ou seja, respectivamente, as ações desenvolvidas por autores e leitores e as ações de mediação de que se ocupam os documentalistas. Fondin explica que se trata de dois fenômenos nitidamente distintos, embora relacionados, de tal modo que não se pode justapor estes fenômenos e seus sistemas correspondentes apenas por serem dependentes cronologicamente e possuírem em comum o documento em sua materialidade.

Atualmente, o termo documento é estudado na literatura em inglês, de maior abrangência territorial, no campo nomeado Ciência da Informação, ou Biblioteconomia e Ciência da Informação (*LIS-Library and Information Science*). Os autores pioneiros da Documentação, Paul Otlet e Suzanne Briet, são retomados, mas não os autores franceses



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

posteriores, como Robert Escarpit e Jean Meyriat, entre outros, que contribuíram para consolidar o conceito a partir da década de 1980. Autores contemporâneos colocam o tema na pauta das discussões realizadas nas pesquisas sobre Ciência da Informação, algumas vezes na perspectiva mais ampla da produção e uso da informação, outras vezes, no sentido estrito das ações de mediação documentária. A dicotomia de orientações permanece como problema, já que relações entre elas não são estabelecidas. No Brasil, o nome Ciência da Informação foi institucionalizado para as atividades de ensino em nível de pós-graduação e de pesquisa, nas quais os aportes das disciplinas citadas anteriormente são discutidos, já que elas são emblemáticas da constituição dos conceitos, do processo e da função do campo.

Buckland é um dos responsáveis por disseminar as contribuições de Otlet e Briet em idioma inglês. Além de escrever sobre Suzanne Briet, a quem denominou *Madame Documentation*, explicita que Otlet enfatizou a necessidade de uma definição de documento que incluísse objetos naturais, artefatos, objetos apontando pistas de atividades humanas, objetos tais como modelos designados para representar ideias, e obras de artes, assim como textos. Mais que isso, Buckland está entre os autores que desenvolveram e atualizaram o pensamento aqui apresentado. Frente à pergunta ‘o que é informativo?’, o autor sugere inverter a raciocínio usual perguntando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas. O autor sugere ‘discurso’ como um termo melhor para indicar textos no sentido geral ou artefatos com intenção de representar coisas. Apresenta como possibilidade dividir objetos em: artefatos com intenção de constituir discurso (como livros), artefatos que não tinham esta intenção (como barcos), e objetos que não são artefatos (como os antílopes). Do mesmo modo que Meyriat e outros pesquisadores franceses, Buckland apresenta exemplos explicativos dos objetos e suas funções posteriores, como no caso do livro que pode ser usado como um peso para portas (1991, p. 43, 44, 46 e 47).

Em Ciência da Informação, a imprecisão em torno do objeto eleito – a informação – pouco agregou à construção conceitual do documento; a proposta da Documentação não foi fortemente disseminada em função do fortalecimento da produção científica dos Estados Unidos, simultaneamente ao esquecimento dos estudos europeus do pós-Guerra e da menor proficiência por pesquisadores de leitura em francês; e a Bibliografia foi grandemente absorvida pela Biblioteconomia. Esta, por sua vez, manteve a perspectiva de um objeto concebido empiricamente, contribuindo para a indicação de um conceito, a despeito das



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

restrições de fundamentação que lhe são típicas. Considerando que a imprecisão desenvolvida na pesquisa em Ciência da Informação não encontra respaldo no conhecimento já consolidado e reconhecido advindo das práticas de ações de mediação documentária, a perspectiva fornecida pela Biblioteconomia responde pelo pensamento predominante do campo quanto ao objeto empírico com que opera.

No âmbito desse pensamento predominante, o objeto não é propriamente conceituado, mas está implícito na literatura técnica e nas práticas. Dito de outro modo, o objeto eleito não é caracterizado pois, sendo dependente dos modos de produção do conhecimento e das contingências institucionais, ele é colocado a reboque dessas circunstâncias. A questão da circunstancialidade das escolhas dos objetos culturais que marcou a Bibliografia e a Biblioteconomia é aqui considerada no sentido de que estas disciplinas não se constituíram visando contemplar propriamente todas as possibilidades documentais passíveis de oferecer aos sujeitos conteúdos de seu interesse, optando antes pelos tipos de objetos mais usualmente demandados ou significativos a cada tempo.

No entanto, procedimentos têm sido executados com algum nível de objetivação, o que permite identificar alguns critérios bastante razoáveis. Pensato (1994, publicado originalmente em 1987) discorre ricamente sobre os critérios adotados na atividade bibliográfica, em seu livro *Curso de Bibliografia*. À p. 161, o autor trata das publicações descritas na *Bibliografia Nacional Italiana* que são, em geral, as monografias e os primeiros números de publicações seriadas; é excluído o material cuja forma se destina a grupos e categorias particulares de pessoas, é de caráter interno ou privado ou que tenha um caráter efêmero, assim como todos os materiais que não são livros. O autor apresenta ainda uma lista de 25 tópicos de publicações não descritas nesta bibliografia nacional. Há uma objetivação de critérios baseada no interesse de uso por públicos mais amplos e, de algum modo, na lista negativa de objetos, não ficando claro o significado da exclusão do material que não é livro, embora o critério considerado também neste caso possa ser o uso por grupos menores. Como vimos, Balsamo, ao discorrer sobre a Bibliografia, entende que o apoio sobre o objeto livro contribuiu fortemente para o enfraquecimento da disciplina, haja vista que outros tipos de documento se fizeram presentes, com implicações nos modos de produção, representação, acesso e uso.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Quanto a isso, Meyriat (1981, p. 60) fala que os bibliotecários anglo-saxões criaram o termo ‘não-livro’ (*non-book*) para designar todos os bens que são confiados a seus cuidados, mas que eles não sabem como catalogar ou armazenar, como discos, diapositivos e fitas magnéticas, desenvolvendo até uma norma de descrição bibliográfica para eles. Observa que definições negativas e baseadas na exclusão não são funcionais, pois se trata de um falso conjunto e os elementos agrupados deste modo não têm nada em comum além de serem cobertos pelo mesmo rótulo, o que leva a que o conjunto seja reduzido com o tempo quando um ou outro de seus elementos ganha importância suficiente para receber um discurso e um tratamento próprios.

Situação similar à circunstancialidade das tipologias documentais ocorre, tanto em Biblioteconomia, quanto ao que podemos ainda chamar de Bibliografia, nos cursos de graduação brasileiros. Trata-se da prevalência da normatividade como orientadora do processo de ensino-aprendizagem, nem sempre amparado pela contextualização da norma, por um sistema conceitual e por metodologias que sustentem o procedimento em questão. Em Biblioteconomia, em função da grande disseminação do modelo dos Estados Unidos de trabalho em bibliotecas, o AACR2 (*Anglo-American Cataloguing Rules*, 2. ed.) costuma funcionar como instrumento padrão para o ensino da produção de catálogos de bibliotecas, cuja prescrição tem como base o documento livro, em função do qual outros tipos de documentos são desenvolvidos. Entre esses outros tipos de documentos, a exemplo dos *non-books*, é usual contemplar o ensino de catalogação dos chamados ‘materiais especiais’. Em Bibliografia, a produção de referências bibliográficas também é trabalhada essencialmente na forma do ensino do uso de normas, em especial a brasileira (Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT). As orientações normativas para a produção de referências em um trabalho acadêmico e os modos de normalizá-lo compõem, junto com a apresentação de fontes bibliográficas, impressas e eletrônicas, os conteúdos herdados das antigas disciplinas de Bibliografia. Ainda que outras disciplinas com enfoque tecnológico ampliem os tipos de objetos e as estruturas de representação para além dos catálogos de biblioteca e do modelo comumente adotado em seu ensino, a diversidade de repertórios bibliográficos não é contemplada devidamente, já que não se trata apenas de apresentar tipos de repertórios, mas de formar o aluno quanto aos conceitos operacionais que os sustentam, desenvolvendo recursos cognitivos que permitam responder às diversas demandas sociais por informação.



Assim, também nos currículos, observamos a necessidade de elaboração de modelos generalizáveis que superem o treinamento a partir de um ou outro modelo, segundo o pensamento predominante de base normativa.

4 O DOCUMENTO EM ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA, ARQUIVÍSTICA E MUSEOLÓGICA

Como tratamos anteriormente (ORTEGA, 2016, p. 6-9), documentos são objetos abordados informacionalmente. O documento se define por uma instância física (seu suporte material) e uma instância simbólica (informativa, conteudística), sendo que esta última é sempre uma atribuição, ou seja, não é inerente ao objeto. A dimensão informativa do documento não é prévia, é construída no momento da interpretação. Se o documento é objeto construído, ou seja, não existe *a priori*, ou *in natura*, o documento bibliográfico também não é objeto pré-existente, mas depende de ações de significação que o tornem como tal.

Cabe recolocar o pensamento que atribui certas tipologias documentais como definidoras do documento bibliográfico, como o livro e o periódico, embora eles sejam recorrentes em bibliotecas, centros de documentação e bases de dados especializadas, entre outros, por apresentarem conteúdos científicos ou literários. Outra revisão necessária é a da ideia de que o suporte alteraria a tipologia documental: um livro, por exemplo, ao apresentar uma mensagem condicionada por uma forma de organização de conteúdos que lhe caracteriza, continua sendo um livro, seja em papel, seja em meio eletrônico (ORTEGA, 2016, p. 9).

Buscando caracterizar a informação bibliográfica, podemos dizer que ela contempla: a informação para construção de conhecimento, necessária a atividades educacionais, científicas e profissionais; a informação para fruição ou experiência estética; e a informação para fins utilitários, relativa ao acesso a serviços ou atividades de entretenimento, educação, cultura, saúde e direitos civis. Além dos aspectos cognitivos, a abordagem bibliográfica envolve a experiência sensorial sobre objetos, como aquelas propostas a partir de exposições (ORTEGA, 2016, p. 6-7).

Assim, para uma maior compreensão do documento em abordagem bibliográfica, a exploração das abordagens arquivística e museológica permite identificar distinções, em torno das quais características comuns apresentam-se como fundamentais ao conceito. As operações sobre objetos transformando-os em documentos diferenciam-se quanto ao tipo de olhar



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

realizado, o qual é definido segundo interesses socialmente constituídos que são concretizados em contextos institucionais correspondentes. Para Johanna Smit (2000b, p. 125), as expressões ‘informação bibliográfica’, ‘informação arquivística’ e ‘informação museológica’ ressaltam o termo ‘informação’ e se diversificam, a partir da raiz comum, por atributos que as especificam, baseados nos tipos de utilização destas informações. Os procedimentos documentários do tipo bibliográfico, arquivístico e museológico apresentam, cada qual, características próprias e exclusivas, uma em relação à outra, sob certa configuração comum que as congrega.

As características comuns destes três tipos de abordagens sobre documentos são mais acentuadas em um aspecto que em outro, apontando para suas diferenças, como na ideia proposta por Homulos (1990), e tratada por Smit (1993), referindo-se à relação de continuidade entre as instituições arquivo, museu e biblioteca, consideradas instituições coletoras de cultura. Posteriormente, Smit (2000a, p. 31) apontou para o problema da ênfase no acervo como forma de elaborar as distinções e relações citadas. De fato, a ideia de instituições referenciadoras de objetos, cujos processos permitem sua comunicação a públicos específicos, aproxima-se da função social do campo de que tratamos, mais que a ideia de instituições coletoras de cultura. Além disso, estas características comuns e distintas podem ser consideradas a partir das instituições fundamentais do campo – biblioteca, arquivo e museu –, mas não reduzidas a elas, já que estas denominações não contemplam todos os ambientes em que as atividades em questão são ou podem ser desenvolvidas. Os procedimentos documentários de ordem bibliográfica ocorrem em bibliotecas, centros de documentação e centros de memória, na produção de bibliografias nacionais e de bases de dados científicas, nos sistemas de informação ao cidadão, nos estudos bibliométricos, na gestão da produção de revistas eletrônicas, nos portais de informação da Internet, entre outros. Temos de fato sistemas bibliográficos a partir dos quais serviços e ações diversas de promoção do uso qualificado da informação são realizados. Tomando em conta o conceito de biblioteca, e não o espaço físico que recebe este nome (o qual não é seu traço definatório), a relação com a Bibliografia contribui em função das ideias de coleção e de repertório da coleção. Faz-se necessário fazer o mesmo exercício com os conceitos de arquivo e de museu.

Assim, os documentos são informações selecionadas e organizadas materialmente em um sistema, cuja significação proposta objetiva orientar processos de significação pelo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

público. O modo diverso como essas informações são operadas em sistemas demonstra a plasticidade do documento, como podemos observar pela identificação dos seguintes produtos documentários na forma de objetos e seus registros: objetos abordados como documentos; registros que representam estes documentos em sua totalidade, em seu conjunto, ou em suas partes; registros (cadastrais, estatísticos) constituídos a partir de documentos diversos; e registros constituídos a partir de transações (ou seja, operações administrativas). Os sistemas produzidos referem-se a tipos de processos que realizam o controle de processos administrativos, no caso da Arquivologia de fase corrente, ou a representação de informações visando recuperação, quando se refere à Biblioteconomia, à Museologia e à Arquivologia de fase permanente.

Os objetos tomados como documentos podem ser – nos três casos – objetos utilitários ou estéticos, assim como textos, materiais audiovisuais, objetos ou ambientes da natureza, edificações, pessoas etc. Como vimos, está em questão a produção de significação sobre o objeto original, a partir de suas características diversas (físicas, de identificação, contextuais etc.) quanto a este novo lugar simbólico em que é colocado, de modo que tanto o objeto quanto suas representações tornam-se documentos.

Os modos peculiares de produção e uso de documentos pelas pessoas correspondem às três abordagens de que tratamos, e são ressignificados por procedimentos documentários específicos que visam apropriação da informação. Assim, propomos a seguinte sistematização:

- abordagem bibliográfica: procedimentos documentários com fins científicos, estéticos, educacionais, profissionais, utilitários, de lazer, outros, baseadas em ações e reflexões humanas. É a abordagem que mais recebeu estudos sob o ponto de vista informacional, mas, paradoxalmente, a mais difícil de definir.
- abordagem arquivística: procedimentos documentários realizados no contexto da vida de uma pessoa ou de uma organização, com fins de gestão, depois fins científicos, estéticos, educacionais, profissionais, utilitários, de lazer, outros.
- abordagem museológica: procedimentos documentários sobre objetos vistos como representativos de sociedades, de instituições, da natureza, com fins científicos, estéticos, educacionais, profissionais, utilitários, de lazer, outros.



Considerando as três abordagens, segue sua caracterização segundo as categorias documento por intenção e documento por atribuição.

Ao tratar dos documentos de arquivo, Marie-Anne Chabin (1999, p. 67-69) fala em arquivo de nascença e arquivo por batismo. O documento, em sua primeira fase, ‘nasce’ no contexto da atividade da vida de uma pessoa ou instituição, em que exerce valor de prova ou valor utilitário, por isso constituindo documentos de nascença. Os arquivos por batismo, por sua vez, apresentam duas origens, sempre relativas a um valor de memória que lhes é atribuído: arquivos de nascença que deixaram de ter utilidade para seu produtor podem passar por um ‘renascimento’; e documentos desprovidos de valor utilitário ou de prova, portanto, que não pertencem nem pertenceram a arquivos de nascença, mas que recebem valor de testemunho. A autora afirma que o arquivo de nascença é um conjunto coerente de documentos que permite apreender com mais rigor seu conteúdo, enquanto o arquivo batizado é frequentemente um documento isolado, cujo contexto de criação é mais difícil de restituir. Considerando que os arquivos de nascença são constituídos por documentos de nascença, podemos falar também em documentos por batismo. A partir daí, parece pertinente equiparar os documentos de nascença à categoria documento por intenção, enquanto tanto os documentos de nascença como os por batismo o são de fato apenas se por atribuição.

Em Museologia, o processo de musealização é por excelência uma reflexão sobre o documento por atribuição, ao enfatizar que a função original não é em si o que está em questão, mas sim a sua representação em outro contexto. Para Desvallés e Mairesse (2013, p. 57), a musealização é processo científico que compreende o conjunto das atividades de seleção, conservação, catalogação, exposição, publicações etc.

Na abordagem arquivística, os documentos de nascença são documentos por intenção, mas na museológica, não parece haver documentos por intenção, a não ser que consideremos, por exemplo, os objetos construídos especificamente para compor os museus virtuais. Na abordagem bibliográfica, de modo semelhante à abordagem arquivística, os documentos por intenção são usuais (mas não os únicos), porque estão em evidência neles, o conteúdo, no primeiro caso, e as condições orgânicas de produção, no segundo. No entanto, se todo documento depende de sua atribuição como tal, um documento será efetivamente bibliográfico, arquivístico ou museológico a depender de receber uma destas atribuições.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Como a tipologia e suporte documentais não são determinantes para que objetos sejam bibliográficos, arquivísticos ou museológicos, uma biblioteca escolar, por exemplo, pode constituir sua coleção com livros, revistas, quadrinhos, mas também com brinquedos, como carrinhos, bonecas e jogos. Isso significa dizer que estes objetos estão funcionando bibliograficamente, ou seja, com função informacional pedagógica, seja cognitiva, lúdica ou estética. Cada uma destas peças, para uso devido no trabalho de professores, bibliotecários ou outros, deve ser registrada, representada, ordenada e conservada. Vale lembrar que o AACR2, amplamente adotado em bibliotecas, contempla regras de descrição para objetos tridimensionais, a despeito da ausência de literatura que sustente as prescrições que o compõem.

Meyriat debruçou-se sobre os documentos por intenção, atribuindo explicitamente à Documentologia o seu estudo. Como dissemos, o autor chamou a atenção para a categoria documento por intenção, distinguindo a intencionalidade na produção do documento (que explica esta categoria) e a intencionalidade inerente à produção de mensagens documentárias. Smit (2008, p. 12) discorre sobre o que entende como os dois movimentos mais marcantes do campo em torno do documento: Jesse Shera, na década de 1970, limitou o documento a um registro gráfico, em especial o textual, mas incluindo os documentos audiovisuais, com ênfase ao caráter intencional do documento, como o entendemos hoje; 40 anos antes Otlet afirmou considerar praticamente tudo um documento, observando menos sua materialidade e mais a sua função, e relacionando essa função à expressão do conhecimento humano. A perspectiva adotada por Shera é pragmática, caracterizando-se pela intencionalidade fornecida aos documentos em sua produção e uso, segundo o que chamamos de perspectiva empírica. Otlet baseia-se na funcionalidade, do que decorre o objetivo de apropriação pelas pessoas por meio da intencionalidade impressa às mensagens documentárias. Em Shera, o foco está no objeto produzido para ser documento, e em Otlet (e em especial nos autores posteriores), o foco está nas mensagens documentárias, portanto, em qualquer objeto quanto a sua possibilidade de ‘vir-a-ser’ um documento.

Como dissemos, a Biblioteconomia e a Bibliografia, assim como a Arquivologia, são casos privilegiados de documentos por intenção, mas o sentido (não o termo) de documento por intenção é recorrentemente adotado para caracterizar os documentos nestas disciplinas. Trata-se de definição parcial construída empiricamente, na prática e em manuais e outros



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

textos técnicos. Documento por intenção é denominação permanente quanto ao objeto a que se refere, já que se trata de característica relativa à sua produção. No entanto, não se pode equivaler documentos bibliográficos e arquivísticos a documentos por intenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário explicitar aspectos essenciais do percurso do objeto ao documento, distinguindo-os dos aspectos contingenciais das práticas institucionais que foram cristalizados na literatura técnica e não são suficientes para uma construção do conceito de documento. Práticas de coleta, ordenação, representação e preservação de objetos, em função de serem valorizados culturalmente, foram realizadas, em especial, a partir do desenvolvimento da escrita. Deste modo, empiricamente, houve o reconhecimento do valor do objeto a ser selecionado e a compreensão de que os procedimentos produzem mensagens que dizem algo sobre ele para um público.

No entanto, o pensamento que prevaleceu até início do século XX, e que ainda é predominante no campo, não contou com parâmetros científicos suficientes que sustentassem o conceito de documento. De fato, tornou-se mais amplamente conhecida a perspectiva em que prevalece a instância tipológica do objeto e normatizadora de sua descrição, menos que a perspectiva baseada no caráter simbólico dos procedimentos e, portanto, de seu produto final. O segundo implica conceito de documento que decorre da construção de uma significação e o primeiro considera que certos objetos são documentos *a priori*. Essa diferença deflagra olhares distintos sobre esse objeto empírico e sobre o significado dos procedimentos realizados sobre ele. Estudos sobre estes procedimentos são necessários a uma compreensão, não apenas do conceito de documento, mas do campo.

Desse modo, a questão desse trabalho não se coloca quanto a uma desconsideração da construção empírica do campo sobre o documento – uma vez consideradas as significativas práticas profissionais e o relevante material técnico produzido – mas quanto às reflexões que ela merece receber para uma construção científica. Quando, em Documentação, entendeu-se que todo objeto é válido para ‘vir-a-ser’ um documento, mais que o objeto em si, foi evidenciado o papel dos procedimentos sobre eles frente ao objetivo de apropriação da informação. Nesta disciplina, a construção do conceito de documento chama a atenção pela



elaboração coerente e continuada no tempo. A questão é a da secundarização do pensamento do campo que se ocupou de fundamentar a noção de documento e de desenvolver metodologias rigorosas baseadas na compreensão do caráter simbólico dos procedimentos e as implicações do menor reconhecimento destes estudos para uma consolidação científica do campo. Afinal, não se pode esquecer que as disciplinas tratadas aqui se explicam uma pela outra porque partem ou decorrem delas, aproveitando seus avanços e equívocos, embora o percurso tenha ocorrido em grande medida na forma de assimilação arbitrária e de rupturas improdutivas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Pioneirismo bibliográfico em um polímata do séc. XVI: Conrad Gesner. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, maio/ago. 2015. [Número Temático: I Seminário Internacional “A Arte da Bibliografia: ferramentas históricas, problemas metodológicos e práticas contemporâneas”]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23127/pdf_62>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- BALSAMO, Luigi. **La Bibliografía**: historia de una tradición. Gijón: Trea, 1998. (Biblioteconomía y Administración, 20). Publicado originalmente em italiano em 1984.
- BRIET, Suzanne. **Qu’est-ce que la documentation?** Paris: Édit, 1951. 48 p. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- BUCKLAND, Michael. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1991.
- CHABIN, Marie-Anne. Naissance et baptême des archives. In: CHABIN, Marie-Anne. **Je pense donc j’archive**: l’archive dans la société de l’information. Paris: L’Harmattan, 1999. p. 67-69.
- COUZINET, Viviane; RÉGIMBEAU, Gérard; COURBIÈRES, Caroline. Sur le document: notion, travaux et propositions. In: COUZINET, Viviane; RAUZIER, Jean-Michel (Col.). **Jean Meyriat, théoricien et praticien de l’information-documentation**. Paris: ADBS Éditions, 2001. p. 467-506.
- DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (Eds.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: ICOM ; Armand Colin, 2013. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- ESCARPIT, Robert. **L’information et la communication**: théorie générale. Paris: Hachette Supérieur, 1991. 222 p. (Hachette Université Communication). Inicialmente publicado em 1976 pela mesma editora.



FAYET-SCRIBE, Sylvie. **Histoire de la documentation en France**: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937. Paris: CNRS Editions, 2001. (CNRS Histoire).

FONDIN, Hubert. La science de l'information ou le pois de l'histoire. **Les enjeux de l'information et de la communication**. Grenoble, 2005. Disponível em: <<http://lesenjeux.u-grenoble3.fr/2005/Fondin/fondin.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

HOMULOS, Peter. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, Cambridge, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. In: CONGRESO ISKO 2011 (30 jun. a 1 jul. 2011: Ferrol). [Anais]. A Coruña: Universidade da Coruña, 2012. p. 371-387. Disponível em: <http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/11621/1/CC_132_art_23.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

LÓPEZ YEPES, José. **La Documentación como disciplina**: teoría e historia. 2. ed. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1995. 337 p.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, Paris, 2º trimestre, n. 14, p. 51-63, 1981.

MEYRIAT, Jean. Pour une compréhension plurisystémique du document (par intention). **Sciences de la Société**, Toulouse, n. 68, mai 2006, p. 11-28. (Dossier "Dimensions sociales du document", coord. por Caroline Courbières e Gérard Régimbeau).

ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como uma das origens da ciência da informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/48/263>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

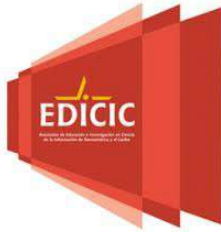
ORTEGA, Cristina Dotta. Ordenação de documentos como processo de organização da informação. In: ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **Ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. 146 p. p. 6-14. Disponível para compra em: <<http://www.briquetdelemos.com.br/ordenac-o-de-documentos-na-atividade-bibliotecaria-baixar-em-pdf.html>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000008400/cca9a49474077340b069f1222c313618>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

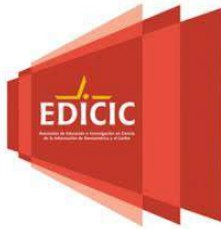
OTLET, Paul. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/RUG01/000/990/276/BIB-038A006_2006_0001_AC.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

PENSATO, Rino. **Curso de Bibliografía**. Gijón: Trea, 1994. (Biblioteconomía y Administración, 4). Publicado originalmente em italiano em 1987.



- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2. ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. (Sistemas bibliotecarios de información y sociedad).
- SAGREDO FERNÁNDEZ, Félix; IZQUIERDO ARROYO, José María. **Concepción lógico-lingüística de la Documentación**. Madrid: IBERCOM, 1983.
- SMIT, Johanna Wilhelmina. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lúcia N. M. (Orgs.). **Documentação em museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia, 10). p. 11-22. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- SMIT, Johanna Wilhelmina. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000a.
- SMIT, Johanna Wilhelmina. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1-2, p. 81-85, 1993.
- SMIT, Johanna Wilhelmina. O Profissional da Informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000b. (Coleção Palavra-Chave, 11). p.119-134.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação

RELAÇÕES ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS

RELATIONSHIPS BETWEEN AND ARCHIVAL SCIENCE AND INFORMATION SCIENCE: SOME NOTES

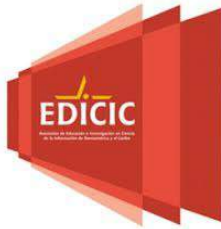
Gabrielle Francinne Tanus, UFMG

Resumo: Este trabalho tem como objetivo demonstrar, a partir da leitura da produção discursiva, as relações presentes entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. A intenção em explorar alguns textos a partir de um levantamento bibliográfico consiste em apresentar um panorama das variadas interpretações acerca das relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, bem como aclarar pontos de contatos entre esses campos. Constatou-se que a informação é considerada o principal elo conceitual entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. Proximidades que se manifestam a partir de várias concepções de informação e em diferentes contextos como, por exemplo, na tabela de área do conhecimento. A compreensão individualizada de cada campo e de suas conexões possibilitaria o diálogo constante e uma maior contribuição teórica e conceitual para ambas.

Palavras-chave: Arquivologia. Ciência da Informação. Interdisciplinaridade. Informação.

Abstract: This paper aims to demonstrate, from the reading of the discursive production, the relationship between the present Archival Science and Information Science. The intention to explore some texts from a literature is to present an overview of the different interpretations of the relationship between Archival Science and Information Science, as well as clarify points of contact between these fields. It was found that the information is considered the main conceptual link between Archival Science and Information Science. Near that manifest from multiple views of information and in different contexts such as, for example, in table of areas of knowledge. Individualized understanding of each field and its connections enable constant dialogue and a greater theoretical and conceptual contribution to both.

Keywords: Archival Science. Information Science. Interdisciplinarity. Information.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

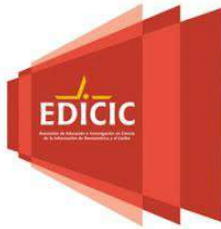
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação e a Arquivologia estabelecem relações de diferentes níveis ou intensidades por conta de diversos motivos, como, por exemplo, institucionais, acadêmicos e/ou epistemológicos. Dentre essas relações, podem ser encontradas as ações de caráter multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar, sendo esta última a mais difícil de acontecer. Sobre esses termos, Pombo (2005) declara que há entre eles uma gradação e uma íntima relação, tendo em vista que todas essas palavras são da mesma família, e devem ser pensadas num *continuum* que vai da coordenação à combinação, e desta à fusão. Assim, para essa autora, a multi e a pluridisciplinaridade envolveria a coordenação das ideias, numa perspectiva de paralelismo; quando se avança essas relações, indo ao encontro de uma ação recíproca – combinação ou complementaridade – se estaria em um nível interdisciplinar. Já o último nível seria a fusão – unificação –, pondo fim a uma coordenação e dando espaço a uma perspectiva holística, por isso, transdisciplinar.

Ao se abordar as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, a informação constitui um dos elementos mais recorrentes na literatura dessas áreas, sendo capaz de promover uma interação interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar, segundo Silva e Ribeiro (1998). A aceitação da informação como objeto de estudo é mais disseminado entre os teóricos da Ciência da Informação, já que desde suas primeiras conceituações, iniciadas na década de 1960, nas conferências do *Georgia Institute of Technology*, a informação e a interdisciplinaridade já estavam presentes em sua conceituação. Para Borko (1968, p.3-4), considerado um dos percussores da Ciência da Informação, no artigo intitulado *Information science: what is it?*, a define como “disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processamento para otimizar sua acessibilidade e utilização”. Ademais, esse autor acrescenta que a Ciência da Informação é uma ciência interdisciplinar, que se preocupa com a organização, armazenamento, recuperação, transmissão, transformação e utilização da informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

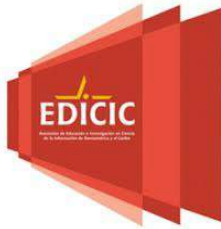
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Dessa forma, fica nítida a ênfase atribuída à informação desde o nascimento dessa ciência e as contribuições de outros campos como da Matemática, Comunicação, Biblioteconomia, Lógica, Linguística e Ciência da Computação (BORKO, 1968). Salienta-se ainda, que muitos outros trabalhos foram escritos sobre a história e a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, como pode ser visto na publicação *Bibliography of the history of information science and technology, 1900-2012*, compilada por Robert V. Williams. Ademais, a própria definição da Ciência da Informação não é consensual, conforme o estudo *Conceptions of Information Science*, de Zins (2007), que apresentou cinquenta definições sobre a Ciência da Informação. Em outro caminho, a Arquivologia vem incorporando, apenas recentemente, a informação como objeto de estudo. Antes da década de 1980 (momento de nascimento das novas abordagens arquivísticas), os objetos de estudos concentravam-se, sobretudo, nos arquivos e nos documentos de arquivos, denominando-se, portanto, esse momento de visão tradicional do campo arquivístico.

Para localizar o nascimento da Arquivologia implica em retornar ao século XIX e ao contexto histórico e social da Europa, em particular a conjuntura francesa, bem como retomar algumas outras áreas como a Diplomática, a Paleografia e a História, ciências sob as quais a Arquivologia era vista anteriormente como disciplinar auxiliar (SILVA; RIBEIRO, 1998). Já a Ciência da Informação apresenta uma história, a partir do século XX, num contexto de preocupação em torno de aspectos científicos, tecnológicos e técnicos da informação, em especial, de uma informação que assume valor estratégico, de tomada de decisão e de gestão. Saracevic (1996) aponta inclusive três características gerais que constituem a razão de ser da Ciência da Informação: é por natureza interdisciplinar; está inexoravelmente ligada a tecnologia da informação; e é uma participante ativa e deliberada evolução da Sociedade da Informação.

Em relação à constituição da Arquivologia, a publicação da circular normativa pelo chefe dos arquivos departamentais do Ministério do Interior da França, elaborada por Natalis de Wailly, em 24 de abril de 1841, deu início ao processo de libertação do caráter “auxiliar”, vinculada a outros saberes. Outro marco do campo da Arquivologia ocorreu em 1898 com a publicação da obra *Handleiding loor het Ordenen en*



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

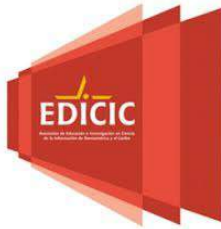
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Beschrijven van Archieven, conhecido como “manual dos arquivistas holandeses”, de Muller, Feith e Fruin. Essa obra foi a primeira a sistematizar em forma de cem regras a disciplina, constituindo, assim, um “texto fundador da disciplina arquivística”, difundido em vários países. Schellenberg (2011) aponta que essa obra pode ser considerada como a mais importante contribuição universal para a Arquivologia, visto que teve um amplo alcance por conta de suas traduções para o francês, alemão, inglês, italiano, português, chinês, entre outras línguas (FONSECA, 2005). De modo semelhante, é possível “considerar que este manual marca o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se vai afirmar, libertando definitivamente a Arquivística das disciplinas a que outrora estivera ligada” (SILVA; RIBEIRO, 1998).

Considerada como um campo autônomo, a Arquivologia passa a ser marcada, a partir das últimas décadas do século XX, por novas abordagens do campo. Dentre os autores dessas novas abordagens estão os canadenses Couture, Rosseau e Ducharme – responsáveis pela constituição da Arquivística Integrada e da visão sistêmica dos arquivos. Essa noção global preconizava a junção entre os arquivos correntes e intermediários – que eram considerados como mais próximos dos Gestores de documentos e do campo da Administração –, com os arquivos permanentes, que seriam de responsabilidade dos arquivistas e, portanto, da Arquivologia tradicional. Essa divisão, entre gestores e arquivistas, mais operada no contexto norte-americano, dividia os arquivos em: correntes, de responsabilidade dos *records manager*; e históricos, compostos de documentos permanentes sob a guarda dos *archivists*. Ademais dessa abordagem Integrada, encontra-se ainda a Arquivologia Pós-moderna ou Funcional, de Terry Cook, e a Diplomática Arquivística, de Luciana Duranti. Contudo, a Arquivística Integrada é a que conduz de modo mais claro uma aproximação com a Ciência da Informação, sobretudo, devido à definição da informação como objeto de estudo (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2010).

Pensando nisso, este trabalho tem como objetivo demonstrar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as possíveis relações entre os campos da Arquivologia e da Ciência da Informação, passando, assim, por artigos, livros, capítulos de livros, dissertações e teses, que abordam tais relações. A seleção se deu mediante o conteúdo

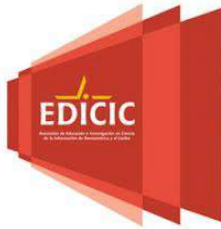


temático, focalizando trabalhos que buscassem identificar e problematizar a relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, a fim de que fosse possível estabelecer um panorama dessa discussão. Destarte, não se pretendeu esgotar este assunto, na verdade, objetivou-se mais aclarar o caminho dialógico entre esses distintos campos. Por fim, espera-se que as variadas possibilidades de interação entre elas, sejam exploradas efetivamente, no sentido, de que possam comunicar-se de forma mais harmoniosa, possibilitando efeitos positivos em ambas, no âmbito teórico, epistemológico, e no âmbito da prática e do ensino.

2 RELAÇÕES ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Os documentos e os arquivos são, em uma visão mais clássica, objetos de estudo de Arquivologia. Bellotto (2002) percebe dessa maneira, tratando-os como objetos físicos de estudos, adicionando a informação como objeto intelectual da Arquivologia. Entretanto não é de qualquer informação que essa área se ocupa, mas sim da informação arquivística, de uma “informação orgânica”. Jardim e Fonseca (1992) consideraram a informação registrada como objeto de estudo de ambas, Arquivologia e Ciência da Informação, ressalvadas as propriedades e particularidades de cada uma, que no caso da Arquivologia seria uma “informação orgânica”, enquanto na Ciência da Informação, a informação encontraria contornos mais largos ou menos específicos.

Vale a pena salientar que o termo informação, na Ciência da Informação, assume uma multiplicidade de interpretações, como demonstrou Capurro e Hjørland (2003), no artigo *The concept of information*, bem como ainda como apontou Buckland (1961) no trabalho *Information-as-thing*, que trouxe três maneiras de olhar para a informação: informação como coisa; informação como conhecimento; e informação como processo. A informação não é, portanto, um conceito com uma acepção partilhada integralmente pela comunidade científica. O enlace entre a “informação como coisa”, de Buckland, e o conceito de “informação orgânica” da abordagem canadense, pode ser vista em Tognoli (2012). A autora aproxima estes dois conceitos, tendo em vista que, as informações assumem características comuns como palpável, tangível, da ordem do concreto,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

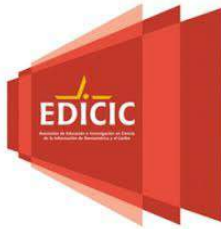
UFMG

passível de atividades como organização, recuperação da informação e gestão da informação. A discussão sobre a informação e o documento arquivístico, tendo como referencial Capurro e outros autores da Ciência da Informação, pode ser vista na tese de Rondinelli (2011), que reitera também os laços interdisciplinares da Arquivologia e da Diplomática com a Ciência da Informação.

Além da informação vista como um objeto de estudo, outra relação, de cunho histórico, conecta a Arquivologia e a Ciência da Informação. Desse modo, Fonseca (2005) aponta a existência de elementos comuns, como a necessidade política de eficácia e eficiência da informação, que as coloca em uma relação de contemporaneidade, onde ambas estão inseridas na *episteme* da modernidade. Dada essa proximidade histórica e do objeto de estudo, aliado à falta de estudos que contemplem as interseções entre as duas ciências, Fonseca (2005) busca em sua tese analisar a emergência dos espaços de produção da Arquivologia. Os resultados dessa pesquisa sobre a produção científica da Arquivologia apontaram que, dos 53 trabalhos entre teses e dissertações da área defendidos entre os anos de 1992-2001, a maioria, 26 trabalhos, foi desenvolvida nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação; seguida do programa de História Social, e do programa de Memória Social e Documento.

Para Fonseca (2005), os resultados demonstraram uma dispersão e um movimento receptivo entre os diferentes programas de pós-graduação em Ciência da Informação existentes no Brasil, o que resulta em uma efetiva construção interdisciplinar para além das estruturas conjunturais. Silva (2012) também apontou que a maioria das 97 teses e dissertações defendidas entre os anos de 1996-2006 sobre a temática arquivística foi defendida nos programas de pós-graduação de Ciência da Informação, por outro lado, houve ainda uma dispersão das pesquisas em outras treze áreas do conhecimento. Especificamente sobre a expressão “informação arquivística”, contida nessas produções, este autor apontou que ela está presente em 12% das pesquisas, o que corresponde a uma concentração de 75% nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

As concepções acerca de informação arquivística são diversas, podendo ser representada pelas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

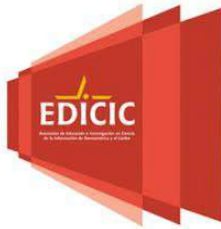
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informação é representação dos documentos ou metainformação; informação é o documento. Ainda para Silva (2011), o uso da informação arquivística se fundamenta em uma lógica de atualização das práticas e na busca pela autonomia da Arquivologia como área do conhecimento, consubstanciando, ainda, uma aproximação entre Arquivologia e a Ciência da Informação, em razão do elemento informação estar presente em ambas às áreas.

Já Marques (2007) afirma que as relações entre a Ciência da Informação e a Arquivologia ocorrem, no país, em pelo menos três aspectos: 1) os vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de Arquivologia; 2) a formação dos docentes desses cursos; 3) e a produção científica relacionada às questões arquivísticas. Dessa maneira, Marques (2007) considera que há um intenso diálogo interdisciplinar entre as duas disciplinas, desde a constituição das áreas, até ao nível da pós-graduação, que converge para o desenvolvimento de pesquisas com temáticas arquivísticas nesses programas. Marques (2007, 2011) salienta também que essa proximidade da Arquivologia com a Ciência da Informação conduz ainda a uma proximidade com outras disciplinas, como a Biblioteconomia e a Museologia, que desempenham igualmente atividades de aquisição/produção, organização e disponibilização da informação, seja por meio da gestão da informação, gestão do conhecimento ou gestão documental.

Em relação às práticas discursivas dos docentes do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Silva (2009) identificou 76 expressões comuns aos dois campos do conhecimento (Arquivologia e Ciência da Informação), as quais foram agrupadas em categorias que indicam e/ou representam os aspectos (propriedades e dimensões) que potencializam a efetivação das zonas interdisciplinares nos três domínios científicos: domínio gnosiológico, domínio pragmático e domínio contextual (nível macro) e conjuntural (nível micro). As relações interdisciplinares podem ocorrer em diversos contextos: contexto epistemológico, pedagógico, empresarial e tecnológico. O autor conclui que Arquivologia e a Ciência da Informação devem ser vistas como dois campos do conhecimento distintos (tendo em vista suas especificidades), que lidam como um objeto em comum, a informação (de acordo com algumas características e sob o ponto de vista ou ângulos diferentes), e que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

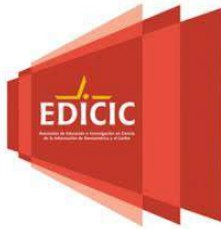
UFMG

o alargamento das suas fronteiras permite que se formem zonas interdisciplinares entre esses campos (SILVA, 2009).

O fato dessas pesquisas dentro de uma temática arquivística – é claro que não se esgotam nesses exemplos – terem sido desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação aponta que esta área constitui um importante espaço de acolhimento de conhecimento arquivístico, portanto, de produção desse conhecimento. Todavia essa proximidade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação não se restringe ao espaço institucional da pós-graduação, pois essas relações extrapolam esse nível ao abarcar também a produção publicada nos periódicos. Em relação a esse exemplo, Medeiros, Nodare e Araújo (2010) demonstram, com base na análise temática dos 21 artigos publicados na revista *Arquivo & Administração*, entre os anos de 2004 e 2006, a existência de uma estreita relação do conhecimento produzido na área da Arquivologia com o conhecimento gerado pela Ciência da Informação, dado o enquadramento da produção nas correntes teóricas da Ciência da Informação.

Rodrigues (2012) analisou a produção do conhecimento em Arquivologia apresentada, no período de 2003 a 2012, no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Esse autor levantou 54 trabalhos, tendo maior participação às temáticas vinculadas aos Grupos de trabalho: GT1 – Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação; GT2 – Organização e Representação do conhecimento, com quatorze trabalhos cada; e o GT5 – Política e Economia da Informação, com nove trabalhos, e os demais distribuídos em outros GT's. Ele considerou ainda, que este quantitativo representa uma média de 3,6% do total da produção do evento, mas que, ao longo dos anos, vem demonstrando um aumento da representatividade da Arquivologia nesse evento.

Para além do âmbito da interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, que é mais comum nas pesquisas brasileiras, pode-se também encontrar relações mais intensas entre essas áreas nas produções dos autores portugueses, que tem defendido a visão transdisciplinar da Ciência da Informação, como uma grande área científica responsável por abrigar outras disciplinas aplicadas, entre elas, a Arquivologia. Dessa forma, a Arquivística é vista como uma componente aplicada do



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

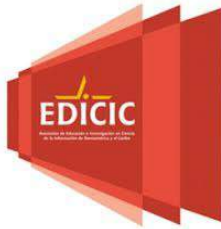
UFMG

campo da Ciência da Informação, sendo ambas inseridas no campo das Ciências Sociais, as quais estabelecem relações interdisciplinares com outras disciplinas, como: gestão da informação, informática, comunicação social, organização e métodos, ciências da administração e ciências sociais (SILVA; RIBEIRO, 1998).

Ainda nessa direção, os autores Silva e Ribeiro (1998) declararam que a Ciência da Informação emergiu de uma “evolução natural”, e sem rupturas radicais das disciplinas aplicadas, como a Arquivística, Biblioteconomia e Documentação. Assim, a Ciência da Informação (uma ciência transdisciplinar, nascida em um contexto de mudanças e revoluções sociais e tecnológicas, fundamentada no paradigma pós-custodial, em oposição ao do paradigma custodial, historicista, patrimonialista e técnico, que vigorou sobremaneira até os anos de 1980) tem influenciado a investigação da Arquivologia à luz desse novo paradigma, redimensionando, com isso, o conceito de arquivos e da Arquivologia.

Outro ponto de encontro entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, para esses autores, efetiva-se por meio do compartilhamento do mesmo objeto de estudo, a informação – produto da atividade humana e social (SILVA; RIBEIRO, 1998). Para esses autores, quando essa informação é contextualizada em contextos específicos, como os sistemas de informação dos arquivos, bibliotecas, centros de documentação/informação, ela singulariza as particularidades das disciplinas aplicadas, Arquivologia, Biblioteconomia e Gestão da Informação, sem perder de vistas a sua integração com a Ciência da Informação (SILVA; RIBEIRO, 1998; RIBEIRO, 2011).

Essa visão da Ciência da Informação como um campo maior, que inclui outras disciplinas, pode ser notada no trabalho *Avaliação e Perspectiva para Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia*, de 1978. Este documento desenvolvido por especialistas das duas primeiras áreas, portanto, sem a presença de arquivistas, conceituou a Ciência da Informação como campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objeto o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber (CNPq, 1978). Esse documento também apresentou a Arquivologia e a Biblioteconomia como disciplinas aplicadas, que tratam da coleta,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

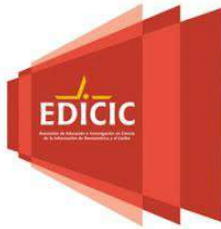
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

organização e difusão de informações preservadas em diferentes tipos de suportes materiais (CNPq, 1978). Outra questão apresentada, nesse documento, refere-se à importância da interdisciplinaridade, de modo que, as “disciplinas que devem haurir conhecimentos, métodos e orientações de inúmeros setores do saber. São áreas em que a formação e o trabalho interdisciplinar se tornam imperativos” (CNPq, 1978, p. 64).

Retomando o conceito e campo da informação, Lopes (2009) considera esta como objeto de estudo das Ciências da Informação, na qual são integradas pela Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Para ele, essas disciplinas se interligam por causa da informação como substantivo comum, que, ao ser adjetivado, como informação arquivística, informação biblioteconômica ou informação museológica, ocasiona a demarcação das especificidades dessas disciplinas. Lopes (2009), adepto da Arquivologia Integrada, acrescenta que a Arquivologia – campo de trabalho e de estudo da “informação orgânica”, sob a perspectiva das novas abordagens – desloca o documento, geralmente visto como patrimônio material, para o enfoque no fenômeno e no processo informacional. Desse modo, o profissional arquivista passa a ser visto como um produtor do conhecimento e um hermenauta, cuja função consiste em atribuir um olhar sobre a fonte geradora e acumuladora da informação, bem como a de interpretar o conteúdo informacional dos documentos (LOPES, 2009).

Não distante dessa visão da Ciência da Informação como uma área que agrega outros campos científicos, as Ciências Documentais (cujo foco é o documento, e de vertente europeia), defendem a Arquivologia como sua subárea. O *Manual de ciencias de la documentación* (2006), coordenado pelo espanhol José López Yepes, apresenta os arquivos, bibliotecas e museus como responsáveis pela transmissão da informação via documento em suas diversas manifestações, o que dá origem a expressão dos termos “instituições documentais” e “ciências documentais”. Tais instituições realizam, portanto, de modo distinto uma das outras, em razão das especificidades de seus documentos, o processo informativo-documental (COMECHÉ, 2006), característica central das ciências documentais. Sob esse mesmo viés, Moreno (2004) declara que entende a Arquivologia como uma ciência documental que tem por objeto de estudo os



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

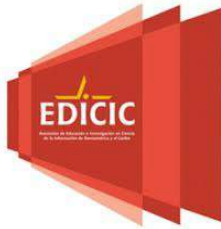
UFMG

arquivos e os sistemas de informação, fundamentado na geração, tratamento e difusão dos documentos.

Essa proximidade entre as disciplinas informativo-documentais (Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação) é também abordada por Rendón Rojas (2008, 2011), que considera como objeto científico o processo documental (fluxo e ciclo social da informação), realizado dentro de um Sistema Informativo Documental. Este sistema composto por cinco elementos (usuários, informação, documento, instituição e profissional) é comum às três disciplinas, o que confere a elas um “parentesco de família”. A proximidade entre essas disciplinas informativo-documentais é reforçada pelo compartilhamento de um núcleo central e de seus componentes: objetos, fenômenos, processos, atividades, conceitos e teorias (RENDÓN ROJAS, 2011). Assim, dentro desse núcleo central, as disciplinas compartilham ainda de uma mesma ontologia em que residem: usuários, informação, documentos, fontes e fundos de informação, instituição informativa documental, processos e atividades (RENDÓN ROJAS, 2011).

Nota-se que, ao abordar a relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, depara-se, geralmente, com outras disciplinas, como a Biblioteconomia e a Museologia. No campo de ação dessas disciplinas, Pinheiro (1998) afirma que iniciou-se, na década de 1990, no Brasil, os primeiros esforços para a integração entre as áreas que lidam com a informação: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Estes esforços foram influenciados, pelos trabalhos realizados na década de 1970, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e pela concepção do Sistema Nacional de Informação (NATIS), que representou uma evolução do Sistema Mundial de Informação (UNISIT), marco nas políticas públicas de informação, centralmente envolvidos nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Nessa mesma direção de integração, houve, nos anos de 1980, em Paris, o simpósio internacional promovido pelo Programa Geral de Informação (PGI) da UNESCO, que buscou encontrar elementos comuns entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação para a constituição de um núcleo comum da formação profissional. Mueller (1984), uma das integrantes desse evento, esclarece que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

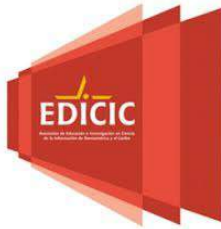
UFMG

a preocupação em torno dessas três profissões ligadas à informação decorre da necessidade de uma maior cooperação entre elas no nível acadêmico, dos recursos físicos e humanos, a fim de que possam maximizar esses recursos existentes, sem que haja absorção de uma área pela outra.

Outra preocupação da UNESCO com o ensino dessas áreas foi manifestada em 1988, com a publicação da obra de France Fontaine e Paulette Bernhard, intitulada *Guidelines for writing learning objectives in librarianship, information science and archives administration*. Nessa mesma década, ainda sob o incentivo da UNESCO, houve, em Londres, uma mesa redonda internacional, organizada pela *Internacional Federation of Library Associations (IFLA)*, em que foi convidado o professor Antônio Miranda, da Universidade de Brasília (UnB), para apresentar uma pré-proposta de diretrizes para harmonização curricular dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, no âmbito da Ciência da Informação.

Na década seguinte, interessada em continuar com as discussões levantadas naquele evento, Eliana Mendes, defendeu, em 1992, a dissertação intitulada *Tendências para a Harmonização de Programas de Ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil: um Estudo Delfos*. A metodologia dessa pesquisa incluiu uma consulta aos especialistas de todo o Brasil visando à criação de uma base epistemológica e à formulação de uma proposta de um tronco comum para a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Todavia, essa harmonização não chegou a se concretizar naquele momento na UnB, ocorrendo nesta universidade, na década de 2000, no âmbito da Ciência da Informação, a partir da criação de um currículo com disciplinas comuns aos cursos, assim como, na UFMG e UFRGS (ARAÚJO; MARQUES; VANZ, 2011).

Ainda sobre a proximidade acadêmico-institucional entre os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e a Ciência da Informação, Tanus (2013) apresentou a configuração destes cursos no Brasil, que, no caso da Arquivologia, encontra-se em sua maioria institucionalizados nos centros, faculdades, departamentos e institutos de Ciência da Informação; assim, como também estão situados próximos dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Ademais, a autora demonstrou,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

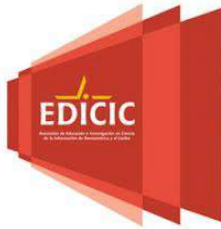
UFMG

por meio dos planos de ensino das disciplinas teóricas específicas, como a proximidade institucional entre esses cursos influencia o ensino, e como a formação dos docentes tem influência no processo de formação de um maior diálogo entre as áreas.

Considera-se, assim, a partir desse levantamento de trabalhos que buscaram demonstrar as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, que essa discussão não pode ser mais ignorada ou postergada. Observou-se que as proximidades entre esses campos são diversas, e em diversos níveis, no plano institucional, na configuração administrativa, na localização de cursos, na formação acadêmica dos docentes e pesquisadores, nas apresentações e publicações de artigos em periódicos e eventos da Ciência da Informação, no desenvolvimento de pesquisas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, de grupos de pesquisa que buscam articular essa aproximação, chegando, inclusive às discussões conceituais e teóricas, como a questão da informação nesses dois campos do conhecimento.

3 ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA TAC

Na primeira Tabela de Área do Conhecimento (TAC), criada em 1976, a Arquivologia não foi contemplada, sendo representada, a partir da segunda TAC, criada em 1982. Marques (2011) apresenta que a partir da TAC, em vigor desde 1984, que a Arquivologia passou a se configurar como uma subárea da Ciência da Informação. Na penúltima tabela, a de 1982, a Ciência da Informação em conjunto com a Biblioteconomia e a Arquivologia são denominadas área: “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia”, as quais se inserem na grande área das “Ciências Humanas, Sociais e Artes”, o que demonstra um estreito relacionamento entre elas. Sobre a finalidade da classificação das Áreas do Conhecimento, a Capes esclarece que a tabela tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

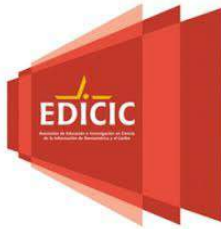
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

De modo geral, constata-se que os entendimentos relativos às posições e os relacionamentos entre os níveis hierárquicos e as áreas modificaram-se de uma versão de uma tabela para outra. A Ciência da Informação, inicialmente representada como uma subárea da Comunicação passou, já na segunda e na terceira versões, a ser representada como uma área independente. Contudo, sabe-se que toda classificação é imperfeita e incompleta, por isso elas acabam reduzindo os diversos posicionamentos em um único modelo, que nem sempre é o mais aceito. Essas classificações tendem a ser mais rígidas, não acompanhando as constantes mudanças científicas, o que leva a uma distância entre a representação e a realidade. Nessa direção, Souza (2008) apresenta algumas críticas em torno da TAC, a saber: defasada, inadequada, anacrônica e pobre, deficiente, limitada em temas de subáreas e especialidades, necessitando, portanto, de modernização dos tópicos.

Posto isso, as comunidades científicas propuseram, em 2005, ocasião da revisão da TAC, um novo rearranjo das áreas. De forma que, a Arquivologia e Biblioteconomia passariam a integrar áreas distintas umas das outras. Destarte, a Biblioteconomia propôs como suas subáreas: fundamentos da biblioteconomia, gestão de unidades de informação, teoria e técnicas documentárias e documentação especializada. A Museologia, representada como uma área do conhecimento, apresentou a seguinte proposta de suas subáreas: fundamentos teóricos da museologia, museologia aplicada e temas específicos da museologia. Já a Ciência da Informação, também uma área independente, apresentou as seguintes subáreas: fundamentos da ciência da informação, organização do conhecimento, gestão da informação, disseminação e uso da informação, política e economia da informação e tecnologia da informação. Por fim, a comunidade científica da Arquivologia propôs além de sua configuração como uma área, sinalizou as suas seguintes subáreas: os fundamentos da arquivologia, a gestão arquivística, os métodos arquivísticos e a arquivologia especializada.

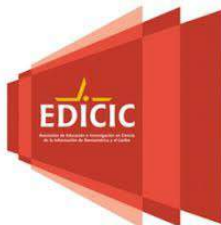
A proposta de mudança da grande área das “Ciências Sociais Aplicadas” para “Ciências Socialmente Aplicáveis” não foi aprovada como todas as revisões propostas supracitadas, permanecendo no cenário brasileiro, a terceira versão de quase vinte anos atrás da Tabela, a de 1984. Dessa forma, Marcondes (2011, p. 224) ressalta que, “o



arranjo da área de CI na Tabela de áreas CAPES/CNPq é hoje desastroso, confuso e epistemologicamente incorreto”. Embora, consciente da dificuldade de manter atualizada a associação direta entre o que a literatura científica defende e a representação dos campos na tabela, parece que a proposta de 2005, que fora recusada, consistiria em uma melhor esquematização dos campos científicos por configurar uma autonomia entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, o que vale lembrar que elas não deixariam de estabelecer relações interdisciplinares por conta dessa nova configuração. Para uma visualização das representações dos campos ilustra-se a seguir:

QUADRO 1: Representação esquemática da Tabela de Área do Conhecimento

TAC 1976
Área: Comunicação
Subárea: Ciências da Informação
Especialidades:
Sistemas de Informação
Biblioteconomia e Documentação
Outras (Especificar)
TAC 1982
Grande Área: Ciências Humanas, Sociais e Artes
Área: Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia
Subárea: Teoria da Informação
Especialidades:
Teoria Geral da Informação
Processos da Comunicação
Teoria da Classificação
Representação da informação
Métodos Quantitativos. Bibliometria
Subárea: Tratamento da Informação
Especialidades:
Técnicas de recuperação da informação
Processos de disseminação da informação
Organização de arquivos
Área: Museologia
TAC 1984 (em vigor)
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas



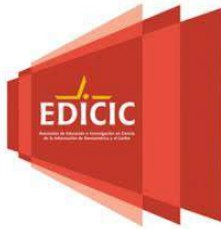
X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Área: Ciência da Informação
Subárea: Teoria da Informação
Especialidades:
Teoria Geral da Informação
Processos da Comunicação
Representação da Informação
Subárea: Biblioteconomia
Especialidades:
Teoria da Classificação
Métodos Quantitativos. Bibliometria
Técnicas de Recuperação da Informação
Processos de Disseminação da Informação
Subárea: Arquivologia
Especialidades:
Organização de Arquivos
Área: Museologia
Proposta de nova TAC/ 2005
Grande Área: Ciências Socialmente Aplicáveis
Área: Ciência da Informação
Subáreas:
Fundamentos da Ciência da Informação
Organização do Conhecimento
Gestão da Informação
Disseminação e uso da informação
Política e Economia da informação
Tecnologia da informação
Área: Arquivologia
Subárea:
Fundamentos da Arquivologia
Gestão Arquivística
Métodos arquivísticos
Arquivologia especializada
Área: Biblioteconomia
Subárea:
Fundamentos da Biblioteconomia
Gestão de unidades de informação
Teoria e técnicas documentárias
Documentação especializada



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Área: Museologia
Subárea:
Fundamentos teóricos da museologia
Museologia aplicada

Fonte: SOUZA, Rosali F.; STUMPF, Ida R.C. (2009). Adaptado.

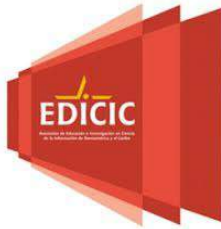
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se, portanto, que embora esse contato entre a Arquivologia e a Ciência da Informação seja recente – fruto das novas abordagens –, os níveis de interação já aparecem em constante movimento dialógico. As diferenças entre as áreas não constituem um elemento divergente, mas de aproximação. Em suma, as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação não são vistas apenas na literatura científica como algo teórico ou abstrato, as proximidades são refletidas inclusive nos documentos institucionais nomeados de Tabela de Área do Conhecimento (TAC) das agências de pesquisa e de fomento brasileira, como a Capes e o CNPq. É preciso continuar olhando para esses dois campos científicos, cada uma com sua origem, seu desenvolvimento, sua história: a Arquivologia e a trajetória dos arquivos e o tratamento dos documentos; a Ciência da Informação com o seu foco na informação, na produção, na organização e no uso da informação; a fim de que as relações possam continuar a ser desenvolvidas, seja por meio da via da informação, do documento, da memória, da gestão, da organização e representação, das instituições, dos sujeitos envolvidos, profissionais e usuários, dos processos e das práticas informacionais, seja pela conquista de pontos de contatos ainda por ser descobertos e, assim, explorados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; MARQUES, Angélica Alves da Cunha; VANZ, Samile Andréa Souza. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, da UNB e da UFRGS. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, 2011.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.



BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, Jan. 1968.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

COMECHE, Juan Antonio Martinez. El proceso informativo-documental. In: LÓPEZ YEPES, José. **Manual de ciencias de la documentación**. 2.ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Avaliação e perspectiva 1978. Brasília: Coordenação editorial, 19__.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Tabelas de área do conhecimento. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em: 12 jan. 2012.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, n. 2, p. 29-45, 1992.

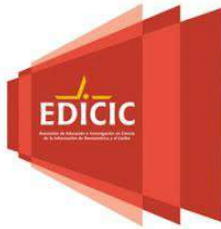
LOPES, Luis Carlos. **A nova Arquivística na modernização administrativa**. 2 ed. Brasília: Projecto editorial, 2009.

LÓPEZ YEPES, José. **Manual de ciencias de la documentación**. 2.ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006.

MARCONDES, Carlos Henrique. Lugar da Ciência Informação entre às Ciências da Documentação. **Revista EDICIC**, v.1, n.1, p. 206-227, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interloções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

(Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2007.

MEDEIROS, Nilcéia Lage; NODARE, Thaís; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. As relações do conhecimento produzido na área de arquivologia com a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.39, n.2, 2010.

MENDES, Eliane Manhães. **Tendências para a harmonização de programas de ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil: um estudo Delfos**. 1992. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

MORENO, Agustín Vivas. Archivistica General. In: CADARSO, Pedro; MORENO, Agustín Vivas (Coord.). **Lecciones de archivística general y documentación del patrimonio histórico**. Badajoz: Universidad de Extremadura, 2004.

MUELLER, Suzana P. M. Em busca de uma base comum para a formação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 12, n. 2, 157-165 p, jul./dez. 1984.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Em busca de um caminho interdisciplinar: proposta de núcleo teórico e prático de disciplinas comuns aos cursos de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998.

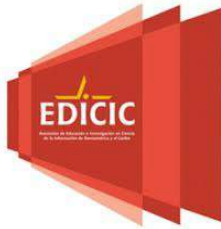
POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, v. 1, n.1, 2005.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas: ontología, epistemología, metodología y interdisciplinar. **DataGramaZero**, v.9, n.4, ago. 2008.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. A maneira de conclusão. RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Coord.). **Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplinar o transdisciplinariedad**. México: Centro universitario de investigaciones bibliotecológicas, 2011.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectiva em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v.1, n, 1, p.59-73, 2011.

RODRIGUES, Vander. **Arquivologia e Ciência da Informação: uma análise da produção da área no Encontro Nacional de Ciência da Informação (ENANCIB)**.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2012.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisão necessária. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SILVA, Armando B. Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, Elizer Pires da. Informação arquivística e Arquivologia no Brasil. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 48-68, jul./dez., 2012.

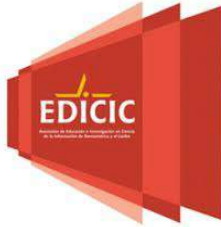
SILVA, Welder Antônio. **Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação**: cartografia das práticas discursivas. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Rosali Fernandez. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2008, Salvador. **Anais...**Disponível em: <http://www.cinform2008.ici.ufba.br>. Acesso em: 20 nov. 2012.

SOUZA, Rosali Fernandez de; STUMPF, Ida Regina Chitto. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, Brasil, v. 14, n.Esp., p. 41-58, 2009.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Cenário acadêmico institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2013.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Ciencia de la información y archivística: un diálogo a partir de la información registrada. **Ibersid**, p. 131-136, 2010. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2012.



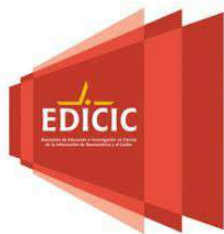
X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 113-122, jul./dez., 2012.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Epistemologia da Ciência da Informação e da Documentação

SUBSÍDIOS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA EM ESTUDOS DO COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DE USUÁRIOS

SUBSIDIOS TEÓRICOS EL PSICOLOGÍA EN ESTUDIOS DEL COMPORTAMIENTO DE LA INFORMACIÓN DE LOS USUARIOS

José Carlos Sales dos Santos, UFBA

Resumo: Admitiu engendrar determinados argumentos orientados ao comportamento humano para fundamentar as discussões relativas aos usuários de informação, e inscrevê-los no domínio epistemológico da Ciência da Informação (CI). Recuperaram-se determinados autores da Psicologia para elaborar uma miríade de correntes pertinentes ao comportamento, e assim estruturar as primeiras considerações acentuadas, mas incipientes, nas pesquisas da CI. A comunicação objetivou debater aspectos do comportamento informacional pautados na abordagem crítica da Psicologia e, para cumpri-lo, engendraram-se discussões relativas aos estudos de usuários. Ressalta-se que as considerações teóricas não procuraram direcionar à exaustividade intelectual orientadas aos estudos da antropologia, psicologia ou biologia na análise comportamental, mas principiar um debate ao fundamento de pesquisas concernentes ao comportamento de usuários da informação.

Palavras-chave: Comportamento Informacional. Usuários de Informação. Psicologia Comportamental.

Resumen: Admitido construir ciertos argumentos basados en el comportamiento humanos para apoyar las discusiones relativas a la información de los usuarios y entrar en el campo de la Ciencia de la Información (CI). Recuperado ciertos autores de la Psicología como para la elaboración de una miríada flujos relevantes para el comportamiento y cómo estructurar las primeras consideraciones acentuadas, pero incipiente en las encuestas de la CI. La comunicación dirigida a discutir aspectos del comportamiento informativo basado en el enfoque crítico de la psicología y a pegarse a él, if engendrado discusiones relativas a los estudios de los usuarios. Debe tenerse en cuenta que consideraciones teóricas no buscaban directamente la integridad de la intelectual orientada al estudio de la antropología, la psicología o la biología en el análisis del comportamiento, pero comience con una discusión sobre la fundación de investigación relacionadas con el comportamiento de los usuarios de la información.

Palabras-clave: Comportamiento informativo. Usuarios de la información. Psicología Conductual.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

Para fundamentar as discussões relativas ao comportamento informacional, e inscrevê-las no domínio epistemológico da Ciência da Informação (CI), a presente comunicação admitiu elaborar determinados argumentos orientados ao comportamento humano. Como lastro teórico, recuperou-se alguns autores da Psicologia Comportamental para edificar uma miríade de correntes pertinentes ao comportamento humano, e assim estruturar as primeiras considerações acentuadas, mas incipientes, em investigações da CI. Salienta-se que as considerações teóricas delineadas não procuraram direcionar à exaustividade conceitual orientadas aos estudos da antropologia, psicologia ou biologia na análise comportamental, mas principiar um debate primeiro ao fundamento de pesquisas concernentes à necessidade e ao comportamento de usuários da informação.

Desta forma, o artigo objetivou debater determinadas nuances do comportamento informacional pautado na abordagem da Psicologia. Para cumpri-lo, a segunda seção procurou fundamentar os pressupostos filosóficos do conhecimento, revelando os primórdios da preocupação filosófica com os processos mentais, e, na terceira seção, principiar as análises dos estudos psicológicos com o comportamento informacional de usuários. As discussões teóricas apresentadas no *corpus* do artigo não procuraram extenuar as temáticas e complexidades inerentes à investigação. Procuraram, sobretudo, anunciar determinados aspectos da Psicologia inscritos nos domínios epistemológicos da CI. Ressalta-se que a presente discussão encontra lastro no Grupo de Pesquisa Competências Profissionais e Produção do Conhecimento na Contemporaneidade (CPPCC), registrado no CNPq e vinculado ao Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

2 PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS DO CONHECIMENTO

Inserida no domínio filosófico preocupado com as origens e a validade do conhecimento, a Teoria do Conhecimento erige discussões relativas ao alcance da realidade pelo indivíduo observador, engendradas nas esferas da subjetividade humana. Filósofos como Platão e Aristóteles estabeleceram os primeiros debates filosóficos acerca do conhecimento, perscrutando como os sujeitos o assimilam, processam, compreendem e transmitem no âmbito



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

das relações sociais. No entanto, a disciplina denominada Teoria do Conhecimento distingue-se da Epistemologia (ou da Filosofia da Ciência, na tradição francesa) devido à produção do conhecimento nos parâmetros científicos, focalizados nas estruturas cognitivas, nos objetivos, nas delimitações e nos procedimentos metodológicos inerentes a cada campo de investigação.

Como disciplina autônoma, a teoria do conhecimento emerge na Idade Moderna, com as elucubrações do filósofo inglês, John Locke (1632-1704), apresentada no trabalho *An essay concerning human understanding* (Ensaio acerca do entendimento humano) publicado em 1690, que discute as origens, a essência e a certeza do conhecimento humano. Contudo o filósofo, cientista e bibliotecário alemão, Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), publica postumamente o livro *Nouveaux essais sur l'entendement humain* (Novo ensaio acerca do entendimento humano), refutando a perspectiva epistemológica de J. Locke. Na Inglaterra, George Berkeley (1685-1753) no *Treatise concerning the principles of human knowledge*, e David Hume (1711-1776) nos *A treatise on human nature* e *An enquiry concerning human understanding* prolongam as discussões engendradas por J. Locke, conferindo à teoria do conhecimento contribuições particulares relativas à consolidação do referido domínio filosófico.

O conhecimento humano assume, segundo Hessen (2012), três elementos centrais fenomenológicos que antecedem à teoria do conhecimento: sujeito (esfera psicológica), 'imagem' (esfera lógica) e objeto (esfera ontológica). Nas discussões empreendidas acerca do conhecimento, o autor endossa a impossibilidade de a psicologia solucionar problemáticas relativas à essência do conhecimento humano devido ao interesse em discutir a gênese e curso dos processos psicológicos, ao privar-se da investigação fenomenológica da apreensão espiritual do objeto analisado. No segundo elemento, o conhecimento ascende à esfera lógica por perceber a recepção da 'imagem' do objeto no sujeito constitui uma estrutura lógica. Contudo, continua o autor, a lógica revela-se como incapaz de resolver o problema do conhecimento, considerando o interesse em investigar as estruturas lógicas na essência (constituição interna e relações mútuas), ou seja, a concordância própria do conhecimento, não com a concordância do objeto. O derradeiro elemento assenta o conhecimento humano na esfera ontológica, com dialogia entre o objeto – real ou ideal – e a consciência cognoscente. Similar ao sujeito e à 'imagem', a ontologia não poderá solucionar o problema do conhecimento devido à impossibilidade de eliminar o objeto e o sujeito de sua estrutura.



Como a psicologia, a lógica e a ontologia não resolveriam problemas inerentes ao conhecimento, que é completamente peculiar e independente; a teoria do conhecimento revolveria o imbróglio com descrição do fenômeno, sem constituir uma interpretação e uma explicação filosófica. A verdade do conhecimento repousa na afiguração do objeto em concordância com a ‘imagem’, e o método fenomenológico proporcionaria somente a descrição do fenômeno do conhecimento, revelando a teoria do conhecimento um campo plausível àquela explicação e interpretação filosóficas. Estruturada e fundamentada pelo matemático e filósofo alemão, Edmund Husserl (1859-1938), a fenomenologia constitui uma linha importante à teoria do conhecimento. A proposta fenomenológica de E. Husserl refuta o pragmatismo, e procura explorar o domínio da consciência e a sua relação o objeto.

Segundo Hessen (2012) as perguntas relativas às origens do conhecimento humano remetem a duas dimensões: lógica e psicológica. A primeira dimensão questiona como sobrevém o conhecimento no sujeito pensante; a segunda indaga como alicerça a validade deste conhecimento. O autor endossa a correspondência interna dos problemas supracitados, e a resposta à discussão da validade pressupõe uma perspectiva psicológica determinada. Compreender o pensamento humano como aspecto fundamental do conhecimento implica na independência e especificidade psicológica do processo do conhecimento, mas fundamentar a construção do conhecimento partindo da experiência negará a independência ao pensamento. A presente comunicação preterirá a dimensão lógica do conhecimento em detrimento à aceção psicológica; o argumento repousa na perspectiva do conhecimento como subsídio ao comportamento humano.

3 A PSICOLOGIA E OS ESTUDOS DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DE USUÁRIOS

Nos ensaios publicados no livro *Estudos sobre o comportamento humano*, Vygotsky e Luria (1996) procuram descrever as principais perspectivas do comportamento humano – evolutiva, histórica e ontogenética – para argumentar a compreensão científica do ‘homem cultural’. Endossam, ainda, que a ‘invenção’ de instrumentos pelos ‘macacos antropoides’ representava o término da etapa orgânica de desenvolvimento do comportamento para anunciar o principal pré-requisito psicológico das narrativas comportamentais, como as



correspondências das teses, antíteses e sínteses históricas. Portariam dimensões cumulativas predecessoras e sucessoras, sem recusar as caracterizações particulares pertencentes a cada mudança.

Os signos psicológicos empregados pelos ‘homens primitivos’, como o trabalho e a fala humana, conferiam o princípio do comportamento cultural ou histórico; comportamento que apresentava uma relativa sistematização devido ao imperativo da sobrevivência diária. Na criança, fenômeno que sucede os macacos e o primitivo, percebe-se o desenvolvimento cultural do comportamento pautado na aquisição de habilidades e pensamentos culturais. Os citados neuropsicólogos consideram críticas a utilização de instrumentos nos macacos, o trabalho e apropriação de signos psicológicos no homem primitivo (símbolos) – ruptura orientada ao desenvolvimento psicológico-natural e psicológico-cultural na criança nos primeiros anos de vida.

Os símbolos permitiriam, então, uma manifestação possível à incompreensão integral das coisas, incluindo a dúvida e o estranhamento da realidade, que, para Jung (2008), superam os significados manifestos e imediatos pela dificuldade de definição ou inteira interpretação. Desta forma, a compreensão da realidade transcende as aparências das coisas; o homem procura antes estabelecer as relações simbólicas para explicar as lacunas da vida, os mistérios que circundam o mundo e as situações que transcendem a imaginação, como observar as estrelas à noite e não compreender o universo em sua inteireza.

A psicologia, então, procura estudar o comportamento do homem a partir da evolução biológica prolongada, perscrutando, nos instintos animais, o protótipo das emoções que orientam o pensamento e a vontade de homem moderno. Mas o comportamento do mencionado homem moderno, cultural, segundo Vygotsky e Luria (1996), não representa exclusivamente um produto da evolução biológica, ou resultado do desenvolvimento no âmbito infantil, mas também histórico. No decorrer da história, percebe-se que o comportamento humano e os mecanismos psicológicos não apresentam rastros ou materiais objetivos e satisfatórios para pesquisas; ao contrário da história superficial da espécie humana, que permite reconstituir documentos e vestígios (instrumentos) para inferir o modo de operação humana no período.

Para superar o referido truncamento epistemológico, Vygotsky e Luria (1996) indicam que a psicologia anuncia três princípios que caracterizam o desenvolvimento histórico-



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

cultural do homem. A primeira perspectiva está pautada nas considerações apresentadas por Sir Edward Burnett Tylor (1832-1917), antropólogo inglês, e Herbert Spencer (1820-1903), propositor da teoria do associativismo evolutivo. Este aspecto orientou os etnógrafos e etnólogos da época, que reuniram uma quantidade significativa de material factual acerca das dimensões de cunho moral, crença, hábitos, instituições e linguagem dos hominídeos. Tylor e Spencer endossavam que a lei fundamental da psicologia estaria engendrada no associacionismo, estrutura pautada na conexão estabelecida entre os elementos da experiência humana com relação à contiguidade e semelhança. Caso o homem cultural fosse cerceado das experiências acumuladas na história, e colocado a mercê das condições específicas de vida do homem primitivo, este primeiro (cultural) viveria e agiria como o segundo (primitivo).

O segundo princípio permite aferir que a variedade de psicologias individuais corresponde a arquétipos diversos da sociedade, que confere ao pensamento pré-lógico ou místico (não desenvolvido na perspectiva do pensamento lógico). Este pensamento não implica, terminologicamente, uma dimensão alógica ou antilógica, mas a ausência de esforço determinado pela mentalidade primitiva não crítica. O termo ‘místico’, destarte, significa o conteúdo de representações coletivas na ‘mentalidade primitiva’, engendrada na ‘lei de participação’, como os costumes, os mitos, os rituais compartilhados, o sentimento de respeito e a adoração. Segundo o filósofo e sociólogo francês Lévy-Bruhl (1857-1939), e discutido criticamente no ensaio *Lévy-Bruhl's Theory of Primitive Mentality*, de Evans-Pritchard (1934), e na psicologia comparada de Henri Wallon (2008), a referida lógica também encontra evidências em ‘países civilizados’, compostos por ‘pessoas educadas’.

O terceiro ponto, compreendido como uma dimensão biológica, admite que o desenvolvimento do homem principia com a história da humanidade, a passagem da natureza à ordem da cultura. Contudo, o homem primitivo e o homem cultural, e o processo da evolução biológica, apresentam características próprias e leis específicas, ou seja, o estágio primitivo ou natural não é substituído pelos constructos culturais, mas autoriza a sobreposições e reestruturações de processos dialógicos. A diferença destas categorias (homem primitivo e homem cultural) reside no desenvolvimento social, que apresenta correlação com o desenvolvimento psicológico dos indivíduos. Vygotsky e Luria (1996) compreendem, então, que o comportamento e as funções psicológicas humanas requerem estudos aprofundados nos domínios da filogênese, ontogênese e história sociocultural.



Para assinalar os aspectos humanos do comportamento no decorrer da história da humanidade, Vygotsky (2007) recupera três dimensões estruturantes: (a) a relação humana com o ambiente físico e social; (b) as atividades que redefiniram a dialogia homem-natureza e as consequências psicológicas deste labor e; (c) as relações da utilização de instrumentos e o desenvolvimento da linguagem. Ele recupera estudos de inteligência prática de Wolfgang Kohler, na publicação *The mentality apes* (1925), e Karl Bühler, *The mental development of the child* (1930), para indicar similaridades do comportamento de macacos antropóides com modelos particulares de respostas em crianças. A analogia direta entre a psicologia animal e a psicologia da criança, continua Vygotsky, contribuiu essencialmente para os estudos das bases biológicas do comportamento humano, agora que há pontos de convergência entre o comportamento animal e infantil nos processos psicológicos elementares.

O estudo de K. Bühler procurou evidenciar a apreensão manual de objetos por crianças pequenas, assim como a capacidade de utilizar procedimentos alternativos para o cumprimento de determinados objetivos, como retirar o anel de um bastão. O experimento aludia que a inteligência das crianças correspondia, em certa medida, à prática dos chimpanzés; e estava dissociada do desenvolvimento da fala. Vygotsky acrescenta à discussão determinadas observações de Charlotte Bühler, contidas na *The first year of live* (1930). Esta publicação infere que as primeiras expressões de inteligência prática em crianças de seis meses de idade ultrapassam o manuseio de instrumentos, mas perpassa os movimentos sistemáticos, a percepção, o cérebro e as mãos (o organismo completo).

3.1 Signos e funções psicológicas

Para Vygotsky (2007, p.11), a inteligência prática e a apropriação de signos operam independentemente em crianças pequenas, e a unidade dialética desses sistemas no adulto humano representa a natureza própria no comportamento complexo; a análise insere à atividade simbólica uma função organizadora específica que interfere o processo de utilização do instrumento para produzir novas correspondências fundamentais de comportamento. Conclui que “o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática [linhas independentes de desenvolvimento] convergem”. Para



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

controlar o próprio comportamento, continua, a criança começa a controlar o ambiente com o amparo da fala, olhos e mãos, determinando novas relações com o ambiente. Assim, esta unidade de percepção, composta de ‘fala’ e ‘ação’, representa o cerne das análises das origens humanas do comportamento.

A fala proporciona uma vantagem especial às crianças ao ampliar o escopo de solução de problemas, ou realizar uma ação específica. Neste caso, o cumprimento de determinado objetivo ultrapassa a estrutura da situação visual concreta e imediata, cercado-se de artifícios preliminares evocados de experiências prévias, como sucessivas tentativas de erros e acertos para alcançar uma ‘compota de doce’ que está guardada na prateleira da cozinha. A criança procura soluções plausíveis e possíveis para acessar a compota, e poderia não medir esforços para alcançar a guloseima e ser recompensada. O componente ‘fala’ parece ordenar um planejamento (ação) para solucionar um problema, atividades que inexistem nos macacos antropóides. Contudo, a criança poderá perceber a impossibilidade de resolver este problema, recorrendo aos adultos como uma figura adjutória para o cumprimento da tarefa. As palavras constituem uma dimensão pertinente para a apropriação da realidade, e sancionam o contato interpessoal.

O ‘instrumento’ e ‘fala’ interferem nas diversas funções psicológicas, como a percepção, as operações sensório-motoras e a atenção, enunciando interfaces constituintes do sistema dinâmico do comportamento. Com o decorrer do tempo, os mecanismos intelectuais correspondentes à fala adquirem um novo encargo, e no estágio seguinte esta fala adquire uma função sintetizadora e instrumental, que, para Vygotsky (2007; 2008), alcança os contornos complexos da percepção cognitiva. Avança argumentando a astúcia humana, que emerge em idade precoce, corresponde ao atilamento de objetos reais, mas sem precedentes análogos na percepção animal. As dimensões historicamente constituídas e culturalmente elaboradas da vida humana também não encontram ressonância na organização social dos animais, pois mulheres e homens possuem a capacidade de expressar e compartilhar a determinados grupos sociais o entendimento de uma experiência.

A partir das leis básicas que assinalam a estrutura e desenvolvimento das operações com signos na criança, Vygotsky (2007) apresenta o fenômeno de memória para discorrer a origem social e a centralidade destes signos no desenvolvimento individual. O estudo indica a existência da memória caracterizada pela impressão não mediada de materiais, dominante no



comportamento de povos iletrados (retenção de experiências reforçadas com base no plano mnemônico, ou *memória natural*). Apesar de a memória natural significar a tônica nesse sentido, observa-se a coexistência de memórias várias pertencentes a linhas de desenvolvimento diferentes. Os recursos mnemônicos (como a escrita primitiva) demonstram, continua o autor, que, apesar se encontrarem em estágios primitivos do desenvolvimento históricos, as mulheres e homens superaram os limites das funções psicológicas impostas pela natureza, evoluindo para uma organização nova do comportamento.

A recuperação teórico-conceitual supra-anunciadas autoriza sistematizar determinadas discussões acerca das necessidades e comportamento informacional de indivíduos. Como esta comunicação inscreve-se no aporte epistemológico da CI, focalizaram-se a discussão em usuários da informação. O debate relativo aos estudos psicológicos permitiu delinear e principiar a referida discussão, que ainda carece de estudos que aprofundem nestes quesitos.

3.2 Necessidades e comportamento informacional de usuários

Os estudos de comportamento informacional de usuários apresentam complexidades passíveis de estudos permanentes na CI. As necessidades informacionais comportam uma miríade de aspectos humanos, incluindo a subjetividade reservadas às estruturas cognitivas. Assim, discorrer acerca dos processos psíquicos incrustados no comportamento dos indivíduos poderá representar uma solução relevante aos estudos de usuários. Mas estudar usuários de informação reclama a recuperação de modelos de comportamento enquadrados por pesquisadores preocupados com a citada temática, assim como associá-la às investigações empíricas para conferir a confiabilidade e a efetividade das estruturas aventadas em diagramas representacionais. Os eventos científicos constituíram (e constituem) o alicerce indispensável à maturação das pesquisas científicas pautadas no comportamento informacional de usuários.

Com o gradativo aumento de estudos preocupados com os indivíduos inseridos em ambientes informacionais, como as bibliotecas, Wilson-Davis (1977) reconhece que as pesquisas relativas aos estudos de usuários compreendem duas dimensões: a) os estudos orientados aos usuários de bibliotecas, que investiga como as bibliotecas e os centros de informação são utilizados e; b) os estudos centrados nos usuários, ou seja, como determinados grupos particulares de usuários (assessores políticos, parlamentares) obtém informação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

necessária para conduzir as atividades profissionais. O estudo de usuários, assim, é conceituado como análise das demandas dos indivíduos no âmbito informacional, referindo-se a ‘quem’ demanda informação (necessita ou recebe) aos mediadores para superar determinadas demandas informacionais.

Com o progresso dos estudos de usuários da informação, as discussões acerca deste assunto adquiriram novos contornos. Os fatores sociais, demográficos e profissionais, não somente a tecnológica e computacional, como as primeiras pesquisas apontavam, passam a direcionar os esforços para um paradigma complexo centrado nas atividades humanas. Na ampla revisão acerca dos estudos de usuários no intervalo dos anos de 1975 e 1985, e publicada na *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)*, Dervin e Nilan (1986) aventam que as mencionadas tendências deveriam focalizar nos usuários, assegurando-os no cumprimento das necessidades informacionais. No levantamento empreendido, os autores elucidaram as abordagens alternativas evidenciavam a transição do modelo pertinente aos sistemas de informação para os usuários, com propriedades qualitativas. Criticam as abordagens tradicionais que concebiam os usuários como sujeitos passivos e homogêneos, impossibilitando-os de estampar os sentidos produzidos no processo de busca de informação. Os estudos tradicionais, assim, pautam-se no lastro funcionalista e behaviorista da utilização de fontes e serviços de informação, sem considerar a historicidade ou o contexto social.

Com os pressupostos orientados ao sistema, os estudos desconsideravam a relevância dos processos cognitivos dos indivíduos na recuperação da informação. Como a revisão também evidenciou o desinteresse no potencial cognitivo dos usuários, o certame agora deslocava para os aspectos subjetivos e pessoais dos indivíduos o processo de construir sentidos particulares para ultrapassar as necessidades informacionais; e as interações sociais desempenham, com assertividade, o presente argumento. O comportamento de busca e utilização da informação constitui um processo relevante na construção de sentidos (*sense-making*). A abordagem baseada nos sentidos procura analisar como os usuários compreendem e percebem as interações com instituições, mensagens e situações, ou seja, como manifestam e significam as necessidades informacionais.

Compreendidos como protagonistas no processo de recuperação e apropriação da informação, os usuários agora dispõem de ferramentas tecnológicas diversas para acessar conteúdos que correspondam às necessidades informacionais. Salienta-se a relevância das



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

atividades técnicas e intelectuais desenvolvidas por profissionais que medeiam e asseguram o acesso à informação, como os bibliotecários e arquivistas. Contudo, o termo ‘necessidade’ revela a estudiosos e pesquisadores nuances etimológicas que poderão conduzir a equívocos conceituais e discursivos, principalmente no domínio da subjetividade dos indivíduos. ‘Necessidade’, como uma dimensão multifacetada, corresponde a particularidades dos sujeitos, como as percepções e expressões linguísticas anunciadas nas estruturas cognitivas. O mediador competente procurará, diante destes desafios, e objetivar as lacunas enunciadas pelos usuários para, *a posteriori*, sistematizar as demandas. As necessidades dos usuários (re) configuram-se, com constância, porque a instabilidade e a inconstância das estruturas cognitivas dos sujeitos são a tônica da mente humana.

Para Wilson (1981), a necessidade informacional representa uma experiência subjetiva que sobrevém do interior dos indivíduos e, devido à impossibilidade de alcançá-la diretamente, o observador (mediador) precisa deduzir ou materializar os enunciados dos sujeitos envolvidos no processo dialógico. No entanto, poderá instaurar confusões relativas a discrepâncias pertinentes à solicitação do usuário e os resultados de busca do mediador, sem corresponder às necessidades informacionais expressas. Ressalta-se que as necessidades também poderão relacionar, segundo estudos de psicologia, às categorias fisiológicas (alimento, abrigo), afetivas/ emocionais (realização pessoal, confiança) e cognitivas (planejar, desenvolver habilidades). As inter-relações das categorias citadas constituem imbricações importantes no processo da conquista do desejo do indivíduo. O autor ainda presume ‘motivos’ que originam o comportamento informacional.

Os modelos de comportamento informacional procuram evidenciar arranjos e geometrizações que enquadrem os usuários no processo de busca de conteúdos. Com caráter multidimensional, as necessidades informacionais procuram evidenciar as lacunas cognitivas dos indivíduos para superar as ‘deficiências’ no conhecimento, e a contornar modelos que apreendam, no tempo e espaço específicos, o comportamento de usuários inscritos em sistemas formais e informais de informação. Entretanto, estruturar modelos permite conceber representar o mundo de maneira inteligível, autoriza facultar uma análise simplificada de realidades complexas e emoldurar um campo de estudo contido em determinado espaço visual. Como um modelo procura resumir e apreender uma realidade anunciada, a sua aplicação é passível a ajustes situacionais e à obsolescência. Para Dupuy (1996, p.23), o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

modelo científico é, *a priori*, imitação, simulacro, com dimensões reduzidas para facilitar a ‘manipulação’, ou seja, é “uma forma abstrata que vem encanar-se ou realizar-se nos fenômenos [...]; imitação humana da natureza”. A evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários exprime com propriedade a obsolescência mencionada, e a estruturação de novos modelos, ou readequação destes, constitui a tônica das pesquisas que utilizam modelagens para aferir uma realidade natural ou social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar cientificamente o comportamento humano constitui uma operação extenuante e complexa devido às especificidades inerentes ao tema. O constructo científico no âmbito das ciências humanas e sociais autoriza apenas enunciar verdades parciais e provisórias correspondentes aos componentes psíquicos do indivíduo. As possibilidades, as variações do comportamento e a subjetividade dos indivíduos poderão constituir entraves às investigações, mas o caráter cumulativo de pesquisas desenvolvidas em diversos domínios de conhecimento, como a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Pedagogia, a Biologia, permitem avanços consistentes para a análise destas operações. Estudar o comportamento no âmbito das elaborações científicas requer observações criteriosas do fenômeno, sensibilidade e imaginação sociológica, que excedem a intervenção de instrumentos de coleta de dados.

Embora apresente dificuldades em relevar uniformidades adequadas ou relações ordenadas, uma análise apriorística permitirá registrar conjecturas relativas ao comportamento de indivíduos, assim como generalizações plausíveis de condutas das pessoas, porém debilita-se diante da apreciação cuidadosa do pesquisador. O comportamento representa uma matéria de difícil – mas não inacessível – mobilização para observação, devido ao caráter mutável, escorregadio e evanescente, requerendo engenhosidade técnica e energia do cientista. Defende, ainda, que os métodos científicos permitem evidenciar uniformidades provenientes de observações demoradas do comportamento humano para torná-las explícitas, considerando que a análise do comportamento poderá exceder os contornos da ciência controladora e preditiva.

Consideram-se, então, o comportamento do indivíduo como um aspecto singular ao sujeito. Mulheres e homens vivenciam trajetórias específicas e percebem o mundo de maneira



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

distinta, conferindo-lhes uma infinidade de interpretações¹. Internalizar experiências, a partir da construção de significados individualizados, orientará os sujeitos no cumprimento de suas ações pautadas na mediação e interação com o ambiente natural e social. Então o processo de internalização corresponderá aos intercursos de atividades externas (interpessoal) e a apropriação subjetiva da experiência (intrapessoal) para a elaboração de conhecimento. Perceber o mundo, imputando-lhe significado, corresponde à capacidade cognitiva de abstração e à elaboração de conceitos complexos. Continuar com os estudos epistemológicos que integrem a Psicologia, compreendida como um domínio do conhecimento interdisciplinar da CI, constitui a tônica para os estudos pertinentes ao comportamento informacional de usuários.

REFERÊNCIAS

DERVIN, Brenda; NILAN, Michael. Information needs and users. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 21, White Plains, NY: Knowledge Industry Publication, 1986.

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. Lévy-Bruhl's theory of primitive mentality. **Bulletin of the Faculty of Arts**, University of Egypt, 1934, p.1-36.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Trad. João Virgílio Gallerani Curter. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

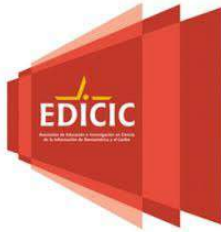
JUNG, Carl G. Chegando ao inconsciente. In. JUNG, Carl. G. *et al* **O homem e seus símbolos**. Trad. Maria Lúcia Pinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PLATÃO. **Mênnon**. Tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola, 2001.

_____. O mito da caverna. In. _____. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. Trad. João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

¹ Jean Piaget, no livro *Seis estudos de psicologia* (1999), salienta, contudo, a permanência das estruturas comuns às fases do desenvolvimento da criança, como as categorias do recém-nascido e a relação com a lactante, as etapas da infância e adolescência. Para o autor, o desenvolvimento mental acontece de maneira similar ao crescimento orgânico, que principia no nascimento do indivíduo e conclui na fase adulta.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

_____. **Sobre o behaviorismo**. Trad. Maria da Penha Villalobos, 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Pensamento e linguagem**. Tradução Jefferson Luiz Camargo; Revisão técnica José Cipolla Neto. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch; LURIA, Alexander Romanovich. **Estudos sobre a história do comportamento**: símios, homem primitivo e criança. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WALLON, Henri Paul Hyacinthe. **Do ato ao pensamento**: ensaio de psicologia comparada. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

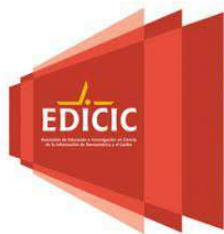
WILSON, Thomas Daniel. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 31, n. 1, p. 3-15, 1981.

WILSON-DAVIS, K. The centre for research on user studies: aims and functions. **Aslib Proceedings**, v. 29, n. 2, p. 67-76, fev.1977.

Eixo 04

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Gestão e Avaliação de Documentos Arquivísticos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Gestão e Avaliação de Documentos Arquivísticos

**A GESTÃO E A AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
EM ORGANISMOS PRODUTORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE¹.**

***LA GESTIÓN Y LA EVALUACIÓN DE DOCUMENTOS EN LOS ÓRGANOS
PRODUCTORES DE LOS SERVICIOS DE SALUD***

Gillian Leandro de Queiroga Lima, UFBA

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira, UFBA

Francisco José Aragão Pedroza Cunha, UFBA

Hernane Borges de Baros Pereira, SENAI-CIMATEC/UNEB

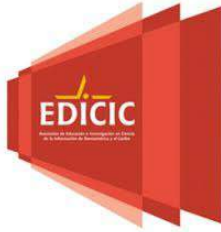
Resumo: O objetivo desta comunicação é revelar a percepção dos profissionais das áreas administrativa, de assistência, de tecnologia de informação e de documentos/arquivos de hospitais de uma rede de inovação e aprendizagem em gestão hospitalar em relação a gestão e a avaliação das informações orgânicas em saúde. A pesquisa é exploratória e descritiva com uma abordagem quali-quantitativa. As técnicas de análise para bibliografias, documentos e campo são as de análise de conteúdo e de estatística descritiva. O estudo é multirreferencial e articula aportes sobre o fenômeno da informação em saúde ao processo de representação do conhecimento. Os resultados apontam para a sensibilização dos agentes dos organismos produtores de serviços de saúde acerca da importância da gestão e da avaliação de documentos para a efetividade dos sistemas de informação em saúde brasileiro.

Palavras-chave: Informação orgânica em saúde. Gestão e avaliação de documentos.

Resumen: El objetivo de esta comunicación es revelar la percepción de los profesionales de las áreas administrativa, de asistencia, de tecnología de información y documentos/archivos de los hospitales de una Red de innovación y aprendizaje en la gestión hospitalaria en relación con la gestión y evaluación de la información orgánica en salud. La investigación es exploratoria y descriptiva con un enfoque cuantitativo y cualitativo. Las técnicas de análisis para bibliografías, documentos y campo son los análisis de contenido y de estadísticas descriptivas. La investigación es multireferencial y articula las aportaciones acerca del fenómeno de la información en salud para el proceso de representación del conocimiento. Los resultados señalan a los órganos productores de servicios de salud la importancia de la gestión y evaluación de los documentos para la efectividad de los sistemas de salud brasileños.

Palabras-clave: Informaciones orgánicas en salud. Gestión y evaluación de documentos.

¹ Esta comunicação é fruto dos Projetos de pesquisas aprovados pelos editais: Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS); e, PROPICI-PROEXT-PROPG/UFBA n. 01/2013.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

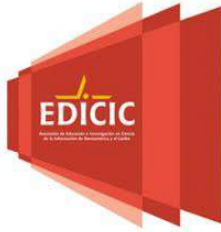
Esta comunicação parte da premissa que é recorrente uma mudança cultural no modo de pensar e de gerenciar os documentos gerados, recebidos e acumulados no organismos produtores de serviços de saúde. Estes organismos dependem da qualidade das informações orgânicas para o cumprimento de suas funções sociais: promoção, prevenção e atenção à saúde. Estudos alertam para práticas gerenciais das informações orgânicas não qualificadas acarretam uma fragilidade na criação e difusão de conhecimentos em saúde e, conseqüentemente, em inovações gerenciais nestes serviços (ESCRIVÃO JUNIOR, 2007; CUNHA, 2014; SHOULT; NOVAES, 2007; SILVA; CRUZ; MELO, 2007).

O grande desafio é integrar pessoas e os seus conhecimentos para gerenciar informações efetivamente. A adoção de novas práticas de gestão, a exemplo das de gestão e das de avaliação de documentos, tem encontrado como um dos empecilhos a cultura organizacional. (OLIVEIRA; LIMA; OLIVEIRA, 2014). A gestão de documentos é basilar para a melhoria dos processos organizacionais relacionados às informações orgânicas.

Os organismos produtores de serviços de saúde não fogem a esta regra e é recomendável a assimilação de tais processos para subsidiar o acesso e à preservação dos documentos em saúde. A administração e a memória dos serviços, sistemas e redes de atenção à saúde são dependentes das técnicas, procedimentos e princípios arquivísticos. Questiona-se assim: qual é a percepção dos profissionais em saúde para a gestão e a avaliação de documentos de arquivos?

O objetivo desta comunicação é revelar a percepção dos profissionais das áreas administrativa, de assistência, de tecnologia de informação e de documentos/arquivos de hospitais com termo de adesão em uma rede de inovação e aprendizagem em gestão hospitalar (Rede InovarH-BA) em relação à gestão e a avaliação das informações orgânicas em saúde. Justifica-se esta abordagem em razão de algumas recomendações dos estudos de Cunha, Lima e Oliveira (2015).

Para estes pesquisadores são recorrentes a sensibilização dos agentes dos organismos produtores de serviços de saúde acerca da importância da gestão de documentos e dos serviços de arquivo; a inclusão dos procedimentos e técnicas voltadas para a gestão dos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

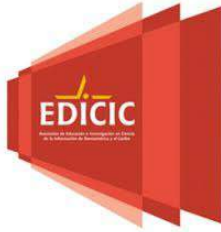
documentos de arquivo na Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), no Plano Diretor para o Desenvolvimento da Informação e Tecnologia da Informação em Saúde (PlaDITIS) e na Estratégia de e-Saúde para o Brasil; a contratação de profissionais aptos para serem gestores de documentos e sistemas de arquivos na área de saúde; a divulgação aos agentes dos organismos produtores de saúde da legislação arquivística e da legislação relacionada à informação em saúde; a conscientização acerca das diferenças entre as terminologias “informação” e “tecnologias de informação em saúde”, e entre “informação” e “informática”; a necessidade de diálogos entre as áreas de informação e informática para atender às demandas voltadas para a produção, recebimento e acúmulo dos documentos em qualquer suporte; a interação entre os membros da Câmara Setorial de Arquivos de Instituições de Saúde (CSAIS), do Grupo Temático Informação em Saúde e População (GTISP) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)(CUNHA; OLIVEIRA; LIMA, 2015).

Assim, esta comunicação é estruturada em mais quatro seções, além desta introdução, a saber: metodologia; gestão e avaliação de informações orgânicas em saúde; análise e discussão da pesquisa de levantamento; e, algumas considerações finais.

2 METODOLOGIA

O estudo desta comunicação é multirreferencial e articula aportes conceituais sobre o fenômeno da informação em saúde aos processos de representação do conhecimento. Nesta comunicação são conjugados saberes de fontes distintas, ainda que algumas destas sigam linhas filosóficas opostas, e que as abordagens agreguem conhecimentos para uma melhor compreensão sobre a gestão e avaliação de documentos como uma condição para a organização e o tratamento da informação orgânica em saúde e, assim, potencialize os processos de aprendizagem e inovação em saúde (FRÓES BURNHAM, 1998;CUNHA, 2014a e 2014b).

A pesquisa possui uma abordagem quali-quantitativa. Em relação ao objetivo é considerada exploratória por ser realizada em uma área com poucos estudos sobre o tema e,



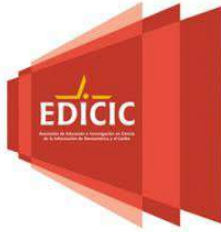
também, descritiva por evidenciar características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis (e.g. da gestão e avaliação de documentos e áreas/setores de hospitais) (GIL, 2002). Com base nos procedimentos técnicos, para produção desta comunicação, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a de levantamento, com o intuito de realizar uma triangulação metodológica dos dados obtidos empiricamente.

O questionário é o instrumento de levantamento de informações das pesquisas sobre “Mecanismos de Difusão de Conhecimento Gerenciais entre Sistemas e Redes de Atenção à Saúde” aplicados entre os hospitais com termo de adesão a Rede² (CUNHA, 2014a). Este instrumento foi elaborado por um conjunto de pesquisadores com formações multidisciplinares com interesse sobre o fenômeno da informação em saúde e ficou constituído por cinco Grupos de questões. Nesta apresentação, foram consideradas para a análise empírica das informações levantadas no campo quatro das vinte e cinco assertivas do Grupo I (Gestão de Documentos e Sistemas de Arquivos); uma das cinco questões do Grupo II (Mecanismos de Transferência de Informações); e, uma das nove questões do Grupo V (Informações Demográficas).

Foi solicitado aos respondentes que indicassem o grau de concordância em relação as assertivas do Grupo I referentes à categoria Gestão de Documentos, em particular, as sobre gestão e avaliação de documentos. As assertivas tratadas e analisadas foram as seguintes: 1) o Setor de Arquivos deste hospital desenvolve a organização padronizada dos documentos produzidos, acumulados e recebidos; 2) este hospital propõe melhoria(s) nos processos relativos à organização documental; 3) existe norma que estabeleça prazos para guarda dos documentos neste hospital.

Para este grupo de perguntas utilizou-se a Escala *Likert* para obter o nível de concordância das perguntas de cada respondente. Se todos respondessem que concordavam

² “A Rede InovarH foi implantada a partir do estabelecimento de uma parceria entre a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), o Ministério da Saúde brasileiro e três universidades que possuísem expertise comprovada no ensino e pesquisa em gestão hospitalar. [...] é formalmente estabelecida com vistas a apoiar o desenvolvimento e a difusão de práticas de aprendizagem e de inovação de gestão em organizações hospitalares e, também, fortalecer a colaboração interorganizacional dos serviços de saúde do SUS” (CUNHA, 2012, p. 52 e p. 139).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

totalmente com todas as assertivas, poder-se-ia inferir que todas as organizações hospitalares adotavam os melhores processos e procedimentos de tratamento e organização de documentos e sistemas de arquivos.

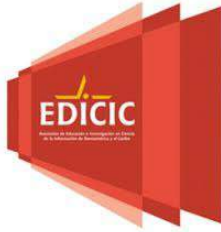
Já para o Grupo II foram formuladas questões de múltipla escolha, dando a opção para os respondentes assinalarem as assertivas procedentes à realidade dos organismos produtores. As categorias estabelecidas em cada uma das questões de múltipla escolha estão relacionadas a processos e procedimentos de tratamento e organização documental. Para esta comunicação foi escolhida a categoria operacional gestão de documentos e arquivos. Neste grupo, se todas as opções fossem marcadas pelos respondentes, poder-se-ia inferir que as organizações hospitalares possuem as melhores práticas na utilização dos mecanismos de transferência de informação.

No Grupo V foram elencadas as informações sobre os respondentes e nesta apresentação foi considerada a questão sobre o setor de atuação. A pesquisa obteve 96 (noventa e seis) respondentes de 26 (vinte e seis) hospitais, que totalizaram 92,31% dos respondentes da amostra. Os 26 hospitais representam 68,42% de hospitais com termo de adesão à Rede. As informações levantadas são discutidas e analisadas por áreas ou setores de atuação dos respondentes, quais sejam: Administrativo/Financeiro, Assistencial/Clínica, Tecnologia da Informação, e Documentação/ Arquivos.

3 A GESTÃO E A AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORGÂNICAS EM SAÚDE

O conceito de gestão de documentos surge após a II Guerra Mundial devido à grande quantidade de massa documental produzida (e.g. do avanço científico, tecnológico e da administração pública). Neste contexto, surge a necessidade da racionalização e controle do volume das grandes massas documentais.

Embora sua concepção teórica e aplicabilidade tenha se desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial, a partir do E.U.A. e Canadá, a gestão de documentos possuía raízes já no final do século XIX, em função dos problemas então detectados nas administrações públicas destes dois países, no que se referia ao uso e guarda. Na primeira metade deste século, criaram-se comissões governamentais nos E.U.A. e no Canadá, visando a encontrar



soluções para a melhoria dos padrões de eficácia no uso dos documentos, por parte da administração pública (JARDIM, 1987, p. 36).

A gestão de documentos veio contribuir com as funções arquivísticas nos mais variados aspectos: garantir registro das atividades e políticas; garantir que os documentos inúteis e transitórios não sejam reunidos com os de valor permanente; garantir melhor organização dos documentos; e garantir a definição criteriosa daqueles documentos que constituem o patrimônio arquivístico (JARDIM, 1987).

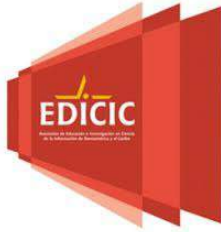
A lei 8.159/1991 define a gestão de documentos como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991).

A implantação de um programa de gestão documental possibilitará que os documentos arquivísticos possam ser confiáveis, autênticos, acessíveis e confiáveis. De acordo com o e-ARQ Brasil (BRASIL, 2011, p. 17) “no bojo do conceito de gestão arquivística de documentos³, está a teoria de que os documentos passam por três idades”. As três idades referentes aos documentos são:

- corrente: os documentos que estão em curso, isto é, tramitando ou que foram arquivados, mas são objeto de consultas frequentes; eles são conservados nos locais onde foram produzidos sob a responsabilidade do órgão produtor;
- intermediária: os documentos que não são mais de uso corrente, mas que, por ainda conservarem algum interesse administrativo, aguardam, no arquivo intermediário, o cumprimento do prazo estabelecido em tabela de temporalidade e destinação, para serem eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente;
- permanente: os documentos que devem ser definitivamente preservados em razão de seu valor histórico, probatório ou informativo. (BRASIL, 2011, p. 18).

A gestão arquivística de documentos compreende: a definição da política arquivística, a designação de responsabilidade, o planejamento do programa de gestão e a implantação do programa. Um programa de gestão arquivística de documentos bem implantado viabiliza o

³ Entende-se gestão arquivística como sinônimo de gestão de documentos, ressaltando a característica arquivística desta gestão para diferenciá-la de outros tipos de gerenciamento de documentos (e-ARQ Brasil, 2011, p. 17).



controle da produção documental do seu início até a sua destinação final. A gestão de documentos de arquivos visa o tratamento e a organização das informações orgânicas.

As informações orgânicas em saúde são compreendidas como as informações em saúde⁴. Estas informações nos organismos produtores⁵ em saúde são registradas em suportes analógicos ou eletrônicos configurando os documentos, arquivos, repositórios e sistemas de informação. Essas configurações são compreendidas como mecanismos de difusão de conhecimentos entre serviços, sistemas e redes de atenção e inovação à saúde (CUNHA, 2016). Evidencia-se a estruturação desses mecanismos a partir do contexto dinâmico, pós-custodial, informacional, científico e pós-moderno da Arquivologia (SILVA, 2006; TOGNOLI, 2013).

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) disponibiliza uma série de documentos e recomendações referentes à gestão arquivística de documentos. A Gestão de Documentos, os sistemas de arquivos e os repositórios institucionais são explicitamente citados nas diretrizes preconizadas na Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). A PNIIS tem como propósito principal aprimorar os processos de trabalho em saúde por meio de tecnologias da informação articulando um Sistema Nacional de Informação em Saúde (SNIS) que produza informações para os cidadãos, a gestão, a prática profissional, a geração de conhecimento e o controle social, contribuindo para a ampliação de acesso, equidade, integralidade e humanização dos serviços (BRASIL, 2004)(CUNHA, 2005).

Cunha, Oliveira e Lima (2015) enfatiza que para o controle do acúmulo das informações orgânicas em saúde, os processos de análise dos documentos a partir da função da avaliação são recomendados. Tais processos são efetivados e formalizados por meio da tabela de temporalidade e destinação de documentos (TTDD) (ARQUIVO NACIONAL,

⁴Informação em saúde aqui é compreendida como as informações para a saúde, isto é, “é de natureza muito particular, e não se prende unicamente às questões referentes ao domínio da terapêutica médica, porém ao registro de todas as ações efetivadas por outros profissionais que se inserem nessa área, além daquelas que contribuem direta ou indiretamente para a qualidade no atendimento aos pacientes. [...] diz respeito a todos os problemas que o setor de saúde enfrenta para a manutenção da normalidade referente ao estado da pessoa doente e contribui para o desenvolvimento de políticas públicas de informação no contexto da saúde. [...], esse tipo de informação contempla questões que dizem respeito às patologias (*per-si*), à saúde, à legislação, à gestão, à padronização, à nutrição, às condições socioeconômicas, ao credo, à educação, às tecnologias, à terminologia, além de outras” (PINTO; SOARES, 2010, p. 15-16).

⁵Nesta comunicação Organismo Produtor equivale ao termo Entidade Produtora definida como “entidade coletiva, pessoa ou família identificada como geradora de arquivos, também chamada produtor” (BRASIL, 2005, p.84). Compreende-se que os Organismos Produtores de Saúde são os serviços, as instituições e as organizações inseridas no sistema de saúde de um dado território.

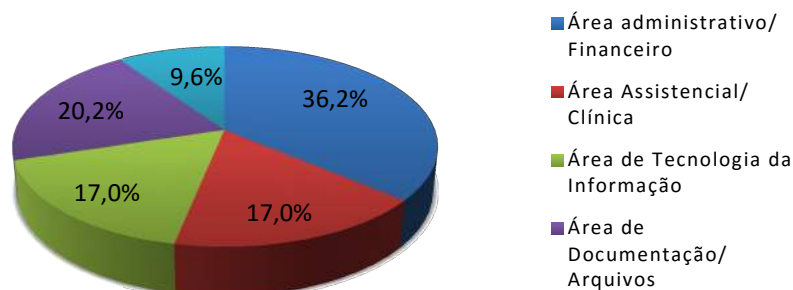


2005, p. 159). A TTDD é um dispositivo de determinação da destinação da documentação dos organismos produtores, compreendido como um dos procedimentos da função de avaliação. Junto com o plano de classificação, a TTDD é metodologicamente e teoricamente embasada a partir de textos legais ou normativos que definem as normas, critérios e os procedimentos para o trabalho de avaliação dos documentos correntes e permanentes, constituindo-se num instrumento vital para a implementação de uma política de gestão de documentos (BERNARDES, 1998; Bernardes et al., 2008). Para auxiliar a execução desse trabalho de avaliação, é fundamental a convocação e constituição em caráter formal da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), que garanta o desenvolvimento dos trabalhos de análise, atribuição dos prazos e instrumentos de destinação de documentos (BERNARDES, 1998; BERNARDES et al., 2008).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA DE LEVANTAMENTO

O tratamento das informações apontam que 9,6% dos respondentes não informaram o setor que atuam no hospital e que 36,2% atuam no Administrativo/ Financeiro, 20,2% na Documentação/Arquivos, 17% na Assistencial/ Clínica, e 17% na Tecnologia da Informação. Soma-se um total de 94 dos 96 respondentes da amostra para a questão relacionada ao setor de atuação no hospital (Gráfico I).

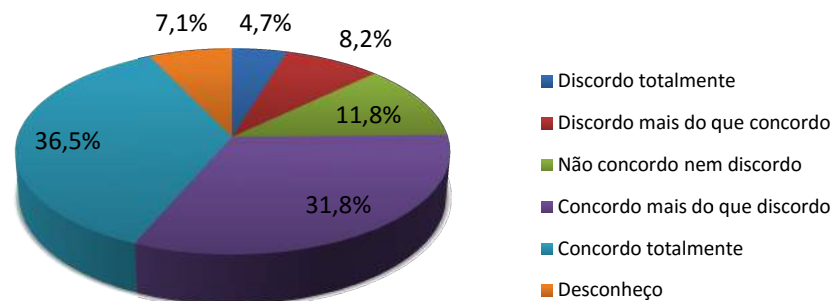
Gráfico I – Setor de atuação



Fonte: Pesquisa de Levantamento.

O Gráfico II revela que, ao somar os percentuais “concordo totalmente” e “concordo mais do que discordo”, a maioria dos respondentes concorda(68,3%) que suas organizações organizam de forma padronizada os documentos produzidos, acumulados e ou recebidos; 11,8% dos respondentes não concordam nem discordam; e, 12,9% dos respondentes discordam da assertiva. Ressalta-se que não foram computados para análise os não respondentes da amostra.

Gráfico II – Organização padronizada dos documentos produzidos, acumulados e recebidos

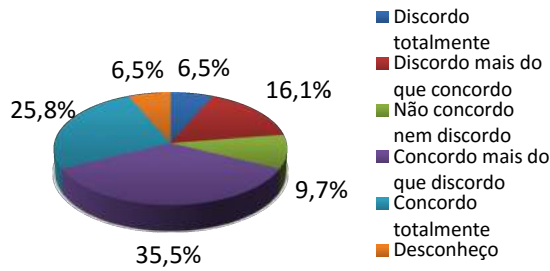


Fonte: Pesquisa de Levantamento.

Os Gráficos III, IV, V e VI revelam as respostas do Gráfico II estratificadas por área/setor de atuação dos respondentes. Assim, são observados os diferentes percentuais que “concordam totalmente” e “concordam mais do que discordam” de acordo com cada área de atuação. A área Administrativo/ Financeiro possui 61,3% que concordam; para a área Assistencial/ Clínica 50%; enquanto 83,3% dos respondentes da área de Tecnologia da Informação e 84,3% dos respondentes da área de Documentação/Arquivos concordam com a assertiva. No Gráfico VI, 63,2% dos respondentes da Área de Documentação/ Arquivos “concordam totalmente” com a assertiva, contrastando com as respostas das demais áreas.

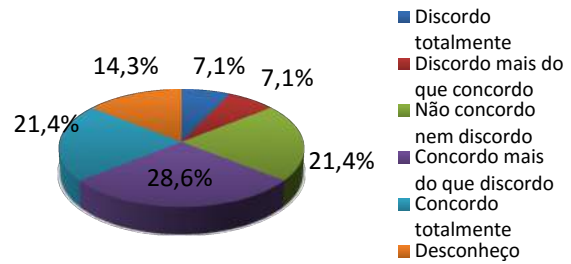
Percebe-se que existe uma semelhança nas respostas entre as Áreas de Tecnologia da Informação e de Documentação/ Arquivos, enquanto as Áreas Administrativo/ Financeiro e, principalmente, a Área Assistencial/ Clínica o percentual de concordância quanto a assertiva é menor. A área Assistencial/ Clínica é a que possui o menor percentual de concordância.

Gráfico III - Organização padronizada dos documentos produzidos, acumulados e recebidos – Área Administrativo/ Financeiro



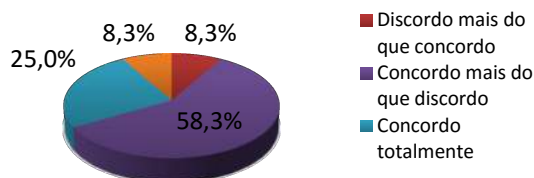
Fonte: Pesquisa de levantamento

Gráfico IV - Organização padronizada dos documentos produzidos, acumulados e recebidos – Área Assistencial/ Clínica



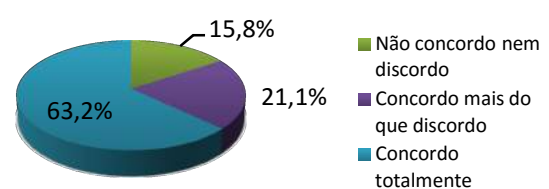
Fonte: Pesquisa de levantamento.

Gráfico V - Organização padronizada dos documentos produzidos, acumulados e recebidos – Área de Tecnologia da Informação



Fonte: Pesquisa de levantamento.

Gráfico VI - Organização padronizada dos Documentos produzidos, acumulados e recebidos – Área de Documentação/ Arquivo

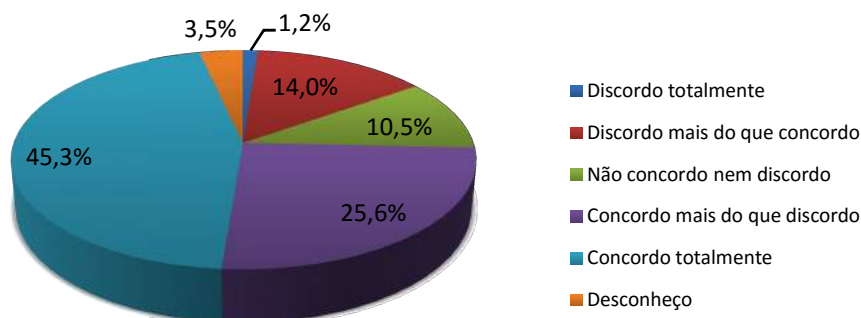


Fonte: Pesquisa de levantamento.

No Gráfico V não houve respostas para “Discordo totalmente” e “Não concordo nem discordo” e no Gráfico VI não houveram respondentes para as assertivas “Discordo totalmente”, “Discordo mais do que concordo” e “Desconheço”.

O Gráfico VII aponta os percentuais relativos sobre melhorias dos processos relacionados à organização documental nos hospitais. Verifica-se que, ao somar os que “concordam totalmente” e os que “concordam mais do que discordam”, 70,9% dos respondentes concordam com a assertiva.

Gráfico VII - Melhoria nos processos de organização documental

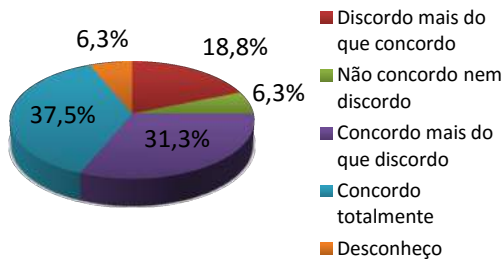


Fonte: Pesquisa de levantamento.

Os Gráficos VIII, IX, X e XI revelam os percentuais de respostas referentes às melhorias nos processos organizacionais por setor de atuação. Destacam-se nos gráficos a proximidade nas respostas “concordo totalmente” entre as áreas Assistencial Clínica (46,7%) e Documentação/ Arquivos (50%). As áreas Administrativo/ Financeiro e Tecnologia da Informação também apresentaram respostas próximas quando somadas as assertivas “concordo totalmente” e “concordo mais do que discordo”, apresentando 68,8% e 69,3% respectivamente. A área Assistencial/ Clínica apesar de 46,7% “concordarem totalmente” que houve melhoria nos processos de organização documental, quando somado este percentual ao de “concordo mais do que discordo” obtém-se 60% dos respondentes, o menor entre as áreas analisadas.

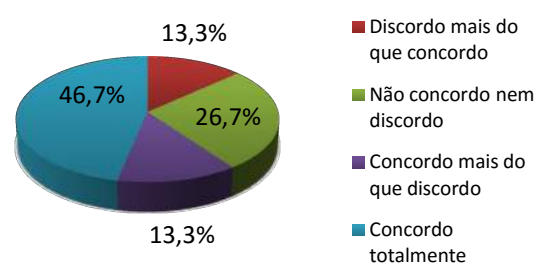
Os Gráficos VIII, IX e XI não possuíram respondentes que “discordam totalmente”, o que pode-se supor que exista a preocupação continuada em melhorar os processos organizacionais. Os gráficos IX e X também não possuíram respondentes para a assertiva “desconheço”.

Gráfico VIII – Melhoria nos processos de organização documental – Área Administrativo/ Financeiro



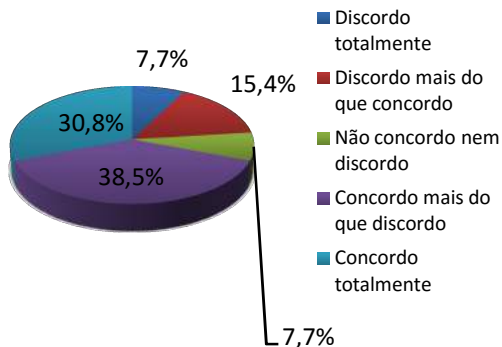
Fonte: Pesquisa de levantamento.

Gráfico IX – Melhoria nos processos de organização documental – Área Assistencial/ Clínica



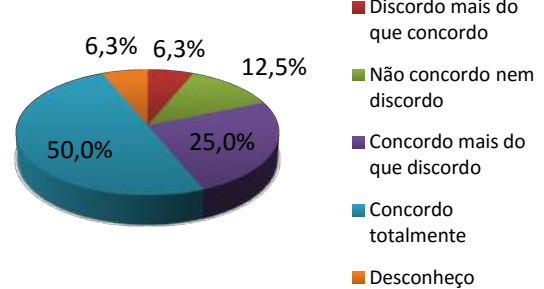
Fonte: Pesquisa de levantamento.

Gráfico X – Melhoria nos processos de organização documental – Área de Tecnologia da Informação



Fonte: Pesquisa de levantamento.

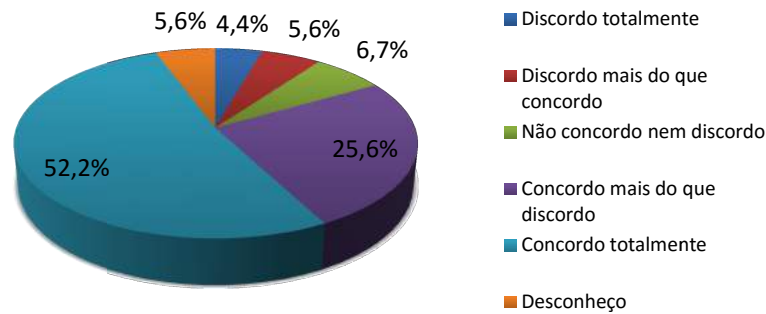
Gráfico XI – Melhoria nos processos de organização documental – Área de Documentação/ Arquivos



Fonte: Pesquisa de levantamento.

O Gráfico XII revela o percentual de respondentes em relação à existência de norma que estabeleça o prazo de guarda dos documentos. Mais da metade dos respondentes (77,8%) concordam com a assertiva. Enquanto, 5,6% desconhecem, 4,4% discordam totalmente, 5,6% discordam mais do que concordam e 6,7% não concordam nem discordam.

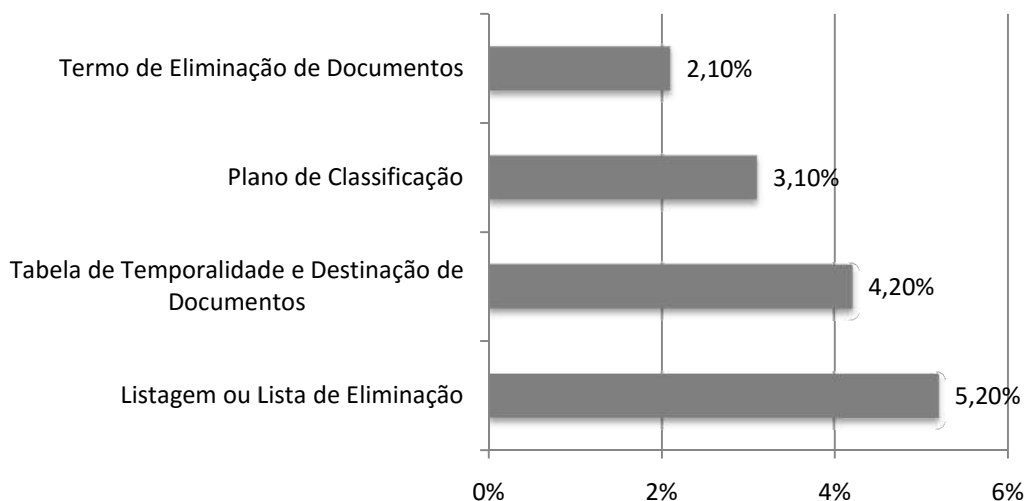
Gráfico XII – Existência de norma que estabeleça prazos de guarda dos documentos



Fonte: Pesquisa de levantamento.

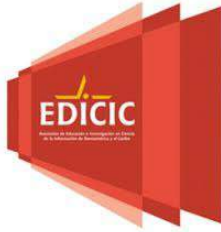
Quando solicitado aos respondentes que indicassem ferramentas de produção, de circulação, de compartilhamento e de acesso às informações usadas nos hospitais em que trabalhavam, 72,9% indicaram os arquivos como resposta. Porém, de acordo com o Gráfico XIII, 3,1% indicaram o Plano de Classificação; 4,2% a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos; e 2,1% Termo de Eliminação de Documentos, como instrumentos de temporalidade e destinação arquivística.

Gráfico XIII - Uso de instrumentos de temporalidade e destinação arquivística



Fonte: Pesquisa de levantamento.

Infere-se, a partir da comparação dos percentuais revelados nos Gráficos XII e XIII, que os respondentes ainda não percebem a gestão e a avaliação de documentos como



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

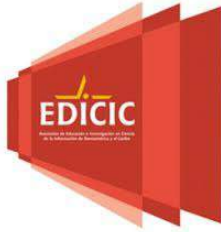
processos para o efetivo controle da geração, do recebimento e do acúmulo das informações orgânicas em saúde. Os procedimentos, princípios e técnicas da arquivística, a exemplo do uso dos instrumentos de temporalidade, destinação e controle de documentos, ainda são pouco conhecidos no âmbito organizacional das instituições pesquisadas.

Tais constatações remetem ao papel fundamental que devem exercer as Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) no desenvolvimento e nas propostas de capacitação com o objetivo de promover trabalhos de análise, atribuição de prazos e elaboração e aprovação de instrumentos de destinação de documentos. Conclui-se, a partir de tais resultados, que a cultura organizacional relacionada à gestão e a avaliação de documentos é pouco assimilada nos organismos produtores de serviços de saúde investigados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arquivo é um conjunto orgânico de documentos na acepção de um sistema de informação e não apenas de um fundo arquivístico. Portanto, para um efetivo Sistema Nacional de Informação em Saúde (SNIS) (BRASIL, 2004) é recomendável a adoção e a incorporação dos processos de gestão e de avaliação de documentos entre os organismos produtores dos serviços de saúde. Em pesquisas realizadas são enfatizadas que a adoção e a assimilação destas práticas entre os profissionais e os organismos produtores de saúde podem promover à melhoria dos processos de trabalho e dos de difusão do conhecimento em saúde (CUNHA, 2012, 2014a, 2014b; CUNHA; RIBEIRO; PEREIRA, 2013; CUNHA; OLIVEIRA; LIMA, 2015).

Nesta comunicação, os resultados revelados, por meio da pesquisa de levantamento, apontam sobre a ausência de uma percepção entre os profissionais que atuam em hospitais para a importância da gestão e da avaliação das informações orgânicas em saúde. Prevalecem recomendações para a qualificação destes profissionais e para a sensibilização dos gestores de políticas, dos serviços, dos sistemas e das redes de atenção à saúde para esta natureza de gestão. Há de haver esforços para a aplicação dos princípios, técnicas e procedimentos arquivísticos nas atividades dos serviços de saúde para efetivar o cumprimento da função social destes serviços.



Recomenda-se a realização de pesquisas desta natureza nos demais estados do Brasil, objetivando estender a compreensão da adoção e da assimilação da gestão e da avaliação de documentos nos sistemas de saúde brasileiro. Uma compreensão a partir das práticas existentes podem gerar soluções para as demandas relacionadas ao tratamento e a organização das informações orgânicas em saúde.

Para Cunha, Oliveira e Lima (2015), uma das soluções é a avaliação de documentos está associada às funções de identificação e classificação, atividades da gestão de documentos. Para tanto, a administração superior ou a estratégica e os profissionais dos organismos produtores de saúde apoiem os arquivistas para o desenvolvimento da avaliação documental, com o intuito de que esta atividade ocorra desde o momento em que o documento é produzido e/ou recebido.

REFERÊNCIAS

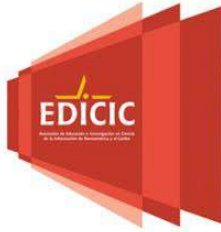
ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51). Disponível em: <www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 1998. (Como fazer, 1).

BERNARDES, I. P. et al. (coord.). **Manual de aplicação do plano de classificação e tabela de temporalidade da administração pública do estado de São Paulo: atividades-meio**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/gestao/pdf/Manual_Aplicacao_da_Tabela_Temporalidade_Atividade_Meioversao_paraPDF.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial** [Republica Federativa do Brasil] Brasília, DF, 9 de jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 5 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde: proposta versão 2.0 (PNIIS) - inclui deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PoliticaInformacaoSaude29_03_2004.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.



BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS.. CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. **E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos** / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 1.1. versão. – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2011.

CUNHA, F. J. A. P. **Da adesão à participação em uma rede de hospitais como promoção da aprendizagem organizacional e da inovação gerencial: um olhar sobre a Rede InovarH-BA.** Tese do Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. UFBA – Faculdade de Educação, Salvador, 2012.

CUNHA, F. J. A. P. Gestão de documentos, aprendizagem e inovação organizacional em hospitais. In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 29-42, jul./dez., 2014a.

CUNHA, F. J. A. P. *O complexus do conhecimento, inovação e comunicação em serviços de atenção à saúde.* In: **Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde.** Org.: Francisco José Aragão Pedroza Cunha; Cristiane Pinheiro Lázaro; Hernane Borges de Barros Pereira. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014b.

CUNHA, F. J. A. P. **Informação, documentos, arquivos e repositórios em saúde: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde.** Salvador: *prelo*, projeto de pesquisa submetido a chamada universal do MCTI/CNPq N° 01/2016, 2016.

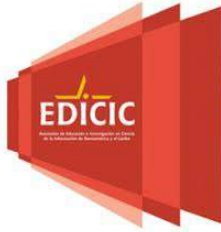
CUNHA, F.J.A.P.; RIBEIRO, N.M.; PEREIRA, H.B.de. *Records management: a basis for organizational learning and innovation.* In: **TransInformação**, Campinas, SP, v. 25, n.2, maio/ago, 2013, p. 159-165.

CUNHA, F.J.A.P.; OLIVEIRA, L. A. F; LIMA, G. L. Q. **A função de avaliação na gestão documental em hospitais.** Revista Acervo, v. 28, n. 2, , p. 206-225, 2015.

CUNHA, F.J.A.P.; LIMA, G. L. Q.; OLIVEIRA, L. A. F. Arquivos como mecanismos de difusão de conhecimentos para a aprendizagem e inovação em organismos produtores de saúde. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA – REPARQ, 4. 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 3 a 6 de agosto de 2015

ESCRIVÃO JUNIOR, A. Uso da informação na gestão de hospitais públicos. In: Informação e Informática em Saúde: necessidade de rupturas criativas? *Information and information thechnology in health: need for creatives breaks?* **Ciência & Saúde Coletiva.** ABRASCO, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, v. 12, n. 3, maio/junho de 2007, p.655-666, 2007.

FRÓES BURNHAM, T. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In BARBOSA, Joaquim (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multireferencial.** São Carlos: EdUFSCAR, 1998, p. 35-56.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

JARDIM, José Maria. O Conceito e a prática de gestão de Documentos. **Revista Acervo**, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 35-42, jul.-dez. 1987.

OLIVEIRA, R. R.; LIMA, J. B. D.; OLIVEIRA, R. R. Reflexão sobre a necessidade da mudança na Cultura Organizacional para institucionalização da Gestão do Conhecimento. In: Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento – KM BRASIL, 12., 2014, Florianópolis. **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento**. São Paulo: SBGC. 2014.

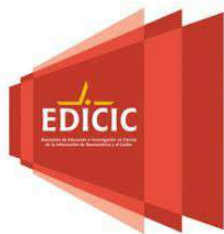
PINTO, V. B.; SOARES, M. E. Prefácio. In: PINTO, V. B.; SOARES, M. E. In: **Informação para a saúde: Prontuário do paciente, Ontologia da Imagem, Terminologia, Legislação e Gerenciamento Eletrônico de documentos**. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 11-22.

SHOULT, D; NOVAES, H. M. D. Do registro ao indicador: gestão da produção da informação assistencial nos hospitais. In: Situação e desafios do sistema hospitalar brasileiro/ *Brazil's hospital system: status and challenges*. **Ciência & Saúde Coletiva**. ABRASCO, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, v. 12, n. 4, julho/agosto de 2007, p. 6935-944, 2007.

SILVA, A. M. da. **A informação**. Da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, A. X. da; CRUZ, E. A.; MELO, V. A importância estratégica da informação em saúde para o exercício do controle social. In: Informação e Informática em Saúde: necessidade de rupturas criativas?/ *Information and information thechnology in health: need for creatives breaks?* **Ciência & Saúde Coletiva**. ABRASCO, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, v. 12, n. 3, maio/junho de 2007, p. 683-6698, 2007.

TOGNOLI, N. B. A arquivística pós-moderna: perspectivas de renovação a partir da redefinição de princípios e conceitos arquivístico. In: **Arquivologia: saberes docentes e discentes**. Orgs: Rosane S. A. Lunardelli, Nelma C. De Araujo, Richele G. Vignole. Londrina: Eduel, 2013.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Nome da Área Temática: Gestão e Avaliação de Documentos Arquivísticos

A NATUREZA ARQUIVÍSTICA DOS FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDOCADORES CULTURAIS

Anahi Rocha Silva, UNESP

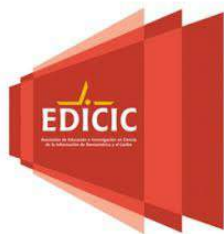
Maria José Vicentini Jorente, UNESP

Resumo: Plataformas digitais de Cultura são desenvolvidas e empregadas em diversos países pelo mundo com a finalidade de coletar, armazenar e difundir dados e informações sobre a área da Cultura. No Brasil, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atua também com essas finalidades, além de promover o Mapeamento Cultural Colaborativo. O objetivo do trabalho é explorar o fluxo informacional disposto no ambiente SNIIC, analisando a hipótese dos formulários eletrônicos, disponibilizados no módulo de Registro Aberto ao Cidadão, possuírem natureza de documento arquivístico. Pesquisa realizada mediante aplicação da Análise Contextual (que serve para identificar o órgão produtor e as atividades que resultam na criação dos documentos arquivístico) e da Análise Diplomática (que foca o documento digital em si, considerando suas características). O reconhecimento da produção desse tipo de documento é o ponto de partida para o estabelecimento de uma gestão arquivística de documentos, que tem por objetivo garantir a produção, a manutenção, a preservação de documentos arquivísticos confiáveis, autênticos e compreensíveis, bem como o acesso a estes. Apresenta-se os resultados encontrados no sentido dos documentos produzidos pelo SNIIC apresentarem todas as características de documento arquivístico digital, apesar de não estarem inseridos em um programa arquivístico que assevere a classificação e destinação de documentos, nem receberem tratamento arquivístico adequado.

Palavras-chave: Identificação Documental. Documento Arquivístico Digital. Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Projeto InterPARES 3.

Abstract: Digital platforms culture are developed and used in many countries around the world in order to collect, store and disseminate data and information on the area of Culture. In Brazil, the System Information and Cultural Indicators (SNIIC) also acts with those purposes, and to promote the Cultural Mapping Collaborative. The objective is to explore the information flow provisions of SNIIC environment, analyzing the possibility of electronic forms, available in the Registration Module Open Citizen, having nature of archival document. Research carried out by applying the analysis Contextual (used to identify the producer body and the activities that result in the creation of archival documents) and the Diplomatic analysis (which focuses on the digital document itself considering its features). The recognition of the production of this type of document is the starting point for the establishment of an archival document management, which aims to ensure the production, maintenance, preservation of archival reliable, authentic and understandable documents, as well as access to these. It presents the results in the direction of the documents produced by SNIIC present all the characteristics of digital archival document, although not entered into an archival program that asserts the classification and allocation of documents, nor receive proper archival processing.

Keywords: Identification Document. Digital Archives document. System Information and Cultural Indicators (SNIIC). InterPARES 3 Project.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

O uso de documento eletrônico é uma realidade em nosso país desde os anos 90, processo que se intensificou ainda mais desde o advento das ações do programa de Governo Eletrônico (*e-gov*) no ano 2000, quando a Administração Pública, nos seus variados níveis (federal, estadual, municipal), prioriza o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos processos organizacionais, no exercício de rotinas administrativas e na promoção da cidadania, através do oferecimento de diferentes tipos de serviços visando facilitar e agilizar o acesso à informação.

Diante desse panorama, diariamente um grande volume de documentos é produzido, recebido, mantido, utilizado ou armazenado exclusivamente em meio eletrônico.

Apesar da preocupação e esforço em desenvolver iniciativas como o Projeto “Padrões Web em Governo Eletrônico¹” do Governo Federal, cujas diretrizes apontam para a adoção de um Sistema de Gerenciamento de Conteúdo - SGC (Content Management Systems - CMS), existe um grande desafio anterior, que é fazer com que esses documentos sejam reconhecidos como documentos arquivísticos, para receberem o tratamento adequado.

Esta dificuldade em reconhecer a natureza arquivística de um documento eletrônico está atrelada ao fato do documento de arquivo ser produzido ou recebido de forma involuntária no decurso de uma atividade, e isso é um fato que ocorre de forma natural, independentemente do prévio estabelecimento de política informacional ou de gestão e controle documental na instituição.

Estudos teóricos e práticos, que abordam o tema dos documentos arquivísticos digitais, o fazem sob as mais diversificadas perspectivas: digitalização de documentos, preservação digital, gestão eletrônica de documentos, pós-custodialidade, metadados, normas e padrões (por exemplo ISO 15489, ISO 23081, ISO/TR 26122), acesso à informação, etc.

No entanto, pesquisas sobre documentos eletrônicos gerados em sistemas dinâmicos e interativos da Web 2.0 e de governo eletrônico são temas emergentes na Arquivologia e

¹Projeto “Padrões Web em Governo Eletrônico” fornece recomendações de boas práticas na área digital com o objetivo de aprimorar a comunicação, o fornecimento de informações e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo Federal, o qual compreende: e-MAG (Modelo de Acessibilidade), e-PING (Padrões de Interoperabilidade), e-PWG (Padrões *WEB*) disponíveis em <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

merecem maiores aprofundamentos, e isso inclui estudos que tenham como objeto plataformas tecnológicas de Sistema de Informações e Indicadores Culturais e seus fluxos informacionais.

O objetivo do presente trabalho é explorar o fluxo informacional disposto no ambiente do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), analisando se os formulários eletrônicos disponibilizados no seu módulo de Registro Aberto ao Cidadão (RAC) possuem natureza de documento arquivístico.

Nossa escolha destes formulários como objeto de estudo justifica-se por várias razões. Primeiramente porque são fonte primária das informações em que se baseia todo o SNIIC, sem os quais não há como executar o mapeamento cultural, nem o conjunto de indicadores culturais.

Segundo, pelo volume de informações (atualmente² 2881 agentes, 12.210 espaços culturais e 298 projetos cadastrados) que precisam ser tratadas, aliado ao fato de que a correta delimitação da tipologia documental desses formulários eletrônicos é de fundamental importância porque permitirá realizar controle das informações (desde sua criação até a destinação final). Tais ações irão determinar as medidas de preservação que devem ser adotadas para a forma armazenada³ e manifestada⁴ do documento, para que possam manter-se confiáveis, autênticos e acessíveis ao longo do tempo.

Apesar desses formulários não constituírem obrigação ou responsabilidade para o administrador público, caracterizam-se como um conjunto documental com grande valor administrativo, social e cultural, tanto para o gestor, quanto para o cidadão, uma vez que estão destinados a apoiar as necessidades informacionais para desenvolvimento de políticas públicas culturais e poder ser utilizados ao longo do tempo para análise ou pesquisa.

No âmbito deste trabalho e a fim de tornar claro para o leitor a necessidade de tratamento arquivístico aos documentos produzidos no SNIIC, partimos da definição de instituição arquivística, os conceitos de documento arquivístico e documento arquivístico digital/eletrônico, para entendermos na prática, o que Antonia Heredia Herrera (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 45) já observava que “um documento de arquivo não precisa estar num

² Informação atualizada em 29 de fevereiro de 2016.

³ O documento que está armazenado em um sistema de armazenamento em mídia digital, a partir do qual o sistema computacional interpreta e monta o objeto apresentado na tela (Projeto InterPARES 3).

⁴ A visualização ou materialização de um documento arquivístico digital, o que é apresentado ao utilizador na tela do computador (Projeto InterPARES 3).



arquivo para existir”.Em seguida, fazemos um exercício de subsunção do documento objeto de estudo, considerando a conceituação de documento arquivístico eletrônico.

Achamos por bem fazermos uma descrição dos principais aspectos e características dos formulários eletrônicos do SNIIC e contextualizarmos o Projeto InterPARES, uma vez que aplicaremos sua metodologia para identificação de documento digital arquivístico.Por fim, apresentaremos as considerações obtidas através da aplicação da metodologia escolhida e das análises efetivadas nos formulários eletrônicos do RAC no SNIIC.

Com este estudo temos a intenção de despertar inquietações acerca do tema da identificação da natureza arquivística de documento eletrônico e poder alertar sobre a necessidade de tratamento arquivístico e integração dessas entidades digitais em sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.

1 DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS EM MEIO DIGITAL

Conceitos são construções mentais que nos ajudam a criar ordem e significado e torná-lo possível para se comunicar com outras pessoas (ISO 704, 2009). Sendo assim, para fazermos reflexões acerca dos formulários eletrônicos do RAC, é importante antes de tudo explicitar os conceitos de instituição arquivística, documento (sob a ótica da Arquivística), documento arquivístico e documento arquivístico digital.

É importante ressaltar que a sistematização da discussão dos principais autores da Ciência da Informação e da Arquivologia sobre o conceito de documento arquivístico, considerada pela autora como “difícil e inesgotável tarefa” foi feita e apresentada por Rosely Curi Rondinelli(RONDINELLI, 2011) em sua tese de doutorado.

É considerada “**instituição arquivística**” a pessoa física ou jurídica, individual ou coletiva, de direito público ou privado, que produz ou recebe documentos no exercício ou desempenho de suas atividades. Assim, uma instituição é considerada arquivística enquanto no exercício de sua atividade produz ou recebe documentos, mas não qualquer documento e sim àquele relativo à sua atividade. Esta definição de instituição arquivística está diretamente relacionada com as definições de documento arquivístico e documento arquivístico digital, conforme se depreende doGlossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos⁵:

5 A CTDE é um grupo de trabalho que tem por objetivo definir e apresentar ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) normas, diretrizes, procedimentos técnicos e instrumentos legais sobre gestão arquivística e



- **documento arquivístico:** “documento produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer de suas atividades, qualquer que seja o suporte” (CTDE, 2008).
- **documento arquivístico digital/eletrônico:** “documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional” (CTDE, 2008).

Dessa forma, considerando os conceitos supramencionados, percebemos que o que diferencia um documento arquivístico de um documento arquivístico digital ou eletrônico é o meio em que foi produzido e o fato de só poder ser acessado e interpretado por computador; Com isso, a CTDE afirma que “um *website* pode ser considerado um documento arquivístico digital”, mas faz a ressalva para que ele esteja contemplado no programa de gestão de documentos e registre as atividades da organização que o produziu.

2 EXERCÍCIO DE SUBSUNÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA ARQUIVÍSTICA

Segundo a doutrina de Kant, subsumir é considerar um indivíduo como compreendido numa espécie, um fato como sendo a aplicação de uma lei, uma ideia como dependente de uma ideia geral etc.

Partindo da premissa de que o meio digital não retira nem altera a natureza arquivística de um documento, nos propomos, primeiramente, a realizar o exercício de subsunção com relação aos formulários do RAC no SNIIC.

O primeiro passo para identificar se um documento eletrônico possui natureza arquivística, é verificar o conceito de documento arquivístico, e se referida entidade possui tais atributos.

No caso, para prosseguir na identificação do formulário do RAC como um documento de arquivo, exploraremos o conceito de documento arquivístico eletrônico, a fim

preservação dos documentos digitais, em conformidade com os padrões nacionais e internacionais. **Documentos eletrônicos** são aqueles que podem ser lidos por aparelhos eletrônicos, podem ser registrados e codificados em forma analógica ou em dígitos binários e são acessados por meios eletrônicos. **Documentos digitais** são codificados somente em dígitos binários e lidos exclusivamente por meios computacionais, por exemplo em formatos como o PDF e AVI. Apesar de serem tecnologicamente diferentes, a literatura arquivística internacional trata os dois termos como sinônimos, assim como são sinônimos os termos “documento digital arquivístico” e “documento arquivístico digital”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de verificar se os formulários do SNIIC se encaixam: “documento produzido e/ou recebido (1) por uma pessoa física ou jurídica (2), no decorrer de suas atividades (3), qualquer que seja o suporte (4), codificado em dígitos binários (5), produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional”, vejamos:

1. os formulários do RAC são documentos produzidos pelo MinC (pessoa jurídica de direito público de âmbito federal);
2. em decorrência das atividades realizadas pelo MinC (SNIIC foi criado por lei para instrumentalizar o Plano Nacional de Cultura), cujos formulários produzidos são referentes a tais atividades,
3. SNIIC criada no meio digital, é uma plataforma nato-digital codificada em dígitos binários;
4. e 5 que só podem ser acessado e interpretado por computador.

Como se vê, a primeira constatação é que referidas características dos formulários estudados fazem com que devam receber o tratamento de documentos arquivísticos eletrônicos. No entanto, a fim de corroborar com tal afirmação, ainda se faz necessária a verificação de análise contextual e diplomática para documentos em meio digital, preconizadas pelo Projeto InterPARES(InternationalResearchonPermanentAuthentic Records in Electronic Systems).

O Projeto InterPARES é uma pesquisa colaborativa internacional com o objetivo de desenvolver conhecimento teórico-metodológico sobre documentos arquivísticos digitais, liderado pela professora Luciana Duranti, da Universidade British Columbia do Canadá, envolve vários países (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Reino Unido, Itália, Espanha, Portugal, China, entre outros) e diversas áreas do conhecimento (Arquivologia, Ciência da Informação, Direito, História, Ciência da Computação e Engenharia).

Iniciado oficialmente em 1999, sendo a primeira fase(1999 – 2001), a segunda fase (2002 – 2006) e a terceira fase (2007 – 2012) influenciaram diversas iniciativas de arquivos digitais e a elaboração de normas e padrões, como ERA (Programa de Documentos Digitais do Arquivo Nacional dos EUA) e o MoReq (Modelo de Requisitos para Sistemas de Gestão Arquivística de Documentos da União Européia). Atualmente está na quarta fase InterParesTrust teve início em 2013 e possui previsão de término em 2018, discute os



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

documentos arquivísticos na Internet (LACOMBE, 2014).

O Projeto InterPARES desenvolveu o Roteiro para Análise Diplomática dos documentos arquivísticos digitais, uma metodologia que serve para apoiar a identificação de um objeto digital como sendo ou não um documento arquivístico e para determinar as características que precisam ser protegidas por um plano de preservação, com base na Arquivologia e na Diplomática Documental. Reúne informações sobre o contexto de produção e as características da entidade digital em estudo e serve para realizar a identificação de um objeto digital como sendo ou não um documento arquivístico e para determinar as características que precisam ser protegidas por um plano de preservação.

Interessante verificar que esta metodologia do InterPARES de verificação da presença das características consideradas necessárias a um documento arquivístico, muito se assemelha à metodologia de identificação arquivística ou identificação documental, uma vez que ambas baseiam-se na Diplomática Contemporânea em que houve a incorporação de conceitos da Diplomática Clássica à Arquivologia.

Retrospectivamente, a identificação documental começou a ser discutida nos anos 80 na Espanha, e estabeleceu nos anos 90 um modelo metodológico que permite o estudo das organizações, de sua estrutura administrativa, das atribuições a elas conferidas e dos tipos documentais que circulam como produto dessa gestão, possibilitando a sistematização de categorias administrativas e arquivísticas que fundamentam a elaboração dos instrumentos (plano de classificação e tabela de temporalidade) e que sustentam o programa de gestão de documentos (RODRIGUES, p.840. 2014).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2004, p.94) define a identificação como "processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual".

Assim como na identificação documental é feito levantamento de dados que objetiva a determinação de quais atividades e funções originaram os documentos, quem são seus autores e a que se destinam (MENDO CARMONA, 2004), a metodologia do InterPARES também promove um trabalho de investigação e de crítica sobre a gênese do documento realizado em duas etapas: identificação do órgão produtor ou "Test-Bed" (Análise do Contexto) e identificação do tipo documental produzido (Análise Diplomática).

A diferença entre as duas metodologias é que, ao contrário da Identificação



Documental que considera o documento arquivísticos independentemente do tipo de suporte, a metodologia do Projeto InterPARES considera seu objeto de estudo o documento exclusivamente em meio digital (nato digital ou digitalizado).

Nesse momento é importante destacar que a Análise Diplomática também pode ser realizada em documentos considerados não-diplomáticos como o caso dos formulários eletrônicos objetos deste estudo, que não possuem um modelo tradicional de documento ou forma determinada com redação estabelecida por lei.

O roteiro definido pelo Projeto InterPares que auxiliará na coleta de dados é dividido em duas sessões: Análise Contextual que serve para identificar o órgão produtor e as atividades que resultam na criação dos documentos arquivístico; a Análise Diplomática que foca o documento digital em si, considerando suas características.

Na **Análise Contextual** parte-se do pressuposto que um documento arquivístico tem que possuir contexto identificável (definido como o ambiente que envolve a ação na qual o documento participa), por isso, são analisados os contextos: jurídico-administrativo, de proveniência, de procedimentos, documental e tecnológico:

- contexto jurídico-administrativo: é o sistema legal e organizacional ao qual a instituição produtora pertence;
- contexto de proveniência: o contexto de proveniência se refere às estrutura e funções da entidade produtora;
- contexto de procedimentos: compreende os procedimentos relativos às atividades no curso das quais o documento é produzido, sendo necessário fazer uma modelagem das atividades que geram a(s) entidade(s) digital(is) em questão;
- contexto documental: analisa os instrumentos que situam o documento produzido dentro do conjunto a que pertence (fundo de arquivo), na estrutura da instituição;
- contexto tecnológico: diz respeito aos hardware, software e padrões empregados na consecução do documento.

A **Análise Diplomática** considera as cinco características que um documento arquivístico digital deve possuir:



- forma fixa, conteúdo estável e mídia estável: apresentação da mesma forma que tinha quando o documento foi armazenado; Os dados e a mensagem contidos no documento arquivístico não podem ser alterados nem sofrer qualquer tipo de acréscimo “involuntariamente” pelo sistema, isso garante a integridade do documento e seu conteúdo;
- identificarpelo menos três pessoas envolvidas na ação (autor, destinatário e redator): autor, redator e destinatário
- contexto identificável: produtor, autor, destinatário, data;
- envolvimento em uma ação: um documento arquivístico tem que participar de uma ação definida como o exercício consciente de uma vontade praticada por pessoa física ou jurídica, como objetivo de criar, manter, modificar ou extinguir situações. Um documento arquivístico é o resultado natural da ação;
- vínculoarquivístico ou relação orgânica com outros documentos: é definida como o elo de cada documento ao anterior e o subsequente da mesma ação e, de forma incremental, a todos os documentos arquivísticos que participam de uma mesma ação.

A seguir apresentaremos os principais aspectos e características do módulo Registro Aberto ao Cidadão a fim de contextualizar e descrever a dinâmica dos fluxos informacionais e a produção de documentos eletrônicos no SNIIC e proceder sua análise.

3 PRINCIPAIS ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS DO MÓDULO REGISTRO ABERTO AO CIDADÃO (RAC)

O RAC consiste num dos módulos do SNIIC⁶ e é a partir dele que acontece a coleta dos dados e informações, feita com a colaboração e participação da população. Sua estratégia é utilizar a Internet com foco em um *Design* da participação, buscando envolvimento dos cidadãos como força de trabalho em *Crowdsourcing*⁷, realizado a partir do RAC.

⁶O sistema RAC/SNIIC encontra-se no endereço eletrônico sniic.cultura.gov.br.

⁷ Jeff Howe foi o primeiro a cunhar o termo "*crowdsourcing*" em um artigo de 2006 intitulado "*The Rise of Crowdsourcing*", considerado um modelo de produção que utiliza a inteligência e os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela internet para resolver problemas, criar conteúdo e soluções ou desenvolver novas tecnologias. O *crowdsourcing* pode configurar-se quando uma empresa ou instituição realiza um convite aberto pessoas organizadas em um tipo de rede para a execução de um projeto ou trabalho de forma



Figura 1: Interface de apresentação do SNIIC

Fonte: SNIIC⁸

Em quaisquer destes módulos, o documento digital manifestado pelo RAC apresenta-se para o sujeito participante como um formulário eletrônico com campos a serem preenchidos para levantar um perfil mínimo dos agentes e objetos culturais, contendo, principalmente, qual área de atuação do agente cultural, espaço ou iniciativa – sua localização e informações básicas como histórico, currículo, programação e contato.

Existem dois tipos de consulta que o sistema SNIIC permite ao sujeito:

1. consulta conectado ao sistema, mediante cadastro e senha de acesso e;
2. consulta livre aberto a qualquer pessoa, sem precisar registra-se como sujeito.

Em ambos os casos para consultar basta digitar uma palavra de interesse no campo de busca no canto superior à esquerda da página, conforme destacado na figura abaixo:

colaborativa, no estilo da "Web 2.0".

⁸Disponível em: < <http://sniic.cultura.gov.br/>>

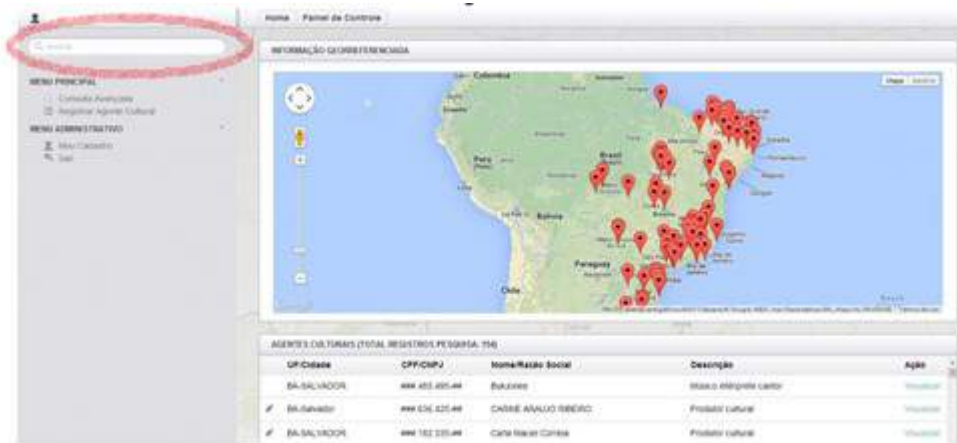


Figura 2: Formulário eletrônico de consulta conectado ao sistema

Fonte: SNIIC⁹

Na consulta livre realizada no banco de dados do sistema SNIIC, qualquer sujeito cadastrado ou não e sem fazer *login* ao sistema, poderá realizar consultas e o sistema oferece uma tipologia específica contendo opção para consultar sobre:

- 1) Equipamentos culturais;
- 2) Espaços de formação cultural, patrimônios culturais;
- 3) Patrimônios Culturais;
- 4) Instituições gestoras, deliberativas ou consultivas de cultura;
- 5) Empresas do setor de cultura;
- 6) Estabelecimentos de comidas e bebidas tradicionais,
- 7) Grupos de cultura (Associações, coletivos ou Cooperativas);
- 8) Eventos permanentes;
- 9) Povos, comunidades e grupos tradicionais;
- 10) Patrocinadores, Financiadores e Incentivadores Culturais;

Pode-se utilizar também outros critérios de filtragem:

- Pesquisar uma Ocupação,
- Selecionar Profissão,
- Selecionar Estado
- Selecionar Cidade.

⁹ Disponível em: < <http://sniic.cultura.gov.br/>>



Figura 3: Formulário eletrônico de consulta livre de informações culturais

Fonte: SNIIC¹⁰

Ao realizar uma consulta, o sistema apresenta numa tela o resultado da busca contendo: número do cadastro SNIIC, sua localização (Estado/Cidade) georreferenciado no mapa, identifica parte do número do CPF se pessoa física ou CNPJ, caso trate de pessoa jurídica, bem como o mantenedor, tipo de objeto cultural e a ação pretendida (no caso visualização).



Figura 4: Formulário eletrônico de resultado à consulta de sujeito.

Fonte: SNIIC¹¹

A partir desse resultado geral, o sujeito pode refinar sua busca, elegendo qual dos resultados pretende visualizar. Também pode consultar utilizando mais de um campo, relacionando e elegendo os campos a serem cruzados, por exemplo “Tipologia”, “Estado” e

¹⁰Disponível em: < <http://sniic.cultura.gov.br/>>

¹¹Disponível em: < <http://sniic.cultura.gov.br/>>

“Cidade”, haverá um resultado pertencente a essa combinação.

Assim, após a escolha, o sistema apresenta uma tela contendo detalhadamente com todas as informações constantes no formulário de cadastro que foram prestadas pelo sujeito no formulário de registro através da auto-declaração.

Figura 5: Formulário eletrônico de consulta de sujeito.

Fonte: SNIIC¹²

Após a descrição do documento digital manifestado, apresentamos a aplicação da metodologia, primeiramente com a análise contextual, considerando no caso a plataforma SNIIC como um todo, mas em razão de serem gerados vários tipos de documentos eletrônicos, todos passíveis de serem analisados, escolhemos os formulários de “Registro do sujeito-informante” para realização da análise diplomática (análise do tipo documental considera um tipo de documento por vez), destacando os principais aspectos e características.

¹²Disponível em: < <http://sniic.cultura.gov.br/>>

4 ANÁLISE CONTEXTUAL DO SNIIC

CONTEXTO DE PROVENIÊNCIA

O Ministério da Cultura (MinC) é órgão do governo federal, vinculado à Presidência da República desde 2003, quando foi aprovada sua reestruturação por meio do Decreto nº4.805, de 12 de agosto. Ao MinC compete a definição da política nacional de cultura e proteção do patrimônio histórico e cultural, através do desenvolvimento de ações específicas no reconhecimento da importância da cultura para a construção da identidade nacional (BRASIL, 2016).

O MinC está estruturado em seis secretarias, sendo que a Secretaria de Políticas Culturais está incumbida de coordenar a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Cultura (tem o SNIIC como instrumento de execução), realizada pela Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais, conforme destacamos no organograma abaixo:

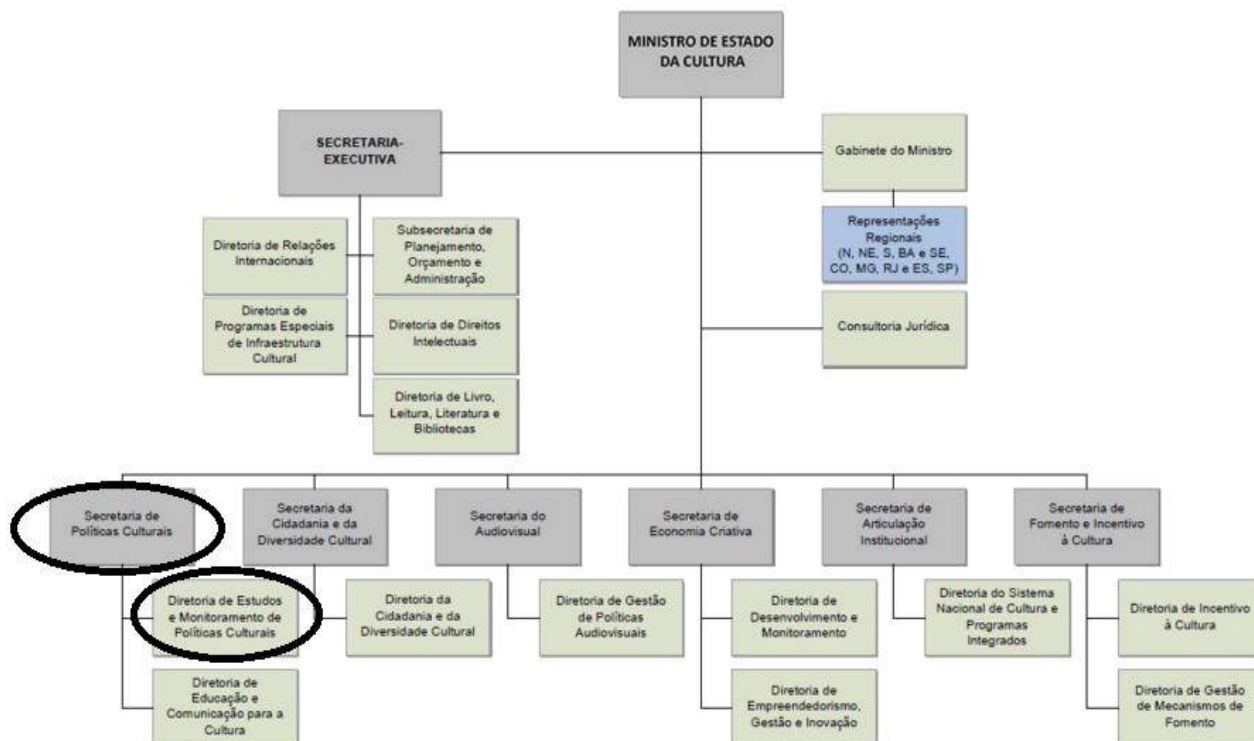


Figura 6: Organograma da estrutura do MinC
Fonte: Ministério da Cultura¹³

¹³<http://www.cultura.gov.br/organograma>



CONTEXTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC é regulamentado pela Lei 12.343/10, foi criado como instrumento de execução do Plano Nacional de Cultura, com os objetivos de coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural, disponibilizando estatísticas e indicadores que facilitem o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura pelo poder público e sociedade civil. Conforme incisos I a IV do artigo 10 da referida Lei 12.343/10, o SNIIC tem como características:

- I - obrigatoriedade da inserção e atualização permanente de dados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que vierem a aderir ao Plano;
- II - caráter declaratório;
- III - processos informatizados de declaração, armazenamento e extração de dados;
- IV - ampla publicidade e transparência para as informações declaradas e sistematizadas, preferencialmente em meios digitais, atualizados tecnologicamente e disponíveis na rede mundial de computadores.

CONTEXTO DE PROCEDIMENTOS NO RAC

O processo de produção do formulário de ‘Registro’ do RAC segue os seguintes passos:

- *Cadastro*: o utilizador fornece dados pessoais, aceita os termos e condições de uso, faz declaração de responsabilidade pelas informações a serem prestadas, observando para que não coloque dados que não deseja tornar público, escolhe uma senha para ter acesso quando quiser;
- *Geração de identificação única e a rastreabilidade do utilizador*: através do fornecimento do número de seu CPF/CNPJ, é gerado no sistema um número de identificação (nº SNIIC) que pode ser acessado e consultado mediante *login* com fornecimento da senha de acesso escolhida por ele,
- *Mapeamento do sujeito informante*: a partir do fornecimento do CEP residencial ou comercial, é feita a geolocalização e mapeamento de onde se encontra, dados que ficam registrados no Mapa Cultural;

As figuras abaixo demonstram como os formulários são apresentados aos utilizadores do SNIIC: (1) formulário eletrônico de registro com os dados do sujeito colaborador, (2) interface de registro do SNIIC, (3) interface de declaração de responsabilidade, (4) interface de conclusão registro de agente cultural do SNIIC, (5) interface de consulta conectado ao sistema, vejamos:

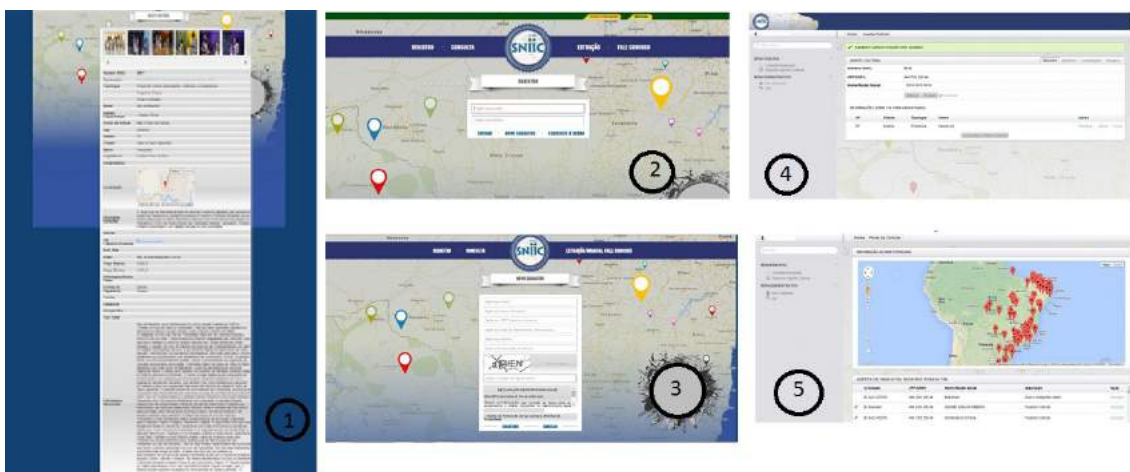


Figura 7: Formulário eletrônicos do RAC
Fonte: sniic.gov.br

Convém observar que nos quadros 2, 3 e 4 são formulários correspondentes às etapas do processo de registro que culminam no formulário 1 e 5, esses sim, representam o fim do processo e consagram-se efetivamente nos documentos acabados.

CONTEXTO DOCUMENTAL

A gestão dos documentos produzidos pelo SNIIC não contempla um programa arquivístico de classificação e destinação de documentos, no entanto, é possível identificar todo o contexto no qual os formulários eletrônicos de registro do usuário-informante no RAC são criados:

- Fundo: Ministério da Cultura
- Grupo: Políticas Culturais
- Subgrupo: Monitoramento de políticas Culturais
- Série: formulário eletrônico de registro do sujeito-informante



CONTEXTO TECNOLÓGICO

No contexto Tecnológico, a versão da plataforma SNIIC que foi pesquisada envolve mais de 100 diferentes tecnologias dentro do mesmo ambiente (HTML5, CSS3, SVG, banco de dados indexado, aplicativos (APIs) de arquivo, Geolocalização, RDF, dentre outros), sem predominância de um software específico na produção dos formulários do RAC.

5 ANÁLISE DIPLOMÁTICA DO MÓDULO REGISTRO

FORMA FIXA, CONTEÚDO ESTÁVEL E MÍDIA ESTÁVEL

O RAC apresenta-se como um formulário eletrônico, na etapa compreendida “Registro” são apresentados campos a serem preenchidos pelo usuário, ao todo são três tipos de formulários no módulo Registro (sujeito informante, agente cultural e objeto cultural), diferenciando-se apenas em relação ao conteúdo que dependerá do tipo de informação prestada e outro formulário específico para Consulta. O RAC possui conteúdo estável, uma vez que as informações lançadas pelo sujeito-informante são armazenadas na base de dados, que não se altera, exceto por vontade do usuário, mediante acesso por *login* e senha. A forma documental é fixa e se mantém as versões do documento manifestado. Também está armazenado em mídia estável, uma vez que os dados estão estruturados e armazenados em banco de dados do SNIIC em discos rígidos armazenados em servidores no MinC, com procedimentos de segurança.

IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS ENVOLVIDAS NA AÇÃO (AUTOR, DESTINATÁRIO E REDATOR)

- **Autor:** é o Ministério da Cultura, pois possui atribuições legais para a criação do SNIIC, nos termos do artigo 3º, inciso XII, §6º¹⁴ da Lei 12.343/2010;
- **Redator:** o produtor do SNIIC responsável pela elaboração da estrutura do formulário eletrônico, faz a inserção e atualização de dados; o sujeito-informante que colabora e fornece dados que alimentam a base de dados;
- **Destinatários:** gestor público das três esferas (estadual, municipal e federal)

¹⁴§ 6º- O Ministério da Cultura exercerá a função de coordenação executiva do Plano Nacional de Cultura - PNC, conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pela implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, pelo estabelecimento de metas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

e o cidadão;

ENVOLVIMENTO EM UMA AÇÃO

Os formulários eletrônicos estudados são produzidos em decorrência de ações visando o cumprimento dos objetivos para os quais o SNIIC foi criado, nos termos da Lei 12.343/2010.

VÍNCULO ARQUIVÍSTICO, RELAÇÃO ORGÂNICA OU ORGANICIDADE

A relação orgânica¹⁵ não é explicitamente identificável no formulário de Registro do RAC, mas o Mapeamento pode ser indicado em razão de ser obtido como resultado da indicação da geolocalização do sujeito-informante.

6 CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a aplicação da metodologia do Projeto InterPARES, a qual fornece um roteiro para a identificação de objeto digital como documento arquivístico, obtivemos os seguintes resultados:

Por meio da análise contextual, pudemos identificar que a plataforma SNIIC teve sua criação obrigatória pela Lei 12.343/10, está diretamente relacionado com a Secretaria de Políticas Culturais, do Ministério da Cultura, a quem cabe coordenar um processo de estruturação para os sistemas de informações e indicadores culturais.

Notamos que um passo que ainda necessita ser empreendido para a efetivação do SNIIC como um eficaz ambiente de curadoria digital colaborativa e reconhecer, primeiramente, que os documentos produzidos pelo SNIIC apresentam todas as características de documento arquivístico digital, apesar de não estarem inseridos num programa arquivístico de classificação e destinação de documentos.

As organizações públicas e os cidadãos vêm cada vez mais produzindo documentos arquivísticos exclusivamente em formato digital e dependem desse registro como fonte de prova e informação, bem como de garantia de direitos.

O reconhecimento da produção desse tipo de documento é o ponto de partida para o

¹⁵ A relação orgânica é definida como o elo que liga cada documento ao anterior e ao subsequente da mesma ação, devido às circunstâncias de sua criação, com seus criadores, com a atividade em que participam e entre si.



estabelecimento de uma gestão arquivística de documentos, que tem por objetivo garantir a produção, a manutenção, a preservação de documentos arquivísticos confiáveis, autênticos e compreensíveis, bem como o acesso a estes.

O documento eletrônico sem estar inserido repositório digital confiável é incapaz de manter as características que fariam dele um documento arquivístico: autenticidade, fidedignidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade (NEGREIRO, DIAS, 2008).

Para que os dados e informações gerados a partir da participação e colaboração dos sujeitos nos formulários do módulo RAC sejam preservados e acessíveis, é necessário estabelecer uma política arquivística, com métodos e procedimentos relacionados ao tratamento de documentos arquivísticos eletrônicos que corrijam estas deficiências na produção documental.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Ministério da Cultura**. Institucional. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/institucional>>. Acesso em: 14 abr. 2016

CARMONA, C. M. Consideraciones sobre el método arquivístico. **Documenta & Instrumenta**, v.1, p.24-35, 2004.

CIA. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Documentos de arquivo electrónicos: manual para arquivistas. **Estudo nº 16**. Abril, 2005. Disponível em: <www.ica.org/download.php?id=1616>. Acesso em: 14 fev. 2016

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf> Acesso em: 14 fev. 2016

HEREDIA HERRERA. Antonia. En torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.25-50. 2007.

InterPARES Project. **Roteiro para análise conetxtual dos Estudos de Caso**. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip3_template_para_analise_diplomatica.pdf> . Acesso em: 25 fev. 2016.

ISO 204. **Terminology work -- Principles and methods. 2009.**

Disponível em: <http://www.iso.org/iso/catalogue_detail.htm?csnumber=38109>. Acesso em: abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

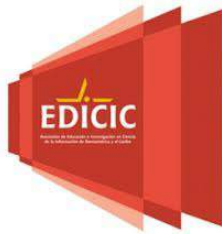
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

LACOMBE, Cláudia Rocha. InterPARESTrust na América Latina. **In:** Fórum UNICAMP, 10, 2014. **Anais eletrônicos...**Campinas: Unicamp, 2014. Disponível em: <https://interparestrust.org/assets/public/dissemination/iTrust_Forum_unicamp_2014.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística como requisito da gestão de documentos: contribuição para aplicação da lei de acesso à informação no Brasil. **Anais eletrônicos do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação**, 27-31 de outubro em Belo Horizonte, MG. / Organizadores: Isa M. Freire, Lilian M. A. R. Álvares, Renata M. A. Baracho, Maurício B. Almeida, Beatriz V. Cendon, Benildes C. M. S. Maculan. – Belo Horizonte, ECI, UFMG, 2014.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária.** Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Convênio IBICT/UFF. Niterói. 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

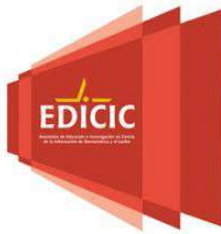
Área Temática: Gestão e Avaliação de Documentos Arquivísticos

**DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA COMO FUNDAMENTO METODOLÓGICO
DA IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DO
PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DO GOVERNO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO, PGD-RJ.**

***DIPLOMATIC CONTEMPORARY AS FOUNDATION METHODOLOGY
IDENTIFICATION, CLASSIFICATION AND EVALUATION IN THE CONTEXT OF
PROGRAM MANAGEMENT DOCUMENTS OF RIO DE JANEIRO STATE
GOVERNMENT, PGD-RJ.***

Ana Celia Rodrigues, UFF

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo lançar bases teóricas para caracterizar a identificação como função independente no âmbito da metodologia arquivística, sistematizando-a na perspectiva da tradição arquivística brasileira. A aparição do termo *identificação* na literatura arquivística, remonta aos anos 80, como resultado de experiências metodológicas desenvolvidas por grupos de trabalhos de arquivistas que se formaram em países ibero-americanos para solucionar problemas de acumulação de documentos em arquivos, contexto em que se inserem as discussões teóricas desenvolvidas na Espanha e no Brasil, nosso objeto de estudos. A identificação é uma fase do processamento técnico, de tipo intelectual, que tem por objeto de estudos o órgão produtor e os documentos gerados no exercício de suas atividades. O conhecimento produzido nesta fase de pesquisa fica registrado em instrumentos específicos e fundamentam o desenvolvimento das funções arquivísticas que fundamentam a gestão de documentos: a identificação, classificação, avaliação e também o planejamento da produção documental. Nesta perspectiva, esta pesquisa alia uma dimensão teórica a uma dimensão aplicada. Do ponto de vista teórico, busca-se analisar os procedimentos metodológicos desenvolvidos pelos arquivos brasileiros e europeus para estudar o órgão produtor e seus documentos, no contexto da identificação arquivística e suas relações com a classificação e avaliação. Na dimensão aplicada, apresenta-se o estudo de caso de aplicação dos parâmetros da diplomática contemporânea para identificação da tipologia documental das Secretarias de Estado da Fazenda e de Planejamento, com o objetivo de desenvolver a metodologia e normalizar os procedimentos para classificar e avaliar os documentos no âmbito do Projeto de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Secretaria de Estado da Casa Civil, resultado final do projeto de pesquisa financiado pelo Programa Jovem Pesquisador UFF 2009, da PROPI/UFF, desenvolvido entre 2009-2013, que integra a produção do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Palavras-chave: Identificação arquivística. Classificação. Avaliação de Documentos. Diplomática Contemporânea. Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Abstract: This research aims to launch a theoretical basis for characterizing the identification as an independent function within the archival methodology, systematizing it in the perspective of the Brazilian archival tradition. The appearance of the term identification in archival literature dates back to the 80s, as a result of methodological experiences developed by groups of archivists work that formed in Ibero-American countries to solve documents accumulation of problems in files, the context in which they operate the theoretical discussions developed in Spain and Brazil, our study object. Identification is a phase of technical processing, intellectual type, which is the subject of studies the producer organ and documents generated in the course of its activities. The knowledge produced in this research phase is recorded on specific instruments and underlying the development of archival functions that support the document management: identification, classification, evaluation and also planning document production. In this perspective, this research combines a theoretical dimension to an applied dimension. From a theoretical point of view, we try to analyze the methodological procedures developed by Brazilian and European archives to study the producer body and its documents, in the context of archival identification and their relationship with the classification and evaluation. In applied dimension, it shows the application of case study of contemporary diplomatic parameters to identify the documentary typology of State Departments of Finance and Planning, in order to develop the methodology and standardize procedures to classify and evaluate documents in the Document Management project of the State of Rio de Janeiro, coordinated by the Public Archives of the State of Rio de Janeiro and the State Secretariat of Civil House, the end result of the research project funded by the Young Researcher Program UFF 2009 from PROP / UFF, developed between 2009-2013, which includes the production of the Research Group "Genesis Documental Archives" UFF / CNPq.

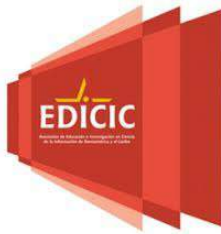
Keywords: archival identification . Classification. Document evaluation. Diplomatic Contemporary . Document Management Program of the Government of the Rio de Janeiro State .

1 INTRODUÇÃO

As novas questões que se apresentam para os arquivos têm conduzido a área a refletir mais profundamente sobre o estatuto do documento, reafirmando as bases epistemológicas da arquivística.

A questão das metodologias sempre foi objeto de reflexão na área. O caos da acumulação e da produção de documentos que caracteriza a administração moderna levou a arquivística a expressar preocupação com a formulação de métodos de trabalho.

Nos anos 80, se colocava para a arquivística o desafio de identificar imensas massas documentais acumuladas em depósitos de arquivos os quais cresciam desordenadamente, exigindo urgentes propostas de organização e avaliação para resolver o problema da superlotação dos arquivos. Hoje, as questões que se colocam para os documentos eletrônicos conduzem o arquivista a uma aproximação cada vez mais intensa e profícua com outras áreas do conhecimento, como a Administração, o Direito e a Informática, em busca de parâmetros



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

para o planejamento adequado da produção documental. A técnica apenas não seria mais suficiente para resolver os novos problemas que estão surgindo.

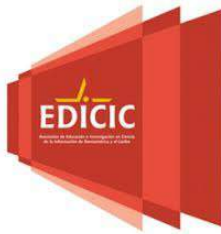
O perfil do profissional que vem se delineando hoje aponta para a necessidade de uso de metodologias científicas, que sustentadas pelos princípios teóricos da área, forneçam um referencial seguro para o arquivista refletir e tomar decisões em contextos distintos sobre questões que apresentam o documento de arquivo. O arquivista deve ser capaz de analisar criticamente a realidade que se coloca, à luz de conhecimentos teóricos e de atuar com competência de modo autônomo e consequente. Nesta perspectiva, deve-se considerar que a pesquisa e o uso do conhecimento técnico-científico são atividades permanentes na carreira do profissional.

Nesta histórica busca por soluções metodológicas para resolver os problemas práticos diagnosticados em suas rotinas de trabalho, os resultados destas experiências ficaram registrados em uma parcela significativa da produção científica na área. A publicação de artigos em revistas especializadas, em manuais e nas comunicações apresentadas em eventos científicos demonstra o interesse teórico pela sistematização das tarefas dentro dos parâmetros do rigor científico.

O procedimento de identificação de documentos, uma das tarefas realizadas no momento da identificação arquivística, permite ao arquivista o reconhecimento das características do seu objeto de estudos. E foi na diplomática que a arquivística encontrou as bases para a formulação de seu método de pesquisa para identificar os documentos de arquivos a partir de parâmetros normalizados, conferindo cientificidade ao fazer arquivístico. A identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística.

Neste cenário, uma questão se coloca para a reflexão. É possível normalizar os procedimentos e os instrumentos de identificação, utilizando os parâmetros da diplomática contemporânea para definir requisitos de gestão de documentos?

Esta pesquisa tem por objetivo lançar bases teóricas para caracterizar a identificação como função independente no âmbito da metodologia arquivística. Especificamente, busca-se sistematizar os procedimentos e instrumentos de identificação como base para a construção de planos de classificação e tabelas de temporalidade. Apresentam-se os procedimentos



metodológicos e os instrumentos elaborados para a implantação do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ), como resultados do projeto “Identificação arquivística: utilizando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Rio de Janeiro”, pesquisa financiada pelo Programa Jovem Pesquisador UFF 2009, realizada através de parceria institucional estabelecida entre o Arquivo Público do Estado / Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense¹.

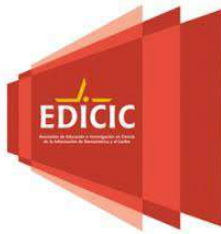
Neste estudo, são aplicados os parâmetros da diplomática contemporânea para a identificação da tipologia documental, objetivando a normalização de procedimentos para classificar e avaliar os documentos das Secretarias de Fazenda e de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do PGD-RJ, pesquisa que integra a produção do Grupo de Pesquisas “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.

2 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: UMA NOVA PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA IDENTIFICAR A TIPOLOGIA DOCUMENTAL NOS ARQUIVOS

Próximo aos 80 começa a se formar uma nova geração de estudiosos de diplomática, que aplicando os princípios teóricos e metodológicos da disciplina aos documentos de arquivo, estabeleceram um profícuo diálogo entre as áreas, cujos estudos de natureza teórica que vem exercendo profunda influência no fazer arquivístico internacional, contribuindo para a construção teórica em arquivística.

A renovação desta matéria e sua aplicabilidade no campo da arquivística estão representadas pelas teorias formuladas na Itália por Paola Carucci e Luciana Duranti, que desenvolve estudos no Canadá; na Espanha, por Nuñez Contreras, Manuel Romero Tallafigo, Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera e no Brasil, por Heloisa Liberalli Bellotto, autores cujas ideias vêm contribuindo para a consolidação de uma tradição arquivística brasileira na área, tanto no campo da construção teórica, como na aplicabilidade dos princípios metodológicos da nova diplomática no âmbito dos arquivos.

¹ Parceria institucional solicitada através de ofício-convite n. 356, de 10 de junho de 2009, recebido do Senhor Secretário de Estado da Casa Civil, Regis Fichtner, para integrar a equipe do Projeto de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro na qualidade de orientadora.



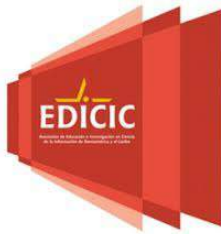
Paola Carucci (1987) define a diplomática como a “disciplina que estuda o documento singular ou, se preferirmos, a unidade arquivística elementar, o documento, mas também o arquivo, o registro, analisando, sobretudo, os aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos, tanto na sua formação quanto nos seus efeitos”. A análise diplomática do documento associa-se, portanto ao “conhecimento dos modos nos quais se forma a vontade expressa no ato jurídico e o conhecimento da forma na qual o ato se manifesta, isto é, das características próprias do documento em cujo ato é representado” (CARUCCI, 1987, p. 27).

A autora ressalta que os requisitos para os estudos diplomáticos que foram identificados na crítica os documentos medievais continuam válidos para a diplomática dos documentos modernos e contemporâneos, sobretudo agora que no ambiente eletrônico exige a identificação do documento arquivístico no interior do sistema de informação. (CARUCCI, 1994, p. 65)

No Canadá, Luciana Duranti (1995) examina os princípios e conceitos desenvolvidos pelos teóricos diplomatas para avaliar a autenticidade de documentos medievais, verificando se poderiam ser adaptados para analisar documentos produzidos pela burocracia moderna. O foco de sua preocupação teórica é a aplicação do método diplomático para o planejamento da produção dos documentos eletrônicos e a análise do valor probatório que eles apresentam. A arquivista italiana radicada no Canadá, a qualifica como *diplomática arquivística*, disciplina que “estuda o que é, e o que vem a ser o documento, a relação estabelecida com o seu produtor e os fatos neles representados”, conceituando-a como “estudo das formas e dos processos de formação dos documentos de arquivo” (DURANTI, 1995, p.1).

Segundo Duranti, a melhor definição é a que formulou Cencetti: “a diplomática é a disciplina que estuda a gênese, forma e transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos representados neles e com seu criador, com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza”. (apud DURANTI, 1995, p.21) Para a autora, um dos objetos específicos da diplomática é “o estudo da relação entre a natureza da ação que gera o documento e a forma do documento” (DURANTI, 1995, p.9).

A revisão da disciplina efetuada por Luciana Duranti e as idéias por ela divulgadas, na construção da diplomática arquivística, vem nutrindo o debate teórico sobre a produção de documentos em ambientes eletrônicos, orientando as práticas realizadas em arquivos de todo o mundo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Neste período a Espanha também se destaca no movimento de renovação teórica da diplomática, produzindo importantes estudos teóricos de diplomática aplicados aos documentos administrativos, Luis Núñez Contreras, Manuel Romero Tallafigo, Antonia Heredia Herrera, Vicenta Cortés e do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri entre outros, preocupados por definir o que entendemos por documento de arquivo e em identificar as partes que o integram, elencando seus caracteres internos e externos.

Para Manuel Romero Tallafigo (1994, p.16), a Diplomática é a “ciência que estuda e critica o documento escrito do ponto de vista das formas internas e externas. Formas que são planejadas para fazê-lo compreensível e ainda fidedigno e autentico para a sociedade a qual se destina”. A diplomática é uma disciplina atual, uma ciência aplicada e técnica jurídica, ressalta o autor, “não apenas antiquada ou histórica, porque nas relações humanas contemporâneas é muito importante possuir sistematizadas um conjunto de regras e condições cuidadosas, com as quais se possam discernir e contrastar os documentos legítimos dos falsos, os certos e genuínos dos suspeitos e incertos”; também usada para determinar o valor do documento como testemunho histórico, porque dispo de historicamente da “arte de discernir e sistematizar os caracteres internos e externos dos documentos” possui a arma que se “bem utilizada e adaptada aos documentos contemporâneos, podem fazer uma história a fio das formas documentais, como espelhos das sociedades e seus homens na contemporaneidade”. (ROMERO TALLAFIGO, 1994, p. 21 e 37)

Para Antonia Heredia Herrera (1991, p.61), a diplomática é “a ciência que estuda o documento, sua estrutura, suas clausulas, para estabelecer as diferentes tipologias e sua gênese dentro das instituições escriturarias a fim de analisar sua autenticidade”. Posiciona a diplomática como ciência auxiliar da arquivística, afirmando que a diplomática é um referencial teórico-metodológico importante para a identificação dos documentos porque “contém em si todas as informações indispensáveis para a análise, portanto os diplomatas não dependem de uma organização prévia do acervo, mas sim a Arquivologia retira desse método de análise fontes para a realização da classificação, da descrição ou da avaliação”.

A metodologia aplicada ao tipo documental vem sendo denominada análise documental. Devemos muito a Vicenta Cortés sobre este e outros temas, porque criou um modelo de análise documental partindo do modelo de análise do tipo diplomático, adequando-o às necessidades arquivísticas do momento.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Passado o tempo surgem novos conceitos, como o da identificação (...). (HEREDIA HERRERA, 2006, grifo nosso).

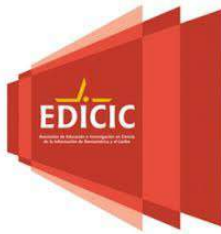
A partir dos trabalhos publicados por estes autores, nos anos que se seguiram até a década dos 90, a arquivística espanhola registra uma extensa produção bibliográfica abordando o tema da metodologia diplomática aplicada aos estudos de documentos produzidos e acumulados nos arquivos do país.

As relações entre a Diplomática e a Arquivística conquistam um definitivo espaço no debate teórico dos estudiosos espanhóis, denominada estudos de tipologia documental.

Os *tipos documentais* se distinguem também pelos caracteres externos e internos que apresentam, os quais dependem da atividade que determinou sua produção. *Tipo* é um termo que significa “modelo, referência”. No campo da arquivística seu uso vem sendo aplicado para designar o modelo de documento de arquivo, criado como resultado do exercício de uma atividade, o *tipo documental*. O termo aparece na literatura em 1961, utilizado por Schellenberg para referir-se “ao primeiro dos caracteres físicos que deve ser levado em conta na descrição dos documentos”.

Na Espanha, o termo *tipologia documental* passa a ser usado para designar o conjunto dos documentos de arquivo, aparecendo nos trabalhos de Vicenta Cortés Alonso, do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, Antonia Heredia Herrera e Maria Luiza Conde Villaverde, sendo também utilizado por Aurélio Tanodi e Manuel Vázquez, na Argentina e por Heloísa Bellotto, no Brasil, entre outros.

No Brasil, os textos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto, primeiramente em 1982 e com novas abordagens em 1990, são considerados como referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora, foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país. Esta autora traz para os estudos diplomáticos, a diferença entre *espécie documental* e *tipo documental*, o que não tinha sido abordado antes por outros autores. Esta diferença foi aplicada metodologicamente, nos trabalhos preparatórios de instrumentos de gestão, tais como as tabelas de temporalidade do Sistema de Arquivos da USP, do Estado de São Paulo e do Arquivo Público Municipal de Campo Belo, MG e recentemente no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com êxito.



Nesta perspectiva se pode afirmar que os estudos de tipologia documental revelam sólidos vínculos de inter-relações e complementaridade que existem entre a Diplomática e a Arquivística, estabelecidos em razão de compartilharem um objeto e campo comum: o documento como prova.

Na década dos 90, a identificação de tipologias documentais passou a ser discutida como tarefa necessária e preliminar para o desenvolvimento da avaliação documental e uma vasta bibliografia sobre o assunto foi surgindo na área. Nesta perspectiva, convém destacar a importante contribuição dos teóricos espanhóis sobre o tema, cujas experiências revelam o interesse e esforço pela sistematização das tarefas, a exemplo do que fez Luciana Duranti ao discutir esta metodologia no contexto da produção documental em ambiente eletrônico.

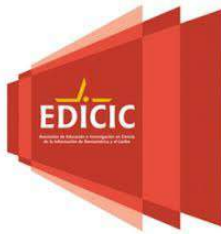
Luciana Duranti, ao revisitar a diplomática clássica e estabelecer um diálogo teórico e metodológico com a arquivística, reconhece a diplomática com um campo novo de estudos, o documento de hoje, e passa a denominá-la como “diplomática arquivística contemporânea”.

O método de identificação de tipologias documentais e a base teórica que o sustenta, produto da revisão da diplomática clássica, passam a influenciar a Arquivística dos países de tradição ibérica em busca de parâmetros normalizados para a realização das tarefas arquivísticas.

A identificação do tipo documental, processo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos internos e externos do documento, é a base para a definição das séries documentais e, portanto, fundamento para o desenvolvimento das funções arquivísticas da identificação, classificação, avaliação e também o planejamento de produção documental no contexto dos programas de gestão de documentos.

3 IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS

A *identificação* surge no contexto da arquivística nos anos 80, quando o termo começou a ser utilizado na Espanha por grupos de arquivistas, primeiramente da Direção de Arquivos Estatais do Ministério da Cultura, para designar as tarefas de pesquisas realizadas sobre massas documentais acumuladas em arquivos, a fim de elaborar propostas de avaliação e classificação. Mas foi no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

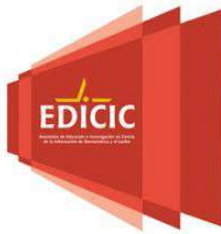
Administrativos, no qual o Brasil estava representado por José Maria Jardim, que o conceito de identificação foi formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madri, em 1991. A partir deste momento o uso do termo e o conceito se consolidaram no meio arquivístico espanhol, sendo incorporados pelo Dicionário de Terminologia Arquivística daquele país que a define como “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (DICCIONARIO, 1991, p. 37).

Para a arquivística espanhola, a *identificación* é uma fase independente da metodologia arquivística, qualificada como do tipo intelectual, a qual consiste em estudar analiticamente o órgão produtor e a tipologia documental por ele produzida e que antecede as demais funções (produção, avaliação, classificação e descrição). Esta definida como

Nestes anos 80, o Brasil integrou o movimento internacional que se formava em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países iberoamericanos. No Arquivo Nacional, os processos de identificação desenvolvidos pelos Grupos de Identificação de Fundos Internos e o de Fundos Externos (GIFI e GIFE), para solucionar as questões de transferências e recolhimentos de fundos e a metodologia de levantamento da produção documental aplicada para identificar documentos do Ministério da Agricultura para fins de avaliação, passaram a servir de referencial para experiências semelhantes desenvolvidas em outros arquivos brasileiros.

Destas experiências iniciais de identificação, sobretudo dos trabalhos desenvolvidos pelo GIFI e pelo GIFE, resultaram a definição posta no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), que também considera a identificação é como uma fase do processamento técnico dos arquivos, definindo-a como o “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”. No Brasil, o conceito de identificação remete também ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e registro de informações sobre a situação de acumulação dos documentos.

Comparando as realidades arquivísticas da Espanha e do Brasil na área, podem-se verificar alguns aspectos relevantes da questão, quanto à construção teórica do conceito de identificação, como ressalta Rodrigues (2008).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

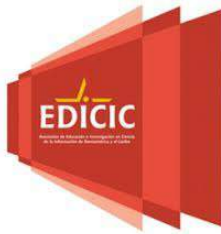
UFMG

Na Espanha, o processo pressupõe duas fases de levantamento de dados que se complementam para a realização da pesquisa, o órgão produtor e as tipologias documentais produzidas. No Brasil, as metodologias formuladas apontam mais um elemento a ser contemplado na identificação, muito presente na preocupação dos autores brasileiros, mas que se não se encontra na tradição arquivística espanhola: o depósito de documentos como objeto de identificação para fins de implantação de sistemas de arquivos, aspecto típico da tradição construída no país.

Na Espanha, um país de arquivística notadamente influenciada pela diplomática, o termo *tipo documental* vem sendo tradicionalmente usado na área para designar o documento de arquivo, embora seu uso seja típico da diplomática, como bem salientou Antonia Heredia (2006). Decorrente do uso generalizado desta terminologia no meio arquivístico surge os estudos de identificação de documentos de arquivo a partir do método de análise da tipologia documental.

No Brasil a profusão de modelo e parâmetros conceituais usados para identificar documentos de arquivos, se explica pela ausência de preocupações quanto à padronização, questão que não vem sendo priorizada pela área. Esta situação se agrava diante da confusão terminológica e conceitual gerada pelo uso inadequado do termo *assunto* pelos arquivistas brasileiros e, sobretudo, da compreensão que se tem sobre ele, para identificar e denominar o documento de arquivo. Diferente da Espanha, que expressando preocupação com a normalização de parâmetros para compreender e tratar os documentos de arquivo, através da tipologia documental, alcançou significativos resultados teóricos e práticos no campo da *identificação* que destacaram o país no cenário arquivístico internacional. O tema da identificação de tipos documentais vem sendo discutido no país no âmbito de vários grupos profissionais. É na reflexão conjunta de dados identificados na tipologia documental de sistemas administrativos que os unem, que os arquivistas espanhóis encontraram a fórmula para a definição de requisitos normativos de gestão documental.

A literatura analisada revela que a identificação, e especialmente os processos de identificação de tipologias documentais, vem sendo desenvolvidos no Brasil a partir das influências recebidas da arquivística espanhola, além dos estudos de diplomática desenvolvidos na Itália e Canadá.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

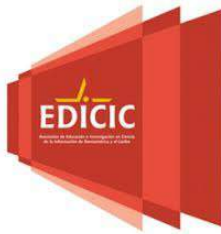
UFMG

No momento em que a gestão documental é incorporada definitivamente pela arquivística, a necessidade de identificação de documentos se torna ainda mais premente, como condição para a formulação de requisitos normalizados para a classificação e avaliação documental, desenvolvidos na fase de produção do documento. Os estudos de gênese documental encontram especial atenção de teóricos da área preocupados com o controle da produção dos documentos de arquivo, sobretudo em ambiente eletrônico.

Luciana Duranti, estabelecendo parâmetros normalizados para a produção de documentos digitais, demonstra a pertinência da análise documental para a gestão, explorando teoricamente a função da produção documental, tarefa até então considerada fora do escopo da atuação profissional da área. Os estudos de padronização documental exigidos pelo ambiente tecnológico contribuem para estreitar a colaboração e os vínculos entre arquivistas, informáticos e administradores, os profissionais responsáveis pela gestão de documentos.

A gestão de documentos é um processo arquivístico, que se caracteriza como um conjunto de procedimentos aplicados para controlar os documentos durante todo o seu ciclo de vida, incidindo sobre o momento da produção (protocolo) e acumulação na primeira e segunda idade, ou seja, nos arquivos correntes e o intermediário. A implantação de um programa de gestão impõe-se em razão da necessidade de se estabelecer procedimentos comuns que visem uma boa administração da produção documental, a fim de que seja controlada desde o momento da produção no protocolo e/ou demais setores das envolvidas, da tramitação até a sua destinação final: eliminação ou preservação definitiva, no âmbito do arquivo permanente.

As metas a serem alcançadas para o pleno funcionamento do programa pressupõem a definição de critérios padronizados para tratar o documento de arquivo na sua fase de produção, como resultado dos procedimentos administrativos que caracterizam as atividades desenvolvidas pelos órgãos que integram a administração direta do estado. O controle da produção documental seja no âmbito do protocolo (para os processos) ou dos setores das secretarias (para outros documentos), através da atribuição de códigos de classificação e temporalidade inseridos nos sistemas informatizados, garantem a necessária padronização para o controle do fluxo de tramitação e do arquivamento. Na sua fase de acumulação, quando os documentos são depositados nos arquivos, garantindo agilidade e eficiência no acesso, como condição para transformá-los em órgãos prestadores de serviços de informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

As funções arquivísticas da identificação, produção, avaliação e classificação documental sustentam a implantação dos programas de gestão, garantindo a normalização de parâmetros para o planejamento adequado da produção e controle da acumulação, seja para documentos produzidos em meio convencional (papel) ou digital (eletrônico).

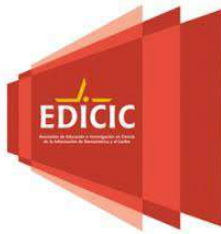
A classificação e a avaliação são tarefas relacionadas no âmbito do programa de gestão e a elaboração dos instrumentos produzidos nestas fases (plano de classificação e tabela de temporalidade) devem refletir a lógica de produção dos documentos no seu ambiente administrativo, informações geradas no momento da identificação.

A classificação é uma tarefa que consiste em estabelecer a imagem do contexto onde são produzidos os documentos. Significa separar, diferenciar, distinguir ou dividir um conjunto de elementos da mesma composição (órgão produtor, competências, funções, atividades) em classes e subclasses documentais que se articulam formando o fundo de arquivo. Estes dados ficam registrados no plano de classificação, que é o instrumento que permite a enunciação lógica e hierárquica de um conjunto de documentos produzidos por um órgão.

A avaliação consiste em estabelecer valores para os documentos a fim de determinar os prazos guarda e destinação final dos mesmos, eliminação ou guarda permanente. Tem como produto a tabela de temporalidade, que é o instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos de transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos.

A metodologia da avaliação demanda o conhecimento das competências atribuídas às áreas e das atividades que justificam a tipologia documental produzida, para a correta atribuição de valores (jurídico, fiscal, administrativo e histórico), prazos de retenção (em cada unidade da rede municipal dos arquivos) e destinação (eliminação ou guarda permanente) para os documentos. As operações de avaliação devem versar sobre séries, portanto sobre os mesmos tipos de documentos produzidos no exercício de uma atividade presente na gestão administrativa do órgão.

Os tipos documentais formam as séries documentais próprias de cada órgão produtor, porque possuem igual modo de produção, de tramitação e de resolução final do procedimento que lhe deu origem no contexto de competências, funções e atividades desempenhadas por um



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

órgão administrativo. Os prazos para seu arquivamento estão previstos em legislação específica e/ou rotinas que justificam sua guarda como prova autêntica desta gestão.

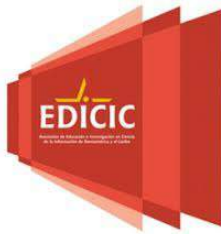
É a ação registrada no documento que deverá ser objeto de análise para determinar seu valor, se deve ser preservado como prova ou testemunho ou se pode ser eliminado sem prejuízo da perda de informações substanciais para prover o processo de tomada de decisão.

O documento só pode ser criteriosamente avaliado em seu contexto de produção e na perspectiva dos regulamentos que definem os parâmetros para o exercício da atividade administrativa, razão pela qual o plano de classificação e a tabela de temporalidade guardam estreita relação entre si.

A padronização destes instrumentos é garantida pela metodologia da identificação. As informações coletadas nesta pesquisa ficam registradas no sistema de identificação de tipologia documental e permitem as análises para a construção do plano de classificação. O estudo das características que apresentam o órgão produtor e das suas atribuições (competência, funções, atividades e tarefas) permite que se posicione a tipologia documental produzida na estrutura interna do fundo documental, representado no plano de classificação, ajustando-se a denominação das séries documentais a critérios normalizados para as mesmas atividades desenvolvidas pelo órgão produtor.

Os tipos documentais formam as séries documentais próprias de cada órgão produtor, porque possuem igual modo de produção, de tramitação e de resolução final do procedimento que lhe deu origem no contexto das atribuições (competências, funções, atividades e tarefas) desempenhadas por um órgão administrativo. A partir do reconhecimento do tipo, se forma a série documental, sob a qual incide os critérios de classificação, avaliação, descrição e planejamento de produção. (RODRIGUES, 2008).

As informações coletadas nesta pesquisa ficam registradas no manual de tipologia documental (ou banco de dados). Neste instrumento constam os dados detalhados sobre cada tipo de documento resultante dos procedimentos administrativos, informações que refletem o momento de sua produção até o momento em que os mesmos são destinados à eliminação ou ao recolhimento para preservação.



4 PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTOS

No Brasil, a gestão de documentos esta prevista nos dispositivos da Constituição de 1988, onde se afirma que "compete à administração pública na forma da lei, a gestão de sua documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" (art. 216, parág. 2), princípio que ofereceu os fundamentos necessários para que se fizessem esforços significativos no sentido de dotar o país de uma legislação arquivística.

Na Lei nº 8.159, aprovada em 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, conhecida como Lei Nacional de Arquivos, a gestão de documentos é definida como um "conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente". (art. 3º). Ainda no mesmo texto legal, vem expresso no art. 21 que a "legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos, assim como a gestão e o acesso aos documentos observado o disposto na Constituição e nesta lei".

Nesta perspectiva, Lei estadual nº 5.562 no artigo 1º, reitera o disposto na esfera federal com a seguinte redação: "é dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, [...]" (RIO DE JANEIRO, 2009).

Com a publicação do Decreto Estadual nº 42.002, em 21 de agosto de 2009, que dispõe sobre avaliação e destinação de documentos produzidos e recebidos pela administração pública, o Estado constituiu o instrumento legal que dá início ao Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD/RJ).

Para a implantação do PGD-RJ, foram definidas as seguintes estratégias:

1. Formação de equipe técnica, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Casa Civil e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro para o planejamento e desenvolvimento de um programa de gestão que atendesse às expectativas estaduais;
2. Estabelecimento de parceria institucional com a Universidade Federal Fluminense (UFF) para ministrar treinamentos e pesquisar a definição da metodologia para o PGD-RJ.



3. Nomeação de comissões gestoras nas Secretarias de Estado e treinamentos para identificação dos órgãos produtores, das suas atribuições e da tipologia documental.
4. Desenvolvimento do Sistema de Identificação de Tipologia Documental pelo Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ).

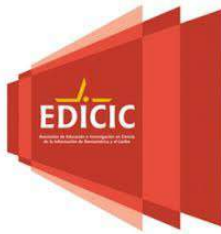
Integra a equipe técnica do programa 08 coordenadores, integrados por arquivistas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); 115 (cento e quinze) comissões de gestão de documentos², 30 subcomissões, 575 gestores, 2.875 operadores do SITD (em média), servidores públicos estaduais.

A metodologia do PGD-RJ é a identificação arquivística fundamentada nos parâmetros da diplomática contemporânea para identificar os documentos, gerando informações que foram inseridas no Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD), como base para classificação e avaliação. Os estudos de identificação arquivística foram desenvolvidos em três etapas: identificação do órgão produtor, das suas atribuições e da tipologia documental, a partir dos seguintes procedimentos e instrumentos:

1. Procedimento: desenvolver estudos de identificação de órgão produtor e suas atribuições gerando dados para alimentar o SITD.
 - 1.1. Órgão produtor - Elementos: secretaria, órgão produtor, setor, responsável pelo setor, entrevistado, entrevistador, telefone e e-mail. Fonte de informação: entrevista com gestores.
 - Instrumento: Ficha de identificação de órgão produtor
 - 1.2. Atribuições do órgão produtor – Elementos: competência, função, atividade e unidade administrativa, (UA)³. Fontes de informações: textos legais e normativos que dispõem sobre a estrutura e funcionamento dos órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (regimentos internos, estatutos),
 - Instrumento: Quadro de Identificação de Órgão Produtor

² As “CGDs nomeadas, estão divididas entre 25 (vinte e cinco) secretarias de Estado, 14 (quatorze) fundações, 5 (cinco) empresas públicas, 9 (nove) sociedades de economia mista, 23 (vinte e três) autarquias, 48 (quarenta e oito) conselhos, 29 (vinte e nove) fundos, 8 (oito) empresas em liquidação e 9 (nove) institutos” (MENDONÇA; NASCIMENTO; BUENO, 2013, p. 201)

³ O código da UA refere-se ao código do órgão no orçamento estadual.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ)			
Competência (s)	Função (s)	Atividade (s)	UA
Implementar a política estadual de arquivos	Coordenação da gestão de documentos na administração pública estadual	<ul style="list-style-type: none"> Implementar programas de gestão de documentos Proceder ao recolhimento de documentos Proceder à transferência de documentos 	211351
	Gerenciamento dos arquivos intermediários	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os arquivos em idade intermediária 	
	Gerenciamento dos arquivos permanentes	<ul style="list-style-type: none"> Arranjar, identificar e descrever documentos não textuais Arranjar, identificar e descrever documentos textuais Elaborar instrumentos de pesquisa Indexar documentos Pesquisar e expedir certidões de documentos probatórios 	211341

Fonte: Quadro de Identificação de Órgão Produtor. Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)

2. Procedimento: inserir os dados do estudo de identificação de órgão produtor no Sistema de Identificação de Tipologia Documental, SITD:

Módulo 1 – Identificação do Órgão Produtor: associação entre a(s) competência(s), funções e atividades.

GOVERNO DO Rio de Janeiro
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Etapa I - identificação do Órgão Produtor

Identificação do Órgão Produtor

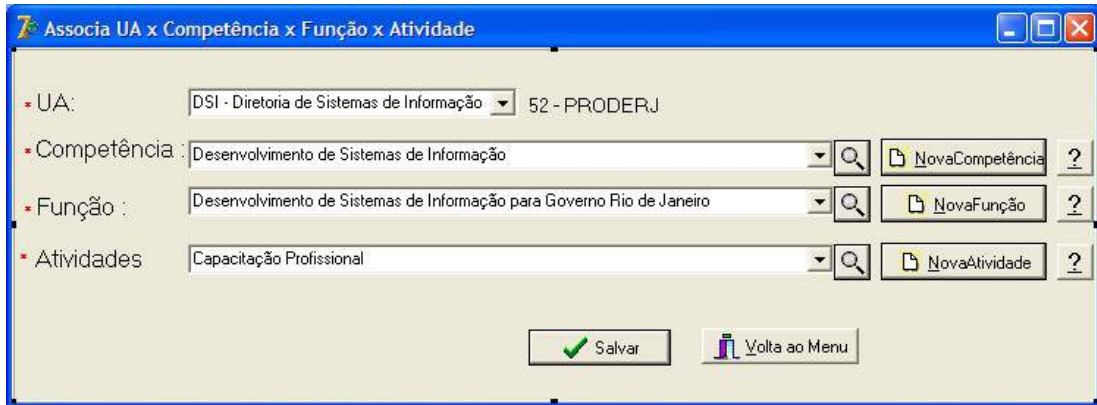
Unidade Administrativa (UA) | 52.3000 - Diretoria de Sistemas de Informação | 52 - PRODERJ

Nome do Responsável: Luiz Felipe

Nome do Responsável pelo Preenchimento: Luciane

Telefone: XX-XXXX-XXXX | Email: casacivil@casacivil.rj.gov.br

Continuar Sair



The screenshot shows a software window titled "Associa UA x Competência x Função x Atividade". It contains four main sections, each with a dropdown menu and a search icon:

- UA:** DSI - Diretoria de Sistemas de Informação (selected), 52 - PRODERJ
- Competência:** Desenvolvimento de Sistemas de Informação (selected). Buttons: NovaCompetência, ?
- Função:** Desenvolvimento de Sistemas de Informação para Governo Rio de Janeiro (selected). Buttons: NovaFunção, ?
- Atividades:** Capacitação Profissional (selected). Buttons: NovaAtividade, ?

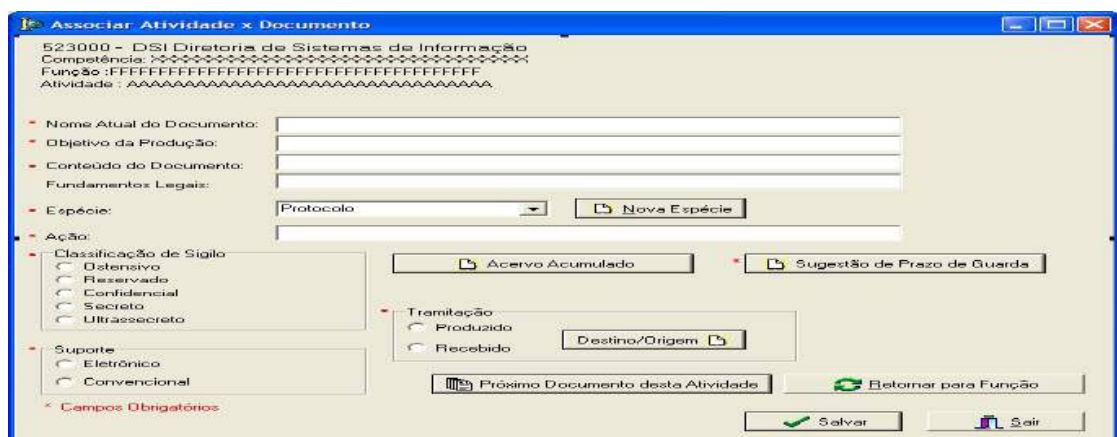
At the bottom, there are two buttons: "Salvar" (Save) and "Volta ao Menu" (Return to Menu).

Fonte: Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD). Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)

3. Procedimento: desenvolver estudos de identificação de tipologia documental⁴ para inserção dos dados no SITD.

3.1. Elementos: identificação do documento (nome atual, objetivo da produção, conteúdo), espécie, ação, classificação de sigilo, suporte (convencional, eletrônico), fundamentos legais, acervo acumulado, tramitação, sugestão de prazo de guarda, destino final (eliminação ou guarda permanente).

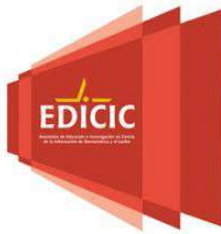
Módulo 2 – Identificação de tipologia documental - características que apresentam os documentos.



The screenshot shows a software window titled "Associar Atividade x Documento". It displays document details and various classification options:

- Document Details:** 523000 - DSI Diretoria de Sistemas de Informação; Competência: ~~~~~; Função: ~~~~~; Atividade: ~~~~~
- Form Fields:**
 - Nome Atual do Documento: []
 - Objetivo da Produção: []
 - Conteúdo do Documento: []
 - Fundamentos Legais: []
 - Espécie: Protocolo (selected). Button: Nova Espécie
 - Ação: []
- Classification Options:**
 - Classificação de Sigilo:**
 - Distensivo
 - Reservado
 - Confidencial
 - Secreto
 - Ultrasecreto
 - Tramitação:**
 - Produzido
 - Recebido
- Buttons:** Acervo Acumulado, Sugestão de Prazo de Guarda, Destino/Origem, Próximo Documento desta Atividade, Retornar para Função, Salvar, Sair.

⁴ Elaboração do Formulário de Identificação de Tipologia Documental para treinamento dos operadores do módulo 2 do SITD, servidores públicos que conhecem os procedimentos administrativos e a especificidade da tipologia documental produzida em sua unidade administrativa, UA. Estas equipes foram treinadas pelas comissões gestoras formadas nas secretarias, que receberam capacitação da equipe de coordenadores de gestão de documentos do APERJ.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Fonte: Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD). Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)

No âmbito do PGD-RJ foi utilizada a definição de tipo documental como “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa”, ou que a produziu. (DICIONÁRIO, 1996). Sua denominação obedece à seguinte fórmula de redação: espécie + atividade (verbo + objeto da ação) = tipo documental (RODRIGUES, 2008). Nesta perspectiva, a série documental é a “sequencia de unidades do mesmo tipo documental” (DICIONÁRIO, 1996), ou seja, “é o conjunto de documentos resultantes do exercício da mesma atividade, tem idêntico modo de produção, tramitação e resolução (despacho final)” (RODRIGUES, 2008).

4. Procedimento: analisar os dados do SITD para gerar dois relatórios:

- Instrumento: Plano de Classificação Funcional (relatório do módulo 1), associa competência, função, atividade à tipologia documental.

GOVERNO DO Rio de Janeiro		Plano de Classificação do Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado da Casa Civil APERJ - Arquivo Público	
04 - Competência: Implementação da política estadual de arquivos			
04.01 - Função: Coordenação da gestão de documentos na administração pública estadual			
ATIVIDADES		TIPOLOGIA DOCUMENTAL	
04.01.01	Implementar programas de gestão de documentos	04.01.01.01	Despacho de encaminhamento para aprovação de tabela de temporalidade e plano de classificação
		04.01.01.02	Manual de gestão de documentos
		04.01.01.03	Plano de classificação de documentos
		04.01.01.04	Processo de aprovação da tabela de temporalidade e plano de classificação de documentos
		04.01.01.05	Processo de assessoria técnica arquivística
		04.01.01.06	Relatório de visita técnica arquivística
		04.01.01.07	Tabela de temporalidade de documentos
04.01.02	Proceder ao recolhimento de documentos	04.01.02.01	Base de dados/banco de dados de registro de entrada de acervos documentais
		04.01.02.02	Comunicação Interna de encaminhamento de acervo
		04.01.02.03	Lista/listagem de documentos doados
		04.01.02.04	Lista/listagem de documentos recolhidos

Fonte: Plano de Classificação de Documentos do APERJ. Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD). Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)

- Instrumento: Tabela de Temporalidade de Documentos (relatório do módulo 2) associa a classificação funcional da tipologia documental à classificação de sigilo, prazo de guarda (corrente e intermediário), destinação (eliminação ou guarda permanente), fundamentos legais e se o tipo documental avaliado compõe processo administrativo.

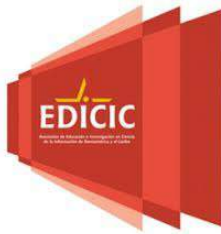


Tabela de Temporalidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
APERJ - Arquivo Público

04 - Competência: Implementação da política estadual de arquivos

04.01 - Função: Coordenação da gestão de documentos na administração pública estadual

ATIVIDADES	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	CLASSIFICAÇÃO DE SIGILO	PRAZO DE GUARDA		DESTINAÇÃO		FUNDAMENTOS LEGAIS/RESOLUÇÕES	PROCESSO
			CORRENTE	INTERMEDIÁRIO	ELIMINAÇÃO	GUARDA PERMANENTE		
04.01.01 Implementar programas de gestão de documentos	04.01.01.01 Despacho de encaminhamento para aprovação de tabela de temporalidade e plano de classificação	Reservado	2 anos	5 anos		✓		Aprovação de tabela de temporalidade e plano de classificação
	04.01.01.02 Manual de gestão de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	5 anos		✓		
	04.01.01.03 Plano de classificação de documentos	Ostensivo	Enquanto vigora	10 anos		✓	Decreto Estadual nº 42.002 de 2009. Poderá compor processo de aprovação, nesse caso assume o prazo do processo	Aprovação de tabela de temporalidade e plano de classificação
	04.01.01.04 Processo de aprovação da tabela de temporalidade e plano de classificação de documentos	Ostensivo	2 anos	5 anos		✓	Decreto Estadual nº 42.002 de 2009. Após a aprovação da tabela de temporalidade e do plano de classificação	

Fonte: Tabela de Temporalidade de Documentos do APERJ. Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD). Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)

5. Validação do plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos pelas comissões gestoras do PGD-RJ e autoridades competentes dos órgãos, para publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

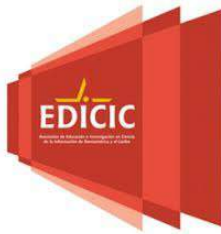
Este estudo de caso de identificação arquivística realizada nos parâmetros da diplomática contemporânea, projeto de pesquisa realizado no âmbito do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, módulo Secretaria de Planejamento e de Fazenda, teve como resultado a padronização de procedimentos metodológicos para elaboração de instrumentos de gestão de documentos e a elaboração do Plano de Classificação⁵ e Tabela de Temporalidade de Documentos da Atividade-Meio⁶ com um total de 883 tipos documentais identificados através do Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD) e também o Manual de Gestão de Documentos⁷.

Uma das inovações da pesquisa foi à inclusão da coluna de classificação de sigilo da tipologia documental na tabela de temporalidade de documentos, com o objetivo de atender ao requisito da transparência ativa preconizado pela Lei de Acesso à Informação, atendendo a um dos principais objetivos do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de

⁵ Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/doc/plano%20de%20classificacao%20publicado.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

⁶ Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/doc/tabela%20de%20temporalidade%20publicada.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

⁷ Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/doc/manual%20de%20gestao.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.



Janeiro (PGD-RJ) que é “publicizar o quadro geral da produção de documentos no âmbito da administração pública estadual”, como ressaltam Mendonça, Nascimento e Bueno (2013).

Esta metodologia se mostra muito eficaz, pois permite classificar o documento em sua origem, integrando os procedimentos de gestão durante todo o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até a sua destinação final. Além disso, é importante ressaltar que com a aplicação da metodologia apresentada, o documento de arquivo já vem classificado com o grau de sigilo para cada documento de acordo com o que determina a Lei de Acesso à Informação (...) bem como as formas de controle e acesso desde sua produção, tornando o SITD um instrumento fundamental para a gestão de acesso à informação, por meio da gestão de documentos. O resultado fornece não apenas um quadro geral da administração pública, mas serve especialmente para o cidadão conhecer que tipo de informação produzida na administração pública, reconhecendo as condições de sua produção. Fundamentalmente, trata-se de um instrumento para informar ao cidadão sobre o Estado e suas ações, orientando o acesso à informação, além de constituir um recurso ímpar para o controle do Estado (MENDONÇA; NASCIMENTO; BUENO, 2013, p. 205)

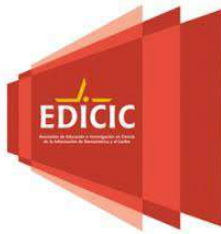
O modelo metodológico desenvolvido pelo projeto permitiu a continuidade dos trabalhos das comissões gestoras do PGD-RJ, responsáveis pela elaboração dos instrumentos nos órgãos que desenvolvem a atividade-fim do governo estadual, publicando até o momento 20 planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos através do SITD⁸.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diplomática é uma disciplina investigativa que fornece à arquivística os parâmetros teóricos e metodológicos necessários para identificar a gênese dos documentos de arquivo, na busca de soluções para superar os desafios impostos para seu reconhecimento, gestão, organização e acesso.

A relação estabelecida entre a diplomática e a identificação arquivística, revela a pertinência destes estudos para o desenvolvimento das funções arquivísticas, dimensão em

⁸ Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos do APERJ, LOTERJ, FAPERJ, PROCON, FIA RJ, RIO PREV, CODERTE, SEEDUC, PESAGRO, DPERJ, INEA, CASA CIVIL, DEGASE, CEASA, CEHAB, PMERJ, SEH, ISP, AGENERSA, FAETEC. Disponíveis em: http://www.aperj.rj.gov.br/planos_tabelas.htm. Acesso em: 03 jul. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

que o trabalho arquivístico reveste-se de cientificidade, possibilitando o delineamento de um perfil profissional analítico, que fundamenta sua atuação na reflexão crítica sobre a natureza e características do documento.

Como apontado anteriormente, no Brasil a profusão de modelos e parâmetros conceituais usados para identificar documentos de arquivos e para planejar a gestão documental, explica-se pela ausência de preocupações quanto à padronização, questão que não vem sendo priorizada pela área. Trata-se de uma questão emergente no âmbito do debate científico e profissional, na busca de soluções para superar os desafios impostos para a plena aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação pública no Brasil (RODRIGUES, 2014).

No âmbito do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, RJ os resultados obtidos demonstram a pertinência da utilização da metodologia da identificação como requisito da gestão e acesso, permitindo a padronização de procedimentos para reconhecer e tratar a tipologia documental produzida pela administração pública estadual.

REFERÊNCIAS

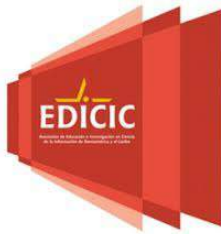
BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **O espaço da diplomática no ensino da arquivologia**. In: IV Congresso de Archivología del Mercosur. 2001. Disponível em: <http://www.pmatozo.hostmidia.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. 195, p. 9-17, 1982.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Arquivo de Rio Claro**. Revista do Arquivo do Município de Rio Claro. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, v.0, n.1, p.4-15, 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 jul. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em <http://www.acaoainformacao.gov.br/acaoainformacaogov/acao-informacao-brasil/legislacao-integra-completa.asp>. Acesso em: 03 jul. 2016.



BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 03 jul. 2016.

CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione**. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1987.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa. et al. La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamerica: identico tratamiento para una misma realidad. Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación y Valoración de Fondos Documentales de las Administraciones Publicas, 1991. In: **Actas ...**Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1992. p. 15-19.

DICCIONARIO de terminología archivística. Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura, 1993.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 2005.

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. Ana Maria de Almeida Camargo; Heloísa Liberalli Bellotto (coord.). São Paulo (Brasil): Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DURANTI, Luciana. **Diplomatica: nuevos usos para una antigua ciencia**. Trad. Manuel Vázquez. Carmona (España): Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general; teoría y práctica**. 5 ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. **Boletín de la ANABAD**, Madrid, tomo 56, nº 3, p. 13-36, 2006.

MENDONÇA, Paulo Knauss de; NASCIMENTO Mariana Batista do; BUENO Danilo André. Arquivos Vivos da Administração Pública: O Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ). **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 186-208, nov. 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9346>. Acesso em: 03 jul. 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 42.002 de agosto de 2009**. Dispõe sobre avaliação e destinação de documentos produzidos e recebidos pela administração Pública Estadual e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.atosdoexecutivo.rj.gov.br/publico/VisaoPublica.aspx?CodAto=78049>. Acesso em: 20 jan. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 5.562, de 20 de outubro de 2009**. Dispõe sobre os arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.aperj.rj.gov.br/legislação> . Acesso em: 20 jan. 2012.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

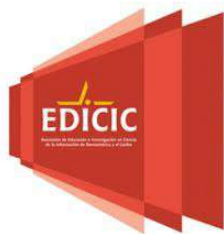
UFMG

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social). (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 26 set. 2015

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.64-80 jan./abr., 2013. (Editada em novembro de 2014). Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/121>. Acesso em: 25 mar. 2015.

RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. **Cadernos de Estudos Municipais**. Universidade do Minho (Portugal): v.17/18, 2005.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Ayer y hoy de la diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos. In: CARUCCI, Paola, et al. **Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo**. Carmona: S&C / Universidad Internacional Menéndez Pelayo 1994. p. 11-49. (Col. Biblioteca Archivística, 2).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Gestão e Avaliação de Documentos Arquivísticos

**O ARQUIVO INVISÍVEL: A POLÍTICA PÚBLICA ARQUIVÍSTICA NO
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE A PARTIR DA VISÃO DE GESTORES
PÚBLICOS**

***EL ARCHIVO INVISIBLE: POLITICA PÚBLICA DE ARCHIVO EM EL MUNICIPIO
DE BELO HORIZONTE A PARTIR DE LA VISIÓN DE LOS GESTORES PUBLICOS***

Cintia Aparecida Chagas Arreguy, UFMG

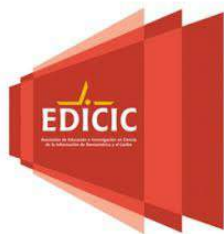
Renato Pinto Venâncio, UFMG

Resumo: O trabalho teve como objetivo compreender o alcance da implementação da política arquivística na Prefeitura de Belo Horizonte a partir da visão de gerentes de todas as secretarias municipais. Para tanto, foram realizadas entrevistas com gerentes de gerências ligadas a atividades meio e fim da administração direta da Prefeitura de Belo Horizonte. Os resultados apontam para um baixo reconhecimento do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte como agente condutor da política arquivística na Prefeitura além de pouco conhecimento por parte dos gerentes dos procedimentos administrativos referentes à gestão de documentos, ressaltando-se um conhecimento superficial da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Prefeitura. Conclui-se não haver de fato uma política arquivística implementada na Prefeitura de Belo Horizonte, a despeito de todo o trabalho desenvolvido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ao longo de seus vinte e cinco anos de existência.

Palavras-chave: Política arquivística. Prefeitura de Belo Horizonte. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos.

Resumen: El estudio tuvo como objetivo comprender la aplicación de la política de archivos en la ciudad de Belo Horizonte desde el punto de vista de los gestores municipales. Con este fin, se realizaron entrevistas con los directores vinculados a través de actividades medio y fin de la administración directa de la Municipalidad de Belo Horizonte. Los resultados apuntan a un bajo reconocimiento del Archivo Publico de la Ciudad de Belo Horizonte como agente conductor de la política de archivos en el Ayuntamiento, así como poco conocimiento por parte de los gerentes de los procedimientos administrativos relacionados con la gestión de documentos, señalando a un conocimiento superficial de lo calendario de conservación. Se concluye que no existe de hecho una política de archivos a cabo en la ciudad de Belo Horizonte, a pesar de todo el trabajo del Publico de la Ciudad de Belo Horizonte durante sus veinticinco años de existencia.

Palabras-clave: Política de archivos. Municipio de Belo Horizonte. Archivo Público de la ciudad de Belo Horizonte.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos públicos municipais são instituições responsáveis pela gestão, preservação e difusão da documentação pública dos municípios. Seu papel é de grande relevância para a garantia do direito à informação, sendo instrumentos da transparência pública governamental. Esses arquivos têm características que os diferenciam dos demais, sendo a mais marcante delas a proximidade com o cidadão, pois é no município que as pessoas residem, trabalham e, conseqüentemente, consomem serviços públicos.

O município de Belo Horizonte criou seu arquivo municipal no ano de 1991, pouco depois da publicação da Lei federal 8.159 (BRASIL, 1991), conhecida como Lei Federal de Arquivos. Mais do que uma coincidência de datas, o arquivo criado em Belo Horizonte é fortemente influenciado pelas diretrizes presentes na legislação federal. Trata-se de um arquivo moderno – ou seja, contemporâneo, em sua concepção - marcado pela preocupação não apenas com os acervos documentais históricos, mas também com a gestão dos documentos produzidos e acumulados, na fase corrente e intermediária, pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do município de Belo Horizonte.

A preocupação com a gestão de documentos - presente na Lei n. 5.899, de 20 de maio de 1991, que instituiu o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - se concretizou na elaboração daquela que foi a primeira tabela de temporalidade e destinação de documentos a contemplar tanto as atividades auxiliares como as substantivas dos municípios do Brasil.

Visando compreender o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte como agente responsável pela condução da política pública arquivística na Prefeitura de Belo Horizonte, foi analisado, na presente comunicação, o ponto de vista de gerentes ocupantes de cargos relacionados às atividades meio e às atividades finalísticas das secretarias municipais e órgãos equivalentes da administração direta. Considera-se atividade fim aquela vinculada diretamente à missão da secretaria e atividade meio aquela vinculada indiretamente a ela.

A pesquisa baseou-se no organograma da Prefeitura de Belo Horizonte, atualizado em 01 de abril de 2015 e disponível em seu portal¹. Esse organograma passou por alterações no período da pesquisa, conforme Lei Municipal 10878, de 25 de novembro de 2015 (BELO

¹ www.pbh.gov.br/siom



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

HORIZONTE, 2015). De acordo com esse organograma, a Prefeitura de Belo Horizonte tem dezenove secretarias e órgãos equivalentes na administração direta. Além dessas dezenove unidades administrativas, há nove Secretarias de Administração Municipal Regional, que à época da pesquisa equivaliam a Secretarias Municipais, em processo de transição para o nível de Secretaria Municipal Adjunta, conforme a Lei Municipal 10.878/2015 (BELO HORIZONTE, 2015).

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve como método de coleta de dados a realização de entrevistas com gerentes de gerências associadas às atividades meio e fim da administração direta da Prefeitura de Belo Horizonte. No que tange às atividades-meio, foram entrevistados gerentes no maior nível hierárquico encontrado, preferencialmente gerências de primeiro nível, dentro das Secretarias Municipais, cujas denominações tinham a palavra “administrativo” ou “administração”. Na maior parte das vezes, apareceu a palavra “administrativo-financeiro”. Em apenas uma Secretaria foi encontrada a palavra “gestão” no maior nível hierárquico.

As gerências da Prefeitura de Belo Horizonte são identificadas pelo nível, sendo de primeiro, segundo, terceiro ou quarto nível. As gerências de primeiro nível podem ainda ser adicionalmente identificadas com as letras A, B ou C. Essa sequência de letras indica níveis salariais diferenciados, sendo a Gerência de primeiro nível A aquela que possui maior remuneração e a de primeiro nível C a que possui a menor remuneração. Aquelas identificadas apenas como Gerência de primeiro nível equivalem à letra C.

Ao definir-se por entrevistar os gerentes das áreas administrativas e financeiras, esperava-se que estes tivessem algum nível de conhecimento no que se refere à gestão de documentos, por lidarem com um grande volume de documentos e diversos tipos documentais em sua rotina diária. Além disso, por dominarem rotinas e procedimentos administrativos, supunha-se que também dominariam aspectos relacionados à destinação dos documentos. Buscava-se aí um parâmetro para comparação com os demais gerentes das atividades finalísticas. Essa hipótese foi comprovada apenas parcialmente, como será visto nos resultados apresentados mais adiante.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Foram identificadas dezesseis gerências de atividades meio, conforme o perfil definido, destas, foram entrevistados doze gerentes. Ressalta-se que, entre as secretarias municipais, existem nove secretarias de administração regional municipal, contudo, como as estruturas dessas secretarias se repetem, foi escolhida apenas uma para a realização da entrevista. A escolha recaiu sobre a Secretaria de Administração Regional Municipal Pampulha pela proximidade em relação ao campus da Universidade. Foram levantadas então dezessete gerências e foram realizadas treze entrevistas com gerentes das chamadas atividades-meio.

As entrevistas foram realizadas na modalidade semiestruturada. Com os primeiros entrevistados, partiu-se de um roteiro um pouco menos elaborado que serviu como pré-teste para o aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados. Conforme as respostas dos entrevistados e o domínio sobre o tema, novas perguntas foram elaboradas, com vistas a extrair maiores informações para a pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre os dias entre os dias 10 de dezembro de 2015 e 20 de janeiro de 2016. Os entrevistados foram contatados por e-mail e por telefone. Algumas entrevistas foram desmarcadas e remarcadas algumas vezes e apenas uma gerência não respondeu à solicitação encaminhada por e-mail e contato telefônico. Assim, não foi possível realizar tal entrevista. Uma das gerentes desmarcou a entrevista pouco antes de entrar de férias e as outras duas não responderam à solicitação após o período de férias e, pelo limite de tempo da pesquisa, não foi possível realizá-las. Considera-se, contudo que a amostra é bastante significativa, já que do universo de dezessete gerências foram realizadas treze entrevistas, uma amostra que corresponde a 76,5 % do universo.

Em relação às atividades-fim, foram entrevistados gerentes de gerências cujas atribuições encontram-se no escopo central da missão do órgão. Em algumas secretarias, foi necessário descer para o nível de Secretaria Adjunta, pois, no nível de Secretaria, somente foram encontradas unidades responsáveis por atividades-meio. Enquadram-se nesse caso, a Controladoria Geral do Município, cujo entrevistado é um gerente da Auditoria Geral do Município; a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, cujo entrevistado é um gerente da Guarda Municipal de Belo Horizonte; a Secretaria Municipal de Finanças, cujo entrevistado é um gerente da Secretaria Municipal Adjunta do Tesouro; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, cujo entrevistado é um gerente a Secretaria Municipal Adjunta de Desenvolvimento Econômico; a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, cujo entrevistado e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

um gerente da Secretaria Municipal de Esportes. Não foi realizada entrevista com gerente da Secretaria de Administração Regional Municipal no que tange às atividades-fim, pois tais secretarias refletem as funções das demais secretarias no nível da regional. Também não foi realizada entrevista com gerente do Gabinete do Prefeito, pois esta possui uma estrutura bastante reduzida.

Foi feito contato telefônico e enviado e-mail para cada um desses gerentes, dezesseis no total, tendo obtido resposta positiva por parte de todos eles, que foram entrevistados entre os dias 05 de janeiro a 04 de março de 2016.

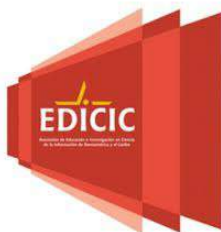
As entrevistas também foram na modalidade semiestruturada. O roteiro é bastante parecido com o aplicado aos gerentes de atividades-meio, com pequenas adaptações e aperfeiçoamentos resultantes da experiência com o primeiro grupo de entrevistados. Conforme as respostas dos entrevistados e o domínio sobre o tema demonstrado ao longo da entrevista, novas perguntas foram elaboradas, com vistas a extrair maiores informações para a pesquisa.

3 RESULTADOS

Para a apresentação dos resultados, visando manter o anonimato das respostas, cada um dos entrevistados recebeu um código. Os gerentes das atividades-meio receberam um código iniciado com a sequência de letras “AM”, seguidas de um traço e um número. Desse modo, os gerentes das atividades-meio são citados como AM-1, AM-2... até AM-13. Os gerentes das atividades-fim receberam um código iniciado com a sequência de letras “AF” seguidas de um traço e um número. Esses gerentes são citados então como AF-1, AF-2... até AF-16.

3.1 Perfil do gerente

Um importante aspecto levantado sobre os gerentes entrevistados é a formação. Pela TABELA 1 pode-se observar a grande maioria dos gerentes das atividades-meio entrevistados (onze) tem, pelo menos, curso superior completo e apenas dois têm curso superior incompleto. Além disso, três desses gerentes têm pelo menos um curso de pós-graduação *lato sensu*, nenhum deles informou ter curso de mestrado ou doutorado. Já o perfil do gerente entrevistado responsável por gerência atividade finalística é um pouco diferente. Nessa categoria de entrevistados, a escolaridade é ligeiramente mais elevada, todos têm curso superior, sendo que



dois deles têm como grau máximo de escolaridade o mestrado e um tem o doutorado. Além disso, quatro deles têm curso de pós-graduação *lato sensu*.

TABELA 1 – Formação escolar e acadêmica dos gerentes de atividade-meio e fim da PBH entrevistados para a pesquisa.

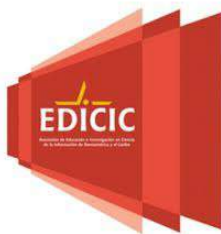
Formação	Atividade-meio		Atividade-fim	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Curso superior incompleto	2	15,38%	0	0%
Curso superior completo	8	61,54%	9	56,25%
Pós-graduação lato sensu	3	23,08%	4	25,00%
Mestrado	0	0%	2	12,5%
Doutorado	0	0%	1	6,25%
Total	13	100%	16	100%

Fonte: elaboração própria

Em relação à formação na graduação, constata-se que quatro desses gerentes possuem duas graduações, estando um deles cursando a segunda (em Direito). Dois deles possuem graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. O outro gerente, com dupla graduação, concentra suas formações em Engenharia, sendo um curso de Engenharia Elétrica e outro em Engenharia Mecânica. No que diz respeito às áreas de graduação, a maioria dos gerentes das atividades meio se graduou em áreas das chamadas Ciências Sociais Aplicadas (10), dois gerentes têm formação nas Engenharias e apenas um na área de Ciências Exatas e da Terra. Verifica-se, assim, uma concentração de profissionais voltados para a área de Administração, Contabilidade e Direito, bastante compatíveis com o perfil esperado de um gerente cujas atribuições se localizam dentro da área administrativa e/ou financeira.

TABELA 2 – Área de graduação dos gerentes entrevistados das atividades-meio

Área de graduação	Número de gerentes
Administração de Empresas	3*
Ciências Contábeis	5**
Direito	3***
Engenharias	3
Ciências Econômicas	1



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Geografia	1
Psicologia	1
Total	17

Fonte: Elaboração própria

* Incluindo um gerente com curso superior incompleto nessa área.

** Incluindo um gerente com curso superior incompleto nessa área.

*** Incluindo um gerente com essa graduação em curso.

Em relação ao gerente responsável por atividades-fim, observa-se uma maior diversificação nas áreas de formação, compatíveis com as atribuições dos cargos que ocupam. Verifica-se, ainda, uma predominância na formação nas áreas das chamadas Ciências Sociais Aplicadas (12). Aparecem, contudo, dois graduados nas Ciências da Saúde, um na área das Ciências Biológicas e um nas Engenharias.

TABELA 3 – Área de graduação dos gerentes entrevistados das atividades finalísticas.

Área de graduação	Número de gerentes
Direito	5
Administração de Empresas	3
Biologia	1
Ciências Contábeis	1
Ciências Sociais	1
Comunicação Social (Jornalismo)	1
Educação Física	1
Engenharia Civil	1
Medicina	1
Serviço Social	1
Total	16

Fonte: Elaboração própria

Ainda no que diz respeito à formação, observa-se que dos quatro gerentes de atividade-meio que possuem cursos de pós graduação *lato sensu*, dois realizaram esse estudo na área de Administração Pública. Os outros três cursos declarados são: Política e Gestão Ambiental;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

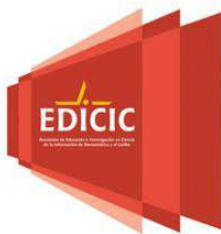
Serviços de Saúde; Direito Sanitário. Esses dois últimos cursos foram feitos por um mesmo gerente, que atua na Secretaria Municipal de Saúde.

Entre os gerentes de atividades-fim, constatou-se uma relativa coerência entre os nove cursos citados como áreas de pós-graduação *lato sensu* e as gerências de atuação desses gestores. Foram citados os seguintes cursos: Consultoria Contábil; Direito Público; Elaboração de Projetos Sociais; Gerenciamento de Projetos; MBA em Gestão, Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos; Pediatria; Tecnologia da Construção; Temas Filosóficos; Gestão da Política de Assistência Social. No que diz respeito aos cursos de mestrado, a mesma coerência é observada. Foram citados três cursos: Gestão e Avaliação da Educação Pública; Promoção da Saúde e Prevenção da Violência; Saúde Pública. O único curso de doutorado citado é em Medicina Tropical.

A vinculação funcional com a prefeitura foi o aspecto levantado com o objetivo de diagnosticar o grau de continuidade e de envolvimento do gerente nas políticas públicas municipais. Nesse quesito observou-se que quase 70% dos gerentes - em ambos os conjuntos (atividades meio e fim) - são funcionários de carreira. No primeiro grupo, atividades meio, nove dos treze gerentes são funcionários de carreira contra quatro gerentes que não possuem cargo efetivo. No segundo grupo, onze deles têm um cargo efetivo, contra cinco que não o têm. Essa proporção é ligeiramente superior ao exigido pela legislação municipal que é de, no mínimo, 65% dos gerentes de recrutamento limitado e, no máximo, 35% de recrutamento amplo, conforme a Lei Municipal 8.288, de dezembro de 2001 (BELO HORIZONTE, 2001). Ainda com objetivo de compreender aspectos relativos a essa continuidade e envolvimento, levantou-se a o tempo de serviço desses gerentes na Prefeitura. Esses dados são apresentados na TABELA 4.

TABELA 4 – Tempo de atuação do gerente na Prefeitura (grupo de atividade-meio)

Tempo de Prefeitura	Quantidade de gerentes
Acima de 31 anos	3
Entre 26 e 30 anos	1
Entre 21 e 25 anos	3
Entre 16 e 20 anos	0
Entre 11 e 15 anos	0



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Entre 6 e 10 anos	4
5 anos ou menos	2
Total	13

Fonte: elaboração própria

Nesse grupo de gerentes, pode-se perceber que sete deles têm mais de 21 anos de trabalho na Prefeitura. Quatro deles têm de seis a dez anos e apenas dois deles têm menos de cinco anos de atividade na administração pública do município de Belo Horizonte. Esses números indicam um percentual bastante elevado de servidores que tiveram a oportunidade de conhecer bem as rotinas administrativas da Prefeitura. Nesse grupo também foi perguntado se haviam trabalhado em outras secretarias ou gerências da PBH. Apenas dois deles nunca tinham trabalhado em outras unidades administrativas; outros onze responderam que já haviam trabalhado em outros locais dentro da Prefeitura, demonstrando uma visão mais geral da administração municipal.

Em relação aos gerentes das atividades-fim, os dados são apresentados na TABELA 5.

TABELA 5 – Tempo de atuação do gerente na Prefeitura (grupo de atividade-fim)

Tempo de Prefeitura	Quantidade de gerentes
Acima de 31 anos	2
Entre 26 e 30 anos	0
Entre 21 e 25 anos	1
Entre 16 e 20 anos	4
Entre 11 e 15 anos	4
Entre 6 e 10 anos	3
5 anos ou menos	2
Total	16

Fonte: elaboração própria

Como se pode observar pela Tabela 5, apenas três gerentes do grupo de atividades-fim têm 21 anos ou mais de tempo de serviço na Prefeitura. A maioria deles (onze) atua entre seis e 20 anos como servidor municipal. Apenas dois deles têm menos de cinco anos de experiência na administração pública municipal de Belo Horizonte. Esses números revelam gerentes que possuem uma boa experiência na Prefeitura, um pouco menor, contudo, do que o grupo anterior.



Considera-se que esse grupo também teve oportunidade de conhecer as rotinas administrativas da prefeitura, a julgar-se pelo tempo de serviço.

Em relação à vivência profissional em outras unidades da prefeitura, mais da metade (nove, dos dezesseis gerentes) disseram nunca terem trabalhado em outras secretarias. Os outros sete disseram ter trabalhado em outras secretarias, sendo que dois deles afirmaram ter trabalhado em outras secretarias, porém na mesma área em que atuam. Pode-se perceber nesse grupo um conjunto um pouco maior de profissionais mais especializados e com uma permanência maior na área em que atuam, o que pode significar uma visão um pouco menos global da Prefeitura de Belo Horizonte, contrariamente ao grupo de gerentes de atividade-meio.

Em relação aos conhecimentos específicos de gestão de documentos por parte dos gerentes, percebeu-se, ao longo das entrevistas que, em relação ao grupo de gerentes entrevistados, apenas um passou por treinamento relativo à gestão de documentos, o que demonstra ainda o baixo alcance das iniciativas do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte nessa área, embora muitos investimentos nesse sentido tenham sido feitos nos últimos anos.

Considerando esse cenário, na busca por uma compreensão da visão desses gerentes em relação à gestão de documentos, foram feitas perguntas relativas a conceitos e legislação relativos à gestão de documentos e destinação de documentos.

3.2 A atuação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e a Tabela de Temporalidade na visão dos gerentes

A atuação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte é um aspecto parcialmente presente na visão dos gerentes. Apenas quatro entrevistados citaram o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte como unidade responsável pela coordenação de documentos na Prefeitura, sendo que um deles o denominou de Gerência de Arquivos, mas citou corretamente o endereço do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e outro o chamou de “Arquivo Geral da Cultura”. Este último também citou a Secretaria Municipal Adjunta de Modernização, separando o Arquivo como aquele que cuida do arquivamento e da destinação, esse entrevistado fez certa confusão entre as funções. As respostas foram agrupadas na TABELA 6.

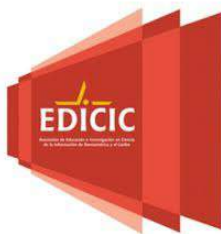


TABELA 6– Unidade responsável pela coordenação da gestão de documentos, segundo os gerentes entrevistados.

Unidade responsável pela coordenação da gestão de documentos	Quantidade
Não sabe	9
Secretaria Municipal Adjunta de Modernização	6
Gerência de Arquivos (GEARQUI)	5
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte	4
Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa (SMAGEA)	4
Câmara Técnica	1
Controladoria Geral do Município	1
Fundação Municipal de Cultura	1
Não existe	1
Prodabel	1
Secretaria de Transparência	1
Secretaria Municipal de Planejamento	1
Total de respostas	35*

*Alguns entrevistados citaram mais de uma unidade organizacional

Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar pelo quadro acima, nove dos vinte e nove entrevistados, disseram não saber qual a unidade responsável pela coordenação da gestão dos documentos na Prefeitura de Belo Horizonte. Outro entrevistado disse não existir unidade com tal atribuição. Além do Arquivo Público, outras nove unidades foram citadas. Destaca-se que a Secretaria Municipal Adjunta de Modernização foi a mais citada, tendo sido apontada por seis entrevistados como a unidade com as atribuições relativas à coordenação de gestão de documentos. Dois desses entrevistados citaram uma gerência subordinada a essa secretaria, a Gerência de Desenvolvimento Organizacional (GEORG). Esse engano é compreensível uma vez que essa gerência tem como uma de suas atribuições, de acordo com o inciso VI do Art. 63 do Decreto 14.281, de 18 de fevereiro de 2011 “gerir o sistema de formulários do Município, coordenando o processo de padronização e disponibilização de documentos oficiais na Administração Municipal” (BELO HORIZONTE, 2011b), estando em contato direto com todas as secretarias nessa sua atribuição. A segunda unidade mais citada é a Gerência de Arquivos (GEARQUI). Essa gerência está subordinada à Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa, também citada na pesquisa por quatro entrevistados. A GEARQUI é a unidade responsável pelo arquivo intermediário de processos, atualmente com guarda terceirizada.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

As demais unidades citadas, cada uma delas por um entrevistado, são: a Controladoria Geral do Município; a Fundação Municipal de Cultura, à qual se subordina o Arquivo Público; a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel); a Secretaria Municipal de Planejamento. Além dessas unidades, a Câmara Técnica de Avaliação de Documentos de Arquivo é citada como responsável pela coordenação da gestão de documentos e também foi citada “Secretaria de Transparência”, não encontrada no organograma da Prefeitura.

Para esclarecer essa indagação, os entrevistados foram questionados se conhecem as atribuições do APCBH. Mais uma vez as respostas apontam um grande desconhecimento por parte desses agentes públicos. Entre os treze gerentes de atividades-meio, apenas dois disseram conhecer a unidade arquivística. Outro gerente afirmou já ter estado lá, mas desconhecer suas atribuições. Outro ainda disse já ter ouvido falar no APCBH. Entre os dezesseis gerentes de atividades finalísticas, treze disseram não conhecer, dois disseram conhecer pouco e apenas um gerente afirmou já ter visitado, mas desconhecer as funções do arquivo público municipal, tendo citado a preservação de documentos como uma de suas atribuições. Ao analisar as respostas - tanto dos gerentes de atividades finalísticas como de atividades-meio - pôde-se consolidar os dados da TABELA 7.

TABELA 7 – Conhecimento dos gerentes sobre o APCBH

Conhecimento sobre o APCBH	Quantidade
Não conhece	22
Conhece pouco/ouviu falar	4
Conhece	3
Total	29

Fonte: Elaboração própria

Outra pergunta feita aos entrevistados causou surpresa, quando comparada com o conhecimento que os gerentes têm sobre o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Trata-se do questionamento a respeito de eles conhecerem a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Prefeitura de Belo Horizonte. Entre os gerentes das



atividades-meio, esse conhecimento é bastante frequente, conforme pode ser observado na TABELA 8

TABELA 8 Conhecimento sobre a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da PBH – gerentes das atividades-meio.

Conhece	Quantidade
Sim	10
Não	3
Total	13

Fonte: elaboração própria

Entre os gerentes das áreas finalísticas, o resultado foi um pouco diferente, conforme pode ser visto na TABELA 9.

TABELA 9: Conhecimento sobre a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da PBH – gerentes das atividades-fim.

Conhece	Quantidade
Sim	10
Não	6
Total	16

Fonte: elaboração própria

Cabe ressaltar que entre os dez gerentes de atividades-meio que afirmaram conhecer o instrumento de destinação de documentos da Prefeitura, três disseram nunca tê-lo consultado. Nota-se que entre os gerentes responsáveis por gerências de atividades-meio há um conhecimento maior em relação à Tabela de Temporalidade, como era esperado, pois, ao lidarem com transações envolvendo pagamento e recebimento de recursos, o cuidado com a preservação e a garantia do valor fiscal dos documentos é uma necessidade da própria rotina do trabalho. Vale lembrar que grande parte dos entrevistados são gerentes de gerências administrativo-financeiras.

Somando-se os resultados encontrados, percebemos que entre os vinte e nove gerentes entrevistados, vinte conhecem a Tabela de Temporalidade, ainda que alguns deles nunca a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

tenham consultado e nove afirmaram não conhecerem esse instrumento, ou seja, mais de dois terços dos gerentes entrevistados conhecem a Tabela de Temporalidade. Esse número é significativo se consideramos a pequena parcela de gerentes que reconhecem o Arquivo Público como responsável pela coordenação da gestão de documentos no município e o número de gerentes que conhecem as atribuições do APCBH.

No sentido de identificar a implementação da Tabela de Temporalidade, foi perguntado aos gerentes se eles eliminavam documentos. O objetivo dessa pergunta era compreender se os gestores entrevistados tinham realizado esse procedimento, visando perceber o grau de conhecimento em relação à rotina de eliminação. Complementando essa pergunta, os gerentes foram arguidos sobre o procedimento utilizado nesse processo. As respostas dos dois grupos foram ligeiramente diferentes. Entre os gerentes das atividades-meio, o número de respostas positivas foi maior do que entre os gerentes de atividades finalísticas, conforme pode ser visto nas TABELAS 10 e 11. As respostas foram agrupadas em Não, Sim (de acordo com procedimentos legais) e Sim (em desacordo com os procedimentos legais).²

TABELA 10 – Eliminação de documentos – gerentes de atividades-meio

Já eliminou documentos	Quantidade
Não	5
Sim (de acordo com os procedimentos legais)	5
Sim (em desacordo com os procedimentos legais)	2
Total	12*

* Essa pergunta não foi feita a um dos gerentes que foi entrevistado na fase de testes das entrevistas
Fonte: elaboração própria

² Os procedimentos para a eliminação de documentos encontram-se definidos na Instrução Normativa 09/2014, expedida pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. De acordo com essa norma, os documentos comprobatórios da eliminação de documentos na PBH são: cópia da publicação do Edital de Ciência de Eliminação; uma via do Termo de Eliminação; uma via da Lista de Eliminação para o APCBH e o original da Declaração de Doação dos Fragmentos de Papel para Reciclagem (BELO HORIZONTE, 2014). O que foi considerado fora dos procedimentos legais foi a eliminação que não obedeceu à Instrução Normativa 09/2014, seja pela negligência ou desconhecimento por parte do servidor público. As eliminações de documentos não arquivísticos ou de cópias desprovidas de valor, como impressões de e-mail, conforme foi citado em uma entrevista, não foram consideradas eliminações em desacordo com os procedimentos legais. Nesse caso, foi considerado que o gerente não eliminou documentos.

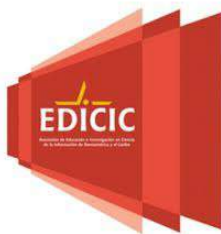


TABELA 11 – Eliminação de documentos – gerentes de atividades finalísticas.

Já eliminou documentos	Quantidade
Não	10
Sim (de acordo com os procedimentos legais)	2
Sim (em desacordo com os procedimentos legais)	4
Total	16

Fonte: elaboração própria

Um dos entrevistados das áreas finalísticas afirmou ter ocorrido a eliminação acidental de documentos, ou seja, a falta de cuidado com os documentos teve como consequência sua perda. Nas palavras do entrevistado:

(...) Nós já eliminamos por força maior. A gente teve um problema aí com uns arquivos, mas que também já tinham passado da data de acordo com a tabela que ficavam guardados num depósito (...), se eu não me engano, e teve uma enchente lá e esses arquivos foram transferidos para (...) e a gente teve que fazer o descarte porque eles estavam ilegíveis, impossíveis de ser identificados (AF-14).

Nesse caso, fica a seguinte questão: o entrevistado afirmou que os documentos estavam com prazo vencido, mas os documentos não puderam ser identificados. Como seria possível saber se o prazo estava vencido sem a correta identificação do documento? Esse tipo de descaso, também citado por outros entrevistados, pode gerar enormes prejuízos para a administração e para o cidadão. Na área em questão, os documentos eliminados poderiam trazer graves consequências tanto para a administração quanto para pessoas físicas.

Outro entrevistado de gerência relacionada à atividade-fim descreveu a eliminação realizada por sua gerência como baseada em legislação federal e municipal relacionada aos programas com os quais a área lida. Quando perguntado se a Tabela de Temporalidade é consultada para a eliminação desses documentos, o gerente afirmou que não e disse desconhecer o fato de ser a Tabela o instrumento responsável por dar o respaldo à eliminação.

Em suas palavras:

A temporalidade que eu utilizo é essa que eu te disse: a gente faz uma avaliação da legislação pertinente àquele programa. Como eu trabalho com três programas pontuais, o que a legislação que rege a documentação, a guarda de documentos daquele programa, o que estabelece é o que a gente segue (AF-1).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Quando se trata de documentos mais internos, o entrevistado afirmou

Agora, aquilo que é documento mais mesmo interno, ofício que eu encaminhei para outra secretaria, a gente avalia, dependendo do assunto (...), como nós temos também o arquivo eletrônico, dependendo do documento, a gente destrói com dois anos, três anos, no máximo, cinco anos de arquivamento (AF-1).

Outro entrevistado afirmou eliminar documentos de convocações para reuniões e convites sem nenhum tipo de formalização:

(...) O que eu não arquivo são informações assim, por exemplo, de que vai ter uma reunião no (...), nós estamos te chamando para você está lá nove horas. Eu vou naquela reunião e pronto acabou. Agora tudo aquilo que remete a um processo de trabalho, a uma resposta, a uma solicitação e aquilo fica arquivado.

(...)Esses eu recebo, já vou, eu mesma já rasgo e jogo fora. Assim, por exemplo, vai ter um seminário tal, tal, tal, (...) vai dar uma palestra. Aí eu agendo aqui que eu vou dar uma palestra tal e jogo o convite fora (AF-16).

Nesse caso, o servidor público, por desconhecer o processo de eliminação de documentos estabelecido na Instrução de Serviço 09/2014 (BELO HORIZONTE, 2014), assim como desconhecer as atribuições do Arquivo Público na gestão de documentos na Prefeitura de Belo Horizonte, realiza a eliminação de acordo com seu “bom senso”, ou seja, de forma ilegal. Não se supõe, nesse caso, má fé. O que se percebe é o desconhecimento dos procedimentos e rotinas estabelecidas e regulamentadas na Prefeitura. Esse “bom senso”, contudo, não justifica o desrespeito à legislação arquivística brasileira que dá aos arquivos públicos a autoridade para autorizar a eliminação de documentos públicos. Nesse caso, uma ilegalidade está sendo cometida e o gerente foi alertado para a ilegalidade de tal procedimento, assim como todos aqueles que afirmaram agir da mesma maneira.

No que diz respeito ao recolhimento de documentos para guarda permanente, foi perguntado aos gerentes se sua gerência já recolheu documentos para guarda permanente no APCBH. As respostas dos gerentes não foram diferentes entre um grupo e outro e são apresentadas na TABELA 12.

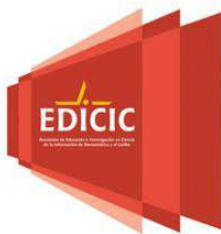


TABELA 12 – Recolhimento de documentos ao APCBH

Recolheu documentos ao APCBH	Quantidade
Sim	0
Não	24
Não soube responder	3
Total	27*

*Essa pergunta não foi feita a dois gerentes das atividades-meio, entrevistados na fase de testes das entrevistas.

Fonte: elaboração própria

Como pode ser visto pela TABELA 12, nenhum dos gerentes afirmou que a gerência havia recolhido documentos para guarda permanente no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Esses números são bastante preocupantes, pois as gerências entrevistadas possuem papéis centrais em suas secretarias. No que diz respeito às atividades finalísticas, as gerências selecionadas estão no escopo central da missão das secretarias a que pertencem, além de pertencerem a um alto nível hierárquico na administração do município. Considera-se que essas gerências produzem documentos vitais para a memória da administração de Belo Horizonte, com alto valor probatório e informativo

Aliada do Arquivo Público na Gestão de Documentos, a Câmara Técnica de Avaliação da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da Prefeitura de Belo Horizonte (CTATTDD-PBH) é ainda muito pouco conhecida entre os entrevistados. Entre os gerentes de atividades-meio, a situação é apresentada na TABELA 13.

TABELA 13 – Conhecimento sobre a CTATTDD-PBH pelos gerentes das atividades-meio.

Conhece	Quantidade
Sim	0
Não	10
Ouviu falar	2
Total	12*

* Essa pergunta não foi feita a um dos gerentes na fase de testes das entrevistas.

Fonte: Elaboração própria



Esse resultado demonstra que mesmo entre gerentes com um perfil administrativo, com predominância de funcionários de carreira, nenhum conhece o trabalho da Câmara Técnica de Avaliação da Tabela de Temporalidade, instituída em 1997, juntamente com esse instrumento de destinação. Esse desconhecimento leva a uma visão de que a Tabela de Temporalidade é um instrumento estático, contrariamente ao que deve ser um instrumento de destinação e à intenção da própria prefeitura quando instituiu essa comissão. Os gerentes não sabem que podem recorrer a essa instância quando necessitarem incluir documentos na Tabela ou alterar prazos já estabelecidos para os documentos produzidos em suas áreas. Acredita-se que decorre daí a baixa utilização desse importante instrumento de que a prefeitura dispõe de forma pioneira entre as capitais do Brasil. Uma tabela de temporalidade sem atualização constante, no ritmo da produção documental e das alterações de contextos legais e administrativos tende a ficar subutilizada.

A situação é apenas um pouco diferente quando são analisadas as respostas dos gerentes das atividades-fim, conforme pode ser visto na TABELA 14.

TABELA 14 – Conhecimento sobre a CTATTDD-PBH pelos gerentes das atividades finalísticas.

Conhece	Quantidade
Sim	3
Não	12
Ouviu falar	1
Total	16

Fonte: elaboração própria

Conforme pode ser visto na Tabela 14, apenas três gerentes conhecem a Câmara Técnica de Avaliação da Tabela de Temporalidade. Apesar de esses números serem um pouco melhores do que os encontrados entre os gerentes das atividades finalísticas, não são muito animadores. Menos da quarta parte dos gerentes entrevistados conhece essa instância deliberativa em relação à Tabela de Temporalidade. Entre os gerentes que disseram conhecer a Câmara, dois disseram também já haver encaminhado demandas a ela. Esses dois gerentes informaram não terem participado da reunião da Câmara Técnica. Em ambos os casos, foram outros funcionários que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

representaram a Gerência. Quando perguntados se tiveram algum retorno em relação à reunião, ambos responderam que o retorno foi positivo. Um deles respondeu ter sido positivo o retorno, porém destacou a demora do processo.

Ela deu um retorno seguinte: que a Câmara reúne assim com um espaço de tempo um pouco demorado. Pelo menos, na época, a gente tinha muita urgência de resposta e a gente tinha que ficar esperando a reunião da Câmara Técnica. Segundo, que ela achou, avaliou como muito positivo o trabalho da Câmara Técnica, as explicações que deram, a resposta que deram para a nossa demanda. E, assim, foi um *feedback* positivo que ela deu sobre a Câmara Técnica (AF-1).

Essa pergunta não foi feita aos gerentes de atividades-meio, uma vez que nenhum deles sequer conhecia a Câmara.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação constatada na pesquisa é bastante preocupante. Além do desrespeito à legislação municipal e federal, vários gerentes de diferentes níveis da administração da prefeitura tornam-se virtualmente responsáveis por perdas substanciais de importantes fontes de pesquisas para a história da cidade de Belo Horizonte. Ainda que esses documentos não sejam eliminados, o fato de não serem recolhidos ao APCBH preocupa, pois o acúmulo desordenado, dentro da própria unidade produtora, pode resultar na mistura deles com documentos correntes e intermediários, fazendo com que fiquem perdidos em meio às massas documentais acumuladas.

Enfim, a pesquisa revelou que, apesar do pioneirismo do APCBH, a ausência de auditorias ou fiscalização da gestão documental compromete seriamente o enorme esforço de sensibilização e de treinamento implementado pela equipe da instituição arquivística municipal. Essa situação é duplamente prejudicial, inviabilizando a economia de recursos (em depósitos, mobiliários, manutenção etc) decorrente da eliminação legal de documentos sem valor secundário, assim como acarretando na eventual destruição do patrimônio documental municipal, em razão de sua acumulação desordenada, por parte daqueles que os cidadãos incumbiram de protegê-lo.

Para que o conhecimento sobre procedimentos relativos à gestão de documentos chegue aos servidores municipais, contribuindo com a implementação de fato uma política arquivística



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

na Prefeitura de Belo Horizonte, alguns fatores devem ser observados. Cursos e treinamentos em gestão de documentos, realizados pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte devem ser requisitos obrigatórios para a entrada em exercício de todos os servidores públicos, nos chamados cursos de inserção. Além disso, os concursos públicos para todas as áreas da Administração Pública devem incluir conteúdos relacionados a arquivos e gestão de documentos, tendo em vista que, independentemente da função que vão ocupar, servidores públicos lidam com documentos públicos que devem ser tratados e conservados segundo a legislação vigente. A ausência de tais procedimentos tem colocado em risco o patrimônio arquivístico da Prefeitura de Belo Horizonte. Acredita-se que grande parte das eliminações ocorridas sem autorização e do pouco cuidado com a documentação pública não acontece por má-fé e sim pelo pouco preparo daqueles que com ela lidam na rotina de suas atividades.

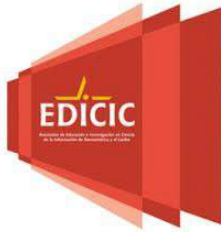
Pelos resultados encontrados percebeu-se a dificuldade de comunicação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte com os gerentes das diversas áreas da Prefeitura, tal dificuldade pode estar relacionada à sua posição periférica dentro da estrutura administrativa da Prefeitura, em uma fundação da área de cultura. Tal posicionamento, ao mesmo tempo em que pode favorecer sua atuação na guarda, preservação e difusão de seus acervos de guarda permanente, enfraquece sua atuação junto à administração pública municipal. O Arquivo Público de Belo Horizonte, assim como os demais arquivos, têm a dupla missão de servir à administração e à história e, portanto, encontrar o melhor lugar para seu posicionamento é uma escolha que sempre trará consequências positivas e negativas para uma ou outra.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte; Fundação Municipal de Cultura. **Instrução Normativa 09, de 19 de setembro de 2014.**

BELO HORIZONTE. Lei nº 8.288, de 28 de dezembro de 2001. Institui o Programa de Incentivo à Aposentadoria, complementa e altera a Lei nº 8.146/00, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Executivo, e dá outras providências. **DOM – Diário Oficial do Município**, 29 de dezembro de 2001.

BELO HORIZONTE. Lei nº 10.878, de 25 de novembro de 2015. Altera a Lei nº 9.011/05, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências. **DOM - Diário Oficial do Município**, 26 de novembro de 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 16 Nov. 2013.

Eixo 06

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Industria Criativa e Cultural



VOLTAR
AO SUMÁRIO



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Indústria Criativa e Cultural

ECONOMIA CRIATIVA E TIC NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PÓS-MODERNIDADE BRASILEIRA

CREATIVE ECONOMY AND ICT IN SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF BRAZILIAN POST-MODERNITY

Joana Gusmão Lemos, UFPR
Maria José Vicentini Jorente, UNESP

Resumo: O presente artigo constitui-se por revisão bibliográfica crítica resultante de investigação doutoral sobre o uso das tecnologias no desenvolver das relações infocomunicacionais com a Ciência. Nessa ambiência, objetiva identificar pelo olhar Pós-custodial da Ciência da Informação e da concepção da Economia Criativa meios para objetivação de conhecimento a partir do uso estratégico das mídias. Como resultados, apresenta-se um panorama conceitual sobre Indústrias Culturais e sua importância no delineamento da Economia Criativa, sendo esta configurada como estratégia de desenvolvimento que abrange todas as esferas envolvidas nos setores criativos de uma economia. Elucida-se o potencial de contribuição das Tecnologias de Informação e Comunicação para a criação de conhecimento, empoderamento e desenvolvimento sustentável de um país criativo e produtor de inovações consoantes à perspectiva Pós-industrial, Pós-moderna e Pós-custodial. O uso das tecnologias nos processos infocomunicacionais corrobora a ampliação da capacidade de compressividade dos registros do conhecimento em superfícies dinâmicas não convencionais. Modifica a produção da informação em suas relações de trabalho e instrumentos de gestão, disseminação e acesso à informação, e introduz o conceito de bens simbólicos como mercadoria reagente – conceito este que impulsiona o desenvolvimento da Economia Criativa. Aborda-se, nesse cenário, desafios à atuação dos profissionais da informação e perspectivas que se apresentam aos estudos da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Economia Criativa; Informação e Tecnologia; Pós-custodial; *Design* da Informação; *Web* Colaborativa.

Abstract: This article constitutes a critical literature review resulted from a doctoral research about the use of technologies in developing infocommunicative relations with Science. In this ambience, it aims to identify, from the Post-custodial perspective of Information Science and the current design of Creative Economy, means to objectify knowledge from the strategic use of media. As a result, it presents a conceptual overview of the Cultural Industry and its importance in designing Creative Economy, which is configured as a development strategy that covers all areas involved in the creative sectors of an economy. In this context, this article elucidates the potential contribution of Information and Communication Technologies for the creation of knowledge, empowerment and sustainable development of a creative and innovator country in line with Post-industrial, Post-modern and Post-custodial perspective. The use of technology in infocommunicative processes supports the expansion of the compressing capacity of knowledge records in unconventional dynamic surfaces. This use gradually changes the production of information in their labor relations and management tools, in information dissemination and access, and it introduces the concept of symbolic goods as reagent merchandise - a concept that drives the development of Creative Economy. In this scenario, this study addresses the challenges presented to information professionals' actions as well as the perspectives to the studies in Information Science.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Keywords: Creative Economy; Information and Technology; Post-custodial; Information Design; Collaborative Web.

1 INTRODUÇÃO

A Economia Criativa, também referida pelos termos Indústrias Criativas ou Economia da Cultura, provêm de uma recente visão sobre as conhecidas Indústrias Culturais. A partir da década de 1990, essa nova denominação começou a ganhar força entre os profissionais do setor cultural do cenário internacional.

No Brasil, isso ocorreu especialmente a partir da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, realizada em junho de 2004, que resultou na instalação do Centro Internacional das Indústrias Criativas, em 2005, na cidade de Salvador. Em 2007, o país sancionou a “Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais”, elaborada previamente na 33ª Reunião da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Paris, em outubro de 2005. Dessa forma o Brasil consolidou sua participação no debate mundial sobre a cultura e abriu espaço para essa nova concepção em sua esfera cultural (MACHADO, 2009).

O termo Indústria Cultural, consolidado pela Teoria Crítica é ineficaz para abarcar a complexidade das relações engendradas pela inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos infocomunicacionais e a globalização do mundo contemporâneo. Ainda que se identifique a existência de padrões de comportamento e valores propagados pelas produções culturais globalizadas, os novos meios/mídias abrem possibilidades de tomadas de decisão e de expressão das diferenças. O global/coletivo se constrói a partir do local/individual e propicia um fortalecimento de identidades em diferentes níveis e, inclusive, a produção de identidades híbridas, construídas a partir da diversidade cultural e das novas concepções dos processos sociais.

Toca-se em um ponto crucial ao desenvolvimento humano sustentável - a necessidade de enxergarmos uns aos outros; reconhecermos as minorias, os diferentes atores sociais, suas necessidades, contextos e idéias; respeitarmos suas especificidades para impulsionar dinâmicas de “crescimento auto-sustentado” (FADEL; SMITH, 2009); explorarmos meios de desenvolvimento a partir das potencialidades dos indivíduos ou grupos para estimular um



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

desenvolvimento emergente, autônomo – e, assim, sustentável – que segue a tendência estrutural do universo digital sobre o qual se projeta a chamada Sociedade do Conhecimento¹.

Nesta conjuntura de uso das TIC em rede se delinea a Economia Criativa, que inclui em seu projeto as particularidades das minorias. Em um universo de fronteiras espaço-temporais enfraquecidas em seus limites físicos, as diferenças se encontram possibilitando uma interpenetração de culturas. As minorias podem alcançar sua inserção no viés público – no sentido político da palavra –, inclusive as comunidades imaginárias criadas por esses grupos, que atingem agora escalas globais. Assim, são criadas novas comunidades construídas a partir do que Wieviorka (2009) chama de “individualismo moderno”, capaz de ações colaborativas. Trata-se de um movimento que, embora característico das relações infocomunicacionais na digitalidade, segue tendência natural do processo cognitivo humano: enxergar o mundo com os olhos de sua cultura, de seu contexto social e de sua realidade.

Em um mundo desterritorializado do ponto de vista das possibilidades de comunicação, produção e troca da informação, os indivíduos podem escolher, ainda que virtualmente, seus grupos, para partilhar valores. São tensionadas as exigências do indivíduo, da razão e do direito com as dos grupos e suas paixões, convicções e tradições, uma vez que a concepção de sujeito na atualidade aclara a relação entre o individualismo e as identidades coletivas, apenas aparentemente opostos (WIEVIORKA, 2009).

Machado (2009) aponta que, na Economia Criativa, a relação entre indivíduo e sociedade é resgatada como sociabilidade, de modo que um não é externo ao outro, mas sim articulados em permuta. Assim, a substituição do termo Indústria Cultural revela a preocupação em afastar a dimensão negativa proposta Adorno e Horkheimer e encontrar uma denominação capaz de abranger atividades não contempladas pelo conceito, como artesanato, turismo cultural, festejos, patrimônio, etc. – bens e serviços com valor cultural e econômico, portadores de valor comercial, mas também de identidades, valores e significados outros.

A Economia Criativa, segundo Reis (2012), se apresenta como estratégia de desenvolvimento abrangendo, além da cultura, a tecnologia e todas as esferas envolvidas nos setores criativos de uma economia. Exige, para sua evolução, articulação política entre divisões especialmente de cultura; desenvolvimento; indústria e Comércio; educação e ciência

¹ Sobre o conceito de Sociedade do Conhecimento, referenciamos a obra “Sociedade de conhecimento versus economia de conhecimento: conhecimento, poder e política” (UNESCO, SESI, 2005).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

e tecnologia. À vista disso, a economia criativa acarreta debates e estudos em áreas plurais, não exclusivamente ligadas à política industrial ou econômica. Discussões nesse sentido surgem na área da Educação, que ambienta questionamentos sobre o sistema educacional e a desatualização do perfil de alguns profissionais, contrapondo-os à emergência de novas profissões que trazem à tona a necessidade de incorporação da criatividade desde a educação fundamental – e não como matéria exclusiva do artista ou do cientista (REIS, 2012).

Dito de outro modo, a Economia Criativa, apesar de se apresentar sob uma lógica de mercado, lida com um bem simbólico² – a criatividade –, e instiga, além de um reposicionamento do papel da cultura na estratégia socioeconômica, uma revisão da estrutura econômica de cadeias setoriais para redes de valor: o uso das tecnologias em rede e a emergência de criações colaborativas demandam novos modelos de negócio. As Indústrias Criativas devem trabalhar valores da originalidade, da colaboração e da diversidade cultural.

Reconhece-se que a densidade e diversidade do conteúdo cultural de uma sociedade incidem diretamente sobre suas possibilidades de desenvolvimento. Cria-se um novo espaço de atuação aos países em desenvolvimento ricos em recursos criativos, como o Brasil. Torna-se urgente a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas a um desenvolvimento embasado na inclusão social, na sustentabilidade, na inovação e na diversidade cultural: um desafio de recondução de discussões e políticas para aproveitamento da criatividade brasileira no desenvolvimento socioeconômico e cultural do país.

No contexto brasileiro atual, embora não tenhamos ainda um panorama consolidado em relação aos direcionamentos apontados pelas recentes medidas do governo interino, que acaba de assumir o Estado (maio de 2016), consideramos de suma importância ressaltar o trabalho que estava em curso até então para o crescimento do país na Economia Criativa.

Nesse âmbito, a Secretária da Economia Criativa do recentemente extinto Ministério da Cultura, Cláudia Leitão (2011), reiterou a necessidade de se integrar no Brasil ações de organização flexível da produção, da difusão de inovações e conhecimento, processos de adaptação das instituições e ações de desenvolvimento urbano, para assim gerar uma sinergia de desenvolvimento endógeno. Um desenvolvimento emergente, com valorização das éticas e expressões culturais locais, favorável a práticas cooperativas e laços de confiança entre indivíduos e grupos, além da proteção ao patrimônio cultural e ambiental das áreas envolvidas.

²Sobre o conceito de bens simbólicos, referenciamos a obra de Pierre BOURDIEU (2007).

Ainda que no Brasil as instâncias culturais enfrentem retrocesso devido a questões políticas que caracterizam o momento instável do país no ano de 2016, o crescimento da Economia Criativa no mundo ratifica a presença global e ascendente dessa concepção que ultrapassa o entendimento moderno sobre “Indústrias Culturais”. Caminha-se para uma Economia Criativa do Pós-moderno, porém uma realidade em (trans)formação, cuja abordagem deve adequar-se a cada contexto específico.

Por isso, verificou-se, para a criação da Secretaria da Economia Criativa (SEC), hoje tragicamente extinta juntamente com o Ministério da Cultura (MinC), houve necessidade de se ampliar os significados da Economia Criativa de acordo com as potencialidades brasileiras. Seus fundamentos foram ajustados aos princípios de inclusão social, sustentabilidade, inovação e diversidade cultural brasileira (Figura 1).

FIGURA 1 - A ECONOMIA CRIATIVA BRASILEIRA E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES



Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012, p.33.

Instituídos esses pilares, realizou-se no âmbito do Plano da SEC 2011-2014 um trabalho terminológico (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011):

1. Estabeleceu-se o uso do termo “**setores criativos**” para representar os conjuntos de empreendimentos atuantes no campo da Economia Criativa: todos aqueles cujas atividades produtivas giram em torno de um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço e produtor de riqueza cultural e econômica.

Tal definição destaca a abrangência dos setores criativos para além daqueles tidos como tipicamente culturais (música, dança, teatro, cinema, pintura, fotografia), incorporando outras atividades relacionadas a campos como *design*, arquitetura e novas mídias.

2. Delineou-se o conceito de Economia Criativa a partir das dinâmicas socioculturais e econômicas construídas no ciclo de produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos. A Economia Criativa, com dinâmica própria, desconstrói modelos econômicos tradicionais, carecendo, contudo, de marcos legais e bases conceituais apropriadas a novos modelos de negócio.

Delimitados tais conceitos, o Plano da SEC 2011-2014 apresentou um escopo dos setores criativos identificados e categorizados para atender às necessidades do poder público de qualificar e quantificar os atores, atividades, impactos e desenvolvimento do ramo, ainda que seus produtos sejam multidisciplinares e raramente classificáveis sob um único segmento.

A UNESCO, por outro lado, organiza os setores criativos a partir de duas macro-categorias: a dos Setores Criativos Nucleares, formada pelas atividades produtivas cujo processo principal é um ato criativo gerador de valor simbólico e de formação do preço; e a categoria dos Setores Criativos Relacionados, impactados diretamente pelos Nucleares. Seguidamente, são apresentados setores transversais aos anteriores: setor do Patrimônio Imaterial; da Educação e Capacitação; do Registro, Memória e Preservação e, finalmente, setor de Equipamentos e Materiais de Apoio aos setores criativos nucleares e relacionados (Figura 2).

FIGURA 2 - ESCOPO DOS SETORES CRIATIVOS – UNESCO (2009)



Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011, p.27.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A SEC surgiu como pasta responsável no reposicionamento do MinC, para atuar na transformação da cultura em um eixo estratégico para o desenvolvimento do Brasil. Seguiu um novo direcionamento econômico, sociocultural, político e educacional que se desdobrava nas dinâmicas de produção e desenvolvimento do país. No entanto, jovem que era, tratava-se ainda de um encaminhamento incipiente, impulsionado pelas tecnologias, comportamentos, valores e movimentos construídos nos interstícios das relações do complexo colaborativo.

Tendo em mente essa percepção econômica, que ganha frente na sociedade global e se coloca como condição para seu desenvolvimento como um todo, assinalamos as TIC na perspectiva da Economia Criativa. Frisamos seu potencial de contribuição para a criação de conhecimento, para empoderamento e para desenvolvimento sustentável de um país criativo e produtor de inovações consoantes à perspectiva Pós-industrial, Pós-moderna e Pós-custodial que floresce na contemporaneidade.

O presente artigo **constitui-se metodologicamente** como revisão bibliográfica crítica, resultante de investigação doutoral sobre o uso das tecnologias no desenvolver das relações infocomunicacionais com a Ciência. Nessa esfera, **objetiva** identificar pelo olhar Pós-custodial da Ciência da Informação (CI) e da atual concepção da Economia Criativa meios para objetivação de conhecimento a partir da utilização estratégica das mídias.

Nesse contexto, as Indústrias Culturais assumem importância para esta pesquisa, ao passo que marcam o início de um processo de popularização de bens culturais, possibilitado pelos veículos de comunicação e meios de produção de massa. Com as réplicas tecnicamente reproduzidas, a população teve acesso a um universo artístico e cultural antes elitizado. Tal fenômeno oportunizou novos processos de percepção, informação e inclusão de outros sujeitos no cenário cultural até então para eles desconhecido. Como sujeitos interpretantes, essa inclusão veio incumbida de seu contexto externo (sociedade) e interno (persona) relacionados. Um processo modificador essencial para a evolução ao cenário da Economia Criativa.

2 INDÚSTRIAS CULTURAIS: MASSIFICAÇÃO OU RESSIGNIFICAÇÃO DA ARTE?

Para tratarmos do conceito de Indústria Cultural, é imprescindível falarmos de Walter Benjamin (1892-1940), para quem o fenômeno da popularização da cultura é experiência e produção arraigada na prática política e a realidade é descontínua, dissociada de um centro



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

produtor e no maior interesse pelas margens, com suas forças e impulsos na política e na arte.

Benjamin vislumbra a mediação que permite relacionar historicamente a transformação nas condições de produção com as mudanças no espaço da cultura, ou seja, a modificação do *sensorium* dos modos de percepção e da experiência social (MARTÍN-BARBERO, 1997). Identifica no fenômeno da reprodução massiva a emergência de concepções de arte – se para a cultura culta a arte se sujeita à obra, na cultura das massas a chave está na percepção sobre ela e em seu uso. Trata-se do modo como se transforma a experiência, da maneira em se altera a percepção sensorial das coletividades.

Por outro lado, Benjamin (2005) denota o processo de perda de essência na obra de arte reproduzida em relação à original, essência a qual denomina aura – sua história, sua autenticidade. Entretanto, reconhece nesse movimento fatores sociais referentes ao papel que as massas passam a exercer na sociedade: exigem a aproximação humana e espacial das coisas, condenam o exclusivo e acolhem a reprodução.

O filósofo indica um abalo da tradição ao vincular a aura da obra de arte autêntica ao seu valor de culto sobre o qual se ergue sua funcionalidade incipiente. Relaciona a confecção de obras de arte para reprodução a uma libertação dessa condição ritualística: o critério da autenticidade não mais se aplica à produção artística, que passa e se engendra pela *práxis* política, emancipadora do uso ritual dos objetos, incrementadora da exposição e da aproximação dos sujeitos. O autor ressalta a independência da reprodução técnica em relação à peça original e suas possibilidades de ir além dos limites encerrados na mesma, impressionado como fotografia, que utiliza recursos técnicos como aproximação, ampliação, aceleração e angulação para revelar aspectos da realidade desapercibidos por olhos nus.

Há um deslocamento quantitativo entre as duas formas de valor que se transforma em modificação qualitativa na natureza da obra de arte. A esta se atribui novas funções, sustentadas pela supremacia do valor de exibição. No contexto da reproduzibilidade em massa, aponta Benjamin (2005), a função artística tradicionalmente denotada dá lugar a uma significação em contextos pré-determinados por sentidos interligados politicamente. Por outro lado, ao atingir aspectos da realidade que escapam aos instrumentos e penetrar no âmago da realidade, a reprodução atende à exigência legítima da obra de arte, embora modifique sua relação com a massa. O conjunto das reações individuais forma a reação maciça do público, cujo caráter coletivo em sua virtualidade atua na constituição das próprias reações individuais.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Já o cinema, aponta Benjamin, ao alargar o mundo conhecido dos objetos visuais e auditivos, permite que se aprofundem percepções e possibilita ao homem criar para si novas representações do mundo que o rodeia. O cinema traz um levantamento de realidade mais preciso do que a pintura e isola um número maior de elementos do que o teatro, por exemplo. O filme audiovisual possibilita reconhecer a identidade entre o aspecto artístico da fotografia e seu uso científico, compenetra arte e Ciência, até então divergentes; aclara as necessidades sobressaltadas da vida cotidiana e possibilidades de ação sobre as mesmas, transformando a câmara em tradutorado inconsciente visual. No entanto, a velocidade imposta pela sucessão de imagens no cinema implica em um olhar errante, não contemplativo.

Benjamin (2005) evidencia a “massa” enquanto produtora de novas atitudes em relação à arte. O aumento considerável da quantidade de participantes traz uma nova forma de participação, por meio da diversão coletiva: a obra é acolhida e examinada pelo público de forma distraída, aperceptiva, fazendo surgir outro tipo de existência das coisas e um novo modo de se aceder a elas. Se, para a maioria das pessoas, as coisas, por mais perto que parecessem estar, estavam longe, devido ao modo de relação social, agora, com o auxílio das técnicas, até o mais distante e sagrado pode ser sentido próximo. A experiência da massa vigora em exigências igualitárias, afirma o autor. Cria-se uma nova relação do popular com a arte e a cultura, de forma que a distração embate o degenerado recolhimento da elite burguesa.

Benjamin vê nesse entornou uma alforria para a arte. Para o filósofo, sentido e valor não devem estar associados, uma vez que o sentido não pode ser acrescentado como o valor o é, pois o sentido não é algo produzido, mas transformado – a experiência social pode sim sofrer um empobrecimento profundo sem necessariamente perder sua capacidade crítica ou criativa. Ele entrevê na mercantilização da cultura a descentralização da experiência burguesa como delimitadora da realidade, com a emergência de um *sensorium* proveniente das massas e configurado pela resistência e percepções de suas lutas (MARTÍN-BARBERO, 1997). Walter Benjamin traz um olhar otimista sobre as relações entre a arte reproduzida e as massas, considerando-as como geradoras de ressignificações e complexidade de processos culturais, sociais e políticos a partir do acesso às obras de arte.

Com pensamento mais cético em relação à massificação da arte, apresentam-se Theodor Adorno e Max Horkheimer, filósofos frankfurtianos que cunham, em 1947, o termo Indústria Cultural. Diferentemente de Benjamin, analisam a arte pela experiência da leitura



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

solitária e contemplativa do indivíduo burguês, e se opõem à ruptura dessa cultura do inatingível, à manipulação mercadológica e à padronização exercidas pelo sistema industrial.

Logo, a Indústria Cultural nasce sob uma égide desfavorável, do ponto de vista sociocultural: de acordo com Teoria Crítica, refere-se à situação da arte na sociedade capitalista industrial. Horkheimer e Adorno (2002) afirmam que o valor maior da arte reside em sua autonomia e poder crítico, adversos à sociedade. Posicionam o valor artístico de uma obra de arte na contramão de sua reprodutibilidade e distribuição. Referem-se à Indústria Cultural como produtora de uma cultura do consumismo irreflexivo.

Para Horkheimer e Adorno (2002), a Indústria Cultural transforma a arte em sua própria utilidade, modificando a estrutura econômica das mercadorias culturais. O útil que se busca na obra de arte se delinea na existência do inútil e este, ao ser condicionado à esfera da utilidade, é suplantado. O valor de uso na recepção dos bens culturais é substituído pelo de troca, o prazer estético pelo prazer da posse e do *status*, a compreensão pelo prestígio. Os autores frisam a distinção entre Indústria Cultural e cultura de massa, afirmando que esta diz respeito a uma cultura emergente e original do próprio popular. Já a Indústria Cultural transforma a obra de arte, única, em mercadoria massificada em escala. Prejudica-a em sua capacidade de excitar pela originalidade a experiência estética, pois a produz e reproduz por e conforme um padrão pré-moldado pela elite industrial para “agradar” o público também por ela padronizado. A transposição da arte à esfera do consumo impõe homogeneidade que não permite o existir fora da corporação. Arte, divertimento e consumo são reduzidos ao falso denominador comum da totalidade da Indústria Cultural: a repetição.

Dessa maneira, qualquer inovação se reduz ao âmbito da técnica sem atingir o conteúdo, por sua vez condenado ao esvaziamento – um estilo que é a própria negação do estilo, uma vez que dilui qualquer tensão entre universal e particular/individual, de forma que suas identidades podem ser substituídas uma pela outra. Horkheimer e Adorno (2002) retratam que na Indústria Cultural distinções enfáticas como as classificações dos filmes ou os preços das revistas não são tão fundadas na realidade quanto na intenção de classificar e padronizar seus consumidores. Ela cunha e difunde as diferenças por meio de uma hierarquia de qualidades em série que quantifica o consumo: os índices estatísticos delimitam o nível social do qual o sujeito faz parte e, conseqüentemente, como ele deve se comportar e a que categoria de produtos deve recorrer para satisfazer seus pré-definidos desejos e necessidades.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Portanto, não há para o consumidor mais a classificar do que o esquematismo já não tenha classificado. Suas percepções são previamente moduladas, expectativas pré-concebidas e previstas. Seus valores pessoais e culturais são calculados pelo particular técnico que se sobre põe à ideia, à obra e ao seu significado: justo o termo “indústria” cultural, que modula em série as partes e o todo, sublimando suas conexões e diferenças. Nisso se incluem os sujeitos, despersonalizados na função de “consumidores” alienados da tomada de decisão.

As produções seguem, assim, uma mesma fórmula e estrutura que obedecem critérios criados pela Indústria Cultural. Os filmes devem espelhar-se no mundo perceptivo real e cotidiano para fazer crer que são seu prolongamento, sem espaço à fantasia. Trabalha-se com a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural, que deve apreender a mensagem rapidamente para acompanhar a trama. Não há tempo ou estímulo para a reflexão ou atividade criativa. Para os autores, a reprodutibilidade mecânica estereotipa inclusive o que ainda não foi pensado.

Sob essa visão de Horkheimer e Adorno, estaríamos a falar, então, de uma indústria de “meios quentes”, antecipando o conceito de McLuhan, para quem os meios quentes prolongam um único de nossos sentidos, e em “alta definição” – um estado de saturação de dados. É justamente essa a crítica de Adorno e Horkheimer sobre a atuação da Indústria Cultural em relação à arte. Se esta é modificada e perde sua essência estética, seu poder de gerar estranhamento ou comoção para ser modelada à percepção primeira e acomodada de forma a não lhe causar ruídos nem conseqüentemente provocar “reflex-ações”, sua associação ao processo que caracteriza os meios quentes nos aparenta plausível.

Quanto à “temperatura” dos meios, a obra de arte permeada pela técnica, um meio frio de baixa definição, na visão de McLuhan, deixa muito a ser preenchido pela audiência, exigente de maior participação e reflexão. Meios quentes e meios frios têm efeitos distintos sobre seus interagentes: “[...] a forma quente exclui e a forma fria inclui” (MCLUHAN, 1974, p.39). Enquanto os meios quentes fragmentam a estrutura tribal, “destribalizam” (ou, no vocabulário da Indústria Cultural, massificam), os meios não especializados como a tecnologia elétrica contribuem para restaurar os padrões tribais de envolvimento intenso, “retribalizam” no que ele chama de aldeia global. Há, portanto, uma intersecção de planos concêntricos, “[...] uma vez que nenhum meio tem sua existência ou significado por si só, estando na dependência da constante inter-relação com os outros meios” (MCLUHAN, 1974, p.42).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O ceticismo de Adorno e Horkheimer tem como foco a defasagem da condição posteriormente apontada por McLuhan, mas percebida sob o ponto de vista dimensional da obra de arte, enquanto obra de valor único e acesso reservado. Uma visão que se encerra no “aquecimento” de um meio frio – via Indústria Cultural – e sua conseqüente perda de sentido.

Logo, consideramos a visão de Benjamin um ponto de vista de amplitude sistêmica, enquanto a conceituação de Horkheimer e Adorno sobre a Indústria Cultural é restritiva, mas necessária para a compreensão da cultura enquanto bem de consumo – como nós conexos para o entendimento dos processos contemporâneos que culminam em um novo arranjo: a Economia Criativa, contexto de desenvolvimento dos processos criativos de informação, comunicação e criação do conhecimento permeados pelo uso das tecnologias em rede.

3 PÓS-INDUSTRIAL, PÓS-MODERNO E PÓS-CUSTODIAL: DESIGN DA INFORMAÇÃO E ECONOMIA CRIATIVA

A ampliação da percepção sobre as Indústrias Culturais para a abordagem sobre a Economia Criativa irrompe dos processos de desmaterialização do trabalho e codificação do conhecimento como dinâmicas de inovação, sustentáculos da economia Pós-industrial. Esta se atrela à compreensão Pós-moderna, compondo nuances de uma mesma perspectiva voltada ao jogo entre os indivíduos e caracterizada na intermitência de formas sociais emergentes e mutações originadas dos campos científico e tecnológico (MATTELART, 2001). Delineia-se uma experiência contemporânea com a qual vivemos uma relação de adaptação simbiótica, adaptando-nos a ela ao mesmo tempo em que ela a nós se adapta.

O Pós-moderno, norteado por concepções em definição, trata de uma realidade que mescla técnicas e tecnologias, códigos e linguagens, multimídias e hipertelas, temporalidades e narrativas, ambientes e práticas para produzir novos modelos (ou não-modelos) de produção, representação e assimilação de significados e sentidos. São combinações que legitimam uma cultura de estilos plurais, abrindo espaço ao múltiplo, dinâmico e colaborativo que, progressivamente, sobrepõe-se ao totalizante, fechado e hierárquico. Nessa trama, Arte, Ciência e Tecnologia, domínios apartados na era industrial, congruem em novas relações de troca e fusão de processos técnicos e simbólicos (CARVALHO, 2002).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Voltando-nos aos efeitos desse enredo nas percepções da CI, citamos uma passagem em que Mattelart (2001, p.23), referindo-se aos relatos de Lyotard³, reflete: “[...] o saber (e as instituições que o produzem) muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades ingressam na era pós-industrial e as culturas na era dita pós-moderna”. As transformações correntes com digitalidade imbricam outros rumos nos estudos e usos da informação, assim como em suas definições e aplicações na CI. Se antes “in-formar” era moldar a matéria, agora trata de dar formas aos sentidos, trata da mente humana. E podemos dizer que o modo como essas formas aparecem constitui-se na matéria do *design da informação*, um *design* de relações que propõe o descontínuo para os caminhos da informação e suas novas possibilidades de estudo.

O centro dessas relações se faz pela interconexão entre diversos homem-máquina-homem, em um complexo elíptico (ou “concêntrico” conforme previu McLuhan (1974, p. 42)) de relações dinâmicas de comunicação que incluem emissão, recepção, uso, produção e compartilhamento de informações vivas, modificáveis e modificadoras da rede. Urde, pois, um *design* de processos de informação em rede que incorpora relações entre máquinas, pessoas e conceitos, mas especialmente entre as inúmeras possibilidades da complexidade de decisões a serem tomadas pelas partes envolvidas. O *designer* da convergência digital assume papel de mediador, convidando o “público” a calcular saídas para as obras arborescentes e relacionais que produz, e considerando que passam a fazer parte do sistema sensorial humano todos os sistemas interativos mediados por computador e por redes telemáticas – a Cibernet (ASCOTT, 1998)⁴.

As tecnologias dessa realidade sintética fornecem novas bases para o pensamento enquanto cultura e ambiente. Surge uma inteligência que, muito além de ser coletiva, é interativa e interdependente, projeta nosso próprio tecido cortical a uma malha transmaterial, transindividual e transensorial – o hipercortex, de Ascott (1998). Passamos a lidar com informações vivas que nos exigem postura ativa enquanto interagentes do processo – não basta receber a informação, é necessário interagir com ela para acrescentar algo ao conteúdo.

³ Autor de “A condição pós-moderna”. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 10. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2008

⁴ Roy Ascott utiliza o termo Cibernet para a “[...]soma de todos esses sistemas artificiais de exame, comunicação, memorização e construção, dentro dos quais o processamento de dados, as conexões com satélites, a capacidade sensorial remota e a tele-robótica contribuem de um modo diverso para a expansão do nosso ser [...]”, que passa a desenvolver assim uma “cibercepção”. (ASCOTT, 1998, p.165).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Adentramos o conceito de inteligência emergente, sob a lógica da auto-organização – característica dos sistemas complexos. São sistemas *bottom-up*, estudados por Johnson (2003), que os caracteriza como sistemas emergentes construídos com conexões de duas vias que, por meio de *feedbacks*, fomentam a aprendizagem de nível mais alto. Em vez de serem simplesmente projetados, são pensados e desenvolvidos para “amadurecerem”, aprendendo a resolver problemas de forma autônoma. O projetista/*designer* controla os micromotivos das ações, mas o modo de explorá-los e o macrocomportamento que geram, estão fora do seu domínio, adquirem vida própria (JOHNSON, 2003). É o paradigma do controle que vai sendo substituído por uma maneira mais oblíqua de programação, um pensamento associativo, hipertextual.

O uso das TIC nos processos infocomunicacionais impulsiona a ampliação da capacidade de compressibilidade dos registros do conhecimento em superfícies dinâmicas não convencionais. Modifica gradativamente a produção da informação em suas relações de trabalho e instrumentos de gestão, disseminação e acesso à informação, e introduz o conceito de bens simbólicos como mercadoria reigente – conceito este que impulsiona o desenvolvimento da Economia Criativa. Nesse processo, a narrativa perde seus limites concretos e assume fronteiras fluidas, com sua linha de tempo diluída em um meio teoricamente infinito. Fins antes planejados tornam-se dados volúveis. Abre-se “[...] um campo de possíveis para a construção de narrativas ‘interativas’ a partir da fusão de elementos da oralidade, da escrita, das artes gráficas e das linguagens audiovisuais, expressa no fenômeno do hipertexto e da multimídia” (WINCK, 2007, p. 61).

Ocorre uma hibridização de meios e processos infocomunicacionais. Conforme Jenkins (2009), espaços de informação se cruzam, velhas e novas mídias se esbarram, mesclam-se mídias alternativas e mídias corporativas. Prever seguramente as interações entre produtores e receptores torna-se difícil tarefa, pois as funções se confundem em um meio no qual todos passam a interagentes em rede. Trata-se de uma “cultura da convergência” alicerçada na relação entre os conceitos de convergência dos meios de comunicação, cultura participativa e inteligência coletiva.

O termo convergência refere-se ao fluxo de conteúdos circulantes nos múltiplos suportes midiáticos, somado à cooperação entre os diversos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos interagentes desses meios de comunicação. E é nessa mudança de comportamento que se instala a cultura participativa, aponta Jenkins (2009): em lugar de espectadores passivos, encontram-se participantes que interagem nas redes produtivas das



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

mídias – uma dinâmica em descoberta e ainda não tão bem compreendida. Talvez porque, como bem explicita o autor, a convergência ocorre nos cérebros dos indivíduos e em suas interações sociais com outros, não podendo ser garantida pela operação de aparelhos.

Disso trata a inteligência coletiva: associar, por meio de interações diárias, informações, recursos e habilidades provenientes de diversificadas fontes para se alcançar um conhecimento mais completo, ou seja, somar os individuais em um compartilhamento coletivo. Dessa maneira, para que a convergência tecnológica se sustente e desenvolva são necessárias mudanças nos padrões de propriedade dos meios infocomunicacionais, afirma Jenkins. Estes devem se adaptar a uma condução focada na diversificação de sua atuação, na descentralização de seus processos e na transformação de seu consumo e uso das informações que produzem. É preciso lidar com a variável do controle das mídias pelos sujeitos.

Não se pode negar que a convergência se faz presente dentro dos aparatos tecnológicos, mas indispensavelmente ela deve ocorrer dentro dos sistemas das organizações, instituições e espaços de informação, assim como na compreensão e comportamento de seus interagentes. O pensamento convergente deve estar na produção e no uso da informação, em um processo equilibrado por fluxos de cima para baixo – processo corporativo, efluxos de baixo para cima – oriundos do universo do interagente, afirma Jenkins (2009).

Trata-se de mudanças nas relações com as mídias. As habilidades adquiridas ultrapassam a cultura popular e alteram modos de aprendizagem, percepção, participação política e relações entre sujeitos de diversos lugares e culturas. O acesso à tecnologia deve estar aliado a uma familiaridade com as formas de interação social que ela possibilita, além do domínio de habilidades conceituais desenvolvidas em meio às mídias convergentes. “Enquanto o foco permanecer no acesso, a reforma permanecerá concentrada nas tecnologias; assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais” (JENKINS, 2009, p. 52).

Pois é na demanda por essa combinação entre acesso à informação, empoderamento e produção de novos conhecimentos pela coletividade, que se apóia a perspectiva pós-custodial da CI: busca-se transpor mudanças impulsionadas pela ambiência pós-industrial e pós-moderna para novas formas de desenvolvimento a partir dos bens simbólicos gerados pela criatividade e pelo conhecimento. Por conseguinte, os estudos das áreas da CI e suas esferas de atuação devem se adequar às demandas crescentes dos sujeitos informacionais, interagentes em rede empoderados



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pelas possibilidades conectivas oferecidas pelas tecnologias nos processos infocomunicacionais. O paradigma pós-custodial coloca a necessidade de se trabalhar a informação na intersecção entre o tradicional e o contemporâneo, o analógico e o digital, o físico e o virtual, trazendo uma nova compreensão aos (e sobre os) espaços e processos de informação.

Os profissionais da informação, tradicionalmente responsáveis por operar a disponibilização de documentos e conteúdos informacionais, têm agora que desenvolver competências mais diversificadas. Se historicamente posicionaram-se na custódia da privacidade e de interesses particulares ou do Estado sob a vestimenta de um comportamento historicista e patrimonialista, característico do paradigma custodial, nos novos tempos não que, progressiva e irreversivelmente, redirecionar seu perfil de atuação. Ocorre que a concepção de “mediação passiva”, defensora da guarda do patrimônio cultural acumulado em detrimento de sua difusão plena, dá lugar a uma mediação proativa, interativa e colaborativa, característica do pós-custodial e a favor do direito de acesso à informação (RIBEIRO, 2009).

Ainda para Ribeiro (2009), em se tratando da esfera pública nela se fazem mais presentes a mediação como comunicação social e as mediações institucionais ou estratégias de comunicação. Por isso, esses ambientes de informação, ainda que nasçam com o intuito de atuarem como instrumentos de comunicação no espaço social e identitário, incorporam a postura de seus atores, agentes ou funcionários, cujo comportamento lavra incisivamente suas ações de mediação no espaço social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os avanços técnicos e a explosão informacional ocorrida no pós II Guerra Mundial, os serviços de informação iniciaram um novo ciclo. Foram postas em foco as necessidades dos sujeitos e estudos de comportamento informacional passaram a vigorar na busca por adequações a um atendimento personalizado conforme os diversos perfis de grupos. Em um estágio seguinte, evoluiu-se de uma preocupação com os grupos para voltar-se aos indivíduos, transitando-se de um modelo de análise centrado no sistema para um modelo centrado no usuário – aspectos psicológicos, emocionais e de contexto foram também considerados como fatores incidentes sobre o processo de busca da informação de cada sujeito.

Contemporaneamente, dada a importância do contexto (interno e externo ao sujeito) nos processos infocomunicacionais, torna-se premente a necessidade de estudos da CI



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

despontantes da percepção Pós-custodial. Vive-se uma era regida pela lógica digital de linguagens e tecnologias da informação. Profissionais da informação pós-custodial devem atuar como gestores de fluxos informacionais em contextos orgânicos – uma atuação para além da guarda de objetos informacionais a serviço de pesquisadores ou cientistas. Transcende-se da mentalidade do objeto *documento*, patrimônio histórico com importância informacional e artefato de testemunho, para a compreensão da *informação* como fenômeno social, objeto de estudo para geração de conhecimento científico.

Trata-se da promoção de mediações institucionais, mas também coletivas e pessoais, firmadas em interações colaborativas. São ações mediadoras que primam pela participação social, cívica, espontânea e ativa: uma participação em rede, que traz à tona uma nova abordagem sobre as áreas, instituições, processos, produtos e atores da informação, inserindo-os em um novo *design* de relações. Trabalha-se com a integração de mediações realizadas por especialistas da informação e mediações praticadas por interagentes de perfis diversos, já que estes utilizam, modificam e compartilham na rede, informações em variados e criativos recursos, estabelecem novas conexões e colaboram para a construção de outros conteúdos.

Os serviços *online* apresentam-se como um novo horizonte à atuação dos profissionais da informação, que devem ser capazes de investigar, compreender e explicitar a informação social e cultural por meio de uma mediação entremeada pela complexidade infocomunicacional da sociedade em rede. Profissionais da informação devem atuar como especialistas em identificar e fornecer informações que atendam às necessidades do interagente, ainda que mudem a todo instante. Profissionais que, mesmo lidando com a volatilidade da informação digital, possam continuar garantindo a preservação da memória.

Configura-se uma dinâmica inédita, não da produção, gestão ou conservação de objetos físicos e artefatos, mas do entendimento e preservação de padrões lógicos e virtuais de estruturação, conteúdo e contexto informacional eletrônico. Busca-se constituir registros mais de ações e transações, ou seja, há um deslocamento de atenção dos objetos de informação para os processos infocomunicacionais.

Em meio a transformações de estruturas e necessidades administrativas e organizacionais das corporações e instituições, outras perspectivas de valor para a informação surgem no exercer de uma responsabilidade pública democrática. É necessária a adoção de uma gestão mais conceitual, desvinculada da tangibilidade do registro físico, pois



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

uma mentalidade do papel assumindo realidades eletrônicas não surtirá efeitos que corroborem o pós-custodial, científico e informacional.

Dessa maneira, para além de promoverem um serviço de armazenamento da informação, esses profissionais devem trabalhar no fluxo de criação do *design da informação*. Devem deixar a postura passiva sobre a constituição de um registro, para investigar ativamente como a sociedade grava, utiliza, descreve, armazena e dispõe as informações. Profissionais da informação no Pós-custodial devem determinar funções, programas, atividades e transações para os quais essas ações de registro da informação servem, providenciando evidências sobre sua importância ou não para a esfera pública, sociocultural, nacional ou mesmo pessoal.

Falamos, pois, de profissionais capazes de evidenciar relações da complexidade das redes informacionais, que investiguem não só o que é comunicado, mas quando o é, por que, por quem e para quem, onde, como, em relação a quais outros documentos, usando quais mídias ou suportes, conectados a que outras funções, programas e atividades, tanto agora como ao longo do tempo. Para isso, esses profissionais devem ter condições de gerir a operação de dados provenientes de numerosas fontes em diferentes mídias. Necessitam saber lidar com registros mutáveis que apresentam como evidência uma série de representações virtuais para cada função em cada circunstância.

Ora, como resultado de diferentes (re)combinações entre dados, os suportes e informações adquirem fugacidade tal que sua preservação se traduz em um projeto de organicidade sistêmica e intercomunicativa, o que exige novas habilidades do profissional da informação. Aos profissionais das múltiplas áreas da informação apresenta-se então o desafio da atualidade Pós-custodial engendrada ao movimento de uma Economia Criativa: imergir no *design* da informação em rede – compondo em sua complexidade – para projetá-lo como fruição colaborativa na criação do conhecimento. Contudo, para imergir, compor, projetar, colaborar ou construir na complexidade, é preciso compreendê-la em seus interstícios.

REFERÊNCIAS

ASCOTT, R. A arquitetura da cibercepção. In: GIANNETTI, C. (ed.) **ArsTelemática:** telecomunicação, Internet e ciberespaço. Tradução de Sonia Marques. São Paulo: Cosac Naify, 1998. p. 163 – 177.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BARRETO, A. A. A questão da Informação. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v. 8, 1994. Disponível em:
<<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BENJAMIN, W. **The work of art in the age of mechanical reproduction**. Transcribed: by Andy Blunden proofed and corrected. 2005. Disponível em:
<<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/benjamin.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

CARVALHO, L.F. B. Estética publicitária e linguagem cinematográfica: uma análise imagética e pós-moderna de Cidade de Deus. **Comunicação Informação**, v. 5, n. 1/2, p.95-116, jan/dez. 2002. Disponível em:
<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/24174/14064>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COOK, T. Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era. **Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research**, v. 1, n. 0, mar. 2007. Disponível em:<http://archivo.cartagena.es/files/36-164-DOC_FICHERO1/06-cook_electronic.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2016.

FADEL, Barbara; SMITH, Martinês S. J. **Cultura Organizacional**: alavanca ou entrave ao desenvolvimento regional. In: Fadel, Barbar (Org.) **Desenvolvimento Regional: debates interdisciplinares**. Franca: Cultura Acadêmica Ed.; Fundepe Ed.; Uni-FACEF, 2009. P 73 – 99.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. p.169-214. In: LIMA, L. C. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JOHNSON, S. **Emergência**: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e *softwares*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LEITÃO, C. A criatividade e diversidade cultural brasileiras como recursos para um novo desenvolvimento. In: **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações 2011 – 2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. p.14-15.

MACHADO, R.M. Da indústria cultural à economia criativa. **ALCEU**, v. 9, n.18, p. 83, jan./jun. 2009.

MARTÍN-BARBERO, J.M. Industriacultural: capitalismo y legitimación. In: MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones**: comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Gustavo Gilli, 1987.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MATTELART, A. A era da informação: gênese de uma denominação descontrolada. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, ago. 2001.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. 4º ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011 – 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

REIS, A.C.F. **Cidades Criativas: da teoria à prática**. São Paulo: SESI-SP 2012.

RIBEIRO, F. Gestão da informação/Preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In: **Conservar para quê?** Atas 8ª Mesa Redonda de Primavera. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2005. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/39365>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

RIBEIRO, F. **O papel mediador da Ciência da Informação na construção da sociedade em rede**. 2009. João Pessoa: Ideia. 2009. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/26612>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

SHANNON, C.E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Illinois: Illini Books, 1949.

UNESCO; SESI. **Sociedade de conhecimento versus economia de conhecimento: conhecimento, poder e política**. Brasília: UNESCO; SESI, 2005.

WIEVIORKA, M. **Diferenças nas diferenças?** In: Cavalcanti, J.; Weber S.; Dwyer T. (Orgs.) **Desigualdade, Diferença e Reconhecimento**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. – (Série Sociologia das Conflitualidades, 4).

WINCK, J. A promessa do audiovisual interativo. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 279-288, set./dez. 2007.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC – 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Indústria Criativa e Cultural

EXPERIÊNCIA DE CONSUMO NA ARTE CONTEMPORÂNEA

EXPERIENCIA DE CONSUMO EN EL ARTE CONTEMPORÁNEO

Giulia Crippa, USP

Ieda Pelógia Martins Damian, USP

Resumo: Diante de inúmeras mudanças que permeiam o universo dos museus e, em especial das artes contemporâneas, além da fundamental importância destes elementos em todas as épocas da história humana, as questões relacionadas à estética e a ordem econômica têm ocupado lugares de destaque. Diante deste contexto de mudanças relacionadas aos museus e às artes contemporâneas, este trabalho se propõe a estudar a interação orgânica dos museus na proposição de valores da arte que são, ao mesmo tempo, estéticos e econômicos. Com o intuito de entender o lugar e o papel dos museus ligados à arte e à contemporaneidade, este trabalho se incumbiu de elaborar um mapa conceitual resumido da arte e dos museus entre os séculos XIX e XXI; esboçar as mutações nos processos de seleção e comunicação dos museus, na medida em que os conceitos de arte foram se imbricando nas transformações do capitalismo; e individualizar fenômenos tanto na arte como nos museus em relação às suas propostas aos públicos em termos de experiências de consumo. Após a conclusão destas etapas de pesquisa, foi possível verificar a importância de se utilizar ferramentas relacionadas a gestão que consideram o papel de destaque ocupado pelas pessoas que transitam neste ambiente de museus, como o caso da experiência de consumo.

Palavras-chave: Arte Contemporânea. Experiência de Consumo. Museu.

Resumen: Ante las innúmeras mudanzas que existen em los museos y en especial en los de arte contemporáneo, además la fundamental importancia de estos elementos en todas las épocas de la historia humana, las cuestiones relacionadas a la estética y al orden económico, han ocupado lugares de destaque. Ante este contexto de mudanzas relacionadas a los museos y arte contemporáneo, este trabajo se propone estudiar la interacción orgánica de los museos en la formulación de valores de arte que son al mismo tiempo estéticos y económicos. Con el interés de comprender el lugar y el papel de los museos ligados a arte y contemporaneidad, este trabajo se propone elaborar um mapa conceptual resumido de arte y de los museos entre los siglos XIX y XXI; esbozar los cambios em los procesos de selección y comunicación de los museos, en la medida que los conceptos de arte se fueron entrelazando em las transformaciones del capitalismo; e individualizar fenómenos que tengan a ver con la marca tanto em el arte como em los museos y sus propuestas al público relacionadas a experiencia de consumo. Después de la conclusión de las etapas de pesquisa, fue posible verificar la importancia de utilizar herramientas como a gestión que consideram el papel de destaque ocupado por las personas que transitan en estos ambientes de museos, como casos de experiencias de consumo.

Palabras-clave: Arte contemporáneo. Experiencia de consumo. Museo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

As sociedades ocidentais, conforme Alain Touraine (2005), foram descritas, ao longo da história, utilizando, em um primeiro momento, categorias políticas (ordem/desordem, paz/guerra, rei/nação), e depois, com o desenvolvimento da Modernidade, em termos econômicos (classes sociais/riqueza, burguesia/proletariado, estratificação/mobilidade social). O autor também sustenta que as categorias políticas e econômicas não contribuem mais para a definição das características da sociedade contemporânea, pois, nela, o que passa a ocupar o lugar central é o papel desempenhado pelas categorias culturais.

Quando se fala em cultura precisamos observar o novo significado desse termo. No Ocidente, com efeito, a cultura modificou, nos últimos anos, sua natureza e seus mecanismos de funcionamento, não podendo mais ser considerada um conjunto de formas expressivas, valores e normas, mas sim, tornando-se um mundo concreto e fisicamente presente do capitalismo, do consumo, da moda, da mídia e da indústria cultural, cada vez mais global e dominado pelo capital das multinacionais, também capaz de funcionar conforme a lógica da Web e do espetáculo midiático, que conquistou o imaginário coletivo e individual.

James Lull (2000, p.268) se refere a esse mundo quando fala de “espaço estético desterritorializado”, entendendo, com isso, um espaço confuso e fragmentário que, de fato, tende a se articular seguindo múltiplas dimensões, tornando difícil aos indivíduos o processo tradicional de enraizamento em um grupo social determinado no âmbito de um território. Além disso, esse espaço opera geralmente de forma extra nacional e potencialmente global, apresentando-se, paradoxalmente, sem espaço, como consequência do processo de movimentação constante que caracteriza, atualmente, mercadorias, pessoas e mensagens. O autor afirma que esse espaço estético é um espaço intermediário entre o aqui e o ali, entre a sociedade e o si, entre o material e o simbólico, pois a cultura, hoje, se coloca confusamente entre o local e o global, entre o coletivo e o individual e entre as formas mediadas e imediatas da experiência.

A força do espaço estético desterritorializado reside na sua capacidade em superar os limites da palavra escrita e oral, adotando linguagens simbolicamente mais ricas e menos analíticas, fundamentadas nas emoções, como as imagens e a música. Trata-se, em suma, de um espaço que explora plenamente a natureza difusa da dimensão estética, que é capaz de ativar



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

a esfera sensorial e perceptiva envolvendo, portanto, o âmbito corporal. No seu interior vale, principalmente, a novidade do estímulo produzido e a excentricidade. A criação desse espaço torna possível uma manipulação e uma mobilidade de sentidos e símbolos que facilitam a entrada no ciclo de valorização capitalista da dimensão imaterial, tornando-a mais disponível à exploração das forças econômicas em escala global (SILVERSTONE, 2009).

Observa-se, assim, a desagregação das dicotomias consolidadas de real/virtual, economia/imaginário, cultura de massa/alta cultura. Isso acontece como consequência de dois processos: a transformação da cultura em mercadoria, devido à quantidade de informação, imagens e sons; e a transformação da mercadoria em cultura, pois o mercado enriqueceu sua capacidade de criar significados e valores e de os fazer circular na sociedade, englobando as produções artísticas e, principalmente, propondo-se, cada vez mais, como instrumento capaz de gerar mensagens e espetáculos.

Desses fenômenos ainda conhecemos relativamente pouco, pois a relação que existe entre cultura e sistema econômico e industrial não tem sido tão amplamente explorada. Sobre a indústria cultural é conhecida a análise de Horkheimer e Adorno (1966). Nela, os dois sociólogos acusam a produção de massa de se fundamentar em uma lógica de homogeneização e padronização, em que as mercadorias se tornam cada vez mais iguais pelo processo de industrialização. Para eles, este contexto também se aplica aos bens culturais. Com efeito, na época em que elaboraram suas teorias, os sonhos de consumo se expressavam mediante um gosto homogêneo e de massa, de modo que pudessem possuir a mesma geladeira ou assistir aos mesmos shows na TV.

Mais recentemente, Lash e Lury (2007) procuraram atualizar a interpretação de Horkheimer e Adorno, afirmando que os produtos da indústria cultural se caracterizam por um processo de diferenciação, pois na situação atual os objetos culturais não são mais vistos como rigidamente impostos a destinatários considerados meramente passivos mas, sim, se apresentam como indeterminados na medida em que se transformam ao longo dos processos de circulação e apropriação social, adquirindo, nesse caminho, um valor econômico.

Uma vez que deixamos de considerar o destinatário do contexto cultural como um receptor passivo, passamos a dispor de uma série de recursos e ferramentas para propiciar a destinatário - que, agora, passa a ocupar merecida posição de destaque - experiências que possam enriquecer e agregar valor ao seu ato de aquisição cultural, como, por exemplo,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

oferecer-lhes agradáveis e enriquecedoras experiências por meio da utilização da experiência de consumo.

Para que a experiência de consumo possa agregar valor as atividades culturais de seus beneficiários, se faz necessário estudar a interação orgânica dos museus na proposição de valores da arte. Para tanto, este trabalho é composto pelo desenvolvimento de um mapa conceitual da arte e dos museus entre os séculos XIX e XXI, do entendimento acerca das mutações nos processos de seleção e comunicação dos museus e da individualização dos fenômenos relacionados tanto na arte como nos museus em relação às suas propostas aos públicos em termos de experiências de consumo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O lugar do Museu no Sistema da Arte

Uma das funções atribuídas aos museus, para que sejam reconhecidos enquanto tais, é o estabelecimento de hierarquias de memória, através da legitimação – da qual os museus se apresentam como garantes¹ - das fronteiras e delimitações conceituais sistêmicas das definições de Arte, desempenhando seu papel tradicional de conservação, preservação e exposição ao público dos artistas.

Tratando cada vez mais fenômenos ainda não historicizados, em andamento, objetos e conceitos se tornam “memória coletiva” nos museus contemporâneos, graças ao próprio desenvolvimento conceitual do museu que, ao longo dos séculos XIX e XX, se propõe a ser uma instâncias de seleção e comunicação à sociedade daquilo que uma sociedade ou de partes institucionalmente reconhecidas dela elege como representativo da memória. No campo da Arte, por exemplo, observa-se que o artista que não for representado pelo aparato constituído por *marchands*, críticos, galerias, museus, dificilmente será lembrado. Espaço designado para ser lugar de memória, o museu de arte é, portanto, uma autoridade ideal que garante (material

¹ ICOM: A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment (<http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

e/ou conceitualmente) que as coleções que guarda e expõe são referências, modelos e representações de definições hegemônicas de Arte e de Arte Contemporânea.

Foi principalmente ao longo do século XIX que se constituiu uma “esfera artística” complexa que organizava as relações entre a arte e a sociedade burguesa. Tratava-se de um sistema dotado de um alto grau de autonomia e que possuía suas próprias instâncias de seleção e de consagração ligadas a lugares (salões, teatros, academias, museus, etc.), atores (*marchands*, colecionadores, críticos, etc.) e processos (produção editorial de revistas e catálogos, produção de exposições, etc.) (POLI, 1999).

No panorama desenhado por esse sistema, porém, é necessário observar que

[...] a economia acabou por coincidir com a cultura, fazendo com que tudo, inclusive a produção de mercadorias e a alta especulação financeira, se tornasse cultural, enquanto que a cultura tornou-se profundamente econômica, igualmente orientada para a produção de mercadorias.” (JAMESON, 2001, p. 73).

Podem ser observados dois polos dialéticos no conceito de Arte na estruturação desse sistema: de um lado, a arte “comercial”, que se adapta às demandas do público, que visa lucro e sucesso com seus produtos e que reduz seus riscos, mas que se torna rapidamente obsoleta; do outro lado, uma arte que, muito idealmente, constrói novos valores estéticos, que podem ser opostos aos desejos econômicos e de público.

Os processos de produção e consagração dentro de um campo autônomo da arte – como modelo idealizado - se colocam como radicalmente antagônicos ao primeiro, opondo a Arte ao Comércio e à Diversão, a Cultura à Indústria, a Pureza à Impureza, o Autêntico ao *Kitsch*, a Elite à Massa, em busca de uma utopia que propõe a Arte como vetor de transformação das condições de vida e das mentalidades, uma verdadeira força política para uma nova sociedade. Exemplar, nesse sentido, é a afirmação de Benjamin que, em 1936, escreve que “Pela primeira vez na história do mundo a reprodução mecânica emancipa o mundo da arte de uma dependência parasitária em relação ao ritual” (BENJAMIN, 1992, p. 26-27), que assinalava sua passagem do domínio da tradição para a prática política. A menos de um século de distância, a prática que reinscreve a arte é o espetáculo, pois a estetização da política se destacou em detrimento da politização da arte. O desaparecimento da tradição e a generalização das estratégias estéticas com finalidades mercantis em todos os setores das indústrias e do consumo apontam para o que Jameson (2001, p. 87) chama de “desdiferenciação”, em que as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

manifestações culturais e artísticas justificam a definição de “sociedade do espetáculo”. É no espetáculo que o desejo das massas de superar a alienação é preenchido de maneira falsa na medida em que a mercadoria, instrumento de alienação, se substitui ao oferecimento de sentidos comunitários. O espetáculo representa “o ponto em que a aparência estética se torna uma função da natureza da mercadoria”: a aura perdida da arte é substituída pela aura da mercadoria.

A “arte que abria caminho para verdades superiores” (GREFFE, 2013, p. 73) é um ideal que, em meados do século XIX, aponta também para a vertente da valorização de estéticas funcionais e decorativas, envolvendo criações utilitárias como roupas, mobiliário e objetos, que retira a arte do simples lazer para os abastados. Surge, assim, o interesse pelo design como melhoria para a produção industrial, identificada como produtora de feiura e uniformidade. Esse novo pensamento, voltado para a criação de valores estéticos burgueses, propõe o “embelezamento” das mercadorias para todas as classes e igual dignidade para todas as formas de arte que se apresentam como úteis e democráticas. Nesse sentido se trata de um movimento que busca reabilitar, em plena explosão industrial, as artes aplicadas, industriais, de ornamento e de construção, opondo-se à certa tradição que identifica a arte principalmente com a pintura e a escultura. O que entra em jogo na discussão são mercadorias produzidas em fábricas, como móveis, papéis de parede, tapeçarias, utensílios domésticos, têxteis, cartazes, etc..

Entre os séculos XIX e o XX, se observa o esteticismo radical de uma Arte Pura, “instância social independente de qualquer função utilitária” (GREFFE, 2013, p. 73) e a proposta dos “detalhes” da vida cotidiana de uma “Arte Revolucionária”. Trata-se, é claro, de distinções propostas no seio de um sistema que não pode ignorar que a estetização do ambiente cotidiano é limitada para as camadas sociais mais baixas. Com efeito, os produtos mais criativos são opostos à produção industrial de massa, sem estilo e sem originalidade.

A partir do século XIX e com uma aceleração extraordinária na segunda metade do XX, com o aparecimento da Indústria Cultural e com a transformação na grande distribuição, se assiste a fenômenos estéticos de massa, com o aparecimento das estéticas mercantis que envolvem os meios de transmissão cultural de massa como o cinema, a fotografia, a gravação musical, o design, as lojas de departamento, a moda e, mais em geral, todos os produtos esteticamente planejados.

Para entender o comportamento dos museus, pode ser útil voltar à época da produção industrial do século XIX e seguir ao longo do XX, quando as tipologias das coleções que tomam



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

forma incorporam o fenômeno moderno da repetição, ligada ao próprio processo da produção de massa: o impacto de uma maneira diferente de contemplar as coisas através de avanços tecnológicos tais quais a fotografia, a reprodução vertiginosa das imagens e a multiplicação das formas de exibição tornaram, já na época, o princípio de novidade algo de importância primária.

No lugar de serem rejeitados, os aspectos seriais e mecânicos da cultura industrial passaram a ser valorizados como sinais do espírito moderno que trocava a antiguidade e a autenticidade pela novidade e pela quantidade. As coleções passaram a agregar múltiplas versões dos mesmos objetos, organizados sistematicamente para revelar as características comuns, distanciando-se, cada vez mais, das seleções sofisticadas de objetos raros ou de exemplares únicos, até então expostos com a finalidade de destacar as diferenças. A percepção popular moderna pode ser melhor compreendida distinguindo duas noções, a de autenticidade e a de singularidade. A proliferação massiva de cópias se constrói na base do fim da autenticidade, que se supõe apoiar-se em um objeto original ou fundador.

Diretamente relacionado à noção simbólica de essência, o princípio subjacente à autenticidade consiste no fato de que somente um objeto primário pode comunicar seu significado de forma imaculada e irrevogável, desaparecendo na sua reprodução (BENJAMIN, 1992). Carentes de essência original, as cópias são, de imediato, desvalorizadas como imitações superficiais, enquanto o objeto autêntico aumenta seu prestígio graças ao contraste de sua exclusividade.

Verdadeiro fetiche, a autenticidade representa uma época em que a percepção das coisas era mais direta, devido, principalmente, à ausência das complicadas dimensões do capital, com sua elaborada configuração de um falso sistema de equivalências - o valor de troca -, bem como a ausência de um processo de reprodução mecânica, na qual a proliferação de cópias aumenta, sem que seja objetivado, o valor da originalidade. Constituída pela singularidade no tempo e no espaço, a autenticidade resulta escassa e, por consequência, antitética ao processo de modernização.

Quando pensamos em coleções, pensamos em um modelo institucional ligado ao museu e ao mundo burguês que o gerou. Historicamente, o museu nasce como instituição urbana. Em relação à cidade, como vem se desenvolvendo ao longo do século XIX, adquiriu sua especificidade colocando-se como “tradutor” dessa cultura urbana (e da burguesia que o criou como sua interpretação). Para além de sua função de memória monumental, sua forma é



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

congruente com o rosto da cidade que o hospeda ou a ela se contrapõe, enfatizando suas características extraordinárias.

Por outro lado, as grandes Exposições e Feiras Internacionais, como a exposição Internacional de 1851 de Londres, instalada no Chrystal Palace, a Exposição Universal de Paris em 1889, ou de Nova York de 1967, entre muitas outras, encenam e expõem a utopia de um futuro tão próximo que já se torna presente. É um futuro/presente sempre “desejável”, em que os avanços tecnológicos permeiam todos os aspectos da vida social humana. A utopia presente é, a todos os efeitos, uma utopia narrada com base na engenhosidade e no intelecto humanos, que a tornam tangível, mascarando seu caráter utópico na materialidade que a torna visível. A feira, a exposição é, também um lugar em que se encontram manifestações do que é reconhecida e denominada Arte pelos atores institucionais que “gravitam” no sistema que projeta e realiza tais eventos. Mais exatamente, as feiras e exposições internacionais são o lugar daquela arte “contemporânea” que testemunha, ao lado das realizações tecnológicas, seu tempo e suas aspirações, no contexto das narrativas utópicas encenadas.

O antepassado das Exposições Universais pode ser individualizado nas *Wunderkammer*, ou seja, os gabinetes de curiosidades barrocos em que objetos estranhos e excepcionais eram colecionados e expostos à admiração dos visitantes. Tratava-se de coleções naturais e de objetos produzidos pela engenhosidade humana.

A impressão tornou as maravilhas mais acessíveis, pois tornou-se possível a produção de livros que as representavam através de gravuras e textos. Até a *Encyclopédie* francesa, conhecida como *Dictionnaire raisonné des sciences, des artes et des métiers*, publicada entre 1751 e 1780 sob direção dos iluministas Diderot e D’Alembert pode ser considerada uma exposição em papel, cuja finalidade era sistematizar e sintetizar todos os conhecimentos e as atividades humanas. Todavia, a verdadeira exposição é o resultado da revolução industrial: a introdução cada vez maior das máquinas em substituição do trabalho humano e o uso de novos materiais tornaram possível um aumento da produção nunca antes experimentada.

Vale lembrar que uma série de objetos expostos na Exposição Universal de Londres de 1851 constituíram o primeiro núcleo da coleção do *Museum of Manufactures*, hoje conhecido como *Victoria and Albert Museum*, o primeiro de natureza tecnológico-industrial (MORTON, 2005).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No século XIX, ao lado das obras dos arquitetos, dos pintores e dos escultores, grande sucesso obtinham os panoramas, estranhos produtos sem dúvida em busca de efeitos especiais que só se realizam com as tecnologias digitais atuais, mas que atravessam as vicissitudes da fotografia, da imagem em movimento e dos efeitos 3D (NEGRI, 2011).

Esse tipo de encenação, representada por pintores como Cabanel ou por elaborações como os panoramas, são apreendidas com facilidade pelos públicos. Um estudo “clássico” que embasa nosso projeto é o texto de Sternberger (1985), em que o autor discute a fragmentação da consciência burguesa que se dá pela pretensa autenticidade cultural. Nesse sentido, o autor desenvolve uma análise da vulgarização burguesa do mito do progresso e da troca ilusória entre o homem e a natureza através da mediação técnica e tecnológica e o nascimento de alguns estereótipos coletivos e populares ligados à literatura e à pintura de gênero e à decoração do espaço doméstico.

Assim como concebido na Modernidade e para a Modernidade, o Museu, como lugar das coleções, pretende se realizar como testemunha dos sucessos em uma relação marcadamente ligada às concepções positivistas. Como lugar de memória, é instituído para “contar”, para “narrar” os sucessos do intelecto e da criação humanos. É um dos eixos das utopias construídas entre o passado do que está dentro dele, do passado/presente de seus públicos e do futuro/presente descortinado pelas feiras e exposições, com as quais entrelaçam, frequentemente, seus destinos (STRUKEJLJ; ZANELLA, 2011).

Com o museu, enquanto representação de um passado narrado como caminho para a utopia de uma modernidade radiosa, conforme os desenhos de uma burguesia positiva, estava presente, sem solução de continuidade, seu espelho, a exposição, a feira do futuro. Admirar as conquistas do passado levaria a optar pelo inevitável futuro ideal em que a ciência, a tecnologia e as mercadorias nos propiciariam felicidade.

Com a expansão dos fenômenos ligados à globalização dos mercados, observa-se um afastamento dos museus de estados e de administrações públicas. A sociedade de consumo impõe aos museus novas condições, dentre as quais se destacam:

1. A presença mais ampla do mercado - como juiz do gosto - e do sucesso da indústria do espetáculo, paralelos à economia da informação, baseada no conhecimento e na criatividade;
2. O aparecimento de novos mercados consumidores, portanto de novos públicos;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3. O crescimento de modelos urbanos multiculturais, em que as várias comunidades se apresentam como protagonistas culturais, buscando ferramentas que (re)definem suas identidades.

Perante esse quadro, os museus têm delineado algumas tendências que se manifestam, além da proposta – cada vez mais aprimorada – de percursos educacionais: na espetacularidade de seus prédios e de seus aparelhos expositivos, em busca de repercussão midiática; na comercialização e privatização de suas atividades; na tentativa de equiparar os museus a empresas.

2.2 Arte, Museu e Experiência de Consumo

É de uma estética do consumo e do divertimento, que o espetáculo trata: não mais artes destinadas a comunicar com forças invisíveis e superiores, a elevar a alma através da experiência estética, mas de experiências de consumo, lúdicas, emocionais, aptas a divertir, a proporcionar prazeres efêmeros e aumentar as vendas.

Com seus valores de hedonismo e diversão, a sociedade de consumo de massa como sociedade do espetáculo impõe uma cultura estética em que os produtos somam valores formais e emocionais. As lógicas de mercado, cada vez mais fundamentadas na individualização extrema, integram as vanguardas, através da aceitação, do apoio e da procura de e por parte das instituições oficiais, em contraposição a uma cultura modernista baseada em uma lógica subversiva anti burguesa. Se o modernismo apontava para realidades periféricas e marginais, na nova lógica cultural e artística do capitalismo, os universos da produção, comercialização e comunicação das mercadorias integram os fenômenos estéticos, que constituem amplos mercados moldados por poderes econômicos de porte global. Pode-se afirmar que as oposições entre arte e indústria, entre cultural e comercial e entre autêntico e cópia, acaba na multiplicação de estilos, tendências, locais dedicados à arte. O domínio da vida cotidiana é estetizado, enquanto, por outro lado, a Arte passa por um processo que, ao mesmo tempo, envolve sua monetarização pura e sua perda de definição.

O conceito de Experiência de Consumo (*Customer Experience*) surgiu na década de 1980 por meio de uma abordagem de experiência que oferecia uma visão inovadora para o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

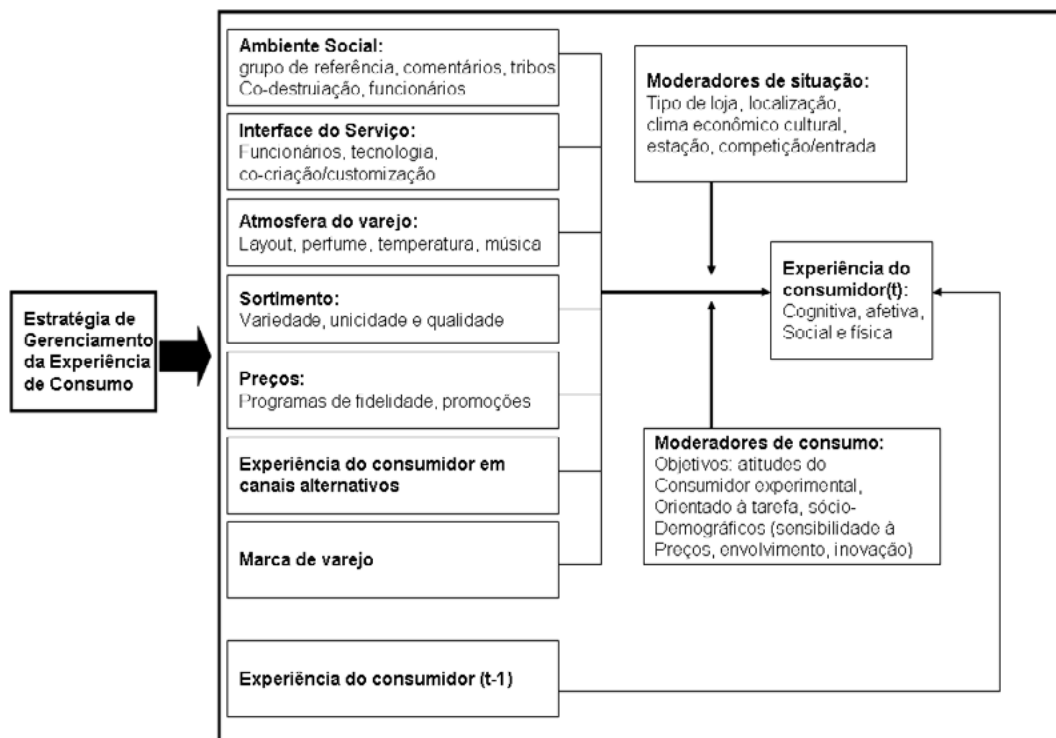
estudo do comportamento do consumidor. O ponto de partida foi considerar o estudo do processo de consumo como uma experiência holística que envolve uma pessoa - ao contrário de um cliente - em diferentes níveis e em todas as suas interações com uma organização. Por meio desta nova forma de estudar o comportamento do consumidor, verificou-se que o que efetivamente contribui para a criação de valor é ir além da promoção de experiências memoráveis, é permitir que as pessoas possam viver todos os momentos da relação com uma organização de uma maneira que possa superar suas expectativas (GENTILE, SPILLER e NOCI, 2007).

A experiência do cliente, ainda de acordo com os autores supracitados, é originária de um conjunto de interações entre o consumidor e o produto ou serviço, a organização ou parte da organização, que provocam uma reação, sendo a experiência algo estritamente pessoal, o que implica no envolvimento do consumidor em diferentes níveis, dentre os quais se destacam: racional, emocional, sensorial, físico e espiritual.

Para compreender as experiências de consumo, Puccinelli et al (2009) afirmaram que é necessário entender em profundidade que os consumidores procuram alcançar alguma meta por meio da compra de um determinado produto ou serviço e que, independentemente de seus objetivos específicos, eles estabelecem uma progressão da experiência, uma percepção do ambiente de varejo e, desta maneira, constroem suas satisfações com a experiência vivenciada. Isto significa dizer que, ainda conforme os autores, o mesmo ambiente de varejo pode produzir muitos resultados e sentimentos diferentes, dependendo dos objetivos do consumidor que também podem variar em função da ocasião da compra.

Um modelo conceitual de antecedentes dos moderadores da experiência de consumo que destaca a importância de compreender que o processo de criação da experiência do consumidor é composto de múltiplos pontos de contato independentes durante o processo de troca foi proposto por Verhoef et al (2009). O modelo em questão está representado na figura a seguir.

FIGURA 1 - Modelo conceitual da criação da experiência de consumo



Fonte: Verhoef et al (2009)

Bäckström e Johansson (2006) realizaram uma pesquisa para analisar como os varejistas e os consumidores se relacionam com experiências de consumo no interior da loja e identificaram a utilização de técnicas varejistas cada vez mais avançadas com o intuito de criar experiências satisfatórias para os seus consumidores. Porém, de acordo com a descrição dada pelos consumidores, foi possível verificar que as suas experiências na loja foram, na grande maioria, constituídas por valores tradicionais, tais como comportamento dos funcionários, seleção satisfatória dos produtos e um layout que facilite a visita à loja.

Os autores ainda ressaltaram que: (1) a interação entre funcionários e consumidores é fundamental na maneira como os consumidores percebem os encontros de serviço, além da capacidade destes funcionários de fornecer conselhos úteis, darem sugestões sobre o que poderia atender o consumidor ou tratar reclamações; (2) os preços contribuem para a criação da experiência dos consumidores; (3) o aspecto do tempo indica que as organizações que conseguem oferecer um serviço rápido podem ter sucesso em atrair consumidores orientados para a tarefa e, assim, contribuir para uma experiência positiva.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os consumidores, de acordo com Puccinelli et al (2009), atribuem motivos para as suas compras e estes motivos podem afetar a maneira pela qual a avaliação global do produto, a satisfação com a experiência de compra e intenção de recompra são construídas por estes consumidores.

Ao realizar um estudo com a finalidade de avaliar criticamente a validade conceitual da experiência do consumidor de como construir e propor um modelo que integra os relacionamentos interpessoais, qualidade de serviço e marcas, Palmer (2010) observou que muitas organizações viram a gestão da experiência do consumidor como um sucessor da gestão de relacionamento com clientes: o gerenciamento da experiência de consumo pode ser visto como um quadro que integra e supera as limitações teóricas e práticas da gestão de relacionamento com o cliente.

No contexto do varejo, os benefícios extrínsecos da experiência de consumo normalmente decorrem, conforme Bäckström e Johansson (2006), de compras que são utilitaristas e o valor intrínseco pode ser obtido a partir de apreciação de uma experiência para seu próprio bem, independentemente do resultado.

De acordo com a pesquisa realizada pelos autores supracitados, existe um consenso entre a maioria dos varejistas de que parece haver um aumento da procura de experiências de consumo e que, para estes varejistas, é fundamental que concentrem seus esforços para melhorar a experiência do consumo e, por este motivo, os varejistas têm dedicado recursos consideráveis para implementar técnicas cada vez mais avançadas para criar experiências excitantes. Por outro lado, para os consumidores, pequenas coisas criam experiências, como por exemplo, um sorriso ao entrar numa loja ou o fato dos funcionários demonstrarem interesse pelos consumidores na loja. Dessa maneira, os autores sugeriram que educar e motivar o pessoal da loja para abordar os consumidores de forma satisfatória é uma questão central para o varejo no futuro, além de outras questões fundamentais, como a limpeza e o layout de loja.

Apesar dos benefícios advindos da experiência do consumo, Verhoef et al (2009) ressaltaram que, proporcionar um valor superior ao cliente pode requerer uma quantia considerável de recursos financeiros. Neste sentido, se faz necessário verificar se os consumidores estão dispostos a pagar mais para uma experiência enriquecida. Os autores concluíram que, apesar do reconhecimento da importância da experiência dos consumidores,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pesquisas sobre este tema são limitadas e apenas um pequeno número de artigos explora a experiência de consumo em profundidade a partir de uma perspectiva teórica.

Palmer (2010) fez uma importante contribuição ao destacar que o conceito de experiência de consumo apresenta ambiguidades e desafios para os gestores e acadêmicos, onde a falta de uma resposta erudita e previsível implica que a experiência seja um fenômeno transitório, ou seja, uma experiência específica que pode ser incapaz de dar uma vantagem competitiva, porque no próximo encontro, algumas das suas novidades poderão ter perdido seus valores. Assim, pode ser mais adequado os gerentes pensarem em um fluxo de experiências desenvolvidas ao longo do tempo para alcançar uma vantagem competitiva sustentável.

Os varejistas, de acordo com o autor acima citado, enfrentam desafios consideráveis em relação à experiência de consumo, dentre os quais destaca: (1) o desenvolvimento de uma escala de medida para a experiência do cliente, já que uma medida operacionalmente aceitável precisaria englobar a complexidade das variáveis de um contexto específico; (2) a não linearidade da experiência do cliente; e (3) a identificação de um nível ótimo de experiência.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho se desenvolveu a partir da observação de alguns museus que, desde sua abertura, apresentam características fortemente voltadas para a experiência de consumo de seus visitantes. Para fundamentar as observações empíricas, um conjunto de referências bibliográficas foi levantado, e por meio da leitura e da discussão dos textos buscou esclarecer conceitos e pensar, inicialmente, em possíveis conexões entre áreas do conhecimento aparentemente distantes como as concepções museológicas de memória e as necessidades de *marketing* empresarial, além de fornecer a base teórica para a análise dos museus, desde os *sites* institucionais até a visita aos lugares.

Por exigências de espaço, propomos a observação de único museu dentre os muitos possíveis. Trata-se do Museu de Arte Indígena, localizado em Sucre, Bolívia, inaugurado em 1990. Foram destacados alguns elementos do *site* e do próprio local para observar em que medida se estabelece um diálogo entre valores estéticos e econômicos da arte, para buscarmos um melhor entendimento do lugar e do papel dos museus ligados à arte e à contemporaneidade, considerando a experiência de consumo de seus visitantes.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

4 RESULTADOS

O Museu de Arte Indígena é um dos resultados das atividades de uma fundação privada ligada ao ASUR, *Antropólogos del Surandino*. O site apresenta, em sua página inicial, sua característica principal de elaboração de projetos de desenvolvimento econômico indígena em suas fundações culturais, privilegiando “*la actividad productiva artesanal de grana calidad, a partir de las creaciones de las comunidades tradicionales andinas*” (www.asur.org.bo). Dentre as atividades culturais desenvolvidas pela fundação ASUR se destacam o museu, as exposições locais, nacionais e internacionais, os estudos etnológicos, etno-históricos e ligados à produção têxtil principalmente de duas comunidades indígenas Jalqua’s e os Tarabuco, ambas da região de Sucre.

O museu foi inaugurado como parte integrante de um programa voltado à valorização da arte indígena, após os estudos realizados por dois antropólogos chilenos e um boliviano, interessados em descobrir algo acerca das comunidades produtoras de tecidos que circulavam nas lojas dedicadas a antiguidades e artesanato para os turistas de La Paz. Os antropólogos, em seu trabalho de campo, observaram que as comunidades viviam em condições de grande pobreza, sem infraestrutura básica. Além disso, por influência de modelos urbanos, as comunidades estavam perdendo suas habilidades têxteis na qualidade dos tecidos produzidos. Resolveram, assim, iniciar um projeto com a finalidade de qualificar o trabalho artesanal como artístico, e o museu é seu veículo principal de exposição. Como se lê no site, “*Uno de los objetivos de este museo há sido, justamente, El poner de manifiesto la existência de una arte indígena actual, especialmente a traves de los textiles étnicos*” (www.asur.org.bo/es/museo/museo). É interessante observar que se destaca, na página, que o museu “*es un sitio de gran atracción turística*” (ibidem). O papel do museu no programa de renascimento das artes indígenas, de proposta de aproximação com os tecidos de um ponto de vista étnico-cultural, uma das funções destacadas dentro próprio site é de comercializar a produção têxtil das comunidades, comercialização que, como destacado pelo site,

Depende de la motivación que ejerza el Museo sobre SUS visitantes, es el médio de promoción más eficaz para la venta de la producción artístico-artesanal de los tejedores, una fuente adicional de ingresos muy importante.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

La comercialización de los textiles tradicionales permite la llegada regular de recursos a las comunidades indígenas empobrecidas por el aislamiento y las características del suelo, que hacen de la agricultura una escasa fuente de ingreso (www.asur.org.bo/es/museo/proposito).

Vale destacar que há um *link* direto para a loja do museu que propõe “*piezas únicas, textiles y cerámica, producidas por los artesanos indígenas, cuya calidad es igual o superior a la de aquellas que se exhiben en el Museo*”. (www.asur.org.bo/es/tienda/tienda).

A visita ao museu, realizada com monitoria, nos introduz a um ambiente aconchegante, com as paredes rústicas e os trabalhos têxteis expostos nas paredes e iluminados para destacar seus detalhes. As indicações sobre os tecidos não incluem o(s) nome(s) da(o) artesã(o) que os realizou. A monitoria se encarrega de distribuir o tempo da visita principalmente nas salas dos tecidos à venda na loja do museu, que o encerra. Aqui, finalmente, se encontram um diferencial que incentiva à compra, “fechando” a proposta do *site* do museu que valida a arte e que se propõe como mediador de venda: os tecidos são dotados de uma tarja que os retira do anonimato da produção artesanal para conferir-lhe *status* de arte, pois contém uma foto e o nome da tecelã que os produziu.

5 CONCLUSÕES

É, assim, dentro de um quadro de estética de consumo e de diversão, que precisamos inserir os museus: as arquiteturas de imagens, os projetos expográficos fazem sucesso por si mesmos, por serem atrativos, e suas dimensões espetaculares funcionam como vetores promocionais nos mercados concorrenciais do turismo cultural. Nos museus de todos os tipos, em constante multiplicação, cada objeto é, com efeito, estetizado e adquire um valor de exposição no lugar daqueles valores rituais aos quais Benjamin (1992) se referia, ou funcionais, propostos pela arte revolucionária. O mesmo acontece com o olhar turístico que encontra, em todos os lugares, paisagens para admirar e fotografar, como se fossem cenários ou pinturas. A dimensão artística proposta pelo mercado é da ordem do projeto e das estratégias empresariais, e não dos resultados obtidos, revelando algumas contradições que envolvem a produção artística e os museus.

Para entender a relação entre mercadorias e cultura, vale a pena sintetizar as reflexões de Appadurai (2014), que identifica alguns elementos inerentes às mercadorias no Capitalismo:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1. A mercadoria possui um “espírito”. O autor argumenta que é necessário um exercício de definição de mercadoria, pois ela não pertence unicamente ao espaço das economias industriais e dos historiadores econômicos, mas é assunto de interesse para os antropólogos e os historiadores da arte.
2. Existem estratégias (individuais e institucionais) que fazem da criação de valor das mercadorias um processo politicamente mediado.
3. Entre modelos de curto e longo prazo na circulação das mercadorias, o controle social e a redefinição política exercem um controle sobre o consumo, controle, esse, regulado por desejos e demandas.
4. A política do valor é, em muitos contextos, política do conhecimento. Essa afirmação do autor centraliza a relação entre conhecimento e mercadorias.

O processo de espetacularização da mercadoria em moldes que enfraquecem definitivamente as fronteiras entre a cultura e o consumo se revela nas práticas comerciais, em que se encontram *concept stores* que oferecem serviços culturais e de entretenimento ao lado das compras, onde os consumidores encontram a possibilidade de realizar experiências culturais em lugares no âmbito do que Augé (2010) chama de não-lugares (*shoppings*, estações rodoviárias, de trem, aeroportos etc...) em que se criam atmosferas diferenciadas do cotidiano, propondo o ato de consumo como resultado de uma busca que é, também, intelectual. Assim, como já acontecia no Japão, em que os museus estão nas lojas de conveniência, ou em Las Vegas, em que obras primas do Guggenheim e do Hermitage compartilham o espaço das *slot machines* e dos cassinos no *Venice Hotel* (DAVIS, 2007, pp. 107-131), o mesmo acontece em centros comerciais de capitais e de cidades interioranas do Brasil. Exemplos disso, a galeria do MAC-SP, com sua loja brandizada, no interior do *Shopping Villa-Lobos* em São Paulo, e as galerias e exposições que com certa frequência acontecem em três dos quatro *Shoppings* da cidade de Ribeirão Preto.

Criatividade, arte e cultura se tornaram, portanto, valor agregado para as empresas. Na sociedade do espetáculo, o *marketing* de mercadorias e serviços pedem cada vez mais valores simbólicos e estéticos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. **Il futuro come fatto culturale**: saggi sulla condizione globale. Milano; Cortina, 2014.

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas; Papyrus, 2010.

BÄCKSTRÖM, K.; JOHANSSON, U. Creating and consuming experiences in retail store environments: Comparing retailer and consumer perspectives, **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 13, p. 417–430, 2006.

BENJAMIN, Walter. **L'opera d'arte nell'epoca della sua riproducibilità tecnica**: arte e società di massa. Torino: Einaudi, 1992.

DAVIS, M. **Cidades mortas**. Rio de Janeiro; Record, 2007.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Dialettica dell'Illuminismo**. Torino: Einaudi, 1966.

GENTILE, C.; SPILLER, N.; NOCI, G. How to Sustain the Customer Experience: An Overview of Experience Components that Co-create Value With the Customer, **European Management Journal**, v. 25, n. 5, p. 395–410, 2007.

GREFFE, X. **Arte e Mercado**. São Paulo; Iluminuras/Observatório Itaú Cultural, 2013.

LASH, S.; LURY, C. **Global culture industry**: the mediation of things. Cambridge: Polity Press, 2007.

LULL, J. **Media, communication and culture**: a global approach. Cambridge, Polity Press, 2000.

JAMESON, F. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.

MASSIDDA, L. **Atlante delle grandi esposizioni universali**: storia e geografia del médium espositivo. Milano: Franco Angeli, 2011.

MORTON, A. **Il passato del domani: i musei della scienza e il futuro**. Em: LUMLEY, R. L'industria del museo: nuovi contenuti, gestione, consumo di massa. Milano; Costa & Nolan, 2005

NEGRI, A. **L'arte in mostra**. Una storia delle esposizioni, Milano, Bruno Mondadori, 2011.

PALMER, A. Customer experience management: a critical review of an emerging idea, **Journal of Services Marketing**, v. 24, n.3, p. 196–208, 2010.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

POLI, F. **Il sistema dell'arte contemporanea**. Bari; Laterza, 2005.

PUCCINELLI, N. M. et al, Customer Experience Management in Retailing: Understanding the Buying Process, **Journal of Retailing**, v.85, n. 1, p. 15–30, 2009.

SILVERSTONE, R. **Mediapolis: la responsabilità dei media nella civiltà globale**. Milano: Vita e Pensiero, 2009.

STERNBERGER, D. **Panorama del XIX secolo**. Bolonha; Il Mulino, 1985.

STRUKELJ, V.; ZANELLA, F. **Dal progetto al consumo: le arti in mostra nell'Italia dell'Ottocento**. Parma; Monte Università Parma, 2011.

TOURAINÉ, A. **Un nouveau paradigme**. Pour comprendre le monde d'hajourd'hui. Paris; Fayard, 2005.

VERHOEF, K. et al. Customer Experience Creation: Determinants, Dynamics and Management Strategies. **Journal of Retailing**. v. 85, n. 1, p. 31-41, 2009.

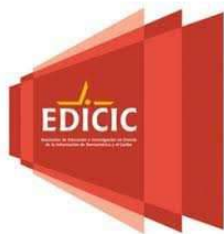


VOLTAR
AO SUMÁRIO

Eixo 05

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Mediação Social e Cultura da Informação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

A BIBLIOTECÁRIA DINAMARQUESA: NOVO PARADIGMA PARA A MEDIÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

THE DANISH LIBRARIAN: NEW PARADIGM FOR MEDIATION AND APPROPRIATION OF INFORMATION

Amanda Leal de Oliveira, USP

Resumo: Este artigo tem por objetivo contribuir para a definição e desenvolvimento do conceito de “negociação cultural”, compreendido como categoria teórico-metodológica fundamental aos processos de mediação voltados à apropriação da informação. Foi utilizada metodologia colaborativa, processo de construção científica baseado na interlocução entre saberes e fazeres científicos e “da ação”, adotando-se, porém, perspectiva que não reduz ou sobrepõe uns aos outros. Os resultados mostram que, reconhecendo e incorporando a seus conceitos e processos os conflitos provocados pelas divergências e/ou assimetrias existentes entre os diferentes sujeitos, grupos, segmentos, categorias, matrizes socioculturais (leitores/não-leitores, tradição oral/cultura escrita), o dispositivo apresentado (biblioteca pública na Dinamarca), diferentemente de outros do mesmo teor, mais que instâncias de controle e/ou de difusão, são instâncias de negociação cultural, envolvendo sujeitos, textos e contextos em processos ativos, complexos e afirmativos de apropriação de informação e cultura, incluída aí - mas não exclusivamente - a cultura escrita. O conceito de negociação cultural aponta, portanto, para perspectivas novas, tanto em relação à apropriação da cultura escrita, como da cultura em geral. Dá mostras, ao mesmo tempo, de poder contribuir para a redefinição indispensável de práticas e conceitos de mediação da informação e seus paradigmas.

Palavras-chave: mediação; negociação cultural; apropriação; biblioteca; cultura escrita.

Abstract: This article aims to contribute to the definition and development of the concept "cultural negotiation", understood as a theoretical-methodological category guiding the mediation processes used to suit the written culture. Collaborative methodology has been used, in other words, a scientific construction process based on the dialogue between scientific knowledge and "action", adopting, however, a perspective that does not reduce or overlap one another. The results indicate that by acknowledging and incorporating their concepts and processes, the conflicts caused by divergences and/or asymmetries between the different individuals, groups, segments, categories, sociocultural matrix (readers/non-readers, oral tradition/written culture), the case shown (a Danish public library), unlike others of the same content are, rather than instances of control and/or dissemination, it's instance of cultural negotiation involving subjects, texts and contexts in active, assertive and complex processes of information and cultural appropriation, including - but not exclusively - written culture. The concept of cultural negotiation, therefore, points out to new perspectives concerning written culture, as well as cultural appropriation as a whole. Simultaneously, it indicates to be able to contribute to redefine essential practices and concepts of cultural mediation and its paradigms.

Key-words: mediation; cultural negotiation; cultural appropriation; library; writing culture.



1 A BIBLIOTECÁRIA DINAMARQUESA: NOVO PARADIGMA PARA A MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Bilhões de pessoas em todo o mundo, alfabetizadas ou não, estão afetadas pela palavra escrita. Crianças, jovens e adultos, estamos, todos, mergulhados em um mundo onde a escrita pulula e ocupa um papel central na vida política, econômica, cultural e social. Diante de tal quadro, saber ler e escrever, utilizar-se da linguagem escrita, torna-se, cada vez mais, condição indispensável ao pleno desenvolvimento da autonomia e da cidadania, nos mais diferentes contextos.

Dado o alcance, o valor e a função que a escrita ocupa no cotidiano, torna-se difícil imaginar a vida humana sem essa prática. Apesar dessa constatação, segundo relatório da ONU, de 2013 (UNESCO, 2015), são 274 milhões de analfabetos no mundo, sendo que 72% deles estão em dez países – o Brasil é o oitavo com maior concentração¹.

Pesquisas demonstram que o número de analfabetos alcança quase 10% da população brasileira (cerca de 13 milhões de pessoas) e, mesmo entre aqueles que dominam o código, a grande maioria faz apenas uso parcial da escrita, sem conseguir ler e escrever textos mais amplos²: aproximadamente 25% da população brasileira é considerada “analfabeta funcional”.

Diante desse quadro, é possível afirmar que, no Brasil, a apropriação da escrita não se universalizou. Entre a população analfabeta e a letrada existe um longo percurso a ser construído e, se iniciativas estão em processo há algum tempo, uma política efetiva que integre ações, programas e instituições – representações indispensáveis à constituição de uma sociedade que demonstra intimidade com os diferentes usos sociais que a palavra escrita possibilita – é, ainda, uma promessa.

Quais os caminhos a serem trilhados no sentido de enfrentar essa realidade?

O pesquisador Roger Chartier(1988) afirma que a história é marcada explicitamente por duas concepções do ato de ler: uma que atribui poder absoluto ao texto escrito; outra que

¹O primeiro é a Índia, com cerca de 287 milhões (22% da população), seguido da China (52 milhões / 3,85% da população), e o terceiro é o Paquistão, com 49,5 milhões de analfabetos (26,7% de sua população).

²2. Segundo o INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional) de 2011, apenas 1 em cada 4 brasileiros com mais de 15 anos consegue ler e compreender plenamente um texto, e 62% das pessoas com ensino superior e 35% das pessoas com ensino médio completo são classificadas como plenamente alfabetizadas. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2011).



considera a irredutível liberdade do leitor. A antropóloga Michèle Petit, em seu livro *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva* (2008), também confirma essa compreensão ao descrever o que denominou de “as duas vertentes da leitura”; a primeira marcada por tentativas de imposição dos sentidos do texto aos leitores, e a segunda, por experiências que revelam as transgressões dos leitores no processo de significação – a inevitável “alquimia da recepção”. Partiremos da constatação desses dois pesquisadores da leitura para apontar caminhos do que seria então uma “terceira vertente”, aquela que afirma e reconhece que a apropriação da escrita se dá na tensão contínua entre demandas dos textos (objetos culturais), dos leitores e dos contextos.

A linguagem escrita está, de fato, intimamente relacionada ao poder e à dominação. Em *Uma história da leitura*, Alberto Manguel (1996) afirma que o chicote e o livro foram, durante séculos, os principais símbolos daqueles que sabiam e ensinavam a ler. E, ainda hoje, é possível reconhecer como o medo e a submissão continuam atrelados aos processos de participação na cultura escrita.

Por outro lado, como já evidenciavam os pesquisadores anteriormente citados, mesmo onde parece haver controle total sobre o acesso e conteúdo dos textos, os leitores não são totalmente dominados. Nesse sentido, a história da leitura é pródiga em exemplos que evidenciam a liberdade do leitor, pois, no limite, sempre caberão aos sujeitos a apropriação dos textos, a atribuição de seus significados, a alteração de seus sentidos, a interpretação à sua maneira.

Mas, se não é possível controlar de fato o modo como o texto será lido, compreendido, utilizado, interpretado, isso não minimiza, todavia, a grande participação que têm o texto e o contexto nos processos de significação construídos pelo leitor. Pouco avançaremos em nossas políticas de leitura nos contentando em considerar que, tais como “caçadores” (CERTEAU, 1994), os leitores viverão a procurar brechas em territórios alheios e a esquivar-se de tentativas concretas e simbólicas de imposição e sobreposição cultural.

Se pensarmos especificamente no Brasil, a leitura e a escrita foram introduzidas no país nos quadros de um projeto de colonização (PERROTTI, PIERUCCINI, 2007): os textos trazidos pelos jesuítas portugueses e difundidos entre a população local eram portadores das verdades a serem apreendidas pelos colonizados, de forma que, ao serem ensinados a identificar palavras, os leitores tinham como única missão assimilar a “verdadeira” cultura;



deveriam aprender a decifrar os sinais do texto, cujos sentidos eram dados e acabados pelo colonizador.

Instituições educacionais e culturais, ligadas em geral à Igreja e à Realeza, de comum acordo, difundiram, por longo período, concepções e práticas afinadas com o projeto expansionista português, tomando a escrita como objeto de reprodução e assimilação de conteúdos veiculados e controlados pela ordem cultural hegemônica. A aprendizagem da leitura e da escrita, nesse quadro, acabou atrelada a um projeto de dominação e expropriação cultural que não só exerceu severo controle sobre a produção e circulação da escrita na colônia, como também, de fato, exterminou e perseguiu vozes e culturas dissonantes.

Lévi-Strauss (1996, p. 336), ao escrever sobre sua experiência entre os indígenas Nhambikuara do Brasil, afirma:

Ainda que a escrita não tenha sido suficiente para consolidar o conhecimento, ela foi talvez indispensável para fortalecer a dominação... A luta contra o analfabetismo está em relação com um crescimento da autoridade dos governos sobre os cidadãos. Todos têm que ser capazes de ler, de forma que o governo possa dizer: a ignorância da lei não é desculpa.

Bibliotecas e escolas, em muitos casos, surgiram e seguiram constituídas sobre premissas que deram sustentação a processos de imposição e exclusão cultural e não é casual que Paulo Freire (1981a; 1981b; 1982, 1983) tenha encontrado no Brasil, em meados dos anos de 1950, contexto para formular suas concepções sobre leitura e escrita como um meio de conscientização em face da “domesticação” implícita nas pedagogias da leitura, ainda baseadas em concepções mecânicas e mecanicistas da alfabetização e da linguagem em geral.

Freire chamou, assim, a atenção do país, tanto para as possibilidades da escrita, como para as mediações socioculturais a ela historicamente relacionadas. Assim, se ler pode ser caminho para a “conscientização”, a liberdade, é possível levantar a hipótese de que a construção de significados *com e pela* escrita deve ser favorecida por políticas de mediação que promovam encontros, “negociações” entre sujeitos, textos e meios socioculturais marcados por processos dialógicos, criativos e abertos à construção de (novos) conhecimentos, sujeitos e práticas culturais.

Desse modo, tendo em vista a importância capital das mediações socioculturais nos processos de significação (discussão que será apresentada na Seção 2), consideramos



imprescindível gerar canais de reflexão e avaliação que apontem caminhos nesse sentido, pois, ainda hoje, não é incomum oscilarem visões marcadas pelas duas vertentes anteriormente apontadas e que alimentam lugares comuns do tipo “quem não lê não pensa”, como fez recente pesquisa nacional sobre os índices de leitura no Brasil (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2011).

Essa afirmação, mais do que revelar preconceitos que estratos sociais letrados exibem ao se referirem àqueles que não aprenderam a ler, evidencia uma concepção de leitura que ainda vigora no país e que necessita ser problematizada e ultrapassada, pois pouco ou nada colabora para o avanço da cultura escrita – e dos leitores. Associada à inteligência, à superioridade da modernidade sobre outros tempos, ao maior desenvolvimento cognitivo e cultural, a leitura passa a ter sua antítese na “não leitura”, categoria vinculada automaticamente à tolice, à ignorância, à incultura, ou seja, a critérios de valor abstratos, sem fundamentação no mundo concreto e objetivo, mas que legitimam discriminações e exclusões nascidas da ordem sociocultural, ao mesmo tempo que criam hierarquias entre culturas, base do pensamento etnocêntrico.

Para sustentarmos uma posição acerca da leitura – e da necessidade de sua difusão – baseada em argumentos que valorizam o ato de ler como prática cultural superior a todas as outras, precisaríamos ignorar estudos antropológicos, linguísticos e psicológicos que nos demonstram que sujeitos não letrados também apresentam qualidades cognitivas³ especiais e relacionadas às demandas e aos quadros culturais em que atuam. Além disso, estaríamos operando em um paradigma evolucionista de cultura, caminho que leva a impasses e inconsistências incapazes de compreender os fenômenos culturais em sua complexidade, diversidade e riqueza.

Mas, ao contrário, se concebermos que “[...] as diferenças entre as formas de pensamento de diversas culturas dizem respeito às maneiras de pensar, e não à capacidade de pensar”, como afirma Denny (1995, p. 76), podemos constatar, com Olson (1995, p. 268), que

³Entre outros estudos, muitas dessas experiências estão reunidas em OLSON e TORRANCE (1995).



“não há nenhum uso da escrita, por mais importante, que justifique estigmatizar como inferior metade da humanidade”⁴.

Barker e Escarpit (1975, p. 120) nos auxiliam nessa constatação quando evidenciam, com suas pesquisas, que “[...] não ler não significa a mesma coisa para um homem que vive em um mundo em que a leitura não tem lugar, nem objetivo, nem apoio permanente”. Na mesma direção, os pesquisadores esclarecem um aspecto fundamental:

É claro que a leitura não pode ser “outorgada” como um favor: ela não pode ser implantada arbitrariamente em uma sociedade carente de estruturas de apoio ou de uma política sociocultural ampla capaz de fomentar o seu desenvolvimento. (BARKER; ESCARPIT, 1975, p. 134).

Isso significa que, para avançarmos em nossas reflexões sobre a apropriação da escrita em nosso país, é indispensável alterarmos modos de atuar, bem como de representar a cultura escrita, deixando para traz posições que tomam sua singularidade como modalidade cultural superior em si mesma, dando-se no interior de relações orientadas, implícita e/ou explicitamente, por ordens do conhecimento impositivas e fechadas à invenção, ao diálogo com a diferença e com o outro.

A partir da descrição de uma experiência pessoal, prosseguiremos com os argumentos nessa direção.

2 A MEDIAÇÃO ESSENCIAL

Quando eu era criança, me perguntavam se eu era paulista e respondia: “Médio”. Nasci em São Paulo, mas toda a minha família, inclusive meus pais, são baianos. Cresci entre São Paulo e Salvador; morava na metrópole e passava as férias no litoral do Nordeste. As referências sociais e afetivas se complementavam entre amigos que dividiam comigo o cotidiano da adorada escola e a dezena de primos e tios que transbordavam carinho e brincadeiras nas intermináveis férias. E eu era “a paulista” entre os baianos e “a baiana” entre os paulistas. E eu me perguntava: falo muito rápido ou muito devagar? Digo “meu” ou “ôxi”?

⁴As pesquisas de Olson referem-se a uma época em que os índices de analfabetos eram ainda maiores do que os atuais.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Meio paulista e meio baiana... Tão nordestina e tão paulistana. “O que é umbu?”, perguntavam-me em São Paulo. Eu respondia com espanto por não conhecerem a fruta que não faltava na cozinha da minha “casa”... Que casa? Viver entre duas cidades e me sentir *em casa* – assim como *em casas* – sempre foi uma realidade para mim.

Em tempos sem *internet* e reduzidos recursos tecnológicos para a troca de informações e imagens (pelo menos se comparados aos dias de hoje), contar para os meus primos um filme que já havia estreado no Sudeste, assim como voltar para São Paulo sabendo de cor a “música do verão”, para ensinar aos amigos, era um *continuun* entre “dois mundos” que, àquela época, pareciam distantes geográfica e culturalmente, mas tão integrados em mim. Fazia parte da minha vida essa hesitação de ser “entre”; crescendo a partir de dois lugares, sempre com um e com outro, às vezes mais um, às vezes mais outro; quando pudesse, um, quando quisesse, outro...

Assim como eu, tanta gente nasce e convive entre realidades diferentes – entre vocabulários, valores, ambientes, práticas sociais e culturais – e passam a vida combinando e confrontando modos de ser, saberes e fazeres em relação aos contextos nos quais vive e sobre os quais pensa.

Até que chegou a adolescência. A crise com valores consumistas, o repúdio aos comportamentos “caretas”, a insatisfação com a falta de diálogo e o desejo de falar e viver coisas novas. Eu também, como tantos outros adolescentes, procurava a minha identidade, o meu lugar em um mundo que parecia ao mesmo tempo incompleto e superlotado.

Tudo isso me afastou de casa (das casas) e me levou a procurar um intercâmbio, que, com esforço de meus pais e meu padrinho, permitiu-me passar doze meses na Dinamarca, mais especificamente em Tønder, uma cidade medieval de 8 mil habitantes, próximo da Alemanha.

Estranhamento total. Até chegar lá eu tinha visto poucas imagens do país, além de pôsteres que fui buscar no consulado e algumas fotos da viagem de um amigo, que havia passado por Copenhague. Quando saí do aeroporto, já em terras escandinavas, todo o cenário era absolutamente novo. Engraçado lembrar hoje, como eu, com meus 17 anos à época, me senti como uma astronauta que chegava a Marte e era recebida por extraterrestres; lembro que perdi toda a minha espontaneidade quando vi os meus “pais de intercâmbio” e não sabia mais se devia cumprimentá-los com a mão estendida, com um abraço apertado, com um sinal de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

fumaça ou simplesmente sair correndo. Fui “salva” pelo instinto materno da minha “mãe dinamarquesa”, que, assim que me localizou, agarrou-me contra seu peito em um abraço apertado e familiar.

Durante as primeiras semanas, tudo ainda tinha cara de novidade extraterrestre: desde a tonalidade constante azul-cinza-claro daqueles tantos olhos que me observavam – provavelmente com a mesma desconfiança, interesse e curiosidade com que os meus, castanhos, se dirigiam a eles – até as bicicletas por toda parte, a cidade de castelos, o nudismo na praia, as referências vikings...

Logo na primeira semana, recordo que fui de bicicleta para o centro e, na volta, fui emparedada pela viatura da polícia que fazia sinal para que eu parasse. Assustada, eu apenas repetia uma das únicas palavras que sabia até então na língua local: “*Studenter, studenter*”. O policial só me pediu que acendesse o farol. Já era final da tarde e eu devia ligar a luz da bicicleta para poder circular. Penso até que meus “pais” devem ter me prevenido sobre isso, antes de eu sair, mas eram tantas as informações novas, que eu não devia reter nem a metade.

Lembro também que não demorou muito e fui levada à prefeitura da cidade onde, depois de apresentar o passaporte e os documentos de estudante estrangeira, recebi meus cartões de saúde, odontológico e... da biblioteca!

Até então, eu acho que nunca tinha ido a uma biblioteca pública. Na realidade, acho que nem mesmo havia pensado sobre sua existência. Nem a escola particular que eu havia estudado possuía uma. Eu lia bastante, na minha casa sempre teve muitos livros, revistas e jornais, mas eu não me lembro de ter conhecido esse local, esse ambiente coletivo e específico para os leitores.

A minha “mãe”, auxiliar de laboratório no hospital da cidade, gostava de pegar emprestados semanalmente livros de literatura e de receitas. Meu “pai”, operador de máquinas em uma gráfica – e “socialista”, como se definia – gostava de ler biografias de lideranças políticas humanistas. Minha “irmã”, adolescente como eu, era uma devoradora de livros de todos os gêneros e usava a biblioteca também para estudar e encontrar os amigos.

Quando cheguei lá pela primeira vez, obviamente aquelas prateleiras repletas de textos numa língua estranha pouco me seduziram, mas, logo que adentrei a seção de literatura estrangeira, pude reconhecer alguns nomes como “Agatha Christie”, “Milan Kundera” e até “Jorge Amado”, com *Capitães da Areia* em inglês.



Minha “mãe” me apresentou à bibliotecária, uma senhora de cabelos grisalhos e pele bem enrugada, que me sorriu quando soube que eu vinha do Brasil. “Bem-vinda”, me disse em um inglês carregado. E logo depois completou: “Achei que você viesse da Bósnia, como muitas outras moças que têm vindo, hospedadas em um abrigo da Cruz Vermelha, localizado aqui atrás”. Era época de guerra e a Dinamarca havia acolhido refugiados, só em Tønder eram 800, 10% da população local.

Eu nem sabia exatamente onde se localizava a Bósnia: “*No, I’m Brazilian*”, acho que respondi. E percebi que naquele momento não fazia mais a menor diferença para ela – e para mim e para ninguém – se eu era baiana ou paulista, do Sudeste ou nordestina; eu me identificava agora completamente como “a brasileira”, minha identidade era a de uma nação, uma pátria, uma língua...

Eu não esqueci mais aquele momento porque depois, durante os meses em que morei na cidade, voltei inúmeras vezes à biblioteca e, de fato, conheci muitas das moças bósnias que se empenhavam em aprender o dinamarquês para ali refazerem suas vidas. E eu, se me sentia inicialmente completamente diferente delas – eu era estudante, tinha uma “casa dinamarquesa”, ia voltar para o meu país, enquanto elas eram bem mais velhas do que eu, andavam machucadas, com roupas doadas e pareciam distantes de qualquer “casa”... –, com o passar de algum tempo, fui me reconhecendo simplesmente “idêntica” a elas – cabelos e olhos tão escuros entre uma gente tão clara, um sorriso sem graça de quem não tem vocabulário suficiente para dizer mais do que “bom dia”; lendo livros infantis para nomear os termos correspondentes às figuras: “bola”, “árvore” etc.

Uma identidade comum de “estrangeiras” parecia agora criar entre mim e aquelas moças bósnias uma afinidade surpreendente.

Eu sentia essa questão da identidade novamente. Não como algo estanque, mas a experiência que se move e se (re)define na relação com os outros e com os contextos nos quais nos vemos inseridos. E, ao mesmo tempo que se redefina, não exclui as anteriores, mas integra-as, transforma-as, renova-as.

Um dia, a bibliotecária se aproximou de mim e perguntou se eu gostaria de ler alto o livro que eu estava lendo, para ela poder me ajudar a acertar a pronúncia das palavras. Mesmo meio envergonhada, sentei ao lado de sua mesa e tentei falar em voz alta o som daquelas tantas consoantes consecutivas, da letra “o” partida ao meio, do “a” e “e” grudados... No final,



achei divertidíssimo e lembro que naquela tarde voltei para casa saltitando pela calçada, como costumam fazer as meninas de 5 anos.

Dias depois, retornei à biblioteca e novamente escolhi um livro. A bibliotecária sorriu para mim e fez o sinal com as mãos que eu entendi como “mais tarde poderemos repetir, se quiser”. Eu confirmei com um sorriso e um “o.k.”, e fiquei ensaiando sozinha até a hora de ler alto.

Nisso, eu vi que chegavam ali também duas moças bósnias e que foram ler jornais. Fiquei observando como elas, sortudas, podiam ao menos se comunicar entre si na língua materna... Davam risadas, faziam caretas, conversavam muito.

Quando a bibliotecária me convidou, com as mãos, para me sentar ao seu lado, me levantei e apontei discretamente para as duas moças, perguntando: “O que você acha de convidá-las também?”. A bibliotecária fez um “não” com a cabeça e me chamou para sentar.

“*The noise*”, “o barulho”, ela me disse baixinho. “Se estivermos em grupo vai fazer muito barulho aqui”. “O.k.”, eu entendi e parti para minha “chamada oral”.

Qual foi minha surpresa quando, em outro dia, volto à biblioteca e a dinamarquesa me conduz a uma sala menor, que eu não conhecia, dentro da biblioteca, onde já estavam outras três moças refugiadas da guerra. “Aqui podemos fazer bastante *noise*”, ela sorriu.

E, durante meses, passei a ir para aquela sala pelo menos uma vez por semana, ler literatura infantil dinamarquesa com as moças bósnias e a senhora bibliotecária.

Lembro que a bibliotecária resolveu ler *Capitães da Areia* e comentava eventualmente comigo os cenários e personagens baianos, que eu podia reconhecer tão bem. Do mesmo modo, ela passou a guardar os artigos de jornais que saíam sobre a guerra e entregava às minhas colegas, que levavam para o abrigo as notícias mais recentes.

Hoje em dia, eu não me recordo de nenhum dos textos que lemos juntas; tenho no máximo a lembrança vaga de algumas ilustrações coloridas e de nossas risadas. E também não lembro se avançamos muito na língua, porque recordo que a bibliotecária dizia sorridente que todas nós tínhamos uma “pronúncia péssima” (“*It’sugly!*”). Mas o fato é que essa experiência me marcou profundamente.

Quando voltei ao Brasil, escolhi fazer Ciências Sociais, principalmente levada pela curiosidade por disciplinas como a Antropologia – e sua busca efetiva pela compreensão dos



sentidos do outro. E mais tarde passei a trabalhar em projetos de implantação de bibliotecas e formação de leitores.

Hoje, percebo como essa experiência na biblioteca dinamarquesa pode ter sido essencial para essas minhas opções. Observo também como não foi um gesto qualquer aquele no qual ela me propôs as leituras em voz alta, depois, ao negar inicialmente a participação das moças bósnias, para, por fim, propor outro ambiente onde pudéssemos nos reunir.

A bibliotecária não se revelou prisioneira de uma ordem cultural preestabelecida, que não permitia que fossem modificados quaisquer dos comportamentos “esperados” de um leitor e de um ambiente como o da biblioteca. Ao contrário, a bibliotecária mostrou-se atenta e aberta ao que buscavam os frequentadores do espaço naquele momento e, em um processo implícito de negociação com a ordem estabelecida de seu trabalho, com os outros usuários e comigo, promoveu um ambiente novo, gerador de novas relações entre nós, os textos, a própria biblioteca e a bibliotecária.

Essa negociação foi, a meu ver, experiência crucial para a efetivação de outra que acabou por influenciar os rumos de minha vida pessoal e profissional: passamos de usuários, coadjuvantes em uma cultura escrita que estaria pronta, definida, estabelecida em seus sentidos e práticas, para nova condição: aquela na qual éramos protagonistas, criadores de sentidos para nós mesmos, dos textos e contextos de que participávamos.

3 A busca pela experiência essencial: a negociação

Desde 1999, trabalho em organizações governamentais como mediadora de leitura, procurando criar situações de encontros prazerosos entre as pessoas e os livros de literatura, sem as exigências de apreensão obrigatória de conteúdos predeterminados, de alfabetização e avaliação que, com frequência, marcam a trajetória com os livros.

A experiência profissional no campo da mediação de leitura me dizia que as ações e concepções implicadas nessa prática atrelavam-se principalmente à ideia de que mediar é transmitir algo para o outro, construindo pontes entre as pessoas e algo ou alguém que lhe é estranho: eu, no caso, atuava fazendo a mediação entre jovens, professores, educadores sociais, estudantes e a literatura, procurando transmitir o prazer que a leitura de um texto poderia proporcionar, a sensação de quanto uma biblioteca poderia ser aconchegante etc.



Até que a experiência de implantar e acompanhar um projeto de leitura na zona rural, durante sete anos, colocou em xeque essa concepção: deparei-me com a resistência dos adultos daquela fazenda entrarem no Centro Cultural recém-criado para eles e participarem das atividades propostas. Enquanto as crianças e os jovens passavam horas de seus dias conosco, os adultos, mesmo em períodos de folga, preferiam reunir-se na frente das suas casas ou na beira do fogão à lenha – e nunca no Centro Cultural, que se oferecia defronte às casas.

“Isso é bom para as nossas crianças aprenderem, mas eu não tenho nada para fazer lá”, era uma resposta comum entre os adultos quando questionados sobre sua frequência no espaço.

Observávamos que, se o “prazer de ler e ouvir livros de literatura” era algo que gostaríamos de transmitir para aquela população, havia entre essa prática e os adultos do Centro Cultural a fratura histórica entre os letrados e não letrados no Brasil: “eu não tenho nada para fazer lá” revelava, mais do que desinteresse, a descontinuidade entre as experiências culturais, refletida também no depoimento de Marciel, 12 anos, que dizia: “A minha mãe não vem aqui porque ela não estudou, acho que ela tem vergonha”.

Dona Ana, senhora de 65 anos, mãe de seis filhos confirmava: “Eu não vou não, eu não vou saber fazer nada”.

Por que uma pessoa que não pertence à cultura escrita sente-se ignorante – e mesmo impotente – diante da cultura escrita, como se não soubesse “nada”? Por outro lado, para aqueles que vêm de meios não letrados, por que a entrada na cultura escrita tem que se transformar, como mostrou Hoggart (1977), em uma ruptura do sujeito com seus meios de origem, seus outros modos de agir, aprender, se expressar. Por que ruptura e não construção, transformação, renovação – tanto dos sujeitos, como da própria cultura escrita e seus contextos e relações?

A partir da minha dissertação de mestrado, defendida em 2009, pude, com a orientação do Professor Edmir Perrotti, começar a identificar elementos conceituais que estavam implicados nesses questionamentos: como uma prática cultural nova (no caso, da leitura literária) pode engendrar práticas mais antigas e orgânicas, no caso, dos moradores da Fazenda? Procurei aprofundar as discussões sobre dispositivos dialógicos de mediação cultural (FOUCAULT, 1984; PIERUCCINI, 2004) visando à sua apropriação (CHARTIER,



DEL PRIORI, 1999; CERTEAU, 1994; SERFATY-GARZON, 2003)⁵ e não simplesmente à sua “assimilação” pelos diferentes públicos.

A continuidade dos trabalhos de pesquisa e como mediadora de leitura me levou, em 2010, à busca pelo doutorado e a Paraisópolis, segunda maior favela de São Paulo, quando passei a coordenar um grupo de adolescentes mediadores de leitura. Os jovens, entre 14 e 17 anos, frequentavam um projeto social do bairro no qual havia uma biblioteca e onde passei a encontrá-los semanalmente durante quatro meses. E, mais uma vez, reconhecia a distância entre as práticas exigidas na cultura letrada e as outras experiências culturais significativas para os sujeitos: os adolescentes desse grupo em Paraisópolis, todos filhos de imigrantes nordestinos, não conheciam, por exemplo, o nome das cidades de origem de seus pais – a maioria sabia dizer no máximo o Estado – e afirmavam que não gostavam da escola porque “é chata”, “porque a gente não pode fazer nada”, “porque tem que ficar sentado ali o dia inteiro”.

Eu, novamente, observava a entrada na cultura escrita como experiência fragmentada da vida cotidiana e da memória cultural dos sujeitos e mais, experiência que impõe, além de acesso a bens culturais determinados, também habilidades, competências, atitudes, concepções e valores ligados a grupos específicos e socialmente hegemônicos, sem considerar outros sujeitos e outras modalidades culturais.

Retomo agora a situação vivida com a bibliotecária dinamarquesa e me pergunto: quem são esses sujeitos que adentram uma biblioteca, oriundos de “outro mundo” – onde não se gosta de ler, ou não se sabe ler? Por outro lado, como se sentem ao adentrarem o “mundo dos livros” sem encontrar ali quaisquer referências de suas origens, de seus pais, de seu “país”? Adentrar a cultura letrada significaria a salvação da ignorância para eles? Eu pensava em mim mesma como esse “outro” na Dinamarca – “terceiro-mundista”, “ignorante”,

⁵Estudo sobre a apropriação da leitura como negociação de sentidos, defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA-USP (2009), realizada com apoio da CAPES (2007-2009). (OLIVEIRA, 2009). Dois artigos decorrentes da dissertação de mestrado, apresentados e premiados em eventos científicos no Brasil, já indicavam a preocupação com a questão da leitura como negociação: “Menção honrosa” no Seminário Internacional Sobre História do Ensino de Leitura e Escrita (UNESP, Marília), com o texto intitulado: “A apropriação da cultura escrita como experiência de negociação de sentidos em um contexto rural de Minas Gerais”. UNESP, Marília, 2010; “Melhor trabalho” no XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Grupo de Trabalho Mediação, Circulação e Apropriação da Informação) com a apresentação do artigo intitulado: “A mediação da informação como experiência de negociação de sentidos”. ANCIB, Brasília, outubro de 2011.



“subdesenvolvida”? Não foi desse modo que fui reconhecida. E nem as moças bósnias. Talvez, se fôssemos tratadas dessa maneira, nunca mais voltássemos para aquela biblioteca.

Existe, assim – essa é nossa hipótese –, uma diferença crucial entre difundir, “promover” a cultura escrita, no sentido de incluir populações afastadas dessa modalidade para que passem a fazer parte do circuito “consagrado”, e criar condições de interlocuções diversas entre diferentes leitores e leituras, entre realidades sociais, culturais e pessoais diversas e dinâmicas.

O que significa ser o “caipira”, o “jovem”, o “da periferia”, o “imigrante”? “Leitor”, “não leitor”? O que significa estar excluído (ou incluído) da “cultura escrita”? Dessa maneira, partimos do pressuposto de que é determinante o como e com quais características se enuncia o outro, como construímos nossa identidade e alteridade, como define e é definida a ordem histórica que nos coloca em relação a nós mesmos e ao outro.

Ao enfrentar conflitos provocados pela divergência e/ou assimetrias entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades, o conceito de “negociação cultural” poderá se mostrar capaz de favorecer a construção de projetos culturais orientados em direção à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de direitos à apropriação cultural.

Se desde a Antiguidade, a escrita foi objeto ou de controle ou de disseminação visando à regulação social via assimilação da cultura do outro, nossa proposta vai em outra direção, ou seja, da apropriação, do protagonismo e do direito à participação afirmativa na cultura.

REFERÊNCIAS

BARKER, R.; ESCARPIT, R. *A fome de ler*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. (v.1).

CHARTIER, R. *Textes, imprimés, lectures. Pour une sociologie de la et lecteurs dans la France contemporaine*, Cercle de l'Imprimerie, Paris: *La transposición didáctica*; Buenos Aires: Aique, 1988.

CHARTIER R. e M. DEL PRIORI. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1999.

DENNY, J. P. O Pensamento racional na cultura oral e a descontextualização da cultura escrita. In: OLSON, D.; TORRANCE, N. *Cultura Escrita e Oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.



FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____ *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.

_____ *Extensão ou comunicação*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.

HOGGART, R. *The uses of literacy: aspects of working-class life with special reference to publications and entertainments*. London: Chatto and Windus, 1977.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO; AÇÃO EDUCATIVA. INAF Brasil 2011: Indicador de Analfabetismo funcional – principais resultados. Disponível em: http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinabrazil/Paginas/inaf2011_2012.aspx. Acesso em 05 de julho de 2016.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da Leitura no Brasil: realização. 3.ed. São Paulo: Ibope Inteligência, [2011]. Disponível em: . Acesso em 22 de agosto de 2015.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, A. L. *Cultura na fazenda: um estudo sobre a apropriação da leitura como negociação de sentidos*. 2009. Dissertação de mestrado, ECA/USP, São Paulo, 2009.

OLSON, D.; TORRANCE, N. *Cultura Escrita e Oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

PERROTTI, E. e I. PIERUCCINI. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: M.L.G LARA, A. FUJINO e D. P. NORONHA (Org.). *Informação e contemporaneidade: perspectivas*. Recife: Néctar, 2007. p.46-97. Disponível em: . Acesso em: 05 de agosto de 2014.

PETIT, M. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

PIERUCCINI, I. *A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em Educação*. 2004. 194 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: . Acesso em 05 de agosto de 2014.

SERFATY-GARZON, P. *Dictionnaire critique de l'habitation et du logement*. Paris: Armand Colin, 2003. p.27-30.



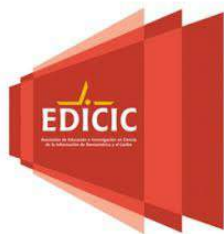
X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

UNESCO. *Adult and youth literacy: national, regional and global trends, 1985-2015*. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/literacy-statistics-trends-1985-2015.pdf>>. Acesso em 05 de julho de 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL PARA AVALIAÇÃO DE FONTES NO
CONTEXTO DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SISTEMA DE
BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

***EL DESARROLLO INFORMACIONAL PARA EVALUACIÓN DE FUENTES EM EL
CONTEXTO DIGITAL: UN ESTUDIO DE CASO EN EL SISTEMA DE BIBLIOTECA
DE UNIVERSIDAD FEDERAL DE BAHIA***

Débora Sampaio Leitão, UFBA

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, UFBA

Resumo: A competência informacional para avaliação de fontes no contexto digital dos bibliotecários de referência do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI/UFBA) constitui o tema desse estudo que, objetivou analisar a competência informacional para avaliação de fontes de informação em ambientes digitais desses profissionais, para atendimento das demandas informacionais dos seus usuários, bem como, através dos objetivos específicos pretende traçar o perfil dos bibliotecários de referência do SIBI/UFBA e identificar as estratégias de avaliação das fontes de informações digitais voltadas para a produção do conhecimento científico. A investigação caracteriza-se como um estudo em nível descritivo que se deu a partir de um estudo de caso, em uma amostra composta por 38 bibliotecários do SIBI/UFBA, avaliando a competência informacional desses profissionais a partir dos critérios de avaliação presentes na literatura. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário aplicado junto a amostra, cujo tratamento ocorreu a partir das abordagens quantitativa e qualitativa. No decorrer da pesquisa, evidenciou-se que os referidos profissionais, podem avaliar criteriosamente essas fontes selecionadas antes de indicar para os seus usuários. Dessa forma, concluiu-se que os Bibliotecários do SIBI/UFBA possuem competências informacionais para avaliação de fontes no contexto digital para o cumprimento de suas funções como mediador da informação.

Palavras-chave: Competência informacional. Ambiente digital. Fontes de Informação. Avaliação de fontes de informação. SIBI/UFBA.

Abstract: The information literacy for evaluating sources in the digital context of the reference librarians at the Bahia Federal University Library System (SIBI / UFBA) is the subject of this study that aimed to analyze the information literacy for evaluating sources of information in digital environments such professionals, to meet the informational demands of its users, as well as through the specific goals you want to profile the SIBI reference librarians / UFBA and identify assessment strategies of digital information sources geared to the production of scientific knowledge. The research is characterized as a study on descriptive level that occurred from a case study in a sample of 38 librarians SIBI / UFBA, assessing the information literacy of these professionals from the evaluation



criteria in the literature. The data collection instrument used was the questionnaire with the sample, the treatment occurred from the quantitative and qualitative approaches. During the research, it was shown that these professionals can carefully evaluate these sources selected before indicating to its users. Thus, it was concluded that the Librarians of SIBI / UFBA have information competencies for evaluating sources in the digital environment for the fulfillment of its functions as a mediator of information

Keywords: Information literacy. Digital environment. Information sources. Evaluation of information sources. SIBI / UFBA.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas e seus acervos existem desde aproximadamente 3000 a.C., e consequentemente também a práxis do profissional da informação. Nesse sentido, as mudanças constantes ao longo da história das bibliotecas, e, por conseguinte dos suportes informacionais, das tábuas de argila ao livro impresso, demandou do bibliotecário, uma mudança no seu *modus operandi* a cada quebra paradigmática.

No contexto atual, no qual o volume informações e as tecnologias superam-se diariamente, faz-se urgente, o profissional da informação sintonizar-se com essas transformações, para o melhor desempenho de suas atribuições. Pode-se afirmar então, que o profissional antenado às essas constantes transformações possui competências necessárias à competitividade do mercado de trabalho cada dia mais exigente.

As características do comportamento humano relacionados ao conhecimento, habilidades e atitudes pessoais, são consideradas o tripé da competência informacional, um atributo indispensável para bibliotecários de referência, por ser o profissional que se relaciona diretamente com usuários. Desse modo, o produto dessa relação entre usuário e bibliotecário, no momento que surge a necessidade informacional, é o serviço de referência. Ao conceituar esse profissional, Silva (2005) determina as habilidades e atitudes que esse profissional deve ter, entre elas: leitura constante (manter-se sempre bem informado), buscar a informação através de diferentes mídias (saber utilizar as TIC), conhecer o acervo e as fontes de pesquisa (domínio das fontes, independente do suporte), ser um bom comunicador (por trabalhar diretamente com o público), ser um agente cultural (atuando como incentivador cultural diante das novas possibilidades ofertadas pelas TIC). Nota-se que, esse conjunto de habilidades e atitudes, são competências inerentes ao bom bibliotecário de referência.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Em face do exposto, um questionamento foi levantado acerca das competências informacionais dos bibliotecários de referência, considerando esse cenário de transformações tecnológicas e de suportes informacionais, que a cada dia inundam as telas de diversos equipamentos de leitura. Essa inquietação foi a bússola norteadora dessa pesquisa: possuem os bibliotecários de referência do Sistema de bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI/UFBA), competência informacional para avaliação de fontes de informação disponíveis nos ambientes virtuais para atender as necessidades informacionais dos seus usuários? Com a finalidade de responder esse questionamento, essa pesquisa buscou através do seu objetivo principal analisar a competência informacional para avaliação de fontes de informação em ambientes digitais por parte dos bibliotecários de referência do SIBI/UFBA, para o atendimento das demandas informacionais dos seus usuários, bem como, através dos objetivos secundários pretende traçar o perfil dos bibliotecários de referência do SIBI/UFBA e identificar as estratégias de avaliação das fontes de informações digitais voltadas para a produção do conhecimento científico.

Estudar a competência informacional dos bibliotecários da UFBA, instituição formadora e responsável pela colocação de milhares de profissionais no mercado de trabalho, considerando as matizes do seu perfil, bem como o importante aspecto relacionado à avaliação de fontes de informação, pode ser o ponto de partida para mudanças significativas acerca da inserção dessa temática como disciplina fundamental ao processo formativo do profissional da informação.

O percurso metodológico adotado para a realização desse estudo foi a partir de um estudo de caso, em nível descritivo, com a utilização das abordagens qualitativa e quantitativa. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o questionário aplicado presencialmente com os bibliotecários de referência do SIBI/UFBA.

2 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NO BRASIL

O estudo da competência informacional teve seu início voltado para a educação dos usuários, atividade desenvolvida por bibliotecários que intencionavam proporcionar aos mesmos, habilidades para utilizar os recursos informacionais oferecidos pela biblioteca. Dessa



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

maneira, percebe-se que a introdução do tema da competência no Brasil se confunde com a área de estudos de usuários.

Segundo Santos (2011), Sônia Caregnato foi a primeira autora a mencionar o assunto em um artigo publicado em 2000, salientando a importância da educação de usuários de bibliotecas universitárias, reforçando a necessidade da integração das TIC no processo, com o objetivo de oferecer serviços centrados nos usuários; a autora traduziu o termo para “alfabetização informacional”.

Em 2001, a área teve duas contribuições importantes: Belluzzo apresenta um dos primeiros trabalhos sobre competência informacional no Brasil, no Simpósio de Engenharia de Produção da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e Elisabeth Dudziak apresenta sua dissertação fazendo um traçado histórico da temática no cenário internacional.

Em 2003, Bernadete Campello apresenta um trabalho sobre o movimento da competência informacional no Brasil e seu desenvolvimento na área da educação, mais especificamente em bibliotecas escolares.

Constata-se que até esse momento, não há uma terminologia definida, havendo constantes alterações advindas de sua correlação com as questões da educação do usuário, podendo-se encontrar as seguintes terminologias, segundo Dudziak (2003): alfabetização informacional, letramento, literacia, fluência informacional, competência em informação e competência informacional.

O que se nota é que há uma divergência quanto à terminologia existindo duas vertentes. Uma delas é a corrente que defende o uso do termo competência informacional, ou ainda competência em informação, sugerido por Dudziak e Hastchbachna primeira mesa redonda sobre o tema no XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU, 2004, e desde então essa terminologia está sendo utilizada por muitos teóricos adeptos dessa corrente (SANTOS, 2011).

A segunda vertente é a proposta por Bernadete Campello (2006, p. 64) que traz outra terminologia associada ao âmbito da biblioteca escolar que é o “letramento informacional” que a autora considera:

Que se a competência informacional não for vista pelos educadores como parte das ações pedagógicas em geral e se for tratada pelos bibliotecários de forma isolada, é pouco provável que seja adotada como uma prática na escola. Assim, essa abordagem integra a competência informacional nas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ações de letramento, evitando a fragmentação da aprendizagem e levando o bibliotecário a desenvolver sua ação educativa junto com os professores.

Nessa perspectiva, a autora introduz a competência informacional no âmbito da biblioteca escolar, no sentido da participação do bibliotecário no processo de aprendizagem, ampliando assim a ação educativa da biblioteca.

O que se pode notar é que essa falta de consenso entre as terminologias origina-se do precursor da competência informacional, como já foi dito, o estudo de usuários, trazendo novamente a responsabilidade do bibliotecário com a educação dos usuários, que estão cada vez mais independentes considerando esse novo paradigma tecnológico, bem como o volume informacional em rede, no tocante à transformação dessa informação recuperada em conhecimento.

Apesar de ser um tema emergente, muitos autores estudam a temática da competência informacional, em suas diversas terminologias, porém o mais importante é a promoção da importância do desenvolvimento dessas habilidades nos profissionais da informação atuantes em vários seguimentos da ciência da informação.

2.1 Competências informacional digital

É irrefutável que a evolução das TIC promoveu um grande impacto no espaço das bibliotecas e de serviços de informação, modificando os métodos de trabalho dos profissionais da informação, em virtude do surgimento da informação em meio digital e da necessidade de desenvolvimento de novas competências e habilidades para navegar seguramente nesses espaços que caracterizam essa mudança de contexto em que se encontra a sociedade.

Acessar informação é ter conhecimento, capacidade ou oportunidade de buscar a informação para sanar expectativas, suprimir ou clarear dúvidas. O uso de meios de comunicação, principalmente a internet, possibilita a investigação de um volume maior de informação.

Nessa rede digital o bibliotecário irá exercer um papel fundamental, pois ele atua como a ponte entre o usuário e a informação desejada, tanto auxiliando na busca, como realizando a mesma e satisfazendo a necessidade informacional do usuário. Carbone (apud SANTIAGO, 2012, p.24) entende competência da seguinte maneira:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A palavra competência (do latim *competentia*) tem várias acepções, e pode referir-se: à aptidão, ao designar a qualidade de quem é capaz de resolver determinados problemas ou de exercer determinadas funções; à idoneidade, quando estamos perante um sujeito capaz de avaliar algo ou alguém.

No contexto da competência informacional, pode-se entender como as técnicas e métodos utilizados nas diversas fases do ciclo informacional com o uso das TIC necessárias no processo. Dudziak (2003, p. 29) define competência informacional como:

Um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência. É transdisciplinar, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais; permeia qualquer fenômeno de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões.

Como podemos perceber a competência informacional vai além da questão da busca propriamente dita ou conhecimento profundo das fontes, abrange atitude pessoal do profissional da informação, requer tempo do mesmo, é uma atitude da qual não se pode esquivar, ou o seu trabalho como mediador da informação será falho e incompleto.

A era digital modificou a atuação do profissional bibliotecário; nesse novo cenário, os profissionais começam a repensar sua atuação na área buscando a competência informacional no âmbito digital e se qualificando para essa nova realidade. Eloy (2012, p. 31) corrobora essa afirmativa quando diz que “Este profissional precisa ter a consciência de suas habilidades, de pensar criticamente frente às tecnologias, ter receptividade perante as mudanças. A fluência em tecnologia é um dos componentes da competência informacional”, tornando-se algo fundamental para o exercício do profissional da informação.

Tradicionalmente o bibliotecário sempre atuou como ponte entre o usuário e os suportes de informação, nesse novo momento é essencial repensar sua prática, adaptando-se a essa mudança de paradigmas.

O bibliotecário deve estar consonante às tecnologias e buscar sempre a educação continuada para enfrentar essa nova realidade e se sentir de fato competente informacional, utilizar suas habilidades em benefício dos usuários. Eloy (2012, p. 40-41) discorre sobre esse cenário:

O profissional, de modo geral, tem a necessidade de se atualizar, ele não é mais um expectador no universo da tecnologia, pelo contrário, faz totalmente parte dessa dinâmica de tendências que caracteriza hoje as atribuições especialmente do profissional da informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O fato é que os bibliotecários precisam se adaptar a essa nova realidade, pois materiais convencionais e materiais eletrônicos podem conviver em harmonia, um complementando o outro, cabendo ao usuário escolher o suporte que lhe convenha, e ao profissional da informação participar dessa escolha utilizando suas habilidades para suprir a necessidade do usuário. Eloy (2012, p. 45-46) aborda essa questão da seguinte maneira:

Um profissional bibliotecário competente informacionalmente na era digital é alguém capaz de dominar as habilidades necessárias para enfrentar os desafios tecnológicos apresentados. A informação eletrônica constitui uma realidade como meio de registro e disseminação do conhecimento. Nesse contexto, e-book, e-readers e tablets estão facilitando o acesso, a transferência e a circulação do conhecimento.

Diante do que vimos, pode-se perceber que a competência para lidar com a informação em qualquer tipo de suporte será a chave do sucesso para desenvolver a competência informacional digital. As mudanças acontecem de forma muito rápida, outros formatos apareceram, e quanto mais atento estivermos para essas mudanças, mais preparados estaremos para ela, e isso pode ser visto como uma complementação e simplificação na forma de buscar e recuperar a informação.

2.2 Fontes de informação em meio digital

Na discussão sobre competência em informação, faz-se necessário mencionar também sobre as fontes de informação, pois são nelas, sejam físicas ou eletrônicas, que o sujeito realizará suas pesquisas e saciará sua sede de informação.

Para Cunha (2001), fontes de informação pode ser qualquer documento, dado, registro, objeto, pessoa que forneça aos usuários de bibliotecas ou de serviços de informação, informações que possam ser acessadas para responder a certas necessidades. Ele ainda classifica as fontes de informação como primárias, secundárias e terciárias, segundo a tipologia de Grogan (1970).

Seguindo essa tipologia utilizada por Cunha (2001), pode-se categorizar as fontes da seguinte forma:



QUADRO 1 -Fontes de Informações

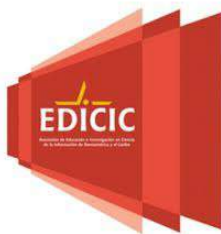
FONTES	CONCEITOS
Fontes Primárias	Novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos. (Congressos e conferências, legislações, nomes e marcas, normas técnicas, patentes, periódicos, projetos e pesquisas em andamento, relatórios técnicos, teses e dissertações, traduções).
Fontes Secundárias	Contém informações sobre documentos primários [...], guiam o leitor para eles. (Bases de dados, bancos de dados, bibliografias, biografias, catálogos de bibliotecas, dicionários, livros, manuais, internet [...])
Fontes Terciárias	São sinalizadores de localização ou indicadores sobre os documentos primários e secundários. (Bibliografias de bibliografia, bibliotecas, centros de informação e diretórios)

Fonte: Adaptado de Cunha (2001).

Nota-se que as fontes de informações proporcionam o acesso à produção do conhecimento e é através do uso das mesmas que o usuário pode ter contato com informações necessárias, seja para suprir apenas uma simples curiosidade, bem como para produzir novos conhecimentos.

Com o advento das TIC e da internet, essas fontes passaram a ser encontradas também em ambiente virtual, fornecendo uma gama de informações a qualquer momento e em tempo real para os navegantes da web. Nesse contexto, a informação pode estar em qualquer suporte, no celular, no *tablet*, no *notebook*, minimizando assim as necessidades informacionais de todos por meio de um equipamento eletrônico e um ponto de internet.

As fontes de informações produzidas e disponibilizadas em ambiente digital são consideradas fontes de informações digitais, que Cendón (2000, p. 288) define como “um conjunto de documentos, disperso em milhões de computadores ao redor do mundo, que pode conter textos, imagens, sons e outros tipos de dados”. Pode-se acrescentar a esse conceito, não somente a alocação desse documento em um computador, mas também o fato do mesmo estar disponibilizado na rede de internet. A autora (CENDÓN, 2000, p. 297), considera os pontos positivos e negativos relacionados à disponibilização massiva de informações na rede: “a quantidade e diversidade de informação são pontos fortes na Internet, a falta de organização, estrutura e ausência de mecanismos eficientes de recuperação dificultam a identificação das informações”.



2.3 Avaliações de fontes em meio digital

Nesse sentido, Tomaél, Alcará e Silva (2008, p. 06) criaram indicadores a partir de critérios de qualidade para avaliar as fontes de informação disponibilizadas em redes. Segundo as autoras, as fontes para atender aos seus usuários devem passar por constantes avaliações:

A qualidade de uma informação ou de uma fonte de informação está diretamente relacionada ao seu uso, ou seja, ao usuário que dela necessita. Para que uma fonte seja de qualidade, deve atender a propósitos específicos de uma comunidade de usuários e isso requer avaliação.

Essa avaliação é uma atividade que pode ser feita por profissionais da informação e pelos usuários finais, que é uma ação imprescindível, já que nesse processo são avaliadas a credibilidade e a qualidade da informação disponibilizada. Para que isso seja possível, o profissional da informação poderá utilizar os seis indicadores e os critérios de avaliação sugeridos por Tomaél, Alcará e Silva (2008): Arquitetura, aspectos intrínsecos, credibilidade, contexto, representação e compartilhamento:

QUADRO 2 – Critérios de Avaliação

CRITÉRIOS	INDICADORES
Arquitetura da Informação	Mídias: (internet, intranet, CD-ROM, sistemas de informação, etc.); Acessibilidade: (Disponibilidade, interpretação, auxílio ao uso, agilidade); Usabilidade: (consistência da interface; funcionalidade da fonte; facilidade de uso de uma interface <i>web</i> ; estrutura da informação e <i>design</i>); Organização: (estruturação dos conteúdos); Navegação: (interatividade; Hipertextualidade, Hipermídiação); Rotulagem: (identificação de conteúdos; fluxo da navegação; linguagem); Busca: (principais recursos: lógica booleana, índice, refinamento por temas; Recursos auxiliares: mapa do site, auxílio na pesquisa, tesouros, etc.); Segurança: (proteção da informação); interoperabilidade: (tipos de documentos que se recupera; Quantidade de documentos armazenados; interface de pesquisa).
Aspectos intrínsecos	Precisão: (veracidade da informação); Facilidade de compreensão: (interpretação e entendimento); Consistência e Relevância: (cobertura; coerência; agregação de valor; exatidão; coerência e utilização das fontes); objetividade: (visão imparcial); Atualização: (garantia de informação atualizada); Integridade: (completeza; concisão; quantidade e excesso de informação); Alcance: (trata da amplitude da informação).
Credibilidade	Autoridade/confiabilidade: (apresentação completa de informações; Autor reconhecido; hospedagem da fonte); Responsabilidade: (identificação);
Contextuais	conveniência: (disponibilidade da informação); estabilidade (possível de ser recuperada tantas vezes quantas for necessárias); Adequação (equilíbrio); Facilidade de manuseio.
Representação	Formato (consistência de padrões, normas e metadados para representar



	fontes; precisão e flexibilidade do formato); Adequação da Representação do assunto :(tipo de linguagem: natural ou controlada); Clareza da definição e precisão de domínios ; Representação concisa e consistente ;
Aspectos de compartilhamento	Arquitetura de participação (cooperação que promove recursos e serviços de informação); Produtor e consumidor (difícil distinção entre produtor e consumidor de informação); Folksonomia (tagging) :(atribuição livre e pessoal de etiquetas).

Fonte: Adaptado de Tomaél, Acará e Silva (2008)

Diante da apresentação desses parâmetros, percebe-se que a avaliação da fonte digital deve ser considerada a partir do perfil do usuário da informação, bem como a finalidade do uso. Vale salientar que em decorrência dos avanços tecnológicos da informação, que consequentemente promovem mudanças na *web* e nas fontes disponíveis nesse espaço, os parâmetros propostos através dos indicadores e critérios, devem ser atualizados e revistos para que possam atender ao seu propósito.

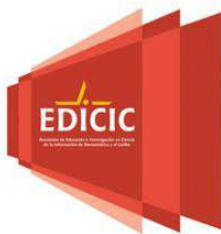
Nesse sentido, a Internet ampliou as opções quanto à tipologia de fontes de informação, pois além das convencionais físicas, devido ao desenvolvimento das TICs surgindo novas fontes e formatos digitais, disponibilizados na *web*, tais como os buscadores (Google, Yahoo, Bing, etc.), os repositórios institucionais, as bases de dados (SciELO, CAPES, entre outros), os periódicos científicos, que cada vez mais são utilizados e alimentados pelo usuário que também é consumidor e produtor da informação.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Para se compreender melhor o contexto desse estudo, fez-se necessário a caracterização dos participantes para uma análise dos dados coletados. Nessa etapa pretendeu-se traçar um perfil dos respondentes quanto ao: gênero, idade, tempo de serviço, educação continuada, instituição formadora, conhecimentos sobre fontes digitais.

Os resultados coletados revelam que os bibliotecários de referência do SIBI/UFBA são, em sua maioria, mulheres (80% da amostra são do sexo feminino) confirmando que a predominância feminina é uma das características do próprio curso. São pessoas experientes, a maioria (59%) possui mais de 40 anos de idade.

A maioria dos representantes da amostra (95,5%), teve a sua formação como Bibliotecário Documentalista pela Universidade Federal da Bahia, espaço onde as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

competências e habilidades do fazer biblioteconômico foram adquiridas; somente 1 sujeito (4,5%) teve sua formação na Universidade de Brasília.

A questão da competência profissional está diretamente relacionada com o tempo dedicado ao fazer biblioteconômico. Em face disso a pesquisa buscou identificar o tempo de serviço dos bibliotecários de referência da UFBA. Nessa perspectiva, os resultados (tabela 1) evidenciam que metade da amostra (50%), possui mais de 16 anos de serviço; o que significa dizer que, esses servidores iniciaram sua jornada em um contexto, no qual o sistema de Bibliotecas da UFBA encontrava-se em processo de informatização, momento em que as discussões em torno das TIC se tornam mais efetivas para atender as demandas da Sociedade da Informação.

Outro dado interessante diz respeito à educação continuada, pois a maioria participantes (95%) possuem pós-graduação (gráfico 3), revelando a preocupação dos bibliotecários de referência com o aprendizado contínuo, condição que segundo Dudziak (2001, p.143) é uma das características da pessoa competente informacionalmente, isto é, “aprender ao longo da vida”.

Por atuarem, em sua essência como bibliotecários de referência, inquiriu-se sobre os periódicos científicos e bases de dados por eles mais utilizados (quadro 3) em seu contexto laboral e que, portanto, possuem familiaridade em manuseá-los.

QUADRO 3 - Ranking dos Periódicos e Bases mais utilizadas

PERIÓDICOS CIENTÍFICOS		BASES DE DADOS	
1º	DataGramaZero	1º	PERGAMUM
2º	Ponto de Acesso	2º	SCIELO
3º	Ciência da Informação	3º	PORTAL DA CAPES
4º	Transinformação	4º	BIREME
5º	Informação e Sociedade	5º	LILACS
6º	Perspectiva em Ciência da Informação	6º	MEDLINE
7º	Informação e Sociedade	7º	WEB OF SCIENCE
		8º	ELSEVIER
		9º	REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS
		10º	GOOGLE

Fonte: Dados da Pesquisa

O quadro 3 evidencia que dentre as bases de dados elencadas, a mais utilizada é a base PERGAMUM, por ser esta a base do próprio SIBI/UFBA, seguida do SCIELO e o Portal da CAPES, ferramentas conhecidas por pesquisadores e que os respondentes recebem



treinamentos; as demais bases, eles responderam genericamente, de acordo com as necessidades de cada unidade. No que tange aos periódicos, curiosamente, todos mencionados são procedentes da área da ciência da informação, fato que sugere que esses profissionais não se aprofundam ou desconhecem as fontes de informações científicas de necessidade dos usuários de suas unidades.

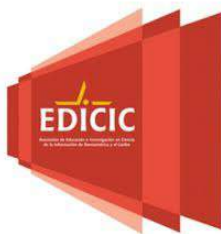
Uma vez delineado o perfil dos bibliotecários de referência do SIBI/UFBA, passa-se à próxima categoria, na qual apresentar-se-á dados referentes às avaliação de fontes de informação localizadas em pesquisas no contexto digital.

3.1 avaliações de fontes: produção científica

A pretensão dessa categoria foi compreender o modo como os bibliotecários do SIBI/UFBA avaliam as fontes de informação localizadas no ambiente digital, uma competência necessária, conforme sugere Tomaél, Acará e Silva (2008). Essa é uma etapa muito importante, sendo considerada pelas autoras como uma tarefa imprescindível e constante. É nessa fase que o resultado do refinamento da pesquisa chegará ao conhecimento dos usuários, para que os mesmos possam selecionar as fontes que atendam suas necessidades informacionais.

Por ser considerada uma ação intrínseca dos bibliotecários de referência, foi pesquisado como estes identificam o viés temático de uma fonte de informação, voltada para a produção científica, a exemplo dos artigos científicos. Nesse quesito, a avaliação do viés feita pela leitura dos resumos e palavras-chave, foi a estratégia utilizada por 59% dos participantes, considerada a primeira ação do pesquisador ao deparar-se com vários artigos sobre um mesmo tema. O tempo para responder as várias demandas dos usuários pode ser curto, sendo essa opção a mais óbvia, realizando um filtro através da leitura rápida dos resumos e das palavras-chave, que indica prontamente o viés da pesquisa.

Um dado curioso que a pesquisa revela é que 17% da amostra diz necessitar ler todo o artigo para saber o viés, ação desnecessária, já que o viés pode-se ser obtido através das outras opções como, título, autoria e resumos, fazendo com que o bibliotecário perca um tempo valioso para atender todas as solicitações de pesquisa, demanda revelada como alta para os bibliotecários de referência do SIBI/UFBA.



Nesse sentido fez-se necessária a investigação, quanto o grau de importância dos critérios de avaliação (tabela 1) das fontes disponibilizadas em ambiente digital. Esses critérios são apresentados por Tomaél, Acará e Silva (2008) em estudo realizado:

TABELA 1: Avaliação de fontes digitais

	Muito importante	Importante	Sem Opinião formada	Pouco Importante	Nada importante	Total
Credenciais do Autor	43,4%	55,6%	0%	0%	0%	100 %
Propósito da Obra	11,1%	83,3%	0%	5,6%	0%	100 %
Autoridade (apresentação completa de informações, autor reconhecido, hospedagem da fonte)	44,4%	38,9%	11,1%	5,6%	0%	100 %
Abrangência da Obra	38,8%	55,6%	0%	5,6%	0%	100 %
Precisão e organização	72,2%	27,8%	0%	0%	0%	100 %
Tipos de dados incluídos	23,5%	47,1%	23,5%	5,9%	0%	100 %
Atualização (garantia de informação atualizada)	62,5%	37,5%	0%	0%	0%	100 %
Objetividade da informação (imparcialidade)	38,8%	55,6%	0%	5,6%	0%	100 %
Estabilidade da fonte (possível de ser recuperada tantas vezes quantas forem necessárias)	29,4%	47%	6%	17,6%	0%	100 %
Facilidade de manuseio/formato	41,2%	58,8%	0%	0%	0%	100 %

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos critérios utilizados pelos respondentes para avaliação de fontes digitais, percebe-se um equilíbrio do uso desses, salientando que nenhum desses aspectos é considerado mais importante que o outro, logo esse equilíbrio torna-se um dado interessante, denotando que os participantes consideram a avaliação das fontes, uma ação essencial antes de repassá-las para o seu usuário.



Considerando a importância da avaliação do critério de autoria, na busca por fontes digitais científicas realizadas no ambiente digital, solicitou-se aos participantes a concordância quanto à relevância das fontes acerca de um tema pesquisado (tabela 2):

TABELA 2: Credibilidade de autoria.

	Muito importante	Importante	Sem Opinião formada	Pouco Importante	Nada importante	Total
Escrita por um autor com doutorado	31,2%	62,5%	6,3%	0%	0%	100%
Escrito por um mestre	12,4%	75%	6,3%	6,3%	0%	100%
Escrito por um estudioso bem conhecido na área	82,4%	17,6%	0%	0%	0%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados revelam que os bibliotecários de referência do SIBI/UFBA possuem competência relacionada à avaliação das fontes quanto à sua credibilidade, tendo essa avaliação dois aspectos: às credenciais de autoria (tabela 1) e local de hospedagem da fonte (autoridade); quanto a autoria, todos os participantes consideram um artigo escrito por um estudioso muito conhecido na área, como uma referência de indicação para o usuário; 93,7% considera um artigo escrito por um doutor como relevante para indicação; 87,4% considera um artigo escrito por um mestre como relevante para indicação, esse é um dado curioso, pois os bibliotecários consideraram mais importante um artigo escrito por um mestrando do que escrito por um doutor, demonstrando o desconhecimento de uma parte desses profissionais acerca do aprofundamento dos níveis de pesquisa de cada um destes; outrossim, para indicar um artigo escrito por um mestre, há que se conhecer o seu usuário e compreender bem a sua demanda, para que essa informação não se torne inútil, pois segundo Tomaél, Acará e Silva (2008) a credibilidade do autor está relacionada a sua produção e especialidade.

Saber se uma fonte é confiável é tão importante quanto saber pesquisá-la. Para Tomaél, Acará e Silva (2008), a confiabilidade está relacionada com a precisão (veracidade da informação). Desse modo, inquiriu-se a amostra acerca da confiabilidade das fontes digitais (tabela 3):

TABELA 3 - Confiabilidade das fontes

	Muito confiável	Confiável	Sem Opinião formada	Pouco confiável	Nada confiável	Total
Fontes recomendadas por estudiosos da área	53%	47%	0%	0%	0%	100%
Fontes encontradas em mecanismos de busca na internet	0%	18,8%	6,2%	75%	0%	100%
Fontes encontradas em bases de dados online	11,8%	82,4%	0%	5,8%	0%	100%
Fontes recomendadas por professores da área pesquisada	70%	30%	0%	0%	0%	100%
Fontes encontradas em Anais de Congressos	41%	53%	0%	6%	0%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados da pesquisa evidenciam que os bibliotecários compreendem as questões relacionadas com a confiabilidade das fontes, uma vez que 94% dos respondentes consideram as fontes indexadas em bases de dados científicas e em anais de eventos como confiáveis; unanimemente, os participantes indicariam ou usariam fontes recomendadas por estudiosos e professores na área. Um dado interessante e revelador é que 75% da amostra entende os buscadores como não confiáveis para busca de produção científica, um pensamento acertado para essa ação, haja vista que, em uma pesquisa feita em quaisquer dos buscadores disponíveis na rede, a busca resultará numa infinidade de fontes, que podem ser úteis e inúteis, demandando desse profissional tempo necessário para o refinamento. Nesse aspecto, confirma-se esse resultado através do considerável (94,2%) uso das bases de dados científicas disponíveis para esses profissionais.

Finda a etapa de análise e discussão de dados, na qual traçou-se o perfil do profissional e identificou-se métodos de avaliação de fontes de informação, podemos passar para a próxima etapa, na qual serão apresentadas as considerações finais acerca do investigado.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que a amostra, em sua maioria são mulheres com certo grau de maturidade, formadas pela UFBA, com mais de 16 anos de serviço no quadro funcional do SIBI. São pessoas bem instruídas, sendo a maioria portadora de um certificado de pós-graduação, o que denota uma preocupação no aprendizado contínuo para o melhor desempenho de suas funções como mediador entre a informação e o usuário desse espaço; os dados evidenciaram que o profissional de referência dessa instituição necessita ampliar seus conhecimentos acerca dos periódicos científicos específicos as necessidades dos usuários de cada unidade, para o melhor cumprimento de sua função de mediador.

Analisou-se também a avaliação das fontes digitais pela perspectiva dos critérios e indicadores de Tomaél, Acará e Silva (2008). Esse aspecto é considerado como imprescindível para o profissional da informação, como os bibliotecários de referência do SIBI/UFBA, a exemplo dessa pesquisa. Os participantes identificam o viés de um estudo utilizando o recurso da leitura dos resumos e palavras-chave, sendo essa considerada a primeira ação quando se localiza uma fonte, por mostrar prontamente quais são os objetivos do trabalho; esse estudo revelou que os participantes fazem uso efetivo de critérios de avaliação presentes nos critérios sugeridos por Tomaél, Acará e Silva (2008), evidenciando que os bibliotecários de referência possuem competência para avaliação das fontes de informação em ambiente digital, indicando as melhores opções para seus usuários.

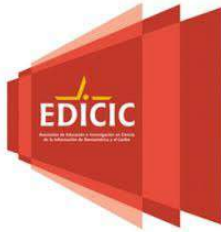
REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Bernadete. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.63-77, dez. 2006. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/18/6>> Acesso em: 06 out. 2015.

CENDÓN, Beatriz Valadares. A Internet. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000. p. 275-300.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2001.

ELOY, Rodney Zorzo. **Competência informacional jurídica e as habilidades em pesquisa**. São Paulo: Perse, 2012



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

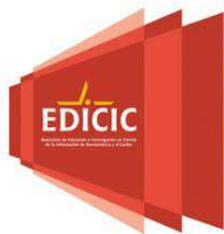
UFMG

SANTANA, Alessandra Barbosa. **Análise comparativa da competência em informação focada na abordagem digital**: o contexto da escola pública e privada da cidade de Salvador. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2011.

SANTIAGO, Antônio Edilberto Costa. **Competência informacional jurídica e as habilidades em pesquisa**. 2012. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2012.

SILVA, F. C. C. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidades e recursos informacionais. Brasília: Thesaurus, 2005.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elizabeth. Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês (org). **Fontes de Informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2008. p. 3-30.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Nome da Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

A LEITURA LITERÁRIA NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE

LA LECTURA LITERARIA EN EL CONTEXTO DE LA UNIVERSIDAD

Damaris Queiroz Barreto, UFC

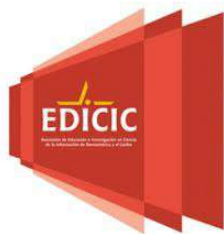
Lidia Eugenia Cavalcante, UFC

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo abordar as práticas de leitura literária dos alunos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC) no contexto acadêmico, tendo como principal questionamento a viabilidade e o incentivo desta categoria de leitura no ambiente universitário. O estudo busca, ainda, analisar a relação dos alunos do curso com a leitura recreativa, e como ela se concilia com a leitura acadêmico-científica. Pretende-se, dessa forma, estudar os vários aspectos que compõem a leitura literária e as mudanças dessa prática a partir do ingresso do aluno no ensino superior. Metodologicamente, o trabalho foi constituído de forma qualitativa a partir dos princípios do método indutivo e tendo como procedimento de pesquisa o grupo focal, realizado com graduandos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC). A partir desta análise, é possível afirmar que, a partir do ingresso no ensino superior e, conseqüentemente, com a diminuição do tempo livre, os alunos mudam suas práticas de leitura e tendem a diminuir o tempo dedicado à literatura por prazer.

Palavras-chave: Leitura. Leitura Literária. Leitura na universidade.

Resumen: La investigación se ocupa de las prácticas de lectura literaria de los estudiantes del curso de bibliotecología de la Universidad Federal de Ceará en el contexto académico. La interrogante principal es la viabilidad y estímulo de este tipo de lectura en el ámbito universitario. Su objetivo es analizar la relación de los estudiantes del curso con la lectura por placer, y cómo se concilia con la lectura académica / científica. Buscar, por lo tanto, estudiar los diversos aspectos que conforman la lectura literaria y los cambios en las prácticas del acceso a la educación superior. Metodológicamente, el trabajo fue hecho cualitativamente de los principios del método inductivo y con el procedimiento de búsqueda del grupo focal, con estudiantes de la graduación del curso de Bibliotecología de la Universidad Federal de Ceará. Se llega a la conclusión de que, a partir del ingreso en la educación superior y, por tanto, la reducción del tiempo libre, los estudiantes cambian sus hábitos de lectura y tienden a reducir el tiempo dedicado a la literatura para el placer

Palabras-clave: Lectura. Lectura literaria. La lectura en la universidad



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A leitura, em todas as suas formas, sempre fez parte do nosso cotidiano. Ler é uma característica inerente ao indivíduo, não importa a época em que viveu ou a classe social, ou seja, sempre estaremos realizando leituras sobre os mais diversos aspectos existentes em nosso dia-a-dia e, através disso, criamos a nossa própria leitura de mundo. Ao longo dos anos, vimos muitas coisas mudarem, algumas se tornaram obsoletas, outras indispensáveis, mas a leitura continuou com a sua importância inalterada. Sim, presenciamos a mudança no que concerne à liberdade de acesso ao livro, à informação e ao conhecimento, em diferentes suportes, e até mesmo na maneira de se ler. Como se pode observar, a leitura passou e passa cotidianamente por vários processos, sempre em desenvolvimento, porém nunca esquecida, afinal, somos seres em constante aprendizagem e vivemos em uma sociedade “aprendente”.

Quando tratamos da leitura, temos de compreender que essa palavra pode revelar proporções bem maiores do que imaginamos. A leitura está em toda parte, e, portanto, deve ser distinguida em suas variantes. A grandiosidade desse ato que nos é tão natural, normalmente passa despercebida na correria da sociedade, cada vez mais atarefada. No entanto, é indiscutível que somos fruto das leituras que fazemos.

Refletindo sobre a capacidade da leitura de entreter e de atualizar os seus leitores, mesmo em uma sociedade tão envolvida com novas mídias comunicacionais, e, principalmente, pelo caráter social dessa prática, surgiu o interesse em estudá-la, de maneira a perceber o seu relacionamento com uma classe considerada de assíduos consumidores: os estudantes universitários. Sabendo que a universidade é um ambiente cercado por informação, e, conseqüentemente, onde a leitura é ferramenta indispensável para a aquisição de conhecimento, a presente pesquisa desenvolveu-se a partir da seguinte questão: *Como os alunos do curso de Biblioteconomia interagem com a leitura literária no ambiente acadêmico?*

Já é sabido que a leitura literária exerce grandes benefícios para quem a consome, sendo um deles a melhor compreensão leitora e linguística, tema que abordaremos nas seções subsequentes. No entanto, quando o ato de ler está inserido em um espaço onde a leitura acadêmica predomina, mesmo no curso de Biblioteconomia, área sempre relacionada ao conhecimento e, de modo conseqüente, ligado à leitura, vê-se necessário entender a relação do estudante desse curso com a leitura literária e seus desdobramentos.



2 A LEITURA NA CONTEMPORANEIDADE

A contemporaneidade trouxe consigo várias mudanças que refletem em todos os aspectos da sociedade, inclusive nas práticas de leitura. Se, em tempos passados, a falta de acesso ao letramento e ao livro nos preocupava, hoje levamos em consideração outro aspecto também preocupante: o descaso com o incentivo à leitura e o ritmo de vida acelerado que, muitas vezes, favorece somente ao entretenimento midiático com atividades de lazer que não incluem a leitura. Entretanto, é necessário entender que os diversos suportes e formas de se ler atualmente não anulam a capacidade lúdica, criativa, prazerosa, virtual e informacional da leitura. Assim, a vivência leitora supera mudanças econômicas, históricas, tecnológicas e temporais, continuando atuante em todos os aspectos sociais.

As discussões sobre letramento, que é uma tradução da palavra em língua inglesa *literacy*, se iniciam na década de 1980, com os estudos de Mary Kato (SOARES, 2009, p.32). A partir de então, muitos autores, de modo interdisciplinar, têm refletido sobre esse conceito no Brasil, dentre os quais podemos citar: Kleiman (1995), Soares (2009) e Campello (2009).

Para Soares (2009, p.39), o letramento é o “Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita. O estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.” Portanto, para essa autora, “ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e escrever”, deixando claras as diferenças entre alfabetização e letramento. Subjacente a essa definição, podemos discutir as diferentes formas de letramento como, por exemplo, o informacional e o digital.

No âmbito do letramento informacional, recorremos aos estudos de Campello (2009, p. 12), que discute a educação do usuário e o papel do bibliotecário na sociedade atual. Segundo essa autora, “A ação do bibliotecário não se restringe, pois, à promoção da leitura nem à orientação bibliográfica, mas amplia-se para abranger aprendizagens mais complexas.” Assim, podemos inferir que o letramento se associa diretamente à ideia de construção e apropriação do conhecimento daquilo que é lido, pois o seu foco é a aprendizagem, da qual decorrem as práticas sociais.

Com o desenvolvimento tecnológico crescente, a palavra letramento associa-se a um novo termo: “digital”. O que passa a envolver as habilidades necessárias para o uso das tecnologias digitais e virtuais. Em ambientes virtuais, o leitor convive com diferentes



possibilidades de leitura em sua dinamicidade, a exemplo dos hipertextos que requerem dos indivíduos outras competências e modos de apropriação das linguagens verbais e não-verbais.

Essa dinamicidade da leitura que nos é tão comum só foi possível porque o ato de ler acompanhou as mudanças sociais que ocorreram ao longo do tempo. De acordo com Barreto (2006, p.19),

Foram muitas as transformações ocorridas no âmbito da configuração social da leitura: aparecimento e difusão da leitura silenciosa, redução do controle da igreja, aparecimento do ensino laico, reconhecimento da importância da alfabetização, invenção da imprensa, tipo móvel, mercado editorial, aumento do interesse pela ficção, aparecimento da Literatura Infanto-juvenil no séc. XVIII, bem como a expansão do ensino público, além do aparecimento do novo modelo econômico.

Quando trazemos o ato de ler para os tempos atuais, somos expostos às várias possibilidades de suportes e veículos midiáticos existentes. Temos informações em todos os espaços e momentos possíveis, e a leitura está presente até mesmo quando não percebemos que estamos lendo. Esse fato não é consequência apenas da sociedade da informação em que estamos inseridos, pelo contrário, a dinamicidade é uma característica intrínseca da leitura, mesmo em tempos passados, em que pensar na possibilidade de uma conectividade global seria utopia.

Cavalcante (2009, p.10) afirma:

Esta transformação observada no mundo da leitura pós-Gutenberg à luz do Iluminismo e do pensamento intelectual, manifestados principalmente no Ocidente dos séculos XVIII e XIX, com efeito, trouxe para a contemporaneidade contribuições significativas nos processos de constituição do leitor. Apoiando-se na cultura escrita, destacam-se as mudanças no suporte, no gênero, na linguagem e nas práticas de leitura que incorporam condutas, pertencas, atos e regras redefinindo as relações entre o texto e os seus leitores.

Ler é uma atividade dinâmica que exige do sujeito não apenas a decodificação de signos, mas toda uma bagagem intelectual que é adquirida durante a vivência de experiências subjetivas, envolvendo conhecimentos e ações interdisciplinares. Freire (1989, p.9) insiste que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Essa leitura nasce no momento em que saímos do ventre de nossas mães e se desenvolve na mesma proporção em que crescemos até sermos apresentados à leitura da palavra escrita, que não é menos ou mais importante, apenas complementar às outras existentes.



Quando tratamos da leitura na contemporaneidade, precisamos levar em consideração a reorganização social que presenciamos, visto que vivemos em uma sociedade em que o principal capital é a informação e o conhecimento e, por este motivo, somos consumidores do que é produzido intelectualmente de maneira global. No entanto, viver em uma época na qual somos expostos a vários tipos de materiais informacionais, e, portanto, estimulados a ler constantemente, não significa que a leitura seja sempre um ato prazeroso. Poderíamos até afirmar que esta seria uma desvantagem para a leitura no contexto do lazer, levando em consideração que a lacuna no estímulo à leitura literária em ambiente familiar e escolar abre brechas consideráveis para a falta de interesse pelos livros e outros suportes de leitura.

2.1 A leitura no contexto do lazer

A imagem da leitura como uma atividade mecânica e que, provavelmente, está ligada a obrigação, foi moldada há muito tempo. Foram anos de repressão que segregaram a leitura do seu consumidor final, o leitor. Leitor este que poderia ter acesso ao livro como possibilidade de lazer, mas em razão de uma organização social elitista e preconceituosa que vigorou no Brasil por séculos, não obteve nem mesmo a oportunidade de aprender a ler e escrever o próprio nome. Considerando os dias atuais, lamentavelmente, percebemos que em algumas instituições de ensino, o ato de ler e a biblioteca ainda continuam sendo utilizados como formas de punição. Esse triste fato construiu, ao longo do tempo, uma imagem negativa para leitores em potencial, de que a leitura não se constituía em algo prazeroso. Segundo Yunes (1995, p.186), “[...] vamos à escola ‘aprender a ler’ e saímos de lá detestando tudo o que se relacione com ela: estudo, pesquisa, redação etc.”.

A realidade é que, apesar do incentivo à prática leitora ser uma tarefa da sociedade como um todo, temos de concordar que a escola é o ambiente onde grande parte das pessoas possui seu primeiro contato com os livros e com a leitura em geral, salvo algumas exceções, e, se este contato não é instigante, provavelmente será motivo de repulsa posteriormente. A problemática reside em mediar o ato de ler corretamente, mostrando para os alunos o universo de possibilidades que está sendo oferecido no contexto das diferentes formas de apropriação da leitura.



Algumas formas de ensino são equivocadas, e por esse motivo, afastam cada vez mais crianças e adolescentes da leitura, criando, por fim, uma cultura de que ler não é algo prazeroso. Soares (2008, p.26) retrata essa questão ao expor que “crianças, jovens e adultos consideram ver TV, ir ao cinema como atividades de lazer, de prazer, enquanto a leitura é percebida como obrigação, dever”. Infelizmente, essa ideia permanece até a idade adulta e, dificilmente, é modificada sem que haja o incentivo de algum agente externo (um mediador). O que é ensinado na escola, em alguns casos, resume-se à decodificação dos signos para a leitura posterior de “paradidáticos” que, provavelmente, serão cobrados em alguma prova ou seleção. Nesse caso, deve-se levar em consideração que a obrigação pode tornar a leitura uma atividade apática e desinteressante. Consequência disso é a grande quantidade de leitores que leem pouco e, quando o fazem, é apenas por uma obrigação escolar.

O termo “leitura literária” não possui um conceito formal definido. No entanto, sabe-se que ele está ligado às funções da literatura no contexto do lazer, ou seja, podemos concluir, em uma perspectiva superficial, que a leitura literária é a apreciação de gêneros literários (romance, poesia, fábula, contos, crônicas etc.) principalmente, neste caso, como forma de entretenimento. De acordo com Frieiro (2007, p.28),

Literatura não é Filosofia, nem Teologia, nem Ciência, nem Economia Social, nem Política: é a arte de pôr em jogo a imaginação por meio de palavras. Ora, a arte, nas suas variadas formas, é uma das necessidades vitais do homem civilizado.

Na leitura literária, o indivíduo é transportado para outra realidade, na qual encontra o reflexo de suas próprias vivências ou pode satisfazer suas curiosidades mais íntimas. Através dela, ele pode viver passado, presente e futuro. Por este motivo, Jouve (2002, p.18) compreende que “O charme da leitura provém em grande parte das emoções que ela suscita”. Por esta perspectiva, propomos estudar a leitura no contexto do lazer. De acordo com Queiroz e Souza (2009, p.2),

Historicamente, o lazer começou a ser percebido como algo relevante na vida dos sujeitos devido às manifestações contrárias às maçantes horas de trabalho, quase ininterruptas, estabelecidas com o advento da Revolução Industrial.

O estudo do surgimento do lazer coloca em confronto duas teorias que analisam o seu início. A teoria que é citada acima entende o lazer como uma atividade proveniente das



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

sociedades modernas, mais precisamente, do período industrial no qual, para “recompensar” as maçantes e longas horas de trabalho, foram delimitados espaços de tempo dedicados ao lazer. No entanto, outra teoria propõe que o lazer existe desde as antigas civilizações, não com esse nome, mas com concepções que lembram o modelo de lazer que temos atualmente.

Se as atividades de lazer são voltadas para a distração, não há como negar que a leitura pode, como qualquer outra ação, ser uma rota para quem a procura. Segundo Martins (2006, p.58), “Enquanto passatempo, essa leitura revela a predisposição do leitor de entregar-se ao universo apresentado no texto, desligando-se das circunstâncias concretas e imediatas”. A leitura de gêneros ficcionais, sejam eles clássicos ou *best sellers*, são comprovadamente consideradas formas de abstrair-se das atividades cotidianas. Versiane, Yunes e Carvalho (2012, p.31) expõem que “Toda leitura é válida, todo suporte de leitura é pertinente quando buscamos o ato de ler como uma prática de prazer”. O certo é que o surgimento do lazer não pode ser compreendido de maneira estática ou temporal, mas sim, resultado das modificações sociais ocorridas com o passar do tempo e que a leitura é indiscutivelmente parte dessa forma de compreender o universo humano e suas práticas cotidianas que envolvem lazer, estudo, trabalho e vida.

3 A LEITURA ACADÊMICA

A universidade, desde sua concepção, foi pensada para contribuir no desenvolvimento do conhecimento humano sobre os mais diversos e incontáveis assuntos existentes. Por esse motivo, a leitura tornou-se indispensável para a sua consolidação, e continua, até hoje, como atividade fundamental para o contexto acadêmico. No entanto, alguns conceitos sobre o tema são desconstruídos durante a permanência nas instituições de ensino superior, principalmente no que se refere ao incentivo à leitura literária.

Ao ingressar na universidade, percebe-se que os estudantes passam a considerar e consumir a leitura de modo diferente. Afinal, o que antes era visto como uma forma de lazer, atividade massificante na escola ou até mesmo algo sem uma utilidade aparente, torna-se condição indispensável para novas descobertas e pensamentos, bem como para a construção do conhecimento científico. Criando, assim, uma relação direta entre o desempenho da leitura e o rendimento acadêmico. Lakatos e Marconi (2007, p.15) afirmam:



[...] ler significa conhecer, interpretar, decifrar. A maior parte dos conhecimentos é obtida através da leitura, que possibilita não só a ampliação, como também o aprofundamento do saber em determinado campo cultural ou científico.

Considerando que uma das missões da universidade é o desenvolvimento social e crítico, podemos então entender que a frequência da leitura nesse ambiente torna-se essencial, visto que o desenvolvimento crítico-social é consequência comprovada nas atividades que envolvem a leitura. Boso *et al.* (2010, p.24) acrescentam que “A leitura é importante instrumento para a vida social e cognitiva do sujeito, o que qualifica sua inserção no âmbito social, político, econômico e cultural”. Contextualizando, ler antes de contribuir para a construção do conhecimento científico é pedra fundamental para a criação de futuros cidadãos, que compreendem acima de tudo as várias possibilidades de leituras subjetivas existentes na sociedade em seu ângulo geral.

3.1 A leitura literária no contexto da universidade

A leitura literária, quando enfocada no ambiente universitário, possui grande significância. O ato de ler por prazer, apesar de parecer e ser considerado uma vertente que vai de encontro à leitura acadêmica, influencia diretamente os universos circundantes do conhecimento acadêmico. Sobre esta questão, Santos (2006, p.36) afirma que “[...] ler liberta, impulsiona as possibilidades de conhecimento a níveis inimagináveis, transforma a consciência do Ser Humano perante o mundo em que vive, dota o leitor a ser capaz de abrir inúmeras portas do desconhecido, instiga ao infinito”. Assim, se considerarmos a universidade um ambiente de construção social, percebemos que é necessário estimular as habilidades para que tal efeito seja obtido.

Mesmo assim, notamos que as cobranças existentes no ensino superior, e conseqüentemente, na vida profissional, acabam afastando o leitor da leitura literária. E, mesmo quando o curso tem em seu currículo disciplinas que abarcam e se utilizam da leitura literária como suporte para o estudo acadêmico, ainda assim, a leitura possui caráter obrigatório, fato que vai contra o que se contempla como literatura de lazer. Como afirma Dumont (2000, p.118), “A procura do prazer, da felicidade ou da alegria é um dos traços fundamentais do lazer na atual sociedade”. Dessa maneira, o fator determinante para a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

escolha da leitura como atividade de lazer reside na demanda existente para os estudantes, que está alocada principalmente em um bem importante, mas, infelizmente, escasso na atualidade: o tempo.

Com o passar dos anos, novas atividades são incorporadas ao dia a dia dos indivíduos. A partir do ingresso no sistema educacional – nos referimos aqui desde os primeiros anos do ensino básico regular – são exigidas responsabilidades diretamente proporcionais ao avanço educacional, profissional e pessoal. Por este motivo, ao encontrar-se na universidade, muitos acabam completamente exacerbados com os afazeres da formação, e por mais que exista o desejo de ler, este acaba sendo colocado em segundo plano diante da quantidade de trabalhos acadêmicos, fichamentos, provas etc.

Não podemos negar que os universitários leem muito, contudo, é necessário entender e avaliar as diferenças existentes no tipo de literatura que é cobrada na academia. Para tanto, temos que analisar as potencialidades de cada uma para que possamos entender os benefícios e malefícios, se por ventura houver, de cada uma para o acadêmico. No que se refere a este assunto, Lopes e Ribeiro (1992, p.46) expõem que,

Na universidade é cobrada uma leitura rápida e significativa, para atender às solicitações das disciplinas. O universitário tem que absorver o máximo de informações em pouco tempo, muitas vezes praticando leitura de texto que até então não fazia parte de seu repertório.

A prevalência da leitura científica, em detrimento, mesmo que subjetivo, da leitura literária, traduz a forma como compreendemos a importância e o papel das práticas de leitura na universidade, revelando ainda alguns dos pontos fracos dos profissionais que as instituições brasileiras estão enviando para o mercado de trabalho, como os déficits relacionados à inteligência emocional. Segundo Paviani (2010, p.2),

Em se tratando de alunos universitários, é possível que a frequência nem sempre esteja relacionada à preferência, uma vez que a quantidade de leituras às vezes pode estar condicionada a exigências, a obrigações acadêmicas, ou seja, são feitas com outros propósitos que não o do prazer de ler, ou que preferencialmente leriam por espontânea vontade ou por prazer de ler.

A leitura dos universitários está concentrada, majoritariamente, em informações técnicas e especializadas, que focam a abordagem nos conhecimentos que são desenvolvidos



em sala de aula, específicos para cada disciplina e seus conteúdos. Essa leitura, por sua vez, apesar de importante, desenvolve segmentos restritos, que não abarcam a quantidade de saberes envolvidos no estudo acadêmico. Esse fato é acentuado quando levamos em consideração que a leitura na universidade é feita, em sua maioria, a partir de recortes de livros e artigos, ou seja, se extrai apenas a específica parte que importa, impossibilitando assim a compreensão a partir do todo, ato justificado pelo exíguo tempo para o aprendizado de uma matéria.

3.2 A importância da leitura literária para o desenvolvimento acadêmico

A leitura de textos acadêmicos é imprescindível para a fomentação do conhecimento científico. A partir dela, busca-se o aprofundamento e a descoberta de assuntos que tenham ligação com os interesses da esfera pesquisadora. No entanto, não podemos esquecer que a leitura literária, apesar de um pouco esquecida pela classe universitária, pode também ser utilizada para o desenvolvimento de várias áreas do saber, contribuindo em conjunto, e de maneira intensiva, nos mais diversos fundamentos científicos.

Sobre a predominância de um único tipo de leitura, Carvalho et. al. (2006, p.20) afirmam que, “O ser humano precisa realizar leituras diversificadas e de qualidade para sobreviver na era da globalização. O mais importante é saber selecionar as leituras evitando a sobrecarga informacional”. Levando a citação para o campo de discussão do presente estudo, poderíamos entender que, a partir do equilíbrio entre a leitura científica e a literária, seria possível um maior aproveitamento dos conhecimentos existentes na universidade, principalmente quando contextualizamos essa prática a partir das características informacionais da sociedade em que vivemos.

Em um primeiro momento, podemos citar alguns benefícios técnicos envolvidos na prática da leitura literária, como o desenvolvimento nas habilidades de expressão, interpretação e de escrita. Jouve (2002, p.17) alega que “Ler é, anteriormente a qualquer análise de conteúdo, uma operação de percepção, de identificação de signos”. Neste sentido, a leitura é vista como um importante exercício neural que estimula a aprendizagem e o desenvolvimento dos processos de decodificação do texto e expressão textual.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No entanto, quando nos aprofundamos sobre a importância das práticas de leitura dentro do ensino superior, inferimos que o objetivo da pesquisa vai muito além de pensar apenas no desenvolvimento científico como um organismo a parte, mas sim, como uma forma de conseguir resultados que tragam benefícios para a sociedade como um todo, chegando, portanto, à determinação da importância social e de como a leitura literária pode contribuir para isso. Zinani, Santos e Wagner (2007, p.398) discorrem que “Nesse contexto, a leitura do texto literário emerge como uma possibilidade de unir o desenvolvimento de uma habilidade relevante com a fruição de uma modalidade artística, ou seja, unem-se aspectos cognitivos e afetivos”.

Ainda no mesmo contexto, Britto (2012, p.29) afirma que “[...] a leitura frequente permite situações positivas de ampliação da subjetividade da capacidade de agir com propriedade na sociedade. Seria, portanto, um hábito humanizador”. Posto isso, percebemos que a leitura literária poderia ser uma ferramenta melhor aproveitada dentro do ensino superior para estimular a criatividade, o senso de comunidade e a inteligência emocional, bem como todas as competências vitais para o desenvolvimento social, principalmente se levarmos em debate a “extensão”, atividade que constitui um dos três pilares o qual o ensino superior brasileiro é fundamentado, no qual se busca a aplicação para a comunidade do que foi desenvolvido em sala de aula. Em concordância com o que foi citado, Soares (2008, p.31) aponta que,

A leitura literária democratiza o ser humano porque mostra o homem e a sociedade em sua diversidade e complexidade, e assim nos torna mais compreensivos, mais tolerantes – compreensão e tolerância são condições essenciais para a democracia cultural.

Mesmo percebendo o lugar de destaque que a leitura deveria ter dentro da formação profissional e teórica na universidade, deparamo-nos com diversos obstáculos que, por estarem arraigados à cultura acadêmica, promovem a formação de profissionais que não atendem às necessidades sociais/comunitárias do mercado de trabalho, mesmo tendo um histórico escolar exemplar. Na realidade, a formação foi incompleta devido à falta de atividades que promovessem a integração dos conhecimentos teóricos, práticos e subjetivos que levasse o aluno a desenvolver pensamento crítico.



Conforme Rosing e Becker (2005, p.45), “[...] ler é muito mais do que uma necessidade curricular ou uma imposição familiar. O ideal da leitura é que seja um processo permanente e contínuo, passando a integrar o perfil do estudante por toda a vida”. Esse debate é interessante, principalmente, por estarmos vivendo em uma sociedade que precisa se desenvolver e inovar, mas sem perder a consciência de comunidade. Nesse contexto, a leitura, por se tratar de uma atividade dinâmica e que proporciona visões diferentes sobre os vários aspectos relacionados à composição social, apesar de aparentemente não explicitar essa faceta, surge como alternativa plausível para proporcionar o estímulo criativo, social e científico dos universitários.

4 AS PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA DOS ALUNOS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

A partir da conexão com o embasamento teórico deste estudo, realizou-se uma pesquisa qualitativa cujos dados foram obtidos através da realização de atividades com os alunos do curso de Biblioteconomia da UFC mediante grupo focal. Para tanto, um encontro com os estudantes foi devidamente planejado e divulgado e tivemos a participação de pessoas de todos os semestres.

Para iniciar a discussão sobre essa temática com os participantes, foi questionado como eles compreendiam a leitura literária na universidade. As respostas foram surgindo à medida que cada um foi se sentindo à vontade para falar e impelido pelas considerações e reflexões dos outros.

Na academia, não sei se é impressão minha, mas parece que fica algo meio preso aos textos. É necessário que você leia aqueles determinados textos passados pelo professor em sala de aula [...] acho até que se a pessoa não tiver a pretensão mesmo de gostar de ler, acaba se prendendo só aos textos acadêmicos. (Estudante 1)

Em todos os momentos do Grupo Focal, ficou bem claro que os alunos possuíam um volume de leitura acadêmica considerável e que, em várias situações, tinham que escolher entre ler por prazer ou ler para o desenvolvimento dos conhecimentos teóricos relativos ao curso e a disciplina. Esse fenômeno é abordado por Barreto (2006, p.149) como a “redução do universo de leitura, apontando para a priorização de uma leitura mais técnica e menos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

reflexiva, mais lógica, racional e utilitária, e menos imaginativa e emocional, o que tem sido comum no mundo de hoje”. Sobre este fato, o Estudante 2, tendo o apoio e a confirmação dos outros participantes, expõe que,

A gente fica até com peso na consciência [...] eu já me senti assim várias vezes ao entrar na biblioteca, ver um livro que eu estou morrendo de vontade de ler, aí eu quase pego, mas penso que eu poderia pegar um livro que vai me auxiliar na disciplina, aí acabo não pegando.

Durante o Encontro, todos afirmaram que possuíam grande contato com a leitura como forma de lazer antes de ingressar no curso e, quando questionados se achavam que as práticas de leitura literária desenvolvidas anteriormente contribuíram ou facilitaram as atividades que envolviam leitura acadêmica na universidade, foram enfáticos em responder afirmativamente à pergunta. O Estudante 2 reitera que “facilita muito por uma questão de que quanto mais você ler, melhor você lê, você vai ter uma melhor desenvoltura, a sua bagagem aumenta, tanto de conteúdo como a bagagem linguística mesmo.”.

Além da questão acima relacionada aos fenômenos ligados ao funcionamento da língua, o Estudante 3 salienta que ainda podemos abordar o fato das “[...] relações externas que são estabelecidas com o que é aprendido em sala de aula, ou seja, ligar a leitura prazerosa ao que você está aprendendo na academia”. Sobre isto, Jouve (2002, p.128) expõe que “A leitura, ao levar o leitor a integrar a visão do texto à sua própria visão, não é em nada, portanto, uma atitude passiva”, ou seja, as relações estabelecidas são produto da intimidade e autonomia do leitor, que ao se envolver em uma leitura, consegue distinguir o que é lido por prazer do que é lido por obrigação. O Estudante 4 acrescenta dizendo:

Eu acredito que é porque na universidade não é pedido só os conteúdos das disciplinas, mas o nosso conteúdo de mundo. [...] o fato de você ter uma prática de leitura antes faz com que a gente não sinta esse volume de leitura que é pedido dentro da universidade [...], então você já se conhece, já sabe o seu ritmo de leitura [...].

Os alunos foram interpelados também sobre a visão que tiveram da leitura ao entrarem na universidade. O Estudante 5 que, inclusive, cursa um dos semestres iniciais, aponta que “[...] do ensino médio para cá, essa transição foi bem impactante. É bem complicado porque estávamos acostumados com livros menos densos e aqui os textos são bem focados e possuem uma linguagem bem diferente”. Contrastando com a declaração anterior, o Estudante 10 diz:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No meu caso, eu não senti muita mudança de hábito porque eu nunca fui fã de ler livro para me divertir. Sempre procurei ler coisas mais teóricas sobre filosofia e afins, por isso acho que não tive muita dificuldade em me adaptar com a literatura científica.

Por se tratar de um curso que é associado diretamente à leitura e seus desdobramentos, muito alunos escolhem cursar Biblioteconomia por imaginarem uma abordagem mais íntima com a leitura literária, ou seja, se identificam com os estereótipos propagados e, a partir desta concepção, ingressam no curso. Sobre isto o Estudante 6 diz o seguinte: “Acho que a maioria entra no curso por achar que é o curso que vai dar a oportunidade de você ler. [...]. Acho que poucas pessoas entram no curso e não têm a prática de leitura literária agregada ao seu cotidiano”. Já o Estudante 9 diz: “Eu sabia que eu ia ter que ler coisas bem mais técnicas, mas não sabia que isso iria quebrar a prática de leitura que eu tinha anteriormente”.

Nesse quesito, temos de compreender que mesmo sendo um curso que possui ligação íntima com o incentivo e propagação da leitura, seria improvável que apenas estes conteúdos fossem abordados. Entretanto, não se pode negar que o volume de leitura exigido em sala de aula, juntamente com as atividades curriculares desenvolvidas influenciam consideravelmente nas alterações destacadas pelos participantes.

A partir dessas constatações demos continuidade ao debate perguntando se houve mudanças das práticas de leitura com o ingresso na universidade. E, sobre isto, todos concordaram que, quando entraram na instituição, a frequência com que liam por prazer diminuiu. Assim, o Estudante 6 afirma que “Quando você entra aqui, por mais que você tenha essa prática de leitura, essa atividade cai consideravelmente”. É importante salientar que os alunos, mesmo gostando de determinado assunto abordado em uma leitura acadêmica, não a consideram substituta à leitura literária, como explica o Estudante 3:

Não que eu não me divirta lendo as coisas da faculdade, depende muito da minha afinidade com o assunto, mas aquela leitura literária que você lê para rir, chorar, aqueles autores preferidos, best-sellers ou não, a leitura relaxante fica bem para escanteio mesmo.

Neste sentido, para conciliarem de alguma maneira a leitura literária, os participantes relatam que buscam alternativas que facilitem o acesso aos textos, recorrendo às tecnologias, como afirma o Estudante 7, “[...] a gente procurou outros meios além do livro físico, por exemplo, em aplicativos para celular e tablets, ou qualquer outro equipamento que possam ser



facilmente acessado”. Já o Estudante 8 aponta que para manter a leitura presente procurou mudar os gêneros que costumava ler:

Eu lia mais romance, aí eu comecei a ler mais textos curtos, como, contos, crônicas e poesias. Que é uma leitura que eu posso parar e depois continuar sem perder a narrativa do texto. Por exemplo, eu termino um conto, passo uma semana sem ler e depois volto para o mesmo livro. Porque as vezes é tanto texto, que você acaba esquecendo a linearidade da história.

É inegável que as práticas leitoras dos universitários são afetadas de alguma maneira quando entram na universidade. São vários os fatores que contribuem para tal questão, neste ponto, os alunos ressaltam que a leitura faz parte não só do estudante de Biblioteconomia, mas também do profissional bibliotecário, principalmente se levarmos em consideração que, mesmo que a área de atuação não tenha envolvimento diretamente com o incentivo à leitura, é indissociável este ponto do exercício no mercado do trabalho, visto que livro e leitura estão arraigados na fundamentação da profissão. Pensando nisso, o Estudante 1 destaca que,

Eu acho assim, que não só na questão da leitura dos textos acadêmicos, mas também no atendimento ao usuário, porque se você gosta de ler e tem uma prática frequente, querendo ou não, você vai prestar o atendimento mais motivado, vai entender a necessidade do usuário e fazer de tudo para que ele não saia de mãos vazias.

O Estudante 10 reforça que, “[...] quando a gente chega no estágio, eles [supervisores] perguntam logo se a gente tem esse contato com a leitura, se a gente tem conhecimento do que as pessoas estão querendo ler, das novidades do mercado editorial”.

O Estudante 2 aborda a questão do incentivo à leitura literária dentro do contexto acadêmico do curso de Biblioteconomia salientando que “[...] no curso a gente trabalha muito com o incentivo à leitura para o usuário, mas se nem a gente tem esse incentivo, como vamos fazer isso para o usuário?”. Partindo deste pressuposto, os participantes apontam que o incentivo à leitura literária é bem mais presente no mercado de trabalho do que na universidade em si. Como o Estudante 4 mesmo expõe,

Eu acho que isso acontece mais no mercado de trabalho, quando a gente vai para o estágio ou quando a gente já é profissional, onde a gente sente a necessidade de conhecer o livro, conhecer a obra para indicar para o usuário, mas dentro da universidade, sentir que os professores influenciam que a gente conheça e tenha gosto por esses livros eu não vejo muito. Eu senti isso mais no mercado de trabalho



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Quando indagados sobre a viabilidade da leitura literária no ambiente universitário, as respostas foram divergentes. Alguns participantes afirmaram que, apesar das dificuldades encontradas, não deixaram de ler por prazer, mesmo considerando que essas atividades se tornaram bem mais raras no dia a dia. Nas palavras do Estudante 6: “Eu não leio mais a quantidade que eu lia quando eu entrei aqui, não tem possibilidade, mas perder a prática da leitura não”.

É interessante analisar a frase acima, pois se trata de uma questão que vai muito além de apenas gostar de ler. Na realidade, estamos falando de uma necessidade que ultrapassa o fator impossibilitante. Neste caso, recorremos ao que Versiani, Yunes e Carvalho (2012, p.152) apontam sobre a prática leitora: “O ato de ler, quando já se tornou um hábito, é assim: faz parte da vida e se realiza como que ao sabor dos hábitos, dos gostos, das circunstâncias”. O Estudante 7 acrescenta que: “[...] se tornou tão mais raro o momento em que eu leio algo que eu realmente gosto que é um momento especial e único”.

No entanto, a assertiva anterior não vale para todos, por exemplo, nas palavras do Estudante 2: “a gente acaba tão ‘bombardeado’ com texto acadêmico que quando a gente tem a mínima folga, a gente quer esquecer que sabe ler”. Esta foi uma das respostas obtidas quando perguntamos sobre a influência da quantidade de leitura acadêmica consumida durante o curso na forma de entender e tratar a leitura por prazer. Da mesma forma, o Estudante 3 diz:

“[...] às vezes é tanto texto acadêmico que quando você quer relaxar, você não quer nem olhar para um livro, na realidade, você quer distância. [...] porque cansa demais, principalmente quando você tá no começo que chegam aquelas coisas bem abstratas [...] é bem complicado porque você fica querendo fugir da leitura, seja ela qual for”.

No mais, entendendo que a universidade abarca não somente o curso em si, mas também outros equipamentos que complementam e auxiliam na obtenção de conhecimento, veio ao debate a posição da Biblioteca Universitária como instrumento de incentivo literário para os alunos do ensino superior. Quando perguntados sobre esta visão a resposta foi unânime. Segundo Estudante 7, “Lá não tem muitos livros que não sejam acadêmicos”. O Estudante 10 ainda acrescenta: “[...] quando você vai na biblioteca e tem só um exemplar do livro e esse exemplar está muito acabado, eu prefiro não ler ou procurar em outro lugar”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

É notável o apreço que os participantes da pesquisa possuem pela leitura, neste sentido, durante o decorrer do Grupo Focal fica evidente a frustração da maioria por não conseguir conciliar as práticas leitoras com as atividades relacionadas à academia, criando assim um ambiente não favorável para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas de leitura.

A partir de todo o estudo realizado e dos dados colhidos na pesquisa, notamos que a leitura, apesar de fundamental no ambiente universitário, acaba restrita basicamente ao texto científico, fato perceptível e comum a todos os estudantes que participaram do Grupo Focal. Isso realmente merece sérias reflexões, quando se advoga constantemente que a leitura literária é fundamental para a atuação do bibliotecário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo teórico e da análise dos dados obtidos, constatamos a importância da leitura para a esfera acadêmica. Nesse aspecto, estamos contemplando aqui não somente a leitura científica, mas também a literária. Dessa maneira, percebendo que a universidade tem como proposta principal o desenvolvimento do conhecimento, não se pode negar que a leitura é fundamental nesse processo.

No entanto, no que se refere à leitura literária, percebemos também que os alunos consideram fundamental a sua prática com o objetivo recreativo no ambiente acadêmico. Segundo eles, a regularidade do ato auxilia no desenvolvimento do conhecimento científico e técnico por estabelecer uma relação mais profunda entre o texto e o leitor, assim como aprimorar a criticidade, visto que a compreensão é correlacionada com as vivências anteriores, inclusive no que concerne à leitura de livros por prazer.

Sabendo disso, e considerando o fato de a Biblioteconomia ser relacionada diretamente com as questões que envolvem o livro, o conhecimento e o ato de ler, nota-se, de acordo com a pesquisa realizada, que os alunos sentiram grandes mudanças ao ingressarem na universidade, principalmente, por não conseguirem manter uma prática de leitura literária frequente, devido ao grande fluxo informacional existente e a demanda das disciplinas por textos de caráter técnico/científico. Segundo os próprios estudantes, durante o semestre letivo, existem obrigações acadêmicas que impossibilitam a leitura de obras literárias por prazer,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

resultando em certa frustração, principalmente por se tratarem de pessoas que possuíam, anteriormente ao ingresso na instituição, um padrão de leitura contínuo.

No que se refere ao incentivo, é bem notável que os alunos não se sentem contemplados por essa questão. O fato está relacionado não somente ao curso em si, mas à universidade como um todo. É percebido que a leitura, quando abordada a partir do âmbito acadêmico, tem seu foco potencializado para os materiais que compõem a literatura científica. Por este motivo, os equipamentos que são utilizados pelos alunos no auxílio à obtenção do conhecimento tornam-se majoritariamente compostos por este tipo de acervo, tornando mais difícil o acesso ao livro literário. Além deste ponto, foi possível visualizar que eles consideram o mercado de trabalho como o ambiente em que, de fato, vê-se o real incentivo à temática da literatura de lazer.

Com este estudo foi possível destacar o modo como os estudantes de Biblioteconomia interagem e consomem a leitura literária em um ambiente que, de forma geral, não incentiva as práticas de leitura por lazer, além de levantar o debate sobre o incentivo à leitura literária. No decorrer da pesquisa, fica evidente que os alunos buscam relacionar e adequar a literatura às atividades acadêmicas, mesmo tentando, dessa maneira, conciliar as várias leituras exigidas.

De modo geral, a pesquisa apresenta uma realidade observada no ambiente acadêmico, lugar em que o fluxo informacional é, sem dúvida nenhuma, notável e as cobranças são desafiadoras, o que leva ao tempo dedicado à leitura por prazer se tornar cada vez menor.

6. REFERÊNCIAS

BARRETO, Angela Maria. **Memória e leitura**: as categorias da produção de sentidos. Salvador: Edufba, 2006. 192 p.

BOSO, Augiza Carla *et al.* Aspectos cognitivos da leitura: conhecimento prévio e teoria dos esquemas. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.15, n.2, p.24-39, jul./dez. 2010. Disponível em: < http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/716/pdf_39>. Acesso em: 01 ago. 2015.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitura: acepções, sentidos e valor. **Nuances**: estudos sobre educação, São Paulo, v.21, n.22, p.18-32, jan./abr. 2012. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/1619/1555>> Acesso em: 25 mar. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CARVALHO, Lafaiete da Silva et al. A leitura na sociedade do conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.19-27, 2006. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/459/575>>. Acesso em: 24 maio 2015.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v.1, n. esp., p. 1-12, sem. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14nesp1p1>> Acesso em: 25 mar 2015.

CAMPELLO, Bernardete Santos. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 79p.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Lazer, leitura de romances e imaginário. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v.5, n.1, p.117-123, 2000. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/131>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

FRIEIRO, Eduardo. **Os livros, nossos amigos**. Brasília: Senado Federal, 2007. 200 p.

JOUBE, Vincent. **A leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 161 p.

KLEIMAN, Ângela (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Tânia Mara Jucá; RIBEIRO, Maria Solange. Funções da leitura entre pós-graduandos em biblioteconomia. **Transinformação**, Campinas, v. 4, n. 1/2/3, p.45-54, jan./dez. 1992. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1654/1625>> Acesso em: 25 mar. 2015.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 93p. (Coleção Primeiros Passos, 74)

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. O que os universitários preferem em termos de leitura. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 5., 2010, Caxias do Sul. **Artigos**. Caxias do Sul: Ucs, 2010. p. 1 - 14. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico8/O_que_os_universitarios_preferem_em_termos_de_leitura.pdf>. Acesso em: 19 maio 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

QUEIROZ, M. N. G.; SOUZA, L. K. Atividades de Lazer em Jovens e Adultos: um estudo descritivo. 2009. **Licere**, Belo Horizonte, v.12, n.3, set./2009. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licerev12n03_a2.pdf> Acesso em: 25 mar. 2015.

ROSING, Tania Mariza Kuchenbecher; BECKER, Paulo Ricardo (Org.). **Leitura e animação cultural**: repensando a escola e a biblioteca. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005. 221 p.

SANTOS, Marcus Vinícius dos. A leitura como prática cotidiana e motivacional: da infância ao crescimento intelectual e discernimento crítico. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.11, n.1, p. 29-37, jan./jul., 2006. Disponível em : <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/462/580c>>. Acesso em: 16 maio 2015.

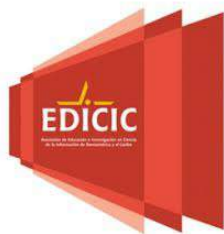
SOARES, Magda. Leitura e democracia cultural. In: SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares dos et al (Org.). **Democratizando a leitura**: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: Ceale, 2008. p. 17-32.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 124p.

VERSIANI, Daniela Beccaccia; YUNES, Eliana; CARVALHO, Gilda. **Manual de reflexões sobre boas práticas de leitura**. São Paulo: UNESP, 2012. 165 p.

YUNES, Eliana. Pelo avesso: a leitura e o leitor. **Letras**, Curitiba, n.44, p. 185-196, 1995. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/letras/article/view/19078/12383>> Acesso em: 25 mar. 2015.

ZINANI, C. J. A.; SANTOS, S. R. P.; WAGNER, T. M. C. Leitura do texto literário: prazer e aquisição de conhecimentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p.387-401, jul/dez, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1816>> Acesso em: 11 abr. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Nome da Área Temática: Mediação social e cultura da informação

ABORDAGEM CLÍNICA DA INFORMAÇÃO: A ALMA ENCANTADORA DAS BIBLIOTECAS¹ E A FORÇA DA MARCA GOOGLE

Maria L Amorim Antunes, UFMG

Claudio Paixão Anastácio de Paula, UFMG

Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, UFMG

Resumo: Partindo de uma análise do imaginário, da afetividade e das percepções dos nativos digitais sobre a biblioteca e a ferramenta de busca Google, o presente trabalho pondera sobre a posição e o papel da biblioteca na atualidade e sobre a imagem que esses jovens tem da biblioteca e do bibliotecário. O estudo original teve como objetivo avaliar o comportamento informacional desse público em relação às bibliotecas e ao metabuscador Google e se constituiu em uma pesquisa aplicada de caráter qualitativo baseada nas propostas da Abordagem Clínica da Informação (ACI). Realizada com alunos do Ensino Médio de uma escola particular de Belo Horizonte (MG), seus resultados confirmam outros estudos que narram o desconforto dos adolescentes com a biblioteca, que raramente as percebem como alternativa às suas necessidades informacionais. Embora se tenha comprovado (nesta análise) que a biblioteca não é fonte de informação para a amostra, os achados mais significativos foram com relação às percepções subjetivas e o imaginário evocados pela mesma, considerada por eles um organismo vivo e fascinante. Com relação ao Google, a presença do buscador mostrou-se consolidada no dia a dia dos jovens e a força da marca fez-se evidente. Os dados da pesquisa confirmam que os alunos se mostraram mais próximos dele do que da biblioteca, dado que sugere outras possibilidades de intervenção no sentido de aproximar essa relação com a instituição que não o usual investimento majoritário no quesito acervo físico. Conclui-se que existe um vivo e rico imaginário sobre a biblioteca que não se reproduziu sobre o Google. Sugere-se explorar esta riquíssima simbologia e representatividade para encontrar o elo perdido (ou que, no caso, nunca foi criado) entre o jovem e a biblioteca, transformando a ida à instituição numa experiência significativa. Finalmente, considerando a influência do imaginário na percepção dos sujeitos sobre o discurso sobre a biblioteca e o seu papel na sociedade, sugere-se caber aos bibliotecários infundir a ressignificação desse espaço no imaginário de seus usuários e, conseqüentemente, conduzir uma ressignificação dessa profissão no mercado, incluindo nesse redesenho as percepções dessas novas gerações.

Palavras-chave: Abordagem clínica da informação. Afetividade. Biblioteca. Google. Imaginário.

Abstract: Starting with an analysis of the imaginary, the affectivity and the perceptions that the digital natives have about the library and the Google Search Engine, this paper deliberates about the position and role of the library nowadays and what image these youngsters make of it and of the librarians. Originally extracted from another study, the main goal was to evaluate the informational behavior of this public concerning the libraries and Google. I was composed by a qualitative research based on the

¹ Alusão à obra de João do Rio, para quem a rua é um organismo vivo.



Clinical Approach of Information and it was performed with high school students of a private school in Belo Horizonte (MG). The results confirm additional studies that relate the discomfort of adolescents with the library, which is rarely perceived as an alternative to their information needs. Although it has been established (in this analysis) that the library is not a source of information for the sample, the most significant findings were related to the subjective perceptions and the imagery evoked by it, considered by them a living and fascinating place. When it comes to Google, the presence of the Search Engine has proven itself on the daily day of the teenagers and the strength of the brand became very evident. The survey data confirm that students are closer to it than the library, what suggests that the possibilities to improve their relationship with the institution shall be altered from the usual privilege given to the physical collection. The research data confirms that students were closer to Google than to the library, which suggests other intervention possibilities to improve their relationship with the institution in ways that are different from the usual privilege given to the physical collection. It is concluded that there is a living and rich imagery of the library that is not replicated for Google. So, it points out as a suggestion to explore this rich symbolism and representation to find the missing link (or, in the case, the link that was never created) between the young and the library, transforming the travel to the institution into a significant experience. Finally, considering the influence that the imaginary has on the perception of the subjects and their discourse about the library and the way they see its role in society, it is proposed to librarians to infuse a resignification of this space on the user's imaginary and consequently, to conduct a reframe of the profession in the market, including in this new picture the perceptions of the newer generations.

Key Words: Clinical Approach of information. Affectivity. Library. Google. Imaginary.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem passado por momentos desafiadores, trazidos com as novas prescrições das tecnologias de informação e comunicação. O aumento da complexidade nos ambientes de informação tem transformado significativamente o sujeito e sua respectiva capacidade de lidar com este cenário; versátil e marcado por inovações constantes. Neste momento peculiar, alguns aspectos da realidade – como o *boom informacional*, a lógica da urgência e a virtualidade – estão provocando uma reconfiguração nas escolhas e decisões humanas. Estas passam a ser pautadas muito mais por relações simbólicas e afetivas do que pela racionalidade, como seria de se esperar diante da presença quase onipresente das tecnologias da informação. A nova forma do indivíduo interagir com os espaços que o cercam pode ser notada, principalmente, entre os nativos digitais. Pontua-se que os nativos digitais compõem as primeiras gerações a nascer e crescer rodeadas pela tecnologia digital (PRENSKY, 2001). Na opinião de Palfrey e Gasser (2008), trata-se de uma geração de características extremamente peculiares e muito diferentes das anteriores uma vez que os principais aspectos de suas vidas (como a escola, as interações sociais, amizades e atividades cívicas) são mediados por dispositivos digitais, de forma natural e espontânea.



É importante salientar que as considerações que envolvem os chamados nativos e imigrantes digitais integram uma temática bastante complexa e articulada. Embora se identifique no discurso de alguns autores uma forte relação entre o comportamento destes sujeitos e a questão geracional, outros estudiosos sugerem cautela ao considerar preponderantemente o critério faixa etária como explicação para a conduta e procedimentos destes indivíduos. É o caso de Warschauer (2002), que declara que além do acesso físico aos computadores e conectividade, existem recursos adicionais que influenciam as pessoas a usar a tecnologia como, por exemplo, a habilidade para trafegar nestes ambientes. Ao pesquisar sobre o tema divisão digital² (*digital divide*), ele expõe que socialmente não se trata de uma divisão binária relacionada à informação (quem tem e quem não tem), mas uma gradação baseada em diferentes níveis de acesso à tecnologia da informação sem um fator único e preponderante para a determinação dessa divisão. Portanto uma análise profunda sobre o tema reside em um intrincado conjunto de fatores que não reflete o escopo deste trabalho. De toda forma, refere-se aqui aos adolescentes estudados na amostra como nativos digitais.

É neste contexto – no qual a informação apresenta-se cada vez mais determinada pela ação dos “desejos e vicissitudes da subjetividade humana” (PAULA, 2013a p.2) – que foi proposta a Abordagem Clínica da Informação, perspectiva que busca congrega os apontamentos da psicologia ao olhar da ciência da informação e intenciona encontrar subsídios para uma análise profunda do sujeito ante ao fenômeno da informação. Algumas de suas ideias norteadoras podem ser sintetizadas nos seguintes termos:

- a) a existência do homem é pautada pelo contexto em que este se insere: cultural, histórico e socioeconômico e também pelo campo psíquico (composto de forma imanente e vinculada pelas dimensões cognitivas, perceptivas e afetivas) (PAULA, 2015);
- b) a utilização e o compartilhamento de informações são deveras influenciados pelo contexto e pelo campo psíquico, acima descritos (PAULA, 2015);
- c) a noção de campo psíquico utilizada incorpora o conceito de psique da psicologia analítica, que afirma o envolvimento do consciente e do inconsciente em todas as formas de pensamento, sentimento e comportamento que caracterizam a personalidade do sujeito (NASSER, 2010, p.2) e,
- d) a maneira como compreendemos o mundo e qualificamos as coisas ao nosso redor envolve não exclusivamente a ciência em seu conceito etimológico, mas outros

² Divisão digital é um termo que se refere à diferença entre pessoas e regiões que usufruem das tecnologias de informação e comunicação, e aqueles que não o fazem ou o fazem de forma limitada.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conhecimentos além do científico; como o empirismo ou o senso comum, por vezes originados no centro das emoções (DIAS e MARTINS, 2005).

Centrado nestas bases o presente trabalho traz uma reflexão sobre a biblioteca (tanto a escolar especificamente como a instituição no geral) e a companhia Google – especialmente a ferramenta de busca. O paralelo é analisado na perspectiva dos nativos digitais, na relação que os jovens têm com estes dois elementos enquanto canais de busca informação. Os dados empregados nesta análise foram obtidos para a dissertação *Comportamento informacional em tempos de Google* (ANTUNES, 2015), que consistiu em uma pesquisa de caráter qualitativo onde foram entrevistados quatro estudantes de gêneros variados, de 14-17 anos, cursando o ensino médio em uma instituição particular e laica de Belo Horizonte. O objetivo principal da pesquisa foi avaliar o comportamento informacional desse grupo em relação às bibliotecas e ao metabuscador Google. É, então, a partir do referencial destes jovens que também se reflete sobre a posição e o papel da biblioteca na atualidade. Por sua vez, do entendimento da forma como indivíduo se relaciona no espaço e no tempo, com a biblioteca e o Google, alinha-se um referencial de análise sobre a imagem da biblioteca e do bibliotecário.

Alguns estudos, como os de Agosto e Hughes-Hassell (2005) retomados por Silva-Jerez e Casarin (2015), relatam a situação de desconforto dos adolescentes com a biblioteca, associada a um lugar triste e hostil pelos mesmos; “*dreary*” na acepção original. São descritas percepções negativas, ligadas ao descontentamento com o rigor das regras, com o espaço e pessoal (considerados pouco amigáveis e acolhedores), com a morosa atualização do acervo e o limitado acesso à tecnologia. Estes autores ainda sugerem que estes jovens também têm dificuldades em identificar o que a biblioteca tem a oferecer e em que esta pode contribuir com eles; apresentando, ainda, o dado de que muitos ainda restringem a bibliotecas ao conceito de livros. Enquanto isso, não existem análises que discutam especificamente a relação dos jovens com o Google. Muitos autores declaram que este já se integrou definitivamente no cotidiano de um contingente enorme de pessoas (VAIDYANATHAN, 2011) e discutem os reflexos de tamanha vinculação (KULATHURAMAIYER E BALKE, 2006; CARR, 2009; VAIDHYANATHAN, 2011; PARISER, 2012; SANCHEZ-OCANA, 2013, dentre outros), sem, contudo, considerar uma perspectiva intimista e afetiva das relações desses usuários com o buscador.



A literatura psicológica atesta que existe uma psíquica grupal ou coletiva e esta influi na psique do indivíduo e vice-versa (JUNG, 1921-1999; SAMUELS, 1988; SINGER e KIMBLES, 2004; SERBENA, 2010). Pressupõe-se, a partir desses estudos, existir um imaginário individual e coletivo a circundar a biblioteca e a expressividade da marca Google. Consequentemente, este enfoque parece indicar que a percepção e as representações que em geral as pessoas têm sobre estes espaços estudados, são construídas a partir de bases mais inconscientes que conscientes. Considera-se assim que é no depoimento dos sujeitos que serão encontradas suas afinidades emocionais; suas produções simbólicas e imagéticas, seus sentimentos, suas representações mentais e padrões de comportamento nelas baseados. É esta profusão de elementos que influencia seus atos racionais (PAULA, 2015). Sendo assim, empregou-se o recurso simbólico para analisar o universo particular do indivíduo bem como suas interações com o contexto: as emoções expressas, as visões do senso comum, o imaginário coletivo e a variabilidade inerente ao fenômeno de busca de informação. São estes os elementos que indiciam os motivadores subjetivos da relação dos sujeitos pesquisados com os espaços com que interagem. Exploram-se as categorias efetividade, afetividade e o imaginário, os dois últimos em especial.

2 DESCRIÇÃO DA EFETIVIDADE DE USO DAS DUAS ENTIDADES COMO FONTE DE INFORMAÇÕES

Na tentativa de entender a relação dos alunos com a biblioteca e com a ferramenta de busca Google foi estruturada uma série de questionamentos que permitiram traçar um paralelo entre estas duas entidades, sem, contudo, instigar uma comparação direta. A primeira preocupação foi verificar a efetividade de uso. Perguntou-se aos alunos qual (ou quais) biblioteca(s) e buscador(es) conheciam e se os utilizam regularmente. Em caso afirmativo, quais utilizam e para qual finalidade específica. Enfatizou-se para que usam e quantas vezes usam.

Biblioteca

Todos os entrevistados mencionaram, além da biblioteca da sua própria escola, a Biblioteca Pública de Belo Horizonte (Luiz de Bessa). No entanto, tratando-se sobre a real utilização, esse uso restringiu-se somente à biblioteca da Escola. Indagados sobre os motivos



que os levam à biblioteca, os entrevistados declararam visitar a biblioteca por motivos ligados à sua atmosfera: espaço de silêncio, quietude e incitação à aquisição de conhecimento. Contudo ainda que eles a visitem, saltou aos olhos o fato deles não terem o hábito de procurar regularmente a biblioteca da escola para buscar informação.

Google

Os dados da pesquisa mostram que a assiduidade na utilização da Internet e da ferramenta de busca estudada são bem maiores que a da biblioteca. De modo geral os alunos declararam um contato de longo tempo com a Internet e conseguiram datar a idade que se iniciou a utilização: três deles começaram a usar a Web com a idade de cinco a oito anos e um participante, cujo acesso foi limitado pelos pais, começou a navegar na Web aos doze anos. O Google deteve a preferência entre os motores de busca, havendo, inclusive, a dificuldade em citar outros buscadores. A utilização do mecanismo se mostrou bem expressiva na hora de explorar a Internet: todos os dias para dois deles, sempre que há acesso à Internet para um e quatro vezes por semana para o outro aluno. A ferramenta de busca é empregada não só para atividades relacionadas à escola, mas para encontrar também informações utilitárias e para lazer. Outro aspecto observado foi o fato de que quando não estão fazendo o uso do motor de busca Google, mencionam estar usando os demais produtos e serviços da companhia. Foram citados especificamente por eles o navegador Google Chrome, o canal Youtube e o serviço de mensagens e armazenamento Gmail e Google Drive.

A baixa frequência no uso da biblioteca contrastando com a familiaridade dos jovens com o uso do buscador provoca o questionamento: em que medida toda esta conectividade está invariavelmente colocada para estes jovens? Esta diferença é uma das peculiaridades dos nativos digitais? Palfrey e Gasser (2008, p.51, grifo nosso) parecem pensar que sim:

Os nativos digitais estão se fiando a este espaço virtual para praticamente todas as informações que precisam para viver suas vidas. Pesquisas já significaram uma viagem à biblioteca; abrir caminho através de um catálogo empoeirado e quebrar a cabeça sobre a Classificação Decimal de Dewey para encontrar um livro e retirar das estantes. *Agora, a pesquisa significa Google.* Para muito s uma visita a Wikipédia antes de mergulhar mais fundo em um tema. Eles simplesmente abrem um navegador, lançam um termo de pesquisa e mergulham até que encontrem o que querem ou o que acham que querem. A maioria dos nativos digitais nunca compra o jornal. Não que eles não leiam as notícias, só o fazem de novas maneiras e em uma ampla variedade de formatos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O conceito de nativos/imigrantes digitais mostra a fluência do sujeito naquele ambiente cultural. Estes autores, apesar de entusiastas dessa adesão, reconhecem que muitos aspectos do modo como os nativos digitais levam a vida são motivo de preocupação. Em última análise (p.276), cientes de todas as mudanças, eles consideram essencial ajudar os adolescentes a evitarem as armadilhas menos visíveis do mundo digital e aumentarem a consciência para algumas das possíveis consequências a longo prazo do estilo de vida digital. Ademais, demonstram que estes indivíduos e seu comportamento vão passar a moldar a cultura e influenciar as orientações econômicas e políticas em um futuro breve. Neste cenário pondera-se em que medida fica a tradição; a “cultura de biblioteca”, (i.e. a valorização de um tipo de busca e uso da informação que requer formação do hábito de leitura e o desenvolvimento de pesquisas criteriosas, qualitativas)? Para estes jovens, o que significa ir à biblioteca hoje?

3 AFETIVIDADE

Esta etapa objetivou compreender os sentimentos dos entrevistados associados à biblioteca e ao Google. Perguntou-se se eles identificavam sentimentos (agradáveis ou não) em relação à biblioteca e ao Google, se agregavam valores a eles e se percebiam a ocorrência de alguma figuração através dos sentidos e emoções. Foram empregados nas indagações os verbos “gostar”, “valorizar”, “representar” e para asseverar estas respostas e reações foi pedido que se descrevesse como se sentiriam diante de uma hipotética impossibilidade de uso, requisitando a eles que descrevessem como procederiam se não mais pudessem usufruir destes canais de informação. Tanto com a biblioteca quanto com o Google foram identificadas relações positivas e negativas.

Biblioteca

Ao serem perguntados se gostavam da biblioteca (referindo-se à da escola, porém deixando em aberto a possibilidade para que outras fossem evocadas) as respostas demonstraram que existe, sim, uma forte relação afetiva, carregada de julgamentos e baseada em um conjunto particular e comum de valores por parte dos alunos com a biblioteca, tais como reverência, admiração e intimidação. Verificou-se, também, que este vínculo aparece muito mais orientado aos aspectos positivos do que a outros que denotam algo depreciativo ou



desagradável. As menções a características das bibliotecas consideradas ruins foram o cheiro, declarado ruim por um dos respondentes – “Ah as bibliotecas têm um cheiro ruim, não acho que aqui tenha, mas algumas têm e isso é ruim” – a burocracia e demora em realizar empréstimos, na opinião de outro participante e a sensação de repreensão do aluno que sente que é preciso “respeitar o espaço sonoro”.

A biblioteca foi retratada como espaço multifuncional: de conhecimento, estudo e leitura e também de lazer, encontro, descanso e até mesmo refúgio. Foi evocada também sua função social, curiosamente associada às questões de exclusão/inclusão digital, pois um dos respondentes ressaltou a importância que têm as bibliotecas públicas para as pessoas que não têm acesso particular a aquisição de livros e demais meios de comunicação, citando especificamente a Internet. De forma geral, a biblioteca é muito valorizada e estimada pelos estudantes, mas todos declararam unanimemente que não “faria diferença” ou “atrapalharia muito”, se não pudessem mais utilizar de seu espaço.

Google

Com respostas intensas, categóricas e taxativas eles declaram: ‘gostam muito’ do Google. Um dos entrevistados declarou não possuir relação de afeto com o Google, mas afirmou usá-lo bem por nunca ter se sentido traído pelo buscador. Quando perguntado sobre “traição”, o aluno não soube responder o porquê da escolha da palavra, mas deixou entrever uma relação muito estreita. Se por um determinado motivo, não pudessem mais usufruir de seu serviço, um dos alunos “acharia bom” pois julga não saber fazer um bom uso da Internet. Outro participante “acharia terrível” ficar sem o buscador ao passo que os outros dois disseram que tentar achar outra ferramenta que pudesse substituir o Google.

O Google agrada todos os participantes pelos quesitos facilidade e rapidez na utilização, conjuntamente com a enorme quantidade de informação e possibilidades que oferece. De forma geral, a estima que os alunos conferem ao buscador se relaciona à economia de tempo e esforço devido à possibilidade de acesso a qualquer momento e lugar. Nota-se que outras questões relevantes para a análise sobre o Google, tais como a qualidade da informação, não foram exploradas neste momento da entrevista e, portanto, não se detalha aqui por não aparecerem diretamente atreladas às questões da afetividade do imaginário.



4 IMAGINÁRIO

Diferentemente da seção anterior, que buscou compreender como os alunos se relacionam com a biblioteca e o Google em termos de emoção e sentimentos; este segmento da pesquisa objetivou conhecer as representações que os estudantes têm da biblioteca e do Google. Recorda-se que é através da imagem e da imaginação que ocorre o diálogo entre o consciente e o inconsciente (SERBENA, 2010), sendo o imaginário descrito como o “alicerce fundante sobre o qual se constroem as concepções de homem, de mundo” (ARAÚJO, 2013, p.41).

O imaginário permite entrever o prisma sob o qual os indivíduos pesquisados constroem suas concepções dos espaços com os quais interagem e os motivadores subjetivos desta relação. A análise metodológica desta expressão intrínseca e criativa do sujeito é explorada através do simbolismo contido nas imagens e nas associações por elas evocadas. Propôs-se que a apreensão da perspectiva subjetiva dos alunos fosse trabalhada através da utilização de categorias evocativas para as associações. As categorias escolhidas foram: imagem livre, estilo musical, plantação, animal e pessoa.

Imagem livre:

Incentivando a expressão das apreciações subjetivas relativas aos dois “objetos” temas do estudo, recorreu-se ao uso da expressão criativa por meio da evocação e utilização de metáforas. Desse modo, foi perguntado aos entrevistados qual a imagem vinha-lhes à cabeça quando pensavam nas bibliotecas e no Google. Emergiram conceitos abstratos e materiais; que transpareceram tradição, memória, suntuosidade, materialidade dos livros e a disposição física do ambiente. Considerando o Google, todavia, existiu pouca ou nenhuma elucubração. Para a biblioteca houve primeiro, a associação óbvia com os livros, de maneira correlata aos achados de Agosto e Hughes-Hassell (2005). Contudo, em um momento posterior os sujeitos da pesquisa passaram a amentar imagens e estabelecer associações mais elaboradas. O primeiro participante voltou-se às primeiras bibliotecas – as bibliotecas ancestrais, como Nínive e Alexandria – indicando que as mesmas o rememoram tradição, sabedoria e suntuosidade ao passo que sugerem um espaço arcaico, que vigorou tempos atrás, mas que não faz parte do mundo contemporâneo. O segundo jovem também associou a biblioteca à imagem mais evidente: livros. Contudo, explicou enxergar nos livros a história do homem.



Segundo ele, a biblioteca abriga os registros do conhecimento, da cultura e das produções humanas, sendo prova material do desenvolvimento do homem e da evolução da civilização. Sendo assim, elegeu a figura de Karl Marx como o que melhor retrata a biblioteca. O aluno sequente também associou a biblioteca a livros, porém referindo-se à materialidade da biblioteca. Pensou o espaço físico, a disposição dos livros e móveis, atendo-se à funcionalidade do ambiente. Por fim, o último entrevistado associou a biblioteca a uma floresta; destruída, sombreada, porém com espaços que permitem a observação. Perguntou-se ao aluno o porquê dessa associação, ele disse que disse que a biblioteca serve como espaço de refúgio; quando está cansado e quer “fugir” de uma aula ou pessoa.

Praticamente a única imagem associada ao Google pelos participantes foi “a logo”. Eles não mostraram veemência em se estender mais. Quando então, insistindo, se solicitou que indicassem outra imagem, dois conseguiram estabelecer outra correspondência e escolheram a lupa (do box que dá o comando de busca), representando a ampliação do conhecimento e a página que revoca os resultados. Além disso, o único diferencial foi a menção às cores da logo “- azul, vermelho, amarelo e verde”, curiosamente elencadas na mesma sequência original do logotipo.

Música

Existe uma forte relação do sujeito com a música; é grande a influência dela no comportamento e personalidade do homem. Sobre isso, estudiosos concluem que a afinidade e percepção musical dizem muito sobre o sujeito, desde uma experiência emocional intensa da vida até as preferências políticas (HALPERN, BARTLETT, DOWLING, 1995; CORRIGALL, SCHELLENBERG, MISURA, 2013; RENTFROW, 2012; RENTFROW, MCDONALD, 2009). Através da associação com estilos musicais procurou-se observar a relação dos entrevistados com a entidades investigadas nos padrões culturais de seu tempo.

O primeiro estilo associado à biblioteca foi a MPB. O aluno justificou sua escolha dizendo ser “muito nacionalista” e estar estudando estilos literários e então associar a música aos escritores brasileiros. O *reggae*, por sua vez, foi apontado, pois representa para o segundo participante “uma *vibe* boa” e quando este se encontra presente em uma biblioteca, entra em sintonia com o espaço, tal como entra com a música. Os sentimentos de liberdade, inspiração e deferência também foram elencados por ele ao citar como exemplo as bibliotecas públicas:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

“qualquer um pode entrar e utilizar o espaço com respeito”. Dois outros participantes relacionaram a biblioteca à música clássica. Para um deles este estilo “tem lá seus méritos”, mas não gosta muito. Outro fez referência a classes da sociedade e à atmosfera da apresentação da orquestra; pois julga que a apreciação da música clássica depende da tranquilidade do ambiente, do silêncio, calma e de uma certa iniciação. Na concepção dele, tal como o acesso às bibliotecas, o gosto pela música clássica ainda é elitizado e assume ares de requinte ou difícil compreensão. Tal como a cultura de frequentar a biblioteca.

Com relação ao Google, as respectivas associações aos gêneros revelaram o POP, relacionado ao alcance do mesmo na sociedade, somado ao fato de o aluno associar o estilo ao apelo do mercado e a músicas pouco densas, nas quais muitas vezes são utilizados recursos tecnológicos. Outro estilo evocado foi o *trance*, vertente da música eletrônica, caracterizada como “frenética” pelo aluno. Os demais participantes não conseguiram fazer nenhum tipo de aproximação. Um deles achou “errado” escolher um estilo musical para o Google (que teria todos os estilos, dada sua abrangência) e o outro não conseguiu fazer a associação.

Plantação

Utilizando etapas do desenvolvimento de plantações no campo para ilustrar a perspectiva da biblioteca e do Google, pediu-se para que cada aluno lhes atribuísse um estágio do desenvolvimento como representação. As fases consideradas foram: sementeira, florescimento, colheita e pós-colheita. Cada etapa diferente e sequente da outra. O objetivo era saber que grau de desenvolvimento esses jovens adjudicavam aos dois “espaços”; se acreditavam que atingiram seu ápice, se precisam aperfeiçoar ou remodelar e se estão em decadência.

Sobre a biblioteca, um dos entrevistados disparou com desdém: “seria uma planta que estaria murchando”. Quando perguntado o motivo, se esquivou da pergunta, mas deixou a entrever que não acredita muito na proposta das bibliotecas nem na renovação destas propostas. Outro aluno acredita que a biblioteca ainda tem muito a se desenvolver. Mencionou acreditar haver uma diferença em relação aos países nos estágios de desenvolvimento e utilização da biblioteca. No Brasil, a fase apontada foi a de sementeira, mas em outros lugares que (segundo o aluno) valorizam mais os escritores e os usuários têm mais consciência do papel da biblioteca, a fase seria diferente. O acesso ao alcance das mãos colocou a biblioteca



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

na fase da colheita para o terceiro participante. Único a responder a pergunta referindo-se à biblioteca da escola; disse ter o “acesso livre e poder usufruir do que tem a mão”. O último também escolheu a colheita. Apesar deste aluno situar a biblioteca nesta etapa – o que na prática representaria a maturidade e o alcance completo em desenvolvimento e evolução – ele acredita haver “problemas no discurso”, pois considera existir uma distinção entre o que as bibliotecas se propõem a fazer e o que fazem de fato, deixando a impressão de uma fase diferente.

Ao Google o primeiro entrevistado não determinou uma fase específica, deixando entrever situá-lo entre o florescimento e colheita pois acredita que este já “está bem formado”, mas “ainda pode surpreender” com a oferta de novas possibilidades. Os três outros atribuíram ao Google a colheita, dois oferecendo a mesma justificativa que a biblioteca: o motivo de disponibilidade “de ter tudo a mão” e – tal como viu discrepâncias de países na biblioteca, este aluno também acredita haver distinção entre o Brasil e outras nações – de que o Google oferece muitas opções que, no entanto, ainda são desconhecidas para a maioria dos usuários. De forma semelhante, o participante final acredita ser possível fazer um uso otimizado de tudo que o Google permite e oferece.

Animais

Nesta etapa, os alunos foram muito pontuais. Ao perguntar aos entrevistados quais espécies ou tipos de animais poderiam ser empregadas para representar a biblioteca observou-se que os jovens indicaram animais cujas particularidades determinavam atributos como: seriedade, liberdade, instinto de sobrevivência, mistério e sabedoria. Para o Google, a interpretação da opinião deles revelou que o buscador é dotado de agilidade, esperteza, sabedoria e tem uma alta capacidade de introduzir-se na sociedade. Alguns referenciais podem ser empregados como recurso auxiliar para a interpretação dos símbolos. São exemplos desse empenho as obras de Chevalier (1986), Chevalier e Gheerbrant (1997), Lurker (1997) e Ferreira (2013). Esses autores reuniram, a partir de investigações e registros antropológicos de diversas culturas, relatos do sentido atribuído por elas a variadas imagens. Esses sentidos foram organizados e têm sido utilizados por autores como Paula (2005) e Araújo e Paula (2013) para, através do recurso da Amplificação das Imagens compreender os múltiplos sentidos possíveis de imagens evocadas pelos sujeitos de pesquisa em seus



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

depoimentos. Segundo Samuels, Shorter e Plaut (1988), a amplificação compõe, juntamente com outras técnicas, o método desenvolvido por Carl Gustav Jung para a interpretação de conteúdos simbólicos. Quando da aplicação desse método o pesquisador, através das Associações diretas feitas pelos entrevistados (aquelas em que eles dizem claramente que essa imagem evoca aquela ideia, situação, pessoa ou coisa), busca determinar o contexto pessoal do uso da imagem pelo pesquisado. Já mediante o uso da Amplificação é possível ligar essas imagens a experiências e imagens universais; estabelecendo “paralelismos míticos, históricos e culturais a fim de esclarecer e ampliar o conteúdo metafórico do simbolismo (SAMUELS, SHORTER E PLAUT, 1988, p. 10) atingindo “o tecido psicológico” no qual a imagem se insere. No âmbito deste estudo, elegeu-se o referencial de Chevalier (1986) para analisar o que os depoentes pensam sobre a biblioteca e o Google.

Para a biblioteca, um dos entrevistados escolheu uma tartaruga (associando-a às ideias de vagareza e sabedoria), mas depois mudou de ideia e indicou o gato. Segundo ele, a indicação do animal se justifica na concentração e reserva do bichano: “um gato é aquele bicho mais concentrado, sério; mais ‘na dele’ assim”. Segundo Chevalier (1986) a figura do gato é bastante emblemática, assim como a águia, “algo oculto e misterioso”, escolha do segundo participante para a biblioteca. Este animal é símbolo do céu e sol ao mesmo tempo da percepção direta da luz intelectual. O terceiro aluno aproximou a biblioteca com um pássaro. De forma geral, o pássaro simboliza os estados espirituais, os anjos, os estados mais elevados do ser. Ser elevado e distante, a escolha da ave, além de deixar transparecer a sensação de liberdade que o jovem vincula às bibliotecas, é também associada pelo depoente ao fato do pássaro “criar estratégias de sobrevivência” e “proteger a sua casa”. Ao mencionar a proteção, o aluno explicou se referir tanto ao sentido da conservação material, à integridade dos livros como no sentido intangível, a permanência das bibliotecas. O último associou a coruja à biblioteca, referindo-se à sabedoria e também à seriedade, mas principalmente à aquisição de conhecimento. Este estabeleceu para a biblioteca a mesma relação com o Google, expressa na escolha da coruja para denominar os dois, a associação que faz destes espaços com a aquisição de conhecimento. Simbolicamente, a coruja, por não enfrentar a luz do dia, é um símbolo da tristeza, de obscuridade, solidão, retiro e melancolia. Ao mesmo tempo faz parte do Antigo Mundo, é cheia de sabedoria e experiência; por isso está entre os ‘primeiros animais’, os mais nobres.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Um segundo entrevistado descreveu o Google fazendo alusão à capacidade da companhia em adentrar a vida da sociedade. O aluno o associa às formigas; porque elas “estão em todos os lugares, entram em todos os lugares”. Novamente recorrendo a Chevalier (1986), podemos dizer que: simbolicamente consideradas à atividade laboriosa e à vida organizada em sociedade, as formigas desempenham um papel importante na organização do mundo. Para outro participante o Google, por sua vez, seria um macaco; “porque eles relacionam o macaco com inteligência, dinâmica e não sei, esperteza”. Reconstruindo um pouco de sua simbologia: o macaco é conhecido por sua agilidade, inteligência prática, dinâmica, mas também dispersão, travessura e irreverência. A única aproximação possível como Google para um último aluno foi relativa à presteza com que o buscador processa e entrega as respostas procuradas. Este aluno, no entanto, não atribuiu esta celeridade a nenhum animal específico, dizendo somente que o que tinha em mente era “algo bastante veloz, rápido; um bicho veloz”; volátil e sem forma específica.

Pessoa

Ao solicitar que transformassem a biblioteca em uma pessoa, dois participantes disseram que a mesma seria homem, velho para um deles e de meia idade para outro. Em comum o fato de, em ambos os casos, este homem ter muita sabedoria e conhecimento. Para um seria um professor e para outro um poeta. Os dois outros entrevistados visualizaram a biblioteca como uma mulher. Para um deles, seria simplesmente adulta, para o outro, bem velha. Eles concordaram que se trataria de uma pessoa muito “doutrinada”, contudo um deles lhe atribuiu ao mesmo tempo características de prosperidade e antipatia. Notou-se que a entonação usada pelos adolescentes nas descrições deixou transparecer que as classificações “velha” e “velho” assumiram para a mulher um aspecto negativo e para o homem não.

Com relação ao Google, dois deles acreditaram que o buscador seria uma pessoa bem jovem e com empregos informais, caracterizando de certa forma uma falta de compromisso com o que oferece. Em contrapartida, os dois demais imaginaram o Google mais velho, em uma idade intermediária, dotado de bastante vivência e trabalhando em profissões mais tradicionais, reconhecidamente de mais rigor regulamentar e responsabilidade.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Recapitulando...

Em uma retomada, o retrato da biblioteca revelou as características da mesma que se manifesta no imaginário dos alunos; a riqueza de representações que esse espaço possui. Dentre outros, a biblioteca sobressaiu-se como *acolhedora*, na escolha da floresta e do reggae, *austera e misteriosa* na indicação do gato, da águia e dos adjetivos “antipática” e sistemática”. Também foi possível inferir que é *erudita*, na eleição da coruja e sua relação com a sabedoria e dos vocábulos como “sábio”, “professor”. É também *elitizada*, indicada através da música clássica (silêncio, ambiente calmo e organizado, exige “algo a mais” para ser entendida e apreciada) no fato de ser descrita como “não aberta” e no adjetivo rica. A sua *relevância social* e seu *caráter contraditório* foram evidenciados pela fase da sementeira, pois os alunos citam outros países que têm uma grande valorização dos escritores, acreditam que ela ainda tem muito a se desenvolver para cumprir seu papel e que falta repensar a proposta da biblioteca – de tornar acessível às mais variadas obras para todas as pessoas diferentes. Por fim a ideia de ser *arcaica e estar ameaçada*, identificada na imagem de uma planta que estaria murchando, na imagem do pássaro que protege a sua casa e cria estratégias de sobrevivência e nos adjetivos “velha”, “velho”.

O Google, por sua vez, não demonstrou um retrato já consolidado, nítido no imaginário destes estudantes. Segundo os mesmos não é nem jovem nem velho, não dá para generalizar sua idade, mas é “pra cima” e instigante. Está sempre ao lado dos alunos, que têm com ele uma relação de proximidade com o conhecimento, mas também de desconfiança e desconforto com seu conteúdo e com a doutrina do “fácil” e “rápido” que apresenta.

Três fatores atraíram a atenção: nos momentos iniciais da entrevista todos declaram não visualizar absolutamente nada em comum na relação Google/Biblioteca; afirmaram ter em mente tratar-se de coisas distintas. No entanto esta aproximação apareceu nitidamente na relação que dois respondentes têm com os espaços: quando associaram o mesmo animal (coruja) e fase da plantação (colheita). Um segundo aspecto foi que, percebeu-se que efetivamente os alunos se mostram mais próximos do Google do que da biblioteca na frequência de utilização. Contudo, ao se utilizarem de imagens e metáforas para descrever as bibliotecas eles conseguiram digressionar e trazer imagens mais ricas, ao passo que para o Google, se mostraram mais indiferentes com as respostas que ofereciam. Isto novamente permitiu constatar que existe um imaginário rico projetado sobre a biblioteca que não se



reproduziu sobre o Google. Este também indica o terceiro elemento evidente: as entrevistas sobre a biblioteca foram densas, cheias de afeto, entusiasmo, sensibilidade e emoção. Apesar de repetirem-se exatamente as mesmas perguntas e métodos de investigação usados para a biblioteca no estudo do buscador, as respostas foram muito lacônicas e pouco veementes quando comparadas à passionalidade mostrada nas respostas referentes à biblioteca.

5. REFLEXÕES SOBRE A BIBLIOTECA E GOOGLE

Em uma época não muito distante, informação era um insumo de difícil e onerosa obtenção. Para localizar um determinado dado de interesse era necessário haver todo um trabalho de investigação e implicava em deslocamento por vezes bastante longo. O extenso rol de atividades muitas vezes envolvia peregrinar por diversas bibliotecas até encontrar o material certo, fazer solicitações via comutação bibliográfica, estabelecer contato com pessoas e até investir na compra de alguns itens. Foi em meados da década de 1990, com o aprimoramento das ferramentas de busca na Internet, que esta realidade começou a se transformar. Pesquisas que antes exigiam dias percorrendo as estantes ou salas de periódicos das bibliotecas puderam ser feitas em questão de segundos através da Internet e depois foram otimizadas pelo Google.

Agosto e Hughes-Hassell (2005 citadas por Silva-Jerez e Casarin, 2015) indicam que os adolescentes raramente percebem as bibliotecas como lugares onde suas necessidades informacionais do dia a dia podem (e devem) ser contempladas, emplacando a 13ª posição em um *ranking* de quinze fontes, a frente apenas de bulas e embalagens, e do rádio. Os dados do estudo original sobre a biblioteca e Google (ANTUNES, 2015) apontam que a biblioteca não é fonte de informação para os estudantes pesquisados; sendo que essa “desqualificação” foi atribuída ao papel de fonte preponderante dado à Internet; como deixa transparecer a fala de um destes nativos digitais:

A Internet vem também para substituir essa biblioteca, porque a Internet você faz de casa, você não tem o trabalho de ir para um espaço para poder pegar o livro, a Internet é muito mais acessível. A Internet hoje está muito ampla, você consegue pegar obras de autores de diversas épocas, coisas que muitas vezes não acha em uma biblioteca. Então eu acho que a Internet vem também para inibir esse processo de desenvolvimento [da biblioteca - falado da fase da colheita] por que uma pessoa, por exemplo, um jovem hoje, um pouco mais novo do que eu, já nasceu já neste contexto de enraizamento da Internet, ele já não tem esse interesse de ir em uma biblioteca e muitas vezes não conhecem as bibliotecas, porque já vem dessa



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

construção cultural da Internet ser o meio de informação mais importante da nossa sociedade.

E neste cenário o Google assume uma grande relevância. Mas por que o Google? O Google tornou-se não só a ferramenta de busca mais popular da Internet, mas principalmente um fervoroso fenômeno cultural. Ele mudou a forma como a informação é obtida e julgada e passou a gerenciar as fontes de informação eleitas por milhões de usuários. A constante atividade de desenvolvimento, especialização e disponibilização de produtos gratuitos (até então) e tecnologicamente inovadores, faz com que a empresa estreite cada vez mais as fronteiras entre os produtos da Web e as necessidades do mundo real (PEREIRA, 2009). A empresa Google instituiu-se como única e mudou a Internet (VAIDYANATHAN, 2011, OCANA-SANCHEZ, 2013, dentre outros). Trata-se de uma corporação que identificou as tendências da vida digital e explorou uma característica da contemporaneidade. Ao trabalhar para integrar o homem à tecnologia digital, a companhia terminou por infundir demandas e lançar tendências, estabelecendo um novo modelo de vida. Ao oferecer uma vasta gama de serviços e produtos que interferem diretamente na vida pessoal e profissional de seus usuários a companhia acabou produzindo um contingente de usuários que ‘não vivem mais sem o Google’.

Uma pesquisa quantitativa, realizado pela *FutureBrand* (metodologia descrita *online*) mediu a percepção da marca entre as 100 empresas mais valorizadas no mercado, em escala mundial. A Google foi considerada a marca mais forte em 2014 (e também integrou o topo dos rankings da *Interbrand's*, 2015 e da *Forbes*, 2015). Esta expressividade da marca Google foi bastante constatada na amostra. Ao pesquisar o motor de busca, os jovens não conseguiram se desvencilhar da imagem ou das cores da logo, que se mostrou muito incisiva no pensamento deles. Segundo Ridgeway (2014) logotipo é o símbolo visível de um conceito e exerce um impacto sobre a forma como a marca é percebida e utilizada pelo sujeito/coletividade. Sabe-se que a logo de uma determinada empresa se reveste de significados e assume uma representação, o que no caso da Google representa a afinidade de seus usuários com seus produtos e serviços. Observa-se que, como o nome deixou de ser apenas referencial para o buscador e passou a englobar diversos segmentos, recentemente a



companhia anunciou uma reformulação na sua estrutura e logo³. Isto, contudo, não repercutiu na análise realizada.

Pensando-se no que poderia ser descrito como um “*Google way of life*” não se pode deixar de notar a peculiaridade de uma companhia (que em um olhar histórico pode ser considerada ‘recente’ - 17 anos - diante do pouco tempo decorrido ante o teor das mudanças geradas) ser tão presente no dia a dia dos jovens. Pode-se dizer que esta nasceu e se desenvolveu ao lado dos adolescentes de hoje, principalmente aqueles nascidos após 1993, chamados por Rowlands (2008) de “a geração Google”. Estes sujeitos encarnam os efeitos descritos pelos estudos que alegam que os usuários não estão simplesmente “usando o Google”, estão sendo transformados por ele, em hábitos e processos cognitivos (CARR, 2009; SPARROW, LIU, WEGNER, 2012; WEGNER, WARD, 2013) Não seria exagerado afirmar que, no anseio pela segurança de estarem sempre próximos à informação, o Google passou ser considerado um apêndice destes jovens, uma extensão da mente, uma espécie de “interruptor” que, quando acionado, dá acesso a uma enorme extensão de memória que está sempre com eles, a quem podem recorrer em caso de vontade ou necessidade ou para satisfazer algum desejo.

O Google é popular moderno, corriqueiro, às vezes superficial e quase parte integrante destes jovens, sem, contudo (e talvez por isso mesmo), assumir feição definida para eles. A biblioteca por sua vez, já é uma instituição consolidada no imaginário, mais elaborada, e que, repete-se intencionalmente, evoca a tranquilidade, paz, uma certa sofisticação e incitação à cultura, mas que, às vezes, se revela um pouco elitizada, maçante, austera e intimidadora. O que dizer deste desse contraste? Isto significa algo em termos práticos?

A biblioteca no futuro tecnológico

Muito embora tenha se comprovado que a biblioteca não é fonte de informação para os estudantes, neste trabalho a evidencia mais significativamente interessante foi com relação ao ambiente da biblioteca; considerada um organismo vivo e pulsante. As declarações e a forma com que os participantes se expressaram ao falar da mesma asseveraram a existência de uma relação afetiva comum, uma representação coletiva expressa por suas subjetividades. Para eles

³ Criação da *Alphabet*; holding criada para centralizar as áreas de seus mais variados negócios, que passa a assumir controle da companhia. Na prática representa a separação dos serviços voltados para a internet (Buscador, Mapas, *Youtube*) dos demais investimentos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

há a impressão de que existe algo etéreo e imaterial que emana das bibliotecas (de todas elas, incluindo a da escola). O “clima” instaurado foi o quesito que mais se destacou. A biblioteca é muito valorizada principalmente pela atmosfera de silêncio e quietude, bem como pela incitação à leitura e aquisição de conhecimento, colocada pelos alunos como algo intrínseco à presença na biblioteca. Os sentimentos evocados pelos estudantes giraram em torno da curiosidade diante da vastidão material que as bibliotecas abrigam, mas foram mais expressivos com as emoções e estados de espírito, como respeito, paz, curiosidade e introspecção. De um modo generalista, mais que pelo seu acervo, a biblioteca os fascina pelo espaço e pelo que delas provém. Ainda assim, fato digno de nota é que, apesar de todo esse imaginário e percepções, eles não a frequentam.

Perguntou-se anteriormente se esta baixa frequência no uso da biblioteca contrastando com a conectividade dos jovens constituiria uma peculiaridade dos nativos digitais. Tudo indica que sim: a virtualidade parece ser uma característica constituinte da pós-modernidade, ainda com toda sua liquidez (MONTEIRO, ABREU, 2009). Sendo assim, para estes jovens o que significa ir à biblioteca hoje? O que os jovens hoje têm a ganhar visitando uma biblioteca?

Para responder este questionamento, retrocede-se na história. Pensando nas características do homem moderno, retoma-se o filósofo contemporâneo Alain de Botton (2011), em sua análise sobre as características da sociedade secularizada⁴ atual. Esta incidência é confrontada por ele com as necessidades emocionais e intelectuais do homem (que não abandona sua situação de angústia e ansiedade inerentes a sua própria condição na natureza), que não são contempladas pela política, família e trabalho como estas são experienciadas atualmente. A despeito de um contexto moderno de valorização da racionalidade continua a existir uma busca pessoal de sentido para a vida que não é atendida pelas instituições que o circundam e que acabam influenciando a relação do homem com o espaço: escolas instituições, arte...

O que Botton propõe é a pertinência de uma reinterpretação laica de elementos estruturais da prática das religiões aplicada a estes espaços na pós-modernidade. Ele considera

⁴ O termo é, por vezes, empregado como sinônimo de laicização (separação Igreja/Estado), mas representa essencialmente a desvalorização das crenças e dos valores religiosos, o que implica em perda da influência das igrejas sobre as esferas da vida social e faz com que a sociedade já não seja mais determinada pelo fator identificador/ unificador religião.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

que as práticas das religiões – desenhadas e redesenhadas ao longo de séculos, em alguns casos milênios, para atender aos anseios humanos – acompanham minuciosamente os pensamentos que atravessam a nossa consciência. Sendo assim, oferecem um espaço de contenção e elaboração, fornecem elementos de agregação grupal e tem alta força simbólica. O autor defende que nenhuma outra área da experiência humana foi tão hábil em interferir e disseminar a sua perspectiva em setores tão diferentes como a educação, as artes, a arquitetura, a comunicação de ideias, ou mesmo a moda e a culinária. Sendo assim, ele defende que as “ferramentas” e “estratégias” desenvolvidas pelas religiões podem ser apropriadas por outros setores da vida para ampliarem a sua efetividade ou se fazerem presentes de modo mais eficiente no aperfeiçoamento das experiências humanas. A apropriação de algumas características do olhar religioso, ou “tecnologia” religiosa (sem considerar as particularidades da vivência da espiritualidade, nem se atendo à questão de crenças específicas) pode ser encarada como uma força transformadora da realidade (uma força política, e não como uma força conservadora) e responder a questionamentos contemporâneos. A intenção do autor é trabalhar uma “filosofia do cotidiano” e oferecer meios para que os cidadãos desenvolvam sentimentos e comportamentos que resignifiquem sua vivência, redescobrando então seu contributo para a educação, para a arte, a arquitetura, as instituições, a ciência, para as relações dos seres humanos uns com os outros, com a comunidade universal, com o meio ambiente e com sua própria finitude.

Se historicamente as bibliotecas eram instituídas de um valor simbólico, emblema de conhecimento, tradição e poder, hoje, na era dos nativos digitais, observa-se que a informação encerrada em livros e paredes não se justifica mais. Sendo assim, para determinar a relação dos jovens de hoje com a biblioteca é preciso encontrar o elo perdido (ou que, no caso, nunca foi criado) entre estes sujeitos e a instituição. Explica-se: como as subjetividades são construídas com a vivência e com o meio em que o indivíduo está inserido, se a visita a biblioteca não faz parte de seu círculo, tudo o que está é e representa vai se perdendo ou deixando de ser construído para o sujeito. É a tradição que eles reconhecem extrinsecamente, mas não em seu interior. Aqui as reflexões deste estudo se encontram com as ideias de Botton (2011): ele acredita que a sociedade secular tem sido injustamente empobrecida pela perda de uma série de práticas e de oportunidades para abordar temas tradicionais. Assim, sugere-se aqui trabalhar a altíssima simbologia e representatividade que circunda a biblioteca no



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

imaginário destes jovens e retomar a afetividade presente nela para ressignificar a ida à biblioteca, como uma experiência transformadora.

Isto, na prática, pode ser empreendido da seguinte forma para uma biblioteca escolar: Em tempos em que se fala da Internet das Coisas o ‘lugar biblioteca’ pode ser transformado num um espaço para evocar a emoção e criar um hábito, uma cultura de biblioteca. A economia da atenção, fenômeno trazido pelo *boom informacional* e pela possibilidade de acesso a qualquer hora e lugar, ao mesmo tempo que tem gerado procrastinação na execução das tarefas, tem trazido uma pobreza na concentração dispensada às informações. A biblioteca por sua própria estrutura clássica é diferente, e, ir até ela acende um exercício diferente de capacidades diferentes. A alternativa mais viável para essa transformação, sugerida pelos resultados deste estudo, não é somente promover mudanças materiais nesse espaço, mas mudanças estruturais e filosóficas. Tornar ida à biblioteca um momento transformador, um lugar de qualidade tanto no quesito rendimento (informações selecionadas) quanto um espaço-tempo destinado a imprimir leituras significativas; como uma prática de ‘*slow knowledge*’ (do movimento *slow movement*, de Petrini).

Além disso, o nativo digital necessita encontrar na biblioteca o que não encontra navegando na Internet: orientação e seleção. Com a liberdade e abertura aos mais diversos conteúdos e saberes acessados forma autônoma o usuário “surfa ininterruptamente no caos” (SIBILIA) A biblioteca pode ser o lugar onde este usuário se verá livre destes os aspectos negativos da Internet. É onde vai encontrar um profissional cuja missão é prover direcionamento e lidar com os eventuais questionamentos e dificuldades atuais: o *boom informacional*, a cibercultura e a própria adolescência.

É o que acreditam Agosto & Hughes-Hassell (2005). Citadas por Silva-Jerez e Casarin (2015) elas dizem que os especialistas em serviços de informação para adolescentes indicam que “os serviços de informação direcionados ao público adolescente devem prover suporte à totalidade de suas pessoas, e não apenas lição de casa ou leitura para o lazer”. Da mesma forma que o Google agrada por estar próximo de seus usuários, conhece-los bem (daí a aprimoramento e *cookies* e algoritmos) e oferecer informação “personalizada”. O bibliotecário precisa conhecer bem o perfil de seu público alvo, neste caso a peculiaridade dos nativos digitais. Também é o que propõe Paula (2015) quando este afirma que o momento atual clama pela necessidade de um profissional que possua um olhar “multiperspéctico” que considere



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

que o que está em pauta não é só a natureza do homem, mas também sua cultura e história e que esse profissional adotasse uma estratégia plurimetodológica na abordagem da informação, do seu contexto e dos indivíduos nele envolvidos.

Isso, contudo parece estar sendo difícil de ser visualizado na prática. Há um fator que não pode ser ignorado: a despeito dos progressistas *versus* os nostálgicos não se discute que a biblioteca escolar opera na lógica dos nativos digitais enquanto continua a ser gerenciada por indivíduos de outra geração. Mostra-se complicado estabelecer uma relação entre a passagem do tempo e a perspectiva de gerações diferentes, mas relembra-se que os pensamentos como dúvida e decadência tem sua existência demarcada por um espaço/tempo específico. Estes só são percebidos pelos indivíduos quando seus valores de caráter tradicional se colocam diante de uma nova perspectiva. E neste novo cenário tudo indica que a geração mais antiga precisa, primeiro compreender esta nuance para depois então ser capaz de “doutrinar” os adolescentes. Como sugere Silva-Jerez e Casarin (2015):

O estudo demonstrou que apesar do potencial da *world wide web* como ferramenta para acúmulo de informação e aprendizagem, é necessário treinamento específico, tanto de usuários quanto de bibliotecários e professores [Fidel et al. (1999)] Obviamente, o estudo tendo sido publicado nos anos 90, muita coisa mudou desde então no design da web, mas a premissa ainda é verdadeira.

É fundamental destacar que apesar dos sujeitos da pesquisa serem nativos digitais, isso não significa que eles não precisem de ajuda com a Internet. Por outro lado, uma vez que eles já estão ‘neste mundo’ não se trata de buscar referenciais do passado para “explicar-lhes” a biblioteca. Para que a nova biblioteca dos nativos digitais possa ser ensinada ela deve ser primeiro aprendida pelos imigrantes digitais. Ainda não existem muitos nativos digitais ensinando outros nativos digitais. E, neste ponto, parece que a geração que os doutrina – no caso os imigrantes – que poderiam exercitar o papel de elo entre dois universos, ainda se perde.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem clínica da informação não trata apenas de trabalhar imagens e símbolos e, nesse caso, não se preocupa em fornecer elementos “mercadológicos” para reposicionar uma marca, uma geração, uma ideia, ou no caso, a biblioteca. Ela busca oferecer um



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

referencial de análise com premissas de uma nova compreensão da biblioteca pelos jovens, e que, com o tempo, possui o potencial de poder fazer com que esta (a biblioteca) assuma uma outra significação simbólica. O mesmo se diz da concepção que o sujeito e a sociedade têm da biblioteca e do bibliotecário: tratam-se de construções feitas através de representações sociais construídas na interação entre esses partícipes ao longo de milênios de história. Como a realidade é uma criação social – procedente da compreensão e interpretação de mensagens – a percepção da biblioteca pelo sujeito revela um grande poder imaginativo, seja este consciente ou não.

Assim se conclui que é o imaginário individual e coletivo que norteia a percepção do sujeito sobre o discurso e o papel da biblioteca na sociedade (consequentemente, a imagem que é feita da mesma). Se somente o indivíduo é capaz de criar novos valores para a sociedade, cabe aos bibliotecários apresentar as novas possibilidades de atuação para que a profissão e a biblioteca contribuam para a abertura de novas portas a serem transpostas pelos sujeitos/usuários da informação. Assim consequentemente se concretizarão as novas imagens que se quer da biblioteca (DIAS e MARTINS, 2005).

Uma ideia personifica uma instituição quando o significado fala ao sentimento (PAULA, 2015). Acredita-se que neste momento de transição, os bibliotecários são convocados a eleger que ideia irá compor o pano de fundo para o redesenho de sua instituição e para a sua própria reprofissionalização.

7. REFERÊNCIAS

AGOSTO, Denise. E; HUGHES-HASSELL, Sandra. People, places, and questions: An investigation of the everyday life information-seeking behaviors of urban young adults. *Library and Information Science Research*, 27, v.2, 2005. p. 141–163.

ALPHABET. Disponível em <https://abc.xyz/>. Acesso: 13 jan. 2016.

ANTUNES, Maria L. Amorim. Comportamento informacional em tempos de Google. 206f. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-A8SJ7E>. Acesso: abr. 2016.

ARAÚJO, Eliane Pawlowski de Oliveira. *Tomada de decisão organizacional e subjetividade: análise das dimensões simbólico-afetivas no uso da informação em processos decisórios*. 2013. 164f. Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

ARAÚJO, Eliane Pawlowski de Oliveira; PAULA, Cláudio Paixão Anastácio de. Abordagem clínica da informação e at-9: investigando o universo da tomada de decisão pela via simbólico-afetiva. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 3, número especial, p. 197-217, out. 2013.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- BOTTON, Alain. *Religião Para Ateus*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011. 272p. ISBN 9788580570939
- CARR, Nicholas. *A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros*. Rio de Janeiro: Agir, 2011. 312 p. ISBN 978-85-220-1005-9
- CHEVALIER, Jean. *Diccionario de los símbolos*. Barcelona: Editorial Herder, 1986. 554p.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain - *Dicionário de Símbolos*. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1997, 11. Edição revista e aumentada.
- CORRIGALL, Kathleen. A., SCHELLENBERG, E. Glenn., MISURA, Nicole M.. Music training, cognition, and personality. Department of Psychology, University of Toronto Canada *Frontiers in Psychology*, v. 4, 222, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00222>. Acesso: 13 jan. 2016.
- DIAS, Guadalupe Machado; MARTINS, Gilberto de Andrade. Representações sociais e imaginário coletivo na Contabilidade. *Revista Contemporânea da Contabilidade*, ano 2, v.1, n.4, jul./dez. 2005, p.09-31
- FERREIRA, Agripina Encarnacion Alvarez. *Dicionário de imagens, símbolos, mitos, termos e conceitos Bachelardianos*. Londrina: Eduel, 2013. [livro eletrônico]. Disponível em: <http://zip.net/bstjFq>. Acesso: abr. 2016.
- FIDEL, R., DAVIES, R. K., DOUGLASS, M. H., HOLDER, J. K., Hopkins, C. J., KUSHNER, E. J., TONEY, C. D. (1999). A visit to the information mall: Web searching behavior of high school students. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(1), 24–37.
- FUTURE Brand Index 2015 Methodology: PwC Global Top 100 Companies by Market Capitalisation. Disponível em <http://www.futurebrand.com/fbi2015/methodology.html>. Acesso: 13 jan. 2016.
- HALPERN, Andrea R.; BARTLETT, James C.; DOWLING, W. Jay. Aging and experience in the recognition of musical transpositions. *Psychology and Aging*. v. 10(3), set 1995. 325-342.
- KULATHURAMAIYER, Narayanan; BALKE, Wolf-Tilo. Restricting the View and Connecting the Dots: dangers of a Web Search Engine Monopoly. *Journal of Universal Computer Science*, v. 12, n. 12, 2006. 1731-1740
- LURKER, Manfred. *Dicionário de Simbologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MONTEIRO, Silvana Drumond; ABREU Joel Gomes de. O pós-moderno e a organização do conhecimento no ciberespaço: agenciamentos maquímicos. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.10, n.6 dez 2009.
- NASSER, Yone Buonaparte d'Arcancho Nobrega. A identidade corpo-psique na psicologia analítica. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.10, n.2, 2010. Disponível em: <http://goo.gl/Pn9c67>. Acesso: 10 maio 2015.
- PAGE, Larry. Google Announces Plans for New Operating Structure August 10, 2015. Disponível em: <https://investor.google.com/releases/2015/0810.html>. Acesso: 13 jan. 2016.
- PALFREY, John G.; GASSER, Urs. *Born digital: understanding the first generation of digital natives*. New York: Basic Books, 2008. 375 p. ISBN 0465005152.
- PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 250 p. ISBN 9788537808030. Tradução Diego Alfaro.



PAULA, Cláudio Paixão Anastácio de. *Informação e psicodinâmica organizacional: um estudo teórico*. Dissertação Mestrado. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

PAULA, Cláudio Paixão Anastácio de. *O símbolo como mediador da comunicação nas organizações: uma abordagem junguiana das relações entre a dimensão afetiva e a produção de sentido nas comunicações entre professores do departamento de Psicologia de uma instituição de ensino superior brasileira*. Tese (Doutorado). Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2005. 367p.

PAULA, Cláudio Paixão Anastácio de. Dimensões simbólicas e afetivas do uso da informação: uma análise das comunicações entre professores do departamento de psicologia de uma instituição de ensino superior pública brasileira. In: XII ENANCIB, 2011, BRASÍLIA. *Anais do XII ENANCIB*. Brasília: UNB Brasília, 2011. v. 1. p. 01-20.

PAULA, Cláudio Paixão Anastácio de. Proposta de metodologia para a investigação do comportamento de busca informacional e do processo de tomada de decisão dos líderes nas organizações: introduzindo uma abordagem clínica na informação. *XIII ENANCIB*. Rio de Janeiro, 2012.

PAULA, Cláudio Paixão Anastácio de. Psicologia, gestão e conhecimento. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 3, Número Especial, p. 1-5, out. 2013a. ISSN: 2236-417X.

PAULA, Claudio Paixão Anastácio de. A investigação do comportamento de busca informacional e do processo de tomada de decisão dos líderes nas organizações: introduzindo a abordagem clínica da informação como proposta metodológica. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 3, Número Especial, p. 30-44, out. 2013b.

PAULA, Cláudio Paixão Anastácio de. O bibliotecário como um information doctor. *Bibl. Univ.*, Belo Horizonte, v. 2, número especial, p. 65-79, fev. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/kFXbtj>. Acesso: ago 2015.

PEREIRA, Guilherme Abreu Lima e. *Economia digital redes eletrônicas e novas modalidades de concorrência: o caso do Google*. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PRENSKY, Mark. Digital natives, digital immigrants. *On the Horizon*, NCB University Press, v. 9 n. 5, out. 2001.

RENTFROW, Peter Jason; MCDONALD, J.A. Music preferences and personality. In P. N. Juslin; J. Sloboda (eds.). *Handbook of music and emotion*. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2009. p. 669–695.

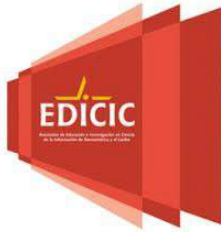
RENTFROW, Peter Jason. The role of music in everyday life: Current directions in the social psychology of music. *Social and Personality Psychology Compass*, 6(5), 2012. p. 402–416. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1751-9004.2012.00434.x>. Acesso: 13 jan. 2016.

RIDGWAY, Jessica. Brand personality: consumer's perceptions of color used in brand. *International Journal of Fashion Design, Technology and Education*. V. 7, Issue 1, 2014.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997. 405 p.

ROWLANDS, Ian; WILLIAMS, Peter. *Information behaviour of the researcher of the future: the literature on young people and their information behaviour*. Londres: British Library / JISC, 2008.

SAMUELS, Andrew; SHORTER, Bani; PLAUT, Alfred. *Dicionário crítico de análise junguiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SÁNCHEZ-OCAÑA, Alejandro Suárez. *A verdade por trás do Google*. A inquietante realidade que não querem que você conheça. Tradução Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta, 2013. 304p. ISBN 9788542200188SERBENA, 2010.

SERBENA, Carlos Augusto. Considerações sobre o inconsciente: mito, símbolo e arquétipo na Psicologia Analítica. *Revista da Abordagem Gestáltica, Gestalt-terapia de Goiânia (ITGT)*, XVI(1): 76-82, jan-jul, 2010.

SHARP, Daryl. *Jung Lexicon: A Primer of Terms & Concepts*. Toronto: Inner City Books, 1991. 159 p. ISBN 978-0919123489. Disponível em: <http://goo.gl/0MDcy>. Acesso: 10 maio 2015.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 222 p. ISBN 9788578660697

SILVA-JEREZ, Nelson Sebastian; CASARIN, Helen. C. S. . Comportamento informacional de crianças e adolescentes no contexto da biblioteca escolar : uma revisão da literatura. In: Congresso Ibero-Americano de Bibliotecas Escolares (Cibes), 2015, Marília. Anais do I Congresso Ibero-Americano de Bibliotecas Escolares (Cibes), 2015.

SINGER, Thomas, KIMBLES, Samuel L (ed.). *The Cultural Complex: contemporary Jungian perspectives on psyche and society*. New York: Brunner –Routledge, 2004. 279p. ISBN-13 583-919-1239

SPARROW, Betsy; LIU, Jenny; WEGNER, Daniel M. Google Effects on Memory: Cognitive Consequences of Having Information at Our Fingertips. *Science*, New York, v. 333, n., p.776-779, 5 ago. 2011. Semanal. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/333/6043/776>. Acesso em: 13 fev. 2013.

VAIDHYANATHAN, Siva. *The Googlization of everything: and why we should worry*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2011. 281p. ISBN 978-0-520-25882-2

WARSCHAUER, Mark. Reconceptualizing the digital divide. *First Monday*, v.7, n.7, 1 jul. 2002. Disponível em: <http://firstmonday.org/article/view/967/888/>. Acesso: jul. 2016.

WEGNER, Daniel M.; LIU, Jenny: The Internet Has Become the External Hard Drive for Our Memories. *Scientific American*, December 1, 2013. Disponível em: <http://zip.net/brsJgQ>. Acesso: 13 jan. 2016.

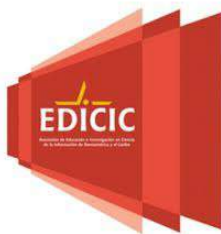
DOCUMENTO SUPLEMENTAR

DESCRIÇÃO DA EFETIVIDADE DE USO DAS DUAS ENTIDADES COMO FONTE DE INFORMAÇÕES – Quadros sínteses das respostas dos entrevistados.

QUADRO 1: Efetividade; quando e pra quê?

EFETIVIDADE	BIBLIOTECA	GOOGLE
Quais bibliotecas conhece? Quais buscadores usa?	Só a da escola.	Google.
	A da escola, a biblioteca pública na Praça da Liberdade, tinha a do meu outro colégio...	Google.
	A da escola e tem a biblioteca pública né, mas eu nunca fui lá.	Google.
	Só a da escola.	Google.
Lembrança do primeiro uso; Primeiro contato com a biblioteca/Internet	Não.	Com 8 ou 9 anos.
	Sim. A da escola.	Eu era bem novinha, acho que eu tinha 5 anos.
	Sim. A da escola.	Por volta de 2010.
	Sim. A da escola.	Na minha casa sempre teve acesso, mas só com 12 anos eu fui aprender [de fato].
Frequência de uso biblioteca/buscador	Às vezes. Esse ano eu peguei três livros.	Toda semana, mas eu uso o navegador.
	Não, mas eu juro que é por falta de tempo.	Todo dia.
	Não.	Todo dia.
	Toda semana.	Umas quatro vezes por semana.
Finalidade	Pegar às vezes, raramente livros; livros de poesia.	Para buscar coisas de escola, coisa que eu tenho dúvida ou interesse.
	Conseguir um espaço mais silencioso	Fazer diferentes pesquisas, buscar diferentes informações, quando eu tô na aula e preciso de informações detalhadas...
	*	Uai, pra pesquisar aquilo que eu não conheço (...). Qualquer coisa que você quiser saber sobre ou se aprofundar sobre no Google já (<i>sic</i>) você acha.
	Fugir de uma aula.	Por curiosidade ou interesse mesmo; para matéria escolar, na pesquisa escolar ajuda muito.

Fonte: (ANTUNES, 2015)



AFETIVIDADE

QUADRO 2: Afetividade. Sentimentos relacionados à biblioteca e ao Google

AFETIVIDADE	BIBLIOTECA	GOOGLE
GOSTA	Gosto da atmosfera da biblioteca, e do espaço de leitura principalmente.	Não tenho uma relação de afeto, mas eu uso bem; ele nunca me traiu.
	Gosto muito do ambiente; de estudar no ambiente da biblioteca.	Eu gosto. Muito.
	Acho super legal principalmente para pessoas que não têm acesso a uma livraria ou a meios de comunicação, como a Internet.	Gosto. Pela facilidade.
	Nossa adoro. Tem duas aulas aqui na escola que são como fantasia para mim: a sala de artes e a biblioteca, com aqueles livros (...) fiquei extasiada.	Gosto, gosto muito.
VALORIZA	O silêncio e bons livros	Facilidade e rapidez
	Os livros, a qualidade do conteúdo.	A praticidade com que eles trazem diferentes informações
	A diversidade.	Facilidade de acesso rápido e a rede de conteúdo muito ampla
	O silêncio e os livros	A possibilidade de as pessoas postarem as coisas
SENTE	Eu sinto que eu tenho que ficar em silêncio; respeitar o espaço sonoro do outro, do recinto (...) mas eu sei que estou diante de muita coisa.	-
	Curiosidade de estar vendo vários livros, interesse em ler, às vezes um pouco de fascínio.	Em questão de segundos você já acha uma rede de conteúdo muito ampla; eu fico fascinado também
	Sinto paz; tem uma regra universal de todas as bibliotecas, que é de manter o silêncio e o respeito um pelo outro.	Sinto satisfeita
	Eu saio da realidade; é como se eu desconectasse do resto do mundo, entrar em uma biblioteca quietinha.	Ah eu não sinto nada, eu acho uma coisa que já está tão instalada em nossa vida que parece uma coisa bem rotineira.
REPRESENTA	Espaço de conhecimento, é muito de leitura, de buscar textos que em outros lugares você não conseguiria.	Muita coisa. Acho que possibilita muitas informações rápidas e fáceis.
	Tem várias funções, né, a biblioteca.	Acho que revolução também, evolução dos meios de pesquisa, nos meios de conhecimento.
	Representa acessibilidade, representa um lugar onde as produções humanas estão sendo conservadas; serve como instrumento para que as memórias sejam lembradas.	Representa facilidade, representa acesso rápido; conteúdo.
	Acho que um tipo de refúgio, um lugar de conforto mesmo. Não é um lugar que eu vou muito porque eu tenho acesso em casa; é um momento assim de descansar, de apreciar aquilo que está na minha frente.	Não representa nada



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

IMPEDIMENTO	Não iria me atrapalhar muito, mas é sempre ruim ter uma coisa proibida.	Seria uma coisa boa
	Muito mal. Mesmo que eu vá com pouca frequência, eu sempre encontro algo muito rico. Seria uma falta de ética, seria um absurdo.	Seria terrível, sinceramente. (...) Eu sentiria uma falta muito grande.
	Eu ia achar bem estranho, uma contradição. Ter espaços muitas vezes públicos, de acesso para todos, que não estão servindo a seus propósitos.	Eu ia achar outra ferramenta para poder usar.
	Acho que eu ia ficar revoltado	Em um primeiro momento não teria muito impacto, mas aí se não tivesse outra forma, eu já ficaria assim impossibilitado.

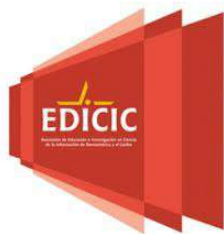
Fonte: (ANTUNES, 2015)

IMAGINÁRIO

QUADRO 3: Imaginário Biblioteca/Google

IMAGINÁRIO	BIBLIOTECA	GOOGLE
Imagem	Papiro Mesopotâmia	Logotipo da companhia
	Livros/Marx	Lupa
	Livros	Página de resultados
	Floresta destruída	Cores da Logo
Música	Clássica	Eletrônica
	Reggae	POP
	Clássica	Todos os estilos
	MPB	Nenhum estilo
Plantação	Planta murchando	Entre fases: Bem formado, mas pode surpreender
	Semeadura	Colheita
	Colheita	Colheita
	Colheita	Colheita
Animal	Águia	Bicho veloz
	Coruja	Coruja
	Gato	Formiga
	Pássaro	Macaco
Pessoa	Homem, sábio, velho, professor	Jovem; ouve música eletrônica; trabalha em um drive thru
	Homem, meia idade, poeta	Jovem, descompromissado, irresponsável, trabalha com “bicos”.
	Mulher, adulta, organizada	Um cara com um bigode, de idade intermediária, um tipo de administrador e cientista.
	Mulher, velha, rica, antipática, bem organizada, sistemática	Acadêmico, não tão velho, não tão novo; muita experiência de vida. Trabalha com produção de conhecimento

Fonte: (ANTUNES, 2015)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

ANÁLISE DO MARKETING DIGITAL EM ARQUIVOS PÚBLICOS NACIONAIS DA AMÉRICA LATINA

*ANALYSIS OF DIGITAL MARKETING IN NATIONAL PUBLIC ARCHIVES OF LATIN
AMERICA*

Luan Henrique Giroto, UNESP

Taynara de Oliveira Almeida, UNESP

Rosângela Formentini Caldas, UNESP

Resumo: A web como contexto de novas formas de comunicação e interação informacional permite potencializar as unidades arquivísticas. O marketing adapta-se aos meios digitais, a fim de conquistar outros mercados e satisfazer, com melhor precisão, as necessidades do público-alvo. A pesquisa se justifica diante dos poucos estudos existentes dessa natureza na área de ciência da informação e acredita-se que os resultados corroboram no desenvolvimento do marketing digital para instituições informacionais da América Latina. Assim, a problemática da pesquisa é o acesso à informação através do Marketing Digital para arquivos Públicos Nacionais da América Latina. O objetivo do estudo investigativo propôs analisar websites de arquivos públicos nacionais da América Latina, com o intuito de verificar indicadores do marketing digital e a disseminação informacional realizada através dos espaços virtuais enquanto formação de um ambiente eletrônico. O estudo é de abordagem qualitativa, com a metodologia de estudo de casos múltiplos do ambiente digital das unidades de informação, realizando uma análise comparativa entre os websites.

Palavras-chave: Website. Marketing Digital. Arquivos. América Latina.

Abstract: The web as a context of new forms of communication and informational interaction allows enhance the units of archives. Marketing adapts to digital media in order to conquer other markets and satisfy with better accuracy, the target audience 's needs. The research is justified by the few studies in the field of Information Science and it is believed that the results can support the development of digital marketing for information institutions in Latin America. Thus, the problem of the research is the access to information through Digital Marketing for National Public archives of Latin America. The goal of the investigative study proposed analyze websites of national public archives in Latin America, in order to verify the digital marketing indicators and informational dissemination conducted through virtual spaces, forming an electronic environment. The study is a qualitative approach to the study methodology of multiple cases of the digital environment of the information units, realizing a comparative analysis between the websites.

Keyword: Web site. Digital marketing. Latin America.



1 INTRODUÇÃO

A arquivologia se propõem a intermediar relações entre os arquivistas e a sociedade. O marketing auxilia no desenvolvimento das atividades relacionadas aos arquivos, com o intuito de atender as demandas informacionais de seus usuários e se apropria da informação com a finalidade de propiciar o atendimento das necessidades prementes ao ambiente organizacional.

Na era da Tecnologia da Informação, o marketing se depara com uma nova realidade: o Marketing Digital, pois este se torna uma importante ferramenta utilizada na promoção das instituições, podendo ser um fator estratégico para a exploração e aprimoramento dos domínios oferecidos pela web.

As Instituições de natureza privada parecem utilizar comumente do marketing em seus contextos de trabalho. Entretanto, a esfera pública começou a utilizar as ferramentas do marketing em uma trajetória histórica mais recente. Os Arquivos Públicos podem fazer uso do marketing digital também como forma de aproximação de seu público-alvo. As mídias sociais criam oportunidades de diálogos com os usuários para aprimoramento dos serviços online oferecidos pelos arquivos. Além disso, o marketing digital atua diretamente na melhoria da disseminação da informação, pois utiliza a web como meio para propagar informações.

Os Arquivos Públicos Nacionais têm como função fundamental o desenvolvimento e implementação de políticas públicas no que tange a disseminação da informação custodiada. Os documentos e informações administrativas e históricas referentes ao Estado, encontradas nesses arquivos, são fontes de informação relevantes para a identificação de demandas sociais, culturais e administrativas que as políticas públicas deverão atender.

Dessa forma, o estudo buscou analisar como os indicadores do marketing digital influenciam os arquivos nacionais públicos da América Latina na disseminação da informação em prol da constituição de políticas públicas que corroboram para o desenvolvimento nacional. O objetivo do estudo verificou os indicadores de marketing digital existentes nos arquivos públicos nacionais da América Latina. Para tanto, procurou: verificar através da aplicação dos indicadores os índices de integração do marketing digital no contexto latino-americano; analisar a influência desses indicadores para a disseminação da informação e destacar o contributo destes nas políticas públicas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A abordagem metodológica foi qualitativa, do tipo descritiva e explicativa. A metodologia utilizada foi o estudo de casos múltiplos. Foram levantados dezoito arquivos públicos nacionais, representativos da América Latina.

Entende-se que, estudar os indicadores de marketing digital nos arquivos públicos nacionais. Para Oliveira (2016) o marketing tem um impacto visível no que diz respeito aos padrões de qualidade necessários para nortear os serviços arquivísticos e propiciar a reflexão social. Os arquivos são unidades de pesquisa, estudo e preservação da memória, além de auxiliarem no desenvolvimento social, cultural e intelectual da sociedade.

Os registros informacionais custodiados pelos arquivos são responsáveis por fomentar e subsidiar a administração e o funcionamento político, econômico e social de uma nação, pois auxiliam nas discussões acerca do ambiente em que atuam, “criando uma rede colaborativa de aprendizado e disseminação de informações”. (OLIVEIRA, 2016, p. 15)

2 MARKETING DIGITAL PARA O AMBIENTE ARQUIVISTICO

Para Kotler (1998), Marketing representa “um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos” (KOTLER, 1998 p. 27). Funções básicas do marketing tradicional como preço, produto, praça e público, acrescentam uma nova estética perante as necessidades humanas em que comunicações são realizadas por meio eletrônico e a informação torna-se fator estratégico de ações gerenciais.

O século XXI experimenta uma evolução das comunicações e de público. A internet estabelece uma redefinição de possibilidades referentes ao acesso e disponibilização da informação, agregando consigo ferramentas com as quais o Marketing pode integrar-se, adquirindo um potencial informativo.

Enquanto as mídias tradicionais permanecem importantes para a promoção e ações de comercialização, é preciso considerar uma nova realidade do Marketing: no ambiente digital, como fator estratégico para as organizações, ampliando o negócio e explorando as oportunidades oferecidas pela web. (KELLY et al, 2015).

Para Crittenden e Crittenden (2015) o Marketing está em um processo de reinvenção conforme os avanços tecnológicos. Atualmente, as mídias sociais criam oportunidades de diálogos centralizadas nas necessidades e desejos dos usuários, pois estes mudaram os perfis



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

tradicionais possuindo expectativas elevadas em relação à comunicação com as instituições e, conseqüentemente, tornaram-se as principais forças do Marketing Digital.

O Marketing Digital para Kaplo e Kaneberg (2015) tornou-se um canal efetivo para atingir os indivíduos e uma ferramenta estratégica para instituições em processo de recrutamento ou que tentam inovar produtos através de campanhas na internet. Strauss e Frost (2012) definem marketing digital como uma técnica que

[...] consiste no uso da tecnologia de informação para atividades de marketing, e os processos para criar, comunicar, desenvolver e compartilhar ofertas que agregam valor aos clientes, parceiros e a sociedade em geral (STRAUSS; FROST, 2012, p. 6).

Para Kotler (1998) todo contexto de economia eletrônica, social e comunicativa dos canais on-line representou a evolução mais recente do marketing direto para o digital. Na internet, o composto de Marketing torna-se flexível e outras oportunidades de comunicação centralizada nas necessidades e desejos dos sujeitos estabelecem um relacionamento mais atraente.

Na comunicação mediada pelo Marketing Digital, é indispensável o uso de linguagens próprias, relacionando mídias tradicionais convergentes (TV, Rádio, Jornal) a comunicação em diferentes formatos e meios, para um contexto mais eficaz na promoção das informações.

Para desenvolver o Marketing Digital Zeisser; Waitman (1998), apontam cinco possibilidades de aplicação, são elas:

1. Atrair usuários
2. Os usuários devem exercer participação e interesse
3. Garantir que os usuários retornem para o aplicativo
4. Saber sobre suas preferências
5. Relativa volta para os usuários fornecerem interações personalizadas que representam o verdadeiro “valor bolha” de marketing digital. (ZEISSER ; WAITMAN ; 1998, p.34, tradução nossa).

A mudança de cenário trouxe probabilidades enriquecedoras na indústria, acrescentando propostas impulsionadas pela tecnologia, na qual instituições disseminam e gerenciam informações ao seu público pela internet, através de um canal oficial. Segundo Kelly et al, (2015) o avanço dos websites estáticos para um contexto participativo e interativo proporciona oportunidades potenciais de co-criação de produtos e serviços, em uma nova realidade do Marketing como fator mutável ao seu mercado.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na perspectiva das unidades arquivísticas, o Marketing Digital institui novas oportunidades de relacionamento, mercado e comunicação. Na internet, uma das ferramentas mais expansivas e agregadoras de conteúdos utilizadas por Instituições de informações são os websites e mídias sociais. Seu uso possibilita alcançar o público-alvo à longas distâncias, com o intuito de convencê-lo a se interessar pelos produtos/serviços da instituição e conhecer as atividades da mesma (CHAFFEY *et al.*, 2006 apud OLIVEIRA, 2014).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Na maioria dos países em desenvolvimento, em especial na América Latina, a aplicação de políticas públicas ainda é uma questão em construção na sociedade, pois o seu papel no desenvolvimento econômico, político e social ainda não foi totalmente vislumbrado. Por estarem diretamente ligadas ao bom funcionamento de uma nação, as políticas públicas são assuntos comuns, estudados em diversas áreas do conhecimento, inclusive nas ciências sociais aplicadas. Suas pesquisas são importantes fomentos para os avanços teóricos e empíricos da matéria. (Souza, 2006).

Souza (2006) sintetiza as Políticas Públicas como ferramentas que permitem distinguir entre as pretensões e objetivos planejados e as reais ações de um governo. Além disso, essas políticas não são desenvolvidas somente pelo Estado em si, mas também por instituições e indivíduos que estejam ligados de alguma forma à administração pública. Dessa forma, as políticas públicas são abrangentes e não se limitam à leis e regras, por isso, envolvem processos subsequentes à sua definição, como implementação, execução e avaliação.

[...] políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (Souza, 2006, p. 26)

De acordo com Hofling (2001, p. 39), os processos para implementação de políticas públicas estão atrelados à “fatores culturais que, historicamente, estão ligadas as questões de representação, aceitação, rejeição e incorporação de conquistas sociais por parte de determinada sociedade”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de canais de comunicação entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos – que refletem e incorporam fatores culturais, como acima referidos – estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para uma sociedade. (HOFLING, 2001, p. 39)

Para Ferreira (2006), é importante que a formulação e implementação de políticas públicas sejam elaboradas para atender também as demandas das organizações de cultura, por meio da indicação de propostas de projetos por parte dessas instituições. Para a autora, as políticas públicas “[...] servem para mudanças sociais que têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo [...]” (FERREIRA, 2006, p. 115).

As unidades informacionais são organizações que prezam por disponibilizar informações das esferas de poder para o desenvolvimento social.

Dessa forma, a disseminação no século XXI ganha novos olhares, uma vez que agrega ferramentas para disponibilização de conteúdos, envolvendo procedimentos técnicos e específicos do profissional da informação, além de implementar uma responsabilidade comunicacional entre sociedade e Estado conforme políticas públicas.

4 DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Diante das diversas possibilidades de necessidades do usuário, o direito à informação é compreendido como reforço do conhecimento para o cumprimento do papel de cidadão. Entretanto, esbarra-se em questões legislativas enquanto ordem de disponibilização e acesso em mídias e materiais na web.

Nesse sentido, a cidadania presume, entre outros, o direito (de cada brasileiro) à informação, apesar de o seu pressuposto sobre a educação e a cultura ainda estar longe de atender as necessidades reais da sociedade (BARROS, 2003, p. 22).

Para Souza (2006), política pública é um campo de conhecimento que soma as atividades desenvolvidas pelo Estado e agem diretamente ou indiretamente através de ações democráticas, para assegurar determinados direitos à cidadania.

Com a finalidade de servir a administração, fornecendo informações e documentos necessários ao desenvolvimento das atividades, os Arquivos ganham destaque enquanto



instituições que executam funções de transparência e acesso através da disseminação da informação. Para BARROS (2003, p. 41) “disseminar a informação – e disseminar significa, em alguma medida, divulgar, difundir, propagar, mediante condições e recursos de que se cerca o agente – “.

Ligadas de certa forma a disponibilização de informações e principalmente ao uso de “novas” tecnologias, em especial a Internet, o contexto de disseminar a informação assume uma outra importância na criação de relacionamentos e cooperação para novos conhecimentos e transparência administrativa.

A informação foi digitalizada e transferida para outro canal, que vai de encontro com novas propostas de gerenciamento às rotinas profissionais. A interação e a facilitação que caracteriza a disponibilização da informação na internet, desdobra-se nas mais diversas atividades que antecedem este processo. “O processo de disseminar informações envolve dois aspectos fundamentais: o pressuposto de que há informações a serem disseminadas e que o próprio processo envolve estratégias e técnicas de comunicação” (BARROS, 2003, p. 53).

Para o dispositivo tecnológico aliado a disseminação da informação, quando gerenciada de forma efetiva leva a mudanças de ações comportamentais/intelectuais do sujeito, MARIZ (2012) afirma:

Como tal, pode trazer vantagens para as instituições arquivística que dela lançam mão. Esse dispositivo tecnológico contribui para o aumento do número de usuários, proporciona maior visibilidade institucional e pode, ainda, promover o reconhecimento das instituições que sustentam os diferentes níveis da esfera administrativa, a democracia e o próprio funcionamento do Estado. (MARIZ, 2012, p. 13).

A autora ainda constata que a disponibilização de documentos na rede amplia o acesso à informação, garantindo uma maior efetividade governamental. Tal discussão é associada por JARDIM (1999), que discorre sobre a importância do acesso e não a localidade da informação a ser encontrada.

5 METODOLOGIA

A abordagem metodológica desse estudo é qualitativa, do tipo descritiva e explicativa. A metodologia utilizada é a de estudo de casos múltiplos. A escolha desse método deu-se diante do objetivo da investigação que visou aplicar os indicadores de Marketing Digital em



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

websites dos Arquivos Nacionais da América Latina. Para tanto, analisou-se como tais indicadores influenciam estes arquivos na disseminação da informação em prol das políticas públicas nacionais.

Na pesquisa qualitativa questões e problemas advêm de observações no mundo real. Estas são formuladas como hipóteses - então [se variável independente, então variável dependente] derivadas da teoria. (MARSCHALL; ROSSMAN, 1989). Portanto, trata-se de uma metodologia geral para desenvolver teoria que está inserida em dados sistematicamente coletados e analisados. A teoria surge durante a própria pesquisa e isso ocorre através da interação contínua entre a coleta e a análise de dados. (STRAUSS; CORBIN, 1994).

Compreendeu-se como universo de pesquisa os websites dos Arquivos Nacionais Públicos da América Latina. O campo exploratório foi composto por vinte países latino-americanos. Entretanto, no levantamento dos dados percebeu-se que somente dezoito possuíam websites oficiais.

A escolha pelo método de estudo de casos múltiplos deu-se diante do objetivo da investigação que visa analisar os indicadores de Marketing Digital em websites dos Arquivos Públicos Nacionais da América Latina.

Em um primeiro momento, foram levantados dados através de uma planilha contendo: nome da instituição e endereço eletrônico.

Posteriormente, foi realizada a partir do contexto de indicadores para Marketing Digital em unidades arquivísticas, propostos por FERREIRA (2016) e demonstrados na figura 1 - uma análise individual nos websites de Arquivos Nacionais da América Latina.

Figura 1 - Indicadores de Marketing Digital para ambientes Arquivísticos



Fonte: Ferreira (2016)

Para os indicadores, FERREIRA (2016) pôde fazer uso do marketing digital contextualizado por CHLEBA, (1999); ZEISSER e WAITMAN, (1998); STRAUSS e FROST, (2012). Posteriormente, agregaram-se as diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos, que direciona as ações dos conteúdos arquivísticos. Representou-se o que seria o Marketing Digital para websites de Arquivos Públicos conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Descrição dos Indicadores de Marketing Digital

Indicadores de Marketing Digital	Sub Categorias				
<i>Atração de usuários</i>	Layouts	Logomarca	História Institucional	Menu	
<i>Interação</i>	Chats	Comentários via Redes Sociais	Serviços Online	E-mail	
<i>Conteúdo</i>	Atualização	Conteúdos Específicos	Hiperlinks	Outros Formatos midiáticos	
<i>Promoção</i>	Campanhas	Uso de Hipermissão			
<i>Personalização</i>	Cadastro	Pesquisa Personalizada	Serviços Personalizados		
<i>Relacionamento</i>	Vinculo com Redes Sociais	Perguntas Frequentes			

Fonte: Elaborado pelos autores



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Em um segundo momento, para a análise dos dados, realizou-se uma comparação entre as instituições, a fim de averiguar o uso potencial de ferramentas do Marketing Digital para Disseminação da Informação. Foram utilizados, ainda na análise, os Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) de 2010 do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) como contributo comparativo a fim de atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, entende-se que a documentação divulgada pela UNDP contribui para a divulgação de ideias inovadoras, defendendo mudanças nas políticas públicas e expansão das mesmas.

6 ANÁLISE DE DADOS

Baseado nos dezoito websites dos Arquivos Públicos Nacionais da América Latina, constatou-se à existência de Marketing Digital em tais instituições. Destaca-se a importância de instituições públicas serem adequadamente representadas através de seus websites, como proposta essencial de transparência, acesso à informação e paradigma pós-custodial.

No campo analítico do Marketing Digital, a atração de usuários corresponde à primeira impressão da página inicial encontrada no website arquivístico. Estes devem apresentar a instituição, seus propósitos, além de toda a carga de serviços, publicações e fazeres que a organização ofereça. Todavia, os agregadores de tal indicador: Layout, Logotipo, História e Menu, necessitam de um trabalho atrativo superior ao analisado. Dessa maneira, um engajamento atrativo permitirá cativar um público através dos recursos facilitadores de navegação existente no ambiente digital.

Nesta conjuntura, destaca-se a importância da imagem das organizações enquanto prestadoras de serviços públicos. AMARAL; GUIMARÃES apud COOMBS (2008) dizem que a imagem desejada de um website pode ser: conservadora, inovadora, casual, formal, tolerante, amigável ou dependente.

Quanto aos menus apresentados, considera-se a falta de arquitetura da informação para organização da informação no Ambiente Digital. Logo, afetar a dinamicidade dos Layouts contemplados no website.

No segundo indicador analisado, Oliveira destaca que “As páginas mais acessadas na internet, e que prendem mais atenção dos usuários – são as interativas” (OLIVEIRA, 2002,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

p.106). Assim, através da implementação de recursos online, o usuário tenha um maior interesse em pesquisar e interagir com o site.

Para os arquivos, a ideia de contemplar os Chats ainda é inexistente. Enquanto que participação dos sujeitos com redes sociais através dos websites está em fase de iniciação.

Os usos de serviços online consistem em uma potencialidade maior enquanto valor da informação no contexto digital e uma comunicação ágil proposta pelos Arquivos (JORENTE, 2009). Todavia, ainda é baixa a interoperabilidade entre a informação analógica e digital que supra as necessidades do público na web.

Os e-mails continuam como meio tradicionais de prestação de serviços, mas que são insuficientes perante a importância da disponibilização de contato direto com os órgãos e entidades públicas.

Os autores Zeisser e Wattman (1998) destacam que o contato permanente entre instituição e usuário é essencial, pois garantem que os clientes voltem com mais frequência. Renovar o conteúdo do site e desenvolver novas interatividades impulsionam o retorno. Os Conteúdos são expostos para posteriormente acarretarem uma nova visualização por parte dos usuários.

Mariz (2012) ressalva que perante a vasta gama de websites na internet, estes devem ser monitorados e preenchidos constantemente para oferecerem conteúdos direcionados e efetivos ao usuário.

Como conteúdos específicos na área da arquivologia, foram encontrados disponíveis os seguintes instrumentos: Planos de Classificação, Gestão de Documentos, Tabelas de Temporalidade, Planos de Eliminação, Guias de acervos e Repositórios Digitais. Enquanto o mais ressaltado – hiperlinks – destaca-se acesso á outras páginas na web que possam atender a demanda e procura do público, como por exemplo, sites governamentais, bibliotecas, museus, centros culturais e administração pública.

Para formatos midiáticos, há uma grande disponibilização de fotografias, manuscritos e vídeos como conteúdos complementares á documentação disponível.

No quarto indicador analisado, a promoção refere-se como a possibilidade de promover a instituição com menor custo e em longo prazo. Amaral (2001), diz que a promoção no nível prático abrange uma infinidade de técnicas, táticas, meios e materiais que são reflexos da administração e ações conforme a unidade informacional queira enfatizar. As



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

mídias digitais representam desafios especiais para instituições que não visam como foco principal o lucro.

Foram encontrados folders de serviços, fotografias de visitas técnicas, projetos e vídeos de atividades realizadas.

Uma vez disponibilizado hiperlinks ou quaisquer novas informações de maneira criativa e útil, que facilitem a vida do usuário e desperte a curiosidade dos mesmos, o marketing se beneficiará das novas formas de circular as informações propiciadas pela internet. (SILVA, 2008).

Verificou-se que ainda é precária a cultura de promoção de instituições arquivísticas da América Latina. A combinação de tecnologias e websites impulsionam a imagem do arquivo para que o público saiba que existem e tenham acesso à eles.

Com a pesquisa de marketing, as instituições podem utilizar-se de recursos -como banco de dados dos usuários - para personalizar informações e aderirem às necessidades de seu público. Assim, foram analisadas categorias inerentes a personalização de informações nos websites.

A solicitação de cadastro verificada na pesquisa refere-se a atualizações de conteúdos enviados aos e-mails particulares dos usuários. Amaral (1998) destaca a importância da unidade de informação em ajustar e divulgar constantemente os produtos e serviços, satisfazendo as necessidades dos indivíduos.

Na pesquisa personalizada, os refinamentos de busca para procura nos acervos estavam presentes na metade dos websites analisados. As outras plataformas não possuem acervos online e metadados para preenchimento personalizado. O mesmo acontece com os serviços personalizados de consulta, solicitação e tramitação. Tais campos de buscas tendem a agregar certa agilidade na procura em documentos que são disponibilizados virtualmente.

Com determinadas informações do público, o Arquivo poderá incorporar dados primários e secundários para antecipação de atividades, passando por uma atitude proativa. (ARAÚJO, 2000).

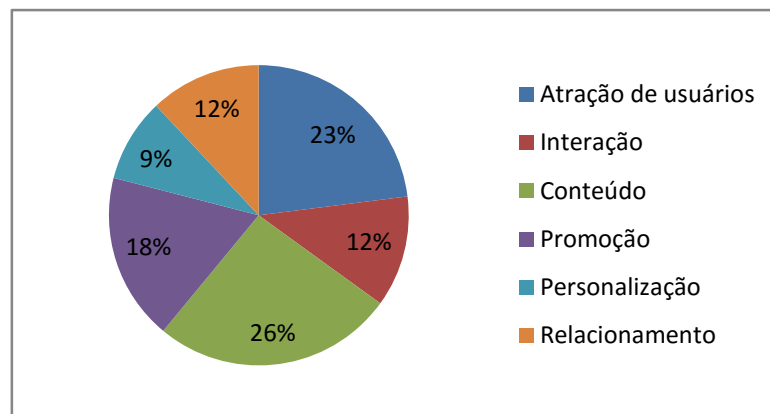
O processo de relacionamento, com o auxílio da internet, intensificou a maneira de diálogo entre unidade de informação e diversos públicos. O sexto indicador analisado corresponde ao Relacionamento dos websites com os usuários.

Nesse contexto, o domínio de redes sociais no mundo da internet é absoluto. Marcas e celebridades estão usufruindo das principais ferramentas das redes sociais por conter um vínculo mais próximo e informativo com os clientes, fãs e interessados. O Vínculo com Redes Sociais propicia que as instituições mantenham um relacionamento para além dos serviços disponíveis no website.

Através de um estudo sobre redes sociais, Recuero (2011) relata que elas tornaram-se a nova mídia, na qual a informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conservação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades.

Os websites apresentaram um índice baixo de vínculo com Mídias Sociais, rompendo com a comunicação extensiva para além do website. Como formas de auxiliar de maneira prática as dúvidas frequentes dos usuários, os canais corresponderam com uma porcentagem também baixa, o que conseqüentemente, prejudica o relacionamento e todo trajeto de pesquisa dos sujeitos.

Gráfico 1 - Utilização de Marketing Digital nos websites de Arquivos Público Nacionais da América Latina



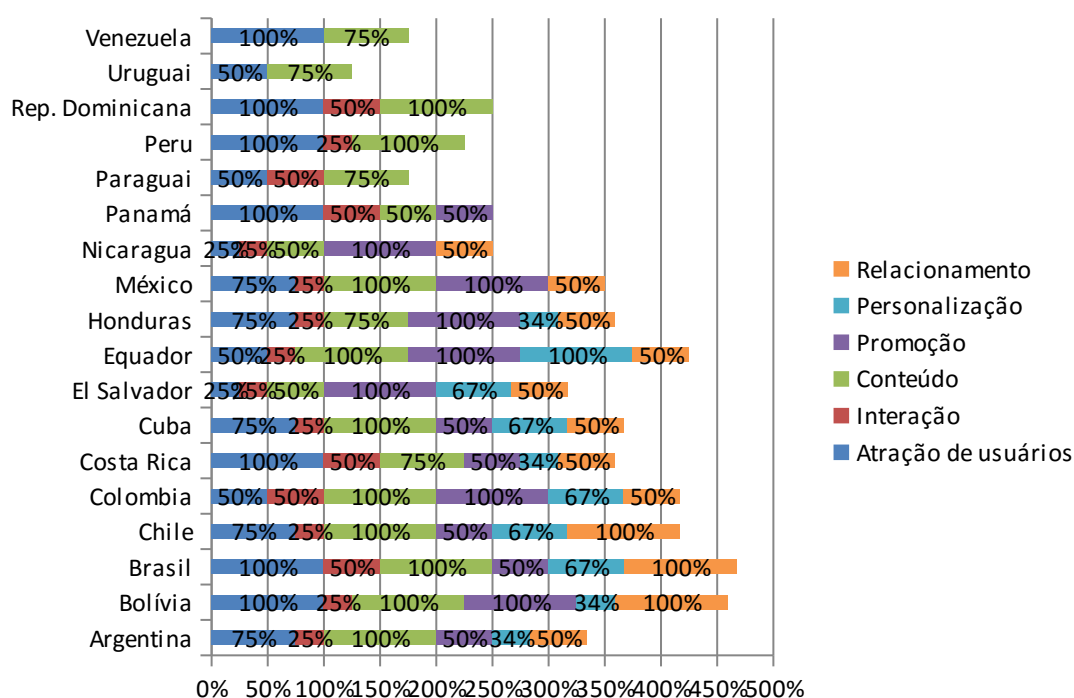
Fonte: Elaborado pelos Autores

O gráfico 1 demonstra uma visão global dos indicadores analisados e que contemplam um índice inapropriado de Marketing Digital nos websites.

É notório que as unidades informacionais mudaram sua concepção de acesso e mediação, pois os nativos digitais diferenciam-se e conseqüentemente buscam por elementos

novos que agregam conhecimento. Entretanto, os websites das instituições arquivísticas da América Latina ainda utilizam recursos inferiores as novas demandas tecnológicas e utilizam como “folder institucional” os canais oficiais, limitando-se a expor dados (MARIZ, 2012).

Gráfico 2: Marketing Digital nos Websites de Arquivos Públicos Nacionais da América Latina



Fonte: Elaborado pelos autores

A nova facilidade de comunicação global tende a transformar comportamentos dos atores estatais e privados com base na transparência e preocupações ente os cidadãos e o Estado (DevelopmentReport 2013). Os emergentes mecanismos de estratégias como o Marketing Digital aplicado em websites, tendem a auxiliar neste diálogo. Para Amaral (2008), a criação de um website necessita de um arcabouço intelectual e tecnológico aliado a junção de gestão, planejamento e concepção. Pode-se afirmar então, que se o canal oficial que abrangesse ações de Marketing Digital, desempenharia melhores influências no acesso á informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

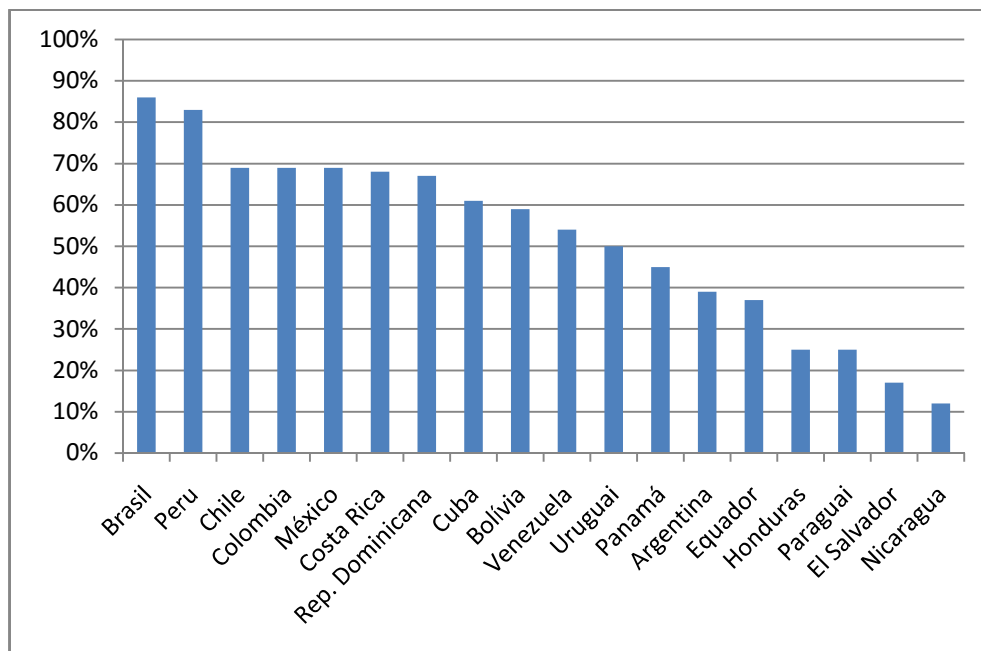
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Demonstra-se no gráfico 2 o nivelamento dos indicadores de Marketing Digital analisado nos websites. Valida-se, através dos índices expostos, que as instituições não incorporam funções de marketing para disponibilizar as informações. No entanto, com a falta de recursos, profissionais e competência informacional, em muitas páginas nota-se a deficiência de agilidade de atualização e alterações constantemente. Espera-se que um website com vínculo governamental, tenha o cuidado de disponibilizar as informações recentes e ofereçam um atendimento de qualidade, uma vez que são canais diretos com os cidadãos.

Ocorre então que, sem a integração do contexto analógico com o digital, as instituições ficam prejudicadas enquanto prestadoras de serviços. Isto posto, não há políticas públicas suficientes que incorporam o acesso e disponibilização de informações na web. Dessa forma, não abordam a necessidade da instituição em vários níveis físicos e que se reflete no contexto digital.

Gráfico 3 – Aplicação do Marketing Digital em websites de Arquivos Nacionais da América Latina



Fonte: Elaborado pelos autores

Outra evidencia analisada foi que, os países referenciais no contexto de desenvolvimento Humano da América Latina, como Argentina, Cuba e Peru, não são de



imediate uma reprodução atenuada de seu índice, conforme o Gráfico 3. Já um país com médio índice de desenvolvimento, como o Brasil, possui uma conjuntura adequadas de indicadores disponíveis de acordo com o Marketing Digital.

Acontece que, com a disponibilização da Lei de Acesso à Informação no Brasil, os órgãos e entidades públicas deveriam promover regularmente a divulgação, em locais de fácil acesso, das informações de interesse público ou por eles produzidos ou custodiados (Gonzalez; Jorente, 2014). De tal modo, é seu reflexo uma diretriz incorporada no ambiente digital, mas que ainda tem um trilhar de recursos inexistentes na Lei que precisam ser contemplados. Outro fator importante no que tange ao acesso a informação, é a acessibilidade, que se encontra quase ausente nestes websites. É importante que páginas governamentais contemplem a todo usuário de forma igualitária para o acesso e disponibilização de conteúdo na web.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mutação do analógico para o digital requer uma complexidade de representação da informação como softwares adequados, equipe multidisciplinar e políticas que norteiam as ações das instituições na web. Assim, as capacidades básicas que englobam o arquivo na esfera do Marketing Digital passam a incorporar esforços estratégicos no estabelecimento de determinados produtos referentes demanda de usuários. Gradativamente, o acesso à informação torna-se, em maior grau, um estímulo para a pesquisa e disponibilização de conteúdo, mas que, necessariamente, deverá ser filtrado para atender as necessidades do receptor.

Entretanto, algumas questões importantes são destacadas para alcançar o sucesso na web. As instituições Arquivísticas Públicas Nacionais enfrentam uma situação de desamparo profissional, financeiro, estrutural, políticos e outros fatores limitadores, que desencadeiam um serviço de péssima qualidade, sem reconhecimento social, dificultando o acesso e o uso da informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na América Latina, segundo o DevelopmentReport 2010¹, alguns tópicos elevam o nível de desigualdade, que impede o progresso social, como: falta de oportunidades, desigualdade de renda, educação, falta de influencia em termos de política e na capacidade de acesso à informação.

O desenvolvimento pode ser visto como um aumento de alternativas concebido por recursos disponíveis, transformando o acesso de um indivíduo em fundamentos para exercer o papel de cidadão. Nos últimos anos, até 2007, a implementação de políticas bem-sucedidas, focadas na implementação de programas específicos, reduziram a desigualdade e promoveram o crescimento econômico. No entanto, ainda faltam fatores a serem preenchidos, como desigualdade na qualidade de empregos, restrições na saúde, baixa cobertura e expansão da demanda de serviços públicos e má qualidade na prestação de serviços institucionais.

Assim, pode-se notar que, conseqüentemente, os serviços e produtos disponibilizados no setor público, como os Arquivos Nacionais, são prejudicados com a insuficiência de uma normativa que tende a reduzir a desigualdade citada no Relatório. Como consequência, os websites de tais instituições são prejudicados, com poucos recursos de ações de Marketing Digital para a disseminação de informações. Apesar da Argentina e Chile serem os países com maior desenvolvimento humano da América Latina, seus portais não correspondem aos índices do Report 2013².

À análise dos websites também contextualiza os estudos de Devenport 2013, indo ao encontro com os estudos de desenvolvimento divulgados. O Paraguai dispõe de 25% de Marketing Digital na página de seu Arquivo Público Nacional, representando o menor índice de desenvolvimento na América Latina. Tal situação afeta todas as esferas de inovação, acesso e uso da informação pública e privada. O Brasil, apesar da 13^o colocação³ no relatório, surpreende por conter no website do Arquivo Nacional um índice elevado de ações estratégicas, com apoio a divulgação ampla de informações. O Peru apresenta o décimo

¹ Disponível em:

<http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/latin_america_andthecaribbeanhumandevlopmentreport2010.html>. Acesso em: 10 mai. 2016.

² Disponível em:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/04/Human_Development_in_Latin_America_in_2013.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2016.

³ Disponível em: <<http://www.expressaolatina.com/brasil/brasil-e-o-13o-da-america-latina-em-ranking-de-desenvolvimento-humano-da-onu/>>. Acesso em: 10 mai. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

quarto lugar da América Latina e possui um website que incorpora os indicadores de Marketing Digital e integra um gerenciamento informacional que propõe divulgar serviços e produtos para contribuir com a comunidade de usuários.

As ações empreendidas por esses países afetam a população e sociedade em escala regional e global, com medidas de transparência que influenciam o comportamento e as tomadas de decisões sobre questões comuns. Este objetivo deve ser pensado como forma de proteção e responsabilidade social ao direito do cidadão, através de prestação de serviços de qualidade. Tal possibilidade de hiperconectividade deve ser pensada como plataformas de rápida divulgação e comunicação entre as organizações e indivíduos.

Os países poderiam utilizar seus arquivos públicos - no que tange a disseminação da informação - para seu desenvolvimento, fazendo parcerias entre ministérios e outros órgãos. Dessa forma, a aplicabilidade do Marketing Digital expõe uma nova realidade de ações, voltadas para atender uma demanda que cresce constantemente e que necessita de informações disponíveis que supram suas necessidades.

Os estudos de acesso e disponibilização da informação deveriam ser contínuos e disponíveis para as autoridades políticas e públicas e/ou governantes dos países da América Latina. Os resultados propostos neste estudo auxiliam a implementação de novas formas de acesso à informação e cooperam com novas estratégias de crescimento do país, da cidadania e da construção social dos povos.

8 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. J. de. Ferramentas para promoção em web sites de unidades de informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n.1, p. 89-108, especial 1999/2000.

BARROS, M.H.T.C. **Disseminação da informação: entre teoria e a prática**. Marília: s.n., 2003 – 112p.

CALDAS, R.F., FERREIRA, L.H.G. Marketing Digital aplicado a unidades informacionais: a formação da cultura eletrônica. **I Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM): Caderno de resumos**. Londrina: Grupo de Pesquisa “Interfaces: Informação e Conhecimento”, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2014.

CHLEBA, M. **Marketing digital: novas tecnologias & novos modelos de negócio**. São Paulo: Futura, 1999.



CRITTENDEN, V.; CRITTENDEN, W. "Digital and Social Media Marketing in Business Education Implications for the Marketing Curriculum." *Journal of Marketing Education* (2015).

COOMBS, M. Web site design for public libraries: a marketing tool for the new millennium. *The Australian Library Journal*, v. 42, n. 2, p. 117-127, May 1999.

DZIEKANIAK, G. V. et al. Avaliação de websites de Bibliotecas universitárias da região sul. *Biblos*, Rio Grande, 19: 171-200, 2006. Disponível em <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/262/75.pdf?sequence=1>> Acesso em: 24 de abril de 2016.

FERREIRA, M. M. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? *TransInformação*, Campinas, maio/ago., 2006, p. 113-122. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000436&dd1=6f964>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

FERREIRA, L.H.G. Indicadores de marketing digital para websites de arquivos públicos estaduais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p. 30-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

JARDIM, J.M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de Políticas Públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, 2009, p. 2-22. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000006591&dd1=a44d0>> Acesso em: 25 abr. 2016.

JARDIM, J.M. O acesso á informação arquivística no Brasil: problemas de Acessibilidade disseminação: In: **MESA-REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, anais...** RJ: Arquivo Nacional, 1999. 21p. (caderno de textos).

JORENTE, M.J. **Tecnologias, mídias, criação e hipertextualidade na transformação de informação em conhecimento interativo**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - UNESP, Marília, 2009. Disponível em http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103362/jorente_mjv_dr_mar.pdf? Acesso em 13 de Março de 2016.

KAPLO, M; LUNDKVISTA. "How to stay relevant in a time of digital marketing: Investigating the perspectives of marketing agencies and business firms." (2015).

KELLY, B. et al. **New media but same old tricks: food marketing to children in the digital age**. *Current obesity reports*, v. 4, n. 1, p. 37-45, 2015.



KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARIZ, A. A. **A informação na internet: Arquivos públicos brasileiros**. Riode Janeiro: Editora FGV, 2012 168p.

MARSCHALL, C.; ROSSMAN, G. B. **Design qualitative research**. Newbury Park, CA: Sage. 1989.

OLIVEIRA, C. S. C. A. **Consultoria e formação em marketing digital para PME's**. 2014. 80f. Dissertação (Mestrado em Marketing Digital) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2014. Disponível em: <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5428/1/DM_C%C3%A1tiaOliveira_2014.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016.

OLIVEIRA, T. A. **Proposta de aplicabilidade das ferramentas de marketing para arquivos**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

PROGRAMA de las Naciones Unidas para el Desarrollo Regional human development report for Latin America and Caribbean 2010: acting on the future breaking the intergenerational transmission of inequality . – 1ª. ed. – San José, C.R. : **Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD)**, 2010.

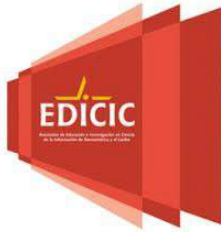
RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Meridional, 2009. P.191.

RIBEIRO, F. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. **Boletim cultural** – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal. ISSN, p. 0871-3308, 2005. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>. Acesso em: 10 mar. de 2016.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49 -87, 1998. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/373.pdf>>. Acesso em: 01 de abr. de 2016.

SILVA, N. **Marketing viral: quando os internautas são a melhor propaganda**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 25 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

STRAUSS, J; FROST, R. **E-marketing**. Prentice Hall; 7ª ed. 2012. 496p.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Grounded theory methodology**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage. 1994.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Nome da Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**BIBLIOTECAS ESCOLARES “ESCOLANOVISTAS” DISCURSOS E
EXPERIÊNCIAS EM MEDIAÇÃO DA LEITURA**

***PROGRESSIVE EDUCATION LIBRARY SCHOOL: SPEECHES AND EXPERIENCES
IN READING MEDIATION***

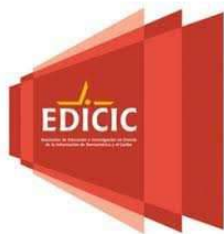
**Marcus Vinicius Rodrigues Martins, UEMG
Alcenir Soares dos Reis, UFMG**

Resumo: Apresenta os discursos de educadores brasileiros que no início do século XIX e final do século XX iniciaram campanhas a favor da educação gratuita, leiga e de boa qualidade. As ideias do movimento denominado “Escola Nova” propunham reformulações nas práticas, métodos, espaços e tempos escolares em conformidade sob os preceitos da ascensão de ciências como a psicologia, sociológica e biologia. Neste contexto, o trabalho analisa os discursos da “escola nova” que envolviam as bibliotecas escolares, bem como são apresentadas as ideias em relação à existência do espaço no aparelho escolar, a formação do acervo, a presença das “aulas de bibliotecas” e a constituição de espaços agradáveis, prazerosos, organizado e centrado na criança. Além das experiências escolanovistas em bibliotecas escolares em relação à mediação da leitura e escrita no Rio de Janeiro e São Paulo. Metodologicamente, analisaram-se leis, decretos, cartas, regulamentos de ensino e o periódico educacional “Revista do Ensino”, no qual se procedeu a análise de artigos da mesma que tinham como tema biblioteca escolar, leitura e livros. Concluiu-se que a biblioteca escolar conformou em suas práticas, tempos, espaços e acervos o imaginário republicano e modernista, a ascensão industrial, o higienismo e o ideal da “escola nova”.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Escola Nova. Republica. Historia das bibliotecas

Abstract: It presents the discourses of Brazilian educators who started campaigns in favor of free, lay and good quality education in the early nineteenth century and late twentieth century. The ideas of the movement called "Progressive Education" proposed reformulations in the practices, methods, spaces and school times accordingly under precepts based on the rise of sciences such as psychology, sociology and biology. In this context, the article analyzes the discourse of “Progressive Education” involving school libraries as well as the ideas that are presented regarding the existence of space in the school system, the formation of the collection, the presence of "Library classes" and the formation of pleasant delightful spaces, well organized and child-centered. In addition to the New School experiences in school libraries over the mediation of reading and writing in Rio de Janeiro and Sao Paulo. Methodologically, it proceeded to the analysis of documents such as laws, decrees, letters, teaching regulations, analysis of the Education magazine articles that had the theme school library, reading and books. It was concluded that the school library conformed in their practices, spaces and collections Republican imagery and modernist, the hygienist and the ideal of the " progressive education".

Keywords: Library School. Progressive Education. Republic. Library History



1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo compreender o lugar da biblioteca escolar nos discursos dos educadores do movimento Escola Nova¹. Ao levantar e retomar discussões pretéritas tenta-se apreender o ontem na sua especificidade e singularidade possibilitando, deste modo alargar o dialogo com o hoje e intensificar a compreensão das questões postas pela atualidade. Nas tentativas de respostas das perguntas da atualidade retomaram-se tópicos pretéritas abordadas por educadores e intelectuais brasileiros, que discursaram sobre tais temas e procurou-se construir um percurso histórico-social da biblioteca escolar. O empenho da construção histórica da instituição biblioteca e seu lugar no contexto educacional são essenciais para Biblioteconomia, pois reconstituir a história da gênese do objeto da área constitui uma tarefa que tem como finalidade a consolidação da ciência, e deste modo, legitimar o campo científico bem como propor novas discussões para o desenvolve-lo.

Neste sentido, a fundamentação de uma historia das bibliotecas não convém somente à biblioteconomia e ciência da informação, mas é inerente aos campos científicos preocupados com os aspectos culturais da sociedade. Neste mesmo sentido, Marc Baratin e Christian Jacob (2000) argumentam que a história das bibliotecas é indissociável da história da cultura e do pensamento, conforme se compreende na citação abaixo:

A biblioteca não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e reconstruções. (Baratin; Jacob, 2000, p.11).

Por conseguinte, o estudo do trajeto histórico no tecido social da instituição bibliotecária contribui para a compreensão de que a biblioteca carrega consigo toda a corrente da existência social. Desta forma: “o patrimônio cultural dos homens encontra solos profícuos para edificar as bases em que nossa sociedade, se constitui e nutre e se valoriza” (Silveira, 2007, p. 20).

¹¹O artigo apresenta os resultados de pesquisa de mestrado



Nesta perspectiva, a biblioteca como instituição social reflete a cultura que a gerou e por sua vez atua sobre a mesma à medida que, veiculando seus valores, crenças e padrões comportamentais, contribui para a preservação e difusão da herança cultural (Gomes, 1982). A partir desta atuação no meio social, a constituição das funções, objetivos e características das bibliotecas serão determinados pelos contextos sócio histórico e cultural a que pertence. Assim:

A biblioteca não se ergue como palácio dos ventos isolado numa paisagem real, excessivamente real, que lhe serviria de moldura. Ela curva o espaço e tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de *dispatcher*, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimentava continuamente. (Latour, 2000, p. 21).

Portanto, o estudo da história das bibliotecas não é a mera constituição da instituição que se desenvolveu no decorrer do tempo. Ao tentar compreender o lugar que a biblioteca ocupou em períodos históricos, pode-se analisar as tramas sociais que envolveram aquele espaço. E ainda, como as contradições ideológicas se fazem presentes: “posto que por trás da aparente calma de seus corredores e de suas estantes, toda biblioteca se apresenta como arena de acirradas disputas” (Silveira, 2007, p. 46).

A partir do exposto, percebe-se que a biblioteca ocupou inúmeros lugares e que é importante rever, analisar e compreender o trajeto histórico da instituição, como forma de constituição do próprio tecido social.

2 Escola Republicana

Neste sentido para compreender o lugar que a biblioteca escolar se posicionou frente aos discursos educacionais ligados ao movimento escola nova, é necessário entender a escola, pois são partes interdependentes e indissociáveis. Assim averiguar o processo na qual se desenvolveu a escola no contexto sócio histórico é também conceber o desenvolvimento da biblioteca escolar.

Desta forma, cabe contextualizar o Brasil-República no período da década de 1920, para inteirar-se do projeto de edificação de cidadãos republicanos e civilizados que levariam o país ao progresso social e econômico. A percepção era da escola como espaço privilegiado para instruir e educar os futuros cidadãos e membros da sociedade, tornando-se o rumo central



das ações governamentais que tendiam a construir um novo homem. Para isso, era necessário renovar a escola: métodos, práticas, espaços e tempos para que se conformasse com os desejos e as aspirações sociais.

É necessário refletir que a renovação escolar não aconteceu de forma descolada do contexto sociocultural dos séculos XIX e XX, nem foi mera consequência de mudanças na sociedade: “as reformas escolares se inscreveram nas diferentes reformas e inovações ocorridas nesse período, as inovações no campo científico e tecnológico, as mudanças na cultura material da sociedade” (Veiga, 2004, p. 24).

No mesmo sentido, Veiga (2007) disserta que desde a última década do século XIX, os movimentos de renovação pedagógica e da prática escolar estiverem sintonizados com as novas dinâmicas da sociedade: o desenvolvimento das ciências e de novas tecnologias, a extensão do modo de vida urbano, o trabalho industrial, as novas profissões, a consolidação do capitalismo, e a heterogeneidade social foram fatores que contribuíram para uma nova perspectiva em relação à escola: seus sujeitos, tempos e métodos.

Destaca-se, também que as reformas urbanas e as ocorridas nos espaços de lazer influenciaram na arquitetura e projeção das escolas perante a cidade. Aliado a isso, iniciaram-se reformas educacionais, no intuito de modificar as práticas, espaços e tempos escolares, haja vista que o objetivo era a regeneração do homem embasada nas novas teorias pedagógicas advindas da Escola Nova.

3 Movimento Escola Nova

O movimento escola nova, antes de encontrar seus métodos e sistemas mais universalizados no início do século XX, começou na realidade com experiências pequenas e isoladas a partir das últimas décadas do século XIX. Os métodos e processos eram aplicados em escolas-internatos, localizadas no campo, onde concebiam a educação condensada com o próprio cotidiano de vida dos alunos, através de atividades como criação de animais, jardinagens e hortas planejadas por propósitos educativos (Machado, 2002). A intenção destas práticas era unir o ensino teórico, aprendido nas salas de aula, com o conhecimento prático da natureza e da vida social.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Com estratégias discursivas que tendiam a separação e distinção entre o velho e o novo, o antigo e o moderno, conforme é colocado por Cury (2004, p.119): “o novo bom que se anuncia e merece ser construído, contra o velho, tradicional, cujo fim é ser destruído”. Nas palavras de Pedro Deodato de Moraes na 1 Conferência Nacional de Educação, onde ele apresentava a tese “A Escola Nova”, clareia a intenção do movimento renovador:

A ciência oferece-nos hoje essa chave na psicologia experimental, o ramo mais fresco e viçoso do velho tronco maldito, que se enraíza no mercado original, e que tem crescido com seiva de suor de sangue e lágrimas.

A escola ativa...

É de escola nova que precisamos. Mas de escola nova brasileira, para o povo brasileiro com ideias brasileiros e com recursos brasileiros. De escola nova que prepare, dirija e fortaleça o nosso povo para a vida brasileira.

Não basta ensinar a ler; é preciso ensinar a habituar o brasileiro a trabalhar. Em regra geral, a nossa tendência é para lei do mínimo esforço. Ao comércio e à indústria preferimos o funcionalismo. Enquanto o estrangeiro que aqui chega procura progredir e mesmo enriquecer pelo ativo e constante, o brasileiro se contenta com um emprego público e a doce visão de um acesso fácil.

Só a Escola Nova será capaz de fornecer ao Brasil homens vigorosos e sãos, inteligentes e bons, não com o cérebro recheado de teorias, de formulas e preceitos, mas de conhecimentos práticos, habituados a trabalhar, a bastar-se a si próprios, a vencer por si às dificuldades e ter a consciência exata do seu valor e do seu poder (1927, p. 611 *apud* Monarcha, 2009, p. 150).

A Escola Nova era a salvação dos “pobres e incultos brasileiros”, e somente com a educação salvaria e projetaria o país para o progresso econômico e social; nas palavras de Anísio Teixeira, a escola tradicional não adequava a estes objetivos, e desta forma, enfatizava:

A escola é uma réplica da sociedade a que ela serve. A escola tradicional era réplica da sociedade velha que estamos vendo desaparecer. É fácil demonstrá-la e mostrar que como todos os pressupostos em que ela baseava foram alterados pela nova ordem de coisas e pelo novo espírito da civilização.

A escola nova não pretende, por sua vez, se apoiar nesses fatos e nessa nova mentalidade. Como a escola tradicional, ela é réplica da sociedade renovada em que vivemos (Teixeira, 1930, p. 8).

O discurso do educador Anísio Teixeira expõe a necessidade de reformas nos métodos e práticas de ensino para a adequação a sociedade moderna que se instalava, e o descarte de métodos tradicionais de ensino. Portanto, as práticas escolares consideradas inadequadas deveriam ser substituídas em nome de uma ciência pedagógica moderna que congregava



fundamentos da Psicologia, Biologia e da Sociologia. Para um dos pioneiros da educação nova, Lourenço Filho, em *Introdução a Escola Nova*, utilizar os conhecimentos bio-psíquicos e sociais surgia da necessidade de perceber o desenvolvimento infantil. Desta forma explicitava:

A aplicação de novos conhecimentos da biologia e da psicologia relativos ao crescimento da criança, seus estágios de maturação, organização das capacidades de aprender e diferenças individuais, e a segunda influenciada pelos estudos sociais e uma nova filosofia por eles inspirada. Na realidade, à medida que os conhecimentos biológicos e psicológicos se aperfeiçoavam, percebia-se que todos os aspectos da formação humana não eram independentes de influência da organização da vida social. Para exemplificar: o crescimento normal e a defesa da saúde na infância estão estreitamente ligados a condições de nutrição e habitação e, em consequência, às da situação econômica das famílias; a formação emocional e o desenvolvimento da personalidade não se apartam dos contatos e relações humanas, sendo igualmente favorecidos ou perturbados por elas. (Lourenço Filho, 2002, p. 59).

Neste sentido, os estudos científicos sobre a infância, o crescimento do número de alunos e da demanda por instituições de ensino levou a construção de nova escola. Com isso, as inovações apresentadas por educadores, como Rousseau, Pestalozzi e Fröbel foram consagradas e tentou-se sua efetivação. Diversas práticas passaram a ser utilizadas: estimular o interesse da criança, proporcionar aprendizado de acordo com suas potencialidades, adaptar a criança ao ambiente e realizar sua integração social. (Veiga, 2007).

Concepções teóricas apresentadas pelo movimento Escola Nova como: “a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas da disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir” (Vidal, 2007, p. 497), reverberaram nos anos de 1920 e nas décadas seguintes e povoaram o imaginário da escola. Assim, eram reproduzidos, como prescrição, nos textos dos relatórios de inspetores e nos preceitos legais.

A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil, que serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna: “construída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente” (Carvalho 1997 *apud* Vidal, 2007, p. 498). Com isso, o trabalho individual e eficiente tornava-se a base da construção do conhecimento infantil. Portanto: “devia a escola, oferecer



situações em que o aluno, a partir da visão (observação), mas também da ação (experimentação) pudesse elaborar seu próprio saber” (Vidal, 2007, p. 498). Deste modo, deslocava-se o “ouvir” para o “ver”, e o ensino associava “ver” a “fazer”.

Este modelo torna o aluno centro de todo processo educativo, a preocupação maior é o respeito à criança e as suas características bio-psicológicas. Desta forma, o foco da ação educativa se desloca do adulto para criança, da sociedade para o indivíduo, do professor para o aluno (Peixoto, 1992).

Destarte, os discursos escolanovistas impulsionavam uma nova dinâmica das relações escolares. O aluno assumia soberanamente o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar: aprendizagem em lugar de ensino (Vidal, 2007). A psicologia experimental tão importante para os escolanovistas dava suporte à cientificidade pedagógica e produzia no discurso da escolarização das massas populares o efeito da individualização da criança. Esta somente poderia ser definida pelo recurso dos testes e à constituição das classes homogêneas que pretendia assegurar a centralidade da criança no processo educativo e garantir o respeito à sua individualidade em uma escola estruturada para o ensino de um número crescente de alunos. (Vidal, 2007)

Na escola renovada a regulação das praticas escolares realizava-se pela contabilidade de ritmos e produção de gestos eficientes: “Os materiais da escola recebiam outra importância porque imprescindíveis à construção experimental do conhecimento pelo estudante. Os métodos buscavam na “atividade” sua validação”. (Vidal, 2007, p. 498) Neste sentido, os discursos escolanovistas operaram mudanças significativas nos dispositivos da escola primária brasileira nos anos de 20 e 30 em busca da racionalização e adequação dos processos educativos em face dos novos contextos sociais.

Frente a este novo contexto educacional e social, a biblioteca assume um outro lugar no processo de escolarização; assim como a instituição escolar é ressignificada, a biblioteca, também é reestruturada, a partir dos discursos escolanovistas. Desta forma, analisa-se o papel da biblioteca escolar frente aos desafios postos pela escola nova no processo pedagógico.

4 Discursos de ressignificação da biblioteca escolar



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Associar bibliotecas a escolas primárias não era novidade no cenário educacional brasileiro, haja vista que desde o período oitocentista, salas de bibliotecas eram previstas nas plantas da escola para uso e instrução somente de professores; entretanto, despontava o interesse para a construção de bibliotecas para os alunos. Estas só aparecem como espaço integrante nos grupos escolares, principalmente, depois da década de 1920 e tinham o intuito de colaborar na construção do gosto e hábito para a leitura. Nas palavras de Lourenço Filho (1944, p. 6): “Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca, é aparelho imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto”.

Deste modo, a biblioteca também se constituía como um espaço com intervenções, principalmente dos escolanovistas, que a consideravam como coração da escola. Assim, nas palavras de Maria dos Reis Campos (1936, p. 272): “nas escolas modernas (...) a biblioteca é parte integrante e da mais alta relevância no organismo escolar”.

Os discursos educacionais baseados no ideário escolanovista modificaram a formatação das bibliotecas escolares, que deixaram de ser apenas um espaço colecionador e organizador de “bons livros” para se converterem em ambientes estimuladores do gosto pela leitura, e conseqüentemente, despertar o espírito crítico e as sensibilidades, que também, só poderiam ser estimuladas em espaços que valorizassem a criança. Neste sentido, um lugar que respeitasse as características bio-psicológicas da criança e conformasse com os ideários da nova pedagogia. Deste modo, advogava Fernando de Azevedo (1968, p. 201):

Com a renovação dos métodos escolares, as bibliotecas tomaram um impulso vigoroso e ganharam não só em extensão, multiplicando-se por toda parte, em escolas de todos os graus e categorias, mas em linha vertical, renovando-se e aperfeiçoando-se, para se tornarem cada mais acessíveis, atraentes e utilizáveis sob o influxo das novas ideias de educação. Mas se examinarmos a questão de perto, não nos pode surpreender esse isocronismo dos dois movimentos, paralelos e sincronizados, o da renovação educacional, de um lado, e o das bibliotecas escolares, de outro, desenvolvendo-se segundo o mesmo ritmo e na mesma direção. (Azevedo, 1968, p. 201)

Desta maneira, os discursos da Educação Nova remodelaram as práticas e o espaço da biblioteca, tentando modificar hábitos já construídos e estabelecendo novas atitudes perante os livros e as bibliotecas. Algumas novidades como livros dispostos em estantes a altura das



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

mãos das crianças, o que permitia aos leitores infantis um acesso direto aos volumes, que poderiam ser lidos no local ou retirados para leitura em casa: práticas consideradas novas, mas não inéditas.

As estantes baixas permitiam que a criança escolhesse o livro que a agradasse e construísse uma relação de prazer com o título, a capa e a plasticidade da edição. Isto posto, Cecília Meireles enfatizava que as bibliotecas correspondem a uma necessidade do período; para ela, os espaços colaboraram para que os adultos percebam as preferências das crianças: “Pois, pela escolha feita, entre tantos livros postos em sua disposição, a criança revela o seu gosto, as suas tendências, os seus interesses”. (MEIRELES, 1979, p. 111)

Para que as crianças tivessem um horário definido para a ida a biblioteca, os regulamentos das escolas primárias especificaram um tempo determinado, que foi introduzido no quadro curricular, ou em sala de aula. Geralmente, após o termino dos exercícios proposto pela professora, e enquanto finalizavam os trabalhos pelos colegas, de forma a respeitar o ritmo individual de aprendizagem, os alunos eram incentivados a buscar livros para leitura silenciosa. (Vidal, 2004)

Os livros dispostos nas estantes caracterizavam-se por serem organizados, de acordo com a faixa etária dos alunos; para os estudantes iniciais, livros repletos de imagens e com poucas letras que eram substituídos paulatinamente por histórias mais elaboradas e menos ilustradas nas séries mais avançadas”. (Vidal, 2004). No programa de Linguagem do Distrito Federal (RJ), publicado em 1934 na seção dedicada a biblioteca fica claro a exposição acima:

Os pequeninos que não sabem ler, encontram nas estampas encanto maravilhoso que aliam ao interesse das histórias que ouvem, despertando-lhes de tal sorte no espirito o desejo de penetrar por si mesmos no sentido misterioso dos sinais gráficos. Esse desejo vai fazer que considerem a leitura como uma gozo ambicionado e vai leva-lo a querer ler, a pedir que lhes ensinem a ler. Os maiores, os que sabem ler, encontram aí ocasião para exercitar e fortificar o gosto pelo livro, adquirindo assim hábitos definitivos de leitura e meditação. (Programa 1934, p. 184).

Neste sentido, para elucidar as proposições escolanovistas para as bibliotecas escolares, cabe mostrar as experiências em bibliotecas, que ocorreram no Rio de Janeiro e São Paulo para demonstrar como as instituições remodelaram seus espaços e práticas de leitura tendo como pressuposto os ideias da escola nova.



5 Experiências escolanovistas em São Paulo e Rio de Janeiro

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro se destacaram em implementação de bibliotecas consideradas modelo. Lourenço Filho, quando reformou a instrução pública paulista implantou bibliotecas em escolas e criou a Biblioteca Pedagógica Central. Na gestão de Fernando de Azevedo instituiu-se, a partir do Código de 1933, no art. 106, a criação de bibliotecas escolares infantis, o Serviço de Bibliotecas e Museus Escolares e a Biblioteca Central de Educação do Departamento de Educação paulista. Em 1932, o Estado de São Paulo noticiava:

as bibliotecas escolares constituem sem dúvida alguma a mais útil distração para as crianças e mais nobre pretexto para aproximar família da escola. A campanha para a constituição das bibliotecas em nossas escolas já está colhendo seus frutos. No grupo escolar Maria José, desta Capital, inaugurou-se há dias a biblioteca “Fernando de Albuquerque” com 700 volumes [...] Está franqueada não só aos escolares como às suas famílias. E são os próprios alunos que a dirigem. (“Uma bibliotheca escolar”. O estado de S. Paulo, 15/6/1932)².

As campanhas pela implantação destes espaços movimentaram a comunidade escolar, através de associações de pais e mestres, ou entidades similares que eram cada vez mais correntes. A participação dos familiares é oficialmente reconhecida, no art. 109 no Código de 1933 que previa que professores e diretores de escolas poderiam se valer da contribuição das associações de pais e mestres, do auxílio da municipalidade, de doações de livrarias e editoras e de festivais para organizar sua biblioteca. De modo a estabelecer uma relação entre comunidade-escola-biblioteca.

O Código de 1933, também, estabelecia regras como a seleção de livros por professores e diretores, informava que a guarda da biblioteca era de responsabilidade de alunos escolhidos, e a direção entregue a diretores ou professores. E indicava que o processamento dos livros deveria seguir o sistema instituído na Biblioteca Central de Educação. (VIDAL, 1998; 2004).

A legislação paulista previa em relação às bibliotecas escolares, tanto nos Institutos de Educação, quanto nos grupos escolares, algumas inovações como: seções de consulta,

²apud Vidal, 2004, p. 198.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

referência e investigação, classificação, catalogação, estatística, inventário e conservação de livros. Ademais, incluía atribuições ao profissional bibliotecário, que iam além de organizar e administrar livros, orientar as leituras dos alunos, propor compras de livros, dar aulas de biblioteconomia quando solicitado e apresentar relatórios semestrais dos trabalhos efetuados. As bibliotecas eram concebidas como circulantes, ou seja, com possibilidade de consulta local e empréstimos. (VIDAL, 1998; 2004)

No entanto, a questão da biblioteca em São Paulo não ficava restrita aos setores educacionais. O Departamento de Cultura com diversas divisões possuía uma seção, somente para bibliotecas. Influenciado por vários intelectuais como Mário de Andrade, Paulo Duarte e entre tantos, que acreditavam que a regeneração social passava por modificações no campo cultural,

As atividades culturais restringiam-se ao que as escolas mostravam. O homem culto era aquele que recebera instrução e essa era a tarefa escolar. Além disso, existia cultura como lazer: a música, o teatro [...] O departamento de Cultura, se não deu um novo conceito para este termo, reforçou uma nova tendência: Cultura como algo que se distinguia da instrução escolar e ia além do simples divertimento. (MILANESI, 1986, p. 77).

Os dois anos em que Mario de Andrade esteve à frente do Departamento (1935-1937) deixaram marcas intensas, particularmente, no setor da divisão de bibliotecas tendo Rubens Borba de Moraes como seu primeiro diretor, fato que determinou a fusão das bibliotecas públicas existentes na capital (transformando-se na atual Mario de Andrade) e a construção de um edifício próprio para abrigá-la, a criação de um conselho Bibliotecário e de um Curso de Biblioteconomia. (MACHADO, 2002).

Ações que influenciaram não apenas, as bibliotecas públicas, mas as escolares, visto que o curso de biblioteconomia formava profissionais para atuarem nestes espaços. Contudo, mesmo com o apoio do prefeito Fábio Prado, os criadores do Departamento enfrentavam a oposição política e da imprensa, como reporta Milanesi (1986, p. 77): “a principal acusação: esbanjamento de dinheiro [...] A gazeta de 14 de Fevereiro publicava com destaque, referindo se a criação da Biblioteca Infantil do município: mais uma criação inútil do município. Mesmo com a saída de Mário de Andrade na direção do Departamento de Cultura “motivado



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

por questões políticas, a iniciativa obteve êxito, sendo copiado por diversos municípios no território brasileiro (MACHADO, 2002, p. 45).

Outra contribuição ao panorama de bibliotecas escolares são os exemplos do Distrito Federal, que após as reformas escolares empreendidas por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, sistematizaram a legislação referente a estes espaços e promoveram a implantação de bibliotecas nas escolas. Na gestão de Azevedo, a elaboração de instruções programáticas do ensino elementar, que normatizavam o ensino infantil e primário, atentou-se para a questão das bibliotecas escolares. De acordo com as novas diretrizes, ficava cada escola obrigada a manter dois ambientes: um para alunos e outra para professores. Os acervos dessas bibliotecas passariam a ser inventariados em livro distribuído pela Diretoria Geral.

Ademais, as novas leis normatizavam os espaços das escolas normais, a “reforma azevediana propôs uma organização mais racional da biblioteca [...]. Criava o cargo de bibliotecário, exclusivamente, para gerenciar o acervo destinado à formação de professores”. (VIDAL, 2000, p. 348). A biblioteca do Instituto de Educação passava, com isso, a ter um novo perfil, e despertava práticas diferenciadas em relação ao espaço e ao acervo, como: controle de entrada de livros, consultas contabilizadas no acervo, empréstimos, horas específicas para atividade inserida no tempo escolar para frequência à biblioteca, indicação de impressos nos programas de disciplinas e realização de seminários e discussão de textos. Conjunto de práticas que remodelaram as bibliotecas, os livros e a prática da leitura. (VIDAL, 1998; 2000).

Após Fernando de Azevedo, assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública Anísio Teixeira que estende o decreto de Azevedo e cria a Biblioteca Central de Educação (BCE) – Decreto 3.763, de 01 de fev. 02 de 1932 – “com o objetivo de incentivar o intercâmbio bibliográfico e cinematográfico e coordenar as atividades das bibliotecas escolares” (VIDAL, 2004, p. 192)

No mesmo período durante a Gestão de Teixeira, Cecília Meireles foi designada para o Instituto de Pesquisas Educacionais. Poucos dias depois organizava, com a colaboração do escritor Alfonso Reynolds, embaixador do México no Brasil, e de duas estagiárias, uma Biblioteca Popular Infantil. O pavilhão Mourisco como era chamado, de início era para ser uma biblioteca infantil pública, porém na inauguração de 15 de agosto de 1934 foi denominado Centro Cultural Infantil. Para Lobo (2010, p. 53) “a biblioteca infantil representava um dos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

sonhos vividos da educadora, em uma fase de sua vida de grandes realizações, pois significava tornar realidade todas as possibilidades para criar o mundo para crianças”.

O pavilhão Mourisco foi a primeira biblioteca infantil do Brasil, e foi considerado um dos principais projetos da Gestão de Anísio Teixeira. O espaço era tido por este como “Casa da Criança”. De fato, o nome condizia, pois o lugar ambientava um “mundo encantado”. Além disso, “na época havia bibliotecas que jamais permitiam a entrada de crianças, outras que somente consentiam o acesso de menores acompanhados dos pais”. A biblioteca do Mourisco foi além” (PIMENTA, 2001, p. 117).

O lugar não somente estimulava a frequência, como a funcionalidade da decoração das salas, ambientadas em cada seção, trazia uma inovação surpreendente e espetacular: o mobiliário. Para Lobo (2010) a sala de leitura era organizada com estantes de livros e mesas ao alcance da criança, coloridas, com potes de barro com flores que encantava crianças e adultos. A biblioteca possuía um acervo de literatura infanto-juvenil, selecionado a partir do inquérito que a educadora efetuou entre novembro e dezembro de 1931, recolhendo questionários e tabulando respostas de estudantes cariocas do terceiro ao quinto ano da escola primária, e que ela publicou em 1934. Ela identificou as preferências e aversões quanto aos livros, autores, gêneros e práticas de leitura de adolescentes e crianças. O conjunto da biblioteca infantil incluía nove seções que são descritas por Pimenta (2001, p. 112-113).

A biblioteca era constituída de nove seções. A primeira era a da biblioteca propriamente dita, que possuía inicialmente 720 obras. [...] A segunda seção era a de gravuras, com 2.781 unidades, compreendendo toda a documentação gráfica relativa ao Brasil: história, arte, ciência, trabalho etc. A terceira era de cartografia, compreendendo globos, mapas do Brasil e dos Estados, do mundo, da América e da cidade do Rio de Janeiro, plantas topográficas, bandeiras, etc. A quarta seção era a de recortes, com 32 álbuns sobre vários assuntos, similares a uma enciclopédia, seção também responsável pela edição de A Gazetinha, jornal mural de informação diária. A quinta seção era constituída de selos e moedas, compreendendo coleções, devidamente estudadas e catalogadas, de moedas e selos do Brasil. A sexta, de música e cinema, possuía um aparelho Pathe Baby, rádio, radiola e discos. A sétima previa atividades artísticas como hora do conto, arte dramática etc. A oitava seção, de propaganda e publicidade, era responsável por estabelecer a comunicação da Biblioteca Infantil com as escolas e o público em geral, publicar o Boletim mensal com o resumo das atividades do mês anterior e das projetadas para o mês seguinte, apresentar relatório trimestral informando o Departamento de Educação das medidas e verificações técnico-administrativas de cada seção, expedir comunicados, realizar



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

intercambio infantil e publicar material julgado útil à finalidade do estabelecimento e de acordo com sua natureza. Finalmente, a nona seção, de observações e pesquisas, tinha como objetivo realizar trabalhos de investigação pedagógica determinadas pelo Departamento de Educação ou para uso especial da Biblioteca Infantil e relacionados com as atividades que lhe eram inerentes, através de levantamento diário da preferência de leitura do público infantil.

Entretanto, em 1935 tornou-se difícil continuar os trabalhos no Pavilhão Mourisco. Em 1937, após três anos de funcionamento, a biblioteca é invadida pela Polícia do Estado Novo sob a acusação de divulgar literatura comunista – As aventuras de Tom Sawyer, de Mark Twain, era a prova da improbidade. Os jornais do Rio de Janeiro publicaram a notícia do desativação da biblioteca, por “infundados motivos políticos”.

A experiência do Pavilhão Mourisco, apesar da breve duração, representou a semente que mais tarde frutificaria na criação das seções infantis das bibliotecas públicas e de bibliotecas infantis no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e outros municípios. Para Pimenta (2001) o pioneirismo desse empreendimento reside no fato de essa biblioteca possuir características antes nunca vista no Brasil.

Outra contribuição para o cenário das bibliotecas foi o surgimento do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937, em Substituição ao Instituto do Cairu. De acordo com Machado (2002) o INL foi a primeira ação do Governo Federal no sentido de consolidar uma política pública de criação de bibliotecas públicas nos municípios brasileiros. “Através de recursos próprios ou mediante coedições com editoras privadas, publicava-se livros em diversas áreas e com distribuição gratuita às bibliotecas” (MACHADO, 2002, p. 45), fator que contribuiu para o aumento do número de acervos das bibliotecas registradas no Instituto.

Outra iniciativa do INL foi a Comissão Nacional do Livro Didático, que objetivou controlar o conteúdo dos livros escolares. A presença deste projeto é consonante com alguns fatores como a ascensão do mercado editorial, que aumentava o volume de livros e leitura e propiciava uma necessidade de “controlar a apropriação do lido”. Constituindo assim, maneiras adequadas de ler e assegurar normas de entendimento do que era lido.

Todos os discursos proferidos por educadores, políticos, escritores e intelectuais e tantos outros sobre a importância das bibliotecas nas escolas, e as contribuições de experiências de atuação pelo Brasil, tornaram possível o aumento significativo destes espaços nas diferentes instâncias educativas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Se no início da década de 30 do século XX, elas pouco representavam no aparelho escolar – não chegando a duas centenas, o início da década de 40 apresenta uma maior presença destes espaços na estrutura escolar. Para Machado (2002) a incorporação da biblioteca, como unidade integral e uníssona das práticas educativas e núcleo aglutinador de saberes, voltada para o desenvolvimento intelectual e cultural, e, sobretudo, como elemento formador da mente infantil, tais como os escolanovistas a representavam: “passava primeiramente pela criação e institucionalização destas unidades escolares - o ato político – para depois serem absorvidos como práticas pelo conjunto dos professores – o ato educativo” (Machado, 2002, p. 44)

Todos os discursos proferidos por educadores, políticos, escritores e intelectuais e tantos outros sobre a importância das bibliotecas nas escolas e as contribuições de experiências de atuação pelo Brasil, tornaram possível o aumento significativo destes espaços nas diferentes instâncias educativas. De modo que podem ser observado que os Estados, onde ocorreu um crescimento expressivo de bibliotecas, como Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Pernambuco e Bahia, estavam a frente dos Departamentos de Educação, educadores e intelectuais adeptos ou que se identificavam com as linhas políticas, filosóficas e educacionais do movimento escola nova. De maneira que a intervenção pedagógica dos escolanovistas pode ser verificada em face da maior concentração destes espaços em estabelecimentos públicos, em total oposição às décadas iniciais do período novecentista, onde as bibliotecas concentravam-se em escolas particulares de ordens católicas.

Outro ponto importante de análise é o contexto de desenvolvimento industrial e econômico destas regiões. Este fator auxiliava na melhoria de condições sociais e educacionais, e na instalação de instituições escolares e, com isso, de mais bibliotecas escolares.

O empenho em prover instalações adequadas para a guarda de livros, em definir critérios de escrituração, em constituir ambientes acolhedores para a leitura: “em adquirir moveis apropriados aos corpos dos alunos e em criar horas específicas de frequência de alunos à biblioteca” (Vidal, 2004, p. 206) demonstra a intensa preocupação dos educadores e intelectuais dos anos de 1920 a 1940, com a biblioteca escolar. Influenciados pelas ideias pedagógicas da escola nova, esses educadores promoveram a reordenação das práticas



escolares, tendo como objetivo colocar o aluno no centro do processo educativo. Através de estratégias discursivas, os escolanovistas ressignificaram a representação da biblioteca escolar e desta forma, propuseram um novo modelo, ao invés de um espaço organizador e colecionador restrito de “bons livros” se converteram em ambientes agradáveis e estimuladores do gosto pela leitura.

6 Considerações finais

Como pode ser observado pelos discursos e pela legislação apresentada, a biblioteca escolar ocupou um lugar no processo de escolarização da leitura escolar. A exigência destes espaços no aparelho escolar como foi percebido nos discursos de educadores e intelectuais evidenciam os anseios e os desejos dos sujeitos escolares por possuírem este ambiente coadunado com o ensino da leitura em sala de aula e aos clubes de leitura. Os discursos tendiam a colocar a biblioteca como auxiliadora do processo educativo, elevando o espaço ao mesmo papel dedicado a escola.

A biblioteca ao escolarizar suas práticas e se elevar como espaço importante na instrução pública era influenciada pelo contexto escolar, que redefiniu suas práticas, espaços e tempos de acordo com os imperativos escolares. No caso das bibliotecas escolares, mesmo não tendo em sua concepção a transmissão do conhecimento pela relação professor-aluno, o espaço transferia os saberes através do acervo, de prescrições de leituras, por normas e políticas internas, pelos espaços e a própria organização – catalogação, projetos escolares – que impunham ao aluno modos de ser e agir. A biblioteca não se descolava dos preceitos pedagógicos, pois assumia o lugar que os discursos educacionais do movimento escola nova a colocavam e compartilhava dos preceitos republicanos.

No que concerne as teorias escolanovistas a realocação do lugar da biblioteca como “centro dinamizador da leitura” possibilitou a apreensão da importância da leitura e do livro, e principalmente da biblioteca escolar que se tornou o “coração da escola”, mesmo que em inúmeros relatórios enfatizassem sobre a falta de bibliotecas, estrutura e um acervo de qualidade.

A presença de discursos que remodelam a estrutura educacional das bibliotecas escolares e as colocam como apoio aos processos pedagógicos é de suma importância, visto que, na sua história sociocultural, a biblioteca escolar era vista como “depósito de livros”



controlados ou mesmo um espaço sagrado que apenas os professores tinham acesso. Neste sentido, pode-se dizer que o final dos oitocentos e final do século XX, o século da modernidade, se constitui como um tempo áureo das bibliotecas escolares; avanços foram percebidos como fica demonstrado no texto tais como a presença de mobiliários, estantes para crianças e os projetos pedagógicos para interligar a sala de aula com a biblioteca.

Em tempo de distanciamento da biblioteca escolar das concepções pedagógicas e balizam o conhecimento dos professores para formar e educar o aluno, rever as teorias pedagógicas que adentraram nos espaços e modificaram sua estrutura se faz necessário para haver uma comunicação entre as duas instituições. É preciso que a biblioteca escolar estabeleça uma interlocução com as teorias da educação e a comunidade escolar: professores, alunos e diretores, de forma que o espaço dedicado à biblioteca não se isole com ideias ilhadas, mas que dialogue de forma clara e horizontal com os preceitos pedagógicos. É necessário, portanto, que a biblioteca seja mais um espaço intrínseco à escola e não um ambiente deslocado da instituição. Desta forma, a pesquisa mostrou a interlocução que houve nos anos de 20 e 40 entre a biblioteconomia e educação e tenta apresentar para os futuros pesquisadores e profissionais da biblioteconomia e educação que é possível reaver o diálogo entre as duas instituições – biblioteca e escola. Cabe agora aos educadores, bibliotecários, professores e pesquisadores de ambas as áreas aperfeiçoar atitudes e práticas diante dos tópicos relacionados à biblioteca escolar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. A nova função do livro escolar. (Discurso pronunciado na inauguração da Biblioteca Escolar Fernando de Azevedo, São Paulo). In: _____. **A educação e seus problemas**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos. 1968a.

AZEVEDO, Fernando de. A renovação educacional e o livro: Discurso pronunciado no encerramento da Semana do Livro, 28/10/1933, no Instituto de Educação da USP. In: _____. **A educação e seus problemas**. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CAMPOS, Maria dos Reis. **Escola Moderna: conceitos e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves. **Biblioteca e formação docente: percursos de leitura (1902-1935)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CASTRO, Cesar Augusto. **Ensino e biblioteca: dialogo possível**. Transinformação, Campinas, v. 15, n. 1, p. 63-72, jan. abr. 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Um olhar sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932. In: Maria do Carmo Xavier. (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 113-130.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na primeira república**. São Paulo: Pioneira, 1982.

KLINKE, Karina.; VEIGA, Cynthia Greive; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Escolarização da leitura no ensino graduado em Minas Gerais: (1906-1930)**. 2003, 236 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

LATOUR. Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. 14. ed. Rio de Janeiro: Universidade do estado do Rio de Janeiro, 2002.

LOURENÇO FILHO, M. B. **O ensino e a biblioteca: 1ª conferência da série educação e biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

LOBO, Yolanda Lima. **Cecília Meireles**. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

MACHADO, Alzemi. **A implantação de bibliotecas escolares na rede de ensino de Santa Catarina** (décadas de 30/40). 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2002.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1979.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova**: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930. São Paulo: UNESP, 2009.
- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos; 2006.
- MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A escola no projeto de construção do Brasil Moderno: a reforma Francisco Campos em Minas Gerais. **Educação em revista**. 1992, n.16, p. 12-17.
- PIMENTA, J. S. Leitura e encantamento: a biblioteca infantil do Pavilhão Mourisco. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; NEVES, Margarida de Souza; LOBO, Yolanda Lima. (Org.). **Cecília Meireles**: a poética da educação. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2001, p. 105-119.
- SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2007.
- SILVEIRA, Fabricio Jose Nascimento da. O bibliotecário como agente histórico: do “humanista” ao “Moderno Profissional da Informação”. **Informação e Sociedade**, Joao Pessoa, v. 18, n. 3, p. 83-94, set./dez. 2008.
- SOUZA, Luciene Soares de. **A instituição de bibliotecas nos grupos escolares do estado de São Paulo (1890-1920)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27082010-101908/>>. Acesso em: 20 out. 2014.
- TEIXEIRA, Anísio. **Porque ‘escola nova’**. Bahia: Livraria e Tipografia do Comércio, 1930.
- VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. Revista **Transinformação**, v. 2, n. 1, jan./abr. 1990.
- VEIGA, Cynthia Greive. Manifesto dos pioneiros de 32: o direito biológico à educação e a invenção de uma nova hierarquia social. In: Maria do Carmo Xavier. (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 67-88.
- VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

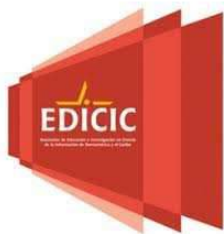
UFMG

VIDAL, Diana Gonçalves. Bibliotecas Escolares: Experiências Escolanovistas nos anos de 1920-1930. In: MENEZES, Maria Cristina de (Org.). **Educação, Memória, História. Possibilidades, Leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 187-211.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 497-517.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de leitura na escola brasileira dos anos 1920 e 1930. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antônio. **El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. Contemporaneidade e educação**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura da Educação, ano 5, n. 7, p. 93-110, 2000. (Temas de história da educação).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**COMPETÊNCIAS PARA A BUSCA E O USO DA INFORMAÇÃO POR
ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) NA
CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO/SP**

***POWERS FOR SEARCH AND USE OF INFORMATION BY HIGH SCHOOL
STUDENTS (YOUTH AND ADULT EDUCATION) IN CITY RIBEIRÃO PRETO/SP***

Mavi Galante Mancera, USP
Cláudio Marcondes de Castro Filho, USP

Resumo: Os aprendizes do século XXI encontram-se inseridos no contexto das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Neste íterim, torna-se imprescindível o desenvolvimento de competências para a busca, avaliação e uso de informações para a vivência escolar, profissional e social pelos indivíduos. A competência em informação está atrelada à educação, e deve ser vista como elemento constituinte de ações pedagógicas, num trabalho dos bibliotecários em parceria com docentes. Tal estudo pretende identificar competências pertinentes à busca e uso da informação na internet por estudantes de ensino médio da Educação de Jovens e Adultos, na cidade de Ribeirão Preto/SP. De natureza exploratória, quanti-qualitativa e amostragem por acessibilidade, configurando-se como estudo de caso único, realizado em uma escola de Ribeirão Preto. Os instrumentos usados serão o questionário autoaplicável e entrevista semi-estruturada, com um universo de 150 participantes. Tal coleta encontra-se em andamento, este recorte contém resultados parciais obtidos com 30% da amostra prevista. A representação final dos dados será realizada por gráficos, tabelas ou quadros e análise descritiva. Os resultados apontam que a maioria afirma saber utilizar a internet; que o foco está em estudo, lazer e trabalho; que a maioria dos alunos não têm certeza sobre a informação de que necessitam e uma parte soube parcialmente identificar o assunto, importância e aplicação; as estratégias de busca se dão por tema, palavra chave, nome ou título; a veracidade da fonte é assegurada pelo conteúdo, site e tipo de material; as dificuldades encontradas na busca foram na seleção e avaliação da informação relevante, na confecção de resumos, na redação e na apresentação das informações. Por fim, reforçam a importância de atividades a serem ofertadas na biblioteca com a presença de docente e bibliotecário, a realização de exercícios em sala de aula, cursos e oficinas, palestras informativas.

Palavras-chave: Competência em Informação. Tecnologias de Informação e Comunicação. Internet. Ensino Médio. Adultos - Educação

Summary: The Apprentices of the XXI century are placed in the context of Information and Communication Technologies. In the meantime, it is essential to develop skills to search, evaluation and use of information for school experience, professional and social by individuals. Competence in information is linked to education, and must be seen as a constituent element of pedagogical actions in a work of librarians in partnership with teachers. This study aims to identify relevant skills to search and use of information on the Internet for high school students of the Youth and Adult Education in the city of Ribeirão Preto / SP. Exploratory, quantitative and qualitative sampling and accessibility, configured as a single case study in a school of Ribeirão Preto. The instruments used are the self-administered questionnaire and semi-structured interview, with a universe of 150 participants. This



collection is in progress, this cut contains partial results from 30% of the planned sample. The final representation of the data will be done by graphs and tables or charts and descriptive analysis. The results show that most students know how to use the internet; the focus is on study, work and leisure; that most students are not sure about the information they need and part knew partially identify the subject, importance and application; search strategies are given by subject, keyword, name or title; the veracity of the source is ensured by content, site and type of material; the difficulties encountered in the search were the selection and evaluation of the relevant information in preparation of summaries, the drafting and presentation of information. Finally, reinforce the importance of activities to be offered in the library with the presence of teacher and librarian, performing exercises in class, courses and workshops, informative lectures.

Keywords: Competence in Information. Information and Communication Technologies. Internet. High school. Adults – Education.

1 INTRODUÇÃO

A informação no contexto atual configura-se como um bem intangível que, aliado às Tecnologias de Informação e Comunicação, transformou-se num fator de sobrevivência e de inteligência competitiva no século XXI. No momento, vive-se permeado por transformações advindas da globalização, que implicaram profundas mudanças nas estruturas socioculturais, políticas, econômicas e educacionais. Dessa maneira, exigem-se novas qualificações para o uso e apropriação da informação com vistas ao alcance do conhecimento dos indivíduos e das organizações (BASETTO; BELUZZO, 2013).

O paradigma pauta-se no acesso e inclusão digital, assim como na relevância e confiabilidade das informações disponíveis em rede. Existe o desafio em identificar os perfis de usuários, seus conhecimentos e habilidades com informação; que compreende desde a localização de uma obra num acervo físico até a realização de estratégias de busca na internet (BELUZZO, 2005). Para Casarin *et al.* (2013), mesmo com o advento das Tecnologias da Informação, ainda há o desconhecimento de suas fontes e particularidades; assim como a dificuldade para avaliar a qualidade e a veracidade das informações encontradas. Outra questão diz respeito aos (novos) usuários em proximidade com as tecnologias, porém, sem prévio contato ou uso das bibliotecas.

Os aparatos tecnológicos são amplamente utilizados pelas crianças e jovens; por esta razão, precisa integrar-se ao processo de ensino e aprendizagem. O grande volume de informações torna-se um obstáculo para sua organização e avaliação, sendo preciso desenvolver e aperfeiçoar as habilidades de uso e compreensão da informação. Neste



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ambiente, cabe às unidades de informação e aos bibliotecários a concretização de programas que desenvolvam e aperfeiçoem a Competência em Informação (ABE; CUNHA, 2011).

A competência em informação é um tema que desperta interesse na atualidade, por se tratar da educação/ensino para uso da informação, e se encontra inserida no universo das Tecnologias de Informação e Comunicação. Deve ser vista como constituinte de ações pedagógicas que acompanham os indivíduos desde a escolarização básica ou fundamental, num trabalho em parceria com os docentes (CAMPELLO, 2006).

Coneglian, Santos e Casarin (2010) afirmam que qualquer indivíduo pode tornar-se competente em informação, independentemente do ambiente, contexto ou formação acadêmica. Sugerem começar ainda criança, de modo que se transforme num aprendizado contínuo até o ensino superior, pautando-se no processo e na visão do aprender a aprender.

A prática da leitura é importante no processo de aprendizagem, para o manejo de variados suportes e fontes de informação, possibilitando a compreensão, interpretação e aquisição de conhecimentos. O aprendiz do século XXI deve ser capaz de assumir responsabilidades para seu aprendizado, adotando uma postura ética e crítica para busca e uso da informação com tecnologias de informação e comunicação e de suas ferramentas de maneira consciente e segura (ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS, 2007).

Diante deste contexto, é preciso desenvolver e adquirir habilidades para o (adequado) manuseio dos recursos e fontes de informação, reconhecer (a partir de valores) as necessidades de informação e, inclusive, entender o seu ciclo; como selecionar, avaliar, recuperar, apropriar-se e utilizar-se das informações de maneira consciente e crítica (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010).

No século XXI, observam-se novas formas de aquisição de conhecimento, as quais envolvem mudanças de comportamentos e atitudes que ultrapassam os limites da escola e, assim, propiciam a aquisição de conhecimentos, a fim de que se possa permanecer em constante crescimento e atualização durante toda vida (BELUZZO, 2008). Para a realização da competência em informação é preciso haver suporte e orientação, sendo a mesma de extrema relevância sob o viés social, pois possibilita a inclusão na sociedade, a autonomia e a atuação cidadã (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010).

O primeiro passo para a instituição de programas em competência em informação consiste em (re)conhecer dificuldades apresentadas pelos estudantes na busca, organização e



uso das informações, atentando-se para seus anseios e necessidades, bem como observar quais estratégias utilizam para uso das fontes de informação na internet (ABE; CUNHA, 2011).

O objetivo geral deste estudo busca identificar as competências pertinentes à busca e ao uso da informação por estudantes de Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de Ribeirão Preto/SP. Com base nos resultados, pretende-se delinear ações que contribuam para a aquisição de noções básicas e a melhoria do letramento informacional em âmbito escolar e social, estimular o diálogo entre docentes, discentes e bibliotecários, visando uma participação mais ativa das bibliotecas nas Instituições de Ensino.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Competência em informação

A competência em informação surgiu por uma necessidade específica e também pela “mobilização” dos profissionais norte-americanos para ressaltar suas ações e funções pedagógicas; de maneira a construir e delinear novos caminhos e iniciativas para o desenvolvimento do ensino no país (CAMPELLO, 2006).

O termo originou-se nos Estados Unidos em 1974 por Paul Zurkowsky, para orientar os usuários que utilizavam base de dados eletrônica. Este conceito foi posteriormente apropriado pelos bibliotecários na década de 1980. Sendo assim, os profissionais mobilizaram-se para ressaltar a sua contribuição para o ensino, quanto às habilidades de pesquisa, uso da biblioteca e das fontes de informação diante do ambiente caracterizado pelo volume exponencial de informações e aumento da sua complexidade. A partir destas ações e iniciativas culminou na publicação de um primeiro relatório pela *American Library Association* (ALA) em 1989, que versou sobre a necessidade de criação e implantação de programas de competência informacional para os indivíduos (CAMPELLO, 2006).

A competência em informação compreende o domínio e conhecimento das etapas ou processos de busca, organização e uso da informação, por meio de ações e atitudes frente aos recursos informacionais. O papel social da informação (e da sua competência) permite a integração dos indivíduos no seio da sociedade enquanto cidadãos, compartilhando e



apropriando-se de conhecimentos; ao assumir uma postura crítica diante o volume conflitante de informações (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010).

A competência em informação dirige a busca, recuperação, avaliação, apropriação e uso das informações, lidando com habilidades, valores, atitudes e comportamento diante a informação. Ao fim do processo, permite avaliar as habilidades adquiridas pelo indivíduo e observar como foi incorporado por este (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010).

É importante ressaltar que essas competências envolvem: acesso, uso, recuperação, interpretação da informação e de conteúdos em plataformas digitais e em rede, com o fim de controlar, antecipar problemas, bem como comunicar as necessidades decorrentes, respondendo de forma eficiente a um ambiente em constante mutação. [...] Em decorrência, surge a necessidade do desenvolvimento da competência em informação (BASETTO; BELUZZO, 2013, p.9).

Desde a década de 1990, estudos e programas foram desenvolvidos por instituições acadêmicas, com o propósito de ressaltar a importância e a aplicabilidade da competência em informação. Dentre eles, em 1998 a *Association of College and Research Libraries* (ACRL) em parceria com a *Association for Educational Communications and Technology* (AECT) publicou o documento intitulado: *Information Standarts for Students* que estabeleceu diretrizes para aplicação no ensino fundamental (GASQUE; TESCAROLO, 2010).

No Brasil, alguns dos precursores da competência em informação debruçavam-se sobre o estudo de usuários e com poucas publicações até então. Dessa maneira, foram desenvolvidas ações pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Universidade Federal de Minas Gerais que buscam a consolidação dos bibliotecários com o objetivo de promover a escolarização da competência em informação para as crianças: a obra de Kuhlthau (2002) intitulada *Como usar a biblioteca na escola: programa de atividades para o ensino fundamental* possibilitou adaptar a metodologia ao contexto brasileiro e garantir a alfabetização para a informação do ensino infantil ao fundamental (CAMPELLO, 2006).

Dentre os estudos realizados no país sobre a temática, destaca-se Campello e Silva (2000), que verificou a atuação pedagógica da biblioteca de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para alunos de 1º a 4ª séries do ensino fundamental; constatando que a mesma é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem nas



escolas. A pesquisa de Campello (2006a¹) baseou-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais para avaliar as habilidades informacionais de alunos do ensino fundamental e médio, o comportamento de uso da informação (para o acesso, avaliação, interpretação e uso), e que inclui, ao final do estudo, orientações e sugestões para o desenvolvimento de competências e aspectos de disseminação e compartilhamento de informações (CAMPELLO, 2006b).

O (re)conhecimento da competência em informação possibilitou o aperfeiçoamento de habilidades de informação por: elaboração de projetos e normativas sobre diretrizes para aprendizagem independente, uso da informação e responsabilidade social, desenvolvimento de modelos e técnicas para a sua busca e seleção; realização de estudos e pesquisas que delineou os perfis de usuários e suas necessidades informacionais (CAMPELLO, 2006).

A competência em informação não deve ser meramente reduzida ao processo de busca e recuperação de dados ou informações; sua relevância está além de questões meramente técnicas ou operacionais. Sua ação é (essencialmente) educativa, presente no contexto curricular, baseando-se em diretrizes e instituição de políticas que fomentam e viabilizam estas ações. Portanto, é preciso criar condições mínimas e necessárias para sua aplicação nas Organizações e Instituições (BELUZZO, 2005).

A competência em informação é uma responsabilidade social; sendo assim, a biblioteca e os profissionais devem se comprometer para o desenvolvimento dos estudantes, sendo o aporte para a educação (in)formal, no qual recomenda-se o trabalho integrado e cooperativo entre professores e bibliotecários para promover a excelência educativa. Os alunos devem ser orientados para sua autonomia e independência, para que se transformem em sujeitos ativos e participativos em sociedade (BELLUZZO, 2005).

A *Association of College and Research Libraries* (ACLR) envolve um arcabouço de habilidades e competências direcionadas à competência em informação, onde organiza e direciona as ações e políticas para a busca, seleção, organização e avaliação das informações pelos indivíduos. O objetivo é desenvolver e/ou aperfeiçoar as habilidades e competências para identificar, avaliar e relacionar informações e conhecimentos prévios às novas informações obtidas (GASQUE; TESCAROLO, 2010).

¹ CAMPELLO, Bernardete. Possibilities for implementation of Information Literacy programs in Brazilian school libraries: information skills in the national Curricular Standards. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANSHIP, 35., 2006, Lisboa. IASL reports 2006. Lisbon: IASL, 2006a. CD-ROM.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

As Diretrizes da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (2005) podem ser aplicadas nas unidades de informação em variados contextos e/ou necessidades, de acordo com os perfis de públicos; seja para uso pessoal, acadêmico ou profissional (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010).

Na visão de Durban Roca, Cid Prolongo e García Guerrero (2012) estes programas devem estar vinculados à proposta curricular, sendo realizados de maneira gradual e sistematizada ao projeto educacional ou conteúdo didático. Desta maneira, permite a concretização e implantação de forma mais realista. Neste contexto, a Biblioteca Escolar atua como o eixo/suporte que possibilita a integração e a concretização destas atividades.

Os instrumentos de avaliação permitem indicar se as atitudes e habilidades foram internalizadas pelos alunos no processo como um todo, o qual permite a intervenção quando necessário. Os profissionais devem respeitar o ritmo e as limitações de cada aluno, evitando-se as classificações e avaliações generalistas que padronizem ou homogeneizem o público. Para tal, sugere-se identificar os aspectos individuais, por meio das competências, habilidades e motivações, como foco no desempenho e aproveitamento pelos estudantes (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010).

A avaliação da competência em informação possibilita que bibliotecários mensurem as atividades e processos desenvolvidos, além de verificar se o objetivo foi atingido. É oportuna a integração entre profissionais e docentes no processo, desde seu planejamento, execução e posterior avaliação (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010).

O principal aspecto a observar diz respeito à otimização da busca na internet e o compartilhamento das informações encontradas, incentivando os alunos a serem o “agente” e o principal responsável pelo seu aprendizado, capaz de diferenciar o que é relevante (ou não), tornando-se o elemento aglutinador em/de uma rede de compartilhamento de informações, com vistas ao aprendizado e conhecimento coletivo (ABE; CUNHA, 2011).

2.1 Educação de jovens e adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino direcionado aos jovens e adultos que necessitem de habilitação em 1º Grau (idade mínima de 15 anos) e/ou 2º Grau (idade mínima de 18 anos), que não concluíram no período apropriado. É de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

responsabilidade do Sistema de Ensino assegurar o acesso, a gratuidade e a qualidade, além de condições para a continuidade/conclusão dos estudos pelos alunos (BARELLA, 2007).

Gonçalves (2007) coloca que as ações e normativas voltadas ao EJA preconizam a redução de preconceitos, oferta da educação justa, inclusão social, aquisição de habilidades e domínios em leitura e escrita. Já Barella (2007) relata que, com a criação e oferta do ensino EJA, apoiada e defendida pela UNESCO, busca proporcionar um ensino libertador, conforme proposto por Paulo Freire.

No Brasil, a EJA tem início em 1940, quando há oferta de ensino voltado a este público. Nos anos 50, são realizadas campanhas de alfabetização no país; posteriormente, em 1970 cria-se o Mobral/Supletivo pela Lei 5692/1971. A promulgação da Constituição Federal de 88 estabelece a gratuidade de ensino. A década de 1990 foi marcada por um período de transição e de reformas políticas, com o surgimento da filantropia (por conselhos, instituições e órgãos de caráter privado). Atualmente, o cenário aponta para a redução de custos, aumento na demanda de vagas e busca de incentivos e parcerias de/entre órgãos, instituições e sociedade civil (HADDAD; DI PIERRO, 2000). A Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) é documento base para nortear a educação no país, o qual busca garantir a formação adequada, voltada ao desenvolvimento do indivíduo e sua atuação como cidadão (BRASIL, 1996).

Haddad e Di Pierro (2000) colocam que o perfil do aluno EJA tem se modificado, o que antes era voltado aos adultos e idosos; hoje, apresenta um público heterogêneo e surgimento de uma (nova) identidade sendo construída por estes estudantes.

Gomes (2015) ressalta a importância do currículo e metodologias próprias para a EJA, de forma a atender as necessidades deste público. Os parâmetros utilizados atualmente são os mesmos do ensino fundamental (regular). Haddad e Di Pierro (2000) afirmam que a EJA inclui aspectos e práticas (in)formais para aquisição de conhecimentos, técnicas e competências básicas, visando o ingresso, atuação e convívio social, econômico e cultural; assim, contempla um currículo/programa que atenda aspectos de maneira satisfatória.

No decorrer do século XXI houve crescimento na oferta de vagas para a EJA, porém, ainda insuficientes para atender a demanda da população, o que repercute no índice de evasão que apresenta estreita relação com a exclusão educacional (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Dessa maneira, tem-se um processo de ensino-aprendizagem com sérias lacunas e que limitam a autonomia do indivíduo. Sendo assim, torna-se imprescindível um currículo próprio e de



qualidade, com a disponibilização de programas e atividades em caráter contínuo, para suprir/substituir o modelo de ensino metodológico atual e formação em curto prazo (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Brito (2012) aborda que as Políticas Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de Programas de Inclusão ou de Educação Profissionalizante (coordenados pelo Governo e Ministério da Educação), asseguram a escolarização aos indivíduos como direito para a inclusão e participação na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza exploratória, que permite maior proximidade com o problema ou para a elaboração das hipóteses, de maneira clara e explícita. Possui o objetivo de aprimorar ideias e levantar novos aspectos, com planejamento flexível que considera diversificados elementos presentes no estudo; sua execução envolve a pesquisa ou levantamento bibliográfico e uso de entrevista ou questionário (GIL, 2008).

A abordagem utilizada será a quali-quantitativa. Esse estudo será realizado por meio de estudo de caso único, o qual “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2008, p. 57). O universo estudado compreende os estudantes de Ensino Médio da EJA na cidade de Ribeirão Preto/SP. Os critérios para seleção da escola serão: a) tempo de existência da instituição; b) atendimento de alunos vindos de distintas regiões/zonas da cidade de Ribeirão Preto, c) possibilidade de coleta com alunos da primeira, segunda e terceira séries do Ensino Médio da referida escola. Quanto aos critérios para inclusão dos participantes na pesquisa, serão: a) alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a ser realizada a coleta, b) idade (igual ou acima) a 18 (dezoito) anos. Cabe ressaltar que a maioria é uma exigência para admissão na modalidade de ensino EJA.

Quanto à amostragem, configura-se como não probabilística, por acessibilidade ou conveniência, para a abordagem quantitativa; pretende-se trabalhar com a amostra de 150 (cento e cinquenta) participantes. Para o recorte qualitativo, serão entrevistados 6 (seis) alunos. A coleta de dados encontra-se em andamento: para tanto, serão utilizados dois instrumentos: questionário autoaplicável e entrevista semi-estruturada. Os dados serão



tabulados e representados estaticamente por meio de gráficos, tabelas e/ou quadros e analisados de forma descritiva.

Com base nestes apontamentos, serão delineadas atividades que ofereçam competências básicas para o manejo e uso adequado da informação em suporte digital (internet). Propõe-se que a atividade seja realizada em/pela Biblioteca Escolar de Instituição que ofereça a modalidade de Ensino Médio (EJA) em Ribeirão Preto, com a participação dos docentes. Pretende-se propiciar aos educandos maior senso crítico para uso ético da informação, despertando-os para o aprendizado contínuo.

4 RESULTADOS

Os dados apresentados compreendem resultados parciais do presente estudo (com 30% da amostra prevista) obtidos por meio de questionário. Do perfil do entrevistado, a idade variou de 18 anos (11,36%) a 54 anos (2,27%), sendo do sexo masculino (52,17%) e feminino (47,83%). Questionou-se sobre o intervalo ou período sem estudo (do ensino fundamental ao médio), tendo-se: período de 6 meses (2,17%) a 40 anos (2,17%), dos entrevistados (8,70%), grande maioria permaneceu de 1-2 anos sem estudar (34,78%) e (8,70%) não tiveram intervalo.

Quanto à ocupação e profissão dos entrevistados, observam-se funções diversas: operacionais ou auxiliar-administrativo (23,90%), relacionados à automóvel/transporte (mecânico, moto taxi, motorista, manobrista, lavador – 13,03%), desempregado (10,87%), auxiliar de limpeza (6,52%), doméstica (4,35%), estudante (4,35%), relacionados à estética (4,34%), e outros com 2,17% como açougueiro, balconista, autônoma, dona de casa, garçom, marceneiro, instalador de telefone e costureira.

Na questão 1 identificou se o entrevistado sabia buscar informações na internet: 89,13% afirmam que sim, e 10,87% dizem que não fazem uso ou que não aprenderam a utilizar. Já a questão 2 aborda a importância em saber buscar informações na internet (Tabela 1):

TABELA 1 - Por que é importante saber buscar informações na internet?

	%
Apenas para exigência da escola	0,00
Apenas por exigência da sociedade	0,00
Apenas por exigência do serviço e profissão	1,09



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Entretenimento / Curiosidades	1,09
Para aprender coisas novas/buscar conhecimento	20,66
Para manter-se informado	26,09
Para o aprendizado contínuo	13,04
Para o crescimento pessoal e profissional	26,09
Para obter autonomia e tomada de decisão	6,52
Para ser cidadão / exercer a cidadania	2,17
Para ter conhecimento de mundo	1,09

Fonte: próprio autor.

A pergunta 3 buscou identificar com qual propósito os entrevistados fazem uso da internet (Tabela 2):

TABELA 2 – Com qual propósito utiliza a internet?

	%
Entretenimento/Lazer	21,57
Estudos/Pesquisa	25,49
Profissional/Trabalho	5,88
Rede Social / Comunicação com amigos	3,92
Todas as alternativas	43,14

Fonte: próprio autor.

A questão 4 verificou se os entrevistados têm conhecimento sobre as informações que necessitam antes de fazer uma pesquisa na internet (Tabela 3):

TABELA 3 – Antes de pesquisar na internet: têm conhecimento da informação que necessita?

	%
Sim	41,46
Não	2,44
Em parte	56,10

Fonte: próprio autor.

Na questão 5 identificaram-se as estratégias de buscas na internet (Tabela 4):

TABELA 4 – Qual estratégia utiliza para buscas na internet?

	%
Assunto ou tema	29,27
Buscas aleatórias	3,66
Buscas com combinação de palavras	3,66
Não usa estratégias	2,44
Nome ou autor	18,29
Palavras chave	15,85



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Sem resposta	1,22
Sites conhecidos	9,76
Título	14,63
Todas as alternativas	1,22

Fonte: próprio autor.

A pergunta 6 apontou se têm dificuldade para buscar informações na internet (Tabela 5):

TABELA 5 – Você tem dificuldades para buscar informações na internet?

	%
Sim	10,00
Não	87,50
Sem resposta	2,50

Fonte: próprio autor.

Na 7ª questão verificou-se a veracidade das informações da internet (Tabela 6):

TABELA 6 – Como podemos saber se a informação obtida na internet é confiável?

	%
Ano	7,46
Autor	8,96
Comparação outros sites/sites relacionados	1,49
Conteúdo	31,34
Não sabe dizer ou avaliar	4,48
Sem resposta	1,49
Site/local onde está disponível	26,87
Tipo de material	7,46
Título	4,48
Todas as alternativas	4,48

Fonte: próprio autor.

Na 8ª pergunta pretende saber se o aluno consegue avaliar e relacionar as informações obtidas na internet (Tabela 7):

TABELA 7 – Após fazer a leitura do material encontrado na internet: consegue responder as perguntas – o que (assunto), por quê (motivo) e para quê (aplicação)?

	%
Sim	53,66
Não	4,88
Em parte	39,02

Fonte: próprio autor.



A 9ª questão diz sobre a interpretação do conteúdo obtido na internet (Tabela 8):

TABELA 8 – Após ler o material encontrado na internet, consegue interpretar e relacionar as ideias principais (conteúdo)?

	%
Sim	68,29
Não	2,44
Em parte	26,83

Fonte: próprio autor.

A 10ª pergunta elenca as dificuldades encontradas para organizar e/ou usar as informações da internet (Tabela 9):

TABELA 9 – Quais dificuldades você encontra para organizar ou usar as informações dos materiais encontrados na internet ?

	%
Avaliação das informações encontradas	24,00
Como disponibilizar/apresentar as informações	2,00
Comparação entre informações encontradas ou selecionadas	2,00
Escrita e Redação após a leitura do material selecionado	8,00
Identificação e seleção da informação relevante	24,00
Leitura do material encontrado	12,00
Não sei dizer ou avaliar	2,00
Nenhuma das alternativas	6,00
Sem resposta	4,00
Síntese ou resumo do material selecionado	10,00
Todas as alternativas	6,00

Fonte: próprio autor.

E, por fim, a questão 11 busca sugestões dos educandos para auxiliar na busca, organização e uso das informações (Tabela 10):

TABELA 10 – De que maneira a escola, professor e biblioteca podem auxiliá-lo na busca, organização e uso das informações da internet?

	%
Oferecer cursos, oficinas ou treinamentos aos alunos	15,38
Oferecer material didático ou de apoio ao aluno	6,15
Propor e realizar projetos em parceria	13,85



docente-aluno-biblioteca	
Propor exercícios e atividades em sala de aula	24,62
Realizar atividades extraclasse (na biblioteca) com a presença do docente e bibliotecário	21,54
Realizar palestras informativas	12,31
Sem resposta	4,62
Todas as alternativas	1,54

Fonte: próprio autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a globalização, tem-se um mercado competitivo, que exige dos indivíduos capacidade e adaptabilidade ao contexto e às tecnologias. Perrenoud reforça que cabe ao indivíduo a responsabilidade por sua conduta/situação social e profissional, o que pode gerar um sentimento de insegurança (BASSALOBRE, 2014).

Neste ínterim, torna-se primordial identificar se a escola tem desenvolvido e abordado competências; se sim, quais seriam estas? E se os ensinamentos escolares têm se debruçado em questões que auxiliem os alunos para viver em sociedade (não somente prepará-los para a universidade ou mercado de trabalho). Por outro lado, há de se considerar a heterogeneidade, a diversidade cultural e complexidade para/em atender as necessidades e interesses individuais e coletivos (BASSALOBRE, 2014).

Do perfil dos entrevistados tem-se um público heterogêneo, composto por alunos de diferentes gerações e que desempenham funções diversas, e, em sua maioria (89,13%), com familiaridade e proximidade com as tecnologias (fazem uso da internet). Os educandos destacam a importância da informação para continuarem atualizados e para seu crescimento pessoal e profissional, o que poderá garantir melhores oportunidades, de buscar outros saberes e do aprendizado ao longo da vida.

Dessa maneira, Perrenoud (1999) sugere o ensino baseado em competências nos diferentes estágios de ensino: “desenvolver competências desde a escola não é uma moda nova, mas um retorno às origens, às razões de ser da instituição escolar” (PERRENOUD, 1999, p. 5). Para o autor, a aprendizagem compreende ciclos ou contém objetivos que buscam atingir (em seu final) competências. O desenvolvimento/aquisição de competências mobiliza certos saberes [experiências de vida saberes adquiridos extra-classe, conhecimentos prévios].



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Contudo, Perrenoud (1999) ressalta que ter o conhecimento não necessariamente significa ter competência em determinado aspecto; para tanto, é necessário saber mobilizar estes saberes, assim como o processo de conhecimento requer senso crítico, reflexões e elaboração de estratégias, transpondo os saberes da teoria à prática, sendo imprescindível a contextualização dos saberes, caso contrário, são “letras mortas”.

As competências requeridas na vida cotidiana não são desprezíveis, pois uma parte dos adultos, mesmo entre aqueles que seguiram uma escolaridade básica completa, permanece bem despreparada diante das tecnologias e das regras presentes na vida cotidiana (PERRENOUD, 1999, p. 2).

Não cabe a escola o ensinamento de todas as competências, até mesmo porque as experiências/vivências muito contribuem para a formação do indivíduo. O que se tem são aprofundamentos em conhecimentos específicos ou de acordo com a profissão/formação profissional. Sendo assim, esse “acúmulo” de saberes restringe-se ao campo profissional, não extrapolando para outras áreas/setores (vida pessoal, política, familiar)

A pesquisa aponta que a internet é utilizada para estudo, lazer e trabalho (43,14%), sendo apenas 5,88% para fins profissionais (5,88%). Por outro lado, 56,10% dos alunos enfrentam dúvidas/incertezas sobre a informação que precisam ao realizar uma pesquisa ou consulta na internet, o que indica a necessidade ou desenvolvimento de senso crítico e leitura prévia para melhor estruturar e organizar as estratégias de busca. Beluzzo (2007) destaca que a pessoa competente em informação tem a capacidade de identificar a natureza e a abrangência dessa necessidade de informação e posteriormente realizar um planejamento adequado para execução de tal busca.

Miranda (2006) pontua que não basta reconhecer as necessidades de informação, é preciso adquirir habilidades e conhecimentos para seu manejo, o que constitui importante recurso para suprir tal demanda; pois “o uso da informação é a seleção de mensagens relevantes no espaço mais amplo da informação, de modo que isso gere uma mudança no estado de conhecimento do indivíduo ou em sua capacidade de agir” (CHOO, 2003, p. 84). Dessa maneira, o uso (adequado) possibilita suprir as deficiências ou lacunas, preenchendo o “vazio” entre a identificação da necessidade (informação) e sua satisfação, da transformação do pensamento para a ação – informação que gera conhecimento, atitudes e habilidades.



As competências integram-se aos conteúdos disciplinares, pois exigem do educando conhecimentos interdisciplinares e aspectos culturais transmitidos no seio escolar. Sendo assim, têm-se ensinamentos básicos aliados às habilidades de escrita e leitura. Dessa maneira, no ensino é preciso operacionalizar os conteúdos disciplinares seja individualmente ou na relação com outros campos do conhecimento (PERRENOUD, 1999).

A pesquisa indica que na internet os entrevistados delimitam a busca por assunto ou tema (29,27%), por palavra chave (15,85%), nome (18,29%) ou título (14,63%), sendo que 10% dos entrevistados afirmam ter dificuldades para procurar informações. As fontes de informação também devem ser consideradas, já que o usuário poderá obtê-la através de canais formais ou informais, atentando-se para questões de acesso e fidedignidade das fontes consultadas. Para Beluzzo (2007) adquirir competência nas estratégias de busca diz respeito à capacidade de identificar o local/base onde possivelmente encontra-se a informação desejada, pela distinção de termos e sinônimos, pela seleção e uso do vocabulário adequado, e acesso a outras fontes (físicas ou impressas), consultando especialistas ou profissionais para auxiliá-lo.

Na pesquisa, a veracidade da fonte é assegurada pelo conteúdo (31,34%), site (26,87%) e tipo de material (7,46%); destes, 4,48% não sabem avaliar, o qual se destaca que 39,02% sabem parcialmente identificar o assunto, sua importância e aplicação; e 26,83% conseguem (em parte) interpretar as ideias principais e relacionar o conteúdo.

A análise crítica da informação é obtida pela seleção/extração das ideias que constituem o documento/material, ao articular e comparar com outras fontes, de maneira a observar aspectos como: confiabilidade, validade, precisão e atualidade, assim como identificar se há informações destoantes ou necessidade de realizar novas buscas. No fim, o indivíduo confronta as informações obtidas com conhecimentos prévios (BELUZZO, 2007).

Concreta ou abstrata, comum ou especializada, de acesso fácil ou difícil, uma competência permite afrontar regular e adequadamente uma família de tarefas e situações, apelando para noções, conhecimentos, informações, procedimentos, métodos, técnicas ou ainda a outras competências, mais específicas (PERRENOUD, 1999, p. 3).

Convém ressaltar que no meio virtual, as informações estão em constante expansão e atualização, de maneira que influenciam as capacidades intelectuais e funções cognitivas (memória, imaginação, raciocínio e percepção), sendo elementos também presentes na educação e de fundamental relevância para o desenvolvimento dos indivíduos. Neste



meandro, inserem-se os bibliotecários, que são responsáveis por orientar sobre as particularidades da informação e seu ciclo/gestão; alertando assim, os usuários, clientes e indivíduos quanto à veracidade, confiabilidade e assimilação das informações, de maneira seletiva e crítica para transformá-las em conhecimento (BELUZZO, 2005).

Na pesquisa, os alunos elencaram as dificuldades encontradas para organizar ou usar as informações obtidas na internet, sendo: 24% de seleção e avaliação da informação relevante, 12% na leitura do material, 10% na confecção de resumos ou sínteses, 8% na escrita e redação e 2% na apresentação das informações.

Conforme apontado na pesquisa, estes também reforçam a importância de atividades a serem ofertadas na biblioteca com a presença de docente e bibliotecário (21,54%), a realização de exercícios em sala de aula (24,62%), cursos e oficinas (15,38%) e palestras informativas (12,31%). Sendo assim, a parceria entre docente e profissional da informação deve levar o aluno a se questionar sobre os aspectos pertinentes à pesquisa e processo de confecção de um trabalho escolar, do que se trata (assunto), qual o objetivo, a extensão e o prazo para confecção, e etc. (BELUZZO, 2005).

Beluzzo (2008) sugere a criação de estratégias para integração entre os profissionais bibliotecários e docentes que se balizem em diretrizes curriculares e que considerem os preceitos da competência em informação; propiciar a ambiência necessária para o estabelecimento de políticas e programas e realizar, com posterior acompanhamento e avaliação das atividades propostas e/ou realizadas.

Campello (2010) salienta que os profissionais da informação podem oferecer importante contribuição, para fortalecer o papel educativo do bibliotecário nas escolas brasileiras. Assim, torna-se imprescindível a participação dos professores e da instituição de ensino neste processo: “os bibliotecários escolares colaboram com outros educadores ao oferecerem instrução, estratégias de aprendizagem e prática na utilização das competências essenciais exigidas no século 21” (ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS, 2007, p.3).

Neste contexto, são necessárias competências que venham de encontro ao processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, Perrenoud destaca 10 competências: a) estimular ações de aprendizagem; b) gerar progressão dessas aprendizagens; c) trabalhar a evolução dos dispositivos de diferenciação; d) envolver os alunos no processo (aprendizagem); e) fomentar o trabalho em equipe; f) participar da gestão escolar; g) informar e envolver os pais; h) fazer



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

uso das tecnologias; i) ter ética e respeitar os dilemas da profissão; j) ser responsável pela (sua) formação contínua (PERRENOUD, 2001).

Perrenoud (2001) também ressalta a importância da profissionalização do professor e do reconhecimento de suas competências, que não se restringe à sala de aula/educando, mas, sim, enquanto agente de mudança (inserido no coletivo) com ativa participação nas reformas escolares, na prática reflexiva e no fomento às inovações. O enfoque meramente conteudista dos currículos restringe a formação global do indivíduo; é preciso possibilitar a autonomia ao educando e compreensão da realidade/visão de mundo (PERRENOUD, 1999).

Desta maneira, a realização desse estudo contribuirá para a produção e o aprofundamento de pesquisas relativas à competência em informação e Educação de Jovens e Adultos. Contribuirá ainda para a instituição de programas e atividades, do estímulo ao diálogo e parcerias entre docentes, discentes e bibliotecários, com o objetivo de propiciar melhorias na qualidade de ensino e aprendizagem, para que os indivíduos possam exercer suas competências em outras esferas que não (somente) a escolar.

REFERÊNCIAS

ABE, Veridiana; CUNHA, Miriam Vieira da. A busca de informação na Internet: um estudo do comportamento de bibliotecários e estudantes de ensino médio. **TransInformação**, Campinas, v.23, n.2, p. 95-111, maio/ago., 2011. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/470/450>> Acesso em: 20 mar. 2016.

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS. **Standards of 21st Century Learner**. Chicago: AASL; ALA, 2007. Disponível em: <www.ala.org>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BARELLA, Lúcia Maria de Santis. **Alfabetização de Jovens e Adultos na Perspectiva do Letramento**: descrição das práticas de letramento de jovens e adultos e possíveis relações com as práticas pedagógicas desenvolvidas. 2007. 223p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000409113>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BASSALOBRE, Janete Netto. Desenvolver competências ou Ensinar saberes?. A Escola que prepara para a vida. **Educere et Educare**, v. 9, n. 18, p. 825-830, jul./dez. 2014.

BASSETTO, Clemilton Luis; BELUZZO, Regina Célia Baptista. A competência em informação como diferencial competitivo para os profissionais da informação no contexto da sociedade informacional. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Ciência da Informação. **Anais eletrônicos**.... Florianópolis (SC), 7 a 10 julho de 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1483>> . Acesso em: 25 mar. 2016.

BELUZZO, Regina Célia Baptista. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **ETD: educação temática digital**, Campinas, v.6, n.2, p.30-50, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1655/1501>> Acesso em: 15 abr. 2016.

BELUZZO, Regina Célia Baptista. Como desenvolver a Competência em Informação (CI): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-14, out. 2008. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/25/25>> Acesso em: 15 abr. 2016.

BELUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. Bauru: cá entre nós, 2007.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. **Diário Oficial [da] União**; Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRITO, Bianca Maria Santana de. **Jovens e adultos em processo de escolarização e as tecnologias digitais: quem usa, a favor de quem e para quê?**. 2012. 109p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série**. São Paulo, v.2, n.2, p.63-77, dez. 2006a. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/18/6>> Acesso em: 12 nov. 2014.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Perspectivas de letramento informacional no Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p.184-208, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n29p184/19549>> Acesso em: 12 mar. 2016.

CASARIN, Helen de Castro S. et. al. Colaboração entre bibliotecários e professores no contexto escolar. **Ensino Em Re-Vista**, v.20, n.2, p.367-380, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/23713/13526>> Acesso em: 13 fev. 2016.

CHOO, Chun Wei. Como ficamos sabendo: um modelo de uso da informação. In: _____. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: SENAC, 2003. p. 63-120.



CONEGLIAN, André Luis Onório; SANTOS, Camila Araújo dos; CASARIN, Helen de Castro Silva. Competência em informação e sua avaliação. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Cap. 12, p. 255-275.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p.41-56. abr. 2010. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000100003>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GOMES, Valesca dos Santos. **Reconhecimento Social e Permanência na EJA**. 2015. 76p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015. Disponível em:
<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7210>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

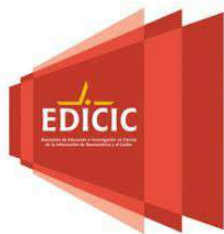
GONÇALVES, Becky Henriette. **O Uso do Computador, a Alfabetização e a Pós-Alfabetização: o que dizem educandos/as do MOVA**. 2007. 172p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2007. Disponível em:
<http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2007-02-26T15:11:02Z-1349/Publico/DissBHG.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2016.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio/ago.2000. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MIRANDA, Silvânia. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a10.pdf>> Acesso em: 2 abr. 2016.

PERRENOUD, Phillipe. Construir competências é virar as costas aos saberes? **In Patio: Revista pedagógica**. Porto Alegre, n.11, p. 15-19, nov. 1999. Disponível em:
<<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29108-29126-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

PERRENOUD, Phillipe. Dez novas competências para uma nova profissão. **In Patio: Revista pedagógica**, Porto Alegre, n. 17, p.8-12, maio/jul. 2001. Disponível em:
<http://penta3.ufrgs.br/MIE-ModIntrod-CD/pdf/etapa2_as_novas_competencias.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO DE PESQUISADORES NA
ÁREA DE EDUCAÇÃO DA FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS
SOCIALES (FLACSO. SEDE ACADÉMICA ARGENTINA)**

***COMPORTAMIENTO DE BÚSQUEDA DE INFORMACIÓN DE INVESTIGADORES
EN EL ÁREA DE EDUCACIÓN DE LA FACULTAD LATINOAMERICANA DE
CIENCIAS SOCIALES (FLACSO. SEDE ACADÉMICA ARGENTINA)***

**Helen de Castro Silva Casarin, UNESP
María Cecilia Corda, FLACSO**

Resumo: Relato de um estudo sobre o comportamento de busca de um grupo de pesquisadores na área de educação. Teve como objetivos caracterizar o comportamento de busca dos pesquisadores e investigar a influência dos pesquisadores sobre o comportamento de busca de seus orientandos de pós-graduação. Os dados foram coletados através de um questionário on-line. Foi enviado um email-convite a 46 investigadores na Área de Educação da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales; 24 pesquisadores responderam o questionário até o final, sendo 16 pessoas do gênero feminino e oito do masculino. As idades dos participantes estão entre 27 e 74 anos, com média de 46 anos. O tempo de experiência dos sujeitos oscila entre um e 25 anos. Os dados foram tabulados e analisados quantitativamente. Dos resultados obtidos se percebe que a consulta de fontes de informação informais e de caráter pessoal predomina entre as possibilidades dos participantes se manterem atualizados; o principal obstáculo enfrentado pelos pesquisadores na busca de informações para suas pesquisas é o acesso aos documentos que não estão disponíveis gratuitamente; a maioria dos participantes se preocupa em orientar seus alunos em relação à escolha dos documentos a serem utilizados nas pesquisas, porém a maioria dos pesquisadores afirmou que adota mesma postura com alunos de mestrado ou de doutorado na eleição de autores e documentos por eles utilizados em suas investigações. Em relação ao tipo de orientação passada pelos investigadores a seus alunos, verificou-se que investigadores adotam uma postura equilibrada, indicando leituras chave e incentivando-os a realizarem suas próprias buscas. A maioria dos pesquisadores, porém, não incentiva ou procura saber se seus orientandos realizam treinamento para uso de bases de dados, o que é fundamental para que a pesquisa bibliográfica seja bem sucedida.

Palavras-chave: Comportamento informacional. Comportamento de busca. Pesquisadores. Educação. Argentina.

Resumen: Relato de un estudio sobre el comportamiento de búsqueda de información de un grupo de investigadores en el área de educación. Tuvo como objetivos caracterizar el comportamiento de búsqueda de los investigadores e indagar la influencia de ellos sobre el comportamiento de búsqueda de sus orientandos de posgrado. Los datos fueron recolectados a través de un cuestionario en línea. Fue enviada por correo electrónico una invitación a 46 investigadores del Área de Educación de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales; 24 investigadores respondieron el cuestionario hasta



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

el final, siendo 16 personas del género femenino y 8 del masculino. Las edades de los participantes están entre los 27 y los 74 años, como media dio 46. El tiempo de antigüedad en la investigación osciló entre 1 y 25 años. Los datos fueron tabulados y analizados cuantitativamente. De los resultados obtenidos se percibe que la consulta de fuentes de información informales y de carácter personal predominan entre las posibilidades de mantenerse actualizado; el principal obstáculo enfrentado por los investigadores en la búsqueda de informaciones para sus pesquisas es el acceso a los documentos que no están disponibles gratuitamente; la mayoría de los participantes se preocupa en orientar a sus alumnos en relación a la selección de los documentos a ser empleados en sus investigaciones, sin embargo, la mayoría de los investigadores afirmó que adopta la misma postura con alumnos de maestría que de doctorado en la elección de autores y documentos para sus trabajos. En relación al tipo de orientación realizada por los investigadores a sus alumnos, se verificó que adoptan una postura equilibrada, indicando lecturas clave e incentivándolos a realizar las suyas. La mayoría de los investigadores, sin embargo, no incentiva o busca saber si sus orientados realizan entrenamientos para el uso de bases de datos, lo que resulta fundamental para que el relevamiento bibliográfico sea exitoso.

Palabras-clave: Comportamiento informativo. Comportamiento de búsqueda. Investigadores. Educación. Argentina.

1. INTRODUCCIÓN

La motivación por indagar el comportamiento de búsqueda de información por parte de distintos colectivos, radica en conocer características comunes que ayuden luego a comprender mejor las necesidades y expectativas de información que los mismos experimentan. En base a ellas, se aspira a brindar elementos que permitan diseñar e implementar servicios de información que las satisfagan. En este sentido, la investigación emprendida se enmarca en ciertos objetivos a alcanzar, referidos a, por una parte, caracterizar el comportamiento de búsqueda de información de investigadores tomando como caso el Área de Educación de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede Académica Argentina (en adelante, FLACSO. Sede Académica Argentina). Por otra, a verificar si existen diferencias entre quienes poseen subsidios para sus investigaciones y quienes no los tienen; explorar la influencia que ejercen sobre sus orientados que realizan trabajos de posgrado a nivel de maestría o doctorado y conocer su opinión sobre las habilidades informacionales y de investigación que desarrollan en el proceso de búsqueda y recuperación de información.



2. COMPORTAMIENTO DE BÚSQUEDA DE INFORMACIÓN

La categoría “comportamiento de búsqueda de información” fue elaborado a inicios de los años `80 por T. D. Wilson, a través de ella se dió paso al estudio del proceso de búsqueda de información centrándose en dimensiones y variables más amplias que permitieron extraer conclusiones ciertamente útiles para la planificación de sistemas y servicios de información. En este sentido, Wilson reclamaba un cambio de planteamiento: “There would need to be a consequent shift in the focus of research from an examination of the information sources and systems used by the information seeker to an exploration of the role of information in the user’s everyday life in his work organisation or social setting” (WILSON, 1981, p. 10).

Calva González (2004) sostiene que el comportamiento en la búsqueda de información se ubica, en términos generales, dentro del fenómeno de las necesidades de información, pero sólo como manifestación de que éstas existen en los investigadores. Añade que el medio o contexto social, cultural, económico, etc., en el cual trabajan los investigadores influye en sus necesidades de información y en la manifestación de éstas a través de un comportamiento informativo, las cuales van a cambiar al modificarse el contexto social al transcurrir el tiempo.

Hernández Salazar y otros (2007) llevan adelante el análisis de tres modelos sobre comportamiento de información: comportamiento en la búsqueda de información de James Krikelas, Proceso de búsqueda de información de Carol C. Kuhlthau y Comportamiento informativo de Tom. D. Wilson. Para la interpretación de los modelos consideraron tres elementos: principio racional, conceptos básicos y mecanismos de relación del modelo. Concluyen que conducta y comportamiento son tomados como sinónimos, no obstante, no existen definiciones acabadas sobre el concepto en ninguno de los tres.

La disquisición entre comportamiento informacional y comportamiento de búsqueda de información se refiere básicamente a los procedimientos conscientes que radican en la segunda y que no son manifiestos en la primera, y que son aplicados por los individuos para encontrar, recuperar y acceder a información. Esta diferenciación la señaló Wilson (2000) en un trabajo a los inicios del nuevo siglo, donde remarcó la intencionalidad en la búsqueda para satisfacer una necesidad de información, para lo cual se debe interactuar con sistemas de información de diferente índole: bibliotecas, archivos, centros de documentación, recursos de Internet, bases de datos bibliográficos, etc. Utilizaba así de *information seeking behaviour* (n.



1, conducta de búsqueda de información) o *information behaviour* (n. 2, comportamiento informacional) para referirse a la totalidad de la conducta humana con relación a las fuentes y canales de información incluyendo la búsqueda pasiva y activa y el uso de la información.

En esta misma línea, Case (2012) también recalca el esfuerzo consciente que realiza el individuo para emprender la búsqueda de información en respuesta a una necesidad que se le manifiesta o un vacío de conocimiento que detecta.

Calva González (2007) destaca una cuestión a tener en cuenta sobre la preexistencia de necesidades específicas de información en ciertos colectivos, que los llevan a manifestar ciertas conductas o comportamientos en base a ellas. Al respecto recalca: “Cabe señalar que estos autores¹, sin profundizar en el asunto, mencionan que el comportamiento informativo se relaciona con la existencia de necesidades de información, mas no se adentran en esta relación y únicamente identifican dicho comportamiento. En lo que se detienen con más cuidado es en el planteamiento de la existencia de métodos que permiten establecer el comportamiento del usuario, en relación con las fuentes y recursos que utilizan” (CALVA GONZALEZ, 2007, p. 5-6). Si bien es verdad, la explicitación de las necesidades de información no siempre es fácil de alcanzar en una investigación en torno a un colectivo de personas; por ello es que los estudios apuntan a los comportamientos que pueden captarse, además de inferir a partir de ellos otras cuestiones relacionadas con lo que los generan o la satisfacción que experimentan las personas al ver cumplidas dichas necesidades o expectativas respecto a la información.

3. ANTECEDENTES

Entre los trabajos relacionados se puede citar el de Mejía López (2009) sobre la comunidad de docentes en el área de educación y humanidades de la Universidad Nacional Autónoma del Estado de México. En el avance que presenta en el libro de memorias del seminario realizado en el Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas (CUIB), resalta que trabajará sobre la población de docentes de tiempo completo y medio tiempo de la Facultad de Humanidades, Ciencias de la Conducta y Lenguas; omitiendo a los docentes por

¹ Se refiere al relevamiento de investigaciones sobre el tema que han realizado Kunz, Krikelas, Hill, Núñez, Figuereido, Sanz, Prasad y Devadason.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

asignatura debido a que no se encuentran el tiempo suficiente en la institución para obtener de ella los servicios para impartir sus clases, es decir, su dedicación académica es parcial.

También en México, Calva González (1999) realizó un estudio sobre el comportamiento de búsqueda de información de investigadores del área de ciencias sociales y humanidades, que trabajaban en el marco de la Universidad Nacional Autónoma de México. Aplicó una encuesta para conocer cuáles son las fuentes y los recursos informativos que emplean, así como la relación entre el tipo y la etapa de investigación, y la categoría del investigador con el tipo de material bibliográfico, donde fue hallado un perfil.

En la Argentina, Albornoz y otros (2007) presentan los perfiles de comportamiento de los investigadores de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, en el uso de los recursos y fuentes de información y, en particular, su relación con la biblioteca de la Facultad. El primer paso del estudio fue la realización de un censo para determinar la cantidad de investigadores que usan o no la biblioteca en sus procedimientos de búsqueda de información, así como las modalidades de uso. El mismo permitió la identificación de grupos, de los cuales se seleccionaron algunos casos, con el fin de realizar entrevistas en profundidad tendientes a captar la perspectiva de los investigadores en relación con la temática estudiada.

Más antiguo es el trabajo de Romanos (2000) quien recoge ciertos antecedentes de investigaciones sobre comportamiento informacional de investigadores, tanto en el ámbito de las humanidades, como de las ciencias sociales. Luego pasa revista de los datos recogidos a través de una encuesta aplicada al colectivo de investigadores de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Dicho método se combinó con entrevistas estructuradas a bibliotecarios de bibliotecas especializadas dentro de esa unidad académica, más la recopilación y análisis de las referencias citadas en los trabajos publicados por los investigadores estudiados.

4. METODOLOGÍA

Como paso inicial, se elaboró una lista de investigadores e investigadoras del Área de Educación, recolectando datos de 46 personas con su correo electrónico de contacto. Se redactó un mensaje modelo para remitirles el link donde se alojó el cuestionario. También se



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

tradujo y adaptó el cuestionario elaborado por el grupo de investigación de la UNESP a los fines de aplicarlo en el caso seleccionado. Constaba de las siguientes partes: alcance del cuestionario y consentimiento de participar en la investigación, caracterización, comportamiento informacional, agradecimiento y cierre.

La recolección de datos se realizó a mediados del año 2014 a través de un cuestionario electrónico. Consistió en una serie de preguntas mayoritariamente cerradas. Se estipuló un plazo de respuesta, que luego se extendió 15 días a fin de lograr más cantidad de respuestas. En total se obtuvieron 26. Uno de los encuestados declaró que prefería no participar de la investigación y otro respondió solamente un conjunto de preguntas sobre la caracterización, razón por la cual fue eliminado. Así, el total de participantes de esta pesquisa fue de 24 investigadores de FLACSO.

Los participantes son investigadores e investigadoras del Área de Educación de FLACSO. Sede Académica Argentina: 16 personas del género femenino y 8 del masculino. La edad de los participantes varió entre los 27 Y 74 años, con una media de 46 años. El tiempo de antigüedad en la investigación oscila entre uno y 25 años, siendo el de mayor incidencia (11 indicaciones) la de participantes ente 6 y 10 años, mostrando que es un grupo mayoritariamente de investigadores jóvenes.

Por su parte, 11 personas confirmaron poseer beca o cargo del CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas) y 13 que no poseen. El tipo de beca declarada por los participantes ayuda a delinear el perfil de los investigadores y las investigadoras que formaron parte del estudio: entre los 11 que declararon poseer una beca, 5 son investigadores formados, 3 son becarios de posdoctorado, 2 son becarios de doctorado y 1 que no especificó el tipo de beca que reviste. En FLACSO hay investigadores que ejercen también la docencia en los distintos posgrados que se ofrecen. Tienen un vínculo formal con la institución y continuidad a lo largo del tiempo, tiempo en el que van gestionando subsidios y ayudas económicas de distinta índole tanto a organismos nacionales como internacionales, para llevar adelante sus líneas de pesquisa. Los becarios generalmente tienen lugar de trabajo en la institución, y sus becas son otorgadas por el CONICET, CIC (Comisión de Investigaciones Científicas de la Provincia de Buenos Aires) u otras agencias gubernamentales.



5. RESULTADOS

En primer lugar se preguntó cómo los investigadores se mantenían actualizados respecto a los temas relacionados con su investigación y demás actividades académicas. Los resultados reunidos se observan en la tabla nº 01. Se trataba de una pregunta de múltiple opción en la que los encuestados podían marcar varias opciones en relación a su realidad.

Se percibe que la consulta de fuentes de información informales y de carácter personal predominan entre las posibilidades de mantenerse actualizados; otra manera es la participación en congresos: juntas suman 44 selecciones.

La realización de búsquedas en internet aparece en segundo lugar, señalada por 23 de los 24 encuestados, o sea, apenas uno de los encuestados no indicó esta opción como forma de mantenerse actualizado.

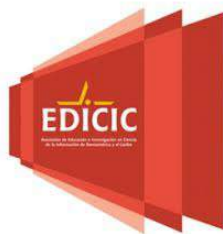
Tabla 01: Medios utilizados por los encuestados para actualizarse (N=24)

Formas de actualización	Frecuencia
Interactuando con otros colegas	24
Realizando búsquedas en Internet	23
Participando de eventos del área	20
Mediante el seguimiento de estudios e investigaciones sobre la temática en revistas, bases de datos y bancos de tesis, por ejemplo	17
Siguiendo nuevas ediciones de revistas de interés	15
Participando de redes sociales	10
Participando de listas de discusión	6
A través de newsletters	5
RSS de sitios Web relevantes	2
Total	123

Fuente: elaboración propia

La búsqueda pasiva, incluidas en las opciones: “Seguimiento en revistas, bases de datos, etc.” y “Seguimiento de nuevas ediciones de revistas de interés” ocupan el cuarto y el quinto lugar con 17 y 15 respuestas, respectivamente.

Las redes sociales han sido reconocidas como fuente de información en el ámbito académico, en el caso de esta investigación, fue elegida por 10 de los 24 participantes. La



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

participación en listas de discusión, la lectura de *newsletters* y la adhesión a RSS son modalidades menos empleadas por los encuestados.

Se quiso verificar si la forma en cómo se mantienen actualizados tiene alguna incidencia si el investigador reviste como becario de CONICET, CIC etc. Los resultados se plasman en la tabla 02.

En esta pregunta los participantes podían señalar las opciones que quisieran. Se puede notar por la distribución en la tabla, que no hay mucha discrepancia entre las respuestas de los dos grupos (becarios y no becarios).

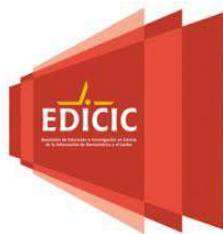
Tabla 02: Modo como lo investigadores, becarios y no becarios se mantienen actualizados [N=24]

Formas de actualización	becario	no becario	total
Interactuando con otros colegas	11	13	24
Realizando búsquedas en Internet	10	13	23
Participando de eventos del área	10	10	20
Mediante el seguimiento de estudios e investigaciones sobre la temática [...]	8	9	17
Siguiendo nuevas ediciones de revistas de interés	6	9	15
Participando de redes sociales	6	4	10
Participando de listas de discusión	4	2	06
A través de newsletters	4	1	05
RSS de sitios Web relevantes	0	2	02

Fuente: elaboración propia

Se indagaron también cuáles eran las dificultades que enfrentaban los investigadores en la búsqueda de informaciones para sus trabajos (Tabla 03). La pregunta permitía indicar más de una opción. El principal obstáculo es el acceso a los documentos que no están disponibles gratuitamente, esto es, en acceso abierto. La consulta de las bases de datos de revistas académicas internacionales se da o bien por suscripción institucional (recortada en los últimos años por problemas presupuestarios) o bien a través de la Biblioteca Electrónica (BECyT) del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva (MINCyT) que efectúa suscripciones centralizadas a *journals* o paquetes de bases de datos.

La principal dificultad apuntada por los participantes es el acceso restringido a los documentos, indicado por 23 de los 24 participantes. El acceso a las bases de datos es a través



de ciertas suscripciones que realiza el mencionado MINCyT con su BECyT. Dicho acceso es a través de las terminales ubicadas en la sala de lectura de la Biblioteca. Los investigadores y las investigadoras prefieren el acceso remoto para tener más comodidad y franja horaria, pero eso no es posible con los recursos económicos actuales que posee FLACSO.

La segunda opción más seleccionada por los participantes del estudio fue la falta de información sobre los recursos de información disponibles en la institución, indicada por 9 de los 24 participantes, quienes indicaban la necesidad de una divulgación más efectiva de los recursos disponibles para ellos.

Tabla 03: Dificultades enfrentadas por los participantes en la búsqueda de informaciones para sus investigaciones [N=24]

Dificultades apuntadas	Frecuencia
Acceso restringido (pago) a algunos documentos (artículos, comunicaciones de eventos, etc.)	23
Falta de informaciones sobre recursos informativos disponibles (revistas, bases de datos, etc.)	9
Falta de tiempo para hacer búsquedas	8
Interfaz de fuentes de información electrónicas, como catálogos de bibliotecas y bases de datos	5
Elaboración de búsquedas (indización de palabras clave y/o combinación de palabras)	5
Errores e inconsistencias de las fuentes de información consultadas, como por ejemplo catálogos y bancos de datos	4
Acceso a software complementario (por ejemplo: Adobe)	2
Falta de dominio de idiomas	2
Total	58

Fuente: elaboración propia

Si bien la Biblioteca participa del boletín de comunicación institucional, de periodicidad mensual; publica en la cartelera de novedades en su sitio web; posee un blog de novedades; envía noticias al perfil institucional de Facebook; todavía, en vistas de estos resultados, falta profundizar en las vías de comunicación, tal vez recurriendo a canales más personalizados.

La falta de tiempo para la realización de búsquedas es otra de las dificultades apuntadas por 8 de los 24 participantes. Ésta es una situación bastante común, también



señalada por Mejía López (2009), generalmente asociada al cúmulo de trabajo y de otras actividades que realizan los investigadores, muchos de los cuales no están dedicados *full time* a las tareas y deben trabajar en dos o más instituciones.

Las opciones **“Interfaz de fuentes de información”** y **“Elaboración de búsquedas”** fueron señaladas por igual por cinco participantes. La primera se refiere a las bases de datos, donde indican una mejora en la arquitectura de estas interfaces, así como también se revela cierta dificultad en adaptarse a las mismas. La segunda indica la necesidad de invertir en la formación de los investigadores para desarrollar sus habilidades en la elaboración de estrategias de búsqueda. Estas opciones demuestran la dificultad del propio investigador en la realización de búsquedas. Los ítems menos señalados fueron **“Errores e inconsistencias de las fuentes de información consultadas”**, **“Acceso a softwares complementarios”** y **“Falta de dominio de idioma”**.

En otro bloque de preguntas se consultó sobre cuál es la postura de los investigadores en relación a las actividades de búsqueda de sus orientados (alumnos, adscriptos, tesis o becarios). Conforme queda demostrado en los resultados de la tabla 04, al ser indagados sobre qué instrucciones acostumbraban a brindarles sobre documentos a ser utilizados en sus investigaciones, se verificó que la opción más común era **“la indicación de lecturas clave y autores básicos y los incentivos a la búsqueda de otros autores”**: 18 de los 24 investigadores demuestran que se preocupan en garantizar la consistencia teórica indicando autores tradicionales o clásicos a ser empleados. Asimismo, manifiestan incentivar la búsqueda de otros textos y autores, lo que es importante en el tramo formativo de los nuevos investigadores.

Tabla 04: Instrucciones sobre los documentos a ser utilizados en las investigaciones dadas por los investigadores a sus alumnos [N=24]

Instrucciones de los investigadores	Frecuencia
Les indico las lecturas clave y los autores básicos sobre el tema y los incentivo a la búsqueda de otros autores	18
Les solicito que hagan un relevamiento bibliográfico sobre el tema	17
Les indico una bibliografía (autores, textos y documentos) a ser utilizados	15
No acostumbro a pasarles instrucciones sobre el tema	2
Les indico solamente los materiales que pueden ayudarlos en determinados aspectos en los que presentan dudas	1



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No respondieron	1
Total	53

Fuente: elaboración propia

Se pone de manifiesto que la mayoría de los participantes se preocupa en orientar a sus alumnos en relación a la selección de los documentos a ser utilizados en las investigaciones, visto que apenas 2 participantes indicaron que no brindan instrucciones sobre el tema. En relación al tipo de orientación que ofrecen, se verificó que 18 de los 24 investigadores adoptan una postura equilibrada, escogiendo la opción “indican las lecturas clave y los autores básicos sobre el tema y los incentivo a la búsqueda de otros autores”. La segunda opción más señalada por los participantes fue “Les solicito que hagan un relevamiento bibliográfico sobre el tema”, escogida por 17 de los 24 investigadores.

Al respecto, dos participantes hicieron comentarios sobre su postura:

“Les sugiero algunas bases de datos y revistas que pueden ser de utilidad para realizar el relevamiento bibliográfico. También, que indaguen en los listados de bibliografía de los artículos que ya tienen disponibles”.

“Les indico dónde buscar, por ejemplo, en los portales donde se encuentran artículos académicos de revistas con referato”.

Esto demuestra que practican una postura de incentivo a la autonomía de sus dirigidos. Por su parte, 15 de los 24 participantes adoptan una visión más de control, indicando la bibliografía a ser utilizada; apenas dos investigadores señalaron, como se dijo, que no acostumbraban a dar instrucciones sobre el tema y un investigador señala ayudar a sus alumnos cuando estos manifiestan dudas.

También se preguntó cuál ha sido el punto de vista del investigador en relación a la elección de autores y documentos utilizados por sus orientados en sus investigaciones. En esta pregunta, la persona solamente debía señalar una opción en su respuesta (tabla 05).

Tabla 05: Postura del investigador en relación a la elección de autores y documentos utilizados por sus orientados en sus investigaciones [N=24]

Opciones de respuesta	Frecuencia
Doy libertad a los alumnos, pero los oriento en cuanto a la coherencia entre los autores escogidos por ellos	14



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Discutimos y seleccionamos el conjunto de los autores a ser utilizados	5
Brindo autonomía para que los alumnos hagan sus elecciones	3
Recomiendo que sean utilizados solamente los autores que se encuentran dentro del marco referencial teórico metodológico de mi investigación	1
No respondieron	1
Total	24

Fuente: elaboración propia

Conforme queda ilustrado en la tabla 05, la mayoría de los participantes da libertad para que sus alumnos escojan los autores y documentos a ser empleados en sus investigaciones, sin embargo los orientan en cuanto a la necesidad de coherencia respecto a los ítems escogidos, dicha postura sería más adecuada para alumnos de doctorado que ya poseen cierta experiencia de investigación porque han pasado por estadios previos de licenciatura y maestría en la mayoría de los casos, además de un dominio mayor de la literatura sobre el área de indagación. No obstante, lo que parece es que esta postura es adoptada tanto para maestrandos como para doctorandos, como será abordado en la pregunta que sigue. Solamente uno de los 24 participantes adopta una postura más controladora y escoge la opción “Recomiendo que sean utilizados solamente los autores que se encuentran dentro del marco referencial teórico metodológico de mi investigación”. Luego, 5 de los 24 participantes toman una postura más activa, que no se entiende como autoritaria, en la selección de autores y documentos a ser empleados por sus alumnos, pues indican que discuten con ellos y eligen en conjunto. Por su parte, 3 de los 24 participantes indican que adoptan una postura más liberal, dando libertad para que los alumnos hagan sus selecciones. Nuevamente aquí, se cree que esta actitud sería más adecuada para alumnos del doctorado, con lo cual se considera importante la mediación del orientador en la selección pues los alumnos se están formando en el campo, incluso en el área de las humanidades las líneas y las interpretaciones sobre un mismo tema suelen ser divergentes. Los resultados aquí expresados difieren de la investigación realizada por Mattos y Silva (2015) en la que los sujetos eran investigadores del área de educación de diversas instituciones de Brasil. Se dividieron de manera más uniforme entre una postura más liberal (37% de los investigadores solicitaban que los alumnos hicieran un relevamiento bibliográfico, pero no indicaban cuáles eran las recomendaciones a ser tenidas en cuenta en la selección de los autores cuando la hacían); una postura más moderada (32,7% indicó que señalaban los autores básicos a ser empleados, pero



también solicitaban que los alumnos hicieran sus propias búsquedas); y una postura más controladora (27% de los investigadores afirmaron que indicaban cuáles eran los autores a ser usados por los alumnos en sus investigaciones).

Además, como ya se adelantó, se preguntó sobre la postura adoptada por el investigador en relación a la elección de autores y documentos utilizados por sus orientados si es diferente cuando se trata de un alumno de maestría o de doctorado (tabla 06).

Tabla 06: Postura del investigador en relación a la elección de autores y documentos utilizados por sus orientados de maestría o doctorado [N=24]

Opción de respuesta	%	Frecuencia
No	83,3	20
Si	12,5	03
No respondieron	4,2	01
Total	100	24

Fuente: elaboración propia

Conforme a lo plasmado en la tabla 06, la mayor parte de los investigadores participantes adoptan una postura semejante con los alumnos de los dos niveles (maestría y doctorado), solo 3 de los 24 investigadores indicaron que adoptan una postura diferente y un investigador no respondió a esta pregunta. Esta no era una respuesta esperada, pues el maestrando, mucho más que el doctorando, precisa de orientación en cuanto al desarrollo de una investigación y la construcción de su referencial teórico, visto que muchas veces la maestría es la primera experiencia de investigación del alumno.

Fue solicitado que los investigadores especificaran las diferencias entre las orientaciones que les transmitían a sus alumnos de maestría o doctorado sobre la elección de autores y documentos utilizados en sus investigaciones. Se trataba de una pregunta disertativa. Al parecer, había algún problema en la elaboración de la misma, ya que 22 de los 24 participantes respondieron esta pregunta, sin embargo, solamente 3 indicaron en la pregunta anterior que adoptan una postura diferente cuando se trata de alumnos de maestría o de doctorado. De los que respondieron, uno describió cuál era su punto de vista al respecto:

En general, me preocupo más por asistir a los estudiantes de Maestría, porque en general se inician sobre un tema y me interesa que lo dominen más allá de las líneas que yo misma, manejo. Creo que eso es lo que aporta autonomía (ss. 22).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

El otro no especificó las diferencias cuando se trata de maestrando o un doctorando, mas destacó la importancia del desarrollo del proyecto:

Las orientaciones varían de acuerdo al grado de avance de los proyectos. En términos generales, si se trata de un planteo muy muy (sic) inicial, recomiendo claves para la lectura y luego ampliar con nuevas búsquedas que ellos mismos realicen.

Las demás respuestas complementan las del interrogante anterior, pues describen de manera general cuáles son las orientaciones brindadas por los investigadores a sus orientados sin distinción entre maestrandos y doctorando. Las respuestas fueron categorizadas conforme se muestra a continuación: 9 investigadores afirmaron que indican cuáles son los autores que deben ser leídos obligatoriamente por parte de los alumnos. Por su parte, 6 dijeron que incentivan a los alumnos a que realicen nuevas búsquedas; 5 sostuvieron que es necesario que los alumnos observen la pertinencia y la coherencia en la selección de los autores. Para destacar, hubo 4 investigadores que enfatizaron los criterios a ser adoptados por los alumnos en la búsqueda, por ejemplo:

Los criterios de elección tienen que ver con: -variedad en el origen de los autores: locales/regionales/países centrales. -temas afines aunque no sea el mismo tema. -ir a los libros más importantes que orientaron la discusión, aunque no sean recientes. -ubicar informes de organismos nacionales o internacionales, más allá de los trabajos científicos -consultar estados del arte ya hechos, buscarlos.

Se preguntó si los orientados de los investigadores acostumbraban participar de entrenamientos en el uso de bases de datos (por ejemplo: BECyT, Jstor, EBSCO, repositorios, etc.). Al respecto, 10 investigadores dijeron que sus alumnos no acostumbraban a hacerlo, 7 que sus alumnos sí lo hacían y 5 no opinaron al respecto, mientras que 2 directamente no respondieron a la pregunta. Se percibe que aunque los investigadores tienen la preocupación de orientar a sus alumnos en cuanto a la búsqueda de información para sus trabajos, la mayoría no incentiva o procura saber si sus orientados reciben ayuda para el uso de bases de datos específicas, lo cual es esencial para el éxito en la recuperación de este tipo de fuentes. Quienes realizan posgrados, tienen la posibilidad de tener en las instancias de talleres de tesis o materias metodológicas, módulos dedicados a la cuestión. También a veces se convoca a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

personal de la Biblioteca para que dicte clases especiales sobre búsquedas especializadas en distintos campos, entre ellos, educación. Y, como complemento, suelen distribuirse vía email instructivos para facilitar la consulta de las bases de datos de revistas a las que se suscriben o a las que se tiene acceso a modo de prueba durante un tiempo limitado.

6. CONCLUSIONES

El estudio permitió un acercamiento al perfil del comportamiento de búsqueda de información de los investigadores y las investigadoras del Área de Educación de FLACSO, incluyendo las principales fuentes de consulta y las dificultades para el acceso a la información que experimentan en el desarrollo de sus proyectos.

Prevalece la preferencia por consultar a otros colegas (colegios invisibles) o realizar búsquedas de manera autónoma en Internet, así como participando en eventos del área (congresos, seminarios, etc.). Una tendencia que se visualiza es la utilización de redes sociales, principalmente de Facebook de amplio uso en el país.

La mayor dificultad en el acceso a la información se debe a variables económicas, ya que muchas revistas, a pesar del desarrollo del acceso abierto a nivel internacional y nacional, aún siguen en la esfera de grandes editoriales comerciales, cuyos precios de suscripción resultan difíciles de afrontar. Un avance en ese sentido fue la mencionada BECyT, aunque con la restricción del acceso in situ en las terminales de las bibliotecas de las instituciones incluidas, situación no siempre cómoda para los investigadores.

Se verificó que el enfoque de orientación en la búsqueda y recuperación de la información específica a los alumnos de los investigadores, tanto maestrands como doctorandos, no presenta variaciones significativas, lo cual fue llamativo ya que los grados suponen diferencias en el abordaje de ese problema.

Sería interesante profundizar con entrevistas a un grupo delimitado de los investigadores y las investigadoras incluidas en este estudio, a fin de poder ahondar más en sus perfiles y en los comportamientos que adoptan respecto a la búsqueda y la recuperación de la información necesaria para el desarrollo de su tarea académica. También sobre su relación con becarios, estudiantes de posgrado, adscriptos, y la visión de estos sobre ellos en el proceso de formación en la investigación.



7. REFERÊNCIAS

ALBORNOZ et al. Búsqueda de la información y uso de la biblioteca por parte de los investigadores de humanidades: un estudio de caso en la Universidad Nacional de la Plata. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v.30, n.1, 2007, p. 73-92, 2007. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/1856> Acesso em: 15 abr. 2016.

CALVA GONZÁLEZ, J. J. El comportamiento en la búsqueda de información de los investigadores del área de humanidades y ciencias sociales. **Investigación Bibliotecológica**, v.13, n.27, p. 11-40, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/3917> Acesso em: 15 abr. 2016.

CALVA GONZÁLEZ, J. J. Las necesidades y comportamiento de los investigadores como usuarios de las bibliotecas de las instituciones de educación superior en América Latina. **Documentación de las Ciencias de la Información**, n.27, p. 97-116, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1089847> Acesso em: 15 abr. 2016.

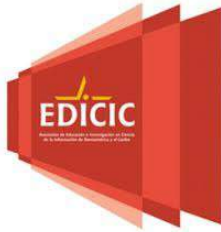
CALVA GONZALEZ, J. J. **El fenómeno de las necesidades de información: investigación y modelo**. México: CUIB UNAM, 2007. Disponível em: http://cuib.unam.mx/publicaciones/4/fenomeno_necesidades_modelo_JUAN_JOSE_CALVA_GONZALEZ.html Acesso em: 15 abr. 2016.

CASE, D. O. **Looking for information: a survey of research on information seeking, needs, and behavior**. 3. ed. Emerald, 2012. 491 p.

HERNANDEZ SALAZAR, P. et al. Análisis de modelos de comportamiento en la búsqueda de información. **Ciência da Informação**, v.36, n.1, p. 136-146, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a10v36n1.pdf> Acesso em: 15 abr. 2016.

MATTOS, N. B. y SILVA, H. C. Instruções sobre a busca e o uso de informação para pós-graduandos em Educação: estudo junto a docentes orientadores. In: ANAIS DO SEMINÁRIO CIENTÍFICO ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA: DO OUTRO LADO INFORMAÇÃO, 4, 2015, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2015. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/seminariodearquivologiaebiblioteconomia/mattos-n.b.-casarin-h.c.s..pdf> Acesso em: 15 abr. 2016.

MEJIA LOPEZ, J. A. El comportamiento informativo de los docentes en las áreas de Educación y Humanidades en la Universidad Autónoma del Estado de México. In CALVA GONZÁLEZ, J. J. **La investigación sobre las necesidades de información en distintas comunidades. Memorias del III Seminario de Usuarios de la Información**. México: CUIB UNAM, 2009. Disponível em: <http://132.248.242.6/~publica/conmutarl.php?arch=3&idx=29> Acesso em: 15 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

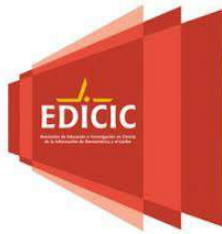
ROMANOS DE TIRATEL, S. Conducta informativa de los investigadores argentinos en humanidades y ciencias sociales **Revista Española de Documentación Científica**, v. 23, n.3, p. 267-285, 2000. Disponível em:

<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/viewArticle/324> Acesso em: 15 abr. 2016.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of documentation**, v.37, n.1, p. 3-15, 1981.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Information science research**, v.3, n.2, 2000. Disponível em:

<https://www.ischool.utexas.edu/~i385e/readings/Wilson.pdf> Acesso em: 15 abr. 2016.



Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DO PROFESSOR¹: UMA ANÁLISE
TEXTUAL**

***COMPORTAMIENTO DE INFORMACIÓN DEL MAESTRO: UM ANÁLISIS
TEXTUAL***

Lívia Ferreira Coutinho Alonso, UCP/UFJF

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar uma parte da prática profissional do professor através do seu comportamento informacional. Assim, parte-se da seguinte questão: Como se caracteriza o comportamento informacional do professor? Buscou-se conhecer mais o universo estudado, que são os professores, através das atitudes do docente perante sua necessidade, busca, uso e socialização das informações. Para analisar o comportamento informacional, utilizou-se como base o modelo desenvolvido por Tom Wilson. Escolheu-se estudar os professores pedagogos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que lecionam Ciências Naturais. Acredita-se que esse conhecimento escolar contém muitas informações que são do nosso cotidiano e necessitam de uma atualização e, conseqüentemente, exige do professor uma busca informacional mais ativa para ministrar sua aula. Dessa forma, a coleta de dados foi realizada através seis entrevistas com professores pedagogos dos anos iniciais que ministram o conteúdo de Ciências. A amostra foi colhida no ensino público (federal, estadual, municipal). Essa delimitação é realizada para ajustar o tamanho da amostra e salientar o processo de ensino e comportamento informacional da rede pública. Assim foram entrevistados dois professores de cada rede. As entrevistas foram transcritas e realizou-se uma análise textual. Essa análise é apresentada através de uma “nuvem” de palavras. As palavras que foram computadas são adjetivos, nome comum, nome suplementar, verbo, verbo suplementar e formas não reconhecidas. Assim, as palavras que mais caracterizam o comportamento informacional dos professores pedagogos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que lecionam ciências são “falar”, “professor”, “livro”, “ciências”, “ano” e “trabalhar”. A palavra “falar” se destacou na análise textual do comportamento informacional no todo e nas análises por partes temáticas a palavra “falar” também foi encontrada. Desta forma, entende-se que o ato de falar caracteriza de forma expressiva o comportamento informacional do professor.

Palavras-chave: Comportamento informacional. Prática de ensino. Professores - pedagogia

Resumen: Este artículo tiene como objetivo investigar una parte de la práctica profesional de los maestros a través de su comportamiento de información. Así que parte es la pregunta: ¿Cómo se caracteriza el comportamiento de información de la maestra? Hemos tratado de saber más del universo estudiado, que son los maestros a través de las actitudes de los profesores hacia sus necesidades, búsqueda, uso e intercambio de información. Para analizar el comportamiento de información, que fue utilizado basado en el modelo desarrollado por Tom Wilson. Elegimos estudiar pedagogos maestros en

¹ Este artigo foi baseado na tese “Comportamento informacional dos professores” desenvolvida pela mesma autora deste trabalho.



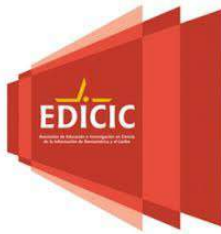
los primeros años de la escuela primaria para enseñar Ciencias Naturales. Se cree que este conocimiento de la escuela contiene una gran cantidad de información que son de nuestra vida cotidiana y necesita una actualización, lo que exige al profesor una información más activa tratando de enseñar a su clase. Por lo tanto, la recolección de datos se realizó a través de entrevistas con seis maestros Los maestros en los primeros años que enseñan el contenido de la ciencia. La muestra fue tomada en la educación pública (federal, estatal, municipal). Esta delimitación se lleva a cabo para ajustar el tamaño de la muestra y poner de relieve el proceso educativo y la información sobre el comportamiento del público. Por lo que se entrevistó a dos profesores de cada red. Las entrevistas fueron transcritas y llevaron a cabo un análisis del texto. Este análisis se presenta a través de una "nube" de las palabras. Las palabras fueron calculadas son adjetivos, nombre común, nombre adicional, verbo, verbo y formas adicionales no reconocidos. Así, las palabras que más caracterizan el comportamiento informativo de los pedagogos maestros primeros años de la escuela primaria que enseñan la ciencia están "hablando", "maestro", "libro", "ciencia", "año" y "trabajo". La palabra "hablar" se destacó en el análisis textual de comportamiento de información en su conjunto y analiza por partes temáticas también se encontró la palabra "hablar". Por lo tanto, se entiende que el acto de hablar caracteriza expresivamente comportamiento de información del maestro.

Palabras-clave: Comportamiento de información. La práctica docente. Los maestros – La pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo é trabalhado o tema comportamento informacional dos professores. O professor antes de entrar em sala de aula realiza um trabalho no qual busca desenvolver o que irá ensinar a seus alunos. Desta forma, observam-se muitas necessidades informacionais do professor, seja para preparar uma aula, ilustrando, tirando dúvidas de conteúdo ou metodologias, ou até mesmo dúvidas apresentadas por seus alunos. Nesse cenário, o professor busca informações para o desenvolvimento do seu trabalho, e a partir dessa busca surge o uso desta informação, caso bem sucedido ou não. Neste contexto surge a troca de informações do docente, seja com o próprio aluno, com o outros professores, ou com especialistas do assunto. Este artigo tem como objetivo investigar uma parte da prática profissional do professor através do seu comportamento informacional. Assim, parte-se da seguinte questão: Como se caracteriza o comportamento informacional do professor?

Descrever o comportamento informacional dos professores os auxilia na consciência do seu trabalho e também da socialização de suas práticas, no caso deste estudo, das necessidades, das buscas, dos usos, e do compartilhamento (disseminação) das informações do seu cotidiano. Primeiramente são ponderados alguns temas como comportamento informacional, saber docente e compartilhamento informacional. Em seguida, são apresentados o método de pesquisa



e a interpretação dos dados através da análise textual. Posteriormente, são elencadas algumas considerações finais acerca do comportamento informacional do professor.

2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

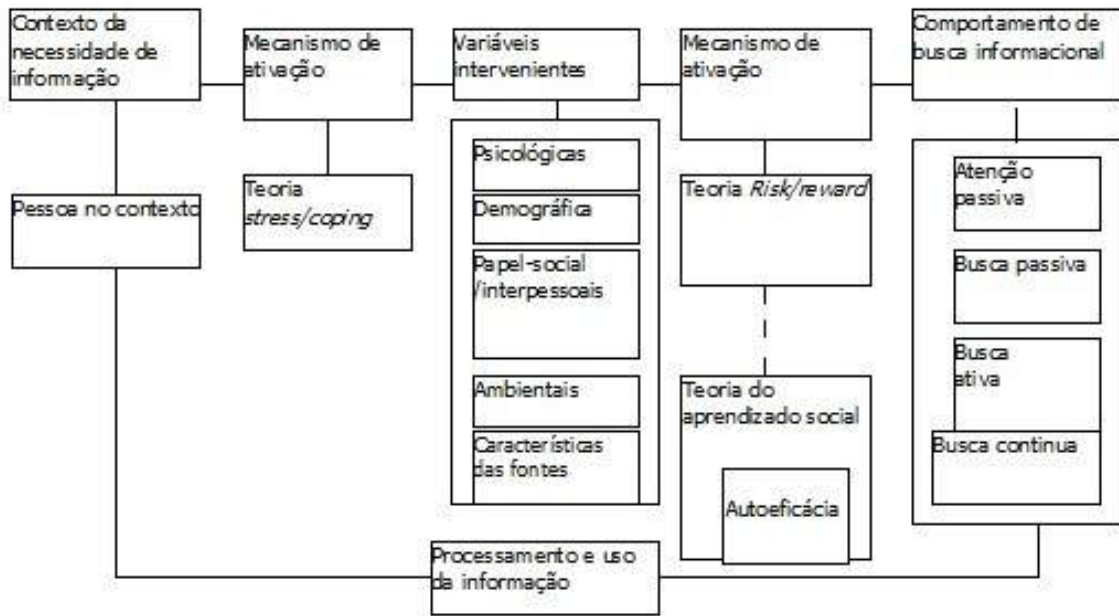
Neste estudo trabalha-se com o conceito de “comportamento informacional”; essa concepção desenvolveu-se a partir da nomenclatura "necessidade e uso da informação". Fialho e Andrade (2007, p. 21) acreditam que esse conceito refere-se ao “estudo da interação entre pessoas, os vários formatos de dados, informação, conhecimento e sabedoria, nos diversos contextos em que a interagem.” O desenvolvimento do comportamento informacional é fundamentado na convicção “de que a que a informação é essencial ao funcionamento e interação dos indivíduos, grupos sociais, organizações e sociedades e para melhorar a qualidade de vida.” (FIALHO; ANDRADE, 2007, p. 21).

O campo da conduta informacional humana remete a conceitos como contextos informacionais das pessoas, necessidades de informação, comportamentos de busca da informação, modelos de acesso à informação, recuperação e disseminação, processamento humano e uso da informação (FIALHO; ANDRADE, 2007, p. 21).

Para Gasque e Costa (2010, p. 22), "esse tipo de ação [comportamento informacional] refere-se às atividades de busca, uso e transferência de informação nas quais uma pessoa se engaja quando identifica as próprias necessidades de informação." Assim, este estudo entende que comportamento informacional compreende a necessidade, a busca, o uso e o compartilhamento da informação.

Esta pesquisa baseia-se no modelo de comportamento informacional (Figura 1) de Tom Wilson (2000).

Figura 1 - Modelo de Comportamento Informacional

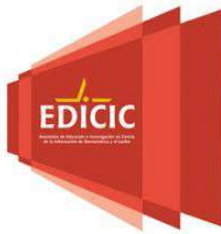


Fonte: Wilson (2000, p. 53, tradução nossa)

Wilson acrescenta nesse modelo algumas categorias desenvolvidas por Brenda Dervin (1983), no modelo de Sense Making, são elas: "contexto da necessidade de informação" e a "pessoa no contexto" que correspondem respectivamente à diferença entre os conceitos situação e utilização. A etapa seguinte, "mecanismo de ativação" é a lacuna encontrada entre a situação e o uso, podendo o sujeito verificar se há realmente ou não uma necessidade. A teoria do stress/coping auxilia na compreensão do porquê algumas necessidades não geram uma ação de busca. Essa teoria é caracterizada pela confrontação, devendo o usuário escolher enfrentar ou não o problema, decidindo se a busca irá aumentar ou diminuir seu bem estar; ou simplesmente conseguindo adaptar as circunstâncias adversas da necessidade.

As variáveis intervenientes são características das fontes, das pessoas e do contexto que podem constituir como uma barreira ou facilitador.

O modelo de Wilson (1995) sugere que algumas variáveis ativas e intervenientes, bem como as características das fontes de informação, configuram o percurso de busca da informação, bem como é configurado por percepções de resultados, pela natureza da busca e por percepções dos riscos e recompensas durante o percurso. Uma simples questão de informação pode ser, na verdade, uma complexa necessidade. (FIALHO; ANDRADE, 2007, p. 23).

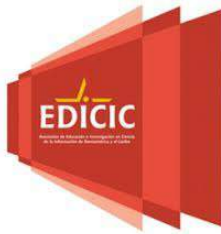


Assim, as variáveis psicológicas representam os valores, as emoções, preferências, entre outras características da psique. As variáveis demográficas expressam o sexo, idade, formação profissional, nível socioeconômico etc. As variáveis papel-social e interpessoal retratam a posição do indivíduo no sistema social e organizacional. As variáveis ambientais correspondem à cultura organizacional, à legislação de um local, entre outras. As variáveis características das fontes são compostas pela localização, o tipo de acesso, a linguagem, a credibilidade do documento.

O estágio intermediário entre a determinação da necessidade e o início de ação para satisfazer a necessidade é determinado pelo mecanismo de ativação. Nessa fase é proposta a teoria risk/reward, que possibilita explicar o motivo pelo qual algumas buscas são mais exaustivas que outras, ou seja, o porquê de ser despendido maior esforço para executar a busca. Outro fundamento utilizado é a teoria do aprendizado social que integra o conceito de autoeficácia, que se refere ao ato do sujeito responder ao estímulo de seu conhecimento sobre sua eficácia, acreditando ou não que sua ação trará resultados positivos. De acordo com Bandura (1986, apud POZO, 2002, p.161), "a autoeficácia ou a sensação de controle da tarefa é um requisito fundamental para exercer um esforço constante na aprendizagem."

No comportamento de busca informacional lidava-se, anteriormente, somente com a busca ativa, mas percebeu-se a necessidade de acrescentar outras categorias como atenção passiva, busca passiva e busca permanente. Tais categorias são descritas abaixo (Wilson, Walsh, 1995):

- a) atenção passiva: é relacionada ao ato de ouvir rádio ou assistir a programas de televisão, em quais pode não haver busca de informações, mas onde a aquisição de informações pode ocorrer;
- b) busca passiva: pode parecer contradição nos termos, mas significa um tipo de busca (ou outro comportamento) que resulta na aquisição de informação que passa a ser relevante para o indivíduo;
- c) busca ativa: é o tipo de pesquisa mais comum, pensado na literatura da ciência da informação, em que o indivíduo busca ativamente informações;
- d) busca contínua: onde a busca ativa já estabeleceu a estrutura básica de ideias, crenças, valores, ou o que se quer, mas a busca contínua é realizada para atualizar ou expandir sua estrutura.



Wilson finaliza o modelo com o processamento e uso da informação que também implica na avaliação da informação a partir da necessidade que gerou a busca lembrando que, caso insatisfeito, o usuário poderá iniciar todo o processo de busca. O ato de avaliar e analisar a informação para uso faz-se necessário que o sujeito tenha um pensamento crítico e reflexivo, de forma que essa informação possa realmente ter valor em sua prática, gerando assim um conhecimento.

3 SABERES DOCENTES

Há um grande número de pesquisas relacionadas aos saberes docentes, e muitas são as tipologias desenvolvidas para representá-los. Neste artigo sobre saberes trabalha-se com três autores que são considerados referências nesse assunto: Shulman(1986), Gauthier (2006) e Tardif (2006).

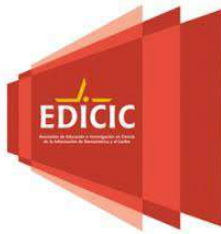
Almeida e Biajone (2007, p. 290) explicitam a peculiaridade de cada um destes três autores. Shulman (1986) investiga “o conhecimento que os professores têm dos conteúdos de ensino e o modo como estes se transformam no ensino.” Gauthier (2006) defende “um ofício feito de saberes, implementa esforços para a constituição de uma Teoria Geral da Pedagogia” e Tardif (2006) busca “reconhecimento da pluralidade e heterogeneidade do saber, com destaque para os saberes da experiência.” Estes autores se equiparam ao salientarem a necessidade de se explicitar as práticas profissionais dos professores não permitindo que os saberes fiquem restritos e isolados às quatro paredes de sala de aula. Deve-se buscar o desenvolvimento de uma epistemologia da prática, existem conhecimentos do cotidiano que precisam ser teorizados.

Ao relacionar os saberes dos professores ao comportamento informacional, que é a atividade física e/ou mental que uma pessoa empenha para buscar e usar a informação (geralmente essa ação é desencadeada a partir da consciência da existência de uma necessidade), observa-se que a necessidade de informação condiciona o comportamento informacional. O termo necessidade na Ciência da Informação “constitui uma lacuna, uma falta, uma privação de algo de que se precisa ou se deseja em termos de informação” (GASQUE, 2003, p. 16). Neste ínterim, percebe-se uma estreita relação da necessidade de informação com os saberes docentes. Com intuito de correlacionar o saber docente à necessidade informacional do professor, comparam-se os saberes apresentados pelos autores apresentados acima,

Shulman(1986), Gauthier (2006) e Tardif (2006). O Quadro 1 auxilia na percepção de que uma determinada necessidade informacional representa a lacuna em um saber.

Quadro 1- Saberes e necessidades informacionais

Shulman	Gauthier et al.	Tardif	Fusão das categorias de Saberes	Necessidade de informação
Conhecimento do conteúdo	Saber disciplinar	Saberes provenientes da formação escolar anterior	Saber de conteúdos	Informação de conteúdo dos conhecimentos escolares. Informações que devem ser ensinadas. Saberes culturais, sociais e científicos. Informação geral.
		Saberes pessoais dos professores		
Conhecimento pedagógico dos conteúdos	Saber das ciências da educação	Saberes provenientes da formação profissional para o magistério (saberes da formação profissional)	Saber pedagógico	Informação de didática, de como aplicar o conteúdo. Informações para a ação pedagógica
Conhecimento curricular	Saber curricular	Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho (saberes curriculares)	Saber curricular	Informação dos programas de ensino, da proposta curricular.
	Saber da tradição pedagógica	Saberes provenientes da formação escolar anterior	Saber da tradição educacional	Informação da tradição educacional, ou seja, as representações mentais, as concepções prévias da escola.
	Saber experiencial	Saberes provenientes de suas próprias experiências na profissão, na sala de aula e na escola (saberes experienciais)	Saberes experienciais	Informação da experiência profissional, da prática, do cotidiano, do hábito.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

	Saber da ação pedagógica		Saber da ação pedagógica	Informação da prática teorizada. Informação de pesquisas que foram realizadas a partir da prática do professor.
--	--------------------------	--	--------------------------	--

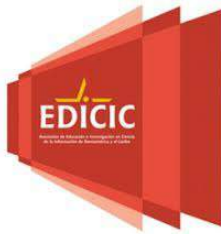
Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que a análise dos saberes docentes com o comportamento informacional suscitou uma categoria chamada “necessidade de informação” que representa possíveis necessidades de informação que provêm de um determinado saber, como pode ser visto no Quadro 1. Considera-se importante relacionar as necessidades informacionais dos professores aos seus saberes para realçar os saberes que necessitam de maior atenção dos professores para seu desenvolvimento.

De acordo com Freire (2010, p.67) “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.” Acredita-se que o aprimoramento do saber do próprio docente deve ocorrer como explanado por Freire (2010), pois movimento incessante e cíclico na busca pelo saber reflete o comportamento informacional do sujeito.

4 COMPARTILHAMENTO INFORMACIONAL

O comportamento do sujeito de busca e uso da informação é potencializado pela interação deste indivíduo, contribuindo para novas perspectivas e possibilitando aprendizagens. Para estudar o sujeito, considera-se a abordagem social da ciência da informação que surgiu no final dos anos 80, mais adequada para entender este ser no compartilhamento informacional e na sua interação. Hjørland e Albrechtsen (1995) considera que o paradigma social da ciência da informação não reconhece o sujeito como coisa, mas como um agente ativo. Os estudos em Ciência da Informação não devem ser voltados para os usuários, mas, sim, com eles, buscando compreender sua realidade social, cultural, histórias, política, econômica, buscando compreender o todo. Em contrapartida o paradigma físico tende analisar os sistemas através de processos tecnológicos, e o paradigma cognitivo analisa o indivíduo a partir de processos psicológicos (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995).



Assim, Hjørland e Albrechtsen (1995) desenvolvem o paradigma domínio analítico o qual é um paradigma social, uma abordagem funcionalista e uma abordagem realístico-filosófica.

O enfoque da análise de domínio vê diferentes objetos como sendo informativos em relação à divisão social do trabalho na sociedade. Desta forma, a informação é um conceito subjetivo, mas não fundamentalmente em um sentido individual. Os critérios sobre o que conta como informação são formulados por processos sócio-culturais e científicos. Usuários deveriam ser vistos como indivíduos em situações concretas dentro de organizações sociais e domínios de conhecimento. [...]A informação pode ser identificada, descrita e representada em sistemas de informação para diferentes domínios de conhecimento. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 192).

Assim, os indivíduos são pertencentes a grupos sociais e estes grupos são denominados por Hjørland e Albrechtsen (1995) de comunidade discursiva, cada uma compartilha a linguagem e a comunicação possuindo domínios de conhecimento em comum. Neste sentido, observa-se a importância de se analisar o grupo social, sendo que um diferencia do outro, e entre essas comunidades também há interação. Dessa forma, observa-se que os domínios de conhecimento são construídos e partilhados.

Não há dúvidas que os processos de produção, transferência e uso das informações são sociais, e, por isso, estão concatenados ao desenvolvimento social que é fruto do crescimento urbano e comercial, da diferenciação de classes, da especialização do trabalho, das inovações tecnológicas, do acesso educacional, do bem-estar social e do entretenimento, no quadro da modernidade ocidental. (NASCIMENTO, 2006, p.30).

A análise de domínio proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995) considera o conhecimento uma construção, i.e., é resultante da interação dos indivíduos com o meio em que vive, sendo formada socialmente. Essa linha de raciocínio relaciona-se com o interacionismo de Vygotsky (1999, p. 9) cujo conceito de mediação é trabalhado na “interação do homem-ambiente pelo uso de instrumentos, ao uso de signos. Os sistemas de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números), assim como o sistema de instrumentos, são criados pelas sociedades ao longo do curso da história humana e mudam a forma social e o nível de seu desenvolvimento cultural”. Assim, a mediação favorece a interação entre os sujeitos propiciando a construção de novos aprendizados.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Como pode ser observado, a interação promove novos conhecimentos. Acredita-se que o comportamento informacional pode ser mais produtivo com a interação e a reflexão entre os professores, sendo essa reflexão sobre suas ações. Acredita-se na importância do conceito do professor reflexivo, mas essa reflexão não deve ocorrer de forma individual, por isso busca-se apresentar a importância da reflexão socializada propiciando uma reflexão crítica.

[...] destaca-se que a busca e o uso da informação são processos que envolvem a aprendizagem, e que quando realizados de forma consciente e reflexiva podem favorecer a produção do conhecimento científico. E nesse sentido, pois, que se argumenta a favor do pensamento reflexivo como instrumento necessário para se ampliar a visão desses processos como parte inerente do próprio conhecimento, e como tal, não pode ser dissociado do ato de conhecer.(GASQUE, 2008, p. 107).

A reflexão não deve findar sobre o próprio sujeito, estima-se que ele perpassa pela pesquisa, pelo diálogo, pela crítica, pela interação social. Acredita-se que a reflexão conceba uma aprendizagem estabelecida pela construção.

Para Gasque (2008, p. 112), “os dois limites do pensamento reflexivo apresentam-se como uma situação problemática no início, ou pré-reflexiva, e uma situação de esclarecimento e de resolução no final do processo, ou pós-reflexiva.” Sendo assim, o pensamento reflexivo contempla o comportamento informacional do professor, ou seja, ele identifica uma necessidade informacional e realiza atividades de busca e uso para poder solucionar a lacuna informacional.

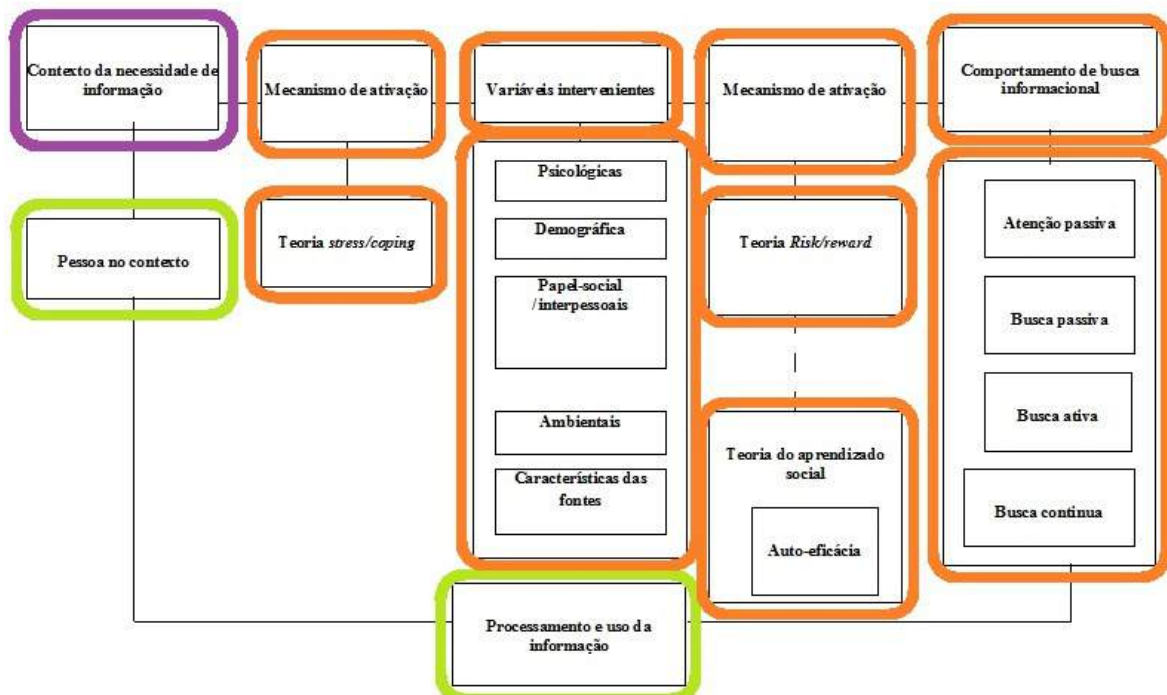
De acordo com Freire (2008, p.39), “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2008, p. 39). Nota-se nessa afirmação a importância dada à reflexão sobre o processo de ensino, para além desse fato, acredita-se que a reflexão não deva ocorrer somente de forma individual, mas sim uma reflexão em conjunto. Que haja troca de informações entre os professores de seu processo de ensino. De acordo com Durkheim (1978), a socialização é um processo que desenvolve a consciência coletiva, que são representações estabelecidas socialmente. “O processo de socialização é o espaço privilegiado da transmissão social dos sistemas de valores, dos modos de vida, das crenças e das representações, dos papéis sociais e dos modelos de comportamento” (BELLONI, 2007, p.59).

Novoa (1999) aborda o empobrecimento das práticas associativas na área da educação e enfatiza a necessidade de encontrar novas acepções para a “ideia de colectivo profissional”. “É preciso inscrever rotinas de funcionamento, modos de decisão e práticas pedagógicas que apelem à co-responsabilização e à partilha entre colegas. É fundamental encontrar espaços de debate, de planificação e de análise, que acentuem a troca e a colaboração entre os professores” (NOVOA, 1999, p.8). Observa-se a importância da socialização e da cooperação entre os professores.

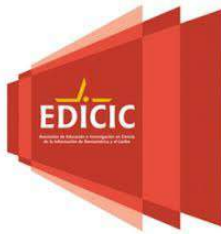
5 MÉTODO

Buscou-se conhecer mais o universo estudado, que são os professores, através das atitudes do docente perante sua necessidade, busca, uso e socialização das informações. Para analisar o comportamento informacional, utilizou-se como base o modelo desenvolvido por Wilson.

Figura 2 – Comportamento informacional em três temáticas



Fonte: Adaptado de Wilson (2000, p. 53, tradução nossa)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

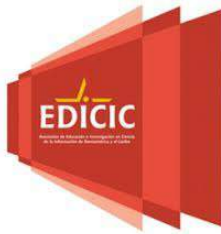
A partir desse modelo dividiu-se o comportamento informacional em três partes são elas: As necessidades informacionais – representada pela cor roxa, O processo de busca – representada pela cor laranja, e o Uso e Compartilhamento - representada pela cor verde, como apresentado na Figura 2.

Para este artigo o universo de estudo é o de professores formados em Pedagogia. A esse profissional compete a docência, a gestão, a pesquisa, a avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral e a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e atividades educativas. Isto inclui o professorado na Educação Infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e de Educação Profissional na área de serviços (BRASIL, 2006).

Foi escolhido estudar os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com entendimento que esses profissionais são generalistas podendo lecionar vários saberes escolares. Observa-se um amplo campo de conteúdo que os pedagogos podem trabalhar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, entre eles: Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes. Como são variados os campos do conhecimento que este profissional trabalha escolheu-se estudar com os professores pedagogos que lecionam Ciências Naturais.

Acredita-se que esse conhecimento escolar contém muitas informações que são do nosso cotidiano e necessitam de uma atualização e, conseqüentemente, exige do professor uma busca informacional mais ativa para ministrar sua aula. Esse conteúdo carece de um esforço maior do professor em sua didática, i.e., demanda que o professor tenha discernimento em trazer conteúdos de pesquisas científicas para o cotidiano do aluno. “Trata-se pois de contextualizar e humanizar a Ciência escolar (não confundir com banalizar) para que mais facilmente e mais cedo se desperte o gosto pelo seu estudo. Uma tal abordagem implica uma disponibilidade científica acrescida por parte dos professores” (CACHAPUZ; PRAIA; JORGE, 2004, p. 368). Dessa forma, o professor familiariza o aluno com temas científicos e aguça sua curiosidade pelas ciências, “trata-se de explorar os seus saberes do dia a dia como ponto de partida, já que é por aí que os alunos mais facilmente podem reconhecer os contextos e história pessoal a que eventualmente estão ligados e, conseqüentemente, aumentar a sua motivação” (CACHAPUZ; PRAIA; JORGE, 2004, p. 368).

Nesse cenário, a amostra deste estudo é composta por docentes localizados na cidade de Juiz de Fora no Estado de Minas Gerais. São selecionados colégios do ensino público (federal,



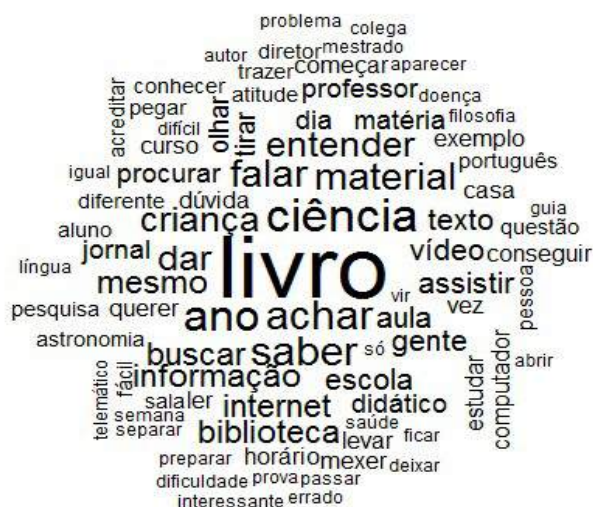
A palavra que mais se destacou foi “falar”; seu significado está relacionado à ação de exprimir, de dizer algo. Acredita-se que sua expressividade nas entrevistas condiz com as necessidades informacionais relacionadas aos seus saberes docentes, pois é necessário proferir palavras para revelar suas lacunas e saná-las. Além disso, essa palavra nas entrevistas foi expressa com o significado de uma das principais ações do professor, o ato de lecionar, de explicar.

Outras palavras que tiveram muitas ocorrências foram “professor”, “ano” e “ciência”. A palavra “professor” teve grande ocorrência nesta temática devido a referências que se faz ao educador para apresentar as necessidades e para apresentar seus saberes. A palavra “ano” possui dois significados nas entrevistas, o de tempo e a outra relacionada à série de estudo. Observamos que essa palavra recorre para ilustrar e demarcar a fala das entrevistadas. Uma aproximação da palavra “ciências” ocorre também para indicar o conteúdo trabalhado, mas isso ocorre devido ao foco que esta pesquisa estuda: o comportamento informacional dos professores pedagogos dos anos iniciais que lecionam o conteúdo de Ciências.

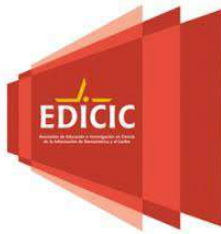
6.2 Processo de busca

A análise textual do processo de busca, com as categorias mecanismo de ativação, as variáveis intervenientes, e os tipos de busca, obteve grande recorrência da palavra “livro”. Como pode ser visto na nuvem de palavras abaixo (Figura 4).

Figura 4 – Nuvem de palavras: Processo de busca



Fonte: Elaborado pelo autor.



Não houve uma palavra que mais se destacou; o que ocorreu foi um conjunto de palavras mais recorrentes. Dentre esse conjunto, as que mais destacaram foram as palavras “falar”, “professor” e “cientista”. Estas palavras possuem grande representatividade neste tema, visto que a palavra “falar” no discurso das entrevistadas relacionadas a essa temática representa a interação entre os professores; em seguida a palavra “professor” representa o colega de compartilhamento. Vale ressaltar que observaram-se professores referenciando pedagogo e licenciados e, a palavra “cientista”, foi muito falada como a imagem do profissional.

As palavras “trabalhar” e “ciência” também tiveram uma grande frequência. Neste caso, a palavra “trabalhar” refere-se a quando os professores relatam suas atividades, suas ações no ato de ensinar. Já a palavra “ciência”, como neste tópico trabalhamos o uso informacional, os professores abordaram o uso da informação referente ao conteúdo de Ciências.

Logo após estão os termos “questão”, “ano” e “criança”. A palavra “questão” nas entrevistas possuem dois significados: um é o de tema e o outro de pergunta. A palavra “ano” representa o mesmo significado que na temática de “Necessidade Informacionais” e “Processo de Busca”, esse termo é utilizado para ilustrar e demarcar a fala das entrevistadas. Já o termo “criança” representa os alunos; vale dizer que, neste tópico, os professores referenciaram muito seus alunos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento informacional dos professores pedagogos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que ministram Ciências é contínuo e intrínseco a sua profissão. Sua formação em pedagogia fornece informações mais gerais em relação aos conteúdos escolares, ocasionando necessidades que movimentam o processo do comportamento informacional.

O comportamento informacional dos professores estudados nesta pesquisa é caracterizado pela análise textual realizada de todas as entrevistas relacionadas ao comportamento informacional do professor, como pode ser visto na nuvem de palavras abaixo (Figura 6).



Observa-se uma correspondência em todo o processo de comportamento informacional. Quando analisamos as partes: Necessidades informacionais, Processo de busca, Uso e compartilhamento informacional dos professores, observamos recorrência de palavras que também ocorre na análise do comportamento informacional no todo. Assim, as palavras que mais caracterizam o comportamento informacional dos professores pedagogos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que lecionam Ciências são “falar”, “professor”, “livro”, “ciências”, “ano” e “trabalhar”. A palavra “falar” se destacou na análise textual do comportamento informacional no todo e nas análises por partes temáticas a palavra “falar” também foi encontrada. Desta forma, entende-se que o ato de falar caracteriza de forma expressiva o comportamento informacional do professor.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. C. A. de; BIAJONE, J. Saberes docentes e formação inicial de professores: implicações e desafios para as propostas de formação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 2, Ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr. 2016

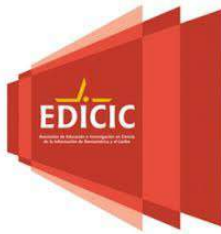
BELLONI, M. L.. Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização. **Perspectiva**, v. 25, n. 1, p. 57-82, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1629>> Acesso em: 11 Mar. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

CACHAPUZ, A.; PRAIA, J.; JORGE, M. Da Educação em Ciência às Orientações para o Ensino das Ciências: um repensar epistemológico. **Ciência e Educação**, v.10, n.3, p.363-381, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v10n3/05.pdf>>. Acesso em: 09 Mar. 2016.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B.. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148- 207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_arttext#top5>. Acesso em: 10 mar. 2016.

DERVIN, B. An overview of sense-making research: concepts, methods and results to date. **International Communications Association Annual Meeting**, Dallas, Texas, 1983.



DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FIALHO, J. F.; ANDRADE, M. E. A. Comportamento informacional de crianças e adolescentes: uma revisão da literatura estrangeira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 20-34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a02v36n1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GASQUE, K. C. G. D. **Comportamento dos professores da educação básica na busca de informação para formação continuada**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

GASQUE, K. C. G. D. **O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1344/1/TESE_2008_KelleyCristineGDiasGasque.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

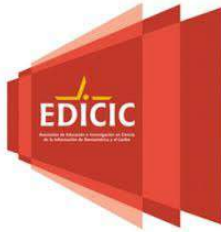
GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**., Brasília, v. 39, n. 1, p.21-32, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a02.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

GAUTHIER C. et al. **Por uma teoria da pedagogia**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2006. 457p.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H.. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society of Information Science**, v.46, n.6, p. 400-425, 1995.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sócio-cultural da informação. João Pessoa, **Informação e Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.16, n.2, p.25-35, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/477/1474>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

NOVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, Jun. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000100002>. Acesso em: 09 Mar. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

POZO, J.I. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SHULMAN, L. S. Those who understand: knowledge growth in teaching. **Educational**, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários.** 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Information Science Research**, v. 3, n. 2, 2000.

WILSON, T. D; WALSH, C. Information behaviour: an interdisciplinary perspective. **British Library Research and Innovation Report.** 1995. Disponível em:
<<http://informationr.net/tdw/publ/infbehav/cont.html>>. Acesso em: 18 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC – 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática:Mediação Social e Cultura da Informação

CONTRIBUIÇÕES DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL

THE CONTRIBUTIONS OF INFORMATION MEDIATION AND INFORMATION LITERACY TO CONSTRUCT ORGANIZATIONAL INTELLIGENCE

Juliete Susann Ferreira de Souza, UNESP

Heloá Cristina Camargo de Oliveira, UNESP

Selma Letícia Capinzaiki Ottonicar, UNESP

Marta Lígia Pomim Valentim, UNESP

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, UNESP

RESUMO: As organizações obtêm e produzem informações a todo instante, e para alguns gestores a quantidade de informação garante a geração de diferenciais competitivos para o negócio organizacional. No entanto, é necessário que a organização possua profissionais capazes de gerenciar as informações de modo eficiente, ou seja, indivíduos cujas competências em informação possam de fato mediar adequadamente as informações, de modo que a organização desenvolva competitividade para atuar no mercado em que está inserida. Defende-se que para realizar o processo de inteligência competitiva organizacional os gestores devem desenvolver competências em informação que, por sua vez, possam propiciar as condições necessárias para realizarem as atividades de busca, apropriação, compartilhamento e uso da informação, visando gerar inovação e, conseqüentemente, competitividade. Nessa perspectiva, questiona-se: Como a competência em informação pode contribuir para desenvolver uma postura mediadora em relação à informação no âmbito organizacional; Como uma postura mediadora em relação à informação pode contribuir para gerar inovação e competitividade? Dessa maneira, discute-se a relação entre a mediação da informação, a competência em informação e a inteligência competitiva organizacional, no intuito de refletir sobre os aspectos que envolvem essa relação. As organizações precisam de informação com valor agregado para gerar inovação e, assim, garantir a permanência no mercado e, para tanto, é necessário que haja uma dinâmica informacional efetiva no contexto organizacional, abrangendo os processos de busca, análise, disseminação e uso, os quais devem necessariamente ser alicerçados nos objetivos e estratégias organizacionais. Justifica-se esta discussão e reflexão, uma vez que é pouco explorada, na literatura da área de Ciência da Informação, a relação entre mediação, competência e inteligência em contextos organizacionais. Para a elaboração deste trabalho realizou-se a revisão bibliográfica, no intuito de verificar a literatura da área sobre os temas em foco. Como considerações finais, evidenciou-se que os sujeitos organizacionais necessitam desenvolver competência em informação para realizar os processos e atividades organizacionais que, por sua vez, ocorrem a partir da mediação da informação, contribuindo para gerar inovação e competitividade organizacional.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Palavras-Chave: Mediação da Informação. Competência em Informação. Inteligência Competitiva Organizacional.

ABSTRACT: Organizations obtain and produce information every time. To some managers, the information ensures the generation of competitiveness to business organization. However, the organization needs professionals able to manage information efficiently, so individuals who are information literates that work in the context of information mediation. The organization should develop competitiveness to operate in the marketplace. We believe that managers must develop information skills to use organizational intelligence. The organizational intelligence, can provide conditions to seek, appropriation, sharing and use of information. Those activities aim to stimulate innovation and consequently competitiveness. In this perspective, the questions are: How information literacy can help to mediate information in organizations? How information mediation can help to generate innovation and competitiveness? So, we discuss the relationship between information mediation, information literacy and organizational competitive intelligence. Organizations need to value information to generate innovation and also to ensure the permanence in the market. Therefore, there is an effective informational dynamic in the organizational context which includes seeking, analysis, dissemination and use. Those actions are connected with the strategies and goals of the organization. We justify this paper because it discuss and reflects the relationship between mediation, information literacy and intelligence in organizational contexts. The Information Science needs to construct interdisciplinary subject matter. For the paper elaboration was realized a literature review in order to verify the literature of the area on the themes under focus. As final considerations, it was evidenced that organizational individuals need the information literacy to develop the organizational processes and activities. Those activities happen because of information mediation to create innovation and organizational competitiveness.

Keywords: Information Mediation. Information Literacy. Organizational Competitive Intelligence.

1 INTRODUÇÃO

As organizações empresariais estão inseridas em um mercado cada vez mais competitivo e, assim, para competir é necessário buscar informação sob distintos enfoques: clientes, fornecedores, concorrentes etc., de modo a garantir a sobrevivência no mercado em que atuam. Além de buscar a informação, é fundamental saber como interpretar e transformar essas informações em conhecimento, a fim de apoiar o processo decisório, a criatividade e a inovação.

Diante das inúmeras oportunidades do mercado, as organizações necessitam de profissionais que possuam um perfil criativo e inovador, capazes de transformar ideias em produtos e serviços tangíveis.

Nessa perspectiva, as competências e habilidades usadas para realizarem o acesso e a busca, bem como para avaliar, selecionar e usar a informação, denomina-se de Competência



em Informação (CoInfo), ou seja, refere-se às competências e habilidades que o indivíduo possui e/ou desenvolveu para realizar atividades informacionais de maneira inteligente, no intuito de atingir seus objetivos ou os objetivos da organização.

A Inteligência Competitiva Organizacional (ICO) refere-se a um processo alicerçado em informação e conhecimento, cujas atividades base são a prospecção e monitoramento de informações de modo legal e ético, ou seja, informações públicas sobre o mercado, concorrência, os clientes e os fornecedores e, que possibilita à organização, elaborar estratégias de ação de curto, médio e de longo prazo, se antecipando às mudanças do ambiente.

A mediação da informação, em sua dimensão extrínseca é compreendida como uma ação necessária para que o sujeito organizacional possa estabelecer inter-relações com os dados que possuam potencial informacional, pois é a partir da mediação que o sujeito organizacional poderá atribuir significado e extrair o que de fato é significativo para sua atividade organizacional.

A partir dessas reflexões, tem-se as seguintes questões: Como a competência em informação pode contribuir para desenvolver uma postura mediadora em relação à informação no âmbito organizacional; Como uma postura mediadora em relação à informação pode contribuir para gerar inovação e competitividade?

Este texto visa discutir a relação entre a mediação da informação, a competência em informação e a inteligência competitiva organizacional, no intuito de refletir sobre os aspectos que envolvem essa relação. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica no intuito de verificar a literatura da área sobre os temas em foco.

Justifica-se esta discussão e reflexão, uma vez que na literatura da área de Ciência da Informação a relação entre mediação, competência e inteligência em contextos organizacionais é pouco explorada, e entende-se que a interdisciplinaridade ora discutida possa apresentar novos enfoques e compreensões aos estudos que contemplam essas temáticas, trazendo novas perspectivas de atuação e inovação.



2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O termo mediação que, historicamente remonta à 3000 a.C., foi utilizado como uma das primeiras maneiras de resolver conflitos (SPENGLER, 2010). No contexto atual, pode ser associado aos conceitos: conciliação, intercessão, interposição, ligação, interação etc. A mediação é objeto de estudo de distintas áreas como, por exemplo, a Comunicação, a Educação, a Filosofia, o Direito e a Ciência da Informação.

Na CI a mediação, ainda, aparece com enfoques diferenciados, abrangendo concepções como “[...] processo discursivo, antecipação de desejos, diálogo e interação comunicacional, fluxo de eventos, possibilidade de acesso à informação, solução de conflitos, dispositivo ou instrumento de construção de conhecimento e espaço de aprendizagem [...]” (BORTOLIN, 2010, p.119).

Almeida Júnior (2014, não paginado) descreve a mediação da informação como sendo,

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

O ato de mediar a informação, portanto, se constitui em um processo e pode ser realizado direta ou indiretamente, sendo dependente de competências, habilidades e ferramentas adequadas para que ocorra plenamente. Vale ressaltar que o mediador medeia a informação não visando ocasionar respostas, mas sim novas dúvidas que, por sua vez, geram novas necessidades informacionais e, assim, novas mediações, constituindo um ciclo infindo que visa ampliar cada vez mais o conhecimento.

O que é vital no âmbito da mediação da informação, em sua dimensão extrínseca é sua característica de *intencionalidade*: informações são compartilhadas com o objetivo de que outros sujeitos possam apropriá-las, portanto, o ‘caminho’ informacional é baseado na intenção de atingir esse fim.

A apropriação da informação, por sua vez, não é explorada em sentido físico, mas sim cognitivo, isto é, o que se busca é propiciar informação assertiva em significação para um determinado fim, de modo que possa ampliar conhecimentos. Guaraldo (2013, p.202), explica



que a apropriação da informação “[...] ocorre em diferentes graus, pode ser consciente ou inconsciente, demandar esforço ou não, e [...] resulta na incorporação da informação à vida do leitor, expressando diversas maneiras de ler”.

Nessa perspectiva, a mediação da informação analisa o contexto envolvido no processo em que está sendo executada, a fim de se aproximar o máximo possível da premissa de apropriação; nesse sentido, há uma preocupação expressamente focada na qualidade e não na quantidade.

No âmbito organizacional, Brasileiro e Freire (2013, p.14) esclarecem:

Independente da forma que acontece, o processo de mediação da informação nas organizações não se resume simplesmente ao ato de transmitir a informação por parte da alta administração para os seus diferentes públicos ou usuários de informação. Esse processo deve abranger desde a etapa de produção ou geração da informação até o momento da construção do conhecimento, o qual se concretiza quando se dá a apropriação da informação pelos usuários.

Os autores supracitados caracterizam as principais etapas da mediação em contexto organizacional, identificadas como ‘etapas que fundamentam o agir da mediação da informação’, e que envolvem: a) *produção da informação*, iniciando-se a partir da percepção de uma necessidade de informação ou da percepção de uma demanda latente que pode ser identificada quando concebe ou seleciona uma informação, com o objetivo de gerar conhecimento nos sujeitos organizacionais; b) *organização da informação*, compreendida como a ação de transformação do conteúdo gerado, no que se refere a forma de apresentação, visando facilitar a recuperação da informação, ou seja, o acesso e o uso pelos sujeitos organizacionais; c) *disseminação da informação*, que se refere ao esforço de tornar disponível a informação gerada para um ou mais sujeitos organizacionais, quer seja sob o enfoque informativo, quer seja sob o enfoque persuasivo, realizado por meio de ações de promoção da comunicação, no intuito de propiciar aos sujeitos organizacionais conhecer e, principalmente, estimular o uso da informação (BRASILEIRO; FREIRE, 2013).

Ao analisar as informações a serem mediadas, o mediador propicia mais precisão aos conteúdos, uma vez que alinha sua apropriação aos objetivos e estratégias organizacionais, ou seja, é essencial o pleno entendimento do contexto organizacional.



3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Desde o surgimento da CoInfo [*informationliteracy*, em inglês], em 1974, por Paul Zurkowski, os profissionais da informação se engajaram na sua propagação e construção de programas direcionados aos usuários de informação, no intuito de propiciar competências e habilidades para o manejo e uso de informação.

No entanto, poucas pesquisas têm sido desenvolvidas inter-relacionando a mediação da informação e a inteligência competitiva organizacional. No mundo do trabalho, as organizações recebem, produzem e gerenciam informações todos os dias. Nesse contexto, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm contribuído enormemente para facilitar o uso da informação por parte dos gestores empresariais.

Os fluxos de informação circulam pela estrutura organizacional, perpassando desde o nível operacional e tático, até o nível estratégico. Desse modo, é essencial que os sujeitos organizacionais possuam competências e habilidades específicas para lidarem com a informação, ou seja, é preciso que possuam ou desenvolvam competência em informação.

A informação se constitui em matéria-prima para qualquer atividade organizacional, desde uma tarefa corriqueira, até uma nova ação estratégica e, assim, atividades como a disseminação de informações inadequadas e o excesso ou a falta de informações, podem gerar uma tomada de decisão ineficaz e trazer prejuízos para a organização. Dessa maneira, diante das inúmeras informações disponíveis é fundamental que o sujeito organizacional esteja atento à fidedignidade e consistência da informação obtida.

Lopes, Valentim e Almeida Júnior (2011, p.81) destacam que:

As competências cognitivas do receptor são fundamentais para que possa se apropriar da informação e utilizá-la da melhor maneira. Essa condição deve ser considerada de forma especial no contexto do mercado de capitais, já que os participantes desse ambiente, muito embora tenham objetivos semelhantes, possuem diversidade cultural, social e financeira.

A CoInfo é formada, principalmente, pela aprendizagem (técnica), personalidade (atitudes) e experiência (aprendizagem pessoal). A aprendizagem técnica relaciona-se aos cursos e às capacitações realizados em determinado domínio do conhecimento; a personalidade envolve aspectos únicos do indivíduo como, por exemplo, ser proativo,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

motivado, curioso etc.; a experiência está relacionada às atividades que a pessoa vivencia e engloba o conhecimento de mundo, inclusive o senso comum.

Complementando, Belluzzo e Feres (2015, p.8) explicam que a competência em informação se refere a:

[...] competência funcional na sociedade contemporânea torna-se, pois, crucial para a realização de cada cidadão e para sua plena integração social. O seu desenvolvimento capacita os indivíduos para o acesso, a seleção, a gestão e avaliação da informação necessária à vida profissional, social ou pessoal.

De maneira geral, as organizações empresariais consideram a Internet como uma fonte de informação, uma vez que o custo para acessar, buscar e obter informação é baixo e, além disso, a velocidade de acesso contribua para que seu uso seja maior em detrimento de outros tipos de fontes de informação.

Contudo, o uso da Internet para a obtenção de informações que subsidiem as atividades ou o processo decisório é arriscado, visto que qualquer pessoa pode ser produtora de informação e, assim, é difícil saber quais informações são de fato fidedignas e consistentes. No ambiente da Internet há muita ‘desinformação’ ou contrainformação, emitida frequentemente para confundir os receptores. Uma pessoa competente em informação sabe avaliar a informação, no que tange a confiabilidade e a consistência da fonte e do produtor da informação.

Essa situação se agrava quando relacionada ao nível estratégico organizacional, uma vez que em geral a tomada de decisão neste âmbito envolve estratégias de ação relevantes para a organização. Dessa maneira, os gestores necessitam ser competentes em informação, a fim de tomarem decisões que propiciem segurança à organização, tanto para agir no presente, quanto para atuar no futuro. Normann e Ramírez (2005, p.53) explicam que a estratégia:

[...] é a arte de criar valor. Ela fornece as estruturas intelectuais, os modelos conceituais e as orientações que permitem que os gerentes de uma empresa identifiquem oportunidades de oferecer valor aos clientes e lucrar com isso. Neste sentido, a estratégia é a forma como uma empresa define seu negócio e une os dois únicos recursos realmente importantes na economia de hoje: conhecimentos e relacionamentos, ou seja, as competências e os clientes de uma organização.



O processo de inteligência competitiva organizacional é um processo eficaz no que tange a desenvolver estratégias de ação que, por sua vez, é alicerçado por meio da prospecção e do monitoramento de informações sobre os concorrentes, clientes, fornecedores etc., possibilitando a elaboração de cenários que direcionem as atividades e definam as estratégias de longo prazo. Para desenvolver o processo de inteligência competitiva organizacional é imprescindível que os sujeitos organizacionais sejam competentes em informação e busquem aprender a cada dia.

4 INTELIGÊNCIA COMPETITIVA ORGANIZACIONAL

Com o advento da Revolução Informacional, da abertura dos mercados e da internacionalização da economia ocorrida no final do Século XX, as organizações empresariais tiveram que modificar a sua forma de atuação frente ao novo cenário, ainda em configuração, para se manterem no mercado em que estão inseridas.

Entre as diversas transformações que as organizações vêm fazendo para se fixarem no segmento de mercado em que atuam, destaca-se a ICO, processo de suma importância neste cenário em constante mudança e repleto de incertezas.

A ICO vem auxiliar as organizações a prever as incertezas e incongruências do mercado, de modo que desenvolvam uma visão ampliada do cenário econômico no qual estão inseridas. Além disso, a ICO também proporciona à organização, identificar oportunidades que surgem no ambiente externo, cujas ações quando realizadas de maneira efetiva, aumentam a capacidade de percepção dos sujeitos organizacionais e, estes, em contrapartida conseguem filtrar com mais propriedade as informações que subsidiam as decisões futuras (PRAHALAD; HAMEL, 2005, p.33).

Nessa perspectiva, evidencia-se a relevância que a informação e o conhecimento têm para o processo de ICO, uma vez que são elementos fundamentais no ambiente organizacional, porquanto todos os processos, atividades e tarefas executados, são apoiados por informação e conhecimento. Tais elementos têm por finalidade resolver ou amenizar os problemas que surgem no ambiente organizacional, auxiliando os tomadores de decisão (VALENTIM, 2007, p.9).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Outro ponto importante a ser destacado refere-se ao fato de que a ICO não deve ser vista apenas como um processo de fora para dentro, ou seja, não basta apenas ter uma percepção aguçada do ambiente externo, no intuito de melhorar os processos do ambiente interno da organização, ao contrário, o processo de ICO deve atuar de modo equilibrado enfocando tanto o ambiente externo quanto o ambiente interno, pois um alimenta o outro e, em decorrência disso, a organização tende a se fortalecer no mercado em que está inserida.

Dessa maneira, a ICO é um processo cíclico que procura diminuir as incertezas existentes no ambiente interno, visando identificar os pontos fortes e fracos da organização, no intuito de usar os pontos fortes para aproveitar as oportunidades, e amenizar os pontos fracos para não ser atingida por riscos distintos e, assim, torná-la mais preparada para realizar os processos, atividades e tarefas de curto, médio e longo prazo. Além disso, procura monitorar o ambiente externo, no intuito de observar mudanças políticas e econômicas, captar transformações acerca do mercado, observar a atuação de novos entrantes, acompanhar alterações no comportamento dos clientes, entre outras atividades, propiciando à organização reagir antecipadamente, inovando e criando novos produtos e serviços.

Observa-se que no ambiente organizacional tudo está inter-relacionado, além disso, o processo de ICO perpassa todos os níveis organizacionais. Em decorrência disso, torna-se importante estudar os fatores que podem influenciar direta ou indiretamente os planos de ação desenvolvidos na organização. Assim, quando a organização consegue dar uma atenção maior para esses aspectos ela consegue:

[...] antecipar mudanças no mercado; antecipar ações de concorrentes; descobrir concorrentes novos ou potenciais; aprender com os sucessos e fracassos dos outros; aumentar a variedade e qualidade dos alvos de aquisição; aprender sobre novas tecnologias, produtos e processos que afetam seu negócio; aprender sobre política, legislação ou mudanças que podem afetar o seu negócio; introduzir novo negócio; olhar para dentro do seu próprio negócio com uma mente mais aberta; ajudar na implementação de ferramentas de gestão mais recentes (KAHANER, 1997, p.23-27, tradução nossa).

O processo de ICO é fundamental para as organizações que querem gerar diferenciais competitivos frente a concorrência, pois aumenta a capacidade de os sujeitos organizacionais identificarem ameaças, oportunidades e novos nichos de mercado, bem como aumenta a capacidade de inovação para desenvolver novos serviços e produtos.



No entanto, para que a organização consiga atingir suas estratégias eficientemente, necessita se apropriar de informações que, realmente, façam a diferença ao contexto organizacional. Destaca-se a dinâmica do ciclo da inteligência que auxilia os sujeitos organizacionais a atribuírem significado aos dados e fatos externos, bem como a atribuírem valor a informação apropriada, antes de disseminá-la ao grupo.

Nessa perspectiva, Miller (2002, p.37) destaca quatro fases fundamentais para o desenvolvimento da inteligência, e as explica como sendo processos sistemáticos de:

- a) Identificação dos responsáveis pelas principais decisões e suas necessidades em matéria de inteligência: nesta fase, a equipe de inteligência identifica as necessidades dos responsáveis pelas principais decisões da empresa. Depois de identificar os usuários e suas necessidades, os profissionais começam a próxima etapa;
- b) Coleta de informações: nessa etapa, a equipe obtém informações relevantes a partir das fontes primárias e secundárias. As fontes primárias são muitas vezes *experts* em setores determinados (analistas, consultores, colunista) e também consumidores, fornecedores e integrantes do pessoal interno de áreas como comunicação corporativa e/ou relação com investidores. Já as fontes secundárias, impressas e eletrônicas, proporcionam as informações de bastidores capazes de sustentar as sugestões obtidas a partir das fontes primárias. Entre as principais fontes estão os bancos de dados comerciais e publicações periódicas. Uma vez reunida as informações necessárias, começa a próxima fase;
- c) Análise da informação e sua transformação em inteligência: pode exigir característica de pesquisa científica – formular uma proposição e determinar a validade de suas suposições, bem como a probabilidade dos consequentes impactos. O analista usa, no processo, *software* estatístico e/ou variáveis estatísticas de modelagem. No decorrer deste processo, seu executor pode concluir que precisa de mais dados. Portanto, a coleta e análise não são necessariamente fases sequenciais. A fase exige persistência e criatividade por parte do pessoal de inteligência. Assim, a última etapa se refere a;
- d) Disseminação da inteligência entre os responsáveis pelas decisões: os profissionais conseguem elaborar relatórios, sumários ou exposições substanciais e disseminam os resultados obtidos eficazmente.

Essas etapas, quando realizadas em consonância com os objetivos e metas estratégicas das organizações, pretendem satisfazer as necessidades de informação dos sujeitos organizacionais, destacando-se os responsáveis por tomadas de decisão estratégicas, propiciando que as decisões sejam eficientes para obterem resultados eficazes.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Evidencia-se que o processo de inteligência competitiva organizacional pode ser considerado insumo para a geração de conhecimento e inovação. Para tanto, é essencial que os sujeitos organizacionais possuam competência em informação para realizarem as etapas da ICO com propriedade. Além disso, a mediação da informação será determinante para a qualidade do processo de ICO.

Dessa maneira, o processo de ICO somente se concretiza quando os sujeitos organizacionais percebem a importância da CoInfo e da mediação da informação para a geração de 'novo' conhecimento, direcionando-os frente às incertezas presentes no ambiente de negócios. A apropriação da informação é a essência da mediação da informação realizada por um indivíduo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que as organizações vivenciam distintas transformações em seu ambiente de negócios, resultantes de influências do ambiente externo em diferentes dimensões: política, econômica, cultural, tecnológica etc.. Além disso, devido à valorização da informação e do conhecimento como insumos necessários para a geração de inovação e de competitividade, há um desafio às organizações em relação a propiciar condições para que os sujeitos organizacionais possam se apropriar de informações fidedignas e consistentes, no intuito de gerarem conhecimento relevante ao negócio organizacional.

As informações acessadas, identificadas, selecionadas e apropriadas para o consumo/uso organizacional, serão aplicadas em distintos processos, atividades e tarefas, incluindo o processo decisório. Para tanto, necessitam de um gerenciamento eficiente, envolvendo prospecção, monitoramento, análise, organização e disseminação.

Evidencia-se que as organizações são dotadas de informações, mas informação por si só não gera inovação ou diferenciais competitivos, para tanto, é necessário atuar direta e indiretamente com as informações, propiciando as condições necessárias aos sujeitos organizacionais para que de fato se apropriem, compartilhem e usem informações, ou seja, as informações precisam ser mediadas e não simplesmente disponibilizadas no contexto organizacional.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O processo de inteligência competitiva organizacional depende essencialmente de dados, informações e conhecimento, sendo assim, os sujeitos organizacionais necessitam desenvolver competência em informação que os possibilite adotar uma postura de mediador da informação, com especial atenção às atividades de busca, apropriação e uso da informação. ACoInfo possibilita ao sujeito organizacional atuar como mediador para apropriar informação e, conseqüentemente, construir conhecimento de maneira crítica.

Ao perceber a importância da mediação da informação e da competência em informação para desempenhar as atividades no âmbito da ICO, os sujeitos organizacionais estarão aptos e motivados para realizarem as ações informacionais necessárias para a geração de inovação e competitividade.

Em relação aos questionamentos iniciais, evidencia-se que a competência em informação pode contribuir para desenvolver uma postura mediadora nos sujeitos organizacionais em relação à informação, visto que contribui significativamente para desenvolver competências e habilidades que propiciem as condições necessárias para o manuseio com a informação, extraindo os conteúdos relevantes e consistentes ao negócio organizacional.

Em relação a como uma postura mediadora em relação à informação pode contribuir para gerar inovação e competitividade, evidencia-se que o sujeito organizacional agindo como mediador da informação no processo de inteligência competitiva organizacional, primeiramente percebe as nuances da informação, separando o que é consistente e relevante, transformando e agregando valor para que possa ser compartilhada aos demais sujeitos organizacionais.

A mediação da informação deve naturalmente fazer parte das ações do sujeito organizacional que, por sua vez, necessita ser competente em informação para atuar no processo de inteligência competitiva organizacional, principalmente nas atividades relacionadas a transformação da informação em conhecimento.

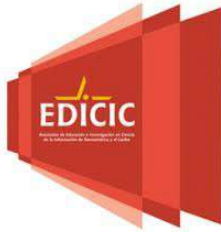
Dessa maneira, o contexto organizacional será suprido de dados, informações e conhecimentos fidedignos, consistentes e relevantes que, por sua vez, propiciaram aos sujeitos organizacionais a possibilidade de gerarem inovação e diferenciais competitivos para a organização.



A intenção deste trabalho não era esgotar os temas e discussões propostos, mas sim expor novas oportunidades de interlocução de temas já explorados na área, a fim de buscar novos questionamentos e contribuições para estudos interdisciplinares no âmbito do próprio campo de conhecimento. Considera-se que é possível encontrar contribuições, a partir das relações estabelecidas entre mediação, competência em informação e inteligência em contextos organizacionais, sendo, portanto, tal discussão um novo aspecto passível de novos questionamentos e abordagens para a CI, principalmente no que tange às contribuições para pesquisas que visem o alcance de políticas estratégicas e competitivas de gestão.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Mediação da informação**. 2014. [Web Conferência]. Disponível em: <<http://www.contentmind.com.br/cursos/mediacao-da-informacao/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- BELLUZZO, R.C.B.; FERES, G.G. Competência em informação, redes de conhecimento e as metas educativas para 2021: reflexões e inter-relações. In: BELLUZZO, R. C. B; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Orgs.). **Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.; p.1-31.
- BORTOLIN, S. **Mediação oral da literatura: a voz do bibliotecário lendo ou narrando**. 2010. 233f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103349>>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- BRASILEIRO, F. S.; FREIRE, G. O processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação. **Anales de Documentación**, v.16, n.1, p.1-18, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/helo.oliveira/Desktop/163711-629321-1-PB.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2016.
- GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. 220p.
- GUARALDO, T. de S. B. **Práticas de informação e leitura: mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores de um jornal popular do interior de São Paulo**. 2013. 240f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/Guaraldo_Tamara_de_Souza_Brandao.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

KAHANER, L. **Competitive intelligence**: How to gather, analyze, and use information to move your business to the top. New York: Touchstone, 1997. 304p.

LOPES, E.L.; VALENTIM, M.L.P.; ALMEIDA JÚNIOR, O.F. de. Disseminação da informação em empresas de capital aberto e os processos de mediação da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.77-89, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/18827/12490>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

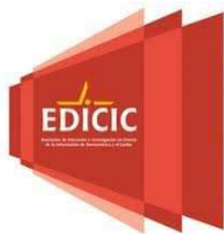
MILLER, J. P. **O milênio da inteligência competitiva**. Porto Alegre: Bookman, 2002. 293p.

NORMANN, R.; RAMIREZ, R. Da cadeia de valor à constelação de valor: a criação da estratégia interativa. In: RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, M. V. (Org.). **Gestão estratégica**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. 154p.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. The core competence of the corporation. **Harvard Business Review**, Boston, v.68, n.3, p.79-91, May/Jun.2005.

SPENGLER, F. M. Mediação: um retrospectivo histórico, conceitual e teórico. In: SPENGLER, F. M.; SPENGLER NETO, T. (Orgs.). **Mediação enquanto política pública**: a teoria, a prática e o projeto de lei. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p.17-57.

VALENTIM, M. L. P. Processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2.ed. Marília: FUNDEPE Editora, 2007. 278p.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

DIFICULDADES DE BUSCA DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA DE PESQUISADORES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

RESEARCHERS'S SEEK INFORMATION DIFFICULTIES IN EDUCATION AREA

Thaís Guedes Ferreira, UNESP

Resumo: As dificuldades na busca por informação científica fazem parte do comportamento informacional de pesquisadores mesmo entre os mais experientes. Apresenta parte dos resultados de uma pesquisa que tem como objetivo caracterizar o comportamento informacional de pesquisadores do domínio da Educação. São enfocados os resultados referentes às dificuldades encontradas pelos pesquisadores na busca por informação para suas pesquisas, comparando-se o desempenho de pesquisadores bolsistas e não bolsistas de Produtividade do CNPq. A problemática da pesquisa se baseia no fato de que para serem bolsistas, os pesquisadores têm que atender a uma série de critérios. Supõe-se que esses pesquisadores tenham um comportamento de busca bastante ativo e que estejam habituados aos mecanismos e ferramentas de busca de informação, de forma que isso possa ser um diferencial em relação a seus pares. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação existentes no país foram identificados e contatados solicitando a colaboração com a pesquisa. A coleta de dados foi realizada através de um questionário on-line na plataforma *Survey Monkey*. Foram obtidas respostas de 153 sujeitos pertencentes a 21 dos 109 programas de pós-graduação cadastrados na CAPES a época da coleta de dados. Os sujeitos tinham entre 32 e 74 anos, 110 eram do gênero masculino e 43 do gênero feminino; 14% dos 153 sujeitos possuíam bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, enquanto que 86% não eram bolsistas. Os resultados demonstram que a obtenção de documentos que não estão disponíveis em acesso aberto é a principal dificuldade para os pesquisadores, a falta de tempo e o domínio de idiomas estrangeiros também se destacam para ambos os grupos. Com base nos resultados obtidos foi possível verificar que os pesquisadores bolsistas de produtividade e os não bolsistas não apresentam diferenças acentuadas com relação aos vários aspectos pesquisados.

Palavras-chave: Comportamento informacional. Comportamento de busca. Dificuldade de busca. Pesquisadores. Bolsistas de produtividade PQ. Educação.

Abstract: The difficulties in seeking scientific information is part of the information behavior of researchers even among the most experienced. It presents some results of a study that aims to characterize the information behavior of Educational field researchers. It will be focused on the results of the difficulties faced by researchers in seeking information for their research, comparing the performance of fellows and not fellows of CNPq Productivity. The issue of research is based on the fact that to receive a Productivity Scholarship, the scholars must meet several criteria. It is assumed that these researchers have a very active seeking behavior and that they are used to the mechanisms and information search tools, so it may be a differential in relation to their peers. The *stricto sensu* graduate programs in Educational field in the country have been identified and contacted requesting collaboration at the research. Data collection was conducted through an online questionnaire on *Survey Monkey* platform. It were obtained 153 subjects responses belonging to 21 of the 109 registered graduate programs in the CAPES at the time of data collection. The subjects were between



32 and 74 years, 110 were male and 43 female; 14% of the 153 subjects had Productivity Scholarship in CNPq, while 86% were not fellows. The results demonstrate that obtaining documents that are not available in open access is the main difficulty for researchers, lack of time and foreign language skills also stand out for both groups. Based on the results it was verified that the productivity fellows and non fellows have no considerable differences in relation to various aspects researched.

Passwords: Information behavior. Information seeking behavior. Search difficulty. CNPq Productivity Scholarship. Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o comportamento de busca dos professores pesquisadores da área de Educação, com foco nas possíveis diferenças entre os bolsistas de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e os pesquisadores não bolsistas. Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa maior, dessa forma, nesta comunicação serão enfocados os resultados referentes às dificuldades encontradas pelos pesquisadores na busca por informação para suas pesquisas, comparando-se o desempenho de pesquisadores bolsistas e não bolsistas de Produtividade do CNPq.

Sabe-se que, para receber a Bolsa de Produtividade do CNPq (doravante chamados bolsistas PQ), o pesquisador deve atender a vários critérios, dentre eles o compromisso de realizar pesquisas acadêmicas e divulgar seus estudos em publicações e comunicações em eventos em sua área¹. Desse modo, supõe-se que esses pesquisadores tenham um comportamento de busca bastante frequente e estejam habituados aos mecanismos e ferramentas de busca de informação, de forma que este seja um diferencial em relação aos pesquisadores que não possuem bolsas de pesquisa.

A hipótese é de que os bolsistas PQ são mais proativos na busca, utilizem mais de uma fonte de informação, utilizam fontes de informação mais formais e voltadas para literatura científica e façam pesquisas acadêmicas com mais frequência. Para isso, tem-se como objetivo verificar se os professores bolsistas PQ da área de Educação possuem comportamentos informacionais diferentes dos professores não bolsistas.

2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

¹ As normas completas podem ser consultadas em: http://www.cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271?COMPANY_ID=10132

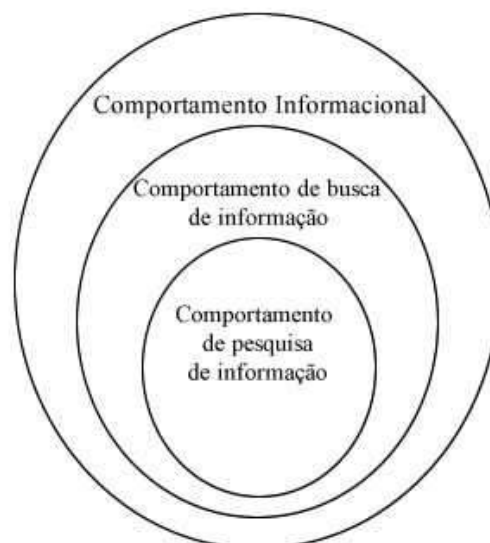
Para Calva Gonzáles (1999, p. 14) o comportamento informacional pode ser definido como “[...] as ações empreendidas pelos indivíduos para obtenção de informações para satisfazer as suas necessidades informacionais.”. Wilson (1999, p. 249, tradução nossa) explica que o comportamento informacional abrange “[...] aquelas atividades que uma pessoa pode se engajar quando identifica suas necessidades de informação, buscando-a de muitas maneiras, usando ou transferindo aquela informação.”.

Autores como Case (2007) e Wilson (2000) complementam que o comportamento informacional também ocorre no contato passivo ou não intencional com a informação, conforme explica Wilson (2000, p. 49, tradução nossa):

Comportamento informacional é a totalidade do comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, incluindo a busca de informação ativa e passiva, além do uso da informação. Ou seja, inclui a comunicação *face to face* com outras fontes e canais de informação, como também a recepção passiva de informação como em, por exemplo, assistindo a anúncios de televisão, sem qualquer intenção para agir na informação dada.

Wilson (1999, p. 263) também propõe que o tema comportamento informacional possui três subtemas como ilustra a figura abaixo:

Figura 1 – Subtemas de pesquisa em comportamento informacional



Fonte: Wilson (1999, p. 263, tradução nossa)



Wilson (1999, p. 263) define o comportamento informacional em várias áreas de pesquisa, o comportamento informacional sendo a área mais geral, diz respeito ao comportamento humano em relação à busca ativa ou passiva de informação e ao uso de informações como um todo; o comportamento de busca de informação como um sub-conjunto da área maior, corresponde ao ato de buscar a informação ativa ou passivamente para atingir um determinado objetivo e/ou necessidade; o comportamento de pesquisa de informação, como um sub-conjunto do comportamento de busca de informação, se dá pela interação com os sistemas de informação de todos os tipos; e ainda o comportamento do uso da informação que é todo o processo de incorporação, físico e mental, e entendimento de uma nova informação somada aos conhecimentos prévios do usuário.

2.1 Comportamento de Busca de Informação

O comportamento de busca informacional está diretamente relacionado ao comportamento informacional, sendo áreas profundamente estudadas no âmbito do Estudo de Usuário. De acordo com os autores como Wilson (2000), o comportamento informacional diz respeito a todo comportamento humano em que são utilizados canais ou fontes informacionais para suprir uma determinada necessidade informacional, de forma passiva ou ativa. Dessa forma, abrangendo o comportamento de busca, que segundo Martínez-Silveira e Oddone (2007) estaria mais ligado às ferramentas utilizadas e as tentativas de busca que o usuário realiza para encontrar a informação desejada.

Case (2007) explica que o comportamento de busca de informação caracteriza-se como o esforço consciente, que envolve uma variedade de comportamentos de um indivíduo para adquirir informação como resposta a uma necessidade ou a uma lacuna em seu conhecimento. Wilson (1999) aponta que o comportamento de busca surge a partir da identificação de uma necessidade de uma determinada informação pelo indivíduo, que recorre às fontes informacionais de caráter formal ou informal, podendo ter resultados satisfatórios ou insatisfatórios, o que vai determinar se o indivíduo fará uso e apropriação da mesma (resultado satisfatório) ou se necessitará retornar ao processo de busca por informação (resultado insatisfatório). As autoras Martínez-Silveira e Oddone (2007, p. 121) fazem uma síntese sobre a definição de comportamento de busca em informação, em que explicam que a



busca informacional “[...] consiste na tentativa intencional de encontrar informação como consequência da necessidade de satisfazer um objetivo.”

Os estudos sobre grupos de usuários podem contribuir para estabelecer padrões sobre as necessidades informacionais dos indivíduos, porém os autores Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996) explicam que a busca informacional está relacionada a dois fatores: as fontes de informações, que são os locais de onde serão extraídas as informações, podem variar seus tipos e a ordem de consulta, sendo, por exemplo, livros, artigos, colegas, biblioteca e a própria experiência, podendo ser formais ou informais; e o conhecimento de busca, que seria o conhecimento que se tem sobre as fontes informacionais e do processo de busca, onde podem ser influenciadas pelo sucesso ou não das buscas anteriores, confiabilidade, apresentação, oportunidade, custo, qualidade e acessibilidade da informação.

Para Wilson e Walsh (1996) são oito os fatores que interferem no processo de busca por informação, baseados no modelo desenvolvido por Wilson para análise do comportamento de informacional e de busca, que seriam os fatores: pessoais, emocionais, educacionais, demográficos, sociais ou interpessoais, de meio ambiente, econômicos, relativos às fontes (acesso, credibilidade e canais de comunicação).

A partir das considerações de comportamento de busca explanadas anteriormente, Casarin (2011) acrescenta que cada área do conhecimento tem suas próprias características que influenciam de forma direta o comportamento informacional e de busca de seus pesquisadores. Muller (2005, p.12) acrescenta que “[...] pesquisadores de diferentes áreas têm preferências próprias, diferentes, que devem ser respeitadas quando do estabelecimento de critérios de avaliação”. Foi identificado também, através de pesquisas nacionais que há uma variação no comportamento informacional de usuários de diferentes áreas do conhecimento. (CUNHA; CENDÓN, 2010)

Mais especificamente sobre os pesquisadores na área de humanidades, Green (2000, tradução nossa) descreve algumas de suas características inerentes:

- Os pesquisadores dessa área costumam ter conhecimento de grande parte da literatura referente à sua área de especialização, isso pode ser possível, em função do grande volume de leituras que os mesmos necessitam realizar durante suas pesquisas;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- Na área de humanidades, os pesquisadores costumam ter contato direto com as fontes primárias de informação, tais como livros, artigos, periódicos, relatórios científicos, dissertações e teses;
- O pesquisador da área costuma utilizar seus textos com intuito de expressar suas ideias e reflexões;
- Os conceitos e terminologias adotadas na área são pouco padronizados, tornando difícil a elaboração de um vocabulário controlado, dificultando assim, a recuperação da informação.

Dessa forma, através de pesquisas anteriores, foi evidenciado que os pesquisadores têm comportamento de busca informacional diferente em cada área do conhecimento, conforme demonstrado por Green (2000) em seu trabalho sobre os pesquisadores na área de humanidades, e assim, novamente, justifica-se a importância dessa pesquisa, de forma a evidenciar as possíveis diferenças de busca entre os pesquisadores na área da Educação, tendo como variável a bolsa de Produtividade do CNPq.

2.2 Bolsa de Produtividade em pesquisa do CNPq

A produção bibliográfica no Brasil é uma das atividades obrigatórias desempenhadas por pesquisadores das mais diversas áreas. A qualidade dessas publicações é muito importante e é levada em consideração, principalmente pelas agências que financiam a pesquisa científica no país, Guimarães (1992, p. 15) acrescenta que “O conceito chave do processo é a qualidade e seu instrumento de legalidade, a quantificação. A avaliação, nesses moldes, é usada como instrumento de tomada de decisão e justificativa racional e objetiva na administração de recursos destinados à pesquisa.”.

Nesse contexto, no Brasil o CNPq tem direcionado seus esforços para o apoio na elaboração e publicação das pesquisas científicas com relação aos recursos humanos e financeiros, contribuindo para o crescimento da produção científica e para o crescimento do país. Dessa forma, anualmente o CNPq convida os pesquisadores a enviarem seus projetos de pesquisa para concorrerem um auxílio financeiro disponibilizado nos seus diversos editais para a concessão de bolsas de pesquisa. Uma das bolsas de pesquisa disponibilizadas pelo CNPq tem de veras uma grande importância no currículo dos pesquisadores no país, os distinguindo



em níveis e categorias, é a Bolsa de Produtividade do CNPq, ou também conhecida por Bolsa Pq.

Neves et al. (2007, p. 369) explicam que a finalidade da concessão da Bolsa PQ é:

[...] distinguir o pesquisador com elevada produção, valorizando sua produção acadêmica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento – CA's. A bolsa é concedida individualmente, em função do mérito da proposta, ao pesquisador que satisfaça os pré-requisitos estabelecidos pelo CNPq e aos critérios de qualificação definidos pelos Comitês de Assessoramento de cada área ou pelo Conselho Deliberativo do CNPq, no caso de Pesquisador Sênior. Os critérios adotados pelos CA's para atender às solicitações de bolsa Pq são revistos a cada 3 (três) anos e divulgados na página eletrônica do CNPq no endereço <http://www.cnpq.br/cas/criterios.htm>, podendo, excepcionalmente, serem alterados a critério do Comitê Assessor e do CNPq.

As bolsas PQ possuem diferentes níveis e categorias: 2, 1D, 1C, 1B, 1A e Sênior (PQ-SR). Para a categoria 2 não há níveis, o pesquisador é avaliado por sua produção e contribuição para formação de recursos humanos considerando os últimos 5 anos. Já para ser enquadrado na categoria 1 o pesquisador deve ter no mínimo 8 anos de doutorado e a avaliação é realizada considerando os últimos 10 anos analisando além da produtividade e capacidade de formação de recursos humanos, a inserção nacional e internacional do pesquisador, participação em comitês científicos, órgãos de gestão relacionados à pesquisa e apresentação de conferências entre outros.

A duração da Bolsa de Produtividade se diferencia para seus níveis, por exemplo, a bolsa de nível 2 é de 36 (trinta e seis) meses, a de nível 1A tem duração de 60 (sessenta) meses, as bolsas de níveis 1B, 1C e 1D são de 48 (quarenta e oito) meses. Após o período de vigência da bolsa, sua renovação é feita através de uma nova submissão de pedido de bolsa, no qual se aprovado, o pesquisador receberá um nível de avaliação, podendo ser inferior, igual ou superior ao que ele possuía anteriormente. Já as bolsas de nível Sênior não são necessárias à renovação, sendo de caráter vitalício.

Através de um levantamento realizado no site do CNPq no ano de 2016, foram identificados 14.466 pesquisadores com a Bolsa de Produtividade PQ vigente no país, entre eles, sendo 1.741 pertencentes à área de Humanidades, e mais especificamente, 385 pesquisadores da área da Educação.

3 METODOLOGIA



A pesquisa foi delineada como *survey* e de caráter censitário. Assim, foram contatados todos os programas de pós-graduação stricto sensu em Educação no país, que, segundo dados do portal da CAPES², à época da coleta de dados, totalizavam 109 programas.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário na plataforma *Survey Monkey*³, que é um site destinado à criação, organização e administração de questionários *online*. Após a realização dos pré-testes do questionário, foram feitas suas devidas correções chegando à versão final do questionário, que contou com 17 perguntas, sendo a maior parte delas fechadas, sendo que algumas continham uma opção aberta para complementação das respostas fechadas.

Para viabilizar a aplicação do questionário, os programas de pós-graduação em Educação foram contatados por e-mail, no qual a pesquisa era apresentada e era solicitada autorização para a realização da coleta de dados. Uma vez autorizada a coleta era enviado outro e-mail contendo o link do questionário e convidando os professores do programa para que respondessem o mesmo.

Os dados foram coletados de setembro de 2014 a dezembro de 2014. Após a coleta de dados, as respostas foram tabuladas e organizadas em tabelas e gráficos. Participaram da pesquisa 153 sujeitos pertencentes a 21 dos 109 programas de pós-graduação cadastrados na CAPES a época. Destes, 64% estão vinculados a universidades públicas e 36% a Universidades privadas. Dezesseis são considerados programas consolidados segundo a avaliação da CAPES e 137 considerados como não consolidados.

No que diz respeito à caracterização dos sujeitos da pesquisa, verificou-se que os pesquisadores tinham entre 32 e 74 anos, e tinham em média 53 anos. Com relação ao tempo de vínculo com a Pós-Graduação, a maior parte dos pesquisadores, 71 pesquisadores ou o equivalente a 46,4%, estão vinculados de 1 a 5 anos ao programa, em contrapartida, apenas 2 pesquisadores ou 1,3%, estão vinculados a mais de 25 anos. Verificou-se ainda que 14% ou 21 dos 153 sujeitos possuíam bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, enquanto que 86% ou 132 sujeitos, não possuíam a referida bolsa.

Nesse artigo são enfocados os resultados referentes às questões sobre as dificuldades encontradas pelos pesquisadores na busca por informação para suas pesquisas comparando-se

²<http://www.capes.gov.br/>

³<https://pt.surveymonkey.com/>



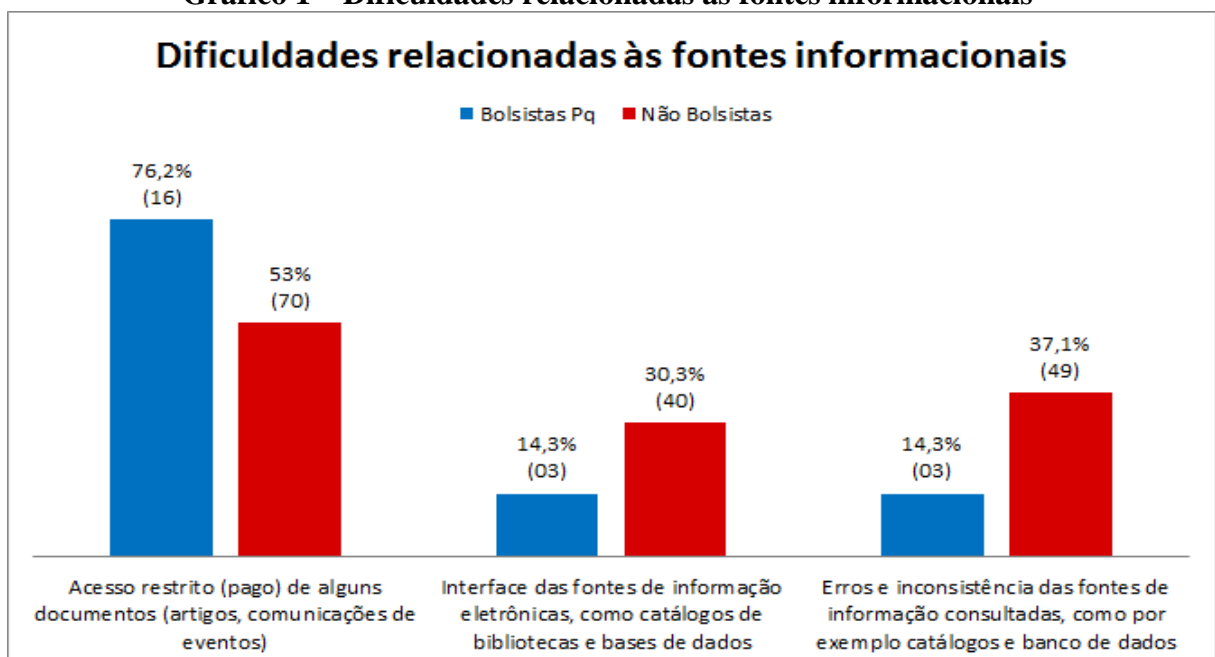
as respostas dos sujeitos que possuem e com os que não possuem bolsa de Produtividade do CNPq.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Procurou-se identificar quais eram as principais dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores na busca por informação. Por conseguinte, foi feita a análise quantitativa da pergunta do questionário: “Quais são as dificuldades enfrentadas por você na busca de informações para a sua pesquisa?”. Tratava-se de uma questão fechada, em que o sujeito poderia assinalar mais de uma opção de resposta.

Conforme explicitado anteriormente, Wilson e Walsh (1996) evidenciam que existem barreiras que interferem diretamente no processo de busca por informação dos indivíduos, sendo considerados por eles: fatores pessoais, emocionais, educacionais, demográficos, sociais ou interpessoais, de meio ambiente, econômicos, relativos às fontes. Baseando-se na proposta deste autor, optou-se por agrupar as respostas nas seguintes categorias: “dificuldades relacionadas às fontes informacionais”, “dificuldades relacionadas às competências informacionais” e “dificuldades relacionadas a outros fatores”. Os resultados foram agrupados de acordo com estas categorias, conforme será detalhado a seguir.

Gráfico 1 – Dificuldades relacionadas às fontes informacionais



Fonte: Elaborado pelas autoras



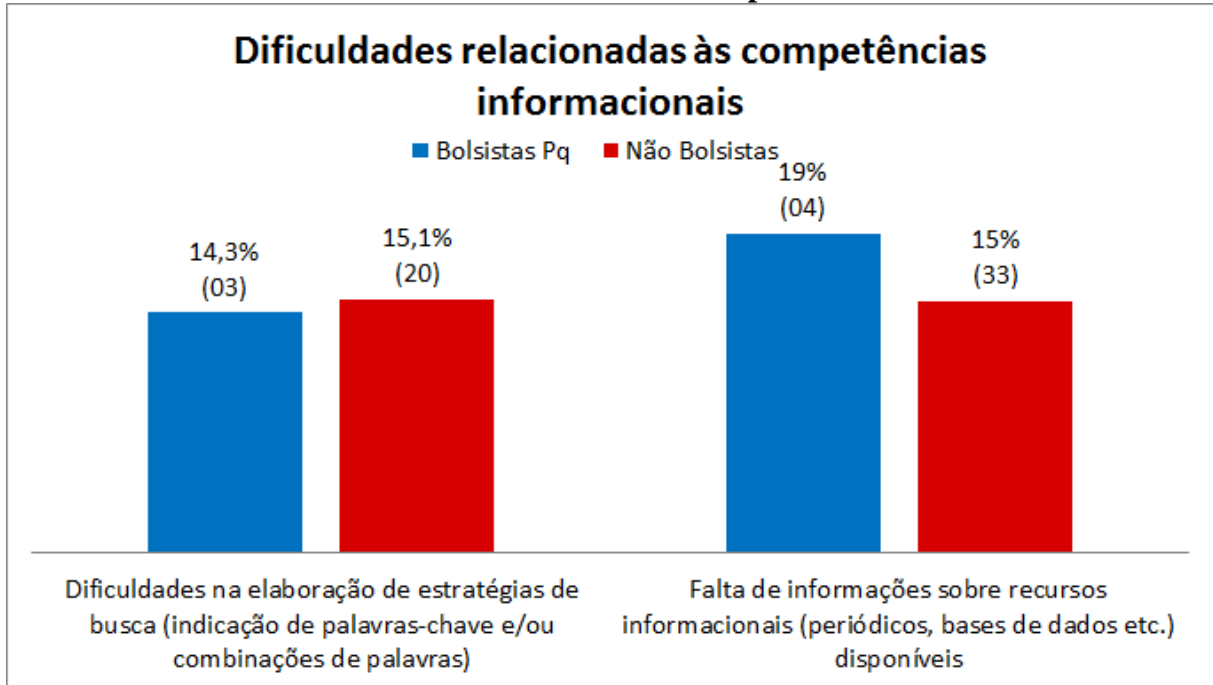
Nesta questão os sujeitos podiam assinalar mais de uma resposta. Conforme demonstra o gráfico 1, a principal dificuldade enfrentada pelos pesquisadores é a obtenção de documentos que não estão disponíveis em acesso aberto, que foi indicada por 86 sujeitos (56,2% do total), sendo 76% dos bolsistas e por 53% dos não bolsistas sujeitos da pesquisa. Deve-se considerar que nesta coleta participaram programas de pós-graduação de excelência e em consolidação, assim é possível que diversos deles não tenham assinatura de fontes de informação necessárias às pesquisas dos docentes. Outras análises irão focar este aspecto. A identificação de quais são as fontes de informação são importantes para os pesquisadores é uma questão estratégica para o fortalecimento das pesquisas e dos programas de pós-graduação nestas instituições. Comparando-se as respostas de bolsistas e não bolsistas percebe-se que o percentual de bolsistas que apontaram este item como sua principal dificuldade é 23,2 % maior que o de não bolsistas, indicando possivelmente que este grupo tende a se preocupar mais com este aspecto.

O segundo fator apontado pelos sujeitos da pesquisa foi a existência de erros e inconsistência das fontes de informação, apontada por 52 (34%) dos sujeitos, sendo 37% indicações de não bolsistas e 14% de bolsistas. A diferença entre o percentual de respostas de bolsistas e não bolsistas é o mesmo da questão anterior, 23%, porém neste caso houve maior incidência de respostas dos não bolsistas. Este item, que incluem em geral erros de digitação, de entrada de dados, divergência do sobrenome dos autores entre outros, dificultam a recuperação de informações e afetam principalmente os não bolsistas.

A dificuldade em relação à “interface das fontes de informação eletrônicas, como catálogos de bibliotecas e bases de dados” foi apontada por 28% dos sujeitos e parece afetar mais os não bolsistas (com 30,3% das indicações), que os bolsistas, que ficaram com 14 % de assinalações, sendo que a diferença entre as respostas dos dois grupos analisados é da ordem de 16,3% . Este item está relacionado com a arquitetura das fontes de informação utilizadas pelos docentes, mas também pode estar relacionada à habilidade dos pesquisadores para realizarem suas buscas, como se verá nas questões seguintes.

Na questão seguinte procurou-se identificar as dificuldades relacionadas às competências informacionais dos pesquisadores.

Gráfico 2 – Dificuldades relacionadas às competências informacionais



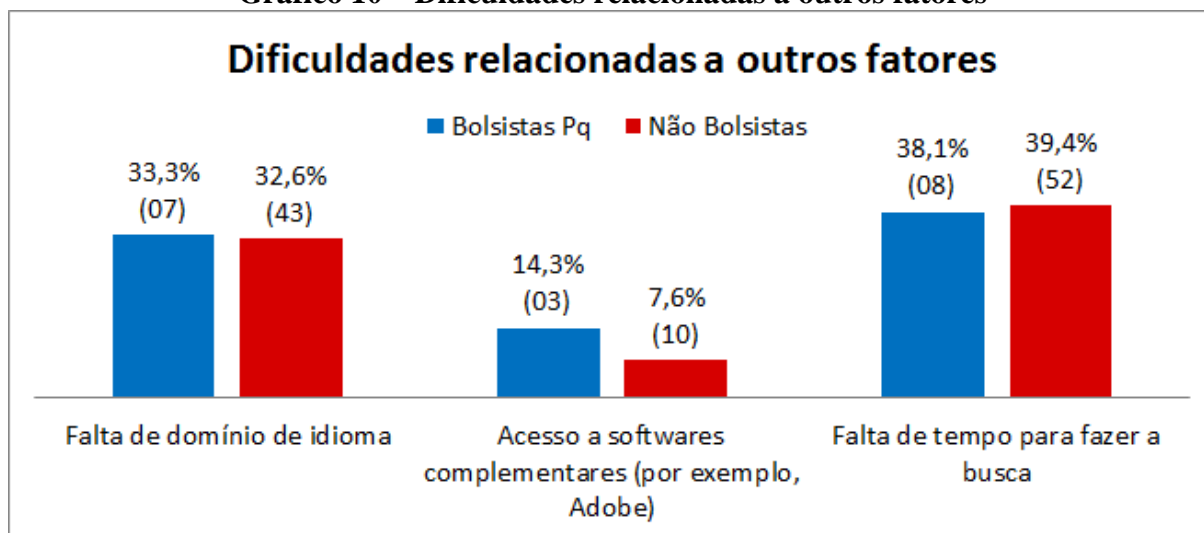
Fonte: Elaborado pelas autoras

A diferença entre as respostas assinaladas pelos pesquisadores bolsistas e não bolsistas foi mínima neste conjunto de opções. O item “falta de informações sobre recursos informacionais (periódicos, bases de dados etc.) disponíveis” foi assinalado por 37 sujeitos (22,2%), sendo 19% dos pesquisadores bolsistas e por 15,1% dos não bolsistas, o que revela a necessidade de uma divulgação mais ampla das fontes de informação pelo serviço de biblioteca destas instituições. A diferença entre o total de resposta entre os dois grupos é de 3,9%.

O conhecimento de construção de estratégia de busca é fundamental para a recuperação de informações em bases de dados e também na internet. É um conteúdo fundamental para que o pesquisador tenha autonomia em suas buscas. Considerando que os sujeitos da pesquisa são pesquisadores experientes pelo fato de serem orientadores na pós-graduação, esperava-se que eles não apresentassem dificuldades neste aspecto. No entanto, 15% do total de sujeitos, entre eles 15,1% dos bolsistas e 14,3% dos não bolsistas indicaram ter “dificuldades na elaboração de estratégias de busca (indicação de palavras-chave e/ou combinações de palavras)”, revelando que um percentual considerável de pesquisadores sujeitos desta pesquisa ainda necessita desenvolver suas habilidades de busca. A diferença de resposta entre os dois grupos é de menos de 1%, portanto, irrisória.

Foram levantadas ainda as dificuldades dos pesquisadores em relação a outros fatores. Abaixo o gráfico a seguinte reúne os resultados destas questões.

Gráfico 10 – Dificuldades relacionadas a outros fatores



Fonte: Elaborado pelas autoras

A “falta de tempo para fazer a busca” é um fator que afeta 39% do total de sujeitos, entre eles 39,4% dos pesquisadores não bolsistas e 38,1% dos bolsistas, percentual bastante elevado do total de sujeitos. Esta dificuldade de busca ou barreira informacional é recorrente na literatura, evidenciada por Wilson e Walsh (1996), abordado nos fatores ambientais. Outra discussão seria que por mais que as bases de dados e outras fontes de informação tenham se tornado mais acessíveis (pelo acesso via web, arquitetura da interface mais amigável, formulário de busca em português), agilizando o processo de busca, as atribuições dos professores na universidade têm se intensificado, o que parece afetar também os sujeitos da pesquisa. Por outro lado, o pesquisador pode lançar mão de outros recursos que as próprias bases de dados oferecem, tais como os serviços de alerta, mas que talvez eles desconheçam. A diferença do total de resposta entre os dois grupos é de 1,3%.

A falta de domínio de idiomas estrangeiros foi apontada como dificuldade para a realização de busca de informações científicas por 32,7% do total de sujeitos. Entre os sujeitos que possuem bolsa alcançou 33,3% e 32,6% entre os não bolsistas, o que demonstra que mesmo entre pesquisadores experientes e ligados à pós-graduação a dificuldade com o idioma estrangeiro está presente, o que é inesperado, visto que este é um dos requisitos para o



ingresso na pós-graduação. Este aspecto poderia ser melhor investigado em pesquisas posteriores.

Outro aspecto apontado pelos sujeitos como fator que dificulta a busca foi o acesso a softwares complementares (como por exemplo, o Adobe), com indicações de 14,3% de bolsistas e 7,6% de não bolsistas, revelando também certa dificuldade dos pesquisadores no uso das tecnologias.

Através da análise dos resultados foi possível verificar que há poucas diferenças entre as dificuldades de busca de informação entre pesquisadores bolsistas e não bolsistas do CNPq. As dificuldades dos bolsistas PQ que alcançaram maior percentual de resposta foram:

- Acesso restrito (pago) de alguns documentos (artigos, comunicações de eventos), dificuldade relacionadas às fontes informacionais, com 76,2%;
- Falta de tempo para fazer a busca, dificuldade relacionada a outros fatores, com 38,1%;
- Falta de domínio de idioma, dificuldade relacionada a outros fatores, com 33,3%;
- Falta de informações sobre recursos informacionais (periódicos, bases de dados etc.) disponíveis, dificuldade relacionada às competências informacionais, com 19%.

Já as respostas dos pesquisadores não bolsistas com maior percentual de respostas foram:

- Acesso restrito (pago) de alguns documentos (artigos, comunicações de eventos), dificuldade relacionada às fontes informacionais, com 53%;
- Falta de tempo para fazer a busca, dificuldade relacionada a outros fatores, com 39%;
- Erros e inconsistência das fontes de informação consultadas, como por exemplo, catálogos e banco de dados, dificuldade relacionada às fontes informacionais, com 37,1%;
- Falta de domínio de idioma, dificuldade relacionada a outros fatores, com 32,6%;
- Interface das fontes de informação eletrônicas, como catálogos de bibliotecas e bases de dados, dificuldade relacionada às fontes informacionais, com 30,3%.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de comportamento de busca informacional aplicados a diferentes áreas ou domínios são importantes, pois possibilitam construir um panorama sobre como as pessoas fazem suas buscas, quais suas necessidades informacionais, dificuldades, habilidades e que tipos de fontes informacionais que estão mais habituados a utilizar.

Pela perspectiva dos usuários, os estudos de comportamento de busca contribuem para que seja identificada com mais facilidade suas necessidades informacionais e pontos a serem melhorados através da competência informacional, que se desenvolvida gera menos frustrações nas buscas e maior satisfação ao conseguir localizar a informação necessitada e de melhor qualidade, o que também pode contribuir para o fortalecimento das pesquisas da área.

A pesquisa aqui relatada teve como um de seus objetivos, verificar se a obtenção da bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq influencia o comportamento informacional dos pesquisadores de área de Educação. Neste artigo enfocaram-se as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores na busca de informações para suas pesquisas.

Na análise dos resultados pode-se perceber que as principais dificuldades de ambos os grupos de pesquisadores são coincidentes, a saber: acesso a materiais restritos (pagos), falta de tempo para a realização das buscas e a falta de domínio de idiomas estrangeiros.

Estes resultados evidenciam aspectos que podem apontar caminhos para as instituições investirem em ações que possam fortalecer suas pesquisas, disponibilidade de verba ou apoio para captação de recursos para aquisição de materiais restritos ou mesmo a assinatura de periódicos e bases de dados, e servir de incentivo para que o pesquisador invista no domínio do idioma estrangeiro. A falta de tempo é uma questão recorrente e difícil de ser superada, mas que para a realização de pesquisa e de programas de pós-graduação de qualidade é essencial.

Outros fatores tendem a ser mais mencionados por um dos grupos, como “a existência de erros e inconsistência das fontes de informação” e “interface de busca”, apontada principalmente pelos não bolsistas, podem ser minimizados através de programas de formação de usuários pelas bibliotecas.

Dessa forma, com base nos resultados obtidos foi possível verificar que os pesquisadores bolsistas PQ e os não bolsistas não apresentam diferenças consideráveis com



relação aos vários aspectos pesquisados. Nota-se, porém que os bolsistas PQ tendem a se declarar mais autônomos e que possuem menos dificuldades para realização das buscas informacionais que os não bolsistas.

É importante ressaltar que o projeto de pesquisa referente a este trabalho continuará em vigência, de forma a possibilitar com que sejam aplicados testes estatísticos para verificar também as relações entre outras variáveis e se através dessa relação são apresentadas diferenças significativas.

Agradecimentos:

Ao CNPq e a CAPES pelo apoio à realização da pesquisa e aos pesquisadores;

A prof^{ra}. Catia Almeida pela assessoria na tabulação e a organização dos resultados

REFERÊNCIAS

CASARIN, H. C. S. **Comportamento informacional de pós-graduandos em Educação**. 2011. 139 f. Tese (Livre-docência em Comportamento informacional) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

CASE, D. O. Information Behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, [S.l.], v. 40, p. 293-327, 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.1440400114/full>> . Acesso em: 05 jan. 2015.

CUNHA, A. A. L. ; CENDON, B. V. Uso de bibliotecas digitais de periódicos: um estudo comparativo do uso do Portal de Periódicos CAPES entre áreas do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n.1, p. 70-91, jan./abr. 2010.

CALVA GONZÁLEZ, Juan José. O comportamiento en la búsqueda de información de los investigadores del área de humanidades y ciencias sociales. **Investigación bibliotecológica**, v. 13, n. 27, p. 11-40, jul./dic. 1999.

GREEN, R. Locating sources in humanities scholarship: the efficacy of following bibliographic references. **The Library quarterly**, Chicago, v. 70, n. 3, p. 201-229, 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/40039742?uid=2134&uid=70&uid=3&uid=2&uid=2489133153&uid=2489133163&uid=60&purchase-type=article&accessType=none&sid=21105709436443&showMyJstorPss=false&seq=3&showAccess=false>> . Acesso em: 20 set. 2015.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. **Avaliação em ciência e tecnologia: um estudo prospectivo em química**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- UFRJ-ECO/CNPq-IBICT, Rio de Janeiro.



LECKIE, G. J.; PETTIGREW, K. E.; SYLVAIN, C. Modeling the information seeking of professional: a general model derived from research on engineers, health care professionals and lawyers. **Library Quarterly**, v. 66, n. 2, p. 161-193, 1996.

MARTINEZ-SILVEIRA, M; ODDONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos, **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 15-21, set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n2/12.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MENDES, P. H. C. et al. Perfil dos Pesquisadores Bolsistas de Produtividade Científica em Medicina no CNPq, Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p.535-541, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022010000400008>. Acesso em: 20 out. 2015.

MULLER, S. P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, fev. 2005. Disponível em: http://www.dgz.org.br/fev05/Art_02.htm. Acesso em: 10 set. 2015.

NEVES, M. A. da S.e P. et al. Evolução das bolsas de produtividade em pesquisa e dos editais universais do CNPq no Programa Básico de Zootecnia: 2002 a 2006. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Brasília, DF, v. 36, p.369-376, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-35982007001000033>. Acesso em: 20 out. 2015.

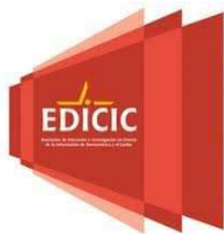
SANTOS, N. C. F.; CÂNDIDO, L. F. de O.; KUPPENS, C. L. Produtividade em pesquisa do CNPq: análise do perfil dos pesquisadores da química. **Química Nova**, São Paulo, v. 33, n. 2, p.489-495, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-40422010000200044&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M.; PINHEIRO, L. V. Avaliação da produtividade científica dos pesquisadores nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p.193-222, 2003. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/97>>. Acesso em: 20 out. 2015.

WILSON, T. D. Models in information behavior research. **Journal of Documentation**, London, v. 55, n. 3, p. 249-270, June, 1999.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science Research**, [S.l.], v.3, n.2, p. 49-55, 2000. Disponível em: < <https://www.ischool.utexas.edu/~i385e/readings/Wilson.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

WILSON, T. D; WALSH, C. **Information Behavior: an interdisciplinary perspective**. 1996. Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ/infbehav/cont.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

EXPEDIÇÕES NO AMAZONAS: A BUSCA POR EQUIPAMENTOS CULTURAIS, O CASO DA CIDADE DE TEFÉ

EXPEDICIONES EN EL ESTADO DE AMAZONAS: EN LA BÚSQUEDA DE EQUIPOS DE CULTURA, EL CASO DE LA CIUDAD DE TEFÉ

Soraia Pereira Magalhães, Universidade de Salamanca

Resumo: Este trabalho reflete sobre atividades de campo, realizadas em fevereiro de 2014, que objetivou fazer um estudo diagnóstico na cidade de Tefé, município que faz parte da Calha do Rio Solimões – Amazonas. O objetivo geral do estudo foi efetivar o levantamento e identificação de equipamentos culturais (bibliotecas públicas, teatros, salas de cinema, museus, espaços para exposições, outros) na cidade selecionada, numa proposta que se integra às análises do estudo doutoral *Evaluación de las acciones del Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas del Amazonas y propuestas de mejora* (em andamento), pela Universidade de Salamanca, na Espanha. No âmbito metodológico, a pesquisa foi realizada com base em visita *in loco* que favoreceu observação direta e posterior descrição dos elementos, bem como registros fotográficos e entrevistas com profissionais que atuam no segmento cultural dos espaços visitados. Do ponto de vista global, foi realizada em forma de expedição, que possibilitou as condições para que vinte e dois pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira e do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo pudessem atuar em seus segmentos registrando, coletando e organizando informações, numa proposta que se integrava ao projeto "Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional."

Palavras-chave: Equipamentos Culturais. Amazonas. Biblioteca Pública. Cidades Amazônicas.

Resumen: This work consists of an experience report that reflects on field activities, carried out in February 2014, which aimed to make a diagnostic study of the existing cultural facilities in the city of Tefé, a municipality that is part of the Calha do Rio Solimões - in the state of Amazonas. The overall objective of the study was to carry out a survey and identification of cultural amenities (public libraries, theaters, cinemas, museums and exhibition spaces, etc.), in the selected city, and formulate a proposal that integrates the analysis of a doctoral study of evaluation of the activities in the State System of Public Libraries of Amazonas, and suggestions of improvements (in progress), by the University of Salamanca, Spain. The methodological framework was based on a visits on site -in situ- which favored direct observation and subsequent description of the observed elements and photographic records and interviews with professionals working in the cultural sector of the spaces visited. The research, at the global level was carried out in the form of an expedition, which enabled the conditions for twenty-two researchers from the Center for Studies and Research of Cities in the Brazilian Amazon and Urban Anthropology Nucleus, University of São Paulo to act in their respective segments collecting and organizing information in a proposal that integrates the project "Amazonian cities: spatial dynamics, local and regional urban network".

Palabras-clave: Cultural equipment. Amazonas. Public Library. Cities/municipalities in the state of Amazonas.



1 NEPECAB, ESTUDO DE CIDADES E EXPEDIÇÕES PELO AMAZONAS

Desde 2001, o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, desenvolve estudos voltados para o ambiente de cidades, com ênfase para as questões que envolvem a rede urbana do Amazonas.

Sob a coordenação dos Professores Dr. José Aldemir Oliveira e Dr. Geraldo Alves de Souza, o NEPECAB, vêm empreendendo estudos em cidades amazônicas e especificamente no projeto "Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional", financiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência PRONEX/FAPEAM/CNPq, desenvolveu um olhar que se debruçava sobre a calha do rio Solimões, nas cidades de: Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Coari, Tefé, Benjamin Constant e Tabatinga.

Apesar de essa comunicação estar centrada nos aspectos que compõe debates em torno das dinâmicas sociais, acesso à informação e suas práticas, não posso deixar de destacar que minha relação inicial com a pesquisa foi orientada sob parâmetros metodológicos da Geografia, por isso grande parte dos registros apontados seguiram por esse percurso ao qual insisto em apresentar visando atuar da forma mais ética possível quanto ao processo de formalização de conhecimentos que em dado momento seguiram por outros caminhos.

As temáticas desenvolvidas no NEPECAB, de acordo com Schor e Oliveira (2011), visam favorecer níveis interpretativos no campo das cidades, sendo privilegiados os seguintes aspectos: políticas públicas, morfologia urbana, cotidiano urbano, dinâmica populacional, estrutura social, ramos de atividades econômicas, políticas culturais, recursos naturais, transição dos hábitos alimentares, centralidade política e conflito e condições de moradia.

Em termos gerais, as pesquisas favoreceram a construção de uma metodologia própria, onde se busca entre outras coisas a caracterização de redes urbanas, fator que faz necessário levantar fontes de informações que possibilitem avaliar tendências ou nuances entre as cidades estudadas. Nesse sentido, Schor e Oliveira, orientam que:

Caracterizar a rede urbana significa, no âmbito dessas pesquisas, reconhecer padrões de diferenças e semelhanças entre as cidades e propor uma tipologia que incorpore parâmetros relacionais, pois se considera necessário compreender o papel de cada cidade na estrutura da rede urbana (SCHOR; OLIVEIRA, 2011, p. 16).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Entre 2013 e 2014, ocorreram pesquisas de campo coletivas, realizadas em forma de expedições com pesquisadores do NEPECAB e do Núcleo de Antropologia Urbana - NAU, da Universidade de São Paulo, este, sob a coordenação do Professor Dr. José Guilherme Magnani, que atua em parcerias, realizando estudos voltados para a experiência urbana envolvendo temáticas indígenas em cidades do Amazonas.

A primeira expedição coletiva aconteceu em 2013, em Manacapuru, cidade distante aproximadamente 84 quilômetros de Manaus. No ano seguinte (2014), a experiência aconteceu na cidade de Tefé, onde o deslocamento de toda a equipe se deu por embarcação regional, fator que instigou nomear essa comunicação, traçando comparativo com o que faziam os naturalistas do período oitocentista, que viajando rumo a lugares inexplorados descreveram e retrataram o que seus olhos puderam observar.

Os dados aqui apresentados referem-se à cidade de Tefé, localizada cerca de 520 quilômetros de Manaus, no Amazonas. A proposta visa relatar elementos do trabalho de campo e informações coletadas no período entre 08 a 14 de fevereiro de 2014, numa perspectiva de fazer um diagnóstico sobre os espaços culturais no município, tomando como enfoque central a identificação dos seguintes espaços de cultura: bibliotecas públicas, museus, teatros, salas de cinema, espaços para exposições e outros. Em síntese, o trabalho fecunda no momento atual as análises do estudo doutoral *Evaluación de las acciones del Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas del Amazonas y propuestas de mejora* (em andamento), pela Universidade de Salamanca, na Espanha e insere um olhar sobre unidades de informação contidas em uma cidade amazônica e suas dinâmicas de socialização cultural.

2 TEFÉ, CIDADE MÉDIA DA CALHA DO RIO SOLIMÕES

A cidade de Tefé, no Amazonas, dispõe de montante populacional formado por 62.444 habitantes, conforme estimativas do IBGE, em 2015. Sua formação foi marcada por várias disputas territoriais envolvendo Portugal e Espanha, fator que conseqüentemente contribuiu para a dizimação de grande parcela da população indígena nessa área do norte do Brasil. A localidade foi elevada à categoria de cidade em 1855.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Nos dias atuais, Tefé, nos parâmetros estabelecidos pelo NEPECAB, conforme apontam Schor e Oliveira (2011), corresponde a uma cidade média de responsabilidade territorial que pode ser definida como uma cidade que:

Exerce uma função na rede que vai além das suas características em si, pois detém uma responsabilidade territorial que a torna um nó importante internamente na rede. Exerce diversas funções urbanas e contém diferentes arranjos institucionais que são importantes não só para o município, mas principalmente para as cidades e municípios ao seu redor. A importância territorial da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a rede urbana nesta região. Normalmente o desenvolvimento econômico desta cidade tende a agregar valor na região. (SCHOR; OLIVEIRA, 2011, p. 16)

Schor e Oliveira oferecem parâmetros de tipologias para as cidades do Amazonas, caracterizando cada cidade de acordo com sua função, relação de dependência e dinâmica com as demais cidades.

O trabalho que seguia naquele período, a perspectiva do entendimento da rede urbana e os fluxos e movimentações das cidades, seguia também fundamentação nos aportes das políticas públicas para a cultura. Buscava-se saber se a cidade, do ponto de vista de seus equipamentos culturais, gerava demandas que se deslocavam entre áreas circunvizinhas em busca do usufruto de espaços e/ou serviços oferecidos no campo da cultura. Nesse aspecto, a atenção se voltava para a percepção das metas do *Plano Nacional de Cultura para 2020*, dentre as quais a *Meta 31 do Plano* que definia que era preciso que os municípios brasileiros dispusessem de:

[...] algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural, na seguinte distribuição: 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos um tipo; 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes com pelo menos dois tipos; 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos três tipos; 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos três tipos; 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos; 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos.

Também a *Meta 32 do Plano* estabelecia a necessidade do país atingir o total de 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento.



A verdade é que o município de Tefé não possuía outros equipamentos culturais, a não ser uma biblioteca pública municipal (inaugurada em agosto de 2013), instalada em um prédio alugado. Um documento online disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional apontava que o município havia recebido o valor equivalente a 180 mil reais do Ministério da Cultura para a construção do prédio da biblioteca pública e que a última data da liberação do recurso havia ocorrido em 28/08/1998 no valor de 100 mil reais. O edifício não chegou a ser construído.

Para compreensão sobre equipamentos culturais, tomei por orientações as considerações de Graeff; Waismann e Berg (2015), citando Coelho (1997) que apresentam esses espaços como:

[...] tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc). (COELHO, 1997, p. 546).

Em vista da inexistência de equipamentos culturais, estendeu-se o objeto de análise para outras tipologias de bibliotecas, dentre as quais: bibliotecas escolares (municipal e estadual), bibliotecas especializadas (Instituto Mamirauá), bibliotecas universitárias (UEA), bibliotecas híbridas (Biblioteca do SESC) ou comunitárias como a biblioteca localizada na Comunidade Barreira da Missão.

2.1 EXPEDIÇÃO TEFÉ: RELATO DE PESQUISA

Sáimos de Manaus rumo ao município de Tefé, no Barco Comandante Severino Ferreira, por volta das 7 horas da manhã, no dia 8 de fevereiro de 2014, com equipe composta pelos professores do Departamento de Geografia da UFAM (Dr. José Aldemir de Oliveira e Dra. Paola Santana), estudantes e pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira - NEPECAB, bem como estudantes de mestrado da (USP), que integram o Núcleo de Antropologia Urbana – NAU. Uma parte dos integrantes do NAU já estavam em atividade de campo no município há alguns dias. A maioria dos componentes da equipe chegaram à embarcação na noite anterior (dia 7 de fevereiro), no intuito de reservar



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

os melhores lugares para atar suas redes, tendo em vista que a viagem tem duração média de 35 horas e a rede constitui objeto essencial para a viagem, servindo como marcador de espaço e apoio no descanso durante todo o trajeto.

A primeira reunião da equipe aconteceu no interior da embarcação com apresentação individual dos participantes e exposição proferida pelos professores José Aldemir e Paola Santana que falaram sobre o PRONEX, projeto aprovado em 2012/com extensão até 2015. Em forma de aula expositiva, foram reforçadas informações sobre conceito de cidades médias, bem como rede urbana. Em termos de orientação para a realização das investigações em campo, no tocante aos objetos de estudos de cada participante, ficou definida a necessidade de se aproveitar o máximo do tempo em campo (no levantamento dos dados) bem como a importância do registro diário das atividades, tendo em vista que no último dia da expedição cada participante deveria encaminhar um relatório sobre suas atividades e experiências.

A chegada ao município de Tefé ocorreu no dia 9 de fevereiro de 2014, sábado, por volta das 21 horas. Ao longe, as luzes da cidade davam a impressão de que o porto estava em festa. No desembarque, que era relativamente lento, se pode perceber que não havia festa, mas um ambiente de movimento e efervescência. Aos poucos, toda a equipe seguiu a pé pelas ruas da cidade em busca do alojamento e um restaurante para jantar.

No dia 10 de fevereiro, domingo, após o café da manhã, foi realizada uma reunião do NEPECABeNAU, aonde novamente foram feitas apresentações com dados sobre a participação de cada integrante na pesquisa, bem como uma reflexão sobre o *Campo Manacapuru 2013*, a qual foram propostas algumas mudanças na dinâmica metodológica da pesquisa de campo, haja vista que quando realizamos atividades na cidade de Manacapuru, deveríamos apontar informações gerais sobre as áreas visitadas, fazendo, de forma descritiva, relatos que iam além do objeto específico de cada participante. Neste outro momento, a proposta era centrarmos o olhar sobre nossos próprios estudos. No horário da tarde, após reunião e almoço, seguimos em grupos para as primeiras atividades de reconhecimento do espaço com aqueles que possuíam temas de pesquisas afins.

Partindo do pressuposto que Tefé não possuía museus, mas sabendo da existência de uma área antiga que antecede a formação da sede do município, seguimos para conhecer a *Comunidade Barreira da Missão* onde pudemos constatar a existência de casario preservado

(Igreja, cemitério, maquinário e escadaria), e belezas naturais com grande potencial para atração turística. A comunidade, que é também definida como Terra Indígena, está distante da sede do município cerca de 40 minutos. O acesso ao local se dá por meio de travessia fluvial. O complexo arquitetônico tem seu marco de memória o ano de 1897 e está vinculado ao Centro de Espiritualidade P. Cláudio PoullartdesPlaces, fundado pelos padres Espiritanos.

Na Comunidade, conversei com o senhor Justino Monteiro Frazão, de 63 anos, que contou que o lugar recebe periodicamente turistas guiados por uma holandesa, proprietária de uma pousada em Tefé. De acordo com Justino, o povo nativo pouco visitava a localidade.

FIGURA 1: Comunidade Barreira da Missão



Fotos: Soraia Magalhães

Na comunidade Barreira da Missão constatamos a existência de uma biblioteca comunitária. No espaço, inclusive havia uma “arca” do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, instalada na casa da Senhora Raimunda Frazão. Na oportunidade conversei com Alice Frazão, filha da comunitária que cedeu sua casa para a instalação da biblioteca. Alice contou que a biblioteca precisava de voluntários para realizar as atividades e que o trabalho estava um pouco abandonado.

Dia 11 de fevereiro de 2014, segunda-feira (manhã) - A pesquisa foi realizada com a mestrandia do Programa de Mestrado em Geografia da UFAM Sandriele Pessoa quetinha



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

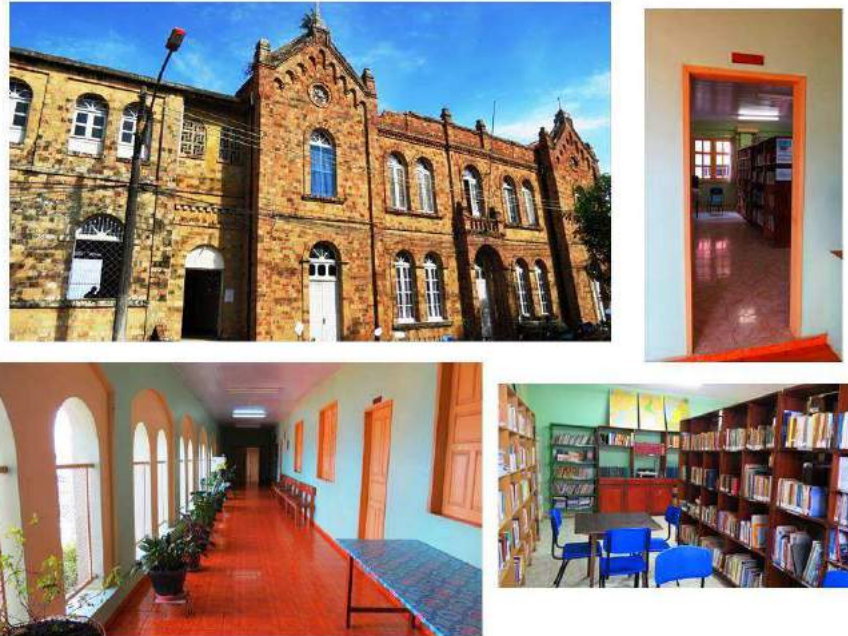
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

como objeto de estudo, análises da cidade de Tefé, tomando por base elementos metodológicos da Geo-História. Sua contribuição foi relevante, pois, nativa da região, conhecia aspectos representativos da cidade de forma muito mais apurada. Juntas, visitamos os seguintes espaços: Instituto Chico Mendes – ICMBIO, Seminário São José e a residência da Senhora Ester Rezala, proprietária de uma das casas mais antigas do município.

- **ICMBIO:** Em conversa realizada com o senhor *Astrogildo Martins de Moraes*, chefe da Unidade, soubemos que a Instituição atua no plano de manejo, organização social e comunitária na Floresta nacional de Tefé. De acordo com Astrogildo, já houve uma biblioteca na sede da Instituição, mas foi desativada e o acervo enviado para a Universidade Estadual do Amazonas – UEA.
- **Seminário São José:** O Seminário São José é gerido pelos padres Espiritanos. O objetivo da visita era descobrir a existência de uma biblioteca especializada, bem como elementos voltados para aspectos museológicos. O seminário possui arquitetura que se destaca das demais estruturas (parece um pequeno castelo). Foi construído em 1913 e de acordo com relato de funcionários, recebe a atenção de turistas que adentram o espaço em busca de conhecer mais sobre o local. Possui uma biblioteca com acervo de livros com temáticas voltadas para estudos sobre a Amazônia e religião.

FIGURA 2: Seminário de Tefé possui biblioteca



Fotos: Soraia Magalhães

- **Uma das casas mais antigas do centro de Tefé:** Ao constatar a inexistência de museus em Tefé, soubemos que havia uma residência com a decoração e móveis preservados que remontavam o período áureo do ciclo da borracha na região. A residência pertencia à senhora Ester Rezala, que ao ser entrevistada, contou que seu marido Jorge Rezala tinha 12 anos quando foi morar na casa e que ela mesma passou a viver na residência depois do casamento. De acordo com Dona Ester, passaram pela habitação senadores, deputados, governadores, dos quais se lembra da presença do político Ademar de Barros. Está localizada no centro histórico, nas proximidades do mercado com vista para o rio. O casarão estava desfigurado. Várias partes haviam sido alugadas para atividades comerciais. O local, contudo, ainda apresenta muitos móveis e utensílios de época em que Jorge Rezala era um próspero comerciante seringalista.

FIGURA 3: Residência de seringalista em Tefé



Fotos: Soraia Magalhães

Dia 11 de fevereiro de 2014, segunda-feira (tarde) –Aconteceu reunião no Instituto Mamirauá, que reuniu pesquisadores que atuam na Instituição em Coari, bem como do NEPECAB e NAU. O evento informal possibilitou a apresentação dos aspectos que compõe os estudos que vem sendo realizados na região. O Instituto Mamirauá dispõe de uma biblioteca especializada em temas voltados para o meio ambiente e preservação ambiental. Dotada de excelente infra-estrutura é gerida pela bibliotecária Graciete Rolim (única com formação superior em Biblioteconomia atuando na cidade). A Biblioteca é aberta ao público externo, mas seu foco de atuação objetiva oferecer mecanismos de apoio aos pesquisadores da Instituição. Conforme informação extraída do site da Secretaria do Tesouro Nacional, foram despendidos para o Instituto Mamirauá cerca de R\$ 1.141.136,59 para serem aplicados na equipagem do prédio da biblioteca e salas de aula visando criar espaços para a disseminação e divulgação de informações, bem como a conclusão de um prédio de 850 m² para alojar o programa de gestão.

FIGURA 4: Biblioteca do Instituto Mimirauá.



Foto: Soraia Magalhães

Dia 12 de fevereiro de 2014, terça-feira (manhã) –Foram realizadas visita às bibliotecas municipal de Tefé Protásio Lopes Pessoa; Biblioteca da Universidade Estadual do Amazonas - UEA e Biblioteca da Escola Armando de Souza Mendes (GM3).

- A **Biblioteca Municipal de Tefé Protásio Lopes Pessoa** funciona na área térrea de uma casa alugada, pois não possui prédio próprio. Conversei com Dijaik Nery, coordenador da biblioteca que contou que o espaço havia sido aberto ao público em julho de 2013. A biblioteca possuía seis móveis com acervos do Programa Arca das Letras que não foram entregues às comunidades *porque os comunitários não haviam ido buscar*. (essa providência deveria ser da Prefeitura).

FIGURA 5: Fachada da Biblioteca Pública de Tefé.



Foto: Soraia Magalhães

De acordo com Dijaik, existiam oito bibliotecas da Expedição Vagalume implantadas em comunidades rurais na região, mas observou que são grandes as dificuldades para motivar os comunitários nas atividades do trabalho voluntário. No momento em que conhecia o espaço, observei a presença de dona Rosilene, uma senhora que havia levado sua filha de 16 anos para efetivar cadastro na biblioteca. A mãe apontou que tinha outros seis filhos, falou que queria que a filha estudasse pois não queria para a filha *o mesmo destino que ela havia tido*.

- **Biblioteca da Universidade Estadual do Amazonas – EUA** - Com acervo específico para atender a demanda dos oito cursos oferecidos no município, a Biblioteca da UEA está aberta à comunidade. Funciona das 8 às 21 horas. Não há profissional de biblioteconomia atuando e, por esse motivo, todos os livros que são doados precisam ser encaminhados para Manaus para passar por tratamento técnico. Possui duas funcionárias concursadas, um bolsista e uma estagiária. De acordo com *Priscila Araújo de Almeida*, que trabalha desde 2006 na biblioteca, geralmente os usuários externos são familiares de militares que utilizam os serviços da biblioteca em busca de livros que lhes favoreçam estudar para exames vestibulares. O acervo só pode ser disponibilizado para uso domiciliar para estudantes, professores e técnicos. Os demais usuários devem consultar o acervo no local. Era período de férias e quase não havia estudantes nas dependências do Campus-UEA, Tefé.



- **Biblioteca da Escola Armando de Souza Mendes (GM3)** - A Escola da rede estadual de ensino Armando de Souza Mendes (GM3), em Tefé, atende alunos do sexto ao terceiro ano do ensino médio. Durante a visita constatamos que a biblioteca estava cheia de material didático que deveria ter sido entregue aos estudantes. Numa sala pequena, não havia possibilidades de uso do espaço. Conversei com a professora readaptada *Francisca Nadir da Silva*, que já possui 28 anos de carreira. Ela apontou que durante o ano letivo é possível realizar empréstimo de livros de literatura na biblioteca.

Dia 12 de fevereiro de 2014, terça-feira (Tarde) – No horário da tarde, realizei pequena viagem de barco, rumo ao município de Alvarães (15 quilômetros) onde pude visitar a *Biblioteca Municipal Caridade dos Santos Gama* e a biblioteca da Escola Estadual *Johannes Petrus*. A viagem possibilitou contatar com o Secretário de Educação do município, o Senhor *Franklin Bastos de Souza* que apontou que o município havia recebido uma certificação internacional na Alemanha pelos avanços obtidos em termos de qualidade de vida. Perguntei sobre a Biblioteca Municipal e o fato desta não possuir prédio próprio. Ele afirmou que em breve deverá ser construído um prédio próprio e apontou que antes da providencia do atual espaço reservado em uma sala na sede da Câmara Municipal, os moradores que precisavam fazer pesquisas, tinham que se deslocar para Tefé. Ele desconhecia, porém a informação de que a biblioteca municipal de Tefé havia sido inaugurada há poucos meses.

Dia 13 de fevereiro de 2014, terça-feira (manhã), No último dia da estada em Tefé as pesquisas foram realizadas nas bibliotecas *do Serviço Social do Comércio – SESC*, na *Escola Municipal Professor Helyon de Oliveira* e no Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, na Unidade de Ensino em Tefé – *Escola de Educação Profissional José Márcio Ayres*.

- **SESC – Tefé** - O Serviço Social do Comércio (SESC) está presente em oito municípios do Amazonas. Em Tefé ocupa uma ampla área que possui espaço para práticas educacionais, culturais e desportivas. No tocante à biblioteca, o local passou por reforma recente e possui visual agradável e bom acervo para atender a diversificadas faixas etárias. Para uso dos serviços faz-se necessário possuir cadastro para utilização do acervo com pagamento de uma taxa simbólica, contudo, como não



havia ainda sistema informatizado, essa exigência ainda não vigorava. A biblioteca possui bom acervo voltado para o público infantil.

- **Escola Municipal Professor Helyon de Oliveira** - A biblioteca da *Escola Municipal Professor Helyon de Oliveira* estava desativada. Uma forte infiltração em uma sala de aula levou a direção da Escola a optar pela adaptação do espaço da biblioteca como sala de aula. O acervo era formado em grande maioria por material didático. De acordo com a Senhora *Maria de Lourdes Queiroz de Vasconcelos* (Ballaka), orientadora educacional (mas que atuava como pedagoga), a previsão de reparo na sala de aula *infiltrada não deveria tardar*. A Escola não possuía acesso à Internet e atendia a alunos do ensino de 1º ao 9º ano bem como ao Ensino de Jovens a Adultos – EJA-Noturno.
- **CETAM - Escola de Educação Profissional José Márcio Ayres** - A última biblioteca visitada em Tefé foi do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, – *Escola de Educação Profissional José Márcio Ayres*. De acordo com a gerente administrativa *Eneida Batalha*, a biblioteca atende apenas aos públicos internos que participam dos sete cursos oferecidos pela instituição (enfermagem, nutrição, recursos pesqueiros, prótese dentária, etc.). A Instituição possuía uma profissional bibliotecária, a senhora *Adaiza de Melo*, que atuou por dois anos na instituição e posteriormente passou a responder pelas atividades do Instituto Mamirauá.

O município de Tefé não possui teatros, museus, espaços para exposições ou sala de cinema para exibição de filmes. Não há edifícios construídos especialmente para atender essas finalidades.

No tocante ao cinema, constatou-se um dado curioso: Desde 2010, a senhora *Claudia Almeida Palha* exhibe na *Praça Remanso do Boto* filmes de todos os gêneros. Claudia possui uma pequena sorveteria e contou que havia comprado um telão para atrair freguesia para o seu negócio. Antes dispunha apenas de uma televisão, mas assim mesmo o público vinha tomar sorvete e assistir filmes. Com o telão, a clientela aumentou. O sorvete custava R\$ 1,50 e, segundo Claudia, ela e o marido alcançavam por mês um valor em torno de R\$ 600,00 com a venda do produto.

FIGURA 6: Telão na Praça Remanso do Boto



Foto: Soraia Magalhães

No dia 13 de fevereiro regressamos a Manaus no barco Irmãos Miranda por volta das 17:00 horas. O trajeto previa parada nos municípios de Coari e Codajás. Mesmo breve, as paradas contribuíram para ampliar informações sobre as cidades do Amazonas e seus equipamentos de cultura e pude constatar a existência de bibliotecas públicas nos dois municípios. Em Coari, uma sala com acervo fechado sem atendimento ao público e em Codajás um edifício histórico, fechado para reforma.

2.2 A CIDADE DE TEFÉ, NOVAS PERSPECTIVA DE ESTUDOS

Os resultados obtidos nessa pesquisa atualmente fazem parte do estudo *Evaluación de las acciones del Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas del Amazonas y propuestas de mejora* (em andamento), pela Universidade de Salamanca, na Espanha, no qual abarca análises sobre 50% da totalidade dos municípios (30 municípios + a capita do Amazonas, Manaus).

A proposta acompanha os últimos dez anos de atuação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Amazonas, no intuito de perceber a interferência e apoio dos Órgãos do Estado para motivar a ampliação e o fortalecimento das bibliotecas em cidades do Amazonas, bem como confrontar os parâmetros estabelecidos em bases documentais e/ou nos discursos, com base nas realidades encontradas.



Do ponto de vista do referencial teórico, a pesquisa centra como elemento substancial as recomendações estabelecidas no Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas – 1994, no qual salienta que:

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

Esse documento define a biblioteca pública, como a porta de acesso local ao conhecimento, tendo como premissa “[...] *base na igualdade de acesso a todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social*”. (UNESCO, 1994).

No tocante à *Biblioteca Municipal Protásio Lopes Pessoa*, em Tefé, pouco se pode dizer que atende as recomendações do que uma biblioteca pública deve oferecer, ainda que disponibilizasse serviços de empréstimo domiciliar e local. Conforme revelado por Dijaik, responsável pela Biblioteca, parte do acervo recebido veio oriundo de contato com o Sistema de Estadual de Bibliotecas Públicas. Contudo, foram enviados inclusive volumes unitários da Enciclopédia *Barsa* que permaneciam guardados em caixas, não havendo sido colocados nas estantes.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas foi instituído em 1992 e ao longo de 24 anos tem exercido ação que visa entre outras coisas incentivar a implantação de bibliotecas públicas no país. No site da Instituição, o item sobre a história do Sistema aponta que:

Em 2004, por meio do Programa Livro Aberto, iniciou um grande movimento a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no país, assim como a modernização de bibliotecas já existentes. Durante o período de 2004 a 2011, período em que perdurou o Programa Livro Aberto foram criadas 1.705 novas bibliotecas e modernizadas 682. Esta ação era realizada por meio do estabelecimento de um contrato de comodato entre a FBN e a Prefeitura beneficiada, garantindo assim e entrega de um conjunto de equipamentos tecnológicos, mobiliário e acervo.

Apesar das ações do SNBP, a pesquisa constatou que além de Tefé, as cidades de Alvarães, Coari e Codajás, apesar de constarem nas listas de bibliotecas em atividade, não passam de espaços improvisados, com acervos desatualizados, sem equipamentos tecnológicos, sem profissionais capacitados e ou fechados para reforma, como é o caso da biblioteca pública de Codajás.



Almeida Júnior (2013, p. 42), refletindo sobre processos de avaliação para bibliotecas públicas apontou que:

A biblioteca pública brasileira pode ser interpretada como um equipamento cultural obsoleto, inoperante e totalmente dispensável. A afirmação pode ser entendida como extremamente forte, mas traduz as análises desenvolvidas pela literatura, as observações que qualquer pesquisador interessado pode obter através de visitas às bibliotecas públicas brasileiras e as conversas com bibliotecários responsáveis ou não por essas bibliotecas.

A afirmação encaixa perfeitamente nos resultados observados. No tocante às evidências, vale a pena repensar o que é de fato uma biblioteca pública em atividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que esse trabalho atentou inicialmente para as dinâmicas espaciais e a possível busca por aquisição de bens e produtos em cidades médias, tomando por base a cidade de Tefé, pode-se avaliar que a quase inexistência de infra-estrutura em termos culturais não fomenta a circulação em prol desse tipo de serviço, a não ser em termos educacionais, como por exemplo, acesso ao Campus-Tefé, ou outros segmentos que instigam a busca pela realização de estudos.

Torna-se válido destacar que Tefé possui grande número de instituições de ensino, desde universidades, centros técnicos e escolas de ensino particular e público, fator que gera interação entre as cidades, especialmente porque possui quatro instituições de ensino superior, dentre as quais a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Centro de Estudos Superiores de Tefé, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Universidade Paulista (UNIP). A cidade dispõe ainda de instituições que atuam no segmento do ensino de nível técnico: o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

A pesquisa, que teve por objetivo investigar a existência de espaços culturais na cidade de Tefé, gerou possibilidade de extensão (mesmo que breve), aos municípios de Alvarães, Coari e Codajás. No total, favoreceu o levantamento de informações sobre doze bibliotecas, sendo oito no município de Tefé. Em todos os quatro municípios constatou-se a existência de espaços de bibliotecas públicas, contudo operando de forma deficiente ou fechada. Nenhuma



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

disponha da presença do profissional bibliotecário. Abaixo, segue um pequeno comentário sobre as condições dos espaços de bibliotecas públicas observados:

- Tefé - a biblioteca foi inaugurada em julho de 2013. Houve pressão da população que afirmava que até as comunidades rurais possuíam bibliotecas implantadas (Arca das Letras e Vagalume) e Tefé não possuía.
- Alvarães – o acervo da biblioteca foi instalado em uma sala sem nenhuma identificação na sede da Câmara Municipal do município. O local encontrava-se fechado por não haver funcionário contratado para execução de serviços.
- Codajás - o prédio estava fechado aguardando o início das obras de reformas.
- Coari – Localizada em uma pequena sala no interior da Secretaria de Cultura do Município, a população desconhecia a existência do espaço, mesmo por que não estava aberta e disponível com serviços.

Quanto aos demais espaços de cultura, (museus, teatros, cinemas, áreas para exposições) os demais municípios, assim como Tefé não possuíam. Salvo as bibliotecas públicas, que assim mesmo, tendem a funcionar sem condições adequadas e dependentes de mandatos políticos que podem inferir em sua continuidade.

As populações das cidades do Amazonas enfrentam enormes desigualdades de acesso a bens culturais. Com base na apuração da pesquisa se pode afirmar que os investimentos em cultura não são extensivos de forma igualitária, bem como os recursos (definidos para esse fim) não tem sido efetivamente dirigidos para atender aos seus objetivos.

O tema dessa pesquisa muito me motiva, pois trabalha com a perspectiva de revelar injustiças e se fazer pensar equidades, por isso neste momento não poderia deixar de destacar o pensamento de Schor e Oliveira (2010), que ao justificarem estudos nestes espaços geográficos do Amazonas, apontaram que:

As cidades da calha Solimões-Amazonas estão situadas às margens dos rios, e dessas cidades pouco se fala. É preciso falar delas porque é possível, ao compreendê-las, compreender parte da complexidade da Amazônia. Não porque sejam cidades importantes do ponto de vista econômico e político, mas porque são lugares em que



pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano que predomina em outros lugares do Brasil. (SCHOR E OLIVEIRA, 2010).

Por fim, concluo afirmando que atuar de forma multidisciplinar junto ao NEPECAB, constitui um privilégio, tendo em vista o favorecimento de olhares que avançam por sobre o objeto cultural, indo além da observação das políticas públicas, mas principalmente com atenção voltada para compreender o modo de viver amazônico e sua integração com a dinâmica dos rios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F. de. **Biblioteca Pública**: avaliação de serviços. Eduel: Londrina, 2013.

BRASIL. **As metas do plano nacional de cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/planonacionaldecultura/docs/as_metas_do_plano_nacional_de_cultu>. Acesso em: 12 mar. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

GRAEFF, Lucas; WAISMANN, Moisés; Berg, Oscar Augusto. **Políticas Culturais em Revista**, 1(8), p. 206-221, 2015. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso: 6 abr. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Amazonas. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=13&search=amazonas>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

MANIFESTO da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 2 fev.. 2015.

KURY, Lorelai. **Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista**: experiência, relato e imagem. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a04v08s0.pdf>>. Acesso em 2 abr. 2016.

MACHADO, Elisa Campos; CALIL JUNIOR, Alberto; ACHILLES, Daniele (2014). “Mapeamento das políticas culturais nacionais voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil”. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (15º. 2014. Belo Horizonte). **Anais eletrônico...Belo Horizonte**: ECI/UFMG, 2014. p. 2283-2301. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt5>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **A cultura, as cidades e os rios na Amazônia**. Ciência e Cultura. vol.58 n.3 São Paulo Jul/Set. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000300013&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 fev. 2015.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira**. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. p.15-30. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/539/628>>. Acesso em: 13 mar. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

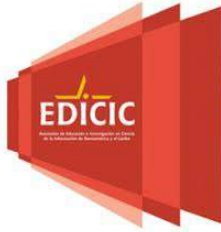
_____. **Urbanização na Amazônia:** o local e o global. In: GEEA: Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos. Manaus INPA, 2010.

SNBP. **Manifesto das Bibliotecas na Amazônia.** Disponível em:

<<http://snbp.culturadigital.br/manifestos/manifesto-das-bibliotecas-da-amazonia/>>. Acesso em: 2 set. 2014.

SISTEMA Nacional de Bibliotecas Públicas. Sistemas estaduais. Disponível em:

<<http://snbp.culturadigital.br/Acesso>>. em 2 set. 2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC – 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**IMPACTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO COMPARTILHAMENTO
DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM ORGANIZAÇÕES
EMPRESARIAIS**

***THE IMPACT OF INFORMATION LITERACY ON INFORMATION AND
KNOWLEDGE SHARING IN BUSINESS ORGANISATIONS***

Selma Letícia Capinzaiki Ottonicar, UNESP

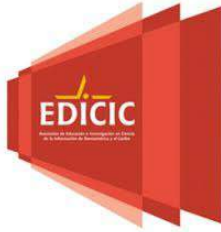
Juliete Susann Ferreira de Souza, UNESP

Cristiana Portero Yafushi, UNESP

Heloá Cristina Camargo de Oliveira, UNESP

RESUMO: Durante as revoluções industriais, a estratégia do mundo empresarial estava voltada para a produção de bens de consumo. No século XX, a partir do surgimento das tecnologias de informação e comunicação, as organizações perceberam que ao compartilhar informação e conhecimento aumentariam sua competitividade. Assim, começaram a investir e a valorizar o capital intelectual a fim de aumentar sua fatia no mercado econômico. Desse modo, a competitividade já não é mais medida pela quantidade de venda de determinado produto ou serviço, mas pela capacidade de buscar e usar informação para gerar conhecimento, além do modo como este é disseminado. Diante deste cenário propõe-se o seguinte problema de pesquisa: a competência em informação pode contribuir com o compartilhamento de informação e conhecimento? O objetivo é realizar uma reflexão a respeito da contribuição da competência em informação para o compartilhamento de informação e conhecimento entre os sujeitos organizacionais. Os procedimentos metodológicos são baseados em uma revisão bibliográfica, considerada a base da reflexão e intersecção entre novos temas. As discussões apontam que a competência em informação fornece meios para que os gestores avaliem as informações disseminadas a fim de tomar uma decisão eficaz e sejam estimulados a compartilhar seu conhecimento. Neste aspecto, destacam-se os padrões e indicadores criados por Belluzzo que são considerados ferramenta para o uso eficiente da informação, por permitir ações de avaliação de todo o processo que envolve o compartilhamento de informação e conhecimento. Contudo, ressalta-se que a relação entre a competência em informação e o compartilhamento de conhecimento é nova no campo da Ciência da Informação e, portanto, necessita de pesquisas que introduzam a área em ambiência organizacional.

Palavras-chave: Compartilhamento de Informação. Compartilhamento do Conhecimento. Competência em Informação.



ABSTRACT: The strategy of business was focused on the production of goods in the Industrial Revolution. In the 20th century, the emergence of information and communication technology influenced organizations. In this new context, organizations realized that information and knowledge sharing would increase their competitiveness. So they valued and invested in intellectual capital to attract more clients. Competitiveness is no longer measured by the amount of products or services sold, but it is based on the capacity to seek and use information to create knowledge. In this scenario, we propose the following research question: Can information literacy contribute to information and knowledge sharing? This paper aims to reflect on the contribution of information literacy to managers' information and knowledge sharing. The methodology is based on a bibliographical review, which is important to reflect and connect new themes. The discussion indicates that information literacy provides resources for managers to value information to take an efficient decision and to share their knowledge. We emphasize Belluzzo's standards and indicators, which are tools to use information and also allow the evaluation of information and knowledge sharing. However, the relationship between information literacy and knowledge sharing is new in Information Science, so the field needs more research in an organizational environment.

Keywords: Information Sharing. Knowledge Sharing. Information Literacy.

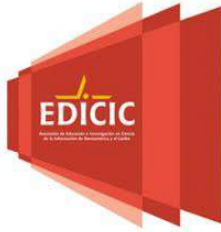
1 INTRODUÇÃO

Com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) as informações se tornaram bens de consumo e, assim, com o acesso a essas tecnologias é possível suprir necessidades de informação de forma rápida e sem limites geográficos.

O ganho de competitividade empresarial, por sua vez, está relacionado com a capacidade de usar a informação para tomar uma decisão eficaz, mas não é qualquer tipo de informação: é fundamental que ela possua qualidade e atenda aos objetivos dos profissionais. A informação circula a todo o momento na organização em diferentes direções, ocorrendo de modo horizontal, entre departamentos, e vertical nos níveis estratégico, tático e operacional.

Entretanto, a informação por si só não consegue gerar a competitividade, para tanto faz-se necessário transformá-la em conhecimento. O conhecimento é o ponto-chave da busca e uso eficaz da informação, processo conhecido como competência em informação (CoInfo).

A aprendizagem se forma a partir da construção do conhecimento e também de sua implementação prática nas empresas. Porém, há que se considerar também o valor do conhecimento teórico para sustentar hipóteses e investigações no âmbito da pesquisa científica. No contexto mercadológico, o objetivo das atividades dos gestores está voltado



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

para o desenvolvimento prático de um produto e/ou serviço, e, portando, sua busca informacional se pauta nesse objetivo.

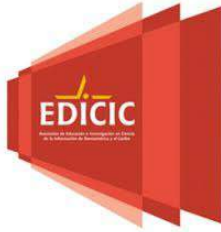
Daí vem adificuldade dos indivíduos em compreender a importância da informação e conhecimento para a empresa, já que não são frutos da criação prática, mas vivem no campo da intangibilidade. Devido a isso, as empresas que sabem lidar com a informação e disseminam conhecimento se destacam em relação a seus concorrentes, criando uma aprendizagem organizacional diferenciada daqueles que não realizam tal prática.

Destaca-se então que, para usar a informação efetivamente e construir conhecimento, é importante ser competente em informação, isto é, saber fazer o uso eficiente das suas habilidades e competências adquiridas no decorrer da vida, a fim de auxiliar em ações futuras.

A CoInfo é um termo relativamente novo, aparecendo pela primeira vez em 1974 com o advogado Paul Zurkowski, presidente da associação industrial da informação (NATIONAL FORUM OF INFORMATION LITERACY, 2016). A partir de então, algumas pesquisas em diversos países voltaram-se para a biblioteconomia e logo atingiram o campo da educação, porém ainda poucas pesquisas relacionam a CoInfo com organizações empresariais.

Este artigo visa explorar, por meio das discussões a serem travadas, a importância da competência em informação no ato do compartilhamento da informação e do conhecimento entre os sujeitos organizacionais, advogando-se que o que ainda se vê dentro de ambientes organizacionais é que gestores não conseguem fazer essa relação e assim acabam potencializando apenas a importância do compartilhamento, se esquecendo de instigar a CoInfo como promotora de práticas mais eficientes de trocas de informação e conhecimento.

Desse modo propõe-se o seguinte problema de pesquisa: De que maneira a competência em informação pode ser aplicada no ambiente organizacional a fim de promover melhores práticas de compartilhamento de informação e conhecimento entre os sujeitos da organização? Nessa perspectiva, se pretende mostrar o valor da competência em informação sob o aspecto do compartilhamento da informação e do conhecimento. Assim, a presente pesquisa possibilita a relação da Ciência da Informação e da Gestão em uma perspectiva interdisciplinar, de modo que ambas contribuam para a construção de novos conceitos, reflexões e interpretações.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2 ARCABOUÇO TEÓRICO

Os conceitos teóricos objetivam a apropriação de conhecimento sobre o assunto abordado, propiciando a demonstração do pensamento de autores reconhecidos pela área e que, de forma direta auxiliaram na consolidação, divulgação e evolução da Competência em Informação. Dessa maneira, adentramos nesse mundo teórico, abrindo assim, uma nova janela para indagações, compreensões e análise de informações significativas no processo explanado a seguir.

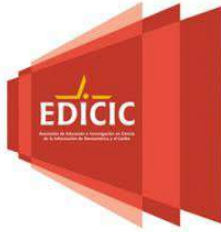
2.1 Compartilhamento de informação e conhecimento

A informação e o conhecimento são fatores de extrema importância para as organizações, porém só nas últimas décadas que tem se destacado no mundo empresarial, bem como na literatura científica com foco em gestão. A partir disso, a informação e o conhecimento começaram a serem visto como um elemento fundamental para as organizações que querem adquirir vantagem competitiva.

O sucesso de uma organização está diretamente relacionado com a aplicação das informações e dos conhecimentos adquiridos pelos colaboradores em um ciclo que se retroalimenta, gerando produtos e serviços inovadores para o ambiente. Nessa nova realidade, advinda a partir do século XXI, cria-se produtos, serviços e processos como meio estratégico para alcançar o diferencial esperado pela organização em meio a um contexto competitivo de mercado.

As organizações precisam, então, aprender a desenvolver estratégias e ações que dinamizem a identificação, seleção, coleta, tratamento, análise e interpretação das informações, como fator de contribuição com a tomada de decisão. Essa atenção voltada à informação, quando combinadas, pode gerar o conhecimento necessário para que os responsáveis pelas decisões as tomem com mais cautela e assertividade possível.

Dessa maneira, muitas organizações modificam seus comportamentos e ações, aderindo à gestão da informação, cujo objetivo está em disponibilizar com maior rapidez e precisão todas as informações que podem ser utilizadas para o desenvolvimento organizacional.



Tarapanoff (2001, p.44) entende que o principal objetivo da gestão da informação é:

[...] identificar e potencializar os recursos informacionais de uma organização e sua capacidade de informação, ensiná-la a aprender e adaptar-se às mudanças ambientais. A criação de informação, aquisição, armazenamento, análise e uso provêm a estrutura para o suporte ao crescimento e ao desenvolvimento de uma organização inteligente, adaptada às exigências e às novidades da ambiência em que se encontra.

Por isso, a gestão da informação procura identificar e potencializar todos os tipos de recursos de informação que uma organização possui de maneira a ensiná-la a aprender e adaptar-se à complexidade e incertezas do ambiente a sua volta.

A informação, quando gerenciada eficientemente, torna-se relevante e contribui de forma significativa para a construção do conhecimento que, por sua vez, poderá potencializar o processo de tomada de decisão, bem como a aquisição de vantagem competitiva.

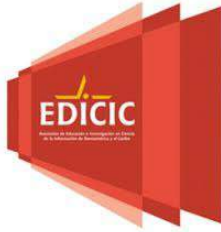
Destaca-se que, para que isso ocorra, o conhecimento deve ser gerenciado eficientemente, objetivando promover a redução de custo, aumentar a capacidade inovadora e melhorar o atendimento aos clientes, tornando a organização diferenciada das demais.

Essa ação está relacionada à gestão do conhecimento, que pode ser definida como sendo

[...] um conjunto de processos que governa a aquisição, a criação, o compartilhamento, o armazenamento e a utilização de conhecimento no âmbito das organizações. Uma organização do conhecimento é aquela em que o repertório de saberes individuais e dos socialmente compartilhados pelo grupo é tratado como um ativo valioso, capaz de entender e vencer as contingências ambientais (ANGELONI *et al.*, 2008, p.2).

Nota-se que as estratégias de compartilhamento de informação e conhecimento dentro das organizações são estratégias de ações que vem ganhando cada vez mais destaque, pois unem toda a aprendizagem que uma pessoa adquiriu ao longo da vida, que quando explicitada para os demais sujeitos da organização, tende a maximizar os lucros da mesma, ajudando-as no seu próprio desenvolvimento e crescimento.

A criação de conhecimento, segundo Nonaka e Takeuchi (1997, p.10-11) é uma maneira de comportamento dos colaboradores da organização, seja em qual nível estratégico se encontra, de poder contribuir para o desenvolvimento da organização. Assim, para que de fato esse processo seja eficiente, é necessário estimular a interação entre os colaboradores a



fim de que estes compartilhem o que sabem e o que aprenderam, como forma de inovar nas tarefas e atividades desempenhadas pela organização.

Esta proximidade entre os colaboradores da organização está relacionada segundo Senge (2004, p.43-44) com a aprendizagem em equipe, isto é, começa-se pelo diálogo entre todos, como forma de expor as informações, conhecimentos, pensamentos e ideias para os demais, a fim de instigar a capacidade crítica de cada indivíduo. Essa ação deve ocorrer em todos os níveis organizacionais, pois só assim, a organização se desenvolve.

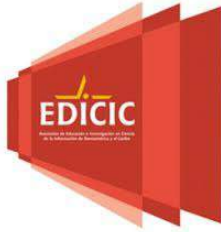
Contudo, a necessidade de saber lidar com as incertezas do mercado e do ambiente tem exigido uma postura mais flexível e dinâmica por parte das organizações. Por isso torna-se tão importante voltar olhares para a CoInfoque, antes de mais nada, mostra que uma pessoa precisa ser competente em informação para saber identificar as suas necessidades informacionais, saber buscar, acessar e usar efetivamente aquela informação necessária que fora transformada em conhecimento.

2.2 Competência em Informação

A Competência em Informação (CoInfo), surge das necessidades dos indivíduos em identificar, buscar e usar a informação de maneira efetiva para atuarem frente a grandes mudanças tecnológicas, comportamentais e sociais que emergiram da Revolução Industrial e influenciam diariamente o contexto dinâmico e competitivovivenciado pelas pessoas e organizações.

Dessa forma, retornaremos ao início, enfatizando a origem da CoInfo com a então terminologia *InformationLiteracy* nos Estados Unidos, tendo como seu precursor o bibliotecário Paul G. Zurkowski, que foi responsável em 1974 pela elaboração do relatório *The informationserviceenvironmentrelationshipsandpriorities*; este relatório abordava a necessidade dos indivíduos/pessoas de se apropriarem de competência (InformationSkills), para manuseio das ferramentas informacionais e identificação das suas necessidades de informação.

Além disso, outros autores ao longo dos anos também contribuíram com a evolução da Competência em Informação, como no decorrer de 1979, quando “[...] Eugene Garfield e Robert Taylor produzem trabalhos em que abordavam a necessidade de haver competências



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

para lidar com recursos informacionais, técnicas profissionais e tecnologias de informação” (SANTOS, 2014, p.91).

Destaca-se que outras expressões foram sendo utilizadas para CoInfo com o avanço das décadas, conforme podemos observar na seguinte declaração:

Muitos são os termos e as expressões utilizados para traduzir o termo original – *information literacy*. Na Espanha, por exemplo, usa-se frequentemente ‘alfabetização informacional’ – ALFIN – (MARZAL; PRADO, 2007; TIRADO, 2010) e, em Portugal, ‘literacia da informação’ (SILVA; MARCIAL; MARTINS, 2007; TIRADO, 2010). No Brasil, foram publicados vários artigos e pesquisas, a partir de 2000, que utilizaram expressões como ‘*information literacy*’, ‘letramento informacional’, ‘alfabetização informacional’, ‘habilidade informacional’ e ‘competência informacional’ para se referir, em geral, à mesma ideia ou grupo de ideias (GASQUE, 2010, p.83).

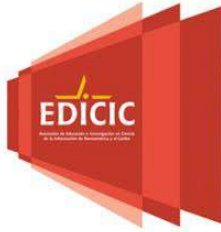
Neste aspecto, ressalta-se o III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências, realizado na cidade de Marília, estado de São Paulo, no ano de 2015, que contribuiu para consolidar a sigla Coinfo (Competência em Informação), corroborando neste âmbito:

A emergência e a importância da **CoInfo** para o Brasil nos últimos anos, indica fortemente a necessidade de compartilhamento de experiências e vivências aplicáveis à realidade brasileira, para o enfrentamento de desafios que exigem e implicam na redução das iniquidades sociais e desigualdades regionais, no que diz respeito às políticas de acesso e uso da informação para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida (CARTA DE MARÍLIA, 2015, p.1).

Mais do que isso, a Coinfo é composta por comportamentos e habilidades dos indivíduos, que empregam ações desde o acesso e uso da informação, almejando sanar sua necessidade de informação e criar conhecimento que possibilite inferir em sua realidade social de maneira inteligente (BELLUZZO; KOBAYASHI; FERES, 2004, p.87).

De acordo com Bruce (2003), a Coinfo consiste em 7 concepções, as quais destacam-se por:

- **Concepção baseada nas tecnologias da informação** – saber usar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) de maneira efetiva, nas demandas de recuperação da informação;

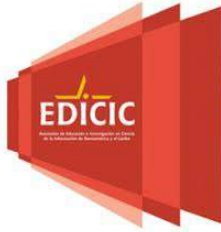


- **Concepção baseada em fontes de informação** – saber localizar a informação nas fontes/bases de informação;
- **Concepção baseada na informação como processo** – estratégias do usuário de como cumprir uma atividade/processo diante de novas experiências que exijam domínio de informação e do conhecimento;
- **Concepção baseada no controle da informação** – a informação é fornecida e controlada pelo sujeito que a adquire, ele poderá usá-la, recuperá-la e trabalhar com a mesma da maneira que achar mais viável;
- **Concepção baseada na construção do conhecimento** – é a construção de conhecimentos do usuário por meio do alicerce/base, a partir de uma nova área de interesse;
- **Concepção baseada na extensão do conhecimento** – propicia novas posturas pessoais como visão de novas percepções, intuições e inovações, que são alcançados por meio do uso da informação de forma competente;
- **Concepção baseada no saber** – o uso da informação de maneira inteligente, resulta em benefícios pessoais, sociais e coletivos para todos os envolvidos nos diversos contextos (BRUCE, 2003).

Belluzzo (2010, p.38) corrobora o termo ao definir a Coinfo nas seguintes palavras:

[...] a competência em informação constitui-se em processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência, em busca da fluência e das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida.

Para que a CoInfo possa alcançar os resultados esperados é necessário que os indivíduos, tanto os emissores quanto os receptores de informação, se empenhem no desenvolvimento de suas habilidades, estejam receptivos para mudanças, voltados para a aprendizagem das ferramentas informacionais, o uso adequado das fontes e bases de dados, bem como as “[...] bases humanas, compartilhando e trocando conhecimento entre os usuários/colaboradores; essa é a técnica atrelada à prática, resultando em tomada de decisões assertivas e mais crítica” (YAFUSHI, 2015, p.205-206). De fato, é uma reforma íntima,



peçoal e mental, com benefícios imensuráveis para o usuário, para a organização e para a própria sociedade.

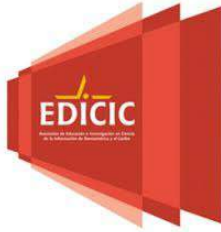
A CoInfo possui padrões e indicadores que servem para orientar e avaliar suas características na atuação dos indivíduos. No Brasil, tem-se a tradução e adaptação de padrões e indicadores internacionais a fim de se adequarem com o contexto do país desenvolvido por Belluzzo (2007).

A partir da análise dos padrões e indicadores Belluzzo (2007) selecionou-se aqueles relacionados com a conjuntura empresarial. Em suma apresentam-se cinco padrões básicos:

- 1) A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação;
- 2) A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade;
- 3) A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes;
- 4) A pessoa competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado;
- 5) A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.

Estes padrões ocorrem simultaneamente e de forma cíclica na rotina diária dos gestores e a base do raciocínio se inicia com a transformação da informação para conhecimento gerando o processo de aprendizagem. Primeiramente a pessoa sente necessidade de determinada informação (P1), acessa/busca as informações em vários locais (P2), verifica a qualidade das informações e suas fontes (P3), usa a informação para tomar uma decisão ou atingir uma meta (P4) e constrói a aprendizagem do seu contexto de atuação (P5).

Além dos padrões e indicadores Belluzzo (2007), em seu quadro teórico Valentim (2004, p.2), aborda a comparação entre Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento e Sveiby (1998, p.156), ressalta os dois focos estratégicos: a informação e o conhecimento; desta forma os autores abordam objetivamente o gerenciamento da informação para a criação

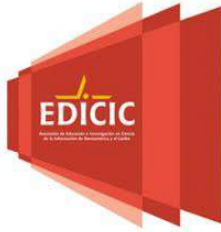


de conhecimento. Ressalta-se que na literatura existem modelos segregados de informação e conhecimento, porém defende-se que informação e conhecimento são indissociáveis e se constituem como elementos de causa e consequência.

QUADRO 1 – Modelo de Compartilhamento de Informação e Conhecimento

Estratégia Orientada para a Gestão da Informação	Estratégia orientada para a Gestão do Conhecimento
<ul style="list-style-type: none"> -Conhecimento vendido como derivativo e vantagens da economia de escala na produção; -Identificar demandas necessidades de informação; - Mapear e reconhecer fluxos formais - Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/ socialização de informação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar demandas e necessidades de conhecimento; - Mapear e reconhecer fluxos informais; - Desenvolver uma cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/ socialização de conhecimento; transformando a velha visão econômica de escala produtiva, para uma nova abordagem: conhecimento vendido como processo;
<ul style="list-style-type: none"> - Investimento em Tecnologia da Informação; - Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, por meio das tecnologias de informação e comunicação; - Criando espaços criativos dentro da corporação; -Investimento em pessoal como desenvolvimento, treinamento e cursos capacitadores;
<ul style="list-style-type: none"> Grande volume e mercado de massa; - Prospectar e monitorar informações; - Coletar, selecionar e filtrar informações; - Tratar, analisar, organizar, armazenar informações, utilizando tecnologias de informação e comunicação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver competências e habilidades voltadas ao negócio da organização; gerindo o volume de clientes, sanando e superando suas necessidades individuais;
As pessoas são vistas como custos	<ul style="list-style-type: none"> - Criar mecanismos de captação de conhecimento, gerado por diferentes pessoas da organização; -As pessoas são vistas como receitas, detentoras de conhecimento;
<ul style="list-style-type: none"> Baixo grau de customização; Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de informação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de conhecimento; atrelado a gestão de alto grau de customização
<ul style="list-style-type: none"> -Lucros crescentes em função da eficiência; -Elaborar produtos e serviços informacionais; - Fixar normas e padrões de sistematização da informação; - Retroalimentar o ciclo 	<ul style="list-style-type: none"> - Fixar normas e padrões de sistematização de conhecimento; - Lucros crescentes em função da eficácia e inovação que o novo conhecimento proporciona; - Retroalimentar o ciclo.

Fonte: Adaptado de Valentim, 2004, p. 2 e Sveiby, 1998, p.156.



Podemos observar que o Quadro 1, traz a complexidade do gerenciamento da informação e todo o seu contexto informacional, proporciona de maneira consolidada a ênfase da necessidade em possuir a competência em informação não apenas no contexto organizacional dos ambientes corporativos, mas, aplicável nos diversos contextos que vivem das suas atividades meios e almejam resultados efetivos, estruturados e promissores. Gerir, compartilhar e criar o conhecimento, é trabalhar a capacidade intelectual, pessoal e social de uma organização e de um grupo de pessoas, que resultam na melhoria econômica e contínua de uma sociedade mais próspera.

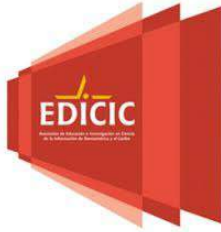
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é baseada em uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa cujo objetivo é o inter-relacionar a Ciência da Informação e a Gestão, demonstrando a interdisciplinaridade entre ambas. De início, realizou-se uma varredura nos periódicos nacionais a fim de encontrar artigos relacionados com tema, bem como livros impressos e sites considerados fontes confiáveis de informação, principalmente por ser de uso comum nas pesquisas científicas.

A revisão bibliográfica tem origem na pesquisa bibliográfica, que segundo Pizzaniet *al.* (2012, p. 56):

Nesse esforço de descobrir o que já foi produzido cientificamente em uma determinada área do conhecimento, é que a pesquisa bibliográfica assume importância fundamental, impulsionando o aprendizado, o amadurecimento, os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento. Para isso, existem diversas técnicas e procedimentos de pesquisas que podem ser empregados para a identificação e localização dos trabalhos científicos já publicados. O passo seguinte deste trabalho consiste justamente em apresentar essa variedade de formas e ações para bem se fazer a pesquisa bibliográfica.

Concordando com Pizzaniet *al.* (2012), Gil (2008) explica que a pesquisa bibliográfica é formada por material desenvolvido por outros pesquisadores a priori como livros, publicações periódicas e obras acadêmicas. Assim, a revisão bibliográfica se constitui de uma pesquisa bibliográfica, porém com uma menor abrangência e contribui para responder ao problema de pesquisa que é baseado em uma reflexão conceitual e serve de base para



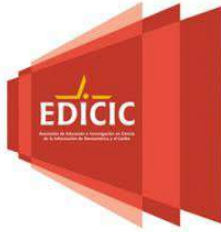
aplicações na realidade.

4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As etapas do modelo (Quadro 1) estão relacionadas com os padrões e indicadores Belluzzo (2007) e, com as Características da Competência em Informação de Vitorino e Piantola (2011, p.109), e com as Fases do Processo de Compartilhamento de Conhecimento de Tonet e Paz (2006, p.81-87) de modo que se torna possível verificar as inferências do processo. Apresenta-se então o seguinte quadro como resultado desta inter-relação:

QUADRO 2 – Inter-relação entre padrões e indicadores e as etapas de compartilhamento de conhecimento

Padrões e Indicadores	Etapas do Compartilhamento de Informação e Conhecimento
Padrão 1 - A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação.	Habilidade de Identificação, busca, uso, análise da necessidade de informação de maneira competente, empregando ações e domínio das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação no contexto informacional, que propiciem ambiente para criação e compartilhamento do conhecimento.
Padrão 2 - A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade.	Inter-relação das experiências cognitivas dos indivíduos como crenças e cultura interna, agregadas às experiências presentes, resultando na capacidade de utilização da informação, compartilhada coletivamente; representada pelas estruturas físicas fomentadoras de treinamentos e desenvolvimento dos desempenhos individuais do profissional competente em informação e de seus usuários, resultando na compreensão, organização, configuração, percepção e criatividade dos sujeitos desde o manuseio até a geração de conhecimento.
Padrão 3 - A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes.	Apropriação da Informação com o objetivo de compartilhamento responsável, ético e justo, agregando valores pessoais, profissionais, sociais e intelectuais. Planejamento da rotina, percebendo a informação como instrumento de vantagem e benefício para eliminação de obstáculos e desafios visando a fomentação do aprendizado e do conhecimento.
Padrão 4 - A pessoa competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um	Por meio, da tomada de decisão conjunta ou individual, a pessoa competente em informação, direciona as mudanças individuais, coletivas e sociais. O processo linguístico e de comunicação requer interesse na



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

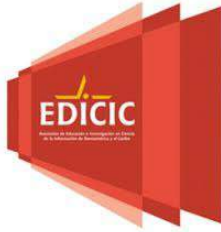
UFMG

objetivo/obter um resultado.	aquisição de conhecimento por parte do usuário para efetiva aprendizagem, mudança de hábitos e valores, além de exercício prático individual ou coletivo, para que não ocorra a auto sabotagem por parte do próprio indivíduo. A visão sistêmica da informação e do discurso propicia contexto enriquecedor para a prática de cidadania, voltada a produção de informações, sob a ótica do compartilhamento de informações significativas, resultando na criação de novos conhecimentos.
Padrão 5 - A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.	A postura correta do profissional (emissor) competente em informação, trabalhando o conhecimento tácito e explícito, que respeita e adere as leis autorais e intelectuais, almejando o acesso em informação de modo coerente, racional e inteligente, para a preservação da memória, gerenciando as competências, suas fontes, os fluxos de conhecimento, os usuários no papel de receptores e a criação de novos conhecimentos nos diversos contextos, onde a informação e o conhecimento se tornam insumo raro de gerenciamento para promover um futuro de eficiência e eficácia para toda a sociedade.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A Competência em Informação (CoInfo), é uma ferramenta estratégica de grande impacto para as organizações, que propicia o empoderamento de informações importantes que geram resultados positivos, estratégias inovadoras, desenvolvimento de novos produtos e serviços, maior demanda e qualidade de mercado, com um preço justo. O Conhecimento compartilhado, distribuído, formalizado, trocado e assimilado pelos colaboradores organizacionais, resulta em uma empresa mais dinâmica, flexível, a frente de sua realidade, focada em novos tempos esuperando as expectativas de seus clientes, fidelizando-os e suprimdo suas carências enquanto consumidores com diferentes características e necessidades.

A Competência em Informação faz com que os profissionais estejam diariamente se atualizando, para além do saber, devem também buscar, acessar, usar a informação e a tecnologia oriunda e empregada neste processo; a CoInfo é um fator determinante de sucesso, seja ele pessoal, profissional, organizacional e social, e é para pequenas, média e grandes organizações que querem manter-se prósperas, ativas e com êxito no seu desempenho; com profissionais qualificados e preparados para agir independente da situação que encontrarão no âmbito corporativo e competitivo.



REFERÊNCIAS

ANGELONI, M. T. (Org.). **Organizações do conhecimento: infra-estrutura, pessoas e tecnologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BELLUZZO, R. C. B. Competências e novas condutas de gestão: diferenciais de bibliotecas e sistemas de informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 23-53.

_____. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELLUZZO, R.C.B.; KOBAYASHI, M. do C.; FERES, G. G. *Information literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento*. **Educação Temática Digital**, Campinas. v. 6, n. 1, p.81-99, dez. 2004.

BRUCE, C. S. Lãs siete caras de la alfabetización en información en la enseñanza superior. **Annales de Documentación**, n. 6, p. 289-294, 2003.

CARTA DE MARÍLIA. In: **III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências**. Marília, 2014. Disponível em:
<http://www.valentim.pro.br/GICIO/Textos/Carta_de_Marilia_Portugues_Final.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DUARTE, E. N.; SILVA, A. K. A. da; COSTA, S. Q. da. Gestão da informação e do conhecimento: práticas de empresa “excelente em gestão empresarial” extensivas à unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.97-107, jan./abr. 2008.

GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 3, p.83-92, set./dez., 2010.

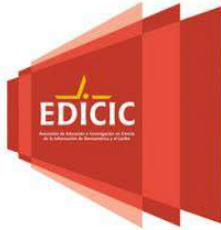
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

KAHANER, L. **Competitive Intelligence: how to gather, analyze, and use information to move your business to the top**. First Touchstone Edition: New York, 1997.

NATIONAL FORUM OF INFORMATION LITERACY. **Paul G. Zurkowski**. Disponível em: <<http://infolit.org/paul-g-zurkowski/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SANTOS, M. R. de S. Competência em Informação no ambiente de trabalho: uma visão sobre o uso de competências do bibliotecário. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v.1, n.2, p.89-112, jul./dez. 2014.

SENGE, M. Peter. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2004.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

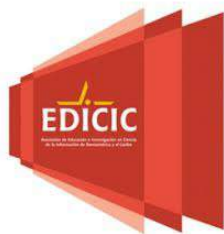
TARAPANOFF, K. **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: UnB, 2001.

TONET, H.C.; PAZ, M. G. T. Um Modelo para o Compartilhamento de Conhecimento no Trabalho. **RAC**, v. 10, n. 2, abr./jun. 2006; p.75-94.

VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências**. 2004. Disponível em:
<http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88>. Acesso em: 21 abr. 2016.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez., 2009.

YAFUSHI, C. A. P. **A Competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP)**. 229f. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Nome da Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**MEDIAÇÃO: INTERDOMÍNIOS ENTRE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E
EDUCAÇÃO**

***MEDIACIÓN: ENTRE DOMINIOS DE CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN Y
EDUCACIÓN***

Leilah Santiago Bufrem, UNESP

Ely Francina Tannuri de Oliveira, UNESP

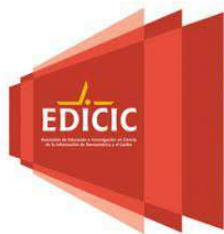
Pollyana Ágata Gomes da Rocha Custódio, UNESP

Resumo: Discute o conceito de mediação como objeto de estudo entre os domínios de conhecimento da educação e da ciência da informação para reconhecer os fundamentos teóricos e as relações que se estabelecem entre os domínios nos quais o termo é utilizado. Fundamenta-se na possibilidade de analisar um espaço comum entre a Educação e a Ciência da Informação, por meio do conceito de mediação, para explorá-lo em suas distinções contextuais e quadros referenciais. Seleciona o objeto empírico a partir de um *corpus* da produção científica de Ciência da Informação, relacionado à Educação, especificamente no que concerne ao conceito de mediação como tratado na literatura a partir da primeira ocorrência do termo nos campos de representação da base Brapci.

Palavras-chave: Mediação. Ciência da Informação. Educação. Interdomínio.

Resumen: Se analiza el concepto de la mediación como un objeto de estudio entre las áreas de conocimiento de la educación y la ciencia de información para reconocer los fundamentos teóricos y las relaciones que se establecen entre las áreas en las que se utiliza el término. Se basa en la capacidad de analizar un compuesto Educación y Ciencia de la Información, a través del concepto de mediación, para explorar en sus distinciones contextuales y los marcos de referencia. Selecciona el objeto empírico a partir de un corpus de literatura científica de la información relacionada con la ciencia a la educación, en concreto, sobre el concepto de mediación como se ha discutido en la literatura desde la primera aparición del término en la representación de los campos de la base de Brapci.

Palabras-clave: Mediación. Ciencias de la Información. Educación. Entre dominios.



1. INTRODUÇÃO

Entre as diversas possibilidades de análise da produção científica, a análise de domínio e das relações que se estabelecem entre domínios é privilegiada neste estudo, pelo qual se procuram as aproximações dos campos da Ciência da Informação e da Educação, por meio do conceito de mediação. Este conceito foi escolhido pela frequência com que tem sido utilizado na produção científica, especialmente a partir da primeira ocorrência da palavra nos campos de recuperação da Brapci. Com essa estratégia, visualiza-se a possibilidade de se configurar um espaço que acolhe as relações entre os domínios dos campos de conhecimento selecionados, assim como de reconhecer os quadros teóricos orientadores da aplicação desse conceito nos domínios que se evidenciam.

A importância do estudo reside no reconhecimento das propostas teóricas edificadoras do conceito e de seu desenvolvimento, como forma de autoconhecimento de um campo científico. O foco no conceito de mediação como promotor desse interdomínio aqui considerado como “espaço de intersecção ou conjunção apropriado por domínios distintos de uma ou mais áreas, de modo a constituir um *lócus* para o estabelecimento de relações interdisciplinares e colaborativas entre estes domínios” (BUFREM, 2015), deve-se ao pressuposto de que um conceito se forja historicamente. Essa formação histórica do conceito a partir de áreas distintas pode convergir para um mesmo significado semântico ou para significados que, devido às peculiaridades dos campos do conhecimento, divirjam em significado.

Concorda-se com a ideia de que os tipos de relações interdominiais manifestam-se objetivamente, não apenas nas escolhas por objetos e temáticas, mas, também, nas trajetórias metodológicas adotadas pelos autores. Desse modo, adquirem significados diferenciados, conforme o contexto do campo de produção científica.

Assim, dependendo do contexto em que ocorrem, dos sujeitos e das instituições envolvidas, o estudo de um interdomínio requer a análise das relações que se efetivam conforme esses elementos articuladores.

Procura-se compreender, portanto, como o conceito de mediação tem sido representado nos artigos da literatura científica publicada na Brapci, em estudos que traduzam a relação entre Educação e Ciência da Informação. Pretende-se distinguir as relações



presentes nos dois campos de produção científica, assim como os referenciais teóricos e a convergência do conceito.

Em vista do exposto, esta pesquisa, de forma geral, objetiva discutir o conceito de mediação como objeto de estudo entre os domínios de conhecimento da educação e da ciência da informação, para reconhecer os fundamentos teóricos e as relações que se estabelecem entre os domínios nos quais o termo é utilizado. De forma específica, se propõe verificar os autores mais produtivos, as categorias temáticas mais frequentes nos artigos que relacionam Educação e Ciência da Informação, mostrar a evolução da produção sobre o tema no período analisado, além de nuclear os periódicos mais receptivos ao tema. Embora reconhecida à complexidade de uma observação que pretenda reconhecer as interlocuções e as relações do interdomínio científico de modo explícito, acredita-se que os referenciais teóricos sejam um indicativo não só das origens epistemológicas do conceito, mas também das convergências conceituais e substantivas a partir dele.

2. A MEDIAÇÃO A PARTIR DE DIFERENTES OLHARES

Ao se refletir sobre as relações entre um campo de conhecimento específico e os que a ele se integram, procura-se compreender como certos conceitos se relacionam no contexto desse interdomínio, como é caso do conceito de mediação. Encontra-se em diferentes campos e domínios, considerando-se aqui o campo científico, segundo a compreensão relacional de Bourdieu, como “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou para transformar esse campo de forças” (1983, p. 22). Assim, esta contribuição pode, indiretamente, contribuir para “constituir teoricamente objetos de investigação” (Lloyd, 1995, p. 25). Esses objetos, no caso o conceito de mediação, somente admitem visões diferenciadas desde que se compreendam os limites disciplinares e as possibilidades de diálogo entre as áreas.

Com essas premissas, este estudo parte de um *corpus* científico registrado na produção periódica, meio reconhecido e valorizado de comunicação científica, para ilustrar a reflexão sobre conteúdos, categorias e opções teóricas das pesquisas, tanto do ponto de vista diacrônico, procurando perceber como evoluiu a ideia de mediação e em que contextos foi utilizada, quanto do ponto de vista sincrônico, analisando as relações presentes entre as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

produções que ocorrem atualmente, graças às possibilidades concretas de análise e interpretação dessas produções oferecidas por instrumentos e fontes de recuperação.

Reconhecendo que toda pesquisa integra teoria e prática, afirmam-se aqui as possibilidades concretas de relacionar domínios por meio de conceitos que revelam as relações que se concretizam nessa produção analisada.

Como se realiza a aproximação entre a Ciência da Informação e a Educação, por meio do conceito de mediação? Esta questão, proposta como motivação inicial, destaca o conceito de mediação sob o olhar da Educação e da Ciência da Informação, para então situar a mediação no interdomínio das duas áreas.

A aproximação da Educação e da Ciência da Informação tem sido analisada em pesquisas sobre a produção científica, especialmente por representar a inescusável relação entre os dois campos do conhecimento. Reconhecendo essas relações, já que são muitos os conhecimentos, as habilidades e as práticas que educadores têm em comum com os profissionais da informação, destacam-se pressupostos teóricos relacionados aos aspectos dos dois campos do conhecimento, em especial os modos como eles se aproximam da realidade social e os conceitos que representam essa aproximação.

O conceito de mediação faz parte desse conjunto, motivando interpretações representativas de correntes diversas e relacionando-se a atividades de ensino-aprendizagem, bem como ao cotidiano de trabalho dos profissionais da informação. Tema recorrente nos estudos da Ciência da Informação e da Educação, graças ao valor adquirido pela cultura nos processos e relações sociais, a mediação cultural vem contribuindo para a construção e consolidação de saberes e fazeres.

Na ótica da Educação, a maneira como a informação é partilhada depende direta ou indiretamente do papel da educação e, conseqüentemente, da mediação adotada em cada grupo social.

Segundo Duarte (1993), o trabalho educativo tem o objetivo de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é histórica e coletiva, de forma intencional e direta. E o mediador precisa compreender os elementos que caracterizam este processo de formação do indivíduo, de modo crítico e consistente.

Assim conceituada, no trabalho em educação, a mediação pedagógica é um processo de comunicação e de construção de significados, que objetiva alargar as possibilidades de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

diálogo e argumento. A sala de aula pode ser vista como um elemento incentivador da interação entre sujeitos, favorecendo a interação que se efetiva pela qualidade da mediação pedagógica verificada naquele contexto seja num ambiente presencial ou a distância, entendendo-se assim que a mediação pedagógica promove o significado dos processos e conteúdos educacionais, assim como estimula a construção de conhecimentos relacionais e contextuais, originados na própria interação.

Na visão de Masetto (2000), a mediação pedagógica está focada na atitude e no comportamento do professor, como promotor da aprendizagem, elo entre o aprendiz e o aprendido, quando se dá o diálogo, o compartilhamento de experiências, o exercício do argumento e a resolução de problemas.

Paulo Freire (2002) destaca em suas obras a questão da mediação no ensino e aprendizagem. Segundo o educador, o ato de ensinar e o de aprender compreendem o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir entrando, como sujeito de aprendizagem, no processo de desvelamento que o docente estimula. Paulo Freire, no conjunto de sua obra, destaca alguns elementos ontológicos e epistemológicos nesse processo, defendendo que a reflexão sobre o homem e a análise do contexto de vida precedem toda ação educativa, assim como é o homem que se pretende educar o fundamento básico se seu método de alfabetização internacionalmente conhecido.

Em síntese, destaca-se assim que a mediação pedagógica deve se fundamentar numa práxis dialógica e numa relação multilateral dos diversos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, interagindo e internalizando a aprendizagem de modo significativo. Assim concebida, como categoria central da dialética, a mediação refere-se ao estabelecimento de conexões por meio de um intermediário.

Essa parece ser também a concepção presente de mediação sob a ótica da Ciência da Informação. A prática de migração, incorporação e apropriação de conceitos de outras disciplinas tem sido historicamente validada pelo discurso, de certo modo consensual, sobre a interdisciplinaridade deste campo científico. Há, entre os autores, uma representação bastante sedimentada acerca do caráter interdisciplinar do campo e de seu objeto de estudo, que vem sendo reiterada pelos pesquisadores nos seus discursos. Dentre os principais teóricos que defendem este pressuposto estão Le Coadic (1996) e Saracevic (1996).



Existe, no campo da biblioteconomia e da ciência da informação, um consenso quanto ao papel da mediação na interação do usuário com o profissional da informação, objetivando o acesso aos recursos informacionais, bem como quanto à pertinência da aplicação dos pressupostos da cognição em alguns processos, a exemplo da representação da informação e do serviço de referência, onde se efetiva a mediação entre usuário, bibliotecário e o sistema de recuperação da informação (SRI).

A mediação, na concepção de Kuhlthau (1993, p. 137), permite às pessoas “fazer conexões, mover-se do concreto ao abstrato, reconhecer a necessidade de saber mais, estudar mais profundamente e obter maior compreensão”. Em seus estudos de usuários, o autor desenvolveu o conceito de zona de intervenção, com a ideia de que, ao aumentar a incerteza do usuário, há indicativos da necessidade de uma ajuda para acomodar a informação. Com base neste pressuposto, a zona de intervenção, para Kuhlthau, é aquela área na qual o usuário da informação pode chegar com a ajuda de um mediador. Em síntese,

mediação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Acredita-se que, tanto para a educação quanto para a ciência da informação, um dos primeiros passos para que se processe a mediação, numa concepção de construção do conhecimento, seria questionar e redefinir os papéis dos sujeitos na relação, para que o docente ou profissional da informação, enquanto participante desse processo, possa analisar sua práxis pedagógica, construindo novas possibilidades de aprendizagem.

É possível também ampliar a concepção de mediação, identificando-a na forma implícita, que segundo Almeida Júnior (2009), ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A intenção de analisar o conceito na literatura periódica que relaciona as duas ciências tornou necessária a constituição de um *corpus*, constituído por artigos extraídos da Base



Brasileira de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), no período de 1972 a 2015.

Utilizando-se o termo mediação para a busca nos campos título, palavra-chave e resumo revocaram-se 255 registros de artigos. Foram então excluídos os editoriais e os artigos não pertinentes, após a leitura dos resumos ou dos textos na sua íntegra, o que reduziu o *corpus* a 207 artigos.

Inicialmente os dados foram organizados em função dos autores mais produtivos sobre o tema mediação.

Para a análise de conteúdo, utilizaram-se as categorias temáticas criadas a partir das relações perceptíveis no conjunto dos 207 artigos analisados na literatura científica, ficando definidas 19 categorias, consideradas como constituintes dos interdomínios entre Educação e Ciência da Informação. As categorias estão apresentadas no gráfico 1, que apresenta os 207 artigos do corpus desta pesquisa, caracterizados por tratarem do tema mediação, classificando-se cada artigo em apenas uma delas e organizando-se um gráfico, para melhor compreensão, com as categorias mais frequentes nos artigos.

Em seguida apresentou-se a evolução temporal da temática, por meio de representação gráfica, mostrando-se e analisando-se o crescimento da produção no tema, no período em estudo, bem como os dados relativos aos periódicos mais receptivos, que cuidam de disseminar os artigos na temática, com as devidas análises.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Destaca-se que as autorias dos artigos são de pesquisadores prioritariamente da área de Ciência da Informação, com base na formação e atuação profissional que se obteve a partir da pesquisa no currículo desses autores no Portal Lattes do CNPq.

As pesquisadoras Aida Varela, Henriette Gomes e Silvana Vidotti apresentam interfaces em sua formação e atuação profissional entre o campo da Ciência da Informação e Educação, além do pesquisador Oswaldo F. de Almeida Jr., presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2014-2016, tendo em vista a ênfase que vem sendo dada ao diálogo entre as áreas correspondentes ao interdomínio analisado.

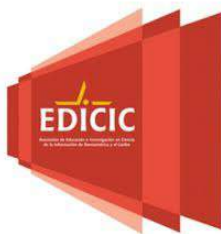


Tabela 1 – Autores mais representados nos artigos da Brapci

AUTORES	FREQUÊNCIA
GOMES, Henriette Ferreira (UFBA)	10
ALMEIDA, Marco Antônio de (USP)	9
CRIPPA, Giulia (USP)	8
MORIGI, Valdir José (UFRGS)	7
ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de (UNESP)	7
FARIAS, Maria Giovanna Guedes (UFC)	7
FREIRE, Isa Maria (UFPB)	6
SANTOS, Raquel do Rosário (UFBA)	5
FERNEDA, Edberto (UNESP)	4
VARELA, Aida Varela (UFBA)	4
VIDOTTI, Silvana Ap.Borsetti Gregório (UNESP)	4
BARBOSA, Marilene Lobo Abreu (UFBA)	3
BELLUZZO, Regina Célia Baptista (UNESP)	3
DUARTE, Emeide Nóbrega (UFPB)	3
MARTELETO, Regina Maria (UFRJ)	3
PINHO, Fábio Assis (UFPE)	3

Fonte: Elaboração dos autores

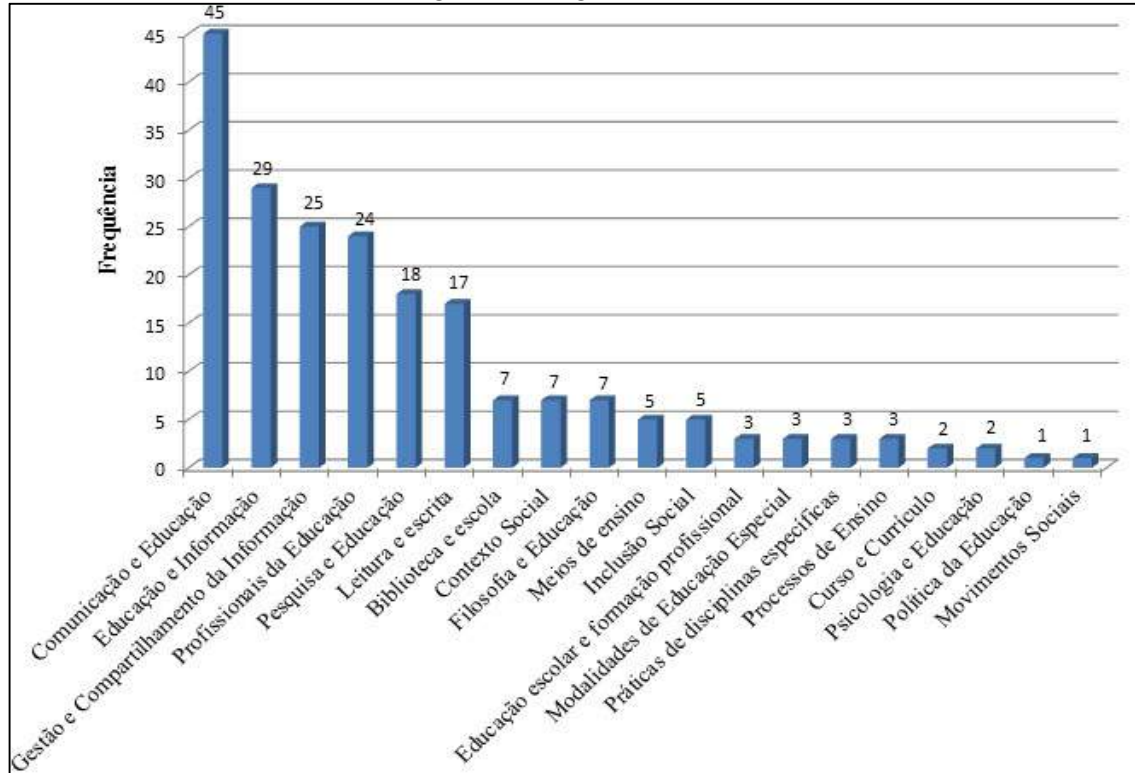
Os pesquisadores Henriette Gomes, Giulia Crippa, Marco Antônio Almeida, Oswaldo Almeida Jr., Maria Giovanna Farias, Aida Varela, Regina Beluzzo, Regina Marteleto atuaram diretamente com ênfase na temática mediação, nas coordenações do GT3 – Mediação, circulação e apropriação da informação do ENANCIB e como membros de linhas e grupos de pesquisa direcionados à pesquisa sobre mediação.

A primeira ocorrência do termo na Brapci foi no ano de 1980, na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, constituindo-se no marco inicial para a análise e revelando oportunamente uma postura crítica pela qual o autor discute as duas dimensões fundamentais do que ele denomina de biblioteca verdadeiramente pública preconizando a síntese dialética entre criação e mediação cultural.

Apresenta-se a tabela 1, com os pesquisadores mais produtivos no tema, encontrados na base BRAPCI, com até três produções.

A seguir, o gráfico 1 apresenta as aproximações dos 207 artigos às diferentes categorias temáticas.

Gráfico 1- Distribuição dos 207 artigos nas categorias temáticas mais incidentes



Fonte: Elaboração dos autores

Observa-se a predominância dos estudos sobre o binômio *Comunicação e Educação* (em 45 artigos), com temas complexos, especialmente relativos às interfaces entre as duas áreas do conhecimento, sempre relacionadas pelo termo mediação. Enquanto tratam de atividades exigidas em todos os campos em que prevalecem as relações humanas e técnicas, essas áreas, embora apresentem aspectos em comum, têm relativa autonomia nos esforços e especificidades que lhes são próprios. Predominam estudos empíricos sobre a mediação e questões relativas às relações do sujeito no processo de comunicação.

As relações entre *Educação e informação* destacam-se em 29 dos artigos, com prioridade para o conceito de mediação relacionado à competência informacional, termo preterido por alguns autores, em favor de letramento informacional (*information literacy*). A constelação de artigos inclui termos como autoaprendizagem, infoinclusão, competências cognitivas, alfabetização em informação e fundamenta-se especialmente no pensamento reflexivo defendido na teoria do conhecimento de Dewey (1979), que descreve o comportamento humano a partir de hábitos integrados, manifestados na conduta. Para o filósofo, os procedimentos de inferência e investigação dependem da aquisição e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

desenvolvimento desses hábitos. Essa teoria se articula com as representações mentais que integram esse processo, apontando para os indicadores de atividade reflexiva, de Zeichner e Liston (1996) e os recursos informacionais no setor educacional e na mediação cultural.

O tema *Gestão e compartilhamento da informação* está presente em 25 artigos, cuja maioria enfoca questões sobre a mediação relacionada a aprendizagem organizacional, educação corporativa, informação no processo cognitivo, interação e cooperação como fontes de competitividade e aprendizagem, modelagem do conhecimento, grupo focal e comunidade de prática, tendo sua incidência a partir do final da década de 1990.

A categoria *Profissionais da Educação* reúne 24 artigos incluindo o tema mediação, com destaque para o papel dos profissionais da informação como mediadores entre usuários e acervos e a leitura em biblioteca, assim como as competências deles exigidas. A contribuição de educadores e profissionais da informação ao processo ensino-aprendizagem extrapola as funções tradicionais da Biblioteconomia. São tratadas questões relativas à administração de recursos humanos, atividades docentes e não docentes e o papel do bibliotecário, considerado como educador, especialmente nos artigos voltados a sua importância e à prática educativa do profissional bibliotecário no contexto escolar, diante de seus desafios na atualidade, das tecnologias de informação nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como de sua inserção na equipe multidisciplinar de ensino a distância, razões suficientes para a revisão do perfil de profissional que se almeja.

Representada por 18 artigos, a relação entre *Pesquisa e educação* volta-se ao conceito de mediação compondo um universo temático que inclui a pesquisa acadêmica desenvolvida pela universidade pública, os cenários, espaços e linguagens dos percursos de formação, as expressões concretas de práticas de mediação inspiradas em tendências teórico-metodológicas e a aproximação entre educação e ciência da informação. Observa-se também essa relação voltada aos recursos bibliográficos necessários aos usuários da informação científica, à normalização inserida na comunicação científica, à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e às práticas interdisciplinares. Apontam-se as discussões para a problematização em projetos articulados em prol do ensino e da pesquisa.

Com 17 artigos no *corpus* analisado, a categoria *Leitura e escrita* expressa significativas relações com o conceito de mediação, incluindo as convergências temáticas com os conceitos de leitura e de escrita, seu desenvolvimento e relações históricas e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conceituais, sua efetividade para a formação intelectual e emocional dos usuários de bibliotecas, assim como seu significado para o processo ensino-aprendizagem. Essa relação converge também para a mediação em espaços de leitura, como bibliotecas, brinquedotecas, bibliotecas escolares e universitárias projetos e práticas informacionais de leitura, estratégias metodológicas para a leitura de textos complexos e mediação na leitura em espaços virtuais.

Os sete artigos sobre *biblioteca e escola* distribuem-se em questões sobre a necessidade de bibliotecas escolares e a superação da ideia de que se constituam em depósitos de livros. Em prol da concretização de organismos vivos nos quais se concretizam as mediações possíveis, os temas envolvem questões também relacionadas à implementação da lei 12244, de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares.

Compondo um conjunto também de sete artigos, a temática relativa ao *Contexto social e ambiental* revela o papel da mediação no cenário contemporâneo, relacionando-se à realidade global com a qual os atores interagem, desenvolvendo suas potencialidades e transformando-se em seu ambiente. Essa dimensão leva em conta o processo de aprendizagem e as condições concretas em que se realizam as ações de inclusão e os resultados dos esforços nesse sentido.

O binômio *Filosofia e Educação* está presente também em sete artigos, predominando o tema da mediação como promotora da democracia, com fundamento na teoria da ação comunicativa de Habermas e no entendimento do sujeito como ator constitutivo do poder político. Necessária para a construção de uma cidadania ativa, com ampla participação social, a mediação favorece a interlocução política de todos os atores que são afetados pela gestão pública.

A temática referente aos *Meios de ensino* está distribuída entre cinco artigos que revelam a predominância dos estudos voltados aos temas relativos à mediação, às questões relacionadas à tecnologia educacional, aos equipamentos didáticos e ao material didático utilizado para aulas.

Presente também em cinco artigos, a categoria *Inclusão social* abrange as relações entre instituições e usuários em condições especiais de atendimento, como idosos, crianças com necessidades especiais e modalidades de educação especial, modos de acolhimento e acessibilidade de usuários, assim como websemântica, modelos de EAD e infoinclusão. Trata



também das competências cognitivas, aprendizagem e alfabetização na inclusão escolar de surdos.

Educação escolar e formação profissional, categoria em que se enquadram apenas três artigos, recai nos processos formativos dos bibliotecários e profissionais da informação e nas práticas de mediação deles decorrentes.

Também com três artigos, as *Modalidades de educação especial* incluem as questões de mediação em ambientes atípicos de educação formal ou não formal, relacionadas também com temas como ambientes virtuais e modelos de inclusão, e websemântica e artigos sobre educação especial e educação profissional.

Com a mesma quantidade de artigos, as *Práticas de disciplinas específicas* expressam uma parcela de experiências consideradas significativas por marcarem tendências perceptíveis quando se analisam as práticas de mediação e os sentidos que adquirem, estimulando o repensar teórico sobre as disciplinas e suas características, assim como fatores para sua criação. Revelam também aspectos práticos do processo de ensino/aprendizagem.

A categoria *Processos de ensino*, com três artigos, trata de aspectos relativos ao aprendizado de estratégias e à aprendizagem baseada em problemas, à mediação e à organização da informação em portais de bibliotecas universitárias. Formas de ensinar a aprender relacionadas com as teorias existentes no campo e os sujeitos no ensino também são analisados, com destaque ao professor como mediador crucial da aprendizagem prática, sua influência no processo de criação e sua atuação em orientações acadêmicas.

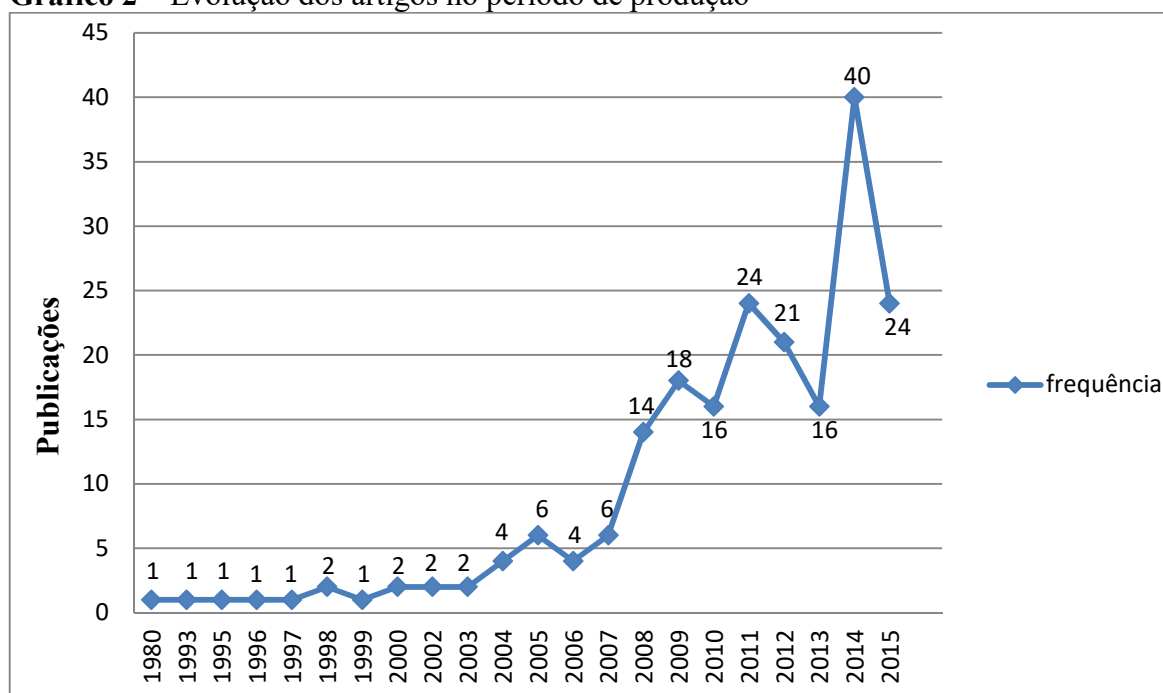
Completam o quadro categorial temas relacionados a *Curso e currículo e Psicologia e educação*, em dois artigos cada um e as duas categorias com apenas um artigo cada, *Política da educação e Movimentos Sociais*.

Compondo-se em diversidade e riqueza de aspectos como se pode observar, a análise é favorecida pelas relações presentes, tornando complexa a interpretação relativa ao processo de produção do conhecimento estudado, representativos das posições no campo. Destacam-se posições como as de Kuhlthau (1996), cujo modelo relativo ao processo de busca de informação, define padrões relacionados aos sentimentos, atitudes e ações relatados pelos respondentes e permite a análise de habilidades, atitudes e conhecimentos a ele relacionados.

Apresenta-se a seguir o gráfico 2, com a evolução temporal do tema mediação, nos diferentes anos. A análise do tema, a partir de sua evolução no tempo, representa marcos

históricos e sugere possíveis influências sobre eles como políticas, eventos, mudanças de paradigmas, contexto, estudiosos com novas propostas, tecnologias e inclusive um “novo olhar” para o conhecimento.

Gráfico 2 – Evolução dos artigos no período de produção



Fonte: elaboração dos autores

Como seria de esperar, observada a linha de tempo disposta no Gráfico 2, o termo mediação adquire expressividade a partir do ano de 2007, e vem tomando espaço nas reflexões dos pesquisadores, principalmente, com a interação cada vez mais assumida pelos autores, entre os domínios relacionados aos campos da educação e da ciência da informação. Sugere-se que essa expressividade tenha sido incrementada a partir do diálogo iniciado entre os pesquisadores da CI da França e do Brasil, a partir da Rede Mediações e Usos Sociais dos Saberes e da Informação (MUSSI), criada em 2004, resultante do intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e franceses, cujo eixo central são estudos sobre a mediação (NUNES; CARVALHO; COUZINET, 2015). A partir de então, diferentes autores são chamados a discutir os processos infocomunicacionais e a noção de mediação nos dois países, com destaque para Viviane Couzinet, Cécile Gardiès, Isabelle Fabre, Patrick Fraysse, Yves



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

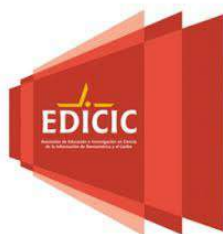
Jeanneret do lado francês, e Regina Marteleto, uma das presenças no grupo de destaque na base Brapci, dentre outros, do lado brasileiro.

O conceito de mediação passou a ser discutido, desde então, em relação às possibilidades de apreensão da informação a partir do uso do documento como elemento central, para o qual converge a noção de significação dada pelo sujeito que busca a informação. Desde o primeiro Colóquio da rede no Rio de Janeiro em 2008, com apoio do ICICT/Fiocruz e do IBICT/UFRJ, tem sido estimulada e produção sobre o tema.

Destaque-se ainda que, nas duas últimas décadas, com o advento de tecnologias inovadoras e diante do conhecimento que passa a ser analisado como rede de relações, especialistas, tanto em educação como em informação, passam a sentir a necessidade de ampliar sua visão da totalidade da ciência e do conhecimento.

Os conceitos se relacionam formando uma rede, que não se aproxima de “esquemas” ou “quadros sinóticos”, previamente elaborados, mas que responde pela estrutura da disciplina e/ou matéria de ensino. Neste sentido, cada disciplina sai do confinamento que lhe foi imposto no afunilamento ocasionado pela divisão em subdisciplinas ou especializações. Como o currículo se compõe de matérias e estas, por sua vez, se desdobram em disciplinas e até em subdisciplinas, impõe-se um movimento contrário, em busca do maior relação entre disciplinas, que estendem suas fronteiras em busca de articulações que respondem pela mediação entre áreas (MACHADO, 1995). Estas questões explicam o crescimento no tema, especialmente nas últimas duas décadas.

Por fim, apresentam-se os principais periódicos que cuidaram de disseminar a temática. Observe-se que, pelo fato de se usar a base Brapci como fonte de dados, os periódicos são, em geral, da área de Ciência da Informação, com presença de periódicos com QUALIS A1 (Informação e Sociedade da UFPB; Perspectivas em CI da UFMG e Transinformação da PUC/Campinas); QUALIS B1 (Informação & Informação da UEL; Ciência da Informação do IBICT; Tendências de pesquisas em CI da ANCIB; Ponto de Acesso da UFBA; Encontros Bibli da UFSC; InCID R. Ci Inf de Doc. da USP/Ribeirão; DataGramZero da ANCIB; Liinc em revista de parceria entre o IBICT e UFRJ, e Em Questão da UFRGS) e uma revista de QUALIS B2, a revista ACB (Ciências Sociais Aplicadas), com publicações na área de Biblioteconomia em Santa Catarina. Assim, da área de Ciência da informação, todas as revistas em que este tema é publicado são classificadas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

como QUALIS A1, A2 e B1, e somente uma B2, indicando assim, que o tema é publicado em revistas de reconhecida qualidade.

Os demais periódicos são de outras áreas, de Comunicação, Educação, Ciências Sociais Aplicadas, tais como, Educação Temática Digital da UNICAMP de QUALIS A1, Reciis da Fiocruz (ciências sociais aplicadas), revista que publica artigos sobre comunicação, informação e saúde de QUALIS B1 e Comunicação & Informação da UFG de QUALIS B2.

Concluindo, as demais áreas também apresentam a disseminação do tema, em revistas de Qualis avançado, portanto relevantes em suas áreas.

Destaca-se ainda que esses periódicos apresentam alta frequência relativa à temática, apesar de sua incipiência. Apresentam-se aqui apenas 16 periódicos, que produziram até 5 artigos no período, do total dos 32 que também publicaram artigos sobre o tema, sendo que 5 deles produziram apenas 1 artigo.

Tabela 2: Periódicos com maior produção no tema

	FREQUÊNCIA
Informação e Informação	25
Informação e Sociedade: Estudos	18
Ci. Inf.	13
Tend. Pesq. bras. Ci. Inf.	14
Em Questão	13
DataGramZero, Rio de Janeiro	12
Perspect. ciênc. inf.	9
Transinformação	9
Educação Temática Digital, Campinas	9
Comunicação & Informação, Goiânia	8
Ponto de Acesso	8
Reciis	8
Revista ACB	7
Encontros Bibli	6
InCID: R. Ci. Inf. e Doc.	6
Liinc em revista	5

Fonte: elaboração dos autores



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender como o conceito de mediação tem sido representado nos artigos da literatura científica publicada na Brapci, procurou-se contextualizar os momentos de aproximação entre a CI e a Educação, nas expressões mais representativas dessa relação na literatura científica periódica. Considera-se a produção científica como construção possível graças a sua relação com a realidade empírica. Os estudos sobre essa realidade são indispensáveis para refletir sobre os problemas científicos. A representatividade do conceito de mediação se verifica em relação às autorias dos artigos, prioritariamente da área de CI, com destaque para pesquisadores cuja atuação apresenta interface entre a CI e a Educação.

Destacam-se como autores mais produtivos Gomes, Almeida Cripppa, Morigi, Almeida Junior e Farias, entre outros.

Também foi possível compreender porque são mais evidentes as questões relativas ao binômio *Comunicação e Educação*, secundado pelas relações entre *Educação e informação*, *Gestão e compartilhamento da informação*, *Profissionais da Educação*, *Pesquisa e educação*, *Leitura e escrita*, *Biblioteca e escola*, *Contexto social e ambiental*, *Filosofia e Educação*, seguidas por outras relações de menor presença. Essa representatividade se verifica num movimento de ascensão do tema no interdomínio, especialmente na década de 2010, embora a primeira ocorrência do termo na Brapci tenha sido no ano de 1980.

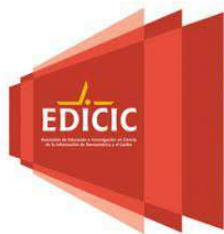
Ainda se mostrou a evolução da produção sobre o tema no período analisado, além de nuclear os periódicos mais expressivos sobre o tema. O reconhecimento de que as revistas mais representativas dessa relação, *Informação e Informação* e *Informação & Sociedade: estudos*, destacam-se na produção sobre o tema mediação sugere que essa distinção se relacione aos aspectos sociais que elas privilegiam.

Colocam-se em pauta, como interesses de discussões futuras, questões apenas perceptíveis nesta primeira aproximação, como aquelas relacionadas aos cenários e horizontes em transformação na área de CI, de modo especial marcados pelos avanços tecnológicos, assim como ao papel de educadores e profissionais da informação, enquanto mediadores capazes de analisar as possíveis articulações entre processos e perspectivas do seu universo desafiante.



6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>.
- BOURDIEU, P. **O Campo Científico**. In: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu – Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- BUFREM, L. S. Configurações da pesquisa em ciência da informação. **DataGramZero, Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, dez/2013. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago14/F_I_aut.htm>. Acesso em: 20 de maio 2015.
- DEWEY, John. **Como pensamos**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.
- DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.
- KUHLTHAU, C. C. A Principle of Uncertainty for Information Seeking. **Journal of Documentation**, v.49, n.4, p.339-355, 1993.
- KUHLTHAU, C. C. **Seeking meaning**: a process approach to library and information services. Norwood, N.J.: Ablex, 1996.
- LLOYD, C. **As estruturas da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática**: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez, 1995.
- MASETTO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, J. M.; MASETTO M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 133-173.
- NUNES, M. S. C.; CARVALHO, K. de; COUZINET, V. Convergências em ciência da informação no Brasil e na França. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB), 2015. ISSN 2177-3688 GT 3 – Mediação, circulação e apropriação da informação.
- SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.
- ZEICHNER K., LISTON, D. **Reflective Teaching**. Mahwah, N. J.: Erlbaum, 1996.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**MEDIAÇÃO CULTURAL E BIBLIOTECA: AÇÕES PARA A APROPRIAÇÃO
CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

***MEDIACIÓN CULTURAL Y BIBLIOTECA: ACCIONES PARA LA APROPRIACIÓN
CULTURAL Y DESARROLLO SOCIAL***

Alessandro Rasteli, UNESP

Rosângela Formentini Caldas, UNESP

Resumo: A partir dos anos de 2000 aumentam os debates em torno dos processos mediadores com foco na Ciência da Informação. Contudo, em equipamentos culturais e informacionais como as bibliotecas as discussões sobre a noção de mediação cultural ainda se encontram embrionárias. Assim, o objetivo está em refletir sobre aspectos ligados a mediação cultural em bibliotecas como cultura e informação, cultura e instituições culturais, cultura e práticas culturais. A pesquisa possui caráter bibliográfico, refletindo acerca de autores que se fizeram pertinentes aos temas abordados, para que se possa avançar na compreensão das bibliotecas enquanto viabilidades na apropriação cultural através das ações mediadoras com foco na ação, animação cultural e patrimônio cultural. Acredita-se que para uma sociedade evoluir torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações pelas instituições culturais com propostas para a inovação cultural, ampliando nossa compreensão de multiculturalismo, de integração social, abarcando também o fenômeno das imigrações. Uma das missões do bibliotecário como mediador cultural é o de fazer dos elementos culturais e artísticos, mediações possíveis num terreno ainda pouco explorado, conectando a biblioteca com artistas, grupos, sujeitos da comunidade e teóricos, constituindo assim, probabilidades de se entrelaçar educação com cultura, artes e informação.

Palavras-chave: Mediação cultural em bibliotecas. Biblioteca – desenvolvimento cultural. Cultura – desenvolvimento social.

Resumen: A partir de los años 2000 el aumento de las discusiones sobre los procesos que median con un enfoque en Ciencias de la Información. Sin embargo, en los equipamientos culturales y de información tales como bibliotecas debates sobre la noción de mediación cultural, son todavía en estado embrionario. El objetivo es reflexionar sobre los aspectos de la mediación cultural en las bibliotecas como la cultura y la información, la cultura y las instituciones culturales, la cultura y las prácticas culturales. La investigación bibliográfica tiene que refleja sobre los autores que han hecho relevante a los temas tratados, de manera que podamos avanzar en la comprensión de las bibliotecas como las viabilidades de apropiación cultural a través de las acciones de mediación se centra en la acción, las actividades culturales y el patrimonio cultural. Se cree que para que una sociedad evolucione convierte en esencial el desarrollo de las acciones de las instituciones culturales con propuestas de innovación cultural, la expansión de nuestra comprensión de la multiculturalidad, la integración social, cubriendo también el fenómeno de la inmigración. Uno de misión del bibliotecario como mediador cultural es hacer que los elementos culturales y artísticos, las posibles mediaciones en una tierra aún poco explorado, que conecta la biblioteca con artistas, grupos, los sujetos de la



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

comunidade e teóricos, sendo por lo tanto probable que se entrelazan a educação com cultura, as artes e a informação.

Palabras-clave: La mediación cultural en las bibliotecas. Biblioteca - desarrollo cultural. Cultura - desarrollo social.

1 INTRODUÇÃO

Após o período da ditadura militar no Brasil, aspirava-se na sociedade um processo de redemocratização, marcado em suma pelas eleições diretas, reformulação da constituinte e reorganização partidária. Concomitante, discutiram-se novos padrões para as bibliotecas, museus e arquivos como espaços privilegiados para a preservação da memória social e difusão de valores culturais que pudessem estar a serviço da coletividade, cumprindo seus verdadeiros papéis de espaços públicos a serviço dos cidadãos.

Esse vislumbre impingido às bibliotecas derivou-se, sobretudo, da experiência francesa e suas políticas culturais a partir dos anos de 1960 e a observação do papel da cultura como fator de desenvolvimento, direito do cidadão, instrumento de inclusão social e ação integrada com potencial transformador, também preconizado pelas ações da UNESCO a partir da década de 1970.

Conclamava-se assim, as bibliotecas como lugares para a democratização cultural, espaços de cultura, de artes, de informações e de lazer, vislumbrando-as como células sociais, com a funcionalidade de promover encontros entre grupos e segmentos diversos da sociedade, em proveito de uma cultura viva.

Durante a segunda metade do século XX, a UNESCO exerceu crescente influência em torno de discussões sobre cultura, difundindo conceitos e terminologias para a orientação de políticas públicas culturais, suscitando temas como patrimônio cultural, diversidade cultural e linguística, multiculturalismo, direitos culturais, identidades culturais locais, gestão cultural e acesso à bens e serviços culturais, entre outros.

A emergência de temáticas como cultura e economia, cultura e desenvolvimento sustentável, cultura e combate às desigualdades sociais nesta atualidade apresentam-se como uma espécie de força motriz, com objetivos de sinalizar entendimentos e soluções para conflitos e tensões políticas, étnicas e sociais.

Ao transpor o foco da cultura para as bibliotecas, em 1994, a UNESCO publica um documento norteador para as Bibliotecas Públicas, fortalecendo-as como instituições de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

acesso local ao conhecimento, fornecendo as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o *desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais* (IFLA/UNESCO, 1994, grifo nosso)¹.

No percurso constitutivo das bibliotecas enquanto espaçossociais de cultura, Henriette F. Gomes (2014) evidencia três paradigmas norteadores das suas existências: o paradigma da conservação cultural, da difusão cultural e da apropriação cultural. Sob esses três paradigmas as bibliotecas foram sendo tecidas como ambientes informacionais, responsáveis socialmente não apenas pela preservação do patrimônio cultural da humanidade, mas também como um espaço agenciador da disseminação da diversidade e expressão cultural, e dos processos de apropriação da informação, geradores da criatividade, da inovação e da geração de sentidos.

Nessa circunstância, a apropriação cultural encontra-se na centralidade da missão das bibliotecas, o que posiciona o usuário e suas necessidades em lugar de relevo no trabalho com as informações, trazendo à tona a importância do papel mediador desse equipamento social e dos profissionais que nela atuam.

De acordo com Mostafa (2012), a partir dos anos de 1990, com a crítica ao fechamento da Ciência da Informação e da categoria Informação, passou-se a falar em Mediação cultural e a entender o conhecimento também artístico ou cultural e não apenas informacional. Desse modo, percebe-se um avanço em estudos e pesquisas em torno da Mediação cultural na Ciência da Informação mais especificamente em meados dos anos de 2000, exemplificando autores como Oddone (1998); Perrotti e Pieruccini (2007); Almeida (2007) e Rodrigues e Crippa (2011).

Edmir Perrotti (2016) esclarece que refletir sobre a noção da mediação cultural torna-se um exercício necessário, já que ela se apresenta como categoria não só cada vez mais presente no país e no mundo, como promissora à análise de questões culturais próprias da contemporaneidade, embora não exclusivamente dela.

Assim, e no que tange mais especificamente à biblioteca, os dispositivos de mediação cultural, ainda para Perrotti (2016) afirmam-se como núcleos produtores de sentidos, com seus processos específicos, linguagens, tecnologias, procedimentos.

¹Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. Disponível em:
<<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>.



Desse modo, temos diante de nós um espaço multifacetado e rico de intervenções na cultura, constituindo-se em problemáticas que se relacionam com a cultura e poder, cultura e instituições culturais, cultura e práticas culturais, cultura e informação, cultura e patrimônio, exigindo das instancias de mediação e dos mediadores posicionamentos claros em face às demandas contemporâneas e suas práticas inclusivas. Além disso, busca-se compreender de que forma as bibliotecas podem contribuir com o processo de salvaguarda da memória coletiva e apropriação do patrimônio cultural e artístico.

Para discutir tais questões, este trabalho resulta de pesquisa de caráter bibliográfico, abordando algumas questões teóricas referentes ao patrimônio cultural e artístico, a valorização da identidade cultural e a integração com a política cultural. Reflete-se acerca de autores que se fizeram pertinentes aos temas abordados, para que se possa avançar na compreensão das bibliotecas enquanto viabilidades na apropriação cultural através das ações mediadoras.

2 BIBLIOTECA, CULTURA E INFORMAÇÃO

A aplicação do termo cultura às sociedades humanas é recente (em torno de 1750), cuja utilização confinada, a princípio, à língua germânica. A palavra alemã *Kultur* apareceu no dicionário de Adelung² em edição de 1793, remetendo o seu significado para enobrecimento, de refinamento das forças espirituais do indivíduo, ou de um povo.

A definição científica de cultura é bastante discutida por diversos teóricos em diversas áreas de atuação acadêmica, prestando-se, dessa maneira, a diversas interpretações. No entanto, Williams (2007, p.117, grifo do autor) argumenta que

Culture é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa. Isso ocorre em parte por causa do seu intrincado desenvolvimento histórico em diversas línguas europeias, mas principalmente porque passou a ser usada para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas intelectuais distintas e em diversos sistemas de pensamento distintos e incompatíveis.

²Johann Christoph Adelung (1732-1806) foi filólogo, bibliotecário, lexicógrafo e germanista alemão. Adelung publicou o dicionário *Grammatisch-kritisches Wörterbuch der hochdeutschen Mundart*, (Dicionário gramatical e crítico da língua alemã, em 5 volumes entre 1774-1786, reimpresso com correções e adições em 4 volumes, 1793-1801).



A história da utilização antropológica do conceito tem origem na definição do britânico Edward Burnett Tylor, quando em 1871 é publicado *Primitiveculture*³, em que Tylor define cultura como o complexo no qual estão incluídos conhecimentos, crença, arte, lei, moral, costume e muitas outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

No Brasil, diz Cascudo (2004) não obtivemos o vocábulo na acepção presente vindo de nenhum país latino. Recebemo-lo dos norte-americanos, etnólogos, antropologistas e especialmente pedagogistas, forma inicial e poderosa da influência intelectual americana na América do Sul. Logo depois, o autor diz que “a cultura compreende o patrimônio tradicional de normas, doutrinas, hábitos, acúmulo do material herdado e acrescido pelas aportações inventivas de cada geração” (CASCUDO, 2004, p.41).

A esfera da cultura é sempre uma fórmula de produção, um domínio dossímbolos. O símbolo tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas, neste sentido, o homem como um animal simbólico tem na linguagem uma das ferramentas imprescindíveis que define a sua humanidade. Não existe, portanto, sociedade sem cultura, da mesma maneira que linguagem e sociedade são interdependentes. Os universos simbólicos nomeiam as coisas, relacionam as pessoas, constituem-se em visões de mundo.

Cultura é o universo do sentido, do significado. É o sentido que o homem projeta no mundo (visão de mundo, filosofia, ciência, religião, etc.), nas relações humanas (organização social, usos, costumes, ética, educação, política, etc.), enfim, é o sentido que o homem dá ao mundo através do seu fazer (arte, técnica, tecnologia, economia, administração, ciência).

A informação social, vertente de estudo no âmbito da Ciência da Informação, tem como eixo central a dimensão sociocultural e histórica do objeto informacional. Os estudos que abarca esta corrente discute a informação como procedimento, fenômeno e artefato da ordem da cultura, sendo contextual e historicamente circunscrita e atrelada à instituição de sentidos e significados para as coisas e fenômenos do mundo.

Ao averiguar a perspectiva da cultura no âmbito dos estudos da informação, Marteleto (2008) parte do entendimento da mesma como “artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura” (MARTELETO, 2008,

³TYLOR, E. B. *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom*. Vol.1. London: John Murray, 1920.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

p.15).Nessa instância, a informação referencia tanto os modos de relação dos sujeitos com a realidade, como os artefatos criados nas e pelas relações e práticas sociais.

De tal modo, a cultura é entendida como um conceito nuclear na apreensão do fenômeno informacional, quando compreendida como:

um sistema dinâmico de estruturas simbólicas e materiais reproduzido socialmente por meio da memória e da tradição, ou mesmo, como um código de informação social que constitui as maneiras próprias de agir, relacionar e representar da sociedade (MARTELETO, 1995, p.4).

A sociedade representa simbolicamente as experiências vividas transformando-as em vários modos de discursos, que por sua vez são significados através da comunicação. Ao situar a informação no domínio da cultura, destaca-se a capacidade de representar simbolicamente o mundo, um elemento que se inscreve no seio dos processos histórico-sociais e instaura relações de atribuição de significados à realidade.

No universo da cultura, as informações podem ser entendidas como formas simbólicas que supõem complexas matrizes de produção, circulação e expressão de modos de produção de sentidos. Nessa noção, as culturas se instalam a partir das informações adquiridas (através da herança cultural) e produzidas.

Para Raymond Williams (1992), a cultura é vivida através de um sistema social que funciona como uma rede de relações de significação realizadas entre instituições, práticas e obras:

Assim, a organização social da cultura é uma gama extensa e complexa de muitos tipos de organização (...). Se aplicarmos isso historicamente, temos a possibilidade de desenvolver métodos sociológicos nas áreas distintas, mas conexas de instituições culturais, formações culturais, meios de produção cultural, artes culturalmente desenvolvidas e formas culturais e artísticas, dentro de nossas definições gerais de produção e reprodução culturais como sistemas de significações realizados e correlatos (WILLIAMS, 1992, p.212).

Para tratar da organização social da cultura, Rubim (2007, p.153) apresenta sete zonas de competências que se relacionam com as práticas sociais do sistema cultural contemporâneo:

1. Criação, invenção e inovação;
2. Difusão, divulgação e transmissão;
3. Circulação, intercâmbio, trocas, cooperação;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão;
5. Fruição, consumo e públicos;
6. Conservação e preservação;
7. Organização, legislação, gestão e produção da cultura.

Nas zonas de competências do sistema cultural, Rubim (2007) elenca os diferentes atores sociais que desempenham os momentos do fazer cultural. A criação, invenção e inovação são representadas pelos artistas, cientistas e intelectuais – agentes que foram, durante muitos anos, pontos centrais das políticas culturais. Os professores e comunicadores seriam os responsáveis pela difusão, divulgação e transmissão, processos vitais para a democratização da cultura. Outro exemplo são os museólogos, bibliotecários e arquivistas, que estariam responsáveis pelo momento da conservação e da preservação cultural. O único momento não profissionalizado do sistema cultural seria a fruição, sendo passível de ser universalizada para um público em geral.

Traçando um paralelo entre as zonas de competências de Rubim e as demandas culturais e artísticas nas bibliotecas, compreende-se que o bibliotecário enquanto mediador cultural tem em seus eixos de atuação as várias zonas elencadas, que vão desde o percurso da produção até a recepção cultural.

No Brasil, há a necessidade dos mediadores culturais colaborarem na democratização cultural, em programas de promoção da leitura e escrita, buscando erradicar com o analfabetismo e o analfabetismo funcional. As bibliotecas constituem-se imprescindíveis ao desenvolvimento de uma sociedade letrada, impondo-se em instituições chave para uma coletividade igualitária, na garantia de um direito básico no exercício do cidadão.

Pensar a noção de desenvolvimento cultural vinculada ao progresso social pressupõe a necessidade de discussões sobre o papel da cultura junto aos processos de desenvolvimento, tanto teoricamente, como em sua aplicação prática por meio de atividades e projetos através dos múltiplos serviços (informacionais, culturais e artísticos) que as bibliotecas podem desenvolver.

O conceito de mediação ganha destaque por sua centralidade nas interações sociais e mediações simbólicas, passando a ser compreendida por Gomes (2014) como uma ação inerente a todo fazer do profissional da informação, dando maior relevo à responsabilidade



social desse agente mediador e também do ambiente biblioteca enquanto espaço de construção de sentidos.

As exigências da apropriação cultural nesta contemporaneidade implicam novas reflexões, abrindo-se em novos fazeres e em novas áreas de estudos para os profissionais de informação, atuando como mediadores culturais.

3 MEDIAÇÃO CULTURAL E BIBLIOTECA

Nas últimas décadas o termo mediação ganhou cada vez mais projeção em estudos e pesquisas na Ciência da Informação (CI). Contudo, ainda que a mediação seja um conceito trabalhado na CI, a mediação, no contexto cultural, ainda se configura como conceito embrionário e premente de uma construção de sentidos mais sólida, como aponta Perrotti (2016, p.7):

definir mediação cultural é uma tarefa que se encontra ainda em processo e não podemos afirmar que, apesar de avanços significativos, já se trata de uma noção dotada de estabilidade, referindo-se a realidades e/ou fenômenos tomados num mesmo e preciso sentido.

Nos espaços sociais, onde atuam os equipamentos culturais e informacionais, as mediações culturais apontam para problemáticas que remetem e interrogam um mesmo e especial objeto: o fazer de sujeitos e/ou instituições que se interpõem entre a criação e a recepção cultural.

Entende-se, a priori, que a mediação cultural se vislumbra em processo concebido como produção simbólica e material que tem lugar na dinâmica interativa circunscrito numa relação de sujeito-sujeito-objeto na construção do conhecimento.

Vygótsky (1991) concede importância fundamental ao desenvolvimento da linguagem, sendo os signos, a palavra, um relevante instrumento na transmissão da experiência histórica do homem. O conhecimento constitui-se numa produção cultural, diretamente relacionada com a linguagem e com a interação social. A mediação é a ação que se interpõe entre sujeito e objeto na aprendizagem, na recepção, na fruição de um bem cultural.

Tébar (2011) diz que ao desenvolver a Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural (TMCE) e da Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM), Reuven Feuerstein



menciona a aprendizagem emergindo de uma relação indivíduo-meio, mediada por outro indivíduo mais experiente, cujas práticas e crenças culturais são comunicadas, promovendo zonas mais amplas de desenvolvimento crítico e criativo, rumo à autonomia cognitiva, decorrente de uma relação mediada.

A mediação está vinculada à comunicação, ao movimento e ao processo de construção de sentidos. O mediador interage entre os sujeitos e as informações, auxiliando na apropriação cultural para a construção do conhecimento.

Nesse sentido, Perrotti e Pieruccini (2007) argumentam que o conceito de mediação cultural se constitui como um conjunto de elementos de diferentes ordens (material, relacional, semiológica) que se interpõem e atuam nos processos de significação.

Nota-se que a mediação se objetiva por meio da comunicação, envolvendo ações, linguagens, suportes, objetos, sujeitos em relações dinâmicas, que para Paschoal (2009, p.22, grifo da autora), “constituem-se e constituem atividades discursivas. Eles dialogam, narram, negociam simbolicamente estratégias e criam performances. Eles articulam e são eles mesmos *dispositivos*”.

Nessa perspectiva, a biblioteca é pensada como dispositivo cultural. Ao abordar a biblioteca considerando seus elementos constituintes como dispositivos, observa-se esse ambiente como espaços sociais de cultura, constituindo-se como lugares de significações.

A consciência de que a biblioteca é um “organismo vivo” realça seu atributo de dispositivo de mediação (GOMES, 2014).

Nesse prospecto, os seguintes dispositivos que necessitam ser pensados nos processos de mediação cultural podem incluir: a biblioteca, as atividades culturais (ação cultural; animação cultural), as políticas culturais, a atuação do bibliotecário como *advocacy*, a interação social (verificando as contribuições dos estudos mediadores de Vygotsky), a gestão cultural (atendo-se para as competências do bibliotecário e o marketing cultural), a diversidade cultural (multiculturalismo), os suportes e linguagens informacionais, os usuários (analisando as diversas faixas etárias, as necessidades informacionais e o comportamento informacional) e a valorização do patrimônio histórico, cultural e artístico (incluindo a noção da herança cultural com criticidade e das identidades culturais).

A mediação cultural constitui-se num sistema de relações fecundas e complexas que se irradiam entre os objetos de conhecimento, os aprendizes (usuários), os



bibliotecários/mediadores, irradiando-se pela cultura, pela história, pelo contexto em que a biblioteca está inserida, assumindo papel relevante ao domínio da construção e fortalecimento da identidade social.

Em síntese, observar a biblioteca atuar como um dispositivo de mediação cultural nos oferece estímulos para a criação de um espaço que exige ser reinventado. Um espaço que pode favorecer os processos de construção da autonomia e da cidadania. Exige-se a expansão da biblioteca para o encontro das vozes abafadas, vozes ausentes que a falta de políticas públicas culturais transformaram-nas sufocaram-nas e transformaram-nas em excludentes.

4 MEDIAÇÃO CULTURAL E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Quais os benefícios que a mediação cultural traria para as bibliotecas? Alguns dos autores pesquisados apontam alguns caminhos. Segundo o depoimento de Edmir Perrotti na obra *Mediação cultural para professores andarilhos na cultura*, a mediação cultural “é experiência, é vivência, é compartilhamento; é participação, ação afirmativa na cultura” (MARTINS; PICOSQUE, 2012, p.135).

Nessa instância, a participação e ação afirmativa na cultura podem ser estabelecidas junto às estratégias com foco nos seguintes eixos de intervenções:

1. Ação cultural;
2. Animação cultural;
3. Patrimônios: histórico, cultural e artístico;

4.1 Ação cultural

A ação cultural diz respeito à criação, ao estímulo para a expressão dos sujeitos. Para Maria C. B. de Almeida (1987) busca a expressão e a criatividade dos indivíduos no grupo e na comunidade.

Está ligada à ideia de transformação, de emancipação, a partir da expressão. Diz respeito não apenas a produtos culturais acabados, como também às condições que levam à capacidade criativa, à produção cultural. Relaciona-se, por outro lado, ao processo de educação coletiva, no momento em que desenvolve atividades práticas e em que abre espaço para a troca de informações e a discussão sobre temas de interesse do grupo.



Para Teixeira Coelho (1988, p.14), a ação cultural é “um processo de ação cultural resume-se na criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem assim sujeitos – sujeitos da cultura, não seus objetos. Seria o ideal”.

No momento em que as bibliotecas mantiverem relações estreita com a comunidade, poderá alcançar a promoção da cultura através da ação cultural, auxiliando assim na formação da cidadania, transformando a comunidade em sujeitos da cultura.

A ação cultural não tem limites de conteúdo: pode ter como campo a Arte, a Política ou a Culinária, por exemplo. O importante é que seja um plano de ação para uma determinada comunidade ou grupo. Mais relevante ainda é que seja um plano desenvolvido pelo próprio grupo.

A biblioteca cumpriria a missão de fornecer os subsídios necessários para o desenvolvimento das ações originadas pelos próprios grupos. Como exemplos pode-se mencionar a realização de um curta-metragem feita pelo grupo, como também a encenação de um espetáculo montado pelo próprio grupo e com o apoio da biblioteca em todas as etapas necessárias.

4.2 Animação cultural

A primeira publicação sobre animação cultural em bibliotecas surgiu em 1982, com artigo de Victor Flusser intitulado: *O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação*. Flusser esboçou a proposta de uma biblioteca viva num processo de democratização cultural, explanando que a formação do bibliotecário como animador cultural deveria ser levado em conta as questões técnicas, humanísticas e suas experiências práticas.

A ideia de animação cultural em bibliotecas está vinculada a atividades de divulgação do livro, incentivo à leitura e de práticas artísticas.

Maria C. B. de Almeida (1987) diz que o conceito surgiu primeiro em referência a atividades próprias das bibliotecas públicas, principalmente das bibliotecas infanto-juvenis, que sempre desenvolveram atividades de extensão ligadas, sobretudo, às áreas da leitura e das artes. Pretendia-se "animar" a leitura, estimulando a criança e o jovem a ler, e utilizar as artes (as atividades de desenho, de pintura, de música, etc.) como "isca" para o livro.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Pautando-se no modelo francês de animação cultural, Suzana Sperry (1987, p.14) disse que a animação cultural “é a denominação dada às atividades desenvolvidas pelos bibliotecários em conjunto com outros membros da comunidade onde a biblioteca estiver instalada, com o objetivo de estimular e aprimorar o gosto pela leitura e artes”.

Os programas de animação cultural englobam múltiplas atividades como “Encontros com o autor”, “Projeção de filmes”, “Hora do conto”, “Dramatizações”, “Encenações de espetáculos”, “Exposições diversas”, “Oficinas de artes”, “Eventos culturais diversos”.

Na mediação cultural, as práticas de incentivo à leitura objetivam alavancar também o processo de produção artística e cultural, articulando diferentes experiências para que ocorra a apropriação cultural, tida como atividade de invenção, apropriação e de produção de significados, assim como observa Chartier (1999, p. 77): “Apropriar-se, portanto, é ação afirmativa, é invenção e criação e não simples recepção mecânica e automática de sinais e mensagens”.

Desde a revolução industrial, eletrônica, informática e digital, as linguagens estão sempre se multiplicando e se proliferando vastamente, independente dos diferentes suportes, meios e canais que as veiculam. Todas essas linguagens estão alicerçadas, de acordo com Santaella (2001), em três matrizes: verbal, visual e sonora. A partir dessas, todas as combinações e misturas são possíveis, verificando-se também, na atualidade, uma multiplicidade de signos que se proliferam especialmente nas ambiências do ciberespaço.

Nessa perspectiva, percebe-se que o ato de ler reporta-se a qualquer produção discursiva: linguística (oral ou escrita), extralinguística (pintura, música, fotografia, propaganda, cinema, teatro etc.) e às novas textualidades decorrentes das tecnologias digitais, de gêneros textuais como *blogs*, *chats*, *e-mails*, comunidades virtuais etc., os quais compõem novas formas de construção de sentidos.

Nas práticas de animação cultural, o incentivo à leitura deveater-se também para o letramento digital, valendo-se dos suportes e linguagens oriundos das novas textualidades, a exemplo da literatura digital e *ose-books*.



4.3 Patrimônios: histórico, cultural e artístico

Ao longo de sua evolução, as bibliotecas assumiram diferentes funções, e independentes de suas tipologias passaram a ser identificadas como organismos culturais, instituições onde se promove a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, preservando os registros do passado (centros de memória).

As bibliotecas podem assumir hoje lugares para a apropriação de diferentes memórias, já que para Nora (1993) a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está sempre em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

O conceito de patrimônio cultural é atual, surge nas últimas décadas do século XX, constituindo, portanto, discurso recente. A preservação do patrimônio nasce da necessidade da criação de espaços que armazenem a memória e ao mesmo tempo em que mantém sua salvaguarda para as gerações futuras.

A regulamentação jurídica do patrimônio cultural brasileiro está previsto na Constituição Federal de 1988, que estabelece que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL. Constituição, 2000).

Observa-se que os bens culturais não se resumem apenas àqueles materializados em objetos físicos, mas que também abrangem o patrimônio cultural intangível ou imaterial, constituído por elementos, como tradições, folclore, lendas, saberes, línguas, festas, comidas, manifestações populares, entre outros.

As comunidades locais possuem vasto e rico patrimônio cultural, porém, nem sempre valorizados e preservados. O patrimônio cultural municipal constitui-se de valor histórico e sentimental, representando as tradições e a memória do município e do seu povo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Embora a cidade seja rica em bens que exprimem sua história e memória, a sociedade em geral e principalmente o poder público, não tem demonstrado interesse em entender o seu sentido e preservá-lo, como aponta Lemos (1981) ao identificar que nunca houve ao longo da história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse.

A valorização e preservação do patrimônio cultural, apesar de constitucionalmente estar a cargo do Estado, deve ter a participação popular e das instituições como museus, arquivos e bibliotecas. Para tal, é necessária a formação de cidadãos que compreendam a importância de preservar e conservar o patrimônio cultural para que possam atuar como disseminadores de informações culturais, fortalecendo não apenas a cultura local, mas, também, mantendo viva a memória coletiva. Para que essas ações possam ocorrer, faz-se necessário o investimento em educação patrimonial por parte desses equipamentos culturais.

Ao estudar o patrimônio cultural urbano e as questões referentes às políticas públicas inerentes a ele, define-se como premissas de atuação:

- a) Identificar, elaborar e propor o tombamento de bens culturais e artísticos;
- b) Contribuir para a formulação de políticas de preservação do patrimônio cultural e artístico local;
- c) Preservar e disseminar os bens culturais e artísticos.

Dentre os elementos que integram o patrimônio cultural, a produção artística assume grande importância justamente por articular, através de obras e manifestações, o universo simbólico de uma determinada sociedade. O legado artístico, de acordo com as especificidades de cada forma de expressão, consiste não apenas das obras de arte, mas também dos documentos relacionados à sua produção. No atual contexto histórico, obras e documentos de arte tornam-se patrimônio artístico de determinada sociedade quando institucionalizados em espaços culturais públicos ou privados, isto é, em coleções de museus, bibliotecas, centros de documentação ou arquivos.

Os acervos das bibliotecas, assim como o repertório cultural (material e imaterial) de uma comunidade necessitam ser preservados, já que representam objetos de conhecimento, cuja salvaguarda propicia a memória de elementos formadores da cultura.



O patrimônio cultural sinaliza a herança comum da coletividade. A conservação da herança cultural torna-se relevante em função da representação desses bens para a formação da identidade cultural da sociedade.

Para Silveira e Reis (2011), as bibliotecas tem em suas funções sociais a missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pela ação racional dos homens. Enquanto lugares de memória, as bibliotecas, principalmente as públicas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dinâmica das sociedades contemporâneas, a cultura tornou-se um dos elementos centrais a partir de sua ligação cada vez mais estreita com o desenvolvimento social. A produção simbólica cultural, em seus diversos níveis (tecnologias de informação e comunicação - TIC's, mídias, grupos, coletividade artística, indivíduos, comunidades, associações, instituições, etc.) é geradora de novas formas de interação, solidariedade, identidades, ação social, apresentando-se como fontes de várias possibilidades de recursos.

A ordem simbólica é o ambiente onde se constitui o humano: ser cultural, social, interpretante, fabricante, cujo acesso ao mundo se dá por meio das significações que institui. Por esta condição, institui-se que a produção simbólica, a produção cultural é nexos prioritários para a emancipação humana em seu conjunto.

Na busca pelo fortalecimento profissional e conceitual da mediação cultural, sobretudo no tocante das suas ações, tem-se a necessidade de debates em diversas instâncias da cultura, tendo como pauta a necessidade de discussões como: profissionalização, avaliação dos processos de mediação, fortalecimento conceitual do campo e em destaque a formação do mediador cultural.

Além da missão de fornecer o acesso às informações em seus múltiplos suportes e linguagens, almejam-se das bibliotecas o desenvolvimento de uma programação ininterrupta, assumindo uma imagem de instituição cultural viva, dinâmica, produtora e difusora das manifestações culturais e artísticas, de espaços para o desenvolvimento de competências de leitura e escrita, de lazer, de entretenimento e apropriação cultural.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Acredita-se que para uma sociedade evoluir torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações pelas instituições culturais com propostas para a inovação cultural, ampliando nossa compreensão de multiculturalismo, de integração social, abarcando também o fenômeno das imigrações. Atualmente, o papel das bibliotecas públicas torna-se de suma importância para a difusão cultural, para o resgate e fortalecimento das identidades culturais, com ações de fomento à leitura, à cultura e às artes, visando desenvolvimento social, cultural e educacional das comunidades.

Uma das missões do bibliotecário como mediador cultural é o de fazer dos elementos culturais e artísticos, mediações possíveis num terreno ainda pouco explorado, principalmente nas bibliotecas públicas, conectando a biblioteca com artistas, grupos, sujeitos da comunidade e teóricos, constituindo assim, probabilidades de se entrelaçar educação com cultura, artes e informação.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista brasileira Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n.1/4, p.31-8, jan./dez. 1987.

ALMEIDA, M. A. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--212.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Porto Alegre: Sagra e Luzatto, 2000.

CASCUDO, L. C. **Civilização e cultura**: pesquisas e notas de etnografia geral. São Paulo: Global, 2004.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com JeanLebrun. São Paulo: Imprensa Oficial; UNESP, 1999.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131 – 138, set., 1980.

_____. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, v. 11, n. 2, p. 230-236, 1982.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

_____. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **Revista Escola Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set., 1983.

GOMES, H. F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.151-163, out./dez. 2014. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000016262/309636095b4361337f5e796c886b3f14>. Acesso em: 20 de mar. 2016.

LEMONS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros passos, 51).

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p.1-8, 1995. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000145/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-580.pdf>. Acesso em: 4 de jun. 2015.

MARTELETO, R. M. Lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.) **Informação e contemporaneidade: Perspectivas**. Recife: Néctar, ECA/USP, 2008.

MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G. **Mediação cultural para professores andarilhos na cultura**. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2012.

MOSTAFA, S. P. Conhecimento, informação e meios de transmissão cultural. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.22, n.3, p. 95-100, set./dez. 2012.

PASCHOAL, S. B. N. **Mediação cultural dialógica com crianças e adolescentes: oficinas de leitura e singularização**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: ECA/USP, 2009.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

ODDONE, N. O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: anova face de um antigo personagem. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.8, n.1, 1998. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000007651/b04b69dbbfe6fc16e7e2c858b54677d4>. Acesso em 04 de mar. 2016.

PERROTTI, E. Mediação cultural: além dos procedimentos. In: SALCEDO, D. A. (Org.). **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.) **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, ECA/USP, 2007.



RODRIGUES, B. C.; CRIPPA, G. A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural? **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, 2011. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000017169/c496239ad1c685dab800df34e29cf20e>. Acesso em: 25 de mar. 2016.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2001.

SILVEIRA, F. J. N.; REIS, A. S. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 37-54, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000010206/2f507188efe6a8f42002f04471f305b3>. Acesso em 22 de mar. 2016.

SPERRY, S. Animação cultural em bibliotecas: quando? como? onde? **Revista brasileira Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n.1/4, p.13-30, jan./dez., 1987.

TÉBAR, L. **O perfil do professor mediador**: pedagogia da mediação. São Paulo: SENAC, 2011.

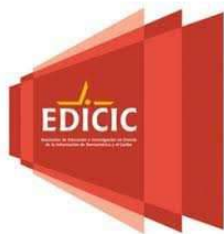
TEIXEIRA COELHO. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção primeiros passos; 216).

UNESCO. Manifesto sobre Bibliotecas Públicas (1994). Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 03 de abr. 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: AFINANDO O FOCO NA ARQUIVOLOGIA

MEDIATION OF INFORMATION: TUNING FOCUS ON ARCHIVOLOGY

João Arlindo Santos Neto, UEL/UNESP
Sueli Bortolin, UEL

Resumo: Discute a mediação da informação no âmbito da Arquivologia brasileira. Parte do pressuposto que na área de Ciência da Informação é a subárea da Biblioteconomia que mais desenvolve pesquisa nessa temática, cabendo a Arquivologia ampliar essa tarefa, visto que as práticas profissionais dessa profissão deixaram de ser prioritariamente técnicas, apenas com o foco no documento. Ressalta que a prioridade nesse contexto também é satisfazer as necessidades do sujeito que busca a informação e o documento, sejam elas, utilitárias, informacionais ou de pesquisa. Aborda a relação primordial dos mediadores e dos usuários de arquivos na apropriação da informação. Relaciona os fazeres arquivísticos com a interferência tão presente na mediação da informação. Conclui que em todas as ações implícitas e explícitas os arquivistas, mesmo que inconscientemente, estão realizando a mediação tão necessária nos dias atuais.

Palavras-chave: Mediação da informação – Arquivologia. Mediação da informação – Arquivista. Mediação em arquivos.

Abstract: It discusses the mediation of the information in the extent of Brazilian Archivology. It leaves of the presupposition that is the subarea of the Librarianship in the area of Science of the Information that more it develops research in this theme, fitting Archivology to enlarge that task, because the professional practices of that profession stopped being priorly techniques, just with the focus in the document. It stands out that the priority in that context is also to satisfy the subject's needs that it looks for the information and the document, be them, utilitarian, informational or of research. Approaches the primordial relationship of the mediators and of the users of files in the appropriation of the information. It relates them do archivist with the interference so present in the mediation of the information. It ends that in all of the implicit and explicit actions the archivists, even if unconsciously, they are accomplishing such necessary mediation in the current days.

Keywords: Mediation Information - archivology. Mediation information - Archivist. Mediation Files. MediatorArchivist.

1 INTRODUÇÃO

A escolha pelo título deste trabalho foi feita a partir da expressão utilizada no teatro, quando “afinar o foco” refere-se a regulação ou posicionamento das luzes em cada cena. Deste modo, a intenção do presente texto é discutir a mediação da informação tendo como norte a



Arquivologia. Costuma-se dizer que a Ciência da Informação (CI) é formada pelas subáreas: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Além delas, a Administração, Filosofia, Economia, Ciência da Computação, Comunicação etc., são apontadas como áreas correlatas.

A mediação é discutida em diferentes campos do conhecimento, mas destaca-se especialmente quando está ligada a área da Educação, Direito, Serviço Social e Psicologia. No entanto, reconhece-se que na CI a mediação, pouco a pouco, tem ganhado espaço e reconhecimento na comunidade científica bem como em sua produção. Um exemplo deste aumento pode ser constatado a partir dos trabalhos publicados no GT-3 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e no principal evento científico da CI no Brasil, o Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). Outra iniciativa é o Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM), já realizada em duas edições.

Sabe-se que existem diferentes pesquisas a respeito de mediação ligadas à Biblioteconomia, possivelmente alguns na Museologia e poucos trabalhos na Arquivologia. Portanto, acredita-se que seja fundamental, mesmo que em caráter inicial e embrionário, reconhecer a mediação da informação no âmbito da Arquivologia.

A Biblioteconomia e Arquivologia, como disciplinas, foram moldadas pelas técnicas, pelos procedimentos e práticas profissionais, em muitos casos com certa exacerbação, isto é, uma supervalorização, norteadas a partir de normas e padrões regulamentados. Quase sempre sem a participação dos usuários e de forma autoritária, pois os profissionais e os instrumentos não são neutros e carregam em si ideologias que interferem em seus fazeres cotidianos.

A maioria das pesquisas em Biblioteconomia considera a informação registrada como objeto de estudo¹. Já a Arquivologia, tende a considerar o documento ou, também, a informação registrada (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012). Durante muito tempo nos equipamentos informacionais, a atenção era maior para o armazenamento dos suportes e não para o usuário, objetivo final dos profissionais da informação. As técnicas de organização, de preservação e guarda dos materiais, muitas vezes não eram relacionadas com o usuário, ou até mesmo, desligadas dele.

¹ Ressalta-se que a defesa em relação ao objeto de estudo da Biblioteconomia é contrária à prevalente na área, pois se considera a mediação no lugar da informação como objeto.



Tendo como ponto de partida pesquisas realizadas por Santos Neto (2011 e 2014²), verificou-se que o usuário está presente no discurso dos bibliotecários como foco de suas atenções. Diferentemente da época com enfoque no paradigma custodial³, pois privilegiava a custódia e a guarda dos documentos, com acervos restritos e sem a possibilidade de consulta e uso.

Este paradigma foi substituído pelo paradigma pós-custodial⁴, marcado pela abertura dos acervos, valorização do acesso e uso desses documentos, isto é, passou-se a reconhecer o usuário como elemento de interação com esses ambientes. No entanto, “Vale lembrar que na literatura especializada de Arquivologia, poucos textos, pesquisas e estudos existem no tocante ao usuário, quer em relação a suas necessidades e interesses, quanto ao seu perfil ou formas de relação com a informação.” (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p.261).

Por pesquisar a temática mediação e acompanhar as publicações a respeito dela, concorda-se com o pensamento anteriormente exposto, de não ser ainda suficiente o número de investigações na área da Arquivologia que mencionam o usuário, seja destacando seu perfil, suas necessidades informacionais ou as formas de interação com os suportes.

Lousada e Almeida Júnior (2013) ainda afirmam que “O conceito de mediação da informação não é discutido na Arquivística, isto porque alguns teóricos acreditam que não há necessidade de tal argumentação, pois estaria implícito nas práticas profissionais.” O mesmo se dá na Biblioteconomia, quando “[...] parte-se da idéia de que é desnecessário conceituar a mediação da informação, como também o é, por exemplo, a informação pública e outros tantos temas da área.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.91).

Portanto, julga-se necessário que os arquivistas se reconheçam como mediadores, pois além de lidar com tabelas e instrumentos de trabalho que direcionam o seu fazer, a interferência em distintos momentos não pode ser negada no seu cotidiano. Por esse motivo é que se almeja o crescimento das discussões e pesquisas na Arquivologia com foco na mediação da informação.

² Santos Neto (2011, 2014).

³ “No paradigma custodial, historicista e patrimonialista, a ideia da preservação e da guarda da memória sempre teve uma prevalência muito grande sobre a ideia do acesso [...]” (RIBEIRO, 2009, p. 27).

⁴ No paradigma pós-custodial, O novo paradigma da CI, em consolidação, pressupõe que o estudo da informação não se confine à prática empírica, composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação, mas assume o imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes. (RIBEIRO, 2009, p. 35).



Ainda que a mediação esteja na essência das práticas dos arquivistas, defende-se também a necessidade de se discutir este conceito, pois a partir disto a mediação seria reconhecida no dia a dia desse profissional. Elucida-se que a mediação da informação ocorre muitas vezes, ou na maioria das vezes, de forma inconsciente, pois nos ambientes informacionais a mediação se dá constantemente, e não é por isso que a discussão em torno dela é colocada em segundo ou terceiro plano.

Ao se referir à mediação, é fundamental reconhecer três elementos que são fundamentais para que ela se “concretize”: Primeiro, o mediador ou o protagonista, conforme denominação proposta por Gomes (2014), em segundo o ambiente (físico ou digital) e em terceiro, e não menos importante, os usuários.

Um aspecto fundamental, seja na biblioteca, seja no arquivo, é saber quem são os sujeitos atendidos pela unidade de informação. Em pesquisa realizada com diferentes gerações⁵ de usuários de bibliotecas Novelli, Hoffmann e Gracioso (2011, p.7) consideram que “[...] um componente essencial para facilitar a mediação da informação é conhecer os usuários, os seus estilos de aprendizagem, suas atitudes e que as suas abordagens devem diferir de acordo com suas principais características.”

Essa também é uma expectativa em relação aos arquivistas. Para Morigi e Veiga (2007, p.32) eles “[...] podem ser agentes mediadores, capazes de implementar critérios que venham a disponibilizar os registros informacionais, possibilitando o acesso destes aos cidadãos.” Portanto, (re)conhecer o(s) usuário(s) no ambiente informacional, e mais especificamente nos arquivos, é condição *sine qua non* ao ato de mediação. Os usuários são muitos, cada um com uma dúvida específica, desejos e curiosidades, necessidades profissionais pontuais etc., entretanto, costuma-se realizar processos e práticas informacionais tendo em vista um usuário idealizado, distante do que a realidade apresenta.

Quando os profissionais da Biblioteconomia e, mais recentemente, os da Arquivologia tendem em afirmar que o foco do seu trabalho é ou está no usuário, colocam-no numa posição privilegiada e, portanto, deve ser (re)conhecido e valorizado no arquivo. Portanto, “[...] é nítido que a Mediação da Informação encontra-se presente em diversos momentos das práticas

⁵ As autoras dividiram a gerações de usuários da seguinte forma: “[...] Veteranos ou Tradicionais (nascidos até 1945), Baby Boomers (nascidos entre 1946-1969); Geração X (nascidos entre 1970-1980); Geração Y (nascidos entre 1981-1990) e Geração Z (nascidos a partir de 1991).” (NOVELLI; HOFFMANN; GRACIOSO, 2011, p.3).



profissionais Arquivísticas, desde a produção até a destinação final dos documentos. Sendo assim, considera-se que há um espaço para a reflexão e a inserção do tema na área.” (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013).

É a partir deste pensamento que se propõe a presente discussão. Longe de serem conclusivos, os discursos aqui explicitados têm a intenção de despertar e incentivar estudos que apontem o arquivo como ambiente em que a mediação da informação está presente.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Mediação é definida de diferentes formas e em diversas subáreas do conhecimento, desde Aristóteles até os dias atuais. Edgar (2003, p.203, grifo do autor) relembra que:

O termo “mediação” pode ter dois significados distintos. Em sua forma mais simples e mais próxima do senso comum, refere-se a qualquer coisa que intervenha entre outras duas coisas. No estudo da **mídia de massa**, a mediação é, portanto, qualquer coisa que (ou qualquer pessoa que) transmita uma mensagem para o público.

Apesar da realização de pesquisas nas áreas mencionadas, apresenta-se a seguir discursos oriundos do diálogo de autores, apenas, da Comunicação e da CI. Para Braga (2012, p.32) “[...] em perspectiva genérica, uma mediação corresponde a um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes.” Este elemento a que se refere Braga, também é entendido como “terceiro” por Davallon (2007) e Marteleto (2009). Desta forma, reitera-se a posição desses autores e defende-se que só existe mediação quando há a presença de um terceiro, estabelecendo a relação entre dois ou mais elementos.

Araújo (2012) propõe que a mediação consiste em “[...] uma intervenção intencional, de um ‘colocar-se entre’ e, por meio justamente desta ação, fazer se relacionarem diferentes sujeitos, instituições e instâncias.” Deste pensamento, compreende-se que a mediação é intencional, é pensada, não é neutra e nem passiva, ela é um posicionamento para que determinadas relações possam ser estabelecidas, sejam essas, relações pessoais ou



institucionais. Portanto, ainda que a mediação seja mais facilmente percebida como uma ação intencional e planejada.

Encaminhando a presente discussão para o foco do trabalho, que é a mediação da informação, apresenta-se a seguir a definição de Almeida Júnior elaborada em 2008 e que foi reformulada pelo próprio autor em 2015.

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.25).

Desse conceito podem-se destacar quatro palavras-chave: **interferência**, **processo**, **apropriação e conflito**. A interferência deve ser aqui entendida como uma ação planejada ou espontânea dos profissionais no sentido de colaborar com diferentes sujeitos em uma instituição (seja ela biblioteca, arquivo ou museu) na busca de informação. Assim sendo, a mediação só ocorre em um processo contínuo, que visa suscitar, nos usuários, novas necessidades. Relaciona-se a este processo, a dialogia apresentada por Gomes (2014), quando diferentes sujeitos estão envolvidos na mediação, compartilham informação, gerando significações.

Quanto à apropriação, ela ocorre no momento em que o usuário atribui significado(s) a informação, portanto é um ato pessoal e singular; variando de indivíduo para indivíduo. Além da forma de apropriação ser diferente em cada indivíduo, ela pode se modificar no decorrer da existência do mesmo.

Por último, o conflito que está no âmago da mediação, uma vez que se compreende a informação não apenas como uma forma de solução de problemas, mas ao contrário, como geradora de dúvidas levando o indivíduo a construir seus saberes, em um movimento pendular com ideias consonantes e dissonantes, assim por diante.

O sujeito responsável pela organização e recuperação documental de um arquivo, isto é, o arquivista, é o protagonista neste cenário e, portanto, mediador.

2.1 Mediador



A palavra - mediador deriva do latim *mediator*, e significa aquele que medeia ou intervém. Em outras palavras, o mediador é o facilitador de uma relação, sendo ela, uma obra, um texto, um documento etc. Conceituar o mediador - é uma tarefa cotidiana, talvez porque parte das pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa Interfaces: Informação e Conhecimento tem comprovado que o ato mediativo é uma obrigação (com toda força que essa palavra possa carregar) para o profissional que atua na CI. Visto que os acervos (do arquivo, da biblioteca e do museu) não devem ficar sem utilização; em oposição a isto, o mediador é o indivíduo responsável por esses espaços e, consciente ou inconscientemente, intervém na vida dos usuários.

Petit (2009, p.149) aponta que “[...] mediador é com frequência um professor, um bibliotecário ou, às vezes, um livreiro, um assistente social ou um animador voluntário de alguma associação, um militante sindical ou político, até um amigo ou alguém com quem cruzamos.” Aqui incluímos o arquivista.

Para Gomes (2014, p.53) o mediador da informação precisa ter disposição, responsabilidade e cuidado⁶ no ato de mediação:

Se por um lado essa tomada de consciência quanto ao papel do mediador por parte daquele que atua no fazer informacional aponta para suas responsabilidades nesse processo, por outro também mostra suas próprias possibilidades enriquecedoras e potencializadoras da sua autorealização, da conquista do seu espaço como um protagonista social.

Em concordância com a autora, é necessário reforçar que os mediadores, nesse trabalho os arquivistas, são cada vez mais, essenciais em uma sociedade que produz e consome informação de diferentes gêneros, com uma rapidez incontrolável e de forma exponencial, “contidas” em diversas tipologias documentais.

No mesmo sentido Bellotto (2014, p.263), após listar as qualificações do arquivista apontadas por diferentes teóricos da área de CI, destaca que ele precisa ter a “[...] capacidade de compreensão e escuta relativamente ao produtor, ao pesquisador e ao cidadão. [...] [e] intervir em toda a cadeia do tratamento documental [...]. A respeitabilidade vem da segurança,

⁶ O ato de cuidar “[...] indica a necessidade de se incluir na agenda de pesquisa da Ciência da Informação estudos sobre a mediação da informação enquanto uma ação relacionada ao cuidado e aos aspectos psicológicos, estéticos e éticos que envolvem esse processo fundamental no trabalho com a informação.” (GOMES, 2014, p.53).



com que age, com que atua no seu *métier*.” Intervir é mediar e isso é que se espera também do profissional da informação.

Nesse contexto, destaca-se que o mediador antes de ser profissional é humano; assim todos os aspectos, entre eles: psicológicos, afetivos, intelectivos, o caracteriza como membro de um determinado grupo de trabalho e interfere na prática de sua profissão. Para que o mediador (em todas as profissões) faça isso de forma ética deve buscar o máximo de neutralidade no momento da mediação, estando consciente de que suas experiências e o seu acervo pessoal facilitam ou dificultam essa relação, além de aligeirar ou não a busca e a localização da informação.

Opondo-se ao senso comum da área, de que a imparcialidade e neutralidade sejam possíveis de serem alcançadas, acredita-se na presença da interferência do profissional da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Constatou-se a interferência do profissional no momento em que se recorda que no seu fazer diário, decisões são tomadas e escolhas são feitas a todo o momento. Portanto, quando o arquivista identifica as tipologias documentais e elabora o plano de classificação, interfere, pois atribui significado ao documento e as informações,

[...] valiosas que os usuários precisam para comprovar seus direitos de cidadania, portanto, **cabem aos profissionais da informação cumprir o papel de mediadores** entre provedores de informação, os usuários e as tecnologias de informação, sendo seu dever elaborar estratégias eficientes de como transformar todo esse manancial de registros em informações acessíveis a todos. (PEREZ; MENEZES, 2007, p.67, grifo nosso).

Assim, o mediador é responsável pela guarda, disponibilização, disseminação e acesso a informação; todas essas ações ocorrem por meio da mediação; mediação aqui entendida no sentido amplo, aquela realizada em todos os espaços de uma unidade de informação, sendo na presença ou não dos usuários.

3 ARQUIVO: AMBIENTE PARA MEDIAÇÕES

Ao reconhecer o arquivo como ambiente de mediação se faz necessário discutir sobre os mediadores e os usuários que estarão envolvidos no processo mediativo. Num arquivo, vários são os mediadores, pois além de arquivistas existem outros profissionais atuando neste



ambiente. No entanto, o foco desta discussão é a mediação realizada pelo arquivista. Essa mediação, conseqüentemente, gera um impacto nos processos e nas práticas profissionais, assim refletir a respeito disto é fundamental.

Os arquivos não são meros armazenadores de documentos. As discussões sobre esses ambientes juntamente com a mudança de paradigma, reconhecem que a informação e o conhecimento, “contidos” nos seus suportes informacionais, também devem ser disseminados, gerando conhecimento. “Essa afirmação é decisiva, visto que se observa uma nova ‘postura’ dessa instituição. O arquivo não é apenas o braço da administração e guardador de memória: é, também, produtor e disseminador de conhecimento.” (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p.166).

É comum relacionar o bibliotecário como o “guardador de memórias”. No entanto, Santos (2013) refuta esta comparação ao dizer que esse discurso “[...] pretensamente carinhoso nos infantiliza e diminui, consideravelmente, o impacto de nossa profissão na malha social, incidindo, inclusive, em nossos baixos salários e na imagem caricata que conservam a nosso respeito.” Deste modo, acredita-se ser possível relacionar o pensamento exposto à realidade dos arquivistas.

A mediação da informação está em distintos momentos na prática do arquivista. A descrição arquivística, a identificação das tipologias documentais, as representações etc., são acompanhadas da interferência do profissional, seja ela consciente ou inconsciente. Para Ferreira e Almeida Júnior (2013, p.162)

[...] no âmbito do procedimento arquivístico, a organização documental arquivística pode apresentar-se como uma ferramenta que prepara a ‘protoinformação’ no âmbito da técnica, visando a sua transformação em uma ‘informação’ no âmbito da relação profissional arquivista - usuário, de onde é possível constatar a progressão: documento (suporte) - organização documental - pesquisador/usuário - apropriação da informação - produção/modificação/alteração de conhecimento.

Almeida Júnior (2007) compreende a “protoinformação” como aquela que ainda não emergiu, “está latente” em vias de existir. Concorde-se com esta concepção de informação por acreditar que ela só se concretiza na relação com o sujeito, isto é, a informação é subjetiva, podendo ou não ser reconhecida e apropriada por ele. Portanto, antes de se relacionar com o



sujeito, ela ainda não poderia ser nominada como informação de fato, mas sim uma protoinformação.

Na esfera dos arquivos há a denominada informação orgânica, que segundo Gama e Ferneda (2010, p.149) “[...] é produzida por entidades, ou seja, indivíduos e instituições no exercício de funções e atividades por meio do registro em documentos de arquivo.” Nota-se que ela, informação orgânica, pode ser fundamental tanto para uma instituição, para um grupo de usuário ou para um único usuário.

3.1 Usuários do arquivo

Essa subseção tem a intenção de afinar o foco nos usuários do arquivo, isto é, o sujeito interagente da mediação na ambiência desse equipamento informacional, pois ainda é necessária a valorização do mesmo. Para Geronimo e Santos Neto (2014, p.300) “Reconhecer a importância do usuário dentro da instituição de arquivo é o primeiro passo para que os estudos de mediação se façam presentes na instituição de arquivo.”

Talvez seja desnecessário destacar que dar acesso a informação arquivística, já não se trata de uma postura empática com os usuários, mas um direito garantido por lei, por exemplo: a Lei de Acesso à Informação (LAI). Vale destacar que os acervos de muitos arquivos são compostos de documentos sigilosos, que possuem caráter probatório, portanto, a livre circulação não é possível.

Ao considerar o arquivo como fonte de informação ou fonte de prova, o usuário tem direito de consultar registros e documentos, portanto não é possível conceber um arquivo, em especial, o histórico que restringe o acesso aos documentos nele existente. Isso nos faz lembrar o filme *Uma cidade sem passado* que nega, por ordem dos poderosos, o acesso ao arquivo à uma estudante interessada em pesquisar o tema *Minha cidade natal durante o III Reich*⁷. A usuária-cidadã, após ser hostilizada e perseguida só consegue acesso ao arquivo, quando vai até ele acompanhada pela imprensa. A persistência da menina acaba por revelar que membros da Igreja, da Prefeitura e demais cidadãos “respeitados” estiveram envolvidos com o nazismo. Este filme foi baseado em fatos reais, mas seu objetivo não é discutir a relação arquivo/usuário e sim a censura, porém aponta-se a inexistência do mediador e o desrespeito ao usuário,

⁷ Filme alemão que teve sua estreia mundial em 15 de fevereiro de 1990, com direção de Michael Verhove.



comprometendo a função ética da instituição e do profissional que nela atua. Além disso, as barreiras criadas na localização do documento/informação impedem a construção de novos conhecimentos e isso é um desserviço à comunidade.

Em decorrência de denúncias como esta, aos poucos as posturas e as concepções foram mudando, deslocou-se o foco do livro e autor, para o leitor, na Teoria Literária; do meio de comunicação para o receptor da informação na Comunicação Social e, mais recentemente e com bastante intensidade, as mídias sociais abrem espaços de “voz” para os internautas.

No mesmo sentido os pesquisadores da temática mediação, entre eles Lousada e Almeida Júnior (2012, p.262) entendem: “[...] o usuário como participante e não como mero receptor, sem possibilidade de interferir ou, de alguma forma, ser sujeito ativo do processo. Ao contrário, ele é o norte, o fim, para o qual todas as ações estão voltadas.” Concorda-se com o pensamento dos autores, pois conceber o usuário como um receptor passivo de informação no contexto atual, é assumir uma postura inadequada desprezando sua capacidade de posicionamento crítico em relação ao que lhe é apresentado, sugerido e mediado.

No ambiente web há algum tempo os usuários não são apenas receptores e leitores dos conteúdos disponíveis, mas (co)produtores e avaliadores dos mesmos. Nesse sentido, Maness (2007) sugere que as bibliotecas precisam se transformar com a comunidade e permitir que os usuários também possam modificá-las. Deste modo, defende-se que o arquivo também dê abertura a seus usuários reconhecendo-os como fator primordial.

Portanto, “[...] o arquivista deve ser um mediador ativo na formação e na construção da memória institucional e coletiva através dos arquivos [...]” (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p.271). Com esse trabalho objetivou-se evidenciar as mediações dos arquivistas, isto é, as ações que possibilitam a apropriação da informação pelos usuários, seja ela com o objetivo utilitarista, informacional ou de pesquisa. Na próxima seção apontam-se algumas possibilidades de mediação do arquivista no âmbito brasileiro.

4 POSSIBILIDADES DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA

Partindo da concordância com Almeida Júnior (2009) de que a mediação se divide em implícita e explícita, isto é, a primeira se enquadra nos fazeres técnicos, no tratamento temático da informação e sem a participação dos usuários e; a segunda, explícita, na relação dialógica



tête-à-tête numa relação de troca, utilizando as mais diversas tecnologias. O trabalho técnico (descrição de documentos) realizado pelos profissionais no arquivo deve ser minucioso e responsável, pois

A atividade de descrição de documentos de arquivos é um meio de o arquivista ter o controle do que tem em seu acervo, do pesquisador conhecer com mais facilidade e profundidade o material que está procurando e de elaborar de um modo padronizado os instrumentos de pesquisa. Os principais tipos de instrumentos de pesquisa são: o guia, o inventário, o catálogo, os índices e a edição de fontes. (ALBUQUERQUE, 2006, p.96).

Portanto, como possibilidades de mediação da informação na Arquivologia inicia-se a discussão a partir da primeira intervenção do arquivista, isto é, o **diagnóstico**. Nesta etapa, o profissional visita e mapeia a organização com o intuito de verificar quais são os documentos a serem trabalhados e qual é volume documental existente naquele ambiente.

Em sequência, aparece a **produção documental**, que se refere à identificação dos tipos documentais, visando à elaboração do plano de classificação, a partir da função que a empresa exerce. Neste processo compreende-se a interferência do arquivista em momentos distintos, pois ao identificar a tipologia documental ele está tomando uma decisão, isso influencia na construção do referido plano.

Outra prática é a **avaliação**, ainda que norteada pela tabela de temporalidade não é uma ação neutra e não pode ser considerada apenas técnica. Ao interpretar um documento, representá-lo e avaliá-lo pensando no usuário, o arquivista está tomando decisões que interferem no resultado e busca do usuário.

Outro processo, mas que agora conta com a presença do usuário, é a **tramitação dos documentos**. Quando o público procura o arquivo em busca de elementos que serão fundamentais para “satisfazer” uma necessidade informacional/documental, o arquivista medeia. Quando estabelece uma relação dialógica, estética, formativa e ética (GOMES, 2014) com seu usuário, demonstra que o seu trabalho é realizado pensando neste sujeito.

Quanto à **transferência**, isto é, o deslocamento de documentos para uma área de reserva, ocorre de modo contínuo, pois os arquivistas identificam os que não estão mais vigentes ou que não precisam ficar mais no arquivo corrente. Em consequência desse processo, ocorre a destinação ou o recolhimento documental, momento em que se desloca o documento



do arquivo corrente para o permanente. Quando permitido, muitas vezes esse documento pode ser eliminado.

A mediação também se faz presente nos processos e nas práticas arquivísticas quando o profissional realiza a **conservação dos documentos** (mantendo o ambiente climatizado, armazenamento adequado e cuidado por profissionais especializados em lidar com esse gênero de acervo etc.). Na restauração ele contribui, pois interfere na possibilidade de acesso a um documento que foi danificado, que antes da sua reconstituição, descontaminação não poderia ser consultado.

No Brasil, existem organizações que realizam a digitalização dos documentos, podendo descartá-los desde que possuam respaldo e certificação jurídica ou transferi-los para outro local de armazenamento, em virtude da falta de espaço nos arquivos e pela necessidade da preservação dos mesmos. No entanto, não há nenhuma previsão legal até o presente momento ou indicação na literatura da área quanto a essas iniciativas.

Não se teve a pretensão de neste item elencar todas as possíveis mediações dos arquivistas, mas elucidar as mais recorrentes nos processos e práticas desses profissionais, sendo nesse trabalho as de caráter implícito, quando acontecem sem a presença do usuário (ALMEIDA JÚNIOR, 2008). O que evidencia-se é a possibilidade de interferência do arquivista em momentos distintos no seu fazer cotidiano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a discussão em torno da mediação focada no arquivo, só pode ser realizada a partir do momento que se reconhece o usuário neste ambiente. Sem a presença, física ou virtual, do usuário não faria sentido o arquivo e o acervo nele armazenado. No entanto, a percepção e valorização do usuário nos arquivos é recente e, conseqüentemente, a discussão em torno da mediação nesses espaços.

A interferência do arquivista é notável, ela não pode ser negada ou ofuscada. Decisões são tomadas pelo arquivista a todo o momento, ainda que em alguns casos elas sejam direcionadas por manuais e instrumentos de trabalhos. A mediação, seja consciente ou não, está no âmago do fazer do profissional da informação/arquivista e, portanto, precisa ser discutida.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Acredita-se que a ambiência dos arquivos “clama” por uma nova ótica em relação ao modo como tem vislumbrado seus usuários. Não mais como meros receptores de informação e documentos, mas como agentes construtores e modificadores desse espaço, que interferem e ao mesmo tempo sofrem interferência do ambiente e daqueles que fazem uso dele.

Como possibilidades de práticas mediacionais no âmbito dos arquivos discutiu-se o diagnóstico, a produção documental, a avaliação, a tramitação dos documentos, a transferência documental, a conservação e as ações que se preocupam com a disposição física do acervo dentro do ambiente físico e, também, no virtual.

Deve-se evidenciar ainda que as mediações quando realizadas, demonstram o comportamento ético do arquivista e seu interesse em interferir positivamente na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G)**. 2006. 188f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J. P. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

ARAÚJO, C. A. A. Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a Ciência da Informação e os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 13., 2012. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANCIB, 2012. Disponível em: <<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19256.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015.



BRAGA, J. L. Circuito versus campos sociais. In: JANOTTI JÚNIOR, J.; MATTOS, M. Â.; JACKS, N. (Org.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 31-52.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo?. **Prisma.com**, Porto, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viewFile/645/pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

EDGAR, A.; SEDGWICK, P. **Teoria cultural de A a Z**: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Contexto, 2003.

FERREIRA, L. E.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 18 n. 1, p.158-167, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1270/1111>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

GAMA, F. A.; FERNEDA, E. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referência arquivística no ambiente digital. **Inf. Inf.**, Londrina, v.15, n. 2, p. 148-169, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7352/7005>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GERONIMO, M. B.; SANTOS NETO, J. A. A mediação no contexto arquivístico: reflexões acerca da arquivística integrada. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO - EPIM, 1., 2014, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2014. p. 288-305. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/wxs6b5w7ryqwwsl/Anais%20completo.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2015.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/pdf_30>. Acesso em: 30 out. 2015.

LOUSADA, M.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação e a Arquivística: aproximações teóricas. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 259-274.

_____. A mediação da informação na teoria arquivística: aspectos epistemológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 14., **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ANCIB, 2013. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/view/4192/3315>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MANESS, J. M. Teoria da biblioteca 2.0: web 2.0 e suas implicações para as bibliotecas. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.17, n.1, p.43-51, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/831/1464>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

MARTELETO, R. M. Jovens, violência e saúde: construção de informação nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS: R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2009. Disponível em:



<<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/751/1393>>. Acesso em: 04 set. 2015.

MORIGI, V. J.; VEIGA, A. Esfera pública informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Inf.&Soc: Est.**, João Pessoa, v.17, n.2, p.31-39, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/9570/5790>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

NOVELLI, V. A. M.; HOFFMANN, W. A. M.; GRACIOSO, L. S. Reflexões sobre a mediação da informação na perspectiva dos usuários. **Biblioline**, João Pessoa, v.7, n.1, p.3-10, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/9570/5790>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

PEREZ, C. B; MENEZES, P. L. O usuário e o direito à informação. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 49-69, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1588/1812>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RIBEIRO, F. **O papel mediador da Ciência da Informação na construção da sociedade em rede**. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/26612>. Acesso em 17 jan. 2016.

SANTOS, C. J. O. **O que ganhamos em sermos éticos?** desafios e oportunidades para a biblioteconomia brasileira. Disponível em: http://www.cfb.org.br/Palestra_O_que_ganhamos_em_sermos%20eticos.pdf. Acesso em: 12 jan. 2016. (Palestra).

SANTOS NETO, J. A. **Mediação Implícita da Informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. 2014. 193f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília/SP, 2014.

_____. **A mediação da informação e a organização do conhecimento**. 2011. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

TOGNOLI, N.B. A arquivística pós-moderna: perspectivas de renovação a partir da redefinição de princípios e conceitos arquivísticos. In: LUNARDELLI, R. S. A.; ARAUJO, N. C.; VIGNOLI, R. G. **Arquivologia: saberes docentes e discentes**. Londrina: Eduel, 2013. p.133-157.

TOLEDO, C. A. A.; GIMENEZ, J. C. Educação e pesquisa: fontes e documentos. In: CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas: Alínea, 2012. p.109-125.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**MEDIAÇÃO SOCIAL E CULTURA DA INFORMAÇÃO: ACESSO E USO DAS TIC
E DA INFORMAÇÃO NOS PROCESSOS DE FRAGMENTAÇÃO DA
SUBJETIVIDADE**

***MEDIACIÓN SOCIAL Y CULTURA DE LA INFORMACIÓN: ACCESO Y USO DE LAS
TIC Y LA INFORMACIÓN SOBRE LOS PROCESOS DE FRAGMENTACIÓN DE LA
SUBJETIVIDAD***

**Sérgio Rodrigues Santana, UFPB
Eliane Epifane Martins, UFPB
Laelson Felipe Silva, UFPB**

Resumo: A construção e utilização de artefatos tecnológicos pelo homem o retrata não apenas como o sujeito que os cria e os utiliza, mas que incorpora nas tecnologias elementos de sua cultura e vice-versa. As Tecnologias da Informação e Comunicação são utensílios tecnológicos e estão presentes em quase todos os espaços sociais e são agregados no processo de construção/manutenção de subjetividade dos sujeitos na Sociedade da Informação. Onde a mediação social entre os sujeitos acontece através da cultura da informação. Contudo, Demo (2000) desmistifica a Sociedade da Informação revelando que seu papel vai além da postura altruísta de informar os sujeitos, pois, na Sociedade da Informação o teor caótico e às vezes se apresenta de forma ambígua e ambivalente. O acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e da informação implica em desenvolvimento social e individual e subjetivo. Contudo, o acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e da informação também pode implicar em efeitos maléficis. Este artigo faz uma reflexão sobre a relação do acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e da informação no processo de fragmentação da subjetividade na cultura da informação. A análise versa no método compreensivo-descritivo-interpretativo. Evidencia as novas formas de quadros neuróticos, psicóticos e narcísicos da pós-modernidade. Se criou neste discurso três categorias de micros realidades: A primeira denomina-se Realidade de Mediação Social e Física, que compreende a realidade onde o sujeito tem o contato físico, subjetivo e simbólicos com as coisas, pessoas e os fenômenos naturais, químicos e físicos. A segunda, Realidade de Mediação Social Digital e Virtual, chamada também de Novo Mundo, ou extraterritorialidade. Nela o sujeito tem o contato físico apenas com a máquina, há contato subjetivo e simbólico com as coisas, pessoas, porém se dá através da disseminação de informação e comunicação digital. Os fenômenos naturais, químicos e físicos ainda são percebidos quando há rupturas biológicas, fisiológicas como fome, sede, adequação ergométrica entre outros. A terceira, Realidade Psicótica Digital, é a realidade subjetiva e simbólica com os personagens, entidades, sujeitos imaginários e fictícios cunhados e situados no mundo e na estrutura cognitiva do sujeito. Este trabalho se apoia no campo epistemológico da Ciência da Informação como área que pode significar e construir pontos convergentes entre os fenômenos citados por meio das teorias pós-modernas e da Revolução da Tecnologia da Informação. Na Sociedade da Informação o uso e acesso da Tecnologias da Informação e Comunicação e da informação inadequado promove a ansiedade do sujeito na busca do prazer no acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e da informação; o sujeito não consegue atender mais as exigências da vida diária por se encontrar *hiper* conectado; há a necessidade de evidência, a aprovação dos pares tendo o *selfie* com a expressão narcísica da Sociedade da Informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Palavras-chave: Mediação Social. Acesso e Uso. Tecnologias de Informação e Comunicação. Informação. Subjetividade.

Resumen: La construcción y uso de artefactos tecnológicos por el hombre retrata no sólo como el sujeto que crea y utiliza, pero incorpora en la tecnología elementos de suya cultura y viceversa. Las Tecnologías de Información y Comunicación son también herramientas tecnológicas y están presentes en casi todos los espacios sociales y se agregan en la construcción / mantenimiento de la subjetividad de los individuos en la Sociedad de la Información . Donde la mediación social entre sujetos también ha pasado por la cultura de la información. Sin embargo, Demo (2000) desmitifica el Sociedad de la Información revelando que su función va más allá de la postura altruista para informar a los sujetos porque en la Sociedad de la Información el contenido caótico también veces se presenta de manera ambigua y ambivalente. El acceso y uso de las Tecnologías de Información y Comunicación y la información implica el desarrollo social e individual y la subjetividad (la identidad). Aunque otro tipo de acceso y uso de las Tecnologías de Información y Comunicación y la información también puede resultar en efectos nocivos. En este artículo se propone una reflexión sobre la relación entre el acceso y uso de las Tecnologías de Información y Comunicación y la información en el proceso de fragmentación de la subjetividad y la identidad en la cultura de la información. El análisis hace uso del método comprensión, descriptivo e interpretativo. Evidenciando las nuevas formas de cuadros psicóticos, neuróticos y narcisistas de la posmodernidad. Por lo que se fue creado en este discurso tres categorías de micro realidades: La primera se llama Realidad de Mediación Social y Físico, que comprende la realidad en la que el sujeto tiene el contacto físico, subjetiva y simbólica con las cosas, las personas y los fenómenos naturales, físicas y químicas. El segundo se llama Digital Realidad Mediación Social y Virtual, la realidad también llamado el Nuevo Mundo, o extraterritorialidad. Aquí el sujeto es el único contacto físico con la máquina, hay contactos subjetiva y simbólica con las cosas y las personas, pero es a través de la difusión de la información y de la comunicación digital. Los fenómenos naturales, físicas y químicas todavía se perciben cuando hay rupturas biológicos y fisiológicos como el hambre, la sed, la aptitud del ejercicio, entre otros fenómenos. La tercera se llama Realidad Psicótica Digital, es la realidad subjetiva y simbólica con los personajes, entidades, sujetos imaginarios y ficticios suegros y situado en el mundo y la estructura cognitiva del sujeto. Este estudio se basa en el campo epistemológico de las Ciencias de la información como un campo de conocimiento que puede significar y construir puntos de convergencia entre los fenómenos citados por las teorías posmodernas y las teorías de la revolución de la tecnología de la información. En la Sociedad de la Información el acceso y uso de las Tecnologías de Información y Comunicación y la información inadecuada promueve la ansiedad y la infelicidad del sujeto en la búsqueda del placer en el acceso y uso de las Tecnologías de Información y Comunicación y la información; el sujeto ya no puede satisfacer las demandas de la vida cotidiana porque el esta hiper conectado; existe la necesidad de pruebas, la aprobación de los compañeros que toman *selfie* con la expresión más ilustrativa como fenómeno narcisista de la Sociedad de la Información.

Palabras-clave: Mediación Social. Acceso y de Uso. Tecnologías de Información y Comunicación. Información. Subjetividad.



1 INTRODUÇÃO

Analisando o discurso Leakey e Lewin (1982), a tecnologia pode ser um simples artefato criado pelos homens nos primórdios de sua história:

[...] um ser humano primitivo pegou um seixo, e com alguns golpes habilidosos transformou-o num implemento³. O que antes fora um acidente da Natureza, era agora uma peça de deliberada tecnologia a ser usada na modelagem de um galho para desenterrar raízes ou para retalhar a carne de um animal morto (LEAKEY; LEWIN, 1982, p. 08).

Neste sentido, se distancia do termo “Tecnologia” do léxico geral, pois no senso comum a terminologia é entendida como qualquer artefato eletrônico, podendo ser uma lâmpada ou até mesmo um *Pen-drive*. E também se distancia do mecanismo termográfico Dicionário Aurélio, que descreve Tecnologia como um “conjunto de conhecimentos, especialmente de princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo da atividade” (FERREIRA, 2001, p.664). Contudo, o sujeito humano não é a única espécie que cria, acessa e utiliza a tecnologia, visto que algumas espécies de primatas, mamíferos e aves também criam e utilizam utensílios tecnológicos (COSENTINO, 2006). Entretanto, a utilização de artefatos tecnológicos pelo homem o retrata não apenas como o sujeito que os cria e os utiliza, mas que incorpora nas tecnologias elementos de sua cultura e vice-versa.

De acordo com conhecimentos fornecidos pela Biologia, Antropologia, Arqueologia, Geologia e Paleontologia (ARRUDA, PILETTI, 1999; COSENTINO, 2006). Os artefatos tecnológicos cunhados por nossos ancestrais tinham o objetivo do auxílio da alimentação, no processo de caça, pesca e coleta até o corte, o desmembramento, o quebramento de ossos e a raspagem da carne dos alimentos animais, como também a quebra de duras cascas de frutos ou sementes. Por meio destes fenômenos, a dieta humana se intensifica o que vai implicando na evolução considerável da massa encefálica. Assim, do processo de caça ao corte, e da degustação em si, está intrínseca uma complexa rede de eventos que passa a intensificar as trocas sociais entre os sujeitos de um grupo organizado. Para alguns estudiosos as estratégias resolução de problemas promovem o fenômeno da socialização ancestral e contribuíram para adaptações como: o aumento do volume do crânio, o surgimento da linguagem, do pensamento abstrato e da consciência (COSENTINO, 2006).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Neste sentido, o crescimento cerebral, a organização social, a transmissão de conhecimentos e a fabricação e a utilização de artefatos tecnológicos também estão ligados ao processo de evolução cultural e biológica que, por sua vez estão submersos em um processo de construção subjetiva humana, ou seja, do desenvolvimento do sujeito psicológico (COSENTINO, 2006). Recorrendo a Izar (no prelo) e Cosentino (2006) percebemos que as condições ambientais que implicam na pressão seletiva do desenvolvimento humano de hoje, são muito distintas das condições enfrentadas pelos nossos ancestrais. O cenário contemporâneo tem influências da técnica da agricultura, iniciadas há cerca de dez mil anos, que reconfigurou o modo de vida caçador-coletor para o agrícola, e posteriormente da agricultura para a indústria. Contemporaneamente, informação e conhecimento ocupam lugar de destaque nas agendas de pesquisa e produção científica, bem como nas esferas políticas e de desenvolvimento econômico.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são também utensílios tecnológicos e estão presentes em quase todos os espaços sociais e são agregados no processo de construção/manutenção de subjetividade (identidade) dos sujeitos contemporâneos. Para Silva (2014, p.165) no âmbito da SI a “[...] subjetividade ganha importância em virtude de sua concatenação com as diversas temáticas tais, como: identidade, ideologia, ontologia, pensamento, cultura, linguagem, dentre outros.” No contexto da SI as TIC se caracterizam como objetos do desejo, os bens materiais e simbólicos utilizados na busca do prazer. Quando relaciona subjetividade e SI infere-se dizer que esta relação emerge no contexto da TIC devido ao caráter ideológico do discurso social recente, como também no conjunto de crenças de um grupo que produzem e negociam os sistemas de informação (SILVA, 2014).

De acordo com Coimbra (1995), a subjetividade é algo congruente ao tempo e espaço que cada sujeito está inserido. Ou seja, os dispositivos sociais, culturais, políticos que existem em um determinado tempo e espaço que passam a produzir os modelos consensuais de comportamentos. Deste modo, se destaca as TIC como os dispositivos sociais, culturais, políticos, e a SI como tempo e espaço que produz os modelos consensuais de subjetividade e comportamentos. As TIC compreendem-se um conjunto de recursos tecnológicos que se integram entre si por meio *hardware e software* cujo resultado é a mediação dos processos informacionais e comunicativos entre os sujeitos. Assim, a mediação dos processos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informacionais e comunicativos entre os sujeitos por meio das TIC podem possibilitar de forma positiva a construção/manutenção de subjetividade (identidade) (OLIVEIRA, 2004).

A produção (criação), acesso e uso das TIC são ideologias que marcam a Sociedade da Informação (SI) e que a configura contexto social democrático. Contudo, Demo (2000) desmistifica a SI como o Shangri-La, revelando que seu papel vai além da postura altruísta de informar os sujeitos. Ele argumenta que na SI, o teor caótico também se fortalece às vezes se apresentando ambígua e outras vezes ambivalente. Para Demo (2000) esse paradigma se fortalece também através do objetivo de (des) informar os sujeitos nela inseridos, uma vez que o fluxo de informação é vertiginoso, imperioso, duvidoso e às vezes manipulador. A ideologia capitalista também está nos entornos de seus fenômenos de produção, disseminação e democratização da informação, como também na produção, acesso e uso das TIC (DEMO, 2000). Neste sentido, o sujeito é um convidado para submergir no fluxo de informação na ideologia capitalista que fortalece o consumo dos bens materiais (TIC) e simbólicos (Informação). Para Demo (2000) a habilidade de lidar com a ambivalência do acesso e uso das TIC, como também da (in) formação e com SI em si, podem tornar o sujeito reflexivo quanto ao seu deslocamento e permanência na nuvem.

Contudo, quando há o risco de deslocamento do sujeito? Qual é o papel da Ciência da Informação (CI) no que se refere aos estudos que fazem referência aos fenômenos de deslocamento na cultura da informação? Este artigo propõe fazer uma reflexão sobre a relação do acesso e uso das TIC e da informação no processo de fragmentação da subjetividade e identidade na cultura da informação. A análise que permite fazer essa reflexão versa no método compreensivo-descritivo-interpretativo como predominante para uma nova compreensão (MASINI, 2004). Pois, ela analisa o contexto social, o papel do sujeito, seus comportamentos e suas representações na composição social das realidades. Neste sentido, o método revela novos fenômenos sociais e individuais mediante as representações atribuídas pelos sujeitos a partir do comportamento e subjetividade na Mediação Social (SILVA, 2013). Evidenciando, em especial, as novas formas de quadros neuróticos, psicóticos e narcísicos da pós-modernidade.

Para isso se criou neste discurso as três categorias de micro realidades: Realidade de Mediação Social e Física, Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual, e Realidade Psicótica Digital. Entretanto, não se pretende discutir neste artigo os fenômenos neurose,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

psicose e narcisismo de forma profunda, fenômenos contraproducentes que emergem na Mediação Social por meio da Cultura da Informação pela utilização inadequada das TIC. Pois, este trabalho se apoia no campo epistemológico da Ciência da Informação (CI) como área do saber que pode significar e construir ponto de convergência entre os fenômenos citados, por meio das teorias pós-modernas, geradas no campo da arte e da literatura nos anos 60 e difundidas no contexto acadêmico em 1979, tendo como marco a obra 'A Condição Pós-Moderna', de Jean-François Lyotard. As obras pós-modernas fazem análises de fenômenos sociais e individuais que norteiam a vida no contexto atual. E destacam também as TIC, como mecanismos, que afastam os sujeitos de um relacionamento de Mediação Social genuíno, sendo as vilãs desta conjuntura social (LEITÃO, NICOLACI-DA-COSTA, 2003).

Este estudo se apoia igualmente nas teorias da Revolução da Tecnologia da Informação, com a obra, em seus três volumes, 'A sociedade em rede', 'O poder da identidade' e 'Fim de milênio' de Manuel Castells, a obra como um todo faz parte do campo teórico atual (LEITÃO, NICOLACI-DA-COSTA, 2003). Situando assim as mudanças sociais criadas pelas tecnologias, que se dão pelo papel da informação como insumo, pelo grau de penetração das TIC e a lógica em rede. Fatores que abrangem os três aspectos trabalhados por Silva (2014) acerca da subjetividade da informação: 1) organização, acesso e disseminação da informação através das TIC; 2) a implicação econômica, política e cultura e seus reflexos para a sociedade e 3) a aplicabilidade social, que emerge dos dois primeiros pontos citados.

Para Santana (2016) na fenomenologia da informação se considera também as questões cognitivas que emergem dos aspectos subjetivos, grupais, sociais e culturais. Neste sentido, destacam-se essencialmente os processos de acesso, uso, apropriação e efeitos da informação que refletem sobre os sujeitos. Le Coadic (1996) revela que a CI tem também por objetivo verificar as propriedades gerais da informação como sua natureza, gênese e também os efeitos. O último fenômeno ao qual Le Coadic (1996) faz referência significa transcender a instância da técnica para dar sentido ao papel da informação na vida efetiva dos sujeitos (LE COADIC, 1996). Essa preocupação se figura como um dos compromissos ético e social da CI, que vem fortalecer esse campo do saber que se entende além das técnicas, mas também dos processos de cognição, subjetividade e os aspectos sociais e culturais. Segundo Oddone (1998), a CI também busca sua legitimidade incorporando no escopo de seus estudos também as inquietações e análises contextuais sociais. Uma vez que estas permitem entender sua



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

posição estratégica em relação aos produtos materiais, simbólicos e culturais, como também a sua disposição acerca dos saberes humano.

2 REALIDADE DE MEDIAÇÃO SOCIAL E FÍSICA, REALIDADE DE MEDIAÇÃO SOCIAL, DIGITAL E VIRTUAL E A REALIDADE PSICÓTICA DIGITAL

A realidade é um macro fenômeno processual que agrega tudo o que existe. No qual esse tudo é um aglomerado de micro partes percebidas e assimiladas pelos sujeitos a partir de suas perspectivas e vivências fenomenológicos de percepção do mundo no tempo e espaço compartilhados por eles. Assim, não existe uma realidade comum a todos os sujeitos. Essa construção própria de cada sujeito se dá também a partir da Mediação Social. Para Silva (2010), entende-se como Mediação Social a intersecção dos fenômenos da instância das trocas informacionais como também comunicacionais e os conjuntos de representações que emergem e submergem destas trocas. Quando o foco é apenas o termo mediação, ela apresenta como um a ligação entre o emissor o receptor através da qual se firmam a coerência e a continuidade da instituição da comunicação. E é na urgente necessidade de uma linguagem que a mediação se apresenta tal como um conjunto de fenômenos e cria um sistema social de pensamentos, de relações e de vida coletivos, compreendendo uma forma dos sujeitos se identificarem simbolicamente, o que por sua vez equivale a um sentimento de pertença (SILVA, 2010). Assim, quando foco é apenas o termo sociabilidade, ele se figura um agregado de representações, que possibilitam as condutas como também as práticas pelas quais um sujeito é reconhecido pertencente a um contexto social, grupal e ideológico (SILVA, 2010).

A Mediação Social da atual conjuntura tem como aliadas o acesso e uso da informação, disseminada por sistemas de conhecimento como a Rádio Difusão, a TV, o Marketing (Publicidade), a Ciência, a Filosofia, a Utopia, a Ideologia, a Religião (fé), o senso comum, e, sobretudo, a Internet. E a assimilação se dá por meio de todos os signos que cada sistema utiliza para fazer a disseminação da informação e do conhecimento por eles produzidos (SERRA, 1998). Santos (1986) argumenta que a pós-modernidade é uma realidade super criada a partir dos signos, e essa macro realidade por sua vez agrega inúmeras realidades. Porém, para a compreensão do acesso e uso das TIC no que versa a fragmentação



da subjetividade, se pensou e se construiu neste artigo três categorias, que por sua vez representam micros realidades na construção da SI. A primeira delas denomina-se Realidade de Mediação Social e Física, que compreende a realidade em que o sujeito tem o contato físico, subjetivo e simbólico com as coisas, as pessoas e os fenômenos naturais, químicos e físicos.

A segunda denomina-se de Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual, realidade chamada também de Novo Mundo, ou extraterritorialidade (SERRA, 1998). Nela o sujeito tem o contato físico apenas com a máquina, há contato subjetivo e simbólico com as coisas e as pessoas, porém ele se dá através da disseminação de informação e comunicação digital. Os fenômenos naturais, químicos e físicos ainda são percebidos quando há rupturas biológicas e fisiológicas como fome, sede, adequação ergométrica entre outros fenômenos. Mas isso, não o desconecta necessariamente do simulacro denominado de Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual.

Weissberg (1993) afirma que cada época tem seus simulacros, neste sentido, a Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual, é o simulacro protagonista da “realidade” pós-modernidade. A Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual é construída pelos contatos subjetivos e simbólicos com os simulacros das coisas, pessoas e os fenômenos naturais, químicos e físicos caracterizadas pela rapidez/velocidade, fugacidade, instantânea e mágica. Serra (1998) afirma que esta realidade é construída por meio do acesso e uso das TIC, em especial da magia dos símbolos, ou seja, dos signos, dos sinais e significantes que possibilitam as trocas comunicacionais e informacionais (AZEVEDO NETTO, 2016).

A Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual é um terreno fértil para fragilização do ego¹. Candau (2012) acredita que a *iconorreia*² que é a profusão de imagens disseminadas continuamente, tratadas e estocadas pelos sujeitos e podem potencializar um risco:

[...] a confusão e a indiferenciação dos acontecimentos, das lembranças e saberes e um esquecimento massivo subsequentes. Evocando os “bombardeamentos massivos de imagens, mensagens e informação” que conhecem os indivíduos das sociedades modernas [...] (CANDAU, 2012, p.114).

¹ E o executivo da personalidade. É o princípio da realidade, é a parte que demonstramos aos nossos pares. Ele é cativo dos desejos do id. Ou seja, o ideal de ego busca uma maneira adequada de realizar os desejos do ego, mesmo que as regras ditadas pelo superego lhe vete (ATKINSON, 2002).

² Termo criado por Candau no livro Memória e Identidade publicado em 2012.



Assim, um ego fragilizado pode se tornar também um terreno fértil para uma desestruturação identitária? Na 'Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual' não existe o peso e a estética indesejada do corpo. Sendo este mais um ponto que situa o sujeito no limiar do processo de fragmentação da subjetividade e identidade. Neste sentido, o culto ao corpo (beleza) que é uma expressão narcísica é também uma ideologia que permeiam também essa realidade. Desse modo, esta Mediação Social por meio das redes sociais digitais podem potencializar os conflitos entre o ego e o id³.

Neste contexto a rapidez/velocidade, instantaneidade, o narcisismo por meio da magia da *iconorreia* podem favorecer a fuga da Realidade de Mediação Social e Física para a Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual, potencializando a construção de corpos e mentes *a priori* neuróticas e *a posteriori* mais ou menos psicóticas.

Por sua vez, a Realidade Psicótica Digital⁴, é a realidade subjetiva e simbólica com as personagens, entidades, sujeitos imaginários e fictícios cunhados e situados no mundo e na estrutura cognitiva do sujeito. Contudo, é obvio que ninguém se torna psicótico efetivamente pelo uso inadequado das TIC e das trocas comunicacionais e informacionais. Quando se denomina aqui a Realidade Psicótica Digital, ela foi pensada no nível de fuga da realidade, ou seja, da Realidade de Mediação Social e Física. Se o sujeito permanece mais tempo situado na Realidade Psicótica Digital pode haver um comprometendo da identidade e subjetividade. Pois há desestruturação social, pois as relações palpáveis nos perspectivas sexuais, românticas e afetuosas e desenvolvimento cognitivo e intelectual são estremecidos comprometendo-o como sujeito humano. Além da fuga do grupo e do convívio social, outros sintomas psicóticos podem ser potencializados na Realidade Psicótica Digital na perspectiva Dr. Uri Nitzan, as alucinações, o conteúdo ansiógeno, confusão pelo acesso e uso intensificado das TIC (WOOLLASTON, 2013). Ou seja, o sujeito humano é um ser social, assim o contato com seus pares é importante para desenvolver as próprias capacidades cognitivas e intelectuais.

Como discutido, as três categorias de realidade citadas têm base psicológica/simbólica. Em que a primeira e a segunda categorias predominam a base social, e a terceira predomina a base psicológica, ainda que essa seja criada a partir de um contexto. Contudo, a primeira se caracteriza como o parâmetro de adequação dentro do existir humano, pois agrega fenômenos

³ A parte mais primitiva da personalidade, da qual o ego e o superego se desenvolve posteriormente (ATKINSON *et al.*, 2002; p.723).

⁴ O comportamento psicótico se defere do comportamento psicopático.



como: a) percepção adequada da realidade; b) capacidade de exercer controle voluntário sobre o comportamento; c) autoestima e aceitação; d) capacidade de formar relacionamentos afetivos; e por último, e) a produtividade. (ATKINSON, 2002, p. 548). Assim, a fuga dos sujeitos da Realidade de Mediação Social e Física e da Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual para Realidade Psicótica Digital, pode comprometer a noção de adequação conduzida por Atkinson (2002).

A fuga para a Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual, o que Serra (1998) passa a denominar de desrealização prévia do mundo existente, em certo nível pode ser aceitável, uma vez que, desconectar-se desta realidade na SI é um movimento que carrega valor cultural e ideológico. Para o senso comum quando um sujeito diz estar nas nuvens, significa dizer que o mesmo por alguns segundos se (des) conectou da Realidade de Mediação Social e Física. Contudo, essa fuga (a des/conectividade) da Realidade de Mediação Social e Física pode acontecer por diversos fatores estressores biológicos, fisiológicos e endócrinos. No que se refere à Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual, a fuga pode acontecer por meio de um conteúdo ansiógeno, no qual o sujeito busca o prazer nos simulacros digitais.

3 MEDIAÇÃO SOCIAL E CULTURA DA INFORMAÇÃO: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

As TIC potencializaram o desenvolvimento cognitivo humano, e contribuem para o desenvolvimento do sujeito psicológico. Nesta perspectiva, a linguagem é um vetor que facilita o acesso e uso das tecnologias, bem como o desenvolvimento cognitivo do sujeito psicológico. Para Vygotsky (1989 *apud* RICHIT, 2004, p.3) a linguagem humana “é o principal instrumento de mediação verbal, constituindo-se como o sistema simbólico fundamental na mediação sujeito objeto”. As TIC agregam em sua estrutura à escrita, signos, símbolos, ícones, desenhos e ilustrações que carregam dados, informação e conhecimento dos/para os sujeitos. Fenômenos estes, que têm implicações diretas na aprendizagem, que por sua vez estão relacionados às mudanças de atitudes dos sujeitos na resolução de problemas. Tais implicações ocorrem num contexto delineado por três conjuntos: a) as ferramentas materiais (instrumentos/mecanismos/objetos e tudo que é palpável); b) as ferramentas psicológicas (signos) e c) outros seres humanos (os pares biológicos/grupais – étnico-racial – sujeito que comungam da mesma cosmovisão) (FREITAS, 2008). É uma relação dialética



entre as instâncias Eu → Objeto → Outro (a). Tratando dessa mediação social com tecnologias enquanto instrumentos, recorremos ao pensamento de Richit (2004) que reforça:

[...] a origem das mudanças que ocorrem no homem, ao longo do seu desenvolvimento, está vinculada as interações que ocorrem entre sujeito e sociedade, cultura e história de vida, além das oportunidades e situações de aprendizagem que promovem este desenvolvimento durante toda a existência do indivíduo, considerando a influência das várias representações de signo, uso de diferentes instrumentos, e influência da cultura e história, propiciando o desenvolvimento das funções mentais superiores. (RICHIT, 2004, p.3)

Não há como desconsiderar as TIC no leque destes diferentes instrumentos que ajudam nos processos de desenvolvimento humano, sobretudo, cognitivo. Como afirma Barreto (2005), também essencial para construção de sentidos. Contudo, a diferença entre humanos e outras espécies quanto à criação e uso das tecnologias, é que ela faz o homem refletir - sendo este um ponto positivo. Porém, seu uso também implica em resultados negativos que vão dos aspectos individuais, coletivos, sociais e ambientais. Pinho (2008) revela que há uma tendência humana de caracterizar as TIC como a solução para todos os problemas humanos. Pinho (2008) acredita que a forma como se usa as TIC pode resultar também na escravização, sendo preciso rever as TIC por outra perspectiva. Assim, ele argumenta que as TIC como o uso delas não se figuram tão inocentes. No que versa a subjetividade humana, o uso de forma excessiva pode acarretar resultados nefastos à condição humana, potencializando a ansiedade, a fuga de realidades, e a construção de uma realidade em que a ansiedade é dissipada por que esta realidade é constituída de simulacros. As TIC como um conjunto de recursos tecnológicos têm potencializado como nunca antes a mediação dos processos informacionais e comunicativos. Quanto à construção/manutenção de subjetividade (identidade) dos sujeitos, Virilio (1993) revela que reside na revolução da comunicação algo de oculto que pode afetar a estabilidade e o tempo vivido na Pós-modernidade. Por sua vez, Weissberg (1993) afirma que as implcações negativas que se dão por meio das quimeras modernas (OLIVEIRA, 2004).

É certo afirmar que residem também no acesso e uso das TIC fenômenos ambivalentes. Pois, por um lado implica em desenvolvimento social e individual subjetividade (identidade), embora, por outro também pode implicar em efeitos maléficis. Segundo Abreu (*et al*, 2008) há muitas terminologias para definir o uso excessivo das TIC. Entre eles, vício



em *internet*, uso patológico da internet, transtorno de dependência da internet, uso compulsivo da internet e computação, e dependência internet. Em 1996, ainda década de noventa, houve a primeira tentativa de verificação do uso excessivo das TIC por Young (1996). Quanto ao uso em demasia ele identificou: a) preocupação excessiva com a internet; b) necessidade de aumentar o tempo conectado (*on line*) para ter a mesma satisfação; c) exibir esforços repetitivos para diminuir o tempo de uso da internet; d) presença de irritabilidade e/ou depressão; e) quando o uso da internet é restrito, apresenta labilidade emocional (internet como forma de regulação emocional); f) permanecer mais conectado (*on line*) do que o programado; g) trabalho e relações sociais em risco pelo uso excessivo; h) mentir aos outros a respeito da quantidade de horas *on line* (YOUNG, 1996 apud ABREU, 2008).

4 AS NOVAS EXPRESSÕES DA NEUROSE, PSICOSE E NARCISISMO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A neurose que diz acerca da ansiedade, da infelicidade e do comportamento de inadequação. Na atual conjuntura essa ansiedade e infelicidade do sujeito podem estar relacionadas à busca do prazer no acesso e uso das TIC e da informação. A Psicose incluiu transtornos mais graves, a fuga de realidade, assim, o sujeito não consegue atender mais as exigências da vida diária. Por sua vez o Narcisismo que diz acerca necessidade de evidência, de serem admirados e aprovados por seus pares no contexto tendo o *selfie* com a expressão mais ilustrativa como fenômeno da SI (ATKINSON *et al.*, 2002; GLASSMAN; HADAD, 2006).

4.1 *Login*: ansiedade e necessidade

A SI é também marcada pelas TIC, bem como o acesso e uso delas, e, sobretudo, por meio da conectividade que se faz a partir delas. No que se refere à conectividade, na Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual, os valores irão emergir também a partir comunidades sociais da Realidade de Mediação Social e Física. Assim, como os grupos LGBT, acadêmicas, ético-raciais, núcleo familiares, grupos religiosos, associações de bairros entre outros que permeadas por forças da cultura (ideológica e utópica) (SERRA, 1998), que por sua vez envolvem os sujeitos na manutenção/reconfiguração de suas estruturas cognitivas. Contudo, estas também podem estar permeadas pela econômica (*e-mail*, *e-governo*, *e-*



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

banking, *e-commerce*, *web-terapia*) que oferecem facilidades, bens materiais e simbólicos. E sem dúvida potencializando as crenças; os padrões de hábitos do pensamento, e o próprio pensamento em si.

Neste sentido, estar *hiper* conectado socialmente significa estar adequado à SI. Esta *hiper* conectividade se dá a partir do acesso e uso de repositórios digitais, bibliotecas digitais-virtuais, repositórios institucionais; jogos *online*; sites e blogs. E, sobretudo, pelas redes sociais digitais cujos arranjos e estruturas possibilitam a disseminação de fotos e vídeos (SERRA, 1998). Atualmente as redes sociais digitais mais acessadas e utilizadas são Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp, YouTube, Snapchat, Tumblr, Google+, Badoo, LinkedIn e Hello. Estas são as possibilidades de trocas comunicacionais e informacionais, em especial, são as expressões narcísicas no que se refere à construção de um corpo e uma psique desejados. Tais comunidades digitais-virtuais são simulacros da Realidade de Mediação Social e Física. Em tese todos são acolhidos nestes espaços, uma vez que ideologicamente na SI a ideia de inclusão é disseminada, passando uma ideia falsa da isenção de fenômenos como preconceitos, discriminação e hierarquias sociais, econômicas e culturais. Na prática, não procede, um dos casos mais ilustrativos ocorreu no dia 31 de outubro de 2015. A atriz Taís Araújo foi alvo de comentários racistas de alguns usuários da rede social Facebook referente à foto do perfil que expressava sua negritude (GLOBO, 2015).

O que denota que o acolhimento se dá a partir de variáveis como gênero, idade, sexo, cor e/ou grupo étnico-racial, dimensões corporais, ideologias e utopias (SERRA, 1998). Neste sentido, há na prática também uma adequação na Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual, e isso se estabelece contato através de convite enviado, porém quem aceita faz uma busca por meio de fotos e vídeos destes sujeitos. Ou seja, na Realidade de Mediação Social Digital e Virtual as relações agregam valores econômicos e afetivos que incluem a busca da amizade, de contatos profissionais, amores e aventuras sexuais e, sobretudo, de uma estética corporal e cosmovisão em comum.

A ansiedade e necessidade foram potencializadas com o acesso e uso das TIC, como a evolução dos celulares e os diversos pontos de acesso (Wi-Fi) em universidades, escolas, clubes e bares e outros lugares públicos potencializam a *hiper* conectividade, que por sua vez potencializou o comportamento neurótico de se conectar. Esse comportamento em alguns casos se torna obsessivo, e em outros casos compulsivos, pois ele apresenta algumas das



características quanto ao acesso em demasia elencando por Young (1996 *apud* ABREU *et al.*, 2008):

- a) preocupação excessiva com a internet,
- b) presença de irritabilidade e/ou depressão;
- c) quando o uso da internet é restrito, apresenta labilidade emocional (internet como forma de regulação emocional) (YOUNG, 1996 *apud* ABREU *et al.*, 2008):

Percebe-se que os três pontos estão ligados efetivamente à ansiedade, o conteúdo básico da neurose. Atkinson *et al* (2002, p.728) conceitua neurose como um “Transtorno mental em que o indivíduo é incapaz de lidar com as ansiedades e conflitos e desenvolve sintomas que lhe são angustiantes tais como obsessão, compulsões, fobias ou crises de ansiedades.” No que se refere ao aceso e uso das TIC em demasia dizem acerca, sobretudo da obsessão, compulsões, e as crises de ansiedades. Sair de casa sem portar seu aparelho celular pode se apresentar como um sentimento de obsessão. Verificar a cada instante o e-mail ou checar quantos comentários, curtidas, compartilhamentos de fotos, vídeos e *posts*, apresentam-se como uma compulsão. A obsessão e a compulsão por sua vez podem implicar em um quadro de ansiedade excessiva, sendo essa um sintoma primário. No que versa a neurose, o sujeito preocupa-se em enlouquecer, distanciado parcialmente da realidade (GLASSMAN; HADAD, 2006).

4.2 Conectado: andando nas nuvens

Na SI a palavra ‘Nuvens’ ganhou *status* de terminologia, que transita tanto no léxico geral como nos léxicos especializados de áreas do conhecimento como a Ciência da Computação, a Comunicação, Informática e também a Ciência da Informação. Assim, seu conceito revela: ser um espaço de armazenamento de dados em que não há a necessidade de instalar aplicativos no computador. Assim, este de memória é articulado por computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet. Os dados armazenados nas nuvens podem ser acessados em qualquer lugar de qualquer computador (AMOROSO, 2012). Situa-se “nas nuvens” refere-se à Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual’, o Novo Mundo ou extraterritorialidade (SERRA, 1998).



Neste sentido, a ansiedade foi eliminada pelo prazer da conectividade efetuada. Uma segunda problemática se instala passando a fragmentar a subjetividade/identidade do sujeito conectado. Ela se figura a fuga, o sujeito perde a noção de especialidade e tempo da Realidade de Mediação Social e Física.

O acesso, uso das TIC, *hiper* conectividade como também a facilidade dos pontos de acesso em lugares públicos por meio do Wi-Fi, o tempo de permanência no paraíso digital são alargados. O que era para ser uma apenas uma extensão da Realidade de Mediação Social e Física, como argumenta Serra (1998) ou um prolongamento entre real e virtual como afirma Weissberg (1993), o sujeito passa a viver na Realidade de Mediação Social, Digital e Virtual, chegando a alguns momentos à linha tênue da Realidade Psicótica Digital. E isso acontece também, por que os objetos virtuais, ou simulacros que se apresentam como modelos ideais dos objetos reais de desejos (WEISSBERG, 1993). Assim, o sujeito adequado à Realidade de Mediação, Social e Física pode perder essa percepção. Que resulta em fenômenos como, perda da capacidade de exercer controle voluntário sobre seus comportamentos, pois as novas crenças e hábitos que são as bases dos pensamentos já estão instalados. A autoestima e aceitação são trincadas, pois nas comunidades digitais a “aceitação é incondicional”, sendo assim o sujeito não acha mais interessante voltar para Realidade de Mediação Social e Física.

A capacidade de formar relacionamentos afetivos é perdida, nem por meio da Realidade de Mediação Social Digital-Virtual, uma vez que são na maioria os sujeitos são simulacros, e nem na Realidade de Mediação Social e Física, pois há um distanciamento do sujeito. Desse modo, ao mesmo tempo em que é utilizada para busca de novos laços de amizade e afetivos, ela fragmenta as relações dos amigos, dos cônjuges e familiares da Realidade de Mediação Social e Física (MACHADO, 2011). E a capacidade de produtividade também é afetada, pois manter-se *hiper* conectado vai implicar em efeitos psicológicos, biológicos e fisiológicos como distúrbios no sono, falhas processamento do pensamento e da memória, dores de cabeça, costas e articulações e também o ganho de peso (MACHADO, 2011; ATKINSON, 2002). Quanto às categorias de Young (1996 apud ABREU *et al.*, 2008):

- A) preocupação excessiva com a internet;
- B) necessidade de aumentar o tempo conectado (*on line*) para ter a mesma satisfação;
- C) exhibir esforços repetitivos para diminuir o tempo de uso da internet;
- D) presença de irritabilidade e/ou depressão;



E) quando o uso da internet é restrito, apresenta labilidade emocional (internet como forma de regulação emocional);

F) permanecer mais conectado (*on line*) do que o programado;

G) trabalho e relações sociais em risco pelo uso excessivo;

H) mentir aos outros a respeito da quantidade de horas *on line* (YOUNG, 1996 *apud* ABREU *et al.*, 2008).

Percebe-se que os todos os pontos estão ligados ao fenômeno de fuga da Mediação Social e Física. Contudo os pontos: B, C, F, G se apresentam dirimente ligados à fuga, a um tipo de psicopatia, enquanto os outros de forma indireta.

4.3 Status: *selfie*, beleza e sensualidade narcísica

A *priori* todos estão acolhidos nas comunidades digitais-virtuais. Porém, Serra (1998) argumenta que as comunidades digitais-virtuais são extensões da Realidade de Mediação Social e Física no que se refere à ideia de acolhimento que se caracteriza utópica. Pois, os conflitos que envolvem variáveis como o gênero, idade, sexo, cor e/ou grupo étnico-racial, dimensões corporais, ideologias e utopias marcam também as interações da Realidade de Mediação Digital e Virtual (SERRA, 1998). Nas relações da Realidade de Mediação Digital e Virtual o narcisismo vai estar presente, podendo ser uma das forças que faz o sujeito permaneça em algumas vezes conectados. Uma vez que na Realidade Digital e Virtual pode se forjar um simulacro do sujeito ideal. Neste sentido, o superego⁵ se fragiliza e o princípio da realidade é dissipado. O que passa a ser mostrado não é o que se apresenta na Realidade de Mediação Social e Física. O ideal de ego consegue de uma “maneira adequada” realizar os desejos do ego, quebrando as regras ditadas pelo superego (ATKINSON, 2002). Emergindo assim o simulacro falso de pertencimento étnico-racial, do currículo pomposo, situação financeira econômica, da beleza e estética corporal, vida bem sucedida e atraente, enfim as formas adequadas para aquela determinada comunidade digital. Bebendo em Freud, Green e Hornstein, Gobbi (2008) revela que:

⁵ É a parte da psique que sussurra a moral, ética e a verdade, os valores e regras da sociedade que devem se seguir (ATKINSON *et al.*, 2002).



O narcisismo [...] faz parte da história psíquica tanto passada quanto presente. Por outro lado, o modelo do narcisismo pode escravizar, fazendo com que o sujeito fique impossibilitado de tomar as rédeas de sua própria vida. (GOBBI, 2008, p.26).

Gobbi (2008) revela que o narcisismo surgiu partir dos estudos de Freud acerca da perversão e da psicose. Ele se apresenta recorrente para se referir ao sujeito que só preocupa-se consigo mesmo através do amor pela sua imagem. Ou seja, o si-mesmo é figurado como objeto de amor. O narcisismo se conforma uma característica presente e também essencial para os sujeitos humanos, funcionando, sobretudo na autoestima do sujeito. Na SI um dos exemplos ilustrativos do narcisismo digital é sem dúvida o *selfie*, um registro eletrônico feito e disseminado nas comunidades sociais digitais por ele próprio sujeito que o produz: “O *selfie* que recebe “curtidas” e comentários positivos supre o desejo de admiração do narcisista, ao qual prefere ser invejado a ser respeitado” (LASCH, 1983; LIMA, 2015).

O narcisismo pode se transformar em psicopatologia quando o sujeito perde a percepção da realidade. Assim quando o sujeito constrói os simulacros na Realidade de Mediação Digital e Virtual perdendo a essencialidade do “ser” da Realidade de Mediação Social e Física, preferindo “estar” no contexto da Realidade de Mediação Digital e Virtual (SAMPAIO; MIGLIAVACCA, 2014).

No contexto das comunidades digitais virtuais, o narcisismo funciona como o mecanismo de afirmação e de gozo. Na SI não basta gozar, é preciso fazer com que o outro goze, em que este gozo deve acontecer entre ambos os sujeitos nas *performances* no âmbito da Realidade de Mediação Digital e Virtual (BAUDRILLARD, 2003). No que versa esse gozo compartilhado, a “curtida” como também o “comentário positivo” do *selfie* se caracterizam as respostas dos estímulos narcisistas. Em que o *selfie* é ajustado por aplicativos que removem e filtram as imperfeições, sendo ele o estímulo mais adequado para busca de aceitação e gozo compartilhado.

Serra (1998) apresenta cinco pontos quanto aos conflitos que faz emergir o narcisismo: a) interesses - se eles não convergem entre os sujeitos, às comunidades digitais-virtuais segregam; b) o compartilhamento de uma mesma cultura - tendem a homogeneizar e se tornarem privadas; c) coesão – os conflitos e dilemas que emergem nas comunidades da Realidade de Mediação Social e Física se tornam ainda mais profundas nas comunidades



Digitais-Virtuais; d) a linguagem – sua complexidade e peculiaridades que emergem da simbologia verbal, corporal e cultural se perdem nas comunidades digitais-virtuais.

Contudo, o ponto mais interessante, refere-se à subjetividade/identidade, ou seja, a noção de sujeito, em que o este encontra-se des-corporalizado e des-socializado da Realidade de Mediação Social e Física, apresentando-se também com um simulacro. E neste processo narcísico são as forças que mantêm estes simulacros circulado pela Mediação Digital e Virtual (SERRA, 1998).

5 CONSIDERAÇÕES

A mediação social entre os sujeitos na SI tem sido feita também pelos aparatos tecnológicos e ideológicos com as TIC e a informação. Na SI a cultura da informação tem sido cada vez mais acentuada, uma vez que ela permeia a subjetividade (identidade) dos sujeitos pós-modernos. Contudo, como campo epistemológico a CI não somente tem investigado o acesso e uso das TIC e da informação e seus reflexos positivos no tocante a subjetividade (identidade). O escopo de investigação da CI entende que a mediação social através destes artefatos materiais, simbólicos e também objetos de desejos tem provocado mudanças negativas na fragmentação da subjetividade e identidade a partir de um nível de ansiedade e infelicidade experimentado pelo sujeito que tem buscado o prazer no acesso e uso das TIC e da informação, seja por meio dos jogos eletrônicos *on line*, redes sociais digitais a busca de informação que implica na *iconorreia*. Esse fato tem distanciado o sujeito das exigências da vida diária por se encontrar *hiper* conectado e interagindo com os simulacros digitais. Além do surgimento da necessidade de evidência, em que a aprovação dos pares tendo o *selfie* com a expressão mais ilustrativa do fenômeno narcísico da SI, sobretudo, por meio das redes sociais digitais. Essas novas expressões do comportamento humano emergem na transição de três realidades. A primeira delas denomina-se Realidade de Mediação Social e Física para a Mediação Social Digital e Virtual, e desta última citada para a Realidade Psicótica Digital.

Referências

ABREU, C. N. *et al.* Dependência de internet e de jogos eletrônicos: uma revisão. **Rev. Bras. Psiq.**, n. 30, v. 2, p. 156-167, 2008. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v30n2/a14v30n2.pdf> >. Acesso em: 10 nov. 2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

AMOROSO, D. **O que é computação em nuvens?** Tecmundo, 2012. Disponível em:<
<http://www.tecmundo.com.br/computacao-em-nuvem/738-o-que-e-computacao-em-nuvens-.htm>>. Acesso em: 13 maio 2016.

ARRUDA, J. J. A.; PILETTI, N. **Toda a história:** história geral e história do Brasil. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ATKINSON, L. R. *et al.* **Introdução à psicologia de Hilgard.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

Atriz Taís Araújo é alvo de comentários racistas em rede social. 2015. Disponível em:<
<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/atriz-tais-araujo-e-alvo-de-comentarios-racistas-em-rede-social.html>>. Acesso em: 08 maio 2016.

AZEVEDO NETTO, C. X. SIGNO, SINAL, INFORMAÇÃO: as relações de construção e transferência de significados. In: **Ies Ufpb.** Disponível em:<
<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/143/137>>. Acesso em: 17 maio 2016.

BARRETO, A. M. Informação e conhecimento na era digital. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, maio/ago., 2005. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/695/675> >. Acesso em: 9 nov. 2014.

BAUDRILLARD, J. A brancura operacional. In: _____. A transparência do mal. Ensaios sobre os fenômenos extremos. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012.

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem:** uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Miligagre”. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.

COSENTINO, L. A. M. Aspectos Evolutivos da Mediação Homem Máquina: tecnologia, computador e evolução humana In: PRADO, Oliver Zancul; FORTIM, Ivelise, CONSENTINO, Leonardo (Orgs.). Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Psicologia & informática: produções do III Psicoinfo e II Jornada do NPPI.** São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo: CRP/SP, 2006. Disponível em:<http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/PsiInfo.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

DEMO, P. **Ambivalências da Sociedade da Informação.** Rev. Cien. & Infor., Brasília, v. 29, n. 2, p. 37- 42, maio/ago. 2000. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2>>. Acesso em: 08 maio 2016.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio século xxi escolar:** o miniaurélio da língua português. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.



FREITAS, M. T. A. Computador/internet como instrumentos de aprendizagem: uma reflexão a partir da abordagem psicológica histórico-cultural. In: Simpósio Hipertexto e tecnologias da Educação, Multimodalidade e ensino. 2., 2008. **Anais...** Recife, 2008. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/simposio2008/anais/Maria-Teresa-Freitas.pdf> >. Acesso em: 14 maio 2016.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação: Série saberes pedagógicos).

GLASSMAN, W. E.; HADAD, M. **Psicologia: abordagens atuais**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOBBI, A. S. O narcisismo na clínica contemporânea. **Revista Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n. 6, abr./maio/jun., 2008. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.org.br/site/wp-content/artigos/artigo186.pdf> >. Acesso em: 13 maio. 2016.

IZAR, P. **Ambiente de adaptação evolutiva**. In: M. E. Yamamoto & E. Otta. *Psicologia evolucionista*. [S.l.: s.n.]. no prelo.

LEAKEY, R. E.; LEWIN, R. **Origens**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da informação**. Brasília, DF; Briquet de Lemos, 1996.

LEITÃO, C. F. NICOLACI-DA-COSTA, A. M. A Psicologia no novo contexto mundial. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 421-430, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19964.pdf> >. Acesso em: 05 maio 2015.

LIMA, C. C. O selfie como expressão de moda e narcisismo contemporâneos. Seminário Moda Documenta: Museu, Memória e Design. 5, 2015. Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.modadocumenta.com.br/anais/anais/5-Moda-Documenta-2015/02-Sessao-Tematica-Design-Moda-e-Cultura-Digital/Claudia-Cyleia_ModaDocumenta2015_O-SELFIE-COMO-EXPRESSAO-DE-MODA-E-NARCISISMO-CONTEMPORA_NEOS.pdf >. Acesso em: 14 maio 2016.

MACHADO, A. Hiperconectividade pode levar a sérios problemas, inclusive ao fim da vida social. Mas cada um .In: **O Globo**, 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/hiperconectividade-pode-levar-serios-problemas-inclusive-ao-fim-da-vida-social-mas-cada-um-2938320> >. Acesso em: 10 nov. 2014.

O conceito de narcisismo em Freud e alguns de seus Destinos. In: **Puc Rio**. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11780/11780_3.PDF >. Acesso em: 20 nov. 2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ODDONE, N. E. **Atividade editorial & Ciência da Informação: convergência epistemológica.** 1998. 226 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília. Brasília-DF, 1998.

OLIVEIRA, H. **O uso do computador e da internet na psicologia vocacional: um estudo com profissionais de orientação europeus.** Tese (Doutorado) - Universidade do Minho. Braga, 2004.

PINHO, J. A. S. As novas tecnologias da comunicação e informação diante da transversalidade entre natureza e cultura. **Culturas Midiáticas**, Recife, ano 1, n. 1, jul./dez., 2008. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/simposio2008/anais/Maria-Teresa-Freitas.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

RICHIT, A. **Implicações da teoria de Vygotsky aos processos de aprendizagem e desenvolvimento em ambientes mediados pelo computador**, 2004. Disponível em:<www.rc.unesp.br/igce/demac/maltempi/cursos/.../Artigo%20Vigotsky%20-2004.doc>. Acesso em: 19 fev. 2013.

SAMPAIO, E. S. C. M.; MIGLIAVACCA, E. M. Narcisismo e psicose em Freud In: **Psicopatologia Fundamental**. Disponível em:<http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/v_congresso/mr_105_-_eloy_sampaio_e_eva_migliavacca.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2014.

SANTANA, S. R. **Informação Étnico-Racial no Âmbito dos Programas De Pós-Graduação Em Psicologia.** 2016. Dissertação – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SANTOS, J.F. **O que é pós-moderno.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense,1986.

SERRA, J. P. **A informação como utopia.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998.

SILVA, A. M. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. In: **Prisma**, n.º 9, 2010 Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26174/2/000106387.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

SILVA, J.L.C. A Subjetividade no Discurso Da Sociedade Da Informação. In: MOTA, A. R. *et al.* **Versados em Ciência da Informação.** João Pessoa: Imprell, 2014.

SILVA, E. A. As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. In: Revista Angolana de Sociologia [Online], 12, 2013. Disponível em: <<http://ras.revues.org/740>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

VIRILIO, P. As perspectivas do real e do virtual. In: VIRILIO, P. **O espaço crítico.** Rio de Janeiro: 34, 1993.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

WEISSBERG, JL. Real e virtual. In: PARENTE, A. (Org.). **Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual**. São Paulo: 34, 1993.

YOUNG, K. S. **Psychology of computer use: XL**. Addictive use of Internet: a case that breaks the stereotype. Psychol Rep. 1996;79 (3 Pt 1):899-902

WOOLLASTON, V. **Facebook causes 'psychotic episodes and delusions', claims study**. 2013. Disponível em: < <http://www.dailymail.co.uk/sciencetech/article-2318771/Facebook-causes-psychotic-episodes-delusions-claims-study.html> >. Acesso em: 1 mar. 2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

Movimentos sociais, redes de mediação e dispositivos de informação: a experiência neozapatista

Social movements, mediation networks and information devices: a neozapatista experience

Bianca Rihan, IBICT/ UFRJ

Resumo: Apesar das representações corriqueiras sobre os indígenas - herdeiras do pensamento racional-iluminista - tenderem a reduzi-los a uma unidade essencial e estática, nosso trabalho tem o objetivo de apresentar o Movimento Zapatista de Libertação Nacional atuando em múltiplas dimensões, construídas a partir de uma série de estratégias, alianças, modos de ser, sentir e de se relacionar, que animam uma população usualmente traduzida pelo primitivismo e atraso, mas que inaugurou um novo caminho de resistência na América Latina. Destacando o papel dos novos movimentos sociais e sua atuação em redes, evidenciaremos, como objeto de estudo, um conjunto de dispositivos infocomunicacionais em um caminho reflexivo, que incorpora tanto a materialidade dos dispositivos de informação e comunicação presentes nos estados de Chiapas, como os postulados estéticos e afetivos que os integram, resultantes de contatos, linguagens, experiências, - em suas etapas de produção, apropriação e circulação. Como metodologia para o presente trabalho, recorreremos às contribuições dos estudos de redes sociais e mediações que, somados, superam as leituras estáticas sobre os dispositivos infocomunicacionais. Assim, buscamos evidenciar o percurso histórico dos dispositivos, atentando para os sentidos e sensibilidades forjados a partir do ciclo completo da produção, circulação e trocas, que os caracterizam. Por abrigarem conteúdos informacionais resultantes de inúmeras relações e experiências, chegamos à conclusão que os dispositivos infocomunicacionais zapatistas revelam-se como elementos centrais para o fortalecimento de sua autonomia. Certamente, a produção e uso dos mesmos por diversos grupos e coletivos ligados ao movimento cumpre não apenas uma função estética, mas também uma forte dimensão de intervenção política, encaminhando relações sociais de novos tipos, priorizando concepções de mundo relacionadas a uma narratividade que rebate as concepções hegemônicas e propõe a construção de seu novo mundo possível.

Palavras-chave: movimiento zapatista de libertação nacional, redes sociais, dispositivo infocomunicacionais.

Abstract: Despite the ordinary representations about indigenous tend to reduce them to an essential and static unit, our work aims to present the Zapatista Movement of National Liberation acting in multiple dimensions, constructed from a number of strategies, alliances, ways of being, feeling and relating that animate a population usually translated by primitivism and delay, but ushered in a new resistance path in Latin America. Highlighting the role of new social movements and his performance in networks, evidenciaremos as object of study, a set of infocommunicative devices. In a reflective way that incorporates both the materiality of information and communication devices present in the state of Chiapas, as the aesthetic and emotional postulates that integrate contacts, languages, experiences, - in its stages of production, appropriation and circulation, we will use, as methodology for this study, the



contributions of networks and social mediations, which together exceed the static readings about the infocommunicative devices. Thus, we seek to highlight the historic route of the devices, noting the senses and sensibilities forged from the complete cycle of production, circulation and exchanges that characterize them. Resulting from numerous relationships and experiences, we concluded that Zapatistas devices are central to strengthen its autonomy. Indeed, the production and usage by various groups and collectives linked to the movement meets not only an aesthetic function, but also a strong element of political intervention, directing social relations of new types, prioritizing worldviews related to a narrative that bounces off the hegemonic conceptions, proposing new construction of their new world is possible.

Keywords: Zapatista movement of national liberation, social networks, infocommunicative device.

1 INTRODUÇÃO

A partir de questões teóricas que abordam o surgimento de novos movimentos sociais e a sua participação política em redes, assim como o papel dos dispositivos de informação e comunicação para a ativação das mesmas, este artigo tem o objetivo de apontar para a experiência vivenciada nos caracóis¹ presentes no estado de Chiapas, México.

Em um caminho reflexivo que incorpora tanto a materialidade dos suportes de informação, como os postulados afetivos que integram a comunicação, resultantes de contatos, linguagens, mediações variadas, diferentes dispositivos - em suas etapas de produção, apropriação e circulação - serão aqui considerados como “despertadores” de subjetividades, assim como “recursos para a ação” (MARTELETO; COUZINET, 2013 p.8), sobretudo no que diz respeito à construção coletiva da autonomia chiapaneca em relação aos poderes oficiais do Estado mexicano.

2 Do exército guerrilheiro ao movimento em rede

¹ Os caracóis são as regiões organizativas das comunidades autônomas zapatistas. Foram criados em 2003 para substituir a forma anterior de organização denominada Aguascalientes. Podemos dizer que os caracóis são resultantes de um amplo período de discussões sobre as necessidades de mudanças nas relações entre as comunidades, entre as comunidades e o Exército Zapatista de Libertação Nacional das comunidades com o mundo exterior. (Ver MARQUES, Luis Antonio Guerra. Democracia, Justiça, Liberdade: lições da Escuelita Zapatista. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.)



No dia primeiro de janeiro de 1994, enquanto o governo federal mexicano anunciava sua adesão ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN, ou NAFTA em inglês), encapuzados provenientes do sudeste do país, mais precisamente do estado de Chiapas, desencadearam uma revolta por “democracia, liberdade e justiça”.

Inspirados nos ideais do Exército do Sul, liderado por Emiliano Zapata no começo do século XX, os novos zapatistas de Chiapas pegaram em armas por suas reivindicações e ocuparam a sede de sete municípios. Com a represália das forças oficiais, desencadeou-se uma guerra no território com o saldo de vinte sete membros do Exército Federal e nove guerrilheiros mortos, além de dezenas de feridos e prisioneiros para ambos os lados (MARQUES, 2014). Doze dias foram o suficiente, porém, para que a luta armada perdesse a hegemonia na condução estratégica do processo, tornando-se opção episódica.

Segundo Albino Rubim (1996), o desvio do espiral de violência por parte do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) tem a ver com alguns fatores chave, como a oposição da sociedade civil mexicana e internacional ao conflito armado; a inferioridade militar dos zapatistas em relação ao Exército Federal; mas, principalmente, a percepção de que a intervenção na sociedade, com motivação a sua auto-organização, só se daria pela combinação de diversificadas estratégias e agentes, em variadas direções e espaços. Ou seja, a partir da formação de uma vasta rede social. Segundo Tomael e Marteleto:

As redes sociais expressam o mundo em movimento [...]. Isto porque redes sociais referem-se a um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão construindo e reconstruindo a estrutura social. (TOMAEI, MARTELETO, 2006, p. 75)

O contato dos rebeldes com a população, a escuta de suas demandas e anseios, a troca de experiências geraram o entendimento de que o diálogo constante deveria ser o lócus do investimento militante, fazendo com que a luta ganhasse consistência, reconhecimento entre diferentes segmentos, e fosse adiante. Era a reconfiguração da



guerrilha -sua transformação em movimento- com a ampliação das relações interpessoais, trocas e mediações informacionais.

A partir da alteridade indígena, da cultura política de intelectuais urbanos - que apoiaram o levante de 1994 - e a aproximação de membros da igreja - praticantes da teologia da libertação presentes na região de Chiapas desde a década de 1970 - o movimento zapatista incorporou diferentes repertórios culturais, dando-se o “começo de uma recomposição do pensamento e da ação coletivos, na perspectiva de uma política do reconhecimento” (LE BOT, 1997, p.23).

Assim, brotava a semente da autonomia zapatista que, além de romper com as instâncias tradicionais de poder e fortalecer as lideranças indígenas, incorporou, de maneira geral, muitas reivindicações e pessoas contra o processo de guerra aos pobres que se desenrolava no México.

Além do combate ao racismo cristalizado no país, a luta pelo direito à diversidade étnico-cultural e pelo respeito ao território indígena, Chiapas tornou-se um foco de resistência global ao capitalismo neoliberal e seus efeitos nefastos, como a fome, a violência e a exclusão social. A denúncia à opressão de gênero e o reconhecimento das mulheres indígenas e dos homossexuais também foram incorporados à pauta, na medida em que os zapatistas passaram a atuar em rede, associando-se a outros movimentos de caráter nacional e internacional.

Segundo Maria Glória Gohn, o perfil dos movimentos sociais se alterou a partir dos anos de 1990 acompanhando a mudança da conjuntura política mundial. A nova fase, marcada pela ofensiva neoliberal, exigiu também novas práticas, incluindo “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p.13).

Como característica dos novos movimentos, a autora destaca alguns pontos que estão em fina sintonia com as diretrizes do movimento zapatista:

- As lutas em defesa das culturas locais contra os efeitos devastadores da globalização a partir das propostas sobre um novo marco civilizatório, orientado para as pessoas e sua emancipação, e não para o mercado.
- A reivindicação da ética na política.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- A atenção a aspectos subjetivos, antes escamoteados, relativos a sexo, crenças, valores.

Tais pontos funcionam, assim, para a criação de uma agenda emancipatória que, ao articular ações coletivas pela inclusão social, ampliam o empoderamento dos atores da sociedade civil organizada, mas, sobretudo, os fortalece enquanto uma rede de ação.

Conforme Ilse Scherer-Warren (2006), podemos definir uma rede de movimento social como resultado de um processo articulatório amplo, que combina desde associativismos locais a relações interorganizacionais; realização de atividades coletivas em espaços públicos à angariação de apoios financeiros. Falar de redes, portanto, pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos compartilhados.

A ideia de rede de movimento social é um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. Na sociedade das redes, o associativismo localizado ou setorizado, ou, ainda, os movimentos sociais de base locais percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. (SCHERER-WARREN, 2006, p.113)

A construção zapatista por um movimento de esquerda ampliou, assim, seu debate com outras minorias que por tanto tempo estiveram silenciadas. O EZLN se politizou investindo em espaços de construção coletiva e integração com parceiros urbanos e internacionais, em que a informação vem funcionando como elemento aglutinador: seu compartilhamento, apropriação, recriação, podemos dizer, atuam na consolidação de laços fortes e fracos entre personagens centrais e periféricos que, através de diferentes contribuições, alavancam novos alicerces de resistência, ações e visibilidade. Segundo Marteletto (2001, p. 78) “os indivíduos identificados como centrais nas redes sociais são geralmente aqueles responsáveis pela maior mobilização e dinamização das redes e dos movimentos. Eles mediam e facilitam o fluxo de informação, fortalecendo a ligação como um todo”. Por outro lado, é muito comum que venha a partir dos “personagens periféricos o contato das redes com o mundo exterior, abrindo suas possibilidades de expansão e movimentação”.



Como sinal de uma atuação política organizada por muitos “braços” e inserida no marco dos novos movimentos sociais, destacamos atividades como a organização de consultas nacionais e internacionais sobre o destino político do zapatismo, assim como a realização de festivais, colóquios, marchas, caravanas junto a outros movimentos, e até de encontros virtuais com coletivos de todas as partes do mundo. Nesse sentido, o historiador Vanden Berghe (2005) aponta para práticas dinâmicas, que se transformam em função do cenário sociopolítico, permitindo ao movimento catalisar sua ampla rede de relações e construção política a partir da troca de informação e comunicação, mantendo viva a atenção da opinião pública e dos intelectuais, garantindo a sua proteção contra um possível aniquilamento militar e encaminhando seu projeto de emancipação.

Dispostos a contribuir com as análises sobre a práxis inovadora do movimento zapatista, debruçaremos em mais alguns importantes instrumentos de seu combate político-simbólico: seus dispositivos infocomunicacionais que assumem a forma de obras/expressões artísticas. Acreditamos que a dedicação a essas experiências coletivas singulares, será capaz de provocar reflexões sobre um universo ainda pouco explorado que, através de contatos e conflitos, da combinação de diferentes narrativas e mediações, fortalece uma “comunidade de imaginação”² e ação.

3 Dispositivos infocomunicacionais: do poder disciplinar à contra-hegemonia simbólica.

O conceito de dispositivo tem sua origem na obra de Michel Foucault, em meados da década de 1970, quando o autor se dedicava a pensar o funcionamento da “governabilidade”. Remetendo a uma vasta relação de disposições práticas e de mecanismos (linguísticos e não-linguísticos jurídicos, técnicos e militares), Foucault associa os dispositivos ao objetivo de atender a uma finalidade e à imposição de limites e constrangimentos às situações sucessivas.

Assim, a noção de dispositivo é entendida, inicialmente, como instrumental estratégico dominante, pronto para responder a uma urgência, e eficiente em orientar

² Para usar o termo de Bronislaw Backzo. Ver BACZKO (1985).



práticas sociais. Porém, Foucault (1977) admite que, quase sempre, o dispositivo ultrapassa sua “função” geradora, aquela que disparara seu nascimento e funcionamento.

Sublinhando tal afirmação, Marteleto e Couzinet consideram que, para além de “lugar de inscrição de um projeto social total com conotação normativa e disciplinar, os dispositivos precisam ser considerados como recursos para a ação, em perpétua reconfiguração”. (MARTELETO, COUZINET, 2013, p.8)

Nesse sentido, vale a pena chamar a atenção para o fato de que, apesar de não serem neutros, e de sua natureza essencialmente estratégica, os dispositivos não estão diretamente associados a uma intencionalidade prévia. Conforme Agamben (2005), eles acontecem em sua operacionalização e, por isso, sua análise necessita ser encaminhada à luz de sua constituição histórica, ou seja, do seu constante movimento de transformação. Assim, o conceito pode auxiliar o entendimento dos “arranjos técnicos de informação e comunicação e, neles, o papel indispensável de redes heterogêneas na produção de saberes, de relações de poder, de subjetividades e de objetividades.” (MARTELETO; COUZINET, 2013, p.8)

Agenciando uma série de elementos que funcionam conjuntamente, os dispositivos exprimem a sensibilidade ao elo e a um projeto comum. Através de sua forma híbrida, diferentes dimensões textuais e tipos de saberes (populares, científicos, literários, poéticos, jornalísticos, etc.) são mobilizados, ao mesmo tempo em que estão interligados a outros objetos, que atuam da mesma maneira (MARTELETO; DAVID; BTESHE, 2014). O desenvolvimento desses dispositivos modifica, assim, os comportamentos não apenas de interlocutores diretos, mas de todo o grupo que com eles tem contato, pois interferem nas relações sociais, alteram a forma como as pessoas trabalham, informam-se e vivem.

Certamente, esta nova forma de olhar para os dispositivos infocomunicacionais indica uma teorização do conceito de informação combativa aos paradigmas definidos por Capurro (2003) como cognitivo - que limita a informação aos modelos mentais do sujeito; e físico - que tende a tratar a informação como dado objetivo. Ao contrário, destacamos a validade dos estudos pautados no que o autor denomina paradigma social, que dão lugar à ideia de processo, ou seja, concebem a informação como fenômeno



complexo, gestado a partir de múltiplas apropriações e resignificações dos sujeitos em suas práticas e contextos, ou melhor, em suas redes sociais, contribuindo para a manutenção ou para transformações da realidade social.

Com a lupa de investigação colocada sob os sujeitos sociais, suas ações, associações e interações cotidianas, aqui tomamos o significado de “informação” não como produto de leis regulares, mas como fluxo cambiante alicerçado na linguagem, nos sentidos, nos gestos, nos símbolos e percepções surgidos daí.

Observadas a partir deste ponto de vista, identificamos nossa concepção de informação com o chamado paradigma social. “Seu caráter pragmático coloca o exame dos processos informacionais ensejados por homens situados em suas ocupações com as coisas, junto com os outros” (SALDANHA; FERNANDES, 2012, p.4). Diante da informação, por décadas atrelada à possibilidade de um significado estático e bem definido, explicitamos a necessidade de reabrirmos conclusões, rejeitando respostas prontas e trilhando novas perguntas, que nos permitam pensar em “informação criadora”, sempre sensível às potências dos encontros e das imaginações.

No caso do movimento zapatista, tema de nosso trabalho, podemos afirmar que os dispositivos mobilizados potencializam linguagens já conhecidas e introduzem outras, capazes de viabilizar modos diferenciados de comunicação e de ação. Inclusive, acreditamos que foi o investimento em dispositivos e narrativas próprias, ao longo de sua trajetória, a grande chave de amadurecimento do EZLN perante o confronto à hegemonia dos dispositivos oficiais.

Recorrendo a Pierre Bourdieu (1989) que se dedicou, entre outros temas, à análise das “produções de mundos/ atribuições de sentidos”, entendemos como o processo contínuo de dominação chiapaneca pelo Estado e pelas classes hegemônicas mexicanas deu-se não só pela violência física, mas também a partir de dispositivos infocomunicacionais, eficientes em produzir violência simbólica. O autor demonstra, justamente, como os sistemas simbólicos se transformam em funções políticas, na medida em que a ordenação do mundo está submetida ao poder simbólico e a sua legitimação social.

Convivendo com a exclusão secular das demandas indígenas na história oficial do país e com a submissão muitas vezes “naturalizada” ao *habitus* dominante,



reprodutor das relações de poder, das distinções sociais e das diferenças de classe, os zapatistas passaram a fortalecer sua resistência produzindo uma contra-hegemonia, também simbólica, a partir de artefatos próprios que, desde a produção até a circulação e apropriação, são capazes de criar uma rede de afetos em torno dos mitos, símbolos e histórias marcantes para as comunidades autônomas.

Informando, animando e envolvendo a população na construção de suportes materiais e de uma nova compreensão de mundo, acabaram por compor uma “guerrilha simbólico-informacional” munida de “dispositivos rebeldes”, originários de múltiplas mediações.

Nos estudos da informação e comunicação a noção de mediação veio se transformando nos últimos anos, passando da ideia de transmissão unilinear, concebida nas teorias clássicas e alicerçada na figura de um mediador ou de uma mídia, a um processo onde intervêm diferentes agentes técnicos, sociais e culturais. [...] A partir dessa perspectiva crítica, numerosos estudos centrados nas figuras do receptor (comunicação) ou do usuário (informação) iniciaram novas abordagens, nas quais múltiplos atores e objetos são considerados numa cadeia extensa de mediações diversas, capazes de criar solidariedades e compartilhamentos em redes sociais (JEANNERET, 2005). (MARTELETO, COUZIET, 2013, p. 3)

Ao entrelaçarem manifestos políticos e arquivos históricos à proposta de produção compartilhada de obras de arte - alegorias, paródias, contos, poemas, romances, fotografias e pinturas em murais - os zapatistas propuseram um leque diversificado de formas estéticas, conteúdo infocomunicacional, recursos da imaginação e pessoal envolvido - comunidades indígenas, movimentos sociais, ONGS e coletivos externos apoiadores da autonomia chiapaneca - para a criação de um projeto comum.

Porém, diferentemente do que possa parecer, não se trata de uma equação simples, uma vez que nem todos os repertórios mobilizados pelos diferentes grupos sociais enredados têm condições de estabelecerem vínculos diretos com suas expectativas. As relações entre eles são muitas vezes conflituosas e, por isso, precisam atuar através de canais de interação e interlocução que, de alguma forma, produzam uma narrativa compartilhada.

Para estudar os dispositivos e mapear as zonas de mediações presentes em sua constituição é relevante considerar que o dispositivo info-comunicacional



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

está associado aos quadros de ação dos sujeitos que o constituem, inseridos em determinadas estruturas e redes de relações e limitações que circunscrevem os usos e as apropriações dos conhecimentos, das técnicas e das informações. (MARTELETO; COUZIET, 2013, p. 4)

Como exemplo, podemos resgatar a entrevista concedida pelo subcomandante Marcos - principal porta-voz dos zapatistas - em abril de 1996, ao poeta Juan Gelman, em que afirma: “Antes não concebíamos como os indígenas manejavam a linguagem, aos poucos fomos descobrindo um apego ao significado das coisas e ao uso das imagens também” (MARCOS, 2001, p.233). Segundo Marcos - que ao longo do tempo à frente do EZLN investiu fortemente na atividade literária - os indígenas, falantes de diferentes línguas - *tzotzil*, *tzeltal*, *tojolabal*, *chol*, *zoque* e *mame* -, não constroem a linguagem a partir de conceitos, mas de imagens e sensações. Um indígena trolabal que chama a lua de *ixaw*, estaria falando de luz de prata (MARCOS, 2001).

Imersos nesse outro mundo semântico, de difícil compreensão para aqueles que não compartilham o mesmo repertório étnico, os zapatistas ajudaram a traduzir e a integrar os habitantes de Chiapas em um horizonte de mediações, articulando as expressões literárias, simbólicas e metafóricas dos indígenas às formas de representação dos grupos de diálogo presentes nas cidades mexicanas, e até fora do México.

Variadas formas estéticas e repertórios de experiências foram incorporados à produção de dispositivos comuns, originando enunciações singulares e subjetividades emergentes para a mobilização da luta rebelde.

Desenvolvidas sobre diferentes níveis, as narrativas zapatistas mesclam informação referente à história factual da guerrilha com elementos mágicos, escancarando o debate político para o realismo fantástico (ARAÚJO, 2001).

Tais narrativas, construídas a partir de muitas vivências, memórias, versões e imaginários, passaram a circular entre as comunidades chiapanecas em oficinas de contação de histórias e de produção poética, e a rodar o mundo através de jornais impressos e pela internet, com o apoio de midiativistas relacionados à causa. Sobretudo, atualizam a luta por “justiça, democracia e liberdade” dos indígenas e populações marginalizadas através do enredamento de pessoas e artefatos, na busca por um “novo mundo possível”.



Passando às pinturas em murais, uma das específicas “armas” do combate zapatista - podemos considerá-las uma espécie de narrativa em imagens, que tem muito em comum com as várias formas de comunicação e produção de informação propostas pelo movimento.

Abriando os mesmos referenciais simbólicos que, por exemplo, os contos, os murais são descritos pelas comunidades rebeldes como “outra maneira de expressar ou contar nossa história” (GONZÁLEZ, 2007, p.46), o que os concebe como textualidades visuais de um mesmo conjunto de dispositivos. Assim como na experiência literária, os detentores de pincéis acabam por traduzir em muros coloridos os relatos, as memórias e as utopias das comunidades e de seus parceiros: “o povo é o que diz o que quer que se pinte” (GONZÁLEZ, 2007, p.46).

Ao analisar o mural de Taniperla, o historiador belga Jan de Vos (2002) demonstrou, justamente, os significados comuns presentes em seus conteúdos alegóricos e nas narrativas orais disseminadas nas comunidades indígenas: como palavras pintadas, os murais transmitem histórias conhecidas pelas comunidades, histórias familiares que resgatam tradições étnicas, as que foram apropriadas de outras vivências, as inventadas e as que sobrevivem no decorrer da luta zapatista.

Entre os exemplos que menciona o autor, destaca-se a figura de Emiliano Zapata³, o comandante do século passado, que em muitos dos relatos das comunidades chiapanecas aparece como um personagem mitológico. Segundo as apropriações camponesas, Zapata encarna a figura dos primeiros deuses maias Ik' Al e Votán: deuses contrários que nascem grudados, mas aprendem a andar juntos. No caminhar compartilhado, Ik' Al e Votán descobrem que podem chegar de maneira mais rápida e segura a seu destino. (VOS, 2002)

Em Taniperla, personagens negros e brancos marcavam a oposição inicial entre Ik' Al e Votán. Dentre esses é possível identificarmos a própria representação de Zapata, montado em seu cavalo, e as imagens da comandanta indígena Ramona, do

³ Retomando os ideais do Exército do Sul, liderado por Emiliano Zapata, os guerrilheiros de Chiapas incorporaram o simbolismo daquele movimento camponês tão admirado no país, batizando a si próprios com o nome “zapatistas”. Muito por conta do misticismo presente na figura de Zapata considerado, pelos indígenas de Chiapas, o fundador de sua luta, os novos ou “neozapatista” lograram conferir legitimidade e afeição a sua causa.



subcomandante Marcos e de alguns personagens míticos da esquerda latinoamericana, como Che Guevara. Na continuidade do desenho, todos estão coloridos, seguindo lado a lado. A grande “moral”⁴ de Taniperla simboliza bem a metáfora que busca imprimir o movimento zapatista: “todos somos um”. Só agindo em um infinito compartilhar, através do “caminhar perguntando” é possível construir “um mundo onde caibam todos os mundos.”⁵

Além de terem se apropriado do imaginário indígena, os zapatistas envolveram em sua narrativa muitos outros significantes, movimentando mensagens que estabelecem pontos de contato entre os mais diversificados segmentos componentes de sua rede de relações. Visualidades mesoamericanas, indígenas, revolucionárias e aquelas identificadas com a esquerda latinoamericana, em uma singularidade que não deixa de ser plural: de Coatlicue à comandanta indígena Ramona; de Zapata a Marcos; de Che a Comandante David. Em imagens talhadas, identificadas à arte revolucionária; desenhos infantis ou artes plásticas urbanas; da arte chicano aos bordados tzotziles; de inspirações em Diego Riviera a cartuns (SANTIAGO, 2002).

Em uma mescla de repertórios, os murais presentes no território autônomo também têm a sua autoria compartilhada por diferentes mãos. Muitos artistas não indígenas, que simpatizam com o movimento, integram a experiência muralista de Chiapas, assim como estudantes universitários, que fazem vivências nos Caracóis, crianças e estudantes locais, e trabalhadores da região. Algumas das imagens, porém, são pintadas apenas pelos artistas, outras, pelos próprios moradores.

Apesar de publicamente os murais serem considerados arte indígena e, internamente, tidos como patrimônio comunitário, o interessante é observarmos o seu caráter “transidentitário”⁶, e a sua importância para a construção de mais um elo na imensa rede que movimentam os zapatistas.

O mural de Taniperla, citado acima, pode ser considerado um exemplo desta transidentidade, mesmo depois de seu fim. Produzido na comunidade Tzeltal por

⁴ Segundo Benjamim, a verdadeira narrativa “tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir, seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida.” (BENJAMIM, p. 200)

⁵ As expressões entre aspas aparecem constantemente nos comunicados e pronunciamentos zapatistas.

⁶ Ver SALDANHA (2014)



mulheres, homens e crianças de doze localidades do município autônomo Ricardo Flores Magón - e coordenado pelo desenhista não indígena Sérgio “Checo” Valdez -, Taniperla foi destruído em 1998, mesmo ano de sua criação. Um pouco antes da inauguração da obra, o Exército Federal mexicano invadiu o município, prendeu dezesseis pessoas e acabou com o trabalho partilhado entre tantas outras. Porém, as imagens do mural destruído rodaram o mundo, transformando-o em ícone da luta por autonomia. Além da viralização de imagens na internet, numerosas reproduções se realizaram - nos Estados Unidos, Espanha, Argentina e no próprio México - em atos simbólicos para reavivar Taniperla. (SANTIAGO, 2002).

Segundo Gennari, a presença dos murais em tantas partes do mundo tem a força de revelar a vida no interior das comunidades “como o embrião de uma nova sociedade que questiona e ameaça a ordem vigente, através do diálogo com as mais diferentes culturas, realidades e movimentos” (GENNARI, 2002, p. 78). Nesse sentido, os murais zapatistas revelam narrativas que por tanto tempo permaneceram subterrâneas, originando um movimento de reescrita da história a partir de vozes dissonantes, e não do enquadramento da memória coletiva pela memória oficial. Como ressalta Benjamim:

A memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado, com o desaparecimento dessas coisas, com o poder da morte. [...] Mnemosyne, a deusa da reminiscência, era para os gregos a musa da poesia épica. [...] A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. Ela inclui todas as variedades da forma épica. Entre elas, encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador. Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma se articula na outra, como demonstraram todos os outros narradores, principalmente os orientais. Em cada um deles vive uma Scherazade, que imagina uma nova história em cada passagem da história que está contando. (BENJAMIM, 1994, p. 13- 14)

Assim, podemos dizer, que a construção da memória comum a partir dos murais é, ao mesmo tempo, um processo de reconhecimento entre os indígenas e seus companheiros, e o apontamento para novas formas de (re)existência. O legado do passado, constantemente refeito em experiências compartilhadas no presente, renova expectativas, enriquecendo e ativando o projeto de autonomia das comunidades.



Apesar das constantes tentativas - por parte do Estado mexicano e seu discurso ocidental de modernidade - em tratar os povos indígenas como unidades estáticas, apagando sua memória e bloqueando sua emancipação, os zapatistas apresentam suas redes vivas, articuladas a tantas culturas, em um processo dinâmico - simbólico e material - de experimentar e compartilhar a realidade, fazendo-se visíveis e fortalecidos.

Assim como Gustavo Saldanha (2014), que classificou as quatro feiras que visitou - na Cidade do México, no Porto (Portugal), Rio de Janeiro e Petrópolis - como “paisagens simbólicas” para a aplicação dos estudos de mediação, circulação e apropriação dos saberes, também apontamos para a experiência dos dispositivos zapatistas como espaços/ elementos centrais para o “desenvolvimento das relações entre formações simbólicas e mediação” revelando as:

[...] múltiplas e tênues identidades – transidentidades – dos artefatos e de seus “apropriadores”; a convivência entre a mediação tecnológica e a mediação humana; a coexistência de técnicas e tecnologias da linguagem em diferentes performances no espaço-tempo; as múltiplas materialidades; as distintas formas de ocupação do espaço público pelos agentes e pelos artefatos; a singularidade dos processos de resignificação da materialidade; as diferentes faixas etárias e “identidades culturais” dos “apropriadores”; a virtualidade do simbólico em curso: seu potencial de transformação do mundo. (SALDANHA, 2014, p. 17)

Apesar de vinculadas as suas identidades territoriais, a construção de dispositivos- que é também uma forma de fazer política - transborda fronteiras e técnicas, mistura realidade e sonhos, conecta pessoas e mundos. Como podemos perceber, essas verdadeiras experiências coletivas carregam em si a concepção de autonomia zapatista, que é local e universal: um vasto “processo social global” que liga todo o tecido social (AGUIRRE ROJAS, 2010). Além disso, falar em autonomia, para os zapatistas extrapola a dimensão de independência jurídica ou política, mas se define como o esforço comum de criar novas relações em todos os âmbitos da vida, movimentando cotidianamente os sujeitos coletivos, ao entorno e além.

4 Considerações Finais

Recorrendo às contribuições dos debates sobre as redes e suas mediações para analisarmos os murais zapatistas como dispositivos infocomunicacionais, evidenciamos



seus processos de confecção. Atentando para além dos sentidos dos murais em “si mesmos”, entendemos como esses sentidos se constroem, sobretudo, na interação social: “mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar” (MENESES, 2003, p.28).

Assim, dispositivos infocomunicacionais, grandes e pequenos, de temáticas variadas, fazem parte da vida cotidiana das comunidades em resistência. Porém, acreditamos que é por resultarem de múltiplas relações e experiências, que se revelam como elementos centrais para o fortalecimento da autonomia zapatista, superando, através de seus processos coletivos de mediações, as imposições contidas nas montagens ideológicas disciplinares, na maioria das vezes precárias e frágeis.

Amalgamando muitas memórias e imaginários, diferentes suportes de informação marcam uma forma específica de organização do passado, do presente e de expectativas para o futuro: conectando afetos, encontros e trabalhos plurais, confluem para a construção de realidades intuídas e desejadas, tramando as redes heterogêneas de um novo mundo possível.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** outra travessia, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005. ISSN 2176-8552. Disponível In: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>. Acesso em: julh 2015.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BENJAMIM, Walter. O Narrador. In: **Obras Escolhidas, Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: **FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org)**. Usos e Abusos da História Oral, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.



CAPURRO, Raphael. Epistemologia e ciência da informação. **In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5.**, 2003. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FOUCAULT, M. **Le jeu de Michel Foucault [entretien avec D. Colas et al]**. Ornicar? Bulletin périodique du champ freudien, n.10, 1977.

GONZÁLEZ. Cristina Híjar. **Calcomaniás Zapatistas**: contribución a uma poética latinoamericana. México: Cendiap/AMV, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na atualidade**: manifestações e categorias analíticas. In: **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 13 - 32.

LE BOT, Y. **Le rêve zapatiste**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

MARQUES, Luis Antonio Guerra. **Democracia, Justiça, Liberdade**: lições da Escuelita Zapatista. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

MARTELETO, Regina. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

_____; COUZINET, Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados, **R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, jun. 2013.

_____; DAVID, Helena; BATESHE, Mariana. **Dispositivos infocomunicacionais em saúde**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível In: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1595.pdf>,

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **In: Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 23, nº45, pp 11-36, 2003.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

RUBIM, Albino Canelas. **A comunicação e a política dos neo-zapatistas**. Disponível In: <http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/nezapat.htm>. 1996.



SALDANHA, Gustavo. **Mediação e formações simbólicas**: notas cassirerianas sobre linguagem, conhecimento e cultura na ciência da informação. In: anais XV Enancib, 2014.

_____ ; FERNANDES, Geni. **Contribuições De Marteleto e Gonzàlez de Gómez ao entendimento do informacional**: diálogos com três aportes da informação. PontodeAcesso, Salvador, V.6, n.1 , 2012.

SANTIAGO, Luis Vargas. **El Mito de la palabra a la pared**. In: Blanco sobre Blanco. Miradas y lecturas sobre artes visuales. Buenos Aires, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SUBCOMANDANTE MARCOS. In: GELMAN, Juan. **Nada que ver con las armas**. El Correo da Selva. Cartas e documentos del ELZN, durante el año 2000. México: Asociación Cultural Votan, 2001.

THOMPSON. E.P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Luigi Antonio, SILVA, Sergio (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

TOMAEL, Maria Ines; MARTELETO, Regina. Redes sociais: posições dos atores no fluxo da informação. In: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia**. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006.

VANDEN BERGHE, K. **Narrativa de la rebelión zapatista**. Los relatos del Subcomandante Marcos. Madrid e Frankfurt: Vervuert Iberoamericana, 2005.

VOS. Jan de. **Una tierra para sembrar sueños**. Historia reciente de la Selva Lacandona, 1995-200. México: FCE/ Ciesas, 2002.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**O ARQUIVO COMO INSTRUMENTO MEDIADOR DE INFORMAÇÃO E
CULTURA PARA A SOCIEDADE: A I EXPOSIÇÃO DO ACERVO DO CEFET/RJ
CAMPUS ANGRA DOS REIS**

***THE ARCHIVE AS MEDIATOR INSTRUMENT OF INFORMATION AND CULTURE
TO SOCIETY: THE I EXHIBITION COLLECTION CEFET/RJ CAMPUS ANGRA DOS
REIS***

Isabela Costa da Silva, CEFET/RJ

Resumo: Este trabalho tem como proposta analisar a importância da I Exposição do Acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis como meio de difusão de informação e cultura para a sociedade. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a abordagem quantitativa e qualitativa. Como instrumento de pesquisa para análise dos dados foi utilizado o questionário. Dentre os resultados obtidos, destaca-se que a exposição contribuiu para possibilitar a difusão de informação e cultura para a comunidade acadêmica e potencializar o acesso e difusão da memória e história da instituição. Por fim, ressalta-se o lugar dos arquivos e arquivistas como sujeitos no processo de mediação da informação em interface com práticas e políticas culturais.

Palavras-chave: Arquivo. Sociedade. Cultura da Informação.

Abstract: This paper proposes to analyze the importance of the First Exhibition of the Collection of Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis as a dissemination vehicle for information and culture to society. The methodological procedures used were the quantitative and qualitative approach. As a research tool for data analysis was used the questionnaire. Among the results, it is emphasized that the exhibition helped to facilitate the dissemination of information and culture to the academic community and enhance the access and dissemination of memory and history of the institution. Finally, we emphasize the place of archives and archivists as subjects in the information mediation process interfaced with cultural practices and policies.

Keywords: Archive. Society. Culture of information.

1 INTRODUÇÃO

O uso social da informação como prática de difusão cultural tem sido um fenômeno recente na sociedade e também no âmbito da Arquivologia, que enfrenta desafios no que tange a mediação da informação como prática potencializadora de dinâmicas sociais e culturais.



Este trabalho é fruto da experiência prática e tem como objetivo analisar a relevância da I Exposição do Acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis como meio de difusão de informação e cultura na instituição e na sociedade.

Deste modo, buscou-se ressaltar o arquivo, não só como lugar de preservação da história e memória social, como também um espaço de mediação e socialização da cultura.

No primeiro momento, o trabalho sistematiza uma breve revisão de literatura em torno do arquivo e a sociedade, abordando questões que perpassam pelas políticas culturais, o acesso à informação, as políticas públicas e a gestão da informação arquivística. Neste cenário, o arquivo é considerado como elemento mediador de informação e cultura para a sociedade.

Em seguida, como base empírica, o trabalho apresenta a I Exposição do Acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis, a qual teve como objetivo resgatar a memória e história da instituição, tendo em vista a comemoração dos cinco anos de sua criação, evento este que envolveu a comunidade acadêmica e a sociedade. Neste momento, discorreu-se sobre o Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis como marco empírico, a exposição do acervo e sua importância como elemento de difusão cultural.

Os fundamentos metodológicos deste trabalho envolveram métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo, tendo como instrumento de pesquisa o questionário. Deste modo, os dados coletados por meio do questionário foram analisados e formaram a base para avaliar os resultados obtidos.

A seguir, veremos de que modo a função social dos arquivos se insere no contexto informacional e cultural, considerando sua importância como instrumento de memória e história institucional.

2 O ARQUIVO E A SOCIEDADE

A sociedade contemporânea vivencia um momento no qual a informação tem sido um recurso fundamental para o exercício da cidadania. Nesta perspectiva, o arquivo surge como um instrumento mediador de informação e cultura para a sociedade.

Chauí (1995, p.80) considera que uma política cultural no Brasil torna-se inseparável da invenção de uma cultura política nova, a qual possa suscitar nos indivíduos, grupos e



classes a percepção de que são sujeitos sociais e políticos. Deste modo, “a cultura foi pensada como direito dos cidadãos e a política cultural como cidadania cultural”. (CHAUÍ, 1995, p.82).

Marlon Salomon (2011, p.30) afirma que atualmente encontramos-nos sob um novo regime: “o regime das políticas culturais”, ou seja, vivemos um momento de ascensão e valorização das políticas culturais em nossa sociedade. No entanto o autor ressalta que, apesar de as políticas culturais perpassarem por muitos espaços, os arquivos permanecem negligenciados enquanto lugares de preservação dos instrumentos da história.

É sintomático que dentre todos os espaços aos quais as políticas culturais vêm socorrer, raramente figurem aqueles destinados à preservação dos instrumentos da história, os arquivos. O problema, sem dúvida, não é simplesmente o da preservação das formas arquitetônicas e urbanas do passado. Não há motivos para contrariar o esforço desta preservação. O problema é outro. É que boa parte deste esforço buscou se legitimar na distinção entre um passado vivo (e memorável) a se preservar e uma história morta (pois, confusa) a se negligenciar. (SALOMON, 2011, p.32).

Ainda que seja um fenômeno recente, a visão do arquivo como artefato cultural e custodiador da memória institucional gerou um contraponto ao negligenciamento historicamente dado aos arquivos. Diante disso, tornou-se notório o papel fundamental dos arquivos e arquivistas em preservar e tornar acessíveis as informações que formam o patrimônio da sociedade.

Segundo Oliveira (2013), o lugar dos arquivos na sociedade tem recebido cada vez mais destaque no que tange aos processos de construção de memória. Para a autora, “a memória de um grupo social é o resultado de um conjunto de reconhecimentos, identificações, decisões desse mesmo grupo e dessa mesma sociedade”. (OLIVEIRA, 2013, p.327). No entanto, é importante ressaltar que este não é um processo simples, influenciando diretamente o campo de atuação arquivístico:

O deslocamento do foco das necessidades do produtor do arquivo para a identificação e representação da própria sociedade não é simples; é permeado de implicações que perpassam questões centrais da Arquivologia, como a avaliação de documentos; a política de aquisição de acervos e linhas de acervo institucionais; a preservação do patrimônio arquivístico e o acesso aos documentos. (OLIVEIRA, 2013, p. 327).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na esfera de atuação pública dos arquivos, o debate em torno da informação e dos usos sociais desta, ganhou uma nova pauta de discussões com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – a qual teve o objetivo de assegurar o direito fundamental de acesso à informação pelos cidadãos brasileiros, conforme previsto na Constituição Federal.

A lei 12.527/2011, em seu artigo 5º, dispõe que: “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”. (BRASIL, 2011).

Apesar do panorama legislativo favorável à transparência do Estado e ao acesso à informação pública, existem barreiras de ordem política-estrutural que geram impactos sobre os arquivos, tendo em vista a precariedade das políticas informacionais no Brasil.

Segundo Jardim (2011, p. 198), “a precariedade organizacional dos arquivos públicos e o incipiente uso social da informação governamental refletem as trajetórias e correlações entre o Estado e a sociedade civil”. Deste modo, as políticas públicas arquivísticas são uma dimensão das políticas públicas informacionais.

Política pública arquivística é o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2003, p.39).

É importante salientar que o negligenciamento historicamente dado aos arquivos pelo poder público não é um problema apenas brasileiro. Tom Nesmith ressalta que no Canadá a realidade dos arquivos e arquivistas não é tão diferente da realidade brasileira.

Apesar de recentes e importantes ganhos, os arquivistas ainda possuem poucos recursos, estão vulneráveis às oscilações de orçamentos e sofrem com a incompreensão pública. De fato, muitos arquivistas simplesmente não podem cumprir seus mandatos, mesmos os legais, com os recursos que dispõe. Acima de tudo, os arquivos estão ainda numa posição social, política e legal muito frágil. (NESMITH, 2010, p. 15).



Em meio a este cenário e tendo em vista a necessidade de preservação e acesso à memória social, Silva (2014) ressalta a importância do investimento do Estado na gestão da informação arquivística, por meio de um Programa de gestão de documentos.

A gestão da informação arquivística pública pelo Estado favorece a preservação da memória social, tendo em vista que os arquivos são elementos socialmente construídos, que refletem as necessidades da sociedade em produzir e preservar informações. Entretanto, é necessário que essa informação socialmente produzida e construída seja gerenciada de forma adequada, por meio de um programa de gestão de documentos. (SILVA, 2014, p.61)

Com base no conceito extraído do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (2005), a gestão de documentos é o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento”.

A seguir o Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis será analisado tendo em vista suas especificidades, a fim de contextualizar o marco empírico deste trabalho.

3 O CEFET/RJ CAMPUS ANGRA DOS REIS

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis foi criado em 2010, como resultado do plano de interiorização do ensino superior e profissional do governo federal com o objetivo de dar acesso ao ensino tecnológico público de qualidade para os moradores das cidades do interior.

A implantação do *campus* Angra dos Reis, com seu primeiro curso Técnico em Mecânica, ocorreu de fato em 2011 em decorrência de uma parceria entre a Prefeitura da cidade de Angra dos Reis, o Cefet/RJ (sede no Rio de Janeiro), o governo federal e a Eletronuclear.

A cidade de Angra dos Reis é localizada na região conhecida como Costa Verde, região historicamente explorada pelo ciclo do ouro (sec. XVIII), inicialmente povoada por índios e escravos. Atualmente as atividades econômicas da região giram em torno da pesca,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de atividades portuárias, da geração de energia nas usinas Angra I e Angra II, de comércio e de serviços, da indústria naval e também do turismo.

O *campus* está localizado no distrito de Mambucaba (região de divisa entre as cidades de Angra dos Reis e Paraty) e atualmente encontra-se em processo de expansão e crescimento, com os cursos de Engenharia: Mecânica, Metalúrgica e Elétrica, além de pós-graduação *latu sensu* em Engenharia Mecânica, oferta de curso técnico em Meio Ambiente na modalidade à distância e o curso Técnico em Mecânica presencial.

Atualmente o *campus* Angra dos Reis possui uma população total de 514 pessoas, sendo 212 alunos do curso técnico presencial, 23 alunos do curso técnico à distância, 196 alunos dos cursos de graduação, 10 alunos de Pós-graduação, 47 docentes e 26 Técnico Administrativos em Educação (TAE). Este quantitativo de pessoas tem aumentado progressivamente, com a chegada de novos servidores e alunos.

No ano de 2015 o Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis completou cinco anos de sua criação, o que representou para servidores, alunos e toda comunidade um momento de celebração e agradecimento pelas conquistas alcançadas. Com isso, foi realizado um evento que envolvia todo o *campus* para a comemoração dos 5 anos da unidade. Durante a semana do dia 31 de agosto ao dia 4 de setembro de 2015, diversas atividades foram desenvolvidas na instituição, como gincana, mostra de talentos, palestra, exibição de filmes, café literário, I Exposição do Acervo, apresentação da orquestra de Paraty, festa de confraternização e um bolo comemorativo encerrando o evento.

A seguir, analisaremos a I Exposição do acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis e sua importância como meio de difusão cultural e preservação da memória e história da instituição.

3.1 I Exposição do Acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis

A I Exposição do Acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis foi fruto do trabalho desenvolvido pelo setor de arquivo em parceria com a Gerência Acadêmica, Gerência Administrativa, setor de compras, assistência estudantil e alguns docentes da unidade. A exposição teve caráter temporário, ocorrendo do dia 1º ao dia 4 de setembro de 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O objetivo da exposição foi resgatar a memória e história da instituição, remetendo a todos os desafios e conquistas alcançadas durante os cinco anos de sua criação. Para isso, foram expostos vídeos com alunos que se formaram na unidade, objetos, materiais e cartazes produzidos por ex-alunos do curso de mecânica, documentos sobre a criação do *campus* e fotografias que retratavam momentos históricos da instituição.

O vídeo com ex-alunos formados pela unidade, com cerca de uma hora e meia de duração, foi gravado e editado por um docente da unidade e exposto durante todo o período da visita sem interrupção. No vídeo, os ex-alunos contavam sobre o que significou estudar no *campus* Angra e suas perspectivas futuras. Foi interessante observar que muitos dos ex-alunos do curso técnico em mecânica são atualmente alunos de graduação em engenharia, refletindo as oportunidades de ascensão social possibilitadas pelo *campus*.

Os objetos, materiais e cartazes foram retirados do acervo museológico da instituição para a exposição. Estas peças foram produzidas por ex-alunos do curso técnico em mecânica que receberam destaque por sua criatividade e inovação.

Os documentos históricos e as fotografias foram disponibilizados pelo setor de arquivo da instituição, que contava com uma arquivista responsável pela gestão de documentos e a preservação do patrimônio arquivístico do *campus*.

A exposição de fotografias foi realizada por meio de um varal fotográfico e móvel de fotos em cascata, com imagens selecionadas pela arquivista com a contribuição dos servidores e alunos, levando-se em consideração o valor histórico-institucional das mesmas.

Manini (2008), ao defender o uso da fotografia como registro e como documento de arquivo, afirma que:

A fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um agrupamento sistemático, respeitando a organicidade do fundo a que pertence. (MANINI, 2008, p.127).

Neste trabalho, a fotografia é considerada como documento arquivístico de interesse público social. A exposição foi realizada com o intuito de divulgar o acervo fotográfico da unidade, bem como comemorar o evento – a Semana de Comemoração dos 5 anos do *campus* Angra dos Reis.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A exposição teve como público-alvo os servidores (Docentes e Técnico Administrativos em Educação - TAE), discentes (alunos do curso técnico e graduação) e a comunidade externa (moradores da região de Angra dos Reis e Paraty).

Não houve nenhum tipo de patrocínio externo ou verba pública da instituição para financiar os custos da exposição. Todo o material utilizado foi doado pelos servidores e alunos.

A seguir são definidos os instrumentos metodológicos utilizados para análise neste trabalho.

4 METODOLOGIA

Para analisar a relevância da I Exposição do Acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis como meio de difusão de informação e cultura na instituição, utilizou-se o método de pesquisa quantitativo e qualitativo. O método quantitativo foi utilizado com o intuito de disponibilizar uma inferência estatística dos resultados observados. E o método qualitativo foi utilizado com o objetivo de compreender os fenômenos sociais que envolvem a temática analisada.

O instrumento de pesquisa utilizado para realizar a coleta de dados foi o questionário. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.185), “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário foi estruturado de forma simples e objetiva, com apenas cinco perguntas fechadas de alternativas fixas, sendo uma pergunta de múltipla escolha e quatro perguntas dicotômicas (com apenas duas opções de respostas: sim ou não), tendo em vista a abrangência do público-alvo que se pretendia atingir – entre eles alunos do curso técnico em mecânica, em sua maioria adolescentes na faixa de 14 a 18 anos. Participaram do questionário somente os servidores (docentes e TAEs) e alunos da instituição (ensino técnico e superior).

Os registros utilizados como fonte de pesquisa foram as fotografias dos dias em que ocorreu o evento e o livro de assinaturas dos visitantes da exposição.

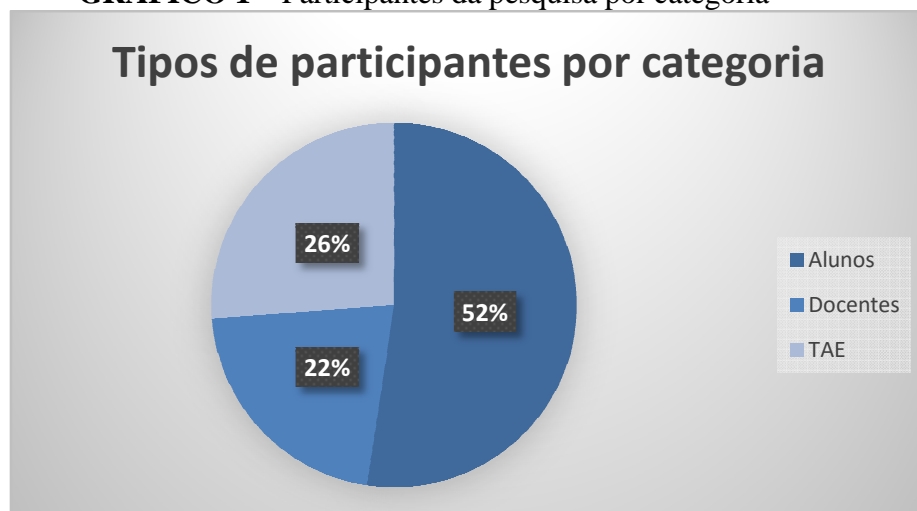
4.1 Análise dos resultados

A pesquisa foi realizada considerando-se como universo a quantidade de pessoas que assinaram o livro de assinaturas nos dias do evento: 169 pessoas. Dentre estes, 44 eram servidores da instituição, 71 alunos e 54 pessoas da comunidade externa.

O questionário foi entregue em mãos e, depois de preenchido, foi devolvido pelos pesquisados. Cada entrevistado deveria identificar a categoria a que pertence, devendo assinalar uma dentre as opções: aluno, servidor docente ou servidor TAE.

Levando-se em consideração o total de servidores e alunos que assinaram o livro de presença, chega-se a um quantitativo de 115 pessoas. Destes, responderam ao questionário 42 pessoas. Dentre os 42 participantes da pesquisa, 22 eram alunos, 9 eram docentes e 11 eram TAE. No gráfico a seguir é possível verificar o percentual de participantes por categoria.

GRÁFICO 1 – Participantes da pesquisa por categoria



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio do gráfico acima temos que, dentre os participantes da pesquisa, 52% eram alunos, 26% eram TAE e 22% eram docentes. Com isso, verifica-se que a maioria dos participantes desta pesquisa são alunos do ensino técnico e superior.

Considerando a abrangência da pesquisa, observamos uma média de participantes de 37% que responderam e devolveram o questionário ao pesquisador e 63% que não responderam ao questionário.

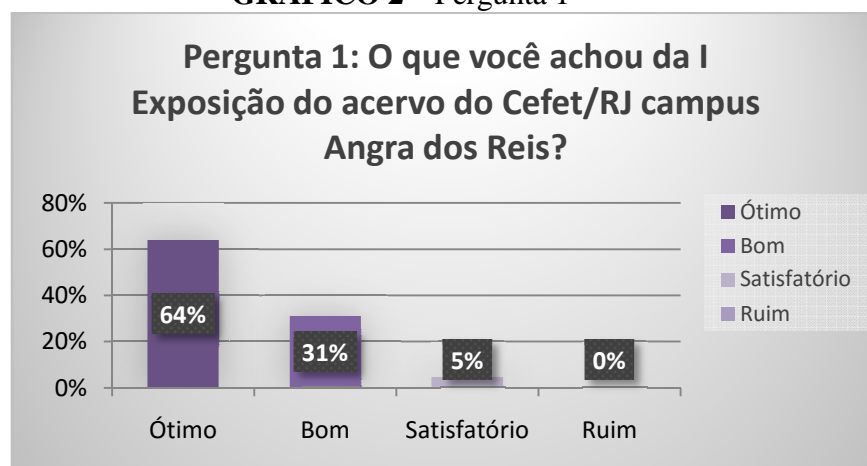


A primeira pergunta tinha como objetivo avaliar a opinião dos participantes com relação à exposição: “O que você achou da I Exposição do Acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis que ocorreu durante a semana de comemoração dos 5 anos do *campus* Angra dos Reis?”. Havia quatro opções de resposta: ótimo, bom, satisfatório e ruim.

Dentre os 42 participantes, 27 consideraram ótimo, 13 consideraram bom e 2 satisfatório. Nenhum participante considerou a exposição ruim.

No gráfico abaixo é possível visualizar com clareza a opinião dos participantes e seu percentual equivalente.

GRÁFICO 2 – Pergunta 1



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico acima nos mostra que a maioria dos participantes (64%) considerou a exposição ótima, uma quantidade considerável (31%) avaliou como boa, uma pequena parcela (5%) considerou satisfatória e nenhum dos participantes (0%) considerou ruim. Do resultado apresentado, considera-se que a I Exposição do acervo teve uma avaliação positiva da grande maioria dos participantes.

Na tabela a seguir, temos as quatro perguntas seguintes e a opinião dos participantes, na qual são analisados o percentual de respostas positivas (P.P) e o percentual de respostas negativas (P.N).



TABELA 1 – Perguntas do questionário

ITEM	PERGUNTAS	SIM	NÃO	P.P	P.N
Pergunta 2	Você achou que este evento contribuiu para a difusão de informação e cultura para a comunidade acadêmica?	41	1	98%	2%
Pergunta 3	Você achou que este evento contribuiu para a difusão da memória e história da instituição?	42	0	100%	0%
Pergunta 4	Você achou que este evento contribuiu para dar maior visibilidade da instituição para a comunidade externa (moradores da região)?	28	14	67%	33%
Pergunta 5	Você achou que este evento proporcionou uma maior visibilidade do setor de arquivo e da arquivista para a instituição?	40	2	95%	5%

Fonte: elaborado pelo autor

A segunda pergunta buscou verificar a contribuição da exposição para a comunidade acadêmica no que tange a difusão de informação e cultura. A grande maioria dos participantes (98%) respondeu positivamente. Com isso, conclui-se que a I Exposição do acervo teve uma contribuição relevante na difusão informacional e cultural para servidores e alunos do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis. Este resultado pode ser um reflexo do atual “regime das políticas culturais”, como mencionado anteriormente em Salomon (2011), que vem favorecendo as iniciativas de valorização de políticas culturais na sociedade.

A terceira pergunta teve como objetivo analisar se houve contribuição do evento para a difusão da memória e história da instituição. Todos os participantes consideraram que sim (100%). Este resultado ratifica o que foi visto anteriormente em Oliveira (2013) acerca do papel de destaque dado ao arquivo nos processos de construção da memória social, tendo em vista que todos os pesquisados entendem a importância deste evento para a preservação da memória e história institucional.

A quarta pergunta buscou verificar a contribuição desta exposição para dar maior visibilidade da instituição para a comunidade externa. Dentre a comunidade externa, considera-se os moradores da região de Angra dos Reis e Paraty. Ainda que a maioria dos pesquisados tenha considerado que houve contribuição (67%), uma quantidade considerável (33%) avaliou que esta contribuição não ocorreu. Com isso, observa-se que há uma



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

necessidade de expandir ainda mais a divulgação deste tipo de evento para a comunidade externa, a fim de inserir os moradores locais em práticas de difusão cultural dentro da instituição.

A quinta e última pergunta buscou analisar se este evento proporcionou uma maior visibilidade do setor de arquivo e da arquivista para a instituição. A maioria dos entrevistados respondeu que sim (95%) e a minoria respondeu que não (5%). Diante disso, considera-se que a organização deste evento por parte do setor de arquivo contribuiu positivamente para dar maior visibilidade tanto do setor quanto da arquivista para a comunidade acadêmica na instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a relevância da I Exposição do Acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis como prática de difusão de informação e cultura para a instituição e a sociedade.

Os resultados obtidos por meio da análise dos dados coletados no questionário respondido pelos participantes da exposição refletem o quanto estas práticas de difusão cultural têm sido reconhecidas e valorizadas pela sociedade.

Dentre os resultados obtidos por meio desta pesquisa, é possível ressaltar que a I Exposição do Acervo do Cefet/RJ *campus* Angra dos Reis contribuiu para:

- Possibilitar a difusão de informação e cultura para a comunidade acadêmica;
- Maximizar o acesso e difusão da memória e história da instituição;
- Proporcionar maior visibilidade da instituição para a comunidade externa (moradores da região), ainda que seja necessário aumentar a divulgação para este público-alvo;
- Proporcionar maior visibilidade do setor de arquivo e da arquivista para a instituição e para a comunidade, de modo a inserir as práticas e atuação deste profissional da informação no processo de mediação da cultura para a sociedade;
- Permitir o reconhecimento dos servidores e alunos acerca da importância da preservação da memória e história da instituição a qual estão vinculados, de modo a reconhecer-se como sujeitos neste processo de construção da memória social;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- Aprimorar o acervo iconográfico da instituição, possibilitando o recolhimento de fotografias de valor histórico que farão parte do patrimônio arquivístico da instituição.

Ao investir esforços em pesquisas acerca de práticas de difusão de informação e cultura em acervos para a sociedade espera-se contribuir para ampliar o debate sobre esta temática nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação, bem como contribuir para análises futuras e aprofundadas sobre o assunto.

Ainda que haja esforços, é consabido que muitas vezes estas iniciativas esbarram em questões políticas e estruturais que refletem o negligenciamento historicamente dado às práticas informacionais e culturais pelo poder público. Essas barreiras impedem que sejam alcançados avanços maiores no que tange às políticas informacionais e culturais no Brasil.

Com isso, faz-se necessário potencializar os avanços em estudo, pesquisa e experiências práticas, em torno da temática voltada para a mediação social e cultura da informação, incorporando os profissionais da informação como sujeito-autores com um papel central no desenvolvimento de políticas culturais e informacionais no Brasil.

Este trabalho não pretendeu esgotar as possibilidades de discussão ou apresentar um aprofundamento teórico sobre o tema. Contudo, deseja-se contribuir para o debate em torno dos processos de mediação da informação em interface com práticas culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados**, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

JARDIM. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 197-213, mar. 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANINI, M. P. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, L.; MORENO, N. A. (Org.) **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.

NESMITH, Tom. Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, jul./dez. 2010.

OLIVEIRA. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, L. M. V; OLIVEIRA, I. C. B. (Org.) **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

SALOMON, M. A danação do arquivo: Ensaio sobre a história e a arte das políticas culturais. In: SALOMON, M. (Org.) **Saber dos arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

SILVA, I. C. **Gestão de Documentos e transparência dos atos públicos: Um estudo de caso sobre os processos de licitação da Universidade Federal Fluminense (UFF)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

REDES SOCIAIS NOS ESTUDOS DA INFORMAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS

REDES SOCIALES EN ESTUDIOS DE INFORMACIÓN EN LOS MOVIMIENTOS SOCIALES NEGROS

Erinaldo Dias Valério, UFG

Resumo: Reflete sobre o arcabouço teórico-metodológico dos estudos de redes sociais que podem ser utilizados para compreender os processos de acesso, uso e comunicação da informação existente entre os atores nos movimentos sociais. Apresenta uma incursão na literatura científica, enfatizando a evolução e os conceitos básicos da análise de redes sociais, das redes de movimentos sociais e movimento negro. Contempla as redes de movimentos sociais, na perspectiva do movimento negro – recorte racial, tendo como instrumento de mobilização a informação e a comunicação no contexto das lutas sociais. Conclui que a análise de redes sociais é uma ferramenta que representa as relações entre atores e grupos sociais, podendo apresentar diferentes indicadores no contexto que se aplica.

Palavras-chave: Redes Sociais. Redes de Movimentos Sociais. Movimento Negro.

Resumen: Refleja en el marco teórico y metodológico de los estudios de redes sociales que se pueden utilizar para entender los procesos de acceso, el uso y la comunicación de la información existente entre las partes interesadas en los movimientos sociales. Presenta una incursión en la literatura científica, haciendo hincapié en la evolución y los conceptos básicos de análisis de redes sociales, redes de movimientos sociales y el movimiento negro. Incluye las redes de movimientos sociales desde la perspectiva del movimiento negro - punto de vista racial, con la herramienta de movilización para la información y la comunicación en el contexto de las luchas sociales. Se concluye que el análisis de redes sociales es una herramienta que representa las relaciones entre los actores y grupos sociales, y puede tener diferentes indicadores en el contexto en el que se aplica.

Palabras-clave: Movimientos sociales nets. Redes sociales. Movimiento negro.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A Análise de Redes Sociais (ARS) é uma metodologia que permite compreender as relações entre indivíduos, propondo identificar se essas relações influenciam ou não o seu comportamento em sociedade. Embora o conceito de redes seja bastante complexo, vale destacar que nesse estudo ele refere-se à ligação entre atores sociais.

Dito isso e considerando que o racismo impede o livre exercício da cidadania, torna-se necessário o desenvolvimento de estudos que visem analisar o fluxo e a transferência da informação em redes de movimentos sociais negros no Brasil, que tem como instrumento de mobilização a informação e a comunicação. Assim, é oportuno explicar que os movimentos sociais são ações sociais coletivas (GOHN, 1997) que se organizam para expressarem suas demandas a partir de pautas reivindicatórias, na busca por igualdade de direitos e a favor da cidadania.

O movimento negro emerge nesse contexto, por desenvolver medidas no combate às expressões do racismo e da discriminação racial sofrida pela população negra. Conforme Santos (2009, p. 227) “os movimentos negros são considerados um dos mais importantes movimentos sociais no cenário político-institucional brasileiro”. O autor aponta que o movimento negro tem se destacado tanto pela luta contra as contradições no conceito de democracia, quanto na denúncia de uma sociedade marcada pelas mazelas do racismo.

Para tanto, a metodologia do estudo consistiu em uma revisão bibliográfica da produção acadêmica das áreas de Ciência da Informação (CI) e Ciências Sociais, sobre redes sociais, redes de movimentos sociais e movimento negro. Essa revisão foi construída a partir de livros, dissertação e artigos especializados de pesquisadores das áreas já citadas. Vale ressaltar que no bojo da CI, poucos trabalhos evidenciam os estudos de redes de movimentos sociais, até o momento, a literatura científica da área apresenta a contribuição da pesquisadora Regina Marteleto, porém nenhuma pesquisa com o recorte de raça.

Interessa aqui interrogar o papel da ARS nos estudos da informação, procurando identificar qual a importância dessa metodologia para os estudos da rede de movimentos sociais negros, sem recorte de gênero, educação, saúde, entre outros. A justificativa desse estudo, é procurar entender a partir das redes sociais, como a informação e a comunicação



circulam entre os papéis dos atores sociais inseridos em grupos sociais. O artigo está estruturado a partir da conceituação das redes sociais no campo científico, da metodologia de ARS, das redes de movimentos sociais e dos movimentos sociais negros.

2 CONCEITUANDO REDES SOCIAIS

O conceito e abrangência do tema redes sociais têm produzido ao longo do tempo diferentes estudos para os fenômenos sociais em várias disciplinas do campo científico. Nas ciências sociais, por exemplo, Borgatti et al. (2009) afirmam que discute-se a ideia de que os indivíduos estão imersos em redes de relações sociais e interações.

Do mesmo modo, Martins (2009) observa que essa temática tem se desenvolvido nos estudos sociológicos para procurar compreender os aspectos da vida social. O autor salienta que o tema das redes sociais tem ajudado a desenvolver mecanismos para atender aos objetivos da sociedade civil, no que concerne a articulação de políticas públicas e de participação social, como também tem interessado aos pesquisadores em discutir ações de descentralização em áreas como educação e saúde, na tentativa de promover ações institucionais de promoção da cidadania na esfera pública.

Na extensa literatura da área, verifica-se que o termo rede (*network*) recebe vários significados e pode ser aplicado em diferentes domínios científicos, desde os dispositivos de comunicação na internet, caracterizados como redes sociais virtuais, até as relações sociais reais. Marteleto (2001, p. 72) em sua reflexão utiliza a compreensão de rede como sendo “sistema de modos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede.” Dessa forma a rede social é entendida como um conjunto de pessoas, grupos, instituições, que se conectam por meio de seus interesses, criando laços e relações entre eles.

Assim, como afirma Portugal (2007) o estudo de redes sociais no campo das ciências sociais é por natureza interdisciplinar, em que os precursores desse tema são das áreas de antropologia, sociologia e psicologia social, os quais desenvolveram a partir de pressupostos teóricos metodológicos, métodos e teorias para a resolução de problemas de suas áreas específicas.



No estudo de Borgatti et al. (2009), os autores apresentam um levantamento histórico da aplicação da análise de redes sociais. Conforme os autores, na década de 1930 o psiquiatra Jacob Moreno estudou uma rede social de garotas que fugiam da escola Hudson, Nova York, utilizando a metodologia da Sociometria. Ele sugeriu que as fugas tinham menos a ver com as questões individuais relativas às personalidades das garotas e sim com as posições delas na rede social, uma vez que a metodologia sociométrica representava graficamente os sentimentos subjetivos de um indivíduo com outro.

Borgatti et al. (2009), observam que nas décadas de 1940 e 1950, o estudo das redes sociais tem avançado com o uso da Teoria dos Grafos, para explicar conceitos sociais psicológicos em grupos e com o desenvolvimento de programas de experimentos laboratoriais em redes. Na década de 1960 os estudos antropológicos foram bastante evidenciados a partir de pesquisadores como Brown, Nadel, Levi-Strauss e Bott. Na década de 1970, a análise das redes teve destaque na sociologia, sendo analisada a estrutura social dos papéis dos indivíduos e suas relações.

Outra contribuição importante na década de 1970 é a teoria dos laços fracos e fortes desenvolvida por Mark Granovetter (1973). O autor analisa os laços sociais classificando em laços fortes que tendem a serem agrupados por meio de um contato mais próximo, como por exemplo, relações de familiaridade, amizade, vizinhança, entre outros e os laços fracos são meros conhecidos, podendo ser facilmente desligados do resto da rede, sendo, portanto, mais propensos a ser fonte de informação nova. O estudo de Granovetter (1973) desenvolveu a teoria geral do capital social, em que pressupõe que uma pessoa pode estabelecer diferentes contatos e que essas conexões podem levar a essas pessoas acessarem distintos recursos de forma rápida, como empregos, promoções etc.

Na década de 1980, a análise de rede social tornou-se um campo estabelecido nas ciências sociais a partir do surgimento de organização profissional, conferências, software especializado (UCINET), e seu próprio jornal (Social Networks). Na década de 1990, a análise de redes apresenta-se em um grande número de campos, incluindo a física e biologia. Como também em vários campos aplicados, tais como consultoria de gestão, saúde pública e crime organizado (BORGATTI et al., 2009).

Nesses ambientes, os pesquisadores buscam por métodos de coleta e análise de dados para melhor compreender os fenômenos sociais em suas aplicações, desse modo, o próximo

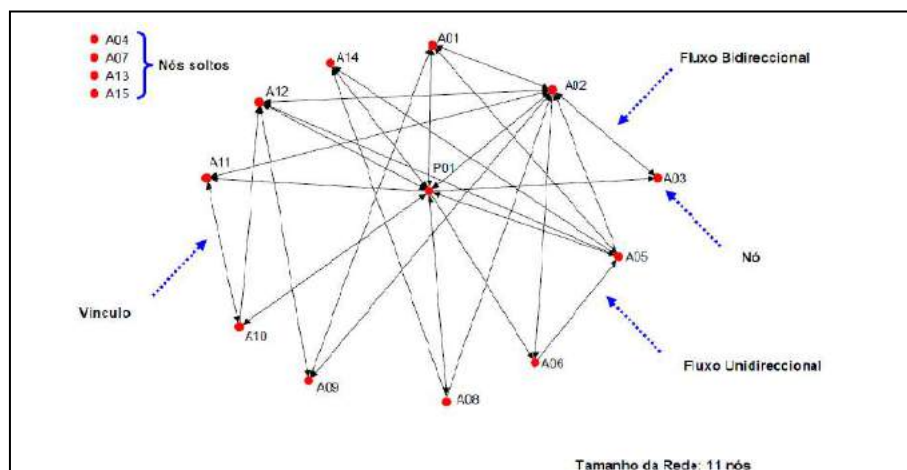
tópico apresenta como a metodologia de redes sociais pode ser útil para uma análise estrutural de redes.

2.1 Metodologia de análise de redes sociais

A Análise de Redes Sociais (ARS) é um campo do conhecimento que permite estudar as relações entre os sujeitos e os fluxos informacionais na sociedade “é uma **metodologia adequada** para investigar e pensar a complexidade da sociedade contemporânea” (SCHERER-WARRER, 2003, p. 31, grifo do autor). Do ponto de vista geral, é uma metodologia que pode ser aplicada em diferentes estudos, na saúde, matemática, biologia, tecnologia de informação e comunicação, empresas públicas e privadas, na sociologia, entre outras.

De acordo com Alejandro e Norman (2005) os elementos básicos para a composição de uma rede são os nós, as relações e os fluxos. Nesse sentido, cada ator social em uma rede é chamado de nó. A interação entre dois atores é uma díade, e a ligação entre três, tríade. Assim, a soma de todos os nós indica o tamanho da rede. A ligação entre dois ou mais nós, é chamada de vínculo ou relação. E os fluxos por sua vez, indicam a direção do vínculo e podem ser unidirecionais ou bidirecionais. Acrescenta-se ainda que, quando o nó não apresenta nenhum tipo de fluxo, é considerado solto dentro da rede. Como apontado na Figura 1.

Figura 1: Elementos básicos de uma rede



Fonte: (ALEJANDRO; NORMAN, 2005, p. 3).



Dentro da abordagem de ARS, é possível identificar diferentes indicadores que podem auxiliar no estudo analítico do objeto analisado. Alejandro e Norman (2005) propõem avaliar as redes sociais a partir dos seguintes indicadores:

- Densidade da rede: indica em valores percentuais, o nível de conectividade da rede. Ela é obtida através do quociente das relações existentes com as relações possíveis;
- Grau de centralidade: consiste no número de atores que um ator está diretamente ligado. É dividido em grau de saída e entrada. O primeiro refere-se à soma das ligações que os nós têm com os outros e o grau de entrada é o somatório que os outros nós tem com o ator;
- Índice de centralização: é quando um ator exerce papel claramente central na rede, estando ligado com todos os nós.
- Grau de intermediação: é a capacidade que um ator tem em intermediar as comunicações entre os demais nós.
- Grau de proximidade: refere-se à capacidade de um ator alcançar todos os demais nós da rede.

Para analisar os dados por meio da metodologia de ARS são utilizadas diferentes ferramentas computacionais. Um dessas é o software UNICET, um programa que oferece uma plataforma para manipulação dos dados, apresentando questões analíticas sobre a composição da rede, além de oferecer a construção de diferentes gráficos, auxiliando na análise detalhada do estudo.

Contudo, a ARS “estabelece um novo paradigma na pesquisa sobre a estrutura social” (MARTELETO, 2001, p. 72) evidenciando a construção de estudos que analisam as relações sociais entre os atores, estudando as opiniões e seus comportamentos, de modo que “a estrutura é apreendida concretamente como uma rede de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos” (MARTELETO, 2001, p. 72). Assim é possível identificar as possíveis relações de poder, compartilhamento, solidariedade ou conflito entre os atores sociais de uma determinada rede.



Percebe-se que através dessa metodologia é possível identificar como a informação circula entre os atores, percebendo pelos indicadores qual é a posição de cada um na rede, e assim verificar as relações de centralidade e troca de comunicação. Ainda é possível entender as questões que motivam o fortalecimento do grupo e suas demandas.

Como apresentado nas linhas anteriores, a ARS pode ser aplicada em diversos estudos, no caso específico dessa pesquisa, esse instrumento de análise será apresentado no campo das redes de movimentos sociais, assim como pode ser visto no tópico que segue.

3 REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Do ponto de vista teórico, o conceito de movimento social de acordo com Gonh (2000), Scherer-Warrer (1999) e Touraine (1998) ainda se encontra indefinido. A literatura da área apresenta diversas perspectivas sobre o tema e afirma que não existe uma teoria única, assim como não existe apenas um único tipo de movimento social. Apesar dessa indefinição, alguns pesquisadores apresentam em seus estudos conceitos que podem ser utilizados. Em linhas gerais, os movimentos sociais são,

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GONH, 2000, p. 13)

Dessa forma, existe uma tipologia de movimentos sociais que são criados a partir de objetivos estratégicos e podem se articular por diferentes maneiras, quer através de protestos, denúncias, ações de solidariedade ou manifestações, em prol de projetos construtivos, que gerem transformações positivas na sociedade.

Scherer-Warrer (1999) afirma que existem dois aspectos para o debate sobre movimentos sociais, que são as categorias de sujeitos sociais e associativismo civil. O primeiro diz respeito, ao comprometimento que o indivíduo tem com a sociedade e consigo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

mesmo, “é a ideia do sujeito-no-mundo ou do cidadão-no-mundo” (SCHERER-WARRER, 1999, p. 15), refere-se à formação de atores preocupados com o outro, que pensem no mundo de maneira coletiva. O segundo está relacionado com as ações coletivas desenvolvidas pelos sujeitos sociais, que se concretizam em formas organizadas, estruturadas e delimitadas, em busca de melhores condições de vida. Nesse sentido, é possível falar em movimentos feministas, de negros, ecológicos, religiosos entre outros.

Assim, o conceito de movimento social é fruto das ações entre sujeitos sociais e associações civis e “deve ser entendido como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil”. (SCHERER-WARRER, 2003, p. 30). Ou seja, essas redes se estruturam a partir de objetivos estratégicos, que atendam tanto os próprios movimentos sociais, quanto a sociedade civil. A noção de redes de movimentos implica um olhar investigativo entre o local e o global, como também entre o particular e o universal, permitindo a compreensão entre o ator social e o todo (SCHERER-WARRER, 1996).

Para Gohn (2011), existem diferentes categorias de redes: de sociabilidade, que são relações familiares, parentesco, amizades; as redes locais, nas quais inserem as comunidades de bairro; as redes virtuais, que se apropriam das tecnologias de informação e comunicação, fazendo relações online e se expandido cada vez mais, visto que não existem barreiras geográficas e as informações circulam de forma rápida; as redes temáticas específicas, que são os grupos feministas, ambientais, os movimentos negros, religiosos, sem terra, entre outros; redes socioculturais, “dadas por heranças ou características étnicas, religiosas, advindas da tradição ou de práticas sociais contemporâneas” (GOHN, 2011, p. 15); redes geracionais; redes históricas; redes de entidades, e assim por diante.

Três aspectos são importantes para estudar as redes na perspectiva dos movimentos sociais: o da sociabilidade, da espacialidade e da temporalidade histórica. (SCHERER-WARRER, 2003). Conforme a autora, na sociabilidade apresentam-se as redes sociais primárias, das quais são formadas por família, grupos locais, amizades, entre outros, e que estão ligadas com as tecnologias digitais, formando novas identidades na sociedade da informação. “No campo dos movimentos sociais, as redes construídas a partir do tecido social comunitário cruzam-se com redes construídas no tecido social associativista” (SCHERER-



WARRER, 2003, p. 32). Nesse aspecto, é o encontro do sujeito com seus pares, formando forças para o desenvolvimento de ações e estratégias de atuação. A autora aponta que para entender os movimentos sociais, é pertinente entender como os atores se relacionam e atuam, identificando como as redes se constroem, se transformam ou até mesmo se dissolvem.

O segundo aspecto, o da espacialidade está caracterizado pelas tecnologias de informação e comunicação em que os atores e os movimentos sociais se unem em redes para criar novas formas de atuação, “o global penetra no associativismo local” (SCHERER-WARRER, 2003, p. 32). O estudo a partir da espacialidade identifica as redes que movimentam os fluxos de informação propondo formas de solidariedade em bases territoriais. Vale ressaltar que nesse aspecto, as ações locais também podem modificar o comportamento dos sujeitos em escala global.

O terceiro ponto, o da temporalidade, remete ao “passado (a tradição, a indignação), o presente (o protesto, a solidariedade, a proposta) e o futuro (o projeto, a utopia)” dos movimentos sociais (SCHERER-WARRER, 2003, p. 33). Aqui a autora alerta sobre a relação que os movimentos sociais fazem sobre as questões de luta do passado e que se configuram no presente, na perspectiva de construção de identidades e ações para a transformação social.

O movimento social negro, por exemplo, desde seu surgimento vem lutando por questões que ainda hoje são importantes na luta contra a discriminação racial. As pautas elencadas no passado ainda permanecem vivas no presente contra o racismo e toda forma de segregação existente que afeta a população negra. E essa luta desperta nos atores sociais uma identidade de pertencimento. Por outro lado, o que tem mudado são as estratégias de atuação, a construção de redes e a possibilidade de novas formas de impactar a sociedade.

Dentre os inúmeros exemplos de redes de movimentos sociais, e como objeto desse estudo é o movimento negro brasileiro, Scherer-Warren (1996, p. 115) cita o Movimento Quilombola Nacional como um movimento em rede, desse modo a partir do seu aspecto organizacional ele

inclui várias redes de redes, desde a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), criada em 1996, até as organizações das comunidades locais de “mocambos”, “quilombos”, “comunidades negras rurais” e “terras de preto”, que são várias expressões de uma mesma herança cultural e social, e ONGs e associações que se identificam com a causa. Do ponto de vista da ação movimentalista,



apresenta as várias dimensões definidoras de um movimento social (*identidade, adversário e projeto*): unem-se pela força de uma identidade étnica (negra) e de classe (camponeses pobres) – a *identidade*; para combater o legado colonialista, o racismo e a expropriação – o *adversário*; na luta pela manutenção de um território que vive sob constante ameaça de invasão, ou seja, pelo direito à terra comunitária herdada – o *projeto*.

Assim, o Movimento Quilombola se articula em âmbito local, regional e nacional, com ações que procuram dialogar com atores, movimentos sociais, sociedade e o Estado, com o objetivo de desenvolver políticas públicas para atender as necessidades da população quilombola. O recorte de interesse desse movimento é a comunidade quilombola, porém como atuam em redes, articula-se com outras delegações e grupos, com a intenção de desenvolver ações propositivas. Como observa Sherer-Warrer (1996, p. 115-116):

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural.

A citação acima reforça a importância da existência das redes de movimentos sociais ao criar um espaço de sociabilidade, ligando diferentes grupos e atores sociais na luta por geração de conhecimento que se propõe a dar visibilidade aos movimentos marginalizados. Nesse sentido, este trabalho volta-se especificamente para os movimentos sociais negros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de redes sociais tem contribuído nos estudos dos comportamentos sociais entre diferentes atores. Assim, a aplicação da ARS pode favorecer o entendimento da importância do acesso e disseminação da informação nos grupos sociais e analisar o modo como os sujeitos são condicionados pelas relações sociais que os envolvem.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os movimentos sociais são ações coletivas que visam mudanças substanciais de ordenamento social junto ao Estado e a sociedade. Nessa perspectiva, é notório ressaltar que o movimento social negro tem sido considerado o maior responsável pela inserção de estudos que denunciam no âmbito das relações raciais no Brasil, que o racismo é uma realidade a ser combatida.

Estudar as redes de movimentos sociais negros é entender que existem diferentes grupos na luta pela efetivação de ações afirmativas, fazendo o recorte de gênero, saúde, educação, religião e que atendam as necessidades da população negra, reconhecendo sua história e contribuição na formação da sociedade brasileira. Contudo, um ponto reflexivo que a análise de redes sociais pode contribuir para essa temática é identificar os papéis dos diferentes atores envolvidos na rede, permitindo elaborar políticas de combate à discriminação e a promoção da igualdade, a partir do uso da informação que tanto atenda seus interesses individuais quanto grupais.

Contudo, infere-se que o fluxo informacional nessas redes se dá a partir de diferentes formas, tanto no compartilhamento de ideias, interesses, como na articulação com outros grupos que dialogam dos mesmos objetivos, socializando informações relevantes entre si. A disseminação dessas informações entre os atores das redes permite o desenvolvimento e a construção de novos conhecimentos.

O presente estudo procurou refletir sobre a teoria e metodologia dos estudos de redes sociais que podem ser utilizados para compreender os processos de acesso, uso e comunicação da informação existente entre os atores nos movimentos sociais. Como proposta de estudos futuros, pretende analisar os Conselhos da Igualdade Racial, como órgãos representativos do movimento social negro e procurar identificar como a informação e a comunicação circulam entre os atores sociais dessas instituições, levando em consideração o entendimento acerca da informação para obtenção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALEJANDRO, Velázquez Álvarez; NORMAN, Aguilar Gallegos. **Manual introdutório à Análise de Redes Sociais**. Universidad Autonoma Del Estado de Mexico, 2005.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BORGATTI, Stephen P. et al. Network Analysis in the Social Sciences. **Science**, v. 323, p. 892-895, 2009.

GONH, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor, **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In____: **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 13 - 32.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties, **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, mar. 1973.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTINS, Paulo Henrique. As redes sociais, a dádiva e o paradoxo sociológico. In: MARTINS, Paulo Henrique; B. Fontes (orgs.). **Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p. 8-23.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 203-235.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PORTUGAL, Silvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES**, n. 271, p. 1-35, mar. 2007.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos Santos. **O movimento negro e o estado (1983-1987): o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no governo de São Paulo.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SANTOS, Marcio André de O. dos. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene de. (Orgs). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009. p. 227-258.

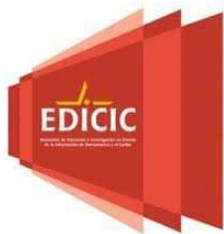
SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. **Política & trabalho**, n. 19, p.29-37, out. 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultural da Informação

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA
TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NOS REPOSITÓRIOS
DIGITAIS NOS AMBIENTES DE EAD**

***LA RESPONDABILIDAD SOCIAL DE LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN EN LA
TRANSFERENCIA DE LÁ INFORMACIÓN CIENTÍFICA EN LOS REPOSITORIOS
DIGITALES DE LOS ENTORNOS DE EAD***

**Elieny do Nascimento Silva, UFBA
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, UFBA
Maíra Salles de Souza, UFBA
Francis Miranda Alves, UFBA
Vagna Felício Vidal, UFBA**

RESUMO: Este ensaio faz parte de uma pesquisa de mestrado, realizada no programa de pós graduação em Ciência da Informação da Bahia - POSICI/UFBA, que verificou a Responsabilidade Social da Ciência da Informação (CI) na transferência da informação científica nos repositórios digitais com ênfase nos ambientes de Educação a Distância (EAD). As tecnologias da informação e do conhecimento tem exercido função essencial e a Educação tem utilizado essas ferramentas para fomentar ações de promoção do ensino. A EAD vem democratizando o acesso a educação para uma parcela da população, que por motivos diversos, não tinha oportunidade de cursar a modalidade presencial. Nesse sentido, os repositórios servem como bases de pesquisa, tanto de acesso como de promoção da informação científica, tornando-se um facilitador do ensino aprendizagem. Os recursos informacionais da EAD, alocados em ambientes híbridos, nos formatos impresso e digital, possibilitam a mediação do conhecimento nessa modalidade de ensino. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para verificar a contribuição da CI na transferência da informação nos ambientes virtuais. Destaca a contribuição e a responsabilidade social da CI na preservação e disseminação do conhecimento científico nos repositórios institucionais nos ambientes de EAD. Conclui que a mediação do conhecimento no processo de transferência da informação no ambiente virtual é relevante para os usuários que não tem disponibilidade de acesso as bibliotecas físicas e que o bibliotecário tem uma função essencial nesse processo.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Informação -transferência. Repositório Institucionais. Ciência da Informação. Educação a distância.

RESUMEN: Ese ensayo és parte de una investigación en nivel master, realizada en el posgrado en Ciencia de la Información de la Bahia - POSICI/UFBA, fue verificado la Responsabilidade Social de la Ciencia de la Información (CI) en la transferencia de información científica en los repositorios digitales con énfasis a los sítios de Educación a Distancia (EAD). Las tecnologías de la información y del conocimiento tienen exercido función esencial y la Educación tiene utilizado esa herramienta para fomentar acciones de promoción de la enseñanza. La EAD viene democratizando el acceso a la educación para una parcela de la población, que por varias razones, no tenían oportunidad de cursar la modalidad presencial. En ese sentido, los repositorios sirven como bases de busca, tanto para el acceso a la promoción de la información científica, deviniendo un elemento de facilitación de la enseñanza y de la aprendizaje. Los recursos informacionales de la EAD, asignado en ambientes híbridos, los



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

formatos impreso y digital, possibilitan la mediación de lo conocimiento en esa modalidade de enseñanza. Fue realizada una investigación bibliográfica para comprobar la contribución de la CI en la transferencia de información en entornos virtuales. Destaca la contribución y la responsabilidad social de la CI en la preservación y diseminación del conocimiento científico en los repositorios institucionales en los entornos de EAD. Concluye que la mediación del conocimiento del proceso de transferencia de información en entornos virtuales es relevante para los usuarios que no tienen disponibilidad para acceder las bibliotecas físicas y que el bibliotecario tiene función esencial en ese proceso.

Palabras -clave: Responsabilidad Social. Información-transferencia. Repositorios Institucionales. Ciencia de la Información. Educación a Distancia.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Na sociedade contemporânea, a educação tornou-se base do desenvolvimento e bem-estar social, sobretudo com o advento das tecnologias da informação e comunicação no período pós-segunda guerra mundial. Dependem dela os diversos setores econômicos, sociais, políticos, culturais, educacionais etc., explicitando-se novas relações de poder entre os sistemas sociais. Da posse de terras ou dinheiro (base do capitalismo), as diferenças sociais passam a se basear na posse (e no uso, de forma crítica) da informação (TOFLER, 1993), explicitando dessa forma o papel da educação nesse processo de acesso e assimilação do conhecimento. Paradoxalmente ao crescente volume informacional produzido, confronta-se a problemática do acesso à educação no país.

Para acompanhar as transformações da sociedade contemporânea, a educação tem buscado por mais qualidade, desde à expansão do ensino superior e tecnológico no país, qualificação dos profissionais - professores e técnicos administrativos, o ingresso nas universidades pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a Lei das cotas (Lei nº 12.711/2012), dentre outras iniciativas governamentais.

Entre os diferentes segmentos sociais, permanecem desigualdades educacionais que clamam por soluções governamentais. Dentre elas, destaca-se a necessidade de promover maiores ofertas da educação, seja primária, secundária ou terciária, principalmente naquelas localidades onde o acesso a educação é menor. Nesse sentido, tem surgido muitas iniciativas – públicas ou privadas, para promoção de uma educação que alcance todos os segmentos da população. Para minimizar essa necessidade tem surgido várias formas de ensino, dentre elas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

a Educação a Distância (EAD), principalmente para atender as pessoas que não tem disponibilidade para cursar a modalidade presencial.

A EAD, modalidade que facilita a acessibilidade aos que residem distantes dos centros universitários e/ou aqueles que, em virtude de seus trabalhos, não podem frequentar aulas presenciais, coopera para ampliar as ofertas dos cursos e ao mesmo tempo atingir uma parcela maior da população, principalmente os adultos. Nessa modalidade de ensino as aulas são virtuais e todo o material didático é disponibilizado on-line.

As tecnologias da informação e do conhecimento tem exercido função essencial nesse processo e a Educação tem utilizado, mais intensamente, essas ferramentas para fomentar ações de promoção do ensino. Nesse sentido, os repositórios servem como bases de pesquisa, acesso e promoção da informação científica, tornando-se um facilitador do ensino aprendizagem.

Nas Universidades que ofertam a EAD, tal ferramenta se mostra fator essencial para a divulgação do conhecimento científico, visto que as bibliotecas presenciais não conseguem atingir o público participante. Desta forma, esses repositórios passam a desempenhar o papel das bibliotecas tradicionais, só que no formato digital, abrigando o material utilizado pelos cursos.

Nesse processo, interdisciplinar, a Ciência da Informação, enquanto ciência social, facilita o acesso a informação e torna-se uma aliada importante, visto que a mesma capacita seus profissionais a trabalhar com mais efetividade a mediação da informação. Enfatiza a responsabilidade social do bibliotecário enquanto facilitador da mediação da informação nesses repositórios digitais. Tratar sobre a responsabilidade social na guarda e disponibilidade dos materiais didáticos e das bibliografias é promissor para nortear o acesso mais rápido e seguro desse acervo bem como sua preservação e difusão.

A mediação da informação, realizada de forma eficaz, traz qualidade para o ensino na modalidade a distância. Assinala que o usuário deve ser preparado para utilizar essas ferramentas de forma que proporcione seu desenvolvimento educacional e sua autonomia na busca pela informação registrada, destacando o bibliotecário enquanto agente de capacitação para os usuários e para a organização do conhecimento.

Nessa perspectiva, propõe-se neste ensaio, analisar uma das ações de responsabilidade social da Ciência da Informação diante das problemáticas informacionais



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

contemporâneas no tocante ao acesso e transferência da informação científica nos repositórios digitais, com ênfase no ensino a distância.

Estudar a temática responsabilidade social da CI, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição na difusão do conhecimento científico no ensino a distância é desafiador perante uma sociedade de educação superior ainda fortemente presencial e, contribui para ampliar a temática sobre a modalidade de ensino a distância que tem se expandido no país.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

A temática proposta neste anteprojeto constitui-se, naturalmente, como reflexo da pesquisa de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, cujo foco foi a transmissão da comunicação científica, seus fluxos e ciclos nos ambientes virtuais à luz da responsabilidade social da Ciência da Informação.

Mediante os estudos realizados, percebeu-se que a informação é um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, mas isso só acontece se a mesma for percebida como tal (BARRETO, 1994). Nesse entendimento a condição para realização da transferência da informação é o estabelecimento da relação entre os ambientes, os atores e os canais no processo em destaque.

Nesse tocante, a educação é fator primordial para que aconteça essa assimilação visto que fornece condições para que o indivíduo torne-se um cidadão crítico e com habilidades de busca e apreensão do conhecimento. Nessa perspectiva pergunta-se: qual o papel dos repositórios institucionais enquanto mecanismos facilitadores do acesso a informação no ensino a distância? Qual a contribuição da Ciência da Informação nesse processo de disseminação da informação?

Seguindo este raciocínio, busca-se compreender o papel dos repositórios institucionais na transferência da informação, principalmente no ensino a distância, e a responsabilidade social da CI enquanto facilitadora desse processo, através da mediação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3 JUSTIFICATIVA

O interesse em compreender a responsabilidade social no âmbito da CI no tocante à transmissão da informação científica, pressupõe, de saída, ser esta uma ciência de cunho social, interdisciplinar, cujo *metier* é tornar mais acessível a informação. Entendemos que os repositórios institucionais foram criados com a finalidade de difundir o conhecimento produzido na e pela Universidade.

Sendo “a missão da educação superior formar cidadãos profissionais e cientificamente competentes, bem como comprometidos com o desenvolvimento social do país” (CALDERÓN, 2007, p.58), almejamos analisar as contribuições que a Ciência da Informação proporciona aos repositórios institucionais, na questão da preservação e transmissão do conhecimento científico, com ênfase no ensino a distância.

Essa proposta de pesquisa é fruto das reflexões feitas no decorrer da Disciplina Comunicação, Informação e Conhecimento, na qual foram realizados seminários com a intenção de proporcionar aos discentes uma reflexão mais concisa sobre o entendimento do processo de transmissão do conhecimento científico. Todas as ciências lidam com informação, entretanto, só a Ciência da Informação trata das problemáticas da informação - formas de gerenciamento, mecanismos de preservação, recuperação e disseminação.

Partindo-se do princípio da Ciência da Informação como uma ciência social, tomemos por empréstimo o uso desta para os estudos das ações de responsabilidade social no tocante a responsabilidade social na preservação e recuperação do conhecimento científico.

4 METODOLOGIA

Por tratar-se de um ensaio, a pesquisa configura-se como bibliográfica, onde foi realizada uma revisão de literatura na literatura especializada da área. Os procedimentos metodológicos desta proposta de pesquisa foram divididos em três fases: a) Introdução - cuja importância é introduzir o tema, contextualizando-o, identificando os problemas e definindo objetivos a serem perseguidos no estudo; b) revisão de literatura – compreende a aproximação teórica como parte da etapa anteriormente referida em que se abordam autores que oferecem contornos para um entendimento mais vertical do objeto de estudo, no caso deste ensaio, a



contribuição da Ciência da Informação no tocante a mediação da informação em repositórios;
c) Conclusão – onde foi realizado uma síntese sobre o assunto pesquisado.

Realizamos uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico que “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL 2009, p. 45).

No intuito de realizar uma discussão acerca da interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e as Ciências cognitivas, com ênfase para a mediação, realizamos uma revisão de literatura nas áreas da Educação, Ciências Cognitivas e Ciência da Informação com a finalidade de fazer uma interrelação entre as áreas no tocante à mediação da informação nos repositórios digitais, destacando a responsabilidade social da CI no processo de difusão e acesso ao conhecimento científico.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreensão melhor do tema em questão, dividimos esta Secção em três subsecções que abordam respectivamente a Educação a Distância, a Responsabilidade social da Ciência da Informação na preservação e transferência do conhecimento científico e o papel dos repositórios institucionais enquanto mecanismos facilitadores de preservação e disseminação da informação.

5.1 Educação a Distância - EAD

Com a Revolução Científica iniciada no século XVII, as cartas comunicando informações científicas inauguraram uma nova era na arte de ensinar. Um primeiro marco da educação a distância foi o anúncio publicado na Gazeta de Boston, no dia 20 de março de 1728, pelo professor de taquigrafia Cauleb Phillips (ENCICLOPÉDIA MAGISTER, 1980).

No final da Primeira Guerra Mundial, surgiram novas iniciativas de ensino a distância em virtude de um considerável aumento da demanda social por educação. O aperfeiçoamento dos serviços de correio, a velocidade dos meios de transporte e, sobretudo, o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e da informação marcaram



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

decisivamente os destinos da educação a distância. Em 1922, a antiga União Soviética organizou um sistema de ensino por correspondência que em dois anos passou a atender 350 mil usuários. A França criou em 1939 um serviço de ensino por via postal para a clientela de estudantes deslocados pelo êxodo.

Essa modalidade de ensino surgiu da necessidade do preparo profissional e cultural de milhões de pessoas que, por vários motivos, não podiam frequentar um estabelecimento de ensino presencial, e evoluiu com as tecnologias disponíveis em cada momento histórico, as quais influenciam o ambiente educativo e a sociedade. Entretanto, somente nas últimas décadas passou a fazer parte das agendas pedagógicas com mais intensidade no Brasil.

No cenário das instituições de ensino do Brasil, observam-se os mais variados comentários e discursos acerca da EAD, alguns considerando essa forma de ensinar e aprender como processo que afeta as estruturas sociais e enquanto modificadores do segmento pedagógico-educacional com certa inquietação por parte de academias universitárias tradicionais. Há também uma corrente que defende a EAD como sendo a nova possibilidade de democratizar o acesso ao ensino superior.

Após as décadas 1960-70, a EAD, embora mantendo os materiais escritos como base, passou a incorporar o áudio e o videocassete, as transmissões de rádio e televisão, o videotexto, o computador e, mais recentemente, a tecnologia de multimeios, que combina textos, sons, imagens, assim como mecanismos de geração de caminhos alternativos de aprendizagem (hipertextos, diferentes linguagens) e instrumentos para fixação de aprendizagem com *feedback* imediato (programas tutoriais informatizados) etc..

No país, a EAD está legalmente ancorada na Lei 9.394 de 20/12/1996, Lei de Diretrizes e Bases, Artigo 80 que diz: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” A Lei 5.622 de 19 de dezembro de 2005 regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases, definindo a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem na modalidade a distância, utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação pertinentes às atividades educativas desenvolvidas em lugares ou tempos diferentes.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O conceito de EAD vem sofrendo alterações à medida que novas teorias, mídias e métodos de ensino estão sendo desenvolvidos. Na atualidade, a literatura específica da área conceitua EAD como:

uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores, administração seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intermediário, como cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais (ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004,p.6).

A EAD no Brasil é considerada, nos termos da LDB, uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, como a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Essa modalidade é considerada uma metodologia que contempla as necessidades de desenvolvimento da autonomia do aluno. O desenvolvimento da autonomia é considerado, por teóricos, como Jean Piaget e Constance Kamii, como peça chave do processo de aprendizagem, no qual o aluno é o foco e o professor possui papel secundário, sendo o educando o protagonista dessa modalidade de ensino.

Essa modalidade educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem não obedece a limites de lugar, tempo, ocupação ou idade. Elementos esses que demandam novos papéis a serem vividos por discentes e docentes, bem como novas atitudes e enfoques metodológicos. Por conseguinte, em face dessa nova realidade, as posturas dos profissionais envolvidos nesse processo demandam mudanças em vista que o ambiente de ensino perpassa a esfera física, evidência que vem ensejando pesquisas nos vários campos do saber. Nesse tocante, a interdisciplinaridade torna-se forte aliada nesse processo.

Atualmente, o ensino não presencial mobiliza os meios pedagógicos de quase todo o mundo, tanto em nações industrializadas quanto em países em desenvolvimento. Novos e mais complexos cursos são desenvolvidos, tanto no âmbito dos sistemas de ensino formal quanto nas áreas de treinamento profissional.

A educação a distância foi utilizada inicialmente como recurso para superação de deficiências educacionais, para a qualificação profissional e aperfeiçoamento ou atualização de conhecimentos. Na atualidade, essa modalidade é usada em programas que complementam outras formas presenciais, face a face, de interação, e é vista por muitos como uma



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

modalidade de ensino alternativo que pode complementar parte do sistema regular de ensino presencial. A Universidade Aberta oferece comercialmente somente cursos a distância, sejam cursos regulares ou profissionalizantes (ENCICLOPÉDIA MAGISTER, 1980).

A Universidade Aberta do Brasil representa uma das mais significativas possibilidades para a democratização da educação superior no País. O Ministério da Educação, criou em 2005, na esfera do Fórum das Estatais pela Educação, uma base para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, para desenvolver ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade.

Dentre as várias conquistas da EAD destacam-se a expansão dessa modalidade para além dos cursos e programas sequenciais, de extensão, de graduação, como também especialização, mestrado e doutorado. Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei possuem validade nacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008).

Essa modalidade de ensino exige mais que sistemas e plataformas digitais, que por si só não garantem a eficiência da geração do conhecimento. O potencial cognitivo do homem é essencial na determinação das ferramentas a serem utilizadas na mediação e apropriação da informação e do conhecimento. A mediação da informação torna-se fator-chave nesse processo. Nesse entendimento, a CI e as ciências cognitivas cooperam consubstancialmente nesse processo de difusão e apreensão do conhecimento.

Corroborar com a assertiva Varela (2005) ao enfatizar a relevância desse processo de transferência da informação ao afirmar que,

[...] o diálogo entre profissionais que planejam ações pedagógicas e informacionais, assumindo o papel de mediadores do conhecimento torna-se um imperativo para que as pessoas estejam preparadas para viver no mundo onde a informação e o conhecimento assume destaque (VARELA, 2005, p.11).

Nesse sentido, a interação dos atores que participam desse processo de mediação é fundamental para a fluidez da informação no ambiente virtual. Morin (2000) enfatiza que o conhecimento liga-se à vida. O autor faz entender que a mediação docente é uma ação vinculada à vida, a técnica de construção de sentidos. E, assim refletindo, é por meio da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

relação mediadora que o entendimento de cada leitor pode ser verbalizado, como também se tornam mais reais as lacunas do ato de interpretar.

No ato dialógico do debate mediado é possível o exercício da crítica, colocando os participantes da interlocução em processo cooperativo e de trocas subjetivas, capazes de acionar o que Vygotsky (1984) denomina zona de desenvolvimento proximal (ZDP), instância potencializadora da apropriação da informação acessada por meio dos recursos telemáticos e desenvolvida no debate.

A partir dessas premissas emergem questões relacionadas ao que se pode entender de EAD no contexto da Ciência da Informação, mais precisamente da produção, preservação, circulação, mediação e apropriação da informação na contemporaneidade. Desta forma, a interdisciplinaridade entre as ciências cognitivas, a Ciência da Informação, a Ciência da Computação e a Educação são essenciais para a mediação da informação nos repositórios digitais no ensino a distância.

A Ciência da Informação encontra-se presente e concede aporte teórico nas discussões concernentes ao que se entende por preservação, mediação e apropriação da informação e do conhecimento nesse novo modelo econômico, profissional e educacional, classificado por Castells (2007) como informacional, global e em rede.

Em virtude de suas peculiaridades, a EAD utiliza-se das tecnologias de informação e comunicação para dispor aos seus alunos o material necessário para os cursos. Nessa perspectiva, os repositórios institucionais temáticos desempenham importante papel na disponibilização de materiais tanto para os tutores quanto para os alunos.

Ampliar essa temática para fortalecer o ensino a distância no país é uma oportunidade para destacar a responsabilidade social da Ciência da Informação no processo de mediação da informação no formato digital.

5.2 Responsabilidade Social da Ciência da Informação na transferência da informação científica

A responsabilidade social das instituições merece destaque e a CI se preocupa com este quesito. Autores como Freire (2004; 2006), Garcia (2007; 2011) e Targino (2006) trabalham com foco nessa dimensão social, propondo a existência de um fundamento social



para ela. Um dos pilares da CI é a responsabilidade social, enfatizando o usuário e suas necessidades informacionais como fator-chave de desenvolvimento da área. Freire (2004, p.12) cita que “o problema de transmissão do conhecimento para aqueles que deles precisam é uma responsabilidade social, e esta responsabilidade social parece ser o real fundamento da CI”.

Essa ciência surgiu, portanto, com o intuito de resolver um grande problema: coletar, organizar e tornar acessível o que era produzido em ciência e tecnologia, criando uma estrutura de comunicação que possibilitasse maior eficiência e eficácia na transferência da informação em ampla escala. A CI surge tendo com a tarefa de tornar acessível um crescente acervo de informações registradas relacionadas à ciência e à tecnologia, informação esta propulsora de desenvolvimento e emancipação nas sociedades.

Para Garcia *et al.* (2009, p. 240), “a CI é um campo do conhecimento em que as relações entre o homem, a informação, o conhecimento e a sociedade fazem-na assumir práticas sociais com as características da responsabilidade social”. Como campo científico, a responsabilidade social é atribuída na sua atuação na sociedade colaborando para o acesso à informação. Ainda sobre a responsabilidade social da CI, Garcia *et al.* (p. 2, 2009) destacam

a CI configura um campo do saber interdisciplinar e socialmente responsável, seja por meio de sua ação de mediação entre o cliente e a informação, ou por sua produção científica visando atender as necessidades informacionais e tecnológicas da sociedade.

Freire (2006, p.17) enfatiza que “[...], um dos objetivos da CI seria contribuir para a informação se tornar, cada vez mais, um elemento de inclusão social, trazendo desenvolvimento para as pessoas e nações”. Essa asserção traz para a CI a ideia de responsabilidade social, carreando discussões teóricas para a área a respeito de tal tema.

Considerar a CI como uma ciência social parte, portanto, do entendimento de que a informação se constitui no contexto das relações sociais e sua mediação comunicacional. A informação é dinâmica, ultrapassa autorias e só existe e adquire sentido num contexto de comunicação em que se estabelecem permutações simbólicas.

A questão de definir o conceito de informação é primordial para qualquer área do conhecimento e a CI procura definir a informação para fundamentar melhor seus termos e nomenclaturas. A abrangência do objeto de estudo da CI passa a ser utilizado para justificar este (nem tão) novo campo estruturado e organizado de conhecimento científico, estando



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

atualmente em foco as questões éticas e de responsabilidade social em uma sociedade cada vez mais complexa e globalizada.

Se “a informação é uma matéria prima que o conhecimento deve dominar e integrar” (MORIN, 2007, p.18), cabe destacar o papel dos centros de informação na disseminação do conhecimento. Desenvolver competências de responsabilidade social no tocante à transmissão da informação implica repensar o papel das universidades como propiciadoras e disseminadoras da informação.

Para Barreto (1994), a importância que a informação assumiu na atualidade pós-industrial situa novamente para o pensamento questões sobre seu conceito e os benefícios que podem trazer à pessoa e no seu relacionamento com o mundo. Sob esse aspecto, cabe ressaltar o papel dos bibliotecários na gestão e transferência da informação. A práxis social transformadora, a atividade consciente dentro dos objetivos a que se propõe a prática bibliotecária conduz a uma ação transformadora na sociedade. Esse comprometimento com os interesses e o progresso da comunidade assistida conduz a uma ação modificadora, refletindo na responsabilidade social da instituição e de seu profissional.

Para compreendermos melhor a responsabilidade social da CI, é necessário que compreendamos o conceito de informação. Capurro (2007, p. 149) enfatiza que “informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado, desempenha papel central na sociedade contemporânea”.

Considerando que a informação é um fenômeno social e deve ser compreendida com suporte na sua geração, Freire (2004) exprime três condições básicas para a sua existência, que são: a) ambiente social - contexto que possibilita a comunicação de informação. Esse ambiente se caracteriza sempre pela existência de uma possibilidade de comunicação; b) agentes – no processo de comunicação, os agentes são o emissor, aquele que produz a informação, e o receptor, o que recebe a informação; c) canais – meios por onde as informações circulam.

Para que o fluxo de informação seja eficiente, é necessário que estas três condições estejam inter-relacionadas e a pessoa seja capaz de processá-la criticamente, a fim de que alcance seu propósito. Sendo a informação um bem comum, que atua como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação e dignidade pessoal, deve ser disponibilizada a todos os que dela necessitem.



Não há exercício de cidadania sem informação, isto porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais, o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los, e isto é informação (TARGINO, 1991, p. 155). Portanto, a informação é a mola mestra que permite acessibilidade nessa aldeia global.

Em razão do exposto, a RS é um caminho que propicia benefícios, tanto às instituições que praticam tais ações, como para aqueles que são afetados, direta ou indiretamente. Essas ações e práticas são necessárias, tanto para o fortalecimento das instituições e campo de conhecimento como para a sociedade em geral.

Portanto, verificar a responsabilidade social da CI no tocante a preservação e difusão do conhecimento científico é importante para constatar seus pontos fortes e fragilidades a fim de fomentar discussões na área. Portanto, verificar o ambiente social, os agentes e os canais no suporte ao acesso da informação no ambiente virtual é promissor para destacar as habilidades do bibliotecário no tocante à disseminação da informação.

5.3 Importância dos Repositórios Institucionais na EAD

A modernização na estrutura e formas de operacionalização pelas Instituições de Ensino Superior (IES) está cada vez mais sendo requerida, no que diz respeito à comunicação científica. Nesse cenário, surgem os repositórios institucionais para contribuir de forma significativa na gestão do conhecimento científico produzido nas universidades, uma vez que é possível armazenar documentos, projetos, artigos e trabalhos produzidos na instituição, proporcionando também a preservação e divulgação dos mesmos (DINIZ, SOUSA, 2011).

Nesse entendimento, percebe-se os mesmos como excelentes mecanismos de apoio ao ensino a distância, dado suas peculiaridades de disseminador e facilitador de acesso a informação científica. Tais dispositivos podem servir como imensa base de dados para os professores alocarem suas metodologias e experiências; divulgar suas produções à comunidade acadêmica; inserir-se em grupos de pesquisa e compartilhar informações. São abordados aspectos institucionais e científicos para efetiva implementação dos repositórios institucionais (DINIZ, SOUSA, 2011).

Para Ferreira (2008) a relevância dos repositórios é primordial para o processo de comunicação científica, destacando três princípios básicos que devem norteá-los, os quais são:



a) o princípio da disseminação; b) o princípio da fidedignidade; c) o princípio da acessibilidade. Todos esses princípios são relevantes para a qualidade da disseminação da informação científica através dos repositórios institucionais.

Nesse entendimento, verifica-se que tais instrumentos estabelecem relação de mediação entre a informação científica produzida na Academia e o público atendido pelas Universidades, sejam docentes e discentes. Nessa perspectiva tais dispositivos são canais de preservação e disseminação da informação, portanto, de fundamental relevância no processo ensino-aprendizagem.

Considerando as particularidades do ensino a distância, esses canais de transferência da informação são primordiais, visto que muitos alunos não tem acesso a uma biblioteca física devido a inúmeros fatores: as unidades de informação ficam distantes dos pólos de ensino; os horários disponíveis para acesso às bibliotecas são incompatíveis com os horários das bibliotecas tradicionais, dentre outros.

Ainda para Ferreira (2008) os repositórios usam as Tecnologias da Informação e Comunicação oriundas da internet tanto para a atividade de guarda, implicando na preservação do material depositado, quanto para a divulgação e o compartilhamento do conhecimento científico, exercendo papel de mediação, por meios de protocolos apropriados de interoperabilidade.

A Ciência da Informação busca compreender os fluxos internos e externos que ocorrem nos processos de transferência da informação, sendo os repositórios institucionais um canal por excelência nesse processo de mediação da informação, tornando, portanto, um mecanismo de investigação onde a Ciência da Informação busca conhecer como dá-se o fluxo informacional nos mesmos.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por tratar-se de um ensaio, a pesquisa configura-se como bibliográfica, onde foi realizada uma revisão na literatura especializada da área. Os procedimentos metodológicos desta proposta de pesquisa foram divididos em três fases: a) Introdução - cuja importância é introduzir o tema, contextualizando-o, identificando os problemas e definindo objetivos a serem alcançados no estudo; b) revisão de literatura – compreende a aproximação teórica



como parte da etapa anteriormente referida em que se abordam autores que oferecem contornos para um entendimento mais vertical do objeto de estudo, no caso deste projeto de pesquisa, a responsabilidade da Ciência da Informação no tocante a preservação e difusão do conhecimento científico especialmente, no ensino a distância; c) Conclusão – onde foi realizado uma síntese sobre o assunto pesquisado.

7 RESULTADOS

Como resultados parciais desse ensaio, destacou-se a implementação de metodologias que favoreçam o uso dos portais, com mais efetividade, nas aulas, destacando que o uso contínuo mais eficaz das ferramentas dispostas na modalidade de ensino a distância melhora a qualidade da educação dos usuários. Destaca que o Estudos de Usuários é imprescindível para conhecimento do nível do usuários e de sua relação e uso com as tecnologias da informação, o que favorece o uso das ferramentas dispostas nos repositórios institucionais.

Destacou-se também que a Ciência da Informação, enquanto ciência que trata das problemáticas desde a geração até a difusão da informação, é uma parceira importante nesse processo no tocante a competências informacional dos usuários, corroborando com o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse tocante, Pombo (1994) destaca que é no intercâmbio mútuo e a integração entre várias ciências, cuja cooperação resulta no enriquecimento recíproco. Desta forma, percebe-se que a Ciência da Informação, através de suas teorias, favorece o uso dos repositórios institucionais e a capacitação dos usuários para o uso mais eficaz desses dispositivos.

É oportuno destacar que a mediação tem papel primordial nos cursos EAD, muitas teorias pedagógicas difundidas por Vygotsky (1995) e Piaget (1940) partilham a valorização e participação do discente no processo de construção do conhecimento, bem como, salientam a mudança de postura no processo de transferência da informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do sistema de EAD em instituições de ensino e de pesquisa, transformaram a questão da busca da informação científica. Na contemporaneidade, ocorre intensamente à transformação de hábitos e costumes cotidianos, interferindo assim no *modus operandi* de busca da informação. Desde a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a Educação tem implementado seus métodos de estudos a fim de facilitar o acesso, tanto ao ensino como a difusão da informação nesses ambientes digitais.

Desde sua criação o ensino a distância tem avançado consideravelmente e contribuído para promover o acesso a educação e o desenvolvimento científico, de forma mais prática e efetiva. Nessa perspectiva muitas Universidades e Faculdades tem ofertado cursos a distância, facilitando destarte uma democratização do ensino superior, visto que o Ensino a Distância é fundamental para melhorar o acesso a informação.

Nesse cenário de ensino a distância os repositórios institucionais vem desenvolvendo protagonismo, seja por meio da preservação ou da mediação do conhecimento científico em meio digital, disponibilizando as informações geradas pela Academia, seja pela otimização do acesso seja pelo processo mais eficaz da mediação.

Conclui-se que os repositórios na EAD trazem mais qualidade no ensino, por ser mecanismos facilitadores da democratização do conhecimento, sem necessariamente estar em uma biblioteca física, facilitando a mediação da informação.

Nesse contexto, a Ciência da Informação contribui qualitativamente para promover melhor acessibilidade ao conhecimento por meio dos repositórios institucionais, devido tratar-se de uma Ciência que trata desde a produção, transferência, preservação e difusão do conhecimento como também da educação dos usuários para a busca do conhecimento científico em ambientes digitais.

Nesse tocante, destacou-se a responsabilidade social da CI e do bibliotecário, enquanto protagonista do processo de mediação do conhecimento nos repositórios institucionais no ensino a distancia.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

REFERÊNCIAS

ALVES, Rêmulo Maia; ZAMBALDE, André Luiz; FIGUEIREDO, Cristhiane Xavier. **Ensino a Distância**. Ufla / Faepe. 2004.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.16, n. 3, 1994.

CALDERÓN, A. I. Doze Premissas para a construção e uma política institucional de Responsabilidade Social nas IES. **Revista Responsabilidade Social**, ano 3, n. 3, jun. 2007.

CAPURRO, Rafael. O conceito de Informação. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

DINIZ, Adélia S. S.; SOUSA; Alessandra S. de. O potencial dos repositórios institucionais na educação a distância. **Revista UNI, Imperatriz (MA)**, ano 1, n.1, p.125-133• jan./jul. 2011.

ENCICLOPÉDIA MAGISTER. Brasília: Editora Amazonas Ltda., 1980. v. 1.

FREIRE, I. M. A responsabilidade social da ciência da informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, fev. 2004.

_____. Ciência da informação temática, histórias e fundamentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

_____. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. Rio de Janeiro: Escola da Comunicação da UFRJ, 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2001.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro *et al.* O conceito da responsabilidade social em programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil, no período de 1980-2008. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2009, João Pessoa. **Responsabilidade social da Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009. p. 238-256.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; SILVA, Iran Cavalcante da. Responsabilidade Social: produção na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12. 2011, Brasília. **Políticas de Informação para a sociedade**. Brasília, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

POMBO, Olga. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. In: POMBO, Olga; LEVY, Teresa; GUIMARÃES, Henrique (Org.). **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. 2. ed. Lisboa: Texto, 1994.

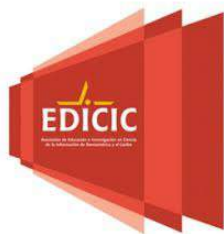
TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Rev. Esc. Biblioteconomia, UFMG**, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteca universitária e prestação de serviço: a irreverência do óbvio. In: _____. **Olhares e fragmentos: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Teresina: EDUFPI, 2006. p.181 -189.

TOFLER, Alvin. **Resumo da palestra realizada no Congresso Nacional de Informática da SUCESU, em 24 de agosto de 1993**. [S.l.: s.n.], 1993. Disponível em:
<<http://chaves.com.br/textalia/misc/tofler.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008. Disponível em:<
<http://www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php?id=22243>>. Acesso em: 10 set. 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. **São Paulo**: Martins Fontes, 1994.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

SEMINÁRIOS CULTURA E MÍDIA: 20 ANOS

MEDIA AND CULTURE SEMINARS: 20 YEARS

Luiz Tadeu Feitora, UFC

Resumo: Os Seminários Cultura e Mídia (1996-2016) são atividades promovidas pela disciplina “Cultura e Mídia”, ofertada pelo Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Ceará – UFC e têm ensejado diversas ações de ensino, de pesquisa e de extensão no âmbito da graduação. O objetivo da pesquisa é analisar fenômenos culturais e midiáticos, bem como as teorias, os conceitos e as propostas metodológicas que ancoram suas ações, ouvindo-se os seus produtores, os intelectuais e pesquisadores que os analisam, as instituições que os abrigam ou os estimulam. Para as comemorações desses vinte anos de seminários, revisitaremos conceitos, teorias, metodologias e ações culturais e midiáticas, ouvindo antigos e novos convidados, com o objetivo de demonstrar e analisar as formas de mediações que se estabelecem entre a Cultura e a Mídia na produção, difusão, emissão e recepção dos fenômenos culturais e midiáticos. O levantamento de todos os dados dos vinte anos e mais os decorrentes dos seminários comemorativos de 2016 servirão para a edição de um livro memória dos seminários; uma revista científica com artigos dos convidados sobre temas variados dos seminários; um documentário dos eventos comemorativos; um portfólio eletrônico dos melhores trabalhos apresentados pelos alunos participantes sobre os vinte anos dos seminários; um álbum fotográfico sobre a história dos seminários e da construção de uma base de dados para abrigar os textos escritos, os materiais de produção e divulgação dos seminários, as fotografias, filmagens e outras produções dos seminários, inclusive com materiais dos seus bastidores. Todo o material está sendo estudado e analisado à luz das Teorias da Informação e Comunicação, da Antropologia Cultural e dos Estudos Culturais e de Mídia, que vêm alimentando as bibliografias da disciplina em questão e seus desdobramentos de pesquisa e de extensão.

Palavras-chave: Cultura. Mídia. Mediação. Seminários.

Abstract: The Media and Culture Seminars (1996-2016) are activities promoted by the discipline "Culture and Media", offered by the Course of Librarianship, of the Federal University of the State of Ceará - UFC and has occasioned various acts of education, research and extension in the area of the graduate program. The objective of this study is to analyze the cultural and media phenomenon, as well as the theories, concepts and methodological proposals that anchor their actions, listening to their producers, the intellectuals and researchers that analyze them, and the institutions that hold or stimulate them. For the commemoration of these twenty years of seminars, we will revisit concepts, theories, methodologies and cultural and media actions, listening to old and new guests, with the objective of demonstrating and analyzing the forms of mediations that are established between the Culture and Media in the production, diffusion, issuance and reception of the cultural and media phenomenon. The collection of all the data of the twenty years and those resulted from the commemorative seminars in 2016 will serve to edit a memory book of seminars; a scientific magazine with articles of guests about various themes of seminars; a documentary of the commemorative events; an electronic portfolio of the best reports presented by the participating students about the twenty years of the seminars; a photographic album about the history of the seminars and the construction of a data base to hold the texts written, the production materials and disclosure of seminars, the



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

photographs, videos and other productions of seminars, including the backstage materials. All the material is being studied and analyzed in the light of the Theories of Information and Communication, Cultural Anthropology and the Studies of Culture and Media that are feeding the bibliographies of the discipline in question and its deployment of research and extension. Keywords: Culture. Media. Mediation. Seminars.

1 INTRODUÇÃO

Com vinte anos de atividades em 2016, os “Seminários Cultura e Mídia” (1996-2016) são atividades promovidas pela disciplina “Cultura e Mídia”, ofertada pelo Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Ceará – UFC. Coordenado por este pesquisador e promotor de diversas ações de ensino, de pesquisa e de extensão no âmbito da graduação, os referidos seminários ocupam as duas unidades finais da disciplina, num total de cinco, e funcionam como espaços democráticos de reflexões sobre temas e fenômenos da cultura e da mídia e seus processos de mediação comunicacional e informacional.

Com temas escolhidos a partir dos interesses dos alunos sobre fenômenos culturais e midiáticos contemporâneos e seus processos de informação e comunicação mediados, os seminários têm como objetivo analisar esses fenômenos e as teorias que se debruçam sobre suas investigações, sobre os conceitos e as propostas metodológicas que ancoram suas ações nos âmbitos e nos contextos onde eles acontecem.

No âmbito das ações, atividades e manifestações culturais e midiáticas que produzem eventos, exploram linguagens artísticas ou não, lidam com estéticas e promovem ações culturais, os seminários exploram, ainda, as suas ambiências de **produção, difusão, circulação e recepções** pelas demandas e audiências alvos. Assim, a relação entre teorias e práticas se dão ouvindo-se os seus produtores, os intelectuais e pesquisadores que os analisam, as demandas às quais atendem e as instituições que abrigam ou estimulam tais produções culturais e midiáticas e seus desdobramentos comunicacionais e informacionais.

O que motiva os seminários no âmbito da disciplina de graduação que os abriga é proporcionar o encontro das teorias, dos conceitos e das metodologias dos campos científicos estudados na disciplina “Cultura e Mídia”, com os fenômenos, processos e atividades práticas nos contextos culturais (cotidianos) e midiáticos (produtos, serviços e demandas da mídia). Assim, a fim de comemorar os vinte anos dos Seminários, criou-se o projeto “Seminários Cultura e Mídia – 20 anos”, cujo objetivo é analisar os conteúdos teóricos, os aspectos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conceituais e as propostas metodológicas abordados em vinte anos pelos “Seminários de Cultura e Mídia”, ao mesmo tempo em que serão feitos novos seminários, que receberão convidados de todo o país, que abordarão temas e suas ações em manifestações culturais, bem como aqueles que lidam com a mídia e suas formas de expressão, seus fazeres e suas representações, sempre ensejando estudos e reflexões sobre os fenômenos informacionais e seus processos de produção, circulação e recepção.

A ideia das comemorações é revisitar as ciências que estudam cultura e mídia, informação e comunicação, ouvindo antigos e novos convidados, com o objetivo de demonstrar e analisar as formas de mediações que se estabelecem entre a Cultura e a Mídia na produção, difusão, emissão e recepção dos fenômenos culturais e midiáticos. Parte-se do pressuposto de que, como produtora de mediações, a Cultura constrói "teias de significações" (GEERTZ, 1989) que vão se sofisticando complexa e dinamicamente nas relações socioculturais e que, reapropriadas pela Mídia e seus fenômenos acabam se ressignificando, construindo novas realidades culturais, além de novos construtos simbólicos e novas mediações simbólicas. (MELO, 2014).

Em outras palavras, retomar os temas e discussões dos últimos seminários, ouvindo antigos e novos convidados sobre o que mudou ao longo desses vinte anos significa também analisar os novos modos de fazer, de pensar e lidar com as produções, circulações e recepções dos fenômenos ligados à cultura e à mídia. A investigação dos fenômenos culturais em seu devir implica entender a dinâmica cultural e com isso contribui com reflexões sobre a mutabilidade dos acontecimentos sociais e, particularmente nesta presente análise, suas reverberações midiáticas, seus processos de mediação comunicacional e informacional; como também suas formas de transmissão cultural.

Se a cultura é um acontecimento social, não existe cultura a não ser quando manifestada, transmitida e vivenciada pelo indivíduo. A cultura existe, antes de mais nada, como herança e para compreendê-la devemos analisar os modos de transmissão desta, que é elemento constituinte da cultura (CAUNE, 2014, p.2)

Assim, com o propósito de demonstrar, analisar e confrontar os fenômenos culturais com suas feições midiáticas presentes nos vinte anos dos “Seminários Cultura e Mídia”, o projeto analisará como os fenômenos culturais (costumes, crenças, valores, dogmas e mais aqueles fenômenos ligados às linguagens artísticas – música, literatura, dança, etc.) em seus



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

meios de produção, difusão e recepção (cotidianos, tradições, etc.) são modificados e ressignificados pela mídia e seus processos de mediações e reconstruções de sentidos.

Como matéria-prima para os estudos analíticos e comparativos que serão desencadeados para este projeto, será analisado o material colhido pelos “Seminários Cultura e Mídia” junto aos palestrantes que se apresentaram nestes vinte anos, no âmbito de suas atuações como pesquisadores de cultura e de mídia; o conjunto das informações dadas por intelectuais, artistas, anônimos, donas de casa e pessoas do povo convidados ao longo desses vinte anos; as produções intelectuais (artigos científicos) e midiáticas (matérias jornalísticas) sobre os seminários em si e sobre os temas discutidos nos seminários; os trabalhos de alunos da disciplina Cultura e Mídia, mormente os dos últimos dez anos, quando se passou a cobrar trabalhos mais bem elaborados sobre os eventos.

Para efeito das apresentações que acontecerão ao longo do ano de 2016, quando das comemorações dos vinte anos dos seminários, serão colhidos novos depoimentos escritos, sonoros, audiovisuais e fotográficos, com o propósito de atualizar os discursos, as linguagens, as teorias, os conceitos e a análise dos fenômenos ligados à produção, difusão, circulação e recepção desses temas abordados, revisitando o “antes” e o “depois” dessas manifestações culturais e midiáticas apresentadas pelos seminários e aferir como a hibridação desses dois tempos “afetam os processos de produção e de difusão do saber, os modos de pensamento, os momentos de entretenimento e, de forma mais geral, os comportamentos e as identidades culturais” (CAUNE, 2014, p.2).

O levantamento de todos os dados dos vinte anos e mais os decorrentes dos seminários comemorativos que acontecerão servirão de matéria-prima para a edição de um livro memória dos seminários; uma revista científica com artigos dos convidados sobre temas variados dos seminários; um documentário sobre as comemorações dos vinte anos; um portfólio eletrônico dos melhores trabalhos apresentados pelos alunos participantes sobre os vinte anos dos seminários.

Está previsto ainda a produção de um álbum fotográfico digital sobre a história dos seminários e da construção de uma base de dados para abrigar os textos escritos, os materiais de produção e divulgação dos seminários, as fotografias, gravações sonoras, filmagens e outras produções dos seminários, inclusive com materiais dos bastidores dos seminários.



Banco de dados que depois será disponibilizado pelo sistema de bibliotecas *on line* do Brasil afora, a fim de que possa ser consultado.

O presente projeto de comemoração destes vinte anos de comemoração nasce no exato momento em que a história dos “Seminários Cultura e Mídia” ratifica um ganho acadêmico a partir das oportunidades que criaram no âmbito da produção, circulação e recepção dos conhecimentos suscitados e produzidos por eles. Sempre revendo teorias e conceitos a partir das suas aplicações aos fenômenos culturais e midiáticos, vimos, ao logo desses vinte anos, atualizando as pesquisas e divulgando seus resultados na própria disciplina Cultura e Mídia, em seminários temáticos sobre os assuntos, além da participação em eventos científicos, o que redundou na construção da **Linha de Pesquisa “Mediação e Gestão da Informação e do Conhecimento”**, do recém criado Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, da Universidade Federal do Ceará (primeira turma em 2016), contribuindo para o surgimento de várias disciplinas deste programa de pós-graduação, na linha de pesquisa em lide.

Assim, teorias, conceitos e epistemologias com base em Antropologia Cultural, na Ciência da Informação, nas Ciências da Comunicação; em estudos sobre os processos de mediação entre as teorias e suas aplicabilidades humanas e profissionais; interlocução e mediação entre os fenômenos culturais e midiáticos pesquisados e suas formas de produção, circulação, difusão e recepção experimentados nos últimos vinte anos desses seminários puderam contribuir com um escopo teórico que sustenta hoje a citada linha de pesquisa do Mestrado em Ciências da Informação, da UFC, com o qual a graduação dialogará de modo mais profícuo na construção de novos saberes e conhecimentos.

2 CULTURA, MÍDIA E MEDIAÇÕES NA PERSPECTIVA DOS SEMINÁRIOS

Os contornos antropológicos acima mencionados dão conta de que fenômenos culturais nascem, fortalecem-se pelos acordos tácitos celebrados pelas culturas, ritualizam-se em repetições cotidianas e se sofisticam antropologicamente ao ponto de se tornarem também promotores e produtores de novas significações e demandas de sentido. Assim, a mídia, que se configura um todo complexo de extensão da cultura, sendo desta um produto e um fenômeno em expansão, também se configura produtora de cultura.

A cultura se dissolve na hibridação de suas fronteiras, a comunicação é fluxo que se expande nas transformações do comunicar [midiático] e a linguagem



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

perde as marcas significantes das distinções enunciativas de um emissor ou enunciador, para aderir a uma inesgotável semiose que se condensa nas próprias transformações do comunicar, independentemente das modelações e códigos (FERRARA, 2015, p.22).

Como produto da cultura, a mídia – mais do que apenas ser pensada limitadamente como ponte entre os fenômenos contemporâneos e suas audiências – também se configura como mediação para difundir as ações simbólicas alimentadas pela sua criadora, a cultura. Um produto da cultura que, complexo, sofisticado e autônomo como é a mídia, passa a ter vida e fôlego próprios, com a mesma carga fenomenológica e antropológica que a habilita a produzir novos significados e sentidos, estabelecendo a semiose de que nos fala Ferrara. Ditos significados e sentidos reconfiguram a contemporaneidade e reclama investigações científicas, mote maior dos seminários nesses últimos vinte anos.

Como produtora, alimentadora e difusora de cultura, a mídia constitui-se, ainda, num complexo fenômeno de produção de novas realidades. Um tempo midiático passa a ser urdido, simbolizado e ritualizado sob a égide dos tempos fabricados tecnologicamente, mas, também sob o viés de outras redes e “teias de significação” (GEERTZ, 1989) mediatizados. “Entre ganhos e perdas, cultura, comunicação se transformam e se enredam interativamente” (FERRARA, 2015, p.22).

Ainda que a profusão de temas abordados nesses vinte anos dos “Seminários Cultura e Mídia” suscitasse – pela imensa diversidade de campos do conhecimento e dos saberes hegemônicos e populares – muitas abordagens teóricas, conceituais, epistemológicas e de metodologias plurais, foi sob a égide dos estudos de Comunicação e Informação; de Semiótica da Cultura e de Antropologia Cultural que os temas foram sendo submetidos às análises, aos debates e às reflexões, ainda que sempre abertos a outras visadas teóricas de caráter interdisciplinares.

Teorias que são importantes para qualificar os problemas e as problemáticas levantadas pelos “Seminários Cultura e Mídia” e recortadas aqui para efeito deste trabalho. Assim, o que qualifica a pesquisa em curso parte de perguntas como as que se seguem: sobre as relações entre cultura e mídia, seria uma relação tensa e conflituosa ao ponto de cultura e mídia se negarem? Ou seria sob a égide da convivência diferenciada dos dois fenômenos que as relações se dariam? O que sobra, o que se perde e o que permanece das ritualidades



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

culturais quando transpostas para os rituais midiáticos? Em seu devir antropológico de produção e sofisticação de sentidos, seria a cultura mais forte e menos volúvel do que o mesmo devir midiático? E seria essa “teia de significação” midiática inteiramente volúvel, como pensam alguns críticos da mídia e dos seus fenômenos?

Essas e muitas outras questões foram suscitadas ao logo desses vinte anos dos “Seminários Cultura e Mídia” e não foram menos tensas e acaloradas as discussões que surgiram nesses espaços culturais e midiáticos de discussões. Assim, sabe-se que – ainda que diferentes e sob intenções diversas – os processos e mediações de construções de realidades no âmbito das ações da mídia e da cultura andam juntos e não raro os produtos e fenômenos que produzem e promovem são conflitantes. A questão é se as realidades contemporâneas advindas dessas produções e mediações diferenciadas de sentidos – na cultura e na mídia – são mais próximas ou distantes dos fenômenos reais que ensejam a cultura e a mídia a produzirem suas realidades simbólicas.

É nesse sentido que há 20 anos se vem produzindo e alimentando reflexões sobre o que estaria em jogo nessa produção, circulação e recepção de sentidos nos âmbitos da cultura e da mídia; como esses fenômenos dialogam; como se comportam; o que os diferencia de fato; que conflitos se dão nessas relações e à luz dos fenômenos, processos e mediações que produzem. Nesse sentido, nos parece salutar a perspectiva investigativa de Jean Caune sobre as relações intrínsecas entre comunicação e cultura, para quem “a cultura e a comunicação podem situar-se tal qual uma figura no espelho”, mas levando-se em consideração o poder da mediação para esse fim, “assumindo a cultura como uma mediação entre o indivíduo, as manifestações por meio das quais ele se expressa e o mundo onde ele estabelece relações com os outros” (CAUNE, 2014, p.5).

A profusão de possibilidades de respostas ao longo desses vinte anos, antes de assustar, ensinou a pesquisa, motivada que foi pelas muitas visadas teórico-conceituais e metodológicas sempre sob a perspectiva central das relações cultura/mídia, mas motivadas pelos campos científicos de onde surgiram as preocupações temáticas expressadas nos seminários por pesquisadores, intelectuais, celebridades e artistas ligados à cultura, à mídia e às mais variadas linguagens artísticas, bem como ligado aos fenômenos urbanos e rurais, onde artistas renomados e anônimos; pessoas do povo, de comunidades e representantes da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

chamada cultura popular se manifestaram, alimentando as discussões e ensejando as curiosidades que justificam a pesquisa em curso.

Uma pesquisa que se deseja inclusiva, com a participação de muitos atores e de muitas representações temáticas, assim como já vem acontecendo com as audiências cada vez maiores e mais diversas dos seminários. Uma pesquisa que una ciência e sabedoria popular; alunos de todas as graduações com teóricos renomados; artistas de todas as linguagens e matizes estéticas com seus públicos reais e potenciais. Uma pesquisa que junte patrimônios materiais e imateriais; culturas hegemônicas e populares; saberes científicos e engenhosidades de anônimos. Uma pesquisa que abra as portas da Universidade para a sociedade que a mantém; que congregue ações do ensino com a extensão e a pesquisa e que, sobretudo, congregue valores éticos e estéticos com o fim último de abrir e de manter aberto fóruns de discussões sobre temas que envolvam cultura e mídia e que aproxime os imaginários científico do interesse e curiosidades de conhecimento e de informação da sociedade.

Por fim, promover, divulgar, estimular e acolher as mais diversas pesquisas, os mais diferentes temas, interesses, produtos e demais fenômenos sobre os universos da cultura e da mídia. No âmbito das linguagens artísticas e estéticas, por exemplo, debater e discutir as representações feitas pela cultura e pela mídia dos fenômenos musicais, literários, cinematográficos, teatrais, da dança, do jornalismo, dos fenômenos da indústria cultural; das letras e artes; dos ofícios e manifestações populares.

Do mesmo modo, ouvir os atores e sujeitos dessas linguagens e manifestações, auscultar suas demandas, problematizar seus conflitos na relação de seus fazeres com as representações disso pela cultura e pela mídia. Mantendo a tradição dos Seminários Cultura e Mídia nesses 20 anos, debater propostas e reivindicações desses sujeitos, desses atores e das instituições a eles ligadas, a fim de fortalecer suas ações, motivar seus potenciais criativos, tecnológicos, estéticos e artísticos e, acima de tudo, criar mecanismos de pesquisa e de conhecimento para entender os “processos e mediações na construção de realidades contemporâneas¹” pela Cultura e pela Mídia.

¹Título da minha Pesquisa PIBIC/UFC, cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará e que conta com bolsistas e alunos voluntários de todo o Centro de Humanidades da UFC.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3 OBJETIVOS E METAS A SEREM ALCANÇADOS

O projeto que ora apresento tem como objetivo geral analisar a produção científica, intelectual e artística dos vinte anos dos “Seminários Cultura e Mídia”, a fim de classificar, catalogar e indexar todos os materiais e confrontar com os produtos dos seminários que acontecerão por ocasião das comemorações dos seus vinte anos de existência, com o propósito de alimentar novas produções científicas e intelectuais sobre os fenômenos investigados.

Dividimos em dois tipos as metas deste projeto. Primeiramente as ações relacionadas ao levantamento, catalogação, classificação e à leitura e análise dos materiais (escritos, impressos, fotográficos, sonoros, cinevideográficos) das produções contidas nos arquivos dos seminários, com documentos das ações passadas. Esse material servirá de matéria-prima para a análise teórica, conceitual e metodológica dos seminários em seus vinte anos de existência; dos modos e procedimentos com que as ações e os temas foram desenvolvidos através dos anos pelos convidados dos seminários; da análise das produções dos alunos nos últimos dez anos, quando passou a se exigir relatos escritos sobre os seminários de que participaram; da criação de um bando de dados capaz de potencializar pesquisas futuras, mas, também proporcionar produções tecnológicas sobre as várias linguagens abordadas pelos seminários, etc.

No segundo tipo de meta, focamos atenção nas ações deliberadas para acontecerem ao longo deste ano de 2016, por ocasião das comemorações dos vinte anos dos seminários, que ocorrerão em igual formato, mas, com mudança na ocupação de um número maior de espaços das ações dos eventos, bem como de maiores audiências e abrangências de suas ações.

4 UM PROJETO EM DEVIR INVESTIGATIVO

Por se tratar de um projeto que visa se debruçar sobre a produção intelectual, artística, estética de pesquisadores, artistas, intelectuais; por contemplar anônimos e suas relações com fazeres e ações de cunho cultural e midiático; pessoas do povo e os modos como medeiam suas relações com o tempo cultural e também o midiático, escolheu-se duas modalidades de indicadores de acompanhamento do projeto em curso. De um lado os aportes teóricos, conceituais e metodológicos que se debruçam sobre os fenômenos culturais e midiáticos, que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

se transformaram em temas debatidos nos seminários pelos seus convidados. Do outro lado, as formas metodológicas que se voltarão para a comemoração dos vinte anos dos seminários, ponto de partida e de chegada das análises que justificam o projeto e essa comemoração. Assim, revisitar o aporte teórico sobre estudos culturais e midiáticos junta-se às metodologias de feitura dos seminários comemorativos.

Como critério de acompanhamento das evoluções da literatura especializada em estudos de cultura e de mídia, tomamos por base a Disciplina de Cultura e Mídia e a sua aplicação metodológica, que possibilita contemplar as teorias e os conceitos aplicados aos temas escolhidos para serem debatidos pelos convidados dos “Seminários Cultura e Mídia”. Assim, usamos as bases teóricas e conceituais de autores da bibliografia básica e complementar da disciplina para aferir a evolução conceitual dos fenômenos culturais e midiáticos, como critérios de acompanhamento do projeto em lide.

Para tanto, usamos como pano de fundo dos seminários e como base para ancorar esta pesquisa, os estudos sobre cultura, mormente os de base antropológica, desenvolvidos por teóricos como Clifford Geertz (1989), Roque de Barros Laraia (2010), Michel De Certeau (1994), Néstor Garcia Canclini (2003); as teorias sobre estudos culturais, tendo como teóricos Michel Maffesoli (2014), Edgar Morin (2008), Gilles Lipovetsky (2009; 2011); teorias e postulados sobre estudos midiáticos e fenômenos da Comunicação e Informação, tendo como nomes Anthony Giddens (1991), John B. Thompson (1999), Dominique Wolton (2006), além dos estudos sobre os fenômenos contemporâneos de cultura e mídia, sempre recorrente e revisitados nos seminários em lide e discutidos pelo coordenador deste projeto em artigos científicos e em palestras.

Outros indicadores de acompanhamento teórico, conceitual e metodológico desta pesquisa já vêm sendo desenvolvidos ao longo destes vinte anos e se configurarão nesse projeto comemorativo como prerrogativas inalienáveis, os que se produziu e se produzirá de produção intelectual a partir dos seminários. Assim, realce deve ser dado ao que vem se produzindo de artigos acadêmicos e de matérias e artigos para publicações midiáticas, em jornais, rádios e tevês locais.

Do ponto de vista dos indicadores de acompanhamento de natureza metodológica, destacamos o que já figura como metas deste projeto, a saber: os projetos de arte e cultura que serão contemplados pelos seminários de 2016, cuja meta é mostrar em ações as produções



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

teóricas acadêmicas e intelectuais do que se produz a partir da exposição temáticas de cada convidado nos seminários. Da mesma forma o papel das exposições temáticas produzidas pelos seminários, que levam ao conhecimento público as fases de cada processo investigativo dos seminários; os workshops, que debatem os temas sob vieses interdisciplinares; os portfólios impressos e eletrônicos, produzidos pelos alunos sob o acompanhamento do coordenador do projeto; as resenhas, artigos de opinião e matérias jornalísticas publicadas e a serem difundidas por ocasião dos seminários de 2016, objeto desta pesquisa.

Os “Seminários Cultura e Mídia” funcionam com indicadores produzidos pelas próprias ações que desenvolvem. Estas alimentam as produções feitas pelos seminários com as teorias que ancoram as discussões, numa simbiose importante entre aporte teórico e metodologia de construção dos seminários. Há, ainda, as formas de circulações e difusões dos temas abordados pelos seminários e seus convidados, que ajudam a medir parâmetros de avaliação desses fenômenos culturais e midiáticos, porquanto vêm à tona aspectos atuais que antes não eram contemplados pelos fenômenos trazidos aos seminários.

Da mesma ordem são os estudos sobre os ambientes de recepção desses fenômenos midiáticos e culturais. As teorias proporcionam o exercício de reflexões críticas que acabam retroalimentando esses fazeres; ajudam no entendimento dos seus contextos de realização; das demandas de informações e de conhecimentos sobre os fenômenos culturais e midiáticos que provocam, etc. Todo esse movimento que ausculta os fazeres da cultura e da mídia – a partir dos “Seminários Cultura e Mídia” – faz circular nos âmbitos culturais e midiáticos seus processos de evolução conceitual, teórico e metodológico. Isso leva a disciplina de Cultura e Mídia, mas, também, os convidados dos seminários e reformularem conceitos, alimentando teorias, retroalimentando metodologias de estudos e aferição desses fenômenos estudados pela disciplina e mote das ações dos convidados frente a seus fazeres e ocupações.

Do ponto de vista pragmático, uma equipe de alunos e ex-alunos da disciplina Cultura e Mídia – que apoiaram as produções e execuções dos seminários anteriores – estão à frente deste projeto, fazendo pesquisas teóricas e levantamentos sobre os seminários anteriores, com atividades que começaram desde março de 2014. São eles os responsáveis pelos achados das edições anteriores dos eventos e criaram uma agenda positiva de ações junto a convidados antigos; na preparação e planejamento dos fatos geradores para a existência deste projeto; na criação de uma agenda dos antigos alunos – que estão enviando seus trabalhos sobre os



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

seminários – e convidados antigos, cujos contatos já foram feitos e aceitaram contribuir com esta pesquisa. Há, ainda, o recebimento sistemático de trabalhos feitos por ex-alunos das disciplinas, acompanhados de depoimentos em vídeo sobre os bastidores dos seminários de quando eles participaram, bem como sobre a importância dos seminários na sua formação pessoal e profissional. Esse material está sendo catalogado e classificado pelos alunos colaboradores.

Há também a participação de oito bolsistas, dois monitores da disciplina Cultura e Mídia e cerca de 30 alunos voluntários envolvidos na preparação dos seminários comemorativos de 2016. Eles serão responsáveis por acompanhar de perto a produção e avaliação dos seminários do presente ano, bem como acompanhar as demais equipes de profissionais que cobrirão o evento, que construirão seu arquivo memorial, que avaliarão as etapas do projeto, etc. Tudo isso com o apoio logístico do Departamento de Ciências da Informação, da Universidade Federal do Ceará, sob a coordenação geral deste pesquisador.

5 MEDIAÇÕES COMO METODOLOGIA: RESULTADOS PRELIMINARES.

Apesar de presente em muitos cursos de graduação, os seminários temáticos se ocupam muitas vezes de dar voz aos convidados. Os “Seminários Cultura e Mídia” ocupam-se de acompanhar as pesquisas, as posturas metodológicas e as inovações presentes nas ações e ativismos daqueles que se ocupam com os fenômenos culturais e midiáticos. Assim, por exemplo, representantes de ações culturais e midiáticas recebidos pelos seminários em anos passados e que são novamente convidados, apresentam suas novas visadas conceituais, estéticas e metodológicas no trato com seus fazeres.

Ainda que os primeiros seminários não tenham rendido fotos, filmagens e a quase totalidade dos trabalhos de alunos sobre eles terem sido devolvidos, com correções, a seus autores, os últimos anos acumularam fotos e filmagens; resumos e relatórios críticos; ensaios e análises escritas e, nos últimos dez anos, portfólios sobre cada tema e convidado.

O levantamento desses materiais produzidos pelos seminários nestes vinte anos ensejou que escolhêssemos algumas categorias de análise. Estas passaram a figurar na agenda dos seminários comemorativos dos vinte anos, com o fito de ensinar que convidados representantes dessas categorias pudessem se apresentar, atualizando teorias, conceitos e



metodologias de seus fazeres. Da mesma forma, essas visadas teórico-conceituais proporcionaram debates, objetivando retroalimentar a bibliografia básica e complementar da disciplina, bem como novas propostas metodológicas para abordar na disciplina “Cultura e Mídia” os fenômenos culturais e midiáticos contemporâneos. Assim, ainda que se possa depreender do farto material em processo de análise que outras categorias possam aparecer no conjunto das muitas palestras recebidas pelos seminários, escolhemos como amostras preliminares as categorias abaixo.

5.1 Manifestações culturais.

Nesta categoria encontram-se os convidados que se debruçaram sobre fenômenos da cultura, sobre memória, tradição, identidade, imaginário, cotidianos, além de aspectos culturais sobre modos de vida, urbanismo e urbanidade, entre outros.

Na maioria das falas, dos produtos apresentados sobre os temas (livros, revistas, teses, produções cinevideográficas, etc.), dos trabalhos feitos pelos alunos ficou evidente que as marcas do hibridismo cultural nas formas de se fazer, de pensar e de produzir cultura são evidentes. Do mesmo modo, a tendência dialógica da tradição com a contemporaneidade, que afeta valores, dogmas, ações culturais cotidianas, como se pôde ver nas falas sobre as marcas das mudanças culturais na contemporaneidade.

Sobre esses aspectos, acaba se percebendo nesses fazeres e no modo como foram apresentados nos seminários que Canclini (2003, p70) tem razão ao afirmar que é na interface entre a tradição com a modernidade e o que se costuma chama de pós-modernidade que está a marca indelével do que ele chama de processos de hibridação. É, portanto, nas frestas entre esses tempos/espacos dos fenômenos culturais que os hibridismos culturais se manifestam, dando à gramática dos fenômenos culturais outras facetas; estabelecendo as mudanças de muitos cenários e a possibilidade de diálogos tanto múltiplos, quanto incertos entre as linguagens, os fazeres e seus devores culturais.

Assim, se percebeu mudanças significativas nas manifestações populares como o carnaval, que se estilizou e ganhou a companhia das micaretas: carnavais fora de época; nas festas juninas, que se estilizaram, viraram moeda no mercado dos espetáculos juninos no Nordeste brasileiro; nas cantorias, repentes e emboladas, cada vez mais estilizadas em



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

hibridismos com o funk, o hap e o hip hop, além de uma apelo mais mercadológico; as produções de cordelistas e da xilogravura, que ganharam suas versões eletrônicas e se sofisticaram em cordéis digitais; todas essas mudanças discutidas e repensadas nos seminários pelos convidados que se debruçaram sobre estes temas.

5.2 Manifestações midiáticas

Optou-se em elencar nesta categoria os temas e ações dos convidados relacionados ao pensamento, ações, reflexão e estudos sobre a mídia em geral; os fenômenos midiáticos; os produtos e serviços oriundos dos meios de comunicação de massa, da internet, das comunicações mediadas, compartilhadas e demais fenômenos comunicacionais. Assim, encontra-se nessa categoria os eventos sobre jornalismo, televisão, internet e publicidade.

Os seminários sobre jornalismo demarcam significativamente um cenário de mudanças, com convidados que se apresentaram mostrando e defendendo um jornalismo mais tradicional, de produção intensa em redações ainda com máquinas de datilografia; outros abordando as mudanças ocorridas antes, durante e após a interferência das chamadas novas mídias; do jornalismo na Internet; dos blogs jornalísticos e da profusão de noticiosos no formato de mídia sociais em ambiências de compartilhamento; das mudanças éticas e estéticas do jornalismo; dos hibridismos estéticos e editoriais na composição dos jornais, entre tantos outros dilemas de uma fazer jornalístico cada vez mais complexo e de futuro incerto.

Nesse tocante, apreço com muita força a relação do jornal impresso com o design, com a literatura, com a estética de um jornal revista. Da mesma forma, a mudança nas redações, no fazer das reportagens, nas linguagens textuais e imagéticas, nas mudanças editoriais, na formação dos jornalistas e nas mudanças dos formatos jornalísticos para o impresso, o radiofônico, o televisivo e suas versões para ambientes de internet.

Ao largo dessas mudanças teóricas, conceituais e metodológicas, todas defendidas pelos convidados, conforme o tempo em que se apresentaram nos seminários e cujas abordagens obrigaram a disciplina de “Cultura e Mídia” – promotora dos seminários – a mudar também sua bibliografia básica e complementar, seu conteúdo programático e sua ementa a fim de se atualizar e contemplar os fenômenos conforme eles se manifestam para além das salas de aula.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

5.3 Criação e Linguagens.

Nesta categoria separamos as ações e manifestações ligadas à produção, difusão, circulação e recepção de linguagens artísticas: cinema e vídeo; dança e teatro e dramaturgia; música e fenômenos musicais; literatura e produção livresca; leitura e práticas leitoras em bibliotecas públicas, comunitárias e escolares; todas as formas e gêneros estéticos hegemônicos e populares.

Nesse sentido, o que mais chamou atenção no material empírico sobre essa categoria presente nos seminários foi a presença incontestada das discussões sobre novas modalidades estéticas; novas metodologias para a “formação de plateias”; as mudanças estéticas das artes e linguagens protocoladas pelos ditames contemporâneos de uma indústria cultural mais voltada para o hibridismo estético, ainda que, contraditoriamente, ficados na segmentação das audiências, para onde se voltam os mercados das artes e das produções de linguagens múltiplas. Há, também, uma espécie de evolução comercial dos fazeres, ajustando os fenômenos aos caprichos do mercado, conforme a maioria das falas dos convidados artistas, produtores artísticos, editores de espetáculos, empresários do mercado artístico, entre outros pesquisadores desses fenômenos das artes e das linguagens.

A aferição desses processos de mudanças dos fazeres e das reflexões sobre os fenômenos desta categoria contempla um processo de releitura e crítica desses fazeres ou, como nos diz Ferrara, criticar o que se conhece para a “produção do novo que se pretende dar a conhecer”, porque, se desejamos com a pesquisa empírica dos seminários mostrar as mudanças dos fenômenos nas suas ambiências de produção, circulação, difusão e recepção, teremos de contemplar também a cultura dos atos que comunicam e informam tais fenômenos.

A cultura se dissolve na hibridização das suas fronteiras, a comunicação é fluxo que se expande nas transformações do comunicar e a linguagem perde as marcas significantes das distinções enunciativas de um emissor ou enunciador, para aderir a uma inesgotável semiose que se condensa nas próprias transformações do comunicar, independentemente de modelizações e códigos. Entre ganhos e perdas, cultura, comunicação se transformam e se enredam interativamente. (FERRARA, 2015, p.22)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Implica, pois, não apenas revisitar paradigmas e epistemologias sobre esses fazeres, mas pôr em curso um processo cognitivo que respeite os limites e as fronteiras de cada visada teórica e conceitual sobre cada uma dessas artes e linguagens, observando-se as porosidades dos conceitos em diálogos e seus desdobramentos nos campos vários nos quais as artes e as linguagens se encontram.

5.4 Cenários de Pesquisa.

Nesta categoria, os seminários elencaram as propostas investigativas dos fenômenos culturais e midiáticos a partir das falas de pesquisadores, intelectuais, professores e promotores culturais e midiáticos. Na pauta das discussões sobre projetos de ensino, de pesquisa e de extensão acadêmicos muitas reflexões acerca do que muda nos ambientes dessas ações e fenômenos culturais e midiáticos; das novas ambiências de produção, difusão, circulação e recepções.

Ouvidos os sujeitos dessas ações, vimos que sempre esteve em curso a promoção e o experimento de novas visadas teóricas, de novas metodologias experimentadas e novas relações mediativas entre o que se produz e o que se promove e suas respectivas audiências. Também nesta categoria, os discursos são vários e a tendência em se escolher pesquisas transdisciplinares parece imperar no espírito investigativo dos convidados dos seminários, que se debruçam sobre temas vários da cultura e da mídia. Para todos os convidados dessa categoria, a tese de que os fenômenos são complexos e é à luz dessa complexidade que precisam ser investigados. Morin diz que “o complexo significa aquilo que é tecido em conjunto” (MORIN, 2008, p. 20), daí a incerteza presente nessa perspectiva de vários olhares serem necessários para aferir sistemas que não são simples. Isso exige do “observador científico” uma imersão no fenômeno observado sem que este se arvore do direito de investigar sozinho.

Em síntese, com seminários feitos nessa perspectiva de estudos comparativos do antes e do agora, tivemos a oportunidade de aferir a evolução teórica, conceitual e metodológica dos fazeres e suas novas propostas de atuação. Os exemplos, dentro de cada categoria escolhida, mostram mudanças significativas do antes e do agora, ouvindo-se dos convidados que em muitas das atividades, o cenário futuro é incerto, como, por exemplo, as pesquisas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

sobre o jornalismo, que vem enfrentando crises éticas na sua missão de informar com imparcialidade; no enfrentamento das novas modalidades de “webjornalismo” e suas estéticas de compartilhamento, suas mediações instantâneas e a complexidade de um fazer, cujos produtos e mediações parecem cada vez mais complexos e incertos.

Do mesmo modo, as reflexões feitas pelos convidados sobre o cenário musical e suas estéticas; sobre a literatura, suas novas formas de expressão, seus apelos mercadológicos, suas necessidades de compartilhamentos com outras linguagens, como o teatro, o cinema e a televisão; os estudos sobre a cultura popular e sua relação comercial com a indústria cultural, dos hibridismos que essa mesma indústria impõe, sobre suas novas formas e formatos, quase sempre suscitando arranhões nas relações entre tradição e contemporaneidade, entre tantas outras complexidades apresentadas e que renderão mais e mais trabalhos de reflexão.

6 CONCLUSÃO

Apesar de aberta e ainda em curso, a pesquisa sobre os “Seminários Cultura e Mídia” nesses vinte anos vem demonstrando que as relações entre cultura e mídia se dão de entrecruzamentos e de mediações que se complementam, juntando emissores, receptores, objetos e seus contextos de produção, circulação e recepção, sem que seus fenômenos se neguem ou se oponham.

A dinâmica dos contextos e os tempos culturais e midiáticos promovem e estabelecem processos de negociação entre produtores e receptores desses fenômenos, contemplando trocas comunicacionais e culturais que se atualizam e se ressignificam, gerando conflito perfeitamente negociáveis.

À luz das dinâmicas culturais e midiáticas, os fenômenos parecem estabelecer processos de escolhas e de exclusões, seguindo a dinâmica dos processos culturais e ao sabor das suas ritualidades culturais e midiáticas sempre em devir. A maioria dos convidados dos seminários demonstra em suas falas – e ainda em processos de detalhamento e aferição empírica – que se adaptam às realidades e fenômenos ensejados pela cultura e pela mídia, deixando de certo modo explícitos que a cultura é menos volúvel às mudanças do que os fenômenos midiáticos, mais adaptáveis ao caráter efêmero (MAFFESOLI, 2014) das coisas.



A pesquisa que desembocou nas comemorações dos vinte anos dos seminários funcionou, ainda, como um laboratório investigativo de uma pesquisa em aberto, cujos resultados serão apresentados à medida em que forem sendo descobertas novas relações entre cultura e mídia, na perspectiva que motivou e objetivou esta pesquisa. Uma pesquisa em aberto, em devir dialógico com o que ainda temos por desbravar com os materiais que continuam sendo analisados e cujas novidades de pesquisa serão gradativamente divulgadas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CAUNE, Jean. **Cultura e comunicação: convergências teóricas e lugares de mediação**. São Paulo: Unesp, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Comunicação, mediações, interações**. São Paulo: Paullus, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 10.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles, SERROY, Jean. **A cultura do mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

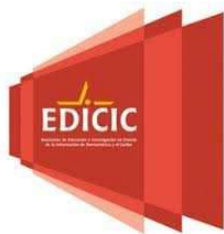
MELO, José Marques de. **Teoria e metodologia da comunicação: tendências do século XXI**. São Paulo: Paullus, 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paullus, 2006.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

STORYTELLING E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CENÁRIO JURÍDICO

CUENTACUENTOS Y MEDIACIÓN INFORMACIÓN SOBRE ESCENARIO JURÍDICO

Rayara Bastos RAY, UFC
Lidia Eugenia Cavalcante, UFC

RESUMO: A partir do reconhecimento das pontes dialógicas entre o *storytelling* e o Direito através de intersecções com a Literatura e a Ciência da Informação, esta pesquisa objetiva analisar a face narrativa do Direito na perspectiva do Direito Contado, na qual a narrativa tem um importante papel de mediação entre o mundo dos fatos, da realidade, do humano e suas ações. Percebe uma gama de possibilidades de entendimento e de aplicação do Direito, que confirma o poder da linguagem nas narrativas processuais, afirmando que o *storytelling* pode ser usado enquanto recurso de defesa em causas jurídicas, a fim de facilitar a tomada de decisões, tendo em vista que a narratividade processual pressupõe uma pluralidade de visões, de interpretações e de ressignificações da realidade. Almeja, à luz do conceito de justiça aristotélico, elucidar algumas ponderações inerentes à argumentação jurídica, já que a mesma repercute no ordenamento jurídico. Utiliza no percurso metodológico o Construcionismo Social, que objetiva compreender o sujeito, com base na construção de suas histórias, se valendo da Hermenêutica, como forma teórica de interpretação das narrativas. Considera que a narrativa é uma forma particular de discurso, para tanto usa a análise documental para analisar a estrutura das narrativas. Adota a nuvem de ideias como forma visual interpretativa do discurso dos entrevistados para, em seguida, realizar as devidas inferências. Conclui que o *storytelling* possibilita uma maior efetividade do Direito, ao passo que transpõem os limites impostos pelo discurso jurídico traduzindo o mesmo em uma linguagem acessível ao cidadão comum.

Palavras-chave: *Storytelling* – Direito. Mediação da Informação. Construção de Narrativas e Comunicação.

RESUMEN: A partir del reconocimiento de los puentes dialógicas entre la narración y la ley a través de las intersecciones con la Literatura y Ciencias de la Información, la presente investigación tiene como objetivo analizar el lado de la narrativa de la ley en la perspectiva de la Ley contado, en el que la narración tiene un papel importante mediación entre el mundo de los hechos, de la realidad, de lo humano y sus acciones. Realizar un abanico de posibilidades para la comprensión y aplicación de la ley, lo que confirma el poder del lenguaje en la narrativa de procedimiento, alegando que la narración se puede utilizar como defensa en causas legales, con el fin de facilitar la toma de decisiones, con miras que la narración de procedimiento presupone una pluralidad de puntos de vista, interpretaciones y nuevos significados de la realidad. Tiene como objetivo, a la luz del concepto aristotélico de la justicia, la aclaración de algunas consideraciones de la fundamentación jurídica, ya que afecta el sistema legal. Se utiliza el enfoque metodológico del construccionismo social, que tiene como objetivo comprender el tema, basado en la construcción de sus historias, aprovechando la hermenéutica como una forma teórica de interpretación de las narrativas. Se considera que la narrativa es una forma particular de expresión, por tanto utiliza el análisis de documentos para analizar la estructura de la narrativa. Adopta la nube de ideas como una forma visual interpretativo del discurso entrevistado a continuación, realizar las inferencias necesarias. Se llega a la conclusión de que la narración permite



una mayor eficacia de la ley, mientras que la aplicación de los límites impuestos por el discurso jurídico traducirla a un lenguaje accesible para el ciudadano de a pie.

Palabras clave: Cuentacuentos - Derecha. Información de la mediación. La construcción de las narrativas y Comunicación.

1 INTRODUÇÃO

Era uma vez... Três princesas chamadas Palavra, Poder e Persuasão. Palavra era a mais inteligente de todas com sua encantadora tagarelice. Poder era a mais astuta, sempre liderava as questões e exercia até certo ponto influência sobre as demais. A Persuasão, porém, sempre ganhava, pois era bela, inteligente, porém, incrivelmente vaidosa.

Elas representavam um perigo aos reinos vizinhos, pois quem se atreveria a enfrentar um reino tão poderoso como esse? Até o dia em que O Reino do Julgamento ficou sem seu rei. Juízo morrera de forma precoce em meio a um julgamento, no momento de exprimir a sentença, seu coração simplesmente parou. Como as três filhas ainda eram solteiras o mais sensato seria a primogênita assumir, entretanto, Poder jamais admitiria não ocupar a posição de líder e, antes que Persuasão pudesse convencer a todos de que era a mais adequada para o papel, um raio atingiu o reino.

Um ser mágico lhes jogou uma terrível maldição: o reino seria completamente destruído! A menos que Palavra, Poder e Persuasão encontrassem uma forma de governar aquele reino juntas. As três irmãs passaram dias pensando no que poderiam fazer. Entre brigas, sorrisos e lágrimas, ao fim do prazo estabelecido pelo ser mágico, Palavra, Poder e Persuasão começaram a contar uma história... Era uma vez...

Palavra. Poder. Persuasão. A palavra poder, dependendo do contexto no qual está inserida, adquire muitos significados, mas aquele que estamos procurando conceituar pode ser assim definido: poder é a capacidade de exercer influência em uma determinada situação ao ponto de mudar de forma persuasiva o curso da história.

Wurman (2001, p.17) coloca em perspectiva que “informação é poder”, afirmando que “estamos num frenesi para obtê-la, acreditando que informação significa mais poder”, no entanto nos perdemos nos atalhos. “O exagero na quantidade de informação começa a nublar as diferenças marcantes entre dados e informação, entre fatos e conhecimentos fazendo com que nossos canais de percepção entrem em curto-circuito”.



Tal cenário deveria ser no mínimo desconcertante tendo em vista que vivemos um novo paradigma social, descritos por alguns autores, como sociedade da informação ou sociedade em rede alicerçada no poder da informação (Castells, 2003), sociedade do conhecimento (Hargreaves, 2003) ou sociedade da aprendizagem (Pozo, 2004). Um mundo onde o fluxo de informações é intenso e a insaciabilidade quase mortífera, e “onde o conhecimento é um recurso flexível, fluido, sempre em expansão e em mudança” (Hargreaves, 2003, p. 33). Sob tais circunstâncias, percebe-se a necessidade de buscar a compreensão da informação capaz de gerar bons resultados, ou seja, a informação a ser narrada de forma estratégica, para que os resultados alcançados sejam obtidos com sabedoria.

Contar histórias é uma arte que está enraizada no cerne da humanidade. A vida humana, desde sua origem, faz parte de um processo narrativo. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo investigar o *Storytelling* enquanto ferramenta estratégica informacional e comunicacional na construção de narrativas que podem ser utilizadas como recurso de defesa em causas jurídicas, a fim de facilitar o processo de tomada de decisões no contexto das organizações jurídicas.

No que concerne aos aspectos metodológicos, se fez uso do Construcionismo Social, objetivando compreender o sujeito, com base na construção de suas histórias e que tem como base a Hermenêutica, como forma teórica de interpretação das narrativas, utilizando também a Análise Estrutural das Narrativas, onde se considera que esta é uma forma particular de discurso. A pesquisa é de cunho qualitativo.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi à entrevista, onde os entrevistados são juízes de primeira e segunda instância (um juiz da vara trabalhista do Ceará e três desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região Ceará). Na análise de dados foi adotada a nuvem de ideias como forma visual interpretativa do discurso dos entrevistados e, em seguida, o tradicional texto referente às análises com as devidas inferências interpretativas.

2 “ERA UMA VEZ” *STORYTELLING*: fatos, ficção e fantasia

A arte de narrar histórias sempre esteve enraizada no imaginário humano. Os povos ancestrais contavam e encenavam histórias para difundirem seus rituais, os mitos, o



inexplicável diante do desconhecido, suas experiências adquiridas junto com seus semelhantes. Além do uso da comunicação oral e gestual para narrarem suas histórias, realizavam os primeiros registros dessas histórias nas paredes das cavernas, assim como a transmissão oral, passadas de geração em geração.

A cultura humana foi sendo construída através das narrativas que possibilitam explicações para o desconhecido, para os mistérios da vida. Conforme Campbell (1990, p.16).

[...] compreender que **aquilo que os seres humanos têm em comum se revela nos mitos**. Mitos são histórias da **nossa busca da verdade**, de sentido, **através dos tempos**. Todos nós precisamos contar nossa história, compreender nossa história. (grifo nosso).

Para o autor, um mito nos leva a compreender nossa história, nos permite significar nosso ser. Procurando respostas para os grandes problemas humanos os mitos nos aproximam daquilo que somos, são metáforas cuja potencialidade reside no fato de proporcionar ao ser humano respostas acerca do desconhecido. Nesse processo de descobertas, o contador de histórias surge como uma entrada de possibilidades que, através da imaginação e da oralidade, tem perdurado por séculos, possibilitando a reconstituição da memória e constituindo uma importante ferramenta estratégica na comunicação interpessoal.

As histórias, quando construídas e compartilhadas de maneira adequada, atingem mais facilmente os propósitos que desejamos ao contá-las. “O homem só pode realizar o *telos* de sua espécie nesta prática de cidadania.” (HABERMAS, 1989, p. 332). *Telos* é a palavra grega para atingir um propósito, cumprir uma meta, realizar algo com uma finalidade, uma palavra cujo conceito remete a uma prática cidadã.

Há um provérbio africano que diz: “Se o leão não contar a própria história, o caçador o fará”. O fio narrativo da história se constrói na experiência corretamente estruturada. O compartilhar a fim de engajar a audiência se torna a maneira de legitimar uma liderança por meio da referência (MCSILL, 2013, p.31).

Ainda na perspectiva de Mcsill (2013, p.40,41),

[...] os princípios e técnicas de *Storytelling*, que até pouco tempo atrás pertenciam ao reino da literatura, cinema, teatro e contação de histórias no jardim de infância, saltou para dentro das empresas e de uma vez por todas a política de oito países que combinados, formam mais de 50% da economia mundial. Por exemplo, David Cameron – o primeiro ministro do Reino



Unido – ao decretar que no encontro do G8 os líderes não deveriam usar gravatas, teve como objetivo levar a nós, eleitores, a “comprar” o seu programa de governo e dar-lhe um voto de confiança nas próximas eleições. Ali, bem no meio do G8, Cameron era “gente como a gente” e demonstrou isso através de um gesto cuidadosamente arquitetado ao discursar [...]“vamos trazer ao mundo **uma nova narrativa** em que o foco está **na mensagem que transforma** e não no discurso que apenas informa.”. (grifo nosso.)

Xavier (2015, p. 11,12) enfatiza que há pelo menos três definições que se fazem necessárias para a compreensão temática do *Storytelling*:

Definição pragmática: Storytelling é a arte de elaborar cenas, dando-lhes um sentido envolvente que capte a atenção das pessoas e ensine a assimilação de uma ideia central.

Definição pictórica: Storytelling é a arte de moldar e juntar as peças de um quebra-cabeça, formando um quadro memorável.

Definição poética: Storytelling é a arte de empilhar tijolos narrativos construindo monumentos imaginários repletos de significado.

Uma mesma palavra híbrida aparece nas três definições, o que evidencia a indissociabilidade da arte e da técnica no contar histórias. Acerca dessa nova forma de contar histórias, Xavier ainda enfatiza que,

Não é por acaso que a mais antiga forma humana de troca de experiências tornou-se a quase novidade que tanto interesse tem despertado em gente de tão variadas profissões. Criadores e produtores de entretenimento e cultura, profissionais de marketing, de publicidade, de vendas, de jornalismo, de ensino, de política, de qualquer atividade que lide com apresentações de ideias ou projetos de repente percebem no *storytelling* uma questão de fundamental importância. Esse clique coletivo, abrupto como todo clique que se preza, coincide com o momento em que as narrativas clássicas dão sinais de fragilidade, criando confusão em nossas histórias individuais e conseqüentemente crises de identidade. (XAVIER, 2015, p. 14).

Diante do imediatismo tecnológico, as famílias assumiram novas configurações, as relações afetivas, profissionais, sociais, políticas, ideológicas e espirituais que, historicamente, deram nitidez a identidade e perfil de cada indivíduo, esfumaçaram-se, tornaram instáveis, deixando apenas uma fome quase insaciável e ambivalente, de individualidade e coletividade. Domingos (2009) reflete sobre as questões da subjetividade e da seleção do tema narrado. Não há nada que se narre, que não foi previamente selecionado, pensado e modificado pelos

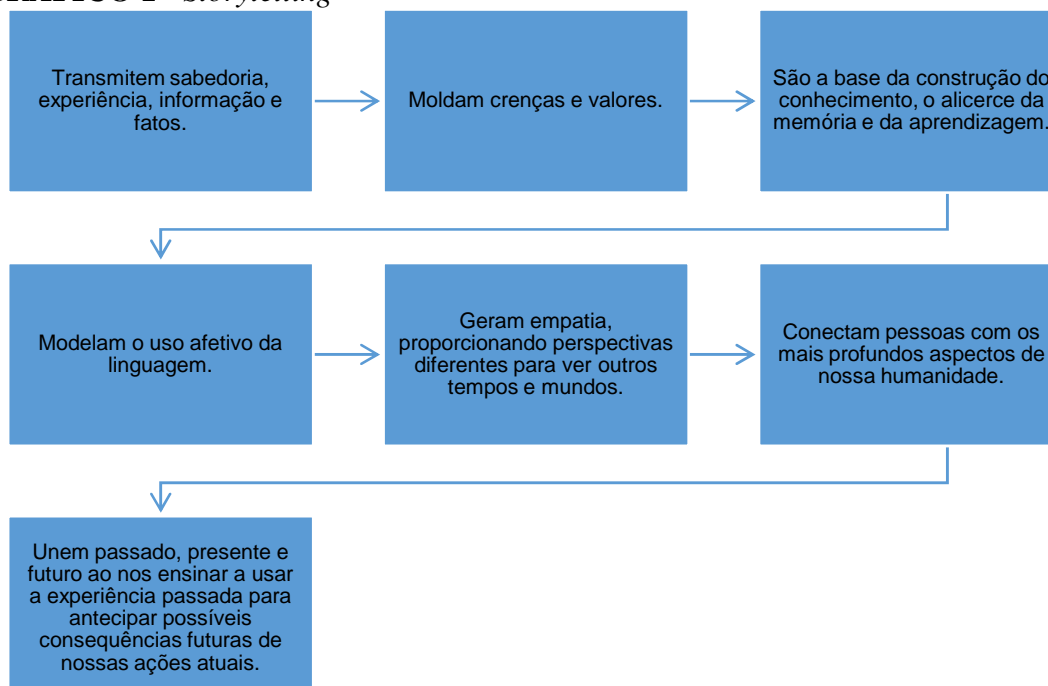
novos contextos sociais e culturais, sejam na sociedade em si ou no contexto das organizações.

Nessa perspectiva, podemos perceber a importância dos contadores de histórias como mediadores no processo de preservação da memória, envolvendo os sujeitos em uma narração que mescla fantasia e realidade. Acerca disso Cavalcante (2015, p. 117) advoga que,

A ação de estabelecer, portanto, uma comunicação entre os indivíduos por meio da narrativa em processo de mediação da leitura, pode ser considerada como uma prática privilegiada de efetivação de um lugar social da cultura, que contribui para a redefinição do papel do contador de histórias, passível de acompanhar as mutações do texto e da escrita em seus múltiplos suportes de difusão e apropriação.

Aristóteles fundamenta a tese de que “o homem é um animal social”, assim, “a natureza social do homem se manifesta na linguagem, no dizer ou no *logos* [...] O homem é o único animal que fala, e o falar é função social” (MARIAS 2004, p.91). A dinâmica da vida social ganha significado quando vivenciada no contexto do paradigma narrativo que, atualmente, aliado ao desenvolvimento tecnológico, impulsiona aos sujeitos novas possibilidades de ressignificações de suas vidas através do compartilhamento de suas histórias. O gráfico a seguir ilustra um pouco da dinamicidade do *storytelling*.

GRÁFICO 1 - *Storytelling*



Fonte:Elaborado pela autora com base em Denning (2007).



Independente do cenário no qual o *storytelling* venha a ser aplicado seja na propaganda de um produto, na construção de uma marca ou na elaboração de narrativas organizacionais, seu uso enquanto recurso estratégico comunicacional não se restringe somente aos meios de interação ou a mediação da informação, mas a sobrevivência em comunidade, conforme assegura COGO (2010, p. 88) “somos todos contadores e consumidores de histórias. Esse é um dos caminhos que os seres humanos construíram naturalmente para sobreviver em comunidade”.

A contação de histórias é, portanto, um processo de mediação da informação e se configura como um processo fundamental para comunicação no contexto organizacional além de contribuir para,

A criação de um ambiente de comunicação franco e honesto; para a aprendizagem coletiva por meio de acertos e erros expressos em histórias, bem como para divulgar informações, experiências, conseguir a coparticipação dos públicos e auxiliar a construção da imagem, além da própria reputação institucional. (GUARALDO; PORÉM 2015, p. 255).

Almeida Júnior (2009) reconhece que o processo de mediação da informação se estabelece de duas formas: a mediação implícita e a explícita e explica que,

A primeira, a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Cavalcante (2015) ressalta que a palavra mediada pelo sujeito narrador, é, por conseguinte, primordial para a cultura tendo em vista que a mediação da leitura, sob a ótica da narrativa oral amplia a noção do texto, indo além da palavra escrita.

Abre-se em um processo de comunicação, ancorado na interação social, estabelecendo as condições necessárias para a produção e apropriação de sentidos a partir das experiências vividas individualmente de ambos: mediador e leitor. **Sob tais aspectos, percebe-se claramente a ligação entre cultura e comunicação, que surge das vivências dos indivíduos em sociedade.** (CAVALCANTE, 2015. p. 113, grifo nosso).



A mediação nas organizações possibilita novas vivências tendo como instrumento a palavra compartilhada sendo assim compreendida como,

O processo de mediar informações e histórias na e sobre a organização, oriundas de diversas vozes com o objetivo de disseminar o diálogo, a coparticipação dos diferentes públicos, mas também com objetivos mercadológicos e institucionais ao contribuir para a construção da reputação da empresa, num espaço comunicativo da escrita múltipla, com interesses diversos ao narrar experiências e fatos que podem determinar o sucesso ou fracasso na qualidade dos relacionamentos entre a organização, seus públicos e a sociedade. (GUARALDO; PORÉM, 2015, p. 268).

A palavra e, em especial, a fala, torna-se o instrumento por excelência da ação do líder, o meio essencial para entrar em contato com os outros, e para obter resultados. (CHANLAT; BÉDARD, 2007, p. 126). No cenário jurídico o juiz é o líder, cabe a ele discutir o paradigma narrativo no cenário jurídico.

Na Ciência da Informação observa-se a importância do conceito de mediação que, sob o ponto de vista jurídico, se configura na perspectiva de Sousa (2005) como o método consensual de solução de conflitos, que visa à facilitação do diálogo entre as partes, para que melhor administrem seus problemas e consigam, por si só, alcançar uma solução.

3 O DIREITO CONTADO: a função narrativa do Direito nas intersecções com a Literatura e a Ciência da Informação

Desde tempos imemoriais, as narrativas são utilizadas como instrumento de informação, aprendizagem, entretenimento e poder. O homem é, em suas ações práticas, bem como nas ficções, essencialmente um animal contador de histórias. (MACINTYRE, 2001, p. 363). A dimensão da narratividade não se apresenta como uma verdade estabelecida que se restrinja a uma única área do saber tendo em vista que esta traça diálogos com diversos campos da ciência.

A abordagem do Direito contado constitui um indispensável espaço de reflexão do Direito em sua perspectiva narrativa que, por sua vez, se diferencia do pensamento analítico, da percepção do Direito analisado. Ost (2005) e Barzoto (2007) advogam que nessa corrente é percebido o profundo abismo entre o ser e o dever-ser, entre o fato e o direito, trazendo a



lume a pretensão da dimensão constitutivo-positiva¹ do direito. A Literatura é certamente um campo em que alguns conhecimentos são transformados em narrativas, o movimento Direito e Literatura⁶ pode ser citado como exemplo, tendo em vista que pressupõem refinamento cultural ou habilidade interpretativa e assinala a profunda inquietação da atualidade. Representa a exigência de se reconstituírem as linguagens compartilhadas e as narrações significativas, capazes de orientar o sentido dos juristas e dos literatos em meio ao imediatismo tecnológico da atual sociedade.

Barthes (1988, p. 95), observou acerca da etimologia da palavra “narração” que esta remete à origem latina *gnarus*, aquele que conhece de uma maneira particular. Narrar é, portanto, a atividade, tanto literária quanto jurídica, que indica os processos mediante os quais se transforma o saber em dizer. Ora, no escopo do presente trabalho, a pergunta norteadora é justamente: De que modo o *Storytelling* pode ser usado enquanto recurso estratégico comunicacional e construir narrativas que podem ser utilizadas como recurso de defesa em causas jurídicas a fim de facilitar o processo de tomada de decisões no contexto das organizações jurídicas? Conforme argumenta Vespaziani (2015, p.72) não há dúvida de que o processo jurisdicional é o lugar privilegiado em que os fatos que surgem são representados com a finalidade de alcançar decisões vinculantes.

No Direito contado, a narrativa tem um importante papel de mediação entre o mundo dos fatos, da realidade, do humano e suas ações. Callegari (2015, p. 287) esclarece que no processo, existem, pois, três narrativas processuais principais: autor, réu e juiz. Considerando que o discurso no plano processual é iminentemente técnico, as partes necessitam de um

¹ A norma fundamental de Kelsen, regra do reconhecimento de Hart ou o direito válido, norma básica de Ross, e seus estatutos (OST, 2005 e BARZOTO, 2007).

⁶ O Movimento Direito e Literatura surgiu nos Estados Unidos, tendo como marco inicial as contribuições de grandes autores, como John Wigmore e Benjamim Cardozo, ficando estes conhecidos como os pais fundadores do movimento. Um dos enfoques do Direito como Literatura envolve a utilização da retórica, tendo ela o escopo de persuadir e, também, de afirmar valores. Ainda, tratando-se de narrativa, pode-se observar que o Direito busca uma ampliação das estruturas normativas, não se contentando com a aplicação pura e simplesmente de uma lei sem antes ser analisado o caso concreto. Permite-se, portanto, a existência de interpretação por parte do legislador, o qual se utiliza dos métodos narrativos. A contribuição dos pais fundadores foi de grande relevância para que, entre 1940 e 1960, o estudo sobre Direito e Literatura fosse incorporado como disciplina obrigatória a ser ensinada nas academias estadunidenses. No Brasil, o movimento *Law and Literature* encontrou o apoio de grandes autores, como Aloysio de Carvalho Filho, pioneiro nos estudos sobre Direito e Literatura, e Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy. (OST, Contar a lei, p. 36-37 *apud* TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães, 2008, p. 51).



interlocutor que domine a técnica da argumentação jurídica. Outras narrativas podem ocorrer conforme o interesse de terceiros venha a ser discutido no processo, mas não vem ao caso analisá-las nesse momento.

A natureza narrativa da argumentação judicial se evidencia, sobretudo, na jurisprudência sobre direitos fundamentais,

As histórias judiciais têm estrutura narrativa, espírito antagonístico, finalidade intrinsecamente retórica e são justificavelmente expostas à dúvida. São modeladas sobre casos precedentes cujos vereditos são a elas favoráveis. E, por fim, visam seriamente aos resultados, uma vez que as partes em litígio devem ter legitimidade ativa e um interesse direto para o êxito final. Narradores, antagonistas, retóricos e *partigiani*. (BRUNER, 2002, p. 49).

A narratividade processual pressupõe uma pluralidade de visões, de interpretações e de ressignificações da realidade. Ao perscrutar a face narrativa do Direito em tais perspectivas percebe-se uma gama de possibilidades de entendimento e de aplicação deste Direito que confirma o poder da linguagem nas narrativas processuais. Afinal, linguagem é o *medium* que possibilita a comunicação entre os sujeitos, é o que permite que “as fronteiras de mundo tidas como incomensuráveis ainda se mostrem permeáveis” (HABERMAS, 1990, p.153). *Sorytelling*, as narrativas com propósito no cenário jurídico, é o peso da palavra no poder da decisão.

3.1 Argumentação jurídica

A argumentação jurídica é fundamental na construção do processo decisório. Almeja-se, sob a luz do conceito de justiça aristotélico, elucidar algumas ponderações inerentes à argumentação jurídica, salientando que a mesma repercute nas decisões judiciais e na elaboração do ordenamento jurídico norteador de um Estado, que visa buscar a justiça para dirimir os conflitos dos indivíduos. Acerca da Justiça recorreremos à concepção aristotélica tendo em vista que a mesma nos fornece arcabouço teórico referente à arte de persuadir utilizados pelo orador.

A justiça divide-se, em Aristóteles, em Justiça Geral e Justiça Particular. A Justiça Geral abrange a lei natural, que para Aristóteles é mutável; mantém uma relação de coordenação para com as leis da polis e não uma relação de subordinação, ou seja, não é seu fundamento de validade. Encontra sua sustentação na universalidade, na busca pelo bem comum, finalidade das



leis. Nesse sentido, aquele que observa as leis pode ser chamado de justo, conquanto Aristóteles venha a fazer algumas ressalvas a esse respeito. Já a Justiça Particular é aquela aplicada entre os particulares, ou entre esses e a polis. Encontra fundamento na igualdade; representa uma proporção, a qual pode ocorrer entre entes iguais, ou entre diferentes. Da natureza dessa proporção, resultam diferentes espécies de justiça que se consubstancia no justo particular distributivo e no corretivo. O justo particular distributivo: abarca a relação entre a *polis* e seus membros. Guia-se pela igualdade geométrica, sendo a proporção fixada com base naquilo que é devido a cada um. Orienta-se pela lógica do mérito e da proporção. Diferentemente, o justo particular corretivo: age nas relações entre particulares, entre iguais. Rege-se pela igualdade aritmética, buscando sempre restabelecer o *status quo ante*. Divide-se em voluntário, quando a relação à qual é aplicada foi querida por ambas as partes, e involuntário, quando derivou de lesão a interesses de uma parte perpetrada por outra. (RIBEIRO, 2012, *online*.)

Nesse ponto, cumpre esclarecer que não se pretende adentrar nas diversas teorias da argumentação jurídica, mas, sim, chamar a atenção para a iminente importância da argumentação no contexto jurídico.

O fato inegável, mas que por muito tempo ficou relegado a segundo plano, é que a atividade jurídica, até mesmo a mais teórica, traduz-se precipuamente em argumentar, seja no plano dogmático, legislativo ou no judicial, já que tais atividades consistem em tecer argumentos para a criação, interpretação ou aplicação do Direito. **De fato, ainda que relutem alguns, a prática do direito é indissociável da argumentação.** [...] De fato, legisladores, advogados e juízes estão sempre exercitando o mister de argumentar, seja para justificar o conteúdo de uma lei, para a defesa de um cliente ou para fundamentar uma decisão judicial. Para os dogmáticos ou teóricos do direito, a argumentação se faz presente na defesa de suas teses ou posicionamentos tomados diante de determinada situação jurídica. (BRAATZ, 2007, p. 135 e 136, grifo nosso.)

A hermenêutica jurídica não pode mais prescindir da argumentação, conforme destaca Camargo (2011, p.8),

A compreensão requerida pelo direito poderá ser realizada e apresentada concretamente, mediante o recurso técnico da argumentação, enquanto a argumentação, como instância dialógica, permite o exercício da liberdade, do confronto e do amadurecimento de ideias, em direção a uma solução jurídica nem certa nem errada, mas razoável.

Considerando que o discurso no plano processual é eminentemente técnico, as partes necessitam de um interlocutor que domine a técnica da argumentação jurídica tendo em vista que esta, além de ser fundamental em toda tramitação jurídica, conforme já foi citado



anteriormente, também é determinante para a tomada de decisão no processo decisório judicial.

Diante desse ponto de contato, faremos uma breve incursão sobre alguns aspectos do processo decisório judicial para, em seguida, corroborar a máxima de que a vida imita a arte na réplica das narrativas utilizadas pelos também contadores de história - os juristas.

3.1.1 Processo decisório judicial: percurso argumentativo estabelecido pelo código de processo

Inerentes à natureza humana e, portanto, integrantes da convivência cotidiana, os conflitos surgem quando os sujeitos negociam diferenças entre si. Ora, uma ação judicial tem como enredo um conflito de interesses. Callegari (2015, p. 287, grifo nosso) tomando como base o código de processo esclarece que,

As partes devem expor os fatos em juízo conforme a verdade, procedendo com lealdade e boa-fé, de forma que não formulem pretensões, nem aleguem defesa, cientes de que são destituídas de fundamento. Somente devem praticar atos necessários ou úteis à declaração ou defesa do Direito. Na construção do seu discurso, as partes não podem empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo. **Incumbe ao autor deduzir sua pretensão através de uma petição inicial**, indicando o juiz ou tribunal, os nomes das partes e sua qualificação jurídica, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, o pedido com suas especificações, o valor da causa, as provas que pretende produzir e o requerimento de citação do réu. Deverá instruir a petição com documentos indispensáveis à propositura da ação. [...] **A petição inicial pode ser indeferida por vários motivos, dentre eles** quando dor inepta, quer dizer: faltar pedido ou casa de pedir; **da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão**; o pedido for juridicamente impossível ou contiver pedidos incompatíveis em si.

Conforme a lógica processual nota-se que a petição inicial é a primeira etapa do percurso argumentativo que levará a um processo decisório judicial. Um dos fatos mencionados anteriormente que levam ao indeferimento da petição inicial é justamente a narração, salientando que, é a narração sem propósito, a narração que “não decorre logicamente a conclusão” conforme já esclarecido pelo autor. Trata-se, pois, de narrar os fatos sem coerência e precisão, frustrando assim sua pretensão em juízo, tendo em vista que a narrativa jurídica é uma narrativa técnica, que deve estar alinhada com os rigores da lógica



processual. Por conta disto, o advogado da parte, na qualidade de seu procurador, se não souber atuar como narrador construindo narrativas com propósitos, jamais irá conferir ao juiz oportunidade quanto à procedência da pretensão da parte.

Callegari (2015, p.287) explica acerca das próximas etapas que levam ao processo decisório judicial.

Conferindo **oportunidade de fala ao autor e réu**, sucessivamente, o juiz estabelece um procedimento em contraditório, **colhendo das narrativas** apresentadas elementos que formarão seu convencimento fundamentando, por sua vez, a **narrativa judicial** através de uma **sentença de mérito**. A este respeito o código estabelece que a sentença se componha de três partes: relatório, fundamentação e dispositivo. No relatório, constam os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo. Na fundamentação, o juiz analisa as questões de fato e de direito deduzidas. Por fim, no dispositivo, ele resolve as questões a ele submetidas pelas partes. Percebe-se, com isto, que a sentença judicial é a síntese das narrativas de autor e réu, formando assim o silogismo judicial. (CALLEGARI, 2015, p. 287. grifo nosso).

A relação entre linguagem e poder é uma relação ambígua. Observada sob a perspectiva do Direito contado, ela parece focalizar-se no poder: o direito é a linguagem do poder. Refletindo acerca das etapas do percurso argumentativo que levam a um processo decisório judicial é notória a relevância da narração em toda a lógica processual. Sentença², etimologicamente, vem do latim, *sententia*, *sentiendo*, gerúndio do verbo *sentire*, significando o ato de sentir. Através da sentença, o juiz, em sua autoridade judicial, expressa um sentimento a respeito das narrativas.

O *storytelling* não é apenas uma narrativa estruturalmente construída a fim de atingir propósitos, mas também é uma narrativa de emoções, de sentimentos, é uma ferramenta poderosa para produzir significado. Se, ao dar uma sentença, o juiz está além de cumprindo seu papel jurisdicional, também está sentindo como poderá os juristas, de maneira geral, compartilhar o labor do Direito sem a mesma necessidade de sentir o Direito? Ora, para sentir se faz necessário contar, eis que surgem as figuras cujas narrativas mudam vidas e conjunturas sociais - os juristas: contadores de histórias.

3.2 Juristas: contadores de histórias?

²“*Manuale di diritto processuale civile*”, vol. I, n. 191.



Nietzsche (2008, p.282) afirma que “não existem fatos; só existem interpretações”. Queiroz (2009, *online*) advoga que os juristas (profissionais do Direito) pertencem a uma classe particular de contadores de histórias, tendo em vista que todos contam histórias e, pois, dão sua própria versão dos fatos. O percurso argumentativo não se restringe a narração em si, conforme já foi esclarecido, mas à construção da argumentação, a interpretação por parte do jurista, a narração estruturada com propósitos, são esses fatores elencados que garantem a história recontada. “Seria bom que os juristas estudassem a interpretação literária e outras formas de interpretação artística”, destaca Dworkin (2000, p. 221).

A mesma imposição de uma força normativa sobre um estado de coisas – seja real ou imaginário – consiste no ato de criar uma narração. Os vários gêneros de narrativa – história, romance, tragédia, comédia – são similares na sua condição de história de um estado de coisas investido de um campo de força normativo. Viver em um mundo jurídico exige que se conheçam não apenas seus preceitos, mas também as relações entre eles e, ainda, outros possíveis e plausíveis estados de coisas. Ele exige que se integre não apenas o ser e o dever ser, mas mais precisamente o ser, o dever ser e o “poderia ser”. A narração é o material que integra estes domínios entre si. As narrações são modelos por meio dos quais estudamos e experimentamos as transformações que se verificam quando dado estado de coisas é levado a passar através do campo de força de outro conjunto simplificado de normas (COVER, 2008, p. 24).

Uma vez que cada juiz, ao decidir, deve considerar como parceiro de um complexo empreendimento em cadeia (o processo) do qual essas inúmeras decisões, estruturas, convenções e práticas são a história. (SPENGLER, 2008). Compete ao jurista interpretar o que aconteceu e vale ressaltar que a responsabilidade de levar adiante a incumbência que tem em mãos exige mais do que preparo técnico, exige *sentir* as narrativas, exige ser um contador de histórias.

De certo modo, portanto, o direito é uma ficção que não se assume como ficção. Que são afinal os grandes advogados senão exímios contadores de histórias, e que, como bons contadores, contam-nas conforme o seu respectivo auditório (juiz, tribunal etc.), com ele interagindo e persuadindo-o? Enfim, que fazem os juristas senão contar histórias, mais ou menos verossímeis, mais ou menos exatas, no seu próprio interesse e no interesse de seus clientes (Estado, réu, vítima)? Talvez por isso, ou também por isso, tenhamos mais a aprender com a literatura, o teatro, o cinema, a música, a arte, do que com os livros técnicos. Porque a interpretação, na arte como no direito, mais do que técnica e razão, requer talento e sensibilidade. (QUEIROZ, 2009, *online*).



Diante do exposto, é importante ir além de um trabalho de conscientização acerca da importância do uso do *storytelling*, compete compreender o uso dessa ferramenta. Na análise de dados às inferências interpretativas possibilitarão uma prova acerca do que foi afirmado.

4 *STORYTELLING* E O DIREITO CONTADO: percursos metodológicos

A análise de conteúdo é abordada por diversos autores sob prismas diferenciados, tanto no que concerne a conceitos como também às terminologias. No escopo desta pesquisa, toma-se como base a conceituação de Bardin (2006), bem como as etapas das técnicas explicitadas por esse autor, que serão elencadas posteriormente para fins explicativos. Tal escolha se deve ao fato do referido autor ser o mais citado no Brasil em pesquisas que adotam a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Bardin (2006) organiza em três fases as etapas da técnica de análise de dados: pré-análise onde ocorrem leitura e escolha dos documentos; a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

Na análise, ainda houve a utilização de um recurso visual para fins interpretativos, a “nuvem de palavras” criada pelo aplicativo *onlineWordle*. O aplicativo gera uma imagem que exhibe diversas palavras com o tamanho e visibilidade, proporcionais à sua relevância dentro do texto onde aparece. Para a pesquisa em questão seu uso foi adaptado, as palavras foram selecionadas pela autora e o aplicativo apenas gerou a imagem. O critério para seleção das respectivas palavras de cada categoria foi a sua consonância com a temática do indicador, foram levadas em consideração palavras-chave que expressavam a ideia central daquele tema.

Basicamente, os dados a seguir estarão dispostos assim: categoria, objetivos da referida categoria, indicador de discussão temática, que é a pergunta norteadora, recurso visual interpretativo da nuvem de palavras elaborado com base nos dados obtidos nas entrevistas e as devidas inferências interpretativas.

Primeira categoria: possibilidades dialógicas entre o Direito e o *storytelling*.

Objetivo: Identificar o prévio conhecimento dos entrevistados acerca dessa nova vertente da contação de histórias e sua relação com o Direito;

Primeiro Indicador: Que possibilidades de diálogos a literatura possibilita entre o Direito e o *storytelling*?

FIGURA 1 – Nuvem de ideias 1: diálogos entre Direito e *storytelling*



Fonte: Elaborado pela autora.

Inferências Interpretativas:

O *storytelling* possibilita diálogos com todas as áreas do saber. A contação de história é instrumento de informação e comunicação que possibilita sensibilidade no tocante ao cenário em que se apresenta. Independente do contexto em determinado momento, todos tomaremos o papel seja de mediador ou leitor. No cenário jurídico, o juiz se coloca nessa posição de mediador entre o réu e a lei, entre o cidadão comum e aquela sentença que está sendo expressa. Assume assim, também o papel de contador de histórias. Nesse momento crucial de comunicação, de decisão de vida, ocorre o que Cavalcante (2015, p.109) aponta: a ligação da cultura com a comunicação e da importância dessa ligação que “surge das vivências dos indivíduos em sociedade”. É oportuna a reflexão daquilo que foi exposto como resposta pelos entrevistados.

Na fala dos participantes, foram elencados alguns pontos tais como: a necessidade da multidisciplinaridade por parte do juiz para exercício da função, a importância do uso da ludicidade no Direito para uma compreensão do que está sendo exposto; o costume da oralidade arraigado na contação de histórias, no uso de parábolas, que vão ao encontro da realidade do sujeito participante em um linguajar acessível, no qual ele tem a possibilidade de compreender o que está sendo comunicado. Tais pontos revelam à necessidade de se discutir a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

comunicação jurídica no que concerne à acessibilidade para o cidadão comum. Nesse contexto o uso da ludicidade se torna uma forte ferramenta de comunicação para compreensão por parte do jurisdicional do ato jurídico no qual ele se encontra envolvido.

Diagnosticaram-se dois níveis de dificuldade no uso da linguagem. O primeiro foi pontuado na segunda entrevista:

“Eu me enquadro naquela que ainda está evoluindo, aqui toda sexta-feira nós fazemos reuniões de como está o nosso pensamento em forma de processo porque os assessores têm essa dificuldade de sair da linguagem mais fechada. A literatura abre novos horizontes, possibilita uma visão mais calcada no chão, no dia-a-dia das pessoas, isso é em linhas gerais, é o fundamento, eles interagem aí”. (Entrevistado 2)

A dificuldade de como a própria entrevistada pontuou “sair dessa linguagem mais fechada”, ou seja, para alguns profissionais jurídicos ainda é um desafio romper com alguns paradigmas, com alguns jargões que são próprios da área, mas que, muitas das vezes, não elucidam o que se quer comunicar.

Na segunda categoria também foram realizadas algumas inferências nesse contexto do uso de jargões. A segunda dificuldade parte do próprio juiz, pois esse afirma:

“Eu propriamente tenho dificuldade com essa linguagem onde o que eu quero comunicar eu quero que a pessoa entenda, compreenda e muitas vezes dentro da própria linguagem técnica não dá para dizer como o poeta diz, com uma forma de expressar com profundidade aquele sentimento, então a poesia consegue transmitir a mensagem que eu imagino, mas que dentro da linguagem técnica eu não consigo transmitir”. (Entrevistado 4)

Se o cenário fosse uma luta de esgrima e não uma produção intelectual este seria o momento propício para um *Touché!* Termo usado para reconhecimento de um golpe, mas aqui se limitará apenas como uma expressão que significa vitória em uma discussão. A literatura possibilita expressar o sentimento com mais vivacidade. O quarto entrevistado ilustrou isso muito bem ao expor que técnica não lhe permitia “expressar com profundidade aquele sentimento”.

Segunda categoria: O uso do *storytelling* para tomada de decisões



Objetivo: Provar que a Storytelling enquanto estratégia de comunicação é eficaz para tomada de decisão no cenário jurídico;

Segundo Indicador: Qual a importância da utilização dos recursos propiciados por essa nova narrativa com propósito, no caso o *storytelling*, recursos esses que podem ser desde a letra de uma música, um poema, ou até mesmo a literatura de maneira geral enquanto estratégia de comunicação a fim de facilitar a tomada de decisões no ambiente jurídico possibilitando assim uma maior efetividade do Direito?

FIGURA 2 – Nuvem de ideias 2: O uso do *storytelling* para tomada de decisões



Fonte: Elaborado pela autora.

Inferências Interpretativas:

A dimensão narrativa do processo, nas palavras de Spengler (2008, p. 57), é “[...] inicialmente, um ritual e justamente por isso carrega consigo um repertório de palavras, gestos, fórmulas, discursos, de tempos e locais consagrados, destinados justamente a acolher o conflito”. No ambiente dos tribunais, dos fóruns, nos ritos do processo, encontramos um *locus* específico onde a narrativa e o julgamento ético se liga, se desvela toda uma dimensão cultural do Direito, da lei, da justiça, cifrada ou decifrada e do poder. É onde, simbolicamente, pode-se identificar o processo como um contexto próprio, um cenário, onde a narrativa devolve o direito a si mesmo. A linguagem, os signos, os ritos, de forma performativa, criam como que uma “iconografia” específica, um modo distinto de apresentação e de representação. (CHAGAS, 2012, p. 14). O segundo entrevistado iniciou sua fala ressaltando a importância do recurso literário para uma maior efetividade do Direito:



“Para o Direito é muito importante o conhecimento da literatura, porque o que é que faz o Direito? O Direito julga o ser humano, o juiz julga semelhante, ele na condição humana e nada melhor que a literatura para mostrar todas as vicissitudes, todas as variáveis, todas as tibiezas, virtudes, defeitos e possibilidades humanas”. (Entrevistado 2)

Barthes (1988, p. 95), observou acerca da etimologia da palavra “narração” que esta remete à origem latina *gnarus*, aquele que conhece de uma maneira particular. Narrar é, portanto, a atividade, tanto literária quanto jurídica, que indica os processos mediante os quais se transforma o saber em dizer.

Na segunda entrevista, novamente foi pontuado a dificuldade de transpor a técnica e possibilitar uma linguagem mais acessível:

“A pessoa comum não está acostumada com essas expressões jurídicas, quando vai para a literatura aí tudo se torna mais simples, se encaixa, às vezes você não precisa fazer uma sentença, eu tenho aqui grandes assessores que eles querem fazer uma coisa e tal e é aí que eu digo faça uma coisa que as pessoas entendam, que as pessoas comuns entendam, que as pessoas comuns saibam aquilo que você está falando, a efetividade do direito jurisdicional deixa tudo mais acessível”. (Entrevistado 2)

Diante do exposto, um *Touché* seria novamente bem-vindo, mas para não ficar repetitivo, voltemos à fala da entrevistada. Um trecho que merece *destaque* “a efetividade do direito jurisdicional deixa tudo mais acessível”. Na categoria anterior a mesma entrevistada expôs a necessidade de fazer reuniões semanais para discutir acerca dos processos, pois nesse cenário surgem alguns pontos a serem discutidos. O primeiro: como se dá a relação juiz e assessores na construção das narrativas processuais? Segundo: Existe a necessidade de uma capacitação na construção de narrativas que utilizem recursos literários a fim de possibilitar uma efetividade do Direito jurisdicional?

O terceiro entrevistado ressaltou a importância da comunicação em uma linguagem acessível ao cidadão comum, o quarto entrevistado foi ainda mais esclarecedor quando salientou que a linguagem não deve se restringir apenas ao advogado tendo em vista que a vida em questão é a do jurisdicionado,

“É importante ter a linguagem técnica, mas como nosso público é trabalhador, você precisa transmitir essa linguagem muitas das vezes para ele também, não só para o advogado porque



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

o jurisdicionado também merece essa oportunidade de pensar o que está acontecendo. É a vida, os direitos dele, os sentimentos, o que ele acha e o que ele não acha”. (Entrevistado 4)

O último entrevistado ainda cita um caso em que ele se valeu do recurso literário para tornar mais compreensível o processo e, posteriormente, a sentença. Acerca disso ele ainda afirma:

“Então é isso a linguagem quando ela precisa ser técnica ela tem que ser técnica, mas na nossa vivência de Direito do Trabalho em que a pessoa muitas vezes não sabe nem que existe, imagine as linguagens existentes. Você tem que dá oportunidade dessa pessoa entender o que o juiz está falando e quem expressa melhor essa linguagem é a poesia, a música”. (Entrevistado 4)

Terceira categoria: Vantagens do uso do *storytelling* pelo Poder Judiciário;

Objetivo: Sensibilizar os entrevistados da importância do uso da ferramenta de comunicação *storytelling* para que assim surjam oportunidades de incentivo à sua utilização no cenário jurídico;

Terceiro Indicador: As decisões judiciais são atributos inerentes da profissão do magistrado, enquanto membro do Poder Judiciário na respectiva função quais vantagens o *storytelling* lhe propicia (ou pode lhe propiciar) na construção e no cumprimento da sentença?

FIGURA 3 – Nuvem de ideias 3: *Storytelling* no cenário jurídico



Fonte: Elaborado pela autora.



Inferências Interpretativas:

O quarto entrevistado tocou na essência do trabalho a possibilidade do convencimento através da contação de histórias e o fato deste ser mais efetivo quando se dá em um linguajar acessível para o jurisdicionado.

“É interessante essa nova roupagem, essa compreensão de que o jurisdicionado tem que compreender a linguagem já na perspectiva de que ele possa aceitar e se convencer também. Na grande maioria das vezes a linguagem técnica não chega a esse nível de convencimento”.
(Entrevistado 4)

A narratividade processual pressupõe uma pluralidade de visões, de interpretações e de ressignificações da realidade. Ao perscrutar a face narrativa do Direito em tais perspectivas percebe-se uma gama de possibilidades de entendimento e de aplicação desse Direito que confirma o poder da linguagem nas narrativas processuais. Afinal, linguagem é o *medium* que possibilita a comunicação entre os indivíduos. É o que permite que “as fronteiras de mundo tidas como incomensuráveis ainda se mostrem permeáveis” (HABERMAS, 1990, p.153). *Storytelling*, as narrativas com propósito no cenário jurídico, é o peso da palavra no poder da decisão.

As narrativas mobilizam a audiência e dão vida ao discurso, conforme salientou a segunda entrevistada:

“[...] Há a oportunidade de você deixar de ser um mero interpretador de letras e códigos e passar a ser realmente um profissional julgador, para sentir o espírito da lei”. (Entrevistado 2)

Se, ao dar uma sentença, o juiz está além de cumprindo seu papel jurisdicional, também está sentindo como poderá os juristas, de maneira geral, compartilhar o labor do Direito sem a mesma necessidade de sentir o Direito?

“[...] Porque só conhecendo o ser humano é que o magistrado poderá ser um bom magistrado, proferir boas sentenças num linguajar acessível, é aí que entra a literatura, acessível, que possa comunicar o destinatário, para que o estado faça justiça”. (Entrevistado 1)



E que haja Justiça e que esta seja acessível para o cidadão comum e possa ser efetiva naquilo que se propõem conforme esclareceu o primeiro entrevistado:

“[...] Então eu não posso usar o meu poder para me sobrepor, para querer subjugar, o meu poder que me é dado pelo estado por força de concurso, é para que eu distribua a justiça, para que eu seja justo, para que eu seja um servidor na forma de magistrado. Nós temos a nossa história, o nosso espaço, o nosso tempo, então sabendo de nossa limitação humana que nós não nos sobreponhamos sobre o outro por mais alto que seja o cargo que nós tenhamos no nosso tempo. Porque só conhecendo o ser humano é que o magistrado poderá ser um bom magistrado, proferir boas sentenças num linguajar acessível, é aí que entra a literatura, acessível, que possa comunicar o destinatário, para que o Estado faça Justiça”.
(Entrevistado 1)

Por ser a linguagem, mais especificamente, a palavra, o principal instrumento de trabalho do operador do Direito na realização da prestação jurisdicional se faz necessário um comprometimento em comunicar e se fazer compreendido para que o Estado faça justiça. O uso de recursos literários no cenário jurídico possibilita não somente a compreensão dos percursos normativos da lei, mas também seu aspecto valorativo.

A prolação de decisão judicial insere-se no processo de aplicação/produção do Direito, portanto, ao proferir o julgamento se o juiz se ativer única e exclusivamente à norma jurídica, sem se preocupar com a aplicação de recursos literários que viabilizem a compreensão da respectiva norma, restará sacrificada a justiça. Tal aplicação não resulta na produção de outra norma jurídica, mas na adoção de estratégias de comunicação mais efetivas que concretizem a consequência jurídica prevista em tal norma.

A aplicação do Direito conduzida somente pela força da sua dimensão normativa dissociada da importância de um linguajar acessível, das necessidades sociais decorrentes da realidade remete à segunda entrevista onde foi pontuada a necessidade do juiz *“deixar de ser um mero interpretador de letras e códigos e passar a ser realmente um profissional julgador, para sentir o espírito da lei”*. A sentença, nesse caso, seria o prenúncio de um emblemático *“THE END... e eles viveram felizes para sempre”*. Mas antes que as cortinas se fechem ainda se faz necessária algumas considerações finais.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

... Palavra, Poder e Persuasão conseguiram reinar juntas e foi um tempo glorioso e de paz. Há quem diga que o ser mágico, de vez em quando, as visita para ouvir uma boa história. Elas conseguiram honrar a memória do pai e cumprir suas responsabilidades para com o reino, em harmonia e união, porque aprenderam a valiosa ferramenta do “era uma vez”. O poder da persuasão na palavra devidamente estruturada, o *storytelling*, foi o segredo da vitória dessas três princesas.

O cenário jurídico é desafiante pois trata de seres humanos, leis e solução de conflitos. Direito e arte encontram-se na multidisciplinaridade de suas pontes dialógicas. A norma jurídica consiste em atividade impregnada de subjetividade, sendo correto afirmar que emoção e razão devem andar juntas e podem, igualmente, desempenhar uma função na aplicação do Direito. Como objetivo geral da referida pesquisa, buscou-se investigar o *Storytelling* enquanto ferramenta estratégica informacional e comunicacional na construção de narrativas que podem ser utilizadas como recurso de defesa em causas jurídicas, a fim de facilitar o processo de tomada de decisões no contexto das organizações jurídicas.

Ficou nítido, tanto através do referencial teórico como da análise de dados, que o juiz precisa de sentimentos para julgar de forma racional. Cabe aos magistrados, sabendo desse subjetivismo inafastável colocar-se diante de suas decisões, almejando uma que satisfaça a lide, mas sem ferir o interesse público. Compete ao juiz se valer da ferramenta estratégica informacional e comunicacional, *storytelling*, no labor jurídico para tomada de decisões, a fim de uma maior efetividade do Direito. De nada adiantaria a construção de uma teoria da concretização dos direitos se esta não fosse acompanhada de um método eficaz de comunicação que possibilite a interpretação/aplicação das normas jurídicas.

Em sua dimensão metódica, há os profissionais que preferem se prender firmemente a “segura” linguagem jurídica fechada. Esquecem que o cidadão comum está do outro lado, a afogar-se em meio a termos e informações que desconhece sem ter ao menos quem lance um bote salva-vidas, ou alguém que lhe conte uma história que ele compreenda. É inegável que a figura pública do juiz exerça papel preponderante no rumo de uma sociedade no instante que suas decisões vinculam um impacto social. É atividade, então, dos juízes exercerem sua função social, ou seja, a justiça social, esta por sua vez não deve se limitar



apenas a uma construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva, mas também deve possuir um linguajar acessível e sensível. É contraditório falar em igualdade de direitos e solidariedade quando minha fala não é compreensível ao meu semelhante.

Não obstante, tais dificuldades, resultantes de uma geração tecnicista e conservadora, pode visualizar uma luz no fim do túnel, sob a perspectiva de um trabalho de conscientização e capacitação, um ato de reflexão e ação conjunta acerca de maior efetividade do Direito através do *storytelling*. Uma prática que traz consigo também um desafio, o que norteou a pergunta da referida pesquisa: De que modo o *Storytelling* pode ser usado enquanto recurso estratégico comunicacional e construir narrativas que possam ser utilizadas como recurso de defesa em causas jurídicas a fim de facilitar o processo de tomada de decisões informacional no contexto das organizações jurídicas? Acreditamos que essa questão foi satisfatoriamente respondida tendo em vista que os próprios juízes pontuaram em suas falas que a arte sensibiliza o jurista ao passo que torna compreensível ao jurisdicionado as narrativas processuais, o que por sua vez facilita a tomada de decisões. Mas, “de que modo” esta história pode continuar?

A partir da presente pesquisa surgiu à oportunidade de ministrar um curso de *storytelling* para os juízes de primeira instância, tal proposta já foi aprovada pelos desembargadores conselheiros da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará e segue agora consoante com a parte burocrática do processo para efetivação do referido curso. Uma conquista. Os magistrados entrevistados, sensibilizados pelo *storytelling* e pelas argumentações da pesquisa, querem escrever um novo capítulo dessa história, agora despertando nas varas do trabalho da capital e do interior a chama viva da contação de histórias, o poder das histórias para tomada de decisões no cenário jurídico. Tal possibilidade instiga novas pesquisas e, diante das folhas brancas que pacientemente aguardam o pousar da caneta, o início de outra narrativa só compete à concretização do desafio de continuar sob dois critérios fundamentais: é preciso comunicar, é preciso contar mais uma história. Alcançado este intento, o Direito torna-se arte e a Justiça, realidade.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, n.1, p. 89 – 103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>> Acesso em: 13 jan. 2016.

BARDIN, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BARTHES, Roland. *The Semiotic Challenge*. New York: Hill & Wang Publisher, 1988.

BARZOTO, Luis Fernando. *O positivismo jurídico contemporâneo: uma introdução a Kelsen, Ross e Hart*. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

BRAATZ, Tatiani Heckert. É preciso argumentar? Reflexões sobre a argumentação jurídica e a teoria de Manuel Atienza. *Revista Jurídica - CCJ/FURB*. v. 11, n.21, p. 133 - 147, jan./jun. 2007. Disponível em:<<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/viewFile/445/404>> Acesso em: 13 jan. 2016.

BRUNER, Jerome. *La fabbrica delle storie. Diritto, letteratura, vita*. Roma-Bari: Laterza, 2002.

CALLEGARI, José Antonio. *A narrativa literária no Direito processual: ficção e realidade na distribuição da Justiça judiciária*. *Revista LTr*, São Paulo, v.79, n.03, p. 286 -289, março de 2015.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe de. *Hermenêutica e Argumentação*. Rio de Janeiro: Editora Renovar 2011.

CAMPBELL, Joseph; Bill Moyers. *O Poder do Mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Mediação e narrativa na voz dos contadores de histórias. In: BORTOLIN, Sueli, SANTOS NETO, João Arlindo, SILVA, Rovilson José da (org.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015, p. 107 – 125.
CHAGAS, Afonso Maria das. O direito contado: entre narrativas e metáforas uma ponte à hermenêutica jurídica. *Publica Direito*, online, 22 p. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f69041d874533096>> Acesso em: 15 jan. 2016.

CHANLAT, Alain; BÉRDARD, Renée. *Palavras: a ferramenta do executivo*. In: CHANLAT, Jean-François et al. *O indivíduo na organização – dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 125 – 148.



- COGO, RODRIGO SILVEIRA. *Memória como recurso de Comunicação Organizacional: a atratividade do storytelling em tempos de atenção difusa- um estudo teórico*. 2010. 139 f. Monografia. (Especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- COVER, R. *Nomos e narrazione. Una concezione ebraica del diritto*. Torino: Giappichelli, 2008.
- DENNING, Stephen. *O poder das narrativas nas organizações: o guia para líderes sobre o uso da técnica de narrativas*. Trad. Ricardo Vieira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, 360 p.
- DOMINGOS, Adenil Alfeu. *Storytelling: evolução, novas tecnologias e mídia*. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXII, 2009, Curitiba*. Comunicação, Educação e Cultura na Era Digital. *Anais...* Curitiba: Universidade Positivo, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2427-1.pdf>> Acesso em: 17 de jan de 2016.
- DWORKIN, Ronald. De que maneira o direito se assemelha à literatura. In: DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 217-250.
- GUARALDO, Tamara de Souza Brandão; PORÉM, Maria Eugênia. A mediação oral nas organizações: *storytelling* em relações públicas e publicidade. In: BORTOLIN, Sueli, SANTOS NETO, João Arlindo, SILVA, Rovilson José da (org.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015, p. 107 – 125.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HARGREAVES, Andy. *O Ensino na Sociedade do Conhecimento: a educação na era da insegurança*. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora, 2003.
- MACINTYRE, Alasdair. *Depois da Virtude: um estudo em teoria moral*. Trad: Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001.
- MARIAS, Julian. *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MCSILL, James. *Cinco Lições de storytelling: fatos, ficção e fantasia*. São Paulo: Dvs Editora, 2013. 364 p.
- NIETZSCHE. *Vontade de Poder*. Rio: Contraponto, aforismo 539, 2008, p. 282.
- OST, François. *Contar a Lei: as fontes do imaginário jurídico*. Trad: Paulo Neves. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.
- POZO, Juan Ignacio. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. In: Revista Pátio. Ano VIII – Nº 31- *Educação ao Longo da Vida* – Ago/Out.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2004. Disponível em: <http://www.revistapatio.com.br/sumario_conteudo.aspx?id=386>
Acesso em: 08 de jan. de 2016.

QUEIROZ, Paulo. *Direito e literatura*: prefácio. Ago, 2012. Online. Disponível em:
<<http://www.pauloqueiroz.net/direito-e-literatura-prefacio/>> Acesso em: 13 jan. 2016.

RIBEIRO, Ana Luisa de Oliveira. *A Argumentação Jurídica*: breve análise do processo decisório em uma perspectiva hermenêutica inserida no conceito aristotélico de justiça. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 08 mar. 2012. Disponível em:
<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47283&seo=1>> Acesso em: 13 jan. 2016.

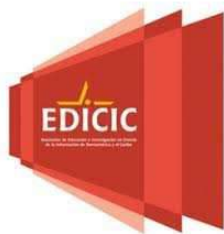
SOUSA, Lília Almeida. A utilização da mediação de conflitos no processo judicial. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 568, 26 jan. 2005. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/6199> Acesso em: 13 jan. 2016.

SPENGLER, Fabiana Marion. Tempo, direito e narrativa: outra abordagem do processo jurisdicional e do conflito social. *NEJ*, v.13,n. 1, p. 55-68, jan./jun. 2008.

VESPAZIANI, ALBERTO. O poder da linguagem e as narrativas processuais Trad. André Karam Trindade. *ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura*,v. 1, n. 1, jan. / jun. 2015.

WURMAN, Richard Saul. *Ansiedade de Informação 2*. Editora Cultura, 2001.

XAVIER, Adilson. *Storytelling*, Rio de Janeiro: BestSeller, 2015. 300 p.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

USO DAS MÍDIAS SOCIAIS PARA MEDIAÇÃO, ACESSO E COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO

USO DE LOS MEDIOS SOCIALES PARA LA MEDIACIÓN, ACCESO EL INTERCAMBIO Y DE LA INFORMACIÓN

Noadya Tamillys de Oliveira Duarte, UFPB
Roberto Vilmar Satur, UFPB
Raquel do Rosário Santos, UFPB

Resumo: Trata-se de uma pesquisa descritiva, que teve como objetivo analisar como os discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB) estão utilizando as mídias sociais para o compartilhamento da informação e do conhecimento no contexto universitário e como a mediação se insere e intervém nesse processo. Os procedimentos metodológicos integram uma revisão bibliográfica e um estudo de caso, cuja coleta dos dados se deu através da aplicação de um questionário. Nesse sentido, os resultados mostraram que esses discentes encontram-se inseridos nas mídias sociais, mais especificamente nos grupos de discussão, e consideram esse ambiente um meio propício para o seu desenvolvimento acadêmico, científico e profissional. No entanto, o compartilhamento da informação e do conhecimento foi identificado como uma atitude pouco recorrente nesses grupos, indicando a necessidade de iniciativas que promovam uma maior interação desses sujeitos e a importância do papel do mediador nesse processo.

Palavras-chave: Web social. Compartilhamento da informação. Compartilhamento do conhecimento. Mediação.

Resumen: Se trata de un estudio descriptivo que tuvo como objetivo analizar cómo los alumnos del Posgrado en Ciencias de la Información de la Universidad Federal de Paraíba (PPGCI-UFPB) están utilizando los medios de comunicación social para compartir información y conocimiento en el contexto universitario y cómo la mediación es parte e interviene en este proceso. Los procedimientos metodológicos integran una revisión de la literatura y de un estudio de caso, cuya búsqueda de recolección de datos se realizó mediante la aplicación de un cuestionario. En este sentido, los resultados mostraron que estos estudiantes se insertan en los medios sociales, específicamente en los grupos de discusión, y consideran este entorno un ambiente favorable para su desarrollo académico, científico y profesional. Sin embargo, el intercambio de información y conocimiento se identificó como algo poco practicado en estos grupos, lo que indica la necesidad de iniciativas que promuevan una mayor interacción de estos temas y la importancia del papel del mediador.

Palabras clave: Web social. El intercambio de información. El intercambio de conocimientos. Comunidad virtual. Mediación



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A universidade é um ambiente de construção do conhecimento, que desenvolve e processos de aprendizagem, ensino, inovações, tecnologias. Logo, esse ambiente deve fomentar a comunicação entre os sujeitos, como ação essencial para o desenvolvimento desses e de novos produtos. Assim, a comunicação é a base para estimular o criar, o agir e a formação, pois é por meio da comunicação que acontece a troca de experiências, a explicitação do conhecimento, enfim, a interação que produz esclarecimentos, ideias e conhecimentos.

Os recursos de comunicação da *web* social, especificamente as mídias sociais, oferecem recursos para interação e participação dos sujeitos no ambiente virtual, com mais condições de interlocução, visando facilitar a comunicação e propiciar mais dinâmicas, através do uso de um conjunto de dispositivos para o compartilhamento de informações. Esses recursos necessitam ser utilizados pelos mediadores e demais sujeitos que compõem os ambientes acadêmicos de modo que o processo de aprendizado, criação de conhecimentos e informações ultrapassem os muros da universidade, sejam constantes e sem fronteiras geográficas.

O mediador é uma figura essencial no contexto das mídias sociais, realizando ações voltadas ao compartilhamento da informação e do conhecimento, da troca de informações e da interação entre os sujeitos, que podem favorecer a cooperação em questões relacionadas à formação acadêmica.

Dessa maneira, justifica-se o desenvolvimento deste estudo descritivo, que teve como objetivo analisar como os discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB) têm utilizado as mídias sociais para seu desenvolvimento acadêmico e se nesses dispositivos existe a presença e intervenção do mediador.

Para a coleta dos dados, foi utilizado, como instrumento, o questionário direcionado aos discentes do PPGCI-UFPB durante um evento desenvolvido por esse Programa, o que favoreceu solicitar a participação dos discentes em diferentes estágios do curso, totalizando 37 questionários respondidos.



A compreensão mais detalhada deste estudo é possível a partir da observação e reflexão das próximas seções, que apresentam a revisão de literatura, como também as opções metodológicas, a apresentação e discussão dos resultados encontrados e, por fim, as considerações finais.

2 MEDIAÇÃO, COMPARTILHAMENTO E TROCA DE INFORMAÇÕES NAS MÍDIAS SÓCIAIS: desenvolvimento dos sujeitos vinculados ao ambiente universitário

O ato de compartilhar está inserido no cotidiano dos indivíduos e configura-se como um meio de sociabilidade dos seres humanos nas diversas esferas sociais. Tomáel (2008, p. 5), com base em Ipê (2003), afirma que o compartilhamento “[...] traduz-se em ações coordenadas e viabilizadoras de um processo de concessão do conhecimento de forma que ele possa ser utilizado e apropriado por outras pessoas.”, tais ações podem ocorrer de duas maneiras, através do compartilhamento da informação e do compartilhamento do conhecimento.

Davenport e Prusak (1998, p. 115) definem o compartilhamento da informação como um comportamento informacional, que está relacionado à maneira pela qual os indivíduos lidam com conteúdos. Para os autores, trata-se de um ato voluntário do indivíduo de colocar informações à disposição de outros, resultando em melhorias para o ambiente informacional como um todo. No que concerne ao compartilhamento do conhecimento, Nonaka e Takeuchi (1997, p. 69) entendem que esse comportamento é um processo de socialização das experiências vividas pelos indivíduos. Nessa perspectiva, quando o sujeito compartilha, ele viabiliza a socialização de um conhecimento que existe apenas na sua mente (conhecimento tácito), tornando-o acessível aos que estão ao seu redor.

No contexto universitário, observa-se que o compartilhamento insere-se como uma atitude que pode contribuir para o bom desenvolvimento acadêmico, profissional e científico dos indivíduos. Para Personi e Arkeman (2014a, p. 27), “Um conteúdo ministrado em sala de aula pelo professor, por meio de compartilhamento do saber, recebe de forma colaborativa outras contribuições. O aluno tem mais opções de busca de informação sobre o conteúdo dado.” Quando se compreende o contexto acadêmico e de pesquisas como um dos principais ambientes que promovem a construção e socialização do saber, pode-se inferir que o compartilhamento caracteriza-se como uma prática essencial que viabiliza a criação e, por conseguinte, a disseminação de novos conhecimentos.



No entanto, para que isso ocorra, faz-se necessária a disponibilização de ambientes e contextos favoráveis. O meio pelo qual ocorre o compartilhamento pode, dependendo do seu uso, potencializar ou inibir esse tipo de comportamento (ALVES; BARBOSA, 2010).

Nesse sentido, Curty (2008, p. 55) afirma que a *web 2.0* pode ser compreendida como

Uma web mais social, pois envolve mais pessoas; mais colaborativa, porque todos são partícipes potenciais e têm condição de se envolver mais densamente; mais apreensível, pois desmistifica que conhecimentos técnicos sejam necessários para a interação; uma web que se importa menos com a tecnologia de informação e mais com pessoas, conteúdo e acesso: dizem que por essa Web denota-se a versão 2.0.

A *web 2.0* ou, como também é chamada, *web social* emerge com o objetivo de proporcionar um novo modelo à *internet*, com o intuito de ampliar a participação e dinâmica entre os sujeitos e possibilitar uma comunicação mais intensiva e colaborativa no espaço virtual. Ao conceituar a *web social*, Blattmann e Silva (2007) afirmam que: “A construção de espaços para colaboração, interação e participação comunitária tem sido chamado de *Web 2.0*”. Ao adotar os recursos de comunicação da *web social*, mídias sociais, os sujeitos podem, de modo mais ativo, participar de ações que favoreçam a construção de novos conhecimentos, tanto um conhecimento pessoal quanto coletivo.

A *web 2.0*, através das suas mídias sociais, insere-se como possíveis espaços digitais que têm como objetivo potencializar a interação e o compartilhamento entre indivíduos. Segundo Goulart (2014, p. 14), essas mídias referem-se às “[...] pessoas e suas interligações, formando grupos de interesse e sob a mediação das tecnologias digitais de comunicação e interação. Elas sustentam o que existe de mais característico do ser humano, que é a sua capacidade de se comunicar.”

Por meio das mídias sociais como *facebook*, *whatsapp*, *twitter*, *blog*, entre outros dispositivos de comunicação na *web 2.0*, se desenvolvem grupos e comunidades virtuais que utilizam esses espaços para troca, compartilhamento, criação de conteúdos. Todos os sujeitos pertencentes a esses grupos, por meio da interação e comunicação, podem se desenvolver no aspecto cognitivo, social, profissional, cultural e/ou econômico. Assim, as relações entre sujeitos formam uma quantidade cada vez maior de redes sociais atuantes nesses ambientes virtuais, que têm como objetivo produzir e disseminar informações através de uma ação comunicativa.



Recuero (2011, p. 15) assevera que os

Sites de rede social foram especialmente significativos para a revolução da ‘mídia social’ porque vão criar redes que estão permanentemente conectadas, por onde circulam informações de forma síncrona (como nas conversações, por exemplo) e assíncrona (como no envio de mensagens). Redes sociais tornaram-se a nova mídia, em cima da qual informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades. Esses sites atingem novos potenciais com o advento de outras tecnologias, que aumentam a mobilidade do acesso às informações, como os celulares, tablets, smartphones etc.

Com as mídias sociais, em ambiente *web*, os sujeitos que antes compartilhavam de maneira coletiva apenas em espaço físico ou com uma demanda maior de tempo, agora passam a realizar essas ações de modo mais rápido, capaz de aproximar pessoas que estão em espaços geográficos distintos, gerando conforto, agilidade e colaboração entre os envolvidos. Nesse sentido, como Recuero (2011) chama atenção, os sujeitos estão “permanentemente conectados”, potencializando o desenvolvimento coletivo e individual. No contexto da universidade, cujo objetivo principal é a formação dos sujeitos, também devem ser adotados recursos de comunicação como as mídias sociais, a fim de que essa formação seja favorecida pela participação e ação coletiva.

Personi e Arkeman (2014b) fizeram um levantamento dos estudos realizados acerca do uso de mídias sociais no campo do ensino-aprendizagem e percebeu-se que, embora algumas pesquisas tenham identificado resultados positivos quanto ao uso desses recursos, ainda há algumas questões como, por exemplo, segurança e privacidade, que merecem atenção dos docentes e alunos envolvidos, conforme é mostrado no Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – Panorama das pesquisas que tratam do uso das mídias sociais no campo do ensino-aprendizagem

AUTORES	OBJETIVO	RESULTADO
Shahet <i>al</i> (2012)	Identificar benefícios do uso de mídias sociais virtuais no ganho de capital social e verificar o impacto na performance acadêmica dos pesquisados.	O bom uso do <i>facebook</i> pode melhorar a performance acadêmica e uma presença extensiva no <i>facebook</i> desenvolveria o capital social do estudante em termos de número e qualidade de conexões, amizades e interação.
Wise, Skues e Williams (2011)	Examinar o uso do <i>facebook</i> entre alunos do primeiro ano de Psicologia	O estudo sugeriu que os alunos não queriam interagir com o staff acadêmico nas suas



	em uma universidade australiana.	páginas no <i>facebook</i> . Verificou-se ainda que o Facebook tinha um papel limitado em ajudar a promover o engajamento estudantil numa perspectiva acadêmica institucional.
Mazman eUsluel (2010)	Elaborar um modelo estrutural explicando como os usuários poderiam utilizar o <i>facebook</i> para propósitos educacionais.	O uso educacional do <i>facebook</i> pode proporcionar uma relação positiva na comunicação, colaboração e compartilhamento de material e recursos.
Rosen, Carrier eCheever (2013)	Identificar como os alunos fazem suas tarefas e como o uso da tecnologia durante os estudos pode afetar o desempenho acadêmico.	Observou-se que, quanto mais tecnologia disponível, mais os alunos trocavam de tarefa escolar (maior distração). Alunos que acessaram o <i>facebook</i> durante o estudo tiveram notas menores.
Choi (2013)	Estudar experiências de implementação do <i>facebook</i> em grupos para promover a colaboração dos estudantes.	O <i>facebook</i> poderia ser utilizado para aumentar a colaboração entre os estudantes. Uma das vantagens indicada foi a resposta rápida a perguntas postadas no <i>facebook</i> .
Chatterjee (2012)	Discutir o resultado de um <i>survey</i> feito entre alunos de Bankura (Índia) e relacioná-lo às questões emergentes, também focou na influência do gênero no uso do <i>facebook</i> com referência aos estudantes universitários de Bankura.	Com forte viés cultural, a pesquisa indiana mostrou que os professores ainda não veem o <i>facebook</i> como forma de educar, mas como passatempo. Os alunos acreditavam que essa mídia ajudaria nos estudos, mas está proibido em instituições de ensino superior. Alguns professores eram favoráveis a banir laptops, Internet e mídias sociais do campus.
Wolf et al(2012)	Retratar como os estudantes recebem os benefícios da tecnologia nas novas mídias sociais e a discussão sobre esse novo material em aula.	Observou-se que os alunos não acharam a experiência significativa para o aprendizado.
Taylor, King e Nelson (2012)	Examinar as seguintes questões: a mídia social e o aprendizado social promovem oportunidades educacionais para o aumento da compreensão por parte do aluno?	Notou-se que, embora a maioria dos alunos envolvidos na pesquisa estivesse em redes sociais, aqueles que não estavam se preocupavam com a privacidade, tinham pouco tempo e temiam por problemas de segurança.
Donlan (2012)	Analisar, em uma universidade britânica, como os alunos faziam uso do <i>facebook</i> como parte das atividades de ensino e examinar o potencial e as limitações do uso dessa mídia num contexto universitário.	O resultado indicou que os alunos precisariam ser reeducados, uma vez que o potencial de distração que o <i>facebook</i> oferece ao realizar as tarefas é grande, dificultando a separação da vida pessoal da vida acadêmica.

Fonte: Adaptado dos autores Personi e Arkeman (2014b).

Nota: No âmbito desta pesquisa optou-se por apresentar apenas os resultados dos estudos que foram realizados no contexto universitário e, dentro desse recorte, observou-se as pesquisas que abordavam o uso das mídias de pelos discentes.



De acordo com o Quadro 1, observa-se que o uso das mídias pode ser vinculado ao âmbito da academia. Contudo, os sujeitos necessitam atentar para as vantagens e desvantagens que podem ser adquiridas, conforme os estudos de Personi e Arkeman (2014b). Nesse cenário, não se deve ter receio de abordar essas mídias sociais em favor do compartilhamento entre os sujeitos, mas estudar e gerenciar medidas que possam favorecer o uso correto desses recursos. A adoção das mídias sociais necessita ser considerada como um modo de aproximação entre os discentes e de inclusão daqueles que têm dificuldades em utilizar recursos tecnológicos.

Para Vieira, Baptista e Cerveró (2013, p.47) os estudantes da Geração Y (*Net Generation*) caracterizam-se pela rápida adoção das mídias sociais da *web 2.0*. A partir da afirmação dos autores, pode-se inferir que os discentes estão utilizando esses recursos de comunicação da *web* social, com objetivo de potencializar suas ações e relações. Entretanto, essa utilização também deve ser relacionada às atividades acadêmicas, o que apresenta a necessidade de professores, profissionais da informação, entre outros que representam a figura de mediador na universidade, passarem a adotar as mídias sociais para favorecer o crescimento dos discentes.

No que concerne às possibilidades de uso das mídias sociais digitais nos processos educativos, Goulart (2014, p. 19) afirma que elas podem ocorrer de várias formas, “[...] desde seu uso na própria sala de aula, para a disponibilização de materiais para as aulas, para a designação de leituras e/ou visualizações de materiais complementares e até para produção de textos e outras produções dos estudantes.” Contudo, o autor ratifica a importância do uso adequado desses recursos no contexto educacional:

“[...] a ausência de treinamento para uso profissional, a falta de suporte técnico específico, a falta de integridade dos materiais entregues pelos alunos, questões de privacidade (em especial para alunos menores de idade), enfim, vários problemas são apontados como fatores importantes a serem equacionados para que as mídias sociais possam ser empregadas na Educação de forma eficaz. (GOULART, 2014, p. 19)

Além dos aspectos tecnológicos e estruturais citados acima, outro fator que pode interferir nesse processo de compartilhamento e interação é a figura do mediador dos fluxos informacionais nesses ambientes virtuais.



O mediador possui um papel fundamental no processo de desenvolvimento dos sujeitos, uma vez que esse articula a aproximação entre o sujeito e o objeto, auxiliando o crescimento intrapessoal, como também atuando na aproximação entre os sujeitos, potencializando as relações sociais. Assim, ratifica-se a necessidade da existência de um mediador atuar no processo de inclusão digital dos sujeitos, permitindo que esses possam utilizar de maneira proficiente todos os recursos tecnológicos que apõem no acesso e uso da informação. (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014, p. 46).

O mediador é uma figura essencial no contexto das mídias sociais, realizando ações voltadas ao compartilhamento da informação e do conhecimento, da troca de informações e da interação entre os sujeitos, que podem favorecer a cooperação em questões relacionadas à formação acadêmica.

Sabendo-se que existem elementos no ambiente social (objetos, linguagens, instrumentos, tecnologias etc.) que representam elos entre as pessoas e interferem na construção da história individual e social dos sujeitos, Vygotsky (2000), em seus estudos sobre as interações humanas, entende que os sujeitos devem ser mediados em sua relação com o ambiente, com condições necessárias para o seu desenvolvimento. Assim, o mediador, também em ambientes virtuais, como as mídias sociais, interfere diretamente na relação entre os sujeitos e os objetos que poderão beneficiá-los em sua formação.

A mediação ocorre nos diversos ambientes sociais e nas ações do sujeito, quando se apresentam como um elo entre ele e a resolução do seu problema. Vygotsky (2000) afirma que, entre o objeto e o sujeito, e deste até o objeto, existe outra pessoa. Na perspectiva desse autor, o contato entre o sujeito e a nova informação só poderá ser realizado por meio da mediação.

Para Pieruccini (2007, p.11), “[...] sem estruturas socioculturais que lhe dê apoio, sem saber buscar informação, a maioria dos sujeitos perde-se nas tramas do conhecimento, sem condições de apropriar-se nem da memória, nem dos saberes do seu tempo.” Dessa maneira, as mídias sociais podem ser adotadas como aliadas no apoio à qualificação dos discentes, apresentam-se como um terreno fértil para a atuação dos mediadores em ambientes acadêmicos, sejam professores, arquivistas e/ou bibliotecários, que favoreçam a aprendizagem, o desenvolvimento de competências em informação e a inclusão social e digital.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Com a apresentação e a reflexão sobre o referencial teórico, foi possível vislumbrar e ratificar relações entre as temáticas desta pesquisa e identificar contribuições para o seu desenvolvimento. As seções seguintes complementam o exercício realizado até esse momento, pois apresentam os procedimentos metodológicos da pesquisa, que subsidiam e apresentam a trajetória mais eficiente para se alcançarem os objetivos propostos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 83) método é “[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido [...]” Nesse sentido, a adoção por determinado conjunto de métodos deve ser refletida a partir do problema, dos objetivos formulados, como também do objeto de estudo.

O problema proposto nesta pesquisa foi investigar como os discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB) estão utilizando as mídias sociais para o compartilhamento da informação e do conhecimento no contexto universitário e como a mediação se insere e intervém nesse processo.

Caracterizada como um estudo de caso do tipo descritivo, a pesquisa tem sua população composta pelos discentes do PPGCI da UFPB, com o objetivo de oferecer subsídios teórico-metodológicos para o uso dos dispositivos da *web* social, tendo em vista o desenvolvimento de ações de mediação da informação no contexto acadêmico, especialmente de Pós-Graduação.

Para a coleta dos dados, o instrumento utilizado foi o questionário, o qual foi direcionado aos discentes do PPGCI da UFPB durante um evento desenvolvido pelo Programa, favorecendo a participação desses sujeitos em diferentes estágios do curso, totalizando 37 questionários respondidos. Após o período de coleta, utilizou-se a abordagem quantitativa para o tratamento dos dados.

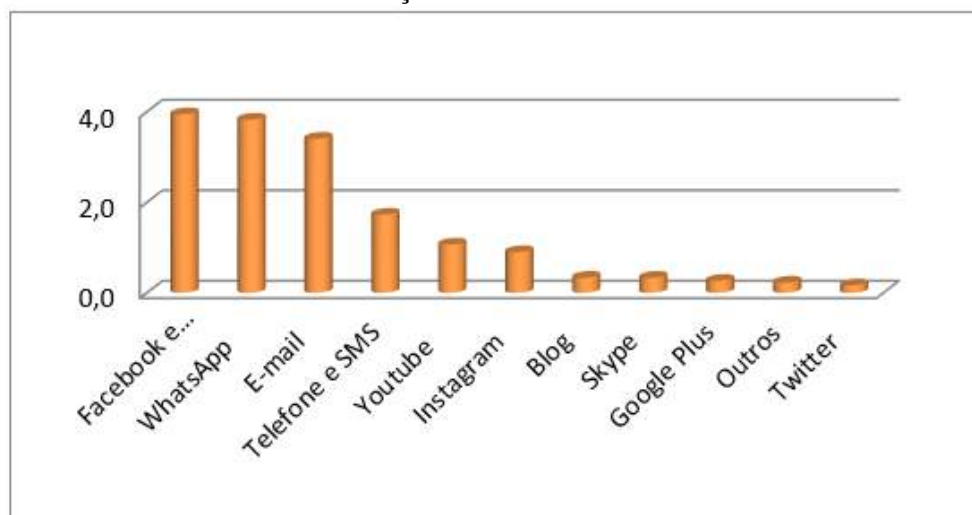
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para alcançar o objetivo de analisar como os discentes do PPGCI da UFPB têm utilizado as mídias sociais para seu desenvolvimento acadêmico, foi preciso, inicialmente, identificar quais desses recursos de comunicação eles utilizavam. A partir da análise do Gráfico 1, pode-se observar que em uma escala decrescente de 5 até 0 (em que 5 era atribuído para o recurso mais adotado e em branco ou zero para o menos utilizado), a média das respostas foi: *facebook* em primeiro lugar (3,9), o *whatsapp* em segundo (3,8), *e-mail* em terceiro (3,4), telefone e SMS em quarto (1,7) e *youtube* em quinto (1,1). Outros recursos como o *instagram*, o *blog*, o *skype*, entre outros, obtiveram uma média abaixo de 1.

Os resultados acima indicam que esses estudantes estão inseridos na *web 2.0*, cujas mídias sociais que eles mais utilizam são o *facebook*, seguido do *whatsapp*. No contexto dessa pesquisa, os dados refletem uma realidade que é caracterizada pelo uso dessas ferramentas digitais no tocante ao compartilhamento da informação e do conhecimento.

Além disso, nota-se que os respondentes manifestaram uma preferência por ferramentas predominantemente assíncronas, que privilegiam as trocas de mensagens e arquivos, como é o caso do *facebook*, do *whatsapp* e do e-mail. Vale ressaltar que as opções telefone, SMS e *e-mail* também foram consideradas recursos de comunicação, com o objetivo de identificar se esses também estão potencializando o compartilhamento de informação e conhecimento.

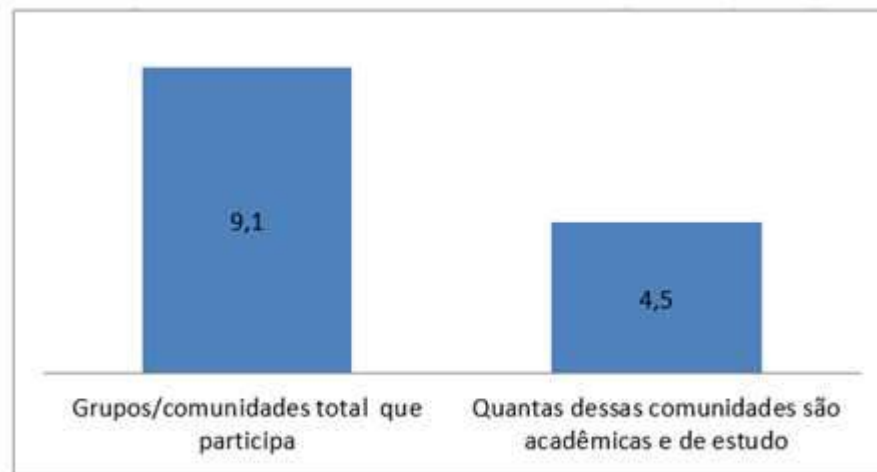
GRÁFICO 1: Recursos de comunicação mais utilizados para o compartilhamento da informação e do conhecimento



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

No que se refere à quantidade de grupos de discussão ou comunidades virtuais que os discentes são participantes nessas mídias sociais (Gráfico 2), percebe-se que eles participam, em média de 9,1% de grupos/comunidades das mais diversas que existem nas mídias sociais. Desses grupos/comunidades que eles participam, 4,5% tem finalidade acadêmica.

GRÁFICO 2: Comparativo entre Grupos/Comunidades total em relação aos Grupos/Comunidades para fins acadêmicos e de estudo em que os sujeitos participam

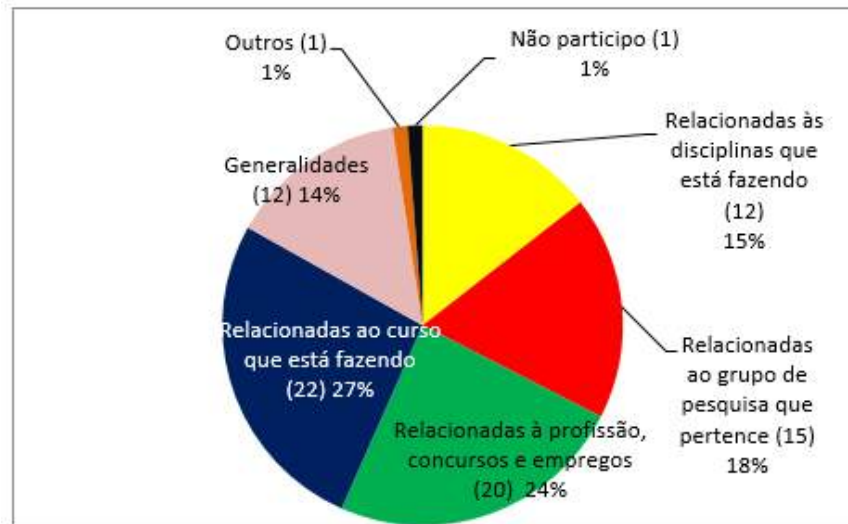


Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Ainda referente ao Gráfico 2, os dados acima mostram que os participantes dessa pesquisa encontram-se inseridos nesses grupos de discussão específicos do contexto acadêmico e profissional, corroborando com a assertiva de Vieira, Baptista e Cerveró (2013) ao postularem que as mídias sociais estão adentrando aos espaços acadêmicos e sendo utilizadas pelos estudantes.

Quanto ao tipo de informações que os discentes normalmente compartilham nesses grupos (Gráfico 3), 27% refere-se ao curso, 24 % está relacionado à profissão, concursos e vagas de empregos, 18% aos grupos de pesquisa que pertencem. Vale destacar que apenas 1% dos participantes afirmou que não participa de grupos acadêmicos na internet, o que se opõe a reflexão de Personi e Arkeman (2014a) ao afirmarem que, através dessas mídias sociais, os discentes têm mais opções de busca de informação sobre os conteúdos que são veiculados em sala de aula. Dessa maneira, é importante que esse grupo que não vem utilizando as mídias sociais passe a observar a relevância que esses recursos podem oferecer para o seu desenvolvimento acadêmico, profissional e científico.

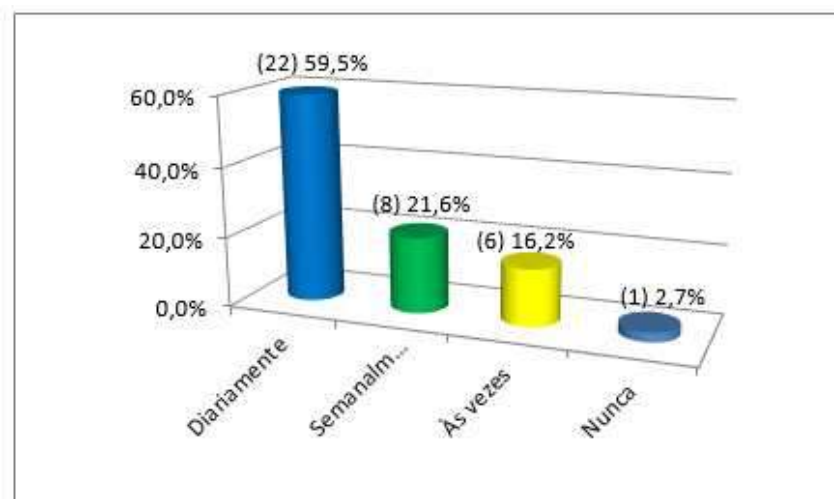
GRÁFICO 3: Informações mais compartilhadas em comunidades e grupos acadêmicos virtuais



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Em relação ao acompanhamento do que é discutido nesses grupos acadêmicos em ambientes virtuais (Gráfico 4), 59,59% dos discentes responderam que realizam diariamente, 21,6% semanalmente e 16,2% afirmaram que acompanham às vezes. Por outro lado, 2,7% dos respondentes, embora estejam inseridos nesses grupos, nunca observaram as discussões realizadas. Percebe-se que a frequência dos discentes a esses grupos é bastante recorrente, o que se infere que eles não estão apenas inseridos nesses recursos de comunicação, mas que também acompanham as discussões.

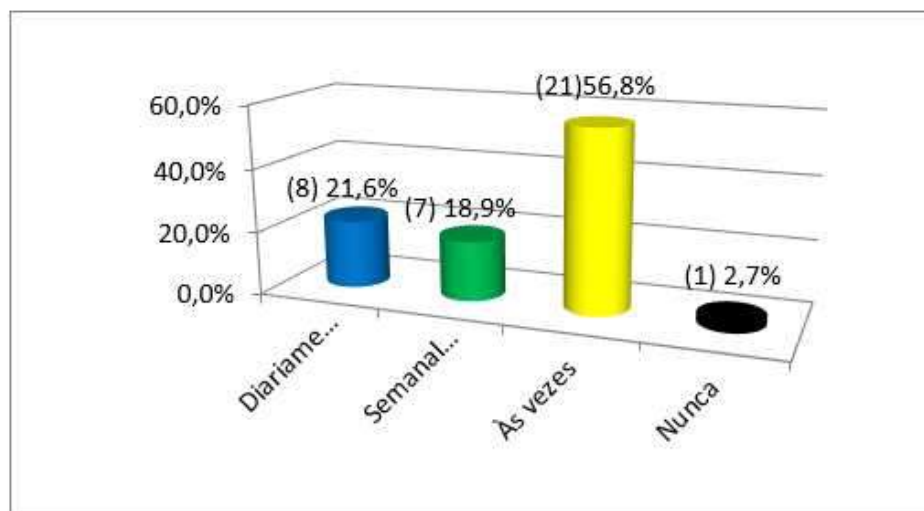
GRÁFICO 4: Frequência de acompanhamento das discussões nos grupos acadêmicos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Quanto à frequência de compartilhamento de informações e conhecimentos nesses grupos acadêmicos, como se pode constatar a partir da análise do Gráfico 5, do total de respondentes, 56,8% responderam que às vezes realizam essa ação, 21,6% compartilham diariamente e 18,9% compartilham informações e conhecimento nesses grupos semanalmente. Vale destacar que 2,7% dos respondentes afirmaram que nunca compartilharam informações e conhecimentos.

GRÁFICO 5: Frequência de compartilhamento de informações e conhecimentos nesses grupos acadêmicos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

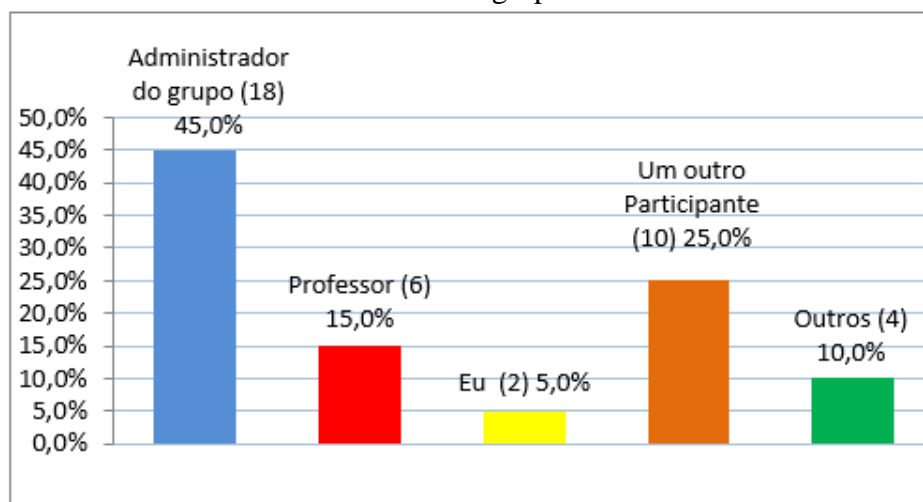
Ainda observando o Gráfico 5, os resultados sinalizam que uma parte significativa dos estudantes (56,8% compartilham às vezes; 2,7% nunca compartilham) não possuem o hábito de compartilhar informações e conhecimentos nesses grupos virtuais. De acordo com Recuero (2011), as pessoas estão constantemente conectadas e isso potencializa o desenvolvimento coletivo e individual dos sujeitos. No entanto, ao cruzar os dados do Gráfico 5 com os dados que estão apresentados no Gráfico 4, percebe-se que, apesar desses discentes acompanharem esses grupos de maneira significativa, eles não possuem a mesma desenvoltura em relação ao compartilhamento.

No âmbito dessa pesquisa, observa-se que, embora os sujeitos estejam inseridos em ambientes digitais de cunho social, atos de sociabilidade como o compartilhamento da informação e do conhecimento podem não acontecer de forma tão recorrente, como é o caso do universo que aqui foi pesquisado.

Conforme se pode observar no Gráfico 6, a pesquisa também buscou compreender quem os participantes identificavam como sendo o principal mediador nesses grupos. De acordo com os resultados, 45% identificaram a figura do mediador relacionada à pessoa que administra o grupo, 25% consideram como mediador um outro participante, 15% vincularam a figura do mediador ao professor.

É relevante refletir que, apesar dos participantes de maneira significativa vincularem a figura do mediador a uma função especificamente técnica (criação e admissão de novos membros ao grupo, por exemplo), o processo de mediação relaciona-se, sobretudo, à criação de outros tipos de ações mais diretamente relacionadas ao desenvolvimento acadêmico, profissional e científico dos sujeitos.

GRÁFICO 6: Mediador do grupo/comunidade virtual



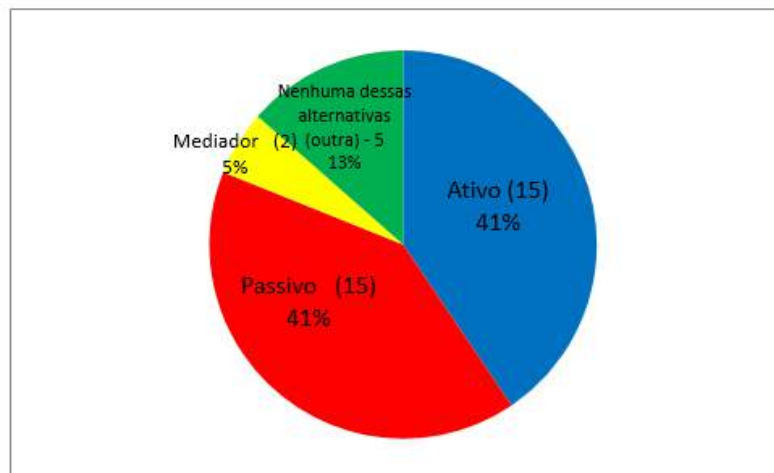
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

No que concerne à principal ação que esse mediador exerce no grupo (Gráfico 7), os estudantes apontaram as seguintes iniciativas: disponibilização de conteúdos de interesse do grupo (48,3%), apresentação de tópicos relevantes para discussão (21,7%), convite a novos membros para participarem do grupo (16,7%) e estímulo a participação no grupo (11,7%).

Tais índices revelam que a disponibilização de conteúdos é a principal atividade exercida pelo mediador nesses grupos dos discentes. Tal análise converge com o pensamento de Vygotsky (2000) ao compreender que os sujeitos devem ser mediados em sua relação com o ambiente. No contexto desta pesquisa, o mediador busca promover essa relação por meio de algumas ações que buscam envolver o participante no ambiente da comunidade virtual.

Contudo, em relação ao estímulo à participação desses discentes nos grupos, nota-se que o percentual é relativamente baixo (11,7%). Cruzando essa análise com o Gráfico 5, percebe-se que os dados coincidem no que concerne à prática do compartilhamento, que também foi apontada como baixa. Tal fato corrobora com a justificativa de realizar esta pesquisa quando se postulou a importância do mediador realizar ações voltadas ao compartilhamento, troca de informações e interação entre os sujeitos.

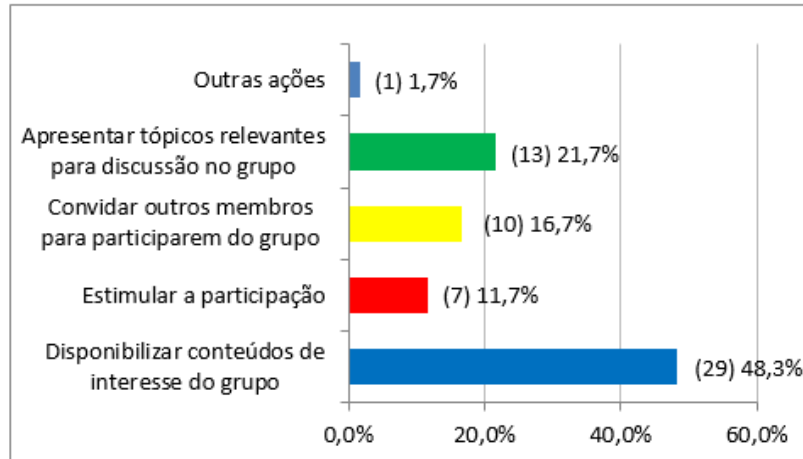
GRÁFICO 7: Tipo de participação nas comunidades/ grupos acadêmicos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Ao serem questionados sobre a própria participação nesses grupos de discussão (Gráfico 8), 41% dos discentes se consideraram um integrante passivo, ou seja, que exercem apenas um papel de receptor das informações. Em contrapartida, esse mesmo percentual de discentes (41%) afirmou ter uma participação ativa nesses grupos. Tais dados revelam a necessidade da presença e atuação ativa do mediador, que poderá influenciar a participação dos 41% que ainda se consideravam integrantes passivos, ampliando a quantidade de participantes que poderão compartilhar informações e conhecimentos.

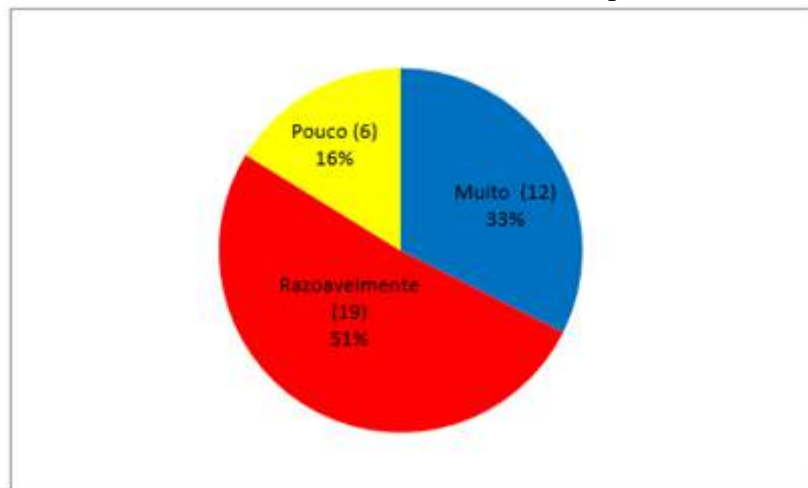
GRÁFICO 8: Principal ação do mediador no grupo/comunidade virtual



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Por fim, como pode se constatar no Gráfico 9, identificou-se o nível de contribuição dessas mídias sociais, através dos seus grupos e comunidades virtuais, para o desenvolvimento científico e profissional dos discentes.

GRÁFICO 9: Satisfação sobre a potencialização dos grupos/comunidades virtuais no desenvolvimento acadêmico, científico e profissional



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Ainda de acordo com os dados observados no Gráfico 9, 51% dos participantes afirmaram que essas mídias auxiliam razoavelmente no seu desenvolvimento, 33% afirmaram que elas colaboram muito e 16% consideraram que as mídias sociais pouco cooperaram para o seu desenvolvimento. Esses dados indicam a necessidade de se desenvolver recursos de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

comunicação na *web* social mais apropriados para a promoção do desenvolvimento acadêmico e profissional das pessoas por meio do acesso a conteúdo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da trajetória investigativa e dos resultados alcançados sobre o uso dos recursos de comunicação pelos discentes do PPGCI da Universidade Federal da Paraíba, foi possível confirmar que esses discentes estão utilizando os recursos de comunicação da *web* 2.0 para o compartilhamento da informação e do conhecimento no contexto universitário. Todavia, existe a necessidade de se criar ações que promovam uma participação mais ativa desses sujeitos, favorecendo o compartilhamento entre eles.

Além disso, notou-se que, apesar dos discentes acompanharem de maneira recorrente essas mídias sociais (especificamente os grupos de discussão ou comunidades virtuais), eles não costumam compartilhar com tanta frequência informações e conhecimentos nesses ambientes. Contudo, eles reconhecem a importância desses grupos para o seu desenvolvimento acadêmico, científico e profissional, corroborando com o que foi postulado pelos autores no referencial teórico.

No que concerne à figura do mediador nesses grupos de discussão, os discentes reconhecem a sua existência, mas vinculam, de certa forma, o seu papel às funções técnicas. Por outro lado, ações de mediação, como por exemplo, incentivo a participação e apresentação de tópicos relevantes para discussão, não foram consideradas por uma quantidade significativa dos respondentes como sendo uma ação desenvolvida de forma recorrente pelo mediador.

Sendo assim, os resultados demonstram que essas mídias sociais, por meio dos seus grupos de discussão, configuram-se como recursos de comunicação e informação inerentes ao contexto universitário e o seu uso pode ser compreendido como um meio que auxilia no desenvolvimento dos discentes. No entanto, ressalta-se a importância de iniciativas que promovam de maneira mais incisiva a interação e o compartilhamento entre os participantes desses grupos, uma vez que esses comportamentos favorecem os fluxos informacionais e, consequentemente, viabilizam a criação de novos conhecimentos.



Por fim, como proposta para os próximos estudos, identificou-se a necessidade de se analisar as possíveis contribuições de mediadores da informação, como, por exemplo, os bibliotecários e arquivistas, para o desenvolvimento dos discentes nesses grupos virtuais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A.; BARBOSA, R. R. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 39, n. 2, p. 115-128, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652010000200010&lng=pt&tlng=pt> 18 abr. 2016.
- BLATTMANN, U.; SILVA, F. C. C. da. Colaboração e interação na web 2.0 e biblioteca 2.0. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 12, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/530/664>> Acesso em: 20 set. 2009.
- CURTY, R. G. Web 2.0: Plataforma para o conhecimento coletivo. In: TOMAÉL, Maria Inês. **Fontes de informação na internet**. Londrina: Eduel, 2008. p. 53-78.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.
- GOULART, E. E. O docente nas mídias sociais. In: GOULART, E. E. (Org.). **Mídias sociais: uma contribuição de análise**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 11 - 26.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- TOMAÉL, M. I. Oportunidades para o Compartilhamento da Informação no Ambiente de P&D. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1613>> Acesso em: 15 abr. 2015.
- PESSONI, A.; AKERMAN, M. O uso de mídias sociais em saúde: a adoção por docentes e discentes do ensino superior. In: GOULART, E. E. (Org.). **Mídias sociais: uma contribuição de análise**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014a. p. 27 - 54.
- _____. O uso das mídias sociais para fins de ensino e aprendizagem: estado da arte das pesquisas do tipo survey. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 5, n. 10,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

jun./dez. 2014b. Disponível em:

<<http://publicacoes.fatea.br/index.php/eecom/article/view/1111>> Acesso em: 22 jun. 2016.

PIERUCCINI, I. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. 1 CD-ROM.

RECUERO, R. A nova revolução: as redes são as mensagens. In: BRAMBILLA, Ana. (Org.) **Para entender as mídias sociais**. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em:<http://www.digitalents.com.br/wp-content/uploads/downloads/para_entender_as_midias_sociais.pdf> Acesso em: 20 jul. 2015.

SANTOS, R. do R.; DUARTE, E. N.; LIMA, I. F. de. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social edigital. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, jan./jun. 2014. Disponível: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279>> Acesso em: abr. 2016.

VIEIRA, D. V.; BAPTISTA, S. G.; CUEVAS CERVERÓ, A. As competências profissionais do bibliotecário 2.0 no espaço da biblioteca universitária: discussão da prática. **Informação & Sociedades: Estudos**. João Pessoa, v.23, n.2, p. 45-58, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/15644>> Acesso em: 18 abr. 2016.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fonte.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**VELHICE E REDES SOCIAIS NA INTERNET: UM ESTUDO DE PRÁTICAS
INFORMACIONAIS NO FACEBOOK**

***VEJEZ Y REDES SOCIALES EN INTERNET: UM ESTUDIO DE LAS PRÁCTICAS
INFORMACIONALES EN FACEBOOK***

Bárbara Luisa Ferreira Carneiro, UFC
Antonio Wagner Chacon Silva, UFC
Jefferson Veras Nunes, UFC

Resumo: Estudo de caso que aborda as redes sociais na internet como modificadoras das ações cotidianas dos indivíduos pertencentes à terceira idade, descrevendo o caso de cinco idosos no que se refere à geração, consumo e disseminação da informação na *web*. Apresenta uma discussão sobre redes sociais em sentido amplo, evidenciando as plataformas digitais e suas classificações. Enfoca a questão da velhice, abordando algumas de suas definições e perspectivas. Aponta tal categoria etária como plural e complexa, devido as diferentes formas como é percebida em cada cultura. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que recorreu ao método etnográfico e utilizou entrevistas a usuários da terceira idade do Facebook. Conclui que através das interações empreendidas através do Facebook os idosos entrevistados passaram a se sentir mais atualizados acerca do que acontece no mundo, bem como mais integrados à sociedade.

Palavras-chave: Redes sociais na internet. Práticas informacionais. Velhice.

Resumen: Estudio de caso que se ocupa de las redes sociales en internet como una modificación de las acciones cotidianas de los individuos pertenecientes a la tercera edad, que describe el caso de cinco personas de edad avanzada con respecto a la generación, el consumo y la difusión de información en web. Se presenta una discusión sobre las redes sociales en un sentido amplio, que muestra las plataformas digitales y sus clasificaciones. Se centra en el tema de la vejez, abordando algunos de sus definiciones y perspectivas. Puntos de esta categoría de edad como plural y compleja debido a las diferentes formas en que se percibe en todas las culturas. Se caracteriza por ser una investigación cualitativa, que utilizó el método etnográfico y utilizó entrevistas con los usuarios de la tercera edad de Facebook. Se llega a la conclusión de que a través de interacciones llevan a cabo a través de la tercera edad de Facebook los ancianos entrevistados se sintieron más al día de lo que sucede en el mundo, así como más integrados en la sociedad.

Palabras-clave: Redes sociales en internet. Prácticas informacionales. Vejez.



1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem se caracterizado pela constituição de novas práticas, bem como por mudanças na organização do tempo e do espaço. Isso se deve, principalmente, ao advento das tecnologias de informação e comunicação, responsáveis por modificar a dinâmica da vida dos indivíduos, os quais passaram a atuar tanto como sujeitos, que recebem informação, quanto como agentes, que têm a oportunidade de gerar e mediar conteúdos, diferentemente da relação estabelecida com os meios de comunicação anteriores a internet, como, por exemplo, a televisão e o rádio.

É comum, quando se fala em tecnologias, associar seu usuário potencial a um jovem que domina o ciberespaço e as ferramentas existentes nele. Contudo, na sociedade contemporânea, além da utilização intensa que os jovens fazem das tecnologias disponíveis, as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos também estão a par das novas formas de se comunicar, sendo capazes de utilizar a internet, por exemplo, para buscar informações e interagir com outras pessoas. O fato de poder se comunicar com amigos e parentes, independentemente das coordenadas espaço-temporais, tem despertado fascínio neste público, particularmente através dos *sites* de redes sociais.

Os *sites* de redes sociais, com suas inúmeras ferramentas interativas, não foram pensados, inicialmente, para atrair a população idosa. No entanto, o número de usuários com mais de 60 anos de idade vem crescendo desde o ano de 2008, correspondendo, em 2012, a mais de 3% da população de usuários cadastrados nas plataformas no Brasil (WASSERMAN *et al*, 2012). Boa parte dos idosos que têm acesso à internet utilizam, de forma cada vez mais frequente, *sites* como o Facebook e Twitter, sentindo-se seduzidos pelas ferramentas e aplicativos que os integram, tais como o “curtir”, o “comentar” e o “compartilhar”, por exemplo, além de jogos eletrônicos e demais possibilidades interativas.

Assim, o interesse em pesquisar sobre as práticas informacionais dos indivíduos pertencentes à terceira idade nos *sites* de redes sociais adveio, principalmente, da popularização dessas plataformas no Brasil, bem como das transformações sofridas pela *web* em um curto período de tempo, responsáveis por torná-la mais interativa e dinâmica. Conforme dados da Comscore, relacionados ao ano de 2015, os brasileiros lideram o *ranking*



no que diz respeito ao tempo gasto na utilização dos *sites* de redes sociais, contabilizando a média de 650 horas mensais¹.

Desse modo, tem-se como objetivo principal compreender de que maneira o fenômeno das redes sociais na internet transforma as práticas informacionais dos idosos no espaço digital, dando ênfase ao modo como eles interagem entre si, bem como produzem, consomem e compartilham informação no Facebook. Juntamente a isso, pretende-se identificar, também, os motivos pelos quais os idosos utilizam os *sites* de redes sociais, descrevendo cinco casos com o objetivo de buscar compreender como as tecnologias reconfiguram o sentido de velhice para a sociedade e para os próprios pesquisados.

2 REDES SOCIAIS NA INTERNET

O interesse no estudo mais complexo das redes eclodiu a partir do século XX, sendo iniciado, primeiramente, pelas Ciências Exatas. Posteriormente, a Sociologia passou a analisá-las através de um enfoque do ponto de vista estrutural. No entanto, o surgimento das redes não se configura como algo novo. Elas existem desde o momento em que os seres humanos passaram a interagir entre si. Além disso, de acordo com Pierre Musso (2010), o termo “rede” surgiu na língua francesa através da expressão *réseau*, em meados do século XII, diretamente associada à trama das fibras têxteis e adotada pelas pessoas que trabalhavam com o tear. No século XVIII a expressão passou a ser utilizada também por médicos, para fazer alusão à atividade do aparelho sanguíneo do corpo humano.

Desse modo, depois de chegar ao campo da Medicina, a noção de rede começou a se expandir para outros campos, como o da Matemática, onde Leonard Euler, em 1736, formulou o primeiro teorema da teoria dos grafos². Por meio da elaboração da teoria dos grafos, as Ciências Humanas passaram a estudar as redes por meio de um método chamado de Análise

¹ Dados obtidos através do link: <http://blogs.oglobo.globo.com/nas-redes/post/brasileiros-gastam-650-horas-por-mes-em-redes-sociais-567026.html>. Acesso em 11 de maio de 2016.

² Conforme aponta Recuero (2009), o teorema partia do princípio de que para entrar e sair da cidade sem cruzar pela mesma ponte seria necessário a existência de, pelo menos, duas pontes localizadas na mesma região. Um grafo é a representação de uma rede, constituindo-se de pontos e arestas que ligam os pontos entre si. Essa representação de rede, no entanto, pode ser utilizada como metáfora para descrever o funcionamento de diversos sistemas, como, por exemplo, um conglomerado de rotas de voo e seus respectivos aeroportos em interação.



de Redes Sociais (ARS), oriundo, de acordo com Freeman (1996), da Sociologia, da Psicologia Social e da Antropologia. Esse método baseava-se na criação de modelos por meio da utilização de gráficos que demonstravam quantitativamente uma realidade social específica.

Para Cross, Parker e Borgatti (2000), a ARS se configura como um importante instrumento para estudar relacionamentos que visam estimular o compartilhamento da informação e do conhecimento. Porém, o método da ARS não tem dado conta de captar a dinâmica sociocultural que emerge das redes. Isto porque a grande maioria das pesquisas que se utilizam do referido método incorre no erro de analisar as relações sociais a partir de aspectos gerais e amplos, tomando como base causalidades simples.

É importante analisar as redes sociais para além de dados meramente quantitativos, mesmo porque os indivíduos estão inseridos na sociedade a partir dos relacionamentos que constroem dentro dos diferentes agrupamentos sociais dos quais fazem parte, estabelecendo interações diversas, que merecem, também, atenção.

Nesse sentido, as redes sociais podem ser definidas como estruturas complexas, compostas por pessoas ligadas umas às outras, através de laços construídos, o que vem ao encontro do que afirma Aguiar (2007, p. 2):

Redes sociais são, antes de tudo, relações entre pessoas, estejam elas interagindo em causa própria, em defesa de outrem ou em nome de uma organização, mediadas ou não por sistemas informatizados; são métodos de interação que sempre visam algum tipo de mudança concreta na vida das pessoas, no coletivo e/ou nas organizações participantes.

Corroborando com Aguiar, Mizruchi (2006) considera que as relações sociais podem exercer influência sobre o comportamento individual, assim como também uma ação individual pode vir a acarretar consequências sobre o coletivo. De acordo com Marteleto (2001, p.72), as redes sociais se apresentam como “[...] um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

No âmbito digital, Raquel Recuero (2009), a partir de autores como Buchanan (2002), Watts (2003) e Barabási (2003), aponta a existência de três diferentes classificações para as redes sociais. São elas: as “redes igualitárias”, as “redes dos mundos pequenos” e as “redes sem escalas”. De acordo com a autora, as redes igualitárias são constituídas por nós que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

devem ter, aproximadamente, a mesma quantidade de conexões, assim como ter condições iguais para estabelecer novas conexões, já que eles se agregam de forma aleatória uns aos outros. “Trata-se de uma rede mais harmônica e sem conglomerados, pois não há nós que possuam uma quantidade maior de conexões” (RECUERO, 2009, p.60); já as redes dos mundos pequenos são redes tomadas como interdependentes umas das outras, pois cada um de seus nós deve estar conectado em algum nível, ou seja, existe uma grande rede que engloba todas as pessoas e estas estão conectadas entre si; por fim, as redes sem escalas são consideradas aquelas que não possuem, exclusivamente, nós igualitários, isto é, não são dotadas do mesmo número de conexões, podendo haver nós com mais conexões e outros com menos.

Desse modo, as redes podem ser entendidas como determinantes para a análise das diversas formas de conexões (nós ou *nodos*) que os atores estabelecem entre si. A autora citada entende por atores as pessoas envolvidas nas redes, responsáveis por moldar as estruturas sociais por meio das interações e dos laços sociais formados

Além da classificação de redes sociais apresentada por Recuero, Lemos e Santaella (2010) categorizaram as redes sociais digitais em três tipos: 1.0, 2.0 e 3.0. No entanto, essa classificação leva em consideração o tipo de interatividade existente entre os indivíduos, a possibilidade de compartilhamento de informações efetiva e a convergência entre meios e plataformas, diferentemente dos aspectos estruturais inerentes à classificação apresentada por Recuero.

Nesse sentido, o primeiro tipo de rede, denominado 1.0, baseia-se, especificamente, na possibilidade de interatividade instantânea, tendo como exemplo o Messenger, que se constitui como uma espécie de *chat* onde as pessoas têm a possibilidade de se comunicarem em tempo real através da internet. Já as redes do tipo 2.0 surgiram apresentando a possibilidade de compartilhamento público de arquivos pessoais, como fotos e vídeos. Exemplos dessas redes são o MySpace, o Orkut e o LinkedIn. Por fim, aquelas enquadradas como sendo do tipo 3.0, caracterizam-se pela integração com outras redes e dispositivos portáteis, além do uso corrente de aplicativos e jogos *online*, como o Angry Birds e o Farm Ville. Essa fase da *web*, que abarca as redes do tipo 3.0, proporciona aos seus usuários diferentes experiências informativas a partir de ferramentas pautadas na interatividade. As redes sociais digitais 3.0 têm como principal referência o Facebook e o Twitter.



Segundo Boyd e Ellison (2007), pode-se definir *sites* de redes sociais como plataformas que permitem, primeiramente, a construção de um perfil ou página pessoal, bem como a interação através de comentários e a exposição pública da rede social de cada ator.

Com a constituição das redes sociais digitais, principalmente após o surgimento da *web 2.0*, os indivíduos passaram a se expor cada vez mais no ciberespaço, estabelecendo vínculos com outras pessoas a partir da exposição de seus gostos e interesses, da mesma forma em que passaram a produzir, consumir e compartilhar informações de forma muito mais veloz, sem a necessidade de deslocamento físico. Além disso, em *sites* como o Facebook e o Twitter, há ainda a possibilidade de utilizar dispositivos portáteis, como, por exemplo, *smartphones* e *tablets*, para manusear as ferramentas interativas disponibilizadas neles.

Ao analisar as redes sociais no âmbito da internet, compreende-se a estrutura dos atores e suas conexões sociais representadas pelas ferramentas da comunicação mediada pelo computador. Percebe-se que a abordagem de rede é importante, pois ela enfatiza as conexões entre os indivíduos no ciberespaço, mostrando que a comunicação mediada pelo computador é capaz de produzir e tornar complexa a rede de laços sociais.

Nesse sentido, faz-se necessário abordar alguns dos entendimentos acerca da questão da velhice para, em seguida, poder se analisar de que maneira o fenômeno das redes sociais na internet transforma as práticas informacionais dos idosos no espaço digital.

3 VELHICE E SEUS VÁRIOS ENTENDIMENTOS

As faixas etárias conhecidas como juventude, idade adulta e velhice, por exemplo, sofreram inúmeras transformações ao longo dos anos. Do mesmo modo, as categorias sociais que delas se originaram também tiveram que aceitar as várias mudanças em suas nomeações, como a criação dos termos “pré-adolescência”, “adolescência”, “jovem-adulto”, “idoso” e “terceira idade”, dentre outros. Cada um desses termos faz alusão a um tipo de transformação que o sujeito sofre em determinada fase do ciclo da vida.

Nesse sentido, a velhice possui variações conforme o enfoque dado. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1982), os idosos estão divididos em três categorias, a saber: os pré-idosos, entre 55 e 64 anos; os idosos jovens, entre 65 e 79 anos – ou, entre 60 e 69 para quem vive na Ásia e na região do Pacífico; e os idosos de idade avançada, para



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

aqueles com mais de 75 anos. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1984), por sua vez, considera 60 anos o marco da velhice em países em desenvolvimento e 65 anos em países já desenvolvidos. Essa classificação foi escolhida levando-se em consideração que, nos países em desenvolvimento, há um envelhecimento precoce de sua população devido à condição socioeconômica inferior das pessoas nesses lugares.

Para Pintos (1992), o envelhecimento é tido como uma etapa da vida. Chegar à velhice é completar o ciclo de vida designado para o ser humano. Assim, o envelhecer é visto pelo autor como um período onde se adquire conhecimento pelos anos vividos e etapa em que várias responsabilidades são deixadas de lado. Portanto, trata-se do momento de se ter uma melhor qualidade de vida.

Já para Minayo e Coimbra Júnior (2002), o envelhecimento não pode ser considerado como um processo homogêneo, pois cada indivíduo vivencia essa fase de forma particular, a partir das diferentes histórias de vida e aspectos estruturais a elas relacionados, tais como saúde, educação e condições econômicas. O envelhecimento é uma fase da vida das pessoas em que o desgaste físico e mental acarreta consequências diferentes, refletindo no contexto social em que cada indivíduo está inserido.

Com uma visão mais romântica e lúdica da questão, Mannoni (1995, p.16-17) afirma que a velhice se trata de um estado de espírito e nada tem a ver com a idade cronológica, pois “existem velhos de 20 anos, jovens de 90. É uma questão de generosidade de coração, mas também uma maneira de guardar em si uma certa dose de cumplicidade com a criança que se foi”. A velhice, para o autor, existe apenas na esfera espiritual, uma vez que um jovem pode agir como um velho e vice versa, independentemente da idade que possui.

Sobre a velhice, Simone de Beauvoir (1990) menciona que não se pode ter plena experiência anterior, sendo, então, impossível compactar a pluralidade de vivências num único conceito. Segundo ela, é justamente o olhar do outro que caracteriza o nosso envelhecimento, pois raramente nos reconhecemos como velhos. “A aparência de nosso corpo e de nosso rosto nos informa com mais certeza: que contraste com nossos 20 anos! Só que essa mudança se opera continuamente, e nós mal a percebemos” (BEAVOUIR, 1990, p. 349).

Por volta da década de 1960 a velhice passa a adquirir maior visibilidade devido ao aumento demográfico dessa parcela da população no mundo. Atrelado a isso, a junção dos discursos sobre invalidez e velhice misturaram-se, surgindo, assim, a noção de terceira idade.



Desse modo, a história da velhice passou por uma grande transformação, a partir da inversão de alguns valores antes atribuídos à categoria, tais como invalidez e solidão, dando lugar à realização pessoal, o que resultou na criação de novos hábitos.

A expressão terceira idade, segundo aponta Rozendo (2013, p.71), passa a ser adotada para aludir a “uma fase da vida produtiva e, sobretudo, inserida no mercado de consumidores: uma figuração do idoso refuncionalizada e revitalizada em espaços sociais estreitamente ligados à produção e ao consumo”. Dessa forma, a terceira idade é marcada como uma categoria etária entre a maturidade e a velhice, onde tudo aquilo que antes possuía um sentido depreciativo passa a se apresentar enquanto qualidade. Quando as camadas da classe média começaram a adentrar no universo da aposentadoria, novas aspirações e necessidades de consumo foram criadas. Sobre isso, Lenoir (1979 *apud* SILVA, 2008) traz como exemplo as caixas de aposentadorias que passaram a oferecer, além de vantagens financeiras, serviços como viagens, atividades de lazer e grupos de convivência.

Juntamente com a criação do conceito de terceira idade surgiu, na França, outra denominação para as pessoas com mais de 60 anos. Aqueles que possuíam essa idade, mas não detinham *status* social, eram chamados de “velhos” ou “velhotes”; já aqueles que possuíam posição social privilegiada eram chamados de “idosos”. A partir do final da década de 1960 o termo “velho” veio a ser substituído em documentos oficiais pelo termo “idoso” e as pessoas passaram a utilizá-lo por entenderem que este possuía um caráter mais respeitoso (SILVA, 2008).

Muitas definições existem para essa fase da vida, entretanto, não se pode chegar a um consenso com relação à velhice, o que enriquece o debate acerca do tema. A velhice pode ser analisada no âmbito biológico, histórico, social e cultural. Segundo Pitanga, 2006, p. 78-79), “o velho é um ser biopsicossocial, conseqüentemente, tem uma estrutura biológica, é um ser de linguagem e está inserido na cultura. O modo de conceber a velhice também dependerá do pano de fundo dos valores que definem um determinado contexto cultural”.

A Terceira Idade é uma etapa da vida das pessoas onde características como o desgaste físico e mental manifestam-se nos indivíduos, afetando, também, o contexto social no qual eles estão inseridos. O envelhecimento, apesar de ser um processo natural de todos os seres vivos, é percebido diferentemente em cada cultura e a ele são dadas diferentes abordagens. Nesse sentido, deve-se pensar na velhice como algo plural e complexo.



4 METODOLOGIA

Ao pensar no desenvolvimento deste trabalho, o primeiro questionamento que surgiu disse respeito à metodologia a ser utilizada, já que o campo da pesquisa em questão são os *sites* de redes sociais, e, portanto, seria necessário empreender um método de pesquisa qualitativa no âmbito digital.

Christine Hine (2004) em sua obra intitulada “Etnografia Virtual” analisa um dos principais problemas que o pesquisador enfrenta quando desenvolve um estudo etnográfico na internet, qual seja, o de encontrar uma forma de interação com os sujeitos pesquisados adequada ao propósito etnográfico. De acordo com a autora, a etnografia, tradicionalmente, é caracterizada por considerar a interação face a face como a mais apropriada forma de relação entre o pesquisador e o objeto de estudo dele. Mas, hoje, com a possibilidade das interações mediadas por computador, a *web* permite ao etnógrafo, mesmo em local distinto daquele em que se encontra o entrevistado, explorar diferentes grupos sociais.

Já para Amaral, Fragoso e Recuero (2011), apesar desta possibilidade, algumas reflexões devem ser feitas com relação à prática da etnografia virtual. Para elas, a pesquisa etnográfica deve ultrapassar o nível da coleta e análise de dados apenas em ambientes digitais. Elas orientam, ainda, a adoção de um caderno de anotações, onde o pesquisador deve registrar suas impressões acerca do grupo estudado, bem como a utilização de entrevistas face a face. Assim, considerou-se o método etnográfico como a melhor opção para a efetivação deste trabalho, recorrendo à técnica da observação participante no *site* de rede social do qual os pesquisadores faziam parte – o Facebook.

Depois de decidir que tipo de pesquisa seria empreendida, no passo subsequente foi preciso estabelecer como se iniciaria o processo de coleta de dados. A partir de uma pessoa próxima a um dos pesquisadores, usuária assídua do Facebook, elaborou-se um roteiro de atividades a serem desenvolvidas durante a trajetória da pesquisa. Pediu-se, então, que aquela usuária indicasse outra pessoa que possuísse conta no Facebook para também ser entrevistada acerca de sua experiência na plataforma. Através dessa primeira pessoa foi possível obter o contato de outras e, assim, foi-se constituindo a amostra desta pesquisa. Portanto, tomou-se como base a rede pessoal do primeiro entrevistado, chegando-se até os demais. Tal método é



definido por Raquel Recuero (2009) como “abordagem centrada no ego” e tem como finalidade partir de um nó determinado para, em seguida, alcançar os demais entrevistados.

Além da observação participante empreendida no ambiente do Facebook como forma de tentar captar as dinâmicas que se efetivavam no interior dele, recorreu-se ao tradicional método de interação face a face através da realização de entrevistas, por se entender que tal técnica possibilita compreender as experiências das pessoas entrevistadas de forma mais próxima, extraindo o máximo de informações possíveis acerca do que se pretendia analisar.

Os idosos foram entrevistados com base em três questões norteadoras, a saber: quais motivos os levaram a utilizar os *sites* de redes sociais? As tecnologias passaram a reconfigurar suas vidas/ de que forma? Que tipos de informações eles produzem, consomem e compartilham nesses *sites*? Portanto, foi a partir das respostas obtidas que se desenvolveu esta pesquisa, estabelecendo a relação entre as práticas informacionais dos idosos nos *sites* de redes sociais e a inserção destes usuários no contexto do ciberespaço.

Marteletto (1995, p.91), a respeito de prática informacional, afirma que:

Tendo em vista que a produção e reprodução dos artefatos culturais se realiza pelo modo informacional, pelo menos nas sociedades históricas, pode-se afirmar que [...] toda prática social é uma prática informacional – expressão que se refere aos mecanismos mediante aos quais significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização.

De acordo com a autora, são a partir das representações e ações dos indivíduos que as práticas informacionais se constituem. Como afirmam Silva e Nunes (2014), faz-se necessário focar nas ações cotidianas dos indivíduos que se encontram diretamente relacionadas à informação, mas também atentar para o modo como essas práticas são geradas e significadas. Nessa direção, Araújo (2010, p. 28) aponta que:

Usar uma fonte, pegar um livro na biblioteca, acessar um *site*, são todos comportamentos externamente observáveis. Para se ver o que efetivamente são, a “prática informacional” por detrás deles, é preciso estudar o significado dado pelo usuário que as usou.

Baseando-se na “descrição densa” de Clifford Geertz (1978), Araújo analisa o estudo do uso da informação entendendo-o como um fenômeno sociocultural. Assim como a



contração das pálpebras pode possuir variados significados, como, por exemplo, uma paquera, uma pequena mentira, ou mesmo um tique nervoso, o estudo do uso da informação também pode possuir diferentes significados para os indivíduos.

Dessa maneira, seguindo a abordagem de prática informacional como algo para além do que está explícito, elaborou-se, previamente, algumas questões a serem feitas aos entrevistados, objetivando não só envolvê-los, mas tentando, também, extrair o máximo de detalhes possíveis acerca de suas práticas informacionais no Facebook. As entrevistas foram realizadas no período entre setembro e novembro de 2014. Mostrando-se, aqui, o caso de cinco entrevistados, com idades entre 60 e 78 anos.

5 PRÁTICAS INFORMACIONAIS DOS IDOSOS NO FACEBOOK

Nesse tópico serão apresentados e analisados alguns dos discursos dos usuários com mais de 60 anos de idade que foram entrevistados, atentando para os aspectos semelhantes encontrados em suas falas, bem como procurando relacionar seus discursos ao referencial teórico apresentado anteriormente. Assim, corroborando com Silva (2008), será adotado, a partir daqui, o termo idoso para se referir às pessoas entrevistadas.

Optou-se por iniciar as entrevistas com a seguinte pergunta: por que aderir ao Facebook? A partir desse questionamento foi possível perceber que a maioria dos entrevistados tiveram como motivação usar o Facebook devido a curiosidade que possuíam em saber o que seus parentes e amigos estavam fazendo na rede social. Além disso, os entrevistados afirmaram achar muito benéfico o fato de poderem se informar sobre tudo o que acontece no mundo sem precisar, sequer, sair de casa. Porém, ressaltaram também que as pessoas não devem ficar obstinadas em assimilar todas as informações que circulam na plataforma, já que esta é uma missão praticamente impossível, visto que, a cada segundo, um novo fato ganha visibilidade no Facebook.

Alguns relataram ainda que aderiram ao Facebook por ser uma plataforma extremamente dinâmica e rica em entretenimento. Uma das entrevistadas disse: “se eu estiver chateada, eu esqueço. Na verdade, esqueço de tudo. Do tempo, de comer, de dormir, só não esqueço da minha dor nas costas, que por vezes me faz sair do computador”. Na esteira de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Rozendo (2013), nota-se, aqui, a figuração do idoso “refuncionalizada e revitalizada”, a qual possibilita a sua inserção em espaços como o dos *sites* de redes sociais na internet.

A maioria dos entrevistados confessou que seus filhos não acreditavam que eles fossem criar contas no Facebook e que aderir à plataforma foi uma forma de demonstrar para seus filhos que, mesmo possuindo idades avançadas, eles poderiam estar integrados às tecnologias, fazendo parte do universo das redes sociais na internet, assim como os mais jovens.

Outro interessante aspecto citado durante as entrevistas com relação à adesão ao *site* foi a vontade de reencontrar amigos do passado, situação facilmente propiciada pela rede social. Um dos entrevistados relatou:

O que acho mais interessante no Facebook é o fato dele conseguir reaproximar amigos, que por determinadas circunstâncias estavam afastados. Acho que isso fascina principalmente as pessoas mais velhas, por conta de seu tempo de vida e de suas várias amizades perdidas ao longo dos anos, seja por desencontros, ou por acomodação mesmo, devido as várias ocupações que temos em nosso cotidiano. As pessoas mais velhas tendem a ser mais nostálgicas também, né? Acho que isso também pode ser levado em consideração... Sou extremamente apaixonado pelo passado.

A partir da fala acima pode-se perceber que há alguma tendência a evocar de modo rotineiro o passado, valorizando-o. Em complemento a isso, o idoso entrevistado afirmou, também, não achar interessante ferramentas como o *chat* da rede social. De acordo com ele:

Não vejo graça em ficar papeando pelo *chat* do Facebook, a não ser para marcar saídas e reencontrar, pessoalmente, os colegas. Vejo o *site* como um grande álbum de fotografias. Muitas das minhas saídas marcadas pelo Facebook foram registradas e colocadas em meu perfil, gerando comentários e trazendo à tona várias lembranças. Isso que acho bacana.

A partir de sua fala observa-se que o principal benefício do Facebook não está relacionado ao fato de se poder conversar em *chats* na plataforma, mas é algo ligado, principalmente, a rememoração de momentos vividos. Para o entrevistado, embora os jovens dominem as ferramentas presentes nas redes sociais digitais, eles não as utilizam da maneira mais adequada – pelo menos, conforme o viés do respondente –, pois acabam restringindo o uso do Facebook a conversas superficiais e sem vínculos que possam ser estabelecidos para



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

além do âmbito *online*. De forma semelhante, outros entrevistados acreditam que as redes sociais devem ser utilizadas como forma de reencontrar antigas amizades e fortalecê-las.

Com relação à prática de trazer à memória amizades e momentos passados, durante uma das entrevistas um idoso chamou a atenção do entrevistador para uma postagem sua, justamente porque a mensagem estava sendo comentada por alguns de seus amigos de infância. Ele havia postado no dia anterior uma foto sua de quando era criança. Na imagem, o idoso aparece recebendo o boletim do diretor de seu colégio, na época. Ele resolveu postar a foto por estar no mês de outubro, próximo ao dia das crianças, o que mobilizou muitas pessoas a colocarem retratos de suas infâncias em seus perfis no Facebook.

Na foto, estavam presentes, além dele, claro, outros alunos e amigos. Aos poucos, estes foram comentando detalhes a respeito da imagem na postagem do entrevistado. Isso trouxe à tona outras lembranças da época em que o entrevistado frequentava a escola, como o fato de um deles ter identificado na foto um primo seu, que estava naquele momento apenas como convidado, achando tudo aquilo bastante monótono. A cada vez que ele lia um novo comentário era possível perceber o quanto essas lembranças o entusiasmavam.

De acordo com Marteleto (2001), as redes sociais se apresentam como um grupo de participantes autônomos, que passam a unir suas ideias em torno de valores e interesses compartilhados. O fato do entrevistado ter postado uma foto de sua infância no Facebook despertou interesse em várias pessoas que viveram, também, aquilo mostrado na foto.

Vale ressaltar que, em *sites* de redes sociais como o Facebook, a cada postagem é possível unir pessoas com ideias semelhantes, gerar debates entre pessoas com ideias divergentes, ou mesmo resgatar histórias de vida compartilhadas, como no caso de fotos antigas postadas na plataforma, como fez o entrevistado. No decorrer da entrevista o idoso decidiu fazer *logout*, pois percebeu que se continuasse *online*, acompanhando os recados que surgiam a cada instante na postagem, poderia desviar-se do foco das questões a ele dirigidas.

No que diz respeito à utilização da plataforma, os idosos enfatizaram que qualquer informação que acrescentasse algo positivo às suas experiências de vida, eram bem-vindas, citando as notícias referentes a descobertas científicas, assim como noticiários do dia a dia como exemplos de informações relevantes. Já aquelas consideradas por eles como irrelevantes, como, por exemplo, as intimidades das pessoas, fossem elas famosas ou usuários comuns, não os interessavam. Alguns confessaram ainda não gostar muito de acessar as



notícias pelo Facebook, pois há usuários que costumam distorcer, boa parte das vezes, as informações nelas contidas. Sobre isso, um dos entrevistados disse:

É incrível como as pessoas são inconsequentes quando comentam alguma notícia nas redes sociais. Já vi cada absurdo! Não tenho mais paciência de olhar as notícias no Facebook, porque quando começo a ler os comentários já fico irritado. Por isso, prefiro ir até o site do jornal e ler a notícia na íntegra por lá mesmo.

Aproveitando essa abordagem, foi perguntado ainda sobre a relação que eles estabeleciam entre as mídias ditas “tradicionais” e a internet, e se, para eles, havia sobreposição de uma em relação a outra. Alguns disseram acreditar que a internet tem diminuído, de fato, a utilização das mídias “tradicionais”, mas ressaltaram que estão percebendo, cada vez mais, um esforço por parte dos veículos de comunicação e conglomerados de mídia de encontrar maneiras de integrar as redes sociais às suas programações, existindo, assim, certa convergência entre os diferentes meios.

Ao indagar se eles acreditavam numa possível substituição da TV pela internet, uma das respostas foi a seguinte: “Acho que o Facebook complementa a TV e jamais a substituirá, assim como o livro continua a existir, mesmo com a criação do *ebook*”. Assim como aponta Cardoso (2007), ao caracterizar o mundo contemporâneo como um mundo marcado pela comunicação mediada, bem como pela coexistência de diversas tecnologias, o entrevistado não acredita na cultura da substituição de uma nova tecnologia por outra, mas sim na possibilidade de integração entre todas elas.

A partir do andamento das entrevistas, abordou-se o uso que os respondentes faziam das ferramentas disponibilizadas na plataforma. Com relação ao “curtir”, alguns afirmaram gostar bastante da ferramenta, utilizando-a mais do que todas as outras. De acordo com um dos entrevistados, o “curtir”, no Facebook, é uma forma de dizer a alguém, de forma rápida e sem o uso da linguagem escrita, que determinada postagem foi apreciada e reconhecida como positiva. Ao falar sobre a ferramenta, o entrevistado assinalou que muitas pessoas a utilizam de forma errônea, citando um exemplo: “não sei como alguém pode curtir o fato de um amigo estar doente, ou deprimido, como já vi várias vezes por lá. Não entendo o ‘curtir’ como algo relacionado a apoio [solidariedade] e sim como algo bom”.



Com relação à ferramenta “compartilhar”, alguns afirmaram utilizá-la quando desejam dar visibilidade maior a algo, para que as pessoas possam ficar sabendo daquilo. Assuntos ligados à política, pessoas e animais desaparecidos, textos e imagens relacionados a bom humor, foram alguns dos assuntos citados por eles quando os questionamos sobre o que costumavam compartilhar em seus perfis.

Quando indagados a respeito do que costumavam “fazer” na rede social, isto é, sobre suas “ações de informação”, logo, práticas informacionais, curiosamente alguns responderam não gostar muito de escrever nos espaços denominados no *site* como “linha do tempo” (“*timeline*”). Dificilmente se manifestavam por lá. Ao perguntar o porquê disso, os idosos apontaram que gostavam mais de olhar as novidades nos perfis pessoais de seus contatos do que expressar suas opiniões em seus perfis. Isso acontecia por medo de escreverem alguma coisa que os comprometesse no Facebook. Sobre isso, um dos entrevistados disse:

Evito postar algumas coisas que podem gerar polêmica no Facebook, por receio da postagem ser revertida contra mim. Isso é muito frequente nas redes sociais. Mesmo assim, ainda coloco algumas opiniões sobre política, falta de segurança, corrupção, mas sempre procurando ter cuidado para não denegrir a imagem de ninguém.

O pesquisado afirmou que desde que começou a utilizar *sites* de redes sociais já possuía esse cuidado de não colocar nada que pudesse comprometer sua imagem e nem a imagem de ninguém. Segundo ele, não se deve ter medo de expor opiniões, mas ao escrevê-las na internet, é necessária certa cautela.

Um dos entrevistados confessou não gostar daqueles que nunca curtem, comentam ou compartilham o que ele divulga em sua “linha do tempo”. Ele não entende o fato de algumas pessoas o adicionarem se nunca se interessam por nada do que ele coloca em sua página pessoal. Para Boyd e Ellison (2007), os *sites* de redes sociais permitem, a cada um de seus atores, a exposição pública de seus gostos e interesses, permitindo a criação de vínculos com outras pessoas a partir disso. O fato do entrevistado se sentir incomodado com relação à falta de interesse de algumas pessoas em suas postagens, reforça a tese de que as pessoas além de terem a possibilidade de exporem seus gostos nas redes sociais, também almejam certo reconhecimento por aquilo que divulgam nelas. A exposição pela exposição não é suficiente.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Como forma de abordar o tema entretenimento nos *sites* de redes sociais, perguntou-se sobre que tipo de páginas divertidas os idosos acompanhavam no Facebook. Eles confessaram “curtir” o Suricate seboso³ e o Bode gaiato⁴, por trazerem em suas postagens elementos regionais que remetem à infância, além de páginas relacionadas a desenhos animados, séries antigas, páginas de músicas de seu interesse, filmes, artesanato e à culinária, bem como participar de grupos de compra, troca e venda de objetos, dentre eles peças de carro.

No que diz respeito à assiduidade na plataforma, alguns responderam que não a utilizavam todo dia. Às vezes, passavam de três a quatro dias sem acessá-la, e, quando o faziam, permaneciam conectados por alguns minutos apenas. Já outros afirmaram passar horas no Facebook, chegando a esquecer até de comer, por exemplo, por estarem conectados na plataforma – embora eles não se considerassem viciados no referido *site* de redes sociais, pois suas obrigações não deixavam de ser cumpridas em função dele. Um dos respondentes disse não conseguir se concentrar em várias coisas ao mesmo tempo. Por isso, resolveu adotar uma estratégia própria para utilizar a plataforma, procurando limitar, ao máximo, o número de páginas curtidas e se concentrar, assim, naquilo que lhe interessa no momento.

Ao final das entrevistas indagou-se o que eles consideravam como pontos positivos e negativos na utilização do Facebook. Sobre isso, relataram que muitas vezes as pessoas perdem tempo no *site* sem perceber, pois usam o tempo livre que têm para conversar através do Facebook. Em seus juízos, é um tempo que poderia ser utilizado em outras atividades, consideradas por eles como “mais produtivas”, sem, contudo, exemplificá-las. Além disso, em suas palavras “as pessoas também acabam fofocando demais sobre a vida dos outros por causa do Facebook. Gasta-se tempo verificando o que o outro está fazendo, comprando, comendo etc. Ao invés de cuidar de sua própria vida, o foco fica no outro. [...]”.

Segundo os idosos, as pessoas podem prejudicar a si ou ao outro no universo dos *sites* de redes sociais, caso não tenham cautela em sua participação, relatando casos em que processos judiciais foram movidos em consequência de um simples *post*. Sobre isso, um dos

³ O Suricate Seboso foi criado por um cearense e apresenta, de forma cômica, costumes, hábitos, tradições e diversas outras coisas relativas ao Nordeste brasileiro. Dados obtidos através do link: <https://www.facebook.com/suricateseboso/info>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

⁴ Criado por um pernambucano, a página tem como personagem principal um bode, tendo como pano de fundo para as publicações as experiências vividas e observadas no cotidiano. Dados obtidos através do link: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/05/bode-gaiato-criado-por-recifense-vira-mania-e-atinge-multidao-de-fas-na-web.html>. Acesso em 10 de novembro de 2014.



entrevistados afirmou: “tem gente também que usa de modo indevido as ferramentas, contando coisas pessoais, fotos constrangedoras que acabam prejudicando sua vida, não só dentro da *web*, mas também fora dela, na vida real”.

Nesse sentido, pode-se inferir que os idosos entrevistados acreditam que os *sites* de redes sociais ou as tecnologias de informação, em si, não possuem aspectos negativos, mas são as pessoas que muitas vezes não as utilizam de forma coerente e, por conta disso, acabam cometendo equívocos.

Eu acho que há um lado positivo. O Facebook é muito bom por possibilitar as pessoas uma integração com várias informações interessantes, possuindo um leque de opções de entretenimento, para todos os tipos de gostos. Mas isso depende muito da pessoa que o utiliza e como ela o utiliza. Se usar de forma correta ele poderá trazer resultados positivos, se você usá-lo de um jeito ruim, ele poderá trazer um efeito negativo.

A última pergunta feita aos entrevistados dizia respeito à existência de consciência por parte da população idosa acerca da importância da utilização das redes sociais na internet como maneira de permanecerem integradas à sociedade. Para os respondentes, muitas pessoas acima de 60 anos de idade ainda apresentam alguma relutância com relação à adesão aos *sites* de redes sociais por acharem que não são capazes de aprender a utilizá-los. Isso se deve, muitas vezes, à falta de incentivo ou mesmo de políticas públicas voltadas ao público idoso no tocante à chamada “inclusão digital”.

De acordo com Goulart (2007), existem muitas pessoas sem acesso aos computadores e à internet, mas, na verdade, a exclusão que existe não é somente digital, mas social, de conhecimento, informação e cidadania. Contudo, afirmaram achar muito importante haver este tipo de incentivo, já que assim elas podem ocupar mais seu tempo, ampliando as possibilidades de alguma melhoria em suas qualidades de vida.

Chegou um momento em que as falas começaram a apresentar elementos comuns, tornando-se bastante similares entre si. Percebendo isso, decidiu-se encerrar a coleta de dados, não precisando mais haver outra indicação por parte do último respondente. Desse modo, a partir das pessoas entrevistadas foi possível abordar diferentes questões acerca das práticas informacionais estabelecidas pelos mais velhos no Facebook. Longe de qualquer tentativa de



generalização, teve-se como intenção direcionar a análise para os aspectos qualitativos observados acerca, do modo como os idosos participantes desta pesquisa utilizam o Facebook.

6 CONCLUSÕES

Durante a pesquisa foi possível perceber que os respondentes aderiram ao Facebook porque seus amigos e familiares já estavam participando da dinâmica da plataforma há algum tempo. Assim, a curiosidade por conhecer o *site* – já que “todos o estavam utilizando” – motivou os idosos entrevistados a se cadastrarem nele. Foi possível observar ainda que, a partir da utilização do referido *site* de redes sociais, os participantes desta pesquisa passaram a se sentir cada vez mais atualizados acerca do que acontecia no mundo, desenvolvendo, também, um sentimento mais forte de pertença à sociedade.

Ainda que a adesão ao *site* pudesse sinalizar para si e para outrem – fossem amigos ou familiares – uma maior adaptação às mudanças ocasionadas pela inserção das tecnologias de informação e comunicação ao cotidiano, percebeu-se, também, que, apesar dos idosos entrevistados utilizarem com relativa assiduidade as redes sociais na internet, as experiências compartilhadas face a face ainda são bastante valorizadas por eles. Os respondentes acreditam que a população idosa, por já possuir uma experiência de vida ampla, ao aderir a um *site* de redes sociais, por exemplo, costuma utilizá-lo de forma mais “coerente” e “equilibrada”, não ficando refém de uma vida paralela no âmbito *online*. Fato constantemente reforçado pelos entrevistados ao compararem a sua participação com a dos jovens nestas mesmas plataformas, lembrando-se, muitas vezes, das experiências dos seus próprios netos.

Além disso, eles mostraram valorizar os momentos vividos no passado, procurando, com certa frequência, rememorá-los na rede social, seja por meio de fotos, seja por meio de contatos com antigas amigas. Assim, ao fazerem parte do Facebook, os idosos entrevistados não estão tão interessados em construir novos vínculos afetivos, mas principalmente fortalecer os já construídos.

Com relação às práticas informacionais possibilitadas no espaço da rede *online*, pôde-se notar que elas alteram positivamente a rotina dos idosos entrevistados, melhorando sua qualidade de vida, combatendo, muitas vezes, o isolamento social (ROZENDO, 2013). Além disso, foi possível perceber a visão que os entrevistados têm acerca de redes sociais digitais, caracterizando-as como espaços de aprendizagens, do estabelecimento de relações com o



mundo e de consolidação de laços afetivos. A participação desses indivíduos em plataformas como o Facebook tem permitido a eles suprirem anseios por informações e conhecimentos, como também auxiliado na constituição de novas formas de sociabilidade.

Com este trabalho foi possível destacar o modo como as redes sociais na internet possibilitam à sociedade construir um amplo espaço de comunicação, envolvendo entre os seus usuários as pessoas mais velhas, muitas vezes à margem por conta de suas limitações físicas e/ou cognitivas decorrentes da idade avançada. As tecnologias têm a possibilidade de reconfigurar o sentido de idoso para a sociedade e para os próprios entrevistados.

Portanto, ao escolher, aqui, falar de práticas informacionais em redes sociais digitais, tomando como foco a população idosa, preferiu-se não priorizar os fatores meramente tecnológicos, mas, sim, abordar as redes sociais na internet sob o viés sociocultural. Nesse sentido, almejou-se enfatizar as ações cotidianas dos idosos no ciberespaço, mostrando que a comunicação mediada por computador é capaz de dar novos sentidos à relação dessas pessoas com o mundo a sua volta, sobretudo, a partir do uso que elas fazem das informações e das tecnologias disponíveis.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S. Redes Sociais na Internet: os desafios à pesquisa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais...** Santos: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. p. 1-15.
- ARAÚJO, C. A. A.. Estudos de usuários conforme o paradigma social da Ciência da Informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-mediated Communication**, v. 13, n. 1, article 11. 2007.
- CARDOSO, G. **A mídia na sociedade em rede**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CROSS, R.; PARKER, A.; BORGATTI, S. P. A bird's-eye view: using social network analysis to improve knowledge creation and sharing. **Knowledge Directions**, v. 2, n. 1, p. 48-



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

61, 2000. Disponível em: <<http://www.analytictech.com/borgatti/publications.htm>>. Acesso em 13 out. 2014.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREEMAN, L. C. Some antecedents of social network analysis. **Connections**, Boston, v. 19, n. 1, p. 39-42, 1996.

HINE, C. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

MANNONI, M. **O nomeável e o inominável**: a última palavra da vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MARTELETO, R. M. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. de S.; COIMBRA JR, C. E. Á. Introdução: entre a liberdade e a dependência – reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR., Carlos Everaldo Álvares (Orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 11-24.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 3, p. 72-86, jul./set. 2006.

MUSSO, P. A filosofia da rede. In: PARENTE, A. (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **The uses of epidemiology in the study of the elderly**. Geneva: WHO, 1984.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento**. Viena, 1982.

PINTOS, C. C. G. **O entardecer da existência**: ajuda para o idoso viver feliz. São Paulo: Santuário, 1992.

PITANGA, D. de A. **Velhice na cultura contemporânea**. 2006. 191 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)– Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife. 2006.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

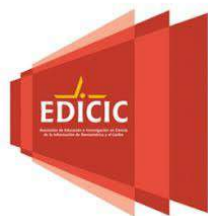
UFMG

ROZENDO, A. **Protagonismo político e social na velhice**. 2013. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia)– Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

SILVA, A. W. C.; NUNES, J. V. Práticas informacionais como paradigma: por uma teoria social da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **Revista História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, jan./ mar. 2008.

WASSERMAN, C. *et al.* Redes sociais: um novo mundo para os idosos. **RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 10, p. 1-10, 2012.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Mediação Social e Cultura da Informação

**VIDAS ENTRE/VISTAS: A BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA
COMO LUGAR DE IDENTIDADE E ENRAIZAMENTO**

***VIDAS ENTRE/VISTAS: LA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA COMO
LUGAR DE IDENTIDAD Y ARRAIGO***

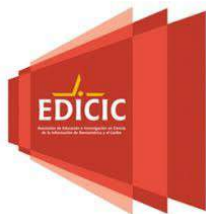
Fabício José Nascimento da Silveira, UFMG

Resumo: O presente trabalho consolida-se em torno de dois objetivos específicos: discutir as possibilidades de participação das bibliotecas públicas no processo de elaboração intersubjetiva de discursos identitários e pensar em que condições as mesmas se convertem em lugares de enraizamento. Para tanto, lança-se mão das seguintes estratégias teórico-metodológicas: primeiramente analisa-se os "fundamentos sociais" das bibliotecas públicas: como elas surgem, quais são suas funções básicas e em que medida tais instituições podem interferir na realidade concreta em que se inserem. Em seguida, estabelece-se uma aproximação entre os conceitos de identidade e enraizamento do conjunto de referências que conferem modos específicos de atuação a essas unidades biblioteconômicas. Por fim, apresenta-se os depoimentos de dois usuários acerca das relações mantidas por eles com a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Em termos de resultados, a análise desses testemunhos nos permitiu identificar os distintos pontos de ancoragem – dimensões simbólicas, afetivas e estruturais – que, a partir da Biblioteca, sustentam as referências interpessoais dos nossos interlocutores. Mais que isso, nos conferiu os argumentos necessários para ressaltar que a Luiz de Bessa exerce uma força de impregnação sobre suas biografias individuais, postando-se, assim, como lugar de enraizamento para os discursos identitários por eles forjados.

Palavras-chave: Biblioteca pública. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Histórias de vida. Identidade. Enraizamento.

Resumen: El presente trabajo se consolida en torno a dos objetivos específicos: discutir las posibilidades de participación de las bibliotecas públicas en el proceso de elaboración intersubjetiva de discursos identitarios y pensar en qué condiciones ellas se convierten en lugares de arraigo. Para tanto, se lanza mano de las siguientes estrategias teórico-metodológicas: en primer lugar se analizan los "fundamentos sociales" de las bibliotecas públicas: como ellas aparecen, qué funciones básicas tienen y en qué medida tales instituciones pueden interferir en la realidad concreta en la que están insertadas. En seguida, se establece un acercamiento entre los conceptos de identidad y de arraigo del conjunto de referencias que otorgan modos específicos de actuación a esas unidades bibliotecológicas. Por fin, se presentan los testimonios de dos usuarios sobre las relaciones que ellos mantienen con la Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. En términos de resultados, el análisis de esos testimonios nos permitió identificar los distintos puntos de anclaje – dimensiones simbólicas, afectivas y estructurales – que, a partir de la Biblioteca, mantienen las referencias interpersonales de nuestros interlocutores. Más que eso, nos proporcionó los argumentos necesarios para marcar que la Biblioteca Luiz de Bessa tiene una fuerza de impregnación sobre sus biografías individuales, situándose, de esa forma, como lugar de arraigo para los discursos identitarios ideados por ellos.

Palabras-clave: Biblioteca pública. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Historias de vida. Identidad. Arraigo.



1 INTRODUÇÃO

Começamos nossas discussões evocando um testemunho. Seu enunciante tem por nome Ridha, um jovem de 22 anos, filho de pais argelinos residentes no subúrbio de Paris. Captado por Michèle Petit, o depoimento assinala as nuances de um exercício mnêmico cujo marco referencial são as experiências vivenciadas pelo jovem imigrante no interior de uma biblioteca pública. Em síntese, eis o que o mesmo nos diz:

Quando eu era criança, às vezes o bibliotecário parava seu trabalho e contava histórias para nós. Isso me tocou muito, a sensação, a emoção que senti naquele instante, permaneceu. É algo parecido com um encontro. Ninguém me disse: faça isso, faça aquilo [...]. Mas, me mostraram alguma coisa, fizeram-me entrar em um mundo. Abriam-me uma porta, uma possibilidade, uma alternativa entre milhares talvez, uma maneira de ver que talvez não seja necessariamente aquela a se seguir, que não seja necessariamente a minha, mas que vai mudar alguma coisa na minha vida porque talvez existam outras portas.

Quando eu era pequeno, os livros representavam tantas alternativas, tantas possibilidades, saídas, soluções para problemas, e tantas pessoas e individualidades quantas eu podia encontrar no mundo [...]. A biblioteca ideal é a que permite que as crianças sonhem e que não lhes imponha ideias, imagens ou histórias, mas que lhes mostre possibilidades, alternativas. Essas coisas terão uma ligação profunda com sua vida adulta, mais tarde. (PETIT, 2008, p.30-32).

Em linhas gerais, as palavras de Ridha conferem destaque a três disposições constantemente acionadas para se justificar a importância das bibliotecas públicas no mundo contemporâneo, são elas: a dimensão formativa e emancipadora da leitura; o modo como tais instituições podem intervir nesses processos; e a pertinência do trabalho de mediação empreendido pelos profissionais bibliotecários. No entanto, para além desse estatuto pragmático, as recordações do jovem argelino fazem ressoar outros elementos de ordem simbólico-afetivos tão significativos para se apreender a relevância social das bibliotecas públicas quanto os ordenamentos acima delineados.

Ao definir o objeto de suas lembranças como um lugar de encontros inesperados, cujo contato potencializou seu processo formativo, abrindo-lhe portas e alargando as fronteiras de seu mundo, Ridha confere destaque a certos atributos desses espaços que nem sempre são evidenciados, quais sejam: a capacidade de se constituírem como pólos mobilizadores de referenciais identitários e de se estabelecerem enquanto instâncias que propiciam o enraizamento individual e coletivo de seus usuários.

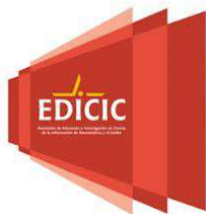


Nesses termos, ampliar as discussões sobre as possibilidades de participação das bibliotecas públicas no processo de elaboração intersubjetiva de discursos identitários e pensar em que condições as mesmas se convertem em lugares de enraizamento fundam-se como os objetivos principais deste texto. Para tanto, lança-se mão das seguintes estratégias teórico-metodológicas: em um primeiro momento busca-se analisar os "fundamentos sociais" das bibliotecas públicas, sendo mais específico, como elas surgem, quais são suas funções básicas e em que medida tais instituições podem interferir na realidade concreta em que se inserem. Em seguida, mas ainda no plano teórico, estabelece-se uma aproximação entre os conceitos de identidade e enraizamento do conjunto de referências que conferem modos específicos de atuação a essas unidades biblioteconômicas.

Por fim, e visando demonstrar a validade dos questionamentos aqui levantados, apresentamos os depoimentos de dois usuários acerca das relações mantidas por eles com a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coletados para uma pesquisa de doutoramento, a análise desses testemunhos nos permitiu identificar os distintos pontos de ancoragem – dimensões simbólicas, afetivas e estruturais – que, a partir da Biblioteca, sustentam as referências interpessoais dos nossos interlocutores. Mais que isso, nos conferiu os argumentos necessários para ressaltar que a Luiz de Bessa exerce uma força de impregnação sobre suas biografias individuais, postando-se, assim, como lugar de enraizamento para os discursos identitários por eles forjados. Definido o percurso, iniciemos agora o trabalho de lapidação conceitual.

2 A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL

Olhando retrospectivamente, é possível apontar que as bibliotecas públicas surgiram em um contexto sócio-histórico bem demarcado: a Inglaterra pós-Revolução Industrial, sendo que sua função primária era servir de refúgio a uma parcela da população posta à margem de outros mecanismos culturais em função da disparidade econômica causada, sobretudo, pela intensificação dos fluxos migratórios que traziam o homem do campo para as malhas urbanas da cidade. Já àquela época, esperava-se que elas contribuíssem de maneira significativa para a “ordem social” e o “progresso da nação”, bem como para a “manutenção da democracia” instaurada após a laicização dos Estados Nacionais. Ordem, progresso e manutenção dos referenciais democráticos que



deveriam ser dinamizados, em um primeiro plano, por ações relacionadas à leitura e à educação. Razão pela qual foram visualizadas, de imediato, como um “bom investimento social”.

Sua defesa, conforme atesta Susana Mueller (1984, p.9), ressaltava o baixo custo de um empreendimento que permitiria dar ao povo acesso à “boa literatura”, fazendo das bibliotecas públicas o meio mais econômico de se tentar manter homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres “inocentes”, e, portanto, fora das prisões, tribunais e asilos. Além disso, acreditava-se que as bibliotecas públicas poderiam provocar em seus usuários o hábito e o gosto pela boa leitura, dando, assim, continuidade ao “trabalho civilizatório” iniciado pela escola primária.

Posteriormente, e para além dos ideários positivistas de ordem e progresso, de boa leitura e de trabalho civilizatório que definiram seus primeiros contornos, percebeu-se que as bibliotecas públicas poderiam contribuir para a socialização de seus usuários e para sua individualização, seja através da preservação e transmissão dos insumos representacionais da cultura de grupos específicos, seja pela promoção da vida intelectual dos indivíduos e lugares onde se inseriam. Com isso, a definição de seus atributos e funções sociais passou a ser estruturada “*pelo uso feito da informação registrada e pela importância desta na vida das pessoas*”. (MUELLER, 1984, p.25). Ora, uma vez que tal valor de uso muda e evolui, assim como se transformam os hábitos informacionais e os sistemas sociais nos quais os mesmos se assentam, as expectativas em relação às bibliotecas públicas também estão sujeitas a deslocamentos e revisões.

Isso se torna claro quando trazemos para nossas discussões um panorama evolutivo do próprio conceito “biblioteca pública”. Se no século XIX imperava o entendimento de que sua missão era educar as classes sociais mais baixas e preservar os “valores” então vigentes, o que se percebe ao longo de todo o século seguinte é um intenso debate acerca das dificuldades encontradas para assimilar seus horizontes de atuação e apreender suas possíveis contribuições em contextos geográficos específicos. Debate que começa já no ano de 1949 quando a UNESCO declara que:

As bibliotecas públicas são um dos meios mais eficientes para se adquirir, organizar e por à disposição de todos publicações informativas e educativas. A biblioteca pública está em condições de adquirir o melhor material para satisfazer um fim determinado em uma comunidade ou uma região, pois tem a possibilidade de escolher entre os meios mais diversos. (UNESCO, 1949 *apud* JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p.17 – destaques nossos).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Definição que traz em seu bojo uma acentuada preocupação com os processos educativos e com as atividades referentes à captação, organização e disseminação de insumos informacionais. Pensadas como dispositivos capazes de satisfazer às demandas por materiais de leitura, as bibliotecas públicas não poderiam ser enquadradas aqui na categoria de organismos culturais, já que suas atividades se mostrariam restritas à conformação de acervos com fins politicamente demarcados: “*adquirir o melhor material para satisfazer um fim determinado em uma comunidade*”. Ou seja, o pressuposto que deveria embasar o desenvolvimento de suas ações ainda se mostrava tributário dos princípios difundidos nos anos finais de 1800.

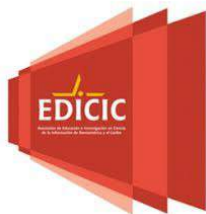
Razão pela qual, e com o objetivo de desvencilhar as bibliotecas públicas de sua herança positivista, a própria Unesco revisou, em 1972, o *Manifesto* de 1949 instituindo um novo conceito, cujo foco de discussão passou a ser o potencial democrático de tais espaços. Em síntese, a nova diretiva afirmava que a biblioteca pública é:

Uma instituição democrática voltada para o ensino, a cultura e a informação. É o principal meio para dar a todo mundo livre acesso aos registros do pensamento e das ideias do homem e às expressões de sua imaginação criativa. A biblioteca pública, enquanto força viva a serviço do ensino, da cultura e da informação é também um instrumento indispensável para o fomento da paz e a compreensão entre as pessoas e entre as nações. (UNESCO, 1972).

Apesar de muito genérica e abrangente, essa revisão constitui-se como a primeira Declaração Universal sobre a missão, as funções e os serviços que devem ser cobertos pelas bibliotecas públicas. É também o documento que acena para o aspecto democrático dessas instituições e para as suas responsabilidades enquanto organismo educativo, informativo e cultural.

Aspecto democrático e responsabilidades sociais que, a partir da proclamação do *Manifesto da IFLA/Unesco sobre as bibliotecas públicas*, ganham mais uma vez posição de centralidade nas esferas de debate acerca dos atributos e funções específicos de tais instituições. Trazido à luz no ano de 1994 e revisto em 2009, o documento aglutina em seus parâmetros os principais pontos das iniciativas anteriormente fixadas e arregimenta o núcleo de pressupostos que confere especificidade tanto àquilo que define sua natureza e finalidade, quanto às suas características e ao seu enfoque.

Ao pensar as bibliotecas públicas como um “portal local de acesso ao conhecimento”, ou seja, como espaço que “proporciona as condições básicas para a educação permanente, a tomada de decisões independentes e o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais”,



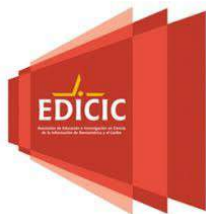
(UNESCO, 1994), esse novo *Manifesto* apregoa que tais unidades biblioteconômicas devem ser pensadas sempre como instituições sociais voltadas para a cultura, a educação, a informação e o lazer, cuja finalidade é apoiar os processos educativos, sejam eles formais ou não formais, bem como o acesso à informação, ao conhecimento e a promoção das práticas culturais. Devem permitir também a integração social e a participação cidadã. Em virtude disso, as atividades que desenvolvem devem ser planejadas tendo-se em vista o atendimento amplo e irrestrito de todos os membros da comunidade.

Por serem criadas, mantidas e financiadas pelo poder público, seja este local, regional ou nacional, tem por obrigação propiciar livre acesso e gratuidade na oferta de seus serviços e fomentar coleções diversificadas que representem e respondam à pluralidade representacional dos distintos grupos sociais que conformam a paisagem simbólica na qual se inserem. Motivo que justifica seu enfoque democrático e sua preocupação com a formação de cidadãos participantes. Conjunto de prerrogativas que nos permite apontar, ainda, que:

A biblioteca pública é um espaço para a formação da identidade individual; sua função está calcada na criação de cidadãos livres por meio do acesso e da participação das pessoas na cultura e do fornecimento de informações requeridas para tomar decisões. As bibliotecas públicas têm um grande potencial de intervenção nas dinâmicas sociais, que se julga a partir da contribuição que podem oferecer, direta ou indiretamente, para a solução das desigualdades econômicas, culturais, educativas e organizativas ao possibilitar o equilíbrio no desenvolvimento das pessoas¹. (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p.20 – tradução nossa).

Desta feita, acreditamos que para melhor compreender e operacionalizar essa definição de biblioteca pública faz-se necessário conjugar em um mesmo plano semântico-discursivo elementos teóricos e de ordem prática voltados tanto para sua missão social quanto para seus enquadramentos ideológicos, permitindo, assim, visualizar os pontos de articulação estabelecidos com a realidade informacional e simbólica à sua volta. Torna-se também indispensável percebê-la como um organismo portador de uma historicidade própria, mas que está sujeito a processos gerenciais

¹ La biblioteca pública es un espacio para la formación de la identidad individual; su función está cimentada en la creación de ciudadanos libres por medio del acceso y la participación de las personas en la cultura y del suministro de información que requiere para tomar decisiones. La biblioteca pública tiene un gran potencial de intervención en las dinámicas sociales, si se juzga a partir de la contribución que puede hacer, directa e indirectamente, para la solución de las desigualdades económicas, culturales, educativas y organizativas, al possibilitar el equilibrio en el desarrollo de las personas.



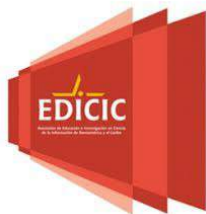
formulados com um propósito amplamente demarcado: conceber objetivos e gerir ações e produtos politicamente estruturados em torno da garantia do direito de acesso à informação, de ocupação do tempo livre, de educação e, particularmente, de socialização e acesso à cultura e à memória coletiva.

Sendo assim, ao possibilitarem o contato dos sujeitos com os diferentes códigos, documentos, informações, sentidos e universos simbólicos que atravessam a realidade concreta de suas vidas, as bibliotecas públicas propiciam a cada agente inscrito neste processo, que é interacional por natureza, a capacidade de dilatar as compreensões que possuem do mundo e de si mesmos, eis porque o jovem Ridha, em certo trecho de seu testemunho decreta: "é como um encontro". Eis também a razão pela qual sinaliza que essas coisas afetam profundamente a vida e as memórias dos usuários de uma biblioteca.

Seriam estes os argumentos que nos permitem, pois, pensar tais instituições como lugares de enraizamento e identidade? Ampliar as possibilidades de respostas para essa questão implica termos por referência que tanto a identidade quanto o enraizamento são elaborações intersubjetivas imersas no âmbito de práticas sociais tangenciadas por questões de linguagem e por demandas culturais, históricas e políticas específicas. Práticas e demandas que, por sua vez, podem ser moduladas, objetivadas e ancoradas em distintas esferas da vida coletiva, tais como a família, o mundo do trabalho, a igreja, a escola e também as bibliotecas públicas. Eis o que pretendemos ressaltar aqui avaliando o lugar simbólico e afetivo que dois sujeitos dispensam à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa em suas memórias e histórias de vida. Contudo, antes desse movimento analítico, faz-se necessário definirmos melhor os contornos conceituais daquilo que estamos denominando de identidade e enraizamento.

3 IDENTIDADE E ENRAIZAMENTO: PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

Falar sobre identidade e produção de referenciais identitários no mundo contemporâneo implica adotar por prerrogativa que talvez a marca mais eminente da conjuntura sócio-histórica atual seja a fragmentação. Isto porque, se até o início do século XX os sujeitos eram "identificados" a partir de enquadramentos políticos, sociais, sexuais, econômicos e culturais estáveis, as mudanças produzidas pela globalização imprimiram novas configurações para as



muitas esferas de sociabilidade com as quais se tornou possível interagir. Com isso, segundo Stuart Hall (2001, p.07), as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram a vida social entraram em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.

Pensada até aquele momento como uma imagem vinculada à ideia de originalidade, de semelhança, de algo que costura e mantém a unidade, o indivíduo globalizado passa a designar a identidade como um discurso em permanente processo de elaboração. Ela *“nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais”* (BAUMAN, 2005, p.21-22), ou seja, como uma produção que nunca se completa, formada e transformada no interior das representações. Representações que, por sua vez, se forjam através do prisma da multiplicidade, da urdidura dos diversos discursos e práticas simbólicas que nos posicionam no mundo, que dizem nosso lugar em relação ao outro – outros pontos de referência, outros portos de ancoragem. Sendo assim, as referências e marcadores identitários passam a serem organizados relacionalmente em um *“jogo de posicionamentos, de deslocamentos entre sujeitos que vivem num mundo, falam num mundo e, nesse falar, se reposicionam continuamente”*. (FRANÇA, 2002,p.38).

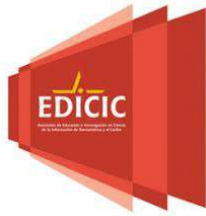
Mudança de percepção que vincula nossas representações identitárias à idéia de projeto, de algo que se encontra sempre em construção. Com isso, a crença de que a identidade seria formada por associação a códigos simbólicos supostamente estáveis, homogêneos, coesos e unificados também se dissolve. Portanto, enquanto elaborações estruturadas discursiva e relacionalmente, nossos enquadramentos identitários não se manifestam tendo como única referência a identificação das semelhanças, visto instituírem, neste mesmo movimento, a construção da diferença e da distinção. Sendo assim, tentar idealizar um discurso representacional para si e para o outro que seja único, coeso e completo em si mesmo torna-se, na atual conjuntura histórica, uma fantasia, uma vez que nos tornamos capazes de assumir, através de nossos posicionamentos, identidades múltiplas nos diversos momentos e espaços aonde nossa vida e nossas ações sobre o mundo adquirem sentido e encontram ressonâncias. Razão pela qual se faz necessário esclarecer, já neste momento, que:



O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Isto é, de forma diretamente contrária àquilo que parece ser sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade *não* assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, “o mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. [...] Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas, que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou serem antagônicas. (HALL, 2008, p.108 - destaques do autor).

Destacar que nossas referências identitárias são construídas dentro e não fora do discurso e que as mesmas não são um dado fixo, coerente, estável e permanente é importante porque nos possibilita apreender o quanto estão ligadas aos recursos que utilizamos para nos posicionar no mundo e frente ao outro. Razão pela qual acreditamos que só se torna possível falar em identidade se os matizes que a compõem forem concebidos como amálgamas provenientes do entrelaçamento de representações simbólicas demasiadamente amplas que em momento algum devem ser interpretadas como se possuísem apenas um sentido.

Ponderações que nos auxiliam a assimilar que o movimento de constituição de referenciais identitários acaba por refletir menos o que nós somos (estado), e mais o que nos tornamos (processo). Servem, também, como um indicativo de que essa constituição se dá sempre de maneira coletiva e relacional, o que equivale a dizer que a *identidade* emerge não tanto de um centro interior, de um *eu* verdadeiro e único, mas do diálogo entre os conceitos, definições e práticas apresentadas para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos ou contestarmos as posições de sujeito formuladas por nós e para nós. Além disso, colocam em contraponto o potencial orientador que os processos de socialização primária, aqueles a partir dos quais constituímos nossos laços de enraizamento – os índices de simbolização que apreendemos junto à família, à escola, à igreja, por exemplo – exercem sobre nós no momento em que somos chamados a nos posicionarmos frente a determinado discurso representacional. Sendo assim, e conforme atesta Stuart Hall:



O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e particularmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (HALL, 1997, p.26-27).

São formadas culturalmente e ancoradas em inúmeras práticas, discursos e esferas da vida social – a família, a escola, a igreja, os sindicatos, o trabalho, o partido político e também as bibliotecas. A identidade é, pois, uma subjetivação ancorada em uma estrutura representacional que se dá a ver, que se expressa por meio de alguma forma de objetivação². Razão pela qual, por mais fluida e maleável que possa parecer, requer sempre um ponto de referenciação, uma possibilidade de enraizamento.

Enraizamento, eis outro conceito/operador analítico de grande valor para apreendermos de maneira mais clara os pontos de interconexão e as modalidades de subjetivação que fazem das bibliotecas públicas um lugar de ancoragem, um pólo produtor de discursos identitários. Formulada por Simone Weil, escritora, mística e filósofa francesa, a noção de enraizamento expressa uma forma de estar no mundo. Diz de um conjunto de atividades e experiências de subjetivação que conferem estabilidade e sentido à interação coletiva, bem como às marcas de individualidade que atravessam cada sujeito. Desta feita, os “seres” enraizados são aqueles que enriquecem as práticas da comunidade e fortalecem suas raízes. Que participam de grupos cuja herança do passado alimenta a gramática simbólica moduladora de uma dada noção de cultura. Uma cultura que impede a desagregação dos cidadãos e a paralisia do conhecimento. Em síntese, o que aqui se denomina de enraizamento refere-se ao conjunto de experiências intersubjetivas e de ações concretas que buscam recriar o mundo através de práticas sociais transformadoras. Dito com as palavras da própria autor:

² *Ancoragem e objetivação* são dois conceitos desenvolvidos pelo campo da psicologia social, mais notadamente no âmbito dos estudos acerca das representações sociais. O primeiro indica um exercício de associação em que grupos e sujeitos estabelecem uma relação de proximidade entre aquilo que ainda não está classificado, nem rotulado com imagens, categorias e explicações já conhecidas e aceitas socialmente. Trata-se, pois, de um movimento de categorização das coisas do mundo a partir de configurações simbólicas enraizadas em nossa memória social e subjetiva. A objetivação, por sua vez, refere-se ao ato de transformar a associação abstrata inferida durante o processo de ancoragem em algo quase físico. Em termos representacionais, a objetivação denomina o ato de atribuir/descobrir o aspecto icônico de uma determinada idéia.



O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. (WEIL, 1996, p.411).

É, pois, este diálogo entre passado e futuro que faz com que a comunidade não perca suas raízes, ao mesmo tempo em que faculta estabilidade e sentido à vida e às ações das pessoas. Isto porque, o enraizamento pressupõe a participação ativa de um indivíduo entre outros agentes sociais em condições bastante específicas. Condições que podem vir do seio familiar, da escola, do trabalho, da integração à vida religiosa, da cidade, da vivência em uma biblioteca pública. Onde há enraizamento, a socialização constitui o substrato no qual cada sujeito em particular recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irá nutrir sua existência individual e coletiva. Para tanto, faz-se necessário observar que:

Esta comunicação com o passado não consiste em uma atitude meramente contemplativa. Tampouco assume uma orientação reacionária. Onde os homens espriam raízes, as lutas e construções dos antepassados, suas ideias e tradições, alicerçam realizações que, por sua vez, irão revesti-las de novos significados. Não se trata de uma importação passiva do mundo pregresso. (FROCHTENGARTEN, 2005, p.12).

Nesse sentido, promover o enraizamento não pressupõe isolar um meio social de suas influências externas. Ao contrário, os contatos e as trocas de influências são necessários ao processo de criação de vínculos desde que esse intercâmbio propicie o reconhecimento de uma parte em relação à outra e estimule o respeito à originalidade e à individualidade dos envolvidos. Conforme salientado por Frochtengarten (2005, p.13): “em grupos que promovem o enraizamento, estão preservadas as condições de igualdade que garantem aos homens o livre exercício da palavra e de novas fundações: sua aparição diante de outros homens revela sua identidade pessoal e singular”.

Portanto, o sujeito enraizado não pode prescindir da socialização, já que é por meio da aparição pública, do diálogo estabelecido com o outro na esfera pública que ele traça e elabora as marcas de uma imagem delineada de si e do outro. Constatação que nos leva, mais uma vez, à questão que orienta toda a nossa discussão, a saber: como podemos aproximar os conceitos de



identidade e enraizamento do universo das bibliotecas públicas? Tais instituições são mesmo instâncias de produção, preservação e socialização de discursos identitários enraizados? Conforme já mencionado, buscaremos responder a tais indagações lançando mão dos testemunhos de dois usuários da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Mais especificamente, da história de vida de um senhor de 59³ anos que, depois de aposentado e de maneira autodidata, encontrou no acervo de coleções espaciais da Biblioteca um espaço para seus estudos e um lugar para exercitar sua vocação socializante, e, também, do testemunho de um segundo sujeito, este um usuário “baixa-visão” que teve as relações mantidas com o mundo e a imagem de si completamente alteradas após começar a frequentar o setor braile da Luiz de Bessa.

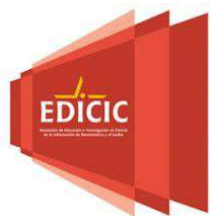
4 BIBLIOTECA PÚBLICA, IDENTIDADE E ENRAIZAMENTO: HISTÓRIAS DE VIDA ANCORADAS EM TORNO DA LUIZ DE BESSA

Fundada em Belo Horizonte no ano de 1954 por meio da Lei Estadual nº. 1087, sancionada em 2 de junho por Juscelino Kubitschek, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa possui por função primária servir de centro de memória da capital mineira, reunindo, preservando e divulgando os registros da história local, de modo a valorizar a identidade cultural belohorizontina, se reportando, de modo mais geral, ao universo simbólico de todo o Estado. Está localizada em uma das regiões mais nobres da cidade e recebe cerca de 390 mil usuários por ano, aos quais presta uma série de serviços: empréstimo domiciliar, sala de estudos e leitura, carro-biblioteca, um setor especializado em acolher deficientes visuais, uma sucursal destinada ao público infanto-juvenil e também o serviço de caixa-estante que leva livros e a oportunidade de leitura a creches, asilos, prisões e espaços alternativos muito diferentes de suas fronteiras.

Tornou-se a responsável por manter coleções raras e de grande valor para o estudo, a divulgação e a representação da história e do “modo de vida mineiro”. Em seu acervo destacam-se a *Coleção Mineiriana*⁴ e os jornais e revistas que pertenceram à Hemeroteca Pública de Minas Gerais, hoje incorporado ao patrimônio documental da Luiz de Bessa.

³ Idade que o mesmo possuía no momento de captação do depoimento.

⁴ Criada através do Decreto nº. 11.996, de 05/08/1969 por uma comissão de intelectuais mineiros, a *Coleção Mineiriana* tem por finalidade compor um acervo de obras sobre Minas Gerais, sua história, letras, artes, ciências da



Ao longo de seus 60 (sessenta) anos de atuação, inúmeros usuários se formaram como leitores tendo por referência as coleções, atividades e o espaço de sociabilidade que se criou no perímetro de suas dependências. Em virtude disso, ocupa hoje um lugar privilegiado na vida e na memória de diversos sujeitos, congregando em torno de si um universo de representações simbólicas multivariadas que, em um plano mais geral, fomenta a mobilização de diversos quadros de sentido cuja síntese ampara e dá a ver a formulação de um discurso identitário intersubjetivo em estreito diálogo com experiências objetivadas e enraizadas no plano coletivo.

Sendo assim, e em linhas gerais, o que a pesquisa que deu origem a esse trabalho objetivava identificar eram histórias de vida marcadas em algum momento pelas experiências vivenciadas na e a partir da Luiz de Bessa, visando-se, posteriormente, apreender se a mesma constitui-se como um lugar de produção e de ancoragem intersubjetiva de discursos identitários. No conjunto, entrevistamos sete sujeitos⁵ dispostos a refletir sobre suas distintas modalidades de apropriação daquele espaço, além de analisarem a presença simbólico-afetiva que a Biblioteca ocupa no contexto geral de suas biografias e do conjunto de referências que mobilizam/orientam cada uma dessas histórias de vida.

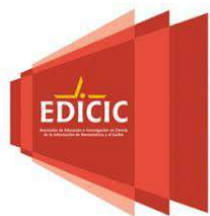
Definida intencionalmente, a seleção da amostra levou em consideração os seguintes critérios: tempo em que o depoente é usuário da Biblioteca, frequência com que utiliza ou participa das ações promovidas pela instituição e, principalmente, o reconhecimento por parte dos sujeitos de que a Luiz de Bessa exerce uma força de afetação⁶ sobre sua história de vida. Além desses, dois outros critérios foram estabelecidos, a saber: a amostra deveria representar a diversidade de indivíduos que fazem uso dos distintos setores da Biblioteca e, para não se correr o risco de, ao final do trabalho, consolidarmos um discurso unificado e pacificado, pelo menos um dos depoentes deveria se declarar alheio a essa afetação.

Seguindo tais disposições e constatando que os dados a serem tratados referir-se-iam a um trabalho intersubjetivo de elaboração de memórias e vivências pessoais, cujo marco desencadeador é a própria Biblioteca, optamos por definir como diretriz interpretativa os parâmetros

terra e do homem, bem como desenvolver ações de divulgação da cultura do estado, editar e promover publicações de obras relacionadas ao tema.

⁵ A amostra total foi composta por 2 mulheres e 5 homens.

⁶ A expressão força de afetação refere-se aqui a um processo de descontinuidade suscitado por algum acontecimento que estimule nossas experiências perceptivas, sendo mais preciso, àquilo que “*instaura uma descontinuidade na experiência dos sujeitos e movimenta o estado de coisas vigentes, bem como o posicionamento dos sujeitos afetados*”. (SIMÕES, 2012, 92).



metodológicos formalizados pelas pesquisas com histórias de vida. Estratégia de formalização do conhecimento que busca conjugar questões de ordem subjetiva com experiências concretas da vida social, aferidas através das recorrências, dos silêncios e dos desvios projetados ao longo da captação dos testemunhos. Além disso, como a natureza desse método não se revela unilateral, uma vez que considera os elementos racionais, mas também o desejo, os sentimentos e as emoções que atravessam a relação entre o individual e o social, tornou-se manifesto para nós o quanto seus desdobramentos analíticos poderiam nos auxiliar a melhor compreender de que forma a Luiz de Bessa aparece referenciada nos discursos de nossos interlocutores. Razão pela qual, visando potencializar a evocação e a transmissão das lembranças, a relação entre pesquisador e usuário se mostrou em muitos momentos um processo interativo pautado por descobertas mútuas. Assim, recorreremos a uma estratégia dialógica de interação e comunicação em que ao mesmo tempo pudéssemos ser ouvinte e interlocutor dessas histórias/memórias reconstituídas.

Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. Como dispositivo orientador, elaborou-se um conjunto de perguntas que permitiram aos nossos interlocutores refletirem sobre sua formação enquanto sujeitos históricos e sobre as relações que mantém/mantêm com e no espaço público de Belo Horizonte (atividades, estratégias de mobilização e relações prático-afetivas). As questões possibilitavam ainda que os depoentes analisassem o lugar ocupado pela Biblioteca Luiz de Bessa – dimensões históricas, simbólicas e estruturais – em todo esse processo formativo-relacional. Todas foram gravadas em local e data escolhidos pelo usuário e a transcrição efetuada respeitando-se a estrutura discursiva e os vícios linguageiros dos sujeitos em foco. Dado à sinuosidade do trabalho mnêmico, por vezes foi necessário deslocar um trecho ou outro da estrutura narrativa original, apenas para aproximá-lo de um enquadramento contextual mais apropriado àquilo que estava sendo perguntado. Apresentadas as diretrizes metodológicas do trabalho, passamos agora à síntese e à análise dos testemunhos colhidos.

O primeiro depoente ao qual daremos voz chama-se **José F⁷**. e nasceu em Conselheiro Lafaiete. Filho de pai ferroviário e mãe professora de escola rural, aprendeu a ler em casa. Sempre frequentou escolas públicas e diz ter sido um bom aluno, visto acreditar que, por ser filho de professora, deveria dar-se ao exemplo. Contudo, no ginásio, não “levou a coisa a sério” e foi

⁷ Respeitando-se o acordo estabelecido com os depoentes, nenhum nome será aqui revelado por completo.



reprovado, “e nessa oportunidade teve uma professora lá que me chamou, disse que eu era o mais burro da turma – “você é o mais burro da turma! Eu nunca vi gente burra assim.” –, disse que eu não daria carreira” (JOSÉ F. 2013, p.04). Lembrança que ainda expressa com certo rancor.

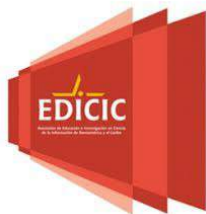
Não havia bibliotecas nessas escolas por onde passou, a leitura era promovida e incentivada pelos professores. Para suprir a falta de incentivo em seus primeiros anos de escolarização, ia à biblioteca pública da cidade. Veio para Belo Horizonte no final de 1972, 1973, não se recorda precisamente, mas diz que o intuito era tentar a escola técnica. Como o dinheiro “era difícil”, foi morar em uma república de dois cômodos, divididos por 12 pessoas. Mesmo assim, “nesse período eu estudei tudo, fiz o que tinha que ter feito, melhorei minha vida e essa pessoa que me chamou de burro, eu levei as provas pra ela ver, então eu fui crescendo desse jeito”. (JOSÉ F. 2013, p.08).

Frequentava pouco a Praça da Liberdade, e só veio a conhecer a Luiz de Bessa quando foi convidado para trabalhar no centro de pesquisas da Vale. Posteriormente, foi trabalhar na Cemig, empresa que lhe possibilitou conhecer “até os Estados Unidos”. O vínculo com a Biblioteca só se estreitou depois da aposentadoria. Casado, mas sem filhos, quis saber, de maneira autodidata, “a origem das palavras, a origem das letras”, e se aprofundar no estudo da historiografia e cultura mineira. Em suas palavras:

Aí eu me interessei pelos jornais da época e fui lendo todos que eu podia ler, todos que eu tinha acesso. Então eu via como é que o povo vivia, o quê que se comia, o quê que bebia né!, queria saber tudo..., tudo: o quê que o povo fazia, o quê que tinha de relação de uma cidade com a outra, como é que uma criança aprendia a ler há tantos anos atrás, eu queria saber como é que se fundou a primeira escola pública, a primeira escola de letras, as relações entre as capitânicas, tudo, tudo que você puder pensar eu fui ver, tudo! (JOSÉ F. 2013, p.09).

Hoje se declara um devotado usuário da Mineiriana. Frequenta esse espaço diariamente, exceto às quintas-feiras, dia em que ajuda sua esposa com os afazeres da casa. Foi nesse setor que conheceu sua mais recente paixão literária, que o mobilizou, inclusive, a aprender português arcaico: “conheci aqui o Rafael Bluteau⁸, o cara é o máximo, ele é..., é o caminho das índias literárias, é o oitavo elemento, não tem ninguém na frente dele, então ele está no Everest, subiu num tijolo braúna e está acima de qualquer suspeita, então ele é o caminho das índias literárias”

⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8v. Além dos oito volumes, o dicionário conta com dois outros volumes suplementares. Nestes suplementos, existem verbetes novos e também informações adicionais aos verbetes existentes.

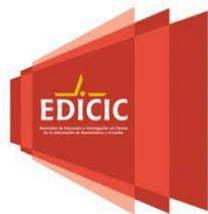


(JOSÉ F. 2013, p.12-13). Relata ter lido todos os 8 volumes, empreitada levada a cabo ao longo de dois anos ininterruptos de pesquisa.

Contudo, é preciso frisar que sua chegada às coleções especiais da Biblioteca não se deu de maneira tão pacífica. Vindo de outra cidade e sem muita experiência com atividades de pesquisa, pensava que as coleções especiais estavam voltadas exclusivamente para atender às demandas de um público selecionado, formado, em sua maior parte, por acadêmicos e especialistas. Portanto, e considerando-se um autodidata, demarca que *"pra "mim" chegar aqui não foi fácil não, porque a gente não sabe..., aqui parecia ser um lugar selecionado, de elite e eu fiquei com o pé atrás: "como é que eu vou chegar? Chegar sozinho? Eu não sou orientado por ninguém! Vou ficar perdido! Eu sou um amador..."* (JOSÉ F. 2013, p.11).

Tendo sido bem acolhido pelos funcionários da instituição, tornou-se hoje um defensor e um amante devotado das coleções especiais da Luiz de Bessa, tanto que, em certo momento de seu relato, chega a afirmar: *"já tem uns cinco anos que eu tô aqui agarrado e tá difícil de sair (risos)!"* (JOSÉ F. 2013, p.13). É por isso que considera a Mineiriana "o máximo", um verdadeiro acervo histórico e de referência. Conforme sustenta, *"acima disso só a Biblioteca Nacional"* (JOSÉ F. 2013, p.14). Mas há uma situação que lhe deixa frustrado e descontente: o pouco uso das coleções especiais por parte de outros pesquisadores e de sua depreciação em relação a outros centros de referência mantidas por entidades estrangeiras. Tanto que, em sua defesa, compara os fundos bibliográficos da Luiz de Bessa a um diamante que está escondido: *"é um diamante que está escondido, tá escondido! Aqui podia estar cheio de pessoas; as escolas, os professores, acho que tem pessoa que tem medo de vir cá, tem medo. A história nossa tá aqui dentro"* (JOSÉ F. 2013, p.15-16).

Como se vê, além de um lugar de leitura e estudo, a Biblioteca, e em especial o setor de coleções especiais, é, para José F., um espaço que o faz se sentir bem, que lhe dá vontade de continuar a aprender mesmo depois de aposentado. Representa, ainda, um refúgio contra o ócio, mais que isso, um espaço de sociabilidade e de interação permanente com outros usuários da Luiz de Bessa: *"nessa minha vida eu converso com todo mundo, eu sou pra conversar, sei conversar com as pessoas, as pessoas acham interessante. [...] Conheço pessoas diferentes, tenho o prazer de falar da biblioteca pras pessoas, mostrar o que eu to lendo, não escondo nada de ninguém"* (JOSÉ F. 2013, p.18-19).

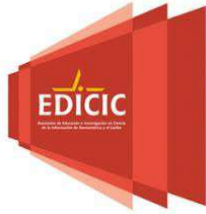


Ao pesquisar na Mineiriana, nosso interlocutor consegue ocupar seu tempo livre, satisfazer seus anseios por conhecimento e exercitar sua vocação socializante. Diz que todos os dias descobre “coisas novas” e conhece pessoas com as quais pode dividir aquilo que aprendeu. Trata as bibliotecárias “*a ouro em pó*” e os livros como verdadeiras preciosidades. Sente-se tão integrado aos seus espaços que, ao fim de sua narrativa, nos diz que poderia falar muitas outras coisas sobre suas experiências com aquele espaço, com os serviços e sujeitos que o mesmo lhe proporcionou conhecer. Como ele mesmo demarca, poderia falar “*sem ter hora pra parar*”:

Aqui me preenche tudo igualzinho, às vezes chega um pesquisador que eu vejo que ele tem dificuldade, eu educadamente inquiri, ajudo, mostro..., é isso que eu faço. [...] As bibliotecárias aqui são tratadas a ouro em pó, porque ouro em pó não tem mistura. A gente tem que ver as pessoas como ouro em pó, não tem sujeira, não tem falcatura, não tem falsidade. Nessa minha vida eu converso com todo mundo, eu converso com qualquer um. [...] Então eu fico satisfeito e a gente podia conversar muito mais, não tem hora pra parar não. (JOSÉ F. 2013, p.18 ; 21).

Falar sobre a biblioteca Luiz de Bessa, de sua importância social e do modo como a mesma influenciou em seu percurso formativo e em sua história de vida é também um dos prazeres de **Luiz R.** Natural de São José dos Campos, São Paulo, e nascido em 1986, veio para Belo Horizonte aos doze anos. Filho de pais leitores, acredita ter sido deles que herdou o gosto pela leitura. Aos cinco anos começou a ser alfabetizado pela irmã e passou a se interessar por diversos assuntos literários. Não escondia de ninguém sua predileção por textos e imagens relacionados ao universo automobilístico, embora portasse uma segunda paixão: “*eu gostava muito que meu pai ou minha avó contassem histórias para eu dormir, e disso aí, imagina, saíam histórias das mais variadas*”. (Luiz R. 2013, p.2).

Também tinha prazer em frequentar às bibliotecas das instituições em que estudou, “*eu lembro até que eu vivia devendo multa de livro lá na biblioteca da escola, eles viviam me caçando – “você está devendo tanto aqui” –, pois eu deixava, eu esquecia de devolver*”. (Luiz R. 2013, p.3). Gosta de teatros, exposições, museus e cinemas, só não se sente confortável em lugares muito tumultuados em razão de sua deficiência visual. Luiz R. é portador de um problema congênito na retina e possui apenas 10% da visão, consegue andar sem o auxílio de bengala durante o dia, mas, à noite, não mostra a mesma desenvoltura para se locomover.

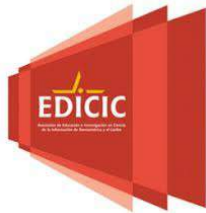


Tem uma afeição muito particular pela Praça da Liberdade, espaço que transita desde que chegou a Belo Horizonte. No entanto, não foi a Praça que o levou até à Luiz de Bessa. Esse contado só se deu quando o depoente já havia completado 22 anos e estava cursando o 5º período de Direito. À época, enfrentava dificuldades para ler os textos trabalhados em sala de aula e estava praticamente decidido a abandonar o curso. Vejamos o que ele diz:

Eu mesmo executava as tarefas da faculdade. Eu comecei a ver que, a compreender que eu fazia isto com muita dificuldade porque até então eu não levava isso em conta, a dificuldade que eu tinha para ler os livros. Mas um belo dia a ficha caiu, eu tive uma epifania e falei "pera aí, isso daqui não dá pra mim, é muito esforço pra eu ficar lendo algo que as pessoas fazem com tanta facilidade e eu vou ficar aqui me esforçando tanto, eu vou ficar aqui me desgastando dez vezes mais, tendo que ler com o olho praticamente colado no papel, com luzes especiais e em uma posição inclinado para baixo que me deixava com dor nas costas?". Neste período o meu curso ficou meio comprometido, eu não fui bem nas matérias, tomei bomba em algumas por causa disso, porque eu comecei a não conseguir estudar mais, eu comecei a criar resistência. Na hora em que eu ia estudar me dava uma resistência, eu ficava travado e eu comecei a me questionar: "o quê que eu vou fazer pra resolver isso?". Só que eu não sabia que existia um setor *braille*, eu não sabia o que era *braille*, eu não sabia o que era computador adaptado para deficiente visual, eu não sabia o que era lupa eletrônica, eu não sabia que existiam *audiobooks* em larga escala, eu não sabia que existiam pessoas que gravavam os livros para você. Eu nunca parei pra pensar nisso por que até então eu tive uma vida..., a minha vida foi conduzida como uma vida de uma pessoa que dispõe da integral visão. (Luiz R. 2013, p.5-6).

Tomou conhecimento da Biblioteca através do irmão, mas só teve coragem de se dirigir ao setor Braille passado um mês da primeira conversa sobre o assunto. Chegou lá se sentindo deslocado e achando aquilo tudo muito esquisito, mas mesmo assim marcou uma leitura voluntária para o dia seguinte. O que aconteceu? Eis a sua resposta:

É difícil essa readaptação, para mim foi muito difícil, em um dia eu estudo normalmente e no outro dia eu estou aqui para as pessoas lerem para mim? Ou seja, já tinha parte da minha autonomia tolhida, né!? Eu marquei voluntário, eu lembro até da primeira voluntária que leu para mim, ela se chamava Regina. Aquilo foi uma coisa esquisita, eu não consegui compreender bem o que ela leu, foi um estudo meio..., foi algo muito desconfortável, estranho, diferente, era o novo. Mas eu lembro que com uma semana eu já estava completamente adaptado e apaixonado com os voluntários, muito integrado, me sentindo acolhido. (Luiz R. 2013, p.6-7).

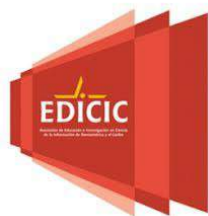


Acolhimento e readaptação, ações integradoras que permitiram ao nosso entrevistado concluir o curso de graduação, passar em dois concursos públicos, aprender latim e criar vínculos afetivos estreitados por relações sócio-afetivas mantidas tanto com os bibliotecários, quanto com os voluntários do setor. O depoente assim descreve a importância dessas novas relações estabelecidas no contexto da Luiz de Bessa:

Olha, eu não tenho, meu vocabulário não tem palavras para descrever como é essa relação, de tão boa que ela é. Grande parte dos meus amigos verdadeiros, amigos mesmo, eles vieram daqui. Com relação aos bibliotecários, também são pessoas que eu vou levar no meu coração pelo resto da vida, são pessoas que fazem parte da minha história, eu poderia dizer assim. Eu sou muito grato à este setor, não só pela leitura que eu recebo, não só pela ajuda física que eu recebo, mas também por saber que aqui é um lugar de pessoas especiais. O dia que eu não pudeir mais frequentar este setor aqui, eu vou lembrar disso aqui como um período maravilhoso na minha vida, um período que me ajudou até na formação do meu caráter. As experiências, a maturidade que eu adquiri aqui, eu aprendi muita coisa neste setor aqui. Destes quatro anos e pouquinho que eu estou aqui, eu mudei muito como pessoa, eu amadureci demais, tive muita experiência. Eu devo pouco do que eu sou a esse setor aqui. (Luiz R. 2013, p.7).

Incitado a falar um pouco mais sobre os tipos de relações constituídas por ele e as pessoas com as quais convive no setor Braille da Luiz de Bessa e sobre o modo como elas redimensionaram sua história de vida, o depoente continua sua narrativa:

Eu tenho o meu melhor amigo hoje, um dos meus melhores amigos, aqueles que a gente leva pra vida mesmo sabe?! Ele se chama Ângelo. Ângelo Ênio da Rocha Miranda, eu estou falando isso para poder ficar constado porque é uma pessoa muito especial na minha vida, ele é meu amigo, ele me ajuda em tudo o que eu preciso. É uma pessoa que eu frequento a casa dele, conheço a família dele, ele conhece o meu irmão. É uma relação absolutamente estreita. Tem o Gustavo, que eu fui padrinho de casamento dele que é outro amigo inseparável que está sempre na minha casa, é amigo meu e do meu irmão. E o pessoal deste balcão, eu passo aqui e tem a Andréia, a Adriana, a Judete, ali [no balcão] é como se eu estivesse conversando com os meus irmãos, é uma família isso aqui. É uma sensação de família, quando eu estou aqui eu sinto que estou na minha casa. Essa biblioteca aqui, eu olho para ela, essas mesas aqui, as cadeiras, os livros, é como se eu estivesse no sofá da minha casa com os meus livros e é muito gratificante estar aqui. Isso me emociona, falar disso me emociona por que eu gostaria de ter as palavras certas pra externar este sentimento, mas eu realmente não consigo. (Luiz R. 2013, p.7).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

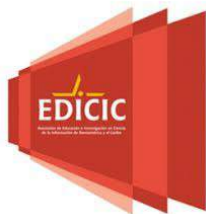
UFMG

Após um pequeno instante de silêncio, o usuário retoma sua narrativa e reforça ainda mais o lugar que a Biblioteca, o setor Braille e as pessoas com as quais passou a interagir ocupam hoje em sua vida. Como se verá, a Luiz de Bessa se tornou um pólo de enraizamento e uma referência com tamanha importância em sua história pessoal que Luiz R. deixa explícito o medo, o receio de que um dia não possa mais frequentar tal espaço:

Você já deve ter percebido que é algo muito importante pra mim esta biblioteca aqui. O dia que eu não pudei mais vir aqui realmente vai ser lamentável, eu vou lembrar disso aqui com muito carinho e cada dia que eu venho aqui eu me sinto satisfeito por estar aqui, sabe! Igual eu te falei, hoje eu sou adaptado com computador e a lupa eletrônica, eu consigo ter certa autonomia para estudar e eu já dou conta de estudar sem o auxílio do voluntário, mas, neste período em que eu tinha 22 anos e no qual eu descobri o setor Braille, que eu ainda não estava adaptado, foi crucial porquê do sétimo período até o décimo os voluntários me carregaram no colo pra eu chegar até lá. E esses dois concursos que eu passei também foram graças à gentileza de todos os voluntários aqui. Se não fossem eles acho que eu ainda estaria lá no sexto período da faculdade ainda e não teria passado em concurso nenhum. (Luiz R. 2013, p.9).

Profusão de sensações que, somadas àquelas expressas no primeiro depoimento, nos permite assinalar alguns enquadramentos sociais e simbólicos responsáveis por conferir à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa o *status* de lugar de identidade e espaço de enraizamento. O primeiro deles indica que sua presença nas memórias e histórias de vida dos nossos depoentes está diretamente relacionada às representações que demarcam sua função de lugar de leitura, de educação, memória e sociabilidade. De fato, foi através dos acervos e atividades por ela dinamizados que nossos entrevistados conseguiram potencializar sua formação enquanto leitores, além de travarem contato com os dispositivos informacionais necessários à ampliação de seus universos culturais e educacionais, chegando mesmo a impactar em suas escolhas e perspectivas de atuação profissional.

Nesses termos, além de espaço de estudo e leitura, aparece de maneira recorrente na fala desses usuários uma compreensão de que a Biblioteca desempenha importante trabalho de conservação, organização e disseminação da memória, do patrimônio cultural e intelectual, bem como da história belo-horizontina, mineira e nacional. Outro enquadramento marcante é aquele que apresenta a Luiz de Bessa como território de sociabilidade, um refúgio em meio à vida tumultuada da metrópole, onde se pode encontrar com os amigos e fazer novas amizades, descansar, ler um



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

jornal, trocar ideias sobre uma exposição artística, tomar um cafezinho e compartilhar sonhos, desejos ou outras necessidades pessoais.

Sendo assim, e como resposta à questão mobilizadora deste texto, enfatizamos que é esse potencial congregador e, ao mesmo tempo, individualizante que confere às bibliotecas públicas a possibilidade de participarem ativamente dos processos que amparam a formulação coletiva e intersubjetiva de certos discursos identitários. Enquanto espaço público que tem por função preservar a memória, promover a leitura, fomentar as atividades educativas e informacionais, bem como propiciar experiências de sociabilidade enraizadas em torno dos livros, da informação, do lazer e do conhecimento, elas congregam e alimentam um conjunto de referências práticas, simbólicas e afetivas que permitem a um usuário singular, tanto quanto a uma sociedade inteira traçar uma imagem ou constituir um discurso definidor de si mesmos.

Afirmativa endossada pelos nossos depoentes, em cujos testemunhos visualizamos contornos bem demarcados para a Biblioteca Pública Estadual Luiz de. Para eles, ela se constitui, a um só tempo, como lugar de formação pessoal e intersubjetiva; como espaço de socialização onde a relação com o outro - outras pessoas, outros pontos de ancoragem simbólica e afetiva - possibilitou a definição de novos rumos para suas vivências pessoais. Em síntese, como lugar onde as ações e experiências ali concretizadas passaram a incidir diretamente na maneira como cada um desses dois sujeitos definem e expressam, seja na prática ou no discursivamente, uma imagem de si e do mundo que os cercam. Situação semelhante àquela relatada por Ridha, o jovem argelino que teve as fronteiras de seu mundo alargadas graças, em parte, às experiências vivenciadas em uma biblioteca pública do subúrbio de Paris.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2 ed. São Paulo: Ateliê, 2003.



CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). **Biblioteca pública estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Belo Horizonte : Superintendência de bibliotecas públicas, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Leitura, escrita e oralidade).

FERNÁNDEZ ABAD, Francisco Javier. Evolución histórica de la función social de las bibliotecas públicas. **Revista general de información y documentación.** 2006, n.2, p.93-110.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FRANÇA, Vera R. Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: GUIMARÃES, César [et al]. **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.27-43.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **Memórias de vida, memórias de guerra: um estudo psicossocial sobre o desenraizamento.** São Paulo: Perspectiva : FAPESP, 2005. (Estudos ; 222).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo. **Educação & Realidade,** Rio Grande do Sul, v.22, n.2, jul./dez., 1997, p.15-46.

HALL, Stuart. **A diversidade cultural na pós-modernidade.** 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG ; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.103-133.

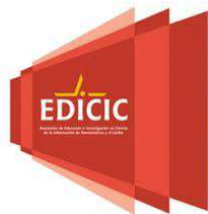
JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mónica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Rev. Interam. Bibliot.** Medelin, v.23, n.1-2, enero/diciembre, 2000, p.13-56.

MÜLLER, Suzana P. M. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação das funções e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG. Belo Horizonte, 13(1): 7-54, mar. 1984.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva.** São Paulo: Ed. 34, 2008.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

SIMÕES, Paula Guimarães. **O acontecimento Ronaldo: a imagem pública de uma celebridade no contexto social contemporâneo.** 2012. 283f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Novembro, 1994.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.

Eixo 07

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Memória Patrimônio e Dinâmicas Informacionais



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

**AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NAS ESTANTES: NA BIBLIOTECA
PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA**

***AFRODESCENDIENTES Y AFRICANOS EN EL ESTANTES: LA BIBLIOTECA
PÚBLICA LUIZ DE BESSA***

Gustavo Tanus, UFMG

Resumo: Estudo das edições sobre/de africanos e afrodescendentes existentes no acervo da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Esta biblioteca foi escolhida em razão da importância de seu acervo, sua localização central, e por sua missão, como biblioteca pública, de democratizar e popularizar o acesso à cultura impressa. O corpus foi constituído por meio do uso de descritores, a saber: Africana, Afro-brasileira, Autores Africanos, Escritores Africanos, Autores afro, Escritores afro, Cadernos Negros e Negros. Após a constatação de que havia uma lacuna de autores e autoras afro-brasileiros, optou-se pela complementação desse corpus utilizando o índice de autores do Literafro, Portal da Literatura Afro-brasileira, vinculado ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. As 705 publicações recuperadas do patrimônio bibliográfico dessa biblioteca foram analisadas do ponto de vista quantitativo e qualitativo, considerando aspectos como classificação temática das obras, edição/reedição, autoria/gênero, local e data de publicação e editora. A proposta foi realizar um levantamento crítico desse patrimônio bibliográfico, nas obras que são importantes para a efetiva implementação da Lei 10.639/2003, realizando um passeio pelos corredores da biblioteca, a fim de constatar a presença e/ou ausência de autores e autoras africanos e afrodescendentes em suas estantes.

Palavras-chave: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa; Literafro; Literatura africana; Literatura Afro-brasileira; Lei 10.639/2003.

Resumen: Estudio de las cuestiones sobre / los africanos y afrodescendientes en la colección existente de la Biblioteca Pública del Estado Luiz de Bessa. Esta biblioteca fue elegido debido a la importancia de su colección, su ubicación central y su misión como una biblioteca pública, democratizar y popularizar el acceso a la cultura impresa. El corpus se hizo a través del uso de descriptores, a saber: africanos, afro-brasileños, autores africanos, los escritores africanos, los autores africanos, los escritores africanos, libros negros y negros. Después de encontrar que había un hueco de autores y autores africano-brasileños, se decidió complementar este corpus utilizando Literafro el índice autor, literatura Portal afrobrasileña, vinculado al Grupo de Estudio Interdisciplinario de la Otriedad, Facultad de letras de la Universidad Federal de Minas Gerais. Las 705 publicaciones recuperadas del patrimonio bibliográfico de esta biblioteca se analizaron desde el punto de vista cuantitativo y cualitativo, teniendo en cuenta aspectos como la clasificación temática de las obras, emisión / autoría reediación / género, fecha y lugar de publicación y editorial. La propuesta fue realizar una revisión crítica de este patrimonio bibliográfico, las obras que son importantes para la aplicación efectiva de la Ley 10.639 / 2003, la realización de un recorrido por los pasillos de la biblioteca, con el fin de determinar la presencia y / o ausencia de los autores y los autores africanos y descendientes de africanos en sus estantes.

Palabras-clave: Biblioteca Pública Provincial Luiz de Bessa; Literafro; literatura africana; La literatura afro-brasileña; Ley 10.639/2003.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

É possível “retomar por conta própria aquilo que se herdou e dar-lhe um novo sentido, a partir de preocupações diferentes, e em um contexto diferente”? (FLUSSER, 1980, p. 185). Em que “receber pode consistir em tirar partido daquilo que se recebe para exercer uma ação prática sobre a realidade presente do mundo humano”? Se as lutas contra a escravidão haviam sido, num primeiro momento, iniciadas por uma disposição frente às injustiças é com as pessoas reunidas, com a sociedade organizada, que se ganha força e voz para questionar o *status quo*. Da inconformidade contra os abusos, contra os diversos tipos de violência sofrida, às revoltas e quilombos, insurgências contra a instituição da escravidão, das quais Palmares é grande símbolo. Das lutas do Movimento Negro Unificado ao Quilombhoje. Dos precursores dessas lutas, revoltas, sublevações, aos precursores da literatura afro-brasileira, aos contemporâneos, toma-se um caminho às avessas, partindo da portaria da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, entrando nessa casa de cultura, e passeando por seus corredores, a fim de encontrar, em seu patrimônio bibliográfico, publicações sobre/de *africanos* e *afrodescendentes*.

É apenas nos fins do século XIX que o negro brasileiro começa a ser representado, e em grande parte em trabalhos da história dos estudos africanistas no Brasil, o que é revelador da pouca importância a ele atribuída. (QUEIROZ, 1998, p. 18). Desde o século XIX os negros foram conquistando lugar nas letras, em que diversos escritores, tipógrafos, e outros profissionais do texto se inseriram no âmbito da cultura letrada. Ainda distante de ser um país em que todos possuam igualdade de oportunidades, acesso igualitário aos bens culturais, porém, diferente do Brasil de 100 anos atrás, algumas políticas públicas, como a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, vêm começar, agora, no século XXI, a diminuir o nefasto quadro da desigualdade, reparando dívidas que o governo, a sociedade brasileira possui com os cidadãos. A essa lei soma-se outras políticas federais como o Estatuto da Igualdade Racial, que visa “reivindicar a garantia à população negra de uma efetiva igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”, (BRASIL, 2010) ou a Lei de Cotas, Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que permite o acesso dos auto declarados negros, índios e pardos às



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

melhores universidades públicas, dentre outras. A implantação da Lei 10.639/2003 no cenário brasileiro – que dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da rede de ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” – revela uma preocupação com o (re) conhecimento das culturas negras para formação da cultura brasileira. Isso implica que não é apenas uma “reparação de dívida” com a população negra, senão uma reparação com a sociedade brasileira em geral. Sendo ingênuo e até leviano partir do pressuposto de que as leis criam a demanda; sendo apenas uma tardia, (antes tarde do que nunca), consagração de lutas que há muito começaram, em embates de diversas ordens, nos quais pessoas foram duramente aviltadas, torturadas e assassinadas, discursos foram calados, vozes silenciadas e letras apagadas.

Assim, na intenção de buscar esses atores da história e cultura brasileiras, autoras e autores negros, é proposta desse trabalho localizar, no acervo da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, obras de/sobre africanos e afrodescendentes, ou mesmo que trabalharam a temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, com o intuito de identificar o espaço que esses escritores, e essa temática, possuem no acervo da biblioteca. O que um acervo de biblioteca possui em relação às questões editoriais? De maneira geral um livro é editado com vistas a um público, com a intenção de que se torne público-leitor, e o destino final deste livro são as bibliotecas, particulares ou públicas.

O acervo escolhido para esta pesquisa corresponde ao acervo da maior biblioteca pública do estado de Minas Gerais, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, com aproximadamente 250 mil títulos disponíveis para consulta e empréstimo domiciliar. Esta biblioteca foi escolhida em razão da importância desse seu acervo, sua localização central, na capital do estado, e a missão de guarda da cultura impressa e democratização e popularização do acesso a essa cultura. Sendo um local especial, para o leitor interessado em “tomar emprestado”, por meio da pesquisa e leitura, outros tantos pontos de vista, porque “[...] a biblioteca não é só um local para empréstimo de livros, mas um espaço para a operação autêntica de empréstimo de olhos” (BRANDÃO, 2009), lugar para o conhecimento do Outro. Deste modo, o passeio, o trânsito por entre as estantes, permitirá conhecer o acervo da biblioteca, e, tendo constituído um *corpus*, permitirá partir para a análise das edições, na modesta intenção de destacar o valor que a biblioteca pública mais importante do estado de Minas Gerais possui, como referência, o que implica uma necessidade de manter-se de



maneira a acompanhar o desenvolvimento da sociedade à qual se vincula, buscando identificar as conquistas na representação e falhas desta mesma sociedade, que também está refletida nos vazios (lacunas?) entre os livros nas estantes.

2 Africanos e Afrodescendentes – *Status*: disponíveis no acervo

Para que a pesquisa fosse exequível dentro do tempo regular, foi feito um recorte que pudesse ao mesmo tempo adequá-la às condições apropriadas para sua execução, e condizer com uma emulação de pesquisa realizada por um usuário da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, interessado numa efetiva implementação da lei 10.639/2003 e, que, todavia, possa ser iniciante nos estudos sobre o tema. Como o objeto desta pesquisa é parte do acervo da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, um primeiro recorte foi feito por meio do uso de descritores, os quais foram: 1) *Africana*; 2) *Afro-brasileira*; 3) *Autores Africanos*; 4) *Escritores Africanos*; 5) *Autores afro*; 6) *Escritores afro*; 7) *Cadernos negros*; e, 8) *Negros*.

Os dois primeiros descritores *africana* e *afro-brasileira* foram escolhidos por serem modificadores das palavras do gênero feminino, a conter as artes em geral, e também cultura, história etc. Já a escolha do descritor *autores africanos* se deveu à existência de uma importante coleção de mesmo nome, publicada pela Editora Ática, cujo primeiro título surgiu no final da década de 1970, e o último, no início da década de 1990. De modo análogo, optei pelo descritor *escritores africanos*, para complementação do corpus constituído daqueles que se dedicam à escrita, aqueles que produzem a obra. Aos descritores 5 e 6 foi incluído o afixo *afro*, que pode tanto corresponder à palavra *afro-brasileiro*, quanto a *afrodescendente*. A escolha de *Cadernos Negros* se explica pela existência, desde 1978, de uma relevante publicação coletiva de autores afro-brasileiros, cuja periodicidade é, desde o início, regular. O último descritor, *Negro*, foi decidido para poder abarcar todas as publicações que, de alguma maneira, se refiram aos negros. Esse talvez não seja o método mais adequado para realizar um levantamento exaustivo, porque não resulta na recuperação de uma totalidade, mas sim de um recorte, um olhar falho, que implica omissões, ou melhor, vazios na estante, e é, portanto, um olhar mais próprio de um usuário da biblioteca que esteja transitando entre o ignorar e o conhecer. Por isso, desde o princípio não foi interesse partir de uma África e de um Brasil de



nomes próprios, elaborando uma lista ou um rol de nomes de autoridades conhecidas, e que, pelas próprias condições dos modos de representação da sociedade, conseguiram vencer as barreiras da cor, que cria outros impedimentos, como a barreira editorial.¹

No primeiro momento, utilizando os oito descritores, foram recuperados 608 títulos. Com intuito de trabalhar apenas com obras que se referissem, de alguma maneira, à temática em questão, excluíram-se aquelas em cujo título aparece o adjetivo *negro* com outros sentidos, por exemplo, as obras *O mercado negro*, de James Patterson, e *O caldeirão negro*, de Alexander Lloyd, entre outras tantas. Assim, foi feita uma análise minuciosa, a fim de excluir as publicações que não se encaixavam no recorte. Além disso, houve a preocupação de trabalhar apenas com dados que não se repetissem. Para tanto, todos os títulos recuperados foram agrupados em uma planilha, para que fosse possível visualizá-los e, assim, excluir aqueles que consistissem de um mesmo exemplar, haja vista que mesmo título pode ser indexado por mais de um descritor ou assunto, o que gera a possibilidade de existir uma duplicação nos dados coletados. Assim, após análise detalhada dos títulos recuperados, o total foi reduzido a 356 títulos.² Após esse levantamento, foi constatada uma lacuna de autores e autoras afro-brasileiros e, assim, optou-se pela complementação do *corpus* utilizando o índice de autores do *Literafro*, Portal da Literatura Afro-brasileira, que tem como suporte acadêmico e científico o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA, pertencente à Faculdade de Letras da UFMG.

3 O Portal *Literafro*

Já decano, este portal tem como objetivo a divulgação e o estímulo à pesquisa e reflexão sobre a produção literária de brasileiros afrodescendentes. Sendo espaço de articulação de paratextos,³ configura-se, afinal, como espaço de (re) criação de um conceito de literatura afro-brasileira, tendo em vista a ideia de um “lugar rizomático”, (LITERAFRO),

¹ Regina Dalcastagnè, aponta, em seu livro, que o campo literário no Brasil ainda é bastante homogêneo, dominado por autores oriundos do eixo Rio-São Paulo, ligados aos espaços privilegiados de produção do discurso, pertencentes à classe média, sendo, predominantemente, homens e brancos. (DALCASTAGNÈ, 2012).

² Decidi contabilizar as obras que têm o mesmo título, mas que constituem edições diferentes, porque uma reedição implica modificações na obra.

³ “[...] Paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público”. (GENETTE, 2009, p. 9).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conceito deleuzeguattarriano aplicável, de modo geral, à cultura, e à própria literatura afro-brasileira, como um sistema em que não preexistem conceitos formados, um sistema em construção, portanto, aberto a intervenções; uma estrutura cujo interesse não está na ligação entre dois pontos, porque qualquer um desses pontos pode se conectar a quaisquer outros, sem remissão ou derivação a uma unidade. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 4).

Esse portal consiste de uma base de dados que possui um índice de nome de autores e autoras afro-brasileiros de diversas épocas. Ademais das informações bibliográficas sobre esses autores, a base de dados disponibiliza fragmentos das obras, amostragem de textos, apresentando-os por meio da disposição de alguns de seus paratextos, mais especificamente os epitextos, que, segundo Genette, são “[...] todas as mensagens que se situam [...] na parte externa de um livro: em geral num suporte midiático (conversas, entrevistas), ou sob a forma de uma comunicação privada (correspondência, diários íntimos e outros)”. (GENETTE, 2009, p 12). Dos 116 autores e autoras listados no índice, foram recuperados 55 nomes, e 349 obras (Cf. nota 5). Convém ressaltar que foram excluídos da recuperação Machado de Assis e Lima Barreto, porque em uma busca no sistema por autoridade esses autores somam 1001 publicações, número muito elevado para inclusão neste trabalho, em função das restrições de tempo. Estabelecido o universo desta pesquisa, os dados coletados serão tratados no capítulo “Análise do Acervo”, em que constará: uma análise da Classificação Temática das Obras; a cronologia das edições; Edições / Reedições; Coleções; Autoria / Gênero: masculino e feminino; Locais de publicação e Editoras. Após a definição dessas categorias, parte-se para a análise quantitativa, dentro dos capítulos de análise de dados das edições, com o propósito de responder algumas perguntas: dentre autores e autoras que foram recuperados pela busca, quem teve mais títulos incluídos no acervo? Quais são as editoras que mais apareceram no acervo? Qual foi o reflexo da lei 10.639/2003 no incremento do acervo? Dessa forma, pretende-se verificar a presença e a ausência de *africanos* e *afrodescendentes* nas estantes da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, e ainda, realizar um breve estudo das edições recuperadas pelo levantamento, objetivando o esboço de uma espécie de catálogo de autores, autoras e obras que constam do acervo dessa biblioteca, concomitante a um propósito de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

desconstrução da ideia corrente de que não existe material disponível para estudo e pesquisas que possam contribuir para propostas efetivas de aplicação da lei 10.639/2003.⁴

4 ANÁLISE DO ACERVO

4.1 Classificação Temática das Obras

Percorrendo as estantes da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, que se deu por meio de seu software de busca *Pergamum*, foi encontrado um total de 705 títulos, que se dividem entre primeiras edições e reedições, o que demonstrou, de certa forma, uma variedade significativa de títulos, de autores, de local de publicação e editoras. Dessas publicações, cabe observar, conforme a Classificação Decimal de Dewey, CDD,⁵ que 158 títulos foram classificados na classe 300, que corresponde às ciências sociais, sociologia e antropologia, o que representa um pouco mais de 22% do total; e 385 títulos, na classe 800, atribuída às Literaturas, (54% do total). Na classe 900, correspondente a história e geografia, encontram-se 67 títulos, e a classe 700, das Artes, 49 títulos. Ainda analisando as obras por meio da classificação, vale observar que, dentre todas elas, 177 correspondem a obras infanto-juvenis; sendo deste subtotal, 22 foram encontradas por meio dos descritores e 155, por meio do índice de autores do Portal *Literafró*.

Para efeito do cumprimento da Lei 10.639/2003, vale observar que todas as classes temáticas foram, de certa forma, representadas, o que possibilita um começo para a construção de um arcabouço com vistas à efetivação dessa lei. Vale observar que Religião e Línguas, que áreas importantes para o estudo sobre cultura afro-brasileira possuem um pouco mais de 2% do total de obras do acervo. Muito embora seja necessário observar quais são essas obras, seus títulos, o que elas dizem, em que época/contexto foram escritas, pode-se dizer que, em princípio, todos os discursos, todas as ideologias deverão compor os estudos e as leituras sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

⁴ Lei que estabeleceu a obrigatoriedade do “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional [...]”.

⁵ É um sistema de classificação documentária que organiza todo o conhecimento em dez classes principais que se subdividem. Foi desenvolvido, no ano de 1876, pelo bibliotecário estadunidense Melvil Dewey, e ainda é utilizado para classificação dos acervos das bibliotecas, sobretudo nas bibliotecas públicas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

4.2 Cronologia das edições

As publicações sobre africanos e afrodescendentes começaram a surgir no final do século XIX, apesar de o negro africano ter sido introduzido no Brasil pelo tráfico de escravos durante mais de três séculos. (QUEIROZ, 1998, p. 17). Estas primeiras publicações, com pouquíssimas exceções, estavam mais ligadas às ideologias e aos estereótipos próprios de uma estética branca dominante, “[...] a uma mentalidade assimilacionista, que [ainda] privilegia a tradição europeia e relega nossos índios e negros ao plano das simples influências, como se nossa cultura os precedesse [...]”. (QUEIROZ, 1998, p. 17). Assim, seria mais provável encontrar, no acervo da biblioteca, estes primeiros livros, que tratassem de “aspectos ligados às vivências do negro na realidade histórico-cultural do Brasil”. (PROENÇA FILHO, 2004, p. 161). Pelo contrário, por meio do levantamento realizado, constatou-se que curiosamente as obras mais antigas pertencentes a esse acervo são literárias, escritas por escritores negros, escritas por afrodescendentes. Das obras encontradas, destacam-se as seis que representam as mais antigas, que são: *Primeiras trovas burlescas*, (1861), de Luiz Gama; *Obras completas*, (1897), de Gonçalves Crespo; *Evocações*, (1898), de Cruz e Sousa; *Val de lyrios*, (1900), de Bernardino da Costa Lopes; *Primeiras trovas burlescas*, (1904), de Luiz Gama; *Vencidos e degenerados: [chronica maranhense]*, (1910), de Nascimento Moraes.

É importante observar que esses escritores fazem parte da base de dados do Portal *Literafro*, sendo, portanto, escritores brasileiros afrodescendentes. Dessa forma, sendo o conceito de literatura afro-brasileira um conceito novo e em construção, que se constitui ao mesmo tempo em que reelabora um sentido para a história literária canônica brasileira, (LITERAFRO, s.d.) e não sendo recente a presença desses escritores e suas obras no acervo da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, atesta-se a necessidade e importância da reformulação do olhar para as obras que já constituem o acervo. Desde a obra mais antiga até a mais recente, as edições de livros de/sobre africanos e afrodescendentes têm aumentado substancialmente no acervo da biblioteca. Das publicações da década de 1860, tem-se apenas uma, da década seguinte também encontra-se um livro, e das outras, duas publicações até a década de 1920, com seis livros. A partir da década de 1930 o número de obras no acervo começou a aumentar sensivelmente, passou a 22; 24 publicações na década de 1940; e 26, na



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

seguinte. Já da década de 1960, o número de publicações que a biblioteca possui é de 53, e da década de 1970, 40 livros. Contudo, apenas na década de 1980 houve um aumento realmente significativo, de aproximadamente 272% quando comparado à década anterior. Já na década de 1990 esse número se estabilizou em um pouco mais de uma centena de livros adquiridos. A década de 2000 é a que mais se destaca em aquisição de números de obras, 267 no total. Apenas entre os anos de 2000 e 2002, a biblioteca comprou 84 obras, que correspondeu a aproximadamente 80% da década anterior, a de 1990. No ano de implementação da Lei 10.639/2003 até o final da década de 2000, 183 obras foram adquiridas, que representa o período em que maior número de títulos foi comprado. Em relação à década de 2010, vale perceber que nos três primeiros anos já foram incorporadas ao acervo 31 obras, sendo: 19, com 2010 como ano de publicação; 10, de 2011 e 2 de 2012. Desta forma, é possível perceber um provável reflexo desta lei no incremento do acervo da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, o que, de certa forma, corrobora o pressuposto inicial desta pesquisa.

4.3 Edições / Reedições

Com o intuito de conhecer as obras mais editadas disponíveis no acervo, consideraram-se as reedições, que, segundo o dicionário, correspondem a uma “edição de uma obra que se distingue das edições anteriores em virtude de alterações feitas no conteúdo ou na apresentação, ou, ainda, de mudança de editor” (FERREIRA). Em respeito às questões editoriais, essas alterações podem ocorrer por vários motivos, tanto pelo fato da obra estar esgotada, ou porque foram observados deslizes (MORISSAWA, 2008, p. 12).

Apresenta-se, assim, o número de títulos existentes, respeitantes às diferenças entre edições e, ainda, ressalta-se que constarão, neste trabalho, aqueles títulos, ou melhor, as edições de um mesmo título cuja quantidade foi acima de 4, e são: 5 edições da obra *Os Africanos no Brasil*, (1932, 1945, 1946, 1977); 5 de *Casa-grande & senzala*, (1943, 1954, 1958, 1961, 1969); 4 da *A Influência africana no português do Brasil*, (1933, 1935, 1948, 1973); 4 da *A Onda verde; O Presidente negro*, (1946, 1950, 1955, 1964); 4 da obra *Estilos de época na literatura: através de textos comentados*, (2. ed. rev. e amp. 1969, 5. ed. rev. e aum. 1978, 7. ed. 1983, e 9. ed. 1985); e 4 publicações de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, (3 de 1960, correspondendo às 3ª, 4ª e 6ª edições e 2008). As obras cujas reedições



correspondem a três totalizaram 14 obras, das quais mencionam-se *A Cor da pele*, 1981, 4. ed. 1987, 5. ed. 1988; e *Jequitinhonha: poemas*, 2 de 1980, [?] ed. rev. amp. 1997, ambas do poeta Adão Ventura. Vale observar que as obras que foram reeditadas uma única vez correspondem a 54, do universo de 705. Destaca-se a obra *A Influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça, em cujas 4 edições consta a primeira, de 1933, que é considerada um novo marco para o estudo das contribuições e influências africanas às maneiras de falar e escrever o português, (SILVA, 2012) tendo introduzido e legitimado a participação dos falantes negros africanos na constituição do português brasileiro. (CASTRO, 2012). Além dessa obra, classificada dentro da área Línguas, convém citar a obra *Les langues négro-africaines et les peuples qui les parlent*, de 1957, do linguísta francês Liliás Homburger, (1880-1969), considerado uma autoridade em línguas africanas; e as obras recentes: *Dicionário antológico da cultura afro-brasileira: português, Yorubá, Nagô, Angola, Gêge: incluindo as ervas dos orixás, doenças, usos e fitoterapia e fitologia das ervas*, de Eduardo Fonseca Junior; *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*, da professora, etnolinguísta e pesquisadora de línguas africanas Yeda Pessoa de Castro; e os dicionários *Novo dicionário Banto do Brasil* e *Dicionário escolar afro-brasileiro*, ambos do advogado, compositor, escritor, poeta, contista, sambista, pesquisador da cultura afro-brasileira e teatrólogo Nei Lopes. (NEI LOPES, s.d.).

Para finalizar esta seção, vale destacar algumas obras da área de Religião: a primeira edição d' *O animismo fetichista dos negros bahianos*, de Nina Rodrigues, de 1935; as edições brasileira e francesa d' *Os cultos de origem africana no Brasil*, de Edison Carneiro, ambas de 1959; *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*, do professor Vagner Gonçalves da Silva; *Kitábu: o livro do saber e do espírito negro-africano*, de já citado Nei Lopes; *Herói com rosto africano: mitos da África*, do psicoterapeuta afro-americano Clyde W. Ford; e *Mitologia dos orixás*, do professor e sociólogo Reginaldo Prandi.

4.4 As Coleções

De acordo com o levantamento, nas descrições de algumas obras aparecem a respectiva *série* ou *coleção* na qual se inserem. A Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, distingue esses dois termos próprios da edição de livros, definindo a *série* como um “conjunto de itens, sobre um tema específico ou não, com autores e títulos próprios, reunidos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

sob um título comum” (ABNT, 2006, p. 3) e a *coleção* como um “conjunto limitado de itens, de um ou diversos autores reunidos sob um título comum, podendo cada item ter título próprio” (ABNT, 2006, p. 2). Em uma definição mais clara, *coleção* seria “uma obra completa com determinados volumes”, o que implica ter registro de cada volume e um para a coleção propriamente dita, e *série*, “um título coletivo que se aplica ao grupo como um todo e volumes infinitos” (ISBN, s.d.), podendo ser atribuído, um registro para cada volume. Para efeito de ilustração da diferença entre esses termos, dá-se o exemplo de uma coleção em especial, Aventuras de Luana, da Editora FTD, escrita por Oswaldo Faustino,⁶ na qual foram publicados 4 livros: *Luana, a menina que viu o Brasil neném*; *Luana e as sementes de Zumbi*; *Luana, capoeira e liberdade*; e *Luana e as asas da liberdade*, em que cada volume, ou título, obteve um registro individual. No acervo da biblioteca foram recuperados apenas os três primeiros títulos. Em relação ao universo da biblioteca, conforme as descrições bibliográficas recuperadas, 241 obras pertencem a coleções e, 10 a séries.

A Coleção *Brasiliiana*, da Companhia Editora Nacional, compõe-se de volumes escritos por autores dos mais variados campos científicos, cujas obras se debruçaram sobre o Brasil. No acervo da Biblioteca Pública Luiz de Bessa encontram-se 19 obras; destacam-se algumas delas: cinco edições da obra *Os africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues; três edições d’*O negro brasileiro*, de Arthur Ramos; a tradução brasileira da obra sobre a religião afro-brasileira *Le candomblé de Bahia* (Rite Nagô), de Roger Bastide; duas edições do livro *Sincretismo religioso afro-brasileiro*, de Waldemar Valente e Amaro Quintas; *Os mitos africanos no Brasil: ciência do folk-lore*, de Souza Carneiro; duas edições da obra *História da alimentação no Brasil*, de Câmara Cascudo, de 1968, que trata da “dieta africana”; *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; e *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, de Luís Aguiar da Costa Pinto.

A segunda coleção em número de obras é a Coleção *Veredas*, da Editora Moderna, com 12 obras, de quatro autores diferentes. Dentre eles, destaca-se a presença de três autores que constam do rol do *Literafro*, são eles: Júlio Emílio Braz, com as obras *Crianças na escuridão*, edições de 1991 e 1994, *Na selva do asfalto*, de 1994, e *Sete faces do terror*;

⁶ Escritor incluído no *Literafro*.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Rogério Andrade Barbosa, com as obras *A morte ronda o Kalahari*, de 1992, *O Enigma dos chimpanzés*, de 1995, e *O tesouro de Olinda*, de 1996; e Joel Rufino dos Santos, com as obras *Ipupiara*, o devorador de índios, de 1985, e *O soldado que não era*, de 1992.

A terceira maior coleção em número de obras no acervo da biblioteca é a *Autores Africanos*, da Editora Ática, que publicou, desde o final da década de 1970 e início da década de 1990, 27 autores africanos, priorizando aqueles dos países que têm o português como língua oficial. Essa coleção foi importante porque trouxe ao conhecimento do público leitor brasileiro diversos autores nascidos no continente africano, cujos países, naquele período, passavam por diversos conflitos e guerras civis. (SAMPAIO, 2008, p. 48-49). Os autores publicados pertenciam aos países: Angola, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Guiné, Moçambique, Nigéria, Senegal, Somália e Tunísia. No acervo da biblioteca, foram recuperadas, por meio da pesquisa pelo descritor *Autores Africanos*, as obras: os angolanos: Jofre Rocha, com *Estórias do musseque*, v. 5, de 1980; Boaventura Cardoso, com *Dizanga dia Muenhu: contos*, v. 16, de 1982; e Agostinho Neto, com *Sagrada esperança*, v. 24, de 1985. Os caboverdianos: Manuel Lopes, *Os flagelados do vento leste*, v. 2, de 1979; e Manuel Ferreira, com *Hora di bai*, v. 6, de 1980; o moçambicano, Orlando Mendes, com *Portagem: romance*, v. 9, de 1981; o marfinense Bernard Binlin Dadie, com *Climbie: romance*, v. 12, de 1982; e o nigeriano Chinua Achebe, com *O mundo se despedaça: romance*, v. 17, de 1983.

Ainda sobre essa coleção, é importante ressaltar que ela é uma das responsáveis por apresentar autores africanos aos leitores brasileiros, oferecendo contato com a realidade da produção literária desses países africanos, o que contribui para a diminuição das imagens estereotipadas sobre aquele continente. De modo geral, toda editora mantém diversas coleções em seu catálogo. Isso denota conhecimento dos interesses do público leitor ao mesmo tempo em que ela contribui para a formação desses como leitores. Do total de 303 editoras recuperadas por meio do levantamento, vale apontar que 87 mantêm pelo menos um volume de sua coleção no acervo, e cerca de 40% dessas editoras apresentam mais de um volume de uma coleção.

4.5 Autoria / Gênero: masculino e feminino

Para a apresentação da autoria ressalta-se que os escritores e escritoras que foram recuperados pelo levantamento, aparecendo apenas uma vez, totalizam 219. Há que se dizer



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

que algumas escritoras e escritores tiveram mais de uma obra sob sua responsabilidade intelectual, seja como autor principal, secundário, organizador, colaborador, tradutor, entretanto, apresentam-se apenas aqueles com mais de 10 publicações. São eles, Júlio Emílio Braz, com 64; Joel Rufino dos Santos, com 45; Rogério Andrade Barbosa, com 42; Muniz Sodré, com 17; Adão Ventura, com 14; Edimilson de Almeida Pereira, com 12; Arthur Ramos, Domício Proença Filho e John Maxuell Coetzee, cada um com 11; e Cruz e Sousa, com 10. É interessante notar que os seis primeiros autores com mais obras publicadas são escritores que constam do índice de autores do portal *Literafro*, e, juntos, são responsáveis por 194 obras no acervo da biblioteca. Nessa tabela, destaca-se ainda que desse portal estão representados 31 autores e autoras com 321 obras, como, por exemplo, Domício Proença Filho, Nei Lopes, Ruth Guimarães, Cruz e Souza, Luiz Gama, Carolina Maria de Jesus, Gonçalves Crespo, Abdias do Nascimento, Bernardino da Costa Lopes, Conceição Evaristo, Cyana Leahy-Dios, Heloisa Pires Lima, dentre outros. Com onze obras, destaca-se Arthur Ramos, com estudos das ciências sociais, e John Maxuell Coetzee, autor sul-africano, bastante premiado e ganhador, no ano de 2003, do Prêmio Nobel de Literatura.

Além daqueles representados nessa tabela, destacam-se um autor e uma autora, ambos integrantes do *Literafro*, que foram recuperados pelo levantamento, apenas uma vez. São eles: José do Patrocínio, escritor e político brasileiro, defensor das causas abolicionistas e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras; (JOSÉ DO PATROCÍNIO, s.d.), Maria Firmina dos Reis, mulher, bastarda e mulata que viveu em um contexto de extrema segregação racial e social, considerada a primeira romancista brasileira, (MARIA FIRMINA DOS REIS, s.d.) com a obra *Úrsula*: romance original brasileiro, editada no ano de 1859, tendo a biblioteca a quarta edição, de 2004, cujo texto atualizado e o posfácio são de autoria do professor e pesquisador Dr. Eduardo de Assis Duarte.

A questão do gênero envolve, como se sabe, um problema social, tendo íntima aproximação com o lugar social que é imposto às mulheres. Este lugar é regido por aquilo que Pierre Bourdieu chamou de “imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça”. (BOURDIEU, 2012, p. 12). Até o século XIX, as escritoras estiveram ausentes da historiografia literária brasileira, porque o lugar da escrita, da literatura, não comportava as mulheres, e, tendo conquistado este espaço, paulatinamente, por meio de lutas, tendo conquistado o direito à escrita, à publicação, elas vêm, desde então,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conquistando, gradualmente, os espaços nas estantes da biblioteca. Se em um primeiro momento isso foi um obstáculo a ser superado, a questão ainda não foi de todo resolvida, haja vista a pequena presença das autoras, silenciadas ou excluídas, nos compêndios e manuais de historiografia literária. É interessante notar que as escritoras com mais obras possuem cada uma 7. São elas: Nadine Gordimer e Ruth Guimarães.

A primeira é uma escritora sul-africana, em cuja literatura denuncia a deteriorização social de seu país em épocas do regime do *apartheid*,⁷ vencedora do prêmio Nobel de Literatura no ano de 1991. Ruth Guimarães, autora elencada no *Literafro*, é poeta, romancista, contista, cronista, jornalista, teatróloga, professora, tendo lecionado Língua Portuguesa por mais de 30 anos em escolas da rede pública do estado de São Paulo, (RUTH GUIMARÃES, s.d.), ela ainda é tradutora, autora de diversos livros infantis e pesquisadora de literatura oral no Brasil. (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004; SOUZA, 2012). Das sete obras recuperadas pelo levantamento constam: o romance *Água funda*, de 1949; duas edições do *Dicionário de Mitologia Grega*, 1977/1983; e as traduções das obras *Buda e Jesus: diálogos*, de Carrin Dunne, 1998; *Notas do subsolo: e outros contos*, de Fiodor Dostoievski; e seleção e tradução de contos de Alphonse Daudet e Dostoievski, publicados como *Os melhores contos de Alphonse Daudet*, 1987; *Os melhores contos de F. Dostoievski*, 1987.

Para apresentação dos gêneros, em relação ao universo da biblioteca, dos 308 autores, 214 são homens, sendo que 43 pertencem ao *Literafro*, as mulheres são 76, sendo 15 pertencentes ao portal *Literafro*. As autorias institucionais, como universidades, museus, arquivos, bibliotecas, etc., são 18 no levantamento realizado por meio dos descritores (excluído, obviamente, o portal *Literafro*, que reúne nomes de escritores e escritoras).

4.6 Locais de publicação

A respeito das 705 obras, 683 correspondem às edições com apenas uma cidade como local de publicação, pois o restante, 22 obras, foram coeditadas (publicadas por duas ou mais editoras). Nota-se, que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são as mais produtivas, em relação às publicações, com 340 e 178, respectivamente. E da cidade de Belo Horizonte, apareceram 82 publicações – foram recuperadas quantidades substanciais de publicações da

⁷ Regime político de segregação racial, em que a minoria étnica branca subjugava a maioria dos cidadãos, cerceando-os da participação política e dos direitos fundamentais.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Mazza Edições. Foram encontradas publicações em cujo local aparecem o *sine loco*, que significa, na descrição bibliográfica, a indicação da ausência de especificação do lugar de publicação. As demais 64 obras foram publicadas por locais de publicação variados, brasileiros e estrangeiros.

4.7 As Editoras

Uma definição de *editora* como uma “organização, empresa ou instituição que publica obras impressas, gravadas” é suficiente para começar a entendê-la, mas não para compreender todos os procedimentos que envolvem a edição de um livro, que se iniciam primeiro como um projeto do autor, seu original, que é passado à editora e seus profissionais da edição, que coordenam os processos de editoração – preparação de original, diagramação, revisão de provas, impressão, acabamento –, a culminar no objeto livro, que logo passa pelas mãos pelo distribuidor, do livreiro, até chegar a uma biblioteca, ser organizado na estante, pelos bibliotecários, e estar disponível ao leitor. Assim, acredita-se ser importante intercalar este parágrafo com um breve e, portanto, incompleto histórico da impressão de livros no Brasil, a fim de que se possa retomar a análise, com foco nas editoras cujas publicações fazem parte do levantamento, no acervo da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, dos “africanos e afrodescendentes”.

Voltando um pouco no tempo, neste pequeno histórico da impressão de livros no Brasil, houve, desde os primeiros séculos da colonização portuguesa, um impedimento da metrópole para que aqui se implantasse a impressão. (HALLEWELL, 1985, p. 5). Esse impedimento, diferente do que ocorreu nas colônias portuguesas da Ásia e da África, fazia parte de um projeto de controle político metropolitano, que não foi suficiente para refrear as necessidades de publicação. Nas Américas espanhola e inglesa quando a administração se tornou complexa, a tipografia se fez necessária e se desenvolveu; já no Brasil, a administração conservou-se simples a ponto de não demandar seu desenvolvimento. (HALLEWELL, 1985, p. 13). Registra-se que, ainda no século XVII, a instalação da tipografia no Brasil teria sido proposta pelos holandeses, o que não chegou a se efetivar também pelo fato de terem sido expulsos do Brasil pelos portugueses. (HALLEWELL, 1985, p. 12-13). O primeiro livro impresso na América portuguesa é datado da primeira década do século XVIII, tendo sido impresso pelos jesuítas. Donos de grandes bibliotecas e diversas impressões foram expulsos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

do Brasil, em 1759, pelo marquês de Pombal, que “via na imprensa colonial [...] uma fonte do poder e da influência [deles]”. (HALLEWELL, 1985, p. 11). No que diz respeito às restrições oficiais de impressão no país, diz-se muito sobre o alvará de D. Maria I, promulgado em 1785, que proibia a instalação de fábricas e manufaturas no Brasil, e, sendo o livro um objeto manufaturado, teria sido, por esse documento, proibido. Entretanto, há o registro de uma proibição às “letras impressas”, regulamentada pelo alvará de 1720, pelo que é possível inferir que, no Brasil, havia alguém imprimindo e, portanto, precisava ser impedido. (HALLEWELL, 1985, p. 21).

Avançando um pouco mais na história, omitindo importantes nomes em várias iniciativas de impressão, a chegada da corte portuguesa marcaria um novo momento para o Brasil. Foram criadas diversas instituições, um aparato administrativo que permitisse à corte reger seu império. Destacam-se como grandes modificações estruturais que impulsionaram o desenvolvimento do impresso no Brasil, a revogação do alvará de D. Maria I, em 1808, a criação da Imprensa Régia, e a criação da Biblioteca Nacional, em 1810. Enquanto a revogação do alvará derrubava os impedimentos formais para a instalação de tipografias no Brasil, a criação da imprensa demandava a importação de maquinários, o desenvolvimento de profissionais do texto, ao mesmo tempo em que se desenvolvia um sistema de consumo desses impressos. Já a criação dessa biblioteca que, no primeiro momento, edificava um lugar para o acervo régio, inaugurava as bibliotecas oficiais no país. Disto isto, e sintetizando um pouco mais, avança-se, a propósito, ao Rio de Janeiro do século XIX, a fim de se aproximar de Francisco de Paula Brito, aquele que, nos dizeres de Machado de Assis, foi o “primeiro editor digno desse nome que houve entre nós”. (HALLEWELL, 1985, p. 79). Precursor da imprensa negra, Paula Brito foi representativo da manifestação estético-política afrodescendente, e o primeiro editor de Machado de Assis. (SILVA, s.d.). Justifica-se a inclusão desta breve apresentação e localização pelo fato de ele constar do índice de autores do portal *Literafro*, importante base de dados de literatura afro-brasileira, utilizada para a complementação do *corpus* deste trabalho.

Passemos à análise das editoras. Diferente dos resultados correspondendo aos locais de publicação apresentam-se As quatro primeiras editoras com o maior número de obras no acervo da Biblioteca Pública são a FTD, Ática, Moderna e Mazza Edições, com, respectivamente, 32, 29, 25 e 24. Para adequação à lei 10.639/2003 e não por ela, convém



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ressaltar que a cidade de Belo Horizonte sedia duas editoras, a Mazza Edições e a Nandyala, que se dedicam em publicar obras importantes de autores e autoras, de vários países de África, e escritores e escritoras afrodescendentes que trabalham com a temática ligadas ao que essa lei estabelece.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o levantamento das obras no acervo da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, pode-se perceber que as obras do acervo desta biblioteca contemplam todas as áreas do conhecimento. A Literatura apresenta o maior número de obras, o que atende aos propósitos da leitura literária, tão necessária. Entretanto, essa biblioteca não pode confundir-se com biblioteca especializada ou mesmo escolar, sendo, portanto necessário que ela distribua seu acervo dentro de outras áreas, como, por exemplo, Filosofia, Religião e Línguas, que ainda não possuem uma quantidade satisfatória de obras, que são bastante necessárias para o conhecimento da história e cultura. Ainda, observa-se que os livros dedicados à arte africana e afro-brasileira ainda são poucos. De todo o modo, pela análise das datas das edições, é possível afirmar que a Biblioteca Estadual Luiz de Bessa vem se preocupando mais com uma extensão temática de seu acervo, visando atender a todas as necessidades.

Foi possível perceber uma dinâmica de publicações em que África e Afro-Brasil, *africanos* e *afrodescendentes*, são temas e autores de literatura infanto-juvenis. O que em algumas poucas décadas atrás seria lugar para a poesia e a prosa – vale lembrar dos *Cadernos Negros*, que publicaram diversos autores estreados na literatura – hoje é lugar para arte dedicada às crianças e aos jovens. É possível que a lei 10.639/2003 tenha influenciado a escolha do gênero, mas acredita-se mais na aliança entre necessidades mercadológicas (os governos são os maiores compradores de livros) e a intenção de modificar a sociedade, a partir dos pequenos, por meio de arte e literatura.

No acervo da biblioteca encontram-se obras do século XIX e obras editadas mais recentemente, o que demonstra que há, na política de aquisição de obras, uma preocupação em atender às necessidades de seu público leitor. Além disso, vale ressaltar que a Biblioteca incorporou significativamente um grande número de obras em seu acervo após 2003, sendo possível afirmar que a lei 10.639/2003 causou impacto em sua coleção. É interessante



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

perceber que há uma quantidade de diferentes edições de uma mesma obra no acervo. A compra de uma nova edição de um mesmo título demanda o conhecimento das necessidades dos usuários, a fim de que não sejam desperdiçadas as verbas de que se dispõe para a aquisição de livros. Isso implica que esta biblioteca demonstra sua preocupação na manutenção de um acervo dinâmico e adequado às necessidades de informação de cada usuário.

Quanto às coleções, salienta-se que se elas desempenham um papel importante dentro de uma editora, organizando suas escolhas editoriais e definindo seu público, elas são importantes para a constituição do acervo da biblioteca, conferindo a ela uma organicidade desejável à instituição. Assim, uma coleção *Brasiliana* de uma editora que organiza suas publicações dentro desse tema, com publicações que tratam dos vários aspectos da vida e da cultura brasileira – destaca-se a inclusão de obras sobre negros na coleção da Editora Nacional – poderá contribuir para a definição do arranjo dessas publicações no interior da biblioteca, organizando autores e autoras *afro-brasileiros*, cujas obras tratem sobre o Brasil, a uma coleção sobre Brasil, no seio da *Brasiliana*. De modo semelhante, talvez fosse possível realocar as obras, na mesma intenção da Coleção *Autores Africanos*, da Editora Ática, organizando os autores e autoras *africanos* que estão dispersos na biblioteca, no interior de uma coleção África. Sobre gênero dos autores, destaca-se a presença de escritores e escritoras, com seus vários papéis intelectuais assumidos, como responsáveis intelectuais, colaboradores, organizadores, tradutores, presença maior do que a de autores entidades, representadas por instituições, como universidades, bibliotecas, museus e arquivos.

Entre autores e autoras, a mulher ainda assume um espaço menor quando comparado com os resultados para o gênero masculino, reflexo de uma sociedade que ainda é desigual em relação às mulheres. Contudo, percebe-se que isso está em mudança na sociedade, o que reflete e refletirá ainda mais na (re) constituição do acervo. Tal mudança não mais está atrelada apenas ao fato de que hoje as mulheres escrevam mais, mas também com as novas possibilidades de publicações, pela criação de novas editoras. É óbvio que esse espaço é um território conquistado por meio de lutas, em que vozes se tornaram letras, e estas se tornaram livros. Há, ainda hoje, uma necessidade de que esses livros, cujos títulos têm aumentado significativamente, tornem a ser letras, que amplificam as vozes. Isso não é apenas possível acontecer por meio das políticas de aquisição de obras, mas, sobretudo, por meio da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

mobilização da própria sociedade, pelo interesse pelas letras, pelas palavras e pela voz das mulheres. Aproveitando esse último parágrafo, destaca-se a criação das editoras Mazza Edições e Nandyala, ambas belo-horizontinas, idealizada por mulheres, que poderá modificar o eixo de publicação Rio-São Paulo, em relação às temáticas referentes aos *africanos* e *afrodescendentes*, pela missão que assumiram: publicar obras sobre culturas africanas e afro-brasileira, de autores *africanos* e *afrodescendentes*.

Para concluir, reitera-se que os dados expostos nesta pesquisa não são fixos, pois o próprio objeto empírico, o acervo da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, é tão dinâmico quanto a sociedade pode ser. A biblioteca, que vem incorporando com regularidade novas obras, títulos, novos exemplares em suas estantes, vem adquirindo obras que aumentam a representatividade dos negros, dos africanos, dos afrodescendentes em seu acervo. Pode-se, por fim, dizer que a biblioteca pública, a maior biblioteca do estado de Minas Gerais, com a missão de dar acesso aos bens culturais, está em trânsito, buscando adequar-se aos novos tempos, às novas e importantes necessidades. Assim, espera-se, a partir desse passeio pelas estantes dessa biblioteca, da modesta visibilidade que este trabalho conferiu ao acervo, despertar o interesse pelas leituras, que é, talvez, uma das melhores maneiras de se conhecer o Outro.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. **Na captura da voz:** as edições da narrativa oral no Brasil. Belo Horizonte: FALE/UFMG; Autêntica, 2004.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **6029:** Informação e documentação – Livros e folhetos. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Biblioteca da Fale já funciona 24 horas, todos os dias. In: UFMG. *Notícias*. [23 out. 2009]. Disponível em:
<<https://www.ufmg.br/online/arquivos/013519.shtml>> Acesso em: 20 out. 2013.

CANDIDO, Antonio. Dez livros para conhecer o Brasil. **Revista Teoria e Debate**, n. 41, set. 2000. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/17/antonio-candido-indica-10-livros-para-conhecer-o-brasil/> Acesso em: 23 out. 2013.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CAROLINA MARIA DE JESUS. In: LITERAFRO. Disponível em:
<<http://150.164.100.248/literafro/verAutor.asp?id=40>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Prefácio. In: MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Apresentação de Alberto da Costa e Silva e prefácio de Yeda Pessoa de Castro. Brasília : FUNAG, 2012. (não numerada).

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo; Rio de Janeiro: Horizonte; Editora da Uerj, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34. 1995. p. 4.

DOMÍCIO PROENÇA FILHO. In: LITERAFRO. Disponível em:
<<http://150.164.100.248/literafro/verAutor.asp?id=49>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afrodescendência. In: LITERAFRO. Disponível em: <<http://150.164.100.248/literafro/data1/artigos/artigoeduardoliteraturaeafro2-1.pdf>> Acesso em: 26 set. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário eletrônico Aurélio**. Versão 5.11a.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista Escola de Biblioteconomia**, v. 2, n. 9, set. 1980. p. 131-138.

FTD EDITORA. Disponível em: < <http://www.ftd.com.br/a-ftd/>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. (Artes do livro, 7).

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

IANNI, Octavio. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

ISBN. Agência Brasileira de ISBN. Disponível em: <<http://www.isbn.bn>>.

JOSÉ DO PATROCÍNIO. In: LITERAFRO. Disponível em:
<<http://150.164.100.248/literafro/verAutor.asp?id=84>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

LITERAFRO. Faculdade de Letras. NEIA. Disponível em: <www.letras.ufmg.br/literafro>. Acesso em: 08 jul. 2013.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MARIA FIRMINA DOS REIS. In: LITERAFRO. Disponível em:
<<http://150.164.100.248/literafro/verAutor.asp?id=102>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

MORISSAWA, Mitsue. O manuscrito e o processo de edição. In: QUEIROZ, Sônia (Org.). **Editoração: arte e técnica**. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008. p. 11-17. (Cadernos Viva Voz).

NEI LOPES. In: LITERAFRO. Disponível em:
<<http://150.164.100.248/literafro/verAutor.asp?id=110>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos avançados**, São Paulo, v.18, n.50, p. 161-193, jan./abr. 2004.

QUEIROZ, Sônia. **Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RUTH GUIMARÃES. In: LITERAFRO. Disponível em:
<<http://150.164.100.248/literafro/verAutor.asp?id=124>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

SAMPAIO, Neide Aparecida de Freitas. **Por uma poética da voz africana: transculturações em romances e contos africanos e em cantos afro-brasileiros**. Dissertação de Mestrado (Teoria da Literatura. Literatura, História e Memória Cultural) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. Apresentação. In: MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Apresentação de Alberto da Costa e Silva e prefácio de Yeda Pessoa de Castro. Brasília : FUNAG, 2012. (não numerada).

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. **Paula Brito: o precursor da imprensa negra e do conto brasileiro**. In: LITERAFRO. Disponível em:
<<http://150.164.100.248/literafro/data1/autores/114/paulabritocritica01-2.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

SOUZA, Josiley Francisco de. **Do canto da voz ao batuque da letra: a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil**. 2012. 201 f. Tese (Literatura Comparada. Literatura, História e Memória Cultural). – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Nome da Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

**BIBLIOTECA PÚBLICA DISTRITAL DE SOUSAS GUILHERME DE ALMEIDA:
CONFLUÊNCIAS ENTRE MUSEOLOGIA SOCIAL E INFOEDUCAÇÃO**

***BIBLIOTECA PÚBLICA DISTRITAL DE SOUSAS GUILHERME DE ALMEIDA:
CONFLUENCIAS ENTRE MUSEOLOGÍA SOCIAL Y INFOEDUCACIÓN***

Juliana Maria de Siqueira, MIS/Campinas, ULHT

Resumo: A Museologia e a Biblioteconomia encontram, na abordagem social das Ciências da Informação, as bases epistemológicas para sua integração. Orientadas por essa convergência, as bibliotecas públicas municipais podem atuar como dispositivos vivos de apropriação cultural, que promovem o aprendizado informacional e tecnológico, a construção de identidades socioculturais e a produção de sentidos por sujeitos emancipados, voltados para o Bem-Viver de sua comunidade. Na Biblioteca Pública Distrital de Sousas Guilherme de Almeida, o estudo sobre os acervos produzidos entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70, a partir da atuação da bibliotecária Zuleika Godoi Gomes, revelou a existência de experiências concretas dessa integração, pioneiras no município de Campinas, SP. No ano em que a instituição completa 50 anos de funcionamento, uma equipe intersetorial formada por servidores da unidade e da Coordenadoria de Extensão Cultural, responsável pelos museus municipais, busca retomar essa convergência, numa perspectiva contemporânea que põe em diálogo a Museologia Social e a Infoeducação. Dessa vez, o trabalho proposto se fundamenta em noções ampliadas do patrimônio e da identidade local, orientando-se para os valores da inclusividade, da diversidade e da autodocumentação, priorizando o protagonismo cultural dos sujeitos envolvidos nos processos informacionais e educativos.

Palavras-chave: Apropriação Cultural. Bibliotecas. Infoeducação. Museologia Social. Protagonismo Social.

Resumen: La Museología y la Bibliotecología encuentran, en el enfoque Social de las Ciencias de la Información, las bases epistemológicas para su integración. Guiadas por esta convergencia, las bibliotecas públicas municipales pueden actuar como dispositivos vivos de apropiación cultural, que promueven el aprendizaje informacional y tecnológico, la construcción de identidades socioculturales y la producción de significados por los sujetos emancipados, dirigidos al Buen-Vivir de su comunidad. En la Biblioteca Pública Distrital de Sousas Guilherme de Almeida, el estudio de las colecciones que se producen entre finales de los años 60 y principios de los años 70, a partir de la actuación de la bibliotecaria Zuleika Godoi Gomes, reveló la existencia de experiencias concretas de esta integración, pioneras en Campinas, SP. En el año en que la institución cumple 50 años de operación, un equipo intersectorial formado de los servidores de la unidad y de la Coordinación de Extensión Cultural, responsable de los museos municipales, buscar reanudar esta convergencia, desde una perspectiva contemporánea que pone en diálogo la Museología Social y la Infoeducación. Esta vez, el trabajo propuesto se basa en nociones ampliadas del patrimonio y la identidad local, orientado por los valores de la inclusividad, la diversidad y la auto-documentación, priorizando el protagonismo cultural de los sujetos implicados en los procesos informacionales y educativos.

Palabras-clave: Apropiação cultural. Bibliotecas. Infoeducação. Museología Social. Protagonismo Social.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 BIBLIOTECAS E MUSEOLOGIA SOCIAL: EM BUSCA DE CONVERGÊNCIAS

No Brasil, as convergências teóricas entre as áreas da Biblioteconomia e da Museologia têm sido exploradas ao longo da última década, tendo em vista uma realidade acadêmica recente, configurada pela instalação de novos cursos de Museologia em Escolas de Ciência da Informação (que tradicionalmente abrigaram cursos de Biblioteconomia), em um cenário de poucas produções científicas a fazer face a essa convivência institucional.

Nos trabalhos de Carlos Alberto Ávila Araújo (2010 e 2011) encontramos um esforço para realizar tal integração epistemológica, de forma harmônica e produtiva, a partir do conceito original de *informação*, que remete à ação humana sobre o mundo e sua correspondente produção simbólica. Refazendo o percurso histórico dessas áreas, Araújo identificou uma variedade de perspectivas que levaram à superação do seu paradigma custodial e tecnicista, em favor de uma abordagem que valoriza aspectos como o uso, os significados, o contexto e os atores dos processos informacionais. De modo sucinto, nota-se um crescente alargamento da concepção da informação, que de um recorte meramente físico passa a abarcar dimensões cognitivas e sociais. Num primeiro momento, a perspectiva funcionalista, desenvolvida a partir do final do século XIX, suscitou o debate sobre a utilidade ou a função das instituições, sugerindo sua atuação mais dinâmica e com maior impacto sobre a vida coletiva, principalmente por meio do desempenho efetivo de funções culturais e pedagógicas. A corrente crítica, em oposição, trouxe à luz as dinâmicas de poder e dominação subjacentes às práticas de arquivos, bibliotecas e museus, questionando sua suposta neutralidade e objetividade. O enfoque sobre os sujeitos emerge no início do século XX e gradativamente muda a visão do usuário ou visitante como alvo das ações institucionais para construtor ativo de significados e interpretações, desenvolvendo estratégias de apropriação conforme suas necessidades informacionais. Contemporaneamente, os estudos nesses campos se voltam para as formas de interação e mediação entre as instituições e o público, que passam a enfatizar o caráter dialógico e participativo dos processos de informação, em lugar da transmissão ou difusão de conhecimentos. Nessa linha, Araújo identifica a Nova Museologia, vertente da qual se alimenta a Museologia Social.

Explorando-se as perspectivas *sociais* da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e da Museologia, outros pontos de confluência epistemológica podem ser desenvolvidos,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

reforçando-se a perspectiva apontada por Araújo. Admitindo-se a natureza transversal desses campos, poderíamos sobrepor e cruzar, ao conceito de informação, outras tramas conceituais, que especificam o caráter dos processos informacionais e museológicos sociais: eles são, integral e simultaneamente, comunicacionais/dialógicos, educativos e cognitivos. Neles, fazer, conhecer e viver encontram-se em congruência: desempenham-se por meio do exercício da linguagem, na comunicação, numa produção ativa (de si e da própria realidade) em que a aprendizagem se pauta por um critério vital. Encontraremos na *Biologia do Conhecer*, de Maturana R. e Varela G. (1995) um fundamento filosófico para essa convergência teórica.

A transversalidade, contudo, é sempre mais evidente quando tratamos de casos concretos. Em termos práticos, a integração entre a Biblioteconomia e a Museologia já tem sido operada, há décadas, pela atuação de sujeitos que, tomando a biblioteca a partir de uma compreensão mais ampla de seu papel social, produziram ações que desafiam os limites rígidos entre esses campos teóricos e demonstram a sua imbricação real. É o caso dos projetos desenvolvidos por Zuleika Godoi Gomes, entre finais dos anos 60 e início dos anos 70, na Biblioteca Pública Distrital de Sousas Guilherme de Almeida, situada no município de Campinas, interior do Estado de São Paulo. Como veremos, é a partir dos interesses dos sujeitos locais pelo reconhecimento de seu território que a Biblioteca passou a atuar como um dispositivo que vai além da difusão cultural do livro e da informação, em direção ao reconhecimento de um patrimônio local por meio do protagonismo e da apropriação cultural – considerando-se, certamente, as condições históricas e a consciência possível que limitavam a aplicação desses conceitos.

O reconhecimento e a compreensão dessa experiência oferecem fundamentos para, contemporaneamente, retomar a trilha aberta por aquela bibliotecária e nela aprofundar-nos em direção à construção participativa de processos educativos dialógicos, que envolvam dimensões técnicas, simbólicas, históricas, culturais, sociais e políticas da informação. Essa é a proposta de um grupo de trabalho intersetorial, formado por integrantes da Biblioteca Distrital e da Coordenadoria de Extensão Cultural da Secretaria de Cultura de Campinas, responsável pelos museus públicos municipais e pelo desenvolvimento de um programa de memória e museologia social ao qual essa ação se vincula. Busca-se, na práxis reflexiva, explorar os pontos de convergência entre a Infoeducação (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007) e a Museologia Social (CHAGAS; GOUVEIA, 2014) na produção do Bem-Viver (GUDYNAS, 2011) da comunidade



local. Dessa vez, o trabalho proposto se fundamenta em noções ampliadas do patrimônio e da identidade, orientando-se para os valores da inclusividade, da diversidade e da autodocumentação, priorizando o protagonismo cultural dos sujeitos envolvidos nos processos informacionais e museológicos de natureza essencialmente educativa.

2 A EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA DISTRITAL DE SOUSAS NOS ANOS 60 E 70

2.1 Breve contextualização do território

Sousas é um Distrito rural de Campinas, localizado na macrorregião Leste do Município, com aproximadamente 20 mil habitantes, distribuídos em 64 mil km². Seu povoamento teve início em 1830, quando Aleixo Antônio de Godoi e Bernardo José Sampaio ocuparam as terras à margem direita do Rio Atibaia. O nome do distrito faz referência à família a quem a Coroa Portuguesa havia concedido as maiores sesmarias da região. Os primeiros exploradores iniciaram a formação de fazendas destinadas ao cultivo do café, que logo se tornaria o grande propulsor da economia local. As diferentes massas de trabalhadores que se sucederam como mão-de-obra agrária compõem majoritariamente o perfil populacional atual: descendentes de escravizados, de imigrantes europeus, com predominância de italianos, e de migrantes mineiros e paranaenses.

Após a decadência da produção cafeeira, por muito tempo, o distrito conservou-se à margem do desenvolvimento industrial de Campinas, preservando aspectos de um modo de vida tradicional, embora se beneficiando de uma boa infraestrutura de serviços. Marcado por um relativo isolamento, Sousas abrigou, ainda, o Sanatório Dr. Cândido Ferreira, instalado em 1924 e inaugurado oficialmente em 1929 com o nome de Hospício para Dementes Pobres do Arraial de Sousas (MERHY *et al.*, 2002). Desde 1993, esse Serviço de Saúde marca a paisagem cultural local a partir do engajamento institucional na luta antimanicomial e na ação inclusiva, cuja legitimidade é amplamente reconhecida e consolidada na formação do Ponto de Cultura Maluco Beleza e do Museu dos Encontros na Arte.

Banhada pelas bacias dos Rios Atibaia e Jaguari, a região é responsável pela captação de 90% da água que abastece a cidade, além de abrigar cerca de 60% das áreas remanescentes de vegetação nativa do município. Devido a esse fato, foi incluída em uma Área de Proteção Ambiental (APA), criada por Decreto Municipal em 1993 e ampliada pelo Plano Diretor de



Campinas, em 1996. Atualmente, o Distrito desponta como uma das principais fronteiras da especulação imobiliária, atraindo novas populações com a proliferação de condomínios fechados de alto padrão e a exploração de seu potencial turístico (LOPES, 2006). Não obstante, persistem situações de elevada vulnerabilidade social, especialmente entre as comunidades ribeirinhas, constantemente atingidas pelas cheias do Atibaia. Nesse cenário, a Escola Estadual Doutor Thomas Alves, o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira e a Biblioteca Distrital de Sousas Guilherme de Almeida desempenham um papel de referência para a população em momentos de crise, formando ocasionalmente uma rede de apoio e solidariedade às famílias desabrigadas.

2.2 A criação da Biblioteca de Sousas e a atuação de Zuleika Godoi Gomes

A Biblioteca Pública Distrital de Sousas foi criada pela Lei Municipal nº 2876, em 21 de agosto de 1963, como uma biblioteca circulante cujo objetivo era apoiar o ensino formal local. Em 14 de novembro de 1966, foi instalada na sede da Sub-Prefeitura, sendo inaugurada com um acervo de pouco mais de 700 títulos. Seu rápido crescimento e o fato de ter sido atingida por uma grande enchente do Rio Atibaia, em 1970, fizeram com que fosse transferida para uma sede alugada, na Rua Coronel Alfredo do Nascimento. Atualmente, a Biblioteca Guilherme de Almeida acha-se instalada na Rua Cabo Oscar Rossim, 63, em região central do Distrito, a poucos metros da Escola Estadual Doutor Thomas Alves.

Sua primeira bibliotecária foi Zuleika Godoi Gomes, filha do farmacêutico local, jornalista e político democrata Armando de Miranda Gomes, que se dedicara à abertura de escolas rurais nos distritos vizinhos de Cabras e Joaquim Egídio (GOMES, 1973). Com formação em Biblioteconomia, tendo sido encarregada da Biblioteca Distrital, Zuleika pôs em prática, logo nos seus primeiros anos de atuação, o que acreditava serem os conceitos mais avançados de sua profissão:

A esfera de atuação e influência de uma Biblioteca dentro dos modernos conceitos da Biblioteconomia, compreende não apenas o atendimento dos consulentes, em busca de leitura, na própria Biblioteca ou em seu local de trabalho e lazer, através do serviço de empréstimos de livros. Hoje em dia, a Biblioteca é um centro de pesquisas científicas, literárias e artísticas, o que naturalmente exige da instituição e da bibliotecária uma estrutura especial de atendimento, orientação, informação e mesmo participação na elaboração do trabalho. (GOMES, 1973, “Uma palavra ao leitor”)

Com esse entendimento, Zuleika percebeu o interesse dos usuários da biblioteca em “conhecer o passado e compreender o presente da localidade onde vivem” (GOMES, 1973), reputando esse fato à reforma do ensino então vigente, que colocaria ênfase no estudo da história local e na contextualização do educando em seu ambiente, indo do particular para o geral. Pensando, então, em facilitar e agilizar as pesquisas dos consulentes, buscou uma forma de reunir, num só instrumento de pesquisa, “dados racionalmente ordenados” sobre o distrito de Sousas. Durante quatro anos, ela pesquisou, coletou e articulou informações, estatísticas e documentos textuais em livros e fontes primárias. Além disso, realizou visitas de campo e entrevistas, num esforço que resultou na elaboração da *Monografia histórica e estatística do Distrito de Sousas*, publicada em 1973 pelas Indústrias Gráficas Mousinho, de Campinas – ainda hoje, uma referência para os interessados na história e geografia da região. Todo esse trabalho foi realizado, sob sua supervisão, por um grupo de voluntários que se autodenominou “Equipe Monsenhor Emílio José Salim”, composta no ano de 1968, durante a Semana Nacional da Biblioteca, por Loreni Luchini, Idê Ligieri, Vera Rossin, Sueli Jeromel e Joaquim Alves Aguiar (redatores), Gilberto Ribeiro de Moraes (serviço de som), Reni José Ferreira Viganó (relator), Ademar de Almeida Spitzer e Raul Tresoldi (fotógrafos).

FIGURA 1 – Zuleika Godoi Gomes na Biblioteca Distrital de Sousas (1970)



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Distrital de Sousas Guilherme de Almeida.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Em sua dedicatória, Zuleika revela que a produção da *Monografia* foi incentivada por José Roberto do Amaral Lapa, profundo estudioso de Campinas, referência como historiador da cidade, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e fundador do Centro de Memória dessa Universidade. A obra é dividida em quatro capítulos: no primeiro, dedicado à história, a autora elabora uma cronologia dos principais acontecimentos locais e enumera os fundadores do distrito; o segundo, sobre os aspectos geográficos, discorre sobre a posição, os limites, a população, o relevo, a composição do solo e a hidrografia; o terceiro, mais breve, aborda a comunicação e os transportes; finalmente, o quarto abrange variados aspectos institucionais de Sousa, como suas autoridades, os serviços públicos, o ensino e a cultura, a saúde, a economia (comércio e indústria), as comunidades religiosas, as sociedades beneficentes e recreativas, as festas populares, os logradouros e biografias das personalidades que dão nome às principais ruas.

O trabalho da Equipe Monsenhor Emílio José Salim, contudo, não se restringiu à coleta e organização de dados para a *Monografia*. Houve também uma intensa pesquisa e produção iconográfica, que resultou na formação de uma coleção de fotografias que remontam ao final do século XIX, em variados suportes, tecnologias e linguagens. Já em abril de 1968, quando ainda iniciava seus trabalhos, o grupo exibiu parte de seu documentário visual, com cerca de 200 *slides*, no Cine Danúbio, para um público de mil pessoas. Em agosto daquele mesmo ano, é lançado um jornal com fins culturais, denominado *ODEC – Órgão de Difusão Estatística e Cultural*, com apenas uma edição. Até 1971, foram diversas as ações culturais promovidas: as “Horas do conto”, uma exposição folclórica, campanhas para arrecadação de livros e a fundação da Sociedade Amigos da Biblioteca, em 15 de julho de 1970. Em 1972, realizou-se o I Salão de Arte Fotográfica de Sousa, concurso comemorativo do 76º aniversário da elevação do Distrito, que contou com artistas e fotógrafos renomados em Campinas, na qualidade de jurados: Bernardo Caro, Geraldo Jurgensen, Henrique de Oliveira Júnior (fotógrafo oficial da Prefeitura Municipal, cineasta e inventor, que viria a ser um dos fundadores do Museu da Imagem e do Som), Odila Folegati e Roberto Hofling.

As fotografias, os slides e equipamentos utilizados para a projeção no Cine Danúbio, ainda em funcionamento, compõem atualmente parte do acervo da Biblioteca de Sousa, estando disponíveis para consulta e utilização pelos usuários. Pesquisadores e estudantes de todos os níveis – do ensino fundamental à pós-graduação, instituições de memória, jornais de



circulação local e até comerciantes em busca de imagens “históricas” para expor em seus estabelecimentos recorrem frequentemente à Biblioteca, evidenciando a importância do acervo, o interesse da população por elementos de memória capazes de alimentar processos de construção de conhecimento e a variedade de usos e sentidos que esses documentos podem suscitar, num contexto atual de expansão demográfica e de transformação nas dinâmicas socioculturais e econômicas. Por essa razão, é imprescindível aprofundar as pesquisas para a contextualização das coleções, a identificação das lacunas nelas existentes e a compreensão do papel que elas desempenham na produção de um discurso histórico, de uma identidade local e de uma imagem do Distrito de Sousas, acionados atualmente por uma série de atores com diferentes intenções e interesses e com consequências concretas sobre o desenvolvimento e o modo de vida dos diferentes grupos sociais que compõem sua população.

2.3 Fragilidades e rupturas: compreender os limites para vislumbrar novas possibilidades

Não restam dúvidas sobre a importância do trabalho desenvolvido por Zuleika nesse período, à frente da Biblioteca de Sousas, tampouco sobre o valor das coleções produzidas. É fundamental, contudo, analisar os limites e possibilidades de sua atuação, sob diferentes ângulos, de forma que o acervo dela resultante possa ser compreendido criticamente e, a partir daí, novas ações possam ser propostas, em perspectivas mais contemporâneas e emancipatórias.

Em primeiro lugar, devemos considerar os aspectos subjetivos envolvidos na construção daquelas ações: a atuação profissional de Zuleika parece ter sido configurada em parte por uma história de vida cujo sentido é tecido a partir de ideais como “servir à pátria” e aos mais pobres, sobretudo por meio da educação e da caridade. Oriunda de uma família de fazendeiros, de certa forma, socialmente privilegiada, Zuleika identificava seu pai como um filantropo que “não deixou bens terrenos” e “trabalhou até a última hora de sua existência” (GOMES, 1973, p.104). Essa visão de mundo inevitavelmente perpassa seu trabalho, na medida em que conforma não apenas o seu olhar sobre *o que* é relevante, em termos históricos, para ser documentado, como também sobre *como* e *por quem* deve ser registrado, e com que intenções. Ressalta, em sua *Monografia*, a referência frequente à participação de autoridades, comerciantes e industriais locais, apoiando os eventos e ações da Biblioteca e, ao mesmo tempo, servindo como fontes de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

validação do projeto desenvolvido. Contudo, não se fazem referências a outras camadas da população como participantes do processo, seja como fontes de informação ou de legitimidade.

Em termos estruturais, sua ação é configurada num cenário político nacional de uma ditadura militar, em que a educação formal – ainda um privilégio de bem poucos – implica a *aquisição* de certos conhecimentos que fomentem o orgulho da Pátria – e não propriamente o questionamento e o enfrentamento de seus problemas (PELLANDA, 1986). A história oficial narrada nos estabelecimentos de ensino é uma evolução contínua em direção ao progresso, na qual os conflitos são acidentes a serem evitados – e, por que não, reprimidos. Em termos culturais, tem-se uma política autoritária, configurada por um conjunto de práticas elitistas, que enxergam as manifestações *do povo* como folclore, elementos captados e cuidadosamente selecionados para representar harmonicamente uma identidade nacional abstrata, enquanto a modernização significa a *extensão cultural* de certos valores de classe ao conjunto da população, recorrendo-se, para esse fim, inclusive, aos novos meios de telecomunicação (RUBIM, 2007).

No município de Campinas, os anos 60 e 70 foram de uma crescente agitação cultural. De um lado, o governo local promovia a criação de inúmeros equipamentos públicos, como museus, bibliotecas, observatórios e teatros. No plano estadual, a Unicamp emergia com toda a sua força, atraindo para a cidade uma elite de estudantes e professores que fazia ferver a produção artística e intelectual em todos os campos. Por outro lado, nas periferias em formação, juntavam-se e reorganizavam-se as massas de trabalhadores, grande parte sem especialização, os descendentes dos negros escravizados e as recém-chegadas levas de migrantes de várias regiões do Brasil, especialmente do Paraná, de Minas Gerais e de Estados do Nordeste, expulsas das áreas centrais da cidade pela especulação imobiliária, e que nas décadas seguintes explodiriam em movimentos sociais e culturais de resistência e luta por direitos. Somente mais tarde elas conquistariam condições de visibilidade social para suas demandas e contribuições.

Portanto, é dessa perspectiva que se produzem as imagens e se inventaria (ainda que informalmente e sem assim nomear) o patrimônio de Sousas no acervo do projeto documental de Zuleika Godoi Gomes. O protagonismo cabe a uma classe social privilegiada, que olha para o Distrito e para a cidade em expansão, em vias de consolidar o seu projeto desenvolvimentista e se tornar uma metrópole moderna – mas também sob o risco da fragmentação e do colapso social, e tece uma narrativa que pretende dar conta da identidade local, como trajetória de

progresso conquistado a partir de uma origem nobre, cafeeira e industrial, na qual certos elementos são agregados e visibilizados porquanto considerados legítimos (o legado das famílias abastadas dos barões e os imigrantes europeus que se tornariam comerciantes e industriais bem-sucedidos, por exemplo), enquanto outros são apagados.

FIGURA 2 – Estação de Cabras(1915): ferrovia simboliza progresso trazido pelo café



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Distrital de Sousas Guilherme de Almeida.

Finalmente, temos elementos coletivos, dados por uma identidade profissional partilhada na medida em que Zuleika era uma bibliotecária formada, e procurava atuar, conforme sua própria declaração, segundo os *modernos conceitos da Biblioteconomia* então vigentes. Ressalte-se, porém, que seu projeto foi realizado em um momento crucial de transição tecnológica, com implicações cognitivas e sociais amplas, que resultariam na configuração do que hoje denominamos Sociedades da Informação e da Comunicação (PLENÁRIA DA SOCIEDADE CIVIL NA CMSI, 2004). A concepção enciclopédica do saber, como totalização e acumulação racional de dados neutros e objetivos sobre a realidade, em pouco tempo se mostraria inviável e até indesejável, diante da profusão de fontes, da atualização em tempo real e da generalização do acesso à informação. A noção do profissional da Biblioteconomia e da própria biblioteca como um produtor privilegiado de conteúdos, que centraliza, intermedia e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

facilita o acesso e o uso dos dados ao processá-los, também seria logo superada. Para que o projeto de Zuleika pudesse seguir adiante e desdobrar-se, seria necessário que esses elementos coletivos de legitimação da ação fossem revistos continuamente, de modo a incorporar as transformações operadas no campo da Ciência da Informação, o que parece não ter ocorrido.

Se fazemos esta análise não é para, com os olhos do presente, julgar os processos e produtos desenvolvidos por Zuleika Godoi Gomes e, sim, para tentar compreender por que, após esse desenvolvimento inicial, seu projeto parece não ter tido continuidade e, por conseguinte, o papel social da Biblioteca Distrital não tenha se aprofundado no sentido que a proposta apontava. Sabemos que ao longo das décadas a instituição enfrentou muitas dificuldades. Sucederam-se diferentes chefias, sem a adequada transição entre elas, ocasionando rupturas e significativa perda do conhecimento institucional. Enfrentou-se, ainda, precarização dos serviços públicos municipais da cultura (tomem-se, por indicativos, a não-realização de concursos públicos para o suficiente provimento de cargos e o fato de que, atualmente, a Biblioteca Distrital de Sousas conta com apenas dois servidores: o chefe de setor e a responsável pelos serviços gerais). Em um momento crítico, com a não-renovação do contrato de aluguel do imóvel que lhe servia de sede desde 1970, a Biblioteca Guilherme de Almeida viu-se mesmo ameaçada de fechamento, permanecendo ativa como ato de resistência e insistência dos funcionários. Na ausência de políticas setoriais, de incentivo à formação profissional continuada e de discussões aprofundadas sobre o papel das bibliotecas num mundo em rápida transformação, a existência de apenas quatro estabelecimentos municipais, para uma população que supera 1.200 mil habitantes revela que esses equipamentos culturais, gradativamente, deixaram de ser prioridade para a administração pública.

Entretanto, essa opção subentende uma compreensão limitada do lugar da informação no mundo atual, assim como do papel que nele assumiram as bibliotecas. Já não se trata mais de simplesmente oferecer acesso ao livro impresso ou digital, mas, antes, de compartilhar com o cidadão os meios necessários à participação ativa na sociedade e ao exercício pleno de seu direito à cultura – o que significa não apenas consumir produtos culturais, mas constituir-se como protagonista, produtor e criador de cultura. Na experiência contemporânea, marcada por uma avalanche de informações que por vezes nos angustia e desnorteia, a biblioteca é um centro de referência para se aprender a aprender (filtrar, ordenar, verificar e transformar a informação em conhecimento), para se conviver e reconhecer, para se dar sentido à vida. Nesse circuito, a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

memória e a identidade são componentes indispensáveis. Entendemos, portanto, que o trabalho iniciado por Zuleika Godoi Gomes deve ser valorizado, conhecido e retomado em novas bases. Além disso, ele pode ser repotencializado pela integração da perspectiva infoeducativa com a Museologia Social.

3 MEIO SÉCULO DEPOIS, NOVAS CONDIÇÕES DE EXPERIÊNCIA

3.1 Articulações em rede

A aproximação entre a Biblioteca Pública Distrital Guilherme de Almeida e a Coordenadoria de Extensão Cultural ocorreu no contexto da organização colaborativa das Rodas de Conversa por uma Agenda de Museus, Memória e Museologia Social em Campinas. O encontro, realizado entre 9 e 11 de maio de 2016, destinou-se a promover uma ampla discussão pública da política municipal de museus. Motivou-o a necessidade de estabelecer diretrizes claras, fortalecer os equipamentos municipais e, principalmente, adotar uma perspectiva mais abrangente capaz de reconhecer e integrar processos museológicos sociais que têm sido, há décadas, desempenhados de forma bem-sucedida por inúmeras comunidades e grupos culturais da cidade mas, por inúmeras razões, permanecem ao largo da política pública. Nesse sentido, durante as reuniões preparatórias, numa perspectiva intersetorial e transversal, instituições e setores da Secretaria Municipal de Cultura e da Prefeitura Municipal de Campinas, das Universidades, Pontos de Cultura e Memória e coletivos e grupos culturais foram convidados à construção do evento, ao longo dos meses de março e abril. No processo, iniciou-se uma cartografia das experiências passadas e atuais de memória e museologia social no município, provocando o auto-reconhecimento pelos agentes das iniciativas e revelando uma diversidade e um dinamismo de práticas cuja dimensão e vigor causaram surpresa e entusiasmo.

Foi por meio desses encontros que se teve notícia das experiências e acervos produzidos por Zuleika Godoi Gomes na Biblioteca Distrital de Sosas, iniciando-se a colaboração entre esta instituição e a coordenadoria responsável pelos museus municipais de Campinas. De imediato, buscou-se dar visibilidade àquela produção, realizando, durante as Rodas de Conversa, nas dependências do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, uma exposição com

parte do acervo fotográfico existente. Num universo imagético em que as edificações e as obras inauguradas por autoridades são predominantes, selecionaram-se 24 imagens, priorizando

...aquelas que singularizam momentos da vida social, dos fazeres e prazeres da população, ocasiões de convívio, trabalho e celebração. Elas nos conduzem a um tempo que recua a mais de um século, quando Sousas ainda era uma grande produtora de café, conduzido em carros de boi das fazendas até a estação ferroviária, principal ligação com Campinas e com o mundo. Percorrendo os registros, acompanhamos a chegada do bonde e, depois, dos ônibus. Vemos os trabalhadores na manutenção da ponte de ferro, na volta do trabalho na roça e na destilaria, o sofrimento recorrente com as cheias do Atibaia, o dia-a-dia na feira e no comércio local, a procissão em dia santo... Não se trata do registro de uma evolução histórica em direção ao progresso. Tampouco são lembranças nostálgicas dos “bons tempos que não voltam mais”. Antes, são instantes pinçados dos processos sociais que pessoas como eu e você, nas práticas cotidianas, em circunstâncias locais, mundialmente influenciadas, puderam configurar. Eles constituem um lembrete aos observadores do presente e do futuro: de que também nós, aqui e agora, construímos um mundo que vamos legar às próximas gerações. E um convite, para que o façamos, desde já, conscientemente, configurando uma realidade feita de compreensão e respeito à vida, de solidariedade e plenitude. (A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE (RE)CONHECIMENTO, 2016)

FIGURA 3 – Exposição fotográfica nos jardins do Serv. de Saúde Dr. Cândido Ferreira (2016)



Fonte: Acervo pessoal de Adriana Verri Maciel.

A exposição assinala a intenção de, no ano em que a Biblioteca de Sousas completa 50 anos, retomar o trabalho desenvolvido por Zuleika Godoi Gomes, nos anos 70, aprofundando as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

relações com a comunidade local em busca de seu auto-reconhecimento e da apropriação dos saberes e fazeres fundamentais na contemporaneidade. Após sua inauguração, no espaço do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, a mostra seguiu para a Biblioteca e está disponível para itinerar por espaços educativos e culturais do Distrito. A parceria com a Coordenadoria de Extensão Cultural também deve se desdobrar em ações de preservação e educação museal.

Cumriu-se a meta inicial, de inserir a biblioteca numa rede de memória e museologia social, oferecendo o apoio técnico e integrando-a, sobretudo, aos parceiros locais já identificados – com destaque para o Museu dos Encontros na Arte e o Ponto de Cultura Maluco Beleza – na perspectiva do engajamento social e do protagonismo cultural na promoção do bem-viver da comunidade. No horizonte, delineia-se o objetivo de promover a resiliência comunitária, em especial, das populações de maior vulnerabilidade, por meio da articulação perene entre as iniciativas culturais e educativas da Escola Estadual Dr. Thomas Alves, do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira e da Biblioteca Distrital de Sousas, entre outras associações e coletivos locais – agentes que, eventualmente, já compõem uma teia de solidariedade em situações de emergência como as enchentes.

Para isso, desenham-se outras possibilidades de ação: o apoio técnico para a adequação das condições de preservação e acesso ao acervo documental, por meio da colaboração com a equipe do Museu da Imagem e do Som (MIS), a digitalização e disponibilização online das coleções fotográficas e da *Monografia histórica e estatística do Distrito de Sousas* e o desenvolvimento de programas de educação patrimonial/inventário participativo em audiovisual, que integrem aspectos da Infoeducação e da Educomunicação. Imaginamos a possibilidade de *escovar a contrapelo* a história contada nos documentários produzidos nos anos 70: em processos educativos protagonizados prioritariamente por crianças, adolescentes e jovens, identificar os silêncios e as lacunas, os atores silenciados, seus saberes e manifestações, suas lutas, resistências e celebrações – o seu patrimônio integral. Indo além das estatísticas e dos *dados racionalmente ordenados*, buscar a experiência concreta, as memórias e os afetos dos moradores em relação aos processos históricos e sociais vividos. Em projetos de registro da memória oral em audiovisual, realizados com a metodologia participativa desenvolvida pelo MIS, será possível não apenas inventariar e preservar esse patrimônio, mas apropriar-se de novas formas de produção de conhecimento, nas quais as tecnologias da informação e da comunicação estão integradas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3.2 Tramas teóricas e metodológicas

As propostas de ação conjunta entre a Biblioteca de Sousas e a Coordenadoria de Extensão Cultural configuram um terreno propício para explorar, teórica e metodologicamente, as convergências entre a Infoeducação e a Museologia Social. São muitos os pontos de aproximação entre esses campos, a começar pela época em que as reflexões que os fundamentam lançaram seus rizomas: o início dos anos 70. No alvorecer das Sociedades da Informação e da Comunicação, elas fazem face a uma realidade de interconexão global, onde o conhecimento – um fazer humano na comunicação, cada vez mais mediada pelas tecnologias – assume um papel central na produção dos modos de vida, no exercício do poder e na possibilidade de participação social. Em comum, ambas as proposições assumem como prioridade o compromisso com o ser humano e com a vida, na pluralidade das culturas, na dignidade e no direito dos povos e das pessoas de participar dos processos de tomada de decisão e das definições das políticas de governo. Dessa forma, as intervenções da Infoeducação e da Museologia Social se constituem como processos cognitivos, de natureza educativa dialógica, compartilhada entre profissionais e comunidades, com o objetivo de promover metaprendizagens: a socialização, entre sujeitos e comunidades, dos meios de produção e gestão da informação e do patrimônio. Ainda, elas partilham a condição de se constituírem na transversalidade e na complexidade, superando as abordagens fragmentárias, simplificadoras e sequenciais dos processos de conhecimento.

A contribuição específica da Infoeducação está no entendimento dos processos relativos à apropriação da informação na contemporaneidade e dos desafios educativos que eles implicam. Uma de suas premissas é que a significação desempenha papel constitutivo da espécie humana. Sendo assim, as dinâmicas culturais e da memória, que frequentemente expressam assimetrias de poder econômico e social, mostram-se essenciais para a compreensão e atuação na sociedade. Na atualidade, além de fator de educação das novas gerações, elas são a base para a elaboração de identidades e envolvem fatores técnicos e tecnológicos que não simplesmente ampliam os fluxos informacionais, mas, sobretudo, inauguram novas formas de pensar, sentir e agir. As tarefas de informar e informar-se tornam-se midiáticas, complexas e especializadas, exigindo o desenvolvimento e a apropriação permanente de dispositivos, saberes e fazeres (PIERUCCINI, 2004). Surge, então, a necessidade de entender as possibilidades de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

construção de conhecimento e cultura a partir das relações entre a produção e circulação de informações e a memória – ameaçada, por um lado, não pela falta, mas pela obsessão que gera o seu excesso e, por outro lado, pela exclusão e pelo apagamento que impedem seu acesso e uso por boa parte da população. Ultrapassar os obstáculos da avalanche informacional e da carência de instrumentos de orientação, organização e crítica – produzir meta-conhecimentos ou meios de conhecer o conhecimento: eis o desafio a que se propõe a Infoeducação. Seu objetivo é promover a “compreensão das conexões existentes entre *apropriação simbólica e dispositivos culturais*” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007) e, dessa forma, habilitar-nos a perceber criticamente e a operar a configuração desses processos e instituições de maneira aberta, participativa e emancipatória.

A Museologia Social, por seu turno, tem o foco na produção e gestão do patrimônio integral de uma comunidade, como um exercício em primeira pessoa. Para isso, ela tanto alimenta novos processos museológicos participativos quanto contribui para a transformação das instituições estabelecidas em direção a um maior grau de abertura e comprometimento com objetivos sociais de igualdade e desenvolvimento, numa perspectiva endógena e “de baixo para cima”, onde o local adquire preeminência em relação ao global. Ela supõe uma noção alargada e abrangente de patrimônio, uma vez que se orienta pelo respeito à diversidade sociocultural e pelo auto-reconhecimento. A prática da Museologia Social implica diferentes aprendizagens informacionais contextualizadas, isto é, modos de apropriação das linguagens e das ferramentas aplicadas aos processos museológicos, segundo as necessidades e interesses dos grupos que a operam. Por *apropriação*, entenda-se, aqui, invenção, recriação e autoria, em contraposição à aplicação irrefletida de normas e procedimentos padronizados, tidos como técnicas “próprias do campo” porquanto hegemônicas.

Como vemos, ambas as áreas estão imbricadas nas intervenções sociais que proporcionam. De um lado, a Infoeducação pressupõe o trato com as questões de memória como condição de possibilidade de construção de sentidos para a existência, isto é, de participação nos processos informacionais na qualidade de protagonista cultural. De outro lado, a Museologia Social requisita específicas aprendizagens informacionais para que se dê a produção e gestão participativa do patrimônio integral por uma comunidade. Em quaisquer dos casos, trata-se de uma relação cognitiva entre sujeitos e coletividades, mediatizada pela realidade social, na qual os princípios e ferramentas de organização do pensamento, da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informação (em suas variadas formas) e da comunicação – em suma, a apropriação de múltiplas linguagens – são indispensáveis para se identificar, nas interações humanas e com o ambiente – os fatores essenciais à nossa humanização e à manutenção da vida, em sua diversidade e plenitude. Os ingredientes fundamentais – a linguagem, o diálogo, a participação, o protagonismo, a educação, a informação, a cultura, a memória, o patrimônio – estão presentes em um e outro terreno: diferem as ênfases e os pontos de entrada, os aspectos que uma e outra teoria iluminam e valorizam, aprofundando suas investigações. Sem subsumir-se mutuamente, ambas podem ser conjugadas para que, nos processos educativos concretos e transversais que operamos, esses diferentes pontos de vista potencializem a leitura dos cenários em que atuamos e, conseqüentemente, contribuam para tornar os nossos critérios de ação mais consistentes.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

O trabalho desenvolvido nos anos 60/70 por Zuleika Godoi Gomes, à frente da Biblioteca Pública Distrital de Sousas Guilherme de Almeida conjugou, de forma original e segundo a consciência possível na época, os campos da Biblioteconomia e da Museologia. Ao inserir-se em uma rede municipal de memória e museologia social, essa instituição tem a possibilidade de dar visibilidade à experiência passada e retomá-la em bases mais participativas e inclusivas. Atuando colaborativamente com os parceiros locais (a Escola Estadual Doutor Thomas Alves e o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira) e com a população local, ela poderá configurar-se como um dispositivo de apropriação cultural que favorece a construção da resiliência comunitária a partir do reconhecimento das potencialidades, da memória, da identidade e do patrimônio integral, num exercício em primeira pessoa. Nesse circuito, sua contribuição específica passa pela promoção das aprendizagens informacionais, as quais conectam passado e presente, cultura e tecnologia, emoções e racionalidades na produção de sentidos para o viver.

Assim, a integração da Biblioteca de Sousas no Sistema Municipal de Memória e Museologia Social não vem descaracterizar sua atuação institucional, mas reforçá-la e potencializá-la, ao produzir um sentido contemporâneo para este dispositivo cultural. Além disso, ela abre novas possibilidades de ação e estudo. Em termos concretos, coloca para as demais bibliotecas públicas municipais uma situação prática que amplia e questiona o papel



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

social que o setor vem desempenhando em Campinas. Em termos epistemológicos, constitui-se como terreno de análise e de reflexão teórica e metodológica a partir do qual se pode pensar a interpenetração entre os campos da Biblioteconomia e da Museologia – mais especificamente, a Infoeducação e a Museologia Social.

Por um lado, a Infoeducação nos leva a compreender o processo ou a instituição museológica como um dispositivo cultural, e a tecer critérios para, questionando a ordem excludente, configurá-lo de forma a promover o protagonismo e a apropriação comunitária. Em contrapartida, a Museologia Social propicia um campo novo de experimentação para a Infoeducação –os processos museológicos comunitários, formais ou informais, possibilitando aplicar a Infoeducação na criação e operação de dispositivos culturais configurados numa ordem contra-hegemônica de questionamento e resistência. Na conjugação desses campos, desde o terreno concreto, vislumbramos as possibilidades de transver e rever as práticas das instituições culturais públicas já consolidadas, reforçando seu papel social.

REFERÊNCIAS

A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE (RE)CONHECIMENTO. Texto introdutório da exposição fotográfica. **50 anos da Biblioteca Pública Distrital de Sosas Guilherme de Almeida**: memória local para transformação social. Campinas: Coordenadoria de Extensão Cultural; Biblioteca Pública Distrital de Sosas Guilherme de Almeida, 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação & Informação**, v.15, n.1, p.173-189, jul./jun. 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v.2, n.2, p.19-41, jul./dez. 2011.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guia de apresentação). **Cadernos do CEOM – Museologia Social**, ano 27, n.41, p.9-22, dez. 2014.

GOMES, Zuleika Godoi. **Monografia histórica e estatística do Distrito de Sosas**. Campinas, Indústrias Gráficas Mousinho, 1973.

GUDYNAS, Eduardo. Buenvivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em Movimento – ALAI**, Quito, n.462, p.1-20, fev. 2011.

LOPES, Doraci Alves. Classes trabalhadoras de Sosas em Campinas (SP): história e cultura do habitar. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Christina Siqueira de Souza (orgs). **Práticas e**



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

representações. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008, p.235-255. Disponível em:
<<http://www.fflch.usp.br/ceru/anais/arquivos.html>> . Acesso em: 18 mar. 2016.

MATURANA R., Humberto; VARELA G., Francisco. **A árvore do conhecimento:** as bases biológicas do entendimento humano. Campinas: Editorial Psy, 1995.

MERHY, Emerson Elias *et al.* **O dentro e o fora – transcender os limites dos “muros institucionais”:** o relato de situações sobre a relação entre o Serviço de Saúde Mental Dr. Cândido Ferreira e a comunidade, 2002. Disponível em:
<<http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/indexados-18.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

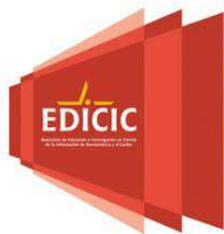
PELLANDA, Nize Campos. **Ideologia, educação e repressão no Brasil pós-64.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. (orgs.) **Informação e contemporaneidade:** perspectivas. Recife: Néctar, 2007, p.46-97.

PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica:** estudo sobre a busca de informação em Educação. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004.

PLENÁRIA DA SOCIEDADE CIVIL NA CMSI. Declaração da Sociedade Civil – Construir Sociedades da Informação que atendam às necessidades humanas. In: SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo Henrique. (Orgs.) **Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação:** um tema de tod@s. Rio de Janeiro: Rede de Informações para o Terceiro Setor; Fundação HeirichBoell, 2004, p. 86-118.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. (org). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Nome da Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA

CIENCIA DE LA INFORMACIÓN Y LA PRESERVACIÓN DEL CONOCIMIENTO INDÍGENA

Pétalah Augusto Lotti, UFMG

Resumo: O artigo aqui apresentado se dedica a ressaltar a importância e urgência da contribuição da Ciência da Informação para a preservação do patrimônio indígena brasileiro. O objetivo do trabalho é verificar o que foi produzido pela área através de levantamento bibliográfico. As principais questões que mobilizaram o pensamento na construção do estudo foram: O que a Ciência da Informação vem realizando para preservar o conhecimento tradicional indígena gerado em nosso país? Esse conhecimento desaparece e/ou é apropriado dia após dia, como as tecnologias podem auxiliar na preservação deste patrimônio? Através do estudo realizado foi possível constatar o risco de perda de grande parte da cultura e conhecimento acumulado desses povos. Foi possível verificar que existe uma lacuna a ser preenchida pela Ciência da Informação no sentido da contribuição que essa área pode proporcionar para preservação deste patrimônio. Ressaltam-se as diversas áreas que podem se beneficiar desse trabalho tendo em vista a proteção da propriedade intelectual indígena brasileira.

Palavras-chave: Conhecimento indígena. Preservação. Patrimônio. Ciência da Informação.

Resumen: El artículo presentado se dedica a resaltar la importancia y urgencia de la contribución de la Ciencia de la Información para la preservación del patrimonio indígena brasileño. El objetivo de la investigación es verificar lo que se produjo por el área por medio del levantamiento bibliográfico. Los principales temas que movilizaran el pensamiento en la construcción del estudio fueran: Lo que la ciencia de la información viene realizando para preservar el conocimiento tradicional indígena generado en nuestro país? Este conocimiento desaparece y/o es apropiado día tras día, de que manera las tecnologías pueden auxiliar en la preservación de ese patrimonio? Tras la investigación realizada se dimensionó el riesgo de la pérdida definitiva de grande parte de la cultura y conocimiento acumulado por los pueblos indígenas. Fue posible notar que existe una viga a ser llenada por la ciencia de la información en el sentido de la contribución que el área puede realizar para la preservación de ese patrimonio. Resaltamos las diversas áreas que pueden beneficiarse de ese trabajo, teniendo en vista la protección de la propiedad intelectual indígena brasileña.

Palabras Claves: Conocimiento indígena. Preservación, Patrimonio. Ciencia de la Información.



1 INTRODUÇÃO

“O século XX foi a era mais extraordinária da história da humanidade, combinando catástrofes humanas de dimensões inéditas, conquistas materiais substanciais e um aumento sem precedentes da nossa capacidade de transformar e talvez destruir o planeta – e até de penetrar no espaço exterior. Qual é a melhor maneira de refletir sobre essa ‘era dos extremos’ e imaginar as perspectivas da nova era que surge a partir da antiga?” HOBSBAWM, p. 9. (2007)

Do questionamento de Hobsbawm surgiu a inspiração para constituição do presente trabalho. Tendo em vista a função do bibliotecário como guardião da memória, enquanto informação, quais as iniciativas abrangentes e de longo prazo que a Biblioteconomia brasileira vem construindo com a finalidade de registrar e preservar a cultura e memória dos povos originários do Brasil?

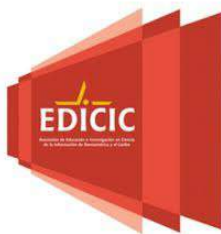
Como afirma Hobsbaw a “capacidade da espécie humana de modificar o planeta por meio da tecnologia e da atividade econômica” é inegável. Além disso, a globalização está batendo à porta e suas consequências são mais sensíveis para os que menos se beneficiam dela. A hegemonia cultural é dominante, “seu impacto político e cultural é desproporcionalmente grande”. Observando que “a política das identidades coletivas exclusivas, sejam étnicas, religiosas (...) busca expressamente a regeneração de uma *Gemeinschaft* [comunidade] e em uma *Gsellschaft* [sociedade] cada vez mais remota”, como a cultura e memória dos povos originários do Brasil pode ser preservada, valorizada e resguardada?

Este trabalho não tem a intenção de esgotar a questão em si. Formulamos algumas questões quanto aos problemas que nos confrontam, enquanto profissionais da informação, entretanto ainda não é possível apontar soluções ou encaminhamentos práticos.

1.1 Conhecimento indígena e preservação – contexto brasileiro

Segundo a autora Joliene Leal, “ainda existe uma distância muito grande entre a organização da informação pautada no pensamento ocidental e os modos indígenas de conceber o mundo e o seu conhecimento”.

Durante as últimas décadas, o conhecimento científico tem levantado vários questionamentos face ao conhecimento tradicional, fica cada vez mais claro e, comprovado, que o conhecimento tradicional dos povos originários tem muito ainda a ensinar e contribuir



para com as ciências clássicas. Como prova disso é possível observar as inúmeras apropriações de conhecimento desses povos por diversas áreas da indústria, como a farmacêutica, por exemplo. Tendo em vista que a ciência da informação é o campo de estudo que organiza os conhecimentos gerados: o que tem sido feito pela Ciência da Informação no que tange a preservação, organização, disseminação e proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos originários? É com essa reflexão que o trabalho aqui apresentado foi empreendido. Para investigar as contribuições da Ciência da Informação foi realizado levantamento bibliográfico a fim de verificar o que tem sido produzido pela área com a finalidade de valorizar e preservar o patrimônio material e imaterial dos povos originários brasileiros.

O presente artigo procura ressaltar e comprovar a importância da preservação de tais conhecimentos e apontar alguns possíveis caminhos a fim de que, daqui para frente, a Ciência da Informação se envolva efetivamente, elaborando diretrizes para preservação do patrimônio indígena brasileiro.

O objetivo central é captar o olhar da Ciência da Informação para a cultura indígena, especificamente para a questão do conhecimento tradicional gerado, na esperança de demonstrar que o indígena produz informação útil e, também, de chamar a atenção do bibliotecário, para que ele seja intermediário de uma nova abordagem da Ciência da Informação junto às comunidades indígenas.

Para situar devidamente a discussão se faz necessário considerar o panorama indígena brasileiro verificado até o momento pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) através do Censo 2010.

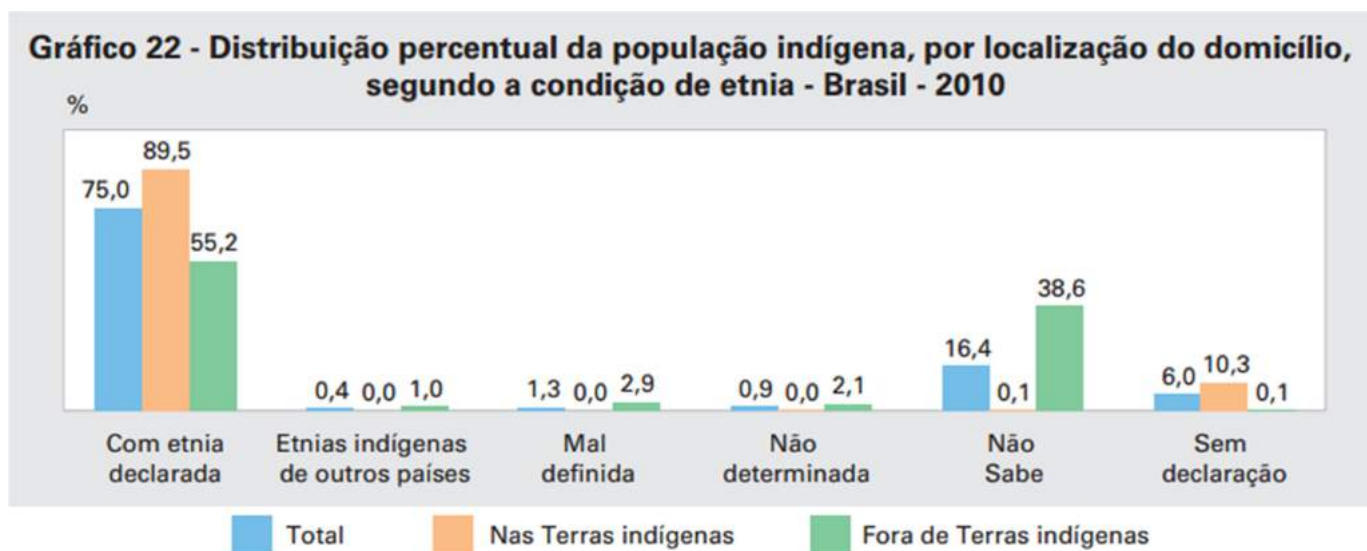
População Indígena no Brasil		
Número total	Residentes em Cidades	Residentes em Terras Indígenas
896,9 mil	36,2%	63,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Da população total do Brasil, ou seja, 817,9 mil pessoas se declararam indígenas, representando 0,4%.

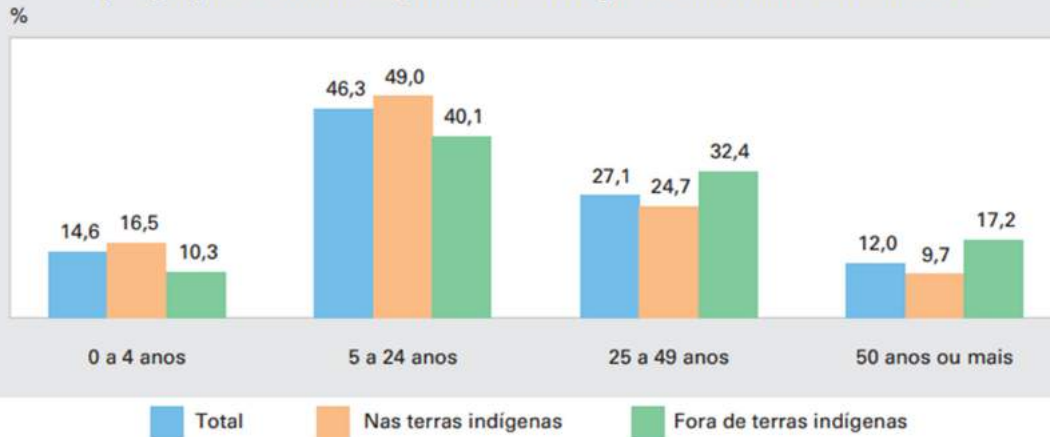
“Destaca-se o percentual de indígenas vivendo nas áreas rurais quando comparado ao que se observa para a população brasileira em geral. Enquanto 84,4% da população nacional residem em centros urbanos, esse percentual atinge 36,2% no caso dos indígenas, revelando, com isso, um estreito vínculo com a terra.” (IBGE, 2010. Pg. 8)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

“Do total, 817,9 mil se autodeclararam índios no quesito cor ou raça e 78,9 mil, embora se declarassem de outra cor ou raça, principalmente parda (67,5%), se consideram indígenas pelas tradições e costumes.” (IBGE, 2010. Pg. 8)

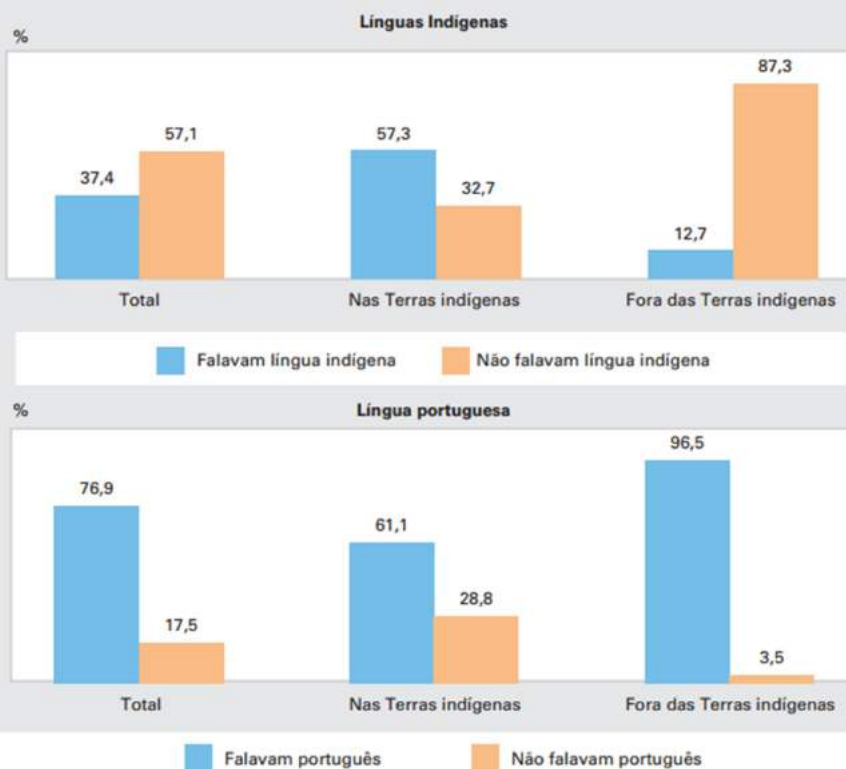
Gráfico 23 - Distribuição percentual da população indígena com etnia declarada, por grupos de idade, segundo a localização do domicílio - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

“O Censo 2010 investigou pela primeira vez o número de etnias indígenas, encontrando 305 etnias: 250 dentro das terras indígenas, 100 fora delas. Do total de indígenas declarados ou considerados, 672,5 mil (75%) declararam o nome da etnia.” (IBGE, 2010. Pg. 8)

Gráfico 24 - Distribuição percentual das pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade, por tipo de língua falada no domicílio, segundo a localização do domicílio - Brasil- 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

“Também foram identificadas 274 línguas, sendo a Tikúna a mais falada (34,1 mil pessoas). Dos 786,7 mil indígenas de cinco anos ou mais, 37,4% falam uma língua indígena e 76,9% falam português. A discrepância existente entre os indígenas residentes nas terras e fora delas entre aqueles que falavam uma língua indígena e os que não falavam português é significativa.” (IBGE, 2012. Pg. 99)

O Censo 2000 revelou um crescimento da população indígena muito acima da expectativa, passando de 294 mil para 734 mil pessoas em apenas nove anos. Esse aumento expressivo, não poderia ser compreendido apenas como um efeito demográfico (ou seja, devido à mortalidade, natalidade e migração), mas a um possível crescimento no número de pessoas que se reconheceram como indígenas, principalmente nas áreas urbanas do País.” (IBGE, 2012. Pg. 54)

Esse é um breve panorama sobre a situação geral do indígena no Brasil atualmente. É inegável que as comunidades indígenas são possuidoras de uma série de informações/conhecimentos cujos últimos detentores são anciãos, segundo Civalero (2004) “os saberes tradicionais destes povos são o resultado do acúmulo de experiências comunitárias e individuais vividas ao longo do século”. A UNESCO (1998) afirma que tais comunidades correm sérios riscos de extinção.

“São comunidades, povos e nações indígenas as que, tendo uma continuidade histórica com as sociedades anteriores à invasão e pré-coloniais que se desenvolveram nos seus territórios, se consideram distintas a outros setores das sociedades que agora prevalecem nesses territórios ou em parte deles. Constituem agora setores não dominantes da sociedade, e têm a determinação de preservar, desenvolver e transmitir a futuras gerações seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base da sua existência continuada como povo, de acordo com seus próprios padrões culturais, suas instituições sociais e seus sistemas legais.” (COBO 1983. Pg. 50 apud AGUILAR, 2010)

Apesar de a Ciência da Informação, desde seus primórdios e até os dias de hoje, apresentar características interdisciplinares, pouco desenvolveu temas relativos às minorias étnicas ou identidade/diversidade cultural. Na pesquisa documental relatada no presente trabalho, só foi possível identificar tais assuntos em estudos da Ciência da Informação voltados para bibliotecas indígenas e estudos dentro da área por parte de especialistas das ciências sociais e humanas. Para Garcia (1997) “é uma necessidade da sociedade que as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

idéias, as soluções, os avanços se conservem além da memória pessoal, que se preservem no tempo e que se garanta sua transmissão de uma geração a outra, já que isto caracteriza nossa condição humana e, neste sentido, o documento e as bibliotecas são o meio mais idôneo”. Segundo Paiva (2014), no cenário nacional, entre os teóricos que se dedicam ao estudo das fontes de informação, destacam-se: Campello e Caldeira (2008), Campello, Cendón e Kremer (2003), Cunha (2001, 2010) e Hartness (1999). Mas apenas na obra de Hartness (1999) encontra-se referência a essas fontes de informação indígena.

Foi possível verificar que muito tem sido feito acerca da preservação das línguas indígenas ameaçadas. Existem iniciativas internacionais como a *Foundation for Endangered Languages* e a *Endangered Language Fund*.

Para se iniciar uma tentativa de preservação da memória e patrimônio indígena no âmbito da Ciência da Informação se faz preciso compreender que:

“A informação indígena, base da cultura e identidade nativa, no evoluir do tempo tem recebido influências externas (acontecimentos históricos principalmente) e do próprio progredir da cultura originária, em contato com outras com características diferentes ou em diferentes estágios de desenvolvimento. Estes conhecimentos são frágeis, devido, sobretudo ao seu caráter oral, sendo a memória um fator chave para sua manutenção no tempo, e a comunicação interpessoal e grupal um meio de transmissão, o qual tem levado a sua vulnerabilidade; à diferença das culturas ocidentais com um registro escrito gráfico, que permite uma melhor conservação e perpetuação no tempo” AGUILAR (2010)

Para Churchill (1992) existe a persistência de estereótipos sutis e inapropriados e paradigmas acadêmicos incorretos que precisam ser combatidos. Howard Adams (1995) ainda observa que “a academia é lenta para reexaminar o que tem sido aceito durante séculos”. Portanto, é necessário que o profissional da informação esteja atento ao seu papel social de intervir na realidade tendo em vista que “uma modernidade desvinculada das peculiaridades culturais pode levar a uma nivelção progressiva das diferenças culturais, sociais (...) ameaça a identidade cultural; pois se cortam com o mesmo padrão as diferentes etnias e fases de desenvolvimento” (BARLOEWEN; C, 1995. apud VELÁSQUEZ, 2001. Pg. 88).

O profissional da informação tem papel fundamental para formação da cultura, pois através de suas iniciativas pode fazer chegar informações adequadas à população que possibilitam o desenvolvimento de sentido e identidades. Tendo em vista que práticas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informacionais, segundo Alvarenga (1998) “são ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem através de circuitos comunicacionais nas formações sociais”:

“Informação, Tecnologia e identidade/diversidade cultural não se relacionam de forma imediata, ou seja, a implementação de práticas informacionais não leva necessariamente ao desenvolvimento de uma identidade cultural étnica; As práticas informacionais configuram-se como recursos de apoio às práticas de identidade/ diversidade cultural a partir de um contexto participativo-comunicacional em rede; As práticas informacionais com apoio das Tecnologias de Informação e Comunicação e da inclusão digital podem levar a uma reconstrução e reprodução das identidades/diversidade cultural dos povos indígenas” AGUILAR (2010)

Desta maneira, pode-se afirmar que as tecnologias devem servir como instrumento de preservação do patrimônio imaterial do conhecimento indígena no Brasil.

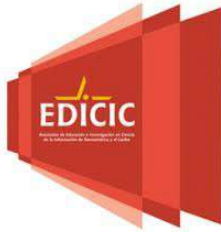
Para Oliveira (2010), informação é:

“[...] todo elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital), passivo de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana.”

As narrativas indígenas podem e devem ser concebidas como potenciais fontes de informação. Segundo Paiva (2014), pode-se conceber fonte de informação indígena:

“qualquer tipo de recurso informacional que englobe conhecimento dos indígenas e sobre eles e, ainda, que, a partir da interpretação dos usuários, seja capaz de suprir necessidades informacionais. As narrativas indígenas registradas em qualquer tipo de suporte (impressas, gravadas em vídeo e áudio ou na *Internet*) revelam-se potenciais fontes de informação primárias (são produzidas com a interferência direta do autor), especializadas (referem-se ao conhecimento indígena) e informais (são geradas a partir de entrevistas)”. PAIVA (2014)

Sendo assim, conforme questiona Aguilar (2010), por que os povos indígenas não foram considerados desde o começo da Ciência da Informação? Talvez o ponto de vista de Hobsbawm possa contribuir para compreendermos o porquê, mesmo fazendo uso dos conhecimentos desses povos, a sociedade em geral não valoriza tais conhecimentos:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

“grandes potências que afirmam estar fazendo um favor às suas vítimas ao conquistá-las, seja o do homem branco que pressupõe, para si próprio e para os arranjos que faz, uma superioridade automática sobre as pessoas cuja pele tem outra cor”. (HOBSBAWM, 2007. Pg. 14)

Mais ainda: por que nos dias atuais os povos indígenas ainda não são considerados? Talvez a resposta tenha a ver com o fato, por exemplo, de que somente na década de 1960 e devido às exigências do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, os povos indígenas (*indigenous people*) constituíram-se numa categoria de classificação da *Library and Information Science Abstracts (LISA)*. A seguir veremos que a implementação dessa classificação na *LISA* não impactou sobre o que é produzido, pesquisado e valorizado, muito disso se deve, em parte, pelas diferenças marcantes entre o conhecimento científico gerado e o conhecimento tradicional indígena. O que gera a impossibilidade de conexão entre esse dois tipos de conhecimento que não nos permite desenvolver maneiras de preservar a ambos? É fácil compreender que os dois são, de fato, conhecimentos construídos em lógicas e racionalidades diferentes, mas também, fica cada vez mais evidente essa relação de poder entre os saberes da modernidade e os saberes locais que não são considerados rigorosamente científicos.

O Banco Mundial lançou em novembro de 1998 o documento intitulado “Conhecimento Indígena a serviço do desenvolvimento” afirmando que

“O conhecimento indígena fornece a base para as estratégias para a solução de problemas às comunidades locais, especialmente os pobres. Representa uma componente importante do conhecimento universal em matéria de questões de desenvolvimento. O conhecimento indígena é um recurso mal aproveitado no processo de desenvolvimento. Aprender do conhecimento indígena (...) pode melhorar a compreensão das condições locais e fornecer um contexto produtivo para as atividades concebidas para ajudar as comunidades. A adaptação das práticas internacionais à realidade local pode ajudar a melhorar o impacto e sustentabilidade da assistência ao desenvolvimento. (...) Acima de tudo, investir no intercâmbio do conhecimento indígena e na sua incorporação nos programas de assistência do Banco Mundial e dos seus parceiros de desenvolvimento, pode ajudar a reduzir a pobreza. [...] O conhecimento indígena é uma parte importante das vidas da população pobre.”

Tal documento funciona como uma cartilha versando sobre como utilizar os conhecimentos indígenas para o desenvolvimento. O mesmo documento afirma que questões



relacionadas a direitos de propriedade intelectual vem sendo debatidos, mas que “o conhecimento indígena não pode ser codificado nem registrado (...) tentativas de registrar e transferir conhecimento indígena podem levar a uma perda de poder dos povos indígenas”. Tais afirmações são ambíguas e parecem tornar inviável qualquer método que vise resguardar a propriedade intelectual dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que o documento produzido pelo Banco Mundial objetiva viabilizar e disseminar o uso de tais conhecimentos. Existem inúmeros estudos etnográficos que discutem o direito de propriedade intelectual indígena, Sáez nos fala um pouco a respeito:

“assinalou Marilyn Strathern (1999), tornar a “cultura” objeto de proteção e de direito supõe, de um lado, superar uma dicotomia que, entre nós, separa o social da tecnologia, da arte ou da ciência. Para nós, esses três domínios, produtores por excelência de direito autoral, estão à margem da vida social como tal, sendo por isso capazes de gerar direitos individuais: é o autor que pertence à sociedade, não as suas descobertas, seus romances ou suas músicas. Mas, é claro, não entenderemos a arte, a tecnologia ou a ciência indígena se quisermos encontrar entre “eles” esse mesmo divisor”. (SÁEZ, 2013. Pg. 79)

Ainda assim sabemos que esses conhecimentos não se protegem sozinhos

“os velhos estão morrendo e com eles morre o conhecimento tradicional: o registro dessa ‘cultura’ é um benefício indiscutível para a *sociedade*. Apenas, como acabamos de dizer, essa ‘sociedade’, cujos direitos são assim acautelados.” (SÁEZ, 2013. Pg. 79).

A sociedade brasileira em seu período de formação utilizou-se, amplamente, dos conhecimentos indígenas para a sua própria sobrevivência. Ouvir e ampliar as vozes das comunidades indígenas deveria ser uma busca constante da sociedade brasileira e uma maneira de salvaguardar sua cultura também.

Desde 2001 o Brasil regulamenta o acesso recursos genéticos e a conhecimentos tradicionais através da Medida Provisória 2186-16, mas essa regulamentação não foi capaz de conter a biopirataria e acesso a conhecimentos indígenas tradicionais que acabam resultando em apropriações.



2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO INDÍGENA – CONTEXTO BRASILEIRO

A metodologia adotada para o presente trabalho foi de levantamento bibliográfico. Ao realizar o levantamento, foi possível tomar contato com o que está sendo produzido e publicado. Em seguida foi realizada pesquisa documental que me permitiu analisar, principalmente, teses de mestrado e doutorado e artigos. Ao lançar mão dos documentos selecionados os conteúdos de produção científica e sites de internet foram analisados.

O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados *Library and Information Science Abstracts (LISA)* que informa que a base de dados “resuma e indexa atualmente mais de 440 periódicos de mais de 68 países e em mais de 20 idiomas diferentes. A cobertura de assuntos inclui todos os aspectos da biblioteconomia, usuários de biblioteca, recuperação de informações e mais”.

Também foram realizadas buscas no Portal de Periódicos da Capes que afirma oferecer “acesso a textos completos disponíveis em mais de 37 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos”.

As pesquisas realizadas no portal de periódicos da Capes foram realizadas em busca de documentos publicados em qualquer data, qualquer idioma, qualquer tipo de material e em qualquer base de dados. As buscas retornaram 193 resultados para busca pelos termos “conhecimento indígena” e 64 resultados para os termos “bibliografia indígena”.

A busca na base de dados *LISA* retornou apenas um resultado para a busca por “*indigenous knowledge* Brasil”. Já na busca pelos termos “*indigenous knowledge*” a base retornou 69 resultados. A base de dados *Applied Social Sciences Index and Abstracts (ASSIA)* retornou 370 resultados para os termos “*indigenous knowledge*” e três resultados para os termos “*indigenous knowledge Brasil OR Brazil*”.

Abaixo é possível visualizar as buscas realizadas e seus resultados:



Termos buscados X Resultados

FONTE	TERMOS BUSCADOS	RESULTADOS
Library and Information Science Abstracts (LISA)	<i>“indigenous knowledge Brasil”</i>	01
Library and Information Science Abstracts (LISA)	<i>“indigenous knowledge”</i>	69
Applied Social Sciences Index and Abstracts (ASSIA)	<i>“indigenous knowledge Brasil OR Brazil”</i>	03
Applied Social Sciences Index and Abstracts (ASSIA)	<i>“indigenous knowledge”</i>	370
Capes	Conhecimento indígena	193
Capes	Bibliografia indígena	64

Fonte: elaborado pela autora. 2016

Além do levantamento em base de dados, foi realizada pesquisa em sites da internet a fim de verificar as iniciativas já existentes para preservação da memória indígena. Em uma visita ao site do museu do índio foi possível verificar iniciativas de diversas áreas do conhecimento que buscam contribuir para preservação da memória indígena e/ou para promoção da valorização da cultura indígena. Dentre várias iniciativas, apenas o Centro de Documentação e Biblioteca Digital Indígena TEKÓ ARANDU estava diretamente relacionada à Biblioteconomia (no Brasil), mas podemos verificar iniciativas no âmbito da museologia, história, linguística, ciências sociais, etc. Ainda assim, a página do centro de documentação e biblioteca digital não estava disponível durante todo processo de construção do presente artigo, fato que não permitiu avaliar a relevância de tal iniciativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de descrever e documentar conhecimentos ameaçados de extinção vem, nas últimas décadas, ganhando contornos mais significativos face ao iminente risco de perda da cultura acumulada pelos povos indígenas. Devemos nos questionar, enquanto profissionais da informação “Até que ponto as práticas informacionais estão sendo realizadas visando à preservação de conhecimento dos povos indígenas?”.

Refletindo sobre as contribuições de Paz, Siqueira e Catalão (2013), percebe-se a necessidade de descolonização do pensamento acadêmico hegemônico, que separa o conhecimento científico dos saberes tradicionais. Para tanto, é necessário um posicionamento político, ético e epistemológico a favor dos povos indígenas por parte dessas instituições e dos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pesquisadores. A Ciência da Informação tem muito a contribuir com esse processo que pode ser iniciado a partir de agora, pois nossa área de conhecimento, segundo Aguilar (2010) apresenta, “oportunidade, sobretudo pelas possibilidades que fornece como meio de comunicação, vinculação e difusão de seus conhecimentos para a recuperação e reconstrução da sua própria identidade cultural étnica”.

O próximo passo é verificar como utilizar tais mecanismos de preservação para valorização da cultura e para preservação de direitos dos povos indígenas brasileiros. Ainda em 2003, Mueller afirmava que:

“são as práticas sociais que podem validar as narrativas indígenas como fontes de informação e podem, também, gerar estratégias de preservação e proteção dos saberes indígenas que constituem fontes inesgotáveis de informação. Torna-se necessário registrar tais narrativas e incluí-las no sistema de comunicação científica.”

Vivemos um momento propício para o desenvolvimento de estratégias e soluções a fim de preservar o conhecimento indígena. Nosso contexto ainda permite o contato direto com detentores dos conhecimentos tradicionais, ao mesmo tempo em que as Tecnologias de Informação e Comunicação estão em um ponto de desenvolvimento que possibilita encontrar e/ou desenvolver ferramentas adequadas para o registro dessas informações de maneira que possam ser adequadamente tratadas, organizadas e disseminadas, sempre com o cuidado de resguardar a propriedade intelectual indígena. Só será possível alcançarmos tais objetivos perante um quadro que envolva profissionais da informação trabalhando de maneira interdisciplinar com outras áreas do conhecimento.

Através do levantamento bibliográfico foi possível observar, que não há grandes contribuições da Biblioteconomia no sentido de preservar tais conhecimentos. Existem alguns estudos publicados que versam sobre as informações geradas pelos povos indígenas e alguns conceitos relacionados. A contribuição da Ciência da Informação, porém, é pequena e a maior parte dos estudos verificados nas bases de dados pesquisadas vem de outros campos da ciência como ciências sociais aplicadas, saúde, linguística, história, e área jurídica. Os estudos analisados pela presente pesquisa trazem grande contribuição, mas deixam claro que ainda existem muitos percursos a serem seguidos pela Ciência da Informação no que tange as ações de preservação do patrimônio indígena brasileiro. O que nos leva a uma provocação: os



profissionais da informação não estão dispostos a elaborar ações de preservação da cultura indígena em nosso país, mesmo estando cientes da importância desse trabalho?

O conhecimento e desenvolvimento que são necessários para implementar iniciativas e elaborar ferramentas que permitam a salvaguarda e proteção dos direitos de propriedade intelectual dos indígenas são acessíveis no contexto atual do nosso país. É preciso maior disseminação do valor e benefícios dessa causa, pois é evidente que falta a devida atenção da Ciência da Informação quando se diz respeito a minorias étnicas e culturais.

Como disse o ator e diretor Ricardo Darín em recente entrevista “teremos que voltar a certas origens para podermos nos redescobrir” e eu acredito que a Ciência da Informação pode contribuir enormemente com isso.

REFERÊNCIAS

III Encontro Internacional sobre Acesso à Informação e Promoção de Serviços Bibliotecários em Comunidades Indígenas da América Latina. *Recomendaciones para la promocion y desarrollo de bibliotecas indígenas en America Latina*. São Paulo. 2008.

ADAMS, Howard. *A tortured people: the politics of colonization*. Theytus Book Ltda. Pencilton. 1995

AGUILAR, Alejandra Miranda Pinto. **O indigenismo na era da informação**. Ponto de Acesso, Salvador, v.3, n.2, p. 158-191, ago. 2009.

AGUILAR. Alejandra Miranda Pinto. **Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas, o caso dos Kariri-Xocó e Pankararu no Brasil**. Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2010.

ALVARENGA, Eliany de Araújo. **A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de Organizações Não-governamentais/ONGs brasileiras**. Universidade de Brasília. 1989

ARAÚJO, C. A. A. **Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação**. InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v.2, n. 2, p.19-41, jul./dez. 2011.

BANCO MUNDIAL. **O Conhecimento Indígena a Serviço do Desenvolvimento**. 1998

BOSCH, Eulália. **Quem educa quem? Educação e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Autêntica. 2006

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.



CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T. (Orgs.) **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CANAL BRASIL e TV ZERO. **Sangue latino: Ricardo Darín**. Disponível em:

<http://canalbrasil.globo.com/programas/sangue-latino/videos/3928201.html> Acesso em 27 jul 2016

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n. 1, p. 148- 207 jan/abr 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 2000

CIVALLERO, Edgardo. *Bibliotecas indígenas: un modelo teórico aplicable en comunidades aborígenes argentinas*. Universidad Nacional de Córdoba. Argentina. 2004.

CHURCHILL, Ward. *Fantasies of the master race: literature, cinema and the Colonization of American Indians*. Common Courage Press. Boulder. 1992

CUNHA, Murilo. B. da. **Manual de fontes de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

DECLARACIÓN de Principios y plan de acción de La CSML 12/22/02003. Disponível em: www.itu.int/wsis Acesso em 10 mai 2016

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras. 2007

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1991/2010**. Disponível em: http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf Acesso em 18 mai 2016.

_____. **Censo demográfico 1991/2010**. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf Acesso em 27 jul 2016.

_____. **Censo Demográfico 2010: resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf Acesso em 27 jul 2016.

LEAL, Joliene do Nascimento. **Tensões entre ciência e conhecimento tradicional na construção do currículo de formação superior indígena: o caso da Licenciatura Intercultural Teko Arandu**. UFRRJ. 2012.

MARTINEZ COBO, José. *Estudio del problema de la discriminación contra las poblaciones indígenas*. Informe final presentado por el relator de las U.N., Sr. José Martinez Cobo, p. 50. Doc. EU. N./CN. 4./Sub. 2/1083/21/Add. 8

MUELLER, S. P. M. **A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica**. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 21-34.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

PAIVA, Eliane Bezerra. **Conceituando fonte de informação indígena.** Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.24, n.1, p. 61-70, jan./abr. 2014

PAZ, Ana América Magalhães Ávila Cerqueira; SIQUEIRA, Teresa Cristina; CATALÃO, Vera Margarida Lessa. **Indianizar para descolonizar a universidade: itinerâncias políticas, éticas e epistemológicas com os estudantes indígenas da Universidade de Brasília.** Universidade de Brasília, Brasília, 2013

PIEIDADE, Flávia Lordello. **Biopirataria e direito ambiental: estudo de caso do cupuaçu.** Universidade de São Paulo. Piracicaba. 2008

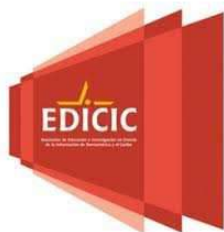
PORTELA, Girlene Lima. **Abordagens teórico-metodológicas.** UEFS. Feira de Santana. 2004

SÁEZ, Oscar Calavia. **A ética da pesquisa na era da autoria: Direito intelectual indígena, sociabilidade e invenção antropológica.** RBCS Vol. 28 n° 83 outubro/2013

SOARES, Diogo. **Documentação de culturas indígenas: Possibilidades e limitações das TICs.**

TESTA Adriana Queiroz. **A natureza do saber: o lugar do conhecimento na práxis Katukina.** Espaço ameríndio [1982-6524] yr: 2007 vol.: 1 iss: 1 pg:116 -145

VELÁQUEZ R, César. **Comunidades indígenas e información.** México: UNAM. 2004.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: DOIS CAMPOS EM QUESTÃO

CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN Y EL PATRIMONIO CULTURAL : DOS CAMPOS EN CUESTIÓN

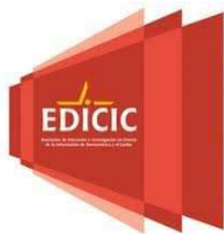
Vitória Gomes Almeida, UFPB
Gracy Kelli Martins, UFCA

Resumo: Traçamos nossas discussões sobre patrimônio cultural em torno de suas origens, concepções e políticas existentes ao longo do contexto histórico, abordando-o no âmbito da Ciência da Informação, enquanto documento e adotando a perspectiva defendida por Otlet, Buckland, Crippa e demais autores que colocam a capacidade informativa como a premissa básica para a definição do que seja um documento. Nesse sentido consideramos o patrimônio cultural como um documento de memória, configurando-se como um contributo para o campo da Ciência da Informação, por ir além da informação registrada, mas considerar os saberes, identidades e memórias contidas nos bens e manifestações culturais estudadas.

Palavras-chave: Ciência da Informação – Documento. Memória. Patrimônio Cultural.

Resumen: Sacamos nuestras discusiones sobre el patrimonio cultural en torno a sus orígenes, conceptos y políticas existentes en todo el contexto histórico, abordarlo en el contexto de la ciencia de la información, mientras que el documento y adoptar el enfoque preconizado por Otlet, Buckland, Crippa y otros autores que ponen la capacidad informativa como la premissa básica para la definición de lo que es un documento. En este sentido consideramos que el patrimonio cultural como un documento de la memoria, como la creación de una contribución al campo de la ciencia de la información, para ir más allá de la información registrada, pero tenga en cuenta los conocimientos, las identidades y memorias contenidas en los bienes culturales y eventos estudiados.

Palabras-clave: Ciencias de la Información - Documento. Memoria. Patrimonio cultural.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre patrimônio permeiam diversas áreas, campos, conceitos e diferentes nomenclaturas. No âmbito da Ciência da Informação - CI, esse tematambém perpassa seus debates, e encontra relevantes referências que refletem sobre sua preservação, estudado no campo da CI, a partir do conceito de documentos ou fontes de informação (CRIPPA, 2010).

Consideramos a ideia de que não estamos restritos apenas aos saberes e registros conservados em bibliotecas, arquivos ou unidades de informação, mas que se faz “necessário pensar um acervo informacional em qualquer espaço, de modos diferenciados e sem ordenamento planejado, pois as coisas em si, como estão dispostas, dizem muito da cultura e da história de pessoas e lugares” (ARARIPE, 2004, p. 115), que tornaria possível além da compreensão do local da cultura, por meio da investigação científica dos bens culturais e de como se dá nesse âmbito o processo de circulação da informação, a possibilidade de novos campos de pesquisa e trabalho para a atuação do profissional da informação.

Nos rememora Souza e Crippa (2010), que essa discussão não faz parte daquelas existentes com o surgimento da CI, pois verificando na literatura percebeu-se que esta esteve inicialmente preocupada com a organização e recuperação da informação, armazenada em instituições como bibliotecas, museus e arquivos, além de ter uma forte vertente tecnológica, que foi responsável “pelo desenvolvimento de inúmeras aplicações bem sucedidas (produtos, sistemas, redes, serviços)” e gerando entre outras coisas, o “desenvolvimento da CI como um campo onde se interpenetram os componentes científicos e profissionais” (SARACEVIC, 1996, p. 45). Baseada nessas considerações é que norteamos esse artigo, por meio da compreensão do conceito de patrimônio, sob a perspectiva da Documentação, considerando-o então, como um documento de memória.

2 PATRIMONIUM: ORIGENS, CONCEPÇÕES E POLÍTICAS

As discussões sobre o termo patrimônio e as noções a ele vinculadas passam por diversas perspectivas e campos de estudo, gerando diferentes formas e sentidos de compreensão. Requalificada por diversos adjetivos (histórico, artístico, cultural, material,



imaterial, natural...) que tornaram o termo um conceito nômade, sua acepção atual segue uma trajetória diferente da que é evocada em suas origens e etimologia (CHOAY, 2006).

Ainda na Antiguidade entre os romanos, o *patrimonium* se referia inicialmente a tudo o que pertencia ao pai de uma família (*pater* ou *pater familias*) e que podia ser deixado por testamento, não se excluindo enquanto bens, as próprias pessoas como mulher, filhos e escravos (FUNARI; PELEGRINI, 2006). O patrimônio surge nesse contexto sendo patriarcal, particular e restrito à aristocracia, mas se ressignifica na Idade Média, ampliando seu caráter através do culto aos santos e à valorização das relíquias, que apesar de ainda se ligar a concepções aristocráticas, despertou valorização tanto dos lugares e objeto, como dos rituais coletivos (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

A partir do Renascimento, despertou-se nos eruditos da época uma busca incansável por informações e vestígios da antiguidade grega e romana, cujas pesquisas e colecionismo deram origem ao chamado Antiquariado. O objetivo do antiquário era salvar através da imagem, os objetos, artefatos e construções que estavam em risco de destruição, e a partir da descrição dos mesmos – as fontes para pesquisa eram os próprios monumentos – eram criados compilações e portfólios. Para a autora Azzi (2011), algo que fica evidente, é que nesse período não existia apenas o interesse pelas antiguidades, mas também há o início da oposição entre objeto e documento escrito como testemunhos “autênticos” do passado.

Essa essência colecionadora de fragmentos do passado grego e romano, enquanto modelo arquetípico a ser seguido, aliado com a falta de predileção pelo povo e as tradições populares (ORTIZ, 1992), revelam a permanência das desigualdades presentes nas práticas de preservação ao longo da história, que idealizada e concretizada por classes dominantes, mantinham de fora a cultura e tradições populares do âmbito de suas pesquisas e coleções.

Dessa maneira, o campo do patrimônio enquanto espaço de disputa econômica, política e simbólica (CANCLINI, 1994) se torna ainda mais evidente a partir da constituição dos Estados-Nações, por meio da ascensão política da alta burguesia européia, através da Revolução Francesa¹. A partir da adoção e imposição de símbolos nacionais e da escola como meio de difusão dessa cultura nacional, se diz quefoi *inventado cidadãos*² e “o conceito de

¹ De acordo com Souboul (1989) as classes populares foram o motor da Revolução, entretanto, o povo se fazia presente, porém menos ator que espectador. Para mais informações ver *A Revolução Francesa* do autor citado.



patrimônio que temos hoje, não mais restrito ao âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.17).

Essa nova concepção do patrimônio foi possível a partir da Revolução Francesa, período em que começa a se estabelecer institucionalmente a preservação dos monumentos históricos³. O ideal de conservação que se iniciou com a filosofia iluminista, se efetivou devido o confisco dos bens pertencentes à igreja, nobreza e coroa, passando a tutela e responsabilidade dos bens ao Estado, que instituí nesse período algumas medidas de proteção visando à conservação dos mesmos.

Essas ações, inegavelmente de suma importância para o campo patrimonial, acabaram por acarretar o que Smith (2008) chama de “discurso patrimonial autorizado”, na qual as políticas de preservação patrimonial, instituída por meio dos grupos dominantes priorizaram os bens materiais concretos que apresentavam características como “belo”, “exemplar” e que “refletiam a nacionalidade”. Tais valores deixam claro os interesses políticos e estéticos daquele momento e que continuariam presentes na posteridade, norteando as políticas patrimoniais, sobretudo nas de âmbito internacional.

Com a Revolução Industrial, denominada por Choay (2011) como a segunda revolução cultural devido à criação de uma consciência reacional provocada pelas destruições e desordens causadas nos territórios urbanos ou rurais, sendo a causa – não única, mas determinante - que motivou os demais países europeus a institucionalizarem a conservação física dos então chamados monumentos históricos, foram gerados debates que “concentraram-se nas concepções de restauro e conservação deste patrimônio, [...] essas grandes transformações no espaço geográfico, resultantes da Revolução Industrial, ajudaram a constituir uma visão nostálgica do passado” (SCIFONI, 2003, pág. 79).

² Fala-se em uma invenção dos cidadãos, porque se faz uso da escola para se difundir uma cultura nacional: na França no período da sua transformação em Estado Nacional, o francês era falado apenas pelas elites e quando o povo era ensinado a falar esse idioma, aprendia também que tinha uma origem em comum – os gauleses, aprendendo que possuía uma história em comum com os outros povos que viviam naquele país (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

³ A partir do conceito de Choay (2011, p. 13), entende-se aqui por monumento histórico como uma “criação *ex nihilo* de uma comunidade humana para fins memoriais”.



Com o início do século XX, marcado pelo acontecimento de guerras, foram suscitados preocupações e debates acerca da proteção dos bens de diversos países que estavam arrasados pelos confrontos e se preocupavam com a restauração de seus patrimônios, e nesse sentido organizaram em 1931 uma conferência que gerou o primeiro documento internacional relativo a políticas de preservação do patrimônio: Carta de Atenas (SCIFONI, 2003, pág. 80-81).

Com o acontecimento da Segunda Guerra Mundial fica evidente a necessidade de intervenção, não somente no que tange a proteção dos bens, mas também, nas questões relativas à educação e cultura, surgindo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com o objetivo de contribuir nesse sentido.

Entretanto, com relação ao patrimônio a UNESCO só desperta sua atenção a partir da eminente destruição de vestígios da civilização egípcia, uma vez que este gerou debates de alcance internacional. A partir disso, lança a noção de desenvolvimento e política cultural e aprova em 16 de novembro de 1972, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, considerando “o patrimônio em seu duplo aspecto cultural e natural [...] as formas pelas quais o homem interage com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos” (UNESCO, 2015).

Através da Convenção, ficaram definidos os critérios necessários para inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial⁴, além do estabelecimento do papel dos Estados-Membro⁵ na identificação, proteção e preservação desses (possíveis) sítios.

Mas, se a preocupação e ações a nível mundial em torno de bens imóveis ou naturais é recente, ao se tratar de bens relacionados às tradições populares e a cultura imaterial, o tempo cronológico de existência é ainda menor. Abreu (2014) afirma que o contexto no período que precedeu a Conferência de 1989, era de insatisfação entre alguns representantes dos Estados-membro da UNESCO, sobretudo os pertencentes a países do chamado Bloco Sul que

⁴ Parte do Estado-Membro, a solicitação de inscrição que deve incluir um plano que detalhe como se administra e se protege o sítio.

⁵ Atualmente, dos 191 Estados-Membro, possuem bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial 161 países que juntos compõem um total de 1007 bens. Apesar de se ter um número significativo de países signatários, o que fica evidente ao se analisar os dados disponíveis no site da UNESCO é a ocorrência de uma participação desproporcional, existente entre os mesmos, na qual mostra-se incontestável, a hegemonia dos europeus que representam com seus 479 bens, 48% do total.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

argumentavam sobre a “elitização” das políticas públicas patrimoniais existentes, que geravam a preservação de vestígios e legados de colonizadores em seus países de origem.

É a partir da Conferência Geral da UNESCO de 1989, realizada na cidade de Paris, que foi reconhecida por meio da Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, a importância social, econômica, cultural e política da cultura tradicional e popular, bem como sua função na história e cultura dos povos. Por meio da Convenção de 2003, segundo Pelegrini e Funari (2008), o conceito de patrimônio imaterial é criado a partir da perspectiva da alteridade, considerando que esses bens são alvos constantes de “recriações” tendo em vista a dinâmica em que se inserem em suas comunidades e grupos.

Destacamos que esse reconhecimento se constitui como um fato importante, sobretudo para os países da América Latina, África e Ásia, cuja riqueza cultural estava em segundo plano. Evidenciamos que diferentemente dos demais países, destaca-se o Brasil como um dos pioneiros, tendo com Mário de Andrade a criação de um anteprojeto que visava à institucionalização da preservação patrimonial brasileira, e que este já possuía preocupação com os bens intangíveis, ainda que não tenham tido espaço para se efetivar em virtude dos interesses políticos da época. A partir de então, uma sensibilidade relativa à cultura imaterial começa a ser despertada possibilitando mais tarde a criação de políticas públicas atuando nesse sentido, além de ter sido criada a entidade⁶ oficial mais antiga de proteção de bens culturais na América Latina (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional - IPHAN).

Dessa maneira, surge ainda que muito posterior ao anteprojeto, o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial brasileiro, através do Decreto 3551/2000, constituído de acordo com o IPHAN⁷, por bens culturais “que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”.

Consideramos que o decreto e as políticas culturais desenvolvidas em torno do patrimônio imaterial inauguram uma nova fase no cenário brasileiro, na qual valorizam-se os bens culturais enquanto patrimônio devido sua característica de se configurarem enquanto referências culturais nas comunidades e grupos que as criam, mantêm, praticam e recriam cotidianamente. Priorizam-se agora com essa concepção, a construção e legitimação de um

⁶ Em 1937 que acontece a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

⁷ <http://portal.iphan.gov.br/>



patrimônio que constate sua singularidade e relevância para a memória e identidade dos brasileiros. A partir de tais exposições, nas seções que se seguem, discutiremos a perspectiva teórica do patrimônio considerado como documento, no âmbito da CI.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Colaborando no que tange às reflexões sobre as origens da CI, Silva e Freire (2012) expõem que apesar de essa ser uma ciência recente, é difícil delimitar precisamente seu surgimento. Os autores colocam como marco preliminar da CI, as reflexões iniciadas a partir da Segunda Guerra Mundial, possíveis em decorrência das revoluções científicas dos séculos XVI e XIX, nas quais suas reflexões justamente se preocupavam em abordar sobre os procedimentos e problemas existentes em torno da informação (organização, registro e disseminação), julgando-a enquanto fenômeno social.

Suscitamos o debate sobre as origens da CI, por acreditar que seja um exercício necessário para se pensar os limites dessa ciência, que tem como objeto um elemento tão vasto e complexo quanto a informação. Silva e Freire (2012, p. 3) contribuem nessa perspectiva, trazendo a seguinte questão e argumento:

E o que significa a criação de uma área para tratar de problemas informacionais e organizar o conhecimento? Em tese, significa atentar para uma área que estabeleça uma flutuação entre as mais diversas áreas do conhecimento. Uma área que possua intersecção no contexto da organização do conhecimento e disseminação da informação, seja no contexto científico, seja no contexto do cotidiano da sociedade global. Em outras palavras, a Ciência da Informação vem com a perspectiva de satisfazer áreas do conhecimento científico, profissionais das mais diversas áreas (de nível superior ou não), indivíduos e instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e educativas diversas.

Ainda de acordo com os autores citados, outro fator que cooperou para o surgimento da CI foi a existência de disciplinas antecessoras, tais como a Biblioteconomia e a Documentação⁸: a primeira aparece como um marco no contexto da organização do

⁸ O autor Armando Malheiro da Silva (2006, p. 18), trazendo como efeito da Documentação, afirma que “o programa teórico e as iniciativas de Otlet e La Fontaine introduziram uma fissura na prática profissional com consequências ainda hoje nitidamente sentidas. A necessidade de documentação actual e disponível para um acesso rápido e eficiente levou a criação de novos profissionais – os documentalistas – com um perfil distinto dos bibliotecários, formado no seio das Bibliotecas eruditas dos séculos XVIII e XIX. Embora artificial e pouco consistente, esta distinção tem na sua gênese e na sua sustentação, ao longo prazo, de um novo paradigma: a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conhecimento, pois devido a organização e registro das informações nas coleções existentes, ainda que através de técnicas rudimentares, é que se tornou possível assegurar a memória da humanidade por meio de procedimentos voltados para o acesso às informações nas bibliotecas; E a Documentação, que evocou antes mesmo da CI ter essa nomenclatura, a discussão dos aspectos da organização e disseminação da informação com uma perspectiva mais ampla, na qual o acesso a informação independia do suporte ou centro de informação.

Constata-se hoje, ao se analisar os princípios da Documentação criados por Otlet, a identificação da existência de uma forte relação desta com o discurso da CI (SILVA; FREIRE, 2012).

Ao longo de seu desenvolvimento, a ciência da informação (CI) viu surgirem e se consolidarem, dentro dela, diferentes áreas e subáreas específicas. Tais campos, orientados por diversas correntes e perspectivas teóricas, acabaram por desenvolver, também, conceitos particulares de informação, algumas vezes semelhantes, outras vezes sobrepostos e, em alguns casos, discordantes (ARAÚJO, 2009, p. 193).

O autor traz essa afirmação, pautado na constatação dos diferentes conceitos da CI e de seu objeto de estudo, nos lembrando da influência do positivismo na consolidação do campo; sua crítica principal se dá em torno de que sob essa perspectiva, a informação é compreendida como algo que independe dos sujeitos e dos contextos histórico-culturais em que estão inseridos. Dessa maneira constituem segundo Araújo (2009), o paradigma positivista da CI, a Teoria Matemática e a Teoria Sistêmica da Informação, apesar de haverem em outras teorias (representação, comunicação científica, estudo de usuário – perspectiva cognitivista) a repetição dessa ideia de informação “positivada”; Rompe com essas concepções, por exemplo, a noção lançada por Capurro, na qual informação não é aquilo que previamente cria o conhecimento, mas na verdade seria uma forma pela qual os seres humanos compartilham o mundo uns com os outros, ou seja, seria o conhecimento em ação (CAPURRO, 2003).

Acerca da informação, Pinheiro (2002) evidencia a forma limitada em que esta é comumente estudada, onde tradicionalmente aparece em pesquisas, sendo vinculada a documentos impressos ou bibliotecas, quando na verdade a informação de que trata a CI pode

mudança da visão custodial e patrimonial (fechada através da conotação com <<tesouro>>) para uma visão pós-custodial e aberta, dominada pela busca incessante dos conteúdos (da informação).



estar em vários lugares, ambientes, meios e suportes como “num diálogo entre cientistas, em comunicação informal, numa inovação para o setor produtivo, em patente, numa fotografia ou objeto, no registro magnético de uma base de dados ou numa biblioteca virtual ou repositório, na Internet” (PINHEIRO, 2002, p. 62).

Através da compreensão das diversas vertentes que a informação pode assumir, que levantamos a possibilidade de pensar o patrimônio enquanto documento e a relação da CI com essa forma de registro da memória social, como Crippa (2011, p. 58) pontua,

com base nas propostas documentalistas de Otlet, de Briet, de Buckland e de Dodebei, é possível admitir que o patrimônio cultural, ao ser objeto de interesse da Ciência da Informação, informa, pois se trata de um conjunto de bens aos quais foi atribuído algum valor e que, por intermédio dele, foi disseminado, com a finalidade de informar sobre ele. Assim, os bens culturais devem ser considerados documentos.

Para reforçar a justificativa desse estudo, trazemos ainda as reflexões de Silva (2006), que ao abordar o objeto de estudo da CI, a informação, enfatiza que este encontra-se englobado pela concepção mais restrita ou uma concepção cognitivo-mitológico-ritual de cultura, de maneira que a CI contribui para o enriquecimento e estudo desse conceito sem dividi-la (erudito versus popular; sócio profissionais versus técnicas) ou fragmentá-la, uma vez que

[...] a existência de dois campos assimétricos e difusos – o dos estudos culturais e o das ciências e técnicas do património – pode ser confrontada positivamente com a perspectiva religadora e transversal da C.I., empenhada na pesquisa e aprofundamento de aspectos/problemas comuns aos dois campos e radicados no mencionado fenômeno info-comunicacional (SILVA, 2006, p. 39-40).

O autor, afirmando ainda o patrimônio como sendo uma emanção prática da ideia de cultura, pontua sobre a tradição da conservação patrimonial surgida no período oitocentista, cujas instituições responsáveis por sua salvaguarda (como bibliotecas, arquivos e museus) apresentavam uma clara subordinação ao Estado e governo ao longo dos séculos XIX e XX, através das ações realizadas pelos historiadores e eruditos encarregados por administrar esses espaços.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Até o século XVIII, as raridades bibliográficas e manuscritas, assim como as preciosidades reunidas por mecenas renascentistas e depois por antiquários [...] formaram um acervo heterogêneo e disperso concentrado junto a entidades coletivas e individuais que, [...] Após a Revolução Francesa, essas manifestações materiais da cultura e do patrimônio nacional passaram do domínio privado para o público através de duas vias – a erudita e a “popular” ou etnográfica – geradoras de dicotomias insustentáveis. Mas, agora, [...] os apelos estruturalista, construtivista e sistêmico, lançados a partir da década de setenta do séc. XX, ajudaram a desenhar uma visão cultural sintética que funde essas vias e abre-se a uma pluralidade [...] o desafio da síntese em construção está aí, mas a resistência de uma tradição documental eivada de culturalismo dicotômico continua viva e forte (SILVA, 2006, p. 17).

Por meio das afirmações acima explicitadas, destacamos a necessidade de se repensar a atividade realizada pelos profissionais dessas instituições (bibliotecários, arquivistas e museólogos) que historicamente esteve a serviço do Estado e do projeto de construção de um passado nacional, mas cujas práticas começaram a sofrer modificações, a partir das iniciativas de Otlet e La Fontaine, devido a sua concepção inovadora, como por exemplo, de compreender o documento (SILVA, 2006).

Para além da relação entre informação e cultura, outro ponto fundamental a se abordar quando falamos em patrimônio e CI é a questão da memória, uma vez que esta se faz intrinsecamente ligada às discussões dos dois campos.

De acordo com Le Goff (2003), a memória nas ciências humanas, seria fundamentalmente a capacidade de conservar certas informações, na qual se expressa a memória coletiva, sob a forma de dois materiais: os documentos e os monumentos.

Já no caso das Ciências Sociais, mais especificamente no âmbito da CI, ficou constatado em uma pesquisa realizada por Oliveira e Rodrigues (2011, p. 318), que objetivava analisar como a memória estava sendo vinculada e concebida nas produções nacionais da CI, que “tanto o termo informação quanto o termo documento, [...], são vistos como elementos propiciadores da construção da memória social ou memória coletiva [...] e instituição, social, biblioteca, cultura e história, termos que também podem ser considerados” como termos associados ao conceito de memória na CI.

Dessa forma, ficou explícito para as autoras que a questão da memória é frequentemente associada na CI ao seu objeto de estudo (sobretudo informação registrada, mesmo que essa independa do suporte), em decorrência do entendimento da “(re)construção da memória e da formação de identidade a partir desses registros, o que exige sua



organização, preservação e divulgação” (OLIVEIRA, RODRIGUES 2011, p. 318). Corroborava nesse sentido, Azevedo Netto (2007, p. 14) quando diz:

A relação entre informação e memória, ela pode ser considerada, na medida em que um determinado elenco de informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos e reinterpretados.

Considerando então as múltiplas correlações entre informação, patrimônio e memória, podemos constatar a partir do que foi mostrado, que os estudos do patrimônio dentro da CI, apesar de não ser um dos temas dominantes, têm aumentado gradativamente (SOUZA; CRIPPA, 2010), revelando as diversas e relevantes possibilidades existentes, quando consideramos o patrimônio como documento e conseqüentemente como parte dos estudos dessa ciência.

Para o campo da CI e a temática de nosso estudo, é unânime entre os autores⁹ que estudam o patrimônio, sobre a emergência do tema na contemporaneidade, seja ela em decorrência da existência na modernidade de uma valorização do transitório, ao fugaz e efêmero que cria o anseio de um presente íntegro e estável (HABERMAS, 1983), seja pelos processos de patrimonialização gerados, sobretudo em decorrência da corrida ao título de patrimônio mundial¹⁰, o fato é que existe uma ampla discussão em torno do termo, que no âmbito da CI também ganhou espaço¹¹.

Dessa forma discutiremos nas páginas seguintes, a partir dos conceitos de documento, propostos pelos agentes reconhecidos no campo, ou seja, por aqueles que detêm capital

⁹Entre os autores que afirmam isso, citamos alguns como Gonçalves (2007), Tamasso (2012), Peixoto (2003) e Choay (2006).

¹⁰Esse interesse com relação ao título é devido a potencialidade de exploração turística dos bens, não tendo como intuito primeiro a preservação dos mesmos por serem parte da identidade e cultura aos países da qual pertencem, mas sim por sua rentabilidade em termos econômicos.

¹¹ Ver o trabalho de Souza e Crippa (2010), que trabalha essa inserção a partir de um levantamento sobre discussão do patrimônio nas publicações da CI.



científico¹² na CI, a consideração do patrimônio como documento de maneira a legitimar nossa proposta de estudo.

3.1 O Patrimônio como Documento

Em seu tratado, Paul Otlet foi o primeiro a definir o documento e a documentação de maneira a considerar prioritariamente o conteúdo ao invés do suporte do qual é composto. Para ele, o documento, seria “um meio de transmissão de dados informativos para o conhecimento” (Otlet, 1934, p. 25); enquanto a documentação seria a princípio, o resultado da fusão de sete partes que se complementariam: os documentos particulares, as bibliotecas, a bibliografia, os arquivos documentais, os arquivos administrativos, os arquivos antigos, os documentos de qualquer outro tipo que não seja bibliográfico e gráfico, as coleções de museu e as enciclopédias.

Dessas formulações, decorre o consenso acerca de seu pioneirismo e vanguarda nos conceitos propostos, uma vez que sua obra pressente “a multiplicação dos suportes da informação, todos igualmente portadores de memória” (SILVA, 2006, p. 18).

Em um estudo sobre a trajetória do conceito de documento, em diversos campos teóricos (História, Diplomática, Documentação, Bibliografia, CI...), Rabello (2009) ressalta a que a primeira fase da Documentação (correspondente a concepção de Otlet, após a década de 1930), é de caráter positivista e representa uma fase de transição, pois o conceito de documento sofre um deslocamento de sua aceção tradicional rumo à inovação. O autor diz que durante essa fase

o conceito foi formulado considerando os objetos produzidos pelo homem em direção ao conteúdo informacional. Tal ênfase consistiria o fator distintivo para a transformação do objeto em documento, sendo que a ação humana de agregar ao objeto uma função informativa lhe garantiria o status de objetividade. Sob esse prisma, o documento se caracterizaria por se constituir em diversos suportes (apresentando-se em diferentes espécies e tipologias) “eivados de objetividade”. Tal suposta objetividade confundir-se-ia com o próprio processo criativo de exteriorização e assentamento (registro) de um conhecimento ou técnica num objeto material. Tal

¹² “é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26).



concepção foi o ponto de partida para que a bibliotecária francesa Suzanne Briet (1951), em seu ensaio *Qu'est-ce que l'adocumentation?*, ampliasse ainda mais o conceito (RABELLO, 2009, p. 287).

Como coloca o autor, essa noção de documento e da documentação ganha com Suzanne Briet a continuidade do seu desenvolvimento, na qual adquire com ela uma ainda maior ampliação. Podemos observar por meio do seu pensamento, juntamente com as propostas de Otlet, que se “enunciavam as questões de promoção e acesso à informação, ou seja, os termos documento e Documentação já tinham em germe a noção de informação tal como é compreendida contemporaneamente” (ORTEGA; LARA, 2010, p. 5).

Verificando o que foi exposto, tomemos as palavras de Briet, que apesar de considerar sua proposta de definição de documento mais precisa, mas também mais abstrata e consequentemente menos acessível, propõe que este seja:

qualquer signo concreto ou indicial (índice), preservado ou gravado com o fim de representar, de reconstituir, ou de provar um fenômeno físico ou intelectual. Uma estrela é um documento? Um seixo na corrente de um rio é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, e os animais que são catalogados e exibidos em um zoológico, são documentos (BRIET, 1951, p. 10) [Tradução livre nossa, da versão em inglês].

Essa corrente teórica sobre o documento que começa com Otlet, têm sua consolidação através do que as autoras Ortega e Lara (2010) chamam de discípulos da versão clássica. Esta foi desenvolvida até metade do século XX na França, mas também encontrou importantes referências na Espanha, na qual segundo elas, resultou contemporaneamente numa atualização e aprofundamento da noção de documento, feita a partir do trabalho desses primeiros documentalistas.

Na década de 1990, Buckland ao trabalhar o conceito de informação (Informação-como-processo; informação-como-conhecimento; e informação-como-coisa) traz também entre outras discussões, o questionamento sobre o que é um documento:

Começamos usando uma classificação simples de fontes de informação: dado, documento, e objeto. Mas encontramos dificuldades se tentarmos ser rigorosos. O que, por exemplo, é um documento? Um livro impresso é um documento. Uma página manuscrita é um documento. Um mapa é um documento. Se um mapa é um documento, porque um mapa tridimensional



também não seria um documento. Porque um globo também não poderia ser considerado um documento já que é, acima de tudo, a descrição física de alguma coisa (BUCKLAND, 1991, p. 6).

Com essa concepção, Buckland diz extrapolar a ideia convencional do que seja um documento¹³ e é a partir dela que trazemos o patrimônio, uma vez que verificamos ser a capacidade informativa, o cerne do que seja um documento. Colabora nessa perspectiva, a autora Crippa (2010, p. 55-56) quando diz:

Segundo Otlet, o documento é algo caracterizado pela capacidade de nos informar sobre alguma coisa. Isso não é somente possível por meio de representações e registros dos objetos, preocupação e tarefa “tradicional” da Ciência da Informação, mas pela observação das próprias “coisas em si”, conforme a proposta de Buckland (1991), que afirma que qualquer objeto pode tornar-se um documento, se for utilizado para informar, dar a conhecer algo. [...] O patrimônio informa-nos sobre muitas coisas, mas, fundamentalmente, principalmente sobre o tempo. É, portanto, um documento muito especial. Sua importância relaciona-se com as ideias, os períodos, as épocas e estes estão sempre carregados de costumes, valores, ideais e ideias.

A autora ainda explica que na concepção de Buckland, valoriza-se as intenções de elaboração dos objetos, mas seu valor documentário é estabelecido através dos usos que são atribuídos a eles. Dessa forma os usos e não a intencionalidade de criação, é que são determinantes na noção de Buckland, para que um objeto ganhe o status de documento. O autor que parte de Otlet e Briet para discutir o documento, difere da noção da autora que estabelece três características¹⁴ que o documento deve possuir, entre elas a intencionalidade de ter sido criado como tal.

Por último, concordamos com Crippa quando esta traz a afirmação de Gondar e Dodebei (2005), acerca dos documentos serem resultados da sociedade que os produziu e das sociedades que o salvaguardaram. Ela afirma “coloca-se o pressuposto de que é a sociedade que atribui a finalidade de um objeto e que a reformula constantemente” (CRIPPA, 2010, p. 56).

¹³ Para mais informações sobre essa discussão, ver o artigo de Buckland *WhatisDocumentation?* disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>

¹⁴ As outras características são: materialidade e posição fenomenológica (percepção de algo enquanto um objeto).



Percebe-se então, com as concepções dos últimos autores mencionados (Briet, Buckland, Crippa), a vigência de uma fase nos estudos da Documentação, que Rabello (2009) chama de “fase hermenêutica”. Suas particularidades se encontram na compreensão do documento como resultado do contexto social e cultural, em que os indivíduos atribuem valor aos documentos por meio da interpretação e da atribuição de significado e de sentidos:

A “fase hermenêutica” compreender-se-ia, portanto, após a década de 1950, na ocasião em que se destacaram as idéias de Briet (1951) e de seus seguidores Meyriat (1981), Escarpit (1981), Day (1997), Buckland (1997), entre outros. Os argumentos comumente empregados por esses autores demonstraram que nenhum documento é propriamente objetivo, ou seja, de que nenhum objeto/suporte nasce com *status* de *documento*, pois tal aspecto valorativo somente se constituirá *a posteriori*. [...] Considerando essa especificidade, o documento é, portanto, o fruto de uma ação interpretativa (subjéctiva) de um sujeito que vive em sociedade e que recebe sua influência passiva e dativamente a um só tempo (RABELLO, 2009, p. 288).

Por último, o autor também expõe que a amplitude do conceito de Otlet, permitiu o reconhecimento do documento museológico. Toda essa explanação em torno dos documentos e dos teóricos do campo da CI tem como objetivo, atestar o patrimônio enquanto documento, por meio de sua capacidade informativa. Apesar de haver na CI, entendimentos do documento como informação materializada institucionalmente¹⁵, consideraremos aqui a perspectiva adotada por Buckland, Crippa e demais autores que colocam a capacidade informativa como a premissa básica para a definição do que seja um documento.

4 CONCLUSÕES

Nesse trabalho abordamos a partir do conceito de documento, desde suas origens na Documentação, até os conceitos mais contemporâneos dentro da CI, a discussão do patrimônio cultural como um contributo para o campo.

Constatando que essa ciência, entre tantos estudos, compartilha um forte discurso dos seus princípios com o da Documentação, e considerando a capacidade informativa do documento, como sendo o princípio para o entendimento deste, defendemos o patrimônio como um documento de memória, reconhecendo que este informa acima de tudo sobre o

¹⁵ Ver trabalhos como os de Frohmann (2004) ou em âmbito nacional como o de Grigoletto (2012).



tempo, saberes, identidades, memórias, culturas de determinado povo/comunidade. Essas discussões visam não só a extensão do universo conceitual da área, mas as reflexões acerca de novos campos de pesquisa e atuação profissional.

Por fim, explicitamos alguns nichos de pesquisa detectados a partir desse trabalho, que podem contribuir para novos debates, percepções e construções teóricas no campo científico da Ciência da Informação, a saber: as discussões sobre patrimônio intangível dentro da CI; reflexões acerca de como as metodologias podem ir além da descrição desses bens culturais, problematizando esses enquanto documentos de memória, levando em conta os processos que garantem sua produção e salvaguarda, e; as discussões acerca da relevância e impacto do registro a essa cultura intangível.

Dessa maneira, foi a partir de uma perspectiva cognitivista acerca da informação, e da consideração do documento como o suporte que contém e permite o acesso de uma mensagem com potencial informativo para um receptor (BRAVO, 2002), que podemos afirmar que a característica interdisciplinar da Ciência da Informação a proporciona novos horizontes, possibilidades e olhares, e com isso possibilidades para se (re)pensar a informação, o documento, a memória dentro do campo, por meio do diálogo com o patrimônio cultural por exemplo, como foi apresentado nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: Ressonâncias, apropriações, vigilâncias. **e-cadernos ces**, n. 21, 2014.

ARARIPE, Fátima M. Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=63>>
Acesso em: 30 mar. 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009

AZZI, Christine Ferreira. O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento. **Letras**, Santa Maria, v. 21, n. 43, p. 353-371, jul./dez. 2011.

BRAVO, Blanca Rodríguez. **El documento: entre la tradición y la renovación**. Trea, 2002.

BRIET, Suzanne. **What is Documentation?**. Paris: Édit –

Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. Disponível em:

<<http://ella.slis.indiana.edu/~roday/what%20is%20documentation.pdf>>. Acesso em: 5 de ago. de 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em Questão: Antologia para um combate**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CRIPPA, Giulia. O Patrimônio Cultural: a cidade como documento. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange P. (Org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea Editora, 2011, v. 1, p. 53-70.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil**. Brasília: 2006.

IPHAN. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília, 1980.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paula: Brasiliense, 2006.

ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

OTLET, P. **El tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría e práctica**. Bruselas: EdicionesMundaneum, 1934.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RABELLO, Rodrigo. O documento na Ciência da Informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. (Org). **A responsabilidade social da Ciência da Informação**. João Pessoa, X ENANCIB, 2009, v. 1, p. 277-303.

SCIFONI, Simone . A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. In: Pedro Jacobi; Lúcia da Costa Ferreira. (Org.). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 9-456.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 14, pp. 77-88, 2003.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006. 176p.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **EncontrosBibli**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London; New York: Routledge, 2008.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O campo da Ciência da Informação e o patrimônio cultural: Reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p.1-23, 2010.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 241-255, jul./dez. 2011.

UNESCO Brasil; IPHAN. Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial. Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2013.

UNESCO. Convenção Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 2003.

UNESCO. Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Paris, 1989.

UNESCO: The Constitution.

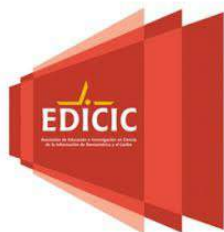
Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/history/constitution/>>

Acesso em: 08 de jun. 2015

UNESCO: O Patrimônio: legado do passado ao futuro

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>

Acesso em: 14 de mai. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

COLECIONAR LIVROS: UM MODO DE REAPROPRIAR O PASSADO

LA RECOGIDA DE LIBROS: UNA FORMA DE SE-RECONOCIDO EL PASADO

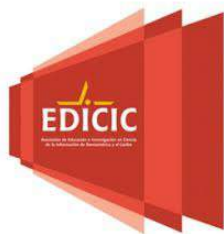
Admeire Santos Sundström, UNESP

Resumo: Apresenta o diálogo entre uma coleção de livros e a possibilidade de se compreender o passado por meio das representatividades proposta por esses elementos. Os livros serão entendidos sob o ponto de vista da coleção, no qual um item só faz sentido em conjunto. O objetivo é entender como uma coleção de livros pode se reapropriar do passado, coletivo ou individual. A pesquisa é de caráter teórico. Os resultados consistem na exposição das etapas do colecionismo e no delineamento das relações conceituais entre os elementos abordados. Finaliza, ao direcionar a concepção de coleção como um resíduo da experiência e compreende que a exposição dos livros cria a possibilidade para o surgimento da memória coletiva.

Palavras-chave: Memória Coletiva. Coleção de livros. Colecionismo. Experiência.

Resumen: Se muestra el diálogo entre una colección de libros y la capacidad de comprender el pasado a través de la representatividad propuesto por estos elementos. Los libros se comprenderán desde el punto de vista de la colección, un artículo en el que sólo tiene sentido junto. El objetivo es entender cómo una colección de libros puede volver a apropiarse el pasado, colectiva o individual. La investigación es de carácter teórico. Los resultados consisten en la exposición de la recogida de los pasos y en el diseño de las relaciones conceptuales entre los elementos tratados. Terminar, para dirigir la colección de diseño como una pérdida de experiencia y entiende que la exposición de libros crea la posibilidad de la aparición de la memoria colectiva.

Palabras-clave: La memoria colectiva. Colección de libros. El cobro. Experiencia.



1 INTRODUÇÃO

O título do artigo faz referência à frase de Umberto Eco, “[...] colecionar é um modo de se re-apropriar de um passado que nos foge” (2010, p. 50), pois ao refletirmos sobre o colecionismo, entendemos que a escolha, coleta e posse são momentos de atribuição de significados e, desse modo, o passado será abordado como um desses significados.

É por meio da fala do autor que se introduz o objetivo dessa comunicação que é: entender uma coleção de livros como modo de harmonizar o passado. E ao interpretar o ponto de vista do autor, torna-se possível compreender a coleção como algo capaz de tomar para si o passado do indivíduo colecionador. Não se pretende abordar a coleção de livros no sentido antropomórfico, mas sim, evidenciar que ela gera a possibilidade de reter o passado, remeter a fatos e eventos que necessitam de materialidade para voltar ao presente.

E a coleta, por vez, é entendida como fruto de uma preocupação excessiva com o passado, pois usualmente quem coleta acredita que esse (o passado) não compõe a percepção aparente por si só. Tal preocupação, por um lado, pode impedir a compreensão de que ele, o passado, na verdade se encontra no presente e para existir deve ser vivenciado e contextualizado (RICOEUR, 2007). Os objetos em si não garantem o aparecimento da lembrança, mas pode ocorrer por meio da vivência com os itens, e o colecionismo, enquanto um processo será interpretado como essa vivência necessária para o surgimento da lembrança.

Diante dos olhos do colecionador o passado é percebido com mais intensidade por meio da guarda, do toque e da admiração dos objetos que são considerados relevantes ou *souvenirs*. A presença deles torna tangível o passado; e é no momento de exposição e da apreciação, que se faz possível perceber a importância do objeto coletado na alma de quem o guarda., E traz em cena que algo importante que necessita ser lembrado ou a própria lembrança em si. E para Para consolidar tais argumentos é necessário introduzir alguns pontos.

O primeiro ponto que será trabalhando refere-se ao que se entende por coleção, no qual buscou-se através de leituras compreender conceitos respaldados através do campo de estudo da Cultura Material. Acredita-se que o modo como a referida área compreende o

objeto de estudo possibilita um diálogo com a memória, e que torna possível contribuir na resolução de lacunas existentes nas abordagens: coleção de livros e memória coletiva.

Buscou-se elencar as etapas do colecionismo como um modo de estabelecer a relação entre o motivo da coleta, o ato propriamente dito (colecionismo) e os efeitos disso no social, sendo a experiência resultante o foco dessa exposição. As etapas que serão expostas foram traçadas a partir de fundamentação teórica, convém ressaltar que muitos autores contribuíram para a elaboração dessa concepção, para tanto, Baudrillard (2004) e Pomian (1984) serão trabalhados com maior profundidade.

Em um segundo plano, aborda-se a compreensão de coleção voltada para a perspectiva de uma coleção de livros. O diálogo se constrói por meio de duas vertentes: o olhar empregado pelos colecionadores e a visão das instituições, apontando os aspectos em que os dois pontos divergem e dialogam, para fortalecer a abordagem que será empregada em coleção de livros levando em consideração a presença da memória, como um efeito resultante dessa ação.

Por fim são apresentados os elementos considerados para afirmar porque uma coleção de livros é um modo de reapropriação do passado, etapa que contará com o auxílio de autores que fortalecem a compreensão do conceito de memória, que é entendida aqui como a responsável pelo elo solidificador da sociedade.

Ressalta-se que esta comunicação é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado, cujo título é “A Influência do Colecionismo na Representação da Memória Social: Análise da Coleção Amidicis Tocantins”, defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP Marília, com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Salienta-se também que o estudo contou com outras publicações, das quais apresentaram as primeiras etapas do estudo aqui descrito, que são: Santos e Bizello (2013), Santos e Prado (2015) e Sundström e Bizello (2016).

2 COLEÇÃO DE ITENS: A PERCEPÇÃO ALÉM DO OLHAR MATERIAL

Um indivíduo ao capturar um item para si com a intenção de armazená-lo em companhia com outros itens cria um processo que aqui será nomeado de colecionismo. Processo este que por se inserir em um contexto interdisciplinar, conta com contribuições científicas de diversas áreas do conhecimento, cada uma com diferentes vertentes teóricas.

Este trabalho foi construído no contexto da Ciência da Informação, área que para muitos teóricos, como Saracevic (2008), Robredo (2003) dentre outros, é considerada interdisciplinar. Acredita-se que o presente estudo pode se fortalecer em meio a essa interdisciplinaridade, pois, os estudos que abordam colecionismo e memória permeiam diversas áreas do conhecimento e isso requer um recorte teórico por parte do pesquisador no momento de estabelecer elos entre os dois objetos de estudo.

Para a exposição dessas etapas, foram utilizadas leituras de diversos autores, como Blom (2013), Baudrillard (2014), Formanek (2005) dentre outros, visto que os referidos autores, além de apresentarem diferentes abordagens das etapas do colecionismo, permitem identificar e descrevê-las. E dentro de cada uma, se percebe o caminho percorrido pelos colecionadores para se chegar ao sentido simbólico.

Pensamos no ato de colecionar como um processo complexo, e por meio das leituras e do convívio com coleções, foi possível identificar oito etapas:

1 **Interesse:** O colecionismo inicia-se com o interesse do indivíduo por uma determinada temática, ou o surgimento de um problema psicológico, como afirmam alguns teóricos.

2 **Tipologia:** Elege-se o tipo de material a ser colecionado – em alguns casos a primeira etapa passa despercebida e a identidade de colecionador só se clarifica para ele mesmo a partir do interesse pelo segundo objeto. Ressalta-se que o tipo de objeto não é algo limitado e a coleção pode ser composta por diversos tipos e formas, mas mantém em comum o objetivo.

3 **Aquisição:** Inicia-se a formação da coleção que é uma busca por resolução desse problema (mesmo que inconsciente). Esta se vislumbra na busca pela satisfação da temática desejada. Etapa marcada pela aquisição do primeiro objeto.

4 **Contemplação:** A partir do segundo item inserido na coleção surge a relação com os demais, o ato de colocá-los no mesmo ambiente e contemplá-los simultaneamente marca essa etapa.

5 **Sentido de coleção:** Compreendido a relação com os demais surge o ressignificado da coleção a partir de cada novo item inserido, pois embora o objeto esteja ali, ao admirá-lo o colecionador enxerga outra coisa. Dessa forma, o colecionador percebe que necessita da coleção para dizer, para ser e para lembrar, o que remete ao sentido de coleção.

6 **Continuidade:** A coleção como algo inacabado – o colecionador percebe que o objeto mais importante é aquele que ele ainda não possui, iniciando assim a busca pelo novo item, pois o momento de satisfação é curto.

Quando o círculo da coleção se fecha, isto é, quando determinada temática escolhida foi finalizada, é bem provável que uma nova temática seja escolhida. Reiniciando o processo de coleta, o que pode gerar o surgimento de uma nova relação, caso que geralmente ocorre quando há mais de uma coleção, assim pode surgir a etapa 7,

7 Construção de narrativas: Diálogo entre coleções, é a relação entre um ou mais arranjos diferentes e o diálogo entre o colecionador e sua coleção, pode percorrer diversas nuances.

8 Exposição: O colecionador percebe que aquele material é seu tesouro e ao mesmo tempo é seu objeto de orgulho. Disso surge a necessidade de mostrar sua coleção a outros olhares, pois ao exibi-la ele será reconhecido. Alguns colecionadores necessitam desse momento de contemplação em comum, entendendo-o como um modo das pessoas os compreenderem, pois, o olhar para a coleção significa o olhar para si.

As etapas descritas permitem a visualização do colecionismo como um processo, no entanto, ressalta-se que o agente é um humano e podem ocorrer alguns redirecionamentos das etapas, pois no panorama do colecionismo também se lida com o subjetivo.

Acredita-se, que o campo da Psicologia pode contribuir com mais detalhe sobre esse processo, no entanto, o que interessa no momento é descrever as etapas por meio de uma visão diagramática do processo para entender que, mesmo subjetivo, é possível estabelecer uma visão processual, para buscar a compreensão da motivação e as relações com a memória coletiva.

Dessa forma, considera-se que uma coleção só chega ao fim quando o seu colecionador falece. Pois, trazendo as leituras de Mindlin (1997) para a discussão, entende-se que uma coleção para o colecionador nunca tem fim, este está sempre em busca pelo inacabado, o que pode ser interpretando também como um processo ininterrupto. E quando determinada temática apresenta um limite e este limite se finda, é comum o colecionador buscar outras temáticas e iniciar uma nova coleção.

Ao passo que as etapas do colecionismo foram expostas, busca-se a compreensão do conceito de coleção, e se leva em consideração o sentido simbólico empregado pelos colecionadores. O sociólogo Jean Baudrillard (2004), em sua tese de doutorado intitulada *O sistema dos objetos*, defendida em 1968, aborda a questão das manifestações ocorridas no indivíduo por meio do consumo de objetos estéticos. O autor apresenta uma reflexão sobre o valor simbólico e funcional dos objetos na perspectiva contemporânea. Funcional quando desempenham o papel para o qual foram criados e simbólicos no sentido de que representam algo além das estruturas visuais.

Para Baudrillard (2004), uma coleção tem características que referenciam a cultura e os objetos inseridos em uma coleção são abstraídos de sua função essencial, passando a fazer sentido apenas em conjunto. Ressalta-se ainda que a coleção, para o autor, substitui o tempo:

A coleção emerge para a cultura: visa objetos diferenciados que têm frequentemente valor de troca, que são também – objetos de conservação, de comércio, de ritual social, de exibição – talvez mesmo fonte de benefícios. Estes objetos são acompanhados de projetos. Sem cessar de se remeterem uns aos outros, incluem neste jogo uma exteriorização social de relações humanas (BAUDRILLARD, 2004, p. 111).

A fala de Baudrillard (2004) permite refletir e recapitular alguns pontos tratados até o momento. Destaca-se, inicialmente, a questão do valor de troca, que corresponde a uma troca simbólica. O autor afirma que esses objetos correspondem, além de outros elementos, a um ritual social e reafirmam a ideia aqui defendida de que uma coleção vai além do olhar material. O que, de acordo com Murguia (2009), seria afirmar que os livros no colecionismo que apresentam elementos além da informação.

Outro ponto ao qual se deve dar atenção corresponde a concepção de que objetos são acompanhados de projetos, isto é, visam um objetivo, portanto são esses projetos, mesmo que individual, que se compreendem como algo que afeta o coletivo. O autor também pontua sobre a relação de reciprocidade da coleção, o que foi colocado como a sétima etapa do colecionismo.

Na busca por indícios de que a coleção apresenta elementos além da sua materialidade, cabe apresentar mais alguns autores, pois os argumentos são direcionados para a percepção da coleção em questões intangíveis, o que é nomeado como sentido simbólico.

Formanek (2005) analisa as respostas de colecionadores sobre as razões para colecionar e isso demonstra também que o colecionador não se prende muito no porque ele coleciona, boa parte deles entende esse processo como parte de sua identidade. Em seu estudo, a autora concede atenção especial ao grupo de colecionadores que afirmou colecionar para recordar, tal leitura permitiu respaldar a afirmativa de que a motivação da construção da coleção não é compreendida pelos colecionadores, mas sentida como uma necessidade de ter para ser.

O exemplo de Formanek (2005) ressalta essa relação de extensão de si empregada pelos colecionadores diante de suas coleções. Outra conclusão que se chegou por meio das leituras é que o colecionismo é um ato individual, no entanto, há algumas situações em que as coleções são encaminhadas para museus, bibliotecas ou arquivos, o que emprega ao colecionismo a característica de possível influenciador do social.

Para pontuar sobre essa constatação vejamos mais uma definição de coleção, no entanto, esta voltada para o sentido institucional, é a vez de revisitar a leitura de Pomian (1984). O autor define coleção como:

[...] qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado pra esse fim, e expostos ao olhar do público (POMIAN, 1984, p. 53).

As afirmações acima, a respeito da influência do colecionismo no social, são reafirmadas na fala de Pomian (1984) quando pontua a respeito da "exposição ao olhar do público". O autor esclarece que a utilidade prática do objeto, isto é, função para o qual foi criado, não existe mais. O valor do item está agregado a sua representatividade, pois sua função é ser exposto. Geralmente, reserva-se maior atenção a preservação dos itens, pois acredita-se que ao se preservar um item em sua essência física, sua áurea simbólica também será preservada.

Nesse contexto quando se encontra exposta ao olhar do público, determinada coleção abarca mais duas importantes relações, não apenas a relação do indivíduo criador e sua coleção, mas agrega também em uma segunda instância a relação existente entre a coleção e a instituição (SANTOS, 2015).

A coleção dentro de uma instituição, usualmente, se encaixa dentro de uma organização existente e as preocupações para como a coleção voltam-se para o sentido organizacional. Refletindo sob essa situação, a coleção recebe um novo arranjo, diferente da ordem estabelecida pelo colecionador. Dessa forma, a relação entre a coleção e a sociedade, na qual se destaca a exposição e a interação com o público, sofre influência institucional, o que pode mudar o real sentido da coleção. No entanto, o arranjo elaborado pela instituição tem sua importância e pode-se descrevê-la como: simbólico – organizacional – simbólico.

Portando, a compreensão dos pontos abordados por Baudrillard (2004) destaca o que a coleção representa e as possibilidades das relações entre elas (as coleções). E o que se pontua sobre esse olhar, além da materialidade, é o valor de troca simbólica que os objetos possuem. Munindo-se da interpretação de Baudrillard (2004) e agregada às considerações a respeito da pesquisa de Formanek (2005) é possível afirmar que os colecionadores colecionam porque sentem uma necessidade de ter para ser, de ter para permanecer.

A leitura de Pomian (1984) permite incluir nessa discussão que os aspectos ligados ao simbolismo de uma coleção existem, mesmo em outro ambiente fora do colecionador, mas são modificadas pelo meio em que estão. Destaca-se também que, no ambiente institucional, o

ato de expor o item está intimamente ligado a conceituação de coleção. Embora entenda-se que, em ambos os casos, a coleção de livros é compreendida como algo simbólico, e sua importância está além da sua estrutura física.

Ao passo que foram apresentados os aspectos que possibilitam o olhar para a coleção para além de sua importância material, segue-se com a exposição do conceito de memória e o caminho encontrado para descrever a relação de uma coleção de livros com a memória.

3 UMA COLEÇÃO DE LIVROS E A HARMONIA COM O PASSADO

Pierre Nora (1981) acredita que a sociedade perdeu os seus meios para memória, pois, para o autor, não se tem mais tradições, rituais e costumes, e para manter a continuidade encontrou os lugares de memória. Na reflexão elaborada pelo autor sobre a sociedade contemporânea, ele afirma que a humanidade se encontra em um processo de “dessacralização rápida e sacralização provisória reconduzida” (NORA, 1981, p. 13), fruto das necessidades contemporâneas de se preocupar demasiadamente com a preservação do passado. O autor afirma que tal situação ocorre devido ao excesso de preocupação com o futuro e, insere mais um elemento, que é a não vivência do presente

Nora (1981) cunha o conceito de Lugar de Memória, que remete a concepção de restos, porém, mesmo restos, carregam e representam uma vida simbólica. Essa concepção de restos pode ser assimilada na perspectiva da ideia de ruínas, que são vestígios de uma estrutura anteriormente completa.

O acúmulo exacerbado presente na sociedade contemporânea é justificado pelo teórico como o desprendimento documental por parte dos historiadores. A população se sente responsável pela preservação daquilo que julga ser memória e interpreta o ato como mecanismo de defesa contra as incertezas do futuro, os elementos colecionados podem até ser diversos no aspecto físico e utilitário, mas tem em comum a finalidade.

Outro argumento que pode justificar tal atitude é a crença de que portando tais restos nada do passado ficará obscuro; nada será esquecido. Nora (1981, p. 15) afirma que “pela superstição e respeito ao vestígio” as pessoas armazenam de tudo, de tal modo que o acúmulo desenfreado de vestígios e restos é tido como mais confiável do que a memória mental.

Mas, convém abordar a seguinte reflexão: a memória, quanto menos ela é vivida, mais ela precisa de suportes exteriores (NORA, 1981). Levando esta reflexão a fundo, conclui-se que: quanto maior é o número de itens, menos é notada a presença da memória. No entanto,

acredita-se neste trabalho que é possível interpretar o simbolismo em torno de uma coleção como um ponto de acesso que abre espaço para a exposição e a ritualização.

Ao se levar essa interpretação a luz da cultura material, é possível perceber que existe um modo de interpretar a coleção contextualizada com o social e entender os caminhos simbólicos, considerando a questão da exposição apontada por Pomian (1984) e do ritual ponderada por Baudrillard (2004).

Para melhor vislumbrar essa relação, faz-se necessário esclarecer a abordagem empregada ao conceito de memória. Como discorrido, a memória será compreendida como um elo social, conforme Santos (2012):

A memória está presente em tudo e em todos. Somos tudo aquilo que lembramos; somos a memória que temos. A memória não só pensamento, imaginação e construção social, mas também uma determinação de experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela também é resultado de si mesma, ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações (SANTOS, 2012, p. 30).

Compreende-se que existem muitos teóricos precursores que conceituam memória na perspectiva aqui adotada, no entanto Santos (2012) recorre a Halbwachs (1991), Jeudy (1990), Bartlett (1961) e outros. Assim, os pontos salientados pela autora em sua fala tornam evidente que o conceito de memória permeia a concepção de experiência. A autora afirma ainda que a experiência ocorre, dentre outras formas, por meio dos resíduos deixados.

O primeiro elo encontrado na relação coleção e memória abarca a experiência relegada aos itens. Acredita-se que uma coleção particular pode narrar a trajetória intelectual do indivíduo (experiência). Ressalta-se que aquele que coleciona livros, nem sempre tem em mente a intenção de guardá-los para evocar o passado, e a ligação com o passado pode transparecer por meio de uma vontade em existir após a morte (permanência) (LOPES, 2010).

Mas, por meio da leitura de Moraes (2005), em seu guia para bibliófilos, esclareceram-se vários pontos em torno do universo dos colecionadores, percebe-se que a evocação do passado fica implícita e ocorre inevitavelmente durante o manuseio e constante contato com as obras pertencentes ao acervo, como o que ocorre no texto *Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador*, de Benjamim (1987).

Outro autor que apresenta uma consideração de extrema relevância para o presente diálogo é Halbwachs (2003), pois este afirma que independentemente da motivação para a construção de uma coleção, esta sofre a influência social na sua formação. O autor afirma: “jamais estamos sós” (HALBWACHS 2003, p. 30). À vista disso, tudo que constitui a

lembrança de um indivíduo tem reflexo de outras pessoas, reafirmando a teoria da relação entre a memória e coleção interpretada como experiência e permanência.

Todas as interpretações de coleção levam a vê-la como um resíduo que permite a transmissão da experiência. Pois, sendo uma forma de compreensão de mundo particular; ou a imagem que o colecionador gostaria de transparecer para a sociedade; ou até mesmo como um retrato de si, enfim, a experiência e o desejo de permanência estão implícitos no processo do colecionismo.

A questão da exposição, nesse contexto, é de extrema importância, pois Halbwachs (2003) afirma que a disposição dos objetos pode despertar uma sequência de percepções que só ocorrem quando o indivíduo volta aos lugares onde algum fato ocorreu e a ordem dos objetos continua inalterada, tais percepções podem favorecer o surgimento da lembrança (HALBWACHS, 2003).

Essa volta ao lugar também contribui para a volta das sensações sentidas durante a ocorrência do fato, no caso dos objetos, alguns podem simbolizar esse lugar, enquanto outros simbolizam aquilo que o colecionador gostaria de destacar a respeito de si. O indivíduo que coleciona, entrega ao objeto toda a lembrança construída nos ambientes e emprega uma parte a esses objetos. Esses pontos, também servem para indicar a problemática existente na alteração da ordem original, o que poderá ser discutido mais a fundo em futuras pesquisas.

Ressalta-se, que não se intenta limitar a compreensão de memória às relações construídas neste trabalho. Como afirmou Santos (2012), a memória é algo mais complexo e estabelecer limites conceituais só prejudica a compreensão de tal fenômeno. Dessa forma, espera-se que as presentes escolhas sejam entendidas como um recorte teórico para melhor aprofundamento na temática abordada.

Para atender ao objetivo proposto, no início desta comunicação, sobre a reapropriação do passado através de uma coleção, ressalta-se que, as coleções de livros podem ser compreendidas como mecanismos de recapitular e reter o passado, mas acreditamos na necessidade da exposição, pois é assim que se constroem formas de estabelecer vínculos com as experiências vividas e permite que as pessoas construam e respaldem suas memórias.

4 CONCLUSÕES

O ponto de maior ligação entre uma coleção de livros e a memória está no que Santos (2012) nomeia de comemoração e experiência. Uma pesquisa no dicionário sobre a etimologia

da palavra comemorar diz que ela deriva do latim *commemorare* que significa trazer à memória; recordar com, recordar junto com o outro (FERREIRA, 1999). Por experiência compreende-se que é o aprendizado, prática da vida, conhecimento adquirido de um exercício constante; algo que requer uma dedicação e compreensão a longo prazo.

Ao se abordar o sentido de comemorar no momento de exposição da coleção, compreende-se que a etapa é marcada pelo ato de demonstrar o todo construído, mesmo que esse todo seja incompleto aos olhos do colecionador. A exposição se torna um momento de recordar com o outro, de lembrar, de olhar para os livros e ver o passado. Uma maneira com a qual o colecionador encontra para criar o sentido de permanência.

É nesse momento que ocorre a transformação de uma coleção de livros em uma ponte para se chegar ao passado e se abre o espaço para a construção de experiências durante o caminho. A memória está presente nas experiências construídas, no contato com os resíduos deixados e na comemoração.

Mesmo quando o livro, por vez, mantém a sua funcionalidade (transmitir informação), não interfere na reflexão acima exposta, pois a característica predominante em uma coleção de livros, como afirma Murguia (2009), é abranger uma função para além do olhar informacional.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **A moral dos objetos**: função-signo e lógica de classe. In: *Semiologia dos objetos: seleção de ensaios da revista “communications”*. Petrópolis: Vozes, 1972.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: _____. **Rua de mão Única**: Obras escolhidas. V. II. Brasiliense: São Paulo, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 2128

FORMANEK, Ruth. Why they collect: collectors reveal their motivations, In: PEARCE, Susan (Org.). **Interpreting objects and collections**. New York: Routledge, 2005.343 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

LOPES, José Rogério. Colecionismo e Ciclos de Vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 377-404, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/16.pdf>>. Acesso em: 25 jul. de 2016.

MINDLIN, José. **Uma vida entre livros**: Reencontros com o tempo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 231 p.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **O colecionismo bibliográfico**: uma reflexão sobre o livro para além da informação. Questão em rede. Disponível em:<<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/351>>. Acesso em: 02 fev. de 2015.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: o problema dos lugares. Revista do Programa de Pós-graduados e do Departamento de História da PUC-USP. São Paulo: [S.I.], 1981.

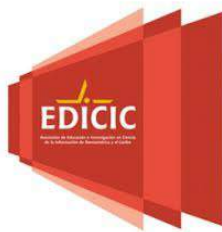
POMIAN, Krzystof. Coleção. In: GIL, Fernando (Org.). **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42 (Sistemática), p. 507-516.

POMIAN, K. História cultural, história dos semióforos. In: RIOUX, J-P; SIRINELLI, J-F (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annalume, 2012.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

**CURADORIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA: “PRÁTICAS
DISCURSIVAS” EM MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL**

***CURATORSHIP AND PUBLIC SCIENCE COMMUNICATION: “DISCOURSI-
VE PRACTICES” IN NATURAL HISTORY MUSEUMS***

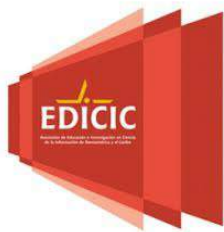
Sabrina Damasceno Silva, UFRB

Resumo: Esta pesquisa aborda as teorias e pragmáticas curatoriais presentes na comunicação pública da ciência. Os processos de emissão de conteúdos são permeados por uma relação de poder entre o especialista (cientista) e o público em geral. A divulgação da ciência em diferentes espaços de memória enseja refletir sobre as questões que inter-relacionam informação, política e apropriação social dos saberes disciplinares. Intenta-se com este estudo contribuir com reflexões acerca das validações e configurações da autoridade da figura do curador (expertise) nas práticas de seleção, ordenação e publicização do conhecimento científico nos espaços museológicos de história natural.

Palavras-chave: Curadoria, Comunicação Pública da Ciência; Informação.

Abstract: The present study discusses the theories and pragmatics of curatorial singularities in science public communication. The issuing of contents process is transversed for power relations between the curator and general public. The scientific diffusion in different spaces of memory allows reflecting about questions that relate information, politics and social appropriation of disciplinary knowledge. We propose with this study contribute with researches about curatorship as an instance that has a validation procedure in practices of selection, ordinance and publicization of scientific knowledge in natural history museums.

Key-Words: Curatorship, Information, Science Public Communication



1 INTRODUÇÃO

Os limites relacionados às coleções museológicas, no que tange à representação das perspectivas materiais e simbólicas das diversas culturas, permitem reflexões e questionamentos a partir de seus critérios de coleta, organização e comunicação da informação. A aplicação das pragmáticas ordenadoras da informação, nesse tipo específico de conjuntos de objetos, a fim de instituir suas fronteiras, possibilidades e interfaces, é muitas vezes comprometida no instante mesmo da coleta, em seus contextos originários e posteriormente em sua inserção no interior das coleções.

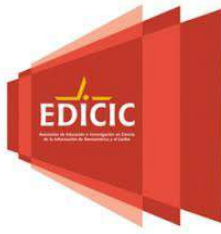
A atividade curatorial não possui uma metodologia estabelecida; em espaços de informação e memória, como os museus de história natural, ela se pauta pelas especialidades científicas de cada curador. Os objetos coletados, entendidos como portadores informacionais que compõem uma coleção, necessitam de uma organização e registro informacional¹ que permita a recuperação da memória, desde a coleta até às suas inserções nas ações de publicização do conhecimento científico por meio de exposições. Este processo depende do entendimento de cada curador sobre como este ciclo deve ser elaborado.

O que ocorre, no que se refere à sistematização de informações em espaços museológicos, é a restrição dos múltiplos planos de representação por meio de operações reguladoras da ordem dos significados e sentidos. Intenta-se homogeneizar múltiplas e heterogêneas informações, advindas de origens diversas, em linhagens, sequências e temporalidades construídas a partir de valores e classificações estruturadas na racionalidade moderna.

Busca-se neste artigo refletir sobre os processos curatoriais no interior dos museus como função determinante na formação, gestão e comunicação pública da ciência por meio das evidências materiais do mundo sensível. Essas pragmáticas balizam a integração dos objetos materiais aos acervos institucionais a partir de suas potencialidades informativas e estabelecem critérios de organização e salvaguarda.

Os procedimentos de tratamento da informação nas ações de comunicação social da ciência por meio de heterogêneos entendimentos de curadoria apontam para a necessidade de

¹O registro é aqui entendido como parte de um processo mais complexo e essencial nas instituições museológicas que é o de elaboração de uma documentação essencial para preservação, pesquisa e comunicação nos museus.



se perceber uma naturalização dos processos utilizados para recodificar ou traduzir a informação oriunda do conhecimento científico, bem como dos arranjos estético-informacionais que se relacionam com processos de se validar a informação selecionada pelos curadores para ser divulgada como verdades acerca da ciência.

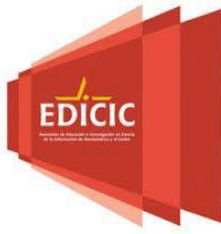
2 CURADORIA: ORDENAÇÃO DO DITO - E NÃO-DITO

A origem das ações curatoriais exercidas sobre as coleções possui duas linhagens que se entrecruzam em alguns momentos. Nos acervos compostos por elementos advindos do reino natural, a curadoria demandava atuações relacionadas ao “proceder à cura” de suas coleções, enquanto nas coleções artísticas essas atividades destinavam-se a “proceder à manutenção” de suas obras. Essa diferenciação propiciaria o surgimento de duas categorias profissionais distintas: o “conservador” e o “curador”. Tal perspectiva nos permite considerar “(...) as diferenças iniciais entre os perfis dos Museus de História Natural e os Museus de Arte, e, até o século XIX essa diversidade tipológica caracterizou o universo dos museus (...)” (BRUNO, 2008, p.27).

No âmbito dos espaços de história natural, a curadoria voltava-se inicialmente aos estudos e pesquisas dos diferentes campos do conhecimento e salvaguarda (conservação e documentação) de coleções. A partir da segunda metade do século XX as ações curatoriais migraram desses ambientes para as demais tipologias de museus e contemporaneamente passaram a incluir também ações especificamente com enfoques comunicacionais e educacionais.

A curadoria, enquanto conceito, apresenta-se como desafio, em função de sua heterogeneidade de aplicações em diversas áreas do conhecimento,

“o conceito de curadoria surgiu influenciado pela importância da análise das evidências materiais da natureza e da cultura, mas também pela necessidade de tratá-las no que corresponde à manutenção de sua materialidade, à sua potencialidade enquanto suportes de informação e à exigência de estabelecer critérios de organização e salvaguarda. Em suas raízes mais profundas articulam-se as intenções e os procedimentos de coleta, estudo, organização e preservação, e tem origem as necessidades de especializações, de abordagens pormenorizadas e do tratamento curatorial direcionado a partir da perspectiva de um campo de conhecimento (...)” (BRUNO, 2010)

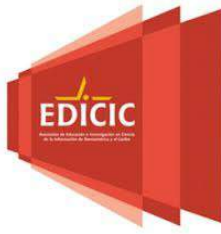


Essa conceituação foi se alterando no decorrer do tempo e, mesmo hoje, há diferentes concepções em lugares, instituições, regiões ou países diferentes. Não raro, em uma mesma instituição encontramos distintas formas de entender curadoria. Ulpiano Bezerra de Meneses (1986) entende que o conceito de curadoria perpassa um ciclo completo de atividades relativas ao acervo,

“(…) compreendendo a execução e/ou orientação científica das seguintes tarefas: formação e desenvolvimento de coleções, conservação física das coleções, o que implica soluções pertinentes de armazenamento e eventuais medidas de manutenção e restauração; estudo científico e documentação; comunicação e informação, que deve abranger de forma mais aberta possível, todos os tipos de acesso, apresentação e circulação do patrimônio constituído e dos conhecimentos produzidos, para fins científicos, de formação profissional ou de caráter educacional genérico e cultural (exposições (...), publicações, reproduções, experiências pedagógicas, etc.) (USP, 1986)”.

O que primeiramente seria uma sequência operatória linear pode ser percebido a partir de uma visão cíclica, onde todas as partes do processo curatorial são interdependentes. A consolidação da curadoria como um conceito relacionado a processos de ordenação e preservação possibilita refletir acerca da figura do curador, entendido como aquele que detém o conhecimento especializado validado por seus pares ou instituições para estabelecer como determinada ordem será elaborada, porque e em que ambientes “enunciados” serão produzidos acerca de determinados acervos, bem como quais serão reproduzidos, sob que contexto, e como esses comporão “formações discursivas” e, por sua vez, “discursos”.

Na atualidade há uma grande mancha semântica que acompanha o termo curadoria. Sob o prisma da questão de conteúdo relacionado aos acervos, a pragmática do curador é entendida como um filtro para um fluxo informacional estabelecendo um propósito, lugar, tempo e audiência específicos (BEIGUELMAN, 2011, p. 37). De alguma forma o curador igualmente poderia então ser um “meta-enunciador”, no sentido em que trabalharia com coleções já classificadas, informações já enunciadas em exposições e objetos que já foram escolhidos e significados anteriormente. No entanto, a cada novo processo curatorial expositivo um novo contexto enunciativo de irrupção se forma para que seja gerada aquela demanda de mudança, e cabe ao especialista permanecer com os mesmos enunciados anteriores, repeti-los ou estabelecer novos, agregando novos entendimentos da ciência acerca de determinada temática, como esta será divulgada e sob que meio info-estético.



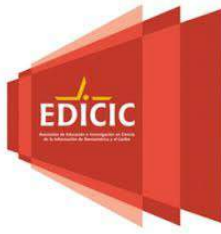
Diversos autores (OBRIST, 2010; HOPPS, 2010; HÚLTEN, 2010) consideram que uma das principais questões no que tange a essa temática está na definição do que exatamente consiste a prática de curador. De certo modo, a sua verdadeira razão de ser permanece, em grande medida, indefinida. Não se distingue nenhuma metodologia real ou legado claro, apesar da atual proliferação de estudos sobre curadoria. (OBRIST, 2010, p. 14). Seu papel aparece embutido em profissões preexistentes relacionadas aos diversos museus ou centros culturais. Os limites da profissão de curador são fluidos.

Mesmo sem uma data magna, a curadoria foi se consolidando com a reprodução e reflexão de um conjunto de práticas, e, como tal, sendo valorizada à medida que havia uma configuração mais forte no campo de instituições de memória pela composição de diversos agentes culturais. Neste estudo não se tem uma ideia acabada de curadoria, pois a cada nova execução de sua prática esta se encontra permanentemente revista.

A curadoria seria um processo que possui uma preponderância institucional, um conjunto de práticas que se conecta e se estabelece temporalmente porque a rede que ela mobiliza pede uma sequência ou uma espécie de futuro, de preocupação com o devir (ALVES, 2010). Realizada em sua maioria a partir das seleções do curador, do que este explicitou, assim como do que permaneceu silenciado, a exposição de contradições deve ser bem-vinda, pois circuitos expositivos possuem pouco espaço para conflitos. “O perigo está justamente quando as diferenças são escamoteadas e um pensamento homogêneo e totalizador se pretende como final de uma história” (ALVES, 2010, p. 54).

O surgimento de novos curadores no cenário brasileiro seria bastante restrito em função de poucas instituições possuírem infraestrutura adequada e missão clara que sirvam de local de estudo para o aspirante a curador, bem como o pouco suporte para iniciativas independentes (TEJO, 2010).

Independentemente de sua tipologia, museus possuem múltiplas significações construídas a partir de um processo de negociação, do qual participam diversos sujeitos com contribuições diferenciadas na construção de significados derivados das diversas interpretações do social. Para Susan Pearce (1993, p.7) as coleções de museus possuem três coisas em comum: são constituídas por objetos, que advêm do passado e foram reunidos com alguma intenção por um proprietário ou curador que acreditava que o todo é maior do que a soma das partes, vistas então como:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

“um imenso corpo complexo de evidência material, um arquivo que abrange não só às evidências materiais de nosso passado natural e humano, mas também como este passado tem sido ele mesmo interpretado” (Id, p. 134).

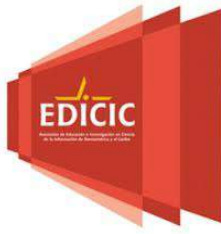
Os diferentes significados a que um objeto pode aludir determinarão sua incorporação a um museu. Entender de que forma esses processos ocorrem esclarece como se dá essa apropriação de elementos da natureza física. A fragmentação desses espaços por especialidade de certa forma se choca com as complexidades das sociedades e, por consequência, com a ideia que acabou por se cristalizar, onde o objeto e sua natureza é que determinariam a natureza do museu. Esta taxonomia estaria mais baseada em categorias de objetos isolados ou agrupados, do que em campos do conhecimento ou problemas humanos (MENESES, 1993).

Os museus de história natural buscam uma representação do mundo por meio de uma taxonomia, e acabam por refletir *taxis* da própria sociedade onde se inserem. Não é coincidência que a organização dos museus tenha uma ordem baseada em regras, pois tudo no museu é classificado e ordenado. Os setores, da reserva técnica à exposição, são, cada um, subdividido e classificado. Esta concepção acompanha os museus desde sua origem, desde sua própria fundação, refletindo a própria hierarquia social na qual surgiu (FYFE, 1998).

As concepções e singularidades curatoriais dos museus de história natural e ciência e tecnologia estariam na permanência da figura do curador, enquanto cientista / pesquisador, como o responsável pela produção e circulação do conhecimento oriundo dos acervos. Em muitos casos, como nas concepções onde a preocupação se volta para o papel do curador no interior dos laboratórios, a importância crescente das coleções como elementos da biodiversidade e a publicização do conhecimento produzido se daria muito mais intra-pares do que para o público em geral, uma vez que no cotidiano do pesquisador a publicação de artigos é mais frequente e dinâmica que um processo construtivo de exposição.

As narrativas expositivas elaboradas por museus científicos – incluindo os de história natural – transmitem para, além de conhecimento, determinadas representações da ciência, que são produto da estruturação do campo científico e se destinam principalmente a exercer influência sobre as percepções e atitudes do público, visando sua confiança, interesse e apoio face à ciência (DELICADO, 2008, p. 78). As exposições científicas adquiriram

“pertinência renovada (...) num contexto marcado desde há uns anos pela visibilidade e consideração pública, crescentemente recorrente e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

crescentemente afirmada, dos interesses ligados às relações entre o campo da produção científica e o espaço social e político” (PANESE, 2003, p. 7).

Assim, as exposições são elaborações discursivas que refletem os pontos de vista dos seus curadores. A informação ali disponibilizada é fruto de uma seleção e os objetos, textos e imagens evocam o contexto de onde foram retirados, mas não o reconstituem na íntegra:

“A ‘verdade’ escolhida dos objetos numa coleção é construída pela seleção de objetos pela equipa que concebe a exposição, pelo que escolhem dizer e sobretudo o que escolhem não dizer sobre os objetos, assim como pelas reinterpretações dos visitantes sobre o que vêem” (COMOXALL, 1991, p. 93).

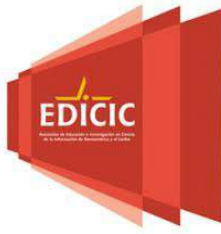
Ressalta-se que a atividade curatorial nessas instituições não possui nem deve pretender uma neutralidade. Os museus, como os de história natural, são locais onde a ciência é exibida divulgando mensagens para espelhar as visões da ciência (MORTON, 1990, p. 130) e, em sua maioria, as representações da ciência veiculadas são positivas: “as suas coleções e as suas exposições são consideradas como recursos potenciais para instruir o público sobre a beleza, a importância e o valor da investigação científica” (LEWENSTEIN; ALLISON; BUNNEL, 1998, 159).

Os limites relacionados às coleções museológicas no que se refere ao aspecto simbólico e material das diversas culturas são questionados ainda a partir de seus critérios de coleta, organização e disseminação e publicização da informação.

A aplicação das pragmáticas ordenadoras da informação nesse tipo específico de acervo nos remete às estratégias e decisões curatoriais para instituir suas fronteiras, possibilidades e interfaces, muitas vezes comprometidas no instante da coleta em seus contextos originários e posteriormente em sua inserção no interior das coleções.

Do mesmo modo, as atividades relacionadas à sistematização de informações restringem os múltiplos planos de enunciação por meio de operações reguladoras da ordem dos significados e sentidos.

Intenta-se homogeneizar múltiplas e heterogêneas informações advindas de origens diversas em “discursos” oriundos de processos curatoriais voltados para publicização de conteúdos recodificados para a sociedade em geral.



3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA: DESNATURALIZAÇÃO DE PROCESSOS CURATORIAIS

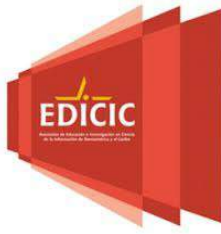
Museus como instituições informacionais de memória, no que tange à informação, encontram-se mais inseridos em estudos e trabalhos com um foco na memória institucional e das coleções. Há uma ênfase menor no entendimento dos processos de elaboração das formas de circulação interna da informação nesses ambientes institucionais (HUVILA, 2006, p. 11).

Nos modelos de comunicação pública da ciência, a emissão de conceitos científicos para a sociedade em geral é abordada a partir da concepção de esferas: a principal, e que se relaciona com os processos curatoriais, pressupõe uma comunicação de via única, onde o público ocupa o papel de mero receptor; haveria uma transitividade e intransitividade presente no ato de comunicar. O significado transitivo de “comunicar” pode ser entendido como informar, transmitir ou persuadir um outro. O comunicar para Huergo (2001) está relacionado com divulgar, haja vista que se supõe que a função do primeiro é transmitir algo que um especialista possui já construído.

A ciência, que algumas vezes se percebe como definitiva, possui relações internas que garantem estabilidade e capacidade para assimilar mais informações, aquilo que para Medawar (2008) vem a ser ou pretende ser ordenada. Em função disso, os discursos da verdade, pensados sobre uma trajetória histórica, possibilitam perceber diferentes correntes do pensamento. Entretanto, a história da ciência teria um papel estratégico para se compreender os processos de modernização da sociedade, sendo papel do historiador da ciência explorar as relações estabelecidas entre ciência, cultura e o seu tempo. (Medawar, 2008).

A “verdade científica” seria para Medawar (2008) concebida muitas vezes como um objetivo do trabalho científico e pertencente a uma tradição da comunidade científica, mas não se deve desconsiderar que nenhuma certeza é irrefutável ou além do alcance das críticas (MEDAWAR, 2008).

Os processos comunicacionais públicos da ciência nos espaços museológicos, in casu, museus de história natural, no que se refere aos processos curatoriais, permite perceber que os sujeitos pesquisadores/curadores ocupam uma posição diferenciada frente aos demais cientistas, na dinâmica interna institucional, no que tange ao acesso às pesquisas em algumas áreas do conhecimento ou mesmo determinando como essas instituições serão representadas discursivamente e o que se encontra obsoleto frente às demais instituições, além do que pode



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ser inovador estético-informacionalmente e ter a “imagem do curador” associada à da exposição.

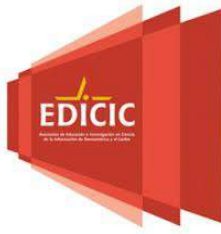
De acordo com Knorr-Cetina (1999), que descreve em sua obra horizontes relacionados às comunicações no interior da ciência, as elocuições comunicativas são atos de palavra e realizam ações ou têm uma força locucionária que não depende do seu conteúdo proposicional: quando fala, o emissor está fazendo alguma coisa e não apenas descrevendo determinada situação. Há três atos de fala distintos: o ato locutório, ou o ato de dizer alguma coisa; o ato elocutório produzido ao se dizer alguma coisa, e, finalmente, o ato perlocutório, ou o efeito causado pelo que se disse.

A ideia de que a fala e a escrita são intrinsecamente processos ativos, permitiu entender a comunicação como uma esfera da atividade social de direito próprio, em que as mensagens são formadas e construídas (Knorr-Cetina, 1999). O interesse nos processos comunicacionais, na medida em que inclui estratégias de persuasão, abriu as portas para estudos acerca das negociações interativas e da definição de sentido por dois ou mais participantes do processo de comunicação.

Knorr-Cetina (1999) destaca que nessa concepção as mensagens se modificam na interação e, igualmente, há resultados emergentes. Sob esse prisma, o essencial estaria na distinção entre comunicação e ação, onde o foco estaria nas fronteiras entre a investigação e o trabalho científico por um lado, e a comunicação dos resultados das investigações por outro. Os processos comunicacionais adentrariam a investigação e, assim, tornar-se-iam fundamentais para o trabalho científico, e, as elaborações, para tornar os resultados públicos.

Segundo Cuevas (2008), os cientistas são os *experts* do conhecimento e o público em sua heterogeneidade é composto por leigos. A tarefa fundamental estaria em dispor de melhores formas de comunicação dos conhecimentos científicos, provenientes das comunidades dos especialistas para o público em geral. Haveria para o autor, ainda neste modelo, uma desarticulação entre ciência e público que resulta de uma insuficiente ou inadequada difusão do conhecimento.

Ao ressaltar o caráter autônomo da ciência em relação à sociedade, Castelfranchi (2008) igualmente destaca que o público é visto como uma massa homogênea e passiva. Os processos comunicacionais são tratados unidirecionalmente, de maneira linear, do complexo para o simples, de quem sabe para quem ignora. A comunicação de ciência e tecnologia



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

(C&T) para o denominado público leigo seria uma operação de recodificação do conhecimento e, no caminho entre a ciência e o público, haveria perda de informação, em parte pela operação do comunicador e por uma parcial incompreensão, devido às falhas culturais do receptor (CASTELFRANCHI, 2008).

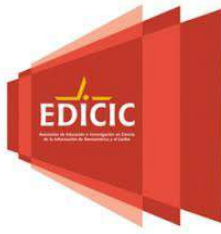
Muito embora se entenda neste trabalho que esta seja uma crítica do autor, percebe-se que a perda de informação poderia ser igualmente apreendida neste processo como seleção ou subtração por parte do cientista no processo decisório, ao determinar quais informações disponibilizar, porque e com que finalidade.

Tal modelo sofre inúmeros questionamentos críticos, entre eles no que diz respeito à afirmação do conhecimento científico como algo acabado e indiscutível e à caracterização de um público carente de conhecimento. Ao adotar-se um viés ainda mais crítico, este pode ser entendido como uma forma de manter o domínio dos especialistas sobre os não-especialistas (CASTELFRANCHI, 2008).

A forma como os denominados não-cientistas percebem e compreendem a ciência igualmente deve ser refletida, em especial no que diz respeito às múltiplas formas como as diferentes vias institucionais podem ajudar a modificar essa compreensão. O modelo de participação pública tem por princípio a possibilidade de uma sociedade ser democrática e ativamente participativa nas decisões relacionadas a questões da ciência e tecnologia. Castelfranchi (2008) se refere aos objetivos de pesquisas a serem desenvolvidas, bem como, aos destinos dos recursos provenientes de financiamento público.

Ao considerar a divulgação científica como uma das possíveis ações de comunicação social da ciência, entende-se, como Quintanilla² (diretor do Instituto de Estudos da Ciência e da Tecnologia da Universidade de Salamanca – Espanha), que a problemática existente no denominado “modelo de déficit cognitivo” seria um processo que pressupõe uma sociedade dividida entre cientistas / pesquisadores / especialistas que detêm o conhecimento científico e os leigos que necessitam dessa informação. Para o autor, a divulgação científica deve ter como preocupação não só o conteúdo científico, mas também a conjuntura social e cultural na qual o público e a ciência estão inseridos.

²Palestra realizada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) no ano de 2009, como parte da programação do I Foro Ibero-Americano de Comunicação e Divulgação Científica.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No que se refere aos processos de recepção da informação científica publicizada em espaços como os museus, Lewenstein e Brossard (2006) destacam que os indivíduos não recebem a informação aleatoriamente, mas processam os conhecimentos de acordo com o contexto em que estão inseridos.

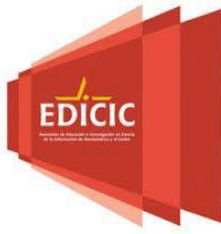
No que tange a esse modelo, que se propõe a tratar a ciência em seu contexto social, econômico e político, Quintanilla (2009) ressalta que o principal objetivo está em fazer com que o público tome conhecimento, compreenda os mecanismos e repercussões sociais das atividades científicas, por considerar que este processo pode gerar alguns riscos, como a criação de redes de interesses por trás das pesquisas e visões conspiratórias da ciência em sociedade.

O modelo mais adequado para a Comunicação Pública da Ciência, para Quintanilla (2009), seria aquele que levasse em conta que a ciência é importante parte da cultura da sociedade atual, onde o objetivo da divulgação científica é contribuir, difundir e melhorar a cultura científica, o que faria necessário conhecer as características da atividade científica e saber como esse conhecimento é produzido.

Em última análise, seria um processo de transferência da informação, entendido aqui como um conjunto de ações sociais com que os grupos e instituições se organizam e implementam a comunicação da informação, através de procedimentos seletivos que regulam sua geração, distribuição e uso (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1993, p. 217).

A partir dessas possibilidades reflexivas, a dimensão informacional torna-se capaz de remeter a formas de organizações socioeconômicas, político-culturais e científicas. A geração, o processamento e a transmissão de informação configuram-se como formas de poder, produtividade, circulação e distribuição de riqueza ou pobreza, designando a face pela qual o mundo ocidental contemporâneo se reconhece. (WILKE, JARDIM, 2008, p. 8).

A operacionalização desses objetos relacionais nas fronteiras de diversos mundos sociais estabelece ligações que caracterizam o museu como dispositivo informacional – modo de configuração no espaço-tempo ou do tempo que age como uma matriz organizadora das operações concretas de geração, transmissão e uso da informação – de discursos institucionais estruturados em parte pela elaboração de narrativas acerca desses objetos em exposições. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004, p.65-66).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os processos curatoriais em museus de história natural exemplificam a necessidade de desnaturalizar o processo curatorial nas ações de publicização do conhecimento científico. São necessárias reflexões sobre os processos de transmissão da informação, bem como a validação dos cientistas / pesquisadores no delineamento de narrativas acerca da ciência e a partir do conhecimento científico.

4 PERSPECTIVAS EM INSTITUIÇÕES DE HISTÓRIA NATURAL

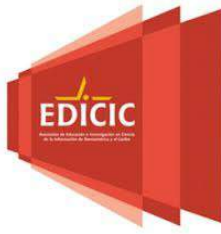
As instituições como museus de história natural, que conjugam em um mesmo local, o espaço onde os cientistas desenvolvem suas pesquisas e geram conhecimento, através da preservação de acervo e exposição, não podem ser excluídas da questão informação, poder e política, uma vez que as práticas de divulgação científica se relacionam com a apropriação social da informação, do conhecimento e da cultura.

Entende-se que suas exposições, ações que integram processos de divulgação científica, constituem-se em narrativas que integram discursos institucionais que acabam por legitimar as elaborações da ciência, não como uma das possibilidades de leitura do mundo, mas como a leitura verdadeira acerca do mundo.

As reflexões acerca dos processos curatoriais nesses espaços museológicos remetem a ordenações científicas do mundo em narrativas expositivas – elaboradas a partir do foco de cada curador – que serão integradas aos discursos institucionais.

A informação gerada no interior desses espaços museológicos e divulgada em suas exposições pode ser relacionada às questões de sua produção, circulação e transmissão. Não se pode descartar que alguns autores preferem não considerar exposições museológicas como ferramentas comunicacionais. É importante ressaltar o caráter institucional onde se encontram inseridos a maioria dos museus, sobretudo aqueles classificados como “tradicionais”, como os de história natural. (LOUREIRO, 1996, p. 102)

Os limites relacionados às coleções museológicas no que se refere à representação das perspectivas materiais e simbólicas das diversas culturas são questionados ainda a partir de seus critérios de coleta, organização e disseminação da informação. A aplicação das pragmáticas ordenadoras da informação, nesse tipo específico de documento, a fim de instituir suas fronteiras, possibilidades e interfaces é muitas vezes comprometida no instante mesmo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

da coleta em seus contextos originários e posteriormente em sua inserção no interior das coleções.

Do mesmo modo, as atividades relacionadas à sistematização de informações restringem os múltiplos planos de representação por meio de operações reguladoras da ordem dos significados e sentidos. Intenta-se homogeneizar múltiplas e heterogêneas informações advindas de origens diversas em linhagens, sequências e temporalidades construídas a partir de valores e classificações estruturadas na racionalidade moderna.

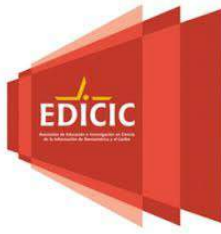
Esta pesquisa propõe-se a refletir acerca das práticas curatoriais dos museus de história natural e os processos de validação de “práticas discursivas”. Percebe-se que tais pragmáticas possuem uma origem comum com o modelo da tipologia museológica citada, entretanto, o poder decisório dos curadores insere-se nos mesmos contextos. Heterogêneos atravessamentos, incluindo as questões relativas ao poder, influenciam no processo de elaboração de uma exposição, incluindo a seleção de informações textuais, imagens e objetos que serão exibidos, sendo este, parte dos procedimentos de curadoria, consolidação dos posicionamentos e formas de exercício desse poder configurados institucionalmente.

Tais análises podem agregar novas perspectivas nas dinâmicas institucionais, a partir do entendimento de que os conceitos e classificações são universais e seguem os princípios da ciência enquanto as narrativas estabelecidas acerca de cada temática são contextuais. Os processos de transmissão da informação estão envolvidos na construção do conhecimento e, por conseguinte, na esfera relacionada aos “dispositivos”.

Nesse sentido, há que se considerar a intencionalidade dos agentes que por meio de seu direito de determinar o que deve ser dito de verdadeiro, ou da escolha do uso de determinadas informações, pretendem potencialmente que as informações, ao serem acessadas, gerem conhecimento.

5 CONCLUSÕES

O conceito de curadoria possui significados variáveis em diferentes áreas do conhecimento e espaços de preservação da memória. Há, contudo, um ponto de convergência, especificamente nas instituições museológicas, que se encontraria presente em meio a essa diversidade de concepções: a atribuição a uma figura decisória (o especialista). Este



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pesquisador possuidor de *expertise* possui poder de ordenação dos “enunciados” oriundos de saberes, práticas específicas e, por conseguinte, das “formações discursivas” que irão compor os “discursos” autorizados. Tal sujeito enunciativo estabelece critérios de “verdade”, gestão e comunicação dos bens materiais e simbólicos integrantes de acervos e ações³ institucionais.

Curadores e profissionais de museus envolvidos nos processos de divulgação científica, ao exercerem suas ações curatoriais, estariam estabelecendo relações que revelariam uma estrutura institucional que lhes autoriza determinar quais informações seriam disponibilizadas e potencialmente poderiam ou não se tornar conhecimento.

A naturalização da informação, segundo Huvila (2013), integra a rotina de trabalho nessas instituições museológicas, relacionando-se a um dispositivo onde, dentro da comunicação da informação, encontram-se os atravessamentos acerca de como a informação é transmitida, reproduzida, documentada e recodificada nos museus.

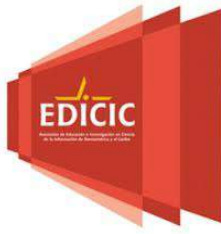
Segundo Hooper-Greenhill (1992), a ideia de museu é mediada pelas práticas do trabalho nesses espaços e há muito pouca literatura desse micro-nível de práticas da informação e conhecimento no contexto das instituições museológicas. Os mecanismos de como os museus passam a conhecer o que vêm a mediar não são bem conhecidos.

As formulações de regras, rotinas, e sua elaboração como integrante do corpo das instituições de memória, os heterogêneos acionamentos da informação, as elaborações de discurso, as estratégias internas de uso da informação, as formulações de grupos internos e comissões, enfim todas essas micro-instâncias de poder que possuem, no caso dos museus, atravessamentos curatoriais e validações institucionais resultam nos processos finais de comunicação pública.

No que se refere aos processos informacionais do interior dos museus, Huvila (2013) utiliza a noção de “*information work*” para se referir aos componentes da informação da atividade humana, “todo trabalho tem um componente informacional e presume um grau de processamento da informação quer o trabalho seja manual ou feito de decisões altamente abstratas” (HUVILA, 2013).

No que tange à validação de curadores não apenas institucionalmente, mas pela comunidade de pesquisadores, Huvila (2013) corrobora com tal perspectiva em seu estudo

³ Essas ações são relativas à seleção, preservação – desde a conservação física, bem como a parte informacional acerca do objeto – documentação e inserção nas “formações discursivas” expositivas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

etnológico onde dois profissionais são os responsáveis pela coleção e denominados pela instituição e os demais funcionários como personificações das coleções. Os curadores Lily e Augustus são vistos pelos demais funcionários da instituição como os responsáveis pelas informações das coleções e autoridades cognitivas.

Para o autor, as exposições podem ser entendidas como um ciclo de refinamento baseado na divulgação da informação que envolve interações processadas com uma rede de pessoas envolvidas. Sua pesquisa compreende que existe uma dupla natureza nas práticas cotidianas em contexto relacionado à informação: um subjetivo guiado pelas percepções da essência da função curatorial e outro que contrasta com a auto-percepção do entendimento acerca da curadoria, gerando um impacto no fluxo da informação.

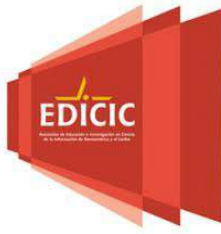
No que tange aos processos curatoriais, com uma analogia de “hubs” eles tanto podem fazer fluir a informação como gerar congestionamento. Tudo dependerá também da conectividade estabelecida e dessa percepção dos espaços museológicos de história natural como tal.

No caso de cada equipe expositiva elaborada seriam os curadores o centro, ou o “hub” de distribuição das informações, pois cabe a estes a seleção e ordenação dos conteúdos, acervos e elaboração de textos com as informações recodificadas.

No sentido das relações Saber-Poder, o curador deve ser visto como inserido nesses dispositivos que são compostos por essas redes que incluem discursos, enunciados científicos, arquiteturas, regimentos e instituições, bem como as práticas curatoriais e discursivas de comunicação pública da ciência. Assim, esse “hub” que seria parte referente à distribuição e circulação da informação nesse dispositivo, distribui ou permite fluir conteúdos pré-determinados, selecionados.

Parece adequado, além dos curadores, incluir nesta reflexão igualmente os profissionais de informação dos museus que trabalham em equipes multidisciplinares, posto que poderiam de certa forma se “encaixar” metaforicamente como “hubs”, vez que no cotidiano lidam com a informação dos acervos, consultam e repassam informações científicas, identificam e atualizam classificações de espécimes, auxiliam na ordenação de reservas técnicas e desenvolvem pesquisas, bem como realizam a implantação de exposições.

É possível refletir que o não estabelecimento de conexões e formação de uma rede desses “hubs” decorre da característica dos profissionais nas instituições museológicas que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ainda trabalham de forma muito estanque, o que não permitiria que esta informação fluísse nos processos de comunicação pública da ciência, voltados para a sociedade; é que internamente as comunicações se elaboram no campo formal – memorandos, e-mails, processos, a partir de demandas internas e interesses de cada departamento, setor, ou seção e cada funcionário possui os seus próprios canais e estratégias de busca e aquisição informacionais.

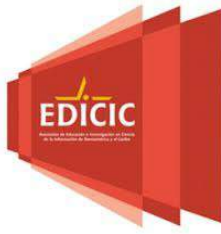
No que se refere à questão informacional e à divulgação da ciência pode-se destacar a noção de “objetos fronteiriços”, elaborada por Star e Griesemer (1989), onde as autoras relatam que os objetos passam por um processo de recontextualização e possuem diferentes significados atrelados a eles quando passam da comunidade profissional para os leigos. Tais objetos são capazes de estabelecer pontes, supondo diferenças, sendo de ressaltar que a construção dessas pontes não é neutra ou consensual, assim como o processo de divulgação científica.

Um objeto fronteiroço pode ter várias aspirações relativas a vários discursos conflitantes e pode levar a diferentes interpretações e interfaces discursivas totalmente distintas, pois existem relações de poder exercidas nas criações e recriações desses objetos que são artefatos abstratos ou físicos residentes no relacionamento entre organizações e grupos de pessoas.

Todos esses processos de percepção, construção, compreensão, recodificação, transmissão da informação, encontram-se envolvidos nos processos de comunicação pública da ciência que engloba a divulgação científica (DC). A racionalidade científica não deve excluir uma narrativa que deve ser vista sempre como histórica. -

Segundo Pessanha (1988), esta historicidade deveria ser “viva” no sentido de deixar clara todas as defasagens, diferenças, descontinuidades e rupturas características do processo histórico que estarão relacionadas a estas discursividades da ciência apresentadas sob a linguagem da DC.

Entende-se que os processos de comunicação pública da ciência englobam a divulgação científica. As ações de recodificação realizadas pelos curadores nos espaços museológicos são partes integrantes de processos comunicacionais que validam concepções de especialidades científicas que poderão ser observadas e refletidas no espaço museológico



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de história natural que se propõe à representação de uma “totalidade” por meio da materialidade e do aspecto simbólico inerente envolvido.

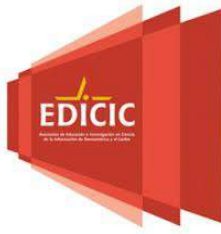
As práticas empregadas no cotidiano das instituições museológicas de história natural geram espaços discursivos de “verdades” a partir de estratégia info-comunicacional de valores oriundos da ciência. A questão da construção de “verdades” nos espaços museológicos possui múltiplas abordagens, entretanto, opta-se por entender que muitos espaços de história natural ainda guardam em sua essência os princípios dos “gabinetes de curiosidades” que deram origem a esta tipologia de museu. -

Essas instituições apresentam, em suas exposições, os elementos materiais de uma nova cultura ou espécie, como uma nova descoberta do mundo desconhecido e reunidos como exemplares únicos, seguindo o princípio de que os museus ocidentais modernos foram gerados para guardar coleções e apresentar verdades.

No que tange à comunicação social da ciência por meio de exposições, vale ressaltar que o processo de escolha do enunciado, a forma como é apresentado e como o processo de recodificação se elabora, pode tornar-se uma simplificação capaz de comprometer inclusive a veracidade do conteúdo divulgado. A questão estaria em disponibilizar uma “verdade simplificada” para que esta se encaixe nas limitações (físicas e conceituais) da exposição ou pressuposições de seus curadores.

Museus podem apenas estabelecer diálogos com seus públicos onde fique claro uma espécie de acordo no que tange à abstração do formato a ser adotado para as representações de temáticas complexas; entretanto esses processos não ocorrem em função da visão preponderante do especialista prevalecer em detrimento das demandas do que a sociedade espera encontrar nos museus acerca das temáticas de determinadas áreas do conhecimento.

Espera-se, com este estudo, contribuir com as problematizações acerca do papel da comunicação social da ciência tal como ela se constitui na sociedade contemporânea, sendo o curador aquele que detém a autoridade de determinar o que pode ser dito e, no caso dos museus, ser exposto como verdade. Não se tem a intenção de apresentar uma definição de curadoria, uma vez que esta possui uma definição com uma vasta apropriação, muito embora as diferentes utilizações remetam às de seleção, ordenação, gestão e publicização por um especialista, pesquisador ou *expertise*.



A singularidade dos museus de história natural se encontra justamente nesta busca heterotópica de justaposição e de ordenação de objetos de tempos e origens diversas em espaços definidos, um *tour de force* capaz de eliminar as dispersões para conseguir estabelecer formações discursivas e estabelecer discursos.

Por fim, espera-se que este artigo possa ter contribuído para diafanizar as necessidades de não naturalizar as práticas cotidianas no que se refere à informação e aos processos curatoriais que são muito mais complexos e permeados por atravessamentos do que meras seleções de objetos e confecções de textos e legendas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Caê. A curadoria como historicidade viva. In: RAMOS, Alexandre Dias (Org). **sobre o ofício do curador**. Rio de Janeiro: Editora Zouk, 2010. p. 45-54.

BEIGUELMAN, G. **Curadoria de informação**. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/gbeiguelman/curadoria-informacao>>. Acesso: 24 maio 2014. p. 37. (Palestra).

BRUNO, Cristina. Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão do patrimônio cultural. In: JULIÃO, Leticia; BITTENCOURT, José Neves (Coord.) **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: mediação em museus:curadorias, exposições, ação educativa**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2008. p. 22-152.

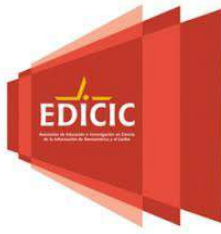
CASTELFRANCHI, Y. Para além da tradução: o jornalismo científico crítico na teoria e na prática. In: MASSARANI, L.; POLINO, C. (Org.). **Los desafíos y la evaluación del periodismo científico en Iberoamérica**. Santa Cruz de la Sierra: AEI, RICYT, CYTED, SciDevNet, OEA, 2008. p. 10-20.

COMXALL, Helen. How language means: an alternative view of museums Text. In: KAVANAGH, G. (Org.). **Museum languages: objects and texts**. Leicester: Leicester University, 1991. p. 85-99.

CUEVAS, A. Conocimiento científico, ciudadanía y democracia. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, n. 10, v. 4, p. 67-83, jan. 2008. Disponível em: <www.revistacts.net/4/10/006/file>. Acesso em: 20 jan. 2014.

DELICADO, Ana. **A musealização da ciência em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

FYFE, G. J. On the relevance of Basil Bernstein's theory of codes to the sociology of art museums. **Journal of Material Culture**, v. 3, n. 3, p. 325-354, 1998.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez., 1993.

_____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Revista Transinformação**, Campinas v. 15, n. 1, p. 31-43. jan/abr, 2003.

HOOPER-GREENHILL, E. **Museums and the shaping of knowledge**, London: Routledge, 1992.

HOPPS, Walter. In: OBRIST, Hans Ulrich. **Uma breve história da curadoria**. São Paulo: BEI Comunicação, 2010. p. 27.

HUERGO, J. A. La popularización de la Ciencia y la Tecnología: interpelaciones desde la comunicación. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO: ESTRATEGIAS PARA LA FORMACIÓN DE POPULARIZADORES EN CIENCIA Y TECNOLOGÍA. La 2001, La Plata. **Anais...** La Plata: Red-POPConoSur, 2001.

HÚLTEN, Pontus. **Uma breve história da curadoria**. São Paulo: BEI Comunicação, 2010. p. 55-67.

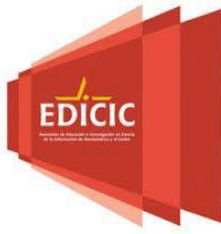
HUVILA, Isto. How a museum knows? structures, work rules, and infratestructures of information work. **Journal of the American Society for Information Science and Technology (JASIST)**, p. 11-14, June, 2013.

KNORR-CETINA, K. A comunicação na ciência. In: GIL, F. (Coord.). **A ciência tal qual se faz**. Lisboa: João Sá da Costa, 1999. p. 375- 456.

LEWENSTEIN, Bruce; V.; ALLISON-BUNNEL, Steven. Au service simultané du public et des scientifiques. In: SCHIELE, B.; KOSTER, E. (Org.), **La révolution de la muséologie des sciences**. Lyon: Universitaires de Lyon, 1998. p. 159-173.

LEWENSTEIN, B.V.; BROSSARD, D. **Assessing models of public understanding in ELSI outreach materials U.S. Department of Energy Grant: Final Report**. Cornell: Cornell University, 2006.

LOUREIRO, José Mauro M. **Labirinto de paradoxos: informação, museu, alienação**. Rio de Janeiro, 1996. 143 p. Dissertação (Mestrado)-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MEDAWAR, Peter Brian. **Os limites da ciência**. São Paulo: UNESP, 2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História**: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: ANAIS DO MUSEU PAULISTA, São Paulo: Edusp, 1993. p. 9-42.

MORTON, Alan. Tomorrow's yesterdays: science museums and the future. In: Lumley, R. (Org.), **The museum time-machine**. London: Routledge, 1990. p. 128-143.

OBRIST, Hans Ulrich. **Uma breve história da curadoria**. São Paulo: BEI Comunicação, 2010.

PANESE, Francesco. Les régimes muséologiques dans le domaine des sciences. In: M. PELLEGRIN (Org.). **Sciences au muse, sciences nomades**. Genève: Georg Éditeur, 2003. p. 7-28.

PEARCE, Susan. **Museums, objects and collections**. Washington: Smithsonian Institution, 1993.

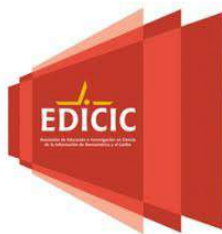
PESSANHA, José Américo Mota. A retórica dos museus. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1998.

QUINTANILLA, Miguél Ángel. Palestra. In: FORO INTERNACIONAL DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2009. **Anais...** Campinas: UNICAMP: 2009. Disponível em: http://agencia.fapesp.br/divulgacao_cientifica_e_responsabilidade/11401/>. Acesso em 4 set. 2005.

STAR, S. L.; GRIESEMER, J. R. Institutional ecology, 'translations' and boundary objects: amateurs and professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-1939. **Social Studies of Science**, v. 19, p. 387-420, 1989.

TEJO, Cristiana. Não se nasce curador, torna-se curador. In: RAMOS, Alexandre Dias (Org). **Sobre o ofício do curador**. Rio de Janeiro: Editora Zouk, 2010.

WILKE, Valéria Cristina; JARDIM, José Maria. **Dispositivo de informação contemporâneo**: considerações preliminares para uma Arqueo-Genealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade. Marília: ANCIB, 2006. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewpaper.php?id=262>>. Acesso em: 15 jul. 2010



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE RESGATE DA MEMÓRIA

HERITAGE EDUCATION: THE LIBRARIAN IN THE PROCESS OF MEMORY RESCUE

Rafaela Pereira de Carvalho, UFC

Gabrielly Pamela Lopes Soeiro, UFC

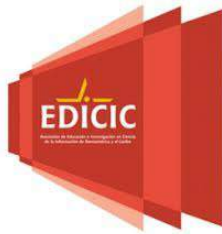
Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra, UFC

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do bibliotecário na educação patrimonial e sua atuação no processo de resgate da memória. Apresentando o bibliotecário como mediador nesse processo. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura com análise bibliográfica, buscando assim trabalhar os aspectos abordados de maneira consonante. Com isso, podemos concluir que apesar de existir ainda pouca inserção do bibliotecário no campo da educação patrimonial, notamos um movimento conceitual e profissional do bibliotecário para esse campo.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Bibliotecário. Memória.

Abstract: This study aims to analyze the librarian's role in heritage education and its performance in the memory recovery process. Introducing the librarian as a mediator of this process. The methodology used was a literature review with bibliographical analysis, thus seeking to work addressed the aspects of consonant way. As a result, we can conclude that although there is still little insertion of the librarian in the field of heritage education, we see a conceptual and professional movement librarian for this field.

Key Words: Heritage Education. Librarian. Memory.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

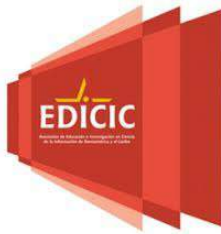
A relação memória e patrimônio na sociedade passaram por transformações de conceito e de análise do objeto desde que foram percebidas no cotidiano social até a sua expansão. Como por exemplo, primeiramente voltado mais à guarda efetiva por parte do estado até os dias atuais consumir-se como um direito garantido de todos os cidadãos.

Nesse sentido, a garantia do direito à memória e o acesso a essas informações pela sociedade é um preceito fundamental, e cada vez mais a busca por ferramentas estratégicas para todas essas formas de expressão bem como os novos patrimônios, têm sido pensadas por profissionais das mais diversas áreas na atualidade, observando o caráter interdisciplinar que os estudos de memória e patrimônio vêm adquirindo. Logo, a educação patrimonial pode ser uma dessas ferramentas para a construção e a manutenção da memória social. Nesse contexto, é relevante a figura do bibliotecário como um dos agentes da “cadeia do patrimônio”, atuando por meio da colaboração de órgãos como bibliotecas, arquivos e museus.

Diante da realidade expressa, trazemos o seguinte questionamento: Como o bibliotecário pode atuar no desenvolvimento das atividades de educação patrimonial? Qual a colaboração que esse profissional pode proporcionar a essa área do conhecimento?

A motivação para esta pesquisa se deve às contribuições que o tema preservação e acesso à informação e à memória trazem para a sociedade, além de possíveis contribuições relacionadas aos instrumentos teórico-metodológicos do ponto de vista histórico, social e científico. Nesta conjuntura, entendemos que a pesquisa se justifica pelas contribuições da teoria e das práticas facultadas.

Com isso, esta pesquisa tem os seguintes objetivos: identificar na literatura conceitos relacionados à memória, à educação patrimonial e à relação com o profissional bibliotecário e analisar o bibliotecário como mediador no processo de educação patrimonial, a partir da observação de que essa interação é possível ainda que tenha de haver algumas mudanças em relação à formação e aos mecanismos de maior apropriação na gestão de espaços envolvendo o patrimônio material, o imaterial, o digital ou o virtual.



2 MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO

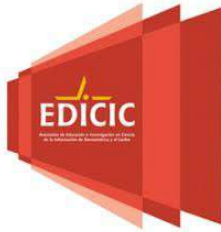
Inicialmente, abordaremos as temáticas que envolvem memória, patrimônio e processos informacionais na sociedade contemporânea. Quando falamos em patrimônio, logo associamos à posse, à herança. Nessa perspectiva, podemos entender que o conceito de patrimônio refere-se a um conjunto de bens com algum valor simbólico e memorial referente à história de uma família, principalmente ligado à monarquia e à riqueza dessa classe. Segundo Chauí (2000), o patrimônio passou a ser compreendido como a memória de um povo com a ideia de Estado-nação, como coloca Magalhães; Zanon; Castelo Branco (2009, p.34) “patrimônio passou a ser entendido como elementos protegidos e nomeados como bens culturais de uma nação, visando criar uma referência comum, uma identidade nacional”, ou seja, o patrimônio era aquilo que dava identidade e que caracteriza aquela nação. Segundo o antropólogo Canclini (1994, p.95):

[...] o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso –, mas também os bens culturais, visíveis e invisíveis: novos artesanatos, língua, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústrias culturais.

O entendimento de patrimônio não se limita aos bens de um povo, mas a toda memória e a cultura desse povo. Para Canclini (1994), o conceito de patrimônio se modifica de acordo com as épocas. Corroborando com esse pensamento, Dodebei (2007) acredita que o conceito de patrimônio ainda se encontra em desenvolvimento.

Podemos perceber que o conceito de patrimônio está intrinsecamente ligado ao conceito de memória. Chauí (2006, p.138) diz que “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais.” A memória é o meio pelo qual o homem pode recordar o que viveu as mudanças, ou como ocorreram evoluções em seu meio.

Chauí (2006) destaca ainda que existe uma memória pessoal e introspectiva, que está relacionada ao interior do sujeito; e uma memória coletiva ou social, que é a memória registrada nos documentos, nos monumentos e na história. A memória relacionada ao



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

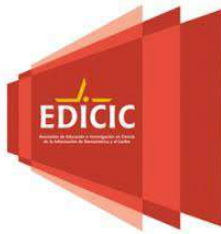
patrimônio é a memória da comunidade, a memória coletiva. De acordo com Halbwachs (1990, p.36), falamos de “memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo”. Isto é, a memória coletiva é um conjunto dos acontecimentos passados que tem importância e significado para a comunidade em que o indivíduo está inserido.

Para Le Goff (1990), a memória tem a capacidade para armazenar informações e é graças a ela que o homem pode fazer um elo entre as situações passadas e a realidade presente. Confirmando esse pensamento, Azevedo Netto (2008, p.12) propõe que “entende-se por memória aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado [...]” Ou seja, é a partir da memória que o homem pode se situar no mundo, é pelas memórias que o homem pode se identificar como tal.

De acordo com Chauí (2006, p.41):

Em nossa sociedade, a memória é valorizada e desvalorizada. É valorizada com a multiplicação dos meios de registro e gravação dos fatos, acontecimentos e pessoas (computadores, filmes, vídeos, fitas cassetes, livros) e das instituições que os preservam (bibliotecas, museus, arquivos). É desvalorizada porque não é considerada uma atividade essencial para o conhecimento – podemos usar máquinas no lugar de nossa própria memória – e porque a publicidade e a propaganda nos fazem preferir o “novo”, o “moderno”, a “última moda”, pois a indústria e o comércio só terão lucros se não conservarmos as coisas e quisermos sempre o “novo”. A desvalorização da memória também aparece na proliferação de objetos descartáveis, na maneira como a indústria da construção civil destrói cidades inteiras para torná-las “modernas”, destruindo a memória e a História dessas cidades. A desvalorização da memória aparece, por fim, no descaso pelos idosos, considerados inúteis e inservíveis em nossa sociedade, ao contrário de outras em que os idosos são portadores de todo o saber da coletividade, respeitados e admirados por todos.

Vivemos em uma sociedade marcada pelo consumo de informações e pelo uso de tecnologias que facilitam o acesso às informações e à comunicação. Esses fatores vêm alterando a forma como o homem está encarado a memória de sua comunidade e o patrimônio de seu povo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

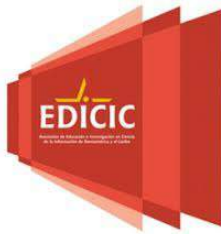
Historicamente, as transformações sociais fazem parte da vida cotidiana. Essas mudanças se acentuaram durante a modernidade e encontram seu apogeu na atualidade. Giddens (1997) coloca que a vida nessa nova sociedade pode ser caracterizada pela variedade de influências que ela recebe, o indivíduo é influenciado não apenas pela comunidade onde ele está inserido, mas também pelas instituições modernas que regem essa sociedade, por todo mundo construído pela globalização. De acordo com Arraes *et. al.* (2007), o termo “sociedade da informação” surgiu na década de 1970, é característica dessa sociedade o reconhecimento do poder da informação, seja na economia, seja na vida social, seja na cultura e seja na política.

A Sociedade da informação tem como característica o grande volume de informações produzidas e consumidas. Para Primo (2008), ela é caracterizada pelo avanço das tecnologias digitais, pelo uso da web 2.0 interligando as redes de comunicação. Dessa forma, a comunicação passa a se dar em toda parte por intermédio dos aparelhos móveis como *smartphones* e *notebooks*.

Assim, devido à facilidade de acesso à informação, os antigos meios de comunicação foram sendo atualizados, na tentativa de acompanhar o grande volume de informação produzido. Esta relação da sociedade com a informação pode ser observada como uma característica marcante, assim como também o aumento progressivo dos registros da informação. Isso tem causado preocupação em relação à produção, ao armazenamento e/ou à guarda e ao acesso a essas informações.

A memória está personificada no patrimônio que carrega informações que serão, de certa forma, traduzida pelo homem, como coloca Dodebei (2006) o entendimento do patrimônio é feito através de todos os valores informativos atribuídos a ele. Para a autora, todas as informações que são produzidas ou que envolvem o objeto é que indica a existência do patrimônio. Azevedo Netto (2007, p.13) ainda coloca que:

A Informação contida nos objetos do cotidiano, enquanto fenômeno cultural é identificada e localizada de acordo com o estado que tais manifestações se apresentam para o seu receptor, já que é ele que vai constatar seus limites e contornos. Esta Informação pode se apresentar de várias formas e de naturezas diversas, desde as mais técnicas, passando pelas formais, até as interpretativas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

As informações que são geradas e registradas no âmbito dessa sociedade formam esse acervo e geram essa memória coletiva e social.

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Neste ponto, serão abordados o conceito de educação patrimonial e a sua relevância no que compete ao novo cenário e à evolução que tem ocorrido durante esse tempo.

Para Magalhães; Zanon; Castelo Branco (2009), a educação patrimonial, ou como mais recente também abordado “educação para o patrimônio”, é um tema que tem despertado interesse na sociedade que já vem construindo conceitos próprios sobre patrimônio e cultura a partir de diversos meios e conceitos definidos.

A expressão Educação Patrimonial deriva da expressão inglesa *Heritage Education*, e surge no Brasil pela primeira vez durante o 1º Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos no Museu Imperial de Petrópolis-RJ em 1983. Em 1999, é lançado um Guia Básico de Educação Patrimonial, que serve de base para todas as ações educativas que seriam implantadas pelo IPHAN na década de 90. (IPHAN, 2014)

Segundo Horta; Grumberg; Monteiro (1999, p.06) educação patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Corroborando com esse pensamento, o IPHAN (2014, p.19) traz o conceito elaborado pela CEDUC colocando que a Educação Patrimonial:

constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

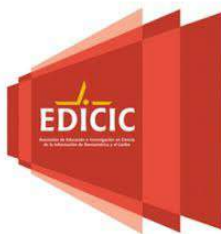
Podemos concluir por esses conceitos que a educação patrimonial tem como finalidade dar autonomia e meios ao homem para compreender sua cultura e para despertar a valorização da identidade cultural.

Apesar de uma prática aparentemente nova, as instituições têm apostado na educação patrimonial como ferramenta tanto para a aproximação com o seu público, quanto para a valorização desse patrimônio, visando envolver cada vez mais a sociedade no processo de apreensão daquilo que compete a suas memórias. Esse processo de resgate por parte dos próprios participantes demonstra a mudança pela qual todos esses espaços passaram.

São muitas as áreas que focaram na educação patrimonial como prática profissional, existe uma necessidade em preservar a memória, a cultura e a história da sociedade. A educação patrimonial colocada por Horta; Grunberg; Monteiro necessita do envolvimento de diversas áreas e procura incutir no homem não apenas valores culturais, mas despertar a cidadania para que o homem conheça seu espaço e sua comunidade.

[...] a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, lavando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA;GRUNBERG;MONTEIRO, 1999, p.06)

Conforme Magalhães; Zanon; Castelo Branco (2009) existem dois tipos de Educação Patrimonial: uma conservadora, que busca uma homogeneidade e universalização; e outra transformadora, que tem como foco a pluralidade e a valorização do local além do nacional. No quadro abaixo colocaremos as diferenças entre esses tipos de Educação Patrimonial:



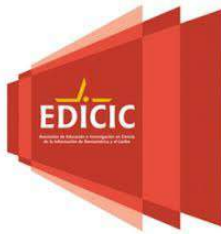
QUADRO 1 – Tipologia da educação patrimonial

Educação Patrimonial Conservadora	Educação Patrimonial Transformadora
Promove a homogeneidade e a universalização. Só existe uma memória que é imposta pelos detentores do sistema.	Promove o local e o imediato, vai além do que é tradicional e do que é imposto como oficial.
Integralizante. Não existe espaço para outras manifestações, rejeita outros valores e a memória que não seja as impostas pelo estado.	Libertadora. Permite a diversidade, promove outras manifestações além daquelas que são consideradas patrimônio.
Há apenas um caminho para o conhecimento. Não promove a identificação ou a interpretação, apenas preserva.	Favorece a diversidade do conhecimento, promovendo a interpretação e a apropriação.
Exteriora. Não aceita a diversidade de memórias.	Valoriza o local como plural. As relações sociais e culturais do indivíduo são importantes.
Impositiva e obrigatória.	Valoriza manifestações capazes de gerar conflito entre o universal e o singular.

Fonte: Adaptado de Magalhães; Zanon; Castelo Branco (2009).

Uma das grandes referências ao se tratar de educação patrimonial, Horta; Grunberg; Monteiro (1999) desenvolveu uma metodologia pautada nos processos de ensino e aprendizagem e, segundo a autora, temos a seguinte metodologia para se tratar a abordagem da educação patrimonial: primeiramente a **observação**, que consiste em ajudar o indivíduo a estabelecer a relação simbólica com o objeto; em seguida, o **registro**, que o levará a estabelecer suas próprias concepções acerca do patrimônio, no qual também o conhecimento será fixado; logo após a **exploração**, na qual será interpretada alguma problemática levantada sobre o objeto; e, por último, a **apropriação** proveniente da leitura realizada pelo indivíduo, e aqui se espera que o indivíduo tenha a compreensão e também que se aproprie do mesmo.

Deve-se sempre voltar a atenção para sensibilizar o público de modo a colaborar para que o indivíduo possa estabelecer um valor simbólico àquilo que lhe é apresentado. Este



método tem como função estabelecer um ciclo, no qual os indivíduos apreendem novos conhecimentos de modo sistêmico.

Existem também iniciativas de vincular a educação patrimonial diretamente ao ensino regular, ou seja, às escolas, a partir da apropriação das práticas pedagógicas, tornando-se um agente que pode contribuir ajudando os alunos na compreensão de alguns assuntos, como história de vida, a sua relação com o próprio bairro ou com local onde residem entre outros.

4 O BIBLIOTECÁRIO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: RELAÇÃO E PERSPECTIVAS

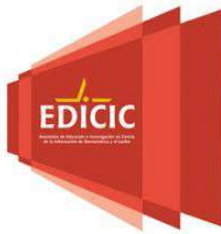
Hoje, percebemos que o patrimônio e a memória são plurais e dinâmicos, acompanhando o meio social na forma como é percebido no caráter simbólico que é dado a ele. Atualmente, as instituições que são denominadas unidades de informação apresentam um papel fundamental no âmbito cultural. Os museus já têm em suas práticas a educação patrimonial de forma consolidada, já que a identificação do patrimônio nesses locais é mais fácil. Além disso, as bibliotecas e os arquivos têm despertado sua visão para as possibilidades da utilização dos seus espaços culturais.

Para Chagas (2005), essas instituições “apresentam-se como lugares onde determinados bens culturais são reunidos e preservados.” Enfatizando ainda que a preservação desses bens culturais deve estar aliada a sua disseminação.

E se tratando das bibliotecas e de outras unidades de informação, muitas vezes pouco citadas como os centros culturais, além dos centros de memória, podemos identificá-los como espaços passíveis de educação patrimonial, como coloca o autor:

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente [...]. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra. (BRASIL, 2012, p.7).

Aqui o autor trabalha uma abordagem educativa sobre esses locais, o que não deixa de ser uma possibilidade vigente para estes como instrumentos de mudança na sociedade em



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

torno desses espaços. E além de ser pensado no bibliotecário em relação às práticas da preservação do patrimônio documental, percebendo também as outras maneiras que pode se estabelecer essa relação entre patrimônio (de modo geral, não somente pautando no patrimônio documental) e o trabalho com o aparato informacional presente na cultura e nas formas de expressão da dinâmica social, pensando nos modos de organização, difusão e no uso participativo.

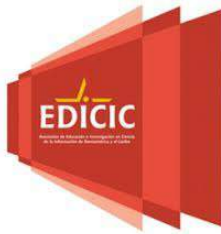
Para Castro (2000), há muito tempo o bibliotecário deixou de ser um mero organizador de livros. Hoje seu trabalho envolve muito mais que técnicas, mas a relação homem e informação. O bibliotecário tem atuado como um mediador entre a informação, o conhecimento e o homem. Sambaquy (1972) afirma que as informações produzidas pela sociedade devem não apenas ser organizadas, mas disponibilizadas a serviço de toda a sociedade. A autora vai mais longe e coloca que:

Esta é apenas uma pálida e limitada imagem do Bibliotecário como guardião, zelador ou conservador do patrimônio cultural que nos foi legado pelo passado, que foi reunido, no tempo e no espaço, pelos povos de toda a terra. Nobre, difícil e valiosa é também a tarefa que lhe compete como divulgador hábil e oportuno, das informações reunidas e das obras científicas, literárias e artísticas que lhe cabe cuidar. (SAMBAQUY, 1972, p.64)

Podemos então de entender que a educação patrimonial faz parte ou, ao menos, deveria fazer parte das atividades dos bibliotecários, pois, como coloca a autora, o cuidado e a divulgação do patrimônio são tarefas dos bibliotecários.

A metodologia proposta por Horta; Grunberg; Monteiro é interdisciplinar e permite que todas essas áreas possam convergir e dialogar entre si, para desenvolver trabalhos de educação patrimonial. Para Oriá (2016)

Em termos teórico-metodológicos, a educação patrimonial se utiliza dos lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos e dos cidadãos para a importância da preservação desses bens culturais. A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural.



Segundo Chagas (2005), a utilização dos bens culturais por parte dos usuários das bibliotecas, museus e arquivos é fundamental para a existência deles. Nesse sentido o autor apresenta que:

[...] museus, arquivos e bibliotecas guardam coisas, papéis, livros para serem usados por determinadas pessoas. Nos três casos temos a identificação de um lugar (espacial e social), a identificação de bens culturais e a identificação de usuários, tudo isso fazendo parte da mesma realidade e do mesmo processo histórico. (CHAGAS, 2005)

A educação patrimonial no contexto biblioteconômico e de acordo com os autores apresentados pode se configurar em uma ação cultural, já que existem dificuldades de encontrar autores que abordem a temática dessa forma. Coelho Neto (1988, p.14) define ação cultural como aquela que “se resume na criação ou organização necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem assim sujeitos – sujeitos da cultura, não seus objetos”. A ação cultural tem justamente como principal pilar o desenvolvimento do indivíduo de maneira meio autônoma como a principal base. Por essa razão, que o campo do patrimônio possui uma lógica onde o bibliotecário se estabelece como um desses agentes e nas contribuições que podem ser dadas pela área.

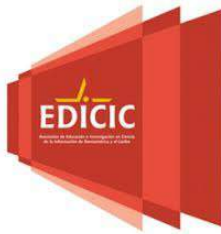
5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foram feitas análises acerca dos temas: memória, patrimônio, educação patrimonial e o do bibliotecário e as contribuições que a área pode oferecer para este campo. Sobre as instituições e o seu papel na preservação e divulgação do patrimônio.

Sobre a formação e perfil do Bibliotecário e o seu compromisso social, podemos observar que existe uma discussão um pouco recente em torno da atuação profissional frente aos novos questionamentos trazidos pela sociedade da informação, as novas tecnologias.

Para isso, é imprescindível à formação interdisciplinar do profissional não somente para o assunto em questão, a educação patrimonial, mas para melhor gerenciamento das unidades de informação que também estão passando por essa mudança. Principalmente na parte de tecnologias, visando também o aumento de museus e repositórios digitais.

A formação técnica do bibliotecário também pode auxiliar no tratamento dessa informação para viabilizar o uso, o acesso da informação patrimonial e a memória.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Ressaltamos também a importância de que a formação do bibliotecário aborde áreas relacionadas ao patrimônio e a educação patrimonial, já que existem poucos estudos relacionando a Biblioteconomia e a Educação patrimonial.

A proposta metodológica da educação patrimonial permite infinitas possibilidades para a atuação do bibliotecário como dito anteriormente, o que falta apenas são os estudos e a prática dessa metodologia por parte dos bibliotecários.

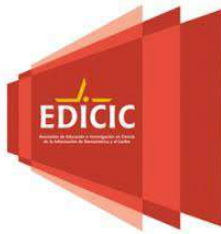
Sobre as instituições, é importante também que sejam pensados a integração dos espaços educativos e o aspecto cultural para que a educação patrimonial possa ocorrer de maneira efetiva realmente.

As atividades realizadas são a forma de mediação e de comunicação com seu público. Vale também lembrar que é importante sempre continuar na busca de insumos para realização dessas atividades para mantermos a memória coletiva viva. Pois essa é verdadeira razão social dessas instituições.

A realização do trabalho com as fontes de informação tanto do ponto de vista historiográfico como biblioteconômico tem de estar alinhadas para que o processo de apreensão das informações pelo público na realização das atividades de educação patrimonial. O que acontece é que instituições que trabalham com a educação patrimonial, muitas vezes, têm o profissional bibliotecário na própria instituição e não pensam na possibilidade de haver uma integração entre esse profissional e as atividades de educação patrimonial. Em algumas organizações o profissional inicia seu trabalho na parte técnica e, muitas vezes, é integrado a esse tipo de atividade devido a um perfil social genuíno e não por uma formação reconhecida.

É papel do bibliotecário propiciar informações que possibilitem o desenvolvimento intelectual e cultural do homem. O acesso às informações sobre cultura, memória e patrimônio asseguram ao homem os meios para que ele possa compreender sua história e sua comunidade e é fundamental para criar um cidadão consciente. O bibliotecário deve atuar como mediador da informação patrimonial. As ações desenvolvidas por ele sob o respaldo da metodologia da educação patrimonial vão propiciar ao homem a identificação com o patrimônio da sua comunidade.

A memória e a cultura também estão passando por essa efervescência informacional que tem vivido a sociedade, por isso tem-se discutido cada vez mais o processo de resgate de memórias. Levando em consideração a velocidade com que as informações são produzidas,



disseminadas e esquecidas é necessário pensar uma gestão informacional voltada para o patrimônio, e cabe ao bibliotecário se apropriar desse trabalho.

O bibliotecário pode contribuir no tratamento específico dessas memórias na organização, tratamento e disseminação das informações patrimoniais. A cultura é dinâmica e a visão sobre os patrimônios também, é preciso pensar no grande fluxo de informações que são propiciados por essas mudanças. A Biblioteconomia pode contribuir amplamente para os estudos de memória e do patrimônio ao pensar novas formas para preservar e difundir a memória.

6 REFERÊNCIAS

ARRAES, Bruno Henrique Rodrigues et. al. Tecnologias da Informação e Comunicação como recurso interativo na perspectiva da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 3-15, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/viewFile/744/646>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

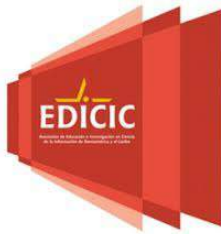
AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista em História e Reflexão**. Dourados, v.1, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/julho_dez_2007/arquivos/informacao-e-memoria-2013-as-relacoes-na-pesquisa>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.37, n.3, p.7-17, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n3/v37n3a01.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura; Ministério da Educação; IPHAN. **Educação patrimonial: Programa Mais Educação**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/publicacoes>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, 1994. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429&pesq=>>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CASTRO, César Augusto. Profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.10, n.1, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/346/268>>. Acesso em: 26 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. **Revista Museu**, [S.l], 2005. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____. A memória. In: _____. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 138-142.

COELHO NETO, J.T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DODEBEL, Vera. Patrimônio e memória digital. In: **MORPHEUS - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 8, 2006. Disponível em: <<http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero08-2006/veradodebei.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Digitalização do patrimônio e organização do conhecimento. In: ENANCIB, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANCIB/UFPBA, 2007. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viii/enancib/paper/viewFile/2815/1943>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

GIDDENS Anthony; BECK, Ulrich; LASH Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

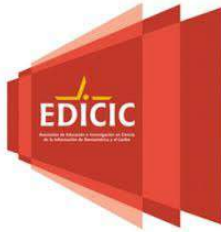
HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em 26 abr. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, Elisa Roberta, CASTELO BRANCO, Patricia Martins. **Educação Patrimonial: da teoria à prática**. Londrina: Ed.Unifil, 2009. Disponível em: <<http://www.unifil.br/portal/images/pdf/documentos/livros/educacao-patrimonial.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

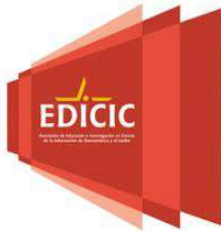
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ORÍÁ, Ricardo. Educação Patrimonial: conhecer para preservar. **Portal Aprende Brasil**. Disponível em: < <http://www.aprendebrasil.com.br/articulas/articula0003.asp>>. Acesso em 26 abr. 2016.

PRIMO, Alex. Fases do desenvolvimento tecnológico e suas implicações nas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade. In: PRETTO, Nelson De Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. EDUFBA, 2008. p. 51-68.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. A biblioteca do futuro. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.62-68, 1972.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

**ESTUDO COMPARATIVO DO PADRÃO DE DESCRIÇÃO DE INFORMAÇÃO E
MARC 21 EM MATERIAL TRIDIMENSIONAL**

***COMPARATIVE STUDY OF INFORMATION DESCRIPTION STANDARD AND
MARC 21 IN THREE-DIMENSIONAL MATERIAL***

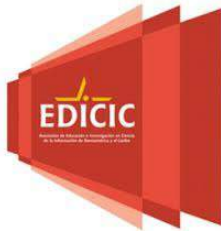
Milene Rosa de Almeida Moura, UFSCar

Luzia Sigoli Fernandes Costa, UFSCar

Resumo: A variedade de bens materiais situados nas fazendas históricas paulistas, herança dos “anos de ouro” da economia agrária suscitou a preocupação em preservar e compartilhar com a sociedade importantes referências históricas da formação econômica brasileira. A preocupação com a preservação destes ambientes culminou no desenvolvimento de projetos de políticas públicas, tendo como produtos finais as ferramentas para a organização e registro dos bens patrimoniais: sistema Memória Virtual Rural, para o cadastro dos itens e Padrão de Descrição de Informação, que permite que sejam catalogados materiais textuais, imagéticos, sonoros, arquitetônicos, geográficos e outros, de forma que todo o patrimônio situado nas fazendas seja inventariado, dada a sua variedade de campos. No presente trabalho realizou-se um estudo comparativo com o Padrão de Descrição de Informação e o padrão MARC 21 com aplicação em material tridimensional, no qual foi possível avaliar a capacidade de descrição do primeiro. Partindo de uma pesquisa exploratória, criou-se o referencial teórico sobre catalogação. Do ponto de vista de sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois através do estudo dos campos do Padrão de Descrição de Informação analisou-se os critérios de descrição de material tridimensional. A abordagem apresenta-se como qualitativa, visto que seus resultados são obtidos por meio de análises não numéricas, realizadas pelo pesquisador. Por fim, concluiu-se que o Padrão de Descrição de Informação possui um alto grau de completude, porém necessita de pequenas intervenções a fim de permitir uma descrição mais completa deste tipo de material.

Palavras-chave: Fazenda histórica paulista. Patrimônio cultural rural. Catalogação. MARC 21. Material tridimensional.

Abstract: The variety of material goods located in São Paulo historical farms, “golden years” heritage of the agrarian economy, increased the concern about preserving and sharing the major society historical references of the Brazilian economic formation. Regarding for the preservation of the environments culminated a public policy projects development, in order to obtain as a result the tools for the organization and recording of the capital assets: Rural Virtual Memory system (RVM), for the registration of the items and Information Description Standard (IDS), which allows textual, imagetic, sound, architectural, geographical and others



materials to be catalogued, in order to get all the heritage located on the se farms listed, because of its variety of fields. In the present project, a comparative study of the Information Description Standard (IDS) and the MARC 21 Standard for application in three-dimensional material, allowed to evaluate the capability description of the first one. Starting from an exploratory research, we created the theoretical framework about cataloging. From the point of view of its nature, it is an applied research, because through the study of the IDS fields we analyzed the three-dimensional material description criteria. The approach was presented as qualitative, since their results are not obtained by numerical analysis, performed by there searcher. Finally, it was found that the IDS has a high degree of completeness, but it requires a little assistance to enable a more complete description of this kind of material.

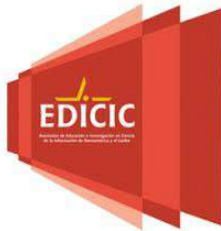
Keywords: São Paulo historical farm. Rural and cultural heritage. Cataloging. MARC 21. Three-dimensional material.

1 INTRODUÇÃO

As fazendas históricas paulistas abrigam um rico e vasto acervo de bens patrimoniais, herança dos “anos de ouro” da economia agrária. Considera-se bem patrimonial não apenas documentos, construções e objetos, e sim a cultura, como as lendas e costumes que permeiam o imaginário popular e o conhecimento proveniente deste espaço.

De modo a valorizar esse rico universo de bens materiais, imateriais e paisagísticos foram desenvolvidos os seguintes projetos de políticas públicas, financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP): “Memória Virtual de São Carlos” (2004-2008), “Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo” (2008-2012) e “Critérios e metodologias para realização de inventário do patrimônio cultural rural paulista” (2012-2014).

O primeiro projeto viabilizou o desenvolvimento de um sistema web para a gestão de acervos das fazendas, de forma a constituir um mecanismo que pudesse integrar os acervos municipal, regional, estadual e nacional (MEMÓRIA, 2004; NAKAGAWA; CRISTIANINI; MORAES, 2006). O projeto desenvolvido entre 2008 a 2012 teve como objetivo disponibilizar instrumentos e metodologias para a gestão, a conservação e a difusão destes bens patrimoniais entre os proprietários das fazendas e as instâncias públicas das áreas culturais, educacionais e do turismo; um dos destaques desse projeto é a criação do Padrão de Descrição de Informação (PDI). O projeto desenvolvido entre 2012 a 2014 buscou estabelecer



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

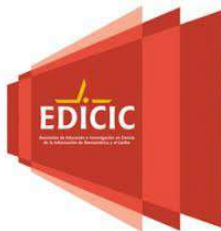
critérios teórico-metodológicos que permitissem identificar, caracterizar, analisar e representar bens patrimoniais, resultando em práticas de inventários das fazendas históricas paulistas da região de São Carlos. Ocorreu ainda o aprimoramento do PDI, cujo ponto de partida foi o estudo de códigos, normas e recomendações nacionais e internacionais, além dar continuidade no desenvolvimento do sistema de base de dados Memória Virtual Rural. Atualmente, mesmo sem fomento externo, o projeto continua em desenvolvimento.

O presente trabalho apresenta sucintamente os resultados obtidos em pesquisa¹ que visou contribuir com o desenvolvimento do PDI, por meio de análise comparativa entre os campos do PDI e os campos do padrão MARC 21 para dados bibliográficos, reconhecido internacionalmente e que utiliza as regras de descrição do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), a fim de representar os bens patrimoniais existentes nas fazendas participantes do projeto, no qual avaliou-se a capacidade de representação de materiais tridimensionais, tecendo sugestões de melhorias na estrutura descritiva do PDI.

Metodologicamente desenvolveu-se pesquisa exploratória com levantamento bibliográfico, resultando no referencial teórico sobre catalogação. A natureza da pesquisa é aplicada, visto que a prática permite solucionar um questionamento específico (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010); logo, analisou-se a capacidade representacional do PDI. A abordagem do problema é qualitativa, uma vez que os resultados obtidos não podem ser expressados numericamente.

Inserir o patrimônio histórico rural no ambiente das tecnologias de informação e comunicação (TIC) cumpre o papel de disponibilizar a todo e qualquer cidadão informações sobre os bens, tanto material como imaterial, pertencentes a este espaço, uma vez que nem sempre é possível realizar uma visita presencial para explorar as riquezas ali presentes. Por fim, há a questão pluridisciplinar do projeto, que traz benefícios tanto para os gestores das fazendas, que podem divulgar o espaço para a sociedade, estimulando assim a visita *in loco*, visto que a renda de muitas dessas fazendas decorre do turismo rural, como também para os pesquisadores, que podem trabalhar o ambiente rural sob inúmeras perspectivas teóricas e experimentais.

¹ALMEIDA, Milene Rosa de. **Padrão de Descrição de Informação: avaliação da capacidade representacional de bens materiais**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2 CATALOGAÇÃO E MARC 21: REVISÃO DE LITERATURA

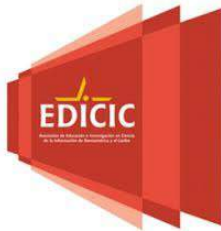
O ato de organizar, segundo a definição de dicionários, equivale a ordenar, formar, dispor. Desde os primórdios, o homem sempre teve a noção de organização próxima de si, tanto na organização da sociedade, como na organização política, até chegar à organização da informação, ou seja, a utilização de sistemas e métodos para representar e facilitar a recuperação de um determinado documento.

A história da catalogação remonta à Antiguidade, com as tábulas de argila. Já a história moderna da catalogação tem como marco o desenvolvimento da tipografia e da imprensa, entre os séculos XV a XVIII, causando grande impacto na sociedade, que passava por profundas mudanças sociais.

Decorrente da preocupação com os registros do conhecimento e a busca de sistematizar informações para que a recuperação das mesmas ocorresse de modo rápido e ágil, chegou-se à organização da informação, ou controle bibliográfico, constituída por operações distintas, sendo uma delas a catalogação.

A catalogação tem como foco descrever um documento, bibliográfico ou não, tornando-o único dentre outros documentos. Pinto Molina (1994, p. 92, tradução nossa) a define como sendo a operação encarregada de selecionar “todos os elementos aparentes e convencionais que possibilite a identificação precisa e formal de cada documento em uma coleção”. Nesse processo, utilizando-se de regras definidas, ou seja, os códigos de catalogação, o documento é identificado e descrito, estabelecendo assim as entradas de autor e as informações bibliográficas necessárias para que o mesmo seja recuperado pelo usuário. Mey e Silveira (2009) ressaltam que este processo de descrição amplia as possibilidades de sua localização e acesso. As autoras ainda ressaltam que se deve evitar a ambiguidade, e que a catalogação deve manter as características de “integridade, clareza, precisão, lógica e consistência”, atribuindo ao profissional que realiza esta tarefa a responsabilidade de não omitir detalhes que prejudiquem a recuperação do documento pelo usuário.

O papel de mediação entre documento e usuário é exercido pelos catálogos, produtos do processo de catalogação, e definidos por Taylor (2006, p. 6, tradução nossa) como um “conjunto organizado de registros bibliográficos que representam os itens de uma coleção particular e/ou recursos acessíveis em um determinado local”; este conjunto de registros pode



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

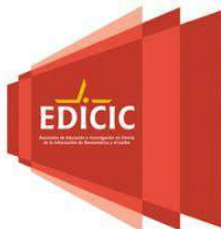
se constituir de um ou vários tipos de materiais, por exemplo, livros, periódicos, moedas, mapas, gravações de som etc. Assim, a catalogação tem um papel mais abrangente do que apenas deixar o documento à disposição do usuário; é através dos catálogos, associados a um ambiente sistemático informacional eficiente que permite ao usuário localizar recuperar o documento que lhe interessa, satisfazendo sua necessidade informacional (FUSCO, 2010, p. 31).

A catalogação é parte de uma cadeia de procedimentos denominada processo documental, que por sua vez constitui-se de sucessivas operações, organizadas segundo umalógica, criando um processo de circulação da informação que tende a estabelecer um vínculo entre os documentos e os usuários, cumprindo assim o propósito de qualquer documento: sua difusão. Deve-se compreender a catalogação como uma forma de apresentar ao usuário diferentes alternativas de escolha de um item, ou seja, ao mesmo tempo em que o usuário vai em busca de um determinado documento, ele o localize, e encontre também outras obras que tenham ligação com o primeiro, ampliando seu universo de escolhas.

Santos e Corrêa (2009) afirmam que a transmissão de informações se modificou com o passar do tempo, pois novos suportes, meios físicos de registro da informação, surgiram modificando tanto o processamento quanto a sua difusão aos usuários. Assim, a catalogação automatizada, como se conhece hoje, está ligada ao intenso processo de crescimento tecnológico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, uma variedade de recursos informacionais foi originada, modificando significativamente os serviços de processamento de informação.

Nesse contexto, surge, em 1965, o formato MARC(*Machine Readable Cataloging*), da *Library of Congress*. Sua concepção teve como principal objetivo permitir a comunicação de descrições bibliográficas, num formato que pudesse ser legível por computadores, fazendo com que todos os registros fossem formatados para atender qualquer necessidade, em qualquer lugar do mundo, por qualquer centro de informação ou usuário (BARBOSA; EDUVIRGES, 2010, p. 4). Os elementos do formato MARC foram baseados na estrutura descritiva dos códigos de catalogação, e são preenchidos conforme as regras estabelecidas nestes, garantindo assim maior consistência na representação por ele gerada (FERREIRA, 2002).

De acordo com Alves (2010, p. 34):



o código de catalogação AACR uniformizou os catálogos e registros bibliográficos, e o formato MARC efetivou a automação desses registros, tornando o processo de catalogação, o processo de intercâmbio e exportação de dados, mais consistente e ágil.

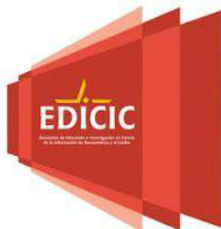
No Brasil, o formato MARC foi adotado em 1972, quando Alice Príncipe Barbosa inicia o projeto CALCO – Catalogação Legível por Computador, na Fundação Getúlio Vargas - FGV. No ano de 1980 o projeto CALCO passa a se chamar Bibliodata/CALCO e, mais adiante, para Rede Bibliodata, fazendo uso do formato USMARC e atualmente dos padrões AACR2 e padrão MARC 21 para dados bibliográficos.

Vive-se um momento em que novos padrões, tipologias documentais e suportes informacionais são criados, exigindo dos profissionais da informação flexibilidade para se adequar às mudanças, por meio de constante atualização.

3 PADRÃO DE DESCRIÇÃO DE INFORMAÇÃO E MARC 21: ANÁLISE COMPARATIVA

A utilização dos metadados na catalogação permite representar a informação que se encontra em seu estado natural, interligando o objeto representado ao usuário. O termo, geralmente aplicado no ambiente digital, refere-se aos dados de descrição e localização de documentos, sejam eles conjunto de dados, informações textuais, gráficos, música e qualquer outro recurso, ou seja, os metadados denotam os elementos de representação da informação (FUSCO, 2010).

Mey e Silveira (2009, p. 94) assinalam que “a descrição bibliográfica [...] é a parte da catalogação responsável pela caracterização do recurso bibliográfico”. Para Ribeiro (2009, cap.1, p. 6), a catalogação de materiais, sejam eles bibliográficos ou não, são divididos no AACR2 em oito grandes áreas, em que cada seção da descrição compreende dados de uma categoria particular ou de um conjunto de categorias, sendo estas áreas subdivididas em elementos, definidas como palavras, frases ou grupo de caracteres. Todas as áreas foram incorporadas aos campos do padrão MARC 21 para dados bibliográficos, conforme explicitado no Quadro 1:



QUADRO 1-Quadro estrutura da descrição

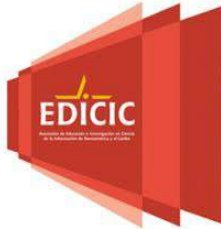
ÁREAS	ELEMENTOS
1.1 Título e indicação de responsabilidade	1. Título principal 2. Título equivalente 3. Outras informações sobre o título 4. Indicação de responsabilidade
1.2 Edição	1. Indicação de edição 2. Indicação de responsabilidade da edição 3. Edições subsequentes
1.3 Detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação)	Materiais cartográficos, música, recursos eletrônicos, microformas (em alguns casos), recursos contínuos.
1.4 Publicação, distribuição etc.	1. Lugar de publicação, distribuição, etc. 2. Nome do editor, distribuidor, etc. 3. Data de publicação, distribuição, etc. 4. Lugar de fabricação, fabricante, data
1.5 Descrição física	1. Extensão 2. Outros detalhes físicos 3. Dimensões 4. Material adicional
1.6 Série	1. Título principal da série 2. Título equivalente da série 3. Outras indicações sobre o título da série 4. ISSN da série 5. Numeração da série
1.7 Notas	1. Todas as notas
1.8 Número normalizado e modalidades de aquisição	1. ISBN 2. Modalidades de aquisição 3. Qualificação

Fonte: Ribeiro, 2009, cap. 1, p. 6.

Ressalta-se que em tempos de grandes e variados avanços tecnológicos, principalmente da informática, é necessário pensar na utilização de ferramentas seguras na catalogação dos itens, de modo a evitar o retrabalho caso haja substituição de *software* ou *hardware*.

O PDI, por sua vez, utiliza-se de preceitos teóricos e metodológicos das áreas da Ciência da Informação e da Ciência da Computação na descrição dos bens patrimoniais. Sua primeira versão realizou o mapeamento dos atributos e requisitos de cada tipo de acervo, estabelecendo relações que permitissem apoiar a modelagem do sistema Memória Virtual Rural (MVR), subdividindo estes atributos em dez grupos. A segunda e atual versão subdividiu os atributos em treze grupos, conforme o campo, o conteúdo e a natureza do bem (NAKAGAWA; COSTA; SCARPELINE, 2010).

A criação do PDI e a análise e identificação de novos atributos suscitou a necessidade de se conhecer códigos, normas e roteiros que pudessem fornecer subsídios no estabelecimento de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

parâmetros para a coleta de dados, a descrição e a geração de conteúdos. Para Nakagawa, Costa e Scarpeline (2010, p. 21), os códigos, normas e roteiros capazes de fornecer os requisitos necessários para uma descrição bastante abrangente e exaustiva são:

[...] o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), para descrição de documento bibliográfico, a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD (G), para documentos de arquivo do International Council on Archives (ICA, 2000), o Dublin Core e a EAD (Encoded Archival Description), [...] o sistema de descrição usado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), [...] bem como um sistema usado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG). Em relação aos bens iconográficos, particularmente a descrição de imagens fotográficas, o PDI foi comparado com os padrões usados pelo Centro de Memória da Unicamp (CMU) e pelo Sistema de Apoio à Comunicação Integrada (SACI), desenvolvido pela UFSCar.

Observou-se a necessidade de ampliar o estudo relacionado ao formato de registro MARC 21 para aprofundamento dos aspectos de identificação, armazenamento e intercâmbio de dados. O PDI divide a descrição dos bens patrimoniais em treze grupos, a saber:

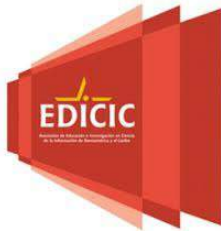
QUADRO 2 – Grupos do Padrão de Descrição de Informação

Grupo	Conteúdo do campo	Atributos do bem patrimonial
G1	Identificação da fazenda	Dados sobre a propriedade, o proprietário e o gestor, endereço e coordenadas geográficas, o tipo de propriedade, a proteção e legislação incidente, imagens e demais informações sobre o contexto histórico-cultural em que se insere a propriedade.
G2	Informações gerais do bem patrimonial	Dados sobre a natureza e tipologia do bem, o registro, o título, o nível de descrição (arquitetônico, arquivístico, bibliográfico, bem móvel integrado, iconográfico e natural), localização física com as devidas coordenadas do bem.
G3	Autoria	Dados relacionados com a variedade de tipos de autoria ou responsabilidades atribuídas à criação do bem descrito.
G4	Cadastro de autoria	Dados complementares ao Grupo 2 como nome, pseudônimo, função ou atividade e período de existência.
G5	Produção	Dados sobre o local, ano, versões, edições e responsabilidades concernentes a produção do bem patrimonial.
G6	Descrição	Dados de conteúdo, estilo, resumo, características físicas, dimensões e volumetria, análise estilística, iconográfica e o contexto e espacial e temporal do bem descrito e meio de acesso.
G7	Audiovisual	Dados e materiais produzidos pela pesquisa realizada durante o inventário.
G8	Diagnóstico e Intervenção	Dados sobre o estado de conservação do bem, as intervenções realizadas com os seus respectivos responsáveis.
G9	Disponibilidade, uso e proteção.	Dados sobre a situação de disponibilidade, condição de acesso, uso, reprodução, aproveitamento e proteção do bem patrimonial descrito.
G10	Histórico da procedência	Dados sobre os tipos de transação, valor venal, data de aquisição do bem patrimonial.
G11	Assunto e descritores	Palavras-chave. Termo livre da linguagem natural e termos controlados, retirados de um vocabulário pré-definido, que traduzem o conteúdo temático do bem patrimonial.
G12	Fonte de informação	Dados sobre as fontes de informação utilizadas na pesquisa histórica do bem patrimonial, independente da sua natureza e tipo de bem patrimonial
G13	Responsável pela pesquisa	Nome do responsável pela pesquisa histórica, data da coleta de dados e anotações complementares feitas pelo pesquisador.

Fonte: Costa; Scarpeline; Nakagawa, 2010, p. 8.

Para a realização do estudo comparativo foi feita coleta de dados no acervo da Fazenda Santa Maria do Monjolinho, localizada no município de São Carlos – SP. Esta fazenda foi adquirida por José Inácio de Camargo no ano de 1850. A propriedade impressiona pela arquitetura de suas construções, refletindo a riqueza sucedida do cultivo do café em seus tempos áureos. No ano de 1904, o casal Candido de Souza Campos e Zuleika Malta adquiriu a propriedade com todos os pertences que estavam em seu interior; atualmente, a quinta geração de seus descendentes é responsável pela guarda do patrimônio. No primeiro piso do grande sobrado existe um museu, com objetos da época de sua construção, como móveis, livros, fotografias, quadros, louças, discos e revistas, dentre outros.

Para realizar a descrição do artefato tridimensional, cuja tipologia foi selecionada devido à grande quantidade existente e sua importância para a memória da fazenda, utilizou-se como referências o PDI e o padrão MARC 21 para dados bibliográficos, fazendo a análise da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

capacidade de descrição do primeiro, com possíveis necessidades de ajustes, apontados a partir da comparação em relação ao segundo.

Os artefatos tridimensionais caracterizam-se como sendo objetos fabricados ou modificados, seja de modo manual ou industrial. Enquadram-se nesta categoria: esculturas, jogos, máquinas, medalhas, móveis, objetos de decoração, dentre outros. Para realizar a descrição dos objetos, o AACR2 traz a seguinte orientação: “prefira a informação encontrada no próprio objeto (incluindo rótulos fixados permanentemente), e não a informação encontrada no material textual adicional ou contêiner” (CÓDIGO..., 2005, cap. 10, p. 3). A seguir, apresenta-se os exemplares de materiais tridimensionais selecionados do acervo da citada fazenda, e na sequência a catalogação realizada utilizando o PDI e opadrão MARC 21 para dados bibliográficos.

Nesta pesquisa, o preenchimento do PDI deu-se a partir do Grupo 2 (Informações Gerais do Bem Patrimonial), pois as informações do Grupo 1 dizem respeito à propriedade rural, não pertinentes ao propósito do estudo, uma vez que as amostras foram retiradas da Fazenda Santa Maria do Monjolinho. Como o vocabulário controlado do projeto não está concluído, utilizou-se a linguagem natural na atribuição de assuntos dos objetos no PDI e o vocabulário controlado Bibliodata nos campos de assuntos (6XX) do padrão MARC 21 para dados bibliográficos. A seguir, são apresentados os exemplares selecionados na pesquisa e sua catalogação segundo o PDI e o padrão MARC 21 para dados bibliográficos.

EXEMPLO 1 - Representação descritiva de artefato tridimensional

FOTOGRAFIA 1 – Busto do Prof. Ernesto de Souza Campos

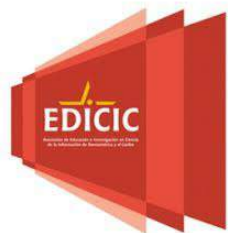


Fonte: Autor.

FOTOGRAFIA 2– Informações sobre o fabricante do busto



Fonte: Autor.



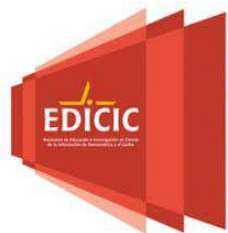
X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe



QUADRO 3 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G2 2.1.2 Natureza do bem material	Artefato tridimensional	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Artístico	Formato	FMT AT
G2 2.3 Número de registro	FSMJ-M-A1	Número de controle	001 MVR 000000169
G2 2.4 Título	Professor Ernesto de Souza Campos	Título principal	245 0 0 \$a Professor Ernesto de Souza Campos \$h [original de arte].
G22.4.1 Tipo do título	Atribuído		
G2 2.6 Localização física específica	Antessala do museu	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$b Antessala do museu
G5 5.0 Local	São Paulo	Imprensa	260 # # \$a São Paulo : \$b Fundação Bronzes Artísticos RebellatoLtda, \$c [19-?].
G5 5.1 Ano	[19-?]		
G5 5.2 Edição e/ou reimpressão	-		
G5 5.3 Outras responsabilidades	Fundação Bronzes Artísticos RebellatoLtda		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	Busto em bronze, medindo 28 x 20 cm.	Descrição física	300 # # \$a 1 busto : \$b bronze ; \$c 28 x 20 cm.
G6 6.3 Conteúdo	Este busto foi criado em homenagem...	Nota de resumo	520 0 # \$a Este busto foi criado em homenagem...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/bustoernesto \$y Busto Prof. Ernesto S. Campos
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G8 8.2 Notas estado de conservação	Páginas amareladas pelo tempo	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Sim	-	-
G9 Disponibilidade	Acervo	-	-
G9 Condições de acesso	Sob consulta	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessário autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
G10 Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
G10 Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
G10 Assunto	Busto.	Assunto tópico	650# 4 \$a Bustos.
G11 Descritores	Utilizar vocabulário controlado	Campos 6XX (assunto) do MARC 21	
G12 Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
G13 Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT \$a MILENE \$c 20130510
G13 Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 Dado gerado automaticamente pelo sistema

EXEMPLO 2- Representação descritiva de artefato tridimensional

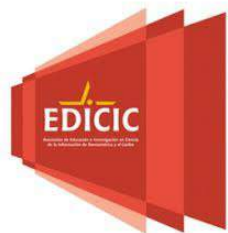
FOTOGRAFIA 3 – Telefone



FOTOGRAFIA 4 – Telefone



Fonte: Autor.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

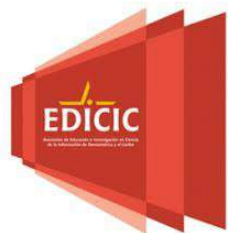
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

QUADRO 4 – Comparação entre os campos do Padrão de Descrição da Informação e MARC 21

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G2 2.0 Disponibilização para acesso externo	Não	-	-
G2 2.1 Natureza do bem patrimonial	Material	-	-
G22.1.2 Natureza do bem material	Artefato tridimensional	-	-
G2 2.2 Tipo do bem patrimonial	Original de	Formato	FMT AT
G22.3 Número de registro	FSMJ-M-L1	Número de controle	001 MVR 000000157
G22.4 Título	Telefone de parede	Título principal	245 0 0 \$a Telefone de parede.
G22.4.1 Tipo do título	Atribuído		
G22.6 Localização física específica	Sala 2, Museu da fazenda	Localização	852 4 1 \$a Fazenda Santa Maria do Monjolinho \$c Sala 2
G5 Local	Chicago	Imprensa	260 # # \$a Chicago : \$b Kellogg Switchboard and Supply Company, \$c 18--.
G5 Ano	18--		
G5 Outras responsabilidades	Kellogg Switchboard and Supply Company		
G6 6.1 Características físicas e técnicas executivas	Telefone de madeira 82 x 21 x 17 cm.	Descrição física	300 # # \$a 1 telefone : \$b madeira; \$c 82 x 21 x 17 cm.
G6 6.3 Conteúdo	Este telefone foi adquirido para...	Nota de resumo	520 0 # \$a Este telefone foi adquirido para...
O grupo 7 (Audiovisual) utiliza imagens do item para ilustrar o registro.		Localização e acesso eletrônico	856 4 0 \$u www.mvr.com.br/telefone1.jpg \$y Telefone de parede
G8 8.1 Estado de conservação e preservação	Bom	-	-
G8 8.2 Notas estado de conservação	Apresenta desgaste natural	-	-
G8 8.3 Intervenção no bem	Sim	-	-
G9 Disponibilidade	Acervo	-	-



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

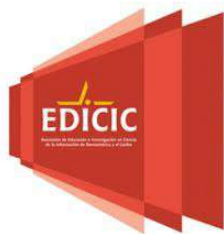
Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

PADRÃO DE DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO		MARC 21	
Grupo/ Item / Nome	Descrição	Campo	Representação
G9 Condições de acesso	Sob consulta	Nota de restrição de acesso	506 # # \$a Acesso restrito; \$c Necessário autorização prévia.
G9 Condições de reprodução	Não	-	-
G10 Tipo de aquisição	Compra	* Ver: Nota da fonte imediata de aquisição	
G10 Valor venal da época da transação	Não consta	Preço	365 # # \$a 01 \$b Valor \$c Código da moeda corrente
G10 Data da aquisição	Não consta	Nota da fonte imediata de aquisição	541 1 # \$c Forma de aquisição (compra, doação, permuta); \$d Data da aquisição.
G11 Assunto	Telefone de parede.	-	-
G11 Descritores	Telefone.	Assunto tópico	650 # 4 \$a Telefone.
G12 Fonte de informação	Próprio item	Fonte da catalogação	040 # # \$a Código da agência catalogadora \$b Idioma da catalogação
G13 Nome	Milene Rosa de Almeida	Catalogador	CAT \$a MILENE \$c 20130510
G13 Data	10/05/2013	Data e hora da última atualização	005 Dado gerado automaticamente pelo sistema

Fonte: Autor.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Analisando os campos do PDI e os comparando com os campos do padrão MARC 21 para dados bibliográficos, notou-se que enquanto este último resume a tipologia do item com o termo formato, o PDI faz a seguinte divisão: 2.1 (Natureza do bem patrimonial, sendo 2.1.1 para Natureza do bem imaterial e 2.1.2 Natureza do bem material) e 2.2 (Tipo do bem patrimonial); tal divisão tem como finalidade auxiliar o usuário do sistema a refinar sua busca, porém sugerimos que o item 2.1.2 (Natureza do Bem Material) tenha a opção artefato tridimensional. Discordamos da forma de preenchimento do item 2.2 (termos livres), e sugerimos que seja apresentada a relação dos tipos de bens existentes, cabendo ao responsável apenas clicar na opção que melhor se enquadra ao bem patrimonial, que neste caso abarca jogos, esculturas, objetos de exposições, máquinas, vestuário, mobiliário, placas condecorativas, medalhas, troféus etc.

Já o campo 2.3 (Número de registro) deve ser preenchido, conforme as orientações constantes no PDI, por uma combinação preestabelecida de letras e números, sendo a primeira codificação a identificação da fazenda, a segunda o tipo de bem que se trata (material ou imaterial) e a terceira onde tal bem se encontra, conforme o exemplo: FP-A-T1 (FAZENDA PINHAL-ARQUITETÔNICO-TULHA 1). Se a função é ter um número único do registro na base, acredita-se que uma simples sequência numérica, pré-programada na base de dados resolve o problema, uma vez que para a identificação da fazenda são preenchidos os campos do grupo 1 e para os dados de localização do item em determinada fazenda há o campo 2.6 (Localização física específica); além disso, tantas abreviações em um só campo poderá acarretar em erros na identificação do item. Com isso, pode ocorrer de livros e periódicos abrigados em salas distintas receberem a mesma numeração, mesmo sendo itens distintos, por exemplo: Livro X pode receber o número de registro FSMJ-M-E1, assim como um periódico que esteja em outra sala, mas também na estante um, pode ficar com o mesmo número de registro (FSMJ-M-E1).

Neste tipo de material, o título na maioria das vezes será atribuído pelo catalogador. Assim, considerou-se que o campo 2.4 (Título) atende esta necessidade; não sendo necessário utilizar um termo a fim de especificar a tipologia do material, tal qual o padrão MARC 21 para dados bibliográficos utiliza no campo 245 (Título), denominado designação geral do material, visto que os campos que o antecedem cumprem essa função.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os grupos 3 (Autoria) e 4 (Cadastro de autoria) não foram utilizados, visto que as obras possuíam apenas o nome do fabricante, informação que deverá constar no campo “Outras responsabilidades” do grupo 5 (Produção), cuja sugestão dada é a substituição deste termo por “Nome do editor, publicador etc.”, porém, caso a obra tenha autoria, esta deverá ser registrada nos grupos 3 e 4.

O grupo 6 (Descrição) deixou dúvidas quanto ao preenchimento dos itens 6.1 (Características físicas e técnicas executivas) e 6.2 (Dimensões e quantificações), onde o primeiro indica que deve ser informada a descrição física mais completa do bem patrimonial, e o segundo serve para indicação das dimensões do bem patrimonial, ou seja, novamente solicita a descrição física; no caso desta análise optou-se por usar o item 6.1. Sugere-se como dados de descrição: extensão do item (1 vaso, 1 estátua etc.), material de que é feito, cor, tamanho.

A análise do grupo 7 (Audiovisual) evidenciou que há a duplicação da informação de título e tipo de bem patrimonial, o que se julgou desnecessário no PDI; quanto à existência do campo de descrição, embora seu preenchimento seja opcional, foi considerado desnecessário, limitando este campo ao fornecimento de materiais visuais decorrentes da realização do inventário.

Os grupos 8 (Diagnóstico e intervenção) e 9 (Condições de disponibilidade, uso e proteção) não apontaram necessidades de modificações, necessidades essas encontradas no grupo 10 (Histórico e procedência), onde o campo “Instrumentos de pesquisa” orienta o catalogador a indicar a forma como se deu a obtenção dos dados do item anterior - histórico - ou do instrumento utilizado para a coleta dos dados históricos, ou então o método de coleta dos dados históricos (entrevista, questionário, pesquisas em fontes primárias, etc), ou então o padrão e normas utilizadas para elaborar o histórico; essas orientações são muito parecidas com as orientações existentes no grupo 12 (Fonte de informação), campo homônimo, que explicita que o campo deve ser utilizado para: Fontes de informação utilizadas na pesquisa do histórico do bem patrimonial, independentemente do tipo de suporte (documentos, inventários, escritos (anotações), depoimentos, fontes impressas, fontes eletrônicas, entre outros). Assim, sugerimos que o item “Instrumentos de pesquisa” seja excluído, e as informações relacionadas às fontes de informação utilizadas na coleta de dados sejam alocadas no item “Fonte de informação”, do grupo 12.



Quanto ao grupo 11 (Assunto e descritores) sugere-se que seja adotado o termo “assunto principal” ao invés de “assunto”, e substituído o termo “descritores” por “termos relacionados”. O grupo 13 (Responsável pela pesquisa) foi considerado satisfatório na identificação do catalogador do bem patrimonial.

4 CONCLUSÕES

A colonização do interior paulista, entre os séculos XVIII e XIX e o consequente enriquecimento da classe social produtora de cana de açúcar e café resultaram no desenvolvimento de uma região que outrora era predominada pelas matas. As fazendas, muito mais que um símbolo de poder de uma época, permitem que as novas gerações conheçam o processo de colonização desta região do País sob diversos aspectos: histórico, artístico, arquitetônico, cultural, dentre outros. Como consequência, cada fazenda traz em si o peso da responsabilidade da preservação, tanto de seus bens móveis como das memórias que dela fazem parte.

O desafio de preservar o patrimônio histórico rural culminou no desenvolvimento de projetos de políticas públicas anteriormente mencionados, envolvendo pesquisadores de diversas áreas, os quais analisaram o ambiente das fazendas históricas sob diferentes aspectos. É importante ressaltar que a documentação existente nessas fazendas desempenha um papel importante nas atividades cotidianas, visto que a conjunção do presente e do passado possibilita a compreensão do processo de formação da atual sociedade.

No presente estudo, o padrão MARC 21 para dados bibliográficos foi utilizado como um instrumento de apoio no aperfeiçoamento do Padrão de Descrição de Informação, pois associado ao código AACR2 permite representar um documento de modo completo e padronizado, visando sua fácil recuperação pelo usuário.

O padrão MARC 21 para dados bibliográficos apresenta inúmeras vantagens, como a possibilidade de repetir boa parte de seus campos e subcampos, detalhando minuciosamente os pormenores existentes no material e a objetividade em seu preenchimento, permitindo identificar e sugerir modificações no Padrão de Descrição de Informação. O PDI foi elaborado com o intuito de permitir que qualquer bem patrimonial, seja ele material ou



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

imaterial, bibliográfico, arquitetônico e outros seja descrito de modo padronizado, assim como o padrão MARC 21 para dados bibliográficos é.

Com base nas análises realizadas, conclui-se que o PDI é capaz de realizar a representação descritiva de materiais tridimensionais satisfatoriamente, necessitando de intervenções consideradas pequenas, dada a abrangência de campos e a variedade de materiais que podem ser descritos utilizando o padrão. Considera-se necessários estudos voltados à normalização da pontuação, abreviações e demais simbologias.

Como este é um dos primeiros estudos sobre as minúcias dos campos abrangidos pelo PDI, novas alterações podem vir a ocorrer, visando tornar o padrão cada vez mais completo, reafirmando o papel dos códigos e padrões de catalogação decumprirem o princípio maior da catalogação, segundo a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA): atender a conveniência dos utilizadores do catálogo, ou seja, os usuários.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. C. V. **Metadados como elementos do processo de catalogação.**

2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BARBOSA, E. M. de S.; EDUVIRGES, J. R. O formato MARC 21: principais vantagens para bibliotecários, bibliotecas e usuários para a recuperação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPb, 2010. Disponível em:

<<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/14/18>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Preparado sob a direção do Joint Steering Committee for revision of AACR. São Paulo: FEBAB/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

COSTA, L. S. F.; SCARPELINE, R.; NAKAGAWA, E. Y. Uma proposta teórico-metodológica de inventário patrimonial no contexto das fazendas históricas paulista. In: SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL: lugares de memória, 2., 2010, São Carlos. **Anais...** São Carlos: USP, 2010.

FERREIRA, M. M. (Trad. e Adap.). **MARC 21:** formato condensado para dados bibliográficos. Marília: EdUNESP, 2002. v. 1.



FUSCO, E. **Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação:** perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa:** um guia prático. Bahia: Via Litterarum, 2010.

MEMÓRIA Virtual de São Carlos. Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação - ICMC/USP, São Carlos, SP. 2004-2008. (Projeto aprovado no programa de políticas públicas da FAPESP e coordenado pelo Prof. Dr. José Carlos Maldonado).

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

NAKAGAWA, E. Y.; COSTA, L. S. F.; SCARPELINE, R. Fazendas históricas paulistas dos séculos XVIII e XIX: premissas teóricas e metodológicas para inventariar bens patrimoniais. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 18, n. 20, p. 37-53, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/305/301>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

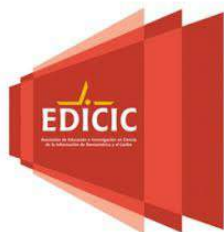
NAKAGAWA, E. Y.; CRISTIANINI, G.M.S.; MORAES, J.S. Democratização de acervos especiais: o Modelo do Projeto “Memória Virtual de São Carlos”. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais...** Porto Alegre: SBC, 2006. p. 1-10.

PINTO MOLINA, M. **Catalogación de documentos:** teoría y práctica. Madrid: Editorial Síntesis, 1994.

RIBEIRO, A. M. C. M. **Catalogação de recursos bibliográficos:** AACR2R em MARC21. Brasília: Edição do autor, 2009.

SANTOS, P. L. V. C.; CORRÊA, R. M. R. **Catalogação:** trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

TAYLOR, A. G. **Introduction to cataloging and classification.** Westport: Libraries Unlimited, 2006.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

FRAGMENTOS DE MEMÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA BAIANA

MEMORY FRAGMENTS OF BAHIAN LIBRARIANSHIP

Jaires Oliveira Santos, UFBA

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, UFBA

Resumo: A Biblioteconomia como profissão é uma conquista do mundo contemporâneo, entretanto, o fazer da atividade de Biblioteconômica remonta a antiguidade como retrata a literatura, ao mencionar as atividades de Calímaco. Nesse percurso, que perpassa da Antiguidade até os dias atuais, a ação desses profissionais garante a organização, tratamento, preservação e disseminação do conhecimento socialmente produzido pelo homem. A competência secular para organizar, tratar e disseminar a informação, evoluiu com a própria história do conhecimento, com a explosão informacional do século XX, e, a democratização do acesso a informação. Vale ressaltar que a demanda informacional fez com que a profissão e o profissional se adequassem a cada inovação surgida no seio da sociedade, sendo o seu perfil constantemente transformado para atender os anseios dos usuários da informação. As atividades inerentes ao profissional bibliotecário obtiveram reconhecimento a partir do século XVII, quando o livro ultrapassou o limite do uso restrito para ganhar uma nova configuração e importância social na formação do conhecimento. Na perspectiva deste estudo, buscou-se compreender o espaço de memória ocupado pelos Bibliotecários formados na Universidade Federal da Bahia entre os anos de 1980 a 2012. Nessa direção, lançou-se um olhar sobre alguns aspectos relacionados à formação e atuação profissional, a fim de compreendê-lo enquanto sujeito da memória individual e coletiva responsável pela mediação do conhecimento humano. Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados fontes primárias que integram a memória institucional, tais como livros de atas de colação de grau, assim como, três livros comemorativos, referentes aos 40, 50 e 60 anos da antiga Escola de Biblioteconomia e acervos fotográficos relativos à trajetória da Instituição. A pesquisa caracteriza-se como exploratório documental, pretendeu percorrer as trilhas da memória institucional, onde transitaram pessoas, anseios, sonhos, crises, e, um desejo comum de adquirir uma formação profissional para exercer uma carreira. Os resultados evidenciaram que a escola de biblioteconomia se constitui um locus de memória significativo para os bibliotecários baianos partícipes dessa investigação.

Palavras-Chave: Biblioteconomia. Bibliotecário. Formação profissional. Memória institucional.

Abstract: Librarianship as a profession is an achievement of the modern world, however, make the library science activity dates back to antiquity as demonstrate the literature, to mention the activities of Callimachus. In this course, which pervades the antiquity to the present day, the action of these professionals ensures the organization, processing, preservation and dissemination of knowledge socially produced by man. The secular competence to organize, process and disseminate information, evolved with the history of knowledge, with the information explosion of the twentieth century, and the democratization of access to information. In this way the informational demand made the profession and the professional to conform every innovation that emerged in society, and its profile



has been constantly transformed to meet the desires of the users of the information. The activities related to librarian obtained recognition from the seventeenth century, when the book exceeded the limit of restricted use to make a new configuration and social importance in the formation of knowledge. From the perspective of this study, we sought to understand the memory space occupied by the Librarians graduates at Federal University of Bahia between the years 1980 to 2012. In this direction, threw a look at some aspects related to training and professional practice in order to understand it as a subject of individual and collective memory responsible for the mediation of human knowledge. It was used as collection instruments data primary sources that are part of the institutional memory, such as books of graduation minutes, and three commemorative books, referring to the 40, 50 and 60 of the old School of Library, as well photographic collections on the trajectory of the institution. The research is characterized as documental exploratory study, intended to go through the trails of institutional memory, which transited people, desires, dreams, crises, and a common desire to acquire vocational training to pursue a career. The results showed that the library school constitutes a significant memory locus for librarians Bahia partaker of this investigation.

keywords: Librarianship . Librarian. Professional qualification. Institutional memory .

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia enquanto profissão é uma conquista do mundo contemporâneo, entretanto, o fazer da atividade de Biblioteconomia como retrata a literatura, menciona as atividades de Calímaco, na antiguidade, reconhecido como primeiro bibliotecário da história. Nessa trajetória, que vai da Biblioteca de Alexandria, passando pelas bibliotecas das ordens religiosas da Idade Média, até os dias atuais, a ação desses profissionais garante a organização, tratamento, preservação e disseminação do conhecimento socialmente produzido pelo homem.

A competência secular para organizar, tratar e disseminar a informação, evoluiu com a própria história do conhecimento, com a explosão informacional do século XX, e, a democratização do acesso a informação. Vale ressaltar que a demanda informacional fez com que a profissão e o profissional se adequassem a cada inovação surgida no seio da sociedade, sendo o seu perfil constantemente transformado para atender os anseios dos usuários da informação. As atividades inerentes ao profissional bibliotecário ganharam reconhecimento a partir do século XVII, quando o livro ultrapassou o limite do uso restrito para ganhar uma nova configuração e importância social na formação do conhecimento.

Na perspectiva de compreender o espaço de memória ocupado pela biblioteconomia, a pesquisa buscou identificar e analisar o percurso formativo do bibliotecário graduado na



Escola de Biblioteconomia e Documentação, atual Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA) ao longo dos seus 70 anos de história. Em razão da exigüidade de tempo, realizou-se um recorte temporal, a fim de possibilitar a execução do estudo. Desse modo, o período escolhido se estendeu entre os anos de 1980 a 2012, pautado no conjunto das informações oriundas de documentos existentes no ICI, bem como aquelas prestadas pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB 5).

A investigação revisitou a própria identidade profissional baiana, tanto individual como institucional. Para tanto, buscou-se na literatura, subsídios que tratam do processo de formação do profissional bibliotecário bem como aqueles que tangenciam a memória individual e coletiva, atreladas à memória institucional. Utilizou-se como ferramental de trabalho, os recursos informacionais de fontes primárias que integram a memória institucional, tais como livros de atas de colação de grau, onde estão registrados os nomes de todos os formandos no período investigado.

Tal pesquisa, com base em um estudo exploratório documental não pretendeu ser definitiva, mas sim sugerir a relevância prática de percorrer as trilhas da memória institucional, onde transitaram pessoas, anseios, sonhos, crises, e, um desejo comum de adquirir uma formação profissional para exercer uma carreira.

De todo o mosaico de elementos integrantes da memória institucional no contexto analisado (documentos, imagens, livros comemorativos, e eventos), o profissional bibliotecário é o ator social – um agente da memória - responsável pela organização, tratamento e disseminação da informação e as bibliotecas espaços privilegiado de memória social.

2 A PROFISSÃO DE BIBLIOTECONOMIA: CONTEXTO HISTÓRICO

A biblioteconomia, segundo Tozzi e Burgo (2012) tem sua origem nos primórdios da humanidade, onde há relatos que as bibliotecas reuniam, inicialmente, milhares de tábuas de Argila, mais tarde aparecem as coleções de papiros e pergaminhos que registram do saber humano à época. Esses espaços de guarda da memória social seguem os passos da evolução da escrita e as diversas formas de registros do conhecimento humano.

A Biblioteca de Alexandria, no Egito, a mais famosa da antiguidade, criada no século III a.C. se constituiu no grande marco da história das bibliotecas da Antiguidade, chegando a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

reunir cerca de 700 mil volumes de manuscritos. Ela compreendia dez grandes salas e ambientes separados para os consulentes. Nesse espaço de memória, coube ao bibliotecário Calímaco, de Cirene, a tarefa organizar o conhecimento ali disposto, por meio de técnicas biblioteconômicas (ordenação por assunto e por ordem alfabética), para de torná-lo acessível e de fácil manuseio.

Na Idade Média, a evolução social ampliou e diversificou esses espaços de guarda de conhecimento, surgindo bibliotecas dos mosteiros e de ordens religiosas diversas, as bibliotecas das universidades e as bibliotecas particulares, quase sempre pertencentes aos reis, nobres ou grandes senhores (MARTINS, 2002, p. 82). Estas últimas constituem a origem das bibliotecas nacionais e representavam símbolos de poder e acúmulo de conhecimento para os poucos que tinham o privilégio de acessá-las e consultar seus acervos.

Desde o surgimento das bibliotecas até o período da Renascença, os guardiões da memória eram sacerdotes ou figuras das classes dominantes. Não gozavam de um *status* social como bibliotecários, tal como hoje configurado. Eles viviam confinados em mosteiros e trabalhavam em suas bibliotecas, preocupados em salvaguardar o acervo e realizar a reprodução – cópia - das obras. Neste período, era denominado “copista” por reproduzir as obras, dando origem ao termo cópia, hoje amplamente usado. Martins (2002, p. 235) ao contextualizar a profissão do bibliotecário, apresenta duas fases distintas: uma que vai “[...] da Renascença até meados do século XIX” período em que “o bibliotecário é um profissional contratado por instituições particulares, sem formação especializada, quase sempre um erudito ou um escritor a quem se oferecia oportunidade de realizar em paz a sua obra, livre de preocupações materiais”, e outra que se inicia na segunda metade do século XIX, que segundo Martins (2002, p. 235),

[...] o estado reconhece o bibliotecário como representante de uma profissão socialmente indispensável. nesta segunda fase, o sistema de confiar as grandes bibliotecas a escritores e eruditos, sem formação técnica ainda continua por algum tempo, logo aparecerá, por força da própria especialização, a necessidade de fazer do bibliotecário um funcionário especificamente treinado para as suas funções.

A evolução tecnológica propiciado pelo avanço científico e tecnológico do século XX possibilita a diversificação dos suportes informacionais e com isso a ampliação dos acervos que agora conta com multimeios, filmes, CDs, DVDs, fotografias, além dos tradicionais periódicos, revistas, jornais e os livros.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A explosão informacional promovida pelas tecnologias de comunicação e informação fez com que surgisse a ciência da informação, área que tem como matriz a biblioteconomia e cuja preocupação reside no tratamento das questões relacionadas a informação e suas peculiaridades. Nesse contexto de múltiplas possibilidades, as instituições responsáveis pela formação do bibliotecário vai paulatinamente ampliando suas competências para adequar-se a essas mudanças e melhor qualificar o profissional para atender as demandas advindas do mercado de trabalho.

2.1 A PROFISSÃO NO BRASIL

A institucionalização da biblioteconomia no Brasil remonta a vinda da família real portuguesa em 1808, trazendo, entre outras coisas, o acervo original pertencente à Biblioteca da Corte Portuguesa, os quais posteriormente integram-se a Biblioteca Nacional. A biblioteca da Corte era constituída pela Livraria Real (biblioteca privativa dos monarcas) e a do Infantado (biblioteca destinada os infantes, filhos dos soberanos portugueses). Vê-se, portanto, que no primeiro momento a coleção era restrita aos membros da corte portuguesa, para em seguida ser aberta ao público em 1814.

A instalação de biblioteca no Brasil demandou a necessidade de criação de um curso para capacitar os profissionais que ali iriam atuar. Assim, com um lapso temporal de mais de 100 anos desde a chegada da Família Real, nascia o primeiro curso para formação do profissional bibliotecário no País. Este foi concebido em 1911, mas só teve início efetivamente em 1915, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, funcionando até 1923 e objetivava formar profissionais com perfil de cultura geral - que contemplasse as diversas áreas do conhecimento, evidenciando a influência, da cultura erudita Européia.

O crescimento da Biblioteconomia ocorreu de forma gradativa e relacionado com o contexto educacional do país. Em 1936, surge o primeiro curso de Biblioteconomia de São Paulo. Em 1940, houve a expansão do ensino, e, as oportunidades de ingressar na carreira ampliou - se para outros estados, como a Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Campinas - SP, dentre outros. Sobre esse processo evolutivo no Brasil, Job e Oliveira, apud Castro (2006) dizem que: “De 1911 até os anos 40 foram criados quarenta e dois cursos, dos quais alguns desapareceram, outros surgiram nos anosposteriores, abrangendo 20 Estados e o Distrito Federal.”



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Esse cenário cria condições para que a classe una forças e propicie o surgimento de instituições voltadas a defesa dos profissionais bibliotecários, a exemplo da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) em 1959. (FEBAB, 2012)

Em seguida, uma conquista importante que vai definitivamente sedimentar a profissão no Brasil foi o reconhecimento legal em 30 de junho 1962, com a promulgação da Lei 4 098, complementada pela Lei 9 674, de 25 de junho de 1998, que regulamenta o exercício da profissão. Dentre outras exigências está a do registro profissional no Conselho Regional de Biblioteconomia.

2.2 A PROFISSÃO NA BAHIA

Um curso de extensão em Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, foi o que impulsionou a Engenheira Bernadete Sinay Neves, a responsável pela Biblioteca da Escola Politécnica da Bahia, a criar o curso de Biblioteconomia. Bernadete tinha uma enorme disposição no sentido de difundir novas maneiras de cuidar dos livros.

Em 1942, Bernadete ministrou o primeiro curso na área da Biblioteconomia, na Escola da Politécnica, onde trabalhava. Em seguida, foi à São Paulo fazer um curso de Especialização. Ao retornar, em 1944, ofereceu o segundo curso de Biblioteconomia, no Instituto Geográfico e Histórico. Na sequência, foi estudar nos Estados Unidos, para aprimorar seus conhecimentos na área. De volta a Salvador, em 1946, Sinay ministrou o terceiro curso de Biblioteconomia. Ao retornar ao seu estado de origem, Bernadette funda a Escola de Biblioteconomia, que posteriormente foi integrada à Universidade da Bahia (CASTRO, 2000).

Em 1947, a Escola de Biblioteconomia da Bahia começou a funcionar nas dependências da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, posteriormente, foi alocada nas dependências da Faculdade de Filosofia, Escola de Belas Artes, Escola de Ciências Econômicas, subsolo da Reitoria, na rua Araújo Pinho. Atualmente, o curso superior de biblioteconomia é sediado no Instituto da Ciência da Informação (ICI), no bairro Canela, antigo prédio da casa da Espanha. Barreto e Barreira (2009, p. 51) asseveram com propriedade o impacto social que teve a inserção do curso de Biblioteconomia na Bahia na universidade, o que agregou visibilidade e novas perspectivas profissionais para a área:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A inserção da Escola de Biblioteconomia da Bahia na universidade por força de um convênio, em 1954, trouxe novas perspectivas para a área e seus profissionais, dando-lhes maior visibilidade na sociedade baiana. A escola passou a denominar-se Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia.

A visibilidade da biblioteconomia na sociedade baiana, hoje está muito atrelada não só ao curso superior, mas também aqueles que o representam como atores sociais, que fazem do curso a realidade do seu cotidiano sendo verdadeiros mediadores entre os acervos e o público usuário. Pode-se afirmar que o processo de destacar a biblioteconomia baiana, é do tipo colaborativo e coletivo, na medida em que cada bibliotecário desempenha o seu papel como um ator social mediador do conhecimento, da informação e da cultura. É nessa perspectiva que a Escola de Biblioteconomia da Bahia constitui-se como um lócus de memória individual e coletiva de uma profissão, onde sujeitos sociais foram educados para desempenhar uma profissão.

3 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Etimologicamente, a palavra memória vem do latim *minor* e *oris* que significa “o que lembra”. No âmbito individual a memória tem sido considerada como uma capacidade não só de reter informações atuais, como de armazenar e conservar certas informações ao longo do tempo. Le Goff (1996, p. 423), ao abordar a memória individual, ressalta que é através dela que “o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Schacter (1999) define a memória como “um telescópio apontado ao tempo”. Inserida neste contexto, está o conceito de memória individual que entrelaça-se com o conceito de memória coletiva, conforme (HALBWACHS, 2006, p. 69) afirma:

[...] diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.

Para Peter Burke (2000), a memória tem uma função de fonte histórica, onde o historiador analisa a confiabilidade do que é lembrado -via cruzamento com outras fontes e da fluência da história oral. Então surge o fenômeno histórico, ou seja, uma “história social do lembrar.” Burke (2000) extrapola o conceito de memória oral e particular e menciona as



funções de uma memória social. Burke (2000) faz correlações interessantes como a contraposição entre memória social e amnésia estrutural (onde o esquecimento tem a finalidade de imposição, interesses políticos e anti-democráticos), ele também apresenta a relação entre lugar e memória (no âmbito da construção da identidade nacional), ou, o que ele define como “comunidades de memória.”

Finalmente, Burke (2000, p. 84) alerta contra a falta de preservação adequada o que leva a destruição de documentos, da memória e, por consequência do conhecimento histórico. A memória social e coletiva pode ser definida no entrelaçar das memórias individuais, com outros indivíduos, com lugares, com oportunidades, no tempo e no espaço. Nesse contexto, surge a necessidade de o bibliotecário ter uma noção dessa acepção dupla da memória social – a memória individual e a memória coletiva – além de desenvolver uma boa cultura geral, noções de história notadamente do país e região onde atua.

No âmbito da memória social onde a universidade está inserida, emerge ainda o conceito de memória institucional que cabe ser explorada aqui. A memória institucional foi definida por Costa (1997, p. 153) como

[...] um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. [...] um processo seletivo que se desenvolve segundo regras instituídas e que variam de instituição para instituição. E as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais. A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo.

É nesse contexto que esse estudo centra seu foco para compreender o bibliotecário enquanto sujeito de memória, participe de um processo de formação profissional. Nos seus estudos, Costa (1997) afirma que são os próprios indivíduos os agentes e ativos construtores que fazem a memória da instituição, no espaço e no tempo presente. Essa construção memorial é espelhada nos registros dessa trajetória social e história, nos registros e lembranças que se tem no presente de eventos, dos acertos e desacertos, das diferentes ideologias, das crises, conflitos que são lembrados pela memória individual e coletiva, em construção no tempo presente, como corroborado nesta frase da pesquisadora: “[...]”



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

precisamos construir uma memória institucional no tempo presente, o único de que dispomos, já que o passado já passou, e o futuro está em nossas mãos.” (COSTA, 1997, p.155)

O conceito de memória institucional, apresentado por Costa (1997), relaciona-se com a proposta do presente estudo, no escolher como fontes primárias de pesquisa, os dados pessoais de bibliotecários graduados que estão listados nos livros e atas pertencentes à Escola de Biblioteconomia, atual ICI/UFBA, ao logo dos 70 anos de fundação da instituição, com um recorte temporal no período de 1980 a 2012.

No processo de construção da memória institucional pode impactar a peculiaridade individual do ato de lembrar, no tempo e no espaço, bem como o conceito individual de memória, o modo como cada pessoa valoriza suas memórias correlacionando-as com o resgate de sua identidade, enquanto ser humano que busca sua formação acadêmica na área de biblioteconomia. Ao revisitar o conceito de memória e o resgate das memórias pessoais e coletivas é corroborado por Fentress e Wickham (1992), em seus estudos das lembranças memoriais –a qual inclui a maneira como somos –configurando assim nossa identidade. Sendo assim, então um estudo da maneira como nos lembramos –a maneira como nos apresentamos nas nossas memórias, a maneira como definimos as nossas identidades pessoais e coletivas através das nossas memórias, a maneira como ordenamos e estruturamos as nossas ideias nas nossas memórias e a maneira como transmitimos essas memórias a outros–é o estudo da maneira como somos. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 20)

Estudos sobre memória, como a do neurocientista Damásio (2010) aponta que a memória esta relacionada com a emoção. Segundo o autor sem emoção não se consolida o processo de memória. Nesse sentido, é possível compreender que na constituição de memória institucional, relembrar as datas comemorativas de cunho institucional, é um modo prático que impacta na memória coletiva. Aqui podemos citar a celebrações anuais em relação ao ano de fundação das bibliotecas, bem como a data de fundação do curso de biblioteconomia, como eventos oportunos para experienciar o conceito emergente de memória institucional.

Infere-se, que celebrar as datas comemorativas institucionais, também no ciberespaço, é importante tanto para a instituição como para o bibliotecário, pois estará tocando no lado emocional, tanto do público usuário – memória coletiva -como na memória individual de alunos e professores. Revisitar as datas comemorativas institucionais tenderá a resultar num



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

fenômeno memorial, não só em relação à data e acontecimento rememorado, mas também servindo como subsídios para outras pesquisas.

Não é objetivo desse estudo esgotar a temática da memória institucional, mas mencioná-la como relevante e fundamental no processo tanto informacional como educacional dos profissionais. Tal cenário é explicitado por (1996, p.71):

A memória institucional parece invadir as fronteiras do quadro temporal, para suscitar questões do vivido. O que ontem era ocultado, silenciado, segregado, pode hoje apresentar-se como realidade a ser (re)vista no campo institucional. (COSTA, 1996, p 71).

No campo institucional, é premente que discussões acerca dos conceitos sobre a memória institucional sejam implementados nos cursos de biblioteconomia e arquivologia pois possibilitará o desenvolvimento da consciência do ator social, na medida em que os profissionais tenham a consciência de que são os representantes da instituição frente à sociedade. Essa representatividade dá-se pela via de um trabalho ético e exemplar, e, colabora para difusão e construção da memória institucional para além das fronteiras dos prédios da Universidade, configurando-se em um bem intelectual, cultural e profissional, intangível, compartilhado com a sociedade.

No processo de construção da memória, individual e coletiva, bem como do processo de construção da memória institucional, impactam tanto a emoção, como o modo como as ideias, lembranças são estruturadas e processadas nessa construção, que é um ato contínuo, no tempo e no espaço, inserido no contexto institucional.

4 METODOLOGIA

Nessa seção, aborda-se a metodologia aplicada na investigação, incluindo esclarecimento sobre o tipo de estudo utilizado, o universo amostral, bem como os instrumentos e análise dos dados.

Para alcançar a pretensão do estudo, delineou-se como metodologia um estudo exploratório e descritivo Hymann (1967) menciona o caráter descritivo da pesquisa, a qual descreve um fenômeno e registra a maneira que ocorre. Foi realizado um estudo minucioso nas Atas de formatura da Escola de Biblioteconomia e Documentação, atual ICI/UFBA onde



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

constam à listagem dos formandos no Curso, e, nos livros comemorativos da instituição, no período compreendido entre os anos de 1940, 1950 e 1960.

De posse dos nomes dos bibliotecários graduados, foi feito um contato com o Conselho Regional de Biblioteconomia, CRB 5 (Bahia e Sergipe), objetivando adquirir dados pessoais dos profissionais, momento em que foi explicitado o motivo da solicitação dos dados (*e-mail* e telefone) para a fins da pesquisa, tomando as precauções necessárias quanto ao sigilo ético de tais dados. Após o recebimento dos dados do CRB 5, foi realizado contatos telefônicos, pessoais e por email com os bibliotecários, esclarecendo a motivação e os objetivos da pesquisa.

Diante da impossibilidade de investigar a totalidade da população (1912 egressos do curso do Curso de Biblioteconomia, entre 1942 e 2012) foi realizado um recorte temporal no período de 1980 a 2012, tendo em vista que os dados obtidos até o momento da pesquisa abrangia apenas esse período. Desse modo, a amostra composta por 30 profissionais foi definida pelo critério da acessibilidade dos sujeitos.

Para obtenção dos dados foi elaborado um questionário semi-estruturado , que após a aquiescência dos participantes foi encaminhado por e-mail 120 questionários, durante os meses de junho e julho do corrente ano. Vale ressaltar que alguns participantes responderam previamente, por telefone, em razão da indisponibilidade para fazê-lo em outro momento. Para proteger a identidade dos participantes adotou-se uma codificação alfa numérica de B1 a B30.

Em razão da natureza dos dados adotou-se a abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que de acordo com Goode e Ratt (1968) apud Oliveira (1997, p. 116), “[...] o que é medido continua a ser uma qualidade”, o que significa dizer que embora existisse a tendência de mensuração dos dados, não se exclui a possibilidade de tratá-los qualitativamente.

De posse das informações advindas dos questionários, iniciou-se uma leitura criteriosa numa tentativa de organizá-las sistematicamente, objetivando facilitar o tratamento e análise posterior. Assim foram elaboradas categorias temáticas de acordo com as orientações de Bardim (2009, p.121) para agrupar informações que apresentam similaridades. Quanto a análise de conteúdo, considerou-se a sequencia proposta nos três âmbitos, “1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.” (BARDIM 2009, p.121).



Desse modo foram criadas cinco as categorias para delinear os sujeitos sociais responsáveis pela organização e preservação da memória social: Perfil profissional, Atuação profissional, Ascensão social e Processo de formação.

Ressalta-se que nesse processo estão presentes no momento vivido por cada participantes no longo da trajetória toda uma carga emocional que consolida a memória individual.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Finalizada as etapas inerentes a coleta dos dados, iniciou-se o tratamento a partir das categorias anteriormente descritas.

As informações foram *a priori*, tabuladas, tratadas estatisticamente e a partir daí chegou-se a um mapeamento do perfil do profissional egresso no curso de Biblioteconomia UFBA.

A categoria **perfil profissional** abarca as questões relacionadas ao gênero, ano de conclusão do curso, tempo de atuação na área e a motivação que o levou a cursar Biblioteconomia, buscando compreender a correlação que se estabelece na formação da identidade-memória de cada profissional egresso no período estudado. A análise dos dados evidencia que o gênero predominante continua sendo feminino, com 80%, conforme aponta estudos de Martucci (1996), ainda que se observe a crescente inserção de homens neste mercado de trabalho.

Para situar o sujeito no espaço institucional de formação profissional, se buscou identificar o período de conclusão do curso de graduação. Os dados evidenciaram que 43% dos egressos finalizaram sua formação acadêmica após os anos 2000. Os demais em anos que antecederam essa data. Os dados revelaram que 60% da amostra atua na área há mais de 11 anos, o que demonstra uma experiência considerável no exercício profissional no mercado de trabalho.

As escolhas profissionais são decisões que provoca indecisões e por vezes são influenciadas por sujeitos sociais que fazem parte do contexto vivenciado. Desse modo, a motivação para a escolha do curso de biblioteconomia foi uma curiosidade levantada no estudo como parte para delinear o perfil dos profissionais investigados. Relembrar as circunstâncias que determinaram a escola profissional é por certo, um modo de estabelecer relações entre si e outros indivíduos para construção da memória individual e coletiva. A



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pesquisa evidenciou que a maioria dos egressos (17) escolheu a profissão por determinação própria. Curiosamente a influência do professor não foi considerada pelos participantes, o que leva a crer que os professores do ensino médio desconheçam esse profissional e, portanto não influencia nem incentiva os alunos a cursarem o referido curso. Nesse sentido, talvez seja necessário ações mais contundentes por parte do curso de Biblioteconomia nas escolas, a fim de tornar esta uma profissão conhecida no âmbito da instituição educacional. Destaca-se nessa trajetória, de acordo com os dados que a influência de amigos foi relevante, denotando que a memória individual é influenciada pelas intrerrelações estabelecidas com outros sujeitos sociais.

A categoria **atuação profissional** buscou identificar o espaço laboral e o exercício prazeroso das atividades inerentes a esse ambiente as atividades que exerceu com maior satisfação. Quanto ao espaço de atuação do profissional, os dados demonstraram que a maioria dos participantes exercem ou exerceram suas atividades em Biblioteca Universitária (63%), seguido da Biblioteca Especializada (27%), o que explica o mercado promissor de ambas. Para além desses, espaços como a biblioteca escolar, centros de documentação, arquivos etc foram também mencionados, demonstrando a versatilidade do perfil profissional dos mesmos. Valentim (2000, p. 22) acrescenta que os profissionais “deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centro de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, centros culturais [...]”. Cunha e Crivellari (2004) apontam para espaços pouco tradicionais de atuação (cinematecas, filmotecas, videotecas, livrarias e o próprio espaço da internet) que se constituem nichos do mercado, sendo o último cada vez mais promissor para os profissionais da informação.

No exercício profissional, os bibliotecários apontaram as atividades realizadas que propiciam maior satisfação é aquela inerente à pesquisa (25%) seguida daquelas relacionadas à parte administrativa (22%)

Para compreender a percepção dos bibliotecários acerca da escolha profissional, investigou-se as frustrações e realizações no âmbito do exercício de sua profissão. Foi constatado que 70% dos profissionais se diz realizado profissionalmente. Esse percentual denota que a Biblioteconomia ainda é uma profissão que proporciona boas possibilidades profissionais. Cunha (2003) ressalta que o surgimento de novos papéis, as novas necessidades



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informacionais e as novas formas de responder a estas necessidades criam novos métodos e formas de trabalho, ampliando com isso as oportunidades de emprego para esses profissionais. Nesse contexto, há aqueles que demonstram frustrações (30%) com a profissão, apontando motivos como não realização integral de anseios, desvalorização profissional e pouca integração entre os pares.

Observou-se que no campo das conquistas intelectuais há predominância da educação continuada, conforme relata os participantes (14B, 21B, 27B, 28B). Por outro lado, há aqueles que evidenciam as conquistas financeiras, tais como a aquisição de imóveis e automóveis (21B, 27B, 28B) e salários razoáveis(28B).

A categoria que versa sobre a **Ascensão social** buscou-se conhecer a classe social de procedência dos participantes antes de ingressar na profissão e após tornar-se profissional Bibliotecário. Os dados revelaram que 34% dos participantes da pesquisa permaneceram na classe B, no entanto há um percentual significativo de 24% ascendeu da classe C para B, o mesmo ocorrendo com aqueles cuja procedência foi a Classe D para classe C (17%), denotando a incidência de elevação social advindas das conquistas profissionais. No computo geral, é possível inferir que esta é uma profissão que possibilita aos sujeitos sociais advindos de uma classe de menor prestígio social conquistas intelectuais e materiais.

Na categoria **formação do profissional**, averiguou-se aquisição de competências essenciais para atuar na profissão. Desse modo inquiriu-se aos participantes sobre as competências adequadas adquiridas na graduação para exercer a profissão durante o processo de formação acadêmica, considerando que Valentim (2002, p. 130) ressalta que é papel da escola “fornecer competências e habilidades profissionais durante a formação profissional, por meio de conteúdos formadores.” Desse modo, quando 63% de bibliotecários afirmam ter adquirido competências para atuar profissionalmente se reportam a uma instância de memória que guarda toda uma construção saberes coletivos, essenciais no processo de formação profissional.

Os bibliotecários que acenam negativamente para essa questão, apontam lacunas resultantes da carência de conteúdos de algumas disciplinas (Planejamento, administração de Bibliotecas, TI e classificação). É possível observar que essas ausências podem interferir diretamente no exercício da profissão, se se considerar que o mercado de trabalho necessita de profissionais bem qualificados.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Por fim, a pesquisa buscou identificar no quesito **educação continuada** (Especialização, Mestrado, Doutorado, e outra Graduação) a realidade dos participantes desta pesquisa. Os dados demonstraram que os profissionais investigados preocupam-se com a capacitação profissional, uma vez que 71% cursaram Especialização, buscando aprimorar seus conhecimentos. Nesse sentido, Prosdócimo e Ohira (2000) ressaltam que “a Educação continuada prepara o indivíduo para executar melhor aquilo que já realiza, focalizar o como fazer, capacitando-o para atuar na realidade atual como também, para o futuro.” Por outro lado Valentim (2002) enfatiza que a responsabilidade de capacitar após sua saída da escola, é papel do próprio profissional. Há de se ressaltar, que desse total existe ainda aqueles que cursaram mestrado e doutorado (16%, 3%) respectivamente, o que reforça a crença de que os egressos do curso de Biblioteconomia no período analisado procuram efetivamente qualificar-se para atender as exigências do mercado de trabalho.

Cabe salientar que neste processo é relevante que os cursos de Biblioteconomia ofereçam cursos de extensão e especialização, além de cursos de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado e doutorado, regularmente a fim de oportunizar os egressos participação na Educação continuada. (CUNHA, 1984).

6 CONSIDERAÇÕES

A memória institucional, muito além de um mero conceito emergente correlacionado à memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006), é um processo de construção, individual e coletivo, além de colaborativo que rompe os limites dos muros de uma instituição do porte da UFBA tocando a opinião pública da sociedade. Esse dinamismo inerente à memória institucional correlacionou-se diretamente com a temática da presente investigação ajudando a compor um panorama, em constante evolução, da biblioteconomia baiana e um perfil de seus atores sociais, os profissionais bibliotecários.

A correlação identidade -memória pode ser vislumbrada na trajetória individual da formação de cada profissional que passou pela instituição. O modo como as ideias são estruturadas na memória individual e o modo como ela é transmitida aos outros, impacta no processo de construção da memória institucional, que é um ato contínuo. Pelo estudo realizado, infere-se que tal correlação identidade-memória ocupa um tempo e um espaço,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

inclui a própria instituição educacional, seu corpo docente e discente, os funcionários e colaboradores.

Vale mencionar a perenidade institucional, na qual as pessoas vão e vem, chegam a desaparecer da instituição, mostrando o seu lado transitório; entretanto, a instituição se eterniza na proporção da continuidade dos serviços relevantes de ensino superior que ela presta à comunidade. Ressalta-se que os bibliotecários investigados ao retratarem os aspectos abordados no estudo trazem reflexões acerca do tempo passado, vivido na instituição responsável por sua formação acadêmica profissional.

Numa perspectiva geral o trabalho, pretende-se ampliar a reflexão sobre o perfil do profissional formado pela Escola de Biblioteconomia e Documentação (ICI) da UFBA no sentido de incentivar a elaboração de novas pesquisas sobre a temática ora investigada.

REFERÊNCIAS

A BIBLIOTECONOMIA na bahia: 40 anos de atividade. Salvador: [S.n], 1982.

ARAGÃO, Esmeralda Maria de; QUARESMA, Dinorá Luna de Assis (Org.). **Cinqüentenário da escola de biblioteconomia e documentação**. Salvador: Gráfica Universitária, 1992.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARRETO, Angela Maria; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. **Fragmentos de uma preciosa memória: Esmeralda Aragão e a biblioteconomia na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2006.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional : a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.

CUNHA, M. V.; CRIVELLARI, H. M. T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CUNHA, M. V. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 15, 1º sem. 2003. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/>>. Acesso em: 20 maio 2005.

DAMÁSIO, António e outros. Especial: A Conquista da Memória. **Revista Veja**, Edição 2147. São Paulo, Jan. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/130110/conquista-memoria-p-078.shtml>> Acesso: 28 jul. 2013.

FEBAB. **Missão e histórico**. Disponível em: <http://febab.org.br/?page_id=39>. Acesso em: 28 jul. 2013.

FENTRESS, John; WICKHAM, Connor. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HYMANN, Hebert. **Planejamento e análise da pesquisa: princípios, casos e processos**. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.

JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de bibliotecário no Brasil. **Revista ACB, Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.11, n. 2, p. 259-272, ago./dez, 2006. Disponível em: <<http://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/449/565>> . Acesso: 28 jul. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

MATOS, Carmélia R. de (Org.). **Último decênio da escola de biblioteconomia e documentação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

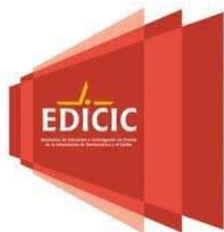
MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita**. São Paulo: Ática, 2002.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminilização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.225-244, jul./dez. 1996.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica : projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

TOZZI, F. C.; BURGO, P. C. F. **biblioteca, conhecimento e cultura condicionantes de projeto no centro cultural de palmital**, 2012. Disponível em: http://fio.edu.br/cic/anais/2012_xi_cic/PDF/Arq/11.pdf . Acesso em: 28 jul.2013.

VALENTIM, M. L. P (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis 2000.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

GESTÃO DE INSTITUIÇÃO CULTURAL DEDICADA À MEMÓRIA DA FARMÁCIA: DESAFIOS DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

MANAGEMENT OF A CULTURAL INSTITUTION DEDICATED TO THE MEMORY OF PHARMACY: CHALLENGES OF INTERDISCIPLINARY WORK

**Lucinéia Maria Bicalho, UFMG
Gerson Antonio Pianetti, UFMG**

Resumo: Apresenta resultados de projeto de pesquisa em nível de pós-doutorado envolvendo gestão de uma instituição cultural dedicada à memória da área da Farmácia. O projeto utiliza a abordagem interdisciplinar como metodologia, que é também tema recorrente em discussões sobre o estatuto da Ciência da Informação e da Museologia, disciplinas que formam a base da gestão da referida instituição. Aborda-se, também breve histórico da área de Farmácia e da instituição que abriga o Centro, razões de sua existência. Conclui-se que, tendo em vista condições de funcionamento, as práticas de gestão realizadas nos últimos três anos obtiveram resultados além das expectativas, e que estes somente são possíveis quando há investimento na prática interdisciplinar para solução de problemas, observando-se as possibilidades oferecidas pelas teorias desenvolvidas, bem como o potencial oferecido pela equipe. Trata-se, portanto, de um trabalho contínuo, persistente e em equipe, que, ao final, pode também contribuir para alimentar reflexões teóricas no âmbito das disciplinas envolvidas.

Palavras-chaves: Centro de Memória; Interdisciplinaridade; Gestão; Ciência da Informação; Museologia

Abstract:

It presents results of a research project on post-doctoral level involving management of a cultural institution dedicated to the memory of Pharmacy area. The project uses an interdisciplinary approach as methodology of research, which is also a recurring theme in discussions on the status of Information Science and Museology, disciplines that form the basis of the said institution management. Presents also a brief history of the pharmacy area and the institution that houses the Center, reasons for its existence. It is concluded that, in view of operating conditions, management practices carried out in the last three years achieved results beyond expectations, and that these are only possible when there is investment in interdisciplinary practice for troubleshooting, observing the possibilities offered by developed theories as well as the potential offered by the staff. It is therefore a continuous, persistent work and developed in group, which in the end may also contribute to food theoretical reflections within the disciplines involved

Key-words: History Museum; Interdisciplinarity; Management; Information Science; Museology.



1 Introdução

O projeto de pesquisa, em nível de pós-doutorado, do qual originou a presente investigação teve início com a intenção de recuperar a trajetória acadêmico-científica e institucional de uma Faculdade da área da Farmácia, por meio do estudo, análise e divulgação de sua história e de recuperação de sua memória institucional que já ultrapassa cem anos de existência. Tais propósitos têm sido desenvolvidos em ambiente especialmente criado para tal, sob a denominação de “centro de memória”, onde existem três tipos de acervos: museológico, bibliográfico e arquivístico. Esses acervos documentam, principalmente, a participação da Faculdade na formação da Universidade e da sociedade a que pertence, sua contribuição para o desenvolvimento da área e para a formação de profissionais..

O Centro de Memória da Farmácia atua principalmente na divulgação científica, tendo como perspectiva a memória e a história da área e da instituição, e, para alcançar seus objetivos, realiza uma gestão interdisciplinar que tem garantido sua manutenção e gerado reconhecimento pela comunidade do seu papel de salvaguardar e prestar informações, por meio dos documentos que estuda e expõe. Assim, também presta um serviço à sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos.

O presente trabalho relata, pois, um duplo desafio envolvendo o desenvolvimento de pesquisa e a aplicação de teorias na prática de uma gestão interdisciplinar de um espaço de memória, com características predominantemente museológicas.

2 Múltiplos espaços de memória

Não é propósito aprofundar, aqui, as muitas e variadas formas de abordagem da memória, tema que tem merecido, cada vez mais, a atenção de estudiosos e leigos, seja na área da saúde, das ciências humanas e sociais, na biologia ou da computação, entre outras. Entretanto, é necessário situar alguns aspectos deste tema para contextualizar instituições diversas que se dedicam à memória, nas humanidades e nas ciências sociais.

As reflexões sobre a memória tiveram início de forma sistematizada, segundo Nora (1993), no fim do século XIX, a partir dos estudos do filósofo Henri-Louis Bergson, das investigações psíquicas de Sigmund Freud e da literatura de Marcel Proust. Vários e múltiplos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

fatores relacionados a mudanças de hábitos da sociedade contemporânea em relação à acumulação de registros de memória, que já não existiriam mais em sua forma espontânea, exigem cuidados especiais para tratar o tema. Daí o interesse pelo que ele chama de “lugares de memória”, ou seja, onde esta se cristaliza, que se deve, sobretudo, à articulação da consciência da ruptura com o passado, que se confunde com o sentimento de esfacelamento da memória, que, apesar disso, ainda é capaz de suscitar o problema. Nos “lugares de memória” ocorre uma associação em nível do material (por seu conteúdo), do simbólico (por caracterizar por um acontecimento ou experiência vividos) e do funcional (por garantir a lembrança e sua transmissão), simultaneamente e em diferentes graus (NORA, 1993). Afinal, estaríamos vivendo um paradoxo, nas palavras de Meneses (2007, p. 56), uma vez que com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, teríamos, hoje, um “homem desmemoriado, mas detentor de uma extraordinária memória extracorpórea”.

A memória coletiva, neste contexto, seria o resultado de um processo de autoreconhecimento de grupos específicos, que gera o que Le Goff (1992) chama de identidade coletiva. Ela representa forte instrumento e objeto de poder, fazendo parte das grandes questões sociais da atualidade, com grande importância em qualquer tipo de sociedade ou classe. A manipulação de símbolos de cultura é um dos instrumentos com forte influência sobre a identidade e o pertencimento de determinados grupos sociais (HALL, 2005).

Assim, a preocupação em recuperar, organizar, preservar e disseminar o patrimônio documental, a memória oral, imagens, artefatos e formas de registrar a história e a memória ganham cada vez mais importância, inclusive nas universidades, lugar de produção de conhecimento por excelência e de organização de grupos sociais específicos em função da sistematização dessa produção, que ocorre de maneiras similares e diferenciadas, ao mesmo tempo, em torno de disciplinas.

Esses “espaços de memória”, físicos e virtuais, retratam a diversidade dos olhares, a partir de pontos de vista particulares com os quais cada área de conhecimento construiu sua cultura. A memória é ali tratada como uma forma de fortalecer a identidade cultural de grupos que se reconhecem em determinados fazeres ou acontecimentos que fizeram parte de sua história. São procedimentos e usos comuns de determinados instrumentos, utensílios, práticas, metodologias e teorias que, conjuntamente, formam classes de pesquisadores e profissionais



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

capacitados para determinadas funções na sociedade. Fazem parte desse contexto, também, as formas de convivência social desenvolvidas pelo grupo, que, de alguma forma, interferem na formação profissional e pessoal de todos os envolvidos, ocupando, portanto, memórias comuns que fazem parte da formação de determinadas comunidades acadêmico-científicas.

Muitas vezes, esses espaços constituem importantes locais de salvaguarda de material arquivístico, bibliográfico e museológico que é disponibilizado para fruição e para realização de consultas ou pesquisas acadêmico-científicas. Outra importante função destes espaços é a de divulgar a ciência produzida naquele ambiente, tornando-se espaços de produção de história das ciências. Investidos desta função, eles vão além do objetivo de salvaguardar e dar visibilidade a objetos ou documentos utilizados no ensino, na produção científica ou na relação da área com a sociedade. A visibilidade conferida a esse tipo de acervo museológico permite que estes sejam mediadores entre o mundo visível e o invisível, de acordo com Pomian (1994). O invisível pode estar em outro tempo, outro espaço ou no significado atribuído a determinado objeto pelo visitante. De forma complementar, Meneses (2005, p.19) afirma que objetos que fizeram parte do cotidiano das pessoas ou de outrem, quando expostos em museus, tornam-se capazes de atrair a atenção e de assumirem valores “cognitivos, estéticos, afetivos, sígnicos”.

No Brasil e em todo o mundo, vê-se que a memória é pauta de reivindicações, principalmente em função de eventos que marcaram negativamente a história da humanidade no Século XX, como bem lembram Camargo e Goulart (2015). Percebe-se, entretanto, pela literatura sobre o tema, que no Brasil os chamados centros de memória (e documentação, às vezes) são, na maioria das vezes, constituídos por acervos de documentos produzidos por organizações públicas, privadas ou do terceiro setor. Movimentos no sentido de preservar informações e aspectos culturais ameaçados tiveram início nos anos de 1960, no país, envolvendo instituições públicas e privadas, segundo Fontanelli (2005). No final da década seguinte, começaram a se proliferar instituições que, entre outros objetivos, pretendiam preservar passados específicos, utilizando a memória como um dos elementos de reforço de identidades (LIMA, 2009). Na década de 1980, vivíamos um cenário de redemocratização e de privatização de setores da área pública, incluindo energia, telecomunicações e mineração, considerados estratégicos, que passavam às mãos de grandes empresas multinacionais, promovendo grande reestruturação das empresas nacionais. Tais condições podem ser



apontadas, segundo Camargo e Goulart (2015), como responsáveis pelo surgimento da necessidade de preservação da cultura e da identidade das organizações, e, conseqüentemente, pelo crescimento significativo do número de centros de memória a elas dedicados.

As instituições são reconhecidas por termos pelos quais são denominadas, com algumas variações culturais. De forma simplificada, pode-se dizer que as instituições denominadas *museus* são fortemente relacionadas à cultura, em sentido amplo ou restrito. Tratam aspectos históricos, artísticos, científicos ou culturais, de acordo com os objetivos para os quais são criados e mantidos. O museu tem, segundo Meneses (2007), a função de representar, por excelência; ou seja, possui a “capacidade de estar presente em lugar de alguém ou algo”. Considerado um dos principais objetos de estudo da Museologia, os museus por meio de seus processos de musealização de objetos e artefatos buscam passar informação à comunidade, na forma de conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, ideia) e memória (sistematização de ideias e imagens e estabelecimento de ligações) (GUARNIERI, 2010a, p.205). Para obter êxito nesses processos, a Museologia elabora novos discursos expositivos e estratégias pedagógicas, o que gera, ao final, a criação de valores e significados, o que evidencia, segundo Bruno (1996) sua identidade como disciplina aplicada, dependente da experimentação prática. Os museus, desta forma, cumprem sua quarta dimensão – a dimensão social -, que ao lado do objeto, tempo e espaço compõem os princípios básicos que regem a museologia, segundo Varine (1996), para quem “a justificativa para a existência do museu é o serviço que ele presta à sociedade” (VARINE, 1996, apud LOUREIRO, 2009).

Os *arquivos* “constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada” (JARDIM, 1995, apud Robert, 1990, p.137). Os arquivos podem ser fundamentais para a preservação da memória como suportes de informação para reconstituição da história de instituições, eventos ou indivíduos.

As *bibliotecas*, assim como os arquivos, têm origem em núcleos informacionais constituídos de lugares para guardar registros de informação. No sentido tradicional, uma biblioteca é um local onde se reúnem fisicamente documentos, majoritariamente livros e publicações periódicas (RIBEIRO, 2005). A função da biblioteca é congrega documentos originados das atividades culturais e da pesquisa científica, reunidos artificialmente em torno



de seu conteúdo, sob a forma de coleções, segundo Tessitore (2003).

Os denominados *Centros de Documentação* são similares aos Centros de Memória, sendo, muitas vezes, a estes associados sob a denominação única de “centros de documentação e memória”. Eles seriam, em sua base, “um tipo específico de unidade institucional, voltada para a geração de informações e para a organização de fontes para a pesquisa” (CAMARGO, 1999, p. 49). Inicialmente surgiram com a função de dar apoio às pesquisas através da organização de bibliografia e outros materiais de referência, tendo, posteriormente, passado a fazer análise de conteúdo de documentos, chegando a acumular as funções de guarda de documentos arquivísticos, bibliográficos e até museológicos, principalmente em universidades e instituições para-acadêmicas, segundo Lima (2009).

As funções desempenhadas pelos Centros de Memória os tornam semelhantes aos centros de documentação, que, segundo Tessitore (2003), são apresentados como uma entidade híbrida que mescla biblioteca, arquivo e museu sem se identificar com um destes, especificamente. Ambas acumulam documentos em diferentes suportes e se preocupam com a organização das informações para geração de novos conhecimentos e preservação da memória (FONTANELLI, 2005). O trabalho com a memória, neste caso, pretende propiciar um novo olhar, internamente, sobre a trajetória da instituição e sobre sua relação com o entorno, com o bairro, com a cidade; e, a partir desse novo olhar, sensibilizar sua comunidade interna e mostrar que ela também é responsável pela instituição, e não apenas personagem coadjuvante de alguns capítulos de sua história (FONTANELLI, 2005, p. 85).

Os argumentos apresentados para justificar a importância da criação e manutenção de Centros de Memória são inúmeros, segundo Camargo e Goulart (2015). Entre eles, o *fortalecimento da identidade*, que seria obtido ao recuperar e trazer ao conhecimento de todos as escolhas feitas e os caminhos percorridos pela instituição. Esta seria uma forma de consolidar os valores da instituição e fixar os elementos que a tornam distinta das demais. Com isso, seriam fortalecidos os laços de pertencimento e a coesão de grupos em torno de um passado comum, ajudando a criar e a legitimar uma cultura organizacional. Outro argumento é a chamada *responsabilidade histórica*, ou seja, mostrar uma legitimação de significados socioculturais produzidos pela instituição, além dos bens e serviços que produzem, com o apoio da comunidade..

Um Centro de Memória, especialmente aquele ligado a uma área específica do



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conhecimento científico, como ocorre no âmbito de universidades, abriga e disponibiliza publicamente “acervos institucionais e pessoais que representam experiências vividas por uma organização ou grupo específico, com os objetivos de preservar a memória, garantir sua transmissão e organizar fontes para o surgimento de novos conhecimentos” (BICALHO, 2011a, p. 18). O valor de seu acervo, compostos geralmente por itens de caráter arquivístico, bibliográfico e museológico, de valor histórico, cultural ou artístico, está no reconhecimento dos membros daquela comunidade, área ou atividade profissional, como representativa de sua história ou cultura, segundo a mesma pesquisa. Ainda em relação ao ambiente acadêmico, Julião (2015) relata que a importância da preservação de acervos universitários tem sido cada vez mais reconhecida, sendo reconhecido patrimônio mundial, conforme resolução do Comitê para os Museus e Coleções Universitárias (Umac), ligado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), datada de 2013. De acordo com a autora, está ocorrendo uma tomada de consciência da importância de se defender coleções e museus universitários, cabendo à universidade a responsabilidade de assegurar a proteção de suas coleções para usufruto no presente e no futuro, tanto da comunidade interna como do grande público.

Estes Centros também podem ser observados como organizações em torno das quais pessoas se reúnem para atingir um objetivo. A palavra “centro” sugere, ainda, uma “unidade de controle” das operações de “fixar, reconhecer ou evocar experiências passadas” que se realizam pela memória, ou pode remeter “ao dispositivo (emprestado da informática) que permite receber, reter e restituir dados”; “aponta também para a necessidade e evitar a dispersão e a fragmentação de algo que, na verdade, está em toda parte” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 91). O citado estudo de Camargo e Goulart coloca algumas questões para reflexão, entre elas: como tornar os centros de memória representativos e eficientes. De certa forma a pergunta coincide com outra, levantada por Julião (2015) em relação ao ambiente universitário: como conferir visibilidade e pluralizar as conexões disciplinares e sociais de coleções universitárias e manter seu potencial científico e intelectual. As respostas dadas são complementares, ou seja, é necessário manter sempre o esforço para fazer convergir ensino, pesquisa e extensão (tríade da universidade) às funções específicas dos museus e da museologia: salvaguarda e comunicação, de acordo com Julião (2015), sob um sempre inacabado trabalho e treinamento de pessoal que seja capaz de “mobilizar todos os setores da organização e de dominar sua linguagem [o que] requer profissionais qualificados que



acompanhem de perto rotinas, procedimentos e sistemas de comunicação [...] que dê ao acervo condições de representar a dinâmica institucional no espaço e no tempo, em suas relações internas e externas” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 104).

Esse tipo de questionamento (e de respostas) pode surgir dia a dia da gestão de um pequeno Centro de Memória, que poderia ser classificado como um museu de ciência, como é o caso aqui apresentado. Para que este Centro responda positivamente às questões, é necessário se questionar, também, como fazer tudo isso sendo uma instituição muito pequena (em espaço físico e infraestrutura), sem recursos próprios, sem equipe com qualificação concluída formalmente e com baixíssimo orçamento. É o que se pretende responder a seguir

Antes, porém, uma passagem rápida sobre dois conceitos importantes para a compreensão de parte da teoria envolvida no seu desenvolvimento: interdisciplinaridade e gestão de museus, na perspectiva da Ciência da Informação.

3 Ciência da Informação e Museologia: interdisciplinaridade em ação

Os estudos sobre o tema da interdisciplinaridade ganharam força no âmbito das ciências, na segunda metade do século XX. As consequências têm sido muito positivas, resultando no surgimento de novas formas de abordar questões importantes que exigem o emprego de mais de uma perspectiva de análise ou de solução de problemas. Estudos sobre a abordagem entre disciplinas no âmbito das ciências podem ser abundantemente encontrados na literatura. Em sua maioria, os pesquisadores, oriundos de diversas áreas, consideram e propõem classificações a partir das variações básicas das abordagens normalmente denominadas multi-, inter e transdisciplinar, que apontam, nesta sequência, para um uma espécie de “*continuum*” que vai se desenvolvendo em relações cada vez mais profundas, conforme diz Pombo (2004).

Na área da Ciência da Informação (CI), a interdisciplinaridade tem sido também tema constante de muitos estudos, principalmente pelo fato de a CI ser considerada por muitos uma ciência interdisciplinar. Embora não seja consensual no campo, a área reconhece as três adjetivações – multi-, inter- e transdisciplinar -, fato que pode estar relacionado à forma como os três conceitos são compreendidos dentro da área, com tendência à citação da interdisciplinaridade de forma mais frequente, segundo Santos e Valentim (2015). Pesquisa de



Bicalho e Oliveira (2011), em que são discutidos limites terminológicos entre os três níveis de interação e a prática de pesquisa da CI conclui que esta se realiza, predominantemente, ao nível da multidisciplinaridade, embora existam outros argumentos que possam indicar a área como interdisciplinar.

Por outro lado, é amplamente reconhecido por todo o corpo de pesquisadores da Ciência da Informação que ela dialoga com outros campos como a sociologia, a filosofia, a psicologia e a informática, entre muitos outros. Há uma corrente na área que afirma ser as Ciências da Informação, no plural, um campo interdisciplinar em que se relacionam a arquivística, a biblioteconomia, a documentação e a Ciência da Informação, no singular (SANTOS; VALENTIM, 2015). Ressalta-se, de acordo com as autoras, “que são duas maneiras de pensar distintas que merecem ser discutidas, pois no primeiro caso não se sabe até que ponto existe a interdisciplinaridade”, ao contrário considera-se que há “um diálogo interdisciplinar em uma só direção”, embora se reconheça a existência de construções teóricas da Ciência da Informação a outros campos, mas isso não está ou está pouco evidenciado. “No segundo caso, nas Ciências da Informação, a relação de contribuição mútua entre as disciplinas é mais evidenciada” (p. 5). É certo que o desenvolvimento de novas teorias e o surgimento de novas tecnologias e metodologias também contribuem para alterar a forma como as disciplinas interagem entre si, propiciando o surgimento de novas teorias e práticas que alimentam mutuamente as áreas em interação.

Os primeiros estudos visando à teorização na área da Museologia tiveram início com as reflexões sobre coleções, no campo dos museus (em sentido amplo), no século XVI. Entretanto, como uma área de conhecimento, a história da Museologia é bem recente, com as primeiras teorias surgindo na década de 1960, alcançando organização em nível internacional, na década seguinte, e alcançando grande desenvolvimento a partir da década de 1980, devido a intenso trabalho de pesquisadores que se dedicaram a delinear as fronteiras da Museologia, identificando seu objeto de estudo e uma teoria (CERÁVOLO, 2004).

Com o advento da Nova Museologia, a partir da década de 1980, ocorreu mudança significativa no papel dos museus que foram inseridos no movimento pela democratização da cultura, a partir do que houve grandes alterações e suas atividades transformadas em objeto de reflexão teórica e política. Tais mudanças transformaram o museu em um instrumento de aprendizagem e animação sociocultural permanente, articulado com as histórias das pessoas,



para além de suas coleções (DUARTE, 2003). Os museus são uma das principais instituições de guarda da dimensão cultural das sociedades e a Museologia preocupa-se, segundo Bruno (1996) com o comportamento do homem frente ao seu patrimônio, buscando desenvolver processos técnicos e científicos que possibilitem a constituição de heranças e construção de identidades a partir desta relação, utilizando-se de sua capacidade particular de viabilizar a comunicação, em larga escala, entre os indicadores de memória e a sociedade presente.

A Museologia, de forma muito similar ao que é dito sobre a Ciência da Informação, é considerada uma ciência em formação que busca sua estruturação teórico-metodológica e objeto de estudo muito diversificado (BRUNO, 1996). Após grandes avanços teóricos e epistemológicos na Museologia, ainda não há consenso sobre sua condição científica, notadamente em função da ausência de teoria e metodologia própria bem como as questões relacionadas ao trabalho em museu como profissão. Há ainda problemas terminológicos que dificultam o desenvolvimento de pesquisas na área (VAN MENSCH, 2000, apud CERÁVOLO, 2004).

Com relação à característica interdisciplinar que envolve a Museologia, Tomislav Sola (1989, p. 74) afirma: “A museologia obviamente tem que ser interdisciplinar”. Segundo Waldisa Guarnieri (2010, p. 133), a interdisciplinaridade é o método da Museologia, que “lhe permite a articulação lógica, sistemática de conhecimentos universais e necessários sem os quais ela não seria, em si, uma ciência”, cujo exercício ocorre no museu. Mais adiante, no mesmo trabalho a autora reconhece “um só método relativo à Museologia enquanto ciência, ensino e profissão: a interdisciplinaridade” (GUARNIERI, 2010b, p. 134). Para Maroevic (1998), “a interdisciplinaridade é uma exigência da prática museológica, [uma] decorrência da interação entre disciplinas envolvidas em uma tarefa [que] deve considerar e satisfazer as limitações e imposições de cada disciplina” (MARAOEVIC, 1998, apud LOUREIRO, 2009).

Relativamente aos níveis de interação já mencionados, para os propósitos deste trabalho, atem-se às noções sugeridas pelos três nomes das abordagens multi-, inter- e transdisciplinar. Sem a preocupação, portanto, de estabelecer limites claros entre elas, limita-se a afirmar que elas partem de uma coordenação paralela de pontos de vista, alcançando um estado máximo de unificação ou fusão dos saberes, conforme descrito por Pombo (2004). Registra-se que não importam os termos ou classificações para compreender o que seja interdisciplinaridade, porque, ainda citando Olga Pombo, ela existe, sobretudo, como



prática. O mais importante é, pois, que não se perca no horizonte das relações “inter” disciplinares, a certeza de que para que elas se efetivem, é necessário existir, antes, disciplinas particularmente independentes.

Uma das quatro orientações da ciência Museologia apontadas por Van Mensch (1994, p.3) é “o estudo da finalidade e organização de museus”¹, vertente na qual pretende-se explorar, neste trabalho, a questão da gestão de instituição vinculada à memória e ao patrimônio, segundo visão de profissional da informação. Como movimento entre teoria e prática em mente, buscou-se desenvolver ações de organização do Centro de Memória da Farmácia da UFMG, cuja metodologia e resultados são relatados a seguir.

4 Gestão de coleções universitárias: o caso do CEMEFAR/UFMG

Os estudos da Cultura Material, dentro das Ciências Humanas, focalizam os fenômenos ligados a sociedades do presente e a outras já extintas. Alguns estudos partem de objetos já reunidos em instituições, como nos museus, importantes por guardarem informações que ajudam a compreender a cultura de determinados grupos sociais a partir dessas evidências materiais (BRUNO, 1996). A Museologia, segundo essa autora, é a área que viabiliza a comunicação dos indicadores de memória com a sociedade presente, em larga escala. Neste sentido, os objetos ganham importância para sociedades humanas que escolhem o que querem guardar, desde a pré-história, chegando ao século XXI com os mesmos hábitos, ou seja: eger, selecionar, reunir e guardar objetos (POMIAN, 1984).

Os museus universitários (ou espaços de memória sob outras denominações) se propõem a divulgar informações científicas, o que lhe confere um caráter social, no âmbito da ciência, justificado pelo fato de que a ciência e a tecnologia afetam o cotidiano das pessoas e, segundo Loureiro (2009), as coleções de museus podem colaborar para a percepção deste impacto, facilitando a compreensão da ciência como processo e da prática científica como trabalho.

A coleção do Centro de Memória da Farmácia, cuja gestão é tema deste trabalho é composta, basicamente por equipamentos, instrumentos e artefatos utilizados na formação de

¹ As demais analisam a Museologia como: 2) estudos visando à preservação e uso da herança cultural e natural; 3) estudo dos objetos de museu e de sua musealidade; 4) estudo da relação específica do homem com a realidade (VAN MENSCH, 1994, p. 3)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

profissionais e pesquisadores ao longo dos cem anos de existência da Faculdade de Farmácia da UFMG. A história da farmácia no Brasil remonta ao período colonial e contou com grande contribuição do conhecimento dos índios brasileiros e dos europeus. Segundo Edler (1996, p. 18), “se os “bárbaros” se renderam a muitas técnicas e medicamentos trazidos da Europa, também os “cientistas” se surpreenderam com a potencialidade medicinal da flora brasileira, bem como com a maneira perspicaz e eficaz com que pajés e/ou curandeiros a manipulavam”.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, impulsionou a criação dos primeiros centros de estudos científicos, tendo sido criada, neste mesmo ano, a *Escola de Medicina da Bahia* e a *Escola de Medicina, Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro* (EDLER, 2006). A Farmácia seria reconhecida como ciência, no Brasil, em 1832, quando foram instituídos cursos junto às Faculdades de Medicina já existentes, com duração de três anos. Em Minas Gerais, alguns anos mais tarde, em 1839, foi criada pela Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais a primeira Faculdade de Farmácia, em Ouro Preto.

Os estabelecimentos farmacêuticos ou as antigas boticas tinham como responsáveis a figura de uma pessoa que salva vidas e mitiga as dores. A partir do início do século XIX, a produção industrial de medicamentos em maior escala pelos laboratórios farmacêuticos acabou por transformar, cada vez mais, os estabelecimentos em espaços de mero comércio varejista, afastando as possibilidades de agregação social existentes (EDLER, 2006). Nesse contexto, o saber farmacêutico também precisou se adequar e as universidades passaram, cada vez mais, a serem responsáveis pela formação técnica do profissional de farmácia. Observa-se, historicamente, um processo de transformação do ofício dos antigos boticários em farmacêuticos modernos no Brasil, transformando a farmácia em um campo de conhecimento científico (PROJETO, 2011). No campo da formação profissional, da pesquisa científica e das atividades de extensão com a comunidade, a Faculdade de Farmácia da UFMG se destaca, ao longo de sua história de mais de 100 anos.

Em 2004, fatores envolvendo a mudança da sede da Faculdade e a inevitável necessidade de selecionar o que levar para a nova sede e o que descartar, tiveram como resultado a ideia de se criar um local de salvaguarda de objetos utilizados na formação dos alunos e no desenvolvimento de pesquisas, que iriam para a reciclagem. Esta iniciativa partiu de um grupo pequeno de pessoas daquela comunidade, e resultou na inauguração do Centro de Memória da Farmácia-CEMEFAR/UFMG, por ocasião das comemorações do centenário



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

da criação do Curso de Farmácia, em 2011.

As atividades do Cemefar tiveram início, concomitantemente, a um projeto de pesquisa, proposto em nível de pós-doutorado à CAPES/PNPD, intitulado *Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais: 100 anos de uma história em Movimento*, cujo desenvolvimento está a ele associado. O projeto conta com a participação de pesquisadores da área da História e da Farmácia como supervisores e tem como objetivo principal “analisar a trajetória institucional dessa Faculdade [de Farmácia da UFMG] sob um prisma histórico-social, isto é, valorizando sua contribuição acadêmica no contexto social em que está inserida”. Como consequência, espera-se, também, instigar uma reflexão da instituição sobre seu devir, sua memória, ou, em uma palavra, sua própria historicidade, envolvendo elementos sociais, políticos e científicos próprios das pesquisas da história das ciências (PROJETO, 2011). Partindo desta perspectiva o projeto se especifica, com a preocupação de recuperar, organizar, preservar e disseminar o patrimônio documental, a memória oral, imagens, artefatos e instrumentos que registram a história e a memória do Curso de Farmácia.

Dessa forma, as atividades do Cemefar se iniciam, em 2011, com a montagem de sua exposição permanente, parcialmente aberta a visitação pública, a formação de reserva técnica e a possibilidade de exploração de rico acervo arquivístico, já organizado, anteriormente. A inspiração para a pesquisa se concretizou no primeiro ano do projeto, mostrando a vocação interdisciplinar do Cemefar, cujos resultados foram publicados sob o título “Literatura, História e Farmácia: um diálogo possível”, em periódico da área de Farmácia, em 2015, tendo como autora a pesquisadora de pós-doutorado (REZENDE, 2015).

No início de 2013, nova proposta de gestão do espaço foi elaborada e aceita pelo coordenador, com a finalidade de adaptar o projeto de pesquisa à uma revitalização do Centro, cuja manutenção percebeu-se ser essencial para a própria sobrevivência do projeto de pesquisa.

A nova proposta teve como condições de início uma equipe composta de um bolsista de extensão do Curso de História que não havia sido envolvido nas atividades do Centro e, por isso, não demonstrava desejo em desenvolver quaisquer atividades, além do coordenador do Centro e da pesquisadora bolsista de pós-doutorado, da área de Ciência da Informação (especialista em gestão de patrimônio histórico e cultural), cujas ideias nortearam as



atividades, a partir daquele momento.

O projeto apresentado pela pesquisadora tomava a gestão do museu como uma maneira de dar credibilidade à instituição junto ao seu público interno. Era “uma maneira de afirmar que a gestão envolve muitos conhecimentos e procedimentos museológicos, que garantam o bom desenvolvimento da missão do museu, e não apenas gestão financeira e de pessoal” (CÂNDIDO, 2009). O projeto visava, afinal, dar condições de sobrevivência e sustentação ao espaço de memória, indispensáveis ao desenvolvimento de quaisquer atividades de pesquisa, de extensão, ou mesmo de ensino, que envolvesse a instituição.

Confirmando o que Cândido (2013, p. 67) diz ser realidade dos museus brasileiros, o Cemefar “não tem orçamento próprio, mantido pelo governo no que tange as despesas, mas sem investimentos para projetos, novas exposições, entre outros”. A impossibilidade de contratação de pessoal dedicado era fato, bem como a realidade dos poucos recursos recebidos pela instituição para sua manutenção, com orçamento em torno de R\$8.000,00/ano (oito mil reais por ano). A maneira de enfrentar o problema foi a criação de subprojetos que contemplariam, minimamente, a organização de três áreas de ação: gestão, comunicação e documentação.

Outra realidade comum a instituições museológicas é que, junto ao propósito de preservar a memória, há a “falta de maiores discussões sobre sua missão, planejamento, sustentabilidade em longo prazo, entre outros fatores” (CÂNDIDO, 2013, p. 69). Assim sendo, pensou-se em elaborar um “plano para desenvolvimento de ações”, cuja metodologia é descrito a seguir.

O objetivo geral a ser alcançado com o projeto de pesquisa iniciado em 2012, em nível de pós-doutorado - “resgatar, preservar e difundir aspectos históricos da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais”- foi mantido, tanto quanto a maioria dos objetivos específicos previstos. Dessa forma, tendo a missão do museu como mote principal, passou-se às ações voltadas para a sua manutenção e para o reconhecimento de seu papel como instituição representativa da história e da memória da Faculdade junto a sua comunidade interna, bem como para a divulgação dessa história e memória para o público interno e também externo.

Inicialmente, foi realizado o indispensável estudo da literatura sobre a história da área da farmácia e da própria Faculdade, bem como estudos nas áreas da Ciência da Informação e



da Museologia que tratam sobre gestão de unidades de informação e de memória. Ao final, havia um ponto de partida, pois, como esclarece Chauy (2001, apud VEIGA, 2013, p. 39): “quem olha, não olha somente para algum lugar, mas como também de algum lugar”. O lugar de quem olhava, neste contexto, era o olhar interdisciplinar, abordagem cada vez mais utilizada na Museologia, segundo Declaração de Quebec, de 1984. Buscou-se, ainda, capacitação em questões pertinentes ao Cemefar por meio da participação em eventos e visitas a outras instituições similares, dentro e fora da Universidade², para, além de aprimorar conhecimentos, aprender com a realidade e a história de espaços com mais tempo e experiência dedicados à preservação, principalmente na área da Farmácia.

Os estudos empreendidos confirmaram a necessidade a elaboração de um planejamento geral, um plano diretor ou um plano museológico, conforme exigência do IBRAM, para tomada de consciência de instrumentos e métodos de gestão disponíveis. Contudo, em função das condições existentes, o planejamento constituiu-se na forma de um diagnóstico, possível naquele momento, prática que, muitas vezes torna-se o próprio “instrumento norteador de processos de revitalização ou reestruturação institucional”, conforme afirma Cândido (2009, p. 166).

1ª. Fase – (Re)Estruturação do Cemefar : gestão de pessoas e comunicação

Passou-se, então, conforme resultado do diagnóstico, à elaboração imediata de projetos de pesquisa e de extensão, que foram submetidos a agências financiadoras e a instituições colaboradoras da área da farmácia, possibilitando o início do trabalho de (re)composição da equipe. Ao longo dos dois anos seguintes, a equipe foi composta com a manutenção do estagiário da área de História, além de outros dois das áreas de Farmácia, um da área de Museologia, um da área de Biblioteconomia, bolsistas de Iniciação Científica da área de Letras e da Farmácia, além de contribuições esporádicas resultantes de estágios ou atividades acadêmicas ali realizadas, cujas bolsas foram resultado de negociações e projetos elaborados e apresentados a órgãos da Universidade e a outros como associações de classe. Importantíssimo registrar as dificuldades provenientes da alta rotatividade dos bolsistas de graduação, o que leva à necessidade de constante treinamento e ajustes nas atribuições de

² Foram realizadas visitas técnicas, com importantes parcerias estabelecidas, às seguintes instituições: Farmácia Buenos Aires e Museu da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Museu Farmacêutico Moura, em Pelotas/SC; Museu da Farmácia de Ouro Preto/MG.



modo geral. Com esta equipe, o peso da simples manutenção do espaço aberto à visitação diária foi diminuído, e começou a dar visibilidade ao Centro de Memória, uma vez que pela sua porta passa grande parte do público interno, além de público externo e visitantes da Faculdade. Novas frentes de ação tornaram-se possíveis, aproveitando-se as competências da formação acadêmica e de habilidades de cada um dos estagiários.

O diagnóstico envolveu avaliação das condições físicas e de documentação dos objetos do acervo museológico, das condições de armazenamento, volume e diversidade do acervo arquivístico e levantamento do acervo bibliográfico, ainda totalmente desconhecido, e de infraestrutura do local. O local não possui nenhum esquema de segurança próprio, mas conta com sistema de vigilância pessoal e câmeras de vídeo, 24 horas por dia, o que julgou-se suficiente. Tem acessibilidade garantida a deficientes e conta com infraestrutura para receber visitantes em pequenos grupos.

Confirmou-se inventário quase completo feito anteriormente, mostrando que o acervo museológico é composto basicamente por instrumentos utilizados pelos farmacêuticos em pesquisa, ensino, produção de medicamentos e realização de exames físicos e laboratoriais. O tratamento seguinte dado a este acervo, compreendeu a revisão de toda a documentação do material em exposição (museológico), reorganização da exposição com inclusão de novas aquisições importantes (como medicamentos, por exemplo), e revisão e adequação das fichas de inventário de todos os objetos, com ênfase especial à complementação de descrição histórica e funcional dos objetos, o que exigiu a realização de pesquisas por parte da equipe, em várias fontes.

Também procedeu-se à reorganização dos documentos primários do acervo arquivístico da Faculdade de Farmácia, que havia sido totalmente alterada devido a mudança do local de sua guarda, sem o devido acompanhamento. Para tanto, foi feito contato com a pessoa que participou do projeto arquivístico realizado há cerca de 10 anos, que orientou e disponibilizou documentos que orientaram o trabalho. Foi possível, então, conhecer o potencial de pesquisa oferecido pelo conjunto do patrimônio documental da instituição, que encerra grande volume e oferece grande variedade de informações relacionadas à gestão da instituição, seus alunos e corpo docente e administrativo.

O pequeno, mas significativo acervo bibliográfico histórico, parte do acervo do Cemefar, foi arrolado e parte dele catalogado e colocado à disposição para consulta em espaço



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

gentilmente cedido pela Biblioteca da Faculdade, possibilitando a instalação do ambiente, integrado à Biblioteca, da “Biblioteca da Memória”, ainda em fase de tratamento do acervo. Esta etapa foi possível graças a negociações de bolsa de graduação da área de Museologia feitas com a Fundação Mendes Pimentel, que apoiou a iniciativa concedendo uma bolsa de estágio.

2ª. Fase: ações educativas, divulgação e pesquisa.

O segundo momento tem na área Comunicação sua parte mais significativa e ilustra de forma mais evidente o resultado da abordagem interdisciplinar para solução de problemas. As condições muito pouco favoráveis a novos empreendimentos, foram enfrentadas pela colaboração e determinação da equipe de tornar o Centro conhecido e reconhecido interna e externamente. Para que o Centro fosse reconhecido pela comunidade a qual pertence e na qual deseja despertar o sentimento de pertencimento, era necessário comunicar suas atividades, primeiramente, a este público interno, convidando-o a participar de suas atividades. Discussões em torno das possibilidades levou à decisão de promover a extroversão do acervo fotográfico histórico, como forma de dialogar com essa comunidade. Foi então promovida, em resposta a convite para participar da Semana Nacional de Museus, a primeira exposição temporária cujo foco temático se verificava em seu título “A essência da história da Faculdade de Farmácia”, que buscou resgatar memórias por meio de fotografias que mostravam a história das pessoas, dos prédios, dos eventos e de objetos representativos daquela história. Foram analisadas mais de 3.000 fotografias de maneira a revelar grande parte de sua história por meio delas. Os principais resultados foram obtidos pela efetivação de laços com a comunidade interna e com antigos alunos que se tornaram parceiros do Centro de Memória. A comunidade se via, literalmente, representada nos painéis da exposição, o que fez emergir memórias individuais e coletivas muito interessantes. Outro resultado importante foi o aumento significativo do número de visitantes, durante a exposição, e depois de encerrada.

A vontade de expandir as fronteiras do Centro, que ocupa uma área muito pequena, levou à opção pelos canais de comunicação virtuais. Após avaliação da eficácia e das condições de criação e manutenção de canais de interação com o público, decidiu-se pela criação de um espaço em rede social (Facebook). Para movimentação da página são elaborados textos por membros da equipe, sobre temas relacionados à área de atuação de cada um, envolvendo aspectos da área da Farmácia. A dinâmica de elaboração de textos de forma rotativa entre



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

membros da equipe, por um lado, esbarra na dificuldade de redação de alguns, e, por outro, reflete a satisfação da superação das mesmas e a sensação de realização de algo, que conta com a participação de todos.

A segunda exposição realizada deu continuidade ao projeto interdisciplinar que unia literatura, história e farmácia, desta vez colocando em evidência o acervo documental relativo à passagem do poeta Carlos Drummond de Andrade pelo Curso de Farmácia, que obteve o diploma de farmacêutico, em 1925. A exposição resultou de ampla pesquisa relacionada sobre o tema e contou com a participação de um bolsista de iniciação científica, cuja bolsa foi resultado de submissão de projeto a edital específico voltado para os espaços que compõem a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, pela Pró-Reitoria de Pesquisa. Novamente o resultado foi percebido pelo aumento do número de visitantes e pela repercussão na mídia local e nacional em torno da exposição.

Outra frente de muito valor para o Cemefar é o projeto de pesquisa oral, em andamento, do qual foram já realizadas três entrevistas com pesquisadores que tiveram destaque na história da Faculdade. Este projeto conta com apoio da Diretoria de governança Institucional da UFMG e pretende reunir e publicar as memórias do conjunto de entrevistas, complementando algumas obras já publicadas sobre a história da Instituição.

O Cemefar tem sido solicitado, também, para fazer pequenas pesquisas relacionadas à história da instituição ou de aspectos da área como um todo, firmando-se como referência para a comunidade interna e externa à Faculdade.

O estudo de público, diagnosticado como importante, tem sido feito somente quantitativamente, devido a dificuldades de execução de estudo mais aprofundado. Mas, é possível, pelo menos, acompanhar a evolução e crescimento do número de visitantes.

Importante registrar a parceria do Centro com outros espaços que juntos constituem a Rede de Museus da UFMG. Especialmente, o setor educativo teve grande impulso com a participação do Cemefar no projeto conhecido como “Circuito das Vocações”, que conta com visitação de alunos do ensino médio a quatro espaços da Rede. O projeto foi aprovado pelo CNPq e está em desenvolvimento sob coordenação da Rede. A experiência vem corroborar tendências contemporâneas no Brasil e no exterior de investimento no campo da educação nos museus, tornando-se alternativas eficientes de suporte à educação formal. As ações educativas propostas neste projeto pretendem, também, contextualizar a evolução das ciências,



articulando-a aos ambientes que são próximos aos alunos no seu dia a dia. Para cumprimento desta função, foram desenvolvidas atividades lúdicas e informativas que têm contribuído para mostrar as possibilidades de formação a esses alunos, às portas da universidade, bem como mostrar o potencial da interdisciplinaridade ao reunir conhecimentos de formação acadêmica e habilidades diversas da equipe para a superação de dificuldades.

Não foi possível, ainda, criar uma política sistemática de recolhimento de acervo, tendo em vista a dificuldade de entendimento sobre o tema e as condições do Centro. Assim sendo, o recolhimento, como parece ocorrer em outras experiências relatadas por Camargo e Goulart (2015), tem sido praticado de forma induzida, quando há chances de obtenção de determinado objeto considerado importante para a representação da área/profissão. Na medida em que o Cemefar se institucionaliza, percebe-se que mais material tem sido destinado a sua guarda, o que tem exigido certo cuidado ao lidar com as doações.

5 Considerações finais

A experiência adquirida ao planejar e executar um plano de gestão para o Cemefar, mostrou que qualquer atividade a ser desenvolvida em Centros de Memória ou espaços similares propicia e, muitas vezes, exige a realização de trabalho multi-, inter- ou transdisciplinar para que tenham êxito. É importante também a participação de profissionais com formação específica em algumas áreas-chaves como a história, museologia, biblioteconomia e arquivologia, e outros de acordo com os acervos específicos. A demanda por conhecimentos de tecnologia também são recorrentes e exigem grande atenção nesses tempos de grande desenvolvimento das tecnologias de comunicação, área importantíssima para os museus, seja para divulgação virtual seja para a criação de técnicas de exposição.

Ao lado disso, a pesquisa comprovou que, tanto o envolvimento da equipe interna quanto o reconhecimento e apoio da comunidade da instituição da qual faz parte, são indispensáveis para sua manutenção das ações desse tipo de instituição. Importante mencionar a importância da teoria e da prática museológica como complementares entre si, enriquecendo-se mutuamente. Finalmente, afirma-se o êxito de um espaço que conta com condições tão adversas de funcionamento só é possível por meio do conhecido “trabalho de formiguinha”: diário, contínuo e em grupo, transformando oportunidades em realidade. Em



poucas palavras, sob a orientação da Museologia: “o museu como um processo”.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da transdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. *Informação e Sociedade: Estudos*. João Pessoa, v.21, n.2, p. 87-102, maio/ago. 2011.

BICALHO, Lucinéia Maria. *Centros de Memória em Espaços Acadêmicos*. 2011. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2011a. Disponível em: <https://www.dropbox.com/home?preview=TCC-Centros+de+Mem%C3%B3ria+em+Espa%C3%A7os+Acad%C3%AAs+Amicos-Final.pdf>

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. p. 49-63.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária. *Monografia* (Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2005. São Paulo: ECA/USP, 2005.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Sistema da Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). *Waldisa Rússio Carmargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria do Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JULIAO, Letícia. Museus e coleções universitárias. In: NASCIMENTO, Adalson; MORENO, Andrea (Orgs.) Universidade, memória e patrimônio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015 (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 1992.

LIMA, Suely Torres de Melo dos Santos. *Projeto de criação do Centro de Memória do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada: uma história de competência, paixão e perseverança*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Museus, museologia e informação científica: uma abordagem interdisciplinar. In: *Museu e Museologia: interfaces e perspectivas*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009. p. 101-110.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os museus na era do virtual. In: BITTENCOURT, José Neves;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

GRANATO, Marcus; BENCHETRIT, Sarah Fassa. *Museus, ciência e tecnologia*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007, p. 49-70.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos gabinetes de curiosidades ao museu moderno*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005, p. 15-85.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, v.10, dez. 1993, p. 7-28.

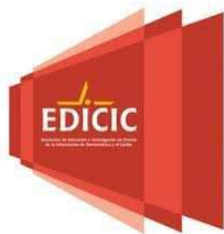
PROJETO Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais: 100 anos de uma história em Movimento. Belo Horizonte: FAFICH/FACULDADE DE FARMÁCIA, 2011.

REZENDE, Irene Nogueira de. Literatura, história e farmácia: um diálogo possível. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p.813-828.

RIBEIRO, Fernanda. Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In: JORGE, Vítor Oliveira (org.). *Conservar para quê?* Porto/PT: Universidade do Porto / Faculdade de Letras, 2005.

SANTOS, Cássia Dias; VALENTIN, Marta Lúcia Pomim. Ciência da Informação como uma ciência interdisciplinar: análise sobre os conceitos de cultura e comunicação informacional. In: *Encuentro Ibérico EDICIC, 7. 2015 Actas...* Madrid: Universidad Complutense, 2015.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003 (Projeto Como Fazer, 09).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

IMAGEM FOTOGRÁFICA NA IMPRENSA DE GUERRA : UMA FERRAMENTA DE MEMÓRIA

PHOTOGRAPHIC IMAGE ON THE WAR PRESS: A TOOL OF MEMORY

Bruno Henrique Machado, UNESP
Maria Leandra Bizello, UNESP
Telma Campanha de Carvalho Madio, UNESP

Resumo: Este ensaio discute as relações entre a fotografia, fotojornalismo e memória, assim, apresenta-se um breve histórico do surgimento da fotografia durante e Revolução Industrial apresentando as mudanças significativas em relação a sociedade, ressaltando a reprodução sistemática e consumismo visual pelos veículos de comunicação social. O tema central é apresentar as primeiras reflexões sobre o pensar da fotografia de guerra na imprensa, em relação à memória coletiva, considerando o jornal como um lugar de memória. Para tais fins, optou-se por uma metodologia teórica, cujo propósito principal é elaborar uma forma possível de delineamento da memória em relação aos fatos fotografados. Desde modo, a característica do suposto realismo do fotojornalismo apresenta característica de construção de memória para o leitor do jornal configurando uma memória herdada.

Palavras-chave: Fotografia de Imprensa. Fotojornalismo. Memória.

Abstract: This article discusses the relationship between photography, photojournalism and memory, thus presents a brief history of the of the photography emergence during the Industrial Revolution introducing the significant changes to society, emphasizing the systematic reproduction and visual consumerism by media vehicles. The main theme is to present the first reflections about the photography war press in relation to collective memory, considering the journal as a memory place. For such purposes, it was decided a theoretical methodology, whose the main purpose is to prepare a possible memory delineation regarding photographed facts. As a result the characteristic of the supposed realism of the photojournalism produces the constrution of memory feature newspaper reader setting a legacy memory.

Keywords: Press Photography. Photojournalism. Memory.

1 INTRODUÇÃO

Hoje a maioria da população fotografa ou é fotografada e o ato de tirar fotos está impregnado no modo de agir da sociedade moderna. No que Flusser (1998) apresenta como uma criação dos homens, as imagens técnicas (fotografia em específico) para fazer uso das mesmas, para utilizá-las como ferramenta em suas vidas, não como contemporaneamente, em que o discurso é viver baseadas somente por elas. O caráter presumidamente objetivo das



imagens técnicas faz com que o observador olhe para essas imagens não como uma representação, mas sim, como um tipo de janela para o mundo, atribuindo valor de realidade que somente os olhos podem confiar.

Em contrapartida, nas afirmações de Le Goff, a fotografia por sua vez, revoluciona a memória uma vez que, “multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visual nunca antes atingida, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”. (LE GOFF, 2003, p. 460).

Articulando as considerações de Flusser e Le Goff, o fotojornalismo pode ser considerado como um elemento que registra e eterniza o momento fotografado, na construção da memória, pois retrata os grandes acontecimentos mesmo não sendo seu principal objetivo em diferentes sociedades em diferentes contextos sociais e políticos.

Desde modo, o objetivo do ensaio é apresentar as primeiras reflexões sobre o pensar a fotografia de guerra na imprensa, em relação à memória coletiva, considerando o jornal um lugar de memória. Levando-se em conta que a imagem fotográfica possui uma relação entre o imaginário e a realidade, esse trabalho se caracteriza como uma abordagem metodológica de cunho teórico, cujo propósito principal é elaborar uma forma possível de delineamento da memória em relação aos fatos fotografados.

2 O SURGIMENTO DA FOTOGRAFIA

Atualmente as imagens fotográficas são parte integrante das descobertas científicas, registros do desenvolvimento de cidades, indústrias e também considerada como elemento integrante das obras de arte e importante ferramenta de comunicação de massa.

Fabris (1998) apresentam-nos os três momentos antecedentes das imagens fotográficas: a idade da madeira (século XIII), idade do metal (século XV) e idade da pedra (século XIX), correspondentes respectivamente às técnicas da xilogravura, da água-forte e da litografia, destacamos o terceiro momento sob a técnica de litografia, pois são as raízes do consumo de imagens pela sociedade, que se relaciona a uma série de demandas e exigências geradas pela Revolução Industrial. Dessa maneira, as reproduções gráficas nesse período adquiririam os meios de ilustrar a vida do cotidiano.



O processo litográfico descoberto em 1797 por Alois Senefelder foi a mais próxima tecnologia antes da descoberta do processo fotográfico, que consiste em impressão de uma imagem através de uma pedra calcária, resultando em uma cópia impressa sem necessidade de retoques. Quase cem anos depois foi:

[...] inventada a fotografia, em 1826, por Nicéphore Niépce [...] o processo realizado por Niépce era ainda muito primitivo e precisava de vários aprimoramentos e ao pintor Daguerre [...] que se deve o mérito de ter aperfeiçoado o processo descoberto por Niépce até a ponto de torná-lo acessível a todos (FREUND, 1995, p.37- 38).

Com várias tentativas de obter financiadores para seu invento durante boa parte de sua vida, Niépce morre em 1833, e como seu invento ainda era desconhecido do grande público da época, coube ao pintor Louis Jacques Mandé Daguerre, homem de negócios bastante audacioso e conhecedor do processo fotográfico desenvolvido por Niépce, firmar um acordo com o filho deste, com o intuito de aprimorar o processo fotográfico, que veio a se concretizar em 1839 com o nome de daguerreotipo. (FREUND, 1995)

Com a Revolução Industrial, verificou-se o desenvolvimento de todos os segmentos da sociedade: econômico, social e cultural, transformando e influenciando a história moderna.

Nessa perspectiva, Kossoy afirma que:

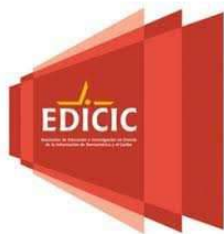
[...] A fotografia uma das invenções que ocorre naquele contexto, teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística. (KOSSOY, 2003, p.25).

No Brasil não foi diferente, vejamos a seguir um trecho de análise de Lilian Moritz Schwarcz

[...] O francês Hércules Florence, radicado em São Paulo, publicava o resultado de suas experiências com o aparelho (daguerreotipo). Por sua vez, nosso Pedro II, conectado com essa agenda acelerada, tratou de adquirir seu equipamento em março de 1840 e a partir de 1841, já se exercitava na arte. (SCHWARCZ, 2011, p.7).

O Brasil no século XIX com sua sociedade iletrada logo descobriria o poder do aparelho, que tornava a fotografia não apenas um ícone da modernidade, mas atribuindo a ela, o caráter de *status* social de riqueza das classes abastadas.

Nessa mesma perspectiva, as imagens fotográficas obedecem a novos protocolos. Enquanto o desenhista ou o pintor deposita manualmente uma matéria bruta e inerte



(pigmentos) sobre o suporte, sem que ocorra nenhuma reação “[...] a imagem fotográfica surge de uma só vez, e ao final de uma série de operações químicas, no decorrer das quais as propriedades da luz interferem com os dos sais de prata” (ROULLIE, 2009, p. 35).

A passagem da ferramenta manual nos ateliês para os laboratórios químicos foi determinada pela mudança dos materiais, assim de um material pictórico que sofre uma ação e reação do pensamento do homem, de como ele “imagina o mundo”. Agora a estética advém de um processo mecânico, do material fotográfico que deve ser transformado quimicamente e aparentemente sem a intervenção humana.

Pensando a industrialização da Europa após a Revolução Industrial, bens materiais deslocam-se de um processo artesanal para um processo mecânico, químico e reprodutivo industrial. Com esse caráter da reprodução das imagens fotográficas se expande ainda mais com o surgimento das máquinas fotográficas portáteis, não sendo mais necessário contratar fotógrafos profissionais para registrar todos os momentos.

Lima (1998) aponta que a introdução no mercado das máquinas de Eastman Kodak em 1888, favorece a atividade fotográfica amadorística, que já se esboçava desde meados do século XIX. Os retratos em família já podiam ser tirados sem a presença do fotógrafo profissional e sem ter que ir ao *Studio*, assim de certa maneira, ocorre uma democratização do registro fotográfico.

Conforme Tagg (2005, p.81) as fotografias foram utilizadas primeiramente em determinadas instituições com o caráter de regime de verdade e controle social, expandido o uso particular e familiar:

Estava abierta también a una amplia variedad de aplicaciones científicas y técnicas y proporcionaba una instrumentación preparada para una serie de instituciones reformadas o emergentes, de tipo médico, legal y municipal, en las cuales las fotografías funcionaban como medio de archivo y como fuente de prueba.

Desde modo, novos modos de analisar e representar a sociedade estavam diretamente relacionados à aparição de fotografias nas instituições, profissões relacionadas aos arquivos, vigilância e controle. Ou conforme descrito pelo autor são instrumentos de regulação e intervenção social do Estado nos indivíduos. Assim, “*su naturaleza como práctica depende de las instituciones y de los agentes que la definen y la ponen en funcionamiento.*” (TAGG, 2005, p. 85).



Benjamim (1996) confirma a facilidade com que a reprodutibilidade técnica das fotografias ultrapassa a ação humana nas artes

Pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente a olho. Como o olho aprende mais depressa do que a mão desenha o processo de reprodução das imagens experimentou tal aceleração que começou a situar-se no mesmo nível que a palavra oral (BENJAMIM, 1996, p. 167).

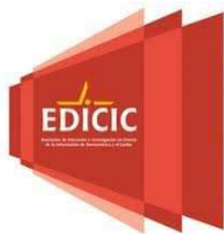
O processo de reprodução de imagens foi tão extraordinariamente acelerado que atingiu o patamar de transformar o homem em mercadoria que McLuhan (1971, p.215) diz que: “a câmara fotográfica tendem a transformar as pessoas em coisas, a fotografia estende e multiplica a imagem humana em proporções de mercadoria produzidas em massa.” Nesse sentido, por meio do uso das imagens fotográficas na imprensa veio a reafirmar esse caráter de “consumismo”.

2.1 A fotografia na Imprensa e o *click* do Fotojornalismo

As representações do mundo por imagens sempre foi o desejo da humanidade desde os seus primórdios, o homem via essa necessidade em representar suas experiências e imaginações. Tal fato fez o homem desenvolver os processos gráficos e posteriormente os processos fotográficos. Flusser (1998, p. 29) nos apresenta a conceito de imagens técnicas como mediações entre o homem e o mundo. “O homem existe, isto é, o mundo não lhe é acessível imediatamente. As imagens têm o propósito de lhe representar o mundo.”

Cabe frisar que anteriormente ao conceituar imagens técnicas o autor estava elencando as características que distinguem as imagens tradicionais e imagens técnicas. Para o autor as imagens tradicionais são representações do mundo ainda pré-histórico, onde a escrita linear ainda não existia, e a representação do mundo iniciava-se a partir das imagens pictóricas produzidas pela imaginação, essas expressões eram realizadas em desenhos e pinturas. Ou seja, a imaginação do homem é papel preponderante para a representação do mundo.

Na fase histórica, após o surgimento da escrita exige-se uma capacidade imaginativa ainda maior, uma vez que o nível de abstração é mais elevado do que o da imagem tradicional. Para Flusser (1998) a escrita funda-se sobre a nova capacidade de codificar planos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

em retas e abstrair todas as dimensões que as imagens tradicionais proporcionavam assim: “tratava-se de transcodificar o tempo circular em linear, traduzir cenas em processos. Surge assim a consciência histórica, consciência dirigida contra as imagens” (FLUSSER, 1998, p. 29).

Portando, as imagens técnicas foram inventadas no período em que os textos estavam em decadência, entretanto a imaginação e a conceitualização que mutuamente foram se excluindo, vão se unindo, a tal ponto que as imagens se tornam cada vez mais conceituais e os textos mais imagéticos.

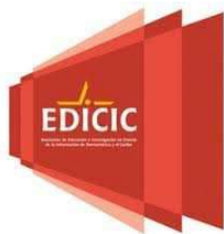
Nesse sentido, as imagens técnicas são ao mesmo tempo a negação e a continuação dos textos. De tal modo que as “imagens técnicas são, portanto, produtos indiretos de textos o que lhes confere posição histórica e ontológica, diferente das imagens tradicionais” (FLUSSER, 1998, p. 33).

Com a invenção da imprensa, a produção de livros, jornais, panfletos, etc., se tornaram mais baratos e passíveis de consumo, vencendo o pensamento mágico - imagético das imagens, dessa forma temos que:

O pensamento conceptual barato venceu o pensamento mágico-imagético como dois efeitos inesperados. Por um lado, as imagens protegiam-se dos textos baratos, refugiando-se em *ghettos* chamados de museus e exposições, deixando de influir na vida quotidiana. Por outro lado, surgiram os textos hermenêuticos (sobretudo os científicos) inacessíveis ao pensamento conceptual barato, a fim de se salvarem na inflação textual galopante. Deste modo, a cultura assim dividiu-se em três ramos: a imaginação marginalizada pela sociedade, o pensamento conceptual hermético e o pensamento conceptual barato. Uma cultura assim dividida não pode sobreviver a não ser que seja reunificada. A tarefa das imagens técnicas é restabelecer o código geral para reunificar a cultura. (FLUSSER, 1998, p.37).

Então, os objetivos das imagens técnicas são de introduzir as imagens no cotidiano das pessoas, torná-las passíveis de comunicação do conhecimento científico, a experiência artística e a vivência política de todos os dias. Portanto, “todas imagens técnicas deveriam ser, simultaneamente, conhecimento (de verdade), vivência (de beleza) e modelo de comportamento (de bondade)”. (FLUSSER, 1998, p. 38).

Buscando essa comunicação total, as empresas jornalísticas passaram a utilizar as fotografias e as reportagens fotográficas procurando aproximar o conhecimento testemunhado



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

do fato, procurando representar as experiências vivenciadas, causando assim, a mudança paulatinamente no comportamento da sociedade.

A introdução das imagens na imprensa era realizada pelos processos de xilogravura e litografia, que foram superados pelo processo de fotogravura, criado por Willian Talbolt no século XIX, entretanto o francês Louis-Alphonse Poitevin realizou pela primeira vez o processo industrial de um processo de fotomecânica, a fotolitografia que foi o estopim para o crescente desenvolvimento de métodos de reprodução.

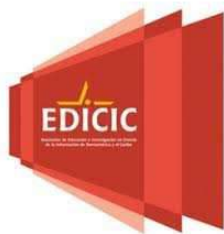
Nas concepções de Andrade (2004) esse processo fotomecânico é crucial para a viabilização da presença da imagem fotográfica nas páginas dos jornais, pois esse processo representa a própria imagem fotográfica e não uma cópia feita à mão.

A fotografia é um meio a mais que o jornal utiliza na transmissão de notícias e fatos. Mas a crença em seu caráter objetivo e de ser mais fiel à realidade dotou a imagem fotográfica de uma posição de maior fidedignidade que o próprio texto. Sua inserção nas páginas obedece, contudo, a critérios específicos da imprensa e próprios da tecnologia para sua impressão (MADIO, 2007).

Assim as técnicas fotográficas foram adquirindo autonomia em relação aos processos gráficos de tal modo que ocorreu a transposição da gravura com interferência humana para a reprodução gráfica elaborado por maquinário, sua primeira experiência foi publicada no *The Illustrated London News* em 1842, a primeira publicação de uma fotografia sem a interferência humana por meio de uma técnica chamada *halftone* (meio-tom) ou autotipia . (BUITONI, 2011).

No Brasil do século XIX, as técnicas de gravura ainda eram entendidas pela sociedade da época como mais fiel ao retratar o real, que nas palavras de Buitoni (2011, p. 69) “a educação visual da época que estava mais acostumada aos efeitos estéticos presentes nas gravuras; por vezes essas imagens alcançavam alto nível de qualidade, o que ainda não era possível nas incipientes cenas fotográficas.”.

Ainda no Brasil, em 1860 é lançada a revista *Semana Illustrada* que seria o grande periódico da época, entre as suas primeiras imagens publicadas seria a cobertura da Guerra do Paraguai, feitas a partir de imagens fotográficas. A *Illustra do Brazil* surge em 1876, seu primeiro número apresentava na capa o retrato da princesa Isabel o Conde d'Eu e seu filho, inaugurando o que seria o princípio do jornalismo de celebridade no País . (BUITONI, 2011)



A Revista da Semana lançada no Rio de Janeiro em 1900 que trazia imagens fotográficas da festa do quarto centenário do Brasil, possuía uma fotografia profética do que seria a capital da república no ano 2000. Esse número da Revista é considerado o início do Fotojornalismo brasileiro em revistas, segundo Buitoni (2011, p. 75) “havia a proposta editorial de documentar acontecimentos e não apenas trazer ilustrações.”

Anterior a esse momento os primeiros usos de imagem fotográfica eram para ilustrar textos, nos quais era mero auxiliar da reportagem. Os fotógrafos nesse período eram munidos de equipamentos pesados de difícil mobilidade e deste modo viam-se impossibilitados de registrar os momentos na mesma velocidade dos acontecimentos. Segundo Costa (2004, p.98) os fotógrafos “de antemão sabia-se o resultado das fotos encomendas: poses calculadas e rostos crispados pela luz dos flashes. Para esses primeiros fotógrafos de imprensa o mais importante era documentar os fatos da forma mais objetiva possível.”

A fotografia de imprensa tinha um papel figurativo e ilustrativo, complementar para a reportagem, diferentemente do fotojornalismo que nas palavras de Buitoni configura-se como:

Um é o flagrante, já apontado por alguns autores. Ao imobilizar um quadro de uma sequência, o congelamento temporal fica mais evidente: o flagrante seria mais “jornalístico” que outras fotos. Outro elemento é o que chamamos de “embrião narrativo” (muitas vezes presente no flagrante) – quando a imagem nos dá pistas de uma ação a ser continuada, ou que pelo menos nos sugira a existência de ações – antes ou depois – da cena registrada. Nessa linha, fotos com pessoas – naturalmente personagens de ações – também seriam mais “jornalísticas”. (BUITONI, 2007, p.107)

Em 1888, George Eastman fábrica a máquina fotográfica Kodak, possibilitando os fotógrafos amadores e profissionais a executarem seus registros, entretanto, continuava a ser um equipamento pesado pois, as máquinas fotográfica já vinha com o filme negativo e esses profissionais tinham que enviar a própria máquina para a fabrica para revelar o filme negativo. Nos anos de 1920, ocorre uma mudança significativa para o Fotojornalismo, pois, com a introdução das câmeras *Ermanox* e *Leica* ambas com filme 35 mm foi possível capturar as imagens em movimentos, sem serem pousadas, o flagrante estava em pauta. De tal modo, que o Fotojornalismo ganhava dinamicidade:

as câmeras mais leves, sem necessitarem de tripé, facilitaram as andanças dos fotógrafos pelos espaços urbanos. Agora, congelava-se um momento íntimo no tempo. Surgiu o flagrante, instante preciso que atrairia maior grau de registro jornalístico. (BUITONI, 2011, p. 75).



As Primeiras décadas do século XX trouxeram o enorme desenvolvimento de revistas ilustradas, na França em 1928 Lucien Vogel cria a revista “Vu”; nos Estados Unidos em 1934 o Henry Luce proprietário das revistas “Time e Fortune”; também nos Estado Unidos a revista *Life* teve sua primeira publicação em 1936 e buscava informar seu público de maneira atrativa, assim publicava dois tipos de registros fotográficos para seus leitores com:

Informações de diferentes regiões, compradas de agências de notícias e reportagens especiais que eram planejadas, fotografadas e redigidas por encomenda da redação. A “*Life*” se diferenciava das outras revistas não tanto pela quantidade de fotos publicadas, mas pela teoria da “câmera guiada pela mente”. Seu ensaio fotográfico característico é o trabalho cooperativo de jornalistas e fotógrafos. A partir de um tema, era feito um trabalho de investigação prévia, que resultava numa espécie de roteiro, para ao fotógrafo uma compreensão a mais completa possível das fotos necessárias. A quantidade de fotos realizadas sempre era muito maior do que seria de fato aproveitado. A redação editava as fotos e texto visando muita integração e um conjunto visualmente harmônico; novos conceitos de diagramação foram experimentados e um fio narrativo era bastante frequente. (BUIIONI, 2011, p. 77)

O objetivo dos editores da revista *Life* era aumentar o número de leitores e também os anunciantes, deste modo, a publicidade alavancou o crescimento destas publicações, essa colocação corrobora a afirmação de Rouille (2009) que talvez na publicidade a fotografia, sobretudo em relação a moda tenha atingido sua maior expansão, para a sociedade.

[...] nos Estados Unidos a publicidade justamente a alavanca para o crescimento destas publicações. Eram revistas versáteis, bem balanceadas, que abordavam temas variados e pretendiam ser acessíveis a qualquer pessoa. O objetivo era sempre aumentar o número de leitores e como isso o número de anunciantes. A foto publicidade ganhou um grande impulso e passou a direcionar o gosto e o consumo de grande parte dos norte-americanos. (COSTA, 2004, p.102)

Novamente no Brasil, a fotografia de imprensa obteve desenvolvimento semelhante aos países da Europa e Estados Unidos, levando em consideração as questões culturais. Nossos primeiros fotógrafos eram provenientes das classes populares, pessoas sem formação e com instrumental técnico inadequado a atividade. A situação se modificou em meados da década de 1940 com a reformulação de O Cruzeiro, quesob a influência de fotojornalistas estrangeiros com destaque para Jean Manzon, que Flávio Damm em entrevista afirma:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Graças ao Manzon o fotógrafo brasileiro conquistou um novo lugar. Antes era tido como um marginal que ia para a festa de casamento e roubava os presentes. O fotógrafo não usava nem paletó, nem gravata. Era um pobre desdentado, o equipamento de péssima qualidade e o salário miserável. O Manzon chegou no Brasil e moralizou a profissão. (s.d. apud Costa, 2004, p. 103-104)

Estando claro nas afirmações de Damm, as mudanças nos processos amadorísticos para processos profissionais refinados, contribuíram para que a revista O Cruzeiro assumisse os padrões internacionais de produção de reportagens fotográficas impulsionando assim, a procura pela melhor qualidade das reportagens fotográficas.

A ressignificação do Fotorreportagem de O Cruzeiro conseguiu grande aceitação depois da inclusão da fotografia como elemento ativo nas reportagens, e o surgimento da fotopublicidade que podemos citar: o Carnaval, as Praias Cariocas, a Política e os seus personagens, a polícia, o glamour das atrizes, os crimes famosos, etc., tudo era motivo para uma fotorreportagem. (COSTA, 2004).

As revistas ilustradas buscavam retratar o ineditismo, a autoria do fotógrafo e a originalidade do trabalho. A diagramação das disposições das fotografias utilizadas para dar ao seu leitor a sensação de ser uma testemunha dos fatos, configurando uma narrativa visual e espacial do fato ocorrido (LOUSADA, 2008).

Desse modo, a imagem fotográfica passou a ser um elemento de conteúdo ideológico, direcionado a um objetivo, assim na década de 1950 surge a revista Manchete, revista de cunho ideológico e pró-governo que relatava o desenvolvimento do Brasil, nesse período a revista estava pautada nas atividades do governo de Juscelino Kubitschek de modo particular na construção de Brasília.

Entretanto, devido a interesses financeiros, os fotorreportagens iniciaram uma conduta sem credibilidade, alterando as cenas a serem registradas, a partir das fraudes e como o surgimento da televisão o declínio das revistas ilustradas, da fotopublicidade e fotorreportagem foi inevitável. Que fica evidente nas afirmações de Buitoni (2011, p. 117) “ Antes da televisão O Cruzeiro fazia papel articulador e disseminadora de cenários e personagens que compunham nossa visualidade cultural”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Dessa maneira, chegou ao fim o período de experimentação e criatividade do Fotojornalismo brasileiro e seu caminho foi abandonar o caminho da imagem e voltar para o texto. (COSTA, 2004).

Oliveira (1999) deixa claro qual era o objetivo do Fotojornalismo em meados da década de 1980

Estávamos convictos de que o Fotojornalismo precisava não apenas informar rápido e ser abrangente mas, principalmente, precisava enfrentar outros desafios que surgiam, tais como, por exemplo, oferecer ao leitor a oportunidade de desenvolver sua capacidade de leitura da linguagem visual. (OLIVEIRA, 1999, p. 69)

A evolução das técnicas fotográficas e do Fotojornalismo se deu em grande parte no período entre guerras do século XX. E nesse período ainda a imagem fotográfica tinha a pretensão de documentar a realidade. Até hoje os fotojornalistas ainda se pautam por esse argumento. Que para Dubois (1993, p. 25) “a foto é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra.”

A fotografia como espelho do real é a primeira das três categorias sobre a compreensão da realidade nos registros fotográficos que Dubois (1993) nos apresenta a concepção de que a fotografia tem característica mimética, uma imitação perfeita da realidade, e esse mimetismo se deve aos processos mecânicos do aparelho fotográfico, incluindo sua objetividade restringindo a interferência humana. “Por sua gênese automática, a fotografia testemunha irredutivelmente a existência do referente, mas isso *a priori* que ela se pareça como ele. O peso do real que a caracteriza bem do fato de ele ser um traço, não a mimese.” (DUBOIS, 1993, p. 35) Ou seja, a imagem caracterizada como um ícone.

Sob a fotografia como transformação do real Dubois (1993) se atenta contra as concepções do efeito do real, que em todos os registros fotográficos estão codificados sob aspectos: culturais, técnicos, sociológicos, estéticos, etc., a partir desse olhar as fotografias não são vistas apenas como função de documentar guerras ou eventos de grande valor social, agora o objetivo é capturar o cotidiano os acontecimentos de celebridades e pessoas influentes na sociedade. Inicia-se o momento de falar em uma verdade interior. Que Dubois, menciona o trabalho de Rudolf Arnheim intitulado “*Film as art*”.



Em primeiro lugar, a fotografia oferece ao mundo uma imagem determinada ao mesmo tempo pelo ângulo de visão escolhido, por sua distância do objeto e pelo enquadramento; em seguida, reduz, por um lado, a tridimensionalidade do objeto a uma imagem bidimensional e, por outro, todo o campo das variações cromáticas a um contraste branco e preto; finalmente, isola um ponto preciso do espaço-tempo e é puramente visual (as vezes sonora no caso do cinema falado), excluindo qualquer outra olfativa ou tátil. (ARNHEIM, sd. *apud* DUBOIS, 1993, p. 38).

Assim, a concepção da “naturalidade” da imagem fotográfica é claramente desnaturalizada. A caixa preta fotográfica não é agente reproduzidor neutro, mais uma máquina de efeitos deliberados.” (DUBOIS, 1993, p.40) que é ativado pelo fotógrafo.

Deste modo, a imagem fotográfica é analisada pela função interpretação - transformação com formação arbitrária, de cunho cultural e ideológico, assim a imagem não é mais entendida como real empírico e passa a se configurar como verdade interior, como símbolo ou convenção.

E por último, a fotografia como traço de um real, no entanto tem relação direta como os princípios anteriores, a imagem fotográfica possui valor absoluto como espelho do real sob a ordem da semelhança e também como a transformação do real. Agora a imagem é considerada sobre a ordem do índice que representa a contiguidade física e a relação entre o signo e seu referente sem a necessidade de semelhança. Isso reafirma a valor singular da imagem porque é determinada por seu referente por ele mesmo; é o traço desse real único. (DUBOIS, 1993)

Essa referencialização da fotografia inscreve o meio no campo de uma pragmática irreduzível: a imagem foto torna-se inseparável se sua experiência referencial, do ato que o funda. Sua realidade primordial nada diz além de sua afirmação de existência. A foto é um primeiro lugar índice. Só depois ela pode torna-se parecida (ícone) e adquirir sentido (símbolo). (DUBOIS, 1993, p. 53).

As qualidades como objetividade, transparência, verdade, foram sendo assumidas pelo discurso jornalístico, que adotou a fotografia como reprodução confiável do real, assim como arquivos fotográficos dos órgãos do estado e a fotografia usada como prova judicial. (BUITONI, 2007). Entretanto, teoricamente essas qualidades do discurso fotográfico não se mantêm, pois como vimos há sempre uma construção humana de caráter social ideológico.

3 FOTOGRAFIA DE GUERRA E A MEMÓRIA COLETIVA



Pensando nas características de mostrar as verdades visuais, a fotografia é apontada por Le Goff como uma das manifestações dentre os registros documentais, como mais significativa para a memória coletiva. A fotografia por sua vez, revoluciona a memória uma vez que “multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visual nunca antes atingida, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”. (LE GOFF, 2003, p. 460).

Para compreender esse fenômeno visual e como uma possível ferramenta de memória, já que temos o instante único e congelado, de acordo com as afirmações de Kossoy (2003)

O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e, portanto, a perpetuação de um momento, em outras palavras da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. (KOSSOY, 2003 p.155)

O autor menciona que a fotografia é memória, pois ele a considera fonte inesgotável de informação da vida individual e coletiva cristalizado no registro. Os fotógrafos sempre buscam por situações inéditas, isso não foge aos fotojornalistas de guerra, Flusser (1998, p.52) é pontual em afirmar que os fotógrafos passam por regiões jamais conhecidas assim “o fotógrafo caça a fim de descobrir visões jamais percebidas”

O fotógrafo de guerra segundo Maciel e Boni (2006, p 96) “só existe em razão da morte”, seu lugar de trabalho é um caos, viver sob o risco de perder sua própria vida a fim de registrar esses momentos é forma de testemunhar essa experiência que embora terrível seja necessária, nesse sentido temos a noção do indivíduo (o fotógrafo) agente produtor que presencia/testemunha a cena capturada e desse registro podemos recorrer a memória individual. Ou conforme, Pollak (1992, p. 201) “são acontecimentos vividos pessoalmente”.

Para Halbwachs (2006) só temos capacidade de lembrar quando assumimos o ponto de vista de um ou mais grupos sociais e nos situamos em uma ou mais correntes de pensamento coletivo. Os estudos de Halbwachs trazem nova abordagem sobre noção de memória, ao apresentar os enquadramentos sociais que compõem a memória. Para o autor, mesmo que aparentemente individual, a memória está associada a um grupo; o indivíduo carrega em si a lembrança/testemunho, mas está sempre interagindo no meio social, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de

eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Assim o fotojornalismo de Guerra é:

Registrar momentos extremos é uma forma de contar e participar da história. Essa sensação corre ao lado da adrenalina que impulsiona o profissional a incursionar por caminhos tortuosos em busca da fotografia ideal, que deve sintetizar todo o momento de angústia e terror testemunhados em tempo real. (MACIEL; BONI, 2006, p.97).

Em entrevista, para a jornalista Vanessa Lima do PortalImprensa no dia 01 de janeiro de 2005, o jornalista Sérgio D’ávila faz um relato sobre a Guerra do Iraque, acontecimento que vivenciou e registrou junto com o fotojornalista Juca Varella, deixando claro que as concepções apresentadas por Halbwachs são ratificadas por seu depoimento.

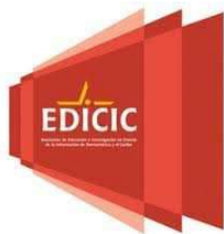
Em vários momentos, na verdade todos os dias. Mas em duas situações eu e meu amigo e colega, o fotógrafo Juca Varella, olhamos um para a cara do outro e falamos: “Foi um prazer ter conhecido você”. A primeira foi na nossa fuga de Bagdá, na terceira semana da guerra, quando acabou nosso dinheiro. A segunda foi na nossa volta a Bagdá, menos de uma semana depois, quando da queda de Saddam Hussein, quando tudo era caos, linchamento, saques, insegurança. Por sorte, fomos os únicos jornalistas brasileiros a cobrir a guerra em Bagdá e fomos de novo os primeiros a chegar à cidade pós-queda de Saddam. (DÁVILA, 2005).

FIGURA 1 – Fotografia publicada na edição da Folha de São Paulo dia 10 de agosto de 2003.



FONTE: Juca Varella

Le Goff apresenta que a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em desenvolvimento, das classes dominantes e das dominadas, pois todas lutam pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. “A



memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cujo a busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 2003, p. 476).

Se a memória é construída quais seriam os elementos que constituem a memória de uma Guerra que ocorre no Oriente para a população do Brasil? Assim, aproximamos essa questão de Pollak.

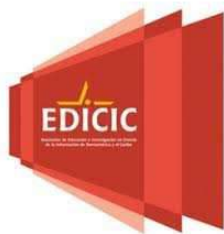
Pollak (1992) observa que a memória, seja ela individual ou coletiva, tem como elementos constitutivos acontecimentos, os personagens e os lugares. Os acontecimentos são os vividos pessoalmente, e os “vividos por tabela” ou “herdadas”, são aqueles vividos pela coletividade à qual a pessoa pertence, mesmo sem ter participado. Deste modo, “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 1992, p. 201).

Desde modo, ao aproximamos as reportagens da Guerra do Iraque aos leitores dos jornais é possível caracterizar a memória herdada, sociabilizada pela leitura e interpretação do seu leitor.

O segundo elemento são as pessoas/personagens/atores. Assim como ocorre com os acontecimentos, existem os atores que realmente encontramos no decorrer da vida. Para Pollak (1992) são as pessoas que se transformaram quase em conhecidas e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço/tempo em questão.

Sobre os lugares, Pollak acredita que existem lugares da memória, “particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico”. (1992, p. 202) Pode ser, por exemplo, um lugar da infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, independentemente da data real em que a experiência se deu. Na memória coletiva pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração, construção da cidade, os monumentos, por exemplo.

Entretanto, vista a necessidade manter a transmissão dessa memória coletiva cada vez mais volátil, Nora apresenta a necessidade de se criar os Lugares de Memória, pois conforme a afirmação do autor a memória nasce da consciência de que não há memória espontânea, é necessário criar arquivos (NORA, 1993).



Na concepção de Nora, lugares de memória têm necessariamente três sentidos: material, funcional e simbólico. Menciona como exemplo a noção de geração, que seria material, por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, ao garantir ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; e simbólica, em que um acontecimento ou experiência vividos por um pequeno número caracteriza uma maioria que dele não participou (NORA, 1993).

Ao transportar tais conceitos para o jornal, podemos considerá-lo como um produto cultural, possui materialidade física, mesmo em ambiente Web, estando disponível para consulta. Sobre o valor funcional, consideramos o valor de prestação de serviços para sociedade e pela atribuição de simbólico pela sua projeção de constituir testemunho e memória para seus leitores.

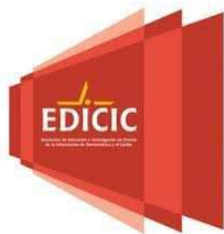
Assim, refletindo sobre o Fotojornalismo de guerra, somos consumidores de uma memória coletiva vivenciada por aquele fotógrafo e a comunidade pela qual o cenário de guerra, deixando claro que “nós que consumimos a morte dos outros; nós que repelimos esse nosso lado obscuro com a camuflagem de conceitos como asco, repugnância e violência, na tentativa frustrada de sugerir uma pureza imaculada e relegar nossa essência animal. (MACIEL; BONI, 2006, p. 109).

4 QUIÇA DE UMA CONCLUSÃO

A fotografia é o resultado de um processo de desenvolvimentos tecnológicos que a Revolução Industrial possibilitou, ela nasce com atributos de suposta realidade, testemunho do real, subentendido graças a seus processos mecânicos é que não ocorreria a intersetiva humana, e que hoje, perceber-se que há sempre um processo de criação pelo fotógrafo.

Assim, buscamos trazer o histórico da fotografia na imprensa para a compreensão desse novo meio de comunicação para a sociedade e sua valorização histórica na imprensa, elencando os principais pontos a nosso ver.

O Fotojornalismo se apodera dessa aura do realismo da fotografia, desse modo, procuramos enfatizar pelas abordagens que Dubois (1993) que apresenta sobre a suposta realidade, enfatizado os usos da imagem como ícone, símbolo e índice que de certa maneira quebra esse valor de realidade que se transpõe para a realidade digital.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A característica do suposto realismo do Fotojornalismo apresenta característica de construção de memória, pois quando o leitor se depara com as imagens de guerra nos jornais ele acredita que seu conteúdo mostra a realidade, como de fato ocorreu determinado evento. Desde modo, “guarda memória” ou conforme as afirmações de Pollak (1992) configura-se como “memória herdada” ou “memória por tabela”.

Lembrando claro, que esses registros fotográficos, e a própria reportagem, possuem várias intencionalidades, ou seja, ocorre certa seleção do que se deve comunicar e transmitir, assim, retomando o poder de construção de memórias apresentados por Le Goff.

Por fim, buscou-se relacionar a compreensão de Pollak (1992) sob os elementos que constituem a memória, refletindo sobre os novos regimes de memória na modernidade no qual Nora (1993) apresenta como lugares de memória, aqui no artigo relacionado ao jornal em específico, e as fotografias vinculadas a reportagens de Guerra.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. M. F. de. **História da fotorreportagem no Brasil**: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas** – Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense: 1996.

BUITONI, D. S. Fotografia e jornalismo: da prata ao pixel – discussões sobre o real. **LÍBERO** - Ano X - nº 20 - Dez 2007.

_____. **Fotografia e jornalismo**: a informação pela imagem. São Paulo: Saraiva, 2011.

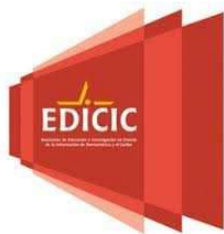
COSTA, H. O Fotojornalismo e o Declínio do Movimento Fotoclubista. In. **A Fotografia Moderna no Brasil**. COSTA, H. SILVA, R. R. de. [org.] São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DÁVILA, S. De Bagdá a Los Angeles. **Portal Imprensa: jornalismo web**, 07 de janeiro de 2005.
Disponível em:

<http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/3645/de+bagda+a+los+angeles+entrevista+com+sergio+davila+da+folha> Acesso em: 19 de jan. 2016.

DUBOIS, P. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaio**s. Campinas: Papyrus, 1993.

FABRIS, A. A invenção da Fotografia: Repercussões Sociais. In: **Fotografia: usos e funções no século XIX**/ Annateresa Fabris (org.) 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998 – (Texto & Arte).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

FLUSSER, V. **Ensaio sobre a Fotografia** – para uma filosofia da técnica. Lisboa : Relógio D'Água Editores, 1998.

FREUND, G. **Fotografia e Sociedade**: Tradução de Pedro Miguel Frade. – Lisboa: Veja 1995.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KOSSOY, B. **Ficções na Trama Fotográfica**. Cotia: Ateliê, 2002.

_____. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 3 ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LIMA, S. F. de. O circuito Social da Fotografia: Estudo de caso - II In: **Fotografia: usos e funções no século XIX**/ Annateresa Fabris (org.) 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998 – (Texto & Arte).

LOUSADA, S. Fotografia e modernidade e imprensa carioca – as primeiras décadas do século XX. In. **XII Encontro de História ANPUH** – Rio de Janeiro, 2008.

MACIEL, M. S. ; BONI, P. C. O vale da sombra da vida: reflexões sobre a fotografia de guerra e suas repercussões. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.2, n.2, p.93-110, 2006

MADIO, T.C.C. A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século XX: O Estado de S. Paulo. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 61-91, 2007.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação**: como extensões do homem. São Paulo: Editora Cultrix, 1971

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n. 10. São Paulo, dez. 1993

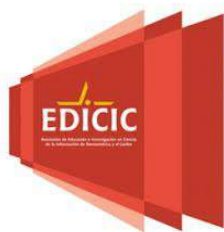
OLIVEIRA, L. Fotografia documental e início do fotojornalismo. **Comunicação. Informação**, v.2, n. 1, p. 63-77, jan- jun. 1999

POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: **CPDOC/ FGV**, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROUILLE, A. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: SENAC, 2009.

SCHWARCZ, L.M. Monarcas davam-se ao luxo de Brincar diante da Câmera. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, caderno 2, D7, 19 de jul. 2011.

TAGG, J. **El peso de la representación: ensayos sobre fotografías e historias**; traducción de Antonio Fernández Lera – Barcelona: Gustavo Gili, 2005.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO PARA ACESSO E APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO E CULTURAL

MULTI-USER LABORATORY FOR ACCESS AND APPROPRIATION OF PATRIMONY SCIENTIFIC AND CULTURAL

Marcos Galindo, UFPE

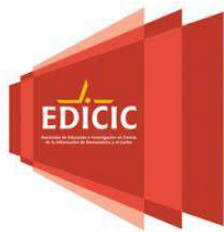
Celly Brito Lima, UFPE

Resumo: Apresenta o laboratório multiusuário como referência para o desenvolvimento de pesquisa e produtos para a preservação, acesso e apropriação da memória científica e cultural, no campo da Informação e da Cultura. Para este estudo, utilizou-se o caso do laboratório “Liber - Laboratório de Tecnologia para o Conhecimento” da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Conclui que o laboratório Liber tem foco no desenvolvimento de tecnologias de resgate, reconstrução, preservação e provimento de acesso aos bens do patrimônio cultural e da memória científica, no sentido de sua apropriação pelos indivíduos, grupos e coletividades, e que o laboratório, coloca-se, portanto, como referência no campo da gestão da memória científica e cultural.

Palavras-chave: Laboratório multiusuário. Preservação digital. Preservação da memória. Apropriação cultural.

Abstract: Presents the multi-user laboratory as reference for the development of research and products for preservation, access and appropriation of scientific and cultural memory, in the field of Information and Culture. For this study, we used the case of the laboratory "Liber - Technology Laboratory for Knowledge" from the Federal University of Pernambuco (UFPE). It concluded that the Liber laboratory focuses on the development of rescue technology, reconstruction, preservation and provision of access to goods of cultural heritage and scientific memory, in the sense of ownership by individuals, groups and communities, and the laboratory, placed therefore, as a reference in the field of management of scientific and cultural memory.

Key words: Multi-user laboratory. Digital preservation. Memory preservation. Cultural appropriation.



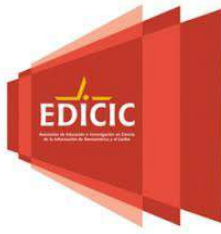
1 INTRODUÇÃO

Em 1935 o filósofo Ortega y Gasset lembrava aos europeus em guerra que a história era, principalmente, a dinâmica do “*surgimento, desenvolvimento e desaparecimento das vigências sociais*”. Em tom profético, enfatizava que era chegada a hora da humanidade se haver com a condição de conflito, abandonar a ideia do livro como coisa, como objeto material, e cuidar dele “*como função viva*”(ORTEGA Y GASSET, 2016). Ortega y Gasset se antecipava em muitos aspectos às revoluções que estavam para acontecer no mundo da informação.

Cabe-nos refletir sobre como os indivíduos e a sociedade lidam com o incremento do uso de informação gerado pela intensificação de tecnologia. O artigo seminal *As We May Think*, publicado por Vanevar Bush poucos dias antes da declaração do final da Segunda Guerra Mundial, surpreendeu o mundo com o desenho do Memex— aparato de conceito inovador precursor da *worldwideweb*— capaz de reunir e controlar, ao modo de uma biblioteca mundial, em um só espaço, múltiplos estoques de registro do conhecimento (BUSH, 2007).

Mais que um engenho fantástico, o Memex formatava um sonho alentado universalmente por espíritos inovadores do passado. Para alguns críticos contemporâneos Vanevar Bush foi apenas um visionário, contudo, ele não se enquadrava neste perfil. Bush se celebrou como proeminente cientista, envolvido diretamente com o projeto de criação de armas militares, e cumpriu papel político importante no desenvolvimento da Bomba Atômica. Além do mais, Bush foi um defensor ardoroso de políticas de incentivo para o desenvolvimento científico, especialmente aquele voltado para o esforço militar que teve impacto relevante na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria.

No final da segunda metade do século XX, Vanevar Bush estava em uma posição privilegiada de observador de tendências, de fomentador da tecnocracia democrática, que lhe permitia visualizar um vasto conjunto de inovações tecnológicas. Esta condição lhe permitia também o acesso a um invejável conjunto de informações sobre o estado da arte da tecnologia da Informação e da comunicação, amalhado por uma diversidade de cientistas e



colaboradores, oriundos de diversas áreas e de diversas nacionalidades no fragor do segundo grande conflito mundial.

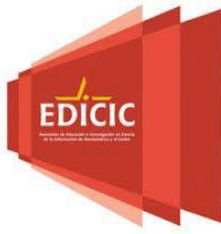
A máquina proposta por Bush surpreendeu seus contemporâneos com um projeto factível que não apenas apontava tendências, mas também revelava para o homem comum um novo limiar tecnológico que então se avizinhava.

Clifford Lynch, diretor executivo da *Coalition for Networked Information*, professor adjunto na Escola de Informação da Universidade da Califórnia, em Berkeley, EUA, chamou a atenção de seus leitores para um sorrateiro fenômeno que se aproximava, hoje conhecido como Big Data. Lynch (2003) baseou suas observações na evolução do mundo digital que Margaret Hedstrom havia estudado. Hedstrom (1997) publicou artigo pioneiro: *Digital Preservation: A Time Bomb for Digital Libraries*.

Lynch (2003) e Hedstrom (1997) vislumbravam o tamanho do desafio que os cientistas do século XXI teriam e o risco envolvido na simples tarefa de fazer o conhecimento registrado deslizar sobre a linha do tempo, de forma que eles estivessem acessíveis as gerações sucedâneas. A tarefa de repassar adiante a informação que no mundo analógico corria quase que despercebida pelos criadores de conhecimento, havia sido modificada em sua base, exigindo dos gestores de coleções habilidades para as quais eles não haviam sido preparados.

Os gestores começaram a perceber que a complexidade, que era o diferencial competitivo da nova mídia, poderia ser também seu algoz. Enquanto no modo analógico, uma vez registrada a informação, o cuidado restringia-se basicamente a manter o suporte livre dos agentes entrópicos e sob trato especializado adequado, no mundo digital os processos eram muito distintos, principalmente no que tangia a inúmera quantidade de processos necessários para fazer com que os códigos binários se projetassem em uma interface ou aqueles necessários a sua precisa custódia em suportes magnéticos, físicos ou óticos.

Não obstante a natureza da informação permanecer a mesma para o conhecimento, os estados modulados desta informação se materializavam em uma larga gama de formatos que a seu turno requeriam, para funcionar, uma variedade de procedimentos tecnológicos. A curadoria digital destes dados exigia, portanto, a preservação de uma extensa linha de requisitos tecnológicos, necessários para garantir o acesso e a qualidade dos dados.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

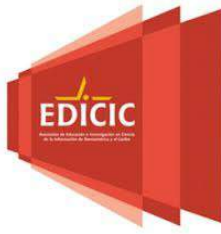
Nesse contexto, o laboratório Liber se firmou como espaço multiusuário integrador de pesquisa e desenvolvimento, agregando pesquisadores, técnicos, docentes e discentes da UFPE. No Liber, é desenvolvida uma larga gama de projetos de pesquisa e extensão.

2 PROBLEMÁTICA DA PRESERVAÇÃO DIGITAL

Parte importante dos problemas que envolvem a preservação de dados digitais foram resolvidos com o trato tecnológico de estratégias como o encapsulamento e a simples redundância. Ademais, o cenário do desenvolvimento de TI, já apresentado à comunidade acadêmica, promete para a próxima década uma ampliação no que se refere ao processamento, tráfego de dados em rede e capacidade de armazenamento. O desenvolvimento já anunciado é tão avultado que promete criar um novo limiar de problemas de preservação, oriundos, desta feita, não apenas da natureza sutil do formato digital, mas, principalmente, do incremento absurdo de dados que a tecnologia vai permitir produzir.

Lynch (2003), lembrava que os dados “corriam riscos que ameaçavam fortemente sua recuperação futura” e concluía declarando que era tarefa dos cientistas garantir que seus resultados sejam gerenciáveis a longo prazo. “Manutenção de dados exige enorme esforço de organização (LYNCH, 2003). Hedstrom (1997), há duas décadas atrás, atentava para os altos custos envolvidos na preservação de dados digitais enfatizando que as estratégias de preservação digital de seu tempo eram moldadas pelas necessidades e limitações de repositórios, com pouca consideração às exigências dos atuais e futuros usuários de recursos acadêmicos digitais. Isto também mudou muito. Os custos de preservação digital permanecem elevados, todavia apresentam uma curva de declínio acentuada que se projeta animadoramente para os anos que se seguem.

Para além da sugestão de pesquisa em novas mídias de armazenamento, a parte mais atual do texto de Hedstrom (1997) permanece sendo a percepção da necessidade de trabalho cooperativo, da urgência de investimentos em processos de gestão colaborativa, estratégias globais de gestão. Esta visão foi vitoriosa e atualmente a interoperabilidade entre sistemas de repositórios abertos é uma realidade pragmática que permite a interconexão de uma diversidade de sistemas de custódia e acesso à conteúdos, em torno do planeta.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

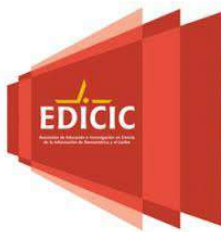
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3 LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO - LIBER

O Líber - Laboratório de Tecnologia para o Conhecimento é um laboratório multiusuário, que principiou como projeto de pesquisa, então denominado Libvirtus, formalizado junto ao pleno do Departamento de Ciência da Informação (DCI) em abril de 1997. Por decisão colegiada da 138ª reunião plenária, realizada em 11 de agosto de 2006, tornou-se unidade de pesquisa do Departamento de Ciência da Informação DCI da UFPE. Nesta ocasião, foi aprovado seu Regimento, passando então a se denominar Liber – Laboratório de Tecnologia do Conhecimento. No final de 2015, a Resolução nº 02/2015 do Conselho de Administração da UFPE disciplinou o funcionamento dos laboratórios vinculados à atividades de ensino, pesquisa e extensão. Logo, atendendo ao que determina essa Resolução, o Liber foi formalmente reconhecido como unidade de pesquisa da UFPE pela Portaria nº 022.2015-CAC, de 17 de dezembro de 2015. Como unidade de pesquisa científica e tecnológica, é gerenciado por uma administração colaborativa e participativa. Sua coordenação científica é exercida por um docente indicado pelo Conselho Gestor conforme determina seu estatuto.

No espaço dessa unidade de pesquisa são promovidas investigações, projetos e ferramentas de mediação cultural nas áreas da tecnologia, da gestão do conhecimento, das bibliotecas digitais, da curadoria digital e das novas formas de administração de recursos e conteúdos em meio digital, com foco na memória, preservação, acesso e apropriação cultural. No contexto do fenômeno social da formação de redes voltadas ao trabalho colaborativo, desenvolve tecnologias de resgate, preservação e provimento de acesso aos bens do patrimônio cultural e da memória científica. O parque tecnológico do Liber é formado por equipamentos altamente especializados para tarefas do ciclo da curadoria digital. O laboratório conta com uma infraestrutura composta por diversos equipamentos de digitalização, tratamento e armazenamento de conteúdos em meio digital.

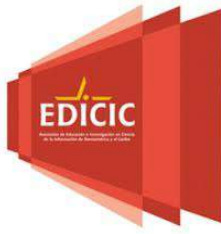


Acervos custodiados e desenvolvidos por projetos realizados no Liber

Arquivo	Descrição
João Alfredo	Arquivo privado do Conselheiro João Alfredo
Daniel Lima	Acervo de manuscritos do Prof. Pe. Daniel Lima
Liêdo Maranhão	Acervo pessoal do pesquisador Liêdo Maranhão
Methódio Maranhão	Biblioteca privada do Prof. Methódio Maranhão
Escola de medicina	Arquivo acadêmico da Escola de medicina
Escola de Belas Artes	Arquivo acadêmico da Escola de Belas Artes
Escola de Biblioteconomia	Acervo da Antiga escola de Biblioteconomia
Escola de Odontologia	Arquivo acadêmico da Escola de Odontologia
BDTD UFPE	Banco de Teses e Dissertações, acervo impresso e digital de Teses e Dissertações da UFPE
Acervo ASCOM	Acervo fotográfico, imagens e clips jornalísticos da Assessoria de Comunicação da UFPE
Acervo do NRTVU	Acervo discográfico de Long plays oriundos das Rádios AM e FM da UFPE, Fitas magnéticas nos formatos Umatic e Betacam oriundas da TV Universitária
Acervo Saturnino de Brito	Plantas de arquitetura de todos os edifícios registrados na Repartição de Saneamento do Recife entre 1909 e 1950.

Resumo das aquisições – Capital (equipamentos e material permanente)

- 72 metros lineares de estantes deslizante para abrigar acervo de manuscritos históricos da coleção João Alfredo
- Equipamento ION Tape Express Plus utilizado para converter registros de áudio analógico (cassete) para o modo digital.
- Equipamento ION USB Turntable utilizado para converter registros de áudio analógico (Longplay) para o modo digital.
- Equipamento VCR 2 PC utilizado para converter registros de vídeo analógico (tapes VHS) para o modo digital.
- Escaner Multifuncional MPC 2050 A3 de 32 bits.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

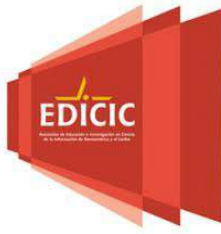
- Scanner planetário A1 Zeutschel OS 21000
- Scanner planetário Kirtas
- Sistema de Armazenamento digital 130 Terabites

O Liber é um espaço de pesquisa vinculado e formado por pesquisadores, docentes e discentes do Departamento de Ciência da Informação da UFPE. O laboratório vem desenvolvendo ferramentas que permitem o gerenciamento e disponibilização de conteúdo em formato digital. Seu objetivo é realizar a preservação, a restauração e a digitalização de documentos, e sua posterior disponibilização através da Internet, tornando cada computador conectado à rede uma porta sem fronteiras para a memória, o patrimônio e a cultura. Seu principal desafio não diz respeito apenas à aspectos técnicos da digitalização de acervos, mas à apropriação da informação e da cultural e à viabilidade do protagonismo cultural de indivíduos, grupos e coletividades. Dessa forma, a informação, memorial ou científica, é entendida como um produto cultural a ser apropriado.

A pesquisa e o desenvolvimento tecnológico da preservação digital e da curadoria no campo da Ciência da Informação (CI) são também atividades e teorizações do campo da Cultura. Como lembra Lima (2016, p. 30): “Refletir sobre a cultura - entendida como os sentidos produzidos e compartilhados - no campo da CI, dentre outras possibilidades, significa pensar o significado dos objetivos da organização das instituições de informação, dos dispositivos culturais, desenvolvidos nos mais variados contextos [...]”. Nesse sentido, um laboratório de pesquisa em Informação e Cultura, e que se propõe ao desenvolvimento de “tecnologia para o conhecimento”, é essencialmente multiusuário.

3.1 Rede Memorial de Pernambuco

Um resultado notável de qualificação multiusuária é a criação de sistemas e redes memoriais (GOUVEIA, GALINDO, 2012). No caso do Liber, temos o exemplo da criação da Rede Memorial de Pernambuco (RMP) que se define como uma articulação interinstitucional destinada à promoção da cooperação através da realização de programas estratégicos de curadoria digital, preservação do patrimônio cultural e científico, e acesso de fontes de interesse, custodiadas por instituições de missão memorial de Pernambuco.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

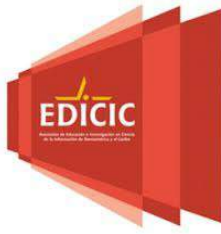
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A RMP busca estabelecer ambiente para pesquisa baseada em infraestrutura digital abrangente que integre as fontes relevantes para a memória e, ao mesmo tempo, disponibilize ferramentas para seu processamento. Os seus benefícios são muitos, especialmente o da oportunidade do exercício de novas formas de colaboração e cooperação, virtuais e interdisciplinares, baseadas em infraestruturas permanentes e sustentáveis; fomento à interoperabilidade nos níveis (estrutural, técnico, semântico; integração virtual de serviços e ferramentas; convergência dos mais diferentes recursos, (dados de pesquisa, dados digitalizados, conteúdos); partilha de recursos: capacidade de processamento, capacidade de armazenamento, serviços/ferramentas, conhecimento; e serviços para a ciência e a pesquisa. Em cenários de pesquisa com grande quantidade de dados a serem processados, a RMP busca organizar a distribuição da capacidade de processamento. No processamento dos resultados das pesquisas, dá suporte à processos colaborativos e oferece plataformas para a publicação dos resultados (Clio e Tainacan) que, a seu turno, se transformam em fontes para novas pesquisas.

Em 2011, por ocasião do Fórum da Rede Memorial realizado na Conferência Sobre Tecnologia Cultura e Memória (CTCM) a rede passou a ser uma organização nacional. Atualmente a Rede Memorial conta com mais de duas centenas de instituições que se declaram signatárias dos princípios da Carta do Recife 2.0.

Considerando que as atividades monousuárias são derivantes da anima custodialista, durante um período longo a história da ciência e tecnologia no Brasil foi marcada pela escassez e competitividade desregrada. As escolhas das agências de fomento se davam, muitas vezes, movidas pelos interesses estratégicos e/ou pelo poder de influência política de seus líderes. Ostentar pessoal de apoio técnico, equipamentos complexos e infraestrutura era considerado símbolo de poder e distinção dos grupos. Mas a ação de práticas pioneiras foi responsável pela concentração de valioso capital intelectual do qual os operadores contemporâneos se servem para construir o conhecimento científico nacional, promovendo a emergência de novos grupos que oxigenam e renovam a ciência brasileira. A formação de infraestruturas multiusuárias, descentralizadas, é importante marco deste novo tempo e atesta a maturidade do nosso sistema de fomento científico.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

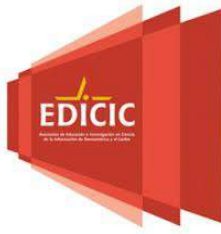
A adoção de práticas multiusuárias evita duplicidade de investimentos e desperdício de recursos, dilui os custos operacionais e garante melhores condições de sustentabilidade para os projetos. A operação monousuária, por sua vez, é mais dispendiosa, notadamente quando não existe demanda suficiente para manutenção permanente. A solução multiusuária partilhada de sistemas de banco de dados, hardware especializado, software, servidores web, armazenamento de dados, além de serviços especializados, é uma solução inteligente para a manutenção. A sustentabilidade dos projetos é um critério valioso para avaliar os investimentos, principalmente quando considerada a infraestrutura necessária para manter o funcionamento perene de infraestrutura de Tecnologia da Informação(TI) em ambientes de colaboração em rede altamente distribuídas.

O termo multiusuário parece ter se popularizado no contexto do *eScience*¹ entre os investigadores do campo científico da informática, domínio onde define um sistema que permite acesso compartilhado e simultâneo de múltiplos usuários, a partir de um único equipamento capacitado para operacionalizar demandas externas. O uso partilhado de recursos humanos, infraestrutura e serviços é uma forma inteligente de gestão, contribuindo para eficiência de gastos públicos para operar áreas estratégicas para ciência.

Para John Taylor que ocupava em 1999 o cargo de Diretor Geral do Conselho de Pesquisa Britânica, o termo e-Science referia-se ao processo de colaboração global em áreas-chave para ciência e para a viabilização da próxima geração de infraestrutura que deveria habilitar os ingleses a um estado de hiper-colaboração. O termo se popularizou quando foi usado para descrever uma iniciativa massiva de financiamento da ciência que se deu a partir de novembro de 2000. E-Science marcou, principalmente, um momento decisivo de mudança do paradigma mono para multiusuário.

A *eScience* é vista como aqueles ramos da ciência computacionalmente intensivos, realizada em ambientes de rede altamente distribuídos, ou ainda os setores da ciência que se servem de conjuntos de dados tão volumosos que requerem *Gridcomputing*. O termo todavia tem sido mais amplamente interpretado como um processo contínuo de inovação. Normalmente, este processo é realizado de forma colaborativa, muitas vezes usando

¹O termo *eScience* cunhado em 1999 por John Taylor, então diretor-geral do the United Kingdom's Office of Science and Technology, tem sido frequentemente utilizado para descrever iniciativas que se enquadram em uma nova forma de organização intensiva dedicada ao trabalho científico, realizada em ambientes de colaboração em rede altamente distribuídos. Notadamente iniciativas que requerem grandes investimentos em infraestrutura e recursos humanos qualificados utilizados para operacionalizar áreas estratégicas para ciência.



infraestrutura distribuída. A eScience engloba um largo espectro de domínios do conhecimento, atua nas diversas fases do ciclo de vida da investigação desde a formulação do problema de pesquisa, por meio de simulações e análise de dados em grande escala, descoberta científica, até o compartilhamento de longo prazo. Aplica-se aos processos de reutilização e reaplicação de dados, bem como ao uso compartilhado de ferramentas relevantes, processos e conhecimento. Engloba ainda aquilo que muitas vezes é referido como *big data*.²

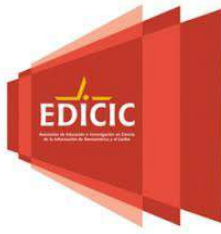
A TI permitiu o desenvolvimento de bancos de dados e a geração de acervos de grande interesse para a cultura e para a ciência. A gestão destes ativos, porém, mostrou que a solução tornou-se um problema de grande impacto para a própria ciência. O custo final de infraestrutura destinada a guarda e manutenção de grandes estoques de informação torna impeditiva a aquisição destes para maior parte dos grupos de pesquisa. A ação monousuária eleva os custos de aquisição, manutenção e expansão de unidades de curadoria digital. Elevam-se também os custos da equipe técnica especializada contratada para operar e manter em condição de uso os equipamentos.

O acervo construído é também o registro e *corpus* utilizado nas pesquisas, especialmente nos campos das artes, ciências humanas e sociais, a recuperação destes dados e seu eficiente reuso depende do eficiente funcionamento dos repositórios e da sua infraestrutura tecnológica, bem como do pessoal técnico qualificado.

Parte do problema poderia ser resolvido utilizando-se a infraestrutura existente na própria universidade, todavia, este parque tecnológico é demandado fortemente pelas áreas acadêmicas, e as demandas de pesquisa acabam se tornando periferia em um processo de difícil solução política. Este problema se incrementa em ambientes altamente impactados pela crise econômica. Nesse cenário, núcleos tecnológicos multiusuários se apresentam não apenas como uma solução natural para a demanda contemporânea, mas a mais inteligente.

A curadoria de ativos digitais é uma demanda universal contemporânea, sentida com grande impacto nas comunidades de investigação científica, especialmente para aquelas que, em função de sua atividade, são geradoras ou gerenciadoras de grandes volumes de dados. O fenômeno conhecido como *Big Data* se manifesta pela emergência de volumosos conjuntos

2IEEE International Conference on Science, homepage acessada em Maio 07, 2016, <https://escience-conference.org/>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de dados, de complexidade tão avançada que os aplicativos de processamento de dados tradicionais ainda não conseguem lidar. Os desafios desta área incluem: análise, captura, curadoria de dados digitais, pesquisa, compartilhamento, armazenamento, transferência, visualização e análise de risco aplicada a preservação digital entre outros.

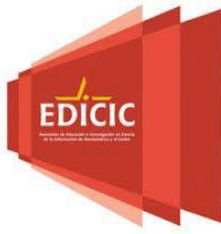
Muitas vezes o termo *Big Data* é utilizado para se referir ao uso de análise preditiva e de alguns outros métodos avançados para extrair valor de dados. Maior precisão nos dados pode levar à tomada de decisões com mais confiança. Além disso, melhores decisões podem significar maior eficiência operacional, redução de risco e redução de custos. O Laboratório Liber concentra sua atividade em um dos ramos desta demanda emergente, especificamente na pesquisa científica que cuida da curadoria de dados digitais do patrimônio científico e cultural.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento da TI propiciou a emergência de novas formas de colaboração, afastando-se das práticas custodialistas para a de preservação, a da interoperabilidade, a do acesso e apropriação da informação e da cultura. A ação do laboratório Liber desenvolve-se na prática da gestão da informação e da memória, tendo em consideração que o alcance da TI é universal e diverso, assim também é sua clientela.

Os avanços científicos gerados a partir da operação desse laboratório multiusuário estão principalmente no desenvolvimento de processos de gestão, preservação e provimento de acesso à estoques complexos de dados. Para tal efeito, é necessário que possua: equipe técnico-científica de competência reconhecida; disponibilize a sua infraestrutura laboratorial e de serviços para usuários internos e externos, não apenas para grupos de pesquisa de sua instituição, como também para outras instituições em quaisquer estados da federação e do exterior; possa atender às necessidades de análises e soluções para produtos e processos apresentados por empresas.

O laboratório Liber tem foco no desenvolvimento de tecnologias de resgate, reconstrução, preservação e provimento de acesso aos bens do patrimônio cultural e da memória científica, no sentido de sua apropriação pelos indivíduos, grupos e coletividades. O



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Liber coloca-se, portanto, como referência no campo da gestão da memória científica e cultural.

5 REFERÊNCIAS

BUSH, V. Como pensamos. In: RIBEIRO, A. E., COSCARELLI, C. V. (Org.). *Hipertexto em tradução*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007. p. 7-32.

GOUVEIA JUNIOR, M.; GALINDO, M. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. *Transinformação*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 207- 217, set/dez. 2012.

HEDSTROM, M. Digital preservation; a time bomb for digital libraries. *Computer and the Humanities*, v.31, n.3, 1997/1998, p.189-202.

LIMA, C. B. *O bibliotecário como mediador cultural: concepções e desafios à sua formação*. 2016. 182f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LYNCH, C.A. Institutional Repositories: Essential Infrastructure for Scholarship in the Digital Age. *ARL*, n. 226, p. 1-7, fev. 2003.

ORTEGA Y GASSET, J. *Missão do Bibliotecário*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

MEMÓRIA INSTITUCIONAL E A ESCRITA DA MEMÓRIA COLETIVA

INSTITUTIONAL MEMORY AND WRITING OF COLLECTIVE MEMORY

Mariana Escher Toller, UNESP
Maria Leandra Bizello, UNESP

Resumo: Quando guardamos objetos ou documentos, fazemo-nos para preservar e conservar, ao longo do tempo, algo que para nós têm uma função ou valor sentimental. Fazemos muitas vezes com propósito de manter viva uma memória. Mas, afinal, estas memórias relacionadas a estes objetos seriam individuais ou seriam uma memória coletiva? “Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objeto que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26). Com o tempo as tipologias documentais foram mudando, assim, como o conceito de documento, superando o conceito que estava preso ao papel. Surgem, portanto, os ditos “novos documentos de arquivo” que levam em consideração documentos audiovisuais, eletrônicos, sonoros, entre outros. No mundo contemporâneo a imagem se fez fundamental, servindo de testemunha documental: fotografias, películas, postais e vídeos. Com o aumento na utilização destes tipos de fonte, surgiram novas políticas de recuperação e conservação (GOULART, 2005, p. 6). Enquanto as organizações têm como motivação mais comum escrever a própria história, a instituição não se preocupa apenas com o corporativismo, pois ao documentá-la criam uma massa de informação que também pertencem à sociedade.

Palavras-Chave: Memória institucional. Documentação digital. Memória.

Abstract: When we keep objects or documents, it is in order to preserve and maintain something with a function or sentimental value; sometimes we do with the purpose of keeping alive a memory. However this would be individual or collective memory? "Our collective memories remain, and they are remembered by other people, even in the case of events in which only we were involved, and only with the object that we saw. This is because, in reality, we are never alone" (HALBWACHS, 1990, p. 26). Over time the documentary typologies were changing, as well as the concept of document, overcoming the concept that was stuck to the paper. Therefore, "new archives records" are born – they take into account audiovisual, electronic, sound, among others documents. Moreover, in the contemporary world the image became important, serving as documentary evidence: photographs, films, postcards and videos. With the increased use of these types of source, new policy for recovery and maintenance of documents were created (GOULART, 2005, p. 6). While organizations have as the most common motivation to write their own history, the institution is not only concerned with corporatism – it creates a mass of information that also belongs to society.

Keywords: Institutional Memory. Digital Documentation. Memory.



Quando guardamos objetos ou documentos, fazemo-nos para preservar e conservar, ao longo do tempo, algo que para nós têm uma função ou valor sentimental. Fazemos muitas vezes com propósito de manter viva uma memória. Mas, afinal, estas memórias relacionadas a este objeto seriam individuais ou seriam uma memória coletiva? “Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objeto que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós”. (HALBWACHS, 1990, p. 26)

Dessa forma, a memória está relacionada à coletividade nas pessoas, instituições, organizações e lugares de memória (OLIVEIRA, 2014, p. 256). Nesta linha, temos um sujeito muito presente na história: a instituição. A instituição é algo presente na sociedade há muito tempo, se a instituição existe, ela formará evidências intrínsecas da sua existência, logo a memória se conceberá. (COSTA, 1997, p. 3)

Para Costa (1997, p. 5)

As instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem nos seios das sociedades e possuem duas facetas simétricas: **lembrar e esquecer**. Pois a memória, como alvo político, passa por discursos e está aliada aos critérios de verdade vigentes na sociedade. É preciso descrever essa *racionalização* presente nas instituições e observar como ela opera tanto no comportamento dos indivíduos como no conjunto das instituições que formam a sociedade. (COSTA, 1990, p.5, grifo do autor).

Por muito tempo, arquivos legitimavam os poderes do Estado e colaboravam para a história tradicional ser reconhecida como ciência. Documentos de história e de administração não se diferenciavam, e a sociedade era excluída destas documentações. Hoje em dia, depois da atuação da Escola dos Annales, a história do Estado se agrega com a história da sociedade, transformando o documento de história em documento da sociedade. (GOULART, 2005, p. 5)

Com o tempo as tipologias documentais foram mudando, assim como o conceito de documento, superando o conceito que estava preso ao papel. Assim, surgem os ditos “novos documentos de arquivo” que levam em consideração documentos audiovisuais, eletrônicos, sonoros, entre outros. No mundo contemporâneo a imagem se fez fundamental, servindo de testemunha documental: fotografias, películas, postais e vídeos. Com o aumento



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

na utilização destes tipos de fonte, surgiram novas políticas de recuperação e conservação. (GOULART, 2005, p. 6)

Segundo Bruno Delmas, estamos em um novo mundo, entramos na chamada sociedade da informação, a sociedade do conhecimento (DELMAS, p. 41). A informática cresceu desde o fim dos anos 1970 e avançou nas tecnologias de *hardwares* e na criação de novos *softwares*. A informática se estabeleceu nas mais diferentes áreas das atividades humanas e deixou de ser uma mera máquina de tratamento de dados e passou para o setor de criação de dados por meio da captura de imagens, de sons ou de fenômenos naturais. Com a chegada da internet nos anos 1990, as redes de comunicação entre computadores e os avanços das telecomunicações geram uma conexão geral das máquinas com a internet. A mudança na transmissão de documentos e de dados permitiu a inovação nos processos de informática e telemática, provocando uma transferência da inovação, passando do procedimento (computador) para os produtos (*smartphones, tablets, aplicativos de software*). Com a difusão da internet, houve uma segunda explosão de produção de documentos em massa, bem maior que a de 1960, em formatos e suportes variados. Com a profundidade destas mudanças foram necessárias adaptações legais e institucionais. Assim, surge na Europa, uma diretiva da União Europeia no ano de 2002 que confere aos documentos eletrônicos a mesma valia do documento em papel, ajudando assim o movimento de globalização atual. (DELMAS, p. 44)

Os diferentes tipos de suportes que os documentos adquiriram após a revolução industrial, não mudou a natureza do documento de arquivo. Documentos tradicionais ou eletrônicos registram a ação de uma pessoa em um determinado momento. (DELMAS, 2010, p. 130)

Para Delmas, os documentos digitais trazem grandes vantagens como a acessibilidade quase que instantânea e de forma simultânea, muitas vezes gratuita e compartilhando com muitas pessoas em grande parte do mundo. Temos como consequência a formação em vários níveis, acadêmicos ou profissionais em cursos *on-line*, difusão da cultura (acesso a museus *on-line*, livros, filmes), a democratização do conhecimento. Os documentos digitais ou digitalizados se tornaram o centro da sociedade da informação, sendo um grande contribuinte da globalização. (DELMAS, 2010, p. 45)

Estas “novas fontes” situam-se armazenadas em arquivos, de instituições privadas ou públicas. Estes arquivos, no entanto, muitas vezes, estão fora de acesso ao público seja por



motivos de falta de transparência ou desorganização de arquivos, já que não existem mecanismos reguladores para seu recolhimento e preservação. Apesar de existir na legislação, sob a lei nº 8.159, a menção de arquivos privados de interesse público, considerados de interesse a sociedade, não há controle sobre eles. (GOULART, 2005, p. 9)

Art. 12 - Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional (Constituição Brasileira, a lei nº 8.159, capítulo III, artigo nº 12)

Esta lei vigente para arquivos, transfere a responsabilidade de preservação para o estado, já que considera o interesse público e social nos arquivos, mesmo de fundos privados, de pessoas físicas ou jurídicas que contenha documentos de interesse históricos, culturais e de desenvolvimento nacional. Seria responsabilidade do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) identificar e proteger tais arquivos. Aos proprietários e detentores destes arquivos cabem mantê-los e, em caso de alienação o Estado, tem preferência em sua apropriação. Porém, na prática, o Estado não tem controle destes patrimônios, não conseguindo assim impedir a destruição ou dispersão destes, como também não consegue arcar com as medidas para sua preservação. Apesar destes fatores, algumas empresas públicas e privadas começaram a tomar algumas medidas para a organização de seus arquivos permanentes. Esta organização ainda possui algumas lacunas, pois a documentação gerada pelas administrações ainda sofre com o recolhimento inconstante, descarte indiscriminado, ausência de condições de conservação que leva a desastres naturais. (GOULART, 2005, p. 13:14)

Por meio da sua produção documental, as instituições refletem as formalizações da sociedade, demonstram a cultura: hábitos, usos, costumes, comportamentos, etc. As instituições deixam vestígios das mais diferentes maneiras e estes produtos deixados pela ação humana se tornam documentos carregados da memória social. (COSTA, 1997, p. 4)

A instituição produz, então, de forma orgânica documentos de arquivo. Pode-se dizer que os documentos de arquivo são um escrito ou registro que independente de seu suporte, têm um valor probatório, informativo e permanente, sejam eles documentos administrativos ou jurídicos. Desse modo, podemos dizer que os documentos de arquivo são funcionais e que por isso têm um caráter institucional. Produzidos para e por uma ação, necessariamente, os documentos contêm uma informação, texto ou dado, datado, com local determinado, segundo



modalidades e sobre um objeto. Assim, o entendimento de documentos institucionais deve ser completado pelo conceito de informação orgânica, que faz parte dele. (DELMAS, 2010, p. 131)

Para entender essa relação entre memória e instituição, devemos assumir como definição de memória institucional:

A construção do conceito de memória institucional busca identificar os elementos conceituais que atuam no processo de institucionalização das relações sociais. Isto porque, para compreendermos as relações entre memória e instituição é necessária uma articulação com a noção de sociedade/socialização, vista aqui como um processo que indica o conjunto das experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos, bem como a imagem que têm de si e do outro, em suas relações com as instituições existentes na sociedade. (COSTA, 1997, p. 32).

Não é possível que haja instituição individual, uma vez que é a essência da instituição ser coletiva. Em um primeiro momento, a ação da instituição se desprende da mesma, para ser modificada e, em seguida, voltar para ela em uma forma de evidência. O acontecimento, que consideramos como singular, só é reconhecível a posteriori, ou seja, depois de instituído. (COSTA, 1997, p. 34).

Para Le Goff (1996, p.205), a distinção entre presente, passado e futuro é que faz a memória ganhar espaço e se libertar do presente e implica a instituição de uma memória coletiva, incluindo dentro dela a memória individual.

A memória é algo mais do que recuperar informações passadas, é se preocupar em documentar e preservar enquanto ainda é presente. Quando isso ocorre é denominada memória-arquivo que pode estar em diversos suportes e reproduzindo informações, conhecimento, dados ou memórias. Para lidar com a memória-arquivo, foram criadas as instituições-memória – arquivos, bibliotecas e museus. Estas instituições-memória são secundárias e surgem como um desdobramento de instituições que produziram documentos de memória. As instituições-memória organizam a memória ao longo do tempo e são responsáveis pela rerepresentação destes documentos-memória. (COSTA, 1997, p. 34)

Além da memória-arquivo a instituição produz um outro tipo de memória – a memória-acontecimento, também denominada como memória-caos ou memória-virtual. A memória-acontecimento é produto do caos, do pensamento e do tempo puro. Ela é a responsável pelo novo, pela criação, mas nem sempre se efetiva. Ao sair do caos, a memória



encontra com a esfera do pensamento e cria a possibilidade de se efetivar como prática social. (COSTA, 1997, p. 35)

A memória, em um primeiro momento, remete-nos às funções psíquicas naturais do homem, a qual o homem pode “reviver” acontecimentos que ele representa como passados. (LE GOFF, 1996, p. 433)

Para Le Goff (1996, p. 427), estudar a memória social é uma das vertentes fundamentais para tratar os problemas do tempo e da história. É necessário frisar as diferenças entre sociedades de memória orais e sociedades de memória escrita, assim como a fases de transição das memórias orais e escritas.

Segundo Maurice Halbwachs (1990, p. 25-37), existem diferentes tipos de memória: a individual e a coletiva. A memória não é só um caso de interiorização individual, mas também uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, moldada pela família e pelos grupos sociais. Podemos dizer, ainda, que a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva. A memória está associada a lembranças e passa por processos de seleção. A lembrança frequentemente passa por processos de modificação por meio de imagens e informações que nos são impostas, podendo reproduzir mal o passado. Algumas lembranças reais passam por um processo e se juntam a uma massa de lembrança adquiridas. Por conseguinte, para reconstruirmos uma lembrança apagada muitas vezes recorreremos a discursos de terceiros, modificando a nossa memória, resultando disto a oposição da memória individual e da coletiva. Halbwachs ainda propõe que se uma lembrança é apagada da nossa memória é porque não fazemos mais parte do grupo que a conserva, e não é suficiente apenas reconstruirmos esta memória parte por parte nos apoiando em outros. A memória coletiva, então, está sempre fragmentada em diversas partes, pois permanece em diferentes pessoas de um mesmo grupo, apoiando-se um relato no outro para se reconstituir. (HALBWACHS, 1990, p. 25-37)

Ao tratar sobre a memória Paul Ricoeur (2008, p. 97-110), destaca a “memória convocada a lembrar” ou “obrigada a não esquecer”, consequência de políticas de memórias provocadas no nível ético-político por grupos que, com receio do esquecimento de certos fatos, atuam no presente de forma que buscam manter suas lembranças vivas. Ricoeur ainda ressalta a “memória manipulada” ou “memória instrumentalizada”, estas lembranças são



resultados de ações de pessoas que querem impedir as recordações de alguns acontecimentos de forma a apagar ou implantar uma outra versão.

Marc Bloch (2001, p.97) afirma que a história acaba se tornando um mecanismo de tradição. Os fatos históricos são produtos da intervenção do historiador, assim, a pesquisa sobre a memória coletiva deveria colocar à frente as casualidades das ações sociais, não levando em consideração os estudos empíricos sobre os padrões de comportamento. Partindo de uma crítica ao conceito de “verdade”, no sentido da memória coletiva, que está estruturado o argumento de Bloch. Como o mesmo escreveu “deveria ser supérfluo lembrar que, inversamente, os testemunhos mais insuspeitos em sua proveniência declarada não são, necessariamente, por isso, testemunhos verídicos”. (BLOCH, 2001, p. 97)

Andreas Huyssen evidencia que, em um mundo aficcionado pela memória, o esquecimento é visto com receio e repetidamente ligado a uma “inaptidão para comunicar”, com “um fracasso evitável ou com uma regressão indesejável”. Assim sendo,

[...] falamos com facilidade de uma ética do trabalho da memória, mas provavelmente negamos que poderia existir uma ética, muito mais do que simplesmente uma patologia do esquecimento. (HUYSSSEN, 2005, p. 22).

Articulada em ações do presente, a política de memória tem em vista manter a memória do acontecimento e os meios para interpretação dos acontecimentos futuros e ainda as ações que lembram e expõem, ou esquecem e encobrem, acontecimentos e interpretações de um tempo passado.

Uma instituição pode ser analisa em sua gênese, quando se constitui historicamente, para trazer à luz a articulação de seus discursos, de suas técnicas, como relações de saber que se dão em práticas sociais, a fim de que daí se extraiam as matrizes que tornam possível sua emergência. Entendemos que o comportamento e a prática é o que fazem as instituições e definem o caminho do processo de institucionalização. A pratica institucional é um virtual se atualizando nas organizações. O processo de atualização da ideia de instituição, de conteúdo virtual, é uma diferenciação que se dá num campo problemático que é a sua condição. A instituição emerge como criação, como resposta (atual) a determinado problema (virtual) engendrado no campo social. (COSTA, 1997, p. 5-6).

Dessa forma, a instituição se renova dentro das organizações para atingir sua natureza: a de reprodução. As ações institucionais são repetitivas, são hábitos que fazem com que a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

instituição funcione de forma homogênea. Porém, ela supera o conjunto dos meios que caracterizam a organização. (COSTA, 1997, p.7)

Devemos, no entanto, sempre diferenciar Organização de Instituição e memória institucional com memória organizacional. Memória organizacional privilegia a memória em favor da eficiência, já a institucional não se limita a apenas isto, ela busca na memória a não só a eficiência mas a legitimidade, privilegiando sempre a informação. (COSTA, 1997, p. 7)

Enquanto as organizações têm como motivação mais comum escrever a própria história, a instituição não se preocupa apenas com o corporativismo, pois ao documentar a sua história criam uma massa de informação que também pertencem a sociedade. (GOULART, 2005, p. 14-17)

Podemos concluir, assim, que os trabalhos sobre memória institucional, vem ganhando ampla importância, com as novas tecnologias e novos tipos de documentação, a massa de informação vai atendendo as necessidades nas áreas de comunicação, administração, uso e recuperação da informação de uma forma a compreender melhor a trajetória histórica de uma instituição.

Referências

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm > Último acesso em 19/05/2016

COSTA, I. T. M. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

DELMAS, B. **Arquivos para quê? Textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

GOULART, S. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação de arquivistas de São Paulo, 2005.

HALBWACHS, M. A. **Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice: 1990.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

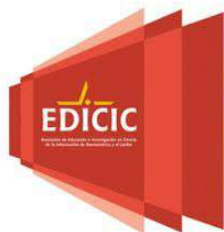
HUYSSSEN, A. Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, A. e MOREIRA, S. (org.). **Comunicação, Acontecimento e Memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4ª ed. Tradução de Irene Ferreira *et al.* Campinas: UNICAMP, 1996.

OLIVEIRA, S. R. de. **Memória Institucional: lugar de (re) construção de uma memória coletiva?** In SOUTO, Leonardo F. *Gestão da informação e do conhecimento: práticas e reflexões* Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 3-15.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain Fraçois. Ed. Unicamp, 2008. 536p.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

PIONEIRISMO E AÇÃO NO REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DA DISCOTECA ONEYDA ALVARENGA

*EXPLORATION AND ACTION ON RECORD OF INTANGIBLE HERITAGE IN BRAZIL:
THE EXPERIENCE OF DISCO ONEYDA ALVARENGA*

Ana Paula Silva, UFMG

Resumo: Este artigo apresenta os processos de construção do patrimônio cultural imaterial, evidenciando a sua originalidade e inovação em acervos musicológicos e etnográficos, através do histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. A constituição do acervo etnográfico, com gravação em suporte não-convencional, foi criado como resultado das viagens e estudos promovidos pela Missão de Pesquisas Folclóricas e a este se soma outros trabalhos pioneiros no Brasil, que inauguraram os projetos de pesquisa científica dedicados à cultura brasileira. Todos os materiais recolhidos pela Missão foram organizados por Oneyda Alvarenga e encontram-se disponíveis à consulta pública na Discoteca Oneyda Alvarenga, na cidade de São Paulo, no Centro Cultural São Paulo (CCSP). A discussão deste tema, no âmbito da Ciência da Informação, tem como objetivo evidenciar a importância da produção de conhecimento e informação acerca da manutenção e gerenciamento de acervos não-convencionais, destacando-se os aspectos referentes ao patrimônio cultural, folclore e acervo audiovisual, com vistas a ampliar a reflexão desta discussão na área.

Palavras-chave: Informação. Patrimônio imaterial. Discoteca.

Abstract: This article presents the construction processes of the intangible cultural heritage, emphasizing its originality and innovation in musicological and ethnographic collections, through the history of the club Oneyda Alvarenga. The constitution of the ethnographic collection, with recording unconventional support, was created as a result of travel and studies promoted by the Folkloric Research Mission and this adds other pioneering work in Brazil, inaugurated the scientific research projects dedicated to Brazilian culture. All materials collected by the Mission were organized by Oneyda Alvarenga and are available for public consultation at the Disco Oneyda Alvarenga, in São Paulo, São Paulo Cultural Centre (CCSP). The discussion of this issue within the Information Science, aims to highlight the importance of the production of knowledge and information about the maintenance and management of unconventional collections, the highlighting aspects relating to cultural heritage, folklore and audiovisual collection, to broaden reflection of this discussion in the area.

Keywords: Information. Intangible heritage. Disco.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta a concepção, implantação, desenvolvimento e principais ações da Discoteca Oneyda Alvarenga. Possui como objeto de análise a apreensão do processo de construção do patrimônio cultural no Brasil, em especial o patrimônio imaterial através da ação pioneira no cenário cultural brasileiro da Discoteca Oneyda Alvarenga.

A Discoteca Oneyda Alvarenga, criada por Mário de Andrade, em 1935, época em que era Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, órgão que se orientava para a implantação e manutenção de diversas instituições de estudo, pesquisa e promoção de serviços culturais, é atualmente a maior discoteca pública do Brasil, e ao longo de sua história foram desenvolvidos por ela pesquisas sobre etnomusicologia, bem como dos costumes e tradições da cultura popular brasileira.

O nome da discoteca foi alterado de Discoteca Pública Municipal (DPM) para Discoteca Oneyda Alvarenga (DOA), em homenagem à sua primeira diretora, Oneyda Alvarenga, musicista, musicóloga, poeta e discotecária. Oneyda foi discípula de Mário de Andrade e, desde o momento em que o olhar modernista fixou-se sobre a cultura nacional, vemos na figura da homenageada um exemplo de ação e reflexão sobre as possibilidades de construção de acervos específicos, voltados à proteção material e imaterial da cultura popular.

Este artigo apresenta como foi possível, na DPM, garantir o acesso aos bens culturais vinculados aos processos de preservação e informação, temas de importância e interesse a todas as áreas relativas ao patrimônio cultural, no Brasil ou no exterior. Para tanto, apresentamos um breve histórico da evolução do patrimônio cultural e da ciência da Informação, bem como das questões que permeiam a relação entre ambos, presentes na manutenção, guarda e disseminação de registros culturais. Como locus de observação desta temática, demonstramos a Discoteca e a Missão de Pesquisas Folclóricas (seu acervo de maior vulto) como principais pontos de análise do estudo e concluímos com as possibilidades de desdobramento do estudo sobre o patrimônio imaterial e de coleções em audiovisual.



2 PATRIMÔNIO CULTURAL E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação, como ciência social aplicada, tem como centralidade a informação, colocando-se como um espaço de geração de conhecimento e constituindo-se como objeto de análise, quantificação e mensuração, em termos das diversas aplicações do saber humano. Seu desenvolvimento se dá como resultado das transformações sociais no âmbito da sociedade, bem como da inclusão das tecnologias decorrentes dos estudos e inovações da área da informática, a partir da década de 1950, associada aos conceitos advindos das áreas da documentação e da biblioteconomia.

Três fatos podem ser considerados como responsáveis e necessários à formação da Ciência da Informação: a explosão da informação, a implosão do tempo e a tecnologia. Na realidade, pode-se afirmar que, a partir do advento da informática, foi possível o armazenamento e a mais ampla distribuição de enormes volumes de informação. No que se refere à produção científica, tal fato pode ser comprovado pelo crescimento da literatura científica, originando grandes bancos de dados e sistemas de recuperação da informação, determinantes para que os teóricos e os profissionais da informação voltassem seus estudos para soluções demandadas por esse crescente e rápido fluxo informacional.

Por outro lado, isso teve como consequência a rápida velocidade na transmissão das informações, o que também se reflete em um novo modo de produção, em que a distância foi compensada pela economia de tempo, fator indispensável à organização de diferentes esferas sociais. Esses elementos são inerentes à concepção da sociedade da informação, definida, assim, por ser uma sociedade que possui a informação como elemento primordial em seus processos de formação social. No campo científico, a Ciência da Informação surge como consequência desse momento histórico, que se traduz na formulação a seguir:

[...] tais mudanças provocaram simultaneamente uma mudança epistemológica. Isso nos faz constatar que, hoje, o objeto da Ciência da Informação não é mais o mesmo da biblioteconomia e de suas veneráveis disciplinas coirmãs. Não é mais a biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto, mas a informação (LE COADIC, 1996, p. 21).

Além da interface que mantém com essas três áreas (documentação, biblioteconomia e arquivologia), a Ciência da Informação ainda possui estreita relação com os campos da Ciência da Computação, da Comunicação, das Ciências Cognitivas e outras afins; tal



realidade demonstra uma das características essenciais da Ciência da Informação, que é sua natureza interdisciplinar.

A Ciência da Informação insere-se no campo das Ciências Sociais, pois possui a preocupação de esclarecer seu objeto, a informação, em uma realidade social concreta, voltada para o ser social que procura a informação como mecanismo de interação social e/ou como artefato para a construção de serviços de informação. O conceito desenvolvido por Saracevic (1996) reafirma seu enfoque contemporâneo:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Considerando o contexto histórico da Ciência da informação e de suas dimensões teóricas e conceituais, a linha de estudos informação, cultura e sociedade, área de concentração em que se inseriu a tese, objeto de análise deste artigo, tem como escopo de investigação

[...] a informação enquanto fenômeno social, apreendendo-a a partir de seus domínios epistemológicos e contextos sociais. São contemplados estudos e pesquisas que abrangem as inter-relações da informação com as esferas do Estado, da sociedade civil e da cultura, e seus desdobramentos nas sociedades contemporâneas (REIS, 2007, p. 23).

Nos estudos dedicados à cultura e a memória na Ciência da informação, em especial aqueles relativos ao patrimônio cultural, ressalta-se, que este se constitui, antes de tudo, como um conjunto de saberes, de ações e de registros. Ou seja, é percebido como objeto de transmissão às gerações atuais e futuras de informações, sentidos e valores, fundamentais para a construção de identidades coletivas e para a fruição estética. Em relação ao patrimônio cultural, sua característica, como todos os outros relativos à produção social, está imbuída de contradições, limites e disputas de poder, estando presente o caráter polissêmico dos termos informação e patrimônio, cercando-os de ambiguidades.

O tema do patrimônio cultural vem alcançando, na literatura da Ciência da Informação, destaque progressivo no cenário nacional e internacional e as discussões a respeito do papel da informação estão presentes nas políticas de proteção ao patrimônio, que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

incluem desde a legislação acerca das definições do vasto acervo que forma o patrimônio cultural, até as determinações legais sobre a atuação dos diversos profissionais nesse espaço.

No contexto atual, evidenciam-se inúmeras iniciativas registradas pela produção técnico-científica da área e, também, aquelas de caráter interdisciplinar, ressaltando-se, neste caso, publicações dos campos de Biblioteconomia, Arquivologia, História, Arquitetura e Museologia, que denotam preocupações de órgãos, de instituições e empresas, de comissões, de pessoas e, de modo amplo, da sociedade com a preservação do conhecimento mundial. O trabalho em torno da proteção do patrimônio cultural se diversifica em função da natureza dos objetos e de sua relação junto às sociedades, que os mantêm e os legitimam.

O termo patrimônio originou-se da palavra *pater*, que significa pai ou paterno. O patrimônio representava, como ainda representa, os bens de herança que são transmitidos aos filhos. Ao longo dos tempos, o significado do termo patrimônio estendeu-se aos bens de determinados grupos sociais, que eram passados para as gerações futuras como forma de transmitir seus conhecimentos e seu poder de dominação.

É compreendido, como patrimônio cultural - um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, subdivididos em patrimônio material e imaterial. No patrimônio material, incluem-se acervos arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Quanto ao patrimônio bibliográfico, este se insere na grande categoria de patrimônio documental, que pode ser entendido como acervos arquivísticos (particulares ou públicos), acervos iconográficos e acervos bibliográficos de instituições públicas e particulares. Estes acervos, constituídos por materiais bibliográficos e não bibliográficos, registram, em última análise, a produção técnico-científica e cultural da humanidade e estão contidos em suportes diversificados e armazenados em ambientes, às vezes inadequadas ao acondicionamento ideal.

A concepção de patrimônio associa-se aos meios de manutenção e de pertencimento da sociedade, que detém o direito ao legado histórico refletido nas coleções e acervos. Historicamente, foi na França, a partir da Revolução de 1789, que a atuação dos antiquários entrou em declínio, quando o Estado assumiu e passou a centralizar as atividades



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

preservacionistas. A partir desse momento, iniciou-se a proteção legal de bens culturais, permitindo, assim, que se ampliasse a noção de patrimônio histórico, como relíquias herdadas por toda uma geração de pessoas e não mais por grupos sociais isolados. Por conseguinte, os bens culturais estariam disponíveis ao uso e benefício do povo. Acrescenta-se, também, que a conservação baseada nas práticas particulares deu lugar a uma atividade do Estado como protetor dos bens gerais.

Com a Revolução Francesa, os bens culturais adquiriram uma identidade nacional e foram apoiados por uma legislação específica. Pela primeira vez surgiu a função social da preservação do patrimônio:

[...] a efetivação da preservação dos bens culturais só se encontra socialmente definida, ou seja, só aparece como fato social, quando o Estado assume a sua proteção e, através da ordenação jurídica, os institui e delimita oficialmente enquanto bem cultural, regulamentando o seu uso, a finalidade e o caráter desses bens dentro de leis específicas de propriedade, zoneamento, uso e ocupação do solo (FONSECA, 1997, p. 54).

No Brasil, o patrimônio histórico e artístico nacional foi citado pela primeira vez como objeto de proteção obrigatória pelo poder público- na Constituição de 1934, sendo que cabia à União e aos Estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico. Mais tarde, o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, primeira lei nacional de proteção ao patrimônio no Brasil, oficializou o resguardo dos nossos bens culturais. Atualmente, o alerta para a perda de inúmeros bens da nação, incluindo o meio ambiente, os costumes, as línguas e as tradições, é feito constantemente através de instituições de todos os níveis e orientações. Segundo Possamai (2000),

O patrimônio hoje é preocupação de um número expressivo de países em todo o mundo, reunindo profissionais de diversas áreas, que compartilham os postulados técnicos e teóricos relacionados a essas tarefas. As discussões sobre o patrimônio abrangem um grande número de aspectos, que vão desde a identificação de um conjunto cada vez mais abrangente de bens culturais – incluindo não apenas monumentos, mas também os bens naturais e etnológicos – até o gerenciamento e sustentabilidade dos patrimônios.

Existe, atualmente, uma preocupação no que se refere ao reconhecimento dos cidadãos pelo bem tombado. Em nosso país, muitos ainda relacionam a ação de preservação patrimonial a uma atividade meramente acadêmica, pouco relacionada com a luta pela democracia e os direitos de cidadania, o que tem dificultado a divulgação das ações de



preservação e a participação mais ativa da população. É urgente o reconhecimento pela sociedade do bem preservado, bem como de uma identificação com esse mesmo bem.

2.1 Alterações de conceitos e princípios do patrimônio cultural: em evidência o patrimônio imaterial

Durante a década de 1970, iniciou-se um processo de ampliação do conceito de patrimônio; tal alteração referiu-se à oposição dos sujeitos à concepção tradicional colecionista, perspectiva dominante até então. Tal situação promoveu um novo pensar na definição do que é patrimoniável e se refletiu, sobretudo, na inclusão e guarda de formas e modos de fazer culturais, gerando novos acervos e outras categorias de memória e tradição.

A tendência internacional, moldada por iniciativa de modernização da política cultural, promoveu uma reflexão crítica e uma renovação conceitual no ramo da preservação do patrimônio cultural, que resultou na ampliação da noção de patrimônio e na adoção do conceito de bens culturais, os quais passaram a ser concebidos como elementos importantes para o desenvolvimento autônomo do país/estado/cidade/região/localidade.

No Brasil, a Constituição de 1988 forneceu espaço para a formulação de legislações locais que garantem o acesso e o direito à memória. Houve uma mudança de direcionamento que culminou com a ampliação da noção de patrimônio, garantindo em lei a participação das comunidades no processo de preservação, inclusive com a qualificação de mão de obra e a inauguração de instituições como as “sociedades dos amigos”, que atuam como garantidoras de melhores recursos financeiros e de apoio às atividades de proteção ao patrimônio.

Tais medidas, aliadas ao processo de redemocratização, possibilitaram a inclusão de uma maior diversidade cultural nas medidas protetivas, dando ao objeto/documento maior participação popular no efetivo uso social dos espaços de memória. O patrimônio, com uso social, contribuiu para que diferentes movimentos da sociedade passassem a se ocupar da referida questão, identificado como campo propício à formação de novas identidades coletivas.

Estas alterações proporcionaram, no cenário brasileiro, novos princípios e práticas capazes de imprimir um caráter mais dinâmico, de centros de informação, lazer e de educação do público. Acrescentaram-se novas atribuições àquelas já tradicionais de conservação, tratamento e exibição de acervos, incluindo, dentre estas atividades educativas, eventos culturais e de entretenimento (turismo cultural).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Estes espaços de memória tornaram-se, hoje, instrumentos de extensão cultural, desenvolvendo atividades para atender a um público diversificado, estendendo sua atuação para além de suas sedes, chegando a escolas, fábricas e periferias da cidade. Além de oferecer serviços *on-line*, publicações, dentre outros, a questão patrimonial, na atualidade, centra-se na dualidade: memória x acesso, pautada pela ação dessas instituições na sociedade da informação.

Entretanto, diante do exposto, podemos acrescentar que, para que as instituições sejam produtoras de conhecimento, no contexto da sociedade atual, devem utilizar, em seus processos produtivos, ações e orientações capazes de adequar a esta nova realidade. Nesse sentido, é crucial perguntar: quais são os questionamentos que a necessidade de preservação do patrimônio histórico-cultural suscita? Afinal, por que preservar?

No que se refere aos bens culturais imateriais, de acordo com Márcia Sant'Anna (2003, p.52), a ideia de preservar o patrimônio imaterial não surgiu das práticas preservacionistas da sociedade ocidental, associadas à cultura material, mas nos países do Oriente e do chamado “Terceiro Mundo”. Sobre o registro do patrimônio imaterial, a autora afirma: “não é um instrumento de tutela análogo ao tombamento, [...] que pode também ser complementar a este. [...]. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, [...]”.

Portanto, é necessário realizar uma contextualização, a partir de bibliografia especializada, das políticas de patrimônio cultural, em particular, sobre o patrimônio imaterial, elaboradas e implementadas no Brasil. Foi somente a partir da Convenção sobre o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO¹, 1972) que os países do Ocidente começaram a entender a importância de preservar o patrimônio cultural imaterial, mas foram poucos os países que legislaram nessa direção, a exemplo da França.

No Brasil, os ideais de preservação do patrimônio imaterial remontam ao Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, de Mário de Andrade, na década de 1930, quando era evidente a preocupação em proteger os saberes e costumes do povo brasileiro.

¹A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), fundada em 1946, é uma agência especializada do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) que foi originada a partir da ‘Liga das Nações’. O Brasil é um Estado-membro desde a criação da UNESCO e participou de todas as conferências culturais promovidas pela Instituição.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Do fim dos anos 1950 até o final de 1990, a UNESCO promoveu uma série de convenções, recomendações e cartas, realizando-se, em 1989, a Conferência Geral na qual se adotou a “Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e popular”, único texto jurídico internacional na matéria, em vigor até os dias atuais.

A edição, no Brasil, do Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000), significou uma tentativa de enfrentar, de algum modo, os desafios propostos à salvaguarda deste tipo de patrimônio. Com o objetivo de “implementar política de inventário, registro e salvaguarda desses bens”, o decreto presidencial também sugeriu os diferentes domínios que compõem essa dimensão do patrimônio, por meio da criação dos livros de registro, voltados para os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, 2006).

A grande inovação presente nesse decreto, para o trato do patrimônio imaterial, refere-se a sua forma de registro e à relação que este deve manter com a sociedade. Ressalte-se que os Instrumentos de Registro dos bens imateriais não são fechados, normativos e restritivos, mas abertos aos pontos de vista e expectativas dos portadores de tradições culturais específicas, pressupondo a dinâmica própria dessas tradições, sem pretender, portanto, “engessar” suas formas e conteúdos no tempo e no espaço.

Além do Registro, instrumento legal que possibilita a produção de conhecimento sobre o bem cultural, destaca-se o “Inventário Nacional de Referências Culturais” (INRC), uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN, cujo objetivo é a identificação e a produção de conhecimento sobre bens culturais de natureza imaterial. Esses instrumentos, como parte do Plano de Ações de Salvaguarda, auxiliam a formulação de políticas públicas na área. O Decreto 3.551, além de instituir o Registro, apresenta a criação de mais quatro livros destinados à proteção do patrimônio cultural brasileiro, conforme se segue:

Artigo 1º – Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000).

Vale notar que, em um dos parágrafos do seu artigo primeiro, o decreto também prevê a possibilidade da criação de novos livros de registro, caso se faça necessário; tal fato é de suma importância, dado o caráter dinâmico dos bens imateriais. Entretanto, é imprescindível compreender que o registro e o inventário, além de consolidar um bem intangível, proporcionam a formação de registros. Conforme salienta Fonseca,

[...] embora o registro não crie direitos de autor ou de propriedade intelectual para os detentores desse patrimônio, a documentação produzida pode servir de prova para a reivindicação de direitos. Pode, também, ser recurso importantíssimo para a validação de eventuais impactos sobre a dinâmica social dos grupos em questão, de intervenções feitas por agentes externos, ou mesmo subsidiar decisões da própria comunidade, sobretudo aquelas voltadas para a salvaguarda de seu patrimônio cultural (FONSECA, 2009, p. 29).

As manifestações culturais podem se perder se não houver quem a manifeste. Entretanto, o registro torna-se fonte de informação e referência cultural: o conceito de referência cultural delimita o entendimento que confere a especificidade do patrimônio cultural imaterial, uma vez que inaugura no cenário teórico a possibilidade de gestão e de conservação. Para tanto, é fundamental preservar as informações presentes nas manifestações e celebrações culturais. De acordo com Márcia Sant'Ana,

[...] o princípio do trabalho de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial é compartilhar responsabilidades e informações. É desenvolver em estreito contato com os grupos sociais, que produzem, reproduzem e transmitem esse patrimônio os projetos de mapeamento, identificação, registro e fomento à valorização e à continuidade de bens culturais (SANT'ANA, 2003, p. 9).

No caso do Brasil, são ainda recentes para os estudiosos da área de preservação as experiências de reconhecimento do patrimônio imaterial. Nessa mesma direção, garantir o protagonismo e a autonomia dos detentores dos saberes e fazeres nos processos de preservação e difusão dos seus valores, das suas crenças, dos seus costumes, é uma questão que requer a mobilização comunitária durante a solicitação do Registro. É importante, portanto, manter a autonomia desses sujeitos durante o processo de salvaguarda, de forma a diminuir as distâncias entre as decisões tomadas pelos representantes do Estado e a realidade do universo dessas manifestações culturais.



O processo de autonomia, referido pelo IPHAN como um ponto fundamental para a salvaguarda dos bens constituídos como patrimônio imaterial, envolve, dentre outras questões, o desenvolvimento de recursos humanos e materiais para as melhorias das condições de sustentabilidade dos indivíduos e grupos envolvidos. A partir dessas discussões, o diálogo permanente dos agentes públicos com as comunidades envolvidas deve ocorrer durante os processos de registro e salvaguarda, em especial, o acompanhamento dos Planos de Salvaguarda.

2.2 Ciência da Informação, os estudos de patrimônio culturalimaterial e a Discoteca Oneyda Alvarenga

Especificamente no campo da Ciência da Informação, como é possível contribuir para o desenvolvimento do patrimônio cultural, e em especial ao patrimônio imaterial? Talvez a explicação se concentre em como a CI pode auxiliar na medida em que se propõe a estudar a interação do indivíduo e da sociedade, numa perspectiva crítica e interdisciplinar, buscando conhecer o indivíduo no conjunto de suas relações sociais a fim de responder à questão de como o homem é sujeito da história e transformador de sua vida e da sua sociedade, assim como qualquer outra área da Ciências Sociais.

Desta forma é fundamental pensar o lugar e as possíveis contribuições da CI para o campo do patrimônio, ou como refere MAGALHÃES (2006), “*a construção de novos caminhos e novas articulações, o que implica num compromisso sério e não menos difícil aos pesquisadores que a esse tema se dedicarem*”, (p. 54). A CI, ao lançar o seu olhar sobre o patrimônio cultural, possibilita visualizar outros caminhos ou modos de compreender a sua inclusão junto às instituições e à sociedade. O patrimônio cultural é um conjunto de saberes, de acervos, que em última análise é informação. Na medida que avançamos em pensar o patrimônio, historicamente percebemos a evolução desta construção dual dos aportes informacionais que se fazem presentes ao longo do tempo.

Seguindo este pensamento podemos deduzir que atualmente as questões relativas ao patrimônio são também questões informacionais, se tomadas sob a perspectiva dos desafios que recaem sobre os repositórios informacionais, as transferências de informação entre os sujeitos responsáveis pela gestão de instituições especializadas, bem como a transferência de conhecimento existente na sociedade que como já dissemos mantém e legitima os patrimônios



culturais. Ou, em última análise, dos aportes informacionais que se fazem presentes ao longo da história.

A justificativa por eleger a Discoteca Oneyda Alvarenga como objeto de pesquisa concentra-se em explicitar o que tornou possível, na Discoteca, garantir o acesso aos bens culturais vinculados aos processos de preservação e informação, temas que são de importância e interesse a todas as áreas relativas ao patrimônio cultural, seja no Brasil ou no exterior.

Em razão da importância e significado da discoteca municipal, revelado pela literatura, constituiu-se como questionamento do estudo compreender sua criação, que inova, no Brasil, a construção de acervos etnográficos em suporte magnético, além de criar um espaço para a consulta de áudio e imagem, possibilitando a pesquisa em suporte audiovisual, bem como a utilização do uso da imagem (fotografia e cinema) como suporte metodológico na pesquisa etnográfica. A utilização da imagem fundamentaria a materialização de um patrimônio imaterial: tradições, gestos, músicas, danças, sons e falas, podendo ser capturados, vistos e entendidos, enquanto testemunhos dos sujeitos e/ou comunidades observadas.

Tendo em vista a pertinência do tema no campo da Ciência da Informação, cabe articular três referências tendo como ênfase o trabalho de investigação em termos da atuação e possibilidades da informação no espaço do patrimônio cultural, em especial o patrimônio imaterial. Tais pontos norteiam a estrutura do texto de acordo com os seguintes tópicos:

- a) Patrimônio cultural e Ciência da informação;
- b) Mário de Andrade, Oneyda Alvarenga e a coleção da Missão de Estudos Folclóricos;
- c) Discoteca Pública Municipal.

3 A DISCOTECA ONEYDA ALVARENGA – OBJETO DE ANÁLISE DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Quando Mário de Andrade, criou a Discoteca Municipal, sua intenção era oferecer à cidade um espaço de fruição cultural e musical, com espaço para audições e estudo da música. Para tanto, era preciso criar e manter uma coleção de discos e matrizes capaz de dar suporte aos serviços de consultas. A Discoteca também possuía a intenção de sediar uma rádio escola, onde seria possível produzir gravações musicais, com um selo próprio.

Entretanto, para que os objetivos da discoteca fossem estruturados, era necessário se organizar em torno da geração de um acervo, através da formação de um acervo especializado



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de música popular e erudita e a promoção da coleta de registros musicais em diferentes regiões do país. Ao longo de seus 80 anos de história, a discoteca tornou-se a principal guardiã de registros audiovisuais colhidos no início do século XX e uma das principais referências culturais, para o estudo da cultura musical brasileira.

As atividades do Departamento de Cultura foram intensas e no período em que Mário de Andrade era o diretor da instituição, havia o temor de que a cultura musical brasileira desaparecesse, tendo em vista o aumento da divulgação da música estrangeira (em especial a norte-americana), em razão da ampliação do uso do rádio e do cinema. Como oferecer à população o acesso às diferentes produções musicais nacionais e preservar a cultura popular? Qual seria a melhor opção teórica, que possibilitasse tal empreendimento? A resposta estaria na criação de uma instituição que mantivesse interligados os estudos de música ao mesmo tempo em que disponibilizasse ao público um acervo diversificado contendo gravações, partituras e material de referência.

Mário de Andrade era escritor, músico de formação e participou de viagens promovidas pelos modernistas ao interior de São Paulo, Minas Gerais, ao Norte e Nordeste, com o objetivo de conhecer a cultura brasileira. Iniciou um processo de coleta de documentação musical folclórica, com a intenção de realizar uma pesquisa etnográfica mais sistemática. Foi a partir dessas viagens que pode assistir a ensaios e representações de danças dramáticas, enveredando pelo estudo da religiosidade e da música de feitiçaria nacional, do ritual do catimbó, no Rio Grande do Norte, ao Carnaval no Recife. Além da pesquisa musical, Mário registrou, em seu diário de viagem, interesse pela arquitetura e preocupações pelas condições de vida e trabalho do homem nordestino. Voltando a São Paulo, publicou notas de pesquisa e observações no recém-criado Diário Nacional, órgão do Partido Democrático, sob o título de “O Turista Aprendiz”, além de produzir uma série de trabalhos relativos à música nacional.

Para o escritor, uma nova consciência sobre a produção musical nacional relacionada à nacionalização da música erudita brasileira não se restringia somente ao aspecto da pesquisa etnográfica, mas, pelo contrário, a inexistência de pesquisas era um reflexo de dificuldades em planos mais abrangentes, que envolviam questões político-ideológicas. Esta situação resultava da falta de apoio e incentivo financeiro do Estado, em razão do desinteresse geral da classe dominante pela música com temática popular nacional (CARLINI, 1994).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Ao planejar as atividades do Departamento de Cultura de São Paulo, Mário incentiva a ideia da participação do Estado em apoio e amparo à pesquisa científica do Folclore e da Música, colaborando para o incremento das iniciativas de caráter etnográfico, úteis em determinar a existência de acervos culturais para estudos e aproveitamento por compositores e artistas em geral.

Para atingir este propósito, várias iniciativas foram efetivadas, como aquelas direcionadas à música, à formação de pesquisadores especializados e à coleta etnográfica constante: criação da Discoteca Pública Municipal (DPM) (1935); curso de Dina Lévi-Strauss; e criação da Sociedade de Etnografia e Folclore (1936). A estas iniciativas somam-se, também, a viagem de Camargo Guarnieri a Salvador, Bahia (1937) e a Missão de Pesquisas Folclóricas (1938).

A criação da discoteca exigiu a formação de um acervo primordial, bem como a escolha de quem iria conduzir os trabalhos demandados pela instituição. Foi escolhida então Oneyda Alvarenga, musicista e aluna de Mário de Andrade. Oneyda era estudiosa em música erudita e popular, havia também se formado pela Sociedade de Estudos Folclóricos em etnografia, onde desenvolveu um estudo sobre as músicas populares da região do sul de Minas trabalho que lhe conferiu um prêmio. Tal formação a fez ser escolhida a primeira diretora da discoteca em 1935.

O acervo da discoteca iniciou-se em 1937, com os registros fonográficos efetuados em São Paulo, documentando manifestações populares encontradas nos Estados de São Paulo e em Minas Gerais, tais como congada e folia de reis, dentre outras, identificadas na cidade de Lambari e nos arredores da capital paulista (dança de Santa Cruz em Itaquaquecetuba). Em sua origem, a DPM tinha como funções o registro da música erudita paulista, o registro do folclore musical brasileiro e o Arquivo da Palavra, este último abrangendo dois sub-ramos: o registro das vozes de homens ilustres do Brasil e os registros destinados diretamente aos estudos de fonética.

Aliado à formação do acervo com gravações, partituras e livros que compunham um material inovador no cenário brasileiro dedicado ao estudo da música, os estudos anteriores de Mário de Andrade sobre as origens da música brasileira fizeram com que ele moldasse o projeto da missão de pesquisas folclóricas, qual seja, o de organizar uma expedição ao interior



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

do país com o objetivo de coletar e registrar matrizes musicais, com o propósito de servir ao estudo da etnografia.

Segundo Carlini (1994), nesta época, Mário de Andrade já estabelecia correspondências junto a Câmara Cascudo, sobre a possibilidade de registrar fonograficamente as melodias folclóricas da região do nordeste brasileiro. Tal desejo foi expresso em um dos tópicos norteadores na criação da DPM, cujo objetivo seria “[...] *manter um serviço de gravação especialmente destinado à música popular brasileira [...]*”(p.22).

A Missão de Pesquisas Folclóricas percorreu o Norte e o Nordeste do Brasil, registrando as manifestações culturais folclóricas, em especial de dança e música. Trouxe instrumentos musicais, objetos de culto, peças utilitárias, fotos, reproduções de desenhos, gravações musicais e filmes. A missão não só registrou em discos o folclore musical, como colheu informações complementares às gravações, permitindo uma visão em perspectiva do contexto socioeconômico das regiões visitadas.

A excepcionalidade da Missão de pesquisas folclóricas está na metodologia de coleta de dados e no suporte de registro: o processo de coleta musical foi realizado por meios mecânicos (registro fonográfico) ou não-mecânicos (anotação direta). Mário de Andrade e Oneyda Alvarenga, estabeleceram o que seria prioritário na observação pelos integrantes da Missão e definiram os parâmetros a serem seguidos e registrados. Segundo Carlini (1994), dois aspectos mereceram atenção especial: a preservação dos discos de acetato que seriam gravados e a necessidade do novo acervo folclórico recolhido, pertencente à Discoteca Pública Municipal, não ser divulgado antes de sua catalogação, sistematização e estudo prévio.

A preservação dos discos originais da coleta da expedição foi o objetivo de uma das instruções escritas por Mário de Andrade, fornecidas aos futuros integrantes da Missão. Os discos recobertos em acetato material extremamente frágil, que não permitia a reprodução um grande número de vezes deveriam ser matizados em metal e copiados em vinil após o término da expedição:

[...] dos discos (faltou o verbo: posso?) dizer que não podem ser reproduzidos, porque qualquer reprodução impede regravação posterior pra tirar matriz. O músico deverá anotar cuidadosamente todas as peças discadas de valor excepcional com beleza ou originalidade, pra serem futuramente regravadas pra tirar matriz. Essas anotações é pra que nunca a gravação feita no lugar, ser executada antes de se proceder aqui em São Paulo a reprodução da matriz. (CARLINI, 1994, P. 34).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No total, a Missão percorreu 10 cidades em Pernambuco, dezoito na Paraíba, duas no Piauí, uma no Ceará, uma no Maranhão e uma no Pará. A equipe, formada por quatro integrantes, fez registros em matrizes de acetato, fitas magnéticas, fotografias e desenhos. Dessa maneira, documentou danças, rituais, festividades, além da arquitetura e de momentos do cotidiano das cidades visitadas, compondo um retrato do Brasil na década de 30. Dentre os registros folclóricos, há representações de Bumba-meu-boi, Nau Catarineta, Cabocolinhos, Maracatu, Tambor-de-Criola, Tambor-de-Mina, Praiá, Aboios, Cocos, Catimbó, Sessões de Desafio, Xangôs, Cantigas de Roda, de Ninar, Cantos de Trabalho, Cantos Religiosos, Cateretê, Barca e muitos outros.

Todo o material coletado integra o que hoje é o acervo histórico da Discoteca, composto de coleções formadas por documentos em papel, fotografia, películas cinematográficas, vinis, matrizes de acetato, artefatos e instrumentos musicais. Como diretora da instituição, Oneyda Alvarenga dedicou grande parte de seu tempo ao Acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas, com a catalogação dos objetos, registros sonoros, bem como às publicações das séries: *Registro Sonoro do Folclore Musical Brasileiro* e o *Catálogo Ilustrado do Museu Folclórico*.

Tal experiência fez da discotecária - uma das principais referências estudos de música folclórica no Brasil. Durante o período em que foi diretora da Discoteca, Oneyda Alvarenga realizou diversas atividades no espaço musical, além de dedicar-se à publicação de obras especializadas, dentre as quais se destaca a sua participação na Enciclopédia da Música Brasileira, como consultora de folclore.

Para além da guarda adequada de um acervo tão diverso, acrescenta-se a metodologia de organização da informação praticada pela discotecária, que permitiu o acesso à documentação (inovadora para a época) e a comunicação de forma ininterrupta com o público, brasileiro e internacional, desde a sua inauguração, há mais de oitenta anos. Este acervo está tratado, acondicionado e à disposição para pesquisas e estudos na sede da Discoteca, localizada no Centro Cultural de São Paulo.

Ao longo de seu trabalho na Discoteca, Oneyda Alvarenga refletiu sobre as atividades da DPM, seja no trabalho das coleções do acervo, seja nas publicações relativas às atividades da DPM, ou mesmo dialogando com áreas ainda incipientes, no Brasil, no trato documental de acervos audiovisuais, voltados aos estudos do patrimônio cultural.



4 CONCLUSÃO

O patrimônio cultural é estudado por muitas áreas, sob diversos pontos de vista, através das lentes advindas das mais diferentes áreas do saber. A esse universo, acrescentam-se as informações produzidas por aqueles que ao longo do tempo conservaram acervos e experiências concretas no ambiente da produção cultural e da memória. Os bens culturais oferecem experiências entre o real e o simbólico, entre o visível e o intangível. Compete-nos compreender essa dimensão dual e relacionar questões próprias da cultura, da tradição, das representações coletivas, da memória e da identidade cultural.

Os usos dos registros audiovisuais não resolvem a questão da perenidade e da autenticidade ao acesso do patrimônio cultural, uma vez que o valor da manifestação é a sua principal referência. Entretanto, possibilitam que essa manifestação chegue a outros olhares, outros públicos, distantes não apenas geograficamente, mas, sobretudo temporalmente.

Em tempos de realidade virtual, os exemplos ou modelos estabelecidos por instituições que se dedicaram ao uso de registros audiovisuais podem servir de parâmetro de ação e de reflexão. Uma vez que se trata de registrar o perene em suportes tão frágeis quanto são os repositórios de informação eletrônica, as questões de reprodução de mídia, de acessibilidade, dentre outras realidades que se colocam no meio avultam como cruciais de serem pensadas.

É necessário, pois, que dediquemos atenção e carinho aos acervos, principalmente àqueles cujas realizações dariam aventuras de ficção similares às dos desbravadores de novas terras ou dos filmes de aventura. A Missão de Pesquisas Folclóricas aconteceu e nos deixou um legado maravilhoso. Com efeito, a união do grupo, o trabalho de equipe e a orientação magistral de Mário de Andrade e de Oneyda Alvarenga fizeram com que fosse possível, mesmo com os mais diversos obstáculos, completar uma viagem aos moldes das grandes expedições do passado. A tese da qual deriva este artigo pretendeu reescrever um momento da história do Brasil, mantido em um dos acervos mais significativos da cultura brasileira. Para tanto, resgatou a trajetória da construção do patrimônio nacional bem como o brilhantismo e a determinação de dois de seus protagonistas, Oneyda Alvarenga e Mário de Andrade e ainda dos integrantes da Missão de Pesquisas Folclóricas.

Especificamente para a Ciência da Informação, a tese apresentou a experiência da criação da Discoteca Oneyda Alvarenga como um modelo possível de análise da informação, constituindo-se como um espaço para futuros estudos. Para tanto, debateu e abordou o protagonismo de Mário de Andrade e Oneyda Alvarenga para o conceito de patrimônio



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

cultural utilizado na atualidade. Conclui-se que essa é uma tarefa mais ampla, dado que o conceito de patrimônio é uma soma concretizando-se através da contribuição de diversos saberes advindos do trabalho e do investimento de intelectuais, da militância de entidades e de associações, das intervenções oriundas de demandas em torno da preservação de bens tangíveis e intangíveis, ou, em última medida, como determinações governamentais e de organismos internacionais, como a UNESCO, por exemplo.

O segundo objetivo da tese dizia respeito às principais referências teóricas que permeiam o entendimento de patrimônio cultural imaterial do Brasil à medida em que foi realizado um levantamento sobre a vida e o trabalho dos protagonistas acima citados, a fim de oferecer uma organicidade para compreender as ações e empreendimentos realizados por eles. Verificamos, que Mário de Andrade e Oneyda Alvarenga construíram um amplo conjunto de estudos e publicações na intenção de preservar e dar ciência à sociedade das músicas do cancionário popular, bem como da cultura em seus aspectos mais amplos. A partir do levantamento documental de fontes e referências sobre os temas patrimônio cultural, patrimônio Imaterial, Mário de Andrade, Oneyda Alvarenga, a Discoteca e a Missão de Pesquisas Folclóricas, compusemos um quadro teórico relativo à construção do patrimônio imaterial, salientando seus marcos fundamentais, bem como das principais instituições de defesa da cultura e do folclore.

A formulação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial bem como o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR), instrumentos específicos para o reconhecimento e a preservação de Bens Culturais Imateriais, materializam-se como as metodologias adequadas para compor um conjunto de referências informacionais relativas ao patrimônio imaterial. Trata-se de fato de mecanismos legais que fundamentam o papel da documentação no processo de inscrição dos bens culturais intangíveis nestes instrumentos.

O alcance da pesquisa em tela não nos permitiu afirmar se o trabalho realizado por Mário de Andrade e Oneyda Alvarenga na Missão de Pesquisas Folclóricas foi um elemento determinante para a formulação do Anteprojeto de lei, que em última análise se materializou no Registro e no Inventário. Como foi dito, afirmar esta conexão era ultrapassar os objetivos da tese a isso não nos dedicamos. A história da Discoteca e em especial da Missão de Pesquisas Folclóricas permite aduzir, não obstante, que a metodologia de coleta de informações que a equipe da Missão aplicou, e a sistemática e o ordenamento na organização



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

do material coligido por Oneyda Alvarenga na Discoteca são próximos daquelas apresentadas na metodologia que o Registro e o Inventário apresentam para o patrimônio cultural imaterial.

Elevar a Missão de Pesquisas Folclóricas a um “laboratório”, ou a uma versão minimalista dos modelos oferecidos pelo Registro e o Inventário, significaria ir além dos problemas apresentados pela tese. Estudos futuros poderão aceder a esse vasto campo de pesquisa, podendo inclusive utilizar do acervo coletado pela Missão dentre outros documentos pertencentes à Discoteca, neste caso, realizando um estudo comparativo entre as metodologias.

Por fim, o estudo identifica as relações informacionais estabelecidas pela Discoteca e seus desdobramentos acerca do trabalho informacional atual em torno do registro da cultura imaterial. Certamente podemos verificar que o acervo da Missão de Pesquisas Folclóricas é consultado seja por especialistas, ou por pesquisadores de diversas áreas. As motivações desses usuários vão desde as informações relativas a etnomusicologia, folclore e sobre patrimônio imaterial; também há grupos de estudantes de biblioteconomia, museologia, história e conservação, que consultam o acervo com o objetivo de verificar as condições de tratamento técnico utilizado, armazenamento e restauro.

Sobre este aspecto, evidencia-se que Oneyda implantou serviços que hoje denominamos “estudos de usuários”, “educação de usuários”, “disseminação seletiva de informações”, “serviço especializado de referência informacional”, “planejamento organizacional”, “difusão e mediação cultural”; de forma geral, em termos do que se apreendeu em relação à DPM evidencia que Oneyda Alvarenga inovou em inaugurar princípios de uma organização eficiente expressos nos serviços prestados, hoje caracterizados como serviços especializados de informação, bem como nas concepções de atendimento ao usuário em consultas individuais ou mesmo em grupos.

O fato é que Oneyda conseguiu: a Discoteca sobreviveu para um novo momento, o momento da informação digital e de acervos virtuais. Como os registros mantidos na instituição permanecerão e serão utilizados nos dias de hoje vai depender desta adaptação aos novos tempos e dos projetos de política cultural norteadores do processo de democratização e informação do Município de São Paulo. Ao que parece, os incentivos dados à digitalização do acervo e de sua disponibilização no site do CCSP e de retomar antigos serviços de extensão,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

da Discoteca, como as audições, e agora a rádio Web, vêm proporcionando a ampliação de seu público e fortalecendo a imagem da instituição na sociedade.

Nesse sentido, é urgente seguir com o objetivo de manter e disponibilizar a documentação do bem cultural imaterial para que o mesmo possa servir de referência cultural para a salvaguarda do conhecimento e posterior consulta. Esta é a grande inovação no trabalho elaborado por Oneyda Alvarenga na Discoteca Municipal no início do século passado.

Assim, o trabalho criado por Oneyda Alvarenga permite ao cidadão de hoje conhecer como eram as músicas, os rituais e demais manifestações culturais da época. Além disso, e mais significativamente, permite, conforme determina no presente a função do Registro e do Inventário para o trato do patrimônio imaterial, oferecer à sociedade informações que possam contribuir para a valorização das memórias e histórias locais.

Destaque para o pioneirismo refletido em suas atividades e da natureza do acervo da instituição, uma das primeiras no País nesta modalidade. É importante mostrar que ao dar espaço para a manutenção e a preservação desse acervo, permitiu-se que se revelasse, através do trabalho de Oneyda Alvarenga, não só o aspecto de preservação da memória e da identidade, mas fundamentalmente como o registro e o acesso tornam possível viabilizar o conhecimento e a informação.

Desta forma, o trabalho de Oneyda na Discoteca eleva sua condição pioneira por agir garantindo o acesso, a democratização e a preservação de informações de cunho cultural, vertente que orienta as instituições modernas, garantindo ao longo do tempo o anseio proposto em 1938, segundo o qual “compartilhar, hoje, a riqueza do acervo é atender a um dos ideais de Mário de Andrade, que entendia que o projeto do Departamento destinava-se ao estudo e uso nacional”.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Oneyda. A discoteca pública Municipal. **REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL**. Volume LXXVII. 1942.

ANDRADE, Mário. **O turista aprendiz**. São Paulo: Itatiaia Editora. 2002, 328p.

ARANTES, Antônio. **Patrimônio cultural: desafios e perspectivas atuais**. Curso a distância, Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda. UNESCO, 2008. Não publicado.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BRASIL: Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em <www.iphan.gov.br> acesso em 10/02/2011.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do social. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.º 23, p. 95-111, 1994.

CARLINI, Álvaro. **Cante lá que gravam cá: Mário de Andrade e a missão de pesquisas folclóricas de 1983**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas da universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

CORREIA, Heloísa (Org.). **Oneyda Alvarenga: em íntimas lembranças**. São Paulo: Scortecci, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997. 316p.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 66.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007. 256p. (Coleção: Museu, memória e cidadania). Disponível em <http://nau.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf> acesso em 02/08/2013.

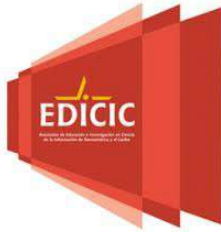
_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 29.

LONDRES, Maria Cecília. **Construção das políticas internacionais de referência para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Curso a distância, Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda. UNESCO, 2008. Não publicado.

MICELI, Sérgio. O processo de ‘construção institucional’ na área da cultura federal: anos 70. In: MICELI, Sérgio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, DIFEL, 1984. pp.53-94

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos**. Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Editora Hucitec – Fapesp, 2005.

POSSAMAI, Z.R. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Revista Ciência e letras**, Porto Alegre, v.25, n.27, p. 189-203, jan./jun. 2000.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

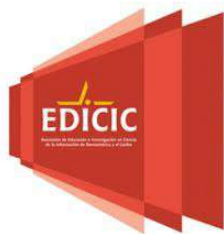
SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo: (1935-1945)**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas da universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANT'ANNA, Márcia. **A política federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: diretrizes, resultados e principais desafios**. Curso a distância, Patrimônio imaterial: política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda. UNESCO, 2008. Não publicado.

TRAVASSOS, Elizabeth. **Os Mandarins Milagrosos: Arte e Etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura /Funarte/Jorge Zahar Editor. 236 p. 1997.

UNESCO. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília, DF: UNESCO, 2003. 236p.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais.

**POLÍTICAS DE MEMÓRIA E ARQUIVOS DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA:
DESAFIOS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NA ARGENTINA E NO BRASIL**

***MEMORY POLICIES AND ARCHIVES OF REPRESSION AND RESISTANCE:
CHALLENGES FOR ACCESS TO PUBLIC INFORMATION IN ARGENTINA AND BRAZIL***

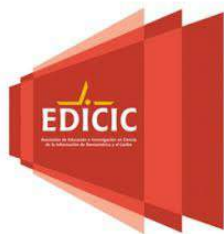
Maria Guiomar da Cunha Frota, UFMG

Resumo: O artigo tem como objetivo refletir sobre os arquivos e fundos da repressão e da resistência criados durante a vigência das ditaduras militares e nos contextos posteriores implementação da justiça transicional, no Brasil e na Argentina. A questão investigada é a das potencialidades desses arquivos para o acesso à informação pública sobre: aparatos repressivos, violações aos direitos humanos, processos de justiça transicional e políticas de memória. A metodologia consiste na identificação e no estudo de alguns arquivos e fundos da repressão e da resistência constituídos, no Brasil e na Argentina, durante a vigência das ditaduras e nos contextos de justiça transicional. As principais diferenças entre os arquivos brasileiros e argentinos são em relação às formas de acesso. No Brasil o acesso é mais amplo e na Argentina mais restrito.

Palavras chaves: arquivos estatais da repressão; arquivos das comissões de verdade; arquivos da resistência; justiça transicional; políticas de memória.

Abstract: The article aims to reflect about repression and resistance files and funds created during the military dictatorships and on the later contexts of the transitional justice implementation's, in Brazil and Argentina. The question investigated is the potential of these files to access public information about repressive apparatuses, human right violations, transitional justice ad memory policies. The methodology is to identify and study some files and funds of repression and resistance constituted, in Brazil and Argentina, during the term of dictatorships and transitional justice contexts. The main differences between Brazilian and Argentine files are relative to the forms of access. In Brazil, access is broader and narrower than Argentina.

Key words: state repression archives; truth commissions' archives; resistance files; transitional justice; memory policies.



1 INTRODUÇÃO

Em diversos países no Cone Sul, após a vigência de longos períodos de ditaduras militares, iniciam-se, a partir de meados da década de 1970, processos de justiça transicional e de implementação de políticas de memória. A criação de arquivos e o recolhimento de fundos provenientes de instituições que formavam os aparatos repressivos e de organizações de resistência à repressão são práticas fundamentais para subsidiar a justiça transicional e as políticas de memória na região.

Assim esse artigo tem como objetivo refletir sobre a constituição dos arquivos e fundos da repressão e da resistência e sua relação com o acesso à informação pública sobre aparatos repressivos, violações aos direitos humanos e processos de justiça transicional.

No plano metodológico são selecionados para investigação parte dos arquivos e fundos da repressão e da resistência constituídos, no Brasil e na Argentina, durante a vigência das ditaduras e nos contextos de justiça transicional.

As abordagens teóricas acerca da justiça transicional e das políticas de memória são tratadas na segunda parte do artigo. Na terceira parte são apresentados resultados da pesquisa empírica acerca dos arquivos da repressão e da resistência no Brasil e na Argentina.

2 JUSTIÇA TRANSICIONAL E POLÍTICAS DE MEMÓRIA NO BRASIL E NA ARGENTINA

Os regimes militares na Argentina e no Brasil, assim como em diversos países do Cone Sul, foram marcados por extrema violência e violações sistemáticas dos direitos de cidadãos considerados subversivos, guerrilheiros ou opositores ao regime. Para dimensionar a violência praticada pelo aparato estatal, reproduz-se parcialmente¹ a tabela elaborada por Anthony W. Pereira (PEREIRA, 2010, pag.56):

¹ Foram excluídos da tabela elaborada por PEREIRA (2010) os dados relativos ao Chile, os dados do Brasil e da Argentina são reproduzidos integralmente.



Tabela 1- Violência letal praticada por forças estatais e outros índices da repressão política na Argentina, Brasil (1964-90)

Categoria	Brasil 1964-1979	Argentina 1976-1983
Período de repressão mais pesada	1964,1969-1973	1976-1980
Mortes e desaparecimentos	284-364	20.000-30.000
por 100.000 habitantes	0,21+	62,50-93,75
Prisioneiros políticos	25.000	30.000
por 10.000 habitantes	17,36	93,75
Exilados	10.000	500.000
por 10.000 habitantes	6,94	1.562,5
Número estimado de pessoas processadas Em tribunais militares por crimes políticos	7.637(+a)	350+
por 10.000 habitantes	5,12+	1,09+
Razão de processados em tribunais militares e mortos extrajudicialmente (c)	23/1	1/71
Anistia	28/8/79	23/9/83 (anulada mais tarde pelo congresso)
Principais relatórios sobre direitos humanos	Nunca Mais (1985)*	Nunca más (1984)***
População 1988	144 milhões	32 milhões

PEREIRA. Tabela 2.1. (2010,p. 56). Fontes: Comissão Nacional Argentina dos desaparecidos(1986);Projeto Brasil Nunca Mais (1988).

(a) conta apenas réus que apelaram junto ao STM

(b) conta apenas os que foram processados em “tempos de guerra” (1973-1978)

(c) para produzir essas razões usei a média das estimativas altas e baixas sobre mortos e desaparecidos: 324 no Brasil; 25 na Argentina.

*Projeto apoiado pela arquidiocese de São Paulo e pelo CIME. *** Comissão Sábato.

A partir da reinstauração dos regimes democráticos os governos brasileiro e argentino implementaram distintos procedimentos de justiça transicional em resposta às pressões das organizações de direitos humanos e de familiares das vítimas que reivindicavam esclarecimentos sobre as violações (mortes, desaparecimentos e exílio forçado).

Os procedimentos de justiça transicional têm como objetivos centrais, conforme ABRÃO e GENRO, “o (re)estabelecimento do Estado de direito, o reconhecimento das violações aos direitos humanos, suas vítimas e autores e a promoção das possibilidades de aprofundamento democrático, pela justiça, verdade, reparação, memória e reforma das



instituições.” (2012, p.33). As diversas práticas de justiça transicional foram classificadas por esses autores em quatro tipos, a saber:

- a) apuração e responsabilização dos crimes ocorridos nas ditaduras ou conflitos civis para o (re)estabelecimento do estado de direito; (...)
- b) criação das comissões de verdade, que são os instrumentos de investigação e informação sobre os abusos graves de períodos do passado caracterizados pela censura e pela baixa transparência informacional (...),
- c) programas e comissões de reparação às vítimas, (...),
- d) reformas institucionais dos sistemas de segurança, para adequá-los ao respeito à cidadania e a integridade social, (...),
- e) políticas públicas de memória com práticas institucionais que implementem memoriais e outros espaços capazes de resignificar a história do país.” (ABRÃO e GENRO, 2012, pags.34-43)

Na Argentina e no Brasil os procedimentos de justiça transicional têm adquirido diferentes formas e percursos e essas diferenças estão correlacionadas aos processos transicionais dos regimes ditatoriais para os democráticos, como se constata no Quadro I a seguir:

Quadro 1- Transição e Justiça Transicional no Brasil e na Argentina

	BRASIL	ARGENTINA
TRANSIÇÃO	Por pacto- lenta, gradual, medidas de liberalização pontuais. Resulta numa eleição indireta para presidente definida pela conciliação de forças dos dois espectros, do ditatorial e do democrático.	Por colapso do regime- conjunto de fatores: guerra das Malvinas, denúncias de violações aos direitos humanos. Resulta eleição direta (Alfonsín)
JUSTIÇA TRANSICIONAL	Comissão Especial sobre Mortes e desaparecidos (Lei 9.140/1995). Comissão de Anistia (lei 19.599/2002). Comissão Nacional da Verdade (lei 12.528/2011)	Comissão Nacional sobre desaparecimentos forçados-CONADEP (1983-84). Juízos aos comandantes das Juntas Militares (1985). Decretos indulto (89-90) Lei de Ponto Final (1986) Políticas de memória e juízos pela verdade (2003-2015).

Fonte: elaborado pela autora, com base nas seguintes referências: ABRÃO e GENRO (2012); CRENZEL (2008); FELD e FRANCO(2015); O'DONNELL e REIS(1988);TORELLY(2012).

A transição argentina é definida como transição por colapso do regime, por uma conjunção de fatores, como a crise econômica e principalmente a derrota na guerra das Malvinas. O governo militar não teve força política suficiente para impor condições para a transição, desse modo as reivindicações por justiça e verdade, antes restritas aos organismos de direitos humanos, alcançaram a sociedade de modo mais amplo e foram incorporadas no



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

âmbito da primeira disputa eleitoral. A Argentina assim iniciou políticas governamentais de verdade (de apuração do desaparecimento de pessoas através da CONADEP) e de justiça (julgamento dos comandantes que compunham as juntas militares) no início do período transicional durante o governo Alfonsín, em 1983-84. Posteriormente o percurso argentino apresentou recuos- notadamente com as denominadas leis de impunidade (Lei ponto final, em 1986 e decretos de indulto em 1989 e 1990) - e avanços- notadamente a partir de diversas políticas implementadas de 2003 a 2015, pelos governos kirchneristas.²

A transição brasileira é caracterizada como uma transição lenta e gradual marcada por medidas pontuais liberalizantes implementadas a partir de meados da década de 1970, como eleições diretas para os governos estaduais, reforma partidária e lei de anistia. Essa transição culminou numa eleição indireta para presidente definida pela conciliação de forças representantes dos dois espectros, do ditatorial e do democrático. Este formato da transição inviabilizou a inclusão das reivindicações por verdade e justiça na agenda dos primeiros governos eleitos por via direta, pelo voto. Embora grupos de familiares e organizações de direitos humanos tenham lutado por um formato de anistia que possibilitasse a volta dos anistiados e a soltura dos presos políticos, o resultado foi uma lei restrita e que incluía a anistia para agentes das forças repressivas responsáveis pelas violações de direitos humanos, torturas, mortes e desaparecimentos. A temática do direito à verdade e a justiça não alcançou a opinião pública mais ampla. Assim o Brasil iniciou tardiamente políticas no campo da justiça transicional. Quando se adota como referência 1988 (ano da promulgação da nova constituição) observa-se que as primeiras políticas governamentais só foram iniciadas sete anos depois, em 1995, com a instauração da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2002 iniciaram-se as políticas restaurativas com o amplo trabalho da Comissão de Anistia que recebeu cerca de 70.000 processos. Em 2011 se instalou uma comissão de apuração das violações e de indicação dos responsáveis, a Comissão Nacional da Verdade, mas sem mandato de julgamento dos violadores. O relatório final da comissão foi divulgado em 2015.³

Ao analisar as relações entre memória e política na Argentina a trinta anos do golpe, RABOTNIKOF (2007) considera que, apesar da inegável centralidade que o tema adquiriu no

²Para transição e percursos da justiça transicional na Argentina ver RABOTNIKOF (2007), CRENZEL (2008), BESSE e ESCOLAR(2012); FRANCO e LEVÍ (2007), FILIPINI,2011.

³Para transição e os percursos da justiça transicional no Brasil ver: ABRÃO e GENRO (2012), FROTA (2014), O'DONNELL e REIS(1988) SILVA(2014)TORELLY(2012).



espaço público (boom memorialístico), é necessário avançar na formulação de conceitos e reflexões sobre o tema. Assim estrutura uma definição na qual distingue memórias da política e políticas de memória:

Por memorias da política nos referimos a las formas y narraciones a través de las cuales los que fueran contemporáneos de un periodo construyen el recuerdo de ese pasado político, narrando sus experiencias y articulan, de manera polémica, pasado, presente y futuro. Y también a las imágenes de la política que aquellos que no fueron contemporáneos construyen de ese pasado a partir de los testimonios, recuerdos, documentos. O sea, a las memorias de otras memorias. Por políticas de memoria, en cambio, aludimos a las formas de gestionar o de lidiar con ese pasado, a través de medidas de justicia retroactiva, juicios históricos-políticos, instauración de conmemoraciones, fechas y lugares, apropiaciones simbólicas de distinto tipo. Pero por políticas de la memoria también se hace referencia aquí a ‘las grandes ofertas de sentido temporal’, o las narrativas más generales, que proponen marcos institucionales (y están implícitas en ellos), construyen temporalidades diferentes y de ese modo contribuyen a marcar continuidades y rupturas.”⁴

Destaca-se que esta definição anterior concebe as políticas de memória não apenas como uma forma de gestão do passado, mas como “ofertas de sentido, grandes narrativas” e que, portanto, tem implicações no plano interpretativo.

A definição de políticas de memória elaborada por RABOTNIKOF é interpretada por BESSE e ESCOLAR (2012) como instância que remete à três acepções de política, a saber:

- Política como controvérsia- “relações de força e sentido em torno da simbolização do passado, do ordenamento do presente e da orientação ao futuro”; trata-se sobretudo de uma “dimensão simbólica ordenadora de heterogeneidades, na qual atuam fortemente as memórias da política”
- Política como gestão- “políticas públicas, processos ou cursos de ação institucional, como planos, programas e projetos que configuram as agendas de governo, tais como empreendimentos de musealização e de recuperação de centros clandestinos de detenção. ”
- Política como narrativa, instância “do sentido, da língua e do desejo, inscrita no campo da crítica transdisciplinar”; (2012, pags. 901-2)

Na perspectiva desse artigo interessa compreender as políticas de memória principalmente através da análise da constituição dos arquivos e fundos da repressão e da resistência, no Brasil e na Argentina.

⁴ RABOTNIKOF (2007)



3 ARQUIVOS DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA

A partir das abordagens teóricas anteriores (RABOTINIKOF,2007; BESSE e ESCOLAR, 2012) considera-se pertinente analisar os arquivos como instituições:

- Atravessadas por relações de força e de disputas entre grupos sociais em torno da simbolização do passado;
- Resultantes de decisões no plano da gestão das políticas públicas, que refletem relações de força entre instituições no interior do estado e com as organizações não governamentais;
- Cujas formas de ordenamento e gestão expressam decisões de ordem narrativa em relação às relações passado, presente e futuro.

O trabalho de KARABIKIANpropõe uma delimitação útil para classificar os arquivos correlacionados às suas instituições produtoras:(2006; pag. 13.):

I. archivos generados por instituciones de seguridad del Estado, con fines represivos, II. archivos generados por organizaciones (o personas) de la sociedad civil, con fines de defensa, oposición, denuncia o resistencia y III. archivos generados por comisiones investigadoras, con fines de conocimiento de la verdad, procesos judiciales y acciones reparatórias.

Os arquivos e seus documentos são definidos por NAZAR (2014) como fontes possíveis para a história e para a memória da instituição que os gerou e como subsídios para a garantia do exercício de direitos. Para assegurar o exercício dessa tripla função é necessário que sejam observados princípios centrais da arquivística, a saber:

- Os princípios de procedência, de ordenamento original, e de integridade dos documentos.
- A avaliação dos documentos em conformidade com os distintos ciclos de vida, classificados como de primeira e segunda idade, quando tem valor primário, respectivamente administrativo e jurídico e de terceira idade no qual tem valor secundário, histórico e alçam estado de vigência permanente.

NAZAR (2007) classifica os documentos relativos à ditadura adotando como princípio básicas instituições e as organizações produtoras, do mesmo modo queKARABIKIAN (2006). A genealogia proposta distingue: arquivos da ditadura, cuja referência é um período histórico, de arquivos da repressão, que incluem fundos produzidos tanto por instituições



repressivas ou vinculadas ao acionar repressivo, quanto por organizações que resistiram à ditadura.

Nesse artigo adota-se uma classificação baseada nas duas anteriores, apoiada no mesmo princípio, o das instituições produtoras, mas com algumas distinções. Assim classificam-se os arquivos e seus fundos em três categorias:

- a) **arquivos e fundos estatais da repressão**-aqueles produzidos por instituições do aparato repressivo durante a vigência do regime militar, encarregadas da repressão, do controle social e da coleta de informações sobre indivíduos considerados potencialmente subversivos, guerrilheiros ou opositores à repressão,
- b) **arquivos e fundos estatais das comissões de verdade**- comissões encarregadas de esclarecer as violações ocorridas durante as ditaduras militares e de reconhecer publicamente as responsabilidades dos violadores e das instituições.
- c) **arquivos e fundos da sociedade civil e da resistência**- aqueles produzidos por organizações formadas para denunciar as violações de direitos humanos e pressionar os governos no sentido de reconhecer responsabilidades estatais e adotar procedimentos de justiça transicional cabíveis.

A partir dessa classificação identificou-se arquivos e fundos brasileiros e argentinos, da repressão e da resistência (Quadro 2) para analisá-los em termos das suas potencialidades para subsidiar os processos transicionais e as políticas de memória no Cone Sul.

Quadro 2- Arquivos e fundos da repressão e da resistência – Brasil e Argentina

Arquivos e fundos/ País	Estatais da repressão	Estatais das comissões de verdade	Da sociedade civil e da resistência
Brasil	Arquivo Nacional- guarda e/ou mantém cópia dos fundos da repressão produzidos por instituições do regime militar - fundos do SNI, ASI, DSI.	Arquivo Nacional – guarda fundos produzidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).	Brasil Nunca Mais- guarda fundos produzidos pela Arquidiocese de S.P e CIMI com documentos provenientes de processos da justiça militar e



			depoimentos.
Argentina	Arquivo da Polícia Política da Província de Buenos Aires DIPBA- guarda fundos da polícia política. Arquivo Nacional da Memória- possui cópias de parte dos arquivos da repressão.	Arquivo Nacional da Memória- guarda fundos produzidos pela CONADEP e SDH.	Memória Aberta- organiza e disponibiliza fundos de diversas organizações de direitos humanos.

Elaborado pela autora a partir de pesquisa de campo.

Cabe esclarecer que não se trata de uma seleção exaustiva dos arquivos, selecionou-se parte dos arquivos que reúnem os fundos provenientes das principais instituições de repressão e de resistência e especialmente das comissões de verdade e que já estão disponibilizados⁵. A partir da análise dos fundos em termos de composição, bem como das políticas e práticas das instituições responsáveis pela guarda e disponibilização dos mesmos, verificam-se diferenças e semelhanças entre Argentina e Brasil.

3.1 Arquivos e fundos estatais das comissões de verdade e da repressão.

O Arquivo Nacional da Memória, da Argentina e o Arquivo Nacional, do Brasil, são as instituições de guarda e de disponibilização dos fundos documentais provenientes das comissões de verdade. A Comissão Nacional sobre Desaparecimentos (CONADEP), atuou na Argentina entre 1983-1984 e a Comissão Nacional da Verdade (CNV) atuou no Brasil 2011-2014.

O Arquivo Nacional da Memória foi criado em 2003 (Decreto Nacional 1.259/2003) e está vinculado ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos humanos /Secretaria de Direitos Humanos. O Fundo CONADEP está sob a guarda do Arquivo Nacional da Memória, desde a criação do mesmo em 2003. A composição dos documentos que constituem o Fundo CONADEP, está resumidamente descrita no site da instituição:

- 1) 8.400 legados, dossiês individuais de desaparecidos e sobreviventes, vítimas da ditadura militar (1976-83), nos quais constam testemunhos de familiares e vítimas; documentos oficiais, documentos emitidos por organismos internacionais oficiais

⁵ Sabe-se que existem muitos arquivos extremamente relevantes como o das mães da praça de maio, mas que ainda não foram incluídos no escopo da presente investigação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- (embaixadas) e de direitos humanos que atuaram no caso ao qual o dossiê se refere e finalmente documentos emitidos pela Subsecretaria de Direitos Humanos relativos a função do CONADEP e à implementação da Lei 24.321, para solicitação de certificado de desaparecimento forçada;
- 2) Documentos sobre inspeções da Comissão a cinquenta Centros Clandestinos de Detenção situados em Buenos Aires, Mendonça, Tucumán, Córdoba e Santa Fé;
 - 3) Listas de vítimas de terrorismo de estado produzidas por organismos internacionais e nacionais;
 - 4) Outros documentos que são parte do Informe Nunca Más.

O Arquivo Nacional na Memória não tem a guarda dos fundos da repressão, esses continuam sob a guarda das instituições militares e policiais. O arquivo possui apenas cópias que foram obtidas pela Secretária de Direitos Humanos para realizar tramites de sua competência, como por exemplo, emitir parecer sobre antecedentes nos casos de ascensões de militares, nesses casos cabe à Secretaria certificar se existem antecedentes relativos a crimes de lesa humanidade.

As condições de acesso aos fundos do arquivo são firmadas no Dispositivo no.6 de 20 de agosto de 2015, assinado pelo presidente do arquivo Ramon Molina. O princípio básico indicado no início do documento é o da acessibilidade “universal, livre e democrática”, no entanto, no mesmo parágrafo, estão indicadas restrições de três ordens ao acesso, são elas: “direito de autor, segurança e informação sensível.”

As condições de acessibilidade dos arquivos e documentos do arquivo são definidas a partir de uma classificação inicial com quatro modalidades: 1) públicos de acesso livre e irrestrito; 2) públicos de acesso restrito; 3) privados de acesso livre e irrestrito; 4) privados de acesso condicionado. Esta classificação é aplicada aos distintos fundos, considerando uma avaliação feita pela direção dos fundos. O resultado em termos normativos é um documento muito detalhado e fragmentado, ambíguo e cujos critérios são pouco claro para os usuários, distante, portanto do princípio de universalidade de acesso, originalmente firmado. O acesso aos fundos do ANM pelo público externo só é obtido mediante autorização prévia e a consulta é mediada e restrita aos documentos solicitados pelo demandante.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O principal arquivo das instituições repressivas na Argentina, disponível para consulta é o Arquivo DIPBA. O arquivo foi constituído no rol de atividades da Polícia Política da Província de Buenos Aires e passou para a guarda da Comissão Provincial da Memória, desde a sua criação em 2000. A potencialidade e especificidade desse arquivo foi manter a mesma ordenação estabelecida pela instituição produtora. O respeito a esses princípios de integralidade, ordem e proveniência, possibilita uma compreensão aprofundada de como operavam a polícia política provincial e os outros órgãos pertencentes ao aparato repressivo policial-militar, principalmente após a ditadura instaurada em 1976. A consulta a esse arquivo é livre e direta mas para cópia de documentos que estão em processos sobsegredo de justiça a consulta é restrita, sendo necessária autorização judicial. Destaca-se que esse arquivo forneceu importantes informações para a Comissão Nacional da Verdade, no Brasil, acerca de brasileiros presos e perseguidos na Argentina e acerca de argentinos presos no Brasil, no âmbito da denominada Operação Condor.

O Arquivo Nacional (AN), do Brasil foi criado em 1838. Atualmente é parte do Ministério da Justiça e o principal órgão de implementação e de acompanhamento da política nacional de arquivos. O arquivo é a instituição responsável pela guarda tanto dos arquivos do regime militar quanto do arquivo da Comissão Nacional da Verdade, o que amplia as potencialidades de investigação tanto por parte dos pesquisadores quanto por parte dos membros da Comissão Nacional da Verdade.

Os fundos documentais produzidos por instituições do regime militar e seu aparato repressivo começaram a ser recolhidos ao Arquivo Nacional em 2005, a partir da formação de um grupo de trabalho organizado para essa finalidade, criado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (Portaria nº 21, de 21/02/05). O Ministério da Justiça emitia ofícios aos diversos órgãos dos três poderes e das forças armadas. O primeiro acervo importante recolhido foi o do Serviço Nacional Informações, em 2005.⁶ Em 2007 foram obtidos recursos financeiros essenciais ao projeto de recolhimento e disponibilização de documentos do regime militar (Projeto Memórias Reveladas) através de uma lei denominada Lei Rouanet destinada a obtenção de recursos para a área cultural. Com esses recursos foi possível “o tratamento dos acervos dos extintos Departamento Estadual de Ordem Política e

⁶ Entrevista com funcionária do Arquivo Nacional, coordenadora geral do setor de Acesso e Difusão do Acervo. 19/02/2016.



Social (DEOPS) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos centrais no aparato repressor do regime militar, que tinham como missão espionar e reprimir opositores. As ações de recuperação e de tratamento dos acervos foram realizadas em treze estados.”⁷

Com a decretação da Lei de acesso de 2011 e da Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade o recolhimento e a disponibilização de documentos ao Arquivo Nacional se intensificou. Até 2012, primeiro ano após a instalação da Comissão Nacional da Verdade, já haviam sido recolhidos ao AN importantes fundos do regime militar, todos esses fundos foram liberados para consulta sem restrições, conforme editais do arquivo. Os editais estabeleciam prazos para que pessoas mencionadas na documentação se manifestassem em trinta dias, caso isso não ocorresse os documentos eram liberados. Entre esses fundos destacam-se: o do Serviço Nacional de Informações (SNI) com 4.098 dossiês e 125.949 páginas, seguido do Centro de Informações do Exército (CIE) com 3.567 dossiês e 109.662 páginas.

Destaca-se que a Lei de Acesso à Informação prevê amplo acesso para todas as informações relativas a violações de direitos humanos. Para essas informações não se aplicam critérios de restrição de informações firmados na lei relativos à garantia de segurança ou privacidade.

O arquivo da Comissão Nacional da Verdade, está sob a guarda do AN por determinação legal estabelecida na própria lei de criação da comissão. Assim todo o modo de ordenamento, de recolhimento e de disponibilização da documentação foi previamente acordado entre a CNV e o AN. No termo de recolhimento ficou estabelecido que o link digital da CN também passará para domínio do arquivo. O acervo da Comissão Nacional da Verdade é formado por

documentos e material audiovisual recebidos por órgãos de governo, comissões da verdade estaduais, municipais e universitárias e de entidades de classe, pesquisados pela CNV em arquivos públicos e particulares, recebidos de depoentes, familiares de vítimas, de entidades da sociedade civil, assim como por documentos produzidos pela própria comissão.” (BRASIL/Estrutura temporária responsável pela organização do acervo. Termo de recolhimento. 24/07/2015.)

⁷ ANM. Memórias Reveladas. MEMORIAS REVELADAS- CRONOLOGIA. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=3&sid=2>



Quanto à disponibilização dos fundos da repressão e da CNV constata-se que os procedimentos e práticas adotados pelo AN têm correspondido amplamente ao princípio de livre acesso e tem viabilizado na prática a sua garantia. Os usuários têm, através de diversos recursos, conhecimento completo sobre todos os fundos recolhidos ao arquivo, sua documentação, as bases de dados, as ferramentas para consulta e as formas de acesso virtual ou presencial.⁸ Todo os fundos podem ser consultados no Arquivo Nacional livremente sem a necessidade de autorização e de mediadores.

3.2 Arquivos da sociedade civil e da resistência

O Arquivo Memória Aberta, situado em Buenos Aires, foi criado em 1999 por iniciativa de um conjunto de organizações de direitos humanos: Assembleia Popular de Direitos humanos (APDH), Centro de estudos legislativos (CELS), Madres Linha Fundadora, Fundação Memória Histórica e Justiça e Paz. A sua criação foi motivada para reunir, recuperar e disponibilizar materiais e documentos e criar novas fontes sobre a repressão na Argentina, conforme mencionado no site da instituição:

La apuesta inicial de Memoria Abierta fue reunir material disperso, recuperar documentación deteriorada y organizarla para el acceso público, crear nuevas fuentes registrando testimonios orales de protagonistas y testigos, y profundizar la investigación sobre el despliegue del plan de represión ilegal en el territorio nacional a través de la identificación y estudio de los numerosos edificios y sitios en los que pueden hallarse huellas del período.

A organização está dividida em três áreas com funções e características específicas: patrimônio documental, arquivo oral e topografia da memória. A área de patrimônio documental tem como funções principais: a) organizar, classificar e descrever o acervo documental das organizações de direitos humanos pertencentes ao arquivo e b) estruturar, atualizar e disponibilizar essas informações em uma base de dados. Os documentos continuam sobre a guarda das instituições de origem e para consulta-los é necessário demanda-los em cada instituição. O que o arquivo propicia é o acesso a uma base de dados que possibilita consultas por diversas categoriais: nomes de pessoas, países, organizações,

⁸ BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. Inventário dos instrumentos de pesquisa. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=167>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

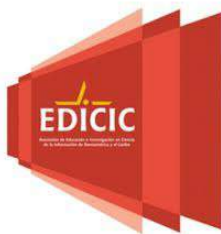
dentre outras. Destaca-se que essas organizações formaram seus acervos em plena ditadura contando com a cessão de documentos e informações principalmente dos familiares das vítimas.

O arquivo oral abriga principalmente uma ampla e bem elaborada coleção de vídeos com testemunhos, produzidos e gravados por sua equipe e essa coleção pode ser consultada no local. A terceira área, de Topografia da Memória destina-se a “construir uma base de dados pública sobre centros clandestinos de detenção e outros espaços urbanos relacionados com o terrorismo de Estado”, e ainda está em fase de construção.

No Brasil em termos de constituição de arquivos da resistência um dos projetos mais relevantes é o “Projeto Brasil Nunca Mais”, por ter resgatado as primeiras informações relativas às violações de direitos humanos cometidas pelo regime militar ainda em plena vigência do regime, em 1979. O projeto foi uma iniciativa da Arquidiocese de São Paulo (sob a direção do Cardeal Paulo Evaristo Arns) com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas e arquivou:

Cópias de 707 processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Supremo Tribunal Militar. As cópias em microfilme foram feitas de duas vias, para que uma pudesse ser guardada, sem riscos, fora do país. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, pag. 22).

Do referido projeto resultaram um relatório de cerca de 5.000 páginas e o livro Brasil Nunca Mais, nos quais constam detalhes sobre os processos judiciais e os procedimentos de tortura, bem como os nomes dos torturadores, dos mortos, dos desaparecidos e dos torturados. O livro teve ampla vendagem, com 40 edições. As principais informações publicizadas por esse projeto, de modo sintético são as seguintes: em 695 processos constam 7.367 nomes pessoas levadas a Justiça Militar. Os dados da prisão constam em 3.975 e destes 1.043 foram presos antes do inquérito. O tipo de acusação predominante é a de militância em organizações políticas, perfazendo 4.935 casos. A declaração sobre sofrimento de tortura durante o inquérito é mencionada por 1.918 réus e o número de desaparecidos contabilizados pelo projeto é 125. Todos os documentos do Brasil Nunca Mas estão, desde de 2013, integralmente disponíveis on-line e os documentos originais estão na Universidade de Campinas (Arquivo



Edgar Leuenroth).⁹Esse arquivo é fundamental para a justiça transicional e as políticas de memória pois subsidiou a formação de todos os outros fundos que o sucederam tanto aqueles de iniciativa de organizações de familiares, como de iniciativa estatal, como a Comissão Especial sobre Mortos e Mortos e Desaparecidos (CEMD), a Comissão de Anistia e a Comissão Nacional da Verdade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os percursos de justiça transicional são distintos na Argentina e no Brasil e isso tem implicações para os modos de constituição e de acesso aos arquivos da repressão e das comissões de verdade nos dois países. As principais diferenças em termos de acesso aos documentos e fundos do Arquivo Nacional da Memória (Argentina) e do Arquivo Nacional(Brasil) são sistematizadas no Quadro 3.

Quadro 3- Diferenças de acesso entre ANM e AN

	ANM(Argentina)		AN (Brasil)	
	Arquivos repressão	Arquivos CONADEP/SDH	Arquivos repressão	Arquivo CNV
Guarda	Copia	Guarda	Guarda	Guarda
Acesso/ Restrição	Restrições regidas por decretos emitidos pelo ANM. O decreto atual indica quatro níveis de acesso distintos: 1) públicos de acesso livre e irrestrito; 2) públicos de acesso restrito; 3) privados de acesso livre e irrestrito; 4) privados de acesso condicionado. O ANM classifica fundos em cada uma das quatro modalidades. Os decretos fazem menção e lei de proteção de dados.		Restrições de sigilo definida por leis nacionais válidas para todos os fundos. Todos os fundos da repressão e da comissão são de livre acesso. Para casos de proteção de dados pessoais os nomes são taxados.	

⁹ Para história do projeto ver FIGUEIREDO (2009) e sobre arquivo digital BNM ver THIESEN e COITINHO(2014). Os arquivos estão disponíveis em <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na Argentina o acesso aos arquivos estatais da repressão e das comissões de verdade é bem mais restrito que no Brasil e a prioridade de acesso é para o subsídio aos juízos e às políticas de memória. Esta distinção pode ser verificada das formas de regulamentação do acesso aos arquivos. No Brasil a Lei de Acesso à informação (2011) regula de forma nacional e homogênea o acesso a todos os arquivos estatais, tanto da repressão quanto das comissões de verdade e de reparação. Na Argentina os arquivos tomam como referência a Lei de Proteção de Dados Pessoais, que prioriza a privacidade e não o acesso. Assim o acesso aos fundos é regulado de modo fragmentado e fica mais suscetível às mudanças de governo e na direção dos arquivos. Em termos de consulta aos arquivos e formas de disponibilização observam-se diferenças importantes, no Brasil a tendência predominante é a disponibilização integral da documentação de modo digital, on-line, enquanto que na Argentina prevalece a tendência de acesso presencial e mediado, mediante autorização prévia.

Quanto aos arquivos da resistência identificam-se algumas semelhanças entre os dois países. Esses arquivos foram constituídos pelo esforço sobretudo de familiares e de organizações de direitos humanos nos dois países. Outra semelhança importante é que, nos dois países, esses arquivos subsidiaram as comissões de verdade e de reparação, além de fornecerem documentos provenientes de seus arquivos, as organizações colaboraram e serviram de referência para orientar o próprio modo de trabalho das comissões. No caso da Argentina, por exemplo, as organizações associadas hoje ao Memória Aberta, com a APDH e as *Madres Linea Fundadora*, apoiaram os trabalhos da CONADEP. No Brasil todas as comissões estatais, como já se mencionou, partiram não apenas do acervo do Brasil Nunca Mais, mas se inspiraram no modo de trabalho do projeto.

Assim na Argentina os arquivos têm amplo potencial para subsidiar os julgamentos de responsabilização dos culpados pelas violações e os processos administrativos relacionados a garantia dos direitos humanos no âmbito da justiça restaurativa, mas o acesso ao público externo e principalmente aos pesquisadores é bastante limitado, tanto pelas normas fragmentadas quanto pelas formas de mediação. No Brasil os arquivos têm amplo potencial para subsidiar procedimentos reparatórios da justiça transicional e a pesquisa acadêmica pois os principais arquivos estão disponíveis para consulta presencial ou on-line e de forma direta sem mediação.



Cabe indicar que outras questões relevantes nesse campo ainda estão em fase de elaboração no âmbito dessa pesquisa, parcialmente apresentada no artigo, como a relação entre os arquivos e as políticas de memória, incluindo por exemplo a demarcação dos ex-centros clandestinos de detenção, os memoriais e também as iniciativas de conscientização sobre os direitos humanos nos dois países.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo e GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ARGENTINA. ARQUIVO NACIONAL DA MEMÓRIA. **Decreto Nacional, 1.259/2003**. Buenos Aires, 16 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.saij.gov.ar/legislacion/decreto-nacional-1259-2003-creacion_archivo_nacional_memoria.htm?40. Acessado em 17/05/2016

ARGENTINA. ARQUIVO NACIONAL DA MEMÓRIA. **Dispositivo no. 6**, 20/08/2015. Disponível em: <http://www.jus.gov.ar/derechoshumanos/anm/institucional.aspx>. Acessado em 17/05/2016

ARGENTINA. CONADEP. **Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas**. Buenos Aires: Eudeba, 2014.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO e CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AUTOR, 2014.

BESSE, Juan e ESCOLAR, Cora e. Políticas e memória, semblanza de uma relación indócil. Diálogos, **Revista do departamento de história**, Universidade Estadual de Maringá, vol16, no. 3, 2012.

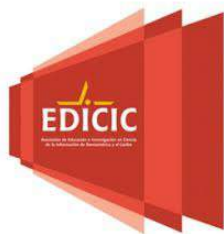
BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Inventário dos instrumentos de pesquisa**. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=167>. Acessado em 17/05/2016

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Memórias Reveladas. Cronologia**. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=3&sid=2>. Acessado em 17/05/2016

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Acessado em 17/05/2016.



- BRITO, Alexandra B. Truth, justice, memory and democratization in the Southern Cone. In: BRITO, at all. **The políticas of memory**. London: Oxford University Press. 2002.
- CRENZEL, Emílio. **La historia política del nunca más**. Buenos Aires: siglo XXI, 2014.
- FELD, Claudia e FRANCO, Marina (directoras). **Democracia, hora cero: actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura**. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica, 2015.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- KARABIKIAN, Graciela (Memoria abierta). **Archivos y derechos humanos en Argentina**. s/d. Disponível em: http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/pdf/archivos_y_derechos_hu_manos.pdf. Acesso em 11/11/2015.
- MEMORIA ABIERTA (2011), *Testimonio y archivo. Metodología de Memoria Abierta*, Buenos Aires: Memoria Abierta. 2011. pags
- NAZAR, Mariana. El acceso a los archivos: sistemas de gestión de la información implementados en América Latina. In: TORRES, Natália (comp.) **Hacia una política integral de gestión de la información pública**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Palermo - UP, 2014.
- NAZAR, Mariana. Dictadura, archivos y accesibilidad documental. A modo de agenda. In: **CELS, Informe 2007**. Eudeuba, 2007. Pags 413-424.
- RABOTNIKOF, Nora. Memoria política a treinta años del golpe. In: LIDA, CRESPO e YANLEVICH. (comp.). Argentina 1976. **Estudios em torno del golpe de estado**, México: El Colegio de México, 2006.
- SILVA, Shirlene Linny. Transição política e a construção do direito de acesso aos arquivos da/sobre a repressão. In: MOURA, Maria Aparecida (org). **A construção do acesso público à informação no Brasil**, Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- THIESEN, Icléia e COITINHO, Angélica. BMN e BMNDigit@l; arquivo, memória e verdade o caso Chael. In: THIESEN(org.). **Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.
- TORELLY, Marcelo D. **Justiça de transição e estado constitucional de direito: perspectiva teórico comparada e análise do caso brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

REFLETINDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E A COMPLEXIDADE

REFLECTING ON ARCHIVAL INSTITUTIONS AND THE COMPLEXITY

Brenda Couto de Brito Rocco, UNIRIO

Bianca Couto de Brito, UFRJ

Resumo: O surgimento de documentos arquivísticos digitais levou a questionamentos em relação à sua produção, manutenção, preservação e acesso ao longo do tempo. Este ensaio visa apresentar breves reflexões sobre a utilização de conceitos da Arquivologia, da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação na produção da informação e do Pensamento Complexo, proposto por Edgar Morin, e pretende aqui apontar a necessidade de repensar determinados fazeres arquivísticos. Segundo Morin (2011), a sociedade está em constante mudança, vivendo de encontros e desencontros, de problemas e soluções, de questionamentos. Tudo isso faz parte da complexidade que atravessamos, a qual o autor define como “um tecido de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo”. Então, como funcionam ou deveriam funcionar os indivíduos, o Estado, as instituições públicas, empresas privadas e demais atores envolvidos nesse contexto de tecido? As Instituições Arquivísticas, ou simplesmente Arquivos, (sejam públicas ou privadas), são alguns dos atores que constroem e são construídos nesse tecido, nessa complexidade e, por isso, merecem atenção ao discorrermos sobre sua influência e papel numa sociedade pouco simplista como a que estamos vivendo. Por outro lado, A sociedade, nas últimas décadas, enfrentou mudanças marcantes principalmente no campo da tecnologia. Muitas dessas influenciaram várias áreas do conhecimento tais como o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (doravante TICs) e as quebras de paradigmas em áreas, como Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, entre outras. As inovações tecnológicas contribuíram para alterações na forma de produção, tramitação e armazenamento das informações, que passaram a ocorrer em meio digital. Essas informações podem se apresentar registradas em diversos tipos de documentos. No Brasil, a principal instituição arquivística responsável pelo patrimônio documental brasileiro é o Arquivo Nacional. O objeto deste trabalho, então, é discutir o papel das instituições arquivísticas, em especial, o Arquivo Nacional, diante dessa complexidade proposta por Morin (2011), no tocante à gestão dos documentos arquivísticos, destacando o modo como as inovações tecnológicas contribuíram para alterações na forma de produção, tramitação e armazenamento das informações e a adoção das tecnologias de informação e comunicação pela Administração Pública Federal na democratização do acesso aos documentos públicos. Caracterizadas por um conjunto de recursos tecnológicos que revolucionaram as formas de comunicação e informação dos indivíduos e/ou organizações, as TICs também impactaram a produção dos documentos arquivísticos, que passaram a existir em formato digital. Defende-se aqui que, para receber esses documentos digitais, o Arquivo Nacional teria que implementar mudanças em sua política, infraestrutura e cultura a fim de atender as novas demandas da sociedade e dos indivíduos, dando continuidade à sua missão. Seria necessário, então, repensar técnicas e procedimentos arquivísticos que visam o tratamento, manutenção e acesso aos documentos arquivísticos. Em paralelo ao proposto por Morin (2011) acredita-se que o Arquivo Nacional deverá



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

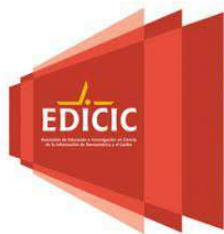
UFMG

levar em consideração a complexidade trazida pela sociedade, pelos indivíduos, pelos documentos digitais, pela legislação, pelos órgãos públicos e por todos os atores que estão envolvidos em seu cenário, para o melhor desempenho de suas funções no tocante à gestão dos seus documentos arquivísticos.

Palavras-chave: Arquivologia. Instituições Arquivísticas. Complexidade. Tecnologias da Informação.

Abstract: The emergence of digital Records has led to doubts in relation to their production, maintenance, access and preservation over time. This essay aims to present brief reflections on the use of concepts of Archivology, the use of Information and Communication Technologies in the production of information and complex thinking proposed by Edgar Morin, and want here to point out the need to rethink certain things recordkeeping. According to Morin (2011), society is constantly changing, living and disagreements, problems and solutions, questions. All this is part of the complexity we are experiencing, which the author defines as "a tissue inseparably associated heterogeneous constituents: it puts the paradox of the one and the multiple." So, how they work or should work individuals, the State, public institutions, private companies and other actors involved in tissue context? The archival institutions, or simply Files (whether public or private) are some of the actors who construct and are constructed in this tissue, this complexity and therefore deserve attention to discuss about its influence and role in a little simplistic society like that we are living. On the other hand, the society in recent decades, faced significant changes mainly in the field of technology. Many of these have influenced various areas of knowledge such as the emergence of the Information and Communication Technology (hereinafter ICT) and paradigms breaks in areas such as Information Science, Archival, Library, among others. Technological innovations have contributed to changes in the form of production, processing and storage of information that began to occur in digital media. This information may present recorded in various types of documents. In Brazil, the main archival institution responsible for the Brazilian documentary heritage is the National Archives. The object of this work, then, is to discuss the role of archival institutions, in particular the National Archives, given this complexity proposed by Morin (2011), regarding the Record management, highlighting how technological innovations have contributed to changes in the form of production, processing and storage of information and the adoption of information and communication technologies by the Federal public Administration in the democratization of access to public documents. Characterized by a set of technological resources that revolutionized forms of communication and information of individuals and / or organizations, ICT also impacted the production of records which now exist in digital format. It is argued here that to receive these digital records, the National Archives would have to implement changes in its policy, infrastructure and culture in order to meet the new demands of society and individuals, continuing its mission. It would then need to rethink technical and recordkeeping procedures to the treatment, maintenance and access to records. In parallel to that proposed by Morin (2011) believed that the National Archives shall take into account the complexity brought by society, by individuals, digital record, by law, government agencies and all the actors who are involved in your scenario for the performance of its functions regarding the management of the archival documents.

Keywords: Archivology. Archival institutions. Complexity. Information Technology.



1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vivencia mudanças significativas nas formas de agir, pensar, comunicar-se, documentar e até mesmo de se relacionar. Diante dessas mudanças, estudiosos se voltam a repensar a estrutura e o funcionamento da sociedade até então. Um desses estudiosos é Edgar Morin¹.

A partir de alguns pensamentos desse autor e do entendimento do papel da Arquivologia e das Instituições Arquivísticas nessa sociedade, o presente ensaio tentará apontar a necessidade de mudanças, em tais instituições visando atender a esse novo cenário. Tais mudanças podem estar relacionadas à administração e o papel dos arquivos, à aplicação das teorias arquivísticas, à relação destas com os usuários, aos procedimentos técnicos, entre outros.

A sociedade está em constante mudança, vivendo de encontros e desencontros, de problemas e soluções, de questionamentos. Tudo isso faz parte da complexidade que atravessamos, definida por Morin como:

(...) um tecido de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo [...] é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (MORIN, 2011, p. 13).

Então, como funcionam ou deveriam funcionar os indivíduos, o Estado, as instituições públicas, empresas privadas e demais atores envolvidos nesse contexto de tecido?

As Instituições Arquivísticas, ou simplesmente Arquivos, (sejam públicas ou privadas), são alguns dos atores que constroem e são construídos nesse tecido, nessa complexidade e, por isso, merecem atenção ao discorrermos sobre sua influência e papel numa sociedade pouco simplista como a que estamos vivendo.

¹ Considerado um dos mais importantes pensadores contemporâneos; e um dos principais teóricos da complexidade. Nasceu em Paris, 08/07/1921 - pseudônimo de Edgar Nahoum; Formado em História, Geografia e Direito; Fundador do Centro de Estudos de Comunicação de Massa (CECMAS) na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), da qual é co-diretor, e a Academia da Latinidade; Membro honorário do Instituto Piaget; Presidente da Associação para o Pensamento Complexo e da Agência Europeia para a Cultura; Título de Doutor Honoris Causa de diversas universidades, inclusive do Brasil; entre outros.



O próprio termo “Arquivo” apresenta certa complexidade. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística apresenta quatro acepções:

- 1 - Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo;
- 2 - Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos;
- 3 - Instalações onde funcionam arquivos (2);
- 4 - Móvel destinado à guarda de documentos (2005, p.27).

Será utilizada nesse artigo a acepção 2 de **Arquivo**, segundo a qual este é considerado como Instituição.

Portanto, quando um ator de nossa sociedade é conhecido por um termo que leva a diferentes acepções, merece reflexões.

2 OS ARQUIVOS E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

A sociedade, nas últimas décadas, enfrentou mudanças marcantes principalmente no campo da tecnologia. Muitas dessas influenciaram várias áreas do conhecimento tais como o surgimento da Tecnologia da Informação e Comunicação (doravante TIC) e as quebras de paradigmas em áreas, como Administração, Direito, Arquivologia, Biblioteconomia, entre outras.

As inovações tecnológicas contribuíram para alterações na forma de produção, tramitação e armazenamento das informações, que passaram a ocorrer em meio digital. Essas informações podem se apresentar registradas em diversos tipos de documentos. O objeto deste ensaio é justamente a informação registrada nos documentos arquivísticos, não sendo tratados aqui os outros tipos de documentos.

Os Arquivos são as instituições responsáveis por esse tipo de documento. O surgimento destes teve como “pontapé” inicial a criação do Arquivo Nacional da França, em 1789. Esse modelo francês sugere três aspectos básicos que Fonseca descreveu muito bem:

(...) Pela primeira vez, uma administração orgânica foi criada para cobrir toda a rede de repartições públicas geradoras de documentos e os antigos depósitos porventura existentes; pela primeira vez, também o estado reconheceu sua responsabilidade em relação ao cuidado devido ao patrimônio documental do passado, e aos documentos por ele produzido. O terceiro aspecto, marcante foi a proclamação e o recolhimento do direito público de acesso aos arquivos (FONSECA, 1996, p.49).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Tendo como modelo o Arquivo Nacional da França, cada país criou Instituições Arquivísticas de acordo com suas singularidades:

Historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais... Compreendê-los é compreender a história da formação nacional e identificar os fluxos e dessintonias do Estado Moderno. A legislação de Arquivos é um ensaio micro-administrativo da realidade político-constitucional de cada nação (BASTOS & FRANCO, 1986, p.1).

No Brasil, a principal instituição arquivística responsável pelo patrimônio documental brasileiro é o Arquivo Nacional. Criado em 02/01/1838, com a finalidade de guardar os documentos públicos, a partir do ano de 1991 reconheceu-se outras funções cabíveis ao Arquivo: a gestão, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a difusão do acervo, deixando, assim, de ser apenas um depósito de papéis. É no Arquivo Nacional que estão aqueles documentos destinados à guarda permanente devido ao valor probatório, informativo e histórico.

Como já citado, a evolução tecnológica vem facilitando a produção, transmissão e armazenamento de documentos arquivísticos digitais. Razão pela qual a Administração Pública Federal tem adotado como premissa o uso das TICs para a democratização do acesso aos documentos públicos.

Logo, o Arquivo Nacional, responsável pela preservação dos documentos públicos nacionais, deverá estar preparado para o tratamento também dos documentos digitais.

3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E OS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

Caracterizadas por um conjunto de recursos tecnológicos que revolucionaram as formas de comunicação e informação dos indivíduos e/ou organizações, as TICs também impactaram a produção dos documentos arquivísticos, que passaram a existir em formato digital.

A sociedade contemporânea foi inundada por essas tecnologias que resultou em mudanças no seu cotidiano. Destaca-se como uma das mais impactantes e importantes a inclusão de recursos computacionais, como a disseminação dos computadores pessoais (PCs) e a implementação das tecnologias de rede local e mundial, principalmente a Internet na



execução das tarefas, para entretenimento, na comunicação dos indivíduos e organizações públicas ou privadas.

Foi nesse período que os não especialistas em computadores passaram a utilizar tal ferramenta em seu cotidiano, seja por questões pessoais ou profissionais. Sobre as mudanças tecnológicas, Dollar diz:

[...] três generalizações sobre as mudanças que nos cercam e que eu denomino de imperativos tecnológicos. Esses imperativos são: a natureza mutável da documentação; a natureza mutável do trabalho e a mudança da própria tecnologia (DOLLAR, 1994, p.4).

A natureza mutável dos documentos, primeiro imperativo, está relacionada ao aspecto tecnológico dos que passaram a ser produzidos em meio digital, em sua maioria análogos aos documentos em papel. O segundo imperativo está relacionado às mudanças que a tecnologia trouxe para o ambiente de trabalho dos indivíduos, principalmente no que diz respeito à rapidez na comunicação de informações. O terceiro imperativo, por sua vez, é o mais facilmente observado, dada a rapidez na mudança de *softwares*, *hardwares*, e demais suportes.

Os três imperativos tecnológicos destacados proporcionaram significativas mudanças na forma de produção, de tramitação e de preservação das informações, especialmente no que tange os documentos arquivísticos, que antes eram prioritariamente em papel e passaram a ser desenvolvidos em sistemas computacionais, denominando-se documentos arquivísticos digitais.

Entende-se como **documento arquivístico**, segundo o Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), do Conselho Nacional de Arquivos (2010, p.12): “[...] os documentos produzidos (elaborados ou recebidos) no curso de uma atividade, como instrumento ou resultado da tal atividade e retido para ação ou referência” (ARQUIVO NACIONAL, 2010, p.12).

É indispensável salientar que em muitos artigos e pesquisas da literatura arquivística brasileira o termo *record* apresenta-se traduzido como “documento arquivístico” e é, nesse sentido, que ele será utilizado neste artigo. No entanto, é importante ressaltar que esse termo também, se encontra traduzido para documento como acontece, por exemplo, no clássico livro



“Arquivos Modernos: princípios e técnicas”:

Minha definição de documentos (*records*) é a seguinte: “Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais; em função das suas atividades, preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2002, p. 40-41).

O documento arquivístico, por vezes denominado também de “documento de arquivo”, diferencia-se de outros documentos tendo por base a função para a qual foi criado.

[...] a forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído que vai determinar sua condição de documento de arquivo, de biblioteca, de centro de documentação ou de museu (BELLOTO, 2004 p.36).

Tal documento não é produzido intencionalmente para ser fonte histórica ou de pesquisa, ele é, sim, produzido, “[...] tendo em vista não a sua utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de fonte que poderia vir a assumir mais tarde” (ROUSSO, 1996, p. 87).

A relação do documento arquivístico com as funções e atividades desenvolvidas por seus produtos, é também, explorada por Martin-Pozuelo Campillo, ao afirmar que:

[...] documento de arquivo é o documento que resulta de um processo administrativo ou jurídico, assim como todos aqueles que tornam possível tal processo, recebidos por um arquivo onde, paulatinamente, seus valores originais vão sendo prescritos e substituídos por outros de prova e informação (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p.98).

Ainda no sentido de compreender e conceituar tal documento, é indispensável levar em consideração a definição apresentada pelo Comitê de Documentos Eletrônicos do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que o define como:



[...] a informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer da atividade de uma instituição ou pessoa e que possui conteúdo, contexto e estrutura suficiente para servir de evidência dessa atividade (COMMITTEE ON ELECTRONIC RECORDS *apud* RONDINELLI, 2005, p.47).

O *core* do documento arquivístico é a informação nele registrada e a forma como ela é produzida. Assim, independe de seu suporte, da sua forma e de quem o produziu. Ele contém: “[...] uma informação, qualquer que seja sua data, sua forma e seu suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou moral, e por todo serviço ou organismo público ou privado, no exercício de sua atividade (CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 1984, *apud* ROUSSEAU; COUTURE, 1994, p.123).

Os documentos arquivísticos em ambiente digital, passaram a ser denominados **documentos arquivísticos digitais**. Mas antes de prosseguirmos sobre esse assunto, há que se fazer uma breve diferenciação entre documento eletrônico e documento digital.

De acordo com o Glossário da CTDE (2010, p.13), esses dois objetos foram definidos como:

Documento digital: Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional. (I) Digital document;

Documento eletrônico: Informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico. (I) Electronic document.

Com base nessas definições, é perceptível que a diferenciação entre tais documentos se dá pela forma de registro e codificação da informação: um é somente por meio de dígitos binários e outro é por meio analógico e/ou dígito binário. Logo, um documento digital pode ser eletrônico. Todavia, um documento eletrônico não é somente um documento digital. Essa afirmação fica exemplificada quando Rondinelli (2010, p.225) diz que “[...] uma fita cassete cujo som, embora necessite de um equipamento eletrônico para ser ouvido, não se apresenta codificado em bits”.

A condição de ser codificado em bits é o que faz o documento arquivístico digital ser tramitado e armazenado em meio computacional e a CTDE (2010, p.12) o define como “[...] documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico”.



No surgimento das informações circulantes em meio digital e registradas em documentos digitais, muita confusão e equívocos foram cometidos, porque se entendia que as informações processadas em meio digital eram antagônicas às registradas em papéis.

A maior parte dos documentos eletronicamente processados e das imagens-documento são análogas aos documentos em papel. Como tais elas transportam consigo toda a informação que a eles se requer ser compreendida [...] (DOLLAR, 1994, p.5).

A opção pela forma de registrar a informação, em meio digital ou não, é o que apontará o uso de uma ou de outra. Em determinados momentos elas se complementam e em outras situações uma prevalecerá sobre a outra.

Morin (2008, p.89) diz que “a vida é um progresso que se paga com a morte dos indivíduos”. Ao buscar uma analogia entre os indivíduos e os documentos digitais e não digitais, começa-se a perceber e entender que não deve existir essa ideia de antagonismo entre eles, pois é importante a interação entre as duas formas de registros.

O pensar na oposição – digital e não digital – não dá conta da complexidade advinda do surgimento dos documentos em meio digital. Se faz necessário recorrer a Morin (2011) para entender que as dicotomias já não são mais suficientes para o entendimento da sociedade complexa em que vivemos:

Então, a dicotomia já não era possível. Foram precisos estes últimos decênios para que se desse conta que a desordem e a ordem, sempre inimigas uma da outra, cooperavam de uma certa maneira para organizar o universo (MORIN, 2011, p.89).

Deve-se entender, agora, que não há oposição entre os registros digitais e os não digitais. O que existem são escolhas e necessidades de uso. Em nenhum momento os documentos digitais “assassinaram” os não digitais. Eles convivem juntos e entrelaçados:

[...] Contudo é claro que as tecnologias de informação estão nos conduzindo a uma nova era de “documentação” para qual não existe mais análogos ao papel para a multimídia ou para *smarts documents* (documentos inteligentes), os quais podem ser ligados a outros serviços informacionais inteligentes que automaticamente atualizam a informação a partir de fontes externas, ainda mais relevante é o fato de que o conceito de um documento é cada vez mais inadequado para descrever o produto de complexos sistemas de informação como o Sistema de Informação Geografia (DOLLAR, 1994, p.5).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Não se pode mais negar a existência de documentos digitais com suas especificidades e necessidades que provocam verdadeiras revoluções em diversas áreas, como a Arquivologia, e ainda nos Arquivos. Toda essa mudança movimenta e influencia um cenário social e forma de pensar, salientando a complexidade do mundo.

Poucas pessoas negariam que a tecnologia de informação está provocando uma revolução de informação tão profunda e difusa quanto a revolução industrial, a descoberta da impressão e dos tipos móveis ou o desenvolvimento da escrita (DOLLAR, 1994, p.4).

Diante desse cenário, os Arquivos devem repensar seu papel, visto que são mantenedores dos chamados patrimônios arquivísticos que apoiam a identidade cultural de determinada sociedade.

4 O ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL FRENTE À COMPLEXIDADE

O Arquivo Nacional foi criado em 02 de janeiro 1838, conforme previsto na Constituição de 1824, com o nome de Arquivo Público do Império. Desde a sua criação, desenvolveu diversas atividades, tais quais o tratamento de documentos arquivísticos, a custódia de toda documentação permanente do Poder Executivo Federal, bem como a implementação da gestão de documentos em sua esfera de competência. Assim, o Arquivo Nacional:

Tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (BRASIL, 2015²).

Essa instituição arquivística, assim como a própria sociedade, desenvolveu-se e modificou-se. passando por diversos Ministérios e se encontra atualmente ligado ao Ministério da Justiça.

² Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1>>. Acesso em: 05 dez. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A Lei de Arquivos, em seu art.18, apresenta o Arquivo Nacional como o responsável, no âmbito da Administração Pública Federal (doravante APF), “pela promoção da gestão e do recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades desta, além das unidades de documentos históricos do Ministério das Relações Exteriores e dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica, subordinados ao recém-criado Ministério da Defesa”.

Durante décadas, os documentos recolhidos e tratados pelo Arquivo Nacional encontravam-se em suporte papel. Entretanto, com o avanço das novas tecnologias muitos órgãos da APF produzem documentos digitais, os quais muitos com perspectivas de serem recolhidos a essa instituição arquivística.

Para receber esses documentos digitais, o Arquivo Nacional teria que implementar mudanças em sua política, infraestrutura e cultura a fim de atender as novas demandas da sociedade e dos indivíduos, dando continuidade à sua missão. Seria necessário, então, repensar técnicas e procedimentos arquivísticos que visam o tratamento, manutenção e acesso aos documentos arquivísticos, pois muitos desses ainda estão enraizados em outra realidade, quando a produção era exclusivamente em papel, e a transmissão da informação neles registrada era lenta e alcançava poucas pessoas, em virtude de uma sociedade menos complexa.

Pensar na transmissão de documentos digitais, cuja informação é produzida, tramitada e acessada, *on line* e *on time*, deixa claro que procedimentos e métodos pensados em outro contexto não serão suficientes para atender a essa nova realidade. Assim, o Arquivo Nacional deverá levar em consideração a complexidade trazida pela sociedade, pelos indivíduos, pelos documentos digitais, pela legislação, pelos órgãos públicos, e por todos os atores que estão envolvidos em seu cenário, para o melhor desempenho de suas funções.

Se a complexidade não é a chave do mundo, mas o desafio a enfrentar, por sua vez o pensamento complexo não é o que evita ou suprime o desafio, mas o que ajuda a revelá-lo, e às vezes mesmo a superá-lo (MORIN, 2011, p. 8).

Tendo como premissa essa citação, o Arquivo Nacional deve-se voltar ao pensamento complexo para tentar enxergar e superar os desafios trazidos pelos documentos digitais a sua realidade e, ainda, pensar no cidadão ora como ser múltiplo e ora como ser uno, que adota



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

diversas identidades conforme o papel que desempenha, tornando-os potenciais usuários do acervo mantido por essa instituição.

O Arquivo Nacional precisa se colocar como parte dessa sociedade e pensar que: “ser sujeito, é colocar-se no centro do seu próprio mundo, é ocupar o lugar do 'eu'” (MORIN, 2008, p.95).

Logo, o Arquivo Nacional, atendendo a toda complexidade inerente a essa sociedade contemporânea, prepara-se para continuar sua missão, independentemente das mudanças tecnológicas, dos novos formatos de documentos e das novas demandas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos arquivísticos digitais incorporados no dia-a-dia da sociedade contemporânea, refletem a nova realidade de interdisciplinaridade dessa sociedade. Pensar o mundo complexo, ou o próprio pensamento complexo, cada vez mais torna-se uma realidade nas instituições arquivísticas, impulsionado pelo surgimento das TICs, o qual mudou a maneira de produzir, registrar, tramitar e acessar informações.

Assim, as Instituições Arquivísticas, incluindo o Arquivo Nacional do Brasil, devem acompanhar essas mudanças, visto que o dinamismo e a complexidade da sociedade contemporânea também se refletem nas atividades, métodos e procedimentos dos Arquivos.

Dessa forma, não basta pensar apenas em preservação ou conservação de documentos, acompanhar os avanços tecnológicos que modificam os documentos, ou o aparato tecnológico de última geração se o pensar da instituição continuar linear e simplista nesta sociedade cada vez mais complexa.

Em outras palavras, para lidar com os documentos arquivísticos digitais deve-se ampliar os horizontes da Arquivologia, fazendo com que esta beba na fonte de outras disciplinas e possa desenvolver seu aspecto interdisciplinar. Por todos os aspectos apresentados nesse ensaio, fica evidente a necessidade de mais estudos dentro da área, em virtude do aumento de informações exclusivamente registradas em documentos arquivísticos digitais.



6 REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas; n. 41). Disponível em : <www.conarq.arquivonacional.gov.br>

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 318 p.

_____. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO: DOCUMENTO. GÊNESE E CONTEXTOS DE USO, 1., Niterói, [Anais...]. Niterói, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 9 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p.97-104, dez. 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Legislação Arquivística Brasileira: coletânea**. DITADI, Carlos Augusto, (Org). maio 2012. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007. Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 27 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário**. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2009glossario_v5.0_final.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

COOK, Michael. Automatização de arquivos. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**. Lisboa, n. 2, p. 37-46, jan.-dez. 1986.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p. 18-63, 1997.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias da informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p.3-38, jan./dez.1994.

DURANTI, Luciana. (Coord.). **INTERPARES project**: International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. Disponível em: <<http://www.interpares.org>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **Arquivologia e Ciência da Informação**: (re) construção de marcos interdisciplinares. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n.2, 1999. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

FONSECA, Maria Odila; JARDIM, José Maria. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, 1995.

FRANCO, Celina M.; BASTOS, Aurélio W. Os Arquivos Nacionais: estrutura e legislação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-28, jan./jun. 1986.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L.; MARTELETO, R.M.; LARA, M.L.G.de (Org.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p.13-36.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Dictionary on Archival Terminology**. Munchen: K.G. Saur, 1984. 226p. (Series ICA handbooks series).

ISO INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARTSATION. **ISO 15489-1**: Information and documentation : records management : Part 1: General. Geneva, Switzerland, 2001.



JARDIM, José Maria. A arquivologia, os arquivistas e a sociedade da informação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 13, 2000, Salvador. **Anais... Rio de Janeiro**: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2000. Disponível em: <<http://www.voy.com/19210/4/62.html>> Acesso em: 9 set. 2015.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. **La construcción teórica em Archivística**: el principio de procedencia. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1996. 190 p.

McGARRY, K. J. **Da documentação à informação**: um conceito em evolução. Lisboa : Editorial Presença, 1984.

_____. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Introducción al pensamiento complejo**. Tradução de Marcelo Pakman. Madrid: Ed. Gedisa, 1994.

MORIN, Edgar. **Entrevista ao programa Roda Viva**, em 18 dez. 2000. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/49/entrevistados/edgar_morin_2000.htm>. Acesso em: 26 set. 2011.

RHOADS, James B. **The role of archives and records management in national information systems** : a RAMP study. Paris : Unesco, 1989.

ROCHA, Claudia Lacombe. Gestão de documentos digitais: as ações do Arquivo Nacional e da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CONARQ). In: NEVES, Marta Eloísa Melgaço.; NEGREIROS, Leandro Ribeiro (Org.). **Documentos eletrônicos**: fundamentos arquivísticos para a pesquisa em gestão e preservação. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2008. p.108-119.

RONDINELLI, Roseli Cury. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação necessária. 2011. 260 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p. 85-91, 1996.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. Brasília : ABARQ, 2002. 140p.

_____. **A teoria arquivística a partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 254 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, Vanderlei Batista dos.; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. (Org.). **Arquivística**: temas contemporâneos. Brasília, DF : SENAC, 2007.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

_____; MARTINS, N. R. Estudo sobre o sistema de arquivos da Universidade Estadual Campinas. **Arquivistica.net**, 2007. Disponível em:
<<http://www.arquivistica.net/ojs/viewissue.php?id=7#Artigo>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

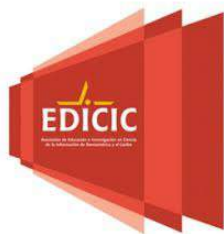
_____; RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afloramento, 2002.

SILVA, Shirlene Linny da. **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão**: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007. Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-79CP3G/mestrado_shirlene_linny_da_silva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 nov. 2015.

TÁLAMO, M.F.G.M. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **DataGamaZero**: Revista da Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5, n.2, 2004.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information and persistent representation. **The American Archivists**, v. 70, p. 315-343, 2007.

_____. Concepts of record (1): prototypes and boundary objects. **The American Archivists**, v. 71, p. 118-143, 2008.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Nome da Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

REPOSITÓRIOS DIGITAIS SUSTENTÁVEIS: O PROJETO ELETROMEMÓRIA

REPOSITORIOS DIGITALES SOSTENIBLES: EL PROYECTO ELETROMEMÓRIA

Márcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, UNESP

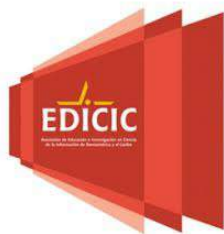
Vânia Mara Alves Lima, UNESP

Resumo: Apresenta o relato de experiência sobre as definições para implantação de um repositório digital temático, como resultado do Projeto de Pesquisa “História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo (1890-1960): patrimônio industrial, paisagem e meio-ambiente - Eletromemória II”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (2012/51424-2). O projeto contempla pesquisa sobre 60 unidades de geração de energia elétrica, construídas durante a primeira fase de implantação do sistema elétrico no Estado de São Paulo, numa abordagem multidisciplinar, envolvendo pesquisadores de diversas áreas como História da energia elétrica, patrimônio industrial, Museologia, Geografia e Ciência da Informação. Apresenta os conceitos relacionados ao desenvolvimento de repositórios digitais sustentáveis. Trata-se de pesquisa de natureza descritivo-exploratória, utilizando como procedimentos de pesquisa o levantamento bibliográfico e levantamento documental para construção de um repositório de conteúdos e objetos digitais.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial. Sustentabilidade da informação. Energia elétrica. Repositórios digitais sustentáveis. Inventário de patrimônio.

Resumen: Presenta el relato de experiencia de la implantación de un repositorio digital temático, resultante del proyecto de investigación “Historia de Electricidad en Estado de São Paulo (1890-1960): patrimonio industrial, paisaje y medio ambiente – Eletromemória II, financiado por la Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de São Paulo – FAPESP (2012/51424-2). El proyecto incluye la investigación sobre 60 plantas de generación de electricidad, construidas en la primera fase de implementación del sistema eléctrico en el estado de São Paulo, con un enfoque multidisciplinario, con la participación de investigadores de diversos campos como la historia de la electricidad, patrimonio industrial, museología, geografía y ciencias de la información. Presenta los conceptos relacionados con el desarrollo sostenible de los repositorios digitales. Se trata de una investigación descriptiva y exploratoria, utilizando la revisión de literatura y la investigación documental para construir un repositorio de contenidos y objetos digitales.

Palabras-clave: Patrimonio Industrial. Sostenibilidad de la información. Energía eléctrica. Repositorios digitales sustentables. Inventario de Patrimonio



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma discussão sobre a implantação de um repositório digital de acesso livre para divulgação de resultados de pesquisa e preservação de dados coletados em um projeto de pesquisa temático. Envolve diferentes aspectos como a multidisciplinaridade da pesquisa e o conceito de sustentabilidade aplicado tanto no processo na seleção do sistema de gestão de conteúdo, quanto na criação e manutenção da base de dados definida para o projeto.

O projeto em questão intitula-se “História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo (1890-1960): patrimônio industrial, paisagem e meio-ambiente - Eletromemória II”. Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, o projeto configura-se como projeto temático e envolve pesquisadores das três universidades públicas do Estado de São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e Universidade de Campinas (Unicamp). Numa abordagem multi e interdisciplinar, contempla cinco grandes áreas do conhecimento: História, Arquitetura, Museologia, Geografia e Ciência da informação.

O objetivo geral do projeto é estudar, sob um ponto de vista multidisciplinar, um conjunto de usinas e pequenas centrais hidrelétricas construídas e implantadas entre os anos de 1890 e 1960, décadas que correspondem ao primeiro período de implantação da energia elétrica no Estado de São Paulo. O estudo de cada unidade de geração de energia pretende evidenciar as transformações produzidas pelo processo de eletrificação sob diferentes aspectos, como o desenvolvimento tecnológico, os impactos urbanos, em especial a questão da territorialização, a paisagem e o meio ambiente. Além disso, pretende identificar as condições de preservação do patrimônio edificado e documental, além de mapear as potencialidades de revitalização, uso e constituição de acervo museológico. Trata-se de evolução de projeto de pesquisa anterior (Eletromemória I), que havia identificado e estudado o acervo de médias e grandes usinas, no período após a entrada do Estado no setor, cobrindo o período de 1960 a 2000 (SANTOS, 2013).

Como universo de pesquisa, foram elencadas cerca de 60 unidades de geração, dispostas ao longo de todo o Estado, contemplando diferentes condições de funcionamento, desde unidades ainda em funcionamento para produção de energia elétrica em âmbito comercial, ou



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pertencentes a companhias de natureza diversa, operando para consumo próprio, até unidades já desativadas, em avançado estado de deterioração.

Em virtude da natureza multi e interdisciplinar, o projeto foi dividido em quatro eixos temáticos, cada um deles com objetivos específicos relacionados a aspectos do tema história da energia elétrica. O eixo temático História tem como objetivo estudar as transformações ocorridas no processo produtivo e na evolução tecnológica do setor elétrico. O eixo Patrimônio Industrial / Cultura Material / Museologia tem como objetivo a realização do levantamento e análise das condições de preservação e utilização do patrimônio industrial representativo do setor, como edificações, equipamentos e demais elementos da cultura material, além de estabelecer o potencial museológico das unidades estudadas.

Paralelamente, o eixo temático Paisagem e Meio Ambiente tem como objetivo realizar uma pesquisa descritivo-exploratória da paisagem do entorno e uma análise comparativa entre o período de implantação e as condições atuais dos sítios estudados.

Por fim, o quarto eixo temático – Ciência da Informação - contempla a realização de dois objetivos, com o levantamento do acervo documental de valor histórico relativo a cada unidade pesquisada e o estabelecimento de parâmetros de representação da informação tanto descritiva quanto temática, para o desenvolvimento de um instrumento de pesquisa interdisciplinar denominado Inventário de Patrimônio Industrial da Energia Elétrica do Estado de São Paulo, a ser implantado em sítio de internet especificamente criado para essa finalidade, dentro do conceito de repositório digital temático.

O objetivo deste trabalho é apresentar o relato de experiência do desenvolvimento do Repositório Digital do Projeto Eletromemória, considerando os aspectos do desenvolvimento de repositórios digitais temáticos sustentáveis. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza descritivo-exploratória, utilizando como procedimentos de pesquisa o levantamento bibliográfico, o levantamento documental e a observação direta, para construção de uma um repositório de conteúdo e objetos.



2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

2.1 Sustentabilidade em Repositórios Digitais Temáticos

O Ibict (2016) define repositórios digitais como “bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática (...) e armazenam arquivos em diversos formatos”. A partir da década de 1990, as pesquisas desenvolvidas pelo Consultative Committee for Space Data Systems (CCSDS) em conjunto com a International Organization for Standardization (ISO) trabalharam para desenvolver um modelo de referência para a preservação de informação em ambiente digital em longo prazo, que resultou no modelo Open Archives Information System (OAIS), consolidado na norma internacional ISO 1472: 2003 (FERREIRA, 2006).

Com a proliferação das tecnologias da Informação e comunicação, especialmente a partir dos anos 1990, a divulgação dos resultados de projetos científicos ganhou um forte aporte informacional, no que se refere à criação de mecanismos para acesso aos conteúdos produzidos pelos pesquisadores em ambiente web.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se abria um novo tempo para a disseminação da informação, novas preocupações passaram a tomar conta dos pesquisadores. Como garantir, além do acesso, a preservação dos conteúdos agora disponíveis em ambiente virtual? Em ambientes institucionais, os chamados Repositórios Digitais Institucionais têm cumprido essa função, do ponto de vista da criação de ambientes seguros para incorporar produção científica de cada instituição de pesquisa.

Uma outra definição dá a dimensão da complexidade do processo de criação e gestão de repositórios informacionais em ambiente digital.

Assim, repositório digital será entendido como um ambiente tecnológico complexo para o armazenamento e a gestão de materiais digitais. Este ambiente é composto por uma solução informatizada na qual se captura, armazena, preserva e se provê acesso aos objetos de informação digitais. Um repositório digital é, então, um complexo formado por elementos de hardware (dispositivos de armazenamento), software, serviços, coleção de informação digital e metadados associados a esses objetos de informação. Todo este conjunto tem como objetivo apoiar a gestão de materiais digitais pelo tempo que seja necessário (ROCHA, 2015, p.182).



Um repositório digital confiável deve agregar, portanto, as características descritas anteriormente, associadas à preservação de características como autenticidade e confiabilidade dos documentos ao longo do tempo. Segundo a definição original da Online Computer Library Center,

um repositório digital confiável é aquele que tem como missão fornecer acesso confiável a longo prazo aos recursos digitais à sua comunidade designada, agora e no futuro' e deve cumprir com os seguintes atributos: cumprimento com o modelo de referência OAIS; responsabilidade administrativa; viabilidade organizacional; suporte financeiro; adequação tecnológica; sistema de segurança; procedimentos transparentes para prestação de contas do próprio repositório (RLG/OCLC, 2002apud ROCHA, 2015, p. 183).

A questão da preservação de conteúdos em repositórios digitais confiáveis ganha um componente extra quando tratamos de projetos de pesquisa temáticos. Nestes casos, devemos considerar que a abrangência espaço-temporal desse tipo de projeto pode ultrapassar, e muito, os limites institucionais. Isso prejudica consideravelmente a garantia de preservação futura dos dados coletados e da produção científica resultante.

Um projeto temático contempla

propostas de pesquisa com objetivos suficientemente ousados, que justifiquem a duração de até cinco anos [...]Em um Projeto Temático, em geral, envolve-se uma equipe de vários pesquisadores, muitas vezes de vários departamentos ou instituições, visando à obtenção de resultados científicos ou tecnológicos de elevado impacto para o avanço da fronteira do conhecimento (FAPESP, 2016)

O aspecto multidisciplinar fica demonstrado claramente, uma vez que projetos dessa natureza devem congregam pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento o que favorece a abordagem multidisciplinar. O conceito de multidisciplinaridade envolve a integração entre disciplinas num primeiro nível, com a integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto por várias disciplinas ao mesmo tempo, aproximando metodologias específicas de cada uma delas para a solução e estudo de cada uma delas sem, no entanto, alterá-las (BICALHO, 2011).

Do ponto de vista da organização e preservação da informação, trata-se, portanto, de reunir conteúdos coletados e processados em ambientes diversos e que, ao final, deve convergir para uma estrutura única de disseminação e preservação. Para isso, a solução tecnológica adequada é definida pelo conceito de repositório digital temático: uma base de dados que agrega



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conteúdo informacional produzido por uma área ou mais áreas do conhecimento, a partir de produção científica, sem limites institucionais (IBICT, 2016).

Os problemas mais variados se colocam no momento de estabelecer um repositório dessa natureza. Desde a obsolescência tecnológica, que atinge softwares e formatos de arquivos, assim como a estrutura de armazenagem (hardware), até os problemas gerenciais relativos à mudança de sistemas nas instituições responsáveis pela preservação do conteúdo.

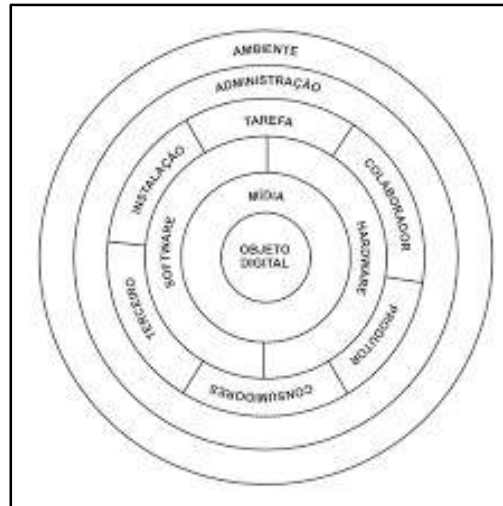
No que se refere à preservação digital, a principal questão envolvida é a garantia de acesso aos resultados de pesquisa em longo prazo, assim como a confiabilidade de dados e objetos preservados. Podemos definir preservação digital como:

o conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo-prazo à informação e restante patrimônio cultural existente em formatos digitais. A preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação digital permanece acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação (FERREIRA, 2006, p. 20).

A definição contempla as duas abordagens relatadas anteriormente: manter acessíveis, íntegros e confiáveis documentos produzidos em diferentes plataformas e em diferentes momentos e locais.

Por outro lado, a questão gerencial envolvida implica na percepção por parte das instituições de que a preservação digital depende do desenvolvimento de uma política de preservação. Isto fica claro a partir do Modelo sintético de contextualização de objetos digitais elaborados por Kátia de Pádua Thomaz (2004, p. 154), que trata das variáveis existenciais das organizações que interferem diretamente na preservação digital, apresentado na figura a seguir.

Figura 1: Ambiente da preservação digital – Modelo sintético



Fonte: THOMAZ, 2004,p. 153

A partir de 12 classes, que se iniciam no objeto digital, como elemento central, a estrutura se abre em componentes circulares de uma cadeia de dependência, que interferem na preservação digital. Os três círculos interiores, que representam os elementos diretamente relacionados aos objetos e dados digitais (objetos, mídias, hardware e software), são circundados, por sua vez, por elementos que representam relações de dependência cada vez mais abrangentes relacionados às variáveis gerenciais e administrativas das organizações, envolvendo pessoas (terceiros, consumidores, produtores), instalações e ações até encerrar o ciclo no ambiente global (THOMAZ, 2004, P. 154).

O conceito de preservação digital representado pela figura demonstra que a criação de ferramentas tecnológicas que possibilitem a preservação e a recuperação da informação ao longo do tempo, garantindo a estabilidade documental, está intrinsecamente ligada à questão da sustentabilidade, uma vez que é a partir da existência de garantias institucionais para a formulação e implantação de diretrizes e políticas que esse processo poderá ser efetivado.

Ao definir as recomendações para a criação de repositórios abertos e sistemas de preservação para o Programa Memória do Mundo, a Unesco assume como premissas a existência de diferentes atores (usuários finais, produtores e administradores) no processo de criação e preservação de repositórios, que deveriam trabalhar com conceitos relacionados à sustentabilidade, como a execução de projetos de custo reduzido e criação de sistemas baseados



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

no modelo OAIS, com vistas à garantia de acesso aberto (BRADLEY, LEI, BLACKALL, 2007).

Em cada instituição, porém, o modelo deve passar por adaptações necessárias às condições efetivas daquela organização. É importante notar que a ideia de sustentabilidade norteia todo o processo de criação desse tipo de repositório.

Tradicionalmente o conceito de sustentabilidade denota a “condição do que é planejado com base na utilização de recursos e na implantação de atividades industriais, de forma a não esgotar ou degradar os recursos naturais (HOUAISS, 2012). Tratando do mundo digital, Matthias Stuermer utiliza o conceito de desenvolvimento sustentável desenvolvido no Relatório Brundtland: Our Common Future, elaborado pela ONU na década de 1980 (UNWCED, 1987): “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (STÜRMER, 2014, p. 494). (tradução nossa)

Analisando as duas definições, encontramos alguns pontos de interesse relativos à preservação digital. Ao longo dos anos, a utilização do termo “recursos” passou a considerar também para além daqueles naturais, quaisquer recursos necessários ao processo de criação de um bem: os recursos humanos, tecnológicos, financeiros entre outros, além dos mecanismos de auto sustentação do próprio bem criado, a partir do início de sua operação. Por outro lado, a ideia de comprometimento da capacidade de satisfação de necessidades, que envolve além do esgotamento de recursos, também a utilidade futura do bem.

Aplicado ao ambiente digital, chegamos à definição de Marcus Dapp (2013, web).

Recursos digitais são tratados de forma sustentável se a sua utilidade para a sociedade é maximizada, de modo a satisfazer igualmente as necessidades digitais das gerações contemporâneas ou futuras. Necessidades digitais são plenamente satisfeitas se os recursos estão acessíveis ao maior número de usuários e se forem reutilizáveis com restrições mínimas. Os recursos digitais abrangem conhecimento e artefatos culturais representados em formato digital, como por exemplo: texto, imagem, áudio, vídeo ou software. (tradução nossa)

O conceito de sustentabilidade digital acompanhou as definições para a implantação do sistema em dois níveis. Inicialmente o desenvolvimento deveria prever um software de gestão de conteúdos que estivesse em acordo com os parâmetros tecnológicos utilizados pela



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Universidade de São Paulo, universidade responsável pela hospedagem e manutenção do sistema após sua implantação.

Além da abordagem explicitamente econômica, no aspecto técnico-financeiro, representado pela escolha do software de implantação e pela existência de infraestrutura técnica de operação e manutenção, outra questão deveria ser contemplada: a capacidade de atualização do sistema após o encerramento do projeto original. Esta capacidade está relacionada tanto às questões tecnológicas, como a atualização de versões do software utilizado, quando às questões informacionais, de atualização e inserção de novos dados no sistema, considerando a evolução de pesquisas derivadas do projeto original. Marcus Dapp (2013, web) lembra que muitas vezes essa discussão ocorre separadamente, porque os envolvidos tendem a considerar software, dados e conteúdo como questões diferentes. Para o autor, o conceito de sustentabilidade digital ajudaria a integrar as solicitações, permitindo a sistematização da discussão sobre o apoio ao uso de software livre, com dados abertos.

2.2 Aplicação da sustentabilidade digital ao Projeto Eletromemória

No caso do Projeto Eletromemória, a opção por um modelo de divulgação baseado na construção de um repositório que recebesse diferentes tipos de arquivos digitais e congregasse informações de natureza diversa pareceu aos pesquisadores envolvidos o melhor modelo para dar visibilidade aos resultados de pesquisa e ao mesmo tempo, possibilitar a preservação da memória científica representada por dados coletados e fichas descritivas preenchidas ao longo do projeto. Isto porque, considerando as especificidades dos diversos atores participantes do projeto, entre pesquisadores de origens diversas, diferentes instituições universitárias e a abrangência temática representada pelos quatro eixos de pesquisa, seria importante garantir que o contexto multidisciplinar da pesquisa não sofresse com a dispersão natural que ocorre em casos semelhantes, quando a produção de cada pesquisador dá origem a trabalhos destinados à publicação em revistas científicas de áreas especializadas. Era necessário, então, definir um instrumento que pudesse reunir num único repositório toda a produção técnica e científica, de modo a cumprir o amplo objetivo expresso pelo título do projeto: reunir num único ambiente, numa perspectiva histórica, diferentes aspectos, fossem eles tecnológicos, de preservação do



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

patrimônio, ambientais, num registro documental uniformizado e unificado, que garantisse aos futuros usuários um material de pesquisa de caráter abrangente.

A solução planejada deveria contemplar três eixos: a preservação digital, a criação de um repositório digital sustentável e a construção de uma estrutura de representação da informação, tanto descritiva quanto temática, com a utilização de descritores específicos, que possibilitem ampliar o conteúdo relativo ao universo da pesquisa após o encerramento do projeto original.

Ao pesquisar as opções disponíveis no mercado para desenvolvimento do repositório, a equipe técnica avaliou as alternativas para a sustentabilidade do sistema após o encerramento do projeto. Questões como atualização tecnológica e as necessidades relacionadas à preservação digital foram consideradas durante a coleta de informações junto os profissionais de tecnologia da informação da Universidade de São Paulo, instituição sede do projeto, e onde ficará hospedado o repositório digital construído como resultado do projeto.

Entre outras opções, a escolha do software Drupal como sistema de gestão de conteúdo - Content Management System (CMS) - foi a solução encontrada para garantir a perenidade do repositório de informação. Os CMS são “sistemas de publicação estruturada que permitem separar o trabalho de redação e elaboração da apresentação e organização do conteúdo” em ambiente Web (TRAMULLAS, 2010,p.8).

O Drupal é uma plataforma livre de gestão de conteúdo, adotada pela Universidade de São Paulo para desenvolvimento de sistemas de informação no âmbito da universidade, sendo assim, a escolha mais lógica, uma vez que a atualização e manutenção do repositório digital do Projeto Eletromemória estaria garantida após o encerramento dos trabalhos.

Além disso, a escolha de um CMS permite que o Inventário de Patrimônio previsto no projeto contemple o desenvolvimento de um mecanismo de representação da informação a partir dos dados coletados durante o processo de pesquisa, constituindo-se num instrumento descritivo, independente dos documentos, artigos, teses e dissertações, incorporados ao repositório. Essa estrutura deve ser contemplada em formato de banco de dados, de modo a garantir a ampliação de conteúdo ao longo dos anos.

A questão da sustentabilidade também está contemplada na opção teórico-metodológica para elaboração das ferramentas de representação da informação, tanto para o Vocabulário Controlado do sistema, quanto para o Inventário do Patrimônio das unidades estudadas.



2.3 Sustentabilidade da Informação – Vocabulário Controlado e Inventário do Patrimônio

A Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) define, na Carta de NizhnyTagil,

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (TICCIH, 2003)

O caráter multidisciplinar no projeto definiu a adoção do conceito de Inventário utilizado pela área de Patrimônio Industrial como o mecanismo mais adequado para consolidar e registrar as informações sobre os diversos aspectos das unidades pesquisadas. Embora seja um termo utilizado pelas diferentes áreas das ciências sociais aplicadas e apresente definições específicas para a Arquivologia, Biblioteconomia e Administração, era na área de Patrimônio Industrial que estava explicitado de maneira mais adequada o objetivo do projeto, que é o “registro dos bens e demais coisas pertencentes a uma pessoa ou comunidade” (RETTIG, 2009, p. 190).

O inventário do patrimônio industrial é um conjunto estruturado e normalizado de registros referentes a grupos de edifícios, edifícios e ou frações de edifícios de caráter industrial, bem como a outros testemunhos materiais e imateriais resultantes de uma determinada atividade produtiva (FOLGADO, 2010, p.12).

A carta de Nizhny Tagil também demonstra a importância do inventário, como ferramenta de registro dos levantamentos de campo, ao contemplar todas as informações possíveis sobre o bem a ser preservado.

ii. Os levantamentos de campo e a elaboração de tipologias industriais devem permitir conhecer a amplitude do patrimônio industrial. Utilizando estas informações, devem ser realizados inventários de todos os sítios identificados,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

os quais devem ser concebidos de forma a proporcionarem uma pesquisa fácil e um acesso livre por parte do público. A informatização e o acesso on-line na Internet constituem objectivos importantes (TICCH, 2003).

Deste ponto de vista, a questão da sustentabilidade ganha uma nova dimensão no que se refere à representação da informação para os resultados do projeto. Trata-se de ampliar a perspectiva do registro para além da situação em um determinado momento, mas elencar também informações relativas ao histórico de cada unidade e deixar o sistema preparado para receber novas informações ao longo do tempo. Cria-se assim uma perspectiva histórica no registro da informação, que amplia a capacidade de utilização do acervo para as mais variadas finalidades de pesquisa.

Considerando a articulação das abordagens da sustentabilidade tratadas anteriormente, poderíamos inferir que o inventário do patrimônio estudado torna-se ele próprio, um mecanismo de sustentabilidade do patrimônio, uma vez que a informação registrada, se preservada e atualizada ao longo do tempo, torna-se uma ferramenta importantíssima nas mãos de técnicos e gestores públicos.

As características do projeto, que reúne informações sobre unidades industriais localizadas em diferentes regiões do Estado de São Paulo, de propriedade de diferentes empresas e entidades, em diferentes estados de conservação, representa uma importante iniciativa para a inventariação do patrimônio industrial da energia elétrica, isto porque o nível de abrangência da coleta de dados possibilita a reunião de informações bastante detalhadas sobre cada um dos eixos temáticos.

O instrumento preconizado na pesquisa, para além de um inventário tradicional, propõe a reunião de informações sobre os diferentes aspectos das unidades estudadas. A estrutura de representação da informação foi estabelecida com base nas especificidades de cada área, articulando os conteúdos comuns a todas e conteúdos específicos. Para isso foram considerados dois níveis na estrutura do repositório: “informações de diferentes naturezas sobre uma mesma unidade e informações da mesma natureza sobre diferentes unidades” (LIMA, VITORIANO, BARBANTI, 2015, p. 570).

Para isso, foram definidas seis áreas informacionais, totalizando cerca de 100 campos descritivos: 1) Identificação da unidade produtiva, contemplando dados básicos de propriedade, dados construtivos, localização geográfica; 2) Histórico da unidade: contemplando informações



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

sobre a criação e dados cronológicos; 3) Patrimônio Industrial/ Museologia: contendo a descrição da estrutura física existente (arquitetura e de equipamentos) e aspectos museológicos; 4) Paisagem e meio ambiente: contemplando a análise comparativa das características ambientais do entorno da unidade; 5) Acervo arquivístico: com informações sobre a existência de documentos de valor histórico, condições de preservação e acesso; 6) Palavras-chave: apresentando a indexação de termos, resultantes da padronização terminológica (LIMA, VITORIANO, BARBANTI, 2015, p. 571).

Ao lado da representação descritiva, a representação temática da informação sobre o projeto está contemplada na atualização do escopo e da estrutura do Vocabulário Controlado da Energia Elétrica, elaborado no projeto anterior – Eletromemória I, com a inclusão de novas subcategorias. A definição da estrutura do vocabulário ocorreu a partir da discussão de um encontro de pesquisadores do projeto onde foram organizadas, a partir de um mapa conceitual, as proposições sobre o tema principal do projeto – História da Energia Elétrica. A partir dessa discussão foram identificadas quatro novas subcategorias estruturantes do vocabulário, a saber: patrimônio industrial; paisagem e meio ambiente; processos de eletrificação e museologia.

A organização das categorias deu-se pelo estabelecimento de relações lógico-semânticas entre os termos que as compõem a partir de suas definições. Essas definições são elaboradas com base nas normas terminológicas ISO 704 (2009); 1087 (2000) e na teoria do conceito de Dahlberg (1978), onde se prevê a identificação das características essenciais e acessórias de determinado conceito. Essas características ao serem enunciadas, se constituem na definição do termo e, submetidas a um processo de conjunção e disjunção, onde reunimos aquilo que é semelhante e estabelecemos como limites de significação aquilo que torna cada termo diferente dos demais no mesmo domínio, permitem o estabelecimento das relações hierárquicas e associativas entre os termos selecionados para compor o vocabulário controlado. A estruturação baseada na terminologia dos domínios específicos de cada eixo temático do projeto pretende garantir a compreensão do significado de cada termo, permitindo a interlocução entre diferentes áreas sem a sobreposição de significados, muito comum em projetos multidisciplinares.

Da mesma forma, salienta-se que o instrumento produzido contempla diferentes aspectos do patrimônio, nem sempre consideradas em projetos dessa natureza. Entendemos que a multidisciplinaridade representada pela reunião de diversas áreas do conhecimento articula-se



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pela coerência temática apresentada na interlocução de termos selecionados para compor o vocabulário controlado do projeto.

Ao organizar a terminologia de áreas diferentes e estabelecer suas relações, pretende-se que seja possível ampliar a capacidade analítica dos dados coletados para além dos limites do projeto original. Do ponto de vista da representação descritiva, a existência de uma estrutura de informações padronizada tornará possível a ampliação de conteúdo sobre as unidades pesquisadas em momento futuro e a inclusão de novas unidades ainda não contempladas neste projeto. Pretende-se com isto que a representação da informação construída seja replicável para um contexto maior do que o originalmente projetado, de modo a ampliar a abrangência do projeto mesmo após seu encerramento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos anteriormente, o artigo pretendeu demonstrar como a criação de um repositório digital de acesso livre, estruturado como um instrumento de representação da informação e de preservação dos resultados de pesquisa de um projeto temático de grande abrangência espaço-temporal necessita de articulação de diferentes aspectos de sustentabilidade para garantir a preservação em longo prazo do acervo de informações produzido.

Em virtude de diferentes aspectos como a multidisciplinaridade da pesquisa e, conseqüentemente, das diferenças do conteúdo a ser preservado, além de aspectos gerenciais que determinaram a escolha do sistema de gestão de conteúdo e a posterior manutenção do repositório, foi necessário analisar questões relativas à preservação digital e à sustentabilidade da informação em nível técnico e gerencial.

Entendemos que estes aspectos devem, obrigatoriamente, ser tratados em conjunto, se ambicionamos a efetiva preservação da informação produzida. Para isso, a questão da preservação digital precisa considerar aspectos de sustentabilidade que vão além dos aspectos tradicionais como a utilização de recursos, mas que envolvem a integração de processos técnicos e gerenciais, aos conteúdos objetos da pesquisa. A ideia de utilidade futura da informação deve ser um dos eixos norteadores da pesquisa em patrimônio industrial, uma vez que a própria preservação do bem pode ser beneficiada pela existência de informação de qualidade sobre seu histórico de utilização e as condições de preservação.



A existência de uma ferramenta de registro que permita a inclusão e atualização de informações é um importante mecanismo para fornecer aos futuros pesquisadores subsídios para novas ações de preservação do patrimônio industrial.

REFERÊNCIAS

BICALHO, L. M, OLIVEIRA, M. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BRADLEY, K., LEI, J., BLACKALL, C. **Towards an Open Source Repository and Preservation System: Recommendations on the Implementation of an Open Source Digital Archival and Preservation System and on Related Software Development UNESCO Memory of the World**. Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/fr/files/24700/11824297751towards_open_source_repository.doc/towards_open_source_repository.doc>. Acesso em: 10 mai. 2016.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**. v.7, n.2, p.101-107, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>>. Acesso em: 10 maio 2016.

DAPP, M. Open Government Data and Free Software – Cornerstones of a digital sustainability agenda. **The 2013 Open Reader: stories and articles inspired by OKCon 2013: Open Data, Broad, Deep, Connected**. BUCH & NETZ, OKCON, OKF SWITZERLAND, 2013. Disponível em <<http://books.buchundnetz.com/the2013openreader/chapter/open-government-data-and-free-software-cornerstones-of-a-digital-sustainability-agenda/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

FERREIRA, M. (2006) **Introdução à Preservação Digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2010. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

FOLGADO, D. **Patrimônio Industrial**. Lisboa, Portugal: IHRU/IGESPAR, 2010. (Série KITS, 3) Disponível em: <http://www.monumentos.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/EstudosDocumentos/KIT03.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT) **Repositórios Digitais**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais>>. Acesso em: 10 maio 2016.

LIMA, V. M. A. ; VITORIANO, M.C.C.P ; BARBANTI, C. H. . Organização do conhecimento e o patrimônio industrial em São Paulo: o Projeto Eletromemória. In: José



Augusto Chaves Guimarães; Vera Dodebei. (Org.). **Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural**. Marília/SP: ISKO-Brasil; Fundepe, 2015, v. 1, p. 565-573. Disponível em: <<http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Organiza%C3%A7%C3%A3o-do-Conhecimento-e-Diversidade-Cultural-ISKO-BRASIL-2015.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

ROCHA, C. L. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/608/669>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SANTOS Fº. G.M. **História da energia elétrica no Estado de São Paulo (1890-1960): patrimônio industrial, paisagem e meio ambiente**. São Paulo: FAPESP, 2013 (Projeto Temático). Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/57802/historia-da-energia-eletrica-no-estado-de-sao-paulo-1890-1960-patrimonio-industrial-paisagem-e-m/>> Acesso em: 10 maio 2016.

RETTIG, J.M. **GlosarioSextilingüe de Patrimonio Industrial**. Santiago de Chile:Universidad Internacional SEK / TICCIH-Chile, 2009.

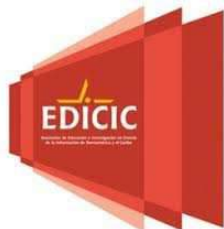
STUERMER, M.Characteristicsof Digital Sustainability. ICEGOV'14. **Proceedings of the 8th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance**.New York, USA2, 2014. P. 494-495. Disponível em: <http://www.stuermer.ch/maemst/wp-content/uploads/2014/10/2014_Stuermer_CharacteristicsOfDigitalSustainability.pdf>Acesso em: 10 maio 2016.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH).(2003) **Carta de NizhnyTagil sobre o patrimônio industrial**. TICCIH. Disponível em: <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

THOMAZ, K. P. **A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas**. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2004 . Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA-68ZRKF/doutorado__katia_de_padua_thomaz.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

TRAMULLAS, J.Drupal para bibliotecas y archivos. Zaragoza/ES: Fundación Zaragoza Ciudad del Conocimiento, 2010. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/14400/1/drupalbibcompleto.pdf>> . Acesso em:10 maio 2016.

UNITED NATIONS WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (UNWCED). Our Common Future: Brundtland Report, United Nations, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>> . Acesso em: 10 maio 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

TECNOLOGIA E CONCEPÇÕES DE PATRIMÔNIOS E DE SERVIÇOS CULTURAIS: REFLEXÕES EXPLORATÓRIAS

TECHNOLOGY AND HERITAGE AND CULTURAL SERVICES CONCEPTIONS: EXPLORATORY REFLECTIONS

Marco Antonio Almeida, USP
Ieda Pelógia Martins Damian, USP

Resumo: O trabalho propõe refletir acerca das mediações envolvendo tecnologias no acesso às informações e bens culturais. Estabelece uma discussão teórica inicial, com revisão da bibliografia, acerca das relações entre bens culturais, patrimônios e tecnologias (Walter Benjamin, Raymond Williams, Paul Tolila). Em seguida, propõe uma pesquisa exploratória selecionando três casos distintos de utilização das tecnologias para proporcionar o acesso dos usuários às informações e aos patrimônios culturais. Utiliza a matriz SWOT e abordagens qualitativas para analisar as experiências. Conclui fazendo uma problematização dos dados levantados e das possibilidades em aberto para o campo da Ciência da Informação.

Palavras-Chave: Apropriação Social da Informação. Tecnologias. Bens Culturais. Patrimônio. Mediações.

Abstract: This paper proposes to reflect on the mediations involving technologies in the access to information and cultural goods. It establishes an initial theoretical discussion, with review of the literature, about the relationship between cultural property, assets and technology (Walter Benjamin, Raymond Williams, Paul Tolila). Then proposes an exploratory search by selecting three different cases of use of technology to provide user access to information and cultural heritage. Uses the SWOT matrix and qualitative approaches to analyze experiences. It concludes by making a questioning of the data collected and the possibilities open to the field of Information Science.

Keywords: Social Appropriation of Information. Technologies. Cultural Property. Patrimony. Mediations.

1 Introdução

No decorrer da História, mudanças sociais e tecnológicas influenciaram modificações e adaptações na maneira pela qual o acesso aos bens culturais e as informações acerca dos mesmos eram organizadas e comunicadas. Podemos recordar as mudanças nos suportes da informação: dos rolos e papiros da Biblioteca de Alexandria e congêneres do mundo antigo, à convivência dos mesmos com o formato de códex que vai se impondo a partir da constituição das bibliotecas monásticas na Europa Medieval. Posteriormente, a convivência de livros



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

manuscritos, incunábulos e, finalmente, livros impressos, que vão se tornar a referência das bibliotecas e destinar os demais à seção de “obras raras”. A aceleração das mudanças tecnológicas de final do século XIX e no correr do século XX aprofundam a multiplicação de suportes que passam a conviver nas bibliotecas e também nos arquivos e museus: fotografias, microfilmes, cassetes de áudio, rolos de filmes, fitas VHS, CDs, DVDs, até chegarmos aos suportes/repositórios digitais e às concepções de museu e biblioteca digitais.

Assim, ao refletirmos sobre as atividades de mediação no contexto dessas mudanças tecnológicas, estamos considerando que a apropriação social da informação, dos conhecimentos e da tecnologia não é um processo simples e linear. A reflexão acerca das práticas culturais de mediação necessita considerar essa complexidade, bem como as dificuldades de distintas naturezas para seu enraizamento social. Por outro lado, é importante não se considerar apenas os aspectos restritivos, mas também estar atento para a criatividade das práticas sociais, para as maneiras pelas quais indivíduos e grupos se apropriam das informações e das tecnologias, como nos lembra Michel de Certeau (1994).

Desse modo, o objetivo desse trabalho é propor um estudo exploratório de algumas experiências concretas que exemplificam diferentes modalidades de mediação e interação com os recursos tecnológicos, visando uma reflexão que problematize essas questões e mapeie algumas possibilidades em aberto para aplicações e desdobramentos no campo da Ciência da Informação.

Em um primeiro momento, iremos nos debruçar sobre como a própria noção de bem cultural se modifica e, portanto, como as noções de patrimônio e as mediações que se relacionam também sofrem modificações. Do ponto de vista das novas possibilidades de relacionamento com os usuários proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o foco das análises concentrou-se na prestação de serviços de referência virtual, na utilização de redes sociais e no tipo de oferta de tecnologia propiciada aos usuários. O serviço de referência virtual (SRV) está relacionado às diversas formas de disponibilizar os serviços de referência e de informação por meio da utilização das TICs que, de modo geral, podem oferecer uma série de benefícios para os envolvidos. Por se tratar de uma pesquisa-piloto exploratória visando lançar as bases para uma pesquisa mais abrangente, a escolha das experiências se deu, basicamente, pela diferenciação e diversidade de acervos e seus suportes, bem como dos serviços disponibilizados a partir dessas distintas realidades e das próprias



concepções de bens culturais e patrimônios subjacentes. Escolhemos, portanto, para nossa análise, o Museu Casa de Portinari, o *site* do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o Museu das Coisas Banais.

Nas análises das experiências selecionadas nos utilizamos da ferramenta SWOT, entre outros motivos, pela relação de benefícios que é destacada por diversos autores da área: trata-se de uma metodologia de fácil aplicação, mas capaz de proporcionar um diagnóstico abrangente, além de permitir apreender a situação específica e refletir acerca das ações a serem efetivadas. No caso das redes sociais e da oferta de tecnologia nas unidades, foi analisada a estratégia de incorporação de possíveis usuários e a comunicação estabelecida com os mesmos. No caso específico do Museu Casa de Portinari, além da análise dos serviços ofertados online, optamos por buscar incorporar alguns elementos qualitativos à reflexão acerca da relação dos usuários com a tecnologia. Assim, foi feita uma visitação à instituição para uma observação *in loco* e entrevistas não-estruturadas com o corpo técnico.

2 Bens Culturais, Patrimônios e Tecnologias

Um primeiro aspecto a ser mencionado é o papel reservado aos fenômenos culturais pela teoria econômica. De fato, os bens ou mercadorias culturais possuem características que os distinguem das demais mercadorias de acordo com os critérios da economia clássica. Para esta, as mercadorias possuem certas características (como propriedades físicas), decomponíveis em elementos passíveis de serem mensurados objetivamente, e, portanto, de serem universalmente reconhecidos, hierarquizados e valorizados por todos. Os bens culturais e artísticos, entretanto, dificilmente podem ser enquadrados nessa concepção: a avaliação de seus conteúdos tende a ser “subjetiva” ou localizada, e não uma medida consensual universal.

Outra dificuldade para enquadrar os bens culturais na teoria econômica advém de suas características mais próximas de bens coletivos do que de bens privados, como as demais mercadorias. Um bem é tido como privado na medida em que pode ser considerado exclusivo e rival no consumo. *Exclusivo*, porque sua obtenção pode ser impedida (por exemplo, pelo simples fato do consumidor não possuir dinheiro para sua obtenção) e *rival*, porque na medida em que eu usufruo desse bem, ninguém mais pode fazê-lo (por exemplo, nenhuma outra pessoa pode usar meus sapatos enquanto eu os estiver calçando). Já os bens culturais, no seu todo ou em parte, fogem dessas características, perfilando-se entre os bens coletivos. Se



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

considerarmos principalmente os bens e serviços culturais nos casos dos espetáculos ao vivo e do patrimônio, veremos que seu consumo não é exclusivo nem rival: o prazer ou benefício que deles posso retirar em nada interfere ou diminui o dos demais “consumidores culturais” que simultaneamente desfrutam também desses bens (TOLILA, 2007; BENHAMOU, 2007).

Ainda refletindo sobre essa oposição, vale relembrar o que Raymond Williams (2007) observa acerca da origem dos termos “consumo” e “consumidor”: ambos expressariam uma conotação negativa de “absorver por completo, devorar, dilapidar, gastar” até o final do século XIX, pelo menos. Com o desenvolvimento do planejamento capitalista e da propaganda comercial no século XX, essa conotação negativa fica em segundo plano, embora persista ainda a ideia de consumo vinculado ao esgotamento daquilo que é produzido. O importante, porém, para nós, é a observação que Williams faz, considerando o predomínio do modelo capitalista, acerca do uso generalizado e frequente do termo “... a campos como a política, a educação e a saúde. Em qualquer um deles, mas também no campo comum dos produtos e serviços, referir-se a usuário em lugar de consumidor ainda expressa uma distinção relevante” (WILLIAMS, 2007, p. 110). A distinção consumo/uso ou fruição exposta por Williams introduz, portanto, mais uma nuance na diferenciação entre as mercadorias em geral e os produtos culturais.

Se a lógica da economia clássica tendeu, historicamente, a se defrontar com os fenômenos culturais na sua qualidade de espetáculos e exposições ao vivo ou de patrimônios culturais, o surgimento das indústrias culturais irá implicar numa nova lógica mercantil e social. Não caberia aqui retomar a clássica discussão acerca da indústria cultural de Adorno e Horkheimer (1986), mas observar que o acesso à cultura, nas sociedades contemporâneas, se processa majoritariamente por meio dos produtos culturais do que propriamente pelo contato direto com a criação e apresentação artística. Essa tendência é claramente perceptível entre os jovens com acesso cada vez mais precoce à tecnologia digital, e que incorporam crescentemente o consumo de produtos culturais “portáteis” ao seu cotidiano — o exemplo da música sendo talvez o caso mais extremo nesse sentido. Por outro lado, considerando-se as observações anteriores, ainda que nesse caso a circulação da produção cultural se processe pelos produtos culturais, vale estender a eles pura e simplesmente a mesma lógica que se aplica às demais “mercadorias”? Essa questão merece mais algumas reflexões.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No setor cultural ocorre o predomínio de uma lógica da oferta em oposição a uma lógica da demanda que seria mais característica de outros setores. Se a informação sobre os produtos (*marketing*) é estratégica para a circulação de qualquer tipo de mercadoria, no caso do setor cultural esse papel é ainda mais fundamental (TOLILA, 2007). Pode parecer, à primeira vista, que o ato de informar-se seria algo bastante simples — o que não é verdade. A multiplicação da quantidade de informações e o “ruído” decorrente antes dificultam do que facilitam esse processo. Além disso, seria necessário refletir acerca das estruturas de interpretação utilizadas para passar da recepção dessas informações à sua “organização” e incorporação como conhecimento. O termo “conhecimento” reconheça-se, é um pouco vago, especialmente quando seu uso prolifera em expressões tão abrangentes como “Sociedade do Conhecimento” ou “Gestão do Conhecimento”. O que se quer salientar aqui, entretanto, é que a informação é secundária em relação aos sistemas de conhecimento — aos esquemas socioculturais de interpretação que dão à informação seu status e seu valor. São esses quadros de interpretação simbólica que permitem separar a informação relevante do “ruído” provocado pelo incessante e sempre crescente fluxo informacional. Cabe interrogar, portanto, de que maneira esses quadros simbólicos de interpretação são construídos e compartilhados.

As tecnologias digitais introduzem mais um fator de complexidade a essas questões, na medida em que possibilitam a reprodução de conteúdos culturais diversos (em suas concepções e origens) num mesmo suporte (as telas). A emergência das tecnologias digitais nos últimos anos repõe alguns dos problemas levantados por Walter Benjamin em seu ensaio dos anos de 1930, “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”. Nesse trabalho pioneiro, Benjamin apontava as possibilidades de democratização cultural que as tecnologias da época permitiam vislumbrar. Ele refletiu sobre como essas tecnologias “dessacralizavam” os bens artísticos e culturais, rompendo a “aura” que os cercava.

Assim, uma leitura possível da ideia de aura proposta por Benjamin implica não em conectá-la diretamente aos valores artísticos ou culturais enquanto tal, mas às dificuldades de se ter acesso ao bem ou objeto original (BENJAMIN, 1987). Por esta via, entramos na lógica de mercado que atribui valor aos bens escassos ou de maior raridade — os custos e dificuldades no acesso é o que constituem performativamente o valor e atribuem a aura a estes bens ou objetos. Nesse sentido, a ideia de vulgarização não traria em si, inicialmente, a definição de objetos carentes de qualidade (estética e/ou cultural), mas de objetos e bens que



estariam acessíveis ao “vulgo”, à maioria. O entendimento do processo de vulgarização desliza posteriormente para uma conotação de juízo, de desvalorização, na medida em que a ampliação do acesso ameaça romper os mecanismos de distinção (BOURDIEU, 1989).

O que podemos perceber no atual momento, e que guarda semelhanças com os processos descritos por Benjamin, é um conjunto de reinvenções de categorias – como a de patrimônio imaterial – que, mais do que determinar valores, configuram práticas culturais que se modificam pela incorporação de aparatos tecnológicos, deslocando os circuitos de legitimação simbólica e abrindo a possibilidade de constituição de novos “patrimônios” e estabelecendo novas possibilidades de relação com estes patrimônios e seus usuários (em alguns casos, seus “interagentes”). É o que procuraremos exemplificar a partir da exploração das experiências selecionadas.

3 A matriz SWOT e a análise da oferta de serviços tecnológicos

A facilidade de comunicação, a possibilidade de troca instantânea de grandes quantidades de informação e a redução de custos são características da Internet que podem ser exploradas em benefício do oferecimento de serviços de referência virtual (SRV). Por tal serviço entendemos a agregação de valores por meio da utilização das modernas tecnologias digitais ao que é realizado tradicionalmente no atendimento ao usuário de unidades de informação, bem como o desenvolvimento de novas possibilidades (ARELLANO, 2001; PEREIRA e BRENHA, 2011). Ao realizarem uma análise do SRV, Carvalho e Lucas (2005) verificaram uma crescente tendência da adaptação de serviços e produtos de referência de ambientes tradicionais para ambientes virtuais. Alves (2010), por sua vez, destaca os elementos que compõem esse processo, e que envolvem: recursos eletrônicos; interfaces; utilizadores/leitores (usuários); e profissionais da informação (mediadores diretos e/ou responsáveis pela mediação tecnológica).

Estes recursos tecnológicos são constituídos com a intenção de disponibilizar informações e serviços a um número maior de pessoas que podem estar em qualquer localidade, não se restringindo ao atendimento a comunidade a qual tal unidade de informação faz parte. Nesse sentido, a plataforma *web* foi considerada por Carvalho e Lucas (2005) um dos suportes mais utilizados e crescentes que dinamiza, sociabiliza e inova informações ao usuário onde quer que esteja. Entre as vantagens assinaladas pelos autores em relação ao uso



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

dessas tecnologias estão as seguintes: as fontes de informação virtuais atualizam-se rapidamente, demandam menor mão-de-obra e não necessitam de espaço físico para a guarda e recuperação da informação por parte dos usuários.

No contexto online, deve-se considerar a experiência na *web*, ou seja, a impressão que o usuário tem da organização online. Essa experiência compreende elementos como pesquisar, navegar, encontrar, selecionar, comparar e avaliar informações bem como interagir e transacionar com a organização online. O que se ocorre, nesses casos, são processos de mediação cultural e sociotécnica da informação, envolvendo entidades humanas, sistemas tecnológicos, linguagens e símbolos culturais. De um modo geral, a este conjunto de experiências no ciberespaço foi atribuído por boa parte da literatura o rótulo genérico de “interação”. Entretanto, talvez seja importante assinalar algumas nuances do termo.

Como destaca Primo (2000), o modelo emissor-receptor, de característica linear, mecanicista e hierárquico, colocava o receptor em uma posição de “passividade”, mas atualmente, espera-se que a relação homem-máquina seja plenamente interativa, tendo o feedback reativo como condição para o estabelecimento de uma comunicação plena. Para o autor, o estudo da comunicação mediada pelo computador e do conceito de interatividade deve investigar a interação no contexto interpessoal, de modo que a relação no contexto virtual, que pretende ser interativa, deve ser trabalhada como uma aproximação àquela interpessoal.

A liberdade é uma característica que, para Primo (2000), deve estar presente em uma interface virtual, de modo que cada agente possa definir seus próprios caminhos e alterar o encaminhamento em curso. Caso esta escolha não seja possível, conclui o autor, não se trata de um sistema interativo e sim de um sistema reativo fechado, onde a relação é determinada pelo interagente proativo, cabendo ao interagente reativo se adequar ao molde previamente definido.

Para que uma interface seja plenamente interativa, ela necessita trabalhar na virtualidade, possibilitando a ocorrência da problemática e viabilizando atualizações. Por outro lado, uma interface reativa resume-se ao possível, que espera o clique do usuário para realizar-se. A tela está ali, completamente programada e perfeita para disparar um mecanismo ou uma nova tela que espera por seu destravamento. (PRIMO, 2000, p.10).

Utilizaremos inicialmente o método SWOT para uma primeira aproximação e avaliação do uso das TICs nos serviços prestados pelas unidades de informação. Trata-se,



segundo Dias (2006), de um acrônimo formado pelas palavras inglesas: *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). As forças, também denominados pontos fortes são, de acordo com o autor, características internas positivas como habilidades, capacidades e competências que uma organização deve utilizar para atingir as suas metas, enquanto as oportunidades são características do ambiente externo, que não estão sob o controle direto da organização, mas que apresentam potencial para ajudá-la a atingir ou exceder as metas planejadas. As fraquezas, também chamadas de pontos fracos, conclui o autor, são características internas negativas, como a ausência de capacidades críticas, que podem restringir o desempenho da organização, enquanto as ameaças são características do ambiente externo, que não são controláveis pela organização, mas que podem impedi-la de atingir as metas planejadas. Considerando esses pressupostos, a análise SWOT pode nos proporcionar boas contribuições para avaliar e sugerir potencialidades de melhoria dos usos das tecnologias empregadas pelas instituições selecionadas, além de indicar algumas concepções culturais subjacentes que permeiam os serviços propostos.

4 O Museu Casa de Portinari

Na região da Alta Paulista, no oeste do Estado de São Paulo, o Museu Casa de Portinari, em Brodowski, localiza-se na antiga residência do conhecido artista plástico. O perfil da instituição constitui sua identidade institucional a partir da ligação do artista com sua terra natal, origens e laços familiares. É o local onde Portinari realizou suas experiências com pinturas murais e se aprofundou na técnica com o passar dos anos. Devido às várias obras em pintura mural nas paredes da casa e em uma capela nos jardins da residência, tornaram-se prioritárias ações para a preservação do conjunto. Em dezembro de 1968 a casa foi tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, no ano seguinte, o imóvel foi desapropriado e adquirido pelo governo do Estado de São Paulo. Em janeiro de 1970 foi finalmente tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) e o museu foi instalado e inaugurado em março do mesmo ano. O complexo é constituído por uma casa principal e anexos construídos em sucessivas ampliações, sendo a último no período 2013-2014, que também procedeu a uma modernização das instalações e à incorporação de algumas tecnologias.



O museu procura manter uma “simplicidade típica do interior como sua maior característica”, segundo seu *website*. Por outro lado, não descurou do uso de algumas tecnologias, agregando-as ao patrimônio do museu. Nesse sentido, desenvolve o projeto “Juntando Memórias”, voltado ao registro da memória local, coletando e identificando fotografias e vídeos que foram registrados em eventos públicos realizados pelo próprio museu, exibidos em seu *website*. O vínculo com a memória da colonização italiana na região é bastante marcado: durante a programação da Semana de Portinari também acontece a “Piazza Della Nonna”, festa típica inspirada na cultura dos primeiros imigrantes que se estabeleceram na cidade. O evento conta com gastronomia, música e homenagem às famílias tradicionais, e as barracas de comidas típicas são comandadas por associações filantrópicas da própria cidade. Outra apropriação da tecnologia, disponível no *site*, intitula-se “Poéticas de Memórias”, contemplando nove vídeo-depoimentos de pessoas da comunidade, em sua maioria idosos, estabelecendo através de suas reminiscências os laços identitários construídos em torno do imaginário acerca do artista e de sua residência. Segue a análise SWOT do *website* do Museu.

QUADRO 1 – Análise SWOT do Website do Museu Casa de Portinari

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">• apresenta boa velocidade de acesso (não houve necessidade de espera em seu carregamento), mesmo com a disponibilização de fotos de alta resolução;• disponível em português, em espanhol e em inglês;• oferece uma ampla gama de ferramentas interativas como <i>Twitter, facebook, Youtube, Flickr, Foursquare, Tripadvisor, Wikipedia e Feeds</i>;• oferece opção de busca;• disponibiliza informações sobre agendamento de visitas em grupo com grande detalhamento de informações;• oferece agendamento de visitas em grupo por meio da opção Fale Conosco (formulário eletrônico);• acessível em libras;• disponibiliza visita virtual;• oferece vários recursos de interação e acessibilidade para os usuários;• possui Pesquisa de Satisfação;• há informações sobre o endereço físico do Museu, telefone e endereço de e-mail;• possui a opção “Acessibilidade do Museu” que disponibiliza um vídeo em libras;• oferece o “Brinque online com o Museu Casa de Portinari” com as seguintes opções: Fazer arte; o que é arte; tire uma foto; pinte a luz; a arte a historia; e apreciar a arte;• disponibiliza “Últimas notícias”;• oferece o “Fique por dentro da programação completa do museu”;• disponibiliza importantes recursos como “Participe da Pesquisa”, “Social
---------------	---



	<p>Stream”, “Fale com a Ouvidoria”, e “Cadastre-se receba nossa newsletter”;</p> <ul style="list-style-type: none">• possui e disponibiliza Política de Privacidade;• em todas as telas secundárias, existe o recurso “Você esta em”, muito útil para a localização do usuário;• no início de todas as telas, importantes links são disponibilizados como: Portal do Governo, Cidadão.SP, Investe SP, SP Global e Destaques que oferece uma ampla gama de assuntos de interesse do usuário;• possui link para o Portal da Transparência Estadual;• fornece uma ampla gama de informações aos seus usuários por meio das seguintes opções de menu: O Museu, Candido Portinari, Visite o Museu, Fique por dentro, Compras, Serviços e Contratações, e Contato;• na opção “Visite o Museu”, dentre várias opções disponíveis e algumas já mencionadas, existe, também, a opção “Localização e Expediente” que oferece os recursos e facilidades da ferramenta <i>Google Maps</i>;• todos os <i>links</i> testados funcionaram, mostrando que o <i>site</i> oferecia boa disponibilidade;• a página inicial (<i>home</i>) se utiliza de recursos que atraem a atenção do usuário como fotos, cores, movimentos e interação;• a mesma informação podia ser obtida por mais de um caminho, o que facilitava o seu acesso;• não apresentava problemas de segurança e/ou privacidade porque nem o mesmo nem o seu usuário forneciam dados pessoais e/ou confidenciais.
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">• utiliza na grande maioria de suas páginas, a barra de rolagem que pode dificultar a visualização e o encontro das informações desejadas pelos usuários;• a opção de busca esta localizada no canto inferior esquerdo, o que pode dificultar sua localização e utilização por parte dos usuários;• excessiva informação disponibilizada na página inicial: muita informação importante pode passar despercebida pelos usuários ao utilizarem a barra de rolagem;• na tela de Visita Virtual não existe a opção de Sair. Para parar a reprodução, é preciso fechar a janela, o que não é muito intuitivo para o usuário;• a pesquisa de satisfação deveria ser colocada em lugar de maior destaque ou utilizar maiores incentivos para que motive o usuário a respondê-la;• a opção “Fale com a Ouvidoria” disponibiliza um endereço de e-mail, mas, ao clicar sobre a opção, solicita-se a instalação do Microsoft Outlook. Esta vinculação ao Outlook pode inibir a comunicação de usuários que se utilizam de outras ferramentas para envio de mensagens eletrônicas;• o <i>site</i> era quase que totalmente informativo.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none">• maior divulgação do <i>site</i> do museu e dos serviços ali disponibilizados;• inclusão de outros meios de comunicação entre o museu e seus usuários como, por exemplo, a utilização de <i>chat</i>;• disponibilizar a ouvidoria com chamada telefônica gratuita (0800);• oferecer a opção “Dicas de busca”, para ajudar o usuário em dificuldades;• há serviços que poderiam ser oferecidos pelo <i>site</i> como, por exemplo, o agendamento de visitas em grupo, venda de produtos promocionais que existe na unidade física.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none">• falta de divulgação e promoção dos serviços oferecidos;• falta de costume dos usuários para utilizar serviços de referência digital



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

	<p>devido à ausência de serviços <i>on-line</i> disponíveis;</p> <ul style="list-style-type: none">• falta de acesso a tecnologia;• custo de aquisição tecnológica principalmente por parte dos usuários.
--	--

No *site* do Museu Casa de Portinari, a opção da barra de rolagem revelou-se potencialmente um obstáculo à visualização mais adequada das informações, especialmente quando existe a concentração de muita informação em suas páginas iniciais. As possibilidades de diálogo com os usuários e obtenção de suas avaliações e expectativas em relação aos serviços também foram pouco exploradas pelas instituições: opções como “pesquisa de satisfação” ou “fale com a ouvidoria” não estavam disponíveis ou estavam implementadas de maneira pouco amigável e/ou acessível aos usuários.

Além da análise pela matriz SWOT, realizamos uma incursão de caráter exploratório pelo Museu Casa de Portinari, com o objetivo de conhecer quais seriam os principais serviços oferecidos *in loco*.

A oferta de tecnologia presencial tornou-se mais ampla com a última reforma. Em uma das salas, uma tela exibe um vídeo explicando as diferenças entre as técnicas murais utilizadas por Portinari na casa. Outro cômodo apresenta dois displays com a linha de tempo que combina fatos históricos e a produção do artista. Há também um jogo de memória interativo com as obras de Portinari. Finalmente, em um cômodo que resguarda diversas camadas da construção, servindo como “testemunho” das diversas intervenções pelas quais passou a casa, há uma maquete eletrônica e um vídeo que permitem aos visitantes visualizarem esses processos. A maior parte desses aparatos também contempla uma versão em libras.

No caso do Museu Casa de Portinari, a apropriação da tecnologia é discreta, servindo muito mais como apoio à reconstrução identitária/memorialística da comunidade, tomando o museu como eixo de atração em torno do qual se articulam ainda hoje as ações culturais presenciais e ritualísticas que renovam experiência dos moradores locais. Na verdade, é possível perceber que o papel do museu não se restringe a salvaguardar um patrimônio artístico-cultural “tombado”, mas também constituir-se como um centro de irradiação de processos de manutenção e reforço de uma identidade local articulada aos eixos da imigração italiana e da presença histórica do artista Cândido Portinari. Assim, acaba por incidir na dinâmica socioeconômica do município, fomentando atividades ligadas ao turismo.

5 O IPHAN e o patrimônio imaterial



O patrimônio digital surge a partir do uso de tecnologias disponíveis e por vontade de tornar informações e bens acessíveis ao grande público. É meio para difusão de informações culturais, para educação patrimonial, ao mesmo tempo em que possibilita a proteção a originais. No caso específico da cultura popular, sua aplicação é fundamental na preservação do que se convencionou definir como patrimônio imaterial – a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

Entre 2000 e 2004, o IPHAN elaborou e testou a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Em 2003, foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), inaugurando o fomento às experiências de inventário com o Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, executado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), incorporado ao Iphan em 2004. Uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática terminou por ser implementada a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) em 2004. Apoiando-se em algumas diretrizes básicas, essa política foi organizada voltando-se, entre outras atividades, para a produção de inventários e registros, além de medidas de apoio e fomento que visam a garantir o status e o suporte econômico das atividades e práticas vinculadas ao patrimônio imaterial. A seguir, a análise SWOT do *site* do IPHAN.

Quadro 2 - Análise SWOT do website do IPHAN

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">• apresenta boa velocidade de acesso (não houve necessidade de espera em seu carregamento), mesmo com a disponibilização de fotos de alta resolução;• oferece uma ampla gama de ferramentas interativas como <i>Twitter</i>, <i>facebook</i>, <i>Youtube</i> e <i>Flickr</i>;• oferece opção de busca;• há informações sobre o endereço físico do Instituto, telefone e endereço de e-mail;• existe a opção de “Fale Conosco” em posição de fácil localização. Nesta opção é possível se comunicar com o Instituto por meio de formulário eletrônico;• disponibiliza a opção “Perguntas Frequentes” que, além de ser uma seção bem completa, apresenta as perguntas agrupadas por categorias
---------------	---



	<p>como “Acervos”, “Bens culturais procurados”, entre outros;</p> <ul style="list-style-type: none">• a opção “Mapa do Patrimônio Cultural no Brasil” direciona o usuário para o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (http://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem);• em todas as telas secundárias, tem-se a opção de acessar as seguintes opções: Bibliografia Geral, Bibliotecas do Iphan, Boletim do Patrimônio, Carta de Serviços ao Cidadão, Processo Seletivo Simplificado 2015, Notícias, e Sala de Imprensa;• além de disponibilizar o “Boletim Eletrônico”, também é oferecido ao usuário a possibilidade de cadastro para que se receba as edições de tal boletim por e-mail, o que pode contribuir de modo significativo para a promoção do site do IPHAN;• opção “Iphan”, tem-se grande quantidade de informações relativas ao Instituto, como por exemplo, sobre sua estrutura, organograma, conselhos, com destaque para as informações sobre a Transparência Pública;• opção “Superintendências” disponibiliza as superintendências por região e, na sequência, por estado, onde se oferece entre outras informações, a localização e meios de contato com a Superintendência selecionada;• opção “Unidades Especiais” que traz informações sobre as Unidades Culturais Especiais que fazem parte do Instituto. A escolha de uma destas unidades, permite ao usuário ter acesso a importantes informações sobre a unidade escolhida;• em todas as telas secundárias, existe o caminho percorrido pelo usuário, de modo a facilitar sua localização, como por exemplo, “Página Inicial > Livraria”;• os registros de “Agenda de Eventos” e “Noticias” são atualizados e disponibilizados em ordem cronológica;• disponibiliza informações em formato de vídeos;• não apresentava problemas de segurança e/ou privacidade porque nem o mesmo nem o seu usuário forneciam dados pessoais e/ou confidenciais;• todos os <i>links</i> testados funcionaram, mostrando que o <i>site</i> oferecia boa disponibilidade;• a página inicial (<i>home</i>) se utiliza de recursos que atraem a atenção do usuário como fotos, cores, movimentos e interação;• nas telas secundárias, se faz uso do recurso “Leia mais” com a disponibilização de links que possam se de interesse para o usuário.
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">• disponível apenas em português;• a página principal possui muita informação que a deixa poluída e torna necessário a utilização de barras de rolagem pode dificultar a visualização e o encontro das informações desejadas pelos usuários;• muita informação disponibilizada na pagina inicial: muita informação importante pode passar despercebida pelos usuários ao utilizarem a barra de rolagem;• o <i>site</i> era quase que totalmente informativo;• na página principal existe, em lugar de destaque, as opções “Brasil”, “Acesso a Informação”, “Participe”, “Serviços”, “Legislação”, “Canais” e “Transparência Pública” que direcionam o usuário para páginas do governo federal que pode fazer com que o usuário se confunda e se



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

	<p>perca. Além disso, como estas opções se tratam de informações relativas ao governo federal de modo geral, poderiam ser agrupadas e disponibilizadas em outro lugar de modo a não contribuir com a poluição da tela inicial;</p> <ul style="list-style-type: none"> • ainda na tela principal existe a disponibilização de vários itens de “Patrimônio Cultural Brasileiro” e de “Unidades Especiais” com suas respectivas fotos, o que acaba por ocupar muito espaço em tela principal; • existe um <i>link</i> sobre o logotipo da instituição que não funciona; • os itens disponibilizados e agrupados em “Agenda de Eventos” e “Noticias” ocupam muito espaço na tela principal; • ao escolher uma opção em “Unidades Especiais”, o acesso ao endereço e ao meios de contato só é possível por meio da utilização de um outro <i>link</i> colocado no final da página; • na opção “Serviços” tem-se uma série de informações sobre os serviços disponibilizados pelo Instituto, mas não há o oferecimento de serviços online.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> • utilizar ferramentas interativas como <i>Foursquare</i>, <i>Tripadvisor</i>, <i>Wikipedia</i> e <i>Feeds</i>; • disponibilizar acesso em libras; • disponibilizar visita virtual; • disponibilizar informações em outras línguas como inglês e espanhol; • oferecer Pesquisa de Satisfação; • agrupar as opções de informações gerais sobre o Governo Federal como “Brasil”, “Acesso a Informação”, “Participe”, “Serviços”, “Legislação”, “Canais” e “Transparência Pública”, de modo que as mesmas sejam disponibilizadas de forma a tornar a tela inicial menos poluída; • agrupar os itens de “Patrimônio Cultural Brasileiro” e de “Unidades Especiais”, de modo a liberar espaço na tela principal; • rever a necessidade de disponibilizar fotos dos itens de “Patrimônio Cultural Brasileiro” e de “Unidades Especiais”; • agrupar em opções itens disponibilizados na tela principal classificados como “Agenda de Eventos” e “Noticias” de modo que não ocupem muito espaço na tela principal; • maior divulgação do <i>site</i> do Instituto e dos serviços ali disponibilizados. • inclusão de outros meios de comunicação entre o Instituto e seus usuários como, por exemplo, a utilização de <i>chat</i>. • disponibilizar a ouvidoria com chamada telefônica gratuita (0800). • oferecer a opção “Dicas de busca”, para ajudar o usuário em dificuldades. • há serviços que poderiam ser oferecidos pelo <i>site</i> como, por exemplo, o agendamento de visitas em grupo, venda de produtos promocionais, entre outros; • disponibilizar informações sobre o endereço e ao meios de contato das Unidades Especiais na tela que disponibiliza informações sobre as mesmas, sem a necessidade de utilizar outro link para tal finalidade.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • falta de divulgação e promoção dos serviços oferecidos; • falta de acesso à tecnologia; • custo de aquisição tecnológica principalmente por parte dos usuários;



- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• disponibilizar informações de difícil acesso aos usuários. |
|--|

Prosseguindo na análise dos serviços acessíveis aos usuários, nos propusemos um roteiro como “exercício” com o intuito de verificar a interatividade anteriormente discutida. Seguimos, nessa atividade, uma sugestão metodológica presente em Lúcia Santaella (2004) Assim, acessamos o Portal IPHAN (tratamento nacional - <http://portal.iphan.gov.br/>) com os objetivos de: a- encontrar um bem cultural imaterial qualquer no Estado de São Paulo; b- encontrar um bem cultural imaterial específico (no nosso caso, definimos aleatoriamente a expressão cultural conhecida por “fandango caiçara”). Complementando esse segundo objetivo, realizamos uma busca no *Google* com o termo “fandango caiçara”, tentando mapear o que mais se encontra na rede a respeito.

Ao acessarmos o portal do IPHAN e percorrer as opções de seleções possíveis, encontramos, na quarta opção, o item “Patrimônio Imaterial”. As opções disponíveis nesse item incluíam: Instrumentos de Salvaguarda; Bens Inventariados; Bens Registrados; Bens em Processo de Registro; Estatísticas e Indicadores Culturais; Programa Nacional do Patrimônio Imaterial; Diversidade Linguística; e Patrimônio Genético. Como a necessidade estipulada era “encontrar um bem imaterial qualquer do Estado de São Paulo”, é possível verificar que nenhuma das opções listadas acima seria um caminho intuitivo a seguir, ou seja, o usuário teria que percorrer todas as opções disponíveis para tentar sanar sua necessidade. Todas as opções citadas levam a telas informativas, por meio das quais, diretamente, não foi possível encontrar a informação desejada. Por outro lado, ao digitarmos na opção “busca” “fandango caiçara” (necessidade específica), tem-se como resultado 63 registros. Já ao realizarmos a mesma busca acima citada no portal “*Google*”, tem-se como resultado 30.100 registros, um número substancialmente maior do que o encontrado no *site* do IPHAN, com um número significativo de registros sobre definições, bem como fotos e vídeos.

Entre os registros, encontramos o Portal FUNDART, mantido pela prefeitura de Ubatuba, no litoral norte de SP, que dá um tratamento local à essa expressão cultural, com registros, fotos e programação das atividades relacionadas. O portal faz uso de recursos que tendem a chamar a atenção dos usuários como fotos e vídeos, além de uma série de importantes informações acerca de eventos e atividades relacionadas à arte e à cultura local. Além destas informações, encontram-se também informações referentes aos serviços



prestados pela fundação em parceria como outras entidades como, por exemplo, informações para a realização do cadastramento de artesãos, realizado pela FUNDART em parceria com a Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades.

O portal disponibiliza a opção de realizar cadastro para que o usuário receba, por e-mail, as notícias da fundação. Alguns pontos que podem ser destacados como oportunidades de melhoria são: o *layout* para disponibilizar as informações da “Agenda” poderia ser mais amigável (atualmente está em formato de planilha eletrônica); e a opção “Busca” que, devido a sua importância, poderia estar em posição de maior destaque. Além disto, ao utilizarmos tal opção, obtivemos muitos resultados não relacionados diretamente a necessidade solicitada.

6 O Museu das Coisas Banais

O Museu das Coisas Banais (MCB) é um museu virtual que existe apenas na internet, e foi constituído inicialmente como um projeto de pesquisa vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Criado em 2014, está voltado para a preservação e o compartilhamento das memórias pessoais e para a reflexão sobre a cultura material do tempo presente, valorizando a relação dos homens com os objetos e as diferentes formas de vinculação entre memória e materialidade. As informações coletadas e/ou relativas ao MCB (incluindo fotografias, narrativas, dados dos doadores, origem e estado de preservação dos objetos) assim como dados referentes aos acessos (número de visitantes, localização dos visitantes e, no caso do *Facebook/Instagram*, de “curtidas” e de “compartilhamentos”) são digitalizados e salvaguardados em HDs externos.

Ao acessar o portal do museu (<http://wp.ufpel.edu.br/museudascoisasbanais>), tem-se o acesso a fotos de todos os objetos cadastrados, que somam mais de 270 objetos. É possível verificar que tal acervo carece de uma classificação que poderia auxiliar o acesso aos mesmos por parte dos visitantes do portal. Outras oportunidades de melhoria poderiam ser sugeridas como a adequação da foto a descrição do objeto (foram encontrados objetos descritos no acervo cujas fotos não correspondiam aos mesmos) e uma adequação da linguagem utilizada para a descrição dos objetos.

O envio de fotos e das descrições dos objetos pode ser feito de modo fácil e rápido no próprio portal do museu. Além dos objetos que compõem seu acervo, o site ainda



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

disponibiliza outras informações de interesse de seus visitantes como “Depoimentos” e “Notícias”.

Algumas opções disponíveis como, por exemplo, “Imprensa”, encontram-se em manutenção, mas, em posição de grande destaque tem-se a informação: “EM BREVE o Museu das Coisas Banais terá seu novo site com uma página totalmente acessível, AGUARDEM!”. Diante deste contexto, é possível supor que tais situações serão normalizadas assim como melhorias significativas aos seus usuários.

Segundo os envolvidos no projeto, a proposta articula-se a partir das discussões acerca dos objetos como portadores de memória, em particular aqueles presentes no cotidiano, as ditas coisas banais, presentes no dia-a-dia, frequentemente como objetos biográficos, mas em geral ausentes nos museus. Desse modo, um dos objetivos que a sua pesquisa busca alcançar por intermédio do MCB é discutir o estatuto desses objetos como objetos museológicos. Para eles, o valor documental da fotografia, associado ao da narrativa que envolve os objetos que compõem o acervo do museu se configuram como elementos do patrimônio cuja dinâmica de visita/ação/acesso proporcionada pela rede reconfigurou, dessacralizando-os enquanto objetos museais. Desse modo, passam a considerar preservável todo objeto que apresente um valor afetivo capaz de evocar memórias vinculadas à identidade do seu doador (BEZERRA; SERRES; CHAVES, 2015). Além disso, o MCB proporciona uma problematização da própria dimensão de temporalidade relacionada à memória: os jovens, principalmente, registram e compartilham sua memória cotidiana através de fotos e textos no momento mesmo dos acontecimentos. Essa “memória imediata” é compartilhada e torna-se acessível a qualquer um de seu próprio círculo de amizades. Viveríamos um eterno tempo presente, onde a memória se fundiria ao instante?

Nesse sentido, caberia perguntar em que medida um aparato como o proposto pelo MCB, assim como os processos que desencadeia, seriam “eficazes” na tentativa de recuperar as experiências vividas, “objetivando-as” no compartilhamento não só dos bens culturais digitalizados, mas também nas memórias e reminiscências. Nesse caso, o recurso às redes sociais reconstrói uma aura que não está nos objetos em si (embora essa dimensão ainda esteja presente em certos aspectos relacionados ao colecionismo), mas principalmente numa comunidade construída em torno da nostalgia, nas reminiscências de consumos culturais compartilhados. Nostalgia e autenticidade reinventam-se enquanto categorias que, mais do



que determinar valores, configuram práticas culturais que se modificam pela incorporação de aparatos tecnológicos, deslocando os circuitos de legitimação simbólica e abrindo a possibilidade de constituição de novos “patrimônios”.

7 Considerações Finais

A partir dos casos analisados, percebe-se uma crescente preocupação com os usuários, em graus diferenciados de acordo com o contexto específico, refletindo sobre as diversas possibilidades de comunicação e disponibilização de serviços e ferramentas nos *sites* de forma a que os usuários possam obter as informações desejadas de forma rápida. Apesar dessa ampla gama, ainda assim foram percebidas algumas “fraquezas” comuns, dentro da terminologia SWOT, bem como possibilidades que ainda podem ser exploradas. Em relação às oportunidades, acreditamos um aspecto que mereceria especial destaque diz respeito à inclusão social e ao acesso à informação, com a disponibilização de versões em outras línguas e também em libras (o que já é realizado pelo Museu Casa de Portinari).

Nos três casos analisados pudemos perceber soluções e desafios bastante distintos, e que merecem uma reflexão mais aprofundada num futuro desdobramento do trabalho. No caso do Museu Portinari, percebemos uma instituição e uma curadoria marcantes, com um projeto definido, no qual a tecnologia aparece de forma discreta, incorporada às diretrizes estabelecidas. A conexão com a identidade e a dinâmica local é clara, mas as oportunidades de uso do ciberespaço ainda apresentam um potencial a ser mais explorado. No IPHAN também é perceptível a presença de uma curadoria bem demarcada e que, pelas características do patrimônio com o qual trabalha, faz forte e necessário uso da tecnologia. Entretanto, seu manejo e a conexão com os locais revelaram-se problemáticas e poderiam ser aperfeiçoadas. Finalmente, o Museu das Coisas Banais, uma iniciativa de caráter mais exploratório e provocador, ancorada no uso das tecnologias em rede, por esta natureza mesma propõe uma curadoria discreta – quase que a transferindo para os usuários – sem uma marca institucional “forte”. A conexão não é especificamente local, mas também não é global; talvez seja melhor defini-la como “multi-local”. Em certa medida, repõe para o plano de curadoria patrimonial questões semelhantes às desenvolvidas em relação à curadoria/organização de conteúdos baseadas na folksonomia (CATARINO e BAPTISTA, 2007; WALL, 2007).



Embora a aplicação do método de análise SWOT tenha se restringido a três casos bem distintos entre si, acreditamos que os resultados apresentados podem ser utilizados como parâmetros iniciais para a elaboração de um modelo de análise do SRV a ser aplicado em uma pesquisa mais ampla, contemplando um maior número de casos, talvez enfocando modalidades específicas em cada pesquisa. Diante deste cenário, uma ferramenta de análise pode tornar-se um importante instrumento estratégico que pode sugerir soluções de modo a aperfeiçoar as novas formas de interação com os usuários em geral. O principal resultado a ser destacado é a identificação de parâmetros que poderão contribuir na proposição de um modelo adequado para analisar o SRV, de fácil aplicação e que poderá se adequar a diversas situações. Em relação à área gerencial, espera-se que este estudo possa contribuir com o desenvolvimento de um modelo de fácil aplicação, para analisar o SRV sob a ótica dos usuários destes serviços, auxiliando os gestores a identificar aspectos importantes para os usuários que poderiam não estar recebendo a devida atenção.

As TICs podem representar uma oportunidade de aumentar a satisfação e a interação com os usuários. Os principais fatores identificados como possíveis limitadores do progresso desse serviço são a falta de acesso à tecnologia e o eventual custo da infraestrutura (a depender do contexto), além de questões relacionadas à formação de profissionais e usuários na utilização da tecnologia. Em relação a este último tópico, foi possível verificar algumas das dificuldades que apresenta a internet na prática, mostrando que, afinal, o acesso à rede não é tão convidativo ou simples como a retórica popular quer acreditar (isso vale inclusive para o caso dos jovens, embora seja tentador caracterizá-los como nativos digitais, como muitas vezes o faz o senso comum). O que se percebeu é que é necessário estabelecer alguns limites a esta lógica de interpretação dos fenômenos que abrange o acesso *socialmente significativo* às TICs.

Desse modo, estabelece-se para os profissionais da informação o desafio de refletir e construir estratégias de interação com estes e outros usuários que envolvam uma efetiva apropriação sociocultural das TICs. O desafio, ao que parece, está em cristalizar as relações *online/offline* de maneira mais consistente, capaz de operar efetivas mudanças a partir de iniciativas coletivamente orientadas para a construção de habilidades e conhecimentos socialmente significativos, que contribuam para a construção do conhecimento socialmente relevante e na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e de suas comunidades. Assim, em



relação aos patrimônios e às memórias, passam a valer, com a disseminação possibilitada pelas tecnologias digitais, novas regras e procedimentos que, no mínimo, reconfiguram ou mesmo colocam em xeque as antigas noções de curadoria, acesso, patrimônio. Em movimento análogo ao descrito por Benjamin, em que cada indivíduo podia postular o direito democrático de ser filmado, hoje, no limite, cada indivíduo pode postular o direito de ser o curador de suas memórias e convertê-las em patrimônio, como demonstra a experiência do MCB e outras similares.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

ALVES, R. *Pergunte ao Bibliotecário - Projecto de implementação de um Serviço de Referência Digital na Biblioteca da Assembleia da República*, Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

ARELLANO, M. A. M. *Serviços de Referência Virtual*. *Revista Ciência da Informação* v. 30 n. 2, maio/agosto 2001, p. 7-15.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In: *Obras Escolhidas vol. 1*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 165-196.

BEZERRA, D. B.; SERRES, J. C. P.; CHAVES, R. T. *Museu das Coisas Banais: Cultura material e virtualidade*. Trabalho apresentado no *VI Seminário Internacional de Políticas Culturais* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 1-11.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, L. S.; LUCAS, E. R. O. *Serviço de Referência e Informação: do tradicional ao on-line*. *Anais do 6º CINFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação*. Salvador, 2015.

CATARINO, Maria Elisabete; BAPTISTA, Maria Alice. *Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web*. In: *DataGramZero – Revista de Ciência da Informação* v. 8 n. 3 jun/07.

CERTEAU, Michel de *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

DIAS, C. A. *Método de avaliação de programas de governo eletrônico sob a ótica do cidadão-cliente: Uma aplicação no contexto brasileiro*. Tese do Programa de Doutorado em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. Brasília, UNB, 2006.

PEREIRA, M. R. S.; BRENHA, T. C. P. Serviço de Referência em Bibliotecas reflexões. *Anais do 24º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social*. Maceió, 2011.

PRIMO, Alex. Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo. *Revista da Famecos*, n. 12, p. 81-92, jun. 2000.

SANTAELLA, Lúcia. *Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.

TOLILA, Paul. *Cultura e economia*. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2007.

WAL, Thomas Vander. Folksonomy Coinage and Definition. Fevereiro/2007. Disponível em <http://www.vanderwal.net/folksonomy.html>

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Links:

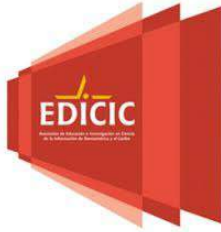
FUNDART <http://fundart.com.br/música/grupo-musical-de-fandango-caicara-ubatubano>

IPHAN <http://portal.iphan.gov.br/>

MUSEU CASA DE PORTINARI <http://museucasadeportinari.org.br/>

MUSEU DAS COISAS BANAIIS <https://www.instagram.com/museudascoisasbanais>

MUSEU DAS COISAS BANAIIS <http://wp.ufpel.edu.br/museudascoisasbanais>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Memória, Patrimônio e Dinâmicas Informacionais

TRABALHOS DE MEMÓRIA E DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS LEIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO CONE SUL

THE MEMORY AND JUSTICE WORK: A COMPARATIVE ANALYSIS OF ACCESS TO INFORMATION LAW IN SOUTHERN CONE

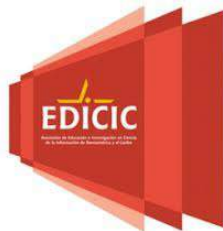
Rogério Luís Massensini, UFMG

Resumo: O trabalho apresenta uma análise comparativa das leis de acesso à informação – LAI, nos países do Cone Sul, os quais Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Parte-se dos resultados apresentados pela *Access Info Europe* (Espanha) e o *Centre for Law and Democracy* (Canadá), por meio da ferramenta aplicada pelo *RTI-Rating*. Esses resultados apontam para a qualidade da legislação, sem tratar a efetivação do acesso à informação pelos cidadãos, como etapa importante nesse processo de construção da memória. Quanto a essas leis, o Brasil apresentou uma pontuação total acima dos demais (108), seguido pelo Chile (93), Uruguai (91), Argentina (66), Paraguai (61), conforme os indicadores aplicados pelo *RTI-Rating*. A criação das leis de acesso à informação nesses países foi posterior aos períodos de regime de exceção, o que pode ser compreendido como tentativa de construção de uma memória, da época dos regimes repressivos nos países do Cone Sul, para resposta aos atos repressivos de violação dos direitos humanos. Assim a pretensão é buscar responder a seguinte questão: Quais correlações as leis de acesso à informação, como instrumentos legais de direito a informação, apresentam com as políticas de direitos humanos e de memória nos países da região? Ressalva-se que a questão tratada nesse artigo é uma das correlações possíveis. Para que se construa uma interpretação mais ampla da relação entre direito à informação e direitos humanos, como trabalho de memória e de justiça, é necessário investigar outros aspectos, como as leis relativas aos arquivos da repressão e às outras políticas de memória na região.

Palavras-chave: Direito à Informação; Direitos Humanos; Memória e Justiça; Lei de Acesso à Informação; Estado Democrático.

Abstract: The paper presents a comparative analysis of the laws of access to information - LAI in the Southern Cone countries, including Argentina, Brazil, Chile, Paraguay and Uruguay. Part of the results presented by the Access Info Europe (Spain) and the Centre for Law and Democracy (Canada), using the tool applied for RTI-rating. These results point to the quality of legislation, without addressing the realization of access to information by citizens as an important step in this memory construction process. As these laws, Brazil had a total score above the rest (108), followed by Chile (93), Uruguay (91), Argentina (66), Paraguay (61) as the indicators applied by the RTI-Rating. The creation of laws on access to information in these countries was later periods exception regime, which may be understood as an attempt to build a memory, the time of the repressive regimes in the Southern Cone countries to respond to the repressive violation acts human rights. So the intention is to answer the question: What correlations laws of access to information, such as legal rights instruments information, present with the human rights policies and memory in the countries of the region? It should be mentioned that the issue dealt with in this article is one of the possible correlations. In order to build a broader interpretation of the relationship between the right to information and human rights, such as working memory and justice, it is necessary to investigate other aspects such as the laws relating to the repression archives and other memory policies in the region.

Keywords: Right to Information; Human Rights; Memory and Justice; Access to Information Act; commonwealth.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta uma análise comparativa das leis de acesso à informação – LAI, nos países do Cone Sul, os quais Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Parte-se dos resultados apresentados pela *Access Info Europe* (Espanha) e o *Centre for Law and Democracy* (Canadá), por meio da ferramenta aplicada pelo *RTI-Rating*. Esses resultados apontam para a qualidade da legislação, sem tratar a efetivação do acesso à informação pelos cidadãos, como etapa importante nesse processo de construção da memória.

O *RTI-Rating* é um instrumento de mensuração comparativa dos marcos legais para o direito à informação que se utiliza de 61 indicadores distribuídos nas sete categorias, as quais: (1) Direito de Acesso, (2) Escopo, (3) Procedimentos de Solicitação, (4) Exceções e Recusas, (5) Reclamações, (6) Sanções e Proteções, e (7) Medidas de Promoção. Para cada indicador, os países avaliados podem ganhar pontos dentro de um intervalo definido. Assim, a pontuação dependerá de quão bem o quadro jurídico se apresenta, para somar um total possível de 150 pontos.

Quanto às leis, o Brasil apresentou uma pontuação total acima dos demais (108), seguido pelo Chile (93), Uruguai (91), Argentina (66), Paraguai (61), conforme os indicadores aplicados pelo *RTI-Rating*, conforme Tabela 1. A criação das leis de acesso à informação nesses países foi posterior aos períodos de regime de exceção, o que pode ser compreendido como tentativa de construção de uma memória, da época dos regimes repressivos nos países do Cone Sul, para resposta aos atos repressivos de violação dos direitos humanos.

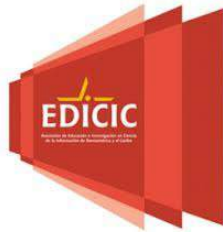
TABELA 1

RANKING DOS PAÍSES NO CONESUL

POSIÇÃO RANKING	PAÍS	DATA	DIREITO DE ACESSO	ESCOPO	PROCEDIMENTO DE SOLICITAR	EXCEÇÃO E RECUSAS	APELOS	SANÇÕES E PROTEÇÕES	AÇÕES DE PROMOÇÃO	TOTAL
18	Brasil	2011	6	29	19	16	22	3	13	108
38	Chile	2008	5	16	21	14	23	4	10	93
43	Uruguay	2008	3	28	15	20	11	2	12	91
81	Argentina	2004	6	19	22	15	3	1	0	66
92	Paraguay	2014	2	24	18	2	7	2	6	61
	MÁXIMO DE PONTOS		6	30	30	30	30	8	16	150

Fonte: Adaptado da base de dados produzida por Global RighttoInformation Rating. Disponível em: <<http://www.rti-rating.org/country-data>>

Assim, esses indicadores podem contribuir para análises que buscam compreender as transformações pelas quais esses países estão passando em busca de fortalecimento de direitos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Para Pautassi (2013, p.59), o Protocolo de San Salvador reforça a necessidade de se fazer uso de indicadores de qualidade para “[...] *monitoramento do cumprimento das obrigações estatais. É nesse contexto que o padrão de produção e acesso à informação ocupa um lugar central, [...]*”.

A proposta da autora seria trabalhar com três indicadores, os quais: estruturais, processos e resultados. Dentre esses o que exige a atenção são os indicadores de processo, pois os primeiros tratam das normas jurídicas que o *Access Info Europe* (Espanha) e o *Centre for Law and Democracy* (Canadá) já avaliaram conforme resultados apresentados na tabela acima.

Já os indicadores de resultados que tratam da mensuração do impacto efetivo do Estado exigem antes a mensuração dos indicadores de processo que podem apresentar “[...] *a qualidade e a magnitude dos esforços do Estado para implementar os direitos, [...]*. *Esses indicadores ajudam a vigiar diretamente a aplicação das políticas públicas*” (PAUTASSI, 2013, p. 65).

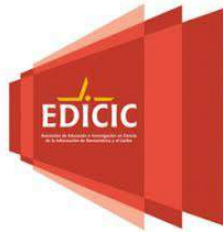
Esses indicadores de processos exigem uma maior participação da sociedade civil, de modo que novas agendas sejam formadas para a efetiva implementação da LAI, promovendo o direito à informação e, conseqüentemente, os direitos humanos.

Assim, alguns indicadores são sugeridos, buscando contribuir para ações de promoção dos direitos humanos:

1. Número de cobertura de ações ou campanhas de informação;
2. Percentual de pedidos de acesso à informação atendidos com respostas “aceitáveis” – não padronizadas;
3. Número de tipos de informação disponibilizados de maneira ativa;
4. Percentual de pedidos de acesso à informação para reparações de violações aos direitos humanos;
5. Percentual de cobertura dos meios de comunicação que difundem informações sobre direitos de acesso à informação para os cidadãos;

Cabe ressaltar que tais indicadores de processos não foram, ainda, validados, uma vez que exige a aplicação desses sobre um determinado contexto, apontando, inclusive, possíveis ajustes para um monitoramento mais próximo da realidade históricossocial a qual se analisam os fatos. Assim é que se justifica uma análise qualitativa das leis de acesso à informação.

Deste modo, o estudo realizado por Toby Mendel (2009), junto aos centros de pesquisa



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

da Espanha e Canadá, sobre as leis nacionais de acesso à informação mostra-se imprescindível para o entendimento da situação, *a priori* jurídica, do processo de disponibilização de informações públicas por meio de atendimento às demandas dos cidadãos, seguida, *a posteriori*, de discussão quanto à qualidade da efetividade do acesso às informações pelo povo.

Para Mendel, (2009, p.3) o termo liberdade de informação já se faz presente nas discussões há muito tempo. No entanto, o termo direito à informação é recente nos debates que se constroem referentes à busca e uso da informação, em especial, nos espaços públicos. O direito à informação passou de governança administrativa para direito humano fundamental, como reflexo das mudanças que a política econômica tem apresentado nos últimos anos do século XX e início do século XXI.

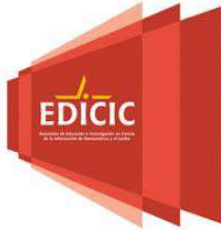
Mendel (2009, p.4) aponta dois fatos importantes para o fortalecimento do direito à informação, sendo eles a transição de alguns estados para regimes democráticos e o desenvolvimento das novas tecnologias, ambos contribuindo para o uso efetivo da informação.

Historicamente, as ações legais de direito à informação vem sendo validadas pelos órgãos internacionais e, em 1946 a Organização das Nações Unidas defendeu a informação como um direito humano fundamental, adotando em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos como referência para os direitos internacionais.

Mendel (2009, p.16-19) menciona casos em que a Corte Europeia de Direitos Humanos fundamenta-se no direito à informação, para assuntos privados aos cidadãos e que dizem respeito ao Estado como guardião da informação em questão. Ou seja, organizações públicas que respondem como guardiões das informações públicas precisam melhorar, também, as suas políticas de atendimento ao cidadão, caso pretendam fazer valer qualquer lei de acesso a informação pública, como é o caso também da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Caso do Araguaia).

As leis de acesso à informação mostram-se como instrumento de participação dos cidadãos, uma vez que *“pode oferecer valioso embasamento para a democracia, alimentando a capacidade das pessoas de participar de forma efetiva e cobrar dos governos”* (MENDEL, 2009, p.162).

Cabe ressaltar que as leis de acesso à informação foram publicadas em países em regimes democráticos. No caso dos países analisados nesse trabalho as leis foram publicadas após os regimes repressivos, como resultado de uma democracia em processo e como



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

instrumento de participação dos cidadãos. Para melhor compreensão dos regimes repressivos, nesses países, e as relações entre os militares e o Judiciário o próximo tópico apresenta um contexto histórico a partir do trabalho de Anthony Pereira.

2 CONTEXTO HISTÓRICO: REGIMES REPRESSIVOS E AS RELAÇÕES ENTRE MILITARES E O PODER JUDICIÁRIO

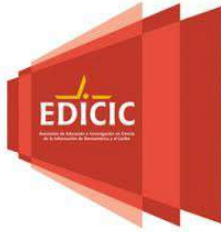
As ditaduras latino-americanas se caracterizaram pelo uso da força como recurso central de poder, mas também adotaram algumas formas de legitimação dos regimes no campo jurídico. A compreensão desses processos jurídicos é importante, pois teve repercussões nos contextos posteriores de democratização. As leis de acesso à informação, objeto de investigação nesse artigo, por exemplo, foram elaboradas na tentativa de democratizar os estados no campo informacional nos contextos de justiça transicional.

Ao avaliar as ditaduras do Brasil, do Chile e da Argentina Anthony Pereira (2010, p. 34-35), aponta, respectivamente, que:

- [...] A primeira apresenta o maior grau possível de cooperação entre civis e militares, os procedimentos processuais mais lentos e mais públicos, e a margem de manobra mais ampla, para que os réus e os grupos da sociedade civil que assumem sua defesa consigam agir dentro dos limites do sistema. O regime militar brasileiro usou os tribunais militares de tempos de paz para processar dissidentes e opositores políticos, sem jamais abolir a Constituição[...];
- A segunda representa uma justiça militar autônoma e punitiva em grau elevado. O regime militar chileno, estabelecido nove anos após o brasileiro, foi draconiano em comparação ao do Brasil. Os militares chilenos aboliram a Constituição, declararam estado de sítio e executaram centenas de pessoas sem julgamento. [...];
- A terceira forma foi parte da “guerra suja”. A matriz institucional argentina, instaurada três anos após o golpe chileno, foi a mais drástica de todas. Nesse caso, grande parte dos tribunais não se envolvia no sistema repressivo exceto para negar pedidos de *habeas corpus* e para servir como camuflagem para o terror estatal. [...].

Assim, os regimes burocrático-autoritários podiam retratar o uso do sistema público – o Estado – para a execução dos interesses desses grupos que detinham o poder.

O caso brasileiro, apesar de parecer menos crítico, também exige muita atenção, uma vez que “[...], da mesma forma que houve grande continuidade jurídica na passagem da democracia para o autoritarismo, as transições ocorridas na década de 1980 não



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

desmontaram por completo o aparato judicial repressivo construído sob o regime militar” (PEREIRA, 2010, p. 39).

A forma como os regimes foram instaurados traz no discurso o processo que afeta o estabelecimento de um Estado democrático e uma justiça transicional. E, para Anthony Pereira (2010, p. 41), compreender esse processo é analisar a “[...] *história ou, mais especificamente, a influência cumulativa das decisões políticas em relação às instituições jurídicas*”.

O autor argumenta que podem existir “[...] *diferentes graus de integração e de consenso entre as elites judiciais e militares antes da ascensão desses regimes, [...]*” (PEREIRA, 2010, p. 41), de forma que mesmo em regimes democráticos as elites do poder podem influenciar fortemente a formulação e a aplicação da lei.

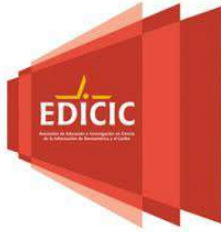
Deste modo, as relações de consenso e a integração entre os militares e o poder Judiciário “*moderam a repressão política, permitindo a sua judicialização*”. Tais relações exigem, cada vez mais aprofundada, uma análise institucionalista somada à uma análise sobre as elites do poder, em que ambas precisam considerar uma terceira análise historicizada do processo.

Pode-se pensar na institucionalização da repressão com a legalização autoritária, em que grupos definiam as regras do jogo, inclusive para dizer quem tinha direito a se pronunciar na ordem do discurso. De modo que, “[...] *todos (os regimes) consistiam num direito do Estado, e não num estado de direito, significando que o governante supremo podia isentar-se de toda e qualquer regra e exercer o poder por intermédio da força direta*” (PEREIRA, 2010, p. 286).

Assim, a institucionalização dos regimes repressivos nesses países apresentou variações em suas relações com o poder judiciário e essas variações incidem sobre as possibilidades de constituição de um Estado democrático.

Faz-se necessário, buscando tratar dessas variações, trabalhar dois pontos imprescindíveis: os elementos centrais para o estudo das transições e a justiça de transição como caminho para o Estado de direito.

A justiça de transição aparecerá com mais ênfase no pós-guerra (1945), buscando referências mínimas para uma sociedade democrática. Pode-se acrescentar aqui que as instituições brasileiras no início da década de 60 buscavam desenvolver um processo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

democrático quando foram bloqueadas pelos grupos de interesse conservador da ordem político econômica, portanto, não chegou-se nem a implementar um Estado de direito democrático com fortes políticas sociais, mas apenas iniciou-se um processo político em direção a um Estado de direito.

Assim, o tribunal de Nuremberg trouxe

[...] medidas transicionais sob a égide do Direito Internacional, ampliando e fortalecendo suas bases normativas. Com o passar do tempo, o Direito Internacional e, mais especialmente, o Direito Internacional dos Direitos Humanos passaram a fixar um grande número de marcos normativos para regular processos de transição, partindo do permanente desenvolvimento da tradição jurídica de Nuremberg (TORELLY, 2012, p. 49).

Processos de justiça de transição tem enfrentado bloqueios promovidos por discursos oficiais que constroem barreiras às vozes que tentam debater e mostrar as outras narrativas de um mesmo fato histórico nesses países que vivenciaram períodos de exceção.

Deste modo, monta-se um discurso de legitimação do uso da força e da violência em defesa dos “bons costumes”, em que o sistema político brasileiro no período do regime militar pode ter sido orientado para a imposição da ordem e do progresso econômico.

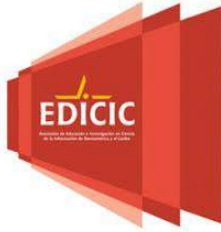
Essa construção discursiva de manutenção da ordem pública, por meio da manutenção dos grupos de elite, pode ter sido incorporada “[...] pelo sistema jurídico na tomada de decisões e pelo sistema político no desenho de programas e políticas públicas” (TORELLY, 2012, p. 63).

Assim, o discurso realizado pela elite tenta, ainda hoje, justificar o uso da máquina pública, da força física e do poder simbólico para combater aqueles que esse discurso denominam como subversivos à essa ordem estabelecida.

Por outro lado, o combate a essa violência pode ser visualizado no ideal de Estado de direito existente no processo de transição, que exige mais participação da sociedade.

No entanto, sem grandes reformas no judiciário, que mantém uma estrutura alinhada ao antigo regime, como fica a efetivação das normas constitucionais propostas pelo novo regime democrático?

E, se existem grupos que operam na arena política, realizando barganhas, para aprovação e reprovação de políticas públicas é porque ainda, apesar das eleições, sofre-se com



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

um processo democrático de formação de políticas públicas controlado pelas coalizões de grupos de interesse presentes no poder político.

Equilibrar as forças já é um início para um processo dialógico, o que pode promover um espaço para as argumentações “*e com crescimento gradual no tempo do acesso da cidadania ao poder*” (TORELLY, 2012, p. 80). Sem dúvida, qualquer instrumento democrático utilizado cria, mesmo que minimamente, condições de transformação de um regime não democrático.

Portanto, é preciso considerar que esse processo de transição foi negociado e como resultado dele algumas ações foram desconsideradas e outras foram barganhadas para que o processo não fracassasse.

Faz-se necessário pensar no processo histórico que se constrói em direção à democracia constitucional, pois ainda há um longo caminho, apesar das conquistas, a ser percorrido para esclarecimento das violações aos direitos humanos. Nossas instituições ainda guardam heranças de um passado não muito distante, em que grupos da elite tomavam as decisões políticas em uma arena fechada, mas que aos poucos vai sendo aberta ao processo político argumentativo.

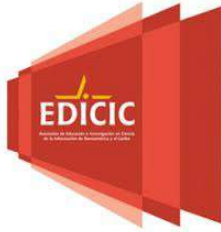
Para Torelly (2012, p. 102), o processo político precisa ser em direção à construção de uma democracia constitucional, dentro do espaço aberto pela justiça de transição, buscando fortalecer o regime democrático e transparente – direitos humanos e direito à informação.

Assim, o próximo tópico apresentará o direito à informação como um recurso para esclarecimento das violações aos direitos humanos.

3 DIREITOS HUMANOS E DIREITO A INFORMAÇÃO: CAMPOS DISCURSIVOS E POLÍTICOS

O direito à informação obteve visibilidade a partir da publicação da LAI nos países da região do Cone Sul. No Brasil, a lei na perspectiva apontada por Frota (2014, p. 79) “[...] *se configura como mais um recurso para o esclarecimento das violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura e que pode ser utilizado tanto por indivíduos como por organizações civis*”.

Cabe ressaltar que o Paraguai (1954) “[...] *foi o precursor das ditaduras militares instauradas na região, aspecto que demonstra a participação efetiva do país dentro do*



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

contexto das ditaduras” (SILVA, PENNA FILHO, 2009, p.6). Em seguida tivemos os golpes no Brasil (1964), no Uruguai (1973) e no Chile (1973) e na Argentina (1976).

Assim a pretensão é buscar responder a seguinte questão: **Quais correlações as leis de acesso à informação, como instrumentos legais de direito a informação, apresentam com as políticas de direitos humanos e de memória nos países da região?**

Em um contexto de contínua formatação de um Estado democrático, vive-se a necessidade, cada vez mais forte, de se fortalecer os direitos humanos.

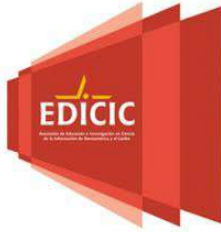
Pensar o direito à informação nessa ótica, comunga com a ideia de Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 42) de que “[...] *os direitos humanos servem eficazmente a luta dos excluídos, dos explorados e dos discriminados [...]*”. Mais ainda, os direitos humanos podem se constituir como campo discursivo e político para combater a hegemonia dos grupos da elite dominante que violaram esses direitos.

Assim, os direitos humanos podem contribuir para a construção de um Estado de direito, mas é preciso ter cuidado com os usos dados à força que o discurso dos direitos humanos carrega consigo, pois regimes repressivos também podem “[...] *invocar os direitos humanos para legitimar práticas que podem considerar-se violação dos direitos humanos [...]*” (SANTOS, 2013, p. 48), o que pode levar ao enfraquecimento desses.

Países em que os direitos de cidadania estão reduzidos aos direitos do consumidor o cidadão, que deveria ter direitos cívicos, políticos, sociais, econômicos e culturais, visualiza-se enquanto sujeito meritocrático, contradizendo, em certa forma, os direitos humanos como garantia mínima de dignidade a todos os indivíduos e não apenas àqueles de determinada posição social.

Deste modo, as leis de acesso à informação podem ser compreendidas como instrumentos de participação da sociedade para buscar identificar e punir as violações de direitos humanos praticadas por governos ou utilizando-se do poder econômico para exploração dos “*oprimidos*”.

É preciso fortalecer o discurso dos direitos humanos, considerando os esforços dos “[...] *movimentos de resistência contra a opressão, marginalização e exclusão que têm vindo a emergir nas últimas décadas e cujas bases ideológicas pouco ou nada têm a ver com as referências culturais e políticas ocidentais dominantes ao longo do século XX*” (SANTOS, 2013, p. 55).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Para o autor existem nove tensões¹ nos direitos humanos, dentre as quais “*a tensão entre a razão de Estado e a razão dos direitos*” mostra-se relacionada à continuidade dos direitos humanos e as discontinuidades dos regimes políticos.

Esse processo de – Justiça de Transição – esclarecimento das violações aos direitos humanos mostra-se possível devido ao envolvimento da sociedade civil que busca participar dos espaços políticos, para formação de novas agendas, conforme Santos (2013, p. 73-74):

A sociedade civil tem tido um papel preponderante no atual período justransicional. A mobilização social gerada por esta nova agenda impulsionada pela Comissão [de Anistia] de forma articulada com a sociedade civil também tem contribuído decisivamente para a consolidação de importantes inovações institucionais, como a nova Lei de Acesso à Informação e o mais recente projeto, as “Clínicas do Testemunho”, uma experiência inédita no Brasil, reivindicada e proposta pelas organizações sociais, [...].

O direito à informação é um direito difuso que pode, se implementado, contribuir para os processos de efetivação de direitos civis, políticos e sociais. Assim, o próximo tópico apresenta o direito à memória, ou reparação dela, como ato de justiça no Cone Sul.

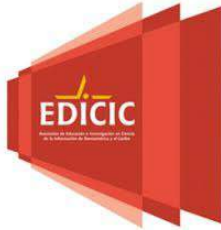
4 CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: MEMÓRIA, TEMPO PASSADO E JUSTIÇA NO CONE SUL

Pensar a memória coletiva exige refletir sobre a memória individual e Halbwachs (1990, p. 25) fez muito bem essas confrontações entre as memórias presentes de um passado remoto.

Assim, o autor nos chama a atenção para esse processo e nos remonta a uma atividade coletiva e que se faz a partir e com o outro. Nossas lembranças, mesmo quando sozinhos, retratam um passado construído com os outros. A interação com as outras pessoas é que torna possível a troca e elas é que poderão ser responsáveis pela construção de nossas memórias de forma coletiva.

Deste modo, um cheiro, um lugar, um objeto qualquer poderá nos levar a lembrar de alguém – qualquer pessoa, ou de um momento vivido em tempos passados. E, quando lembro

¹ Ver as nove tensões em Direitos humanos, democracia e desenvolvimento de Boaventura de Sousa Santos e Marilena Chauí.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de algo em que outras pessoas se fizeram presentes, no passado, dizemos que “*outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo*” (Halbwachs, 1990, p. 27).

A memória pode apresentar lembranças em vários planos, como aponta Halbwachs (1990, p. 45), em que no primeiro plano estariam as lembranças do maior número de pessoas de um determinado grupo e no último plano as lembranças de um menor número de pessoas desse determinado grupo.

Essas lembranças em um último plano da memória coletiva podem sofrer leituras diferentes devido à distância, de vivência, que se colocam os interlocutores.

Segundo Halbwachs (1990, p. 55) a memória individual pode estar contida na memória coletiva, sem uma representar a outra. “[...] *Em outros termos, o indivíduo participaria de duas espécies de memórias*”. Uma presente no quadro de sua personalidade e a outra presente nos interesses do grupo ao qual se encontra inserido.

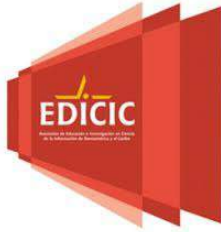
Cabe ressaltar que ambas estão interligadas, apesar de possuírem suas diferenças, pois uma não anula a outra e, por vezes, podem se complementar enquanto referencia uma da outra.

Halbwachs (1990, p. 54) chama a atenção para um processo social em que se precisa do outro – “[...] *uma memória emprestada e que não é minha*”, para a manutenção da memória coletiva – um desejo de todos.

E, ainda, discutindo sobre memória e trazendo para a conversa um olhar sobre os tempos de regime de exceção na América Latina, Beatriz Sarlo inicia sua fala chamando a atenção para a necessidade de se manter os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade), sendo esse entendimento de necessidade um desejo de todos e não apenas de alguns. “*O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente*” (SARLO, 2007, p.9).

As visões de passado são construções realizadas por meio das lembranças, narrativas, relatos ou outras ações discursivas. Assim, algumas visões de passado são pontos de vista.

Desse modo, as análises do presente são funcionais para com o passado, buscando vende-lo no espaço público a qualquer preço. “*Isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite*” (SARLO, 2007, p.13).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A memória mostra-se como dever de qualquer lugar que tenha passado por ditadura, em que tal testemunho do passado pode vir a ser a possibilidade de condenação do terrorismo de Estado. *“Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido”* (SARLO, 2007, p. 20).

Relembrar experiências vivenciadas mostra o quanto é difícil manter a memória. Relatos, por vezes, são incompletos ou modificados devido ao momento vivido ou mesmo o contexto no qual se procura lembrar o fato. A linguagem torna-se ferramenta de promoção da voz daqueles que um dia estavam sem voz, invisíveis aos olhos da sociedade, que desmemoriada não escutava a voz do passado. *“[...] a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum”* (SARLO, 2007, p. 25).

É preciso dar voz a quem por muitos anos foi proibido de se pronunciar – calado. Excluído do direito de falar e de outros muitos direitos humanos. *“Quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado. Tomaram a palavra as vítimas e seus representantes [...]”* (SARLO, 2007, p. 45).

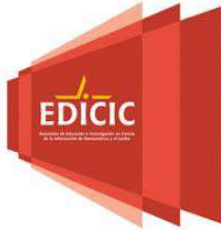
“A memória é um bem comum, um dever e uma necessidade jurídica, moral e política. [...] A confiança nos testemunhos das vítimas é necessária para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça” (SARLO, 2007, p. 47).

Deste modo, após essa discussão sobre memória e tempo passado o que se insere no debate é o direito à memória e à verdade no Brasil, onde *“a exemplo de outros países da América Latina com um passado recente de regimes autoritários, a mobilização jurídica em escalas nacional e transnacional tem sido um elemento importante para o trabalho de memória e de justiça [...]”* (SANTOS, 2010, p. 129).

Assim, essas lutas pela memória trazem uma discussão sobre as Leis de Acesso à Informação que têm se mostrado como caminhos possíveis para que se tenha acesso aos documentos do período de regime de exceção nos países do Cone Sul.

Santos (2010, p. 132) aponta quatro áreas de atuação da justiça de transição:

1. Apuração dos responsáveis perante a justiça penal;
2. Estabelecimento de comissões de verdade, justiça e/ou reconciliação;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3. Reparação administrativa ou política;
4. Impedimento de funcionários ou representantes do Estado, que violaram os Direitos Humanos, de continuarem em exercício público.

A utilização do binômio justiça-memória demonstra o quão é imprescindível para os trabalhos de proteção dos direitos humanos considerar a construção da memória política e da história. A história pode ser escrita de várias formas e relatada por vários ângulos, mas poucas representarão os eventos acontecidos e vivenciados pelos sujeitos que guardam na memória o que realmente pode ter acontecido.

Para Santos (2010, p. 138), o Caso do Araguaia traz três contribuições a esse debate:

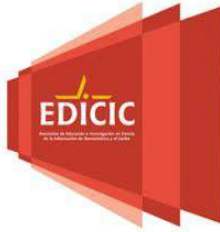
1. *“Mostra claramente como o direito e a política se influenciam reciprocamente”*;
2. *“Ilustra a incansável mobilização dos direitos humanos por parte de atores organizados da sociedade civil”*;
3. *“Mostra como o Estado atua de maneira contraditória”*.

Deste modo, esses trabalhos de memória e de justiça trazem ao centro dos debates públicos o direito à informação, tornando possível a proposição de projetos de lei que criam as leis de acesso à informação nesses países que sofreram com regime de exceção.

Contrário ao sigilo das informações que dizem respeito às ações repressivas, o Artigo 13º, da Convenção Americana de Direitos Humanos, trabalha o direito de liberdade de expressão como instrumento legal imprescindível, para promoção da participação de todos e a reconstrução do Estado democrático de direito.

Sobre el tema del acceso a la información, en primer lugar, la Comisión desea destacar que los Estados Miembros de la Organización de los Estados Americanos han consensuado reiteradamente respecto de la importancia del acceso a la información para la consolidación de la democracia, y la consecuente necesidad de protegerlo. En ese sentido, la Asamblea General ha adoptado año tras año resoluciones específicas sobre la materia (OEA, 2009, p.75).

Deste modo, o Artigo 2º, da Convenção Americana de Direitos Humanos, reforça a importância do acesso à informação como mecanismo para consolidação e fortalecimento da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

democracia. Este artigo reforça o direito de acesso à informação, que se encontra sobre o controle do Estado, contradizendo as ações fundamentadas nos artigos da Lei de Anistia.

A liberdade de expressão, de ideias revolucionárias, tornou-se um elemento fundamental para a formação de um Estado democrático de direito, em que todos os cidadãos precisam ter direito de expressar as suas ideias e participar da formação das políticas públicas.

Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH (OEA, 2009, p. 76), a liberdade de expressão é indispensável para a formação da opinião pública, sendo condição *sinequa non* para que os partidos políticos, os sindicatos, as sociedades científicas e culturais, e em geral possam desenvolver-se plenamente. E, toda legislação brasileira precisaria, portanto, contribuir para a liberdade de expressão, mas a história apresenta, mais uma vez, contradições com leis e decretos que restringem o acesso à informações imprescindíveis aos cidadãos.

Assim, o próximo tópico apresenta uma análise comparativa das leis de acesso à informação no Cone Sul.

5 RESULTADOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS LEIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Nas leis de acesso à informação no Cone Sul (Brasil, n. 12.527 de 2011; Argentina, n. 1.172 de 2003; Chile, n. 20.285 de 2008; Paraguai, n. 5.282 de 2014; e Uruguai, n. 18.381 de 2008) alguns artigos mencionam a temática dos direitos humanos.

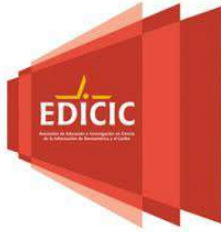
Assim, procura-se a seguir citar os artigos, dessas leis, (relativos à temática em questão) como caminho possível ao entendimento de como esse tema é normatizado em cada uma delas.

Quanto a *Lei de Acesso à Informação do Brasil, n. 12.527 de 2011*, o que se identifica

[...] em termos do acesso às informações relativas aos direitos humanos os artigos fundamentais da Lei de Acesso à Informação são os de número 21 e 31. O artigo 21, que trata das restrições ao acesso à informação, estabelece que:

Não poderá ser negado acesso à informação necessária a tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. [...].

O artigo 31, que trata das informações pessoais, por sua vez, estabelece que: O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. [...] (FROTA, 2014, p. 80).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Deste modo, a lei brasileira apresenta, em seus artigos, a normatização das diretrizes que podem possibilitar que o cidadão tenha acesso às informações relativas aos direitos humanos.

Na *Lei de acesso à Informação Pública da Argentina, n. 1.172 de 2003*, o que diz respeito ao acesso às informações relativas aos direitos humanos está presente no art. 12º do Anexo IV²:

ARTIGO 12º. - RECLAMAÇÕES O Órgão Anti-Corrupção do Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos é o órgão responsável por receber, formular e informar as autoridades responsáveis as denúncias que são formuladas em relação ao cumprimento deste regime (Traduzido pelo autor).

Já o art. 1º do Anexo VII³ trata da regulamentação do “[...] mecanismo de acesso à informação pública, estabelecendo o marco geral para o seu desenvolvimento”.

No art. 7º⁴, do mesmo anexo, são apresentados os princípios que podem contribuir para a promoção dos direitos, conforme a seguir: “O mecanismo de Acesso à Informação Pública deve garantir o respeito pelos princípios da igualdade, da publicidade, celeridade, informalidade e gratuidade”. E, ainda, o Anexo VII o art. 10º⁵ aborda a acessibilidade pelos cidadãos.

Os art.16º e art. 17º tratam das informações pessoais, dentre outras, estabelecendo os níveis de acesso pelos cidadãos. O art. 19º irá repetir o texto apresentado pelo art. 12º do Anexo IV, conforme acima.

O **Chile** traz em sua *Lei sobre acesso à Informação Pública, n. 20.285 de 2008*, dentre outros, o princípio da não discriminação no art. 11º⁶:

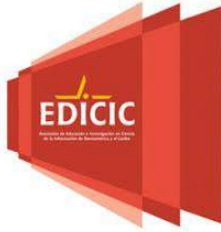
²ARTICULO 12. - DENUNCIAS La Oficina Anticorrupción del Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos es el organismo encargado de recibir, formular e informar a las autoridades responsables las denuncias que se formulen en relación con el incumplimiento del presente régimen.

³ ARTICULO 1 - OBJETO El objeto del presente Reglamento es regular el mecanismo de Acceso a la Información Pública, estableciendo el marco general para su desenvolvimiento.

⁴ ARTICULO 7 - PRINCIPIOS El mecanismo de Acceso a la Información Pública debe garantizar el respeto de los principios de igualdad, publicidad, celeridad, informalidad y gratuidad.

⁵ ARTICULO 10. - ACCESIBILIDAD Los sujetos cuyo poder sobre la información deben prever su adecuada organización, sistematización y disponibilidad, asegurando un amplio y fácil acceso. La información debe ser provista en otras condiciones más que las expresamente establecidas en el presente. Asimismo debe generar, actualizar y dar a conocer información básica, con el suficiente detalle para su individualización, a fin de orientar al público en el ejercicio de su derecho.

⁶Artículo 11 - g) Principio de la no discriminación, de acuerdo al que los órganos de la Administración del Estado deberán entregar información a todas las personas que los soliciten,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

g) O princípio da não discriminação, segundo a qual os órgãos da Administração do Estado deverão fornecer informações a todas as pessoas que solicitarem, em igualdade de condições, sem haver distinções arbitrárias e sem exigir expressão de causa ou motivo do pedido (Traduzido pelo autor).

Tal item normativo fortalece um tratamento em igualdade de condições para pessoas diferentes, o que apresenta relação com os direitos humanos.

Outro ponto de atenção é o tratamento das informações pessoais nos art. 20º e art. 21º. O art. 28º⁷ apresenta a condição do cidadão de apelar para a Corte de Apelações no endereço de domicílio do requerente caso seu direito de acesso à informação seja negado por motivos que podem ser relativos ao art. 21º dessa lei.

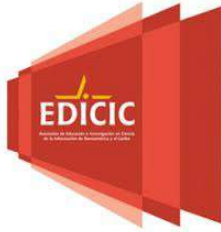
Em seu *Título VI: Infrações e Sanções* a lei do Chile apresenta multas, suspensão do cargo entre outras ações como maneira de firmar o que está definido na mesma.

O projeto de lei, que tramitou na Câmara dos Senadores, do **Paraguai** trazia em seu art. 3º⁸ a compatibilidade com tratados internacionais, fazendo menção à Declaração Universal dos Direitos Humanos como também a Convenção Americana de Direitos Humanos. E, ainda, o art. 5º tratava a exceção com base na jurisprudência do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.

enigualdad de condiciones, sin hacer distinciones arbitrarias y sin exigir expresión de causa o motivo para la solicitud.

⁷Artículo 28.- En contra de la resolución del Consejo que deniegue el acceso a la información, procederá el reclamo de ilegalidad ante la Corte de Apelaciones del domicilio del reclamante. Los órganos de la Administración del Estado no tendrán derecho a reclamar ante la Corte de Apelaciones de la resolución del Consejo que otorgue el acceso a la información que hubieren denegado, cuando la denegación se hubiere fundado en la causal del número 1 del artículo 21. El afectado también podrá reclamar de la resolución del Consejo ante la Corte de Apelaciones respectiva, cuando la causal invocada hubiere sido la oposición oportunamente deducida por el titular de la información, de conformidad con el artículo 20. El reclamo deberá interponerse en el plazo de quince días corridos, contado desde la notificación de la resolución reclamada, deberá contener los fundamentos de hecho y de derecho en que se apoya y las peticiones concretas que se formulan.

⁸Artículo 3.- Compatibilidad con tratados internacionales. 1. Ninguna disposición de esta ley podrá ser entendida o utilizarse para negar, menoscabar o limitar el derecho de acceso a la información pública en la forma en que está regulado en la Declaración Universal de los Derechos Humanos, el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, la Convención Americana de Derechos Humanos y demás instrumentos internacionales firmados y ratificados por la República del Paraguay. 2. Las disposiciones de esos instrumentos internacionales y la interpretación que los órganos previstos por ellos hagan de esas disposiciones serán un consideradas como el núcleo mínimo de derechos y garantías con relación al derecho de acceso a la información pública.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O art. 13º apresentava o processo de solicitação de acesso à informação a todos os poderes do Estado Paraguaio, tanto em castelhano quanto em guarani.

Já a *Lei de livre acesso cidadão à informação pública e de transparência governamental*, n. 5.282 de 2014, além de não fazer menção direta aos direitos humanos apresenta de forma sucinta todos os procedimentos legais referentes ao processo de direito à informação.

O Uruguai, em sua *Lei de Direito de acesso a Informação Pública*, n. 18.381 de 2008, apresenta no art. 3º - O Direito de acesso a informação pública⁹: “*Acesso à informação pública é um direito de todas as pessoas, sem discriminação em razão da nacionalidade ou caráter do solicitante, e é exercido sem ter necessidade de justificar as razões pelas quais a informação é solicitada*” (Traduzido pelo autor).

No art. 8º temos as exceções a informação pública, no art. 9º quanto a informação reservada e no art. 10º informação confidencial. E, ainda, no art. 11º o período de reserva.

Já o art. 12º¹⁰ proíbe a invocação dos artigos anteriormente mencionados “quando a informação solicitada se referir a violações de direitos humanos ou ser relevante para investigar, prevenir ou evitar violações de os mesmos”.

Os demais artigos dessa lei tratam dos procedimentos legais de acesso à informação, como prazos, disponibilidade em sítios e catalogação da informação a ser disponibilizada de forma ativa ao cidadão.

Assim, com base nos artigos selecionados das leis analisadas, apresenta-se no próximo tópico algumas considerações sobre as contribuições para a promoção dos direitos humanos.

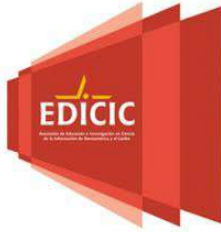
6 CONSIDERAÇÕES

Nos países analisados o que se constata em termos da relação entre as leis de acesso à informação e a temática dos direitos humanos é que:

a) SIMILARIDADES E DIFERENÇAS:

⁹Artículo 3. (Derecho de acceso a lainformación pública).- El acceso a lainformación pública es underecho de todas las personas, sindiscriminación por razón de nacionalidad o carácter del solicitante, y que se ejerce sin necesidad de justificar las razones por las que se solicita lainformación.

¹⁰Artículo 12. (Inoponibilidad en casos de violaciones a los derechos humanos).- Los sujetos obligados por esta ley no podrán invocar ninguna de las reservas mencionadas en los artículos que anteceden cuando lainformación solicitada se refiera a violaciones de derechos humanos o sea relevante para investigar, prevenir o evitar violaciones de los mismos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

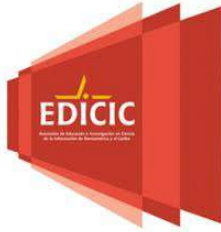
UFMG

A análise qualitativa das leis referentes aos direitos humanos pode apontar algumas similaridades entre elas. Foram correlacionadas duas categorias que podem auxiliar nessa análise, pois abordam ações de combate a violação dos direitos humanos, as quais: (2) *Escopo* e a (4) *Exceção e Recusa*. Isso não retira a importância das demais categorias e sim enfatiza nessas um olhar sobre as possíveis correlações entre (1) o limite e a abrangência legal e as ações de exceção e recusa de acesso à informações públicas e (2) as leis de acesso à informação, com as demandas e as políticas de direitos humanos nos países da região do Cone Sul.

A pontuação da categoria (2) *Escopo*, em que a proteção do cidadão de acessar informações que podem ser usadas para combater a violação dos direitos humanos, pode ser identificada com maior grau na lei do Brasil (29) e do Uruguai (28), o que também pode ser confirmado por meio da análise dos artigos selecionados nas respectivas *Lei de Acesso à Informação, n. 12.527 de 2011* e *Lei de Direito de acesso a Informação Pública, n. 18.381 de 2008*.

Em outro ponto estão as similaridades presentes na categoria (4) *Exceção e Recusas*, em que essas leis não entram em conflito direto com padrões internacionais, prevalecendo o interesse coletivo sobre o individual em caso de direitos humanos, corrupção ou crime contra a humanidade, o que pode ser identificado nas leis do Uruguai (20) e do Brasil (16) que apresentam artigos que se correlacionam às duas maiores pontuações dentre os países do Cone Sul.

Algumas diferenças, mesmo que brandas, podem ser identificadas ainda na relação a categoria (4) *Exceção e Recusas*, em que os países do Uruguai (20) e Brasil (16) apresentam, em seus artigos, um grau maior de combate à violação dos direitos humanos quando comparado com os artigos dispostos nas demais leis do Cone Sul, em especial ao Paraguai (2), que apresentou na proposta de lei artigos interessantes, ao combate a violação dos direitos humanos, mas que não aparecem na *Lei de livre acesso cidadão à informação pública e de transparência governamental, n. 5.282 de 2014*.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

b) CONEXÕES ENTRE REGIME JURÍDICO E GRAU DE ABORDAGEM DE DIREITOS HUMANOS NAS LEIS:

As leis analisadas apresentam traços em seus artigos que podem ser reflexos de um período repressivo e quando relacionados às análises de Anthony Pereira, Marcelo Torelly e Rodrigo Motta o que se identifica são conexões por meio da historicidade presente nos fatos analisados por esses pesquisadores.

Os regimes repressivos que se caracterizaram como os mais violentos, com “*guerras sujas*” e uma “*justiça militar autônoma e punitiva em grau elevado*” foram a Argentina e o Chile. Os demais países do Cone Sul não fogem a essa triste regra, mas esses dois apresentam traços marcantes.

O Paraguai, como precursor desse processo de implantação de regimes repressivos no Cone Sul, também sofreu com a violência de uma cultura política que construiu um discurso anticomunista e de segurança nacional. Estes países apresentam, nas leis analisadas, artigos que fazem menção ao combate a violação aos direitos humanos de forma branda, o que pode ser visualizado, diferentemente, com mais rigor no art. 12º da *Lei de Direito de acesso a Informação Pública*, n. 18.381 de 2008, do Uruguai.

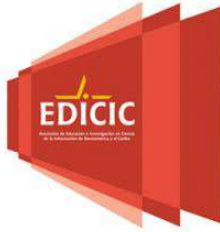
Essa correlação, talvez, pode ser devido às relações que se firmaram entre os poderes Militar e o Judiciário nesses países, conforme Anthony Pereira, que aponta um maior conflito entre tais poderes na Argentina e no Chile, sendo que no Brasil esses poderes tiveram uma convivência acordada.

Ressalva-se que a questão tratada nesse artigo é uma das correlações possíveis. Para que se construa uma interpretação mais ampla da relação entre direito à informação e direitos humanos, como trabalho de memória e de justiça, é necessário investigar outros aspectos, como as leis relativas aos arquivos da repressão e às outras políticas de memória na região.

7 REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Decreto Nacional 1.172**. Acesso em: 25/05/2015. Disponível em: <<http://www.infojus.gob.ar/1172-nacional-mejora-calidad-democracia-sus-instituciones-dn20031001172-2003-12-03/123456789-0abc-271-1001-3002soterced>>.

CENTRE FOR LAW AND DEMOCRACY (CLD). **A Truly World-Wide Web: Assessing the Internet from the Perspective of Human Rights**. 2012.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação n. 12.527 de 2011**. Acesso em 26/05/2015. Disponível em: < <http://www.rti-rating.org/wp-content/uploads/Brazil.pdf>>.

CHILE. **Lei sobre acesso à Informação Pública n. 20.285 de 2008**. Acesso em 26/05/2015. Disponível em: < <http://www.rti-rating.org/wp-content/uploads/Chile.pdf>>.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso à Informação**. In: MOURA, Maria Aparecida (org). A construção social do acesso à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Organizador). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Caso de Julia Gomes Lund y Otros (Guerrilha do Araguaia)**. Washington, D.C., 2009.

PAUTASSI, Laura. Monitoramento do acesso à informação a partir dos indicadores de direitos humanos. SUR. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. v.10, n.18, jun. São Paulo, 2013.

PARAGUAI. **Lei de livre acesso cidadão à informação pública e de transparência governamental n. 5.282 de 2014**. Acesso em 26/05/2015. Disponível em: < <http://www.rti-rating.org/wp-content/uploads/Paraguay.pdf>>.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

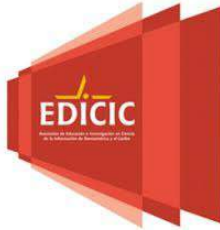
TORELLY, Marcelo Dalmas. **Justiça de transição e estado constitucional de direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Cecília MacDowell. Memória na justiça: A mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva** (Trad Rosa Freire D'Aguiar). São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte, 2007.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SILVA, Graziano Uchôa Pinto da; PENNA FILHO, Pio. A ditadura Paraguaia: os movimentos 14 de Mayo e FULNA e a insurgência contra a repressão de Stroessner (1954-1961). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Acesso em: 25/07/2015. Disponível em: < <http://anpuh.org/anais/?p=16542>>.

URUGUAI. **Lei de Direito de acesso a Informação Pública n. 18.381 de 2008**. Acesso em 26/05/2015. Disponível em: < <http://www.rti-rating.org/wp-content/uploads/Uruguay.pdf>>.



VOLTAR
AO SUMÁRIO

Eixo 08

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

**Museologia,
Informação
e Documentação
Museológica**



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Museologia, Informação e Documentação Museológica

A ESPETACULARIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS DE CIÊNCIA

SPECTACULARIZATION INFORMATION IN SCIENCE MUSEUMS

Daniel Viana de Souza, UFPEL

Resumo: O artigo analisa, sob uma perspectiva eminentemente teórica, a espetacularização da informação produzida e divulgada em museus de ciência, através de suas atividades expositivas. Discute, também sobre a ênfase dada ao uso de recursos de caráter interativo, como subsídio fundamental à linguagem info-comunicacional de tais exposições museológicas. Aponta, ainda, para algumas das principais consequências desta espetacularização no que se refere à representação social da ciência, como: precarização da imersão do visitante/usuário; prejuízo da compreensão acerca da relação ciência-sociedade; reforço do cientificismo, dentre outras. Considera, para tanto, o potencial e abrangência discursiva dos museus como instituições *mass media* e, portanto, imbricado aos processos mercadológicos relativos à captação e fidelização de público.

Palavras-chave: Museus de Ciência. Informação. Espetáculo. Exposições interativas.

Abstract: This article analyzes, in an eminently theoretical perspective, the spectacularization of the information produced and published in science museums, through its exhibition activities. It also discusses about the emphasis on the use of interactive features as fundamental to language support to the info-communicational language of such museum exhibitions. Also points to some of the main consequences of this spectacularization in relation to the social representation of science as: precariousness of immersion of the visitor/user; prejudice to the understanding of the relationship between science and society; reinforcement of scientism, among others. Considers, therefore, the discursive potential and scope of museums such as mass media institutions and thus imbricated to market processes for the capture and public loyalty.

Key-words: Science Museums. Information. Spectacle. Interactive exhibitions.

1 INTRODUÇÃO

É cada vez mais crescente a constituição de uma demanda social onde a influência da ciência e da tecnologia na vida cotidiana se apresenta de maneira muito intensa, tornando cada vez mais amplo o enfoque sobre questões referentes à sua presença e impacto na sociedade como um todo. Os museus de ciência vêm, neste contexto, se consolidando como espaços fundamentais de transferência de informações científicas. Por meio das exposições, mais especificamente, tais instituições, como meios massivos de comunicação, acabam por serem



responsáveis, em última instância, pela representação e difusão de um determinado imaginário social acerca da ciência e sua relação com a sociedade.

A adoção do instrumental dito interativo como um dos principais meios de promoção e acesso à informação em ciência e tecnologia, deveria considerar problematizar questões relativas aos avanços de tais atividades e suas implicações no corpo social. Ao contrário, em exposições museológicas de ciência o que se percebe, ainda em larga escala, são ações que priorizam os resultados e reforçam a ideia de uma ciência neutra e objetiva. Tal recusa à incorporação de elementos que explicitam os condicionamentos ideológicos no processo de produção científica – dentre outros aspectos sócio-contextuais – resulta na representação de imagens abstratas da ciência, ou como afirma Safatle (2008), simples aparência desprovida de substância, processo cujo nome próprio é “espetáculo”.

O artigo, ora apresentado, intenta analisar, sob uma perspectiva fundamentalmente teórica, a transferência de informação operacionalizada em exposições de museus de ciência interativos, procurando considerar, em certa medida, algumas das mais evidentes implicações na sua consequente representação social sobre a ciência, permeada pelas premissas e contornos do conceito de ‘espetáculo’. Dessa maneira, aborda, num primeiro momento, o museu como espaço de produção e transferência de informação, destacando as especificidades do fenômeno informacional no que se refere ao escopo e abrangência discursivo-museológica. Em seguida, delinea os contornos info-comunicacionais dos museus de ciência, discutindo sobre a ênfase dada às linguagens interativas, suas características e limitações no âmbito das demandas próprias que se impõem aos *mass media*. Posteriormente, apresenta o conceito de ‘espetáculo’ definindo contextualmente seu enquadramento na problemática de interesse, para, finalmente, delinear a espetacularização da informação em exposições museológicas interativas sobre ciência, e suas representações sociais.

2 MUSEU E INFORMAÇÃO

O quadro de relações e implicações do fenômeno da informação nos museus se desenha, considerando sobretudo a problemática em termos teóricos e conceituais, a partir de aspectos relativos as diferentes ações de musealização. Neste sentido, se incluem ares de protagonismo as atividades de processamento teórico-operacional das exposições. Tais processos, como



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

subsidiários essenciais da comunicação destas instituições com seu público, ao se debruçarem não só em itens de coleções e/ou objetos musealizados, mas também, em uma gama de aparelhos, máquinas, módulos e demais recursos narrativos, implicam em recontextualizações adequadas ao discurso específico deste “lugar de fala” do museu. Por seu turno, tal formulação impõe inevitavelmente recortes da realidade complexa abordada a partir da linguagem expositiva que conduz a uma percepção parcial não só das próprias características físicas destes recursos informacionais, mas – e fundamentalmente – dos seus referenciais simbólicos e sentidos semânticos sócio contextuais.

Tendo em vista tais considerações iniciais, entendemos ser pertinente ao entendimento do fundamento informacional como balizados processos comunicacionais no âmbito dos museus, sublinhar o conceito de “informação-como-coisa” tal como proposto por Buckland (1991). Embora considerando a necessidade da representação física da informação, o autor reconhece que essas representações do tangível, devem, em última medida, estar à serviço de uma eficiente representação da sua natureza intangível/simbólica. É imperativo aos museus, portanto, que ao se sustentarem na fisicalidade dos objetos para operacionalizar a informação que será exposta ao visitante, seja capaz de criar relações de comunicabilidade nas quais as possibilidades de inteligibilidade e significação não se esgotem tão somente nos aspectos físicos.

Afirmamos, desta maneira, a necessidade de um aprofundamento do olhar sobre o que está exposto para além do que se dá a conhecer imediatamente a partir da apreensão superficial dos sentidos – e em se tratando de exposições museológicas, é inegável ainda nos dias de hoje a supremacia do sentido da visão e da apreensão de imagens. É precisamente como reforço desta exigência quanto ao rigor e pertinência semântica da linguagem expositiva, que cabe aqui a advertência de Zeman (1970, p. 165) ao atestar que a informação, embora inerente e inseparável da materialidade, não se esgota propriamente nela. Insiste o autor, desta maneira, que a dimensão eminentemente física da informação é antes de tudo um “reflexo”, que se oferece como forma redutora de apreensão de fenômenos que, em sua profundidade semântica, são muito mais ricos e complexos.

A informação como “reflexo” é sempre uma representação “condensada” ao máximo possível, em outras palavras, uma forma de aparecer diante do usuário que, por seu turno, indica a operação de escolhas prévias que conformam, em última instância, o desenho info-



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

comunicacional das exposições museológicas. Este tipo de manejo específico a partir do qual se trabalha a informação em museus não deixa de implicar, ainda, de maneira determinante na construção intencional de representações capazes de criar imagens que reflitam em uma simbologia discursivo-ideológica, obscurecendo os limites e a superficialidade do “reflexo-representativo” sob um caráter de evidência documental.

É fundamental acentuar que nos museus a instrumentalização de uma linguagem com vistas ao estabelecimento de canais de transferência da informação, se encontra diretamente vinculada aos aspectos comunicacionais norteadores da exposição museológica. Tais atividades, portanto, demarcam ontologicamente todo e qualquer tipologia de museu, sendo o meio pelo qual este estabelece sua inter-relação com seu usuário – em última instância, a própria sociedade. No que tange aos museus de ciência, mais especificamente, este arranjo informacional tem se sustentado na valorização do, amplamente apregoado, potencial comunicativo das linguagens interativas para produzir e difundir massivamente representações capazes de forjar a “fisionomia” da ciência, isto é, seu próprio aparecer social. Cabe propor o entendimento, entretanto, sobre tal “aparência” da ciência, tendo em vista que a não ultrapassagem dos limites do ‘reflexivo’ a estabeleceria no plano da representação superficial enquanto vetor ideológico decisivo da sociedade do espetáculo.

3 MUSEUS DE CIÊNCIA INTERATIVOS E ESPETÁCULO

O intenso debate iniciado na década de 1960 acerca da função social dos museus tem repercutido no desenvolvimento de contornos mais dinâmicos para as instituições museológicas de ciência, no sentido de se consolidarem como espaços de educação, representação da informação científica e propagação dos valores da ciência, voltados para um público amplo e heterogêneo. Admitindo-seneste escopo designatório também os centros de ciência e os “museus de ciência e tecnologia de 3ª geração”¹, deve-se frisar que os meios expositivos e as

¹Bragança Gil (1998) propõe identificar tipologias de museus de ciência em três distintas gerações, tendo em conta seus processos de evolução e consolidação histórico-conceituais. A 1ª geração remete aos, assim considerados, museus de ciência e técnica tradicionais, caracterizados pela ênfase dada às coleções de cunho histórico que cumprem a função de representar o progresso científico e tecnológico, através de exposições meramente contemplativas. Os centros de ciência representam a 2ª geração, como instituições que focam nos princípios, teorias e conceitos científicos, omitindo na grande maioria das vezes, aspectos sócio-contextuais, o que se deve em grande medida, à ausência de artefatos de relevância histórica e de compromisso com a história e



linguagens info-comunicacionais utilizadas procuram privilegiar a participação do público, levando-o ao contato direto com técnicas e experiências executadas frequentemente no interior dos laboratórios e instituições de pesquisa em geral.

3.1 Interatividade e comunicação de massa

Assumir, portanto, o pressuposto interatividade como pilar de sustentação da informação comunicada aos visitantes simplifica – com base no discurso institucionalizado no interior da própria Museologia² – no compromisso com a elaboração de um pensamento reflexivo e questionador, capaz de tornar a visita uma experiência de imersão crítica ao universo da ciência. Em outras palavras, trata-se de intentar sensibilizar o sujeito para a percepção do quanto a ciência – não só seus produtos, mas também os contextos políticos, ideológicos, de poder e interesses diversos, os quais a definem tanto em termos teórico-epistemológicos, como práticos – está presente nas atividades e situações mais banais do seu cotidiano.

Embora essa tendência venha sendo cada vez mais abarcada e difundida, ainda há calorosas discussões quanto às reais possibilidades lúdicas, participativas e educacionais da interatividade, levando em conta, principalmente, como se entende tal conceito e sua própria matriz ontológica, além ainda de suas metodologias de aplicação em exposições. Nesta perspectiva, nos parece fundamental conceber a noção de interatividade encaixada no debate mais amplo sobre como se processa a construção de conhecimento e suas implicações na própria forma como nos relacionamos com a realidade.

Segundo Piaget (1996, p. 39), a compreensão sobre como se dá o processo de cognição não pode enfatizar nem sujeito, nem objeto, mas sim, considerar que se trata de um produto da interação destes dois elementos. Esta interação, a rigor, incorpora um atributo relacional, uma vez que, em uma relação nunca há uma única via possível, sempre há uma dialética em sentidos

a memória da ciência. A 3ª geração de museus de ciência e tecnologia pode ser compreendida como uma síntese entre as tipologias anteriores, na medida em que procuram integrar harmoniosamente nas exposições a riqueza do trabalho com um acervo de objetos de interesse documental da história da ciência, às possibilidades participativas presentes na adoção de linguagens info-comunicacionais baseadas no princípio da interatividade.

²A Associação Brasileira de Museus e Centros de Ciência (ABCMC), firma em seu estatuto que um dos principais compromissos de tais instituições é justamente “[...] promover a formação de cidadãos capazes de perceber a ciência em todas as suas dimensões: como fonte de prazer, de transformação de qualidade de vida e das relações entre os homens, mas, também, enquanto um processo histórico e social que ao lado dos benefícios pode gerar controvérsias e oferecer riscos à sua vida, à vida da comunidade e ao meio ambiente e que deve, por isto, estar submetida à constante avaliação ética e política.” (s/d).



múltiplos possíveis. Logo, só se processa realmente alterações em nível cognitivo, se possibilitando sensibilizar, educar e construir conhecimento, na medida em que o sujeito age sobre o objeto ao mesmo tempo em que sofre sua ação, em uma lógica de “cooperação” – conceito que segundo o autor representa “toda relação social na qual não intervém qualquer elemento de autoridade ou de prestígio” (1996, p. 90).

Qualquer ação elaborada com base no preceito da interatividade, por sua vez sustentada na perspectiva da “cooperação”, deve, portanto, e impreterivelmente, implicar em reciprocidade e autonomia. Neste campo, a perspectiva de Wagensberg (2000) tem sido tomada como possível via para tornar mais apropriado o uso de recursos interativos, tencionando implementar experiências de troca e diálogo realmente democrático com o público. O autor propõe três graus de interatividade, baseados nas seguintes “emoções”: provocação da curiosidade científica, através do *hands-on*; criação de novos conceitos que tornem inteligíveis a ciência, através de uma postura investigativa chamada de *minds-on*; e o estímulo ao conhecimento por meio da sensibilização cultural, o *heart-on*. Com efeito, argumenta Wagensberg (2000, p. 136-137), somente a combinação destes três diferentes aspectos de envolvimento do visitante em uma exposição museológica de ciência – qualificado como “método da interatividade total” (tradução nossa) – permite configurar uma narrativa informacional adequada.

Por outro lado, é importante observar que há muitas críticas acerca da interatividade encontrada em tais instituições, sendo as mais consistentes baseadas em dois argumentos fundamentais: 1) por muitas vezes o que se postula como uma ação interativa não chega a passar de simples “reatividade”, ou seja, aparatos do tipo *push-button*, por meio dos quais a participação do visitante se limita a apertar um botão e ver o que acontece; 2) mesmo que se ultrapasse a mera reatividade mecânica, ainda se enfatiza em um número considerável de exemplos – se não for mesmo na maioria dos casos – a exposição de produtos e resultados da ciência, desconectados de uma contextualização, ou mesmo uma apresentação histórica e sociocultural capaz de evidenciar seu caráter processual. Consideramos importante acrescentar aqui que perpassando estes traços está o protagonismo do apelo visual, baseado numa imagética aparente e “reflexiva”, em termos zemanianos.

Seja como for, ao assinalarmos mais uma vez o protagonismo das exposições como momento, por excelência, da comunicação museológica, não podemos deixar de evidenciar que o arranjo informacional que a serve como base linguística, implica sempre em



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

recontextualização do discurso científico, e isso ocorre desde a sua produção propriamente dita até o momento de apropriação e interpretação por parte do público. Neste sentido, estão implícitos, conforme Marandino (2005, p. 178-179) processos de adequação do saber especializado – “transposições expositivas” – que resultam, dentre outras implicações, em uma representação acrítica da ciência, tendo em vista, sobretudo, suas relações com a sociedade. Fundamental destacar aqui que tais adequações respondem a demandas inevitáveis advindas da própria inserção dos museus no horizonte da indústria cultural e, num enquadramento com fronteiras mais específicas, de interesse da comunicação massiva. Essa constatação é corroborada por Huyssen (1996, p. 224) – dentre tantos outros autores³ – ao afirmar que “o museu se tornou o paradigma-chave das atividades culturais contemporâneas, ao ser exaltado como um local da cultura de massa, expressa através da mise-en-scène e do espetáculo”

De fato, não são poucos os estudos desenvolvidos a partir, fundamentalmente, de áreas como, a Museologia, a Comunicação e a Ciência da Informação – tomando como objetos de investigação questões referentes ao público e as formas através das quais os museus empreendem sua comunicação com ele – que atestam a inserção das atividades expositivas no universo da cultura de massa. Realidade que se faz mais evidente ainda quando o recorte são os espaços destinados à transferência de informação científica e tecnológica. Conforme Lara Filho (2006, p. 91), o museu entra definitivamente na era dos grandes espetáculos, de maneira que até mesmo o “boom” de instituições nos últimos anos teria relação direta com ações respaldadas, por exemplo, por políticas de marketing cultural advindas de empresas, estatais ou privadas, pertencentes a diferentes segmentos. Contudo, adverte o autor (2006, p. 95), tal massificação “se assenta num caráter reducionista imposto pela comunicação”, resultante ideológico da inserção dos museus na esfera da cultura de massa.

A esta inserção dos museus de ciência interativos no universo dos *mass media*, é importante acrescentar a reflexão de Morin (1990) acerca da produção e difusão de informação nestes espaços. De acordo com o autor, tais ações alimentam um imaginário universalista da ciência, criado em função, e de acordo, com as demandas e especificidades de uma relação comunicativa na qual o público é tomado como consumidor. Neste sentido, a informação divulgada assume, segundo Pechula (2007, p. 217), caráter ideológico que “remete o receptor a

³Ver, por exemplo: Benjamin (2013); Bourdieu, *et. al.* (2003); Oliveira (2001); Arantes (1991); dentre outros.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

uma visão ingênua e encantada acerca da ciência”, produzindo, por conseguinte, um tipo de conhecimento que se torna “espetáculo”.

3.20 ‘espetáculo’ como o aparente ‘reflexivo’

Segundo Debord (1997) o ‘espetáculo’ constitui uma forma de se relacionar socialmente esvaziada de potencial ativo por parte dos sujeitos diante da realidade, típica de um momento histórico específico no qual a lógica mercantil teria atingido a ocupação total da vida social. Neste sentido, a condição de “espectadores” nos imposta na contemporaneidade se deve, em grande medida, ao poder e abrangência das linguagens informacionais presentes nos diversos meios de comunicação de massa. A influência destas diferentes mídias – dentre as quais podemos incluir os museus de ciência interativos – na formação da opinião pública, cumpriria o papel decisivo de “desinformar”, no sentido de alienar com vistas a potencializar a condição passiva dos indivíduos.

Cabe destacar que, com efeito, a argumentação debordiana acerca do papel espetacular que cumpre as linguagens info-comunicativas na sociedade contemporânea, está, por seu turno, influenciada pelo pensamento crítico frankfurtiano. Adorno e Horkheimer (1985), sobretudo, demonstram a fragilidade da capacidade racional e crítica dos sujeitos sociais, que integrando passivamente relações diversas de interlocução a partir de múltiplos meios, refletem sua condição de consumidores – leia-se aqui, espectadores – dos produtos da indústria cultural e da informação.

Como instituições que contribuem ativamente na própria construção da realidade, os *mass media* definem, com efeito, o que seria “socialmente visível”, considerando que são autônomos na tomada de decisões a respeito da demarcação de critérios que estabelecem quais temáticas são ou não “importantes”. Os consensos acerca da agenda pública de discussões, ao se basearem, na grande maioria dos casos, na necessidade de fácil identificação e aproximação imediata com os temas objetos da ação comunicativa, de acordo com Correia (2003, p. 8), acabam por privilegiar o espetáculo em detrimento de abordagens mais complexas, porém muitas vezes, forçosamente mais criteriosas. O efeito ideológico das linguagens comunicacionais baseadas em tais pressupostos se dá justamente pela deslegitimação de abordagens que poderiam ser consideradas “difíceis” e ao mesmo tempo problematizantes.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Trata-se, portanto, de uma ideologia da conformidade, pautada no princípio de que para se manter níveis desejados de consumo dos conteúdos comunicados – tomados assim como simples mercadorias – é preciso vulgarizar ao máximo a informação, não importando se isso implicará no “desarme” crítico e no esvaziamento da capacidade de imersão ativa e criativa dos sujeitos sociais que integram o público deste processo.

De acordo com Debord (1997, p. 68-69), na sociedade do espetáculo o arranjo sistemático responsável pela profusão de informações em sua ‘reflexividade’ imediata se constitui a partir de duas dimensões intrinsecamente articuladas: a expropriação da ação social autônoma; e a expropriação da linguagem efetivamente comunicativa. Trata-se, assim, de uma “subcomunicação generalizada” que uma vez operada através da visibilidade aparente do produto mercantil, não permite o estabelecimento de canais dialógicos por meio dos quais se possa perceber, por exemplo, “que o conflito está na origem de todas as coisas” (1997, p. 127). Daí, justamente, a decorrência da contemplação e passividade, anteriormente aqui referidas.

Integrando o rol de fenômenos intrinsecamente envolvidos na produção e difusão ‘espetacular’ de informações, encontramos as exposições em museus de ciência interativos. Operando no âmbito específico das práticas culturais, estas atividades se valem do seu potencial comunicativo para produzirem e difundirem massivamente representações capazes de forjarem a “fisionomia” da ciência, isto é, seu próprio aparecer social. Analisar tais processos museológicos atrelados, em última instância, ao fenômeno da “sociedade do espetáculo”, nos permitirá, em alguma medida, compreender sob quais critérios discursivos vem se cumprindo as representações sociais da ciência, consumidas através de ações sistemáticas e institucionais voltadas à sua interlocução com o público em geral.

3.3 Exposições interativas como *loci* da ‘espetacularização’ da informação científica

Conforme vimos mencionando, a interatividade é atualmente o pressuposto recursivo mais amplamente adotado em museus de ciência, como forma de despertar a curiosidade e estimular o interesse pela ciência. Neste contexto é importante aludir à crítica ao modelo “*tutti-frutti*” (YAHYA, 1996), atribuído às construções info-comunicacionais carregadas de elementos de grande apelo lúdico, porém, de pouco potencial de articulação com as temáticas apresentadas e seus conteúdos fundamentais, estando muitas vezes até mesmo em total



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

desconexão com elas. Crucial perceber aqui que tal separação vem inapelavelmente atravessada, do ponto de vista concreto, por um superestímulo visual, substanciado pelo bombardeamento maciço de imagens que não permitem imergir-se além de sua aparência imediata – em termos debordianos – ou de seu reflexo – em termos zemanianos.

Trata-se de uma mediação linguística condicionada estruturalmente pelo ‘espetáculo’, como “negação da negação”⁴, ou seja, um impedimento à percepção e instrumentalização crítica que o permita ao usuário/público de museu uma *práxis* – imbuída pelo binômio pensar-agir – diante da ciência. E para que não se impulsione, a partir deste formato de produção e difusão ampla de informações científicas, a criação de uma audiência de meros curiosos (espectadores), conforme ressalva de Cascais (2003), é fundamental tomar este elemento da curiosidade apenas como um meio, ou mesmo um princípio para que se possa, a partir dele, promover experiências de maior profundidade dialogal. Percebe-se, contudo, que tal necessidade de imersão acaba muitas vezes não integrando o rol de prioridades em exposições museológicas de ciência, chegando até a ser rejeitada como uma responsabilidade inerente.

Ainda dentre as críticas mais recorrentes à adoção indiscriminada de métodos expositivos de caráter interativo, as que mais pontualmente indicam os caminhos através dos quais se conduziria a ‘anticomunicação espetacular’ (DEBORD, 1994) ressaltam a índole, ao mesmo tempo, inócua e castradora de uma mera reatividade mecânica. Isto em primeira instância, tendo em vista que, ainda que se vá além, em seu formato ‘reflexivo’ e visualmente superestimulante costuma se isentar de contextualidade, ignorando assim, nexos histórico-culturais inerentes à ciência enquanto processo social, velada pela imediatividade da experiência. É oportuno, desta forma, destacar que par além da ‘interatividade total’ wagensbergiana, se faz necessária uma integração de graus de participatividade sustentados em um diálogo contextualizado sobre questões de interesse, nas quais a ciência se representa em suas características processuais e imersa num horizonte histórico de transitoriedade e problematizações específicas num determinado tempo/espço social. De maneira que, a sensibilização pretendida sob o pressuposto da interatividade deve estar conscientemente

⁴ Que aqui não deve ser entendida nem como a postura política assumida por Guy Debord, quando negava a sociedade do espetáculo, que segundo ele, era a própria “negação da vida realmente vivida” (1997, p. 108); tampouco como o movimento dialético de síntese. Trata-se, com efeito, de uma condição de recusa das possibilidades e meios de contestação e/ou rejeição de um determinado positividade ou *status quo*. E neste sentido, portanto, é coerente contrapô-la à própria premissa da dialética marxiana de um mundo material constantemente em mudança face às contradições impostas pela dinâmica histórica.



fundamentada na ultrapassagem de um estímulo aos sentidos restrito na mera fisicalidade imediata do ‘reflexo’, tornando possível acessar a informação científica em níveis mais aprofundados de percepção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consequência da instrumentalização ‘espetacular’ da linguagem expográfica, assentada numa espécie de racionalidade mercantil, a experiência (anti)comunicativa resultante da extroversão da informação em exposições de museus de ciência interativos, permite não muito mais do que a contemplação reverencial dos sentidos e significados habitual-natural-universalmente instituídos acerca da ciência. Tal inércia do pensar ativo é, por seu turno, característica do ‘espetáculo’ na contemporaneidade, e suas consequentes representações, tão fugazes e efêmeras quanto autorizadas pela assimilação imediata da aparência ‘reflexiva’ dos fenômenos e relações sociais.

A precariedade da imersão do público das exposições museológicas, enquanto sujeitos que socialmente atuam “desarmados” criticamente nestes processos comunicacionais, advém em grande medida do privilégio ao ‘espetáculo’ frente ao estabelecimento de tratamentos info-narrativos consistentemente contextualizados de modo que possibilitassem a compreensão mínima da complexidade do real/social do qual a ciência é parte. Fundamental acentuar, à vista disso, que tal ideologia da conformidade integra o instrumental linguístico-institucional através do qual tais museus constroem a realidade científica socialmente visível, com base na autonomia e alcance discursivo que detêm como meios de comunicação de massa.

Como parte desta relação ‘espetacular’ de não-comunicação, na qual o público visitante é, antes de tudo, um receptor que consome indiferentemente informações transmitidas de forma unilateral e axiomática, predominam os signos de uma difusão ampla, irrestrita e, ao mesmo tempo, ideológica de uma ciência ingenuamente objetiva e universal. São estes, por certo, uns dos principais alicerces do estatuto autônomo da atividade científica que, desligada das propriedades materiais do tempo histórico, evoluiria contínua e linearmente independente de disputas, idiosincrasias e irrupções.

A configuração info-narrativa das exposições de museus de ciência interativos, articulada sobretudo na mediação de imagens/aparência – ou, ‘reflexos’ – é imperativo do



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

apelo imediato ao consumo, próprio da lógica espetacular. Nesse sentido, no mercado dos meios de comunicação de massa tais atividades expositivas são verdadeiras vitrines nas quais a ciência figura como produto a ser vendido e, a retórica argumentativa para tal, se estabelece no foco aos aspectos unicamente objetivos e conciliadores, fazendo deste tipo de representação da ciência um empório de ilusões de neutralidade e positividade. É de extrema significância, para tanto, o fato de que o conhecimento científico é apresentado ao público como um produto finalizado, portanto, pronto para o amplo consumo.

O anuviamento do caráter provisório e processual da ciência implica numa divulgação mitológica de resultados. Se por um lado a sensação de segurança passada através do êxito dos resultados, aliada a um arranjo linguístico-imagético-reflexivo servem para seduzir o público a se interessar pela ciência (produto), por outro lado, a superficialidade conclusiva dos conteúdos apresentados não permite acesso à complexidade das relações sociais envolvidas, fazendo do público, em última instância, consumidores (espectadores) num esquema mercadológico arbitrariamente desproporcional. Na imposição deste quadro espetacular, onde os pensamentos crítico e criativo não têm lugar, assume a exposição museológica de ciência, fundamentalmente, um sentido de celebração da cientificidade – ou, não seria incorreto afirmar nestes termos, do “cientificismo”.

É importante acentuar, por fim, que assumir a interatividade como mote fundamental deste tipo de linguagem expositiva não é, contudo, garantia prévia para o seu êxito, podendo mesmo representar sua maior vulnerabilidade. Como é possível notar na esmagadora maioria dos casos – para não dizer na totalidade – os módulos ditos interativos nas exposições museológicas estão sobremaneira distantes de promoverem processos de cooperação. Mais do que a superficialidade mecânica e ‘reflexiva’ do *hands-on* e demais recursos lúdico-manipuláveis, interação, neste sentido, requer imersão afetiva e cognitiva, na qualidade de participação empoderada que extrai do visitante sua condição imposta de ‘espectador’, ao dar luz, por exemplo, ao elo recíproco entre ciência e sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Zahar, 1985.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEUS E CENTROS DE CIÊNCIA. Programa Nacional de Popularização da Ciência. Disponível em:
<http://www.abcmc.org.br/publique1/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=39&sid=18>.

BRAGANÇA GIL, F. Museums of science or science centers: two opposite realities. **Museums of Science and Technology**, p. 21-39, 1998.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 352-360, 1991.

CASCAIS, A. Divulgação científica: a mitologia dos resultados. In: SOUZA, Cidoval M., MARQUES, Nuno P. e SILVEIRA, Tatiana S. (orgs.) **A comunicação pública da ciência**. São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

CORREIA, J. Os administradores de ilusões: espectáculo, subjectividade e ideologia na cultura mediática contemporânea. **Media & Jornalismo**, v. 2, n. 2, 2003.

DEBORD, G. **Oeuvres cinématographiques complètes 1952-1978**. Paris: Gallimard, 1994.

_____. **A sociedade do espetáculo** – Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HUYSSSEN, A. **Memórias do Modernismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

LARA FILHO, D. **Museu: de espelho do mundo a espaço relacional**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARANDIDO, M. A pesquisa e a produção de saberes nos museus de ciência. In: **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. V. 1, n. 1 (jul-ago 1994). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2005.

MORIN, E. **Cultura de massa no século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

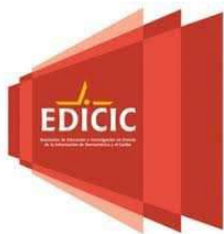
PECHULA, M. A Ciência nos Meios de Comunicação de Massa: divulgação de conhecimento ou reforço do imaginário social? **Ciência & Educação**, v. 13, n. 2, p. 211-222, 2007.

PIAGET, J. **Biologia e conhecimento**. São Paulo: Vozes, 1996.

WAGENSBERG, J. In favour of scientific knowledge: The new museums. **Museums of modern science**, p. 129-38, 2000.

YAHYA, I. Mindful play or mindless learning? Modes of exploring science in museum. In: **Exploring science in museum**. Londres: The Athlon, 1996.

ZEMAN, J. Significado Filosófico da Noção de Informação. In: **O Conceito de Informação na Ciência Contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Museologia, Informação e Documentação Museológica

CURADORIA DIGITAL: RECURSOS DE DESIGN DA INFORMAÇÃO PARA WEBSITES DE MUSEUS

DIGITAL CURATION: INFORMATION DESIGN RESOURCES FOR MUSEUM WEBSITES

Mariana Cantisani Padua, UNESP
Karen Kipnis, UNESP
Natalia Nakano, UNESP
Maria José Vicentini Jorente, UNESP

Resumo: Museus, bibliotecas e arquivos, segundo tendências de políticas culturais, utilizam-se de campos de ação híbridos, tanto físicos quanto digitais. É importante apontar que, para utilizar recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação como meio dinâmico e dialógico de interação entre internautas e sistemas de informação definidos pela Curadoria Digital, a atividade deve ser desenvolvida em equipe multidisciplinar. As instituições museológicas na *Web Colaborativa* são suportadas por plataformas desenhadas (*Design*) que preveem a atuação de diversos agentes informacionais, sejam estes profissionais ou não, e caracterizam-se como sistemas de informação complexos. A Curadoria Digital do sistema determina de que modo será a colaboração e a ação de cada um dos agentes envolvidos. Esta pesquisa pretende verificar de que forma dois diferentes tipos de museus têm se utilizado da Curadoria Digital em ambiente digital com a finalidade de ampliar o acesso, a recuperação e a interação com a informação de forma eficiente e eficaz, atuando, por meio de recursos de Design da Informação (DI), como um meio que contribua para apropriações de conteúdos informacionais, saberes e técnicas em prol de possível construção de conhecimento. Nesta pesquisa, o recorte foi o estudo dos recursos de Design da Informação de dois *Websites*, a saber, o do Museu da Pessoa, um *Webmuseum* que tem na História Oral o seu fato museal, entendido aqui como Patrimônio Intangível da Humanidade, e o *Website* do Museu de Minerais e Rochas 'Heinz Ebert', vinculado à UNESP, Campus Rio Claro, São Paulo. Conclui que o presente estudo contribui para a Ciência da Informação, e aponta para a importância de uma equipe multidisciplinar de profissionais, entre eles o cientista da informação, para a criação e o desenvolvimento de *Webmuseus* à luz do impacto contínuo de tecnologias digitais na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Informação e Tecnologia. Web Colaborativa. Curadoria Digital. Design da Informação. Website de Museu.

Abstract: Museums, libraries and archives, according to cultural policies trends, use hybrid actions, both physical and digital. It is noteworthy that, to use Information and Communication Technologies as dynamic and dialogic means of interaction between netizens and information systems defined by the Digital Curation, the activities should be developed by a multidisciplinary team. Museums on the Collaborative Web are supported by platforms designed to provide the performance of various informational agents, whether professionals or not, and are characterized as complex information systems. A system's Digital Curation determines how collaboration and actions of each of the agents involved will take place. This research aims to verify how two different types of museums have used Digital Curation in the digital environment in order to expand access, retrieval and interaction with



information efficiently and effectively, working through Information Design resources as a means to contribute to appropriation of informational content, knowledge and techniques to support knowledge construction. In this research, the cut was the study of the Information Design resources of two Websites, namely, Museu da Pessoa, a Webmuseum that has Oral History as its museum object, understood as Intangible Heritage of Humanity, and the website of Museu de Minerais e Rochas 'Heinz Ebert', linked to UNESP, Rio Claro, São Paulo. This study concludes that it contributes to Information Science, and points to the importance of a multidisciplinary team of professionals, including the information scientist for the creation and development of webmuseums in the light of the continuing impact of digital technologies in contemporary society.

Keywords: Information and Technology. Collaborative Web. Digital Curation. Information Design. Museum Website.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma era tecnológica em que artefatos e dispositivos digitais fazem parte de cada uma de nossas atividades diárias. Contemporaneamente, as pesquisas da área de museologia apontam para que os processos educacionais e comunicacionais museológicos compartilhem suas competências com outras áreas disciplinares que têm inserido os museus em seus estudos e pesquisas. Nas recentes publicações desta área, novas discussões e necessidades se estabelecem com o propósito de estimular a ousadia de forma que a museologia amplie suas fronteiras.

A literatura tem refletido constantemente sobre a inovação e o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, porém pouco tem-se discutido sobre a complexidade de ordem tecnológica e das relações humanas envolvidas no processo de criação, acesso, transferência, uso e recuperação da informação para a construção do conhecimento, considerando o contexto complexo do *Webmuseum*, sua curadoria digital e os recursos de *Design* da Informação nele previstos.

A Complexidade, teoria norteadora das nossas pesquisas, tem como pressuposto básico que o todo é maior do que a soma das partes, o que implica, necessariamente, em uma interdisciplinaridade para que se visualize a complexidade que a disciplinaridade cartesiana simplificou e reduziu a ponto de não conseguir resolver os problemas complexos surgidos dos novos processos, fenômenos e configurações enfrentadas na atualidade sistêmica. Ainda, a complexidade posiciona o homem e seu contexto cultural como centrais nas ciências.

A problemática do presente estudo, portanto, constrói-se a partir da indagação sobre as configurações complexas necessárias a um ambiente informacional digital visando uma interação eficiente, eficaz e ergonômica entre homem-máquina e máquina-máquina em



ambientes digitais de informação, especialmente aqueles tratados pela Ciência da Informação (CI), dispondo de uma área de pesquisa interdisciplinar denominada Curadoria Digital, e planejado a partir de conceitos e métodos do Design da Informação (DI).

Busca-se, neste sentido, sob a égide da CI, discutir conceitos interdisciplinares que definem a inter-relação entre a Museologia e o DI. Analisamos e comparamos os recursos de DI de dois museus digitais, um museu de histórias de vida, o Museu da Pessoa (MP) e o Museu de Minerais e Rochas ‘Heinz Ebert’, vinculado ao Departamento de Petrologia e Metalogenia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE da UNESP, a partir da proposta de Carliner (2000). O objetivo é investigar o *framework* desses museus de acordo com princípios da Curadoria Digital comparando-os com o de Carliner (2000), com foco na primeira camada, i.e., no Nível Físico.

Considerando que as relações entre conhecimento e cultura passam por um momento crítico e demandam novos e urgentes olhares sobre os fenômenos culturais que afetam e produzem mudanças estruturais na vida social, os ambientes digitais não podem ser vistos como meros centros distribuidores de informação e cultura ou simples canais de acesso ao conhecimento, são considerados núcleos produtores de sentido por meio de processos específicos, linguagens, tecnologias e convergências.

Discussões relacionadas às novas tendências na área da Museologia têm sido tratadas desde o final do século XX. Wagensberg (2001) propõe a definição de *museologia total* na qual o museu é uma ferramenta para a mudança individual e, portanto, para a mudança social. Nessa visão, a realidade é construída tanto de objetos quanto de fenômenos, e o papel do museu é o de estimular: “o museu é um espaço dedicado a fornecer um estímulo para o conhecimento científico, o método científico e a opinião científica. (...) um museu de ciências pode lidar com qualquer assunto, desde um quark ou uma bactéria até Shakespeare ou uma questão de sociologia ou urbanismo” (WAGENSBERG, 2001, p.1).

Temos de inventar uma nova museografia: a museografia com objetos que são reais, mas capazes de se expressarem de uma forma triplamente interativa: mutuamente interativos (“na prática” (hands-on) no linguajar atual de museu), mentalmente interativos (“mente alerta”) e culturalmente interativos (“com o coração”). São objetos que contam histórias, que se comunicam entre si e com os visitantes. São objetos¹ com eventos associados, objetos vivos, objetos que mudam. Apresentar uma pedra sedimentária simplesmente é uma coisa, associar a ela um experimento que



exibe o processo em tempo real que mostra como essa pedra foi formada é uma outra coisa (WAGENSBERG, 2001, p.4).

Para propor um modelo de Curadoria Digital baseado nas questões relativas ao DI, é importante compreender a dinâmica que os fenômenos da Curadoria Digital vem adquirindo e que permitem as emergências que remetem a um *lócus* mediador, constituindo assim uma categoria topológica, interposta entre as esferas da produção e recepção de signos e linguagens, principalmente quando se trata de um ambiente informacional digital complexo e convergente.

Nota-se que, no Brasil, os *Websites* de museus em geral, e, em especial, os museus de ciência, utilizam-se de um modelo informacional no ambiente digital com características estáticas, configurados como catálogos e guias que não oferecem interatividade colaborativa ao internauta. Entretanto, nos novos paradigmas relacionados à cibercultura, o uso de *Websites* como ambientes digitais de comunicação e disseminação da informação por instituições museológicas poderiam possibilitar, de forma ideal, o acesso e a interação com os internautas graças ao DI em Curadoria Digital, além de proporcionar visibilidade às instituições na *Web* e realizar a mediação de informações, entre outras, das memórias e das culturas custodiadas em museus e centros culturais brasileiros.

2 METODOLOGIA

A pesquisa apresentada é organizada em três principais etapas: fundamentação teórica, estudos de caso e sugestões tecnológicas para uso de recursos de DI a serem incorporados em Curadoria Digital de ambiente digital museológico. É caracterizada como uma pesquisa exploratória, bibliográfica e descritiva.

A fundamentação teórica se apoia em três temas pertinentes à epistemologia do trabalho: Curadoria digital; Design da Informação: interoperabilidades entre sistemas e convergências de linguagens. Além do levantamento bibliográfico, aponta elementos e recursos de DI que serão utilizados, por meio de observação planejada nos *Websites*.

Para os estudos de caso, a partir do *framework* tríplice, proposto por Carliner (2000), foram definidos os critérios que as plataformas devem atender: uso de *Web 2.0* e explorar seu potencial interativo e colaborativo; um ambiente digital que sugira o emprego de uma



curadoria digital museológica planejada; utilização de mídias sociais para o diálogo e compartilhamento de informações; plataforma aberta e *open source*, entre outros recursos tecnológicos de DI que serão sugeridas para o modelo interativo ideal.

Para essa investigação optamos pela observação planejada dos *Websites*, com o objetivo de se verificar a apresentação de elementos e recursos do DI. Justifica-se a escolha da inclusão do *Website* do Museu da Pessoa (MP), neste estudo, por atender a maior parte dos critérios pré-estabelecidos e trazer recursos e elementos de DI dentre os definidos para o levantamento das informações necessárias. A segunda plataforma escolhida foi a do Museu de Minerais e Rochas “Heinz Ebert”, e justifica-se pela necessidade de um Curadoria Digital no ambiente digital da Unesp, Universidade a qual pertencemos. A interface e as interações no ambiente digital do Museu “Heinz Ebert” se apresentam deficitárias, de difícil acesso e com uma série de problemas. Propõe a sugestão de melhorias do segundo *Webmuseum*, tornando esse canal informacional mais eficiente com relação à comunicação dinâmica junto aos indivíduos que interagem nele. A seguir, apresenta a revisão bibliográfica com o delineamento das teorias relacionadas aos temas que nortearam a pesquisa.

3 CURADORIA DIGITAL

De acordo com Siebra *et. al.* (2013, p.2), a Curadoria Digital emerge "como uma área de pesquisa e prática interdisciplinar que reflete uma abordagem holística para o gerenciamento do objeto digital e inclui atividades que abrangem todo o ciclo de vida desse objeto".

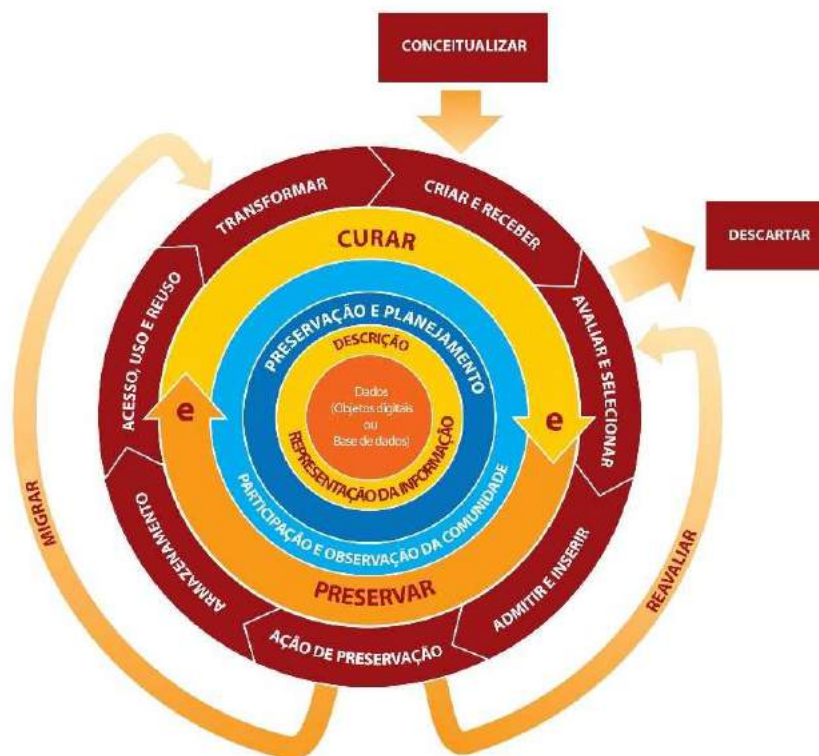
De acordo com o *Digital Curation Center* (DCC)², o ciclo de vida da curadoria digital envolve processos contínuos e iterativos que incluem: 1) conceituar, ou seja, conceber e planejar a criação de objetos digitais, incluindo métodos de capturar dados e opções de armazenamento; 2) criar, ou seja, produzir objetos digitais e designar metadados arquivísticos administrativos, descritivos, estruturais e técnicos; 3) acessar e usar, que assegura, aos indivíduos, fácil acesso a objetos digitais rotineiramente; 4) avaliar e selecionar, que envolve avaliação de objetos digitais e seleção daqueles que requerem preservação e curadoria a longo prazo; 5) descartar os objetos digitais não selecionados para curadoria e preservação a longo

² Digital Curation Center está disponível em: <<http://www.dcc.ac.uk/>>. Acesso em 06/07/2016.

prazo; 6) ingerir, ou seja, a transferir os objetos para um ambiente confiável; 7) preservar, envolvendo ações para preservação e retenção dos objetos digitais a longo prazo; 8) reavaliar, ou seja, reavaliar objetos digitais que falharam no procedimento de validação; 9) armazenar, que envolve manter os dados de maneira segura; 10) acessar e reusar, de maneira a assegurar que os objetos digitais sejam acessíveis para os sujeitos uma primeira vez e também quando retornarem ao ambiente digital; 11) transformar, que significa criar novos objetos digitais a partir do original, tal como pela migração em um formato diferente.

O ciclo de vida da Curadoria Digital está ilustrado por Higgins (2008)³ e adotado pelo DCC. A Figura 1 apresenta os processos e agentes do ciclo de vida da Curadoria Digital.

Figura 1 - Ciclo de vida da curadoria digital



Fonte: Higgins, 2008. Traduzido pelas autoras.

Essas etapas do ciclo de Curadoria Digital não são, de acordo com o DCC, exaustivas, o que significa que o processo de curadoria de um ambiente digital, alocado no ciberespaço,

³ Disponível em: <<http://www.dcc.ac.uk/sites/default/files/documents/publications/DCCLifecycle.pdf>>. Acesso em 20/04/2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pode ou não englobar todas essas fases. Neste estudo, nosso foco no ciclo de curadoria se dá no acesso e no uso e re-uso (interatividade) de objetos digitais.

A partir do esquema de Higgins, é possível identificar duas equipes multidisciplinares trabalhando em uma mesma curadoria digital nesse processo de ciclo de vida: uma equipe centrada no núcleo da curadoria, qual seja, para descrição e representação da informação, definição dos dados e metadados nos repositórios digitais, preocupando-se com a preservação e o planejamento da informação. A outra equipe, focada nas etapas de preservação (admitir, preservar, armazenar) e curadoria (acessar, usar, re-usar, transformar, criar ou receber, avaliar e selecionar). Nota-se que a comunidade e o planejamento de preservação estão incluídos no núcleo, devem ter papel essencial no ciclo de vida da curadoria digital, instrumentalizado pelos recursos do DI.

Considerando o ciclo de vida proposto, a mediação ocorre no momento em que, graças ao DI previsto em Curadoria Digital, a comunidade participa, observa os objetos digitais ingeridos no ambiente confiável, acessando o conteúdo curado que é disponibilizado no ciberespaço.

A interface é o lócus onde ocorrem os processos resultantes da Curadoria Digital, e o espaço em que os indivíduos interagem pode ser considerado o ciberespaço, definido como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores” (LEVY, 1999, p.92). De acordo com Levy (1999), o ciberespaço inclui tanto a infraestrutura material envolvida no fenômeno da comunicação digital como todas as informações disponibilizadas, assim como seus agentes.

Para que a comunicação nas interfaces dos ambientes digitais seja transparente, ou seja, não cause uma sobrecarga cognitiva ao visitante, os recursos de DI (planejados na Curadoria Digital), devem orquestrar os aspectos materiais, informacionais do ambiente digital, bem como os aspectos sensoriais, cognitivos e afetivos dos sujeitos que interagem com o ambiente, considerando que o aprimoramento da eficácia de ambientes digitais não é de ordem meramente técnica, resolvida unicamente pela Ciência da Computação.

Uma vez que o DI esteja incorporado ao planejamento de curadoria de ambientes digitais, o que se espera é que o sistema interopere e favoreça convergências, a fim de alcançar esferas da cultura e do cotidiano de indivíduos, tornando-se recurso cotidiano e comum da sociedade.



4 DESIGN DA INFORMAÇÃO: INTEROPERABILIDADE DE SISTEMAS E CONVERGÊNCIA DE LINGUAGENS

O Design pode ser entendido como ciência, disciplina ou metodologia. O DI é uma disciplina especializada da área do Design, assim como o Design Gráfico, o Design Editorial, o Design de Embalagens, o Design de Interfaces, entre outras. A área de conhecimento do Design, de acordo com Burdek (2006) se consolidou como um disciplina autônoma, com um respeitável corpo de saber, a partir do fim do século XX. Autores como Cross (1982, 1999, 2007), Burdek (2006) e Bonsiepe (2011) consideram o Design como uma disciplina distinta, que possui corpo de conhecimento, conteúdo e base de pesquisa próprio. No campo da CI, o DI pode ser considerado uma área emergente, apesar de desempenhar um papel essencial e possuir em seu núcleo a teoria do Design, ainda necessita de um corpo de conhecimento seguro para seu fortalecimento e formalização (CALVERA, 2006). Neste estudo entendemos o DI como uma disciplina que busca preparar informações para a sua utilização eficaz e eficiente em ambientes físicos e digitais, com os objetivos de:

1. Desenvolver documentos que sejam compreensíveis, precisos e rapidamente recuperáveis, além da sua transformação fácil em ações efetivas;
2. Projetar interações por meio de equipamentos que sejam naturais, fáceis e agradáveis. Isto envolve resolver os problemas do *design* da interface humano-computador.
3. Permitir que as pessoas consigam se orientar em um espaço tridimensional com facilidade e conforto, sendo esse espaço principalmente o espaço urbano, mas também o espaço virtual (HORN, 1999, p. 15).

Podemos presumir que diferentes abordagens e paradigmas coexistem em todos os domínios, e que o DI surge como uma disciplina capaz de prover metodologias para o desenvolvimento de projetos que pretendem organizar o conhecimento, estruturar a informação e orientar a realização da busca e recuperação da informação em um sistema de informação com a finalidade de construção do conhecimento.

Shedroff (2000) sugere que o DI, como disciplina, tem o objetivo de organizar e apresentar dados, transformando-os em informação com sentido e valor, além de oferecer a estrutura necessária para que as informações expressem suas capacidades. Como um domínio capaz de permitir uma ação eficaz na realização de tarefas, de uma maneira eficiente, o DI



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

tem um papel importante no tocante à forma com que os conteúdos são organizados e estruturados por meio de seleção, ordenamento, hierarquização, conexões e distinções visuais (BONSIEPE, 1999). Assim, recursos de DI aprimoram na capacidade que os indivíduos possuem em coletar e processar informações.

Muitas vezes confundido como sendo apenas a camada visível dos projetos de mídias interativas, o DI possui um terceiro Nível que conjuga diversas especialidades do *design* e dialoga com disciplinas que estudam o comportamento humano; é onde a comunicação efetiva da informação se torna o objetivo maior a partir da facilitação de processos de percepção, leitura, compreensão, memorização e uso da informação apresentada. Dessa forma, vislumbramos a importância social do DI que possibilita a um grande volume de informações, com os quais lidamos atualmente, no ciberespaço, seja claro, oferecendo homogeneidade de acesso (FRASCARA, 2011).

A atuação dos *designers* deve ir além do desenvolvimento das interfaces gráficas GUI (*GraphicUser Interface*), além da apresentação das informações, diagramação dos dados, definição da família tipográfica e padrões cromáticos; os *designers* passam também a preocuparem-se com a organização da informação, com a taxonomia dos termos utilizados e a ordenar a categorização dos dados (metadados).

Se, anteriormente, o acesso a acervos e a outros conteúdos informacionais de museus era oferecido de forma restrita, agora estes conteúdos podem ser acessados por meio de prévia curadoria digital dos acervos, possibilitando a interação e a colaboração de internautas na criação de novos conteúdos como, por exemplo, em *Conte sua História* do Museu da Pessoa (MP). Neste sentido, verificamos que a curadoria digital possibilita a convergência de mídias sociais que se interoperam, mídias estas cujos ambientes podem também ser convergidos para a difusão e disseminação da informação, facilitando a interação e criação de novos conteúdos essenciais para a memória coletiva e cultura brasileiras.

A interoperabilidade permite que vários sistemas, idênticos ou radicalmente diferentes, possam se comunicar sem problemas, portanto a interoperabilidade tornou-se fundamental em muitas áreas, como Tecnologia da Informação (TI), Medicina, Engenharia Elétrica, Engenharia Aeroespacial; redes ferroviárias e, de uma maneira geral, é muito utilizado em aplicações industriais. Embora exista certa ambiguidade em torno do termo que pode ser concebido de uma maneira puramente em seu aspecto técnico, ao mesmo tempo, a



interoperabilidade pode ser entendida como facilitadora da interligação de bases de dados que favorecem um controle de linguagens para o crescente aumento do fluxo de informações de um sistema (ARNAUD, 2005).

Destacamos que, para tirar vantagem da interoperabilidade entre sistemas devidamente conectados, é importante apontar que precisamos saber interpretar a complexa informação que deriva de cada sistema; uma questão para cientistas da informação e da computação, especialistas que, em equipe multidisciplinar, tratam diretamente com os metadados e as linguagens de programação específicas da computação.

Os seres humanos expressam seus pensamentos e sentimentos por meio de linguagens que, por sua vez, são externalizados por meio de discursos (MERLEAU-PONTY, 2011). Nesse sentido, o ato perceptivo surge a partir do contato direto com a memória e da relação de encontro e interação do sujeito com o ambiente digital. Para tanto é necessário conhecer o internauta, suas expectativas para que possamos organizar as estratégias comunicativas adequadamente. Merleau-Ponty apresenta em seu livro *Fenomenologia da Percepção* que a todo momento recontextualizamos a experiência e a forma com que interagimos e colaboramos, dessa forma reconstruímos uma nova rede de memórias.

A reprodução pressupõe a reconhecimento, ela só pode ser compreendida enquanto tal se primeiramente tenho uma espécie de contato direto com o passado em seu lugar. Com mais razão ainda, não se pode construir o porvir com conteúdos de consciência: nenhum conteúdo efetivo pode passar, mesmo ao preço de um equívoco, por um testemunho sobre o porvir, já que o porvir nem mesmo foi e não pode, como o passado, colocar em nós a sua marca. Portanto, só se poderia pensar em explicar a relação do porvir ao presente assimilando-a à relação do presente ao passado (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 554).

Nesse sentido, o autor complementa que:

O passado mais distante tem, ele também, sua ordem temporal e uma posição temporal em relação ao meu presente, mas enquanto ele mesmo foi presente, enquanto em “seu tempo” ele foi atravessado por minha vida, e enquanto ela prosseguiu até agora. Quando evoco um passado distante, eu reabro o tempo, me recoloco em um momento em que ele ainda comportava um horizonte de porvir hoje fechado, um horizonte de passado próximo hoje distante (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 557).

Na *Web Colaborativa*, verificamos um aumento crescente de processos de convergências das mídias, o que estimula também a convergência das próprias linguagens dos meios. De forma independente do conteúdo das mensagens que nele circulam, o meio afeta as



percepções daqueles que com ele interagem. McLuhan (1974) considera que as alterações criadas pelo meio sejam a verdadeira mensagem: a partir do momento que as novas tecnologias se fazem condicionantes de novas percepções da realidade – na medida que instrumentalizam a comunicação humana nas suas formas de representação – criam quadros de memórias, fornecem símbolos e o ambiente mental requerido para determinados momentos de ruptura decisivos para a reestruturação dos sistemas sócio-técnicos.

Com a interação dos meios de comunicação, a linguagem escrita cedeu continuamente espaço às convergências de várias linguagens e codificações estruturadoras de informação, o que não significa, entretanto, que tais linguagens possam ser consideradas equivalentes em estatuto. Que a sua interação interfere nos processos de decodificação da informação e de apreensão de conhecimento não restam dúvidas; porém, para isso, as linguagens que surgiram reestruturando as formas de comunicação das informações no sistema humano devem ser aprendidas, compreendidas e potencializadas como meios para mapear as interações.

5 ESTUDOS DE CASO

Como estratégia analítica, optamos por utilizar o *framework* tríptico proposto por Carliner (2000) que apresenta alguns recursos e elementos focados na comunicação efetiva. O *framework* é baseado nas seguintes camadas: (1) Físico, capacidade de encontrar informações; (2) Cognitivo (intelectual), capacidade de compreender as informações; (3) Afetiva (emocional), capacidade de navegar com facilidade na apresentação das informações. O Quadro 1 resume as questões que devem ser consideradas pelo *Design* da Informação do ambiente digital de Carliner (2000).

Quadro 1 - *Framework* de Design da Informação

Nível Físico: auxiliando os internautas a encontrar informação	Nível cognitivo: auxiliando internautas a entender informação	Nível Afetivo: motivando internautas a interagir
Questões <ul style="list-style-type: none">• <i>Design</i> da página e da tela;• Recuperação da informação;• Seleção de mídias;• Produção de conteúdo;• Escrita e edição técnica.	Processos <ol style="list-style-type: none">1. Análise de necessidades;2. Estabelecimento dos objetivos;3. Escolha da forma;4. Preparação do design;5. Estabelecimento das diretrizes. Questões <ul style="list-style-type: none">• Aplicação dos princípios de psicologia cognitiva;• Aplicação de teorias do design, tais como minimalismo;	Questões: <ul style="list-style-type: none">• Atenção;• Motivação;• Comunicação transcultural;• Linguagem;• Impacto social e político;• Questões legais e éticas;• Serviço ao cliente;• Metodologias para o entendimento de questões



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

	<ul style="list-style-type: none">• Abordagem da sobrecarga informacional;• Modularização da informação;• Planejamento do design dentro dos limites.	comunicacionais.
--	--	------------------

Fonte: Adaptado e traduzido pelas autoras, (CARLINER, 2000).

A camada do nível Físico é utilizada por cientistas da informação capacitados para o desenvolvimento de recursos de DI para dar forma à informação que se deseja expor: enfatizar ou minimizar; comparar ou ordenar; agrupar ou classificar; selecionar ou omitir; optar pelo reconhecimento imediato ou tardio; e apresentá-la de forma bem resolvida formalmente. Para isso, tal profissional pode fazer uso de variáveis visuais como descritas pelo cartógrafo francês Jacques Bertin na década de 1970. A partir de aspectos como posição, forma, tamanho, contraste, saturação, cor e direção, é possível organizar elementos de informação de modo a apresentá-las de maneira adequada ao seu objetivo e ao usuário. Segundo Morita (2011), o legado de Bertin foi o estabelecimento de uma estrutura que permitisse a elaboração de mapas mais claros. No entanto, a importância de sua obra não se restringe ao domínio da cartografia, sendo destacada também por pesquisadores relacionados à visualização de informações (KRAAK, 2011).

Morita (2011) sublinha, ainda, que a teoria de Bertin é mais fácil de ser aplicada atualmente, a partir da utilização de meios digitais. Para Bertin, a percepção visual é ubíqua, ou seja, quando lemos uma imagem, passamos por três níveis de percepção: a imagem completa, uma parte dela e um elemento; e a alternância entre eles é praticamente automática, não exigindo nenhum tipo de esforço especial. O Quadro 2 apresenta as variáveis de Bertin adaptadas por Mijksenaar (1997).

Tabela 1 - Variáveis adaptadas para o DI

Diferenciação classifica de acordo com a categoria e o tipo	cor ilustrações largura de coluna fonte tipográfica
Hierarquia classifica de acordo com a importância	posição sequencial (cronologia) Posição na página (leiaute) tamanho da fonte peso da fonte espaçamento de linhas
Apoio classifica de acordo com a categoria e o tipo	áreas de cores e sombras linhas e blocos símbolos, logos, ilustrações atributos do texto (itálico, etc.)

Fonte: Traduzido de Mijksenaar (1997)



A camada do nível Cognitivo pode ser explanada segundo a teoria proposta por Tufte (2001). No mesmo sentido de Carliner, o autor apresenta três princípios gerais que complementam a proposta da camada do nível cognitivo e devem ser aplicados para alcançar resultados excelentes no planejamento do DI: (1) a apresentação bem planejada de dados interessantes, uma questão de substância, estatística e *design*; (2) a comunicação de ideias complexas com clareza, precisão e eficiência; e (3) o oferecimento, ao usuário, do maior número de ideias no menor tempo possível, com a menor quantidade de pixels no menor espaço.

Com relação à camada do nível Afetivo, Redig (2004) aponta a importância social do DI ao afirmar que ele está intimamente ligado à democracia, uma vez que não se pode falar em democracia sem informação clara e verdadeira. Diferente dos autores citados anteriormente, Redig inclui o destinatário da mensagem, a forma da mensagem e o tempo de transmissão da mensagem como aspectos característicos do *Design* de Informação.

Em relação ao destinatário da mensagem, o autor destaca a necessidade de se levar em conta o receptor da informação e o emissor, para se definir o conteúdo a ser transmitido (REDIG, 2004). No entanto, quanto maior o público a que se destina determinada informação, mais complexa se torna a definição do conteúdo, uma vez que as singularidades e particularidades provavelmente se tornem presentes de forma proporcional.

Na camada do nível afetivo, dentre as questões apontadas por Carliner (2000) relacionadas à Comunicação Transcultural, Linguagem, Impacto Social e Político, Legais e Éticas e Serviço ao Cliente e Metodologias para entendimento de questões comunicacionais, reportamo-nos a Redig (2004) com o intuito de destacar o aspecto motivador junto a internautas, um convite à interação com o sistema, justamente por seu caráter social democrático.

Quanto à forma da mensagem, Redig (2004) define sete qualidades do DI: (1) analogia em relação ao conteúdo, o que, segundo o autor, é determinante para a existência do DI; (2) clareza, também considerada imprescindível, mas muitas vezes ausente; (3) concisão, excluindo-se signos ou palavras supérfluas ou dispensáveis; (4) ênfase, para destacar itens mais importantes da mensagem, conferindo legibilidade e identidade a ela; (5) coloquialidade, dependendo do objetivo e do destinatário da mensagem; (6) consistência, fazendo com que cada signo, dentro de seu contexto, corresponda sempre a um mesmo significado; e (7)



cordialidade, por uma questão de respeito. Observa-se que as quatro primeiras qualidades citadas por Redig (2004), ou seja, a analogia, a clareza, a concisão e a ênfase têm sido citadas recorrentemente por outros autores que tratam do mesmo tema.

Com relação às questões de atenção e motivação, as qualidades relacionadas ao tempo na transmissão da mensagem, para Redig (2004), são: (1) o senso de oportunidade, sendo essencial que a informação apareça quando o receptor precisa dela, e não aparecendo quando ele não precisa; (2) a estabilidade ou continuidade dos códigos utilizados.

5.1 Museu de Minerais e Rochas “Heinz Hebert”

A criação do Museu de Minerais e Rochas “Heinz Hebert” deu-se na década de 1970, a partir de um acervo de minerais, rochas, minérios, seções delgadas e polidas. Entre 1999 e 2000, o Museu foi restaurado e teve toda sua infraestrutura física modernizada. A partir de então, uma fase de catalogação do acervo foi implantada, e a instituição passou a contar com um banco de dados amplamente acessado por uma gama de pesquisadores da comunidade geocientífica e de outras áreas. Desde a sua criação, o acervo do Museu Heinz Ebert está em contínua ampliação e readaptação, recebendo ininterruptas doações. Atualmente, a expografia física do Museu é estruturada em quatro módulos distintos e não contínuos: Salão de Exposição; Saguões de Exposições; Litoteca; e Laboratório Didático-Científico.

Ao analisar o ambiente digital ou o *Website* do Museu, considera que nenhum estudo sobre as necessidades dos visitantes foi realizado, pois não existem referências aos objetivos nem às diretrizes facilitadoras de acesso ao acervo no ambiente. Os conteúdos disponibilizados na sua interface não demonstram contar com nenhum tipo de curadoria de informações e objetos digitais (conteúdo textual e mídias); a escolha da forma, estrutura e *design* é obsoleta, o *front-end* do *Website* é estruturado em tabelas, o que compromete a recuperação da informação e causa uma sobrecarga cognitiva ao visitante. Em sua estrutura HTML, não foram utilizadas etiquetas específicas (*tags*/linguagens de marcação), ou qualquer outro recurso de DI que hierarquize e otimize a página. Em contrapartida, atualmente, a maioria das linguagens de programação utilizam soluções *tableless*, ou seja, os *sites* criados



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

com essa estrutura de linguagem são transitivos⁴, e, de uma forma geral, mais acessíveis, flexíveis e funcionais.

A Figura 2 apresenta a página inicial e a segunda página do *Website* do Museu “Heinz Ebert”. A interface da página inicial não dispõe um menu de navegação global; a figura central da interface é o único ponto de acesso para a segunda página, sendo que o visitante tem que correr o mouse pela tela para descobrir onde se encontra o *hyperlink*, ocasionando uma sobrecarga de memória cognitiva.

Figura 2 – Página Inicial e segunda página do museu “Heinz Ebert”



Fonte: <http://www.rc.unesp.br/museudpm/>; <http://www.rc.unesp.br/museudpm/entrar.html>

Ao clicar na imagem central, a segunda página se abre para um menu vertical em tríplice – informação textual na coluna da esquerda; uma imagem na coluna central; e informação textual na coluna da direita. Pelos itens/seções dispostos nos *hyperlinks*, conclui-se que essa página apresenta o menu global de navegação. São eles: Banco de Dados – Minerais; Responsáveis; Atlas – Rochas; Atendimento; Importância; Agendamento de Visitas; DPM; Geologia em Rio Claro; Histórico; Conhecendo o Museu; Acervo; e Prof. Dr. Heinz Ebert.

Dessa maneira, um DI previsto em Curadoria Digital efetiva permitiria que os itens encontrados na vertical (menu global) fossem dispostos horizontalmente no topo da tela, de forma que permanecesse fixo em todas as telas de navegação, orientando, assim, os caminhos que o internauta pode percorrer.

⁴ Transitivos se referem às linguagens que possibilitam sua simples transposição para outras linguagens, tais como HTML5, XHTML, XML, etc. Além de serem transitivos, a estrutura da linguagem deve ser desenvolvida de acordo com as melhores práticas, ou seja, o código HTML deve ser semântico, seguindo as recomendações de Padrões *Web* do W3C.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na Figura 3, examina a interface das páginas internas, em que verifica a sua inconsistência na apresentação das informações. Por exemplo, as imagens de *background*, o título da página e o botão para retornar à página anterior são diferentes. O menu de navegação global não está presente, o que dificulta o acesso e a recuperação das informações. Não há, por outro lado, qualquer tipo de hierarquização nem organização dos textos e imagens.

Figura 3 – Página com o histórico do Museu e Página de acesso ao banco de dados de minerais



Fonte: <http://www.rc.unesp.br/museudpm/hist.html>; <http://www.rc.unesp.br/museudpm/banco/index.html>

Figura 4 – Páginas internas do banco de dados de rochas.



Fonte: <http://www.rc.unesp.br/museudpm/rochas/index.html>;
<http://www.rc.unesp.br/museudpm/rochas/index.html>

A Figura 4 analisa a camada do nível Físico (CARLINER, 2000) dentre as variáveis visuais apontadas por Mijksenaar (1997). Para ser possível uma percepção visual ubíqua, seria necessário existir, na interface, uma diferenciação para classificar os conteúdos de acordo com categorias e tipos. A diferenciação poderia ser dada pela utilização de cores, ilustrações, colunas; e a recuperação da informação poderia acontecer de forma transparente, sem exigir atenção especial ou peso cognitivo.

O conteúdo informacional das páginas observadas não apresentam tratamento de *design*, o que leva à conclusão de que não houve curadoria de conteúdo nem seleção de



mídias. Além da diferenciação apontada por Mijksenaar (1997), outros dois elementos essenciais são a hierarquia e o apoio: a hierarquia para classificar de acordo com a importância; e apoio para facilitar o acesso. No nosso estudo, não encontramos qualquer categoria ou tipo de objeto digital que facilite o acesso e a navegação.

5.2 Museu da Pessoa (MP)

Em seu *Website*, o MP apresenta-se da seguinte forma: “O Museu da Pessoa é um museu virtual e colaborativo fundado em São Paulo no ano de 1991. Desde sua origem, tem como objetivo registrar, preservar e transformar em informação, histórias de vida de toda e qualquer pessoa da sociedade. Nosso acervo conta atualmente com mais de 16 mil depoimentos em áudio, vídeo e texto e aproximadamente 72 mil fotos e documentos digitalizados”⁵.

Observamos que, no MP, a apresentação da informação em sua interface *Web* conta com maior convergência de linguagens (textual, imagética e audiovisual) se comparado ao ambiente digital do Museu “Heinz Ebert”. Na análise da interface do *Webmuseu MP*, podemos considerar que a Curadoria Digital de sua plataforma previu recursos de DI que consideram as necessidades dos internautas visitantes, de modo a incorporar, em seu ambiente digital, os elementos de diferenciação, hierarquia e apoio.

O estabelecimento de objetivos e diretrizes para o acesso, navegação, uso e recuperação de todo o conteúdo informacional do acervo, em seu *Website*, permitido graças ao *design* de uma interface clara, centrada no humano, resulta de Curadoria Digital. Assim, a interface do MP, como mostra a Figura 5, comporta vários pontos de acesso para que se navegue pelo seu acervo, a saber, composto de histórias de vida de qualquer pessoa; *Conte sua História* e *Monte sua Coleção* são exemplos dos pontos de acesso pelos quais os internautas acessam e interagem de forma colaborativa com o ambiente digital.

⁵ MUSEU DA PESSOA. Entenda. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/o-museu-da-pessoa>>. Acesso em: 10 fev. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

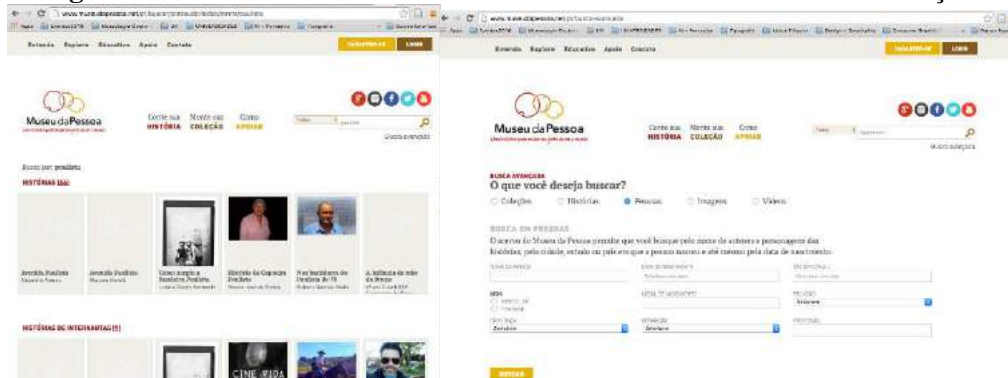
Figura 5 – Página inicial e página interna - Entenda o MP



Fonte: <http://www.museudapessoa.net/pt/home>; <http://www.museudapessoa.net/pt/entenda/o-museu-da-pessoa>

No Website do MP, verificaram-se, ainda, recursos designados para a divulgação de programação e oferta de produtos como publicações, artigos e trabalhos acadêmicos sobre o próprio MP e suas atividades; assim como serviços de busca e acesso ao acervo, com recursos como filtros de busca e de busca avançada (Figura 6) - a indexação é baseada em tagueamento e um sistema de taxonomia está sendo desenvolvido para a sua melhoria.

Figura 6 – Tela com resultado de busca e Tela com os filtros da busca avançada



Fonte:

<http://www.museudapessoa.net/pt/buscar/conteudo/todos/termo/paulista>; <http://www.museudapessoa.net/pt/busca-avancada>

Os conteúdos disponibilizados nas interfaces observadas resultam de DI em curadoria das informações e demais objetos digitais (conteúdo textual e mídias); a escolha da forma, estrutura e *design* é minimalista, o *front-end* do Website é estruturado com linguagens que hierarquizam, dinamizam e otimizam as páginas que utilizam-se de soluções *tableless* e códigos e linguagens de programação robustas como por exemplo, XML, HTML5 e JavaScript.



Em relação à hierarquia e ao apoio, a posição sequencial e a posição dos objetos na interface colaboram com a organização dos elementos. O tamanho e peso da fonte, assim como o espaçamento de entrelinhas no texto, apresentam-se como fatores que colaboram para que os recursos do DI, organizados na interface, apoiem a formação de blocos que atribuem, dessa forma, categorização de conteúdo para uma eficaz recuperação da informação.

Quanto à produção de conteúdo, a proposta do *MP* é incorporar colaboração e dinamicidade por meio das mídias sociais: o *Website* converge e interopera com o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram*, o *Youtube* e o *Google+*. Observa-se que, em mídia social como o *Facebook*, por exemplo, a adição de comentários, postagens e compartilhamentos também são meios de interatividade dos diversos atores informacionais envolvidos e previstos na Curadoria Digital do *Webmuseum*.

Quadro 3 – *Framework* da camada do nível físico (CARLINER, 2000), apoiado pelas técnicas e processos de Mijksennar (1997) para o Museu da Pessoa

Museu “Heinz Ebert” Nível físico: auxiliando os internautas a encontrar informação	Museu da Pessoa Nível físico: auxiliando os internautas a encontrar informação
<p>Questões</p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Design</i> da página e da tela; X Não apresenta• Recuperação da informação; X Seriadamente comprometida<ul style="list-style-type: none">• Seleção de mídias;X Não possui mídias, somente áudio<ul style="list-style-type: none">• Produção de conteúdo; X Apresenta de forma não específica para o meio.• Escrita e edição técnica. X Apresenta de forma não específica para o meio.	<p>Questões</p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Design</i> da página e da tela; V Apresenta• Recuperação da informação; V Possui ferramenta de busca e busca avançada<ul style="list-style-type: none">• Seleção de mídias;V Diferentes disponibilidades de utilização de mídias, áudio, vídeo e interação com redes sociais<ul style="list-style-type: none">• Produção de conteúdo;V O conteúdo disponibilizado é específico e voltado para a proposta do Webmuseum.<ul style="list-style-type: none">• Escrita e edição técnica.V Propõe uma narrativa fluida e voltada para o meio digital, além de realizar um filtro nos comentários provindos das redes sociais.

Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

Em última análise, o que se destaca no *modus operandi* entre os ambientes *Web* dos museus analisados de forma planejada em seus *websites* é a utilização de seu ambiente para o reconhecimento e o diálogo com internautas profissionais, ou não, da informação, por meio de imagens, textos e depoimentos em vídeo (multimodalidade de objetos digitais).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

6 CONSIDERAÇÕES

De acordo com os critérios de DI previamente especificados (Curadoria Digital), o Museu da Pessoa utiliza-se da *Web 2.0* em todo seu potencial colaborativo, oferecendo, aos internautas visitantes, a possibilidade de virem a ser também acervo, inserindo conteúdo informacional, suas memórias narradas em primeira pessoa (*Conte sua História*); assim como criam possibilidade do visitante-acervo vir a ser curador de coleções de histórias do MP (*Monte sua Coleção*).

Acreditamos que a utilização de recursos de DI em Curadoria Digital dá voz a indivíduos de forma interativa e colaborativa e que poderiam ser implementados à interface do Museu “Heinz Ebert”, garantindo espaço para troca de experiências e ampliando, assim, sua efetividade informativa no campo de pesquisa que representa na *Web*. Para tanto, sugere-se uma Curadoria Digital que implica na customização de plataforma aberta e *open source*, idealizada e desenvolvida por equipe multidisciplinar, incluindo-se cientistas da informação capacitados para o desenvolvimento de recursos de DI para que se prevejam convergências e interoperabilidades entre sistemas, mídias e linguagens na interface digital. Destaca-se, aqui, o papel fundamental desses novos profissionais especializados para o tratamento e a disponibilização do acervo e de conteúdos informacionais no ambiente *Web*.

Assim, uma Curadoria Digital em ambiente *Web Colaborativo* de museus, ao se utilizar do DI em suas interfaces, poderá contribuir para melhorias na mediação social entre sujeitos e o conteúdo informacional da instituição. Para tanto, sugere-se o desenvolvimento e uso de recursos do DI para a construção de um modelo interativo, efetivo e eficaz para ambiente digital de *Webmuseus*. Uma plataforma aberta e *open source* é fundamental para que haja colaboração e inserção de conteúdos tanto por parte de profissionais da informação da instituição quanto por internautas, *online*. Além de produtos, serviços e aplicativos, o MP oferece disponibilização de acervo digitalizado, recurso de busca avançada com filtros para a busca (tema, autor, data, entre outros), assim como os recursos *Fale Conosco*; divulgação da programação de eventos na área, divulgação de publicações do Museu; links para o acesso a artigos (PDF) e trabalhos acadêmicos sobre o Museu.

Como sugestões tecnológicas para o Museu “Heinz Ebert”, quanto a mídias sociais, sugere-se a convergência e a interoperabilidade com plataformas e redes sociais como as do *Facebook*, do *Twitter*, do *Instagram*, do *Youtube*, do *Flickr*, do *Google +*, bem como que se



permitam fóruns e Wikis, entre outras plataformas que possibilitam e potencializam a conectividade entre indivíduos, aproximando e criando oportunidades de diálogo, conversação e compartilhamento de informações de forma ubíqua e simultânea.

Destaca-se que os recursos de DI para tagueamento são facilitadores de busca, acesso e recuperação da informação. Em um modelo ideal, deve-se criar a impressão de que a entrada do internauta com suas *tags* na *Web* colaborativa seja natural; entretanto, na outra ponta, deve haver um profissional da CI que, em equipe multidisciplinar, planeje convergências e vocabulário controlado (*top-down*), para que a linguagem natural do internauta (*bottom-up*) a encontre e a reconheça, por aproximação semântica, entre outros critérios.

Isso implica em reconhecimento sobre seu próprio capital cultural e, em termos socioculturais, na colaboração para o desenvolvimento da construção do patrimônio e da identidade nacional. O presente estudo traduz reflexão sobre parte essencial da Ciência da Informação, uma área do conhecimento inexoravelmente interdisciplinar que aponta para a relevância de trabalho em grupo diversificado de profissionais, entre eles o cientista da informação capacitado para desenvolvimento de DI, para que se explore ambientes digitais de museus à luz do impacto dramático e contínuo das Tecnologias de Informação e Comunicação, entre elas a Curadoria Digital, na sociedade contemporânea. Limita-se à análise de terça parte do *framework* tríplice de Carliner (2000) pela restrição de laudas impostas a esta comunicação científica, mas que deverá ter continuidade em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- ARNAUD, M. Interopérabilité. In: **Dispositifi: la "société de l'information": glossairecritique**. Sommetmondialsurlasociété de l'information. Tunis, 2005. Disponível em:
- BONSIEPE, G. **Design, cultura e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011. 270 p.
- BONSIEPE, G. **Del objeto a la interfase: mutacionesdeldiseño**. Buenos Aires: Ediciones Infinito. 1999.
- BÜRDEK, B. E. **História, teoria e prática do design de produtos**. Tradução Freddy Van Camp. São Paulo: Edgard Blucher, 2006. 496 p.
- CALVERA, A. Treinando pesquisadores para o design: algumas considerações e muitas preocupações acadêmicas. **Design em Foco**, v. III, n. 1, p. 97-120, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=66130108>>. Acesso em 5 jul. 2016.
- CARLINER, S. **Physical, Cognitive, and Affective: A Three-Part Framework for Information Design**. **Technical Communication** 47(4): 561–576. 2000. Disponível em: <http://punya.fts.educ.msu.edu/course readings/817/Module4/Information_Design_Framework.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2016.



- CROSS, N. From a design science to a design discipline: Understanding designerly ways of knowing and thinking. *Design research now*, p. 41-54, 2007.
- CROSS, N. Design Research: a disciplined conversation. **Design Issues**, v. 15, n. 2, p. 5-10, 1999. Disponível em: <<http://www.ida.liu.se/~steho87/desres/cross.pdf>> . Acesso em 5 jul. 2016.
- CROSS, N. Designerly Ways of Knowing. **Design Studies**, v. 3, n. 4, p. 221-227, 1982. Disponível em: <http://www.makinggood.ac.nz/media/1255/cross_1982_designerlywaysofknowing.pdf> . Acesso em: 6 jul. 2016.
- FRASCARA. **¿Qué es el diseño de información?** Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2011.
- HIGGINS, S. The DCC curation lifecycle model. **International Journal of Digital Curation**, 3(1), 134-140. 2008.
- HORN, R. E. Information design: emergence of a new profession. In: JACOBSON, Robert (ed.). **Information design**. Cambridge (MA): The MIT Press, 1999.
- KRAAK, M.-J. (2011) Book and atlas reviews. *The Cartographic Journal*, v. 48, n. 2. **International Cartographic Conference**, Paris. p. 153. Disponível em: <<http://www.maneyonline.com/doi/pdfplus/10.1179/000870411X13033822531071>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (Understanding media). 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- MIJKSENAAR, P. **Visual function: an introduction to information design**. Rotterdam: 010 Publishers, 1997.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MORITA, T. Reflections on the works of Jacques Bertin: from sign theory to cartographic discourse. **The Cartographic Journal**, v. 48, n. 2. International Cartographic Conference, Paris. p. 86-91, 2011. Disponível em: <<http://www.maneyonline.com/doi/pdfplus/10.1179/000870411X13038059668604>>.
- REDIG, J. (2012). Não há cidadania sem informação, nem informação sem design. **Infodesign**, v.1, n.1. [s.l.] p. 58-66, 2004. Disponível em: <http://www.infodesign.org.br/revista/public/journals/1/No.1Vol.12004/InfoDesign_v1_n1_2004_04_Redig.pdf>. Acesso em:
- SHEDROFF, N. Information interaction design: a unified field theory of design. In: JACOBSON, Robert (ed.). **Information design**. Cambridge (MA): The MIT Press, 2000.
- SIEBRA, S. A. *et al.* Curadoria digital: além da questão da preservação digital. **Enancib**, v. 14, 2013.
- TUFTE, E. **The visual display of quantitative information**. Cheshire: Graphic Press, 2001
- WAGENSBERG, J. Principios fundamentales de la museología científica moderna. In.: **Cuaderno Central**, Barcelona Cat, p. 22-24. 2001. Disponível em: <http://www.bcn.cat/publicacions/bmm/quadern_central/bmm55/5.Wagensberg.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Museologia, Informação e Documentação Museológica

LOS MEMES DE INTERNET: DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES PARA LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN Y LA MUSEOLOGÍA

INTERNET MEMES: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR INFORMATION SCIENCE AND MUSEOLOGY

Lourdes García Aguirre, Universidad de la República

Resumen: Este trabajo se centra en los memes de internet, su conceptualización, y sus principales rasgos a través de ejemplos concretos. Aborda tres casos de proyectos museológicos que han tenido en cuenta estas nuevas formas de comunicación: Tate Collectives, programa del Reino Unido que busca dar a conocer su colección e invita a los jóvenes a la creación de memes sobre algunas de estas obras; Museu de Memes de Brasil, plataforma virtual de reciente creación sobre los memes de internet; y el Snapchat de LACMA, que da a conocer su acervo a través de memes que difunde a través de esta herramienta. Los memes plantean desafíos y oportunidades para la Ciencia de la Información en general, y la Museología en particular.

Palabras-clave: Memes-de-internet. Museos. Ciencia de la Información. Museología.

Abstract: This work focuses on internet memes, its conceptualization, and its main features through concrete examples. Addresses three cases of museological projects that have taken in these new forms of communication: Tate Collectives, a UK program that promote its collection inviting young people to create memes on some of these works; Museu de Memes, in Brazil, a virtual platform recently created on Internet memes; and LACMA, that publicize the museum's collection through memes that spread through Snapchat. Memes involve challenges and opportunities for Information Science in general, and Museology in particular.

Keywords: Internet-memes. Museums. Information Science. Museology.

1 LA UBICUIDAD DE LOS MEMES DE INTERNET

Los memes nos rodean e impregnan nuestra vida cotidiana. Están presentes al mismo tiempo en distantes lugares, en diversos idiomas, en constante movimiento. Su principal característica es la ubicuidad. Cualquier acontecimiento social, político o económico, así como sus protagonistas, pueden convertirse en un meme. De igual manera, prácticamente todas las producciones culturales -ya sean películas, videojuegos, programas de televisión, libros y publicidades- forman una caja de recursos abierta, a disposición de los usuarios, que nutre la



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

creación de nuevos memes. Los memes tienen un magnetismo que empuja a leerlos, compartirlos, a crearlos y recrearlos, e incluso a esperar su llegada ante un nuevo suceso.

¿Dónde reside este poder? Podemos decir que los memes constituyen una nueva forma de comunicación, que permite expresar emociones, pensamientos e ideas que de otra forma no podrían manifestarse. En ocasiones son la vía de escape de sentimientos que laten en el colectivo social. Su combinación de imagen y texto forma un complemento sin igual, que permite ir más allá de cada uno de estos elementos tomado aisladamente. Asimismo, parte de su fuerza radica en que son el producto de la sinergia de cientos de personas que participan voluntariamente, desde distintas partes del mundo, creando, transformando, y difundiendo una infinidad de memes a tiempo real, ante acontecimientos actuales. Esto se ve posibilitado gracias a internet y los programas de edición digital. Por otro lado, los memes se valen del humor como principal recurso. Estos factores confluyen dotando a los memes de un poder atrapante y viral.

El término meme fue acuñado por el biólogo británico Richard Dawkins, en su libro *El gen egoísta*, publicado originalmente en 1976. En esta obra, desde una perspectiva evolucionista, propone una analogía entre la evolución genética y la cultural: las “entidades replicadoras” denominadas genes se corresponden a nivel cultural con los *mimemes*, entendidos como “unidades de transmisión cultural” o “unidades de imitación”. Dawkins ha optado por abreviar la palabra *mimeme* por *meme*, creando un juego sonoro entre los términos meme y gen (en inglés esta palabra se pronuncia 'mi:m'), en coherencia con su analogía. Para el autor los memes abarcan un amplio abanico, desde tonadas, poemas e ideas, hasta modas (en vestimenta, diseño de un zapato o de una vasija, etc.). En sentido metafórico, el biólogo señala que tanto los genes como los memes son “egoístas”, “replicadores inconscientes y ciegos”, pues buscan su propia supervivencia. Pero hay una ventaja que los memes tienen sobre los genes, y es que pueden seguir viviendo más allá de la muerte de los genes.

Es recién en los años noventa que el término meme comenzó a ser empleado en el contexto de internet, adquiriendo un nuevo significado. Gómez García los define como “una forma de comunicación visual que puede manifestarse en diversos formatos: una imagen, un GIF animado o incluso un video. La mayoría de ellos son simples, de baja resolución y de estilo mundano” (2013-2014, p.4). Por su parte, Shifman señala que la palabra meme se emplea para “describir la propagación de unidades de contenido, tales como chistes, rumores, videos, o sitios web, de una persona a otras, a través de Internet” (2013, p.362, traducción propia).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

En los memes intervienen principalmente elementos visuales y textuales, pero también pueden intervenir otros medios, como audio, lo que los convierte en recursos multimedia. Se difunden a través de internet, ya sea por medio de redes sociales (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Blogger, entre otros) o aplicaciones de mensajería instantánea (WhatsApp, Skype, Snapchat...). Por esta razón también se los llama memes de internet o imemes.

Es posible vincular el surgimiento de los memes de internet con lo que se ha dado en llamar en filosofía “giro hacia la imagen”. A comienzos de la década de 1990, los filósofos Gottfried Boehm (catedrático alemán de Historia del arte en la Universidad de Basilea, Suiza) y W.J. Thomas Mitchell (profesor estadounidense de Filología inglesa y de Historia del arte en la Universidad de Chicago) diagnosticaron en la cultura un cambio de foco hacia la imagen, al que denominaron “giro icónico” y “giro pictorial” respectivamente. Este giro refiere a la proliferación de imágenes en las últimas décadas y al énfasis puesto sobre ellas, pero también delimita una transformación en el estudio de la cultura, que ahora se acerca a la realidad por medio de su representación a través de imágenes. Estas imágenes han ido siguiendo el paso de los cambios técnicos y tecnológicos: desde las pinturas rupestres hasta las pinturas contemporáneas, pasando por la fotografía, el cine, el video, hasta llegar a las actuales imágenes digitales. Las nuevas técnicas dan lugar a nuevas formas de producción, lectura, consumo e intercambio de imágenes. Por ejemplo, estas imágenes pueden ser transmitidas y compartidas instantáneamente gracias a internet, así como ser creadas y modificadas por los propios usuarios (GARCÍA VARAS, 2011).

2 ALGUNOS RASGOS DE LOS MEMES EN EL MUNDO DIGITAL

Al recopilar y analizar un gran número de memes de internet, encontramos algunos rasgos que es interesante analizar.

2.1 Formato estándar

Los memes suelen tener un formato estándar, fácilmente reconocible. En ocasiones combinan imagen con texto, y en otras se valen sólo de una imagen. La fuente para el texto frecuentemente es Impact, en mayúsculas, blanca y con borde negro. La imagen puede ser una

pintura, una escultura, o una fotografía de algún actor, de un personaje de dibujos animados, series o películas, un superhéroe, un animal, etc. En general los memes no muestran un especial cuidado por las formas; incluso en muchas ocasiones ese es el objetivo: causar risa o impacto por medio de lo grotesco, lo desmedido, lo fantástico o irreal. Ese formato también contribuye a reconocerlos, imitarlos y replicarlos. Los memes pueden tener el formato de imágenes estáticas (generalmente con la extensión jpg o png); de imágenes animadas (gif); o de videos.

Para mostrar este rasgo, tomaremos dos memes que se crearon y difundieron en el año 2014, luego de que el jugador de fútbol uruguayo Luis Suárez mordiera al italiano Giorgio Chiellini durante la XX edición de la Copa Mundial de Fútbol de la FIFA, que se celebraba ese año en Brasil. El primero sólo muestra una fotografía retocada, sin texto; el segundo además de imagen incluye texto.

FIGURA 1. Suárez con collar isabelino	FIGURA 2. Suárez sin dientes
	
Fuente: Cadena 3	Fuente: Noticiero Garza Limón

2.2. Intertextualidad

Los memes se caracterizan por su intertextualidad (BRUNELLO, 2012), término atribuido a la teórica búlgara afincada en París J. Kristeva, pero cuyos orígenes se remontan al filólogo ruso M. Bajtín. Por intertextualidad se hace mención a:

la relación que un texto (oral o escrito) mantiene con otros textos (orales o escritos), ya sean contemporáneos o históricos; el conjunto de textos con los que se vincula explícita o implícitamente un texto constituye un tipo especial de contexto, que influye tanto en la producción como en la comprensión del discurso (Centro Virtual Cervantes, 2003-2016).

Como mencionábamos al comienzo, los memes toman elementos visuales y textuales de innumerables fuentes: películas, videojuegos, programas de televisión, noticias, sucesos políticos, chismes sobre celebridades, deportes, libros y publicidades; es decir, de textos e imágenes ya preexistentes en una sociedad. En este sentido Shifman afirma que: *“El meme no tiene existencia fuera de los eventos, prácticas y textos en los que aparece; es decir, que siempre se experimenta como información codificada”* (2013, p.367, traducción propia). Podemos señalar que los memes cobran sentido en el contexto del evento, acontecimiento o práctica que motivó su origen, y no pueden comprenderse sin tener conocimiento del hecho que los produjo. En otras palabras, son referenciales. Todo creador, emisor y/o transmisor de un meme ha sido anteriormente receptor de otros textos e imágenes, que tiene en su memoria en el momento de producirlo, con los cuales establece un diálogo. Aunque el meme final conste solo de una imagen sin texto escrito, la intertextualidad está en ese puente que crea con los textos con los que interactúa.

Para representar este rasgo tomaremos los memes que surgieron a partir de la restauración de la pintura mural *Ecce Homo*, realizada en el siglo XIX por el pintor Elías García Martínez. En el año 2012, ante los signos de deterioro de la pintura -expuesta en la iglesia del Santuario de Misericordia, en el pueblo de Borja (Zaragoza, España)- la anciana Cecilia Giménez, feligresa de dicha iglesia, intentó restaurarla. Pero la recuperación salió fallida, y el destrozo ocasionado a la obra generó todo tipo de memes, muy divertidos, que recorrieron los más distantes puntos del planeta. A continuación dos de ellos:

<p>FIGURA 3. <i>Ecce Homo</i> original, deteriorado y “restaurado”</p>	<p>FIGURA 4. <i>Ecce Homo</i> en el Cristo Redentor</p>
 <p>Estado original Obra con daños Obra luego de la intervención</p>	
<p>Fuente: Estilo y Diseño</p>	<p>Fuente: About.com</p>

Desde entonces miles de turistas han visitado la iglesia para conocer la obra, que ahora integra el primer Museo Internacional del Ecce Homo, junto a otras pinturas de Jesús provenientes de Italia, México y España, que se han incorporado al santuario. Incluso se han creado etiquetas para botellas de vino y camisetas con la obra “restaurada”.

2.3. Montaje

Es habitual que la intertextualidad propia de los memes se exprese a través de la yuxtaposición o montaje de elementos distintos y sacados de contexto, en un mismo meme, poniéndolos en interacción y fusionándolos. Es decir, los memes suelen combinar ideas, géneros o elementos preexistentes, que no tienen relación entre sí (a veces opuestos), para crear algo nuevo. En relación con los memes de Ecce Homo (E.H.), vemos como pueden fusionarse con la obra “restaurada” películas de ciencia ficción (E.T.), programas de manualidades para niños (Art Attack), y acciones de la vida diaria, como dar de comer a un niño o anciano.

<p>FIGURA 5. Cecilia actúa en la película E.T.</p>	<p>FIGURA 6. Cecilia nos enseña a hacer un E.H.</p>	<p>FIGURA 7. E.H. no quiere comer</p>
<p>Fuente: About.com</p>	<p>Fuente: Desmotivaciones.es</p>	<p>Fuente: Es alucinante.es</p>

2.4. Viralidad y fugacidad

Otro rasgo de los memes de internet es su rápida y amplia capacidad de propagación. Esta dispersión es de forma inmediata, en tiempo real, a través de las redes sociales. “El contenido difundido por los individuos puede escalar hasta niveles de masa en cuestión de horas” (SHIFMAN, 2013, p.365, traducción propia). Por eso suele hablarse de la viralidad de los memes.

Como ejemplo de ello, en la gala de elección de Miss Universo 2015 el presentador estadounidense Steve Harvey anunció como ganadora a la postulante colombiana Ariadna Gutiérrez. Inmediatamente después de haberle sido entregada la banda, las flores y la corona, Harvey pidió silencio al público y dijo que había cometido un error: la reina era la representante de Filipinas, Pia Wurtzbach. Los memes no se hicieron esperar en internet:

FIGURA 8.Reina por un minuto	FIGURA 9.El error de Harvey
	
Fuente: Youtube	Fuente: Noticiero Garza Limón

Asimismo, como contracara de esta rápida propagación se encuentra su breve tiempo de vida: los memes suelen ser fugaces, efímeros. Su difusión dura el mismo tiempo que perdura la noticia, y luego se diluyen, cediendo su lugar a nuevos memes que responden a acontecimientos presentes.

2.5. Ausencia de jerarquía

Los memes se caracterizan por la ausencia de jerarquía y, generalmente, anonimato (aunque no siempre). Estas características se sustentan en el entorno colaborativo y participativo de la denominada Web 2.0, donde el propio usuario, sin necesidad de ser experto, puede generar contenido, modificarlo y/o replicarlo y, por supuesto, compartirlo. Existen sitios web generadores de memes, que permiten a cualquier persona crearlos de forma rápida y sencilla. Algunos de estos sitios son: Memegen, Memegenerator, Meme Center, Generador de memes, entre otros. Suelen contener imágenes a las que sólo hay que agregarles el texto, o albergan plantillas para modificar. Incluso el usuario puede subir imágenes propias. Todos los memes generados en estos sitios permanecen en la base de datos de la página.

FIGURA 10. PROGRAMAS PARA GENERAR MEMES



Fuente: Generador de memes

2.6. Mímesis

Suele afirmarse que los memes se replican por imitación o mimesis, rasgo relacionado con el origen etimológico del término. Sin embargo, además de poder ser replicados tal cual se reciben, también pueden ser transformados y recreados. En este sentido Shifman sostiene que la imitación se guía por la competencia y la selección: *“Las normas sociales, percepciones y preferencias son cruciales en los procesos de selección meméticos”* (2013, p.366, traducción propia). Esto explica aquellos casos en los que el significado inicial de un meme es alterado en el curso de su difusión, aunque paradójicamente siga el proceso imitativo (mantiene el formato, o el estilo del texto en cuanto a rima, etc.). Además, esta mimesis puede apreciarse en la apropiación y readaptación de los memes que surgen en cierto país e idioma, al idioma y cultura del usuario que los replica. Esto tiene mucho que ver con los procesos de globalización.

Algunos ejemplos de esta característica los podemos apreciar en los memes generados en base a los posters creados por el gobierno británico al comienzo de la Segunda Guerra Mundial, hacia finales de 1939, con la finalidad de alentar a los ingleses a resistir la guerra en caso que los alemanes invadieran Reino Unido. El diseño incluía la corona del rey Jorge VI, y la frase *“Keep calm and carry on”* (*“Mantén la calma y sigue adelante”*). Como Gran Bretaña finalmente no fue invadida por el ejército nazi, los carteles no se usaron, y fueron destruidos al final de la guerra, en 1945. Pese a esto, Stuart and Mary Manley, pareja de vendedores de la antigua librería Barter Books, en Inglaterra, halló en el año 2000 una copia del cartel oculta

entre unos libros comprados en una subasta (BARTER BOOKS, 2012). Desde entonces se han hecho innumerables reproducciones del cartel, y se han creado una infinidad de memes en torno al mismo. Uno de ellos dice “usa WhatsApp” en lugar de “sigue adelante”; y el otro lo adapta al español, a la frase del personaje de la serie televisiva mexicana, Chapulín Colorado: “Calma, calma, que no panda el cúnico”.

FIGURA 11. Keep calm and carry on	FIGURA 12. Keep calm and use WhatsApp	FIGURA 13. Calma, calma...
		
Fuente: Know your meme	Fuente: Pinterest	Fuente: Memegenerator

2.8. Humor

Los memes apelan al humor. Brunello (2012) señala que los memes buscan hacer reír a través de la ironía (dar a entender algo contrario a lo que se dice, o diferente), el sarcasmo (burla o ironía cruel con que se ofende o maltrata a alguien), la parodia (imitación en tono de burla), o la sátira (dicho mordaz, dirigido a censurar o ridiculizar). En los memes todos estos recursos aparecen de forma hiperbólica. El objetivo puede ser desde simplemente causar gracia, hasta servir de crítica social y política. Como ejemplo de lo primero tenemos el meme de un hombre que tira una bolsa repleta de monedas a una fuente, para ver si le da suerte en los exámenes. Como meme de crítica política encontramos el de Donald Trump, precandidato a las elecciones 2016 de Estados Unidos por el Partido Republicano. En junio de 2015, cuando este político anunció su candidatura a la presidencia, afirmó que los mexicanos que entran a su país “tienen problemas con la droga”, son “violadores” y “criminales”. Incluso prometió que, si ganaba las elecciones, construiría un muro en la frontera –que tiene una extensión de más de 3.000 kilómetros– y hasta haría que México lo pagara. Por esta razón en el meme se lo ve afirmando: “¡Mecsicou no manda lo mejor!”.

<p>FIGURA 14. Pasar los exámenes</p>	<p>FIGURA 15. Willy Wonka sarcástico</p>	<p>FIGURA 16. Donald Trump y México</p>
<p>Fuente: Desmotivaciones.es</p>	<p>Fuente: Memegenerator</p>	<p>Fuente: Memegenerator</p>

3 LOS PROBLEMAS ÉTICOS QUE PLANTEAN LOS MEMES

La creación de memes genera una serie de planteamientos éticos. Uno de ellos tiene que ver con la presencia de prejuicios y estereotipos, por ejemplo, en relación a los extranjeros, a los pobres, a oficios o profesiones desvalorizadas. Otra cuestión es la que implica la utilización y modificación de fotografías de personas reales y contemporáneas, especialmente cuando no son famosas o pertenecen a grupos vulnerables (menores de edad, ancianos, discapacitados, enfermos, etc.). Asimismo, en ocasiones se transmiten contenidos falsos (“hoaxes”), que se transmiten una y otra vez. Varias ejemplos de todas estas situaciones se han dado en la historia de los memes, pero no nos detendremos en ellos para no continuar con su replicación.

4 NUEVOS MUSEOS PARA LOS MEMES DE INTERNET

Algunos proyectos museológicos novedosos han tomado en cuenta estas manifestaciones de la sociedad contemporánea. Quizá podría surgir la pregunta ¿para qué conservar algo tan fugaz en un museo? Una buena respuesta a esta cuestión nos la da Tom Woolley, curador en el Museo Nacional de Medios (Reino Unido), al sostener que “*la evolución de un meme de internet es fascinante y constituye un valioso ejemplo del tipo de medio que las personas consumen a comienzos del siglo XXI*” (2012, traducción propia). Ante la crítica que afirma que los memes “*son sólo chistes tontos que no merecen ser parte de una colección de museo*”, el curador considera que “*mirar hacia atrás, a las antiguas*



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

civilizaciones, averiguando qué chistes resultaban divertidos a la población general, brinda una valiosa información” (Woolley, 2012, traducción propia).





Abordaremos tres de estos proyectos: Tate Collectives, Museu de Memes, y el Snapchat de LACMA.

4.1. TATE COLLECTIVES

Tate Collectives es un programa llevado adelante por Tate, un organismo ejecutivo público no departamental, sin fines de lucro, que se encuentra en Inglaterra. Tate abrió sus puertas al público en 1897, contando con una pequeña colección de obras de arte británicas. Con el tiempo se fueron incluyendo nuevas obras de artistas británicos, ampliándose la colección inicial. Actualmente se encarga de 70.000 obras de arte aproximadamente, entre ellas la colección nacional de arte británico, desde 1500 hasta la actualidad, y obras de arte moderno y contemporáneo internacionales. Su misión consiste en acrecentar el disfrute del público y la comprensión del arte británico e internacional. Tate cuenta con cuatro grandes locales y sus respectivos sitios web: Tate Britain (arte británico, desde 1500 hasta el presente); Tate Modern (arte moderno y contemporáneo internacional); Tate Liverpool (arte moderno y contemporáneo internacional); y Tate St Ives (Barbara Hepworth Museum y Sculpture Garden).

El organismo creó un programa denominado *Tate Collectives*, una plataforma para que los jóvenes puedan compartir su arte con Tate y sus pares. Para esto deben crear un portfolio, y cargar su trabajo en un Tumblr. Tres proyectos organizados por Tate Collectives de interés para este estudio son: “Mememoji”, “1840s GIF Party”, y “Tatefame”.



La convocatoria a “Mememoji” invitaba a jóvenes entre 18 y 25 años a transformar algunas obras de arte exhibidas en la sala 1540 de la Tate Britain, en memes o emoji (emoticones). Esta propuesta estuvo abierta desde 3 hasta el 15 de marzo de 2015. Aquí algunas de las obras y sus respectivas transformaciones:

<p>FIGURA 17. British School 17th Century, <i>The Cholmondeley Ladies</i>, c.1600-10</p>	<p>FIGURA 18. Meme de la pintura: “¿Quiénes hacen andar el mundo? Mujeres”</p>
	
<p>Fuente: Tate Britain</p>	<p>Fuente: Tate Collectives</p>
<p>FIGURA 19. Marcus Gheeraerts II, <i>Portrait of Captain Thomas Lee</i>, 1594</p>	<p>FIGURA 20. Meme del Captain Thomas Lee: “Debí haberme bronceado para esto...”</p>
	
<p>Fuente: Tate Britain</p>	<p>Fuente: Tate Collectives</p>

Por su parte, “1840s GIF Party” convocó a las personas a transformar obras de arte de la sala 1840s de Tate Britain en GIFs animados, desde el 17/1 hasta el 7/2 de 2014. Algunas de las obras propuestas fueron: Albert Moore, *A Garden*, 1869; y Joanna Mary Wells, *Portrait of Sidney Wells*, 1859; que fueron modificadas y convertidas en gif animados. No pueden apreciarse en este archivo, pues Word vuelve estáticas las imágenes en movimiento.



Finalmente, “Tatefame” fue una propuesta realizada a finales de 2015, donde se invitaba a los jóvenes a fusionar algunas obras de arte de la sala 1540 de Tate Britain, con una celebridad de su elección, utilizando el programa Photoshop, la técnica del collage, una aplicación de intercambio de rostros, o un sitio web. Una de las obras y su fusión con el rostro de la actriz estadounidense Scarlett Johansson se muestra a continuación.

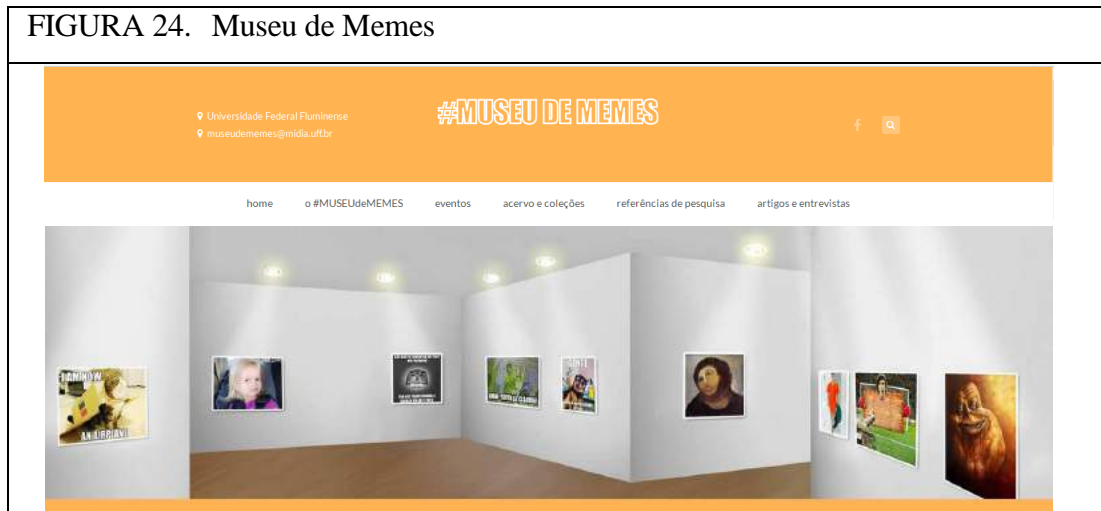
<p>FIGURA 22. British School 16th century, A Young Lady Aged 21, 1569.</p>	<p>FIGURA 23. A Young Lady Scarlett, Joe James</p>
	
<p>Fuente: Tate Britain</p>	<p>Fuente: Tate Collectives</p>

4.2 MUSEU DE MEMES

El Museu de Memes es una plataforma en línea o virtual que busca recoger los memes de internet. Se trata de un proyecto de la Universidade Federal Fluminense (UFF) (Río de Janeiro, Brasil), integrado por profesores y estudiantes del Departamento de Estudos Culturais

e Mídia do Instituto de Arte e Comunicação Social. La idea comenzó a surgir en el año 2011; se creó un meme club en el 2012; y en el 2015 empezó a crearse el Museu de Memes.

FIGURA 24. Museu de Memes



Fuente: Museu de Memes

Esta plataforma no tiene como contraparte un museo físico, es decir, no cuenta con salas, exposiciones permanentes, bibliotecas, ni curadores, así como tampoco pretende imitar la experiencia de visita a este tipo de museos a través de la tridimensionalidad. Por el contrario, su aspiración está en respetar el soporte mediático inherente a los memes.

La misión del museo es señalada en la página web del mismo: “*desarrollar el campo de estudio de los memes y las comunidades virtuales en Brasil, a partir del intercambio y la producción de investigaciones académicas sobre el tema*”. En cuanto a su visión a futuro, busca consolidarse como polo de referencia en el estudio de los memes.

Cuenta con cuatro áreas de contenidos:

- Acervos y colecciones: espacio que reúne las piezas en exposición en el museo web.
- Eventos: sección que enumera los eventos pasados y próximos del museo, en la universidad. Los eventos son denominados memeclubes, y están abiertos al público.
- Referencias a investigaciones: base de referencias bibliográficas para investigadores, disponibles para consultas en línea y fuera de ella.
- Artículos y entrevistas: el museo cuenta con artículos, ensayos y entrevistas originales.

Con respecto al área de colecciones de memes, es posible buscar en la base de datos por cuatro campos: 1) creador/origen, 2) categoría, 3) período, 4) país/región. En el primero algunas de las opciones son: blogs, DeviantArt, Facebook, Flickr, Instagram, Snapchat,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Twitter, Whatsapp, Youtube. En relación con las categorías, encontramos: gif animado, metameme, video, entre otras. Con respecto al campo período, se puede buscar por: década de 1940, año 1996, 1997, y luego del 2000 hasta el 2015. En cuanto al país/región, la base brinda las siguientes opciones: Brasil, Canadá, EE.UU., Europa, Hungría, Indonesia.

Si cliqueamos en alguno de los memes, observamos que los contenidos son presentados como breves textos (en relación al origen del meme, género, formatos, difusión y repercusión) articulados con los ejemplos más notables de ese meme, ya sea en formato de imágenes, audios o videos.

FIGURA 25. Meme Ecce Homo/Jesus restaurado

<p>Índice [esconder]</p> <ul style="list-style-type: none">ORIGEMGÊNERO&FORMATOSGRAMÁTICA/SINTAXEDIFUSÃOEREPERCUSSÃOGoogleTrendsEXEMPLOSNOTÁVEIS <p>na internet.</p>	<p>ORIGEM</p> <p>Em 07 de agosto de 2012, foi noticiado que a artista Cecilia Giménez, de 81 anos, decidiu restaurar por conta própria o afresco do século XIX "Ecce Homo" (assinado pelo pintor Elias García Martínez, que adornava um dos pilares da igreja do Santuário de Misericórdia – localizada na pequena comunidade de Borja, provincia de Zaragoza, Espanha).</p> <p>Cecilia acabou desfigurando o rosto de Jesus Cristo, criando traços completamente distintos da obra original. A "pior restauração da história" chegou às primeiras páginas de jornais de todo o planeta, se transformando em um dos maiores "trending topics" de todos os tempos. Virou febre</p>	<p>EXEMPLOS NOTÁVEIS</p> 
---	--	---

Fuente: Museu de Memes

Este acervo busca ser dinámico, ágil, y para ello es actualizado semanalmente.



4.3 Snapchat de LACMA

Los Angeles County Museum of Art (LACMA) es un museo creado en 1965. Como su nombre lo dice, se encuentra ubicado en el condado de Los Ángeles, California, Estados Unidos. En la actualidad el LACMA abarca una inmensa colección de aproximadamente 130.000 objetos, que datan desde la antigüedad hasta el presente, abarcando casi todo el mundo geográfico y la historia del arte. Los fondos más fuertes del museo son los de arte asiático, arte latinoamericano (desde las obras precolombinas hasta las obras de los principales artistas modernos y contemporáneos), y arte islámico.

Su misión es definida en la página web institucional de la siguiente manera:

Servir al público a través de la colección, conservación, exhibición, e interpretación de obras de arte significativas para un amplio rango de culturas y períodos históricos, trasladando estas colecciones en experiencias significativas a nivel educativo, estético, intelectual y cultural, para la más amplia variedad de audiencias” (traducción propia).

LACMA ha comenzado a utilizar la herramienta Snapchat, desde el año 2014, para dar a conocer sus obras de arte y hacerlas accesibles a los diferentes niveles de público. Asimismo, intenta abrir nuevas maneras de mirar el arte, divulgarlo y acercarlo al público joven. Para esto se ha valido de los memes, incorporando textos a fotografías de las obras de arte de su colección.

<p>FIGURA 26. <i>Three Young Musicians</i>, Antoine Le Nain (France, circa 1588-1648)</p>	<p>FIGURA 27. Ba du bop, Ba du dop, de la canción “MMMBop” del grupo Hanson</p>
	
<p>Fuente: LACMA</p>	<p>Fuente: LACMA Snapchat</p>
<p>FIGURA 28. <i>Máscara de Shiva</i>, India, Maharashtra or Karnataka, 18th century</p>	<p>FIGURA 29. Cejas perfectas</p>

	
<p>Fuente: LACMA</p>	<p>Fuente: LACMA Snapchat</p>

5. DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES DE LOS MEMES DE INTERNET PARA LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN Y LA MUSEOLOGÍA

Los memes de internet suponen fuertes desafíos y oportunidades para la Ciencia de la Información en general, y a la Museología en particular. Constituyen expresiones culturales de nuestra sociedad, que en cierta manera han revolucionado las formas de comunicación entre las personas, pues permiten dar vida a los textos mediante íconos o imágenes, o reinterpretar las imágenes a través de los textos.

Asimismo, los memes se convierten en fuentes de información para los usuarios actuales y futuros. En relación a los primeros, no es extraño que se enteren o quieran profundizar sobre un acontecimiento a raíz de un meme que vieron en las redes sociales. O que reflexionen a causa de un prejuicio o una crítica en él contenida. En cuanto a los segundos, los memes también pueden servir de registro histórico de ciertos hechos, y de su impacto social. De igual forma, los memes hacen patente las formas de comunicación entre las personas, sus percepciones, prejuicios, los recursos tecnológicos de los que disponen, entre otras cuestiones.

Ante estas circunstancias surge inmediatamente una pregunta clave: ¿cómo preservar y hacer accesible todo este patrimonio memético que permea el ciberespacio? Esta pregunta ha motivado este trabajo. Los memes desafían a la Ciencia de la Información porque requieren nuevas configuraciones de las instituciones museológicas que los incluyan.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Los casos abordados en este trabajo, Tate Collectives, Museum de memes, y Snapchat de LACMA, son ejemplos tres proyectos que han hecho un lugar a los memes de internet. El primero teniendo en mente el objetivo de acercar el arte británico e internacional al público más joven, dándole a conocer su colección e invitándolo a ser protagonista en la reinterpretación de sus obras artísticas a través de memes, gif animados y emojis. Tomando en cuenta los problemas éticos que generan este tipo de obras digitales, ha incluido en los términos y condiciones de la convocatoria la prohibición de enviar trabajos groseros, obscenos, o difamatorios. El segundo es uno de los pocos museos de memes existentes en el mundo, de reciente creación, enteramente virtual. El tercero también ha intentado acercar al público su colección, empleando memes. Pero aquí no son los usuarios los que los crean, sino el propio LACMA.

No obstante, el desafío sigue planteado. Pese a estos primeros acercamientos, queda aún mucho camino que recorrer en cuanto a la clasificación, tematización y etiquetado de dichos memes. ¿Cómo organizarlos y catalogarlos para que toda persona interesada pueda acceder a ellos? ¿Cómo superar las barreras que supone indizar recursos que combinan diferentes medios (textual, visual, gráfico, auditivo), a efectos de lograr una recuperación exitosa de los mismos? El giro pictorial sigue impelando:

[...] sobre pantallas digitales siempre se muestra algo distinto, una vista, una forma, un sentido, una imagen en suma. Su estatus es tan singular como enigmático, ya que es al mismo tiempo una cosa y una no-cosa, se encuentra entre la pura realidad fáctica y los sueños vaporosos, es la paradoja de una irrealidad real (BOEHM, apud García Varas, 2011, p.90).

Pero como todo desafío representa una oportunidad, los caminos también se abren y brindan nuevas oportunidades a la Ciencia de la Información y a la Museología para que amplíen sus horizontes y realicen un trabajo interdisciplinario con vistas a una mejor organización de la información y el conocimiento, y un servicio de mayor calidad al usuario.

REFERÊNCIAS



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ABOUT.COM. 2016. Disponible en: <<http://www.about.com/>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

BRUNELLO, J. **Internet-memes and everyday-creativity: Agency, sociability and the aesthetics of postmodernism**. 2012. Tese Mestrado. Erasmus School of History, Culture and Communication, Erasmus University Rotterdam, Rotterdam, 2012. Disponible en: <<https://thesis.eur.nl/pub/13426>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

BARTER BOOKS. **The story of Keep calm and carry on**. Alnwick, 2012. Disponible en: <<http://www.barterbooks.co.uk/>>. Acceso en: 16 may. 2016.

CADENA 3. Córdoba, 2016. Disponible en: <<http://www.cadena3.com/buscador.asp>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

CENTRO VIRTUAL CERVANTES. **Diccionario de términos clave de ELE**. Madrid: Instituto Cervantes, 2003-2016. Disponible en: <http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/diccio_ele/diccionario/intertextualidad.htm>. Acceso en: 27 abr. 2016.

CHEEZBURGER. Know your meme, 2007-2016. Disponible en: <<http://knowyourmeme.com/>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

DAWKINS, R. Capítulo 11: Memes: los nuevos replicadores. En: **El gen egoísta: Las bases biológicas de nuestra conducta**. Barcelona: Salvat, 1993. p. 256-276.

DESMOTIVACIONES. Disponible en: <<http://desmotivaciones.es/>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

ESALUCINANTE.ES. Disponible en: <<http://www.esalucinante.es/>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

ESTILO Y DISEÑO. Medellín, 2010-2014. Disponible en: <<http://www.estilod.com/>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

GARCÍA VARAS, A. **Filosofía de la imagen**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2011.

GENERADOR DE MEMES. Disponible en: <<http://generadordememesonline.com/create>>. Acceso en: 16 may. 2016.

GÓMEZ, I. Del meme al imeme, trascendiendo la dimensión lúdica, León. **Entre textos**, v.5, n.15, p. 1-9, dic. 2013-marzo 2014. Disponible en: <<http://entretextos.leon.uia.mx/num/15/PDF/ENT15-8.pdf>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

LACMA. Disponible en: <<http://www.lacma.org/>>. Acceso en: 16 may. 2016.

MEME GENERATOR. Disponible en: <<http://www.memegenerator.es/>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

MUSEUM GEEK. **I can has mewseum (Or, Should Your Museum Acquire A LoLCat?)**. 6 jul. 2012. Disponible en: <<https://museumgeek.xyz/about/>>. Acceso en: 16 may. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

NOTICIEROS GARZA-LIMÓN. Disponible en: <<http://www.noticiasggl.com/>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

SHIFMAN, L. Memes in a Digital World: Reconciling with a Conceptual Troublemaker, Jerusalem. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v.18, n.3, p. 362–377, 2013. Disponible en: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jcc4.12013/abstract>>. Acceso en: 27 abr. 2016

TATE. **Tate Collectives**. Londres, 2016. Disponible en: <<http://tatecollectives.tumblr.com/>>. Acceso en: 27 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Museu de Memes**. Río de Janeiro, 2016. Disponible en: <http://www.museudememes.com.br/>>. Acceso en: 27 abr. 2016

XIMÉNEZ DE SANDOVAL, P. **El millonario acusa a México de enviar “drogas y violadores” y promete vallar la frontera**. Washington: El País internacional, 17 jun. 2015. Disponible en: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/06/17/actualidad/_187374.html>. Acceso en: 16 may. 2016.

YOUTUBE. 2016. Disponible en: <<https://www.youtube.com/>>. Acceso en: 27 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Museologia, Informação e Documentação Museológica

POLÍTICAS DE GESTÃO DE ACERVOS: UM ESTUDO DE CASO

POLÍTICAS DE GESTIÓN DE COLECCIONES: UM ESTUDIO DE CASO

**Raquel Augustin, UFMG
Cátia Rodrigues Barbosa, UFMG**

Resumo: A pesquisa objetiva apurar como os processos constituintes da gestão de acervos são apresentados por uma política de gestão de acervos brasileira. Para isso foi selecionado o primeiro resultado referente ao assunto recuperado em um buscador na web, sendo este analisado de forma qualitativa. Observou-se que o documento estabelece relações entre os processos de gestão de acervos listados em seu conteúdo direta e indiretamente. Também que é uma fonte de informação para o público e para a equipe contendo informações técnicas e culturais. Conclui-se que o documento apresenta uma preocupação da instituição com a preservação do acervo sob sua custódia, condição do processo de musealização de objetos.

Palavras-chave: Musealização. Política de gestão de acervos.

Resumen: La investigación tiene como objetivo determinar cómo los procesos constitutivos de la gestión de las colecciones se presentan en una política de colección brasileña. Para esto se realizó un estudio en un buscador web. El primer resultado relevante recuperado se analizó cualitativamente. Se observó que el documento establece las relaciones entre los procesos de gestión de colecciones enumeradas en su contenido. También que es una fuente de información para el público y para el equipo conteniendo información técnica y cultural. En conclusión, el documento presenta una preocupación de la institución para preservar la colección en su custodia, condición del proceso de musealización de los objetos.

Palabras-clave: Musealización. Política de gestión de colecciones.

1 INTRODUÇÃO

Os museus se classificam como instituições culturais detentoras de uma responsabilidade social referente à preservação e promoção do patrimônio cultural de um povo. Embora a preservação, representada no resultado do conjunto de processos e atividades formadores da gestão de acervos, seja uma das funções primordiais dos museus, de acordo com Buck e Gilmore (2007) um grande número de instituições museológicas apresenta lacunas nesses processos, principalmente nas atividades referentes à conservação e documentação dos



itens musealizados. As mais comuns vinculam-se à incorporação dos objetos, aos registros documentais e ao armazenamento dos itens (BUCK, GILMORE, 2007). Eles podem se manifestar em objetos que não foram totalmente incorporados ao acervo, desaparecidos ou sem documentação alguma; empréstimos não devolvidos, na incorporação de objetos inadequados à missão institucional, na imprecisão na quantificação da extensão de suas coleções ou na falta de provas quanto a sua posse.

O desenvolvimento de documentos operacionais como as políticas de gestão de acervos pode contribuir para a solução desses problemas, cuja melhora pode ser viabilizada por um aprimoramento do sistema de gestão de acervos, iniciada através da organização de suas etapas, orientação e conexão de seus processos e delegação de responsabilidades

Com isso, a presente pesquisa objetiva averiguar como os processos constituintes da gestão de acervos são apresentados por uma política de gestão de acervos brasileira, salientando as inter-relações estipuladas entre esses processos enquanto partes integrantes de um sistema vinculado à preservação do patrimônio musealizado.

2 MUSEALIZAÇÃO

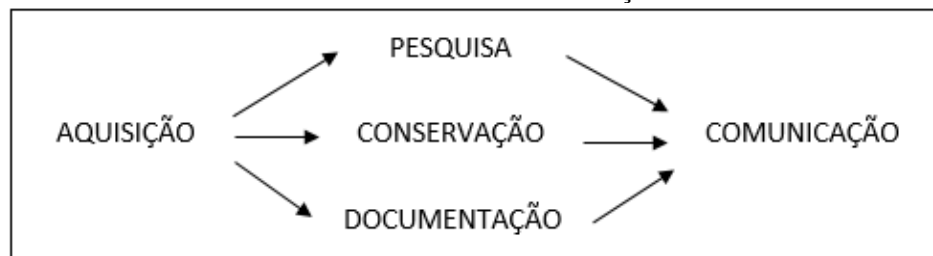
Os objetos musealizados constituem a parcela identitária mais importante da organização museológica, aquilo que vai diferenciá-la das outras organizações, que vai torná-la única diante de seu público, visto que a maior parte das ações promovidas pelos museus têm como referência o acervo sob sua custódia. Através da musealização do acervo, o museu se torna capaz de atender ao compromisso social vinculado à execução dos processos de preservação, pesquisa, comunicação e educação associados a sua vocação institucional.

A musealização se configura como um processo que assegura ao bem cultural um caráter museológico, proporcionando a ressignificação do objeto em relação a uma nova condição de existência. Ela pode ser entendida como uma estratégia de preservação concatenada à valorização do objeto, determinando sua transferência do contexto original para o contexto museológico ou, ocorrendo *in situ*, como nos ecomuseus (CURY, 2005). A elaboração dessa ressignificação advém da musealização enquanto processo científico institucional. Realizada através das atividades museológicas, ela se constitui como um “trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de

comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) ” (DESVALLES; MEIRESSE, 2013, p.58).

Nesse sentido, Marília Xavier Cury (2005) aponta que o processo de musealização inicia-se com a seleção do objeto por meio de um “olhar museológico” e se concretiza na sua efetiva comunicação, passando por várias etapas que compõem o conjunto de atividades vinculadas ao tratamento do objeto na instituição e que são desenvolvidos simultaneamente às atividades administrativas institucionais (FIGURA 1).

FIGURA 1- Processo de musealização



Fonte: adaptado de CURY (2005, p.26).

O processo de musealização depende, assim, de ações relacionadas a diferentes campos científicos (SCHEINER; ALVES, 2012), as quais possibilitam ao objeto “viver dentro do contexto museológico” (MAROEVIC, 1997). Ao passar por esse processo o objeto tem garantida sua integridade física e a produção, registro e disseminação das informações a ele relacionadas, assim como a desvinculação do seu significado somente ao seu valor de uso, visto que o tratamento institucional salienta-o como objeto de estudo e preservação (SANTOS; LOUREIRO, 2012). Ao ser reinterpretado e valorizado como bem cultural, ao objeto musealizado é conferida uma gama de novos significados e funções (CHAGAS, 2005). Ao ser selecionado, catalogado e apresentado ao público, sendo removido de seu contexto original para o contexto museológico, o objeto ganha uma nova atribuição: passa a se constituir como um representante da realidade do qual ele foi removido.

Seja este um objeto de culto, um objeto utilitário ou de deleite, animal ou vegetal, ou mesmo algo que não seja claramente concebido como objeto, uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica. (DESVALES; MAIRESSE, 2013, p.57)



Ao designar o objeto como fonte de dados para pesquisas, o museu favorece a produção de novos conhecimentos através de diferentes olhares e novas perspectivas de estudo (SANTOS; LOUREIRO, 2012), os quais podem viabilizar as potencialidades de ensino vinculadas ao objeto museológico (RUSSIO,1984). Dessa forma, a pesquisa e a documentação museológica contribuem para o processo de reafirmação de identidades ao proporcionar ao público os elementos que traduzem os artefatos como a manifestação de um conjunto de relações socioculturais influentes na vida social (PEREZ, 2008). Especificamente sobre o processo de ressignificação, Pérez (2008, p.6) acrescenta que:

[...] La museología extrae de su ambiente el objeto material y por medio del procesamiento analítico-crítico-sintético de la información que porta y su contextualización de tiempo y espacio en una realidad sociohistórica lo convierte en objeto museístico con la intención de utilizarlo en la construcción de un mensaje museográfico. El objeto museológico es un elemento representativo de la realidad histórica a la que pertenece como objeto del hombre.

Em virtude de tal contribuição social proposta pela musealização, ela é vista por Chagas (2005, p.18) como um “dispositivo de caráter seletivo e político, impregnado de subjetividades, vinculado a uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuições de valores socioculturais” implicando em escolhas referentes ao que deve ser preservado e o que não deve ser preservado. Associada ao processo de seleção dos bens culturais, a gestão de acervos configura-se, assim, como um dos meios de realização da musealização, ao promover o manejo dos objetos nas organizações museológicas, reunindo os processos referentes à incorporação, ao tratamento, salvaguarda e parte do uso desses itens pela instituição, ou seja, os processos de aquisição, documentação, conservação, empréstimos e alienação dos itens. Comportando o conjunto de operações que promove o tratamento dos objetos na sua instância informacional e material, a gestão de acervos, associada às etapas de comunicação museológicas, materializa o processo de musealização ao tratar o objeto como alvo de estudos e medidas preservacionistas.

3 POLÍTICAS DE GESTÃO DE ACERVOS: POR QUE NORMALIZAR PROCEDIMENTOS



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

As políticas organizacionais são meios pelos quais as instituições, inclusive os museus, estabelecem posicionamentos estratégicos diante do mercado em que se encontram. Elas são definidas como instrumentos de planejamento e comunicação das organizações. São importantes por influenciarem decisões corporativas, visto que podem reduzir as alternativas a serem consideradas pelo responsável. Caracterizam-se como uma das maneiras desenvolvidas pelas instituições para controlar o ambiente organizacional, pois por se constituírem como premissas, tais quais rotinas ou princípios heurísticos, “orientam a busca de alternativas e a tomada de decisões”, simplificando o processo decisório e reduzindo as incertezas e complexidades referentes a ele (CHOO, 2003, p.46). Choo (2003, p.49) salienta a relevância dessas formas de controle através de três argumentos:

[...] Primeiro, porque refletem práticas sensatas ou aceitáveis de escolha que a organização aprendeu com o tempo. Em segundo lugar, porque oferecem uma racionalidade procedimental interna, no sentido de que deixam claros os passos e critérios para se chegar a uma decisão, permitindo que os grupos dentro da organização disputem os recursos de uma maneira justa. Finalmente, porque estabelecem a legitimidade externa, uma vez que as organizações que seguem rotinas decisórias racionais demonstram um comportamento responsável (CHOO, 2003, p.49).

Especificamente quanto à pertinência do uso de políticas organizacionais como facilitadores nos processos de tomada de decisão, Buskirk (1971) destaca alguns pontos positivos como a uniformidade do comportamento dos funcionários na organização; o esclarecimento da postura da organização no que se refere a determinadas demandas, o que acarreta coerência e continuidade das decisões institucionais independentemente da incorporação ou desligamento de funcionários; a integração no sistema de comunicação institucional das expectativas da alta administração para com os setores operacionais; e, por fim, a proteção contra pressões imediatas por se constituírem como elementos de referência e consulta disponíveis aos funcionários.

Além disso, as políticas organizacionais podem ser compreendidas como “guias orientadoras da ação administrativa para o atingimento das metas e objetivos estabelecidos para a organização” (GIUZI, 1987, p.6), ou seja, se constituem como intermediárias entre os objetivos da instituição e as práticas e procedimentos a serem desenvolvidas para que tais objetivos sejam alcançados em qualquer tipo de instituição, seja ela um museu ou não. Não se



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

faz obrigatório que a políticas organizacionais possuam registros escritos, podendo elas serem caracterizadas como implícitas ou explícitas (GIUZI, 1987, p.9). As explícitas, como já falado, são formalizadas em documentos textuais, enquanto as implícitas não o são, sendo constituídas por tradições e costumes da instituição que refletem a cultura organizacional existente (UMEDA, TRINDADE, 2004). O registro das políticas cria documentos que se tornam auxiliares na compreensão dos objetivos da organização, no entendimento das orientações para atingir esses objetivos e no entendimento do papel do funcionário nos processos vinculados a tais fins. Dessa maneira, é recomendado que as políticas sejam explícitas e claras, de modo a facilitar a adaptação e cooperação dos funcionários ao planejamento estratégico das organizações.

Em qualquer organização, a informação pode ter quatro aplicações: ela pode ser um fator de apoio a decisões, um fator de produção, um fator de sinergia ou um fator determinante do comportamento dos indivíduos (LESCA; ALMEIDA, 1994). No que se refere às informações presentes nas políticas institucionais, elas podem ser usadas para apoiar a tomada de decisão por serem capazes de reduzir incertezas e interferir no tempo de resolução das demandas. Afetam a produção ao introduzir no mercado serviços com maior valor adicionado. Tornam-se um fator de sinergia ao elevar a capacidade de interação entre os indivíduos da organização. E são determinantes no comportamento dos indivíduos quando os influenciam a ser favoráveis ou condizentes com os objetivos da instituição, dependendo se o indivíduo é externo ou interno à organização.

No que tange às políticas de gesto de acervos, elas podem ser caracterizadas como documentos, se registradas, referentes ao planejamento e organização das etapas componentes da gestão de acervos, a qual pode ser compreendida como um sistema de gerenciamento integrado dos processos de aquisição, documentação, conservação, empréstimo e alienação de bens culturais musealizados com o intuito de preservá-los e fornecer condições de disseminá-los.

Em âmbito global, a norma Spectrum, o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido, defende que as políticas de gestão de acervos devem orientar os procedimentos de gestão e serem desenvolvidas levando em conta os códigos de ética, as convenções internacionais e a legislação do país em que se situa a instituição. Apoiando a norma citada, o sistema de acreditação britânico requisita políticas, planos e procedimentos vinculados ao



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

desenvolvimento de coleções, à documentação, acesso e preservação e conservação do acervo (ARTS COUNCIL ENGLAND et al, 2014). Para este sistema de acreditação as políticas devem demonstrar oficialmente a intenção da instituição e a direção que ela está tomando apontando e justificando o que será feito em relação ao desenvolvimento de coleções, à documentação, acesso e preservação e conservação do acervo, assim como deve estar em conformidade com a missão e propósitos da organização. As políticas diferenciam-se do plano museológico, compondo junto com ele e as diretrizes de exposições documentos de planejamento e apoio técnico. Substancialmente seu conteúdo não apresenta metas a serem atingidas, como o plano museológico, mas sim o esquema operacional das atividades rotineiras, do trabalho que já estão incorporadas ao dia-a-dia da equipe técnica, registrando o padrão de tratamento aceito pela instituição.

As políticas configuram-se ainda como documentos públicos de disseminação das metodologias de gestão do acervo e das responsabilidades assumidas pelo museu perante seus itens musealizados (MALARO, 1995). Como apresentam um conteúdo abrangente e não detalhado servem como fonte de informação e guia tanto para o público quanto para a equipe do museu quanto aos parâmetros institucionais e à delegação de responsabilidades internas, conferindo uma maior credibilidade e transparência para a instituição durante o processo de musealização dos objetos (BUCK; GILMORE, 2007).

Elas podem ser divulgadas como um documento único, vários documentos ou associadas a protocolos de procedimentos internos, nos chamados manuais de gestão e acervos. Quando componentes desses, integram um documento de referência institucional sobre as práticas realizadas no museu no que tange ao processo de musealização.

Enquanto registro material, as políticas servem como documentos normativos e fonte de consulta para tomadas de decisões fornecendo informações determinantes no comportamento dos indivíduos, pois apresentam critérios desenvolvidos pela equipe e aprovadas pelo conselho consultivo e a direção quanto ao processo a que se referem, seja de aquisição, documentação, conservação, empréstimo ou alienação. Da mesma forma, adicionam material à memória organizacional do museu, fornecendo informações sobre as etapas de trabalho e sobre a cultura organizacional vigentes em vários períodos da organização, de acordo com as versões armazenadas desses documentos, permitindo estudos, pesquisas e comparações referentes ao histórico operacional da instituição.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de caso realizado por meio da análise documental qualitativa de uma política de gestão de acervos disponibilizada por um museu brasileiro ao público através da internet. Foi escolhido um documento existente na web em virtude do alcance das publicações ali disponibilizadas, visto que a internet se configura como o maior portal de difusão informacional da atualidade e, ao considerarmos o caráter público das políticas de gestão de acervo e a importância de sua disseminação, a web se caracteriza como o canal mais adequado para a aquisição dos documentos a serem contemplados na pesquisa.

Inicialmente foi realizado o levantamento dos documentos que poderiam ser contemplados. Para isso, utilizamos o buscador Google, no modo janela anônima, com as combinações de termos: política de gestão de acervo + museu, política de preservação + museu, política de gestão de coleções + museu, política de conservação + museu, política de aquisição + museu, política de descarte + museu, política de empréstimo + museu, política de documentação + museu.

Posteriormente selecionamos o documento que seria analisado qualitativamente pela pesquisa. Dentre as políticas disponibilizadas, escolhemos trabalhar com a política de acervos da Fundação Joaquim Nabuco por ser o primeiro resultado de documento institucional recuperado pelo Google e por caracterizar-se como um documento que pode ser usado como referência por instituições menores em virtude de sua natureza e proveniência, pois apresenta um conteúdo abrangente em relação à totalidade de processos componentes da gestão de acervos e foi desenvolvida por uma instituição de caráter público reconhecida nacional e internacionalmente pelo seu trabalho vinculado à cultura.

Em seguida definimos categorias de análise do documento: distribuição e organização do conteúdo informacional, apresentação do acervo, aquisição e alienação do acervo, documentação do acervo, conservação do acervo e empréstimo do acervo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A Fundação Joaquim Nabuco possui caráter público e vincula-se ao Ministério da Educação, sendo sediada na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco. Sua missão incide na geração de conhecimentos na área das Ciências Humanas a fim de atender a demandas vinculadas às áreas educacional e cultural presentes na sociedade brasileira, colaborando para seu desenvolvimento de maneira justa e sustentável (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2016). De acordo com seu regimento interno, um dos seus objetivos consiste em “adquirir, pesquisar, registrar, preservar e difundir bens patrimoniais representativos da memória, da formação histórico-social e da cultura brasileiras, com ênfase nas regiões Norte e Nordeste” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008, P.2).

A fundação possui uma diretoria de documentação e memória responsável pela administração dos acervos sob sua custódia, formada por quatro entidades distintas: a Biblioteca Central Blanche Knopf (Bibli), o Museu do Homem do Nordeste (Muhne), o Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira (Cehibra) e o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos e Obras de Arte (Laborarte). Tais entidades configuram-se como coordenações gerais subordinadas a tal diretoria de documentação.

A política de gestão de acervos em questão, denominada “POLÍTICA DE ACERVO: Manual de Gerenciamento e Uso”, configura-se como um manual de gestão de acervos que contempla separadamente as políticas gestão do acervo da Diretoria de Documentação (Didoc) e das quatro entidades (Bibli, Muhne, Cehibra e Laborarte), além de critérios para preservação e conservação dos acervos históricos, administrativos e artísticos da diretoria de documentação.

Com 53 páginas, o documento se configura como um guia claro e abrangente sobre o tratamento do acervo. Em virtude do interesse pela gestão de coleções tridimensionais destacaremos apenas o conteúdo da política de gerenciamento e uso do acervo do Muhne, a fim de exemplificar o grau de detalhamento presente na política divulgado pela Fundação.

O documento é iniciado com uma breve contextualização da entidade/coordenação com a apresentação de sua diretriz institucional, a qual se dedica a “reunir, documentar, preservar, pesquisar, difundir e atualizar o patrimônio histórico-cultural da Região Nordeste do Brasil”.



A seção de administração do acervo apresenta cada um dos setores componentes da coordenação e suas respectivas responsabilidades, conforme exemplificado abaixo:

3.3 A Coordenação de Museologia (Comus) é responsável por:

I - Planejar, coordenar e executar as atividades técnico-científicas visando à salvaguarda, à conservação, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do acervo do Muhne e de seus setores relacionados — Memorial Joaquim Nabuco e Centro de Literatura Mauro Mota.

II - Realizar o registro sistemático do acervo do Muhne, organizando e mantendo atualizado o arquivo técnico-descritivo sobre cada uma de suas peças, bem como a base de dados informatizada do acervo museológico.

III - Planejar, desenvolver e executar projetos museológicos de exposições de longa duração, temporárias e itinerantes com o acervo do Muhne e de seus setores relacionados.

IV - Executar atividades científicas na área da museologia e disciplinas afins, com base no acervo do Muhne e de seus setores relacionados. (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2010, p.19)

Essa informação é crucial para o documento cumprir seu papel de disseminador de informações referentes à organização da instituição, aos processos realizados por ela e à delegação de tarefas e responsabilidades à equipe.

Quanto às categorias de análise listadas na metodologia destacamos que a distribuição e organização do conteúdo informacional da política analisada apresenta tópicos independentes quanto à aquisição, alienação, documentação, conservação e empréstimo do acervo, destacando suas particularidades e os vínculos entre as etapas de gestão de acervos ao expor etapas inter-relacionais entre os processos. Os documentos apresentam um prazo de validade indeterminado, não apontando períodos de atualização ou revisão continuada. Também não verifica-se menções a códigos de ética ou a diretrizes nacionais no decorrer do texto.

Em relação à apresentação do acervo, a seção de acervo define que as coleções do Muhne encontram-se tanto em exposição quanto em reserva técnica sendo compostas por objetos tridimensionais, caracterizados por temática. .

A política do Muhne exhibe a existência de critérios para aquisição e para descarte de peças, informando ao público as justificativas de suas escolhas e concedendo um embasamento para a equipe responsável por tais ações, a qual também é destacada na delegação de responsabilidades presente no documento.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na categoria de documentação de acervos a política também delega responsabilidades sobre o processo em questão, descreve os campos de preenchimento presentes no sistema de informação museológica desenvolvido pelo museu, comunica a marcação dos objetos com seu número de registro e a preservação dos livros de tombo e fichas catalográficas dos museus que lhe deram origem. Nossa análise notou que o documento não infere na existência de inventários regulares e de documentação fotográfica do acervo. Mas que ela destaca a inserção dos registros em um Livro Tombo, valorizando o processo de musealização dos bens culturais.

Quanto à conservação, ela destaca a relevância da conservação preventiva para a preservação dos bens culturais. Salientando as medidas de controle climático, a manutenção semanal dos itens em exposição, as formas de acondicionamento e armazenamento próprias aos suportes a que se destinam e os profissionais especializados componentes da equipe.

Na categoria de empréstimo a política de gestão de acervos do museu apresenta com detalhes a documentação técnica exigida para a realização dos empréstimos, as características necessárias às instituições solicitantes do empréstimo das peças, as etapas a serem cumpridas e as condições de realização dos trâmites, incluindo transporte e embalagem do acervo. O manual de gerenciamento de acervo ainda é composto pela política de gerenciamento e uso do Laborarte, setor dedicado exclusivamente à conservação-restauração do acervo de instituições públicas ou privadas e de colecionadores particulares. A estrutura dessa política diferencia-se das outras citadas em virtude do caráter distinto do setor. O documento conta com as seções: preâmbulo, administração das atividades desenvolvidas, solicitação de visita técnicas, traslado do acervo, entrada do acervo, intervenção no acervo, prazos para execução dos serviços, saída do acervo, pagamento dos serviços, riscos ao acervo, segurança do acervo, responsabilidade do usuário, vigência do manual e casos omissos.

O manual é finalizado com os critérios para preservação e conservação dos acervos históricos, administrativos e artísticos da Didoc sugeridos pela instituição. Esses critérios se aplicam a atividades vinculadas à conservação preventiva do acervo e apresentam regras de manuseio, acondicionamento, transporte e embalagem, separados de acordo com a tipologia do acervo quanto ao suporte e formato. Apresenta também medidas de combate à degradação por agentes físicos, químicos e biológicos. Por fim adiciona orientações quanto aos métodos de higienização e os padrões esperados quanto à limpeza e segurança do acervo. Sua



abordagem se aproxima da esperada a um protocolo de procedimentos com indicações não somente do que deve ser feito, mas também da maneira como o procedimento deve ser executado.

A existência desse manual é benéfico para a preservação do acervo. Ele dá orientações quanto aos procedimentos de conservação vinculados às políticas de gestão e uso mencionadas complementando as informações divulgadas e disseminando as práticas de tratamento preventivo desenvolvidas e aplicadas na instituição. Os autores destacam que “a fim de sistematizar esses procedimentos, foram consultados manuais sobre o assunto, servidores da casa responsáveis pela preservação, conservação e restauração dos acervos e profissionais com comprovada experiência” (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2010, p.42). Ou seja, os autores das políticas afirmam que utilizaram tanto o conhecimento tácito da equipe quanto o conhecimento explícito presente na instituição, fato que torna o documento mais importante para a organização, pois ele realmente retrata e documenta práticas realizadas na instituição e não orientações que não são cumpridas.

6 CONCLUSÃO

Ao ser musealizado, o objeto é removido de seu contexto de origem para entrar em um contexto museológico, o que modifica sua condição anterior (DESVALLES; MAIRESSE, 2013). Com a mudança de contexto e a passagem por um processo de documentação, conservação e apresentação à sociedade, o objeto adquire o sentido de representante da realidade em que se inseria, sendo ressignificado na instituição.

As políticas de gestão de acervos apresentam a indicação de um padrão de qualidade aos processos da instituição referentes às atividades de gestão de acervos vinculadas ao processo de musealização dos objetos. Elas fornecem informações que otimizam os recursos institucionais envolvidos em âmbito espacial, temporal, pessoal e financeiro. Ao serem registradas, documentam a evolução do tratamento institucional dos objetos, contribuindo para a construção da memória organizacional da instituição, assim como promovem uma organização inicial das etapas de trabalho evitando a duplicação de esforços para um mesmo fim.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Em seguida foi analisado o manual de gestão de acervos da Fundação Joaquim Nabuco, mais especificamente a política de gestão de acervos do Museu do Homem do Nordeste, elaborada e disseminada pela Fundação Joaquim Nabuco. O manual é formado por uma política de uso e gestão referente à diretoria de documentação da instituição, três políticas de uso e gerenciamento referentes a entidades subordinadas a tal diretoria, diretamente responsáveis pelo acervo sob a sua custódia, uma política de uso e gestão do acervo referente a um setor de conservação-restauração e critérios de conservação preventiva abrangentes a todo o acervo.

Quanto aos processos de gestão de acervos, a política analisada demonstrou todos os processos contemplados na pesquisa, descrevendo suas etapas de execução. O documento também delega claramente responsabilidades, auxiliando a equipe a entender o funcionamento de seu próprio setor e dos setores que complementam a instituição.

REFERÊNCIAS

BUCK, R. A.; GILMORE, J. A.; AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS. **Collection conundrums: solving collections management mysteries**. Washington, DC: American Association of Museums, c2007. 150 p.

BUSKIRK, R. H. **Business and administrative policy: text, cases, incidents and readings**. New York: John Wiley, 1971.

CHAGAS, M. Cultura, Patrimônio e Memória. **Revista Museu**.2005. Disponível em: www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986. Acesso em: 03 out. 2015.

CHOO, C. W. **A Organização do Conhecimento**. São Paulo: SENAC, 2003.

CURY, M. X. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

DESVALLÉES, A; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: ICOM: Armand Colin, 2013. p.79-81. Disponível em: http://icom.museum/fileadmin/user.../Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf. Acesso em: 21 abr. 2015.

ENGLAND ARTS COUNCIL et all. **The Accreditation Standard**. Londres, 2014. Disponível em: <http://www.artscouncil.org.uk/what-we-do/supporting-museums/accreditation-scheme/guidance-documents/>. Acesso em: 16 nov. 2015.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Política de acervo: manual de gerenciamento e uso**. Recife, 2010. 53f. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/didoc/politicaacervoago2010.pdf>. Acesso em: 20 dez . 2015.



_____. Missão, visão e valores. Website. 2016. Disponível em:
http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=120&Itemid=128.
Acesso em: 20 dez. 2015.

GIUZI, L. D. **A Relação Entre as Políticas Organizacionais e o Processo de Desenvolvimento de Executivos**. 1987. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.151 p.

IBRAM. **Guia de Museus Brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

LESCA, H.; ALMEIDA, F. C. de. Administração estratégico da informação. **Revista de Administração – RAUSP**. São Paulo, v.29, n°3, p.66-75, jul./set.1994. Disponível em:
<http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=2903066.pdf>. Acesso em: 30 set. 2015.

MALARO, M. Collection management policies. In: FAHY, A. **Collections management**. London; New York, USA: Routledge, 1995. p.11-28

MAROEVIC, I. O papel da musealidade na preservação da memória. In: **Congresso Anual do ICOFOM – Museologia e Memória**. Paris, 1997. Disponível em:
<http://docslide.com.br/documents/o-papel-da-musealidade-ivo-maroevic.html>. Acesso em: 11 mai. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 515, de 29 de abril de 2008. DOU nº 82, de 30 de abril de 2008, seção 1, páginas 9 a 15 Disponível em:
<http://www.fundaj.gov.br/images/institucional/RegimentoInternodaFundajPortariaMEC5152008.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2016.

PÉREZ, J. C. El museo, la museología y la fuente de información museística. **ACIMED**, v. 17, n. 4, p. 0–0, abr. 2008. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/12784/1/aci05408.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2015.

RÚSSIO, W. Cultura, Patrimônio e preservação, texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984. p. 59-64.

SANTOS, L. B.; LOUREIRO, M. L. N. M. Musealização como estratégia de preservação: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. **Museologia e Patrimônio**, v. 5, p. 49-67, 2012. Disponível em:
<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/211/187>. Acesso em: 03 out. 2015.

SCHEINER, T.; ALVES, V. Museu, Musealidade e Musealização: termos em construção e expansão. In: **ICOFOM LAM: termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral: documento de trabalho do 21º Encontro Regional**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. p.99-111.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

UMEDA, G. M.; TRINDADE, C. C. Possíveis definições para as políticas empresariais: um estudo bibliográfico. **VII Seminários em Administração – FEA/USP**, São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Pnee/PNEE14 - Poss%EDveis_defini%E7%F5es_pol%EDticas_empres.PDF. Acesso em: 12 set. 2015.

Eixo 09

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Organização da informação e do conhecimento



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

**A DIMENSÃO CONCEITUAL DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO
UNIVERSO CIENTÍFICO DA ISKO: UMA ANÁLISE TEMÁTICA DOS CONGRESSOS
DOS CAPÍTULOS NORTE-AMERICANO E FRANCÊS DA INTERNATIONAL
SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION - ISKO.**

**THE CONCEPTUAL DIMENSION OF KNOWLEDGE ORGANIZATION IN THE
SCIENTIFIC ENVIRONMENT OF ISKO: A SUBJECT ANALYSIS OF THE
CONFERENCES OF ISKO AND ISKO-FRANCE**

**Andre Ynada dos Santos, UNESP
José Augusto Chaves Guimarães, UNESP**

Resumo: A organização do conhecimento tem desempenhado um papel nuclear na Ciência da Informação, como demonstra a forte produção científica nesse campo. Nesse sentido, a International Society for Knowledge Organization – ISKO constitui um elemento-chave na medida em que propicia o desenvolvimento e a interlocução científica em âmbito internacional. Dessa forma, objetiva-se analisar a produção científica dos capítulos francês e norte-americano da ISKO, a partir dos congressos até então realizados, a partir de uma análise temática de produção científica. Para tanto, os dados foram categorizados em três dimensões temáticas – epistemológica, aplicada e cultura, em torno das quais foram agrupados os respectivos autores. Os resultados revelaram, ao contrário do que era inicialmente separado, uma forte e crescente tendência francesa em aspectos aplicados e de matriz tecnológica, enquanto o universo norte-americano vem, de forma crescente, se dedicando à dimensão epistemológica da área. No tocante às autorias, destaca-se, em especial, o importante papel desempenhado por Richard Smiraglia, no contexto norte-americano, e de Elaine Ménard que, embora, canadense, vem atuando nas três dimensões analisadas, no contexto francês.

Palavras-chave: Organização do conhecimento; ISKO; Análise temática; Análise bibliométrica.

Abstract: Considering the central role of knowledge organization in the Information Science field, as one can observe the importance of the International Society for Knowledge Organization – ISKO as a scientific society which is devoted to the theoretical and applied development of knowledge organization all over the world, acting as a dialogical space among scholar. In this sense, it was analyzed the universe of the French and the North American ISKO chapters, in order to identify the predominant thematic approaches as well as the most productive authors. The results showed a deep and increasingly movement of ISKO-France around applied studies while the North American environment is mostly devoted to the epistemological approach. In terms of most prominent authors, Richard Smiraglia appears as the most productive in the North American universe, while Elaine Ménard, although prevented from Canada, in the



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

one who can gather the three analyzed dimensions (epistemological, applied and cultural) in the French chapter of ISKO.

Keywords: Knowledge organization; ISKO; Subject analysis; Bibliometric analysis.

1. Introdução

A organização do conhecimento vem ocupando, no universo da Ciência da Informação, um papel investigativo cada vez mais proeminente, em que se destaca a existência de periódicos especializados (*Knowledge Organization, Cataloguing & Classification Quarterly*, etc), grupos de pesquisa (TEMMA, no Brasil; GERIICO, na França, etc.) e sociedades científicas, como a ISKO, em cujo âmbito desenvolve-se uma frutífera atividade investigativa a partir da atuação de capítulos nacionais ou regionais.

Desse modo, e considerando o fato de a América do Norte e a França serem, tradicionalmente, espaços férteis de produção científica no âmbito desse campo, analisam-se os capítulos norte-americano e francês da ISKO, a partir dos anais dos congressos até então realizados, de modo a verificar tendências de pesquisa e universo de autores mais significativos.

Para tanto, analisam-se as comunicações publicados nos anais desses eventos a partir de três dimensões - epistemológica, aplicada e social – como subsídio a uma análise bibliométrica permita a construção de redes de autores a partir dessas três dimensões.

2. A Organização do conhecimento e o papel científico da International Society for Knowledge Organization - ISKO

Desde a Antiguidade o homem tem revelado a sua necessidade de organizar o conhecimento por ele produzido e materializado por meio de registros de modo a garantir a sua preservação ao longo do tempo e sua portabilidade no espaço (SMIT, BARRETO, 2002). Mas foi em especial a partir do século XIX que essa necessidade se fez mais efetiva, com as iniciativas como as de Harris, Cutter, Dewey, Otlet e La Fontaine, Bliss, Ranganathan, Classification Research Group e outros, que se dedicaram a buscar técnicas e ferramentas que pudessem contribuir para a recuperação da informação (LANGDRIGE, 1977; PIEDADE, 1983).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



No entanto, foi na primeira metade do século XX que Henry Evelyn Bliss introduziu a expressão organização do conhecimento, com as obras “*The organization of knowledge and the system of sciences*“, de 1929, e “*The organization of knowledge in libraries*“, de 1933), termo que foi regatado na década de 70 do mesmo século, por Ingetraut Dahlberg (DAHLBERG, 1993) para caracterizar um campo do saber que, como destaca Garcia Marco (1995), situa-se na confluência das Ciências Cognitivas com a Ciência da Informação, a Ciência da Comunicação, a Matemática e a Ciência da Computação, a Organização do Conhecimento pode ser caracterizada pela sua natureza tanto científica (por estar sujeita à análise, reflexão e aplicação de fundamentos e métodos científicos) quanto social (dado seu caráter aplicado) (MIRANDA, 1999).

Assim, a organização do conhecimento, valendo-se de fundamentos teóricos e procedimentos específicos, centra-se no “planejamento, construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos” assumindo um papel social de conservação e transmissão do conhecimento para a sociedade permitindo, dessa forma, a geração de novos conhecimentos. (ESTEBAN NAVARRO, GARCÍA MARCO, 1995, p.149).

Nesse sentido, Barité, (2001, p. 42-53) propõe um conjunto de premissas, nas quais destaca que o conhecimento, enquanto produto, necessidade e dínamo social, realiza-se a partir da informação (e ao socializar-se, nela novamente se transforma) e possui uma estrutura e um processo de comunicação abertos. Seu registro e socialização ocorre em documentos (conjunto organizado de dados disponíveis), se expressa por meio de conceitos e tem seu processo de organização operado por meio de sistemas de conceitos (com fins científicos, funcionais ou de documentação), pautado por uma tônica artificial, provisória e determinista, com o fim último de promover seu melhor aproveitamento individual e social.

Em termos científicos, a organização do conhecimento é objeto de estudo e desenvolvimento, em âmbito internacional, a partir das atividades da *International Society for Knowledge Organization* – ISKO, fundada em 1989 em Frankfurt na Alemanha, por Ingetraut Dahlberg. Trata-se de uma sociedade internacional de âmbito indisciplinar cuja missão consiste



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

em desenvolver pesquisas de natureza teórica e aplicada no campo da organização do conhecimento, abrangendo ambiências como arquivos, bancos de dados, bibliotecas, museus e a internet como um todo.

Contando com mais de mil pesquisadores em todo o mundo, oriundos de áreas como ciência da informação, filosofia, linguística e ciência da computação, a ISKO tem por missão estimular pesquisa, desenvolver aplicação de sistema de organização do conhecimento que avança nas abordagens filosófica, psicológica e da semântica para fornecer os meios de comunicação e redes de parcerias em organização do conhecimento, assim seus membros podem se conectar entre todas as instituições e sociedade, trabalham com problemas conceituais ligados ao organização e os processos do conhecimento.

De modo a disseminar esses conhecimentos, a ISKO promove, nos anos pares, suas conferências internacionais (cujos anais são publicados na série *Advances for Knowledge Organization*), ao passo que os anos ímpares são destinados a conferências nacionais ou regionais a cargo dos capítulos da ISKO. Vale também destacar a publicação da revista científica *Knowledge Organization*, atualmente com oito fascículos por ano.

Na atualidade, a ISKO dispõe dos seguintes capítulos ativos: Germânico (Alemanha, Áustria e Suíça), Francês, Norte-americano (Canadá e Estados Unidos), Britânico, Italiano, Polonês, Brasileiro, Indiano e Mghreb.

Nesse contexto, a presente pesquisa dedicou-se especificamente aos capítulos francês e norte-americano (Nasko), a partir dos congressos por eles até então promovidos.

A Nasko teve seu primeiro evento foi realizado em 2007, e tendo continuidade nos seguintes anos ímpares como 2009, 2011, 2009, 2013.

A 1ª edição, realizada em Junho de 2007, em Toronto (Canadá), sem uma temática específica (TENNIS, 2007). Já na 2ª Edição, realizada em Junho de 2009, na Syracuse *University School of Information Studies* na cidade de New York, E.U.A, teve-se como tema: *Pioneering North American Contributions to Knowledge Organization* (JACOB, KWASNIK, 2009). Em junho de 2011, em sua 3ª edição, o evento retornou ao Canadá (Toronto), na *Ryerson University*, sob o tema: *Expanding Our Horizons, Evaluating Our Parameters* (SMIRAGLIA, 2011), sendo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

que a 4ª. Edição da NASKO< realizada em Milwaukee (EUA), em junho de 2013, teve como tema *Transition Cultures, Transition KO: Evolving Exploration, Critical Reflection, and Practical Work*. (NORTH AMERICAN SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE ORGANIZATION – NASKO, 4th, 2013).

Relativamente à ISKO-França, os eventos iniciaram-se em 1998, em Lille, sob a temática *Organisation des connaissances en vue de leur intégration dans les systèmes de représentation et de recherche d'information*. Em seguida em Lyon, em 1999, discutiu-se o tema *Organisation des connaissances en vue de leur intégration dans les systèmes de représentation et de recherche d'information* (MANIEZ, EL HADI, 1999).

O 3º Congresso de ISKO-France, por sua vez, realizou-se em Paris, em 2001, e teve por tema: *Filtrage et résumé automatique de l'information sur les réseaux* (CHAUDIRON, FLUHR, 2001), sendo que em 2003, em Grénoble, teve lugar a discussão das abordagens conceituais da organização do conhecimento (POLITY, HENNERON, PALERMITI, 2003), seguida da discussão, em Nancy, em 2005, dos sistemas de organização do conhecimento voltados para o uso, com ênfase na questão da inteligência econômica. (DAVID, 2005).

O 6º ISKO France ocorreu Toulouse, em 2007, buscando discutir o papel da organização do conhecimento na “sociedade dos saberes”, seus conceitos, usos e atores. (REGIMBEAU, COUZINET, 2007). Em seguida, novamente coube a Lyon sediar um congresso da ISKO-France, em 2009, para discutir as questões ligadas ao compartilhamento no âmbito da organização do conhecimento. (INTELLIGENCE COLLECTIVE ET ORGANISATION DES CONNAISSANCES, 2009). Em 2011, na Université Charles-De-Gaulle Lille 3, teve lugar o 8º Congresso de ISKO-France, para discutir as questões relativas ao dinamismo e à estabilidade no campo da organização do conhecimento. (EL HADI, 2011), ao que se seguiu o 9º ISKO-France, realizado em Paris, em 2013, voltado para o papel dos contextos, das línguas e das culturas na organização do conhecimento. (EL HADI, KISLIN, 2013).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3. Metodologia

A pesquisa teve como universo os anais dos congressos do capítulo francês, realizados entre 2003 e 2013 (pois não possível ter acesso aos congressos realizados nos anos de 1998, 1999 e 2001), e do capítulo norte-americano, nos congressos até então realizados (2007 a 2013), perfazendo um total de 136 comunicações publicadas na ISKO-France e 62 publicadas na Nasko.

Em seguida, as comunicações foram agrupadas em três abordagens teóricas: epistemológica (estudos históricos, teóricos ou metodológicos e diálogos interdisciplinares), aplicada (relativas a processos, produtos, instrumentos e ambiências específicas, assim como os aspectos tecnológicos) e social (relativa aos aspectos culturais, políticos, econômicos e éticos).

Igualmente foram identificados os autores de cada comunicação, considerando, ainda, os casos de coautoria. Assim, a partir da identificação de cada autor com suas comunicações, foi possível a construção e a visualização gráfica de redes sociais, para identificar autores que produziram mais trabalho nas 3 dimensões

Para fins de visualização das redes de citação, utilizou-se do software PAJEK, descrito por Adamic (2008).

4. Apresentação, análise e discussão dos dados

As comunicações e conferências dos eventos realizados pela Nasko e pela ISKO-França totalizaram 198 trabalhos, dos quais 31,3% se referem ao capítulo norte-americano e 68,7% ao capítulo francês (diferença que se explica pela quantidade de eventos produzidos em cada capítulo), como se verifica a seguir:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

TABELA 1- Corpus de análise da pesquisa

Ano	Total de artigos		Total
	Nasko	França	
2003	--	19	19
2005	--	21	21
2007	9	24	33
2009	10	27	37
2011	22	29	51
2013	21	16	37
Total	62	136	198

Fonte: elaborado pelos autores

Em termos de categorias temáticas, observou-se uma grande diversidade entre os dois entornos estudados uma vez que, no caso norte-americano, houve um certo equilíbrio entre as três abordagens, com pequena predominância geral dos aspectos aplicados (40,3%), seguida dos aspectos epistemológicos (35,5%) e dos sociais (24,2%). Por outro lado, o universo francês revelou uma alta prevalência das abordagens aplicadas (75,0%), seguida dos aspectos epistemológicos (18,4%) e uma baixíssima incidência de aspectos sociais (6,6%). Como se verifica a seguir:



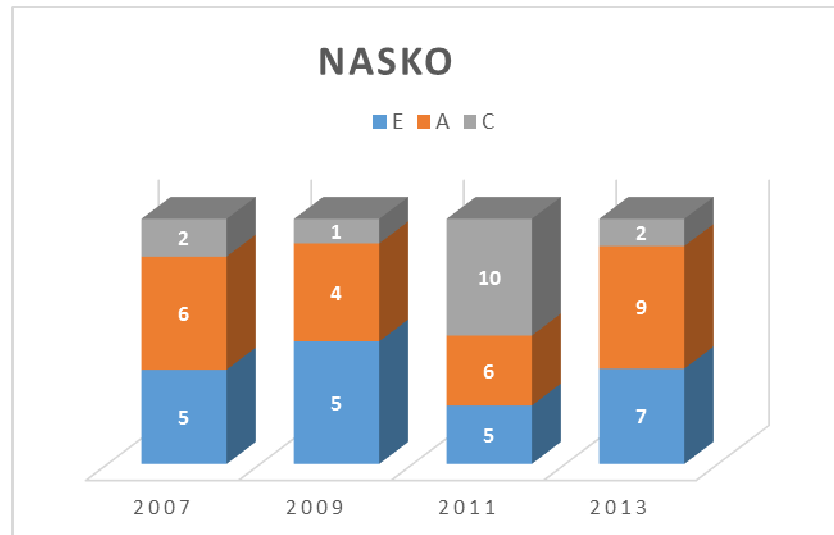
X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

GRÁFICO 1- Dimensões da Nasko

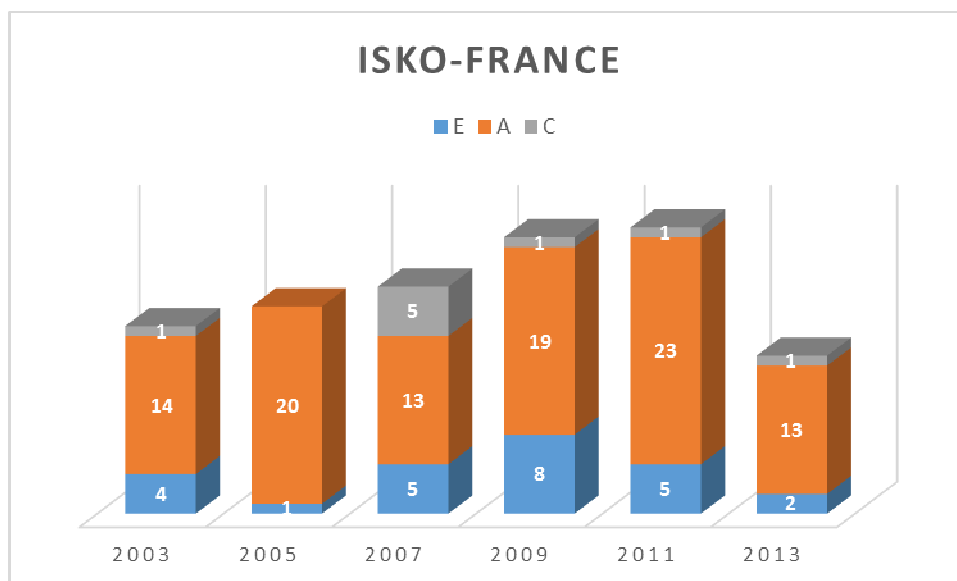


Fonte: Elaborado pelos autores

Legenda: Laranja: Dimensão Aplicada; Cinza: Dimensão Cultural; Azul: Dimensão Epistemológica

Um aspecto a destacar, nessa produção, é a significativa preponderância da abordagem cultural no ano de 2011, diferentemente das demais edições do evento. Tal aspecto poderia ser explicado pelo fato de, em 2009, haver ocorrido nos Estados Unidos, em Milwaukee, o primeiro evento sobre ética em organização do conhecimento, aspecto que, aliando-se à temática da conferência internacional da ISKO realizada em Montréal, em 2008, incensou uma maior produção na abordagem cultural.

GRÁFICO 2 - Dimensões da França



Fonte: Elaborado pelos autores

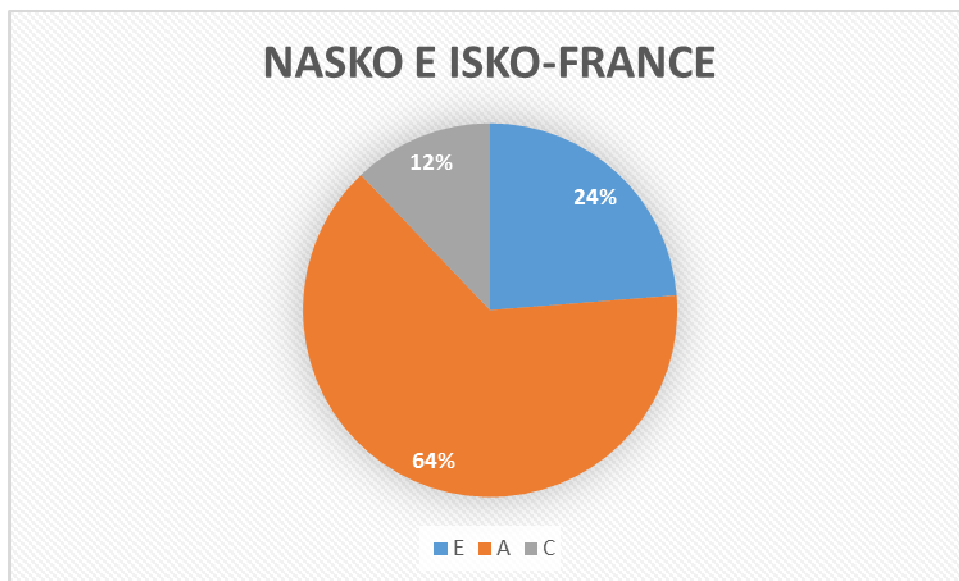
Legenda: Laranja: Dimensão Aplicada; Cinza: Dimensão Cultural; Azul: Dimensão Epistemológica

Uma análise desses dados revela que, enquanto na Nasko se verifica, de forma reiterada, um relativo equilíbrio entre a abordagem epistemológica e aplicada, na ISKO-France tem lugar uma nítida preponderância dos estudos aplicados.

É interessante observar como a dimensão aplicada apresenta uma reiterada preponderância em todas as edições dos congressos de ISKO-France analisados. No caso do evento de 2005, por exemplo, ela foi responsável pela quase totalidade do evento, o que sinaliza para uma forte tendência investigativa daquele país, a exceção do ano de 2007, em que se verifica um relativo equilíbrio entre as três dimensões. Tal aspecto pode ser explicado pelo tema daquele evento “Organisation des connaissances et société des savoirs: concepts, usages, acteurs”, uma vez que as questões epistemológicas se enquadram no âmbito dos conceitos, as questões aplicadas no âmbito dos usos e as questões culturais no âmbito dos atores.

Reunindo-se os dados de ambos os entornos, a partir das três abordagens estudadas, tem-se o seguinte panorama:

GRÁFICO 3 - dimensões da Nasko e França



Fonte: Elaborado pelos autores

Legenda: Laranja: Dimensão Aplicada; Cinza: Dimensão Cultural; Azul: Dimensão Epistemológica

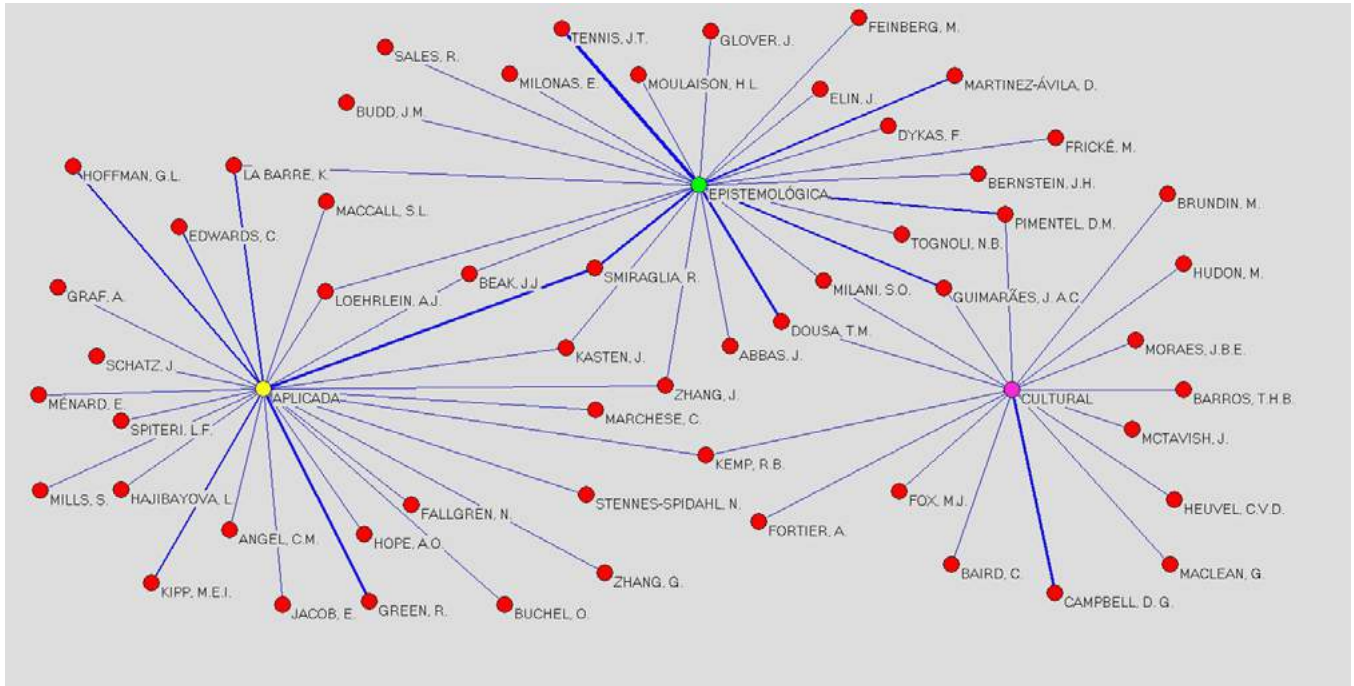
Nesse contexto, e em grande parte em virtude da realidade francesa, verifica-se um forte preponderância da dimensão aplicada (64%), o que revela uma tendência de estudo mais voltada para ferramentas e para os aportes tecnológicos no campo.

Em termos de autoria, na Nasko foram identificado 55 autores diferentes para as 62 comunicações analisadas, dos quais 12 autores (22%) produziram pesquisa em mais que uma temática, sendo 7 nas abordagens aplicada e epistemológica, 4 nas abordagens cultural e epistemológica e somente um pesquisador nas abordagens aplicada e cultural.

Já no capítulo francês, dos 190 autores identificados, somente 18 (9%) produziram trabalhos em mais de uma dimensão, sendo 10 autores nas dimensões aplicada e epistemológica, seis nas dimensões aplicada e cultural e apenas um nas dimensões epistemológica e cultural. Por sua vez, observa-se um autor que publicou nas três abordagens analisadas.

Para melhor visualização dos resultados apresentam-se as redes sociais de cada entorno analisado, a partir da identificação das abordagens e dos autores que as integram:

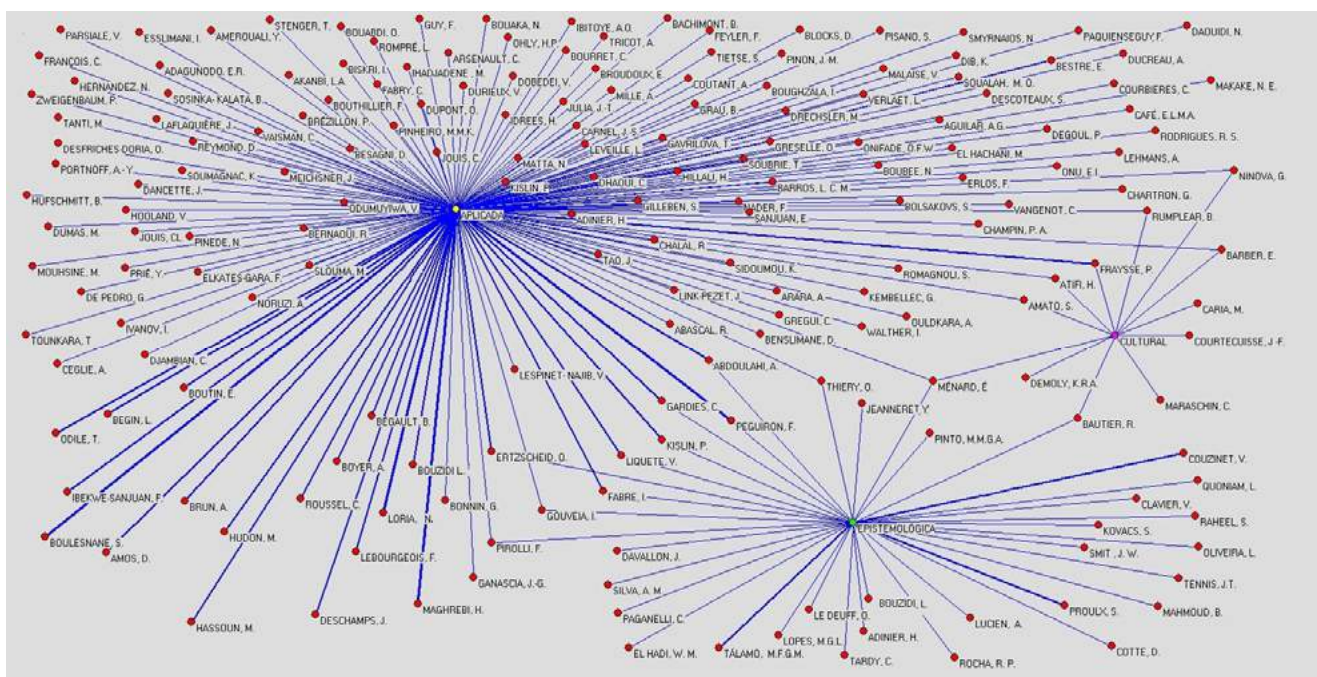
FIGURA 1- Rede de pesquisadores por dimensões da Nasko



Fonte: Elaborado pelo autor

Legenda: Vermelho: Pesquisadores; Amarela: Dimensão Aplicada; Rosa: Dimensão Cultural; Verde: Dimensão Epistemológica

FIGURA 2 - Rede de pesquisadores por dimensões da França



Fonte: Elaborado pelo autor

Legenda: Vermelho: Pesquisadores; Amarela: Dimensão Aplicada; Rosa: Dimensão Cultural; Verde: Dimensão Epistemológica

Na rede 1 (NASKO) é possível observar que Smiraglia foi pesquisador que mais que publicou, tendo trabalhos nas dimensões aplicada e epistemológica. Na dimensão epistemológica os autores mais produtivos são Tennis; Dousa, Martínez-Ávila e Guimarães, entre esses autores somente Guimarães tem trabalhos em duas dimensões, no qual são epistemológica e cultural. Já Campbell foi autor predominante na dimensão cultural. Na dimensão aplicada os autores mais produtivos são Smiraglia e Hoffman.

Já na rede 2 (ISKO-França), verifica-se que Boulesnane; Maghrebi; Loria são os autores que mais produziram, sendo que cada um produziu 3 pesquisas na dimensão aplicada. Na dimensão epistemológica os autores que mais produziram foram Couzinet, Proulx e Talamo. Na dimensão cultural não houve pesquisadores que produziram mais que um trabalho. Ménard foi a única autora produziu pesquisas nas três dimensões.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



Em que pese a extensa produção verificada em ambos os eventos, apenas três autores se encontram presentes em ambos os entornos: Joseph Tennis, da University of Washington (Seattle - Estados Unidos) e atual presidente da ISKO, com 4 trabalhos na NASKO e 1 na ISKO-France; Elaine Ménard, da University McGill (Montréal – Canadá), com 3 trabalhos na ISKO-France e 1 na NASKO, e Michèle Hudon (Université de Montréal– Canadá), com 2 trabalhos na ISKO-France e 1 na NASKO. Tais aspectos se explicam, em grande parte, pela pouca familiaridade dos norte-americanos com o idioma francês, a exceção daqueles que provêm da província canadense de Québec, como é o caso de Ménard e Hudon.

Conclusão

Os resultados revelaram-se, de certa forma, surpreendentes, se analisados à luz da tradição histórica da Ciência da Informação, em que a América do Norte esteve historicamente mais voltada para a resolução de problemas de ordem prática, com grande desenvolvimento tecnológico, ao passo que a França, em muito influenciada pelo Humanismo, primou pela construção teórica e social na área. Isso se contradiz no campo da Organização do Conhecimento no decorrer do período analisado, em que o movimento se deu de forma inversa: a Nasko se destaca pela busca de bases teóricas e metodológicas para esse campo ao passo que a França passa a dar mais ênfase ao impacto tecnológico, aos sistemas específicos e, um fato curioso: com certa confusão entre a denominada organização do conhecimento (*knowledge organization*) e a gestão do conhecimento (*knowledge management*).

Em termos de autores, destaca-se, em especial, o papel de Richard Smiraglia, da *University of Wisconsin-Milwaukee*, nos Estados Unidos, atual editor da revista *Knowledge Organization*, por conta de sua forte e constante produção naquele entorno, ao passo que, no âmbito francês, merece menção o papel desempenhado por Elaine Ménard, oriunda do Canadá francês, pelo fato de apresentar produção nas três dimensões analisadas.

Por fim, destaca-se o fato de cada capítulo apresentar características investigativas bastante diversificadas o que, aliado à questão linguística, ainda não permite uma interlocução



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



mais efetiva entre ambos. No entanto, deve-se ressaltar a presença de pesquisadores brasileiros em ambos os entornos, o que sinalizada para uma postura dialógica da pesquisa em organização do conhecimento realizada no Brasil.

Referências

- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- CHAUDIRON, S.; LUHR, C. (Eds.). *Filtrage et résumé automatique de l'information sur les réseaux: Actes du 3ème Colloque du Chapitre français de l'ISKO*. Nanterre: Université de Paris X, 2001.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.
- DAVID, A. Organization des connaissances dans les systèmes d'informations orientés utilisation: contexte de veille et d'intelligence économique. Nancy: Press Universitaires de Nancy, 2005.
- EL HADI, W. M. (Ed.). Knowledge Organization: dynamism et stabilité. Lille: Université Charles-De-Gaulle Lille 3, 2011.
- EL HADI, W. M.; KISLIN, P. (Eds). Contextes, langues et cultures dans l'organisation des connaissances. France : Fondation Maison des Sciences de L'Homme – Paris, 2013.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire**, v.1, n.1, p.149-157, ene./jun. 1995.
- GARCÍA MARCO, F.J. Paradigmas científicos en representación y recuperación de la información. In: GARCIA MARCO, F. J. Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación 1. Actas del I Encuentro de ISKO-España, 1993, Madrid. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 99-112.
- INTELLIGENCE COLLECTIVE ET ORGANISATION DES CONNAISSANCES 7ÈME COLLOQUE DU CHAPITRE FRANÇAIS DE L'ISKO. Lyon : University Jean-Moulin Lyon 3 & the ENSSIB, 2009.
- JACOB, E.K.; KWASNIK, B. (Eds.). Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization. Syracuse, NY, v. 2, 2009.
- LANGRIDGE, D. **Classificação: abordagem para estudantes de Biblioteconomia**. Rio de Janeiro ; Interciência, 1977.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MANIEZ, J.; EL HADI, W.M. (Eds.). **Organisation des connaissances en vue de leur intégration dans les systèmes de représentation et de recherche d'information**. Villeneuve d'Ascq: Université Charles-de-Gaulle Lille 3, 1999.

MIRANDA, M. L. C. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, 1999.

NORTH AMERICAN SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE ORGANIZATION – NASKO, 4th, 2013. Transition cultures, transition KO: Evolving exploration, critical reflection and practical work. Milwaukee: University of Wisconsin-Milwaukee, v. 4, 2013.

PAJEK. Introductory social network analysis with Pajek. School of Information- University of Michigan. Disponível em: < http://ocw.mit.edu/courses/economics/14-15j-networks-fall-2009/assignments/MIT14_15JF09_pajek.pdf > Acesso em 20 set 2015

PIEDEDE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

POLITY, Y.; HENNERON, G.; PALERMITI, R. (Ed). **L'organisation des connaissances : approches conceptuelles** - ISKO-France. Paris: L'Harmattan, 2003.

REGIMBEAU, G. ; COUZINET, V. **Organisation des connaissances et société des savoirs: concepts, usages, acteurs** – Isko France, Toulouse : ISKO, 2007.

SMIRAGLIA, R.P. (Ed.). Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization, Toronto, Canada: ISKO, v.3, 2011.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

TENNIS, J. T. Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization - NASKO, Toronto, Canada, v.1, 2007.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



X EDICIC - 2016



Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO EM APLICAÇÕES MÓVEIS: ESTUDO EXPLORATÓRIO NO CENÁRIO BRASILEIRO

ARQUITECTURA DE INFORMACIÓN EN APLICACIONES MÓVILES: ESTUDIO EXPLORATORIO EN EL ESCENARIO BRASILEÑO

Maria Aparecida Moura, UFMG
Brenda Vasconcelos Attalla, UFMG

Resumo: Apresenta-se um estudo exploratório da arquitetura da informação em aplicações móveis no cenário brasileiro. Analisam-se as principais características dos APPs e os desafios apresentados para a organização e a recuperação da informação em contexto, no âmbito da cultura de conexão. A análise teve como foco os dados gerais obtidos a partir de uma amostra composta por 65 aplicativos móveis produzidos e/ou adotados no Brasil. O estudo considerou o perfil de uso e o perfil dos usuários, a propriedade intelectual e comercial das aplicações, a arquitetura da informação (governança, atributos de usabilidade, recursos disponíveis, conectividade e privacidade dos dados pessoais).

Palavras-chave: aplicações móveis, arquitetura da informação, mobilidade, propagabilidade

Resumen: Se presenta un estudio exploratorio de la arquitectura de la información de las aplicaciones móviles en el contexto en el escenario brasileño. Se analizan las principales características de las aplicaciones y los desafíos que se presentan a la organización y recuperación de información en el contexto de la cultura de conexión. El análisis se centró en los datos generales obtenidos de una muestra de 65 aplicaciones móviles producidos y / o adoptados en Brasil. La investigación consideró el perfil de uso y los usuarios, la propiedad intelectual y comercial de las aplicaciones, la arquitectura de la información (governanza, los atributos de usabilidad, los recursos disponibles, la conectividad y la privacidad de los datos personales).

Palabras clave: aplicaciones móviles, arquitectura de la información, movilidad, propagabilidad



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



1 INTRODUÇÃO

“Estamos indexados porque todas as nossas ações nas telas se tornam dados codificáveis, que nos reduzem a cifras e fazem de nós seres permanentemente rastreáveis e classificáveis em nichos mercadológicos.” (KATZ, 2015)

O aumento no uso de dispositivos móveis, por distintos segmentos sociais e em diferentes conjunturas, a disputa do mercado pela atenção dos consumidores e a popularização dos aparelhos *smartphones* ampliaram expressivamente a produção de aplicativos nessa plataforma no Brasil.

Na última década, houve inúmeras alterações na produção, organização e recuperação da informação digital em contexto, com a consequente personalização da experiência usuária através de aplicações móveis. De um modo geral, pode-se afirmar que a experiência de produção, organização e uso da informação tem sido cada vez mais contextual, móvel e *online*. Nesse âmbito, os atores sociais em mobilidade contam com uma miríade de funcionalidades, produtos e serviços que tornam a experiência do usuário das aplicações cada vez mais exclusiva em relação às suas necessidades, mas ao mesmo tempo, mais conectada às suas comunidades de referência.

Nesse estudo, buscou-se identificar e sistematizar a arquitetura da informação em aplicações móveis, tendo em vista analisar a repercussão desses elementos naquelas produzidas e /ou customizadas para o contexto brasileiro.

Na primeira seção do estudo, tematiza-se a mobilidade, propagabilidade e aplicações móveis em tempos de conexão. Na segunda, apresenta-se o conceito de arquitetura de informação e de aplicativos móveis e seus elementos constitutivos. Na



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

terceira, por sua vez, destaca-se a arquitetura de aplicativos móveis. Por fim, na quarta, apresenta-se o estudo empírico relacionado aos aplicativos móveis adotados no Brasil. A análise teve como foco os dados gerais do aplicativo, o perfil de uso e dos usuários, a propriedade intelectual e comercial, a arquitetura da informação (governança, atributos de usabilidade, recursos disponíveis, conectividade e privacidade dos dados pessoais). Em considerações finais, são apresentadas as conclusões do estudo exploratório realizado.

2 MOBILIDADE, PROPAGABILIDADE E APLICAÇÕES MÓVEIS EM TEMPOS DE CONEXÃO

O aumento da personalização da experiência de consumo de informações e a sobreposição dos ambientes dedicados à fruição, à comunicação e ao consumo em um mesmo dispositivo evidenciaram a necessidade de realização de trabalhos interdisciplinares, tanto para viabilizar e sedimentar as arquiteturas de informação, quanto para compreender os desdobramentos culturais e éticos delas decorrentes.

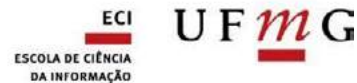
De acordo com a Teleco¹, o Brasil possuía em março de 2016 cerca de 257 milhões de aparelhos celulares. Destes, cerca de 168 milhões eram Smartphones - um celular que oferece recursos e funcionalidades, realiza *download* de aplicativos e combina telefonia móvel e computador pessoal. A popularização do uso de aplicativos em diferentes situações de conexão da vida em mobilidade tornou possíveis os serviços de recomendação móvel e a personalização da informação. Segundo estatísticas recentes, o brasileiro tem, em média, 20 aplicativos disponíveis em seus aparelhos móveis.

¹<http://www.teleco.com.br/ncel.asp>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



URRY (2007) ressalta que a mobilidade não é um conceito novo, mas uma propriedade de coisas e pessoas. Para o autor, todas as relações sociais envolvem conexões que são mais ou menos rápidas, intensas, e envolvem a circulação de entidades. Para o autor, as Ciências Sociais tomavam como referência a proximidade baseada em relações face a face e rituais sincrônicos, em uma presumida “metafísica do presente”.

CHAYKO apud URRY (2007:47) destaca que as relações sociais em situações de mobilidade envolvem uma “presença imaginada” que ocorre por meio de objetos, pessoas, informações e imagens em conexões com outros espaços sociais múltiplos. Nesse sentido, a ausência convive com uma presença imaginada, que é potencializada por processos de conexão e comunicação entre pessoas e lugares. Para lidar com as distâncias, as sociedades produzem dispositivos e discursos de mobilidade organizados através de diferentes conjuntos de processos interdependentes. Nesse contexto, as tecnologias de viagem e de comunicação, também chamadas de máquinas de mobilidade, compõem os sistemas que movimentam objetos, pessoas, ideias e imagens através das distâncias.

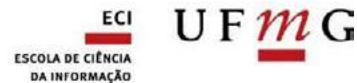
Segundo URRY (2007: p. 47), as principais mobilidades são: as viagens do corpo real em situações de trabalho, lazer ou migração; o movimento físico dos objetos em direção aos produtores, consumidores e varejistas; as viagens imaginárias através de fotografias e mídias visuais; as viagens virtuais em tempo real e mediadas por tecnologias que transcendem a geografia e a distância social; e a mobilidade comunicativa que ocorre através de mensagens, cartas, textos e telefonia. Portanto, o paradigma da mobilidade, conforme destaca URRY (2007: p.54), envolve não apenas os aspectos físicos do movimento, mas também os aspectos econômicos, sociais e culturais na organização das distâncias.

Nessa conjuntura, JENKINS (2014: p.26-27) destaca o surgimento das mídias propagáveis que se baseiam no interesse do público e na abertura dos detentores dos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



direitos autorais para compartilhar e ressignificar conteúdos em um modelo holístico e sustentável. Segundo o autor, a propagabilidade envolve recursos técnicos, estruturas econômicas e atributos de texto que podem ampliar ou restringir a circulação e a troca de informações em redes sociais.

A ideia de mobilidade e propagabilidade abriu espaço para o surgimento de produtos e serviços que potencializam o fluxo de ideias, a produtividade, a diversidade das experiências, o compartilhamento, a participação e a colaboração entre sujeitos em situação de mobilidade. Dentre esses produtos e serviços estão: a computação em nuvens, os *streamings* de áudio e vídeos, os jogos *online* e os aplicativos móveis.

Os aplicativos móveis são softwares desenvolvidos para serem utilizados em celulares, PDAs, tocadores de música digital, smartphones e tablets com o propósito de facilitar a conectividade, a produtividade e o entretenimento dos sujeitos em situações de mobilidade. Além disso, a diversidade entre aplicativos ocorre de acordo com as funcionalidades. Dentre as principais aplicações disponíveis no mercado estão: os videogames, os geolocalizadores, as operações bancárias, os serviços diversificados de compra, as aplicações médicas, os tocadores de música digital, os canais de vídeo e TV, os motores de busca, as redes sociais genéricas ou especializadas.

Os aplicativos tornaram-se centrais nos processos de circulação e uso da informação devido ao barateamento e acessibilidade crescentes, à popularização dos sistemas operacionais móveis, ao comércio eletrônico e à interação em redes sociais. Os usuários escolhem os softwares em virtude da conveniência de uso (produtividade, interações sociais, entretenimento); da oferta de interatividade em relação ao espaço georreferenciado (ex. serviços de táxi, turismo, condições climáticas, condições do trânsito, previsão de voos); da facilidade de manuseio, (a interface intuitiva, o acesso fácil ao produto, a disponibilidade de ajuda e comunicação em tempo real, acesso rápido – a expectativa média



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



mundial de funcionamento do APP é de 2 segundos); e da facilidade de compra, segurança, transparência e controle pessoal do engajamento financeiro da aquisição (MOURA 2015: p.41).

As aplicações móveis estruturam-se em aplicações Web, nativas, e híbridas. As *aplicações web* não são instaladas diretamente no dispositivo móvel e podem ser acessadas através de *browsers* de navegação disponíveis no mercado. Em função disso, não requerem espaço de armazenamento, todavia têm o desempenho associado à qualidade do *browser* utilizado. Por sua vez, as *aplicações nativas* são instaladas no dispositivo móvel a partir do fabricante e não requerem necessariamente a transferência de dados, funcionam sem o uso de redes *online* e os dados gerados são armazenados no próprio equipamento. Por fim, as *aplicações híbridas (Web)* são instaladas a partir de uma plataforma de distribuição digital para dispositivos móveis. Em termos comerciais, geram custo ao usuário final, ou são mantidos por propaganda indireta, ou pelo proponente da aplicação. Algumas dessas aplicações funcionam a partir do acesso em rede e outras podem funcionar sem o acesso *online*.

Os principais metadados utilizados para a descrição e disponibilização comercial dos APPs são: os idiomas em que a aplicação está disponível, nome da aplicação, etiqueta/ícone, países e lojas em que a publicação está disponível, *copyright*, categoria primária e secundária ao qual pertence a aplicação, descrição, palavras-chave, URL de marketing, URL de suporte, políticas de privacidade, contrato de licença do usuário, informações sobre pagamento e custo.

Dentre as principais características dos aplicativos móveis estão os seguintes elementos: plataformas apropriadas aos usos específicos, atratividade gráfica, facilidade de uso, apoiam a originalidade das experiências dos usuários, são compartilháveis, possuem baixo custo de circulação e são demograficamente indicados a públicos específicos. Além



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

disso, são convenientes do ponto de vista do uso, personalizáveis, geograficamente identificáveis, acessíveis, não requerem atenção exclusiva que rivalize com os princípios da multitarefa, possuem foco na experiência usuária e, como um modelo de negócios, oferece segurança ao consumidor final.

Integram a tipologia dos APPs as seguintes categorias: produtividade, jogos, comunicação, viagens, educação, saúde, multimídia, entretenimento, finanças, gastronomia e bebidas, medicina, previsão do tempo, lojas eletrônicas, bancos, redes sociais, dentre outras.

3 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

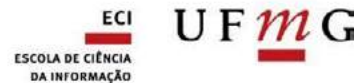
De acordo com BAILEY'S (2002) apud BANERJEE E DOWNEY (2010), a arquitetura da informação é a arte e a ciência de organizar a informação com o propósito de torná-la localizável, administrável e útil aos seus propósitos desde o nível da infraestrutura até a interface de uso. No contexto da mobilidade potencializada por dispositivos digitais em rede e da comunicação entre coisas, sujeitos, informações e contextos proporcionados pela Internet das Coisas (IoT), a organização da informação tem passado por inúmeras transformações e tende a ser compreendida tanto como um serviço de representação de estruturas de informações preexistentes, quanto um distribuidor de produtos informacionais de valor agregado. Conforme destaca MOURA (2016, p. 83-84),

A organização da informação ganha novos contornos e passa a compreender a mediação intelectual exercida por profissionais especializados em que se admite a cultura participativa e o engajamento de usuários na condição de cocriadores e colaboradores em processos de descrição, indexação e classificação de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



informações e na customização e promoção de produtos e serviços derivados de evidências documentais, fluxos e necessidades informacionais. Essa mediação é norteadas por dimensões socioculturais, curadorias de informação, procedimentos técnicos, conformações normativas, potencialização tecnológica, viabilidade econômica e missões institucionais.

A arquitetura de informação se aproxima fortemente da perspectiva contemporânea de organização e envolve a arquitetura de dados e a gestão de metadados e de conhecimento. Sua efetivação como um produto ou serviço informacional orienta-se em torno das seguintes etapas: preparar e organizar a informação através da estruturação e da composição de um repositório e do enriquecimento do conteúdo; acessar a informação através da pesquisa e recuperação da informação e da recuperabilidade. As referidas etapas visam tornar a informação disponível, localizável e navegável.

BANERJEE E DOWNEY (2010) propõem uma lista das quatro principais áreas a serem pensadas quando da estruturação de uma arquitetura de produto ou serviço informacional. São elas: a organização e o acesso à informação, a governança e a experiência de uso. Na organização da informação é preciso levar em consideração a modelagem dos dados, as estratégias de composição e estruturação dos metadados, a classificação das informações através de vocabulários controlados, tesouros, taxonomias ou da incorporação de termos ou *tags* adotados pelos usuários dos serviços. Na etapa de acesso à informação é necessário pensar na tecnologia de busca disponível ou desejável, modelar o escopo da pesquisa (web, aplicações móveis ou estruturas *desktop*), tipos de pesquisas a ser disponibilizadas, o design de navegação, medidas para avaliação do uso e modelos de segurança para o acesso à informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Por sua vez, a governança está relacionada com a manutenção e o monitoramento das constantes mudanças operadas na arquitetura da informação. E, finalmente, a experiência do usuário lida com a pesquisa de usuários e a usabilidade dos elementos adotados na arquitetura da informação em que se buscará compreender as categorias de usuários ou personas, as tarefas a serem executadas, a compreensão e as definições dos fluxos de informação e *wireframes* e a realização de testes de usabilidade e avaliação da estrutura geral da arquitetura do ponto de vista de seu uso.

Com base nas questões propostas por BANERJEE e DOWNEY (2010), sintetiza-se na Figura 1 o *checklist* de uma arquitetura de informação.



Figura 1 - Arquitetura da Informação

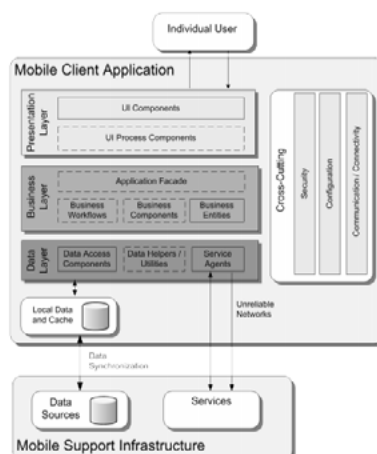
CATEGORIA	TÓPICOS
Consumo da informação	Caracterização da informação e fonte dos dados; Disponibilidade; Métricas para avaliação da performance.
Geração da informação	Tipificação do uso e função da AI; Extração e origem dos dados; Características (temporal, espacial e personalização); Métricas para avaliação da performance.
Organização da informação	Modelagem; Classificação; Análise semântica; Método de estruturação da classificação, modelagem e elementos semânticos; Experiência do usuário.
Acesso à informação	Busca; Descoberta da informação na estrutura; Análise e otimização; Experiência do usuário; Navegação; Interface; Métricas para avaliação da performance.
Governança informacional	Transparência na gestão de informação; Acurácia e consistência da classificação da informação política.
Qualidade da informação	Definição da segurança (adequação à liberdade de informação e privacidade dos dados pessoais); Disponibilidade; Confiança; Análise e escalabilidade do volume de dados a serem gerados; Utilidade (previsão de tempo para utilização e atualização da informação).

Fonte: Adaptado de Downey e Banerjee, 2010, p. 36.

4 ARQUITETURA DE APLICAÇÕES MÓVEIS

A arquitetura de aplicações corresponde à estruturação de múltiplas camadas voltadas para o planejamento e a explicitação da experiência do usuário, do modelo de negócio e dos dados, conforme a figura abaixo.

Figura 2 - Arquitetura de aplicação móvel



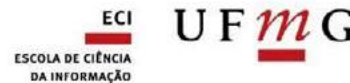
Fonte: MEIER et al, 2008

Conforme ressalta MEIER et al (2008, 2009), a arquitetura de aplicações móveis é composta pela autorização, a autenticação, o armazenamento, a comunicação, a gestão, planejamento do acesso aos dados, a navegação, a experiência do usuário e a interface de uso. A *autorização e a autenticação* visam oferecer segurança e confiabilidade para a aplicação e identificar os diferentes cenários em que esses mecanismos de monitoramento serão necessários. O *armazenamento em cachê* pode auxiliar no desempenho e na



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



capacidade de resposta do aplicativo. A *comunicação* em aplicativos pressupõe a comunicação via wireless, Bluetooth ou IrDA. A *gestão* orienta as configurações, as redefinições e o controle de qualidade do aplicativo. O *planejamento do acesso aos dados* considera a largura da banda e a conectividade a que os usuários terão acesso para não comprometer o desempenho do dispositivo na experiência de uso. A *interface do usuário* é projetada considerando-se as especificidades do dispositivo e as situações de uso, buscando realizar adequações aos formatos e tamanhos das telas. E, por último, a *navegação* apoia a exploração intuitiva do usuário, sem que funções importantes fiquem escondidas na interface.

5 ANÁLISE DE APLICATIVOS MÓVEIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

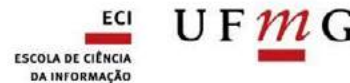
Para o desenvolvimento do presente trabalho, adotou-se a Análise de Conteúdos de uma amostra aplicações de APPs híbridos, nativos e web, em diferentes categorias disponíveis em plataformas de distribuição digital para dispositivos móveis, com vistas a compreender sua arquitetura. A análise de conteúdo foi crucial para o desenvolvimento do presente estudo, por tratar-se de uma técnica de apoio para produzir inferências de um texto focal para o seu contexto social. A técnica visa à “descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não detínhamos a compreensão” (BARDIN, 1997, p.29). A técnica se organiza em: a) pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na pré-análise, etapa fundamental da técnica, foram escolhidos os documentos de acordo com os seguintes princípios: representatividade – a amostra é uma parte



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



representativa do universo; homogeneidade – os documentos selecionados obedecem a um mesmo critério de escolha; pertinência – os documentos são adequados ao objetivo da análise; e exaustividade.

O estudo exploratório teve o propósito de caracterizar os principais aplicativos móveis produzidos e/ou adotados no Brasil com o objetivo de compreender a arquitetura da informação e os contextos de uso em que esses aplicativos são mobilizados. Através desse procedimento, objetivou-se também identificar e analisar as transformações ocorridas nos processos de personalização e circulação da informação em situações de mobilidade.

Na etapa de caracterização da arquitetura de informação dos aplicativos, elaborou-se um formulário composto por questões que visaram apoiar a análise. Com esse intuito, o instrumento de coleta de informações abrangeu os seguintes tópicos: os dados gerais de identificação do aplicativo, o perfil de uso e dos usuários, a propriedade intelectual e comercial, a arquitetura da informação (governança, atributos de usabilidade, recursos disponíveis, conectividade e privacidade dos dados pessoais). O formulário apresentou questões abertas e de múltipla escolha, nas quais, em alguns casos, era possível marcar mais de uma opção de resposta.

Com base na plataforma de distribuição digital para dispositivos móveis, foram selecionados 65 aplicativos adotados em diferentes contextos, entre os quais estavam contemplados: compras, entretenimento, comunicação, negócios, segurança, saúde e finanças. A seleção e a coleta de dados foram realizadas nos meses de abril e maio de 2016.

Dos resultados

O estudo exploratório pretendeu apresentar um diagnóstico inicial dos APPs produzidos ou customizados para a realidade nacional do ponto de vista de sua arquitetura informacional e dos aplicativos móveis. A partir disso, concluiu-se que o mercado de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

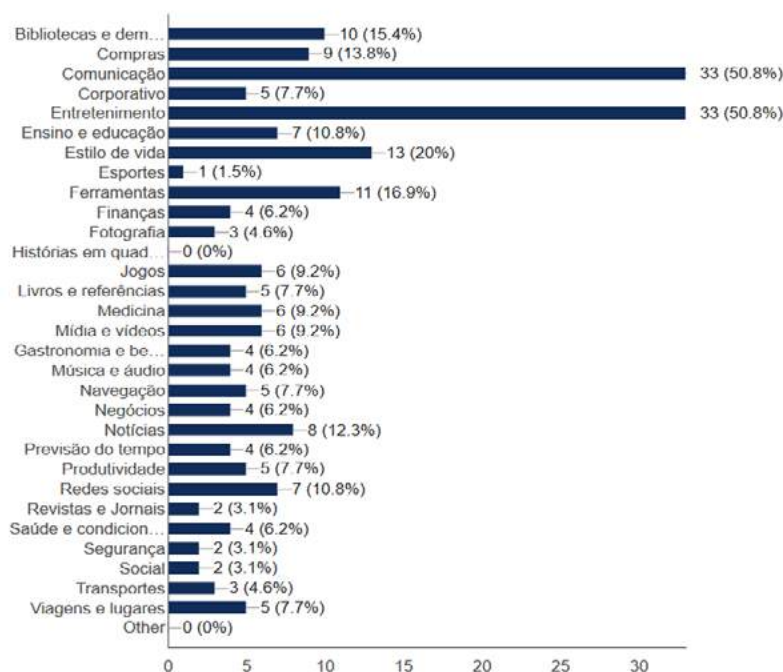
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

desenvolvimento de aplicações móveis ampliou-se exponencialmente no contexto nacional. Todavia, essa ampliação ainda revela grande opacidade e complexidade do ponto de vista da organização informacional. A dificuldade em compreender o fluxo informacional ocorre tanto na fase de produção dos aplicativos, quanto em sua recuperação, como um produto informacional, pelos usuários finais.

Além disso, o contexto de uso dos aplicativos é cada vez mais diverso e visa apoiar o usuário nas diferentes situações de mobilidade. Nos aplicativos analisados, destacaram-se como contextos de uso a comunicação, o entretenimento, o estilo de vida e as ferramentas.

Figura 3 - Contexto de uso dos aplicativos móveis



Fonte: Dados da pesquisa



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



Os dados obtidos através da análise dos aplicativos indicaram que as interfaces não exigem alto grau de especialização para utilização dos APPs. Todos os aplicativos analisados eram indicados para usuários novíços.

Quanto à classificação etária indicativa para utilização dos aplicativos, adotaram-se as orientações disponíveis no Portal Online de Classificação Indicativa². Dos aplicativos analisados, 75,4% apresentavam a classificação livre, 1,5% eram voltados para a faixa etária de 10 anos, 16,9% eram indicados para a faixa etária de 12 anos e 6,2% indicados para a faixa etária de 16 anos. Essa classificação etária é acompanhada pela descrição dos elementos que deram causa à restrição de uso. Contudo, não há mecanismos formais que impeçam o acesso e o uso efetivo por parte dos usuários das faixas etárias restringidas.

A maioria dos aplicativos exige alguma forma de adesão, seja através de um cadastro específico (51,6%), utilizando-se o cadastro do Facebook (42,2%), ou acessando os dados pessoais oriundos de outras redes sociais adotadas pelo usuário (37,5%).

Em relação à natureza jurídica dos proponentes dos aplicativos analisados, 86,2% eram produzidos por empresas e 13,8% por pessoa física.

Com relação ao custo para acessar os aplicativos, 66,2% eram disponibilizados gratuitamente e 33,8% eram pagos.

Em relação à governança informacional, apenas 12 aplicativos possuíam análise semântica como mecanismo de descrição e acesso à informação; além disso, 16 não possuíam mecanismo de busca. Notou-se um equilíbrio quanto à caracterização da

²Portal Online de Classificação Indicativa - <http://culturadigital.br/classind/criterios-e-normas/aplicacao-dos-criterios/classificacao-livre/>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

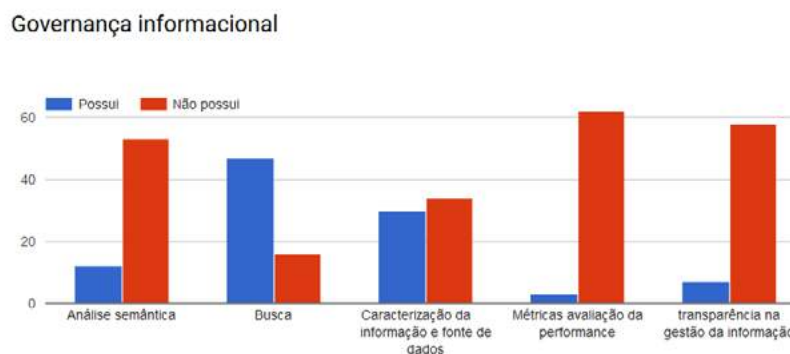
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informação e à identificação da fonte dos dados. Apenas três aplicativos possuíam métricas de avaliação da performance. O índice de transparência na gestão da informação ainda é baixo e apenas sete das aplicações analisadas adotavam mecanismos de gestão da informação transparentes à percepção dos usuários.

Figura 4 – Governança informacional



Fonte: dados da pesquisa

A informação é organizada através de uma miríade de recursos que são disponibilizados na interface dos aplicativos para tornar o engajamento dos usuários mais conexo às distintas situações de mobilidade. Os recursos audiovisuais são os mais adotados (63,1%), mas observam-se também recursos de interação e uso (49,2%) e mecanismos dedicados ao compartilhamento (38,5%). Há espaços dedicados à publicidade e ao comércio eletrônico, representado por 26,2% e 24,6% respectivamente. Apenas 21, dos 65 aplicativos analisados, ofereciam informações sobre os desenvolvedores, embora esta seja uma das principais exigências das plataformas de distribuição digital para dispositivos móveis.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



A análise da arquitetura da informação e dos aplicativos móveis permitiu compreender o papel desses dispositivos na conexão da vida em situações de mobilidade. A arquitetura da informação mobiliza elementos associados ao consumo, à geração, à organização, ao acesso, à governança e ao controle de qualidade da informação. Nesse sentido, envolve simultaneamente os aspectos de organização, de gestão e de uso da informação.

A arquitetura das aplicações móveis apoia a tradução da arquitetura da informação para a instância tecnológica da mobilidade. A sua função primordial, como parte integrante dos sistemas de mobilidade, é reduzir o estranhamento proporcionado pelos artifícios da presença imaginada e apoiar tecnologicamente as conexões entre os sujeitos, ideias, produtos e contextos através das distâncias geográficas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo exploratório desenvolvido permitiu a identificação de um conjunto de mudanças nas formas de produção, organização e disseminação da informação e no consumo de produtos e serviços em situações de mobilidade geográfica, com a consequente sobreposição e a mitigação da especificidade dos ambientes.

A análise articulada entre as arquiteturas de informação e de aplicações móveis proporcionou a compreensão acerca dos desafios profissionais, científicos e tecnológicos de prover informações, seus produtos e serviços derivados, do ponto de vista da individualização da experiência de uso, da conexão da vida em mobilidade, da recomendação e da propagabilidade potencializados pelos novos dispositivos de acesso e difusão da informação.

Parece oportuno ressaltar, a partir dos achados do estudo exploratório realizado, que o campo da Ciência da Informação e seus pesquisadores estão diante de uma plethora de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



desafios sociotécnicos inauditos que clamam por iniciativas que compreendam o caráter informacional da mobilidade em um diálogo transdisciplinar.

7 AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são devidos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio concedido no desenvolvimento desse trabalho.

8 REFERÊNCIAS

- BANERJEE, Sumit, DOWNEY, Laura. Building an Information Architecture Checklist. *Journal of information architecture*, v.2, n.2. 2010. p. 25-42. Disponível em: <http://journalofia.org/volume2/issue2/03-downey/>. Acesso em: 14. Jan. 2016.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1997.
- JENKINS, Henry et al. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.
- KATZ, Helena. Conexões entre o corpo APPS e o mundo regido por editais. *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Dança*. Comitê Produção de Discurso Crítico Sobre Dança. Junho/2015. Disponível em <http://www.portalanda.org.br/anaisarquivos/6-2015-4.pdf>. Acesso em 21. Maio.2016.
- MEIER, J.D et al. Mobile application architecture guide. [s.l]: Microsoft patterns & practices, 2008. Disponível em: http://robtiffany.com/wp-content/uploads/2012/08/Mobile_Architecture_Guide_v1.1.pdf. Acesso em 18. maio. 2016.
- _____. Microsoft application architecture guide. [s.l]: Microsoft patterns & practices, 2009. Disponível em: https://www.fizyka.umk.pl/~jacek/docs/net/Application_Architecture_Guide_v2.pdf. Acesso em 18. maio. 2016.
- MOURA, Maria Aparecida. As fronteiras dos documentos no contexto das mídias propagáveis e da Internet das coisas. *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 79-89, jan./jun.2016. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/rbu/index.php/localhost/article/viewFile/131/83>. Acesso em 21. maio. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

_____. Between dense hypertexts and hyper-consumerism: information, personalization and mobile consumption. In: SALEH Imad et al. *H2PTM'15: Le numérique à ère de l'Internet des objets de l'hypertexte à l'hyper-objet*. Paris: Iste Editions, 2015. p. 36-49.

URRY, John. *Mobilities*. Malden: Polity Press, 2007.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

ASPECTOS TEMÁTICOS DA APLICABILIDADE DE ONTOLOGIAS EM CATÁLOGOS BIBLIOGRÁFICOS *ONLINE*

THEMATIC ASPECTS OF THE APPLICABILITY OF ONTOLOGIES IN ONLINE PUBLIC ACCESS CATALOGS

Roberta Cristina Dal Evedove Tartarotti, UNESP
Mariângela Spotti Lopes Fujita, UNESP
Walter Moreira, UNESP

Resumo: No âmbito da área de Organização do Conhecimento da Ciência da Informação, a representação temática desempenha um papel fundamental em sistemas de recuperação da informação. Em catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias, o uso adequado da linguagem documental é fundamental, pois possibilita a representação de conteúdos documentais compatíveis com as solicitações de pesquisas dos usuários. O trabalho tem como objetivo realizar um estudo teórico em torno das ontologias como instrumentos de representação do conhecimento, visando sua aplicabilidade na representação e recuperação temáticas em catálogos bibliográficos *online*. Acredita-se que os fundamentos teórico-metodológicos das ontologias apresentam-se potencialmente viáveis para implantação em catálogos bibliográficos *online*, agregando maior valor aos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias nesta nova configuração informacional da web semântica.

Palavras-chave: Ontologias. Catálogos bibliográficos *online*. Representação temática. Sistemas de organização do conhecimento. Organização do Conhecimento.

Abstract: In the context of Knowledge Organization area of Information Science, the thematic representation plays a key role in information retrieval systems. In online bibliographic catalogs of university libraries, the proper use of the documentary language is critical because it enables the representation of documentary content that is compatible with users' search requests. The research aims to conduct a theoretical study around the ontologies as knowledge representation tools, aiming their applicability in the representation and thematic retrieval in online bibliographic catalogs. It is believed that the theoretical and methodological ontologies foundations are presented potentially viable for implantation in online bibliographic catalogs, adding greater value to products and services offered by university libraries in this new informational configuration of the semantic web.

Keywords: Ontologies. Online bibliographic catalogs. Thematic representation. Knowledge Organization System. Knowledge Organization.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A exponencial produção científica aliada às novas tecnologias de comunicação e informação na contemporaneidade impulsionou o desenvolvimento dos sistemas de recuperação da informação, no intuito de disseminar a informação científica. No bojo desse novo paradigma informacional, caracterizado pelo papel cada vez mais fundamental que desempenham os processos eletrônicos de análise, armazenamento e transmissão da informação, especialmente na internet, o campo da Ciência da Informação busca resolver os problemas relacionados à produção, tratamento e recuperação de recursos informacionais em contextos específicos.

A internet na contemporaneidade, delineada nos moldes da *World Wide Web*, está em um constante processo evolutivo, modificando a forma como criamos conteúdo e trocamos informações. Entretanto, a *web* apresenta problemas de manipulação de informações devido ao grande volume de informações não estruturadas ou pouco estruturadas e à falta de metadados, o que dificulta o acesso às informações relevantes e específicas.

Nesse cenário, a *web* semântica trata das relações de significação ou *relações semânticas* entre os conteúdos publicados, possibilitando, além da integração de documentos, uma característica da *web* tradicional, a interpretação e integração de dados tanto por usuários como por agentes de *software*. Segundo García Marco (2007, p. 546), a *web* semântica tem o objetivo de complementar a *web sintática* o que falta em termos de recuperação e processamento da informação: granularidade, precisão, exaustividade e inferenciabilidade na gestão da informação. Para que isso seja possível, a *web* semântica depende das ontologias formais, um tipo de sistema de organização do conhecimento, para a estruturação do conhecimento de modo que possam ser compreensíveis por máquinas. Para isso, entre outras coisas, é preciso definir de forma adequada o significado dos dados e metadados (MAEDCHE, 2002, p. 23).

No âmbito da Ciência da Informação, a área de Organização do Conhecimento possui os fundamentos teórico-práticos necessários no que tange aos problemas de representação e recuperação em sistemas de recuperação da informação como os catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias. Para Ferneda (2013, p. 12), um sistema de recuperação da informação “é um ambiente linguístico cuja eficiência depende de um controle adequado da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

linguagem de representação dos itens de informação e das requisições de seus usuários” e “um agente mediador na comunicação entre um estoque de informação e os seus potenciais requisitantes”, em que

o nível e a precisão das representações dos itens de informação e das necessidades de informação dos usuários afetam diretamente no desempenho do sistema. Embora originalmente o propósito das ontologias se distancie dos objetivos de uma linguagem documental, o seu poder de representação as tornaram uma opção natural para solução de alguns problemas relacionados à recuperação de informação (FERNEDA, 2013, p. 15).

Como apontam Ramalho, Zafalon e Ouchi (2014, p. 4134), ao “(re)definirem-se métodos e, conseqüentemente, instrumentos de organização, disseminação e acesso aos registros”, visando “garantir a recuperação e o (re)uso de informações”, destacam-se tanto as ontologias, os catálogos e a catalogação como a *web* semântica, trazendo novas práticas sociais devido à construção dinâmica e colaborativa dos objetos digitais, possibilitando novos olhares de investigação da área de Organização do Conhecimento.

Neste mesmo pensamento, Gnoli (ISKO, 2014, p. 329) ressalta a importância do *conteúdo temático dos documentos* e considera que os desenvolvimentos no campo da *web* semântica devem ser considerados e incluídos como objetos de estudo da área de Organização do Conhecimento. Entretanto, enquanto a maioria das pesquisas atuais sobre a *web* semântica voltam-se para a interoperabilidade técnica, há uma lacuna sobre a *interoperabilidade conceitual*. Mai (2003, p. 6) reforça este ponto, ao alertar que a representação descritiva dos documentos tem recebido bastante atenção entre os pesquisadores que estudam a questão da interoperabilidade, enquanto a representação temática tem sido negligenciada ou considerada pouco problemática.

No que tange à representação temática, em catálogos bibliográficos *online* o uso adequado da linguagem documental é fundamental, pois possibilita a representação de conteúdos documentais compatíveis com as solicitações de pesquisas dos usuários em uma determinada área científica especializada. Entretanto, a inadequada representação documental refletirá na qualidade da recuperação. Este é um desafio tanto teórico como prático da área de Organização do Conhecimento, uma tarefa bastante complexa, especialmente para sistemas que servem a um grupo de usuários grande e heterogêneo e lidam com grandes quantidades de informações, tal como bibliotecas e no ambiente *web* (MAI, 2000, p. 270; MAI, 2011, p. 116).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Diante do pressuposto de que os catálogos bibliográficos *online* precisam representar o conteúdo intelectual dos documentos para prover acesso aos mesmos baseando-se no seu assunto e da nova configuração informacional no ambiente da *web* semântica, surge a seguinte questão: as ontologias como instrumentos de representação do conhecimento poderiam contribuir para a melhoria da representação temática nestes sistemas de recuperação da informação?

Desse modo, partindo-se da hipótese de que as ontologias possibilitam a melhoria da recuperação da informação em catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias por meio da compatibilização da terminologia utilizada na representação dos documentos e na representação das necessidades de informação dos usuários, emerge como proposição do trabalho tecer algumas considerações teóricas em torno das ontologias como instrumentos de representação do conhecimento, visando sua aplicabilidade na representação temática em catálogos bibliográficos *online*.

2 OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM CATÁLOGOS BIBLIOGRÁFICOS ONLINE

Em catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias, a recuperação e o acesso aos documentos é suportada pela atividade de catalogação dos recursos informacionais, sendo que “é por meio do registro bibliográfico que se torna possível efetivar o processo comunicativo entre unidades de informação e seus usuários”, ou seja, “é por meio dos registros, resultados da catalogação, que os documentos tornam-se recuperáveis e acessíveis em catálogos” (RAMALHO, ZAFALON, OICHI, 2014, p. 4138).

No processo de catalogação estão envolvidos dois aspectos principais: a descrição física e a descrição temática. Enquanto os metadados descritivos refletem o conteúdo extrínseco de um documento, os metadados semânticos refletem o conteúdo intrínseco de um documento, caracterizando-o por meio de seu(s) assunto(s). Dahlberg (2014, p. 332) explica que na linguagem dos especialistas da área de Organização do Conhecimento, os metadados semânticos podem ser entendidos como conceitos, enquanto que para cientistas da informação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

como descritores, para taxonomistas como taxonomias e para bibliotecários como cabeçalhos de assunto.

No campo da área de Organização do Conhecimento, o termo *knowledge organization systems* (KOS) ou sistemas de organização do conhecimento (SOC) foi proposto em 1998 pelo *Networked Knowledge Organization Systems Working Group* para incluir os sistemas de classificação bibliográficas e arquivísticas, tesauros, cabeçalhos de assunto e autoridades, taxonomias corporativas e de usuário, atribuição de termos livres (*tags*), redes semânticas e ontologias. Entretanto, de acordo com García Marco (2007, p. 541), não há consenso teórico na literatura em torno destes conceitos, especialmente naqueles que emergiram com o desenvolvimento da internet.

Especificamente em bibliotecas universitárias, os instrumentos mais utilizados para a representação temática em catálogos bibliográficos *online* são os sistemas de classificação bibliográfica (CDD e CDU, entre outros), as listas de cabeçalhos de assunto e os tesauros, que auxiliam no processo de análise e tradução do conteúdo dos documentos e da linguagem natural utilizada pelos usuários para a forma padronizada adotada pelo sistema. Para Tálamo, Lara e Kobashi (1992, p. 197), como instrumentos de controle terminológico, as linguagens documentais atuam em dois níveis: na representação da informação obtida pela análise e síntese de textos e na formulação de equações de busca da informação. Cabe acrescentar que atuam também na expansão da estratégia de busca, fornecendo novos termos para os inicialmente propostos pelo usuário do sistema.

Entretanto, em relação às lacunas dos sistemas de classificação bibliográfica como instrumentos de representação do conhecimento, Mai (2003, p. 9) aponta: a maioria não detalha de forma adequada a especificação exata dos temas altamente complexos em documentos; apesar da abrangência e certa variedade global, não atendem plenamente aos pontos de vista especiais de cada biblioteca de forma particular; mesmo se são variados no ponto de vista, não são suficientes para fornecer flexibilidade para a combinação de termos que exigem cabeçalhos de assuntos muito específicos; mesmo se flexíveis, alcançam essa flexibilidade apenas por meio de notação desnecessariamente longas ou complicadas; não conseguem dar a melhor utilidade, a fim de arquivamento.

Em outro viés, os tesauros, de acordo com Koo e Na (2006, p. 16), são um conjunto de termos estruturados que utilizam um pequeno conjunto de relações semânticas (relações de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

equivalência, relações hierárquicas e relações associativas) para indicar o termo preferido para cada conceito e relações entre os termos/conceitos, elaborado para apoiar a consistência da indexação de documentos e possibilitar a efetiva recuperação da informação. As relações entre os termos auxiliam tanto o profissional durante a atribuição dos mesmos quanto os usuários durante as buscas no catálogo bibliográfico *online*. Entretanto, os tipos de relações semânticas no tesouro estão implícitas de acordo com o contexto ou domínio em que está inserido ou que busca representar. Além disso, este conjunto de relações torna-se insuficiente para “aplicações mais complexas ou inteligentes que exigem inferência baseada no conhecimento e uma representação detalhada do conhecimento de domínio” (KOO; NA, 2006, p. 16).

Comparativamente aos tesouros, as ontologias apresentam um conjunto mais rico de relações e possibilitam que as relações semânticas sejam identificadas e processadas tanto por humanos como por máquinas. Esta diferença reside no nível de abstração, nas relações entre conceitos, na capacidade de ser legível por máquinas e, o mais importante, na expressividade que podem proporcionar (KOO; NA, 2006, p. 17; GARCÍA JIMÉNEZ, 2004, p. 89). Neste viés, os estudos em torno da conversão de tesouros em ontologias configuram-se ainda em possíveis campos de atuação do profissional da informação. Já em comparação aos sistemas de classificação tradicionais, onde o foco recai nas relações hierárquicas e nas relações entre sinônimos e homônimos, nas ontologias há uma grande variedade de relações semânticas possíveis (HJORLAND, 2012, p. 306).

Embora os sistemas de classificação bibliográfica, os tesouros e as listas de cabeçalho de assunto continuem sendo utilizados em bibliotecas universitárias mais tradicionais, existem algumas limitações para sua utilização neste novo paradigma da *web* semântica. Com o objetivo de suprir tal lacuna, as ontologias como sistemas de organização do conhecimento têm sido objeto de interesse de diversos campos do conhecimento e mais recentemente da Ciência da Informação.

As ontologias são [...] ferramentas de padronização terminológica das representações dos documentos e das buscas dos usuários de um sistema de recuperação de informação. Essa padronização tem por objetivo a obtenção de melhores resultados no processo de recuperação de informação. Neste contexto, “melhores resultados” compreende principalmente a obtenção de documentos relevantes, que efetivamente atendam às necessidades de informação dos usuários. Isto é, espera-se uma melhoria significativa dos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

índices de revocação e precisão dos resultados das buscas (FERNEDA, 2013, p. 15).

Nesse sentido, as ontologias não são apenas o reflexo de uma realidade objetiva, mas são construídas a partir de uma visão de mundo que é adequada para determinados objetivos e valores, permitindo “uma melhor estruturação e representação de informações em catálogos bibliográficos *online*, possibilitando a realização de inferências automáticas visando facilitar aos usuários a identificação, seleção e acesso de recursos bibliográficos” (HJORLAND, 2012, p. 312; RAMALHO; ZAFALON; OICHI, 2014, p. 4146). Em estudo realizado sobre a aplicação de ontologias em catálogos bibliográficos *online* baseando-se nos FRBR, os autores concluíram que

[...] as ontologias possibilitam ir além da representação dos aspectos descritivos e *temáticos* dos documentos, fornecendo subsídios computacionais que permitem representar os próprios domínios, favorecendo a recuperação de informações contextualizadas. Deste modo, as possibilidades profissionais apresentam condições de ampliação por meio da incorporação de novas potencialidades aos processos de representação, estruturação, disseminação e recuperação de informações em ambientes digitais (RAMALHO; ZAFALON; OICHI, 2014, p. 4146) (grifo nosso).

Desse modo, enquanto o estudo voltou-se principalmente para os aspectos descritivos da aplicação de ontologias em catálogos bibliográficos *online*, neste trabalho nosso foco recai teoricamente sobre os aspectos temáticos.

Em síntese, a principal diferença entre os tipos de sistemas de organização do conhecimento reside nos diferentes tipos de relações semânticas exibidas, entretanto, todos os tipos de sistemas de organização do conhecimento podem ser considerados como tipos de ontologias, pois consistem em seleções de conceitos e suas relações semânticas selecionadas a partir de uma conceituação específica (HJORLAND, 2012, p. 306; 3011). Moreira (2003, p. 97) corrobora com esta visão ao afirmar que os tesouros e as ontologias são instrumentos relacionados com a descrição ou a representação de alguma coisa, característica que podemos atribuir a todos os sistemas de organização do conhecimento da área de Organização do Conhecimento.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3 AS ONTOLOGIAS COMO INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O termo ontologia, mencionado primeiramente no campo da Filosofia na obra *Ogdoas Scholastica* de Jacobus Lorhardus em 1606, posteriormente foi incorporado à Ciência da Computação somente na década de 1960 em um artigo intitulado *Another look at data*, de George H. Mealy (1967), ganhando maior notoriedade com o surgimento da web semântica, na qual as ontologias aparecem como parte (camada) de destaque na sua estrutura. Entretanto, as ontologias na área da Ciência da Computação têm buscado implementar os aspectos ontológicos que contém a lógica de primeira ordem, enquanto os *aspectos categoriais* ficam em segundo plano (FERNEDA, 2013, p. 23; 34; 14; GARCÍA MARCO, 2007, p. 544; 542).

Na Ciência da Informação, mais especificamente na área de Organização do Conhecimento, o termo ontologia passou a ser utilizado no final da década de 1990 em busca de melhores instrumentos de representação da informação, com destaque para o aumento exponencial na última década em busca de sua consolidação e percepção de sua aplicação como instrumento de representação (VICKERY, 1997; RAMALHO, ZAFALON, OUCHI, 2014, p. 4135).

Assim, enquanto na Ciência da Computação as ontologias “são vistas de forma pragmática, constituindo de uma estrutura conceitual que tem por objetivo representar os elementos ou o conhecimento de um determinado domínio”, na Ciência da Informação as “ontologias vêm se somar a outras ferramentas de representação e organização da informação, que há décadas vêm sendo estudadas e utilizadas” (FERNEDA, 2013, p. 43). De acordo com García Marco (2007, p. 543), o aumento de interesse de pesquisadores em torno de metadados e ontologias na Ciência da Informação constitui apenas uma pequena parte de um processo de reconfiguração disciplinar, como resultado da integração de diversas disciplinas que incorporaram as ontologias como seus objetos de estudo.

Para García Marco (2007, p. 542), a adoção do termo ontologia na contemporaneidade advém de três principais aspectos: das categorias universais da classificação de Dahberg (1978)¹, denominadas de *estruturas ônticas*; da modernidade e o prestígio em torno de termos adotados pelo campo da Ciência da Computação e do acesso à informação na *web*, com seus

¹ DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da informação*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

problemas de significado, para que a informação na rede possa relacionar e utilizar de forma mais precisa e potente. Desse modo, as ontologias possuem um caráter notadamente interdisciplinar, com contribuições principais da Filosofia, da Linguística, da Computação e da Ciência da Informação, no intuito de melhorar a representação de um domínio do conhecimento. O autor utiliza o termo *Ciências Ontológicas* para designar este novo campo de investigação eminentemente transdisciplinar, onde há uma reconfiguração disciplinar, como resultado da integração de diversos campos em torno das ontologias como mesmo objeto de estudo.

Neste viés, o papel da Ciência da Informação, mais especificamente da área de Organização do Conhecimento, reside principalmente nos *aspectos semânticos*, caracterizando as ontologias como

[...] instrumentos de nível epistemológico, concebidos a partir de linguagens computacionais com o intuito de favorecer a representação formal dos relacionamentos existentes entre os conceitos de um domínio específico. Neste contexto, as ontologias figuram como uma nova abordagem computacional de representação, descrição e organização de conteúdos informacionais, favorecendo a aproximação dos modelos clássicos de representação, utilizados tradicionalmente no âmbito da área de Ciência da Informação, com as novas tecnologias semânticas desenvolvidas ao longo dos últimos anos (RAMALHO, ZAFALON, OUCHI, 2014, p. 4136).

No que tange ao conceito de ontologia, não há consenso na literatura. Dentre as diversas definições, destaca-se a clássica concepção de Gruber (1993, p. 1): “uma especificação explícita de uma conceitualização”, definição ampliada por Borst (1997, p. 12) para: “uma especificação formal e explícita de uma conceitualização compartilhada”. Moreira (2010, p. 51) explica que *formal* refere-se a legível por computadores; *especificação explícita* estaria relacionada a conceitos, propriedades, axiomas explicitamente definidos; *compartilhado* seria conhecimento consensual; e *conceitualização* diz respeito a um modelo abstrato de algum fenômeno do mundo real.

O termo ontologia pode ser definido ainda como “um tipo de instrumento que permite a representação do conhecimento em uma determinada área em clara conexão com sua recuperação em ambientes informáticos” e como “construções que estruturam conteúdos explícitos e que são capazes de codificar as regras implícitas de uma parte da realidade, ao trabalhar com declarações explícitas independentes do objetivo e do domínio de aplicação”



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

(GARCÍA JIMÉNEZ, 2004, p. 79-80). Já para García Marco (2007, p. 543; 544), “uma especificação formal explícita – uma declaração – sobre a maneira de representar as entidades existentes em uma área de interesse e as relações entre elas” ou “um sistema de termos que serve para descrever e representar uma área do conhecimento e que expressa as relações entre eles por meio de uma linguagem formal (lógica) que pode ser entendida por computador”.

Ramalho (2010, p. 107) define ontologia como “um artefato tecnológico que possibilita representar formalmente as propriedades e relacionamentos de um determinado modelo conceitual, favorecendo a utilização de inferências automáticas nos processos de organização e recuperação de recursos informacionais”. E em uma perspectiva mais ampla,

as relações entre os componentes de um documento em um modelo de documento, as *tags* em um modelo de documento ou um esquema de metadados, a estrutura da tabela em um banco de dados relacional (ou as estruturas de objetos em um banco de dados orientado a objetos), e as relações entre conceitos podem ser traçadas para (ou definida em termos de) um modelo de entidade-relacionamento [...] Esse modelo é uma ontologia (HJORLAND, 2012, p. 306).

Visto os conceitos sobre o que é uma ontologia, é interessante a visão de alguns autores para o que não pode ser definido como uma ontologia. Na visão de Poli (1996, p. 313, grifo nosso), “ontologia não é um catálogo de palavras, nem uma taxonomia, nem uma terminologia, nem uma lista de objetos. [...] É um marco geral, uma *estrutura* onde um catálogo, uma taxonomia, pode mostrar uma organização coerente”. Para García Marco (2007, p. 542), as *ontologias não são linguagens documentais* como entendemos de modo tradicional no campo da Ciência da Informação, mas implementações conjuntas de sistemas de termos sobre diversas lógicas, visando a representação do conhecimento de modo a suportar as inferências de sistemas inteligentes. Poli (1996, p. 314) realiza ainda uma comparação das ontologias com as linguagens naturais: “uma ontologia universal é como uma linguagem universal. O mínimo que se pode dizer é que nenhum deles existe. Assim como não existe uma linguagem universal, não há ontologia universal”.

As ontologias têm sido desenhadas com o objetivo de troca e reutilização de conhecimentos, onde a explicitação do significado do termo é absolutamente necessária em um sistema aberto para a troca de informações entre diferentes sistemas inteligentes que se comunicam entre si (GARCÍA MARCO, 2007, p.543; 544).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Inicialmente, as ontologias foram desenvolvidas para suportar a inferência lógica em sistemas inteligentes e de aquisição de conhecimento. Uma de suas aplicações mais poderosas na atualidade é a recuperação da informação. As linguagens de descrição de ontologias formais implementadas por softwares específicos permitem representar objetos, as relações e restrições existentes entre as linguagens documentais e facilitar a interoperabilidade entre sistemas de informação interconectados (GARCÍA MARCO, 2007, p. 542).

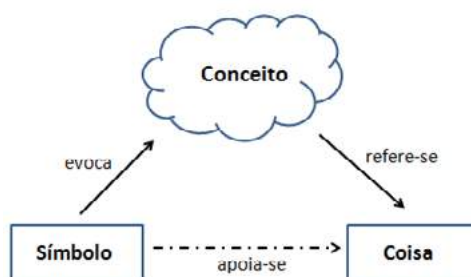
Ainda de acordo com o autor, o objetivo das ontologias é “proporcionar um *armazém* de informação semântica onde seja possível consultar o significado de um termo através dos mecanismos proposicionais propostos por Aristóteles em sua Teoria da Definição”, possibilitando o máximo potencial da *web*, ou seja, ao máximo nível de automatização dos processos de transferência da informação e do conhecimento. Assim, a elaboração de grandes bases de conhecimentos sobre um tema em forma de declarações, regras de inferência e mecanismos de raciocínio visam resolver, de forma automática, os problemas de um determinado domínio.

Conforme García Jiménez (2004, p. 80), as ontologias possuem um alto nível de especificidade e de flexibilidade, que permitem fórmulas de distribuição e reutilização e são desenhadas para acomodar termos descritivos variáveis. Segundo Poli (1996, p. 313), as ontologias representam o *lado objetivo*, ou seja, relacionado ao objeto (*object*), enquanto a teoria do conhecimento representa o *lado subjetivo*, ou seja, o sujeito cognoscente (*knowing subject*) da realidade, sendo que ambos são interdependentes. Baseadas na lógica, as ontologias são desenvolvidas para codificar adequadamente o sistema de termos, para expressar adequadamente a relação entre os termos, ou seja, são ferramentas para construir sistemas conceituais, utilizando uma terminologia comum (vocabulários estruturados), em que são explicadas todas as relações entre os termos e outras restrições de significado (GARCÍA MARCO, 2007, p. 543).

As ontologias potencializam a representação dos relacionamentos existentes entre os conceitos que traduzem os conteúdos informacionais de modo a possibilitar representações semânticas que não poderiam ser obtidas a partir de descrições textuais, caracterizando-se como um tipo de fonte secundária, instituindo novas formas de acesso e favorecendo maior flexibilidade na recuperação de informações, por meio da realização de inferências (RAMALHO, ZAFALON, OUCHI, 2014, p. 4136).

Para Maedche (2002, p. 13), as ontologias estão diretamente relacionadas com o *triângulo de significado*, que define a interação entre símbolos ou palavras, pensamentos e coisas do mundo real:

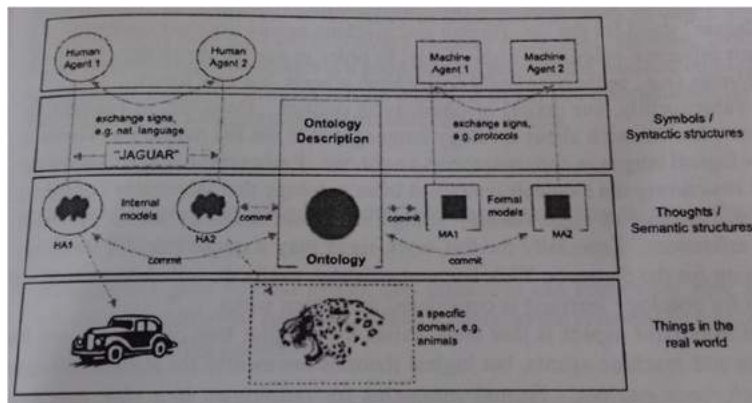
FIGURA 1 – O triângulo de significado



Fonte: Adaptado de Maedche (2002, p. 14).

Conforme explica o autor, embora os símbolos não possam capturar completamente a essência de um conceito ou de uma coisa, há uma relação entre eles, neste caso a relação entre uma palavra e uma coisa é indireta. A ligação só pode ser realizada quando um intérprete processa a palavra, que evoca um conceito correspondente e, em seguida, que o conceito represente uma coisa do mundo. Em cada relação há complexidade. Vivemos em um mundo onde as complexidades referenciais dificultam a comunicação, ou seja, vários termos que podem se referir à mesma coisa ou um único termo que pode se referir de forma ambígua para mais de uma coisa (MAEDCHE, 2002, p. 14). Um exemplo de ontologia pode assim ser representado:

FIGURA 2 – Exemplo de ontologia para a comunicação



Fonte: Maedche (2002, p. 16).

A Figura 3 descreve a configuração global para a comunicação entre agentes humanos e máquinas, onde são distintas três camadas: na primeira camada, estão as coisas que existem no mundo real; na segunda camada os símbolos e estruturas sintáticas e na terceira camada são analisados os modelos com seus pensamentos e estruturas semânticas específicas. No lado esquerdo da figura, percebe-se dois agentes humanos que compartilham a mesma sintaxe: “Jaguar”. Dado o seu próprio modelo interno, cada um deles irá associar o símbolo “Jaguar” com seu próprio conceito (ou pensamento) referindo-se possivelmente duas coisas completamente diferentes existentes no mundo: um animal e um carro. O mesmo vale para os agentes de máquinas no lado direito: podem trocar declarações com base em uma sintaxe comum, no entanto, podem ter diferentes modelos formais com interpretações divergentes.

Considerando-se o cenário em que ambos agentes humanos comprometem-se com uma ontologia específica que trata de um domínio específico (por exemplo, animais), a chance de ambos se referirem à mesma coisa, ou seja, ao “Jaguar animal” e não ao “Jaguar carro” aumenta de forma considerável. O mesmo ocorre com os agentes de máquinas, pois possuem conhecimento real e utilizam a ontologia para ter uma base semântica comum. Agentes humanos e agentes de máquinas usam seus conceitos e seus processos de inferência, respectivamente, a fim de restringir a escolha de referentes (por exemplo, porque os animais não têm rodas, mas os carros têm) (MAEDCHE, 2002, p. 16).

Desse modo, a importância das ontologias na representação temática na área de Organização do Conhecimento assenta-se principalmente no pressuposto de que cada termo e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

cada relação entre eles são definidos formalmente, sendo “o que marca a diferença com os atuais tesouros é a presença de uma maior variedade de relações entre os conceitos, procedentes a partir do modelo conceitual existente no domínio formalizado”. Sua função mais importante é a de armazenar conhecimento de forma que possa ser utilizado por sistemas automáticos capazes de realizar deduções a partir da variedade de relações entre conceitos (GARCÍA JIMÉNEZ, 2004, p. 81).

Além disso, as ontologias compartilham o vocabulário e sua estruturação com as linguagens de descritores, os tesouros e as taxonomias, que se utilizam para a organização da informação valendo-se de conjuntos de termos relacionados para descrever um domínio ou área do conhecimento. Grande parte dos estudos no campo das ontologias tem se voltado para a elaboração deste tipo de linguagem (GARCÍA MARCO, 2007, p. 544), isso é, consideram que o principal objetivo da elaboração de ontologias é a melhoria do intercâmbio de dados.

Diante destes aspectos relacionados às ontologias, depreende-se que as principais vantagens da aplicação das ontologias em sistemas de recuperação da informação como os catálogos bibliográficos *online* no contexto da *web* semântica são: interoperabilidade; definição formal e explícita das relações terminológicas e conceituais; intercâmbio de dados e documentos; descrição formal de ontologias aliada às Normas ISO² para padronização de tesouros e o *World Wide Web Consortium*, dentre outras. Além disso, no que tange à implementação de linguagens documentais no formato de ontologias, para García Marco (2007, p. 547) permite o compartilhamento entre diversas ontologias na elaboração de uma ‘gramática’ comum, por exemplo, ao detectar um termo em várias fontes de informação, verificar termos genéricos, termos sinônimos etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS (INICIAIS)

Diante destas reflexões em torno da aplicabilidade de ontologias em catálogos bibliográficos *online*, acredita-se que esta nova abordagem na representação temática da

² INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-1**: information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – part 1: Thesauri for information retrieval. Genebra, 2011; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-2**: information and documentation — Thesauri and interoperability with other vocabularies — part 2: Interoperability with other vocabularies. Genebra, 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informação apresenta-se potencialmente viável para a melhoria da recuperação no contexto de bibliotecas universitárias. Entretanto, é preciso perguntar: os catálogos bibliográficos *online* brasileiros estão preparados para incorporar esta nova configuração nos processos de representação e recuperação de assuntos? Para que isso possa ser concretizado, duas ações fundamentais são necessárias: um trabalho criativo entre a teoria e a aplicabilidade para desenvolver ferramentas reais e vontade institucional de subscrever e implementar essas inovações (OLSON, 2007, p. 536).

Nesse sentido, acredita-se que a utilização das tecnologias semânticas materializadas na construção de ontologias para a representação temática em catálogos bibliográficos *online* pode contribuir para novas possibilidades de busca, acesso e recuperação dos recursos oferecidos pelas bibliotecas universitárias, considerando-se as ontologias um elemento normalizador da linguagem de representação tanto dos documentos como das buscas realizadas pelos usuários.

Em relação às possibilidades de pesquisas futuras, aponta-se a necessidade de investigações em torno da recuperação da informação baseada em ontologias e de quais sistemas, sintetizados por Ferneda (2013, p. 18), poderiam ser utilizados tais como: CIRI, OnAIR, OntoSeek, OWLIR, FROM, OntoSmart, dentre outros, visando à *aplicabilidade prática* para implantação das ontologias em catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias. Cabe ressaltar ainda a importância de estudos sobre os aspectos não apenas descritivos dos registros catalográficos, mas semânticos da representação temática da informação, a exemplo da conversão de tesouros e sistemas de classificação bibliográfica em ontologias. Acredita-se ainda que a utilização da metodologia qualitativa do Protocolo Verbal poderá trazer contribuições nestes estudos, a fim de verificar se aplicabilidade prática das ontologias melhorou ou não a representação e a recuperação temáticas em catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias.

Finalmente, espera-se nesta nova *configuração ontológica*, que a linguagem documental permita realmente a recuperação documental relevante em catálogos bibliográficos *online* de bibliotecas universitárias, contribuindo com a construção do conhecimento coletivo na contemporaneidade.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

REFERÊNCIAS

- BORST, W. N. *Construction of engineering ontologies for knowledge sharing and reuse*. Tese (Doutorado) — Institute for Telematica and Information Technology, University of Twente, Enschede, The Netherlands, 1997.
- DAHLBERG, I. ISKO and Knowledge Organization's 25th anniversary: the future of Knowledge Organization and ISKO Panel Discussion. Reported by Rebecca Green. *Knowledge Organization*, p. 327-331, v. 41, n. 4, 2014.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A. Fundamentos epistemológicos de la clasificación documental. *Scire*, v. 1, n. 1, p. 81-101, ene./jun., 1995.
- FERNEDA, E. *Ontologia como recurso de padronização terminológica em um sistema de recuperação da informação*. 2013. 98 f. Relatório de Pesquisa (Pós-doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.
- GARCÍA MARCO, F. J. Ontologías y organización del conocimiento: retos y oportunidades para el profesional de la información. *El Profesional de la Información*, v. 16, n. 6, nov./dic. 2007.
- GARCÍA JIMÉNEZ, A. Instrumentos de representación del conocimiento: tesauros *versus* ontologías. *Anales de Documentación*, n. 7, p. 79-95, 2004.
- GRUBER, T. A Translation approach to portable ontology specifications. *Knowledge Acquisition*, v. 6, n. 2, 1993.
- HJORLAND, B. Is classification necessary after Google? *Journal of Documentation*, v. 68, n. 3, p. 299-317, 2012.
- KOO, C. S. G.; NA, J.-C. Semantic relations in Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 40, n. 1, p. 157-228, 2006.
- MAEDCHE, A. *Ontology learning for the semantic web*. Boston: Kluwer Academic, 2002.
- MAI, J.-E. Deconstructing the indexing process. *Advances in Librarianship*, v. 23, p. 269-298, 2000.
- MAI, J.-E. The future of general classification. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 37, n. 1/2, p. 3-12, 2003.
- MOREIRA, A. *Tesauros e ontologias: estudo de definições presentes na literatura das áreas das ciências da computação e da informação, utilizando-se o método analítico sintético*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2003.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MOREIRA, W. *A construção de informações documentárias: aportes da linguística documentária, da terminologia e das ontologias*. 2010. 156 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2010.

OLSON, H. How we construct subjects: a feminist analysis. *Library Trends*, v. 56, n. 2, p. 509-541, 2007.

POLI, R. Ontology for knowledge organization. In: GREEN, R. (Ed.). *Knowledge organization and change*. Frankfurt: Indeks, 1996. p. 313-319.

RAMALHO, R. S. *Desenvolvimento e utilização de ontologias em Bibliotecas Digitais: uma proposta de aplicação*. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade Estadual Paulista, 2010.

RAMALHO, R. S.; ZAFALON, Z. R.; OUCHI, M. T. *Ontologia baseada nos FRBR: proposta de aplicação em catálogos online*. In: XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, 2014, p. 4132-4150.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 3, p. 197-200, 1992.

VICKERY, B. C. Ontologies. *Journal of Information Science*. v. 23, n. 4, 1997.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

X EDICIC - 2016



Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

**DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO À APROPRIAÇÃO DE SABERES:
ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO**

**ORGANIZATION OF INFORMATION TO KNOWLEDGE OF APPROPRIATION:
ACCESS AND USE OF INFORMATION**

Hildenise Ferreira Novo, UFBA
Bruna Lessa, UFBA
Ivana Aparecida Borges Lins, UFBA
Luís Carlos Barbosa de Jesus, UFBA
Maíra Salles de Souza, UFBA

Resumo: As questões relacionadas à apropriação de saberes se concretizam por meio da informação organizada. Estudos voltados para a gestão da informação e do conhecimento e aprendizagem informacional são permeados pelo processo de mediação e práticas orientadas à competência em informação, os quais exigem o uso das tecnologias de comunicação e informação em ambientes sociais de acesso a informação e preservação da memória. Neste trabalho, discutiu-se sobre domínios de conhecimento da Ciência da Informação estudados pelos pesquisadores do grupo de pesquisa *Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes – acesso e uso da informação na sociedade* da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa aqui apresentada é de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico, a qual permitiu realizar uma breve revisão de literatura e apontar elementos essenciais para a apropriação de saberes – a organização e mediação da informação e competência em informação. Escolheu-se eleger os arquivos, bibliotecas e museus como espaços sociais de apropriação de saberes. As considerações apresentadas no final deste artigo evidenciam a importância de trabalhos, inter e multidisciplinares entre pesquisadores para atender expectativas provocadas por transformações nos ambientes físicos e digitais que disponibilizam itens de informação.

Palavras-chave: Organização da Informação. Apropriação de saberes. Competência em informação. Mediação da Informação. Espaços Sociais de Informação.

Abstract: The questions related to the appropriation of knowledge are realized through organized information. Studies focused on the management of information and knowledge and informational learning are permeated through the process of mediation and practical oriented information literacy, which requires the use of information and communication technologies in social settings of access to information and the preservation of memory. In this study, it was discussed about knowledge domains of Information Science studied by researchers of the research group *Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes – acesso e uso da informação na sociedade* da Universidade Federal da Bahia. This research is qualitative and bibliographic, which allowed a brief literature review and point out key elements for the appropriation of knowledge - The organization and mediation of information and information literacy. was elected archives, libraries and museums as social spaces of knowledge appropriation. The considerations presented at the end of this article show the importance of work, inter- and multidisciplinary among researchers to attend expectations caused by changes in the physical and digital environments that provide information items.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Keywords: Information Organization. Appropriation of knowledge. Information literacy. Mediation Information. Social Information Spaces.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo contextualizado nos estudos da Ciência da Informação e Difusão da Informação voltados para a apropriação de saberes tem seu ponto de partida na reflexão sobre a Organização da Informação (OI), pressupondo que para se obter conhecimento e utilizar informações advindas de sua produção é fundamental que os documentos produzidos pelos domínios estejam adequadamente indexados nas bases de dados e possam ser acessados.

Para o acesso, no entanto, existem fatores preponderantes como a habilidade do indivíduo em lidar com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Decidiu-se por apresentar a competência em informação como um conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes frente às TIC, que conduzirá o indivíduo ao encontro dos itens documentais fundamentais e pertinentes às respostas aos seus questionamentos acerca de um determinado assunto, levando-o a identificar, selecionar e obter informações.

Mas esse encontro indivíduo/informação requer novas formas de aprendizagem tanto do sujeito que busca quanto do profissional que se encontra na condição de mediador, evidenciando a necessidade da habilitação e atualização nas TIC que tende a facilitar a interação do sujeito com os mecanismos de busca disponibilizados nas bases referenciais e as que fornecem textos completos.

A abordagem dos espaços de socialização da informação é um pano de fundo para apresentar possibilidades do encontro do indivíduo com itens de informação que os tornarão pertencentes e integrados com o mundo. Através da convivência nesses espaços e com o acesso aos registros de conhecimento, esses indivíduos serão conduzidos a protagonizarem sua história, capacitando-os como cidadão no universo ali representado, tornando-o autônomo em suas escolhas.

Apresenta-se uma breve revisão de literatura, onde os autores deste artigo realizam uma reflexão acerca de temáticas que vem sendo discutidas por pesquisadores da área da CI, objeto de estudos do grupo de pesquisa Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: acesso e uso da informação na sociedade (Difusas), vinculado ao Programa de Pós-graduação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O principal objetivo deste trabalho é apresentar e demonstrar a importância do trabalho inter e multidisciplinar entre pesquisadores. O DIFUSAS vem construindo e realizando estudos na intenção colaborativa, objetivando entender e atender às necessidades informacionais da pessoa humana que convive em espaços sociais e culturais onde a informação é o seu principal desejo.

Conclui-se que as questões abordadas se atualizam constantemente seguindo os avanços sociais e das tecnologias digitais e reflexões acerca delas contribuem para os domínios da OI; Organização do Conhecimento (OC); Difusão do Conhecimento (DC) e ainda estudos transversais de Competência em Informação e Mediação.

2 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: O INÍCIO DE TODO PROCESSO

Na discussão acerca da informação como fator de desenvolvimento e apropriação de saberes, torna-se importante apontar a OI como o início do processo, que permitirá por meio dos canais de comunicação, a transmissão, acesso e uso da informação em determinado espaço e tempo. É evidente que um processo de transmissão depende da materialização do conhecimento e seus conteúdos manifestados em documentos, mas também do registro dessas manifestações, processos, técnicas e recursos que as organizem, de lugares que as preservem e colecionem e ofereçam acesso aos conteúdos, de profissionais competentes para facilitar o encontro do sujeito com o documento para que ele possa usar e apropriar-se em qualquer tempo da informação registrada e de forma autônoma.

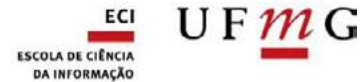
Os domínios da OI e OC vêm sendo contemplados em pesquisas, principalmente nas áreas da Ciência da Informação (CI), Ciência da Computação (CC) e no campo da Difusão do Conhecimento (DC). Citamos essas áreas/campo para delimitar o “lugar” onde este trabalho tem sua principal sustentação. A CI, a CC e a DC utilizam práticas interdisciplinares em suas pesquisas, fornecem bases teóricas e metodológicas facilitadoras na construção de estudos e práticas, proporcionando o acesso à informação registrada favorecendo a construção de saberes por parte da pessoa humana.

A CI enquanto ciência social aplicada tem por objetivo estudos no âmbito da geração e natureza da informação, como também processos de construção de artefatos para comunicação e uso da informação. Para tanto, necessita do apoio de TIC para equacionar



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



questões relacionadas ao armazenamento, acesso e difusão da informação, em variados Sistemas de Recuperação de Informação (SRI) que atendem às necessidades informacionais de usuários diversificados.

Nas questões relacionadas ao uso da informação estão imbricados estudos de gestão da informação, mediação, competência em informação e aprendizagem informacional. Os estudos com aprendizagem informacional têm como um de seus objetivos a inclusão do cidadão na sociedade da informação e envolvem questões culturais, comportamentais e de competências em informação.

Não se intencionou neste trabalho abordagens aprofundadas sobre tais questões, a preocupação é evidenciar que o sujeito processa dinamicamente e cognitivamente a informação e a utiliza, assim como os profissionais da informação a organizam e elaboram mecanismos de mediação para auxiliar os usuários em SRI e se preocupam em torná-los autônomos nas suas buscas nos repositórios que armazenam informações a serem acessadas.

Os SRI só são possíveis por abarcarem esquemas de Organização e Representação do Conhecimento como: classificações, tesauros, taxonomias e ontologias. Sistemas de natureza classificatória e temática que padronizam terminologias que facilitam o trabalho de indexadores de informação e conseqüentemente viabilizam melhores “respostas” às buscas dos usuários em bases de dados referenciais e às que disponibilizam textos completos.

O campo da DC, nos últimos anos vem se expandindo, principalmente porque profissionais que trabalham produzindo conhecimento, organizando e disseminando informação entenderam que o conhecimento construído na academia, precisa ser difundido a todo o cidadão que tem direito ao acesso à informação.

A difusão da informação e do conhecimento direciona-se para uma perspectiva contemporânea de levar a informação a todos de forma dirigida ou não, seguindo os caminhos e evolução dos meios de comunicação.

Nesta ótica, propostas de difusão de informação e conhecimento precisam de estudos voltados para linguagens que facilitem a busca de informação, seja natural, controlada ou livre. Essas linguagens atendem as expectativas não só dos pesquisadores de domínios de conhecimento, mas, sobretudo, aos sujeitos que anseiam selecionar, encontrar e obter informações atinentes às suas necessidades nas bases de dados, repositórios institucionais ou na *web*.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O conhecimento precisa ser organizado para ser difundido, desse modo é fundamental colocar a pessoa humana à frente de todo processo, com objetivo de promover o encontro do indivíduo com o item de materialização do conhecimento, o documento. Esse encontro é possível a partir dos instrumentos de busca como: buscadores e base de dados, que se configuram como canais de comunicação. Mas para que esses canais atendam aos seus propósitos é preciso organizar o conhecimento que está contido nos itens documentais e disponíveis nos repositórios de informações, além de habilitar o indivíduo aos processos de busca.

Pelo exposto, entende-se que é preciso declarar que nos processos de OC, OI e Recuperação da Informação (RI) existe um trabalho de análise do “pensamento”, assim, acredita-se que como não há conhecimento sem conceituação, o trabalho com esses domínios da CI prescinde uma atividade de análise cognitiva, conceitual e de mediação. Novo (2014) considera

[...] que conhecimento pressupõe um sujeito que conhece intuitivamente e a ideia conhecida do objeto, provocando com isso uma individualidade advinda da vontade e da necessidade. Esta individualidade por vezes empobrece a ação da difusão. É preciso socializar o conhecimento, torná-lo representação ou manifestação nítida dos objetos, onde esses objetos tenham um sentido evidente para o indivíduo. (NOVO, 2014, p. 24)

A representação da informação e do conhecimento pretende a apreciação por parte do indivíduo sobre o movimento conceitual, ou da ação que o conceito provoca em um domínio quando se associa ou se relaciona a outro conceito. A pessoa humana pode passar a conhecer o domínio de conhecimento quando convive com os objetos do espaço representado, e optar pela sua adoção enquanto conceito, ou não.

Pode-se comparar a convivência do indivíduo no espaço representacional como a de uma criança em relação a um novo objeto, espaço ou situação, por vezes lhe falta compreensão daquilo que seus sentidos percebem, com a maturação do aprendizado e a convivência no espaço e ou com o objeto, essa criança vai se tornando capaz de perceber e interpretar o que vê e sente e passa a compreendê-lo de tal modo a formar e organizar conceitos. Assim, o sujeito passa a selecionar o que é significativo em um determinado espaço, conceituando e conhecendo.

O conhecimento resulta, assim, de uma ecologia regida pela interação social e os instrumentos de registro, acesso e processamento das informações que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

representam uma cadeia formada pela inter-relação de acontecimentos antecedentes, enfim é um ato humano que se apoia nos recursos tecnológicos de extensão da memória. (GOMES, 2008, p.2).

Para a socialização do conhecimento é preciso formalizações lógicas, através da OC, faz-se necessário fornecer aos fatos e ideias, aspectos semânticos que os aproximem da realidade em que vão ser representados, permitindo mecanismos de inferência por parte dos usuários que deduzindo ou ressignificando informações possam torná-las úteis aos seus propósitos. A padronização terminológica atende ao consenso do que o sujeito compreende como informação, ou seja, o significado que essa informação tem para o sujeito cognoscente, que interpreta e poderá ressignificar a informação atribuindo-lhe sentido para o seu uso.

Cabe aos profissionais que trabalham com sistemas de organização e representação da informação e do conhecimento entender a importância da ação de ressignificação, e através de processos técnicos concernentes ao trabalho de representação, aliados a tecnologia mediar possibilidades de informação. Segundo Lara (2004, p. 235) “Através de normas terminológicas internacionais, a terminologia prescreve procedimentos para manipulação de informação terminológica e para o planejamento do trabalho da administração de uma informação.”.

Os termos RI e OI já foram discutidos em inúmeros trabalhos e nas mais variadas áreas de conhecimento. Não foi objetivo destes autores uma abordagem aprofundada do tema, apenas apresentar alguns pontos de vista.

É incontestável que para a apreensão de um objeto é preciso dar-lhe sentido, ter o contato com o objeto ou uma situação em que o conceito se exprime. Para representar é preciso generalizar, diferenciar, abstrair, simbolizar e porque não dizer enunciar. Os autores deste artigo destacam o que julgam importante para representação mas, evidentemente, existem caminhos e linhas de pensamentos a seguir e não é tarefa fácil a organização de conhecimento e da informação.

A CI objetiva a investigação do comportamento, fluxo e meios de processamento da informação com a finalidade de acesso e uso, assim a organização e representação da informação, foi contemplada por investigações acerca do papel que elas exercem para a difusão dos conteúdos produzidos nos mais variados contextos e domínios. A OI é uma



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

prática que viabiliza a representação, é dependente da OC, para possibilitar a recuperação da materialização do discurso contido nos documentos.

A OI e RI objetivam atender as questões de registro e acesso à informação que se delimitam nas características documentais de conteúdo e forma, tais como: autoria, título, assunto, dados de imprensa da publicação. Objetiva a recuperação e acesso ao documento. Como dito por Brascher e Café (2008, p.5) “[...] estamos, portanto, no mundo dos objetos físicos, distinto do mundo da cognição, ou das idéias, cuja unidade elementar é o conceito.”. Os trabalhos com cognição, ideias e conceitos são objetos da OC e RC.

A representação é a base da OI que prioriza o sujeito que percebe e busca a informação necessária à sua necessidade. Na concepção de Lima (2015, p.67), “A organização da informação, entendida a nível do armazenamento, e a sua recuperação fazem parte do mesmo processo, de tal forma que uma entrada ineficaz implicará uma saída de dados também ineficaz.”.

Através da informação recuperada em canais formais ou informais de comunicação como base de dados e redes de acesso, o usuário ressignificará a informação apreendida e ampliará seu conhecimento, ainda segundo Lima (2015) tanto à recuperação da informação quanto ao processo de comunicação são influenciados pelas atividades cognitivas. Cabe ao profissional da informação possibilitar e mediar esse acesso, além de auxiliar na formação de sujeitos competentes para acessar e utilizar a informação apreendendo e apropriando-se de saberes, assim sendo, entende-se que a competência em informação é um dos passos necessários para tal apropriação.

3 A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO COMO APORTE À APROPRIAÇÃO DE SABERES

O surgimento do tema competência em informação decorreu dos constantes avanços tecnológicos e, sobretudo, do volume de informações que circulam nos canais de comunicação. Tais acontecimentos impulsionaram a necessidade de encontrar formas de lidar eficazmente com o excesso de recursos informacionais.

Esse cenário, onde as tecnologias da informação e comunicação são as principais responsáveis pela transmissão e acesso ao conhecimento registrado, sobretudo do conteúdo científico, tem demandado do indivíduo certas competências para não só localizar, como também filtrar informações relevantes aos seus interesses.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A dificuldade de acesso, que antes era a principal preocupação do indivíduo, perpassa agora pela prioridade de filtrar e apropriar-se da informação. Assim, observar-se que a apropriação da informação precede o êxito na sua obtenção, em outras palavras, para que um indivíduo se aproprie de uma informação é necessário antes de tudo, que este a encontre e a internalize.

Com o avanço das TIC, as relações de acesso à informação se alteraram do leve toque das mãos ao papel para folhear das páginas, ao toque sutil sobre ícones da tela, sendo cada vez mais comum assistir à interação da pessoa humana com a máquina ou dos sujeitos através de *chats*, sites de relacionamento, *e-mails*, dentre outros.

Os relacionamentos sociais e profissionais transitam pela informação e sofreram modificações pelo uso da máquina, o que aponta para a necessidade de se desenvolver competências para utilizá-la, assim como dos dispositivos que conduzam o indivíduo a informação e ao conhecimento.

Na contemporaneidade, a informação e o conhecimento são elementos fundamentais na formação intelectual e social do indivíduo. Essa importância é percebida pelos estudos da Ciência da Informação e da Comunicação, alicerçada pela infraestrutura das TIC. (JESUS; NOVO, 2016, p.5).

Nesse sentido, competências em lidar com as TIC permitem ao indivíduo melhor construir e compartilhar conhecimento, bem como obter informação. A educação formal deixou assim de ser pura e somente o cerne da formação do educando, além disso, a aprendizagem informal advinda das transformações sociais e técnicas oriundas do mundo contemporâneo e globalizado permite renovar conhecimento e competências, exigindo do cidadão a formação e atualização permanente e continuada.

Para que ocorra o processo de apreensão e uso da informação, faz-se necessário, antes de tudo, competências para lidar, segundo Belluzo e Feres (2015), com concepções digitais, com a informação e nesses aspectos enquadram-se processos cognitivos e pôr fim a compreensão social que visa uma aprendizagem constante e exercício da cidadania.

Entende-se aqui por competência um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que favorecem uma tarefa ou responsabilidade individual que leva a pessoa humana a integrar e modificar estados de conhecimentos que serão aplicados em uma determinada condição ou necessidade, pois a competência se estabelece em uma ação.

Para Durand (2003), o conceito de competência está relacionado à valorização do tripé composto por Conhecimento, Habilidades e Atitudes (CHA), ligados diretamente às questões técnicas, à cognição e as atitudes relativas ao trabalho, conforme exemplificado na figura 1.

Figura 1 - As três dimensões da competência



Fonte: Adaptado de Durand (2000).

Os termos conhecimento, habilidades e atitudes são fundamentais para definir as competências necessárias para atuar não somente no contexto da sociedade da informação, mas, sobretudo, apreender e apropriar-se de saberes que podem ser aplicados para o uso pessoal e coletivo. Sobre a valorização desse tripé, Santos (2011) afirma que:

O desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e comunicação e a proliferação de recursos informacionais demandam do indivíduo uma postura crítica mediante o universo informacional conflituoso e tendencioso, que se configura em habilidades, atitudes e conhecimentos relacionados à busca, localização, recuperação, apropriação e comunicação da informação de forma ética. (SANTOS, 2011, p.26).

Cada um desses termos é definido da seguinte forma: **Conhecimento:** Diz respeito ao “saber” que se encontra no domínio cognitivo; **Habilidade:** Encontra-se no domínio psicomotor e está relacionada com o “saber como fazer”; **Atitude:** Encontra-se no domínio afetivo e diz respeito ao “querer fazer”. Desta forma o CHA apresentado por Durand (2000) se traduz em:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



- a) C = Saber (conhecimentos adquiridos ao longo da vida);
- b) H = Saber fazer (capacidade de realizar determinada tarefa, física ou mental);
- c) A = Querer fazer (comportamentos diante das tarefas a serem desenvolvidas).

Portanto a competência é considerada como “[...] um conjunto de habilidades indispensáveis ao indivíduo para reconhecer quando uma informação é necessária e ter habilidades para localizá-la, avaliá-la e usá-la eficazmente”. (ALA, 2000, p. 2).

Dudziak (2001) completa afirmando que a competência em informação

[...] vai além da busca pela informação, uma vez que considera os processos intelectuais superiores tais como a interpretação, avaliação, organização da informação e seu uso, com vistas à interiorização de conhecimentos, habilidades e valores que levem ao aprendizado independente, auto-orientado, ao longo da vida. (DUDZIAK, 2001,p.59).

Belluzzo (2003) além de reforçar o conjunto de habilidades já mencionado anteriormente pela ALA (2000) ressalta que cada indivíduo deve ser responsável pela construção de sua própria competência em informação, a saber: ser capaz de reconhecer as fontes de informação, seus diferentes suportes e formatos.

A democratização da informação e do acesso ao conhecimento evidencia a urgência na qualificação e aquisição de novas competências, para que o profissional que lida com a informação possa desenvolver seu papel de mediador na ponte que liga o sujeito a informação desejada, permitindo ao indivíduo se identificar como agente de transformação social, capacitado para aprender ao longo da vida.

Desta forma, o aporte à apropriação de saberes, se concretiza quando o sujeito mediador faz valer suas competências em informação em prol da democratização do acesso ao conhecimento, através da ação de mediar. Ação esta, que se torna evidente nos espaços sociais de informação e memória, a exemplo das bibliotecas, onde o profissional bibliotecário exerce o papel de agente mediador entre o sistema e o usuário.

Vale ressaltar que estes profissionais devem primar pela autonomia dos usuários na busca e localização da informação necessitada, incentivando assim um aprendizado independente, exercendo uma mediação indireta. Por outro lado, caso o usuário não localize a informação desejada, o sujeito mediador pode valer-se também da utilização das TIC, para sanar esta necessidade de informação, praticando assim uma mediação direta.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Atualmente, possuir competência em informação permite lidar com o excesso de informações disponibilizadas nos diferentes meios e/ou suportes. Cabe ao profissional que lida com a difusão da informação contribuir para que o indivíduo tenha capacidade para identificar quando e onde encontrá-la de forma eficiente, como analisá-la, avaliá-la, e como utilizar os modernos recursos informacionais de forma segura e eficaz.

O compromisso do profissional de unidades de informação é a difícil tarefa de mediar à informação, através dos dispositivos que lhes dão acesso, para possibilitar ao indivíduo a apropriação dos saberes necessários para se tornar parte do mundo e só dessa forma, como afirmado por Freire (1996), transformá-lo e transformar-se.

4 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS INTERAÇÕES SOCIOCULTURAIS

A quantidade de informação distribuída em diversos suportes, de forma simultânea, caracteriza o modelo contemporâneo de acesso, uso, produção e distribuição da informação. Nessa configuração, verifica-se que novas formas de aprendizagens são necessárias para adquirir informação e transformar o conhecimento pré-adquirido, para conviver em espaços sociais e culturais que se modificam com a evolução tecnológica.

Diante disso, a mediação da informação, assim como a competência em informação, configura-se como elementos potencializadores para a apropriação de saberes da pessoa humana, de modo que cada um possa dialogar em espaços sociais como sujeito participativo e pertencente a esses ambientes interacionais.

A mediação da informação compreende a ação de prover mecanismos para que a informação chegue até aquele que a necessita. Ao profissional da informação compete a atitude intermediadora e consiste também no ato de se relacionar com o outro e com o mundo à sua volta, a fim de assimilar qualquer tipo de necessidade informacional. Para Almeida Júnior (2015) a mediação da informação é

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.25).

Essa ação do profissional da informação está diretamente ligada à apropriação da informação realizada pelo usuário, pois quando este profissional facilita o acesso para o ato de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conhecer através dos registros de conhecimentos produzidos e traduzidos por conceitos e armazenados nos repositórios institucionais ou nos dispositivos de comunicação da *web* social, possibilita ao usuário a resposta para a sua necessidade informacional, e assim poder criar seu próprio conhecimento ou ressignificá-lo.

Sob esta ótica, percebe-se que o papel do mediador é apontar o caminho para que o outro possa transformar a informação em conhecimento, ou seja, não é apenas promover uma interação entre os elementos envolvidos (produtor de conhecimento, informação e usuário) ou, simplesmente possibilitar a circulação de informação nos “equipamentos informacionais” ou espaços de memória e informação. Portanto, o mediador é um agente social.

Por esse aspecto, a mediação da informação é um processo histórico-social, que envolve a mediação intrínseca e extrínseca da informação, sendo que a primeira não exige a presença física ou imediata dos usuários - caracterizada pelo processo de organização e representação da informação - enquanto que na segunda, a presença dos usuários é essencial, mesmo em ambientes não físicos - relacionada a disseminação da informação. Como dito por Almeida Junior (2009), a informação não é a-histórica, ela exige sócio-interação. Estas afirmações revelam o caráter social da informação, pois não é independente do tempo histórico, ela se afirma na medida em que há interações sociais.

Assim, pode-se verificar a dimensão coletiva da mediação da informação, quando a ação de um sujeito motiva o outro também a agir coletivamente, construindo com isso comunidades a partir das interações dentro de ambientes de informação. A partir disso, além dos sujeitos no processo de mediação, os espaços de memória e informação têm sua importância na construção do conhecimento.

Conforme Rodrigues (2000, p.84), a mediação é entendida como o “Processo de interlocução ou interação entre os membros de uma comunidade, pelo qual se estabelece, alimentam ou restabelecem laços de sociabilidade, constituindo assim o mundo da vida. A linguagem e a ação comum são os fatores privilegiados de mediação.”.

No âmbito social, a função da mediação consiste em organizar e estruturar as relações no ambiente. Os dispositivos de comunicação – a escrita, a fala, as imagens, as obras de arte, entre outros. –, unem os que conseguem decodificá-los igualmente por meio do contexto social, linguístico e cultural, e podem, da mesma forma, aproximar aqueles que são motivados pela curiosidade em conhecer o outro, em contemplar as diferenças.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Neste processo de interação, fica evidenciado que a mediação atua como uma ponte entre os sujeitos e o contexto onde estão inseridos. Assim, a mediação assume a função de colaborar para a criação de práticas socioculturais que tornam as relações sociais mais dinâmicas. A concepção que se tem do outro e do mundo é criada por meio dessas relações, que corrobora para o desenvolvimento de atitudes, que a partir das experiências de cada sujeito, geram conhecimento, pois “[...] na mais simples atividade está contida uma determinada concepção de mundo.” (GRAMSCI, 1981, p. 12).

Os arquivos, bibliotecas e museus, e principalmente os profissionais que trabalham em espaços que chamamos aqui de sociais e de transformações do sujeito, precisam estar adequados aos seus usuários, bem como a suas necessidades de ordem físicas e de informação para que enfim a pessoa humana se sinta pertencente desses “lugares de informação e memória” e ampliem sua visão de mundo.

Nesse contexto, podemos entender a mediação como uma ação que também promove a cidadania, uma atitude que está relacionada à responsabilidade social, em que o todo se constitui à medida que as partes são construídas. Compreender a mediação como um ato de cidadania pode ser uma estratégia para reorganizar a sociedade e potencializar a inclusão social, por meio de políticas públicas que potencialize o acesso, por exemplo, à educação e a saúde, direitos básicos e essenciais para qualquer cidadão.

Alguns espaços de memória e informação, como bibliotecas, arquivos e museus, têm atuado na sociedade com este propósito: mediar a informação e oportunizar mudanças sociais. As ações culturais desenvolvidas nas bibliotecas públicas, por exemplo, objetivam aproximar e possivelmente a depender das habilidades, competências e afetividade dos sujeitos em relação ao que foi proposto provocar um estado de curiosidade acerca do que foi apresentado.

A dimensão coletiva da mediação da informação, que envolve o social e o cultural, caracteriza-se assim, como uma estratégia que possibilita construir caminhos para a apropriação de saberes que, muitas vezes, torna-se difícil de se alcançar devido as barreiras econômicas, sociais e culturais. Informar, comunicar, transmitir e colaborar para que se construa conhecimento, é formar protagonistas sociais que venham a desempenhar uma participação ativa na sociedade, contribuindo para uma afirmação social coletiva.

Desse modo, a ação humana é inerente à dimensão coletiva da mediação, uma vez que esta acontece a partir das interações históricas, sociais e culturais. Sob este ponto de vista, a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

mediação assume um sentido antropológico, pois liga a experiência humana aos produtos socioculturais, os quais podem ser reais e/ou simbólicos.

Por este aspecto, os espaços sociais que preservam a memória e disseminam a informação podem ser analisados como espaços de comunicação e canais de transmissão cultural, uma vez que lá atuam agentes de mediação.

Agentes de mediação são sujeitos competentes em comunicação e informação que permitem ao sujeito construir ações para o compartilhamento de ideias, conhecimentos, experiências, vivências que podem estar registradas em documentos, objetos ou na fala, no gesto e no olhar do outro. Cabe a esses agentes utilizar aparatos tecnológicos adequados as necessidades individuais que disponibilizam conteúdos gerados por todas as ações.

5 ESPAÇOS SOCIAIS DE INFORMAÇÃO

O uso da informação condicionado aos diferentes espaços sociais permite consolidar o papel das unidades de informação, sobretudo arquivos, bibliotecas e museus, que se configuram como ambientes ideais para a construção de saberes e a transmissão da memória.

Nesses contextos, a noção de documento, como qualquer elemento gráfico, iconográfico, fônico que permite ao homem se expressar (OTLET, 1934), ultrapassa as características físicas do suporte e valoriza o conteúdo, ou seja, a informação em si.

Para Dodebei (2006), o documento apresenta os seguintes atributos: a) unicidade, em que os documentos que são os objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência; b) virtualidade, com a classificação do objeto; e c) significação, que intencionalmente possibilita a transformação dos objetos do cotidiano em documentos.

Os meios de produção de registros e acumulação são os responsáveis pela difusão de conhecimento que, de acordo com Carvalho (1999), favorecem o estudo das práticas de leitura, vasto objeto historiográfico e sociológico. Parafraseando Le Goff (1990, p.109), “A história tornou-se científica ao fazer a crítica dos documentos a que se chama ‘fontes’”.

Desta maneira, os serviços de informação disponibilizam elementos para a formação do conhecimento individual e coletivo, seja através do livro, de uma peça de museu, de um documento arquivístico. As unidades informacionais apresentam a função de guardar documentos produzidos pelo ser humano, embora os acervos apresentem diferenças quanto a origem, forma física dos documentos e objetivos de uso. “O interesse das bibliotecas, dos arquivos, dos museus foi e é o de criar coleções que possam simbolizar o conhecimento



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

acumulado, talvez visando a um coletivo que transcenda à singularidade da produção intelectual.” (DODEBEI, 2009, p.88).

Assim, a biblioteca é o conjunto de material impresso ou audiovisual em único exemplar ou múltiplo, para estudo, pesquisa e consulta, destacando o valor cultural e científico. O arquivo tem a preservação da memória, é acumulação ordenada dos documentos produzidos e recebidos por uma instituição e/ou pessoa, no curso de sua atividade, para atender ao objetivo para o qual foram criados (legais, fiscais, contábeis, administrativo), com o intuito de provar e testemunhar. O museu reúne peças e objetos de valor artístico e cultural que possibilitam conhecer o processo histórico de uma época ou atividade.

Essas distinções básicas entre as áreas mostram-se relevantes por especificar a abordagem teórica e metodológica da Ciência da Informação, da Biblioteconomia, da Documentação, da Arquivologia e da Museologia, com o objetivo de consolidar as práticas e pesquisas científicas.

Deste modo, os ambientes tradicionais e digitais de unidades de informação são constituídos em função dos seus usos para identidade e sentimento de continuidade, onde os documentos são produtos de criação da memória social (DODEBEI, 2006). Essas instituições são responsáveis pela escolha do que guardar e do que eliminar, mostrando-se úteis para a produção de diversos estudos, que abrange desde as influências sociais, políticas e econômicas, até a própria constituição legal das ações do governo, inclusive para a implantação de políticas públicas voltadas para a educação, ciência e cultura.

Diante disso, as bibliotecas públicas, por exemplo, apresentam-se como mecanismos de salvaguarda da memória social, em que a reconstrução histórica preenche as lacunas dos indivíduos e promove conexões com as práticas sociais e educativas. Como lugares de memória, visam atender as necessidades informacionais do usuário, em que o livro e a leitura possibilitam reconhecer e desenvolver a cultura nacional.

No entanto, é preciso repensar o papel social dessas instituições diante da mudança advinda da tecnologia e refletir sobre questões de preservação e memória, tais como: manipulação e volatilidade, integridade e autenticidade dos documentos, recuperação e acesso remoto, identidade e patrimônio. Com o digital, os acontecimentos e interpretações do passado sofrem da obsolescência tecnológica e saber o que se quer salvaguardar reforça sentimentos de pertencimento em espaços sociais, próprios dos processos identitários.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Neste sentido é que o Difusas, grupo de pesquisa onde os autores deste trabalho desenvolvem estudos voltados a difusão da informação e apropriação de saberes, agrega estudos voltados ao uso e acesso da informação de forma a entender e colaborar com a construção de mecanismos de transmissão e comunicação da informação.

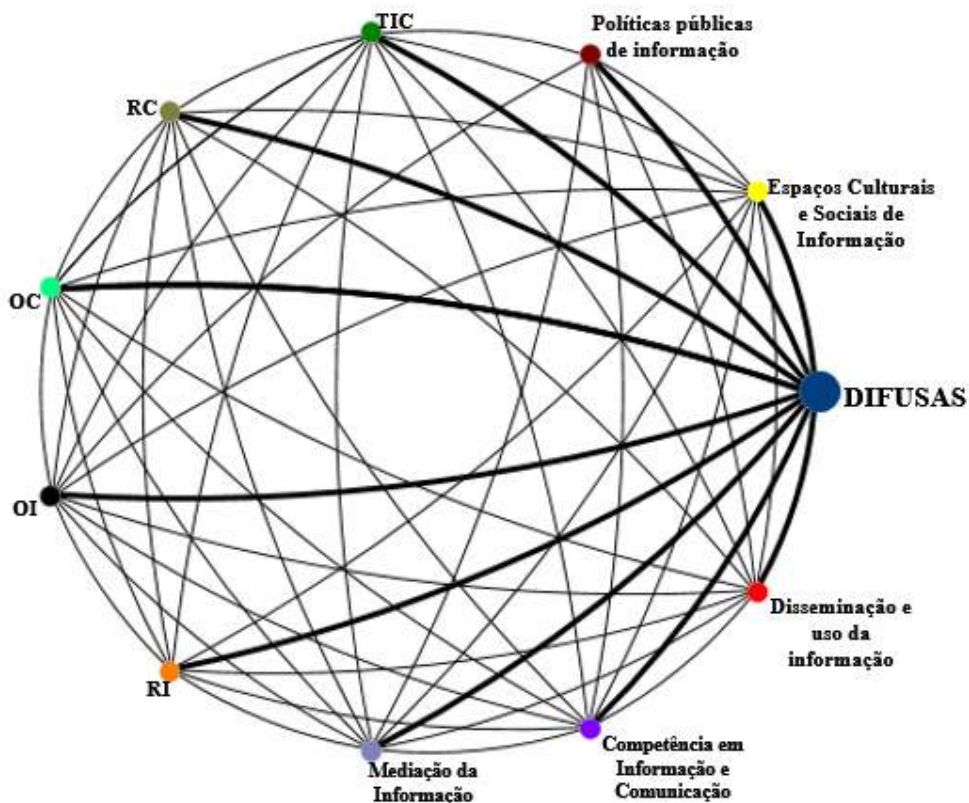
6 O TRABALHO INTER E MULTIDISCIPLINAR DO DIFUSAS

A construção deste trabalho tem a intenção de refletir sobre temáticas convergentes, objeto de estudos e pesquisas do grupo Difusas, através do entendimento que toda construção do conhecimento é colaborativa e multirreferencial, pois envolve e contempla visões semelhantes, diferentes e aspectos referenciais múltiplos, advindos de aportes teóricos e metodológicos de outras construções.

Procura-se no grupo de pesquisa, em uma perspectiva de relações inter e multidisciplinares entender os domínios da CI que se integram e se complementam, tais como: OC, RC, OI, RI, Mediação da informação, Competência em Informação e Comunicação, TIC, Políticas Públicas e de Informação, Disseminação e Uso da Informação, nos Espaços Sociais e Culturais aqui eleitos como Arquivos, Bibliotecas e Museus e principalmente contribuir com estudos que possam viabilizar e atender a evolução das pesquisas cujo objetivo final seja a valorização do indivíduo e seu anseio infinito por informação.

Apontou-se neste artigo pontos de vista e reflexões de autores sobre alguns domínios objeto de pesquisas no Difusas. Apresenta-se abaixo na figura 2 os eixos temáticos no qual o grupo vem se debruçando e estudando.

Figura 2: Domínios de pesquisa do Difusas



Fonte: Elaborada pelos autores.

Como pode ser observado na figura 2 acima, os estudos do Difusas vão da OC a Difusão da Informação que possibilitam ao sujeito encontrar a informação e apropriar-se de saberes que os conduzirão à protagonistas na sociedade contemporânea, cujos valores são atribuídos a pessoa humana por julgamentos de seus atributos de conhecimento.

O conhecimento é dinâmico, assim como as necessidades dos sujeitos em relação à informação e as associações sociais, portanto é preciso que os estudos em CI, para atender as demandas dos usuários de informação, estejam conjugados, pois não é possível o isolamento de suas pesquisas. Os conteúdos pesquisados são integrados e cada parte depende de um todo que não se constrói sem suas partes.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

7 CONCLUSÃO

Apresentou-se neste artigo, uma breve revisão de literatura e reflexões sobre domínios de conhecimento da CI que trabalham de forma interdisciplinar e multidisciplinar, objetivando o acesso e uso da informação em espaços como: Arquivos, Bibliotecas e Museus.

Esses espaços são chamados pelos autores como sendo sociais e culturais de informação, onde indivíduos no anseio de atender suas necessidades informacionais se apropriam de saberes e ainda se tornam sujeitos autônomos em suas pesquisas quando conhecem, sabem fazer e querem saber, isso requer conhecimento, habilidade e atitude diante das TIC.

A apropriação de saberes é um passo fundamental para a pessoa humana exercer o papel de protagonista no ambiente em que atua e neste sentido a informação tem seu papel fundamental no processo dessa apropriação. Mas, é preciso organizar tanto a informação quanto o conhecimento registrado para que se possa possibilitar o encontro do sujeito com o item representado nos canais de comunicação, essa sem dúvida é a dimensão social da OC e OI.

Tanto no trabalho de RC e RI quanto na recuperação e apropriação dos saberes percebidos e internalizados pelo sujeito que percebe e fala haverá um caminho de mediação direta ou indireta, onde pessoas competentes e habilitadas no uso das TIC possibilitarão a pessoa humana uma autonomia para apreender, modificar ou ampliar conhecimento através da recuperação de itens documentais.

Estudos voltados à construção de sistemas de organização e recuperação do conhecimento e de informação; mediação; competências em informação devem caminhar na perspectiva interdisciplinar e colaborativa de modo a favorecer o acesso à informação e buscar soluções para melhor atender as necessidades dos usuários diante dos avanços frequentes das tecnologias digitais e das mídias sociais, esse é o caminho da CI e do grupo de pesquisa, Difusas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Org.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

_____. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/17>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). *Presidential Committee on Information Literacy*. Final report. Chicago, 1989. Disponível em <<http://www.ala.org/acrl/nili/ilit1st.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION /ACRL (2000). *Information literacy competency standards for higher education*. Disponível em:<<http://www.ala.org/acrl/acrlstandards/informationliteracycompetency.htm>> Acesso em: 02 set.2015.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Ancib, 2008.

BELLUZZO, R. C. B. *A formação contínua do professor na sociedade do conhecimento*. Palestra proferida em abril na Universidade Estadual Paulista. Araraquara: UNESP, 2003.

_____. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.6, n.2, p.30-50, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1655/1501> >. Acesso em 30 ago. 2014.

CARVALHO, Katia. *Travessia das Letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. 148p.

DODEBEI, Vera. Patrimônio e memória digital. *MORPHEUS*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 1-15, 2006. Disponível em: << <http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4759/4250>>>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, Luís et al. (Org.). *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.83-106.

DUDZIAK, E.A (2001). *Information literacy e o papel das bibliotecas*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>>. Acesso em 12 jun. 2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

DURAND, T. *L'alchimie de la competence. Revue Française de Gestion*, n. 127, p. 84-102, jan./fév. 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. *Datagramazero – Revista de Ciência da Informação*, v.8, n.1, 2008.

GRAMSCI, A. *A Concepção Dialética da História*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JESUS, Luís Carlos Batista de. NOVO, Hildenise Ferreira. Avaliação da competência em informação e o processo educacional. In: CONCITEC, 1., 2016, Aracaju, *Anais Digitais...*Aracaju, 2016.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. *Transinfomação*, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004.

LIMA, Gercina Ângela de. *MHTX: modelagem hipertextual para organização de documentos: princípios e aplicação*. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: UNICAMP, 1990. 553p.

NETTO, Carlos X. de A. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 1-13, maio/ago. 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v.10, p. 1-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

NOVO, Hildenise Ferreira. *Análise conceitual e cognitiva: Modac – um modelo dinâmico para auxiliar a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC)*. Salvador, 2014. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento)–DMMDC/UFBA, 2014.

OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 452 p.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Dicionário breve da informação e da comunicação*. Lisboa: Presença, 2000.

SANTOS, Camila Araújo dos. *Análise de instrumentos de avaliação da competência em informação voltados para a educação superior*. Marília – SP: UNESP, 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

FANFICTIONS: UM ESTUDO SOBRE A DIALOGICIDADE ENTRE O FÃ E A CLASSIFICAÇÃO

FANFICTIONS: UM ESTUDO SOBRE LA DIALOGICIDAD ENTRE O FAN Y CLASIFICACIÓN

Jéssica Ribeiro Mamede, USP
Deise Sabbag, USP

Resumo: O trabalho observa a ligação que a obra tem com seu criador. Apresenta uma reflexão a partir do discurso de Michel Foucault, que essa ligação pode estar defasada, visto que a importância de quem fala em uma obra não é de extrema relevância para quem a usufrui. Traz à contemporaneidade o discurso de Foucault e a autoria, associando a esse contexto o universo das *fanfictions*. Aborda o comportamento dos fãs em relação à obra de terceiros, averiguando a diminuição da apropriação que um autor tem por seu trabalho. Objetiva estudar a partir dessas observações a relação entre a cultura dos fãs e a classificação. Utiliza o método bibliográfico e descritivo para buscar entender essas relações que surgem com a denominada cultura de convergência.

Palavras-chave: Michel Foucault. *Fanfiction*. Autor. Classificação. Organização da Informação.

Resumen: El objetivo principal de este estudio es observar la relación que la obra tiene a su creador. Estudiamos, del discurso de Michel Foucault, que este vínculo puede quedar obsoleta, ya que la importancia de hablar en una obra no es muy importante para los que disfruta. Por lo tanto, con lo que para presentar el discurso de Foucault, lo estudiaremos junto con el mundo del *fanfictions*, analizar el comportamiento de los aficionados en relación con el trabajo de otros, la determinación de la reducción de la apropiación que un autor tiene por su trabajo. Su objetivo es estudiar, a partir de estas observaciones, la relación entre la cultura de los aficionados y la clasificación. Utilizamos el método bibliográfico y descriptivo para tratar de comprender las relaciones que surgen con la llamada cultura de la convergencia.

Palabras-clave: Michel Foucault. *Fanfiction*. Autor. Clasificación. Organización de la Información.



1. INTRODUÇÃO

No mundo da escrita e da comunicabilidade o trabalho realizado por um autor possui uma relevância tão grande sendo a este atribuído o nome de obra. Uma obra é uma parte do autor, que o caracteriza a ponto de dar-lhe o poder de existência maior quando é reconhecida. Desta forma, o autor sente-se completamente dono daquilo que produziu; proprietário do conteúdo executado.

Michel Foucault (1969), em seu discurso “*O que é um autor?*”, apresenta que, na verdade, “o autor não é exatamente nem proprietário nem o responsável por seus textos; não é nem o produtor nem o inventor deles”. Embora o autor seja o pioneiro de uma ideia, esta pode ser utilizada e reutilizada por outrem, a ponto de ser modificada ou readequada.

Partindo dessa proposta de Michel Foucault, iremos abordar a temática através do universo das *fanfictions*.

As *fanfictions* são ficções criadas por fãs. Estes se baseiam em obras existentes – normalmente de grande sucesso –, para escrever suas histórias. As narrativas são diversas e modificadas de acordo com do fã. As obras originais servem como base para que jovens, por meio da *internet*, escrevam suas próprias histórias, utilizando personagens e contextos de terceiros, sem nenhuma intenção de quebra de direitos autorais ou de obter lucros. Atualmente, as *fanfictions* (também chamadas de *fanfics* ou *fics*) apresentam um grande número de pessoas que entram nessa chamada cultura participativa, a cultura dos fãs, que promovem uma revitalização do processo tradicional dos conteúdos da cultura de massa. Apesar desse fenômeno estar marcadamente imbricado com o uso da *internet*, Padrão (2008) defende que esse padrão de comportamento dos fãs começou bem antes do advento da *internet*, mais precisamente seu aparecimento estaria associado com o seriado da franquia *Star Trek* na televisão norte-americana na década de 1960.

Desta forma, iremos relacionar o discurso de Michel Foucault com o universo das *fanfictions*, tentando entender esse novo fenômeno onde os autores de originais já não possuem controle sobre suas obras e estão submetidos a terem seus trabalhos servindo de apoio para histórias de jovens escritores. Muitos autores são contra a prática de *fanfictions*, proibindo fãs de escrevê-las utilizando suas obras. Porém, com a abrangência da *internet* e a dificuldade de controlar seus conteúdos, há certo impedimento para que essa proibição seja efetivada.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A partir dessa discussão, analisaremos as *fanfictions* e o universo da classificação existente nos *sites* onde os fãs hospedam suas obras, ou seja, quais são as formas, categorias e gêneros utilizados para que suas histórias sejam organizadas e recuperadas nesse ambiente web. A classificação das histórias é utilizada em todos os *sites* de *fanfictions* e está relacionada diretamente com a organização do conhecimento para que seu conteúdo seja categorizado. Neste sentido, é importante estudar quais são os conceitos que regem essas classificações para podermos esclarecer quais são os critérios, já que “os conceitos embasam a criação dos critérios, por isso, pode-se classificar o mesmo conjunto de conceitos por vários critérios, obtendo resultados diferenciados”(SCHIESSL; SHINTAKU, 2012, p. 59).

Nesta perspectiva, esse artigo tem como objetivo estudar a relação entre a cultura dos fãs e a atitude de classificação, desses mesmos fãs, em três *sites* de *fanfiction*.

Além dessa introdução, buscaremos apresentar uma discussão sobre o que é o autor e sua interferência midiática. Após, iremos apresentar o universo de classificação que existe dentro dos *sites* de *fanfictions* e seus modos classificatórios, terminando com as considerações finais.

2. FANFICTIONS: O QUE É UM AUTOR?

A partir da análise de uma palestra que Michel Foucault participou, intitulada “O que é um autor?”, começamos a dialogar com o universo *fanfiction*. Desta forma, utilizaremos de exemplos simples para considerar as questões apontadas por Foucault, dando ênfase na proposta deste trabalho. O que é a proposta desse trabalho?

Uma das propostas de Michel Foucault (1969) – e que se encaixa perfeitamente no assunto a ser tratado aqui – é a relação de apropriação, onde, segundo ele, o autor não é “o proprietário nem o responsável por seus textos; não é produtor nem o inventor deles”. Aqui, podemos exemplificar com a questão dos autores originais, onde alguns são contra e outros são a favor da escrita realizada por fãs, a partir de suas obras. Há muitos escritores contra as *fanfics*, pois acreditam em problemas relacionados a direitos autorais. Mas, a partir de uma análise na perspectiva foucaultiana, podemos perceber que não existe um “proprietário” de uma determinada obra, pois, quando esta é distribuída coletivamente, tende a perder sua essência individualista, propiciando uma ramificação do conteúdo.



“Que importa quem fala?”, questiona-se Foucault (1969), abrindo espaço para uma discussão acerca da origem da obra. Por mais que um trabalho tenha sido realizado pioneiramente por alguém, acaba passando por diversas modificações ao longo de várias leituras por distintos leitores. Um conteúdo pode ter certa interpretação que, dependendo do assunto, pode ser reajustada e reorganizada. As ideias de um texto podem trazer ao leitor outras reflexões, abrindo espaço para uma teoria nova. Mas, o principal da fala de Foucault, trata-se do fato de que o autor possui uma prepotência quando dita as regras de sua obra, afirmando ser senhor dela. Quando uma obra é publicada, seu principal objetivo é ser levada aos outros. Isso não faz um autor ser proprietário da obra, mas, sim, o divulgador dela. É o autor o responsável pela propagação da obra e por sua disseminação; ele quem ajudará no conteúdo de estudiosos e na elaboração de novos textos.

Assim sendo, tratando-se, aqui, do universo das *fanfictions*, o que o autor de um original oferece são suportes para escritores amadores criarem suas narrativas. Proibindo este acontecimento, torna-se a propagação do texto escasso e limitado, barrando a imaginação e a criatividade dos fãs. Afirmando-se total proprietário da obra, o autor de obras originais acaba caindo em contradição, pois, afinal, o objetivo de uma obra não é chegar às mãos de um leitor?

2.1. A INTERFERÊNCIA MIDIÁTICA DO AUTOR

Os autores de *fanfictions* sentem uma liberdade para trabalharem com a obra original de outro autor conhecido no mundo literário, modificando-a e acrescentando elementos que acharem oportunos. Contudo, há autores que são contra *fanfics*, e, portanto, não permitem que suas histórias se tornem expansões extravagantes da imaginação ilimitada dos fãs.

Escritores como George R. R. Martin, criador das obras *As Crônicas do Gelo e Fogo*, e Diana Gabaldon, autora da série *A Viajante do Tempo*, são contra a criação de *fanfictions*. A questão gira em torno da contrariedade dos autores terem suas histórias e personagens utilizadas por terceiros, mas George R. R. Martin aponta problemas que *fanfictions* podem causar aos autores originais, dando exemplo do caso da escritora Marion Zimmer Bradley, cuja obra da série *Darkover* era alvo dos fãs, os quais eram encorajados pela autora a escreverem suas *fics*, lendo-as e criticando-as. Entretanto, ao deparar-se com uma *fanfic* de ideia semelhante à história na qual estava trabalhando no momento, Marion percebeu o problema da permissão do “empréstimo” de suas histórias a outra pessoa, vendo-se em uma



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

situação delicada com a fã, que, após uma proposta de Marion, queria ter coautoria e metade dos lucros das obras vendidas. A partir daí, a autora da série *Darkover* mostrou-se contrária às exibições de *fanfictions*, escrevendo relato para avisar a outros escritores do risco que podia ser a permissão do uso de suas histórias e de suas personagens (GAME OF THRONES BR, 2012).

J. K. Rowling, por outro lado, acredita que as *fanfictions* sejam um bom incentivo à escrita, permitindo que suas personagens de seu trabalho mais conhecido – *Harry Potter* – sejam usufruídas pelos fãs. Mas a autora estipula uma delimitação, determinando o uso de suas personagens, desde que as histórias não tenham teor pornográfico, visto que *Harry Potter* é uma obra criada para o público infanto-juvenil (BBC, 2004).

Muitos autores exigem dos *sites* de *fanfictions* a retirada de suas obras nas categorias. Xing Li, criador do *site Fanfiction.net*, afirmou que havia recebido pedido de autores originais para a retirada dos trabalhos que envolviam suas obras. Xing Li disse que é a política do *site* atender aos pedidos dos autores, removendo, quando for solicitado, a categoria de sua obra (BBC, 2004).

A partir destas informações, podemos tomar como base a seguinte citação de Jenkyns (2009), em seu livro *Cultura da Convergência*:

[...] as mídias corporativas reconhecem cada vez mais o valor, e a ameaça, da participação dos fãs. Produtos de mídia e anunciantes falam hoje em “capital emocional” ou “lovemarks”, referindo-se à importância do envolvimento e da participação do público em conteúdos de mídia. Roteiristas e outros criadores pensam na narrativa, hoje, em termos da criação de oportunidades para a participação do consumidor. Ao mesmo tempo, os consumidores estão utilizando novas tecnologias midiáticas para se envolverem com o conteúdo dos velhos meios de comunicação, encarando a internet como um veículo para ações coletivas – solução de problemas, deliberação pública e criatividade alternativa. De fato, sugerimos que é a ação – e a tensão – recíproca entre a força de cima para baixo da convergência corporativa e a força de baixo para cima da convergência alternativa, que está impulsionando muitas das mudanças que observamos na paisagem midiática (JENKYNS, 2009, p. 235).

A partir da análise do trecho da obra de Henry Jenkyns, podemos perceber a relação autor/fã como uma forte participação do consumidor por meio dos conteúdos midiáticos. A *internet* se tornou um grande suporte para a coletividade das ações, possibilitando as transformações na mídia. Essas mudanças causadas pelos consumidores interferem na “paisagem midiática”, ocasionando uma ruptura dos padrões do processo de criação, elevando-a a um patamar de criacionismo coletivo, o qual intervém na nova forma de produção da mídia.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O fã possui uma participação importante, mas que, também, interfere de forma ameaçadora para o autor, pois este se vê diante de uma situação de risco para com sua obra, temendo perder a essência que ela tem, tornando-se alvo da criação de histórias que rumam completamente distante daquela original. Porém, proibir o fã de prosseguir com seu trabalho, seria um modo de censura, obrigando o autor ditar regras, quando, na verdade, a intenção primordial de uma obra é transmitir algo que leve o leitor além das barreiras impostas.

3. O UNIVERSO DE CLASSIFICAÇÃO DE FANFICTIONS

Cada *site* de *fanfictions* possui sua forma de classificação das histórias. Assim, quando um autor está prestes a publicar sua *fanfic*, tem a possibilidade de organizá-la de acordo com as suas preferências. O leitor, por sua vez, quando faz a busca, consegue filtrar informações para ter resultados mais concisos.

Iremos analisar as formas de classificação de três *sites* de *fanfictions*, a saber: *Nyah Fanfiction*, *Social Spirit* e *Fanficton.net*.

3.1 *Nyah Fanfiction*

O *site Nyah Fanfiction* possui o primeiro filtro de busca: *Categorias*. Este tem uma lista de tipologias de *fanfictions*, onde o usuário tem a opção de escolher qual estilo a história a ser buscada deve ter. A lista contém os seguintes termos: Animes/Mangás, Bandas/Cantores, *Cartoons*, Filmes, Jogos, Livros, *Nyah*, Originais, Poesias, Quadrinhos e Seriados/Novelas/*Dorama*.

Ao clicar na categoria *Livros*, por exemplo, encontraremos, em ordem alfabética, uma lista de títulos de obras famosas. Selecionando uma, aparecerá uma página com uma listagem de *fanfictions*, dando a opção ao usuário fazer uma filtragem, escolhendo o *Gênero* (Ação, Fantasia, Terror, etc.) e selecionar os botões *Apenas Histórias Concluídas* e *Não Listar Crossovers*, se assim desejar.

Exemplifiquemos aqui com a obra *Harry Potter*. Para filtrar a busca, escolhemos o gênero *Drama* e optamos em ativar o botão *Apenas Histórias Concluídas*. Assim, uma lista com as obras que possuem o gênero *Drama*, e que já foram finalizadas pelos autores, irá aparecer. É comum o *ficwriter* – designação dada aos escritores de *fanfiction* – escolher mais



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

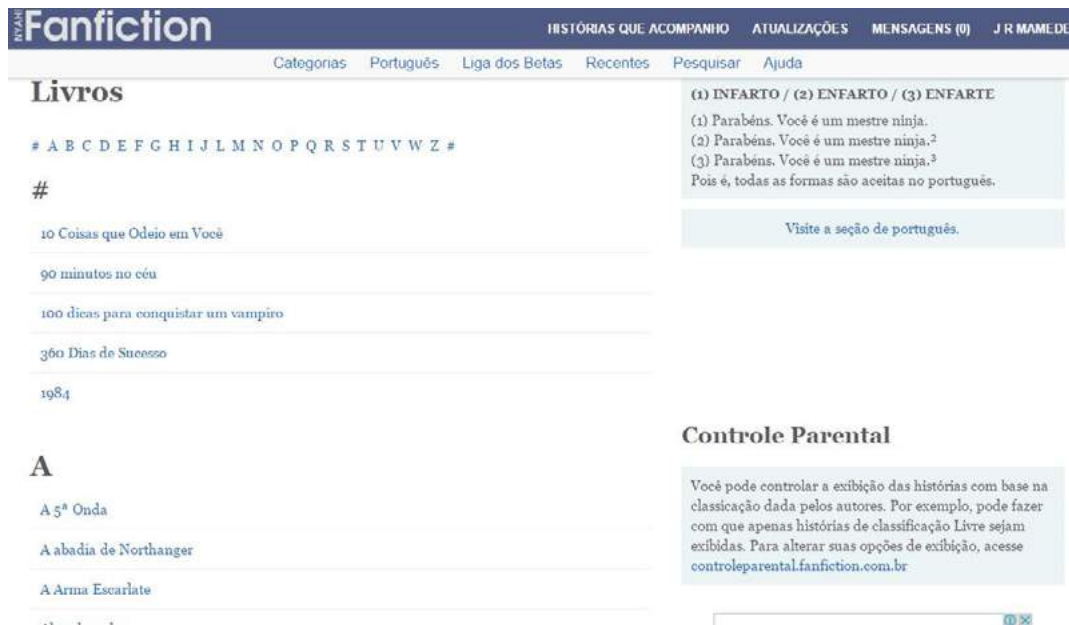
Associação de Educação e Investigação em Ciência de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

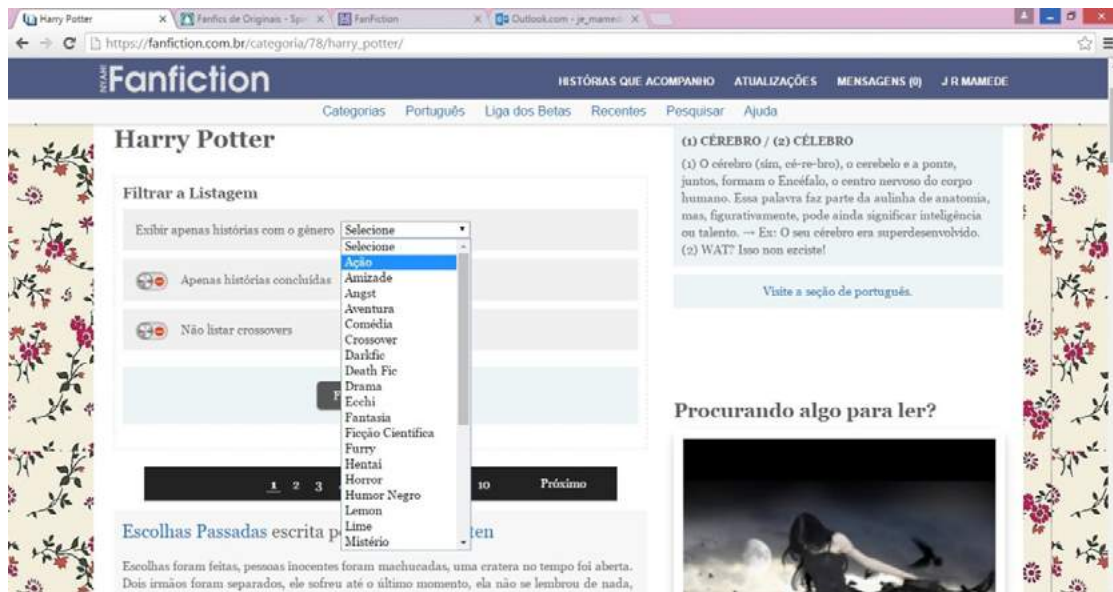
de um gênero para classificar sua *fanfiction*, portanto, ao escolher *Drama* para filtrar a busca, este gênero, muito provavelmente, encontrar-se-á unido a outros gêneros.

FIGURA 1 – Categorias Livros do Site NYAH FANFICTION



Fonte: Site Nyah Fanfiction

FIGURA 2 – Filtragem da Obra *Harry Potter*



Fonte: Site Nyah Fanfiction



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3.2 *Social Spirit*

O *Social Spirit* possui um formato muito parecido com o *Nyah*, tendo algumas mudanças na lista de *Categorias*. A lista contém as seguintes categorias: *Bandas & Músicas*, *Cartoons*, *Celebridades*, *Concursos*, *Filmes*, *Games*, *Livros*, *Mitologias & Lendas*, *Originais*, *Quadrinhos e Séries*, *Novelas & TV*.

O mesmo procedimento feito no *site Nyah* foi realizado no *site Spirit*. As obras mais usadas pelos escritores aparecerão na tela, mas há a possibilidade de fazer uma filtragem em ordem alfabética. Quando clicamos em uma das obras dentro da categoria selecionada – que, neste caso foi *Livros* –, várias histórias aparecerão. O modo de filtragem do *site Spirit* é um pouco mais esquematizado, pois, no canto direito da tela, encontramos as formas mais sucintas de busca, deixando-a mais específica.

No filtro *Personagens*, o usuário tem a possibilidade de escolher as personagens que quer encontrar na história, selecionando aquelas que lhe convém. O mesmo ocorre para o filtro de *Gêneros*, deixando livre a escolha dos gêneros que o usuário pretende encontrar na *fanfic*. Também encontramos a opção de escolha da faixa etária e das alternativas *Sim* ou *Não* para histórias concluídas.

Na lista de *Crossover*, que, nada mais é do que a junção de uma obra com outra/outras, tem-se uma lista de outras obras da mesma categoria selecionada, dando ao leitor a opção de escolher uma história alternativa.

O usuário ainda tem como escolher o número de palavras que gostaria de encontrar em uma *fanfiction*, além de optar em selecionar qual gênero e quais personagens não pretende deparar-se em uma história.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

FIGURA 3 – Filtro do Site SOCIAL SPIRIT

Sem o Personagem	Sem o Género	Palavras
Glenda Chittock (5.191)	Kodomo (5.189)	Menos de mil palavras (1.227)
Harold Minchum (5.191)	Seinen (5.187)	Menos de 5 mil palavras (3.189)
Caradoc Dearborn (5.191)	Super Sentai (5.185)	Mais de mil palavras (3.964)
Lukas Karuzos (5.191)	Droubble (5.182)	Mais de 5 mil palavras (2.003)
Eduaphora Mergus (5.191)	Josei (5.182)	Mais de 10 mil palavras (1.358)
Gwenog Jones (5.191)	Steampunk (5.181)	Mais de 20 mil palavras (783)
Hestia Carrow (5.191)	Mecha (5.180)	Mais de 40 mil palavras (375)
Sra. Cole (5.190)	Bishoujo (5.173)	Mais de 60 mil palavras (202)
Wilhelm Wigworthy (5.190)	Shounen (5.170)	Mais de 80 mil palavras (120)
Cassandra Vablatsky (5.190)	Bishounen (5.169)	Mais de 100 mil palavras (77)
Galatea Merrythought (5.190)	Lírica (5.163)	
Lucretia Prewett (Lucretia Black) (5.190)	Drabs (5.160)	
Ministro Milicent Bagnold (5.190)	Sci-Fi (5.159)	
Olive Hornby (5.190)	Shoujo-Ai (5.158)	
Heberty Beery (5.190)	Policial (5.156)	
▼ Mais	▼ Mais	

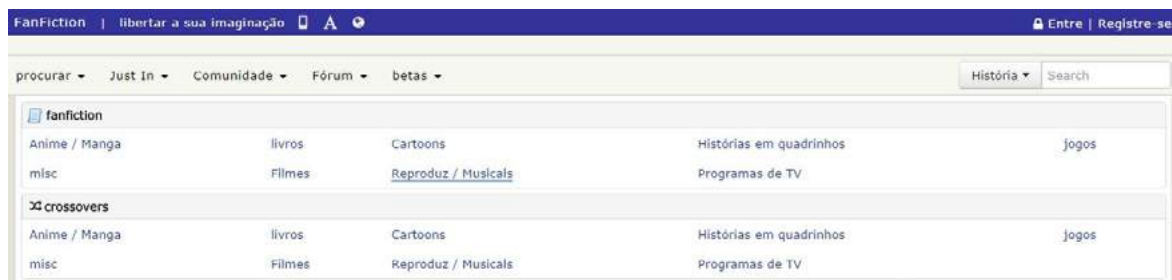
Fonte: Site Social Spirit

3.3 Fanfiction.net

Por fim, o site *Fanfiction.net*, que, assim como os outros sites acima, tem uma lista de categorias. São elas: *Anime/Mangá*, *Livros*, *Cartoons*, *Histórias em Quadrinhos*, *Jogos*, *Miscelâneas*, *Filmes*, *Bandas/Músicas* e *Programas de TV*. São duas listas com as mesmas categorias: uma para *fanfiction* e outra para *Crossovers*.

Uma lista de obras aparecerá ao clicar em uma das categorias. Na parte superior, há uma ordenação alfabética para facilitar a procura.

FIGURA 4 – Categorias do Site FANFICTION.NET



Fonte: Site Fancfiction.net



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

FIGURA 5 – Lista de obras da categoria Livros do Site FANFICTION.NET

The screenshot shows the FANFICTION.NET website interface. At the top, there is a navigation bar with 'Browse', 'Just in', 'Community', 'Forum', and 'Betas' menus. Below this is a search bar and a 'Log' button. The main content area is titled 'Books' and features a list of books with their titles and view counts. A filter dropdown menu is open, showing a list of letters from A to Z. The books listed include Harry Potter (738K), Twilight (218K), Percy Jackson and the Olympians (67.2K), Lord of the Rings (54.7K), Hunger Games (44.4K), Warriors (23.7K), Maximum Ride (17.7K), Mortal Instruments (15.9K), Chronicles of Narnia (11.8K), Hobbit (11.7K), Phantom of the Opera (11.3K), Gossip Girl (10.3K), Outsiders (9K), Song of the Lioness (8.1K), Vampire Academy (8.1K), Divergent Trilogy (7.5K), A Song of Ice and Fire (6.8K), Inheritance Cycle (6.1K), Artemis Fowl (5.5K), Fairy Tales (5.2K), Animorphs (5.1K), Silmarillion (4.9K), Les Misérables (4.6K), Gallagher Girls (4.5K), Janet Evanovich (4.5K), Bible (4.0K), and Clique (3.9K). The filter dropdown menu is currently set to 'All' and shows a list of letters from A to Z.

Fonte: Site Fancfiction.net

Após escolher uma das obras, a página remeterá a outra com várias histórias. O filtro do site Fancfiction.net é mais específico, deixando o usuário com mais opções de caracterizar sua *fanfic* de acordo com a sua preferência.

FIGURA 6 – Filtro do Site FANFICTION.NET

The screenshot shows the filter options for books on the FANFICTION.NET website. There are two sections: 'além de filtros' and 'sem Filtros'. The 'além de filtros' section has a 'emparelhamento' checkbox and several dropdown menus: 'Classificar: Data de atualização', 'Faixa de tempo: Tudo', 'Gênero (A): Todos', 'Gênero (B): Todos', 'K classificado -> T', 'Língua', 'Comprimento: Todos', 'Status: Todos', 'Mundial: Todos', 'Todos os caracteres (A)', 'Todos os personagens (B)', 'Todos os personagens (C)', and 'Todos os personagens (D)'. The 'sem Filtros' section has a 'emparelhamento' checkbox and two dropdown menus: 'Gênero' and 'Character (A)', 'Character (B)', and 'Mundo'. At the bottom, there is an 'Anular' button, a '568k' counter, and an 'Aplicar' button.

Fonte: Site Fancfiction.net



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3.4 Os autores de *Fanfictions* e as Classificações nos sites

Quanto ao autor, quando este publica uma história em algum *site* de *fanfiction*, conta com o auxílio de elementos para exibir seu trabalho na rede. A seguir, serão descritos, passo a passo, o funcionamento de cada *site* de *fanfiction* na visão do autor.

No *site Nyah Fanfiction*, ao fazer o *login*, o usuário terá um espaço reservado ao autor. Este espaço permite que o autor: gere suas histórias; poste uma nova história; ou exclua histórias.

Ao publicar uma *fanfic*, o autor terá que seguir uma lista de regras de envio: o que fazer antes de postar?, o que é permitido postar?, o que é proibido postar?, regras de formatação, sobre categorias, sobre classificação e avisos. Após ler e confirmar que sua história está de acordo com os termos exigidos pelo *site*, o autor poderá, enfim, começar a publicação de sua *fic*.

Para começar, o autor terá que adicionar um título da sua história. Ele tem a possibilidade de trabalhar com outros autores, colocando-os como coautores da *fanfiction*. Além disso, para deixar a *fic* mais chamativa, há a possibilidade de adicionar uma imagem para simular uma capa.

O autor tem a obrigação de acrescentar uma sinopse, explicando o enredo de sua obra. Abaixo da caixinha da sinopse, há uma opção de deixar um pequeno recadinho aos leitores. Neste espaço, normalmente os escritores gostam de enfatizar que plágio é crime.

Feito isso, o autor poderá, enfim, escolher a categoria de sua *fanfic* (Filmes, Livros, Originais, Poemas, etc), e, ao selecionar uma categoria, ao lado aparecerá uma lista de títulos de obras populares. Portanto, se, por exemplo, a opção do autor for fazer uma *fanfiction* de *Harry Potter*, ele selecionará a categoria *Livros*, e, quando a lista de obras surgir, procurará o título do livro que deseja. O autor pode escolher mais de uma categoria e mais de uma obra. Em seguida, há uma caixinha *Personagens*, na qual, dependendo da categoria, aparecerá uma lista de personagens conhecidas. Se, por exemplo, o escritor da *fanfiction* escolher a categoria *Livros* e a obra *A Maldição do Tigre*, surgirá uma lista de nome de personagens deste livro: *Dhiren, Kelsey Hayes, Kyshan, Lokesh, Personagem Original* (este é para as personagens criadas pelo *ficwriter*), *Sr. Kadam, Yesubai*. Pode ser selecionada mais de uma personagem. Ao lado, encontra-se o gênero, que, assim como a categoria e as personagens, pode constar na *fanfiction* mais de um. Abaixo estão os avisos que, nada mais são do que alertas do que o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

leitor poderá encontrar na história: alcoolismo, bissexualidade, homossexualidade, sexo, etc. A classificação etária vem logo em seguida, e nela consta as seguintes faixas: Livre, +13, +16, +18.

Por fim, o capítulo. O autor tem, como optativa, acrescentar notas iniciais e finais – normalmente, agradecendo pela leitura e pedindo que os leitores deixem seus comentários. O texto deve conter, no mínimo, 100 caracteres para o *site* aceitar publicá-lo. Adicionando a narrativa, o escritor salva a história e posta-a.

O *site Social Spirit*, assim como o *Nyah Fanfiction*, tem um termo de uso a ser seguido. Após concordar com as regras e segui-las com rigor, o autor poderá começar a publicar sua *fanfic*.

O *Spirit* também exige a exibição de um título para a história, uma sinopse e uma capa. Esta última é opcional.

A seguir, vem a parte da escolha da(s) categoria(s), além da classificação etária, que, diferente do *Nyah*, o *Spirit* segue a seguinte ordem: Livre, Dez, Doze, Quatorze, Dezesesseis e Dezoito. Há, também, o item de história terminada ou não.

Os *Avisos* e os *Gêneros* aparecem em caixinhas onde o autor pode selecionar quantas desejar.

O *Spirit* também oferece o suporte de coautoria. O que o difere do *Nyah* é o campo para *tags* e a possibilidade de, em cada capítulo, colocar uma capa diferente. As *tags* são um diferencial na busca do leitor.

Por fim, o mais importante: o capítulo da história. As notas iniciais e finais são optativas, assim como no *Nyah Fanfiction*.

O *Fanfiction.com*, por sua vez, é um *site* em inglês, utilizado por pessoas de diversos países. O autor, assim que desejar publicar sua história, também terá que se submeter às regras impostas pelo *site*. Aceitando-as e obedecendo-as, poderá começar a postar seu trabalho.

O *site Fanfiction.net* tem um *design* mais simples do que o *Nyah Fanfiction* e o *Social Spirit*. Isso não significa que seja mais fácil de manusear.

Ao contrário dos outros *sites* de *fanfic*, o *Fanfiction.net* não possui espaços para que o autor escreva sua história. Na verdade, ele terá que enviar, em formato *docX*, sua narrativa.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Após ter adicionado os arquivos necessários, o autor poderá começar a mexer em sua história, acrescentando uma capa, escolhendo uma categoria – que, ao contrário dos outros *sites*, só pode ser uma –, adicionando uma sinopse, o idioma, a faixa etária – que consiste em: K, K+, T e M –, e, no máximo, dois gêneros.

Os arquivos *docX*, conforme forem adicionados pelo autor, poderão ser acrescentados na história. Cada arquivo seria um capítulo da *fanfic*.

As faixas etárias do *site Fanfiction.net* consistem em letras: K, K+, T e M. O K significa classificação livre de qualquer tipo de violência, linguagem inapropriada e temas adultos. K+ possui conteúdo com menor grau de violência, um pouco de linguagem imprópria e ausência de teor adulto; a classificação seria para maiores de 9 anos. T não é recomendado para menores de 13 anos, pois contém violência, linguagem inadequada e sugestões de temas adultos. Por fim, M, que seria impróprio para menores de 16 anos, pois possui violência, linguagem imprópria, cenas adultas mais detalhadas e explícitas.

A seguir, a tabela construída com os gêneros existentes nos três *sites* de *Fanfictions*:

Quadro 1 – Gêneros

<i>Sites</i>	<i>Nyah</i>	<i>Spirit</i>	<i>Fanfiction.net</i>
Gêneros	Ação	Ação	Romance
	Amizade	Artes Marciais	Piada
	<i>Angst</i>	Aventura	Drama
	Aventura	<i>Bishouju</i>	Poesia
	Comédia	<i>Bishounen</i>	Aventura
	<i>Crossover</i>	Colegial	Mistério
	<i>Darkfic</i>	Comédia	Horror
	Drama	<i>Crossover</i>	Paródia
	<i>Ecchi</i>	<i>Drabble</i>	<i>Angst</i>
	Fantasia	<i>Drabs</i>	Sobrenatural
	Ficção Científica	Drama (Tragédia)	Suspense
	<i>Furry</i>	<i>Droubble</i>	Ficção Científica
	<i>Hentai</i>	<i>Ecchi</i>	Fantasia
	Horror	Escolar	Espiritual
	Humor Negro	Esporte	Tragédia
	<i>Lemon</i>	Família	Ocidental
	<i>Lime</i>	Fantasia	Crime
	Mistério	<i>Femme Slash</i>	Família
<i>Orange</i>	Festa	Ferido/Comfort	



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

	Paródia	Ficção Científica	Amizade
	Poesia	Ficção e Fantasia	
	Romance	<i>Fluffy</i>	
	<i>Shoujo-ai</i>	<i>Harem</i>	
	<i>Shounen-ai</i>	<i>Hentai</i>	
	<i>Songfic</i>	<i>Horror Survival</i>	
	Suspense	<i>Josei</i>	
	Terror	<i>Kodomo</i>	
	Tragédia	<i>Lemon</i>	
	Universo Alternativo	Lírica	
	<i>Yaoi</i>	Luta	
	<i>Yuri</i>	Magia	
		Mecha	
		Mistério	
		Misticismo	
		Musical (<i>Songfic</i>)	
		<i>Orange</i>	
		Poesias	
		Romance e Novela	
		Saga	
		Sci-fi	
		Seinen	
		Shonen-Ai	
		Shoujo (Romântico)	
		Shoujo-Ai	
		Shounen	
		Slash	
		Sobrenatural	
		Steampunk	
		Super Power	
		Super Sentai	
		Suspense	
		Terror e Horror	
		Universo Alternativo	
		Violência	
		Visual Novel	
		Yaoi	
		Yuri	

Fonte: Elaborado pelas autoras



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os *sites* de *fanfictions* possibilitam ao usuário escolher suas categorias, seus gêneros e a faixa etária da história, dando-lhe total liberdade para com sua escrita. As categorias predominantes nos *sites* mais acessados de *fanfictions* são: *Animes/Mangás*, *Cartoons*, *Filmes*, *Livros*, *Jogos*, *Quadrinhos* e *Programas de TV*. Os gêneros, por sua vez, possuem distinção em alguns *sites*. O Spirit, por exemplo, é o *site* de *fanfictions* com a maior lista de gêneros, contando com 57 estilos. Porém, os gêneros mais abordados nos *sites* de maior popularidade são: ação, aventura, comédia, drama, fantasia, ficção científica, mistério, poesia, romance e terror. Há *sites*, como, por exemplo, o Nyah Fanfiction, que possui descrições.

Como complemento das *fanfictions*, existem outras designações que fazem parte do conceito de fã contribuidor da informação em massa. São eles: *Fandom*, *Ficwriters*, *Fanart* e *Fanzine*.

O *Fandom* é uma forma participativa, onde a questão principal é avaliada pelos fãs, os quais têm um engajamento na produção daquilo que possui admiração (FISKE *apud* SOUZA, 2014).

Os *Ficwrites*, por sua vez, são os próprios escritores de *fanfictions*, os responsáveis pela continuação ou abrangência de uma determinada história. São eles que possibilitarão aos fãs uma nova narrativa com personagens já conhecidos por uma comunidade, possibilitando uma interação entre leitor/autor.

As *Fanarts* são as ilustrações feitas pelos fãs de suas personagens favoritas. É comum encontrar imagens de casais que não existem nas obras originais. O chamado *shipper*, que, nada mais é do que um incentivo dos fãs para um casal ficar junto, faz parte das artes criadas.

Já as *Fanzines* são revistas editadas por fãs. É uma abreviação de *fanact magazine*, e trata-se de publicações despretensiosas. Engloba todos os tipos de temas, assumindo usualmente, mas não necessariamente, uma determinada postura política, com inicial incidência em histórias em quadrinhos, ficção científica, poesias, música, feminismo, vegetarianismo, veganismo, cinema, jogos de computador e vídeo games (SOUZA, 2014).

4. CONCLUSÕES

Michel Foucault acredita na ausência de posse do autor para com a sua obra. Assim sendo, no universo das *fanfictions* percebemos que uma obra original está sob o controle de fãs daquele trabalho, usufruindo-o para transformá-lo em outra obra, cujo conteúdo,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

obviamente, é diferente da obra verdadeira, mas que contém a essência e as personagens criadas por outrem.

Observando atentamente os três *sites* de *fanfictions* estudados neste trabalho, averiguamos a autonomia do autor em relação à sua história, postando-a na rede de acordo com suas prioridades para aquela obra, respeitando os itens que os *sites* lhe oferecem. O autor de *fanfic* tem a possibilidade de escrever narrativas baseadas em obras de terceiros, cabendo-lhe a tarefa de modificar de acordo com a sua criatividade.

Autores que são contra a realização de *fanfictions* prezam pela posse de seus trabalhos e querem evitar futuras frustrações. Entretanto, sob a concepção de Foucault, essa ideia de propriedade do autor sobre uma obra é irrelevante, pois, após uma obra atingir outras pessoas, elas também passam a possuí-la. Já não cabe mais ao autor ter o domínio individualista daquele determinado trabalho: faz parte de um coletivo.

Portanto, os *ficwriters* se veem em uma situação que, muitas vezes, o impedem de escrever aquilo que desejam para personagens famosos. Autores, como J. K. Rowling, que permitem a escrita de *fanfics*, desde que tenha um limite para a imaginação de seus fãs, restringindo os escritores de *fanfictions* expandirem o universo da obra baseada. Ao mesmo tempo, contrapõe a ideia de não apropriação da obra, deixando-a a total domínio de um único autor.

REFERÊNCIAS

BBC. **Rowling backs Potter fanfiction**. 2004. Disponível em:
<<http://news.bbc.co.uk/2/hi/entertainment/3753001.stm>>. Acessado em: 01 abr. 2016.

CAMPOS, Maria Luíza de Almeida. **Linguagem Documentária**: Teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CAMPOS, Maria Luíza de Almeida, GOMES, Hagar Espanha, OLIVEIRA, Laura de Lira e. As Categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico. **DataGramZero**, vol. 14, nº 3, 2013. Disponível em:
<http://www.dgz.org.br/jun13/Art_01.htm>. Acessado em: 23 abr. 2015.

CAMPOS, Maria Luíza de Almeida, GOMES, Hagar Espanha. Organização de domínios de conhecimento e dos princípios ranganathianos. Belo Horizonte: **Perspect. ciênc. inf.**, vol. 8,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

nº. 2, 2013. Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/11/pdf_1ec0949a1a_0012907.pdf>. Acessado em: 23 abr. 2015.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: CONFERÊNCIA CÉLEBRE APRESENTADA EM 1969. **Anais eletrônicos...** Disponível em:

<http://fido.rockymedia.net/anthro/foucault_autor.pdf>. Acessado em: 21 abr. 2015.

GAME OF THRONES BR. George **R. R. Martin: ninguém usa meus personagens, exceto eu.** 2012. Disponível em < <http://www.gameofthronesbr.com/2012/08/george-r-r-martin-ninguem-usa-meus.html> >. Acessado em: 01 abr. 2016.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** São Paulo: Aleph, 2009.

PADRÃO, Márcio. Leituras resistentes: fanfictions e internet vs. Cultura de massa. **E-Compós**, vol. 10, 2008. Disponível em: < <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/199/200> >. Acessado em: 23 abr. 2015.

SCHIESSL, Marcelo; SHINTAKU, Milton. Sistemas de organização do conhecimento. In. ALVARES, Lillian. **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações.** São Paulo: B4 Ed., 2012. Cap. 2

SOUZA, Mariane de. **Fãs na Internet e circulação da informação: um estudo sobre o Conselho Jedi de São Paulo.** Ribeirão Preto: 2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

X EDICIC - 2016



Área Temática: Organização da informação e do conhecimento

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM ACERVOS
BIBLIOGRÁFICOS: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA NO BRASIL À
LUZ DA BRAPCI**

***FORMACIÓN Y DESARROLLO DE COLECCIONES EN FONDOS
BIBLIOGRÁFICOS: REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA EN BRASIL A
LA LUZ DE BRAPCI***

Jorge Santa Anna, UFES

Resumo: Constitui uma revisão sistemática da literatura sobre o tema “Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas”, de modo a demonstrar os estudos desenvolvidos nas últimas décadas no Brasil. Pretende-se mapear principais resultados de pesquisas publicadas por autores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, em diferentes veículos de comunicação científica, qual sejam, os periódicos pertencentes a essas áreas no âmbito brasileiro. Realizou-se a revisão através do levantamento de artigos na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), através dos descritores “Formação e desenvolvimento de coleções”, “Gestão de coleções”, “Administração de coleções”, “Administração de recursos informacionais”, “Gestão de acervo” e “Gestão de estoques de informação”. Considerando-se o período de 1970 a 2015, recuperou-se uma amostra composta por 29 artigos. Em linhas gerais, os estudos selecionados para a amostra de pesquisa apresentaram temas variados inseridos no contexto do processo de desenvolvimento de coleções, destacando-se como principais: o desenvolvimento de coleções como atividade processual, o fator qualidade, a necessidade da gestão, o fator contextual na gestão das coleções, a política de desenvolvimento de coleções, a etapa da seleção, as metodologias para avaliação da coleção, as mudanças oriundas com a formação de coleções digitais e a proposta de mudança terminológica, qual seja, gestão de estoques de informação. Ao final, contatou-se uma quantidade pouco significativa de pesquisas, principalmente pela importância e necessidade que essa temática desempenha no contexto da elaboração de produtos e serviços biblioteconômicos. Espera-se que esses resultados provoquem motivação no desenvolvimento de pesquisas, assim como, os referenciais teóricos aqui levantados possam ser utilizados nas instituições de ensino e de pesquisa, de modo a provocar novos questionamentos e descobertas.

Palavras-chave: Desenvolvimento de coleções. Gestão de coleções. Administração de coleções. Gestão de estoques de informação.

Resumen: Se trata de una revisión sistemática de la literatura sobre el tema "Formación y desarrollo de colecciones en las bibliotecas", con el fin de demostrar los estudios desarrollados en las últimas décadas en Brasil. Se tiene la intención de trazar los principales resultados de la investigación publicada por autores en el campo en diferentes vehículos de comunicación científica, que son las revistas en Bibliotecología y Ciencias de la Información en el contexto brasileño. Hemos llevado a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

cabo la revisión por parte de la topografía artículos en la base de datos de referencias de artículos de revistas en Ciencias de la Información, a través de la "Formación y desarrollo de colecciones" descriptores "Gestión de cobros", "colecciones de Administración", "Gestión de Recursos informativo", "gestión de cobro" y "gestión de los recursos de información". Considerando el periodo 1970-2015, que se ha recuperado de una muestra de 29 artículos. En general, los estudios seleccionados para la muestra de la encuesta tenían diferentes temas dentro del contexto del proceso de desarrollo de la colección, destacando principal: el desarrollo de colecciones como una actividad procesal, el factor de calidad, la necesidad de una gestión, el factor gestión del contexto de las colecciones, colecciones de la política de desarrollo, la etapa de selección de las metodologías para la evaluación de la colección, los cambios que surgen con la formación de colecciones digitales y el cambio terminológico propuesto, es decir, almacenes de información de gestión. Al final, se estableció contacto con una cantidad insignificante de la investigación, especialmente la importancia y necesidad de este tema juega en el contexto de la preparación de los productos y servicios de la biblioteconomía. Se espera que estos resultados hacen que la motivación en el desarrollo de la investigación, así como los marcos teóricos planteados aquí pueden ser utilizados en las instituciones educativas y de investigación, con el fin de provocar nuevas preguntas y descubrimientos.

Palabras clave: Desarrollo de colecciones. gestión de colecciones. gestión de colecciones. las poblaciones de información de gestión.

1 INTRODUÇÃO

As unidades de informação têm assumido um papel relevante em diferentes épocas e contextos, ao fornecerem informação armazenada em diferentes suportes, garantindo, dessa forma, a satisfação de diferentes demandas. Com o uso de novas tecnologias, os produtos e serviços fornecidos nessas unidades têm se diversificados, sobretudo nas bibliotecas, as quais realizam diferentes funções, sejam elas informacionais, educativas e/ou culturais.

Tradicionalmente, a biblioteca tem assumido, por excelência, a função de armazenadora e disseminadora da produção informacional de uma dada localidade. Em linhas gerais, os produtos e serviços que permeiam essa função têm o objetivo de estruturar acervos bibliográficos, os quais são formados por meio de variadas e sistematizadas coleções.

Portanto, formar o acervo bibliográfico constitui uma das principais e mais tradicionais funções da biblioteca, sendo necessário, além da formação, o constante monitoramento no sentido de desenvolver com racionalidade o acervo informacional.

Assim, entende-se que a formação e o desenvolvimento de coleções em bibliotecas constitui um dos principais fazeres que permeiam a prática bibliotecária (VERGUEIRO, 1993). Esses fazeres são compostos por diversas atividades interligadas, as quais constituem um processo (WEITZEL, 2006) e que requer a presença de profissional capacitado ao



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

exercício da gestão (SANTA ANNA, 2015), ao atuar com diferentes tecnologias, controlando processos, fluxos e canais de informação (CORRÊA; SANTOS, 2015).

Embora esses serviços sejam tradicionais nas bibliotecas, a forma como têm sido conduzidos tem se diferenciado ao longo dos tempos, principalmente pelo fato da biblioteca ser uma instituição adaptativa, que inova constantemente seus produtos e serviços, visando à qualidade e satisfação da clientela.

A trajetória evolutiva da biblioteca mostra que, no passado, sua preocupação maior estava em custodiar e quantificar os materiais informacionais (MARTINS, 2001), sendo que esse paradigma é desfeito a partir da explosão bibliográfica e da expansão tecnológica, sendo instituídas técnicas de seleção de materiais (WEITZEL, 2002), para o que, faz-se necessário elaborar métodos de administração dos recursos informacionais (VERGUEIRO, 1993).

Nesse contexto, constata-se uma evolução nos serviços prestados em prol do acervo bibliográfico, no decorrer dos tempos, os quais se sustentaram nas seguintes atividades: armazenamento e custódia das coleções (MARTINS, 2001), formação e desenvolvimento das coleções (VERGUEIRO, 1993; WETZEL, 2002, 2012), gestão das coleções (MIRANDA, 2007b; ROMERO, 2007) e gestão de estoques de informação (CORRÊA; SANTOS, 2015; SANTA ANNA, 2015).

Ora, se as atividades de formar e desenvolver coleções acompanham as bibliotecas desde tempos imemoriais e essas atividades evoluem, por meio da adoção de novas tecnologias, métodos e procedimentos de trabalho (SANTA ANNA, 2015), percebe-se o quanto essa função bibliotecária é importante para a sobrevivência das bibliotecas. Além disso, somam-se outras expectativas, principalmente com o surgimento das coleções digitais, as quais proporcionam uma gestão mais abrangente dos recursos informacionais (CORRÊA; SANTOS, 2015), desencadeando, por conseguinte, um futuro promissor e inovador quanto a esses fazeres (VERGUEIRO, 1997).

Considerando a importância das práticas de formar e desenvolver coleções nas bibliotecas, este artigo objetiva apresentar o que vem sendo discutido ao longo dos últimos anos sobre a temática “Formação e desenvolvimento de coleções”. Pretende-se mapear principais resultados de pesquisas publicadas por autores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, em diferentes veículos de comunicação científica, qual seja, os periódicos pertencentes a essas áreas no âmbito brasileiro.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Portanto, o artigo constitui uma revisão sistemática da literatura, realizada através da busca e recuperação de artigos publicados em revistas das áreas mencionadas, sendo essas revistas indexadas na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), considerando-se o período de 1970 a 2015.

Em suma, através desses procedimentos metodológicos, realizar-se-á uma reflexão teórica sobre o tema na produção da literatura no Brasil, de modo a destacar os principais assuntos abordados nas pesquisas analisadas, evidenciando, dessa forma, como esse tema foi sendo percorrido ao longo dos tempos.

Importante mencionar que este artigo é fruto das constantes leituras e estudos realizados pelo autor da pesquisa no momento em que lecionou a disciplina “Formação e desenvolvimento de coleções”, como professor voluntário, para o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no semestre de 2014/2. Além da preparação das aulas, o autor realizou junto com a turma diversas pesquisas aplicadas em campo acerca da realidade de algumas bibliotecas quanto às práticas de formar e desenvolver coleções, sendo que os principais resultados obtidos foram apresentados em congressos da área.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de mapear as principais publicações que abordam a temática “Formação e desenvolvimento de coleções”, recorreu-se à metodologia denominada de “Revisão sistemática da literatura”, a qual corresponde a um processo de busca, recuperação e seleção de materiais devidamente reconhecidos pela comunidade científica e publicados em canais formais de comunicação científica.

A revisão sistemática da literatura corresponde a um tipo de estudo que objetiva “[...] nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área [...]” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 83).

Esse tipo de revisão, em linhas gerais, requer, a princípio, o estabelecimento e delineamento de um objeto de pesquisa, ou assunto a ser analisado, sendo necessário, posteriormente, definir uma estratégia de busca, o estabelecimento de critérios de inclusão e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

exclusão dos artigos e, acima de tudo, uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Uma das características principais da revisão de literatura é seu planejamento sistematizado, ou seja, ela deve ser estruturada seguindo uma sequência lógica, a fim de garantir qualidade, consistência e abrangência nos estudos a serem analisados. Segundo Castro (2001), costuma-se dividir esse tipo de metodologia em diversas fases, sendo três principais, a saber: 1 – elaboração do problema e tema de pesquisa; 2 – necessidade de se trabalhar a temática; e, por fim, 3 – estruturação da revisão. Nessa última etapa deve-se definir claramente a fonte de busca dos estudos, assim como os procedimentos utilizados para seleção.

Na etapa da estruturação da revisão, recomenda-se a identificação dos artigos recuperados e selecionados para análise, por meio da elaboração de listas ou tabelas que demonstrem os detalhes de cada estudo, como ano de pesquisa, objetivo proposto, autores, veículo de publicação, dentre outras características inerentes a cada trabalho selecionado para compor a amostra de pesquisa (CASTRO, 2001).

Considerando as recomendações de Castro (2001) no desenvolvimento de uma revisão sistemática, este estudo tem como objeto de pesquisa refletir acerca da temática “Formação e Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas”.

Após delimitação e contextualização do objeto de pesquisa, parte-se para a seleção dos artigos que comporão a amostra de estudo. Assim, recorreu-se a uma das mais importantes bases de dados da Ciência da Informação no Brasil, a BRAPCI.

Essa base de dados é gerenciada pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Paraná, cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Para tanto, indexa os títulos de periódicos dessa área do conhecimento, desde 1970 até o momento atual de realização deste estudo (2015). Atualmente, disponibiliza referências e resumos de 8303 textos publicados em 37 periódicos nacionais impressos e eletrônicos. Dos periódicos disponíveis 28 estão ativos e nove são históricos (descontinuados).

Os periódicos indexados na Brapci são reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e recebem diferentes classificações desta instituição quanto à produção intelectual (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C). Assim,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

como principais periódicos nos quais os estudos dessa revisão foram publicados, citam-se: *Perspectiva em Ciência da Informação* (A1), *Informação e Sociedade: estudos* (A1), *Transinformação* (A1), *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação* (B1), *Informação e Profissões* (B2), *Biblionline* (B1), *Revista ACB* (B2), *Liinc em revista* (B1), dentre outros.

No que se refere às estratégias de busca e recuperação dos artigos, optou-se pelo uso de diferentes descritores, os quais se relacionam à temática “Formação e desenvolvimento de coleções”, a saber: “Formação e desenvolvimento de coleções”, “Gestão de coleções”, “Administração de coleções”, “Administração de recursos informacionais”, “Gestão de acervo” e “Gestão de estoques de informação”.

Considerando que a produção científica acerca das práticas de formar e desenvolver coleções foi impulsionada a partir da inserção da disciplina específica nos cursos de Biblioteconomia no Brasil após a década de 1960 (VERGUEIRO, 1993), foram selecionados para compor a amostra de artigos apenas os estudos publicados no intervalo de 1970 a 2015.

Assim, a partir da consulta ao catálogo eletrônico da Brapci, utilizando-se de diferentes descritores, obtiveram-se variados resultados para cada descritor. Em seguida, foi preciso, por meio da leitura do título, resumo e da introdução de cada trabalho, selecionar os itens que eram pertinentes, descartando os que não abordavam aspectos relacionados à temática central de estudo. Portanto, apresentam-se, a seguir, a recuperação e seleção dos artigos:

- com o descritor “Formação e desenvolvimento de coleções”: recuperaram-se 57 artigos, sendo selecionados 19 trabalhos;
- com o descritor “Gestão de coleções”: recuperaram-se 21 artigos, estando oito relacionados com a temática, porém, desses, cinco já haviam sido selecionados no descritor anterior. Portanto, selecionaram-se, para esse descritor, um total de três novos artigos;
- com o descritor “Administração de coleções”: recuperou-se um total de quatro trabalhos, sendo selecionado apenas um;
- com o descritor “Administração de recursos informacionais”: foram recuperados quatro trabalhos, no entanto, nenhum foi selecionado;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



- com o descritor “Gestão de acervo”: recuperaram-se 72 trabalhos, sendo oito já selecionados nos descritores anteriores. Assim, apenas cinco trabalhos foram selecionados.
- com o descritor “Gestão de estoques de informação”: recuperaram-se oito artigos, sendo quatro já constantes nos descritores anteriores. Apenas um foi selecionado para compor a amostra desta pesquisa.

Após a seleção dos itens que eram pertinentes à temática deste estudo, delimitou-se a amostra de pesquisa, composta por um total de 29 artigos, criteriosamente selecionados, conforme os procedimentos metodológicos estabelecidos. Esses artigos, a fim de facilitar a visibilidade das características de cada um deles, foram expostos em um quadro, conforme apresentado na seção a seguir.

2.1 FORMAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DE PESQUISA

Após levantamento bibliográfico de artigos científicos publicados na base Brapci, seguida da seleção desses trabalhos, considerando a temática “Formação e desenvolvimento de coleções bibliográficas”, delimitou-se uma amostra contendo 29 artigos. O quadro 1 sistematiza a amostra de pesquisa expondo os dados referentes à autoria dessas publicações, o título e o ano de cada publicação, e, por fim, em qual periódico o artigo foi publicado. Os artigos estão dispostos em ordem sequencial de ano de publicação, dentre de seus respectivos descritores.

Quadro 1 – Demonstrativo da amostragem de pesquisa – 29 artigos selecionados

AUTORIA	TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	PERIÓDICO
Descritor: Formação e Desenvolvimento de coleções			
LIMA, Regina Célia Montenegro; FIGUEIREDO, Nice	Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas	1984	Ciência da Informação
KLAES, Rejane Raffo	Sistema de informação gerencial para desenvolvimento de coleções	1991	Ciência da Informação
VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos	Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais	1993	Ciência da Informação
VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos	O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervecência	1997	Perspectivas em Ciência da Informação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



WEITZEL, Simone da Rocha	O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios	2002	Perspectivas em Ciência da Informação
LEROUX, Eric	Bibliotecas virtuais e desenvolvimento de coleções: o caso dos repertórios de sites web	2007	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de	Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas	2007	Informação & Sociedade: Estudos
MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de	Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias	2007	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação
CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale	A aplicação do desenvolvimento e gerenciamento de coleções na construção de repositórios institucionais	2008	Informação & Sociedade: Estudos
SILVEIRA, Lúcia da; FIORAVANTE, Rosane; VITORINO, Elizete Vieira	Formação e desenvolvimento de coleções: proposta para biblioteca escolar de acordo com a pedagogia Waldorf	2009	Revista ACB
MATTOS, Ana Maria; DIAS, Eduardo José Wense	Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: uma abordagem quantitativa	2009	Perspectivas em Ciência da Informação
WEITZEL, Simone da Rocha	Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos	2012	Transinformação
DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elisabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	Política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos: tendências nacionais e internacionais	2012	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
NASCIMENTO-ANDRE, Sayonara Lizton,	Coleções em bibliotecas universitárias: manifestações da produção científica	2012	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
FERREIRA, Marilucy	A representação da informação e o paradigma do uso: o caso da disciplina desenvolvimento de coleções no contexto da EAD	2013	Liinc em revista
DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elisabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções	2013	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; CARVALHO, Mônica Marques	Desenvolvimento de coleções de fontes de informação eletrônicas em bibliotecas universitárias	2014	Biblionline
CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale	Conspectus: um métodos para o gerenciamento de coleções	2014	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



	em bibliotecas		da Informação
SANTA ANNA, Jorge	Desafios para a gestão de estoques de informação frente à coleções em diferentes contextos	2015	Revista ACB
Descritor: Gestão de coleções			
PARANHOS, Wanda Maria Maia da Rocha	Fragmentos metodológicos para projetos e execução de gestão informatizada de coleções de documentos e serviços em bibliotecas	2004	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
ALENTEJO, Eduardo da Silva; BAPTISTA, Sofia Galvão	A trajetória da gestão pela qualidade nas bibliotecas brasileiras	2012	Informação & Informação
MARTINS, Robson Dias; CARMO, Annibal Jose Roris Rodriguez Scavardo	Criação da cadeia de suprimentos para e-books	2015	Revista ACB
Descritor: Administração de coleções			
SILVA, Fátima Santana da; FERNANDES, Geni Chaves; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de	Administração de bibliotecas em instituições privadas de ensino superior: uma abordagem discursiva a partir das novas demandas de acesso e uso da informação	2013	Informação@Profissões
Descritor: Gestão de acervos			
PERES, Luiz Carlos; SILVEIRA, Maria Inês da	Seleção, aquisição e descarte de materiais de informação para bibliotecas escolares: uma sugestão coerente com a atual realidade escolar	1998	Revista ACB
BORSOI, Claudete	Automação e gestão de acervos através da digitalização e do software winisis: relato de experiência	2009	Revista ACB
STREHL, Letícia; SCHARNBERG, June Magda Rosa; HOROWITZ, Zaida; CASTANHO, Viviane Carrion	O método bibliograd para avaliação de acervos de livros de graduação: instrumento para gestão de recursos para aquisição em um sistema de bibliotecas	2010	Ciência da Informação
LOPES, Maria Aparecida; CATARINO, Maria Elisabete; PRAZERES, Yara Maria Pereira da Costa; TERCIOTTI, Osny	Estudo das condições físicas da coleção de livros da área de direito: um exercício didático	2015	Informação@Profissões
CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; VIAPIANA, Noeli	Diretrizes para a gestão de estoques de informação: um estudo de caso na rede de bibliotecas do Senac Santa Catarina	2015	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina
Descritor: Gestão de estoques de informação			
CORREA, Elisa; SANTOS, Luana Carla	De formação e desenvolvimento de coleções	2015	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

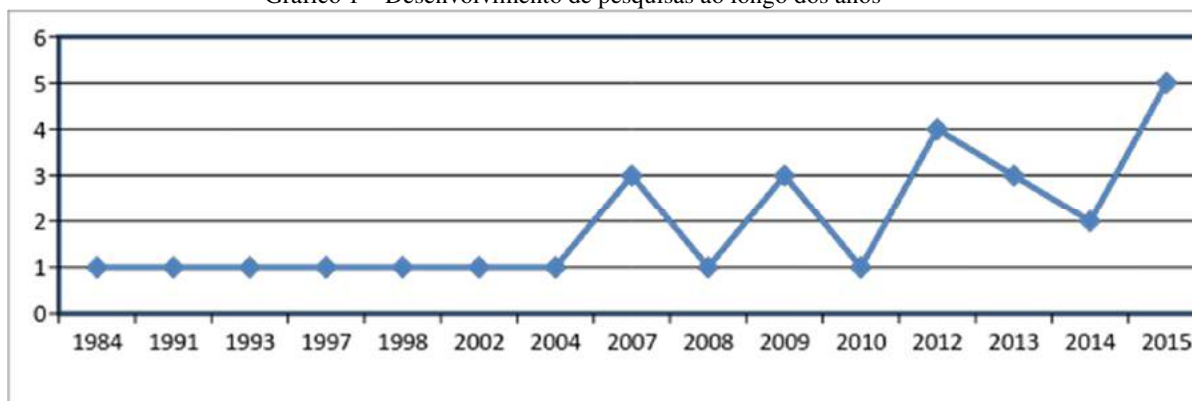
Moura dos	para gestão de estoques de informação: um panorama da mudança terminológica no Brasil		da Informação
-----------	---	--	---------------

Fonte: o autor (2016).

A amostra de pesquisa teve em sua composição um total de 29 artigos, publicados em diversos periódicos brasileiros na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Dessa amostragem constata-se que o primeiro artigo sobre Desenvolvimento de coleções no âmbito das bibliotecas na literatura brasileira foi publicado em 1984.

Tendo em vista conferir melhor visibilidade, os dados referentes ao ano de publicação foram retirados do quadro 1 e sistematizados de forma gráfica. O gráfico a seguir demonstra o desenvolvimento de pesquisas sobre desenvolvimento de coleções ao longo dos anos no Brasil.

Gráfico 1 – Desenvolvimento de pesquisas ao longo dos anos



Fonte: o autor (2016).

Ao longo dos anos, conforme demonstram os dados expostos no gráfico 1, desenvolveu-se uma produção bem escassa, uma vez que em alguns anos não houve nenhuma publicação. Sequencialmente, nos anos de 1984, 1991, 1993, 1997, 1998, 2002 e 2004 foram publicados apenas um artigo em cada ano. Após 2004, volta-se a publicar sobre o tema, sendo que apenas em 2007 inicia-se a publicação de mais de um artigo por ano.

Embora a produção continuou oscilando, nota-se um crescimento nos últimos anos (após 2007, com três artigos), no comparativo com os anos anteriores. Assim, percebe-se que: no ano de 2008 publicou-se um artigo; em 2009 três artigos; em 2010 um artigo; em 2012 o número cresce para quatro trabalhos; em 2013 o número diminui para três e em 2014 para



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

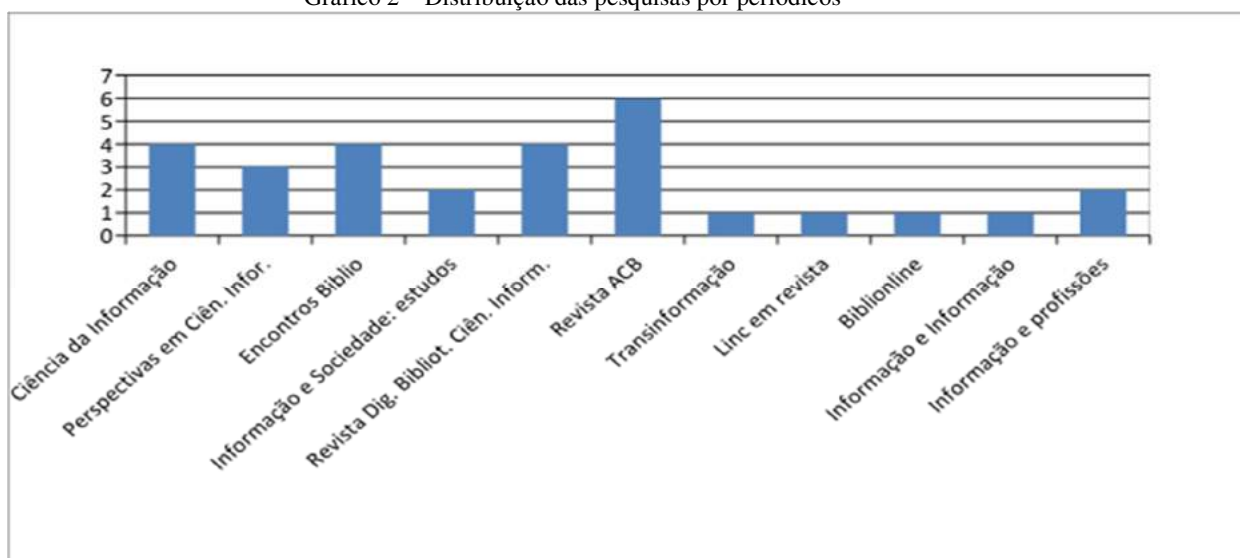
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

dois; por fim, em 2015 publicaram-se o maior número de todos os tempos, ou seja, cinco trabalhos.

Outro dado interessante apresentado no quadro 1 diz respeito aos periódicos que apresentam artigos com a temática desenvolvimento de coleções. Percebe-se que a maioria das revistas indexadas na Brapci (um total de 11 revistas) tem publicado pesquisas sobre a temática em questão. O gráfico 2 ilustra a quantidade de artigos publicados nos 11 periódicos.

Gráfico 2 – Distribuição das pesquisas por periódicos



Fonte: o autor (2016).

Constata-se que o periódico que mais tem apresentado artigo sobre desenvolvimento de coleções é a Revista ACB, com seis artigos publicados no decorrer dos anos de 1970 a 2015. Em seguida, tem-se o periódico Ciência da Informação, Encontros Bibli e Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com quatro artigos cada um. A revista Perspectiva em Ciência da Informação apresentou três artigos, enquanto as revistas Informação e Sociedade e Informação e Profissões apresentaram dois artigos. Por fim, as revistas Transinformação, Liinc em Revista, Biblionline e Informação e Informação publicaram apenas um artigo no decorrer dos anos.

Após apresentação da amostra de pesquisa, parte-se para a análise e discussão dos 29 artigos selecionados. Assim, a seção seguinte pretende demonstrar as principais reflexões acerca da temática desenvolvimento de coleções, sendo, portanto, destacados os principais



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

assuntos e resultados obtidos a partir dos estudos e experimentos desenvolvidos pela literatura investigada.

2.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Considerando a amostra de pesquisa deste artigo, constatou-se que as primeiras pesquisas, datadas da década de 1980, retratavam os problemas do abarrotamento e uso inadequado de coleções bibliográficas, bem como a necessidade de se estabelecer políticas e critérios para selecionar e descartar materiais. O artigo de Lima e Figueiredo, publicado em 1984, aponta os principais desafios enfrentados nas bibliotecas de países subdesenvolvidos, sobretudo no que se refere à falta de orçamentos, de infraestrutura e de gestão, problemas esses que evidenciam um acervo bibliográfico destoante às necessidades da comunidade local.

Através de reflexões apontadas na literatura, as autoras demonstram a importância que se deve dar às atividades de formar e desenvolver coleções, tornando essas atividades um fazer mais científico. Baseando-se nas reflexões de Shera (1972), defendem que nenhum bibliotecário pode, naturalmente, obter todos os livros, como também, nenhuma biblioteca pode atender a todas as necessidades, por conseguinte, tem-se que as bibliotecas não podem crescer indefinidamente, o que atesta a funcionalidade do processo de desenvolvimento de coleções.

Não resta dúvida de que, a criteriosidade deve nortear as condutas dos bibliotecários, quanto ao processo de decisão no momento de se selecionar ou descartar materiais bibliográficos. Esses critérios devem estar em sintonia com as necessidades da comunidade usuária, sendo necessário, também, considerar princípios claros, coerentes e bem definidos, a fim de garantir êxitos no estabelecimento dos critérios para gestão da coleção (LIMA; FIGUEIREDO, 1984).

Semelhante a Lima e Figueiredo (1984), sete anos depois, Klaes (1991) apresenta a necessidade de se instituir processos de gestão a fim de facilitar as decisões quanto à formação e desenvolvimento de coleções, principalmente em bibliotecas universitárias. O autor discorre acerca do papel que a informação exerce na tomada de decisões, enfatizando a necessidade de se estabelecer um sistema de informação gerencial que contemple todos os setores e atividades da unidade de informação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

De acordo com Klaes (1991), ao elaborar um sistema de informação para gestão de coleções, é imprescindível o estabelecimento de critérios para seleção, assim como o uso da política de desenvolvimento de coleções. Exercem importante papel, procedimentos administrativos, tais como a coleta e o uso de dados e estatísticas para fins de tomada de decisão, pois através dessa técnica, facilitam-se o planejamento e implantação do sistema de informação gerencial direcionado para amparar a atividade de desenvolvimento de coleções.

O sistema de informação para desenvolvimento de coleções apresentado por Klaes (1991) é ampliado por Vergueiro (1993) quando discorre acerca da interação que as atividades de formar e desenvolver coleções devem ter com as demais funções e atividades bibliotecárias. Ao mencionar os modelos teóricos descritos na literatura internacional, esse autor considera o desenvolvimento de coleções como um processo sistêmico, em que as atividades que o sustenta deverão estar em integração. Para Vergueiro (1993), o desenvolvimento de coleções deve constituir-se como um processo de gestão, contemplado por planejamento e racionalidade, haja vista garantir o planejamento e organização dos recursos informacionais da biblioteca.

Quatro anos depois, Vergueiro (1997) retrata o desenvolvimento de coleções no contexto do desenvolvimento tecnológico, tecendo algumas previsões para essas atividades, as quais, segundo o autor, tendem a se tornar cada dia mais essenciais, em virtude da quantidade de materiais disponibilizados sem criteriosidade nos ambientes digitais.

O uso das tecnologias digitais nas bibliotecas, certamente, desencadeará mudanças na forma como as coleções serão gerenciadas. Assim, algumas atividades poderão ser substituídas por outras, havendo, certamente, novos métodos e técnicas de trabalho a serem conduzidas pelos bibliotecários, ao atuarem na gestão das coleções digitais (VERGUEIRO, 1997).

O estudo de Peres e Silveira (1998) destaca a importância de se estabelecer a política de seleção, principalmente em bibliotecas escolares, considerando os materiais utilizados por professores no contexto educacional. Nesse estudo, os autores demonstram as diversas literaturas que podem ser incorporadas aos acervos, garantindo uma melhor sistematização e diversificação de materiais a serem adquiridos pela biblioteca.

Em 2002, Weitzel publica estudo apresentando algumas discussões sobre o desenvolvimento de coleções e sua importância em garantir o crescimento racional do acervo,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

considerando o fator qualidade como principal preocupação a nortear os fazeres dos profissionais que gerenciam os acervos bibliográficos. Nessa pesquisa, apresentam-se a explosão bibliográfica e o aparecimento dos novos suportes tecnológicos como fatores interferentes que justificam a necessidade de se selecionar com cientificidade os materiais bibliográficos. Portanto, segundo Weitzel (2002), o desenvolvimento de coleções tem sua importância no contexto biblioteconômico graças a sua função seletiva, uma vez que funciona como um filtro do conhecimento registrado.

Encontra-se na amostra de pesquisa, considerando a sequência das publicações, o estudo de Paranhos, publicado em 2004, que retrata a formação, desenvolvimento e tratamento das coleções bibliográficas a partir do uso de recursos informatizados. A autora propõe aos bibliotecários que a informatização da unidade seja realizada de forma planejada, sendo necessário a elaboração de projetos para que as atividades sejam pensadas, avaliadas e testadas previamente, de modo a garantir êxitos nos novos recursos, normas e padrões estabelecidos a partir da informatização.

No ano de 2007 encontra-se a elaboração de três pesquisas que contemplam assuntos relacionados à temática desenvolvimento de coleções em bibliotecas. A primeira diz respeito ao desenvolvimento e gestão de bibliotecas virtuais, tendo como destaque primordial a participação do bibliotecário na gestão dos processos de trabalho necessários para formação da biblioteca digital. O estudo confirma a participação sistêmica e contínua desse profissional na seleção dos objetos digitais, assim como no monitoramento dos sites e dos documentos digitais selecionados para formar as coleções digitais (LEROUX, 2007).

Na segunda pesquisa, Miranda (2007a) menciona as atividades de formar e desenvolver coleções no âmbito de bibliotecas especializadas. Para essa autora, a etapa da seleção, avaliação e estudo dos usuários são primordiais para garantir a qualidade e uso das coleções, considerando o perfil específico da organização em que a biblioteca pertença. Ao final, a autora menciona a viabilidade da política específica para nortear esses fazeres, sendo que essa política deve contemplar, a priori, os mesmos objetivos da empresa mantenedora.

A terceira pesquisa publicada em 2007, de autoria também de Miranda (2007b), contextualiza o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias e a interferência que a política de coleções exerce na qualificação do acervo. Especificamente, nesse tipo de biblioteca, os produtos e serviços oferecidos devem estar em sintonia com o público da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

universidade, qual seja, alunos, servidores, professores e pesquisadores. Também deve-se considerar os serviços e objetivos da universidade, a qual se sustenta na trindade: serviços de ensino, de pesquisa e de extensão.

Considerando acerca das coleções digitais, em 2008, Caribé publica artigo inédito demonstrando as práticas que fomentam o desenvolvimento de coleções digitais. Considera-se nesse estudo o papel que os repositórios acadêmicos exercem, pois eles ampliam as possibilidades de acesso às coleções produzidas em contextos institucionais. Mesmo havendo tecnologias apropriadas para contemplar essa produção, a pesquisa demonstra o papel do bibliotecário no planejamento e gerenciamento dessas plataformas, de forma a tornar os documentos incorporados mais representativos, por conseguinte, mais recuperáveis.

No ano de 2009, novamente, publicam-se três artigos nos periódicos analisados nesta pesquisa. No primeiro, de autoria de Silveira, Fioravante e Vitorino, menciona-se método específico para formar com consistência e qualidade as coleções bibliográficas de uma biblioteca escolar. Assim, como na biblioteca universitária e especializada, na escola deve-se atentar às demandas educativas, disponibilizando materiais utilizados por professores em sala de aulas.

No artigo de Mattos e Dias (2009), apresenta-se uma metodologia para avaliar o uso de coleções, como critério para garantir o processo de seleção. Os autores discorrem acerca dos estudos bibliométricos, os quais podem ser considerados como forma de analisar o uso das coleções através das citações atribuídas a materiais de coleções específicas. Assim, examinar a tipologia, idade da literatura, idioma e títulos de periódicos possibilita melhorar a distribuição do orçamento, traçar diretrizes de armanejamento e traçar os idiomas dos materiais a serem incorporados, a posteriori.

O estudo de Borsoi (2009), por sua vez, relata acerca da metodologia utilizada na Universidade Federal de Santa Catarina, a qual contemplou a digitalização de documentos e gestão de base de dados do laboratório de pesquisa, tendo em vista propiciar a preservação e disponibilização das informações úteis aos usuários. A metodologia adotada envolveu a seleção dos documentos, o desenvolvimento da base de dados, a conversão de documentos para a extensão ponto pdf (.pdf) e a indexação dos documentos digitalizados na base de dados implementada.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No ano de 2010, Strehl e outros publicaram um artigo que também apresentou a contribuição dos sistemas automatizados para avaliar o uso de coleções bibliográficas em bibliotecas universitárias, considerando os materiais utilizados por um curso de graduação. Os resultados desse estudo demonstraram que é possível congregar um banco de dados por meio do uso do formato Marc, sendo possível elaborar estatísticas e relatórios de uso. Novamente, vemos aqui a valiosa contribuição das tecnologias digitais no gerenciamento de coleções bibliográficas.

Encontra-se na amostra de pesquisa, grande quantidade de publicações no ano de 2012, qual seja, quatro artigos. O artigo de Weitzel (2012), através de pesquisa bibliográfica e documental realizada na Biblioteca Nacional, localizou diversas obras do século XIX que já versavam sobre a necessidade e importância conferida ao processo de desenvolvimento de coleções em bibliotecas. A autora evidencia que esse fazer bibliotecário é realizado e estudado desde tempos antigos, embora tenha sido feito de forma não criteriosa, estando voltado à custódia das coleções. É apenas com o desenvolvimento da imprensa e da explosão bibliográfica que a literatura estabelece um aspecto científico a essa prática, tendo ela evoluído com o desenvolvimento tecnológico.

Em Dias, Silva e Cervantes (2012), encontram-se reflexões acerca da política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos, demonstrando que esse tipo de política está em fase de implementação, seja no Brasil quanto em outros países. O estudo explora as peculiaridades e complexidades do documento digital e confirma a importância de se estabelecer diretrizes de preservação e segurança quanto aos direitos autorais inerentes aos documentos de caráter digital.

O estudo de André-Nascimento (2012) constituiu, grosso modo, uma revisão sistemática da literatura acerca do tema desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. Os resultados constataram que há poucos trabalhos no Brasil contemplando esse tema. As publicações internacionais demonstram questões de âmbito mundial, visto que refletem situações enfrentadas pelas bibliotecas brasileiras, tais como: disparidades entre as infraestruturas tecnológicas e de pessoal das bibliotecas universitárias, necessidade de aprimoramento e especialização dos profissionais que trabalham na formação e desenvolvimento de coleções nessas instituições, e preocupação com o tratamento de coleções especiais, entre outras.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A pesquisa de Alentejo e Baptista (2012) demonstra a trajetória da gestão da qualidade em bibliotecas, considerando, também, o número de publicações que versam sobre aspectos relacionados ao referido tema. Concluiu-se que os temas “padronização em bibliotecas”, “formação e desenvolvimento de coleções”, “estudos de uso e de usuários”, “automação dos sistemas de informação”, “marketing de bibliotecas” e “gestão da qualidade” relacionam-se com as dimensões e características da qualidade, aplicadas às bibliotecas.

No ano de 2013 foram produzidos, de acordo com a amostra desta pesquisa, três artigos. Na pesquisa de Ferreira (2013), novamente, adota-se uma metodologia para avaliar o uso da coleção, tendo em vista, tornar-se, através do uso, um critério para seleção de obras em um curso a distância. Os dados demonstraram que essa ferramenta foi proveitosa, uma vez que priorizou o paradigma do uso, por conseguinte, centrou-se nas necessidades demandadas pela comunidade usuária, sendo fornecidos materiais com sugestões e reflexões para os usuários, o que ampliou o entendimento e acesso ao material elaborado.

Em Dias, Silva e Cervantes (2013) são abordadas reflexões sobre a construção de políticas de informação em instituições federais, sobretudo nas bibliotecas universitárias. Esse estudo demonstra a influência de programas e ações dos institutos e organismos governamentais que viabilizaram o desenvolvimento científico e tecnológico nas universidades, implementando políticas de informação explícitas que contemplaram e apoiaram as iniciativas de aceleração e crescimento do país. Portanto, de acordo com os resultados desse estudo, observa-se que as políticas de informação suscitaram o surgimento de políticas específicas, como por exemplo, para a formação e o desenvolvimento de coleções, a qual possibilita a formação de acervos de acordo com os objetivos da instituição e a disponibilidade de recursos orçamentários, permitindo um processo de seleção sistematizado e consistente das diferentes áreas do acervo.

Na visão de Silva, Fernandes e Lima (2013), há predominância de pouco conhecimento da gestão de bibliotecas e unidades de informação no âmbito do ensino superior privado. Esses autores concluíram em suas pesquisas a fragilidade do conhecimento em administração, no caso das bibliotecas da rede privada, constatando a inexistência de claras políticas administrativas, de modo que a avaliação dos cursos de graduação pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aparece como uma espécie de substituto da política de desenvolvimento de coleções. Importante mencionar que o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

INEP constitui uma autarquia em nível federal, vinculada ao Ministério da Educação, tendo como principal missão promover pesquisas educacionais, haja vista fomentar a elaboração e condução de políticas públicas no âmbito educacional, a partir de parâmetros de qualidade e equidade, além de fornecer informações sobre o sistema educacional à sociedade brasileira.

Semelhante à pesquisa de Caribé (2008), Miranda, no ano de 2014, relatou em sua pesquisa a importância de se estabelecer diretrizes para a gestão de coleções digitais, enfatizando o trabalho do gestor da unidade de informação, sobretudo quanto à formação e desenvolvimento de coleções digitais, como o Portal de Periódicos Capes e o portal SciELO. O estudo demonstrou que essas coleções, em especial, constituem acervos digitais de periódicos sujeitos a estratégias de desenvolvimento das coleções, sendo necessário o uso de ferramentas e programas para assegurar uma coleção com qualidade.

Ainda em 2014, tem-se o artigo de Cabaré, o qual demonstra a utilização de uma metodologia específica para gestão de acervo, a metodologia *Conspectus*, auxiliada por um programa computacional que possibilita a coleta de dados específicos das coleções, preparação de estatísticas e alocação de recursos financeiros para diferentes áreas. Essa análise permite ao profissional tomar decisões sobre gestão, preservação e armazenamento dos materiais incorporados e utilizados pelos usuários. A autora defende a relevância dessa metodologia a ser adotada pelas bibliotecas brasileiras, pois ela viabiliza o processo desenvolvimento de coleções, para a avaliação qualitativa de coleções e serve como instrumento para o gerenciamento de coleções em diversas bibliotecas no mundo.

As atividades que permeiam o processo de desenvolvimento de coleções são diversificadas, complexas e devem remeter ao contexto da unidade informacional a que pertencem. Em linhas gerais, essas foram as principais reflexões propostas na pesquisa de Santa Anna (2015). Os dados dessa pesquisa, coletados em diferentes modalidades de bibliotecas, demonstraram que embora haja manuais, políticas, critérios e recomendações proposta pela literatura, o contexto em que a unidade informacional está situada representa o maior fator interferente na forma como as coleções são gerenciadas.

No contexto da interferência das novas tecnologias nos processos de formar e desenvolver coleções bibliográficas, o estudo de Martins e Carmo (2015) foca na importância exercida pela gestão integrada, de forma a consolidar um processo holístico, através do estabelecimento de uma cadeia produtiva com o uso da aquisição e tramitação de livros



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

eletrônicos, sendo que nesse processo deve convergir princípios da Ciência da Informação, Administração e das Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como, adentrar-se à Inovação e à Gestão baseadas na Qualidade, as quais servirão de arcabouço para a construção do processo gerencial no âmbito do desenvolvimento de coleções em ambientes digitais.

Na pesquisa de Lopes e outros (2015), apresentam-se ações de diagnóstico desenvolvidas em um acervo de livros raros da área de Direito. Esse estudo contribuiu ao demonstrar o cuidado que se deve ter com esse tipo de coleção e a valiosa contribuição do processo de diagnóstico, haja vista conhecer as condições físicas do acervo e atribuir planos de intervenção e melhorias. Novamente, tem-se aqui a importância da gestão e da avaliação no processo de desenvolvimento de coleções. Importante mencionar, ainda, de acordo com esses autores, que o bibliotecário deve ter responsabilidade pela conservação e preservação dos acervos que gerencia, como também deve conhecer e pesquisar os fatores que provocam a deterioração dos materiais e as formas de combatê-los, a fim de estabelecer políticas e programas adequados à sua realidade.

Para Correia, Spudeit e Viapiana (2015), as atividades de formar e desenvolver coleções na atualidade ampliaram-se com a chegada de novas demandas de suportes informacionais. Devido aos canais e espaços digitais que permitem a disponibilização de documentos digitais, novas práticas são formuladas, requerendo uma efetiva gestão dos estoques de informação. O estudo expõe as atividades que sustentaram a construção de uma política de gestão de estoques, a qual contemplou os processos tradicionais de gestão, as circunstâncias locais da biblioteca, assim como o uso das tecnologias digitais, que facilitam as atividades e viabilizam o acesso e uso dos documentos.

Considerando essa discussão acerca das novas práticas de gerenciar os estoques de informação e elaborar política específica para esse fim, a partir das coleções digitais, conforme defendido por Correia, Spudeit e Viapiana (2015), outro estudo selecionado na amostra de pesquisa diz respeito ao artigo de Correa e Santos (2015). Essas autoras defendem a mudança terminológica da área no Brasil: de “Formação e desenvolvimento de coleções” para “Gestão de estoques de informação”, mudança essa justificada a partir das novas práticas desenvolvidas junto às coleções disponibilizadas e gerenciadas nos ambientes digitais. Os dados coletados na pesquisa dessas autoras revelaram que a literatura não apresenta artigos com o descritor “Gestão de Estoques de Informação”, o que indica uma possível desconexão



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

com a gestão na organização de acervos. Portanto, com base nas mudanças ocorridas nas práticas de formar e desenvolver coleções, sugere-se a mudança terminológica, a fim de tornar o termo mais adequado à multiplicidade de atividades que permeiam a gestão dos ambientes eletrônicos nos dias atuais.

A respeito da proposta terminológica apresentada por Correa e Santos (2015), evidencia-se haver necessidade dessa mudança, de modo que fosse despertado, tanto entre os profissionais da informação, quanto no mercado de trabalho, a ampliação das práticas de formar e desenvolver coleções, as quais não devem se limitar apenas aos acervos impressos, mas contemplar, também, os documentos armazenados nos ambientes informatizados.

Com efeito, a mudança terminológica em si não acarretará alterações no fazer profissional. Assim, aliado à mudança terminológica, é preciso elaborar novos métodos, técnicas, modelos teóricos, enfim, os processos relacionados ao desenvolvimento de coleções devem ser ampliados, tendo em vista tornarem-se úteis à organização e gestão da informação disponibilizada por meio dos canais digitais. A mudança terminológica na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação tem sido uma constante, no entanto, é preciso propor essas mudanças com intuito de despertar a construção de novos processos de trabalho, os quais devem ser redefinidos pelos profissionais e disseminados à sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica apresentada nesta revisão sistemática da literatura demonstrou as principais práticas de formar e desenvolver coleções no âmbito dos acervos que contemplam as bibliotecas brasileiras. Em linhas gerais, os estudos selecionados na amostra de pesquisa, qual seja, 29 artigos científicos, apresentaram temas variados inseridos no contexto do processo de desenvolvimento de coleções, destacando-se como principais: o desenvolvimento de coleções como atividade processual, o fator qualidade, a necessidade da gestão, o fator contextual na gestão das coleções, a política de desenvolvimento de coleções, a etapa da seleção, as metodologias para avaliação da coleção, as mudanças oriundas com a formação de coleções digitais e a proposta de mudança terminológica, qual seja, gestão de estoques de informação.

Através do levantamento de artigos, contatou-se uma quantidade pouco significativa de pesquisas (em muitos casos, durante anos, o tema não foi discorrido pela literatura),



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

principalmente pela importância e necessidade que essa temática desempenha no contexto da elaboração de produtos e serviços biblioteconômicos. Por constituir-se como um fazer integrado às demais atividades bibliotecárias, assim como pelos desafios advindos com o surgimento dos recursos tecnológicos e pela importância que esse tema exerce nas demais funções realizadas nas bibliotecas, evidencia-se que essa temática deveria ser mais bem explorada pela literatura científica de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil.

Contudo, a amostra de pesquisa permitiu verificar que, mesmo havendo um baixo número de artigos produzidos sobre tema primordial à Biblioteconomia, a partir de certo período (após 2007), evidencia-se o crescimento da literatura sobre esse tema, e depois sua manutenção, havendo ampliação no número de publicações nos últimos anos. Portanto, acredita-se que o interesse pelo tema seja consequência das dificuldades enfrentadas pelas organizações no que se refere ao acúmulo de materiais disponibilizados nos acervos e os problemas relacionados à falta de espaço físico (para os acervos impressos) e à recuperação da informação. Assim, propostas de construção e gestão de acervos digitais tende a constituir um assunto emergente e promissor para os próximos anos.

Mapeando a produção de artigos no Brasil sobre desenvolvimento de coleções, constatou-se que embora haja um número pequeno de publicações, a área vem evoluindo e se adaptando aos novos suportes informacionais, de modo que esforços já vêm sendo realizados, haja vista estabelecer gestão de coleções digitais. Nessa questão, constatou-se a proposta terminológica deste tema, de modo que se evidencie a amplitude e diversidade de práticas que o bibliotecário deve gerenciar no contexto dos estoques de informação digital.

Em linhas gerais, a análise na literatura constatou unanimidade dos autores ao defenderem a necessidade e importância do processo de formação e desenvolvimento de coleções no que se refere à satisfação do usuário e ao fator qualidade, como também, às novas práticas que surgem com o aparecimento das coleções digitais e a importância desempenhada pela política de coleções.

Com efeito, através da análise dos artigos selecionados pelos procedimentos metodológicos sustentados nesta pesquisa, demonstrou-se o crescimento de pesquisas no Brasil sobre o tema Desenvolvimento de Coleções, considerando-se os resultados dessas pesquisas publicados na forma de artigos científicos. Percebeu-se que as práticas de formar e desenvolver coleções constituem um fazer de suma importância para garantir qualidade às



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

coleções inseridas nos acervos bibliográficos, embora a literatura não tenha intensificado o número de pesquisas. Assim, espera-se que esses resultados provoquem motivação no desenvolvimento de pesquisas, assim como, os referenciais teóricos aqui levantados possam ser utilizados nas instituições de ensino e de pesquisa, de modo a provocar novos questionamentos e descobertas.

Por constituir-se como um estudo limitado aos artigos científicos, sugere-se para realização de futuras pesquisas, a análise a outros materiais, como livros e comunicações apresentadas em evento, como também, uma análise retrospectiva do tempo, com base em materiais publicados antes da década de 1970, de modo a consolidar o estado da arte no Brasil. Além disso, este estudo desperta a necessidade de se realizar uma pesquisa mais aproximada da prática, por meio da busca e consulta a documentos de políticas de seleção de bibliotecas e de redes de informação científica, entre outros, demonstrando como as coleções estão sendo gerenciadas pelas instituições.

REFERÊNCIAS

ALENTEJO, Eduardo da Silva; BAPTISTA, Sofia Galvão. A trajetória da gestão pela qualidade nas bibliotecas brasileiras. **Informação & Informação**, v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/9508>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BORSOI, Claudete. Automação e gestão de acervos através da digitalização e do software winisis: relato de experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/645>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. A aplicação do desenvolvimento e gerenciamento de coleções na construção de repositórios institucionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 2, p. 25-40, 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1010>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Conspectus: um método para o gerenciamento de coleções em bibliotecas. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, 2014. Disponível em: <www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/3888>. Acesso em: 05 mar. 2016.

CASTRO, Ademar Araújo. **Revisão Sistemática e Meta-análise**. 2001. Disponível em: <<http://metodologia.org/wp-content/uploads/2010/08/meta1.PDF>>. Acesso em: 05 mar. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; VIAPIANA, Noeli. Diretrizes para a gestão de estoques de informação: um estudo de caso na rede de bibliotecas do Senac Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/972>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

CORREA, Elisa; SANTOS, Luana Carla Moura dos. De formação e desenvolvimento de coleções para gestão de estoques de informação: um panorama da mudança terminológica no Brasil. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 342-354, maio/ago. 2015. Disponível em: <periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8634631>. Acesso em: 24 ago. 2015.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elisabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos: tendências nacionais e internacionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. 34, p. 42-56, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p42>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elizabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Política de informação na bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/572>>. Acesso em: 05 marc. 2016.

FERREIRA, Marilucy. A representação da informação e o paradigma do uso: o caso da disciplina desenvolvimento de coleções no contexto da EAD. **Liinc em revista**, v. 9, n. 1, p. 326-334, 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/520/398>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

KLAES, Rejane Raffo. Sistema de informação gerencial para desenvolvimento de coleções. **Ciência da Informação**, v. 20, n. 2, p. 220-228, 1991. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1270>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

LEROUX, Eric. Bibliotecas virtuais e desenvolvimento de coleções: o caso dos repertórios de sites web. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 12, n. 23, p. 1-15, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n23p1>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

LIMA, Regina Célia Montenegro; FIGUEIREDO, Nice. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da Informação**, v. 13, n. 2,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

p. 137-150, 1984. Disponível em: <
<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1446>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

LOPES, Maria Aparecida; CATARINO, Maria Elisabete; PRAZERES, Yara Maria Pereira da Costa; TERCIOTTI, Osny. Estudo das condições físicas da coleção de livros da área de direito: um exercício didático. **Informação@Profissões**, v. 4, n. 1, p. 135-150, 2015. Disponível em: <
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/22569>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINS, Robson Dias; CARMO, Annibal Jose Roris Rodriguez Scavarda do. Criação da cadeia de suprimentos para e-books. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 2, p. 286-297, 2015. Disponível em: <
<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1024>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

MATTOS, Ana Maria; DIAS, Eduardo José Wense. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: uma abordagem quantitativa. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 14, n. 3, p. 38-60, 2009. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n3/04.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-19, jan./jun. 2007b. Disponível em: <
<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/367/246>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; CARVALHO, Mônica Marques. Desenvolvimento de coleções de fontes de informação eletrônicas em bibliotecas universitárias. **Biblionline**, v. 10, n. 1, 2014. Disponível em: <
<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/17030>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 17, n. 1, p. 87-94, 2007a. Disponível em: <
<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

NASCIMENTO-ANDRE, Sayonara Lizton. Coleções em bibliotecas universitárias: manifestações da produção científica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. 34, 2012. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p57>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

PARANHOS, Wanda Maria Maia da Rocha. Fragmentos metodológicos para projetos e execução de gestão informatizada de coleções de documentos e serviços em bibliotecas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, p. 14-32, 2004. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p14>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

PERES, Luiz Carlos; SILVEIRA, Maria Inês da. Seleção, aquisição e descarte de materiais de informação para bibliotecas escolares: uma sugestão coerente com a atual realidade escolar.

Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 3, n. 3, p. 125-132, 1998. Disponível em: < <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/333>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ROMERO, Juan José Fluente. Las definiciones de la colección de materiales de las bibliotecas. Los conceptos de desarrollo y gestión de las colecciones: un estado de la cuestión.

Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios, n. 88-89, p. 89-108, jul./dez. 2007.

Disponível em:

<<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/2014/1489fdcdac51a4dc?projector=1>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11 n. 1, 2007.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

SANTA ANNA, Jorge. Desafios para a gestão de estoques de informação frente às coleções em diferentes contextos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 550-566, set./dez., 2015. Disponível em: <

<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1092/pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SILVA, Fátima Santana da; FERNANDES, Geni Chaves; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Administração de bibliotecas em instituições privadas de ensino superior: uma abordagem discursiva a partir das novas demandas de acesso e uso da informação.

Informação@Profissões, v. 2, n. 2, p. 66-91, 2013. Disponível em: <

<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/482/1/ClovisGeni.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

SILVEIRA, Lúcia da; FIORAVANTE, Rosane; VITORINO, Elizete Vieira. Formação e desenvolvimento de coleções: proposta para biblioteca escolar de acordo com a pedagogia Waldorf. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 14, n. 1, p. 86-103, 2009.

Disponível em: < <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/663>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

STREHL, Letícia; SCHARNBERG, June Magda Rosa; HOROWITZ, Zaida; CASTANHO, Viviane Carrion. O método bibliograd para avaliação de acervos de livros de graduação: instrumento para gestão de recursos para aquisição em um sistema de bibliotecas

universitárias. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, p. 105-115, 2010. Disponível em: <

<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1782>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

VERGUEIRO, Valdomiro. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 11, p. 13-21. jan./abr. 1993. Disponível em: <



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

<http://revista.ibict.br/index.php/%EE%80%80ciinf%EE%80%81/article/viewFile/1208/849>>.
Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/629/413>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

WEITZEL, Simone Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectiva Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_929fb1f298_0012875.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

_____. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência: Intertexto, 2006.

_____. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, set./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

GESTÃO DE ACERVOS DE IMAGENS DIGITAIS: utilização do padrão de metadados IPTC Core

GESTIÓN DE COLECCIONES DE IMÁGENES DIGITALES: utilización del estándar de metadados IPTC Core

Camila Ribeiro Valerim, UDESC

Resumo: Sabendo da necessidade de estudar sistemas que possibilitem a organização da informação imagética, a presente pesquisa teve como objetivo investigar a utilização da estrutura de metadados adotada por *softwares* direcionados ao gerenciamento de imagens digitais. Para tanto, adotou a pesquisa de caráter exploratório, documental, e com abordagem qualitativa. Os resultados obtidos permitiram identificar as categorias dos elementos de metadados do padrão IPTC Core, com a intenção de conhecer os papéis desempenhados por esses elementos na descrição de imagens digitais. Posteriormente, foram apresentados os três *softwares* selecionados para a análise. A partir disso, foi possível verificar se a estrutura de metadados adotado por esses sistemas oferece subsídios para a interoperabilidade dos dados contidos nos objetos de imagem, verificando para isso, as consistências na nomenclatura dos elementos. Ao fim da análise dos dados, constatou-se que embora o padrão IPTC Core possua algumas limitações para a descrição de metadados técnicos e de preservação, esse padrão apresenta uma boa estrutura, no que se refere ao registro dos dados administrativos de uma imagem e à descrição do seu conteúdo informacional. Quanto à nomenclatura dos elementos de metadados dos *softwares*, percebeu-se uma conformidade semântica na maioria dos campos de descrição, permitindo ao usuário do sistema reconhecer quais campos destinam-se a descrever determinada informação sobre um documento de imagem.

Palavras-chave: Imagem digital. *Softwares* de gerenciamento de imagens. Padrão de metadados. IPTC Core. Interoperabilidade.

Resumen: Conociendo la necesidad de estudiar los sistemas que permiten a la organización de la información de imágenes, esta investigación tuvo como objetivo investigar el uso de la estructura de metadatos adoptada por el software destinado a la gestión de imágenes digitales. Por lo tanto, adoptó la investigación exploratoria, documentar y un enfoque cualitativo. Los resultados obtenidos permitieron identificar las categorías de elementos de metadatos estándar IPTC Core, con la intención de conocer las funciones desempeñadas por estos elementos en la descripción de las imágenes digitales. Más tarde, se presentaron los tres software seleccionado para el análisis. A partir de esto, se pudo comprobar que la estructura de metadatos adoptada por estos sistemas ofrece subvenciones para la interoperabilidad de los datos contenidos en los objetos de imagen, la comprobación de esto, las consistencias en la nomenclatura de los elementos. Después de analizar los datos, se encontró que aunque el estándar IPTC Core tiene algunas limitaciones a la descripción de los metadatos técnicos y preservación, este modelo tiene una buena estructura, con respecto al registro de los datos administrativos de una imagen y descripción de su contenido de información. A medida que la nomenclatura de los elementos de metadatos de software, se realizó una conformidad semántica en la mayoría de campos de descripción, permitiendo que el usuario del sistema para reconocer los campos que están destinados a describir cierta información acerca de un documento de imagen.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Palabras-clave: Imagen digital. IPTC Core. *Softwares* de gestión de imágenes. Estándar de metadatos. Interoperabilidad.

1. INTRODUÇÃO

O aumento na produção de imagens digitais trouxe a tona um dilema presente em todos os objetos digitais: a organização destes recursos. Com o tempo, as fotografias geradas por câmeras digitais foram se acumulando, sem nenhum tratamento documental ou critério de organização. A partir dessa realidade, sistemas automatizados de organização de imagens digitais foram desenvolvidos para facilitar a busca, sem precisar consultar todos os arquivos manualmente.

Softwares proprietários foram criados por arquivos, agências de publicidade e banco de imagens, a fim de facilitar o seu gerenciamento dentro das instituições. Porém, logo se percebeu que esses sistemas quando feitos sob medida estariam expostos a ameaça em longo prazo no que diz respeito ao acesso aos dados de recursos informacionais.

A necessidade de conversação entre sistemas gerou estudos e a criação de padrões para tratamento da informação de objetos digitais, como o Dublin Core e o IPTC Core, que oferecem campos para a descrição desses recursos. Alguns desses campos para preenchimento de metadados são utilizados atualmente por *sites* e outros ambientes de divulgação de imagens na *web*.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo conhecer a estrutura de metadados para descrição de imagens digitais adotadas por sistemas de gerenciamento de imagens que utilizam o padrão IPTC Core. Foi necessário conferir se essa estrutura possibilita a descrição das principais funções de metadados sobre um objeto de imagem, como por exemplo, registro de dados administrativos, descritivos, de preservação, de técnica e de utilização. Por se tratar de sistemas automatizados, foi necessário verificar também se essa estrutura de metadados oferece subsídios para a interoperabilidade entre os dados armazenados no arquivo de imagem, verificando para isso, as consistências na nomenclatura dos elementos. Estudar a estrutura desses sistemas é pertinente, e, por meio desta pesquisa, espera-se contribuir no esclarecimento sobre o assunto.



2. METADADOS

Dados descrevendo outros dados ou informação sobre outra informação é o conceito mais aclarado por autores que abordam a temática sobre metadados. No entanto, essa definição é melhor compreendida quando se esclarece que existem duas classificações de metadados: os de estrutura e os de conteúdo. Os metadados de estrutura estão presentes em padrões de descrição de objetos digitais. O padrão IPTC Core apresenta quinze campos ou elementos de metadados para descrição e registro de recursos informacionais. Esses elementos orientam onde devem ser inseridos os metadados que representam o objeto descrito, e são conhecidos como metadados de conteúdo.

Essa distinção no uso dos metadados é abordada por Ikematu (2001) que classifica metadados em dois tipos: metadado técnico e metadado de negócio, que também pode ser entendido como metadado de conteúdo. Metadado técnico é a descrição dos dados utilizados por diversas ferramentas que armazenam, manipulam ou movimentam dados (IKEMATU, 2001). Estas ferramentas incluem banco de dados, repositórios, softwares entre outros. Metadado de negócio ou de conteúdo é a descrição e registro das informações sobre um objeto, sendo utilizado posteriormente por usuários em sistemas de busca para a localização da informação desejada (IKEMATU, 2001).

Para ilustrar, no quadro a seguir, é possível visualizar que as informações de uma imagem fotográfica foram registradas em cinco dos quinze elementos do padrão IPTC Core:

Quadro 1: Elementos do IPTC Core e a descrição de metadados de conteúdo.

Padrão IPTC Core	
Metadados de estrutura	Metadados de conteúdo
Criador	Camila Ribeiro Valerim
Título	Tarde de outono
Descrição	Vista da praia do Morro das Pedras em uma tarde de outono
Palavras-chave	Praia; Morro das Pedras; Outono; Onda; Entardecer
Data de criação	04/06/2011

Fonte: Santiago (2004, p. 69, adaptado pelo autor)

No quadro 1 é possível visualizar a distinção entre metadados de estrutura e metadados de conteúdo. As informações preenchidas nesse quadro foram retiradas da indexação prévia



de uma fotografia. Os metadados podem ser divididos também em categorias baseadas nas funções dos dados que serão registrados, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2: Categorias e funções dos metadados, adaptado pelo autor.

CATEGORIAS E FUNÇÕES DOS METADADOS		
Categorias	Definição	Exemplos
Administrativo	Metadados utilizados na gerência e na administração de recursos de informação.	- Registro de direitos e de reprodução - Informação de localização - Critérios de seleção para digitalização - Informação sobre aquisição
Descritivo	Metadados utilizados para descrever e identificar recursos de informação.	- Registros de catalogação - Auxílio para a procura de informação - Índices especializados - Anotações feitas por usuários
Preservação	Metadados relacionados ao gerenciamento dos recursos de informação.	- Informações sobre a condição física dos recursos - Informações sobre ações tomadas para preservar os arquivos, como por exemplo, atualização dos dados.
Técnica	Metadados relacionados a funcionalidades do sistema e como seus metadados se comportam.	- Informação sobre <i>hardware</i> e <i>software</i> - Informação sobre formato, extensões
Utilização	Metadados relacionados ao nível e ao tipo de utilização dos recursos.	- Registro de exibição - Registro de uso e dos usuários

Fonte: Gilliland-Swetland, 1997 (apud BREITMAN, 2005, p. 17; SANTIAGO, 2004, p.52)

Essas funções também são abordadas por Santiago (2004), quando afirma que, além de identificar e descrever um recurso informacional, os metadados ainda possuem propósito de documentar o comportamento do objeto, sua função, uso e gerenciamento, assim como sua relação com outros objetos de informação. Desta forma, a categorização dos metadados de acordo com sua função permite conhecer a tipologia dos dados que estão sendo atribuídos na descrição de um recurso de informação.

3. PADRÃO DE METADADOS

Um padrão de metadados estabelece um conjunto de elementos de metadados para uma comunidade, incluindo a especificação de cada elemento e esquemas de codificação para permitir a interoperabilidade entre os sistemas que utilizam o padrão (BRASIL, 2010, p. 39).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Para isso, é necessário que os elementos do esquema de metadados utilizem uma linguagem universal ou compatível com outros padrões, caso a migração dos dados para outros sistemas seja necessária. Desta forma, a escolha de um padrão de metadados é uma das decisões mais importantes no desenvolvimento de sistemas de informação, e é essencial que tal formato permita a integração com o software que forma a base do sistema (FEITOSA, 2006, p. 54).

Entre as principais vantagens do uso de padrões de metadados em softwares está a facilidade de obter interoperabilidade entre sistemas distintos. Conforme afirmação de Marcondes et al. (2006, p.60), “a adoção de padrões de metadados permite com mais facilidade o estabelecimento de mecanismos de importação e exportação de informações, assim como a criação de uma visão integrada dos dados de uma organização”.

3.1 IPTC Core

O International Press Telecommunications Council - IPTC (Conselho Internacional de Telecomunicação Jornalística) foi criado por um grupo de organizações de notícias, para facilitar a inserção de dados em suportes de informação. Entre estes suportes podem-se destacar as imagens fotográficas, vídeos, áudios, entre outros arquivos digitais (INTERNATIONAL PRESS TELECOMMUNICATIONS COUNCIL, 2011a). Os formatos IPTC foram idealizados para oferecer uma estrutura de metadados de acordo com as necessidades de descrição e administração fotográfica em agências de notícias, com o intuito de fornecer informações relevantes para a sua descrição (INTERNATIONAL PRESS TELECOMMUNICATIONS COUNCIL, 2011a). Atualmente sua estrutura de metadados é utilizada também por bancos de imagens e arquivos fotográficos, além de agências de publicidade e outras instituições que trabalham com fotografias.

No início dos anos 90, o grupo IPTC criou um padrão de Intercâmbio de Informações nomeado como IPTC IIM (Information Interchange Model). Foi desenvolvido para fornecer campos de metadados em arquivos de imagem digital (INTERNATIONAL PRESS TELECOMMUNICATIONS COUNCIL, 2011b). Em 2005, o grupo lançou o IPTC Core, contendo algumas reformulações nos elementos de metadados adotados para a descrição de arquivos de imagens digitais (INTERNATIONAL PRESS TELECOMMUNICATIONS COUNCIL, 2001c).



A seguir, é possível visualizar a identificação dos 30 elementos de metadados pertencentes ao padrão IPTC Core:

Quadro 3 - Elementos de metadados do Padrão IPTC Core.

Nome do Elemento	Definição
Criador	Nome do criador da fotografia.
Cargo do Criador	Profissão do criador da fotografia.
Endereço do Criador	Endereço do criador ou da empresa responsável pela fotografia.
Cidade do Criador	Localização da cidade do criador ou da empresa responsável pela fotografia.
Estado/Província do Criador	Estado ou Província onde reside o criador, ou onde a empresa responsável pela fotografia está localizada.
CEP do Criador	Código de endereçamento postal (CEP), do criador ou da empresa responsável pela fotografia.
País do Criador	Nome do país onde reside o criador, ou onde a empresa responsável pela fotografia está localizada.
Telefone do criador	Número de telefone do criador ou da empresa responsável pela fotografia.
E-mail do Criador	Endereço de e-mail do criador ou da empresa responsável pela fotografia.
Web Site do Criador	Endereço do site na <i>internet</i> do criador, ou da empresa responsável pela fotografia.
Resumo	Breve sinopse do conteúdo da fotografia.
Descrição	Descrever quem, o porquê e o que está acontecendo na imagem fotográfica.
Palavras-chave	Termos ou frases usadas para expressar o assunto do conteúdo visto na fotografia.
Código de Assunto IPTC	Classificação do conteúdo da fotografia. Para isso, utilizam-se os códigos do padrão IPTC (disponíveis no site IPTC.org). Podem-se usar também outros tipos de classificações, sem ser códigos.
Autor da descrição	Nome da pessoa envolvida na escrita, edição ou correção na descrição da fotografia.
Data da criação	Registro da data de criação da fotografia.
Gênero intelectual	Descreve o tipo de uso de uma imagem. Pode ser para fins históricos, jornalísticos, publicitários, etc.
Cena IPTC	Descreve a cena de uma fotografia utilizando códigos do vocabulário controlado do IPTC (disponíveis no site IPTC.org). Também possibilita escrever uma característica da cena da fotografia, sem a necessidade de utilizar códigos do IPTC.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Localização	Nome de um local mostrado na fotografia.
Cidade	Nome da cidade que é retratado na fotografia.
Estado / Província	Nome da sub-região de um país, normalmente referida como qualquer Estado ou Província – que é retratado na fotografia.
País	Nome completo do país retratado na fotografia.
Código ISO do País	Código ISO do país retratado na fotografia (estes códigos estão disponíveis no site IPTC.org)
Título	Breve identificação da fotografia. Também pode ser utilizado para inserir o nome do arquivo fotográfico.
Identificador de trabalho	Número ou frase de identificação criado ou emitido com a finalidade de melhorar a manipulação do fluxo de trabalho e o monitoramento da imagem.
Instruções	Texto criado pelo fornecedor ou criador da fotografia para instruir quem recebe a imagem.
Fornecedor	Identifica quem está fornecendo a fotografia. Pode ser uma agência que recebe as fotografias do criador, e envia para outro indivíduo.
Fonte	Identifica o proprietário original da fotografia.
Aviso de direitos autorais	Aviso de propriedade intelectual do criador da fotografia.
Termos de Direitos de Uso	Instruções sobre como uma fotografia pode ser legalmente utilizada.

Fonte: Iptc.org

No quadro 3, percebem-se algumas semelhanças na denominação de determinados elementos de metadados do IPTC Core com os elementos do padrão Dublin Core. De acordo com o site IPTC (2011c), isso ocorre devido ao padrão IPTC Core ter sido criado abordando algumas das características do Dublin Core, tais como: a) um conjunto de elementos descritores simples e objetivos, a serem utilizados na descrição de objetos multimídia; b) Semântica fácil de ser entendida pelos usuários.

Entre as características do padrão IPTC Core está a possibilidade de inserir metadados de descrição e registro diretamente na imagem, sem a necessidade da criação de banco de dados para registro de informações sobre a fotografia. Para que isso seja possível, o padrão IPTC Core adota o formato XMP, uma “tecnologia de rotulagem que permite incorporar dados no próprio arquivo” (ADOBE, 2011a).

O formato EXtensible Metadata Platform (XMP) foi criado pela empresa de software americana Adobe Systems, com o objetivo de armazenar informações relacionadas com o conteúdo digital em arquivos de imagens. Este formato permite que os metadados sejam



editados e atualizados em tempo real durante o fluxo de trabalho. (ADOBE, 2011b). Trata-se de um padrão de descrição para intercâmbio de informações com metadados registrados na própria fotografia, o que facilita o armazenamento e a busca desse arquivo no futuro (ADOBE, 2011b). Para exemplificar, este padrão funciona do seguinte modo: a partir do momento que se insere metadados em um arquivo digital, essas informações ficam gravadas dentro do objeto fotográfico. Caso a fotografia seja remanejada para outra pasta dentro do computador, ou transferida por e-mail, os metadados continuarão acoplados ao arquivo de imagem, e poderão ser lidos e editados em programas que utilizem o padrão IPTC ou outros padrões que suportem também o padrão XMP, facilitando a troca de dados entre sistemas. Além do padrão IPTC, um número crescente de aplicações já suporta o formato XMP, como é o caso dos padrões desenvolvidos pelo World Wide Web Consortium (W3C) e o Dublin Core (ADOBE,2011b).

Quando não é possível armazenar as informações diretamente no arquivo de imagem, os metadados são armazenados em um arquivo separado, denominado arquivo secundário (ADOBE, 2011c). Nesse caso, cria-se automaticamente um arquivo secundário com o mesmo nome do arquivo original, conforme a figura a seguir:

Figura 1 – Criação de arquivos XMP originados de arquivos RAW:

Nome	Tipo	Tamanho
_MG_5653	Arquivo CR2	24.519 KB
_MG_5653.xmp	Arquivo XMP	7 KB
_MG_5889	Arquivo CR2	26.092 KB
_MG_5889.xmp	Arquivo XMP	7 KB
_MG_6201	Arquivo CR2	23.808 KB
_MG_6201.xmp	Arquivo XMP	7 KB
_MG_6440	Arquivo CR2	25.384 KB
_MG_6440.xmp	Arquivo XMP	7 KB
_MG_6605	Arquivo CR2	26.311 KB
_MG_6605.xmp	Arquivo XMP	7 KB
_MG_6793	Arquivo CR2	29.687 KB
_MG_6793.xmp	Arquivo XMP	7 KB

Fonte: do autor

Na figura, listam-se os arquivos de imagens no formato RAW, representado pela extensão CR2. Logo abaixo, aparecem os arquivos secundários criados automaticamente a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

partir da inclusão de metadados no arquivo de imagem RAW, denominados exatamente do mesmo modo que o arquivo de imagem a que eles pertencem.

4. INTEROPERABILIDADE

A interoperabilidade está presente em diversos ambientes que lidam com informação, como sistemas operacionais, softwares e recursos da web, podendo estar interligada em todos esses ambientes simultaneamente. Portanto, é necessário conceituá-la devido à sua importância em ferramentas de organização da informação.

Online Dictionary for Library and Information Science (ODLIS) define interoperabilidade como a capacidade de um hardware de computador ou um sistema de software se comunicar e trabalhar na troca de dados com outros sistemas, geralmente sistemas diferentes, arquitetado e produzido por um fornecedor diferente (ABC-CLIO, 2011). Gomes (2002) também possui uma abordagem semelhante, definindo interoperabilidade como um termo amplo que compreende questões relacionadas à possibilidade de base de dados e outros recursos trabalharem juntos, oferecendo ao usuário a capacidade de acessá-los mediante a busca.

Pelo termo ser amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento, muitas vezes interoperabilidade pode ser definida com enfoques distintos, como cita Sayão e Marcondes (2008), que na área da tecnologia da informação, o termo é definido no ponto de vista técnico, sendo interoperabilidade “a capacidade de computadores e programas de fabricantes diferentes trocarem informações” (SAYÃO; MARCONDES, 2008, p. 136). Já no contexto da Biblioteconomia, há uma preocupação com a organização, estruturação e recuperação dos dados de sistemas interoperáveis, pois relaciona interoperabilidade com a capacidade dos elementos de metadados serem “funcionalmente e logicamente intercambiáveis” (SAYÃO; MARCONDES, 2008).

Portanto, o conceito de interoperabilidade que melhor se adéqua a este estudo é a definição de Sayão (2007, p. 39), que considera interoperabilidade um “processo contínuo de assegurar que sistemas, procedimentos e cultura de uma organização sejam gerenciados de modo a maximizar as oportunidades para intercâmbio e o reuso de informações”. Essa abordagem é pertinente para essa pesquisa, pois exemplifica a importância de sistemas interoperáveis na organização e recuperação de documentos eletrônicos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Vale ressaltar a importância dos padrões de metadados quando se trata de intercâmbio de dados. Buckland (2006) descreve o valor da padronização dos formatos como Dublin Core e MARC para facilitar a descrição, a importação e exportação dos dados quando migrados. É a partir da utilização de padrões que será possível garantir a integridade das informações adicionadas em recursos informacionais. Quando se trata de softwares de gerenciamento de informações, é importante que se utilize um padrão que seja compatível com outros softwares que tenham a mesma finalidade. Como exemplo, softwares de gerenciamento de informações bibliográficas utilizam o padrão MARC 21 para a descrição de recursos contidos em bibliotecas. Isso se faz necessário por muitas unidades de informação precisarem consultar, visualizar e migrar as informações inseridas nos recursos, mesmo que elas utilizem softwares diferentes. O que permite a conversação de dados é a utilização de um padrão de metadados.

Porém, mesmo quando softwares distintos utilizam o mesmo padrão, é possível que alguns elementos de descrição de metadados não correspondam à mesma informação preenchida em outros softwares. Isto acontece devido à falta de normalização na nomenclatura dos elementos de metadados. Por isso que, quando se migram as informações de um software para outro, ocorre dos metadados de conteúdo não corresponderem ao mesmo elemento de metadado. Isto pode ocasionar perda ou a má interpretação de dados importantes para a integridade do documento.

Arms et al. (2002, apud Sayão e Marcondes, 2008), defende que o grau de cooperação dos elementos de metadados está relacionado a duas vertentes: a) Acordos técnicos: que são os formatos e padrões de comunicação que permitem que as informações possam ser trocadas; b) Acordos sobre conteúdo: que são metadados com acordos semânticos sobre interpretação de mensagens.

Acordos técnicos diz respeito ao uso de padrões que possibilitam o intercâmbio de dados entre sistemas. Já o acordo sobre conteúdo refere-se a adoção de um padrão na estrutura de metadados, para que estes sejam lidos por outros sistemas com o mesmo significado, ou a mesma nomenclatura. Como exemplo pode-se referenciar Sayão e Marcondes (2008, p.137), que indagam “o que significa autor para um recuso informacional, será a mesma coisa que criador para outro recurso?”. Devido a isso, Buckland (2006, p.4), aponta que “é recomendado que metadados descritivos sigam formas padronizadas, como por exemplo, utilizar um formato padrão e nomenclatura amplamente utilizada”. Isso torna a descrição de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

um documento mais simples, e faz com que os metadados, quando migrados para outros sistemas, correspondam aos elementos de metadados a que eles pertencem.

5. METODOLOGIA

Essa pesquisa foi desenvolvida com base no método de pesquisa documental, que segundo Gil (2010), é elaborada a partir de materiais disponíveis sob os mais diversos formatos, como texto escrito em papel ou documentos eletrônicos. Trata-se também de uma pesquisa qualitativa, pois se caracteriza principalmente pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo (DIAS, 1998).

Para atender ao objetivo desse estudo, a análise dos dados foi dividida em três etapas: a) categorização dos elementos de metadados do padrão IPTC Core; b) seleção de *softwares* de gerenciamento de imagens que adotem o padrão IPTC Core; c) comparação da nomenclatura adotada pelos elementos de metadados dos *softwares* selecionados.

Por não existirem estudos sobre o padrão IPTC Core, foi necessário categorizar os elementos de metadados adotados por esse padrão, conforme a divisão das funções dos metadados apresentada por Gilliland-Swetland (1997) no quadro 2. Essa primeira etapa da análise foi imprescindível, pois permitiu conhecer os papéis desempenhados por esses elementos na descrição de imagens digitais.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na identificação e seleção dos *softwares* que adotassem o padrão IPTC Core na descrição de imagens digitais. Essas amostras foram identificadas na internet, por meio de buscas por *softwares* de gerenciamento de imagens. Entre diversos resultados, optou-se pelos seguintes *softwares*: *Adobe Bridge*, *Fotostation* e *Photo Mechanic*. Esses sistemas foram escolhidos por apresentarem a mesma finalidade: visualização, edição e descrição de imagens fotográficas. É importante destacar que nenhum dos *softwares* para gerenciamento de imagem identificados são gratuitos ou livres, ou seja, todos cobram um valor de instalação, licenças ou suporte. O *download* dos *softwares* foi necessário para permitir a identificação dos elementos que esses sistemas disponibilizam para a descrição de objetos de imagem.

A terceira e última etapa da análise consistiu em conferir a nomenclatura dos elementos de metadados dos três *softwares* selecionados. A partir disso, foi possível verificar



se as denominações desses campos apresentam-se do mesmo modo quando comparado aos elementos estabelecidos pelo padrão IPTC Core.

6. RESULTADOS DA PESQUISA

Por meio do quadro 4 (a seguir) foi possível dividir os trinta elementos de metadados do padrão IPTC Core (quadro 3) conforme as categorias estabelecidas por Gilliland-Swetland (quadro 2), compondo desta forma, a análise das funções dos metadados anunciada em uma das etapas da metodologia dessa pesquisa. Por não existir estudos sobre o padrão IPTC na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação se fez necessário classificar os elementos para desvendar quais as principais funções que a estrutura de metadados desse padrão desempenha. O quadro é apresentado a seguir:

Quadro 4: Categorização dos metadados do Padrão IPTC Core:

CATEGORIAS DAS FUNÇÕES DOS METADADOS					
	Administrativo	Descritivo	Preservação	Técnica	Utilização
	46%	33%	10%	0%	10%
Elementos de metadados IPTC Core	Criador	Resumo	Instruções		Gênero intelectual
	Cargo do Criador	Descrição	Data de criação		Autor da descrição
	Endereço do Criador	Palavras-chave	Título		Identificador de trabalho
	Cidade do Criador	Cena IPTC			
	Estado/Província do Criador	Código de Assunto IPTC			
	CEP do Criador	Localização			
	País do Criador	Cidade			
	Telefone do criador	Estado / Província			
	E-mail do Criador	País			
	Web site do Criador	Código ISO do País			
	Fornecedor				
	Fonte				
	Aviso de direitos autorais				
	Direitos Termos de Uso				

Por meio dessa distribuição dos elementos do padrão IPTC Core, verifica-se que os metadados usados para a administração de objetos de imagem são os mais presentes para a descrição de fotografias. Isto ocorre por esse padrão ter sido criado e desenvolvido para fins jornalísticos. Desde sua criação até os últimos anos, sentiu-se a necessidade de melhorar as versões do padrão IPTC. Apesar desses melhoramentos, esse padrão continuou



disponibilizando campos para descrição de fotografias com cunho jornalístico, tendo a necessidade de cadastrar dados administrativos, como foi visto no quadro 5 (p.39). Esses dados darão subsídios para a administração de grandes quantidades de fotografias, que nem sempre pertencem ao mesmo criador (fotógrafo). Isso explica a atribuição de campos exaustivos para cadastro de endereço e contato do fotógrafo. Da mesma forma, bancos de imagens, editoras e agências publicitárias se adequaram as tecnologias desenvolvidas para intercâmbio de fotografias, pois essas Empresas/Instituições abarcam a mesma preocupação referente à localização dos criadores ou responsáveis pelas imagens.

Os elementos descritivos também possuem boa representação, pois são elementos que darão subsídios para a localização de um tema fotográfico específico, por meio da pesquisa de classificação de assuntos ou por pesquisas com palavras-chave.

Campos destinados a utilização e preservação da imagem, apesar de presentes, não contemplam de forma suficiente a necessidade que alguns objetos digitais possam apresentar. Para compensar a ausência de alguns elementos de metadados, principalmente das categorias de preservação e técnica, os *softwares* adotam também o padrão EXIF para visualização dessas informações em seus sistemas.

Existem outros padrões que permitem a descrição de fotografias de modo mais exaustivo, como o Marc 21, que oferece múltiplos campos para preenchimento de metadados. Em relação ao padrão IPTC Core, apesar de dados técnicos e de preservação não serem tão presentes, este tem como vantagem a inserção dos metadados diretamente na imagem. Desta forma, a leitura dos dados da imagem poderão ser lidos em outros sistemas, potencializando a reutilização dessas informações, sem a necessidade de consulta em um banco de dados. Mas vale ressaltar que, apesar dos elementos de metadados do padrão IPTC Core não serem exaustivos, estes contém os elementos de metadados fundamentais para a organização de objetos fotográficos.

6.1 Softwares identificados

Embora o objetivo dessa pesquisa seja à análise da estrutura de metadados de *softwares* destinados a objetos de imagem, é importante ressaltar que esses sistemas possuem outras funções que facilitam o fluxo de trabalho de quem lida com imagem digital. Essas ferramentas foram percebidas durante a observação dos *softwares* no decorrer da pesquisa,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

tornando-se conveniente divulgá-las para o conhecimento das características de funcionamento desses sistemas. Durante essa pesquisa, percebeu-se que os três *softwares* analisados realizavam funções muito semelhantes. Todos eles permitem visualizar, classificar, catalogar, indexar e recuperar arquivos de imagem diretamente no sistema, sem precisar adquirir aplicativos externos ao programa. Esses sistemas também aceitam a inclusão e edição de metadados diretamente nos arquivos, por meio da adoção do formato XMP.

Adobe Bridge

Software desenvolvido e distribuído pela empresa Adobe Systems para gerenciar arquivos de áudio, vídeo e imagens. Para este estudo foi utilizado a versão CS4 do programa, que funciona nos sistemas Windows e Mac. Este software faz parte da coleção de programas da Adobe que inclui Photoshop, Indesign, Illustrator, Fireworks, entre outros produtos de edição gráfica (ADOBE, 2011d). Desta forma, o Bridge foi desenvolvido para atuar junto a outros programas da Adobe. Tem como vantagem apresentar uma plataforma simples e intuitiva, de fácil utilização.

FotoStation

Software desenvolvido pela empresa Fotoware para gerenciar acervos digitais como documentos, imagens, áudio e vídeo. Para este estudo foi utilizado a versão 7.0 do programa, que funciona nos sistemas Windows e Mac (FOTOWARE, 2011). No site da Amplex, fornecedora do software no Brasil, é possível visualizar os clientes deste sistema, podendo destacar editoras, agências jornalísticas e banco de imagens internacionais 45 (AMPLEX, 2011a). Para citar alguns exemplos, Editora Abril, Folha de São Paulo, TV Globo e Getty images estão entre os clientes que utilizam o FotoStation para gerenciamento de imagens (AMPLEX, 2011b).

Photo mechanic

Software desenvolvido pela empresa Camera Bits para gerenciar acervos digitais como documentos, imagens, áudio e vídeo. Para este estudo foi utilizado a versão 4.6 do programa (disponível para visualização no anexo E e F), que funciona nos sistemas Windows e Mac (CAMERA BITS, 2011).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O diferencial desse *software* em relação ao Adobe Bridge e ao FotoStation é a possibilidade de apresentar um mapa com a localização exata de onde a fotografia foi criada, a partir das coordenadas GPS de uma câmera digital. Desta forma, além do elemento de metadado para designar a local em que a imagem foi tirada, como Cidade, Estado e País, o *software* também oferece essa ferramenta de localização. A leitura dos dados GPS pode ser feita automaticamente pelo *software*, por meio do padrão EXIF, que oferece dados de localização como latitude e longitude. Neste caso, no momento do registro da fotografia no sistema, quando se desconhece a localização da fotografia, essa ferramenta torna-se pertinente para o registro desses dados, pois identifica automaticamente onde a fotografia foi tirada.

6.2 Nomenclatura dos elementos de metadados

Para atender ao último objetivo desse estudo, foi elaborado um quadro que permitiu comparar a nomenclatura dos metadados de cada software, verificando as consistências na denominação desses elementos.

O quadro a seguir apresenta a nomenclatura dos elementos de metadados do padrão IPTC Core e dos três softwares analisados nessa pesquisa.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência de la Información de Iberoamérica y el Caribe



Quadro 5: Verificação da nomenclatura dos elementos de metadados dos *softwares* selecionados:

ANÁLISE DA NOMENCLATURA DOS ELEMENTOS DE METADADOS			
IPTC Core	Adobe Bridge	FotoStation	Photo Mechanic
Criador	Criador	Correspondente	Fotógrafo
Cargo do Criador	Criador: Cargo	Título do Correspondente	Título
Endereço do Criador	Criador: Endereço	Informações de contato: Endereço	Endereço de contato
Cidade do Criador	Criador: Cidade	Informações de contato: Cidade	Cidade de contato
Estado/Província do Criador	Criador: Estado/Província	Informações de contato: Estado/Província	Estado de contato
CEP do Criador	Criador: CEP	Informações de contato: Código Postal	CEP de contato
País do Criador	Criador: País	Informações de contato: País	País de contato
Telefone do criador	Criador: Telefone(s)	Informações de contato: Telefone	Telefone de contato
E-mail do Criador	Criador: E-mails(s)	Informações de contato: Email	E-mail de contato
Web site do Criador	Criador: Site(s)	Informações de contato: Web URL	URL de contato
Resumo	Título	Cabeçalho	Resumo
Descrição	Descrição	Legenda	Legenda
Palavras-chave	Palavras-chave	Palavras-chave	Palavras-chave
Código de Assunto IPTC	Código do Tema IPTC	Código do assunto	Código do assunto IPTC
Autor da descrição	Autor da descrição	Autor da Legenda	Escritor da legenda
Data da criação	Data de criação	Data de criação	Data de criação
Gênero intelectual	Estilo intelectual	Gênero intelectual	Gênero intelectual
Cena IPTC	Cena IPTC	Cena	Cena IPTC
Localização	Localização	Localização	Localização
Cidade	Cidade	Cidade	Cidade
Estado / Província	Estado	Estado	Estado
País	País	País	País
Código ISO do País	Código de País ISO	Código do País	Código do País
Título	Título	Nome do Objeto	Nome do Objeto
Identificador de trabalho	Identificador da Tarefa	Referencia de transmissão original	Ref. de transmissão
Instruções	Instruções	Instruções especiais	Instruções especiais
Fornecedor	Fornecedor	Créditos	Crédito
Fonte	Origem	Origem	Fonte
Aviso de direitos autorais	Aviso de copyright	Texto de Direitos autorais	Direitos autorais
Termos de Direitos de Uso	Termos de uso dos Direitos	Termos de Direitos de Uso	Termos de Direitos de Uso

No quadro 5, pode-se observar que há problemas na nomenclatura de determinados elementos de metadados. Para um melhor entendimento, foram destacados os campos que



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

apresentaram maior inconsistência quando comparados a nomenclatura adotada pelo padrão IPTC Core.

Os elementos destacados com a cor azul referem-se a campos que, apesar de apresentarem contradições na nomenclatura do padrão IPTC, ainda assim conseguem orientar o usuário para que tipo de metadados esses campos se destinam a descrever.

Os metadados destacados com a cor laranja foram os que apresentaram maiores contradições em relação à nomenclatura original do IPTC Core. Desta forma, vê-se a necessidade de comentar sobre esses casos.

Por meio dessa análise, fica visível que muitos elementos de metadados de *softwares* para gerenciamento de imagens possuem semântica diferente do padrão de metadados adotado por esses sistemas. Isso pode ocorrer por diversas causas. A primeira é a tradução dos elementos de metadados, realizada pelos distribuidores de *softwares*. Entre os *softwares* aqui analisados, nenhum foi criado e desenvolvido no Brasil. Para serem distribuídos em meio nacional, os distribuidores da Adobe (Bridge) e Amplex (FotoStation) traduzem o significado de cada campo, mas nem sempre essa tradução é fiel ao nome original em inglês. Outro problema referente à tradução está em *softwares* que não possuem a língua adotada no país. Nesta análise teve-se como exemplo o *software* Photo Mechanic, que não tem versão em português. É possível utilizar um *software* que adote a língua inglesa, mas é necessário ter cuidado ao interpretar para qual tipo de informação o campo se destina, pois podem ocorrer inconsistências ao interpretar falsos cognatos, palavras do inglês parecidas com palavras do português.

As abreviações de alguns elementos de metadados também podem gerar problemas na interpretação do seu significado. Assim como não é desejável a abreviação de descritores durante a indexação de documentos, é importante manter o nome completo de um elemento de metadado para garantir o entendimento pelos indexadores ou usuários sobre o que se destina a descrever em determinado campo.

O padrão IPTC, desde sua criação até o presente, passou por atualizações até chegar ao IPTC Core. Nessas versões alguns elementos foram acrescentados e outros tiveram a sua nomenclatura alterada. Nessa análise pode-se perceber que os *softwares* FotoStation e Photo Mechanic utilizam a nomenclatura de uma versão anterior ao IPTC Core. Portanto, é necessário que os *softwares* que adotam um padrão, verifiquem essas atualizações e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

identifiquem de modo adequado o atual nome de um elemento de metadado, com o intuito de diminuir as contradições no que se refere à semântica desses elementos.

A sequência dos elementos de uma estrutura de metadados é um fator que auxilia na identificação dos campos de preenchimento, mesmo quando a nomenclatura é ambígua. Day (2000, apud FEITOSA, 2006) enfatiza a importância do agrupamento dos elementos de metadados de um recurso informacional. Portanto, é recomendável que os elementos de descrição sejam ordenados conforme sua função, como foi apresentado no quadro 5 (p.39) desse trabalho. Essa ordenação dos elementos de metadados permitirá que o usuário ou o indexador reconheça e relacione as informações que se refere ao campo, mesmo que a nomenclatura não seja clara. Esse processo de ordenação lógica dos elementos tem como finalidade diminuir os esforços do usuário no entendimento dos campos de descrição, e diminuir os ruídos que podem acarretar caso os dados sejam migrados para outros sistemas.

CONCLUSÕES

Por meio dessa análise, foi possível selecionar pontos importantes para discussão sobre como os padrões e *softwares* de gerenciamento de imagens estruturam e nomeiam seus elementos de descrição.

Em relação à etapa de categorização dos elementos de metadados do padrão IPTC Core, embora existam algumas limitações para a descrição de metadados técnicos e de preservação, esse padrão apresentou uma boa estrutura, no que se refere ao registro dos dados administrativos de um objeto de imagem e à descrição do seu conteúdo informacional.

Quanto à nomenclatura dos elementos dos três *softwares* analisados, percebeu-se uma conformidade semântica na maioria dos campos de descrição, permitindo ao usuário do sistema reconhecer quais campos destinam-se a descrever determinada informação sobre uma imagem digital.

Por não existirem estudos na área sobre o padrão IPTC Core, este trabalho torna-se importante para servir como estímulo em novos estudos sobre o tema. É importante saber que, apesar de existirem padrões consagrados na área, como o Marc 21 e Dublin Core, existem outros padrões específicos para descrição de diferentes documentos que poderiam ter estudos mais aprofundados.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

É notório que muitas unidades de informação possuam algum acervo fotográfico. Essas imagens muitas vezes não recebem o devido tratamento técnico, por demandarem conhecimento específico sobre o assunto. No entanto, uma das principais vantagens que o padrão IPTC pode apresentar, assim como o Dublin Core, é a facilidade na descrição das informações referente ao objeto de imagem. Além disso, os *softwares* que utilizam esse padrão não requerem a elaboração de uma base de dados, já que as informações descritas sobre a imagem são inseridas diretamente no objeto digital. Dessa forma, independente de onde uma imagem estiver guardada, as informações referentes ao Criador, Resumo, Localização entre outros campos pertencente a este padrão estarão inseridas junto à imagem, sendo necessário apenas ter acesso a *softwares* que leiam esses dados.

REFERÊNCIAS

ABC-CLIO. **Online Dictionary for Library and Information Science (ODLIS)**. 2011. Disponível em: <<http://lu.com/odlis>>. Acesso em: 20 set. 2011.

ADOBE. **Adobe XMP Developer Center**. 2011a. Disponível em: <<http://www.adobe.com/devnet/xmp.html>>. Acesso em: 14 set. 2011.

_____. **Extensible Metadata Platform (XMP)**. 2011b. Disponível em: <<http://www.adobe.com/products/xmp>>. Acesso em: 24 out. 2011.

_____. **Sobre Metadados**. 2011c. Disponível em: <http://help.adobe.com/pt_BR/InCopy/5.0/help.html?content=WSF23FB426-0A09-46de-91C8-BDB64CF378FA.html>. Acesso em: 18 set. 2011.

_____. **Adobe Bridge**. 2011d. Disponível em: <<http://www.adobe.com/br/products/bridge.html>>. Acesso em: 14 ago. 2011d.

AMPLEX. **Fotostation Pro**. Disponível em: <<http://www.amplex.com.br/prod-foto-fspro.aspx>>. Acesso em: 14 ago. 2011a.

_____. **Fotoware Clientes**. Disponível em: <<http://www.amplex.com.br/prod-foto-cli.aspx>>. Acesso em: 14 ago. 2011b.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Padrão de Metadados do Governo Eletrônico (e-PMG)**. 2010. Disponível em: <<http://governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-ping-padroes-de-interoperabilidade/padrao-de-metadados-do-governo-eletronico-e-pmg>>. Acesso em: 20 mai. 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- BREITMAN, Karin Koogan. **Web semântica: a internet do futuro**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
- BUCKLAND, Michael K. Descrição e pesquisa: metadados como infra-estrutura. **Braslian Journal of information Science (BJIS)**. p.3-15, jul./dez. 2006.
- CAMERA BITS. **About Photo Mechanic**. Disponível em:
<<http://www.camerabits.com/site/about.html?sid=4ec2b430-2b7a>>. Acesso em: 14 ago 2011.
- DIAS, Claudia. **Pesquisa qualitativa: características gerais e referências**. Maio 2000.
Disponível em: <<http://www.reocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2011.
- FEITOSA, Ailton. **Organização da informação na Web: das tags à web semântica**. Brasília: Thesaurus, 2006.
- FOTOWARE. **Fotostation**. Disponível em:
<<http://www.fotoware.com/en/Products/FotoStation>>. Acesso em: 03 out. 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- GILLILAND-SWETLAND. Anne J. Defining Metadata. In: **Introduction to Metadata: Pathways to Digital Information**. 2. ed. Los Angeles: Getty Information Institute, 1998.
- IKEMATU, Ricardo Shoiti. Gestão de Metadados: sua evolução na tecnologia da informação. **DataGramZero**, v.2 n.6, dez. 2001.
- INTERNATIONAL PRESS TELECOMMUNICATIONS COUNCIL (IPTC). **About**. Disponível em: <<http://www.iptc.org/site/Home/About>>. Acesso em: 02 jul 2011a.
- _____. **Software List**. Disponível em:
<<http://www.iptc.org/cms/site/photometadatasupportlist.html?channel=CH0101>>. Acesso em
Acesso em: 02 jul 2011b.
- _____. **IPTC Core & Extension**. Disponível em:
<http://www.iptc.org/site/Photo_Metadata/IPTC_Core_&_Extension>. Acesso em: 02 jul 2011c.
- MARCONDES, Carlos Henrique et al. **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. 2. ed. Salvador: UFBA; Brasília: IBICT, 2006.
- SANTIAGO, Mônica Cristina Costa. **Metadados para recuperação da informação em ambiente virtual**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique . O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais. **Transinformação**, Campinas , v.20, n.2 , p.133-148, maio/ago. 2008.

VELLUCCI, Sherry L. Metadata. **Annual Review of Information Science and Technology** (ARIST), v.33, 1998.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

GESTÃO DE CONTEÚDO CORPORATIVO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

GESTIÓN DE CONTENIDOS EMPRESARIALES: UN ANÁLISIS CONCEPTUAL

**Marcello Bax, UFMG
Luiz Gustavo Ferreira
Livia Teixeira
Alexandre Magno Teixeira**

Resumo: Apesar da atenção crescente que a Gestão de Conteúdo Corporativo (ou ECM, acrônimo em língua inglesa para designar *Enterprise Content Management*) tem recebido das empresas, poucos pesquisadores têm explorado cientificamente o conceito. Há uma lacuna entre a pesquisa acadêmica e a prática do ECM, e pesquisadores são desafiados a investigarem essa área que ganha cada vez mais força fora da academia. Trata-se de um domínio de conhecimento ainda pouco pesquisado e carente de teorias, técnicas e métodos sistemáticos e rigorosos. Com vistas a suprir parte dessa carência, o artigo traz uma análise conceitual introdutória da Gestão de Conteúdo Corporativo. O objetivo é estabelecer uma fundamentação teórica que sirva como uma introdução rigorosa e de caráter científico ao tema. Esse propósito é alcançado por meio de uma análise do campo feita sobre quatro de seus pilares: (1) componentes; (2) perspectivas; (3) desenvolvimento; e (4) aspectos estratégicos. Assim, uma revisão bibliográfica sobre o tema é realizada, tendo como pano de fundo os quatro pilares citados, bem como a experiência vivida pelos autores em um projeto de PD&I, quando identificou-se a carência de literatura na área. Em um levantamento da literatura, procurou-se sintetizar os conceitos chave que, acredita-se, conformam o campo do ECM. Conclui-se que o ECM é um novo e amplo campo de investigações que oferece a pesquisadores da Ciência da Informação diversos problemas a serem estudados. Contudo, pesquisas explorando de forma científica os conceitos da área são escassas no Brasil. O recente interesse do mercado pelo tema desafia os pesquisadores a se envolverem nessa área que se estabelece rapidamente fora da academia.

Palavras-chave: Revisão de Literatura. Análise Conceitual. Gestão de Conteúdo Corporativo. *Enterprise Content Management*.

Resumen: A pesar de la creciente atención que el Gestión de Contenido Empresarial (ECM o sigla en Inglés para designar *Enterprise Content Management*) ha recibido de las empresas, pocos investigadores han explorado el concepto científico. Existe una brecha entre la investigación académica y la práctica de la ECM, y los investigadores tienen el reto de investigar esta área que está ganando cada vez más fuerza fuera de la academia. Se trata de un campo de conocimiento poco investigado y carentes de teorías, técnicas y métodos sistemáticos y rigurosos. Con el fin de satisfacer parte de esa necesidad, el artículo presenta una análisis conceptual de gestión de contenidos empresariales. El objetivo es establecer un marco teórico que sirve como una introducción a el tema. Este propósito se consigue mediante un análisis del campo hecho en cuatro de sus pilares: (1) componentes; (2) puntos de vista; (3) el desarrollo; y (4) aspectos estratégicos. Por lo tanto, una revisión de la literatura sobre el tema se lleva a cabo, con el telón de fondo de los cuatro pilares mencionados, así como las experiencias de los autores. En un estudio de la literatura, hemos tratado de resumir los conceptos clave que se cree que constituyen el campo de ECM. De ello se desprende que la ECM es un nuevo y amplio campo de investigación que proporciona a los investigadores de ciencias de la información muchos problemas para ser estudiado.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Sin embargo, la investigación científica explorando los conceptos de la zona son escasos en Brasil. El reciente interés de mercado en el tema estimula a los investigadores a involucrarse en esta área que se establece rápidamente fuera de la academia.

Palabras-clave: Revisión de Literatura. Análisis Conceptual. Gestión de Contenidos Empresariales. *Enterprise Content Management*.

1 INTRODUÇÃO

Conforme relata Miller (2007 *apud* Brocke e Simons, 2014) há duas décadas atrás, Rutherford Rogers, ex-diretor da biblioteca da Universidade de Yale, teria dito: "Estamos inundados por informação e famintos por conhecimento". Com efeito, as organizações ainda hoje enfrentam inúmeros desafios causados pelo rápido crescimento desordenado da quantidade de arquivos digitais criados e recebidos por elas.

O rápido desenvolvimento de sistemas de informação e aumento do uso de ferramentas de escritório e produtividade individual, tais como processadores de texto, planilhas e e-mail, criaram uma quantidade tal de documentos que precisa ser gerenciada.

Houve uma acelerada transição do suporte papel para o formato eletrônico. Isso gerou transformações organizacionais que em muitos casos implicaram na extinção de Gerências de Informações e Documentos (ou Gerências de Recursos Informativos, GRI), tradicionalmente presentes nas estruturas corporativas. Com efeito, em várias organizações há uma passagem não gradual e ordenada da gestão de documentos que antes era realizada em meio físico (papel) para a gestão em meio eletrônico. Com vistas a enfrentar essas transformações, hoje os processos documentais das organizações precisam ser remodelados.

Em pleno período de transição de suportes e culturas, as organizações devem armazenar conteúdo e distribuí-lo para consumo adequado. Elas precisam tornar esse conteúdo acessível e ao mesmo tempo garantir o seu controle de acesso e segurança. Em suma, é preciso desenvolver a capacidade de gerir a captura, o armazenamento, a distribuição segura e a guarda permanente tanto de documentos físicos quanto digitais.

Como resultado de uma precária gestão de conteúdo corporativo - físico ou eletrônico, os profissionais frequentemente desconhecem os documentos oficiais corporativos disponíveis em suas organizações, ou perdem muito tempo procurando por eles. Com frequência, depois de uma busca infrutífera por uma informação ou documento, eles acabam até por recriar conteúdo já



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

existente, resultando em retrabalho, improdutividade e versões inconsistentes do mesmo conteúdo, entre vários outros problemas.

A partir de meados da primeira década do Séc. XXI, o conceito de *Enterprise Content Management* (que traduzimos por Gestão de Conteúdo Corporativo) passou a ser discutido com frequência crescente, sobretudo por profissionais da informação (SMITH e MCKEEN 2003, p. 648). Enquanto abordagens segmentadas, como a Gestão Eletrônica de Documentos (GED), a Gestão Arquivística de Documentos (GAD) e a Gestão de Conteúdo Web, focam em conteúdos específicos e tipicamente isolados, o ECM emerge como a consolidação dessas abordagens visando gerenciar conteúdo em nível corporativo (BROCKE et al. 2010, p.2). O ECM provê uma "visão atualizada e integrada da gestão da informação" (PAIVARINTA e MUNKVOLD, 2005, p.1).

Com efeito, o que se convencionou chamar ECM vai além do uso de aplicações tecnológicas específicas, não se limitando a certas áreas de negócios e processos. Seu objetivo é capturar todos os recursos informacionais de uma organização, sobretudo aqueles de natureza não ou semi-estruturada, independente do seu tipo, formato, granularidade e fontes (SMITH e MCKEEN, 2003, p. 648). Segundo Blair (2004 apud Brocke e Simons, 2014), o termo ECM foi introduzido em 2001 pela *Association for Information and Image Management* (AIIM¹). Mais recentemente, a companhia de pesquisa de mercado de TI, The Radicati Group, estimou o tamanho do mercado de ECM como sendo da ordem de U\$ 5,5 bilhões em 2014; com um crescimento de 15% para os próximos quatro anos, esse mercado poderia chegar a U\$ 9,5 bilhões até 2018 (THE RADICATI GROUP, 2014).

Com foco na confluência entre pessoas, conteúdo, tecnologias e processos, o ECM envolve variadas dimensões (O'CALLAGHAN e SMITS, 2005, p.1274). Incluímos ainda questões de ordem política e de conformidade (*compliance*), bem como de instrumentos da arquivística. Tratar-se-á, neste artigo, das seguintes quatro perspectivas ou dimensões principais, que caracterizam o ECM:

- **Conteúdo:** conjuntos de tipos documentais locais e corporativos;
- **Tecnologia:** captura, acesso, distribuição, armazenamento;
- **Processos:** metodologia, instrumentos e técnicas, instruções de trabalho;

¹ Organização sem fins lucrativos composta por profissionais da informação de todo o mundo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- **Contexto corporativo:** política e conformidade: normas arquivísticas e de qualidade.

Como um fenômeno sócio-técnico cuja implantação traz diversos desafios organizacionais e tecnológicos, o ECM é identificado por vários autores como um relevante subcampo de pesquisa em Ciência da Informação, mais especificamente para os Sistemas de Informação (TYRVAINEN et al., 2006, p.628) (MUNKVOLD et al., 2006, p.75-77).

Atualmente, existem no mundo todo várias empresas de consultoria focadas em projetos de ECM (NORDHEIM e PAIVARINTA, 2004, p.1) e a maioria das decisões sobre a adoção de ECM são influenciadas por revistas orientadas a negócios tais como a KMWorld², AIIM E-Doc e Information Management (ANDERSEN, 2007, p. 81).

Apesar da atenção crescente que o ECM tem recebido da indústria, Tyrvaiven et al. (2006, p.627) destacam que poucos pesquisadores da Ciência da Informação ou Sistemas de Informação têm explorado o tema conceitualmente. De fato, embora tenha havido progressos na pesquisa (KATUU, 2012; HAUG, 2012; SVARD, 2013; HULLAVARAD et al. 2015), no início do Séc. XXI Nordheim e Paivarinta (2004, p.1) e Paivarinta e Munkvold (2005, p.1) já atestavam a carência de pesquisas na área.

Mesmo assim, ainda hoje há uma lacuna entre a pesquisa e a prática do ECM, e pesquisadores sobretudo da Ciência da Informação, são desafiados a se envolver em uma área que está progressivamente ganhando força na indústria. Esse domínio de pesquisa é praticamente inexistente no Brasil. Ao se realizar uma pesquisa no portal CAPES³, observa-se a pouca expressividade de pesquisadores brasileiros, em relatos de casos de experiência no país ou revisões de literatura, no contexto de ECM. Este artigo procura preencher esse hiato pela caracterização conceitual e delimitação do problema objeto do campo de pesquisa ECM.

2 A PESQUISA EM GESTÃO DO CONTEÚDO CORPORATIVO / ECM

A Gestão de Conteúdo Corporativo é um programa contínuo que envolve recursos informacionais, infraestrutura e práticas administrativas da organização, tudo isso inserido em um contexto dinâmico em relação às tecnologias, organizações e mercados (PAIVARINTA e MUNKVOLD, 2005).

² <http://www.kmworld.com/>

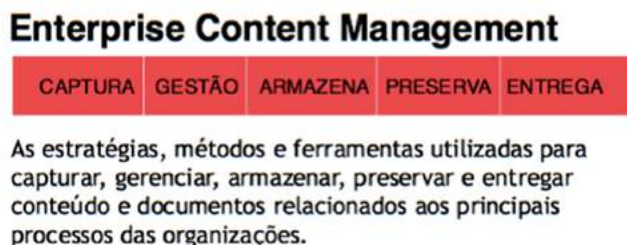
³ Nas bases: LISA, Scielo, Scopus, Emerald Insight.

Neste artigo, a fim de promover a compreensão, o ECM será analisado à luz de quatro pilares. O primeiro trata dos principais componentes do ECM e indica, de maneira sumarizada, suas funcionalidades. O segundo analisa seis perspectivas do ECM: pessoas, conteúdo, tecnologias, processos, política e conformidade e instrumentos arquivísticos. O terceiro descreve brevemente um método de desenvolvimento de sistemas de ECM. Por fim, o quarto pilar trata dos aspectos estratégicos, incluindo a gestão de mudanças e o patrocínio da alta direção da organização.

2.1 Principais Componentes do ECM

Em geral, uma solução de ECM é modular e deve ser adaptada à necessidade de cada projeto. As plataformas de ECM possuem funcionalidades básicas que incluem componentes para: captura, gestão arquivística, controle de segurança, pesquisa e recuperação, visualização e impressão de conteúdos. A Figura 1 traz a cadeia de valor clássica de uma solução de ECM.

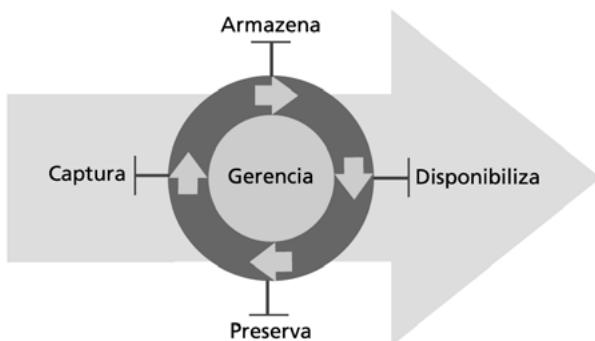
Figura 1. Cadeia de valor e definição do ECM.



Fonte: os autores, 2015.

A Figura 2 apresenta a os principais componentes de uma iniciativa ou sistema de ECM.

Figura 2. Componentes do ECM.



Fonte: os autores, 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Várias outras funcionalidades podem ainda existir, porém a seguir, de maneira sucinta, são apresentadas as principais, organizadas pelos cinco módulos apresentados na Figura 2: Captura, Gerencia, Armazena, Preserva e Disponibiliza.

2.1.1 Captura

a. Captura e Processamento de Imagens (*Document Imaging*)

A captura é a entrada do sistema, ela pode ser manual ou automática. Seu foco é a gestão de imagens não editáveis. Ela representa o modo como os documentos, eletrônicos ou em papel, entram para um repositório de conteúdo para armazenamento, gerenciamento, preservação e disponibilização (reutilização e distribuição).

2.1.2 Gerencia

b. Gestão de Documentos (*Document Management*)

Representa o conjunto de funcionalidades que compõem o núcleo de uma solução ou plataforma de ECM. Controla e organiza a segurança e o trâmite ou fluxo dos documentos. Recebe os documentos da captura, executa *workflows* para sistematização de tarefas e oferece controle de versão, trilhas de auditoria e sistemas de busca e recuperação de informação, além de várias outras funcionalidades.

c. Gestão Arquivística de Documentos (*Records Management*)

Implementa os aspectos arquivísticos da gestão de conteúdos, a GAD. Quando aspectos arquivísticos são levados em consideração, fala-se, em língua portuguesa, de "Gestão Arquivística de Documentos" (GAD), Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) ou Gestão de Registros. Esses termos traduzem o conceito *Records Management* em língua inglesa. O modelo de requisitos que fornece subsídios para programas de gestão arquivística adotado no Brasil é o e-Arq Brasil. Aganette (2015) discute mais especificamente este ponto no contexto de um projeto de ECM no Setor Elétrico.

A funcionalidade de Gestão de Registros capacita a empresa a gerenciar o ciclo de vida (temporalidade) dos documentos (peças individuais de informação corporativa) desde a sua criação, recebimento, manutenção e uso até a última disponibilização para os usuários e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

finalmente a sua guarda permanente. Registros são, essencialmente, evidências da execução dos processos da empresa.

d. *Workflow*

É um conceito usado também na disciplina de BPM (*Business Process Management*). Um *workflow* genericamente implementa um instrumento de modelagem denominado no campo da Computação de Autômato Finito. Um workflow se presta a mapear, modelar e automatizar processos. Esses processos podem ser atividades gerais de negócio onde documentos, informação e tarefas passam por rotas específicas de um participante a outro para ações, conforme papéis específicos que os participantes desempenham, e de acordo com regras estabelecidas.

A disciplina de BPM é o contexto mais específico de estudo. Contudo, *workflows* são também usados para modelar o ciclo de vida de conteúdos, sendo centrais no escopo de projetos de ECM. Mendes e Bax (2015) fazem uma discussão bem mais aprofundada sobre as relações entre as duas disciplinas, ECM e BPM.

e. Colaboração e Software Social

Provê a possibilidade de criação de ambientes de compartilhamento de documentos e informações com funcionalidades de autoria colaborativa, mensagens instantâneas, áudio e vídeo conferência, além de suporte para a criação por parte dos usuários de espaços voltados ao trabalho de equipes. Blogs e Wikis são estruturas comuns a serem disponibilizadas pelo núcleo de colaboração.

f. Gestão de Conteúdo Web (*Web Content Management - WCM*)

Provê mecanismos de colaboração, autoria e administração para a produção de conteúdo para o ambiente Web. Permite a operacionalização de um fluxo de trabalho que inclui as etapas de criação, revisão, aprovação e publicação.

g. Segurança do Conteúdo

Recursos que conferem segurança ao documento, à informação e ao conteúdo, durante todo o seu ciclo de vida, sem eliminar as possibilidades de uso e reuso.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2.1.3 Armazena

Armazenar o conteúdo de forma segura significa prover serviços de busca e pesquisas variados, em repositórios, base de dados e outros suportes que armazenam as informações.

2.1.4 Preserva

Preservar remete a um prazo de tempo mais dilatado, o que significa a utilização de backups e migração de registros com foco na preservação, mantendo-se a autenticidade, a integridade, a confiabilidade e a usabilidade dos mesmos.

2.1.5 Disponibiliza

h. Pesquisa

Funcionalidade para que o conteúdo em qualquer suporte seja encontrado com agilidade e precisão, desde que as informações estejam organizadas.

i. Navegação

Consiste na interface em que o usuário trabalha, através dos metadados e/ou estrutura de taxonomia desenvolvida para o contexto corporativo.

2.2 As quatro perspectivas do ECM

Tyrvaïnen (2003) apresenta um *framework* de pesquisa para auxiliar na conceitualização da Gestão do Conteúdo Corporativo, que é realizada em torno de quatro perspectivas de pesquisa: conteúdo, processos, tecnologias e contexto corporativo.

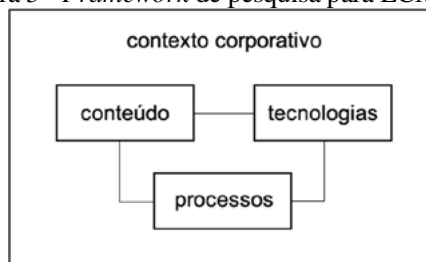
A perspectiva do conteúdo está no núcleo, de tal maneira que "em qualquer pedaço da pesquisa em ECM essa perspectiva está envolvida de alguma forma" (TYRVAINEN et al. 2006, p.628).

A perspectiva da tecnologia integra os desafios do ECM relacionados à hardware, software e protocolos.

A perspectiva de processo envolve tanto o processo de implementação quanto de implantação do ECM, onde o primeiro se refere principalmente ao processo de desenvolvimento para implementação e manutenção de sistemas de ECM e o último trata da implementação de

atividades relacionados ao ciclo de vida do conteúdo (TYRVAINEN et al. 2006, p. 631). Nota-se um forte relacionamento entre os conceitos de ECM e BPM e esse tema é tratado em Mendes e Bax (2015).

Figura 3 - *Framework* de pesquisa para ECM.



Fonte: adaptado de Tyrvaiven *et al.* 2006, p.628.

O *framework* na Figura 3 sugere que o ECM pode ser considerado uma abordagem em nível corporativo que inclui não apenas tecnologias, mas também conteúdo e processos.

2.2.1 Contexto corporativo

O contexto corporativo define o escopo e os objetivos de um projeto de ECM. Segundo Munkvold *et al.* (2006), o ECM representa uma gestão em nível corporativo que integra os ciclos de vida de todas as formas de conteúdo informacional e seus metadados, organizado de acordo com taxonomias corporativas e suportado por infraestruturas tecnológicas e administrativas adequadas.

Entretanto, tal abordagem é vista como complementar, ao invés de conflitante com os vários trabalhos no campo que focam principalmente nas iniciativas e projetos a nível de grupo (p.ex., departamentos, áreas funcionais). ECM pode ser colocado como um conceito integrado que acolhe e alinha esforços isolados empreendidos anteriormente para gerenciar conteúdo nas organizações.

2.2.2 Conteúdo

Segundo Smith e McKeen (2003), ECM é uma abordagem integrada para gerenciar toda a informação de uma organização. Portanto, não é surpreendente que estudos sobre ECM se refiram a diversos tipos de ativos informacionais como páginas Web, peças de marketing, relatórios, orçamentos, imagens, desenhos técnicos, apresentações, e-mails, modelos, faturas e arquivos de áudio e vídeo (p.ex., BLAIR, 2004, p. 65; IVERSON e BURKART, 2007, p. 2007).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2.2.3 Processos

Processos são estudados sobretudo no escopo da disciplina denominada BPM. Embora tenham se desenvolvido até hoje como disciplinas autônomas, ECM e BPM são dois conceitos fortemente complementares. Quando se fala de processos no contexto de projetos de ECM refere-se sobretudo ao ciclo de vida do conteúdo e seu fluxo de preparação e aprovação. Mendes e Bax (2015) discutem a inter-relação ECM/BPM, desde uma visão histórica das disciplinas, limites conceituais, suporte tecnológico e necessidades de diálogo para benefício mútuo.

Pelo menos duas categorias principais de processos podem ser identificadas no contexto do ECM: processos relacionados a sistemas (incluindo desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas de ECM) e processos relacionados ao ciclo de vida do conteúdo (TYRVAINEN et al. 2006, p.631). De uma forma básica, pode-se indicar as seguintes fases do ciclo de vida de um conteúdo: criação e captura, armazenamento e recuperação, edição e revisão, e retenção e deleção do conteúdo.

2.2.4 Tecnologias

A natureza integrada do ECM se refere não apenas ao seu escopo (nível corporativo), seu foco (toda a informação da organização) ou às atividades envolvidas (fases do ciclo de vida dos conteúdos), mas também às tecnologias que o suportam.

A noção de ECM emergiu como um termo que agrupa uma grande variedade de tecnologias e aplicações diferentes na indústria. Consequentemente, a literatura científica menciona várias aplicações, tecnologias, componentes e funcionalidades relevantes ao ECM. De forma geral, isso inclui sistemas para gestão de documentos e conteúdo (O'CALLAGHAN e SMITS, 2005, p. 1271-1274), colaboração (BLAIR, 2004, p. 65), gestão de direitos digitais (PAIVARINTA e MUNKVOLD, 2005, p. 6), gerenciamento de workflow (SMITH e MCKEEN, 2003, p. 656), portais corporativos (SCHEEPERS, 2006, p. 635), gestão de conteúdo Web (SMITH e MCKEEN, 2003, p. 550-651) e gestão de registros (DILNUTT, 2006, p. 40), para enumerar alguns.

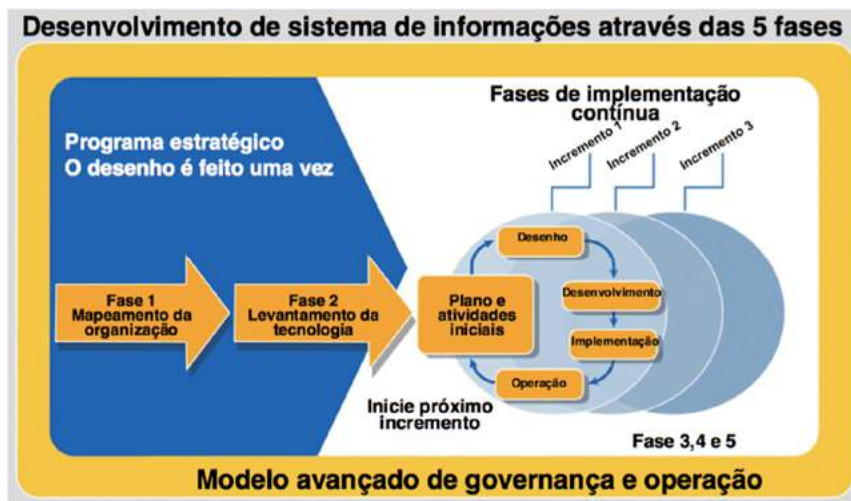
2.2 Desenvolvimento de Sistemas de ECM

O desenvolvimento de tecnologias para uma solução de ECM pode ocorrer de pelo menos duas formas, a saber: dentro da metodologia MIKE2 - específica para esse fim; ou seguir ainda o ciclo de vida tradicional para desenvolvimento de software.

MIKE 2 (*Method for a Integrated Knowledge Enviroment*) é uma metodologia aberta com vistas a orientar o desenvolvimento de sistemas de gestão de informação corporativa de forma rápida e focada na melhoria contínua.

A Figura 4 apresenta as suas fases, sendo que nas fases 1 e 2 desenvolve-se uma visão macro do projeto; a fase 2 está focada na solução tecnológica e a fase 3 se configura de forma bem específica conforme se apresenta o cenário de sistemas a ser implementado na organização.

Figura 4. MIKE 2.0 - Método de Desenvolvimento de Sistemas ECM.



Fonte: <http://mike2.openmethodology.org>, 2015.

Fase 1 – Identificação dos requisitos do negócio e definição da estratégia

Fase 2 – Levantamento dos recursos tecnológicos e seleção

Fase 3 – Mapa do gerenciamento da informação e atividades iniciais

Fase 4 – Desenho incremental

Fase 5 – Desenvolvimento incremental, testes, implementação e melhorias

2.3 Aspectos estratégicos na adoção do ECM

Zaidan (2015) discute em detalhes os aspectos estratégicos que estão em jogo quando da implantação de soluções de ECM. Além de descrever os resultados da modelagem estratégica nesse contexto, a principal conclusão do trabalho é que o redesenho da arquitetura (infra-estrutura, sistemas, e negócios) vigente na organização usando técnica de Arquitetura Corporativa permite maior alinhamento entre o projeto de ECM planejado e a estratégia de negócios da organização.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Contudo, em síntese pode-se dizer que dois aspectos estratégicos são predominantes no contexto do ECM: gestão de mudanças e comprometimento dos gestores.

Em relação à gestão de mudanças, vom Brocke e Simons (2008) e vom Brocke et al. (2009) propõem um framework para gestão de mudanças de processos no contexto do ECM. Paivarinta e Munkvold (2005) apresentam um modelo de conteúdo para ECM que provê uma visão integrada na gestão da informação; eles concluem que gestão de mudanças é crucial para lidar com a resistência dos usuários, ganhar apoio dos gestores e justificar o investimento em ECM. Munkvold et al. (2006) incluem gestão de mudanças como um importante subtópico de ECM. Os autores descrevem um estudo de caso onde problemas relacionados à resistência dos usuários foram amenizados através da sua motivação para adotar mudanças administrativas e tecnológicas e treinamento para melhorar as habilidades dos usuários para lidar com as novas tecnologias. Para lidar com esses problemas, eles sugerem que programas de treinamento e suporte ativo aos usuários são essenciais.

O comprometimento de gestores durante o processo de implantação também é considerado importante fator na adoção de ECM. Nordheim e Paivarinta (2006) descobriram que a falta de compromisso e atenção dos níveis gerenciais mais elevados prejudica a adoção efetiva de uma solução de ECM. O patrocínio dos diretores ou gestores de mais alto nível é requerido para assegurar que novos processos de negócio e novos tipos de conteúdo sejam integrados ao sistema de maneira a beneficiar a organização como um todo. Vidgen et al. (2001) relata um exemplo de falha na adoção de um sistema de gestão de conteúdo causado pela falta de apoio de gestores de alto nível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações enfrentam o desafio de gerir o rápido crescimento do volume de informações criadas e recebidas por elas. A Gestão de Conteúdo Corporativo (ECM), através de uma abordagem integradora das diversas iniciativas já estabelecidas no mercado, se apresenta como uma possível solução a esse desafio.

A atenção dispendida pelo mercado para o ECM nos últimos anos contrasta com a falta de pesquisas explorando o conceito, o que alimenta a lacuna entre a pesquisa acadêmica e prática do ECM. A Gestão de Conteúdo Corporativo é um amplo campo de pesquisa e oferece aos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pesquisadores diversos problemas a serem estudados. O recente interesse do mercado pelo tema desafia pesquisadores a se envolverem nessa área.

O presente artigo teve como objetivo estabelecer uma base conceitual do ECM, servindo como uma introdução teórica ao tema que fundamente as práticas de mercado. O propósito foi alcançado por meio de uma análise do conceito por quatro pilares: (1) Os principais componentes do ECM; (2) As quatro perspectivas de uma iniciativa de ECM; (3) Métodos de desenvolvimento de uma solução de ECM e (4) Aspectos estratégicos na adoção do ECM.

Diante da complexidade e da variedade de produtos e ferramentas de ECM no mercado e da escassa produção acadêmica e científica sobre o tema na Ciência da Informação, percebe-se a necessidade de evolução das pesquisas e da formação profissional.

O profissional de ECM deve ser capaz de coordenar o diálogo entre a gestão de conteúdos físicos e eletrônicos, processos de negócio e sistemas de informação, entre outras competências. Ele deve estar habilitado a atuar sob interpretação holística do ambiente de gerenciamento de informações na organização na condução prévia de uma análise baseada em políticas, métodos e estratégias. Uma vez apto a lidar com essa análise ampla ele deve então buscar dominar o arcabouço de tecnologias para implantar as ferramentas (e suas adequações) de forma alinhada aos objetivos do negócio e à realidade própria do contexto organizacional.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, R. (2007). The rhetoric of enterprise content management (ECM): Confronting the assumptions driving ECM adoption and transforming technical communication. *Technical Communication Quarterly*, 17(1), 61–87.

BLAIR, B. T. (2004). An enterprise content management primer. *Information Management Journal*, 38(5), 64–66.

BENEVOLO, C. e NEGRI, S. (2007), “Evaluation of content management systems (CMS): a supply analysis”, *The Electronic Journal Information Systems Evaluation*, Vol. 10 No. 1, pp. 9-22.

BRIOLA, D.; AMICONE, A.; LAUDISA, D. Ontologies in industrial Enterprise Content Management Systems: the EC2M Project. *COGNITIVE 2013: The Fifth International Conference on Advanced Cognitive Technologies and Applications Ontologies*. Anais...2013.

vom BROCKE, J.V. and SIMONS, A. (2008), “Towards a process model for digital content analysis – the case of Hilti”, Paper No. 2, *Proceedings of BLED Conference*, Bled, June 15-18.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

vom BROCKE, J., SIMONS, A. and CLEVEN, A. (2009), “Towards a business process-oriented approach to enterprise content management: the ECM-blueprinting framework”, *Information Systems and E-Business Management* No. 4, pp. 1-22.

vom BROCKE, J. and A. SIMONS (eds.), *Enterprise Content Management 3 in Information Systems Research, Progress in IS*, DOI: 10.1007/978-3-642-39715-8_1, Springer-Verlag Berlin Heidelberg 2014.

DILNUTT, R. (2006a), “Enterprise content management – supporting knowledge management capability”, *The International Journal of Knowledge, Culture and Change Management*, Vol. 5 Nos 8/7, pp. 3-84.

DILNUTT, R. (2006b). *Surviving the information explosion. Engineering Management Journal*, 16(1), 39–41.

AGANETTE, E.C; TEIXEIRA, L.M.D.; ALMEIDA, M.B.. A PRÁTICA ARQUIVÍSTICA E A GESTÃO DO CONTEÚDO ORGANIZACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM EMPRESA DO SETOR ENERGÉTICO. In: *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.8, n.1, jan./jun. 2015.

ESTEVES, J.M. e PASTOR, J.A. (1999), "An ERP life-cycle-based research agenda", *First International Workshop in Enterprise Management and Resource Planning: Methods, Tools and Architectures*, pp. 359-71.

ZAIDAN, F.H.; MENDES, M.A.S.; SALES, V.V.; BAX, M.P.. QUÃO ESTRATÉGICA PODE SER A GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS? APORTES DA ARQUITETURA CORPORATIVA. In: *anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB*, 2015.

HAUG, A. The implementation of enterprise content management systems in SMEs. *Journal of Enterprise Information Management*, v.24, n.4, p.349-372, 2012.

HULLAVARAD, S.; O'HARE, R.; ROY, A. K. Enterprise Content Management solutions: roadmap strategy and implementation challenges. *International Journal of Information Management*, v.35, p.260-265, 2015.

KATUU, S. Enterprise content management (ECM) implementation in South Africa. *Records Management Journal*, v.22, n.1, p.37-56, 2012.

KEMP, J. (2007), “A critical analysis into the use of enterprise content management systems in the IT industry”. Disponível em: www.aiimhost.com/whitepapers/JamesKemp_ECMReport.pdf
Acesso em: 20 out. 2015.

MENDES, M.A.; BAX, M.P.. BPM e ECM: Similaridades, Diferenças e Limites Conceituais e Tecnológicos. Artigo no prelo.



MILLER, T. (2007). “Drowning in information and starving for knowledge”: 21st century scholarly publishing. *International Journal of Communication*, 1, 123–135.

MUNKVOLD, B. E., PÄIVÄRINTA, T., HODNE, A. K., & STANGELAND, E. (2003). Contemporary issues of enterprise content management: The case of Statoil. In *Proceedings of the 11th European Conference on Information Systems* (pp. 1364–1383). Naples.

MUNKVOLD, B. E., PÄIVÄRINTA, T., HODNE, A. K., & STANGELAND, E. (2006). Contemporary issues of enterprise content management: The case of Statoil. *Scandinavian Journal of Information Systems*, 18(2), 69–100.

NORDHEIM, S., & PÄIVÄRINTA, T. (2004). Customization of enterprise content management systems: An exploratory case study. In *Proceedings of the 37th Hawaii International Conference on System Sciences*. Big Island, HI.

NORDHEIM, S., & PÄIVÄRINTA, T. (2006). Implementing enterprise content management: From evolution through strategy to contradictions out-of-the-box. *European Journal of Information Systems*, 15(6), 648–662.

O’CALLAGHAN, R., & SMITS, M. (2005). A strategy development process for enterprise content management. In *Proceedings of the 13th European Conference on Information Systems* (pp. 1271–1282). Regensburg.

PALETTA, Francisco Carlos; DIAS, Daniel. Gestão eletrônica de documentos e conteúdo. *PRISMA.COM* (25) 2014, p. 126-152.

PÄIVÄRINTA, T., & MUNKVOLD, B. E. (2005). In *Proceedings of the 38th Hawaii International Conference on System Sciences*. Big Island, HI.

REIMER, J.A. (2002), “Enterprise content management”, *Datenbanken Spektrum*, Vol. 2 No. 4, pp. 17-35.

SVARD, P. Enterprise Content Management and the Records Continuum Model as strategies for long-term preservation of digital information. *Records Management Journal*, v.23, n.3, p.159-176, 2013.

THE RADICAL GROUP, 2014. Enterprise Content Management Market, 2014-2018. Disponível em: <www.radicati.com/wp/wp-content/uploads/2014/01/Enterprise_Content_Management_Market_2014-2018_Executive_Summary.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2016.

SMITH, H. A., & MCKEEN, J. D. (2003). Developments in practice VIII: Enterprise content management. *Communications of the Association for Information Systems*, 11(1), 647–659.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

TYRVÄINEN, P., PÄIVÄRINTA, T., SALMINEN, A., & IIVARI, J. (2006). Guest editorial: Characterizing the evolving research on enterprise content management. *European Journal of Information Systems*, 15(6), 627–634.

TYRVÄINEN, P., SALMINEN, A., & PÄIVÄRINTA, T. (2003). Introduction to the enterprise content management minitrack. In *Proceedings of the 36th Hawaii International Conference on System Sciences*. Big Island, HI.

VIDGEN, R., GOODWIN, S. and BARNES, S. (2001), “Web content management”, *Proceedings of the 14th International Electronic Commerce Conference*, Bled, Slovenia, pp. 465-80.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

**LINGUAGENS DE INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS
BRASILEIRAS: DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DAS REGIÕES SUL E SUDESTE**

***LENGUAJES DE INDIZACIÓN EN BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS BRASILEÑAS:
DIAGNÓSTICO PREVIO DE LAS REGIONES SUR Y SURESTE***

**Maria Carolina Andrade e Cruz, UNESP
Luciana Beatriz Piovezan dos Santos, UNESP
Mariângela Spotti Lopes Fujita, UNESP**

Resumo: A política de indexação documenta todos os procedimentos e decisões que abrangem a indexação. A linguagem de indexação é definida na política e reflete o desempenho da indexação e do sistema de recuperação da informação. Com objetivo de apresentar um diagnóstico analítico preliminar do uso das linguagens de indexação, foram analisados os questionários de política de indexação, enviados às bibliotecas universitárias do Sul e Sudeste do Brasil, contemplando especificamente cinco questões direcionadas às linguagens de indexação presentes no questionário. Observou-se que bibliotecas de ambas as regiões possuem procedimentos falhos presentes no processo de indexação ao utilizar somente a linguagem natural para representar os documentos indexados e nenhuma ferramenta de validação dos termos. A maioria declarou utilizar linguagens de indexação e muitas afirmaram utilizar mais de uma ao indexar, abrindo espaço para reflexões a respeito do que é ideal para recuperação da informação.

Palavras-chave: Indexação. Política de indexação. Linguagem de indexação.

Resumen: La política de indización busca documentar todos los procedimientos y decisiones que cubren la indexación. El lenguaje de indización se define en la política de indización y refleje el desempeño de la indización y del sistema de recuperación de la información. A fin de proporcionar un diagnóstico analítico previo del uso de lenguajes de indización, se analizaron los cuestionarios de política de indización, enviados a las bibliotecas universitarias en el sur y del sureste de Brasil, contemplando precisamente cinco cuestiones dirigidas a lenguajes de indización presentes en el cuestionario. Se observó que las bibliotecas de las dos regiones no han logrado estos procedimientos presentes en el proceso de indización, solamente usando lenguaje natural para representar los documentos indizados y sin herramienta de validación de términos. Pero la mayoría reportaron el uso de lenguajes de indización y muchos dijeron que usan más de una al índice, haciendo espacio para la reflexión sobre lo que es ideal para la recuperación de información.

Palabras-clave: Indización. Política de indización. Lenguaje de indización.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A indexação é a ação de identificar o conteúdo de um documento, sua expressão em conceitos significativos e a posterior representação deste conteúdo, que é feita pela tradução dos conceitos identificados para termos de uma linguagem de indexação. Este processo se realiza tendo por objetivo facilitar a recuperação da informação em catálogos, bases de dados e sistemas de recuperação da informação, ao permitir que seja conhecido o assunto dos documentos (FUJITA, 2003; RUBI, 2009).

No processo de indexação, a identificação dos conceitos significativos do conteúdo documental é feita por meio da linguagem natural, a linguagem de especialidade expressa pelo autor do documento. Porém para cumprir o objetivo principal da indexação, o de intermediação entre usuário e documento no momento de busca e recuperação da informação, é desejável que haja uma uniformização da linguagem utilizada pelo autor do documento e a linguagem utilizada pelo usuário para a busca (BOCCATO, FUJITA, 2010).

Esta uniformização acontece quando os conceitos identificados pelo indexador, nas palavras do autor do documento, são analisados e re-expressos com o uso de termos controlados retirados de uma linguagem controlada, em que seja garantido que os mesmos conceitos sempre serão representados da mesma forma, ou seja, com o uso dos mesmos termos.

Como ficou explícito no parágrafo anterior, para que exista a uniformização dos discursos do autor e do usuário é necessário o uso de uma linguagem de indexação que cumprirá função comutadora e será a responsável por essa ação de intermediação. No âmbito dos Sistemas de Recuperação da Informação a escolha pelo uso de uma linguagem de indexação de um modo geral, assim como a escolha da linguagem específica a ser utilizada, está incluída nas decisões concernentes à política de indexação do sistema.

Deste modo, este trabalho procura acercar-se da temática das linguagens de indexação em bibliotecas universitárias no contexto da política de indexação, tendo como objetivo apresentar um diagnóstico analítico preliminar das linguagens de indexação utilizadas por bibliotecas universitárias nas regiões Sul e Sudeste do Brasil obtido por meio de aplicação de questionário.



2 INDEXAÇÃO E POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Carneiro (1985) coloca que as políticas de indexação são orientações para a tomada de decisões no planejamento de sistemas de recuperação da informação, de forma a garantir que qualquer informação seja provida ao usuário no momento preciso, da maneira mais eficiente e econômica possível. Nesta visão, os objetivos almejados com o desenvolvimento de uma política de indexação são definir as variáveis que afetam o desempenho do sistema de informação, estabelecer critérios e princípios que norteadores da tomada de decisão tornando o sistema de informação mais eficiente, a racionalização dos processos e a consistência de suas operações (CARNEIRO, 1985).

Ampliando a visão de Carneiro (1985), Gil Leiva (2008) entende que a política de indexação como o modo pelo qual indexação será realizada e também como a representação do esforço de consolidar, sistematizar e esclarecer por meio de manuais os processos realizados na indexação (GIL LEIVA, 2008, p. 297).

Fujita (2012, p. 22) após análise das concepções existentes, considerando o contexto de gestão de sistemas de recuperação da informação, assim como os procedimentos e elementos de indexação definiu a política de indexação como “um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação”.

Carneiro (1985) elencou sete elementos que compõem a política de indexação, sendo eles, cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos-fonte, processo de indexação (composto por exaustividade, especificidade, a escolha da linguagem, revocação e precisão, enquanto as principais variáveis que afetam a recuperação da informação), estratégia de busca, tempo de resposta do sistema, forma de saída e avaliação do sistema.

Fujita (2012) completa que a determinação da política de indexação vai responder pela

seleção de tipos de documentos a serem indexados, procedimentos de análise e representação de assuntos, aspectos qualitativos da indexação como precisão, especificidade, exaustividade e revocação, instrumentos de controle de vocabulário tais como linguagens documentárias ou opção por trabalhar com linguagem natural, além da avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação (FUJITA, 2012, p. 22).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Rubi (2008) destacou também que embora Olson e Boll (2001) assim como outros, não considerem adequação, exaustividade, especificidade e consistência como elementos de política de indexação, o fato de serem variáveis que afetam a recuperação da informação os coloca como pertinentes à política de indexação.

Tendo em vista esta concepção de política de indexação, na sequência abordaremos o tema das linguagens de indexação.

3 LINGUAGENS DE INDEXAÇÃO NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Em organização do conhecimento a linguagem é distinguida entre linguagem natural e linguagem construída, também denominada linguagens controladas, linguagens documentárias, assim como, linguagens de indexação.

A linguagem natural é a linguagem de uso corrente, que se encontra presente no discurso do autor (manifestada no documento), do indexador e do usuário. As linguagens construídas, que trataremos apenas de linguagens de indexação, são linguagens artificiais, estabelecidas para servirem a um propósito específico, o de representação e recuperação da informação.

Desse modo, linguagem de indexação é uma denominação genérica para uma classe de instrumentos de organização do conhecimento. São, portanto, formas artificiais de linguagem, elaboradas tendo por alicerce um conjunto de regras preestabelecidas. De acordo com Lara (2004) essa denominação, além de designar uma classe de instrumentos, também “designa, de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação” (LARA, 2004, p. 232).

As linguagens de indexação são utilizadas para expressar o conteúdo potencialmente informativo de documentos em catálogos e em sistemas de recuperação da informação de modo que facilite sua localização e acesso.

Utiliza-se a linguagem de indexação em dois momentos em um sistema de informação, na entrada – quando da análise do recurso que se pretende inserir no sistema, de modo que se realize a sua representação mediada pela linguagem de indexação; e na saída do sistema – quando da busca por informação, de modo que o usuário expresse sua necessidade de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informação utilizando-se, da mesma forma, de termos da linguagem de indexação (CINTRA et al., 2002).

São formas artificiais de linguagem, construídas tendo por alicerce um conjunto de regras preestabelecidas em nível sintático, semântico e pragmático que têm por princípio o controle terminológico e o propósito de aperfeiçoar o acesso à informação. Sua construção se fundamenta em bases teóricas e metodológicas advindas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, tais como a teoria da classificação facetada e a teoria do conceito de Dahlberg (1978), como demonstrado por Campos (2001). Bem como, da Linguística Geral, da semântica estrutural, da sintaxe, da Terminologia e da Linguística Textual (GIL URDICIAIN, 2004).

Entre seus objetivos principais, destacamos a promoção da representação consistente do conteúdo temático dos documentos, permitindo a compatibilização da linguagem utilizada no sistema a fim de facilitar a recuperação da informação dotada de relevância e precisão (FUJITA, 2011). Sobre suas funções, podem ser destacadas como principais a função de conteúdo, que se refere à utilização da linguagem no processo de indexação, na etapa de tradução dos conceitos; a função de uso, que se encontra na tradução das perguntas dos usuários para elaboração da estratégia de busca (BOCCATO, 2008); e a função de mediação, que a propósito de sua denominação, atua na relação autor, sistema e usuário permitindo a interação entre estas partes (MARTINS, 2013). Não obstante, em todas as utilizações tais linguagens destinam-se a orientar usuários do sistema de recuperação da informação a usar sempre os mesmos termos para representar os mesmos conceitos.

Deste modo, a linguagem atua na tradução da proposta de consulta do usuário, assim como, na tradução da linguagem natural do autor, materializada no documento, de modo a compatibilizar as ocorrências linguísticas. Para cumprir suas funções e atender a seus objetivos as linguagens de indexação integram três elementos, um léxico, composto por unidades linguísticas que serão utilizadas para indexar; uma sintaxe, designando regras para a utilização e combinação das unidades linguísticas, e uma rede de relações lógicas e semânticas, atuante na construção de um sistema de inter-relação dos conceitos (FUJITA, 2011; MARTINS, 2013).

De acordo com Gil Urdiciain (2004) existem diversos critérios de tipificação das linguagens de indexação, sendo os mais comuns controle, podendo as linguagens ser livres ou



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

controladas; estrutural, em que se dividem em linguagens combinatórias; ou hierárquicas; e pelo momento em que há a coordenação dos termos, que podem ser pré-coordenados ou pós-coordenados (GIL URDICIAIN, 2004).

Frequentemente, adota-se a caracterização feita por Guimarães (1990) que aponta dois critérios para a classificação das linguagens, sendo eles, a apresentação dos conceitos, em que as linguagens podem ser alfabéticas ou hierárquicas; e a coordenação dos conceitos, que classifica as linguagens em pré-coordenadas ou pós-coordenadas.

Podemos considerar especialmente a classificação entre sistemas pré-coordenados e pós-coordenados notadamente significativa para a observação e análise, posto que representam não apenas duas tipologias de linguagens, mas dois enfoques distintos dos processos de representação e recuperação da informação, cujos desenvolvimentos contemplam também as linguagens enquanto ferramentas que se aplicam nestes contextos.

Nos sistemas de indexação em que se opta pela pré-coordenação, os conceitos abrangidos pela linguagem são combinados pelo indexador no momento em que faz a representação do assunto do documento, estabelecendo a ordem dos conceitos a partir de sua percepção sobre qual será a estratégia de busca do usuário, mas principalmente, a partir de regras determinadas pelo sistema.

Os sistemas de indexação que elegem a pós-coordenação trabalham de forma a permitir que a combinação dos conceitos seja feita pelo usuário no momento da elaboração da estratégia de busca. Para isso o indexador realiza a representação do assunto do documento atribuindo separadamente cada conceito apropriado ao documento.

Para que as possibilidades apresentadas sejam possíveis, as linguagens pré-coordenadas e pós-coordenadas possuem estrutura sintática e semântica diferenciada, tendo sido elaboradas a partir de desenvolvimentos teóricos distintos. Entre as linguagens pré-coordenadas encontram-se os sistemas de classificação e as listas de cabeçalhos de assuntos. Já entre as linguagens pós-coordenadas apresentam-se o UNITERMO e os tesouros.

Martins (2013) destacou um fenômeno que vem sendo observado nas listas de cabeçalhos de assunto e que a autora denominou como uma “progressiva tesaurização” tendo em vista o seu uso em sistemas digitais como os catálogos online e bases de dados. A autora afirma que embora estas listas tenham a capacidade de representar conceitos complexos, por meio da construção de cabeçalhos compostos por cadeias de assuntos, tais cabeçalhos foram



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

planejados para buscas lineares, de modo que nos sistemas em que a busca se dá pela formulação e não pelo reconhecimento, se o usuário desconhece a forma como o cabeçalho foi elaborado não poderá recuperar a informação.

O exemplo mais destacado desse fenômeno pode ser observado na *Library of Congress Subject Headings*, linguagem construída como lista de cabeçalhos de assuntos pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e que se encontra atualmente dotada de características de linguagens pós-coordenadas, como as referências TG (termo geral), TE (termo específico) e TR (termo relacionado).

Percebemos que esse fenômeno demonstra que as listas compostas por cabeçalhos de assunto apresentaram-se como solução eficaz para a representação de assuntos complexos e específicos em catálogos manuais, porém com as estruturas presentes nos sistemas de informação em âmbito digital, o uso de linguagens pós-coordenadas que conferem ao usuário maior autonomia na recuperação da informação tem se mostrado como mais adequado (MARTINS, 2013; CERVANTES, 2004).

Verifica-se na literatura de ciência da informação (CESARINO; PINTO, 1978; VAN SLYPE, 1991; SVENONIOUS, 2000; MOURA; SILVA; AMORIM, 2002; LANCASTER, 2004; GIL LEIVA, 2008) que o uso de instrumentos de controle de vocabulário é indicado para a representação concisa do sistema conceitual das diversas áreas de especialidade. Desta forma consideramos relevante observar o contexto de utilização de tais instrumentos nas bibliotecas universitárias brasileiras, onde a seção seguinte deste trabalho irá demonstrar os procedimentos metodológicos adotados para realizarmos esta observação.

4 METODOLOGIA

O diagnóstico analítico das linguagens de indexação utilizadas por bibliotecas universitárias pôde ser realizado através da aplicação do questionário de política de indexação.

Ao levantar os dados para entrar em contato com as bibliotecas foi consultada a base de dados das Bibliotecas de Instituições Brasileiras de Ensino Superior (BIBES). A partir do levantamento foi possível reunir todas as 725 bibliotecas universitárias pertencentes à região Sul e Sudeste do Brasil e encaminhar o questionário. Inicialmente, foi utilizada a plataforma *Survey Monkey* para envio dos questionários, em seguida optou-se por enviá-los utilizando a ferramenta *Google Forms*. O questionário de política de indexação foi elaborado por Fujita (2010), com a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

finalidade de verificar o uso da política de indexação por bibliotecas e se é adotada a partir de estudos teóricos e metodológicos sobre indexação.

O questionário possui 20 questões sobre os elementos apresentados em uma política de indexação. Contudo, o objetivo desse estudo é direcionado apenas às linguagens de indexação e por essa razão, foram utilizadas as cinco questões voltadas à identificação dos procedimentos e práticas adotadas pelas bibliotecas na etapa de tradução dos conceitos atribuídos na análise do documento para termos de uma linguagem de indexação. São quatro questões fechadas com possibilidade de resposta afirmativa ou negativa na qual constam filtros em formato de subitens para obter informações mais detalhadas.

Na questão 1 foi perguntado às bibliotecas se a indexação de documentos/catalogação de assuntos é feita a partir de registros copiados de algum catálogo ou banco de dados. Teve como filtro a tarefa de informar a fonte utilizada. Ao questionar sobre a cópia de registros e qual a fonte utilizada é possível identificar se a biblioteca fundamenta a escolha dos termos e em qual base de dados ou catálogo são retiradas essas informações.

A questão 2 voltou-se para o uso de sistema de validação/correção automática de termos/assuntos para garantir a consistência no catálogo/banco de dados. O filtro dessa pergunta solicitou às bibliotecas descrever a fonte consultada, como, lista de autoridades tanto de assuntos como de nomes (geográficos nomes de pessoas, identificadores, séries e títulos). É relevante questionar sobre os meios de validação dos assuntos para identificar se existe a preocupação com a consistência dos termos selecionados pelo indexador.

Na questão 3 foi perguntado se utilizam termos/assuntos sem controle de vocabulário, isto é, em linguagem natural e qual(is) linguagem de indexação são utilizadas. Por meio destas perguntas, a intenção foi identificar se são consultadas as linguagens de indexação ou se utilizam apenas da linguagem natural e se as instituições dispõem de linguagem própria. Visando assim, analisar como é tratada a questão terminológica das bibliotecas.

A última questão 4 buscou saber se as bibliotecas participam ou se já participaram de projetos de compatibilidade/interoperabilidade de vocabulários controlados e quais são esses projetos. A relevância de perguntar sobre a participação de projetos de interoperabilidade é de constatar quais são os projetos atuais e quais as bibliotecas que são participantes.

O compilado de todas as perguntas procurou verificar o nível de consistência e relevância na questão terminológica ao olhar das bibliotecas universitárias para apresentar um



diagnóstico preliminar dos resultados. Após da tabulação das respostas obtidas com o questionário, o resultado e a discussões das questões foram organizados e apresentados abaixo.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a aplicação do questionário obtivemos retorno de 66 bibliotecas, sendo 24 da região Sul, 36 da região Sudeste e 6 que não se identificaram, inviabilizando o reconhecimento da região. A partir das respostas obtidas com o questionário, foi possível elaborar um diagnóstico analítico e com isso proporcionar uma preliminar sobre a questão do uso de linguagens de indexação no contexto das bibliotecas universitárias brasileiras.

Inicialmente, os resultados obtidos foram tabulados e apresentados no Quadro 1. As respostas alcançadas com os filtros, presentes nas perguntas fechadas, se encontram logo abaixo do quadro.

Quadro 1– Relação dos resultados alcançados

1. Realizam a indexação de documentos/catalogação de assuntos a partir de registros copiados de algum catálogo ou banco de dados?	Nº de bibliotecas
SIM	56
NÃO	10
2. Utilizam algum sistema de validação/correção automática de termos/assuntos para garantir a consistência no catálogo/banco de dados?	
SIM	26
NÃO	40
3. Utilizam termos/assuntos sem controle de vocabulário, isto é, em linguagem natural (MARC21 653)?	
SIM	30
NÃO	36
4. Participam atualmente ou anteriormente participaram de projetos de compatibilidade / interoperabilidade de vocabulários controlados?	
SIM	9
NÃO	57

Fonte: Elaboração própria



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Foram 56 bibliotecas que afirmaram que realizam a indexação de documentos/catalogação de assuntos a partir de registros copiados de algum catálogo ou banco de dados. Com a questão filtro (1.1), foi possível identificar os catálogos e/ou os bancos de dados mais utilizados pelas bibliotecas ao copiar registros:

- Biblioteca Nacional Brasileira, 30 bibliotecas
- Library of Congress (LC), 22
- Rede BIBLIODATA, 16
- DEDALUS (USP), 10
- Rede Pergamum, 9
- BVS (BIREME), 6
- British Library, 2
- Brased, 2
- Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2
- Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2
- Online Computer Library Center (OCLC), 2
- Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), 2
- Senado Federal, 3
- Outros (Catálogo Coletivo Nacional (CCN), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Medical Subject Headings (MeSH), Minerva, University of Oxford, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Spines, Catálogo institucional de Pelotas).

A partir dos dados presentes no Quadro 2, é possível visualizar a quantidade de linguagens, além do número das bibliotecas que negaram ou não informaram o uso de qualquer linguagem para indexação.

Quadro 2 - Número de linguagens utilizadas

Apenas 1 linguagem	2 linguagens	3 ou mais	Não consultam/ não especificaram
19	13	20	14

Fonte: Elaboração própria



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Como apontado no Quadro 1, constatou-se que 26 das 66 bibliotecas afirmam utilizar de um sistema de validação ou correção automática de termos. Com o subitem dessa pergunta (2.2) revelou ser utilizado o Aleph, o Virtua, Spines e softwares próprios que não foram identificados pelas bibliotecas.

Verificou-se que 30 bibliotecas utilizam termos em linguagem natural e 36 não utilizam, ou seja, as 36 utilizam termos advindos de vocabulários controlados. Com a questão do filtro (3.3) pode ser reconhecida as linguagens de indexação usadas pelas bibliotecas:

Foram 42 bibliotecas que relataram as linguagens de indexação utilizadas, foram as mais citadas:

- Terminologia de assuntos da Biblioteca Nacional Brasileira, 12 bibliotecas;
- *Library of Congress Subject Heading (LCSH)*, 10;
- Lista de cabeçalho de assuntos da Rede BIBLIODATA, 6;
- Vocabulário controlado da USP, 5;
- Descritores em Ciência da Saúde (DeCS), 2;
- Tesouro Spines, 2;
- Tesagro, 1;
- Tesouro Brasileiro de Educação (Brased) 1;
- Linguagem UNESP, 1;
- Outros (foram citados, mas não especificados: lista de cabeçalhos de assuntos e vocabulário próprio).

Constatamos também seis bibliotecas que possuem e fazem uso de linguagem própria, ou seja, utilizam a linguagem elaborada pela própria instituição a que pertencem. Concluiu-se que as outras 60 bibliotecas utilizam linguagens externas, ou seja, linguagens criadas por outras instituições ou organizações.

Sobre as tipologias das linguagens de indexação pudemos observar o uso de linguagens alfabéticas pré-coordenadas, como as listas de cabeçalhos de assunto Terminologia da Biblioteca Nacional, LCSH e Linguagem da Rede BIBLIODATA; assim como o uso de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

linguagens alfabéticas pós-coordenadas, como os tesouros Spines, Brased Tesagro, assim como o DeCS e o Vocabulário USP.

É interessante ressaltar que embora seis bibliotecas tenham afirmado copiar registros bibliográficos do catálogo da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS-BIREME), apenas duas indicaram como linguagem de indexação autorizada o DeCS, utilizado nesta base de dados.

As nove bibliotecas que afirmaram participar ou ter participado de projetos de interoperabilidade, citaram os projetos da Rede Pergamum, a Rede BIBLIODATA, NPROTEC, o Grupo de estudos para implantação e gerenciamento do Vocabulário Controlado da USP (1992-2010) e o projeto de tradução para o português do CABI Thesaurus (1995-1998).

A partir da análise das cinco questões de linguagens de indexação levantadas pelo questionário de Política de Indexação, pode ser observado que grande parte das bibliotecas do Sul e do Sudeste demonstra necessidade de aprimorar o modo que realizam a indexação na etapa da tradução dos conceitos, etapa que utiliza as linguagens de indexação como ferramenta indispensável capaz de garantir representação padronizada dos termos e a recuperação da informação. Esse fato que pode ser comprovado pelos resultados que apontaram grande número de bibliotecas que não utilizam uma linguagem de indexação, informando utilizar apenas linguagem natural. Verificou-se também que mais da metade das bibliotecas não possuem um programa de validação automática dos termos, podendo acarretar inconsistência para o catálogo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indexação faz parte dos procedimentos técnicos básicos e essenciais presentes nas atividades realizadas em uma biblioteca. A implementação da política de indexação não somente funciona como guia na tomada de decisões para o indexador, é a formalização dos procedimentos adotados pela biblioteca e seu posicionamento em garantir a consistência na representação da informação e no sistema de recuperação. As linguagens de indexação são pré-definidas na política. Para que isso ocorra deve ser realizado um estudo com o objetivo de identificar qual a linguagem mais apropriada para a realidade da biblioteca e dos seus usuários. Nesse estudo, notou-se a carência da utilização das linguagens de indexação. Por isso, propõe-se ampliação das discussões sobre o tema e incentivar as bibliotecas buscarem maiores informações sobre o assunto.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A partir desse estudo, foi possível ampliar as indagações em relação ao uso das linguagens de indexação. Das bibliotecas que afirmam utilizar linguagens no processo de indexação, identificamos que a maioria utiliza mais de uma. Fato que nos leva a ponderar se essa atitude não prejudica a consistência dos termos identificados no documento, pois, não há garantia da padronização dos termos com essa maneira de lidar com a representação do documento. Apenas uma biblioteca especificou que utiliza linguagens adequadas para certos assuntos, por exemplo, o DeCs para Ciências da Saúde e o LexML para a área do Direito.

Esse estudo está voltado às bibliotecas universitárias, portanto, muitas vezes uma instituição possui diversos cursos, e assim, diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, sugere-se que a administração da biblioteca avalie se seria melhor investir na criação de uma linguagem própria ou que formalize e especifique em uma política de indexação a linguagem mais adequada para cada assunto presente no âmbito da biblioteca.

Concluímos que esse estudo possibilitou um diagnóstico preliminar do comportamento das bibliotecas diante do uso das linguagens de indexação em seus ambientes informacionais e proporcionou espaço para novas questões a serem identificadas e descobertas em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, V. R. C. A linguagem documentária como instrumento de organização e recuperação da informação. In: HOFFMAN, W. M.; FURNIVAL, A. C. (Orgs.). **Olhar: ciência, tecnologia e sociedade**. São Paulo: Pedro e João, CECH-UFSCar, 2008. p. 269-278.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. O uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 23-51, 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/issue/view/86>>. Acesso em: 27 ago 2013.

CAMPOS, M. L. de A. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói: EdUFF, 2001.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CERVANTES, B. M. N. **Contribuição para a terminologia do processo de inteligência competitiva**: estudo teórico e metodológico. Marília: UNESP, 2004. 183f. Dissertação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

(Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/ciencia-da-informacao/dissertacoes/>>. Acesso em: 03 maio 2013.

CESARINO, M. A. da N.; PINTO, M. C. M. F. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-288, 1978. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001991/41d251f63e7744e1fee36986a3780073>> . Acesso em: 30 jun. 2016.

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Polis, 2002.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>>. Acesso em: 26 maio 2013.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/287>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

FUJITA, M. S. L. **Política de indexação para bibliotecas**. Marília: UNESP; CNPq, 2010. (Projeto de Pesquisa).

FUJITA, M. S. L. Modelos de categorização para a construção de tesouros: metodologia de ensino. In: BOCCATO, V. R. C.; GRACIOSO, L. S. **Estudos de linguagem em Ciência da Informação**. Campinas: Alínea, 2011.

FUJITA, M. S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-28.

GIL LEIVA, I. **Manual de indización**. Gijón: Trea, 2008.

GIL URDICIÁIN, B. **Manual de lenguajes documentales**. 2. ed. rev. e aum. Gijón: Trea, 2004.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARA, M. L. G. de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/issue/view/116>>. Acesso em: 19 nov. 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MARTINS, M. C. B. **Indexação e controlo da terminologia em bibliotecas do ensino superior politécnico em Portugal**: o sistema no instituto politécnico de Portalegre. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

MOURA, M. A.; SILVA, A. P.; AMORIM, V. R. de. A concepção e o uso das linguagens de indexação face às contribuições da semiótica e da semiologia. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/19/showToc>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

OLSON, H. A.; BOLL, J. J. **Subject analysis in online catalogs**. 2. ed. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 2001.

RUBI, M. P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/103388>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

RUBI, M. P. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-92.

RUBI, M. P. Política de indexação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: MIT Press, 2000.

VAN SLYPE, G. **Lenguajes de indización**: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales. Madrid: Fundación Germán Sánchez Rui Perez, 1991.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

MAPEAMENTO DE DOMÍNIOS DO CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

MAPPING KNOWLEDGE DOMAINS: A METHODOLOGICAL PROPOSAL

Rosana Portugal Tavares Moraes, UFF
Maria Luiza de Almeida Campo, UFF

Resumo: O mapeamento temático de domínios do conhecimento evidencia os assuntos, termos e conceitos de um domínio. Por meio dos enunciados comunicativos das principais fontes de informação podem ser demonstrados os delineamentos conceituais que este saber tem alcançado em sua área de atuação. Apoiados na teoria de Análise de Domínio e na Teoria do Conceito apresenta-se o *modus operandi* em sete ações práticas com objetivo de guiar o trabalho do profissional da informação na atividade de construção de um modelo classificatório, ou seja, o reconhecimento dos conceitos de um domínio e de suas relações e sua materialização por meio de um mapeamento. É demonstrada a aplicação dessas sete ações práticas no domínio de Organização e Representação do Conhecimento.

Palavras-chave: Mapeamento Temático. Metodologia para mapeamento de domínio. Organização do Conhecimento.

Abstract: The thematic mapping of knowledge domains highlights the issues, terms and concepts of a domain. Through communicative statements of the main information sources they can demonstrate conceptual frameworks that this knowledge has achieved in its area. Supported in the Domain Analysis Theory and Concept Theory the *modus operandi* is showed in seven practical actions to guide the information professional's work in the activity of a classificatory model construction, which means, recognition of a domain's concept and its relations and its materialization through mapping. Those seven practical actions application is showed in the Organization domain and Knowledge Representation.

Key Words: Thematic mapping. Domain mapping method. Knowledge Organization.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

O domínio da Organização do Conhecimento teve uma fase cujo enfoque recaiu sobre o tratamento generalista da informação, momento em que priorizava o ordenamento do conhecimento para fins de representação e recuperação da informação. Tal fase foi marcada pela construção dos sistemas universais de Organização do Conhecimento (SOUZA, 2012, p. 6). Desde os finais dos anos cinquenta do século passado, verifica-se um tratamento mais específico e especializado da informação. Neste ambiente é que surgem os instrumentos de tratamento semântico como tesouros e taxonomias e a partir dos anos 90, as ontologias.

A construção destes instrumentos, visando à recuperação precisa da informação, deve levar em conta os aspectos históricos, culturais e sociais do ambiente alvo do tratamento informacional (ANDERSEN, 2004). Para atingir tal propósito é necessário um olhar contextualizado sobre o domínio, o que refletirá no *modus operandi* de organização dos conceitos no contexto que está sendo modelado. Este processo de organização produz um mapeamento do domínio em questão.

O Mapeamento de Domínios como procedimento de representação do conhecimento, tem despertado o interesse de pesquisadores da Ciência da Informação já há algum tempo. Estudos com este teor têm se revelado úteis no desempenho de diversas atividades como: o apoio em políticas de desenvolvimento de coleções nas unidades de informação, a construção de estruturas classificatórias e como base para definição ou mudanças das linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação. Também são úteis para auxiliar os órgãos de fomento na criação de indicadores científicos mais próximos da realidade vivenciada pelas áreas e ainda podem servir para o acompanhamento e avaliação do esforço científico no desenvolvimento conceitual do campo. Considera-se que estes estudos deveriam ter uma periodicidade definida, para que corresponda à realidade e assim viabilizem o acompanhamento da mudança terminológica das áreas.

Sendo assim, o domínio da Organização do Conhecimento deve favorecer estudos que incentivem e aprofundem aspectos metodológicos para mapeamento de domínios. Devem-se explicitar os procedimentos utilizados para a identificação, análise e ordenação dos conceitos no interior de um domínio. Conhecer as formas sobre como os diversos domínios do saber se



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

organizam conceitualmente é essencial para uma disciplina que afirma estudar as formas comunicativas da ciência, como é o caso da Ciência da Informação.

Esta pesquisa parte dos estudos desenvolvidos sobre Análise de Domínio de Hjørland e Albrechtsen (1995), no que concerne a identificação dos tipos documentais, visando conhecer o domínio que se deseja modelar. Neste sentido, Hjørland e Albrechtsen se apoiam em 11 abordagens de investigação que serão apresentadas. Além disto, com o objetivo de modelar propriamente o domínio, por meio de uma forma de estruturação dos conceitos, nos apoiamos na Teoria do Conceito de I. Dahlberg (1978).

A reunião dessas duas teorias e a forma como as relacionamos constitui o cerne desta pesquisa e se consolida como um *modus operandi*, visando guiar o trabalho do profissional da informação na atividade da construção de um modelo classificatório, ou seja, o reconhecimento dos conceitos de um domínio e de suas relações.

Desta forma, como resultado deste trabalho, apresentamos um conjunto de procedimentos para o mapeamento temático de domínios.

2 ANÁLISE DE DOMÍNIO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Em uma visão oposta ao de estruturas universais do conhecimento, a teoria da Análise de Domínio tem seu olhar direcionado a espaços discursivos de acordo com a divisão do trabalho na sociedade. O conhecimento deve ser analisado por meio de seus objetos de estudo e aplicações, de seus atores, de suas instituições e de seus processos comunicativos na realização de uma atividade (HJORLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 400).

Na perspectiva da Análise de Domínio a informação é construída socialmente, por meio da interação do usuário com o contexto de informação específico, formado pelas principais temáticas de assunto e no modo como são compartilhadas pela comunidade discursiva. Segundo os mesmos autores “[...] os indivíduos deveriam ser vistos como membros de grupos de trabalho, disciplina, comunidades de pensamento ou discurso.”

Hjørland define domínio como: “[...] uma disciplina científica ou um campo acadêmico, também pode ser uma comunidade de discurso ligada a um partido político, uma religião, um comércio ou um hobby” (HJORLAND, 2005b, p. 131, tradução nossa).

Birger Hjørland e Jeppe Nicolaisen são editores de uma página na *internet* intitulada “*The Epistemological Lifeboat Epistemology and Philosophy of Science for Information*



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

*Scientists*¹”, com uma parte dedicada a conceitos tratados na filosofia da ciência sob o ponto de vista da Ciência da Informação. Apresentam o conceito de domínio da seguinte forma: “[...] domínio é a informação sobre a qual estamos pesquisando, comunicando ou aprendendo.” Também esclarece que: “[...] domínios não são divisões prontas do mundo, mas são dinâmicas e historicamente desenvolvidas” (HJORLAND, 2005c). Eles apontam Dudley Shapere² (1974, p. 281) como pioneiro no conceito de domínio, este autor afirma que: “um corpo de informação constitui um domínio, que é em si uma hipótese que pode ser rejeitada.” Ainda destacam que um domínio exige cuidadosa e profunda investigação para ser definido.

Os editores do *site* também esclarecem que um domínio pode se modificar ao longo do tempo, e isso não acontece pelo domínio ter uma concepção errada ou vaga e passar a ter uma descrição certa e clara. A mudança pode ocorrer pelo contexto teórico, em que o domínio é aceito por certas teorias e por outras não.

Hjorland e Hartel (2003, p. 243) ressaltam que a principal forma de definir um domínio é atentando para os diferentes paradigmas atuantes no campo. Eles asseguram que: “[...] uma definição será sempre mais relacionada para uma visão ou paradigma, e relativamente a outros paradigmas.” Ainda enfatizam que primeiramente devem-se descobrir os interesses nas diferentes concepções da área por meio de excelentes estudos interpretativos do assunto ou interesses da comunidade, “[...] e então negociar por uma definição ideal de domínio.”

Hjorland (2005b) defende que a melhor forma de conhecer um domínio é identificar quais são as teorias atuantes nele, teorias: ontológica, epistemológica e sociológica.

A dimensão ontológica “[...] implica em assertivas do que constitui o mundo e seus objetos [...] descrevem ou explicam a realidade e como é estruturada” (HJORLAND e HARTEL, 2003, p. 239). Os autores utilizam a definição de Smith³ (2004, p. 155) para ontologia como “a ciência do que é, dos tipos e estruturas dos objetos, propriedades, eventos, processos e as relações em todas as áreas da realidade.” Os autores destacam que envolvem

¹ “The Epistemological Lifeboat Epistemology and Philosophy of Science for Information Scientists.” Disponível em: <<http://www.iva.dk/jni/lifeboat/info.asp?subjectid=71>>.

² SHAPER, Dudley. **Scientific theories and their domains**. In: SUPPE, F. (ed.) *The Structure of Scientific Theories*, Urbana: University of Illinois Press. 1974.

³ SMITH, Barry. *Ontology*. In.: L. Floridi (ed.), *Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information*, Oxford: Blackwell, 2003, 155–166.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

explicações dos seguintes termos: áreas, domínios, elementos, campos, tipos, objetos, problemas, assuntos (substância/diferença substancial) e tópicos.

A dimensão epistemológica refere-se ao estudo do conhecimento e de como foi formado, os autores declaram que diferentes epistemologias estão ligadas a diferentes escolas de pensamento, e podem ser descobertas estudando o desenvolvimento histórico do domínio. Os seguintes termos podem ajudar a localizar assuntos epistemológicos: abordagens, metateorias, movimentos, paradigmas, filosofias (da disciplina “X”), regimes (ex. regime de tratamento), escolas (de pensamento e pesquisa), sistemas (de pensamento e pesquisa), tradições (acadêmicas), tendências (em um campo) e visões (pontos de vista) (HJORLAND, 2003, p. 242). Os estudos epistemológicos são importantes devido à tendência das pessoas se organizarem de acordo com sua visão em paradigmas, tradições e teorias (HJORLAND, 2005b, p. 132).

A dimensão sociológica está relacionada “[...] a grupos de pessoas trabalhando com alguns objetos, por meio da aplicação de alguma abordagem” (HJORLAND, 2003, p. 242). Pode ser expressa por meio dos seguintes conceitos: disciplinas (de pesquisa, de ensino), subdisciplinas, comunidades discursivas, comunidades epistêmicas, profissões, especialidades, sistema social da ciência e uma variedade de coletividades da vida cotidiana (hobbies, amadores, entusiastas). Essa teoria se ocupa do estudo de grupos sociais, tais como: cientistas, profissões, estudantes ou crianças (HJORLAND, 2005b, p. 132).

Essas dimensões encontram-se imbricadas em um domínio, em uma relação, por vezes conflituosa; dependendo do contexto são bem delimitadas, com características bem definidas, em outros domínios serão identificadas somente a partir de um intenso trabalho de pesquisa.

Mai (2005, p. 606) considera que um domínio fora do ambiente acadêmico e científico pode ser definido pelas metas e objetivos de uma organização onde as estratégias de indexação são formuladas, como por exemplo, uma empresa farmacêutica ou um arquivo de filmes. Ele também destaca que usuários de uma biblioteca pública podem se constituir em um domínio, uma vez que estes possuem necessidades de natureza mais geral do que os de biblioteca especializada. O mesmo autor deixa claro que domínio pode ser definido como: “um grupo de pessoas que compartilham objetivos comuns”, esclarece que está estritamente relacionado à atividade humana. Pode-se afirmar que, o tipo de necessidade de informação e a prática ou desempenho de uma atividade auxiliam a delimitação de um domínio.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Para tratar da questão da definição, Tennis (2003) desenvolveu dois mecanismos analíticos chamados “eixos” como método para definir um domínio. Na tentativa de delimitação e de melhor entendimento do domínio estudado, o primeiro eixo foi denominado como “Áreas de modulação”, em que determina qual é a extensão do domínio por meio de dois parâmetros: qual o nome do domínio e qual a sua total cobertura. O segundo eixo é denominado “Grau de especialização”, o qual qualifica o domínio em dois critérios: foco e interseção. O foco é a especificidade do domínio, e a interseção é o quanto determinado domínio se relaciona com outro(s) domínio(s).

Smiraglia (2011) utiliza esse método proposto por Tennis (2003) para analisar os núcleos teóricos conceituais com foco na extensão e intensão dos trabalhos apresentados nos congressos da ISKO (*International Society for Knowledge Organization*).

Apesar desse método já ser utilizado, Hjørland (2013, p. 14) faz uma crítica à proposta de Tennis (2003) quanto à delimitação de um domínio. Para Hjørland, um domínio é algo que está em constante construção e esse processo é marcado pelos pontos de vista e interesses de seus membros. “A forma de classificar um domínio não é “objetiva” mas é, inevitavelmente, “tendenciosa” pelos nossos interesses e perspectivas” (HJORLAND, 2013, p. 14). Nesse sentido, o autor segue afirmando que não se deve fazer, como afirmado por Tennis (2003) “uma definição operacionalizada, uma definição transferível e padronizada”, sendo feito dessa forma, ignora as questões históricas, sociais e políticas de definição no campo.

A despeito das tentativas de alguns autores em conceituar o que é domínio, foram identificadas na literatura, críticas e questionamentos quanto à falta de explicação do que constitui um domínio e de como é formado (PALMER, 1999; TALJA, TUOMINEN e SAVOLAINEN, 2005; MAYERNICK, 2007).

Mayernick (2007, p. 11) evidencia que: “A concepção de um domínio, em Hjørland, é em si problemática.” Destaca que ele utiliza de muitos termos para descrever domínios: especialidades, disciplinas, negócios, ambientes e comunidades de discurso, sem efetivamente definir o que constitui um “domínio”. Nessa mesma concepção, Feinberg (2008) declara que: “A construção básica de um domínio não é concretamente definida, por exemplo, o que torna difícil determinar como estabelecer limites para análise.” Comentando sobre quais seriam os limites de um domínio, Hjørland (2013) declara que: “[...] esses limites não podem ser definidos *a priori*, e que eles são sempre provisionais [...] Domínios são construídos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

dinamicamente [...]”. Mai (2005, p. 606) já havia reconhecido esse aspecto, afirmando que não é proveitoso ter um conceito exclusivo de domínio, este deve ser um conceito envolvente e aberto, desenvolvido de acordo com o uso e aplicação na pesquisa e na prática.

Esse aspecto dinâmico e provisional acontece devido às influências e interesses atuantes no domínio, em que objetos de estudo e conceitos são mais estudados em determinados períodos do que em outros, e ainda podem ser associados ou divididos originando novos conceitos ou objetos de estudo, ou se dividirem para formar novos campos de estudo.

Com objetivo de conhecer um domínio, Hjørland (2002a) aponta onze abordagens, que podem ser entendidas como orientações “[...] não exaustivas nem mutuamente exclusivas [...]” (Id., 2002a, p. 422). Essas orientações direcionam o profissional da informação sobre quais documentos consultar, e na busca, identificar e delimitar um domínio ao qual deseja conhecer. São as seguintes: 1. Guias de literatura ou portais especializados; 2. Classificações especializadas e tesouros; 3. Indexação e Recuperação nas especialidades; 4. Estudos empíricos de usuários; 5. Estudos Bibliométricos; 6. Estudos Históricos; 7. Estudos documentais e de gênero; 8. Estudos epistemológicos e críticos; 9. Estudos terminológicos, linguagens especializadas, bases de dados semânticas e estudos de discurso; 10. Estudos terminológicos, linguagens especializadas, bases de dados semânticas e estudos de discurso; 11. Estruturas e instituições na Comunicação Científica e Cognição científica, conhecimento especializado e Inteligência Artificial (IA).

Percebe-se nas abordagens propostas pelo autor, a preferência por estudos que valorizem a pesquisa considerando sua esfera social e humanística, em contraponto às pesquisas com percepções universalistas, as quais apresentam um olhar generalista, não específico, não contextualizado aos aspectos históricos e culturais. Para o autor, o olhar que influencia o tratamento informacional deve se voltar para os tipos documentais e seus usuários em contextos específicos de utilização do conhecimento.

Conhecer as diferentes dimensões de ação e os tipos de documentação que validam o comportamento de uma comunidade discursiva fornece fundamentos para estudá-la e possibilita um conhecimento sólido sobre o domínio, minimizando as incertezas e os “achismos” da forma de agir e dos modos de comunicação em tal domínio.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Hjorland em seus estudos, como apontado, prioriza procedimentos que objetivam o entendimento dos contornos temáticos para determinação do que seja um domínio de conhecimento. Apesar de considerar este como um primeiro passo para a construção de mapeamentos de domínios, por si só, não abrange ações metodológicas de como elaborar um mapeamento do domínio, em que termos e relações apresentam-se de forma consistente. A complexidade de se lidar com termos e conceitos em um domínio está além do que foi teorizado pelo referido autor, não era seu objetivo de estudo.

Embora se considere as questões apresentadas por Hjorland como essenciais para auxiliar profissionais de informação em suas tarefas diárias, faz-se necessário também, atentar para aspectos mais aplicados no que concerne ao mapeamento de domínios. Em seus estudos, Hjorland nos alerta para uma tomada de consciência sobre discussões que envolvem a diversidade de propósitos e configurações de domínios, e que muitas das vezes irão requerer ações metodológicas diferenciadas. Tendo isto como pressuposto, a seguir é apresentada uma discussão sobre uma dada forma de realizar mapeamentos sendo possível chegar a um produto como um mapa de domínio.

3 MAPEAMENTO DE DOMÍNIOS

No âmbito dessa pesquisa, mapeamento de domínios é o levantamento dos assuntos representativos de um dado contexto de conhecimento, para construção de uma representação gráfica que demonstre as relações dos assuntos possibilitando uma visão geral da complexidade semântica dos termos e conceitos do domínio. Nesta fase são consultados instrumentos de controle terminológico buscando identificar o sentido dos termos por meio de suas definições e de sua abrangência conceitual.

De um modo geral, o conteúdo significativo dos documentos é representado por palavras-chave, esta é a forma mais comumente usada por autores e profissionais da informação para extrair os assuntos. Podem se aproximar da linguagem natural como também da especializada com algum grau de controle terminológico.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Galvão (2004) se apoia em Cabré⁴ (1995) para afirmar que a terminologia tem duas funções básicas: como primeira função, é um elemento chave para representar e acessar o conteúdo dos documentos, tem os tesouros e as classificações como inventários terminológicos organizados tematicamente e controlados formalmente; a segunda função é a de transferência, serve de comunicação direta, de mediação comunicativa e de planejamento linguístico. Prossegue destacando que: “A terminologia é uma ferramenta básica dos especialistas que, sem os termos não poderiam expressar ou comunicar seus conhecimentos.”

A autora também explica que o termo não é só um componente do sistema, mas são ocorrências em textos técnico-científicos. Ressalta que:

A análise textual é um meio que permite determinar o estado atual de uso e de apresentação do termo (significante e significado). O uso de um termo reflete o resultado de várias atividades dos especialistas, portanto, reflete o pluralismo e a co-existência de diferentes abordagens. [...] A análise dos textos torna também evidente um outro aspecto dos termos: sua dinamicidade. O avanço, ou, às vezes, o regresso da ciência é refletido na terminologia. Os termos são concretizados nos textos e, portanto, o sistema terminológico adapta-se e codifica-se constantemente, nos textos. (KOCOUREK⁵, 1991 apud GALVÃO, 2004, p. 249)

Como observado, os termos de uma área de assunto têm muito a revelar sobre os delineamentos de uma especialidade, pesquisas com objetivos de mapeamentos temáticos podem mostrar interessantes informações sobre uma área de assunto, muitas das quais imperceptíveis, se não houver um trabalho consistente de análise temática.

As palavras-chave já podem ser atribuídas como termos, desde que estejam de acordo com o instrumento de controle terminológico (tesauro ou cabeçalho de assunto) e também podem ser conceitos, como apresentado a seguir.

A palavra conceito vem do latim *conceptus*, do verbo *concipere*, que significa "conter completamente", "formar dentro de si"⁶. Com o sentido de conter completamente, o conceito

⁴ CABRÉ, M. T. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.

⁵ KOCOUREK, R. Textes et termes. **Meta**, v. 36, n. 1, p. 71-76, 1991.

⁶ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conceito>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

reúne ideias, é portador de significado, congrega conhecimentos e tem a função de representar elementos da realidade, tais elementos podem ter a configuração de um processo, um objeto físico ou uma abstração.

Dahlberg (1993, p. 211) defende o posicionamento que: “o conhecimento por si só não pode ser apreendido ou representado a menos que seja apresentado por unidades do conhecimento e suas possíveis combinações em palavras/termos ou afirmações.” Para a autora qualquer tarefa de organizar o conhecimento deve ter como base as unidades do conhecimento, que nada mais são do que os conceitos, definido como: “Uma unidade de conhecimento (conceito) é a síntese das características essenciais de um referente a ser representado por designações (termos, nomes, códigos)” (DAHLBERG, 2011, p. 69). Ainda adverte que, conceito tem sido entendido como “o significado de uma palavra” e tratado dessa forma na literatura da área, este é o sentido linguístico; contudo, para os interesses da Organização do Conhecimento, importa a concepção de representação de uma dada realidade demonstrada pelo conceito (Id., 2011, p. 69).

O conceito é o insumo básico para tarefa de Organização do Conhecimento, o conceito como apresentação de uma síntese de ideias pode abranger vários descritores, ou palavras representativas de um dado domínio. O conceito deve ser analisado de forma crítica, deve ser pensado em sua importância e implicações, pois encerra em si conhecimentos de acordo com o contexto em que está inserido. Por isso, deve exprimir de forma clara o sentido que possui no contexto da representação, isso implica compreender que, nem sempre esse significado estará pronto em um glossário ou dicionário especializado; portanto, poderá ser construído segundo as características específicas, de acordo com o domínio a que pertence.

O significado de cada termo no domínio é conhecido por meio de enunciado definitório. As definições revelam as características, a função, os elementos constitutivos do conteúdo semântico do termo em um dado contexto, delimitando seu sentido a uma específica área de assunto. As características dos conceitos são os elementos constitutivos da definição. (CAMPOS, 2010).

Tão importante quanto os conceitos são os relacionamentos existentes entre eles, são estes que demonstrarão o sentido do conhecimento organizado. A compreensão das possíveis relações existentes é essencial para Organização do Conhecimento. Langridge (1977, p. 34) declara que devem ser explorados os detalhes das relações entre as várias formas de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conhecimento. “Há uma relação entre uma coisa e suas propriedades, uma coisa e suas ações, uma coisa e as ações desenvolvidas nela e assim por diante.” (Id., 1977, p. 37) As relações entre os objetos/conceitos de um domínio, quando demonstrados em uma estrutura classificatória, formam uma rede conceitual.

Mapear os assuntos de um domínio significa buscar o entendimento das palavras representativas dos assuntos por meio dos termos usados, da formação dos conceitos, da reunião e/ou criação de definições e da identificação dos relacionamentos. A partir do conhecimento destes dados será possível aproximar os semelhantes e estabelecer as relações entre os conceitos de forma consistente e representativa à realidade do domínio.

4 ORIENTAÇÕES COMO AÇÕES PRÁTICAS PARA MAPEAMENTO TEMÁTICO DE DOMÍNIOS DO CONHECIMENTO

Cada domínio possui um conjunto de termos que adquire significado singular quando circunscritos a um saber. Este vocabulário, específico a cada domínio, possui relações/associações entre os termos que se tornam construtos teóricos, os quais adquirem novos significados conforme se associam ou se ligam, de acordo com o contexto em que estão inseridos.

Sendo assim, os estudos que envolvem o mapeamento temático de um domínio buscam descobrir quais são os termos abordados e suas possíveis relações semânticas. O pesquisador ou profissional da informação não é um especialista da área a ser pesquisada, mas deve ter ferramentas metodológicas que o capacitem a lidar com conteúdos informacionais de qualquer domínio do conhecimento. É uma forma de proceder que conduz o pesquisador a uma visão mais abrangente do domínio, de modo a extrair o máximo de informações, da maneira mais condizente possível para atender aos propósitos do domínio.

Os procedimentos para mapear as temáticas de um domínio configuram-se em um conjunto de orientações, as quais devem ser observadas criteriosamente para que se alcance o pleno entendimento do campo que está sendo analisado.

Ao propor estas orientações, não se pretende esgotar o assunto; reconhece-se que cada domínio conceitual tem suas particularidades e, portanto, novos e diferentes caminhos podem ser buscados. Almeja-se que estes procedimentos venham auxiliar o desenvolvimento de metodologias mais formais e robustas para mapeamento de domínios do conhecimento.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O mapeamento temático de um domínio envolve um conjunto de atividades que deverão ser desenvolvidas ao longo do trabalho. Sendo assim, o texto foi organizado em uma sequência de ações. Sabe-se que na prática, nem sempre o processo de realização acontece na ordem de ações aqui apresentadas, estas podem ocorrer concomitantemente, de acordo com o contexto de cada pesquisa.

1ª Ação – Definir o domínio

Segundo a discussão teórica apresentada no item 2, a definição de domínio é singular àquele momento e contexto, é dinâmica e provisória. De modo geral, pode-se deduzir que: domínio envolve um conjunto de informações reunidas segundo algum propósito, alvo de tratamento informacional, com vistas à recuperação por uma determinada comunidade de usuários. Sob este ponto de vista, o domínio não está restrito a áreas canônicas ou a forma como são estudadas pela comunidade científica. Tanto podem abranger uma área do conhecimento, como um contexto organizacional de uma empresa ou uma atividade profissional, de lazer ou cultural. Definir o domínio significa delimitar ou circunscrever uma área informacional para fins de mapear suas temáticas. Essa ação requer o estabelecimento de critérios com objetivo de justificar o que fará parte do escopo do domínio e o que ficará de fora.

A palavra mais adequada para essa fase de conhecer o domínio é o verbo explorar, este conceito pode ser entendido como procurar, descobrir, perceber e estudar. É a atividade de explorar o domínio com a finalidade de conhecer quais os atores (pessoas, órgãos, setores, etc.), quais os fluxos de informação, como acontecem os processos de comunicação no domínio e ainda procurar descobrir qual o valor destas informações para suas atividades, para o contexto local ou para sociedade em geral. Também se deve buscar conhecer quais são os tipos de documentos produzidos por este domínio e se utiliza algum instrumento terminológico.

2ª Ação – Definir o objetivo do mapeamento temático

Como visto na introdução, inúmeros são os usos de um mapeamento, portanto é necessário traçar um objetivo de modo a direcionar o olhar sobre o domínio. Pode-se começar respondendo a questão: Qual o objetivo de mapear os assuntos deste domínio? Serão inúmeras



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

as possibilidades, por exemplo: para elaborar uma parte sistemática de instrumentos semânticos como mapas conceituais, tesouros, taxonomias e tabelas de classificação, para criar princípios para a organização das informações no âmbito da arquitetura de informação, para elaborar hipertextos, entre outros.

É importante que este(s) objetivo(s) possa(m) ser claro(s), coerente(s) e exequível(-is). Correspondente ao objetivo será a complexidade do trabalho, em alguns casos poderá se trabalhar com uma amostra de dados, em outros só interessa o trabalho com todos os termos, em alguns será necessário maior rigor na definição dos termos, dentre outros.

3ª Ação – Eleger o canal ou os canais de informação úteis como fonte para levantamento dos termos do domínio e estabelecer o *corpus* de análise da pesquisa

Com o conhecimento dos tipos de documentos, dê preferência aos que apresentam significativo conteúdo conceitual, com expressiva representação dos termos utilizados no domínio. Também é importante observar se os documentos possuem autoridade reconhecida pelos integrantes do domínio; se for informação científica, por exemplo, podem ser observados os indicadores de avaliação, os índices de citação, ou menções de reconhecimento de autores na área, dentre outros.

Com os documentos escolhidos, estabelecer critérios que visem à definição do corpus da pesquisa. O objetivo principal do estabelecimento de critérios deve ser o de ajustar os dados, tornando-os flexíveis ao manuseio; também se evita as decisões motivadas por concepções pessoais (achismos), uma vez que devem ser explicados os motivos da escolha de cada critério.

Alguns critérios podem ser: o período de cobertura para análise; a distribuição geográfica; o idioma; o número de autores; os tipos de documentos; determinados aspectos teóricos; dentre outros.

4ª Ação – Definir o modo de identificar as temáticas do *corpus* analisado

Os assuntos dos documentos podem ser identificados por meio de indexação automática, palavras-chave ou *tags* atribuídas pelo autor ou indexador. O resultado desta ação será um conjunto de termos designativos do conteúdo dos documentos.

Devem-se esquematizar formas de manter a procedência de cada termo, de forma que o mesmo não perca seu vínculo com o documento. Uma das formas é manter as informações



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

descritivas, que individualizam o documento como uma extensão do termo. Dessa forma, sob qualquer tipo de análise do termo, se saberá exatamente a qual documento pertence.

5ª Ação – Proceder com a análise conceitual dos termos

Nesta análise serão identificadas a co-ocorrência lexical dos termos, os termos sinônimos, homônimos e compostos. Esta análise é feita mediante consulta à definição dos termos em instrumentos terminológicos especializados no domínio do assunto, tais como: dicionários e/ou glossários; ou em outras fontes de informação autorizadas no domínio. A partir da análise conceitual o termo ganha o *status* de conceito, pois possui um sentido singular no domínio estudado, é uma unidade de conhecimento. Sendo assim, entende-se que toda forma de análise pressupõe um objetivo, este objetivo vai guiar a forma de olhar e analisar os dados buscando identificar seus eixos temáticos e suas relações.

6ª Ação – Construir e preencher a Ficha Terminológica

Construir e preencher a Ficha Terminológica com os campos necessários à identificação e à definição e/ou explicação de cada termo. Como exemplo de campos, sugere-se, por exemplo: número sequencial, termo, afiliação institucional, título do documento, definição e observações. Faz-se necessário alertar para o procedimento que deve ser usado pelo modelador para chegar ao entendimento do conteúdo conceitual de um termo (definição). Este procedimento não deve ser o de simplesmente recolher na literatura as possíveis definições existentes, mas de fundamentalmente construir esta definição a partir de pressupostos que possam descrever o objeto (concreto ou abstrato) em seu contexto. (CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E., 2015)

7ª Ação – Classificar ou esquematizar no modelo classificatório escolhido

Esta ação requer definir como será realizado o agrupamento temático, de modo a possibilitar a visão e a análise por grupos de assuntos das temáticas apresentadas. As formas de representação devem ser escolhidas considerando a que mais bem transparece o objetivo do mapeamento.

Por meio da consulta à Ficha Terminológica é possível ter o entendimento do real conteúdo conceitual do termo no domínio e desta forma buscar reunir os termos por



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



aproximação semântica, ou seja, estabelecer classes de assuntos. As temáticas devem ser demonstradas de modo a revelar o agrupamento dos termos por suas relações; sendo assim, os mapas conceituais são uma interessante ferramenta na construção da representação. Alguns *softwares* têm sido bastante utilizados com esta finalidade, podem ser citados: o Hipernavegador e o CmapTools, ambos disponibilizados livremente na *internet*.

5. MAPEAMENTO DO DOMÍNIO DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA APLICAÇÃO

O aporte metodológico aqui proposto foi utilizado em pesquisa de mestrado apresentada em 2014 intitulada: “Análise de domínios do conhecimento: proposta de diretrizes para mapeamento temático das comunicações orais do GT2 do ENANCIB⁷”.

A *primeira ação* da pesquisa foi delimitar o domínio para o mapeamento temático, neste caso o de Organização e Representação do Conhecimento, buscou-se descobrir quais os delineamentos adquiridos por tal domínio no seu percurso de pesquisa. Essa é uma importante subárea da Ciência da Informação, sendo considerada por alguns pesquisadores como um dos mais importantes no universo dos estudos informacionais (SARACEVIC, 1992; PINHEIRO, 1997; WERSIG e NEVELING, 1975). Nessa fase foram explorados os tipos documentais representativos de sua comunidade discursiva, quem fazia parte dessa comunidade, como se organizavam e quais canais utilizavam em suas comunicações.

A *segunda ação* foi a definição dos objetivos do mapeamento temático, que neste caso foi o de demonstrar o estado da arte dos estudos apresentados no GT2 por meio de um modelo classificatório, o modelo escolhido foi o “Sistema de Classificação da Literatura de Organização do Conhecimento”⁸ que vem sendo utilizado há mais de 30 anos para classificar os assuntos do domínio referenciados no Boletim Bibliográfico,⁹ os trabalhos apresentados na *International Society Knowledge Organization* (ISKO) e os artigos do periódico *Knowledge Organization*. Esse modelo foi apresentado em 1993 por Ingetraut Dahlberg, pesquisadora e classificacionista no domínio.

⁷ Disponível em:

http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2014/DISSERTA%C3%87%C3%83O_ROSANA%20PORTUGAL%20TAVARES%20DE%20MORAES.pdf

⁸ Disponível em: <http://www.isko.org/scheme.php>

⁹ Este boletim lista exaustivamente os trabalhos que têm como assunto a “Organização do Conhecimento”, em qualquer formato de documento, qualquer idioma e produzidos por quaisquer áreas do conhecimento.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na *terceira ação* foi definido como documento representativo no domínio as comunicações orais do Grupo de Trabalho 2 (GT2) – Organização e Representação do Conhecimento, por ser uma relevante produção discursiva do domínio, são trabalhos avaliados pelos pares e possuem como origem os Programas de Pós-Graduação no país, em nível de mestrado e doutorado. Para melhor manuseio dos dados foram estabelecidos alguns critérios: seriam utilizadas as comunicações orais dos autores com mais de três comunicações orais no período compreendido da pesquisa, neste caso 2003 a 2013; deveriam possuir palavras-chave e ser de origem nacional.

A *quarta ação* definiu que as temáticas seriam identificadas pelas palavras-chave atribuídas pelos autores das comunicações. Como forma de garantir a procedência de cada palavra seriam acrescentadas a instituição de origem da pesquisa, o ano e um número de identificação única.

A *quinta ação* foi a realização da análise conceitual quando foram identificadas a co-ocorrência lexical, os termos sinônimos, homônimos e compostos. Para isso foram consultados dicionários especializados no domínio de Organização do Conhecimento e da Ciência da Informação.

A *sexta ação* da pesquisa foi o preenchimento da Ficha Terminológica para cada termo, local em que foi registrada a definição do termo priorizando a descrição apresentada pelo autor em seu texto, quando isso não foi possível, buscou-se o conteúdo conceitual do termo em dicionários e glossários da área de Ciência da Informação, artigos de periódicos, teses e dissertações. A partir de tal procedimento foi realizado uma análise das explicações/definições encontradas, para o entendimento ou mesmo a construção de uma descrição do termo que se adequasse aos nossos propósitos.

A *sétima ação* consistiu no agrupamento dos termos em uma análise quantitativa. Foi possível demonstrar o número de comunicações por pesquisadores, por instituição e por regiões geográficas. Também se demonstrou as temáticas mais recorrentes, o índice de termos nucleares e de termos dispersos e a configuração destes termos por instituição. Em uma análise qualitativa os termos foram classificados no esquema “*Classification System for Knowledge Organization Literature*”, este esquema é dividido em nove classes de assuntos representando os principais eixos temáticos do domínio. Para demonstração gráfica foi criado um mapa com cada uma das classes demonstrando a distribuição dos termos em cada classe.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou contribuir com orientações do *modus operandi* organizadas em ações, de forma a resultar no mapeamento das temáticas tratadas em um domínio do conhecimento. Com a consciência de que estas ações não se constituem em uma receita pronta a ser utilizada em qualquer domínio, mas se configuram em orientações gerais com objetivo de dirigir as ações práticas necessárias à identificação dos termos e conceitos, sabendo que cada domínio tem suas particularidades, as quais devem ser consideradas para um melhor “retrato” da realidade do domínio.

Essas orientações foram explicitadas de forma detalhada por não encontrar na literatura da área, reunido em um documento, procedimentos necessários para análise de domínios do conhecimento e, por reconhecer a importância destes estudos e a possibilidade de serem replicados em outros domínios do saber, o que virá sempre acrescentar, validar ou até mesmo refutar as orientações aqui propostas.

Concluindo, destacam-se algumas recomendações úteis ao trabalho de mapeamento de domínios. A primeira é concernente a tomadas de decisão, as quais nem sempre totalmente previsíveis; portanto, a “dica” consiste em anotar todas as decisões tomadas, justificando-as. Estas informações constituem-se em um guia de consulta para outras decisões e poderão ser utilizadas para análise dos resultados.

Como segunda recomendação, sugere-se submeter 30% dos dados a um teste, buscando identificar possíveis erros e avaliar se os objetivos são possíveis de serem alcançados.

A terceira recomendação diz respeito à análise dos dados. O profissional da informação não é o especialista do domínio, mas o ideal seria que realizasse o trabalho de mapeamento temático junto ao especialista, pois o olhar de um especialista experiente e atento às transformações de sua área de atuação é o que dará maior sentido a interpretação dos dados. A riqueza de uma análise temática está no cruzamento dos dados, ou na associação com outras informações, principalmente as de contexto histórico ou social. Neste sentido, a consulta a materiais históricos e a especialistas experientes no domínio em questão é primordial, os dados alcançam significado, sentido para o profissional da informação como também para os demais membros pertencentes àquele domínio.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Como última recomendação, é enfatizado o estabelecimento de critérios. A escolha de critérios norteia todo o trabalho de mapeamento e influencia diretamente o tipo de resultado pretendido. Os critérios delimitam a forma de olhar os dados, direcionam a tarefa de mapear e justificam os motivos de se ter alcançado determinados resultados. Devem ser bem planejados, sempre avaliando o que se deseja obter como resultado, de forma a evitar que os critérios escolhidos impeçam ou não favoreçam aspectos importantes.

7. REFERÊNCIAS

ANDERSEN, J. **Analyzing the role of knowledge organization in scholarly communication: An inquiry into the intellectual foundation of knowledge organization.** 2004. 255f. Tese (PhD em Estudos de Informação) – Royal School of Library and Information Science, Copenhagen, Denmark, 2008. Disponível em: <<http://arizona.openrepository.com/arizona/bitstream/10150/105100/1/jackandersen-phd.pdf>>. Acesso em: 10 março 2014.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. O papel das definições na pesquisa em ontologia. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 220-238, Abril 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362010000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 Maio 2016.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. O papel das definições como subsídios a elaboração de Ontologias de Domínios: a perspectiva onomasiológica. In: VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015, 2015, Madrid. Anais do VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015.

DAHLBERG, I. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.6, n.1, p.9-21, jan./jul. 1978.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, [S.l.], v.20, n.4, p. 211-222, 1993.

DAHLBERG, I. How to improve ISKO's standing: ten desiderata for knowledge organization, **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 38, n. 1, 2011.

FEINBERG, M. **Classification as communication: properties and design.** Thesis (Ph. D.)-- University of Washington, 2008. Disponível em: <<http://www.ischool.utexas.edu/~feinberg/Feinberg%20dissertation.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2013.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

GALVÃO, M. C. B. A linguagem de especialidade e o texto técnico-científico: notas conceituais. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 241-251, set./dez. 2004. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=15094>. Acesso em: 25 abril 2014.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**. v. 46, n. 2, p. 400-425, 1995. Disponível em: <<http://cominfo.rutgers.edu/~kantor/601/Readings2004/Week3/r5.PDF>>. Acesso em: 5 maio 2012.

HJORLAND, B. Domain analysis in information science. Eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of the American Society for Documentation**, v. 58, n. 4, 2002a. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20040721022850/http://www.db.dk/bh/publikationer/Filer/JDOC_2002_Eleven_approaches.pdf>. Acesso em: set. 2012.

HJORLAND, B.; HARTEL, J. Ontological, Epistemological and Sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 3-4, p. 239-245, 2003.

HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. In: **Trends in Knowledge Organization Research**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003. p. 83-116.

HJORLAND, B. Domain Analysis in Information Science. In: DRAKE, Miriam A. (ed.) **Encyclopedia of Library and Information Science**. 2. ed. Boca Raton: Taylor & Francis Group, 2005b. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/book/10.1081/E-ELIS>>. Acesso em: 9 set. 2012.

HJORLAND, B. Domain. In: Hjørland, B. & Nicolaisen, J. (eds.), **The Epistemological Lifeboat**. 2005c. Disponível em: <<http://www.iva.dk/jni/lifeboat/info.asp?subjectid=71>>. Acesso em: 10 abril 2013.

HJORLAND, B. Theories of knowledge organization – theories of knowledge. In. MEETING OF THE GERMAN ISKO, 13., Postdam, 2013, **Anais...** Disponível em: <http://www.academia.edu/3466074/Theories_of_knowledge_organization_-_theories_of_knowledge>. Acesso em: 5 junho 2013.

LANGRIDGE, D. W. **Classificação**: abordagem para estudantes de Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciencia, 1977.

MAI, Jens-Erik. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information processing and management**, v. 41, p. 599-611, 2005. Disponível em: <https://ualearn.blackboard.com/bbcswebdav/pid-197685-dt-content-rid-501286_1/courses/49608.201240/readings/Mai.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2013.

MAYERNIK, Matthew. Evaluating domain analysis as a philosophical framework for Information Science. Disponível em:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

<http://polaris.gseis.ucla.edu/mmayerni/Birger_Hj%F8rland_Paper.pdf>. Acesso em: nov. 2012. Trabalho escrito para UCLA, outono 2007, classificado em “Tradições teóricas em estudos de informação”.

PALMER, C.L. Aligning studies of information seeking and use with domain analysis.

Journal of the American Society for Information Science, v. 50, n. 12, 1999.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **A ciência da informação entre a sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. 1997. 269f. Tese (Doutorado em Comunicação) – ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1997.

SARACEVIC, T. Information Science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**. Proceedings of the International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 26- 28, 1991. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

SMIRAGLIA, Richard P. Domain coherence within knowledge organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries. In.: MCKENZIE, P.; JOHNSON, C.; STEVENSON, S. (eds.). **Exploring interactions of people, places and information**. Fredericton, N.B. Canada: University of New Brunswick/St. Thomas University, 2011. Disponível em: <

www.cais-acsi.ca/proceedings/2011/73_Smiraglia.pdf>. Acesso em: 29 maio 2013.

SOUZA, R. F. de. Universo de ciência e tecnologia: organização e representação em classificações do conhecimento, **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <

<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/65>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

TALJA, S., K. TUOMINEN, e R. SAVOLAINEN. “Isms” in information science: constructivism, collectivism and constructionism. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, 2005.

TENNIS, J. T. Two axes of domains for Domain Analysis. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 3-4, p. 191-195, 2003.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

OS PROBLEMAS DA INFORMAÇÃO DOS PROJETOS NA ESFERA PÚBLICA

***LOS PROBLEMAS DE LA INFORMACIÓN DE LOS PROYECTOS EN EL ÁMBITO
PÚBLICO***

Antonio de Souza Silva Junior, UFPE

Marcos Gilson Gomes Feitosa, UFPE

Bruno Campello de Souza, UFPE

Silvio Luiz de Paula, UFPE

Resumo: O gerenciamento de projetos é considerado um importante meio que as organizações possuem para atingir seus objetivos de maneira eficaz. Sua metodologia pode ser aplicada em diferentes organizações e serve para reestruturação dos processos organizacionais com o propósito de obter melhor controle das ações e uso dos recursos existentes. A crescente pressão popular para modernização da gestão pública, abre espaço para a utilização das práticas de gerenciamento de projetos em instituições públicas brasileiras. Para tanto, foi estudado o caso do Governo do Estado de Pernambuco, a fim de analisar os problemas relativos à disponibilização de informações e documentação para o planejamento e execução de projetos. A coleta de dados se deu através da aplicação de entrevistas semiestruturadas com grupos de projetos de três secretarias do Estado de Pernambuco. Conclui-se que as informações que servem de base para os relatórios de monitoramento dos projetos são limitadas ou inadequadas e culminam com a restrição dos relatórios e reflete no pouco aprofundamento da discussão entre os envolvidos.

Palavras-chave: Gestão de Projetos. Administração Pública. Informação.

Resumen: La gestión del proyecto se considera un medio importante para que las organizaciones tienen que alcanzar sus objetivos con eficacia. Su metodología se puede aplicar en diferentes organizaciones y sirve para reestructurar los procesos de la organización con el fin de tener un mejor control de las acciones y el uso de los recursos existentes. La presión popular cada vez más para modernizar la gestión pública, deja el espacio abierto para el uso de las prácticas de gestión de proyectos en instituciones públicas brasileñas. Por lo tanto, el caso del Estado de Pernambuco fue estudiado con el fin de analizar los problemas relacionados con el suministro de información y documentación para la planificación y ejecución de proyectos. La recogida de datos se llevó a cabo mediante la aplicación de entrevistas semiestruturadas con grupos de proyecto de tres departamentos del Estado de Pernambuco. Se concluye que la información utilizada como base para los informes de seguimiento de proyectos son limitados o inadecuados y culminan con la restricción de los informes y reflexiona sobre algunos debates entre las partes interesadas.

Palabras-clave: Gestión de proyectos. Administración Pública. Información.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A acirrada competitividade do mercado, aliada às rápidas mudanças e inovações tecnológicas, forçam as organizações a buscarem ferramentas que permitam a adaptação a estas demandas. O gerenciamento de projetos, cujos benefícios eram pouco reconhecidos anteriormente, é agora considerado um importante meio que as organizações possuem para atingir seus objetivos de maneira eficaz. Segundo Ntlokombini (2010) o gerenciamento de projetos, pode ser aplicado em diferentes organizações, e serve para reestruturação dos processos organizacionais com o propósito de obter melhor controle e uso de recursos existentes.

Duque e Pelissari (2010) afirmam que a função estratégica do gerenciamento de projetos acontece quando seus processos estabelecem interfaces coordenadas com os processos estratégicos, potencializando a capacidade da organização em realizar seus objetivos. Este procedimento está relacionado à definição dos planos de projeto, categorização e priorização dos objetivos, distribuição de recursos e coordenação das ações organizacionais, geração de informações válidas para as decisões que conduzirão a organização à tomada de decisões

Ao processo relatado acima chama-se metodologia em gerenciamento de projetos que permite a organização utilizar as melhores práticas gerenciais. Através da aplicação do método, os projetos têm grandes possibilidades de serem executados conforme as especificações e o orçamento pretendidos (ZDANYTÈ; NEVERAUSKAS, 2011). Em que pese a afirmação de Patah e Carvalho (2012) em que há indícios que quanto maior o grau de implementação das metodologias de gestão de projetos, maior a chance do projeto cumprir seu prazo planejado, críticas têm sido tecidas às práticas de gerenciamento de projetos. Cicmil e Hodgson (2006), Andersen e Vaagaasar (2009) e Sage, Dainty e Brookes (2010) questionam a crença de que os gestores podem controlar as ações organizacionais através de métodos específicos desenvolvidos, através de uma avaliação racional da situação problema vivenciada, a fim de identificar a solução correta. A proliferação de métodos, ferramentas, técnicas analíticas e instrumentos torna a gestão presa a estes instrumentos.

O resultado disto é burocratização, muitos relatórios e controles, desencorajando uma visão mais transformativa e reflexiva do conhecimento em gerenciamento de projetos. Assim, os gestores ficam limitados nos seus campos de atuação. De forma que, atitudes tomadas por



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

estes, e que se chocam com a lógica dos instrumentos, tendem a ser ignoradas ou sofrer fortes resistências da alta administração da organização. Esta lógica dos métodos específicos, muitas vezes, é construída ignorando os aspectos políticos e culturais da organização cliente. Assim, a abrangência da atuação dos gestores fica reduzida, pois está presa a normas e procedimentos pré-determinados.

Além disso, Cicmil e Hodgson (2006) questionam que a investigação e levantamento das informações sobre os projetos, muitas vezes, fica a cargo, total ou parcialmente, do gerente do projeto. Esta prática exclui das discussões os profissionais em outros níveis hierárquicos. Isto torna os projetos reflexos das percepções localizadas de poucos atores da organização, não permitindo a visualização dos problemas e seus impactos no contexto organizacional. A inflexibilização dos instrumentos de controle, aliado a restrição das informações, provoca a baixa participação e comprometimento daqueles profissionais no projeto. Com isso, as ações que foram programadas poderão sofrer prejuízos, já que estes profissionais não estão comprometidos com aquelas.

Na visão de Cicmil e Hodgson (2006), Andersen e Vaagaasar, 2009 e Thi e Swierczek (2010) é preciso ampliar o escopo do que se entende por um projeto de sucesso, não sendo mais possível defini-lo em termos da realização dos objetivos de tempo, custo e qualidade. No tocante à academia, Packendorff (2013) afirma que a pesquisa em gerenciamento de projetos está se expandindo em todas as direções, porém se questiona: para onde estas pesquisas realmente estão indo?

A perspectiva crítica em gerenciamento de projetos sugere a necessidade de um quadro de estudo mais amplo sobre este tema. Concentra-se sobre quem faz parte do processo de tomada de decisão, analisando o que determina esta posição, agendas e poder dos diferentes participantes, e como essas diferentes agendas são combinadas no processo pela qual as decisões são tomadas. Estas e outras vozes continuam sub-representadas no debate geral sobre gerenciamento de projetos. Assim, espaço é aberto para estudos que fujam desta perspectiva.

Nesta linha, este estudo focaliza o contexto em que as informações são necessárias para o funcionamento das empresas, ajudando-as nos processos de inovação, tomada de decisão, entre outros. O uso de informações garante competitividade e diminuem as incertezas, tanto que passaram a ser consideradas como patrimônio das empresas e, sendo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

assim, possuindo valor (CUNHA; PEISCHL, 2012). Sendo as informações “recursos necessários às atividades econômicas” (PRESSER *et al*, 2012) saber utilizá-las de forma correta e eficaz pode garantir o sucesso e diferencial competitivo que as organizações buscam.

Neste contexto, este estudo visa investigar implementações de práticas de gerenciamento de projetos, com e sem êxito, através do estudo de caso no Governo do Estado e Pernambuco, a fim de compreender como e porque esses esforços foram bem sucedidos ou não, verificando subjetivamente como cada um deste contribuiu para uma maior compreensão da gestão de projetos nas organizações públicas, com foco na disponibilização de informações e documentação para o planejamento e execução do projeto (SINGH, KEIL E KASI, 2009; NASCIMENTO *et al*, 2011).

2 CARACTERIZANDO OS PROJETOS E SUA GESTÃO

Segundo Kerzner (2006, p. 15) “projeto trata-se de um empreendimento com objetivo bem definido, que consome recursos e opera sob pressões de prazos, custos e qualidade. Além disso, projetos são considerados atividades exclusivas em uma empresa”. Neste sentido, são percebidas duas características marcantes dos projetos, o caráter da temporalidade e da clareza dos seus objetivos.

A gestão de projetos pode ser definida como uma forma de raciocinar sobre a utilização de recursos e a realização de objetivos, através do planejamento, da programação e do controle de uma série de tarefas integradas de forma a atingir os objetivos pré-determinados com êxito (KERZNER, 2006).

Crawford e Helm (2009) compreendem o gerenciamento de projetos como um campo de prática, construído socialmente que se desenvolve por meio de ferramentas, técnicas desenvolvidas para dar suporte ao gerenciamento, além das interações entre os praticantes e pelos seus esforços deliberados para definir um campo de atuação, a partir de um corpo de conhecimento distinto e padrões associados.

Neste trabalho será adotado o seguinte conceito sobre gerenciamento de projetos: um campo de prática, socialmente construído entre os participantes, cujo objetivo é planejar, monitorar e controlar as ações das pessoas no projeto e a racionalização dos recursos, por meio do desenvolvimento de instrumentos, ferramentas e técnicas, a fim de que os requisitos pré-determinados no tocante a qualidade, prazo e custo sejam atendidos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Segundo Kerzner (2011), atualmente a implantação do gerenciamento de projetos constitui a gestão avançada de projetos, que atua como uma técnica para otimização dos processos organizacionais e otimização no uso dos recursos. O gerenciamento de projetos pode ser aplicado em diferentes tipos de negócios.

Para Srivannaboon (2009) o gerenciamento de projetos é agora considerado o maior veículo para a implementação de estratégia organizacional pelas organizações. O alinhamento do gerenciamento do projeto com as estratégias do negócio aumenta significativamente a capacidade da organização para o alcance da performance desejada. Lenfle e Loch (2010) completam esta temática afirmando que os projetos da organização se conectam à estratégia dos negócios ao plano operacional.

O gerenciamento de projetos é uma disciplina essencial para a execução das atividades da organização. Através desta é possível planejar, monitorar e controlar os produtos e serviços através do ciclo de desenvolvimento deste, a fim de alcançar os objetivos propostos em relação ao prazo, custo e qualidade.

Mas, vale ressaltar que dentro do processo de gerenciamento, a informação é fator vital para sua eficácia. Não só porque ela é vista atualmente como um recurso necessário às atividades organizacionais, conforme Martínez-silveira, Odone (2007) e Presser *et al* (2012), mas sim pelo fato de que informações inadequadas podem levar a erros e prejuízos nos projetos. Então, identificar as necessidades informacionais, o espaço a ser preenchido pelas informações que o usuário tem interesse de conseguir de acordo com as suas atividades desempenhadas, além de obter a informação correta são fundamentais neste processo.

3 GERENCIAMENTO DE PROJETOS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

As tentativas de inovação na administração pública significam a busca da eficiência e da qualidade na prestação de serviços públicos. Para tanto, é necessário o rompimento com os modelos tradicionais e estruturar a gestão em função dos resultados em benefício da sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2008). Para Klering *et al* (2010) a eficiência da administração pública, a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário, torna-se, então, primordial. Para atingir tais objetivos, os autores supracitados apontam novas tendências, dentre as quais “choque de gestão” apontada por Matias-Pereira (2008). Esta tem como propósito a modernização do Estado, para torná-lo menos burocrático



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

e mais competitivo. Assim, para que os governantes consigam realizar com eficácia sua tarefa de utilizar os recursos públicos para a promoção de projetos complexos para o benefício da população, o gerenciamento e implantação de projetos surgem como ferramenta importante.

Na literatura internacional alguns artigos foram publicados relatando casos de implementação de práticas de gerenciamento de projetos no setor público, tais como o de Crawford e Helm (2009), Olateju *et al* (2011), Rosacker e Rosacker (2010), Santos, Gonçalves e Dias (2012), Nagadevara (2012).

Já na literatura nacional, alguns casos são relatados, em especial retratando a implantação das ferramentas de gerenciamento de projetos na gestão estadual e municipal. Nos casos das esferas públicas estaduais, se destacam Santos e Martins (2008), Costa *et al* (2008), Toscano *et al* (2008) e Grego *et al* (2009). Os estudos brasileiros relatados versam sobre o processo de implementação do Escritório de Gerenciamento de Projetos, discutindo as etapas deste, a partir do plano estruturador, passando pela definição da metodologia e capacitação do pessoal, até a ferramenta de *software* utilizada. Todavia, nenhum deles visa identificar os fatores determinantes dos benefícios da gestão de projetos e saber qual a influência de cada um deles.

4 CRÍTICAS AO GERENCIAMENTO DE PROJETOS

A literatura apontada indicou que as atividades organizacionais funcionam melhor, como projetos, e quando usados formulários, guias *checklists*, políticas e procedimentos. Sage, Dainty e Brookes (2010) alertam que as ferramentas e técnicas em gerenciamento de projetos, frequentemente representam artefatos passivos de objetos fora do contexto organizacional. Cicmil e Hodgson (2006) corroboram com esta ideia e questionam a perspectiva funcionalista e prescritiva nas pesquisas em gerenciamento de projetos. Os autores apontam que, principalmente na década de 1990, surgiu a análise crítica do poder social e político, associado à execução dos projetos.

Para Cicmil e Hodgson (2006) têm sido dada ainda maior ênfase em soluções tecnicistas, metodologias quantitativas, metodologias positivistas e um maior recurso à racionalidade instrumental. O corpo de conhecimento de gerenciamento de projetos enfatiza o papel de atores de projeto e gerentes como "executores", estreitando o seu papel para as questões de controle (tempo e custo) e conteúdo (escopo de trabalho previsto) e marginaliza o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

papel social e político dos atores. Perpetua a crença de que os gestores vivenciam uma realidade objetiva e que pode controlá-la através da aplicação de métodos adequados para uma avaliação racional da situação problema, a fim de chegar a uma solução correta. Estas crenças são materializadas nas “melhores práticas” em gestão de projetos.

A divulgação de "melhores práticas" traz uma mensagem sobre a possibilidade de racionalização progressiva da ação e uma crença no caráter cumulativo de conhecimento. Isso normalmente assume a racionalidade, universalidade, objetividade e bem como a possibilidade de gerar previsões rígidas sobre o gerenciamento (CICMIL; HODGSON, 2006). Nesta pesquisa, assumisse que as “melhores práticas” podem ser estudadas, todavia sob uma perspectiva diferente da apontada usualmente. Acreditamos que a crítica apontada pelos autores citados acima está centrada nos aspectos ferramentais das práticas, onde técnicas e procedimentos são superestimados em detrimento de aspectos humanos, comportamentais e sociais. Fatores estes que são foco de estudo deste trabalho.

Na visão crítica, não é mais possível definir gerenciamento de projetos em termos do tradicional "triângulo de ferro", enfatizando a realização dos objetivos de tempo, custo e qualidade. Cicmil e Hudgson (2006) sugerem a necessidade de um quadro de estudo mais amplo sobre este tema. Concentra-se sobre quem faz parte do processo de tomada de decisão, analisando o que determina esta posição, agendas e poder dos diferentes participantes, e como essas diferentes agendas são combinadas no processo pela qual as decisões são tomadas. Estas e outras vozes continuam sub-representadas no debate geral sobre gerenciamento de projetos. Assim, o espaço está aberto para estudos dentro desta linha de pensamento.

Cicmil e Hodgson (2006) apontam que, como resultado das premissas que nortearam o desenvolvimento do gerenciamento de projetos ao longo das décadas, os temas de pesquisa agora abrangem uma variedade de tendências, no campo mais amplo de estudos de gestão.

Lenfle e Loch (2010) ao escavar as raízes do gerenciamento de projetos inovadores, encontraram conexão entre gerenciamento de projetos e um corpo crescente de trabalhos que enfatizam a necessidade da busca flexível em inovação e mudanças organizacionais. A disciplina de gerenciamento de projetos pode contribuir para a habilidade organizacional ao desenvolver processos que permitam flexibilidade nos processos e objetivo. Flexibilização do método de trabalho é necessário para adequar o gerenciamento a especificidade de cada projeto (KERZNER, 2011).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Thi e Swierczek (2010) rejeitam a ideia de que o desempenho do projeto deve ser avaliado apenas pelo custo, tempo, qualidade e satisfação do cliente. Outros fatores devem ser incluídos nesta avaliação, pois demonstram ter relação positiva para a eficácia do projeto. A estabilidade do ambiente é considerada, uma vez que é importante não haver grandes alterações no escopo, bem como no orçamento do projeto, para que ele possa ser executado tal qual planejado. A qualificação do gerente e dos membros da equipe também deve ser desenvolvida, anteriormente ao planejamento do projeto, para que este possa lograr êxito. A qualificação destes permite entendimento pleno das ferramentas e geração de um senso crítico, para que adaptações possam ser propostas durante o desenvolvimento do trabalho. Mais ênfase deve ser dada na formação mais adequada dos gestores e profissionais para o sucesso dos projetos. A formação adequada destes atores inclui a avaliação do seu desempenho, inclusive, durante a execução do projeto.

Para Singh, Keil e Kasi (2009) e Sage, Dainty e Brookes (2010) as falhas dos projetos podem ser um indicativo da não reflexão e descontextualização das ferramentas formais de gerenciamento. É questionada, então, a eficácia, relevância e consequências da padronização das práticas e do conhecimento em Gerenciamento de Projetos, ao invés de encorajar uma visão mais transformativa e reflexiva do conhecimento, o quanto cada ferramenta ajuda na construção e no gerenciamento do projeto. Para tanto, é preciso observar a dinâmica organizacional nos seus diferentes grupos, e cada organização deve adotar uma estratégia flexível que se adeque a sua necessidade. As organizações devem avaliar o papel das ferramentas gerenciais e utilizar aquelas que sejam necessárias às suas necessidades. Os benefícios das ferramentas de conhecimento reflexivo em Gerenciamento de Projetos só podem ser alcançados através da plena compreensão do nuances sócio-material e associações que podem ser feitas no contexto local.

Stretton e Blythman (2012) ratificam esta posição indicando que os procedimentos propostos pelos métodos de gerenciamento de projetos, em especial o PMBOK, vêm perpetuando as ferramentas sem alterá-las às necessidades presentes das empresas. A perpetuação destas ferramentas ocorre por meio dos treinamentos propostos às equipes e gerente de projeto. O problema é que a falta de adaptação leva a falhas na implantação e desenvolvimento da prática de gerenciamento de projetos, o que faz algumas organizações percebê-la com desconfiança.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A prática reflexiva, por parte dos indivíduos, só poderá ser atingida se o próprio indivíduo internalizar este exercício. Bredillet et al (2008) alerta que os treinamentos realizados não são suficientes para atingir este objetivo. É necessário um contexto organizacional permissivo a esta prática. Durante o desenvolvimento do projeto os indivíduos devem ser levados a compreensão mais ampla dos conceitos teóricos relevantes e aplicá-las a experiências vivenciadas por eles. Isto fará com que sejam construídos, internamente, modelos mentais de ação que servirão de guia para eles. Os membros da equipe, bem como o gerente do projeto, sejam eles novatos ou experientes devem incrementar seu repertório de respostas possíveis às situações, através da ampliação de seus quadros de referência para além da sua experiência atual. Estes quadros devem ser internalizados e as rotinas que os compõem devem ser flexíveis para lidar com a ambiguidade e complexidade de certas atividades. O contexto organizacional ao qual Bredillet et al (2008) se refere pode ser conseguido através de mentores, abertura ao clima investigativo e partilha de informação, de forma a torná-las de rápido e fácil acesso.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 COLETA DE INFORMAÇÕES

Este trabalho é um estudo de caso, no Governo do Estado de Pernambuco, que pode ser classificado como uma pesquisa empírica qualitativa. O estudo de caso, por definição, visa o entendimento abrangente de um só caso e proporciona ao investigador o entendimento de um fenômeno social complexo, enquanto preservam características holísticas e significativas de eventos diários (YIN, 2001). Com isso, é possível lançar luzes sobre o tema, para servir de reflexão para os outros casos a serem estudados.

Através da abordagem qualitativa pode-se compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, através do contato do pesquisador com a situação estudada, e interpretar as particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (GODOY, 1995; OLIVEIRA, 2004; FLICK, 2007).

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa exploratória, com o objetivo de aproximação do campo de estudo (CERVO; BERVIAN, 1996). Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com consultores e gerentes de projetos, a fim de serem obtidas nuances



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

sobre o fenômeno imperceptíveis somente com a teoria. Este tipo de entrevista visa possibilitar ao entrevistador explorar mais amplamente a questão estudada, pois este possui a liberdade de conduzir a conversa a fim de desenvolver pontos que considere importantes (MARCONI; LAKATOS, 2006; CERVO, BERVIAN, SILVA, 2007). Após esta etapa foi feita adequação ao roteiro de entrevista desenvolvido. A partir daí, foi construído o roteiro de entrevista e estas foram realizadas com dois grupos diferentes.

Este roteiro teve por objetivo fazer análises mais profundas sobre o método de trabalho desenvolvido, a atuação dos gerentes, *stakeholders* e consultores e as dimensões de sucesso percebidas por estes. Foram selecionadas três equipes de projetos de três secretarias distintas.

Na Secretaria das Cidades (SECID) participaram da pesquisa a secretaria executiva e os dois gerentes de projetos, além dos dois analistas de orçamento, planejamento e gestão correspondentes.

Na Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos (SRHE) participaram da pesquisa a secretaria executiva, a coordenadora de obras, dois gerentes de projetos e os quatro membros da equipe, além dos dois analistas de orçamento, planejamento e gestão correspondentes.

No Complexo Industrial Portuário de Suape (SUAPE) participaram da pesquisa um coordenador de obras, três gerentes de projetos, além do analista de orçamento, planejamento e gestão correspondente.

A seleção dos membros da equipe foi baseada de duas formas. Por meio do método da bola de neve, através da indicação de pessoas por parte de um entrevistado inicial, que funciona através de uma rede de amostragem, e é talvez uma das formas mais comuns no propósito da seleção da amostra. Além da conveniência, através do convite a indivíduos que se mostraram mais aptos e dispostos a colaborar com o estudo. Os métodos utilizados, segundo Merriam (1998), são próprios da pesquisa qualitativa.

Cicmil (2006) afirma que os entrevistados são vistos como repositórios de conhecimento sobre a sua "realidade", que pode ser expressa para o pesquisador, através do processo de fazer pergunta se interpretar as respostas. Para tanto, cabe ao pesquisador saber formular as perguntas e fornecer um ambiente propício para abrir a comunicação com o entrevistado. Através do processo de coleta exposto, buscou-se refletir sobre as experiências de profissionais de projeto.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Todas as entrevistas ocorreram durante o período de agosto a setembro de 2013, tendo sido gravadas em meio digital e posteriormente transcritas, resultando em um documento único, contendo todas as transcrições com páginas numeradas. Foi acordado com os entrevistados, que seus nomes não seriam divulgados neste trabalho.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise das entrevistas foi realizada a partir da definição e arranjo das categorias analíticas. “(...) categorias podem vir pelo menos de três fontes: o investigador, os participantes, ou fontes fora do estudo, tal como a literatura” (MERRIAM, 1998). Assim, a lista de categorias será produto da leitura das transcrições dos relatos dos participantes e no final será construído um conjunto com todas elas. As respostas foram interpretadas cada uma, de acordo com o método da análise pragmática da linguagem, desenvolvido por Mattos (2005), relacionando-as com os resultados obtidos a partir do referencial teórico utilizado no estudo.

Por fim, foram discutidos os resultados e feitas considerações finais sobre estes.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão discutidos os relatos dos entrevistados de acordo com a secretaria ao qual eles estão vinculados, com vistas a identificar na disponibilização de informações e documentação para o planejamento e execução do projeto.

- SECID

De acordo com o entrevistado A, as informações são geradas pela secretaria executora da obra, com o suporte da SEPLAG, que compila e repassa as informações para a própria secretaria. Nas reuniões são originadas informações que geram encaminhamentos.

O que a gente tem de disponível no painel de controle online é para os secretários e para o governador, a gente não é autorizado pra mandar o nosso material para uma construtora. Ele está lá olhando e deliberando alguma coisa, então é gerado uma ata nessas reuniões, que enfim são gerados encaminhamentos que são responsáveis pelo pessoal dele lá, entendeu? (Entrevistado A).

Para as empresas contratadas, as informações são repassadas por meio formal, através dos contratos de serviços e das licitações e servem de base para a construção do cronograma



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

junto ao EGP. Este cronograma vai servir de base para a geração dos relatórios de monitoramento, que seguirá para a cúpula do Governo do Estado. As informações são repassadas internamente pela equipe através de email e das reuniões semanais que ocorrem com a equipe e a SEPLAG.

Primeiro, para você se basear você tem um contrato, uma ordem de serviços e os elementos da licitação que são as planilhas orçamentárias os cronogramas. Então, em posse dessa documentação toda você vai atuar na fiscalização, então vai seguir o que foi planejado na licitação que tem um cronograma que vai ser adequado quando vai para o EGP, ai a gente segue aquele cronograma do EGP (Entrevistado C).

Para quem faz parte da equipe é tudo via e-mail, são duas reuniões semanais, uma com toda equipe que faz parte junto com a SEPLAG pra fazer esse acompanhamento e esse que tem a validação que também é uma vez por semana junto com o secretário, fora essas duas reuniões semanais a gente faz toda comunicação por e-mail (Entrevistado D).

- SRHE

As informações que dão suporte ao planejamento e monitoramento do projeto são disponibilizadas pelas empresas contratadas, a empresa construtora e, quando há, a fiscalizadora. Não há checagem in loco pelo analista, esta é feita pela secretaria executora.

Em relação a equipe, todas as informações que a gente obtêm para elaboração tanto do Project, quanto do plano projeto, advêm da equipe de projeto que é constituída pelo gerente, pode ter outros envolvidos do setor de licitação e de desapropriação etc. representantes desses setores, então essas informações são disponibilizadas para gente por esses atores, por essas pessoas (Entrevistado J).

Geralmente a gente faz em conjunto com a empresa e eles é que têm mais condições, disponibilidade, devido ao equipamento deles e a gente só faz o acompanhamento desse serviço ai. Para elas serem disponibilizadas, eu vou lá procurar ver se realmente estão sendo cumpridas, ai a gente vê se estão em atraso, se não estão, se estão em dia ou se estão na frente do cronograma (Entrevistado P).

Informações da estrutura do projeto, as etapas de projetos tudo, construtora e fiscalização. É estudar o projeto em si e determinar quais são as etapas e divide por metas pequenas que caibam no quadro que tem imposto (Entrevistado Q).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Apresentam-se as informações relativas ao projeto aos envolvidos em reunião, além da cúpula do Governo do Estado, e a comunicação destas é realizada por email e do painel de controle.

O público interno nós fazemos reuniões com todos, então isto é via email, a gente tem um acesso aqui agora pela SEPLAG, nós temos uma ferramenta que você acessa online todos os empreendimentos que estão sendo executados por sua secretaria e por outros, mas você tem acesso ao da sua secretaria. Então, internamente a gente tem acesso a todos estes empreendimentos e suas informações (Entrevistado K).

Através da internet, a gente tem aqui um sistema na secretaria que a gente chama uma pasta pública e todo mundo acessa e o acompanhamento que é feito semanalmente, pela secretaria de planejamento e estas informações são validadas pelo secretário e apresentadas ao governador mensalmente (Entrevistado L).

- SUAPE

As empresas contratadas, a empreiteira, mais a fiscalizadora, quando há, são responsáveis pelo repasse das informações relativas ao planejamento e execução do projeto. Não há checagem *in loco* pelo analista.

(...) não para fiscalizar e ver se está tudo certo, porque não somos engenheiros, existe alguns engenheiros, mas ninguém está trabalhando como engenheiro, está trabalhando como gestores. As informações são disponibilizadas por eles, é quem dizem o que vai acontecer na fase de planejamento, e como é que está ocorrendo na fase do acompanhamento da execução de serviço, aí também às vezes vem para as reuniões, o fiscal da obra, empresa fiscalizadora que normalmente quando existe uma obra tem a construtora e a empresa fiscalizadora que é aquela que elabora o projeto e ver se a empresa construtora está fazendo conforme o projeto (Entrevistado E).

A gente sempre passa o plano de projeto, a gente apresenta para o secretário nas regiões de monitoramento, que tem as participações de todas aquelas equipes. Os portfólios que são elaborados depois do acompanhamento, a gente também disponibiliza para a equipe da secretaria, para o gerente de projeto, para secretaria, e algumas informações dos fatos de porte são repassadas para o painel de controle, que é uma ferramenta web. Painel de controle, que pode ser acessado a qualquer momento pela internet ou pessoas do governo, o governador pode acessar a qualquer momento, o secretário, e então é sempre disponibilizado virtualmente (Entrevistado S).

Apresentam-se as informações relativas ao projeto aos envolvidos em reunião e a comunicação das informações é realizada por email. Concluído o planejamento do projeto, passa-se para o monitoramento em que são discutidos os entraves do projeto. Então, as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informações são debatidas e disponibilizadas à medida que são coletadas, em especial diante dos problemas que aparecem.

Que é uma coisa que eu achei importante também nessa parte da SEPLAG, é que não só o meu produto, mas quando a gente vai para uma reunião de monitoramento com o EGP e todo o corpo técnico aqui de SUAPE, porque estas informações são importantes, porque as informações de uma, o outro ainda não teve experiência, aquela vivência daquele problema, os entraves, aí já ajuda (Entrevistado F).

[o projeto] é apresentado a empresa executora, é apresentado a nós gerentes, aos coordenadores e ao gerente de obra e analista, né? Todos os envolvidos diretamente com a obra. Faz a reunião, apresenta-se aquele escopo, aquele planejamento, toda aquela programação e a partir daí na semana seguinte, já se começa a fazer, se manda por e-mail essa programação que foi acertado que foi previamente planejado daquela obra, isso passa para cada um dos envolvidos (Entrevistado G).

(...) diariamente, que temos contato com o pessoal, diariamente, e aí os problemas vão aparecendo, e aí a gente vai disponibilizando [informações]. Aqui para isso não tem só uma ferramenta específica, não é só e-mail ou só isso ou só aquilo, não, ele feito de todas as formas (Entrevistado H).

Este é o nosso planejamento, e assim semanalmente nós monitoramos as obras, junto com o EGP, para que a gente possa replicar para não só o conhecimento do Estado, mas de todos, que é uma nova tecnologia da SEPLAG, o painel de controle, para que a gente possa acompanhar em tempo real as obras. [as informações são disponibilizadas] exatamente através das ferramentas, a gente vai pontuando os gargalos, os caminhos críticos, pontuando item a item para que estas informações sejam levadas em consideração (Entrevistado I).

Os relatos dos respondentes nos permitem observar que para as empresas contratadas, as informações são repassadas por meio formal, através dos contratos de serviços e das licitações e servem de base para a construção do cronograma junto ao EGP. Este cronograma vai servir de base para a geração dos relatórios de monitoramento, que seguirá para a cúpula do Governo do Estado.

As informações que dão base a estes relatórios são disponibilizadas pelas empresas contratadas, a empresa construtora e, quando há, a fiscalizadora. Os analistas do EGP-PE compilam e repassam as informações para a própria secretaria. As informações são repassadas internamente pela equipe através de email e das reuniões semanais que ocorrem com a equipe e a SEPLAG. Não há checagem *in loco* pelo analista, esta é feita pela secretaria executora. Com os relatórios em mãos, nas reuniões de monitoramento, são discutidos os entraves do



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

projeto. Então, as informações são debatidas e disponibilizadas à medida que são coletadas, em especial diante dos problemas que aparecem. Participam desta reunião representantes do EGP-PE, da secretaria e da empresa construtora, além da cúpula do Governo do Estado.

7 CONCLUSÕES SOBRE O CASO ESTUDADO

Este trabalho teve por contribuição acadêmica contextualizar as ferramentas de gerenciamento de projetos na esfera pública conforme apontam Cicmil e Hodgson (2006), Andersen e Vaagaasar, 2009 e Thi e Swierczek (2010) Sage, Dainty e Brookes (2010). Além disso, como justificativa prática serve de subsídio para os gestores do Governo do Estado de Pernambuco refletirem sobre as práticas desenvolvidas nos projetos desenvolvidos por estes. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, a fim de analisar a disponibilidade de informações e documentação para o planejamento e execução dos projetos em três secretarias (CUNHA; PEISCHL, 2012).

Conclui-se que as ferramentas de gestão de projetos promovem ganhos à gestão pública, ainda que de maneira limitada em especial pela visualização das ações futuras e o monitoramento destas, de modo a possibilitar a discussão sobre as tarefas que fogem do planejado, para que sejam tomadas medidas corretivas (SINGH, KEIL E KASI, 2009; NASCIMENTO *et al*, 2011). Com isso, há diminuição do prazo médio de execução, em relação aos demais projetos que não são gerenciados através deste método (SRIVANNABOON 2009; KERZNER, 2011). Todavia, alguns apontamentos precisam ser ressaltados.

As informações para as empresas contratadas são repassadas pelas secretarias contratantes através do meio formal. Estas informações servem de base para a construção dos artefatos do gerenciamento de projetos: plano de projeto (quando há) e cronograma. Contudo, o foco do monitoramento das ações está direcionado aos prazos. Deixando de lado as informações relativas aos custos orçados e qualidade pretendida. Isto limita a reflexão sobre a meta do projeto, seu escopo e critérios de entrega (CICMIL E HODGSON, 2006; SINGH, KEIL E KASI, 2009; SAGE, DAINTY E BROOKES, 2010).

Outro fator que impacta nos custos e também na qualidade dos projetos está relacionado ao planejamento, pois há uma distinção entre a equipe que desenvolve os projetos executivos e a que realiza o gerenciamento. Desta forma, o planejamento não é realizado de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

maneira apropriada, não sendo as informações relativas ao escopo, riscos e suas contramedidas bem determinadas conforme apontado por Stretton e Blythman (2012).

Por fim, percebe-se que as informações que compõem os relatórios de acompanhamento são repassadas pelas empresas contratadas, e apenas às vezes há checagem das mesmas. Através dela são discutidas as dificuldades e deliberações sobre os projetos.

Através dos comentários expostos acima, pôde-se visualizar os problemas relativos à disponibilização de informações e documentação para o planejamento e execução do projeto. Não só porque estes são vistos como um recurso necessário às atividades organizacionais, (MARTÍNEZ-SILVEIRA, ODONE, 2007; PRESSER *et al* 2012), mas sim pelo fato de que informações limitadas ou inadequadas culminam com a restrição dos relatórios e reflete no pouco aprofundamento da discussão entre os envolvidos.

Contudo, este estudo apresenta uma limitação, reflexo do próprio problema apresentado acima. Em relação ao campo da pesquisa, inicialmente, foi repassada a informação de um quantitativo, mas durante a realização das entrevistas, foi percebido que este universo é muito maior, pois há muitas pessoas que estão ligadas aos projetos, mas não atuam diretamente no seu planejamento e monitoramento. Estes indivíduos, conseqüentemente, não foram ouvidos. Mesmo realizando atividades relativas a estes projetos. O que sugere outro problema, nem todos os indivíduos que realizam atividades nos projetos participam do planejamento da sua própria atividade. Com isso, pode-se imaginar que as suas inter-relações, e a própria definição de prazos e recursos pode ficar prejudicada, uma vez que a fonte da informação pode ser questionada.

Por isso, para estudo futuro, sugere-se mapear todos os envolvidos no gerenciamento dos projetos em organizações públicas, identificar o papel exercido por estes e analisar suas necessidades informacionais no processo de gerenciamento. Para tanto, pode-se realizar uma análise multivariada e uma imersão no campo, a fim de confrontar as dinâmicas expostas pelos envolvidos e as praticadas por estes.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Erling S.; VAAGAASAR; Anne Live. Project Management Improvement Efforts—Creating Project Management Value By Uniqueness or Mainstream Thinking? **Project Management Journal**, Vol. 40, No. 1, pg. 19–27, 2009.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



BREDILLET, Christophe et al. Collaborative academic/practitioner research in project management: Examples and applications. **International Journal of Managing Projects in Business**, Vol. 1, No. 1, pg. 17-32, 2008.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 1996. 4 ed.

_____; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CICMIL, Svetlana; THOMAS, Janice. Collaborative academic/practitioner research in project management: examples and applications. **International Journal of Managing Projects in Business**, Vol. 1 No. 2, pg. 168-192, 2008.

CICMIL, Svetlana. Understanding project management practice through interpretative and critical research perspectives. **Project Management Journal**. Vol. 37, No. 2, 2006, pg. 27-37.

_____; HODGSON, Damian. New Possibilities for Project Management Theory: a critical engagement. **Project Management Journal**. Vol. 37, No. 3, pg. 111-122, 2006.

CRAWFORD, Lynn H., HELM, Jane. Government and Governance: The Value of Project Management in the Public Sector. **Project Management Journal**, Vol. 40, No. 1, pg. 73-87, 2009.

COSTA, Enio Bergoli da, *et al.* Gerenciamento de projetos no governo do estado do Espírito Santo: o caso do Pró Gestão In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. **Anais Eletrônicos**. Buenos Aires, 2008.

CUNHA, André Luiz; PEISCHL, Roberto Bittencourt. **O valor das informações para as empresas e a importância da segurança**. São Paulo, 2012.

DUQUE, Welton Sthel; PELISSARI, Anderson Soncini. Proposição de Modelo entre Gerenciamento de Projetos e Gestão Estratégica: Alinhamento de Processos para a Realização de Objetivos Organizacionais. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD, 34, 2010. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. Vol. 35, No. 2, 1995.

GREGO, Thiago Alexander *et al.* O Desafio de Implementar a Estratégia: uma análise da utilização do Gerenciamento de Projetos com Ferramenta de Implantação da Estratégia do



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Governo de Minas Gerais. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD, 33, 2009. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPAD, 2009.

KERZNER, Harold. Strategic Planning for a Project Office. **Project Management Journal**, Vol. 34, No 2, 2003.

_____. **Project management metrics, KPIs and Dashboards:** a guide to measuring and monitoring project performance. Nova Jersey: Wiley, 2011.

KLERING, Luis Roque, *et al.* NOVOS CAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. **Análise**. Porto Alegre, Vol. 21, N. 1, pg. 4-17, Jan./Jun, 2010.

LENFLE, Sylvain; LOCH, Christoph. Lost Roots: how project management came to emphasize control over flexibility and novelty. **California Management Review**, Vol. 53, No. 1 Fall, 2010.

MATTOS, P. L. C. L. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para a sua análise. **Revista de Administração Pública**. Jul/ago, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINEZ-SILVEIRA, M.; ODONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, Vol. 36, No. 1, pg.118-127, maio/ago, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **RAP — Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, Vol. 42, No. 1, pg. 61-82, Jan./Fev, 2008.

MERRIAM, S. **Designing the Study and Selecting Sample**. In: _____. Qualitative Research and case study application in education. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

NAGADEVARA, Vishnuprasad. Project success factors and inter-sectoral differences. **Review of business research**, Vol. 12, No. 1, 2012.

NASCIMENTO, Thiago Cavalcante, *et al.* Fatores que Contribuem para a Maturidade em Gerenciamento de Projetos: O Caso de Um Governo Estadual. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD, 35., Rio de Janeiro, 2011. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

NTLOKOMBINI, Nyameko Nomhonxo Pearl. **Project management as a catalyst for improved quality within organisations**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Cape Peninsula University of Technology, Bellville, 2010.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

OLATEJU, Olawale I *et al.* Project management practice in nigerian public sector – an empirical study. **Australian Journal of Business and Management Research**. Vol.1, No.8, pg. 01-07, 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PACKENDORFF, Johann. Should project management get carried away? On the unfinished business of critical project studies. In LUNDIN, Rolf A.; HÄLLGREN, Markus (org.) **Advancing Research on Projects and Temporary Organizations** (próximo). Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2013. Disponível em:<http://media1.lindgrenpackendorff.com/2013/02/Packendorff_2013_ARPTO.pdf>.

Acesso em: 06 julho 2013.

PATAH, Leandro Alves; CARVALHO, Marly Monteiro de. Métodos de gestão de projetos e sucesso dos projetos: um estudo quantitativo do relacionamento entre estes conceitos. **Revista de Gestão e Projetos - GeP**, São Paulo, Vol. 3, No. 2, pg. 178-206, mai./ago. 2012.

PRESSER, Nadi Helena; *et al.* **A eficácia do uso da informação na construção do conhecimento: Estudo de caso sobre o impacto informacional**. In: ENANCIB, 13, 2012, Rio de Janeiro, 2012.

ROSACKER, Kirsten M.; ROSACKER, Robert E. Information technology project management within public sector organizations. **Journal of Enterprise Information Management**. Vol. 23 No. 5, 2010.

SAGE, Daniel J.; DAINTY, Andrew R.J.; BROOKES, Naomi J. Who reads the project file? Exploring the power effects of knowledge tools in construction project management. **Construction Management and Economics**, No. 28, 2010.

SANTOS, Luiz G. de Castro; MARTINS, Marcelo R. Evoluindo na maturidade em gerenciamento de projetos e empreendimentos: caso do estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO ENEGEP. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Pedro Ferraz de Andrade Augusto dos Santos; GONÇALVES, Carlos Alberto; DIAS, Ana Valéria Carneiro. Implementação da Gestão de Portfólio de Projetos no Setor Público: Um estudo de caso no Governo de Minas Gerais. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD, 36., Rio de Janeiro, 2012. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



SINGH, Rajendra; KEIL, Mark; KASI, Vijay Identifying and overcoming the challenges of implementing a project management office. **European Journal of Information Systems**. Vol. 18, pg. 409–427, 2009.

SRIVANNABOON, Sabin. Achieving competitive advantage through the use of project management under the plan-do-check-act concept. **Journal of General Management**. Vol. 34 No. 3, 2009.

STRETTON, Alan; BLYTHMAN, Terence. Alternative scenarios for the future of the project management industry. **PM World Journal**. Vol.1, No. 5, Dez, 2012.

THI, Cao Hao; SWIERCZEK, Fredric William. Critical success factors in project management: implication from Vietnam. **Asia Pacific Business Review**. Vol. 16, No. 4, pg. 567–589, 2010.

TOSCANO, Thiago Coelho; *et al.* A experiência do *Project Management Offices* Central do Estado de Minas Gerais: a busca da maturidade em gerenciamento de projetos governamentais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. **Anais Eletrônicos**. Buenos Aires, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZDANYTÈ, Kristina; NEVERAUSKAS, Bronius. The Theoretical Substation of Project Management Challenges. **Economics & Management**, No 16, 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

X EDICIC - 2016



Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

**OPERACIONALIZANDO A ANÁLISE DE DOMÍNIO DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
POR MEIO DO CONCEITO DE COMUNIDADE DE PRÁTICA**

***LA APLICACIÓN DEL ENFOQUE DE ANÁLISIS DE DOMÍNIO A LA
INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO A TRAVÉS DEL CONCEPTO DE COMUNIDAD DE PRÁTICA***

Miriam Gontijo de Moraes, UFRJ

Resumo: O artigo tem o objetivo de relatar a operacionalização do conceito de Comunidade de Prática no contexto de uma abordagem social da produção do conhecimento visando compor a metodologia de análise de domínio para a Organização e Representação do Conhecimento. Traz elementos para a reflexão sobre formas de operacionalização da análise de domínio, buscando um referencial no estudo sobre o Atlas de La Ciencia da Universidad de Granada e no debate apontado por Barité e Fernández-Molina na defesa da estratégia *bottom-up* de construção de uma estrutura conceitual, que opta pela análise indutiva dos termos usados na comunicação e prática cotidiana de uma comunidade, evitando o enfoque *top down* que privilegia a disciplinaridade e a nacionalidade como fatores limitadores na representação do conhecimento interdisciplinar. Apresenta o perfil descritivo das comunidades de prática da Rede de Laboratórios da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com a identificação de 123 unidades e a representação do repertório da produção de 17% destas, que forneceram características para uma análise qualitativa. Aponta os principais desdobramentos da primeira etapa da pesquisa e os desafios de organização da produção científica da instituição com a predominância da natureza interdisciplinar da pesquisa que encontra acolhida na abordagem da análise de domínio.

Palavras-chave: Análise de Domínio, Comunidades de Prática, Organização do Conhecimento.

Abstract: The article aims to report the operationalization of the Community of Practice concept in the context of a social approach to knowledge production aiming at building the domain analysis methodology for the Organization and Knowledge Representation. Brings elements for reflection on ways of operationalizing the domain analysis, looking for a reference in the study of the Atlas of La Ciencia of Granada University and the debate pointed out by Barité and Fernández-Molina in the defense of bottom-up strategy of building a conceptual framework, which chooses the inductive analysis of the terms used in communication and everyday practice of a community, avoiding top-down approach that focuses on disciplinary and nationality as limiting factors in the representation of interdisciplinary knowledge. Displays the descriptive profile of the communities of practice of State of Rio de Janeiro Federal University Laboratory Network, with the identification of 123 units and representing the 17% production of these repertoire that provided features for a qualitative analysis points out the main developments of the first stage of the research and organizational challenges of scientific production of the institution with the predominance of the interdisciplinary nature of the research that is accepted in the domain analysis approach.

Keywords: Domain Analysis, Communities of Practice, Knowledge Organization



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de relatar a operacionalização do conceito de Comunidade de Prática no contexto de uma abordagem social da produção do conhecimento visando compor a metodologia de análise de domínio para a Organização e Representação do Conhecimento.

No debate sobre o processo de organização do conhecimento, o desafio que se coloca aos profissionais da informação consiste em organizar e representar o conhecimento registrado e divulgado, objeto da área de estudos denominada Organização do Conhecimento, em contextos inter, multi e transdisciplinar. No campo da Ciência da Informação, a perspectiva da Análise de Domínio de Hörlund e Albrechtsen (1995) identifica o conhecimento como algo construído socialmente, por meio da interação do usuário com o seu específico contexto de informação, em um espaço discursivo formado pelas principais temáticas de assunto, em seus menores ou mais detalhados ambientes de uso, e que se encontra registrado e passível de divulgação. Também a abordagem sociológica do fenômeno do conhecimento possibilitou a delimitação do campo da teoria social da construção do conhecimento e da aprendizagem, que toma a participação social como o *locus* de emergência do aprendizado.

A abordagem participativa na organização do conhecimento por meio de comunidades de prática, discursivas ou virtuais, é uma tendência em sociedades que se caracterizam pela complexidade e fragmentação decorrentes, conforme aponta Wersig (1993), do uso diferenciado das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Segundo este autor, apesar de ter possibilitado a produção de um conhecimento cada vez mais complexo e sofisticado, paradoxalmente o uso das TICs implicou no avanço da fragmentação do conhecimento.

Fazendo parte de um quadro conceitual mais amplo para se pensar a aprendizagem (produção do conhecimento), inclusive em ambiente digital, o conceito de Comunidades de Prática, como foi inicialmente formulado por Wenger (1998), é um construto utilizado nas análises, sendo que uma comunidade de prática pode ser vista como um sistema social de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

produção de conhecimento, com características dos sistemas de forma mais geral: estrutura emergente, relacionamentos complexos, auto-organização, limites dinâmicos, negociação de identidade e cultural, vocabulário próprio, para mencionar alguns. Num sentido, é a mais simples unidade social que tem as características de um sistema de aprendizagem social.

Estudos direcionados ao entendimento sobre o desenvolvimento e partilha de conhecimento entre grupos (BECHER; TROWLER, 1989; FERLIE et al., 2005) se utilizam da categoria de análise Comunidades de Prática - CoPs para conceituar disciplinas acadêmicas e grupos profissionais dentro de instituições e organizações.

A categoria de análise Comunidades de Prática - CoPs foi usada para conceituar e identificar grupos profissionais no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-Unirio, tendo como referência estudos sobre o desenvolvimento e partilha de conhecimento. A identificação de uma comunidade de prática pelo seu repertório é o primeiro passo na proposta de uma metodologia cuja abordagem é a análise de domínio.

No que tange ao repertório de uma comunidade de prática, segundo Guimarães (2014, p.18) “os estudos terminológicos e de discurso de um domínio prestam-se para a análise de como, nesse domínio, se nomeiam conceitos, e se organizam palavras, textos e enunciados, segundo critérios semânticos e pragmáticos.”

Além da construção de microtesauros e dos estudos terminológicos, apontados por Hjørland (2002) como abordagens que caracterizariam a análise de domínio, fazem parte desta caracterização a produção de obras de referência; indexação e recuperação da informação; estudo de usuários; estudos bibliométricos; estudos históricos; estudos de gêneros/tipologias documentais; estudos epistemológicos e críticos; comunicação científica; cognição científica; conhecimento especializado e inteligência artificial, o que ele chamou de 11 competências específicas do profissional da informação e bibliotecários para fins de análise de domínio. Para fins de nossa proposta, como bem enfatiza Guimarães (2014, p.17), “a elaboração de classificações e tesauros possibilita a organização das estruturas lógicas e dos conceitos de um domínio, assim como as relações semânticas entre os conceitos”.

O universo da rede de laboratórios da Unirio é um dos muitos espaços que não é caracterizado como unidade de informação, mas a perspectiva de um sistema de comunidades de prática revela a produção de uma riqueza de documentos e conhecimentos constituindo ainda um espaço de memória, saberes e cultura que necessita de ações de identificação,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

organização e divulgação.

A fim de promover as práticas de organização do conhecimento, preservação e educação patrimonial em uma estratégia *bottom-up*, levou-se em conta o pressuposto de que a representação de uma comunidade de prática pelo seu repertório, presente no vocabulário especializado, é um ponto de partida. Buscamos os modos da representação documentária para um repertório especializado carente de organização. Até o presente momento foram identificadas 126 comunidades de práticas e representados por meio de microtesauros os repertórios de 28 destas.

Em acordo à estratégia *bottom-up*, para a composição de um *corpus* textual das comunidades de prática, são selecionados artigos científicos publicados em bases de dados virtuais, incluindo, para maior garantia literária, os trabalhos produzidos pelos próprios pesquisadores de cada comunidade.

Este artigo se apresenta em quatro seções, sendo que o capítulo 2 traz elementos para se pensar as formas de operacionalização da análise de domínio, buscando um referencial no estudo sobre o Atlas de *La Ciencia da Universidad de Granada* apresentado pelo coordenador do projeto, o prof. Moya-Anegón, no qual privilegiou a análise institucional de domínio como um campo de aplicação, e no debate levantado por Barité e Fernández-Molina (2012) na defesa da estratégia *bottom-up* de construção de uma estrutura conceitual, uma vez que opta pela análise indutiva dos termos usados na comunicação e prática cotidiana de uma comunidade para a representação de um determinado domínio, evitando-se assim enfoques *top-down* que privilegiam a disciplinaridade e a nacionalidade como fatores limitadores, tendo em vista o panorama cada vez mais interdisciplinar da produção científica.

No capítulo 3 é apresentado o perfil descritivo das comunidades de prática da Rede de Laboratórios da Unirio, com a identificação de 123 comunidades de práticas e a representação do repertório da produção de 17% destas, nos forneceu as características para a análise qualitativa apresentada. As comunidades foram distribuídas por temáticas referentes aos Centros Acadêmicos da instituição e em relação à participação de cada unidade acadêmica no universo das comunidades de prática da Unirio, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) está representado com 68% dos 123 laboratórios mapeados na 1ª etapa do projeto, cabendo às outras unidades, respectivamente as seguintes participações: Centro de Ciências Humana e Sociais (CCH) e Centro de Letras e Artes (CLA) com 15,08% cada;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) com 1,59% e o Centro de Ciência Jurídicas e Políticas (CCJP) com os 0,79% restantes.

Na conclusão são apontados os principais desdobramentos da primeira etapa da pesquisa e os desafios de organização da produção científica da instituição com a predominância da natureza interdisciplinar da pesquisa ali desenvolvida, mas que encontra acolhida na abordagem da análise de domínio.

2 DISCUSSÕES METODÓGICAS ACERCA DA ANÁLISE DE DOMÍNIO E SUAS APLICAÇÕES

Segundo Guimarães (2014), a organização do conhecimento, numa perspectiva teórica, foca o conhecimento registrado e divulgado, e, enquanto área de estudos, pode encontrar, na análise de domínio, destacado aporte metodológico. Para nossa perspectiva, o que mais nos interessa aqui é o fato de que esta abordagem possibilita a identificação das condições de construção e socialização do conhecimento. Ademais, a análise de domínio permite identificar as categorias fundamentais do domínio a ser representado, levando-se em consideração o enfoque considerado relevante pelos pesquisadores de uma área, seja ela disciplinar, multi, inter e transdisciplinar, constituindo as bases da garantia literária como aponta Beghtol (1995). No entanto, a operacionalização da Análise de Domínio ainda se encontra em construção e como destaca Smiraglia (2011 apud Guimarães 2014), a análise de domínio caracteriza-se pelo estudo dos aspectos teóricos de dado entorno, geralmente representado por uma literatura ou comunidade de pesquisadores, constituindo um meio para a geração de novo conhecimento acerca da interação de dada comunidade científica.

A recente discussão metodológica para a construção de Sistemas de Organização e Representação do Conhecimento (SOCs) se aprofunda quanto às estratégias para a delimitação de um domínio. Barité e Fernández-Molina (2012) destacam a análise de domínio como o conjunto de aproximações teórico-metodológicas que vão dar conta da representação do campo temático compartilhado por uma comunidade de discurso. Neste conjunto, eles relacionam a estratégia *top down* ao método dedutivo na construção da estrutura conceitual de um SOC e identificam os autores que pontuam o fato de que os SOCs desenvolvidos a partir de uma estratégia *top down* são predominantemente hierárquicos e disciplinares, e defendem a estratégia *bottom-up* de construção de uma estrutura conceitual, uma vez que opta pela



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

análise indutiva dos termos usados na comunicação e prática cotidiana de uma comunidade para a representação de um determinado domínio.

Uma importante e reconhecida aplicação da análise de domínio é o projeto *Atlas de la Ciencia da Universidad de Granada*, coordenado pelo Prof. Dr. Felix de Moya-Anegón. Segundo Moya-Anegón et al (2004), foi o criador do *Science Citation Index* (SCI) e fundador do *Institute for Scientific Information*, Eugene Garfield, quem apontou a possibilidade de contar com um Atlas da Ciência, já na década de 50 do século 20. No princípio dos anos 80, conforme relata Moya-Anegón, Garfield retoma a ideia e anuncia a criação de um protótipo de atlas correspondente ao campo temático composto pela Bioquímica e a Biología Molecular, por meio da identificação dos trabalhos mais citados de cada um dos 102 subcampos que evidenciavam uma rede de relações entre eles. Ainda conforme o relato de Moya-Anegón (2014), a técnica de representação proposta era o «mapa de *clusters*» (*cluster mapping*). Cada um dos 102 subcampos ou frentes de investigação constitui um capítulo do atlas, o qual é composto pelos seguintes metadatos: um *mini-review*, um *cluster-map* que mostra a conectividade dos documentos principais, uma bibliografia completa dos trabalhos que constituem cada núcleo e uma lista dos trabalhos mais importantes citados pelo núcleo.

Na avaliação de Garfield (1980), os *mini-reviews* podiam ser comparados às pequenas entradas, ao estilo de uma enciclopédia, descrevendo resumidamente as características de cada subcampo. Para Garfield, conforme relata Moya-Anegón (2014), a principal característica deste tipo de enciclopédia estaria no fato de ser construída a partir de uma estrutura baseada tematicamente em função da livre interrelação dos trabalhos científicos, e, não a exemplo das sistemáticas classificatórias e taxonomias *a priori*, ou seja, o mapeamento se pautou pela abordagem *bottom-up* de construção de uma estrutura representativa da área temática, que também foi a nossa opção de abordagem.

Foram utilizadas técnicas estatísticas multivariantes, análises de *cluster* e Escalamiento Multidimensional (MDS) na construção dos mapas visando um Atlas do conhecimento. Mapas específicos resolvem, na avaliação de Garfield (1980), de maneira aceitável a representação de relações entre elementos de um campo temático específico (perspectiva micro da abordagem *bottom-up*). Desta forma se renuncia às representações globais e se potenciam as parciais ou específicas.

No entanto, entre as críticas apontadas por Moya-Anegón (2014) a esta iniciativa, na



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

perspectiva da análise de domínio, estão o fato de que o projeto de Garfield (1980) não priorizou a representação de domínios institucionais, em favor de domínios do conhecimento, como também não se preocupou com os aspectos dinâmicos da investigação nem a evolução das frentes de investigação, aspectos estes que, mais recentemente, encontraram melhorias mediante a possibilidade de integrar mapas de co-citação de autores, baseados na técnica de análise de redes, ou análise de redes neurais.

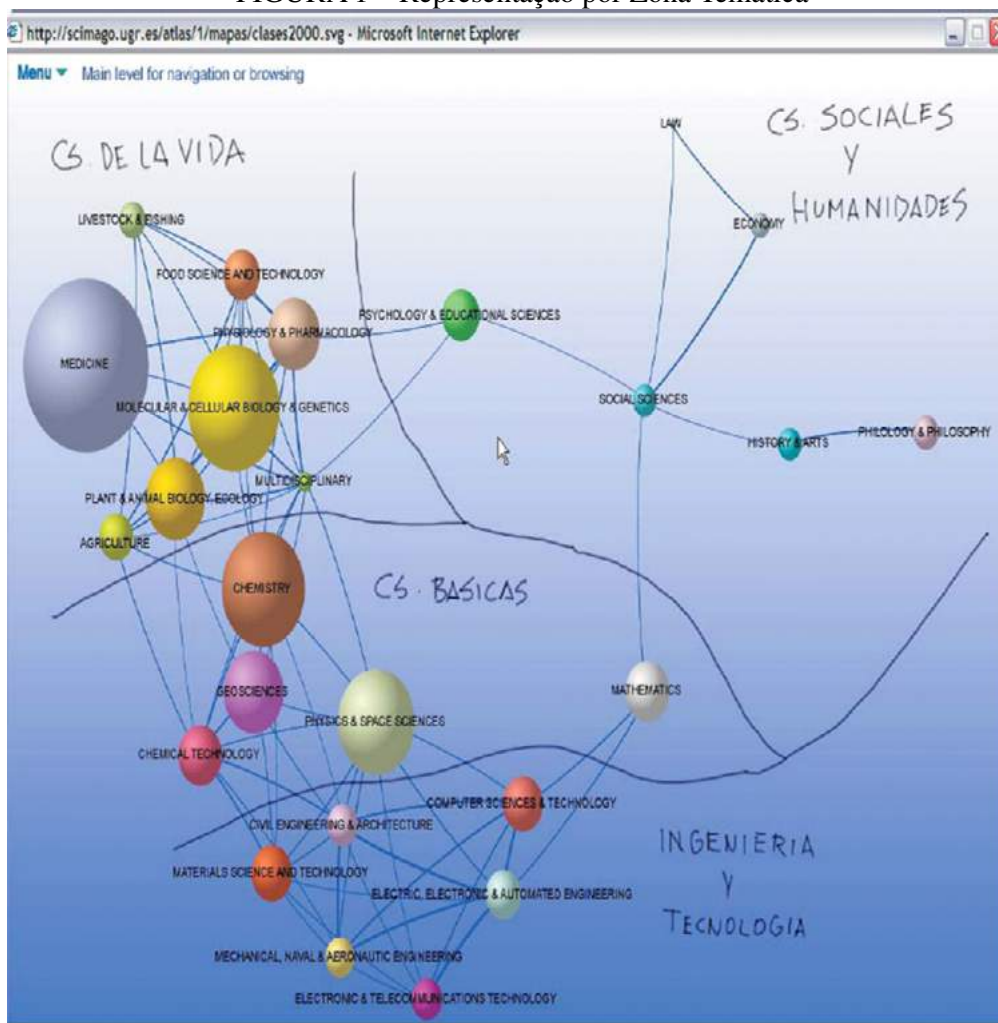
Ao focar a análise de domínio institucional, Moya-Anegón (2014) pontua que este tipo de análise é uma espécie de estudo bibliométrico para representar de forma mais precisa o perfil do investigador de uma determinada instituição acadêmica, por meio da análise da produção científica, identificando indicadores de produção, visibilidade, produtividade, entre outros, sendo que a série de indicadores é apresentada de forma global ou por faculdade, escolas, institutos e departamentos.

O seu projeto do *Atlas da Ciência da Universidade de Granada* teve como fonte de dados a base *Science Citation Index* (SCI), publicada pelo *Institute for Scientific Information* (ISI). No entanto, como o próprio autor pontua, a utilização de base de dados como única fonte encontra suas limitações, uma vez que entre as críticas que se fazem a esta abordagem estão o fato de que a cobertura das bases tende a refletir a disciplinariedade e a nacionalidade como fatores limitadores, tendo em vista o panorama cada vez mais interdisciplinar da produção científica.

Como um dos resultados já apresentado pelo projeto do Atlas da Ciência da Universidade de Granada, que se mostra útil aos nossos propósitos iniciais, identificamos a construção de um sistema no qual o acesso à informação é apresentado mediante uma estrutura temática. As 25 áreas temáticas da ANEP (Agencia Española de Evaluación y Prospectiva) foram agrupadas, conforme relata Moya-Anegón (2014), em esferas cujo tamanho é proporcional ao volume de artigos incluídos em cada área da ANEP. Os enlaces entre as esferas mostram as relações de co-citação entre cada área. Neste mapeamento, a representação permite reconhecer pelo menos quatro grandes zonas temáticas, a saber:

1) correspondente às Ciências da Vida, na qual a Medicina é a mais produtiva, e que aparece contígua à Biologia Celular e Molecular, às Ciências Agrícolas e à Psicologia 2) a Física e a Química; 3) as engenharias; 4) as Ciências Sociais e Humanidades (ver figura1).

FIGURA 1 – Representação por Zona Temática



Fonte: Moya-Anegón, 2014, p.23

Como forma de “driblar” as limitações acima citadas, a análise de domínio, operacionalizada por meio de comunidades de práticas como unidade de análise, numa perspectiva de abordagem *bottom-up*, fundamentou nossa proposta de identificar comunidades de prática no âmbito da Unirio, a partir das quais buscamos os parâmetros de representação da produção científica de uma instituição acadêmica.

Optamos por utilizar a representação documentária dos repertórios produzidos por estas comunidades por meio da construção de microtesauros configurando-se este instrumento



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de representação do conhecimento como “uma grade interpretativa” do repertório produzido no âmbito das práticas de pesquisa, concretizadas nas publicações de seus pesquisadores. Por meio da identificação terminológica e dos discursos das comunidades de prática no âmbito da Rede de Laboratórios da Unirio, entendemos estar em sintonia com o que Hjørland e Albrechtsen (1995) destacam, que é a necessidade de, ao operacionalizar uma análise de domínio, combinar entre si ao menos duas das abordagens que compõem o espectro das 11 enunciadas como componentes da análise de Domínio.

3 PERFIL DAS COMUNIDADES DE PRÁTICA DA REDE DE LABORATÓRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Para fins deste trabalho, observa-se como evidência empírica a condição da produção científica de uma universidade federal como é o caso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- Unirio. A Unirio passou por uma avaliação institucional realizada em 2010, e conforme o resultado da avaliação, nas diretrizes do PDI 2012-2016 (2011), a sua política para garantir a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento prevê o aumento em 10% ao ano na Taxa de crescimento da produção científica, enfatizando que a tendência multi e interdisciplinar devem ser preponderantes para, desse modo, favorecer a aproximação produtiva entre docentes de diferentes disciplinas, departamentos e grupos de pesquisa assim como entre alunos de graduação e de pós-graduação; estimular a circulação de ideias e permitir, em suma, a utilização compartilhada e otimizada de recursos físicos (espaços e equipamentos) e intelectuais durante a execução de projetos. (PDI 2012-2016, 2011).

O recorte do universo para representação da rede de laboratórios da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro operacionalizado foram as 123 comunidades de prática identificadas no período de 2014 até o presente momento, e as suas características serão descritas a seguir.

Estudos direcionados ao entendimento sobre o desenvolvimento e partilha de conhecimento entre grupos (BECHER; TROWLER, 1989; FERLIE et al., 2005) se utilizam da categoria de análise Comunidades de Prática - CoPs para conceituar disciplinas acadêmicas e grupos profissionais dentro de instituições e organizações. Uma primeira noção sobre



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Comunidade de Prática designa um grupo de pessoas que se unem em torno de um mesmo tópico ou interesse. Essas pessoas trabalham juntas para achar meios de melhorar o que fazem, ou seja, na resolução de um problema na comunidade ou no aprendizado diário, através da interação regular. O conceito de comunidades de prática também é utilizado no estudo do capital social nas empresas conforme destaca Moraes (2014).

Segundo Wenger (1998), o conceito de comunidade de prática tem as suas raízes em tentativas de desenvolver uma explicação sobre a natureza social da aprendizagem humana inspirada pela antropologia e teoria social (BOURDIEU, 1977; VYGOTSKY, 1978; GIDDENS, 1984; FOUCAULT, 1980; LAVE, 1988).

A identificação de comunidades de prática no universo da Rede de Laboratórios da Unirio, cuja produção se encontra dispersa e muitas vezes inacessível, quando se faz uma busca superficial, é um dos objetivos específicos do projeto.

O Mapeamento adotou 05 Unidades Acadêmicas como esferas temáticas: O Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET); O Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH) O Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP); O Centro de Letras e Artes (CLA), e o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS).

A criação e monitoramento de comunidades de prática na forma de Laboratórios e Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Unirio, define que Laboratórios são espaços, físicos ou virtuais, destinados ao desenvolvimento de projetos e os Núcleos são compostos por um ou mais gabinetes, laboratórios, bem como por outros espaços, físicos ou virtuais, que visam à produção do conhecimento por meio de programas. Quanto aos Grupos, esta denominação está relacionada ao diretório de Grupos de Pesquisa, do CNPq, que define a existência destes grupos no âmbito dos programas de pós-graduação.

Até o presente momento foram identificadas, no âmbito da Unirio, 123 comunidades de práticas das quais tiveram a produção mapeada e representada por meio de microtesauros, os repertórios de 28 destes laboratórios. Em relação à participação de cada unidade acadêmica no universo das comunidades de prática da Unirio, o CCBS estaria representado por 68% dos 123 laboratórios mapeados na 1ª etapa do projeto, cabendo às outras unidades, respectivamente as seguintes participações: CCH e CLA com 15,08% cada; CCET com 1,59% e o CCJP com os 0,79% restantes.

Para efeito de organização do conhecimento produzido na Unirio, também



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

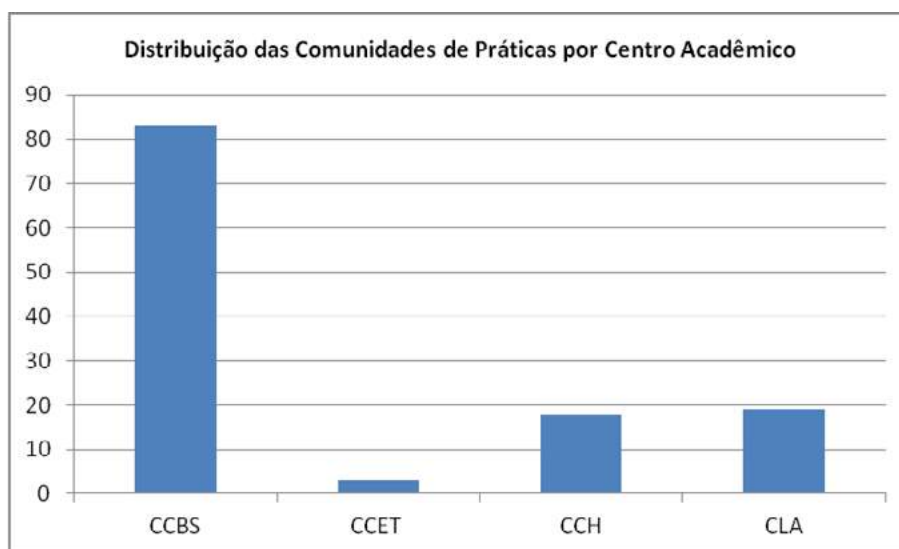
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

categorizamos cada uma das comunidades de prática conforme o Status de Laboratórios, Núcleos e Grupos e foram definidas 15 variáveis para descrever a natureza da pesquisa de cada comunidade.

Conforme o Gráfico abaixo podemos visualizar a distribuição das comunidades de prática por centro acadêmico, com a predominância das unidades no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS).

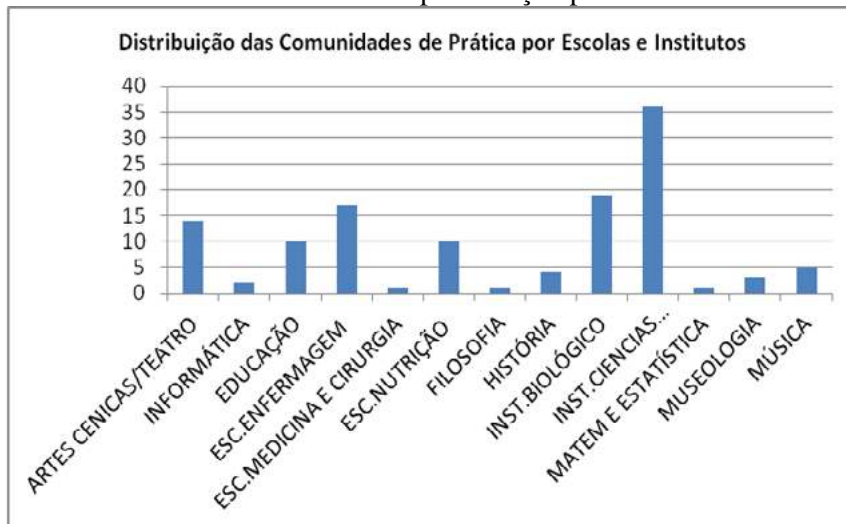
GRÁFICO1 – Representação por Centro Acadêmico



Fonte: a autora

Já a distribuição das Comunidades de Prática por Escola e Institutos apresenta a seguinte configuração representada no Gráfico 2, com destaque para as comunidades do Instituto de Ciências Biológicas em maior número.

GRÁFICO 2 – Representação por Escola ou Instituto

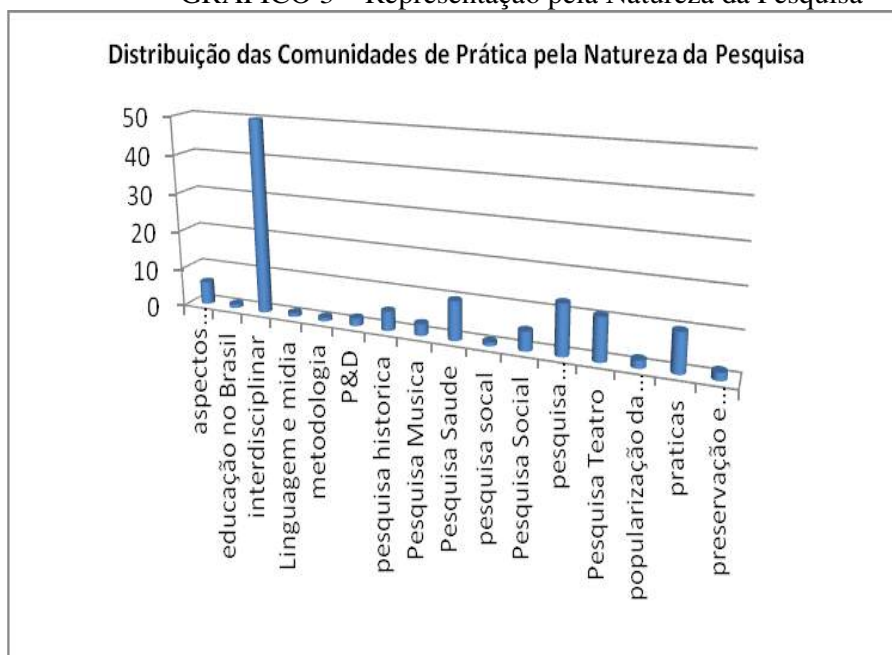


Fonte: a autora

Quanto à natureza da pesquisa de cada uma das comunidades, as 15 características identificadas para a análise foram se a pesquisa estava relacionada a aspectos pedagógicos, à educação no Brasil, interdisciplinar, linguagem e mídia, metodologia, P&D, pesquisa histórica, pesquisa música, pesquisa saúde, pesquisa social, pesquisa taxonômico-classificatória, pesquisa teatro, popularização da ciência, praticas, preservação e patrimônio.

Nesta representação observa-se a preponderância da natureza interdisciplinar da pesquisa no âmbito da Unirio, correspondendo às linhas do PDI da instituição que enfatizou a tendência multi e interdisciplinar na produção científica da instituição visando a aproximação produtiva entre docentes de diferentes disciplinas.

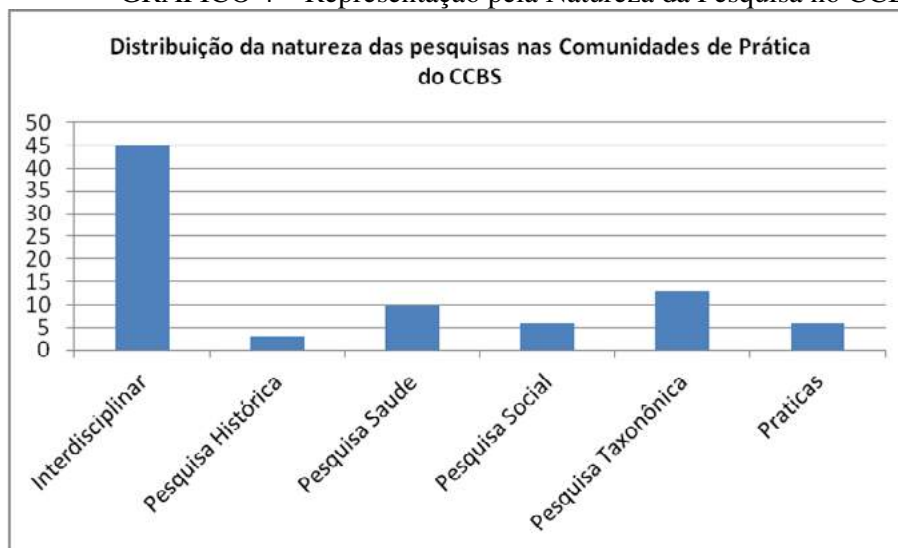
GRÁFICO 3 – Representação pela Natureza da Pesquisa



Fonte: a autora

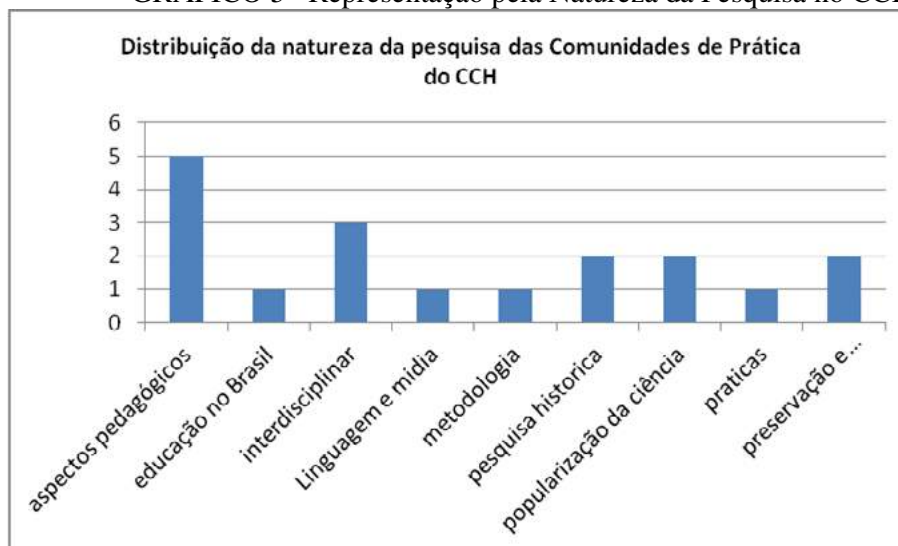
No entanto, apesar do estímulo à pesquisa interdisciplinar como forma de aproximação produtiva em toda a universidade entre docentes de diferentes disciplinas, departamentos e grupos de pesquisa assim como entre alunos de graduação e de pós-graduação, esta tendência foi observada com maior ênfase nas pesquisas das comunidades de prática do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), cujo perfil mostra o predomínio da natureza interdisciplinar, seguida da Taxonômica. Em relação ao Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), observa-se uma variedade maior na natureza das pesquisas por comunidade, com predominância dos aspectos pedagógicos, seguidos de pesquisas de natureza interdisciplinar, como pode ser observado nos Gráficos 4 e 5 a seguir:

GRÁFICO 4 – Representação pela Natureza da Pesquisa no CCBS



Fonte: a autora

GRÁFICO 5– Representação pela Natureza da Pesquisa no CCH



Fonte: a autora

Outra variável descritiva observada aponta que as comunidades de prática da Unirio se distribuem conforme o *Status* de unidade de pesquisa, com maior ênfase no alcance do trabalho de projetos (Laboratório), seguidas daquelas cujo alcance do trabalho está no nível mais abrangente de um programa (Núcleo). Também algumas comunidades são identificadas



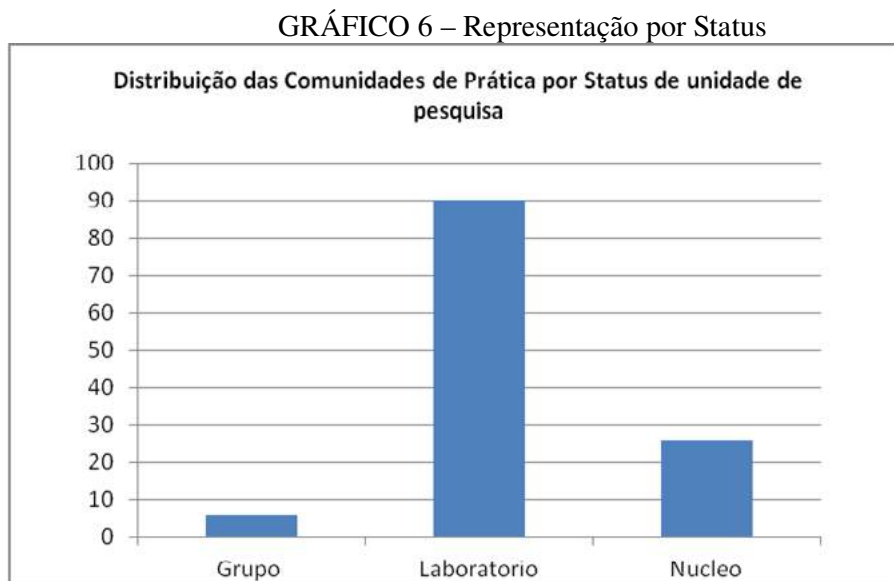
X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pela inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (Grupo). O Gráfico 6 representa esta distribuição:



Fonte: a autora

3 CONCLUSÕES

A categoria de análise CoPs se mostrou, até o momento, eficiente para atingir os objetivos iniciais de levar à comunidade em geral os esclarecimentos sobre as formas de acesso ao patrimônio documental científico produzido por pesquisadores da Unirio. Por meio da identificação e do mapeamento das comunidades de prática envolvidas nas atividades de pesquisa da Unirio operacionalizamos a construção de uma abordagem de organização e representação do conhecimento produzido que apontam para importantes desdobramentos.

O primeiro vislumbrado é a contribuição para favorecer a aproximação produtiva entre docentes de diferentes disciplinas, departamentos e grupos de pesquisa assim como entre alunos de graduação e de pós-graduação, estimular a circulação de ideias e permitir um ambiente mais colaborativo e uma cultura interdisciplinar, como prevê o PDI (2012-2016) da instituição. Outro é relacionar a organização do conhecimento produzido em CoPs e ambiente inovador. Em investigação realizada junto a uma universidade do Reino Unido, escolhida pela



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

busca em promover e estimular colaborações de investigação interdisciplinar através de uma série de iniciativas, Siedloka *et al* (2015) contribuíram para o debate sobre a dinâmica do desenvolvimento de práticas e sua relação para o surgimento de comunidades colaborativas de praticantes a partir da caracterização das práticas que tornam este tipo de colaboração possível, e com o surgimento de uma comunidade que cria e apoia tais práticas colaborativas, baseadas principalmente no incentivo a uma cultura interdisciplinar.

No caso da Unirio, as etapas iniciais se limitaram a uma análise exploratória do universo da Rede de Laboratórios de Pesquisa, e a necessidade de se aprofundar o mapeamento de forma a identificar variáveis.

A possibilidade de aprofundar do ponto de vista linguístico tendo como referência uma comunidade de prática é uma perspectiva que se coloca para o aprofundamento no campo da representação documentária. Nesta perspectiva, outro desdobramento já evidenciado é a representação de lugares de memória a partir da elaboração do microtesauros. Ao operacionalizarmos a representação informacional de um lugar de memória por meio de uma grade interpretativa, entendemos estar construindo a representação de um lugar de memória, constituindo-se também um discurso.

O principal desdobramento do projeto é a construção de um vocabulário controlado a partir dos repertórios identificados e representados das comunidades de práticas mapeadas que irá se pautar por um arranjo que reflita a interdisciplinaridade da atual produção científica da instituição, cujo desafio encontra na abordagem de análise de domínio o seu caminho mais apropriado.

Outro desdobramento é a construção de um Atlas da Produção Científica da Unirio nos moldes referenciados acima, e que vai envolver a análise de agrupamentos dos termos identificados, extraindo importantes conclusões para a área de Organização e Representação do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

BEGHTOL, C. Domain analysis warrant, and consensus: the case of fiction studies. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.1, p.30-44, 1995.

BERCHER, T., TROWLER, P.R. **Academic Tribes and Territories**. Milton Keynes, UK,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Open University Press, 1989

BARITÉ, M.; FERNÁNDEZ-MOLINA, C. Metodologias top-down y bottom-up de análisis de domínio: Perspectiva desde la garantía literária. In: GUIMARÃES, J.A. C; DODEBEI, V. (Org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade.** Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012.p

BOURDIEU, P. **Outline of a Theory of Practice.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1988

FERLIE, E., et al. The nonspread of innovations: the mediating role of professionals. **Academic of Management journal**, v. 48, p.117-134, 2005

FOUCAULT, M. **Power/Knowledge: selected interviews and writings.** New York: Edited by Colin Gordon.: PantheonFoucault, 1980.

GARFIELD, E. **Essays of an information scientist.** Philadelphia. ISI Press, 3 vol, 1980.

GIDDENS, A. **The constitution of society: outline of the theory of structuration.** California: University of California Press.1984

GUIMARÃES, J.A.C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, v.41 n.1, p13-21, jan/abr. 2014.

HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN, H. Toward a New Horizon in Information Science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

HJØRLAND, B. J. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, p.422-462, 2002

LAVE, Jean. **Cognition in practice: mind, mathematics, and culture in everyday life.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1988.

MORAES, M.G. Linguagens Documentárias e a Construção do Pensamento Crítico: reflexões sobre o Tesauro para Estudos de Gênero e sobre a Mulher. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.7, n.1, jan./jun.2014. Disponível em <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000016076/f6bf6f5bb8d6a11f3fd55bdd4b489990> Acesso em 9 jul.2016

MOYA-ANEGÓN, F; *et al.* Atlas de la Ciencia Española: propuesta de un sistema de información científica. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 27, n.1, p.11-29, 2004.

MOYA-ANEGÓN, F, *et al.* Análisis de dominio institucional: la producción científica de la Universidad de Granada (SCI 1991-99). **Revista Española de Documentación Científica**,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

v.28, n.2, 2005.

SIEDLOK, F; HIBBERT, P; SILLINCE, J. From practice to collaborative community in interdisciplinary research contexts. **Research Policy** n. 44, p- 96–107, 2015. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/respol> Acesso em: 13. mar. 2014

SMIRAGLIA, R.P. Domain coherence within Knowledge Organization: People, Interacting Theoretically, Across Geopolitical and Cultural Boundaries. In: MCKENZIE, P.; JOHNSON, K.; STEVENS, S. (Ed.). **Exploring interactions of people, places and information**. Fredericton: University of New Brunswick, 2011.6p. (Proceedings of Annual CAIS/ACSI Conference, 39. 2011, Fredericton, Canada.

WERSIG, G., NEVELING, U. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. In: **Information Processing & Management**. Oxford, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993

WENGER, Etienne. **Communities of practice**: learning, meaning, and identity. Cambridge, UK: University of Cambridge Press, 1998.

VYGOTSKY, L. **Mind in society**: development of higher psychological processes. Harvard: University Press. 1978.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da informação e do conhecimento

ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS: APONTAMENTOS DE UMA EXPERIÊNCIA EM EAD

ORGANIZACIÓN DE LAS COLECCIONES DE BIBLIOTECAS: NOTAS DE UNA EXPERIENCIA EN EAD

Marilucy da Silva Ferreira, UFPE, FUNDAJ
Antônio Carlos Montenegro, FUNDAJ

Resumo: Apresenta uma discussão sobre elementos importantes para atualização de um conteúdo sobre organização de acervos bibliográficos e desenvolvimento de coleções para um curso de aperfeiçoamento na modalidade EAD, oferecido pela FUNDAJ. O artigo busca apontar necessidades de inclusão de temas vigentes em virtude dos imperativos tecnológicos em que a informação é criada, organizada e acessada, visando demonstrar a importância da inserção dos mesmos para que o cursista possa ter uma visão mais ampla sobre a função do gestor ou curador de informações nos dias atuais. Assim, durante o processo de desenvolvimento de coleções, o acervo deve contemplar a sua dimensão nas manifestações física e analógica, bem como suas particularidades referentes a tratamento e difusão informacional. O trabalho traz ainda conceitos de Organização da Informação e Representação Descritiva, por entendê-las como partes importantes da organização e do desenvolvimento de coleções.

Palavras-chave: Organização de acervos. Desenvolvimento de coleções. EAD. Conteúdo didático.

Resumen: Presenta una discusión acerca de los elementos importantes para la actualización de contenidos en la organización de las colecciones de bibliotecas y desarrollo de la colección para la educación superior en la modalidad de educación a distancia, que ofrece pela FUNDAJ. El artículo trata de identificar las necesidades de inclusión de temas de actualidad en el contexto de los imperativos tecnológicos en los que la información se crea, organiza y se accede, con el objetivo de demostrar la importancia de la inserción de la misma para la Cursista puede tener una visión más amplia del papel del gerente o curador de la información hoy en día. Por lo tanto, durante el proceso de desarrollo de la colección, la colección debe incluir su amplitud en las manifestaciones físicas y analógicas y sus peculiaridades relacionadas con el tratamiento y la difusión de información. El artículo también aporta conceptos de organización de la información y la representación descriptiva entendiéndolas como una parte importante de la organización del desarrollo de las colecciones.

Palabras clave: organización de colecciones. Desarrollo de la colección. EAD. Contenidos educativos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Introdução

A presença de novas mídias e tecnologias crescentes nas últimas décadas sinaliza uma necessidade em se pensar a Organização da Informação – OI – que, mesmo em sua manifestação física, necessita ser representada em um sistema automático, requerendo-se, assim, a utilização de novos padrões e formas de tratar a informação para torná-la acessível.

Dessa forma, organizar acervos e desenvolver coleções na conjuntura estabelecida pelos imperativos tecnológicos engloba atividades de gestão da informação, reuso de dados e interoperabilidade destes para intercâmbio e recuperação da informação. Este trabalho aborda a experiência de estruturação de conteúdo didático sobre organização de acervos bibliográficos para um curso de aperfeiçoamento em gestão de acervos documentais oferecido pela Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, no ano de 2015, por meio da metodologia de Educação a Distância.

O objetivo é trazer a discussão para, além de ser um relato factual, ser também uma fonte de experiência que pode servir para reflexões em contextos semelhantes. Incluímos conceitos da literatura da Ciência da Informação sobre Organização da Informação e Representação Descritiva, mostrando a relação destas com a organização de acervos e o desenvolvimento de coleções.

Organização da Informação

Sempre que pensamos em gerir e tratar informação, em estado analógico ou digital, é importante entendermos a importância da organização da informação, tanto espacial, como temporal. Nesse sentido, antes de uma incursão sobre a configuração de conteúdo sobre organização de acervos bibliográficos e desenvolvimento de coleções, faz-se importante localizar, na perspectiva conceitual, do que vem a ser organização da informação.

Organizar é uma ação que envolve, primeiramente, compreender semelhanças e diferenças (conceituais e materiais). Um dos princípios basilares de organização, ou classificação, é separar pelas diferenças e agrupar pelas semelhanças. Além disso, mais que nunca, a organização da informação se direciona a dois matizes relacionados: necessidade e contexto.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Um espaço social como o trânsito das cidades contemporâneas não seria um sistema de fluxo de pessoas e veículos possível se não houvesse sinalização, legislação, agentes para aplicar as normas, e cenários integrantes, como os postos de gasolina e as oficinas mecânicas. Da mesma forma, a grande massa documental crescente e expandida pelas mídias, canais coletivos e atores humanos, institucionais e artificiais – sistemas de informação – representam um trânsito de fluxo de informação virtual, sendo este um fenômeno constante na WEB.

Tudo isso abre pauta para a formalização de novas agendas para a gestão de coleções documentais, tradicionais e virtuais que, entre outros elementos, repercutem debates sobre memória e acesso à informação; tecnologias e políticas de informação; interdisciplinaridade e mediação da informação; gestão informacional; curadoria da informação – preservação, reuso e acesso; interoperabilidade e metadados.

Essas abordagens suscitam, para os acervos bibliográficos, a organização da informação, a qual é um processo de descrição física e de conteúdo de objetos informacionais (BRASCHER; CAFÉ, 2008). É por este processo que tudo se inicia ao tratar a informação, seguindo para o tratamento temático da informação.

A Organização da Informação é um processo que se aplica a realidades materiais e digitais de registros, como textos, partituras, mapas, documentos audiovisuais e objetos tridimensionais. A Organização da Informação se insere dentro do corpus técnico e científico da Ciência da Informação – CI.

A CI apresenta como seu objeto de estudo a informação registrada (LE COADIC, 2003), ou Objetos Informacionais, os quais se reportam a informações registradas nos mais variados suportes textuais, imagéticos, registros sonoros, representações cartográficas e páginas web, (ALVARES, 2012), frutos de produtos humanos objetivados em documentos (CAPURRO, 2003, citado por LIMA E ALVARES, 2012, p.26).

No contexto atual, base de dados, formatos e padrões para organizar e tratar coleções digitais, visando seu gerenciamento, interoperabilidade, recuperação e intercâmbio como atividades essenciais, o que é possível a partir de ferramentas como o novo código RDA,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

norma de conteúdo para catalogação de objetos digitais, para ser utilizada internacionalmente (OLIVER, 2011).

O presente trabalho aborda uma experiência em que conteúdos relacionados à organização de acervos bibliográficos e desenvolvimento de coleções foram produzidos para um curso de aperfeiçoamento em gestão de acervos desenvolvido por meio das metodologias e técnicas da Educação a Distância – EAD, contemplando as realidades física e digital.

Inserindo esses dois cenários nos conteúdos, um dos pontos importantes a se evidenciar é que, os processos para organizar e desenvolver acervos suscitam uma postura gestora, além de necessitar discernir as proximidades e particularidades de cada instituição informacional, bem como lançar mão de políticas específicas para contextos específicos.

Enfatizamos que a conceituação pautada neste trabalho sobre Organização da Informação e Representação Descritiva, não desconsidera, a Organização do Conhecimento – OC. Ela é, indiscutivelmente, também relevante, visto que, erigida pela sua natureza interdisciplinar, assim como a o conceito de informação, aparece em vários campos, como a, Ciência da Computação, Ciências da Educação, Ciências cognitivas. (LIMA E ALVARES, 2012).

É a OC que busca, através de assuntos, sistematizar ordenadamente o conhecimento com um propósito específico (LIMA E ALVARES, 2012). Todavia, nossa discussão, caminha para as coleções instituições de preservação, gestão, memória, pesquisa e cultura (bibliotecas, arquivos museus) e seus suportes em meio físico e em plataformas digitais (livros, documentos, objetos, bases de dados, repositórios), o que nos traz a necessidade primária do incurso sobre definições de Organização da Informação e não OC.

Representação Descritiva da informação

A representação da informação é um processo primeiro da transferência da informação e necessário para enfatizar o que é essencial no documento, considerando sua recuperação (NOVELLINO, 1998, p.137). No caso da Representação Descritiva – RD , o essencial no documento para sua recuperação são dados que podemos identificar no próprio documento



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

como autor, título, data de publicação, entre outros elementos que o descrevem temporal e espacialmente em suas características físicas.

A RD “Compreende, em primeiro lugar, o exame do documento com o objetivo de identificar certos elementos nele constantes e que vão servir para identificá-lo.” (DIAS E NAVES, 2007, p.19). Devido às novas demandas informacionais, bem como novas formas de edição e fluxo de informação, a RD passa por mudanças como:

- O RDA é criado pela IFLA com intuito de atender ao tratamento da informação em ambiente Web, e vem para substituir definitivamente o AACR;
- A proposta do RDA é, entre outras, a) valorização do idioma, suprimindo assim a expressão em latim *ET AL*; b) entende que a obra não necessariamente precisa ser a única fonte de informação, podendo-se recorrer a outras fontes; c) considera relevante informar ao sistema em que a informação está sendo tratada as formas de manifestação da obra, ex. impresso e digital.

No ambiente WEB o conteúdo pode ser nominado como Objeto Digital sobre o qual aqui trazemos uma visão conceitual de KALLINIKOS, AALTONEN e MARTON (2010):

“Na teoria de objetos digitais proposta por Kallinikos, Aaltonen e Marton (2010), os objetos digitais são marcados por um conjunto limitado de atributos que lhes conferem um perfil distinto e funcional. Os atributos dos objetos digitais que os diferem de objetos físicos são quatro: 1) a editabilidade que é uma característica intrínseca dos objetos digitais e pode ser alcançada suprimindo, adicionando, modificando elementos ou fazendo a atualização regular e contínua de itens ou campos; 2) a interatividade que é sua principal qualidade, através da qual o agente humano pode ativar funções incorporadas no objeto; 3) aberto e reprogramável pela possibilidade de ser modificado por outro objeto digital; e 4) distribuídos por raramente estar limitado a uma única fonte, portanto, as fronteiras originalmente não existentes são criadas e mantidas tecnologicamente.” (KALLINIKOS; AALTONEN; MARTON, 2010, Citado por YAMAOKA e GAUTHIER, 2013, p. 84-85).

Em virtude das mudanças tecnológicas, os princípios de Paris, 1961, sofreram alterações em 2003, em evento ocorrido em Frankfurt, em que se delinearam novos princípios para a catalogação. (BARBOSA, 1978):

1. Abrangência:

1961- Escolha de pontos de acesso e cabeçalho;

2003 - Escolha de pontos de acesso e cabeçalho e Descrição bibliográfica de assuntos;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2. Funções do catálogo:

1961- Ser um instrumento eficiente para determinar se a biblioteca possui determinado livro, caracterizando seu autor, título, etc.;

2003 – Permitir ao utilizador encontrar recursos de uma coleção (real ou virtual);

Neste quesito, aparecem sinais de mudança de uma visão alinhada ao paradigma documental passando a um paradigma do usuário.

3. Descrição bibliográfica:

1961 – não mencionada;

2003 – Deve ser baseada em norma internacional (International Standard Bibliographic Description - ISBD);

A acepção de uma norma internacional visa fazer com que a informação não se perca, ou seja tratada de formas diferentes em sistemas de informação, por falta de padrão.

A *Library of Congress*, a partir de 1960, inicia estudos para elaboração de um formato que transformasse um catálogo manual em um catálogo automático. Tratava-se de um padrão para descrever informação bibliográfica, conhecido como MARC, hoje utilizado em muitas bibliotecas que trabalham em rede, como ocorre com sistema Pergamun.¹

A organização descritiva da informação é essencial para intercambio, acesso e recuperação de dados e, no caso de gestão de dados, a relação controle e demandas é possibilitada com mais segurança para o planejamento de desenvolvimento de novas coleções e a reorganização das coleções já existentes no acervo.

Configuração de conteúdo sobre Desenvolvimento de Coleções no Curso de Aperfeiçoamento

A discussão sobre a configuração de conteúdo aqui esboçada deve-se a uma experiência docente sobre organização de acervos bibliográficos para um curso em EAD de aperfeiçoamento desenvolvido pela FUNDAJ, no ano de 2015.

¹ http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/pergamum_index.php



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A FUNDAJ é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Educação, que tem como missão a geração de conhecimento na área das humanidades “com a finalidade de atender a demandas e necessidades relacionadas à educação e à cultura, compreendidas de forma interdependente, com vistas ao desenvolvimento justo e sustentável da sociedade brasileira” (FUNDAJ, 2016), atua como instituição de pesquisa, de preservação e conservação do patrimônio cultural – principalmente o que está materializado nos acervos bibliográficos, documentais e museológicos –, de ensino e de socialização do conhecimento.

O perfil dos cursistas era de profissionais que atuavam em áreas como arquivos históricos, privados ou públicos, bibliotecas, centros de documentação e museus, com formação em ciências humanas e sociais aplicadas como Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e História.

As disciplinas eram distribuídas em módulos, os quais se subdividiam em tópicos, como por exemplo, a parte do módulo 4, referente à Organização de Acervos, contemplava três tópicos: organização de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos. Cada tópico contava com um professor e apresentava conteúdos e atividades individuais.

Para o campo de interesse do presente trabalho, o Tópico 1 do Módulo Organização de Acervos, referente à organização de acervos bibliográficos, deu ênfase ao desenvolvimento de coleções, entendendo este processo de suma importância, já que se configura, entre outros pontos, por considerar imprescindíveis uma política de desenvolvimento da coleção documental, a aquisição de materiais e o estudo da comunidade a ser atendida.

Somado a isso, a visão de que o material didático é o que possibilita a ponte entre aluno e aprendizagem, uma vez que são estabelecidos conceitos e expostos cenários e situações das atividades a serem desenvolvidas, valida que o material didático em EAD:

“é um elemento mediador que traz em seu bojo a concepção pedagógica que norteia o ensino aprendizagem. Consciente ou inconscientemente, o planejamento e a constituição do material didático que mediará situações de ensino e aprendizagem, está intimamente relacionado com a concepção pedagógica do produtor deste material” (SALES, 2005, p.3)

Assim, algumas pontuações são basilares para se chegar a um diálogo inteligível, através da leitura do conteúdo didático com o objetivo do curso e as expectativas dos cursistas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Pontuações a serem inseridas sobre organização de acervos e o desenvolvimento de coleções:

O desenvolvimento de coleções é um processo cíclico, ininterrupto, com atividades regulares contínuas, respeitando a especificidade de cada tipo de unidade em função de seus objetivos e usuários, sem que uma etapa tenha que se distinguir das outras (VERGUEIRO, 1989). Assim como assinala Vergueiro, entendemos o desenvolvimento de coleções como uma atividade que requer continuidade, o que suscita uma visão gestora por parte de quem está à frente da instituição.

A preocupação com o desenvolvimento de coleções em bibliotecas apresenta um nítido incremento a partir das últimas décadas, quando se tornou cada vez mais claro, para bibliotecários e administradores em geral, que era praticamente impossível acompanhar o ritmo alucinante de crescimento dos materiais informacionais (VERGUEIRO, 1993).

Não apenas o crescimento da produção bibliográfica, mas seus canais de produção e acesso também requisaram entender essa nova configuração de produção de informações e como tratá-la e preservá-la, garantindo um acesso presente e futuro.

Dias e Pires (2003) apontam forças externas que devem ser consideradas além de áreas-chave da unidade informacional, a saber: Direção da Unidade; Política; Legislação; Social e demográfica; Mercado; Tecnologia; Padrões de desempenho. A tecnologia, talvez seja a força externa que mais definiu os novos rumos do tratamento, aquisição e também políticas institucionais para o desenvolvimento de coleções o que não nos deixa anular temáticas didáticas como:

- *A realidade digital* – considerando a nova forma de catalogação, pelo RDA e a utilização de metadados para descrição, intercâmbio e recuperação de dados.
- *As formas de coleções* – manifestadas física e virtualmente, mas estruturadas de forma distinta para que o usuário as recupere;
- *Os tipos de modelos conceituais para representação de objetos digitais, relacionamento, modelagem de dados, formatos e padrões* – RDF, FRBR, MARC, Dublin Core para tratar e tornar as informações intercambiáveis e acessíveis;
- *No que tange à avaliação de coleções* – quando se tratar da curadoria de dados, avaliar o dado e selecionar o que será objeto dos processos de curadoria e de preservação por longo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

prazo. Manter-se aderente tanto às boas práticas quanto às políticas pertinentes e também às exigências legais (HIGGINS, 2008, CITADO POR SIEBRA ET AL, 2013).

- *No que se refere ao descarte de conteúdo* – no contexto digital ocorre a eliminação\descarte, como uma ação ocasional. Assim, os dados que não foram selecionados para curadoria de acordo com políticas documentadas, diretrizes e/ou exigências legais (HIGGINS, 2008, CITADO POR SIEBRA ET AL, 2013).
- *Cada coleção apresenta um tipo de documento\informação diferentes* – dessa maneira, o gerenciamento no processo de aquisição de materiais, bem como o estudo do usuário são entendidos sob particularidades, exemplo: no caso de museus, os registros de visitas para identificar perfis - escolas, turistas, pesquisadores, etc., objetivo da visita: cultural-turismo, estudo- pesquisa, entretenimento-lazer.
- *Contextualização conceitual e literal* – sendo a primeira referente a conceitos e, a segunda, a exemplos de instituições que atuam com determinados tipos de coleções que necessitam de um tratamento de profissionais de áreas diversas, como linguística, Ciência da Informação, Ciência da Computação, História, e outros, atuantes em pesquisa no universo da informação digital e digitalizada, ratificando uma humanidade digital de estudos (Ex.: Brasiliana, na USP)², ou apresentam uma política formalizada sobre o desenvolvimento de suas coleções.
- *Atividades práticas* – para conhecer ou apresentar realidades sobre determinados acervos, com os tipos de coleções, serviços oferecidos e público da instituição informacional. Nesse sentido as atividades de contextualização literal auxiliam na execução das atividades práticas.
- *Linguagem simbólica e dialógica* – utilizando de imagens relacionadas aos conteúdos e interagindo com perguntas envolvendo o cursista, o que ajuda no entendimento do texto e favorece mais autonomia no processo de aprendizagem, através das relações que se faz entre

² <http://www.brasiliana.usp.br/>
<http://www5.usp.br/34587/campo-que-se-consolida-humanidades-digitais-reune-pesquisadores-na-brasiliana/>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

texto, símbolos e exemplos reais. Esta é um dos principais recursos para se fazer inteligível, já que o contato verbal não existe nesta modalidade de ensino.

Todos os pontos acima citados auxiliaram no resultado final do material didático elaborado para o curso, que contou com conteúdo escrito e também audiovisual (entrevista com professora da área). A visão do cursista, em maioria, a partir de avaliação do módulo do conteúdo e atividade proposta, postaram ao final um *feedback* positivo sobre o conteúdo, que foi por eles mesmos avaliado.

A validação da experiência é importante, todavia, entender o que pode ser melhorado e ajustado é ainda mais, pois, o curso deve buscar uma harmonia com a realidade, já que o perfil do público discente corresponde a profissionais atuantes, em sua maior parte.

Considerações

O ensino de EAD é cada vez mais presente na sociedade atual. Ele atende a um panorama de novas e amplas demandas no nicho educacional e profissional. Alinha e dá suporte a uma gama de pessoas que querem se atualizar, reciclar ou desenvolver suas competências e não conseguem negociar seu tempo de estudo tradicional com a agenda profissional.

Nesse sentido, o curso de gestão de acervos oferecido pela FUNDAJ atende, em âmbito nacional, a um universo de profissionais que estão lidando diretamente com a informação e precisam, cada vez mais, compreender e dominar ferramentas e conteúdos diversos aos tradicionais. É o âmbito virtual quem dita sobre as novas agendas de aquisição, gestão e acesso à informação, bem como a sua preservação e o reuso.

O desenvolvimento de coleções nesse cenário aponta para algumas alterações referentes à aquisição e políticas de desenvolvimento dos acervos, principalmente as publicações periódicas e os repositórios institucionais. O paradigma documental dá lugar ao paradigma do usuário, ele é o protagonista que coloca as demandas e seus contextos.

Em um curso, seja na modalidade EAD ou tradicional, não se pode prescindir destas novas e crescentes mudanças que ressignificam a informação e, por conseguinte, seu conceito e sua forma diante do espaço virtual. Ela pode ser apenas bits, metadados, mas, cabe ao profissional



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

da informação, integrá-la como agente de significado, buscando o sentido do conhecimento nas projeções e criações registradas pela sociedade.

Tal integração é possível através da Organização da Informação apresenta-se, a qual alude a um processo cuja finalidade é de representar a informação para sua posterior recuperação. Tal representação é promovida pelo do tratamento descritivo da informação. O resultado dela auxilia no monitoramento, controle, interoperabilidade, reuso e recuperação de conteúdos, através de bibliografias, catálogos, controle de autoridade, favorecendo e fortalecendo, junto com uma política institucional voltada para o acervos, o atendimento das demandas e solicitações de seus usuários.

Referências

- ALVARES, Lillian. Organização da informação. Brasília, 2012b. Disponível em: < <http://www.alvarestech.com/lillian/Fundamentos/Modulo1/Aula12OI.pdf> >. Acesso em: 12 maio 2016.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilarte, 1978.
- BRASCHER; M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ECA/USP, ENANCIB, 2008. Disponível em:< <http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf> >. Acesso em: 18 Abr. 2016.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 2016. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Paulo: EdUFSCar, 2003.
- DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248p Capítulo 1, p. 21/48.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

NOVELLINO, Maria S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo horizonte, v. 3, n. 1, p. 137-146, jul./dez. 1998. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/602/371>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2011.

SALES, M. V. S. Uma reflexão sobre a produção do material didático para EAD, 2005. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/044tcf5.pdf> >. Acesso em: 13 abr. 2016.

SIEBRA, S. A. et al. Curadoria digital: além da questão da preservação digital. **Enancib**, v. 14, 2013. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/curadoria_digital_0.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 22, n. 1, p 13-21, jan./abr. 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/%EE%80%80ciinf%EE%80%81/article/viewFile/1208/849>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

YAMAOKA, Eloi Juniti; GAUTHIER, Fernando Ostuni. Objetos digitais: em busca da precisão conceitual. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 77-97, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16162>>. Acesso em: 02 Maio 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

**ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES DAS ONTOLOGIAS PARA INTERFACES DE RESULTADOS
DE BUSCAS EM SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

**ORGANIZATION OF KNOWLEDGE AND INFORMATION RETRIEVAL:
ONTOLOGY CONTRIBUTIONS FOR SEARCH RESULTS INTERFACES IN
INFORMATION RETRIEVAL SYSTEMS**

**Fabricio Baptista, UNESP
Edberto Ferneda, UNESP
Walter Moreira, UNESP**

Resumo: A recuperação de informação possui vários núcleos de estudos que atuam na melhoria dos processos de busca como modelagem, classificação de textos, arquitetura de sistemas, interfaces de usuário, visualização de dados, filtragem e linguagens. Com a necessidade de aprimorar o desenvolvimento da área, existe a possibilidade de realizar vínculos teóricos com outras temáticas que colaborem para a sua evolução. Partindo dessas ideias, o objetivo desta pesquisa é ressaltar aspectos da organização do conhecimento, em especial das ontologias que possam colaborar para o desenvolvimento de interfaces de resultados de busca em sistemas de recuperação de informação. Neste sentido, realizou-se uma pesquisa bibliográfica contemplando as áreas elencadas, na qual foram selecionados estudos que serviram como fundamentação teórica e forneceram subsídios para o levantamento de desafios da recuperação de informação, além de aspectos da organização do conhecimento e das ontologias que confrontaram tais dificuldades. Com isso, foi possível constatar a existência de diversos pontos de convergência das áreas investigadas neste artigo, abrindo perspectivas para o desenvolvimento de soluções que visam a melhorar a eficiência das interfaces de resultados de busca em sistemas de recuperação de informação.

Palavras-chave: Organização do conhecimento. Recuperação de Informação. Ontologias. Interfaces.

Abstract: The information retrieval has several study centers working on improving search processes, such as modeling, text classification, system architecture, user interfaces, data visualization, filtering and languages. With the need to improve the development of the area, there is the possibility of theoretical linkages with other subjects that contribute to its evolution. Based on these ideas, the objective of this research is to highlight aspects of the knowledge organization, especially ontologies, which can contribute to the development of search results interfaces in information retrieval systems. It was carried out in the research a literature review covering the listed areas, in which were selected studies that served as theoretical basis and that provided means to raise the challenges of information retrieval, as well as aspects of knowledge organization and ontologies that faced such difficulties. Thus, it was possible to verify the existence of several convergence points of the areas that were



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

investigated in this article, opening prospects for the development of solutions that improve the efficiency of search results interfaces in information retrieval systems.

Keywords: Knowledge Organization. Information Retrieval. Ontologies. Interfaces.

1 INTRODUÇÃO

Diante do crescimento da produção de conhecimento, existe a necessidade de investigação de métodos e técnicas que possibilitem a organização e o acesso a este conhecimento. Salienta-se que a concepção de conhecimento a ser considerada se refere ao científico e, mais especificamente, ao conhecimento público, o qual é divulgado e disponibilizado ao público por meio de documentos (GOMES, 2009). Nesse sentido, a Recuperação de Informação (RI) e a Organização do Conhecimento (OC) são duas áreas que discutem essa temática. Esta pesquisa pretende analisar a relação entre a RI e a OC por meio das Ontologias, de forma a esclarecer possíveis pontos de convergência que promovam a evolução do desenvolvimento de interfaces no processo de busca informacional.

A recuperação de informação possui vários núcleos de estudos que atuam na melhoria dos processos de busca como modelagem, classificação de textos, arquitetura de sistemas, interfaces de usuário, visualização de dados, filtragem e linguagens (BAEZA YATES e RIBEIRO NETO, 2013). Diante dessas opções passíveis de investigação, optou-se por restringir esta análise às interfaces de usuário, especificamente aos resultados de busca.

Singh, Hsu e Moon (2011) fomentam a possibilidade de estudos dessas interfaces ao afirmar que o processo atual de visualização de resultados das buscas é insuficiente para descrever as informações que o usuário precisa, bem como a conteúdo que supostamente possa satisfazê-lo. Para abordar esse problema, faz-se necessário agregar outras áreas, além da RI, que possam aprimorar o processo de busca informacional. Na opinião de Ahn e Brusilovsky (2013), para suportar a crescente complexidade das tarefas de busca, os pesquisadores de recuperação de informação têm lançado mão de uma variedade de abordagens com o objetivo de proporcionar aos usuários interfaces mais poderosas para apoiar o processo de pesquisa.

Dessa forma, Saracevic (1996) descreve que problemas complexos requerem enfoques interdisciplinares e soluções multidisciplinares. Para o autor, a interdisciplinaridade foi iniciada na Ciência da Informação quando se tentou resolver alguns problemas básicos sobre a compreensão da informação e a comunicação, suas manifestações, o comportamento informativo humano e os problemas aplicados ligados à acessibilidade de informação. Neste



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

panorama, o surgimento da recuperação de informação ocorreu na relação entre as ciências da informação e da computação, sendo que um dos propósitos desta área é abordar problemas de acesso à informação.

Para iniciar a discussão sobre Sistemas de Recuperação de Informação (SRIs), Salton e McGill (1983) caracterizam os SRIs como sistemas que trabalham com as tarefas de representação, armazenamento, organização e acesso aos itens de informação. Souza (2006) argumenta que um sistema de recuperação de informação apenas informa sobre a existência de documentos relacionados à sua requisição, ficando a cargo do usuário filtrar os documentos realmente relevantes. Ainda que o julgamento de relevância de um conjunto de documentos seja considerado como uma das funções do usuário durante o processo de recuperação da informação, a medida de relevância também pode ser operacionalizada por um sistema que declara se o documento é ou não pertinente para um pedido específico de informação. Assim, esta medida deve basear-se na relação entre uma busca e o registro de documentos contidos numa coleção (PAVÃO, 2014).

Diante do exposto, pressupõe-se que os SRIs podem ser combinados com outras tecnologias, com o intuito de aumentar a eficiência de suas respostas. Nesta perspectiva interdisciplinar, será observada a organização do conhecimento. García-Marco (1995) detalha que a OC tem sua base teórica em várias áreas, como por exemplo a Linguística, a Teoria da Classificação, a Inteligência Artificial e a Informática Avançada, e tem o objetivo prático de melhorar a circulação do conhecimento na sociedade. As ontologias são instrumentos ligados à OC que podem ser aplicados à RI. Ferneda (2013) ressalta que embora originalmente o propósito das ontologias se distancie dos objetivos de uma linguagem documentária, o seu poder de representação as tornaram uma opção natural para solução de alguns problemas relacionados à recuperação de informação.

Para dar suporte a essas argumentações, alguns objetivos nortearam a estruturação desta pesquisa. Como objetivo geral pretende-se destacar aspectos da organização do conhecimento, em especial das ontologias, que possam colaborar para a superação de obstáculos que dificultam o processo de busca em interfaces de resultados nos sistemas de RI. No que tange aos objetivos específicos, procura-se traçar algumas reflexões e considerações sobre o domínio dos sistemas de recuperação de informação, enumerando desafios referentes a interfaces de resultados de buscas nesses sistemas. Além disso, é apresentada a contextualização da organização do



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conhecimento e das ontologias para destacar aspectos que possam favorecer o desenvolvimento de interfaces digitais.

2 METODOLOGIA

Com o intuito de atingir os objetivos apresentados propõe-se uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, que de acordo com Gil (2008) deve proporcionar uma visão geral sobre os temas, explorando alguns conceitos essenciais apresentados por autores relevantes nas respectivas áreas. Na fundamentação teórica, a seleção de autores baseou-se em estudos bibliométricos. Importante destacar que este tipo de estudo proporciona a análise da produção científica de uma determinada área de conhecimento (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011).

A partir disso, Lima (2015), Freitas, Nascimento e Bufrem (2014) e Souza (2013) apresentaram Ingetraut Dahlberg e Birger Hjorland entre os mais citados nas produções científicas da organização do conhecimento. No campo das ontologias, Dias e Costa (2011) destacaram Thomas R. Gruber dentre os mais citados. Na mesma temática, mas em outra pesquisa, Zancanaro et al (2012) elencaram Gruber e Tim Berners-Lee como importantes estudiosos da área. Na recuperação de informação, Rorissa e Yuan (2011) realizaram um mapeamento da estrutura intelectual da RI e destacaram Gerard Salton e Ricardo Baeza-Yates como os mais citados no período de 2000 a 2009 na Web of Science (base de dados multidisciplinar). Esses estudos desempenharam função importante para a pesquisa, ratificando a relevância de alguns pesquisadores na fundamentação dos conceitos.

Esta pesquisa foi realizada no período de outubro a dezembro de 2015, e foram analisadas referências teóricas extraídas de artigos, teses, dissertações e livros que versam sobre recuperação de informação, ontologias e organização do conhecimento. Para isto, foram utilizadas as seguintes bases de dados eletrônicas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Directory of Open Access Journals (DOAJ), Emerald Insight, Google Acadêmico, Interscience Wiley, Periódicos Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus e Web of Science. As bases de dados foram selecionadas por indexarem diversos periódicos nacionais e internacionais de caráter multidisciplinar, buscando agregar estudos de várias áreas do conhecimento.

Durante a consulta foram utilizados os termos "organização do conhecimento", "recuperação de informação", "ontologia", "organização do conhecimento + ontologia",



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

"organização do conhecimento + recuperação de informação" e "recuperação de informação + ontologia", os quais foram escolhidos por representarem o foco deste estudo. Também foram empregadas as variações no plural e na língua inglesa dos termos e suas combinações. Inicialmente analisou-se os títulos, assuntos, resumos e palavras-chave, selecionando e armazenando as pesquisas que apresentaram alguma relação com os objetivos desta exploração.

Os documentos retornados foram divididos em dois grupos. No primeiro, as pesquisas que serviram de fundamentação teórica, baseando-se nos autores destacados nos estudos bibliométricos e outros pesquisadores que se alinharam ao tema. No segundo grupo, as publicações que apresentaram relação com a seção de discussão deste estudo, ou seja, que apresentaram desafios para a recuperação da informação ou aspectos importantes da organização da informação e das ontologias que confrontassem tais desafios.

Dessa forma, a partir dos documentos selecionados, foi desenvolvido o estudo sobre recuperação de informação, conceituando e listando os desafios dos SRIs. Em seguida, fundamentou-se a organização do conhecimento e as ontologias, destacando os aspectos positivos que possivelmente contraponham os obstáculos na construção de interfaces de busca. Baseando-se nessas discussões foi estruturada uma seção para convergir as ideias destacadas.

3 RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Uma das bases conceituais na elaboração desta pesquisa é a Recuperação da Informação, sendo importante a introdução desse tema para o desenvolvimento do assunto. Com o crescimento da quantidade de documentos e a necessidade de acesso a eles, é imprescindível desenvolver técnicas que possibilitem o acesso adequado a essas informações. Para Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2013), a pesquisa em Recuperação de Informação inclui modelagem, classificação de textos, arquitetura de sistemas, interfaces de usuário, visualização de dados, filtragem e linguagens. A RI é tema de diversas pesquisas que tem como objetivo a melhoria da eficiência deste processo. Na visão de Ferneda (2013, p. 12):

A recuperação de informação envolve, por um lado, um acervo documental composto de itens informacionais. Por outro lado, temos pessoas, seres humanos com as mais variadas necessidades de informação que buscam por documentos relevantes para satisfazer tais necessidades. Recuperar informação implica, portanto, em operar seletivamente um estoque de informação, o que envolve processos cognitivos difíceis de serem formalizados. A utilização de recursos computacionais nessa tarefa parte de inevitáveis simplificações



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

teóricas e de adequações de conceitos subjetivos tais como “relevância” e “necessidade de informação”, além do próprio conceito de informação.

A complexidade desta área, combinada aos múltiplos fatores que a cercam, fomentam os estudos neste contexto. Segundo Robins (2000), a urgência dos usuários em obter novas informações a todo instante e de forma eficiente, fez com que o processo de recuperação de informação seja constantemente repensado. O autor salienta que variáveis anteriormente não consideradas pelo modelo tradicional, como o ambiente e conhecimento do usuário, seus objetivos, intenções e crenças, começaram a ganhar força com o surgimento de novos modelos.

Alguns fatores importantes na recuperação de informação são elencados por Huang (1999). Neste estudo são destacados os seguintes aspectos:

- a) Informação heterogênea: a Internet contém grande diversidade de documentos;
- b) alta integração: cada documento pode ter links para outros documentos, e estes para outros;
- c) comportamento específico: há uma estimativa de que 85% dos usuários que utilizam sites de busca não olham a segunda tela com os resultados.

Considerando tais aspectos, nota-se que a exibição de informações precisas e de forma objetiva é essencial em sistemas de recuperação de informação. Geralmente, o que se deseja é que as buscas tenham condições de localizar documentos relevantes de acordo com as necessidades do usuário. Muito tem se discutido sobre algumas limitações dos sistemas de recuperação de informação, Santarém Segundo (2010, p.27) considera que "o processo de recuperação ainda não conseguiu atingir os resultados que os usuários precisam ou que os pesquisadores esperam e, portanto, continua abarcando pesquisadores ao redor do tema". Aspectos como relevância, semântica e sobrecarga de informação são frequentemente citados como obstáculos a serem superados.

No que diz respeito a interfaces digitais de resultados de busca, Albertson (2014) observou que as ações dos usuários na busca de informações são influenciadas por fatores contextuais, mas em comparação com outras formas de busca, os fatores visuais influenciam tanto positivamente como negativamente nas tarefas, considerações e decisões dos usuários. O autor visualiza o desenvolvimento de interfaces flexíveis como uma das formas de atender às necessidades informacionais dos usuários.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Singh, Hsu e Moon (2011) argumentam que a estratégia mais comum na recuperação de informação tem sido a de apresentar os resultados como uma lista, onde cada entrada é classificada por sua relevância presumível para determinada consulta. Neste esquema, os usuários têm que posteriormente examinar a lista para satisfazer suas necessidades de informação. Os autores afirmam que tal processo é adequado para alguns tipos de consultas, no entanto, como a informação na web fica diversificada, este modelo de interação é, muitas vezes, insuficiente para descrever as informações que o usuário precisa, bem como o conteúdo que possa, supostamente, satisfazê-lo.

A partir deste cenário são relacionadas, a seguir, algumas publicações que descreveram desafios a serem enfrentados na recuperação de informação, em especial nas interfaces gráficas de visualização de resultados de busca.

3.1 Desafios nas interfaces de recuperação de informação

A partir da apresentação da RI, e da fundamentação inerente ao tema, foi possível elencar os estudos que exploraram a área no que diz respeito às interfaces de resultados de busca. Embora essas interfaces tenham evoluído, alguns problemas ainda perduram nos SRIs. Assim julgou-se importante elencar esses problemas através de trabalhos que investigaram o tema.

Souza e Alvarenga (2004) exploraram brevemente os conceitos característicos aos sistemas de recuperação de informações no âmbito da websemântica. Os autores assim se colocam sobre o assunto: "A **dificuldade de determinar os contextos informacionais** tem como conseqüência a impossibilidade de se identificar de forma precisa a atinência dos documentos" (SOUZA E ALVARENGA, 2004, p. 133, grifo nosso).

Em outro estudo sobre os sistemas de recuperação de informação e mecanismos de busca na web, Souza (2006, p. 163-164, grifo nosso), também apresentou alguns obstáculos:

[..] a recuperação de informações traz dificuldades intrínsecas ao conceito de informação [..]. **A associação entre os registros e seus conteúdos informativos é vaga**, e isso pode acarretar problemas nas respostas a questões específicas, como baixas taxas de revocação¹ e

¹ A Revocação, ou "recall" ou mesmo "abrangeência", é a razão do número de documentos atinentes recuperados sobre o total de documentos atinentes disponíveis na base de dados. A revocação mede o sucesso do SRI em recuperar documentos pertinentes.



precisão². Um sistema de recuperação de informações deve buscar boa relação entre os índices de revocação e precisão, para oferecer, em resposta a determinada consulta, referências ao maior número possível de documentos relevantes, ordenados por critérios que meçam esta relevância, e o menor número possível de documentos pouco ou não relevantes, de acordo com as necessidades de informação dos usuários.

Dias e Carvalho (2007) investigaram o potencial contributo da visualização da informação para a Ciência da Informação. Os autores explicam que atualmente os usuários acessam um grande volume de informações, muitas irrelevantes e desnecessárias ao seu contexto de interesse. Dessa forma, apresentam a **sobrecarga de informações** como uma das principais preocupações na representação dos resultados obtidos por meio de mecanismos de busca e recuperação de informações.

Vieira e Correa (2011, grifo nosso) descreveram técnicas propostas pela área de visualização da informação aplicadas na construção de interfaces gráficas, com o objetivo de proporcionar melhor apropriação da informação pelos usuários dos SRIs. No artigo, destacaram três situações como principais dificuldades na recuperação de informação:

- a) a sobrecarga de informações ou **excesso de documentos retornados**;
- b) a dificuldade do usuário em expressar ao sistema sua real necessidade por meio de palavras-chave;
- c) e a dificuldade do sistema em compreender a necessidade expressa e recuperar para o usuário os documentos que satisfaçam essa necessidade.

Na maioria dos mecanismos atuais de busca estão presentes alguns problemas similares aos citados nesta seção. O quadro 1 sintetiza alguns elementos importantes a serem explorados em relação as interfaces de resultados de busca em SRIs.

QUADRO 1 – Trabalhos que abordaram problemas na RI

Autores	Título	Problema destacado	Periódico /Qualis
Souza e Alvarenga (2004)	A web semântica e suas contribuições para a ciência da informação	Dificuldade de determinar os contextos informacionais.	Ciência da Informação (B1)

² Razão do número de documentos atinentes recuperados sobre o total de documentos recuperados. A precisão mede o sucesso do SRI em não recuperar documentos que não sejam relevantes de acordo com a necessidade de informação.



(continuação)

Autores	Título	Problema destacado	Periódico /Qualis
Souza (2006)	Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na web : panorama atual e tendências	A associação entre os registros e seus conteúdos informativos é vaga.	Perspectivas em Ciência da Informação (A1)
Dias e Carvalho (2007)	A visualização da informação e a sua contribuição para a ciência da informação	Sobrecarga de informações.	DataGramaZero Revista de Ciência da Informação (B1)
Vieira e Correa (2011)	Visualização da informação na construção de interfaces amigáveis para sistemas de recuperação de informação	Excesso de documentos retornados.	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação (B1)

Fonte: Elaboração dos Autores.

As obras apresentadas foram publicadas em revistas da área da Ciência da Informação com classificação entre A1 e B1 no Qualis³ da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Além da RI são abordadas temáticas como a websemântica e visualização da informação no âmbito da Ciência da Informação. Conforme já descrito, os problemas destacados no Quadro 1 servem como sustentação na busca por técnicas que possibilitem minimizar essas barreiras. A partir neste cenário, serão caracterizadas as áreas de organização do conhecimento e ontologias, a fim de verificar se suas características podem auxiliar os SRIs.

4 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ONTOLOGIAS

Seguindo o percurso da apresentação das áreas a serem investigadas, inicialmente objetiva-se fornecer uma visão geral da organização do conhecimento, evidenciando as ontologias como instrumentos dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs). Hjørland (2003) destaca que o conceito da Organização do Conhecimento é muito amplo, pois este se encontra envolvido com a divisão social do trabalho (disciplinas); as instituições sociais (universidades); as linguagens e sistemas simbólicos; os sistemas conceituais e teóricos; e ainda,

3 Qualis "é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação", ele classifica através de indicativos: A1 é o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. (CAPES, 2015)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

com as literaturas e gêneros. Para ele a OC significa a organização de registros bibliográficos, incluindo índices de citação e registros de textos completos, entre outros. Em outra importante definição, Dahlberg (2006) descreve a organização do conhecimento como a ciência que estrutura e ordena os conceitos de acordo com características comuns.

As bases teóricas da Organização do Conhecimento atuam como alicerce para o desenvolvimento dos SOCs. Segundo Tristão, Fachin e Alarcon (2004) esses sistemas incluem uma variedade de esquemas que organizam, gerenciam e recuperam a informação, em sua maioria ligados a bibliotecas e outras organizações que se focam no gerenciamento da informação visando organizar, recuperar e disseminar a mesma. Friedman e Thellefsen (2011) elencam três funções básicas dos SOCs: facilitar a recuperação de informação, fornecer informações sobre documentos e fornecer arranjos (ordenação). Hodge (2000) organizou-os em três categorias gerais:

- a) Listas de termos: enfatizam listas de termos muitas vezes com definições: ficheiros de autoridade; glossários; dicionários; e gazetteers.
- b) Classificação e categorias: enfatizam a criação de conjuntos de assunto: cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação, taxonomias e esquemas de categorização.
- c) Lista do relacionamento: enfatizam as ligações entre termos e conceitos: tesouros, rede semântica e ontologias.

Esta classificação oferece um panorama importante no entendimento dos instrumentos que apoiam os SOCs. Especificamente neste estudo, serão evidenciados aspectos das ontologias. Na discussão sobre as ontologias na OC, García-Marco (2007) destaca que a convergência entre os sistemas organização do conhecimento e as ontologias promete trazer benefícios consideráveis no processo de busca informacional. Moreira (2010) explica que as ontologias são construídas para funcionar como instrumentos de representação do conhecimento e recuperação da informação em atividades de busca delegadas a agentes inteligentes.

Conforme apresentado por Poli e Obrst (2010), a noção de ontologias pode ser descrita a partir de duas perspectivas, a filosófica e a tecnológica, sendo que a primeira começou a ser estudada pelos filósofos gregos há milhares de anos e centrou-se numa análise das categorias em que as entidades do mundo se organizam. O conceito de ontologias do ponto de vista tecnológico é bem mais recente. Neste cenário preocupa-se com as mesmas questões, no



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

entanto a intenção seria criar modelos conceituais que podem ser utilizados por agentes de software para agregar semântica aos sistemas de informação. Aqui será considerada a perspectiva tecnológica, a qual se aproxima dos objetivos da RI.

A utilização de ontologias na recuperação de informação é tema de diversas pesquisas que têm como objetivo a melhoria da eficiência deste processo. No contexto das ciências da computação e da informação, Gruber (2009) conceitua uma ontologia como um conjunto de primitivas de representação para modelar um domínio de conhecimento ou discurso. Fernald (2013) destaca que as ontologias se inserem no processo de recuperação de informação com o objetivo de prover um maior nível semântico das representações dos documentos e das necessidades de informação dos usuários.

A partir das considerações apresentadas nesta seção, observou-se o contexto das ontologias na organização do conhecimento, listando traços relevantes para o prosseguimento da pesquisa. A seguir serão apresentadas algumas considerações e propostas de pesquisadores que tratam as ontologias no processo de RI.

4.1 Uso de ontologias nas interfaces de recuperação de informação

Pretende-se abordar, neste tópico, algumas das principais conexões do uso de ontologias em interfaces de resultados de busca em SRIs, com o propósito de fornecer uma visão adequada dos possíveis recursos a serem aplicados. Dessa forma, é interessante expor publicações pertinentes ao objetivo da pesquisa.

Para Berners-Lee et. al. (2001 apud Stradiotto, 2011) as ontologias podem ser usadas para refinar uma procura, evitando ambiguidade de palavras, ou ainda, relacionar as informações de uma página a estruturas de conhecimento ou regras de inferência. Stradiotto (2011) ainda salienta que outros autores preveem a possibilidade da existência de páginas feitas exclusivamente com redes de ontologias, nas quais agentes poderão refinar termos ambíguos usados em outras páginas, para descobrir informações sobre um determinado tema.

Em sua tese, Santarem Segundo (2010, p. 100) defende que:

[..] utilizar ontologias e suas relações é uma das maneiras de se construir uma relação entre termos dentro de um domínio, visto que elas possibilitam contextualizar dados, tornando mais eficiente a interpretação de documentos pelas ferramentas de recuperação de informação.

Shahzad (2011) também discute estratégias de introdução de ontologias em diferentes camadas de interface de usuário, adaptada a elementos de experiência do mesmo. O autor



destaca que as ontologias podem fornecer um quadro para representação computável de elementos de interface do usuário e os dados subjacentes. Esta estrutura ontológica faz um mapa da disposição de informações e pode proporcionar navegação em conceitos relacionados.

A dissertação de Saias (2003) investigou a utilização de ontologias em sistemas de recuperação de informação. O autor explica que as ontologias podem ser utilizadas no âmbito destes sistemas com o objetivo de melhorar os resultados. A existência de relações hierárquicas, e não só, sobre a semântica da informação poderá potencializar uma melhoria da eficiência nos SRI. Em suas conclusões o autor destaca

[..] além de ser um meio ideal para a publicação dos documentos, unindo a versão para humanos à representação semântica para as máquinas, a websemântica, através de uma ontologia, oferece uma plataforma que pode ser adaptada e servir como base de conhecimento (SAIAS, 2003, p.118).

Souza (2006, p.168) analisou sistemas de recuperação de informação e mecanismos de busca e destaca algumas alternativas no processo de organização da informação, entre elas:

[..] o desenvolvimento de estratégias de apresentação da informação recuperada nas buscas sob formatos altamente significativos e contextuais, de forma que as relações entre os conceitos, e em consequência, os contextos lingüísticos subjacentes, sejam evidentes, o que permitiria aos usuários refinarem os resultados através da definição das conexões pertinentes e a exclusão das conexões geradas pelo ruído informacional.

Verificando as considerações, pode-se salientar diversos pontos importantes do uso das ontologias. A contextualização dos dados através das relações de termos dentro dos domínios de conhecimento pode facilitar a interpretação dos mesmos. Estas relações também são significativas para evitar possíveis ambiguidades das palavras. Outra vertente seria a utilização de mapas de informações e relações hierárquicas com o intuito de proporcionar semântica à informação recuperada, possibilitando refinar os resultados através da definição das conexões pertinentes. Assim, essas argumentações esclarecem o potencial da utilização das ontologias na recuperação de informação e servem como base para possíveis aprimoramentos nas técnicas já existentes. A relação entre esses argumentos e os desafios da recuperação da informação será discutida na próxima seção.

5 DISCUSSÃO

A pesquisa realizada sobre recuperação de informação trouxe questionamentos importantes sobre os desafios enfrentados na área, especialmente nas interfaces de visualização



de resultados de buscas. Com base nas constatações apresentadas e contribuições da área de organização do conhecimento no contexto das ontologias, elaborou-se o quadro 2, com o objetivo de retratar este panorama.

QUADRO 2 – Dificuldades da RI e contribuições das ontologias

Dificuldades na recuperação da informação	Contribuição das ontologias
Dificuldade de determinar os contextos informacionais. (SOUZA; ALVARENGA, 2004)	O desenvolvimento de estratégias de apresentação da informação recuperada nas buscas sob formatos altamente significativos e contextuais, de forma que as relações entre os conceitos, e em consequência, os contextos lingüísticos subjacentes, sejam evidentes, o que permitiria aos usuários refinarem os resultados através da definição das conexões pertinentes e a exclusão das conexões geradas pelo ruído informacional. (SOUZA, 2006)
A associação entre os registros e seus conteúdos informativos é vaga. (SOUZA, 2006)	Utilizar ontologias e suas relações é uma das maneiras de se construir uma relação entre termos dentro de um domínio, visto que elas possibilitam contextualizar dados, tornando mais eficiente a interpretação de documentos pelas ferramentas de recuperação de informação. (SANTAREM SEGUNDO, 2010)
Sobrecarga de informações. (DIAS; CARVALHO, 2007)	As ontologias podem ser utilizadas no âmbito destes sistemas com o objetivo de melhorar os resultados. A existência de relações hierárquicas, e não só, sobre a semântica da informação poderá potenciar uma melhoria da eficiência nos SRI. (SAIAS, 2003)
Excesso de documentos retornados. (VIEIRA; CORREA, 2011)	As ontologias podem fornecer um quadro para representação computável de elementos de interface do usuário e os dados subjacentes. (SHAHZAD, 2011)

Fonte: Elaboração dos Autores.

A partir da convergência de ideias, verificou-se que diversas alternativas têm sido propostas para contornar as dificuldades listadas no quadro 2. A apresentação da informação recuperada, de forma contextualizada, é um aspecto bastante citado pelos autores, assim como a estratégia de construção de relações entre termos dentro dos domínios do conhecimento. Nessa perspectiva, as ontologias são apontadas como instrumentos que podem aprimorar os sistemas de recuperação de informação. Em outras palavras, as características destacadas confrontam os problemas descritos na interface de resultados de busca dos SRIs. Enfim, com a aproximação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

das áreas discutidas anteriormente, seria possível proporcionar interação com os grandes volumes de dados gerados nos SRIs, utilizando representações visuais mais efetivas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a conexão entre a recuperação de informação, a organização do conhecimento e as ontologias mostrou-se uma abordagem interessante na pesquisa por recursos que apoiem o progresso no processo de busca informacional. No que diz respeito ao objetivo geral desta pesquisa, evidenciou-se que os sistemas de organização do conhecimento, através das ontologias, apresentam conexões interessantes no apoio ao desenvolvimento de interfaces de resultados de busca nos sistemas de recuperação de informação. Analisando as perspectivas apresentadas anteriormente, pode-se vislumbrar o desenvolvimento de interfaces com o intuito de prover um maior nível semântico das representações dos documentos e das necessidades de informação dos usuários. Pereira e Cruz (2010) afirmam que a web hoje permite o uso de linguagens mais flexíveis e de padrões cada vez mais aceitos de representação da informação. Isso a transforma em uma rede de conhecimento, e não apenas em um espaço onde coabitam dados sem conexão.

Com base em pesquisas voltadas aos sistemas de recuperação de informação foram descritas possíveis dificuldades e limitações desses sistemas. Fundamentado nesse levantamento, analisou-se a produção científica das áreas de organização do conhecimento e ontologias, onde foram identificadas características com potencial de auxiliar a superar tais problemas. Nesse sentido, como sugestão de trabalhos futuros, vislumbra-se a aplicação prática das ideias expressas utilizando as ontologias no processo de concepção de interfaces de resultados de buscas, a fim de validar as possibilidades expostas.

Concluindo, foi possível constatar a existência de diversos pontos de convergência das áreas investigadas neste artigo, abrindo perspectivas para o desenvolvimento de soluções que visam melhorar a eficiência dos SRIs.

REFERÊNCIAS

AHN, Jae-wook; BRUSILOVSKY, Peter. **Adaptive visualization for exploratory information retrieval**. Elsevier, 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306457313000137>>. Acesso em: 20 nov. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ALBERTSON, Dan. Visual information seeking. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 66, p. 1091–1105, 2014.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.51-70, 2011.

BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, B. A. **Recuperação de Informação: Conceitos e Tecnologias das Máquinas de Busca**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Qualis**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2550:capas-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v.33, n.1, p. 11-19, 2006.

DIAS, Elizabeth Abib Vasconcelos; COSTA, Helder Gomes. Mapeamento da produção científica no escopo da ontologia. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, Niterói, v. 6, n. 4, p. 481-507, 2011.

DIAS, Mateus Pereira; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. A Visualização da Informação e a sua contribuição para a Ciência da Informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 8, n.5, out. 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out07/Art_02.htm>. Acesso em: 13 nov. 2015.

FERNEDA, Edberto. **Ontologia como recurso de padronização terminológica em um Sistema de Recuperação de Informação**. 2013. 96 f. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FREITAS, Juliana Lazzarotto; NASCIMENTO, Bruna Silva do; BUFREM, Leilah Santiago. A organização do conhecimento na dinâmica da pesquisa em artigos da literatura científica da Brapci. **TransInformação**, Campinas, v. 26(3), p. 295-303, set./dez., 2014.

FRIEDMAN, Alon; THELLEFSEN, Martin. Concept and semiotics in knowledge organization. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 4, p. 644-674, set. 2011.

GARCÍA-MARCO, Francisco-Javier. Los contenidos y a secuencia docente de la organización y representación del conocimiento: una propuesta interdisciplinar. **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza, v. 1, p. 219-228, 1995.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

_____. Ontologías y organización del conocimiento: retos y oportunidades para el profesional de la información. **El profesional de la información**, v. 16, n. 6, p. 541-550, nov./dez. 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Hagar Espanha. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v.2, n.1, p.60-88, jan./dez. 2009.

GRUBER, Tom . **Ontology**. 2009. Disponível em: <<http://tomgruber.org/writing/ontology-definition-2007.htm>>. Acesso em: 30 out. 2015.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington: The Digital Library Federation, 2000. Disponível em: <www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.html>. Acesso em: 05 dez. 2015.

HUANG, Lan. **A survey on Web information retrieval technologies**. New York, University of New York, 1999. Disponível em: <http://www.iicm.tugraz.at/thesis/cguetl_diss/literatur/Kapitel02/References/Huang_2000/336617.html>. Acesso em: 09 dez. 2015.

LIMA, Lidyane Silva. **Produção científica em organização do conhecimento**: Uma análise de domínio via citações de autores. 2015. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – PPGCI - Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2015.

PAVÃO, Caterina Marta Groposo. **Comportamento de busca e recuperação da informação em serviços de descoberta em rede no contexto acadêmico**. 218 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PEREIRA, D. C.; CRUZ, R. C. Folksonomia e tags afetivas: comunicação e comportamento informacional no Twitter. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 11, n.6, dez. 2010. Disponível em: <http://www.datagramzero.org.br/dez10/Art_06.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

POLI, Roberto; OBRST, Leo. The interplay between ontology as a categorial analysis and ontology as technology. In: HEALY, Michael; KAMEAS, Achilles; POLI, Roberto Poli, (Eds.). **Theory and applications of ontology**: computer applications. New York, 2010.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ROBINS, David. Interactive information retrieval: context and basic notion. **Informing Science**, v. 3, n. 2, p. 57-61, 2000.

RORISSA, Abebe; YUAN, Xiaojun. Visualizing and mapping the intellectual structure of information retrieval. **Information Processing and Management**, v. 48, n. 1, p. 120-135, jan. 2012.

SAIAS, José Miguel Gomes. **Uma Metodologia para a construção automática de Ontologias e a sua aplicação em Sistemas de Recuperação de Informação**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Informática) – Universidade de Évora, Évora, 2003.

SALTON, Gerard e MCGILL, Michael J. **Introduction to modern information retrieval**. New York : Mcgraw-Hill Book Company, 1983.

SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo. **Representação iterativa: um modelo para repositórios digitais**. 2010. 224 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103346>>.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHAHZAD, Syed K. Ontology-based User Interface Development: User Experience Elements Pattern. **Journal of Universal Computer Science**, v. 17, n. 7, p. 1078-1088, 2011.

SINGH, Rahul; HSU, Ya-Wen; Moon, Naureen. Multiple perspective interactive search: a paradigm for exploratory search and information retrieval on the web. **Multimedia Tools and Applications**. v. 62, n. 2, p. 507-543, 2013.

SOUZA, Cláudia Daniele de. A organização do conhecimento: Estudo bibliométrico na base de dados ISI Web of Knowledge. **Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, n. 51, p. 20-32, 2013.

SOUZA, Renato Rocha. Sistemas de recuperação de informação e mecanismos de busca na web: panorama atual e tendências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n. 2, p. 161-173, mai/ago. 2006.

SOUZA, Renato Rocha; ALVARENGA, Lídia. A web semântica e suas contribuições para a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 132-141, jan./abr. 2004.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

STRADIOTTO, César Ramirez Kejelin. **Método de Construção de Ontologias Multilíngues com Associação de Conceitos a Objetos em Espaço 3D**. Tese (Doutorado) -. Universidade Federal de Santa Catarina , Florianópolis, 2011.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina; ALARCON, Orestes Estevam. Sistemas de classificação facetados e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33 , n. 2, dez. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/88>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

VIEIRA, Jessica Monique de Lira; CORREA, Renato Fernandes. Visualização da informação na construção de interfaces amigáveis para sistemas de recuperação de informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 32, p. 73-93, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14720012006>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

ZANCANARO, Airton et al. Memória Organizacional e Ontologias: Uma pesquisa bibliométrica. In: 9º Simpósio de Excelência em Gestão de Tecnologia, 2012. **Anais...** 2012. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/55216660.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC – 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

**ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA REFLEXÃO
SOBRE A FUNÇÃO MEDIADORA DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

***KNOWLEDGE ORGANIZATION AND REPRESENTATION: A REFLECTION ON THE
MEDIATOR FUNCTION OF KNOWLEDGE ORGANIZATION SYSTEMS***

**Isabela Santana de Moraes, UNESP
Walter Moreira, UNESP**

Resumo: A Organização e Representação do Conhecimento, tendo em vista sua eficácia, deve dialogar de maneira produtiva com os instrumentos de recuperação da informação, para tanto, utiliza-se dos sistemas de organização do conhecimento. Considera-se oportuno caracterizar como se dá a função mediadora dos sistemas de organização do conhecimento no processo social de organizar e representar o conhecimento, desempenhado pelo profissional da informação no âmbito da Ciência da Informação. Assim, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma reflexão sobre organização e representação do conhecimento e seu papel social, a fim de contribuir para análise da função mediadora dos sistemas de organização do conhecimento, desempenhado pelos profissionais da informação. A reflexão sobre essa temática é relevante para que se possa oferecer subsídios para entender a função social do profissional da informação quando realiza a atividade de organizar e representar o conhecimento, como uma ação mediadora. O problema da presente pesquisa é colocado na seguinte questão: como se dá a função mediadora dos Sistemas de Organização do Conhecimento desempenhado pelo profissional da informação na atividade de organização e representação do conhecimento? Portanto, tem-se como objetivo geral compreender a Organização e Representação do Conhecimento como uma função social. Como objetivos específicos: a) entender a função mediadora dos Sistemas de Organização do Conhecimento b) analisar os aspectos que influenciam o desempenho do profissional da informação na ação mediadora do processo de organização e representação do conhecimento. Os procedimentos metodológicos são desenvolvidos a partir de uma revisão de literatura sobre Organização do Conhecimento, Sistemas de Organização do Conhecimento e Abordagens de mediação socioculturais. Esse trabalho é um tema relevante para a Ciência da Informação, pois os resultados proporcionam entender a função mediadora dos sistemas de organização do conhecimento e demonstram as influências socioculturais na atuação do profissional da informação no processo de organização e representação do conhecimento em sua esfera social.

Palavras-chave: Organização e Representação do Conhecimento. Sistemas de Organização do Conhecimento. Abordagens Socioculturais. Mediação da Informação. Profissional da Informação.

Abstract: The Knowledge Organization and Representation, in view of its effectiveness, should engage productively with the information retrieval tools, therefore, we use the knowledge organization systems. It is appropriate to characterize how is the mediating role of knowledge organization systems in the social process of organizing and representing knowledge, played by professional information within the Information Science. Thus, this research aims to conduct a reflection on the organization and



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

representation of knowledge and its social role in order to contribute to analysis of the mediating function of the knowledge organization systems, played by information professionals. Reflection on this subject is relevant so that it can provide insight to understand the professional social function of information when performing the activity of organizing and representing knowledge, as a mediating action. The problem of this research is placed on the following question: how is the mediating role of Knowledge Organization Systems played by the information professional in the organization of activity and representation of knowledge? Therefore, it has the general objective of understanding the Knowledge Organization and Representation as a social function. Specific objectives: a) understand the mediating role of the Organization of Systems of Knowledge b) to analyze the factors influencing the performance of the information professional in mediating action of the process of organizing and representing knowledge. The methodological procedures are developed from a review of literature on the Organization of Knowledge, Knowledge Organization Systems and socio-cultural mediation approaches. This work is an important issue for Information Science, because the results provide understanding the mediating function of the the knowledge organization systems and demonstrate the socio-cultural influences on the professional practice of information in the process of organization and representation of knowledge in their social sphere.

Keywords: Knowledge Organization and Representation. Knowledge Organization Systems. Sociocultural approaches. Mediation Information. Information Professional.

1 INTRODUÇÃO E REGRAS GERAIS

A Organização e Representação do Conhecimento é responsável sistematização ordenada e o modo como o conhecimento é disposto para acesso dos usuários. Para o profissional da informação executar essa tarefa, utiliza-se como instrumento os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs). Espera-se que o profissional da informação, no exercício de suas funções, desenvolva habilidades e capacidades para organizar e representar o conhecimento, mas vale ressaltar que alguns aspectos socioculturais influenciam esse processo, tornando-o complexo e subjetivo.

Desta forma, no presente trabalho será discutido a função mediadora dos SOCs na organização social do conhecimento e as influencias socioculturais nessa tarefa do profissional da informação. Coloca-se como problemática: como se dá a função mediadora dos Sistemas de Organização do Conhecimento desempenhado pelo profissional da informação na atividade de organização e representação social do conhecimento?

Logo, tem como objetivo realizar um reflexão sobre organização e representação do conhecimento e seu papel social, a fim de contribuir para análise da função mediadora dos SOCs, desempenhado pelos profissionais da informação e as influências socioculturais que ocorrem nesse processo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A metodologia escolhida para desenvolver o arcabouço teórico foi a pesquisa teórica-reflexiva e exploratória, já que se adéqua melhor com os objetivos e justificativa que é constituída pela união dos temas a) organização e representação do conhecimento, b) sistemas de organização do conhecimento e c) abordagens de mediação socioculturais no âmbito da Ciência da Informação.

Vale ressaltar a relevância deste trabalho, pois a temática da função mediadora dos sistemas de organização do conhecimento ainda é pouco desenvolvida e necessita de mais pesquisas para possibilitar estudos de caráter aplicado.

2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Para o indivíduo transformar a informação em conhecimento, dialoga com a sua cultura, valores e princípios, o contexto em que vive, seu modo de ser e sua maneira de compreender o mundo. Assim considera-se o conhecimento, subjetivo e inerente ao sujeito, mas ao mesmo tempo social, pois o ser humano está inserido em um contexto, interagindo com o mundo que o envolve. O conhecimento está relacionado com os aspectos cognitivos que ocorrem na mente humana e os processos mentais de captação, assimilação, associação e também de construção, desconstrução e reconstrução de conceitos. Há ainda a importância do papel social do conhecimento, envolvendo o aspecto do conhecimento acumulado ao longo do tempo e da sua socialização (LIMA; ALVARES, 2012).

No âmbito da ciência da informação, o conhecimento tem significação no processo individual e social, ao pensar em que são desenvolvidos, documentados e socializados em uma área, uma ciência ou em um domínio da atividade humana (CAPURRO, 2003). A organização e representação do conhecimento, precisa compreender em qual âmbito esse documento se encontra para considerar em que domínio, área ou campo do saber ele se aplica e melhor representá-lo.

A Organização do Conhecimento é responsável pela ordenação e sistematização do conhecimento registrado, para facilitar a busca, acesso e uso. Logo, pode ser considerada como um processo de mediação. A organização e representação do conhecimento faz-se necessária desde que surgiram as primeiras bibliotecas e com o passar do tempo suas técnicas e procedimentos foram se aprimorando para atender as necessidades de cada época.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A organização do conhecimento é um campo que sistematiza o conhecimento para sua recuperação, um campo que tenta desempenhar um papel de comunicação e intercâmbio do conhecimento. Tem por objetivo apoiar os processos de ensino-aprendizagem, incentivar e oferecer subsídios às atividades de investigação científica. Esta última função é considerada como um dos pilares mais destacados no que se refere à base do campo (HJORLAND, 2008).

Partindo-se do pressuposto de que o conhecimento precisa ser organizado para que possam ser alcançados objetivos como a eficácia no acesso, na recuperação, na visualização, na localização e, por consequência, a geração de novos conhecimentos, se faz necessário analisar a organização do conhecimento socializado e compreender também a função de mediação das ferramentas que oferecem suporte à Organização do Conhecimento, as quais são denominadas sistemas de organização do conhecimento, como, por exemplo, tesouro, taxonomia, sistemas de classificação, ontologias.

Na perspectiva da ciência da informação, os processos de organização e representação do conhecimento só são válidos para o conhecimento socializado, ou seja aquele que é gerado, registrado e compartilhado para possível desenvolvimento de novos conhecimentos (DAHLBERG, 1992).

O contexto contemporâneo de avanço tecnológico e acesso ampliado à informação, comparativamente aos períodos anteriores está favorecendo e estimulando a produção de conhecimento registrado. Assim, é necessário uma rápida e eficiente organização e identificação para facilitar a recuperação e incentivar o acesso e posteriormente desenvolvimento de novos conhecimentos. Por consequência, é essencial uma eficaz mediação no processo de organização e representação do conhecimento registrado.

De modo mais genérico, organização do conhecimento é a maneira como são dispostos os assuntos, onde se deseja sua sistematização ordenada. Na ciência da informação, a OC é a área de estudos voltada às atividades de organização, representação e recuperação do conhecimento registrado (LIMA; ALVARES, 2012).

Barité (2001), relaciona dez premissas básicas oferecendo justificativa intelectual para organização do conhecimento, sendo elas:

- 1- O conhecimento é um produto social, uma necessidade social e um dinamismo social;
- 2- O conhecimento é realizado a partir da informação, e ao socializar pode ser transformado novamente em informação;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- 3- A estrutura e comunicação do conhecimento formam um sistema aberto;
- 4- O conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social;
- 5- Existem muitas formas possíveis de organizar o conhecimento;
- 6- Toda organização do conhecimento é artificial;
- 7- O conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, admite usos indiscriminados;
- 8- O conhecimento se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos;
- 9- Os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação;
- 10- As leis que reagem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis, e se aplicam por igual a qualquer área disciplinar.

Afirma-se que o processo de organização também é um processo de mediação, amparados na premissa 2 em que autor discorre que, o conhecimento se realiza a partir da informação, e ao socializar-se é transformado novamente em informação. Desta forma, os profissionais da informação participam ativamente como mediadores, socializando o conhecimento e sua circulação através de processos de disseminação de informações e organizando por meio de instrumentos adequados para representar e organizar o tema de seus documentos.

Hjørland (2003), divide a organização do conhecimento em dois tipos: a) a organização intelectual do conhecimento, também denominada organização cognitiva, em que se utilizam conceitos, sistemas conceituais e teorias para serem organizados; b) a organização social do conhecimento, que é basicamente a organização em disciplinas, profissões, negócios e grupos sociais.

O processo de representação pode ser entendido como uma substituição de uma entidade linguística longa e complexa, por uma descrição abreviada. Esse processo envolve a análise de assunto de um documento e a transformação dessa análise numa expressão linguística com atribuição de conceitos ao documento representado (NOVELLINO, 1996).

A representação do conhecimento procura ajustar os elementos informacionais existentes nos documentos e nos processos mentais que compõem o conhecimento de cada



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

indivíduo, afim de melhor representar e disponibilizar esse conhecimento para que possa ser socializado.

3 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O sistemas de organização do conhecimento (SOCs) são representações do conhecimento, são modelos de abstração do mundo real construídos para determinada finalidade. São instrumentos que dão suporte para realizar sistematização da organização do conhecimento para sua recuperação e tem como apoio as linguagens documentárias (LDs) que ajusta as finalidades dos termos, ora observando suas semelhanças, ora suas diferenças. Desta formas, os sistemas de organização do conhecimento possuem intensa relação com a linguagem, pois ela é fundamental em todo processo de descoberta da humanidade, assim existe forte dependência dos sistemas elaborados pelo homem para descoberta do conhecimento e as LDs possuem papel relevante na normalização desses sistemas com a colaboração do mapeamento terminológico (SCHIESSL; SHINTAKU. 2012).

Logo, os SOCs possuem forte dependência da Linguística Documentária, sendo essa a junção da linguagem com a documentação que possibilita delimitar com maior precisão os conceitos dos termos utilizados nos sistemas de organização do conhecimento, essa normalização também pode ser considerada um processo de mediação.

Tal perspectiva justifica a preocupação da Linguística Documentária com os problemas decorrentes dos processos simbólicos do tratamento e da recuperação da informação que se dirigem, principalmente, à busca de soluções para diminuir a distância entre os estoques e o uso da informação a partir dos estudos das estruturas simbólicas da documentação, das questões linguísticas e terminológicas de mediação entre produtores e consumidores da informação e da ligação entre os processos documentários e a construção e verbalização da informação (LARA, p. 26, 2009).

Desta forma, entende-se a LDs como um auxiliador aos sistemas de organização do conhecimento na normalização dos termos para facilitar a recuperação do conhecimento.

A qualidade obtida na recuperação em um sistema de informação depende dos procedimentos e ferramentas utilizados no processo de organização representação da informação. Portanto os padrões de organização devem ser definidos desde a implementação do sistema, para permitir que a informação seja encontrada com sucesso.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

“O principal objetivo da organização da informação é recuperar objetos informacionais, que são as informações registradas nos mais variados suportes – textos, imagens, registros sonoros, representações cartográficas e páginas web, entre outros” (LIMA; ALVARES, p. 35, 2012).

Com essa abordagem, pode-se dizer que o principal objetivo dos sistemas de organização é fornecer acesso à informação, tornando o processo de representação, organização e sistematização uma função de mediação entre o documento e o usuário da informação.

Concretamente, os sistemas de organização do conhecimento fornecem uma base semântica que apoia a busca e recuperação de informação pelo usuário final, logo se dá o destaque ao auxílio e a mediação para recuperação da informação. São estes os sistemas de classificação, ontologias, taxonomias, tesouros, redes semânticas, entre outros.

Carlan (2010) define os sistemas de organização do conhecimento como,

[...] sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários. (CARLAN, 2010, p. 16).

Nessa perspectiva são ferramentas semânticas que integram conceitos e relações semânticas definidas e controladas, que facilitam a seleção de termos no processo de mediação com a formulação, representação, organização e construção da busca da informação, uma vez que facilita aos usuários consultar e navegar nos ambientes informacionais.

Os sistemas de organização do conhecimento também são relevantes em bibliotecas digitais, uma vez que pode estabelecer elos entre recursos digitais e os registros podem ser localizados diretamente por meio da navegação nos SOC ou indiretamente, por meio de uma chave de busca que pode ser usada para acessar outra fonte de informação, facilitando aos usuários consultar e navegar (HODGE, 2000).

Atualmente, os sistemas informatizados com recuperação do conteúdo integral têm se expandido, principalmente na web. A disponibilidade de documentos digitais revela certa unidade, pois todos os documentos estão no formato digital, independentemente da tipologia. Nesse contexto, os SOC tornam-se imprescindíveis na era da internet. Em que, são responsáveis pela organização de um acervo de documentos eletrônicos e disponibiliza diversas maneiras de organização.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A organização de documentos eletrônicos, de mesma tipologia ou não, permite que a forma de organização seja pelas semelhanças, ou pelas diferenças. Entretanto, também requer padronização na terminologia e nas relações entre termos e conceitos. Esse controle de vocabulário e padronização pode restringir a riqueza oferecida pela língua natural, pela utilização de linguagens mais precisas. Contudo, consolida a utilização dos sistemas de organização permitindo maior precisão na recuperação da informação quando se conhece os termos ou por meio dos termos equivalentes disponíveis no sistema (SCHISSL; SHINTAKU, 2012).

Desta forma o processo de mediação da representação e organização do conhecimento não ocorre apenas em acervos físicos, mas também em digitais pois a documento e registro digital passa pelo mesmo processo semântico de estruturação para facilitar futuro acesso e ser socializado.

3.1 Função mediadora dos sistemas de organização do conhecimento

A organização do conhecimento, é executada com a colaboração dos sistemas de organização do conhecimento, que por sua vez tem como responsabilidade a descrição, representação, indexação, classificação. Processos que são possíveis a partir do conhecimento registrado e que só fará qualquer sentido a iniciativa de organização do conhecimento a fim do conhecimento ser socializado. Visto que, sistema de organização do conhecimento existe para facilitar o acesso, e propõe que o fator essencial é fazer a mediação entre diversos pontos de vista e desenvolver o sistema de acordo com as necessidades e valores dos usuários aos quais o sistema se destina (HJORLAND, 2008).

A mediação desempenhada pelo profissional da informação seja este um bibliotecário, arquivista, documentalista etc., não é uma ação neutra, é um processo interpretativo e social, que carrega os valores, cultura, o conhecimento individual tanto dos sujeitos mediadores, quanto dos que recebem o conhecimento e o utilizam com base em suas necessidades e interesses. No âmbito da Organização do Conhecimento, ocorrem processos de representação do conhecimento que envolvem mediações sociais.

A Organização do Conhecimento em relação a sua função social, nos alerta para a prática do profissional da informação, enquanto sujeito mediador no processo de organização e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

representação do conhecimento, atividade realizada com o auxílio dos sistemas de organização do conhecimento, que possibilitam a construção de uma rede semântica, nos quais são escolhidos termos para representar conceitos embutidos de particularidades do mediador. Assim, compreendemos que no âmbito da Organização do Conhecimento evidencia a necessidade com um cuidado em questões que envolvem as atividades do profissional da informação como sua atuação enquanto mediador.

A mediação trata de uma ação em conhecer os contextos, culturas, sujeitos e comunidades, no intuito de refletir e repensar os modos de conhecimento, pois o conhecimento é uma constante que se modeliza a todo o momento, possui características que persistem até certo momento, e ao longo de seu percurso agrega elementos de demais conhecimentos, isto é, condiciona diversos processos modelizantes e dessa maneira subsidia a construção de novos conhecimentos. Nesse aspecto é que entendemos que a Organização do Conhecimento é um campo mediador, onde é necessário conhecer os contextos (FARIAS, 2014).

Compreende-se que o conhecimento não é pronto e organizado, é um processo em constante formação e complexo, executado pelos sujeitos na utilização de vários diferentes elementos dos contextos sociais, culturais e necessidades. Dessa forma, o processo de mediação praticado a partir da organização e representação do conhecimento, depende da diversidade de elementos socioculturais, como as linguagens.

No âmbito da organização do conhecimento, só é possível a representação de conhecimentos que foram documentalizados, desta maneira, utiliza-se das linguagens documentárias para auxiliar na normalização dos sistemas de organização do conhecimento. Esse é um processo de mediação, no qual não há neutralidades dos profissionais e nem nos instrumentos utilizados, pois também há suas limitações. Então, afirma-se que nos instrumentos de representação e organização como, por exemplo, tesouros, taxonomias, sistemas de classificação, ontologias e linguagens documentárias, estão contidos valores e as vezes até posicionamento dos profissionais da informação.

A não neutralidade do profissional da informação é justificada, pois este traz consigo seus conhecimento, crenças, valores, ética, cultura, linguagens, o que influencia a ação de mediar no processo de representação do conhecimento. Desta forma, a mediação tem sua contribuição para realizar uma adequada ou inadequada organização e representação do conhecimento para determinado público. Dessa maneira, entende-se a Organização do Conhecimento um campo cujos seus sistemas são processos mediadores do conhecimento.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Vale ressaltar que a não neutralidade também existe com os usuários dos sistemas de organização e representação do conhecimento, na busca por conteúdos informacionais, esses usuários trazem consigo seus conhecimentos, valores, culturas, linguagens e necessidades.

O processo de organização e representação do conhecimento é uma mediação entre o conhecimento a ser organizado e representado e os usuários/comunidades. Assim, uma classificação é produto de mediação, assim como o tesouro, as ontologias entre outros sistemas de organização, logo podem ser considerados um processo social.

Afirmamos que é um processo social isso pela forma como a mediação é compreendida, como um processo interpretativo, de interação e comunicação, com capacidade de construir sentidos que interferem no acesso da informação. Logo, a representação do conhecimento é entendida como mediação,

[...] enquanto atividade que visa disponibilizar informação para todo e qualquer tipo de usuário, deve atuar de forma à que todos, sem distinção, se sintam refletidos nessa realidade, pois caso algum desvio seja percebido, esse usuário, ou grupo de usuários, se afastará do sistema de informação como um todo, o qual além de não ter cumprido sua função, terá desrespeitado valores e direitos morais desses usuários (GUIMARÃES et al. 2009, p.216).

Assim, a organização e representação do conhecimento é um processo de mediação social realizado pelo profissional da informação, por meio dos sistemas de organização e representação do conhecimento, a fim de proporcionar facilidades de acesso a informação para todo tipo de usuário. Porém, nesse processo há valores e sentidos de experiências particulares e coletivas, que surgem em contextos de diferenças culturais e linguísticas.

Logo, é necessário que o mediador busque compreender diferentes ambientes socioculturais, contextos e linguagens, para que seus termos ou formas de expressão sejam os mais adequados para fazer a representação. Nesse aspecto, o profissional também deve estar atento para que os sistemas de organização e representação do conhecimento possam ser realizados com princípios éticos para proporcionar igualdade em relação a comunidade de uso.

A mediação na ação da organização e representação do conhecimento, é um espaço interpretativo e subjetivo de cada profissional, contudo é necessário uma atuação ética, assim como um olhar sociocultural para comunidade que se irá representar o documento. Logo a mediação na atuação dos profissionais na Organização do Conhecimento, representam um papel social deste campo e dos sistemas de organização e representação do conhecimento (FARIAS, 2014).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

No processo de organização e representação do conhecimento, a mediação começa no momento em que se desenvolve o sistema de organização do conhecimento, e também na atualização dessa ferramenta; em que são selecionados termos para representação e organização, tais termos são embutidos de particularidades do profissional, bem como sua cultura, valores, ética, entre outros aspectos socioculturais já citados. E também, acontece mediação no momento em que o profissional da informação irá escolher o termo e/ou assunto para representar e organizar determinado documento, esse processo também contém as influências socioculturais. Assim entende-se que, a mediação acontece em várias etapas, primeiramente no desenvolvimento e suporte ao sistema de organização do conhecimento, posteriormente no momento de registro do documento fazendo sua representação e organização e por consequência, o profissional da informação é o mediador do conhecimento registrado e o usuário.

Desta forma, entende-se que construção de sistemas de organização do conhecimento tem função mediadora e deve garantir diversidade sobre as questões culturais, valores e necessidades das comunidades para quais se está realizando a mediação na representação e organização do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teórico-reflexiva, de cunho exploratório, que visa entender a função de mediação dos sistemas de organização do conhecimento, foi realizada a partir dos conceitos de, organização e representação do conhecimento, sistemas de organização do conhecimento, mediação que é realizado nesses processos e procurou entender os aspectos que influenciam nessa realização.

Pode-se afirmar que o processo de organização é mediação e que um profissional da informação bem amparado em um sistema de organização do conhecimento, que são entendidos como redes semânticas e linguagens controladas, realiza-se uma melhor execução do processo de organização do conhecimento, ou pelo menos dispõe de mais recursos para sua execução, assim como também é de sua responsabilidade desenvolver esses sistemas.

A mediação ocorre pela escolha das linguagens utilizadas num determinado sistema de representação e organização do conhecimento elaborado por profissionais da informação e é necessário que essas linguagens possam possuir termos diversificados e que atendam as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

necessidade da comunidade para qual se está representando, do mesmo modo que também possam dispor de unidades distintas, ou seja, possam ser expressas por meio de formas, visual, verbal e sonora.

A mediação na ação de organização e representação do conhecimento é um processo subjetivo tomando como base contextos, linguagens e a compreensão de valores e necessidades específicas e cultura de modo geral. Assim, a função mediadora dos sistemas de organização do conhecimento é um processo social de construção de caráter semântico e conceitual, nas práticas dos profissionais para facilitar o acesso a informação com intenção de geração de novos conhecimentos, ou seja, conhecimento socializado.

Outro fator preponderante é que a mediação é um compromisso ético com o usuário, para que a organização e representação sejam realizadas de maneira adequada e responsável. Visto que, o profissional da informação tem a responsabilidade de assegurar a diversidade de acesso a informação em diferentes culturas e contextos, identifica-se a necessidade e avaliação prévia para escolha dos termos e constante manutenção e revisão dos sistemas de representação. Ao entender a relevância da mediação no acesso da informação é importante evidenciar o modo de tratar, representar e organizar o conhecimento.

Com isso, compreende-se que o profissional da informação realiza a organização e representação do conhecimento como uma ação social e mediadora a partir da construção de redes semânticas e conceituais amparadas aos sistemas de organização do conhecimento, para que o mesmo possa ser acessado, e usado de maneira inteligente e eficaz, com sua desconstrução e construção do conhecimento socializado.

REFERÊNCIAS

BARITÉ, Mário. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp; São Paulo: Fapesp, 2001. p.35-60.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 5-, 2003, Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: < http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CARLAN, Eliana. **Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação**. 195 f. 2010. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

DAHLBERG, Ingetraut. **Knowledge organization and terminology: philosophical and linguistic bases.** International Classification, v. 19, n.2, p.65-71, 1992.

FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva. **A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento: uma análise teórico-conceitual.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A.; MILANI, S.; MOLINA, C. F. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. **IX Congress Isko- Spain.** Valencia. 2009. pp. 204-218.

HJORLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization. In: TRAVIESO, Crispulo. **Tendencias de investigación em organización del conocimiento.** Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003.

HJORLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, 2008.

HODGE, Gail. Systems of knowledge organization for digital libraries-, beyond traditional authorities files. **Washington: The Council on Library and Information Resources**, 2000. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.htm>> Acesso em: 27 abr. 2016.

LARA, M. L. G. **Linguística documentária: seleção de conceitos.** 2009. 178 f. Tese (Livredocência) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações.** São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21/48.

NOVELLINO, Maria Sálete Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do Conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações.** São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 2, p. 49/118.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Organização da informação e do conhecimento

**SIGLAS EM SAÚDE: METADADOS TERMINOLÓGICOS PARA
REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS DE
PRONTUÁRIOS DO PACIENTE**

***ACRONYMS IN HEALTH: METADATA TERMINOLOGY FOR REPRESENTATION
AND INFORMATION RETRIEVAL IN PATIENTS RECORDS FILE***

**Virginia Bentes Pinto, UFPE
Fabiana da Silva França, UFPB
Odete Mayra Mesquita Sales, UFPB
Francisca Rosaline Leite Mota, UFAL**

Resumo: Apresentam-se os resultados da pesquisa sobre a indexação de prontuários do paciente, adotando-se as siglas padronizadas nas fontes de informação em saúde, como metadados para a construção de cabeçalhos de assuntos, visando à representação e à recuperação da informação e do conhecimento registrados nesses documentos. O objetivo da pesquisa é estudar os princípios de cabeçalhos de assuntos, concernentes ao uso de siglas, e sua aplicabilidade para a representação indexal de prontuários do paciente a fim de oferecer “pistas” com vistas à recuperação da informação em Serviços de Arquivos Médicos e Estatística (Same). Foram estudados dois prontuários custodiados no Same do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) da Universidade Federal do Ceará, mapeando-se as siglas padronizadas e adotadas na redação desses documentos. Para tanto, pautamos no Repositório de Siglas, Acrônimos, Abreviaturas e Símbolos (NAVARRO, 2015) e no Siglário do Hospital Getúlio Vargas (HGV), Piauí. Os resultados evidenciam que, conforme os princípios de cabeçalhos de assuntos, as siglas padronizadas podem ser utilizadas como metadados para a indexação de prontuários do paciente.

Palavras-chave: Cabeçalhos de assuntos. Siglas em saúde. Representação indexal. Prontuário do paciente.

Abstract: The search results on the indexing of patient records are presented, adopting standardized abbreviations in health information sources, such as metadata for the construction of subject headings, aiming at the representation and retrieval of information and knowledge recorded in these documents. The objective of the research is to study the principles of subject headings, concerning the use of acronyms, and its applicability to indexal representation of patient records in order to offer "clues" with the purpose of recovering the information in Medical and Statistical File Services (SAME). We studied 04 records under custody in the SAME University Hospital Walter Cantídio (HUWC) of the Federal University of Ceará, mapping standardized acronyms, adopted in the drafting of these documents. Therefore, we base on the Repository of acronyms, abbreviations and symbols (NAVARRO, 2015) and the dictionary of abbreviations from the Getúlio Vargas Hospital (GVH), Piauí. The results show that, according to the principles of subject headings, the standardized abbreviations can be used as metadata for indexing of patient records.

Keywords: Subject Headings. Acronyms Health. Indexal Representation. Patient Record.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A indexação, enquanto forma de representação da informação e do conhecimento registrado, está inserida tanto na pragmática como no contexto epistemológico das reflexões teóricas dos campos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. Nesse sentido, estão sendo utilizados termos, conceitos, descritores ou sintagmas para enunciar os temas tratados em textos verbais ou não verbais, conforme as políticas de indexação adotadas nas unidades de documentação. Entre os termos, destacam-se as siglas que, vêm sendo introduzidas como metadados para a construção de cabeçalhos de assuntos, visando à representação e à recuperação da informação em documentos tradicionais. Contudo, em se tratando de um documento particular, a exemplo do prontuário do paciente, não encontramos experiências nesse contexto, embora que o uso de siglas seja uma das marcas da redação desses documentos.

Esse fato é que nos motivou a desenvolver esta pesquisa tendo por base a seguinte questão: como aplicar os princípios de cabeçalhos de assuntos para a indexação de prontuários do paciente, adotando-se as siglas como metadados para a representação com vista à recuperação da informação no contexto da saúde?

Em circunstâncias específicas, como é o caso da área da Saúde, as siglas são bastante utilizadas, principalmente, nas organizações de saúde, como hospitais, Upas, clínicas, postos de saúde e consultórios, estando presentes ao longo de toda a redação dos prontuários do paciente.

Na busca de responder à questão investigativa, definimos como objetivo da pesquisa estudar os princípios de cabeçalhos de assuntos, concernentes ao uso de siglas, e sua aplicabilidade para a representação indexal de prontuários do paciente visando oferecer “pistas” com vistas à recuperação da informação em Serviços de Arquivos Médicos e Estatística (Same).

Trata-se de uma pesquisa exploratória na qual foi analisado um *corpus* constituído por dois prontuários do paciente, custodiados no Same do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foram mapeadas as siglas padronizadas e adotadas na redação desses documentos. Para tanto, pautamo-nos no Repositório de Siglas, Acrônimos, Abreviaturas e Símbolos – COSNAUTAS (NAVARRO, 2015) e no Siglário do Hospital Getúlio Vargas (HGV), Piauí.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2 INDEXAÇÃO BASEADA EM SIGLAS COMO METADADOS

Ao longo da história do tratamento e da organização da informação e do conhecimento, foram empreendidos esforços para estabelecer representações sobre os temas enunciados nos textos verbais e não verbais. Nesse sentido, consideramos que os desenhos nas cavernas e em outros suportes da Antiguidade se constituem como a gênese dessa representação. Mais tarde, Apollonius de Rhodes elabora dois índices por nomes próprios e explica que o primeiro contém cerca de “[...] oitocentos e cinquenta nomes próprios que se encontram às vezes nos textos e nas anotações; o segundo, mais de um milhão de nomes mitológicos, históricos e geográficos que são citados somente nas notas”¹. O autor argumenta ainda que “a confecção desses dois Index foi muito trabalhosa; eu não ousou afirmar que eles sejam completos: eles poderão servir ao menos para controlar minha interpretação da tradução e erros de minhas anotações”² (RHODES, 1892, p. 29). Na mesma linha, Calímaco de Cirene elabora uma classificação geral dos livros da Biblioteca de Alexandria privilegiando os autores mais destacados naquela época.

A inovação dos index, antes mais simples, ganha outros contornos e passa a adotar inúmeras opções em sua elaboração: índices por autor, título, assunto, ano de publicação, editor, coleção, enfim, com todos os pontos de acesso possíveis, e, com o surgimento dos novos padrões de metadados, outros campos são possibilitados. Mesmo que a semântica desse termo esteja relacionada com o mundo eletrônico e digital, em realidade é necessário que ele seja olhado de outro ponto de vista. Assim, buscando-se a etimologia desse termo, encontramos que meta é um prefixo grego (μετά) que, conforme Puimatto (2009, p. 2), traz a ideia de ação reflexiva e de mudança ou ainda ir além de, estar perto de, entre ou com. Em epistemologia, meta designa um nível de abstração: metalinguagem, metadado etc. Por sua vez, o termo dado tem sua origem no latim datum, algo dado. Portanto, do ponto de vista da informação e da documentação, “podemos dizer que os metadados são dados que fornecem informações sobre um pacote de dados (um documento), considerado como um ‘dado’

¹ “[...] huit cent cinquante noms propres qui se trouvent à la fois dans le texte et dans les notes; le second, plus d'un millier de noms mythologiques, historiques et géographiques qui ne sont cités que dans les notes”.

² “La confection de ces deux Index a été très laborieuse; je n'ose affirmer qu'ils soient complets: ils pourront servir du moins à contrôler les contresens de ma traduction et les erreurs de mes notes”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

inicial”³. Logo, nesse sentido, todos os elementos de representação temática ou descritiva, independentemente do suporte de registro, são um metadado. Assim, entendemos que as siglas são, por consequência, metadados para a representação e a recuperação da informação.

2.1 Cabeçalhos de Assunto: Linguagens de Representação da Informação

Os cabeçalhos de assuntos foram estruturados enquanto linguagens de indexação, padronização de termos para representar assuntos tratados em documentos e tendo como finalidade básica oferecer “pistas” para a recuperação da informação. Nesse sentido, ao longo do tempo, vários cabeçalhos foram publicados em forma de lista e arrolando termos das diversas áreas do conhecimento.

Deve-se a Charles Ammi Cutter a primeira tentativa para estabelecer regras direcionadas aos cabeçalhos, com o objetivo de ampliar a capacidade de representação da informação. Cutter (1876) produziu um conjunto de normas para a elaboração de um catálogo alfabético de assuntos (ou cabeçalhos de assunto), as quais foram sintetizadas em três princípios: específico, no qual se devem adotar os termos mais específicos tratados nos documentos; de uso, ao se estabelecer os termos de indexação, consideram-se aqueles que são de uso corrente na cultura da sociedade (contexto das necessidades dos usuários); e sindético, que possibilita o uso de referências cruzadas entre os termos, indo-se do geral para o específico ou outro.

Citamos, ainda, as listas mais conhecidas: a Library of Congress of Subject Headings (1897/1975), a Sears List of Subject Headings (1965), a Relação de Assuntos para Cabeçalhos de Fichas (FERRAZ, 1972, 1977), a Lista de Encabezamientos de Materias para Bibliotecas (ROVIRA; AGUAYO, 1967) e a Lista Geral de Cabeçalho de Assunto (IBBD/IBICT), que estão apresentadas de forma alfabética.

Os esforços na construção de cabeçalhos de assuntos visando à padronização de termos são evidentes, independentemente de qualquer área do saber. Entretanto, na área da Saúde, as linguagens documentárias de maior destaque são os tesouros Medical Subject Headings (MeSH) e o Systematized Nomenclature of Medicine (SNOMED), em que foram acrescentadas as palavras Clinical Terms e passou a se chamar SNOMED-CT. No contexto

³ “on peut dire que les métadonnées sont des données fournissant des renseignements sur un paquet de données (un document), considéré comme un ‘donné’ initial”.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

brasileiro, destacamos os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

2.2 Considerações sobre Siglas em Saúde

A presença das siglas é uma constante no processo de comunicação, seja no cotidiano do cidadão, seja em campos científicos e tecnológicos ou ainda nas profissões. No entendimento de Cabré (1993, p. 178), as siglas “são unidades formadas pela combinação das iniciais de várias palavras que constituem uma lnga expressão”⁴.

Na área da Saúde, a terminologia está constantemente sendo inovada, tanto do ponto de vista das linguagens de especialidades como no âmbito do léxico do cotidiano dos sujeitos, os quais nomeiam as doenças adotando signos conforme a representação simbólica das culturas, por meio de termos ou siglas. Assim, é bastante comum o emprego de siglas na redação dos prontuários do paciente.

Rodríguez González (1993) enfatiza que as siglas são utilizadas nessa área ao menos com duas perspectivas: economia na redação e para facilitar a comunicação, evitando-se que o paciente tenha dificuldades de memorizar certos nomes complexos ou ainda compostos, de doenças. A esse respeito, apresentamos o enunciado trazido pelo Clinical and Laboratory Standards Institute (CLSI), afirmando que as resistências às penicilinas “ β -lactamase-estáveis anti-estafilococos têm sido denominadas de ‘meticilina-resistentes’, que é a razão das siglas ‘MRSA’, em inglês (methycillin-resistant S. aureus), ou ‘MRS’ (methicillin-resistant staphylococci)”. Elas “ainda são usadas de maneira generalizada, embora a meticilina não seja mais o agente de escolha para testes ou tratamento. A resistência a esses agentes é denominada usando vários termos, ex., ‘MRS’, ‘meticilina-resistente’, ou ‘oxacilina-resistente’” (CLSI, 2009).

Essa passagem, embora não se trate da redação de um prontuário do paciente, constatamos a presença de siglas justamente como uma maneira de facilitar a comunicação. Porém, não podemos deixar de chamar a atenção que tal fato somente pode se concretizar se os sujeitos envolvidos no processo tenham o mesmo entendimento das siglas adotadas. A esse respeito, Helen Mc Gurrin (2007, p.1) mostra que no mínimo 5% dos erros declarados nas organizações de saúde tiveram origem no uso de siglas e abreviaturas. Isso acontece porque,

⁴ “*son unidades formadas por la combinación de las iniciales de varias palabras que constituyen una expresión más larga*”.



igualmente como outros termos, esses também podem ser polissêmicos, haja vista que muitas vezes são inventados ad hoc para um uso determinado, sem qualquer preocupação, e permanecem sendo adotados para outras circunstâncias.

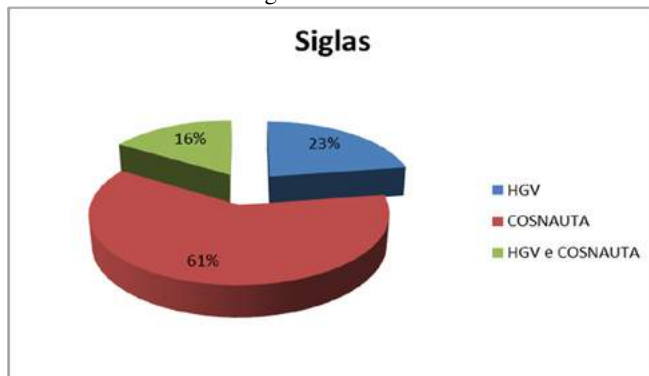
3 MATERIAL E MÉTODOS

O campo empírico recaiu sobre um corpus constituído de dois prontuários, contemplando várias especialidades, devido aos desdobramentos dos tratamentos adotados. Após a seleção do material, foi feita uma análise objetivando o mapeamento das siglas presentes na redação desses documentos. Para a análise, definimos como categoria principal as siglas padronizadas nos siglários do Hospital Getúlio Vargas do Piauí (HGV), Piauí, e, do COSNAUTAS. Em seguida, comparamos as siglas encontradas nos prontuários com aquelas existentes nos dois instrumentos que tomamos como base para essa pesquisa. Tal decisão foi tomada porque nosso interesse se voltava somente para esse tipo de sigla.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram identificadas 127 siglas nos dois prontuários. Desse total, 61% estão padronizadas no COSNAUTAS, enquanto somente 23% encontram-se padronizadas no Siglário do HGV-PI, conforme expostas no gráfico 1.

Gráfico 1 – Percentual de siglas encontradas nas fontes de informação



Fonte: Dados da pesquisa.

Esses achados são de certa forma surpreendentes, haja vista se tratar de prontuários do paciente que são atendidos em um hospital universitário brasileiro. Portanto, era de se esperar que a maioria das siglas padronizadas estivesse no Siglário HGV. Entretanto, esse fato pode



ser em consequência de que tal siglário ainda está em estágio incipiente e também porque os prontuários investigados são do Hospital Universitário Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará. Contrariamente, no COSNAUTAS, são registradas mais de 30 mil siglas e 90 mil acepções, sendo considerado, portanto, um dos maiores siglários na área de Saúde da Espanha. Mesmo que a maior parte das siglas do COSNAUTAS seja em espanhol, foi observado que na tradução para o português todas tinham o mesmo significado por se tratar de línguas românicas.

Fazendo o cotejamento entre os dois siglários, constatamos que há univocidade somente para 16% das siglas identificadas, demonstradas na tabela 1.

Tabela 1 – Univocidade dos conceitos/siglas: HGV e COSNAUTAS

Item	SIGLA	CONCEITO (HGV)	CONCEITO (COSNAUTAS)
1.	BH	balanço hídrico	balance hídrico
2.	CV	capacidade vital	capacidad vital
3.	DI H	dia de internação hospitalar	dispensación hospitalaria
4.	DM	diabete mellitus	diabetes <i>mellitus</i> ; diabético
5.	DP	diálise peritoneal	diálisis peritoneal
6.	EC G	eletrocardiograma	electrocardiografía; electrocardiograma; electrocardiográfico
7.	EV	endovenoso	endovenoso
8.	FAV	fístula arteriovenosa	fístula arteriovenosa
9.	FR	frequência respiratória	frecuencia respiratoria
10.	HAS	hipertensão arterial	hipertensión arterial sistémica
11.	HD	hemodiálise	hemodiálisis
12.	M	membros superiores	miembros superiores
13.	MSS	-	-
14.	MSD	membro superior direito	miembro superior derecho
15.	PA	pressão arterial	presión arterial
16.	PVC	pressão venosa central	presión venosa central
17.	RCR	ritmo cardíaco regular	ritmo cardíaco regular (os ruidos cardíacos rítmicos) ≡ rscsrs
18.	RHA	ruído hidroaéreo	ruidos hidroaéreos
19.	RNM	ressonância nuclear magnética	resonancia nuclear magnética
20.	RX	raios X	rayos X
21.	SF	soro fisiológico	solución fisiológica
22.	SG	soro glicosado	solución glucosada
23.	TB	tuberculose	tuberculosis; tuberculoso {→ tbc 1}
24.	TC	tempo de coagulação	tiempo de coagulación
25.	TGO	transaminase glutamico-oxalacética	transaminasa glutámico-oxalacética {→ asat 4}
26.	TGP	transaminase glutamico-pirúvica	transaminasa glutámico pirúvica {→ alat 1}

Fonte: Dados da pesquisa.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os dados da tabela 1 evidenciam que, mesmo havendo univocidade, ainda assim existem siglas com vários significados, inclusive na mesma fonte. Tal fato pode trazer interferências no processo de comunicação tanto por parte da equipe multiprofissional da saúde como entre ela e os pacientes.

5 CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam que é possível aplicar os princípios de cabeçalhos de assuntos para a indexação de prontuários do paciente adotando-se as siglas como metadados para a representação, visando à recuperação da informação no contexto da saúde, pois elas se constituem em termos considerados fundamentais.

Conforme os princípios de cabeçalhos de assuntos idealizados por Charles Ammi Cutter (1768) e também a norma NBR-6033-97, é possível aplicar esses princípios para a indexação de prontuários do paciente, por meio do uso das siglas como metadados para a representação indexal da informação e do conhecimento visando à recuperação em Sames, considerados como sistema de informação no contexto da saúde. Tal fato se efetiva porquê do mesmo modo como ocorre com os do léxico, as siglas também aparecem como termos específicos, sendo utilizadas conforme as culturas antropológicas e os campos de atuação profissional. Permitem, ainda, que sejam feitas referências cruzadas, indo daquelas mais gerais para as mais específicas. Consequentemente, ratificam os princípios específico, de uso e sindético.

REFERÊNCIAS

CABRÉ, María Teresa Castellví. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Ed. Antártida; Empuries, 1993.

CLINICAL AND LABORATORY STANDARDS INSTITUTE. **Methods for dilution antimicrobial susceptibility tests for bacteria that Grow Aerobically**. Approved Standard Eighth Edition, M07-A08, 2009, v. 29, n. 2.

CUTTER, Charles Ammi. **Rules for a dictionary catalog**. London: The Library Association, 1876.

MCGURRIN, Helen. **Message**: représentant de la communauté. Ottawa: Hôpital d'Ottawa. 2007. p.1.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

NAVARRO, F. A. **Siglas médicas en español**: repertorio de siglas, acrónimos, abreviaturas y símbolos utilizados en los textos médicos en español. 2. ed. [S.l.: Cosnautas], 2015. Disponível em: <<http://www.cosnautas.com/index.php?pag=diccionario>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

ORTIZ, John Jairo Giraldo. Hacia una revisión del concepto de siglación. **Panace@**, Espanha, v. 11, n. 31, jan./jun. 2010. p. 70-77.

PUIMATTO, Gérard. **Les métadonnées**: pourquoi et pour quoi faire ? 2009. Disponível em: <http://www.cndp.fr/savoirscdi/fileadmin/fichiers_auteurs/Societe_de_l_information/Tic_et_documentation/Les_metadonnees_Puimatto.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Félix. Las siglas como procedimiento lexicogenésico. **E.L.U.A.**, Alicante, n. 9, 1993, p. 9-24. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6463/1/ELUA_09_01.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

RHODES, Apollonios de. **Les argonautiques**. Bordeaux: G. Gounouilhou, 1892.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Organização da Informação e do Conhecimento

UTILIZAÇÃO DE ONTOLOGIAS EM INTERFACES: CONTRIBUIÇÕES, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

ONTOLOGIES USE IN SEARCH INTERFACE: CONTRIBUTIONS, PERSPECTIVES AND CHALLENGES

Marcia Cristina dos Reis, UNESP
Edberto Ferneda, Walter Moreira, UNESP

Resumo: Um sistema de recuperação de informação é um ambiente linguístico, no qual usuários tentam expressar suas necessidades por meio de expressões de busca. Apesar de inúmeras pesquisas e contribuições relacionadas ao assunto, as interfaces de busca atuais, sobretudo as disponibilizadas na Web, ainda apresentam inúmeros problemas de interação, relacionados principalmente à dificuldade do usuário em expressar sua necessidade de informação por meio de palavras-chave, à composição inadequada dos termos utilizados na busca, à ambiguidade semântica e sintática da linguagem e ao grande número de documentos retornados em uma consulta. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir a utilização de ontologias em interfaces de busca como alternativa para minimizar os problemas observados, destacando as principais contribuições, perspectivas e desafios. A metodologia adotada para este fim contou com pesquisa exploratória e bibliográfica, baseada em autores relevantes da área da Ciência da Informação. Como resultado, pode-se perceber que as ontologias têm sido amplamente discutidas na literatura e utilizadas em diversos experimentos relacionados com o desenvolvimento de interfaces de busca mais amigáveis e fáceis de serem utilizadas, proporcionando melhorias significativas no processo de recuperação de informação. Tal recurso possibilita ao usuário interagir diretamente com os conceitos do domínio pesquisado e por meio deles, escolher os termos apropriados para compor expressões de busca mais direcionadas às suas necessidades. No entanto, a utilização de ontologias em sistemas de recuperação de informação ainda se restringe à contextos muito específicos, na maioria das vezes, relacionados à indexação, expansão de consultas e classificação de documentos e não como componente de interação da interface com o usuário.

Palavras-chave: Recuperação de Informação. Ontologias. Interfaces de Busca. Busca Semântica. Organização da Informação.

Abstract: An information retrieval system is a linguistic environment in which users try to express their needs through search expressions. Despite extensive research and contributions related to the subject, the current search interfaces, especially those available on the Web, still have many problems of interaction, primarily related to user difficulty expressing their need for information by keywords, inadequate composition of the terms used in the search, semantics and syntactic ambiguity of language and the large number of documents returned in a query. In this context, this article aims to discuss the use of ontologies in search interfaces as an alternative to minimize the problems observed, highlighting the major contributions, perspectives and challenges. The adopted methodology to achieve this purpose was the



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

exploratory and bibliographic research, based on relevant authors in the field of Information Science. As a result, it was noticed that the ontologies have been widely discussed in the literature and used in many experiments related to the development of more friendly and easier to use search interfaces, providing significant improvements in the information retrieval process. Such feature allows the user to interact directly with the concepts of the researched area, and through them, choose the appropriate terms to form search expressions more accurate to their needs. However, the use of ontologies in information retrieval systems is still restricted to very specific contexts, most often related to indexing, query expansion and document classification and not as interface interaction component with the user.

Keywords: Information Retrieval. Ontologies. Search Interfaces. Semantic Search. Information Organization.

1 INTRODUÇÃO

A grande quantidade e heterogeneidade de informações disponibilizadas na Web e, conseqüentemente, a necessidade de recuperação de informação relevante e útil, têm impulsionado o crescimento das pesquisas científicas na área de Recuperação da Informação (RI), que se apoia na interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e a Ciência da Computação (SARACEVIC, 1996).

Bovo (2011) afirma que possuir informações em demasia pode trazer às pessoas e organizações inúmeros benefícios, principalmente se houver oportunidade de uso e de recuperação adequados. Isso gera diretamente desafios relacionados com o armazenamento, a recuperação e a transformação dessa informação em conhecimento. Nesse sentido, os sistemas com este propósito tornam-se cada vez mais importantes, principalmente em ambientes que contenham grandes quantidades de informações, como no caso da Web, por exemplo.

Embora ainda existam muitos problemas a serem solucionados, inúmeras ideias, teorias e técnicas já foram propostas e desenvolvidas, contribuindo para um progresso significativo da área (FERNANDES, 2012; FERNEDA, 2013). Os sistemas de recuperação de informação evoluíram consideravelmente nos últimos 50 anos, apresentando atualmente “estruturas capazes de armazenar índices de grande porte, algoritmos de consulta mais sofisticados para realização mais rápida de pesquisas, métodos de compressão de dados, *hardwares* específicos, entre outros atributos” (BITENCOURT, 2013, p.23).

Alguns estudos realizados relatam, no entanto, que os mecanismos de busca atuais ainda estão distantes de atender às expectativas dos usuários, uma vez que é necessário despender um tempo significativo na tentativa de localizar a informação desejada (LAI; SOH, 2004; ALLAN;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CARTERETTE *et al.*, 2005; HOGAN *et al.*, 2011). Os sistemas de recuperação de informação utilizados se baseiam, em sua maioria, na busca por palavras-chave, sendo que os documentos retornados ficam dependentes do quanto o usuário conhece sobre o assunto que está pesquisando. Outros problemas comuns apontados referem-se à sobrecarga de informações ou grande quantidade de documentos retornados, à dificuldade do usuário em expressar suas necessidades de busca por meio de termos ou palavras, à falta de interatividade das ferramentas de busca; à resultados confusos e irrelevantes, dentre outros.

Apesar dos problemas relatados, há avanços significativos na área de RI, envolvendo principalmente a utilização de ontologias, que estão trazendo grandes contribuições para as pesquisas e aplicações desenvolvidas, possibilitando aos sistemas maior capacidade de consulta, maior relevância às respostas obtidas e mais facilidades no processo de comunicação e interação com o usuário.

Nesse contexto, como forma de minimizar os problemas observados, o objetivo deste artigo é discutir a utilização de ontologias em interfaces de busca, destacando suas contribuições no processo de recuperação de informação, os resultados observados nos experimentos analisados, as perspectivas para o desenvolvimento de interfaces de busca diferenciadas na Web e os principais desafios acerca da utilização de tal recurso. A metodologia adotada para atingir os objetivos propostos contou com pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, fundamentada em autores da literatura da Ciência da Informação, mais especificamente em Recuperação de Informação, Interfaces de Busca e Ontologias, realizada em livros, artigos científicos, dissertações, teses e publicações de eventos. Os autores escolhidos para o estudo, de acordo com a pesquisa bibliométrica de Dias e Costa (2011), são relevantes para a área, uma vez que possuem artigos publicados nas bases de dados presentes no Portal de Periódicos da Capes (Scopus, ISI Web of Knowledge e Scielo), contendo discussões significativas sobre o assunto. Também foram selecionados autores que desenvolveram protótipos de ferramentas de busca baseadas em ontologias, como forma de subsidiar a proposta deste estudo. Os resultados apresentados sintetizam os demais trabalhos disponíveis na área.

O texto está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta a área de Recuperação de Informação (RI), destacando as características dos sistemas de busca atuais e os problemas relacionados principalmente com as dificuldades de interação dos usuários; a seção 3 aborda as principais definições presentes na literatura sobre ontologias, bem como características e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

aplicabilidade em sistemas de RI; a seção 4 apresenta a utilização de ontologias em interfaces de busca, discutindo características de experimentos, enfatizando resultados observados nos trabalhos já desenvolvidos e apontando contribuições, perspectivas e desafios das interfaces de busca baseadas em ontologias e, por último, as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

2 SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA WEB E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE BUSCA

A dificuldade de encontrar uma informação relevante e de interesse do usuário, principalmente na Web, é um dos grandes problemas observados e discutidos no âmbito da Ciência da Informação (SARACEVIC, 1996). A Recuperação de Informação (RI) “é a área de pesquisa que se preocupa com a estrutura, análise, organização, armazenamento, recuperação e busca de informação” (SELTON, 1968 apud BEPLER, 2008, p.15). Em função do crescimento exponencial de informações disponibilizadas na Web e da consequente necessidade de recuperá-las, é um campo que tem progredido significativamente nos últimos anos e para a qual pesquisadores têm dedicado esforços consideráveis (LIN; DEMNER-FUSHMAN, 2006).

A Recuperação da Informação [Information Retrieval] é o campo de pesquisa central em Ciência da Informação [...]. O objetivo é estudar e entender os processos de Recuperação da Informação para projetar, construir e testar sistemas de recuperação que possam facilitar a comunicação efetiva de informação desejada entre o gerador humano e o usuário humano (INGWERSEN, 2002, p.49, tradução nossa).

Os sistemas de recuperação de informação na Web têm como principal objetivo “minimizar as dificuldades do usuário em localizar a informação requisitada, ou seja, diminuir o tempo gasto em um processo de busca até que a informação desejada possa ser acessada” (CRISTOVÃO; DUQUE; SERQUEIRA, 2012, p.5-6). São de grande importância para a sociedade contemporânea e organizações em geral, que dependem de documentos e informações relevantes para a tomada de decisão e resolução de problemas (BEPLER, 2008).

Segundo Huang (1999), apesar da recuperação de informação na Web ser uma das atividades mais utilizadas pelos usuários, os sistemas com este propósito requerem atenção especial sobre alguns aspectos importantes: a) a quantidade de informações disponibilizada é muito ampla, heterogênea e se modifica com muita frequência; b) existe alta variabilidade de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

linguagens (os documentos podem estar em diferentes tipos de linguagens, por exemplo, inglês ou português); c) a quantidade de documentos duplicada é volumosa, ou seja, a mesma informação pode ser encontrada em diversas fontes e elas, na maioria das vezes, não estão correlacionadas; d) cada documento pode ter *links* para outros documentos, e estes para outros; e) existe uma estimativa de que 85% dos usuários que utilizam sites de busca não olham a segunda página dos resultados recuperados. Na maioria das vezes, estes fatores resultam na necessidade de despendar tempo considerável na tentativa de localizar a informação requerida.

A recuperação de informação é um processo de comunicação complexo que ocorre entre o usuário e um acervo documental, realizado por meio de uma interface, com o objetivo principal de influenciar o estado cognitivo e satisfazer as necessidades informacionais do usuário (SARACEVIC, 1997; ARAUJO JUNIOR, 2007). No entanto, encontrar uma informação parcialmente ou totalmente relevante ao contexto pesquisado, dependente do uso eficiente das ferramentas de busca. Para isso, o usuário precisa estabelecer um diálogo com o sistema, na tentativa de expressar suas necessidades, que geralmente são traduzidas no formato de palavras-chave ou expressões de busca. O sucesso do resultado encontrado depende da combinação entre os termos fornecidos e os índices utilizados na indexação dos documentos.

Por ser um ambiente fortemente influenciado pelos problemas linguísticos semânticos e sintáticos, os usuários, muitas vezes, apresentam dificuldades para traduzir suas necessidades de informação em uma interface de busca. Entre os problemas observados, destacam-se a falta de interatividade que as ferramentas de busca atuais oferecem, o uso de poucas palavras para formular consultas (aproximadamente 2,2 termos), a rara utilização de expressões booleanas, a composição inadequada de consultas, a dificuldade de expressar uma necessidade de informação por meio de termos ou expressões e a obrigatoriedade de conhecimento do usuário sobre o domínio pesquisado, uma vez que, para realizar uma busca utilizando palavras-chave (ou expressões) significativas, é necessário que ele tenha conhecimento sobre o contexto de interesse. Assim, quanto mais ele souber, mais opções de vocabulário e terminologia terá à sua disposição para enriquecer as buscas, ao mesmo tempo que, quanto menos conhecimento possuir, mais genéricas e inadequadas serão as expressões utilizadas (ANTONIOU; HARMELEN, 2004; BEPPLER, 2008).

Outro obstáculo de grande influência nos sistemas de RI refere-se às variações linguísticas e ambiguidade de ordem semântica e sintática da linguagem, que possibilitam



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

interpretações diferentes para palavras ou termos (a palavra “manga”, por exemplo, está relacionada à vários contextos diferenciados: a fruta manga, a manga de uma camisa, ao desenho animado, etc.).

[A língua pode ser considerada um sistema] de uma complexidade extrema: compreende regras (de pronúncia, de formação de palavras, de formação de frases, de relacionamento das formas com os significados), itens léxicos (palavras e morfemas, com suas propriedades gramaticais e seus significados), expressões idiomáticas (como *pisar na bola* ou *mãe de santo*) e clichês (como *ficar sem fala* e *tomar café*) (PERINI, 2010, p.1).

Para tentar minimizar os problemas observados, técnicas importantes estão sendo estudadas, trazendo contribuições valiosas para as pesquisas e aplicações propostas em RI. Um recurso importante que vem sendo analisado refere-se à utilização de ontologias no processo de recuperação de informação. Entre as diversas aplicações observadas, este recurso pode ser útil para padronizar a comunicação do usuário com o sistema (na representação dos documentos do *corpus* e na representação da expressão de busca). Também pode ser utilizada na indexação automática de documentos, na expansão de consultas, em funções de processamento de texto (classificação, extração e busca) e, por último, como interfaces de busca, com o intuito de reduzir os problemas linguísticos e auxiliar o usuário na elaboração de expressões de busca mais significativas e melhor contextualizadas (busca guiada por uma estrutura terminológica).

Apesar das inúmeras aplicabilidades de ontologias no contexto da recuperação de informação, este trabalho tem como objetivo discutir apenas a utilização de ontologias em interfaces de busca.

3 ONTOLOGIAS: DEFINIÇÕES, CARACTERÍSTICAS E APLICABILIDADE

O conceito de ontologias vem sendo amplamente discutido e utilizado em áreas distintas que englobam principalmente a filosofia, a ciência da computação e a ciência da informação, “tendo em vista a possibilidade de melhorar significativamente a representação de um domínio de conhecimento” (FERNEDA, 2003, p.26). Para Branco Neto (2006, p.74), “as ontologias representam o ponto mais elevado já atingido em termos de representação, compartilhamento e reutilização do conhecimento”.

As ontologias se colocam como um novo instrumento a ser incorporado ao arsenal teórico e prático da Ciência da Informação. A aprendizagem de novos conceitos e novos recursos oferecidos pelas ontologias é um desafio para os profissionais da informação, mas que pode ser facilmente enfrentado



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

utilizando toda bagagem teórica acumulada durante a história da Ciência da Informação (FERNEDA, 2013, p.41).

Gruber (1993, p.199) define ontologia como sendo “uma especificação formal e explícita de uma conceitualização compartilhada”. Segundo ele, essa conceitualização refere-se ao conjunto de conceitos, relações, objetos e restrições que são definidos para um modelo semântico de um domínio de interesse. As ontologias expressam o formalismo dos conceitos e das relações acerca de um domínio, de modo que possa viabilizar a inferência, pela máquina, da semântica aos significados das informações. Assim, “uma ontologia define os termos usados para descrever e representar uma área de conhecimento” (OWL, 2003), ou seja, ela codifica o conhecimento do domínio e também o conhecimento que se entende do domínio, tornando-o reutilizável. Segundo Gruber (1996), Noy e McGuinness (2001), a ontologia formaliza o conhecimento através da utilização de classes (organizadas em uma taxonomia), relações (representam o tipo de interação entre os conceitos de um domínio), axiomas (usados para modelar sentenças sempre verdadeiras) e instâncias (utilizadas para representar elementos específicos, ou seja, os próprios dados).

Deste modo, pode-se dizer que uma ontologia visa (em alguns aspectos) desenvolver um conjunto de regras que possibilitem a abstração do significado semântico das informações de um determinado domínio disponibilizadas na *Web*. Segundo Fensel (2003), isso oferece vantagens, tais como: possibilitar o compartilhamento e a interoperabilidade do conhecimento entre os domínios, estruturá-los de forma que permita sua compreensão com maior clareza e objetividade e permitir a reutilização dos conceitos abordados.

McGuinness (2003 apud BRANCO NETO, 2006) e Ferneda (2013) destacam algumas aplicabilidades proporcionadas pela utilização de ontologias, relacionadas principalmente à recuperação de informação: a) checagem de consistência: as informações obtidas em uma busca podem ser associadas às definições de uma ontologia para verificar se os valores retornados são válidos ou não; b) complemento de informações: após obter um pequeno conjunto de informações sobre determinada entidade, as ontologias podem ser utilizadas para gerar novas informações com base nas previamente encontradas; c) resolução de problemas de linguagem (ambiguidade, polissemia e sinônimos): se o mesmo termo aparece em mais de um lugar, ele está relacionado à uma classe e subclasse correspondente que pode ajudar a distinguir entre os vários contextos do termo; d) indexação automática: a representação de um documento é



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

realizada automaticamente por termos derivados de uma ontologia; e) expansão de consulta: adição de novos termos à consulta do usuário provenientes de uma ontologia; f) sistemas de recuperação de informação semânticos: os documentos são previamente anotados (marcados) de acordo com uma ontologia de domínio; e g) interfaces de busca: os conceitos de uma ontologia são apresentados ao usuário que seleciona aqueles que serão utilizados como termos de busca.

Apesar das diversas possibilidades de aplicação de ontologias na recuperação de informação, o tema ainda é considerado incipiente e apresenta grande potencial para o desenvolvimento de estudos e aplicações na área. As pesquisas atuais apontam que a principal utilização das ontologias está relacionada à representação dos documentos, mais especificamente o processo de indexação automática, extração de informação e expansão de consultas. Poucos trabalhos utilizam este recurso para as outras finalidades especificadas (FERNEDA, 2013).

Ontologias são instrumentos de controle terminológico utilizados na recuperação da informação de domínios específicos do conhecimento. No tocante a sistemas informatizados, significam hoje o que há de mais avançado na área de representação do conhecimento e na promoção da interoperabilidade entre sistemas processados por máquinas (DIAS; COSTA, 2011, p.481).

No contexto deste estudo, as ontologias serão abordadas como artefato de construção e desenvolvimento de interfaces de busca, com o objetivo de apresentar alternativas diferenciadas para a melhoria das estratégias de consulta e, conseqüentemente, do processo de recuperação de informação na Web.

4 ONTOLOGIAS EM INTERFACE DE BUSCA

Os buscadores disponíveis atualmente na Web, a maioria baseados nos retângulos de busca, tiveram mudanças pouco significativas nos últimos anos (exemplos: Google, Yahoo Search, Lycos, Bing etc). Apesar de terem se tornado altamente populares em função da sua extrema simplicidade, são altamente dependentes do conhecimento do usuário sobre o assunto pesquisado e, quando as expressões de buscas são mal formuladas, retornam uma grande quantidade de documentos, atribuindo ao usuário a árdua tarefa de analisar e determinar se eles são ou não relevantes (WOODS, 2004; BAEZA-YATES; RIBEIRO NETO, 2013). Além disso, não são capazes de lidar com os aspectos de ambigüidade, polissemia e sinônimos, e por muitas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

vezes, retornam resultados que não satisfazem às necessidades dos usuários.

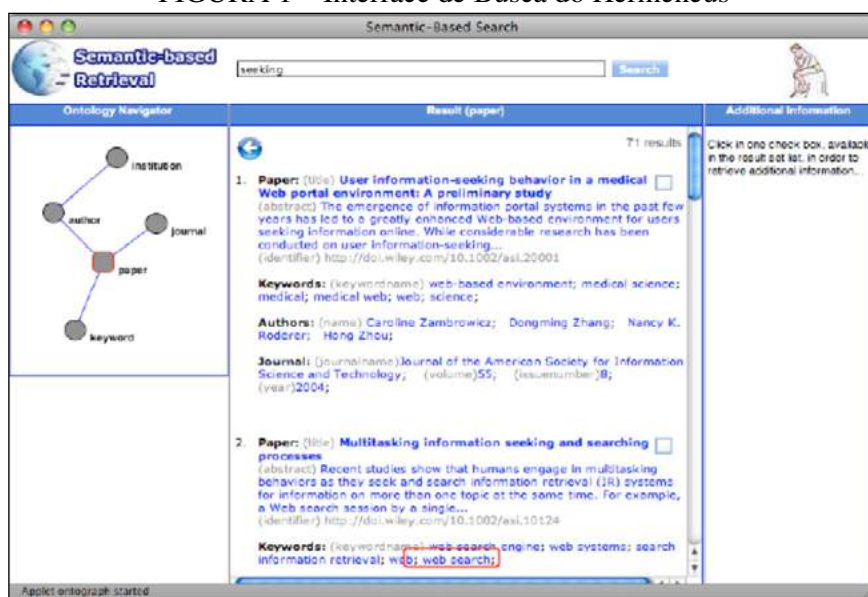
Para tentar minimizar os problemas observados e superar as deficiências no processo de recuperação de informação, vários estudos estão sendo direcionados para a utilização de ontologias em interfaces de busca, uma vez que elas possibilitam a construção de componentes interativos, com condições de auxiliar a composição de consultas, permitindo que os usuários usem conceitos por ela definidos para traduzir linguisticamente sua necessidade de informação (GARCIA; SICÍLIA, 2003). Com o acesso direto aos conceitos e instâncias de uma ontologia, o usuário pode elaborar expressões de busca mais significativas, contextualizadas e obter um melhor entendimento sobre o domínio pesquisado. Além disso, a interação com documentos recuperados pode servir de base para refinar ou iniciar novas buscas. Tang (2007) afirma ainda que a possibilidade de interação direta com conceitos definidos por uma ontologia pode estimular os usuários a explorarem diferentes aspectos de suas necessidades, além de ser um recurso importante para ajudar na elaboração de expressões de busca, principalmente quando o usuário não sabe ao certo o que deseja ou quando não possui conhecimento sobre o assunto pesquisado.

As interfaces de busca baseadas em ontologias podem ser projetadas para interagir com os usuários de formas diferenciadas. Para Paulheim e Probst (2010), as aplicações podem optar por apresentar o conteúdo nos seguintes formatos: a) nenhuma representação: as ontologias são escondidas completamente, não possibilitando a visualização/interação pelo usuário. Neste caso, são utilizadas apenas na estruturação do sistema ou na camada de dados e não como componentes de interface; b) listas de categorias: as ontologias e suas relações são apresentadas ao usuário no formato de listas de seleção, taxonomias, relação de conceitos ou blocos de textos em lugares específicos da interface; c) gráfico: as relações entre os conceitos são visualizadas como árvores (na maioria das vezes mostrando a taxonomia) ou gráficos (incluindo as relações não taxonômicas). Existem diversas técnicas para visualização de ontologias, abrangendo representações gráficas em 2D e 3D (KATIFORI *et al.*, 2007); d) verbalizado: a representação textual dos axiomas contidos na ontologia é fornecida ao usuário; e) código-fonte: o código-fonte da ontologia é mostrado ao usuário (OWL ou F-Logic, por exemplo).

Diversos trabalhos já foram desenvolvidos na tentativa melhorar o processo de recuperação de informação utilizando ontologias como componente de interface de busca. Beppler (2008) apresenta o Hermeneus, que é um *framework* de recuperação e busca de

informação que permite aos usuários navegar nos conceitos e instâncias de uma ontologia de domínio, que é o artefato principal para a criação de módulos e componentes. O sistema apresentado na Figura 1 foi desenvolvido para ser utilizado em qualquer domínio e é composto por quatro componentes: a) módulo de indexação: utiliza uma ontologia de domínio para criar índices semânticos automaticamente; b) módulo de recuperação: responsável por recuperar as instâncias da ontologia que estão armazenadas nos índices semânticos em resposta a uma consulta; c) módulo de apresentação: utiliza uma ontologia de domínio para disponibilizar um ambiente interativo na interface do usuário. Esse módulo é composto de outros três componentes: navegador de ontologia, instâncias recuperadas e informação adicional; d) módulo de inferência: responsável por extrair informação adicional de uma determinada instância recuperada por meio da utilização de técnicas de inferência e regras pré-configuradas sobre a ontologia e sua base de conhecimento.

FIGURA 1 – Interface de Busca do Hermeneus



Fonte: Beppler (2008, p.77).

Segundo Beppler (2008, p.86), o objetivo de uma ferramenta gráfica “é facilitar que os seres humanos consigam adquirir percepções mais aguçadas sobre dados”. O Hermeneus foi desenvolvido com objetivo de estimular o usuário a explorar a informação disponibilizada, além de auxiliar na construção de uma expressão de busca mais apropriada, mesmo quando não existe conhecimento sobre o domínio pesquisado. Possibilita ainda a visualização de diferentes



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

perspectivas das informações recuperadas e resultado de busca contextualizado e disponível para utilização dinâmica e interativa.

Ainda, de acordo o autor, os testes realizados com o protótipo desenvolvido foram positivos e apresentaram contribuições importantes para a melhoria do processo de RI, tais como: a) elaboração de expressões de busca mais precisas, geradas a partir da interação com uma ontologia, por meio de cliques do mouse; b) possibilidade do usuário adquirir, durante a interação com uma ontologia, novas percepções sobre as suas necessidades de informação; c) os usuários podem formular consultas menos ambíguas, uma vez que podem expressar claramente o contexto de cada termo utilizado na consulta; d) com base nos resultados apresentados, os usuários podem ter novas percepções sobre as suas necessidades, além de refinar ou formular novas consultas; e) as ontologias (e suas instâncias) podem ser usadas para produzir diferentes visões do conhecimento, particularmente para propósitos de exploração e navegação e; f) possibilidade do usuário desenvolver uma série de tipos de interações sobre a interface de busca, que vão desde a reformulação de uma consulta, navegação e refinamento, até a verificação, análise de relevância e aprendizagem.

Outro exemplo importante para o contexto de interfaces baseadas em ontologias é o MuseumFinland, que é um portal semântico utilizado para a publicação de coleções culturais heterogêneas de museus, conforme pode ser observado na Figura 2.

FIGURA 2 – Interface de busca do MuseumFinland



Fonte: Mäkelä (2006, p.21).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O MuseumFinland foi apresentado no trabalho de Hyvönen e Mäkelä *et al.* (2005) e tem como base a utilização de ontologias para garantir a interoperabilidade e possibilitar busca semântica. Além disso, permite ao usuário utilizar os conceitos definidos na ontologia, que são disponibilizados no formato de taxonomia multifacetadas, para elaborar consultas, refinar os resultados da busca e navegar nos itens das coleções. Bonino *et al.* (2004) afirmam que o ponto chave para o processo de refinamento de uma busca semântica está na disponibilidade de uma ontologia de domínio, e na capacidade de compreender as relações semânticas entre os conceitos ontológicos.

Segundo Hyvönen e Mäkelä *et al.* (2005), o MuseumFinland se diferencia dos demais portais por apresentar um sistema de busca inteligente, baseado em conceitos ontológicos e não em palavras-chave. Além disso, as relações semânticas implícitas na ontologia possibilitam ao usuário entender o contexto da pesquisa e evitar problemas relacionados com ambiguidade, como também descobrir associações dentro do conteúdo do portal e utilizá-las para enriquecer a navegação.

Os estudos de Hyvönen e Mäkelä *et al.* (2005) destacam algumas contribuições para o processo de busca e recuperação de informação: a) o conteúdo apresentado no formato de taxonomia proporciona ao usuário uma visão geral do tipo de informação disponível (ou não) para a consulta; b) as hierarquias podem orientar o usuário na formulação das consultas, uma vez que disponibilizam vocabulário adequado para realizar pesquisas sob diferentes pontos de vista; c) as hierarquias não apresentam problemas de ambiguidade, relacionados principalmente com homônimos; d) as facetadas podem ser utilizadas para auxiliar a navegação do usuário em busca de um conteúdo específico; e) o usuário pode refinar as consultas ou formular outras, por meio da seleção de subcategorias ou de novas categorias.

Assim como o MuseumFinland, o sistema de busca SemSearch proposto por Lei, Uren e Motta (2006) foi projetado para disponibilizar ao usuário a possibilidade de realizar buscas semânticas. De acordo com os autores, o sistema possui uma interface no estilo do Google, conforme pode ser observado na Figura 3, que tenta extrair o significado semântico dos termos digitados em uma consulta para recuperar documentos melhor contextualizados e mais relevantes. Neste sentido, tem como objetivo criar um sistema de fácil utilização, capaz de auxiliar usuários a especificar consultas simples (até dois termos) ou complexas (três termos ou mais), de forma eficiente e com resultados mais precisos, mesmo para aqueles que não tenham



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

familiaridade com o domínio pesquisado, escondendo, porém, a complexidade das buscas semânticas. Dessa forma, o sistema possibilita que todos os tipos de usuários (experientes ou não) tenham condições de obter os benefícios das tecnologias da Web Semântica, mesmo sem conhecer linguagens de consulta específicas.

Durante o processo de busca, o SemSearch compara cada termo utilizado na consulta com fontes de dados heterogêneas, na tentativa de encontrar conceitos, relações ou instâncias descritas. “Quando há casamento entre um ou mais termos da consulta com os termos presentes na ontologia, a consulta é alterada, tornando-se uma consulta descrita em linguagem formal, ou seja, uma consulta semântica” (BEPPLER, 2008, p.91).

FIGURA 3 – Interface de busca do SemSearch



Fonte: Lei, Uren e Motta (2006, p.15).

Uma avaliação inicial do SemSearch apresentada por Lei, Uren e Motta (2006) mostrou resultados positivos para o processo de recuperação de informação: a) o sistema possui uma interface simples, que minimiza os problemas de sobrecarga de informação; b) é capaz de produzir respostas precisas para as consultas realizadas pelos usuários; c) possibilita o desenvolvimento de consultas semânticas, mesmo que o usuário não tenha conhecimento das ferramentas da Web Semântica.

Além dos três experimentos analisados, diversas outras aplicações foram desenvolvidas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

utilizando ontologias com o propósito de minimizar problemas observados no processo de busca e recuperação de informação: CIRI (AIRIO *et al.*, 2004), OntoIR (GARCÍA; SICILIA, 2003), Textpresso (MÜLLER; KENNY; STERNBERG, 2004), OnAIR (PAZ-TRILLO; WASSERMANN; BRAGA, 2005), OntoSeek (GUARINO; MASOLO; VETERE, 1999), OWLIR (FININ *et al.*, 2005), OntoSmart (FERNEDA, 2013), entre outras.

Apesar dos resultados positivos observados, das contribuições das ontologias no processo de RI e das perspectivas para o desenvolvimento de ferramentas de busca semântica e interfaces diferenciadas na Web, alguns problemas precisam ser analisados cuidadosamente. Segundo Lei, Uren e Motta (2006), as propostas de busca semântica ainda não estão sendo direcionadas para o usuário final, que não estão familiarizados com domínios específicos de dados semânticos, linguagens de consultas e navegação em interfaces guiadas por estruturas terminológicas (ontologias). Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2013) afirmam que não há um padrão muito bem estabelecido para a visualização dos resultados de busca, principalmente em caso de interfaces gráficas, além da dificuldade de representar respostas de grandes dimensões (grande quantidade de resultados), como é o caso da Web. Outra questão comum apresentada pelos autores é a falta de habilidade dos usuários em utilizar estruturas de navegação (ontologias, listas, categorias), uma vez que eles podem perder o contexto quando mergulham profundamente em um caminho específico. Asseguram ainda que as ferramentas visuais para a seleção e/ou navegação de conteúdo não foram implantadas em toda a Web porque elas ainda têm que demonstrar valor agregado ao usuário.

Katifori *et al.* (2007) também discutem alguns desafios encontrados no desenvolvimento de novas ferramentas de busca utilizando ontologias. Segundo eles, não existem avaliações comparativas relacionadas à eficácia dos métodos de visualização de ontologias para tarefas diferenciadas, tais como a busca. Isto significa que não basta projetar e implementar novos mecanismos de busca e recuperação de informação. Portanto, é necessário acrescentar às pesquisas, avaliação rigorosa junto aos usuários para analisar quais tipos de recursos e interfaces são realmente eficazes e podem contribuir significativamente para o desempenho e a melhoria do processo de busca de informações na Web.

O quadro 1 apresenta uma síntese das principais contribuições, perspectivas e desafios levantados neste estudo sobre a utilização de ontologias em interfaces de busca na Web.



QUADRO 1 – Síntese das principais contribuições, perspectivas e desafios da utilização de ontologias em interfaces de busca

Contribuições
<ul style="list-style-type: none">• Permitem a utilização de conceitos da ontologia na elaboração de expressões de busca, minimizando os problemas linguísticos;• Possibilitam a formulação de consultas menos ambíguas, uma vez que os usuários podem expressar claramente o contexto de cada termo utilizado na consulta;• Disponibilizam vocabulário adequado ao usuário para a elaboração de expressões de busca mais significativas e melhor contextualizadas, realizadas a partir dos conceitos definidos na ontologia;• Possibilitam um melhor entendimento sobre os conceitos e instâncias de um domínio pesquisado;• Permitem a interação com documentos recuperados, servindo de base para refinar ou iniciar novas buscas;• Ajudam na elaboração de expressões de busca, principalmente quando o usuário não sabe ao certo o que deseja ou não possui conhecimento sobre o assunto pesquisado;• Estimulam os usuários a explorarem diferentes aspectos de suas necessidades, por meio da interação direta com conceitos definidos na ontologia;• Possibilitam a visualização de diferentes perspectivas das informações recuperadas;• Podem ser implementadas de forma a extrair o significado semântico do termo digitado pelo usuário e, desta forma, recuperar documentos melhor contextualizados e mais relevantes.
Perspectivas
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de ferramentas de busca semântica e interfaces diferenciadas na Web;• Desenvolvimento de interfaces de busca com a possibilidade de oferecer ao usuário diversos tipos de interações, que vão desde a reformulação de uma consulta, navegação e refinamento, até a verificação, análise de relevância e aprendizagem;• Desenvolvimento de interfaces de busca que ofereçam aos usuários menores problemas de linguagem (ambiguidade, polissemia e sinônimos)• Desenvolvimento de ferramentas que ofereçam busca semântica de forma gráfica, substituindo as palavras-chave, tais como: lista de categorias, hierarquias e taxonomia multifacetada;• Desenvolvimento de sistemas com recursos variados que auxiliem o processo de busca e recuperação, tais como: indexação automática, expansão de consultas, checagem de consistência e complemento de informações.
Desafios
<ul style="list-style-type: none">• As propostas de busca semântica ainda não estão sendo direcionadas para o usuário final;• Os usuários não estão familiarizados com domínios específicos de dados semânticos, linguagens de consultas e navegação em interfaces guiadas por ontologias;• Não existe um padrão bem estabelecido para a visualização dos resultados de busca, principalmente no caso de interfaces gráficas;• Ainda existem dificuldades para representar respostas com grande quantidade de resultados;• Falta de habilidade dos usuários em utilizar estruturas de navegação (ontologias, listas e categorias);• As ferramentas visuais para a seleção e/ou navegação de conteúdo ainda precisam demonstrar valor agregado ao usuário;• Ainda não existem avaliações comparativas relacionadas à eficácia dos métodos de visualização de ontologias para tarefas diferenciadas, tais como a busca;• A maioria das ferramentas desenvolvidas não foram testadas com usuários finais. O que se têm são apenas opiniões dos desenvolvedores sobre o seu desempenho e sua eficácia;• É necessário acrescentar avaliação rigorosa junto aos usuários para analisar quais tipos de recursos e interfaces são realmente eficazes.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Como pode ser observado, a utilização de ontologias em interfaces de busca é promissora e apresenta inúmeras contribuições e perspectivas para a área. No entanto, não foram encontrados autores que comentassem sobre os três sistemas discutidos neste trabalho: o Hermeneus, o MuseumFinland e o SemSearch. Os dados apresentados e discutidos referem-se à opinião dos desenvolvedores. Também não foram apresentados resultados de testes exaustivos realizados com usuários finais, impossibilitando, portanto, uma análise mais aprofundada sobre o desempenho e a eficácia das ferramentas desenvolvidas, bem como sua aceitação pelo usuário final e sua contribuição efetiva no processo de recuperação de informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de sistemas de recuperação de informação utilizando ontologias, direcionados principalmente para a Web, vem se consolidando nos últimos anos, devido aos inúmeros benefícios evidenciados na representação, organização, disseminação e recuperação de conteúdos. Os pesquisadores da área têm direcionado esforços para projetar ferramentas que consigam minimizar os problemas observados no processo de busca e possam oferecer resultados mais relevantes aos usuários. Para isto, muitos estudos se concentram nas interfaces de busca baseadas em ontologias, com o propósito de acrescentar novas funcionalidades às interfaces atuais, torná-las mais amigáveis e interativas.

Neste sentido, o estudo discutiu inúmeras contribuições que podem ser agregadas às interfaces de busca atuais por meio da utilização de ontologias, destacando-se principalmente a possibilidade de disponibilizar ao usuário um vocabulário adequado, baseado nos conceitos, instâncias e relações semânticas de uma ontologia de domínio, para ser utilizado na elaboração de expressões de busca mais significativas, contextualizadas e com a possibilidade de reduzir os problemas relacionados com a subjetividade inerente à língua (ambiguidade semântica e sintática, polissemia e sinônimos), que tanto dificultam o processo de recuperação de informação. Outra contribuição significativa está no fato de que, por meio da interação direta com os conceitos presentes na ontologia, o usuário terá mais condições para elaborar expressões de busca eficientes, mesmo que não tenha conhecimento sobre o contexto pesquisado. Também podem oferecer diversos tipos de interação para a formulação e reformulação de uma consulta, navegação, refinamento, análise de relevância e aprendizagem sobre o contexto pesquisado.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Embora tenham sido apresentadas inúmeras contribuições sobre o assunto, ainda existem muitas questões em aberto relacionadas à utilização de ontologias em interfaces de busca, bem como uma carência por ferramentas que efetivamente possam suprir as necessidades do usuário, minimizar suas dificuldades e auxiliar na busca de informações relevantes na Web. No entanto, apesar dos problemas levantados, as ontologias possuem grande potencial para o desenvolvimento de aplicações mais sofisticadas e interfaces de busca contendo recursos gráficos que possam torná-las mais fáceis de serem utilizadas e capazes de auxiliar o usuário a expressar de forma mais precisa sua necessidade de informação. Além disso, as ontologias podem ser utilizadas ainda para promover a interoperabilidade dos sistemas e implementar outros recursos importantes para a melhoria dos sistemas de recuperação de informação, tais como: indexação automática, expansão de consultas, checagem de consistência e complemento de informações.

REFERÊNCIAS

AIRIO, E. *et al.* CIRI: an ontology-based query interface for text retrieval. In: HYVÖNEN, E.; KAUPPINEN T.; SALMINEN, M.; VILJANEN, L.; ALA-SIURU, P. (Eds). **Proceedings of the 11th Finnish Artificial Intelligence Conference**, 2004.

ALLAN, J.; CARTERETTE, B. *et al.* When will Information Retrieval be "Good Enough?". **Proceedings of the 28th annual ACM SIGIR**, p. 433-440, 2005.

ANTONIOU, G.; HARMELEN, F. Van. **A semantic web primer**. Cambridge: MIT Press, 2004.

ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BAEZA-YATES, Ricardo; RIBEIRO-NETO, Berthier. **Recuperação de informação: conceitos e tecnologias das máquinas de busca**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BEPPLER, Fabiano Duarte. **Um modelo para recuperação e busca de informação baseado em ontologia e no círculo hermenêutico**. 2008. 123 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BITENCOURT, Leonardo Daitx de. **Um estudo voltado à indexação e recuperação de informação integrado à ontologia**. 2013. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2013.



BONINO, D.; CORNO, F.; FARINETTI, L.; BOSCA, A. Ontology driven semantic search. **WSEAS Transaction on Information Science and Application**, Issue 6, v.1, p. 1597-1605, 2004.

BOVO, Alessandro Botelho. **Um modelo de descoberta de conhecimento inerente à evolução temporal dos relacionamentos entre elementos textuais**. 2011. 155 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BRANCO NETO, Wilson Castello. **Web Semântica na construção de sistemas de aprendizagem adaptativos**. 2006. 219 f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CRISTOVÃO, Henrique Monteiro; DUQUE, Claudio Gottschalg; SERQUEIRA, Lucas Dias. Recuperação de informação: uma aplicação na criação e configuração automáticas de cursos virtuais a distância. ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19320.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

DIAS, E. A. V.; COSTA, H. G Mapeamento da produção científica no escopo da ontologia. **Sistemas & Gestão**, v.6, n.4, p. 481-507, 2011.

FENSEL, D. **Ontologies: a silver bullet for knowledge management and electronic commerce**. 2. ed. New York: Springer-Verlag. 2003.

FERNANDES, Joliza Chagas. **O universo e as relações de significação da Web: semiose nas ontologias**. 2012. 174 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERNEDA, Edberto. **Ontologia como recurso de padronização terminológica de um sistema de recuperação de informação**. 2013. 96 f. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

_____. **Recuperação de informação: análise sobre a contribuição da Ciência da Computação para a Ciência da Informação**. 2003. 137 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FININ, T.; MAYFIELD, J.; JOSHI, A.; COST, R. S.; FINK, C. Information retrieval and the semantic web. In: **Proceedings of the Proceedings of the 38th Annual Hawaii International Conference on System Sciences (HICSS'05)**. IEEE Computer Society, 2005.

GARCÍA, E.; SICILIA, M. A. Designing Ontology-Based Interactive Information Retrieval Interfaces. **Proceedings of the Workshop on Human Computer Interface for Semantic Web and Web Applications**, Springer Lecture Notes in Computer Science 2889, p. 152-165, 2003.



GRUBER, T. R. A translation approach to portable ontology specification. **Knowledge Acquisition**, v.5, n.2, p. 199-220, 1993.

_____. **What is an ontology?** 1996. Disponível em: <<http://www.ksl.stanford.edu/kst/what-is-an-ontology.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

GUARINO, N.; MASOLO, C.; VETERE, G. Ontoseek: content-based access to the web. **IEEE Intelligent Systems**, v.14, n.3, 1999.

HOGAN, Aidan *et al.* Searching and browsing Linked Data with SWSE: the semantic web search engine. **Web Semantics: Science, Services and Agents on the World Wide Web**, v. 9, n. 4, p. 365-401, dez. 2011.

HUANG, Lan. **A survey on Web information retrieval technologies**. New York, University of New York, 1999.

HYVÖNEN, E., MÄKELÄ, E. *et al.* MuseumFinland: finnish museums on the semantic web. **Journal of Web Semantics**, v.3, n.2-3, p. 224-241, 2005.

INGWERSEN, P. **Information retrieval interaction**. London: Taylor Graham, 2002. Disponível em: <www.db.dk/pi/iri>. Acesso em: 10 jan. 2016.

KATIFORI, A. *et al.* E. G. Ontology visualization methods: a survey. **ACM Computing Surveys**, v.39, n.4, 2007.

LAI, J.; SOH, B. Similarity score for information filtering thresholds. ISIT 2004. **IEEE International Symposium on Communications and Information Technology**, p. 216-221, 2004.

LEI, Y.; UREN, V.; MOTTA, Enrico. SemSearch: a search engine for the semantic web. **3rd European Semantic Web Conference (ESWC)**. Montenegro, 2006.

LIN, J.; DEMNER-FUSHMAN, D. The role of knowledge in conceptual retrieval: a study in the domain of clinical medicine. **Proceedings of the 29th ACM SIGIR**, p. 99-106. 2006.

MÄKELÄ, E. **View-based search interfaces for the semantic web**. Master's thesis, University of Helsinki, 2006.

MÜLLER, H. M.; KENNY, E. E.; STERNBERG, P. W. Textpresso: an ontology-based information retrieval and extraction system for biological literature. **PLoS Biol**, v.2, n.11. 2004.

NOY, N. F.; MCGUINNESS, D. L. **Ontology development 101: a guide to creating your first ontology**. Stanford University, Stanford, 2001. Disponível em: <<http://www.ksl.stanford.edu/people/dlm/papers/ontology101/ontology101-noymcguinness.html>>. Acesso em: 19 jan. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

OWL. **Web Ontology Language Guide**. 2003. Disponível em: <<http://www.w3.org/TR/2003/CR-owl-guide-20030818/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

PAULHEIM, Heiko; PROBST, Florian. Ontology-enhanced user interfaces: a survey. **International Journal on Semantic Web and Information Systems**, v. 6, n. 2, p. 36-59, 2010.

PAZ-TRILLO, C.; WASSERMANN, R.; BRAGA, P. P. An information retrieval application using ontologies. **Journal of the Brazilian Computer Society**, v.11, n.2, 2005.

PERINI, Mário A. Sobre língua, linguagem e Linguística: uma entrevista com Mário A. Perini. **ReVEL**, v.8, n.14, 2010.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

_____. The stratified model of information retrieval interactions: extension and applications. **American Society for Information Science**, p. 313-327, 1997.

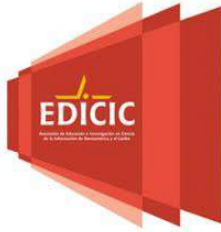
TANG, M. C. Browsing and searching in a faceted information space: a naturalistic study of pubmed users' interaction with a display tool. **Journal of the American Society for Information Science**, v.58, n.13, p. 1998-2006, 2007.

WOODS, W. A. **Searching versus finding**: why systems need knowledge to find what you really want. Sun Microsystems Laboratories, 2004. Disponível em: <<http://labs.oracle.com/projects/knowledge/WoodsACMQueueApril2004.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

Eixo 10

X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Tecnologias da informação e Gestão do Conhecimento



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Nome da Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

A CONSTRUÇÃO DE GLOSSÁRIOS E WIKIPÉDIAS ESPECIALIZADAS: A EMERGÊNCIA DO SABER COLETIVO NO ENSINO A DISTÂNCIA

Renata Angélica França Mendes, UFMG

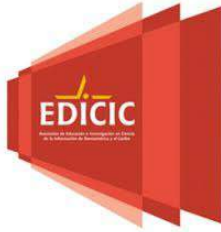
Resumo: Este trabalho apresenta o resultado de pesquisa de mestrado em que é analisada a emergência do saber coletivo a partir da construção de glossários e wikipédias especializadas a partir do curso de Inglês Instrumental a Distância do Projeto IngRede, ofertadas, na plataforma Moodle®, pela Faculdade de Letras da UFMG, para alunos de graduação e de pós-graduação. Após análise das interações dos alunos no ambiente de aprendizagem, é possível visualizar como o saber coletivo é desenvolvido e quais as implicações dessas interações.

Palavras-chave: EAD, glossários e wikipédias especializadas, inteligência coletiva

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos impactaram enormemente nas relações socioculturais, pois, além de potencializar os novos meios de comunicação, estes possibilitaram o compartilhamento de ideias entre os grupos humanos. Neste direcionamento, Pierre Lévy (1994) conceitualiza dois termos fundamentais, tanto para a educação à distância, quanto para a área de Ciência da informação: inteligência coletiva e ciberespaço.

Segundo o filósofo, a inteligência é inerente ao indivíduo. Cada um possui sua própria inteligência acumulada em suas experiências pessoais. A inteligência coletiva é resultante da interação social, tendo em vista que é no encontro com o outro e no compartilhamento de ideias que o indivíduo é capaz de potencializar seu conhecimento. Acredita-se que a interação entre os pares possibilita reconhecer o outro como um sujeito dotado de inteligência. É necessária, então, uma mudança comportamental que inclui o respeito mútuo entre os sujeitos, uma vez que dos mais diferentes saberes buscam-se complementações, e cada indivíduo é envolvido nesse processo de inclusão. Nesse pensamento, a discriminação *suis generis* é



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

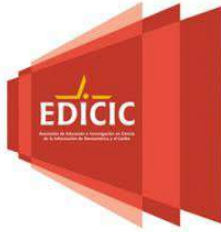
UFMG

abolida, pois se admite que os conhecimentos e saberes individuais são resultantes da criação e formação do sujeito. Ao se reconhecerem e se valorizarem dessa maneira, a prática da ideia de inteligência coletiva pode levar a uma melhor comunicação entre os indivíduos, assim como a uma maior compreensão do outro enquanto ser inteligente. De acordo com Lévy, cada um possui o que ele chama de *savoir-faire* (saber fazer), e assim o conhecimento individual compartilhado beneficia as diferentes áreas da vida humana. É uma forma de autovalorização e valorização do outro, para juntos promoverem o crescimento integrado da sociedade.

O termo ciberespaço pode ser conceitualizado a partir do seu valor agregado, pois além de possibilitar o armazenamento do conhecimento, neste ambiente virtual é possível se distribuir informação e propiciar a interação entre as pessoas. Além de ser um espaço de reunião de mídias, tais como, jornal, revista, rádio, cinema e televisão, também possui diferentes interfaces que permitem a interação síncrona ou assíncrona, tais como os e-mails, os chats, os fóruns de discussão, os blogs, entre outros. Lévy, entende o ciberespaço com um meio em que se é possível fazer com que a interação entre os usuários resulte na aquisição e compartilhamento dos conhecimentos. Trata-se de uma ação recíproca. Tem-se a transmissão e a construção de ideias. De acordo com este autor, essas ações fazem com que repensemos os moldes atuais das relações interpessoais sendo, portanto, necessária uma reestruturação geral de conceitos para que todos os indivíduos da sociedade possam democraticamente habitar este espaço.

A partir dessas conceitualizações, o ciberespaço apresenta-se como o espaço em que a inteligência coletiva se forma por ocasião da interação entre as pessoas. Através do movimento social e cultural propiciado pela internet a relação com o conhecimento e o saber se transforma, criando novas formas e possibilidades de se aprender e ensinar virtualmente. As paredes da sala de aula são derrubadas tornando possível que o aprendizado vá além dos campos comuns da realidade. O intercâmbio de ideias por meio de amplas conexões entre os participantes das comunidades virtuais, ou seja, a interação que acontece no ciberespaço impõe mudanças nos conceitos de arte, na organização de espaços e de territórios, nos limites entre o individual e o coletivo e na relação aprendiz e professor. Essas novas possibilidades impõem questionamentos no mundo real no que se refere à formação e à educação, pois as novas ferramentas de aprendizagem são também objetos de transformação.

Na Educação à Distância, podemos pontuar que quanto melhor a qualidade da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

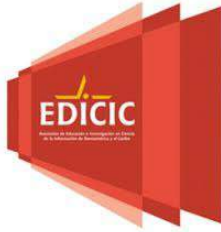
UFMG

interação dos alunos nas comunidades de aprendizagem *online*, provavelmente melhor será a performance e aprendizagem do aluno. Desse modo, ao tratar de uma das primícias pedagógicas que regem o ensino mediado por computador, um dos desafios apontados em estudos nessa área consiste em buscar melhor entendimento de fatores que possam facilitar a interação, visando à construção de significados compartilhados em contextos colaborativos *online*. Este artigo, baseando-me nas pesquisas que investi durante o meu mestrado, apresento evidências empíricas da construção de saber coletivo por meio de atividades colaborativas, quais sejam emergência de coletividade, competência informacional, adaptabilidade na experiência colaborativa *online*, indícios que possam influenciar, positiva ou negativamente, a colaboração e a construção de significados nesse contexto. O objeto de análise deste estudo são postagens dos alunos em *blog* do seu ambiente virtual de aprendizagem e trechos da interação entre os elementos da Comunidade de Busca do Conhecimento - CoI, nos fóruns e em grupos de debate divididos em grandes áreas, em duas disciplinas de Inglês Instrumental do Projeto IngRede, ofertadas, na plataforma Moodle[®], pela Faculdade de Letras da UFMG, para alunos de graduação e de pós-graduação, durante o primeiro semestre letivo de 2011, o segundo semestre letivo de 2012 e os primeiros semestres letivos de 2013 e 2014.

A construção de glossários e wikipedias especializadas são atividades que podem ser desenvolvidas na plataforma Moodle[®] como objetos de aprendizagem e ao analisar os dados, demonstro que, das interações entre os pares das comunidades e da interação homem-máquina, emergem a autonomia e a coletividade que propiciam a aprendizagem de estratégias de leitura de textos acadêmicos em Inglês e a possibilidade de formação de inteligência coletiva, a partir da construção de um Glossário e de uma Biblioteca Virtual. Acredito que melhor compreensão das características, do funcionamento e dos padrões que emergem dessas comunidades possa contribuir para as discussões acerca de práticas colaborativas em ambientes virtuais.

2 AS TAREFAS COLABORATIVAS E FERRAMENTAS

As disciplinas de Inglês Instrumental do Projeto IngRede possuem atividades que se estruturam como tarefas colaborativas e ferramentas que visam oportunizar a reflexão sobre a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

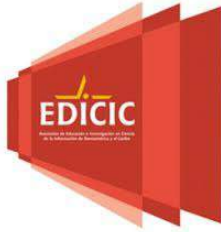
UFMG

aprendizagem e que servem como norteadores no desenvolvimento de objetos de aprendizagem.

As tarefas colaborativas visam à colaboração entre os alunos e os incentivam a buscar termos e textos acadêmicos na área de interesse de cada um. **Na Biblioteca virtual**, os alunos das duas disciplinas incluíram textos completos de artigos e sites na internet para estudo de Inglês ou *sites* voltados para sua área – devido a sua dupla função de servir para maximizar o contato dos alunos com textos e *sites* em Inglês e também como materiais potenciais para elaboração de provas presenciais. Em 2012, os alunos das duas disciplinas incluíram textos acadêmicos completos em Inglês provenientes de periódicos científicos devido a sua dupla função de servir para maximizar o contato dos alunos com textos em Inglês e também como materiais potenciais para elaboração de provas presenciais. Em 2013 e 2014, os alunos das duas disciplinas incluíram links de textos acadêmicos completos em Inglês de preferência provenientes de periódicos do Portal Capes – devido à sua dupla função de servir para maximizar o contato dos alunos com textos em Inglês e, também, como materiais potenciais para elaboração de provas a serem aplicadas presencialmente. O Glossário de Termos Técnicos, por sua vez, é criado de forma colaborativa, pelos alunos, usando o recurso denominado “glossário”, do Moodle[®]. Cada aluno fica responsável por incluir dez termos técnicos de sua grande área, com suas respectivas definições. Dessa forma, são gerados, a cada semestre, grandes glossários de todas as grandes áreas¹.

As ferramentas auxiliam os alunos a refletir sobre as atividades das disciplinas e disponibilizam possibilidades de interação entre os alunos e os tutores, na avaliação da disciplina e do aprendizado adquirido. O *Blog* tem por objetivo a postagem de um conjunto de reflexões dos alunos, sobre o processo de aprendizagem de língua. Na Primeira Reflexão, o aluno deveria avaliar o seu desenvolvimento no curso após realizar as atividades da seção Atividades de Leitura, baseando sua fala nas seguintes questões: 1. Durante o estudo do

¹(1) Ciências Agrárias, Exatas e da Terra: Agronomia, Ciência da Computação, Ciências Atuariais, Estatística, Geologia, Matemática, Matemática Computacional, Medicina Veterinária e Química; (2) Ciências da Saúde e Biológicas: Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional; (3) Ciências Humanas: Linguística, Letras e Artes, Artes Visuais, Filosofia, História, Letras, Música, Pedagogia, Psicologia e Teatro; (4) Ciências Sociais Aplicadas: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Geografia, Sistemas de Informação e Turismo; (5) Engenharias: Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Minas, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica e Engenharia Química.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

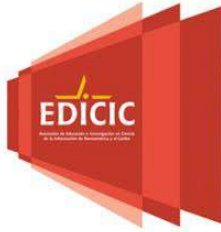
UFMG

conteúdo do curso (unidades introdutória e 1), você teve alguma dificuldade? Você considera que os feedbacks (respostas automáticas) lhe auxiliaram? De que maneira? Você buscou outros recursos (por exemplo: um dicionário, a Internet, um colega...), quando tinha dúvidas? Qual sua opinião a respeito dos textos e atividades propostas no link do conteúdo do curso e nas Atividades de Leitura? Em que ponto essas atividades contribuíram/não contribuíram para o seu aprendizado? Justifique se possível. Em relação aos aspectos linguísticos (formação de palavras, tempos verbais, etc.) apontados no decorrer do curso, durante as lições, você acha que eles contribuíram para o seu desenvolvimento da leitura em língua inglesa?. Na Segunda Reflexão, o aluno deveria avaliar o seu desenvolvimento no curso como um todo, refletindo sobre: De que maneira as discussões coletivas nos fóruns têm influenciado o seu processo individual de aprendizagem? Você se recorda de ter utilizado ou acredita poder utilizar algum aspecto discutido nos fóruns (relativos a tecnologia, língua e conteúdo dos textos) em sua prática atual (dúvidas, sanadas com o grupo, relativas a tecnologia, tarefas, vocabulário dos textos do debate, ideias discutidas nos textos, etc.)? Poderia dar exemplos?

As reflexões não são avaliadas por seu conteúdo, assim o aluno pode falar abertamente sobre suas impressões com relação ao curso. Desse modo, o aluno se autoavalia e avalia o curso como um todo, apontando ou sugerindo mudanças no processo e na plataforma de aprendizagem. Suas reflexões servem de base para outros alunos e a coletividade surge quando concordam com o outro e quando dividem as mesmas opiniões.

A atividade Debate é realizada apenas no curso Inglês Instrumental 2 e possui como condição de sua realização a leitura de dois textos selecionados para uma grande área, em que o aluno respondia a pesquisa de opinião proposta para cada texto. Após essa leitura e resposta às pesquisas propostas, o aluno postava comentários embasados em outros textos científicos, a fim de dar sustentação ao seu posicionamento sobre o assunto. Os debates foram mediados pelos professores / formadores e, ao término de cada módulo, o resultado da pesquisa foi divulgado por meio de um gráfico.

Por se tratar de turmas com grande número de alunos, eles se conectam e vão ao encontro uns dos outros quando necessário. A construção do glossário ou da biblioteca digital surge da necessidade ou da emergência de coletividade que é resultado de uma tessitura do individual com o coletivo e o saber coletivo emerge da interação do grupo como um todo, o que sugere que todos participam e se beneficiam dos resultados, com a completude da



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

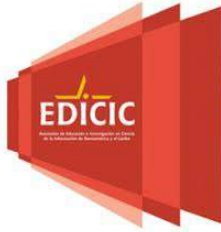
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

atividade significando o desenvolvimento de um produto coletivo. Pela análise, foi possível perceber que o número maior de alunos na turma não impede que o acesso na plataforma ocorra de maneira democrática. Os alunos, desde que interessados, podem participar ativamente das discussões. Entretanto, além do interesse, eles devem demonstrar habilidade de buscar, transformar e organizar as informações, de modo a contribuir para a construção do conhecimento.

O curso do IngRede é bem desenhado e apresenta temas que expõem uma problematização que atuam como dispositivos de como acionamento, motivando a interação. Os alunos precisam vencer o paradigma de fazer apenas o que o professor estipula como necessário e participar mais ativamente do seu processo de ensino-aprendizagem; têm de se conscientizar acerca da importância da interação, para que sua aprendizagem seja significativa: “Porque fazer um glossário?” “Porque postar na biblioteca virtual?” “Porque debater um tema?”. Quando os participantes postam contribuições nos Debates sobre os textos, muitos deles já têm a percepção do *outro* e, assim, além de postarem, comentam e dialogam com as postagens de outros alunos, criando uma rede conectada de conhecimento. Suas interações precisam ir além das postagens, não para cumprir o que demanda a atividade, mas, sim, para atender necessidades individuais de conhecimento. Enquanto Lévy define o *outro* como aquele que sabe algo, o aluno precisa se definir como negociador de conhecimento, mostrando-se ativo e (cons)ciente em seu processo de aprendizagem. Fortes indícios sugerem que ainda há alunos que agem de forma behaviorista, cujo único estímulo é a nota. Pelas discussões que analisei, disponibilizadas no fórum, percebo que, para muitos, o registro da nota é mais importante do que a própria aquisição do conhecimento. Nesse sentido, seria interessante que o caminho a ser seguido pelos alunos fosse pautado com travas, como se fosse um jogo, de forma que, para que ele pudesse chegar a um nível, fosse necessário enfrentar e superar desafios previamente definidos. Dessa maneira, a maior motivação para vínculo do aluno com o sistema não seria obtenção de boa nota, mas, sim, alcançar um objetivo de aprendizagem, de construção de conhecimento.

A interatividade se constitui como sendo fundamental para o Conectivismo, porque, uma vez que os alunos interagem com o sistema mútuo ou reativo, são impulsionados a buscar novas conexões para colaborar com a comunidade que integram. O elo que liga os participantes no IngRede deve legitimar a formação da comunidade que trabalha para a



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

criação de fontes de pesquisas que serão bases para consultas futuras. A busca por conhecimento faz com que o indivíduo se torne um competente informacional, porque ao ir à procura de informação, o aluno aprende, pois estabelece conexões para sua aprendizagem.

Através das postagens nos blogs sobre as atividades colaborativas é possível verificar as presenças socioafetivas, instrucional e cognitiva. Os alunos, seguindo as instruções das atividades, criam fontes de informação, glossário e biblioteca virtual, que podem ser classificadas como evidências de emergência de saber coletivo. É necessário, porém, que os alunos tenham consciência sobre aquilo que estão produzindo, para que a atividade atinja seu objetivo. Conforme Lévy (2000, p. 17) pontuou “essa nova dimensão da comunicação deveria, é claro permitir-nos compartilhar nossos conhecimentos e apontá-los uns para os outros, o que é a condição elementar da inteligência coletiva”. Nos itens a seguir, apresento e comento relatos de alunos sobre a biblioteca virtual e o glossário.

3. BIBLIOTECA VIRTUAL

A plataforma *Moodle*[®] disponibiliza a biblioteca virtual como ferramenta de aprendizagem. A criação de uma biblioteca no IngRede segue os preceitos da intenção de reunir o conhecimento acadêmico na língua inglesa, tendo por objetivo a constituição de material didático para prática de leitura. Essa atividade, no entanto, propicia ao aluno aprendizagem que vai além da aplicação de estratégias para a interpretação de textos em Inglês. Nos excertos que transcrevo a seguir, verifica-se que muitos alunos reconhecem a importância da Biblioteca Virtual para a sua aprendizagem:

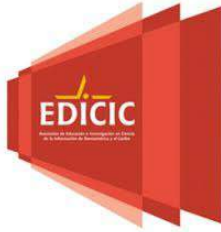
(01) A biblioteca virtual foi, para mim, a melhor atividade até agora, principalmente por ter sido o maior desafio. Textos de literatura e jornalísticos são, para mim, de fácil compreensão, graças ao meu hábito de leitura. Porém, ao ler um texto de arquitetura com termos específicos em inglês, apenas induzir o significado não foi suficiente em alguns casos.

(#OMN, 2013_1, Blog, Ingrede1)

(02) Estou gostando muito da disciplina, principalmente da biblioteca virtual. Encontrei lá vários textos muito interessantes e que podem ser usados para dar aulas e melhorar a maneira de como se ensina o conteúdo estudado.

(#BSRS, Blog, 2013_1, IngRede1)

(03) Esta segunda etapa da disciplina foi bastante produtiva, apesar de sentir alguma dificuldade por não compreender bem a língua inglesa. Mas o que eu gostei muito também foram os artigos postados na Biblioteca Virtual, pois os colegas postam assuntos muito interessantes e de grande utilidade para o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

conhecimento acadêmico.

(#ADSB, Blog, 2011_1, IngRede 2)

(04) Muito legal a biblioteca virtual. O pessoal fez umas postagens muito interessantes, principalmente relacionadas ao meu curso (Psicologia). Uns temas de grande relevância, como autismo, eutanásia, aquisição da linguagem. Importante ter esses artigos sobre temas de nosso interesse, pois nos motiva a ler em inglês, melhorando em muito a nossa capacidade de leitura na língua.

(#GCA, Blog, 2012_2, IngRede 1)

(05) A atividade de leitura dos textos da biblioteca virtual foi cansativa, devido ao grande número de páginas dos artigos que escolhi para ler. No entanto, a atividade tornou-se proveitosa, pois os temas dos artigos eram do meu interesse acadêmico e traziam termos técnicos que já conhecia, o que fez a leitura mais tranquila, juntamente com o uso das estratégias. Esse tipo de atividade avaliativa deveria se repetir nos outros módulos.

(#ACGR, Blog, 2013_1, IngRede 2)

Como benefícios, os alunos apontam a aquisição de vocabulário específico, a discussão de temas e o confronto com textos acadêmicos relativos a suas áreas de estudo. No entanto, para que os alunos atinjam esse nível de aprendizagem, são expostos à oportunidade de desenvolvimento de habilidades de busca seletiva, criteriosa, com acesso a artigos científicos em base de dados confiável e formatação da estrutura do artigo científico.

De acordo com relatório da American Library Association - ALA², citado por Campello & Abreu (2005), competência informacional se refere à capacidade de uma pessoa de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. As pessoas que têm competência informacional sabem como a informação está organizada, como encontrar e como usar a informação, de tal forma que outros possam aprender com ela. Em outras palavras, o competente informacional é aquele que aprendeu a aprender. Ao acessarem o Portal Capes (PORTAL CAPES) em busca de artigos científicos, os alunos têm oportunidade de visitar uma base de dados que reúne a literatura científica nacional e internacional. Lançado em 2000, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, o Portal de Periódicos tem por objetivo planejar, coordenar e executar ações que visam facilitar e promover o acesso à informação científica e tecnológica a instituições de Ensino Superior e pesquisa do país.

O artigo científico é um documento padronizado que divulga os resultados das pesquisas de maneira a incentivar a geração e a distribuição de conhecimentos e de atividades científicas. Nas palavras de Curty & Boccato (2005, p. 95), o artigo científico propicia a

² AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Presidential Committee on Information Literacy. Final report. Chicago, 1989.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

renovação do conhecimento por gerar “novos impulsos ao crescimento por meio de descobertas científicas e tecnológicas”. A padronização da forma facilita aos diferentes leitores o acesso às suas ideias e concepções e se caracteriza por ser um trabalho sucinto, que reproduz ideias de maneira clara e concisa sobre determinado assunto. Além disso, apresenta o uso de vocabulário específico, argumentação coerente, objetividade, concisão e fidelidade às fontes citadas. Na figura (1.) apresento o *print screen* da Biblioteca Virtual na área de Ciências da Saúde e Biológicas: Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional;

UFMG Virtual

Repositório de Objetos de Aprendizagem

Página inicial ▶ Minhas turmas ▶ 20112_META_TURMA_UNI002_OI_OL1 ▶ Tópico 5 ▶ Biblioteca virtual

Navegação

- Página inicial
- Minha página inicial
- Páginas do site
- Meu perfil
- Minhas turmas
 - 20132_META_TURMA_UI
 - 20132_META_TURMA_UI
 - 20131_META_TURMA_UI
 - 20131_META_TURMA_UI
 - 20122_META_TURMA_UI
 - 20121_META_TURMA_UI
 - 20121_META_TURMA_UI
 - 20112_META_TURMA_UI
 - 20112_META_TURMA_UI
 - Participantes
 - Relatórios
 - Geral
 - Tópico 1
 - Tópico 2
 - Tópico 3
 - Tópico 4
 - Tópico 5
 - Biblioteca virtual**
 - Debate - Texto de leitura obrigatória
 - Debate - Texto de leitura adicional
 - Debate - Texto de leitura adicional
 - Debate - Texto de leitura adicional
 - Debate - Pesquisa de opinião
 - Debate - Pesquisa de opinião II
 - Debate - Fórum de discussão
 - Tópico 6
 - Tópico 7
 - Tópico 8
 - 20111_META_TURMA_UI

Biblioteca virtual

Adicionar um novo tópico de dia

Página: 1 2 3 4 5 6 (Próximo)

Tópico

- What is Euthanasia?
- Forms of Euthanasia
- Nova metilação no gene FMR1
- Análise de mulheres afetadas para a síndrome do x-Frágil
- Cinema and Culture Theory: Film Theory: Critical Concepts in Media and Cultural Studies edited by Philip Simpson, Andrew Utterson and K.J. Shepherdson
- Medullary thyroid carcinoma: from definition to genetic bases
- Exercise and Physical Activity for Older Adults
- Under-five mortality
- Civil registration: why counting births and deaths is important
- Review of metabolic staging in severely injured
- quero entender minha nota na biblioteca virtual
- Coreia de Huntington
- Processes that lead to the production of academic elites.
- Molecular pathology of schizophrenia: more than one

1. Figura: Biblioteca virtual



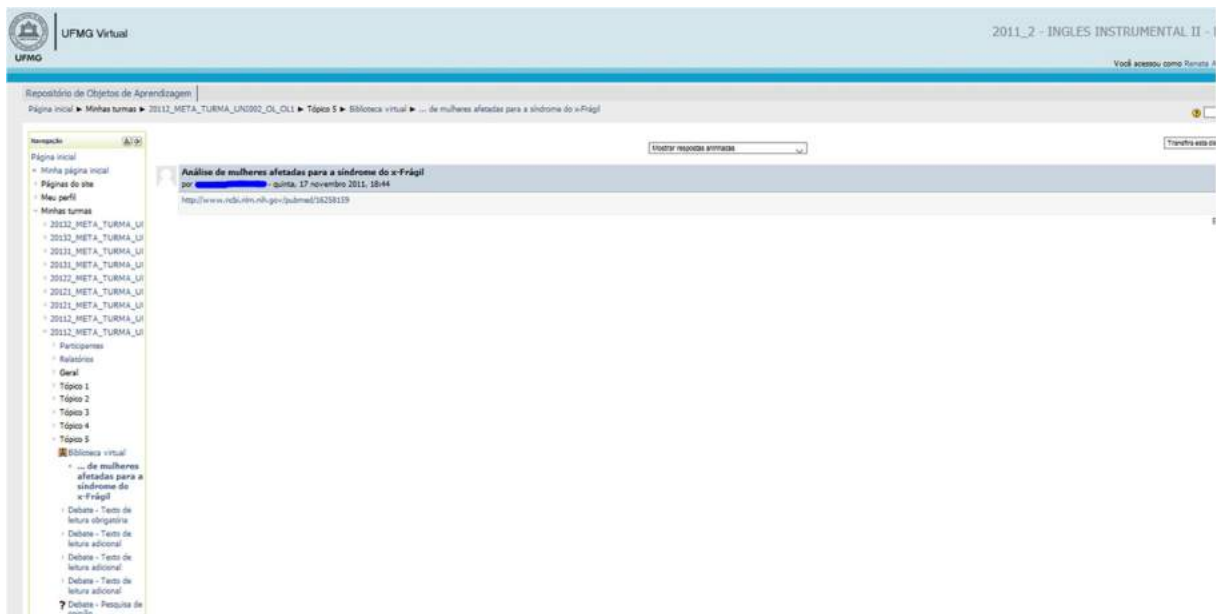
X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O saber coletivo emerge nas contribuições de cada aluno, tanto quando eles incluem artigos na biblioteca virtual, quanto quando eles postam seus comentários nos debates. Pela análise dos indícios cognitivos, é possível perceber que os alunos são expostos a uma gama de informações que vão se complementando. Os próprios alunos geram o conteúdo a ser apreendido, compartilhando os artigos e as suas percepções cognitivas sobre um determinado assunto. A fundamentação do pensamento é essencial para que os alunos criem uma relação em torno do conhecimento. Eles experimentam, argumentam, trocam informações e aprendem a lidar com o conhecimento. Na Figura (2.) a tradução do título do artigo escolhido é *Análise de mulheres afetadas para a síndrome do X-Frágil*:



2. Figura: postagem de link para artigo científico, Ingrede 2011-2

Na figura (3.) o artigo foi publicado na US National Library of Medicine National Institutes of Health, PubliMed.gov, e trata sobre como que a reação em cadeia da polimerase pode detectar alelos de mutação pré e completos do gene X-frágil. Ao ler o texto o aluno é exposto ao vocabulário e ao assunto especialidades de sua área.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

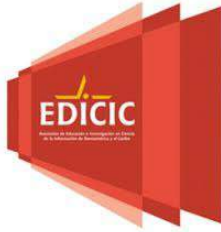
ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3. Figura: artigo científico postado por aluno do Ingrede 2011-2

Siemens (2004) aponta para a necessidade de, no Conectivismo, o indivíduo aprender a encontrar a informação e fazer uso dela quando for preciso. Assim como Siemens, Kuhlthau (1996) apresenta a importância no processo de busca e uso da informação, pois pontua quais estratégias que os usuários utilizam para a recuperação da informação e a construção do conhecimento do contexto ou área que estão inseridos. O indivíduo ativamente engajado para que a aprendizagem ocorra deve seguir passos do processo para a construção do conhecimento: 1. Iniciar a pesquisa a partir da necessidade de informação; 2. Selecionar os assuntos relacionados ao seu trabalho; 3. Explorar, mas delimitar o tema e formular o foco de pesquisa; 4. Formular, agregando novas informações e ideias às informações já possuídas, selecionando a partir da transformação das dúvidas em compreensão; 5. Coletar os materiais e reunir as informações necessárias para o trabalho; e 6. Concluir a busca dos novos conhecimentos, transformando as informações em aprendizado através da apresentação das conclusões.

Nas disciplinas do IngRede, o aluno, para completar sua atividade colaborativa, aprende a consultar e buscar informação em fontes de informação e em materiais de



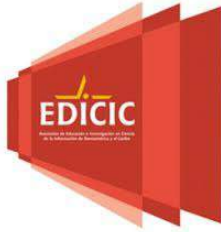
referência. Então, seleciona o artigo científico que vai apresentar. Lê o artigo e se prepara argumentativamente para uma discussão. Expõe suas ideias baseando-se na leitura executada. Nesta leitura, além de se colocar a par do assunto, o aluno é exposto ao vocabulário específico da área na língua inglesa. O que é um dos objetivos do curso de Inglês instrumental.

4. GLOSSÁRIO

Conforme Cunha (2010), os glossários são dicionários especializados de uma determinada área. A palavra glossário vem do «lat[im] *glossarium, i* "glossário, vocabulário, dicionário", der[ivação] do gr[ego] *glóssarion, ou* "pequena língua, lingüinha"». Etimologicamente, a palavra “glossário” pertence às áreas de História e Bibliologia e data da Idade Média e da Renascença. É utilizada para denominar a reunião de glosas, que são anotações que explicam o significado de uma palavra, seja ela, antiga, obscura ou relativa a uma determinada área do conhecimento, que serve para elucidar um trecho ou passagem de um texto. O glossário é uma lista, geralmente, em ordem alfabética, que pode ser colocada na parte final de um manuscrito ou em um volume próprio. Outra característica do glossário é que ele pode ser monolíngue ou bilíngue.

Analogamente ao glossário, Macedo (2005) pontua que o dicionário tem caráter social e pedagógico, apresentando respostas didáticas às consultas e ajudando seu usuário a eliminar ruído(s) provocado(s) na comunicação por termos desconhecidos. O “dicionário”, como depositório do repertório de signos linguísticos, reúne esses dois elementos: o significante, ou as entradas ou verbetes, e o significado; isto é: as informações contidas no verbete. Ele ajuda a diminuir a distância entre grupos socioculturais, que são cada vez mais diferenciados, em uma sociedade global na qual a diversificação das tecnologias e a especialização das ciências criam línguas funcionais. Apresento, então a seguir, algumas observações dos alunos reunidos em grupos de temáticas semelhantes. As postagens servirão para ilustrar sobre essa atividade colaborativa que resulta na construção de glossário especializado. Os alunos do IngRrede:

1) reconhecem a importância do glossário, por significar aprimoramento do vocabulário nas suas respectivas áreas de estudo, conforme exemplos (06), (07) e (08):



(06) A idéia de se fazer um glossário com termos técnicos foi muito positiva, uma vez que o uso e entendimento desses termos específicos não se aprendem em cursinhos de inglês convencionais. Em meu caso, por exemplo, foi proveitoso de duas formas: primeiro, pude conhecer termos técnicos de outras áreas que pertencem não só às Ciências Biológicas, mas também a áreas relacionadas, como as da saúde; o segundo ponto é que foi realmente bom poder me deparar com um artigo que apresentava algum termo muito específico da área e poder buscar o significado deste termo diretamente no glossário. A única maneira de adquirirmos vocabulário em qualquer língua é por meio do uso constante de algumas palavras. Incorporamos essas palavras no nosso dia-a-dia como se sempre as tivéssemos usado. Um bom exemplo disso são as palavras ‘clicar’ (derivada do inglês ‘click’) que já foi aportuguesada e se encaixa perfeitamente para o cursor do *mouse* (outra que se incorporou ao português). Deste mesmo modo, são incorporadas palavras estrangeiras específicas de cada área; à medida que acostumamos a usá-las, fica mais fácil de compreender seus significados em textos e artigos diversos. **No entanto, se tivéssemos um glossário estrangeiro específico com todas as palavras de cada área, facilitaria muito o entendimento de artigos e textos em língua estrangeira e facilitaria o acesso a esse material por todos os interessados. Além de tudo, a consulta ao glossário é rápida e eficaz, dando mais agilidade à leitura de artigos e textos.** Após relatar os pontos positivos sobre a construção de um glossário e de como foi proveitoso utilizá-lo, devo agradecer a esta disciplina *online* e a todos, que trabalham muito para mantê-la, pela ajuda com as ferramentas do ambiente virtual (*moodle*), além de nos ensinarem pacientemente como deveríamos prosseguir com cada atividade e como deveríamos postá-las.

(#RSP, Blog, 2011_1, Ingrede 2)

(07) ...aprender um pouco mais de termos técnicos e relembrar aquilo que já aprendi. As primeiras atividades já foram essenciais para que eu eu descobrisse termos técnicos da minha área (com a atividade do glossário) que eu não tinha nem idéia que existiam. Gostei bastante das dicas de uma leitura rápida e dinâmica, pois facilita bastante o dia a dia de um advogado!

(#MAF, Blog, 2012_2, Ingrede1)

(08) A ideia do Glossário é bastante interessante. Muitas vezes, desconhecemos um termo, e a pura tradução da palavra não é suficiente, pois é um termo utilizado em algum contexto específico, com algum sentido especializado. ... O Glossário de Termos técnicos me ajudou a conhecer palavras novas, principalmente técnicas da minha área. Essa aprendizagem ajuda a entender textos específicos de sociais aplicadas, que muitas vezes são em Inglês e contém palavras técnicas.

(#GHFC, Blog, 2013_1, Ingrede1)

2) visitaram termos disponibilizados no glossário por outros alunos:

(09) O glossário contribuiu bastante para minha aprendizagem. Primeiramente me incentivou a procurar termos técnicos da minha área em sites especializados e em livros.

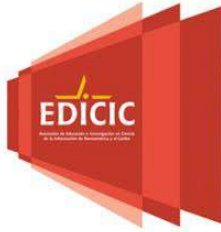
Além disso, quando realizei as postagens, acabei pesquisando outros termos que estavam dispostos no ambiente (inseridos por outros alunos) e acabei conhecendo muito mais sobre o meu curso (administração) e sobre outros cursos como contabilidade e outras áreas a fins que despertaram minha curiosidade. Contudo, ao ler e pesquisar sobre esses assuntos acabei desenvolvendo o meu vocabulário, adquirindo maior facilidade em entender textos mais específicos da área.

(#RRS, Blog, 2011_1, Ingrede1)

(10) O glossário foi uma ideia bem bacana, pois vários termos por mais simples que fossem foram definidos e tiveram sua escrita em inglês apresentada, algo que uma olhada de curiosidade já te leva a ver outros termos.

(#AHL, Blog, 2011_1, Ingrede1/2)

(11) Um glossário é muito importante para a aprendizagem de termos técnicos, pois com eles



vemos o conceito e a definição de algum termo, eu visitei algumas postagens de colegas, (a maior parte delas relacionadas à minha área – Biblioteconomia.

(#LJMSV, Blog, 2011_1, Ingrede 1)

(12) O Glossário contribuiu muito com os termos técnicos, por não ter a oportunidade de ler em inglês na minha área, me aproximei dos termos mais técnicos, que fazia tempo que não os utilizava. Visitei e li várias postagens de colegas.

(#CVD, Blog, 2011_1, Ingrede 1)

(13) Eu desenvolvi as atividades referentes ao glossário de termos técnicos e atividades de vocabulário, embora não tenha acessado o que os outros colegas postaram. Acredito que se você vier com motivação para realizar as atividades terá muito com o que aprender.

(#MFG, Blog, 2011_1, Ingrede 1)

(14) O glossário é muito interessante para qualquer graduando que precisa ler artigos científicos. Confesso que durante o curso de Inglês, entrei apenas quando foi necessário postar meus próprios termos técnicos, mas na ocasião li o que havia sido postado, até para não colocar palavras repetidas. No caso da Biologia, foi interessante constatar a quantidade de palavras cognatas existentes na área.

(#RAM, Blog, 2011_1, Ingrede1)

(15) O glossário de termos é um instrumento que nos auxilia durante a leitura de um texto, pois permite que você tenha conhecimento de algumas palavras chaves que irão ajudar a sua compreensão e interpretação do artigo. Eu visitei algumas postagens relacionadas a saúde e nutrição que são a minha área de estudo.

(#ALSS, Blog, 2012_2, Ingrede 1)

(16) Sabemos que o inglês atualmente não pode ser simplesmente ignorado: é a mais importante língua atualmente. O glossário é fundamental na aprendizagem de termos técnicos pois funcionam como um condensamento de informações. Reparei em várias postagens de alguns colegas da disciplina, para perceber como são feitos e me familiarizar com alguns termos que até então eu desconhecia.

(#AMAL, Blog, 2012_2, Ingrede1)

(17) ...O glossário foi rico para meu aprendizado sobre termos técnicos. Para realizar esta tarefa, precisei consultar as palavras que já haviam sido postadas e, com isso, acabei descobrindo muitos termos. Estou muito satisfeita com a experiência.

(#KMM, Blog, 2013_1, Ingrede 2)

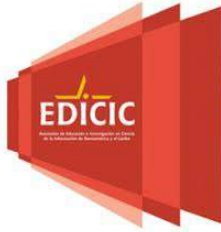
3) demonstraram preocupação pela organização do glossário:

(18) Curso a distância acabando e de modo geral devo dizer que valeu a pena. Ainda tenho receio por conta de problemas técnicos que sempre acontecem, mas devo confessar que foi melhor do que eu imaginei.

O sistema das aulas e do fórum funcionam bem. O glossário de termos técnicos por sua vez não me foi muito útil. Falta padronização na maneira de postar, alguns postavam em inglês, outros em português, alguns frases outros palavras, muito confuso. Mas de maneira geral contribuiu para meu aprendizado.

Abraços

(#PPT, Blog, 2011_1, Ingrede1)



4) demonstraram preocupação com o sistema de postagem dos termos:

(19) Embora seja Pedagoga, confesso que esse é o meu primeiro contato com uma disciplina à distância. Estou achando a experiência bem interessante, porém, algumas coisas - em termos de sistema - não têm me agradado. ... **Uma outra questão é concernente ao glossário. Gostaria de poder editar alguns termos que inseri (ao menos durante 5 minutos, por exemplo), pois verifiquei algumas impertinências. Além disso, seria interessante se pudessemos ter um glossário colaborativo, a exemplo do que ocorre com o Wikipédia, pois vi alguns termos cuja tradução poderia ser melhor.**

(#WOV, Blog, 2012_2, Ingrede2)

5) não visitaram as postagens dos colegas, como, por exemplo, nesses trechos do *corpus*:

(20) **Li texto bem legais, o glossário ajudou, gostei de ter pesquisado os termos da minha área, não pude ver muito, os termos de outros colegas, por falta de tempo, mas adorei tudo em geral. ... O que eu mais gostei foi a construção do Glossário...**

(#JTCR, Blog, 2011_1, Ingrede1)

(21) **A utilização do glossário contribuiu para ajudar a aprender mais alguns termos técnicos, porém a falta de tempo não me permitiu investir muito nesse aprofundamento.** Nesse semestre acabei acumulando disciplinas, trabalho e cuidados com a família o que exigiu disciplina e esforço, mas nem assim considero que pude aproveitar 100% da disciplina.

(#CMOC, Blog, 2011_1, Ingrede2)

(22) **... No decorrer do curso não visitei as postagens dos meus colegas nem o glossários de termos técnicos, por falta de disponibilidade. Realizei as atividades propostas no curso e tenho certeza que o vocabulário e a habilidade de leitura vão ser muito importantes durante a realização do meu mestrado.**

(#ILM, Blog, 2013_1, Ingrede1)

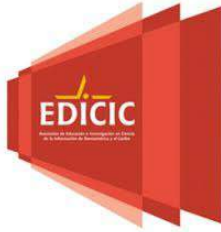
6) pontuaram o fato de poder compartilhar informações com os colegas, como ilustram estes exemplos:

(23) O Glossário foi uma ferramenta muito importante no auxílio as atividades. Minha participação e consulta foi pequena em função da minha rotina pesada de atividades externas, mas, acredito que ter uma ferramenta disponível e tão ampla fez a diferença nas atividades. Visitei as postagens dos demais participantes e isso foi importante para desenvolver o meu trabalho. A contribuição e colaboração são importantes neste tipo de atividade, no qual cada aluno descobre seu ritmo e potencial sozinho. Ver a colaboração dos colegas foi importante para se nortear e para ajudar no desenvolvimento do progresso. Meus estudos foram feitos com muita atenção e devido ao pouco tempo, penso que poderia ter feito mais no ambiente virtual.

(#MLS, Blog, 2011_1, IngRede1)

(24) Eu espero aplicar o meu aprendizado na prática do meu curso. Nas leituras dos textos, nas pesquisas e continuar insistindo com a língua inglesa. As dicas foram importantes e aprendi muitas coisas. A construção do glossário foi muito interessante, pois propiciou a aprendizagem não apenas do inglês, mas também de definições de termos da nossa área de estudo. Ao relacionar conhecimentos, atribui maior significado para o trabalho feito. Outro aspecto importante do glossário é o fato de podermos compartilhar o que fizemos com os colegas, o que amplia as possibilidades de aprendizagem.

#CCS (2013_1, Blog, IngRede1)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

7) trocaram experiências enquanto produziam o glossário. No trecho que transcrevo a seguir, exemplo (25), temos evidência de que uma aluna #AVA posta uma dúvida e é auxiliada pelo colega #CLGB:

(25) ola estou com uma dúvida porque já postei meus 10 conceitos no glossário mas como não aparece nada apara preenchermos com nosso nome como vocês saberão quem postou determinada palavra? Então, segue minha lista de postagem em ciências humanas:

illiterate
student
childhood
care
peadagogue
pedagogism
educate
child
education
school
obrigada. #a.

#AVA (sábado, 6 outubro 2012, 12:07)

Clique na aba "autores" que vc acha seu nome por lá.

#CLGB (domingo, 7 outubro 2012, 11:58)

(20122_META_TURMA_UNI001_OL_OL1_OL2 ► Tópico 1 ► Suporte técnico ► postagem no glossário)

No exemplo que transcrevo a seguir (26), constata-se que o aluno #LTD solicita informações sobre como excluir item do glossário. Seu colega #CLGB lhe presta socorro; porém, sua dica não soluciona a dúvida e, então, outro colega, #RMC, informa que a solução apresentada só é válida por 30min após a postagem do termo no glossário:

(26)

Gostaria de saber como excluir um item que coloquei no glossário de termos técnicos.

#LTD (sábado, 6 outubro 2012, 20:30)

Você entra no glossário; vai em "autores", encontra seu nome por lá.

Daí, vai ao termo que quer excluir; tem um ícone pequenininho no canto inferior direito que te permite excluir.

#CLGB (domingo, 7 outubro 2012, 12:00)

Realmente o ícone aparece quase todas as palavras, mas uma das que eu postei não consigo nem excluir nem alterar. O ícone pequeno não aparece no canto inferior como nas outras palavras que estão na mesma página . Poderia me ajudar?

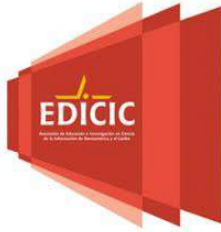
#RMC (domingo, 7 outubro 2012, 16:36)

Realmente logo após inserirmos um termo aparecem os botões de excluir e editar, mas parece que só temos 30 minutos para excluir ou editar os itens, após este tempo os botões não aparecem mais.

#LTD (domingo, 7 outubro 2012, 20:15)

Não sabia disso... vou ficar esperto com as minhas postagens então.

Abs.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

#CLGB (domingo, 7 outubro 2012, 22:16)

No exemplo (26), é está evidente a questão da presença cognitiva no que diz respeito ao aspecto vicário, em que o aluno aprende observando os outros; ou seja: o aluno usa, na prática, o que aprende por meio de interação com os pares. Desse modo, ao ver o que os outros fazem e as consequências de suas ações, aprende-se a repetir ou evitar tal comportamento, e a aprendizagem é adquirida a partir do experimento pessoal das ações, com a imitação de modelos podendo implicar o acionamento de processos cognitivos.

O participante #C, no excerto transcrito a seguir, ajuda outros alunos, mas a informação de outro colega o auxilia a aprender sobre o limite de tempo para edições, coisa de que ele não sabia. O *feedback* da tutora do IngRede #IV possibilitou a confirmação da informação dada pela aluno #LTD e a apresentação da solução para o problema (27):

(27) Prezados,

Você está correto,# L. Obrigada pela colaboração.

#C,o que você pode fazer é postar novamente e colocar no título a palavra **correção** mais o nome do termo que você irá postar. Exemplo:

Methodology (correção)

Att,

IV (Equipe IngRede)

#IV (segunda, 8 outubro 2012, 14:14)

(20122_META_TURMA_UNI001_OL_OL1_OL2 ► Tópico 1 ► Suporte técnico ► Excluir item inserido no glossário)

Essa sequência de trocas demonstra que os alunos conseguiram cumprir o que se estabelece a atividade colaborativa; ou seja: a contribuição no processo de aprendizagem atingiu seu objetivo. Ao executar a atividade, os alunos demonstram interesse na organização e no desenvolvimento do glossário, além se darem importância para a tarefa que está sendo executada. Tal envolvimento com a atividade pode significar uma conscientização do processo de construção do saber coletivo.

Na figura (4.), temos o extrato da tela da letra O do glossário. O aluno, além de contribuir com o vocábulo, ele acrescenta a fonte de onde ele retirou a definição apresentada. As palavras são colocadas dentro das letras do abecedário.



2014_1 - INGLES INSTRUMENTAL I - METATURMA

Online - conectado, na internet

adjective, adverb

connected to and shared by a system of computers, especially the internet...

Trecho retirado do texto postado por mim (A constructivist computational platform to support mathematics education in elementary school):

"In the third session, children worked face-to-face in dyads using team-work and a collaborative

learning strategy, while in the fourth and fifth sessions children worked in dyads online using the interactive platform in the computer lab and at home."

By: <http://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english-portuguese/online?q=online>

Ontological questions between mind and matter

Conceito:

Questionamento a respeito da mesma origem entre a mente e o corpo, a razão de suas manifestações serem distintas se há a mesma origem.

Frase no artigo:

The first division mind/matter actualises central questions of ontology: does mind exist as a diferente kind of ontological entity than matter, and if so, some part of complex material processes of the brain is

Fonte: Larsen- Sinding Henrik. Externality and Materiality as themes in the history of the human sciences. Tradução: Google Tradutor

Ontologies

Definição: na área da ciência da computação, ontologia se refere a um modelo de dados utilizado para realizar inferência sobre os objetos do domínio.

Trecho do texto: "The approaches proposed in the literature to address the problem of Web data extraction use techniques borrowed from areas such as natural language processing, languages and gra learning, information retrieval, databases, and ontologies." - " A Brief Survey of Web Data Extraction Tools", pg 84.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ontologia_\(ciencia_da_computacao\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ontologia_(ciencia_da_computacao))

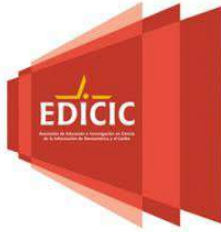
onward

4. Figura: Extrato da tela do curso de Inglês Instrumental 1, 2014/1- Glossário, letra O

A coletividade emerge a partir do momento em que os alunos, membros de uma comunidade, alimentam o glossário com verbetes e suas respectivas definições. As informações são selecionadas e trocadas por cada um. Por meio dos verbetes, os alunos contribuem para a construção da comunidade do conhecimento onde cada indivíduo interage e compreende sua participação no conjunto. A informação vai sendo tratada de maneira a organizar o pensamento para que este faça sentido. As postagens dos outros alunos servem como modelo e pontos de acesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, a participação nas atividades da biblioteca virtual e do glossário proporciona aprendizado. Essas atividades colaborativas possibilitam que um grande número de alunos participe e contribui para a construção do pensamento. Os alunos do IngRede



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

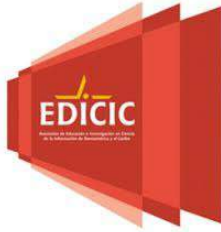
participam do processo de aprendizagem ativamente, porque quando visitam fontes de informação, escolhem e trocam materiais de estudo em grupos das suas respectivas áreas de interesse, favorecendo uso e desenvolvimento suas habilidades intelectuais e sociais. As instruções para as atividades apresentam-se como elemento de acionamento de todo o processo e os alunos decidem como vão executar cada atividade. Frequentemente, buscam postagens de outros, que tomam como exemplos do que fazer, ou se comunicam, em busca de auxílio.

O produto final que é construído demonstra que, mesmo com o grupo grande, todos os alunos têm a oportunidade de contribuir. Cada uma das contribuições possui seu valor, pois são lidas e imprimem um posicionamento dos leitores. Porém, é possível perceber que os alunos preferem contribuir nos debates que já possuem postagens. Ou ainda, que algumas postagens são releituras de outras. É compreensível verificar que os alunos imprimem um maior ou menor comprometimento com as atividades, tendo em vista que a disciplina *online* por ter facilidade de acesso, passa a impressão de que o aluno será bem-sucedido sem esforço. No conjunto da obra, as atividades colaborativas podem significar aprendizagem, desde que os alunos se comprometam e sejam bem instruídos e motivados para a participação.

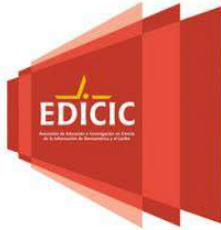
Além disso, a contribuição dos pares, incentivada pelas atividades colaborativas, é indício de construção da inteligência coletiva. A coletividade cria o envolvimento de todos do grupo, independentemente do seu tamanho, e os alunos se voltam para a execução da atividade que vai resultar em um produto coletivo, ficando seu produto fica disponível para consulta e aberto a novas inserções. O conhecimento, assim, é multiplicado, se transforma e transforma a todos, propiciando o surgimento de relações, criando e atendendo demandas cognitivas. O saber qualifica o *homo sapiens* que deve *apprendre à vivre la communauté et de la connectivité* (aprender a viver a coletividade e a conectividade) (LEVY, 2000).

6 REFERÊNCIAS

1. BELISÁRIO, Aluizio. O Material didático na educação a distância e a constituição de propostas interativas. In: SILVA, Marco (Org.). *Educação online*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012. p. 137-148.
2. BROWN, D. G. How to customize big classes. *Campus Technology*, v. 2, n. 3, 02 mar.



2003. Disponível em: <http://campustechnology.com/articles/2003/02/how-to-customize-big-classes.aspx?sc_lang=en>. Acesso em: 21 nov. 2014.
3. CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDON, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
4. _____; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Competência informacional e formação do bibliotecário. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 178-193, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/10/pdf_15c8a166f7_0012102.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2016.
5. CLEMONT, Perret; NELLY, Anne. *A construção da inteligência pela interação social*. Lisboa: Sociocultural, 1978.
6. CUNHA, Murilo Bastos da. *Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2001.
7. CURTY, Marlene Gonçalves; BOCCATO, Vera Regina Casari. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 10 n. 1, p. 94-107, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://educaonline.eng.br/UNISANTA/HTML/artigo%20como%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cientifica.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.
8. DEWEY, J. *How We Think: a Restatement of the Relation of Reflective Thinking to the Educative Process*. 2nd revised edition. Chicago: Henry Regnery, 1971.
9. KUHLTHAU, C.C. *Seeking meaning a process approach to library and information services*. Norwood, N.J.: Ablex, 1996.
10. HARASIM, L. Online education: the future. In: HARRISON, T. M.; STEPHEN, T. (Ed.) *Computer networking and scholarly communication in the twenty-first-century university*. Albany, NY: State University of New York Press, 1996. p. 203-214.
11. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
12. JOHNSON, David W.; JOHNSON, Roger T. *Learning together and alone: cooperative, competitive, and individualistic learning*. Massachusetts: Allyn and Bacon, 1999.
13. LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 3. ed. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2000.
14. MACEDO, Vera Amália Amarante. Dicionários. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paula da Terra (Org.) *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 23-41.
15. MCCORMICK, D. E.; MCLAUGHLIN, S. The context of ESL computer literacy: Participants, technology, language, and content. *Mosaic*, v. 7, n. 4, p. 17-21, 2000.
16. MENDES, R. A. F. *Aprendizagem de inglês instrumental online para grandes grupos [manuscrito]: construção individual e coletiva do saber*. 169p. Orientadora: Júnia de Carvalho Fidelis Braga. Área de concentração: Linguística Aplicada. Linha de pesquisa: Linguagem e Tecnologia. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2015.
17. MOODLE. Disponível em: <<https://docs.moodle.org/dev/Releases>>. Acesso em: 21 mar. 2016.
18. MOSTAFA, Solange P. *EAD SIM. Mas com qual biblioteca?*. In: SILVA, Marco (Org.). *Educação online*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012. p. 150-168.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

19. NETO, Manoel Agrasso; ABREU, Aline França de. *Conhecimento científico*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.
20. NUNAN, David. *Collaborative Language Learning and Teaching*. New York: Cambridge University Press, 1992.
21. ORELLANA, Anymir. Class size and interaction in online courses. *The Quarterly Review of Distance Education*, v. 7, n. 3, p. 229–248, 2006. Disponível em: <http://wps.prenhall.com/wps/media/objects/4512/4621309/Survey_Online_Class_Size.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2016.
22. PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Aprendendo inglês no ciberespaço. In: Paiva, V. L. M. O. (Org.) *Interação e Aprendizagem em ambiente virtual*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2001.
23. _____; BRAGA, J. *Imagined Communities: overcoming the constraints on Big Classes in Brazil*. In: EGBERT, Joy (Ed.). *CALL in Limited Technology Contexts*. San Marcos, TX: CALICO, 2010. Chapter 10. Disponível em: <www.veramenezes.com/bigclasses.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2016.
24. PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e *et al.* Leitura em inglês na rede: a trajetória do Projeto IngRede. In: *Educação e Tecnologia*, v. 17, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/478>>. Acesso em: 14 fev. 2016.
25. PORTAL CAPES. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
26. SIEMENS, George. *Connectivism: a Learning Theory for the Digital Age*. 2004. Disponível em: <<http://www.elearnspace.org/Articles/connectivism.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

**A IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO DE GED/ECM SOB O OLHAR DE UM
BIBLIOTECÁRIO: O CASO LA EMPRESA CONCKER**

**<DESPLIEGUE DE UN PROYECTO GED / ECM BAJO LA MIRADA DE UN
BIBLIOTECARIO: EL CASO AHORA CONCKER**

**Dayanne da Silva Prudencio, UFRJ/IBICT
Rafaela Souza Oliveira, CONCKER**

Resumo: A gestão da informação nas organizações cada vez mais é baseada em conteúdo digital. O volume crescente e a complexidade do fluxo que essa informação percorre para suportar o negócio, seja para torná-lo mais eficiente ou simplesmente para dar resposta aos estímulos internos e externos, têm levado as organizações à implantação de soluções automatizadas de gestão do seu conteúdo empresarial. As primeiras iniciativas trataram apenas da digitalização dos documentos e da esquematização dos seus fluxos. Essas plataformas ficaram conhecidas pela sigla GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos). A evolução natural seria contemplar todo o conhecimento dentro da organização, incluindo informação não estruturada em outras fontes além dos documentos, como imagens, páginas web, relatórios, áudio e vídeo entre outros e conectadas à lógica dos processos de negócio. Ao longo desse artigo será usada a expressão ECM/GED (ECM- *Enterprise Content Management*) de forma a abranger todas as tecnologias envolvidas com a captura, armazenamento, gerenciamento, preservação e publicação desse conteúdo empresarial. Porém, talvez por ser ainda uma tecnologia nova e por repensar e redesenhar todos os processos em função do paradigma digital, faltam na literatura provas de conceito dessa solução e exemplos de implantações bem sucedidas. O que mais se encontra são modelos para implantação teóricos e que carecem de experimentação. A proposta desse artigo é justamente contrapor essas duas questões: o que é recomendado pela literatura e a realidade de implementação da plataforma na prática diária de trabalho. Para tanto, será apresentado um estudo de caso da empresa CONCKER (Cia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio) que caminhou nessa implantação e percebeu na prática o “gap” entre a teoria e a prática. O ponto de vista de análise foi de um dos profissionais mais estratégicos na gestão da informação, o bibliotecário, que liderou e atuou como gestor do projeto.

Palavras-chave: Gestão da Informação; Gestão de Conteúdo; Gestão Eletrônica de Documentos; Enterprise Content Management.

Resumen: La gestión de la información en las organizaciones se basa cada vez más en los contenidos digitales. El aumento del volumen y la complejidad del flujo que viaja la información para apoyar el negocio, es para que sea más eficiente o simplemente para responder a estímulos internos y externos han llevado a las organizaciones a implementar soluciones automatizadas para administrar su contenido de negocio. Las primeras iniciativas dirigidas únicamente la digitalización de documentos y la disposición de sus flujos. Estas plataformas eran conocidos por las siglas EDM (Gestión Electrónica de Documentos). La evolución natural contemplaría todo el conocimiento dentro de la organización, incluidas las fuentes de información no estructurada que no sean documentos tales como imágenes, páginas web, informes, audio y video y otro y conectados a la lógica de los procesos de negocio. A lo



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

largo de este artículo utilizará la expresión ECM / GED (gestión de contenidos ECM-Enterprise) para cubrir todas las tecnologías implicadas en la captura, almacenamiento, manejo, conservación y publicación de contenido empresarial. Pero tal vez todavía una nueva tecnología y por repensar y rediseñar todos los procesos debido al paradigma digital, necesitado de la prueba de la literatura del concepto de esta solución y ejemplos de implementaciones exitosas. Lo que es más teórica son modelos para la aplicación y la falta de experimentación. El propósito de este artículo es precisamente para contrarrestar estas dos preguntas: ¿qué se recomienda en la literatura y la plataforma de realidad aplicación en la práctica el trabajo diario. Por lo tanto, un estudio de caso de la empresa CONKER (Compañía de Concesiones Viales Off-Río juez) que será presentado este despliegue se acercó y se dio cuenta en la práctica, la "brecha" entre la teoría y la práctica. La perspectiva del análisis fue uno de los profesionales más estratégicos de gestión de la información, el bibliotecario, que dirigió y sirvió como director del proyecto.

Palabras-clave: Gestión de la Información; Gestión de contenidos; Gestión de documentos electrónicos; Gestión de contenidos empresariales.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um sistema social e econômico marcado por instabilidade e acirrada competitividade e como resultado dessa constante incerteza e imprevisibilidade quanto ao futuro, é cada vez mais comum que as empresas busquem mecanismos eficientes de gerenciamento da informação organizacional visando reduzir incertezas em seus processos decisórios e mitigar riscos em operações.

A economia de mercado leva às organizações a intensificar suas atividades e com isso aumentar sua produção de informações, documentos e dados. Sabe-se que as tecnologias da informação têm revolucionado o método de coletar, produzir e disseminar a informação, mudando gradativamente a forma como as empresas acessam e lidam com a informação. No entanto, conforme Davenport e Prusak (1998), dispor de tecnologia da informação mais sofisticada não implica necessariamente obter melhor informação.

Segundo Drucker (1999) pessoas, conhecimento e tecnologia são os fundamentos sob os quais estão constituídas as atuais organizações empresariais modernas. Ou seja, com a sociedade da informação surgiu a necessidade de profissionais com formação superior capaz de identificar, coletar e tratar a informação relevante ao negócio da empresa e conseqüentemente capaz de inferir diferenciais competitivos. Nesse sentido, se faz oportuno citar Cunha (2003, p.1) quando afirma que “como nossa profissão é uma profissão essencialmente social, uma profissão de mediação e de contato, de fazer com o outro de fazer



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

pelo outro”, caberá então muitas vezes ao bibliotecário capacitar os usuários para que cheguem até a informação que necessitam para desempenhar com êxito suas funções empresariais.

Em geral as organizações iniciam suas atividades de gerenciamento de informação aplicando gestão do conhecimento, que segundo Silva e Lima (2012, p. 112) pode ser definida como uma filosofia de compartilhamento, que busca utilizar a informação organizacional de forma otimizada e centralizada, permitindo gerar um conhecimento consistente.

Segundo Tomael (2008 apud SILVA; LIMA, 2012, p. 2012), o processo de gestão do conhecimento, que está sendo reconhecido como essencial dentro das organizações, inicia-se pela necessidade em obter a informação e termina com uso desta informação. Além disso, surgem neste contexto instrumentos capazes de organizar e atribuir velocidade a esse processo, entre esses destacamos o sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e o Enterprise Content Management (ECM).

Sendo assim, esse estudo propõe apresentar o projeto de implantação de GED/ECM no Centro de Documentação e Informação da CONCERT - Cia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio e quais os desafios enfrentados pela Bibliotecária que liderou o processo. Para tanto, serão abordados os processos de implantação do sistema de GED/ECM apresentados na literatura em um comparativo com as atividades desenvolvidas pela gestora.

Para consecução dos objetivos propostos, será enunciado, em primeira instância, o referencial teórico do trabalho, percorrendo pelos estudos sobre implantação de sistema de GED/ECM e documentação arquivística. Em seguida, será apresentada a metodologia que este trabalho utilizará, englobando o tipo da pesquisa, a seleção da amostra, instrumentos utilizados e, por fim, os procedimentos de coleta e análise dos dados. Seguem os resultados engendrados e sua discussão que, por sua vez, fomentarão as conclusões do trabalho, principalmente no que tange às suas contribuições e recomendações para estudos futuros.

2 CONCEITOS: GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS X ENTERPRISE CONTENT MANAGEMENT

Segundo Porter e Millar (1985 apud MORAES; FILHO, 2006, p. 124) nenhuma empresa pode escapar aos efeitos da revolução da informação, e os custos relacionados à



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

obtenção, processamento e transmissão da informação estão mudando a maneira de fazer negócios.

Já que a obtenção de informações apuradas é essencial para a ação, todas as empresas precisam dispor de um sistema que colete e transmita informações precisas, a fim de que seus membros sejam capazes de monitorar o progresso e executar ações corretivas em tempo hábil (THOMPSON; STRICKLAND III, 2000 apud MORAES; FILHO, 2006, p. 124).

Já no ano de 2007 o CENADEM apontava que a partir de 2010 “a informação deveria duplicar a cada 11 horas. (CENADEM, 2010, p. 32)”, ressalta-se que esse estudo, decidiu por adotar essa premissa como referência. Sabe-se que praticamente todas as informações organizacionais, atividades e decisões encontram-se registradas em documentos físicos e/ou digitais, sendo assim, a consulta, controle de acesso e preservação dos documentos são atividades essenciais a praticamente qualquer organização. Neste contexto, o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, aparece como uma solução apropriada para esse fim.

Avedon define GED:

Uma configuração de equipamento, software e de recursos de telecomunicações baseada em computador e automatizada, que armazena e gerencia imagens de documentos e seus índices codificados, que podem ser lidos por máquinas e processados por computador para recuperação quando solicitados. (AVEDON, 1999, p.11).

O objetivo geral desse gerenciamento é preservar os documentos originais, facilitar a recuperação da informação sempre que necessário e assim contribuir na rotina administrativa de forma a auxiliar seus gestores nas tomadas de decisões.

Cabe ressaltar que “[...] as informações constantes nos documentos podem ser números, textos e/ou elementos gráficos; podem ser manuscritas, datilografadas ou geradas por computador” (CENADEM, 2007). E ainda que essas informações que serão executadas pelo GED podem vir tanto de fontes internas quanto externas.

No entanto, alguns cuidados devem ser tomados no momento de implantar um GED. Tal como avalia Avedon, “é preciso analisar cuidadosamente os sistemas que a organização já possui dos pontos de vista organizacional, econômico e do usuário, visualizando as vantagens que se pode obter utilizando a tecnologia GED (AVEDON, 1991 apud FELIX; SILVA, 201-p. 47).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Neste contexto, fica claro que para implantar um processo como esse em uma empresa exige delinear uma estrutura organizacional que possibilite a gestão eficaz do conhecimento dos indivíduos e dos grupos, que é essencial.

Segundo Goh (2003), organizações que tentam introduzir uma iniciativa de gestão do conhecimento e da informação sem ter uma estrutura organizacional adequada acabam investindo em atividades que não geram os benefícios esperados.

Além disso, é preciso avaliar quais as necessidades informacionais da organização, quais suas demandas de consulta e como esse processo contribuirá na execução dos processos. Cada cultura organizacional define como será o processo de implantação e se atentar a isso pode significar:

Reduzir custos, pois os equipamentos têm um custo alto em relação aos outros sistemas de gerência de documentos, e se o sistema for mal planejado, ele poderá nunca chegar a funcionar da maneira desejada ocasionando lentidão na localização de documentos e consequentemente falta de agilidade nos processos organizacionais das empresas. Existe ainda o problema da mudança constante das tecnologias empregadas, podendo encontrar num contexto atual, sistemas com cinco anos de existência obsoleto. (CASTRO; GASPARIAN, 2007, p. 69 apud FELIX; SILVA, 201-, p. 40).

Neste estudo será considerado o conceito de Eyre e Tonks (1971, p. 35 apud VÉRAS NETO; SILVA; DIAS, 2010, p. 126) para Sistema de Recuperação da Informação, ou seja, “uma rede de operações envolvendo pessoas, equipamentos e documentos que processa “entradas” dadas *inputs* para produzir “saídas” *outputs* requeridas.” Daí se explica todo o processo que será demonstrado na seção Resultados da Pesquisa quanto à preocupação de considerar toda a arquitetura empresarial antes da implantação do GED.

A existência do GED nas empresas é de certa forma uma consequência das necessidades impostas pela Sociedade do Conhecimento, visto que:

A sociedade do conhecimento surge por um lado, alicerçada na sociedade da Informação, pois sem a informação não há conhecimento; por outro lado, alicerçada na economia, pela transferência do conhecimento em mercadoria, em um bem administrável. (DUDZIAK, 2000, p. 5).

Outra ferramenta que tem contribuído nesse sentido é o *Enterprise Content Management* (ECM). Tal tecnologia atua na gestão das informações organizacionais e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

contribui no esclarecimento da importância do gerenciamento do conhecimento. Se por um lado o GED atua na gestão documental de representações do conhecimento explícito, ou seja, fazendo a digitalização de documentos, indexação dos dados, disponibilização para consultas e controle de acessos, o ECM atua na gestão do conteúdo.

Em linhas gerais o ECM extrapola os limites do GED e permite que na sua implantação sejam realizadas adaptações de alguns processos realizados “manualmente” na empresa, como a elaboração e aprovação de contratos, onde todos os trâmites e informações geradas durante o processo ficam registrados no sistema, sendo assim, entende-se que se trata de uma ferramenta que pode reduzir problemas como duplicação de conteúdo e baixo índice de reaproveitamento dos mesmos, dificuldade no controle de acesso e segurança do conteúdo, armazenamento e controle de versões.

2.1 ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA GESTÃO DOCUMENTAL

Segundo Drucker, (1994, p. 165) para a sociedade do conhecimento as pessoas são fundamentais, pois o conhecimento está sempre incorporado a uma pessoa, é transportado por uma pessoa, é aplicado, ensinado e transmitido por uma pessoa. Para ele, a sociedade do conhecimento coloca a pessoa no centro e isso levanta indagações a respeito de como preparar as pessoas para atuarem neste novo contexto.

Entre esse grupo de indivíduos citado por Drucker emerge a necessidade de um profissional capaz de dar ordem a toda essa dinâmica e nesse cenário o bibliotecário se destaca.

As mudanças que ocorreram com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação trouxeram novos paradigmas na atuação do bibliotecário. Mais que um salvaguardião da memória bibliográfica, o bibliotecário assume papel de Gestor da Informação; a postura agora é de mediador da informação. Além disso, assume caráter estratégico, afinal é o profissional que gere os dois mais importantes ativos da organização: informação e conhecimento.

Ferreira em seu trabalho sobre o perfil dos profissionais da informação destaca:

Tendo em vista que as profissões da informação têm-se caracterizado pela variedade e pela multiplicidade de suas funções, parece plausível que um mesmo profissional realize, ao mesmo tempo, atividades consideradas tradicionais e atividades emergentes. (FERREIRA, 2003, p. 45).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Novas funções exigem novos conhecimentos, habilidades e atitudes frente aos desafios que surgem diariamente. De acordo com Arruda, Marteleto e Souza (2000), “elege-se como ideal o profissional que potencialize a comunicação, a interpretação de dados, a flexibilização, a integração funcional e a geração, absorção e troca de conhecimento”.

Não basta organizar e tratar a informação. O bibliotecário responsável por implantar GED em uma organização deverá planejar desde a escolha do software até o acesso ao produto final digital ou impresso. Suas decisões devem em última instância proporcionar ao seu usuário a informação correta e que lhe permita respaldo teórico e prático para a realização de suas atividades.

O bibliotecário tende a enfrentar um sistema complexo que define as empresas atualmente, e, não menos complexo, a gestão documental destas, que exige desses profissionais um espírito competitivo para torná-las adequadas às exigências do mercado. Nas empresas destacam-se habilidades em gestão adequada ao tipo de documentação na área onde atuam, bem como os modos de organização e desenvolvimento, para disponibilizar o acesso à informação de forma eficiente e promover a eficácia do sistema de gestão onde se está inserido.

As mudanças que ocorreram com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação trouxeram novos paradigmas na atuação do bibliotecário. Mais que um salvaguardião da memória bibliográfica, o bibliotecário assume papel de Gestor da Informação, a postura agora é de mediador da informação. Além disso, assume caráter estratégico, afinal é o profissional que gere os dois mais importantes ativos da organização: informação e conhecimento, o que torna indispensável a revisão das atividades rotineiras cujo planejamento concreto proporciona o melhor atendimento às necessidades dos usuários e uma adequação dos processos de gestão de documentos/informação/conhecimento.

Não basta organizar e tratar a informação, o bibliotecário responsável por implantar GED/ECM em uma organização deverá planejar desde a escolha do software até o acesso ao produto final digital ou impresso. Suas decisões devem em última instância proporcionar ao seu usuário a informação correta e que lhe permita respaldo teórico e prático para a realização de suas atividades.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Estas decisões devem ocorrer de forma consistente nos Centros de Documentação, a fim de proporcionar atualização e adequação do acervo documental através de ações inteligentes e coordenadas com os objetivos da Instituição e do próprio setor. A literatura aponta para gestão de conteúdo como uma das principais aliadas dos bibliotecários nessa tarefa.

2.2 GESTÃO DE CONTEÚDO

Uma ferramenta que tem contribuído no trabalho do bibliotecário é o *Enterprise Content Management* (ECM). Tal tecnologia atua na gestão das informações organizacionais e contribui no esclarecimento da importância do gerenciamento do conhecimento. Se por um lado o GED atua na gestão documental de representações do conhecimento explícito, ou seja, fazendo a digitalização de documentos, indexação dos dados, disponibilização para consultas e controle de acessos, o ECM atua na gestão do conteúdo, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 1 – Ciclo de vida de soluções ECM



Fonte: OracleApps Epicenter

Em linhas gerais o ECM extrapola os limites do GED e permite que na sua implantação sejam realizadas adaptações de alguns processos realizados “manualmente” na empresa, como a elaboração e aprovação de determinados documentos, onde todos os trâmites e informações geradas durante o processo ficam registrados no sistema, sendo assim, entende-se que se trata de uma ferramenta que pode reduzir problemas como duplicação de conteúdo e baixo índice de reaproveitamento dos mesmos, dificuldade no controle de acesso e segurança do conteúdo, armazenamento e controle de versões.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A fim de esclarecer, Oliver (2010) substitui os termos GED/ECM e *Workflow/BPM* pelo termo ECM/BPM (*Enterprise Content Management/ Business Process Management*), que significam:

ECM – Do inglês “*Enterprise Content Management*”, conjunto de tecnologias usadas para gerir o ciclo de vida da informação não estruturada dentro de uma organização.

BPM – Do inglês “*Business Process Management*”, conjunto de tecnologias usadas para automação dos processos de negócios de uma organização / Workflow = Fluxo de Trabalho. (OLIVER, 2010, p. 23).

Segundo Oliver, é importante criar soluções simples com operações fiéis à forma como os usuários trabalham, conhecer e atender às necessidades deles. Para ele, é impossível implantar um sistema eficiente de Automação de Processos sem um sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, pois estas tecnologias andam de mãos dadas.

ECM/BPM é uma solução que faz uso de novas tecnologias para agilizar o fluxo de documentos representados eletronicamente, em substituição da forma em papel, aumentar a velocidade na troca de informações e tornar os processos de negócios mais rápidos. (OLIVER, 2010, p. 25 apud SPRAGUE JR., 1995).

Para Oliver (2010), o sistema de ECM/BPM é bastante vantajoso em relação aos demais sistemas de gerenciamento de documentos, pois, além de vantagens como economia de papel e espaço físico, facilidade nas consultas, integridade dos documentos, utilização simultânea, fácil manutenção do acervo, diminuição de perdas por arquivamento errado, entre outras, nele também é possível o controle de conteúdo, ou seja, permite a implementação da segurança de acesso, através da qual se administra todos os acessos dos usuários no sistema, como, por exemplo, um usuário altera um determinado documento somente se estiver autorizado previamente.

Oliver destaca também uma característica de extrema importância no que diz respeito aos Gerentes de Negócios, que engloba todas as características referentes às vantagens do sistema de ECM/BPM, a “agilização de processos”, que proporciona a redução de custos, melhoria organizacional e financeira da empresa.

No entanto, este sistema também possui algumas desvantagens, tais como: “custo alto em relação aos outros sistemas de gerência de documentos, e se o sistema for mal planejado, ele poderá nunca chegar a funcionar da maneira desejada” (GASPARIAN, 2007, p. 69 apud



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

FELIX; SILVA, 201-, p. 40). Segundo os autores, ainda existe o problema quanto ao tempo de existência do sistema, que, devido à constante mudança das tecnologias aplicadas, consideram-se obsoletos os sistemas com cinco anos de existência. Sendo assim, no caso de sistemas nos quais o índice de pesquisas é elevado, há utilização simultânea de documentos, se o tempo de busca influencia no ambiente de negócios e geração de receita da empresa, é necessário um estudo de viabilidade de uso.

E não é diferente com os documentos, pois estes também se tornam obsoletos e passam a ocupar espaço e gerar custos desnecessários, prejudicando o desenvolvimento da empresa em sua busca pelo lucro, negócios e ampliações comerciais. Para isso é importante que, antes da implantação de um sistema de gestão documental, façam um levantamento de documentos de maior demanda de consulta e implementem uma tabela de temporalidade.

A conversão de um documento comum para o meio digital é uma atividade que pode custar caro, pois somente vale a pena converter os documentos que possuem uma frequência de consulta bastante elevada ou moderadamente elevada. Por isso, é necessário saber o que vai ser convertido antes da implantação do sistema. (OLIVER, 2010, p. 28).

A implementação da tabela de temporalidade é primordial no que diz respeito ao sucesso da implantação de um sistema de gestão documental, pois através da avaliação realizada na implementação é possível planejar o espaço que será utilizado em discos rígidos para armazenamento dos documentos digitais e, antes disso, a verificação do espaço necessário para o armazenamento da documentação física. Sendo assim, seguindo normas e procedimentos elaborados a partir da tabela de temporalidade, o ROI (*Return on Investment*) será uma das inúmeras vantagens de se implantar um sistema de gestão documental.

A tabela de temporalidade é um instrumento arquivístico resultante de avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação a quantos dela necessitem. Sua estrutura básica deve necessariamente contemplar os conjuntos documentais produzidos e recebidos por uma instituição no exercício de suas atividades, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, a destinação final – eliminação ou guarda permanente, além de um campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação. (CONARQ, 2001, p. 28).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3. METODOLOGIA

De acordo com definição de Vergara (2011, p. 43) esta pesquisa pode ser classificada como sendo de campo quanto aos fins e ao mesmo tempo, participante e estudo de caso quanto aos meios.

Cabe ressaltar que foi decidido combinar diferentes perspectivas metodológicas para analisar com maior propriedade a implantação do GED e ECM na empresa CONCER e seus possíveis efeitos nos resultados organizacionais.

A empresa pesquisada é a CONCER - Cia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, fundada em 1995, que administra 180,4 quilômetros da rodovia BR-040, um dos eixos de integração mais importantes do Sudeste brasileiro.

Compôs a população da pesquisa o Centro de Documentação da Empresa, que inclui o arquivo. Trata-se, portanto de uma amostra não probabilística e por conglomerados.

Os instrumentos utilizados para realizar a coleta de dados foram observação livre e análise documental em fontes secundárias, abrangendo toda bibliografia utilizada pela bibliotecária responsável pelo projeto de implantação do Sistema de GED e ECM na empresa.

Os dados foram tratados a partir de uma abordagem qualitativa e envolveu a observação dos fenômenos, reflexão das experiências vivenciadas e análise sistemática de como os fenômenos ocorreram na prática e como são apresentados na literatura; assim sugere-se um confronto entre literatura e prática.

Os resultados desta pesquisa são, portanto, frutos da interação pesquisadores-pesquisados, de suas observações lógicas, de seus valores e preferências. Em momento algum, as opiniões ou interpretações críticas serão camufladas, pois elas não constituem um desvio de rigor, segundo Guba e Lincoln (1994 apud GAZOLLI, 2012, p. 811).

4. O ESTUDO DE CASO DA EMPRESA CONCER

A CONCER é a empresa responsável por um dos eixos de integração mais importantes do Sudeste brasileiro, onde circula um considerável volume de mercadorias, fator que contribui de forma decisiva para a geração das riquezas nacionais. Esse trecho da rodovia,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

segundo pesquisas, é uma das principais vias de escoamento da produção do Estado do Rio de Janeiro. No Guia 4 Rodas, está entre as dez melhores rodovias do país.

A Empresa tem como missão garantir a prestação de serviço com qualidade, ética e responsabilidade, atendendo aos requisitos contratuais, compatibilizando com a satisfação dos usuários. Sua meta é estabelecer condições ainda mais seguras para utilização da rodovia. Desde o início da vigência da concessão, o número de vítimas fatais em acidentes no trecho administrado pela companhia caiu mais de 50% (CONCER, 2015, p.38).

Com foco no cidadão, a empresa atua com responsabilidade social em diversos projetos, tais como de combate à fome, reforços na proteção da fauna silvestre existente no entorno de trechos da rodovia, educação no trânsito, entre outros.

A sede da empresa fica localizada na cidade de Duque de Caxias, no bairro Jardim Primavera, e suas três Praças de Pedágio ficam distribuídas ao longo do trecho de concessão da rodovia, nas cidades de Xerém (RJ) na altura do km 102, Areal (RJ) na altura do km 45, 5 e Simão Pereira (MG) na altura do km 816,7. Os postos do Serviço de Informação a Usuário (SIU) ficam localizados junto ou próximos às praças de pedágio, em todos esses o usuário encontra o ambiente climatizado, com água, café, sanitários, fraldário, telefone público, serviço de adesão ou recarga de passagem automática, além do atendimento ao usuário, através do qual podem tirar todas suas dúvidas, registrar suas sugestões e reclamações.

A CONCER possui aproximadamente 380 funcionários alocados na sede, praças de pedágio e também ao longo do trecho da BR-040, nos Serviços de Assistência ao Usuário (SAU), SAU-Médico e SAU-Mecânico, disponíveis 24 horas para salvar vidas e resgatar veículos em pane na rodovia.

4.1 O Centro de Documentação e Informação – CDI

Na Sede da Empresa está localizado o Centro de Documentação e Informação (CDI), composto por três funcionários, um coordenador (bibliotecária), um assistente e um auxiliar. A bibliotecária é responsável pelo projeto de implantação do sistema de GED/ECM, pela reestruturação e orçamento do setor e arquivos distribuídos pela empresa, tais como os arquivos central, intermediário, corrente e externo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Considerando os 18 anos de produção e acúmulo de documentos, a CONCERT verificou a necessidade da automatização de seu acervo documental e optou pela implantação de um sistema de GED/ECM, visando a otimização do tempo de acesso às informações com a agilização dos processos e a integridade dos documentos que hoje se encontram, em sua maioria, impressos, arquivados no arquivo da sede (intermediário), arquivo do Km 104 (central), arquivo das praças de pedágio e dos setores (correntes) e arquivo terceirizado (externo).

O CDI tem como responsabilidades o estabelecimento de normas e procedimentos relacionados à elaboração, trâmite e guarda da documentação da empresa, controle da entrada e saída de documentos, remanejamento de documentos em caixas box de um arquivo para o outro e criação da tabela de temporalidade junto ao setor jurídico e demais setores, que deveria ter antecedido o projeto, mas, devido à urgência da entrada dos documentos diários no sistema, decidiu-se pela postergação. Além disso, o setor é responsável por todas as atividades relacionadas ao sistema de GED/ECM, tais como: parametrização dos módulos do sistema e de suas categorias de acordo com cada tipo de documento, migração dos documentos junto a TI, que se responsabiliza pelo backup do banco de dados e da aplicação diária do software em outro servidor.

O CDI existe desde 2001 e atende a todos os setores da empresa mantenedora. Atualmente é composto de um arquivo central, localizado em Xerém / Duque de Caxias - Km 104, um arquivo intermediário localizado na sede - Jardim Primavera / Duque de Caxias, três arquivos correntes localizados em Xerém - Km 104, Areal / Petrópolis - Km 45,5 e Simão Pereira / MG - Km 816,7, além do arquivo externo - Iron Mountain, onde atualmente são custodiadas em torno de 8.000 caixas de documentos. O volume total de caixas arquivadas em todos os arquivos da empresa, incluindo o arquivo externo, está em torno de 13.000 caixas de documentos.

O Software de GED/ECM, o SE Suite, possui os módulos Protocolo, Solicitação, Documento e Arquivo Físico, além dos Módulos Configuração e Administração, habilitados somente para os administradores do Sistema, a Coordenadora do CDI e o setor de TI.

O módulo Protocolo é a ferramenta onde são distribuídos, aos devidos destinatários, todos os documentos que chegam à empresa, tais como ofícios, cartas, telegramas, entre outros; o módulo Solicitação é onde todos os setores elaboram suas cartas, correspondências internas,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

contratos e documentos relacionados (autorização de contratação, aditivos, distratos), passando pela aprovação dos respectivos gestores, além da solicitação de empréstimo de documentos, na qual os usuários registram seus pedidos de empréstimos de documentos já cadastrados no sistema. Já o módulo Documento é onde somente o CDI cadastra os documentos, tais como todas as correspondências emitidas e recebidas pela empresa, contratos e documentos relacionados (autorização de contratação, aditivos, distratos), atas, entre outros, disponibilizando-os para consulta aos usuários. Por fim, temos o Módulo Arquivo Físico, onde são cadastrados todos os arquivos, caixas e conseqüentemente a localização física de cada documento cadastrado no módulo Documento, otimizando o rastreamento de todos os documentos cadastrados no GED/ECM.

4.2 O Projeto de Implantação do Sistema de GED/ECM

O projeto visou atender a toda demanda documental da empresa, organizando os processos, estruturando e treinando a equipe do CDI e todos os funcionários usuários do sistema, parametrizando e customizando o sistema de forma que se compatibilizem as necessidades de cada setor, o que para isso, foram consideradas as informações obtidas junto aos gestores, em reuniões realizadas no decorrer do projeto, análises realizadas em campo e propostas recebidas.

Neste projeto, foram considerados os dois tipos de documentos: o analógico e o documento eletrônico. A documentação física, ainda não processada no sistema encontra-se arquivada de forma descentralizada, em caixas codificadas por setor com seus conteúdos descritos em planilhas de Excel e distribuídas pelos arquivos intermediário, central, externo e correntes. A documentação eletrônica tais como ofícios recebidos, cartas, notificações, relatórios, atas, entre outras, encontrava-se apenas em um repositório da rede, disponíveis para todos da empresa, sem controle de acesso. Esses documentos estão sendo migrados gradativamente para o sistema de GED/ECM. Os documentos diários, visando à economia de espaço no servidor, serão compactados no momento da digitalização, antes do cadastro no sistema.

O projeto foi dividido em três fases, sendo a primeira grande fase denominada como Análise do cenário - na qual foi avaliada toda a documentação, o acervo físico e digital, a organização e tipologia de cada documento. A segunda fase foi denominada de Projeto – nesta



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ocorreram as reuniões/entrevistas com os gestores e *staffs* de todos os setores, reestruturação do Centro de Documentação, reorganização dos arquivos, automatização do acervo documental, reimplantação do sistema de GED/ECM, reparametrização e configuração dos módulos. Na terceira e última fase denominada Desafios foram envolvidos todos os gestores, projetos envolvidos direta e indiretamente no projeto, bem como todas as etapas de fomento ao uso do documento digital. Para a realização dessas fases, o fato da gestora do projeto ser uma bibliotecária foi fundamental, devido ao conhecimento e *feeling* em gestão da informação e conhecimento. Algumas dificuldades foram encontradas na parte da gestão financeira, custos e viabilidade, análise de riscos, por conta de a graduação em Biblioteconomia ser mais técnica e pouco gerencial. Tais dificuldades prejudicaram um pouco o andamento do projeto e a finalização em tempo hábil.

Os módulos do sistema de GED/ECM estão sendo implantados conforme avanço do projeto. Estima-se que no momento em que todos os módulos do sistema de GED/ECM entrarem em produção, o volume documental processado no sistema será de, em média, 460 documentos diários com quantidade de páginas variadas, e migrarão para o sistema o restante dos 18.000 arquivos em PDF atualmente arquivados no repositório da rede.

O quadro de funcionários do setor foi mantido com apenas três funcionários, que foram contratados na atual gestão, mas com a possibilidade de terceirização do serviço de digitalização, devido ao volume do acervo documental. A bibliotecária coordenadora gerencia toda a rotina de trabalho, revisa a indexação dos documentos cadastrados nos módulos em produção e monitora os trâmites realizados no sistema para controle da qualidade. Ela é também responsável pela gestão e funcionamento do sistema de GED/ECM, pelo orçamento e planejamento de futuros projetos do setor. O analista da área de Biblioteconomia dá suporte a todas as demandas do setor, executa a indexação de todos os documentos no Sistema e cadastro do conteúdo das caixas arquivadas no portal do arquivo externo. O auxiliar executa as atividades ligadas à digitalização, compactação e leitura dos arquivos digitais, bem como a busca e guarda da documentação física.

No que se refere ao fechamento do projeto, o mesmo foi implantado em outubro de 2013, sendo que o sistema está em constantes alterações/parametrizações, novos projetos e parametrizações nos módulos do sistema para atender as demandas dos setores, criação de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

novas categorias para processar outros documentos, entre outros. A empresa ainda está em fase de adaptação, pois a resistência ainda é frequente.

De modo geral, podemos apontar que projetos de gestão documental desta natureza e que usam GED e/ou ECM são projetos vivos e passam por constantes modificações, visto que a documentação é produzida de forma seriada e que o ciclo documental jamais se encerra. Aconselhamos que periodicamente os profissionais de informação que estejam inseridos neste campo de atuação façam avaliações da utilização e estudos de usuário visando corrigir processos que eventualmente tenham oportunidades de melhoria, bem como desenvolver produtos e serviços que aumentem a competência informacional de seus usuários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi discutir vantagens e desvantagens de se implantar um Sistema de GED/ECM e o papel do bibliotecário como gestor de um projeto de gestão documental, esclarecendo através da literatura o que pode ocorrer quando não há uma revisão e planejamento das atividades de rotina e das que antecedem a implantação de um sistema de GED/ECM.

No decorrer do trabalho foi realizada uma revisão da literatura no que diz respeito à gestão documental, gestão da informação, gestão do conhecimento, gerenciamento eletrônico de documentos, gestão de conteúdo e a atuação do bibliotecário como gestor do projeto, importante para entender as reais e atuais necessidades das empresas para se tornarem ou manterem competitivas no mercado, se tratando dos instrumentos mais importantes atualmente em uma organização, a informação e o conhecimento.

O estudo de caso do Centro de Documentação e Informação da CONCER serviu como instrumento de análise sobre os desafios encontrados no projeto de implantação da gestão documental da empresa, a partir de experiências vividas pela bibliotecária, tais como:

- Acúmulo de documentos nos 18 anos de concessão;
- Arquivos físicos descentralizados;
- Despadronização e condições inadequadas dos arquivos;
- Demora no fluxo de informações;
- A pequena parcela de documentos digitalizados disponível em repositório sem controle de acesso;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- Circulação de documentação original, colocando em risco a integridade dos documentos;
- Conciliar recursos humanos disponíveis com o volume de documentos a digitalizar (já existentes X fluxo diário);
- Garantir a qualidade das imagens digitalizadas de documentos técnicos e/ou documentos danificados pelo tempo e/ou má conservação;
- Barreira cultural do uso do sistema e, conseqüentemente, do documento digital. (O AUTOR, 2016).

Apesar de todas as questões técnicas envolvidas, o principal desafio dentre os listados acima se centra em dois aspectos: o primeiro relacionado às lacunas de competência gerencial e técnica que um profissional bibliotecário possui em sua formação acadêmica para gerenciar projetos desta natureza, e como segundo aspecto apontamos a dificuldade de mudança de cultura corporativa que impulsiona a utilização do sistema pela comunidade usuária.

Em termos de tecnologia, existe uma diversidade muito grande de fornecedores. É importante fazer um bom levantamento das opções disponíveis, evitando o caminho inverso de contratar a solução antes e depois tentar a sua implantação a qualquer custo. Deve-se pesquisar casos de sucesso e selecionar a ferramenta adequada ao tamanho e características do negócio. Muito mais importante que o aspecto tecnológico é a visão de gestão da informação e da sua relação com os processos de negócio da organização.

Em função da experiência nesse projeto será necessário tomar algumas ações para consolidar o uso dessa plataforma, tais como a realização de treinamentos e workshops para conscientizar e preparar os usuários para utilização do sistema e desapego ao documento físico, a fim de preservar e garantir uma efetiva implementação de todo o ciclo de vida da gestão de conteúdo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon; MARTELETO, Regina Maria; SOUZA, Donaldo Bellode. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 14-24, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

AVENDON, Don M. **GED de A a Z**: tudo sobre gerenciamento eletrônico de documentos. Tradução de Roberta da Silva Aquino. São Paulo: CENADEM, 1999.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CENADEM. O GED. Disponível em: < <http://www.cenadem.com.br/ged01.php> >. Acesso em: 20 jun. 2014.

CORDEIRO, Eliana de CássiaAquareli; DIMÁRIO, CleliaJunkoKinzú. Competência Social do Bibliotecário. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSIÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: CRUESP, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2911.pdf> >. Acesso em: 21 jun. 2014.

CUNHA, Miriam Vieira. O papel social do bibliotecário. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia Ciência da Informação**, Florianópolis, n.15, p.1-6, 2003. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/index> >. Acesso em: 20 jun. 2014.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento Empresarial: Como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós-Capitalista**. São Paulo: Publifolha e EnioGuazelli & Cia., 1999.

FERREIRA, D. T. Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 42-49, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15972.pdf> >. Acesso em: 28 jun. 2013.

FÉLIX; Aliny; SILVA; Edson Rosa Gomes da. A gestão documental como suporte ao Governo Eletrônico : caso da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina (SES/SC). In.: **Democracia Digital e Governo Eletrônico**, v. 1, n. 2, p. 36-50, 2010. Disponível em: <<http://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/view/33641>>. Acesso em: 26 maio de 2014..

GAZOLLI, Patricia. **Comunidades de Prática enquanto Viabilizadoras de Projetos Comuns em Ambientes Turbulentos: uma Abordagem Crítica**. In.: **RAC**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, art. 3, pp. 806-826, nov./dez. 2012.

GOH, Swee C. Improving organizational learning capability: lessons from two cases studies. **The Learning Organization**, Ontario, v. 10, n. 4, p. 216-227, July/Aug., 2003. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=0969-6474&volume=10&issue=4&articleid=882660&show=html&PHPSESSID=cb724prci5463qb1qqtqh9jaa7>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

MORAES, Giseli Diniz de Almeida; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. A gestão da informação diante das especificidades das pequenas empresas. In.: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 124-132, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a12.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

MORAES, Giseli Diniz de Almeida; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. A gestão da informação diante das especificidades das pequenas empresas. In.: **Ciência da Informação**, Brasília, v.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

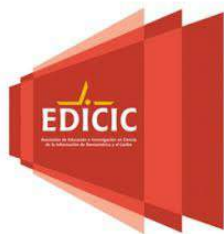
35, n. 3, p. 124-132, set./dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a12.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

VÉRAS NETO, César da Nóbrega; SILVA, Márcio Bezerra da Silva; DIAS, Guilherme Ataíde. Avaliação da implantação do GED nos arquivos da UNIMED/NNE como forma de recuperação da informação. In.: **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 125-141, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000009194&dd1=2ca24>>. Acesso em: 20 abr, 2015.

OLIVER, Paulo Roberto Costa. **Projetos de ECM/BPM: os segredos da construção**. 1. ed. São Paulo: Biblioteca24horas, 2010. 2 v.

SILVA, Juliana Costa; LIMA, Iremar Nunes de. Gestão do Conhecimento: ECM e GED. In.: **Pós em revista do Centro Universitário Newton Paiva**, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/pos/wp-content/uploads/2013/04/PDF-E5-I17.pdf>>. Acesso em: 20 abr.2015.

VÉRAS NETO, César da Nóbrega; SILVA, Márcio Bezerra da Silva; DIAS, Guilherme Ataíde. Avaliação da implantação do GED nos arquivos da UNIMED/NNE como forma de recuperação da informação. In.: **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 125-141, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000009194&dd1=2ca24>>. Acesso em: 20 maio 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

A PRESENÇA DE RECURSOS DA *WEB 2.0* NOS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS: UMA SUGESTÃO DE INTERFACE

LA PRESENCIA DE RECURSOS DE LA WEB 2.0 EN LOS SISTEMAS DE AUTOMATIZACIÓN DE BIBLIOTECAS: UNA SUGERENCIA DE INTERFAZ

Márcio Bezerra Da Silva, UNB

Luana Gomes Dias, UNB

Hallison Phelipe Lopes de Castro, UNB

Zeny Duarte de Miranda, UNB

Resumo: Investiga a aplicação de recursos da *web 2.0* nos ambientes digitais intitulados sistemas de automação de biblioteca, levando-se em consideração os paradigmas proprietário e livre. Conceitua a *web 2.0* como um espaço social caracterizado pelo aspecto colaborativo segundo as ações de produção, disseminação e compartilhamento de informação e conhecimento, nascido em 2004 durante uma conferência de *brainstorming*, teve o termo cunhado pela editora *O'Reilly* e pela *MediaLivre International*. Conceitua o sistema de automação de biblioteca de paradigma proprietário como aquele utilizado por Instituições que compram os direitos de uso mediante algum tipo de cobrança, com taxa, mensalidade, entre outros, enquanto que a vertente livre pode ser freeware, também chamado de gratuito, ou open source (código-aberto), conhecido propriamente como livre. Tem-se como objetivo geral analisar o uso de recursos da *web 2.0* nos sistemas de automação de bibliotecas. Formaliza-se por uma metodologia constituída pelas técnicas de pesquisa exploratória e bibliográfica, pela abordagem qualitativa de coleta de dados e pelos seguintes campos de estudo: ambientes da *web 2.0*, *SophiA* e *Aleph* (sistemas proprietários), e *Bibliivre* (sistema livre), especificamente a versão 4.1.8. Identifica o sistema de automação de biblioteca proprietário *SophiA* como o único exemplo que adota recursos da *web 2.0* entre os sistemas estudados a partir das seguintes características: avaliação dos itens (materiais), guarda de favoritos e *link* para compartilhar o registro da obra no *Twitter*. Resulta também, por meio de testes no software livre *Bibliivre*, as seguintes sugestões de melhorias no sistema baseadas na inteligência coletiva: recomendações customizadas, espaços de interação e compartilhamento nas redes sociais, “nuvem de *tags*”, buscas intuitivas e facetadas, além de permitir ao usuário “taguear”, avaliar, “favoritar” e comentar registros. Conclui-se que os profissionais da informação precisam estar atentos aos preceitos da *web 2.0* com fins de adotar sistemas de automação de bibliotecas centrados no usuário e assim tirando proveito da inteligência coletiva para o funcionamento de um sistema intuitivo, colaborativo e personalizado.

Palavras-chave: Sistema de automação de bibliotecas. Web 2.0. Software livre. Software proprietário. Bibliivre.



Resumen: Investiga el uso de recursos web 2.0 en entornos digitales tituladas sistemas de automatización de bibliotecas, teniendo en cuenta el paradigmas propietario y libre. Conceptualiza la web 2.0 como un espacio social caracterizado por los aspectos de colaboración de acuerdo con la producción de acciones, difusión e intercambio de información y conocimiento, nacido en 2004, durante una conferencia de brainstorming, tenía la expresión creada por la editorial O'Reilly y el MediaLivre Internacional. Conceptualiza el sistema de automatización de bibliotecas del paradigma propietario como la utilizada por las instituciones que compran los derechos de uso por algún tipo de cargo, por una cuota mensual, entre otros, mientras que la hebra libre puede ser gratuito, también llamado libre, o de código abierto (open source), conocido correctamente como libre. Tiene como objetivo principal analizar el uso de los recursos de la web 2.0 en los sistemas de automatización de bibliotecas. Se formaliza mediante un método de investigación formado por las técnicas de la investigación exploratoria y bibliográfico, el enfoque cualitativo para la recolección de datos y los siguientes campos de estudio: los entornos de la web 2.0, Sofia y Alef (sistemas propietarios), y Biblivre (sistema libre) específicamente la versión 4.1.8. Identifica el sistema de automatización de biblioteca propietario Sophia como el único ejemplo la adopción de recursos de la web 2.0 entre los sistemas estudiados entre los siguientes: evaluación de artículos (materiales), guardia favorita, y enlace con el propósito de compartir el registro del trabajo en Twitter. Es también, por las pruebas del software libre Biblivre, las siguientes propuestas de mejoras en el sistema basado en la inteligencia colectiva: recomendaciones personalizadas, espacios para la interacción y el intercambio en las redes sociales, "nube de etiquetas", búsqueda intuitiva y facetada, y permite el usuario "taguear" evaluar, "favoritar" y revisar los registros. Concluye que los profesionales de la información deben ser conscientes de los principios de la Web 2.0 a los efectos de la adopción de sistemas de automatización de bibliotecas centrada en el servidor y por lo tanto el aprovechamiento de la inteligencia colectiva para el funcionamiento de un sistema intuitivo, colaborativo y personalizado.

Palabras-clave: Sistema de automatización de bibliotecas. Web 2.0. Software libre. Software propietario. Biblivre.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com a crescente evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC), surgiram novas possibilidades de organização, acesso e disseminação da informação. Com destaque à Internet é possível ver uma mudança de paradigma nas mais diversas práticas sociais, em ambientes digitais, impulsionada pela chamada *web 2.0*, ou *web social*, espaço caracterizado pelo aspecto colaborativo segundo as ações de produção, disseminação e compartilhamento de informação e conhecimento.

Direcionando o cenário apresentado ao contexto da biblioteconomia ressalta-se o uso de ferramentas voltadas a produção e compartilhamento de informação e de um ambiente que possa diminuir as barreiras entre usuários e bibliotecas. Neste caso, elencam-se os sistemas de automação de bibliotecas (SAB) diante da carência de estudos sobre a aplicação de recursos



web 2.0 em suas estruturas, fazendo-se necessário entender como a biblioteconomia chegaria a um modelo de SAB 2.0. Para tanto, busca-se responder as seguintes perguntas de pesquisa: *Quais são os SAB que usam recursos da web 2.0 de acordo com os paradigmas proprietário e livre? Quais são esses recursos? De que maneira esses recursos são adotados?*

O objetivo geral foi analisar o uso de recursos da *web 2.0* nos SAB. Os específicos: elencar SAB à luz dos paradigmas de *software* proprietário e livre; identificar SAB que fazem uso de recursos da *web 2.0*; listar recursos da *web 2.0* adotados pelos SAB selecionados; propositar uma interface de SAB com recursos da *web 2.0* respeitando possíveis peculiaridades dos paradigmas de *software*. Portanto, o presente trabalho caminhou na proposição de uma interface para SAB de paradigma livre, utilizando-se de um *software* do tipo proprietário como objeto de análise. Com o fito apresentado, adotou-se uma metodologia constituída pelas técnicas de pesquisa exploratória e bibliográfica e abordagem qualitativa de coleta de dados. No que se refere aos serviços da *web 2.0* o trabalho adotou uma amostragem representada por ferramentas exploradas (navegação e uso), enquanto que os programas proprietários *SophiA* e *Aleph*, e o sistema livre *Bibliivre*, versão 4.1.8, referem-se a amostragem dos SAB.

2 WEB 2.0

Conforme o desenvolvimento de recursos de *software* é possível constatar o uso de expressões referentes as versões 1.0, 1.1, 2.0, para representar atualizações. O mesmo ocorre com as fases da *Web*, iniciadas com uma proposta de Internet direcionada ao uso militar e acadêmico (universidades). Tempos depois, enfocada na disponibilização e leitura de conteúdos, surge a *Web 1.0*, a “[...] primeira geração da *Web*, e se caracteriza pela preocupação com sua própria construção, com o acesso aos recursos informacionais e com a questão comercializável por meio dos sites” (SANTOS; ALVES; 2009). Em seguida temos a *Web 2.0*, ambiente que promulga a participação coletiva na produção de informação em redes de relacionamento. Ela nasce em 2004 durante uma conferência de *Brainstorming*¹. Nesse

¹ Também conhecido como “tempestade de ideias”, o *brainstorming* é uma técnica usada para resolver problemas específicos, explorando o potencial de ideias de um grupo.



mesmo ano, a editora *O'Reilly*² e a *MediaLivre International* cunharam o termo *Web 2.0*. A referida conferência resultou no artigo “*What is Web 2.0*”³ popularizando a expressão 2.0, passando a ser citada em diversos fóruns de discussão sobre a *Web*. O artigo apresenta a versão 2.0 comparando características e serviços com a versão *Web 1.0*.

A referida *Web* vai além do desenvolvimento de tecnologias de *software*. Ou seja, é uma mudança que passa do contexto *top-down* (de cima para baixo) para *botton-up* (de baixo para cima). Na perspectiva *top-down*, os usuários são consumidores de serviços, não tendo influência sobre a produção e criação de regras no ambiente *Web*. Já no panorama *botton-up* os usuários são agentes e ativos, partindo deles a criação e o compartilhamento de (novos) conteúdos. Para tanto, existem ferramentas que permitem a dinâmica *botton-up*, categorizados em serviços.

Diante da bibliografia levantada, elencamos os serviços de etiquetagem, tendo como exemplos: a ferramenta *Delicious*; o compartilhamento de arquivos, onde se destaca o *BitTorrent*; o fluxo de mídia, tendo como recursos o *YouTube* e o *Netflix*; o armazenamento em nuvem, exemplificado pelas ferramentas *Google Drive* e *Dropbox*; a produção de conteúdo, onde temos a *Wikipédia* e os *blogs*; as redes sociais com as ferramentas *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*; o monitoramento em tempo real do comportamento do usuário, onde temos o *Google Now*, *Waze* e *Google Maps*, como exemplos; os serviços de *feedback* comumente encontrados nos aplicativos em geral e em *Websites* de *e-commerce* como *Amazon* e *Submarino*; a disseminação seletiva da informação (DSI), apresentando-se como exemplo do uso da tecnologia a *Rich Site Summary* (RSS) pela ferramenta *Google FeedBurner*.

As tecnologias baseadas na *Web 2.0* são propositalmente intuitivas e interativas, permitindo maior independência dos usuários na navegação e descoberta de conteúdos, além do surgimento de novas formas de produção e uso da informação. São, sem dúvida, um “[...] grande atrativo aos usuários, permitindo que estes criem, modifiquem e compartilhe informações, além da criação de ambientes próprios através dos recursos de hipertexto” (DA SILVA, 2010, p.2).

² Site: <http://www.oreilly.com/>

³ Tradução para o português: O que é a *web 2.0*.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O cerne dessa motivação está na representação e organização da informação na *Web* 2.0, intitulada de folksonomia, expressão oriunda da junção de *folks* (do inglês, pessoas) com *nomia* (do grego “nomos”, regra, lei, ordem) enquanto indexação livre e em linguagem natural no uso de *tags* (etiquetas). A partir da atribuição de *tags*, a organização da *Web* passa para as mãos (controle) dos usuários.

3 AUTOMAÇÃO

Na biblioteconomia, a automação caracteriza-se pela gestão da informação e dos serviços de biblioteca pelo uso de instrumentos tecnológicos, permitindo a melhoria do atendimento aos usuários e a otimização dos serviços da biblioteca a partir da escolha de um pacote de *software*, denominado de SAB. Segundo Rowley (2002, p.315), trata-se de um recurso ou “[...] uma ferramenta essencial no suporte a serviços eficazes para os clientes, gestão de acervos e, em geral, administração dos serviços prestados por bibliotecas e outras instituições que provêm acesso a coleções de documentos”.

Os SAB são um produto que permite a automação dos serviços prestados pela Instituição. Da Silva e Dias (2010, p.4) destacam que “definir tal sistema não é tarefa das mais fáceis, mesmo porque a área da computação vive em constantes mudanças, especialmente quando falamos em software para automação em bibliotecas”. Portanto, para a tomada de decisão, além de conhecer os anseios da biblioteca, é importante compreender as características do SAB e seus paradigmas de desenvolvimento, a disponibilização e o uso, entre proprietário e livre.

Os recursos de *software* proprietários são aqueles utilizados por Instituições que compram os direitos de uso mediante algum tipo de cobrança, taxa ou mensalidade. Portanto, compra-se a licença de uso do *software*, já que tais programas, segundo Damasio e Ribeiro (2006, p.75), “[...] possuem seu código fonte fechados e são de propriedade privada, geralmente, através do Copyright”. Da Silva e Dias (2010, p.62) ressaltam que “esta licença varia de acordo com o tempo da sua assinatura e com os módulos adquiridos como o de classificação, de catalogação, e assim se equivale a todos os serviços existentes na biblioteca”.



Um exemplo de *software* proprietário aplicado aos serviços de biblioteca é o *SophiA*⁴. Criado em 1997, o *SophiA* é baseado nos padrões internacionais de catalogação para gerir suas coleções como *Machine Readable Catalogin 21* (MARC 21), *International Organization for Standardization 2709* (ISO 2709), Protocolo Z39.50 (cliente e servidor), *eXtensible Markup Language* (XML) e *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH).

Outro exemplo de SAB é o sistema integrado de bibliotecas *Aleph*⁵, desenvolvido pelo grupo *Ex Libris*⁶. Entre outras funções relevantes do *Aleph* distingue-se o catálogo de acesso *Web* e o módulo de gestão de biblioteca digital, além do módulo de compartilhamento de recursos em catálogos coletivos que oferece “[...] as mais recentes tecnologias relacionadas com o compartilhamento de recursos, conectividade completa e completa interação com outros sistemas e bases de dados” (EX LIBRIS, 2005).

Os sistemas proprietários como o *SophiA* e o *Aleph*, aqui já descritos, são de responsabilidade de seus desenvolvedores, as bibliotecas tornam-se deles dependentes. Por outro lado, as empresas ofertam apoio instrutivo e serviços de atualização, ou seja, como suportes técnicos aos clientes. *Osoftware* proprietário “[...] é fornecido sob licenciamento pago e sem o acesso ao código-fonte, ficando a implementação de melhoramentos ou alterações dependentes da visão, interesse e calendário da empresa fornecedora”(PARANHOS,2004, p.16). Por outro lado, pela falta de recursos financeiros, algumas instituições preferem adotar um sistema que não exija o pagamento de licenças, indo ao encontro da iniciativa de *software* livre, do inglês *Open Source Initiative* (OSI), contrapartida que representa o paradigma livre dos SAB.

Um *software* gratuitamente distribuído pode ser classificado sob dois tipos: *freeware*, também chamado de gratuitos, e *open source* (código-aberto), conhecido como livre. O *software freeware* permite somente o uso da aplicação. Com base nos estudos de Damasio e Ribeiro (2006, p.74) são “[...] programas que geralmente são distribuídos gratuitamente. Alguns exigem cadastro para disponibilização, seu código fonte não é disponível, o que leva o *software* a não ser livre”. E, ainda, os programas do tipo *open source*, além do uso gratuito,

⁴ Site: <http://www.portalsophia.com.br/>

⁵ Site: <http://www.exl.com.br/aleph.htm>

⁶ Site: <http://www.exl.com.br/>



permitem o acesso ao código-fonte e distribuição de cópias derivadas. Segundo Damasio e Ribeiro (2006, p.74) trata-se de um tipo de “[...] software que pode ser utilizado, copiado, distribuído, aperfeiçoado, ou seja, modificado, por qualquer pessoa, mesmo não sendo proprietária”.

Entre os SAB baseados em paradigma livre, no Brasil encontra-se o *Biblivre*⁷, sistema criado em 2005 por uma iniciativa unificada pelo Ministério da Cultura (MinC), Sociedade de Amigos da Biblioteca (SABIN) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, o *software* está na versão 4.8.1, contando com o patrocínio do Grupo Itautec⁸ desde o lançamento da segunda versão. O sistema permite automatizar as atividades de uma biblioteca, oferecendo os módulos de pesquisa, circulação, catalogação, aquisição, administração (configurações) e ajuda. Além de ser em português, o *Biblivre* tem uma interface de fácil instalação e utiliza o protocolo Z39.50, que “[...] serve para acessar catálogos de outras instituições, independente do sistema utilizado [...]” (CÔRTE *et al.*, 2002, p.40). Vale salientar que mesmo sendo um *software* livre, o *Biblivre* também recebe atualizações permanentes e gratuitas, garantindo assim uma comunidade de usuários cada vez maior.

4 RESULTADOS

Na primeira parte da análise, elencamos os pacotes proprietários *SophiA* e *Aleph*, escolhidos por serem adotados pela grande maioria das bibliotecas no país. O *SophiA*, por exemplo, é usado pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), enquanto que o *Aleph* é o catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional (RVBI). Quanto ao paradigma livre selecionamos o SAB *Biblivre*, versão 4.1.8, pela sua grande aceitação no Brasil e por ser um programa em português que se encontra em constante atualização. Na segunda, identificou-se o *software SophiA* como o único SAB que faz uso de recursos da *Web 2.0*. E, finalizando, na terceira parte, foram listados os seguintes recursos da *Web 2.0* adotados pelo SAB *SophiA*: espaço para avaliação dos itens (materiais); sugestão de novas aquisições; apresentação das capas das obras; pesquisa facetada; item “minha seleção” para guarda de

⁷ Site: <http://www.biblivre.org.br/>

⁸ Site: <http://www.itautec.com.br/>



itens favoritos; compartilhar um registro no *Twitter* e mecanismo de “busca intuitiva objetiva”, este último semelhante a proposta do buscador do *Google*, localizado na página inicial do SAB.

A partir da listagem realizada e tomando como base as práticas de ferramentas implementadas e usadas, a próxima fase da pesquisa foi adotar o *software Biblivre*, de paradigma livre, como plataforma de teste para a proposição de recursos da *Web 2.0* em SAB.

4.1 Sugestões de recursos da *web 2.0* no *software Biblivre*

Em um novo menu superior da tela inicial (figura 1), a principal mudança sugerida é o acréscimo do item “*Home*”, permitindo o retorno do usuário à tela inicial de qualquer ponto da navegação. No item “*Administração*” propõem-se criar os sub menus “*Minha estante*” e “*Meu perfil*”. A primeira deve ser semelhante aos “*Carrinhos de compras*” encontrados em *e-commerces*, permitindo que as obras de interesse sejam marcadas como favoritas. Já o “*Meu perfil*” substituirá o item “*Troca de senha*”, presente em “*Administração*”, permitindo atualizar não apenas a senha, mas os dados pessoais, além de possibilitar que os assuntos de interesse sejam marcados também como favoritos. Além disso, partir do recurso RSS, cada usuário poderá assinar o *feed* de notícias do sistema e receber informações por *e-mail*, como recomendações de obras. Levar em consideração o perfil dos usuários influenciará diretamente nos resultados de busca, aquisições (novo para você) (2) e recomendações (recomendações para você) (3), apresentando sugestões personalizadas segundo as obras e assuntos relacionados com os favoritos, e o histórico de empréstimos de cada usuário.

Como canais de comunicação com o usuário e colaboração social (4) sugere-se o acréscimo de *links* para os perfis da biblioteca nas redes sociais *Facebook*, *Twitter*, *Google+* e *YouTube*, por exemplo. Além disso, na opção “*Ajuda*” (1) sugere-se acrescentar os itens “*Blog da biblioteca*” e “*Sugestões e Reclamações*”. Enquanto o primeiro item serve como canal de notícias e divulgação de eventos da biblioteca, no segundo será ofertado um espaço para envio de explicações como reclamações, elogios e sugestões.

FIGURA 1 – Sugestão de tela inicial



Fonte: *BibliVre* versão 4.1.8.

Outra ferramenta recomendada para a tela inicial é a “nuvem de tags” (5). Baseada no paradigma da folksonomia, este recurso deve apresentar os termos mais populares entre as obras cadastradas no SAB, via uso da inteligência coletiva.

Quanto mais usado for determinado termo, maior será o seu destaque na “nuvem de tags”, usando formatações que chamem a atenção dos usuários. O benefício da “nuvem de tags” é ajudar os gestores do sistema a identificar assuntos de interesse e termos preferidos, que poderão se tornar candidatos a comporem a taxonomia padrão conforme os preceitos de um sistema híbrido. Na ótica do usuário a “nuvem de tags” permitirá que o mesmo navegue entre os termos mais populares, paralelo a pesquisa por digitação.

Por fim, a tela inicial terá o item “Pesquisa Geral” (6), sendo este item semelhante ao que se encontra nos buscadores da *web 2.0*, como o *Google* e os ambientes de *e-commerces*, pois a barra de pesquisa já se apresenta ao usuário sem a necessidade de navegar pela interface. O item “Outras pesquisas” (figura 1) ofertará os demais tipos de pesquisas: autoridades, vocabulário e distribuída. Além disso, o usuário poderá expandir sua busca usando o item “Pesquisa Avançada” (figura 1). Vale destacar que na proposta aqui

apresentada, diferentemente do modelo original do *Biblivre*, a pesquisa realizará uma busca por aproximação automática da expressão digitada usando “ver também” e “você quis dizer” para sugerir outros termos relacionados ou semelhantes.

FIGURA 2 – Exemplo de resultados da pesquisa



Fonte: *Biblivre* 4.1.8.

Na tela de resultados da pesquisa exemplificada (figura 2) sugere-se uma interface parecida com *e-commerces* como *Amazon*⁹ e *Submarino*¹⁰. Primeiramente, localizada à esquerda da tela, tem-se a seção “Filtrar por” usada para refinar o resultado da pesquisa pelas facetas tipo de material, idioma, ano de publicação, autores, avaliação e *status*. Também é possível ordenar os resultados conforme três critérios: relevância, de acordo com os itens marcados como favoritos; avaliação (estrelas); popularidade dos itens por empréstimos.

Para cada registro encontrado (figura 2) é possível verificar a obra por meio da apresentação da sua capa, avaliar o material usando o padrão “5 estrelas” (1), “favoritar” (2), comentar (3) e compartilhar (4) no *Facebook*, *Twitter* e/ou *Google +*. A marcação de favoritos e os comentários se apresentam como um *feedback* quanto aos materiais disponíveis

⁹ Site: <http://www.amazon.com.br/>

¹⁰ Site: <http://www.submarino.com.br/>



no acervo segundo a opinião da comunidade, auxiliando tanto os bibliotecários na realização de aquisições futuras quanto os usuários sobre a obra a ser escolhida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo acerca dos SAB, baseados em *software* proprietário e livre, foi possível notar um uso escasso de recursos da *web* 2.0 nas duas realidades. Entre os três exemplos estudados neste artigo, dois deles, *Aleph* baseado no paradigma proprietário e *Bibliivre* no paradigma livre, se mostraram ainda presos aos preceitos da *web* 1.0.

Destarte, identificou-se no *softwareSophiA* um bom exemplo de SAB que vai ao encontro da proposta de inteligência coletiva defendida pela *web* 2.0, principalmente pela avaliação dos itens, *links* para as redes sociais, ferramentas de pesquisa intuitivas pelo uso de pesquisa geral (objetiva) semelhante ao buscador do *Google*, pesquisa facetada e marcação (guarda) de itens preferidos.

Por meio da análise do *softwareBibliivre* identificou-se um SAB baseado na perspectiva *top-down*, ao qual os usuários são consumidores de serviços, não contando com recursos de interação entre ambos. Entretanto, identificou-se no *Bibliivre* um contexto animador, que pode vir a garantir uma evolução do *software* frente ao panorama da *web* 2.0, por dois fatores: a liberdade para usá-lo, estudá-lo, modificá-lo e redistribuí-lo; por ser aliado à grande comunidade, o *Bibliivre* tem como principal desenvolvedor a iniciativa (privada) do grupo *Itautec*.

Conclui-se que os profissionais da informação precisam estar atentos aos preceitos da *web* 2.0 com fins de adotar SAB centrados no usuário e, assim, eliminando proveito da inteligência coletiva, ao funcionamento de um sistema intuitivo, colaborativo e personalizado.



6 REFERÊNCIAS

BIBLIVRE. **Biblivre**. 2014. Disponível em: <<http://biblivre.org.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CÔRTE, A. R. *et al.* **Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos: uma visão do cenário nacional**. São Paulo: Polis, 2002.

DA SILVA, M. B. A aplicação da folksonomia em sistemas de informação. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO (EBAI), 1, 2010, São Paulo. **Anaiseletrônicos...** São Paulo: EBAI, 2010. Disponível em: <http://www.congressoebai.org/wp-content/uploads/ebai10/EBAI10_artigo10.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

DA SILVA, M. B.; DIAS, G. A. O Sistema de Automação em Bibliotecas *OpenBIBLIO* aplicado à disciplina Automação em Bibliotecas. **Biblionline**, v.6, n.1, p. 53-71, 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/4903/3708>>. Acesso em: 15 jun 2015.

DAMASIO, E.; RIBEIRO, C. E. N. Software livre para bibliotecas, sua importância e utilização: o caso GNUTECA. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**(RDBCI), v.4, n.1, p. 70-86, 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007471&dd1=3aaea>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

EX LIBRIS. **Aleph integrated library system**: visão geral. 2005. Disponível em: <<http://www.exl.com.br/aleph.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

JESUS, D. L.; CUNHA, M. B. Produtos e serviços da web 2.0 no setor de referência das bibliotecas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p. 110-133, 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/885>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

O'REILLY, T. **O que é Web 2.0**: padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de software. 2005. Tradução de Miriam Medeiros. Disponível em: <<http://pressdelete.files.wordpress.com/2006/12/o-que-e-web-20.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

PARANHOS, W. M. M da R. Fragmentos metodológicos para projetos e execução de gestão informatizada de coleções de documentos e serviços em bibliotecas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da Informação, Florianópolis, 2. sem., p. 14-32, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p14/5488>>. Acesso em: 16 jun. 2015. Número Especial.

ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

SANTOS, P. L. V. A. C.; ALVES, R. C. V. Metadados e Web Semântica para estruturação da Web 2.0 e Web 3.0. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v.10, n.6, 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez09/Art_04.htm>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SOPHIA PORTAL. **Sobre o Sophia Biblioteca**. 2016. Disponível em: <<http://www.portalsophia.com.br/SobreBiblioteca.aspx>>. Acesso em: 04 mar. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

X EDICIC - 2016



Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

A WEB SEMÂNTICA NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOB O OLHAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LA WEB SEMÁNTICA EN BRASIL: UN ESTUDIO BIBLIOMÉTRICO DESDE EL PUNTO DE VISTA DE LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN

Cintia Braga Ferreira Pinheiro, UNESP
Ely Francina Tannuri de Oliveira, UNESP

Resumo: Este artigo tem como objeto de estudo o conceito de web semântica e suas características interdisciplinares, com destaque para a área de Ciência da Informação. De modo especial, objetiva analisar a produção científica no tema, a partir dos artigos existentes na base de dados *Scopus*, produzidos pelos pesquisadores brasileiros, por meio dos indicadores de produção e instituições que mais publicam sobre a temática Web Semântica, os grupos e linhas de pesquisa das Instituições que contemplam esta temática. Destaca as colaborações científicas entre as instituições brasileiras e estrangeiras com ênfase para questões de internacionalização da ciência, a partir dos artigos da área da Ciência da Informação, explorando-os em suas distinções contextuais e interdisciplinares. Como procedimento de pesquisa, seleciona um *corpus* da produção científica, limitando em *subject area*, *Social Sciences & Humanities*, resultando, após triagem, um conjunto de 95 artigos advindos de periódicos da Ciência da Informação e Tecnologias Informacionais. Analisa os dados por meio de tratamentos bibliométricos, procurando articulá-los entre si, segundo as variáveis em estudo; apresenta tabelas e gera a rede colaborativa entre Instituições brasileiras e estrangeiras. Conclui-se que o Brasil já possui um grupo de Instituições que produzem no tema de forma ainda um tanto discreta, porém crescente, e que fazem colaboração representativa com instituições estrangeiras, já se delineando redes colaborativas em âmbito internacional.

Palavras-chave: Web semântica em Brasil; Produtividade em Web Semântica; Instituições Produtivas; Colaboração Internacional em Web Semântica.

Resumen: Este artículo tiene como objeto de estudio el concepto de web semántica y sus características interdisciplinares, con destaque para el área de Ciencia de la Información. De modo especial, objetiva analizar la producción científica en el tema, a partir de los artículos existentes en la base de datos *Scopus*, elaborados por los investigadores brasileños por medio de los indicadores de producción e instituciones que más publican sobre la temática Web Semántica, los grupos y líneas de investigación de las Instituciones que contemplan esa temática. Destaca las colaboraciones científicas entre las instituciones brasileñas y extranjeras enfatizando cuestiones de internacionalización de la ciencia, a partir de los artículos del área de la Ciencia de la Información, explorándolos en sus diferentes distinciones contextuales e interdisciplinares. Como procedimiento de investigación selecciona un *corpus* de la producción científica, limitando en *subject area*, *Social Sciences & Humanities*, resultando, después del cribado, un conjunto de 95 artículos, derivados de revistas de la Ciencia de la Información y Tecnologías Informáticas. Analiza los datos a través de tratamientos bibliométricos, tratando de enlazarlos entre sí, según las variables en estudio, presenta tablas y genera la red de colaboración entre Instituciones brasileñas y extranjeras. Se concluye de que Brasil ya posee un grupo de Instituciones que trabajan en



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

el tema, aún de un modo un poco discreto, pero aumentado y que realizan una colaboración representativa con instituciones extranjeras, ya esbozando redes de colaboración a nivel internacional.

Palabras-clave: Web semántica en Brasil; Productividad en Web Semántica; Instituciones Productivas; Colaboración Internacional en Web Semántica.

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos na área da informação têm despertado interesse em diversas áreas do conhecimento em virtude dos recursos oferecidos para planejamento, decisão, banco de dados, organização de variáveis, entre outros. Alves e Santos (2005) destacam que as tecnologias de informação e comunicação estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano com a crescente valorização da informação e o crescimento exponencial dos recursos informacionais disponibilizados, especialmente aqueles relativos aos repositórios de documentos e das informações neles contidas, que agilizaram pesquisas sobre recuperação de informação na *web*.

Mecanismos de busca foram desenvolvidos especificamente para esse novo ambiente informacional, com o objetivo de melhorar a recuperação de informação neste grande repositório. Novas pesquisas buscam encontrar formas de agregar valor semântico às páginas da *web*.

Em 2001, Berners-Lee, Hendler e Lassila publicaram no *Scientific American* uma proposta para solucionar problemas na recuperação de informações na *web*: o estabelecimento de padrões que permitam ao computador compreender a semântica dos textos digitais, disponíveis na Internet. Os autores denominaram essa nova metodologia para conteúdos digitais de 'Web Semântica'. Trata-se de uma extensão da Web atual, na qual a informação possui um significado bem definido e pode ser processada por máquinas e interpretada por humanos, num ambiente de cooperação homem-máquina.

A agregação de valores semânticos às páginas da *web* e o estabelecimento de metadados para a descrição da informação são, atualmente, os mais destacados focos da pesquisa em Ciência da Computação e da Ciência da Informação. A organização da informação digital através de normas e padrões como solução para o aumento do grau de precisão na recuperação da informação, proposto pela Web Semântica, é também objeto de estudo da Ciência da Informação. Artigos destacam, ainda, a importância dos conceitos da Organização do Conhecimento ou *Knowledge Organization* (KO) em sua vertente mais humanística, ética e tradicional para o enriquecimento da vertente tecnológica da Ciência da Informação,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

representada pelos novos sistemas de recuperação da informação, como os baseados na Web Semântica.(MARTÍNEZ-ÁVILA; SAN SEGUNDO; ZURIAN, 2014; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015).

Esta pesquisa objetiva, de forma geral, analisar o conceito de Web Semântica como objeto de estudo, conceito este com características interdisciplinares, por meio da análise da produção científica no tema, à luz da Ciência da Informação. De forma mais específica, busca identificar o grupo de pesquisadores mais produtivos que trabalham com a temática Web Semântica; detectar as instituições que mais publicam sobre a temática e analisá-las de forma comparativa com as instituições que participam e possuem Grupos de Pesquisa e esta Linha de Pesquisa, no âmbito do grupo formalizado de pesquisadores da instituição. Propõe-se, também, a mapear a rede colaborativa institucional entre o Brasil e demais países, de forma a analisar a internacionalização da ciência brasileira no tema.

Justifica-se a necessidade da pesquisa pela recente posição que a temática ocupa no campo das Tecnologias Informacionais, especialmente quando estudada à luz da Ciência da Informação, num campo de pesquisa compartilhado por duas ou mais áreas do conhecimento, e por se apresentar como uma oportunidade de se conhecer a inserção e as pesquisas compartilhadas em âmbito nacional e internacional. Além disso, por ser um tema ainda nascente, necessita de estudos e pesquisas que contribuam para a compreensão e aprofundamento das suas questões teóricas e metodológicas. Destaque-se que, nesta pesquisa, estuda-se a Web Semântica a partir da Ciência da Informação, na medida em que a *subject area* da *Scopus* foi *Social Sciences & Humanities* e com o *limit to: Social Science e Multidisciplinary*. Acrescente-se, ainda, que conceitos oriundos da Ciência da Informação, tais como a Organização do Conhecimento e da Informação e a Representação da Informação, têm tido destaque como contribuições importantes para a Web Semântica, assim como esta oferece subsídios para a Recuperação da Informação e demais outros temas da CI. (DZIEKANIAK; KIRINUS, 2004; ROCHA, 2004; RAMALHO; VIDOTTI; FUJITA, 2007; CALARESU; SHIRI, 2015)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2 WEB SEMÂNTICA E INTERDISCIPLINARIDADE

As pesquisas sobre Web Semântica têm início na década de 2000 com o objetivo de possibilitar melhor aproveitamento das potencialidades dos ambientes *web*, por meio do uso de linguagens de computação e metadados que permitam que o acesso automatizado às informações ocorra de maneira mais precisa.

Alguns pesquisadores consideram que o processo de recuperação de informação na *web*, no âmbito da Ciência da Informação, contém componentes semânticos inerentes ao processo. E no âmbito da Ciência da Computação, os tradicionais ‘motores de busca’ baseiam-se exclusivamente na recuperação de dados, recuperando apenas sequências de caracteres que satisfaçam determinadas condições de busca (RAMALHO; VIDOTTI; FUJITA, 2007).

Acrescentar valor semântico à *web* implica duas condições: permitir que os documentos contenham informação legível por máquina e permitir conexões que definam relações entre recursos. Somente quando se alcança esse nível extra de semântica, poderão ser utilizados computadores capazes de ‘compreender’ a informação (BERNERS-LEE, 1994 apud MORALES DEL CASTILLO, 2011).

Berners-Lee, Hendler e Lassila (2001) propõem a Web Semântica como uma extensão da *web* atual, na qual a informação possui um significado claro e bem definido, que possibilita a integração entre pessoas e máquinas. Martinez-Ávila, San Segundo e Zurian (2014) destacam as principais características da Web Semântica: expressar significado e representar o conhecimento.

Na Web Semântica, as máquinas devem ser capazes de ler dados estruturados e ter acesso a um conjunto de regras que auxiliem a conduzir o raciocínio. Portanto as páginas *web* deverão ser criadas numa linguagem nova e ser entendidas por diferentes sistemas (DZIEKANIAK; KIRINUS, 2004). Para tanto, considera-se necessária a participação de diversas áreas do conhecimento neste novo sistema de recuperação de informação.

Para Morales del Castillo (2011), a Web Semântica é um domínio transversal ou interdisciplinar, que perpassa por diversas áreas do conhecimento, as quais contribuem ativamente para seu desenvolvimento e implantação, tais como: Ciência da Informação; Inteligência Artificial; Desenvolvimento da Web; Bases de Dados; Linguística Computacional; Engenharia de Documento; Bibliotecas Digitais; Desenvolvimento de Interfaces, entre outras.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Considera-se interdisciplinar o que é comum a duas ou mais disciplinas ou áreas do conhecimento. Um domínio interdisciplinar é aquele que visa agrupar diversas áreas do conhecimento, seguindo um objetivo comum. Neste sentido, a Web Semântica é o domínio de ligação entre as áreas destacadas anteriormente. Essas áreas contribuem com seus conteúdos para o aprofundamento e desenvolvimento do objeto Web Semântica.

3 PRODUÇÃO, COLABORAÇÃO CIENTÍFICA E INTERNACIONALIZAÇÃO

As análises e avaliações que auxiliam o mapeamento e a visualização das atividades e produções científicas de um tema, campo de conhecimento ou país vêm aumentando progressivamente. Esse incremento decorre do interesse de pesquisadores, órgãos governamentais e multinacionais por estudos que possam subsidiar tomadas de decisões para o direcionamento de recursos para a pesquisa.

A produção científica vem sendo cada vez mais analisada, especialmente nas últimas décadas. Entretanto os estudos de produção científica enfrentam desafios, considerando que ela integra um grande sistema social - a ciência -, cuja função consiste especialmente em disseminar conhecimentos e assegurar a contribuição para o desenvolvimento do conhecimento novo nas diferentes áreas e temas (MACIAS-CHAPULA, 1998).

A atividade científica deve ser analisada e interpretada dentro do contexto social, uma vez que as avaliações de produção científica são sensíveis à estrutura histórica e econômica da sociedade que a produz. Não há uma escala absoluta de mensuração da produção científica, mas a mesma está articulada com todos os outros organismos sociais, nacionais e locais. Observa-se, ainda, que as ferramentas disponíveis para a maioria dos estudos de produção científica procedem das bases internacionais, como *Web of Science* e *Scopus*. Alguns pesquisadores, tais como Oliveira e Grácio (2009), ressaltam que, devido à baixa representatividade das revistas brasileiras indexadas, se torna mais difícil delinear a situação da produção científica de países considerados periféricos, como o Brasil. Destaca-se, porém, que essa questão deve ser considerada nas análises feitas.

A análise da produção científica de um país, de uma região ou instituição científica envolve um amplo conjunto de indicadores bibliométricos, que se agrupam em indicadores de produção, indicadores de citação e indicadores de ligação (CALLON *et al.*, 1993; NARIN *et al.*, 1994). Entre os diversos aspectos analisados, os indicadores evidenciam os pesquisadores, as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

instituições, as temáticas, as áreas do conhecimento, os países mais férteis ou mais produtivos, assim como a frente de pesquisa de um campo de conhecimento, as redes de colaboração entre cientistas, grupos, instituições ou países e as redes de citação ou cocitação.

Os indicadores básicos de produção são constituídos pela contagem do número de publicações do pesquisador, grupo de pesquisadores, instituição ou país e objetivam refletir seu impacto junto à comunidade científica à qual pertencem, dando visibilidade àqueles mais produtivos e às temáticas mais destacadas de uma área do conhecimento.

Os indicadores de ligação, baseados na coocorrência de autoria ou de citações ou de palavras, são utilizados para mapeamento e construção da rede de colaboração científica entre os pesquisadores, instituições ou países, por meio da confluência de técnicas de análise estatística, matemática e computacional. Nesta pesquisa, usam-se os indicadores básicos de produção e de ligação.

A colaboração científica acontece por meio da interlocução efetivada entre autores, instituições ou países e supõe uma consorciação de hipóteses e objetivos centrais de um projeto, o estabelecimento de uma divisão de trabalho, a interação entre os investigadores, o compartilhamento de informações e a coordenação destas diferentes relações do investimento conjunto (OLMEDA GÓMEZ; PERIANEZ-RODRIGUEZ; OVALLE-PERANDONES, 2008). Neste contexto, a análise de colaboração científica é empregada para identificar e mapear a cooperação regional, nacional ou internacional.

Katz e Martin (1997) apontam a coautoria como indicador da atividade de colaboração científica e esta representa uma metodologia sustentável para quantificar a colaboração. As pesquisas indicam que a coautoria incrementa a produção científica e a visibilidade do país destacando que várias iniciativas governamentais são dirigidas, subsidiando pesquisas que necessitam do comportamento colaborativo dos pesquisadores.

Neste contexto, a análise de coautoria reflete um rol possível de intercâmbios e trocas entre os pesquisadores e constitui um procedimento significativo, sendo medida pelo número de publicações em colaboração entre autores, instituições ou países e empregada para identificar e mapear a cooperação regional, nacional ou internacional. A coautoria identifica a circulação do conhecimento e das novas ideias dentro do grupo.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A colaboração em ciência desperta interesse em âmbito internacional. Em janeiro de 2000, foi instituída em Berlin a rede mundial de pesquisa sobre esta temática, denominada “*Collaboration in Science and in Technology-COLLNET* (VANZ; STUMPF, 2010).

Entre os procedimentos usados para representar as colaborações, utilizam-se redes colaborativas, havendo um número representativo de *softwares* disponíveis para gerá-las.

Compreende-se por internacionalização da pesquisa brasileira o fato de a ciência construída e gerada no Brasil tornar-se universalmente acessível e visível por meio de publicações. O processo de internacionalização da ciência articula-se com as especificidades de cada área, país ou instituição. Articula-se com fatores, tais como: sua historicidade, culturas de publicação na área, políticas e instrumentos de internacionalização estabelecidas, entre outras.

A intensidade da colaboração internacional está sujeita a múltiplas variáveis, como as especificidade das áreas do conhecimento, maior visibilidade e impacto, e ocorre em maior medida nas áreas básicas, com maior interesse, que nas aplicadas ou consideradas de interesse local (FRAME; CARPENTER, 1979).

Um dos principais instrumentos de avaliação da internacionalização das atividades de CT&I, publicado pela *Red Iberoamericana de Indicadores de Ciencia y Tecnologia (RICyT, 2007)*, *O Manual de Indicadores de Internacionalización de la Ciencia y la Tecnología – Manual de Santiago*, sugere indicadores que meçam a intensidade e as características de internacionalização. No quesito referente a resultados e produtos das atividades de ciência e tecnologia, em internacionalização, o último critério inclui os indicadores de internacionalização da produção científica, classificados em três dimensões principais. A primeira delas destaca as colaborações e coautorias, prioridade que explicita a participação de autores de diferentes países nas publicações científicas, como um dos aspectos da internacionalização.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se a base *Scopus* por se entender que ela atende aos objetivos da presente pesquisa, na medida em que traz as publicações dos pesquisadores em periódicos indexados e com maior relevância no tema Web Semântica. Lançada pela Elsevier, em 2004, a *Scopus* tem procurado, especialmente, alternativas para a produção de indicadores. É uma base



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

multidisciplinar, multifiliação e multi-idioma, tem cerca de 49 milhões de publicações indexadas, provenientes de mais de 22.878 periódicos, sendo 329 deles brasileiros (1,44%), com prevalência para as exatas e saúde. As revistas indexadas da área de CI são: Ciência da Informação, Perspectivas em Ciência da Informação e Transinformação, a partir dos dados atualizados em 27 de março (SCOPUS, 2016).

A partir da *Scopus*, o grupo de pesquisa SCImago, das universidades de Granada, Extremadura, Carlos III (Madrid) e Alcalá de Henares, disponibiliza o Portal SCImago Journal & Country Rank, com diversos indicadores de produção, ligação e citação.

Como procedimento para levantamento das referências sobre o tema Web Semântica, em 19/4/2016, utilizou-se a seguinte estratégia de busca:

Termos de busca “*web semantics*” OR “*semantic web*” OR “*Ontology*” OR “*RDF*” OR “*OWL*” OR “*Sparql*” AND Brasil OR *Brazil* no campo *Affiliation country*, em todo o período, em *Articles*, somente *Social Sciences & Humanities*. Em *subject áreas*, utilizou-se “*limit to*”, para *Social Science* e *Multidisciplinary*.

Observe-se que RDF significa *Resource Description Framework* e tem por objetivo definir um mecanismo de representação de metadados para descrever recursos não vinculados a um domínio específico de aplicação; *Web Ontology Language* (OWL) é uma linguagem computacional para construir Ontologias; *Sparql Protocol* and *RDF Query Language* (Sparql) é uma linguagem computacional para consulta e protocolo de acesso a dados em RDF. Esses termos estão presentes nas palavras-chave dos trabalhos sobre Web Semântica, apesar de serem termos mais específicos por estarem relacionados à arquitetura dos dados.

A busca resultou em um total de 216 artigos. Realizou-se a triagem destes artigos por meio da leitura dos resumos ou, conforme a necessidade, da leitura da íntegra do artigo, para se verificar a pertinência do artigo em questão à temática em estudo. Do total, 95 deles foram identificados em Web Semântica. Na triagem, foram excluídos artigos cujas temáticas tratavam de epistemologia, antropologia, sociologia, genética, biologia, educação e etnografia.

Em seguida, procedeu-se a limpeza dos dados e sua organização, para a construção da tabela dos pesquisadores mais produtivos, considerando-se o conjunto de pesquisadores que produziram pelo menos 3 artigos, em um total de 9 pesquisadores, no conjunto de 95 artigos. Em relação às instituições mais produtivas, organizaram-se os dados considerando as instituições que produziram pelo menos 3 artigos em um total de 12 instituições. Justifica-se o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

corde em três produções dos pesquisadores, bem como em três instituições, por se considerar que no período de, aproximadamente, dez anos, produziram-se três artigos, indicando, provavelmente, que o pesquisador tem o tema Web Semântica como um dos seus focos de pesquisas.

Em relação aos perfis temáticos dos autores mais produtivos no *corpus*, buscou-se identificar, por meio de consulta ao Currículo Lattes e ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, ambos sob responsabilidade do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), o vínculo dos Programas de Pós-graduação e Grupos de Pesquisa, procurando mapear a interdisciplinaridade da Web Semântica.

Para verificação da existência dos grupos de pesquisa nas diferentes instituições, buscou-se o termo “WEB SEMÂNTICA”, nos campos ‘nome do grupo’, ‘nome da linha de pesquisa’ e ‘palavra-chave na linha de pesquisa’.

Por fim, verificaram-se as instituições brasileiras que fazem coautorias com as instituições estrangeiras, no sentido de destacar a intensidade de internacionalização do tema. Construiu-se a rede colaborativa *two mode* entre 21 instituições brasileiras e 25 instituições estrangeiras, que colaboraram entre si. Gerou-se a matriz retangular (21x25), por meio do uso do software *Ucinet*, e realizou-se a respectiva análise. Destacaram-se, nas relações, as parcerias e diálogos entre as instituições brasileiras e estrangeiras dos demais países e avaliou-se a inserção da ciência brasileira na temática, em âmbito internacional, por meio da rede de colaboração institucional.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresenta-se a Tabela 1, com os autores mais produtivos, suas instituições de origem, número de artigos produzidos e respectivas coautorias.



TABELA 1 - Autores com pelo menos três artigos e coautorias

Autor	Instituição	Artigos	Artigos em Coautoria	Coautoria Nacional	Coautoria Internacional
Marcondes, C. H.	UFF	06	04	04	-
Davis, C. A.	UFMG	05	05	03	02
Todesco, J. L.	UFSC	04	04	04	-
Almeida, M. B.	UFMG	04	03	01	02
Borges, K. A. V.	UFMG	03	03	02	01
Moreira, W.	UNESP-Marília	03	01	01	-
Rautenberg, S.	UNICENTRO	03	03	03	-
MartinezÁvila, D	UNESP-Marília	03	02	-	02
TOTAL		31	25	18	7

Fonte: Elaboração dos autores

* Frederico T. Fonseca é pesquisador com quatro produções no tema, com parte da formação no Brasil, doutorado pela University of Maine at Orono (2001) e pós-doutorado pela University of Maine at Orono (2001). Atualmente é Associate Professor da Penn State University.

Na análise da Tabela 1, destacam-se os pesquisadores mais produtivos e suas instituições, com MARCONDES, da UFF, na primeira posição, com seis publicações, neste grupo. É doutor em Ciência da Informação pela UFRJ e professor da UFF. Trabalha com as seguintes áreas de interesse: Políticas públicas de informação em C&T e Planejamento de Ict.

A seguir, DAVIS da UFMG, com cinco publicações, é graduado em Engenharia Civil, com mestrado e doutorado em Ciência da Computação também pela UFMG. Centra suas pesquisas nos seguintes temas: bancos de dados geográficos, sistemas de informação geográficos (SIG), infraestruturas de dados espaciais, geoprocessamento, entre outras.

Com quatro publicações, estão TODESCO da UFSC e ALMEIDA da UFMG. O primeiro deles, com formação em Matemática, mestrado e doutorado em Engenharia de Produção, trabalha nos seguintes temas: *business intelligence*, engenharia de ontologias, sistemas de informação, representação de conhecimento, web semântica, processo de publicação de dados abertos no formato *linked data*. ALMEIDA é mestre e doutor em Ciência da Informação, com pós-doutorado pela *State University of New York*. Seus principais interesses de pesquisa são ontologia aplicada, vocabulários biomédicos e legais, sistemas de informação e modelos organizacionais. Além da atuação acadêmica, tem atuado como consultor em instituições públicas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Ainda, com três produções cada um dos pesquisadores, BORGES, MOREIRA RAUTENBERG e MARTINEZ-ÁVILA. BORGES é formada em Engenharia Civil, com mestrado profissional em Administração Pública-Tecnologias da Informação e doutorado em Ciência da Computação pela UFMG, atualmente é Coordenadora do Geoprocessamento Corporativo da Prefeitura de Belo Horizonte. Atua nos seguintes temas: geocartografia, sistemas de informação geográficos, modelagem de dados geográficos e banco de dados geográficos. MOREIRA é graduado em Biblioteconomia, mestre e Doutor em Ciência da Informação. Atua principalmente nos seguintes temas: Organização da Informação, linguagens documentárias, terminologia e ontologias. RAUTENBERG bacharel em Ciência da Computação, com mestrado em Engenharia de Produção e doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento, ambos pela UFSC, pós-doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento na *Universitat Leipzig*, Alemanha. Seus interesses de pesquisa são: sistemas difusos, redes neurais artificiais, algoritmos genéticos e ontologias. MARTINEZ-ÁVILA com toda sua formação, até o Doutorado em *Biblioteconomía y Documentación* pela *Universidad Carlos III de Madrid*. Foi pesquisador e Instrutor Adjunto na *University of Wisconsin-Milwaukee*. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização da Informação.

Assim, quase todos advêm de Programa de Pós-Graduação brasileiro, exceto RAUTENBERG, da Unicentro (85,7%). Dos sete autores restantes, há formação predominante nos Programas na área de Ciência da Informação, a exemplo de MARCONDES, da UFF, ALMEIDA, da UFMG, e dois pesquisadores da UNESP/Marília, MOREIRA e MARTINEZ-ÁVILA (57,1%), seguido pela Ciência da Computação, representada por DAVIS, da UFMG, e BORGES (28,6%), que coorientou três dissertações defendidas na Universidade Federal de Viçosa, e um autor, TODESCO, vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento(12,5%).

Em relação à participação dos autores como pesquisadores em Grupos de Pesquisa formalizados junto ao CNPq, identificou-se novamente a predominância de autores vinculados exclusivamente à Ciência da Informação, com quatro pesquisadores: MARCONDES, ALMEIDA, MARTINEZ-ÁVILA e MOREIRA; outros dois autores, DAVIS e TODESCO, são pesquisadores em grupos classificados como da Ciência da Computação; BORGES está vinculada a um grupo de pesquisa sobre Geoprocessamento; RAUTENBERG é pesquisador de Grupos de Pesquisa, tanto da Ciência da Informação quanto da Ciência da Computação.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A produção total deste grupo de 8 pesquisadores foi de 31 artigos no período, sendo aproximadamente 81% em coautoria, com destaque para, aproximadamente, 23% deles com coautorias internacionais, com destaque para UFMG, pela qual 3 pesquisadores respondem pelas coautorias com instituições estrangeiras.

A Tabela 2 apresenta as 12 Instituições brasileiras que se destacam como as mais produtivas dentro do *corpus* selecionado, seus Grupos de Pesquisa em Web Semântica cadastrados no Diretório, número de pesquisadores vinculados aos GPs, o número de artigos, encontrados no *corpus* e publicados por esses pesquisadores.

Destaca-se que uma Instituição internacional, a *Pennsylvania State University (Penn State)*, com quatro publicações, foi excluída da tabela por não atender ao critério da nacionalidade brasileira.

TABELA 2 - Instituições mais produtivas, GPs cadastrados e produção dos GPs

Instituições	Artigos	GPs	Nº de pesquisadores	Artigos dos GPs
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	13	02	15	04
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	12	01	13	06
Universidade Federal Fluminense (UFF)	09	02	12	01
Universidade de São Paulo (USP)	09	06	70	04
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	07	02	42	05
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	05	00	-	-
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	05	01	13	0
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	04	01	02	03
Universidade Federal do Rio G. do Sul (UFRGS)	03	00	-	-
Universidade de Brasília (UNB)	03	01	05	0
Universidade Estadual de Campinas (UNCAMP)	03	01	08	02
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	03	00	-	-
TOTAL	76	17	180	25

Fonte: Elaboração dos autores

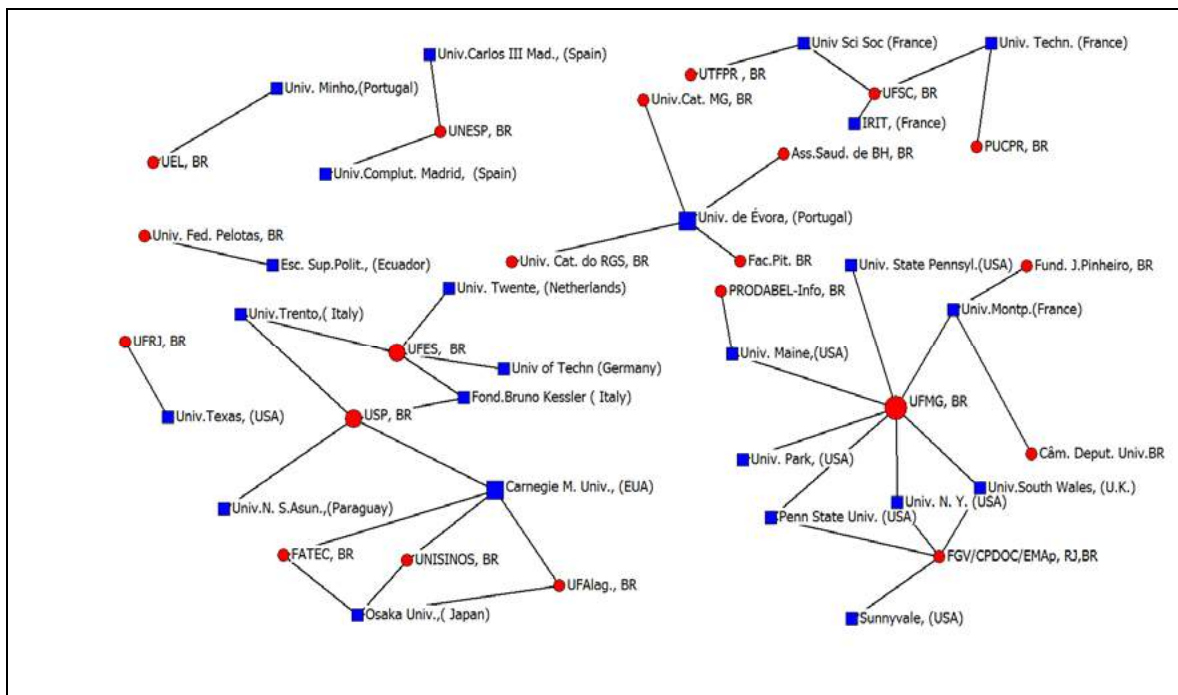
Na análise da Tabela 2, destaca-se primeiramente a identificação temática destes Grupos de Pesquisa de acordo com a classificação presente no Diretório. Em relação aos Grupos de Pesquisa e às Instituições, inverte-se a predominância encontrada na análise da Tabela 1: a Ciência da Computação corresponde a 58,8% dos Grupos de Pesquisa formalizados (UFSC, UFF, quatro grupos da USP, um grupo da UNESP e UNICAMP); a UFMG, um grupo da USP,

um grupo da UNESP, UFES e UEL têm GPs na Ciência da Informação, correspondendo à 29,4% dos 17 Grupos encontrados no Diretório. Outros dois Grupos estão vinculados a outras áreas do conhecimento, como Administração do GP da UnB e Engenharia Elétrica da USP.

Considera-se importante registrar que, das 12 Instituições mais produtivas, 3 delas têm cadastrado no Diretório seu único Grupo de Pesquisa em Web Semântica vinculado à Ciência da Informação: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Estadual de Londrina. Estas Universidades têm 21 artigos no *corpus*, sendo 9 publicados por pesquisadores dos GPs.

Apresenta-se, na Figura 1, a rede colaborativa onde figuram as 21 instituições brasileiras que fizeram colaborações com as 25 instituições estrangeiras, tomadas no conjunto total de todas as instituições participantes. As brasileiras estão representadas por círculos vermelhos, cujas áreas maiores expressam o volume de produção, e os quadriláteros azuis representam as instituições estrangeiras, ligadas entre si por segmentos representando a colaboração entre elas. Destaca-se que as colaborações, cuja intensidade deveria ser retratada na espessura dos segmentos, não estão aqui representadas por ainda não serem tão destacadas.

FIGURA 1-Rede colaborativa *two-mode* entre instituições brasileiras e estrangeiras



Fonte: Elaboração dos autores e *software Ucinet*.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

À direita da rede, observa-se uma subrede maior, centrada na UFMG, uma das instituições mais produtivas, conforme Tabela 2, já destacada na Tabela 1 com os autores mais produtivos pertencentes a essa instituição. A UFMG conecta-se com outras sete universidades estrangeiras e estas, por sua vez, também se conectam com outras universidades brasileiras, envolvendo um total de 13 universidades. Delineia-se como a maior subrede, com tendências de crescimento, indicando assim dialogicidade e parcerias com instituições estrangeiras, que tendem a crescer, devido ao destaque da própria UFMG. Observe-se, ainda, que a área do círculo que a representa é a maior por ser a instituição mais produtiva.

À esquerda da rede, apresenta-se outra subrede, com bastante visibilidade, centrada em universidades pertencentes às instituições mais produtivas - a USP e a UFES - envolvendo um total de 12 instituições, com grande número de conexões, tal qual a primeira subrede apresentada, envolvendo 5 universidades brasileiras, o que sugere também uma subrede com tendências de crescimento. Essa subrede não está centrada em uma única universidade, fato que pode otimizar um crescente número de ligações e parceria com outras universidades estrangeiras, mostrando que a ciência brasileira, no tema, se universaliza por meio de colaborações, tal qual a primeira subrede analisada.

Destaca-se, ainda, a presença de outras seis pequenas subredes, com duas delas maiores. Uma, entre as maiores, mostra a Universidade de Évora, colaborando com outras quatro brasileiras; a outra, a UFSC, também uma das instituições mais produtivas, que exerce maior intermediação entre outras cinco instituições. Nas outras subredes menores, a UNESP e a UEL são instituições mais produtivas.

Em síntese: a rede mostra que existe a colaboração entre as instituições nacionais com instituições estrangeiras na temática em questão, indicando uma interlocução da ciência brasileira em âmbito da internacionalização, a partir de duas maiores subredes e de seis outras menores. Embora a rede não forme um todo único, o colóquio do Brasil com outros países, mesmo não sendo tão intenso, como demonstra a fragmentação da rede, já existe, tendendo a consolidar-se.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observe-se, nestas considerações, que o tema apesar de novo já está impregnando os estudos e as pesquisas pela sua importância em âmbito da *web* e pela necessidade que se percebeu de agregar conteúdo semântico às páginas da *web*.

Já se destacam, no Brasil, alguns pesquisadores e instituições de pesquisas no tema, assim como Grupos de Pesquisa devidamente registrados junto ao CNPq e linhas de pesquisa em cursos de Pós-Graduação brasileiros, que garantem ao tema estatuto de conhecimento formalizado e consignado.

Constata-se, também, a interdisciplinaridade no tema Web Semântica, por se aproximar de diversas áreas do conhecimento, as quais contribuem ativamente para seu desenvolvimento, representadas por pesquisadores com diferentes temas de pesquisas bem próximos uns dos outros.

Destaque-se, ainda, a internacionalização da ciência brasileira no tema, mostrado por meio da rede colaborativa entre 21 instituições brasileiras e 25 instituições estrangeiras, reforçando assim que os pesquisadores, desta temática no Brasil, dialogam em âmbito internacional, por meio de colaborações das suas produções científicas, com tendências de crescimento.

AGRADECIMENTOS: Esta pesquisa é um estudo piloto de uma tese de doutorado. Agradecemos a(o) parecerista pelas valiosas sugestões.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. C. V.; SANTOS, P. L. V. A. C. Web semântica: uma análise focada no uso de metadados. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA (6., Marília, 2005) **Universidade e contemporaneidade**: produção do conhecimento e formação profissional. 1 CD-ROM.

BERNERS-LEE, T.; HANDLER, J.; LASSILA, O. The semantic web: a new form of web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. **Scientific American**, may 2001. Disponível em: <http://www.scientificamerican.com/2001/0501issueberners-lee.html> Acesso em: 20 de abril de 2016.

CALARESU, M.; SHIRI, A. Understanding Semantic Web: a conceptual model. **Library Review**, v. 64, n. 1/2, p. 82–100, 2015.

CALLON, M.; COURTIAL, J.-P.; PENAN, H. **Cientometria**: el studio cuantitativo de la actividad científica: de la bibliometria a la vigilancia tecnológica. Gijón: Ediciones Trea, 1993.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- DZIEKANIAK, G. V.; KIRINUS, J. B. Web Semântica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 18, p. 20–39, 2004. .
- FRAME, J. D.; CARPENTER, M. P. International research collaboration. **Social Studies of Science**, London, v. 9, n. 4, p. 481-497, 1979.
- KATZ, J. S.; MARTIN, B. R. What is research collaboration? **Research Policy**, Amsterdam, v. 26, p. 1-18, 1997.
- MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; SAN SEGUNDO, R.; ZURIAN, F. A. Retos y oportunidades en organización del conocimiento em la intersección com las tecnologías de la información. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 37, n. 3, p. 1-13, 2014.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Knowledge organization in the intersection with information techonogies. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 7, p. 786-498, 2015.
- MORALES DEL CASTILLO, J. M. **Hacia la biblioteca digital semántica**. Gijón: Trea, 2011.
- NARIN, F.; OLIVASTRO, D.; STEVENS, K. S. Bibliometric theory, practive and problem. **Evaluation Review**, Beverly Hills, v. 18, n. 1, p. 65-76, 1994.
- OLIVEIRA, E. F. T.; GRÁCIO, M. C. C. **Avaliação da produção científica em Organização e Representação do Conhecimento no âmbito dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIBs), a partir de indicadores bibliométricos**. Projeto de Pesquisa (Processo 400237/2009-1) enviado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Edital N° 02/2009 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, 2009. Marília, 2009.
- OLMEDA GÓMEZ, C.; PERIANEZ-RODRIGUEZ, A.; OVALLE-PERANDONES, M. A. Estructura de las redes de colaboración científica entre las universidades españolas. **Ibersid: Revista Internacional de Sistemas de Información y Documentación**, Zaragoza, v. 2, p. 129-140, 2008.
- RAMALHO, R. A. S.; VIDOTTI, S. A. B. .G.; FUJITA, M. S. L. Web semântica: uma investigação sob o olhar da Ciência da Informação. **DataGramZero**, v.8, n. 6, dez. 2007. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez07/F_I_art.htm Acesso em: 20 de abril de 2016.
- ROCHA, R. P. DA. Metadados , Web Categorização Automática : combinando esforços humanos e computacionais para a descoberta e uso dos recursos da web. **Em questão**, v. 10, n. 1, p. 109–121, 2004
- VANZ, S. A. de S.; STUMPF, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 42-55, maio/jun. 2010.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

**AS INTERCONEXÕES ENTRE A GESTÃO DO CONHECIMENTO E A
ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO: uma reflexão sobre o uso estratégico de portais
corporativos nas organizações**

**LAS INTERCONEXIONES ENTRE LA GESTIÓN DEL CONOCIMIENTO Y LA
ARQUITECTURA DE LA INFORMACIÓN: una reflexión sobre el uso estratégico de
los portales corporativos en las organizaciones.**

**Narjara Bárbara Xavier Silva, SEBRAE/CNPq
Raquel do Rosário Santos, UFBA
Noadya Tamillys Duarte, UFPB**

Resumo: A pesquisa caracteriza-se como teórica, cujo objetivo consistiu em relacionar os conceitos da gestão do conhecimento e da arquitetura da informação, tendo como contexto os portais corporativos nas organizações, sendo esse objeto de desenvolvimento estratégico de reflexão e de possíveis contribuições das temáticas tratadas e relacionadas nesta pesquisa. Percebeu-se que a gestão do conhecimento e a arquitetura da informação apresentam conceitos e técnicas que podem potencializar a criação e disseminação do conhecimento organizacional, tendo como elo o planejamento estratégico de portais corporativos. Entre os resultados desta pesquisa, apresentou-se uma figura síntese em que traz a representação do lugar em que o portal corporativo se situa, na relação entre a gestão do conhecimento e a arquitetura da informação, tendo como aspectos fundamentais as três dimensões integrantes desse recurso: o conteúdo, a colaboração e a integração em tecnologias da informação.

Palavras-chave: Arquitetura da Informação. Gestão do conhecimento. Tecnologias de informação e comunicação. Portais corporativos.

Resumen: La investigación se caracteriza como teórica, cuyo objetivo consistió en relacionar los conceptos de gestión del conocimiento y de la arquitectura de la información, teniendo como contexto portales corporativos en las organizaciones, siendo ese objeto de desenvolvimiento estratégico de reflexión e de posibles contribuciones de las temáticas tratadas y relacionadas en esta investigación. Se observó que la gestión del conocimiento y la arquitectura de la información presentan conceptos y técnicas que pueden desarrollar la creación y diseminación del conocimiento organizacional, teniendo como unión el planeamiento estratégico de portales corporativos. Entre los resultados de esa pesquisa se presentó una figura síntesis que trae la representación del lugar en que el portal corporativo se localiza, en la relación entre la gestión del conocimiento y la arquitectura de la información, teniendo como aspectos fundamentales las tres dimensiones integrantes de ese recurso: el contenido, la colaboración y la integración en tecnologías de la información.

Palabras llaves: Arquitectura de la información. Gestión del conocimiento. Tecnologías de la información y comunicación. Portales corporativos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento é um recurso essencial para o negócio das organizações, pois viabiliza a tomada de decisões de maneira mais assertiva, possibilitando a inovação e melhor adaptação às mudanças que ocorrem no macroambiente. Nesses termos, faz-se necessária a adoção de práticas gerenciais que promovam a sua criação, disseminação e aplicação desse insumo intelectual nos processos e atividades organizacionais.

A gestão do conhecimento (GC) emerge em meio ao contexto apresentado acima, como uma teoria e prática que tem como objetivo proporcionar cenários favoráveis à maximização do conhecimento nas organizações. A GC compreende que o sucesso do negócio depende do planejamento de um conjunto de ações que possam englobar as pessoas, a cultura e os recursos da organização.

Nesse aspecto, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) inserem-se como recursos que podem subsidiar as estratégias de gestão do conhecimento. Através do planejamento e uso correto dessas TIC, é possível potencializar os fluxos informacionais da organização, além de intensificar a comunicação e a interação entre os seus membros, exemplo disso, são os portais corporativos direcionados ao público interno da organização. Por meio desses ambientes digitais, pode-se integrar diferentes tipos de tecnologias, envolvendo vários processos de GC.

No entanto, os recursos tecnológicos por si só não garantem resultados efetivos, uma vez que esses meios envolvem aspectos como o contexto da organização, o conteúdo que será veiculado e, sobretudo, o usuário e seus comportamentos informacionais. Nesse sentido, a arquitetura da informação pode se tornar uma grande aliada no que tange ao planejamento e estruturação desses ambientes informacionais, possibilitando que tais recursos sejam mais acessíveis e favoráveis à criação e disseminação do conhecimento organizacional.

Sendo assim, partindo desses pressupostos acima, este artigo teve como objetivo aproximar, com base na literatura, os conceitos e os fundamentos da gestão do conhecimento e da arquitetura da informação, tendo em vista o uso estratégico dos portais corporativos nas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

organizações. Para isso, fez-se um levantamento bibliográfico de modo a associar como se encontra o estado da arte dos temas tratados nesta pesquisa.

2 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO: conceitos, fundamentos e sistemas

Cunhado em 1976, pelo arquiteto Richard Saul Wurman, o termo “arquitetura da informação” define uma metodologia – investigação, análise, desenho e implantação – para sistematização de espaços informacionais, a fim de facilitar o acesso e o uso da informação. Com a evolução dos portais públicos na internet e o crescimento exponencial das informações nesse ambiente digital, o conceito de arquitetura da informação (AI) passa a ser aplicado no design de websites, a partir das contribuições de Rosenfeld e Morville, com a fundação da Argus Associates (1994) – a primeira empresa com dedicação exclusiva aos projetos de AI em websites –, e a edição do livro *Information Architecture for the World Wide Web* (1998). Para os autores, arquitetura da informação na web é:

1. A combinação dos esquemas de organização, rotulação e navegação dentro de um sistema de informação;
2. O design estrutural do espaço informacional para facilitar a completude das tarefas e o acesso intuitivo ao conteúdo.
3. A arte e a ciência de estruturar e classificar websites e intranets para ajudar as pessoas a encontrar e gerenciar informação.
4. Uma disciplina emergente e uma comunidade de prática focada em trazer princípios do design e arquitetura ao espaço digital. (ROSENFELD; MORVILLE, 2002, p. 72).

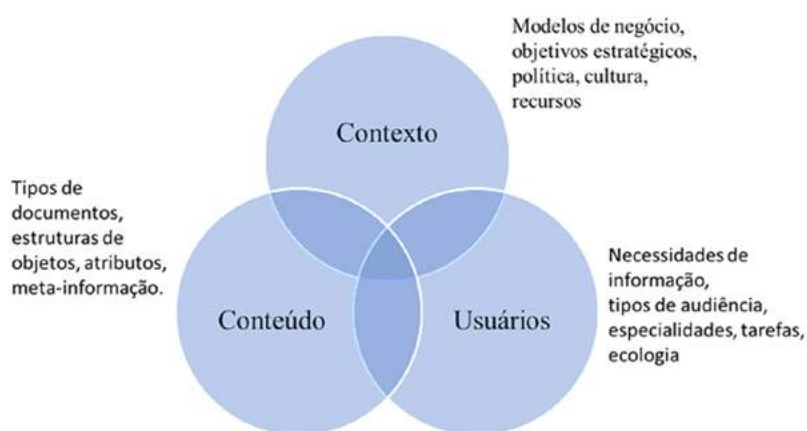
Conforme a definições dos autores, a arquitetura da informação na web tem a função de esquematizar os ambientes digitais, a fim de facilitar o gerenciamento de informações e o acesso aos conteúdos informacionais. Nesse sentido, Straioto (2002, p. 20) corrobora ao citar que:

A Arquitetura da Informação refere-se ao desenho das informações: como textos, imagens e sons são apresentados na tela do computador, a classificação dessas informações em agrupamentos de acordo com os objetivos do site e das necessidades do usuário, bem como a construção de estrutura de navegação e de busca de informações, isto é, os caminhos que o usuário poderá percorrer para chegar até a informação.

Nessa definição, observa-se a importância dada à integração dos objetivos do *site* às necessidades de seus usuários, quanto à navegação e busca dos conteúdos informacionais. Para o *Information Architecture Institute* (2010), é essa estruturação de forma efetiva que irá

garantir aos usuários a satisfação de suas necessidades de informação no uso dos ambientes informacionais, ou seja, a usabilidade. Rosenfeld e Morville (2002) complementam essa definição ao afirmarem que esses ambientes informacionais são compostos de três elementos, são eles: contexto, conteúdo e usuários, conforme figura a seguir.

FIGURA 1: Modelo de arquitetura da informação



Fonte: Rosenfeld e Morville (2002).

Para os autores, a categoria “contexto” é caracterizada como o nível de referência, o mais alto e o menos “tangível”, pois representa a análise do contexto ou ambiente informacional, considerando os fatores e princípios (modelo de negócio, objetivos estratégicos, política, cultura, recursos) que irão nortear o planejamento estratégico da arquitetura da informação. A categoria “conteúdo” é apontada pelos autores como o nível intermediário da representação em que são definidos os modelos de captura; armazenamento, organização e representação; e comunicação dos conteúdos do sistema de informação, conforme as diretrizes estabelecidas no planejamento. Já a categoria “usuários” – nível de aplicação – é apontada pelos autores como o nível base da representação, ou seja, o nível de uso, no qual são aplicadas as teorias, modelos, técnicas e tecnologias idealizadas nos níveis anteriores, considerando as necessidades de informação dos usuários e os objetivos da gestão do conhecimento.

Nessa concepção, Macedo (2005, p. 6) conceitua arquitetura da informação como uma metodologia de ‘desenho’ que se aplica a qualquer ‘ambiente informacional’ (físico ou



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

virtual), sendo este compreendido como um espaço localizado em um ‘contexto’; constituído por ‘conteúdos’ em fluxo; que serve a uma comunidade de ‘usuários’. Com o desenvolvimento dos campos da gestão da informação e do conhecimento no contexto das organizações, a arquitetura da informação passou a ser vista como um dos elementos necessários à estruturação de ambientes informacionais, a fim de facilitar os processos de gestão – acesso, disseminação/compartilhamento e o uso da informação e conhecimento – seja no desempenho das atividades diárias ou na inovação de produtos, serviços e processos.

Segundo Rosenfeld e Morville (2002), a arquitetura da informação para *web* é composta por quatro sistemas interdependentes. A saber: sistema de organização; sistema de navegação; sistema de rotulação; e sistema de busca. Conforme os autores, o sistema de organização (*organization system*) define a classificação e categorização (agrupamento de entidades por semelhança) de todo o conteúdo informacional, a fim de facilitar a recuperação da informação. O sistema de navegação (*navigation system*) especifica as maneiras de navegar, de se mover pelo espaço informacional e hipertextual, por meio de ferramentas que auxiliem o usuário a se localizar – saber onde está e para onde pode ir. O sistema de rotulação (*labeling system*) estabelece as formas de representação e apresentação da informação, definindo rótulos para cada elemento informativo. É válido apresentar o conceito de rótulo que, conforme Reis (2007, p. 99), é um símbolo linguístico utilizado para representar um conceito. Já o sistema de busca (*search system*) permite ao usuário formular expressões de busca a fim de recuperar a informação desejada.

Diante do exposto, ressalta-se a importância de diagnosticar se as estruturas tecnológicas e funcionais de um ambiente informacional digital estão adequadas aos processos de conhecimento, considerando a experiência do usuário, cujos resultados podem influenciar o acesso à informação e, conseqüentemente, o processo de colaboração e criação do conhecimento. Compreende-se, portanto, a importância que deve ser dada à arquitetura da informação em portais corporativos, a fim de facilitar o acesso, o compartilhamento e o uso da informação e conhecimento para a tomada de decisão no contexto organizacional.

3 A GESTÃO DO CONHECIMENTO: processos e tecnologias

Como proposta deste texto, ao relacionar a gestão do conhecimento (GC) e as tecnologias de informação e comunicação, compreende-se que o processo de GC não está



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ligado diretamente ao uso das TIC, pois, em concordância com Terra (2005), gestão do conhecimento é, antes de tudo, um compromisso com a colaboração, com a aprendizagem contínua e com uma cultura de compartilhamento. Porém, na conjuntura da sociedade da informação, entende-se que não se pode falar em gestão do conhecimento organizacional, sem tais tecnologias como recursos primordiais para a otimização desse processo.

Nessa visão, Souza, Dias e Nassif (2011) apresentam a dinâmica estrutural da gestão da informação e do conhecimento (GIC) constituída pela integração de três elementos interdependentes: conteúdos, pessoas e tecnologias. Para os autores, o elemento “conteúdos” constitui a estrutura material dos produtos e serviços que compõem os recursos informacionais nas diversas organizações. O elemento “pessoas” constitui a cultura e as práticas organizacionais, correspondendo ao conjunto de valores e princípios compartilhados pelos indivíduos nas organizações e ao conjunto de atividades e serviços desenvolvidos por estes. Por fim, “tecnologias” constitui o elemento facilitador do processo no que tange à captação, ao armazenamento e à distribuição do conhecimento explicitado, possibilitando a criação do conhecimento organizacional.

Corroborando essa visão, Rollet (2003) situa as TIC na gestão do conhecimento com ferramentas que têm o papel de tornar esse processo mais efetivo, considerando que diferentes tecnologias suportam distintos processos e em diferentes níveis. Ainda segundo o autor, quando aplicadas de forma correta, as TIC podem contribuir com a GC no que tange à conexão de pessoas, a ligação de pessoas às informações e a proteção das pessoas às informações inúteis.

Na literatura acadêmica é possível encontrar diferentes propostas que identificam como as tecnologias da informação e comunicação afetam os processos de conhecimento nas organizações. Nessa perspectiva, Carvalho e Ferreira (2001) propõem um conjunto de TIC enquadradas nos quatro modos de conversão do conhecimento – Socialização, Externalização, Combinação e Internalização (SECI) –, modelo proposto por Nonaka e Takeuchi (1997). Para os autores, o processo de socialização é suportado pelos sistemas de mapas de conhecimento e portais de conhecimento. O processo de externalização é apoiado pelas ferramentas de *Groupware* e *Workflow*, além dos sistemas baseados em inteligência artificial e dos portais de conhecimento. Já o processo de internalização se dá por meio das ferramentas de suporte à inovação, enquanto que o processo de combinação tem como apoio os sistemas de intranet,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), *Business Intelligence*, Inteligência Competitiva, e os portais de conhecimento.

Marwick (2001) também utiliza como base o modelo SECI de Nonaka e Takeushi (1997) para propor uma estrutura tecnológica no suporte aos processos de conhecimento. Conforme o autor, o processo de socialização é suportado pelos sistemas de *groupware*, reuniões virtuais e localizadores de especialistas; e o processo de externalização tem como suporte os sistemas de *groupware*. Já o processo de combinação se dá por meio dos mecanismos de busca, pela categorização de documentos, taxonomia e sistemas de gestão de documentos; e o processo de internalização é suportado pelas plataformas de educação à distância, visualização e apresentações multimídia.

Além destes, o modelo proposto por Molina (2010) relaciona as tecnologias da informação e comunicação no apoio à gestão da informação e gestão do conhecimento. Conforme a autora, a GI é suportada pelas seguintes tecnologias: Gestão Eletrônica de Documentos (GED); *Workflow* e *Software* de Gerenciamento de Projetos. Já a GC é suportada pelos mapas de conhecimento ou páginas amarelas; melhores práticas; sistemas de *groupware*; memória organizacional e memória tecnológica. A autora ainda acrescenta que a intranet permite a integração dos recursos tecnológicos utilizados na implantação de um programa de GC, favorecendo o processo de compartilhamento e busca/captação do conhecimento, além da navegação e monitoramento do ambiente informacional.

Em suma, com base nas ferramentas e definições apontadas em Carvalho e Ferreira (2001), Marwick (2001) e Molina (2010), é possível destacar as principais tecnologias concernentes ao suporte nos processos de gestão do conhecimento e gestão da informação, este integrante daquele (SOUZA; DIAS; NASSIF, 2011). Primeiramente, em relação à GC, as tecnologias que apoiam o processo de **socialização** são: as reuniões virtuais e os sistemas de mapeamento do conhecimento (funcionalidade de “localizador de especialista” para solução de um problema específico ou um projeto).

Na **externalização**, as tecnologias que apoiam esse processo de conversão são: os sistemas de *groupware* (ferramenta que agrega funcionalidade de comunicação síncrona, como chat; assíncrona, como o e-mail; e ferramentas como foco na formação de comunidades, como e-grupos, permitindo a colaboração e a troca de mensagens informais e não estruturadas); os sistemas de *workflow* (mapeiam o fluxo de informações de pessoa para



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

peessoa, de lugar para lugar, de tarefa para tarefa em processos que requerem informações ordenadas e estruturadas, tornando explícito o conhecimento que está embutido em processos de negócios padronizados); e os sistemas baseados em Inteligência Artificial (sistemas especialistas de CBR – *Based Reasoning*: dão suporte ao aprendizado através do armazenamento de um conjunto de narrativas ou de casos relacionados ao problema; e redes neurais: mais sofisticados e que usam instrumentos estatísticos para processar exemplos de causa e efeito e aprender sobre as relações envolvidas na solução de problemas).

Quanto ao processo de **internalização**, as principais tecnologias de apoio são: as ferramentas de suporte à inovação, que contribuem para a criação de novos conhecimentos através da troca de ideias entre os colaboradores no ambiente virtual e que podem ser utilizadas em Pesquisas e Desenvolvimento Industrial – P&D (bibliotecas especializadas; as ferramentas combinatórias que apoiam o processo de criatividade; as bases de dados técnicos constituído de patentes, artigos e projetos de pesquisa; as ferramentas de simulação gráfica, etc.); as plataformas de educação à distância, que tem como objetivo capacitar e desenvolver as habilidades dos funcionários; e a visualização e apresentação multimídia.

Em relação à GI, o processo de **combinação** é suportado pelas seguintes tecnologias: gestão eletrônica de documentos (repositórios de conhecimento explícito que tem a função de catalogação e indexação, possibilitando eficiência na recuperação, maior segurança e melhor controle na criação, aprovação, liberação e versão dos documentos); *Business Intelligence* (conjunto de ferramentas utilizadas para manipulação de dados operacionais e extração de informações de negócios); ferramentas de inteligência competitiva (ferramentas que, em contraste à BI, dependem mais da coleta e da análise de informações qualitativas para a tomada de decisão); os *softwares* de gerenciamento de projetos (controle do fluxo de atividades dos projetos); e os mecanismos de busca (combinação dos termos utilizados na busca de conteúdos informacionais com os termos do documento, de acordo com as regras definidas no momento da categorização, de modo a permitir a recuperação de informações estruturadas ou não estruturadas, e necessárias às práticas organizacionais).

Apesar de Molina (2010) e Carvalho & Ferreira (2001) indicarem a intranet como ferramenta de suporte ao processo de combinação, e estes últimos autores ainda indicarem os portais de conhecimento no suporte aos processos de socialização, externalização e combinação, ressalta-se que a intranet, complementando a definição apresentada



anteriormente, é “[...] uma rede privativa de computadores que se baseia nos padrões de comunicação de dados da internet pública” (FREITAS; QUINTANILLA; NOGUEIRA, 2004, p. 19), cujo objetivo é facilitar o acesso e compartilhamento de informações internas à organização, estruturadas e não estruturadas. Já se tratando de portais corporativos, estes são identificados, assim como será visto no próximo tópico, como um ambiente de integração de todos os recursos tecnológicos utilizados no processo de GC. Por este motivo, os mesmos não foram situados como ferramentas de apoio aos processos de conhecimento, pois devem ser visualizadas como redes/plataformas de suporte ao processo como um todo.

Nessa percepção, a partir do referencial teórico, têm-se as principais tecnologias no suporte ao processo de gestão do conhecimento organizacional:

QUADRO 1: Tecnologias da Informação e Comunicação no suporte ao processo de gestão do conhecimento organizacional

Socialização	Gestão do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none">- Reuniões virtuais- Sistemas de mapeamento do conhecimento
Externalização	Gestão do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none">- Sistemas de <i>groupware</i>- Sistemas de <i>workflow</i>- Sistemas baseados em inteligência artificial
Internalização	Gestão do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none">- Ferramentas de suporte à inovação- Plataformas de educação à distância- Visualização e apresentação multimídia
Combinação	Gestão da Informação	<ul style="list-style-type: none">- Sistema de Gestão de Documentos – GED- Mecanismos de busca- <i>Business intelligence</i>- Ferramentas de inteligência competitiva- <i>Softwares</i> de gerenciamento de projetos

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Carvalho e Ferreira (2001), Marwick (2001) e Molina (2010).

Por outro lado, verifica-se também a convergência dessas ferramentas tecnológicas à estruturação dos portais corporativos. Essa integração surge com o objetivo de promover a colaboração entre os membros da organização, além de possibilitar a explicitação e o armazenamento do conhecimento tácito, transformando-o em conhecimento organizacional, e permitir a disseminação e o acesso ao conhecimento explícito necessário à criação de novos conhecimentos e às práticas organizacionais, a partir de uma interface única de acesso, propiciando assim a otimização dos fluxos informacionais.



4 PORTAL CORPORATIVO: ambiente informacional digital para a construção do conhecimento

Numa abordagem evolutiva, definem-se os portais corporativos como um estágio mais avançado da intranet, devido às limitações dos recursos utilizados no advento deste ambiente digital, em 1995, para a administração e localização eficiente de informações necessárias às atividades organizacionais, suscitando a necessidade de novas funcionalidades integradas a elas.

É a partir desses estágios evolutivos que se estabelecem a intranet da terceira geração ou portal corporativo (TERRA; GORDON, 2002), cuja finalidade é servir como um repositório de conteúdo interno à organização, páginas pessoais e departamentais, memória empresarial, *softwares* de gestão do conhecimento, a partir da rede intranet; e/ou criar um canal externo de comunicação entre clientes e fornecedores da organização, por meio da rede extranet. Com o objetivo de entender como esses portais corporativos afetam o processo de gestão do conhecimento nas organizações, torna-se necessário identificar a sua definição e sua caracterização. Dentre as diferentes definições, Carvalho (2006) destaca algumas encontradas na literatura nacional e internacional.

QUADRO 2: Definições de portais corporativos

AUTOR(ES)	DEFINIÇÃO
REYNOLDS e KOULOPOULOS (1999)	Sistema centrado no usuário, graficamente rico, integrado às tarefas diárias, provendo suporte ao trabalho em organizações baseadas no conhecimento.
CHOO ET AL. (2000, Online)	Ambientes ricos de trabalho virtual e não apenas ferramentas de disseminação de informação. O portal é um espaço informacional de trabalho compartilhado que facilita os processos de criação, intercâmbio, retenção e reuso do conhecimento. É composto por um espaço de conteúdo para facilitar o acesso e a recuperação de informação; por um espaço de comunicação para suportar a negociação de interpretações e significados coletivos e por um espaço de coordenação para permitir a ação e o trabalho cooperativo.
DELPHI GROUP (2000, Online)	Ponto único de acesso para a interação e distribuição do conhecimento organizacional. O portal não é uma tecnologia isolada, mas um conjunto de tecnologias que, se propriamente integradas, fornecem uma interface única para os recursos informacionais e processos de negócio.
FINKELSTEIN (2001, p.1)	Porta de entrada para banco de dados, fluxos de trabalho e sistemas, que foram integrados através de XML e customizados para as responsabilidades individuais de cada trabalhador.
SALDANHA (2004, Online)	Intranet de terceira geração, sendo utilizado não apenas como uma ferramenta de comunicação ou de organização de conteúdo, mas como a infraestrutura tecnológica fundamental para um projeto de gestão do conhecimento.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2006).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Com base nas definições apresentadas, os portais corporativos podem ser identificados como um ambiente informacional digital que facilita os processos de criação do conhecimento, através da comunicação entre os indivíduos; os processos de intercâmbio e retenção do conhecimento, por meio da identificação e caracterização de fontes de conhecimento tácito (especialistas) ou conhecimento explícito (documentos); e os processos de reuso do conhecimento, a partir da disposição de espaços de conteúdos, de recuperação cognitiva da informação e de promoção do trabalho colaborativo. Para tanto, o Portal funciona como uma interface única que integra diferentes tecnologias da informação e comunicação para a otimização dos fluxos informacionais. Dessa forma, entende-se que o portal corporativo funciona como uma plataforma de suporte ao processo de gestão do conhecimento organizacional.

Numa visão sistêmica, Freitas, Quintanilla e Nogueira (2004) apontam alguns resultados organizacionais que podem ser alcançados com o uso dessas plataformas, tanto na visão executiva, quanto na visão dos usuários e da área de tecnologia da informação. São eles: redução dos custos com publicações; comunicação e distribuição física de informações; retenção do conhecimento (capital intelectual); proteção do conhecimento corporativo; melhoria da comunicação na organização; facilitação na tomada de decisão; promoção de um entendimento comum dos objetivos corporativos; desenvolvimento de talentos e melhores práticas dos negócios; redução do tempo de ambientação dos novos colaboradores; redução do tempo gasto na localização de especialistas; redução do tempo gasto na publicação e distribuição de documentos; melhor uso de conhecimento existente na empresa; entre outros.

Entretanto, na visão de Firestone (1999 *apud* DIAS, 2001, p. 51), a terminologia encontrada na literatura referente ao conceito de portais corporativos é bastante diversificada, devido às questões políticas de negócios. Para o autor, os analistas, fornecedores de *software* e concorrentes de mercado usam diferentes definições para os portais corporativos, na tentativa de persuadir as empresas/clientes e investidores da área de TI que uma definição/produto é mais apropriada que outra. Porém, sem abordar esses aspectos políticos, a partir das características identificadas nos estudos de Shilakes e Tylman (1998), Eckerson (1999), Reynolds e Koulopoulos (1999), White (1999) e Murray (1999), Dias (2001) afirma que os



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

portais corporativos podem ser classificados em três categorias diferentes, considerando as suas funções:

- a) **portais com ênfase no suporte à decisão:** auxiliam executivos, gerentes e analistas a acessar as informações corporativas para a tomada de decisões, podendo ser classificados ainda em: a) *portal de informação ou conteúdo* (MURRAY, 1999) - organiza grande quantidade de informações; b) *portal de negócios* (ECKERSON, 1999) - possibilita o acesso às informações de negócios para a tomada de decisão; e c) *portal de Informações Empresariais (EIP) para processamento de decisões* (WHITE, 1999) - integra as informações do portal com as informações do usuário, funcionando como um meio de processamento cooperativo;
- b) **portais com ênfase no processamento cooperativo:** lidam com informações da cadeia produtiva tradicional, armazenadas e manipuladas por aplicativos corporativos, como também com as informações geradas por pessoas ou grupos fora dessa cadeia, podendo ser classificadas em: a) *portal cooperativo* ou para processamento cooperativo (WHITE, 1999; REYNOLDS; KOULOPOULOS, 1999) - utiliza ferramentas colaborativas de trabalho em grupo e de fluxos de tarefas; e b) *portal de especialistas* (MURRAY, 1999) - meio de comunicação e troca de experiências entre pessoas especializadas em determinadas áreas de conhecimento;
- c) **portais de suporte à decisão e processamento cooperativo:** mais abrangentes, conectam os usuários a todas as informações e pessoas necessárias para a realização dos negócios, podendo ser classificadas em: a) *portal de informações empresariais – EIP* (SHILAKES; TYLMAN, 1998; WHITE, 1999) - integra as informações estruturadas às informações não estruturadas; e b) *portais de conhecimento* (MURRAY, 1999) - é um ponto de convergência entre os portais de informações, cooperativos e de especialistas, sendo capaz de implementar tudo o que os outros tipos de portais implementam e de fornecer conteúdo personalizado de acordo com a atividade de cada usuário.

Com base nessa categorização e classificação, compreende-se que os termos “portal corporativo” (PC) e “portal de conhecimento corporativo” (PdCC) podem ser considerados sinônimos, visto que o conceito deste contempla a definição daquele e a arquitetura tecnológica de um portal corporativo pode integrar diversas ferramentas que suportam



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

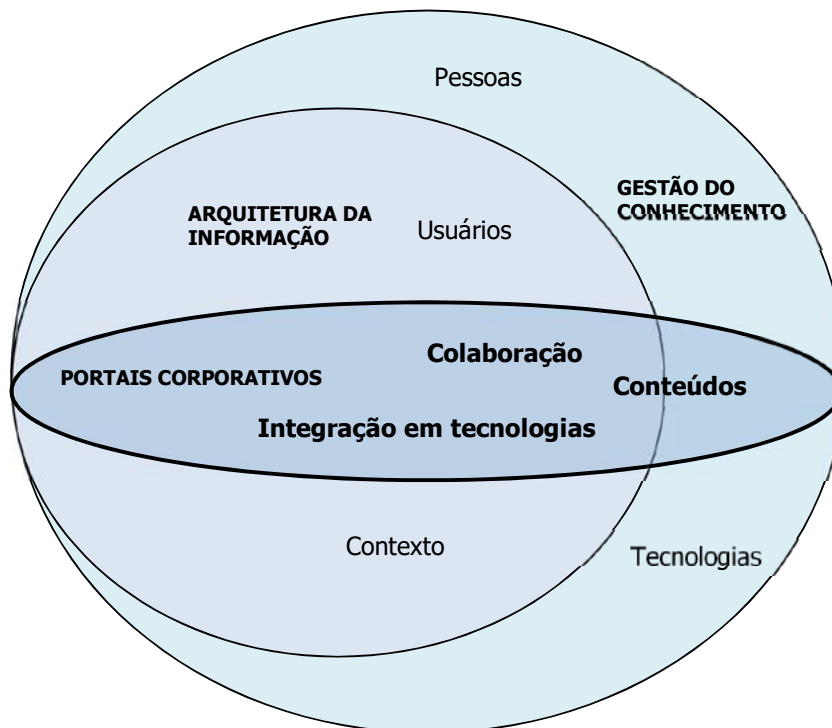
diferentes processos do conhecimento. Sendo assim, essa plataforma pode ser considerada uma infraestrutura necessária no apoio ao processo de gestão do conhecimento, pois converge funcionalidades de diferentes portais no suporte à decisão e processamento colaborativo.

Lima-Marques e Macedo (2006, p. 250) afirmam que a arquitetura fornece suporte às ações de GC à medida que visa promover a acessibilidade à informação armazenada para garantir a eficácia do processo decisório nas organizações. Ou seja, os PdCC permitem a efetividade na conexão entre as pessoas e as informações e na colaboração das pessoas entre si, viabilizando os processos de GC. Assim, considera-se que a arquitetura da informação em portais de conhecimento corporativo oferece a base necessária para os processos de gestão do conhecimento no contexto organizacional.

5 DIMENSÕES RESULTANTES DA PESQUISA

Como resultado das reflexões desenvolvidas neste trabalho, pode-se afirmar que os elementos constituintes da gestão do conhecimento (SOUZA; DIAS; NASSIF, 2011), a saber: pessoas, conteúdo e tecnologias, estabelecem aproximação com os elementos que compõem a arquitetura da informação (ROSENFELD; MORVILLE, 2002), contexto, conteúdo e usuário. Dessa maneira, como proposta desse artigo, os portais corporativos apresentam-se como ambientes em que ocorrem as práticas de colaboração e aproximação entre conteúdos e pessoas (SALDANHA, 2008). Esse ambiente representa a possibilidade de integração entre os sujeitos e a tecnologia, essa de maneira ampla e suas mais variadas dimensões, além do resultado desses dois elementos, o conteúdo disponibilizado, acessado e utilizado pelos sujeitos. A partir desta relação, pode-se observar a Figura 2 como representação dessas interconexões, ficando nítida a proposta da relação promissora entre essas temáticas.

FIGURA 2: Dimensões resultantes da pesquisa



Fonte: Elaborada pelas autoras (2016).

Ainda, tendo a Figura 2 como objeto de análise, pode-se perceber a cooperação necessária entre a GC e AI, tendo como contexto os portais corporativos. Percebe-se que as três dimensões integrantes do portal corporativo - conteúdo, colaboração e integração em TI - sintetizam toda a abordagem tratada pelas temáticas da gestão do conhecimento e arquitetura da informação. Com relação ao **conteúdo**, refere-se aos elementos produzidos por meio da externalização do conhecimento, disseminação e troca de informações e dados pelos usuários no ambiente do portal corporativo. Essa assertiva é complementada pela afirmação dos autores Santos, Franco, Terra, (2009), que conceituam o conteúdo como toda e qualquer informação que seja útil para os colaboradores, fornecedores, clientes ou usuários de maneira geral, não importando a mídia ou o suporte, seja de forma expositiva (notícias, documentos, banco de dados ou de imagens, etc.) ou transacional (sistemas, serviços, relatórios dinâmicos, etc.).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Numa outra perspectiva, Santos, Franco e Terra (2009) afirmam que, ao procurar um conteúdo ou serviço em um portal, o usuário tem duas opções: navegar ou buscar. Em ambos os casos, o volume diversificado de informações leva à necessidade da organização do conteúdo, a partir da arquitetura da informação (sistemas de organização, rotulação, navegação e busca); taxonomia (estruturas de classificação do conteúdo) e metadados (informações complementares sobre o conteúdo), viabilizando uma plataforma de fácil acesso à informação e a recuperação do conteúdo de maneira mais efetiva. Nesse sentido, com base em Saldanha (2008), a Intranet Portal inclui a arquitetura da informação como um dos quesitos de avaliação no uso do portal no ambiente organizacional.

Logo, sobre a **colaboração**, entende-se como um comportamento em que um grupo de pessoas se unem, num determinado contexto, para desenvolver uma prática que resulte em um objetivo em comum. Para Terra & Gordon (2002, p. 28), conhecimento e colaboração andam juntos. Nesse sentido, faz-se necessário, portanto, estabelecer as ferramentas estratégicas à formação de redes sociais no ambiente digital e promoção da colaboração para o fluxo de informações informais, pois, segundo Cavalcante e Valentim (2010), é a partir desses fluxos que os conhecimentos tácitos dos indivíduos são explicitados, promovendo a criação do conhecimento organizacional.

Quanto à **integração em TI**, para Saldanha (2008), esse componente tem a função de integrar e orquestrar sistemas de forma mais racional, para a TI, e amigável, para o tomador de decisão/usuário. Dentre as soluções propostas, estão a customização/segmentação do portal (ambiente modelado segundo os perfis de usuário) e a personalização do portal (ambiente modelado ativamente pelo usuário, conforme as suas necessidades e fluxos de trabalho). Tais soluções propostas possibilitam ao usuário encontrar informações estruturadas e não estruturadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias de informação e comunicação devem ser vistas como importantes aliadas no que se concerne às estratégias de gestão do conhecimento no contexto das organizações. Aspectos como a identificação, a aquisição, o armazenamento e a disseminação do conhecimento explícito podem ser potencializados mediante o uso dessas TIC,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

favorecendo a execução de atividades que motivem os sujeitos a desenvolverem de maneira ativa a colaboração, a participação e o compartilhamento, para a expansão do conhecimento organizacional.

A arquitetura da informação insere-se como uma aliada no planejamento e estruturação dessas TIC, sobretudo, no uso de portais corporativos no ambiente interno das organizações. Destarte, por meio da referida revisão, percebeu-se que a arquitetura da informação e a gestão do conhecimento possuem interconexões de conceitos e técnicas que podem potencializar a criação e disseminação do conhecimento organizacional, tendo como elo o uso estratégico de portais corporativos.

Assim, como resultado deste trabalho, apresentou-se uma figura síntese em que traz a representação do lugar em que o portal corporativo se situa na relação entre a gestão do conhecimento e a arquitetura da informação, tendo como aspectos fundamentais as três dimensões integrantes desse recurso: o conteúdo, a colaboração e a integração em tecnologias da informação.

Por fim, como sugestão para os próximos estudos, percebeu-se a necessidade de se analisar como essas dimensões, identificadas a partir da literatura, ocorrem no cotidiano das organizações.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rodrigo Baroni; FERREIRA, Marta Araújo Tavares. Using information technology to support knowledge conversion processes. **Information Research**, [S.l.] v. 7, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://informationr.net/ir/7-1/paper118.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DIAS, Cláudia Augusto. Portal corporativo: conceitos e características. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 50-60, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a07v30n1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

FREITAS, Rogério Afonso de; QUINTANILLA, Leslie Wittig; NOGUEIRA, Ari dos Santos. **Portais corporativos: uma ferramenta estratégica para a gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: Brapsport, 2004.

LIMA-MARQUES, Mamede; MACEDO, Flávia Lacerda Oliveira de. Arquitetura da Informação: base para a gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência, Informação e Conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

MACEDO, F. L. O. de. **Arquitetura da informação: aspectos epistemológicos, científicos e práticos**. 2005. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MARWICK, Alan. Knowledge management technology. **IBM Systems Journal**, v. 40, n. 4, p. 814-830, 2001.

MOLINA, Letícia Gorri. Tecnologias de informação e comunicação para gestão da informação e do conhecimento: proposta de uma estrutura tecnológica aplicada aos portais corporativos. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, Mediação e Uso da Informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ROLLETT, Herwig. **Knowledge Management: processes and technologies**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2003.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P. **Information Architecture for the World Wide Web**. 3ed. Sebastopol: O'Reilly, 1998, 2002.

SALDANHA, Ricardo. Agregando valor em ambientes digitais corporativos. Disponível em: <<https://ricardosaldanha.wordpress.com/2008/06/10/agregando-valor-em-ambientes-digitais-corporativos-colaboracao-e-a-visao-do-todo-parte-4/>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

SOUSA, Edvânio Duarte de.; DIAS, Eduardo José Wense.; NASSIF, Mônica Erichsen. Gestão da informação e gestão do conhecimento na Ciência da Informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 55-70, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4039/5598>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

STRAIOTO, F. **A arquitetura da informação para a World Wide Web: um estudo exploratório**. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do Conhecimento: o grande desafio empresarial**. 5 ed. São Paulo: Elsevier, 2005.

_____; GORDON, Cinfy. **Portais Corporativos: a revolução na gestão do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Negócio, 2002.

_____; SANTOS, M.L.B.; FRANCO, C.E. **Gestão de conteúdo 360º: integrando negócios, design e tecnologia**. São Paulo: Saraiva, 2009.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

THE Information Architecture Institute. 2002. Disponível em:
<<http://iainstitute.org/pt/translations/000136.html>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

VALENTIM, M; CAVALCANTE, L. F. Informação e conhecimento no contexto de ambientes organizacionais. In: VALENTIM, M. L. P (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

CAPITAL INTELECTUAL: RECONHECIMENTO COMO AGREGADOR DE VALOR NAS EMPRESAS INOVADORAS

EL CAPITAL INTELECTUAL: RECONOCIMIENTO COMO AGREGADOR DE VALOR EN LA EMPRESA INNOVADORA

**Mara Inez Corrêa de Souza Pires, UFMG
Julio César Pereira de Carvalho, UFMG**

Resumo: As grandes mudanças ocorridas na economia e a modernização da administração, dentro do contexto da globalização e da pressão por inovações que o mercado contemporâneo apresenta nessa última década torna relevante levantar a importância do capital intelectual. O objetivo geral deste trabalho é fazer uma revisão da literatura a respeito do capital intelectual no atual ambiente de competitividade que as organizações atravessam, apresentando os principais conceitos dados por diversos autores. E ainda demonstrar como a nova era ou economia do conhecimento necessita do reconhecimento da importância do capital intelectual que impacta diretamente sobre o valor das organizações. Para isso abordaremos como o capital intelectual serve de escopo para que sejam agregados novos valores aos produtos e as empresas. Este trabalho foi uma pesquisa bibliográfica no qual foram feitos estudos e a descrição das principais características, propriedades e relações existentes nas bibliografias sobre o tema escolhido. Por meio desta revisão bibliográfica da principal literatura foram apresentados diversos conceitos e classificações de capital intelectual e sua importância. No final foi possível demonstrar como os autores variam em diversas definições do que seja Capital Intelectual, porém, a maioria concorda que a moderna economia e a acirrada competição global obrigam os pesquisadores, empresas e gestores a intensificar os estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Capital intelectual. Aprendizagem Organizacional. Economia do Conhecimento.

Resumen: Los principales cambios en la economía y la modernización de la administración, en el contexto de la globalización y la presión de las innovaciones que presenta el mercado actual en esta última década es relevante para elevar la importancia del capital intelectual. El objetivo de este estudio es revisar la literatura sobre el capital intelectual en el entorno competitivo actual, que pasan a través de las organizaciones, la presentación de los principales conceptos dados por varios autores. Y también demuestran cómo la nueva era o economía del conocimiento requiere el reconocimiento de la importancia del capital intelectual incide directamente en el valor de las organizaciones. Para esto habla de cómo el capital intelectual sirve ámbito de aplicación a que son nuevos valores añadidos a los productos y empresas. Este trabajo fue una literatura en la que se realizaron los estudios y la descripción de las características principales, propiedades y relaciones existentes en la bibliografía sobre el tema elegido. A través de ésta la principal revisión de la literatura la literatura se han presentado diversos conceptos y clasificaciones de capital intelectual y su importancia. Al final fue posible demostrar cómo los autores varían en las diferentes definiciones de lo que es el capital intelectual, pero la mayoría coinciden en que la economía moderna y la fuerte competencia mundial requieren investigadores, empresas y gestores de intensificar los estudios sobre el tema.

Palabras clave: Capital Intelectual. Aprendizaje Organizacional. Economía Del Conocimiento.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1: INTRODUÇÃO

Já se tornou lugar-comum afirmar que o recurso mais valioso das organizações em um cenário de mudança e crescente complexidade são as pessoas. Todo processo de aprendizagem e criação de novo conhecimento começa no nível individual, isto é, nas pessoas. Para Fleury (2002) elas são o ponto de partida e de sustentação para a ação estratégica da organização em seu dia-a-dia

Surge também o conceito de Capital Intelectual como um conjunto de benefícios intangíveis que agregam valor às empresas. Segundo Antunes e Martins (2002) trata-se da aplicação do conhecimento que vem impactando, sobremaneira, o valor das organizações, pois a materialização da utilização desse recurso, mais as tecnologias disponíveis empregadas para atuar num ambiente globalizado agregam valor às empresas. Por tratar-se de processo contínuo, pela mudança do estado cognitivo dos sujeitos e pela evolução tecnológica, o estabelecimento do capital intelectual depende crucialmente dos processos de aprendizagem.

Esta pesquisa se justifica, principalmente pelas grandes mudanças ocorridas na economia e modernização da administração, dentro do contexto da globalização e da pressão por inovações que o mercado contemporâneo apresenta nessas últimas décadas.

Visamos, portanto, contribuir para a discussão da importância da aprendizagem organizacional na composição do capital intelectual das organizações que se interessam pela construção do conhecimento e veem na aprendizagem organizacional um caminho de valorização de seus produtos ou serviços. Ao mesmo tempo a aprendizagem possibilita identificar e corrigir erros no processo de construção de seu capital intelectual. Portanto, torna-se relevante levantar a importância do tema em foco e falar da contribuição que esta pesquisa almeja trazer ao campo científico da ciência da informação ao fazer uma revisão bibliográfica com os principais autores da área.

Após busca nas principais ferramentas disponíveis como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o Portal CAPES não se encontrou nenhum artigo que tratasse especificamente sobre o tema escolhido. Foram utilizados os seguintes termos de busca:

- Capital Intelectual – foram encontrados artigos sobre o tema, mas nenhum com as especificidades desta pesquisa.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- Capital Intelectual como agregador de valor – algumas pesquisas encontradas, mas sem relação com o artigo por não tratar-se de revisão dos principais autores da área e sim a maioria estudos de caso.

- Capital intelectual nas empresas inovadoras – Vários artigos encontrados com o tema, mas sem relação com esta pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho é fazer uma revisão da literatura a respeito do capital intelectual no atual ambiente de competitividade que as organizações atravessam, apresentando os principais conceitos dados por diversos autores ao capital intelectual e sua importância. E ainda demonstrar como a nova era, ou economia, do conhecimento necessita do reconhecimento da importância do capital intelectual que impacta diretamente sobre o valor das organizações.

Discutiremos os principais conceitos de capital intelectual, a qualificação de seu significado e seu papel nas organizações, e sua importância na geração de valores. Nas conclusões, veremos a importância do capital intelectual enquanto agregador de valor para as empresas inovadoras.

2: CAPITAL INTELECTUAL

De acordo com Lastres (1999), a centralidade no conhecimento surgiu com as mudanças de paradigmas que inauguraram esta nova era tecno-econômica, envolvendo criação de setores e atividades; novas formas de gerar e transmitir conhecimentos e inovações; produzir e comercializar bens e serviços; definir e programar estratégias e políticas; organizar e operar empresas e outras instituições públicas ou privadas. O conhecimento sempre esteve presente na constituição de todas as eras, mas não tão fortemente como ativo e intangibilizado pelas tecnologias de informação que eliminam barreiras de tempo e espaço. Já para Galvan (2004) a economia e o conhecimento são dois fenômenos de ciência moderna. A economia da informação já existe há longo tempo como evolução da era industrial e tornou-se campo de estudos interdisciplinares da Economia, da Ciência da Informação e da Comunicação quando a informação ganha valor de mercado e é bem de produção importante às atividades econômicas no sistema capitalista, sobretudo, pós-industrial.

Propomos então realizar uma pesquisa bibliográfica eficiente e de caráter científico, através de estudo e descrição das características, propriedades ou relações existentes nas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

principais bibliografias sobre o tema escolhido. Segundo Cervo e Bervian (2002), esta modalidade está implícita em qualquer tipo de pesquisa, em qualquer área, supondo-se que, todas elas exigem uma pesquisa bibliográfica.

Lundvall (1997, citado por Cassiolato, 1999), diz que a economia baseada no conhecimento deriva da observação de que a partir do final da Segunda Guerra Mundial os processos produtivos têm crescentemente se apoiado e dependido de atividades baseadas em conhecimento. Isto é fato. E então o conhecimento dos mercados como parte do que é comercializado trouxe à tona a importância do Capital Intelectual, objeto de conceituação a seguir.

Com a Era da Informação surge a predominância da informação na cadeia de valor de uma empresa, mais que o investimento em equipamentos e de bens de capital, bem como a substituição crescente de matérias-primas e ativos físicos por conteúdos de conhecimento. Muda-se a postura das empresas que passam a recompensar o mercado de trabalho pelo conhecimento que detém. Isto sugere que as empresas estão cada vez mais valorizando o conjunto de habilidades, talentos e capacidades e idéias do capital humano e com isto valorizando esta parte substantiva do capital intelectual (Stewart, 1998).

Para Antunes e Martins (2002) Capital Intelectual é um conjunto de benefícios intangíveis que agregam valor às empresas. O entendimento de Capital Intelectual como um passivo retrata a idéia de valor corporativo ao considerá-lo como um empréstimo feito pelos clientes, empregados, entre outros, visto, portanto, como fonte de capital (recursos).

Já na concepção de Paim e Nehmy (2003) o capital intelectual seria o somatório de dois tipos de capital – o estrutural e o humano. O capital estrutural são os processos, os dados que ficam registrados mesmo quando o trabalhador não está presente. Já o capital humano que se utiliza do capital estrutural e potencializa o capital intelectual, é o grande contribuinte da maioria dos valores agregados a produtos ou serviços oferecidos pelas empresas inovadoras.

Stewart (1998, pXIII) reconhece o capital intelectual como o conhecimento da força de trabalho. “Em uma frase: o capital intelectual constitui matéria intelectual – conhecimento, informação, experiência – que pode ser utilizada para gerar riqueza.”

Como podemos entender a definição de capital intelectual é ampla e diversa. Para este trabalho vamos focar no capital intelectual como sendo capital humano, o que utiliza da estrutura para agregar valor a produtos e serviços, ou seja, aquele que pertence ao trabalhador.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Pois, ainda segundo Paim e Nehmy (2003, p283), “a noção de capital intelectual remete ao processo de trabalho próprio do novo ciclo econômico, baseado no trabalho qualificado, na distribuição de responsabilidades, na comunicação, na produção em função da demanda do cliente.”

Antunes e Martins (2002) entendem então que a aplicação do conhecimento vem impactando, sobremaneira, o valor das organizações, pois a materialização da utilização desse recurso, mais as tecnologias disponíveis e empregadas para atuar num ambiente globalizado, produzem benefícios intangíveis que agregam valor às mesmas. E ainda, é a capacidade mental coletiva da organização, um conjunto de benefícios intangíveis que se denominou Capital Intelectual. O aparecimento desse conceito conduz à necessidade de aplicação de novas estratégias, de uma nova filosofia de administração e de novas formas de avaliação do valor da empresa que contemplem o recurso do conhecimento.

Brooking (1996, citado por ANTUNES E MARTINS, 2002), divide o capital intelectual em quatro categorias:

Ativos de mercado: potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado.

Ativos humanos: compreendem os benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações por meio da sua *expertise*, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica.

Ativos de propriedade intelectual: incluem os ativos que necessitam de proteção legal para proporcionar às organizações benefícios tais como: *know-how*, segredos industriais, *copyright*, patentes, *designs*, etc.

Ativos de infraestrutura: compreendem as tecnologias, as metodologias e os processos empregados, como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação de risco, banco de dados de clientes, etc.

Neste sentido, o que vem a ser os ativos/recursos intangíveis que agregam valor às empresas? Barbosa e Gomes (2002) entendem como conjunto de ativos intangíveis de uma empresa um conjunto formado por: (i) Conhecimento acadêmico e tácito de seus funcionários; (ii) Os processos facilitadores de transferência e aquisição do conhecimento; (iii) o relacionamento com clientes, fornecedores e mercado de trabalho e (iv) a capacitação em pesquisa e desenvolvimento. Ainda segundo estes autores “é este conjunto de ativos/recursos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



intangíveis que se denomina de Capital Intelectual e o conhecimento aí incorporado é que agrega valor a um processo anterior de intangibilidade”.

Já Sveiby (1997, citado por BARBOSA E GOMES, 2002), diz que os ativos/recursos abstrato de uma empresa seriam compostos pelo conjunto de competências dos seus indivíduos membros, pela sua estrutura interna e pela sua estrutura externa. Estes ativos seriam então o fio condutor de conhecimento que liga a organização a seus clientes e fornecedores.

O Capital Intelectual (o novo ativo da empresa), dentro de uma nova filosofia de administração, que agora lida com a esta intangibilidade, precisa ser devidamente gerida e, para Stewart:

A gestão do capital intelectual é como um oceano recém-descoberto, que ainda não consta do mapa, e poucos executivos entendem suas dimensões ou sabem como navegá-lo. Podem saber um pouco sobre ativos intelectuais codificados, como patentes e direitos autorais. Podem ter uma noção do valor dos outros, como o patrimônio da marca. Podem intuir que o treinamento e a experiência obtidos na curva do aprendizado fazem parte, de alguma forma, de sua base de ativos. Mas o talento também é capital intelectual (STEWART, 1998, p53).

E, de acordo com Barbosa e Gomes (2002), um controle gerencial adequado do Capital Intelectual parte da hipótese de que os ativos e recursos básicos disponíveis para uma empresa sejam eles pessoas, processos organizacionais e produtivos, tecnologias adotadas, insumos, etc., somente serão relevantes para a empresa se ela puder, de forma eficiente e eficaz, utilizar o conhecimento neles incorporado.

Para Klein (1998) existem elementos e desafios para a gestão do capital intelectual. E ainda, para gerir o capital intelectual de forma mais sistêmica, a empresa deve encontrar uma forma de passar de uma empresa que “compreende indivíduos detentores de conhecimento” para uma “organização focalizada em conhecimento que cuida da criação e compartilhamento de conhecimento”. Este processo inclui vários atores que, segundo este autor, são: pessoas, incentivos, tecnologia, processos e outros elementos que “precisam ser tecidos cuidadosamente de forma compatível com as estratégias, cultura, capacidade e os recursos da empresa”.

A estratégia da empresa para a gestão do capital intelectual é incorporada a um portfólio de iniciativas gerenciais e tecnológicas no nível operacional. Em parte, o desafio da gerência é orquestrar a transformação de material



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

intelectual bruto gerado por indivíduos em capital intelectual – conhecimento embalado em formas passíveis de serem investidas diretamente, no mesmo espírito em que o são os ativos tangíveis da empresa (KLEIN, 1998, p9).

E como a organização deve agir no sentido de criar infraestrutura para cultivar e compartilhar o capital intelectual? Klein (1998) afirma que a gestão estratégica do capital intelectual necessita de uma mudança fundamental de pensamento com relação à disseminação dos ativos intelectuais da empresa. Ainda segundo este autor o capital intelectual crescerá dentro da empresa quando seus gestores passarem a promover e não restringir seu uso. Esta promoção acontecerá a partir da busca deliberada de oportunidades para formar e alavancar o capital intelectual através de uma infra estrutura gerencial e tecnológica explícita para tal fim e destinada a capturar e expandir o conhecimento.

Jóia (2001), em seu artigo “Medindo o Capital Intelectual”, apresentou a proposta de um modelo heurístico no qual leva em consideração a ligação entre o Capital Intelectual e a Estratégia da Empresa. Este modelo tem como objetivo avaliar os ativos intangíveis em consideração à estratégia adotada pela empresa durante o tempo em que é aplicado. E ainda, alguns mercados avaliam as ações das empresas baseadas no conhecimento calculando-se o valor dos bens intangíveis o que, no final, altera o valor contábil destas.

Este modelo heurístico criado por Jóia (2001) levou em consideração a relação existente entre o Valor de Mercado e o Valor Contábil, o que chamou de M/C, e que foi usado como padrão para medir os ativos intangíveis. Utilizou-se então a fórmula:

$$\text{VALOR DE MERCADO} = \text{VALOR CONTÁBIL} + \text{CAPITAL INTELECTUAL.}$$

A equação criada por Jóia demonstrou que:

...o valor das ações tem uma porção tangível (valor contábil), além de uma componente intangível. Daí, supondo-se que o Capital Intelectual seja maior do que zero ($CI > 0$), a razão Valor de Mercado/Valor Contábil é maior do que 1 ($M/C > 1$). Quanto mais conhecimento a empresa possuir, maior será o valor de M/C (JÓIA, 2001, p55).

O valor contábil pode então ser calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{VALOR CONTÁBIL} = \text{CAPITAL MONETÁRIO} + \text{CAPITAL FÍSICO}$$

E para calcular o Capital Intelectual, também chamado de bem intangível, aplica-se a seguinte fórmula:

$$\text{CAPITAL INTELECTUAL} = \text{CAPITAL HUMANO} + \text{CAPITAL ESTRUTURAL}$$



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

E ainda segundo Jóia (2001), o que a empresa possui de capital humano não pertence a ela. Este elemento surge através do que o empregado possui de conhecimento e habilidades. Já o que possui de capital estrutural pertence a ela e é alienável. É o lugar, o ambiente físico e toda a sua estrutura (também física) que possui para gerir os negócios, produzir e gerar conhecimento.

O capital estrutural abrange ainda todos os processos internos e externos utilizados para fazer negócios. Trata-se do relacionamento entre a organização e seus parceiros internos e externos, o que Jóia (2001), chama de capital de processos.

O autor aponta também o capital de relacionamento, que é aquele que liga todos os parceiros envolvidos no negócio, como prestadores de serviços, clientes e fornecedores. E também o capital de inovação, que seria para ele o que a cultura da empresa produz em matéria de conhecimento baseado no conhecimento já existente.

O Capital estrutural seria então representado pela fórmula:

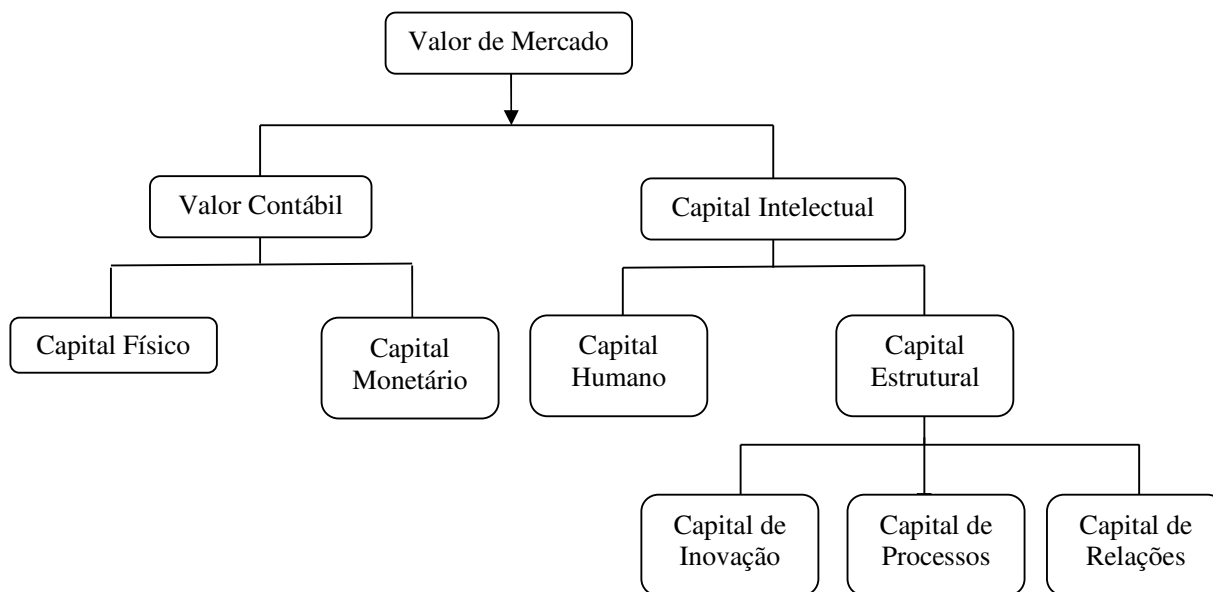
CAPITAL ESTRUTURAL = CAPITAL DE PROCESSOS + CAPITAL DE RELACIONAMENTO + CAPITAL DE INOVAÇÃO

E então, conclui-se juntamente com Jóia (2001), que a fórmula para se calcular o Capital Intelectual seria:

CAPITAL INTELECTUAL = CAPITAL HUMANO + CAPITAL DE PROCESSOS + CAPITAL DE RELACIONAMENTO + CAPITAL DE INOVAÇÃO

A figura abaixo representa os conceitos apresentados pelo autor durante a criação do modelo heurístico apresentado, mostrando de que o Capital Intelectual (ativos intangíveis) é composto.

FIGURA 1. Taxonomia do Capital intelectual



Fonte: adaptado de Jóia (2001, p. 56)

O modelo heurístico apresentado por Jóia (2001) ganha destaque pela sua simplicidade e por expressar de forma adequada os componentes do capital intelectual.

Jóia (2001) considera que a estratégia é a bússola que vai orientar os trabalhadores do conhecimento no processo de construção do capital intelectual. Os indicadores selecionados pelos estrategistas juntamente com a taxonomia do capital intelectual, são utilizados para calcular a intangibilidade. Cada Indicador utilizado terá um peso. Então a combinação dos dados disponíveis dos indicadores com seus pesos pré definidos pelo estrategista possibilita o cálculo do capital intangível. E ainda, segundo Arthur (1996, citado também por Jóia, 2001, p57), “o Capital Intelectual, por si só, não tem valor. Ele deve ser entendido como uma forma de refinar a Estratégia Empresarial da empresa, oferecendo feedback positivo”.

A economia do conhecimento está baseada no ativo intangível das organizações contemporâneas e saber o que uma empresa possui de capital intelectual e quanto ele vale é primordial para que haja segurança em investimentos futuros. Nas empresas baseadas no conhecimento este substitui a estrutura física e o capital como os insumos mais importantes, mas ainda há muito o que se fazer até que este processo esteja totalmente consolidado na cultura organizacional.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Para que a construção do capital intelectual seja sólida, crescente e valorizada dentro da organização é necessário que a aprendizagem organizacional seja devidamente aplicada. Ou seja, ela deve ser um processo dinâmico e permanente e ser parte sólida de uma nova identidade cultural da organização.

3: CONCLUSÕES

As organizações têm experimentado mudanças rápidas e significativas nos últimos anos inclusive no que diz respeito à valorização do capital intelectual – que a literatura moderna e os estudiosos de gestão admitem, em sua maioria, como um ativo intangível. Para muitas empresas tal ativo se mantém escondido dentro das mentes de seus trabalhadores e por isto muitas desconhecem ou pouco valorizam o seu capital humano, a partir do seu potencial de conhecimento. Até algum tempo prevaleceu nas organizações o conhecimento racional, ou seja, o que cada colaborador sabia sobre o que teria que fazer durante o seu período de trabalho.

Foi a partir desta observação que partimos para uma pesquisa sobre como o Capital Intelectual pode ser reconhecido como agregador de valor nas empresas inovadoras. Levamos em conta na pesquisa as grandes mudanças ocorridas na economia, a modernização da administração e a globalização como fatores que reforçaram a inquietação sobre a problemática desenvolvida.

Durante a pesquisa foi feita uma revisão da principal literatura a respeito do Capital Intelectual e importância destes conceitos. Levantou-se então a hipótese de que as organizações desta nova era, ou economia, do conhecimento necessitam reconhecer e aceitar a importância do Capital Intelectual. Trata-se de evidenciar seu impacto de forma direta sobre a formação do seu valor de mercado, quer seja pela valorização do seu patrimônio de negociação, quer seja pelo reconhecimento pelo mercado do valor dos seus produtos.

Descobrimos então como os autores variam em diversas definições, mas, em sua maioria, concordam na essência, sobre a importância de se entender o que seja capital intelectual e com isso poder melhor gerenciá-lo. A conclusão encontrada pela maioria dos autores é que neste novo contexto empresarial as organizações devem reconhecer e aprender como gerir e incentivar processos criativos e aquisição de conhecimento com o objetivo de agregar mais valor à empresa e seus produtos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Foi também possível constatar durante esta pesquisa que o capital intelectual, poderá ser cada vez mais reconhecido e valorizado pelo mercado e que os indivíduos, dentro ou fora da organização, precisam ser estimulados a buscar o aprimoramento de suas habilidades profissionais, e que a maioria dos autores concorda que o capital intelectual é reconhecido como agregador de valor para as empresas inovadoras.

Assim, nós pensamos ter respondido à pergunta inicialmente feita, utilizando como suporte a maior parte dos conceitos pertinentes e seus autores mais consagrados, que convergem claramente para a idéia de que o Capital Intelectual é agregador de valor para as empresas. Muito ainda há que ser estudado e pesquisado no que se refere a gestão do conhecimento e a importância do enfoque de gestão encima deste ativo intangível como forma de agregar valor em uma organização. O futuro chegou, seja dentro de uma sala de reuniões, ou de um simples escritório, e dali, com métodos convenientes de gestão e suporte de tecnologias apropriadas, criam-se novos contextos onde podem surgir idéias inovadoras capazes de mudar o mundo e o modo como vivemos. O sujeito aprende, ensina e aprende novamente, guarda consigo o que aprendeu e assim contribui para a transformação do mundo e da sociedade.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, Eliseu. Capital Intelectual: verdades e mitos. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, v. 13, n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772002000200003>>. Acesso em: 17 maio 2016.

BARBOSA, José Geraldo P.; GOMES, Josir Simeone. Um estudo exploratório do controle gerencial de ativos e recursos intangíveis em empresas brasileiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 29-48, maio/ago., 2002

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FLEURY, Maria Tereza Leme (Org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002. 306 p.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **A Gestão de competência e a estratégia organizacional**. As pessoas na organização. 3 ed. São Paulo: Gente, 2002.

GALVAN, Cesare Giuseppe. Economia e conhecimento. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 6, n. 3, p. 96-113, sept./dic. 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/issue/view/82>>. Acesso em: 17 maio 2016.

JOIA, Luiz Antonio. Medindo o Capital Intelectual. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 54-63, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n2/v41n2a06.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

KLEIN, David A. **A gestão estratégica do capital intelectual: recursos para a economia baseada em conhecimento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

LASTRES, Helena Maria Martins; FERRAZ, João Carlos. Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado. In: LASTRES, Helena Maria Martins (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. cap. 1, p. 27-57.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. Gestão do conhecimento, “doce barbárie”. In: PAIM, Isis (Org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003. p. 267-306.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual**. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC – 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Tecnologias da informação e Gestão do Conhecimento

ESTUDO DE ADERÊNCIA ENTRE PADRÕES DE REPRESENTAÇÃO DE DADOS SOBRE ENTIDADES

ESTUDIO DE ADHERENCIA ENTRE LOS ESTÁNDARES DE REPRESENTACIÓN DE DATOS SOBRE ENTIDADES

Fernando de Assis Rodrigues, UNESP
Ricardo César Gonçalves Sant'Ana, UNESP

Resumo: Projetos de sistemas de informação voltados à disseminação de dados originários e destinados para setores específicos necessitam de estruturas na fase de armazenamento que propiciem esta disseminação. Uma das entidades presentes neste contexto é a formalização da representação de pessoas, empresas e organizações e para a explicitação deste tipo de informação é necessário um conjunto específico de atributos. Entretanto, distintas aplicações destes conjuntos de dados são realizadas com o uso diferentes padrões e estruturas, o que torna complexo o armazenamento unificado deste tipo de informação. Portanto, o objetivo deste trabalho é estudar a aderência entre os padrões de representação de dados *vCard* e o vocabulário *Friend of a Friend (FOAF)*, definindo um núcleo comum para a explicitação de entidades desta temática para setores específicos – com independência tecnológica – necessárias à estruturação de bases de dados na fase de armazenamento destes conjuntos de dados. O universo de pesquisa está delimitado ao estudo destes padrões de representação para entidades relacionadas a descrição de pessoas e como resultado, apresenta-se uma proposta de elementos para a geração de estruturas de representação de dados sobre entidades para setores específicos em *vCard* e *FOAF*. A geração de um núcleo independente de elementos que permita um armazenamento unificado de informações necessárias para a representação de pessoas voltadas a um setor específico pode ser um dos fatores de qualidade na fase de armazenamento destes conjuntos de dados, principalmente devido à aderência entre atributos e propriedades pertencentes a estes padrões de representação, além de aproximar estes elementos de representações com um atendimento mais eficiente de necessidades geradas pelos fluxos informacionais dos sistemas de informação, permitindo, a partir de uma única base de dados a construção de múltiplas visualizações destes conjuntos de dados, como estruturas voltadas ao intercâmbio de dados por sistemas de informação ou consultas voltadas para o contexto da Web Semântica.

Palavras-chave: Sistemas de Informação. Web Semântica. Padrões de Representação de Dados. *Friend of a Friend (FOAF)*. *vCard*.

Resumen: Proyectos de sistemas de información volcados a la disseminación de datos de y para sectores específicos, necesitan estructuras en la fase de almacenamiento que propicien esta disseminación. Una de las entidades presentes en este contexto es la formalización de la representación de personas, empresas y organizaciones. Para la explicación de este tipo de información es necesario un conjunto específico de atributos. Sin embargo, distintas aplicaciones de estos conjuntos de datos son realizadas con el uso de diferentes estándares y estructuras, lo que torna complejo el almacenamiento unificado de este tipo de información. Por tanto, el objetivo de este trabajo es estudiar de adherencia entre los estándares de representación de datos *vCard* y el vocabulario *Friend of a Friend (FOAF)*, definiendo un núcleo común para la explicación de entidades con esta tematica para sectores específicos – con independencia tecnológica – necesarias a estructuração de bases de datos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

en la fase de almacenamiento de estos conjuntos de datos. El universo de investigación esta delimitado al estudio de estos estándares de representación para personas. Como resultado, se presenta una propuesta de elementos para la generación de estructuras de representación de datos sobre entidades para sectores específicos en *vCard* y *FOAF*. La generación de un núcleo independiente de elementos que permita un almacenamiento unificado de informaciones necesarias para la representación de personas volcadas a un sector específico puede ser uno de los factores de calidad en la fase de almacenamiento de estos conjuntos de datos, principalmente debido a la adherencia entre atributos y propiedades pertenecientes a estos estándares de representación, además de aproximar estos elementos de las representaciones con uno atedimiento mas eficiente de las necesidades generadas pelos flujos informacionales de los sistemas de información, permitiendo, a partir de una única base de datos, la construcción de múltiples visualizaciones de estos conjuntos de datos, como estructuras volcadas al intercambio de datos por sistemas de información o consultas volcadas para Web Semántica.

Palabras-clave: Sistemas de Información. Web Semántica. Estándares de Representación de Datos. *Friend of a Friend (FOAF)*. *vCard*.

1 INTRODUÇÃO

A demanda de acesso a dados originários de diversas áreas do conhecimento torna complexa a construção e a análise de estruturas de coleta, armazenamento e recuperação de dados em sistemas de informação disponíveis através da infraestrutura da Internet. A Ciência da Informação, de caráter social e que apresenta estudos sobre transmissão de conhecimento (WERSIG, 1993; WERSIG; NEVELING, 1975), pode contribuir com o arcabouço de teorias e de análises sobre como conjuntos de dados – elemento básico nos fluxos informacionais (SANTOS; SANT’ANA, 2002, 2015) – estão estruturados nestes sistemas, além de permitir um melhor entendimento dos protocolos, dos padrões já constituídos (SANT’ANA, 2013).

Este estudo adota o Ciclo de Vida dos Dados para Ciência da Informação (CVD) (SANT’ANA, 2013) como referencial metodológico para a análise de estruturas de representação apropriadas para a integração de conjuntos de dados armazenados em sistemas de informação já disponíveis em *web sites*.

O CVD está dividido em quatro fases: i) Coleta, representando a fase inicial de planejamento e outras atividades relacionadas a obtenção dos dados; ii) Armazenamento, com atividades relacionadas ao processamento, a inserção, a manipulação, a migração e a transmissão na persistência de dados; iii) Recuperação, com atividades voltadas à fase em que estes dados passam a estar disponíveis para consulta e visualização, e; iv) Descarte, que, dependendo da situação, “[...] gerará dados, seja por transferência para outras bases seja para efeito de preservação de informações selecionadas da base a ser descartada, originando assim o



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

início de atividades, ora da fase coleta, ora da fase de armazenamento” (SANT’ANA, 2013, p. 18). Cada uma destas fases é permeada por objetivos – delimitações temáticas de análise, sendo: Preservação, Disseminação, Direitos Autorais, Qualidade, Privacidade e Integração.

O dado é um elemento básico formado por um conjunto finito de signos, cuja sua semântica resulta da composição da tríade “Entidade/Atributo/Valor <E, A, V>” (SANTOS; SANT’ANA, 2015) e que, inclusive, foi base conceitual para modelagens de banco de dados e conteúdos voltados à Web Semântica (BERNERS-LEE; HENDLER; LASSILA, 2001; CODD, 1981; CYGANIAK et al., 2014; MOREIRA et al., 2015). Os elementos da tríade são considerados como: entidade, um objeto do mundo real; atributo, características intrínsecas da entidade, e: valor, que representa um valor de um atributo de uma entidade específica (SANTOS; SANT’ANA, 2015).

Entretanto, projetos de sistemas de informação voltados à divulgação de dados originários e destinados para setores específicos necessitam de estruturas na fase de armazenamento que propiciem esta disseminação. Uma das entidades presentes neste contexto é a formalização da representação de pessoas, empresas e organizações e, para a explicitação deste tipo de informação, é necessário um conjunto específico de atributos. A identificação destes atributos, sua relevância e os padrões envolvidos motivaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Por exemplo, *web sites* podem apresentar informações sobre atores que são parte de seu fluxo informacional, tais como: dados de pesquisadores, de estudantes, de profissionais liberais, de produtores, de funcionários, de colaboradores e demais *stakeholders* ou referenciados. Os conjuntos de atributos armazenados são disseminados na fase de recuperação que, portanto dependem de planejamento e aspectos definidos na fase de armazenamento.

Portanto, o objetivo deste trabalho é estudar a aderência entre os padrões de representação de dados *vCard* (PERREAULT, 2011) e o vocabulário *Friend of a Friend (FOAF)* (BRICKLEY; MILLER, 2014), identificando um núcleo comum para a explicitação de entidades desta temática para setores específicos – com independência tecnológica – necessárias à estruturação de bases de dados na fase de armazenamento destes conjuntos de dados.

O universo de pesquisa está delimitado ao estudo destes padrões de representação para entidades relacionadas a descrição de pessoas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Como metodologia, o estudo adotou a análise documental, de caráter qualitativo, das recomendações para representação de dados, pautada a partir da identificação de similaridades dos atributos propostos por estas representações (como ponto de intersecção) e da identificação de atributos obrigatórios e recomendados para a explicitação destas entidades com independência na forma de recuperação proposta por estas recomendações.

2 PADRÕES DE REPRESENTAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os padrões atuais de Intercâmbio de Dados Pessoais¹ em ambientes eletrônicos ganharam forma no início década de 1990, através de consórcios como o *Versit*, criado pela junção de esforços das empresas *Apple Computer*, *AT&T*, *International Business Machine (IBM)* e *Siemens*, em prol da elaboração de uma estrutura padronizada para o intercâmbio de dados entre sistemas de comunicações telefônicos e computacionais. O propósito principal era elaborar definições técnicas e protocolos que auxiliassem operadoras de telecomunicações e fabricantes de hardware e software a desenvolver interfaces comuns de programação de aplicativos capazes de compreender e transferir estruturas de conjuntos de dados de vários tipos como, por exemplo, de dados pessoais – denominado *vCard* – e de dados de eventos e agenda – denominado *vCalendar*. Em 1996, as responsabilidades do desenvolvimento e manutenção do *vCard* foram delegadas ao *Internet Mail Consortium* e no ano de 2002, repassadas ao *Internet Engineering Task Force (IETF)* – atual responsável pelo desenvolvimento (INTERNET MAIL CONSORTIUM, 1996; PERREAU, 2011; ROHDE, 1995; VASA, 2004).

vCard

O documento contendo as especificações do *vCard* está dividido em doze seções, com os títulos: ‘Introdução’, ‘Convenções’, ‘Especificações do formato *vCard*’, ‘Tipos valor para propriedade de dados’, ‘Parâmetros de Propriedade’, ‘Propriedades do *vCard*’, ‘Sincronização’, ‘Exemplo’, ‘Considerações de Segurança’, ‘Considerações da *Internet Assigned Numbers Authority (IANA)*’, ‘Agradecimentos’ e ‘Referências’².

Apesar da estrutura do *vCard* possuir uma linguagem de marcação específica, é possível utilizar outras linguagens de marcação para explicitar os dados, como o *eXtensible Markup*

1 Tradução do termo da língua inglesa *Personal Data Interchange*. Tradução realizada pelos autores.

2 Tradução realizada pelos autores.



Language (XML), o *JavaScript Object Notation (JSON)*, o *HyperText Markup Language (HTML)*, entre outros.

O vocabulário que contém os termos que definem quais atributos são obrigatórios, recomendados ou opcionais está descrito na segunda seção (Convenções), que estabelece a estes termos um vínculo a outra recomendação, denominada RFC2119 (BRADNER, 1997), concomitantes aos níveis de requisitos indicativos, onde os termos:

- ‘MUST’, ‘REQUIRED’ e ‘SHALL’ representam a obrigatoriedade do uso do atributo;
- ‘MUST NOT’ e ‘SHALL NOT’ representam a proibição do uso do atributo;
- ‘SHOULD’ e ‘RECOMMENDED’ representam a recomendação do uso do atributo;
- ‘SHOULD NOT’ e ‘NOT RECOMMENDED’ representam a não-recomendação do uso do atributo;
- ‘MAY’ e ‘OPTIONAL’ o uso opcional do atributo.

Adicionalmente, todos os caracteres utilizados nos atributos e em seus valores devem utilizar a codificação de caracteres *Unicode* de comprimento variável (UTF-8), além de apresentar no cabeçalho do protocolo *HyperText Transport Protocol* o tipo *Multipurpose Internet Mail Extensions (MIME)* denominado ‘text/vcard’.

Outra definição para a construção de conjuntos de dados pessoais é a cardinalidade – definida como as restrições da quantidade de repetições que um determinado atributo pode aparecer em uma mesma entidade (COAD; YOURDON, 1991) – onde os símbolos representam as seguintes possibilidades:

- ‘1’ para atributos que só devem aparecer uma única vez para a entidade;
- ‘*1’ para atributos que, se utilizados, só devem aparecer uma única vez para a entidade;
- ‘1*’ para atributos que devem aparecer uma ou mais vezes para a entidade;
- ‘*’ para atributos que, se utilizados, podem aparecer uma ou mais vezes para a entidade.

O Quadro 1 apresenta a síntese dos atributos identificados no padrão *vCard*, na versão 4.0, contendo sua cardinalidade, a obrigatoriedade do atributo, a descrição do valor esperado (Descrição) e o tipo de dado do atributo – este último sendo a restrição lógica dos valores. Por



exemplo, o atributo ‘PHOTO’ possui como valor um *Universal Resource Identifier (URI)*: identificador único que, ao ser acessado, retorna uma imagem digital com a fotografia da entidade.

Os atributos foram divididos em obrigatórios – quando há a necessidade de sua existência para o funcionamento e a validação do *vCard* – e não obrigatórios – quando não há necessidade de sua existência.

Quadro 1 – Atributos da Entidade *vCard*

Nome do Atributo	Cardinalidade	Obrigatoriedade	Descrição	Tipo de Dado
BEGIN	1	Sim	Texto fixo indicando o início do conjunto de atributos da entidade.	Texto fixo “VCARD”.
END	1	Sim	Texto fixo indicando término do conjunto de atributos da entidade.	Texto fixo “VCARD”.
SOURCE	*	Não	Informação sobre o a localização de origem do conjunto de dados.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
KIND	*1	Não	Identificação do tipo de entidade que o <i>vCard</i> representa.	Textos fixos: - ‘individual’ para representar um indivíduo; - ‘group’ para representar um grupo de pessoas ou instituições; - ‘org’ para representar uma organização; - ‘location’ para representar uma localidade; - ‘x-name’ para atributos proprietários de representação; - ‘iana-token’ para representar organizações cadastradas na base de dados da <i>Internet Assigned Numbers Authority (IANA)</i> .
XML	*	Não	Atributos explicitando os dados do <i>vCard</i> na linguagem de marcação <i>eXtensible Markup Language (XML)</i> .	Texto de tamanho variável concomitante com o padrão de descrição <i>xCard</i> .



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

FN	1*	Sim	Nome da entidade representada, formatado para a apresentação visual.	Texto de tamanho variável.
N	*1	Não	Nome da entidade representada, em formato para processamento por automático máquinas.	Texto de tamanho variável, com subelementos separados por signo pré-definido (;).
NICKNAME	*	Não	Apelido.	Texto de tamanho variável.
PHOTO	*	Não	Vínculo com fotografia em formato digital.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
BDAY	*1	Não	Data de nascimento.	Data ou data e horário, incluindo o fuso horário.
ANNIVERSARY	*1	Não	Data de aniversário.	Data ou data e horário, incluindo o fuso horário.
GENDER	*1	Não	Gênero.	Textos fixos: - 'M' para masculino; - 'F' para feminino; - 'O' para outros; - 'N' para nenhum ou não-aplicável; - 'U' para desconhecido ou não informado.
ADR	*	Não	Endereço de correspondência ou de entrega.	Texto de tamanho variável, com subelementos separados por signo pré-definido (;)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

TEL	*	Não	Telefone para contato.	<p>Texto de tamanho variável, contendo texto fixo para representar o tipo de telefone e o número correspondente, separados por signos pré-definidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 'text' para telefones de linha fixa que aceitam mensagens de texto; - 'voice' para telefones que aceitam apenas chamadas (ligações); - 'fax' para linhas de recepção e envio de fac-símile; - 'cell' para linhas móveis; - 'video' para linhas de videochamadas; - 'pager' para <i>paggers</i>; - 'textphone' para linhas que aceitam apenas mensagens de texto.
EMAIL	*	Não	Endereço de e-mail.	<p>Texto de tamanho variável, com subelementos separados por signo pré-definido (;).</p>
IMPP	*	Não	Vínculos para sistemas de mensagens instantâneas que utilizam o protocolo <i>Instant Messaging and Presence Protocol (IMPP)</i> .	<p><i>Universal Resource Identifier (URI)</i>.</p>
LANG	*	Não	Idioma utilizado para representar a entidade.	<p>Símbolos pré-definidos, concomitantes a recomendação RFC5646 (DAVIS; PHILLIPS, 2009).</p>
TZ	*	Não	Fuso horário da entidade representada.	<p>Texto de tamanho variável, com subelementos separados por signo pré-definido (;)</p>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

GEO	*	Não	Latitude e longitude da entidade representada.	Texto de tamanho variável, com subelementos separados por signo pré-definido (;).
TITLE	*	Não	Posição ou cargo ocupado pela entidade.	Texto de tamanho variável.
ROLE	*	Não	Atuação profissional da entidade.	Texto de tamanho variável.
LOGO	*	Não	Vínculo com imagem contendo a logomarca da entidade em formato digital.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
ORG	*	Não	Organização ou unidade vinculada a entidade.	Texto de tamanho variável, com subelementos separados por signo pré-definido (;).
MEMBER	*	Não	Membros vinculados a entidade.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
RELATED	*	Não	Atributo para relacionamento da entidade com outras entidades.	Texto de tamanho variável, contendo texto fixo para representar o tipo de relacionamento e vínculo em formato <i>Universal Resource Identifier (URI)</i> , separados por signos pré-definidos, como 'contact' para contato adicional; 'acquaintance' ou 'met' para colegas, entre outros.
CATEGORIES	*	Não	Atributo contendo valores para folksonomia (<i>tags</i> /palavras-chave).	Texto de tamanho variável, com subelementos separados por signo pré-definido (;).
NOTE	*	Não	Informações complementares e notas sobre a entidade.	Texto de tamanho variável.
PROID	*1	Não	Descrição do Sistema de Informação, Aplicativo ou tecnologia que elaborou o <i>vCard</i> .	Texto de tamanho variável.
REV	*1	Não	Versão da revisão das informações do <i>vCard</i> elaborado.	Data e horário, incluindo o fuso horário.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SOUND	*	Não	Vínculo com som representando a entidade ou parte dela em formato digital.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
UID	*1	Não	Identificador único para a entidade.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
CLIENTPIDMAP	*	Não	Atributo para delimitar significância global do identificador único.	Concatenação de <i>Universal Resource Identifier (URI)</i> e <i>Universal Resource Name (URN)</i> .
URL	*	Não	Endereço de acesso à entidade através do protocolo <i>HyperText Transfer Protocol (HTTP)</i> .	<i>Uniform Resource Locator (URL)</i> .
VERSION	1	Sim	Versão do <i>vCard</i> .	Texto de tamanho variável, com subelementos separados por signo pré-definido (:). Como o <i>vCard</i> está em contante atualização, deve ser explicitado a versão adotada.
KEY	*	Não	Chave pública ou de autenticação para confirmação de autenticidade dos valores.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
FBURL	*	Não	Vínculo com agenda pública que permita identificar se a entidade está ocupada ou livre em um determinado período.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
CALADRURI	*	Não	Vínculo com localização de contato para agendamento de compromissos com a entidade.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
CALURI	*	Não	Vínculo com agenda da entidade.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .

Fonte: Autores.

Friend of a Friend (FOAF)

O *Friend of a Friend (FOAF)* é uma especificação de vocabulário controlado, com aportes de conceitos da orientação a objetos, voltado para a elaboração de classes (entidades) e propriedades (atributos) apropriados a explicitação de seres humanos, organizações e suas relações. Surgiu no início da década de 2000 e está na revisão de número 0.99, sendo necessário o uso da linguagem *Web Ontology Language (OWL)* e da especificação *Resource Description*



Framework (RDF). Está diretamente relacionado com a publicação de conjuntos de dados estruturados para a Web Semântica (BERNERS-LEE; HENDLER; LASSILA, 2001; BRICKLEY; MILLER, 2014).

O documento contendo suas especificações está dividido em treze seções: ‘*FOAF* em resumo’, ‘Introdução’, ‘Web Semântica’, ‘*FOAF* e a Web Semântica’, ‘Serventia do *FOAF*’, ‘Contexto’, ‘*FOAF* e padrões’, ‘Evolução e Extensibilidade do *FOAF*’, ‘Descobrimiento do *FOAF*’, ‘Referências cruzadas do *FOAF*’, ‘Referências a Vocabulários Externos’, ‘Agradecimentos’ e ‘Mudanças Recentes’³.

O *FOAF* possui 9 classes para a descrição de entidades: ‘*Agent*’, para pessoas, grupos, softwares ou artefatos físicos que executam alguma ação ou atividade; ‘*Document*’, para a descrição de documentos; ‘*Group*’, para descrever coleções da classe ‘*Agent*’; ‘*Image*’, para descrição de documentos imagéticos; ‘*Organization*’, para descrição de instituições; ‘*Person*’, para a descrição de seres humanos; ‘*OnlineAccount*’, para descrever dados de contas de usuário; ‘*PersonalProfileDocument*’, para outros documentos em formato RDF que descrevem propriedades do perfil do autor, e; ‘*Project*’, para a descrição de projetos. O *FOAF* possui 4 classes em modo de teste (consideradas instáveis): ‘*LabelProperty*’, ‘*OnlineChatAccount*’, ‘*OnlineEcommerceAccount*’ e ‘*OnlineGamingAccount*’. Neste estudo, são explicitados as propriedades da classe ‘*Person*’ e ‘*Agent*’ – está última, necessária para a construção do conjunto de propriedades da classe ‘*Person*’.

Adicionalmente, todos os caracteres utilizados nas propriedades e em seus valores devem utilizar a codificação de caracteres *Unicode* de comprimento variável (UTF-8), além de apresentar no cabeçalho do protocolo *HyperText Transfer Protocol (HTTP)* o tipo *MIME* de acordo com a linguagem de marcação utilizada. Por exemplo, ao descrever uma entidade *Person* utilizando a linguagem de marcação XML, se utiliza o *MIME* denominado ‘*rdf/xml*’.

Quadro 2 – Propriedades da Classe *Person (FOAF)*

Nome da Propriedade	Descrição	Tipo de Dado
account	Vincula uma pessoa com uma conta on-line, como uma conta de rede social.	Objeto do tipo <i>OnlineAccount</i> .
age	Idade da pessoa.	Número inteiro.

3 Tradução realizada pelos autores.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

aimChatID	Nome de usuário na plataforma <i>AOL Instant Messenger (AIM)</i> ou <i>Apple iChat</i> .	Texto de tamanho variável.
birthday	Dia e mês de aniversário.	Data, no formato (MM-DD), onde MM representa o mês com dois dígitos e DD representa o dia, com dois dígitos.
currentProject	Vincula uma pessoa com documentos que descrevem suas atividades.	Objeto do tipo <i>Document</i> .
familyName	Sobrenome original. Por exemplo, sobrenome antes de matrimônio.	Texto de tamanho variável.
firstName	Primeiro nome.	Texto de tamanho variável.
gender	Sexo da pessoa.	Texto de tamanho variável, sendo recomendado (porém não obrigatório) o uso dos termos masculino ou feminino na língua inglesa.
icqChatID	Nome de usuário na plataforma <i>ICQ Chat system</i> .	Texto de tamanho variável.
img	Vincula documentos contendo imagens e fotografias da pessoa.	Objeto do tipo <i>Image</i> .
interest	Vincula a pessoa com páginas em RDF contendo descrições de interesses profissionais e pessoais.	Objeto do tipo <i>Document</i> .
jabberID	Vínculos para sistemas de mensagens instantâneas que utilizam o protocolo <i>Instant Messaging and Presence Protocol (IMPP)</i> .	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
knows	Vincula a pessoa com outras pessoas, descritas com o FOAF.	Objeto do tipo <i>Person</i> .
lastName	Sobrenome da pessoa.	Texto de tamanho variável.
made	Vincula a pessoa com algo construído ou realizado por ela.	Objeto do tipo <i>Thing</i> .
mbox	Endereço de e-mail.	Texto de tamanho variável, com subelementos separados por signo pré-definido (;).
mbox_sha1sum	Aplicação da função matemática SHA1 no valor da propriedade mbox, para questões de autenticidade.	Texto de tamanho fixo, com o resultado da função matemática SHA1.
msnChatID	Nome de usuário na plataforma <i>Windows Live Messenger</i> .	Texto de tamanho variável.
myersBriggs	Descrição do tipo de personalidade da Pessoa, a partir dos indicadores psicológicos proposto por Myers & Briggs (BRIGGS; MYERS, 1977).	Texto de tamanho fixo, contendo 4 caracteres.
openid	Nome de usuário na plataforma <i>OpenID</i> .	Texto de tamanho variável.



pastProject	Vincula uma pessoa com documentos que descrevem suas atividades já concluídas.	Objeto do tipo <i>Document</i> .
plan	Vincula uma pessoa com documentos de extensão de arquivo '.plan', originário do sistema operacional UNIX.	<i>Universal Resource Identifier (URI)</i> .
publications	Vincula uma pessoa com documentos que descrevem suas publicações.	Objeto do tipo <i>Document</i> .
schoolHomepage	Vincula uma pessoa com o <i>web site</i> da instituição de ensino que estuda/estudou.	Objeto do tipo <i>Document</i> .
skypeID	Nome de usuário na plataforma <i>Skype</i> .	Texto de tamanho variável.
status	Descrição textual do estado emocional ou localização da pessoa.	Texto de tamanho variável.
tipjar	Vincula uma pessoa com seus sistemas de pagamentos para receber doações e demais tipos de remuneração.	Objeto do tipo <i>Document</i> .
topic_interest	Vincula com a pessoa objetos que ela manifeste interesse.	Objeto do tipo <i>Thing</i> .
weblog	Vincula uma pessoa com seus <i>web blogs</i> .	Objeto do tipo <i>Document</i> .
workplaceHomepage	Vincula uma pessoa com o <i>web site</i> de seu trabalho.	Objeto do tipo <i>Document</i> .
yahooChatID	Nome de usuário na plataforma <i>Yahoo!</i> .	Texto de tamanho variável.

Fonte: Autores.

O Quadro 2 apresenta as propriedades da classe *Person*, contendo a descrição do valor esperado (Descrição) e o tipo de dado para o atributo – este último sendo a restrição lógica dos valores.

Nas recomendações do *FOAF*, não há simbologia própria para o entendimento da cardinalidade e obrigatoriedade das propriedades. Estas informações são descritas e apresentadas no corpo do texto. O documento apresenta tanto propriedades em uso na versão corrente do *FOAF* quanto propriedades já descontinuadas – estas últimas desconsideradas por este estudo.

3 RESULTADOS

O Quadro 3 apresenta uma proposta de armazenamento de dados unificada para a geração de estruturas de representação de dados sobre entidades para setores específicos em *vCard* e *FOAF*. As colunas representam, respectivamente, o tipo de informação a ser



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



preenchida pelo profissional e a sua cardinalidade. A cardinalidade pode apresentar as seguintes possibilidades:

- ‘1..1’ para atributos que só devem aparecer uma única vez para a entidade;
- ‘0..1’ para atributos que, se utilizados, só devem aparecer uma única vez para a entidade;
- ‘1..N’ para atributos que devem aparecer uma ou mais vezes para a entidade;
- ‘0..N’ para atributos que, se utilizados, podem aparecer uma ou mais vezes para a entidade.

Nas colunas “Atributo *vCard*” e “Propriedade da Classe *Person* – *FOAF*” estão delimitados os atributos e as propriedades que terão seus valores preenchidos a partir dos dados coletados nas respostas.

Quadro 3 – Informações de preenchimento para armazenamento de dados unificado para geração de estruturas de representação de dados sobre entidades

Conjuntos de dados a serem coletados	Cardinalidade	Atributo <i>vCard</i>	Propriedade da Classe <i>Person</i> – <i>FOAF</i>
Nome	1..1	FN, N	firstName
Sobrenome	1..N	FN, N	familyName, lastName
Apelido	0..N	NICKNAME	N/A ⁴
Sexo	0..1	GENDER	gender
Fotografia	0..N	PHOTO	img
Data de Nascimento	0..1	BDAY, ANNIVERSARY	age, birthday
Telefone	0..N	TEL	N/A ⁴
Endereço de Correspondência	0..N	ADR	N/A ⁴
E-mail	1..N	EMAIL	mbox
Site Pessoal/Blog	0..N	N/A ⁴	weblog
Cargo	0..N	TITLE	N/A ⁴
Atuação	0..N	ROLE	N/A ⁴
Instituição	0..N	ORG	workplaceHomepage
Instituições de Ensino frequentadas/que frequenta	0..N	N/A ⁴	schoolHomepage

Áudio com descrição de informações sobre a pessoa	0..N	SOUND	N/A ⁴
Tags/Palavras-Chave (Folksonomia)	0..N	CATEGORIES	N/A ⁴
Localização	0..N	TZ, GEO	N/A ⁴
Identificadores em contas de Redes Sociais e de Mensageiros Instantâneos	0..N	IMPP	account, aimChatID, icqChatID, jabberID, msnChatID, openid, skypeID, yahooChatID
Hiperlinks para Redes de Colaboração (ResearchGate, Plataforma Lattes e outras plataformas)	0..N	N/A ⁴	currentProject, pastProject
Demais Interesses	0..N	N/A ⁴	interest, topic_interest
Produção de Bens e Serviços	0..N	N/A ⁴	made
Produção Científica	0..N	N/A ⁴	made, publications
Outras informações	0..N	NOTE	N/A ⁴

Fonte: Autores.

O Quadro 4 apresenta os atributos e propriedades que são dependentes de valores pré-fixados nas recomendações ou dependem de preenchimento automático a partir de valores de outros atributos e propriedades ou por cálculos matemáticos ou de resultados de processamento de algoritmos do sistema de informação. Está dividido em 4 colunas, sendo: o esquema pertencente, o atributo ou propriedade dependente deste tipo de preenchimento, o tipo (se é um texto fixo ou um preenchimento automático pelo sistema de informação) e as características do valor do atributo ou propriedade.

Quadro 4 – Informações de preenchimento automático e de valores fixos

Esquema	Atributo/Propriedade	Tipo	Características do Valor
vCard	BEGIN	Texto Fixo	Texto fixo 'VCARD'.
vCard	END	Texto Fixo	Texto fixo 'VCARD'.
vCard	KIND	Texto Fixo	Texto fixo 'individual'.
vCard	SOURCE	Preenchimento Automático	Geração da URN na qual estará disponível o recurso no web site.

4 Não aplicável.



Esquema	Atributo/Propriedade	Tipo	Características do Valor
vCard	XML	Preenchimento Automático	Conversão dos atributos do vCard para o padrão xCard.
vCard	LANG	Preenchimento Automático	Idioma adotado pelo web site.
vCard	PROID	Preenchimento Automático	Nome do sistema de informação que gerou o vCard.
vCard	REV	Preenchimento Automático	Número do controle de versão do vCard individual.
vCard	UID	Preenchimento Automático	Identificador único do recurso no formato vCard no web site.
vCard	CLIENTPIDMAP	Preenchimento Automático	Identificador único do recurso no formato vCard no web site, contendo a lista de identificadores de revisões do conteúdo.
vCard	URL	Preenchimento Automático	Concatenação dos atributos SOURCE e UID.
vCard	VERSION	Preenchimento Automático	Versão do vCard utilizado.
vCard	KEY	Preenchimento Automático	Chave pública para autenticidade, gerada a partir da função matemática MD5 ou SHA1.
FOAF	mbox_sha1sum	Preenchimento Automático	Chave pública para autenticidade do e-mail, gerada a partir da função matemática SHA1.

Fonte: Autores.

Os demais atributos que não apresentam vínculo com o estudo proposto estão delimitados no Quadro 5, que está dividido em três colunas: o esquema pertencente, o atributo ou a propriedade não utilizada e a justificativa do descarte. Em síntese, foram identificados dois atributos do vCard aplicáveis apenas para a descrição de Instituições e oito atributos ou propriedades fora do escopo deste estudo (três atributos do vCard e cinco propriedades do FOAF).

Quadro 5 – Atributos e Propriedades fora do escopo deste estudo

Esquema	Atributo/Propriedade	Justificativa
vCard	LOGO	Logotipo não é aplicável a descrição de pessoas.
vCard	MEMBER	Membros contidos na Instituição não é aplicável a descrição de pessoas.
vCard	RELATED	Relacionamento da Instituição com membros não é aplicável a descrição de pessoas.
vCard	FBURL	Controle de agenda pública não aplicável ao universo de pesquisa do estudo proposto.
vCard	CALADRURI	Controle de agenda pública não aplicável ao universo de pesquisa do estudo proposto.
vCard	CALURI	Controle de agenda pública não aplicável ao universo de pesquisa do estudo proposto.



FOAF	knows	Controle de vínculos com outros colaboradores não aplicável ao universo de pesquisa do estudo proposto.
FOAF	myersBriggs	Elementos de descrição de personalidade não aplicável ao universo de pesquisa do estudo proposto.
FOAF	plan	Arquivos de extensão .plan não aplicável ao universo de pesquisa do estudo proposto.
FOAF	status	Estado emocional não aplicável ao universo de pesquisa do estudo proposto.
FOAF	tipjar	Vínculo a sistemas de pagamentos para receber doações e demais tipos de remuneração não aplicável ao universo de pesquisa do estudo proposto.

Fonte: Autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de uma estrutura independente de elementos que permita um armazenamento unificado de informações para a representação de dados pessoais e de perfis específicos pode ser um dos fatores de qualidade na fase de armazenamento, principalmente em função da aderência entre atributos e propriedades pertencentes à padrões de representação como o *vCard* e o *FOAF*.

A aderência entre os elementos que compõem os padrões de representação *vCard* e *FOAF* pode propiciar um atendimento mais eficiente às necessidades geradas pelos fluxos informacionais dos sistemas de informação, em especial na fase de armazenamento, ampliando a independência em relação ao tipo de recuperação a ser construída.

A partir de uma única base de dados amplia-se a possibilidade de construir múltiplas visualizações, como no caso de estruturas voltadas ao intercâmbio de dados, viabilizando a utilização de: estruturas *vCard* associadas à linguagens de marcação *XML* ou *JSON*; estruturas apropriadas para realização de consultas via *SPARQL Protocol and RDF Query Language*, com o uso do *FOAF*; estruturas de descrição *RDF* e *XML*, ou; consultas visuais em formato *HTML*.

Buscou-se neste trabalho apresentar elementos a partir dos quais possam ser estudados projetos de implementação de sistemas de informação que tenham, entre suas entidades, a necessidade de representação de conjuntos de dados que tenham relação com padrões como o *vCard* e vocabulários como o *FOAF*, mantendo independência suficiente para que se tenha ganhos em camadas como a da visualização de dados.

REFERÊNCIAS



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J.; LASSILA, O. The semantic web. **Scientific american**, v. 284, n. 5, p. 28–37, 2001.

BRADNER, S. Key words for use in RFCs to Indicate Requirement Levels. **Best Current Practice**, Network Working Group. mar. 1997.

BRICKLEY, D.; MILLER, L. **FOAF Vocabulary Specification 0.99**. [s.l.: s.n.].

BRIGGS, K. C.; MYERS, I. B. Myers-Briggs type indicator. **Palo Alto, CA: Consulting Psychologist Press, Inc**, p. 4, 1977.

COAD, P.; YOURDON, E. **Object-oriented analysis**. 2nd ed ed. Englewood Cliffs, N.J.: Yourdon Press, 1991.

CODD, E. F. Data models in database management. **ACM Sigmod Record**, v. 11, n. 2, p. 112–114, 1981.

CYGANIAK, R. et al. **RDF 1.1 Concepts and Abstract Syntax** World Wide Web Consortium, , 25 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.w3.org/TR/2014/REC-rdf11-concepts-20140225/>>

DAVIS, M.; PHILLIPS, A. Tags for identifying languages. **Network Working Group**, Best Current Practice. set. 2009.

INTERNET MAIL CONSORTIUM. **vCard and vCalendar** Internet Mail Consortium, , 1996. Disponível em: <<https://www.imc.org/pdi/>>

MOREIRA, F. M. et al. Tecnologias da Web Semântica para a recuperação de dados agrícolas: um estudo sobre o International Information System of the Agricultural Science and Technology (AGRIS). **Em Questão**, v. 21, n. 1, p. 173–192, 2015.

PERREAULT, S. vCard Format Specification. **Internet Engineering Task Force (IETF)**, Standards Track. 2011.

ROHDE, D. Versit founders hope to smooth CTI path, bond with rival forum. **Network World**, p. 72, 8 jul. 1995.

SANT'ANA, R. C. G. **Ciclo de Vida dos Dados e o papel da Ciência da Informação**. Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais...** In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Florianópolis: ANCIB, 2013 Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/284/319>>. Acesso em: 15 ago. 2015



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SANTOS, P. L. V. A. DA C.; SANT'ANA, R. C. G. Transferência da Informação: análise para valoração de unidades de conhecimento. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, abr. 2002.

SANTOS, P. L. V. A. DA C.; SANT'ANA, R. C. G. Dado e Granularidade na perspectiva da Informação e Tecnologia: uma interpretação pela Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 2, p. 11, maio 2015.

VASA, Y. **Mobile-initiated number information query and delivery**. [s.l.] Google Patents, 2004.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, v. 29, n. 2, p. 229–239, 1993.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127–140, 1975.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

FATORES INFLUENTES DA SOCIALIZAÇÃO INFORMACIONAL PARA A CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO NO SETOR DE ELETRO-ELETRÔNICOS BRASILEIRO¹

LOS FACTORES DE LA SOCIALIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN QUE INFLUEYEN PARA LA CRIACIÓN DEL CONOCIMIENTO EN EL SECTOR DE ELÉCTRO Y DE ELECTRÓNICOS BRASILEÑO

INFLUENTIAL FACTORS OF INFORMATIONAL SOCIALIZATION FOR KNOWLEDGE CREATION IN THE BRAZILIAN ELECTRICAL AND ELECTRONICS SECTOR

**Cássia Regina Bassan de Moraes, FATEC GARÇA
Luana Maia Woida, Andréia Abreu, FATEC GARÇA
Deise Deolindo Silva, FATEC GARÇA
Marta Lúgia Pomim Valentim, UNESP**

Resumo: São apresentados os fatores que intervêm na socialização e que contribuem para os processos de criação de conhecimento e inovação no setor eletroeletrônico brasileiro. Os gestores dos três níveis hierárquicos foram selecionados para esta investigação. Aplicou-se a Escala de Likert para a coleta de dados, realizada *in loco* em três empresas de médio e grande porte, constituindo um total de 53 sujeitos de pesquisa. A identificação de aspectos relacionados a socialização e ao comportamento, vinculados à construção de conhecimento, possibilita inferir que existe um processo deste tipo que atua sobre a inovação. A socialização ocorre nas organizações investigadas mediante o uso de diferentes táticas, formais e informais. O estudo das contribuições conduz a um debate sobre o processo de inclusão dos indivíduos em um contexto significativo para a construção de conhecimento voltado à inovação. Percebe-se a influência da socialização nos comportamentos de busca, de construção e de compartilhamento de informação entre os pares de trabalho e superiores hierárquicos, cujos fatores apoiavam a criação de conhecimento para a inovação.

Palavras-Chave: Gestão do Conhecimento. Socialização Organizacional. Criação de Conhecimento. Inovação.

Resumen: Se presentan los factores que intervienen en la socialización que contribuyen a los procesos de creación de conocimiento y la innovación en el sector eléctrico y electrónico brasileño. Fueron seleccionados los gestores de tres niveles jerárquicos para esta investigación. Se aplicó la Escala de Likert para la recolección de datos, llevado a cabo *in loco* en tres empresas de dimensiones mediana y grande, constituyendo un total de 53 encuestados. La identificación de los aspectos relacionados a la socialización y al comportamiento, vinculados a la construcción del conocimiento, nos permite inferir que hay un proceso de este tipo que actúa sobre la innovación. La socialización se produce en las

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 18/2012.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



organizaciones investigadas mediante el uso de diferentes tácticas, formales e informales. El estudio de las contribuciones conduce a un debate sobre el proceso de inclusión de los individuos en un contexto significativo para la construcción de conocimiento volcado a la innovación. Se nota la influencia de la socialización en los comportamientos de búsqueda, de construcción y de compartimiento de información entre los trabajadores y superiores, cuyos factores apoyan la creación de conocimiento para la innovación.

Palabras-Clave: Gestión del Conocimiento. Socialización Organizacional. Creación de Conocimiento. Innovación.

Abstract: It presents the factors that intervenes in socialization and which contribute to the processes of knowledge creation and innovation in the Brazilian electronics sector. The managers of three hierarchical levels were selected for this research. The managers of three hierarchical levels were selected for this research. Applied to Likert Scale for data collection, held *in loco* in three medium and large sized companies, constituting a total of 53 research individuals. The identification of aspects relating the socialization and behavior, linked to the knowledge construction, allows us to infer that there is such a process which operates about innovation. Socialization occurs in organizations investigated through use of different tactics, formal and informal. The study of contributions leads to a discussion on the process of inclusion individuals in a meaningful context for the knowledge construction oriented to innovation. It is observed the socialization influence in search, construction and information sharing behaviors between peer work and superiors, whose factors support the knowledge creation for innovation.

Keywords: Knowledge Management. Organizational Socialization. Knowledge Creation. Innovation.

1 INTRODUÇÃO

A criação de conhecimento nas organizações depende essencialmente das pessoas, e de como socializam a informação que recebem. No campo da Ciência da Informação não são raras as referências à necessidade de estímulo para a apropriação e uso de informação pelos indivíduos. A noção de necessidade só é possível em um determinado contexto (NICHOLAS; HERMAN, 2009 *apud* DORNER; GORMAN; CALVERT, 2015), como se observa na literatura sobre comportamento informacional. Entretanto, especialmente no que tange à literatura nacional, evidencia-se a ausência de discussão sobre os fatores que impulsionam ou motivam a socialização informacional voltada à criação de conhecimento para gerar inovação.

A inovação é resultado de um intenso processo de criação de conhecimento, obtido por meio da inserção e preparação de pessoas para exercerem suas atividades organizacionais, em que o papel da socialização é determinante.

Há uma extensa literatura sobre a temática ‘socialização’ (VAN MAANEM; SCHEIN, 1979; JONES, 1986; BORGES; ALBUQUERQUE, 2007) e gestão do conhecimento



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



(NONAKA; TAKEUCHI, 2008), de modo que não será foco do presente texto apresentar teorias, modelos, métodos, técnicas e as diversas abordagens atribuídas a esse tema.

“A socialização organizacional é um processo necessário em toda a extensão da estrutura organizacional, norteador o comportamento das pessoas, uma vez que se trata da inserção que visa a instrução e a internalização de dada realidade” (MORAES; WOIDA; ABREU; SILVA, 2014). Assim, diversos tipos de socialização podem se manifestar na organização, dependendo do tipo de informação requerida pelo sujeito (MORRINSON, 1993; DIRSMITH; COVALESKI, 1985), e do tipo de contexto, estrutura e cultura organizacional existente, como assinala Dorner, Gorman e Calvert (2015), uma vez que está centrada na análise das necessidades de informação.

A partir dessa compreensão sobre socialização organizacional, é importante desenvolver a noção de socialização informacional, a qual trata da socialização ou inserção de um indivíduo em um contexto informacional, cujo resultado se expressa em comportamentos informacionais significativos para as organizações. Nessa perspectiva, apresentam-se os fatores envolvidos na socialização que contribuem para os processos de criação de conhecimento e de inovação no setor eletroeletrônico brasileiro.

Para tal, selecionou-se como sujeitos de pesquisa gestores dos três níveis hierárquicos (estratégico, tático e operacional). O instrumento de coleta de dados continha 41 (quarenta e uma) afirmativas criadas a partir da literatura, orientadas a identificar os fatores de socialização organizacional que interferem na criação de conhecimento para a inovação². Aplicou-se a Escala de Likert contendo cinco variações, abrangendo de ‘nenhuma vez’ até ‘muitas vezes’.

As informações coletadas receberam um tratamento qualiquantitativo, uma vez que foram analisadas estatisticamente, mas também qualitativamente com base no que sustenta a literatura. A aplicação do instrumento de coleta foi *in loco* em três indústrias de médio e de grande porte, constituindo um total de 53 (cinquenta e três) respondentes, sendo 20 (vinte) da empresa ‘A’; 17 (dezesete) da empresa ‘B’; e 16 (dezesesseis) da empresa ‘C’. A identificação dos participantes e das empresas foi mantida em sigilo de acordo com os procedimentos éticos de pesquisa, os quais se fundamentaram na Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde brasileiro.

² O instrumento de pesquisa foi publicado na íntegra no IBERSID de 2014. Além disso, resultados parciais sobre o quadro teórico pesquisado também foram publicados.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

As indústrias de eletroeletrônicos possuem idiossincrasias no que tange a maneira como conduzem a inovação e a socialização. As ações voltadas para a inovação necessitam de incentivo constante, principalmente porque podem gerar vantagem para a organização, mas também por que se trata de ensinar e influenciar pessoas.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), principal representante do setor no Brasil, possui mais de 600 indústrias associadas. Diversos segmentos foram formados para representar os diferentes tipos de produtos. Entre os principais segmentos destacam-se componentes elétricos e eletrônicos; geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; material elétrico de instalação, entre outros.

O setor é responsável pela produção de vários tipos de produtos, tais como: componentes elétricos e eletrônicos, motores elétricos, transformadores, disjuntores, tomadas, etc. A fabricação de aparelhos e câmeras de segurança e muitos outros produtos também competem a esse setor considerado um Hipersector E-TIC pela Europa (OBSERVATÓRIO INDUSTRIAL DEL SECTOR DE ELECTRÓNICA, 2009).

Um dos principais entraves ao setor eletroeletrônico corresponde aos altos encargos tributários (CUNHA, 2007, 1999). As dificuldades também aparecem na produção científica sobre a área. De acordo com Jabbour e Jabbour (2012, p.818) existe carência na produção de artigos científicos brasileiros sobre o setor de eletroeletrônico. Assim, apresenta carência em relação as investigações científicas e tecnológicas que possam gerar diretrizes para a capacidade competitiva, no que tange ao processo de inovação sobre a participação das pessoas que compõem parte do quadro de funcionários das referidas indústrias.

Observa-se que a dimensão humana referente ao ambiente externo à empresa é composta por uma rede de colaboração, envolvendo parte dos interessados pelo funcionamento da organização. Desse modo, a socialização organizacional pode ser entendida como importante facilitadora do processo de construção de conhecimento entre agentes internos e externos à organização.

A análise realizada sobre os dados foi obtida com base no Teste Qui-Quadrado, buscando verificar a independência entre as afirmativas contidas no instrumento de coleta de dados, cujas variáveis são qualitativas. A discussão dos dados se apresenta junto da análise estatística.



O Teste Qui-Quadrado, simbolizado por (χ^2) é um teste não paramétrico de prova de hipóteses, que objetiva analisar a relação de independência existente entre duas afirmativas. De acordo com Siegel (1975, p.117) “[...] o teste é utilizado para determinar a diferença significativa entre dois grupos independentes”, analisando o comportamento das afirmativas quando se cruzam.

2 METODOLOGIA

Foram entrevistados 53 gestores de três níveis hierárquicos (estratégico, tático e operacional), sendo 20 da empresa A, 17 da B e 16 da C. O instrumento de coleta de dados continha 41 afirmativas na Escala de Likert contendo cinco variações, abrangendo de ‘nenhuma vez’ até ‘muitas vezes’.

Para o tratamento estatístico das informações foi utilizado o Teste Qui-Quadrado (χ^2), que é um teste não-paramétrico de prova de hipóteses, o qual tem por objetivo analisar a independência entre variáveis. Ou seja, de acordo com Siegel (1975, p. 117) “o teste é utilizado para determinar a significância de diferenças entre dois grupos independentes”.

Conforme o autor supracitado (1975, p 117) testa-se a independência por meio da seguinte fórmula:

$$\chi^2 = \frac{\sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^k (O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

em que:

O_{ij} : número de casos observados na linha i da coluna j ;

E_{ij} : número de casos esperados, na linha i da coluna j ;

$\sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^k$: indica somatório sobre todas as r linhas e todas as k colunas.

Para concluir a respeito da independência é necessário, portanto, encontrar o valor da estatística χ^2 , os graus de liberdade associados ao problema e atribuir um nível de significância.

O grau de liberdade, para qualquer tabela de contingência com r linhas e k colunas, pode ser obtido por $gl=(r-1)(k-1)$. O nível de significância adotado foi de 5% e 10%.

Se as frequências observadas forem iguais às frequências esperadas, tem-se que as variáveis são independentes. Caso contrário as variáveis são dependentes.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O compartilhamento de informação e de conhecimento, a busca de informação, a criação de conhecimento e o treinamento individual ou coletivo foram temas usados para organizar a informação sobre as dependências estatística entre as variáveis. As categorias foram definidas considerando a presença de pelo menos um dos temas centrais, priorizando-se a inserção da dependência nas categorias de compartilhamento, busca e criação de conhecimento. No entanto, quando encontradas na mesma dependência buscou-se identificar e agrupar com a seguinte ordem: 1) criar; 2) compartilhar; e 3) buscar. Por fim, as dependências que não continham esses temas foram alocadas na categoria treinamento.

2.1 Treinamento Individual ou Coletivo

Três comparações foram selecionadas para compor essa categoria, entretanto, outras questões envolvendo o treinamento aparecem nas demais categorias. Verificou-se, por meio do Teste Qui-Quadrado que, os funcionários recebem treinamento individual e se concomitante recebem orientações sobre as tarefas que irão executar. Revendo o fato de que a socialização formalizada evidencia que existe segregação do indivíduo em relação ao grupo, percebe-se que a relação encontrada na comparação indica o processo de socialização formalizado. Na medida em que o indivíduo precisa se familiarizar com o papel que executará, torna-se necessário acessar informação sobre como executar tarefas específicas. Para Di Sérico e Vasconcellos (2009, p.104) esse tipo de informação não se restringe apenas a tarefa em si, mas também sobre outros aspectos como aquisição de novos recursos de *hardware* e *software*, modificações em *layout* e modificações na estrutura organizacional. Contudo, faz-se necessário considerar que receber orientações sobre as tarefas em treinamentos individuais pode gerar a estigmatização, tal como sugere Van Maanen (1996, p.49).

Além da localização na dimensão formal e informal, é importante acrescentar que uma estratégia mais individual que coletiva, apesar de ser onerosa e de promover menor homogeneidade, também alcança mudanças individuais significativas. Porém, evidencia-se que é menos provável que se consiga criar uma consciência coletiva no indivíduo usando uma



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

estratégia individual. Por fim, a literatura indica existir menor resistência do indivíduo quando tal estratégia é usada (VAN MAANEN, 1996, p.50). Por outro lado, tanto a socialização formal como a informal podem contribuir com a atribuição de sentido, com a identificação para efetivar as trocas sociais.

A dependência comprovada na comparação fornece subsídio para compreender que a inovação pode não ser alcançada pela falta de consciência coletiva, como também se mostram inviáveis para organizações com grande contingente de pessoas que precisam ser socializadas. Se ocorrem processos de inovação com frequência, é provável que o uso da estratégia individualizada pode ser considerado improdutivo quando o contingente de pessoas é grande.

Schein e Van Maanen (1979 *apud* Borges; ALBUQUERQUE, 2007, p.335) indicaram que a inovação de conteúdo é provável quando estratégias formais e coletivas estão presentes. Por outro lado, os mesmos autores explicaram que as formas extremas de inovação, inclusive no que compete aos papéis, ocorrem no formato de estratégias individuais e informacionais. Desse modo, a socialização praticada indica algum processo voltado à inovação.

Essas considerações se aproximam do resultado da comparação entre o recebimento de orientações (informação) sobre as tarefas e o treinamento coletivo, identificando que as empresas oferecem treinamento coletivo, ou seja, as orientações sobre as tarefas que os funcionários irão executar são apresentadas, quando estes estão em grupo, sendo tal relação comprovada estatisticamente.

Os funcionários evidenciaram que recebem treinamento quando uma nova tecnologia é adquirida, bem como que todos os funcionários recebem treinamento na empresa. A interação entre as duas afirmativas foi comprovada pelo Teste Qui-Quadrado, indicando que o treinamento está associado à implantação de nova tecnologia.

Francis e Bessant (2005) consideram que para a introdução ou aperfeiçoamento de novos processos, é imprescindível o treinamento das pessoas. Dessa maneira, o que foi identificado na coleta corrobora com a literatura, pois entre as fontes de conhecimento para a aprendizagem organizacional voltada à inovação, Bell (1984) propõe a “*learning through training*”, que consiste em treinamentos formalizados que são importantes como fonte de capacidade tecnológica.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

2.2 Criação de Conhecimento

A criação de conhecimento refere-se ao resultado mais importante advindo da socialização voltada à inovação. Assim, duas dependências compõem a presente categoria. Dessa maneira, verificou-se que os funcionários recebem treinamento para conseguirem compartilhar conhecimento com os demais colegas, bem como confirmam que usam a informação adquirida nos treinamentos para criar conhecimento. A interação entre as duas questões foi comprovada pelo Teste Qui-Quadrado. Contudo, ao determinar o Ranking Médio das respostas a cada afirmativa do instrumento, observou-se que os resultados isolados sobre a existência de treinamento direcionado ao compartilhamento de conhecimento demonstram que poucos são aplicados com esse objetivo. Outras afirmativas nucleares foram analisadas, também, por meio do Ranking Médio e expostas ao final dessa subseção.

A informação apropriada no treinamento pode resultar em comportamentos de compartilhamento e de criação de conhecimento, indicando a presença da socialização realizada pela estratégia do despojamento, uma vez que se adquire informação que modifica o comportamento das pessoas. Cabe ressaltar que as táticas individualizadas, entre elas a de desinvestimento (ou despojamento), se associam aos comportamentos de inovação. Para Borges e Albuquerque (2007) é necessário utilizar uma proporção de táticas institucionalizadas e individualizadas, visto que cada uma obtém um efeito diferente.

2.3 Compartilhamento de Informação e Conhecimento

O compartilhamento de informação e de conhecimento compõe uma categoria de análise da socialização, refletindo estímulos presentes no contexto organizacional. Nessa perspectiva, conhecer o contexto organizacional, inclusive o histórico, é fundamental para aprender sobre o exercício de um papel organizacional. Entre os vários conteúdos informacionais necessários para tal exercício de papel constam identificar mitos, rituais e costumes referentes à cultura (da organização), conforme explicam Chao, O'Leary-Keley, Wof, Klein e Gardner (1994 *apud* BORGES; ALBUQUERQUE, 2007, p.338).

A cultura da organização é responsável por fornecer um contexto sociocultural para os comportamentos organizacionais, de modo que ao conhecer um contexto histórico com rituais,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

costumes e outros elementos culturais positivos, pode-se obter comportamentos de compartilhamento de informação. A criação de uma identidade social é importante para criar comprometimento, como assinala Kramer (2012). Assim, a comparação entre mais duas afirmativas indicou claramente que as orientações e treinamentos reforçam e constroem a cultura da organização, assim como processos socioculturais como a socialização, visando estimular comportamentos importantes para a inovação. Os respondentes indicaram que receberam orientações sobre a história da empresa e afirmaram que receberam treinamento para compartilhar conhecimento com os demais membros da organização.

Visando investigar a correlação entre o treinamento oferecido aos funcionários para a busca e a construção de conhecimento com o compartilhamento de informação com os colegas, verificou-se dependência entre tais afirmativas. A literatura salienta que os indivíduos buscam informação para reduzir incerteza, sobre o próprio papel e as tarefas que executa, como também sobre o contexto social do qual faz parte. No entanto, a socialização organizacional influencia não apenas a busca de informação, mas também o exercício do papel organizacional. A busca de informação conforme as próprias demandas (incerteza e lacunas) individuais é um comportamento proativo. Assim, considera-se que compartilhar informação demonstra um comportamento proativo mais completo e importante no tocante à inovação.

O contexto favorável contendo fatores que afetam a socialização organizacional também foi evidenciado, ao comparar o treinamento oferecido para estimular a busca e a construção de conhecimento, em paralelo ao compartilhamento com os superiores hierárquicos. De modo que a conclusão obtida sugere que o treinamento ministrado na empresa promove a busca e a construção de conhecimento, cuja variável está relacionada ao compartilhamento de informação dos funcionários com os superiores (chefe, gerente, supervisor, líder).

Considerando que a socialização depende de um contexto de comunicação favorável (KRAMER, 2012, p.4), cujas trocas de informação sejam recorrentes, verificou-se que os funcionários compartilham a informação com o superior, mas quando ocorre concomitante a isso algum tipo de estímulo para buscar informação, visando conhecer o próprio trabalho. Neste caso, além do contexto de comunicação indicar uma propensão ao compartilhamento, sugere também que há incentivo à proatividade, pois para suprir as lacunas de conhecimento as pessoas precisam buscar informação para conhecer o trabalho.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Essa correlação, também, indica que a socialização é um processo de inserção pelo qual apenas parte da informação é fornecida, sendo necessário que o indivíduo a busque para alcançar um estado confortável sobre as próprias necessidades informacionais. Assim, o incentivo para buscar informação sobre o próprio trabalho sugere que lacunas e incertezas permanecem no indivíduo. Por outro lado, essa situação indica ser positiva, uma vez que o indivíduo precisa ser ativo e construir relações pessoais e criar conhecimentos. Infere-se que as lacunas também podem levar à inovação, pois o conhecimento existente pode ser acrescido e modificado. Além disso, a correlação também estabeleceu que na prática as táticas de socialização usadas promovem inovações extremas, pois indicam o uso de táticas de socialização informais, porque conduzem o indivíduo a construir conhecimento para suprir as lacunas deixadas no âmbito do processo formalizado.

Visando identificar se existe tanto o compartilhamento de informação com os superiores hierárquicos, quanto como estímulo para buscar informação no ambiente externo da empresa, verificou-se a dependência dessas afirmativas pelo Teste. Deduz-se que se os funcionários participam de uma socialização que intenciona a proatividade, é esperado que entre os comportamentos obtidos se pratique a busca de informação interna e externa à organização.

A correlação encontrada pode ser um indicador da relação entre o produto da socialização praticada para a construção de conhecimento visando a inovação. Segundo Rivero (2006, p.361) o conhecimento construído pode ser revertido em mudanças ou melhorias, porém sua construção depende da identificação das lacunas de informação, da busca para supri-las e, em alguns casos, do compartilhamento, quando necessário ao grupo.

2.4 Busca de Informação

A busca de informação é resultado do processo de socialização, sendo um comportamento necessário para melhorar a interação social, executar as tarefas por meio do acesso à informação.

As relações entre os funcionários receberem incentivos para buscar e efetivar treinamentos (formação em ambientes como escolas e faculdades), *versus* os funcionários receberem treinamento coletivo foi testada, mostrando dependência. Uma possível inferência sobre essa dependência relaciona-se à se o treinamento ministrado na empresa é dado



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

coletivamente, mas também se os funcionários são incentivados a obterem formação no ambiente externo. Os efeitos dessas estratégias de socialização aparecem no comprometimento ou identificação social do indivíduo com a organização. Nessa perspectiva, observa-se que existe incentivo por parte das empresas para que seus funcionários busquem formação e conhecimento, colaborando assim para a inovação.

A OECD (2004) distingue dois tipos de fontes de informação para a inovação: (i) interna (endógena) à empresa – as fontes primordiais de informação tecnológica são localizadas dentro da própria empresa, sendo o departamento de P&D e o de marketing os mais relevantes por possuírem um importante papel nas decisões que envolvem a inovação; e (ii) externa (exógena) à empresa – as principais fontes são as instituições públicas de pesquisa, o fluxo tecnológico interempresa e interindustrial, os competidores, os clientes ou consumidores, as firmas de consultoria, os fornecedores de equipamentos e matérias-primas.

A interação entre outras duas afirmativas foi verificada demonstrando o grau de dependência, as quais abordavam sobre a existência de treinamentos dados na empresa para todos os funcionários, bem como se o treinamento promove a busca e a construção de conhecimento. A relação entre tais afirmativas sugere a importância da socialização formal realizada por meio do treinamento, gerando o compartilhamento do conhecimento entre os participantes. Destaca-se que o processo de socialização das organizações pesquisadas utiliza uma tática coletiva (VAN MAANEN, 1996), que estimula a informação técnica, visto que é a partir dela que o conhecimento organizacional específico para o negócio é aperfeiçoado. Apesar da tática de socialização ser coletiva, o resultado é a construção de conhecimento individual, além de evidenciar que as organizações conduzem a socialização de modo a incorporar o maior número de pessoas em seus objetivos.

Scarbrough (2003) apresenta visão semelhante ao promulgar o papel das redes intra e interorganizacionais nos processos de inovação. Para este autor, o capital humano é determinante para o sucesso ou insucesso das iniciativas de inovação. Entre as maneiras de capacitá-lo, tem-se a inserção em grupos formais e informais de criação e troca de conhecimento entre pessoas alocadas nas diferentes áreas funcionais. As discussões referentes às redes interorganizacionais para inovação (também mencionadas como redes externas) exigem conhecimento teórico/prático significativo e disponível na literatura sobre o tema. No entanto, as redes intraorganizacionais (também conhecidas como redes internas) precisam ser



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

melhor compreendidas. Martín de Castro *et al.* (2013) também discutem a inovação tecnológica relacionada ao fator humano a partir da perspectiva do capital intelectual e, assim como Scarbrough (2003), consideram o papel das redes internas de relacionamentos.

O treinamento ministrado na empresa promove a busca da construção do conhecimento e, também, estimula a melhoria do trabalho executado individualmente.

Nessa perspectiva, evidencia-se a existência de um ambiente propício para estimular a melhoria do trabalho que é executado individualmente, demonstrando que as organizações estão investindo em capacitação para o uso de novas tecnologias, reforçando o aprendizado e a qualidade no trabalho executado. Ressalta-se que este aspecto é fundamental para que os indivíduos executem o trabalho sempre visando melhorias e/ou inovação. A literatura sugere que as táticas individualizadas estimulam a criatividade, conduzindo à inovação (JONES, 1986 *apud* BORGES; ALBUQUERQUE, 2007). Contudo, as melhorias são conseguidas em processos de adaptação às necessidades e modos de pensar individualizadas, sendo posteriormente repassadas ao coletivo.

Para Anand *et al.* (2009, p.455), as ‘pessoas’ se constituem em um dos elementos da infraestrutura organizacional necessários para a prática da inovação voltada à melhoria contínua, sendo o treinamento uma das ações indicadas para a capacitação. De acordo com estes autores é importante considerar que, tanto o treinamento quanto a aprendizagem são necessários para efetivar o uso de métodos para resolver problemas, bem como para liderar equipes que visam a melhoria de processos.

Uma outra comparação considerada necessária foi realizada entre o treinamento oferecido aos funcionários, visando a busca e a construção de conhecimento e o treinamento executado coletivamente, cuja relação de dependência foi comprovada estatisticamente.

Considera-se que a socialização visa tanto comportamentos para suprir necessidades por meio da busca, como também a construção de conhecimento e, isso, impacta na melhoria geral do trabalho e nos resultados obtidos em grupo. Assim, a busca e a construção do conhecimento são sentidas na melhoria geral do trabalho do grupo, uma vez que o conhecimento é usado para executar o trabalho e para alcançar as melhorias, relação necessária para se obter inovação. A melhoria geral do trabalho do grupo é conseguida, na medida em que existe um grupo compartilhando um modo consensual de soluções (VAN MAANEN, 1996, p.50). Embora para



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

alcançar essa condição, os indivíduos precisam se comprometer ou compartilhar uma identidade social com o grupo ou fazer trocas sociais.

Verificou-se a relação de dependência entre o treinamento oferecido como promotor de busca e de construção de conhecimento quanto ao comportamento de acesso à informação. De modo que o treinamento ministrado na empresa parece promover a busca e a construção do conhecimento, bem como parece estimular que as pessoas busquem e acessem a informação no ambiente organizacional. Neste caso, o treinamento atinge dois aspectos importantes voltados à inovação: constrói-se conhecimento e realiza-se a busca e acesso à informação. Infere-se que não se trata de treinar os indivíduos deixando propositalmente lacunas e incertezas de conhecimento, mas sim realizar a socialização de modo a prepará-los para desenvolverem comportamentos válidos para a inovação, sendo proativos ao buscarem amenizar necessidades informacionais.

A afirmativa de que o treinamento oferecido é promotor de busca e de construção de conhecimento mostrou-se correlacionada com a afirmação de que se usa informação apropriada em treinamento para criar conhecimento. Quanto a isso a literatura estabelece que a estratégia de despojamento é implantada para criar no indivíduo, elementos (conhecimentos e comportamentos) diferentes dos que já possui e importantes para a organização. Dessa maneira, a criação de conhecimento que se origina do treinamento nas indústrias é uma forma de despojamento, o qual visa criar novo conhecimento (BORGES; ALBUQUERQUE, 2007, p.335). A partir dos dados coletados e analisados, verifica-se que a informação usada parece ser considerada útil suprimindo as lacunas de necessidades do indivíduo, sejam lacunas de conhecimento sobre o grupo de tarefas, sejam lacunas sobre o papel social do indivíduo. A correlação entre as afirmativas indica que a informação que chega ao indivíduo durante o processo de socialização é útil (BORGES; ALBUQUERQUE, 2007, p.335).

Além disso, compartilhar informação é um comportamento desejado por mostrar o acolhimento de novatos (ou indivíduos com incertezas – lacunas cognitivas), como concluiu a pesquisa de Feldman (1976; 1980 *apud* BORGES; ALBUQUERQUE, 2007, p.339) sobre fatores que afetam a socialização organizacional. A correlação indica a presença de relacionamentos pautados na socialização propícia para a inovação.

O compartilhamento de informação com os superiores evidencia a presença de um ambiente, cuja cultura organizacional estimula a proatividade de modo que, não se apoia apenas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

nos pares de trabalho e nos superiores, mas também fornecem apoio ao realizar o compartilhamento. O papel dos gestores e seus estilos administrativos são, cada vez mais, considerados fatores determinantes para os processos de inovação (CARBALLO, 2006, p.99).

Dessa maneira, a partir dos dados coletados infere-se que o treinamento ministrado na empresa promove a busca e a construção de conhecimento quando relacionado com a existência de estímulo para buscar informação no intuito de conhecer o próprio trabalho. Conforme indica essa correlação, é precípua afirmar que a socialização estimula a busca de informação sobre o trabalho. Neste caso, o processo não apenas estimula como também ensina os indivíduos a identificarem suas necessidades informacionais. A identificação das lacunas de conhecimento conduz os indivíduos a buscarem informação e, assim, necessitam de fontes de informação fidedignas. Tais fontes podem ser registradas em bases ou fundamentadas nos conhecimentos de pares de trabalho. A comparação realizada pelo Teste Qui-Quadrado também indica a presença de condições antecedentes de estímulo ao comportamento proativo, como assinalam as pesquisas de Ragin (1997; SAKS; ASHFORTH, 1997; MAIER; BURNSTEIN, 2001 *apud* BORGES; ALBUQUERQUE, 2007, p.339). Tal comparação, também, indica que a noção de socialização encontrada nas indústrias se alicerça na abordagem moderna de socialização, sugerindo a efetiva busca de informação pelos indivíduos para conhecerem o próprio trabalho.

Ainda em relação à variável treinamento para busca e construção de conhecimento, verificou-se que existe dependência com outra afirmativa que abordava sobre a presença de estímulo para buscar informação no ambiente externo da empresa. Essa correlação evidencia que o treinamento estimula os indivíduos a construírem conhecimentos que extrapolem as necessidades imediatas do trabalho executado na organização.

A informação obtida no ambiente externo pode ser buscada com o intuito de aperfeiçoar conhecimentos aplicados pelo indivíduo na organização. Neste caso, a tática de socialização usada indica a necessidade de desenvolver proatividade, visando o desenvolvimento da carreira ou inovação no modo de desenvolver o trabalho.

Partindo do pressuposto de que há estreita relação entre a inovação e a gestão do conhecimento, Silva e Rozenfeld (2007) propuseram um modelo para avaliação da gestão do conhecimento no processo de desenvolvimento de produto (DP). O modelo é composto por quatro dimensões: (1) dimensão estratégica; (2) dimensão organização; (3) dimensão atividades/informação; e (4) dimensão recursos. A dimensão organização é composta por



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

perspectivas organizacionais e comportamentais que corroboram com as discussões apresentadas neste trabalho, quais sejam: (i) adoção e manutenção da estrutura organizacional para o DP; (ii) execução do trabalho de liderança no DP – habilidades e comportamentos dos líderes e gerentes; (iii) execução do trabalho em grupo – cultura que estimule a comunicação e a gestão de conflitos; e (iv) existência de programas de capacitação e acompanhamento da qualificação das pessoas envolvidas com o DP.

A socialização possui várias funções, entre elas preparar o indivíduo para atuar em grupo, seja buscando melhorias para o trabalho ou para a relação social. Em ambas as situações a socialização precisa conseguir comportamentos proativos dos indivíduos, uma vez que não apenas as lacunas individuais devem ser identificadas, mas também as coletivas, de maneira a melhorar tanto o trabalho quanto o relacionamento necessário para a boa comunicação. Neste caso, identificou-se que o treinamento oferecido estimula a melhoria do trabalho executado coletivamente, contudo isso ocorre quando existe estímulo para buscar informação para melhorar a interação social com os colegas de trabalho.

Melhorias podem ocorrer tanto sobre a forma de executar o trabalho, como também sobre a interação social. Para Alvarenga Neto (2008, p.121), “A mera disponibilização do conhecimento não é transferência. O objetivo desta transferência é melhorar a capacidade da organização de fazer coisas e, portanto, aumentar o seu valor”.

2.5 Ranking Médio

Para verificar os resultados alcançados com o Teste Qui-Quadrado calculou-se o Ranking Médio (RM) das respostas de 5 (cinco) afirmativas mais importantes ao tema.

O RM é utilizado para identificar a tendência nas respostas a escalas, sendo que um item central pode representar uma posição de neutralidade. Para realizar o cálculo do RM realiza-se a média da escala.



TABELA 1: Ranking Médio.

Afirmativa	Escala de Likert					Total de Respondentes	Ranking Médio
	1	2	3	4	5		
12 - Todos os funcionários recebem treinamento na empresa.	0	2	14	27	11	52	4,0
17 - O treinamento é oferecido continuamente na empresa.	3	10	16	20	3	53	3,1
20 - Os funcionários recebem treinamento para conseguirem compartilhar conhecimento com os demais colegas.	6	12	23	12	0	53	2,8
35 - Os funcionários usam a informação adquirida em treinamento para criar conhecimento.	1	6	14	28	4	53	3,5
36 - Os funcionários compartilham a informação com os colegas.	1	4	18	26	4	53	3,5

Legenda: 1= Nenhuma vez; 2= Pouquíssimas vezes; 3= Poucas vezes; 4= Muitas vezes; 5= MUITÍSSIMAS vezes.

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise do RM permitiu relativizar algumas das considerações alcançadas na Seção anterior. A partir da Tabela 1 percebe-se que quando a afirmativa 20 é analisada isoladamente, alcança-se um RM de 2,8, o que evidencia que poucos treinamentos são desenvolvidos com o objetivo de estimular o compartilhamento com os demais colegas. Isso não significa a inexistência de treinamentos voltados ao compartilhamento, mas provavelmente não possuem como objetivo central o compartilhamento de conhecimento entre os pares de trabalho. Sendo assim, os treinamentos são, sobretudo, centrados em desenvolver conhecimentos e não em compartilhá-los. Por outro lado, o item 36 alcançou um RM de 3,5, indicando que apesar do item 20 indicar que existe pouco treinamento para o compartilhamento, este é evidente especialmente no que tange a compartilhar informação.

A afirmativa 17 possui um RM de 3,1, apresentando uma pequena tendência positiva. Infere-se que o treinamento é oferecido na empresa, mas nem sempre isso ocorre. Os itens 12 e 35 apresentaram RM claramente positivos, indicando que recebem treinamento na empresa, e que as informações obtidas nesse procedimento são usadas para criar conhecimento.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão mais contemporânea sobre a socialização reforça a existência de mais de um agente participante no processo. Os indivíduos socializados são tão responsáveis pelo resultado da socialização quanto a própria organização. Supõe-se que isso se deve ao fato de a organização instruir e facilitar a aprendizagem, lançando mão de informação específica para a ocupação de um trabalho ou de um papel social. No entanto, a organização não pode prever e identificar todas as necessidades dos envolvidos, resultando-se insuficiente.

Lacunas de conhecimento devem incluir outros processos e objetivos organizacionais, como os que envolvem mudança ou melhorias mais amplas, resultando em comportamentos de busca de informação específicos.

A proposta do presente trabalho visou verificar os fatores da socialização organizacional que implicam na construção de conhecimento para a inovação, de maneira que as correlações encontradas demonstram a dependência entre o processo de socialização e a construção de conhecimento e, para tal, utiliza várias táticas. A seleção das organizações para a pesquisa incluiu, tanto um setor produtivo com características voltadas à constantes inovações, quanto organizações cujo porte indicavam a necessidade de inovação. Assim, a identificação dos aspectos de socialização, entendidos como efeitos comportamentais e táticas, vinculados à construção de conhecimento, propiciou inferir que existe tal processo sociocultural o qual atua sobre a inovação.

Os resultados alcançados condizem com a imagem das organizações, uma vez que se trata de três empresas consolidadas socialmente na região e reconhecidas no setor pelas conquistas retratadas em sua expansão produtiva.

A socialização ocorre nas indústrias pesquisadas por meio do uso de várias táticas, informais e formais, institucionalizadas e individuais. Treinamentos e incentivos para buscar aperfeiçoamento no ambiente externo também emergiram dos dados coletados.

Nessa perspectiva, as contribuições do estudo caminham para uma discussão sobre o processo de inserção de indivíduos em um determinado contexto como influenciador para a construção de conhecimento voltada à inovação.

Assim, o antecedente à socialização é o planejamento da estrutura organizacional com seus cargos necessitando ser alvo de estudo para, assim, alcançar influência formal por meio



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

também de uma adequada descrição de cargos. Vale lembrar que socializar é o ato de ensinar ou auxiliar a incorporar um conjunto de conhecimentos, com base em parâmetros postos pela própria organização. Isso significa que a valorização à informação e os comportamentos requeridos podem ser sistematicamente planejados e inseridos na estrutura organizacional.

Além de disso, evidenciou-se que a socialização organizacional influencia no processo de criação de conhecimento e de inovação ao ensinar pessoas, por meio de diferentes táticas de socialização, seja visando criar a identificação ou o comprometimento, seja ajudando o indivíduo a construir um sentido e uma realidade antecipadamente considerada correta e aceita pela organização. A influência da socialização é percebida, especialmente nos comportamentos de busca, de construção e de compartilhamento com os pares de trabalho e superiores hierárquicos. Esses constituem-se nos fatores que auxiliam a criação de conhecimento e a inovação.

Considerando que as táticas individualizadas (individuais, informais, randômicas ou não sequenciais, variáveis, disjuntivas ou isoladas e de desinvestimento) possuem maior impacto positivo sobre os comportamentos de inovação, pois incentivam a criatividade, comparando-se com as institucionalizadas (coletivas, formais, sequenciais, fixas, seriais e de investimento) que, visam adaptar o indivíduo às normas e padrões existentes na organização. Assim, sugere-se como diretrizes que as organizações participantes da pesquisa realizem maior investimento sobre o segundo grupo de táticas citadas. Desde que a intenção seja a inovação, torna-se necessário que os indivíduos dessas organizações desenvolvam comportamentos criativos. Contudo, as táticas institucionalizadas não devem ser abandonadas, uma vez que orientam e consolidam os comportamentos considerados corretos pela organização.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA NETO, R. C. D. **Gestão do conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

ANAND, G. *et al.* Dynamic capabilities through continuous improvement infrastructure. **Journal of Operations Management**, v.27, n.6, p.444-461, Dec. 2009. Disponível em: <doi:10.1016/j.jom.2009.02.002>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BELL, M. Learning and the accumulation of industrial technological capacity in development countries. In: FRANSMAN, M.; KING, K. (Eds.). **Technological capability in the third world**. London: Macmillan, 1984. p.187-209.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 248p.

BORGES, L. de O.; ALBUQUERQUE, F. J. B. de. Socialização organizacional. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p.332-356.

CARBALLO, R. **Innovación y gestión del conocimiento**. Madrid: Dias de Santos, 2006.

CUNHA, R. de S. Desafios para a indústria eletroeletrônica. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/Industria08-DesafiosEletroeletronica.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

DI SERIO, L. C.; VASCONCELLOS, M. A. **Estratégia e competitividade empresarial**: inovação e criação de valor. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIRSMITH, M. W.; COVALESKI, M. A. Informal communications, nonformal communications, and mentoring in public accounting firms. **Accounting, Organizations, and Society**, v.10, n.2, p.149-169, 1985. Disponível em: <doi:10.1016/0361-3682(85)90013-3>. Acesso em: 10 dez. 2014.

DORNER, D. G.; GORMAN, G. E.; CALVERT, P. J. **Information needs analysis**: Principles and practice in information organizations. Londres: Facet, 2015.

FRANCIS, D.; BESSANT, J. Targeting innovation and implications for capability development. **Technovation**, v.25, n.3, p.171-183, Mar. 2005.

JABBOUR, A. B. L. de S.; JABBOUR, C. J. C. Lançando luzes sobre a gestão de operações do setor eletroeletrônico brasileiro. **RAP**, Rio de Janeiro, v.46, n.3, p.817-40, maio/jun. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241022802010>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

JONES, G. R. Socialization tactics, self-efficacy, and newcomers' adjustments to organizations. **Academy of Management Journal**, v.29, n.2, p.262-279, Jun. 1986.

KRAMER, M. W. **Organizational socialization**: Joining and leaving organizations. Cambridge (USA): Polity Press, 2012. (Key Themes in Organizational Communication).

MARTIN DE CASTRO, G.; DELGADO VERDE, M.; AMORES SALVADÓ, J.; NAVAS LÓPEZ, J. E. Linking human, technological, and relational assets to technological innovation: Exploring a new approach. **Knowledge Management Research & Practice**, v.11, p.123-132, 2013. Disponível em: <doi:10.1057/kmrp.2013.8>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MORAES, C. R. B.; WOIDA, L. M.; ABREU, A.; SILVA, D. D. Conhecimento e socialização organizacional: processo sociocultural para a inovação na indústria de eletroeletrônicos de Garça/SP. **IBERSID**, Zaragoza, v.8, p.91-95, 2014. Disponível em:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



<<http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/viewFile/4157/3788>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MORRINSON, E. W. Newcomer information seeking: Exploring types, modes, sources, and outcomes. **Academy of Management Journal**, v.36, n.3, p.557-589, Jun. 1993.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Teoria da criação de conhecimento na empresa**. In: TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p.54-90.

OBSERVATORIO Industrial del Sector de Electrónica, Tecnologías de la Información y Telecomunicaciones. **Estudio sobre la situación actual y evolución previsible de la industria de la electrónica em España: hacia la reindustrialización del sector**. 2009. Disponível em: <[%http://www.ametic.es/download/documents/Hacia_la_reindustrializacion_del_sector.pdf](http://www.ametic.es/download/documents/Hacia_la_reindustrializacion_del_sector.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

RIVERO, S. Mapas de conocimiento y repositorios de conocimiento estructural. In: CARBALLO, R. (Org.). **Innovación y gestión del conocimiento**. Madrid: Diaz de Santos, 2006.

SCARBROUGH, H. Knowledge management: HRM and the innovation process. **International Journal of Manpower**, v.24, n.5, p.501-516, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/01437720310491053>>. Acesso em 10 fez. 2014.

SIEGEL, S. **Estatística não paramétrica: para as ciências do comportamento**. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.

SILVA, S. L.; ROZENFELD, H. Proposição de um modelo para avaliar a gestão do conhecimento no processo de desenvolvimento de produtos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.36, n.1, p.147-157, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a11v36n1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

VAN MAANEN, J. E. Processando as pessoas: estratégias de socialização organizacional. In: FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1996. p.45-62.

VAN MAANEN, J. E.; SCHEIN, E. H. Toward a theory of organizational socialization. In: STAW, B. M. (Ed.). **Research in organizational behavior**. Greenwich (CT): JAI, 1979. v.1; p.209-264.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



UFMG

X EDICIC - 2016



Área Temática: Tecnologias da informação e Gestão do Conhecimento

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA BIBLIOTECA
UNIVERSITÁRIA: APLICAÇÃO DE INSTRUMENTO**

***GESTIÓN DE LA INFORMACIÓN Y CONOCIMIENTO DE LA UNIVERSIDAD DE
BIBLIOTECA: APARATO DE APLICACIÓN***

**Maria de Fátima Oliveira Costa, UFC
Fátima Portela Cysne, UNILAB
Adriana Nóbrega da Silva, UFC**

Resumo: A intenção da pesquisa foi aplicar instrumento de diagnóstico com vistas a examinar a Gestão da Informação e a Gestão do Conhecimento de maneira integrada em bibliotecas universitárias, tendo por base a gestão estratégica da instituição. O foco desta investigação é o entendimento da Gestão do Conhecimento e de sua sistematização enquanto processo da própria Gestão da Informação, e na integração destes componentes em um modelo que permitisse o diagnóstico requerido. A aplicação do referido instrumento se deu na biblioteca da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. O objetivo principal da pesquisa foi diagnosticar o gerenciamento da informação e do conhecimento de forma integrada na biblioteca da instituição em apreço. Utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa exploratória e descritiva de cunho qualitativo, na abordagem de estudo de caso. Na prática de análise, optamos pelo estudo de caso a partir da coleta, organização e análise propriamente dita dos dados obtidos através da aplicação do instrumento proposto na pesquisa. Assim, realçamos seus resultados, por meio das respostas obtidas, constatando a necessidade de institucionalizar tal modelo naquela instituição acadêmica, na qual se constatou a imediata adoção do instrumento de diagnóstico de gestão do conhecimento de modo integrado, no intento de sua aplicação sistemática no ambiente da biblioteca dessa universidade.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento. Gestão da Informação. Biblioteca Universitária. Instrumento de diagnóstico.

Resumen: El propósito de la investigación fue aplicar una herramienta de diagnóstico para detectar la gestión de la información y gestión del conocimiento en forma integrada en las bibliotecas universitarias, basado en la gestión estratégica de la institución. El objetivo de esta investigación es la comprensión de la gestión del conocimiento y su sistematización como un proceso al igual que la gestión de la información, así como la integración de ambos en un modelo que permitió el diagnóstico. La aplicación del instrumento se da en la biblioteca de la Universidad de Integración Internacional africanos de habla portuguesa-brasileña. El objetivo principal de la investigación fue diagnosticar la gestión de la información y el conocimiento de una manera integrada en la biblioteca de la institución. Se utilizó como procedimiento metodológico de exploración e investigación descriptivo de naturaleza cualitativa, el estudio de casos. Como procedimiento de análisis, elegimos el estudio de caso de la recopilación, organización y análisis de datos. Por lo tanto, hacemos hincapié en los resultados, a través de las respuestas, señalando la necesidad de institucionalizar un modelo de este tipo en esa



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

institución académica que tenía la aprobación inmediata de la herramienta de diagnóstico de gestión del conocimiento de manera integrada con el fin de ser aplicado de forma sistemática en la biblioteca esta universidad.

Palabras-clave: Gestión del Conocimiento. Gestión de la Información. Biblioteca de la Universidad. Herramienta de diagnóstico.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o panorama organizacional se caracteriza pelas mudanças constantes nos processos e nas formas de administrar uma instituição. Essas mudanças promovem uma maior competitividade. De acordo com Costa *et al.* (2009), nos dias atuais, o conhecimento é percebido pelas organizações como fonte geradora de valor, principalmente quando a sua utilização está atrelada ao desenvolvimento de novas estratégias.

A pesquisa teve como intenção principal perceber a Gestão da Informação e a Gestão do Conhecimento (GIC) por meio do instrumento de diagnóstico desenvolvido por uma das autoras em uma pesquisa de mestrado e que agora foi validado com a aplicação na biblioteca universitária central da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). O foco da investigação está no entendimento da GC e da GI como processo cuja sistematização deve ser integrada em um único instrumento que permita diagnosticar a GIC. Tal instrumento foi elaborado com a finalidade de propor uma ferramenta a mais, no intuito de melhorar a gestão das bibliotecas universitárias.

A motivação para realização da pesquisa se constituiu na relevância dos temas GI e GC que por si já justificam tal empenho, e configuram-se como constituintes fundamentais na promoção de vantagens competitivas nas organizações, principalmente nas bibliotecas universitárias, e, em especial, na biblioteca da UNILAB.

A GC e os assuntos a ela relacionados, por exemplo, surgiram nos últimos anos como uma das questões mais intrigantes nas pesquisas sobre gestão nas organizações. A GI fixou-se entre as mais importantes e desafiadoras atividades contemporâneas relacionadas com os meios para organizar os dados, transformá-los em informação (dados com significado) e, com a devida análise, gerar o conhecimento necessário de modo a permitir o uso desse conhecimento com inteligência, e assim, definir estratégias com competência no processo de tomada de decisão.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Assim, entendemos que a pesquisa foi produtiva pelas contribuições da teoria e das práticas que ela proporcionou, bem como dos aspectos de relevância observados.

Desse modo, o objetivo principal da pesquisa foi diagnosticar o gerenciamento da informação e do conhecimento (GIC), mediante o instrumento proposto, de forma integrada em bibliotecas universitárias, mas, especificamente na gestão da biblioteca da UNILAB.

Com base no objetivo principal da pesquisa, construímos os seguintes objetivos específicos:

a) identificar as práticas de GI e GC na gestão da biblioteca da UNILAB, por meio dos relatos da sua diretora sobre a aplicação do instrumento utilizado no diagnóstico;

b) analisar as práticas de Gestão da Informação e do Conhecimento na biblioteca universitária da UNILAB, tomando como parâmetro os fundamentos propostos no instrumento construído exclusivamente para diagnosticar a GIC na biblioteca universitária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A atual Sociedade da Informação exige mudanças profundas em todos os perfis profissionais, especialmente naqueles diretamente envolvidos na produção, coleta, disseminação e uso da informação e do conhecimento. A competitividade crescente e a aceleração do desenvolvimento tecnológico da atualidade fazem com que o detentor de informações completas, exatas e acessadas na hora certa mantenha vantagem competitiva entre as organizações.

Dessa forma, e para um melhor entendimento da GIC, é importante a compreensão de conceitos básicos como: Informação, Conhecimento, Gestão da Informação e do Conhecimento.

De acordo com Amorim e Tomaél (2011), desde a década de 1990 vários estudos foram apresentados sobre Gestão da Informação (GI) e Gestão do Conhecimento (GC), a partir dos quais diversos autores buscaram identificar as principais diferenças entre estas duas atividades ou conceitos.

Apesar de passados alguns anos em que tais estudos vêm sendo discutidos, verificamos que o assunto ainda é bastante emergente, especialmente para as organizações brasileiras, o que torna fundamental a constante verificação de sua aplicação. Mattelart (2006), na sua obra História da Sociedade da Informação, afirma:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Em seus escritos, a palavra ‘informação’ significa o mesmo que *intelligence*. E sua coleta diz respeito à *Intelligence of State* [...] Na ilha Bensalem, trabalham nada menos que nove categorias de cientistas, segundo uma divisão rigorosamente hierarquizada do trabalho, nas atividades de coleta, de classificação e de tratamento da informação [...].

A informação é a força motriz na constituição de estratégias e o alicerce onde se estrutura o desenvolvimento conceitual da teoria da Gestão do Conhecimento. As novas mudanças de paradigmas técnico-econômicos ensejam mudanças na sociedade e na economia, promovendo a integração e a redução das distâncias entre as pessoas, aumentando o nível de informação.

Vários são os estudos que tentam definir ou novamente conceituar os termos dado, informação e conhecimento, em função do atual panorama de mudanças paradigmáticas que alteram, inclusive, os conceitos clássicos de ciência e tecnologias, incluindo ou inovando outros, como tecnologias de informação, comunicação e mídia – considerados em seu conjunto, o motor do desenvolvimento sustentável da atual Sociedade da Informação.

Para alguns autores, o conhecimento deriva da informação, assim como esta advém dos dados. Cysne (2003) explica que o conhecimento, não sendo puro nem simples, apresenta-se como uma mistura de componentes, o que o torna fluído, formalmente estruturado e intuitivo, “[...] uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações [...]” (SVEIBY, 1998).

Estas características dificultam a exposição do conhecimento em palavras e fazê-lo plenamente entendido em termos lógicos. O conhecimento pertencente ao indivíduo é tácito, complexo e imprevisível. Um conceito extraído de Davenport e Prusak (1998, p.6) exprime que:

Conhecimento é uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais.

Os autores citados (1998, p. 6) comparam o conhecimento a “[...] um sistema vivo, que cresce e se modifica à medida que interage com o meio ambiente” e é integrado de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe



valores e as crenças que determinam, em grande parte, o que o conhecedor vê, absorve e conclui, com origem nas suas observações. Desta forma, o conhecimento, difere essencialmente da informação por conter crenças e compromisso humanos (NONAKA; TAKEUSHI, 1997, p. 63).

Essa conceituação de Davenport e Prusak (1998) ao sugerir que o conhecimento é pessoal, tácito e, portanto, oriundo de experiências humanas, permite se definir o conhecimento organizacional como a explicitação desse conhecimento implícito, por meios de relatórios, documentos, bancos de dados etc.

Com essa mesma abordagem conceitual, Nonaka e Takeuchi (1997) entendem que essa característica humana do conhecimento, de ser arraigada nas experiências individuais e em todos os modelos mentais existentes, torna desafiadora sua extração ou criação. Assim, a Gestão da Informação de acordo com Cardoso; Pereira (2005, p.225) diz que:

Seu objetivo é capacitar os estudantes na gestão competente, para atuar em sistemas e unidades de informação e em todo tipo de organizações e contextos, com atitude pró ativa. Como objetivos específicos da área estão o ser capaz de planejar, implementar, dirigir, coordenar e avaliar sistemas e unidades de informação com visão estratégica.

A GI é apreendida, portanto, como o gerenciamento dinâmico dos recursos informacionais indispensáveis para a organização. A Gestão da Informação tem como objetivo principal, oferecer informação rápida, agregada e precisa. A informação é considerada um fator importante para a tomada de decisão. Assim, para que a organização tenha êxito, ela necessita de informações corretas, na hora certa para pessoas certas.

Tarapanoff (2006, p.145) define a GI como:

A gestão da informação deve incluir, em dimensões estratégicas e operacionais, os mecanismos de obtenção e utilização de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos para o gerenciamento da informação e, a partir disto, ela mesma ser disponibilizada como insumo útil e estratégico para indivíduos, grupos e organizações.

Assim, as informações precisam ser gerenciadas da mesma forma que os outros recursos, de sorte que é preciso traçar políticas e programas de organização e tratamento para que elas se apresentem com maior eficácia. Portanto, é nítida a importância das informações no processo de tomada de decisão. Assim, a GI nas organizações torna-se não apenas necessária, mas indispensável para realizar a Gestão do Conhecimento nas organizações.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

De acordo com Davenport e Prusak (1998) o termo Gestão do Conhecimento foi inicialmente utilizado para descrever a criação e o uso de repositórios eletrônicos de dados e informações com uma estrutura orientada para o conhecimento. É um conceito novo (final dos anos 80 do século recém passado) que uniu dois termos já bastante utilizados em campos de conhecimento diferentes – gestão e conhecimento – e os revestiu com uma roupagem corporativa e com foco em estratégias empresariais.

Ainda de acordo com o autor, o conceito de GC embute diversos níveis de conhecimento (tácito, explícito e prático), assim como tipos da gestão – de competências, do capital intelectual, da aprendizagem organizacional – e também tipos de inteligência (cognitiva, econômico-produtiva, organizacional, empresarial), além da abordagem da educação corporativa e da aprendizagem organizacional.

Segundo Duarte, Silva e Costa (2007), nem sempre é necessário instrumentos sofisticados para realizar a GC. A partir de um arquivo bem organizado, de um sistema de gestão eletrônica de documentos, ou mesmo programas eficazes de educação, as empresas provavelmente já estarão fazendo algo que pode estar sendo direcionado para a GC.

Beal (2004) define GC como o conjunto de ações sistemáticas e disciplinadas que uma organização pode adotar para obter o maior retorno possível do conhecimento disponível; e Hommerding (2001, p. 42) considera a GC como um conjunto integrado de ações que visa:

[...] identificar, capturar, gerenciar e compartilhar todo ativo de informações de uma organização. Essas informações podem estar sob a forma de banco de dados, documentos impressos e, principalmente, nas pessoas através de suas experiências, habilidades, relações pessoais e fundamentalmente de suas vivências.

Na tentativa de delimitar espaços e empreender esforços com vistas a estabelecer áreas de competência de cada um dos conceitos, Salazar (2000) descreve as diferenças entre Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento. A Gestão do Conhecimento está baseada em parte na Gestão da Informação.

Diferenciar Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento torna-se necessário e fica estabelecido que, enquanto a informação é definida como um fluxo de mensagens, o conhecimento é a combinação de informação e contexto, na medida em que produzem ações. A adoção de modelos de Gestão da Informação e de Gestão do Conhecimento está promovendo melhorias no desempenho e crescimento das organizações.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Nesta pesquisa, foram utilizados os modelos de Castro (2005), Nonaka e Takeuchi (1997), Bukowitz e Willians (2002), Choo (2003) e o método *Organizational Knowledge Assessment* – OKA - (FONSECA ; TORRES, 2008). No entanto, esses modelos, são específicos de GC, e a biblioteca universitária, como uma instituição que trabalha essencialmente com a informação registrada, necessita de um instrumento que agregue tanto a GC como a GI. Assim, também foram adotados os modelos de GI, de Pinto e Silva (2005), Monteiro e Falsarella (2007), Malin (2006), bem como um modelo de GI do *Government of Alberta* (2003) no Canadá. Assim, foi possível elaborar em um único instrumento para diagnosticar indicadores de Gestão do Conhecimento e da Informação de forma integrada GC e GI.

Os constituintes dos modelos apresentados de GC e GI foram minuciosamente analisados e transformados em parâmetro para a análise e construção do instrumento, com vistas a diagnosticar a GIC na referida biblioteca universitária como principal componente desta pesquisa.

Portanto, a aplicação desse instrumento de integração pretendeu estabelecer uma correspondência entre a concepção advinda do estudo sobre a GI e GC e as experiências da direção geral da biblioteca da UNILAB, no intuito de propor que as organizações possam gerenciar a informação e o conhecimento de modo eficiente e eficaz, já que esses são insumos indispensáveis para o sucesso das organizações.

2.1 Biblioteca Universitária

A importância da informação para as organizações é universalmente aceita, constituindo, senão o mais importante e imprescindível recurso e cuja gestão e aproveitamento estão diretamente relacionados ao sucesso organizacional desejado.

A informação também é considerada e utilizada em muitas organizações como fator estruturante e instrumento de gestão. Para tanto, a gestão efetiva de uma organização requer a percepção objetiva e precisa dos valores da informação e do sistema de informação implantado. Em decorrência de tais constatações, as bibliotecas universitárias têm procurado reagir a essas mudanças, aprimorando tanto os fluxos formais da organização quanto aqueles fluxos alternativos, no intento de desenvolver um modelo mais adequado de gestão para seus sistemas. No entanto, as iniciativas a esse respeito, embora já evidentes, ainda se expressam



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

de forma muito tímida, deixando que persistam diversas lacunas nas formas de funcionamento dessas organizações e nas próprias instituições universitárias a que pertencem. Podemos verificar esta situação nas seguintes afirmações de Cunha (2000, p.3):

Ainda não está claro se as universidades estão bem preparadas para competir com o mercado. Existe a possibilidade de falhas. E caso elas ocorram, o que acontecerá? Aqueles pesquisadores ligados ao aspecto cultural preocupam-se com o reposicionamento das universidades na sociedade. Serão elas um mero apêndice do mercado ou instrumentos da política econômica nacional? Esses tópicos quase nunca são tratados em um evento de bibliotecas universitárias, precisam ser analisados e diretrizes devem ser traçadas para serem incorporadas ao planejamento estratégico de nossas instituições.

Vale lembrar que o enfoque do mercado globalizante pode ser perverso para as bibliotecas universitárias, porque elas, tradicionalmente, são centros de custos, e não de captação de recursos. A globalização precisa ser entendida em todas as suas facetas e, com certeza, mudanças precisam ser feitas para que a biblioteca universitária possa ocupar um nicho importante na vida acadêmica. Contudo, essa ocupação pressupõe a superação da forma separatista, que interdita as relações entre biblioteca, universidade e comunidade, em prol de uma relação dialógica, através da qual estas instâncias interajam formando um todo complexo.

A biblioteca, no contexto das instituições educacionais, deve desempenhar papel fundamental, qual seja tratar e colocar em circulação informações demandadas a qualquer pesquisador, estudante ou membros das diferentes comunidades, além de provocar novas demandas, isto é, em vez de permanecer na condição de entidade reativa (que procura apenas atender às demandas), deve encaminhar-se numa perspectiva proativa (antecipando-se às solicitações).

A biblioteca, pela sua natureza complexa, pelos fluxos informacionais que pode fazer emergir, bem como pelas conectividades que pode estabelecer, apresenta-se como instituição indispensável no novo paradigma educacional, o paradigma da complexidade. A relação dialógica entre sociedade do conhecimento, educação, biblioteca e especialistas possibilitam uma nova revolução da sociedade.

Diferentemente do paradigma clássico, no qual a relação entre esses segmentos acontecia de forma linear, hoje, o paradigma moderno trabalha, na perspectiva de abrir possibilidades de diálogos em via de mão dupla, reconhece que transformar a sociedade requer se ter um novo pensamento modificador dos processos de construção do conhecimento através da educação e de uma formação científica e objetivada no mundo real mais



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

competente. Esse é um novo cenário sócio-acadêmico-científico-profissional no qual a biblioteca tem papel fundamental, embora que por diferentes motivos ainda não o tenha assumida objetiva e eficazmente. A história das bibliotecas há mais de 3.000 anos está ligada a necessidade de o homem preservar suas ideias, comportamento e costumes por meio dos registros das experiências culturais, organizá-los com o objetivo de ser facilmente utilizado pelas gerações, construindo a grande rede da memória social e sua evolução, grandes descobertas, transformação e desenvolvimento. (CYSNE, 2003, p.39).

Diante do processo de transformação advindo da explosão da produção e uso da informação, a biblioteca passa a atuar na disseminação da informação, mas ainda enfocando mais o suporte que armazena a informação e menos preocupada com a democratização da informação e no seu papel como celeiro e fonte de conhecimentos múltiplos organizados de forma a produzir entropias necessárias às rupturas com os *status quo* e a transformação para o homem e a sociedade que cria e gerencia (MILANESI, 1991; CYSNE, 1993). A biblioteca não existe de forma independente da sociedade e das instituições às quais se vincula, devendo, desta forma, acompanhar as tendências que se verificam na vida social, em especial, as relacionadas ao conhecimento e à educação.

A intensidade das mudanças ocorridas na atualidade tem desafiado as organizações sociais. As Instituições de Ensino Superior - IES estão inseridas neste contexto de mudanças, desafiando seus administradores. A biblioteca universitária, fazendo parte integrante deste processo, também participa desta realidade. Como afirma Carvalho (2004, p. 6):

A biblioteca universitária, como componente da organização universitária é igualmente afetada por quaisquer modificações sobre esta, exigindo reações do mesmo nível para a superação dos desafios. Como nas demais organizações, entre as estratégias de superação, está a busca pela melhoria de desempenho e de resultado capazes de justificar e avaliar a demanda por recursos na tentativa de sobreviver dentro de um determinado padrão de qualidade. Embora estas unidades sejam tradicionalmente concebidas como investimento, vêm crescendo as pressões por melhoria de desempenho e adoção de práticas administrativas racionais em função do volume de recursos necessários para manutenção e desenvolvimento de suas atividades, do crescente enxugamento no orçamento público e do impacto da qualidade dos serviços bibliotecários sobre o processo de avaliação a que as universidades estão submetidas.

As bibliotecas universitárias, independentemente do período histórico, são muito mais do que a soma de suas coleções ou acervo e de serviços de consulta de empréstimos. Essa



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

visão arcaica é muito simplista e redutora, para essa instituição pertencente a universidade produtora de conhecimento da humanidade.

De acordo com Burke (2003), “a determinada altura da sua história, as bibliotecas universitárias, sofrem uma mutação qualitativa” e chamam para si parte da responsabilidade na construção da identidade cultural, social e política. De fato esse valor real da biblioteca universitária é objetivado pelo seu corpo funcional, cuja *expertise*, dedicação e esforço se exprimem na provisão de adequados e diversificados recursos e serviços aos usuários como base para seu conhecimento.

Dialogando com o pensamento de Costa (2014, p.60): “Quanto à percepção do usuário, ela é guiada pelo valor e pela utilidade que a informação tem: dependerá do significado dado por ele e pela situação em que se encontram as lacunas do seu conhecimento”. Assim, a biblioteca universitária conquista um espaço de relevância acadêmica para seus usuários.

2.2 Biblioteca Universitária da Unilab

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a UNILAB tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

As atividades administrativas e acadêmicas da UNILAB se concentram nos Estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape. Na Bahia, a UNILAB está presente no município de São Francisco do Conde.

3 METODOLOGIA

O tema proposto abre possibilidades para uma pesquisa exploratória, por ainda não ter



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

sido explorada nem comprovada por nenhum outro estudo na referida biblioteca, visando dar respostas que possam contribuir para a gestão da biblioteca universitária. Após a escolha e aplicação da ferramenta, fizemos a seleção de procedimentos indispensáveis à uma pesquisa científica de qualidade. Convém ressaltar que a descrição dos fatos reveladas através das análises feitas no instrumento para diagnóstico de GIC nas bibliotecas universitárias facilitou também a que se pudesse efetivar de fato uma gestão do conhecimento da referida biblioteca.

A pesquisa também se caracteriza como descritiva. E adotou o procedimento de estudo de caso aplicado na biblioteca central da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Adotou como instrumentos de pesquisa a aplicação de um instrumento de diagnóstico de Gestão da Informação e do Conhecimento específico para bibliotecas universitárias com características de um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Na perspectiva de reconstruir um novo conhecimento viável e consistente, foi feita uma pesquisa aplicada, “por ensejar conhecimentos dirigidos à solução de questões específicas”. (SILVA; MENEZES, 2005). No que diz respeito à abordagem do problema, o estudo expressou aspectos predominantemente qualitativos, tratando reflexões para novas buscas.

Após feito levantamento bibliográfico e documental, procuramos abranger toda a cobertura do tema, enfatizado para a pesquisa qualitativa, no que lembramos Minayo (1993, p. 244), ao afirmar:

A análise qualitativa atua em nível dos significados e das estruturas, entendendo essas últimas como ações humanas objetivadas, e, logo, portadora de significado. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como partes do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. Assim, considero os instrumentos, os dados e análise numa relação interior com o pesquisador, e as contradições como a própria essência dos problemas reais.

Neste estudo, a população foi constituída exclusivamente pela direção da biblioteca da UNILAB, em função da vivência demonstrada em gestão de bibliotecas universitárias, considerando também um rico acervo que varia em torno de trinta mil volumes, como também a qualidade no ensino superior desta instituição dentro e fora do Brasil, pois como sabemos a UNILAB é uma universidade de âmbito internacional.

O instrumento adotado foi o questionário aplicado e composto de questões que dizem respeito à atuação do gestor, daí, não ter estendido aos demais profissionais, o que favoreceu à



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

qualidade das respostas.

4 RESULTADOS PARCIAIS

Nessa estratégia da aplicação do instrumento, registramos alguns resultados parciais nos quais foram identificados vários componentes de GI e GC de forma integrada e principalmente elementos de gestão administrativa para dar suportes a GIC que é um fator relevante para constituir as variáveis aplicadas por meio da entrevista realizada com a diretora da UNILAB.

Como se trata de resultados parciais, constatou-se que existe a prática de GI e GC integrados, conforme o entendimento da direção. Dentro do planejamento estratégico da instituição é previsto a manutenção desse tipo de gestão GI e GC específico para a biblioteca universitária da UNILAB.

5 CONCLUSÕES

Conforme os objetivos descritos na introdução do trabalho, tais resultados referentes a esses objetivos relacionados podem contemplar as especificidades do ambiente informacional adequado à biblioteca universitária da UNILAB.

Na biblioteca da UNILAB, onde foi realizada a pesquisa, segundo os resultados iniciais que ainda estão num estado embrionário, grande parte do fluxo informacional encontra-se ainda se estruturando, seguindo as metas do planejamento estratégico de GI definido para fazer a GC, mas mediante o instrumento de aplicação da GC, sugerido pela direção da biblioteca, esperamos que seja mantida a estratégia da Gestão da Informação e do Conhecimento de forma integrada, a ser implementada na biblioteca da UNILAB.

A pesquisa nos revela que as informações precisam ser gerenciadas da mesma forma que os outros recursos, de sorte que é preciso traçar políticas e programas de organização e tratamento para que elas se apresentem com maior eficácia. Portanto, é nítida a importância das informações no processo de tomada de decisão.

A Gestão do Conhecimento está baseada em parte na Gestão da Informação, enquanto a informação é definida como um fluxo de mensagens, o conhecimento é a combinação de informação e contexto, na medida em que produzem ações. Assim, a GI nas organizações torna-se não apenas necessária, mas indispensável para realizar a Gestão do Conhecimento



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

nas instituições, principalmente em bibliotecas universitárias.

Embora sejam distintas as relações entre a GI e a GC em face do objeto de atuação, partindo do entendimento de que a GI trabalha os fluxos formais da organização e a GC, os fluxos informais, isto nos leva a inferir que ambas podem ser vistas e aplicadas de forma integrada.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Fabiana Borelli; TOMAÉL, Maria Inês. Gestão da informação gestão do Conhecimento na prática organizacional: análise de estudos de casos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, p. 01-22, jan./jun. 2011.
- BEAL, Adriana. **Gestão estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BUKOWITZ, W. R.; WILLIAMS, R. L. **Manual de gestão do conhecimento**: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- CARDOSO, Luiz Henrique; PEREIRA, Edmeire Cristina. Teoria do caos e gestão da informação: uma integração na complexidade dos negócios e dos sistemas de informação. **Transinformação**. v. 17, n. 3, p. 221-233, set./dez. 2005.
- CASTRO, Gardênia. **Gestão do conhecimento em biblioteca universitária**: um instrumento de diagnóstico. 2005. 160f. (Dissertação Mestrado em Ciências da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora SENAC, 2003. 425p.
- COSTA, I.; VASCONCELOS, A. C. F.; CÂNDIDO, G. A. Diagnóstico de Gestão do Conhecimento como Mecanismo para Criação de Valor: Um Estudo Exploratório no SEBRAE-PB. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 5, .2., p.80-98, abr./jun. 2009.
- COSTA, Maria de Fátima Oliveira. **Concepções dos Estudos de Usuários na visão dos professores dos cursos de Biblioteconomia Brasileiros**. 2014. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/costa_mdfo_do_mar.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2016.
- CYSNE, Fatima Portela Cysne. Transferência de conhecimento entre a universidade e a indústria: uma análise nacional. 305fl. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, 2003.
- DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**. 3. ed. São Paulo: Futura, 1998.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

_____; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DUARTE, E. N.; SILVA, Alzira Karla Araújo da; COSTA, Suzana Queiroga da. Gestão da Informação e do Conhecimento: práticas de empresa “excelente em gestão empresarial” extensivas à unidades de informação. **Informação & Sociedade**: Estudos. João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 97-107, 2007. >. Acesso em: 10 julho de 2011.

FONSECA, Ana Flávia; TORRES, Flávia. **Método de Avaliação do Conhecimento Organizacional - Organizational Knowledge Assessment (OKA)**. Comitê Executivo do Governo Eletrônico – CEGE. Brasília : 2008.

GOVERNMENT OF ALBERTA [2], **Benchmarking Information Management Practices: An Assessment Tool**, October 2003, Departamento de Alberta, Canadá. Disponível em: <<http://www.im.gov.ab.ca/index.cfm?page=imf/Index.html>>. Acesso em: 12 de jan. 2012.

HOMMERDING, Nádia Maria dos Santos. **O profissional da informação e a gestão do conhecimento nas empresas**: um novo espaço para atuação, com ênfase nos processos de mapeamento do conhecimento e disponibilização por meio da intranet. 2001. 210f. (Dissertação Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 2. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Loyola, 2006. 197p.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

MONTEIRO, Nabor. A.; FALSARELLA, Orandi Mina. Um modelo de gestão da informação para aprendizagem organizacional em projetos empresariais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n.2, p. 81-97, maio/ago. 2007.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na Empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PINTO, Manuela Azevedo; SILVA, Armando Malheiro da. Um Modelo Sistêmico E Integral De Gestão Da Informação Nas Organizações. In: 2º CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 2., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Tecsi, 2005. p. 1 - 24.

SALAZAR, Alejandro Andrés Pavez. **Modelo de implantación de gestion Del conocimiento y tecnologías de información para la generación de ventajas competitivas**. 2000. 90 f. (Tese Doutorado) Universidade Técnica Frederico Santa María, Departamento de Informática, Valparaíso. Disponível em: <<http://www.gestiondelconocimiento.com>>. Acesso em: 09 mar. 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SILVA, Adriana Nóbrega da. **Gestão da informação e do conhecimento para bibliotecas universitárias**: proposta de um instrumento de GIC para bibliotecas universitárias. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

SILVA, Adriana Nóbrega da. **Atuação do bibliotecário na gestão do conhecimento nas organizações**: a experiência de uma pequena empresa cearense. 2007. Monografia – Curso de Biblioteconomia. Universidade Federal do Ceará

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SVEIBY, Karl Erik. **A nova riqueza das organizações**: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TARAPANOFF, Kira. Informação, Conhecimento e Inteligência em corporações: relações e complementaridade. In: _____. **Inteligência, Informação e Conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006. p. 19-36.

UNIVERSIDADE DE INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRO. **Biblioteca Universitária**. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/>>. Acesso em: 23 de jan. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 [VOLTAR
AO SUMÁRIO](#)

Área Temática: Tecnologias da informação e Gestão do Conhecimento

KNOWLEDGE GRAPH: UM ESTUDO DOS PROCESSOS REALIZADOS PELO MECANISMO DE BUSCA SEMÂNTICO

Caio Saraiva Coneglian, UNESP
Ana Maria Jensen Ferreira da Costa Ferreira, UNESP
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti, UNESP
José Eduardo Santarem Segundo, USP

Resumo: Os mecanismos de busca em ambientes *Web* estão sendo desafiados a promover uma recuperação eficiente das informações pelos usuários. Uma solução apresentada por alguns mecanismos, é a inserção de conceitos e tecnologias da Web Semântica, que pode ser percebida no processo de busca do Google. Uma iniciativa de destaque, é o *Knowledge Graph*, criado em 2012 pelo Google, sendo uma ferramenta que se utiliza de tecnologias Web Semântica e se preocupa em fazer relacionamentos entre entidades, inserindo diversos elementos visuais, na interface de busca. Contudo, há pouca documentação que explicita os processos e o funcionamento do *Knowledge Graph*, não havendo informações que dizem respeito a como ocorre a utilização das tecnologias da Web Semântica por esta ferramenta. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi compreender como ocorre o funcionamento do *Knowledge Graph*, identificando e analisando os passos realizados por este mecanismo para a recuperação de um objeto digital, bem como verificar o uso das tecnologias e dos conceitos da Web Semântica. A metodologia utilizada, quali-quantitativa, teve caráter exploratório e documental, com embasamento teórico em textos nacionais e internacionais sobre Web Semântica e *Knowledge Graph*, sendo também um trabalho aplicado e analítico, pois desenvolvemos um aplicativo que consultasse a API do *Knowledge Graph*, realizando a análise dos resultados obtidos em outros *websites*. Por meio desta pesquisa, construímos uma figura que explicita os processos realizados durante a execução do *Knowledge Graph*. Verificamos, ainda, que grande parte dos processos descritos por este mecanismo de busca semântica, baseia-se em processos sintáticos, utilizando buscas sintáticas, com grande influência da Wikipédia, para realizar a definição das entidades apresentadas aos usuários.

Palavras-chave: Web Semântica. *Knowledge Graph*. Mecanismos de Busca. Recuperação da Informação.

Abstract: Search engines in Web environments are being challenged to promote efficient information retrieval by users. A solution presented by some mechanisms, is the inclusion of Semantic Web concepts and technologies, which can be seen in Google's search process. An important initiative is Knowledge Graph, created in 2012 by Google, with a tool that uses Semantic Web technologies and care in making relationships between entities by entering various visual elements in the search interface. However, there is little documentation that explains the processes and the functioning of the Knowledge Graph, no information that concern as is the use of Semantic Web technologies for Knowledge Graph. In this context, the aim of this study was to understand how is the functioning of the Knowledge Graph, identifying



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

and analyzing the steps taken by this mechanism for the recovery of a digital object, and to verify the use of Semantic Web technologies and concepts that tool. The methodology, qualitative and quantitative, was exploratory and documental character, with theoretical background in national and international texts on Semantic Web and Knowledge Graph and is also an applied and analytical work, it developed an application to consult the Knowledge Graph API, performing the analysis of the results on other websites. Through this research, we have built a figure that explains the processes performed during the execution of the Knowledge Graph. We also observed that most of the processes described by this mechanism of semantic search, based on syntactical processes using syntactical searches, with great influence of Wikipedia, to perform the entities presented to users.

Keywords: Semantic Web. Knowledge Graph. Search Engines. Information Retrieval.

1 INTRODUÇÃO

Os motores de buscas apresentam um papel relevante para que os usuários possam localizar os objetos digitais atendendo assim, as suas necessidades informacionais. Nesse contexto, os mecanismos de busca estão se preocupando em inserir funcionalidades que possibilitem aprimorar os processos de recuperação de informação. Uma solução apresentada por alguns mecanismos, é a inserção de conceitos e tecnologias da Web Semântica, que pode ser percebida no processo de busca do Google.

A Web Semântica proposta em 2001, é caracterizada como uma extensão da Web, procura inserir sentido aos dados, permitindo assim, com que os computadores consigam compreender o contexto em que as informações se encontram e agilizar os processos de busca (BERNERS-LEE; HENDLER; LASSILA, 2001). Desta forma, mecanismos de buscas preparados para utilizarem as tecnologias da Web Semântica, podem conduzir o usuário a encontrar as informações com maior eficiência, quando estas estiverem contextualizadas e possuírem relações semânticas.

O *Knowledge Graph* (em português, Mapa ou Grafo do Conhecimento), como um sistema de pesquisa, vem sendo desenvolvido, aperfeiçoado e utilizado pela empresa Google e oferece um recurso que utiliza atributos da Web Semântica, possibilitando compreender o significado das palavras pesquisadas. Esta ferramenta, proposta em 2012, tem sido uma das iniciativas de Web Semântica mais utilizadas pelos usuários da Web, devido a abrangência que o buscador Google possui no mundo. Dados da empresa relatam que o *Knowledge Graph* possuía em 2012, mais de 570 milhões de entidades demonstrando assim, o tamanho que esta iniciativa possui (BROWN, 2012). Neste trabalho, considera-se entidade, como uma representação computacional de algo pertencente ao mundo real (pessoas, objetos, ferramentas, locais, entre outros).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Contudo, há pouca documentação que explicita os processos e o funcionamento do *Knowledge Graph*. A empresa Google divulga apenas algumas notas, apontando as bases de dados que são utilizados pela ferramenta. Desta forma, não há informações que dizem respeito a como ocorre a utilização das tecnologias da Web Semântica pelo *Knowledge Graph*.

Assim, esta pesquisa busca compreender como ocorre o funcionamento do *Knowledge Graph*, identificando e analisando os passos realizados por este mecanismo para a recuperação de um objeto digital. Busca-se ainda, verificar como se sucede o uso das tecnologias e dos conceitos da Web Semântica pela ferramenta.

Para tal, utilizamos de metodologia quali-quantitativa, com caráter exploratório e documental, buscando na literatura e em documentos na Web, informações sobre Web Semântica e *Knowledge Graph*. Trata-se ainda de um trabalho aplicado e analítico, pois desenvolvemos uma aplicação com a finalidade de analisar os resultados fornecidos pelo *Knowledge Graph*.

2 WEB SEMÂNTICA

O surgimento da Web trouxe grandes desafios no que diz respeito a organização de informações, bem como às questões relativas a recuperação dos documentos. Este cenário pode ser verificado pela descrição dada por Souza e Alvarenga (2004), que relatava a situação da Web no início do século, afirmando que:

Embora tenha sido projetada para possibilitar o fácil acesso, intercâmbio e a recuperação de informações, a Web foi implementada de forma descentralizada e quase anárquica; cresceu de maneira exponencial e caótica e se apresenta hoje como um imenso repositório de documentos que deixa muito a desejar quando precisamos recuperar aquilo de que temos necessidade. (SOUZA; ALVARENGA, 2004, p. 133).

A situação exposta pelos autores, pode ser identificada, quando analisamos que a grande maioria das informações disponibilizadas na Web estão estruturadas na linguagem *HyperText Markup Language* (HTML). Os documentos estruturados nesta linguagem apresentam como características: interconexão por links; pouca estrutura de descrição e; elementos multimídia, como textos, vídeos, áudios e imagens

Buscando solucionar esta problemática, Berners-Lee, Handler e Lassila propuseram a Web Semântica, como um meio de promover uma nova estruturação dos dados disponíveis na Web. Para Berners-Lee, Handler e Lassila. (2001, p. 2, tradução nossa): “A Web Semântica é uma extensão da Web atual, onde a informação possui um significado claro e bem definido,



possibilitando uma melhor interação entre computadores e pessoas”. Assim, esta nova estrutura da Web é uma forma de disponibilizar informações para agentes computacionais juntamente com as informações para os usuários.

O projeto da Web Semântica tem como ponto principal a “[...] separação da apresentação do conteúdo e do conteúdo da estrutura, tratando as unidades atômicas de uma informação como componentes independentes.” (SANTAREM SEGUNDO, 2012, p. 107). A afirmação do autor insere um elemento essencial da Web Semântica, que ao relatar a separação entre apresentação e estrutura, demonstra a necessidade de haver elementos que sejam capazes de possibilitar a compreensão dos conteúdos pelos computadores.

Tal questão é complementada por Ramalho, Vidotti e Fujita (2007), ao relatar que:

[...] observa-se que comparando com as abordagens tradicionalmente desenvolvidas, o projeto Web Semântica constitui-se como uma tentativa inversa de solução que tem como objetivo desenvolver meios para que as máquinas possam servir aos humanos de maneira mais eficiente, mas para isso torna-se necessário construir instrumentos que forneçam sentido lógico e semântico aos computadores.

Como dito pelos autores, há a necessidade de construção de instrumentos capazes de fornecer sentido lógico e semântico às máquinas. Estes instrumentos são chamados de Tecnologias da Web Semântica, pois são elas que tem capacidade de promover a materialização da Web Semântica. Dentre estas tecnologias, destacamos *Uniform Resource Identifier* (URI), *Resource Description Framework* (RDF) e *Web Ontology Language* (OWL).

Em síntese, o URI se configura como Identificador Único de Recursos que possibilita a definição e adoção, de maneira precisa, de nomes aos recursos e seus respectivos endereços na Internet.

A *World Wide Web Consortium* (W3C), consórcio que gerencia e cria padrões para a Web, afirma que o RDF, como linguagem, é o modelo padrão que permite o intercâmbio de dados contidos na Web. A descrição das informações ocorre por meio das triplas RDF, que são formadas pelos elementos: sujeito, predicado e objeto, que promove um relacionamento (predicado) entre um recurso (sujeito) com um outro recurso ou com um valor (objeto), seja ele uma cadeia de caracteres ou um número. (W3C, 2014).

Uma terceira tecnologia de destaque é a OWL, que se configura como uma linguagem computacional, recomendada pela W3C, para o desenvolvimento de ontologias. “Para o uso como



tecnologia da Web Semântica, entende-se as ontologias como: artefatos computacionais que descrevem um domínio do conhecimento de forma estruturada, através de: classes, propriedades, relações, restrições, axiomas e instâncias.” (SANTAREM SEGUNDO; CONEGLIAN, 2015, p. 227). Dessa forma, as ontologias e a linguagem OWL apresentam um papel significativo, ao fornecer uma contextualização dos dados em uma linguagem compreensível por máquinas.

Ao utilizar essas tecnologias destacadas, os mecanismos de busca podem aprimorar os processos de apresentação, organização e recuperação dos objetos digitais, contribuindo com a localização efetiva de conteúdos digitais na Web.

Percebe-se que os mecanismos de buscas estão se apropriando de tecnologias da Web Semântica para aprimorarem os seus algoritmos oferecendo melhores resultados aos usuários. Desta forma, um dos principais mecanismos de busca, o Google, iniciou um processo de inserção das tecnologias da Web Semântica em seus processos de busca, sendo que a principal iniciativa neste sentido, é o chamado *Knowledge Graph*, que será tratado com mais detalhes na sequência.

3 KNOWLEDGE GRAPH

Em 2012, o Google apresentou um novo mecanismo com a intenção de aprimorar seus processos de busca, chamado de *Knowledge Graph*. Este mecanismo atua baseado em um mapa de conhecimento com uma grande quantidade de elementos estruturados e relacionados, que a partir de uma busca por um determinado termo, apresenta ao usuário informações relacionadas à temática pesquisada.

No lançamento do projeto, Singhal (2012) justifica que a ideia central é transformar a função da busca, ao ter como enfoque as entidades e não cadeias de caracteres. Nesse sentido, o autor relata ser importante transformar a busca por palavras-chaves mais intuitiva. Como exemplo, uma pesquisa por Taj Mahal pode ser entendida pelo mecanismo de busca como sendo dois termos distintos, Taj e Mahal. O *Knowledge Graph* buscaria resolver essa questão, ao identificar que na verdade Taj Mahal são duas palavras que se referem a um monumento localizado na Índia, fornecendo informações relacionadas ao mesmo.

O *Knowledge Graph* relaciona diversas entidades (vértices) por meio de relacionamentos (arestas), formando assim um grande grafo de conhecimentos, que continha, ao final do ano de 2012, 570 milhões de entidades, com cerca de 18 bilhões de fatos e conexões (BROWN, 2012). Vale destacar, que o termo grafo é utilizado fazendo referência aos grafos matemáticos,



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

compostos por diversas arestas e vértices, em que tanto as arestas quanto os vértices podem possuir determinados valores.

As informações relacionadas a esse mapa de conhecimento, são oriundas de diversas fontes informacionais estruturadas abertas. Santarem Segundo, Souza e Coneglian (2015) afirmam que as principais fontes de dados são o Wikidata, a Wikipédia e a CIA Factbook. Os autores relatam que a Wikidata está sendo utilizada em substituição ao Freebase, sendo que ambos reúnem informações pertencentes a projetos da Wikimedia, como a Wikipédia, Wikivoyage e Wikisources.

O CIA Factbook é uma outra base utilizada, porém que reúne principalmente dados censitários, sendo um projeto conduzido pela Agência de Inteligência Estadunidense, CIA. No site do projeto, afirma-se que “[...] o Factbook fornece informações sobre a história, as pessoas, governo, economia, energia, geografia, comunicações, transporte, questões militares e transnacionais para 267 entidades do mundo” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016, tradução nossa).

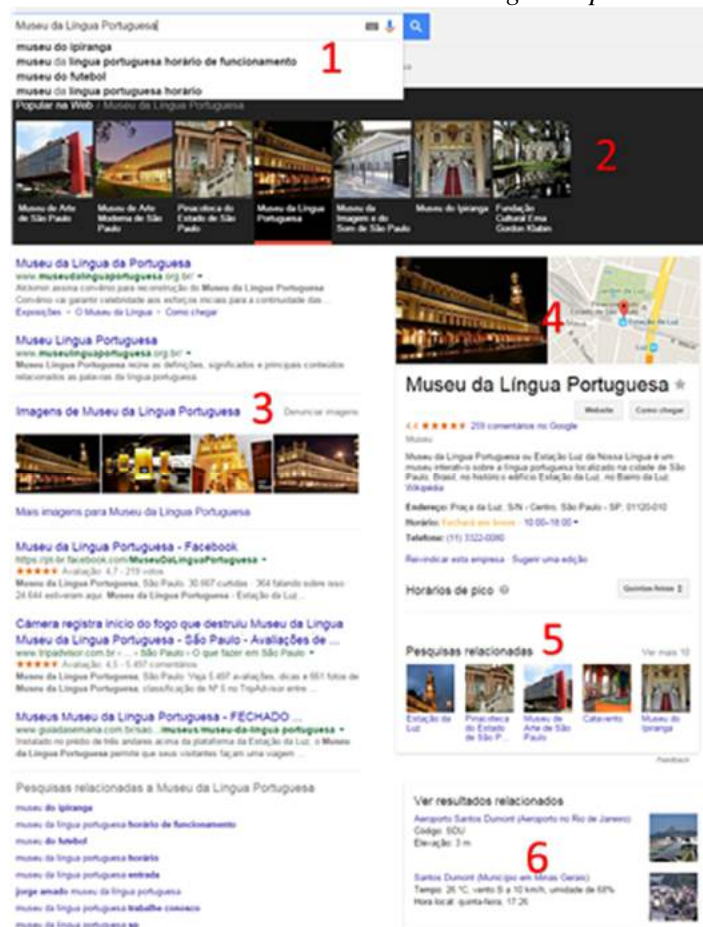
Existe pouca literatura explicando detalhadamente como o *Knowledge Graph* funciona, e quais são as tecnologias utilizadas por este sistema. No entanto, alguns autores investigaram o funcionamento e as inovações que esta ferramenta apresenta com o enfoque nos mecanismos de busca e na Web Semântica. Destaca-se duas pesquisas realizadas no âmbito da Ciência da Informação que apresentaram e detalharam o *Knowledge Graph*, Monteiro (2015) e Santarem Segundo, Souza e Coneglian (2015).

Monteiro (2015) discorre a respeito de como a Web Semântica e a Web Pragmática se relacionam e estão envolvidas com o projeto do Google, sendo analisado o funcionamento do *Knowledge Graph*, e as inovações que o mesmo oferece no processo do mecanismo de busca. A partir disso, a autora insere elementos da Semiótica, visando relatar como o *Knowledge Graph* está relacionado a esta disciplina. Monteiro (2015) construiu uma imagem em que são identificados e ilustrados os principais elementos inseridos na busca do Google, que são pertencentes ao *Knowledge Graph*.

Santarem Segundo, Souza e Coneglian (2015) identificam alguns elementos distintos dos elencados por Monteiro (2015), buscando compreender como esses elementos atuam, além de analisar as principais funções do *Knowledge Graph*.

A Figura 1 reúne os principais elementos percebidos e discutidos por Monteiro (2015) e Santarem Segundo, Souza e Coneglian (2015).

FIGURA 1 - Elementos Knowledge Graph



Fonte: Adaptado (MONTEIRO, 2015, p. 9; SANTAREM SEGUNDO; SOUZA; CONEGLIAN, 2015, p. 9)

Na Figura 1 é possível visualizar os principais elementos com um número em destaque, sendo melhor descrito na sequência. A figura demonstra uma busca por “Museu em São Paulo”, sendo posteriormente clicado no carrossel em Museu da Língua Portuguesa, elemento identificado pelo número 2. Somente o elemento número 6, não se refere a busca do museu, e sim a uma busca por “Santos Dummond”.

O elemento número 1 é a autossugestão, que tem a função de auxiliar o usuário na realização de uma busca, sem que o mesmo tenha que digitar toda a sentença. O elemento 2, se refere a um carrossel, em que são mostrados diversos objetos relacionados a busca feita, no caso



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

da figura a busca por “Museus em São Paulo” enumera diferentes resultados para essa busca. Neste caso, como foi escolhido o Museu da Língua Portuguesa, o mesmo permanece como uma identificação em vermelho, demonstrando a seleção do usuário.

O elemento 3 indica imagens relacionadas a busca realizada. O próximo elemento (4) indica o painel que contém uma entidade referente a busca feita pelo usuário, e como destacado por Monteiro (2015) são as entidades pertencentes as bases de dados estruturadas, como o Wikidata. O elemento 5 se encontra dentro do painel, e indica outros elementos que estão relacionados ao elemento encontrado na pesquisa, no caso dessa figura, são outros pontos turísticos da cidade de São Paulo. Por fim, o elemento número 6 indica a desambiguação, que como destacado por Santarem Segundo, Souza e Coneglian (2015, p. 9) são ligação “de desambiguação têm a função de apresentar links cujos os termos sejam iguais ao que o usuário pesquisou, mas com um significado diferente daquele que o buscador entendeu que eram as necessidades informacionais do usuário”.

As informações descritas acima demonstram como o *Knowledge Graph* se relacionam aos usuários e as suas funcionalidades. Por meio das pesquisas apresentadas, e das informações retiradas dos principais meios de comunicação oficiais do Google como Singhal (2012) e Brown (2012), é possível identificar que a estrutura semântica do *Knowledge Graph* ocorre inteiramente baseada em RDF, em que as relações são: sujeito, predicado e objeto. Sendo relacionados outras entidades, como os museus e os pontos turísticos, bem como as relações de Endereço, Telefone e uma descrição da Wikipédia.

As estruturas demonstradas buscam atender a algumas melhorias para qual o projeto foi desenvolvido. Singhal (2012) afirma que são três essas melhorias: a desambiguação dos resultados; obter um resumo do tema e; adquirir novos conhecimentos que expande a pesquisa inicial.

A desambiguação ocorre por meio de uma caixa que se encontra a baixo do painel, em que o usuário poderá especificar sua busca adequadamente, caso esta conduza a respostas sobre coisas distintas. O resumo do tema busca apresentar informações relevantes a respeito da busca feita, inserindo definições e informações relacionadas baseadas nas estatísticas de buscas anteriores. E a terceira melhoria, trata-se do usuário realizar uma determinada busca, verificar por meio do *Knowledge Graph* uma informação que não era esperada, como por exemplo, um usuário



ao pesquisar sobre uma série de TV, descobre que o criador de tal série se inspirou em seus familiares para dar nomes aos personagens.

O *Knowledge Graph* se apresenta como uma das maiores inovações desenvolvidas para os motores de buscas, pelas funcionalidades que foram inseridas. Contudo, há dificuldades em determinar os critérios que são utilizados nesta ferramenta. Desta forma, na próxima seção descrevemos alguns experimentos realizados, com o intuito de encontrar alguns critérios e o modo de funcionamento do *Knowledge Graph*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: Análise dos processos executados pelo *Knowledge Graph*

O *Knowledge Graph* contempla uma série de funcionalidades que foram inseridas no processo de busca do Google, utilizando tecnologias oriundas da Web Semântica. Em suma, essas funcionalidades se mostram vinculadas ao encontro de uma entidade que representa a busca realizada pelo usuário, para que assim, possam ser identificadas características semânticas da busca.

A partir desta constatação, buscamos neste trabalho compreender como a ferramenta *Knowledge Graph* realiza os seus processos, como a localização das entidades e a vinculação semântica. Para tal, desenvolvemos uma aplicação que possibilitasse o estudo mais aprofundado dos critérios analisados. Tal aplicação foi construída na linguagem Java, utilizando duas ferramentas principais (APIs - *Application Programming Interface*), uma API do *Knowledge Graph*¹ e uma segunda para tratamento de *JavaScript Object Notation*² (JSON). A API do *Knowledge Graph* permite que seja realizado acessos a base de conhecimentos, enquanto o JSON, é uma linguagem estruturada, em que o *Knowledge Graph* insere os dados que são fornecidos após uma consulta.

A aplicação desenvolvida funciona realizando consultas a API do *Knowledge Graph*, apresentando os resultados obtidos, sem que exista um tratamento nos dados, como ocorre quando se realiza uma busca diretamente no motor de buscas Google.

Primeiramente, buscamos compreender o processo de localização das entidades. Vale destacar, que uma entidade será o elemento apresentado no Painel do lado direito da página de

¹ Knowledge Graph API: <https://developers.google.com/knowledge-graph/>

² API JSON: <http://www.json.org/>



resposta do Google. Assim, para compreender tal processo, realizamos uma busca na aplicação desenvolvida. A resposta obtida apresentou diversas entidades, como pode ser visualizado na Figura 2.

FIGURA 2 - Tela de retorno da aplicação desenvolvida após a realização da busca por “Dom Pedro I”

The screenshot displays the 'Google Knowledge Graph' interface with a search for 'Dom Pedro I'. The page is titled 'Resultados' and contains three search results under the heading 'Registros'. Each result is presented as a table with key-value pairs.

Registros	
description	description Ex-Imperador do Brasil
@type	@type ["Thing", "Person"]
name	name Pedro I do Brasil
detailedDescription	detailedDescription articleBody: Pedro I & amp; IV, apelidado de "o Libertador" e "o Rei Soldado", foi o primeiro Imperador do Brasil como Pedro I de 1822 atÃ© sua abdicaÃ§Ã£o em 1831, e tambÃ©m brevemente Rei de Portugal e Algarves como Pedro IV entre marÃ§o e maio de 1826. license: https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Text_of_Creative_Commons_Attribution-ShareAlike_3.0_Unported_License url: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_do_Brasil
image	image contentUrl: http://t3.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSrguWolsWl0FzE9BTzrOVjnx4AMTOEjyXUtS0bw0NZgBKTCk url: https://en.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_of_Brazil
@id	@id kg:/m/0k_75
resultScore	resultScore 1103.144043
description	description Rodovia
@type	@type ["Thing", "Place"]
name	name Rodovia Dom Pedro I
detailedDescription	detailedDescription articleBody: A Rodovia Dom Pedro I, denominada oficialmente SP-65, faz a ligaÃ§Ã£o do Vale do ParaÃba e a RegiÃ£o Metropolitana de Campinas, partindo da Rodovia Henrique Eroles, em JacareÃ, cruzando com as rodovias Carvalho Pinto e com a Rodovia Presidente Dutra ainda na altura de JacareÃ, com a Rodovia FernÃo Dias nas imediaÃ§Ães de Atibaia, com a Rodovia Ademar Pereira de Barros em Campinas, que oferece acesso ao sul de Minas Gerais e Rodovia Professor Zeferino Vaz, tambÃ©m em Campinas. license: https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Text_of_Creative_Commons_Attribution-ShareAlike_3.0_Unported_License url: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Dom_Pedro_I
@id	@id kg:/m/085pdl
resultScore	resultScore 464.278556
description	description MunicÃpio em SÃo Paulo
@type	@type ["Thing", "City", "Place"]
name	name Campinas
detailedDescription	detailedDescription articleBody: Campinas Ã© um municÃpio brasileiro no interior do estado de SÃo Paulo, RegiÃ£o Sudeste do paÃs. Pertence Ã microrregiÃo e mesorregiÃo homÃnimas, distante 99 km a noroeste de SÃo Paulo, capital estadual. license: https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Text_of_Creative_Commons_Attribution-ShareAlike_3.0_Unported_License url: http://pt.wikipedia.org/wiki/Campinas
image	image contentUrl: http://t3.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSXM5l5lZ3p236iHsa2XoSBUjKyG-hYBcvf1R2_RMKjrkzv0alIW license: http://creativecommons.org/licenses/by/2.0
@id	@id kg:/m/0h11f
uri	uri http://www.campinas.sp.gov.br

Fonte: Elaborado pelos autores



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Na Figura 2, é possível visualizar os campos que são fornecidos como retorno da busca, seguindo uma estrutura básica, sendo que em alguns casos, não são todos os resultados que apresentam as mesmas estruturas. Em síntese, as estruturas obtidas contêm uma classificação da entidade, se é uma pessoa ou um local por exemplo, uma descrição da entidade, por exemplo um inventor ou um aeroporto, o nome da entidade, uma breve descrição, uma imagem e uma nota de avaliação que pontua a entidade (score). Verificamos que esta nota de avaliação, é utilizada como o critério para escolha da entidade, que será apresentada ao usuário no momento de uma busca no motor Google. A questão da relevância apontada pelo score será tratada com mais detalhes no decorrer do texto, pois apresenta um papel fundamental no contexto dos critérios utilizados para a recuperação da informação dentro do *Knowledge Graph*.

No caso da Figura 2, foram apresentados três resultados, com três entidades diferentes: “Pedro I do Brasil”, “Rodovia Dom Pedro I” e “Campinas”. Desta forma, dentre as entidades localizadas, a primeira apresenta a nota mais alta, sendo que esta seria a apresentada para o usuário, no caso de uma busca no Google. Esta constatação relata uma característica, a ferramenta *Knowledge Graph* localizará diversas entidades, que podem estar relacionadas a busca do usuário, classificando-as por notas, que indicam a possibilidade de estarem mais próximas da busca feita pelo usuário. Contudo, somente a entidade com nota mais alta é apresentada ao usuário dentro da estrutura visual de painel, da interface de busca do Google.

Outra característica demonstrada na Figura 2, trata das diversas entidades relacionadas com a sequência de caracteres “Dom Pedro I” que foram fornecidas como resultados. Verificamos que alguns resultados não apresentaram uma relação direta com este nome, como na entidade “Campinas”, que não contém a cadeia de caracteres, em questão, no nome e no resumo.

Para compreender como ocorre a localização destas entidades, refletimos acerca da existência de alguns critérios semânticos que podem realizar testes de aproximação, nas estruturas RDF que representam o mapa de conhecimentos do *Knowledge Graph*. No entanto, não identificamos em nenhum momento, critérios, lógicas ou aproximações semânticas dentre as entidades recuperadas.

Uma segunda hipótese, na localização das entidades, foi concebida, tendo como alicerce uma recuperação sintática, baseadas na identificação do termo buscado nas páginas da Wikipédia. Para tal foram realizadas buscas no aplicativo desenvolvido sobre personalidades brasileiras e internacionais, instituições e cidades, listando as entidades que foram retornados, sendo realizadas



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

oito buscas: duas de políticos brasileiros com bastante destaque na mídia, duas grandes cidades brasileiras, duas universidades nacionais de prestígio e duas personalidades artísticas internacionais. Posteriormente, realizou-se uma busca nas páginas do Wikipédia das entidades retornadas, verificando se as mesmas apresentavam a cadeia de caracteres da busca inicial.

Um exemplo do procedimento realizado é uma busca por “Dom Pedro I”, que retornou as três entidades descritas anteriormente (“Pedro I do Brasil”, “Rodovia Dom Pedro I” e “Campinas”), a partir disto, verificamos, no site do Wikipédia (<https://pt.wikipedia.org>), se estas três entidades continham uma página própria neste ambiente. Neste exemplo, as três entidades se encontravam presente no Wikipédia, com as seguintes páginas: “Pedro I do Brasil” - [“https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_do_Brasil”](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_I_do_Brasil); “Rodovia Dom Pedro I” - [“https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Dom_Pedro_I”](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Dom_Pedro_I); “Campinas” - [“https://pt.wikipedia.org/wiki/Campinas”](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campinas). Assim, verificamos se dentro de cada uma das páginas do Wikipédia, continham em algum local a cadeia de caracteres original, ou seja, “Dom Pedro I”. Caso as três páginas apresentasse a cadeia de caracteres em questão, seria contabilizada que as três entidades continham em sua página do Wikipédia o termo de busca.

Os resultados obtidos podem ser visualizados na Tabela 1, que apresenta na primeira coluna, a busca que foi realizada no aplicativo desenvolvido do *Knowledge Graph*, a coluna dois mostra a quantidade de entidades que foram retornadas e consideradas a partir da busca realizada. Algumas entidades não contêm nomes, pois não apresentam conteúdo, somente uma descrição da entidade com o nome exatamente igual a busca realizada, desta forma, consideramos somente as entidades com nome, cujo a quantidade destas é apresentado na coluna três. A quarta coluna apresenta, considerando somente as entidades com nome, aquelas que continham uma página no Wikipédia. Por fim, a quinta coluna apresenta uma análise, em que foram verificados, dentro de cada uma das páginas do Wikipédia das entidades, quantas destas continham a cadeia de caracteres da busca inicial, conforme o exemplo dado anteriormente.



TABELA 1 - Análise dos resultados obtidos no *Knowledge Graph* dentro do Wikipédia

Busca	Entidades Localizadas	Entidades com nome	Entidades com página na Wikipédia	Páginas da Wikipédia contendo termo da busca
Dilma Rousseff	10	10	10	10
Michel Temer	10	10	10	10
Belo Horizonte	10	10	10	10
São Paulo	10	6	6	6
UNESP	10	9	9	9
UFMG	10	10	9	9
Michael Jackson	10	6	6	6
Prince	10	9	9	9

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados apresentados na Tabela 1, demonstram que dentre as entidades localizadas que continham nome, que totalizam o número de 70, somente 2 não apresentavam página no Wikipédia. Estas foram encontradas, primeiramente na busca pelo termo “UFMG”, com a entidade de nome “Grupo de Percussão da UFMG e Coral Infantil da Fund. Civis Salgado”, e na busca por “Prince”, na entidade de nome “Prince” (que apresentava informações sobre um site de tênis). Estas duas entidades continham o termo pesquisado em seus nomes, o que justifica a recuperação das mesmas.

Outro número de destaque, diz respeito a presença da cadeia de caracteres da busca inicial, nas páginas do Wikipédia referente a entidade, que foi de 100%, ou seja, em todos os casos a página do Wikipédia continham em algum local o termo da busca realizada. Vale destacar que diversas entidades não continham uma relação explícita entre a busca realizada e a entidade localizada, como nos casos da busca por “Dilma Rousseff”, que listou a entidade de “Elisaveta Bagriana”, que apresenta em sua página da Wikipédia uma única citação ao nome de “Dilma



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Rousseff”, tratando que Bagriana mantinha uma relação de amizade com o pai de Rousseff. Outro exemplo, é na busca por “Belo Horizonte”, que recuperou a entidade “NET”, referente a uma empresa de telecomunicações, sendo que na página da Wikipédia da “NET”, havia uma única referência a cidade, sinalizando uma emissora de rádio que opera na cidade, vinculado ao grupo dono da empresa de telecomunicações. Há diversos outros exemplos, que apresentam situações semelhantes.

A partir dessas duas constatações, verificamos que busca por entidades do *Knowledge Graph* é, em sua totalidade, sintática, em que são verificadas as entidades que fazem parte do mapa de conhecimentos da ferramenta, bem como, busca-se na Wikipédia (e possivelmente em outros websites na Internet) entidades que contenham as cadeias de caracteres feitas pelos usuários. Cabe ressaltar que esta busca no Wikipédia não ocorre em dados estruturados, pois dentre as 68 entidades consideradas, 11 apresentavam a cadeia de caracteres das buscas somente no corpo do texto da página do Wikipédia, que não apresenta informações estruturadas.

Partindo desta consideração, identificamos que o *Knowledge Graph* escolhe a entidade recuperada que apresenta a maior nota. A fórmula para a concepção das notas não é especificada em nenhuma literatura, por meio do aplicativo construído não foi possível verificar como tal nota é fornecida, somente são retornadas as entidades com suas respectivas avaliações. Contudo, verificamos que a nota possivelmente apresenta variações conforme a personalização de busca que o Google contém, como a localização do IP em que é feita a busca, além de históricos de busca anterior. Ressaltamos apenas que, os fatores para a concepção da nota são bastante importantes, pois serão eles que definirão a entidade apresentada ao usuário.

Verificamos que em alguns casos, quando o usuário realiza uma busca, é apresentado ao mesmo a possibilidade de desambiguação da entidade do *Knowledge Graph*, este processo ocorre quando as notas das entidades localizadas são altas, havendo uma não definição por parte do mecanismo, de qual é a entidade que atende a busca realizada pelo usuário. Um exemplo desta situação, ocorre quando se busca por “São Paulo”, que as notas do Município de São Paulo e do São Paulo Futebol Clube são muito altas e semelhantes, e o mecanismo apresenta a entidade com maior nota, porém insere a segunda entidade como desambiguação.

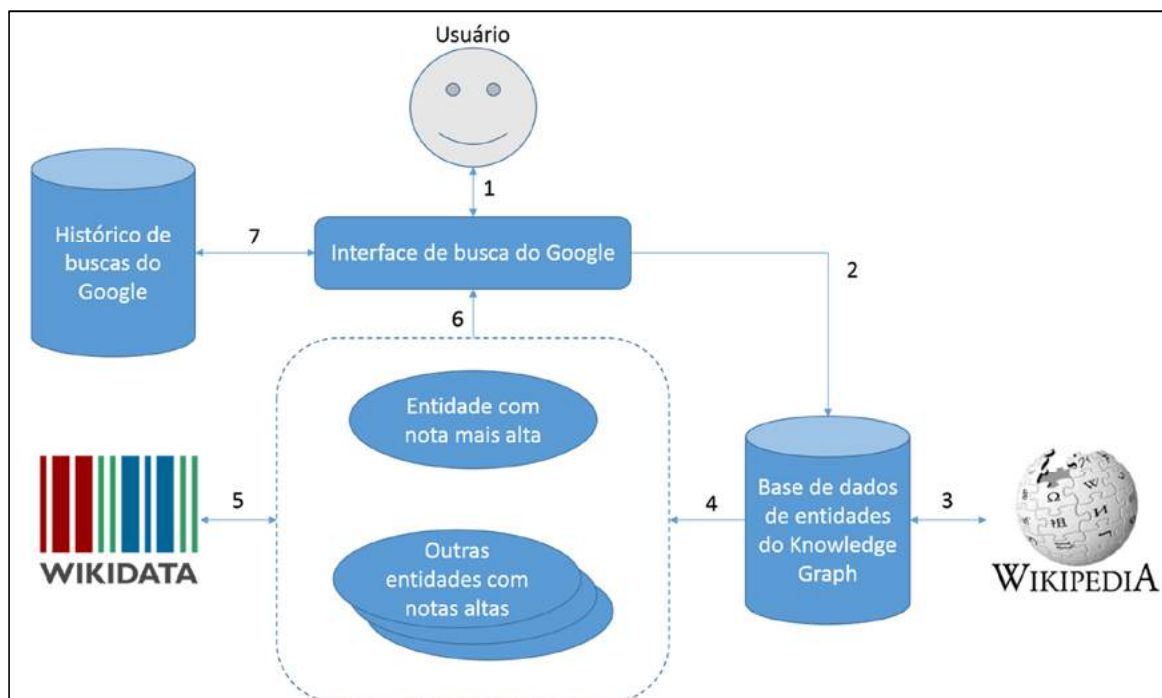
Com a definição da entidade escolhida, processo que acontece sintaticamente, e estruturado com base na Wikipédia, são localizadas algumas informações que dizem respeito a esta entidade. Tal processo apresenta traços da Web Semântica, pois utiliza dados estruturados

baseados em RDF para verificar estas informações. Em síntese, após a localização de uma entidade, é necessário encontrar a mesma nas bases estruturadas. Atualmente, esta base estruturada é, principalmente, a Wikidata, que reúne as informações estruturadas do Wikipédia.

Este processo não é apresentado pela API do *Knowledge Graph*, porém as ações realizadas pela ferramenta são simples, em que é localizada as propriedades e características da entidade, sendo escolhidas posteriormente algumas desta, conforme históricos de buscas anteriores. Outros elementos presentes no *Knowledge Graph* são: o carrossel e as pesquisas relacionadas. Estes dois elementos são fundamentados nos históricos de pesquisa, não sendo percebidas questões semânticas relacionadas a estes dois elementos.

Buscando sintetizar os processos realizados e descritos no presente trabalho, que visam demonstrar o funcionamento da ferramenta *Knowledge Graph*, criamos uma imagem que indica todos os passos que esta ferramenta executa, passando pelas fases da busca. Esta imagem está ilustrada na Figura 3.

FIGURA 3 - Processos executados pelo *Knowledge Graph*



Fonte: Elaborado pelos autores.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Os passos apresentados pela figura serão descritos a seguir. O passo 1 apresenta o momento em que o usuário realiza a busca na interface do Google. Após isso, com o texto escrito pelo usuário, realiza-se uma busca na base de dados de entidades do *Knowledge Graph*, que utiliza o Wikipédia para determinar as entidades escolhidas, de acordo com a constatação realizada na pesquisa, tais passos estão descritos nas setas 2 e 3. Na sequência, o passo 4, demonstra que a entidade com nota mais alta é escolhida, além de selecionar outras entidades que possuam notas altas. O passo 5 representa as relações e as propriedades que a entidade escolhida possui dentro do Wikidata. Esta propriedade e as relações encontradas são retornadas aos usuários, seta 6. Por fim, são verificadas cadeias de caracteres, que representam outras entidades, que possuem relação com a entidade escolhida, sendo que estas relações são identificadas de acordo com os históricos de buscas, passo 7. Tais relações são apresentadas por meio das estruturas do carrossel e pelas pesquisas relacionadas, sendo concebidos de forma sintática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Web Semântica vem se materializando como passar dos anos. Iniciativas como dados ligados está permitindo com que os dados fiquem abertos, e possam ser utilizados por diversos outros projetos. Um dos projetos mais notáveis e que está tendo bastante influência para os usuários, é um projeto do Google, chamado de *Knowledge Graph*. O *Knowledge Graph* está buscando inserir conceitos e tecnologias da Web Semântica no processo de busca.

Por meio da pesquisa realizada, identificamos que, basicamente, a inserção da Web Semântica, ocorre somente pela utilização de bases de conhecimento como o Wikidata, em que são identificados propriedades e alguns dados da entidade escolhida. Um dos resultados obtidos no presente trabalho, foi a identificação do processo de escolha da entidade que atende o termo da busca realizada pelo usuário. Percebeu-se que tal processo ocorre de forma sintática, utilizando a Wikipédia como base para identificar as entidades que possam atender aos usuários.

Verificamos que não há uma expansão das entidades, para que ocorra um processo de recuperação mais eficientes, estando limitado a busca sintática da Wikipédia. Por meio desta constatação, identificamos que não se utiliza as propriedades semânticas na obtenção de resultados mais eficientes, não sendo verificado a existência de proximidade entre as entidades, que caso fosse utilizado, tornaria o processo de desambiguação mais eficiente.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A construção de um aplicativo que consultasse a API do *Knowledge Graph*, permitiu que identificássemos as entidades que foram recuperadas, e assim, possibilitou a verificação dos processos de escolha das entidades, que como dito, baseou-se em buscas sintáticas no Wikipédia. Além disso, a pesquisa apresentou um fluxo dos processos que são realizados pela ferramenta *Knowledge Graph*.

Portanto, o presente trabalho demonstra como o *Knowledge Graph*, que vem apresentando bastante influência no processo de busca e talvez seja uma das iniciativas de Web Semântica que possui mais utilizadores, funciona. Verificamos que a Web Semântica está limitada a alguns processos, sendo identificado pouca influência na Recuperação da Informação. De todo modo, o *Knowledge Graph* avança um passo na materialização da Web Semântica, devendo haver estudos que aprofundem o entendimento desta ferramenta, para que outras iniciativas possam aprimorar os processos que são executados e tornem a Web Semântica cada vez mais presentes no dia-a-dia das pessoas.

REFERÊNCIAS

BERNERS-LEE, T.; HANDLER, J.; LASSILA, O. The semantic web. **Scientific american**, v. 284, n. 5, p. 28-37, 2001.

BROWN, A. **Obtenha respostas inteligentes em sete novas línguas**. 2012. Disponível em: <<http://googlebrasilblog.blogspot.com.br/2012/12/obtenha-respostas-inteligentes-em-sete.html>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The world factbook**. 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>>. Acesso em: 08 mai. 2016.

MONTEIRO, S. D. **KNOWLEDGE GRAPH E A SIGNIFICAÇÃO: novos agenciamentos semióticos dos índices contemporâneos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, João Pessoa, PB. 2015. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, PB: ANCIB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3025>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

RAMALHO, R. A. S.; VIDOTTI, S. A. B. G.; FUJITA, M. S. L. Web semântica: uma investigação sob o olhar da Ciência da Informação. **DataGramZero-Rev.** v. 8, n. 6, 2007.

SANTAREM SEGUNDO, J. E. Tim Berners-Lee e a Ciência da Informação: do hipertexto à web semântica In: **Os pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012, v.1, p. 101-110.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

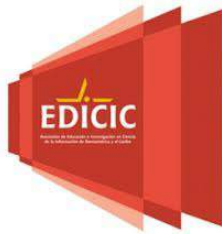
SANTAREM SEGUNDO, J. E.; CONEGLIAN, C. S. Tecnologias da web semântica aplicadas a organização do conhecimento: padrão SKOS para construção e uso de vocabulários controlados descentralizados. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (Org.). **Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural**. 1ed. Marília: Fundepe, v. 3, p. 224-233, 2015.

SANTAREM SEGUNDO, J. E.; SOUZA, J.; CONEGLIAN, C. S. Web Semântica: introdução a recursos de visualização de dados em formatos gráficos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, João Pessoa, PB. 2015. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, PB: ANCIB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2780>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

SINGHAL, A. **Introducing the Knowledge Graph: things, not strings**. 2012. Disponível em: <<http://googleblog.blogspot.com.br/2012/05/introducing-knowledge-graph-things-not.html>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

SOUZA, R. R.; ALVARENGA, L. A Web Semântica e suas contribuições para a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 132-141, 2004.

W3C. **RDF**. 2014. Disponível em: <<http://www.w3.org/RDF>>. Acesso em: 09 mai. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Nome da Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

**O PAPEL DAS ONTOLOGIAS PARA A INTERLIGAÇÃO DE DADOS
GOVERNAMENTAIS ABERTOS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O TEMA NA
LITERATURA**

**THE ONTOLOGIES ROLE FOR THE LINKED OPEN GOVERNMENTAL DATA:
AN INVESTIGATION THROUGH THE SUBJECT'S LITERATURE**

**EL PAPEL DE LAS ONTOLOGÍAS PARA LA CORRELACIÓN DE DATOS
GUBERNAMENTALES ABIERTOS: UNA INVESTIGACIÓN SOBRE EL TEMA EN
LA LITERATURA**

Lucas de Lima Rocha, UFF

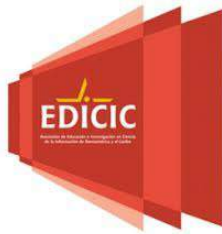
Maria Luiza de Almeida Campos, UFF

Resumo: O domínio governamental possui um grande número de áreas que dialogam entre si, mas a maior parte de suas informações é disponibilizada em formatos que são adequados ao consumo humano. Com isso, é necessário que exista um mecanismo que lide com as particularidades das informações governamentais, objetivando seu acesso de forma mais assertiva. As ontologias são ferramentas importantes para a interligação de dados, sendo úteis à descoberta dos conhecimentos. Neste artigo, a ontologia é analisada como um agente no processo da interligação de informações governamentais, demonstrando suas potencialidades neste domínio de conhecimentos. Para reforçar sua importância, são apresentadas experiências de aplicação de ontologias para a interligação de dados governamentais, concluindo-se que é necessário aos profissionais da informação atentar para as problemáticas que dizem respeito à disponibilidade e recuperação desse tipo de informação.

Palavras-chave: Dados governamentais interligados e abertos. Ontologia. Web semântica.

Abstract: The governmental domain has numerous areas that communicate between them, but the most part of its information is delivered in a human-consumption adequate form. Accordingly, there must be a mechanism to deal with the government information particularities, aiming its most assertively access. Ontologies are important tools to interlinking data, useful to knowledge discovery. In this article the ontology is analyzed as an agent in the process of linking government information, demonstrating its potential in this domain of knowledge. To reinforce its importance, ontologies application experiences are presented for the interconnection of government data, concluding that it is necessary to the information professionals pay attention to the issues concerning availability and recoverability of this kind of information.

Keywords: Linked open governmental data. Ontology. Semantic Web.



1. INTRODUÇÃO

O cenário de produção informacional, atualmente, é desproporcional ao cenário de organização informacional, principalmente no espaço digital: se por um lado a Web se apresenta como um lugar democrático, no qual qualquer pessoa com as ferramentas e o conhecimento necessários para disponibilizar informações pode publicá-las, por outro é difícil recuperar com precisão essas informações, uma vez que elas são produzidas e indexadas, majoritariamente, em linguagem natural.

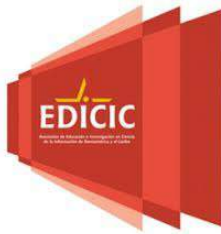
Ramalho, Vidotti e Fujita (2007) afirmam que

Nos últimos anos, o avanço exponencial na quantidade de recursos informacionais disponíveis no ambiente Web vem conduzindo a um estágio em que *os modelos clássicos de representação e recuperação de informações precisam ser (re)pensados sob diferentes perspectivas*, pois considerando a representação como elemento fundamental, para a garantia de qualidade na recuperação, apresenta-se como desafio a necessidade de singularização contextual na reconstrução do conhecimento, a partir da determinação de requisitos de qualidade e relevância das informações, que permitam categorizar e organizar, de maneira eficiente, o ‘oceano’ de dados disponíveis, favorecendo a identificação de informações que realmente interessam ao usuário. (RAMALHO; VIDOTTI; FUJITA, 2007, n.p., grifo nosso)

Repensar esses modelos de representação e recuperação significa encontrar uma maneira de tornar a Web um lugar em que o processo de busca informacional não se torne apenas mais ágil, mas também mais inteligente e assertivo. A linguagem natural possui inúmeros problemas no que tange à recuperação informacional – o número de sinonímias e homonímias, por exemplo, é um aspecto que mascara ou torna excessiva a quantidade de informações recuperadas.

É pensando nesse sentido que esforços vêm sendo feitos para tornar a Web um espaço não só recuperável através de palavras, mas também pelo conteúdo conceitual que as palavras representam dentro de um dado contexto. Com isso, também busca-se modelar essa Web de forma que ela não seja interpretável só por seres humanos, mas também por máquinas de processamento inteligente de dados, que, através de regras pré-estabelecidas, podem transformar esse espaço em um lugar de sentido.

Essa perspectiva vem sendo estudada desde o início do século XXI através da proposta batizada de Web Semântica. Nessa Web, os recursos informacionais são descritos com



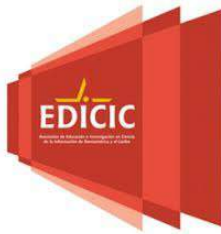
significados bem definidos, proporcionando uma cooperação no trabalho entre pessoas e computadores (BERNERS-LEE; HENDLER; LASSILA, 2001).

A ideia da Web Semântica é a de que os dados disponíveis na Web sejam indexados de uma forma explícita, onde o relacionamento entre as páginas seja diferente do que é proposto por um *hyperlink*, por exemplo, no qual o ser humano deve interpretar o tipo de ligação existente entre duas coisas distintas. Essa perspectiva é chamada de “Dados Interligados” (BIZER; HEATH; BERNERS-LEE, 2009; PARUNDEKAR; KNOBLOCK; AMBIT, 2010; BAUER; KALTENBÖCK, 2012), e traz a ideia de que as informações disponíveis na Web sejam interligadas em um formato padronizado, facilitando a sua recuperação e a geração de novos conhecimentos a partir de agentes inteligentes de *software*.

Essa nova perspectiva de informações como um conjunto de dados estruturados é útil a diversos domínios, uma vez que, nesse novo contexto semântico, as informações podem ser reutilizadas e apropriadas às particularidades de cada pessoa ou grupo de pessoas interessadas em determinado aspecto daquela(s) informação(ões). No entanto, o universo de Dados Interligados e do Projeto Web Semântica proposto por Berners-Lee, Hendler e Lassila (2001) é ambicioso e se desenvolve paulatinamente, com esforços de pequenos coletivos que tentam fazer com que a ideia se transforme em realidade. Atualmente, o projeto avança através de pesquisas e desenvolvimento nos mais diferentes domínios, como engenharia, medicina, educação e o domínio governamental, que desenvolvem suas aplicações com um olhar que objetiva interligar as informações em um movimento interdisciplinar.

A principal problemática pela qual a ideia de interligação de dados esbarra está presente no campo da linguagem: cada domínio possui suas próprias nomenclaturas, relações e definições para termos. E, de um domínio para outro, a mesma palavra pode ter significados diferentes. Órgãos como o *World Wide Web Consortium* (WC3) buscam funcionar como mediadores na definição de meta relações que possam ser utilizadas em diferentes domínios, desenvolvendo linguagens que objetivam sua utilização unificada para a interligação de informações. A presença desse tipo de mediador é importante para que o projeto Web Semântica possa se estender e persistir a longo prazo, renovando-se constantemente e estabelecendo relações que possam ser aproveitadas por diferentes domínios.

O domínio de interesse do presente artigo se concentra nas informações de caráter governamental. Tendo em vista que este é um domínio no qual diferentes áreas dialogam



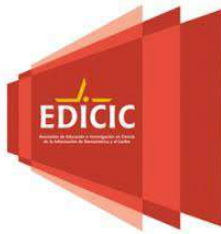
entre si, é necessário estabelecer medidas que tornem a recuperação informacional mais ágil e inteligente; para isso, é necessário um elemento que funcione como um agente no processo de interligação desse tipo específico de informações. As ontologias, nesse contexto, se apresentam como elementos interessantes, já que são responsáveis pela restrição do significado de um dado conjunto de termos e possibilitam a interligação de informações e a descoberta de novos conhecimentos – tanto pelos seres humanos quanto pelos agentes inteligentes de *software*.

Este trabalho pretende demonstrar o papel das ontologias na interligação de dados governamentais interligados, utilizando-as como mecanismos de padronização de informações. Nesse sentido, o artigo se estrutura da seguinte maneira: (1) apresentação da importância da interligação de dados governamentais abertos no contexto brasileiro e suas dificuldades de aplicação; (2) como as ontologias podem auxiliar na transposição destas dificuldades; (3) experiências de interligação de dados governamentais abertos através de ontologias, de forma a demonstrar as potencialidades dessas ferramentas; (4) conclusão, onde são exploradas as perspectivas que os profissionais da informação devem ter ao lidar com informações governamentais, e de que forma podem auxiliar a torná-las mais facilmente recuperáveis.

2. OS DADOS GOVERNAMENTAIS INTERLIGADOS E ABERTOS

Atualmente, a maior parte das informações disponibilizadas pelo governo brasileiro é apropriada apenas para a leitura humana. Essas informações estão majoritariamente organizadas em formatos proprietários e em linguagem natural, se utilizando de textos, planilhas e imagens que não podem ser interpretados por agentes inteligentes de *software* (AUTOR, 2016).

Recuperar dados nesse cenário é uma tarefa que, indo contra o estabelecimento das próprias diretrizes da Lei de Acesso à Informação – que manifesta que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, *mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão*” (BRASIL, 2011, grifo nosso) –, não é fácil para o usuário comum: os próprios portais de transparência disponibilizam seus dados em formatos que não estabelecem conexões entre si e que não respondem bem a buscas.



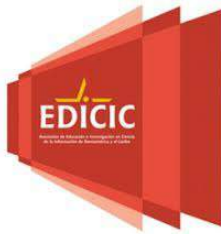
É necessário que exista um mecanismo de recuperação da informação que lide com todas as particularidades de informações de caráter governamental, ao mesmo tempo em que sejam acessíveis aos diferentes tipos de usuário e respondam bem a buscas, das mais simples às mais sofisticadas.

Se por um lado o esforço pela transparência informacional vem se mostrando cada vez mais relevante, com investimentos que propiciam informações ao cidadão, entendemos que essa informação deva ser apresentada de forma inteligente, não-ambígua, e que possibilite uma recuperação mais precisa e ágil daquilo que se busca. Além disso, também entendemos que essas informações devem ser disponibilizadas de forma que cada cidadão possa não só utilizá-la isoladamente, mas que também tenha a possibilidade de interligá-la a outras informações, também modeladas dentro dessa perspectiva semântica, para que tanto seres humanos quanto os agentes inteligentes de software possam gerar novos significados às interligações estabelecidas.

Para que essas informações estejam interligadas, é necessário um agente no processo desses conteúdos de forma criteriosa, não-ambígua e colaborativa, de forma que qualquer pessoa possa ser capaz de colaborar para que essa visão se torne realidade. Nesse sentido, Campos (2006, p. 2) destaca que “na perspectiva da Web Semântica, este procedimento de controle de vocabulário vem sendo representado por um instrumento, que permite a representação e recuperação de dados e informações, denominado ontologia”. Breitman (2014, p. xi) também afirma a importância do controle do vocabulário através das ontologias, ao dizer que “a comunidade de Web Semântica aposta na utilização de ontologias, que fornecem uma *língua franca* na qual máquinas possam interagir de modo significativo”.

3. AS ONTOLOGIAS E OS DADOS INTERLIGADOS GOVERNAMENTAIS E ABERTOS

As ontologias são especificações formais de uma conceitualização compartilhada, que fornecem uma compreensão comum e compartilhada de um domínio que pode ser comunicada a pessoas e sistemas (GRUBER, 1993; DING; FOO, 2002). Marcondes e Campos (2008) afirmam que esses artefatos tecnológicos, no contexto da Web Semântica, trabalham associados a sistemas de informação e utilizam linguagens padronizadas para que



sua semântica seja compreensível por agentes de software, o que permite a sua interoperabilidade.

Para Sales (2007), as ontologias, diferente de tesouros e vocabulários controlados, se destacam pela utilização da linguagem formal para a compreensão da máquina, e essa linguagem é que capacita a interoperabilidade entre sistemas. E complementa, dizendo que

O modelo de relações que aparece em Vocabulários Controlados e Tesouros é um modelo diádico que revela apenas as categorias as quais os conceitos pertencem, por ex: Coisa-propriedade; Material-produto; Processo-resultado, etc.

Em Instrumentos como Ontologias, o modelo diádico se torna inadequado se torna inadequado, pois requer que suas definições/relações sejam explicitadas da maneira mais clara possível, com a finalidade de garantir consistência na estrutura terminológica, e a adoção de algoritmos consistentes para a inferência pela máquina (SALES, 2007, n.p.)

O grande diferencial das ontologias é a explicitação das relações entre diferentes instâncias com uma linguagem específica, que é capaz de ser compreendida tanto semanticamente por humanos quanto matematicamente por máquinas; e, a partir disso, essas relações são capazes de gerar conhecimento através de ligações entre diferentes instâncias que não foram previstas no momento da modelagem informacional.

Outra função do uso dessas linguagens formais para definir relações em ontologias é a capacidade que elas possuem para se integrar com outras ontologias. A questão da integração de ontologias e suas dificuldades vem sendo discutida na Ciência da Informação com alguma frequência nos últimos anos (CAMPOS, 2005; CAMPOS, 2006; FARINELLI; MELO; ALMEIDA, 2013; SILVA; FARINELLI, 2014; MENDONÇA; ALMEIDA, 2014), e é importante salientar que os dados interligados abertos estão diretamente relacionados a esse assunto, uma vez que uma interligação consistente entre diferentes domínios é facilitada através dessas linguagens. Através da utilização das ontologias, é possível:

- Representar dados completos e primários, uma vez que pode utilizar URI's (*Uniform Resources Identifiers*) que representam uma determinada instância na Web;
- Representar dados atuais, contanto que seja constantemente alimentada;
- Tornar a informação acessível de forma mais rápida e criteriosa;



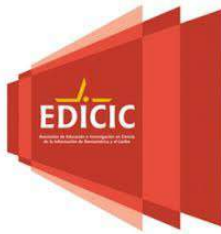
- Utilizar dados processáveis por máquina, já que uma de suas funções é a produção de conhecimento através de inferências;
- Possibilitar o acesso a informações de forma não-discriminatória, em formatos não-proprietários e de livre acesso, uma vez que, pela lógica de dados interligados abertos, trabalha com informações disponíveis a todos os cidadãos.

A utilização de ontologias é encarada como uma alternativa em um universo de diferentes métodos dentro da lógica de dados interligados abertos. Esses artefatos tecnológicos já eram apontados no texto seminal sobre Web Semântica (BERNERS-LEE; HENDLER; LASSILA, 2001) como instrumentos que poderiam diminuir os conflitos terminológicos de diferentes bases de dados e aumentar a eficiência de buscas na Web, através de seu formalismo e de suas regras de inferência.

No Brasil, as discussões sobre as ontologias como mecanismos de representação de informações governamentais têm aumentado nos últimos cinco anos dentro da Ciência da Informação (ALVES; BAX, 2014; FARINELLI; MELO; ALMEIDA, 2013; RODRIGUES; SANT'ANA, 2012; MENEZES; DUARTE, 2011; RIBEIRO; ALMEIDA, 2011), sendo um dos principais aspectos analisados as capacidades de representação desses mecanismos. Para Sales, Campos e Gomes (2008), a representação do conhecimento em ontologias envolve, principalmente, a análise semântica, uma vez que esse artefato visa otimizar a recuperação da informação. Os conceitos da ontologia estão ligados por relacionamentos, e estudar de que maneira essas relações entre as informações acontecem é importante para que se chegue à melhor forma de disponibilizar a informação.

Além disso, é necessário ter em mente a adequação da ontologia para o cenário com o qual se deseja trabalhar. Schiessl e Bräscher (2012) afirmam que escolher uma ontologia tem por base o uso pretendido por uma comunidade de usuários e a aceitação desta por eles, através do compartilhamento de uma determinada visão de realidade, que Guarino (1998) chama de compromisso ontológico – ou seja, um acordo explícito, entre uma comunidade de usuários que está em consonância com suas necessidades.

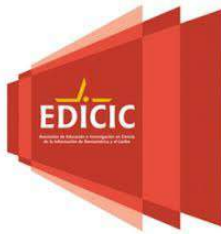
Esse compromisso é importante porque ontologias representam a visão específica de um domínio através de um vocabulário, e essa representação pode ser contraditória quando entra em contato com outros domínios, tendo em vista questões ligadas a interoperabilidade.



Em quadro de análise sobre as implicações de interligação de dados governamentais abertos, Janssen, Charalabidis e Zuiderwijk (2012) listam uma série de barreiras para sua implementação, dividindo as barreiras em seis grandes categorias: institucionais, de complexidade de tarefas, de uso e participação, de legislação, de qualidade da informação, e barreiras técnicas, como é possível visualizar no quadro abaixo.

Quadro 1. Barreiras dos Dados Governamentais Interligados Abertos

Categoria	Barreiras
Institucionais	<ul style="list-style-type: none">Ênfase nas barreiras e negligência de oportunidadesTroca pouco transparente entre valores públicos (transparência versus valores privados)Cultura de aversão a riscos (falta de empreendedorismo)Nenhuma política uniforme para publicar dadosTornar públicos apenas os dados que não são relevantesFalta de recursos para publicar dados (especialmente em setores pequenos)Sistema de receita é baseado em criar renda a partir dos dadosPriorizar os interesses das organizações locais às custas dos interesses dos cidadãosNenhum processo para lidar com o usuário que insere dadosQualidade discutível da inserção dos dados
Complexidade de tarefa	<ul style="list-style-type: none">Falta de habilidade para descobrir os dados apropriadosFalta de acesso aos dados originais (acesso apenas aos dados processados)Não há explicações sobre o significado dos dadosNão há informações sobre a qualidade dos dados abertosAplicativos que mascaram a complexidade, mas que podem ser potenciais novas utilizações dos dadosDuplicação dos dados, disponibilidade em vários formatos ou disponíveis antes e depois do processamento resultam em discussões sobre qual é a fonte de dadosDificuldade para pesquisar uma vez que não há índice ou outras formas de assegurar busca facilitada para os dados que se pretende encontrarMesmo que os dados possam ser encontrados, usuários



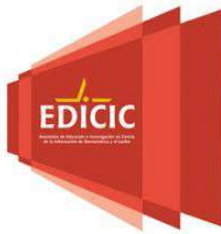
X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

	<p>podem não estar a par de suas potenciais utilizações</p> <p>Formatos dos dados e bases de dados são muito complexas para serem facilmente utilizadas</p> <p>Falta de suporte para auxílio de busca aos dados</p> <p>Foco na utilização de bases de dados únicas, quando o real valor está na utilização combinada de várias bases de dados</p> <p>Resultados contraditórios baseados na utilização dos mesmos dados</p> <p>Conclusões inválidas</p>
Uso e participação	<p>Não há incentivo para os usuários</p> <p>Organizações públicas não aceitam inserções feitas por usuários</p> <p>Frustração por haver diversas iniciativas de aprimoramento de dados</p> <p>Falta de tempo para entender os detalhes ou completa falta de tempo</p> <p>Obrigação de pagar uma assinatura para os dados</p> <p>Registro necessário antes de ser possível acessar os dados</p> <p>Crescimento inesperado de custos</p> <p>Falta de tempo para utilizar os dados abertos</p> <p>Falta de conhecimento para utilizar ou fazer com que os dados tenham sentido</p> <p>Falta da capacidade necessária para utilizar as informações</p> <p>Falta de conhecimento estatístico ou conhecimento dos potenciais e limitações estatísticos</p> <p>Ameaça de processos judiciais ou outras penalidades</p>
Legislação	<p>Violação de privacidade</p> <p>Segurança</p> <p>Falta de licença para utilizar os dados</p> <p>Condições limitadas para utilizar os dados</p> <p>Disputas e litígios</p> <p>Permissão por escrito antecipadamente necessária para ter acesso e para reproduzir os dados</p> <p>Reutilização de contratos/acordos</p>
Qualidade da informação	<p>Falta de informação</p> <p>Falta de informação confiável</p> <p>Informações incompletas, apenas parte do cenário exposto ou uma certa parcela</p> <p>Dados não-válidos ou obsoletos</p> <p>Valores pouco claros: a informação pode parecer irrelevante ou benigna quando vista isoladamente, mas quando ligada e analisada coletivamente, pode resultar em novos conhecimentos</p>



	Muita informação para ser processada e falta de certeza para o que procurar primeiro Informações (essenciais) faltando Dados similares alocados em sistemas diferentes significa resultados diferentes
Técnicas	Dados devem estar em formatos bem definidos para que sejam facilmente acessíveis: enquanto o formato dos dados é arbitrário, o formato das definições dos dados deve ser rigorosamente definido Falta de padrões Falta de um portal ou uma arquitetura centrais Falta de suporte para tornar os dados disponíveis Falta de meta padrões Falta de um software padrão para o processamento de dados abertos Fragmentação de softwares e aplicações Sistemas legais que dificultam a publicação de dados

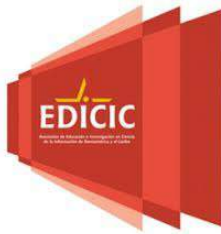
Fonte: Janssen, Charalabidis e Zuiderwijk (2012)

A utilização de ontologias para a interligação de dados governamentais abertos pode auxiliar na transposição de diversas barreiras comentadas por Janssen, Charalabidis e Zuiderwijk (2012), tais como:

- Na categoria Complexidade da Tarefa: Falta de habilidade para descobrir os dados apropriados; Não há explicações sobre o significado dos dados; Dificuldade para pesquisar uma vez que não há índice ou outras formas de assegurar busca facilitada para os dados que se pretende encontrar; Foco na utilização de bases de dados únicas, quando o real valor está na utilização combinada de várias bases de dados.

Nesta categoria, a aplicação de ontologias se mostra importante como facilitador sobre a explicação dos significados dos dados – uma vez que as instâncias apresentadas nas ontologias possuem explicações bem fundamentadas –; e na facilidade na pesquisa, que vasculha uma série de bases de dados diferentes e integradas, ao invés de utilizar uma única base de dados para uma pesquisa.

- Na categoria Uso e Participação: Obrigação de pagar uma assinatura para os dados; Falta da capacidade necessária para utilizar as informações.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

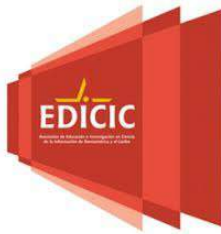
Nesta categoria, a utilização de ontologias, na perspectiva de dados governamentais interligados e abertos, dispensa a obrigação de pagamento de assinatura para utilização dos dados, uma vez que o livre acesso é um dos pilares desse tipo de informação; além disso, a integração dos dados facilita sua utilização pelo usuário final, desde que aplicações que beneficiem a busca de informações interligadas por usuários não-especializados sejam disponibilizadas.

- Na categoria Qualidade da informação: Falta de informação; Falta de informação confiável; Informações incompletas, apenas parte do cenário exposto ou uma certa parcela; Dados não-válidos ou obsoletos; Valores pouco claros: a informação pode parecer irrelevante ou benigna quando vista isoladamente, mas quando ligada e analisada coletivamente, pode resultar em novos conhecimentos; Muita informação para ser processada e falta de certeza para o que procurar primeiro; Informações (essenciais) faltando; Dados similares alocados em sistemas diferentes significa resultados diferentes.

Nesta categoria, a ontologia poderia auxiliar na confiabilidade das informações apresentadas; na validação de dados, que passariam por tratamento semântico antes de sua interligação; no aumento do valor da informação, uma vez que estaria integrada a outras bases de dados e possibilitaria a descoberta de novos conhecimentos; possibilidade de diminuir a problemática de dados similares em lugares diferentes com a instanciação de entidades através de URIs.

- Na categoria Técnicas: Dados devem estar em formatos bem definidos para que sejam facilmente acessíveis: enquanto o formato dos dados é arbitrário, o formato das definições dos dados deve ser rigorosamente definido; Falta de padrões; Falta de um portal ou uma arquitetura centrais; Falta de suporte para tornar os dados disponíveis; Falta de meta padrões; Falta de um software padrão para o processamento de dados abertos; Fragmentação de softwares e aplicações.

Nesta categoria, a utilização de ontologias pode auxiliar na padronização do formato dos dados, que possuem rigor em seus formatos; a ontologia também funcionaria como um



suporte central para tornar os dados governamentais disponíveis, provendo meta padrões pelos quais seria possível se basear no momento da modelagem do conhecimento.

De forma a demonstrar que as ontologias são interessantes à interligação de dados governamentais, ilustramos este artigo com experiências onde essas ferramentas são apresentadas como mecanismos importantes para a disponibilização estruturada de informações governamentais.

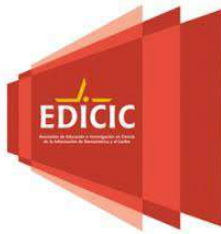
4. ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE INTERLIGAÇÃO DE DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS ATRAVÉS DE ONTOLOGIAS

Apesar de ainda incipiente, alguns avanços no sentido de interligação de dados governamentais abertos já estão sendo feitos, com esforços nacionais e internacionais no estudo e aplicação de ontologias dentro da lógica governamental de dados interligados abertos.

Bauer e Kaltenböck (2012) citam o Portal Legislativo de Dados do Reino Unido, que utiliza os padrões preconizados pelo W3C para que os cidadãos possam consumir e reutilizar Dados Interligados Abertos de forma que as buscas possam ser feitas através de um mecanismo de interface intuitiva e simples para um usuário não-especialista. O portal é modelado de forma a incentivar e possibilitar a interligação de novos dados, com os conceitos utilizados naquele domínio bem definidos por um estatuto.

Essas definições, criteriosamente articuladas, podem ser utilizadas para conectar termos em um tesouro ou uma ontologia, que melhora drasticamente a eficiência do que está sendo pesquisado. Bauer e Kaltenböck (2012) citam um Kit de Ferramentas Online de Educação para o Desenvolvimento Sustentável¹, dizendo que esse kit criou um vocabulário controlado de serviços fornecidos por diferentes autoridades e os ligou aos identificadores URI encontrados no domínio modelado do Portal Legislativo de Dados, o que possibilitou que diferentes formas de pesquisar por um mesmo conceito – incluindo sinônimos e até mesmo erros de digitação – fossem reunidas em um único termo, o que potencializou o poder de busca dos dados e, conseqüentemente, toda a experiência de navegação do usuário.

¹ Disponível em: <<http://www.esdtoolkit.org>>. Acesso em: 17 mar. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Outro exemplo é o da conversão do portal de dados norte-americano para uma perspectiva de interligação, feita por Ding *et al.* (2010). A ideia da pesquisa era a de criar uma página onde os dados brutos do governo fossem convertidos de forma a possibilitar a interligação automática entre diferentes fontes de dados. A motivação do projeto partiu da evidência de que as informações disponíveis se encontravam em diversos formatos e, para que fossem convertidos, seria necessário tornar os dados governamentais interligáveis a partir dos processos de conversão e aprimoramento e, posteriormente, interligá-los.

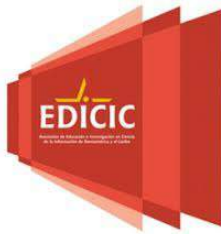
O processo de conversão foi feito através da ‘limpeza’ de dados brutos, posteriormente preservados em uma representação baseada em RDF (*Resource Description Framework*). Depois, as bases de dados convertidas foram referenciadas através de URIs, fazendo com que tanto as bases de dados quanto as ontologias por trás delas pudessem ser referenciadas por terceiros. Durante o processo de aprimoramento, o foco foi o de extração semântica dos dados governamentais e da representação dessas em URIs relevantes, a interligação de fontes de dados diferentes que possuíam as mesmas URIs mencionadas. Esses passos, feitos de forma tanto automática quanto manual, envolveram adição, derivação, ligação e integração dos dados governamentais, e a pesquisa certificou-se de que os usuários poderiam acessar tanto os dados originais e brutos quanto os dados enriquecidos semanticamente.

Após os processos de enriquecimento semântico, a pesquisa preocupou-se também com a forma de utilização destes dados, através da utilização de ferramentas tanto semanticamente relevantes quanto de tecnologias baseadas na web tradicional. O mecanismo de busca utilizado é baseado em SPARQL para fazer a ponte entre os dados governamentais interligados e as interfaces convencionais de busca e visualização.

O projeto *Data.gov Wiki* foi capaz de publicar, até 2010, cinco bilhões de triplas derivadas dos dados brutos do Data.gov, e uma das conclusões do projeto é que, por mais que a automação seja possível, a curadoria humana ainda é importante para lidar com as exceções que a inteligência artificial não consegue identificar.

Outros exemplos podem ser complementados pelo relato de Cordeiro *et al.* (2011), que citam esforços, ressaltando o tratamento semântico na interligação de dados governamentais abertos.

Os autores relatam as iniciativas do governo espanhol (através da Asociación Española de Linked Data – AELID), que objetiva estimular pesquisas em dados interligados



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

não só na Espanha, mas em toda a Europa, materializando-se através de projetos como o Data-Gov Wiki, desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Rensselaer, e o GeoLinkedData, desenvolvido pela Universidade de Madri. Esses projetos utilizam informações existentes no Instituto Nacional de Estatísticas e no Instituto Nacional Geográfico da Espanha e as transformam em estruturas padrões de dados interligados abertos, o que possibilita sua interligação consistente.

Cordeiro *et al.* (2011) também relatam discussões da União Europeia sobre um projeto em larga escala de integração de dados de diferentes fontes – que envolvem pesquisadores, empresas e produtores de informação de sete países europeus, que se uniram para a criação do projeto LOD2² – e de discussões a nível global, como, por exemplo, a criação da Associação Internacional para Ontologias e Aplicações (IAOA, em sua sigla em inglês), uma organização internacional liderada pelos EUA que objetiva promover pesquisa e desenvolvimento em ontologias ao redor do mundo, com foco em aspectos de modelagem conceitual e enriquecimento semântico.

O trabalho de Cordeiro *et al.* (2011), como apresentado acima ao discutir o cenário internacional, também problematiza a publicação de dados governamentais em formato aberto e interligado no contexto brasileiro, afirmando que a publicação de dados não acontece de forma padronizada e integrada, o que dificulta a utilização destas informações por parte tanto do governo quanto dos cidadãos.

Os autores dizem que o processo de publicação de informações interligadas na esfera governamental implica a definição e criação de vocabulários, e confirmam a ideia de que ontologias são mecanismos interessantes que possibilitam uma visão mais integrada dos dados e maximizam a capacidade de interoperabilidade semântica entre bases de dados diferentes, bem como entre produtores e consumidores de informação.

Eles também apontam para a tendência do cenário governamental brasileiro de evoluir do atual status de dados abertos para um em que os dados estejam não só disponíveis, mas interligados, e apresentam projetos que têm como objetivo atingir esse fim, como o e-Gov, e-Ping e Consegi (Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico) como iniciativas que visam entender de que forma esse cenário está sendo modelado e como ele pode ser aprimorado para que a informação seja bem estruturada.

² Linked Open Data 2 Project. Disponível em: <<http://www.lod2.eu>>. Acesso em: 23 mar. 2016.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

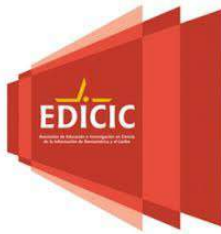
Todas essas pesquisas e modelos propostos para a interligação de dados governamentais abertos são esforços relevantes para aprimorar a organização de um cenário no qual as boas práticas, muitas vezes, não estão sendo postas em prática. Tendo em vista que as ontologias podem, entre outras funções, servirem como ferramentas de controle terminológico, sua utilização diminui não apenas os problemas de duplicação de informação, sinonímias ou erros de digitação, mas também são extremamente relevantes por permitir que as interligações explicitadas possam ser conectadas com outros dados através de inteligência artificial, possibilitando a descobertas de novos conhecimentos que não foram previamente identificados pelo esforço intelectual humano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ontologias são ferramentas importantes para a interligação de dados governamentais abertos, já que podem ser responsáveis por padronizar essas informações em modelos capazes de se comunicar através de uma linguagem onde as relações são bem estabelecidas, possibilitando a produção de conhecimento automático por parte dos agentes inteligentes de *software*. Com isso, novas possibilidades de utilização das informações governamentais, bem como sua recuperação mais rápida e assertiva, podem se tornar realidade.

No contexto brasileiro, a necessidade de estabelecer mecanismos mais ágeis à recuperação informacional governamental é necessária, levando em conta o estabelecimento das diretrizes da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011). As informações devem estar disponíveis de forma que sua recuperação seja ágil e fácil, e uma das alternativas para que a Lei se torne realidade é a utilização destas ferramentas como instrumentos responsáveis por restrições de significados, organização das informações presentes no domínio e explicitação das relações existentes entre os diferentes recursos informacionais.

Também é necessário que os profissionais da informação estejam atentos à necessidade de utilização das ontologias como ferramentas que estabeleçam esse diálogo entre as informações governamentais abertas e a população interessada em recuperá-las. Deve ser deles a responsabilidade por desenvolver formas mais inteligentes de organizar e recuperar as



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

informações, e a utilização de ontologias, nesse sentido, se mostra como uma alternativa aos mecanismos já estabelecidos de organização informacional.

Para que se atinja o cenário ideal da Web Semântica – no qual todas as informações digitais estarão interligadas –, as informações precisam estar bem estruturadas e representadas no contexto digital. É um processo lento, mas que já está sendo feito aos poucos por pequenos grupos que se interessam por essa questão, dentro dos mais diferentes domínios de conhecimento. É necessário discutir as potencialidades e benefícios que as informações interligadas podem trazer, sobretudo quando essas informações são governamentais e dizem respeito ao cotidiano de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. V. C.; BAX, M. P. Da Necessidade e Viabilidade da Adoção do Padrão LOD pelo Congresso Nacional. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p. 73-94, jan./abr. 2014.

AUTOR. *Título*. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituição. Departamento de Ciência da Informação, Local, 2016.

BAUER, F.; KALTENBÖCK, M. *Linked Open Data: The Essentials*. A quick start guide for decision makers. Viena: edition mono, 2012. Disponível em: <<http://www.semantic-web.at/LOD-TheEssentials.pdf>>. Acesso em: 13. jan. 2015.

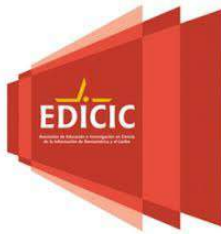
BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J; LASSILA, O. *The semantic web*. Scientific America, Maio 2001. Disponível em: <<http://www.cs.umd.edu/~golbeck/LBSC690/SemanticWeb.html>>. Acesso em: 13. jan. 2015.

BIZER, C.; HEATH, T.; BERNES-LEE, T. Linked Data. The story so far. Preprint to the special issue on linked data. *International Journal on Semantic Web and Information Systems (IJSWIS)*, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 18 dez. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BREITMAN, K. *Web Semântica: a internet do futuro*. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

CAMPOS, M. L. A. A problemática da compatibilização terminológica e a integração de ontologias: o papel das definições conceituais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-



Graduação em Ciência da Informação. 6., 2005, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

CAMPOS, M. L. A. Integração de ontologias: o domínio da bioinformática e a problemática da compatibilização terminológica. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 7., 2006, Marília, SP. *Anais...* Marília, SP: UNESP, 2006.

CORDEIRO, K. F. *et al.* An approach for managing and semantically enriching the publication of Linked Open Governmental Data. Workshop de Computação Aplicada em Governo Eletrônico (WCGE). *Simpósio Brasileiro de Banco de Dados (SBDD)*, Florianópolis, SC, 2011.

DING, L. *et al.* *Data-gov Wiki: Towards Linking Government Data*. [S.l.]: Association for the Advancement of Artificial Intelligence, 2010. Disponível em: <<http://data-gov.tw.rpi.edu/2010/linkedai-2010-datagov.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

DING, Y.; FOO, S.. Ontology research and development. Part 2 – a review of ontology generation. *Journal of Information Science*, v. 28, n. 4, p. 375-388, 2002.

FARINELLI; MELO; ALMEIDA. O papel das ontologias na interoperabilidade de sistemas de informação: reflexões na esfera governamental In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 14., 2013, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis, SC: UFSC, 2013.

GRUBER, T. R. Toward principles for the design of ontologies used for knowledge sharing. *International Journal Human-Computer Studies*, v. 43, 1993, p. 907-928. Disponível em: <<http://tomgruber.org/writing/onto-design.pdf>> Acesso em: 15. Jan. 2015.

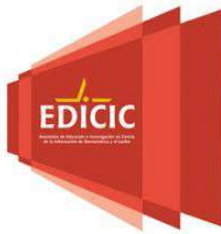
GUARINO, N. *Formal ontology and information systems*. Amsterdam: IOS Press, 1998. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.29.1776>>. Acesso em 15 jan. 2015.

JANSSEN, M.; CHARALABIDIS, Y.; ZUIDERWIJK, A. Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. *Information Systems Management*, v. 29, p. 258-268, 2012.

MARCONDES, C. H.; CAMPOS, M. L. A. Ontologia e web semântica: o espaço da pesquisa em Ciência da Informação. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 107-136, jun./jul. 2008.

MENDONÇA, F. M.; ALMEIDA, M. B. Princípios metodológicos para desenvolvimento de ontologias: análise das práticas correntes e proposição de melhorias. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 15., 2014, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MENEZES; DUARTE. Web semântica e o governo eletrônico brasileiro: uma nova roupagem para a representação da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 12., 2011, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: UnB, 2011.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

PARUNDEKAR, R.; KNOBLOCK, C. A.; AMBITE, J. L. Linking and Building Ontologies of Linked Data. *9th international semantic web conference*. University of Southern California, Information Sciences Institute and Department of Computer Science, 2010.

RAMALHO, R. A. S.; VIDOTTI, S. A. B. G.; FUJITA, M. S. L. Web semântica uma investigação sob o olhar da Ciência da Informação. *DataGramZero – Revista de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, dez. 2007.

RIBEIRO; ALMEIDA. Dados abertos governamentais (open government data): instrumento para exercício de cidadania pela sociedade. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 12., 2011, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: UnB, 2011.

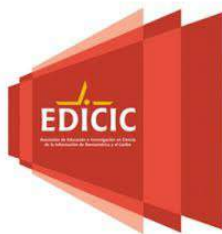
RODRIGUES; SANT'ANA. Restrições tecnológicas e de acesso a dados disponíveis sobre destinos de repasses financeiros federais para a saúde pública em ambientes informacionais digitais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 13, 2012, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2012.

SALES, L. F. Relações conceituais para instrumentos de padronização terminológica: um novo modelo para o uso em Ontologias. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 8., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2007.

SALES, L. F.; CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Ontologias de domínio: um estudo das relações conceituais. *Perspec. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 62-76, maio/ago. 2008.

SCHIESSL, M.; BRÄSCHER, M. Ontologia: ambiguidade e precisão. *Enc. Bibli.*, v. 17, n. esp. 1, p. 125-141, 2012.

SILVA, S. M.; FARINELLI, F. um roteiro para modelagem conceitual de sistemas de informação baseada em princípios ontológicos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 15., 2014, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2014.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 VOLTAR
AO SUMÁRIO

Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

DIGITAL PRESERVATION POLICIES IN BRAZILIAN UNIVERSITY LIBRARIES

Magna Loures de Farias, UFRJ

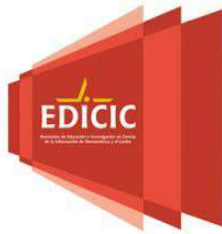
Maria Irene da Fonseca e Sá, UFRJ

Resumo: A preservação digital é um desafio ainda mais complexo, se comparada à preservação dos documentos impressos, uma vez que as tecnologias digitais são frágeis, instáveis e constantemente modificadas, o que torna cada vez mais curto o tempo entre inovação e obsolescência tecnológica. A biblioteca universitária, no meio acadêmico, é um dos principais instrumentos para o acesso e recuperação da informação para alunos, professores, pesquisadores e público em geral, entretanto, ela pode estar ameaçada se as instituições não estiverem atentas à preservação da informação digital produzida e armazenada em suas bases de dados. Neste contexto, investigar se as bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras possuem Políticas de Preservação Digital se configura como objetivo da pesquisa. Os dados foram coletados por meio de questionários, aplicados às bibliotecas centrais ou sistemas de bibliotecas de instituições públicas federais brasileiras, e a abordagem do problema ocorreu por análise quanti-qualitativa. Conclui-se ao final da pesquisa que a bibliotecas de universidades federais brasileiras, em sua maioria, não possuem Políticas de Preservação Digital, entretanto, apresentam, de forma ainda embrionária, algumas estratégias básicas que visam a preservação dos documentos digitais ao longo do tempo.

Palavras-chave: Políticas de Preservação Digital. Preservação Digital. Documento Digital. Biblioteca Universitária.

Abstract: Digital preservation is a challenge even more complex, compared to the preservation of printed documents, since digital technologies are fragile, unstable and constantly modified, which makes it increasingly shorter the time between innovation and technological obsolescence. The university library, in academia, is one of the main tools for access and retrieval of information for students, teachers, researchers and the general public, however, it may be threatened if the institutions are not attentive to the preservation of the produced digital information and stored in their databases. In this context, investigate whether the libraries of Brazilian federal public universities have Digital Preservation Policy is configured as research objective. Data were collected through questionnaires administered to the core libraries or Brazilian federal public institutions library systems, and approach the problem occurred by analyzing quantitative and qualitative. It was concluded at the end of the research libraries of Brazilian federal universities, in most cases, do not have Digital Preservation Policies, however, present, still embryonic form, some basic strategies to preserve digital documents over time.

Keywords: Digital Preservation Policy. Digital preservation. Digital document. University Library



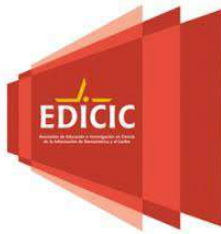
1 INTRODUÇÃO

“Quando nascemos já encontramos, quer na nossa família, quer na sociedade onde vivemos, um passado que, na maioria das vezes, foi construído, ano após ano, e se materializa, principalmente em papéis...” (BERTOLETTI, 2005, não paginado). Estes papéis são os mais diversos tipos de documentos que compõem a nossa história e também a história da sociedade em que vivemos. Os documentos preservados permitem o regaste do passado para que se tenha consciência do presente e se possa, assim, dar continuidade à composição de nossa história e de nossa sociedade.

“Resgatar o passado é hoje nossa obrigação, e também um preceito constitucional do Estado, pois cada um de nós tem DIREITO a ter acesso à sua história, à sua memória.”(BERTOLETTI, 2005, não paginado). Entretanto, mais do que o resgate do passado, o ato de preservar um documento significa ensinar o futuro, garantindo os meios de constituir a memória individual e coletiva de um povo. Contudo, Grácio (2012, p.13) nos fala que a sociedade atual tem mudado suas formas de produzir e acessar suas informações, o que traz novos benefícios e desafios no âmbito documental.

Na sociedade atual, tanto os cidadãos como as instituições têm presenciado uma mudança de cultura na utilização das informações em relação à forma de comunicação e organização advinda principalmente da invenção e da popularização dos computadores e do surgimento da Internet, influenciando a interação entre as pessoas e o acesso, o intercâmbio e o compartilhamento de informações. Esse contexto tem afetado a rotina das pessoas e das instituições, trazendo benefícios e desafios, como um maior acesso e utilização da informação digital, mas também uma maior dependência desse tipo de informação (GRÁCIO, 2012, p.13).

O progresso do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem ocasionado significativas mudanças no modo de produzir e disseminar informação. Cada vez mais, os registros nascem digitais ou são digitalizados pelos indivíduos ou instituições. Este novo contexto impacta diretamente o planejamento das atividades da biblioteca, “tanto para a armazenagem quanto para prover acesso às informações digitais disponíveis em redes de computadores, principalmente a rede Internet.” (SÁ, 2013, p. 55).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Entretanto, embora os benefícios que a introdução das TIC em bibliotecas e demais unidades de informação sejam inegáveis, principalmente em relação à disseminação e democratização do acesso à informação, a facilidade na divulgação de documentos “pode esconder percalços próprios ao de um acervo, tal como o bibliográfico, no tocante à preservação e à garantia do acesso” (WEITZEL; MESQUITA, 2015, p. 182).

A preservação tem como finalidade, não apenas garantir a longevidade do documento, mas também, garantir o acesso, uma vez que o conhecimento científico produzido impulsiona a produção de novos conhecimentos. “A ressignificação de um objeto na ciência moderna pressupõe avanço, confirmação ou refutação de uma pesquisa já realizada” (WEITZEL; MESQUITA, 2015, p. 183)

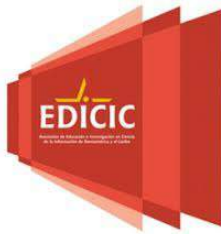
De acordo com Sayão (2005), atualmente grande parte dos documentos já nasce digital, e os que estão em suportes convencionais são convertidos rapidamente para formatos digitais, contudo, é “preciso enfatizar que apesar dessa tendência avassaladora e irreversível, não há contrapartida estratégias consolidadas para garantir o acesso de longo prazo às informações digitais de valor contínuo” (SAYÃO, 2005, p. 116).

São necessários estudos e definição de conceitos, critérios e técnicas para garantir que um processo de preservação digital seja bem-sucedido. Nesse contexto, as bibliotecas digitais universitárias deveriam ser as precursoras quanto à preocupação de salvaguardar o conhecimento científico digital, dado que estão vinculadas às instituições acadêmicas. Sobre a realidade das instituições brasileiras de ensino, Munhoz (2011, p. 12) diz que:

A realidade das instituições brasileiras de ensino quanto à preservação digital faz com que sejam necessários procedimentos capazes de assegurar a perdurabilidade do conteúdo dos documentos de suporte digital, bem como de elaborar e executar políticas de conservação e preservação de documentos digitais. (MUNHOZ, 2011, p. 12).

Assim, a questão que surge é: as bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras possuem políticas e estratégias para preservação do documento digital?

Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionados conceitos-chave para discussão – Biblioteca Digital, Objeto Digital e Preservação Digital. Do ponto de vista da abordagem do problema, vale-se da pesquisa quantitativa e qualitativa, nas quais são considerados e



analisados aspectos da Preservação Digital em bibliotecas com coleções digitais ou Bibliotecas Digitais de universidades públicas federais brasileiras.

A discussão a respeito da Preservação Digital é essencial no cenário atual, onde a sociedade contemporânea tem produzido uma enorme massa de documentos e informações digitais. A produção desenfreada de conteúdos digitais associada ao rápido avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) provoca um novo problema: o risco da amnésia digital.

Não é necessário dizer que grande parte da informação produzida hoje já nasce digital, e as que estão em suportes convencionais estão rapidamente sendo convertidas para formas digitais o que é preciso enfatizar é que, apesar dessa tendência avassaladora e irreversível, não há em contrapartida estratégias consolidadas para garantir o acesso de longo prazo às informações digitais de valor contínuo. Muitas informações consideradas tesouros digitais pela Unesco já foram irremediavelmente perdidas, como foi, por exemplo, a primeira mensagem eletrônica enviada por cientistas do MIT, Massachusetts Institute of Technology, em 1964 (WEBB, 2003; LUKESH, 1999 apud SAYÃO, 2005).

Em comparação com a preservação de documentos impressos, a preservação digital é um desafio ainda mais complexo, uma vez que as tecnologias digitais são frágeis, instáveis e constantemente modificadas, seja hardware ou software, o que torna cada vez mais curto o tempo entre inovação e obsolescência de tecnológica, ameaçando a longevidade do documento digital. A preservação digital pode ser entendida como um conjunto de estratégias e protocolos que visam a manutenção e conservação de bancos de dados e objetos digitais disponibilizados. Tais estratégias e protocolos devem ser definidos e formalizados em uma política de preservação, que vise à superação tecnológica tanto dos objetos digitais como de seu suporte (ARELLANO, 2012; CORRÊA, 2010; SAYÃO, 2005).

A biblioteca universitária é um dos principais instrumentos para o acesso e recuperação da informação para alunos, professores, pesquisadores e a sociedade, entretanto, ela pode estar ameaçada se as instituições não estiverem atentas à preservação da informação digital produzida e armazenada em suas bases de dados. Assim, o objetivo geral deste estudo foi: Identificar a existência de Políticas de Preservação de Documentos Digitais em bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras.



Do ponto de vista da abordagem do problema, foi adotada a análise mista, quantitativa e qualitativa, que para Moresi (2003, p.72-73) “permite fornecer mais informações do que poderia se obter utilizando um dos métodos isoladamente.” Nesta pesquisa torna-se apropriado o uso de ambos os métodos, uma vez que a pesquisa propõe tanto uma sondagem sobre a existência de Políticas de Preservação Digital nas bibliotecas universitárias brasileiras, como a existência de ações tomadas em relação à preocupação com o documento digital, independentemente de uma política formalizada.

Em um primeiro momento, a abordagem bibliográfica foi utilizada no que concerne ao levantamento de literatura especializada para elaboração do referencial teórico. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários, enviados por *e-mail* às instituições selecionadas, entre dezembro de 2015 a fevereiro de 2016, período atípico de funcionamento das Universidades Federais brasileiras, marcado por diversos recessos e greves de servidores.

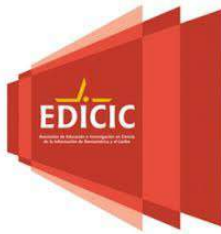
As instituições foram selecionadas a partir de uma listagem gerada pelo *site* do Ministério da Educação (MEC). O e-MEC é um portal que concentra informações sobre todas as instituições de ensino superior reconhecidas e cadastradas pelo Ministério da Educação. O cálculo do número de amostra assumiu como população finita o número de universidades recuperadas na lista gerada no e-MEC (63 universidades).

2 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, são expostos os conceitos de Biblioteca Digital, Documento Digital, Preservação Digital e Política de Preservação Digital que fundamentam a pesquisa.

2.1 BIBLIOTECA DIGITAL

Ao longo da história da humanidade, o homem tem se preocupado em registrar todo o conhecimento por ele adquirido (SANTOS, 2012, p. 175). A representação do conhecimento de uma pequena comunidade ou uma nação contribui para a construção de sua identidade cultural e representa as etapas e avanços de sua vida social, constituindo assim sua identidade coletiva. “A busca e manutenção dessa identidade parecem ter começado quando as sociedades se preocuparam em preservar, por meio de ritos e comemorações, seus mitos de origem, sua sacralidade.” (CAMPELLO, 2006, p. 5). Desenvolveu-se nos povos a consciência de que a conservação de suas tradições e conhecimentos garantiria a continuidade da sociedade e



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

afastaria o medo da perda da memória, medo da amnésia coletiva (CAMPELLO, 2006). Desta forma, começaram a surgir as primeiras bibliotecas, como instituições responsáveis pela guarda e preservação do registro escrito para a transmissão e perpetuação do conhecimento ao longo do tempo (CORRÊA, 2010).

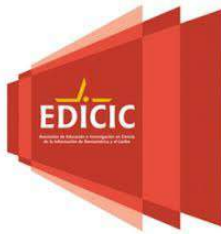
A etimologia da palavra biblioteca - do grego *bibliothēke*, derivada dos radicais *biblio* e *tēke* que, respectivamente, significam livro e depósito - reforça os objetivos iniciais dessa instituição como um espaço destinado a proteção do conhecimento produzido.

Carrega uma imagem construída ao longo do tempo: o sacrário do saber, que em uma ambiência austera convida ao recolhimento do pensar. [...] A biblioteca tradicional é uma instituição secular de grande importância social. [...] É como uma ponte que liga o universo de usuários e o vasto mundo das idéias. Tem como função a coleta, organização e disseminação de informação, geral e/ou especializada no âmbito de uma comunidade específica (SILVA; JAMBEIRO; BARRERO, 2006, p. 265 apud CORRÊA, 2010).

À medida que o final do século XX se aproxima, o dilema do risco do esquecimento se intensifica. Vivemos em um universo digital, onde é notável o crescimento exponencial das informações produzidas digitalmente e, ao mesmo tempo, em contrapartida, a rápida obsolescência tecnológica, que ameaça a possibilidade do acesso em longo prazo a estas informações. As bibliotecas, tendo como uma de suas características serem lugares onde a produção do conhecimento científico, histórico e social ocorre por meio do acesso aos documentos que formam a memória destas unidades de informação, assumem nesse novo contexto juntamente com outras instituições, a responsabilidade de preservar este novo patrimônio documental que não se restringe aos formatos tradicionalmente preservados (CORRÊA, 2010).

Há uma diversidade de ideias e pensamentos a respeito do que seria a biblioteca contemporânea e como as Tecnologias da Informação de Comunicação (TIC) impactam em seus produtos e serviços. Para Souza (2005, p. 5), a biblioteca contemporânea, “se refere a qualquer compilação de dados registrados em muitas outras formas e não só em livros” e este conceito ainda se amplia caso seu acervo esteja em meio eletrônico, digital ou virtual, posto que os serviços prestados por esta instituição podem assumir caráter universal (SOUZA, 2005).

Sobre o impacto das TIC em bibliotecas, Macedo e Modesto (1999, p. 60) discorrem:



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

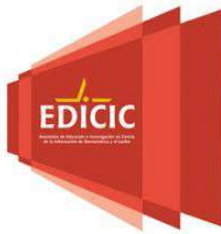
Fruto do rápido desenvolvimento tecnológico em anos recentes, particularmente grande inovação na área de computadores, comunicação à longa distância e hipermídia, a Internet tem contribuído revolucionariamente, com as formas pelas quais a informação deva ser gerada, coletada, representada, organizada, disseminada, compartilhada e usada. Como mídia peculiar onde se adapta a nova designação da biblioteca do futuro, provoca a formação de novos termos para suas implicações; enfim, faz surgir emergente terminologia com significados que, no momento, causam ambigüidades. Mas da mesma maneira que se encare a Internet como ferramenta de comunicação é também instrumento de transferência de informação, de indicações bibliográficas e cadastrais (MACEDO; MODESTO, 1999, p. 60).

Embora o rápido desenvolvimento tecnológico tenha modificado a maneira das bibliotecas realizarem suas funções, não modificou seu propósito social de mediar a informação e possibilitar a construção de novos conhecimentos.

O termo “biblioteca digital” tem sido amplamente aplicado a uma enorme variedade de objetos com características digitais, “desde um catálogo online de comércio eletrônico à coleção de programas de computadores -, grande parte delas desvinculadas do conceito que temos de biblioteca.” (SAYÃO, 2008-2009). Além das dificuldades em definir de forma mais clara o que é biblioteca digital devido ao uso desenfreado deste termo, a literatura ainda apresenta outros dois termos – biblioteca eletrônica e biblioteca virtual – que embora tenham significados diferentes, muitas vezes são utilizados como sinônimos de biblioteca digital.

Biblioteca Digital é o termo mais aceito e difundido atualmente pelos profissionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação (TAMMARO; SALARELLI, 2008). Embora exerçam as funcionalidades de uma biblioteca tradicional, as bibliotecas digitais vão muito além em escopo e significado. Seu espaço é dinâmico e caracteriza-se pela interação, por meio de diversos tipos e mídias de documentos que combinam texto, vídeos, links, imagens, sons, entre outros, configurando novas formas de disseminação e uso da informação.

Há uma multiplicidade de definições para a biblioteca digital. O único consenso nos diversos conceitos existentes é que a biblioteca digital não se restringe a coleções digitalizadas apoiada por um sistema de gestão da informação (SAYÃO, 2008-2009). O conceito de mera evolução das bibliotecas tradicionais foi substituído por um conceito mais sofisticado, que envolve características adicionais como o ambiente no qual estão reunidas as coleções, serviços, recursos humanos e o ciclo completo de criação, disseminação, preservação e uso de dados, informações e conhecimento (SAYÃO, 2008-2009). Para os fins desta pesquisa será



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

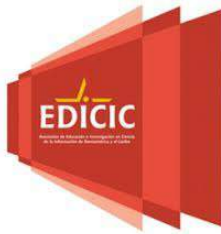
adotado o conceito de biblioteca digital disponibilizado pela Digital Library Federation (DLF), que institucionaliza as visões biblioteconômicas das bibliotecas digitais.

Bibliotecas digitais são organizações que fornecem os recursos, inclusive o pessoal especializado para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a permanência no tempo de coleções de obras digitais, de modo que estejam acessíveis, pronta e economicamente, para serem usadas por uma comunidade determinada ou por um conjunto de comunidades. (DIGITAL LIBRARY FEDERATION, 1998 apud SÁ, 2013, p. 65).

A partir dessa definição pode-se inferir que o conceito de biblioteca digital amplia os conceitos de Biblioteca Eletrônica e Biblioteca Virtual, uma vez que abrange a biblioteca como uma instituição social e destaca o papel do profissional bibliotecário como especialista para selecionar, tratar a informação, estruturar, distribuir e garantir a preservação e integridade das coleções digitais.

É importante ressaltar que esta definição de biblioteca digital não exclui a biblioteca tradicional de seu contexto. A biblioteca digital pode ser um serviço à parte no contexto das bibliotecas universitárias, como uma biblioteca completa em meio digital ou, ser uma coleção digital associada à biblioteca universitária tradicional (situação mais comum no contexto universitário brasileiro). Ambos os tipos de bibliotecas podem funcionar integrados, inclusive por meio do uso do mesmo software de gestão. Sobre as coleções e bibliotecas digitais no contexto da biblioteca universitária, Garcez e Rados (2002, p. 44) nos dizem que:

O acesso a novos bens e serviços de informação, inteiramente eletrônicos, está cada vez mais distante das tipologias e formatos tradicionais, confrontando um espaço virtual operado progressivamente pelas chamadas bibliotecas não convencionais, de modo a atender às necessidades específicas de informação de seus usuários. Todavia, é importante focalizá-las, em se tratando de bibliotecas acadêmicas, quando se deparam com vários tipos de usuários, os off campus, os remotos e os presenciais, uma vez que os mesmos têm necessidade do contato com as bibliotecas convencionais e seus recursos para facilitar e concretizar suas pesquisas locais, porque o meio impresso ainda é muito mais abrangente, mais rico e mais seguro em relação ao meio digital, em contrapartida o meio digital possibilita o acesso mais rápido e menor custo na posse da informação. É importante fazer uma analogia entre o uso da biblioteca convencional e o da digital, pois mudou o paradigma do acesso e do meio (suporte). Os serviços tradicionais têm sido modificados, e novos serviços estão sendo introduzidos. (GARCEZ; RADOS, 2002, p. 44).



A biblioteca digital, portanto, deve ser capaz de integrar os serviços prestados pelas bibliotecas tradicionais com os serviços de informação em rede, bem como garantir a preservação, acesso e integridade de todas as informações e documentos disponibilizados.

2.2 DOCUMENTO DIGITAL

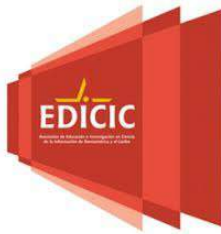
Até o início do século XX o conceito de ‘documento’ esteve profundamente associado ao suporte físico no qual as informações eram registradas. Entretanto, após este período, este conceito foi ressignificado pelas ciências sociais, que passou a considerar ‘documento’ não apenas os suportes que registravam um texto, mas também instrumentos, animais, prédios, roupas ou qualquer outro objeto que possa portar significado.

Documento não é mais somente aquilo que é legível na forma da palavra escrita: o documento é fruto da capacidade do pesquisador para interrogar um material, operação que, por causa mesmo da necessidade de empregar uma linguagem de interrogação, em nenhum caso atribuível a uma descoberta casual: “o historiador é como Parsival: o Graal está ali, sob seus olhos, mas somente será seu se pensar em fazer a pergunta”, a que for certa, é óbvio! (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 3).

Objetos não são considerados documentos apenas por sua existência, mas se transformam em documentos, quando processados com a finalidade de fornecer informação. Neste contexto, o pesquisador é o principal artífice do documento, porque atribui aos objetos, significados. De acordo com Buckland (1991)

Considerar qualquer coisa tão informativa quanto o “documento” é consistir com as origens e o uso da palavra, que deriva do verbo Latim *docere*, para aprender ou para informar, com o sufixo “-ment” denotando significado. Conseqüentemente “documento” originalmente denota um significado de aprendizagem ou informação, assim como uma experiência, ou um texto. Limitar a compreensão de “documento” como objetos-texto é um entendimento posterior. (BUCKLAND, 1991, p.7, tradução nossa).

Tamaro e Salarelli (2008) afirmam ainda que esta relação do universo documental com o humano é triádica, e não dual. Segundo estes autores existe uma figura intermediária, além de quem produz o documento e de quem o interpreta: o mediador. O mediador possui a finalidade de facilitar a recuperação da informação, representando o objeto material por meio de uma linguagem simbólica. Deste modo, o mediador agrega valor a determinado objeto ao determiná-lo como portador de informação, transformando-o assim em documento.



[...]aquele valor agregado que transforma o objeto em documento não é atribuído exclusivamente por quem produz ou consulta o próprio objeto: existe também (e, muitas vezes, principalmente) a atenção de quem sabe, simbolicamente, descrever o material detendo-se tanto no suporte quanto nos dados registrados, e, por fim, no potencial informativo. (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 6).

É possível inferir, portanto, que um objeto adquire dignidade documental quando um dos três atores do processo informativo (produtor, mediador, leitor) o reconhece por meio de uma reelaboração cognitiva como portador de dados e informação.

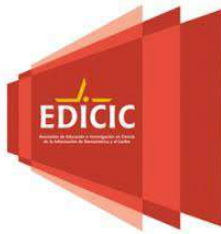
Diante deste contexto, uma vez que todos os materiais podem fazer parte do universo documentário desde que possam adquirir algum valor informativo, para serem definidos e reconhecidos como digitais, devem ter como característica adicional a numerabilidade (TAMMARO; SALARELLI, 2008). “Um material submetido à digitalização é um material reduzido a números. Onde esses números são registrados e processados é absolutamente secundário no que concerne à definição de ‘documento digital.’” (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 6).

Conceição (2005) define documento digital como uma coleção de bits (códigos binários) que correspondem ao *bitstream* e com eles pode-se representar qualquer coisa desde um texto até um som ou imagem. Rothenberg (2005, p.2005, p.5) define *bitstream* como “simplesmente um dígito “stream” no qual cada dígito é binário (isto é, 0 ou 1).”

Tamaro e Sallareli (2008) esclarecem que em sistema digital binário o bit é a unidade de medida utilizada para representar o mundo físico e alertam que para a definição digital de qualquer elemento de um sistema concreto, é preciso um computador que possa atribuir o necessário número de bits. “O bit, em si, não possui nenhum valor absoluto. Ele assume valor significativo no momento em que se encontra inscrito na sequencialidade de determinado sistema.” (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 8).

Sá (2010, p. 74) aponta que:

Dada a facilidade com que os documentos digitais podem ser difundidos através das redes de computadores, não é exigida a existência de um suporte. A característica peculiar do documento digital consiste em que, durante a difusão, pode modificar várias vezes o seu suporte (e em geral a sua forma), enquanto que num documento clássico o suporte é único. (SÁ, 2010, p. 74).



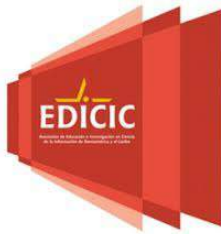
A facilidade de difusão proporcionada pelo documento digital representa um antagonismo para a Biblioteconomia: ao mesmo tempo em que a inexistência de suporte facilita a difusão e acesso por meio da rede de computadores, a mesma inexistência de suporte representa um risco para a preservação do conteúdo de tal documento, uma vez que as constantes migrações e modificações alteram sua forma original, comprometendo sua integridade e autenticidade, além de aumentar o risco de o arquivo do documento ser corrompido (quebra da cadeia de bits e bytes) durante os processos. Assim, faz-se necessário que o computador utilizado possua o programa autorizado ou *software* equivalente para a decodificação da sequência numérica que compõe cada documento, o que reforça a necessidade de políticas de preservação e conservação de documentos digitais, devido à rápida evolução tecnológica.

Embora diversos autores apresentem diferentes características que definem o documento digital, a maioria converge no seguinte ponto: a preservação da memória e garantia do acesso à informação digital deve ser uma das prioridades dos profissionais da informação, visto que é crescente o avanço da tecnologia e a produção de informação digital, seja em formato de textos, som, vídeos, entre outros.

2.3 PRESERVAÇÃO DIGITAL

Se por um lado a velocidade em que evoluem as tecnologias permite maior praticidade na produção de informações e documentos, por outro desencadeia o problema da rápida obsolescência tecnológica, o que, por muitas vezes, torna inviável a utilização em longo prazo de certos documentos produzidos digitalmente. Alguns autores alertam, inclusive, para uma provável perda de memória na história da humanidade correspondente a este período, em virtude do retardamento da consolidação de políticas e práticas que garantam o acesso ao conteúdo digital a longo prazo. A memória armazenada em meios digitais, devido a fragilidade e instabilidade dos suportes, necessita de cuidados especiais para sua perpetuação e acesso futuro. Por conseguinte, a preservação digital é crucial para a manutenção da memória de uma sociedade. Conforme Borba (2009, p. 17), preservação digital é:

[...] uma etapa basilar, e necessariamente posterior ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação e do sistema de redes que criou a nova ambiência para a informação em meio digital. Corresponde a certo modo ao fenômeno do desenvolvimento das estratégias e métodos para conservação e preservação de papel e materiais bibliográficos, ocorrida em momento, pós-expansão documental iniciada com o ciclo das grandes



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

guerras mundiais. Neste momento histórico criaram-se os mega-ambientes de arquivos e bibliotecas, induzindo a preocupação com a conservação para as gerações futuras dos registros em papel. Em última análise, preservação digital tem a ver com conservação e preservação do patrimônio cultural da humanidade, cuja atenção antes estava voltada apenas para os registros em suportes físicos orgânicos, e que agora se aplica aos formatos de expressão digital (BORBA, 2009, p.17).

Ferreira (2006) corrobora com esta definição e a complementa afirmando que a preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com autenticidade suficiente para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a plataformas tecnológicas diferentes das utilizadas no momento da sua criação.

Neste trabalho, será utilizado o conceito de preservação digital proposto por Margaret Hedstrom (1996) que diz que preservação digital é “(...) o planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável”. Este conceito abrange não apenas a utilização de métodos e estratégias para garantia de acesso, como também todo seu planejamento e manutenção, considerando recursos, inclusive recursos humanos, para a preservação física, lógica e intelectual dos documentos digitais (ARELLANO, 2004).

Segundo Arellano (2004) existem três tipos principais de preservação digital: física, lógica e intelectual. A preservação física está centrada no conteúdo armazenado em mídias magnéticas e discos óticos. A preservação lógica procura na tecnologia formatos atualizados para inserção dos dados, novos *software* e *hardware* que mantenham vigentes seus bits, para conservar sua capacidade de leitura. E, a preservação intelectual, diferentemente das duas anteriores que focam em tecnologias e suportes, tem seu foco nos mecanismos que garantam a integridade e autenticidade da informação nos documentos digitais.

Este trabalho se refere a aspectos dos três tipos de preservação, uma vez que o documento digital é intangível, e preservar apenas o suporte ou apenas a informação não é suficiente. Ao contrário do que ocorre no ambiente analógico onde o conteúdo está diretamente associado à forma física (preservar o suporte representa, portanto, preservar a informação contida nele), no ambiente digital a preservação do documento significa preservá-lo tal qual como foi criado: formatação, links, recursos multimídia, entre outros e não apenas



o conteúdo, por conseguinte, é necessário conservar as informações sobre ele e o contexto em que foi criado e armazenado para que as estratégias adotadas sejam bem sucedidas.

2.4 POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

Uma Política de Preservação Digital (PPD) é um documento formalizado por uma empresa ou instituição que deve definir, para cada tipo de documento a ser preservado, um conjunto de propriedades e estratégias que possibilitem a preservação de suas características, de seu ciclo de vida e de sua autenticidade, garantindo assim, a continuidade/conservação de seu conteúdo.

O termo “política” deve ser entendido como um conjunto de objetivos que dão forma a um programa e ação gerencial ou administrativa e condicionam sua execução, podendo ter dois significados: aquele associado à esfera institucional, ao poder político, seja ele Federal, Estadual ou Municipal e todas as atividades que correspondem a essa esfera e se desenvolvem em instâncias, como o Senado Federal, as câmaras municipais, as prefeituras e outras; e, num sentido mais diverso, vago e impreciso, está associado à definição de diretrizes e metas com o objetivo de estabelecer relações entre pessoas e a sociedade. (GRÁCIO, 2012, p.76-77).

Silva Júnior e Mota (2012) alertam que uma Política de Preservação Digital deve ser planejada de acordo com a missão da empresa ou a política administrativa da instituição. Em instituições públicas, este documento tem, ainda, por objetivo assegurar o acesso permanente sob a égide da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Uma das principais características a serem observadas durante a elaboração de uma Política de Preservação Digital, além das características legais e técnicas, é o aspecto organizacional. Uma Política de Preservação Digital bem estruturada deve levar em conta a constituição de uma equipe multidisciplinar para a preparação de uma estrutura física e de sistemas de informação. É importante ressaltar que a Política de Preservação Digital é um documento dinâmico, que deve ser revisto e readaptado ao passo que evoluem as tecnologias (SILVA JÚNIOR; MOTA, 2012). É fundamental que a organização ou instituição elabore as políticas de preservação em consonância ao contexto mais amplo da organização, uma vez que, se a preservação de um documento digital deve ocorrer desde o momento de sua criação, a implantação da política vai impactar a cultura e o comportamento organizacional, pois novas ações e cuidados com a informação digital farão parte da rotina dos responsáveis pela produção de documentos digitais.

Segundo Grácio (2012) os aspectos relacionados à elaboração de uma política de preservação de documentos digitais se dividem em três grupos, sendo eles: técnicos, organizacionais e legais, conforme podem ser observados na Figura 1.

Figura 1 – Política de Preservação Digital

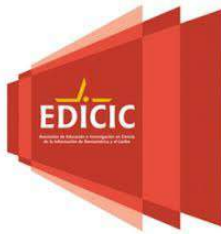


Fonte: GRÁCIO (2012)

3 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

De acordo com a plataforma SurveyMokey (2016, *online*), a taxa de respostas de questionários aplicados por meio virtual variam de acordo com o público-alvo, complexidade e assunto do questionário, deste modo, para questionários *online* onde não existe nenhuma relação direta com o respondente, uma taxa de resposta entre 20 e 30% é considerada altamente eficiente e, no caso de uma população que ainda não tenha sido abordada, a estimativa mais segura de taxa de resposta seria entre 10 e 15%. Por se tratar de uma população ainda não abordada no que confere às Políticas de Preservação Digital, calculou-se a amostra estimando-se uma taxa de resposta de 10%. Ao todo foram enviados 44 questionários e obtidas 9 respostas, uma taxa de resposta de 20,5%, que pode ser considerada no contexto dessa pesquisa como altamente eficiente.

As perguntas fechadas do questionário procuraram uma verificação objetiva do tema proposto, enquanto as perguntas de gradação e perguntas abertas tiveram a intenção de extrair informações da prática das bibliotecas respondentes. Durante o período de coleta de dados, foi assegurado às Bibliotecas/Instituições o sigilo quanto a identificação das mesmas.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

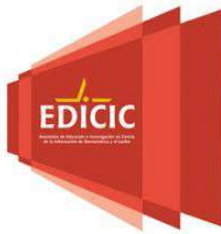
UFMG

A primeira pergunta buscava identificar a existência de uma política especialmente criada para a preservação digital do acervo da biblioteca, em longo prazo. Dentre os respondentes, 78% afirmam que não existe política de preservação digital, enquanto 22% admitem que existe uma política de preservação digital, entretanto esta não está formalizada pela instituição.

A segunda questão foi uma pergunta aberta e procurou indagar se nas Políticas de Preservação Digital estão determinadas as estratégias de preservação do acervo e, se caso não existissem políticas, ainda assim seria adotada alguma estratégia de preservação. Conforme Arellano (2004), as estratégias de preservação podem ser estruturais e operacionais. Assim, pôde-se inferir que as bibliotecas respondentes que possuem Políticas de Preservação Digital adotam ambas categorias de estratégias. A formalização das medidas em uma Política de Preservação Digital é uma estratégia estrutural, posto que trata dos investimentos iniciais por parte das instituições para implementar um processo de preservação. Também foi possível inferir que, entre as bibliotecas universitárias que não possuem Políticas de Preservação Digital, em 71,42% destas existe a preocupação em garantir a longevidade do documento digital e seu acesso, ainda que esta não seja uma medida institucional, adotando estratégias como backup e a manutenção de softwares e hardwares.

A terceira pergunta procurou averiguar como está estabelecida a Política de Preservação Digital e ratificar a existência da mesma na unidade de informação em questão. Conforme pode ser observado na primeira questão, em nenhum dos casos a política é estabelecida pela universidade. As bibliotecas que não possuem Políticas de Preservação Digital correspondem a 66,7% dos respondentes. Em apenas (11,1%) uma biblioteca universitária a política é estabelecida pela unidade de informação, ao passo que em duas das bibliotecas respondentes (22,2%) a política é dita como parte de uma rede de colaboração. Este resultado mostra uma discrepância em relação à pergunta um (existência de Políticas de Preservação Digital nas bibliotecas das universidades respondentes), uma vez que apenas 2 delas responderam possuir tal documento.

A quarta questão é aberta e procurou averiguar a participação das bibliotecas universitárias em iniciativas de Preservação Digital. Dentre as iniciativas de preservação citadas encontram-se a participação na Rede Cariniana (duas bibliotecas/instituições) e Repositório Institucional (uma biblioteca/instituição). As demais bibliotecas não participam



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

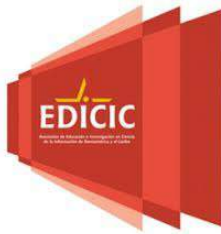
de nenhum tipo de iniciativa de Preservação Digital, seja em redes colaborativas ou pela adoção de Repositórios Institucionais.

A quinta pergunta visava averiguar a custódia dos acervos digitais nas bibliotecas universitárias públicas federais brasileiras. Observa-se que a maior parte dos Documentos Digitais é de custódia das bibliotecas, ao passo que a função de salvaguarda de periódicos e alguns livros são de responsabilidade de terceiros. Este fato deve-se, principalmente, às assinaturas de periódicos científicos. Constata-se ainda que as monografias, dissertações, teses e demais produções científicas da universidade são de custódia das bibliotecas, o que demonstra, mais uma vez a necessidade de Políticas de Preservação Digital, uma vez que além do seu caráter científico, estes Documentos Digitais também representam a memória da instituição.

A sexta questão buscava identificar quais Documentos Digitais possuem maior importância para preservação e garantia de acesso ao longo do tempo nas bibliotecas pesquisadas. Foram considerados documentos de maior importância para as universidades, os livros digitais (*e-books*, PDFs e outros formatos), periódicos de acesso livre, monografias, teses e dissertações, e demais produções científicas das universidades. Tratando-se de bibliotecas universitárias públicas federais brasileiras, a salvaguarda da produção científica da universidade ganha importância significativa, uma vez que tais documentos representam ainda a Memória da universidade, havendo inclusive, por questões de âmbito político-social, normas prévias que garantam a salvaguarda da produção acadêmica e científica da instituição. Por outro lado, normas e patentes, não tem relevância de preservação a longo prazo tão altas, visto que a mudança constante nas normas (devido ao crescente avanço tecnológico em todas as áreas do conhecimento) e o fácil acesso às mesmas por meio da internet, torna menor o interesse por parte dos usuários em comparação aos demais tipos de documentos.

A sétima questão retrata as maiores dificuldades enfrentadas pelas bibliotecas/instituições para viabilizar a preservação dos documentos digitais. De acordo com os dados coletados, a maior dificuldade apresentada é a falta de profissionais atualizados na área, dificuldade esta, maior do que a obsolescência tecnológica e a falta de recursos financeiros.

A oitava questão versa sobre a existência de Bibliotecas Digitais institucionalizadas. Embora coleções digitais possam ser também consideradas como bibliotecas digitais, no que se refere ao acervo, a institucionalização da Biblioteca Digital formaliza suas atribuições



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

enquanto um tipo de biblioteca pertencente à universidade. Nesta pesquisa 55,6% das bibliotecas respondentes afirmaram que a biblioteca digital é um tipo de biblioteca integrante da rede ou sistemas de biblioteca da universidade. Este fato reforça a necessidade de profissionais atualizados e especializados no tratamento e preservação dos documentos digitais, bem como da existência de políticas em consonância com os objetivos institucionais.

A nona questão ocupou-se em verificar de quem é a responsabilidade pela Preservação Digital e se realmente está atribuída no contexto das bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras. Embora a maioria das instituições respondentes tenham bibliotecas digitais como um tipo específico de biblioteca pertencente à Universidade, pode-se inferir que em nenhuma das Universidades respondentes a biblioteca digital é a responsável pela preservação do acervo digital, sendo esta responsabilidade atribuída em 50% dos casos ao Sistema/Rede de Bibliotecas ou Biblioteca Central ou a outros setores competentes (37,5%).

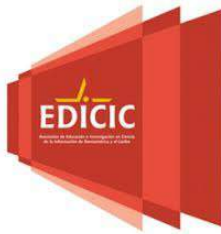
4 CONCLUSÕES

O objetivo principal da pesquisa foi identificar a existência de Políticas de Preservação de Documentos Digitais em bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras, assim como verificar a interação dessas bibliotecas com iniciativas de Preservação Digital, a formalização das políticas e, se esta preocupação parte das bibliotecas, instituições ou de redes de colaboração.

Foram coletadas respostas de universidades de todas as regiões brasileiras, sendo uma da Região Norte, uma da Região Sul, uma da Região Centro-Oeste, duas da Região Sudeste e quatro da Região Nordeste.

As informações coletadas neste estudo fornecem importantes dados a uma discussão bastante relevante no cenário atual: a da preservação digital. É necessário que se desenvolva no ambiente universitário, uma cultura que valorize os procedimentos de preservação digital, formalizada por uma Política de Preservação Digital, que por sua vez, deve estar inserida nos objetivos da instituição.

No caso das bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras pode-se notar uma crescente preocupação com a preservação dos documentos digitais, entretanto, dentre todas as bibliotecas respondentes, esta é uma ação da universidade, o que torna sua implementação



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

ainda mais difícil, por não ser parte de uma cultura organizacional. Este fato é preocupante, uma vez que as bibliotecas universitárias possuem a dupla função de disseminação de informações e de ser ainda, um local de memória, tanto da sociedade, como da própria universidade.

Também é possível notar que ainda não existe um consenso sobre as melhores estratégias de preservação digital, entretanto é crescente a tentativa de participação por parte das bibliotecas/instituições em redes de preservação digital.

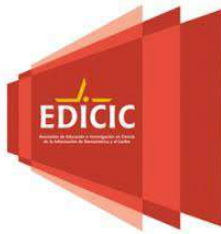
Constata-se que os documentos de maior importância de preservação para as bibliotecas universitárias públicas federais brasileiras são os livros digitais e toda a produção científica da universidade, contudo os desafios são inúmeros e de natureza distinta, sendo, o maior deles a falta de profissionais atualizados e capacitados no que concerne à preservação de documentos digitais, o que reforça a necessidade de políticas institucionalizadas para este fim.

Respondendo ao problema de pesquisa, pode-se inferir que as bibliotecas de universidades federais brasileiras, em sua maioria, não possuem Políticas de Preservação Digital, de acordo com os conceitos adotados neste estudo, entretanto, apresentam, de forma embrionária, algumas estratégias básicas que visam a preservação dos documentos digitais ao longo do tempo.

Para estudos futuros, sugere-se detalhamento dos aspectos relacionados à preservação digital, como: as questões relacionadas aos direitos autorais, integridade, autenticidade, modelos e padrões, visto que o presente estudo não abrange tal detalhamento.

Sendo a falta de qualificação profissional em relação à preservação digital a maior dificuldade encontrada pelas universidades respondentes, apresenta-se como desdobramento deste estudo a possibilidade de pesquisas na área de Competência em Informação voltadas a todos os aspectos correlatos à preservação digital, da produção e seleção do documento digital até a sua disseminação no meio digital.

Por fim, considerando-se a relevância das questões estudadas para as universidades federais brasileiras e demais Instituições de Ensino Superior, esta pesquisa intentou contribuir para a área da Biblioteconomia apresentando um panorama da adoção de mecanismos que garantam a longevidade do documento digital no cenário universitário brasileiro. Ao final, verifica-se a carência de maiores informações a respeito da preservação digital e de políticas institucionalizadas para sua realização plena. Reforça-se, entretanto, que é necessário conhecer as práticas das instituições de ensino em todos os



âmbitos, públicos e privados, para traçar um panorama nacional, respeitando as especificidades de cada uma, para que se possa construir políticas e estratégias adequadas a cada contexto.

5 REFERÊNCIAS

ARELLANO, M. A. M. Cariniana: uma rede nacional de preservação digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 83-91, jan./abri. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/2127>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

ARELLANO, M. A. M. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, dez. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/305>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BERTOLETTI, E. C. **Preservação documental**: resgatar o passado, facilitar o acesso, construir o futuro. [S.l: s.n.], [201-]. Não paginado. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205237/4101463/quartas_esther_bertoletti_2006.pdf>. Acesso em: 07 out. 2015.

BORBA, V. R. **Modelo orientador para construção de estratégias de preservação digital**: estudo de caso do Banco de Teses e Dissertações da UFPE. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BRASIL. Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011. **Palácio do Planalto**: legislação, [S. l], [s.n], [201-]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: mar. 2016.

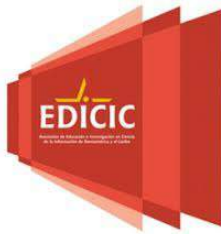
BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (Jasis)**, [S.l], v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMPELLO, B. Preservar para acessar. In.: _____. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. cap. 2, p. 4-8.

CONCEIÇÃO, C. A. **Preservação do acesso lógico ao documento digital**. 2005. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia)–Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CORRÊA, A. M. G. **Preservação digital**: autenticidade e integridade de documentos em bibliotecas digitais de teses e dissertações. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia Universidade do Minho, 2006. 85 p.



GARCEZ, E. M. S.; RADOS, G. J. V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio./ago. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12907.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRÁCIO, J.C.A. **Preservação digital na gestão da informação**: um modelo processual as instituições de ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 214 p.

HEDSTROM, Margaret. **Digital preservation**: a time bomb for digital libraries. Disponível em: <<http://www.uky.edu/~kiernan/DL/hedstrom.html>>. Acesso em: 07 out. 2015.

MACEDO, N.D.; MODESTO, F. Equivalências: do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas: parte II: de novos ambientes informacionais mediados por redes digitais em bibliotecas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo: FEBAB, v.1, n.1, p. 55-72, 1999. Disponível em: < <http://www.brappci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003651&dd1=cb1e0>>. Acesso em: 07 out. 2015.

MORESI, E. (Org.) **Metodologia da pesquisa**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2003. 108 p. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

MUNHOZ, A. M. **Preservação digital de acervos**: uma análise das políticas e estratégias utilizadas pelas universidades do Rio Grande do Sul. 2011. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia)–Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/37473>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

SÁ, M. I. F. **Bibliotecas Digitais**: uma investigação sobre características e experiências de desenvolvimento. Rio de Janeiro. 2013. 266 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Programa de Pós -graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, J. M. O Processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, 2012. Disponível em: < <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237>> . Acesso em: 16 abr. 2015.

SAYÃO, L. F. Afinal, o que é Biblioteca Digital? **Revista USP**, São Paulo, n. 80, p. 6-17, dez./fev. 2008-2009. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13709>>. Acesso em: 07 out. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

SAYÃO, L. F. Preservação digital no contexto das bibliotecas digitais: uma breve introdução. In: MARCONDES, C. H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: Ufba, 2005. p. 115-146.

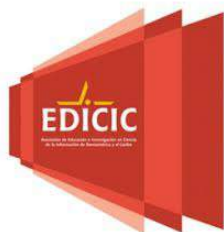
SILVA JÚNIOR, L.P.; MOTA, V. G. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 51-64, 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/2123>>. Acesso em: 09 out. 2015.

SOUZA, C. M. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/csouza952/IICIB.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

SURVEYMONKEY. **Tamanho da amostra do questionário**. [S.l.]: SurveyMonkey, 2016. Online. Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/?repeat=w3tc>>. Acesso em: mar. 2016.

TAMMARO, A. M.; SALARELLI, A. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

WEITZEL, S. R.; MESQUITA, M. A. A. Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região Sudeste do Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 181-196, 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/778>>. Acesso em: 10 ago. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Nome da Área Temática: Tecnologias da Informação e Gestão do Conhecimento

SISTEMA DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS NA EMBRAPA: UMA ANÁLISE DOS REQUISITOS DO E-ARQ BRASIL NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

SISTEMA DE GESTIÓN DE ARCHIVO DE LOS DOCUMENTOS EN EMBRAPA: UN ANÁLISIS DE REQUISITOS DEL E-ARQ BRASIL EN SISTEMA DE LA INFORMACIÓN ELECTRÓNICA

Lidiane Marques de Freitas, UEL

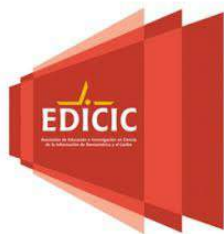
Ana Cristina de Albuquerque, UEL

Resumo: No contexto das atividades documentais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e na necessidade de implantação de um Sistema de Gestão Arquivística de Documentos, surgiu à demanda desta pesquisa, com objetivo de analisar se o Sistema Eletrônico de Informações, ferramenta utilizada em diversos órgãos da administração pública, atende os requisitos do e-ARQ Brasil para um Sistema de Gestão Arquivística de Documentos e quais as contribuições da ferramenta para a gestão arquivística. Utilizou-se da pesquisa documental para levantamento da conformidade do sistema com os requisitos obrigatórios do e-ARQ Brasil, onde se identificou que a ferramenta possui inúmeros benefícios para a gestão arquivística de documentos, mas ainda necessita de ajustes para ser um Sistema de Gestão Arquivística de Documentos.

Palavras-chave: Sistema de Gestão Arquivística de Documentos. Gestão Arquivística de Documentos. Sistema Eletrônico de Informações. e-ARQ Brasil.

Resumen: En el contexto de las actividades documentales de la Empresa Brasileña de Investigación Agropecuaria y la necesidad de implementar un Sistema de Gestión de Documentos Archivo, vino la demanda de esta investigación, con el fin de examinar el sistema de información electrónica, herramienta que se utiliza en diversos órganos de la administración pública, cumple los requisitos de e-ARQ Brasil de documentos del sistema de gestión de archivos y qué herramienta contribuciones para la gestión de archivos. Se utilizó la investigación documental para examinar la conformidad del sistema con los requisitos obligatorios de e-ARQ Brasil, donde se comprueba que la herramienta tiene numerosos beneficios para la gestión de documentos de archivo, pero aún requiere ajustes para ser uno de Sistema de Gestión de documentos de archivo.

Palabras-clave: Sistema de Gestión de Documentos de Archivo. Gestión de Documentos de archivo. Sistema de información electrónica. e-ARQ Brasil.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A gestão arquivística de documentos é atribuída à administração pública como dever para o controle de documentos públicos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades e para proteção de documentos de guarda permanente. De acordo com a Lei Federal nº 8.159, art. 7º, são considerados documentos arquivísticos públicos, todo documento produzido e recebido por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, no exercício de suas atividades, em decorrência de funções administrativas, legislativas e judiciárias. Os documentos arquivísticos públicos podem estar registrados em qualquer tipo de suporte, sendo o mais comum em papel e em meio eletrônico. (BRASIL, 1991).

Com o advento das tecnologias de informação, o uso de documentos registrados em meio eletrônico tornou-se cada vez mais habitual e o seu gerenciamento, por conseguinte, o grande desafio dos profissionais arquivistas e de áreas correlatas. A ferramenta utilizada para o gerenciamento de documentos eletrônicos é conhecida como SIGED – Sistemas de Gerenciamento Eletrônico de Documentos. E tem por objetivo o controle da recepção, produção, uso e tramitação, de informações não estruturadas.

Segundo Villalobos; Oliver (2014, p. 28) os sistemas de GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos são uma “alternativa para o tratamento das informações não estruturadas”, ou seja, “aquelas informações que não estão cadastradas em bancos de dados formais ou corporativos”. Neles podem ser inseridos documentos gerados em meio físico e transformados em documentos digitalizados, utilizando-se de hardware e software de captura. Ou ainda, documentos nativamente digitais, aqueles gerados por e-mails ou programas como Word, Excel, Power Point, entre outros.

Na administração pública brasileira, esses sistemas tem a finalidade de auxiliar os gestores no exercício de suas atividades, fornecendo suporte para o controle das informações utilizadas corriqueiramente, ou ainda, para a preservação e armazenamento de documentos que resguardam direitos e servem como registros históricos. Acredita-se que os benefícios gerados por um SIGED colaboram com a busca dos órgãos públicos pelo sucesso



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

administrativo. Pois, informação é recurso estratégico para conversão de uma ideia em ação (FIGUEIREDO, 1989).

Nesse contexto, surgiu o SEI - Sistema Eletrônico de Informações, criado pelo TRF4 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 2009, com a finalidade de gerenciar de forma totalmente eletrônica os processos administrativos dos órgãos da Justiça Federal da Região Sul. Após o sucesso de implantação no TRF4, o sistema foi cedido, por meio de acordo de cooperação técnica, a outros órgãos do poder público, gratuitamente. O objetivo com o uso da ferramenta é contribuir para a racionalização de recursos e no desenvolvimento de programas governamentais: governo eletrônico e o programa de desburocratização. E foi adotado como ferramenta do Processo Eletrônico Nacional – PEN.

No entanto, nem todo sistema de GED possui qualificação para ser um Sistema de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD que contemple a adoção de instrumentos de gestão arquivísticas, como plano de classificação e tabela de temporalidade documental, bem como, atender as necessidades de segurança, auditoria, controle de acesso, disponibilidade, movimentação (fluxo das informações), entre outros. De acordo com o e-ARQ Brasil, modelo de requisitos para SIGAD, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Arquivos, o SIGAD é um conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado por computador, capaz de apoiar e atender de forma plena as atividades da gestão arquivística de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2011).

Assim, no contexto das atividades documentais da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e na necessidade de implantação de um SIGAD, surgiu à demanda desta pesquisa, com objetivo de analisar se o SEI atende os requisitos do e-ARQ Brasil para um SIGAD e quais as contribuições da ferramenta para a gestão arquivística de documentos no contexto administrativo da empresa.

2 GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS NA EMBRAPA

Gestão arquivística de documentos é uma ferramenta que envolve um conjunto de atividades capaz de assegurar o rápido acesso as informações. Pois, possibilita estabelecer o controle da produção, tramitação, uso e arquivamento de documentos arquivísticos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

De acordo com Jardim (1987, p. 02) a aplicabilidade da gestão arquivística de documentos e seus estudos teóricos foram fortemente apontados após a segunda guerra mundial. No entanto, a sua aplicação fora iniciada já no final do século XIX, “em função dos problemas então detectados nas administrações públicas” dos Estados Unidos da América e Canadá, no que se referia ao uso e guarda dos documentos, ou seja, na impossibilidade de lidar com as massas documentais cada vez maiores produzidos pela administração pública dos referidos países (CALDERON; et al., 2004).

Desta forma a gestão arquivística de documentos criou nos governos norte-americano e canadense

[...] maior consciência [...] quanto ao significado dos documentos, qualquer que fosse seu suporte, e às suas necessidades de conservação. As instituições arquivísticas públicas, particularmente os arquivos nacionais dos E.U.A. e do Canadá, adquiriram uma nova feição, assumindo também a função de órgão de apoio à administração pública, com a competência de orientar programas de gestão de documentos nos diversos organismos governamentais. (JARDIM, 1987, p. 2).

Outro fato interessante e de extrema importância para dar força à utilização da gestão arquivística de documentos nas organizações fora marcada pelo princípio da administração científica, quando grandes administradores, como Taylor e Gilbreth procuravam mostrar a importância da racionalização dos processos administrativos. Os mesmos princípios foram utilizados para resolver os problemas documentais e trazer mais racionalização e modernização a administração de empresas (JARDIM, 1987).

A Lei brasileira 8.159 de 08 de janeiro de 1991, artigo 3º, define que a gestão de documentos é constituída pelo “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente”. (BRASIL, 1991).

Segundo o Conselho Internacional de Arquivos – CIA (apud JARDIM, 1987, p. 1) a gestão de documentos “diz respeito a uma área da administração geral relacionada com a busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos mesmos”.

Para Camargo; Bellotto (1996, p. 41), a gestão de documentos é o “conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos”. O uso primário dos documentos corresponde ao seu valor administrativo, dado nas fases iniciais do seu ciclo de vida, e o valor secundário corresponde a outras funções nas quais os documentos, depois de utilizados para fins



administrativos, possam servir. Como por exemplo, para fins históricos (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

Os valores primário e secundário são fruto da atividade de avaliação documental, que é desenvolvida na gestão arquivística de documentos e consiste em analisar todo o ciclo de vida dos documentos, desde a sua produção até serem eliminados ou recolhidos para arquivamento permanente (JARDIM, 1987).

Assim, a avaliação é o processo fundamental para identificar o valor dos documentos e estabelecer a sua destinação final. Segundo Schellenberg (2006) a avaliação prescreve que o supérfluo seja eliminado, depois de cumprida sua função originadora, e assim se reduza a massa documental sem prejuízo com a perda de informações significativas. Para tanto, é necessário análise criteriosa da produção documental, com vistas a identificar os documentos que espelham a atuação, o comportamento, as realizações e as conquistas dos seus órgãos produtores.

O papel da gestão arquivística de documentos é controlar o ciclo de vida documental objetivando a economia e eficácia das organizações e, principalmente, que a informação esteja disponível no lugar certo, na hora certa e para a pessoa certa utilizar com o menor custo possível (JARDIM, 1987).

Segundo Fonseca (1998), o ciclo de vida documental é determinado por três etapas: 1) produção, que é a concepção de formulários e correspondências, a gestão de informes e diretrizes, fomento de sistemas de gestão da informação e aplicação de tecnologias modernas a esses processos; 2) utilização e conservação, que consiste na criação e melhoramento dos sistemas de arquivos e de recuperação de dados, gestão de correio e telecomunicações, seleção e uso de equipamento reprográfico, análise de sistemas, produção e manutenção de programas de documentos vitais e uso de automação e reprografia nestes processos; e 3) destinação, que é a identificação e descrição das séries documentais, estabelecimento de programas de avaliação e destinação de documentos, arquivamento intermediário, eliminação e recolhimento dos documentos de valor permanente às instituições arquivísticas.

Na EMBRAPA a gestão arquivística de documentos foi institucionalizada em 2006, com a publicação do código de classificação de documentos e a tabela de temporalidade documental das atividades meio da instituição. (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006). O objetivo da gestão arquivística de documentos na empresa é



favorecer o acesso aos documentos e as informações de forma rápida e precisa, segura e confiável, com garantia de preservação de informações relevantes e descarte de informações irrelevantes, garantia de preservação e conservação de registros que evidencie a memória institucional, economia de tempo e dinheiro e, dessa maneira, maior capacidade de alcance da eficácia administrativa. Pois, de acordo com Moreno (2006, p. 91) a gestão arquivística de documentos tem a capacidade de “[...] coletar, tratar, interpretar, recuperar e utilizar as informações arquivísticas, propiciando a reunião de informações confiáveis, bem como a capacidade de respostas às mudanças constantes e desafios que surgem diariamente em qualquer organização”.

Com o aumento substancial das massas documentais nos arquivos da EMBRAPA, surgiu a necessidade de aquisição de um sistema de gestão eletrônica dos documentos arquivísticos que pudesse atender no controle da produção, acesso, tramitação e arquivamento de documentos. Assim, em 2012, a EMBRAPA iniciou a busca por um sistema que pudesse reduzir os custos financeiros e ambientais associados a recursos materiais e de pessoal, bem como a eliminação de perdas ou extravios de documentos e processos.

3 SISTEMA DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS - SIGAD

Gestão Eletrônica de Documentos é a definição para a sigla GED criada no Brasil pelo Centro Nacional de Desenvolvimento de Gerenciamento de Informação (CENADEM) e definida por Cenci (2002, p.18) como uma “ampla área da informática que trata de todo o gerenciamento de documento em formato digital dentro das organizações”.

O Conselho Nacional de Arquivos (2011) define GED como um conjunto de tecnologias utilizadas para organização da informação não estruturada de um órgão ou entidade, que pode ser dividido nas seguintes funcionalidades: captura, gerenciamento, armazenamento e distribuição. “Entende-se por informação não estruturada aquela que não está em banco de dados, como mensagem do correio eletrônico, arquivo de texto, imagem ou som, planilha, etc.” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.10).

De um modo geral, de acordo com Kock (1998), GED é a somatória de todas as tecnologias e produtos, que visam gerenciar informações, de forma eletrônica, desde sua



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

captura até o seu arquivamento. O GED trabalha com documentos em qualquer tipo suporte ou formato. Sendo: documentos de arquivo, bibliotecas, coleções fotográficas, coleções de revistas, entre outros. Todos podem ser gerenciados eletronicamente por um sistema de GED. Desse modo, o GED serve para realizar a conversão e processamento de informações documentais em meio eletrônico digital. Os documentos arquivísticos tratados por um GED comum evidentemente não incorporam os conceitos arquivísticos e podem sofrer consequências de um tratamento genérico.

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2011) um GED trata os documentos de maneira compartimentada, enquanto o SIGAD parte da concepção orgânica da informação gerenciada, ou seja, da inter-relação que os documentos possuem e que refletem as atividades da instituição ou pessoa que os criou. O SIGAD é conceituado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (2011, p. 10) como:

[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado por computador. Pode compreender um software particular, um determinado número de softwares integrados, adquiridos ou desenvolvidos por encomenda, ou uma combinação destes.

Um SIGAD possui características arquivísticas que devem ser muito bem estudadas de acordo com o local de implantação do sistema. Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2011, p. 11), o que caracteriza um SIGAD são os seguintes elementos: Captura, armazenamento, indexação e recuperação de todos os tipos de documentos arquivísticos e todos os componentes digitais do documento arquivístico, como, por exemplo, um relatório com o anexos em diferentes arquivos; Integração entre documentos digitais e não digitais; Gestão dos documentos a partir do plano de classificação; Avaliação dos documentos para transferência e recolhimento; Armazenamento seguro para garantir a autenticidade dos documentos; Instrumentos para gestão de estratégias de preservação dos documentos; Implementação de metadados para descrever os contextos documentais: a) juridicoadministrativo; b) de proveniência; c) de procedimentos; d) documental; e) tecnológico.

Para o Conselho Nacional de Arquivos (2011) o sucesso de um SIGAD dependerá, fundamentalmente, da implantação prévia de um programa de gestão arquivística de documentos e, ainda, deve ter a capacidade de gerenciamento simultâneo de documentos digitais e convencionais. Um SIGAD tem que ser capaz de manter a relação orgânica entre os



documentos e de garantir confiabilidade, autenticidade e o acesso, ao longo do tempo, aos documentos arquivísticos, ou seja, seu valor como fonte de prova das atividades do órgão produtor. Assim, a principal característica de um SIGAD é contemplar procedimentos e operações técnicas que visam o controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até seu destino final. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011).

4 O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

Informatização de processos é uma tendência nos órgãos públicos. No Brasil, o primeiro órgão a virtualizar os processos (processos judiciais) foi o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os Juizados Especiais Federais de São Paulo, também, já trabalham dessa forma e deixaram de utilizar o papel no dia a dia. No entanto, até meados de 2009 não havia uma ferramenta que informatizasse totalmente os processos administrativos nos órgãos públicos.

Assim, em 2009, na administração pública federal, foi desenvolvido, por servidores do poder judiciário, especificamente o TRF4, um sistema para ser utilizado em qualquer expediente administrativo: o SEI. A criação partiu da necessidade de integrar a administração de toda a 4ª Região da Justiça Federal, que inclui os três estados da Região Sul do Brasil: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por meio absolutamente eletrônico, a fim de promover decisões mais precisas e qualificadas dos administradores das três Seções Judiciárias e do Tribunal. O objetivo inicial era o de que todo e qualquer procedimento/processo de trabalho, na área administrativa, fosse totalmente virtual, sem a necessidade da utilização de papel, reduzindo drasticamente o tempo de realização das atividades administrativas, evitando assim, problemas como extravio de processos, atrasos na entrega de documentos e duplicação de processos.

A intenção era que o SEI permitisse o controle dos documentos e processos com organização e enxugamento dos fluxos de trabalho, além de promover a atualização das informações administrativas em tempo real. A ferramenta foi criada e desenvolvida em apenas quatro meses e entrou em funcionamento efetivo no ano de 2009. O SEI propunha maior



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Associação de Educação e Investigação em Ciência
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

sinergia de trabalho ao órgão, trazendo inúmeras funcionalidades. Logo, se tornou um sucesso no seu órgão fundador e foi propagado a outras organizações.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) estava à procura de um software para desenvolver o processo eletrônico dos órgãos do poder executivo da administração pública federal, e, juntamente com outros órgãos, em 2013, efetivou uma parceria com o TRF4 para utilização do SEI. Essa cessão se deu por meio do acordo de cooperação técnica n° 02/2013, celebrado entre o MPOG, a Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Governo do Distrito Federal (GDF) e o TRF4. Dessa forma, nasceu o Processo Eletrônico Nacional (PEN), que é coordenado pelo MPOG e visa à busca de melhorias no desempenho dos processos da administração pública, com ganhos em agilidade, produtividade, satisfação do público usuário e redução de custos. (UCHÔA; AMARAL, 2013).

Outros órgãos também podem fazer parte do PEN e utilizar-se do SEI, efetivando a assinatura de termo de adesão ao acordo de cooperação técnica n° 02/2013. Atualmente, são mais de 25 órgãos que adotaram o sistema e recebem, além da cessão do software, sem custos financeiros, treinamento e acompanhamento de representantes do TRF4 para implantação e utilização da ferramenta. Inclui-se a lista de órgãos que adotaram o SEI, Ministérios, Agências Reguladoras, Tribunais, Prefeituras, Universidades, Conselhos, abarcando toda esfera da administração pública.

A principal característica do SEI é o seu funcionamento na web, o que possibilita o uso em qualquer lugar, exigindo apenas o acesso à internet. Pode-se destacar como características inovadoras a possibilidade de criação de documentos dentro do próprio sistema, em formato digital, com assinatura eletrônica.

A assinatura eletrônica funciona com certificação digital pelo ICP-BRASIL para uso externo e assinatura eletrônica simplificada e de baixo custo para uso interno (senhas). O sistema também permite a inserção de anexos produzidos em diversos formatos (.doc, .pdf, .xls, .avi, etc.) e auxilia os empregados em suas rotinas, com a disponibilização de modelos e orientações sobre como proceder em situações específicas.

A linguagem de programação do SEI é PHP, a arquitetura é a web, e o framework: InfraPHP, que foi desenvolvido pelo TRF4. O controle de acesso é feito pelo SIP (Sistema de Permissões), que também foi desenvolvido pelo TRF4 utilizando o mesmo framework do SEI.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

O sistema proporciona conforto ergonômico dos usuários decorrente da aplicação das mais recentes normas de usabilidades e tem, ainda, como características inovadoras a possibilidade de formalização de processos pelo próprio usuário, não sendo necessária a autuação em setores de protocolo e a possibilidade de diversos setores poderem trabalhar ao mesmo tempo em um mesmo processo.

O SEI também atende às disposições da Lei de Acesso à Informação (LAI), pois permite, por exemplo, a classificação dos processos públicos ou sigilosos, sendo estes divididos em ultra-secretos, secretos e restritos, com credenciais e senhas que permitem o acesso somente àquelas unidades que necessitam analisar o processo.

O Manual do SEI (SISTEMA, 2015?) descreve as funcionalidades específicas do sistema, que são: controle de prazos, ouvidoria, estatísticas da unidade, tempo do processo, base de conhecimento, pesquisa em todo teor, modelos de documentos, texto padrão, sobrestamento de processos, entre outros.

Outras características que podem ser apontadas são:

- a) acompanhamento especial de processos;
- b) liberação externa para acompanhamento de processo;
- c) possibilidade de envio de processo por e-mail;
- d) arquivamento eletrônico dos documentos e processos;
- e) acompanhamento de prazos;
- f) e, a possibilidade de uso de plano de classificação arquivística e tabela de temporalidade documental.

Uma característica importante do sistema é o conceito de gestão por processo. Esse conceito permite que todo documento produzido ou inserido no sistema tenha vinculação com um processo. Quando o usuário cria um documento deve antes iniciar o Tipo de Processo correspondente ou inserir o documento em um processo já existente.

Essa configuração do sistema permite uma gestão por desempenho de processos. No qual, é viável a obtenção de relatórios de estatísticas do tempo médio de andamento de cada processo, o tempo de atendimento e conclusão, entre outros dados.

A maior parte dos sistemas de gerenciamento de documentos, das organizações públicas, possui um conceito de tramitação linear, inerente à limitação física do papel, ou seja, um único processo não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo e, portanto, os



encaminhamentos são dados um após o outro, o que acarreta maior tempo de conclusão. O SEI rompe com essa tradição linear de tramitação de processos e incorpora um novo conceito de tramitação múltipla. No qual, várias unidades podem ser demandadas simultaneamente a tomar providências e manifestar-se no mesmo expediente administrativo, sempre que os atos forem autônomos entre si (SISTEMA, 2015?).

Desse modo, é evidente a qualidade inovadora da ferramenta para o controle processual de documentos na administração pública. Mas, coube analisar se a mesma possui características que o qualifiquem como um SIGAD. Essa análise foi possível por meio do e-ARQ Brasil, apresentado a seguir.

4.1 O e-ARQ Brasil.

O e-ARQ Brasil, Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, foi desenvolvido pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ em 2011 e tem como objetivo a orientação da implantação de gestão arquivística de documentos digitais e não digitais. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011).

Ele foi criado para ser utilizado tanto no desenvolvimento de um novo sistema informatizado, como para avaliar um já existente. É aplicável tanto em sistemas que compreendem somente documentos digitais, como, também, em sistemas com documentos digitais e convencionais. No caso do SEI, a ideia da ferramenta é que os documentos convencionais sejam, apenas, aqueles recebidos por órgãos ou pessoas externas, cujos originais devem ser digitalizados para tramitar somente em meio eletrônico.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (2011, p. 12) o e-ARQ Brasil é dirigido a:

- fornecedores e programadores: para orientar o desenvolvimento de um SIGAD em conformidade com os requisitos exigidos;
- profissionais da gestão arquivística de documentos: para orientar a execução desses serviços a partir de uma abordagem arquivística;
- usuários de um SIGAD: como base para auditoria ou inspeção do SIGAD instalado;
- potenciais usuários de um SIGAD: como apoio na elaboração de edital para apresentação de propostas de fornecimento de software;



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

- potenciais compradores de serviços externos de gestão de documentos: como material auxiliar para a especificação dos serviços a serem comprados;
- organizações de formação: como um documento de referência para a formação em gestão arquivística de documentos;
- instituições acadêmicas: como recurso de ensino.

O e-ARQ Brasil é aplicável nos setores públicos e privados, de qualquer esfera e âmbito de atuação (setor público federal, estadual, municipal e poder executivo, legislativo e judiciário) e está organizado em duas partes, sendo a primeira: orientação quando a gestão arquivística de documentos, e a segunda: a descrição das especificações de requisitos para desenvolver ou implementar um SIGAD.

Nas especificações de requisitos para sistemas informatizados estão contempladas aspectos como: funcionalidade, metadados, glossários e referências. A pesquisa se restringiu apenas aos aspectos de funcionalidade, que contêm catorze sessões: Organização dos documentos arquivísticos (plano de classificação); Tramitação e fluxo de trabalho; Captura; Avaliação e destinação; Pesquisa, localização e apresentação dos documentos; Segurança; Armazenamento; Preservação; Funções administrativas; Conformidade com a legislação e regulamentações; Usabilidade; Interoperabilidade; Disponibilidade; e Desempenho e escalabilidade.

4.2 Análise das especificações de requisitos para SIGAD: aplicação dos aspectos de funcionalidades no SEI.

Na análise dos requisitos do e-ARQ Brasil contemplados pelo SEI, consideraram-se apenas os itens obrigatórios, pois esses são exigências que configuram um SIGED em SIGAD. Os itens classificados como altamente desejáveis e facultativos não foram analisados. Pois, ainda que haja alguns itens altamente desejáveis, mas não sendo obrigatórios, não comprometem o bom funcionamento do sistema.

Também para permitir ao leitor a referência dos requisitos que não são totalmente atendidos pelo sistema, optou-se por identificar o número descritivo de cada item analisado, constante na referência dos requisitos do e-ARQ Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

A primeira sessão das especificações de requisitos para SIGAD contém obrigações para organização dos documentos arquivísticos: plano de classificação e manutenção dos documentos. Nessa sessão todos os requisitos apresentados estão concentrados na constituição e uso de plano de classificação, que é o núcleo central de qualquer SIGAD. O SEI faz uso de plano de classificação, todos os documentos produzidos e inseridos no sistema são obrigatoriamente classificados, ou seja, a classificação é condição “*sine qua non*” para o uso da ferramenta (Figura 1).

Figura 1 – Tela de início de processo com metadados de classificação arquivística.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

sei Para saber+ Menu Pesquisa CNPSO/ARQ

Controle de Processos

Iniciar Processo

Retorno Programado

Pesquisa

Base de Conhecimento

Textos Padrão

Modelos

Blocos de Assinatura

Blocos de Reunião

Blocos Internos

Processos Sobrestados

Acompanhamento Especial

Estatísticas

Arquivamento

Desarquivamento

Localizadores

Grupos de E-mail

Iniciar Processo

Salvar Voltar

Protocolo

Automático

Informado

Tipo do Processo:

Auditoria: Legislação vigente

Especificação:

Classificação por Assuntos:

020.1a - LEGISLAÇÃO (Normas, Regulamentações, Diretrizes, Estatutos, Regulamentos, Procedimentos, Estudos e/ou)

Interessados:

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações da Embrapa.

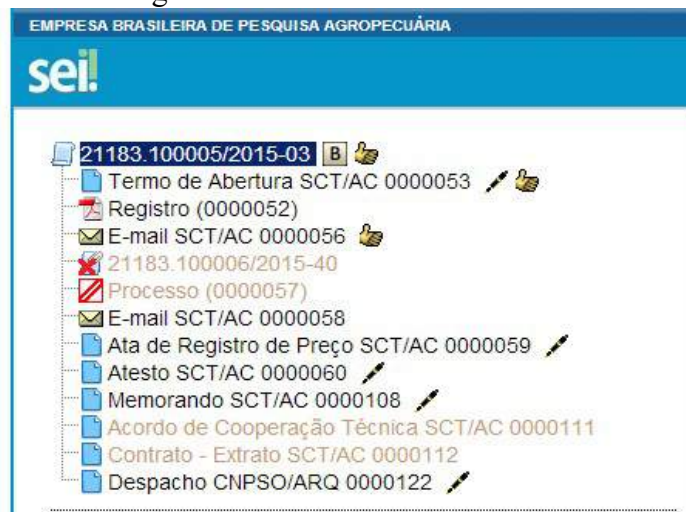
No entanto, nem todos os requisitos são atendidos em sua totalidade. Foi identificado em dois itens (1.1.17 e 1.6.9), que dizem respeito, respectivamente, a funcionalidade de relatórios de gestão do plano de classificação e o registro de trilha de auditoria das ações de alterações dos metadados, um atendimento parcial. Nos itens 1.1.13 e 1.2.3, exige-se a atribuição do termo completo para identificação de uma classe, exemplo: MATERIAL: AQUISIÇÃO: MATERIAL PERMANENTE:COMPRA. Esse formato de identificação da classe não é admitido pelo sistema, portanto esses itens não estão contemplados.

O item 1.1.17 diz respeito à geração de relatórios do plano de classificação, essa funcionalidade deve ser readequada no SEI para gerar todos os relatórios necessários à gestão

do plano de classificação. O item 1.6.9, que diz respeito ao registro de trilhas de auditoria de todas as alterações efetuadas nos metadados de processos convencionais e híbridos, atende parcialmente, pois o SEI não trabalha com a movimentação de processos convencionais.

Há também alguns itens que não se aplicam ao SEI, pois são requisitos dissociativos da ideia que o sistema foi configurado, como a autuação de processos (itens 1.4.1, 1.4.3 e 1.4.4). Todo documento no SEI já nasce vinculado a um processo, então não há necessidade de autuação para se tornar um processo, o que também impossibilita o desentranhamento e desmembramento de peças do processo (itens 1.4.7 e 1.4.8). O sistema também não trabalha com volumes (itens 1.5.3 ao 1.5.9) e sim com ideia de árvore do conhecimento, os documentos e processos vão sendo vinculados, sem a necessidade de abertura e encerramento de processos (Figura 2).

Figura 2: Árvore do conhecimento



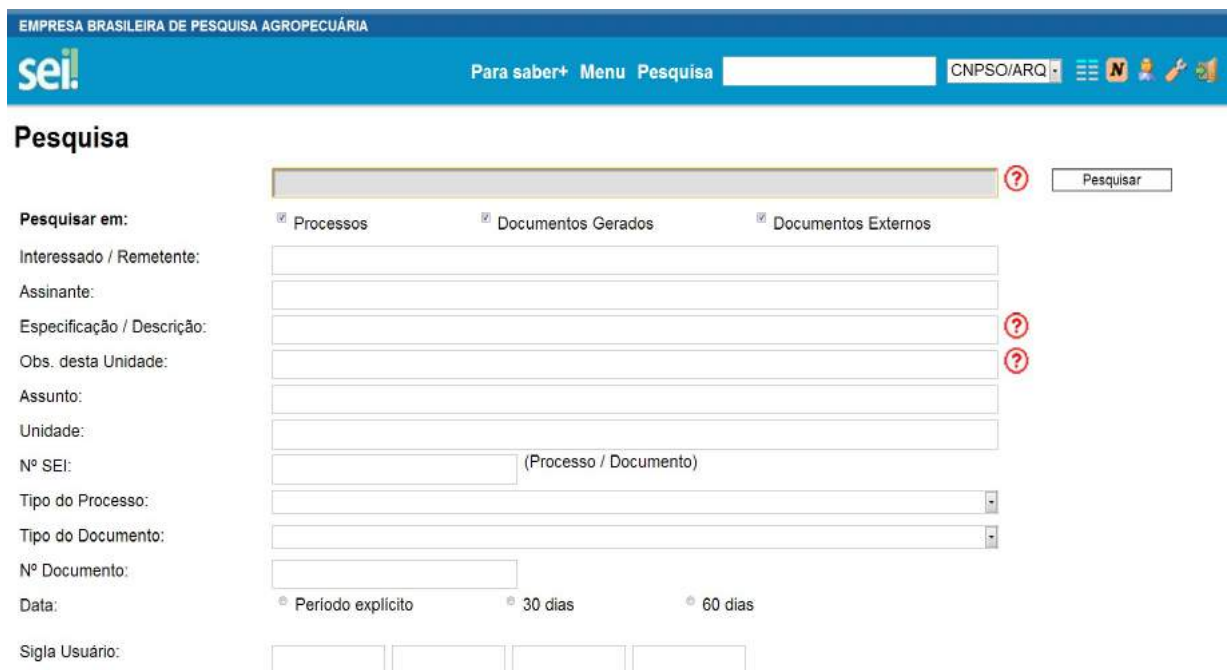
Fonte: Sistema Eletrônico de Informações da Embrapa

A segunda sessão trata de requisitos para tramitação e fluxo de trabalho, todos os itens dessa sessão estão sendo cumpridos pelo SEI, com exceção do item que se refere ao recurso de processamento condicional de um processo (2.1.14). Nesse item encontrou-se dificuldade no atendimento da suspensão da tramitação de processos, em decorrência da tramitação simultânea que o sistema permite. Na terceira sessão estão os requisitos de captura, que consiste em ações de registro, classificação, indexação, atribuição de metadados e arquivamento. Nessa sessão os requisitos também estão bem incorporados no SEI, foi constatado somente no item 3.1.16 atendimento parcial ao requisito por falta de atribuição automática do título dos documentos inseridos no sistema.

A quarta sessão contempla os requisitos de avaliação e destinação de documentos e processos. Nessa sessão foi identificado que o SEI necessita de melhorias na forma de apresentação da tabela de temporalidade documental (item 4.1.3) e na emissão de relatórios (item 4.1.11). O módulo de arquivo no SEI ainda está em fase de readequação. Portanto, itens como 4.2.1, 4.2.3, 4.2.9, 4.3.1 e 4.3.3, que dizem respeito a configuração da tabela de temporalidade e destinação de documentos, não são atendidos de forma integral. Grupos de trabalhos dos órgãos participantes do PEN estão estudando e sugerindo a homologação de melhorias nesses quesitos.

A quinta sessão explicita os requisitos de pesquisa, localização e apresentação dos documentos, nessa sessão foi constatada um atendimento parcial de 2 itens (5.2.3 e 5.2.6). O SEI não permite que todos os metadados de gestão de um documento/processo possam ser pesquisados, bem como nem todas as formas de identificação de documentos podem ser utilizadas na pesquisa (Figura 3).

Figura 3: Tela de pesquisa/busca.



The image shows a screenshot of the SEI (Sistema Eletrônico de Informações) search interface. At the top, there is a blue header with the text "EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA" and the "sei!" logo. To the right of the logo, there are navigation links: "Para saber+", "Menu", and "Pesquisa". A search bar is present with the text "CNPSO/ARQ" and a search button labeled "Pesquisar". Below the header, the main content area is titled "Pesquisa". It features a search criteria form with the following fields and options:

- Pesquisar em:** Three checkboxes are selected: "Processos", "Documentos Gerados", and "Documentos Externos".
- Interessado / Remetente:** A text input field.
- Assinante:** A text input field.
- Especificação / Descrição:** A text input field with a red question mark icon to its right.
- Obs. desta Unidade:** A text input field with a red question mark icon to its right.
- Assunto:** A text input field.
- Unidade:** A text input field.
- Nº SEI:** A text input field followed by the text "(Processo / Documento)".
- Tipo do Processo:** A dropdown menu.
- Tipo do Documento:** A dropdown menu.
- Nº Documento:** A text input field.
- Data:** Radio buttons for "Período explícito", "30 dias", and "60 dias".
- Sigla Usuário:** Four text input fields.

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações da Embrapa

Na sexta sessão encontram-se os requisitos para serviços de segurança: cópias de segurança, controle de acessos, classe de sigilo, trilhas de auditoria de sistemas, criptografia para sigilo, assinatura digital e marcas d'água digitais. Foi identificado que todos os requisitos



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

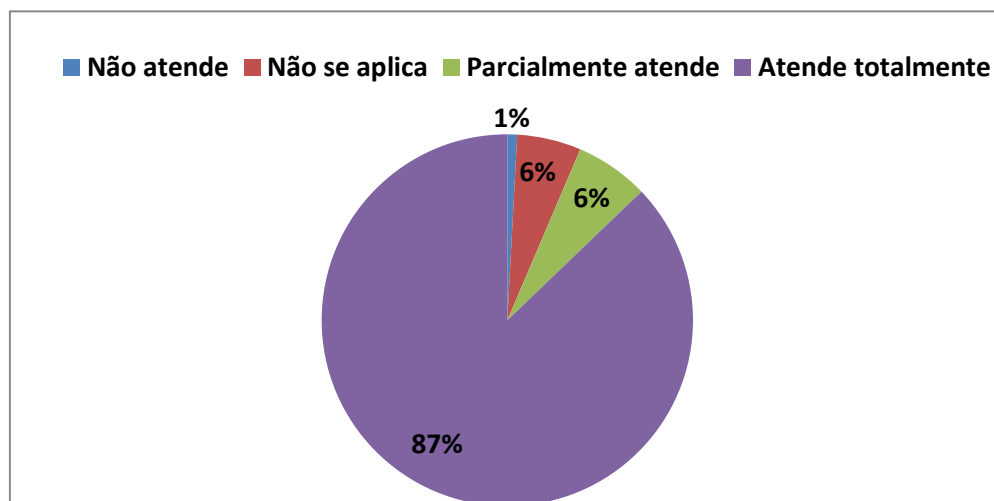
obrigatórios de cópias de segurança, controle de acesso e classificação de grau de sigilo são atendidos. Os requisitos referentes à trilha de auditoria também estão bem contemplados pelo sistema. Somente o item 6.4.12, que diz respeito aos relatórios sobre as ações que afetam classes, unidades de arquivamento e documentos que são parcialmente atendidos em decorrência da não permissão de relatórios em ordem cronológica ou organizados por documento arquivístico sobre as classes ou unidades de arquivamento. Os requisitos sobre assinaturas digitais, criptografia e marcas d'água também são parcialmente atendidos pelo sistema.

A sétima sessão reporta aos requisitos de armazenamento, que exige de um SIGAD uma arquitetura tecnológica que permita a preservação e a recuperação de longo prazo dos documentos arquivísticos. Essa análise contou com ajuda de servidores da área de TI do GDF, provendo informações acerca da arquitetura do sistema. De forma geral os requisitos dessa sessão são atendidos pelo órgão fundador da ferramenta.

Os requisitos da oitava sessão, referentes à preservação, estão todos contemplados pelo SEI, o que coloca a ferramenta em posição confortável quanto à longevidade de documentos arquivísticos digitais de valor probatório e/ou informativo. Esses requisitos são de extrema importância para a confiança no uso de SIGAD, pois garante o desempenho de medidas de preservação da tecnologia, emulação, conversão de dados, migração, entre outras medidas. As sessões 9 a 14, que tratam, respectivamente, dos requisitos de funções administrativas, conformidade com a legislação e regulamentações, usabilidade, interoperabilidade, disponibilidade, e desempenho e escalabilidade, estão todas contempladas pelo SEI, com exceção do item de interoperabilidade, atendido parcialmente em decorrência da vinculação com outros requisitos que não são contemplados pelo sistema.

Assim, pode-se constatar um elevado percentual de requisitos do e-ARQ Brasil contemplados pelo sistema, necessitando apenas de alguns ajustes para o total atendimento dos itens obrigatórios. De um total de 234 requisitos obrigatórios, 13 não se aplica, 15 são atendidos parcialmente e mais 2 que não são atendidos.

Gráfico 1: Análise da conformidade do SEI com requisitos obrigatórios do e-ARQ Brasil.

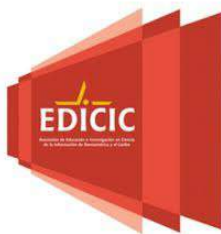


Fonte: Elaborado pela autora.

Corroborando com nossa análise, em novembro de 2015, o Arquivo Nacional apresentou um documento criado por um grupo de trabalho (GT SEI Avaliação), com objetivos de promover o exame da conformidade do SEI com o e-ARQ Brasil. Nesse documento, o Arquivo Nacional também concluiu que o SEI não pode ser considerado um SIGAD e recomenda a necessidade de implantação de novas funcionalidades, como: controle de documentos avulsos, autuação dos processos, captura de documentos arquivísticos e arquivamento, apoio para as atividades de avaliação e destinação de documentos e apoio nas atividades de monitoramento com vistas à preservação digital. O percentual de não conformidade, avaliado pelo Arquivo Nacional é alto, uma vez que o mesmo considerou todos os requisitos (obrigatórios, altamente desejáveis e facultativos).

Tabela 1: Resultado da avaliação do SEI apresentada pelo Arquivo Nacional.

Seção do e-ARQ Brasil	Total de requisitos	Requisitos atendidos	Requisitos NÃO atendidos	Não foi possível avaliar
1 – Organização dos documentos arquivísticos	65	29%	57%	14%
2 - Tramitação e fluxo de trabalho	26	58%	19%	23%
3 - Captura	37	41%	54%	5%
4 - Avaliação e destinação	47	17%	79%	4%
5 - Pesquisa, localização e apresentação de documentos	41	44%	54%	2%
6 - Segurança	98	32%	5%	63%
7 - Armazenamento	20	0%	15%	85%
8 - Preservação	18	0%	67%	33%
9 - Funções administrativas e técnicas	3	67%	33%	0%



10 - Conformidade com a legislação e regulamentações	3	33%	33%	34%
11 - Usabilidade	25	56%	16%	28%
12 - Interoperabilidade	3	33%	33%	34%
13 - Disponibilidade	1	0%	0%	100%
14 - Desempenho e escalabilidade	5	60%	40%	0%

Fonte: ARQUIVO NACIONAL, 2015.

Observa-se na Tabela 1 que a organização, captura, pesquisa, localização e apresentação, armazenamento, avaliação e destinação e preservação de documentos arquivísticos (itens 1, 3, 4, 5, 7 e 8) não foram adequadamente contempladas pelo sistema, sendo o percentual de requisitos não atendidos maiores que os requisitos atendidos. No entanto, não se recomenda tomar esses dados como única forma de verificação de conformidade com os requisitos do e-ARQ Brasil, pois o resultado depende da instalação e infraestrutura disponível em cada órgão ou entidade.

Na Embrapa o percentual de requisitos obrigatórios não atendidos é de apenas 1%, em decorrência de sua infraestrutura tecnológica e uso de instrumentos de gestão arquivística de documentos. Sendo assim, os percentuais apresentados por esse estudo são uma constatação no contexto da Embrapa, que acredita na potencialidade da ferramenta para a gestão eletrônica de documentos arquivísticos.

Apesar do SEI ainda não ser um SIGAD, ele está na versão 2.6 e é frequentemente atualizado. Assim, com o auxílio dos órgãos participantes do PEN é possível sugerir a incorporação de novas funcionalidades. Portanto, recomenda-se a interação do TRF4 com o CONARQ para adequação do SEI, pois além de ser um sistema estruturante e ferramenta do PEN, poderá tornar-se um SIGAD e servir com mais qualificação técnica a gestão arquivística de documentos da administração pública.

5 CONCLUSÕES

A análise preliminar dos requisitos do e-ARQ Brasil permitiu demonstrar o nível contributivo do Sistema Eletrônico de Informações para as atividades de gestão arquivística de documentos, a partir da experiência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Constatou-se que a ferramenta é bastante inovadora, possui inúmeros mecanismos de controle da automação de processos, mas ainda depende de readequação para tornar-se um sistema de gestão arquivística de documentos, conforme demonstrou o resultado da análise de conformidade dos requisitos do e-ARQ Brasil.

Desse modo, o sistema analisado pode ser considerado uma excelente ferramenta, revolucionária e inovadora para a gestão arquivística de documentos eletrônicos da Embrapa, mas que necessita de ajustes. Devem ser aderidas novas funcionalidades que o configurem como um sistema de gestão arquivística de documentos. Não há como retroceder no desuso das tecnologias de informação, as informações de cunho arquivístico, produzidas e recebidas no contexto das funções e atividades das organizações crescem em grande escala e não só em ambientes físicos, como também nos ambientes digitais.

Assim sendo, constata-se que novos estudos devem ser empreendidos para desenvolver benefícios no Sistema Eletrônico de Informações para além das questões ergonômicas e de fluxo processual. Dos principais itens dos requisitos do e-ARQ Brasil que não estão completamente inseridos no sistema, evidencia-se a necessidade de adequação das funcionalidades de aplicação e controle de temporalidade e destinação de documentos, de interoperabilidade, captura de documentos, segurança, auditorias e relatórios arquivísticos.

A possibilidade do sistema de formalização de processos pelo próprio usuário e a qualidade onipresente dos documentos e processos em poder ser alterados, trabalhados, em mais de um lugar ao mesmo tempo, podem ser consideradas um grande ganho para a administração pública da empresa, mas também é fundamental o resguardo da organização, controle, preservação e autenticidade dos documentos. Qualidades que estão imbuídas no conjunto de requisitos do e-ARQ Brasil para um sistema de gestão arquivística de documentos. Desse modo, o Sistema Eletrônico de Documentos possui grande potencial para a gestão arquivística de documentos, mas necessita de adequações.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal. Considerações do Arquivo Nacional, órgão central do sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal acerca do



Sistema Eletrônico de informações - SEI. 2015. 11 p. Disponível em:
<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/analise_sei.pdf>. Acesso em:
05 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Estabelece que é dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jan. 1991.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CALDERON, W. R., et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n.3, p.97- 104, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a11v33n3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996. p. 10-30.

CENCI, J. A. **Gerenciamento eletrônico de documentos: um estudo teórico para definição do projeto opened**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Informática), Universidade do Planalto Catarinense, Lages. 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. 1.1. versão. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 2011. 136 p. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>>.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Brasil). Resolução Normativa nº 11 de 04 maio 2006. Boletim de Comunicações Administrativa, Brasília, DF, n. 21, p. 295-296, maio 2006.

FIGUEIREDO, N. Inovação, produtividade e sistema de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, p. 83-95, jan./jun. 1989. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1696/1300>>. Acesso em: 02 out. 2015.

FONSECA, M. O. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 1998.

JARDIM, J. M. **O conceito e a prática de gestão de documentos**. Acervo, v. 2, n. 2, jul./dez, 1987.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

KOCK, W. W. **Gerenciamento eletrônico de documentos – GED: conceitos, tecnologias e considerações gerais.** São Paulo: CENADEM, 1998.

MORENO, N. A. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias.** 2006. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. 386 p.

SISTEMA eletrônico de Informações: manual do usuário. Versão 2.5.1. [S.l.]: Polícia Rodoviária Federal, [2015?]. 131 p. Disponível em:
<[https://correio.embrapa.br/service/home/~/Manual%20do%20usuario%20SEI%202.5.1%20-%20PRF%20\(1\)%20\(1\).pdf?auth=co&loc=pt_BR&id=19068&part=2](https://correio.embrapa.br/service/home/~/Manual%20do%20usuario%20SEI%202.5.1%20-%20PRF%20(1)%20(1).pdf?auth=co&loc=pt_BR&id=19068&part=2)>.

UCHÔA, C. E.; AMARAL, V. L. do. **Processo Eletrônico Nacional: uma solução universal de processo eletrônico.** In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6., 2013, Brasília, DF. Anais... Disponível em:
<http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/996/1/C6_TP_PROCESSO%20ELETR%C3%94NICO%20NACIONAL.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

VILLALOBOS, A. P. de O.; OLIVER, P. **A gestão informatizada de documentos no Tribunal de Contas dos municípios da Bahia.** Ponto de Acesso, Salvador, v. 8, n. 1, p. 24-38, abr. 2014. Disponível em:
<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/6493/8173>>. Acesso em: 02 out. 2015.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

X EDICIC - 2016

 **VOLTAR
AO SUMÁRIO**

Nome da Área Temática: Tecnologias da informação e Gestão do Conhecimento

TECNOLOGIA E CULTURA DA CONVERGÊNCIA: PRODUÇÃO E USO DO LIVRO ELETRÔNICO NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Carolina de Souza Santana Magalhães, UFBA

Resumo: Considera-se de partida que o livro é o insumo básico e consolidado para a difusão de conhecimento e, tradicionalmente, o principal artefato para a constituição de acervos bibliográficos desde o surgimento da imprensa. Este artigo apresenta variáveis que se relacionam ao abordar a questão do mercado de produção de livros digitais em se tratando de bibliotecas universitárias brasileiras, uma vez que a compreensão desse processo operacional pode esclarecer como tais unidades de informação estão formando suas coleções de livros digitais. Ocorre que livros digitais tornaram-se um tema em progressão no Brasil nos últimos dez anos. As questões que são abordadas tratam das concepções que se encontram na literatura a respeito da convergência do impresso para o digital, a produção de livros digitais pelas editoras comerciais, assim como os novos modelos de negócios ofertados e sua introdução no contexto das bibliotecas universitárias. O método adotado é descritivo com uma abordagem qualitativa, considerando o contexto social em que está inserido o principal objeto da investigação: o livro digital. Conclui-se que há uma mudança na cadeia de operações que envolvem o livro digital, sinalizando um movimento irreversível de avanço na sua produção. Portanto, instiga os bibliotecários das bibliotecas universitárias a prepararem os seus sistemas de gestão para realizar a representação dos conteúdos digitais, integrando-os as novas tecnologias e formatos de informação.

Palavras-chave: livro eletrônico; livro digital; Bibliotecas Universitárias públicas.

Abstract: As a base premise, books are considered the consolidated means for the dissemination of knowledge and, traditionally, the main elements to constitute library collections since the rise of printed media. This article presents variables related to the analysis of digital book production in Brazilian university libraries, as an understanding of this operational process can clarify how said libraries are developing their digital book collections. Digital books have become increasingly popular in Brazil over the last ten years. The issues discussed deal with the concepts found in the literature with regard to the convergence of printed and digital media, the production of digital books by commercial publishers, as well as the creation of new business models and their insertion into the context of university libraries. The method adopted is descriptive with a qualitative approach, taking into account the social context into which the main research subject is inserted: digital books. It was concluded that a change has occurred in the chain of operations involving digital books which represents an irreversible shift toward continued advances in their production. Therefore, this paper is a wake-up call for university librarians to prepare their management systems to best enable the presentation of digital content, integrating said systems with new information technologies and formats

Keywords: Electronic books; Digital book; Public university libraries.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

1 INTRODUÇÃO

A convergência para o meio digital do tradicional suporte de difusão do conhecimento, o livro, provoca uma mobilização por parte dos atores que fazem parte da cadeia produtiva do livro e dos setores educacionais e culturais, impulsionando-os a reinventarem-se para acompanhar essas transformações proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O tema livro eletrônico e digital, por ser transversal, tem sido pesquisado na área de conhecimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação com abordagens no campo mediação da informação, tecnologia, gestão, produção científica, entre outros. Vale mencionar o trabalho de Grau e Oddone (2015) que realizam uma análise da literatura brasileira apresentando como resultado os percentuais de produção nacional, por tipologia documental, sinalizando um crescimento da produção científica em quantidade e abrangência temática. Em relação à literatura estrangeira sobre o tema livro eletrônico, em uma breve pesquisa na base de dados na área de Ciência da Informação – *web of Science*, com a palavra-chave “*ebook*” tem-se 273 resultados, ao filtrar por categoria: *Information Science, library Science*, resultam 119 ocorrências, com artigos entre 2001 a 2016, sendo o maior volume de produção entre os anos de 2012 a 2015, todos em língua inglesa. Conclui-se que o tema tem sido explorado, porém, no Brasil ainda carece de novos estudos que investiguem toda a especificidade inerente ao tema livro eletrônico e digital.

Há produções em torno da construção de concepções que diferenciem livro eletrônico de livro digital (DIAS, VIEIRA, SILVA, 2014; ODDONE, 2013; CONARQ, 2013; CORDON-GARCIA, 2011; SANZ, 2007; EARP e KORNIS, 2005). A partir das abordagens apresentadas pelos autores, infere-se que a diferenciação entre livro eletrônico e digital está centrada no formato e na maneira de acesso, o que muda de fato, é a forma de ler. Contudo, ambos podem estar contidos em um suporte tecnológico, fixo ou móvel, eletrônico ou digital e são arquivos digitais. Assim sendo, adota-se para esse trabalho a nomenclatura livro digital.

Apresenta-se um recorte dos resultados da pesquisa de mestrado, intitulada “seleção de coleções de livros digitais nas bibliotecas das universidades públicas brasileiras” aprovada no âmbito do Programa de Pós-graduação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA) concluída em 2013. O objetivo da pesquisa foi ‘identificar os parâmetros/políticas de seleção adotadas pelas bibliotecas universitárias públicas para



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

inserção dos livros digitais em suas coleções’. Diante do panorama apresentado pela dissertação, este trabalho discute a convergência dos suportes de informação, a mudança de cultura nas formas de leitura, que parece ser iminente em função dos avanços tecnológicos; e a produção e uso dos livros digitais disponibilizados nas plataformas dos editores/agregadores de conteúdo, acessíveis através dos portais das bibliotecas universitárias públicas brasileiras.

Os resultados da pesquisa indicam que ainda não há uma sobreposição dos livros digitais em relação aos livros impressos, mas um novo produto para o mercado editorial. Esse cenário sinaliza a necessidade das bibliotecas e profissionais bibliotecários apropriarem-se desse contexto de discussão com um posicionamento mais efetivo e articulador de forma a promover uma relação que favoreça os atores envolvidos nessa cadeia: autores, produtores, leitores e bibliotecas.

2 CONVERGÊNCIA DO LIVRO IMPRESSO AO DIGITAL

A literatura sobre a história do livro registra a substituição do rolo de papiro pelo códex de pergaminho, do pergaminho para o papel e com a invenção da imprensa a evolução do livro (BENÍCIO, 2005). Com isso a cópia manuscrita deixa de ser o único recurso disponível para assegurar a multiplicação e circulação dos textos.

Por muito tempo os manuscritos continuaram a ser transcritos em pergaminho pelos estudantes e pelos copistas. Encontra-se nos autores Febvre e Martin (1992) um exemplo do que seria essa atividade: “Rotina? É evidente, mas também desejo de usar um material sólido e testado para assegurar aos textos maiores possibilidades de duração”. Essas palavras remetem a questão da importância da preservação da informação quando se pensa em mudança de suportes, ainda que se deseje a transferência da informação para um suporte mais moderno é preciso que as garantias para a sua preservação estejam claras e comprovadas. Além dos copistas, os impressores resolveram reproduzir fielmente as características dos manuscritos como afirma Chartier:

O livro impresso continua muito dependente do manuscrito: imita-lhe as paginações, escrita, aparências, acima de tudo, exige-se que o acabamento do livro seja obra da mão do iluminador, que pinta letras iniciais adornadas ou historiadas e miniaturas; a mão do corretor ou *emendator*, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos; a mão do leitor que inscreve na página notas e indicações marginais. (CHARTIER, 1994, p.186)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Deseja-se garantir a fidedignidade e valor da informação que ali está representada, afinal os manuscritos eram reconhecidamente o meio de difusão tradicional daquela época. Similar ao que ocorre com os livros digitais, não há ainda um formato padrão reconhecido e muitos disponíveis são a replica dos livros físicos.

Darnton (2010) afirma que houve quatro mudanças fundamentais na tecnologia da informação desde que os humanos aprenderam a falar. Por volta de 4000 a.C. os humanos aprenderam a escrever. Segundo historiadores a escrita foi o avanço tecnológico mais importante da humanidade. A segunda mudança tecnológica seria quando o códice¹ substituiu o pergaminho, tornando-se crucial para a difusão do cristianismo. A página surgiu como unidade de percepção e os leitores se tornaram capazes de folhear um texto claramente articulado. O códice foi transformado pela invenção da impressão por tipos móveis no século XV, permitindo que o livro tivesse um alcance mais amplo entre os leitores ampliando o processo de democratização de modo a permitir o surgimento de um público de massa durante a segunda metade do século XIX. E a quarta e grande mudança seria a comunicação eletrônica, a Internet na década de 1970, a *web* no início da década de 1990. A partir de então, a velocidade das mudanças na tecnologia de comunicação e informação acelera-se, sobre essa questão Darnton faz a seguinte síntese:

Da escrita ao códice foram 4.300 anos; do códice aos tipos móveis, 1.150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet para os buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do *google*, sete anos; e quem pode imaginar o que está por vir no futuro próximo? (DARNTON, 2010, p.41)

A cultura impressa teve o seu momento de apogeu e continua a conviver com o digital. A convergência dos meios de comunicação e informação promovidos pelo avanço tecnológico envolve uma transformação tanto na forma de produzir, quanto na forma de consumi-los. Refere-se a um processo, não a um ponto final; não é algo que vai acontecer um dia – as pessoas, prontas ou não - já vivem a “cultura de convergência” (JENKIS, 2009).

A cultura da convergência é um processo contínuo e característica intrínseca da “era da informação” tem relação com o conhecimento, a mobilidade, os fluxos de informação e a virtualidade. Essa informação para Le Coadic (2004) é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. A Internet que é uma das mais importantes invenções do mundo atual permite o rompimento de barreiras

¹ Livros com páginas que são viradas, em oposição a rolos de papiro que são desenrolados.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

geográficas, pressupondo a livre circulação da informação, paralelamente ocorreu o surgimento do suporte digital, das bibliotecas digitais e dos livros eletrônicos ou digitais. O suporte passou a ser uma questão secundária em relação as possibilidades de fluidez do conteúdo.

Sobre o conteúdo digital Levy (1996) afirma que o mesmo é fluido e reconfigurável, se organiza de um modo não linear, circulando no interior de redes locais ou mundiais das quais, cada participante é um autor e um editor potencial; esse texto diferencia-se do impresso clássico. Complementando essa diferenciação Frossard (2004, p.8) coloca que “a informação impressa é fixa e imutável, a informação digital é dinâmica e mutável. Parecem corresponder a lógica de dois mundos distintos, a sociedade industrial e a da informação”.

Para Levy (1999) o digital é o fundamento técnico do que ele chama de virtualidade que pode ser compreendida como a nova face da informação. No sentido filosófico, ainda segundo esse autor, o virtual é uma dimensão muito importante da realidade. A expressão “realidade virtual” muitas vezes é empregada para designar alguma coisa que deve ser real ou virtual, contudo, o virtual não se opõe ao real, mas sim, ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade.

Sobre a diferença entre o digital e o virtual Levy (1999) afirma que digitalizar uma informação consiste em traduzi-la em números. Segundo o autor quase todas as informações podem ser codificadas e expressas em linguagem binária, sob a forma de 0 e 1. Essas informações codificadas digitalmente podem ser transmitidas e copiadas quase indefinidamente. A partir dessas codificações técnicas o autor levanta a questão sobre se a digitalização pode ser considerada desmaterialização ou virtualização. O autor conclui que a codificação digital não é imaterial, mas ocupa menos espaço e pesa menos que o suporte papel, para isso precisa-se de menos energia para modificar ou falsear, além do que é mais fluida, mais volátil, não irreal e nem material mais *virtual*, e o computador é um operador de virtualização da informação. Essa virtualização proporciona o que ele chama de “desterritorialização”, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular.

Esses conceitos apresentados por Levy fazem parte de um contexto maior que ele denomina de cibercultura:



O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de prática, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LEVY, 1999, p.17)

A atual sociedade consome informação e tecnologias que se multiplicam e modificam vertiginosamente interferindo nas práticas, atitudes e até valores dos indivíduos. Essa fusão de tecnologia e comportamento seria o ciberespaço. Especificamente no que concerne ao principal objeto dessa investigação que são as bibliotecas universitárias e o livro digital, não há como negar que as mudanças dos suportes informacionais deixem de afetá-las significativamente, porque são sistemas abertos e, portanto, suscetíveis às mudanças que ocorrem em seu meio.

O livro digital representa para as bibliotecas universitárias uma forma de virtualização do principal artefato de desenvolvimento de coleções. A partir do momento que esse artefato passa a ser lido pelos operadores dessas virtualizações (*e-readers*, computadores portáteis e de mesa) há uma mudança na cultura do acesso e na forma de leitura, impelindo as bibliotecas universitárias a inovarem e aderirem a esse movimento de virtualização do livro.

Ocorre que os produtos tecnológicos parecem influenciar na forma de leitura transformando os leitores em usuários de tecnologia computacional e interativa (ALMEIDA, 2012). Na perspectiva do leitor, Roger Chartier (1998) afirma que o livro digital é uma das formas, entre outras, da existência plural dos textos que afetam a relação com o saber. Para Frossard (2004), essa forma diferente de ler quebra a linearidade, cria um novo ritual de leitura com impactos na comunicação científica, educação, na forma de recuperação da informação e comunicação entre os homens.

Em relação ao desaparecimento do livro, Eco (2010) afirma que há muito pouca coisa a dizer sobre o assunto. Para ler é preciso um suporte, esse suporte não pode ser apenas o computador, pois depende de eletricidade. Logo, o livro impresso se apresenta como uma ferramenta mais flexível. Ele ainda complementa dizendo que as variações em torno do objeto livro não modificaram sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Portanto, da cultura do livro impresso para a digital, várias mudanças significativas em relação à forma de compreender e utilizar o suporte livro ocorreram na sociedade, assim como o comportamento de quem consome essa informação digital ou virtual. O rápido desenvolvimento de produtos informacionais surge na esfera da produção e da troca mercantil, originando às denominadas indústrias da informação, mas também o mercado da informação, o de serviços e produtos informacionais, todos com maior ou menor grau de informatização. É inegável que a informação se industrializa ao se informatizar cada vez mais (LE COADIC, 2004). Essa mudança afeta os setores envolvidos na cadeia produtiva do livro, principalmente o setor editorial, que vem tentando inovar e se adaptar a essa nova realidade de produção dos livros digitais pensando seus produtos e processos.

3 PRODUÇÃO DO LIVRO ELETRÔNICO NO BRASIL

A revolução digital tem transformado o negócio editorial de uma forma profunda e irreversível segundo o relatório do livro digital (2011) da Câmara Brasileira do Livro (CBL, 2011). Essa mudança impacta na atividade editorial que, tradicionalmente, segundo Oddone (1998) desenvolveu-se auxiliada pelas tecnologias, que transformam o pensamento humano em objetos, visando transportar ideias e saberes para além dos contextos que foram gerados, rompendo suas fronteiras e seus limites espaço-temporais.

Alguns exemplos de iniciativas das editoras universitárias merecem ser citados como o a Rede SciELO Livros, que é uma das principais iniciativas de publicações de livros digitais que foi lançada no Brasil em março de 2012, e é parte integrante do Programa SciELO da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Outra iniciativa de acesso aberto à coleção de livros digitais é a *PROPG Digital*, uma parceria entre a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual de São Paulo e a Fundação Editora da UNESP (PROPG – UNESP), ambas responsáveis pelo lançamento em primeira edição, apenas em formatos digitais, com possibilidade de *download* gratuito de centenas de títulos de novos autores dessa Universidade.

Sobre os indicadores do mercado de livros eletrônicos comercializáveis no Brasil, o relatório 2011 da *The global eBook market*² aponta que, no início de outubro de 2011, uma

² Estudo que apresenta o mercado global de *eBook*, condições atuais e projeções futuras. Fornece uma ampla pesquisa de dados sobre os mercados emergentes na Europa e em dois países do BRIC: Brasil e China.



estimativa de 4000 títulos de *eBooks* estavam sendo comercializados em português; Grupos como a editora Abril investiram em educação com uma carteira de aplicativos para portais educacionais. Grandes editoras comerciais começaram a cultivar o nicho digital: a Saraiva com cerca de 600 títulos de *eBooks*; a Zahar com 400 títulos; a Campus Elsevier com 350 títulos. Outros varejistas atendem ao público em geral como a Livraria Saraiva e a Livraria Cultura, cada uma apresentando *eBooks* com uma seção dedicada em seus *sites* para promover dispositivos de leitura baseados em *ePub*. O relatório ainda sinaliza a existência de um consórcio distribuidor de livros digitais - a DLD³ -, fundado em março 2010 por seis editoras brasileiras: Objetiva, Record, Sextante, Rocco, Planeta e L&PM com um modo de operação semelhante ao da Librandia⁴ espanhola. A previsão é que em 2015 as vendas de *e-readers* cheguem a 1 (um) milhão de aparelhos por ano, mais de 8 milhões de *eBook* serão vendidos e as vendas digitais representarão 7% do mercado brasileiro de livros digitais.

Ainda que em níveis diferentes, as pesquisas realizadas pela editora Simplíssimo, responsável pelo *site* revolução *eBook* aponta uma evolução na produção de *eBooks* no Brasil. Expressando essa tendência no gráfico reproduzido abaixo:

Gráfico 01 – Oferta de *eBooks* em português no mercado brasileiro



Fonte: *site* da editora Simplíssimo (2013)

A pesquisa teve o objetivo de avaliar o ritmo de produção de *eBooks* no Brasil. Para tanto, foram pesquisados os *eBooks* publicamente oferecidos nos sites das três principais

³ Consórcio de distribuição de livros digitais. Disponível em <<http://www.dldweb.com.br/>>

⁴ Serviço de distribuição de *eBooks* em todo o mundo. Disponível em <<http://www.librandia.com/index.html>>



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

livrarias de *eBooks* em português a *Amazon*, Gato Sabido e Saraiva, no dias 02 e 03 de agosto de 2012.

O relatório anual da Câmara Brasileira do Livro (CBL) sinaliza que o mercado de produção de livros eletrônicos está em pleno desenvolvimento. As perspectivas que se abrem para os editores brasileiros apontam para a inevitável ascensão do livro digital. O segmento que crescerá mais significativamente nesse novo mercado será o de livros Científicos Técnicos e Profissionais (CTP). Segundo o mesmo relatório, nos EUA cerca de 60% das apostilas e livros didáticos das universidades já são encontrados no formato digital. A CBL recomenda aos editores tratar o negócio livro digital como uma unidade independente. Os custos variáveis (papel e impressão) podem ser substituídos por custos de manutenção, atualização e distribuição do conteúdo e promoção de marketing digital.

Voltando ao mercado editorial observa-se que são muito amplas as possibilidades de desenvolvimento de novos produtos com a tecnologia digital. Como aponta Cordón-Garcia (2012), há possibilidades de consolidação de modelos de negócio associados ao livro eletrônico instaurando estratégias completamente diferentes do universo do papel, estratégias tais que afetam os modelos de acesso (por assinatura, leitor eletrônico, compra etc.). O interessante do novo modelo de negócio é que o editor pode ser eliminado ou relativizado. Cordón-Garcia (2012) denomina esse processo de *desintermediação* rompendo de certo modo com elementos de uma cadeia de negócios anteriormente imutável. Com a fragmentação possível hoje, a exemplo de impressões sob demanda, ou de simples partes de um livro, segundo o mesmo autor, acaba incrementando as possibilidades de discriminação das preferências por parte dos próprios usuários (CORDÓN-GARCIA, 2012, p.49).

Segundo o mesmo autor a cadeia de valor do livro digital pode adotar diversas configurações de acordo com a intervenção dos diferentes elementos do processo editorial. A cadeia tradicional tem uma série de elementos concatenados que seguem uma sequência preestabelecida:



Fonte: Cordón-Garcia (2012)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Porém, as combinações sequenciais podem variar de autor para leitor, de editor para leitor, de plataforma para leitor. As variações podem multiplicar-se por todas as combinações possíveis, sendo assim a desintermediação editorial reveste-se cada vez de maior importância desde a perspectiva do autor até a de outros agentes da cadeia que estão integrados a função editorial.

Cita-se como exemplo no Brasil a Editora Saraiva ao lançar o produto “Publique-se”, uma plataforma auto publicadora de livros digitais, em que o autor tem 35% de direitos autorais. O procedimento parece bem simples tal como se apresenta no *site*: o autor cadastra-se no *site*, recebe a minuta simples do contrato, já registrada em cartório, faz o *upload* do original no formato PDF e recebe um tutorial com manual passo-a-passo. O preço do *eBook* é definido também pelo autor. Esse é o modelo de negócio que pode ser compreendido dentro desse universo novo de desintermediação editorial que, por outro lado, tem gerado no setor uma série de discussões sobre a qualidade do que será publicado.

Há, no entanto, outras questões implícitas na produção de livros digitais que vale comentar, pois, influem diretamente na forma de distribuição desses livros, e por extensão, nas formas de acesso criando restrições. Têm-se, por exemplo, do *Digital Right Management* (DRM) (em português Gerenciamento de Direitos Digitais) como uma tecnologia incorporada em um produto eletrônico ou serviço com o objetivo de limitar a sua gama de utilização após a compra; é projetado para impedir que os clientes utilizem uma tecnologia digital de forma que não corresponda à agenda de negócios de um provedor de conteúdo ou o fabricante do dispositivo (FSFE, 2013). Outra restrição diz respeito à falta de interoperabilidade em razão da impossibilidade de compartilhar dois ou mais sistemas, ou elementos de troca de informações entre si o que reflete também na capacidade de interação entre equipamentos heterogêneos, geralmente fabricados por vários fornecedores impedindo, assim, o trabalho em rede (IEEE, 2000 apud BRASIL, 2010).

O levantamento estatístico apresentado através dos relatórios que demonstram a produção editorial tanto no mercado nacional como internacional, sinaliza que a movimentação em torno da produção do livro digital tende a crescer cada vez mais, tanto com a aquisição dos dispositivos móveis (*e-readers*) como a venda de livros digitais através dos *sites* das editoras para *download* no computador.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

4 METODOLOGIA

O método pode ser caracterizado como descritivo (GIL, 2002) e para que os dados não fiquem na mera constatação descritiva, procurou-se realizar uma abordagem qualitativa, vinculando o objeto de investigação (livro digital) ao seu contexto social através da discussão sobre a convergência dos suportes.

O contato com agregadores de conteúdo para conhecer os modelos de negócio existentes no mercado, resultou no acesso *trial*⁵ a plataforma de livros digitais da *Person* e *Ebsco* e em uma entrevista com o representante comercial da *Dotlib*. Optou-se por analisar a *interface* de acesso aos livros digitais na Plataforma da *Dotlib* através da coleção da UFBA. A Universidade adquiriu 22 (vinte e dois) títulos de livros digitais da editora Atheneu na área de Saúde, em português. Essa coleção apresenta como características: livros digitais em formato PDF, a modalidade de aquisição constitui-se em acesso perpétuo ao conteúdo dos livros, nesse caso, a universidade recebe do distribuidor um HD (*Hard disk drive*) com todos os livros digitais adquiridos para custódia da própria Instituição.

Para agregar as discussões em torno da produção e controle do livro digital, realizou-se um levantamento das coleções de livros digitais disponíveis no portal *capes* atualizando os dados da pesquisa realizada em 2013, o que permitiu uma comparação para averiguar a tendência de crescimento da coleção de livros digitais.

4.1 O LIVRO DIGITAL NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Embora o mercado cresça rapidamente, as bibliotecas universitárias brasileiras que são as maiores compradoras de publicações científicas (MEADOWS, 1999, p.132) confrontam-se com um mercado ainda restrito para formação de coleções de livros digitais. Na maior parte dos casos as publicações são em língua estrangeira o que gera um problema porque, segundo Meadows (1999) os livros científicos em inglês têm menos predominância internacional do que os periódicos, tanto devido ao fato dos longos textos em língua estrangeira como muitas

⁵ *Trial* é um meio de distribuição de *software* semelhante a uma versão de demonstração (demo). Os fornecedores podem permitir o acesso por tempo limitado para análise do produto, sendo bloqueado após o período determinado.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

publicações científicas das áreas de Ciências Sociais e humanidades refletirem os interesses locais.

Além dos editores que podem ser os revendedores diretos dos seus livros digitais, há os agregadores de conteúdo ou provedores de conteúdo que intermediam o contato entre o editor e biblioteca universitária ofertando coleções de livros digitais de diversas editoras por assinatura ou acesso perpétuo ao conteúdo do livro.

A presença do livro digital nos acervos informacionais disponíveis nas bibliotecas pode-se dizer que é uma realidade desde o século XX. A Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM) conduz alguns projetos relacionados a esse tipo de recurso com enfoque na digitalização de livros impressos e elaboração de protótipos de textos digitais. Desde 2006 os livros digitais são uma realidade nos acervos dessa instituição (GAMA-RAMIREZ, 2006).

Nos Estados Unidos mais de 5.400 bibliotecas públicas oferecem livros digitais. A *New York Public Library* tem cerca de 18.300 títulos de livros digitais. A *OverDrive* é a empresa provedora de livros digitais para a maioria das bibliotecas públicas. As bibliotecas da Espanha começaram a emprestar os dispositivos eletrônicos com o objetivo de familiarizar os usuários com esta tecnologia (CÓRDON-GARCIA; ARÉVOLO, 2010). Entre as 50 (cinquenta) universidades existentes na Espanha, 36 mantém a assinatura de coleções de livros digitais (ALVITE, 2006).

4.1.1 O LIVRO DIGITAL NO CONTEXTO DA UFBA

São apresentadas a seguir algumas plataformas de acesso a livros digitais de provedores de conteúdos científicos com o enfoque em pontos que são considerados chave para a introdução de livros digitais na coleção da biblioteca universitária como: a modalidade de aquisição, o acesso e recuperação de informações e as ferramentas de gestão que instrumentalizam os bibliotecários para tomada de decisão sobre a manutenção ou não dessas coleções.

A Dotlib distribui conteúdo científico e profissional *online* e impresso (quando aplicável) aos setores acadêmicos, governamentais, corporativos, industriais e da saúde. Desde 1991 começaram a representar editoras internacionais na área Médica e de Saúde no Brasil comercializando bases de dados como *Thomsom Micromedes* e *MedLine*. São parceiros



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

do consórcio CAPES, CRUESP e COPERE no Brasil e participam de consórcio em outros países da América Latina. (DOTLIB, 2013).

O acesso às coleções digitais pode ser realizado pelos usuários remotamente mediante cadastro de senha no servidor na Universidade. Não possui limite de impressão, além da possibilidade de realizar o *download* dos livros digitais. Ao clicar no *link* “portal da pesquisa” disponível na página principal do sistema de bibliotecas da UFBA, a tela principal que se abre para visualização da coleção de livros digitais apresenta de imediato à relação dos títulos disponíveis em ordem alfabética. Caso o usuário saiba o título do livro poderá clicar diretamente na letra correspondente a inicial do título ou realizar a busca por área, editora e título, não há uma opção de busca por assunto. A figura a seguir ilustra a tela principal de acesso aos livros digitais da UFBA.

Figura 03 – Plataforma de acesso aos livros digitais da UFBA – Provedor Dotlib



Fonte: Portal da pesquisa - UFBA (2013)

O resultado da busca apresenta a imagem da capa do livro e os dados técnicos (título, editora, ISBN, data e número de páginas). O acesso ao conteúdo do livro é por capítulo. Caso o aluno deseje realizar o *download* do livro completo, terá que fazê-lo capítulo por capítulo. Esse tipo de acesso pode ter vantagens e desvantagens. A vantagem está relacionada à especificidade da informação que o usuário deseja, pode ser que apenas o capítulo atenda a sua necessidade. As desvantagens seriam a necessidade de realizar diversos *downloads* para um único livro, caso o usuário deseje o livro completo. Outra questão é a impossibilidade de



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

utilizar a ferramenta de busca por palavra chave no conteúdo completo do livro, essa é uma funcionalidade disponível na maioria dos arquivos em PDF. A seguir a tela com a imagem do resultado da busca.

Figura 4 – Visualização do conteúdo do livro na plataforma Dotlib



Cinesiologia Clínica e Funcional
Demóstenes Moreira; André Faria Russo

Editora: ATHENEU
ISBN: 85-7379-769-X
Data: Outubro de 2005
Páginas: 179

TABELA DE CONTEÚDO

Sumário e Titulações	1
Capítulo 1. Considerações Gerais	11
Capítulo 2. Considerações Biomecânicas	17
Capítulo 3. Fisiologia do Sistema Musculoesquelético	25
Capítulo 4. Estrutura e Componentes Osteomioarticulares	33
Capítulo 5. Complexo do Ombro	33
 Texto Completo	
Capítulo 6. Complexo do Cotovelo	47
Capítulo 7. Complexo do Punho e da Mão	55
Capítulo 8. Complexo do Quadril	75
Capítulo 9. Complexo da Joelha	91
Capítulo 10. Complexo do Tornozelo e do Pé	105
Capítulo 11. Complexo do Tronco	123
Capítulo 12. Complexo da Cabeça e do Pescoço	141
Capítulo 13. Cinesiologia da Marcha Normal	149
Bibliografia	155

Fonte: Portal da pesquisa (2013)

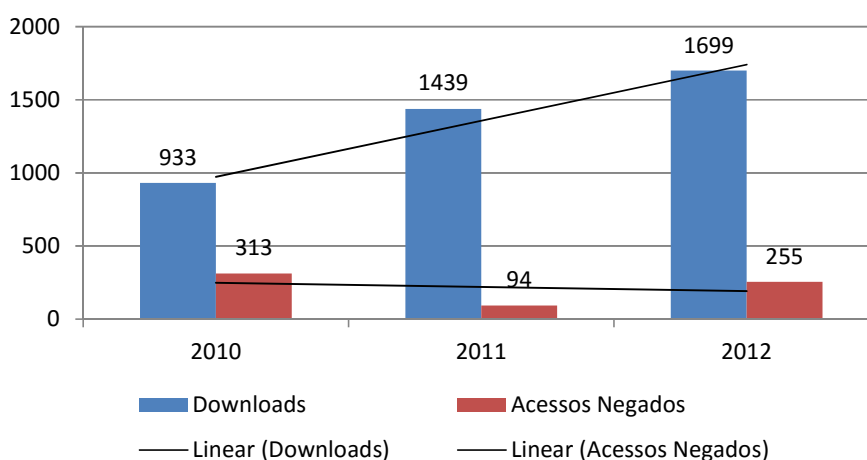
Sobre o gerenciamento da coleção, verificou-se que a plataforma não possui um módulo que possibilite realizar o acompanhamento dos acessos à coleção de livros digitais por parte do gestor da biblioteca. Por isso, a estatística de uso da coleção é enviada pelo fornecedor mediante solicitação. Em contato com a gestora do sistema de bibliotecas da UFBA Jucélia Santos, foi possível ter acesso às estatísticas de uso da coleção de 2010 a 2012.

A estatística fornecida contém os dados sobre o número de *downloads*, e número de acessos negados por mês além de uma planilha com a especificação da data, horário, capítulos, títulos acessados e com acessos negados. Ao analisar a planilha enviada pelo fornecedor, gerou-se um gráfico que demonstra o seguinte resultado: o número de downloads em 2010 foi de 933 (novecentos e trinta e três) e em 2012 eleva-se para 1699 (mil seiscentos e noventa e nove) representando o percentual de 45% em dois anos de aquisição da coleção. Em uma análise genérica esses dados representam uma tendência de crescimento no uso da coleção de livros digitais. Entretanto ao verificar a diferença no número de *downloads* de um ano para o outro se percebe uma redução nos percentuais: de 2010 para 2011 foram 506(35%) *downloads* e de 2011 para 2012 foram 260 (15%) *downloads*. Essa redução pode ter variáveis relacionadas à questão da divulgação da coleção de livros digitais ou até mesmo o fato do



aluno já ter feito o *download* do livro em seu computador pessoal e não necessitar acessar a plataforma para ler o livro desejado. Os acessos negados referem-se aos títulos que são visualizados na plataforma, mas não foram adquiridos pela instituição. Então, quando os usuários clicam, geram-se dados de acessos negados que podem sinalizar o interesse por determinado título.

Gráfico 02 – Estatística de uso da coleção de livros digitais da UFBA



Fonte: Dotlib (2013)

Em entrevista realizada com o gerente de vendas da Dotlib Eduardo Neves, o mesmo informou que atualmente a empresa representa 46 (quarenta e seis) editoras entre nacionais e internacionais, cada uma apresenta um modelo de negócio específico, porém a grande maioria trabalha com venda de livros digitais para acesso perpétuo. Os formatos de livros digitais também podem variar de acordo com a editora.

Questionamos se há algum tipo de ação proativa junto às universidades para conhecer a sua demanda de informação. Obtivemos a informação que a ação proativa da Dotlib é com as editoras no sentido de estimular a disponibilização de livros eletrônicos para revenda, sendo que toda a negociação sobre direitos autorais são de responsabilidade da editora. Segundo Eduardo Neves, a Dotlib é pioneira no Brasil no que se refere à oferta de livros digitais. As editoras nacionais ainda estão um pouco reticentes em relação a essa oferta, porém as internacionais, pode se dizer, que quase toda a sua produção de livros físicos também existe em meio digital, até porque favorece as questões ligadas à logística (transporte e segurança dos materiais).



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Vale mencionar a iniciativa do Portal CAPES que disponibilizou em 2013 livros digitais de diversas editoras. Ao visitar o portal verificou-se um aumento no número de editoras participantes do portal. Na página principal do Portal ao selecionar: “Buscar livro” e “busca avançada” será exibida a relação dos diversos editores incluindo publicações em português. Ao selecionar cada um dos editores o resultado mostra o total de publicações, como pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 01 – Editores de livros digitais identificados no Portal Capes

EDITORES	QTD TÍTULOS 2013	QTD TÍTULOS 2016	DIF	%
<i>ACM Digital Library</i>	33	37	4	11%
<i>Alexander Street Press</i>	32.898	33.739	841	2%
<i>American Phsicological Association</i>	1.904	317	-1587	-501%
<i>ASTM Standards end engineering digital library</i>	1.624	1.624	0	0%
<i>Bioone</i>	1	0		0%
<i>EBSCOhost</i>	1.768	1789	21	1%
<i>Elsevier Science Direct</i>	681	691	10	1%
<i>Gale group</i>	184.437	184.548	111	0%
<i>IEEE xplore</i>	18.584	32.516	13932	43%
Livros em português	93	92	-1	-1%
<i>McGraw Hill access</i>	3	3	0	0%
<i>OECD ilibrary</i>	8.088	10494	2406	23%
<i>SPIE Digital library</i>	6.938	6904	-34	0%
<i>Begell house</i>		12		
<i>Doab directory of open access book</i>		2242		
<i>Inteckbooks</i>		2575		
<i>Miscellaneous free ebooks</i>		1366		
<i>NCBI</i>		1732		
<i>Openedition books</i>		1019		
<i>Optical societyof American</i>		234		
<i>Wiley online library</i>		621		
TOTAL	257.052	282555	25503	9%

Fonte: Portal Capes (2016)



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

Ao analisar a tabela observa-se que houve um aumento na oferta de livros digitais, o crescimento total da coleção representa 9% nos últimos três anos. A parte cinza da tabela são os editores incluídos na coleção representando um total de 9801 livros digitais. Chama atenção o fato de alguns editores terem diminuído o número de título como a *American Psychological Association* em 501% e a coleção de livros em português, embora tenha sido apenas 1 (um).

Serão necessários estudos futuros mais aprofundados para inferir sobre a qualidade dos livros digitais disponibilizados no Portal. Observa-se que há uma discrepância na oferta de livros em português em relação ao volume de publicações em outros idiomas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As editoras desempenham um papel importante na cadeia de valor do livro digital. Entretanto, o modelo de negócio de acesso as coleções que não são mais adquiridas como patrimônio institucional e sim assinadas, aponta uma nova relação entre editora, autor e biblioteca. As coleções são tão fluídas e mutáveis que a exclusão dos títulos pode ocorrer de maneira dinâmica levando-nos ao questionamento: até que ponto as bibliotecas têm o controle do acervo de livros digitais disponíveis? Necessita-se desse controle ou não?

Nesse contexto de convergência de suportes e novos modelos de negócio para acesso aos livros digitais, um sistema que faz parte da cadeia de operação e que é instigado a rever os seus processos são as bibliotecas universitárias. A mudança na cadeia de operações que envolvem o livro digital sinaliza um movimento irreversível de avanço na sua produção. Um cenário que instiga os bibliotecários das bibliotecas universitárias a prepararem os seus sistemas de gestão para realizar a representação descritiva dos conteúdos digitais, integrando-os as novas tecnologias e formatos de informação. A possibilidade de ler textos de maneira diferente da convencional, realizar um *download* em um equipamento portátil ou no próprio computador, a diversidade de modelos de leitores de livros digitais, exige que o profissional também conheça essas tecnologias para orientar o leitor, pois são ferramentas que podem se traduzir em elementos importantes para o estímulo a leitura e expansão de conhecimentos.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lemilson José Cavalcanti de (2012). **O livro eletrônico no mundo editorial e a evolução histórica do copyright e das estratégias de apropriação de lucro**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Administração).

ALVES, Elisângela Aparecida (2010). **Convergência digital e o futuro do livro**. Rio de Janeiro: Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em letras).

ALVITE DÍEZ, Maria Luiza. Colecciones de libros electrónicos em las bibliotecas universitárias espanolas. In: Jornadas de Gestión de la Información, Madrid (Spain), 6-7 nov. 2006. Disponível em <<http://eprints.rclis.org/8484/>> Acesso em 30 de maio de 2013.

BENÍCIO, Christine Dantas; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Do livro impresso ao e-book: o paradigma do suporte na biblioteca eletrônica. **Biblionline**. v.1, n.2, 2005. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/580>> Acesso em 24 de dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Lei n. 10.753 de 30 de outubro de 2003**. Institui a política nacional do livro e da leitura. Brasília, DF, 30 nov. 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.753.htm> Acesso em 03 de maio de 2013.

_____. **Lei n.10.994, de 14 de dezembro de 2004**. Depósito legal de publicações na biblioteca Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110994.htm> Acesso em 03 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Panorama da interoperabilidade. Brasília: MP, 2010. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-ping-padroes-de-interoperabilidade/o-que-e-interoperabilidade>>. Acesso em 19 de maio de 2013.

BIBLIOTECA Nacional. Relatório de gestão. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/RelatorioGestao2011.pdf>> Acesso em 05 de maio de 2013

_____. **Editoras Universitárias no Brasil: Uma crítica para a Reformulação da Prática**. São Paulo : Edusp, 2001.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO (CBL). **Relatório da comissão do livro digital**. Disponível em <<http://www.cbl.org.br/telas/servicos/documentos.aspx>> Acesso em 05 de maio de 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Câmara técnica de documentos eletrônicos**. Disponível em <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=10>> Acesso em 15 de março 2013.

CHARTIER, Roger. Do código ao monitor: a trajetória do escrito. **Estudos avançados**, n.8, v.21, 1994.

_____. **Do leitor ao navegador: conversações com Jena Lebrun**. São Paulo: Unesp, 1998.



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

CORDÓN-GARCIA, Jose Antonio. **La revolución del libro electrónico**. UOC: Barcelona, 2012.

DIAS, G. A.; VIEIRA, A. A. N.; SILVA, A. L. A. Em busca de uma definição para o livro eletrônico: o conteúdo informacional e o suporte físico como elementos indissociáveis. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...**. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/283/199>>. Acesso em: 10 maio. 2016.

_____. Los libros electrónicos em la biblioteca: nuevas lecturas, nuevos lectores. In: JORNADA PROFESIONAL DE LA RED DE BIBLIOTECAS DEL INSTITUTO CERVANTES, 4, 2011, **Actas...** Madrid. Disponível em <http://www.cervantes.es/imagenes/File/biblioteca/jornadas/jornada_4/actas/cordon_jose%20antonio.pdf> Acesso em 27 de jun. 2013.

CULTURA acadêmica. Disponível em <<http://www.culturaacademica.com.br/>> Acesso em 02 de maio de 2013.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

Digital Restrictions Management (DRM). Disponível em <<http://drm.info/en/what-is-drm>> Acesso em 06 de maio de 2013.

EBSCO. Disponível em <<http://www.ebscohost.com/ebooks>> Acesso em 20 jun. 2013.

ECO, Humberto; CARRIERE, Jean-Claude. **Não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

EARP, Fábio Sá; KRONIS, George. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henry-Jean. O aparecimento do livro. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1992.

FROSSARD, Vera Cecília. **Tipos e bits a trajetória do livro**. I Seminário brasileiro sobre o livro e a história editorial, 8 a 11 de nov. de 2004. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

FSFE – Free Software Foundation Europe. DRM.info. Disponível em <<http://www.drm.info/pt/what-is-drm>> Acesso em 31 de maio de 2013.

GAMA RAMÍREZ, Miguel. **El libro electrónico em la universidad: Testimonios y reflexiones**. México: Colegio Nacional de Bibliotecários, 2006

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAU, Isabel, ODONNE, Nanci. análise da literatura nacional sobre livro digital e eletrônico como subsídio para sua incorporação ao acervo das bibliotecas universitárias brasileiras. In: ENCONTRO



X EDICIC 2016 BELO HORIZONTE

Asociación de Educación e Investigación en Ciencia
de la Información de Iberoamérica y el Caribe

ECI
ESCOLA DE CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

UFMG

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16. 2015, Paraíba. **Anais...** .
Paraíba: UFPB, 2015. Disponível em:
<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3102/1162>>
.Acesso em: 10 maio. 2016.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da leitura no Brasil. Disponível em <
<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=48>> Acesso em out. 2012.

JENKIS, Henry. **A cultura da convergência**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos,
2004.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. São Paulo, SP: Ed. 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed. 34, 1999.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

ODDONE, Nanci. Política de acesso aberto para livros digitais e eletrônicos. In: ENCONTRO
NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO – CIFORM, 11, 2013.
Salvador. Mundo digital uma sociedade sem fronteiras. **Anais eletrônicos**. Disponível em <
[http://www.slideshare.net/neoddone/politica-de-acesso-aberto-para-livros-digitais-e-
eletrnicos](http://www.slideshare.net/neoddone/politica-de-acesso-aberto-para-livros-digitais-e-eletrnicos)> Acesso em 21 ago. 2013.

PORTAL CAPES. Disponível em < <http://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em 20 abr.
2013.

PROCÓPIO, Ednei. **O livro na era digital: o mercado editorial e as mídias digitais**. São
Paulo: Giz, 2010.

PEWRESEARCHCENTER. Disponível em <[http://libraries.pewinternet.org/2012/12/27/eBook-
reading-jumps-print-book-reading-declines/](http://libraries.pewinternet.org/2012/12/27/eBook-reading-jumps-print-book-reading-declines/)> Acesso em 02 de maio de 2013.

REVOLUÇÃO e-book. Disponível em < <http://revolucaoebook.com.br/>> Acesso em 30 de maio de
2013.

SANZ, Pedro D. **Libros electrónicos, el nuevo concepto del libro**. Disponível em <
<http://eprints.rclis.org/8751/>> Acesso em 21 de nov. 2012.

SIMPLÍSSIMO. Disponível em <[http://revolucaoebook.com.br/6-meses-catalogo-ebooks-portugues-
salta-11-para-16-mil-titulos/](http://revolucaoebook.com.br/6-meses-catalogo-ebooks-portugues-salta-11-para-16-mil-titulos/)> Acesso em 02 de maio de 2013.

THE GLOBAL *e-book* Market: current conditions & future projections 2011. Disponível em
<[http://www.publishersweekly.com/binary-data/ARTICLE_ATTACHMENT/file/000/000/522-
1.pdf](http://www.publishersweekly.com/binary-data/ARTICLE_ATTACHMENT/file/000/000/522-1.pdf)> Acesso em 21 de mar. 2012.